ANAIS

do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO

Práticas Sociais, políticas públicas e direitos humanos

Livro de Resumos

2013

Realização

Associação Brasileira de Psicologia Social

Programa de Pós-graduação em Psicologia / UFSC

Apoio

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC

Pró-Reitoria de Pós-graduação da UFSC – PROPG

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSC – PRAE

Coordenação Geral

Andrea Vieira Zanella

Comissão Organizadora

Ana Lídia Campos Brizola

Ana Paula Freitas

Andréa Vieira Zanella

Apoliana Regina Groff

Carmen Leontina O. O. Moré

Dâmaris de Oliveira Batista da Silva

Daniel Kerry dos Santos

Gabriela Andrea Díaz

Josiele Bené Lahorgue

Kátia Maheirie

Laura Kemp de Mattos

Leandro Castro Oltramari

Lucienne Martins Borges

Maiana Pereira Cunha

Mara Coelho de Souza Lago

Maria Chalfin Coutinho

Maria Juracy Toneli

Marília dos Santos Amaral

Marivete Gesser

Comissão Científica

Ana Maria Jacó-Vilela

Andrea Vieira Zanella

Angela Maria Pires Caniato

Carmen Leontina O. O. Moré

Cecília Pescatore Alves

Claudia Mayorga

Cleci Maraschin

Dolores Galindo

Eduardo Augusto Tomanik

Emerson Rasera

Hebe Signorini Gonçalves

Henrique Nardi

Irme Salete Bonamigo

Juliana Sampaio

Kátia Maheirie

Magda Dimenstein

Mary Jane Spink

Marcelo Gustavo Calegare

Marco Aurélio Prado

Maria Lúcia Chaves Lima

Maria Juracy Toneli

Telma Souza

Zaira de Andrade Lopes

Diretoria Nacional da ABRAPSO 2012-2013
Presidenta: Neuza Maria de Fátima Guareschi
Primeira Secretária: Andréa Vieira Zanella
Segundo Secretário: Henrique Caetano Nardi
Primeira Tesoureira: Zuleika Kohler Gonzales
Segundo Tesoureiro: Laura Kemp De Mattos
Suplentes: Cleci Maraschin e Irme Salete Bonamigo
Primeira Presidenta: Silvia Tatiana Maurer Lane (gestão 1980-1983).

Comissão Editorial ABRAPSO
Cleci Maraschin
Neuza Maria de Fatima Guareschi

Conselho Editorial ABRAPSO
Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ
Andrea Vieira Zanella - UFSC
Benedito Medrado-Dantas - UFPE
Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal
Francisco Portugal – UFRJ
Lupicinio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha
Maria Lívia do Nascimento - UFF
Pedrinho Guareschi – UFRGS
Peter Spink – FGV

Sobre a ABRAPSO

A ABRAPSO é uma associação sem fins lucrativos, fundada durante a 32ª Reunião da SBPC, no Rio de Janeiro, em julho de 1980. Fruto de um posicionamento crítico na Psicologia Social, desde a sua criação, a ABRAPSO tem sido importante espaço para o intercâmbio entre estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais, docentes e pesquisadores. Os Encontros Nacionais e Regionais da entidade têm atraído um número cada vez maior de profissionais da Psicologia e possibilitam visualizar os problemas sociais que a realidade brasileira tem apresentado à Psicologia Social. A revista *Psicologia & Sociedade* é o veículo de divulgação científica da entidade.

www.abrapso.org.br

Editoração: *Spartaco Edições*

www.spartacoedicoes@gmail.com

Catalogação na fonte pela Biblioteca Universitária a
Universidade Federal de Santa Catarina

E56a Encontro Nacional da ABRAPSO (17. : 2015 :
Florianópolis, SC).

ANAIS do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO : práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos : livro de resumos : Anais [recurso eletrônico] / Coordenação Geral Andrea Vieira Zanella ; Comissão Organizadora Ana Lídia Campos Brizola...[et al.]. – Florianópolis : ABRAPSO Editora : PPSI/UFSC, 2015.

Livro de Resumos

Modo de acesso:< http://www.encontro2013.abrapso.org.br/ >

Evento realizado na Universidade Federal de Santa Catarina no período de 02 a 05 de outubro de 2013. ISSN: 1981-4321

1. Psicologia social. 2. Trabalho – Aspectos sociais. 3. Política pública. 4. Direitos humanos. I. Zanella, Andrea Vieira. II. Brizola, Ana Lídia Campos.

CDU: 316.6

Conteúdo

CATEGORIA: COMUNICAÇÃO ORAL 1

GT 01. A DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL: UM VELHO PROBLEMA E UM NOVO TEMA PARA A PSICOLOGIA SOCIAL 1

A dimensão subjetiva da desigualdade social: questões metodológicas e implicações práticas 1

A violência do discurso politicamente correto: a palavra que destitui o sujeito 2

Desigualdade educacional: o caso do EAD no Brasil 4

Dispositivos pedagógicos e subjetivação: uma experiência de EJA não compensatória 6

Educação, desigualdade e políticas públicas: a subjetividade no processo de escolarização da camada pobre 8

Fronteira vivida e processos de subjetivação: o caso da Tríplice Fronteira Brasil – Colômbia – Peru 9

O futebol como luta por reconhecimento e seus desdobramentos na dimensão subjetiva de jovens 11

O olho da rua: pensando sobre sujeitos em situação de vulnerabilidade social 12

O sofrimento ético, político e antropológico e a interface com a prática clínica em um estágio de psicologia 13

Preconceito e Cultura: contribuições da teoria crítica da sociedade e da psicanálise freudiana 14

Relato de experiência de acadêmicas de psicologia no NEVICOM: a violência doméstica em questão 16

Sentido e significado de futuro para jovens negras do Capão Redondo e Jardim Ângela em São Paulo 18

Sentidos e significados da internet para jovens de classe alta e de classe baixa 19

Subjetividade e engajamento ético-político no enfrentamento da violência policial militar 20

Uma prática preventiva sobre a violência contra a mulher em Maceió 21

GT 02. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PRÁTICAS E DISCURSOS EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PSICÓLOGOS .. 23

A formação em psicologia clínico-social: um relato de experiência 23

A saúde do trabalhador psicólogo inserido nos serviços do Sistema Ùnico de Assistência Social 24

A vivência do Núcleo de Psicologia Social e Comunitária na formação ética e politica do/a aluno/a de Psicologia 26

Análise das práticas desenvolvidas em Estágios Obrigatórios do Curso de Psicologia e a possibilidade de formação crítica do alunado a partir destes espaços 28

As demandas em saúde das mulheres e os grupos: um estudo sobre dificuldades de adesão aos atendimentos grupais 29

Crescer com arte: a mediação a partir do teatro para adolescentes em situação de vulnerabilidade social 30

Da formação do psicólogo: uma experiência de estágio em psicologia social comunitária 32

Diagnóstico organizacional no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): limites e possibilidades para a atuação da equipe multidisciplinar 34

Estratégias de formação em saúde: articulação entre movimento estudantil e vivências no SUS 34

Estudo do relato de psicólogos sobre a prática na abordagem do usuário de álcool e outras drogas 36

Identidade cultural e imagem de si: construções de subjetividade no Centro Cultural Cartola - Mangueira/RJ 37

Políticas Públicas e a rede social significativa de mulheres em contexto de violência 39

Práticas psicológicas em instituições: cartografia clínica e o Plantão Psicológico em outros cenários 40

Práticas desenvolvidas pelos psicólogos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social: interface com a formação acadêmica 41

Psicologia com comunidades: possibilidades construídas junto com uma comunidade em Florianópolis 43

Psicologia Social Comunitária e CRAS: os desafios de uma prática em construção 44

Relato de experiência: intervenção psicossocial por meio da interpretação de um "ato de loucura". 46

Representações sociais do HIV/AIDS em imigrantes no contexto espanhol 48

Vivências comunitárias: fortalecendo a atuação de agentes sociais por meio da construção de um projeto coletivo 49

Ações da Psicologia na ESF: construção integrada de saberes entre universidade e equipes 51

"Processos Grupais e Articulações Identitárias": provocações para formação em Psicologia Social e práticas em comunidades 52

GT 03. ARTE, CIDADE E EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS EM PSICOLOGIA SOCIAL 54

100 Lugares para dançar na Silva Jardim ou a experiência de dançar um novo campus 54

Criações caleidoscópicas: os fazeres psis 55

Deriva Parada 56

Habita-se 57

Jovens, cidade(s) e subjetividade(s): itinerários na cidade histórica de São Francisco do Sul – SC 59

Limiares cidade-subjetvidade 61

Na companhia de Orhan Pamuk: contribuições da literatura para a produção de narrativas de história de vida 62

O internauta, o ocupante bergsonista e o parresiasta: um drama cibercultural 64

O texto como via de passagem - a experiência dramatúrgica e reflexiva de "A via: Passageiros" 64

Os circuitos dos jovens em Jaraguá do Sul: uma pesquisa-experiência encharcada de (im)possibilidades 65

Para além da navalha de Ockham: a complexidade como princípio epistêmico em Psicologia Social 66

Processos imersivos 68

Profanações em Teatro e Psicologia 68

Testemunho Cidade – Nas dobras de uma catadora de histórias recicláveis 70

GT 04. ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE NO BRASIL 72

A atuação do psicólogo com crianças e adolescentes vítimas de violências e abuso sexual 72

A atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades 74

A atuação do psicólogo no CRAS de Uberlândia - Minas Gerais: uma análise fenomenológica empírica 75

A função da psicologia: entre os caminhos de liberdade e segurança e políticas para a juventude 76

A visita íntima de adolescente no sistema socioeducativo como dispositivo para enunciação de questões relativas às sexualidades 78

As políticas públicas para a juventude e o enfrentamento à violência no Estado de Alagoas 80

As práticas psicológicas em Centros de Referência de Assistência Social de Vitória - ES: Modelos teóricos e práticos que orientam a atuação do Profissional Psicólogo 82

Atuação do psicólogo no serviço Paefi: reflexões sobre o trabalho interdisciplinar com o serviço social 84

Coletivos de discussão do trabalho como estratégia de saúde no contexto de adoecimento na assistência social 86

Conhecer para incluir: a estatística como tecnologia de governo 87

Culthis: espaço de pesquisa e atenção psicossocial ao preso, egresso, familiares e amigos 89

Discursos científicos da saúde sobre jovens e adolescentes: definindo populações em risco 91

Entre a justiça e a psicologia: juventudes observadas e ciências que observam 93

Grupos no cárcere: uma experiência possível 94

Infratores ou protagonistas? Um trabalho com adolescentes em medida socioeducativa 95

Intervenção psicossocial e assistência social: questionando o paradigma da clínica no SUAS 97

Juventude, Segurança e Cidadania 99

Novos olhares no cotidiano do CRAS 100

O papel da política de assistência social na vida de Chico: entre a garantia de direitos e a normatização 102

O papel do psicólogo nos CRAS de MG: avanços e desafios para se pensar a Psicologia Social e o SUAS 104

Os sentidos das usuárias para a assistência social 105

Participação social e a política de assistência social na Amazônia: interlocuções com a população de um garimpo 107

Pensando o lugar dos Grupos e Oficinas nos CRAS – contribuições da Psicologia Social 109

Práticas restaurativas na socioeducação: ampliando o conceito de justiça 110

Problematizações sobre a produção de conhecimento da Psicologia na interface com o sistema socioeducativo 112

Projeto Filas em Prisões: Assistência Psicossocial no Sistema Prisional 114

Psicologia e práticas em comunidades: tensões e possibilidades de trabalho no Projeto Caravana da Esperança 116

Reflexões e inquietações do psicólogo na Assistência Social: "Uma vivência no PAEFI" 118

Saúde e aprisionamento: impasses na efetivação de direitos 120

Segurança, território, população: reflexões sobre o SUAS a partir do Seminário de Foucault 121

Sistema prisional em análise: o acesso à Justiça sob ótica dos familiares de presos 123

Violência contra a mulher: representações sociais da Lei Maria da Penha 124

Violência(s) e (con)textos nos HCTPs - Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: falas (im)possíveis 126

“Ele me orienta”: o vínculo familiar e comunitário na Política de Assistência Social 128

GT 05. COMUNIDADE, POLITICA E PSICOLOGIA 129

A articulação do conceito de política em Hannah Arendt e a organização política do MST 129

A potência da inserção comunitária para a atuação em Psicologia: a experiência do NUCOM-UFC 131

Algumas reflexões sobre a vida dos catadoresde lixo em Porto União /SC e União da Vitória /PR: práticas comunitárias e políticas públicas 133

Catástrofes socioambientais: um estudo das políticas públicas habitacionais e da representação dos moradores do bairro Caetano Filho 134

Conselho Local de Saúde no Sistema Prisional: uma recente experiência de instalação .. 135

Consultório na Rua: novas práticas para profissionais de Psicologia na produção de saúde e cidadania 137

Contribuições do PIBID-UFPR/Projeto Interdisciplinar para Educação em Direitos Humanos, Solidariedade e Relações Comunitárias 139

Diálogos sobre supervisão em Psicologia Comunitária 141

Envelhecimento populacional e prática comunitária: alguns questionamentos a partir da literatura científica 143

Experiência de vida no MST: as contradições da consciência 145

Experiências comunitárias na formação em Psicologia 146

Facilitação de diálogos no tema da violência à população LGBT: Projeto de Conversações Públicas em análise 147

Grupos com pais de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: contribuições da Psicologia Comunitária 149

Higienismo e medicalização: breve percurso histórico e inscrições na atualidade 151

Massacre no acampamento Terra Prometida – Felisburgo/MG: o papel da Psicologia frente ao trauma psicossocial 152

Medo e relações de poder: usos do medo como forma de controle social 154

Movimentos religiosos como rede de apoio social a jovens e familiares 155

Notas sobre Intervenção Psicossocial e mobilização de mulheres moradoras da favela ... 157

Novos espaços, velhas práticas: reflexões sobre inserção do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 159

O gigante acordou? Articulações sobre a Psicologia Comunitária e as Manifestações em Fortaleza 161

O psicólogo brasileiro e a política de assistência social: características regionais e dilemas nacionais 163

PET Conexões de Saberes na UFMT: exercício prático da psicologia social comunitária 165

Política e afetos: politização das práticas psicossociais em Psicologia Social Comunitária 167

Práticas de Intervenção Psicossocial com jovens de comunidades pobres do Rio de Janeiro: potencialidades e desafios 168

Problematizando a participação comunitária em projeto voltado a Unidade de Conservação Amazônica 170

Psicologia Social Comunitária e Fórum de Estudantes ProUnistas: atuação nas universidades é possível? 172

Psicologia social comunitária no complexo da funerária: o encontro como estratégia na formação crítica de psicólogos 174

Psicologia social comunitária, terceira idade e autonomia: imbricações das relações comunitárias na construção de identidades geracionais 175

Relato de experiência de um programa de extensão universitária no campo da saúde coletiva em Fortaleza-CE 177

Sobre movimentos sociais e movimentos da consciência política: uma análise das perspectivas de estudantes de um cursinho popular de São Paulo 178

Uma análise das produções textuais da psicologia social comunitária no Brasil entre os anos de 1990 e 2010 180

Vivendo na periferia urbana de Curitiba: precariedade e alternativas em uma comunidade 181
GT 06. CORPO, ARTE E CLÍNICA: EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS . 182
A arte de contar histórias como dispositivo em Acompanhamento Terapêutico 182
A clínica como uma prática artesanal: da herança feminina das crocheteiras à criação coletiva 184
A potência do finito 186
Arquivo e testemunho de vidas infames: restos que insistem 187
Ciência, arte e filosofia: experimentações em Psicologia Social 190
Clínica e dança: estados de Corpo, estados de criação 191
Corpo rasurado, corpo Imundo 193
Da dança à psicologia: traçando caminhos 195
Empoemações: subjetividades em movimentos de Escrileitura 196
Escavar, escrever: dos buracos e das línguas entre a imagem e a palavra 198
Experiência-intervenção com alunos da APAE de Gaspar/SC: o ensino de música a partir da vivência do sensível 200
Experimentações clínicas: da escrita à escritura do si 201
Inventando possibilidades: escrita e clínica como campo de experimentação 203
O Corpo e a Rua: problematizando gestos na poética-política da cidade 204
O in(classificável): uma experiência de exumação e ausência no encontro com a obra de Foer 205
O Testemunho das Águas: experiência, escrita e loucura 207
Pesquisadora e devir artista pornô 207
Promoção de autonomia e vínculo socioafetivo através de práticas artístico-musicais no campo da saúde mental 208
Quando a escrita carrega uma voz. Programa para leitura de uma poesia infame 210
Saberes e práticas com riso na saúde 212
Silêncio e evidência: uma nova abordagem investigativa para a Psicologia Social 213

Testemunho da espera e do silêncio 215

Testemunhos na Clínica do Aprender 217

Um começo pequeno e outro grande – lançar-se na ação: um procedimento entre queda e criação 219

Violências e torturas na época da ditadura civil-militar brasileira: a potência das narrativas 220

GT 07. EDUCAÇÃO SUPERIOR, FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: LEITURAS PSICOSSOCIAIS DOS CONFLITOS E IMPASSES CONTEMPORÂNEOS 222

A dimensão social e o compromisso social na Psicologia: significados construídos por graduandos em Psicologia 222

A experiência de relação com o outro de acordo com alunos de graduação em Psicologia e o uso da Internet 224

A formação em psicologia frente ao processo de interiorização e internacionalização da educação superior no Brasil 225

A graduação em psicologia: gênese da ética, lógica de mercado e produção de subjetividade 227

A precarização do trabalho docente no âmbito da educação superior a visão de proeminentes educadores brasileiros 229

A relação entre formação acadêmica e mercado de trabalho: dificuldades no reconhecimento dos cursos tecnológicos 230

Ações afirmativas em uma universidade federal: pesquisando e intervindo no cotidiano. 231

As atividades teórico-práticas da Psicologia em contextos comunitários: refletindo sobre os desafios na formação 234

As implicações das vivências acadêmicas na evasão/permanência de jovens rurais e não rurais no Ensino Superior 235

Cartografando para coletivizar: desenvolvendo um processo de análise dos discursos e solicitações que aportam em um serviço de psicologia aplicada 237

Estudo exploratório dos currículos dos cursos de graduação em Psicologia da Grande Porto Alegre 239

Fatores de desenvolvimento da consciência: a mediação social promovida aos atendidos pelo PNAES na UFMS 241

Formação em psicologia, psicologia social e educação neoliberal: possíveis cooptações em contexto de embate 242

Histórias de enfrentamento na interiorização: tornar-se psicólogo na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios – AL 244

Licenciatura em Psicologia e Educação para os Direitos Humanos 245

Monitorar o movimento do pensamento: Trabalho de Monitoria em uma disciplina com estágio de psicologia 246

Novas universidades, velhos desafios de inserção: experiências de jovens estudantes na Universidade Federal do ABC 248

O ingresso de jovens menos privilegiados socioeconomicamente no ensino superior: enfrentando impasses 250

O Programa de Reorientação da Formação de Profissionais de Saúde (Pró-Saúde): o contexto universitário em análise 252

Participação política e formação em psicologia: ocupando os espaços da universidade ... 252

Perspectivas estudantis sobre os Bacharelados Interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia – Investigações preliminares 254

Produtivismo acadêmico e modos de subjetivação 255

Reflexões acerca da mercantilização da educação e da autonomia do professor no ensino superior privado 256

GT 08. ESTÉTICA, AFETIVIDADE E POLÍTICA 258

A arte como instrumento no trabalho em Psicologia Social: relato de uma experiência ... 258

A economia política na sala de concerto: uma discussão sobre música e relações de poder 260

A figura revisitada: escultura e psicanálise 261

A fotografia na pesquisa-ação integral: um caminho para desnaturalizar as adolescências e reencantar as periferias 262

A gramática brechitana do exílio 264

As relações entre emoção e fantasia na dinâmica de liberdade e servidão das paixões - a experiência (est)ética de Simone-Castor 266

Circuitos pela cidade: relação de autoria e audiência na composição da pichação..... 267

Espiritualidades e Psicologia: apontamentos de uma compreensão de suas ressonâncias psicossociais 269

Juventude, subjetividade e consumismo na sociedade contemporânea 270

Música, Psicologia e vida social: sentidos, permanências e transformações através do viver artístico 272

O drama do psiquismo: uma análise da relação consciente-inconsciente em Vigotski 273

O jovem espectador, as manifestações artísticas e os espaços públicos e culturais: interrogando experiências 275

O que pode a música do arma-zen? Relações entre rap, bairro e cidade 276

O suicídio: um entrelaçamento entre Filosofia e Literatura em Sartre 278

Olhos Vendados: a experiência criadora na produção de um roteiro de vídeo 280

Relações estéticas e constituição do sujeito na improvisação musical 281

Repensando a sublimação a partir da série televisiva The Wire 283

GT 09. EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA NA SUBJETIVIDADE DA REALIDADE URBANA 283

Ações de enfrentamento à violência na juventude no bairro de Felipe Camarão 283

Adolescência e violência simbólica: as consequências da barbárie para a construção das identidades contemporâneas..... 284

Adolescentes usuários de crack atendidos por uma equipe intersetorial: reflexões acerca da violência estrutural 286

Análise do preconceito em relação à imigração japonesa no Brasil sob aspectos subjetivos 287

As "novas" formatações dos relacionamentos humanos: a destruição dos laços humanos em nome de uma satisfação imediata..... 289

As injunções do retrato dos contos de fadas na contemporaneidade e na subjetividade ... 290

As interfaces do riso e do humor: um ensaio sobre psicanálise e cultura 292

Atribuição do estigma da violência. Reflexões sobre o convívio social em um território urbano periférico 294

Criminalidade: protesto contra o pacto social e reprodução - desigualdade e seus efeitos na subjetividade..... 296

Cultura, drogas e adolescência: suas interfaces 297

Desfiliação social e higienismo urbano: uma reflexão sobre a cidade e suas (in)seguranças 300

Entre a polícia e o tráfico: a saúde de adolescentes em conflito com a lei 301

Inquietações e repercussões a partir da ampliação de políticas públicas de saúde nas prisões no RS 303

Jovens, negros, mineiros e valadarenses: subjetividades marcadas pela vulnerabilidade social e violências 304

Maconheiros: uma tribo pós-moderna..... 306

Moral sexual “industrializada”: a vida amorosa em tempos de indústria cultural 308

O conceito formação reativa em Freud e sua possível relação com o preconceito 311

O desamparo da subjetividade sob a violência simbólica da sociedade da aparência 312

O ocaso narcísico da subjetividade contemporânea: a violência psicossocial e suas possíveis repercussões no psiquismo 314

Os efeitos do “ideal jovem” da sociedade de consumo para o adolescente na contemporaneidade..... 315

Os jogos online uma possível relação com a violência: uma leitura psicanalítica..... 317

Phenix - a ousadia do renascimento do indivíduo sujeito - fase III: o Projeto Phenix a partir de 2008 - uma pesquisa participante 319

Práxis da liberdade nas ruas do Brasil: o sujeito político de Hannah Arendt 320

Práxis social e emancipação: perspectivas e contradições no estado democrático de direito penal 321

Revista íntima no sistema prisional paraibano: expressões da violência na subjetividade de familiares de presos 321

Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre/RS 323

Totem e Tabu: uma análise do Pacto com o Pai 324
Trabalho e “acerto de contas” no tráfico de drogas 326
Tráfico de pessoas e o atendimento às vítimas na região do Mato Grosso do Sul..... 328
Um pensar sobre a prática: relato pessoal de uma experiência com adolescentes vítimas de violência social..... 329
Um Talião arriscado: reflexões sobre o discurso da impunidade no Estado Brasileiro..... 331
Uma experiência de pesquisa-intervenção com adolescentes de periferia..... 332
Visita íntima nas prisões: expressões da violência institucional na subjetividade humana334
Vozes inaudíveis: vivências prisionais e o papel do psicólogo na política de prevenção à criminalidade..... 335
GT 10. IDENTIDADE 336
A dinâmica das identidades em um processo de fusão e aquisição empresarial..... 336
A música e suas articulações identitárias nas vertentes mineiras: fazer musical como projeto de vida 338
A musicoterapia como auxílio no desenvolvimento da identidade de adolescentes portadores de deficiência física..... 340
De bandidões a doentinhos: uma análise das identidades pressupostas numa Instituição Total 341
Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se “transformar em homem” na prisão 343
Gênero, escrita e loucura: uma análise da obra autobiográfica de Maura Lopes Cançado 345
Identidade e projeto de vida de jovens de zona rural 346
Identidade e trabalho: o trabalho medeia a identidade. E o desemprego? 346
Identidade religiosa e discursos políticos..... 348
Intervenção Psicossocial em Instituições de Longa Permanência: especificidades e entraves 349
O feminino entre sons e silêncio: uma geração e as histórias que se cruzam 351
O processo de escolha do prenome pela família e seus efeitos..... 352

Ostras descartadas: implicações das fragilidades relacionais que podem levar indivíduos graduados à mendicidade 354

Pai Cacique e João do Congo: processos identitários na umbanda 356

Paradoxo das identidades da moda contemporânea: liberdade ou dominação? 357

GT 11. PESQUISA ETNOGRÁFICA NA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIAS NA ESCOLA 358

A percepção de alunos e professores sobre o “bullying”: descrição das representações sobre o fenômeno 358

Alteração: perspectivas para o processo de construção de conhecimento no âmbito da etnografia 359

Como coordenadores pedagógicos percebem o bullying nas escolas estaduais de Boa Vista-Roraima 361

Encontros entre surdos e ouvintes na escola regular: desafiando fronteiras 362

Etnografia numa escola técnica em São Paulo pelo olhar da orientação profissional: alguns apontamentos 364

Interdiscursividade e práticas cotidianas: modos operar a política de reserva de vagas na UERJ 365

Mapeamento dos projetos ativos de prevenção a violência nas escolas do município Rio Claro-SP: uma parceria entre Segurança e Educação 367

Os autores e atores das violências na escola 369

Pesquisa-intervenção sobre violências em escolas 370

Possíveis relações entre o potencial resiliente e as relações interpessoais em professora do Ensino Fundamental 372

Problemáticos e violentos: uma (quase) etnografia escolar da produção social da diferença como defeito 373

RedSig e Pesquisa etnográfica: o cotidiano de crianças de 0 a 3 anos e suas famílias de um assentamento rural do nordeste paulista 375

Relações de ensino e (im)possibilidades de desenvolvimento de um aluno com Síndrome de Angelman 377

Representações Sociais da violência escolar para professores de escolas públicas do Vale do São Francisco 379

Representações sociais de violência na escola para estudantes de escolas públicas do sertão pernambucano 381

Trajetórias de sujeitos em contextos de ruas, vivências, violências, a vida como uma escola 382

GT 12. ECOLOGIAS E POLITICAS COGNITIVAS..... 384

A cidade como rede social 384

Aprendizagem situada: um jogo locativo no Jardim Botânico de Porto Alegre 386

Arquiteturas Pedagógicas: uma concepção para a aprendizagem em rede 388

Da epistemologia às ecologias cognitivas: recolocando o problema do conhecer e do conhecimento psi..... 389

Educação, aprendizagem e os dispositivos tecnológicos de produção de subjetividade ... 390

Espaço urbano, tecnologias e participação política: esboço para um programa de pesquisa 391

Espaços simbólicos e Território: ensaios psicossociais em duas cidades fronteiriças..... 393

Inclusão Digital Lúdica com alunos da APAE: desenvolvendo habilidades, desconstruindo preconceitos..... 394

Internet móvel e sujeito-corpo: inquietações do caminho..... 396

Mundo real e virtual: reconstruindo um mundo de possibilidades com idosos institucionalizados..... 397

O uso da tecnologia como mediador de processos de elaboração e ressignificação de experiências..... 399

Player Character: articulação e tradução como engendradores de políticas cognitivas..... 401

Problematizações sobre (comitês de) ética e pesquisa-intervenção 402

Psicologia e Tecnologia em Interface: os jogos de simulação como ferramenta de subjetivação e construção identitária..... 404

Tecnologias digitais e saúde mental: problematizações na academia..... 406

Uma história sociotécnica do Laboratório do Instituto de Psicologia da UFRJ..... 407

Web Individuação – sobre a invenção de si nas redes sociais 408

GT 13. HISTÓRIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL 409

A criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a psicologia comunitária no Brasil 409

A vida arquivada: um estudo sobre os escritos de diários íntimos..... 411

As composições plurais do campo terapêutico: seguindo as pistas de uma divisão de Psicologia Aplicada..... 413

Assassinatos de moradores de rua: que relação tem isso com a Psicologia Social? 414

Compromisso Social da Psicologia e Congressos Nacionais de Psicologia: pistas sobre a Psicologia na Política Nacional de Assistência Social..... 416

Compromisso social da Psicologia: alguns usos e abusos dessa noção 417

Daseinsanalyse: histórias-rede e agenciamentos entre a recalcitrância e a docilidade 419

Desvelando a Psicologia: uma análise histórico-crítica acerca da construção da prática psicológica..... 420

Dos movimentos sociais às políticas públicas: a institucionalização das lutas sociais..... 422

Interlocuções da Psicologia com o pensamento de Michel Foucault..... 424

O étnico-racial nas ciências psicológicas: afirmações de uma ciência im(pura) 426

Pelos caminhos do pensamento psicossociológico: um debate possível para se pensar a realidade à luz da Psicologia Social Crítica 428

Psicologia e ruralidade: campo de composição ético-político de uma ciência para vida .. 429

Reabilitação psicossocial: um breve histórico controverso..... 431

Ressonâncias do pensamento de Foucault no Brasil - para além das categorias sociológicas 432

Uma Questão de Método: origens, limites e possibilidades da etnografia hoje..... 434

GT 14. HISTORICIZANDO OS SABERES PSI FRENTE ÀS PRÁTICAS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS 435

A afetividade limitada: tendências nos artigos atuais da Psicologia sobre as emoções..... 435

A emergência da psicologia no Brasil: uma investigação da Revista Pedagógica (1890-1896) 437

A Igreja Católica e o saber Psicológico no início do século XX 439

A interface entre Psicologia e Direito: desenvolvimento histórico, possibilidades e desafios 440

A loucura e o crime no Brasil: um estudo histórico 441

A Psicologia e o método APAC: uma nova perspectiva de trabalho no sistema prisional 443

Álcool: uma preocupação dos higienistas 444

Compreensão marxista da obra de Vigotski e implicações para a práxis social e histórica do psicólogo na Educação 446

Depressão em idosos institucionalizados: uma atuação na Clínica Ampliada 448

Ditadura, Psicologia e Memória Social 450

Estado y clase social: aportes de la obra de Nicos Poulantzas a la reflexión sobre las prácticas psicológicas en políticas públicas 451

Estudo dos prontuários do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico André Teixeira Lima 452

Experiências de estágio de psicologia no conselho tutelar 454

Foucault e sua contribuição em pensar o processo de estigmatização 456

Hanseníase e políticas públicas no contexto amazônico 457

História da loucura em Sergipe: uma análise do processo de medicalização da loucura no começo do século XX 459

Historicizando as práticas sociais e as políticas públicas a partir das Santas Casas de Misericórdia 460

Memória social da Desmobilização na Colômbia e subjetividade dos ex-combatentes das F.A.R.C e as A.U.C. 462

Novos territórios, transversalidades e itinerários de formação: encontros “entredisciplinares” na Defensoria Pública do Estado de São Paulo 463

O conceito de desinstitucionalização na obra de Franco Basaglia 465

O discurso psicológico na fundação da criminologia brasileira 466

O homem pós-moderno e a judicialização da vida: o que a Psicologia tem a ver com isso? 468

O que nos dizem as sentenças criminais: aproximações entre Psicologia e Direito 468

O saber psiquiátrico: mulheres e o julgamento moral 470

Os serviços abertos em Saúde Mental na perspectiva dos higienistas 472

Planejamento familiar, um estudo sobre seu caráter educativo e eugênico 474

Psicologia e História: a ascensão da disciplina e a decadência ideológica do capitalismo 475

Psicologia, religião e pensamento conservador: análise do discurso da Comissão de Direitos Humanos na aprovação do PDL 234/2011 477

Representações sociais de estudantes de psicologia e professores de ensino fundamental sobre a atuação de psicólogos escolares 479

Saberes Psi e Instituições Judiciárias no início do século XX 479

Saberes Psi no discurso pedagógico nas décadas de 1970-1980: configurações pedagógicas na Educação Especial 481

Uma arqueologia entre o Direito e a Psicologia: do determinismo biológico ao determinismo familiar do criminoso 482

"Estimular a educação eugênica": uma análise do artigo 138 da constituição de 1934..... 483

GT 15. INFÂNCIA E JUVENTUDE: A PRODUÇÃO DE CONCEITOS, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS HUMANOS 484

A criança como "sujeitos de direitos": a compreensão da infância na contemporaneidade 484

A disciplina e a docilidade dos corpos: produção do sujeito saudável na escola pública .. 485

A intervenção pedagógica da Política de Assistência Estudantil na UFJF 487

Adolescência e adoção: os desafios na constituição da identidade 489

Bem-estar infantil e as percepções das crianças 491

Conflitos e sucessos na relação entre crianças e adolescentes em situação de rua e o governo 493

Contribuições da Psicologia Sócio-Histórica para Educação Popular desenvolvida com adolescentes 494

Desenvolvimento humano e projeto de vida: problematizando adolescência, gênero e sexualidade em escolas públicas do semiárido alagoano 496

Diagnósticos de TDAH e Inclusão: análise de efeitos de poder no cotidiano escolar 498

Ideários, valores e lutas de jovens militantes de Maceió 499

Infância na contemporaneidade: concepção de professores acerca do individualismo e consumismo 501

Infâncias, Aids e Políticas Públicas: as diferentes infâncias produzidas pela Aids 503

Juventude, direitos e políticas públicas: reflexões da produção acadêmica brasileira 504

Juventudes e participação: a concepção de política para diferentes jovens militantes da Cidade de Maceió 506

Juventudes e política pública 507

Perfil e percurso institucional de crianças e adolescentes submetidos à internação em hospital psiquiátrico no Estado de São Paulo 509

Políticas de saúde e interditos culturais: reflexões sobre as intervenções de profissionais do SUS em um caso de suposta prática incestuosa 511

Proteção e relações intergeracionais: problematizando a noção de infância 512

Quem são as mulheres que entregam o filho para adoção? 514

Reflexões sobre o conceito de autonomia no contexto de uma escola estadual do Rio de Janeiro 515

Um olhar sobre a intervenção do Estado com famílias pobres a partir da perspectiva dos direitos das crianças e dos adolescentes 517

GT 16. JUVENTUDE, INSTITUIÇÕES E PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL 519

A internação compulsória de jovens usuários de drogas e as estratégias de legitimação dessa medida 519

Adolescente em conflito com a lei: a subjetividade e as medidas jurídicas entre processos de inclusão e exclusão 520

Ato infracional e violência do Estado: ampliando os horizontes para a criação 521

Como é bom ser vida loka: juventude, escola e o consumo musical do funk 523

Conselho Tutelar: instrumento de proteção ou de vigilância, controle e penalização para as camadas populares? 525
Desafios da inclusão escolar/social de jovens com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior: um estudo de caso 526
Escolarização e o processo de inclusão excludente de jovens em privação de liberdade .. 528
Exclusão e inclusão da juventude da/na universidade pública expandida no Norte Fluminense 530
Inclusão Social: análise de como a relação aluno-professor influencia nesse processo 531
Jovens em conflitos com a lei e medidas socioeducativas 533
Juventude e inclusão social: as contribuições da Psicanálise para ressignificar a função da escola 535
Juventude e movimentos na/da cidade: compreendendo os processos de inclusão-exclusão 537
Juventudes em movimento e a produção de um devir periférico 538
Mais um jovem em conflito com a lei... Qual a hora de atuar?! 539
Políticas públicas para a juventude: o jovem atendido 541
Resistências no contemporâneo: juventudes, arte e periferia 543
GT 17. MÍDIA E PSICOPOLÍTICA 544
A dimensão micropolítica do compartilhamento no Facebook 544
Aborto e discursos governamentais na mídia 546
Ativismo político ou baderna? Um estudo sobre as representações sociais de internautas sobre a Marcha das Vadias 547
Comunicação e sociedade: um enfoque crítico a partir do cinema 548
Conjugalidade e mídia impressa: as faces da relação marido-mulher no Jornal Tudo Já!. 550
Consumo hoje: invasão do tempo livre? 551
Corpos para consumo: uma análise de composições do corpo no discurso publicitário.... 552
Dimensões ideológicas de discursos veiculados na mídia sobre a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos 554

Discursos midiáticos sobre o crack: traçando conexões entre Atendimento/Tratamento à Saúde, Família e Criminalidade 556

Experiência de produção midiática alternativa: uma prática desenvolvida a partir dos ideais comunitários 558

Meios de Comunicação e ação feminista: resistência e criação das feministas indignadas na Espanha 559

Mídia, internação compulsória e crack 561

No berço da lógica comercial: produção da subjetividade do bebê através da exposição aos programas infantis televisivos 563

No pé da política: um blog para discussão de políticas públicas de educação e saúde mental 565

O "ter humano" e as identidades "prêt-à-porter": um olhar sobre a dimensão psicossociológica do consumo através da publicidade 566

Processos de subjetivação em contextos educativos marcados pela presença de notebooks, tablets e smartphones 568

Psicologia, arte, criação e criatividade: produções midiáticas nos espaços do Youtube ... 569

Shows de tudo onde tudo é um Show: o discurso de autopromoção da Rede Globo 571

Subjetividade e poder: o dentro e o fora das prisões 573

Superprodutos para super-homens: o poder da mídia e as novas temporalidades contemporâneas 575

Televisão subliminar e juventude: um estudo sobre os impactos da TV na subjetividade dos jovens 577

GT 18. MIGRAÇÕES, PROCESSOS PSICOLÓGICOS E SAÚDE MENTAL 578

Entre a "integração" e a "discriminação": o caso dos imigrantes brasileiros na França 578

Experiência de atuação com jovens estrangeiros em formação superior no Brasil: diálogos entre Psicologia Social e saúde 580

Famílias sem fronteiras: dimensões psicossociais da migração no ciclo de vida familiar . 581

Filhos de dekasseguis: o difícil retorno 583

Imigração dos nipo-brasileiros ao Japão: como se constituem seus projetos de vida 585

Jovens que migram, jovens que morrem: inscrições de subjetividade em cruzes das estradas do Sertão 587

Mulheres em situação de refúgio: experiências de campo no Brasil e na França 588

O Estrangeiro: posição paradoxal do sujeito 590

Subjetividade e migração: uma abordagem intercultural profunda a partir das migrações brasileiras 592

Trajetórias Sócio-Ocupacionais de brasileiras/os retornados da Europa Ocidental 592

Vulnerabilidade e afrontamento do HIV/AIDS no contexto da imigração na Epanha 594

GT 19. MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO BRASILEIRO 595

Análise da ideologia capitalista na relação entre os movimentos sociais e Estado brasileiro 595

Atuação psicossocial e articulação política da população de rua em Natal/RN 597

Conselhos de Gestão de Parques: grupos sociais em movimento? 598

Construção de lutas políticas na sociedade brasileira: dificuldades e possibilidades da ampliação de direitos democráticos 600

Entre o Estado e a política: algumas análises sobre as intervenções realizadas pelo Greenpeace do Brasil e Espanha 601

Gênero e sexualidade na Escola: a gestão de conflitos democráticos via políticas públicas 603

Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Floresta: visibilidade, reconhecimento e protagonismo político 604

O movimento de massas na obra de Freud sob a luz do materialismo histórico dialético . 606

Participação e conscientização por meio da produção de documentários 608

Pesquisa de Psicologia Social: o desenvolvimento da consciência dos indivíduos do movimento social "Pinheirinho" e as implicações de uma desocupação violenta 609

Relação Estado/Movimentos Sociais: Movimentos Negros e LGBT no Brasil Contemporâneo 611

“DESCULPE O TRANSTORNO: ESTAMOS MUDANDO O BRASIL”: uma análise psicopolítica das manifestações de massa no Brasil 2013 613

"Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime": concepções de saúde no MST 614

GT 20. O CUIDADO EM SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO..... 616

A inserção de familiares no tratamento de pacientes portadores de insuficiência renal crônica 616

A participação das associações de pacientes na construção do conhecimento sobre Saúde 618

A participação de usuários de saúde mental na construção de políticas e práticas de cuidado em saúde mental 619

Articulando participação e cuidado em saúde no trabalho junto à comunidade travesti ... 621

Construções cotidianas: práticas de cuidado trigeracionais na saúde masculina 623

Educação em Saúde: um caminho para o protagonismo da população? 625

Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para qualificar o modelo de atenção em saúde mental 626

Esperanças, riscos imponderáveis e controvérsias: querelas sobre a utilização de células-tronco em pessoas 627

Intervenção com autores de violência contra mulheres no âmbito da atenção básica e comunitária 629

Narrativas de mulheres trabalhadoras rurais e de mulheres vivendo com HIV/Aids 629

O manejo de conversas sobre problemáticas sociais no contexto de um grupo de apoio: implicações do discurso individualista para o cuidado em saúde mental 631

Problematizações sobre hanseníase: práticas de cuidado e governamentalidade 632

Produção de cuidado em psico-oncologia 634

Psicologia Social e fortalecimento comunitário: possibilidades de construção conjunta em uma equipe de Saúde da Família 635

Saúde e qualidade de vida: o cuidado como responsabilidade individual 637

Sentidos veiculados no cenário de publicação da Lei Orgânica da Saúde: uma análise documental 638

Serviços substitutivos de saúde mental e hospitais psiquiátricos: análise dos discursos da população paraibana 639

GT 21. POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS 641

A inserção do psicólogo nas políticas sociais brasileiras contemporâneas: explorando um campo ainda emergente 641

A interface disciplinar entre a Psicologia e a Assistência Social: dimensões normalizadoras, terapêuticas e pedagógicas 642

A pobreza como porta de entrada: uma análise psicopolítica das práticas do CRAS 644

A Psicologia no campo da assistência social: em questão as concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS 646

Assistência Social e pobreza: uma problematização arqueológica das conferências nacionais de assistência social 648

Concepções sobre pobreza, voluntariado e diferença de voluntárias e voluntários em Florianópolis 649

Espiral hermenêutico: uma proposta dialógica para a construção de conhecimento 651

Gênero, pobreza e trabalho 652

Implicações psicossociais da seca em moradores da zona rural na região Nordeste 653

Internação Compulsória e um breve percurso histórico acerca das reformas urbanas 655

Pobreza e suas implicações psicossociais 656

Pobreza, fatalismo e insegurança: aspectos para a compreensão da juventude pobre 658

Pobreza: uma nova categoria para a Psicologia? 660

Processos de subjetivação e resistência em uma comunidade situada no contexto sucroalcooleiro alagoano 661

Programa Bolsa Família em Florianópolis: gênero e pobreza 663

Seguindo redes heterogêneas das políticas públicas de enfrentamento à pobreza 664

Visitas domiciliárias: a percepção das famílias 666

“A gente sempre entende como uma ajuda, né?”: as representações sociais dos(as) usuários(as) sobre a política de assistência social 668

GT 22. POLÍTICA, AMBIENTE E COMUNIDADE: A MUNDIALIZAÇÃO E SUAS INTERFACES COM A PSICOLOGIA SOCIAL 669

Análise do rap quilombola Terra de Quilombo do Grupo Realidade Negra: escuta participante e reconhecimento 669

Coletivos “alternativos” a modos massificados: distintas relações com os consumos? 671

Lixo, conduta humana e a gestão dos insuportáveis 673

Mapeamento etnográfico de movimentos de ocupação urbana em Porto Alegre 673

Memória e possibilidade de elaboração da violência da ditadura militar 675

Memória: a narração como exercício do reconhecimento 677

O surgimento da ‘questão natural’ na obra de Serge Moscovici 678

Política, ambiente e comunidade: a mundialização e suas interfaces com a Psicologia Social 680

Psicologia e Políticas Públicas: possibilidades para inclusão de catadores de materiais recicláveis 682

Qual a vista da cidade de Boa Vista? Um estudo com os professores da UFRR 683

Relacionamentos afetivo-sexuais e prevenção de DST/Aids e uso abusivo de drogas entre turistas e jovens de comunidades anfitriãs de turismo do Vale do Ribeira 685

Relações entre ser humano e meio ambiente: uma análise do enraizamento/desenraizamento na comunidade São Remo 687

Vulnerabilidade, território e adolescência: da elaboração das políticas públicas às práticas sociais 689

“Eu ligado em natureza”: práticas psicossociais e representações sociais no Santo Daime 690

GT 23. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PRÁTICAS SOCIAIS: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DAS VULNERABILIDADES ASSOCIADAS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS 692

A Interdisciplinaridade em debate no espaço de um Fórum sobre Desastres: conhecimentos e intervenções 692

A relação afetiva do policial militar com o ambiente militar como potencializadora/despotencializadora de ação 694

AdoleS(c)Er: sentido de “Mudança de Vida” para adolescentes do Bairro Genibaú, Fortaleza - CE 696

Educação preventiva - possibilidades pedagógicas para o Ensino Fundamental I 697

Estimar os jovens é estimar a escola, o bairro e a comunidade 699

Implicações socioafetivas do jovem com o local de moradia 701

Mídia e Psicologia Social: a cobertura da mídia impressa sobre as cheias nos Pantanais Mato-Grossenses 702

No movimento das águas o movimento da vida: identidade e relações sociais de gênero das pescadoras dos rios Aquidauana e Miranda 704

O lugar dos pluviômetros na gestão de riscos de desastres ambientais em São Paulo-SP. 705

Oficinas de risco e prevenção: considerações sobre um estudo/pesquisa com adolescentes moradores do bairro Jaçanã – São Paulo/SP 706

Os Mapas Cognitivos/Afetivos como possibilidade para coleta de dados e entendimento de Territórios Existenciais 708

Políticas Públicas e as cidades invisíveis 710

Práticas Discursivas e Políticas Públicas sobre crack 710

Sem Lugar 711

GT 24. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO BÁSICA 713

A Redução de Danos no atendimento especializado a álcool e outras drogas 713

Ações em Saúde Mental: grupo com usuários de uma Unidade de Saúde da Família 714

Ações integradas de matriciamento e intersetorialidade entre o CAPS, a ESF e o CRAS 716

Apoio matricial em saúde mental: experiência de uma equipe de NASF do Município de Maringá - PR 718

Atenção básica e cuidado em saúde mental no território: um desafio para a Reforma Psiquiátrica 720

Atuação em saúde mental na atenção básica: trabalhando com agentes comunitários de saúde 722

Concepções de profissionais, usuários e familiares sobre um projeto de rádio e jornal no CAPS Conviver – Rio Grande 724

Configurações da Rede Intersetorial e percursos de jovens usuários de drogas em conflito com a Lei 726

Considerações sobre a pesquisa-intervenção no CAPS-ad e os princípios e políticas do SUS 727

Enfrentamento ao crack: contradições e implicações sociais e econômicas de um programa governamental 728

Horta comunitária: semeando ideias e irrigando vidas 730

Humanização em saúde mental: estratégias de acolhimento à crise em serviços de emergência de hospital geral 732

O brincar na Atenção Básica em Saúde: a construção de um grupo com crianças 733

O que pode a Psicologia na Atenção Básica à Saúde? 735

Por detrás da “vitrine” da Saúde Mental na Atenção Básica 736

Reabilitação Psicossocial: uma perspectiva clínica 738

Reflexões sobre uma atenção estratificada em saúde mental e seus efeitos na atenção básica 740

Reforma psiquiátrica e desinstitucionalização do ponto de vista dos “usuários” dos serviços de saúde mental 741

Saúde Mental e cidadania: desafios da Política Pública de Saúde Mental de Maringá - PR 743

Saúde Mental e Atenção Básica: atuação com equipes de Unidades Saúde da Família 745

Trajetória em saúde mental dos pacientes com risco de suicídio 747

Vídeo-blog Psicologia e Políticas Públicas: discussões sobre políticas em Saúde Mental 748

“Aliança Pela Vida”: qual(is) ideologia(s) sustenta(m) sua implantação? 750

GT 25. PRODUÇÃO SUBJETIVA E PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE NO BRASIL 752

"Capitães da Areia": pistas para uma leitura genealógica sobre adolescentes em conflito com a lei 752

A internação compulsória de adolescentes usuários de drogas e a noção de economia política 753

Amizade e contracondutas 755

Análise das implicações da realização de visita assistida no Estado do Espírito Santo..... 756

Apontamentos analíticos sobre os efeitos subjetivantes do Sistema Socioeducativo 757

Apostando na produção de novos modos de subjetivação na atuação com crianças e adolescentes..... 760

As práticas punitivo-repressivas na socioeducação e a invenção de práticas libertárias na resolução de conflitos..... 761

Convivência familiar e comunitária no acolhimento institucional em Aracaju/SE 762

Direitos Humanos: conversações entre Karl Marx, Hannah Arendt, Gilles Deleuze e Giorgio Agamben 764

Direitos sexuais e direitos reprodutivos para jovens rurais? Tensões e impasses no acesso a esses direitos..... 765

Infância, adolescência e situações de decisão 767

Internações psiquiátricas de crianças e adolescentes em situação de rua usuários de drogas 769

Música e políticas socioculturais: uma experiência de inclusão social voltada à infância e adolescência 770

Notas sobre as práticas discursivas acerca do morrer na contemporaneidade 771

Os efeitos da construção de “vínculo afetivo” na rede de acolhimento institucional e familiar de Vitória..... 773

Política pública: tecendo infância(s) na experiência com a cidade..... 775

Políticas de socioeducar e subjetivar: rachar palavras e direitos juvenis 776

Por uma problematização do fazer do educador social nas políticas da Assistência Social 778

Práticas de governamentalidade no âmbito das políticas sociais e medidas socioeducativas 780

Primeiras impressões acerca das falas dos operadores das medidas socioeducativas em meio aberto: entre práticas discursivas de não adesão e de reincidência 781

Produção de subjetividade, tessituras das pesquisas com escola básica e formação inventiva de professores 782

Projeto piloto no colégio Mário Quintana: problematizando a lógica penal e a judicialização nas práticas pedagógicas 784

Psicologia e saúde: reflexões sobre infância e tecnologias de cuidado 785

Subjetividade penal no cotidiano da escola 787

Transversalizando proteção, lei e ordem no campo da infância e da adolescência 789

Um percurso entre instituições 790

“Não deu tempo de viver honestamente”: sentidos de futuro para adolescentes privados de liberdade 792

GT 26. PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS 793

"Do ventre escuro de um porão vou baixar no seu terreiro": Candomblé e resistência 793

A Memória Social Indígena: a Psicologia em questão 794

A noção de pessoa na Psicologia Crítica africana: contribuições para a descolonização da Psicologia 796

A socialização do racismo aversivo em crianças 797

Aniela Ginsberg e o estudo das relações étnico/raciais no Brasil 799

As Comunidades Quilombolas no Município de Santarém-Pará e a vulnerabilidade programática ao HIV/Aids 801

Discriminação racial e estresse: apresentação da versão brasileira da race-related stress . 802

Eu sou todas elas: a luta cotidiana das mulheres negras 804

Identidade étnica e preconceito racial: um estudo com jovens de escolas públicas de Fortaleza 805

Interseccionalidade Gênero, Raça e Etnia e a Lei Maria da Penha 807

Nem Tupi nem Tapuia: resistência, multiplicidade e organização sociopolítica: a dinâmica identitária dos indígenas brasileiros 809

O fenômeno da despersonalização e suas relações com a infra-humanização e o racismo 810

Pensar o racismo no Brasil através do diálogo entre a antropologia e a psicologia 811

Políticas de Ação Afirmativa: análise do desempenho e permanência dos cotistas raciais na UFPR 813

Preconceito racial: nomeação e enfrentamentos: um estudo psicossocial a partir da trajetória de jovens negros 815

Reconhecimento e ressignificação: identidade positiva e juventude negra 816

Trazendo Exu para a Roda: ou a produção de novas epistemologias em direção a uma Psicologia Anti-Racista 818

GT 27. PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS 819

A constituição de um coletivo de trabalho autogestionário na articulação Saúde Mental e Economia Solidária 819

A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre as possibilidades de atuação 821

Conectando saberes no setor mineral: a análise de acidentes e o direito de recusa do ponto de vista da atividade 823

Desqualificação para o trabalho: a qualificação profissional como ideologia 825

Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett 826

Do trabalho doméstico não remunerado ao trabalho remunerado: trabalho feminino em cooperativas rurais descentralizadas ou virtuais 828

Etnografia em Psicologia Social do Trabalho: caminhos e possibilidades 830

Gestão Pública Municipal no Sul de Santa Catarina e significados do trabalho: dados qualitativos preliminares 831

Impasses gerados pelo trabalho imaterial na vida privada: um estudo sobre os profissionais do esporte 832

Implicações da reestruturação da carreira pelo “Choque de Gestão” na subjetividade do docente da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais 834

Influência de gênero nas construções identitárias no trabalho de trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo 836

Juventudes: tramas da vida cotidiana de jovens universitários que trabalham 838

Mulheres vigilantes: profissionalização e reconfigurações identitárias 840

Poder de agir, saúde mental e trabalho: estudo de caso de um agente de segurança penitenciária 841

Políticas públicas para a juventude e o lugar do jovem no mundo rural 842

Precarização do trabalho: ensaio sobre as políticas públicas voltadas a saúde do trabalhador 844

Saúde do servidor público federal: política, discursos e as práticas prescritas 845

Terras, trabalho e panelas coletivas: a produção da vida como política no cotidiano de um assentamento rural do MST em Rondônia 846

Trajetórias, cotidiano e sentidos do trabalho de diaristas 847

Um mar de sentidos: histórias de uma associação de mulheres pescadoras 849

GT 28. PSICOLOGIA SOCIAL, ARTE E IMAGEM NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: INTERVENÇÕES, INVENÇÕES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL 850

A pesquisa com imagem na Psicologia: fenomenologia e engajamento 851

À propícia penumbra: constelações do álbum sistemático da infância 852

Análise da atividade de coleta de lixo por meio de imagens produzidas coletivamente ... 854

Anos 70: Arte e políticas de resistência 855

Arte, imagem e Reforma Psiquiátrica: relato de experiência em Psicologia Social Comunitária num CAPS III 856

Corpo, imagem e feminilidade no cinema: estratégias de resistência 857

Encontros com a pesquisa: uma experiência sobre trabalho em saúde, tempo e fotografia 859

Eu no Facebook: imagens, espaço (auto)biográfico e produção subjetiva 860

Exacerbação da ambiguidade em "Jogo de Cena" 862

Fotografias do cotidiano: modos de trabalhar e a saúde do trabalhador de saúde mental . 863

Imagens, cenas, experimentações - estratégias de intervenção institucional na formação estética de educadores de arte 864

Mostra fotográfica: "A história de cada um" 866

Narrativas da escuta: imagens de uma Estética do Sensível no Cuidado em Saúde 868

O desenho, fotografia e vídeo na investigação e intervenção psicológica 869

Perspectivas do uso da fotografia numa pesquisa em Psicologia..... 871

Política na rua: a construção de estéticas de ocupação 872

Sueños de consumo: El imaginario social del consumismo y su colonización de la subjetividad 874

Tensionando olhares na Marcha das Vadias: análise de implicação na intervenção fotográfica 875

Tu és a metodologia: o caminhar como recurso metodológico, entre limites e possibilidade da imagem e do discurso 876

Uma proposta irrecusável: visões do poder e liderança política em "O Poderoso Chefão" 878

GT 29. PSICOLOGIA SOCIAL, POLÍTICA E SEXUALIDADES 879

A fofoca e sua relação com as práticas afetivos sexuais 879

A formação em Psicologia e o olhar para a diversidade sexual - Intervenções do Coletivo Transex em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul 880

Estudo comparativo dos eventos: Parada do orgulho LGBTT e Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de 2013 882

Gênero como produção biotecnológica..... 883

Levando igualdade do centro à periferia? Políticas públicas e possibilidades de discutir igualdade à/sem distância..... 885

Lo contingente de la política: análisis de las expresiones colectivas del movimiento LGBT montevideano 887

O futebol como estratégia de enfrentamento à violência homofóbica intrafamiliar contra jovens lésbicas..... 889

Oficinas de sexualidade na escola: pensando o corpo e a diversidade para além dos saberes da religião, da biologia e da pornografia..... 890

Política sexual: entre o universal e o particular, os direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa 892

Práticas educativas relacionadas a sexualidades na rede de educação básica do município de Florianópolis/SC..... 893

Repertórios sobre política em notícias sobre a Parada da Diversidade de Pernambuco 895

Segundas Trans-tornadas: uma proposta de intervenção em Direitos Humanos 897

‘E na hora do banho?’: uma análise sobre a presença dos homens na educação infantil... 898

“Deus rechaça o pecado, mas acolhe o pecador”. Religiosidade e HIV/AIDS – um estudo de caso sobre a resposta evangélica à epidemia em Recife 900

GT 30. PSICOLOGIA, TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES..... 901

A bio-legitimidade e os usos políticos dos corpos nos tribunais brasileiros: a retificação de registro civil de indíviduos transexuais na jurisprudência brasileira 901

A Estratégia de Saúde da Família e a experiência das travestis..... 902

As travestis sob a ótica das representações sociais no Jornal da Paraíba: entrelaçando direitos, violência e gênero..... 904

Contributos da Psicologia (Social) Crítica e dos Direitos Humanos para a leitura das transexualidades 906

Desafios e perspectivas para as transexuais mulheres no mercado de trabalho..... 907

Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte 909

Homem com T maiúsculo. Reflexões sobre a experiência de transhomens 911

Impactos das regulações sociomédicas nas trajetórias afetivo-sexuais de intersexuais..... 912

Livre arbítrio para a Cinderela do gueto: a performatividade de gênero na obra de uma cantora "transex" 913

Nas pistas do desejo... As experiências de se assumir “marido de travesti”..... 915

O (não)acesso das mulheres trans à saúde integral: uma análise a partir do quadro dos direitos humanos e da vulnerabilidade..... 916

O processo de transexualização: uma análise psicossocial de significados e sentidos em histórias de vida..... 917

O processo transexualizador do SUS: obrigatoriedade da heteronorma como política pública? 918

Pessoas transgêneras e a escola: reflexões acerca da história de Coy Mathis..... 920

Problematizando gênero, sexualidade e envelhecimento nos modos de vida de travestis em contextos cearenses 921

Promoção de saúde e Direitos Humanos como organizadores do trabalho com as travestis 922

Travestilidades, transexualidades e o SUS: trajetórias de encontros e desencontros..... 923

Um discurso reflexivo: transexuais, travestis e (des)igualdade familiar..... 924

Uma clínica cartográfica do trabalho das travestis prostitutas na rua pela retomada de outras pesquisas..... 926

Uma voz transgênera em *Grande Sertão: Veredas*..... 927

GT 31. TRABALHO NA PERSPECTIVA CRÍTICA..... 929

A construção social do conhecimento nas práticas dos trabalhadores metalúrgicos do Grande ABC: um estudo psicossocial em empresas de inovação tecnológica 929

A inclusão social pelo trabalho de pessoas com sofrimento psíquico: outra lógica 930

A instrução ao sósia e sua contribuição para a restauração dos coletivos de trabalho..... 932

Autogestão e "Gestão de pessoas": possibilidades e desafios para o desenvolvimento de um sistema a partir dos princípios da economia solidária à luz da psicologia sócio-histórica 933

Coisificação e Simulacro: uma análise socioeconômica das relações modernas produtoras de mutação 935

Configurações contemporâneas do trabalho militar: uma classe-que-vive-do-trabalho 937

Cursos Técnicos: reflexos na trajetória ocupacional de estudantes 939

Economia Solidária e saúde mental: experiência de formação para CECCOS no município de São Paulo..... 941

Eles não usam black-tie: o protagonismo do trabalhador operário 943

Estereótipos e preconceito em relação às pessoas com deficiência: a perspectiva dos gestores 943

O Trabalhador nos serviços substitutivos de saúde mental: recursos humanos ou sujeito de direitos? 945

O trabalho docente feminino na Educação à Distância numa perspectiva crítica: esboçando uma análise..... 947

Psicologia e formação dos/as trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários 949

Psicologia Sócio-histórica: o cortador de cana frente ao atual cenário socioeconômico do Brasil 950

Saúde mental e trabalho no Brasil: configurando uma área do conhecimento 952

GT 32. "ECOLOGIAS OUTRAS": TRAÇADOS POÉTICOS, ESTÉTICOS E POLÍTICOS 953

A (in)sustentabilidade da imagem 953

Águas do Rio Cuiabá: ecologias políticas para repensar os recursos hídricos em Mato Grosso 955

Eco-narrativas e escritas de si no/do cotidiano escolar: a contribuição de Milton Hatoum 956

Educação Preventiva - possibilidades pedagógicas para o Ensino Fundamental I 957

Narrativas e modos de viver e pensar um ambiente 958

O educar em direção a novas práticas sociais: a formação do pensamento ecológico na Escola VILA 960

Parques naturais como ambiente para o desenvolvimento psicossocial 962

Pequeno A, B, C de encontros sonoros: entre cotidianos da educação ambiental 964

Pessoas e peixes na arte, ciências e no cotidiano: outras ecologias das relações multiespécie 964

Pina Bausch adentra o cotidiano escolar - Inspiração, conteúdo e leveza 966

Subjetivações selvagens: devires insetos para dançar nas fendas imperceptíveis e atravessar fronteiras 967

Sustentabilidade afetiva: por uma política de resistência 968

Uma análise cartográfica de um encontro amoroso 970

Vida poética de Roberto Piva: ecologia do delírio 971

GT 33. GÊNERO E CORPO 972

'O pessoal é político'? – conexões entre amor, gênero e sexualidades no contemporâneo 972

A sexualidade da mulher negra 974

Adoção: uma nova possibilidade da mulher contemporânea experienciar a maternidade. 974

Análise da vivência de mulheres aracajuanas vítimas de violência doméstica por seus parceiros 975

Casa Lar: o trabalho de mãe social e a construção de vínculo e desenvolvimento infantil 977

Corpo feminino: análise das capas da revista "Corpo a Corpo"..... 978

Fotografias: possibilidades de resistências por meio do registro histórico 980

Mulheres, prisão e tráfico de drogas: uma perspectiva de genêro..... 981

O processo de construção de si na narrativa de homens autores de agressões nos contextos da violência de gênero..... 982

Ocupação popular e auto-gestão: a violência de gênero em foco 983

Os efeitos sobre a produção de Boletins de Ocorrência em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher: antes e depois da Lei Maria da Penha..... 984

Políticas públicas de enfretamento da violência contra a mulher: a casa-abrigo como espaço de acolhimento 985

Psicologia e lesbianidade: enunciados heteronormativos e seus efeitos na clínica psicológica 987

Repensando a concepção de violência e exploração na esfera da sexualidade a partir da objetificação e da hierarquia de relacionamentos nas camadas socialmente vulneráveis.. 988

Romances como produtores e reprodutores de gênero..... 990

Traficante, puérpera e dependente: representações sociais do envolvimento de mulheres com crack na imprensa..... 992

“A cura para a violência é o respeito”: representações sociais de violência para adolescentes 993

GT 34. TRABALHO E SUBJETIVIDADE 994

A corporeidade afetada pela “desvantagem” física adquirida pelo trabalho: análise de dados de sistemas do Estado e de um caso de uma trabalhadora de frigoríficos 995

A gestão do risco e da saúde na atividade dos inspetores ferroviários da logística no setor mineral da região metropolitana de Belo Horizonte 996

A saúde do trabalhador, a economia solidária e o cotidiano de trabalho 997

Análise foucaultiana do cotidiano de um programa de inclusão social pelo trabalho e aprendizagem do ofício de artesãos 999

Entre a produção de cuidado e a produção de loucura: experiências na assistência em saúde mental na cidade de São Paulo 1000

Formação e subjetividade de trabalhadores de Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil 1002

Modalidades e práticas de inserção via o trabalho em saúde mental no território de Bolonha 1004

O sentido que professores atribuem ao seu trabalho a partir do uso de laptops educacionais 1005

O trabalho imaterial e o corpo do ator: desafios e limites 1007

Os indesejáveis na Praça da Sé: uma aproximação etnográfica 1008

Processos organizativos e as políticas educacionais de formação para o trabalho no Brasil 1010

Produção de subjetividades e o universo circense 1012

Psicologia Social do Trabalho e Educação: uma discussão a partir da literatura espanhola recente 1013

Todo dia é dia de festa: os sentidos e os significados do trabalho no contexto circense . 1015

Trabalho e atenção primária à saúde: significados de integralidade apresentados por profissionais de Unidades Básicas 1017

Trabalho e dependência química: a dimensão subjetiva da exclusão social 1018

Trajetória do Ensino Técnico Profissional Brasileiro 1020

“A gente é ser humano”: as vicissitudes da atividade de agente de segurança socioeducativo 1021

GT 35. ARTE E MÍDIA 1023

A paisagem viva da Liberdade 1023

Análise de uma propaganda da Marisa e sua relação com a construção de subjetividade do sujeito 1025

Cartografia e Literatura: o expressivo em Lima Barreto 1026

Corpos interditados: representações sociais da mídia impressa sobre a relação entre drogas x maternidade 1028

Homens sem qualidades à espera de Godot: reflexões sobre a tendência ao vazio tautológico na modernidade 1029

Michel Foucault tragediólogo: a literatura trágica como dramatização da história do presente 1030

O corpo que dança na Escola do Teatro Bolshoi do Brasil: conformidades, resistências, variações 1031

O pensamento visível nos Écrits de René Magritte: uma análise inspirada pela psicanálise implicada 1034

Oficinas de Literatura Infantil na Casa dos Cata-Ventos: a contação de histórias como dispositivo clínico no trabalho com a infância 1035

Os desafios do envelhecimento no olhar do cinema de cinco continentes 1037

Projeto de Pesquisa: Construção do corpo feminino na contemporaneidade: análise das propagandas de Natura Chronos 70+ 1039

Publicidade do crédito: o brilho da aquisição, o opaco das (condições das) dívidas 1040

Redes sociais e experimentação política da amizade: uma análise a partir da teoria dos afetos em Espinosa 1042

Representações Sociais da relação entre drogas e prostituição na imprensa brasileira ... 1043

Studium, punctum, descrição e detalhe: uma aproximação entre fotografia e literatura . 1044

Temporalidade kairológica do Dasein e Plantão Psicológico – Reflexões a partir de fotografias de Alexandre Orion 1046

Uma Psicologia Social da Crítica Cultural: contribuições de Siegfried Kracauer 1048

GT 36. JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA 1049

"O amor incondicional, sobrevivendo ao sistema prisional" 1049

A Educação Agrícola em regime de internato no Brasil: produção de subjetividade, impasses e possibilidades 1051

A Redução de Danos no contexto das Penas Alternativas 1052

Arquivo Cezar Rodrigues Campos: registros militantes 1052

Avaliação do grau de independência nas atividades básicas e instrumentais da vida diária de idosos institucionalizados 1054

Grupo focal como técnica de intervenção comunitária em abrigo para menores 1055

Mulheres no cárcere: clínica, corpo e devir arte 1057

Mulheres presas: experiências de gênero, opressão e liberdade 1058

Oficinas Temáticas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: alcances e limites 1060

Os Direitos Humanos no Brasil: casos de violação de direitos junto à Anistia Internacional 1063

Os sentidos atribuídos à juventude, violência e justiça por jovens em Liberdade Assistida em São Paulo/SP 1064

Reflexões sobre geradores do conflito com a lei a partir da Gestalt-terapia e sua epistemologia 1066

Relações afetivas e processos identitários de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional: uma pesquisa com Oficinas de Grupo 1068

“Para você, o que é Pena Alternativa?”: resultados preliminares de uma pesquisa em representações sociais 1069

GT 37. PROBLEMÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM CONTEXTOS DO SUAS 1071

A atuação da Psicologia no campo da Assistência Social 1071

Crianças e adolescentes em Situação de Rua: um olhar aproximado de uma realidade excluída 1072

Gestão participativa? Experiências de profissionais da saúde e assistência social de Uberaba 1072

O cuidado em Saúde Mental na Atenção Básica 1074

O grupo como dispositivo nas tramas do processo de envelhecimento 1076

Um estudo psicossocial sobre violência e desenvolvimento humano no município de Dourados-MS 1078

GT 38. SAÚDE E CLÍNICA 1079

A abordagem da violência contra idosos por profissionais da atenção primária 1079

A arte como disparadora de sentidos para profissionais que lidam com o processo saúde-doenças crônicas-cuidado 1081

A atividade no Programa Saúde da Família: entre normas contraditórias e práticas controversas 1082

A configuração do SUS através do corporativismo: uma análise da influência das Classes Profissionais 1084

Ações da Psicologia na Estratégia de Saúde da Família: resultados preliminares de um projeto de intervenção 1085

Ando e penso com mais de um: a 'autonomia' na saúde mental via estratégia GAM 1087

Apoio institucional enquanto uma estratégia de potencialização da rede de saúde 1089

Apoio Institucional: dispositivo para a produção de um usuário cuidador 1090

Da História à Estória: vetores para uma Clínica da Singularização 1091

Devires da clínica ou uma clínica do devir 1093

Educação Permanente em Saúde e os Estágios de Vivência no SUS: construindo modos de subjetivação 1095

Ensaios sobre uma clínica da experiência 1096

Ética, política e arte - a clínica transdisciplinar como cigana e diversa 1098

O modelo psicossocial de atenção e a interlocução usuário x família x profissionais 1100

O que pode a Educação Permanente em Saúde? Experimentações metodológicas em uma pesquisa viva 1102

Processos de estigmatização da Aids e sua relação com o cuidado territorial na ESF 1103

Promoção da Saúde e práticas corporais: refletindo sobre estratégias de cuidado na atenção primária à saúde 1105

Psicologia e atendimento às equipes da Estratégia Saúde da Família em espaços grupais 1107

Saúde, trabalho e integralidade no âmbito do SUS: cartografias e apoio institucional 1109

GT 39. SAÚDE MENTAL 1111

Adolescência e uso de crack sob a perspectiva do conceito vulnerabilidade 1111

Apoio matricial no cuidado em saúde: formação interdisciplinar para estudantes e profissionais 1113

Cartas: um olhar para si mesmo 1114

Dispositivos de liberdade? Relações entre medicalização, saúde mental e atenção básica no Brasil 1116

Do manicômio à associação: uma etnografia de uma associação de usuários e usuárias de serviços de Saúde Mental de Florianópolis, Santa Catarina 1117

Família e idoso: repercussões psicossociais do cuidado a idosos com dependência que frequentam centro de convivência..... 1119

Medicalização da vida: estudo sobre o uso de psicofármacos no Espaço de Cuidado em Saúde 1121

O Acompanhamento Terapêutico como dispositivo clínico-político de atenção à adolescência na saúde mental 1123

O espaço residencial como um instrumento para a construção da autonomia: um estudo nos Grupos Apartamentos no território de Bolonha 1125

O sentido da maternidade para mulheres portadoras de sofrimento psíquico..... 1126

PET-Saúde e Rede Mãe Paranaense: panorama da saúde mental das gestantes da Unidade Básica de Saúde do Novo Bandeirantes - Cambé/PR 1128

Política Nacional de Humanização e trabalho em saúde: alguns apontamentos..... 1129

Políticas públicas de saúde e nomadismo: problematizações a partir da análise de documentos 1131

Políticas sobre Drogas e Acolhimento 1132

Reabilitação Psicossocial no CERSAM: uma história de vida 1134

Reabilitação: análise comparativa Brasil/Itália 1135

Trabalho em saúde: uma perspectiva do Cuidado de Si nas práticas de desinstitucionalização 1137

CATEGORIA: PÔSTER..... 1138

EIXO TEMÁTICO 1. EDUCAÇÃO 1138

A apropriação crítica da realidade como pressuposto para a transformação social 1138

A atuação em Psicologia Escolar e sua interface com a Saúde Mental 1140

A construção de um dispositivo grupal em esquizoanálise: psicologia e arte..... 1142

A identidade do professor do primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos 1143

A importância da Educação de Jovens e Adultos na vida de seus alunos: um estudo de Representações Sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro..... 1145

A leitura como elemento subjetivador no contexto escolar 1146

A leitura como potencializador do desenvolvimento pela Perspectiva Histórico-cultural 1148

A materialidade que incomoda: uma revisão de literatura dos estudos de gênero na educação 1150

A motivação na aprendizagem no contexto acadêmico de Universidade Federal 1151

A prática em orientação profissional como efetivação do compromisso social da Psicologia 1153

A queixa escolar no contexto universitário: um estudo de caso 1155

A supervisão docente como componente da formação em psicologia: a experiência do Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim 1156

Ações afirmativas, alteridade e cotidiano: elementos psicossociais na vivência do aluno de medicina da UFMG 1157

Adaptação acadêmica em alunos cotistas e não cotistas 1159

Adolescentes em situação de vulnerabilidade social: cidadania e identidade social 1160

Apoio Psicológico na Assistência Estudantil: uma experiência de trabalho..... 1162

CINE PSI..... 1164

Colaboração e conflito no campo educacional: análise do filme Escritores da Liberdade 1165

Da Rua ao Trabalho: a reconstrução do projeto de vida de adolescentes em situação de ex-moradia de rua em Recife/PE..... 1166

Determinantes da violência na juventude segundo os jovens participantes de um Projovem Urbano em Natal/RN..... 1167

Diferentes formas de violência escolar na percepção de alunos da Educação Básica 1169

Educação Inclusiva nas escolas especiais: uma integração da equipe e família 1171

Escola: relações de poder, hierarquia e formação 1173

Escritor e leitor: uma ressignificação criativa 1174

Formação e atuação profissional: o que os psicólogos escolares/educacionais têm a dizer sobre isso? 1175

Identidade psicossocial dos adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (campus Vitória de Santo Antão) em regime de internato .. 1177

O papel do psicólogo na escola na visão de professores da rede de ensino fundamental de Florianópolis/SC..... 1178

Pensando a escola e o "ser professora": hierarquias, silêncios e incômodos por estudantes normalistas 1179

Percepção do clima social em ambiente escolar 1180

Preconceito: Educação como proposta para Emancipação 1182

Problematizando a expansão numérica dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil e em Goiás..... 1183

Problematizando o fazer do Psicólogo na escola: investigação por meio de intervenção com estudantes 1184

Professoras e pais falam sobre as experiências das crianças no primeiro ano do ensino fundamental..... 1186

Projeto Cadê Você? Extensão em Psicologia Social Comunitária..... 1187

Reeducar para incluir: uma alternativa viável para a segunda chance..... 1189

Reflexões sobre violência e produção social da identidade e da diferença na escola..... 1190

Representações sociais das equipes técnicas acerca do cuidado à criança nas creches da USP 1191

Sentidos e significados atribuídos à atividade docente: constituição de caminhos para a produção de conhecimentos 1192

Um ensaio sobre a construção da identidade em PcD's mediante prática esportiva..... 1194

Velhos consumidores (novos) endividados: perspectivas de educação para o consumo na contemporaneidade..... 1196

EIXO TEMÁTICO 2. SAÚDE 1197

"Assédio Moral: é conhecendo que se combate" 1198

(Des) Informação de pacientes em cuidados paliativos internados em clínica cirúrgica: aspectos psicológicos relacionados 1199

(Re)vendo a internação compulsória: discussão acerca do cuidado de pessoas que fazem uso de crack 1200

30 anos de psicologia no Tribunal de Justiça: subjetividade e garantia de direitos 1202

A (re)descoberta da cidade como proposta de oficina terapêutica em saúde mental 1203

A arte de escutar: relato de experiência da implantação do Plantão Psicológico no HU/UFS 1204

A humanização na Assistência ao Parto: dos procedimentos catalogados ao cuidado 1206

A institucionalização do parto como ato médico: sobre o processo de medicalização do corpo feminino 1207

A Judicialização da Saúde Mental e suas interfaces com a Rede de Atenção Psicossocial 1208

A perspectiva da redução de danos no cuidado em álcool e outras drogas: a experiência do Consultório na Rua em Campinas 1210

A prevenção ao uso abusivo de drogas: perspectivas epistemológicas contemporâneas e desafios para políticas públicas 1212

A Psicologia e a Saúde da Mulher: uma visão biopsicossocial 1214

A Psicologia no contexto hospitalar: o cuidado em saúde e suas repercussões no psicólogo 1215

A psicologia no NASF: ampliando a clínica e reorientando o cuidado no SUS 1216

A territorialização como prática psicológica no Saúde da Família 1217

A vida após HIV/AIDS: uma nova perspectiva de constituição do sujeito 1219

Acompanhamento Terapêutico e a clínica das drogas: construindo outra forma de cuidado em saúde 1220

Adolescência e maternidade: um desafio vivido por adolescentes grávidas do CRAS Cachoeirinha de Dourados-MS 1222

Adolescência e Promoção da Saúde: algumas considerações sobre a trajetória histórica do Projeto Menarca 1224

Adolescentes e desenho da figura humana 1225

Ajustamento e percepção da saúde em adolescentes em situação de rua em três capitais brasileiras 1227

Algumas reflexões sobre a construção do fazer psicológico no campo da saúde mental 1228

Análise crítica das práticas de um Residencial Terapêutico privado sob a égide da Luta Antimanicomial 1230

Aprendizagem significativa na formação de psicólogo a partir de atividade prática da disciplina de Psicopatologia Geral 1232

As representações sociais e a atuação dos profissionais na área da Saúde em Chapecó (SC) 1234

As Representações Sociais e o envelhecimento populacional: uma reflexão sobre a saúde pública contemporânea 1236

Atenção ao cuidador: quebrando as barreiras da comunicação em um hospital da Rede Pública 1238

Atenção Psicossocial: as oficinas de música como espaço de transformação da qualidade de vida 1239

Atuação do psicólogo no NASF: um relato de experiência 1241

Autocuidado e Apoio Social de mulheres inseridas em um projeto de saúde de rastreamento mamográfico 1242

Avaliação da política do teste rápido de HIV na Atenção Primária através da percepção de profissionais e usuários 1244

Câncer infantil: a dinâmica familiar e os entrelaces sociais 1245

CAPS em Belém do Pará: obstáculos e possibilidades de uma atenção Humanizada 1247

Cartografia de relatos de experiências de apoio institucional no Brasil: um olhar intensivo 1249

Clínica intercultural: apresentação de um atendimento especializado a estrangeiros 1250

Compondo com o singular: recortes de experiências de estágio através do Projeto Terapêutico Singular (PTS) 1252

Consumo de álcool em assentamentos rurais: uma realidade em estudo 1253

Conta Sonhos: uma proposta de grupo com crianças abrigadas 1254

Controvérsia em torno do armazenamento das células-tronco umbilicais: questões à Psicologia Social 1255

Crianças com câncer: um estudo sobre a vivência familiar 1257

Cuidado aos usuários de crack: possibilidades e desafios da interface entre Atenção Básica e CAPS-ad..... 1258

Cuidado em saúde mental na atenção básica: relato de uma experiência 1260

Dependência química e o trabalho intersetorial em Saúde Mental no âmbito municipal: relato de experiência..... 1262

Discussão acerca do campo da Saúde Mental no contexto da Atenção Básica 1264

Documentário Estamira: uma análise sobre o abrigamento, a família e a psicose..... 1265

Educação Permanente em Saúde: estudo dos relatórios de uma Oficina de Formação – resultados preliminares..... 1267

Encontros & contos no ambiente hospitalar: troca de histórias no cuidado em saúde..... 1268

Entre vínculos, expectativas e cuidados: uma intervenção em grupo com mulheres grávidas 1270

Envelhecimento e memória: desafio para a área da Saúde 1271

Espaço de Cuidado em Saúde: estudo sobre a implementação do Ambulatório Ampliado em Saúde Mental..... 1273

Estratégia de Saúde da Família e Saúde Mental: processo de grupalização de Agentes Comunitários de Saúde..... 1275

Experiências na Atenção Básica: desvelando questionamentos acerca da formação em Psicologia 1276

Família e deficiência: possibilidades e desafios na constituição da diversidade 1278

Familiar cuidador e o adoecimento mental 1279

Formação de Agentes Promotores de Saúde no Sistema Penitenciário 1280

Formação em Saúde para o SUS: o PET-Saúde como dispositivo de aproximação com a comunidade 1282

Fundamentos teóricos da Psicossomática Psicanalítica 1284

Hospital Psiquiátrico: superando paradigmas - olhares e percepções do seu dia a dia 1285

Humanização e Educação em Saúde: concepções de enfermeiros da pediatria de um hospital de Assis - SP 1287

Interferências nos modos de gestão e produção de subjetividade no Hospital Universitário (HU/UFS) 1289

Intervenções precoces na infância: vivências de um serviço em uma Unidade Básica de Saúde 1291

Itinerários terapêuticos, drogadição e serviços públicos: uma abordagem contemporênea 1292

Juventude e promoção de saúde: construindo espaços de diálogo 1293

Levantamento sistemático de teses e dissertações sobre a paternidade adolescente e a relação pai-filho no primeiro ano de vida da criança 1294

Mapeamento dos apoiadores institucionais no Brasil 1296

Mapeando condições de práticas e de circulação de representações sociais de HIV/AIDS 1298

Medicalização como mecanismo ideológico: a apropriação do espaço, da história, e da saúde das populações e indivíduos 1300

Medicalização da escola: uma questão para a saúde 1302

Medicamento: nova prisão do sujeito? 1303

Motivações e percepções de pessoas que tentaram o suicídio no Extremo Oeste Catarinense 1304

O corpo no trabalho e o adoecimento do trabalhador: um estudo bibliográfico 1305

O cuidado das pessoas com HIV/AIDS: Representações Sociais de Profissionais de Saúde de Cuiabá 1307

O estresse relacionado ao cuidado permanente de um familiar portador da Doença de Alzheimer 1309

O Grupo Terapêutico-Educativo como forma de prevenção à violência doméstica 1310

O obscurecimento da dor como dispositivo de controle da força de trabalho frente às LER/DORT 1312

O papel do CAPS na rede de saúde mental a partir da compreensão dos psicólogos de uma capital amazônica 1314

O preconceito racial como determinante social da saúde 1315

O processo de reabilitação psicossocial no CAPS: revisão integrativa da literatura 1317

O Pronto Socorro e as Políticas Nacionais de Humanização 1319

O Psicólogo Hospitalar no atendimento a familiares de pacientes de UTI: um relato de caso 1320

O sentido revela-dor das mulheres sem mama: um mar de sentimento 1322

O trabalho do psicólogo na Comunidade Terapêutica Instituto Redenção 1323

O uso dos Indicadores Clínicos de Riscos para o Desenvolvimento Infantil (IRDIs) na prevenção e promoção da saúde na clínica com bebês 1325

O viés social do envelhecimento populacional brasileiro: políticas públicas na promoção da saúde 1327

O vínculo no processo terapêutico de uma clínica ampliada: um relato de experiência .. 1328

Oficina Linguagens da Cidadania, Infância e Adolescência: Produção de Saúde na Atenção Básica 1329

Oficinas como espaço de transformação: enlaçando saberes, sexualidades e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/HIV/ AIDS 1331

Os enodamentos dos Serviços Residenciais Terapêuticos: o morar singular 1333

Os sentidos da saúde numa perspectiva de gênero: um estudo comparativo entre homens da cidade do Natal/RN 1334

Pensando as práticas de cuidado com crianças: criando espaços do brincar na internação hospitalar 1335

Percepção de Saúde dos participantes do grupo de tabagismo em uma Unidade de Saúde de Média Complexidade em Florianópolis 1337

Pesquisa e intervenção psicossocial no processo de construção da identidade coletiva do portador de diabetes 1338

Pesquisa-Intervenção num CAPSad - problematizando a implicação do pesquisador-interventor no dispositivo roda de conversa 1340

Plantão Psicológico no Hospital Universitário USP: o cuidado na formação de profissionais de saúde 1341

Política Nacional de Humanização- (PNH) e o dispositivo: Visita Aberta e Direito a Acompanhante 1343

Políticas Públicas de Saúde: entre o território e o nomadismo 1345

Práticas de cuidados e autocuidados “psi”: relato de experiência em hospital geral 1346

Prevalência de Transtornos Mentais Comuns em contextos rurais: um estudo com assentados e assentadas da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte 1348

Princípios da Comunidade Terapêutica e o processo de trabalho em equipe na Saúde Mental 1349

Prisões da saúde: problematizando propostas atuais de alteração na lei de drogas 1350

Profissional da Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde Mental: percurso da inserção 1351

Promoção de saúde e estratégias de cuidado em uma Unidade de Saúde da Família 1353

Promoção de Saúde em grupo de sala de espera: relato de experiência do Estágio Básico 1355

Promoção de saúde na terceira idade: atividade física e saúde mental 1356

Promoção de Saúde, práticas comunitárias e Psicologia Clínica: o Projeto Semeando Saúde – Horta Comunitária 1357

Psicologia Comunitária e o “novo” paradigma da Atenção Psicossocial: aproximações teórico-metodológicas para intervenção em saúde 1358

Psicologia e práticas integrativas em Saúde: uma experiência de extensão universitária na Atenção Básica 1360

Psicologia, saúde e relações étnico-raciais: cartografia das pesquisas 1361

Rede Cegonha: do nascimento aos seus primeiros passos 1363

Reflexões acerca das implicações do profissional no Centro de Atenção Psicossocial de Cuiabá (CAPSI) 1364

Reforma Psiquiátrica: mudanças nas Politicas Públicas da Saúde Mental 1366

Relação de cuidado no parto e a contribuição da clínica psicológica: intervenção junto à equipe de saúde 1368

Relato de estágio em Atenção Básica: construindo uma experiência clínica 1370

Rememorar: encontro de cuidado e fortalecimento de vínculos da residência multiprofissional em saúde da família do município de Sobral-CE..... 1371

Representações Sociais de HIV/AIDS, segundo o olhar dos profissionais de saúde de Cuiabá 1373

Saúde da família: a relação da equipe e seu impacto na efetivação da atenção primária 1374

Saúde Mental em crianças e adolescentes institucionalizados..... 1376

Saúde mental na Estratégia de Saúde da Família: estudo em uma cidade de médio porte 1376

Saúde mental na Estratégia de Saúde da Família: trabalho em rede x fragmentação da atenção 1378

Saúde Mental na Unidade de Saúde: a potência de ruptura e invenção dos espaços coletivos 1379

Terapia comunitária para idosos: a atuação do psicólogo nos grupos terapêuticos 1381

Um olhar sobre a saúde mental dos cuidadores de crianças com câncer 1382

Uma análise dos determinantes sociais no cuidado da saúde de usuários de drogas 1383

Uma revisão de literatura acadêmica em Banco de Dados Virtuais sobre o papel da família no cuidado em saúde mental 1384

Universidade e a inclusão do cidadão com sofrimento mental nas práticas de extensão. 1386

Vivendo a realidade do SUS: um relato de experiência no projeto VER-SUS/MT..... 1387

“Nem tudo o que o médico fala pode ser verdade” – conhecimento científico e humanização 1389

“Pedagogia da implicação”: contribuições do Estágio de Vivências no SUS para a formação em Psicologia 1391

“Posso Ajudar?” - Um relato de experiência sobre Humanização em um Hospital Universitário..... 1392

EIXO TEMÁTICO 3. TRABALHO 1394
"Gogodancers": mais que um prazer profissional? Perspectivas críticas sobre o trabalho e o corpo 1394
A ausculta da saúde do trabalhador 1396
A dimensão subjetiva do trabalho doméstico feminino em Belém do Pará 1397
A Ética como tema transversal trabalhada com alunos do ensino médio por acadêmicos de Psicologia 1399
A ideologia e a contraideologia do trabalho no Cinema 1400
A Psicologia dentro das organizações: implicações de um estágio 1402
A Psicologia dos desastres e das emergências: uma experiência junto ao Corpo de Bombeiros 1404
A relação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho no contexto laboral de trabalhadores offshore 1406
A saúde dos motoristas de ônibus: uma revisão sistemática da literatura nacional 1407
A trajetória ocupacional de Amora: administradora recém-formada e trabalhadora da cidade de Nova Iguaçu/RJ 1409
Ações educativas em Saúde Mental e Trabalho 1411
Adolescência e trabalho: o processo de orientação profissional para jovens inseridos em ONGs 1413
Análise gráfica do discurso de um trabalhador 1414
Clandestinos: trabalho marginal e imigração em Belo Horizonte 1416
Conversas entre gestores escolares: estratégias de promoção de saúde nas escolas municipais de Porto Alegre 1418
Dependência química, trabalho e cidadania: refletindo sobre os sentidos na atualidade. 1419
Economia Solidária e estudantes universitários: ampliando o campo de análise 1421
Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma Agente Penitenciária 1423
Entrelaçando vidas e ressignificando histórias 1424
Estágio Kinder Ovo: convivendo com as surpresas no processo de trabalho no CREAS 1426

Estigmatização, discriminação e direitos humanos: pessoas vivendo com HIV e aids no mercado de trabalho 1428

Exigências e os fatores de risco e proteção na atividade de pesca 1429

Fenômenos cotidianos na formação da subjetividade de trabalhadores 1430

Formação em movimento: roda de conversa em empreendimento de Economia Solidária 1432

Impactos psicossociais do encarceramento e reintegração pelo trabalho 1433

Mercado de trabalho e tendências da Psicologia em Guanambi 1435

Metrópole Digital: avaliação das ações em orientação e planejamento de carreira pelos alunos do projeto 1436

O discurso neoliberal e as estratégias de poder nas relações de trabalho 1438

O impacto da organização do trabalho sobre a atividade dos frentistas e a sua influência no aumento da exposição ao benzeno 1438

O trabalho como agente central na reinserção social do paciente psiquiátrico 1440

O trabalho do professor na Educação não formal 1442

O uso da categoria gênero em estudos sobre o tema trabalho feminino: uma pesquisa em periódicos brasileiros da psicologia (2000-2012) 1443

Oficinas de criação e música com trabalhadores em situação de afastamento do trabalho 1444

Organização do Trabalho no âmbito do contexto de produção de bens erviços: o caso de uma empresa de alimentos 1446

Políticas Públicas na gestão pública: co-construindo novos sentidos em uma cotidianidade de construção de práticas sociais 1447

Possíveis contribuições da Psicologia Social para a formação em Administração da UFRRJ – Campus Nova Iguaçu 1449

Profissionais da saúde de UTI: um olhar sobre a saúde mental dos trabalhadores 1451

Psicologia e Serviço Social: demandas e encaminhamentos possíveis 1452

Psicologia, Trabalho e Educação (re) pensando e refletindo a inclusão no mundo do trabalho 1454

Quem são essas mulheres? - A produção de conhecimento da Psicologia Social sobre prostituição 1455

Relato de experiência prática em Orientação Profissional realizada com estudantes de Ensino Público: abordagem sócio-histórica 1457

Relato de prática em Orientação Profissional e para o trabalho: do contexto informativo ao formativo 1459

Trabalho e burocracia: uma investigação com trabalhadores de uma universidade pública do Estado de Goiás 1461

Trajetórias de trabalho em pessoas em condição de trabalho informal 1462

Transição universidade mundo do trabalho: projeto de vida e construção de carreira 1464

Transversalidades em aulas de Psicologia para Ensino Médio: relações de trabalho, consumo e orientação profissional 1464

Um estudo sobre o discurso da psiquiatria moderna 1466

EIXO TEMÁTICO 4. ASSISTÊNCIA SOCIAL 1467

A construção da situação de rua como campo de inteligibilidade para as Políticas Públicas no Brasil 1467

A educação social e a constituição de novas possibilidades de vida através do circo 1469

A elaboração de instrumentos metodológicos ampliando a efetividade dos atendimentos prestados pelo Serviço PAEFI 1470

A escuta e participação de crianças em pesquisas 1472

A experiência de extensão do OBIJUV na efetivação de direitos humanos do Sistema de Justiça Juvenil do RN 1473

A história de Molly, e a sua luta por emancipação frente às políticas de identidade no acolhimento institucional 1474

A inserção da Psicologia em um serviço de Assistência Jurídica 1476

A mediação de conflitos familiares como instrumento de intervenção no Conselho Tutelar 1478

A Mediação Familiar como uma prática do cenário da Assistência Social: relato de experiência 1479

A Psicologia Social Comunitária no contexto da Assistência Social: relato de uma atuação possível 1481

A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: da proteção integral ao reestabelecimento das relações 1483

Abuso sexual de criança e seus efeitos nas relações afetivas: a experiência de profissionais 1484

Abuso sexual intrafamiliar em um Centro de Referência Especializada de Assistência Social 1486

Acompanhamento de egressos do sistema prisional e reabilitação psicossocial: limites e desafios 1488

Adolescência: as multiplicidades do ser em um grupo de conversação no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)-Abadia (Uberaba-MG) 1489

Análise das demandas sociais para a atuação do profissional psicólogo nos CRAS de Vitória-ES 1490

Articulando a realidade das famílias com crianças e adolescentes em situação de abrigamento e as Políticas Públicas 1492

As contribuições da Psicologia na prevenção de riscos e desastres junto à Defesa Civil 1493

As expressões subjetivas de adolescentes sobre valores e situações cotidianas 1494

Assistência Social e as Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e de Liberdade Assistida (LA) em SC 1495

Brincando na Medida BrincAção: uma proposta de intervenção 1497

Contribuições da Psicologia com crianças e adolescentes institucionalizadas devido à situação de abuso sexual 1499

Contribuições da Psicologia na assessoria técnica aos trabalhadores da Política de Assistência Social: estabelecendo parcerias 1500

É possível vislumbrar todas as possibilidades: um relato de experiência da adoção de um grupo de irmãos 1502

Em busca de um espaço legítimo 1503

Estratégias de sobrevivência adotadas por crianças e adolescentes em situação de rua em três capitais brasileiras 1504

Famílias ciganas: uma reflexão sobre suas dinâmicas e direitos 1506

Medidas socioeducativas em unidades de internação: análises das práticas no Centro Socioeducativo Masculino (CSEM) em Belém 1507

Mulheres da Paz: uma ação de Segurança Pública 1509

O acolhimento institucional em Porto Velho: o verso e reverso da medida protetiva 1510

O estágio em Psicologia no CRAS: reflexões sobre uma prática 1512

O papel da instituição sob o adolescente inserido no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente 1514

O psicólogo na Assistência Social em pequena cidade da Alta Noroeste Paulista: primeiras aproximações 1516

O saber-fazer do psicólogo no Serviço PAEFI: alguns apontamentos e reflexões a partir de um relato de experiência 1518

Os desafios da atuação do Psicólogo com adolescentes assistidos por uma Instituição de Apoio 1519

Os sentidos do trabalho social com crianças e adolescentes: a visão dos professores 1520

PAEFI e ampliação da rede de apoio social: um estudo de caso 1522

Processo de formação continuada para profissionais e intervenção com população em situação de rua 1524

Processos de subjetivação e perfil de jovens mulheres em cumprimento de medida de internação em uma Unidade do CESEF 1526

Proposta da Psicologia Social para a prevenção/intervenção na violência intrafamiliar . 1527

Psicanálise e Assistência Social: orientação de mães no Centro de Referência de Assistência Social 1528

Psicologia e gestão do trabalho no SUAS 1530

Psicologia na Assistência Social: intervenções grupais com adolescentes em Liberdade Assistida 1531

Psicologia, Funk e Políticas Públicas: uma construção possível 1533

Resistência à ortopedia social: afirmação de uma vida no conselho tutelar 1535

Rodas de conversas com revistas de temas de direitos humanos e meio ambiente com estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Pará 1536

Transdisciplinariedade: potencializando práticas de acolhimento junto ao Sistema de Segurança Pública e de Assistência Social 1537

Uma elucidação teórica do homicídio que se inscreve nas relações conjugais 1539

Violência sexual intrafamiliar: uma investigação acerca dos violentadores incestuosos 1540

Violência sexual: concepção dos professores acerca do enfrentamento e da proteção na dinâmica da escola 1541

Vulnerabilidade e risco social: análise de documentos 1543

EIXO TEMÁTICO 5. GÊNERO, SEXUALIDADES E INTERSECÇÕES 1544

(In)visibilidade Trans: entre o dito e o não dito 1544

A atuação do psicólogo no Centro de Referência em Direitos Humanos de Cuiabá-MT e as políticas públicas de combate à homofobia no Estado de Mato Grosso 1546

A identidade masculina em crise: uma investigação 1547

A linguagem dos movimentos sociais e suas implicações sobre a identidade homoafetiva 1549

A prostituição em Belo Horizonte: práticas, territórios, redes 1549

A sexualidade feminina no cinema: a década de 60 e suas influências 1551

A subalternização das prostitutas da zona de BH e as consequências da hierarquia dos corpos 1552

A violência contra mulher, um histórico de submissão 1554

A ‘moral sexual civilizada’ e seus possíveis debates com a sociedade disciplinar 1555

Adoção de filhos por casais homossexuais - a heteronormatividade em questão 1557

AIDS na Terceira Idade: uma análise das Políticas Públicas em HIV direcionadas a esta população 1558

Amanda e Monick - uma ferramenta pedagógica 1559

Amor/conflitos amorosos, gênero e sexualidade: um estudo da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento 1561

Aplicação de um teste piloto como forma de aprimoramento do instrumento de coleta de dados de uma pesquisa que pretende traçar o perfil psicossocial de profissionais do sexo da cidade de Chapecó 1563

As diversas formas de ser família: um relato de experiência 1564

Atitude dos alunos de psicologia frente à divisão igualitária do trabalho doméstico e cuidado familiar 1566

Casamento Civil Igualitário no Brasil: uma importante conquista LGBTTT 1567

Colcha de retalhos: tecendo o grupal em um grupo de empoderamento de mulheres 1569

Compartilhando experiências: reflexões sobre direitos humanos, relações de gênero, sexualidade e processos educacionais 1571

Conscientização de futuros profissionais em saúde: reflexões sobre a homossexualidade 1573

Construindo uma nova visão sobre família e a homoparentalidade 1574

Consumo e prostituição: narrativas de uma experiência 1575

Dinâmica familiar homoparental: conquistas e desafios 1577

Direitos sexuais e reprodutivos, música e Psicologia Social 1578

Discurso feminista na blogosfera: uma revisão sistemática sobre o aborto 1580

Do Monte Caburaí ao Chuí: as Representações Sociais de pessoas de diferentes regiões do Brasil acerca da bissexualidade 1581

Etnografia sobre a juventude frequentadora do Fiteiro da Praia/Fortaleza-CE 1583

Exploração sexual de crianças e adolescentes: uma análise a partir da perspectiva de gênero 1584

Gênero e violência: uma perspectiva sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes 1586

Grupo psicoeducativo com mulheres de meia-idade: troca de experiências e saberes sobre envelhecimento na contemporaneidade 1588

Identidade lésbica: constituição e cidadania negadas pela homofobia 1589

Indicadores de violência de gênero na cidade de Santo Ângelo 1591

Jovens e sexualidades: sites de aconselhamento e troca de experiências utilizado pelos jovens 1592
Na corda-bamba da norma 1592
Namoro gay: significados atribuídos ao namoro estável em jovens homossexuais..... 1594
O bullying na percepção de meninos e meninas do ensino fundamental e do ensino médio 1596
O CTA itinerante nas repúblicas de estudantes em São João del-Rei..... 1597
O processo de empoderamento em um dispositivo grupal..... 1599
O trabalho da Psicologia na atenção a mulheres em situação de violência sexual 1600
Paradoxos da subalternidade: desqualificação e resistência de mulheres prostitutas 1602
Percepções de adolescentes institucionalizadas: relações sexuais e seus desdobramentos 1603
Percepções de mulheres sobre si e sobre os homens na esfera doméstica 1605
Perspectivas de integrantes de movimentos LGBT sobre o acesso ao teste rápido e aconselhamento 1606
Plantão Psicológico na Delegacia da Mulher: experiência de acolhimento sócio-clínico no município de Jataí/GO..... 1608
Políticas Públicas e travestilidades..... 1609
Psicologia e Cidadania 1610
Relato de uma Pesquisa de Iniciação Científica - desenvolvimento da sexualidade e gênero na adolescência..... 1613
Sexualidade e adolescência: reflexões acerca de um relato de experiência 1613
Sistemas de crenças e violência de gênero: um estudo entre jovens universitários..... 1615
Trilhando caminhos: a diversidade sexual na luta pela saúde..... 1616
Um olhar da Psicologia sobre a divisão dos papéis de gênero na escola 1618
Um trabalho com adolescentes do programa PROJOVEM em uma perspectiva social .. 1619
Uma análise Queer da homonormatividade e da diversidade nas escolas 1621
Violência contra a mulher: as mulheres como sujeitos transformadores desta realidade 1622

Violência de gênero: dando voz às mulheres agredidas 1624
Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack 1625
"Bombadeira, dor da beleza": análise de aspectos relacionados à imagem e inserção social do travesti 1626
EIXO TEMÁTICO 6. MÍDIA, CULTURA E ARTE 1627
A Arte como prática sensível e movimento de desconstrução dos estigmas relacionados à Loucura 1627
A arte na clínica histórico-cultural: um estudo de caso baseado na teoria vigotskiana ... 1628
A identidade do poeta contemporâneo à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação 1630
A importância da morte de Deus para a emergência da Literatura 1630
A influência que as grandes corporações exercem na subjetividade do sujeito 1632
Análise psicossocial da idealização de viagens durante aposentadoria no filme "O exótico Hotel Marigold" 1633
Atividades expressivas para o desenvolvimento de valores de convívio social 1635
Conto: Arte da palavra como recurso de intervenção com grupos 1637
Direitos da criança e do adolescente em cena 1638
DroneArt: arte como resistência nas tramas biopolíticas dos conflitos nas sociedades mundiais de controle 1640
Estética para a morte: certidão de óbito e suas implicações no cotidiano de populações rurais 1641
Etnografia narrativa e Psicologia Social: produção e análise de narrativas em pesquisas qualitativas 1643
Facebook, autobiografia em rede e produção subjetiva contemporânea 1644
Gingáfrica: identidade e empoderamento na Comunidade da África 1646
Juventude, multiplicidade, devir: experimentações inusitadas 1648
Localismo e nacionalismo nos rastros das torcidas: os casos de Rio de Janeiro e Buenos Aires 1649
Movimento da música brega no Recife: reflexões sobre distinção e grupos sociais 1651

O conto clínico: o relato de caso como obra de ficção 1652
Paisagem e Psicologia Analítica 1654
Percepções sobre os usuários da Assistência Social sobre o Programa Bolsa Família: uma investigação 1655
Pesquisar com imagens: revisitando as práticas e os cotidianos de trabalho em saúde ... 1656
Programa de Extensão Casa das Mil Casas: vivenciando o patrimônio através da arte .. 1657
Rádio Comunitária: a democratização da mídia por meio da participação popular 1659
Retratos da infância 1660
Risco-aventura na modernidade tardia: Parkour e os significados do risco positivado ... 1662
Sons do Horizonte, um processo psicoterápico 1663
Teatro do Oprimido como um instrumento de educação sócio-ambiental 1664
Teatro e desenvolvimento psicológico infantil 1665
EIXO TEMÁTICO 7. CIDADE E MEIO AMBIENTE 1667
A espera do encancerado: caracterização dos visitantes de um presídio 1667
A orientação ambiental dos jovens do município de Tubarão - SC 1668
Atuação de psicólogos/as na política para a população em situação de rua em Santa Catarina 1670
Atuação do psicólogo com moradores em área de risco: um enfoque psicossocial 1671
Capacidade restaurativa de ambientes naturais em Manaus 1672
Representação Social do lixo: do comportamento à cognição social 1674
Representações Sociais de meio ambiente para estudantes de Administração de Petrolina-PE 1676
Um parque no asfalto: estudo sobre ocupação, memória e significações atribuídas ao “Minhocão” 1678
EIXO TEMÁTICO 8. ESTADO, DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS 1679
A construção do fato político midiático na visão dos políticos: uma interdependência aparente 1680

A pesquisa-ação e os princípios da Educação Popular em Saúde: compreendendo a participação no Conselho Local de Saúde 1681

Adolescência, inclusão, contexto escolar: realidade x possibilidades 1682

Adolescência, Psicologia Social e exploração sexual comercial 1683

As práticas profissionais dos psicólogos nas Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social 1685

Atribuindo significado a si: o adolescente inserido no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente 1686

Caso Dexter: adicção ao assassinato por vingança e justiça como saída à violência urbana contemporânea? 1688

Da Rua ao Trabalho: reconstruindo o projeto de vida de jovens com histórico de moradia de rua 1689

Fórum de Morador de Rua de Campinas: uma expressão de controle social 1691

Garantia de direitos: a inserção de adolescentes em contexto institucional 1692

Governo Geisel e concepções de Saúde Mental no Brasil 1694

Juventude e drogas: uma experiência de intervenção sob a perspetiva da Psicologia Social 1696

Mapeando as trajetórias da Educação Inclusiva no Estado de Rio Grande do Sul 1697

Maternidade e vulnerabilidade: concepção de um filho com um homem preso 1699

Movimentos de indignação ocorridos no ocidente em 2011, seus panoramas políticos e modos de instrumentalização 1701

Orientação Profissional baseada na teoria Histórico-Cultural: contribuições para a inserção social de egressos do Sistema Penitenciário 1703

Os sentidos de 'comunidades' atribuídos pelos grupos identitários de adolescentes, idosos, mulheres e movimento LGBT da Região da Grande Dourados 1705

Participação das mulheres no Movimento Estudantil: esboço de uma análise de arquivo histórico 1706

Práticas de resistência da mulher: um estudo sobre as visibilidades produzidas na Marcha das Vadias 1708

Processos psicossociais e socioeducativos no Conselho Municipal de Saúde de São João del Rei 1710

Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: perspectiva histórica..... 1712

Psicologia Comunitária – construindo caminhos em comunidades rurais do Ceará..... 1714

Psicologia e a questão da terra: possibilidades na Amazônia Paraense 1715

Psicologia e Pobreza: uma experiência de estágio em psicologia social comunitária 1716

Qualificação Profissional na trajetória de vida de jovens que passaram pela Funase..... 1718

Revolução Dialógica: um olhar crítico sobre a reconfiguração do movimento estudantil em Alagoas..... 1719

Sobre memória social e coletiva: pontos de aproximação entre reflexões teóricas e práticas 1720

Sublimação e consumismo: uma pesquisa exploratória dos artigos publicados entre 2003 e 2013..... 1722

Título provisório do projeto de pesquisa de mestrado: As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e políticas: as experiências no Estado de Minas Gerais 1724

Trajetórias de vida e adolescentes em situação de rua, uma análise de casos múltiplos na cidade de Salvador 1726

Um olhar que acredita e transforma a sociedade..... 1727

Violência doméstica e responsabilização do agressor. Do conflito à violência..... 1729

Violência entre as meninas adolescentes: um projeto de intervenção em Psicologia Social Comunitária..... 1730

“Saindo do armário”: o ativismo político de militantes dos movimentos sociais LGBTTT 1731

EIXO TEMÁTICO 9. PSICOLOGIA SOCIAL: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS 1733

"Não trabalho pela necessidade; trabalho para ter luxo!": um estudo sobre as acompanhantes de luxo da cidade de Fortaleza-CE..... 1733

(Re) Construção da identidade adolescente e grupo de iguais 1734

A ascensão individual através do esporte coletivo: o reconhecimento de jogadores de futebol profissional 1735
A criança e as representações sociais de si 1736
A escola e seus protagonistas: (re)configurações contemporâneas 1738
A função do nome civil 1739
A importância da noção de corporeidade para o estudo das teorias da personalidade – um recorte psicanalítico 1741
A infância ou as infâncias? O devir-criança através do brincar 1741
A literatura e os mecanismos de poder 1742
A Música e suas articulações identitárias no fazer musical das vertentes: religiosidade e gênero 1744
Adoção: vínculo afetivo entre pais e filhos/criação de laços 1745
Análise de uma experiência em formação: Metodologia Camará 1747
Aproximando ganhos ou evitando custos? A autorregulação como determinante dos custos sociais da confrontação do preconceito 1749
As relações sociais na escola na perspectiva de crianças com diabetes 1753
Autopercepção de idosos institucionalizados em relação ao processo de envelhecimento 1755
Caminhos para a construção de redes e a garantia de direitos 1756
Cartografias de experimentações esquizodramáticas no território organizacional 1758
Comunidade em Cena: o teatro como forma de intervenção da psicologia comunitária . 1759
Concepção de institucionalização de idosos moradores em ILPI 1761
Desengajamento: uma característica do sujeito médio contemporâneo 1763
Direitos Humanos: afinal, para quem? 1764
Discursos sobre direitos da criança e do adolescente na mídia: o caso da “Coluna Criança” 1766
Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil 1768
Entradas terapêuticas em Saúde Mental: por uma Clínica-política no acompanhamento terapêutico 1770

Ética, Direitos Humanos e Psicologia: reflexões sobre a construção da identidade na sociedade contemporânea 1772

Falando, aparecendo, filmando, vivendo - dispositivos imagéticos do CAPS AD Centra-Rio 1773

Função social/acolhimento das instituições para idosos 1774

Identidadade e trabalho na perspectiva sócio histórica: sua construção e relação com a afetividade 1775

Identidade e Cultura: estudo sobre envelhecimento no Centro Cultural Cartola no município do Rio de Janeiro 1777

Identidade e trabalho na perspectiva sócio-história: análise da função de um fotocopiador 1778

Identidade e trabalho: o desemprego como mediador da identidade do trabalhador desempregado no período do Governo Militar 1779

Identidade(s) de violência em oficinas terapêutico-educativas 1781

Identidade, juventude e torcidas organizadas: problematizando a constituição da identidade para elaboração de políticas públicas 1782

Imperativos de felicidade em tempos de aceleração 1784

Milgram revisitado: estimação de desempenho no estudo sobre obediência à autoridade entre estudantes universitários 1787

Muquifu: resgate e memória das favelas e quilombos urbanos em Belo Horizonte 1788

O Abismo Prateado: movimentos transdisciplinares de reinvenção a partir do sofrimento 1789

O construcionismo social no Brasil: algumas tendências no Banco de Teses da CAPES 1791

O desencantamento de um potente sistema mal gerido 1793

O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino 1794

Oficina de Estudos e Reflexão sobre Educação, Patrimônio e Subjetividade 1795

Oficinas do projeto Arteurbe para alunos em processo de correção de fluxo escolar 1797

Os Direitos Humanos e o processo de Avaliação Psicológica no Brasil: intervenções e reflexões 1798

Política de identidade e identidade política: o espaço político como arena de questionamente e tematização de questões individuais e coletivas na construção de novas identidades .. 1800

Políticas de identidade: Facebook, negociação identitária e produção subjetiva..... 1801

Promoção de saúde de bebês atendidos em uma unidade básica 1801

Psicologia Jurídica: análise da produção científica entre 2007 e 2012 1803

Psicologia Social: Para quê? Para quem?Análise dos trabalhos do XI Encontro Regional da ABRAPSO SP 1804

Qual o seu NIS? – (des)construindo identidades a partir de experiências num CRAS.... 1806

Resignificação da periferia por meio da arte: contribuições de uma metodologia Construcionista Social..... 1807

Rugby e seus impactos sociais 1809

Teoria crítica e indústria cultural: a política na (re)significação dos processos de identidade 1810

Um caso de autismo: a importância da experiência clínica na academia..... 1812

Um estudo de identidades de gênero em idosos com suspeitas de Alzheimer..... 1814

Uso de drogas e prática de esportes: construção identitária de esportistas sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica..... 1815

Vínculo pais-criança e constituição do sujeito psíquico no segundo e terceiro ano de vida 1817

Violência e Educação: construção de relações de igualdade-equidade e identidade cultural de não-violência 1817

“Você já fez um amigo hoje?” - Experimentações juvenis em uma praça pública municipal 1819

EIXO TEMÁTICO 10. POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL E ÉTNICA NO BRASIL: HISTÓRICO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS..... 1821

Beya Mekea- preservando a tradição. Cerimônias Indígenas e intercâmbio de cultura .. 1821

Docência em Psicologia: o ensino das relações étnico-raciais..... 1823

Imagens Afro-brasileiras do Cigano 1823
Mulheres negras rurais: expressões culturais no processo de constituição identitária..... 1824
CATEGORIA: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS 1827
A arte como transgressão, a transgressão como resistência 1827
A Gestalt que me toma 1828
A leveza do concreto 1828
A vida e o viver na urbe: ocupar-se de si ao ocupar a cidade 1830
Amassa o barro: um passado presente..... 1831
Aquário sem ar: problematizando a redução da maioridade penal e o sistema socioeducativo do RN 1833
As pessoas da sala de jantar 1836
Bordas imagéticas da loucura: um ensaio audiovisual..... 1837
Cachorro bonzinho não vai para o céu 1839
Ciranda, cirandinha, vamos todos generizar: visibilidades de direitos de gênero tensionando as heteronormatividades..... 1840
EmCenaDor: por um teatro-menor..... 1842
Eu sou todas elas: a luta cotidiana das mulheres negras 1843
Experiências de letramento entre sujeitos com baixo nível de escolarização: a contribuição da literatura de cordel..... 1845
Lixo é luxo 1847
Nietzsche Theatrum – jogos cênicos in genealogia da moral 1847
O abuso sexual nas histórias em quadrinhos de crianças e adolescentes 1849
Ocupa nise: Educação Popular, Arte e Ciência no Hotel da Loucura..... 1851
Oficina de escrita: as manifestações em preto e branco..... 1852
Vídeo – Intervenção: a experiência estética do Grupo de Estudos Arte, Saúde e Sociedade na e para além da UNIFESP 1854
“Com palmos medidos (...): é a parte que te cabe neste latifúndio (...)”..... 1856
CATEGORIA: MINICURSO 1858

A violência incestuosa e as políticas de saúde e assistência: reflexões sobre o lugar do psicólogo na REDE 1858

Adolescentes em conflito com a lei e psicologia: pressupostos teórico-metodológicos para atuação no CREAS 1862

Afetividade e participação social: dos gregos a Vygotsky 1865

Avaliação escolar sob a perspectiva vigotskiana 1865

Claves para el trabajo con la violencia en relaciones afectivas de pareja 1868

Entre desejos, a “bola de neve” e cidadania: por uma educação quanto ao consumo 1871

Gênero e análise de discurso 1875

Trabalho e gênero: perspectivas teóricas e análises de pesquisas 1876

“Déficit ou diferença: (re)tratando a medicalização da vida a partir de uma releitura das patologias da cognição” 1879

CATEGORIA: OFICINA 1879

Psicologia na saúde: o que é possível promover em uma sala de espera? 1879

CATEGORIA: COMUNICAÇÃO ORAL

GT 01. A DIMENSÃO SUBJETIVA DA DESIGUALDADE SOCIAL: UM VELHO PROBLEMA E UM NOVO TEMA PARA A PSICOLOGIA SOCIAL

A dimensão subjetiva da desigualdade social: questões metodológicas e implicações práticas

Maria da Graça Marchina Gonçalves

A pesquisa "A Dimensão Subjetiva da Desigualdade Social – um estudo da vivência da desigualdade na cidade de São Paulo" vem sendo desenvolvida por um grupo de professores pesquisadores e alunos bolsistas de iniciação científica na PUCSP. Seu objetivo geral é caracterizar a dimensão subjetiva do fenômeno social da desigualdade e apresenta pelo menos dois grandes desafios: um metodológico, referente à proposta de se produzir um instrumento de investigação em larga escala e que seja coerente com os pressupostos da epistemologia qualitativa e da perspectiva sócio-histórica; e outro desafio em relação ao próprio tema, no sentido de se garantir que a abordagem do fenômeno da desigualdade social se dê em uma perspectiva crítica que, ao mesmo tempo em que reconhece os mecanismos de sua reprodução, reconheça também os mecanismos que apontam para a possibilidade de sua superação. No prime iro caso, a discussão tem apontado a necessidade de se justificar cada etapa da pesquisa e cada conjunto de procedimentos de coleta e análise de dados como coerentes com a perspectiva de se tomar a realidade em sua multiplicidade, processualidade e historicidade. Assim, o levantamento de informações e sua posterior análise não podem prescindir de um apoio teórico que permita apontar, para além das manifestações empíricas imediatas, as mediações que constituem o fenômeno; para além de suas características formais, seu conteúdo histórico; para além de sua singularidade, a articulação com a totalidade que constitui o particular. E não podem se dar na perspectiva de uma epistemologia empiricista, que imobiliza o real e o retira do movimento histórico em que se constitui. Ao contrário, os procedimentos da pesquisa devem possibilitar a apreensão do fenômeno em sua complexidade, movimento e contradições. Aí está o desafio metodológico. No segundo caso, é preciso que se enfrente o desafio de garantir que a pesquisa contribua para o enfrentamento dessa relevante questão social; para isso deve ter como meta compreender a desigualdade social como fenômeno

estrutural da sociedade brasileira de forma a que se possa produzir propostas de intervenção que contribuam para sua superação. A comunicação que será feita abordará os dois temas por meio da apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa até este momento. A partir das referências citadas acima, trabalhou-se, em uma primeira etapa da pesquisa com entrevistas em grupo, nas quais os participantes falavam sobre a vivência da desigualdade na cidade de São Paulo. Frente aos resultados obtidos, foram levantados indicadores que orientaram a elaboração dos procedimentos da segunda etapa. Na segunda etapa foi construído e aplicado um questionário, cujas características pro curam responder aos desafios metodológicos de se levantar um número amplo de informações, representativo da vivência dos moradores da cidade São Paulo, sem perder a perspectiva qualitativa fundamentada na categoria historicidade. A apresentação dos resultados parciais dessa segunda etapa permitirá fazer esse debate sobre os aspectos metodológicos. E permitirá também um ensaio em relação ao levantamento das implicações desses resultados para a prática, com a produção de intervenções que contribuam para a superação da desigualdade social, mais especificamente no campo das políticas públicas sociais. A comunicação relaciona-se com as propostas do GT "A dimensão subjetiva da desigualdade social: um velho problema e um novo tema para a Psicologia Social" de contribuir no debate epistemológico da psicologia social, na direção de superar velhas dicotomias na investigação de fenômenos sociais (entre indivíduo e sociedade; entre subjetividade e objetividade); e de abordar o relevante tema da desigualdade social. A pesquisa tem o apoio do CNPq.

A violência do discurso politicamente correto: a palavra que destitui o sujeito

Natália Estelita Vidal Luiz

Não chega a ser novidade constatarmos que todos os dias somos inundados por um discurso politicamente correto que veta o uso de diversas palavras e expressões, antes correntes no laço social, às quais automaticamente passou-se a atribuir um caráter pejorativo e/ou discriminatório. Ora, com a psicanálise consideramos que o sujeito não é um dado natural, mas é um efeito de linguagem, que fala algo para além de sua intenção. Como Freud (1900/2006) nos mostra, há um uso não deliberado da palavra, que se evidencia nos atos falhos, nos sonhos, nos chistes. Ver que o sujeito é sujeito ao que fala e nem sempre emprega as palavras por deliberação própria, nem tampouco apenas para se comunicar, faz com que se descortine uma área de problemas interessantes quanto ao fenômeno que ressaltamos do uso de significantes "adequados" e "aceitáveis" na vida cotidiana. Procuraremos ver no presente trabalho, o que está

implicado e o que isso revela acerca do sujeito posto então em questão. Hoje, poucos são aqueles que não hesitam quanto a qual seria o uso supostamente adequado de certos termos – sobretudo os ligados à diferença sexual, geracional, ao lugar que o semelhante ocupa por referência a uma linhagem (sobretudo no que se refere à raça) – enfim, questões estruturantes para o sujeito e que se tornaram signos unívocos de um discurso visto doravante como segregador, portanto inaceitável numa sociedade pretensamente igualitária. É desta forma que ao nos referirmos às relações entre pessoas do mesmo sexo, hesitamos quanto ao uso apropriado de termos como homossexualidade, homossexualismo, homoafetividade entre tantos outros; da mesma forma, significantes como deficiente, portador de deficiência, pessoa com necessidades especiais já não dão conta de representar qualquer sujeito na cena social, independentemente do tipo de condição física ou mental que a ele se apresente; palavras como negro, branco, moreno, tendem a ser retirados de circulação sob a ameaça de processo por discriminação, embora seu uso nem sempre traga uma conotação racial. E já não sabemos se certos benefícios sociais são destinados a pessoas idosas, da terceira idade ou da melhor idade, muito menos a que faixa etária se referem. Chegamos ao extremo de ver a simples menção a qualquer forma de diferenciação nas relações sociais ser efetivamente abolida. Este é o caso de uma escola sueca que impede que as crianças sejam chamadas por seus nomes visando coibir qualquer tipo de discriminação por gênero ou opção/ conduta/ escolha/ manifestação sexual (já não se pode afirmar ao certo...). Seu programa educacional foi cuidadosamente elaborado de modo a evitar o enquadramento das crianças no que os educadores chamam de estereótipos de gênero. Palavras como “ele” ou “ela” foram banidas e as crianças somente podem se referir umas às outras como “amigos”, que justamente na língua sueca é uma palavra neutra (CBN News, 2011). De pronto, nos vem a observação de Freud (1929/2006) que aponta para a estrutura social como aquela que engendra por seu próprio funcionamento a discriminação e a segregação. Na discussão que aqui propomos, veremos as consequências desta concepção. Mas por hora, vale lembrar que se não pudermos recorrer aos significantes que se referem a este funcionamento não teremos sequer mesmo como combatê-lo. Corolária a esta concepção está que aquilo que não se pode articular em termos simbólicos, em palavras, acaba por se fazer presente em atos concretos – temos aí as condições iniciais para a emergência da violência. Devemos, porém, salientar que não se trata aqui de negar o uso estigmatizante, pejorativo e por vezes violento de um significante. Muito menos de uma apologia aos mesmos ou à afirmação de que seu uso é sempre inocente. Mas, tão somente, ao nos voltarmos à discriminação como uma questão estrutural que se impõe aos sujeitos (Freud, 1929/2006) veicular a hipótese de que

a elisão de significantes como aqueles com que fazemos referência acima tem como resultado a elisão de matrizes simbólicas que trazem a possibilidade para que aquilo que denunciamos como diferente – a que em geral resistimos ou nos portamos de forma hostil – encontre um ponto de compartilhamento no discurso. Suporte capaz de evitar as saídas pela violência com que temos nos defrontado cotidianamente. Pois o que permite a manutenção do laço social é o exercício incessante do desejo de cada sujeito articulado à Lei e sua possibilidade de encontrar satisfação através do laço com o Outro. Laço este que encontra na palavra sua via privilegiada de acesso. Palavra que pode tanto constituir quanto destituir o sujeito.

Desigualdade educacional: o caso do EAD no Brasil

Suellane Freitas Jacintho, Deise Mancebo, Andréa Araujo do Vale, Priscila Andreza Meireles, Barbara Giarrante Carão

A comunicação objetiva a apresentação da desigualdade social promovida pela expansão da educação superior através do ensino a distância (EAD), relacionando-se, desse modo, ao eixo "Educação". Baseia-se em autores de linhagem marxista, que definem a desigualdade social como o resultado da interação entre sujeitos sociais; que inclui tanto o acesso diferenciado à riqueza econômica, como a um sistema de relações de sentido e poder que geram distinção, estigma, vulnerabilidade, exclusão, tanto no nível individual como no nível coletivo, como é o caso do sistema educacional. Apresenta a atual expansão da educação superior no país, destacando a positividade desse processo, mas alertando para os sérios problemas que vem acarretando no que tange à desigualdade educacional. Para tal, são utilizados dados e análises coletados no âmbito da pesquisa integrada Políticas da expansão da educação superior no Brasil, coordenada pela Profa. Deise Mancebo, desenvolvida por pesquisadores pertencentes à Rede Universitas/Br, à Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e ao Observatório da Educação (CAPES/INEP), compreendendo: levantamentos documental e estatístico; revisão da literatura pertinente e coleta de dados sistemática e detalhada das condições de oferecimento do ensino. Apresenta os dados sobre o uso do EAD, que só passam a fazer parte das estatísticas oficiais brasileiras, em 2000, constando o insignificante número de 1.682 matrículas (ou 0,06% do total). Expõe graficamente seu crescimento, chegando em 2011 a um total de 992.927 matrículas (ou 14,73% do total), sua distribuição entre instituições públicas e privadas e entre os diversos cursos.Questiona os argumentos oficiais para o uso do EAD. Primeiro, a necessidade de profissionais em determinadas áreas, quando se comprova que a maior parte das vagas oferecidas no EaDvão, de fato, para áreas com menor prestígio

social e menor controle por parte de conselhos de classe e de outros órgãos ou ministérios além do MEC e não necessariamente para áreas onde faltam profissionais. Outro argumento utilizado na defesa do EaD baseia-se na hipótese de que potenciais estudantes não têm acesso à educação presencial, em função da distância geográfica. No entanto, os dados evidenciam que o EaD está sendo oferecido basicamente à população urbana, para a qual não há o problema da distância e sim a falta de universidades públicas. Do ponto de vista da formação que é oferecida a exposição critica (1) o fato do EAD se desenvolver fora do ambiente universitário onde ocorre uma série de atividades extremamente importantes para a formação geral (seminários, palestras, eventos culturais etc); (2) o fato do EAD privar os estudantes de boas bibliotecas, do contato pessoal com outros estudantes e professores da mesma área de formação ou de outras áreas;(3) a pressuposição de que o processo de ensino e aprendizado ocorra, majoritariamente, na casa do estudante, que raramente detém um bom ambiente de estudo, em especial para jovens das camadas menos favorecidas; (4) a desconsideração da situação de precariedade da formação que a imensa maioria dos jovens recebeu no ensino médio, o que lhes impede de continuar seus estudos em nível superior sem sólida ajuda presencial e, por fim, (5) o fato do EaD ser apresentado não como algo a mais para se oferecer, mas algo que pretende substituir o ensino presencial. Conclui, concordando com autores que consideram que o uso do EaD levará a reduzir, ainda mais, o aproveitamento da capacidade intelectual de estudantes a ele submetidos e não resolverá o problema da desigualdade, apenas mudará a forma pela qual ela ocorre. Trata-se de uma dinâmica de exclusão includente; isto é, um processo mediante o qual os mecanismos de exclusão educacional se recriam e assumem novas fisionomias, no contexto de dinâmicas de inclusão e inserção institucional que acabam sendo insuficientes ou, em alguns casos, inócuas para reverter os processos de marginalização e negação de direitos que estão envolvidos em todo processo de segregação social, dentro e fora das instituições educacionais. Concorda, ainda, com os críticos que argumentam que os que estão excluídos do direito à educação superior não estão excluídos somente por permanecerem fora desse sistema, mas também por formarem parte de um conjunto de relações e circunstâncias que os afastam desse direito, negando ou atribuindo-lhes esse direito de forma restrita, condicionada ou subalternizada. Trata-se do que vem sendo considerado como uma "universalização sem direitos". Soma-se, por fim, aos que denunciam a "expansão condicionada", processo mediante o qual os sistemas nacionais de educação tenderam a crescer no contexto de uma intensa dinâmica de segmentação e diferenciação institucionais, que concede aos sujeitos que transitam pelos circuitos que constituem esses sistemas um status e um conjunto de oportunidades altamente desiguais, em

suas condições de acesso a recursos, no perfil dos docentes que neles atuam, no tipo de alunos e alunas que convocam, dentre outros aspectos. (OBEDUC/CAPES/INEP; CNPQ; UERJ).

Dispositivos pedagógicos e subjetivação: uma experiência de EJA não compensatória

Luiz Antonio Saléh Amado

Ao longo da história, inúmeras iniciativas denunciaram a desigualdade social brasileira e suas consequências. Mas, se os questionamentos acerca da desigualdade são antigos, a problematização da produção ativa destas desigualdades e dos efeitos nos modos de subjetivação dos sujeitos é algo bem mais recente, sobretudo quando se analisa o papel das instituições sociais neste processo. De acordo com a orientação teórica que sustenta este trabalho, a Análise Institucional, as instituições sociais, entendidas não mais como estabelecimentos – hospitais, escolas etc –, mas sim no seu sentido conceitual – saúde, educação etc –, são responsáveis por estabelecer relações e práticas sociais que configuram determinados modos de existência. Assim, a educação enquanto instituição, ao fazer circular certos discursos, certos modos de ser e de estar, concorre para a produção social de subjetividades. Este trabalho tem por objetivo apresentar a experiência do processo de construção de uma proposta pedagógica em EJA que busca contribuir para a produção de outras subjetividades, através da invenção de dispositivos pedagógicos apoiados na integração curricular e na ampliação dos modos de existência dos sujeitos. Esta experiência foi desenvolvida numa escola da rede federal de ensino, em conjunto com os professores, criando-se espaços de troca e discussão, a partir dos quais tem sido possível acompanhar os processos em andamento. Salvo raras exceções, a EJA no Brasil tem um caráter compensatório. Recentemente, porém, surgiram propostas buscando superar esta tendência. Exemplo significativo vem da educação profissional, campo tradicionalmente pragmático, onde Programas como o PROEJA – programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – incorporaram a formação integrada, concepção presente em outras modalidades educacionais, reconhecendo os limites de modelos de formação anteriores, cuja organização curricular perpetuava a distribuição desigual da oferta educacional para a população: formação técnica voltada para o mercado para uns e formação geral para outros. Em que pese a importância desta iniciativa, o resultado pode ser insuficiente, caso as práticas pedagógicas não sejam transformadas. Esta, aliás, é uma tendência da educação no Brasil, pois programas são criados, muitos dos quais com potencial instituinte, ou seja, transformador das relações cristalizadas, porém não conseguem romper a barreira do instituído, representado no

cotidiano pedagógico, por exemplo, por práticas discursivas e não discursivas naturalizadas e, portanto, impermeáveis à mudança. Tais práticas, é preciso dizer, são defendidas pelos professores, mas, muitas vezes, consentidas e até mesmo desejadas pelos alunos. A experiência de construção da proposta de EJA relatada neste trabalho afirma a importância de que as mudanças sugeridas nos currículos sejam acompanhadas de outros dispositivos pedagógicos. Neste sentido, dispositivos como avaliação, reuniões semanais do corpo docente e atividades comuns das turmas, são pensados com o objetivo de desnaturalizar certas relações instituídas pela educação, as quais reproduzem, mas também se beneficiam da submissão e da dependência. Estas características apresentadas por muitos estudantes adultos que procuram a EJA compõem uma forma de subjetividade construída com base na desigualdade social, originada das diferenças socioeconômicas e também das relações que estabelecem com o saber e com o poder. Algumas falas de alunos ilustram a produção social do campo subjetivo. Por exemplo, nas reuniões que acontecem por ocasião da entrada dos alunos na EJA em questão, são comuns os agradecimentos à direção da escola pela benevolência de lhes permitir estudar, numa clara demonstração de que as noções de cidadania, de direitos conquistados e a conquistar, fazem pouco sentido para essas pessoas, tornando-os dependentes daquilo que entendem como concessões eventualmente feitas a seu favor. Outro exemplo é a resistência apresentada pelos alunos da formação técnica integrada (PROEJA) para aceitar a inclusão de disciplinas das áreas sociais e humanas no currículo, manifestada nos pedidos explícitos de uma formação que os prepare eficiente, porém rapidamente, para o mercado de trabalho. Sem o saber, reforçam os argumentos de quem sustenta a divisão do ensino em técnico (para o trabalho) e geral (mais amplo) e reduzem a possibilidade de problematização das suas próprias condições de vida, mantendo ativa a produção de subjetividades que configuram o olhar sobre as desigualdades sociais de modo a percebê-las como uma natureza. No entanto, a proposta de atuação no campo educacional apresentada neste trabalho se apóia na certeza de que outros modos de subjetivação são possíveis e que a desigualdade social não é um fenômeno natural. Como resultado da construção desta proposta pedagógica em EJA é possível destacar o ganho qualitativo das relações de ensino-aprendizagem a partir da construção de outras formas de avaliação; a maior satisfação dos professores nas atividades do cotidiano pedagógico e a ampliação do campo de possíveis dos alunos, verificada a partir: da produção escrita, da postura apresentada nas discussões propostas em sala e da crescente independência demonstrada nas participações em espaços coletivos. Por fim, é preciso reconhecer que o processo de construção desta proposta é permanente, mas também instigante e desafiador.

Educação, desigualdade e políticas públicas: a subjetividade no processo de escolarização da camada pobre

Makeliny Oliveira Gomes Nogueira

O presente trabalho de Doutorado, fundamentado na perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, pretende evidenciar as Políticas Educacionais que embasam o Ensino Superior no Brasil, assim como as formas que a desigualdade social toma na educação, dando enfoque à dimensão subjetiva dessa realidade. Tais questões têm sido estudadas por várias áreas de conhecimento como economia, ciências sociais, psicologia e mesmo a educação. No entanto, os estudos não analisam a dimensão subjetiva dessa realidade, ou seja, as construções de sentidos e significados que os sujeitos, vítimas da exclusão e da desigualdade, têm construído subjetivamente, a partir de seu percurso educativo. A partir de dados oferecidos pelas pesquisas do Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL; dados estatísticos da UNESCO; Relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Observatório da Equidade; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e Oxfam Briefing Paper caracterizamos os principais indicadores dos efeitos da pobreza e da desigualdade em dados oficiais sobre a escolarização no Brasil. Na segunda etapa da pesquisa, damos enfoque aos aspectos legais que regem a educação no Brasil, a partir da Constituição Federal (1988), passando pela atual Lei de Diretrizes e Bases (1996), o Plano Nacional de Educação (2001-2010 e 2011-2020) e o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), buscando as articulações e apontamentos de tais leis, diretrizes e políticas em relação à educação superior. Neste ponto destacamos uma política educacional, o Programa Universidade para Todos - ProUni. Com base nos estudos e indicadores das etapas anteriores, construímos um roteiro para orientar a terceira etapa da investigação, a saber, a aplicação de questionários e a realização de entrevista em profundidade, para analisarmos a fala do sujeito como forma de avançar na compreensão da dimensão subjetiva. Na terceira etapa o propósito foi refletir sobre a realidade subjetiva dos estudantes, buscando compreender, por meio dos 30 questionários e da entrevista analisada, os sentidos e significados que são construídos, por jovens pobres, que frequentaram escolas públicas, a partir das vivências da desigualdade e da exclusão social em suas experiências da Escola à Universidade. Os dados obtidos nestas três etapas apontam avanços e retrocessos em relação à

Educação Superior no Brasil, assim como desvelam que o acesso à universidade promove sentimentos, afetos e emoções contraditórios, tais como preconceito, exclusão, sofrimento, angústia, orgulho, superação, esperança, alegria e vitória. A pesquisa também revela as influências de vários grupos de referência, exteriores ao grupo familiar, como um fator marcante na escolarização das camadas populares. Acreditamos que os trabalhos que analisam a dimensão subjetiva que perpassa as desigualdades, da escola à universidade, como este que ora apresentamos, possibilitam compreender os sentidos e significados da escolarização para os estudantes oriundos da camada pobre, contribuindo para o desenvolvimento de políticas educacionais que levem em conta a dimensão subjetiva do processo educacional, permitindo políticas mais adequadas a esta população.

Fronteira vivida e processos de subjetivação: o caso da Tríplice Fronteira Brasil – Colômbia – Peru

Luiz Felipe Barboza Lacerda

Pesquisamos a tríplice fronteira Brasil- Colômbia – Peru, na região do Alto Solimões, Amazônia Brasileira. Buscamos as influências dos aspectos transfronteiriços nos processos de subjetivação e a construção do imaginário social sobre a vida neste território. Somos movidos pelo desejo de entender quais os aspectos predominantes na constituição dos processos de subjetivação nas fronteiras. A fronteira como lócus, representa empecilho ou potencialidade para os processos de desenvolvimento humano? A partir de que aspectos se constituem os processos de identificação e ou rechaçamento entre as populações fronteiriças? Tal fronteira, primordialmente ocupada por indígenas e ribeirinhos vem passando por importantes transformações nas últimas décadas como a aceleração dos processos de urbanização, aumento da presença e intervenção dos órgãos estatais e dos aparatos militares. Ao mesmo tempo possui sua relevância no cenário mundial por localizar-se em uma região ainda de difícil acesso, sendo este possível apenas por via aérea ou fluvial, e, portanto, apresentar baixos índices de desmatamento e grande potencialidade ainda preservada em sua biodiversidade. Agregando os campos da psicologia e da geografia humana de maneira interdisciplinar, utilizamos métodos qualitativos e quantitativos. Estes três anos de estudos possibilitam compreender algumas dinâmicas desta fronteira nos processos de subjetivações e por consequência, nos contextos sociais multinacionais e interetnicos. A coleta de dados foi realizada através de 135 questionários e 30 entrevistas semiestruturadas em três grupos distintos da população: I) nativos da fronteira, II) imigrantes de outros municípios do interior do estado e III) imigrantes de outras

localidades do Brasil ou de outros países. Para isto, o trabalho de campo foi realizado na cidade de Tabatinga, município localizado há 1.105 km da capital Manaus (no extremo oeste do estado do Amazonas), que possui uma população habitante de aproximadamente 53.000 pessoas. (IBGE, 2010). Teoricamente, partimos da premissa de que podemos analisar os processos de subjetivação a partir de aspectos referentes ao mundo vivido cotidiano das pessoas, pois é fato que o ambiente que nos cerca é fator determinante em nossas construções subjetivas (VERONESE, 2007). Desta forma, por subjetividade entendemos o apanhado de elementos implícitos e explícitos que constituem nossa forma de perceber, julgar e agir sobre o mundo que nos cerca. (TITTONI, 1994). Como categorias de análise adotamos os estudos do geógrafo Ricardo Nogueira, no livro Amazonas: a divisão da monstruosidade (2007), onde se distinguem três dimensões a fronteira: A fronteira Vivida (por aqueles que aí habitam), A Fronteira Vigiada (pelos órgãos estatais de segurança e controle) e a Fronteira Percebida (por aqueles que não vivem neste território, em especial moradores da capital e os meios de comunicação de massa). Os resultados apontam para compreensões distintas e por vezes contraditórias: Por um lado apresenta-se a compreensão vivencial que a fronteira é um espaço de integração social e indenitária com uma sinuosa linha imaginaria, de limites difusos e por vezes complementares. Por outro, a compressões da fronteira como espaço rígido e delimitado de controle que incluso, carece de maior restrição. Analisando elementos voltados à educação, condição de saúde e moradia segurança, entre outros, encontra-se um discurso integrativo e harmonioso das diversas nacionalidades e etnias que aí convivem, intercâmbio este principalmente representado nas artes, na gastronomia e nas transações cotidianos de comércio. Por outro lado, percebe-se a partir dos relatos daqueles que aí vivem, um hierarquizado imaginário social que divide etnias e nacionalidades, a partir de características culturais e processos históricos, em determinadas classes e segmentos sociais. Por sua vez, para as pessoas da capital do estado do Amazonas a tríplice fronteira aparece como espaço extremamente perigoso e precário. Para os advindos de municípios menores do interior do estado ou de outras localidades do Brasil, apresenta-se como um território de grades potencialidades de crescimento profissional e ou pessoal (este último, geralmente associado aos vínculos familiares). Para as pessoas que aí nasceram, por sua vez, um lugar bom e bonito de se viver. As controvérsias destes achados, além disto, representam a própria complexidade em estudar a coadunação entre subjetivações e fronteiras, ainda mais se tratando de uma tríplice fronteira no centro da selva amazônica. São estes achados complexos e controversos que desejamos colocar em debate com a apresentação deste trabalho.

O futebol como luta por reconhecimento e seus desdobramentos na dimensão subjetiva de jovens

Daniele Mariano Seda, Carlos Eduardo Senareli Teixeira, Rafael Nuernberg Lauer

O presente resumo tem como objetivo discutir os desdobramentos na dimensão subjetiva de jovens em situação de vulnerabilidade que buscam no futebol o caminho para o reconhecimento social. Vulnerabilidade entendida aqui pela afrodescendência, residência em favelas e a escassez de recursos financeiros. A qual pode remeter a uma invisibilidade social, que pode ser compreendida como relações sociais onde alguns sujeitos, por serem na esmagadora maioria das vezes proscritos do mundo significativo daqueles que detêm o poder, através da indiferença, e/ou por habitarem o imaginário social de forma negativa sendo estigmatizados, não têm suas capacidades e potencialidades reconhecidas e passam a ser ignorados e privados de muitas formas de interação social. Dialeticamente, no cerne destas relações, está presente a luta por reconhecimento, aqui estudada com base na Teoria Crítica e especialmente nos escritos do teórico Axel Honneth. A relação do indivíduo consigo próprio está atrelada às experiências de reconhecimento, pois ele se constitui unicamente porque aprende – através do assentimento ou encorajamento de outrem – a referir a si próprio determinadas características. Quando essas experiências são precárias, como ocorre nos casos de invisibilidade social, se dá uma busca, uma cobrança, uma luta pelo reconhecimento negado. Reconhecimento social que pode ser obtido através do futebol e seus desdobramentos, como a possibilidade do consumo conspícuo, da exposição midiática e de um suposto poder de mudança social. Como metodologia para compreender melhor estas questões foram analisadas produções sociais, como filmes, livros e reportagens, as quais foram consideradas sinais de uma sociedade capitalista, sociedade do espetáculo e individualista que se apresenta como meritocrática, ignorando que a disponibilidade de recursos da cultura dominante que cada sujeito possui, tem relação positiva com o sucesso pessoal. E para ilustrar o contexto histórico, social e cultural, onde jovens em situação de vulnerabilidade e muitas vezes invisíveis socialmente lutam por reconhecimento através do futebol, foram realizadas entrevistas com jovens jogadores de futebol da Vila Olímpica da Mangueira. A ascensão social e a identidade de ser um jogador de futebol são almejadas pelo desejo de obtenção de experiências de reconhecimento positivas nas três esferas do reconhecimento e que assim possam promover mudanças em suas respectivas autorrelações práticas: na dedicação emotiva, sendo mais amados por seus familiares e amigos (autoconfiança); no respeito cognitivo, obtendo cidadania que lhes é rotineiramente negada

(autorrespeito); e na estima social, ao serem elogiados pela performance esportiva, ter fama e visibilidade, e exercer uma função social respeitada e digna de admiração (autoestima). Em suma, esta pesquisa busca apontar o futebol como instrumento para análise da dinâmica social e contribui por conectar o contexto esportivo ao social e este com o individual. Discute assim, os reflexos da cultura dominante sobre o futebol e os consequentes reflexos do futebol sobre as subjetividades de jovens que sonham em se tornar jogadores profissionais e se encontram em situação de vulnerabilidade, o que contempla a intenção de fazer parte do Grupo de Trabalho que discutirá a dimensão subjetiva da desigualdade social e o trata como um velho problema, mas como um tema novo na Psicologia Social.

O olho da rua: pensando sobre sujeitos em situação de vulnerabilidade social

Dayane Dias Braz, Ana Luiza de Mendonça Oliveira, Isis Graziele da Silva, Tamires Rodrigues Rocha, Ana Luiza Faria Lima, Anamaria Silva Neves

A configuração de família vem sendo modificada ao longo da história de cada sociedade e, na contemporaneidade, contempla a diversidade dos grupos. O significado de família repercute de diferentes formas em cada indivíduo, estando relacionado à experiência particular de cada um dentro de sua própria família, o que torna conceituações universais impraticáveis. A partir da perspectiva de que todos vieram, possuem ou possuíram uma família em algum momento de sua história, nos propusemos a pensar sobre a dinâmica familiar de pessoas em situação de rua. Para entender como ocorre a saída destas pessoas de casa e as desilusões que enfrentam na rua, realizou-se uma revisão bibliográfica sistematizada, visitou-se uma casa que abriga ex-moradores de rua, um albergue e o setor de migração da cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Além disso, foram entrevistadas uma moradora de rua, dois ex-moradores de rua, dois assistentes sociais (sendo que um deles trabalha no albergue visitado), um voluntário da Pastoral de Rua (pastoral da Igreja Católica que distribui alimento à moradores de rua e procura abrigá-los) e uma policial. Neste estudo foi possível compreender e analisar, a partir deste recorte, a realidade e a dinâmica da família de pessoas que abandonam o lar. Emergiram como principais fatores de "expulsão" dos indivíduos de suas casas: a miséria, a violência, a instabilidade emocional e financeira, o desemprego, a negligência, problemas psiquiátricos, situações de furto, a dissolução dos laços afetivos, a privação de direitos, o abandono, a frustração, o desamparo, a vulnerabilidade, o incesto, as relações conjugais marcadas por mortes e traições, o uso e abuso de drogas, a falta de uma contenção simbólica que confira reconhecimento ao ser, o sentimento de desprazer e acidentes que resultam em uma insuportável falta de confiança

no ambiente da casa. Compreendeu-se que as pessoas em situação de rua se constituem a partir de famílias fragilizadas, enfrentam situações de vulnerabilidade e que, por isso, buscam na rua um lugar possível para sua sobrevivência psíquica e física. Neste sentido, este trabalho traz uma possibilidade de se pensar o tema proposto pelo GT "A dimensão subjetiva da desigualdade social: um velho problema e um novo tema para a Psicologia Social", enquanto uma busca de se explorar mais profundamente este fenômeno social que se repete ao longo da história, mas que passa frequentemente despercebido e mesmo impensado devido à naturalização que o caracteriza e o organiza no cotidiano da realidade brasileira. Percebeu-se claramente que a saída de indivíduos para a rua não se deve a características sociais abstratas ou a características individuais isoladamente, mas que a configuração da desigualdade social se dá por processos complexos e dinâmicos, que não podem nunca ser separados da dimensão subjetiva que também os constitui como fenômeno social. Pensar sobre a situação de rua é, na verdade, revelar uma significativa falha social, na medida em que as políticas públicas voltadas para essa condição são imediatistas e, essencialmente, assistencialistas. Por isso, este tema está imbricado ao eixo temático "Assistência Social" que propõe a discussão quanto à inserção de psicólogos nos contextos políticos e de assistência social.

O sofrimento ético, político e antropológico e a interface com a prática clínica em um estágio de psicologia

Raquel Guedes Pimentel, Cleilson Costa da Silva, Valdete Coelho Santana

No contexto da Psicologia Social falar em clínica parece soar estranho por suas contradições ideológicas essenciais. O olhar para o sujeito humano a partir das perspectivas psicológicas mais atuais requer observá-lo a partir de todos os contextos em que esse sujeito circula e que constituem sua subjetividade. A ideia de clínica social promovida pelas universidades tenta de algum modo dar conta desse hiato entre psicologia clínica e social. Esse intento, no entanto, falha enquanto se observa a pessoa apenas a partir do olhar privado, renegando uma epistemologia que concebe a subjetividade humana como fruto da relação sujeito-mundo. Nos últimos anos, a clínica da Gestalt-terapia tem se proposto a dialogar e a observar o ser humano a partir de todos os contextos em que o mesmo se insere. A chamada clínica da inclusão já havia sido plantada pelos fundadores da mesma teoria a partir da fenomenologia em 1951, sob o cunho de "misery" no livro de fundação dessa abordagem. Nos últimos anos, essa clínica foi amadurecida e ampliada pelas mãos de pesquisadores brasileiros e a visão de ser humano da clínica gestáltica vai para muito além das fronteiras do consultório. A etimologia da palavra

clínica traz também em seu bojo o sentido de clinamem: "produzir inclinações, mudanças de rotas e direção" (AMARANTE, 2003, p. 58). Segundo Müller-Granzotto (2007), entende-se por clinamen o movimento de inconstância que impulsiona no momento seguinte o encontro de uma nova composição de nossa história e do mundo, constituindo, assim, uma nova relação. Nessa perspectiva, o presente trabalho pretende apresentar uma articulação elaborada de maneira coletiva no estágio de psicologia clínica e social do último ano do curso de Psicologia da Faculdade Estácio de Sá de SC em 2012. A partir de um olhar ampliado do ser humano, os estagiários e a orientadora propuseram-se a trabalhar a clínica a partir da gestalt-terapia contemporânea dialogando diretamente com a psicologia social. Parte expressiva das demandas que apareceram ao longo do estágio caracterizavam-se a partir da clínica da inclusão e do sofrimento ético político e antropológico. Alguns dos sujeitos consultantes eram institucionalizados, bem como excluídos do sistema econômico ou viviam situações de vulnerabilidade social. A clínica do sofrimento ético, político e antropológico da gestalt-terapia orientou a forma de intervenção e olhar para esses sujeitos. Essa clínica compreende que a falta de dados que o contexto social deixa de oferecer ou que falta como possibilidade para o sujeito (como por exemplo, quando uma pessoa perde tudo em uma enchente ou fica desempregada ou passa fome e frio, as emergências e desastres, o adoecimento somático, etc) interfere na forma como a pessoa se constitui no mundo e em suas relações, promovendo a vulnerabilidade e um estado aflitivo. No intuito de promover a inclusão dessas pessoas, os estagiários intervieram de modo a contribuir concretamente para a ampliação dos horizontes de futuro desses sujeitos, bem como para o fortalecimento dos vínculos sociais. Em todos os casos clínicos, houve significativa diferença no modo de estar no mundo dos sujeitos relatados ao final do processo terapêutico.

Preconceito e Cultura: contribuições da teoria crítica da sociedade e da psicanálise freudiana

Ruth Marques Maciel

O presente trabalho trata-se de um projeto de Iniciação Científica vinculado ao Projeto de Pesquisa "A Recepção de Freud nos Pensamentos de Adorno e Marcuse", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Teoria Crítica e Filosofia Social do Instituto de Filosofia e de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, aprovado e financiado pela FAPEMIG referente ao Edital 16/2010. Com este objetiva-se a retomada de um assunto polêmico e controverso que suscita a necessidade de mais estudos: o "preconceito", suas relações com a cultura e com a formação

do indivíduo. Pretende-se aqui estudar o preconceito no que se refere às condições sociais e culturais que permitem a formação das denominadas "mentalidades preconceituosas" contra as chamadas minorias sociais e, para tal, os autores da teoria crítica da sociedade _ Adorno, Horkheimer e Marcuse _, são requisitados, tendo em vista os conceitos freudianos utilizados e apropriados por tais filósofos. Para a realização deste projeto, o conceito de "preconceito" será tratado como uma atitude necessariamente hostil por parte do sujeito em relação ao objeto de seu preconceito, ou seja, como um julgamento desfavorável, feito antes de um exame ponderado e, ainda que possa ser considerado como um fenômeno psicológico põe-se em consideração que os aspectos que levam o indivíduo a ser ou não preconceituoso são originários do processo de socialização, a saber: quanto maior o desejo de se identificar com a vítima de preconceito, mais esta atitude tem que ser desenvolvida como forma de "defesa psíquica" – projeção e racionalização - para que o preconceituoso se encaixe nos padrões sociais sem sofrer maiores sanções do grupo original a que pertence. O preconceito surge como um escudo contras as ameaças das quais a pessoa preconceituosa vai se defender, ressaltando-se, aqui, seu caráter objetivo e subjetivo (seus aspectos sociais quanto psicológicos). Este mecanismo não é inato, e aparece como produto dos estereótipos culturalmente "impostos" e que são constituídos por essa cultura, e delegam à população pensamentos reconhecidamente pobres e conformistas. Retoma-se aqui, brevemente, o conceito de "indústria cultural", que aponta para os mecanismos sociais de adaptação e de dominação da subjetividade tendo em vista os meios de comunicação de massa contemporâneos que acabam por oferecer aos indivíduos um amplo sistema de estereótipos. Tais "estereótipos" permitem a essas pessoas ter a ilusão de dominar o conhecimento sobre a realidade contraditória e complexa. Mas, na realidade, ao traduzir esta realidade em escolhas tais como "certo e errado", "bom e mal", "vencedores e perdedores", o estereótipo faz com que o mundo permaneça para o indivíduo como abstrato – dividido em categorias "a priori" – e não experenciado, de tal forma que as ansiedades individuais originadas pela realidade sociopolítica não sejam criticamente refletidas. Isso nos remete aos estudos sobre a formação das massas e dos grupos no que tangem o comportamento do indivíduo, tendo em vista as "necessidades" de ordem psíquica de "pertencimento grupal", por parte do sujeito, para se sentir incluído numa sociedade que preza pela exclusão das alteridades. Tais "grupos" oferecem possibilidades de formação "identitárias" para indivíduos se orientarem no mundo, e rejeitar o out-group. Freud ilustra tal influência em sua obra "psicologia das massas", por meio das categorias psicanalíticas "ideal do ego", "identificação", vínculos libidinais, regressões psíquicas, entre outras. Por se tratar de uma pesquisa teórica e conceitual, utilizaremos textos

específicos dos autores Adorno, Horkheimer e Marcuse para nossas análises: "Educação após Auschwitz" (Adorno); "Preconceito" (Adorno e Horkheimer); "The Autoritharian Personality": capítulos 16 (Prejudice In The Interview Material), 17 (Politics And Economics In The Interview Material) e 19 (Types And Syndromes) (Adorno et al); "Elementos do antissemitismo" (Adorno e Horkheimer), "A Obsolescência da Psicanálise" (Marcuse) e leituras complementares que possam favorecer tal pesquisa. O presente trabalho se relaciona com o eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas" por ser uma revisão do tema "preconceito" tendo como base os teóricos da Escola de Frankfurt e a psicanálise freudiana, cujos estudos podem lançar nova luz sobre o entendimento das ações preconceituosas no âmbito da sociedade, levando em consideração que tal atitude tem uma base cultural além das raízes psicológicas.

Relato de experiência de acadêmicas de psicologia no NEVICOM: a violência doméstica em questão

Georgia Grube Marcinik, Sara Scheidt Soriano, Luana Marcia De Oliveira Billerbeck, Gisah Christine Salloum

O Núcleo de Estudos da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (NEVICOM) na cidade de Ponta Grossa/PR integra as ações de extensão, pesquisa e ensino pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), buscando viabilizar a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, promovendo a interdisciplinaridade e a participação efetiva da comunidade no enfrentamento às situações de violência contra a mulher. Nessa perspectiva, o NEVICOM desenvolve atividades teóricas e práticas de conhecimento sobre a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher, de maneira a articular através de reflexão, estudo, pesquisa, debate, divulgação e orientação de leis esta problemática social. Através de uma equipe profissional composta por diferentes especialidades – Direito, Serviço Social e Psicologia – atuam de maneira a assegurar às mulheres vítimas de violência o acesso às políticas públicas de atendimento, no que se refere aos direitos garantidos por lei, por meio de palestras e oficinas ministradas nos diferentes âmbitos de serviço do município (Centros de Referência de Assistência Social, Unidades Básicas de Saúde, etc.). Outra atividade desenvolvida no NEVICOM é o Serviço de Reflexão, Reeducação e Responsabilização dos autores de violência doméstica e familiar contra a mulher em cumprimento às determinações proferidas pelo Juizado da Violência Doméstica e Familiar; conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal. Este serviço é realizado em grupos constituídos de no máximo 10 integrantes,

encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica através de reuniões semanais de 02 horas, com duração de até 06 meses e tem por objetivo contribuir para a desconstrução do estereótipo de gênero e a construção de uma nova perspectiva de masculinidade, refletindo sobre o seu comportamento transgressor, promovendo assim a responsabilização dos participantes do grupo, bem como sua ressocialização articulando serviços de enfrentamento à violência contra a mulher no município de Ponta Grossa. O grupo é mediado por um psicólogo voluntário, um profissional da área de direito e outro da assistência social, os quais abordam durante os encontros temas como a Lei Maria da Penha; Violência de Gênero; Direitos Humanos; Masculinidades e Socialização Masculina; Paternidade; Sexualidades; DST/Aids; Trabalho; Família e Relações Interpessoais. No início de 2013, o NEVICOM, em parceria com a Instituição de Ensino Superior Sant'Ana (IESSA), incluiu na sua equipe especializada acadêmicas do Estágio Supervisionado do 5º ano de Psicologia, sendo que duas, deste presente trabalho, atuaram em reuniões de estudo interdisciplinar e inclusão da Psicologia em tal projeto, auxiliando, de forma indireta, na sua construção e elaboração, visto que foi neste ano que esta prestação de serviço foi implantada para a comunidade. A inserção das acadêmicas proporcionou levar os conhecimentos da Psicologia e a especificidade do papel do psicólogo social nas discussões em grupo, disseminando junto à equipe as possibilidades de intervenção psicológica, desenvolvendo um trabalho de conscientização crítica, auxiliando tornar consciente para os sujeitos os determinantes biopsicossociais da problemática em que os profissionais e seus trabalhos estão envolvidos, de maneira a refletir sobre a humanização do trabalho com indivíduos de diferentes realidades sociais, transmitindo a perspectiva e escuta psicológica, favorecendo que os membros da equipe se apropriem de um saber subjetivo de maneira a auxiliar na compreensão das formas de desigualdades sociais. Atuando neste núcleo durante o primeiro semestre de 2013, pôde-se observar que a Psicologia é algo que agrega e contribui demasiadamente em instituições que têm como demanda principal o trabalho com indivíduos em situações de vulnerabilidade e desigualdade social. Esta experiência possibilitou averiguar que o conhecimento psicológico e a Psicologia Social como ciência complementam as atuações da equipe, auxiliando no desenvolvimento de habilidades sociais para trabalhar com os indivíduos envolvidos nesta adversidade, tais como empatia, assertividade, civilidade e habilidades sociais acadêmicas; compreensão teorizada sobre questões de grupo; aprimoramento do olhar humanizado para com a violência doméstica e as pessoas que estão envolvidas nesta circunstância social (vítimas diretas ou indiretas e autor da violência) e contribuir para as discussões sobre a complexidade da violência doméstica e familiar contra

mulher. Na prática com a problemática, verifica-se como essencial um processo de escuta, prevenção e intervenção, possibilitando a atuação do psicólogo como um mediador psicossocial na esfera interdisciplinar dentro do NEVICOM. Nesta perspectiva, temos o compromisso de mudança das reproduções discriminatórias que a sociedade exerce, favorecendo os comportamentos que geram adversidades sociais, como a violência doméstica, pois o psicólogo é um profissional que possui uma visão integral do ser humano, compreendendo-o como um sujeito atuante na construção de sua subjetividade a partir das relações sociais.

Sentido e significado de futuro para jovens negras do Capão Redondo e Jardim Ângela em São Paulo

Carlos Eduardo Mendes

A paisagem das periferias no Brasil acumula ao longo da história certas marcas de penúria promovidas por um processo de déficits políticos e sociais, que depõem contra os direitos essenciais à vida da pessoa humana. As condições de opressão veem produzindo na região do Capão Redondo, o extermínio da juventude, o desemprego das mulheres, mesmo com mais preparo que os homens, a baixa escolaridade em uma geografia incerta que expõe sua população aos riscos decorrentes da localização de suas residências, à vulnerabilidade da distribuição assimétrica dos espaços, das ambições de políticos, assim como, dos significados distintos articulados por atores que disputam poder e legitimidade na apropriação do território por meio da coerção, nem sempre licita e na maioria dos casos pela violência. Trata-se de uma região com a somatória dos declarantes pretos e pardos superior ao número total de brancos, o número de adolescentes do sexo feminino quase dobra em relação aos jovens do sexo masculino a partir dos 16 anos de idade. Pretende-se neste trabalho compreender como jovens negras moradoras do Capão Redondo (São Paulo-SP) e assistidas por programas de Proteção Social em ONGs dão sentido e significado para os seus projetos de futuro a partir da realidade social de onde estão inseridas. Esta pesquisa se dará na linha de investigação fundamentada nos princípios da pesquisa qualitativa com observaçãoparticipante, isto porque, inseridos no mundo que estas jovens representam poderemos compreender como elas se veem dentro da hierarquia social, para compreender o que elas identificam como sendo resistência, adaptação ou independência aos modelos estabelecidos. Para a compreensão de como estas adolescentes desenham seus futuros, dentro de uma hierarquia social injusta, trabalharemos com entrevistas semiestruturadas e aplicação do teste de frases incompletas, como complementos das biografias, que devem emergir de vários diálogos com estas jovens, à serem analisados por um

conjunto teórico pertinente ao tema. Acredita-se, portanto, que se a pesquisa que segue for de seres humanos para seres humanos que dialogam, poderemos ouvir corações como vários tambores que pulsam anunciando projetos e, estes podem revelar como suas donas constroem suas vidas com aquilo que a vida que lhes fornece.

Sentidos e significados da internet para jovens de classe alta e de classe baixa

Mirian Hasegawa

Partindo da abordagem da psicologia sócio-histórica, pretende-se estudar a criação das tecnologias como um processo histórico e social, no qual a sociedade influencia os rumos do desenvolvimento tecnológico e, ao mesmo tempo, a tecnologia afeta a vida das pessoas, numa relação dialética em que um é parte constitutiva do outro. Então, estudar os impactos da tecnologia sobre a vida das pessoas significa entender esse movimento histórico de constituição do social numa relação dialética com as suas ferramentas tecnológicas. Com o intuito de analisar de perto como se dá essa interação tecnologia/subjetividade, estamos realizando uma pesquisa sobre a relação dos jovens com a internet. Assim, o objetivo deste trabalho é estudar como o uso da internet afeta a subjetividade dos adolescentes, através da análise dos sentidos e significados constituídos por estudantes na e pela interação com a web. Além disso, buscaremos compreender como a desigualdade social se apresenta no uso dessa tecnologia. As perguntas que guiam o trabalho são: O que a internet representa na vida dos adolescentes? Quais os seus principais usos? De que formas a internet afeta os seus modos de ser e de viver? Existem diferenças no uso e nas significações da internet para adolescentes de classe baixa e de classe alta? Ou seja, como a desigualdade social se mostra na utilização dessa tecnologia? Para a pesquisa, foram entrevistadas quatro adolescentes, duas de classe média baixa e duas de classe média alta, das quais foram escolhidas uma de cada camada para a análise dos sentidos e significados percebidos nas suas falas. A adolescente de classe média baixa tem quinze anos, mora no interior de São Paulo num bairro da periferia, estuda numa escola pública estadual no primeiro ano do ensino médio. A adolescente de classe média alta também tem quinze anos e cursa o primeiro ano do ensino médio, mas numa escola privada bem conceituada de um bairro de classe média alta de São Paulo. As entrevistas foram realizadas na forma de conversação sobre o que a internet significa na vida das adolescentes, como e quando elas a utilizam, quais os seus aspectos positivos e negativos etc. A partir das entrevistas, foram criadas sete categorias nas quais fomos encaixando trechos das falas. São elas: amigos e contatos, isolamento e solidão, consumo, oportunidades, perigos, mundo virtual e mundo real, escola e pesquisas. Na produção

dos dados, procurou-se dar visibilidade à dimensão subjetiva que acompanha a utilização da rede mundial de computadores pela juventude na nossa sociedade. Pelas entrevistas, ficou claro que a internet é considerada prioritariamente uma ferramenta para o lazer, embora seja frequentemente utilizada na realização de trabalhos escolares. O principal uso é para se comunicar com os amigos, que fazem parte da sua vida real, já que as adolescentes não fazem amizades virtuais com estranhos, apenas com pessoas com alguma indicação de amigos. A utilização da internet, ao contrário do que se imagina, não amplia os contatos e a atuação das jovens para além dos limites do seu círculo de contatos (escola, bairro e parentes). Porém, dentro deste círculo, elas aumentam o número de amigos através da web. Existem comportamentos específicos para a vida real e a vida virtual, sendo que, na rede, existem comportamentos que são considerados adequados para um site (twiter) e não são adequados para outro site (facebook). Afirmam que a internet não gera solidão se a pessoa tiver equilíbrio. Por outro lado, elas admitem que se não houvesse internet talvez saíssem mais, andassem mais pela rua. Mas, ao mesmo tempo, se não houvesse internet, elas seriam mais fechadas porque não teriam coragem de se abrir e falar dos seus problemas cara a cara, como fazem via web. Falar de si mesmo é mais fácil na rede do que pessoalmente. A idéia sobre a identidade das pessoas na internet é contraditória, ao mesmo tempo que dizem que na internet tudo é lindo, também dizem que as pessoas falam mais verdades e mostram mais desafetos via web. As entrevistas mostram que existem mais semelhanças nas significações das adolescentes de classe alta e de classe baixa na sua relação com a internet do que diferenças. Parece que a interação com essa tecnologia gera comportamentos e sentimentos parecidos nas duas jovens. Mas, ao mesmo tempo, esses usos semelhantes não parecem indicar uma redução na desigualdade social que as separa.

Subjetividade e engajamento ético-político no enfrentamento da violência policial militar

Luiz do Nascimento Carvalho

O presente estudo trata da relação entre subjetividade e engajamento ético-político no processo de enfrentamento da violência policial. Trata mais especificamente do modo como se articulam a experiência de perda de entes queridos em ações violentas de policiais militares e o modo como integrantes do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial buscam, por meio dos recursos semânticos disponíveis em seu repertório verbal, integram essa experiência – perejivanie – na esfera do pensamento, do sentimento e da orientação para a ação. O referencial

de análise é constituído pelo aporte da psicologia sócio-histórico-cultural, de Liev S. Vigotski (1896-1934). O momento empírico da análise centrou-se sobre conteúdos semânticos expressos em Ata de audiência pública realizada em dois de fevereiro de 2006, pelo Conselho de Direitos Humanos do Estado de Goiás, e contida nos arquivos da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, bem como depoimentos de integrantes do Comitê Goiano Pelo Fim da Violência Policial sobre os eventos que redundaram no assassinato de seus entes queridos. Os resultados revelam as contra faces objetiva da desigualdade social real resultante da estratificação social de classes na sociedade brasileira e materializada no processo de distribuição das penas e do tratamento penal por parte de integrantes do estamento militar, e subjetivo, materializado na experiência de perda de entes queridos e de engajamento ético-político na busca por justiça e reparação. Os resultados revelam diferentes configurações subjetivas das experiências ligadas ao paradoxo de uma entidade estatal que viola os direitos que o próprio estado proclama, ora configurando a perda como tragédia de destino, ora como expiação de uma culpa, ora como sofrimento de um inocente. O engajamento em alguns depoimentos configurado como busca por justiça, evidenciando comunalidades de destino no sofrimento, cujo horizonte é demarcado pela proteção genérica das mães de seu ingresso na experiência de dor pela perda de um filho, contrastada com o contramovimento que concebe o engajamento pelo fim da violência policial como um empreendimento de alto risco, que coloca o indivíduo engajado diante da experiência de medo e do elemento trágico de deparar-se virtualmente com a perspectiva iminente de finitude. A dimensão de comunalidade subjacente a esse sofrimento ora contribuindo para fortalecer o movimento ora para enfraquecê-lo.

Uma prática preventiva sobre a violência contra a mulher em Maceió

Leconte de Lisle Coelho Junior, Renata Damasio Pereira, Christiane Roberta de Oliveira Cruz

A violência é um fenômeno de cunho psicossocial que margeia todas as sociedades. É uma construção de conflitos que não tendo uma mediação acabam por desembocar em situações de agressões contra outra pessoa. Um ponto importante é compreender que a violência doméstica não tem somente como alvo a mulher, as crianças também sofrem agressões, mas as mulheres são as principais vítimas de seus cônjuges pois em termos culturais elas são vistas como alvos em potencial daqueles que deveriam protegê-las: seus maridos, companheiros ou ex-companheiros. Focalizando este contexto, definiu-se pela produção de um projeto de extensão que viesse a realizar práticas em prol da prevenção contra este fenômeno psicossocial. Os objetivos foram: -realizar a prevenção da violência contra a mulher; -expor de forma técnica os

direitos das mulheres e esclarecer sobre os mecanismos jurídicos de sua defesa, além de, -identificar as causas das agressões e possibilidades de novos instrumentos de defesa e prevenção. Deve-se levar em consideração a violência contra a mulher como uma produção de um contexto de desigualdades onde se pressupõe que a mulher está em desvantagem não somente física, mas também no que diz respeito à sua condição de cidadã. Este desnível nas relações sociais faz perpetuar uma relação desigual entre ambas as partes. Neste sentido, decidiu-se alocá-lo em apresentação ao grupo de trabalhos "A dimensão subjetiva da desigualdade social: Um velho problema e um novo tema para a psicologia social". Como orientação teórica, utiliza-se a psicologia sócio-histórica na vertente de Ignácio Martín-Baró, a psicologia da libertação, cujo modelo tem como premissa principal levar em conta que as pessoas possuem o direito à liberdade. Isto é, buscar aspirações para uma vida coletiva baseada em postura ética, responsável e assertiva. Valoriza-se a relações pessoais que consolidem um futuro positivo para as coletividades. Em outras palavras, é uma fundamentação teórica da psicologia comunitária que capacita as pessoas à realizarem melhorias nas suas vidas pessoais e consequentemente na comunidade pois elas se engajam em metas de mudanças sociais que tem como medida o alcance de benefícios para o grupo. Por conseguinte, um dos efeitos que se percebe em certas práticas é a organização dos grupos sociais em redes de apoio que sustentam o aprimoramento das relações interpessoais e redefinem o sistema de organização e auto-regulagem de associações comunitárias, ONGs e outras instituições que derivam ou dependem do apoio popular. Foram realizados 2 momentos de atividades com dois grupos distintos: o primeiro grupo foi o de 25 estudantes do curso de psicologia de uma instituição privada de Maceió que estavam no 4º período. Apenas 2 estudantes eram do gênero masculino, onde objetivou-se uma palestra com recursos audiovisuais. Após este período se seguiu um debate entre os estudantes sobre a prevenção contra a violência à mulher. Em um segundo contexto foi realizado uma atividade com um grupo de 22 jovens do gênero masculino, na faixa etária de 12 aos 15 anos. Estavam agrupados em um projeto comunitário em um bairro da cidade de Maceió. Neste último ocorreram três dinâmicas de grupo (dinâmica da confiança, jogo de perguntas sobre a violência contra a mulher e alongamento físico para prática esportiva). Além disso, ocorreu a apresentação verbal de conceitos sobre a Lei Maria da Penha, um dos principais instrumentos contra este tipo de violência. Como resultados obtidos, percebeu-se que os jovens foram participativos e que entenderam o que foi solicitado, fizeram relações com o que vivenciaram. Na primeira dinâmica foi trabalhado a questão da confiança. Com muita descontração na roda de conversa, um dos jovens relatou sua vivencia em casa e que presencia,

com frequência agressões de seu pai contra sua mãe e seus pertences. Pode-se notar também o interesse pela temática, principalmente no que se refere aos tipos de violências e como estes jovens irão reagir caso presenciem algum tipo de violência. Alguns já ouviram falar na Lei Maria da Penha e sabiam do que se referia tal jurisprudência. No caso do grupo de acadêmicos também foi notado um vivaz interesse e os resultados obtidos foram o esclarecimento de suas dúvidas com relação às denúncias e órgãos públicos de apoio. Foram distribuídas cartilhas sobre a lei para maior esclarecimento em ambos os grupos. Conclui-se que a violência contra a mulher está presente em todos os âmbitos da sociedade, que ela não escolhe classe social, raça ou etnia. Há uma necessidade de se trabalhar não apenas com as vítimas, mas também com crianças e jovens para prevenir possibilidades de agressões futuras. E que haja divulgação das informações a fim de se debater e impulsionar comportamentos que enfraqueçam tais práticas, para que os existentes sejam questionados e não naturalizados e possibilitando aos jovens maior segurança na denúncia e conhecimento da Lei Maria da Penha.

GT 02. ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS PRÁTICAS E DISCURSOS EM PSICOLOGIA COMUNITÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PSICÓLOGOS

A formação em psicologia clínico-social: um relato de experiência

Marcos Charles Bento Vieira

A situação de rua impõe imensa vulnerabilidade social e subjetiva ao sujeito. Ele é afastado/ se afasta dos padrões de inserção social estabelecidos e fica cada vez mais invisível para/na sociedade. A psicologia, que até a década de 1980 levava a noção de áreas de atuação fortemente definida, é intimada a ampliar esse rol de atuação voltado para a classe média e alta da população, incluindo pessoas que vivem em diferentes contextos sociais, econômicos e culturais. Uma área social de inserção de psicólogos vem demandar a formação de profissionais que tenham em mente a saúde, a educação e a ação social como (novas) possibilidades de áreas de atuação, se propondo a pensar outra concepção de sujeito. A partir da experiência em estágio profissionalizante em Psicologia/UFU, supervisionado pelo Prof. Dr. Tommy Akira Goto, em uma casa de acolhimento a moradores de rua na cidade de Uberlândia - MG, pôde-se perceber como o trabalho do psicólogo precisou ir além do viés individual de uma concepção clássica de psicologia clínica, muitas vezes psicoterapêutica, para alcançar os indivíduos em situações de vulnerabilidade e invisibilidade social. Este trabalho apresenta o percurso de um estagiário no período de um ano em que foram realizados acolhimentos à população que chegava à casa de

acolhimento. Ainda, visa explicitar os desafios encontrados na transposição do caráter clínico individual para uma prática clínico-social e comunitária que saísse dos confortos das "quatro paredes" do consultório psicoterapêutico ou, neste caso, das "paredes" da instituição, e a busca pelo contato e articulação com a rede de assistência pública para esses indivíduos. Foi possível compreender como a situação de rua e, a consequente drogadição, afetam vidas e os mantém em uma situação de extrema dependência e assujeitamento. Muitas vezes foi possível perceber como as pessoas chegavam à casa de acolhimento sem perspectivas para os possíveis encaminhamentos para a saída, sendo, também, invisíveis para si mesmos. O trabalho de acolhimento feito pelo estagiário, que em um primeiro momento segue somente com o atendimento individual, logo é convocado a responder quanto à necessidade de se buscar inserir esses indivíduos na rede de assistência social da cidade e pensar como atuar possibilitando-os refletir sobre diversos contextos, como as ofertas religiosas, a internação, entre outras oferecidas pela casa de acolhimento, que os mantinha sujeitos dependentes e não engajados em seus processos de mudança e (re)construção de novos projetos de vida. Apresentava-se como grande desafio uma atuação profissional que não estava a serviço dos princípios e da ação assistencial que a instituição segue e oferece para seus moradores. Uma relação ambivalente de dependência e autonomia pautava a entrada, permanência e saída das pessoas que viviam na instituição. Sua entrada imputava-lhes uma escolha/ou não escolha, com base na realidade posta, de passar algum tempo na casa para "estruturar" a vida e deixar a situação de rua e/ou o uso de drogas, mas, a dinâmica do lugar provocava dependências de outra ordem, como da afetividade, do amparo social, dos cuidados básicos à saúde, da alimentação, entre outras. O trabalho na casa nessa experiência em estágio, podendo-se, então, pensar o trabalho em clínica-social, passa a ir além e engloba a análise do contexto de inserção do sujeito e de como as ações desse campo de atuação podem impactar a dinâmica nessas instituições promovendo autonomia nas relações desses sujeitos na/com a sociedade.

A saúde do trabalhador psicólogo inserido nos serviços do Sistema Ùnico de Assistência Social

Adriana Merlim Faria, Roberta Scaramussa da Silva

O encontro da Psicologia com o campo das políticas públicas de Assistência Social opera sobre o trabalhador Psicólogo produzindo processos de subjetivação, deste modo, objetivou-se investigar as possíveis afetações que a atuação em serviços do Sistema Único de Assistência Social / SUAS agencia na saúde de profissionais da Psicologia do norte do estado do Espírito

Santo. A Assistência Social como política, conforme estabelecida pela Constituição de 1988, marca a passagem de um modelo assistencialista para a efetiva garantia de direitos à proteção social. A Psicologia enquanto campo de conhecimentos e práticas insere-se neste contexto em meio a embates teórico-metodológicos e experimentações intituintes que intentam reinventar um certo fazer marcado historicamente por práticas elitistas, individualizantes e patologizantes. A inserção do profissional psicólogo nas equipes de referência dos serviços do SUAS se dá então, em forma de luta, de jogo de forças, que ora pende para a produção de um exercício criativo, inventivo, transformador e ora pende para o fatalismo, reprodução e adoecimento. Saúde, deste modo, será entendida como um processo de produção de novas normas, enquanto o adoecimento seria a incapacidade de criar novas normas para lidar com as adversidades. Neste sentido, o trabalho humano pode ser tanto agenciador de saúde, quando tem espaços para a diferença, para as contradições, para a pluralidade - e, de doença quando enrijecido, fechado em normas prontas e inflexíveis. Deste modo, utilizou-se, para fins deste estudo, um olhar micropolítico e uma análise discursiva como formas de tocar a praxis desses profissionais, considerando as relações histórico-políticas, a linguagem no construto de práticas da realidade social, a contextualização de poderes e saberes, assim como sua dinâmica de atualização junto aos entraves e desafios que acompanham as novas possibilidades de criação, orientação e direção, as quais rompem com os modelos instituídos pela formalidade técnica. Investigou-se a atuação de 14 psicólogos inseridos em diferentes niveis dos serviços de proteção social do SUAS: atenção básica (CRAS – Centro de Referência da Assistência Social); proteção especial média (CREAS – Centro de Referêcia Especializado em Assistência Social e NASE – Núcleo de atendimento sócio-educativo) e especial de alta complexidade (abrigos, casa lar e instituto de atenção socioeducativa). Através de grupo focal e entrevistas individuais semi-estruturadas explorou-se rotinas e atividades desenvolvidas nesse campo, principalmente as vivências que de forma singular constituíram tais sujeitos resultando entre outras coisas nos modos como os mesmos significavam o próprio trabalho. Os discursos indicaram que a inserção profissional do psicólogo nos serviços da Assistência Social é ainda muito recente o que, consequentemente, gera, a necessidade de transformação da base de formação psi, assim como da técnica para que a prática neste campo de atuação esteja efetivamente comprometida com a realidade encontrada. Destacaram também a necessidade de investimento em formação continuada e cuidados com a saúde física e psíquica dos trabalhadores que atuam nesses espaços. Em relação ao papel do psicólogo nos serviços de Assistência Social, identificaram atribuições como: prevenção, escuta, promoção de autonomia, emancipação, cidadania e orientação quanto ao

conhecimento de direitos. No entanto, os resultados mostraram que a não compreensão desse papel e o desconhecimento das normativas do SUAS por parte de gestores e, em alguns casos, dos profissionais envolvidos nesse serviço, naturalizam e reproduzem uma realidade assistencialista e partidária, o que cria um ambiente de insegurança, medo, sentimento de impotência, frustração, compaixão, sofrimento e adoecimento, chegando a inviabilizar a possibilidade de criação e articulação de instrumentos da Psicologia à política. Observamos que o sofrimento, angústia e adoecimentos estão presentes neste contexto laboral e que as estratégias de enfrentamento apresentadas pelos trabalhadores psicólogos passam pelo uso de si no trabalho. Por fim, consideramos que a atuação profissional do psicólogo no SUAS apresenta desafios estruturais, interdisciplinares e normativos. Todavia, esses desafios têm sido encarados ora como fatalismo-adoecimento com discursos reprodutores de modelos de gestão enrijecidos e praticas psicológicas individualizantes ora como potencia inventiva capaz de construir desvios micropolíticos na trajetória apresentada promovendo saúde e compromisso com a transformação da realidade social.

A vivência do Núcleo de Psicologia Social e Comunitária na formação ética e politica do/a aluno/a de Psicologia

Tatiana Minchoni, Daniela Bezerra Rodrigues

A Psicologia Comunitária Latino-Americana emerge, na década de oitenta, em um contexto social e político de lutas, opressão, e de desigualdades sociais, posicionando-se, neste sentido, em prol de minorias oprimidas e movimentos sociais, em suas práticas com coletivos e comunidades, visando à apropriação da realidade e a transformação social da mesma por meio do empoderamento. Atualmente, o cenário político-social do Brasil continua a produzir mazelas da questão social, em função da lógica de produção de pobreza do sistema capitalista com vistas ao acúmulo de capital. Neste sentido, a maioria da população vivencia a opressão de tal sistema, que as coloca em situações de miséria e múltiplas violações de direitos. Entende-se que a Psicologia deve comprometer-se politica e socialmente em suas práticas, visando à emancipação de sujeitos e coletivos, fazendo-se necessária a contínua formação de profissionais que atuem em contextos comunitários, voltados às demandas que se apresentem nos determinados contextos histórico-culturais. Tendo isso em vista, foi criado o Núcleo de Psicologia Social Comunitária (NUPSC), no âmbito do Serviço Integrado de Psicologia (SIP), da Universidade Potiguar (UnP). O NUPSC objetiva ampliar os serviços psicológicos abrangendo uma demanda frequentemente reprimida pelos serviços escolas, notadamente

aquelas agrupadas pela noção de minorias, como a exploração sexual, violências e violações contra raça, gênero etc. Nestas situações, a intervenção clínica individual é necessária, contudo, insuficiente e podendo até ampliar os agravos pessoais e sociais ao promover a revitimização ou a individualização do problema que precisa também ser enfrentado em seus determinantes mais amplos. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é apresentar as atividades que vem sendo realizadas no NUPSC, na perspectiva de refletir sobre tais práticas tanto em relação aos impactos das mesmas em grupos e comunidades, bem como na formação profissional dos alunos, articulando-se, neste sentido, com o grupo de trabalho "Análise e discussão das práticas e discursos em Psicologia Comunitária e suas implicações na formação dos psicólogos". Desde o ano de sua criação, em 2011, o NUPSC desenvolve atividades que visem superar as práticas puramente individualizantes no âmbito do serviço escola. São desenvolvidas atividades no Sistema de Garantia de Direitos da criança e do adolescente, visando a integração do SIP à rede, bem como o acompanhamento psicológico de sujeitos que sofreram violência; há dois grupos em andamento no SIP, desenvolvido por estagiários do Núcleo, um com pais e outro com adolescentes. Ainda, as práticas não se restringem aos muros da universidade, estendendo-se em ações em diferentes comunidades, tal como o grupo de adolescentes desenvolvido município de Lagoa D'Anta, interior do Rio Grande do Norte, em que o foco principal das discussões é a diversidade, tendo em vista que foi identificado como problemática, neste município, ações preconceituosas e de intolerância com a diferença; dois grupos na comunidade de Nossa Senhora da Apresentação, bairro pobre da Zona Norte de Natal/RN, um deles com jovens da comunidade e outro com mulheres, ambos visando o empoderamento destes sujeitos, por meio de reflexões sobre suas realidades cotidianas e as possibilidades de existir de forma potente em tal contexto; houve a atuação com jovens em situação de vulnerabilidade, em uma ONG, realizando oficinas de sexualidade; há a perspectiva de realização de um grupo com conselheiros tutelares, visando à capacitação para a atuação com crianças e adolescentes, tendo em vista os altos índices de encaminhamentos para psicoterapia, sem os devidos acompanhamentos dos processos e muitas vezes, realizados desnecessariamente. Ainda, uma atividade desenvolvida frequentemente é realização de capacitações, formações e sensibilizações para profissionais do Sistema de Garantia de Direitos, sobre diversas temáticas, como por exemplo, medidas socioeducativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), violência sexual contra crianças e adolescentes, trabalho infantil, violência contra o idoso, dentre outras. Os resultados das atividades indicam a possibilidade de ressignificação das violações de direitos sofridas e a disseminação de conhecimento e

empoderamento de grupos/comunidades, possibilitando a reflexão sobre a realidade e visualizando estratégias de transformação da mesma. Além disso, ressalta-se que, através de estágios, pesquisa e extensão, o NUPSC contribui para a formação do psicólogo crítico-reflexivo, destacando a necessidade de implicação dos mesmos com a realidade em que atua, estimulando o comprometimento sócio-político com sujeitos e comunidades, visando o empoderamento, a defesa dos Direitos Humanos e a emancipação dos mesmos.

Análise das práticas desenvolvidas em Estágios Obrigatórios do Curso de Psicologia e a possibilidade de formação crítica do alunado a partir destes espaços

Regina Célia do Prado Fiedler, Luiza de Carvalho Vilas Boas

O presente estudo busca compreender como são construídas as práticas desenvolvidas nos Estágios de Núcleo Específicos denominados Estágio Supervisionado em Projetos Sociais e Estágio Supervisionado em Comunidades, bem como o enfoque dado às intervenções executadas nestes espaços a partir do enfoque teórico-prático da Psicologia Social Comunitária e da Pesquisa Participante. Este trabalho justifica-se pela emergente demanda de reflexão sobre a formação em psicologia, originadas a partir das Diretrizes Curriculares de 2011 e que apontam mudanças curriculares significativas para a formação do psicólogo. Nestas a expectativa é que esse alunado possua a compreensão do ser humano e dos aspectos psicológicos, devendo ser incentivado para que haja interlocução entre os diversos campos de conhecimento, como criticamente entender os fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos atuais no Brasil. Assim, ele deverá ter a atuação em diversos contextos, considerando o foco em promoção à saúde e qualidade de vida das vertentes individuais, organizacionais, grupais e comunitárias. Os objetivos específicos deste trabalho são: enumerar e descrever as atividades que foram desenvolvidas nestes estágios durante o ano de 2012 dentro do Núcleo de Estudo e Atendimento Psicológico do Campus Anália Franco da Universidade Cruzeiro do Sul e investigar a natureza do discurso utilizado pelos discentes na confecção de seus Relatórios Finais de Estágio a fim de identificar a natureza epstemológica, ética, ontológica e metodológica de tais intervenções, como concepção de sujeito da intervenção, envolvimento da comunidade na elaboração e execução do projeto, entre outras categorias de análise. Para realizar tal pesquisa utilizamos como método de pesquisa a análise documental de relatórios finais de estágio desenvolvidos a partir dos estágios supervisionados já referidos. A análise documental é uma valiosa técnica de levantamento dos dados qualitativos e consiste em qualquer documento escrito que pode ser utilizado como fonte de análise de práticas e discursos que se pretende. Como a pesquisa ainda

está em andamento podemos sintetizar alguns pontos revelados até o presente momento: os tipos de instituições em que os alunos mais executam seus estágios, o tipo de referenciais teóricos que são utilizados nestes trabalhos, como é concebida a comunidade em que se efetua o trabalho de estágio.

As demandas em saúde das mulheres e os grupos: um estudo sobre dificuldades de adesão aos atendimentos grupais

Laila Wutke Cândido, Mirian Angélica Martins, Tarcila Barboza Silva, Keila Rezende Cunha, Vilma Valéria Dias Couto

Para responder as demandas de saúde da população feminina, o Ministério da Saúde criou o Programa de Atenção à Saúde da Mulher que prevê atendimentos às necessidades específicas das mulheres de forma ampla e integral. Na atenção básica, as práticas de educação em saúde além de prevenir doenças devem promover a saúde física, mental e social da mulheres. Partindo destas diretrizes, acadêmicas de psicologia do Programa de Educação pelo Trabalho e para a Saúde (PET-Saúde) iniciaram um grupo de promoção à saúde destinado as usuárias de uma determinada unidade de saúde. Entretanto, a dificuldade de adesão da mulheres justificou a interrupção do grupo. De acordo com a equipe, essa situação é observada também em outros atendimentos grupais oferecidos na unidade. Sabe-se que as práticas do psicólogo na atenção básica, devem priorizar o uso de técnicas de grupo como uma possível solução para as altas demandas de atendimento. Além disto, acredita-se que o grupo constitui um contexto rico de atenção por proporcionar condições de prevenção e promoção da saúde, possibilitar a expressão das tensões e sentimentos, ampliar a percepção pessoal e auxiliar na qualidade das relações humanas. Considerando que o trabalho em saúde deve contar com a participação do usuário, foi realizada uma pesquisa que é apresentada neste trabalho. A pesquisa teve os objetivos de identificar as principais demandas em saúde das usuárias da unidade de saúde, verificar os principais interesses em questão de saúde e as razões da não adesão aos grupos, na opinião das usuárias da unidade. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, realizado com mulheres usuárias de uma unidade de saúde de Uberaba. A coleta de dados foi feita por meio de uma entrevista individual semiestruturada. Os achados referentes ao perfil sociodemográfico e principais ocupações e interesses das mulheres foram analisados descritivamente. Já as respostas referentes aos grupos utilizou a técnica de análise de conteúdo que resultou em dois eixos de discussão: aspectos que dificultam a adesão os grupos e aspectos favorecem a participação nos grupos. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa

da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, sob protocolo no 2223. Foram entrevistadas 61 mulheres, com idade entre 20 e 48 anos, sendo 91,8% possuem filhos e 57,3% tem marido ou companheiro. Quanto à escolaridade, 49,1% têm segundo grau completo ou incompleto, 34,4% ensino fundamental e 9,8% ensino básico. Apenas 37,7% das entrevistadas exercem alguma atividade remunerada. Quanto as atividades que ocupam diariamente as mulheres, temos as atividades do lar, a pratica de exercício físico e o trabalho. Já droga, violência, saúde mental e educação de filhos são temas de maior interesse e preocupação das entrevistadas. As consultas individuais com os especialistas ainda são os principais motivos que levam as mulheres à unidade de saúde. Quanto aos grupos, os aspectos que dificultam a participação nos grupos vão da falta de tempo, desconhecimentos dos grupos à falta de interesse. Os resultados apontaram que temas envolvendo a educação dos filhos e atividades físicas podem despertar o interesse pelos grupos. Essa pesquisa confirma que as práticas de grupo construídas na atenção básica devem considerar o perfil e as demandas da comunidade local. A pesquisa aponta que é de suma importância que as propostas de grupo na saúde considerem não só os programas do Ministério da Saúde, mas também o perfil e as necessidades da comunidade local. Assim, é preciso conhecer de perto as demandas e expectativas das mulheres e isso implica em escutá-las, considerando o seu contexto social, familiar e pessoal. Para as acadêmicas da psicologia, a participação no programa PET-Saúde e a realização da pesquisa também favoreceu a formação para a prática na saúde coletiva, que é um importante cenário de atuação dos psicólogos.

Crescer com arte: a mediação a partir do teatro para adolescentes em situação de vulnerabilidade social

Andreia Anna Amaral Porto, Maria Sara de Lima Dias

O artigo apresenta um relato de experiência sobre como o teatro pode contribuir para o desenvolvimento do adolescente em situação de vulnerabilidade. O Projeto ‘Crescer com Arte’ busca proporcionar uma transformação social e estimular a socialização dos mesmos ao mundo do trabalho em adolescentes de 13 a 17 anos, alunos da rede pública de ensino na Cidade de Curitiba. Este artigo surgiu a partir da experiência adquirida no estágio obrigatório previsto na disciplina de Prática em Psicologia Comunitária e da Saúde I, junto a um projeto sócio cultural onde jovens em situação de vulnerabilidade social são beneficiados com aulas de teatro, dança, musica entre outras atividades. No inicio do processo foi realizada uma atividade, que teve por objetivo analisar no início do processo as percepções dos participantes sobre o Projeto, os mesmos serão acompanhados no decorrer do ano de 2013. As atividades artísticas como

literatura, música, canto, dança e principalmente o teatro são oferecidas no projeto social aos jovens que vivem na periferia e que não tem acesso a formas de manifestação artísticas. Os participantes envolvidos formam um público peculiar uma vez que se considera que o seu desenvolvimento psicológico não ocorre independente da situação social em que se encontram, e que, portanto deve ser levada em consideração. Os múltiplos benefícios considerados pelos jovens como positivos e observados nas atividades permitem o desenvolvimento da construção de identidade, do sentimento de alteridade a melhora do autoconceito e a expressão das emoções dos jovens. O contato com a arte pode ser promotor de uma transformação social na vida destes jovens, por envolverem aspectos como: inteiração social, auto percepção, internalização de signos e significados sociais. Além disso, possibilita o enfrentamento de situações importantes na vida destes adolescentes como, por exemplo, posicionar-se diante de suas escolhas, maior clareza em comunicar-se e acreditar em si mesmo, entre outros. Assim o artigo apresenta um relatório parcial deste Projeto que possui resultados importantes como mediadores de condições que repercutem na vida destes jovens. Em 14 de março de 2013 foi realizada atividade com os adolescentes em ambos os turnos, manhã e tarde. Foi explicitado que os participantes tinham liberdade de se expressar como quisessem: em forma de texto, desenho, palavras-chave, poesia, etc. O objetivo era de que os adolescentes se sentissem a vontade para expor o que estão pensando e sentido da forma mais confortável para eles. A partir dos resultados coletados em desenhos e textos, e através de método qualitativo se procedeu a uma análise da percepção dos participantes sobre o processo de aprendizagem desenvolvido no teatro. Os resultados das analises das percepções apontam as seguintes categorias: a construção da identidade, a alteridade e os processos de ressignificação, a tendência grupal. Como resultado disto, foram percebidas mudanças em relação, principalmente, a autoestima e expressão das emoções. Os aspectos principais trazidos pelos adolescentes na atividade envolvem questões positivas relacionadas com a construção de sua identidade, abrangendo o sentimento de prazer, felicidade e alegria. Concomitante, vivenciam o sentimento de vergonha, medo, insegurança, inquietude, timidez e colocam como objetivo superar o nervosismo que é comum no inicio desse processo, tendo em vista a construção da identidade e o inicio do processo de participação no projeto. Abrange questões ligadas à alteridade, ressignificação e tendência grupal, características do processo vivido na adolescência. Desse modo, podem ser observadas mudanças apontando que o teatro assume um papel como mediador para a transformação social dos indivíduos.O teatro, portanto, oferece ao adolescente a possibilidade de viver papéis sociais diferentes e experimentar outras formas de agir a partir da dramatização e da construção de um personagem,

ou seja, ressignificar aspectos importante sobre a autoimagem nesse período de desenvolvimento. Face ao exposto, o teatro envolve e estimula não só a linguagem verbal e corporal, mas também a memorização, atenção, concentração, organização espacial, interação social que implica na mobilização de aspectos cognitivos, sociais e motores dos indivíduos. Foram observados aspectos importantes na adolescência que os envolvem a construção da identidade, alteridade e processos de ressignificação, tendência grupal, as emoções (confiança e vergonha) e, por fim, autoestima. O teatro propicia estimulação de aspectos presentes no desenvolvimento humano e pode auxiliar positivamente na escolha profissional de jovens. Dessa forma, pesquisas como esta possibilitam um olhar diferenciado acerca do tema para que, futuramente, o fazer teatral tenha maior reconhecimento dentro da sociedade como um todo, assim como em processos educacionais que visam estimular o desenvolvimento não só na adolescência, mas também na infância. Sendo assim, podemos afirmar que esse espaço pode auxiliar no processo de constituição da subjetividade e, futuramente, possa auxiliar na forma com que esses jovens irão se posicionar frente a sua escolha profissional. O fato dos alunos apresentarem mudanças significativas frente às categorias de análise propostas nesse estudo nos leva à confirmação de que o teatro pode exercer um papel transformador na realidade dessas crianças.

Da formação do psicólogo: uma experiência de estágio em psicologia social comunitária

Sidney Carlos Rocha da Silva, Silas Carlos Rocha da Silva

As ciências psi, através de seus saberes e técnicas, têm produzido as mais variadas formas de intervenção, controle e cerceamento científico, moral e terapêutico dos modos de ser e viver. (FOUCAULT, 2004; ROSE, 1998, 2001; WILBER, 1991). Dentro desse cenário, assumimos que pensar outros jogos de verdade para o campo das "ciências psi", enquanto exercício de cuidado em saúde, exige de nós repensar a forma pela qual formamos a nós mesmos como psicólogos e psicólogas. Não por acaso, o presente trabalho tem como objetivo repensar a formação do psicólogo para além dos modos técnicos e fragmentados de cuidar em psicologia (comunitária) na atualidade. Contudo, não se trata de uma aposta teórica abstrata. Pois, o eixo dessa discussão é fornecido pela imersão sensível em uma experiência formativa de estágio curricular 'obrigatório' em psicologia social comunitária. Estágio esse que ocorreu entre o período de Setembro de 2011 a Junho de 2012 como requisito de avaliação para a conclusão do curso de graduação em psicologia da UFPE. Essa experiência de estágio curricular em "psicologia social comunitária com ênfase em clínica ampliada pautada na abordagem

transpessoal" foi realizada na organização social denominada Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), localizada na comunidade do Coque, região metropolitana da cidade de Recife-PE. Com a intenção de promover uma prática de saúde mais integral em psicologia comunitária e uma problematização mais específica em torno da formação de psicólogos recorremos à abordagem teórica transpessoal (WALSH, VAUGHAN, 1995, 1997; WILBER, 1991, 2002, 2008; DESCAMPS, ALFILLÉ, NICOLESCU, 1997; BOANAIN, 1998) que fundamentou nossas práticas e intervenções dentro da referida instituição. Ao lado disso, embasados em teóricos como Góis (1993), Lane (2007), Freitas(1994) e Campos (2007), proporemos uma forma de fazer psicologia que leve em consideração, na formação do psicólogo, o contexto e a ética social-comunitária como questão axial para cuidar em periferia; comprometendo o psicólogo, em sua formação, com as questões que afetam os indivíduos nas margens da sociedade. Diferente dos modelos mais tradicionais em que se escolhe um caso para se fazer uma análise, optamos, no estágio, não em fazer uma "hermenêutica dos sujeitos" - como ironiza o psicólogo Michel Foucault em seu curso de 1982 no Collége de France. Pelo contrário, nosso estudo durante e ao final do estágio pretendeu, a partir das diversas atividades realizadas (estudo individualizado, visitas a comunidade, palestras e seminários, grupo de pesquisa, supervisão clínica, supervisão experiencial, atendimento clínico, trabalhos de grupo, etc), colocar na centralidade da questão o papel e a formação do psicólogo e a eficácia da psicologia enquanto exercício do cuidado. Nesse sentido, dois grandes movimentos nos fizeram colocar a própria psicologia e o psicólogo em formação no "divã". Duas grandes situações no estágio fizeram com que convertêssemos nosso olhar para nossa própria formação no intuito de encontrar aí sua dimensão ética. O primeiro grande movimento que materializa nossa reflexão em torno da formação do psicólogo diz respeito a uma das falas de um "psicólogo crioulo" (MOFFAT, 1981) durante a atividade de 'visitas a comunidade' quando este fala que é preciso diferenciar "coisa pra médico" e "coisa pra psicólogo". Afinal, o que é "coisa pra psicólogo"? Ou ainda: qual o 'objeto' de cuidado da psicologia? E o segundo grande movimento que nos fez colocar em problematização a psicologia se materializa na fala de uma das mães que procurou atendimento para seu filho. Durante o momento de entrevista inicial ela demanda do psicólogo maior obediência por parte do filho e que este fizesse mais as coisas que ela queria. A questão que nos afetou nesse momento foi: Afinal, (pr)a que serve a psicologia? Pudemos perceber, ainda que de modo geral, que o sujeito que se cuida em psicologia não está dado; nem mesmo preexiste ao mundo social. Nesses termos, o humano que se quer cuidar é mais complexo do que se imagina.Ao lado disso, obtivemos, a partir da imersão

na experiência, que o cuidado em psicologia e na área de saúde em geral precisa ultrapassar o ajustamento das identidades. Para tanto, não faz-se necessário, à formação em psicologia, orientar-se pelos limites da técnica e da fragmentação. Portanto, o cuidado - que é antes de mais nada consigo - precisa consistir fundamentalmente em alargamento, modificação e transformação dos horizontes de si mesmo (WILBER, 1991; VAUGHAN, WALSH, 1995) através do qual o psicólogo precisa fazer da sua formação uma "experiência de si" e não um aprendizado de técnicas. Ou seja, um momento em que indivíduo é levado a voltar o olhar para si e aí modificar e transformar a relação que estabelece consigo mesmo; criando, assim, outras formas de fazer psicologia, outros modos de ser psicólogo. Afinal de contas, como aponta Larrosa (1994), ver-se de outro modo e dizer-se de outra maneira, pensar diferentemente do que se pensa não é outro modo de dizer viver?

Diagnóstico organizacional no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): limites e possibilidades para a atuação da equipe multidisciplinar

Fernanda Pinheiro Rebouças

Em um dos estágios supervisionados da graduação de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), um grupo de cinco estagiários do oitavo período realizou um diagnóstico sócio-institucional e, posteriormente, uma intervenção em um dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município de Natal/RN. Para a execução do diagnostico utilizou-se entrevistas individuais e conjuntas com os integrantes da equipe multidisciplinar, acompanhou-se o cotidiano dentro da instituição e realizaram-se observações, além de análise documental. Após essa etapa, deu-se o feedback para a equipe do diagnostico elaborado e foi levantadas as percepções dos próprios funcionários sobre o que estava sendo exposto. Já a etapa da intervenção ocorreu, principalmente, com foco no comprometimento das funcionarias com o trabalho realizado dentro do CRAS.

Estratégias de formação em saúde: articulação entre movimento estudantil e vivências no SUS

Teresinha Eduardes Klafke, Carine Guterres Cardoso, Bruna Rocha de Araujo

O projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS) é um dispositivo que tem como objetivo orientar a formação em saúde para o trabalho no Sistema Único de Saúde (SUS) e para isto propicia, através do conhecimento da realidade dos serviços do SUS (próprios e conveniados), serviços da rede de assistência e educação em interface com

o SUS, instâncias do controle social, instituições e organizações sociais, um espaço de vivência e reflexão crítica de caráter multiprofissional e interdisciplinar. O VER-SUS tem sido um projeto importante ao aproximar os estudantes de diferentes cursos entre si e estes da realidade social, proporcionando uma aprendizagem que melhor capacita o profissional da saúde a atuar no SUS, tanto por oportunizar o contato com as conquistas e os desafios inerentes a um sistema amplo e complexo como este quanto por proporcionar a formação de profissionais críticos e sensíveis às necessidades da população. A Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) sensível às demandas da formação em saúde e percebendo a importância deste projeto na formação acadêmica dos estudantes, institucionalizou o VER-SUS como projeto de extensão permanente da Universidade. A institucionalização do mesmo, enquanto projeto de extensão, é resultado de um processo que se inicia em 2002 com o VER-SUS/RS onde estudantes da UNISC tiveram participação e, desde então, a UNISC é parceira de edições financiadas pelo Ministério da Saúde, bem como organizadora de edições onde não houve este financiamento. Neste processo de institucionalização do VER-SUS na UNISC a Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES 13) é parceira na viabilização das edições do projeto, tanto através de financiamento como facilitando a aproximação com os municípios da região da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde. Porém, é o movimento estudantil quem transversaliza todo este processo na UNISC, sendo o eixo principal que sustenta a institucionalização do VER-SUS, pois, é o responsável direto por sua organização e execução. Neste sentido, destaca-se a organização na Universidade do Núcleo de Estudos e Trabalhos em Saúde Coletiva (NETESC), coletivo estudantil decorrente do VER-SUS/RS e sua também institucionalização como projeto de extensão no formato de Grupo de Estudos e Trabalhos em Saúde Coletiva (GETESC). O GETESC é formado por um grupo de estudantes dos diversos cursos da área da saúde da universidade que realiza ações que buscam a integração entre os cursos da saúde, a reflexão e a discussão sobre a formação acadêmica, o SUS e a Saúde Coletiva, bem como o fortalecimento do movimento estudantil. Os pressupostos teórico-metodológicos que atravessam tanto o GETESC como as ações que envolvem o VER-SUS, estão ligados amplamente as bases da Educação Permanente em Saúde e da Saúde Coletiva, destacando-se o conceito ampliado em saúde, a co-gestão, a mutiprofissionalidade e a interdisciplinaridade, a aproximação com a realidade da saúde da população bem como do trabalho e da gestão do SUS. O interessante deste processo se refere à retroalimentação permanente entre VER-SUS e GETESC, em que os estudantes que participam do GETESC são os organizadores e, por vezes, participantes do VER-SUS, assim como a partir da experiência do VER-SUS estudantes tornam-se militantes do movimento estudantil em

saúde e passam a atuar junto ao Grupo na organização dos espaços formativos. Assim, nas ações do GETESC o VER-SUS torna-se o principal dispositivo de formação em saúde em consonância com o SUS e de interferência na realidade concreta da sociedade. Um diferencial deste projeto na Universidade são os grupos de estudos quinzenais sobre Saúde Coletiva e SUS, que são realizados com os estudantes do GETESC e aqueles selecionados previamente para o VER-SUS, os quais compõem um espaço de estudo multiprofissional e interdisciplinar. Além deste grupo de estudo, buscando potencializar o caráter formativo deste projeto, na UNISC, criou-se a proposta de que os estudantes que participam da vivência realizem planos de intervenção, ou seja, após a vivência os estudantes devem elaborar ações em saúde na sua universidade, na comunidade, junto aos movimentos sociais e/ou nos serviços do SUS. Esta experiência tem o objetivo de contribuir para a aprendizagem e a prática dos acadêmicos, bem como para reflexões nos serviços sobre as ações/intervenções que são e podem ser realizadas. Nesse processo como um todo e, principalmente, durante a realização dos projetos de intervenção do VER-SUS há uma articulação com a Psicologia Comunitária devido ao caráter de intervenção ligado aos indivíduos, às comunidades e a sociedade que buscam na realidade destes a construção conjunta de ações, atividades e espaços que possibilitem a melhoria na qualidade de vida nestas três esferas.

Estudo do relato de psicólogos sobre a prática na abordagem do usuário de álcool e outras drogas

Irma Ribeiro da Silva Zaninelli

Este trabalho tem como objetivo provocar para um debate sobre a atuação do psicólogo, a partir dos resultados evidenciados em uma pesquisa realizada em CAPS-AD de tres municípios de pequeno e médio porte do Estado do Paraná. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os psicólogos, tendo como base a teoria da subjetividade, numa perspectiva histórico-cultural. Procurando, no entanto, entender o significado do processo de inserção deste profissional nesse serviço público, consideramos ser de máxima importância refletir sobre as evidências apontadas a partir da análise do relato de psicólogos sobre as práticas que permeiam suas ações como trabalhador, nas abordagens do usuário de drogas nos serviços de saúde CAPS-AD, e qual a sua percepção sobre este usuário do serviço que se apresenta no mesmo como usuário de drogas. E, que movimento é este a partir das diretrizes da política pública do ministério da saúde de atenção integral ao usuário de álcool e outras drogas. E, também, como o psicólogo, a partir das suas subjetividades utiliza-se dos seus saberes da Psicologia e se

apropria do espaço social deste serviço de saúde, no atendimento deste sujeito que, embora se apresente com um ideário individualizado carrega consigo uma problemática social complexa envolvendo questões familiares, financeiras, culturais, econômicas, intelectuais. Outro aspecto para a reflexão é a perspectiva de que o próprio comportamento do usuário de se drogar que culminou em sua ida ao CAPSAD pode estar sinalizando uma comunicação, cujo significado poderá ser decodificado num contexto mais específico, considerando que nem sempre as pessoas apresentam uma demanda para um tratamento psicológico, mas que se identificam com outras atividades de cunho terapêutico, cujo espectro de possibilidades podem auxiliar na proposta de cuidado do usuário de drogas.

Identidade cultural e imagem de si: construções de subjetividade no Centro Cultural Cartola - Mangueira/RJ

Cibele Mariano Vaz de Macêdo

A presente proposta insere-se no GT 2 (25 e 10) por tratar-se de pesquisa implica com a melhoria das condições sociais de sujeitos em situação de vulnerabilidade, e por refletir de forma participativa tais questões. Refere-se à pesquisa que desenvolveu um Grupo Operativo com crianças que frequentam a Ação Griô do Centro Cultural Cartola, localizado na Mangueira/RJ, e discutiu a construção da subjetividade a partir da ideia da imagem de si, que se constitui na interseção sujeito e relações afetivas significativas nos diferentes períodos do ciclo vital e nos diferentes espaços socioculturais. Nessas relações, o sujeito constrói sua imagem de si, ao responder quem ele acha que é, como percebe suas características físicas e psicológicas, suas qualidades ou falhas. Fundamentada em uma metodologia participativa, sustentada pelo método de compreensão do espaço proposto por Bourdieu (1998) e a pesquisa de campo centrada na metodologia de Grupo Operativo de Pichon-Rivière (1991, 1998). O Grupo Operativo define-se por um conjunto restrito de pessoas, com um objetivo comum, de duração limitada, centrado em uma tarefa e no qual teoria e prática são articuladas constantemente. Visa promover o esclarecimento, a comunicação, o aprender a pensar, a operar uma dada realidade, o fazer crítica e autocrítica e elaborar as experiências cotidianas em comum. O Grupo Operativo foi desenvolvido com quinze crianças, com idade entre seis e quatorze anos. A participação de todos foi voluntária, mediante a assinatura, pelos responsáveis, do "Termo de Consentimento Livre e Esclarecido", aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ. Foram realizadas onze sessões, nas quais eram propostas tarefas em diversas disposições, algumas em duplas, outras no grupo maior e outras individualmente, mas todos

podiam compartilhar e discutir as experiências vividas. Para tanto, desenvolveu-se atividades expressivas, nas quais as crianças foram estimuladas a falar, desenhar ou escrever sobre elas mesmas: suas opiniões, gostos, sonhos, desejos, sobre sua família, os lugares que conhecem e o local onde moram. As discussões advindas da realização do Grupo Operativo demonstraram como as crianças se apropriam do conteúdo apresentado nas oficinas da Ação Griô e, como a partir dele, vão construindo a sua subjetividade e formando a sua imagem de si. Nesse sentido, algumas categorias destacaram-se: respeito à individualidade, perspectivas para o futuro, senso de responsabilidade, expressão livre de sentimentos, transformação pessoal. Outro tema recorrente durante as sessões eram as narrativas relacionadas aos medos da realidade em que vivem e, ao mesmo tempo, à esperança de um mundo melhor, o desejo de paz e alegria. A análise dos dados realizou-se a partir do método de Bourdieu, que considera que as propriedades são relacionais. Assim, as definições são alcançadas pelas relações que se estabelecem no campo social e não pelas propriedades consideradas em si mesmas. Dessa forma, o autor propõe a abordagem do que está circunscrito em um determinado momento histórico, em um determinado espaço social, constituído por agentes distribuídos em função de sua posição - o habitus - nesse mesmo espaço. Para apreender a lógica do campo social, torna-se necessário, portanto, adentrar no habitus de um dado espaço social, temporal e historicamente localizado; para que se entenda de que forma seus atores constroem os espaços de possibilidades, fator determinante para o habitus que produz as escolhas. Nesse sentido, a Mangueira funciona como o campo social. O CCC instaura-se como um espaço social que se converte num espaço de tomadas de posição pela intermediação do habitus, que se relaciona com valores, preconceitos e estigmas assumidos pelas crianças. As reflexões teóricas sobre a formação da imagem, a fase do narcisismo e os aspectos relativos às vulnerabilidades e autonomia foram úteis para a análise dos dados, que apontaram para uma influência positiva da construção da subjetividade exercida pela participação das crianças nas oficinas da Ação Griô. Assim, pretendeu-se contribuir para discussão acerca do acesso à cultura como potencial transformador da posição das crianças em seu campo social e como meio para a desmistificação de perspectivas que naturalizam as vulnerabilidades sociais, ao mostrar que espaços sociais que incentivam à cultura, proporcionam fundamentação para a construção subjetiva embasada em uma imagem de si positiva. A realização do Grupo Operativo propiciou perceber que as crianças, apesar de conviverem com uma realidade de vulnerabilidade, conseguem apreender fatores positivos quanto à imagem de si. As discussões decorrentes das atividades possibilitaram-nas expressar sua visão de mundo e as expectativas em relação ao futuro e como estão construindo sua

subjetividade. Em geral, como elas relataram na última atividade do grupo, sonham ser felizes, casarem-se, tornarem-se advogados, enfermeiros, bombeiros, empresários ou da Marinha. E já aprenderam que, para isso, precisam dedicar-se e esforçar-se; sabem que são responsáveis por suas escolhas e respectivas consequências. Ressaltou-se a importância de propiciar o acesso à informação e à cultura, por configurar-se uma possibilidade de despertar, nas crianças e jovens, uma atuação social consciente, sensível, responsável e crítica, fatores fundamentais na construção da subjetividade.

Políticas Públicas e a rede social significativa de mulheres em contexto de violência

Ana Cláudia Wendt dos Santos, Scheila Krenkel, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e multideterminado por fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e psicológicos, que devem ser considerados quando se pretende compreendê-lo em sua plenitude. Diante disso, a rede social significativa é um elemento importante para o enfrentamento de situações de crises, como nos casos de violência. Fazem parte da rede social de um indivíduo as relações familiares, de amizade, com colegas de trabalho ou estudo e com a comunidade, incluindo os serviços de saúde, assistenciais e de justiça, além da vizinhança e do credo religioso. O objetivo do presente estudo foi analisar as características da rede social significativa de mulheres em contexto de violência. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, o qual adotou a metodologia qualitativa. Os participantes desta pesquisa foram 10 mulheres que prestaram queixa de terem sofrido violência física em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher. A coleta de dados se deu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e da construção do Mapa de Redes das participantes. Para a análise dos dados, utilizou-se a Teoria Fundamentada Empiricamente e o auxílio do software Atlas/ti 5.0. Verificou-se que as redes de amizades, familiar e do trabalho proporcionaram efetivo apoio emocional a elas. Integrantes das famílias das entrevistadas também se constituíram em importante fonte de companhia social, de conselhos e de recurso materiais. Quanto aos amigos, estes foram recursos principalmente de escuta e fonte de conselhos, além de terem proporcionado companhia social a elas. Este dado é relevante, pois aponta para estas relações como tendo sido consideradas significativas pelas participantes e, deste modo, como importantes redes de apoio e de ajuda. Destaca-se, ainda, que as redes de relações do trabalho e os profissionais das instituições de referência no atendimento a mulheres vítimas de violência foram apontados como fontes de ajuda material e de serviços. O fato de os

profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher terem sido incluídos no primeiro nível de proximidade por 6 do total de 10 entrevistadas, evidenciou que esta instituição se constituiu como um relevante serviço de atendimento para elas. Assim, as redes sociais significativas contribuíram de maneira a proporcionar o bem-estar das participantes, bem como as funções desempenhadas por cada um de seus integrantes deram condições para que elas realizassem mudanças e enfrentassem a situação de conflito pela qual estavam passando. Identificou-se com este estudo que a investigação do conjunto de relações que compõe as redes sociais significativas de mulheres em situação de violência é um elemento importante, pois, por meio desse processo, foi possível compreender como as redes interferem e auxiliam no caminho de resolução do referido agravo. Entende-se que a relevância desta pesquisa reside em ter mostrado que é possível mapear as relações que tiveram um impacto significativo na história de vida das entrevistadas e que proporcionaram o seu fortalecimento. Este aspecto vai ao encontro das políticas públicas relacionadas aos direitos humanos, à saúde, à segurança e aos aspectos psicossociais das mulheres, para uma comunicação que promova a prevenção da violência exercida contra elas e o resgate da sua cidadania. Diante dos resultados dessa pesquisa, sugere-se uma reflexão em termos de práticas de saúde e de políticas públicas sobre a relevância de se considerar as redes sociais significativas de mulheres em contexto de violência, pois estas redes se configuraram como uma das principais estratégias para o enfrentamento do problema.

Práticas psicológicas em instituições: cartografia clínica e o Plantão Psicológico em outros cenários

Heloisa Antonelli Aun, Henriette Tognetti Penha Morato

Desde 1999, diante das novas demandas trazidas por instituições sociais, outros campos de ação clínica surgiram ao LEFE/IPUSP à criação de práticas psicológicas, entre elas, o Plantão Psicológico. Ao longo dos anos, cada instituição solicitava do laboratório uma atitude flexível para atuar em situações inusitadas, inventando ações clínicas e revelando o modo rígido como o plantão era proposto na clínica-escola do IPUSP. Em 2007, o LEFE criou outro serviço de Plantão Psicológico na universidade, em novo horário e com nova atitude. Sem restrições a local de residência e idade, o Atendimento em Plantão Psicológico talvez tenha mantido seu objetivo originário, ou seja, oferece atendimento psicológico priorizando acolhimento e esclarecimento da demanda trazida. Entretanto, surgiu outro modo de fazer plantão, marcado pelas experiências trazidas por essa prática fora do campus. Assim como dissertações e teses

de alunos do LEFE investigaram as práticas nas instituições, pretende-se agora uma compreensão do Plantão Psicológico na clínica-escola através de experiências relatadas pelos que viveram e vivem essa ação clínica. Nesse sentido, psicólogos que se dispunham à cartografia clínica (AUN, 2005) em instituições, passam a ser os protagonistas e foco investigativo, oferecendo a autenticidade de sua experiência. Nas instituições, a restrição do acompanhamento psicológico continuado atentava às outras possibilidades de atenção à população. Tal restrição na clínica-escola solicita do plantonista uma atitude mais ativa em cada contato com o cliente, marcando o plantão menos do que um espaço para procura por psicoterapia e mais para o cuidado psicológico em si. Cada encaminhamento atenta à singularidade do atendimento ocorrido, na relação criada e nas demandas surgidas, embora sempre mantendo o plantão como possibilidade de retorno. Dada a escassez dos serviços públicos, o plantão na clínica-escola torna-se referência a demandas psicológicas, convocando a constante criação de uma rede de apoio (auxiliando no encaminhamento a serviços diversos), bem como a manutenção das redes já estabelecidas pelo cliente. Assim, mantendo seu trabalho clínico "junto ao leito" (LEVY, 2001), a experiência de fora do LEFE possibilitou e possibilita a constante invenção do plantão de dentro.

Práticas desenvolvidas pelos psicólogos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social: interface com a formação acadêmica

Dione Maria Menz

Esta comunicação oral insere-se no eixo temático da "Assistência Social" e relaciona-se ao Grupo de trabalho: "Análise e discussão das práticas e discursos em psicologia comunitária e suas implicações na formação dos psicólogos". Refere-se à pesquisa realizada no mestrado em Psicologia (UTP), na linha de pesquisa: "Psicologia Comunitária", e tratou sobre o tema da Psicologia e a Política Pública da Assistência Social. Tal pesquisa teve como objetivo (1) conhecer como se dá a inserção dos psicólogos no campo da Assistência Social; (2) identificar que práticas são desenvolvidas pelos psicólogos nos CRAS; (3) analisar se a formação acadêmica tem sido suficiente para a inserção dos psicólogos na Política Nacional da Assistência Social. Para o alcance destes objetivos, busca-se traçar um panorama das Políticas Públicas e sua interface com a Psicologia, problematizando sobre o campo da Assistência Social enquanto espaço de afirmação do saber e do fazer da Psicologia, refletindo sobre as percepções dos psicólogos sobre a formação acadêmica recebida, e sua adequação para o desenvolvimento das práticas nos Centros de Referência de Assistência Social. O referencial teórico que

sustentou este trabalho foi a Psicologia Histórico Cultural, iluminada pelo materialismo histórico e dialético. A entrevista semi estruturada foi utilizada como estratégia para coleta de dados, e aplicada a 8 (oito) psicólogos de uma capital do Sul do Brasil, que atuam nos CRAS. Para a análise dos dados utilizou-se os pressupostos da pesquisa qualitativa, segundo Gomez (2002), Aguiar e Ozella (2006), onde se constituíram 4 núcleos de significação: (1) Mal-estar de trabalhar no campo da Assistência Social, (2) Conflitos de identidade profissional, (3) Bom senso, ecletismo e conhecimentos da clínica tradicional como referenciais teóricos para o trabalho em CRAS, (4) Práticas nos CRAS: fazeres dos psicólogos X conhecimentos necessários. A pesquisa apontou para a importância de se rever a formação em Psicologia, a partir das necessidades percebidas pelos psicólogos que atuam neste campo. Para revisão desta formação, é necessário considerar que o profissional da Psicologia, ao se incorporar às Políticas da Assistência Social, precisa estar atento às inovações e ao compromisso social da categoria, e assim desafiar a sociedade patrimonialista que vê na Assistência Social uma oportunidade de privatizar práticas. Portanto, construir outras práticas de subjetivação é interrogar, é problematizar sobre o que se pretende neste campo de inserção, considerando-se que não há pratica profissional desvinculada da Política. Entende-se aqui a Política como o campo das ideias, o espaço onde se incorpora um projeto de sociedade, que segundo os preceitos da dialética não aceita a verdade como algo dado, mas como “verdades”, que além de temporais, são construídas e construtoras de determinado projeto de homem e de mundo. Os discursos trazidos pelos entrevistados, em especial os que apontam para a incorporação dos conteúdos de Políticas Públicas aos currículos de Psicologia, parecem indicar à academia um rever da sua formação. A pesquisa indicou que novos fazeres vem se constituindo no campo da Psicologia Comunitária, e, para tanto, novos saberes se fazem necessários, de forma que os conteúdos referentes às Políticas Públicas devem se configurar como diretriz de formação, e não somente como conteúdo programático. Também apontou para se compreender a Assistência Social enquanto garantia de direitos e cidadania, que busca a superação da condição de exclusão de grande parte da sociedade brasileira, através de práticas comunitárias que afirmam direitos e questionam o modelo clínico individualizante e essencialista, tradicionalmente aplicado na formação de psicólogos. Neste sentido, a não incorporação destes conhecimentos à formação de psicólogos, os coloca em situação de vulnerabilidade e na contramão desta Política Pública, que garante à Psicologia sua incorporação, mas que pode desconsiderá-la em um futuro próximo, caso esta não compreenda seu papel e perca o bonde da história.

Psicologia com comunidades: possibilidades construídas junto com uma comunidade em Florianópolis

Iclícia Viana, Yuri Eller Verzola

A palavra "comunidade" está carregada de concepções no imaginário social que influenciam produções científicas e práticas profissionais, como as da psicologia. Autores da psicologia social crítica, entendem atualmente, que o estar em comunidade propõe relacionamentos com grau de intimidade pessoal, emocional, moral, éticas e estéticas, e neste sentido, questionam as demarcações de processos de subjetivação limitadas pelo pertencimento a uma comunidade (Sawaia, 2007; Silva, 2005). Observamos que a prática dos psicólogos é constantemente tensionada por meio dos encontros com as pessoas que circulam na comunidade. Os saberes locais, as narrativas de cada sujeito, suas percepções e até mesmo seus silêncios, acabam por desconstruir muitos introjetos teóricos que atravessam o olhar e a postura do psicólogo na comunidade. Estes encontros abrem novas possibilidades de relação. Neste viés, compreendemos que comunidade se compõe de relações dialógicas, existe independentemente de aspectos "naturais" de coesão e está para além da "comunidade geográfica". Por isso, quando as subjetividades são limitadas a uma "identidade comunitária", as atuações psi correm o risco de negar o processo de subjetivação de cada pessoa na comunidade. A rigidez de uma identidade comunitária alinha-se a territórios, pertencimentos e exclusões, portanto limita-se e acaba por não reconhecer a alteridade. Objetivamos com este trabalho, refletir sobre estes aspectos a partir de nossas experiências enquanto estudantes de psicologia em relação com as pessoas, com as ruas, com os diferentes modos de existência presentes na Comunidade Chico Mendes, em Florianópolis. Tal relação é mediada pelo trabalho em equipe na ONG Casa Chico Mendes, presente há 20 anos na comunidade. Entendemos que nossa experiência converge com a proposta do Grupo de Trabalho "Análise e discussão das práticas e discursos em psicologia comunitária e suas implicações na formação dos psicólogos", pois dialoga com novas formas de criação de saúde como processo, em contexto comunitário e, portanto, amplia o discurso e a prática psi por meio de relações íntimas com o quotidiano, que transgridem as normas e nos levam à desconstruções e questionamentos sobre nossa formação academicista. No processo da nossa formação, buscamos nos encontrar com outros atores da comunidade e também de contextos diferentes para problematizar com outros olhares, o nosso olhar. Nossa metodologia é cartográfica. A escolha por esta forma de aproximação atende ao desafio de negar a ideia de a comunidade ser um objeto de intervenção ou de se propor algo às pessoas que ali circulam

sem antes estar junto, conhecer e permitir que surjam as demandas. O processo cartográfico possibilita uma compreensão de perto e de dentro e exige um arriscar-se no deslocamento entre o lugar de saber-poder e o lugar de sujeito em relação, que pode transformar e ser transformado. Esta concepção potencializa nossa relação com as pessoas deste lugar, nos leva a problematizar discursos reproduzidos sobre esta comunidade: sobre o tráfico de drogas, a violência, a pobreza. Esta comunidade já foi considerada a mais violenta de Florianópolis, e apesar das mudanças, o estigma permanece. Buscamos o conhecimento que se reconstrua continuamente, que se desenha como um mapa, entre becos, ruas, lajes, pipas, pedras e cimento. A concepção cartográfica não tem um "objeto" fixo e fechado, tem velocidade e flui difusamente. Com isso, vamos ao encontro da potência, saímos da prática e dos olhares normativos. Nossa experiência nos leva à desconstrução de uma concepção de "intervenção", de modo que também somos sujeitos em relação e, portanto, sujeitos transformados pela potência dos encontros e da atitude eu-tu (Buber, 1974). Estamos construindo, junto com a Casa e com os moradores, propostas de trabalho. Nosso caminho enquanto psicólogos tem perpassado diferentes formas de atuação. Tivemos grupos terapêuticos com crianças, participamos de reuniões da rede de entidades da comunidade, desenvolvemos um ciclo de cinema infantil com as crianças e professoras da creche, mantemos um Cine Aberto para as pessoas da comunidade, que tem sido um espaço potencializador, de criação e de diálogo. Além disso, buscamos constantemente nos aproximarmos das pessoas em seus diferentes contextos, estamos nas ruas, nas esquinas, nas instituições. Vemos que, como tem sido discutido nos últimos anos pela psicologia social crítica, a inserção da psicologia em contextos de comunidade desafia e faz (re)pensar que lugar é este o do "psicólogo comunitário". Precisamos ir além dos limites técnicos e (re)descobrir a humanidade e a espontaneidade das relações, ir além do individualismo capitalista ou do coletivismo marxista (Buber, 2008). Somos desafiados a cada dia, a sentir mais, nos implicarmos na relação como sujeitos e atores sociais, e não apenas como psicólogos dentro de uma lógica capitalística. As vivências demonstram que neste contexto, as relações pedem proximidade, a convivência é maior, a rua é pátio da casa. Neste lugar, evidenciamos a necessidade de transformação da Psicologia e experimentamos novas formas de estar como estudantes de psicologia.

Psicologia Social Comunitária e CRAS: os desafios de uma prática em construção

Maria do Socorro Lima de Oliveira, Giliane Cordeiro Gomes

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade política estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de planos de proteção social básica. Segundo Campos (1996) a Psicologia Social Comunitária é uma área da Psicologia Social que estuda a atividade do psiquismo decorrente do modo de vida do lugar/comunidade; estuda o sistema de relações e representações, identidade, níveis de consciência, identificação e pertinência dos indivíduos ao lugar/comunidade e aos grupos comunitários. Visa o desenvolvimento dos moradores como sujeitos históricos e comunitários, através de um esforço interdisciplinar que perpassa o desenvolvimento dos grupos e da comunidade. Seu problema central é a transformação do indivíduo em sujeito. Portanto, o trabalho do psicólogo no CRAS trata-se de uma das várias formas de atuação em que o profissional psicólogo pode contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento dos vínculos psicossociais dos sujeitos. A partir destes princípios traça-se o objetivo desta pesquisa de compreender a teoria e a prática da Psicologia Social Comunitária no âmbito de um CRAS situado no município de Garanhuns – PE, Bairro Magano. O estudo versará qualitativamente através de uma revisão integrativa e por meio de Observação Participante. Os critérios de inclusão e exclusão para as pesquisas consultadas são artigos extraídos de publicações entre os anos de 1990 e 2012 e que tenham como princípio teórico a Psicologia Social Comunitária e/ou a atuação do profissional psicólogo no CRAS. A Observação Participante ocorreu associada a uma experiência de estágio que atualmente está sendo vivenciado e que partiu a priori da construção de uma fundamentação teórica e posteriormente pela vivência da prática com atividades subdivididas em Atendimento psicossocial, Escuta psicológica e Visitas domiciliares, três vezes por semanas. Toda atuação ocorreu sob supervisão da psicóloga responsável pelo CRAS. Portanto, busca-se a partir dos princípios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) mesclar diálogos entre a práxis da Psicologia Social Comunitária e a área da Assistência Social como forma de realizar propostas de Proteção Básica, Planos de Ação que valorizem as potencialidades dos sujeitos, sustentabilidade e empoderamento dos atores sociais residentes no território do CRAS. Sendo assim, o tema associa-se com o GT e o eixo temático escolhido visto que se torna caminho para a construção de análises e discussões a respeito de uma prática psicológica mais compatível com a práxis que vem sendo desenvolvida no Brasil e com as demandas encontradas nas comunidades, isto no intuito de valorizar a edificação de atuações comprometidas com a transformação social. É possível perceber que a realidade atual se mostra diferente e a Psicologia Social Comunitária apresenta-se hoje contextualizada, histórica, preocupada com a cultura e valores brasileiros. Afinal, a

contribuição da atuação interdisciplinar dos/as psicólogos/as, juntamente com a equipe de profissionais e estagiários das instituições SUAS/CRAS, buscam valorizar a construção de práticas comprometidas com a transformação social, o desenvolvimento do senso crítico, a autonomia e conscientização do papel do sujeito enquanto cidadão transformador da sua realidade em direção a uma ética voltada para a emancipação humana. Os serviços oferecidos atualmente no CRAS buscam ser possibilidade de mudança das condições vividas cotidianamente pela população, através de um trabalho de conscientização crítica, facilitando que o grupo/comunidade construa as alternativas de ação, impulsionando assim o interesse pelo tema e ancorando a atuação da Psicologia Social Comunitária. Sendo assim, entende-se que o CRAS atua realmente como uma unidade da rede socioassistencial que se diferencia das demais e que é rico em gerenciamento, acolhimento, inserção, encaminhamento e no acompanhamento de seus usuários, mostrando que é no território que se encontram as potencialidades para o enfrentamento das desigualdades. Por fim, como elucida o Conselho Federal de Psicologia (2005) entende-se que o princípio fundamental do exercício da profissão de psicólogo está relacionado com a promoção da qualidade de vida das pessoas e das coletividades, como também na compreensão da pobreza e na maneira de atuar sobre ela, isto partindo do pressuposto de que embora o sofrimento seja vivido pelo indivíduo, sua gênese é social, está na intersubjetividade, sendo assim o psicólogo deve operar contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Relato de experiência: intervenção psicossocial por meio da interpretação de um "ato de loucura”.

Daniela Aparecida Araujo Fernandes

Este estudo consiste em um relato de experiência dos discentes da disciplina Estágio Básico V, do curso em Psicologia do Centro Universitário Luterano de Palmas, sobre a supervisão do Prof. Msc. Jonatha Nunes, realizado em 2011/1 e composta pelo grupo: Cristiane Wahbe; Daniela Fernandes; Gabriela Haeffner e Ismaelita Tavares. Com objetivo de realizar uma intervenção psicossocial por meio da interpretação de um "ato de loucura”. O psicólogo desempenha um papel relevante no contexto social, e por meio de uma intervenção psicossocial, busca a reflexão crítica e análise a sociedade e suas condutas diante um fenômeno que existiu em todos os tempos, e que ainda é permeado por lacunas. A loucura é um fenômeno que, devido as suas expressões distintas, sempre provocou na sociedade múltiplas maneiras de explicá-la. Em sua trajetória ao longo da história, o louco já foi adorado, condenado, excluído, dito

possesso e incapaz. Esses diferentes modos de ver a loucura incitam indagações a respeito de como o louco é visto hoje e de até que ponto os conceitos arcaicos a respeito desse fenômeno ainda influenciam as atuais maneiras de conceber a loucura e tratá-la (MACIEL et al, 2003). De acordo com Passos & Beato (2003) uma das principais dificuldades na implementação do novo modelo de assistência psiquiátrica está em transpor as distinções entre as mudanças propostas pela reforma nessa área e as reais práticas e idéias da sociedade acerca da loucura (PASSOS; BEATO, 2003). O aporte teórico principal foi à obra "A história da Loucura" de Michael Foucault. O GT 2: Análise e discussão das práticas e discursos em psicologia comunitária e suas implicações na formação dos psicólogos, relaciona-se com a temática, perante críticas às práticas de saúde tradicionais que referendam a saúde mental. O trabalho postula-se como pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-ação, utilizando-se de revisão bibliográfica para investigar a temática. A intervenção ocorreu na cidade de Palmas-TO, no ônibus coletivo. Para provocar as reações das pessoas, interpretaram-se comportamentos que conforme o senso comum é considerado expressão desse fenômeno, como: extravagância, agitação, paranoia, delírios (crença inabalável, irreal e incompatível com a cultura) e alucinações (percepção visual, auditiva ou tátil clara e definida de um objeto sem a presença do objeto estimulante real). Foram utilizados recursos audiovisuais e observação para poder apreender as reações verbais e comportamentais expressas pela população. Na análise dos dados as informações coletadas na teoria e na prática foram cruzadas, para compreendermos o modo como as representações sobre a loucura são constituídas. Assim, buscamos refletir e identificar as concepções acerca da loucura nos distintos períodos da história e se estas ainda perduram na contemporaneidade. Pois "A loucura é muito mais histórica do que se acredita geralmente, mas muito mais jovem também" (Foucault, 1975, p.56). Na escolha do sujeito para interpretar observou-se que a representação social da loucura ainda é algo negativo. As duas visões contraditórias encontradas no século XIX, expostas por Maciel et. al. (2003) de que o louco era visto ora como um ser passivo, alienado, sem capacidade para se defender dos perigos externos ora como uma ameaça social ainda predomina em nossa sociedade. Nas falas e comportamento apreendidos pode-se observar a representação social de periculosidade e medo que se tem do "louco". A concepção medieval sobre a loucura, segundo a qual o louco é uma encarnação do mal, resultado de uma possessão e, portanto, uma ameaça que deveria ser extinta (HOLMES, 1997). Além disso, percebe-se que há um julgamento da moral religiosa. Nota-se, que a representação da loucura está intimamente relacionada com o modo com que o sujeito se veste, anda e fala e isto nos remete as análises de Ribeiro (2003) sobre a loucura, quando ele diz que

esta não é apenas um fenômeno psicopatológico, mas, está interligada às relações pessoais, aos conhecimentos mediados pelo imaginário social, isto é, por aquilo que se imagina ser a loucura, pelos comportamentos e características que se imagina serem os de uma pessoa "louca". O que se vê é que o tratamento que se dá ao que é considerado desvio da norma cultural ainda é permeado de um discurso tutelar, onde o "louco" deve ser afastado/ internado para sua própria segurança e também para proteção da sociedade. Diante as inquietações levantadas, devemos repensar nossas crenças e práticas, ultrapassar o modelo asilar não apenas sob ideologia, atentando a experiência subjetiva de sofrimento do sujeito. Como propõe Amarante (1995) pelo processo de mudança de desinstitucionalização, principalmente no que tange a mudança na representação e espaço que a doença ocupa, a compreensão do sujeito doente e não apenas da doença. Deste modo, o fenômeno da loucura é de grande importância para a pesquisa/prática em psicologia devido suas significações políticas, econômicas, sociais, religiosas e morais. Faz-se necessário ultrapassarmos as concepções históricas, construindo um novo olhar e novas práticas no dia-a-dia, partindo da realidade e não apenas da teoria.

Representações sociais do HIV/AIDS em imigrantes no contexto espanhol

Airton Pereira do Rêgo Barros

Cerca de 10% da população espanhola e formada por imigrantes, porém, os dados de infecção por HIV têm demonstrado um aumento dos novos diagnósticos em imigrantes nos últimos anos, chegando a taxa de 27% por cento dos novos casos em 2012, o que denota uma alta prevalência de HIV no coletivo de imigrantes na Espanha. O aumento dos casos de HIV/AIDS em imigrantes e os efeitos da crise econômica nesse grupo parecem estar relacionados, desta forma, esta investigação teve o objetivo de analisar as representações sociais do HIV/AIDS em imigrantes a partir dos discursos de profissionais de ONG's da cidade Valencia, para, desta forma, verificar os fatores psicossociais relacionados a vulnerabilidade de alguns coletivos de imigrantes a infecção por HIV. Os objetivos específicos foram: analisar também as representações sociais da imigração; o perfil dos grupos de imigrantes em situação de exclusão social; identificar os fatores de vulnerabilidade social que afetam estes grupos e, finalmente, compreender como os as diferenças culturais podem deixar os imigrantes más susceptíveis a infecção. Foi utilizada uma metodologia qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa através de três grupos de discussão: o primeiro grupo com profissionais de ONG's que prestam apoio a imigrantes, o segundo com profissionais de ONG's que ajudam a pacientes soropositivos e o terceiro grupo com profissionais de ONG's que prestam apoio a pessoas sem teto. As

informações obtidas foram analisadas pelas técnicas de análise de conteúdo temática e de análise do discurso. Os resultados evidenciaram três categorias empíricas principais: representações sociais de imigração; perfil do HIV/AIDS em imigrantes e afrontamento da soropositividade. As representações sociais da imigração foram objetivados a partir da concepção de imigração , da imagem e descrição dos imigrantes, do preconceito e rejeição sofridas pelos imigrantes e das vulnerabilidades sociais dos mesmos. O HIV/AIDS nos imigrantes foi associado, principalmente, à idéia da morte física e social, bem como, a prostituição. Finalmente, o nível de informação, as diferenças culturais na hora de afrontar o diagnóstico e o tratamento, como também, os problemas psicossociais, foram evidenciados como os principais fatores relacionados ao afrontamento da soropositividade ao HIV. Neste sentido, conclui-se que a imigração é um fenômeno que ainda se apresenta como um desafio a ser superado pela sociedade espanhola, como também foi observada uma grande influência da atual crise econômica no aumento da vulnerabilidade social e processos de exclusão social vividos pelos imigrantes. Também ficou evidente a susceptibilidade de alguns grupos de imigrantes, especialmente os mais marginalizados a infecção por HIV. As diferenças culturais apareceram como a principal dificuldade a ser enfrentada no processo de afrontamento da doença no contexto da imigração.

Vivências comunitárias: fortalecendo a atuação de agentes sociais por meio da construção de um projeto coletivo

Adriana Rodrigues Domingues, Juliana Reis Faria, Fabiano Ribas Tassi

Orientada pelo referencial teórico da Psicologia Comunitária, esta experiência teve como objetivo principal potencializar o sujeito em sua realidade social para o fortalecimento de seus laços comunitários. O trabalho foi desenvolvido a partir da prática grupal visando fomentar a emancipação, a autonomia e a conscientização de um grupo de agentes sociais. A instituição desenvolve um trabalho de educação integral em uma comunidade no município de São Paulo, identificada com altas taxas de vulnerabilidade social, há quatorze anos. O grupo de agentes sociais é formado por moradoras da comunidade e tem como objetivo a disseminação de práticas cidadãs. As atividades desenvolvidas ocorreram semanalmente, acompanhadas de supervisão acadêmica. Desenvolveu-se um processo de observação participante com a finalidade de identificar as demandas grupais para posterior desenvolvimento da proposta de intervenção. A prioridade do trabalho foi grupal. De acordo com Lapassade e Lourau (1972), os membros do grupo não necessariamente necessitam ter conhecimento das leis próprias do

grupo, mas é fundamental que estes membros, no caso, as agentes sociais, se reconheçam como pertencentes a ele para que possam estabelecer vínculos entre si, fortalecerem-se como sujeitos e se tornarem, de fato, agentes de transformação social. O objetivo foi à construção de um projeto coletivo com as agentes sociais com a finalidade de se produzir uma ação social na comunidade e, paralelamente, proporcionar situações para que o trabalho coletivo pudesse desenvolver as potencialidades do grupo e oferecer a este a possibilidade de entrar em contato com suas dificuldades dando visibilidade ao não dito do grupo, promovendo a superação das contradições. A escolha pelo grupo operativo foi fundamentada nas ideias de Pichón-Rivière (2005), para o qual o vínculo e a tarefa são as esferas centrais que permeiam um grupo. Eles são constituídos a partir da comunicação entre os participantes, norteados por um interesse coletivo e construídos à medida que desenvolvem uma tarefa (objetivo) comum ao grupo. As agentes sociais teriam de estabelecer uma tarefa, tendo como critério o interesse comum das participantes, e executá-la até o final da intervenção. Os estagiários analisaram que a tarefa poderia fortalecer a comunicação, os vínculos grupais e trabalhar a apropriação e representação do trabalho de "ser agente social" na comunidade. As principais demandas levantadas foram à dificuldade na comunicação entre as participantes e a dificuldade destas de se apropriarem do papel de agente social. Priorizou-se o trabalho em grupo, pois se entende que o sujeito, como ser inacabado, constrói-se no contato com outro. É por meio do diálogo, compartilhando dúvidas, inseguranças, angústias, assim como ideias, desejos e afetos que conteúdos do grupo são mobilizados e permitem a superação das dificuldades e a descoberta de interesses comuns. A partir da identificação das próprias necessidades e das necessidades comuns ao grupo, as participantes entraram em contato com a realidade da comunidade, e foi nesse processo coletivo que o encontro entre elas ocorreu, fortalecendo-as para lidar com as diferenças e as dificuldades identificadas como demandas. De acordo com Oliveira et al (2008, apud Freire, 2005), o diálogo é o que facilita aprofundar, conhecer nos detalhes a realidade do outro em suas problemáticas, isto é, compreender os diversos aspectos que compõem a realidade da comunidade. Assim, os espaços de discussão e uma visita pela comunidade possibilitaram ao grupo a identificação de um interesse comum a seus membros e à realidade em que estão inseridos - a problemática do lixo. A ação constitui-se de uma palestra expositiva realizada por membros da comunidade que possuem experiência na área de reciclagem e coleta seletiva, e uma oficina de artesanato com materiais recicláveis realizada pelas agentes sociais. A experiência da ação fomentou a comunidade na disseminação de práticas sustentáveis na sua rotina. O movimento de reflexão gera conscientização e, segundo Freire (1980), esse processo favorece a inserção do sujeito no

movimento de transformação de sua realidade. Sendo assim, ao se conscientizar da dificuldade de comunicação e da dificuldade de se apropriar do papel de ser agente social, o grupo tomou posse de seu caráter transformador e iniciou um processo de transformação, sendo a tarefa o disparador deste processo. Ao entrar em contato com novas formas de se relacionar, de se constituir como sujeito, as agentes entraram em contato com a possibilidade de assumir diferentes posturas no grupo e na vida, refletindo sobre sua história e tomando posse de sua realidade.

Ações da Psicologia na ESF: construção integrada de saberes entre universidade e equipes

Graziela de Fátima Souza Carmo, Juliana Araújo dos Santos, Letícia Aparecida do Carmo, Tamara de Castro Mendonça Mesquita, Juliana Kelly Pinto Moreira

O Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS) da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ) promove o Programa de Extensão "Sistema de Saúde e Educação: estreitamento dos laços e ações conjuntas" (Laços e Ações). Este subdivide-se em programas de acordo com a área de atuação do psicólogo na rede de atenção primária. O presente trabalho é pertencente ao Subprograma 2: "Ações da Psicologia na Estratégia de Saúde da Família", que tem como um dos objetivos elaborar estratégias intersetoriais de intervenção em saúde, perpassando pela educação, saneamento básico, segurança pública, lazer, entre outros. A intersetorialidade do trabalho guarda relação com o Grupo de Trabalho 2: Análise e discussão das práticas e discursos em psicologia comunitária e suas implicações na formação dos psicólogos. Na perspectiva metodológica, a atividade extensionista não consistiu na mera prestação de serviços à comunidade atendida, houve operacionalização da proposta acadêmica que se deu da seguinte forma: inserção nas equipes e conhecimento do seu processo de trabalho no mês de agosto de 2012; o mapeamento do território de abrangência das equipes da Estrategia Saúde da Família (ESF) com o término em março de 2013; devolutiva para as equipes em abril de 2013, realizando a eleição dos temas para desenvolvimento das intervenções definidas coletivamente com avaliação processual. O mapeamento do território consistiu na inserção das universitárias na área de abrangência das ESF, buscando o conhecimento geográfico e o estabelecimento de vínculo com os pacientes, os líderes de instituições e representantes ativos da comunidade para conhecimento das histórias que cercam a população, levando assim a um conhecimento da realidade que é vivida. As alunas atuaram nas unidades básicas de saúde (USB) São Geraldo/Bela Vista, Senhor dos Montes e Tejuco, sendo seis Equipes de Saúde da

Família, totalizando dezessete bairros periféricos de São João del-Rei. Enquanto era realizado o mapeamento físico e epidemiológico do território, foi observado pelas universitárias que a população carece de informações relacionadas a cuidados básicos e de conscientização a ações de cidadania, devido a frequente ocorrência de lixo nas ruas, tendo a população uma ideia empobrecida das funções dos profissionais da unidade. A automedicalização, o consumo de drogas e álcool são os problemas sociais mais graves que transpareceram com a vivência. A cada atividade desenvolvida eram enviados relatórios ao coordenador acadêmico e coordenadora em campo. Visa-se trabalhar através de grupos de reflexão a conscientização sobre estes temas que foram elaborados junto à equipe, através de uma devolutiva feita pelas universitárias. Como propostas de intervenção foram apresentadas: (a) a implantação de um grupo de reflexão que poderá abarcar temas como a medicalização, sendo um dos objetivo do subprograma; (b) a oferta de condições para educação permanente em saúde dos integrantes das equipes da ESF, contribuindo indiretamente para a melhoria da qualidade de assistência prestada à população; (c) a atenuação da distância entre a formação acadêmica e a prática diária do profissional psicólogo, através das atividades de estágio; (d) a colaboração na reorientação das práticas em saúde desenvolvidas pelas equipes, problematizando a centralidade das ações biomédicas, da fragmentação dos procedimentos e do foco na doença na organização das ações de atenção à saúde.

“Processos Grupais e Articulações Identitárias”: provocações para formação em Psicologia Social e práticas em comunidades

Marcos Vieira Silva

A presente comunicação deriva do Programa de pesquisa intervenção psicossocial “Processos Grupais e Articulações Identitárias”, desenvolvido no LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João Del-Rei, em Minas Gerais. Nele são investigadas as articulações teóricas e práticas entre categorias temáticas da Psicologia Social, principalmente identidade, processos grupais e participação social, a partir de ações de pesquisa, extensão e ensino desenvolvidas com grupos comunitários e institucionais. As ações envolvem principalmente a Associação dos Portadores de Diabetes de São João del-Rei, o Grupo de Inculturação Afrodescendentes Raízes da Terra, corporações musicais de São João del-Rei e da região dos Campos das Vertentes, grupos de idosos institucionalizados e

comunitários, além de outros grupos e associações comunitárias da cidade. Trabalhando com práticas grupais e comunitárias, particularmente na perspectiva da Psicologia Social Comunitária, convivemos com questionamentos éticos sempre permeados pela busca de transformação das condições adversas, tanto objetivas, quanto subjetivas, vivenciadas pela população atendida/investigada. No processo, tal busca, além de se tornar objeto da ação do profissional de psicologia passa a ser desejada pela comunidade. A produção de subjetividades autônomas, atuantes no cotidiano dos movimentos sociais e buscando a construção social de uma cidadania emancipatória é parte fundamental de nossa busca pela transformação do indivíduo em sujeito. Do ponto de vista da ação comunitária, o desafio é a construção de processos de participação social crítica e transformadora no seio de sociedades que ainda não conseguiram se libertar totalmente do autoritarismo e da apatia. O que podemos apontar como resultados do Projeto Doce Vida, um Programa de Extensão com portadores de diabetes mellitus que envolve a APD-SJDR – Associação dos Portadores de Diabetes de São João Del-Rei, a Policlínica do SUS, a Secretaria Municipal de Saúde, são movimentos coletivos dos associados que participam dos grupos de reflexão e das palestras. O número de participantes vem aumentando discreta e progressivamente; a preocupação com os ausentes é cada vez mais mencionada; os depoimentos daqueles que conseguem se tornar sujeitos do processo de busca de saúde são mais frequentes e mais numerosos; o envolvimento dos participantes na produção de um livro de receitas diet/light de baixo custo é cada vez maior; enfim, a disposição para a troca de experiências e o envolvimento com as atividades da APD vem crescendo significativamente. Entre vários questionamentos, nos perguntamos: como vem se dando a produção das formações identitárias nas corporações musicais (bandas e orquestras) de São João del-Rei e região? Quais tem sido suas articulações com o desenvolvimento da formação musical, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista da construção de uma relação de afetividade no desenvolvimento do processo de criação musical; Como o fazer musical vem promovendo o reconhecimento e a produção da identidade cultural na região? Esta região que é tão marcada pela música, seja a dos instrumentos musicais, seja a dos sinos e dos coros, vem produzindo uma tradição cultural que se mantém viva, alternando momentos de expressão de uma tradição histórica cultivada por corporações musicais centenárias, com produções contemporâneas executadas por músicos de todas as idades e formações. Em nossos trabalhos temos percebido que, quanto mais o grupo é capaz de refletir criticamente sobre o seu modo de ser grupo, sobre o desenvolvimento do seu processo grupal, mais ele é crítico em relação às contradições sociais às quais está sujeito, mais ele é capaz de reivindicar transformações sociais

e melhorias em suas condições de existência. Do nosso ponto de vista, aqui estabelecemos um paralelo com a identidade emancipatória de Ciampa, e com a participação social que demandamos para a efetivação de políticas públicas e para o atendimento de necessidades básicas de muitos grupos sociais. A formação de profissionais de psicologia que possam prestar serviços aos usuários do SUS e do SUAS passa pela necessidade de aprendizado e reflexão permanentes sobre sobre tais práticas e suas implicações para a construção de processos de autonomia e autogestão de grupos, associações, cooperativas e outros coletivos que buscam ser melhor atendidos cotidianamente em seus direitos e princípios de cidadania emancipatória e melhoria das condições de vida e saúde.

GT 03. ARTE, CIDADE E EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS EM PSICOLOGIA SOCIAL

100 Lugares para dançar na Silva Jardim ou a experiência de dançar um novo campus

Marina Souza Lobo Guzzo

O Projeto teve como objetivo, a partir de um olhar sensível, criar com os alunos participantes, intervenções para o entorno do novo prédio da Unifesp localizado na Silva Jardim - inaugurado no ano de 2012. A partir da experiência desenvolvida pelo projeto de pesquisa -100 lugares para dançar- criamos uma cartografia dançada da experiência de "se mudar" de lugar na própria cidade, e os impactos que isso trouxe para o corpo e para nossa percepção cotidiana. Foi feita uma discussão sobre o corpo "estrangeiro" na cidade de Santos, também questionando e incluindo o lugar do corpo e da arte no novo espaço da universidade localizado na Silva Jardim. Cada aluno escolheu um lugar onde desenvolveu e preparou uma ação estética, que foi filmada e dirigida pelos professores participantes do projeto. Ao longo do semestre foram desenvolvidos trabalhos e treinamentos do corpo cênico, sensível e criador a partir de temas diversos tais como: a dança, o som e o ruído, o jogo cênico, a ação, a palavra, a acrobacia, a relação do corpo no espaço, a perspecitva como técnica de criação, dentre outros. Ao final, as propostas foram apresentadas em uma intervenção no próprio prédio da universidade, com uma performance, que incluiu a projeção dos vídeos em diferentes espaços. Consideramos que a atividade atingiu o objetivo, ao deslocar o olhar para o entorno do Campus, de uma maneira estética e ficcional, criando uma outra relação com a cidade e seus personagens, atores e redes.

Criações caleidoscópicas: os fazeres psis

Laís Alves de Oliveira Lima

Lá estava ela, a psicologia, entre uma ou outra criação. Sobre ela, uma iluminação perfeitamente projetada. No saguão, fitas de proteção separavam obra e espectador. Tudo isso no interior de uma galeria de segurança máxima cujas paredes espessas selecionavam aqueles que poderiam apreciá-la ou não. Da porta de entrada já se podia ver que a psicologia era uma obra inacabada, e ali mesmo muitos criadores se debruçavam sobre ela com o intuito de compô-la. Ainda que alguns destes se preocupassem em colori-la, a maioria, utilizava uma única cor: a cor ciência. O estado inacabado da psicologia foi aos poucos sendo percebido como uma de suas principais características enquanto criação. Ao buscar uma estabilidade para a psicologia, pintando-a com uma única cor, acreditavam que se garantiria a manutenção do status quo pela fixação do olhar. Desde seu surgimento, a psicologia tem estado às voltas com o problema de sua justificação, não foram poucos os que tentaram eliminar-lhe a cor ciência acreditando que assim seria negada automaticamente sua eficácia e sua possibilidade de existência. A psicologia, no entanto, enquanto criação e atividade criadora, está a todo tempo se reconfigurando, tomando novas formas dentro de uma malha descontinua, onde ser ciência não é pressuposto necessário para sua existência. Não seria, portanto, essa constante reconfiguração, essa variedade caótica que observamos na psicologia, suas diferentes linhas e conceitos, sua falta de consenso, a sua maior riqueza? O não-consenso é criador na medida em que não se há estabilidade, formas fechadas, respostas únicas. Ao entender que a potência da psicologia está no seu constante refazer, uma pergunta se faz tentadora: quais são as cores que intensificam a sua força? A construção que aqui segue soa como um grito no interior da galeria e reivindicam o colorido. Arte e filosofia são criações outras, cores perdidas em tempo histórico onde a padronização pede uma única cor, a que melhor representaria a realidade. Ao caminharmos pelos saberes que construímos, e pelos quais somos construídos diariamente, notamos que a criação é uma atividade que faz parte tanto da arte, como da ciência e da filosofia. Dessa forma, o que estes domínios têm em comum é a criação, o ato de criação. Assim, busca-se com o colorido a valorização da vida enquanto multiplicidade que é intensificada com outras criações. É nesse sentindo que tal busca se insere no Grupo de Trabalho Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social, por acreditar num diálogo entre a psicologia e as diversas produções de conhecimento, viabilizando sua potência de criação numa bricolagem de afectos, perceptos, conceitos, funções. Além disso, este trabalho se relaciona ao eixo temático Psicologia Social: questões teóricas e

metodológicas, pois as cores que dão um colorido à psicologia e a constroem historicamente, abrem novos caminhos no cotidiano, produzindo, por exemplo, olhares sobre a cidade, onde a multiplicidade das forças reveste as relações do cotidiano, cenário ideal para o encontro de práticas de criação. As cores aqui misturadas buscam seu espaço na obra, e são aqui pinceladas com ajuda de pintores da filosofia como Deleuze, Guattari e Nietzsche que, entre outros, descobriram no colorido o caminho para fazer da vida uma obra de arte.

Deriva Parada

Janaina Bechler, Andrea Fricke Duarte, Edson Luiz André de Sousa

Desde junho de 2011, mantenho o exercício de ficar parada contra uma parede branca, anônima, durante uma hora, uma vez por semana, na rua dos Andradas, centro de Porto Alegre. Tenho nominado de Deriva Parada pois essa experiência está impregnada de um tipo de sensibilidade que aparece como marco nos movimentos artísticos Dadá, Surrealismo, Situacionismo (do qual eu cunho essa palavra, deriva), além de outros dentro da arte contemporânea que agem na cidade e no cotidiano como espaço potente, inventivo, maravilhoso. Na esteira dessas experiências, a escolha desse lugar obedeceu a um único princípio: a atração. Foi como derivação de uma série de caminhadas, primeiro por qualquer lugar na cidade, depois por muitas ruas do centro e depois pela rua dos Andradas, que almejei ficar parada. Mas ainda caminhei durante algum tempo por falta de coragem. Ficar parada me desestabilizava de uma forma diferente do movimento, e me dispunha a um estado de atenção próximo ao de alerta. Minha rotina foi sendo pontuada por algumas atividades, algumas provocadas por mim outras em resposta a algum estímulo. Comecei a fotografar a passagem do tempo e da multidão, fixada a partir do mesmo ponto, um determinado quadrado da laje da rua, no momento em que chego ao local. Às vezes, também fotografo durante o tempo em que fico encostada na parede, assim como, às vezes, atendo ao telefone público, localizado próximo a mim, quando ele toca; outras vezes, respondo a uma enquete, e também sinto a vertigem da passagem, identifico personagens e às vezes sinto medo dos personagens que identifico. Às vezes eu não estou lá quando estou. Às vezes me divirto, às vezes eu esqueço que estou, mas sempre sinto intensamente o percurso dessa hora, atravesso-a com alguma resistência. Talvez com a mesma densidade do tempo na infância, da espera pela chegada ao destino em uma viagem; ou a chegada do próximo aniversário; ou à festa junina do dia seguinte: o tempo é indefinido, lento e espesso como uma bruma. Experimento o paradoxo entre um lugar muito específico, aquele pedaço da Rua dos Andradas, e um lugar qualquer, com as características descontextualizadas que essa percepção

me permite acessar. Penso nisso como um certo efeito de suspensão dos sentidos preconcebidos para aquela rua, inspirada pela leitura de Deleuze (1983) sobre um tipo de imagem cinematográfica, chamada por ele de imagem-afecção. Nesse tipo de imagem (quase sempre um primeiro plano, e quase sempre de rosto), a aproximação da câmera produz um efeito de descontextualização, acabando com a relação de contiguidade entre os corpos, os espaços, apresentando o rosto (ou outra matéria rostificada) como uma superfície de expressão de afeto, certa medida de rastro de uma ausência, de uma fenda de comum, informe, ou antes da forma. Uma rua já não é mais uma rua, mas uma neblina onde ela é rarefeita, quase como a pele de Jacques Demy, na imagem feita Agnès Varda , testemunho de seu amor que estava prestes a morrer: a câmera extremamente próxima, visibilizava os poros, pequenas manchas, traços e rugas, pelos, que jamais fariam a imagem de uma face comunicante do indivíduo Jacques, mas apresentavam a imagem parcial de uma fusão, a criação de uma zona de indeterminação. A repetição da ação de encostada e a escrita dos relatos de deriva me fazem identificar personagens na rua e, mais recentemente, ser identificada também como personagem. Minha proximidade com eles é imaginada no texto, que me deixa com a sensação de ausência, saudade, espera, reencontro, alegria, mesmo em relação aqueles com quem nunca troquei palavra ou olhar, muitos talvez nunca tenham me visto, ou então com aqueles com quem troco palavras e afetos e a sensação de despersonalização se torna mais evidente . Há uma eminência de relação, um quase, e até mesmo uma aproximação que não fizeram diluir o anonimato. Uma rua qualquer, uma encostada qualquer. Pretendo discutir essa experiência dialogando com conceito de Aventura, proposto do Simmel, de neutro, por Blanchot e Barthes, ilha, por Deleuze, como estratégias de suspensão de um lugar-texto e de um corpo-pesquisador, na cidade-texto Escolhi o contexto do GT 3 "Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social" pela aproximação com o paradigma ético-estético, pela proposta de discussão de experimentações metodologicas, e o entendimento de cidade como ultrapassamento, como interrogação e enigma, ainda que sobrecodificada ininterruptamente pelos ideais vigentes em determinada época.

Habita-se

Rafaela Schneider Brasil, Cecília Suñé Novossat

Forjado na costura entre os saberes médico e jurídico instituídos, a montagem ficcional do louco perigoso foi sendo criada a partir do século XIX, e o seu destino acabou selado na maquinaria do manicômio judiciário como resposta normativa – e a medida de segurança como resposta

penal - aos dispositivos de segregação nas estratégias de controle dos corpos na gestão biopolítica da nossa sociedade. O hospício tem 150 anos de tradição e certezas; contudo, há as forças de resistência que tencionam os mecanismos de controle dentro do manicômio judiciário. São forças produzidas nas brechas, entre seus muros e a cidade. Vêm sutis - mas nem por isso pouco potentes - na figura dos estudantes de psicologia, que têm realizado Acompanhamento Terapêutico (AT) com alguns pacientes, circulando pela rua e afirmando a ética do cuidado em liberdade, na afirmação radical do convívio e do habitar a cidade como produtores de saúde e de direitos. Assim, a partir de uma experiência de estágio, produziu-se um vídeo que supervisora e supervisanda agora (re)encontram-se para apresentar no GT "Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social", dentro do Eixo Temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas". O que se enuncia do vídeo e de sua produção enquanto escolha política de metodologia é o que segue, nas palavras da estagiária: "Provocar deslocamento do que se fala sobre AT para o que se constrói de palavras e imagens no fazendo por quem anda lado a lado: foi o que busquei ao fazer este vídeo, para que as produções no estágio no Instituto Psiquiátrico Forense Maurício Cardoso (IPFMC) pudessem ter sua voz através das pessoas que (para fora de) lá eu acompanhava, sendo o que de mais forte eu tenho a transmitir disso em que mergulhei. Em um fôlego, tento explicar: Mais forte porque o que é dito (não só o que é falado, mas o próprio ato de dizer, de poder narrar o vivido, se reconhecer em quem o testemunha - afinal dizem porque precisa ser dito, em uma necessidade de lugares de fala que desvela vidas invisíveis e o processo mesmo de invisibilidade – e que ao ouvir nos lança uma responsabilidade, e convenhamos que não sabemos muito, ou não sabemos nada, do que fazer com isso, esse tal de isso que é o próprio ato de interrogar-se, fica isso nos perguntando o que nos cabe, o que podemos fazer, o que viemos fazendo até agora, que processos de invisibilização são esses que são também invisíveis, e fazem invisíveis também meus atos dentro dele, meu eu dentro dele, e assim vamos resvalando para a culpa; 'eu não tenho culpa', essa afirmação em tentativa desesperada de se acreditar, ou 'eu tenho culpa', essa afirmação em tentativa desesperada de se expiar, e é de qualquer forma desespero, é o que eu sentia ao entrar no IPFMC, impotência, ânsia, e eu voltava para a psicologia e o desespero crescia, estou sozinha? Vocês não vêem? Vocês não sabem? Vocês não sentem? E eu voltava para a casa e estava sozinha, eu não vejo? Eu não sei? Eu não sinto?) é dito. Pergunto: 'o que é AT?', sabendo da imensidão da pergunta. Tampouco eu saberia responder; questiono para provocá-los no desassossego do que em nossos passos eles me questionavam todo dia. Também inquietações da instituição: no emaranhado dos discursos médico e jurídico o que se tece é um

não-lugar, o qual esses loucos criminosos habitam as entranhas e onde retumbam suas vozes e tanto silenciam. Mas, na rua, é o próprio silêncio que cala e o louco-criminoso pode ser habitante, cidadão, humano". E assim que se insere o AT, fazendo com que algo da cidade adentre as masmorras cinzentas do manicômio, bem como com que dali se possa sair, abrindo possibilidades de invenção da vida. Ao desbravar o campo aberto da rua, pode-se construir modos de estar fora diferentes daqueles do discurso tutelar que se faz ao custo de um sujeito lançado para fora do laço social. Ao contrário, ao sair pela cidade, é possível encontrar e criar meios de enlaçar potências em modos de sociabilidade. A forma de propor visibilizações em vídeo foi por não nos bastar falar sobre o AT e nos sentir, mesmo entre várias vozes, falando sozinhas. Sentir-nos sendo mais uma engrenagem do dispositivo de silenciamento. Então propomos levar um pouco do que eles têm a dizer para outros lugares, e assim, presentes por suas vozes, podem também habitar. Levamos essas partes de tempo e de ser deles para transbordar do muro as vidas que pulsam. Através desses corpos de nem pacientes nem presos, enuncia-se a experiência do sem tempo de vida e morte na instituição e a potência de dali poder estar fora. "O que é o AT?", e nas histórias contadas no vídeo, conta-se mortificações, esperas, dúvidas, mas também piadas, desejos, liberdade e união.

Jovens, cidade(s) e subjetividade(s): itinerários na cidade histórica de São Francisco do Sul – SC

Neiva de Assis

As relações intersubjetivas tecidas no espaço urbano, tem se tornado nova possibilidade de investigação científica no campo da Psicologia. Este trabalho articula as temáticas subjetividade e cidade em um estudo que teve por objetivo compreender a construção de sentidos que se processa na relação de jovens com uma cidade histórica no sul do Brasil. Apesar de modificações no tecido urbano, a cidade permaneceu delimitada, o traçado urbano foi preservado e a imagem da cidade enquanto conjunto manteve-se muito próxima do que era antes das transformações do início do século XX. Nessa direção, o presente resumo aproxima-se da discussão proposta pelo Grupo de Trabalho "Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social", por abordar a "cidade como usina de encontros" e por assumir o interesse por modos metodológicos outros de investigação psicológica. Esta investigação tem como pressuposto que a cidade é lócus de produção de subjetividades (Senett, 2006; Castro, 2001; Rodrigues e Baptista, 2010). Considero que o sujeito é "um agregado de relações sociais encarnadas num indivíduo" (Vigotski, 2000, p. 33) e por isso, as relações

vividas na cidade, das quais os sujeitos participam, são constitutivas de suas características singulares. (Carrano, 2003; Magnani, 2002; Maffesoli, 2007). Inicialmente a estratégia utilizada foi a caminhada espontânea pela cidade, como o flâneur da poesia de Baudelaire que inspirou Walter Benjamim. Para aproximar-me do cotidiano da cidade e dos sentidos produzidos por quem ali circula e, se constitui, aproveitei o espaço em que atuava como professora de Psicologia em uma instituição de educação em que um grupo de aproximadamente trinta jovens participava de um programa de educação. Por meio da metodologia da pesquisa-intervenção utilizou-se como procedimento a realização de oficina de fotografia, mediando conversas com os jovens sobre o circular pela cidade histórica. A oficina de fotografia com estes jovens foi organizada em uma tarde em três momentos: primeiramente, 1) imagens fotográficas exibidas e analisadas durante o diálogo sobre as possibilidades da fotografia e suas características; 2) Caminhada na cidade, exercício do olhar com o papel cartão de modo a exercitar o olhar e o enquadramento; 3) Exercício do ato fotográfico; os jovens foram convidados a produzirem imagens do Centro Histórico com equipamento fotográfico. As fotografias resultantes desta oficina tornam-se ferramentas de registro e análise para a investigação. Os resultados indicaram que os jovens moravam em bairros distantes, afastados das áreas centrais e que, não tem garantido cotidianamente o acesso a bens patrimoniais e culturais. A oficina de fotografia possibilitou o exercício de novos olhares sobre a cidade; os jovens observaram a arquitetura, conversaram com moradores das casas e descobriam histórias. Acostumados a não perceber a história presente no espaço urbano e nas edificações, a arquitetura histórica se resumia a algo velho, quebrado ou antigo. Mas com a mediação da fotografia e da visita ao Centro Histórico, foi possível compreender a importância da intervenção para minha aproximação com o campo de estudo e para a construção deste problema de pesquisa que acolha os diferentes modos de viver, sentir, pensar a cidade, para além do discurso do patrimônio histórico cultural estabelecido. Além disso, interviu no modo destes jovens verem, ouvirem, pensarem e sentirem a cidade em que residem, a partir do compartilhamento do meu modo de ver, ouvir, pensar, sentir a cidade. No entanto, a investigação psicológica precisa aproximar-se dos discursos produzidos por estes jovens a partir da cidade que conhecem, permitir que possam apresentar outras cidades que coexistem com o Patrimônio Histórico Cultural. Outros patrimônios construídos cotidianamente que não o institucionalizado, outros discursos produzidos para além do material turístico e experiências de que participam ao transitar pela cidade que contribuem para a constituição de si, de seus modos de ver, ouvir, sentir, pensar e viver a cidade. Aponta-se para que políticas de educação patrimonial garantam que as pessoas possam conhecer e se

apropriar do território geográfico, cultural, econômico e simbólico. Contudo, considera-se que a pesquisa em Psicologia pode contribuir para que se compreenda como jovens produzem, relacionam-se com o espaço urbano em que vivem. Considera-se fundamental que a produção de conhecimentos contemplem a compreensão da cidade como possibilidade de invenção de outros modos de relação com a cidade, propulsora de processos éticos, estéticos e políticos.

Limiares cidade-subjetvidade

Ana Cabral Rodrigues

Afirmar o estatuto político dos modos de subjetivação contemporâneos pelo uso de fragmentos urbanos, pela montagem de restos de cidades feitos imagens, e imagens feitas restos; o que isto sugere senão algo de uma dignidade, de uma intensidade conferida àquilo que é sem lugar, que não cabe, que escapa ao primado das substâncias, da natureza, da representação? O que isto implica senão conferir àquilo que se diz mais visceral, autêntico, essencial, pessoal ou privado a condição de uma outridade, de uma obra aberta ou artesania inacabável, sem origem, telos ou autoria, porém plasmada por posicionamentos e tensões? O que isto recusa senão um dizer cidade como ambiente, dimensão social, espacial, externalidade ou aspecto complexificador da instância subjetiva, então dita, neste mesmo passo, como domínio de uma interioridade ancorada na categoria de sujeito individual? O que isso significa senão escovar a contrapelo histórias lineares das quais nada há por se recolher para além ou aquém de mútuas interferências, relações de causa e consequência entre duas realidades aprioristicamente dadas, ontologicamente distintas e sempre iguais a si mesmas, ainda que transformadas ao longo dos tempos ou por diferentes culturas? O que isto traz senão o nosso próprio dizer cidade e subjetividade indubitavelmente inscrito em, e constituidor de, uma arena, de um campo de batalha – do qual não há de se esperar por se sair ileso – e não no terreno luminoso de um saber descortinado? O que isso enfrenta senão as cotidianas, as minúsculas políticas de totalização que nos legam o silêncio das ruas de mão única, o alento das evidências, a arrogância de arautos das perguntas corretamente formuladas ou portadores do método mais perspicaz, mais eficaz? O que isso exige senão expor (darstellen), tal como o cinema o permite, não aquilo que ali está, dejá lá – revelação de um real através de seus fotogramas – mas aquilo que salta (Sprung) do instante crítico, do estremecer da cena, do limiar de uma imagem e outra? Esta presente pesquisa, fruto de tese de doutorado defendida no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/IPPUR-UFRJ, e ora em construção junto ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense – PUVR, traz na afirmação de tal estatuto político o sentido

de sua experienciação, e, nos arranjos e rearranjos de fragmentos urbanos inaugurados pelo ato de arrancar banalidades do liso dos dias, a tática proposta a fazer dessa experenciação um exercício ético nos limiares das palavras cidade e subjetividade. Se dizemo-lo ético não é por outro motivo senão por entendermos que aquilo que dele se pode recolher não é o simples conhecimento dos modos de ser na cidade – como mostruário quase "zoológico" das diferenças possíveis de serem encontradas em suas ruas –, mas a chance de, a propósito e a despeito daquilo que se diz cidade, daquilo que se propõe e se disputa como cidade cotidianamente, daquilo que dela resta, fazer ver tessituras e bricolagens daquilo que, a cada instante, poderíamos haver sido. Enunciam um futuro anterior. Entruncamento de tempos que então diz de uma temporalidade kairótica, de um tempo do oportuno, tempo de agora, como o dirá Walter Benjamin; e não de um lamento ou saudade de algo que acena ao longe o que nunca fomos ou que deveríamos ser. Invisibilidades – como o diria Ítalo Calvino –, cidades invisíveis que se anunciam em nossos corpos, dores, sonhos, alegrias. Cidades inauditas que tem nos oferecido, na prática da pesquisa, interrogações aos nossos modos de indagar o cotidiano, nossas urgências, assim como os sentidos de nossas práticas, os lugares que uma psicologia social tem por afirmar e recusas que se fazem estratégicas. Assim, inspirados no método da montagem de Walter Benjamin – que toma o cinema e a literatura como modos de pensamento – os caminhos desta pesquisa se enlaçam com a proposta deste GT – assim entendemos – sobretudo na medida em que as narrativas que por ela se engendram se dizem para além e aquém de qualquer crivo da factualidade ou da ficção; afirmam-se em sua potência interpelativa. Isto nos interessa. Isto nos move.

Na companhia de Orhan Pamuk: contribuições da literatura para a produção de narrativas de história de vida

Jaquelina Maria Imbrizi, Fernanda Kanada Matsubara, Mayara Lima Ferreira da Silva

Como articular o desejo de falar sobre si com a topografia de uma cidade? Como desenvolver uma escuta da história de vida do outro que venha a produzir uma narrativa que favoreça a visibilidade dos territórios existencial e geográfico do sujeito? Na tentativa de refletir sobre estas questões, advindas de vários lugares na universidade, é que emerge o desejo de escrever este texto. Orhan Pamuk (2007), autor de "Istambul: Memória e Cidade", consegue esta proeza quando, ao escrever sua autobiografia, não a reduz à sentimentos individualistas, mas aproxima suas lembranças dos locais, edifícios, personagens e imagens das pessoas que povoam sua cidade natal. Esta é descrita como que atravessada por uma cultura dividida entre os valores

tradicionais e modernos, entre os modos de vida ocidentais e orientais e entre seu passado glorioso e o presente decadente. O objetivo desta apresentação é discutir a produção de narrativa de história de vida como um recurso metodológico na pesquisa em Psicologia Social, de modo a buscar apoio nas produções artísticas, especificamente na literatura produzida por Pamuk. O método de apresentação será o de elencar pontos no livro "Istambul" que nos ajudem a problematizar a indissociabilidade entre produção de subjetividade e a contextualização histórica e social da cultura. Entre os pontos previamente elencados, estão: 1) As contradições entre as experiências de exílio e de pertencimento a determinada cultura. O autor declara seu amor por sua cidade e partilha com o leitor a sua experiência: a inspiração para a sua escrita emerge do sentimento de pertencimento a uma civilização secular e, assim, escreve do lugar de quem, por aproximações e distanciamentos, está imerso em sua cultura. Compara-se, assim, a outros escritores que tomam o exílio, voluntário ou imposto, como inspiração para a produção literária. Não se trata de uma comparação, entre o melhor e o pior, ou entre o mocinho e o bandido (Oz, 2004), que reforçaria antagonismos e fanatismos, mas sim de critérios que estabeleçam a especificidade da diferença historicamente construída. Portanto, é um tipo de amor por sua terra que, ao se situar longe das hierarquias, ressalta sua singularidade frente às outras culturas e cidades. 2) Os sentimentos singulares e partilhados dentro de uma cultura. Para Pamuk, uma das formas de singularizar a história de sua cidade é dar visibilidade ao sentimento de melancolia, que ele reconhece em si, ao mesmo tempo em que sabe que é o afeto associado à cultura, que parece, atravessar todos os transeuntes e se incrustar em todos os habitantes da cidade turca. Hüzün é a palavra em língua turca que está associada à melancolia. Esta é discutida em suas conotações positivas e negativas, sempre em diálogo com escritores turcos e estrangeiros, com as tradições religiosas e com as experiências de Orhan na sua própria cultura. A vestimenta dos transeuntes, a escolha por cores pretas e mais escuras, reflete certa melancolia de uma civilização que teve poder suficiente durante o antigo império Otomano e que hoje sua decadência está refletida nos prédios dos grandes paxás, agora transformados em edifícios públicos com fachadas sem manutenção. 3) A imaginação do escritor: o duplo que extrapola o eu fechado em si mesmo. A despeito da conotação autobiográfica do livro, o autor inicia o primeiro capítulo alertando o seu leitor da facilidade que tem de narrar suas lembranças quando imagina que está escrevendo sobre a vida de outra pessoa, o seu duplo que mora nas casas que ele observa enquanto caminha despretensiosamente pelas ruas da cidade. Trata-se de um exercício de alteridade, imaginar-se outro para se aproximar de um sentimento universal partilhado por todos os habitantes. Para discutir estes pontos selecionados, outros autores nos

ajudarão nesta empreitada, como Cevasco (2008, p.111) que aponta que a cultura "(...) é um elemento fundamental na organização da sociedade e, portanto, um ponto importante na luta para modificar esta organização". Qual a concepção de cultura que estaria presente no livro de Pamuk? Um escritor que produz um texto como se estivesse pintando um quadro para ser observado pelo seu leitor. O que significa observar e analisar uma cultura exercitando a perspectiva do exilado ou a prerrogativa de quem pertence à determinada região? Como fazer este exercício na elaboração de uma narrativa de história de vida sem estabelecer hierarquias e dicotomias entre diferentes culturas? Ao descrever o sentimento de melancolia que é inerente aos habitantes de Istambul, o escritor apresenta um contraponto à angústia e ao sentimento de culpa que assola o homem na cultura (Freud, 2010). Seria possível compreender o que há de singular e partilhado na Hüzün como uma crítica social à civilização e que ajudaria na produção de narrativas mais questionadoras dos atravessamentos culturais sofridos pelo processo de subjetivação contemporânea? Como uma obra aberta, esta apresentação visa tratar de questões que alimentariam a inquietação do escritor ao produzir narrativas de história de vida.

O internauta, o ocupante bergsonista e o parresiasta: um drama cibercultural

Jameson Thiago Farias Silva

A 'parresía', assim como trabalhada por Michel Foucault em seus últimos cursos, é aqui entendida como um critério de verdade que demanda uma vinculação do sujeito à verdade que enuncia, que demanda, igualmente, uma interferência não-performática num espaço estabelecido e que instala, por fim, certa dimensão de risco no ato de dizer-a-verdade. O presente trabalho visa pensar como esta noção funcionaria ciberculturalmente, isto é, num cenário sem sujeito, sem espaço (e tempo) e necessariamente performático. Como um tal processo de veridicção é possível num cenário que é, ao mesmo tempo, o seu limite e a sua negação? Junto desta brincadeira conceitual, o trabalho usa do bergsonismo (enquanto pensamento que articula verdade e criação na postura de problemas) e da lógica política da ocupação (a Primavera Árabe, o 'Occupy Wall Street', o "junho de 2013") para operar essa evolução paralela entre o parresiasta e o internauta.

O texto como via de passagem - a experiência dramatúrgica e reflexiva de "A via: Passageiros"

Fernanda Nardy Bellicieri

"A via: passageiros", uma peça teatral de autoria própria, trata do cotidiano caos de uma cidade como São Paulo, tendo como foco o homem à margem e a invisibilidade de que ele parece revestir-se no tocante a sua humanidade percebida. O intuito desta proposta é apresentar uma parte da peça "A via: passageiros" (cerca de 10 a 20 minutos, de acordo com a regra do GT) e mostrar um pouco do processo criativo que envolveu, além de reflexões acerca da linguagem (adaptação de literária para teatral), um significativo processo de reflexão acerca da ambiência social urbana e do homem à margem.

Os circuitos dos jovens em Jaraguá do Sul: uma pesquisa-experiência encharcada de (im)possibilidades

Josiele Bené Lahorgue, Andréa Vieira Zanella

Este trabalho pretende apresentar uma pesquisa-experiência com jovens da cidade de Jaraguá do Sul/SC. A pesquisa faz parte do projeto de Mestrado em Psicologia desenvolvido na Universidade Federal de Santa Catarina. O referido projeto tem como objetivo investigar a relação dos jovens com as cidades, seus trajetos e atividades, buscando analisar de que forma vivenciam os espaços, como se apropriam das dinâmicas da cidade, o que entendem por política e de que forma participam politicamente. Este é, portanto, o traçado da relação entre os jovens, o contexto urbano e a política. Nossa aproximação com os jovens se deu a partir das suas vivências com a cidade. Como moradora recente de Jaraguá do Sul, saía pela cidade buscando conhecer os espaços da urbe frequentados pelos jovens. Com minha bicicleta e uma câmera fotográfica/filmadora em mãos, conheci e me aproximei de diversos jovens e da cidade vivenciada por eles. Ao pensarmos a pesquisa com os jovens em um contexto urbano, nos deparamos com as diversas contradições por eles vividas e também com as tensões que apareceram durante o caminhar desta pesquisa. Deste cenário emergem a análise e a apresentação de uma metodologia outra de pesquisa, nas quais voltamos nosso olhar para as relações dialógicas estabelecidas entre sujeitos e destes com as cidades, bem como para os sentidos produzidos pelos jovens em seus circuitos. Utilizamos como procedimentos para a pesquisa: observações participantes, conversas coletivas e individuais, gravação de áudio e vídeo, registro das atividades em diário de campo, acompanhamento de diversas atividades dos jovens com os quais pesquisamos. Compreende-se o fazer-se pesquisador como um processo dialógico no qual o sujeito, ao mesmo tempo em que pesquisa, transforma a si e ao (com)texto pesquisado. Convidamos os jovens a participarem deste estudo para investigar seus circuitos, suas manobras, os espaços que ocupam e de que forma significam esses encontros com a urbe.

Os encontros com esses jovens não se reduziram a simples trocas de perguntas previamente preparadas: eles aconteceram na relação entre sujeitos, de forma dialógica, em um processo. Nossa proposta foi acompanhar esses jovens em seus trajetos rotineiros, seja no shopping, na praça, na "balada", na reunião de amigos ou até mesmo nas manifestações. Tivemos a oportunidade de participar de duas manifestações ocorridas em Jaraguá do Sul e organizadas pelos jovens. No decurso da pesquisa, criamos alternativas e possibilidades outras de aproximação com esses jovens. Portanto, consideramos que nossa metodologia de pesquisa criou-se ao longo da mesma, juntamente com esses jovens, em um processo de criação constante. Conforme Bakhtin (2011) o processo de criação depende da relação que se tem com a obra, bem como da condição axiológica do artista. O processo de criação é vivenciado pelo autor; este é agente de uma atividade existencialmente criada que parte da realidade, mas a recombina – a partir dos elementos transgredientes do próprio autor – para dar uma enformação e criar algo novo. Compreendermos que a pesquisa se faz no contato que o pesquisador tem com as teorias, com o campo a ser pesquisado e com o sujeito com os quais pesquisa. Consideramos, desta forma, a pesquisa uma criação, tendo em vista que os procedimentos utilizados vão se constituindo no decurso e que a forma de fazer a pesquisa modifica-se ao longo do trajeto percorrido. Podemos comparar o pesquisador com o espectador que, para Rancière (2007), é alguém que observa, seleciona, compara, interpreta, de forma ativa, conectando-se com as histórias da trama. O pesquisador vivenciará as experiências no seu acontecimento, participando do espetáculo no qual ele é diretor, ator e espectador ao mesmo tempo. "Ele conecta o que observa com muitas outras coisas que ele observou em outros palcos, em outros tipos de espaços. Ele faz o seu poema com o poema que é feito diante dele." (Rancière, 2007).

Para além da navalha de Ockham: a complexidade como princípio epistêmico em Psicologia Social

Rodrigo Lages e Silva

Há uma liberdade de composição, de arranjo e de frequentação da diferença nas artes contemporâneas que não é vista com a mesma frequência nas práticas acadêmicas. No cinema, na música, no teatro e nas artes plásticas, por exemplo, os encontros com a tecnologia e os novos meios de comunicação constituíram um terreno fértil e ensejaram diversas correntes artísticas assumidamente mestiças ou híbridas: "ciber-art", "hiper-realismo", "post-porn", "circuit bending", "neo-futurismo", entre outros. Já nas práticas acadêmicas, por sua vez, o

encontro com objetos artísticos ou tecnológicos dá-se, no mais das vezes, sob o império de uma narrativa objetiva que toma tais elementos meramente como artefatos que servem para "ilustrar" ou exemplificar o pensamento. Decerto que tais limitações são ainda reflexo de uma tradição moderna nas ciências humanas, ou seja, da presunção de que a objetividade do pensamento, sua exatidão, economia ou simplicidade são indicativos de uma validade epistêmica. Tais pressupostos são consoantes ao projeto iluminista de racionalização das crenças, de definição de parâmetros para o conhecimento de tal forma que se possa confiar nos conhecimentos passiveis de serem produzidos pelo gênio humano. O princípio da simplicidade para o conhecimento, contudo, não é uma invenção do Iluminismo, isto é, da interrogação da fé pela filosofia, senão que tem suas origens na filosofia medieval e renascentista, cujo propósito constituía-se exatamente no contrário: interrogar a filosofia pela fé. A navalha de Ockham - principio epistêmico que determina que na presença de duas soluções possíveis para um problema, deve-se optar pelo mais simples como verdadeiro – surgiu no século XIV e atravessou a renascença em direção à modernidade, influenciando a emergência tanto das ciências exatas, como das ciências humanas modernas. Na história da psicologia, os reflexos desse princípio conduziram-na a insolúveis impasses no seu projeto científico. Uma vez que a indivisibilidade do seu objeto não cessa de fracassar: ora a inteligência, ora o comportamento, ora o inconsciente, ora o sujeito, etc.; criou-se um terreno fértil para as disputas disciplinares e coorporativas cujas soluções reducionistas não lograram, entretanto, efeitos de unificação. Frente a essa falta de unidade de objeto, frequentemente deslocou-se as tentativas de simplificação do objeto para os instrumentos. Não há fundamentação simples e objetiva do objeto, mas os instrumentos têm validade estatística, experimental ou lógica comprovada. Essa aposta na assepsia dos métodos e instrumentos tem emprestado às pesquisas em psicóloga um estilo científico clássico, porquanto através dela se faz crer numa restituição da correspondência simples entre verdades universais transcendentes e experiência. A "crise das ciências modernas", contudo, nos fala de uma passagem de um universo confuso, cuja ordenação oferecida pelas explicações religiosas demonstrava-se demasiado obscura, demasiado infantilizante, um universo, enfim, que demandava esclarecimentos, que precisava ser explicado; para a perspectiva de um mundo precário, cuja natureza mais do que ameaçadora surge como um plano complexo ao qual estamos vinculados. Por isso, mais do que decifrar ou explicar o mundo, as ciências contemporâneas confrontam-se com uma indissociabilidade entre produzir e interpretar o mundo. Abre-se, assim, um espaço para a psicologia assumir-se como ciência sem que seja necessário unificar seu objeto ou simplificar seus discursos. Na medida

em que a própria ciência abra mão da tentativa de definir os limites do que é natural e aceite seu estado de imanência com o mundo, a pesquisa em psicologia passa a constituir-se como uma ação de bricolagem, de formação de arranjos e conjunto de sentidos, os quais inauguram um campo semântico com sua própria complexidade. A psicologia social em sua aproximação com o paradigma ético-estético encontra uma particular relevância nesse sentido, pois o caráter polissêmico das suas pesquisas aposta que elas atraiam outros sentidos, outros corpos, outros sujeitos, que se afirmem em sua duração e no seu contágio. Nesse projeto, temos muito a apreender com as artes tanto em termos de estratégia, como nos métodos, ao invés de apenas lançar mão das artes como elementos ilustrativos. Neste trabalho pretende-se discorrer sobre o tema da "complexidade", e sobre as potências do pensamento científico quando ele se afasta da simplicidade de Ockham, como parte de um engajamento na reordenação da posição estratégica das ciências humanas no contemporâneo, e em particular da psicologia social, afastando-as do projeto moderno de submeter o pensamento a busca por universais e convocando-a para que ao invés de tentar solucionar o caráter aberto e impuro da sua constituição disciplinar, apostemos na disseminação da sua complexidade no mundo.

Processos imersivos

Fabiane Morais Borges

Processos imersivos são uma série de vídeos baseados em algumas experimentações que juntam arte, clínica e tecnologia. Essas experimentações ativam três situações: A criação de um plano de experimentação, a apropriação de um conhecimento e um resultado estético. Essas três instâncias negociam com outras tantas que acontecem durante o processo, mas elas são como os fundamentos do trabalho.

Profanações em Teatro e Psicologia

Valmir Dorn Vasconcelos, Édio Raniere, Jamille Ovadia Moraes, Gabriel de Freitas Gimenes, Cleci Maraschin, Cecília Suñé Novossat, Isadora Batistella Machado, Ana Carolina Brondani, Nathanael Milani Bellini Cabrera

Em julho de 2012, como disciplina eletiva oferecida a graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inicia-se o Coletivo Profanações. Devido ao interesse de vários estudantes da pós-graduação em Psicologia Social, bem como estudantes de outros cursos e de outras Universidades, a disciplina passa a ser oferecida, também, como projeto de extensão. Nesse primeiro momento o grupo transita por várias linguagens, desde o teatro experimental, passando pelo psicodrama e pelo clown. Experimenta-se uma série de exercícios cênicos

agenciados pela filosofia da diferença. Agenciamento que abre caminho para exploração de um método. Numa estrutura mais tradicional de oficina poderíamos entregar aos participantes exercícios contendo regras previamente elaboradas e bem definidas solicitando que as seguissem. Teríamos aí de forma clara e distinta o nosso método – uma dinâmica elaborada previamente – a nossa teoria – conceitos que nos dizem ser possível lidar com a realidade destes sujeitos através de uma tecnologia fixa – e nosso instrumento técnico – a aplicação do exercício. Mas se tratando de um referencial da filosofia da diferença as coisas mudam consideravelmente. À medida em que mergulha nas intensidades da relação, o corpo do artista/filosofo torna-se seu instrumento técnico, pois se utiliza de alguns conceitos – teoria – afim de operacionalizá-los neste ambiente. Dessa forma, o método necessariamente precisa estar aberto aos devires do grupo. Ao mesmo tempo, e essa nos parece ser a tarefa do mediador, faz-se necessária à produção de um território habitável. Um espaço comum que forneça – de forma política, ética e estética – boas conexões ao grupo. Nesse sentido, foi que experimentamos, intensamente, sequencias de exercícios cênicos inspirados pelo teatro de Jerzy Grotowski, Antonin Artaud, Moreno, entre outros. Durante estes exercícios nossos corpos foram alimentados com conceitos da Filosofia da Diferença. A partir desta antropofagia teatral e filosófica abriu-se espaço à criação cênica. Os trabalhos desenvolvidos em 2012 pelo Coletivo Profanações tiveram como referencia três grandes textos: Deleuze e o Possível, de François Zourabichvili; O Esgotado - sobre o teatro de Samuel Beckett, de Gilles Deleuze; O Elogio da Profanação, de Giorgio Agamben. Deste encontro entre Teatro e Psicologia, emergiu uma potente ferramenta. Trata-se do conceito de profanação, tal qual desenvolvido por Giorgio Agamben. Este autor sustenta que a etimologia de religio está ligada a relegere – formulas que devem ser respeitadas ao separar o sagrado do profano – e não a religari – aquilo que une o humano ao divino. Nesse sentido, profanar seria restituir algo religioso, que fora separado a uma esfera sagrada ao uso comum. Partindo da tese de Benjamin de que o contemporâneo tem por religião o capitalismo, que este seria para além de uma continuação direta do cristianismo, sua mais plena realização, Agamben problematiza algumas das garantias dadas aos cidadãos pelo Estado de Direito, a exemplo da propriedade privada, como impossibilitadoras do uso comum. Ou seja, a religião do capital, através da posse, estaria separando, sacralizando, colocando toda e qualquer relação com o mundo num altar inviolável. Contudo, “profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas. A sociedade sem classes não é uma sociedade que aboliu e perdeu toda memória das diferenças de classe, mas uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso,

para transformá-las em meios puros". (Agamben, 2007, p.75. grifo nosso). Nesse sentido, o Coletivo Profanações tenciona restituir ao uso comum territórios sacralizados, brincando num entre teatro e psicologia, descriando o já posto, valorizando a experiência e a linguagem, levando-as aos seus limites e desestabilizando num corpo-a-corpo alguns dispositivos de poder. Alguns trabalhos já realizados pelo coletivo podem ser acessados em: http://profanacoesempsicologiaeteatro.wordpress.com/. Tal percurso nos leva a situar a proposta no eixo temático 'Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas' e ter como primeira opção de Grupo de trabalho ARTE, CIDADE E EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS EM PSICOLOGIA SOCIAL. Propomos, enquanto coletivo, dois trabalhos ao GT. O primeiro deles encaminhado por Ana Carolina Brondoni – Testemunho cidade – Nas Dobras de uma Catadora de Histórias Recicláveis – aproxima-se da linguagem da performance. Trata-se de uma cena relacionada ao que a autora vem chamando de narrativas silenciadas. Na expectativa de relacionar esta apresentação aos desafios metodológicos que viemos enfrentando encaminhamos esta segunda proposta. A qual pretende, portanto, contextualizar o processo de criação do coletivo, bem como abrir um debate conceitual metodológico a respeito destes 14 meses de trabalho.

Testemunho Cidade – Nas dobras de uma catadora de histórias recicláveis

Ana Carolina Brondani, Édio Raniere, Valmir Dorn Vasconcelos

O Coletivo Profanações iniciou suas atividades em julho de 2012 como disciplina eletiva oferecida para graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Não somos um grupo de teatro, mas sim um coletivo que se utiliza do teatro para dar lugar ao que pede passagem. Trata-se de um laboratório teatral agenciado pela filosofia da diferença em permanente dialogo com questões que afetam os corpos de seus integrantes, inclusive as relacionadas à prática em psicologia. A cena "Testemunho Cidade" surgiu em meio a esse trabalho coletivo de experimentação dos corpos. O que estamos propondo, portanto, aproxima-se da linguagem da performance. Sendo o conceito de testemunho – tal qual o entendimento de Agamben – um dos principais temas explorados pela cena. A Cena: Um personagem que pode ser qualquer um e, ao mesmo tempo, é exatamente quem vos fala. Alguém que recolhe histórias, sensações, gestos. Aquelas deixados aos cantos, às vezes juntando pó - histórias sucatas - que estão por toda parte mas não têm lugar, que beiram ao indizível, ao invisível. No recolher dessas sucatas, um pouco por fascínio um pouco por loucura, o próprio personagem vai sendo tomado por elas; e, não podendo suportar guarda-las nos limites de um corpo, as transborda por seus

poros, encarnando-as, agora, como suas - o que realmente se tornaram. Um testemunho, que prefere as sobras e os trapos à História oficial (como propõe Walter Benjamin), histórias sucatas que fogem à norma, que escancaram a diferença. Tentando dar lugar a essas narrativas silenciadas, a essa impossibilidade de narrar e de ouvir essas histórias sucatas, essa cena é pensada com intervenção urbana, na tentativa de devolver à cidade os efeitos que ela mesma produz. A aposta na linguagem cênica é tentar manter essa inquietação (esse paradoxo) entre ouvido e silenciado, pois "o testemunho é a relação entre uma possibilidade de dizer e o fato de ter lugar, ele só pode acontecer por meio da relação com uma impossibilidade de dizer, ou seja, unicamente como contingencia, como um poder não-ser." (Agamben, 2008, p.147.) Este outro sentido para o testemunho tem uma função social importante, não só pela ideia de registro que o "contar histórias" tem, mas principalmente pela possibilidade de gerar deslocamentos subjetivos que o encontro com diferentes histórias gera. Pensar testemunho como uma imersão na experiência, um afetar-se com a história do outro; que é muito diferente de ser espectador. È nisso que esse trabalho aposta. Um testemunhar que se apropria da história do outro, ou melhor, um testemunhar onde a história pede passagem por esse novo corpo. Nesse movimento de afetar-se, não se pode mais dizer que a história não seja de quem a escuta e depois reconta. Não é um representar "a testemunha", é viver a experiência como sua, tomar a intensidade para si e dar passagem para ela. As histórias pedem passagem, principalmente as histórias frágeis, esfarelentas, quase incompreensíveis. Elas não tem dono, a forma de se apropriar delas é fazendo-as serem ouvidas, deixando-as seguir afetando novos sujeitos. O como fazer isso não passa tanto por levar essas histórias a lugares longínquos, a questão não é atravessar distâncias físicas, ir até onde elas não estão; é muito mais enunciá-las a partir de outro lugar discursivo. Essas histórias insuportáveis estão por aí, a rua é palco dessas violências. E elas são sentidas, só que logo caem no esquecimento pelo que de insuportável que carregam. Sustentar essas histórias tem, assim, um papel crucial para podermos pensar sobre a cidade - o que não significa retirar o seu caráter de insuportabilidade. Quando se procura sustentar essas histórias é também para sustentar o que delas tem de insuportável. Nesse sentido nossa frágil tentativa seria de romper com o silenciamento narrativo que essas diferentes vidas sofrem, abrindo um testemunho urbano e quem sabe gerando pequenos deslocamentos subjetivos. Uma forma de problematizar a questão poderia ser dobrando essas histórias sobre a cidade, é trabalhar o testemunho como intervenção urbana, é utilizar o trabalho-cena em intervenção urbana. Assim, a cena do catador de sucatas é uma forma utilizar a arte para propor outras formas de referenciar ao social essas histórias silenciadas que o percurso pela atuação em psicologia e também pelos

encontros vividos na cidade nos colocaram em contato. Dessa forma, entendemos nossa primeira opção de grupo de trabalho seja o "Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social", e entendemos também que o trabalho se situa no eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas".

GT 04. ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE NO BRASIL

A atuação do psicólogo com crianças e adolescentes vítimas de violências e abuso sexual

Juliana Mistrini Veríssimo, Teresa Cândida Saperas

A temática da violência contra crianças e adolescentes tem se tornado presente nas discussões problematizadas em nossa sociedade. Um novo entendimento da criança como sujeito de direito e a valorização da infância como uma etapa da vida diferenciada, com necessidades específicas de atenção e cuidado, denotam as mudanças significativas impostas, portanto é compromisso ético desconstruir cristalizações técnicas e propor inovações diante das demandas atuais, pois, observa-se que os avanços na legislação brasileira no que se refere ao Sistema de Garantias e Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente, com destaque para o Estatuto da Criança e do Adolescente, são de abrangência complexidade e qualidade que devem ser plenamente identificados e incorporados nas práticas dos profissionais responsáveis pela implantação e pela implementação de políticas públicas no Brasil, inclusive os psicólogos. O presente projeto buscou conhecer a realidade do trabalho de psicólogos, recentemente inseridos na política de Assistência Social (SUAS) no CREAS-PAEFI a fim de identificar as potencialidades e dificuldades no trabalho com crianças e adolescentes vítimas da violência e do abuso sexual, e também investigar aspectos da prática que diferem da formação acadêmica no atendimento às vítimas. Do profissional é exigido necessariamente o trabalho interdisciplinar lidando com outras áreas dos saberes, como o Serviço Social e o Sistema de Garantia de Direitos articulado a uma rede de proteção à infância e juventude, portanto, a pesquisa buscou verificar a existência de dificuldades no trabalho interdisciplinar e intersetorial. Sendo assim, a finalidade desta pesquisa foi objetivar de maneira específica, com o apoio de psicólogas que conhecem a realidade de crianças e adolescentes vítimas de violências e do abuso sexual, um levantamento de dados sobre o trabalho do psicólogo, no intuito de compreensão do tema e possível fornecimento de informações sistematizadas à instituição, o que pode figurar como subsídio de práticas e atuações futuras e, especialmente, como instrumento de sensibilização social para a prevenção da violência. Além de fornecer aos profissionais envolvidos na pesquisa um

momento de reflexão sobre suas expectativas, dificuldades e potencialidades em relação ao trabalho desenvolvido. A pesquisa teve como pólo norteador o método dialético seguindo os pressupostos teóricos da psicologia sócio-histórica, sendo que considera a indissociabilidade entre o social e individual inclusive na compreensão das vítimas e dos autores de violência. Por meio de uma pesquisa exploratória, do tipo qualitativa, se utilizou da entrevista semi-estruturada e da observação participante com os profissionais psicólogos do CREAS-PAEFI, valorizando os aspectos descritivos e as percepções pessoais, focalizando o particular como instância da totalidade social, procurando compreender os sujeitos envolvidos e o contexto. Sendo assim, foram entrevistadas sete psicólogas que atuam no CREAS-PAEFI Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos da cidade de Londrina PR. As entrevistas foram transcritas e analisadas com o objetivo de compreender, respectivamente: A Relação da Formação Acadêmica com a Prática, O Trabalho Interdisciplinar, NOB-RH/SUAS e a demanda exigida dos profissionais na prática do serviço, A Dificuldade da Articulação Intersetorial, As dificuldades no atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual e As Potencialidades do Trabalho do Psicólogo. A partir desta pesquisa pode-se perceber pouca literatura que fala sobre a atuação e as dificuldades dos psicólogos no atendimento a vítimas de abuso sexual, principalmente nas políticas públicas (CREAS-PAEFI). A pesquisa demonstrou diversas dificuldades que os profissionais da área de psicologia enfrentam na rotina de seu trabalho, algumas mais sinalizadas, como a falta de profissionais por conta da demanda muito grande de casos, ausência de supervisão, dificuldade de articulação intersetorial, além da dificuldade interdisciplinar que envolve os profissionais do serviço social. Foi possível observar a diversidade que se configuram as violências, as possibilidades e potencialidades de atuação para garantia de direitos proteção e fortalecimento de vínculos, porém ainda existe a necessidade de uma maior qualificação e orientação para a prática profissional da Psicologia na área da assistência social, principalmente no atendimento as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, pois as entrevistas mostraram a dificuldade das profissionais em falar sobre os trabalhos realizados com esse público especifico. Verificou-se também uma lacuna sobre qual é a real função do psicólogo no CREAS, quando em algumas falas aparece a dificuldade dessas profissionais na interelação com o judiciário, no serviço de segurança pública, em que dizem serem pressionadas para emitirem laudos periciais com finalidade investigativa, e também quando falam que o papel do psicólogo muitas vezes é confundido com o papel do assistente social. Destacaram-se como potencialidades do trabalho, a escuta e a observação diferenciada, a fundamentação teórica e a experiência que ajudam a entender o que a criança quer dizer,

reconhecer suas atitudes, seus medos e desejos, pois a criança passa a ter um lugar para ser ouvida e acolhida sem julgamentos e culpabilização pela violência. Além do trabalho com as famílias, em que o profissional alcança mudanças e melhorias nas relações.

A atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades

Miriam Esperidião de Araújo

A inserção do psicólogo nas políticas de assistência social é uma conquista relativamente nova, que ainda está sendo construída e consolidada, assim como a operacionalização dos objetivos da proteção social. A Psicologia e a Assistência Social, enquanto áreas de saber, vêm empreendendo um amplo movimento no sentido de consolidarem uma práxis que contribua para a transformação da realidade brasileira. A associação da garantia das provisões materiais com o fortalecimento subjetivo e comunitário pode ser potente para a superação da situação de vulnerabilidade social. Pois, conforme elucidam Axel Honneth (2003), Gonçalves Filho (2008) e Bader Sawaia (2009), a exclusão social atinge não apenas a dimensão material e objetiva da vida, como também e de modo profundo a constituição psíquica dos sujeitos destituídos de sua dignidade. Não há dúvidas de que a situação de humilhação social provoca sofrimento, experenciado como angústia, vergonha, sentimento de não ter direitos, dentre outros. Dessa forma, esta constitui-se como um fenômeno ao mesmo tempo psicológico e político e é nesta dimensão que o psicólogo pode agir. A inserção da psicologia no campo da proteção social básica tem suscitado diversas questões sobre seu âmbito de atuação e sobre as inúmeras dificuldades que os profissionais encontram para efetivar uma práxis transformadora, conforme apresentado nas pesquisas realizadas sobre o tema. Desta forma, este estudo em andamento tem como objetivo compreender e analisar os aspectos relativos a atuação dos psicólogos que trabalham nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do Estado de São Paulo para refletir sobre como estes podem contribuir com a potencialização dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A abordagem metodológica adotada foi a de pesquisa qualitativa, de acordo com os pressupostos de Gonçalves Filho (2009), Minayo (2010;201) e Spink (2008), pois estes podem favorecer a compreensão ampla e abrangente das experiências dos interlocutores. A pesquisa de campo iniciou-se em março de 2012 e até o momento foram realizadas: entrevistas com os psicólogos dos CRAS e a observação em campo de atividades desenvolvidas por eles, tais como, visitas domiciliares e coordenação de reuniões de grupos socioeducativos. O conteúdo obtido na interação com cinco dos psicólogos foi

sistematizado em categorias que apresento neste trabalho como uma pré-análise. Alguns dos temas pertencentes a esta categorização que não puderam ser discutidos nesta apresentação estão em anexo. A partir do conteúdo expresso nas narrativas foi possível compreender que alguns aspectos relativos à dinâmica, ao objetivo e às condições do trabalho geram sofrimento para os profissionais expressos como: angústia, sensação de nunca fazer o suficiente, do trabalho nunca ter fim, de não ter sentido, indignação. Para lidar com isto um dos participantes narrou a busca por alternativas no desenvolvimento de atividades "diferentes" com as famílias, tais como: A Feira de Trocas, a Horta Comunitária e adotando uma nova abordagem nos grupos socioeducativos. Foi possível observar a riqueza destes no favorecimento de experiências transformadoras tanto para a população quanto para um dos profissionais.

A atuação do psicólogo no CRAS de Uberlândia - Minas Gerais: uma análise fenomenológica empírica

Tatyanne Couto Flor

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi implantado em 2005 no Brasil mediante a necessidade de atender as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social, caracterizadas pela pobreza, desigualdade e marginalidade social. No nível básico do SUAS tem-se o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que é o local responsável pela execução do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) o qual garante recursos financeiros, diretrizes e metodologia para que o centro funcione de acordo com o previsto. A equipe mínima multiprofissional do CRAS é composta por assistente social, psicólogo e outros profissionais que possuem formação compatível com a intervenção social do PAIF. Esse trabalho visa identificar a atuação do psicólogo no CRAS, em especial na cidade de Uberlândia/MG, evidenciando sua presença, atuação e os desafios desse campo recente na profissão. Segundo o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), o trabalho do psicólogo no CRAS tem por finalidade permitir que os usuários sejam sujeitos de direitos, além de atuarem no fortalecimento de tais políticas sociais. Para isso, o psicólogo deve ter como foco a atuação na dimensão subjetiva dos indivíduos, visando à autonomia social e constituição de cidadania. Tais profissionais devem possibilitar aos usuários condições para que se conscientizem que a vulnerabilidade social que sofrem é produzida pela lógica social atual, considerando o contexto social e político que estão inseridos. Por isso, a oferta de apoio psicológico na construção de novos significados sociais e existenciais é um recurso importante nas políticas públicas. Na cidade de Uberlândia/Minas Gerais, no que diz respeito aos

psicólogos nos CRAS, pode-se dizer que o serviço conta com seis (07) psicólogos compondo a equipe que atuam em sete CRAS, distribuídos no município. A partir do método fenomenológico empírico de Amedeo Giorgi foram realizadas entrevistas com os seis psicólogos dos CRAS, cuja finalidade foi identificar os significados da atuação a partir da descrição da vivência profissional. Assim, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa do tipo fenomenológica a qual buscou ouvir os psicólogos sem uma compreensão prévia do relato dos mesmos, entendendo que a pesquisa não foi estipulada pelo pesquisador, mas sim pelos sujeitos colaboradores. O método fenomenológico empírico de Giorgi divide-se em quatro passos: 1º) estabelecer o sentido geral; 2º) determinação das partes (divisão em unidades de significado); 3º) transformação das unidades de significado em expressões de caráter psicológico; 4º) determinação da estrutura geral de significados psicológicos (invariantes). Para obter uma descrição da vivência foi feita uma pergunta disparadora: "Para você como é a atuação do psicólogo no CRAS?". Assim, a partir da obtenção dos relatos de experiência, da transcrição na íntegra e da análise da estrutura geral, encontraram-se os aspectos comuns em todas as entrevistas, denominados invariantes. Nesse sentido, obteve nessa pesquisa os seguintes invariantes: todas as entrevistadas apreciam e sentem gratificante trabalhar no CRAS; percebem que o trabalho tem limitações e dificuldades, sendo diferentes em cada CRAS; descrevem a rotina de trabalho dando maior ênfase na visita domiciliar; identificam as suas atuações como: atendimento individual, psicossocial e em grupo; têm consciência que não é possível realizar atendimentos psicoterapêuticos, ao mesmo tempo em que pensam que as intervenções são terapêuticas; identificam o atendimento psicológico como psicossocial, apesar de relatarem esse atendimento de maneiras e concepções diferentes; percebem que o trabalho em grupo apresenta muitas dificuldades; e por fim, sentem a necessidade de uma sistematização do trabalho, o que proporciona a falta de reuniões entre os psicólogos dos CRAS, discussões e até mesmo supervisões do fazer psicológico. Essa pesquisa foi relevante, pois implicou em (des)cobrir quais são as estratégias de intervenção institucional que o psicólogo realiza e quais são os desafios que enfrenta no cotidiano em sua atuação, inclusive se a sua formação acadêmica proporcionou subsídios para tal atuação.

A função da psicologia: entre os caminhos de liberdade e segurança e políticas para a juventude

Carla Lavarda Concentino Caetano, Andréa Cristina C. Scisleski

Como pensar a psicologia na atualidade no que diz respeito a políticas públicas de segurança voltadas para a juventude? Pode-se ver em Foucault que com o nascimento da biopolítica, liberdade e segurança estão cada vez mais ligadas aos mecanismos reguladores do mercado, de modo que o sujeito só é livre se for governável, ou seja, tomado pela lógica da governamentalidade neoliberal. Então quem são esses jovens em conflito com a lei, dentro dessa lógica? São jovens que andam na contramão do mercado formal, que cometem delitos e infringem as normas da legalidade e do contrato social, o qual diz que a pessoa deve ser uma empresa de si mesmo e se entrelaçar na lógica neoliberal de mercado. A sociedade deve entrar nesse jogo econômico, imposto pelo Estado "assinar" e participar desse contrato social, mesmo àquele que não saiba estar incluso nesse jogo, o qual inclui a maioria sem necessariamente demonstrar às suas regras. Para isso, é necessário ser um sujeito produtivo e produtor de modos de ser, regulamentados frente a esse jogo econômico, só assim poderá ser livre. Sendo assim diante desse cenário econômico neoliberal, onde as regras do jogo são impostas pela ordem de uma norma regulamentada; questionamos: Como o psicólogo deve atuar na interface da segurança e das políticas públicas? Entendemos que esse profissional pode ter duas funções: 1ª se colocar na lógica de normatização do sujeito desviante e ser mais um produtor de laudos e pareceres, exercendo práticas de exclusão, ou; 2ª problematizar os direcionamentos das políticas para o jovem na atualidade. Consideramos-nos no segundo grupo e questionamos as práticas psicológicas voltadas para jovens que cumprem medidas socioeducativas de internação. Que segurança é essa? A quem se protege? Exercício de segurança que separa, segrega e usa força e violência justificando a defesa da ordem social. Formas de efetivar políticas de segurança que falam em nome de proteção integral, contudo, defendem parcelas diversificadas da população e direcionam ações diferenciadas, como forma de proteção e exercício de governamentalidade. Então, se vê uma falácia em nome da proteção e de políticas de segurança pública, sobre a necessidade de combate a criminalidade e a possibilidade de poder ter segurança e livre circulação em sociedade; e em contraponto, uma ausência da efetividade das políticas de assistência e educação para outra parcela da população, que é alvo de mecanismos de repressão e punição. População jovem, que sai da norma e infringe a lei, a moralidade, a normatividade. O desviante quebra a estabilidade de uma sociedade pautada em valores de segurança materiais, é visto como aquele sujeito que é delinquente e deve ser culpabilizado e punido. Contudo nessa nova lógica de sociedade neoliberal, onde o mercado regula uma série de ações do individuo e mesmo cria ações para que possa regulamentar quem circula por ele e quem pode ser livre e ter segurança, inclusive de "rasgar" o próprio contrato

social. Quanto à possibilidade de quebrar as normas de uma lei, ou ainda de quebrar um contrato social, uma questão já identificada em pesquisa na cidade de Campo-Grande MS, concerne, a uma violação de direito no que se refere ao jovem em conflito com a lei; como por exemplo: onde se vê a presença da polícia atuando diretamente com os jovens, função que por determinação legal seria responsabilidade dos conselhos tutelares. Além, do fato da polícia estar atuando no flagrante dos jovens que cometem atos infracionais, o que já se configura como irregularidade ao Estatuto da Criança e do Adolescente, se verifica que na grande maioria das apreensões há o uso de truculência por parte dos policiais; sendo a agressão física uma violação à pessoa humana. Desse modo, pensamos como a biopolítica está acontecendo na busca de possibilitar a efetivação da segurança da população e demonstra uma separação, confirmando claramente que em nome de uma regulamentação e da defesa de um projeto social neoliberal, o direito de alguns pode ser violado em nome da defesa da sociedade. Seguindo na lógica de proteção e segurança da população, estamos vendo uma juventude alvo de mecanismos de repressão, sendo presa em condições indignas e mais uma vez esta sendo violando um direito garantido pelo ECA, vê-se métodos como os da prisão nas unidades socioeducativas de internação. O que se vê é uma diferenciação daqueles que são "infratores" e uma não efetivação de direitos, pois, esse jovem alvo de políticas de segurança repressivas e intitulado de criminoso por violar leis; tem ao mesmo tempo seus direitos violados. Então se entende que a não efetivação de um direito de proteção e a falha na consolidação dos direitos propostos ao jovem na prática de trabalho, ou seja, uma suspensão da lei que é efetivada, como regra em situações de exclusão e punição de uma dada população é uma prática aceitável e justificada em nome da segurança.

A visita íntima de adolescente no sistema socioeducativo como dispositivo para enunciação de questões relativas às sexualidades

Graziela Contessoto Sereno

O presente trabalho pretende colocar em discussão questões em torno da visita íntima de adolescentes no sistema socioeducativo, exigida pela lei SINASE de 2012. Tal proposta esta baseada na experiência dos autores com este público, onde nos deparamos com o modelo e a política de segurança pública a que são submetidas esses sujeitos, políticas essas que vão incidir diretamente em vários aspectos da vida como: acesso a circulação na cidade, acesso aos direitos básicos (saúde, educação, lazer, entre outros), e também aos direitos sexuais. Ou seja, como esses corpos adolescentes já estão marcados e pertencentes a uma determinada categoria de

vigente. O que nos leva a problematizar a construção de subjetividades dos adolescentes que são acusados da prática do ato infracional e como este processo dialoga com as subjetivações que implicam o cumprimento de uma medida socioeducativa. Esse esquadrinhamento disciplinar funciona como uma rede que promove o controle minucioso das operações do corpo, assegurando a sujeição constante de suas forças e impondo uma relação de docilidade-utilidade. Num primeiro momento, pode-se dizer que a disciplina é um tipo de organização do espaço. Em outras palavras, é um mecanismo de distribuição dos indivíduos através da inserção de seus corpos num local esquadrinhado e hierarquizado. Demarcando práticas disciplinares que não se inscrevem somente nas organizações fechadas, elas marcam simbolicamente o corpo também em outros territórios. Vale destacar que falamos e lidamos com diferentes modalidades de violência por diferentes sujeitos, com experiências e vivencias distintas que irão caracterizar as formas de relacionamento estabelecidas entre o jovem e a sociedade, o jovem e a família, a família e a instituição, entre outras. Apesar dos avanços das últimas décadas em termos de referenciais teóricos e metodológicos voltados aos adolescentes, ainda encontramos produções teóricas e práticas profissionais baseadas em uma concepção de ciência positivista marcada pelas teorias desenvolvimentistas, pelo binarismo, na lógica "menorista", sem contextualizações históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas. Por meio desses constructos, se define quem precisa ser ou não "normalizado". Dessa forma, são geradas respostas simplistas para fenômenos de alta complexidade, como àqueles ligados à violência, além de visões moralistas e reguladoras sobre a sexualidade. Um dos efeitos desse movimento é o surgimento de leis e políticas públicas que, em nome da proteção integral, estimulam a vulnerabilidade, a tutela e a exclusão da juventude, ao invés de promover sua cidadania e autonomia. A psicologia, enquanto saber, não está isenta de participar da manutenção dessas generalizações. Por isso, propomos a discussão para este grupo de trabalho utilizando como analisador o direito a visita intima, para pensarmos nossas práticas com base nas seguintes perguntas, são elas: O que fazemos? Como fazemos? E quais os efeitos de nossa prática? Acreditamos que a visita intima funcione como dispositivo que faça circular questões relativas às sexualidades, sendo seu exercício um direito do adolescente à convivência familiar e comunitária, incluindo a intimidade. Neste seguimento propusemos a análise do corpo do adolescente e as narrativas colocadas em circulação em torno dele num ambiente onde transitam discursos da "cadeia", sendo esta um lugar para "macho". O ideário de uma masculinidade hegemônica parece assentar-se neste território. Para entender as encenações desse corpo, recorremos a diversas posições teóricas, mas, principalmente à de Judite Butler, que nos

auxiliou para pensar como o gênero se performa dentro e “fora” da norma. Escapar à heteronormatividade para ela é ser performativo; de modo que o sujeito (masculino ou feminino) não se encontra preso em nenhum desses avatares de forma definitiva, acabado, mas num constante devir. Na mesma direção, buscamos em Michel Foucault, que o cuidar de si caminhe em busca de um espaço de liberdade, fora da norma, fazendo com que o sujeito subverta as subjetividades prontas. Esse encontro, entre o cuidar de si e a performatividade, funcionaria como espécie de linha de fuga, possibilitando outras subjetividades e, por conseguinte, outras formas de ser. Proporcionando a compreensão que a construção do sujeito ocorre a partir de uma posição política, histórica, social; que embora haja um lugar, uma forma, um papel a ser desempenhado, uma subjetividade pronta para o sujeito. Há, ao mesmo tempo, possibilidades de se construir linhas de fuga e resistências, aos efeitos de poder sobre o corpo. Do mesmo modo, encenar outros modos de subjetivação e novos territórios possíveis. Nesse sentido, embora o corpo adolescente no sistema socioeducativo esteja marcado, performado por uma masculinidade hegemônica, em um discurso da "cadeia", existe a possibilidade de tecer outras masculinidades. Acreditamos que a visita íntima funcione como dispositivo para convocar olhares e práticas que mexam com lugares instituídos, que possam nos provocar a fazer a nossa própria visita íntima, revisitar nossa intimidade para acompanhar a intimidade do outro. E quem sabe, então, reconhecer direitos da diversidade sexual, de modo a dar fluidez a suas narrativas, as suas subjetividades, as suas performatividades, num vir a ser sempre.

As políticas públicas para a juventude e o enfrentamento à violência no Estado de Alagoas

Graciele Oliveira Faustino, Simone Maria Hüning

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma pesquisa de mestrado, que tem sido desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, sobre políticas públicas de juventude e o enfrentamento à violência em Alagoas. A referida pesquisa parte do questionamento de como os jovens tem se tornado alvo de políticas públicas e, objetiva, portanto, problematizar as políticas públicas de juventude, voltadas para o enfrentamento à violência, no estado de Alagoas. Dados recentes sobre violência têm sido apresentados e destacados como indicadores de um grave problema no cenário alagoano a ser analisado. Dentro deste quadro de violência, os jovens têm sido apontados como principais atores, tanto como vítimas quanto como executores. Foi levando em conta essa situação que surgiu o interesse em pesquisar as ações do governo junto à juventude, no atual cenário do

estado de Alagoas. Esta proposta de pesquisa se apóia numa análise e problematização do cotidiano, ao tomar a forma como os jovens e a violência são produzidos nas políticas públicas. Para realização desta, recorreu-se aos referenciais teóricos da Psicologia Social, que dialogam com ideias de Michel Foucault e Bruno Latour e que põem em discussão as relações entre saber e poder. A relação desta pesquisa com este Grupo de Trabalho está em discutir algo que se inscreve na temática da Juventude, Direitos Humanos e Segurança Pública e, por conseguinte, possibilita articulação com a Assistência Social. Esta pesquisa se aproxima da proposta deste GT, principalmente, pelos referenciais teóricos escolhidos e por se inserir num modo de produção em Psicologia que leva em consideração pensar como as práticas e saberes psi perpassam por uma rede de políticas destinadas a um determinado público (a juventude) e num determinado cenário (Alagoas) com vistas ao enfrentamento à violência. E dentre outras coisas, por pensar na produção em Psicologia acerca das políticas públicas, ao analisá-las como dispositivos que produzem modos de subjetivação. Partindo das ideias de Foucault e de concepções teóricas da Psicologia Social, que dialogam com essas ideias, é possível problematizar questões do cotidiano, que perpassam pelas noções dos modos de governo e de produção de saber/poder. Isso tem possibilitado uma compreensão de como as relações de poder são processadas nas políticas públicas para a juventude em Alagoas e quais os discursos que circunscrevem os jovens como alvos dessas políticas, ao destacar a violência como disparador para o desenvolvimento das mesmas. Na realização da pesquisa tem sido utilizada a cartografia das controvérsias, como ferramenta metodológica, a qual é embasada pela Teoria Ator-Rede (TAR), desenvolvida por Bruno Latour. O tratamento dos dados tem-se dado através da análise das controvérsias, proposta pela TAR e subsidiada por ferramentas conceituais propostas por Foucault, como governamentalidade e biopolítica. Assim, foi realizado um mapeamento da rede de políticas públicas para a juventude, voltadas para o enfrentamento à violência, através de consulta na internet e busca de documentos nas secretarias estaduais, para identificar os planos, projetos e programas que se dirigem aos jovens e o combate à violência, em Alagoas, de modo a conhecer os atores/actantes e as mediações existentes nesta rede. Como resultados parciais da pesquisa, através da cartografia das controvérsias, seguindo os atores da rede, chegamos ao documento do Plano Juventude Viva de combate à violência contra a juventude negra, que foi implantado como projeto piloto em Alagoas, o qual levou a outros atores da rede e a uma compreensão de quais estratégias de governo têm sido utilizadas para com os jovens, no que diz respeito ao enfrentamento à violência. A partir do referido documento foi possível identificar que não há uma delimitação exata de qual público será atingido pelo plano e que não

fica claro a quais tipos de violências estão se referindo, para justificar a implantação do mesmo e também que há um processo de naturalização da relação entre juventude e violência, bem como entre juventude e uso de drogas. Os programas inseridos neste plano reproduzem formas de pensar a juventude, que perpassam pelos discursos que circulam na sociedade. Assim, é transmitida a ideia de que os jovens precisam produzir e se ocupar, como forma de prevenir o uso de drogas e, consequentemente, prevenir ações violentas. E as ações do governo, trazidas por este plano, apresentam-se e estão sendo desenvolvidas como reguladores dos modos de vida desses jovens, inseridos nesse contexto, de forma a seguir uma ótica de prevenção e eliminação de violência, numa perspectiva de segurança pública. Apontando, assim, para uma forma de governamento deste segmento da população, por meio de certas políticas, que neste caso, faz da juventude uma categoria visível como um foco de investimentos do Estado, ao tratar da questão da violência.

As práticas psicológicas em Centros de Referência de Assistência Social de Vitória - ES: Modelos teóricos e práticos que orientam a atuação do Profissional Psicólogo

Iasmin Libalde Nascimento, Marina Pandolfi Miranda, Alini Gusmão do Rosario, Gustavo Roberto da Silva, Paula Pignaton de Almeida

Em meio à crescente inserção da Psicologia no campo da Assistência Social, sobretudo nos Centros de Referência de Assistência social (CRAS), novas questões são colocadas em relação ao processo de formação dos trabalhadores da área. Estudos apontam que, não obstante a explicita recomendação contra a realização de atendimentos psicoterápicos nos CRAS, essa ainda é prática comum aos psicólogos que atuam nesse campo. Para esses autores, estas práticas refletem grades curriculares ainda muito centradas na clínica psicológica individual e pouco voltadas para discussão de políticas públicas. O distanciamento entre os conteúdos curriculares da graduação em psicologia e as exigências emergentes nesses novos espaços pode proporcionar insegurança na atuação destes profissionais. Em uma tentativa de fornecer referenciais teóricos mais concretos para a prática dos psicólogos na assistência, em 2008, o Conselho Federal de Psicologia elabora um documento que, segundo literatura, ainda não se mostra pleno para orientar a atuação do profissional psicólogo neste campo. Desta forma, dada a importância dos processos de formação para uma atuação profissional mais congruente com as demandas dos espaços nos quais a psicologia se insere, o presente trabalho teve como objetivo analisar os modelos teóricos e metodológicos que orientam as práticas dos psicólogos nos 12 CRAS do município de Vitória-ES. Para tanto, foram realizadas visitas para observação

e familiarização com o funcionamento dos CRAS além de entrevistas com os psicólogos que trabalham nesses espaços. As visitas foram registradas por meio de um diário de campo que possibilitou a elaboração de um roteiro semi-estruturado, contendo questões acerca da temática em questão. O discurso da maioria dos profissionais entrevistados (66,67%) apontou que, embora a graduação ainda se encontre fortemente marcada por disciplinas fundamentadas em abordagens que destacam o caráter intimista e privado dos sujeitos, privilegiando a atuação voltada para clínica tradicional, a formação que vivenciaram possibilitou o desenvolvimento da capacidade de articular-se em diferentes direções, sendo receptivo a outros saberes e aos imprevistos. A fala dos entrevistados evidencia que, embora sua graduação não tenha fornecido referências metodológicas explícitas para a atuação no CRAS, o olhar crítico para o humano, o trabalhar em equipe e em grupo, aprendidos na psicologia, potencializam a capacidade inventiva para se trabalhar nesses espaços. Desta forma, nos deparamos com um aparente paradoxo presente no discurso destes profissionais quando apontam que se por um lado o curso carece de mais disciplinas que se proponham à discussão de políticas públicas, em especial da assistência social, por outro colocam que, mesmo com as dificuldades enfrentadas pela falta de subsídio teórico, sua prática se sustenta em uma construção de conhecimento desenvolvida ao longo do percurso pela graduação. Esses relatos vão ao encontro à literatura ao apontar para uma formação que, em sua maior parte, possui grades curriculares engessadas, que priorizam fundamentalmente a prática clínica, psicologizante e individualizante, centrada em consultórios particulares e voltada para uma parcela restrita da população capaz de pagar por esses serviços. Entretanto, percebe-se também que o discurso desses profissionais se contrapõe à esses estudos ao afirmarem que formação também possibilita a abertura para o novo, para a inventividade. Portanto, a atuação desses psicólogos nos CRAS não está pautada no simples cumprimento do que a Política Nacional de Assistência recomenda, mas aberta à uma elaboração de atuação conjunta com a equipe técnica e os moradores, numa produção de saberes compartilhada. Dentre as referências teórico-metodológicas utilizadas pelos profissionais em sua atuação, destacam-se a esquizoanálise (20%), a análise institucional (13,34%), a psicologia social (6,67%), a teoria da abordagem sistêmica (6,67%) e a psicologia humanista (13,34%). Entretanto, na fala da parcela mais expressiva dos entrevistados (33,34%) percebe-se a inexistência de uma teoria específica que fundamente a prática no CRAS, exigindo do profissional a (re)invenção da atuação pautada nos conhecimentos teórico-práticos, bem como um posicionamento político crítico. A partir disso, o que se produz na prática desses profissionais é, a partir de uma escuta diferenciada do usuário, a tentativa de despertar outros

modos de vida, articulando redes no território e apostando nas potencialidades da família acompanhada. Cabe mencionar que, diferente do encontrado em alguns estudos, os entrevistados não realizam psicoterapia no CRAS. Percebe-se que o trabalho na assistência exige dos psicólogos não apenas uma adequação ao trabalho; exige a mudança de uma postura que marca historicamente a atuação em psicologia. Tendo em vista a importância de um posicionamento político crítico para a atuação na assistência, pensar novos referenciais teóricos e técnicos que promovam um posicionamento politizado, é um dos desafios para a autuação profissional nesse campo. Consideramos que este estudo alinha-se ao Eixo Temático Assistência Social inserindo-se no Grupo de Trabalho Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil ao problematizar o conhecimento, produzido na graduação em psicologia, sobre o papel da psicologia na assistência social e quais seus efeitos nas práticas desses profissionais nos CRAS capixabas.

Atuação do psicólogo no serviço Paefi: reflexões sobre o trabalho interdisciplinar com o serviço social

Luciane Kunz, Giselle Maestri, Marcela de Andrade Gomes

O presente trabalho se caracteriza por uma pesquisa qualitativa e exploratória, fruto de uma experiência de estágio profissionalizante, realizado na ênfase Psicologia e Processos Socioinstitucionais, executado no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI), do Centro de Referencia Especializado de Assistência Social (CREAS), em um município de médio porte do estado de Santa Catarina. O Serviço PAEFI é gestado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e tem como objetivo acompanhar e atender crianças/adolescentes e suas respectivas famílias que foram encaminhadas sob suspeita de serem vítimas de algum tipo de violência ou violação de direitos. O objetivo desta pesquisa foi identificar as práticas do psicólogo neste Serviço, bem como compreender as possíveis relações interdisciplinares entre a Psicologia e o Serviço Social. Entendemos que seja profícua a realização deste tipo de pesquisa para que possamos investigar e problematizar as práticas do psicólogo neste tipo de Serviço, visando à obtenção de subsídios para reformular o paradigma psicológico e, dessa maneira, repensar os parâmetros e referencias que possam sustentar as políticas publicas, elaborar modelos de intervenção comprometidos com uma efetiva transformação da realidade social e com os avanços do saber–fazer da psicologia, buscando fissurar a lógica autorreguladora e punitiva que muitas vezes sustentam os serviços e políticas públicas. A orientação teórica contemplou o contexto histórico da Psicologia no Brasil,

destacando o compromisso social do psicólogo e da Psicologia; o cenário da Assistência Social desde a Constituição de 1988; a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o documento de Referências técnicas para atuação de psicólogos nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) do Conselho Federal de Psicologia (CFP). A partir da análise dos documentos que referenciam as práticas do psicólogo no Sistema Único de assistência Social (SUAS), da vivência de estágio e, também, por meio da aplicação de um questionário, com questões abertas, aplicado a sete dos onze psicólogos deste Serviço, buscamos investigar e problematizar a percepção que estes profissionais possuem em relação ao seu saber–fazer e ao trabalho interdisciplinar com o Serviço Social. Nos resultados foram identificadas três categorias temáticas para análise: o conceito de atendimento psicossocial; a atuação interdisciplinar; as especificidades das práticas do psicólogo no Serviço PAEFI. Foi possível perceber que a interdisciplinaridade está presente neste Serviço, e que as tensões presentes neste contexto fazem parte do processo de construção das práticas profissionais e da própria conceituação de interdisciplinaridade. Os profissionais envolvidos nesta pesquisa demonstraram possuir uma postura favorável a este modo de atuação, salientando a importância da reflexão sobre as suas práticas de trabalho. A partir das análises deste estudo, defendemos que a participação dos profissionais atuantes na Assistência Social pode ser de grande valia na elaboração dos documentos que referenciam as respectivas práticas, diminuindo a lacuna historicamente existente entre o saber/fazer, pesquisa/intervenção e gestão/execução, qualificando a elaboração e aplicação das políticas públicas, fazendo avançar as contribuições do trabalho do psicólogo na/para sociedade. Salientamos também a importância do papel dos gestores no planejamento e execução de capacitações e disponibilização de recursos e instrumentos para subsidiar a atuação dos profissionais, visando o melhor atendimento aos usuários. A partir dos dados coletados, sugerimos, por fim, a formação de grupos de estudos sistemática entre os profissionais da Psicologia e do Serviço Social, que poderia contribuir com o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar, bem como auxiliar na definição das fronteiras, avanços e desafios deste tipo de atuação no Serviço PAEFI. Compreendemos que esta pesquisa vem contribuir no debate deste Grupo de Trabalho na medida em que traz à tona os discursos produzidos tanto pelos documentos oficiais, assim como aqueles construídos pelos profissionais que estão inseridos no cotidiano deste Serviço.

Coletivos de discussão do trabalho como estratégia de saúde no contexto de adoecimento na assistência social

Elisa Marder Zampieri, Gabriela Girardi Hall

O presente trabalho foi elaborado a partir das vivências de estágio de Psicologia em dois Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) de Porto Alegre, em 2012 e 2013. Através dessa inserção, convivemos diariamente com profissionais e usuários, participando ativamente da construção do processo de trabalho e, principalmente, sendo atravessadas pelo modo de trabalhar que povoa a Assistência desde a implantação do SUAS. Modo de trabalhar que carrega mudanças estruturais trazidas pela Política de Assistência (2004), passando a encarar o trabalho nesta área como política pública e não como boa-vontade ou caridade. O trabalhador, imerso nessa mudança de paradigma, vê-se criando novas formas de intervenção, deparando-se com inúmeros desafios e limitações que impõe uma política de assistência em processo de implantação. Como parte dessa equipe pelo período de tempo do estágio, partilhamos das dores que limitam esse processo criativo, e tivemos que lidar com a impotência de mostrar resoluções em um contexto complexo de violências. Mais que observar o sofrimento que produziam as condições de trabalho, vivemos junto o dissabor do processo de adoecimento no campo da Assistência, que desmantelava as possibilidades de trabalho, as potências e, por vezes, relações entre equipes inteiras. O conceito de saúde no trabalho, como propõe Canguilhem (1995), refere-se à capacidade de instituir novas normas em condições adversas. É uma qualidade do trabalhador de recuperar-se frente a situações desestabilizadoras; administrar, de maneira autônoma, tensões e mal-estares com os quais convivemos diariamente. Como coloca Dejours (2004), o sofrimento é algo inerente ao ambiente e à organização de trabalho, dado que a saúde não se caracteriza por um estado de calmaria sem maiores variações. Ela se coloca, como um espaço de constante negociação com o meio, representado pelas nossas metas e expectativas em relação ao trabalho e as dificuldades que aparecem no caminho de sua realização. O que caracterizaria, portanto, um nível tão acentuado de sofrimento e consequente adoecimento profissional na Assistência? Dejours aponta que o diferencial entre as organizações estaria no grau de liberdade e autonomia disponibilizada ao trabalhado promover sua própria saúde: espaços para pensar sua prática e principalmente oportunidades para superar e transformar as agressões do meio de trabalho. Segundo Vaz (2004), a organização do trabalho e os modos de gestão a que estão submetidos os trabalhadores, exercem profunda influência nos modos de trabalhar e de ser do sujeito, afetando-o física e psiquicamente. Na Assistência

este processo de cerceamento de liberdade do trabalhador ocorre, no que pudemos experienciar junto às equipes, devido a uma individualização do processo de trabalho e de questões coletivas serem encaradas como individuais; tem-se a impressão, ao trabalhar neste contexto de violências e miserabilidades, que por si só já causam sofrimento, de uma solidão inenarrável, produzida por um não compartilhamento das experiências de trabalho. Além disso, o trabalhador é demandado individualmente a ser eficaz, mesmo em circunstâncias nas quais não se pode ativar e acessar as demais políticas, função primordial da Assistência. O trabalho, idealizado de maneira coletiva, contando com uma equipe multidisciplinar, recheada de olhares de diferentes campos de conhecimento, na prática torna-se um campo de guerra, em que o trabalhador solitário prescinde de suas ferramentas técnicas e parece buscar recursos emocionais para, além de tentar cumprir as ações planejadas, superar um sofrimento individual. Essa indiferenciação, justificada sob a égide de um esgotamento de recursos humanos, produz um trabalhador não apropriado do seu fazer; em vez de contribuir com o olhar advindo de sua área, ele é demandado para dar conta de absolutamente tudo, desde questões materiais, encaminhamentos para outras políticas públicas e escuta do sofrimento – não tendo lugar para endereçar o seu próprio. Sem o amparo técnico de sua profissão, o trabalhador relega o seu trabalho apenas à sua sensibilidade, na tentativa de esquivar-se da sobrecarga e conseguir, de alguma maneira, atingir as metas propostas dos casos que acompanha. O que se produz com o trabalho desgovernado, livre de reflexões e problematizações é justamente o que mais se combate no campo da Assistência em tempos de SUAS: o assistencialismo – a falta de autonomia do usuário que fica novamente relegado à lógica da generosidade. Concluímos, portanto, que será somente com a abertura às trocas, a considerar o outro enquanto diferente, a potencializar novos agenciamentos e engendramentos, que poderemos desconstruir modelos instituídos – e sofridos – de trabalhos, de intervenções, de relações, de olhares e também de escutas já fatigadas e impacientes. Acreditamos em espaços coletivos para pensar o real do trabalho com todas as suas variáveis e dúvidas, potencializando o inusitado de cada criação, como promoção de saúde no contexto da Assistência, de modo que o sofrimento tenha lugar a ser endereçado e transformado.

Conhecer para incluir: a estatística como tecnologia de governo

Karen Cristina Cavagnoli, Neuza Maria de Fátima Guareschi

Este trabalho propõe discutir no âmbito das políticas públicas de assistência uma tecnologia de governo tornada estratégica em um contexto político de combate à miséria: o Cadastro Único

para Programas Sociais. Busca-se entender em que campo de práticas este instrumento se inscreve e como vincula os sujeitos em formas de governo através da produção de dados estatísticos, pensando os efeitos da prática do cadastramento na organização e produção de formas de vida. Para pensar estas questões, tomo como elemento de análise o formulário do Cadastro Único e dados produzidos através dele encontrados na "Revista Um Ano de Resultados do Plano Brasil Sem Miséria" disponível no Portal da internet do Plano Brasil sem Miséria. A partir destes documentos, buscou-se entender este grande esquema estatístico como uma tecnologia de poder produtora de verdades, entendendo-a como operando no interior de jogos de interesses, dentro daquilo que Foucault chamou de governamentalidade da população. O Cadastro Único produz informações detalhadas em 10 blocos de perguntas sobre as famílias quanto a seus modos de vida, características do domicílio, família e seus componentes no que se refere a documentação, escolaridade, trabalho e renda, pessoas com deficiência, assim como condições de vida de famílias de grupos específicos como os de origem indígena, remanescentes de quilombolas, ciganos, população em situação de rua, entre outros. Esta tecnologia surge em função dos programas de transferência de renda a fim de integrá-los em um cadastro só, facilitando a sua gestão. Tornou-se o mapa do Plano Brasil sem Miséria, política instituída em 2011 que objetiva erradicar a miséria pela inclusão no Cadastro para conhecimento da realidade socioeconômica das famílias para sua posterior inserção em programas de transferência de renda e outros serviços e programas sociais. Os dados produzidos a partir da prática do cadastramento estabelecem quais são os indicadores de risco e definem o corpo populacional a ser incluído/protegido: famílias de baixa renda e/ou em situação de vulnerabilidade. A partir do cadastro constrói-se um perfil de necessidades para esta população que será conduzida em um percurso pelos programas. O esquadrinhamento permite incluí-las em um sistema de segurança orientado por ações focalizadas na questão que se apresenta como problema, colocando dentro de uma curva de normalidade aquilo que é se apresenta como um risco através da garantia de direitos. O cadastro fixa a população em uma zona de segurança, que é tolerável aos interesses econômicos, não sendo mais considerada invisível ao Estado. Os dados possibilitam a produção cada vez mais focalizada de programas e políticas a fim de gerenciar/normalizar a questão social e ampliar o monitoramento da vida destas pessoas através da atualização obrigatória dos dados. A produção estatística performatiza a realidade ao traduzir os números em indicadores, forjando uma forma de compreensão desta. Por exemplo, segundo informações retiradas da Revista "Um ano de Resultados do Plano Brasil sem Miséria", encontramos a informação de que 40% da miséria no país foi eliminada, onde 687 mil famílias até então "invisíveis" ao Estado foram

incluídas no Cadastro Único e consequentemente em programas sociais. Dentro do Plano Brasil sem Miséria, as informações do Cadastro desloca a ideia da "família em situação de pobreza" para a "família que superou a miséria" mudando o contexto de compreensão da realidade, produzindo um novo discurso sobre a população usuária dos programas sociais em consonância com os objetivos neoliberais de erradicação da miséria mas de manutenção das desigualdades: "cada pessoa que sai da miséria é um novo produtor, um novo consumidor e, antes de tudo, um novo brasileiro disposto a construir um novo Brasil, mais justo e mais humano". Estes dados produzem uma espécie de publicidade/verdade em um contexto em que o país está cada vez mais em evidência no cenário internacional como um país em crescimento econômico e referência em políticas sociais. Não se trata aqui de estabelecer um julgamento em relação a tecnologia do cadastro e sua produção estatística em termos dicotômicos bom/ruim, mas pensar que a produção de dados estatísticos pressupõe uma realidade forjada e produz formas de intervir e governar. Os dados não são números "puros" representando a realidade, mas são operacionalizados a partir de discursos que pretendem classificar e definir determinada realidade conforme jogos de interesses para melhor governá-la. Ao mesmo tempo em que muito se avançou na garantia de direitos básicos e na transformação social através de serviços e programas sociais a partir da estatística, paralelamente operou-se um processo de normalização das populações consideradas de risco possibilitado por esta produção de dados para a gestão da questão social cada vez mais focalizado no que é considerado problema pontual, produzindo uma crescente estatização da vida orientada para o controle dos riscos desta população.

Culthis: espaço de pesquisa e atenção psicossocial ao preso, egresso, familiares e amigos

Thaís Mendes de Almeida, Thaísa Vilela Fonseca Amaral, Mariane de Sousa Carmo, Tainá Fernandes Vieira, Henrique Pereira de Castro Almeida, Aline Pacheco Silva

O trabalho em pauta refere-se a projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido no sistema prisional de Minas Gerais. Possui como objetivo compreender os impactos do encarceramento na vida dos presos, dos egressos de prisões e de seus familiares e trabalhar com essas pessoas visando a construção de alternativas para a transformação de suas condições materiais de existência e a criação de novas significações. Nesse sentido busca: realizar pesquisas e promover discussões sobre o sistema prisional brasileiro, sobre os problemas enfrentados pelos sujeitos encarcerados, por seus familiares e pelos trabalhadores do sistema carcerário; compreender como os presos, egressos e seus familiares integram a experiência da prisão e da reintegração social; fomentar discussões sobre a criminalidade, enfatizando os aspectos sociais,

culturais, econômicos e políticos envolvidos nos crimes, de forma a contribuir para a mudança do imaginário social em relação aos presos e egressos; desenvolver metodologia de atendimento ao preso e ao egresso; oferecer atendimento psicossocial e clinico ao preso, ao egresso, familiares e trabalhadores do sistema prisional; participar da construção de políticas públicas que busquem a promoção e efetivação dos Direitos Humanos nas prisões e fora delas. Insere-se no eixo temático Assistência Social e no GT 4, especialmente em suas vertentes relacionadas à defesa dos Direitos Humanos e à luta contra as violações de direitos intra e extra muros prisionais. Teoricamente nos orientamos pelos referenciais da criminologia crítica e da psicologia do trabalho. A primeira nos ajuda a compreender o encarceramento e o crime em uma perspectiva macrossocial levando em consideração seus aspectos econômicos, histórico, político e cultural. A psicologia do trabalho oferece-nos a concepção de trabalho como atividade do homem sobre seu meio e sobre si mesmo, ontologicamente central e inseparável das demais atividades humanas, individuais e coletivas. O diálogo entre essas duas perspectivas amplia nossa compreensão sobre os trabalhos marginais (como o trafico de drogas) e sobre os processos de criminalização da pobreza como determinante principal do encarceramento no mundo contemporâneo. Metodologicamente trabalhamos com recolhimento de historias de vida na perspectiva psicossociologica, o que implica a pesquisa e a intervenção, na medida em que a história individual é uma ponte para a história social e nos permite ter acesso 'pelo interior' a uma realidade que perpassa o narrador e o transforma. Os três pólos que dialogam no contar a vida: as condições objetivas, a maneira como a vivem e a maneira como a narram, nos permitem conhecer tal realidade e recolocar o sujeito na dimensão concreta de sua experiência e nela produzir sentidos. Concretamente essa pesquisa/intervenção se realiza em quatro frentes, cada qual com seu dispositivo metodológico específico: - no interior de prisões realizamos o recolhimento de historias de vida dos presos e entrevistas individuais - nas filas que se formam diante das prisões, onde realizamos escuta clinica, entrevistas e encaminhamentos psicossocial e jurídico; - em atendimentos psicossociais realizados na UFMG a egressos dos sistema prisional e a seus familiares e – junto a grupos que trabalham com presos e egressos, tal como pastoral carcerária e grupo de amigos e familiares onde realizamos atendimentos psicossociais e clínicos aos agentes de pastoral e participamos de ações relativas à defesa de direitos e denuncias de violações. Os resultados obtidos demonstram que a prisão deteriora as referências exteriores da vida em liberdade, substituindo-as por elementos e estruturas psico-culturais intimamente relacionadas ao ambiente carcerário e estranhas ao universo social externo e expõem de maneira aclarada a profunda dificuldade encontrada pelo egresso prisional na

reconstrução de vínculos sociais e afetivos e em sua reintegração no mundo do trabalho. O exercício da liberdade torna-se, em muitos casos, uma difícil tarefa para o ex-preso bem como para seus familiares, que na maioria das vezes encontram-se sem referências e sem recursos, materiais e simbólicos, para lidar com a situação de egresso. Temos constatado que os programas governamentais de referência para o egresso não atendem às suas reais necessidades e as de seus familiares e não intervém no sentido de transformar as situações de vulnerabilidade a que estão submetidos. O que concluímos até o momento diz respeito à importância da construção de espaços, tanto físicos quanto simbólicos, de acolhimento e orientação aos sujeitos que saem das prisões. Tais espaços cumpririam as funções de apresentar e dividir com este novo "homem livre" possibilidades para sua reintegração ao convívio social. No momento de saída da prisão, em que a recuperação dos laços é fundamental para o reconhecimento e a experimentação de uma nova dinâmica de vida, a intervenção deve acontecer de forma a oferecer atenção integral ao ex-detento e a seus familiares a partir de suas necessidades objetivas e subjetivas, em continuidade com ações iniciadas dentro das prisões, junto aos presos que, ao saírem, já possuem vinculo consolidado com os profissionais que o atenderão. É neste contexto que insere-se a construção desse programa Culthis: Cultura, Trabalho e História, que apresentamos.

Discursos científicos da saúde sobre jovens e adolescentes: definindo populações em risco

Janaìna Turcato Zanchin

Partindo da concepção foucaultiana de discurso, compreendemos que não há uma história linear e única das coisas, que busca um refinamento constante de uma ideia ou mesmo da racionalidade em si, mas existem distintos caminhos para situações distintas que podem (ou não) se cruzar e interferir. Compreendendo que podem haver distintos discursos que irão definir campos de possibilidades (e de impossibilidades) para as vidas humanas, este trabalho se propôs a analisar as publicações brasileiras do campo da saúde coletiva a respeito do uso de drogas entre jovens e adolescentes. A pesquisa foi realizada através da base de dados Bireme nas seguintes revistas: Ciência & Saúde Coletiva, Revista de Saúde Pública, Physis, Cadernos de Saúde Pública e Cadernos Brasileiros de Saúde Mental. Dentre todas as revistas foram encontrados 85 artigos que abordavam o tema do uso de drogas na adolescência e juventude, porém nem todos diretamente (19 tratavam de outros temas e colocavam o uso de drogas dentre seus objetos de observação). De maneira geral, eles se dividem entre os que fazem

levantamentos populacionais (49 estudos) e os que fazem análise das falas dos adolescentes e jovens sobre drogas (19 trabalhos). Estudos com diferentes abordagens metodológicas e distintas leituras teóricas consideram os jovens e adolescentes como população em risco e definem um perfil que tem maior risco/probabilidade de se tornar usuário de drogas: baixa condição socioeconômica, expostos ao consumo e tráfico de drogas no seu local de moradia, sem crença religiosa ou não praticante, apresentando transtornos emocionais e comportamentais na infância, baixa escolaridade, falta de acesso ao trabalho, que tem relação sexual com mais de um parceiro, sem estrutura ou ausência de familiares, apresenta comportamento violento/antissocial e que pratica atos infracionais. Destacamos que, ao confrontar-se com um dado na pesquisa que não condiz com esse perfil descrito, os trabalhos tem dificuldade em perceber o transbordamento do uso de drogas para outros perfis, como no caso em que se encontra uso de inalantes em uma pesquisa realizada com universitários (PICOLOTTO et al, 2010). Há também as situações em que se vincula necessariamente o uso de drogas à criminalidade, mesmo sem a pesquisa abordar o tema ou trazer referências de outros trabalhos (SANCEVERINO, ABREU, 2004). Também encontramos avaliações morais a respeito do usuário de drogas, que não possui uma qualidade ao não ter uma religião (SANCHEZ, OLIVEIRA, NAPPO, 2004) e que tem famílias são responsáveis pelo contato com as drogas e, inadvertidamente, apontando a família como responsável pelo uso de drogas do adolescente ou jovem. Afirmar que qualquer fator é decisivo pode construir uma relação unicausal e produzir demanda por intervenções em famílias com comportamentos considerados arriscados. Vemos que esse discurso que delimita um perfil de risco para uso de drogas (a maioria dos trabalhos não estuda se há dependência, mas considera que o uso na vida de qualquer droga ilícita é um fator de risco) é o discurso hegemônico a respeito do uso de drogas nesta fase da vida (além de presente nesses textos acadêmicos, está também presente nos textos para formação de trabalhadores da saúde da Secretaria Nacional Sobre Drogas – SENAD). Contudo, esse não é um discurso uníssono: alguns trabalhos destacam que não há como considerar este fenômeno como unicausal e problematizam também a determinação familiar do uso de drogas. Destacamos aqui um trabalho que problematiza justamente a necessidade de diferenciar experimentação de uso problemático de drogas, podendo ser um problema no atendimento de jovens (MOREIRA, SILVEIRA, ANDREOLI, 2006). As definições que são colocadas a respeito do jovem usuário de drogas nos parecem deixá-lo num campo de impossibilidades, que reduz o seu espaço para diálogo com os trabalhadores de saúde. Além disso, cria-se um grande campo de intervenção sobre situações da vida cotidiana que nem sempre são sinais de patologias

mas que, ao ganharem status científico, podem sofrer intervenções com fins de re-ordenamento populacional e, assim, definir formas de subjetivação dos adolescentes e jovens.

Entre a justiça e a psicologia: juventudes observadas e ciências que observam

Oriana Holsbach Hadler, Neuza Maria de Fátima Guareschi

A proposta do presente trabalho consiste em discutir e problematizar a articulação entre Psicologia e Políticas Públicas de Segurança, em especial às práticas voltadas para jovens em situação de privação de liberdade. Ao acompanhar as legislações vigentes, é possível observar o quanto nas últimas décadas vê-se a proliferação de ações vinculadas à proteção social, justiça e segurança a uma determinada juventude em situação de vulnerabilidade social. Nesse âmbito vão sendo produzidas toda uma rede voltada para jovens em situação de ameaça ou violação de direitos; entretanto, concomitantemente, há a produção de um discurso de criminalidade associada a esta categoria. Se, por um lado, as políticas apontam para o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, por outro, seus programas e ações permanecem atreladas à ideia de juventude associada diretamente a noção de um protagonismo criminal. Como fio condutor para este trabalho, parte-se da análise de um projeto intitulado 'Observatório de Juventude' a ser desenvolvido em um presídio no Rio Grande do Sul, a partir de parcerias entre entidades públicas e privadas (instituições estaduais de segurança pública e fundações de ensino superior). A ideia para implantação deste projeto coloca-se principalmente pelo seguinte fato: mensalmente cerca de 300 jovens, entre 18 e 29 anos, dão entrada nesta casa prisional, configurando aproximadamente 70% da população carcerária local, informação que dialoga morbidamente com os levantamentos apresentados pelo último Mapa da Violência (Waiselfisz, 2013), o qual passa a convocar uma intensificação da periculosidade juvenil, atentando para um crescimento de 414% da mortalidade entre jovens entre 1980 e 2010. O mesmo documento ainda salienta que, diferente do restante da população, os índices referentes a homicídios por arma de fogo também cresceram mais, havendo um aumento de 591,5%. Desta forma, certa expertise é promovida neste campo, a fim de estudar, compreender e atuar frente a esse público horrendamente crescente. Surge então, a necessidade de um observatório voltado para estes jovens, para espiarmos o que se passa com essa juventude... Em suas páginas, o projeto 'Observatório de Juventude' convoca uma aliança entre segurança pública, psicologia, direito e matemática (profissional que fará o mapeamento estatístico conforme levantamento de dados). Neste cenário, as práticas 'psi' aparecem implicadas produzindo uma intricada sapiência quanto aos discursos 're' (ressocialização, reinserção, reeducação, reabilitação, etc.),

que surgem atrelando-se a uma noção de vulnerabilidade, noção esta que configura-se enquanto estatuto central das políticas de proteção social. Compreendendo que o GT 4 – Assistência social, segurança pública, direitos humanos e juventude no Brasil – traça discussões acerca de tais temáticas, buscaremos contribuir para este grupo de trabalho ao pôr à mesa tensionamentos referentes a produção de uma trama de saberes e poderes, ou seja, de relações de verdade que sustentam um sistema que corre na lógica da produtividade, e que tem como instrumento de governo o sujeito, neste caso, jovens em situação de privação de liberdade. Tomando o caminho arquitetado por Michel Foucault e fazendo uso da estratégia proposta por Latour para uma análise das relações que entremeiam a produção de conhecimentos, este trabalho visa desnaturalizar os espaços das cenas que se criam entre assistência social, segurança pública, direitos humanos e juventude. Assim, a construção metodológica deste trabalho desacomoda os circuitos diversos em que a noção de vulnerabilidade social articula-se com práticas de criminalização. Sob tal ótica, ao problematizarmos os discursos que circundam a juventude em situação de privação de liberdade e as práticas que atuam sobre ela, buscamos provocar as práticas socioassistenciais a fim de produzir deslocamentos no campo de atuação e produção de conhecimento das ciências humanas. Por fim, quando tensionamos certas amarras estabelecidas nas alianças preconizadas no projeto do 'Observatório', estamos desconstruindo determinado projeto social de essencialização de um sujeito jovem perigoso. Portanto, neste espaço interessa menos 'observar' o indivíduo tomado como perigoso, do que evidenciar a tessitura dos jogos de verdade envolvidos na própria construção do projeto. Dito de outra forma, as principais contribuições deste trabalho consistem em analisar o 'saber científico' e suas relações políticas, as técnicas de produção de verdade, os procedimentos e discursos. Se tem interesse, assim, em construir um 'observatório' constante sobre as ciências que observam.

Grupos no cárcere: uma experiência possível

Ana Marcela da Silva Terra

A partir da experiência de estágio em dois programas de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania – NIAC e Projeto Parcerias – adolescentes em conflito com a lei) com trabalhos de grupo em unidades de internação do sistema socioeducativo do Rio de Janeiro e na carceragem da 52ª Delegacia de Polícia de Nova Iguaçu/RJ, este trabalho problematiza a atuação dos psicólogos na área da justiça e direitos humanos e propõe o trabalho grupal como dispositivo para uma atuação profissional que visa a possibilidade de outros modos de subjetivação e uma prática psicológica não-neutra, política,

crítica e inserida em seu contexto histórico-cultural. Neste sentido, o trabalho grupal surge como uma ferramenta possível para des-individualizar as múltiplas questões que aparecem no trabalho no cárcere e também as diversas demandas que chegam ao psicólogo (tanto do sistema judiciário nas figuras de juízes e promotores, quanto dos presos e colegas de trabalho e também das famílias envolvidas) que trabalha nas diferentes instituições totais em nossa sociedade; dessa forma, se aposta no coletivo como um espaço potente para formações de subjetividades não encarceradas e de práticas psicológicas inventivas e críticas. Utiliza-se a cartografia como metodologia, e os diários de campo de diversos estagiários como base para esta pesquisa, além da análise das supervisões de estágio, que auxiliam no mapeamento das diversas forças presentes nestas instituições e na problematização das intervenções das equipes de psicologia, além de debaterem não somente as fundamentações teóricas neste âmbito, trazendo a prática como ferramenta indispensável na análise. Autores como Foucault, Deleuze, Guattari, Barros e Fernández são utilizados e possibilitam a discussão sobre a produção de subjetividade em espaços de privação de liberdade e a atuação profissional dos psicólogos nestes ambientes. É também colocada em análise a relação do psicólogo com seu trabalho e com as pessoas que ele encontra neste ambiente, entendendo o afeto e os atravessamentos diários neste campo como importantes analisadores de nossa prática profissional. O grupo como espaço de singularização, os atravessamentos dos estagiários, os diferentes modos de ser e estar no mundo e de ser grupo e as surpresas que surgem do coletivo são alguns dos temas trabalhados nesta pesquisa, além do resgate teórico do campo grupal e das instituições de privação de liberdade. O Grupo de Trabalho escolhido para a comunicação oral foi “Assistência social, segurança pública, direitos humanos e juventude no Brasil”, tanto pela proximidade teórica proposta no Grupo de Trabalho, quanto pela sua perspectiva problematizadora e não naturalizante das práticas psicológicas nos diversos âmbitos das políticas públicas e de assistência social. Além disso, este trabalho propõe a problematização da prática principalmente através da experiência direta nestas instituições que são diretamente atingidas pela nossa atuação nesse sistema e tem como um dos seus exemplos o trabalho com adolescentes, fazendo a ligação com os diversos temas propostos pelo Grupo de Trabalho. O Eixo Temático escolhido (Assistência Social) reflete a interface entre Direito e Psicologia, além de dialogar com as diversas problemáticas presentes nos Direitos Humanos nas instituições prisionais as quais o trabalho do psicológico é demandado.

Infratores ou protagonistas? Um trabalho com adolescentes em medida socioeducativa

Neuzi Barbarini, Oswaldo Naldi Netto

Trata-se do relato de um trabalho efetuado durante um estágio profissionalizante em Psicologia Social, realizado com adolescentes em prestação de medida socioeducativa, em um CREAS localizado no maior bairro da periferia de Curitiba, onde está sediado o distrito industrial. Concebido na década de 70, para ser indutor de desenvolvimento industrial do município, este bairro tem crescido consideravelmente, não só nos setores destinados à instalação de novas indústrias, mas também nas zonas de habitação, com grandes contrastes entre porções mais desenvolvidas e com maior poder aquisitivo, como áreas pobres e de invasões, tendo sido o primeiro bairro da cidade a ter recebido as políticas de "pacificação social", coordenadas pela prefeitura. O grupo com os adolescentes teve como principal objetivo proporcionar um espaço de escuta e reflexão, com temas criados a partir de suas realidades. A assistência social tem se configurado como um espaço de normalização da vida, com práticas culpabilizadoras e disciplinadoras e cabe ao psicólogo problematizar esse campo e propor alternativas que desestabilizem essa estrutura. Nosso mundo se organiza, muitas vezes, em torno de um bode expiatório, que expia os males para que o resto do grupo possa viver em paz. A figura do adolescente infrator parece ser um desses casos, pois a sociedade tende a categorizar a infração como se referindo a um sujeito que se desvia das normas sociais, quando, na verdade, muitas dessas normas é que deveriam ser colocadas em questão. As normas infringidas pelos adolescentes muitas vezes são aquelas que favorecem um grupo específico de pessoas do qual eles estão excluídos, seja pela condição financeira, pela situação geográfica ou por dificuldade de acesso a educação de qualidade, saúde, lazer, etc. A sociedade mantém um controle do homem como simples vivente, excluindo o que o singulariza e que pode fazer com que sua vida tenha sentido. Agamben (1942) baseando- se nos antigos pensadores gregos classifica a contemporaneidade como sendo a disseminação da vida nua em oposição à vida qualificada. A questão de uma "ressocialização" seria, assim, deslocada para se introduzir uma reflexão eminentemente ética. É através da redefinição das relações entre o homem e o cidadão que se percebe a manifestação da biopolítica deste tempo. O índice alarmante de excluídos, isto é, seres destituídos de qualquer forma de vida qualificada, vem aumentando de modo progressivo no interior da nova ordem mundial. A separação crescente entre o político e o humanitário, os direitos deslocam-se do cidadão para o homem. Os direitos são, por excelência, direitos humanos, direitos do homem enquanto tal, sem nenhum atributo político. O homem, como simples vida nua, é o objeto das decisões políticas e das declarações de direito; é essa vida natural que se torna preciso proteger de forma praticamente sagrada. O trabalho foi realizado em grupos semanais, abertos, e a todo momento novos adolescentes poderiam ser inseridos no

grupo. Foi proposto para os adolescentes que falassem e, a partir da fala, o campo de trabalho foi construído, estabelecendo então uma intervenção que não direcionada para uma reeducação social e sim para a abertura de um espaço de escuta e partilha sem restrições de temas e/ou vocabulário sendo que o papel dos coordenadores foi de guiá-los a uma busca reflexiva a respeito de si, buscando provocar uma rachadura no que era tido como certo. Durante o trabalho pôde-se perceber que os adolescentes que participaram do grupo ativamente demonstraram grande prazer em conviver em grupo. Existiu uma relação amigável entre eles, com demonstrações de lealdade e companheirismo. Acreditamos que o fato de deixá-los livres e despreocupados com os temas, regras externas e vocabulário, possibilitou que os laços se formassem, possibilitando o estabelecimento de novos posicionamentos em relação à vida e ao mundo. A implicação dos estagiários também foi objeto de constante questionamento, uma vez que tratava-se de deparar-se com o estranho. É sabido que somos tentados a concluir que aquilo que é "estranho" é assustador. Quando passamos a rever as coisas, pessoas, impressões, eventos e situações que conseguem despertar em nós um sentimento de estranheza, passamos a perceber que o que definíamos como estranho, não é de toda estranheza. Foi possível constatar que as intervenções de maior efeito foram as feitas entre eles durante as conversas, revelando que o papel do psicólogo é principalmente o de possibilitar e direcionar o espaço para que esta relação aconteça com o mínimo de interferência idealizada possível. Com a conclusão do trabalho em grupo, é possível afirmar que é como se cada um de nós houvesse atravessado uma fase de questionamentos subjetivos que fizessem surgir o sujeito implicado nas suas ações e responsabilizado por elas, retirando-o da posição de vítima.

Intervenção psicossocial e assistência social: questionando o paradigma da clínica no SUAS

Marcia Mansur Saadallah

As reflexões aqui propostas têm o objetivo de contribuir para as discussões teóricas e metodológicas a respeito da atuação da Psicologia na Política de Assistência Social. As questões a serem discutidas vêm sendo construídas no decorrer da atuação da autora em diversos contextos que envolvem a Assistência Social, como sua pratica como supervisora de estagio em Psicologia e Políticas Públicas, sua inserção na política pública através do acompanhamento das ações do CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e FNTSUAS (Forum Nacional dos trabalhadores do SUAS), como também na sua participação como conselheira do Conselho Federal de Psicologia nas ações do CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e

Políticas Públicas), que vem pesquisando, sistematizando e produzido conhecimentos sobre a prática da Psicologia em diversas públicas. No decorrer destas praticas, a grande questão que sempre está presente nas discussões sobre o assunto se relaciona ao fazer da Psicologia. O que faz a Psicologia no SUAS? O que a distingue de outras profissões? Qual é o seu olhar e suas especificidades? De fato, estas questões precisam ser refletidas, sistematizadas, construídas. A implantação do SUAS requer um repensar constante das práticas e das intervenções a serem realizadas nos serviços socioassistenciais, nos quais a Psicologia é chamada a ocupar um papel importante e central. Desta forma, a Psicologia passa a ser corresponsável pela construção de uma intervenção de qualidade, que tenha efetividade junto à população atendida. Isso exige de nossa profissão a proposição de referenciais teóricos e metodológicos coerentes com o contexto a ser trabalhado, que deem conta da complexidade social, econômica, política e cultural da realidade em questão, articulando com os aspectos subjetivos e psicossociais do sujeito. Acreditamos que estas intervenções devem ter como princípios norteadores, o compromisso com a redução das desigualdades sociais, a participação democrática do cidadão em todos os níveis e a justiça social, traduzindo desta maneira o compromisso social da Psicologia com a transformação. Nas diversas discussões a respeito da intervenção da Psicologia no SUAS, chama-nos a atenção o lugar importante, quase "natural", que a clínica ocupa na busca de referências metodológicas para esta atuação. Observamos que ela tem sido, na maioria das vezes, a referência de onde sempre se parte, seja para afirmá-la enquanto instrumento principal nas intervenções, seja para ampliá-la e reformulá-la, quase que a "adequando" para o contexto social e as políticas públicas. Partimos do princípio de que a psicoterapia é o instrumento principal de intervenção da clínica. É importante ressaltar que em muitas concepções a clínica não se resume à psicoterapia, sendo esta apenas uma das formas de se "fazer Clínica". Mas se pensarmos na representação que a maioria das (os) psicólogas (os) e demais profissionais tem da clínica, localizamos como sua principal atividade a psicoterapia. Isso diz de uma concepção de sujeito, de posições terapêuticas e lugares de poder, do modo de se conceber a saúde e a doença, da relação entre o sujeito e a sociedade, que a meu ver, não coadunam com os princípios, pressupostos e diretrizes de uma intervenção na política pública de assistência social. Desta forma, queremos com estas reflexões, refutar o paradigma da clínica na política pública de assistência social, seja ela ampliada, social, de "muitos", e tantas outras denominações que ela recebe. Queremos então lançar questões que contribuam para este fazer da(o) psicóloga(o), trazendo um olhar psicossocial para a ação da Psicologia na Política de Assistência Social. Propomos aqui a intervenção psicossocial como instrumento metodológico

de atuação da Psicologia nas políticas públicas de assistência social. As diversas formas de intervenções psicossociais se baseiam em uma visão de sujeito, uma concepção de mundo e consequentes formas de se intervir no contexto social, e neste caso em especial no contexto das políticas públicas de assistência social, que levam em conta aspectos e olhares que vão para além da situação clica, e envolvem o sujeito de maneira mais ampla e contextualizada com as suas situações de vulnerabilidade, desigualdades, exclusões e violências que perpassam sua vida. Entendemos que a contribuição da Psicologia deve ser no sentido de interferir no movimento dos sujeitos, buscando a potência de sua capacidade de intervenção, inserção e mudança do meio social onde vivem, levando sempre em conta os diversos aspectos psicossociais, econômicos, políticos, culturais em que estão envolvidos.

Juventude, Segurança e Cidadania

Pablo Potrich Corazza

O presente trabalho vem se desenhando durante o mestrado em Psicologia Social e Institucional na UFRGS. Nele buscamos problematizar as formas de governamento da juventude que vem se exercendo nas recentes políticas de segurança pública implementadas no Brasil, a partir de 2007, com o advento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e, no Rio Grande do Sul desde 2012, através do Programa 'RS na PAZ'. Tais estratégias tem por finalidade a mudança de paradigma na segurança pública com o investimento em prevenção da criminalidade por meio de ações sociais que visam primordialmente a população jovem de 15 a 29 anos, entendida como vulnerável e em situação de risco social. Partindo da doutrina de "Espaços Urbanos Seguros" esses programas identificam zonas urbanas onde os níveis de criminalidade atingem elevados índices no panorama nacional e implantam os chamados "Territórios de Paz". Neste contexto, procuramos realizar um exercício genealógico, por meio de pesquisa documental, da emergência da categoria juventude enquanto objeto de prevenção e intervenção direta por parte das políticas de segurança pública, e pensar o que se produz com a articulação do conceito de cidadania nessas práticas de segurança. Encontramos nas produções científicas realizadas pela UNESCO-Brasil sobre a juventude brasileira, desde o final da década de noventa, em parceria com inúmeros estudiosos brasileiros, a emergência do Jovem enquanto sujeito que teria sua identidade atravessada fundamentalmente pela violência, de modo que a cidadania apareceria como estratégia para a pacificação destes jovens, determinando-se desta forma a série juventude-violência-cidadania. Neste sentido, a cidadania tem sido enunciada como dispositivo

regulatório para os modos de ser jovem nas periferias brasileiras, ao passo que se articula ao eixo de reflexão de enfrentamento à violência – a saber, a pacificação. Neste ponto de convergência encontramos visivelmente as nomenclaturas das 'polícias pacificadoras', 'polícia cidadã', 'mulheres da paz', projetos de formação e resgate da cidadania, entre outros. Junto a isto, trazemos a baila a possibilidade de que esta aliança 'paz-cidadania' se apresente enquanto a atualização de uma educação cívica aos moldes de ordenamento social, acabando por produzir uma pedagogia da vida que tem seus efeitos na consolidação do distanciamento entre jovens cidadãos pacíficos x jovens violentos, estes últimos, alvos de toda uma rede punitiva que vem se refinando na multiplicação de instituições de encarceramento e num estado de extermínio. Apoiados nisto, entendemos que nossa pesquisa enquadra no grupo de trabalho 4 Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil. Podendo contribuir com a discussão a cerca das práticas contemporâneas que vem se inscrevendo como alternativas de emancipação da juventude pobre no Brasil a partir das políticas de segurança pública, mas que trás em seu bojo a atualização de práticas de vigilância no ordenamento das cidades e na produção de novos modos de refinar o aparelho punitivo-preventivo da sociedade de controle. Colocamos em questão o discurso emergente da pacificação como justificativa para a retomada, por parte do Estado, de territórios chamados vulneráveis ou de risco por meio de um processo de crescente expansão do Estado de Polícia e de pedagogização do social.

Novos olhares no cotidiano do CRAS

Tayná Portilho do Prado, Eliane Regina Pereira, Bruna Morais Miranda, Aline Amaral Sicari

Ao considerar a importância da prática de estágio para a formação e atuação profissional, nos deparamos com a necessidade de refletir e discutir sobre esse fazer. Pensando nisso, relatamos um estágio profissionalizante na área de Psicologia Social e da Saúde, realizada no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), localizado em uma cidade mineira. Ao chegarmos ao serviço em questão deparamo-nos com práticas enrijecidas em decorrência de um cotidiano cristalizado. As visitas domiciliares ganhavam espaço na área de assistência social, mas voltavam-se apenas para distribuição de benefícios e para a entrega de notificações a famílias em descumprimentos às condicionalidades do Programa Bolsa Família, pautando-se, muitas vezes, em uma visão preconceituosa acerca da população atendida e da situação por ela vivenciada. Os acolhimentos e os atendimentos psicológicos aconteciam na própria unidade e quase nunca ganhavam as ruas da comunidade, além de ocorrem majoritariamente a partir de demandas espontâneas. As tentativas de aproximar as pessoas da área de abrangência eram

feitas por meio de um convite para se reunirem no CRAS para formar grupos informativos e socioeducativos, sobre temas definidos pela própria equipe e, geralmente, relacionados à obtenção ou suspensão de algum benefício social e sustentados em uma metodologia de palestras. Assim, a voz da comunidade não ecoava no serviço, fazendo com que ele se aproximasse dos modelos de assistência que comumente orientam, assistem e necessariamente vigiam as populações pobres. Dessa forma, encontramos desafios e obstáculos a serem superados, pois buscávamos questionar e refletir sobre as práticas instituídas neste serviço, procurando compreender os fazeres e seus efeitos nos sujeitos assistidos. Assim, tomamos frente a uma busca ativa, para conhecer os sujeitos da área de abrangência e enxergar as demandas que estavam presentes ali, para então refletirmos sobre o que e como oferecer, além de buscar um fortalecimento de vínculo entre os sujeitos e a comunidade. Essa postura imediatamente movimentou a equipe, que articulou parcerias com outros dispositivos sociais como escolas, unidades básicas de saúde, ONGs, e outros. Uma nova rede de assistência começava a surgir, e após contato com museus e bibliotecas, conseguimos montar uma minibiblioteca e brinquedoteca no CRAS com doações dessas instituições e de pessoas da comunidade. Incomodados com o contorno dos grupos informativos e socioeducativos, e sustentados em uma Perspectiva Histórico-Cultural que defende uma compreensão de grupo como condição para que o sujeito se humanize, iniciamos alguns grupos de reflexão: grupos com pais, crianças, adolescentes e um grupo com mulheres desenvolvido em um Assentamento próximo ao CRAS, vinculado ao Movimento Sem Teto da cidade. Objetivamos, nas atividades grupais, produzir um movimento (in) tenso dos sujeitos em relação a lugares sociais historicamente produzidos e a eles designados. Realizamos conjuntamente com as assistentes sociais as visitas domiciliares e refletimos sobre a necessidade de um olhar em equipe para com uma família, oferecendo a ela uma escuta e um cuidado maior que a distribuição de benefício. O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) rompe com os antigos modelos de assistencialismo para concretizar uma nova situação de proteção e direito, propondo-se a assegurar espaços de convívio, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e, ampliação das oportunidades para populações em situação de vulnerabilidade social. Porém, acompanhando o cotidiano do serviço, nos deparamos com a ausência de convívio, com a naturalização de conceitos sobre pobreza, risco, vícios, modos de vida, dificultando ações de empoderamento de sujeitos e famílias. Dessa forma, nosso olhar e nossa prática no CRAS partiu da potência contida na política pública que a embasa, defendendo que o serviço deve se configurar na participação da comunidade para superar as adversidades que são apresentadas

em seu contexto, e não apenas na transferência de renda ou outros benefícios. Nossa atuação, portanto, tem sido de movimento à medida que construímos junto à população outras maneiras possíveis de ser e estar no mundo, potencializando outros lugares que podem por ela ser ocupados, como o lugar da fala e de protagonista da própria história. A partir, então, de novos olhares para o serviço que estava sendo oferecido, questionamentos e discussões acerca do instituído puderam ser feitos e novas possibilidades de fazer tornaram-se possíveis.

O papel da política de assistência social na vida de Chico: entre a garantia de direitos e a normatização

Anna Júlia Giurizatto Medeiros, Marcelo Jackson Santos Silva

Este resumo é fruto de um ensaio realizado através das avaliações dos casos atendidos por profissionais de psicologia que atuam no Serviço de Promoção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, no município de Rio Largo/Al. Seu objetivo é compreender o papel que a política de assistência social desempenhou na vida de um adolescente acompanhado pelo referido Serviço, considerando-a como dispositivo do Estado situado entre a lógica de garantia de direitos e a normatização de modos de vida, ou, como diria Foucault (2008), uma instância Biopolítica. A política de assistência social tem passado por um reordenamento de sua vinculação histórica ao modelo meritocrático-conservador em direção à perspectiva redistributivista, orientando-se para a extensão da cidadania aos setores mais vulnerabilizados, através do reconhecimento dos riscos impostos pela economia de mercado e a compensação destes pela via da responsabilização do Estado na cobertura das necessidades sociais da população. Contudo os objetivos de redução das desigualdades sociais estão condicionados aos objetivos econômicos do país e alicerçados pelas práticas institucionalizadas de proteção social, na qual o Estado busca enquadrar os sujeitos em um funcionamento hegemônico, o que expressa a hibridez desta política. É partindo destas premissas que o Estado assume a proteção social de Chico. O adolescente foi inserido no PAEFI ainda criança, através do acompanhamento de sua família, seguido pelas demandas de sua genitora que sofria violência doméstica acometida pelo pai dele. Com o decorrer do acompanhamento do caso, Chico tornou-se alvo central de atenção para o Serviço, tanto pelas queixas da mãe e da escola frente a seu comportamento, como pelos riscos vividos pelo adolescente ao evadir a escola, perambular pela rua e se envolver com atos ilícitos. As ações em prol da garantia de seus direitos foram tomadas em diferentes esferas. No âmbito individual, destacam-se: aconselhamentos para adequação de suas práticas, busca ativa do adolescente nas ruas, internamento em abrigo. No âmbito familiar, além da inserção nos

programas oficiais de transferência de renda, destacam-se as ameaças e orientações comportamentais. Seja por um viés ou outro, a ótica de cuidado permaneceu centrada na ótica individualizante presente no binômio indivíduo/família, evidenciando o esforço em conferir cidadania através da naturalização da estrutura social. Para Scheinvar (2009), embora a perspectiva de cidadania ofereça sustentação jurídica para afirmar a igualdade entre os sujeitos, está alicerçada por modelos hegemônicos que historicamente os marginalizou pelas suas condições de não enquadramento econômico e disciplinar. A classificação de Chico e de sua condição de vida como desviante, presente na própria configuração da política, parte de uma lógica de normatividade, que expressa as inconsistências da mesma. Com todos estes percalços, compreende-se que esta política pode vir ao encontro dos anseios dos sujeitos, sendo para isto necessário superar as normatizações que a permeiam, considerando que estas oscilam entre uma perspectiva emancipatória e conservadora. Para tanto, é fundamental apontar os pressupostos que as orientam e sua inserção em um tipo de Estado em que a intervenção visa a "manutenção das relações sociais de determinada forma e/ou a partir de determinada norma" (Guareschi, Cruz, Lasta, 2012, p. 61). Nesta perspectiva, é grande o desafio enfrentado pelos profissionais de psicologia frente às táticas de governamentalidade, apontadas por Foucault (1999), presentes nos serviços e nas subjetividades e práticas psi institucionalizadas. No caso Chico, algumas ações foram realizadas em busca da superação destes saberes. O acompanhamento sistemático da situação voltou-se para redirecionar as ações da ótica do vigiar para o reconhecimento das demandas do adolescente e sua família. Com isto, outras situações e demandas foram expressas, como a violência física sofrida por Chico, acometida por seu pai, e o anseio do adolescente por permanecer próximo a seus irmãos e outros familiares significativos. Frente a insuficiência operativa da rede de serviços socioassistenciais e do sistema de garantia de direitos, buscou-se firmar diálogos mais diretos com o Ministério Público que, embora com diversas dificuldades, demonstrou mais envolvimento e reflexividade diante do caso. A consideração de seu universo simbólico foi de fundamental importância para abarcar o contato com outros familiares referenciados por ele e para buscar pontos de convergência e divergência entre seus interesses e os de sua genitora. Com isto, as inconsistências da política de assistência social, bem como de outras políticas públicas setoriais ficaram evidentes e foram implementadas novas intervenções calcadas pelos interesses dos usuários, como, em um primeiro momento, o encaminhamento de Chico para residir com outros parentes e, posteriormente, o aluguel de casa para ele residir com sua genitora e irmãos. Embora o confronto entre os discursos e práticas hegemônicos e as outras configurações de saberes tenha ficado mais explicito, o jogo de forças,

de um modo geral, conferiu maior peso político às tecnologias de poder engendradas pelo Estado, o que não foi suficiente para anular as potencialidades de Chico e sua luta por resguardar a autonomia na produção de sua subjetividade.

O papel do psicólogo nos CRAS de MG: avanços e desafios para se pensar a Psicologia Social e o SUAS

Luiz Felipe Viana Cardoso, Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo

Neste trabalho, propomos uma discussão acerca do papel do psicólogo social nos Centros de Referência de Assistência Social de Minas Gerais, a partir dos dados levantados em um pesquisa realizada no período de 2012 e 2013, com financiamento do CNPq/UFSJ. Sessenta e um psicólogos, de todas as regiões de Minas Gerais, participaram deste estudo. Por meio de um questionário online, nos foi possível (1) conhecer o perfil deste profissional; (2) compreender como se dá a atuação do psicólogo no CRAS; (3) identificar sua formação; (4) compreender quais são os papéis profissionais dentro da rede; (5) identificar as fontes de informações técnicas/profissionais; e (5) compreender as condições de trabalho destes psicólogos. Como aporte teórico-metodológico, fizemos uso da Teoria Ator-Rede que nos permitiu seguir um fenômeno em plena construção - a inserção da psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – buscando mapear as conexões que vão se estabelecendo entre os atores para a produção de efeitos nem sempre previsíveis numa rede mesclada de elementos heterogêneos. Dentre os resultados, verificamos que a representação que os psicólogos têm sobre o papel do CRAS para a comunidade é de que este é um equipamento que permite o acesso aos direitos socioassistenciais e à proteção dos vínculos familiares e comunitários. No que se refere a rotina de trabalho destes psicólogos, incluem-se visitas às famílias, busca ativa, entrevistas, orientação, coordenação de oficinas e trabalhos em grupo e acompanhamento do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Os participantes relataram uma sobrecarga de trabalho devido às questões burocráticas que deslocam o foco do atendimento psicossocial. Em relação aos desafios enfrentados pelos profissionais, destacam-se a falta de capacitação adequada, equipes insuficientes para lidar com a demanda, falta de estrutura e de recursos materiais. A formação do psicólogo para atuar no CRAS ainda é insuficiente, como demonstram os dados. Para lidar com essa lacuna, os psicólogos relataram buscar conhecimento nos principais autores da Psicologia Social e nas referências técnicas, cartilhas e manuais que tratam da prática do psicólogo no CRAS/SUAS. Em relação à confusão de papeis profissionais entre o psicólogo e o assistente social, os entrevistados acreditam que isso se explica pelo fato de a Psicologia ser

um campo novo nas políticas públicas de Assistência Social e que, por isso, ainda há um olhar dos usuários sobre o profissional da psicologia como aquele que faz atendimento individual clínico. Por não haver especificações claras nos referenciais teóricos, os profissionais são demandados a fazer uso de sua formação para lidar com as questões da assistência social. Nesse sentido, a psicologia ainda vem construindo o seu lugar no Sistema Único de Assistência Social, na busca por uma identidade dentro dos serviços. A inserção do psicólogo no âmbito de atuação das políticas públicas de assistência social, por sua recenticidade, ainda é um fato cercado de controvérsias, ou seja, é um assunto que ainda não atingiu o consenso dos envolvidos e ainda não se consolidou como um fato inegável e aceito por todos como uma questão fechada. Contudo, percebemos que vários modelos de atuação são possíveis devido ao contexto próprio de trabalho destes psicólogos e de suas múltiplas conexões com a rede da assistência social, uma vez que a psicologia social vem sendo mais um ator na construção do Sistema Único de Assistência Social no Brasil. Pensamos que a psicologia, sobretudo a psicologia social pode, nesse cenário, colaborar para a emancipação do sujeito, percebendo-o como protagonista de sua história. Nesse sentido, propomo-nos a discutir sobre a interface entre a Psicologia Social e a Assistência Social, entendendo estas como áreas do conhecimento que nos permitem pensar no psicólogo como o profissional que, na Rede SUAS, pauta sua prática no enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social das famílias e comunidade atendida, do ponto de vista do protagonismo do usuário, do profissional, do serviço e das políticas de assistência social como um todo. O psicólogo direciona o seu olhar para a subjetividade fazendo uso das ferramentas aprendidas na sua formação – a escuta e o olhar – e, por meio destas, percebe o usuário como alguém que está inserido em um contexto histórico, social e político específico. Assim, o trabalho do psicólogo no CRAS tem foco na Psicologia Comunitária, visando à emancipação e o empoderamento do sujeito, o que também exige deste profissional um compromisso ético-político.

Os sentidos das usuárias para a assistência social

Najara Lourenço dos Santos, Lilian Rodrigues da Cruz

O presente trabalho caracteriza uma etapa da pesquisa intitulada “Entre as práticas psicológicas e a política da assistência social” que se propõe a analisar de que forma as práticas psicológicas têm se articulado com as diretrizes da política de assistência social a partir do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e investigar os efeitos destas práticas no que se refere aos vínculos familiares e comunitários. Esta etapa do trabalho apresenta um recorte da

produção de dados desenvolvida junto a uma Usina Municipal de Reciclagem, gerida por uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis, onde muitas catadoras são usuárias do Programa Bolsa Família. A escolha do local se deu a partir de uma demanda de escuta de sujeitos que estivessem vinculados a um campo não relacionado com a assistência social municipal, afim de que as usuárias pudessem se manifestar livremente, sem que houvesse preocupação com a vigilância e o controle, característicos dos serviços socioassistenciais. O principal objetivo desta etapa foi o de conhecer quais os significados que as usuárias têm atribuído à política de assistência social, quais suas percepções acerca dos serviços e programas socioassistenciais e ainda, identificar quais os efeitos que a assistência social tem engendrado em suas vidas. A produção de dados se deu a partir da realização de três grupos focais com os seguintes temas geradores: (1) Política Nacional de Assistência Social (PNAS); (2) serviços e programas da assistência social e (3) vivências relacionadas à assistência social. E oito entrevistas com roteiro tópico que seguiu os seguintes eixos temáticos: (1) compreensão de vulnerabilidade social; (2) Programa Bolsa Família; (3) condicionalidades do PBF e (4) acesso e resolutividade dos serviços e programas socioassistenciais. Na análise preliminar dos dados foi possível perceber o quanto a assistência social ainda se confunde com práticas assistencialistas, onde a caridade se sobrepõe à noção de direito. O tensionamento entre "sujeito de direito" e "sujeito da caridade" aparece quando ao mesmo tempo em que as entrevistadas concebem a assistência social como "ajuda", onde elas agradecem pela caridade, se evidencia a noção de direito, através da indignação pelo valor recebido, da reivindicação ao direito atrelado, principalmente, ao pagamento de impostos. Quando se fala em assistência social a primeira relação que as entrevistadas fazem é com o Programa Bolsa Família (PBF), é quase como um sinônimo. Assim, constata-se que as entrevistadas associam o Programa Bolsa Família à Política de Assistência Social. Em relação às condicionalidades do PBF as usuárias, por vezes, se colocam em questionamento sobre a importância e necessidade de alguns compromissos que elas têm que assumir para continuar no Programa. Diante disso, muitas relatam que cumprem tais condicionalidades por obrigação, apenas para continuar a receber e não porque entendam estas exigências como sendo importantes em suas vidas. A Política Nacional da Assistência Social (PNAS) afirma que a família deve ser priorizada, onde o foco da atenção (integral) é para as famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social e/ou de risco. Entretanto, o conceito de vulnerabilidade social aparece como algo estranho às usuárias, em sua maioria desconhecem e/ou não dão importância para o termo, tornando evidente que a expressão tem servido mais como uma caracterização e classificação das famílias

que necessitam da assistência social, sem que estas realmente se percebam e/ou se identifiquem nessa situação. As entrevistadas "franzem a testa" ao serem questionadas sobre a chamada vulnerabilidade social, mas quando entendem que é por esse motivo que estão inseridas no PBF, rapidamente concordam que 'estão em situação de vulnerabilidade social', ao contrário, não podem pertencer ao Programa.

Participação social e a política de assistência social na Amazônia: interlocuções com a população de um garimpo

Lilian Caroline Urnau, Marie Claire Sekkel

Guiada pela intenção de compreender as dimensões implicadas na transposição de práticas assistencialistas para práticas de participação social na proteção social brasileira, temática central às politicas públicas desde a democratização do país, esta pesquisa teve por objetivo refletir sobre os limites e as possibilidades da mobilização e participação social da população de um território peculiar da Amazônia Ocidental, um garimpo de cassiterita, sediado num distrito rural do município de Ariquemes – RO. Contando com aproximadamente 10.000 habitantes entre: garimpeiros, donas de casa, comerciantes, funcionários da escola e da UBS, agricultores, aposentados, jovens e crianças, a localidade é historicamente associada a inúmeros significados negativos, entre os quais a pobreza e a violência, e embora produtora de inúmeras riquezas, não é efetivamente atendida pelas ações públicas, recebendo, serviços socioassistenciais esporádicos. A discussão aqui proposta é reflexo de uma pesquisa mais ampla, intitulada: "Psicologia e proteção social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo", que buscou compreender o contexto do garimpo; as histórias e os cotidianos familiares; as expectativas de futuro das famílias; as formas de participação social; bem como, os sentidos e experiências das famílias com a psicologia. A pesquisa de cunho etnográfico foi desenvolvida em incursões semanais ao garimpo, durante aproximadamente um ano, nas quais se realizaram observações participantes, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com vinte e dois residentes do local, totalizando quinze agrupamentos familiares. A análise, à luz da psicologia histórico-cultural, revelou certa unanimidade entre os enunciados dos participantes na afirmação das faltas e precariedades dos serviços públicos oferecidos, tais como o saneamento básico e o abastecimento de água inexistentes; a oscilação e queda frequente da energia elétrica; o número insuficiente de profissionais na Unidade Básica de Saúde, a falta de atendimento emergencial e de ambulância. Outras problemáticas também foram ressaltadas, entre as quais: a ausência de serviços de proteção social (apenas o Programa

Bolsa Família se faz presente para algumas famílias); a supressão de direitos trabalhistas aos garimpeiros, a criminalização da atividade e a dificuldade de organização coletiva destes trabalhadores, pelo desconhecimento da legislação trabalhista e mineral; a inexistência de programas voltados à construção de perspectivas profissionais para os jovens do local, que têm o garimpo como única opção de trabalho e renda, causa principal do egresso escolar precoce. Observou-se que a compensação financeira pela extração mineral, recebida pelo município, não retorna à comunidade do garimpo, onde programas para a configuração de outras atividades laborais e formas alternativas de sustento deveriam ser desenvolvidos, conforme orientações oficiais. Além desses limites, ficou evidente o insuficiente espaço participativo e democrático junto aos serviços públicos locais e à associação de moradores ali existente. As possibilidades de participação social se apresentam nos movimentos de estabelecimentos de fissuras, pela ação de reivindicação e denúncia desempenhada por algumas lideranças comunitárias, que ao mesmo tempo mantêm práticas de participação social individualizadas e marcadas por influências de religiões; bem como por mobilizações coletivas esporádicas diante de situações emergenciais, para reivindicar soluções junto a secretarias e órgãos da gestão estadual ou municipal. Estas questões emergem num cenário de consensos comunitários de posicionamento crítico diante das problemáticas enfrentadas e de um discurso identitário de necessidade de reconhecimento coletivo, mas contraditoriamente marcado por dificuldades da comunidade para lidar com as diferenças e heterogeneidades de pensamentos, morais religiosas e modos de agir, para organizar discussões e processos democráticos decisórios. Numa dimensão mais subjetiva, dos processos psicossociais, tais contradições repercutem, e são ao mesmo tempo movidas, por conflitos entre o medo e a vontade de agir; a falta de perspectivas e os sonhos; entre a adaptação e a consciência crítica; entre a vergonha gerada por preconceitos e a luta contra eles; o sentimento de humilhação e exclusão social e a vontade de ser reconhecido/valorizado e incluído. A pesquisa demonstrou a complexidade da participação social, para além dos conceitos ocos presentes nos textos da Política Nacional de Assistência Social, e a deficiência dos serviços socioassistenciais direcionados ao território analisado, onde ainda se mantêm exclusivamente assistencialistas. Reverter esse quadro implica na construção de ações de proteção social em conjunto com a comunidade e específicas às suas problemáticas. Ações que configurem espaços de transformação ao grave ciclo de vulnerabilidade e pobreza ao qual a população está submetida, pautadas na reflexão sobre os limites e possibilidades de mobilização e organização coletiva e na potencialização das possibilidades de enfrentamento já existentes.

Pensando o lugar dos Grupos e Oficinas nos CRAS – contribuições da Psicologia Social

Andressa Aparecida Garces Gamarra Salem, Michele da Rocha Cervo

O presente trabalho apresenta parte de uma pesquisa realizada, cujo objetivo foi compreender o papel que os grupos e/ou oficinas realizados nos Centros de Referência de Assistência Social assumem na efetivação da Política de Assistência Social, entendendo estas ações enquanto importantes estratégias de atuação/intervenção para a garantia de direitos e promoção de cidadania da população atendida. A Psicologia Social entende que o sujeito está inserido em um determinado contexto político, econômico, social e cultural e se constitui a partir das relações que estabelece com o meio, assim nos oferece subsídios, como a discussão referente ao processo grupal, que apreende o grupo enquanto uma experiência histórica, que se constitui em determinadas condições, como tempo e espaço, e resulta das trocas de experiências entre os indivíduos que refletem aspectos da realidade social. Entendendo que a proposta do referente GT é poder problematizar as práticas psicológicas no campo de direito e cidadania, propomos com este trabalho uma reflexão acerca das práticas realizadas nos Grupos/Oficinas (G/O) nos CRAS, bem como da atuação dos profissionais que conduzem os G/O, ou seja, do oficineiro. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que através de ações e equipamentos buscam desenvolver sujeitos críticos e autônomos para atuar em sua realidade social, tendo como base a garantia de direitos e a proteção social. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) o referente equipamento é a principal estratégia para que sejam efetivadas as ações da Proteção Social Básica (PSB) que visa à prevenção de riscos por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Os CRAS são unidades públicas de base municipal, responsáveis pela prestação de serviços e programas socioassistenciais, sendo implantados em locais que possuem índices significativos de vulnerabilidade e risco social. Nos CRAS estão previstas ações como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), e os serviços a eles vinculados, como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Ressalta-se como uma das principais ações dos serviços supracitados o trabalho com Oficinas e Grupos. A pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida a partir de entrevistas semi-estruturadas com profissionais que atuam nos CRAS em um município do interior do estado do Paraná, dentre eles Psicólogos e Assistentes Sociais. Para o tratamento dos dados utilizou-se da análise se conteúdo de Bardin (1977). Partimos do entendimento de que os grupos

e/ou oficinas (G/O) são importantes dispositivos onde se concretizam as ações operacionais dos CRAS, sendo espaços que possibilitam trocas de experiência na relação com o outro. A partir da análise de demandas existentes no território e necessidades da comunidade é que são pensadas a criação, manutenção e objetivos dos G/O. Dentre os elementos que compõe os G/O estão o coordenador, os integrantes do grupo, as técnicas utilizadas e os objetivos que se utilizam para tal. Nos G/O as técnicas são meios e não fins para o alcance de objetivos. Elas devem ser compreendidas como facilitadoras para fomentar discussões, compartilhar sentimentos, ideias, dúvidas, auxiliando na construção da luta por direitos. A maneira como as técnicas são entendidas e aplicadas no processo não está desvinculada do modo como o coordenador às entende, ou seja, reflete a necessidade de se pensar quais os efeitos dessa prática. Ao coordenador atribui-se uma das principais funções no processo grupal, assumir uma postura de atuação e construção coletiva, estando atento e aberto ao que acontece naquele espaço singular é o que o oficineiro deve buscar. A construção coletiva se dará quando os interesses que o grupo apresenta e os objetivos preconizados pelos CRAS estiverem em consonância, ou seja, quando as ações forem estratégicas e pensadas em uma perspectiva crítica que instrumentalize e possibilite o sujeito ser ator de sua transformação. Os resultados da pesquisa nos levam a pensar que o foco das O/G deve-se voltar ao caminho que se percorre para alcançar a autonomia e protagonismo do sujeito envolvido e não o produto final em si.

Práticas restaurativas na socioeducação: ampliando o conceito de justiça

Iara da Silva Ferrão, Jordana Rodrigues da Silva, Iara da Silva Ferrão, Ana Cristina Garcia Dias

Ao adolescente que pratica um ato infracional, após o devido processo legal, será aplicada uma Medida Socioeducativa (MSE). Na aplicação da MSE, devem ser consideradas as características da infração e as circunstâncias sociofamiliares, visando possibilitar que o adolescente supere sua condição de exclusão por meio da reinserção na sociedade. O Sistema Socioeducativo, que é o conjunto de todas as medidas privativas de liberdade (Internação e Semiliberdade) as não privativas de liberdade (Liberdade Assistida (LA), Prestação de serviço à Comunidade (PSC) e a Internação provisória, de acordo com estudos de diversas áreas, apresenta numerosas dificuldades em seu cenário. A Justiça Restaurativa (JR) entra no cenário da socioeducação como nova alternativa de proceder no sistema atual acusatório e retributivo. A JR não é apenas uma construção teórica, mas também um modelo de praticas testados e usados em diversos países, sendo ainda recomendado pela Organização das Nações Unidas

(ONU). Este trabalho é um recorte do Projeto: "Adolescência e ato infracional e processos de identificação um estudo com adolescentes em conflito com a lei", mais precisamente do subprojeto: "Desenvolvimento de um programa de atendimento para adolescentes infratores baseado na justiça restaurativa". Ele foi pensado com o objetivo de, aprofundar e propagar o conhecimento a respeito das práticas restaurativas na Socioeducação, através da análise da literatura. Os estudo servirão de referência e apoio na construção do programa de intervenção baseado nos preceitos do Protagonismo Juvenil e da JR. O Grupo de Trabalho (GT) escolhido foi Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos E Juventude no Brasil, e o eixo temático Assistência Social. Entende-se que ambas escolhas encontram confluência com trabalho, uma vez que, preveem estudos destinados a indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. Acredita-se ainda, que ao se propor uma reflexão da inserção de novas práticas ao sistema socioeducativo também se propõe também possibilidades para atuação de psicólogo nestas áreas. Por fim as práticas restaurativas podem ser uma oportunidade para a promoção e garantia dos direitos humanos, cidadania, inclusão e igualdade social. Todas estas previsões estão confluentes com GT e eixo temático escolhidos. Nesse sentido, Inicialmente foi realizada uma análise da literatura nacional sobre Justiça Restaurativa e programas de intervenção voltados para adolescentes em situação de conflito com a lei, que utilizam os conceitos de protagonismo juvenil e JR. Dessa forma, com base numa revisão sistemática realizada anteriormente, realizou-se uma nova leitura do material como foco na identificação de trabalhos que descrevessem as ações da JR que estão efetivadas nas práticas do sistema socioeducativo. A partir desse levantamento foram identificados 18 trabalhos. Os trabalhos foram lidos e analisados qualitativamente (BARDIN, 1977/19790). As principais praticas baseadas nos princípios JR encontradas no Sistema Socioeducativo de acordo com os estudos, foi a realização de Círculos nas suas ações. Sobre isso a JR se oferece como um modelo consensual de tentativa de reconstrução de uma relação que foi quebrada entre transgressor e ofendido, em consequência de um delito ou ato infracional, para curar os traumas e as feridas deixadas, envolvendo a família e a comunidade em um círculo de soluções. Os Círculos de Compromisso realizados no Sistema Socioeducativo durante o cumprimento de MSE dividem-se em três etapas: o pré-círculo (preparação para o encontro com os participantes); o círculo (realização do encontro propriamente dito) e o pós-círculo (acompanhamento). O pré-circulo é momento no qual são realizadas oficinas, que apresentam o projeto aos adolescentes, se realiza o contato com as famílias, comunidade e redes de profissionais que atendem aos jovens. O Círculo, por sua vez, é feito entre pessoas diretamente envolvidas no processo de

acompanhamento ao egresso, ou seja, o adolescente que após cumprir MSE se prepara para retorno do convívio, familiar, comunitário e social. Neste momento busca-se articular o trabalho ao Plano Individual Atendimento (PIA) do egresso, responsabilizando os diferentes atores pelas ações acordadas no circulo. O pós-círculo é a fase do acompanhamento da execução do PIA construído, em equipe, no Circulo de Compromisso. A execução do Círculo de Compromisso é um momento único, sendo que cada círculo carrega a singularidade da historia de vida destes adolescentes. Em conclusão entende-se que as práticas restaurativas no Sistema Socioeducativo transcendem a aplicação meramente judicial, pois compreendem um conceito ampliado de justiça. A justiça estatal atual é fundamentada numa justiça retributiva-punitiva, diferente dos preceitos das práticas restaurativas que tem foco na restauração do conflito. Ainda com relação a JR, a implementação Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) prevendo a prioridade de práticas restaurativas na socioeducação pode dar um panorama de visibilidade a sociedade sobre a responsabilização do adolescente que comete ato infracional. Neste sentido esta visibilidade pode contribuir com questões sociais emergentes, como a atribuição de serem os adolescentes os grandes responsáveis pelo aumento e gravidade da violência urbana e que redução da maioridade penal seria a alternativa mais viável para redução da violência.

Problematizações sobre a produção de conhecimento da Psicologia na interface com o sistema socioeducativo

Aline Kelly da Silva, Simone Maria Hüning, Renata Laureano da Silva

A presente proposta tem como objetivo realizar uma discussão, a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso, acerca do que se tem produzido na Psicologia, especificamente nos periódicos científicos da área, no que concerne às medidas socioeducativas aplicadas a jovens autores de atos infracionais, previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Entendemos que este trabalho dialoga com o Grupo de Trabalho 4, na medida em que se propõe a problematizar o conhecimento produzido pela Psicologia e os possíveis efeitos de determinadas práticas psicológicas construídas a partir dos discursos nesse campo científico. Buscamos, assim, analisar uma multiplicidade de discursos no âmbito da Psicologia e suas implicações com a produção de determinados modos de subjetivação e práticas de intervenção no sistema socioeducativo, o qual, por sua vez, situa-se na interface das políticas públicas de Assistência Social com as políticas de Segurança Pública e de Juventude. Dito isso, explicitamos a metodologia utilizada no estudo: realizamos dois levantamentos bibliográficos no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Psi) em 2011 e 2012, respectivamente.

Escolhemos este sítio por ser um portal de pesquisa que permite o acesso a um maior número de bases de dados. Os artigos analisados foram publicados nas bases de dados Index Psi Revista Técnico Científica, Scielo, LILACS e Portal Revista USP e acessados por meio dos seguintes descritores: Medidas socioeducativas e Psicologia; Psicologia e Liberdade Assistida; Psicologia e Prestação de Serviços à Comunidade. Adotamos como ferramenta a análise de discurso foucaultiana, que enfoca as relações de saber-poder na produção de regimes de verdades e as implicações éticas e políticas dos discursos. No total, analisamos dez artigos e estruturamos nossa discussão a partir dos seguintes eixos: concepções de sujeito; compreensões do fenômeno infracional e das medidas socioeducativas; e práticas profissionais no sistema socioeducativo. As concepções discutidas em cada eixo referem-se tanto ao que é proposto pelos autores dos trabalhos quanto às compreensões dos sujeitos por eles entrevistados em suas pesquisas. No primeiro eixo, identificamos concepções ligadas a uma perspectiva do desenvolvimento, ao Estatuto da Criança e Adolescente e às potencialidades dos sujeitos autores de atos infracionais. No segundo, as compreensões sobre a infração referem-se à origem familiar e a uma multiplicidade de fatores que apontam a complexidade do fenômeno. Já as medidas socioeducativas são entendidas, por um lado, a partir do ECA, e por outro, como um dispositivo de controle e vigilância. Destacam-se ainda as práticas profissionais de correção e punição no sistema socioeducativo e surgem problematizações de alguns autores sobre o que propõe o ECA, sobre a inserção da Psicologia e o trabalho interdisciplinar. Assinalamos algumas implicações dos conceitos de adolescente e de jovem nas práticas psicológicas, a saber: a adolescência como uma fase de desenvolvimento, balizada pela faixa etária e por um período de transição na vida dos sujeitos, que demarca uma identidade a eles e está atrelada a práticas psicologizantes; juventude, por outro lado, é um termo adotado tanto pela Política Nacional de Juventude como por autores tais como Coimbra, Bocco e Nascimento (2005), para referir-se à existência de uma multiplicidade de vivências bem como à intensidade e às potencialidades desses sujeitos. Pressupõe, portanto, a participação desses sujeitos nas políticas públicas que os têm como alvo de intervenção e a valorização de suas vivências a partir das condições sociais em que se constroem. Aponta-se o quanto os saberes psicológicos ainda sustentam a noção de família desestruturada, a partir da produção de "jovens infratores" como um problema oriundo de famílias desestruturadas, o que se relaciona com a construção de intervenções voltadas ao ajustamento de indivíduos, tomando suas condutas e famílias como alvos de controle e governo. No que se refere às medidas socioeducativas, se, de um lado, alguns trabalhos apontam seu caráter pedagógico, enfatizando que precisam promover o protagonismo e a autonomia dos

socioeducandos, por outro lado há trabalhos que criticam o modo como vêm sendo efetivadas. Em vista disso, diversos trabalhos ressaltam a necessidade de construção de novas práticas no contexto socioeducativo: pautadas no trabalho interdisciplinar e que rompam com a concepção menorista ainda presente nos estabelecimentos socioeducativos. Assim, notamos que, embora a autonomia e o protagonismo sejam defendidos como condições das medidas socioeducativas, as práticas profissionais ainda estão distantes desses pressupostos. As intervenções da psicologia, especificamente, não raras vezes reproduzem práticas de tutelamento e patologização desses sujeitos. Entendemos, a partir da leitura de Michel Foucault e dos trabalhos analisados, que a Psicologia não somente atua sobre determinadas questões, mas produz sujeitos e problemáticas que se tornam alvos de sua intervenção. Dessa maneira, assinalamos que o modo como operamos a partir de determinados conceitos e teorias imbrica-se com nossas ações profissionais, possuindo dimensões políticas e éticas, indissociáveis das práticas psicológicas e do conhecimento produzido nesse campo de saber.

Projeto Filas em Prisões: Assistência Psicossocial no Sistema Prisional

Mariane de Sousa Carmo, Tainá Fernandes Vieira, Julia Martins Damas, Thaís Mendes de Almeida, Thaís Souza Santos, Aline Pacheco Silva

O trabalho é decorrente do subprojeto “Filas”, inserido no projeto “CULTHIS” (Cultura, História e Trabalho), que integra as atividades do Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Psicologia do Trabalho, LabTrab, da Universidade Federal de Minas Gerais. Através das intervenções feitas pelo projeto “CULTHIS”, que enfoca o sistema prisional, principalmente da cidade de Belo Horizonte e região metropolitana, deu-se atenção especial às pessoas que enfrentam as filas diariamente para entrega de pertences e também para visitas nos presídios. Os dias de visitas nas prisões caracterizam-se por longas filas de mulheres carregadas de sacolas que guardam durante horas, de pé, em fila sob sol ou chuva e após passar pela revista vexatória, entram, enfim. Nas sacolas, comida caseira, biscoitos, doces, cigarros, material de higiene pessoal, de limpeza, e o que mais permitirem as normas do presídio. As regras institucionais de visitação e entrega de pertences apresentam-se, muitas das vezes, como instáveis, pouco divulgadas e claras, e em alguns casos aleatórias, de modo que é comum escutar nas conversas das mulheres que tudo irá depender se os agentes penitenciários e demais funcionários “forem com a sua cara”. Tais fatos dificultam o processo de visitação, tornando-o ainda mais penoso. Wacquant (2001) afirma que os efeitos do encarceramento não se restringem aos encarcerados, mas também aos seus familiares. Assim, propomos um “consultório de rua”, dando suporte e

atendimento psicossocial aos indivíduos que estejam de alguma maneira, inseridos ou vinculados ao sistema prisional.Este projeto se justifica como uma ação de extensão na medida em que propõe uma aproximação mais efetiva com a comunidade em situação de precariedade de condições de vida, oferecendo-lhes acompanhamento psicossocial, ou seja, assistência jurídica, psicológica e social, esta última seria a ajuda na procura de emprego, emissão de documentos, formação profissional, bolsas assistências, etc. e com isso alcançar o objetivo maior de promover o encontro entre participantes do programa CULTHIS e familiares e amigos de presos, visando criar juntos, condições objetivas e subjetivas de participação social e política para que possam exigir a garantia dos seus direitos fundamentais e de seus parentes presos, buscando a transformação social e a consolidação da cidadania, através da observação e intervenção em filas nas prisões. Como um dos objetivos temos o desenvolvimento de metodologia específica para o trabalho em filas de familiares e amigos de presos. Alunas da graduação frequentam semanalmente as filas do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional da Gameleira (CERESPGameleira), onde váriasfamílias levam pertences aos presos. Nestas visitas, elas oferecem suporte às famílias, ouvem seus problemas e seus casos, fazendo um pequeno acolhimento, e este acolhimento tem continuidade no laboratório, através de entrevistas. A abordagem é feita pessoalmente e é apresentado o projeto através do flyer deste. Nele estão contidasinformações sobre o projeto, o que é oferecido e onde procurar. Ao conversar, observa-se a demanda de cada caso, que é anotado e passado para o advogado ou para a psicóloga. Durante os três meses observou-se uma demanda grande de casos para a assistência jurídica, mostrando uma prevalência nessa atividade. Já para assistência psicológica obtivemos pouca demanda. Mesmo as visitas sendo feitas apenas às terças-feiras, e as filas sendo dividas pelos pavilhões que os presos se encontram, através das demandas judiciais, averiguou-se um número alto de casos relacionados ao tráfico de droga. Uma dificuldade encontrada foi a continuidade com as conversas durante as semanas, pois a maioria das vezes as pessoas não são reencontradas, e quando são, não é mantido um vínculo, já que estão com pressa ou não se sentem à vontade para continuar a conversa. Notou-se também que a pessoa, depois de um primeiro desabafo, muitas vezes não dá continuidade, porque se sente acanhada. Outro fator que ficou evidente, através dos relatos, que há uma falta de informação e abandono do sistema prisional aos familiares do presos, em que muitas vezes não informam sobre quais dias corretos para a entrega de pertences, e nem se o detento está mesmo naquela instituição, já que há muitas transferências sem aviso. Mesmo que inicialmente a prioridade de solicitação de assistência não seja o atendimento psicológico, durante os breves acolhimentos, deparou-se

com situações de forte desabafo e emoções intensas, que leva a perceber que tal assistência ofertada é de extrema importância e, muitas vezes, ameniza conflitos provocados pela realidade prisional. Por fim, é possível dizer que o objetivo do projeto está sendo alcançado aos poucos, pois construímos, aos poucos, um vínculo entre o CULTHIS e os presos e suas famílias, o que pode ser verificado pela grande demanda e efetivos acolhimentos.

Psicologia e práticas em comunidades: tensões e possibilidades de trabalho no Projeto Caravana da Esperança

Danielle Alves Menezes

O Projeto Caravana da Esperança é uma iniciativa do Serviço Social do Comércio de Sergipe, presente em oito comunidades de Aracaju, através da qual são atendidas crianças de seis a doze anos, consideradas em situação de vulnerabilidade social e matriculadas na rede pública de ensino. Neste projeto, as crianças recebem orientação pedagógica, realizada por estagiários de pedagogia e pedagogos, com ênfase nas dificuldades da aprendizagem do conteúdo escolar, participam de oficinas de artes e de oficinas temáticas realizadas com o psicólogo e o assistente social. Assim, o trabalho da psicologia neste projeto se encontra atravessado principalmente por três campos de práticas: o assistencial, o comunitário e o educacional. De acordo com Paul Veyne (1995), podemos entender "práticas" como sendo "aquilo que os homens efetivamente fazem, não aquilo que eles pensam a respeito do que fazem". Elas definiriam os acontecimentos históricos, de modo que a tarefa de problematiza-las seria fundamental. Procedendo dessa forma, seria possível evitar um erro muito comum que é o de analisar os fenômenos sociais a partir dos objetos, pensamento que ignoraria os processos que concorreram para "fabrica-los". Tal caminho engendraria a naturalização deles e, consequentemente, os falsos problemas e condutas previamente determinadas. Partindo disso, a premissa principal para este pensador é o reconhecimento do caráter histórico das práticas sociais, do enviesamento dos discursos em relação a um tempo, movimento que nos leva sempre em direção à desnaturalização do que tomamos por objeto (de estudo, de pensamento, etc.) e a um deslocamento da atenção do analisador para estes processos de "fabricação" dos objetos. Baseado nessa reflexão, acreditamos que para pensar em possibilidades de trabalho da psicologia é preciso pensar o campo de forças no qual seus objetos de estudo são engendrados. Sabe-se atualmente que a presença de práticas da psicologia na assistência social, além de recente, é cada vez mais intensa. Portanto, é uma função emergente que necessita ainda de referências para atuação, fato que nos convoca a (re) pensar permanentemente as finalidades do trabalho nestes espaços e

suas possibilidades de inserção. Um ponto de partida para esta reflexão, segundo Carmem Senra e Raquel Guzzo (2012), seria assumir que ferramentas da clínica tradicional são insuficientes e muitas vezes limitadas, implicando a necessidade de desnaturalizar o que entendemos por indivíduo e de realizar análises críticas do contexto social e político. Atesta-se igualmente o crescimento de práticas em comunidades, as quais, segundo Maria de Fátima Quintal de Freitas (2005) advêm de um processo de "periferização". Este processo decorreria do crescimento urbano que, por sua vez, não teria sido acompanhado de investimentos públicos para atendimento da população. Como alguns dos efeitos, assistiríamos ao surgimento de organizações (não) governamentais com esta responsabilidade, inscritas em uma lógica assistencialista, e sem pretensões de reais transformações na realidade social. Surgem, desse modo, novos campos de trabalho, situação que impõe pensar projetos políticos a eles relacionados. Já em relação ao campo educacional, sabemos que o ranço histórico muitas vezes surge com força orientando práticas individualizantes, centradas no diagnóstico e no aluno, reforçando tendências pedagógicas calcadas fortemente na ideia do "fracasso escolar" somente como responsabilidade individual, prescrevendo condutas esperadas, as quais contribuem, em alguma medida, para uma medicalização da educação e da infância cada vez mais frequente. Tendo em vista a superação desse modo de operar, uma reorientação da função-psicólogo seria considerar educação como processo de subjetivação, tal como nos coloca Michel Foucault (1984), através do qual se criam modos de ser e pensar. Analisando dessa forma, seria preciso problematizar tendências pedagógicas em voga, bem como a relação entre a produção de práticas escolares e finalidades educacionais específicas de um contexto histórico, para então efetivar outros fazeres da psicologia neste campo. Considerando estas questões, as estratégias efetivadas no Projeto Caravana da Esperança buscaram primeiramente ampliar o referencial de compreensão da realidade institucional e organizacional característico do referido projeto, buscando relacioná-los com o contexto social, histórico e político de nossa sociedade. Visando também à construção de um trabalho protagonizado por toda a equipe, as análise e ações pensadas/empregadas objetivaram integrar os olhares que os mais diversos saberes oferecem. Sendo assim, as ações da psicologia intencionaram criar e fortalecer interfaces de trabalho com o assistente social, equipe pedagógica, com o saber dos pais das crianças assistidas e com a própria comunidade. Propomos, desse modo, a partir da análise do próprio local de onde são engendradas estas práticas, discutir como tem sido possível o trabalho de um saber psicológico no Projeto Caravana da Esperança, as tensões e desafios pertinentes, bem como de que forma

se tem construído dispositivos de trabalho a partir da problematização das noções de infância, educação e comunidade, e da própria psicologia e pedagogia como campos de saber.

Reflexões e inquietações do psicólogo na Assistência Social: "Uma vivência no PAEFI"
Gizelle Regina Cardoso

Este estudo tem o objetivo de problematizar o papel e atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A escolha pelo Grupo Temático busca estabelecer interlocução com pesquisadores e profissionais da área, refletindo criticamente sobre o saber e práxis da Psicologia neste contexto. A Política de Assistência Social (PNAS, 2004) assegura os direitos sociais e a cidadania como política pública estatal. O SUAS constitui-se no modelo de gestão responsável pela organização dos serviços e benefícios socioassistenciais em dois níveis de proteção social, a básica e a especial. A primeira destinada às ações de caráter preventivo e de fortalecimento das populações em situação de vulnerabilidade social é ofertada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A segunda consiste na atenção especializada e contínua a indivíduos e famílias com diferentes violações de direitos, a qual é oferecida pelo Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) contando com o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) entre outros. Pautado no referencial teórico da Psicologia Social Crítica, documentos técnicos produzidos pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e de relevantes discussões sobre os processos psicossociais de violências e exclusão social (Jodelet), humilhação social (Gonçalves Filho) e sofrimento ético-político (Sawaia) pode-se refletir sobre a prática “psi” nesta recente política pública. No que se refere ao método, utilizou-se o relato de experiência a partir da atuação de um psicólogo durante o período de 2008 a 2013 no PAEFI em um CREAS de um município da grande Florianópolis/SC. Neste serviço, a proposta de trabalho baseia-se no acompanhamento de 25 famílias referenciadas a uma equipe técnica constituída por dois profissionais, psicólogo e assistente social, que utilizam instrumentais como: acolhimento, entrevistas, atendimentos individuais e familiares, visitas domiciliares, institucionais, atividades em grupo, construção do Plano de acompanhamento Individual/ Familiar e articulação em rede, entre outros. No decorrer de cinco anos, a equipe psicossocial do PAEFI acompanhou 74 famílias, sendo que até o mês de maio deste ano, 60 casos foram desligados do citado serviço. O encerramento de casos por múltiplas razões compreendendo a mudança de munícipio, determinação judicial, encaminhamento para outra política pública por se tratar de situações específicas da Saúde Mental e o fato da família anteriormente fragilizada não

vivenciar mais a violação de direito responsável por seu encaminhamento ao Serviço de Proteção. Contudo, o motivo de desligamento que desperta atenção especial, totalizando 41 casos, consiste na denominada "não adesão" familiar ao acompanhamento do PAEFI. A princípio, a "não adesão" baseia-se, no descompromisso, desinteresse ou ainda a impossibilidade de a família assumir o processo de acompanhamento, realizando os encaminhamentos avaliados e acordados entre equipe e grupo familiar. A relevância desta informação desperta uma série de inquietações e questionamentos, revelando algo significativo sobre o saber-fazer da equipe técnica, o modelo de atendimento do Serviço de Proteção, a atuação do psicólogo no SUAS e a própria PNAS. A atuação profissional nesta política pública é atravessada por múltiplos elementos presentes na administração municipal entre eles: recursos financeiros limitados, dificuldades na gestão do trabalho, interesses político-partidários, qualificação profissional insuficiente e relações de trabalho precárias promovendo rotatividade de trabalhadores. Em termos de considerações finais, este trabalho compreende que são incontestáveis os avanços da PNAS e as contribuições de conhecimentos psicológicos, como os processos psicossociais e modos de subjetivação, no trabalho desenvolvido nos serviços do SUAS. Por outro lado, considera-se fundamental levantar alguns questionamentos expressos em três eixos: a enigmática ação psicossocial, a adoção do modelo de acompanhamento irreconhecível à população atendida e o sujeito da Assistência Social. No primeiro eixo, identifica-se a dificuldade em compreender e problematizar essa denominação "psicossocial", mostrando-se como um termo "pronto", socialmente partilhado. Os trabalhadores sociais dificilmente questionam essa suposta produção de um conhecimento ou intervenção "psicossociais" na prática cotidiana. Esse aparente saber oculta as contradições e tensionamentos presentes na relação entre profissionais de matrizes teóricas, epistemológicas com modelos de atuação diversos. No segundo, a reiterada desistência das famílias ao acompanhamento pelo PAEFI pode apontar para a dificuldade da população atendida se sentir reconhecida e identificar nas ações e encaminhamentos planejados conjuntamente algo de significativo e novo que possa efetivamente potencializá-la na superação das violações vividas. Consequentemente, o trabalho desenvolvido pelo PAEFI representa assim como outras intervenções realizadas pelo Sistema de Garantia de Direito um conjunto de orientações, comumente de caráter normativos e normalizadores, que estão distante de atender os anseios e expectativas dos usuários desta política. No último eixo, pode-se refletir acerca do sujeito da Assistência Social para além desse sujeito cidadão detentor de direitos, que experimenta vulnerabilidades e violações variadas. Torna-se fundamental considerar a concepção de um

sujeito múltiplo, complexo, "estranho" que escapa aos conhecimentos da Psicologia e Serviço Social e ideais da PNAS. Talvez entender os limites e paradoxos desta realidade constitua um importante papel ao psicólogo.

Saúde e aprisionamento: impasses na efetivação de direitos

Talitha Lousada Teixeira, Tatiana Minchoni

O estudo se propõe a mapear o acesso às políticas públicas de saúde por parte das mulheres do Centro de Detenção Provisório Feminino (CDP), localizado no município de Parnamirim. A relação dessa pesquisa com o Grupo de Trabalho (GT) "Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude" se encontra no fato de que a violação de direitos sofrida pelas detentas do CDP fere os direitos humanos básicos e fundamentais, sendo importante a exposição desse trabalho no referido GT. Nos tempos atuais, o sistema penitenciário se encontra em um nível elevado de precariedade, a falta de condições básicas que resultam na ausência de uma vida com o mínimo de dignidade. As detentas que estão à espera do julgamento, ficam expostas à condições deploráveis, que incluem ausência de infraestrutura organizacional e física que possam dar suporte a possíveis atendimentos médicos. Para além disso, esse esboço gravemente prejudicial a vida humana, acarreta em extrema falta de higiene, inexistência de assistência às mulheres grávidas, diversos e imensos problemas correlacionados a saúde bucal, mental, física e psíquica dessas mulheres mantidas em estado de cárcere. Essa dura e violenta realidade, resulta na violação de direitos humanos básicos e fere o art. 196 da Constituição Federal Brasileira de 1988, que ressalta o dever do Estado de garantir a promoção, proteção e recuperação da saúde de todos, através de políticas sociais e econômicas que gerem o reducionismo dos riscos de doenças e diminuição de agravos, sendo um direito de toda população brasileira o acesso à saúde, de forma universal e igualitária. O art. 14 da Lei de Execução Penal também determina que o preso e o internado tenham acesso a assistência saúde preventiva e curativa, com atendimento odontológico, farmaceútico e médico. Dessa forma, é papel do Estado se fazer presente nesse dever através de políticas públicas, na formulação e aplicação das mesmas. Porém, na prática, o que se vê é uma absoluta escassez das práticas de políticas em sáude, que visem a sua promoção eficaz no território prisional. Para o alcance dos objetivos propostos, foram necessários mapear 3 (três) órgãos públicos, denominados Unidade Básicas de Saúde (UBS), estas foram escolhidas pelo princípio da territorialidade, localizadas na região do CDP e o Conselho da Mulher, também localizado nos arredores do CDP de Parnamirim. A metodologia utilizada foi a Investigação Ação Participativa (IAP), sendo

possível analisar os dados por meio de diários de campo e de entrevistas semi estruturadas. Com a obtenção dos dados, pode-se verificar a existência de alguns projetos a serem desenvolvidos no CDP, dentre eles, visitas semanais de enfermeiras para exercer as atividades de exame preventivo no âmbito ginecológico, de pré-natal de gestante e vacinação. Visitas também semanais de médico e dentista e a disponibilização de produtos como seringas, nebulizadores e receituários. Ocorre que, esses serviços não foram observados em prática, por diversos e variados fatores, incluindo escassez de agentes penitenciários e de carros que pudessem assegurar o ir e vir das presas, quando elas não podem ter atendimento dentro do CDP, como exemplo pode-se citar o caso das detentas que estão grávidas e necessitam de local apropriado para a realização do parto. A indisponibilidade de médicos que garantissem o atendimento em um centro de detenção provisório e a falta dos mais variados recursos, impedem o acontecimento do que se é proposto pelos orgãos públicos. Constatamos também preconceito por parte da equipe de saúde no trato com as detentas, em entrevista uma médica chegou a se recusar fornecer o seu trabalho em determinada UBS, porque a mesma oferece serviços e atendimentos ao CDP de Parnamirim. Esses dados corroboram para a violação dos direitos das presas, já que, quando um cidadão está preso o que ele perde, portanto, é a sua liberdade de ir e vir, todos os outros direitos que são assegurados pela Carta Magna deve ser mantido, bem como educação, assistência jurídica e material, trabalho e principalmente, saúde.

Segurança, território, população: reflexões sobre o SUAS a partir do Seminário de Foucault

Anna Luiza Trein

O presente trabalho origina-se de reflexões feitas por mim a partir de uma disciplina cursada ao longo do Curso de Mestrado em 2011 na UFRGS, intitulada Seminário de Foucault: Segurança, território, população . O trabalho final do semestre incluiu análise crítica de alguns aspectos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS como campo de tensões no qual se podem atualizar relações de poder e uma certa governamentalidade ou racionalidade de governar. O SUAS, que já vem sendo concretizado nacionalmente desde 2005, mas cuja lei de nr. 12.435 foi sancionada somente em julho de 2011, representa a consolidação e organização de práticas assistenciais que já aconteciam antes no país. O SUAS atualiza, ordena, sistematiza e operacionaliza as práticas, assim como inclui outros atores para além dos Assistentes Sociais para atender demandas identificadas há décadas como uma questão de ordem socioeconômica e política. Isto significa que o SUAS não inaugura práticas de assistência no Brasil; antes pelo

contrário: as práticas de assistência ao longo do tempo é que possibilitam a emergência de uma lei nacional como o SUAS, que formula o objeto de assistência: a proteção social das famílias. Pode-se considerar o SUAS como uma biopolítica, que diz respeito à maneira de racionalizar os problemas da prática governamental através de fenômenos próprios de uma população – p. ex. saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças (FOUCAULT, 2008a). Está intrinsecamente ligada à governamentalidade desta população, ou seja, à racionalidade adotada para governá-la. Nesse sentido, a biopolítica tem a função primeira de estudar, prever e regular o comportamento da população num determinado território, regular o modo de vida da população. Governamentalidade não se refere somente à regência dos outros; é primariamente a relação consigo mesmo. Foucault (2004) define governamentalidade da seguinte forma: "conjunto de práticas mediante as quais se podem constituir, definir, organizar e instrumentalizar as estratégias que os indivíduos, em liberdade, podem ter uns em relação aos outros" (p. 414). Agir sobre a ação dos outros. Destaca-se o elemento da liberdade, para que ocorra relação consigo e com o outro. Neste sentido, o autor resgata o chamado imperativo socrático de "funda-te em liberdade, mediante o domínio de ti mesmo" (p. 415). Entender o SUAS como uma arte de governar, uma razão de governar, uma governamentalidade significa assumir que ele rege a conduta dos homens a partir de determinados instrumentos. Podemos citar o Cadúnico como uma das principais ferramentas utilizadas pelo SUAS no controle e vigilância de sua população atendida: dados sobre situação de moradia, saúde e higiene, número de integrantes da família, renda mensal, dados escolares entre outros configuram o Cadúnico como um instrumento de biopolítica muito eficaz. São estas estatísticas que darão ao Estado subsídios para as próximas ações. A estatística é uma ciência fortemente aliada ao Estado, pois é "a própria realidade do Estado" (FOUCAULT, 2008b, p. 365) e, etimologicamente, significa conhecimento do Estado. Dentro da perspectiva do eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas" e do Grupo de Trabalho "Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil", este trabalho tem como objetivo, portanto, propor uma reflexão sobre alguns aspectos que Foucault levanta na discussão sobre a governamentalidade, tomando como base o SUAS. Interessa-me olhar com mais atenção para alguns instrumentos e dispositivos criados e utilizados pelo SUAS, considerando-se algumas condições de surgimento da própria política, através da noção de polícia para Foucault, assim como também através das concepções e dinâmica de biopolítica, governamentalidade, assuntos recorrentes na parte mais recente da obra de Foucault. Tal proposta de análise se dá principalmente a partir da leitura do seminário de Foucault mencionado anteriormente, bem como de debates propiciados em sala de aula.

Como resultado dessa reflexão, pode-se apontar a seguinte questão: até que ponto a política pública de assistência vem reforçar as funções de Estado e a arte de governar através do gerenciamento de conflitos e descontentamentos gerais? Tal questão pode auxiliar na continuidade dessa reflexão.

Sistema prisional em análise: o acesso à Justiça sob ótica dos familiares de presos

Juliane Neves Silva da Costa, Bruno Gonçalves de Medeiros, Nelson Gomes de Santana e Silva Junior, Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva

O atual retrato do Sistema Prisional e do Poder Judiciário brasileiro tem se apresentado muito destoante dos objetivos aos quais se propõe, evidenciando constantes violações aos direitos humanos, como por exemplo, no que se refere ao acesso à justiça. A insuficiência da Defensoria Pública, o descumprimento de prazos e obrigações estatais, a criminalização da pobreza e a seletividade penal fazem parte do cenário de crise em que se encontra a estrutura penitenciária do país. Este trabalho se propõe a descrever e analisar algumas relações de poder que perpassam o cotidiano de familiares de presos, especificamente no tocante às dificuldades de acesso à justiça. O trabalho relaciona-se diretamente ao eixo temático "Assistência Social", bem como ao Grupo de Trabalho "Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil", dado a sua preocupação em problematizar a dignidade humana de grupos socialmente vulneráveis e que deveriam, em tese, ser protegidos e ter seus direitos integralmente garantidos pelo Estado. Além disso, apresenta flagrante esforço de aproximação consistente entre bases teóricas distintas como a Psicologia Social, o Direito e a Criminologia Crítica. Trata-se, portanto, de um recorte da pesquisa "Segurança pública e direitos humanos: Análise de micro e macro violência do Sistema Prisional", promovida pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, cujos resultados vêm possibilitando um olhar mais crítico acerca da situação carcerária estadual, além de uma ampla visão do contexto em que se encontram os familiares. A pesquisa baseou-se no monitoramento do cárcere a partir do contato realizado com familiares nas filas de quatro presídios masculinos de João Pessoa. Foram realizadas 237 entrevistas estruturadas com familiares que visitavam os presídios supracitados. O roteiro continha 60 questões, divididas em 10 blocos temáticos, os quais abordavam aspectos específicos do Sistema Penal, dentre eles o acesso à justiça. As participantes foram, majoritariamente, mães e companheiras de apenados, público caracterizado, dentre outras coisas, pelo frequente histórico de direitos violados e elevada carga de sofrimento psíquico imposta pela dinâmica prisional brasileira. Dentre os resultados do

estudo, destacamos que 33,8% dos entrevistados possuem o familiar preso ainda em situação provisória, sem expectativa de data para julgamento. Sobre o acompanhamento processual, 20,7% apontaram não estar recebendo espécie alguma de acompanhamento jurídico. Dentre os que afirmaram ter algum tipo de assistência jurídica, 66,7% referem-se a advogados particulares, apesar da evidente insuficiência econômica dos participantes. Os dados obtidos também evidenciaram que 46,8% indicam o familiar preso como reincidente; 25,8% consideram a justiça lenta e 57%, em uma escala de 0 a 10, atribuíram notas de 0 a 3 ao poder judiciário. Os resultados nos permitem concluir que o Estado não vem garantindo o devido acesso à justiça às classes sociais marginalizadas, violando a Constituição Federal e a Lei de Execuções Penais, além de mostrar que o Sistema Prisional paraibano pouco contribui para a ressocialização e reintegração dos apenados, fato evidenciado pelo alto índice de reincidência identificado. Além disso, os dados referentes às prisões provisórias tornam visível a lentidão do judiciário no acompanhamento processual, não atendendo às demandas penais em tempo hábil. Dessa forma, a percepção dos participantes aponta para as enormes dificuldades de acesso à justiça e para a falência da estrutura penitenciária paraibana, sendo evidenciados fatores como: descumprimento dos deveres da Justiça, fragilidade da Defensoria Pública, descaso com as classes econômicas menos favorecidas, seletividade e ineficácia penal, fatos que contribuem ativamente para os processos de sofrimento, estigmatização, marginalização e exclusão social.

Violência contra a mulher: representações sociais da Lei Maria da Penha

Nilma Renildes da Silva, Jose Tadeu Acuna

A lei Maria da Penha criada em 07 de agosto de 2006, sob o número 11.340 com a finalidade de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras providências, foi uma importante conquista da e para a sociedade Brasileira para a garantia dos direitos humanos das mulheres. Tão fundamental como sua promulgação são as lutas pelo seu uso como instrumento de coibição da violência doméstica contra as mulheres e de punição aos perpetradores do ato violento, bem como, ser esta a lei que deve ser utilizada para tais finalidades. Estudos por nós realizados anteriormente, revelaram as dificuldades das mulheres em levar adiante seus registros de queixas sobre violência sofrida e os profissionais que atuam junto ao Sistema Único de Assistência Social- SUAS- relataram as precárias condições de trabalho e a ausência de formação para o atendimento e acompanhamento dos casos. Também informam que grande parte da população ainda não conhece os mecanismos de funcionamento da lei. Estes dados, entre outros, nos impeliu a pesquisar as representações sociais sobre a lei

Maria da Penha como uma lei de garantia dos direitos das famílias e/ou mulheres que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual etc. Este trabalho está sendo proposto no grupo de trabalho Assistência social, Segurança pública, Direitos humanos e Juventude no Brasil no eixo temático: Gênero, Sexualidades e Intersecções porque compreendemos que nos propomos a refletir e discutir que o fato da existência da Lei Maria da Penha não garante que a população, principalmente as mulheres e seus filhos cujos direitos foram violados pela existência da violência familiar, tenham suas necessidades atendidas pelas políticas públicas destinadas a esta demanda. Discutimos também a necessidade de formação continuada em serviço para os profissionais que atuam com esta parcela da população e a necessidade de produzir saberes para uma atuação ético-política que não revitimize os usuários destes serviços. O estudo fundamenta-se teoricamente na Psicologia Social Sócio-Histórica que compreende o psiquismo humano como produto histórico multideterminado, o homem um ser ativo atuante sobre a realidade social. Este se apropria das produções humano- genéricas e desenvolve possibilidades de objetivar em ações estas apropriações. A categoria de análise para a captação dos dados foi a representações sociais que são formas de conhecimentos cotidianos e são importantes formas de levantamento de dados sobre o que as pessoas pensam sobre determinados fenômenos mostrando-nos como esse fenômeno é pensado no senso comum, sentido e principalmente sendo guia para as ações de determinados grupos de sujeitos na vida diária. A pesquisa foi realizada em três cidades de pequeno e médio porte do interior Paulista. Foram entrevistados 140 participantes, homens e mulheres. Idade entre 30 a 50 anos. Os pressupostos da pesquisa com seres humanos foram considerados, apresentando-se o termos de consentimento livre e esclarecido. A entrevista possuía três perguntas fechadas. 1-) O que pensa sobre os direitos humanos?; 2)- Conhece a lei Maria da Penha? e 3-) O que pensa, sente ou imagina sobre ela? As respostas foram gravadas e transcritas para análise e discussão. Neste trabalho apresentaremos os resultados sobre a Lei Maria da Penha. Os locais pesquisados foram: 1-) festa de comemoração do dia das mulheres numa cidade pequena; 2-) um supermercado de uma cidade de médio porte, em dia de grande movimento de compras; 3-) uma rua comercial de bastante movimento de uma cidade de médio porte. Dos 140 participantes 7 responderam que desconheciam a Lei Maria da Penha, 7 disseram que ela existe, mas não funciona, 35 disseram que ela protege a mulher, mas que precisa melhorar, 84 que ela protege a mulher contra agressões físicas e 7 que protege contra a violência doméstica. A grande parcela dos entrevistados ainda compreende a violência doméstica somente no seu aspecto físico, desconhecendo que a violência tem outras modalidades como a

verbal, psicológica, sexual e a negligência. Em relação aos que compreendem que ela precisa melhorar discutimos que a maioria das pessoas que buscam nestas novas políticas públicas criadas para o atendimento e encaminhamento destas demandas não conhece os trâmites necessários e as equipes de profissionais que atendem os usuários muitas vezes continuam entendendo essa demanda de forma assistencialista ainda não construíram uma prática e um discurso concernente às garantias de direitos. Assiste-se uma difusão de práticas e discursos que não cabem mais nestes espaços. Neste sentido, buscamos refletir e discutir junto aos participantes do grupo de extensão e pesquisa a necessidade da formação inicial e continuada do Psicólogo garantir novos parâmetros para uma atuação profissional comprometida com o entendimento de que a violência contra a mulher se configura como um problema social e insere-se no campo das garantias dos direitos humanos.

Violência(s) e (con)textos nos HCTPs - Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: falas (im)possíveis

Marcele de Freitas Emerim, Mériti de Souza

No Brasil, as ações observadas no tocante à atenção à saúde mental e ao processo de desinstitucionalização legitimadas pela assinatura da Lei n˚10.216/2001 têm chegado de forma muito incipiente aos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTPs. Na maioria dos estados brasileiros ainda são encaminhados para os HCTPs (por meio de sentença judicial), os considerados inimputáveis – aqueles que foram considerados incapazes (por um laudo psiquiátrico) de entender a infração que cometeram. A crença na periculosidade presumida do inimputável tem justificado a utilização de medida de segurança, que passa a ser um expediente punitivo e uma tentativa de controle sobre virtualidades – o que o inimputável pode vir a fazer. As possibilidades de expressão do chamado louco infrator são reduzidas a somente um comportamento considerado agressivo e violento e não lhe é ofertada a possibilidade de defesa, de elucidação de seu ato transgressor. A essa pessoa, em muitos casos, resta como destino a internação compulsória em HCTPs, por vezes por tempo indeterminado, podendo chegar à prisão perpétua (se não houver a assinatura de um laudo psiquiátrico de cessação de periculosidade aceito por um juiz), ainda que a Constituição brasileira anuncie que todos são iguais perante a lei. A figura do louco infrator emerge como uma unidade identitária carregada de força e eloquência nos discursos oficiais da psiquiatria e do direito. Nesse processo, o outro, o diferente, constituído como infrator e louco é desqualificado na sua condição de cidadania e de sujeito racional e ético. Ele também perde a possibilidade de enunciar seu discurso e de falar

sobre suas experiências, sua trajetória, sendo reduzido à condição de avesso àquilo que sustenta os pressupostos da razão e da ética como parâmetros a priori do sujeito moderno. A presente proposta de comunicação oral faz parte de uma pesquisa mais ampla, que resultou em uma dissertação de mestrado, onde são utilizadas como referenciais teóricos obras de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Jacques Derrida. Este trabalho visa problematizar a produção na sociedade moderna do ordenamento jurídico e psiquiátrico que constrói a figura do louco infrator e designa a ele, em nome de um suposto tratamento, a prisão, o duplo estigma: louco e criminoso, e toda sorte de violações de direitos. Propôs-se a acolhida de falas de internos de um HCTP, falas suprimidas pelos discursos que ganharam hegemonia – considerados verdadeiros e científicos – como o jurídico e o psiquiátrico. Assim, foram realizadas entrevistas com pessoas internadas em um HCTP situado na Região Sul do país. A opção ética e teórica foi de trazer falas dos internos para dialogar – e serem problematizadas – com tais discursos, e de reconhecer a dificuldade de escuta e de compreensão do outro em sua dimensão singular. Essa opção indicou a necessidade de trabalhar a questão da leitura e da desconstrução desses discursos a partir de um olhar que não se pautasse pela suposta possibilidade de tradução imediata, verdadeira, linear, causal, das falas dos internos. A estratégia da desconstrução derridiana é utilizada como procedimento de produção de conhecimento, sendo aplicada aos diferentes (con)textos que produzem e sustentam a figura do louco infrator e a instituição do HCTP. Assim, ressalta-se que a desconstrução toma como textos tanto os discursos e práticas que produzem e sustentam o ordenamento jurídico e psiquiátrico, quanto às entrevistas realizadas com os internos. Entende-se que a violência permeia a construção da instituição dos HCTPs e das normas jurídicas e psiquiátricas e inviabilizam a condição de vida e a condição de sujeito das pessoas denominadas loucos infratores e que vivem internadas sob a égide da medida de segurança. Entendemos que tanto os internos entrevistados, quanto quaisquer outras pessoas, podem agregar à sua configuração subjetiva o(s) sentido(s) atribuído(s) à figura identitária do denominado louco infrator, bem como, podem agregar outros sentidos a sua subjetividade. O singular diz respeito à experiência dessas pessoas e a apropriação que elas realizam do universal presente na tradição conceitual e nas representações linguísticas. A violência encontra-se na desqualificação desse singular e na prevalência do plano da lógica linear e causal dos fundamentos metafísicos que estabelecem como presença e como permanência a estabilização de específicos sentidos aos conceitos, as experiências, a linguagem e a constituição subjetiva. Entretanto, entender o devir e o deslizamento dos sentidos nas experiências, na linguagem e nos conceitos, possibilita compreender a relação entre singular e universal e problematizar a

violência imposta pela supremacia do universal que define como verdade e essência tanto o conceito de louco infrator, quanto sua colagem a determinadas pessoas.

"Ele me orienta": o vínculo familiar e comunitário na Política de Assistência Social

Luciana Rodrigues, Neuza Maria de Fátima Guareschi

Este trabalho problematiza a centralidade do vínculo familiar e comunitário na Política Nacional de Assistência Social – PNAS, tecendo uma aproximação com as contribuições da etnopsicologia das emoções, realizada por Vinciane Despret. Propomos, com ele, integrar as discussões do GT 4 "Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil". Conforme estabelecem os documentos oficiais da PNAS o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários é meta que perpassa todas as suas normatizações – desde a Lei Orgânica de 1993 até a PNAS, lançado em 2004. Constituindo-se como um dos principais operadores da proteção social, o fortalecimento desses vínculos é dirigido às famílias consideradas em situação de vulnerabilidade ou risco social, condição que segundo as orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF impedem o acesso à garantia de direitos. Por isso, a necessidade do fortalecimento dos vínculos, estabelecido como um dos objetivos da proteção social básica e sua reconstrução, finalidade da proteção social especial – ambas são modalidades protetivas desenvolvidas pela política de assistência. A primeira é operacionalizada através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e a segunda pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS. No contexto da proteção social básica, o PAIF busca assegurar espaços de convívio, de informação e garantia ao acesso dos direitos socioassistenciais, desenvolvendo a autonomia, o empoderamento e a ampliação da capacidade protetiva das famílias. Para discutirmos o trabalho que é desenvolvido para o fortalecimento dos vínculos junto às famílias, utilizamos duas situações através das quais visualizamos alguns discursos relacionados aos referidos vínculos. A primeira ocorreu em uma visita de campo realizada a um CRAS da Zona Norte de Porto Alegre em 2011, a partir de um projeto sobre as práticas psis no campo da Assistência Social. A segunda aconteceu em um dos encontros do "Conversando sobre o SUAS", promovido pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul – CRP/RS, com sede em Porto Alegre. Em nossa análise colocamos em questão a naturalização do vínculo familiar e comunitário como um operador central de uma política de garantia de direitos sociais. Nossa compreensão aponta para a centralidade dos vínculos como um operador que está diretamente relacionada a produção de uma regulação, de uma ordem social esperada. Uma estratégia de

governo das populações onde o esforço para vincular as pessoas entre si, em família, em comunidade e aos serviços de assistência se torna um instrumento que mobiliza e busca gerar "bons" sentimentos entre os sujeitos, o que nos remete a proposição dos Grupos de Convivência. Nesse sentido, partimos da etnopsicologia das emoções para indicar que há certas versões das emoções que podem ser consideradas como resistência e que nos transformam ao mesmo tempo em que as transformamos. O que nos permite assumir uma postura política que invista na produção de versões diferentes da noção ocidental de emoção, caracterizada pela irracionalidade e pelo passional. Desta forma, as emoções passam a ser um modo de definir e negociar as relações sociais e o self na ordem moral e, portanto, não são apenas adaptações à um padrão social, mas um estilo emocional que caracteriza uma mudança tanto de valores como no modo como nos relacionamos conosco, com os outros e com a comunidade.

GT 05. COMUNIDADE, POLITICA E PSICOLOGIA

A articulação do conceito de política em Hannah Arendt e a organização política do MST

Juliana Ribeiro Leite Soares

O presente trabalho foi fruto do estudo feito na Paris 7- Université Denis Diderot no período de 2004 e 2006 sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado um dos movimentos social mais importante do Brasil. Até então, a literatura francesa encontrada sobre o movimento restringia-se a descrições, depoimentos, estudos locais, artigos de jornais, panfletos, manuais e teses universitárias que abordavam aspectos específicos do movimento como a sua história, a viabilidade econômica dos acampamentos, a sua importância como uma luta social, o seu projeto educativo. Apesar disso a existência de obras que destacavam a dimensão política era praticamente inexistente. Assim, este trabalho teve como objetivo central a discussão do político no MST, porque, a partir daí, podemos identificar o que é interessante para fomentar a reflexão sobre a organização dos seres humanos, da sociedade, principalmente no Brasil. A pesquisa restringiu-se a uma pesquisa bibliográfica por motivos geográficos, ou seja, a distância entre a França e o Brasil, mas tinha como proposta a continuação do estudo com uma parte prática, o que ainda não foi executado. A especificidade deste trabalho foi fornecer uma nova perspectiva sobre a política do MST, abordá-lo a partir de um novo ângulo, a concepção de política em Hannah Arendt. O MST é muitas vezes preso à imagem de um movimento "radical" "bagarreur" no Brasil, porém, neste estudo, não foi a proposta dar

fundamentos ou questionar tal concepção, mas teve como objetivo específico fornecer uma demonstração de algumas características da organização política do movimento que se revela importante para o debate em torno da organização da sociedade brasileira. A política em Hannah Arendt é o espaço onde os homens, iguais e independentes, se reúnem para tratar sobre assuntos humanos através da discussão e da persuasão mútua. Ela proporciona assim o espaço onde manifesta a pluralidade de homens graças à condição de estar entre os pares, ou seja, a não existência da relação governados e governantes. E a partir da ausência dessa relação governados e governantes que a liberdade de expressão e de ação para todos se manifesta. A palavra e ação aparecem como "ferramentas" essenciais no pensamento de Hannah Arendt, que acabam por atualizar a liberdade, significado da política. A filósofa ilustra essa atualização da liberdade na revolução húngara de 1956, especificamente nos conselhos revolucionários. Tomou-se em conta este exemplo histórico para refletir sobre o significado da política no MST. A organização do MST é um espaço potencial para experimentar a liberdade política. Através dos "núcleos de base", "coletivos", "Brigadas", coordenação e direções estaduais e nacionais, o MST construiu um sistema de representação chamado Democracia Ascendente de Representação Direta. Ele permite uma participação plena e direta de seus membros. Arendt afirma que a "raison d'être" da liberdade é a política. Isto implica uma separação entre vida privada e vida pública. Na vida privada, em casa, é a necessidade, as exigências do corpo humano que estão em jogo. Em casa, o homem grego ordena não só a sua esposa e seus filhos, mas ele também ordena aos seus escravos para suprir as necessidades da vida. Encontramos, assim, na casa, violência e dominação. O cidadão seria o homem grego livre, ele deixa sua casa, onde as necessidades da vida, a dominação, as diferenças de poder estão presentes, e vão ao encontro de outras pessoas, outros homens livres em uma área comum onde a inserção é feita através da palavra e da ação. Na sua interpretação do filósofo Aristóteles, Hanna Arendt insiste especialmente no aspecto do movimento, a trajetória do cidadão sai do domínio econômico, doméstico e vai em direção a polis. É lá que o homem pode experimentar a liberdade. Notavelmente, estas considerações de Arendt nos fazem pensar na organização do MST naquilo que consiste as características do movimento como: o componente sindical, cooperativo e política. O movimento condena o foco restrito na ação e no sentimento cooperativo, ou seja, a preocupação econômica. Ele incentiva o compromisso político de seus membros para lidar com os problemas e desafios da sociedade brasileira como um todo. Considerando o estudo um estímulo para discussão e futuras pesquisas no tema, com possibilidades de intervenção e atuação, o presente trabalho se adequa ao eixo temático “Estado, Democracia e Movimentos

Sociais" e GT 5 "Comunidade, política e Psicologia", pois o grupo de trabalho 5 propõe justamente reflexões sobre política e o político, que se manifestam de diversas maneiras e um deles as organizações sociais, como o MST.

A potência da inserção comunitária para a atuação em Psicologia: a experiência do NUCOM-UFC

Lorena Brito da Silva, Carla Evelline de Sousa Camurça, Verônica Morais Ximenes, Jéssica Silva Rodrigues, Filipe Augusto Barbosa Alencar, Alana Braga Alencar

Ao compreendermos a Psicologia Comunitária como uma área da Psicologia Social da Libertação, que objetiva o aprofundamento da consciência com relação ao modo de vida pessoal e da comunidade, entendemos a centralidade do processo de construção do morador e do/a psicólogo/a como sujeitos da realidade (GÓIS, 2005). Desse modo, a atuação comunitária prioriza o conhecimento das condições psicossociais do modo de vida do lugar que impedem e que potencializam os moradores tornarem-se sujeitos de suas histórias, entendendo que a realidade material estabelece relações diretas com o funcionamento do psiquismo humano (VYGOTSKY, 1984; LEONTIEV, 1974). O Núcleo de Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Ceará (NUCOM-UFC) desenvolve desde 1992 a triangulação entre ensino, extensão e pesquisa em comunidades rurais e urbanas, promovendo a formação do estudante de graduação e de pós-graduação, e o aprofundamento e sistematização da Psicologia Comunitária, pautados no diálogo (FREIRE, 1994), na participação (MONTERO, 2004) e na libertação (MARTIN-BARÓ, 1998). A extensão universitária apresenta-se como um espaço potente de formação integral de cunhos teóricos, prático, político e ético, e o NUCOM faz uma escolha por uma extensão que acredita na relação de igualdade entre as pessoas, a universidade e a comunidade, estando todos envolvidos e responsáveis pelo processo (XIMENES, NEPOMUCENO, MOREIRA, 2008). Essa comunicação oral tem como objetivo compartilhar as experiências e aprendizagens de extensão vivenciada pelo NUCOM, problematizando o processo de inserção comunitária como aspecto primordial para o desenvolvimento da atuação e da práxis em Psicologia Comunitária. A escolha do GT de Comunidade, Política e Psicologia e do eixo Estado, Democracia e Movimentos Sociais se deu por acreditarmos na potência que a problematização dos desafios da inserção comunitária tem para a reflexão da práxis em Psicologia, bem como para pensarmos as ferramentas conceituais, metodológicas e políticas na Psicologia. Percebemos a inserção comunitária como um caminho para a ampliação da percepção sobre as dinâmicas comunitárias, para a identificação das referências

históricas/políticas e dos equipamentos institucionais e comunitários, possibilitando o conhecimento das histórias, angústias, cultura e significados da vida comunitária (GÓIS, 2003, NEPOMUCENO; QUEIROZ; PAIVA, 2010). Atualmente, o NUCOM trabalha com dois campos de atuação, uma na comunidade urbana do Bom Jardim (Fortaleza), com a realização de atividades semanais, e outra em uma comunidade rural de Canafístula (Apuiarés), com atividades quinzenais aos fins de semana. Em ambos os lugares, guardando as especificidades locais, as equipes estão desenvolvendo na inserção comunitária com visitas domiciliares, caminhadas comunitárias, encontros nos equipamentos públicos, espaços comunitários e culturais, participação em reuniões e festejos locais, entrevistas e conversas informais, rodas de contação de história e círculos de cultura. Essas atividades são envolvidas pelo método dialógico vivencial (GÓIS, 2008) da Psicologia Comunitária, facilitando que o extensionista ou o psicólogo comunitário vivencie seu lugar de atuação, através de uma inserção participativa na vida comunitária, fundamentado em uma práxis de libertação (XIMENES; GÓIS, 2010). A inserção está entrelaçada assim com o mapeamento psicossocial da comunidade, promovendo a interação e a participação, o reconhecimento das dificuldades e dos potenciais, o diálogo das problemáticas da comunidade e possibilidade de gerar ação transformadora (GÓIS, 2005). Outro instrumento dessa inserção tem sido as pesquisas sociais do NUCOM, diante da contribuição que a construção dos dados tem dado para o conhecimento da percepção dos moradores sobre suas condições de vida, possibilitando assim uma compreensão complexa dos processos de significação dos sujeitos e de possíveis caminhos interventivos da atuação nesses lugares. Como principais resultados, identificamos que a inserção precede a própria atuação comunitária, contribuindo para o reconhecimento e para a apropriação da realidade, para o fortalecimento dos vínculos e para o continuo processo de re-inserção no território, evidenciando melhor para os morados os objetivos da nossa atuação. Para o NUCOM, a Extensão Universitária tem centralidade na formação do/as estudantes, já que é por meio do desenvolvimento de projetos cooperativos e dialógicos que se constitui uma práxis em Psicologia Comunitária. Enfatizamos atitudes de investigação na inserção extensionista, pautadas no olhar atento, sensível, questionar e critico. Destacamos que a escolha de metodologias participativas tem propiciado um desenvolvimento pessoal e profissional, facilitando o diálogo e a participação comunitária dos moradores e moradoras nas atividades. Concluímos que a inserção comunitária fortalece o planejamento e o desenvolvimento da atuação, onde a partir da relação entre moradores e estudantes/profissionais não há uma hierarquização do saber-fazer, estando os envolvidos comprometidos com o processo. A

inserção possibilita que a Psicologia assuma uma postura orientada a partir da realidade da comunidade, em uma atuação voltada para a facilitação de intervenções transformadoras, podendo gerar um melhor convívio interpessoal e bem estar para os moradores. Percebemos a Extensão Universitária como práxis implicada com a realidade social, contribuindo para a construção de um conhecido práxico e para a formação em Psicologia comprometida ético-política com as classes oprimidas e com a transformação da sociedade.

Algumas reflexões sobre a vida dos catadoresde lixo em Porto União /SC e União da Vitória /PR: práticas comunitárias e políticas públicas

Helena Edilamar Ribeiro Buch, Maria de Fátima Quintal de Freitas

A existência de pessoas que trabalham com o lixo faz parte da paisagem física e, infelizmente, da sócio-relacional das cidades brasileiras. Se, por um lado, isto pode revelar a carência de absorção de mão - de – obra e de oferta de trabalho, por outro, indica condições e situações aviltantes para as quais as políticas públicas não podem fechar os olhos, se pensarmos nas dimensões psicossociais dos atores sociais imersos, literalmente, na situação do lixo. Embora possa parecer um fenômeno restrito aos grandes centros urbanos, esta realidade também se repete nas cidades menores e de fronteira entre Estados, como é o caso de União da Vitória/PR e Porto União/SC, que têm sido chamadas de cidades-gêmeas. Nelas predominou a colonização baseada no extrativismo da madeira nativa (floresta de araucárias) que sobrepujou o cultivo nas pequenas propriedades, prejudicado pelo clima não favorável (de montanha e elevada pluviosidade). Estas condições sócio-geográficas têm propiciado o êxodo rural. Some-se a isto o fato de que há cíclicas e periódicas cheias do Rio Iguaçu que inundam as margens, gerando um paradoxo social: são áreas desvalorizadas pelo setor imobiliário, e, ao mesmo tempo, tornam-se áreas bem valorizadas para uma potencial moradia dos setores populacionais explorados e que (sobre)vivem do trabalho clandestino como catadores de materiais (e não) recicláveis encontrados nas lixeiras em frente às residências, comércio ou lanchonetes das duas cidades. Na mesma direção encontramos um segundo aspecto - importante para uma análise das dimensões psicossociais dessa condição (sub)humana - que se refere a: de um lado, são vistos como cidadãos de “segunda categoria” e muitas vezes tratados como “invisíveis” embora sua presença possa ser considerada como constrangedora; e, de outro, é sua atividade que também mantem a atividade formal e informal (atravessadores) das indústrias de reciclagem. O presente estudo, como parte da tese de doutorado, objetiva trazer informações, a partir dos próprios trabalhadores neste campo, a respeito desta condição de vida e trabalho em suas

dimensões psicossociais. Além disto, objetiva-se fazer comparações com o que tem sido investigado no campo das ciências humanas a respeito destes atores sociais e publicado em periódicos especializados desta área. Busca-se, ao final, trazer reflexões que possam subsidiar a construção de políticas públicas dirigidas à inclusão dos catadores no mercado de trabalho e à exclusão da sua invisibilidade como cidadãos. Com isto, espera-se contribuir para que seus direitos sejam fortalecidos e que possa haver melhorias em seu cotidiano precarizado na condição de trabalhadores e cidadãos.

Metodologia: para compreender o universo vivido pelos catadores está sendo utilizado, inicialmente, um diário de campo, para o registro de observações e da dinâmica familiar e laboral desses atores sociais nesta região. Serão também reunidas informações sobre a situação da população, investigando dados sócio-geográficos, como localização da área de pesquisa, características da população, situação econômica, sanitária, habitacionais e educacional, além de outros aspectos relativos ao seu processo migratório e inserção na região. Serão também buscadas as historias de vida dos habitantes da área ribeirinha ao Rio Iguaçu, através de roteiro temático dirigido aos problemas vivenciados, com a finalidade de cruzar informações com o contexto social destes trabalhadores, que trabalham como autônomos, vendem o material reciclado para atravessadores que negociam entre catadores e usinas de reciclagem, e suas perspectivas de futuro. O trabalho encontra-se na fase de finalização do levantamento bibliográfico a respeito de pesquisas com esta temática. Espera-se contribuir para diretrizes que possam considerar esta população em suas dimensões internas como um grupo subalterno e à margem da sociedade, embora com uma forte utilidade estético-social.

Catástrofes socioambientais: um estudo das políticas públicas habitacionais e da representação dos moradores do bairro Caetano Filho

Aline Cândida da Silva, Thainara Brito Santos, Leandro Roberto Neves

A pesquisa em andamento “Catástrofes Socioambientais: Um estudo das políticas públicas habitacionais e da representação dos moradores do bairro Caetano Filho” é um dos subprojetos da pesquisa intitulada “Fronteiras e Amazônia: Aspectos urbanos e representações citadinas”. O objetivo da pesquisa eixo é no período de quatro anos construir um banco de dados sobre eventos, indicadores e opiniões que subsidie análise global da imagem da cidade de Boa Vista-RR. Dessa forma, cada subprojeto aplicado anualmente fornecerá de forma acumulativa informações para a pesquisa central. O presente subprojeto objetiva analisar as políticas públicas municipais para situação de emergência e desastre da população do bairro Caetano

Filho, vitimados com os períodos de cheias do Rio Branco, assim como os depoimentos dos moradores desse mesmo bairro em relação às situações de emergências e desastres provocadas pelas cheias do Rio Branco entre os anos 2004 a 2013. A escolha do bairro Caetano Filho como objeto de estudo foi feita em vista da sua localização às margens do Rio Branco, tornando-se área de risco devido ao aumento do nível do rio. A investigação irá considerar: o levantamento das políticas públicas habitacionais municipais; a política pública para os moradores do bairro investigado; o posicionamento do poder público com relação às enchentes provocadas pelo aumento do nível do Rio Branco; as consequências materiais e psicossociais do aumento do nível do rio na vida dos moradores; os indicadores socioeconômicos oficiais da população investigada; os motivos dos moradores permanecerem residindo em área de risco e as estratégias de superação da catástrofe socioambiental e adoecimento psíquico. As etapas metodológicas desse trabalho estabeleceu: uma pesquisa bibliográfica, que se estenderá desde o planejamento de atividades até a conclusão do projeto; pesquisa de campo com aplicação de um questionário e/ou entrevista semiestruturada. Após a coleta de dados será realizada uma análise qualitativa através do método materialista histórico e uma análise quantitativa dos dados, que serão organizadas e tabuladas eletronicamente. Temos como hipóteses desse subprojeto que o resultado revelará uma confirmação de que: todo espaço urbano é demarcado por áreas em antagonismo econômico, cultural e social, nos remetendo a noção de "trincheiras espaciais simbólicas"; a habitação para os moradores significa simbolicamente segurança e a arquitetura desta, expressa os valores sociais, assim como a sua organização familiar; as políticas públicas habitacionais constitui a principal política pública emergencial, porém sua efetivação está vinculada a manipulação do poder político sobre população investigada e que a vivência da catástrofe ambiental leva ao adoecimento físico e mental dessa população. Caso ocorra a confirmação das hipóteses citadas, o resultado da pesquisa será encaminhado aos órgãos públicos locais e ONGs, partindo do pressuposto que tal documento poderá auxiliar o órgão público e a população na compreensão e desenvolvimento de estratégia de enfretamento da pobreza e dos efeitos da catástrofe socioambiental nos vitimados, além de subsidiar políticas de prevenção e tratamento dessa população.

Conselho Local de Saúde no Sistema Prisional: uma recente experiência de instalação

Rafael de Tilio

Esse trabalho pretende apresentar a experiência de criação e as principais ações desenvolvidas pelo recentemente estabelecido Conselho Local de Saúde (CLS) da Penitenciária Prof. Aluízio

Ignácio de Oliveira (de Uberaba/MG, instituição que acolhe aproximadamente mil detentos), o primeiro conselho deste tipo em penitenciárias no Brasil. Inserido na tradição de atuação e intervenção da Psicologia Comunitária e Psicologia Política de matiz latinoamericana, esse trabalho pretendeu fomentar a mobilização e participação de pessoas privadas de liberdade (PPL) daquela instituição nos processos deliberativos e decisórios em saúde, estimulando, portanto, o exercício dos direitos de cidadania, protagonismo, implementação e controle social de políticas públicas em saúde. Trata-se de uma ação de politização do cotidiano institucional. A instauração do CLS se deu devido a dois motivos, sendo que cronologicamente o segundo antecede o primeiro: (1) cumprimento de exigência legal, dado que desde 1984 (Lei de Execução Penal) e reforçado em 2010 (Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário do Ministério da Saúde) ficou estabelecido que instituições prisionais com mais de 100 pessoas reclusas obrigatoriamente necessitam de uma unidade própria de saúde e, assim, de um CLS que deve desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de doenças; (2) neste sentido, pretendendo oferecer suporte à penitenciária e fomentar discussão institucional sobre saúde, um projeto de extensão da UFTM durante todo o ano de 2012 desenvolveu ações de capacitação de agentes promotores da saúde, cujos participantes foram 15 homens e 15 mulheres privados de liberdade que receberam formação específica e sistematizada em saúde por meio de grupos operativos quinzenais nas dependências da penitenciária; o objetivo daquele projeto era o de que, devido ao elevado número total de detentos, os agentes promotores de saúde se transformassem em agentes multiplicadores de saúde, ou seja, que após a participação nos grupos operativos levassem as informações obtidas para seus colegas a fim de que a transmissão de informações sobre saúde no cotidiano prisional pudesse (guardadas as devidas limitações e sem prescindir dos profissionais especializados) estimular a adoção de práticas de promoção de saúde que melhorassem a qualidade de vida institucional. É significativo reiterar que foi a experiência de capacitação dos agentes promotores de saúde que conduziu à plena observação da legislação: nos grupos operativos além dos temas em saúde discutidos (tuberculose, DST/AIDS, hepatites, diabetes, hipertensão, direitos e deveres do cidadão no SUS) ocorreu tanto um engajamento e politização desses atores sobre as condições de saúde às quais estavam submetidos quanto elaborações de estratégias de enfrentamento dessas adversidades. Diante disso e pautados na legislação estruturante do SUS, a equipe externa (alunos e professores da UFTM que ofereceriam a capacitação em saúde) junto à equipe interna da penitenciária (diretoria, profissionais da saúde e da educação, e as PPL) decidiram pela instauração de um CLS composto por 12 membros que contemplasse a representação mínima de 50% dos usuários

(PPL) e 50% de outros representantes (da direção e dos profissionais da saúde da penitenciária, da OAB, da comunidade externa e da UFTM). Até o mês de maio de 2013 foram realizadas sete reuniões do CLS, cuja leitura das atas e participação nas reuniões permitem destacar os principais temas debatidos: instauração, eleição dos membros e da mesa diretora (uma das PPL foi eleita presidenta do CLS) e aprovação do regimento interno do CLS; questionamentos sobre o fluxo e número de atendimentos médicos, odontológicos e psicológicos e de como regularizá-los e adequá-los às necessidades reais da instituição; necessidade de aquisição de medicamentos e de materiais de saúde que atendam minimamente a instituição; esclarecimentos sobre o funcionamentos dos serviços de farmácia (distribuição de medicamentos) e de assistência social (oferta de benefícios sociais para os PPL e seus familiares); necessidade de dedetização dos pavilhões devido a proliferação de ratos e escorpiões; destinação adequada do lixo; definição e aprovação de instalação de aquecimento solar para chuveiros (em parceria com uma ONG); necessidade urgente da participação de representante do CLS no Conselho Municipal de Saúde para dar maior visibilidade às particularidades sanitárias e em saúde institucionais, muitas vezes ocultadas e desconhecidas da população geral. Há de ressaltar que o CLS está em fase de organização e desenvolvimento de nova cultura (participativa) de gestão em saúde, prática radicalmente diferente do que era habitual naquela instituição – por isso, as reuniões enfatizam reivindicações e demandas das PPL. Todavia, esse tom reivindicatório destaca a necessidade de maiores e constantes esclarecimentos sobre quais são os principais direitos, deveres e necessidades dos PPL, que são usuários do sistema público de saúde, e que nas reuniões do CLS se tornam questões públicas e, portanto, passíveis de questionamento, enfrentamento e discussão social ampliada.

Consultório na Rua: novas práticas para profissionais de Psicologia na produção de saúde e cidadania

Priscila Barbosa Bezerra

Historicamente a prática psicológica era restrita a consultórios particulares e hospitais privados, onde o cliente procurava o psicólogo se julgasse que seu bem-estar estava ameaçado, além disso, a atuação deste profissional não estava vinculada a outros saberes, não mantendo um vínculo interdisciplinar com outras áreas. Contudo, este cenário vem sofrendo transformações, atualmente os psicólogos vêm atuando em diferentes áreas, com novas práticas, principalmente no que diz respeito ao âmbito da saúde, onde o profissional em questão vem obtendo uma consciência maior em relação à necessidade de se fazer canais de comunicação com outros

modos de conhecimento. Sendo assim, pode-se dizer que o psicólogo, principalmente aqueles que trabalham com o Sistema Único de Saúde (SUS), passam a ter um compromisso com o social, pois, como Spink (2003) relata, a área da saúde por mediar questões entre o individual e o social, configura-se como uma área da psicologia social. Um exemplo desta nova atuação do psicólogo é o trabalho realizado pelo Consultório de Rua (CR), que é um dispositivo público articulado com a rede de atenção em saúde mental no âmbito da promoção e prevenção através da Redução de Danos (RD) no espaço da rua para usuários de álcool e outras drogas. Um dos princípios norteadores do CR é a RD, ou seja, um conjunto de estratégias de intervenção que procuram diminuir os danos causados a saúde voltadas a usuários de drogas, sua rede familiar/social e sua comunidade, funcionando como um elo para a inserção dos usuários no SUS. Nesse contexto, o presente trabalho procura fazer uma reflexão acerca das práticas do profissional de psicologia na política do CR, enfatizando as possibilidades de intervenção e atuação junto à comunidade e sua participação na democratização da sociedade. Trata-se de um trabalho descritivo, sendo utilizado como orientação teórica o construcionismo social. Para isso, serão relatadas experiências vividas no CR Fique de Boa na cidade de Maceió em dois bairros da periferia, o Benedito Bentes e Vergel do Lago, ambos considerados violentos e com alta incidência de uso abusivo de drogas e que estão vinculados ao PRO/PET-Saúde 2012/2013, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Durante o período de 1 ano, foram realizados diários de campo, nos quais, foram relatadas experiências promissoras de intervenções realizadas pelos profissionais do CR, entre eles, psicólogos. Desta forma, este relato, relaciona-se ao Grupo de Trabalho (GT) em questão, pois contempla os três eixos de orientação: comunidade, política e prática e formação dos profissionais. O CR pode ser considerado uma clínica inovadora e ampliada, pois, nela atuam profissionais de diferentes áreas enfrentando as diversas formas de vulnerabilidade social, principalmente as crianças, adolescentes e jovens, logo, a transformação da prática psicológica é visível, a começar pelo ambiente de atuação, onde este profissional não estará mais trabalhando em uma sala fechada, mas sim, no campo onde o usuário estiver, não sendo mais o usuário indo à busca do atendimento psicológico, e sim o psicólogo indo ao encontro com usuário, originando a demanda no momento de sua atuação. No CR, os profissionais que vão a campo (redutores), realizam atividades como: fazer o cartão SUS; realizar encaminhamentos para consultas e exames; distribuir insumos: água, preservativos e gel lubrificante; fazer oficinas sobre cuidados básicos à saúde, entre outras atividades diárias. Os profissionais também fazem o acolhimento e a escuta dos usuários, além de incentivar o mesmo a buscar o sistema de saúde, garantindo seus direitos humanos e de cidadania, ajudando-

o assim na reinserção social. É principalmente no momento da distribuição de insumos que os redutores passam a ter uma aproximação maior com a população na rua, permitindo a criação de um vínculo no qual a escuta ao usuário estará presente em todo momento. É nesta escuta que o psicólogo terá papel primordial, já que se supõe que o mesmo, é o profissional mais apto para realizar uma escuta mais aprofundada, sendo o dinamismo a principal tecnologia deste profissional. É também a partir desta escuta, que os psicólogos poderão perceber as necessidades dos usuários, tanto de forma individual, como de forma coletiva, possibilitando posteriormente a construção de uma ponte entre o usuário e a equipe como também com o SUS. Desta forma ficam evidentes as mudanças ocorridas nas formas de inserção dos psicólogos na área social/saúde e assim como Spink (2003), acredito que essas mudanças introduzem transformações qualitativas na prática as quais exigem novas perspectivas teóricas, um exemplo disso é o conceito de saúde, onde a mesma não é mais considerada o bem-estar físico, psíquico e social e sim um processo de contínua construção e a redução de danos realizada pelo CR ratifica esta construção, pois, traz uma nova maneira de se enxergar o dualismo saúde-doença, promovendo ações simples que podem favorecer a evolução deste processo.

Contribuições do PIBID-UFPR/Projeto Interdisciplinar para Educação em Direitos Humanos, Solidariedade e Relações Comunitárias

Maria de Fatima Quintal de Freitas, Ivonete Barbosa, Patrícia Teresinha Correa Fiori Manfré, Alessandra de Paula Pereira, Lilian Ribeiro de Camargo, Dayane Cristina Orenga

A temática central está dirigida aos trabalhos de intervenção/pesquisa e liga-se aos Direitos Humanos, Solidariedade e Relações Comunitárias, havendo o compromisso com a formação de futuros professores. Objetiva-se a realização de práticas cooperativas e participativas, envolvendo agentes comunitários internos (estudantes/professores) e externos (nossa equipe de trabalhadores comunitários), na proposta interdisciplinar de intervenção/formação/pesquisa, com temas transversais para a educação básica e apoiada nos aportes da Psicologia Social Comunitária e da Libertação Latinoamericanas, Educação Conscientizadora de Paulo Freire e Pesquisa Participante. O PIBID/UFPR-Interdisciplinar (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-CAPES), (Pedagogia, Filosofia e Ciências Sociais), visa elaborar material didático-pedagógico, publicação de um livro, produção de documentário e criação de um webjornal na perspectiva epistemológica adotada. Daí, justifica-se a escolha do GT Comunidade, Política e Psicologia, no Eixo Estado, Democracia e Movimentos Sociais. Este material didático-pedagógico está sendo construído a partir de dois eixos coerentes à base

epistemológica adotada: as chamadas "boas práticas" (cooperativas e participativas) e realidade/dinâmica interpessoal/psicossocial (solidariedade e cooperação). Realizam-se, semanalmente, desde novembro/2012, visitas em duplas para observar e registrar, no diário de campo, a dinâmica psicossocial e contexto educacional-pedagógico. Semanalmente a equipe de trabalho reúne-se, discutindo e empregando metodologias participativas em grupos de reflexão, problematizando e fazendo diagnóstico/análise de demandas da comunidade educacional, identificando necessidades sentidas/vividas. Isso contribuiu para a inserção na dinâmica educacional com vistas ao fortalecimento de relações comunitárias na escola/família/bairro. As observações e sistematização de materiais vão subsidiar a produção de material didático. Estão sendo planejadas e reformuladas, no momento, estratégias de intervenção educacional-comunitária para subsidiar ações e práticas coletivas no cotidiano escolar, guiadas pela proposta do projeto. Vários são os temas transversais identificados para o uso nesses materiais: interação humana adequada e tolerante para com a diversidade humana; temas alvo de projetos de inclusão; aprendizagem de tarefas facilitadoras de convivência humana cooperativa, resolução de problemas e cumprimento de acordos humanos éticos; e desenvolvimento de atividades pró-cooperação e participação coletiva. Estes conteúdos estão sendo organizados e preparados, em colaboração com os docentes e toda a equipe deste projeto, para comporem os materiais pedagógicos que serão implementados nas diferentes séries. Estas estratégias guiam-se pelos princípios das relações de solidariedade e tolerância diante da diversidade, defesa/preservação dos direitos humanos e são: oficinas de discussão e participação em grupos; confecção grupal (dentro e fora da escola) e participativa de material gráfico (desenhos, grafites); práticas de foto-vídeo-dramaturgia e apresentação coletiva; recuperação da memória história das famílias dos estudantes e suas relações com a comunidade escolar. O desafio é propor aulas condizentes com o meio de vivência dos alunos, inserindo-os na vivência dos direitos humanos, solidariedade e relações comunitárias que norteiam nosso projeto. Este trabalho de formação-intervenção-pesquisa tem permitido a construção de estratégias coletivas de enfrentamento psicossocial dentro da perspectiva da Psicologia Social Comunitária, em coerência aos princípios do projeto sob responsabilidade de nossa coordenadora (PIBID/CAPES e NUPCES/CNPq-UFPR). Estas ações (grupo PIBID-licenciandos) contribuem para a construção de estratégias coletivas para o enfrentamento dos problemas educacionais e desenvolvimento da maturidade pedagógico-profissional, dos atuais licenciandos visando sua formação como futuros educadores no campo dos Direitos Humanos e valores Éticos solidários na escola e na comunidade. Até o momento podemos dizer que inúmeras têm sido as

contribuições no que diz respeito à formação do educador como pesquisador e como pessoa humana. Podemos dizer que a participação no projeto nos fez compreender a dinâmica escolar na sua complexidade, deixando para trás uma visão simplista e preconceituosa, e indicando a responsabilidade social do nosso papel como educadores e formadores em uma perspectiva da tolerância, solidariedade e ética.

Diálogos sobre supervisão em Psicologia Comunitária

Alana Braga Alencar, Elívia Camurça Cidade, Lorena Brito da Silva, Verônica Morais Ximenes

Esse trabalho traz diálogos acerca da formação do/a Psicólogo/a Comunitário/a a partir do olhar da experiência de "supervisão" de projetos de "Extensão Universitária" vinculados ao Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Compreendemos a importância de (re)pensarmos nossa formação diante da necessidade de uma atuação mais comprometida ética e politicamente com a realidade cotidiana do povo brasileiro e seus espaços de participação, de cuidado, de saúde, de vida e por conta disso propomos esse espaço de problematização e de intercâmbios. A prática de Extensão compõe o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão em que se baseia o modelo de universidade adotado pela UFC, sendo por meio desta oferecidos à sociedade processos educativos, culturais e científicos que articulem o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizem a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A prática de extensão em Psicologia Comunitária no Ceará foi iniciada em 1983 sob o título de "Projeto de Psicologia Comunitária", e, em 1992, este Projeto ganhou sede própria e status de núcleo de extensão. Para o NUCOM, a Extensão tem centralidade na formação d@s estudantes, já que é por meio do desenvolvimento de projetos cooperativos e dialógicos que se constitui uma práxis em Psicologia Comunitária e pode-se alcançar uma formação integral de cunhos teórico, prático, poiético, político e ético. A supervisão desses projetos é de suma importância para que se garanta um espaço de aprendizagem-desenvolvimento integral d@s estudantes atuantes em campo, sendo desenvolvida pela integração entre graduação e pós-graduação. Iniciamos problematizando os termos "extensão" e "supervisão", visto que os sentidos agregados a eles tem caráter hierárquico de saberes: Extensão aponta para o distanciamento entre saber científico e saber popular, modelo envolto por perspectivas de intervenção assistencialistas e tecnicistas; Supervisão, quando não realizada de modo dialógico, coloca a hierarquia do conteúdo ou experiência acumulada de um indivíduo ou grupo em detrimento de outro. Para desenvolvermos

uma compreensão coerente com a Psicologia Comunitária (GÓIS, 1993), propomos, em vez disso, a construção de uma cooperação universitária (XIMENES, NEPOMUCENO, MOREIRA, 2008), por acreditar na relação de horizontalidade entre as pessoas, reconhecer que todos os envolvidos são responsáveis pelo processo, conceber que todos os saberes e experiências diferenciadas são legítimos e priorizar a troca e o diálogo na construção de novas perspectivas e olhares. Para nós, a atuação em psicologia comunitária se configura como um processo que é, antes de tudo, pedagógico, inserido na estrutura dinâmica e dialética do percurso histórico de produção do homem inserido na cultura. As bases teóricas e metodológicas que regem essa compreensão são: a teoria Histórico-Cultural da mente (Vygotsky, Luria e Leontiev); a Educação Popular (Freire); a Psicologia da Libertação (Martín-Baró) e a Teoria Rogeriana (Carl Rogers). Dessa forma, construímos a supervisão como um espaço de aprendizagem-desenvolvimento, um processo que ocorre interpsicologicamente, gerando construções intrapsicológicas por meio da mediação semiótica da consciência (VYGOTSKY, 2001), do diálogo libertador (FREIRE, 1982), da aceitação positiva incondicional, da empatia e da congruência (ROGERS, 1986), buscando o desenvolvimento dos potenciais dos estudantes enquanto profissionais e pessoas. Nesse espaço, aprofundamos a práxis do psicólogo como ação-reflexão pautada no compromisso social (GÓIS, 2005) e desenvolvemos a consciência reflexiva e afetiva por meio da problematização (FREIRE, 1979). A supervisão é um espaço onde podemos abstrair da experiência de atuação para analisá-la criticamente e avaliá-la prospectivamente, tendo, na troca, na partilha, na co-construção dialógica e na aprendizagem significativa o bojo para a formação integral d@s estudantes e para o desenvolvimento de uma atuação coerente com nossos princípios. Assim, para além de um espaço onde o extensionista descreve a experiência do campo e tira dúvidas com o supervisor, esse é um lugar para a expressão de sentimentos, percepções e pensamentos autênticos que nascem da experiência, para a facilitação da autocrítica e da autoavaliação, contribuindo com a independência, a criatividade e a auto-realização do aluno (ROGERS, 2004). Juntamente com a leitura de textos, fazemos articulações e aprofundamos a práxis em Psicologia Comunitária de forma criativa e coerente com o contexto da atuação, propomos momento de cuidado mútuo, problematizamos o lugar da extensão na formação em Psicologia, auxiliamos os estudantes na organização de suas atividades semestrais, experimentamos as metodologias a serem desenvolvidas em campo com o grupo, oportunizando ao estudante experimentar e aprimorar o lugar de facilitador. Por fim, percebemos que o espaço de supervisão propicia o aprofundamento do processo de aprendizagem-desenvolvimento gerado pelo contato do estudante de graduação com seu campo

de atuação em Cooperação Universitária, colaborando para que este seja coerente, construtivo, e desenvolvendo competências e habilidades e formando psicólogos/as comunitários comprometidos e éticos. Para as facilitadoras do processo, a supervisão colabora para o aprofundamento e a construção de uma práxis docente diferenciada e para a contínua formação enquanto psicólogas comunitárias.

Envelhecimento populacional e prática comunitária: alguns questionamentos a partir da literatura científica

Elaine Cristina da Silva Koehler

Objetivo: Este trabalho busca reunir os desafios, preocupações e possibilidades a respeito do envelhecimento populacional no Brasil, apresentadas em publicações dos últimos doze anos em periódicos científicos do campo das ciências humanas. Pretende-se fazer uma reflexão, a partir da psicologia social comunitária, sobre possibilidades de atuação nessa temática. Relação com o Grupo de Trabalho e o Eixo Temático: O presente trabalho enquadra-se no GT "Comunidade, Política e Psicologia", insere-se no "Eixo Comunidade" proposto por este, no que se refere: "os contextos e dinâmicas comunitárias com diferentes matizes de agrupamento e/ou finalidade e/ou papel político" compreendendo neste trabalho a parcela da população idosa (página do site Abrapso – Grupo de Trabalho 5). Orientação Teórica: As análises deste estudo estão embasadas teoricamente nos princípios da Psicologia Social Comunitária de vertente latino americana, presente nas autoras: Lane (1989/2010) e FREITAS (2010). Método: Realizou-se uma revisão da literatura científica, entre os anos de 2000 a 2012, em periódicos brasileiros e da América Latina, registrados e indexados na base de dados online sciELO, sobre o assunto, na qual foram utilizados como descritores as palavras-chave: envelhecimento, velhice, idoso e terceira idade. A identificação dos artigos, após alguns refinamentos, resultou em 95 trabalhos, que foram publicados. Após a coleta dos dados realizou-se a leitura crítica e análise dos resumos dos trabalhos, a fim de identificar as palavras e termos que se destacavam em cada pesquisa. A partir disso foram organizados os artigos de acordo com as áreas de conhecimento conforme segue: qualidade de vida (15 artigos/16%); experiências internacionais (14 artigos/15%); gerontologia (12 artigos/13%) capacidade funcional (11 artigos/12%); educação e tecnologia (10 artigos/10,5%); papel social e trabalho (10 artigos/10,5%); estudos psicológicos (7 artigos/7%); estudos demográficos (6 artigos/6%); atividades físicas (4 artigos/4%); grupos de convivência (3 artigos/3%); idosos institucionalizados (3 artigos/ 3%). Resultados: Observa-se um crescimento de publicações acerca do envelhecimento humano a partir do ano de 2003, com

maior número nos anos de 2008 e 2010, havendo neste período um total de 49 publicações (51,5% do total). Esse crescimento, pode indicar uma ênfase no processo do envelhecimento, visto que a partir dos anos 2000 verifica-se uma mudança na sua composição populacional decorrente do aumento da de expectativa de vida e baixa fecundidade e da melhoria das condições de vida (FERNANDES, 2001; CARVALHO e GACIA, 2003; VERAS, 2007; CESAR, 2008). Estas mudanças vêm gerando algumas preocupações psicossociais que são percebidas nos artigos, no que tange: (in)capacidade funcional, vulnerabilidade, limitações físicas e psicológicas, fatores sociossanitários, institucionalização precoce, processo de asilamento, identidade negativamente representada da velhice, baixa escolaridade, baixa participação do homem nos grupos, super-valorização do trabalho e o ócio como fator de depressão (SILVA e GUNTHER, 2000; ARGIMON e STEIN, 2005; PAVAN, MENEGHEL e JUNGES, 2008; COUTINHO e COSTA, 2009; BRAGA, MACINKO, PROIETTI, CÉSAR e LIMA-COSTA, 2010; SILVA, LIMA e GALHARDONI,2010; PEREIRA et al, 2011). Por outro lado, identificou-se outros trabalhos que apresentam contribuições acerca das possibilidades de re(significação) da velhice propondo e apresentando estratégias de enfrentamento na busca de uma melhor qualidade de vida na velhice, compreendendo: atividades físicas e significação do lazer; grupos de convivência e intervenções grupais; a educação e as tecnologias como um dos meios fundamentais de integração social, autonomia pessoal e cidadania digital; atividades culturais, sociais e políticas por meio das UNATIs - Universidades Abertas à Terceira Idade (UNIVOVSKY, 2004; LIMA, SILVA e GALHARDONI, 2008; SANTANA, CHAVES e MAIA, 2009; BORGES, BRETAS, AZEVEDO e BARBOSA, 2008; MIRANDA e FARIAS, 2009). Tendo como desafios e preocupações neste campo, pode-se apontar a necessidade de que sejam buscadas mudanças sociais que resultem melhorias para a população mais idosa, em termos de se garantir uma inserção desse setor etário em diferentes grupos, atividades e funções, de tal modo que possa ser considerado a partir de suas contribuições, e não pelas possíveis " ausências" a partir de um parâmetro da juventude. (FREITAS, 2010). Conclusões: Os resultados da revisão de literatura indicaram trabalhos em sua maioria (77-81%), de caráter qualitativo com foco na individualidade do sujeito que envelhece. Isso aproxima-se à preocupação da psicologia social comunitária que considera o indivíduo como produto e produtor da sua história pessoal e coletiva (LANE, 1989), objetivando-se a construção de "relações solidárias, igualitárias e de preceitos eticamente humanos" quanto à qualidade de vida na velhice (FREITAS, 2010 p. 73). São necessárias mais pesquisas sobre o envelhecimento, com vistas à possibilidade de

(re)construção social da velhice considerando-a produto e produtora da sua história social (LANE, 1989).

Experiência de vida no MST: as contradições da consciência

Jacqueline Meireles, Raquel S. L. Guzzo

Este trabalho pretende sistematizar elementos das condições objetivas de vida de uma assentada do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e discutir fatores históricos e sociais que impactam a superação deste modo de vida. Seu objetivo é abordar a relação entre Psicologia e Política a partir da sua relação com um movimento social na comunidade rural e, por isso, deve vincular-se ao Grupo de Trabalho Comunidade, Política e Psicologia no eixo temático Estado, Democracia e Movimentos Sociais. A partir do fundamento da Psicologia Crítica entendemos que os efeitos da sociabilidade capitalista pautados na ordem da desigualdade social determinam a constituição da subjetividade humana em diferentes espaços. A pessoa que se desenvolve neste contexto pode assumir características de submissão e passividade diante da realidade opressora e apresentar respostas de impotência e fatalismo, tendo sua vida reduzida a uma luta individual e inglória pela sobrevivência. O fatalismo é uma ideologia imobilizante, pois traz consigo o pressuposto de que "nada podemos fazer contra a realidade social, sempre foi assim e sempre será", levando o indivíduo a sentir-se predestinado àquele modo de vida. O fatalismo coexiste com a impotência, de forma que o sujeito sinta-se incapaz de agir sobre sua vida. Ambos fazem com que ele fique paralisado diante da história, e passe a renunciar à capacidade de pensar, escolher, planejar e sonhar. Por outro lado, a participação em um movimento social expressa uma forma coletiva e articulada de luta. Para os propósitos deste trabalho, enfatizamos o ponto de vista do sujeito buscando desvelar como estas circunstâncias objetivas são singularmente apropriadas. Para tanto realizou-se uma entrevista semiestruturada por meio de um questionário construído pelo Grupo de Pesquisa Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação, e adaptado para fins deste trabalho. O questionário aborda quatro dimensões: I. Identificação, II. Dimensão sócio-econômica, III. Movimentos sociais e IV. Vida falada. A história de vida da participante da pesquisa foi construída e analisada com o destaque para algumas dimensões presentes no relato da entrevista, tais como Família, MST e Atuais condições de vida. A análise dos dados foi baseada nos princípios do Materialismo Histórico Dialético e buscou considerar o conteúdo do discurso abordado na entrevista, evidenciando suas contradições e confrontando-o como a dinâmica social mais ampla. A ênfase sobre o ponto de vista do sujeito revela, sob a condução da lógica

dialética, o movimento entre as respostas singulares e a relação com a universalidade das relações econômicas, sociais e políticas. Os elementos encontrados mostram o MST como uma ferramenta de conscientização, colaborando para oferecer possibilidades de rompimento com as respostas de fatalismo e impotência.

Experiências comunitárias na formação em Psicologia

Cléria Rocha Matias de Almeida, Rubens Ferreira do Nascimento

Este trabalho pretende levantar reflexões acerca do processo de formação e vivência de comunidades. Tais reflexões são levantadas através de duas produções coletivas que refletem a experiência de duas turmas do 9º período, uma no turno da manhã e outra no turno da noite, desenvolvidas no contexto da formação em psicologia na PUC Minas, unidade São Gabriel no primeiro semestre de 2011. Tratou-se de uma opção de ensino-aprendizagem da disciplina Psicologia Social Comunitária por meio de experiências denominadas como grupais-comunitárias. As propostas foram feitas no inicio do semestre. Sendo aceitas, ganharam contornos distintos conforme as características das respectivas turmas. A turma da manhã enfatizou em sua compreensão a experiência de ser comunidade em um contexto acadêmico. Denominou o método participativo e didático como roda de conversa sobre a teoria e a prática do que é ser comunidade salientando alguns conceitos chaves; o desenvolvimento da psicologia social comunitária no contexto latino americano; atuação do psicólogo nas comunidades e a metodologia do trabalho comunitário e social. A turma do noturno compreendeu a proposta de ensino-aprendizagem como novo-paradigmática. Para ela houve entrelaçamento da teoria com a prática, permeadas por entraves cotidianos. As vivências em sala de aula, aliadas à experiência de autogestão resultam em construções enriquecedoras e fizeram do ambiente um espaço de aprendizagens recíprocas. Saíram, portanto da perspectiva "comum", em que se vê o professor como figura detentora do saber, para a vivência em comunidade, em que a aquisição do conhecimento é horizontal e dinâmica estando em foco a compreensão de que, na academia - no curso de psicologia - e para além dela, é possível se ver o mundo sob a ótica das construções sociais. Apoiaram-se para isto em referenciais teórico-metodológicos das psicologias sociais críticas. Surpreendentemente a turma da manhã apresentou resistências em trabalhar dimensões relacionais pautando-se predominantemente pela racionalidade, visto que, esta já trazia em sua trajetória traços reconhecidos de experiências caracteristicamente comunitárias. Ao passo que, a turma da noite destacou-se pela dimensão afetiva e o investimento na experiência. O acolhimento e a atenção ao outro, assim como o esforço contínuo de cuidado com a

"comunidade" e a gestão do processo se fizeram presentes. Aspectos psico-socio-políticos estiveram em questão sendo problematizados fenômenos relacionados ao poder e ao afeto assim como o lugar do professor na constituição das "relações grupais-comunitárias". Considerando a situação do contexto acadêmico, as vivências comunitárias "forjadas", manifestam singularidades no processo de estabelecimento de comunidades específicas. Ressaltam-se as dinâmicas dos grupos sendo refletidas na vida de cada integrante e também configurando os grupos em suas totalidades ou totalizações. Um objetivo ambicioso era contribuir para reafirmações ou mudanças em cada participante, aluna, aluno ou professor, nas formas com que viam e viviam o mundo. No que se refere ao objetivo de ensino aprendizagem sobre "Comunidade" e "Psicologia Social Comunitária" no contexto de uma Instituição de Ensino Superior, as distintas experiências foram consideradas bem sucedidas. Observou-se o mesmo quanto à compreensão-experiência da "vivência comunitária", expressando as possibilidades e impossibilidades de cada grupo: nas interações, nos conflitos, no doar e no se transformar. Para reflexões, discussões, trabalho pedagógico e produção de um artigo, professor e turmas lançaram mão de autores com MONTEIRO (2004), PEREIRA (2001), BARRETO (2009), GUARESCHI (2009), BARUS-MICHEL (2004), BAUMAN (2003), CAMPOS (1996), ENRIQUEZ (1997), FREITAS (1998), FREUD (1917), MAYORGA e NASCIMENTO (2009), MARTÍN-BARÓ (2009), MINICUCCI (1991), dentre outros.

Facilitação de diálogos no tema da violência à população LGBT: Projeto de Conversações Públicas em análise

Andressa Pellis Pimentel, Laura Vilela e Souza

O presente relato de pesquisa articula-se ao eixo temático "Estado, Democracia e Movimentos Sociais" e ao Grupo de Trabalho "Comunidade, Política e Psicologia", por explorar espaços dialógicos comunitários e de defesa de direitos. Tal estudo propõe a análise do Projeto de Conversações Públicas (PCP), que é uma metodologia norte-americana de facilitação de diálogos sobre temas polêmicos e geradores de conflito social. No PCP, são colocados em conversa pessoas com diferentes opiniões com o propósito de explorarem suas diferenças em um clima de respeito mútuo. O trabalho do PCP nasce da identificação de que os debates públicos são, em geral, pouco generativos, têm muita interrupção, pouca concordância, as pessoas não conseguem se ouvir, a escuta é seletiva e há o uso de clichês que simplificam a questão em polaridades. A metodologia do PCP propõe uma estrutura de diálogo com a preparação prévia dos participantes para o encontro com a apresentação dos acordos para a

conversa, tais como: não interromper, falar em primeira pessoa, não realizar julgamentos da fala alheia e não persuadir ninguém a mudar de opinião. A estrutura do encontro conta com perguntas que exploram as experiências pessoais que sustentam as opiniões e a problematização de opiniões rígidas e cristalizadas. Essa metodologia tem sido utilizada com êxito em diferentes países e temáticas, sendo sua aplicação inédita no Brasil. Em nossa pesquisa mais ampla, propomos a análise do uso do PCP em cidades brasileiras com a seleção de diferentes temas polêmicos para a conversa. No recorte realizado para a presente pesquisa, objetivamos compreender os sentidos produzidos com facilitadores de diálogo sobre o processo de implantação da metodologia do PCP em uma cidade do interior do Paraná sobre o tema da violência contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT). Para tanto, foram entrevistados três psicólogos que coordenaram dois grupos de facilitação de diálogo seguindo a metodologia do PCP no tema em questão. Um roteiro semi-estruturado de entrevista foi construído baseando-se no modelo de formulário de feedback do facilitador proposto no manual do PCP. Os facilitadores foram entrevistados ao término de cada um dos dois grupos realizados. No primeiro grupo três facilitadores estavam na coordenação e foram entrevistados. No segundo grupo, apenas dois desses facilitadores estavam na coordenação e foram entrevistados, totalizando cinco entrevistas. Todos os cuidados éticos necessários foram tomados. As entrevistas foram transcritas na íntegra e literalmente. Em seguida foram realizadas sucessivas leituras para categorização de conteúdo temática. Foram recortados para análise os momentos das entrevistas nos quais o tema da avaliação dos facilitadores sobre o uso da metodologia estivesse evidenciado, especialmente com relação ao convite e processo de preparação dos participantes. Esse material foi discutido a partir das teorias construcionistas sociais sobre práticas dialógicas e processos grupais. Os temas construídos abordaram as necessidades de adaptações do uso do PCP no contexto brasileiro. Os facilitadores falaram de como no Brasil o contato com o participante deve ser feito de maneira distinta, com mais encontros presenciais para apresentação da proposta, sendo que o convite por email, realizado em outros países, não foi efetivo. Além disso, o índice de abstinência foi maior do que o apresentado nos Estados Unidos, o que foi avaliado com relação a maior adesão de pessoas que fazem parte da rede de contato dos facilitadores. Os facilitadores encontraram dificuldade em encontrar participantes que aceitassem participar não apenas pela curiosidade na conversa, mas que tivessem opinião formada sobre o tema. Eles também mencionaram que o aceite para participação nos encontros é facilitado pelo fato de ser também o convite para participação em uma pesquisa ligada a instituições universitárias de prestígio. Os participantes,

segundo os entrevistados, tinham maior chance de aceitar o convite quando entendiam que iam aprender algo com a conversa, como no caso de padres, educadores e profissionais da saúde. Não aceitaram participar do grupo pessoas que de alguma forma estão envolvidas com atitudes de violência contra a população LGBT. A partir da análise dos resultados, ressalta-se não somente as diferenças culturais entre o país criador da metodologia e o país em que ela é implantada, mas também a dificuldade de muitos grupos sociais brasileiros, especialmente em cidades pequenas, de conversar publicamente sobre temas polêmicos, com receio de abandonar os discursos politicamente corretos. Ainda assim, as informações e fatos mostram que ainda há muito preconceito e violência física, emocional e psicológica contra a população LGBT. Como vimos, a possibilidade de avançar no diálogo nesse tema relaciona-se ao cuidado com o vínculo estabelecido entre participante e facilitador para a efetiva aplicação metodológica do PCP, garantindo um grupo heterogêneo, com diferentes perspectivas e crenças, mas que possibilitem qualidade e equilíbrio, favorecendo a escuta respeitosa, compreensão dessa diversidade e um espaço real de diálogo (CNPq).

Grupos com pais de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica: contribuições da Psicologia Comunitária

Amailson Sandro de Barros, Cláudia Bonete Siquinel

O presente trabalho se caracteriza no relato de experiência da atuação dos autores, em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), localizado em município do interior do Estado do Paraná, especificamente no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica . A vinculação deste relato de experiência com o grupo de trabalho “Comunidade, Política e Psicologia”, especificamente ao eixo Comunidade, proposto para o XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), 2013, está pautada na sistematização de práticas de intervenções psicossociais que buscam a garantia e a defesa de direitos sociais de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social. Sob esse prisma, importante situar o CREAS como unidade pública de proteção social de média complexidade de prestação de serviços continuados a indivíduos e famílias com direitos violados. O CREAS se caracteriza, ainda, como um serviço de proteção aos casos de abuso e de exploração sexual de crianças e adolescentes. Neste espaço de atuação, uma das estratégias de intervenção adotada pode ocorrer por meio de grupos reflexivos com os pais de crianças e adolescentes vitimizadas. O trabalho realizado com os grupos de pais partiu da perspectiva da

Psicologia Social Comunitária, que toma como base a Psicologia Histórica-Cultural de Vigotsky, que propõe uma visão de homem e mulher vistos como sujeitos históricos, únicos e singulares, que comprometidos com a transformação da própria realidade são por ela influenciados ao mesmo tempo em que a influenciam. Por este viés, os grupos de pais são compreendidos, no âmbito do CREAS, como um processo de mobilização familiar e social para o enfrentamento e superação da violência doméstica. Em seus objetivos a realização dos grupos visou: potencializar a capacidade de proteção da família; fortalecer e restabelecer vínculos familiares e comunitários; promover discussões que propiciassem a reflexão de possibilidades de enfrentamento das situações de violência doméstica e oportunizar vivências de interação entre os participantes. As famílias encaminhadas para frequentarem os grupos realizados pelo CREAS vieram pelos diversos órgãos de atendimento a crianças e adolescentes, como o Conselho Tutelar, Mistério Público, Escolas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), entre outros. A formação dos grupos com os pais ocorreu de maneira não impositiva e em sua realização primou-se pelo entendimento da realidade concreta que torna a violência doméstica contra crianças e adolescentes uma violação de direito de toda a família. Com isso os grupos refletiram situações de naturalização da violência no âmbito doméstico e através do diálogo-vivencial cada participante ensinou e aprendeu ao mesmo tempo, potencializando a relação grupal e familiar. O que contribuiu para a desmistificação do ideário que concebe o uso da violência enquanto meio de resolução de conflitos entre pais e filhos. Ressalta-se que para facilitar a interação destes grupos utilizaram-se dinâmicas de grupo, improvisação teatral, vivências corporais, debate do filme “Era uma vez uma família”, encontros temáticos, além de discussões de situações de violência. As mudanças observadas nos participantes dos grupos foram percebidas gradativamente através dos relatos sobre a forma pela qual estavam conseguindo: ampliar seus conhecimentos sobre o desenvolvimento humano de seus filhos; estabelecer uma convivência familiar harmoniosa com a família; utilizar o diálogo para colocar limites e regras nas crianças não as submetendo às agressões físicas e verbais; reconhecer seus direitos enquanto cidadãos; perceber-se como pessoas e como atores sociais responsáveis pela criação da vida cotidiana. Considera-se, a partir dos resultados elencados, que o trabalho com os grupos de pais pode contribuir para que os participantes superassem o senso comum associado à violência doméstica e a percebessem como um fenômeno, cujas significações são estruturadas socialmente.

Higienismo e medicalização: breve percurso histórico e inscrições na atualidade

Rafaele Habib Souza Aquime

No início do século XIX desponta no Brasil um movimento em que uma das preocupações era a saúde, baseando-se na supremacia do saber médico frente às outras práticas cotidianas. Esse dispositivo de dominação foi tomando corpo devido à crescente urbanização do país, a construção de objetos e acontecimentos como problemas sociais e econômicos, como por exemplo, a ausência do poder público na área da saúde e diminuto investimento em saneamento básico e educação. Nesse cenário, uma maior concentração de pessoas nas cidades poderia potencializar revoltas e poderia sinaliza um outro objeto problemático para a ordem e o progresso; no caso, forjava-se um campo político de silenciamento das dissidências. A medicina configurou-se no Estado Moderno, como a protagonista dessa luta contra a possibilidade de inúmeras formas de preocupações com os variados contágios. A luta sanitarista foco a insalubridade, que trazia em seu bojo fragmentos de uma lógica medicalizante, uma vez que era um dos argumentos para as intervenções higienistas. A insalubridade associada à noção de higienização estava intimamente direcionada a um grupo específico: a classe pobre. Em defesa da sociedade, contra o agravamento das condições sanitárias, a proliferação de doenças era uma das questões utilizadas para justificar a atuação higienista, que atuava de forma variada e múltipla, surgindo como força política e econômica, capaz de prescrever normas e produzir verdades a respeito do homem, seu corpo, seu comportamento, sua vida. O filósofo Michel Foucault, em suas obras, como Em Defesa da Sociedade (1975-1976) discutiu sobre o racismo no Estado Moderno, o qual é operado por meio do que denominou de poder disciplinar, poder esse que incide sobre os corpos, para extrair deles produtividade e, ainda no mesmo curso, problematizou a ligação da biopolítica do controle da vida das populações na relação com a minúcia da polícia disciplinar. Os discursos pautados em regras, que são naturalizadas, ou seja, são normas e os desvios a essa normalização se tornaram domínio de exame de intervenção vigilante. Na coletânea A Microfísica do Poder, Foucault (1979) expõe sobre o status que a medicina recebeu nos países europeus entre os séculos XVIII e XX, tornando-se um saber que objetivava o controle dos corpos dos indivíduos. Pela lógica higienista, portanto, é determinado o que é considerado nocivo e ou saudável à sociedade. No campo da educação, por exemplo, a pedagogia absorve esse ideário, em que se deveria disciplinar as crianças para se tornarem adultos racionais, produtivos e saudáveis. A escolarização, na Europa e no Brasil aliou-se à medicalização e a infância passou a receber inúmeros cuidados, de cunho preventista, visando

a um ideário de desenvolvimento normal da criança. Aquelas crianças ditas anormais, portanto, fugiam ao controle social, e a família recebia a responsabilização por essa anormalidade, sendo categorizadas como famílias desestruturadas. Diante do exposto, este trabalho tem como finalidade apresentar um breve histórico sobre o higienismo, como este movimento reverberou no Brasil, para então, tecer análises a respeito de suas ressonâncias no processo de medicalização da sociedade e a forma como se atualiza nos modos de subjetivação e em algumas práticas na atualidade. Utilizará autores como Michel Foucault, que contribuíram significativamente para essa discussão, além de autores nacionais como Maria Lúcia Boarini, Cecília Collares e Maria Aparecida Moyses. Vale ressaltar que a temática envolvendo o higienismo e a medicalização da sociedade está articulada as discussões do grupo de trabalho "Comunidade, Política e Psicologia", uma vez que é de suma relevância para a psicologia social discutir sobre as reverberações da prática higienista, associada à perspectiva medicalizante, sendo as mesmas estratégias biopolíticas fortificadas socialmente. E os próprios resultados desse trabalho apontaram para a transdisciplinaridade desse movimento higienista no escopo social, em que as ciências humanas também legitimaram esse ideário, não somente biologizante, mas psicologizante, por exemplo, em nome de uma seguridade, a qual se presentificou historicamente por meio de diversas práticas sociais, como na área da educação. A partir dessas problematizações, a crítica pode ser realizada e a análise sobre os modos de subjetivação fabricados ampliada e levada para além dos espaços acadêmicos, alcançando as diferentes áreas de atuação do psicólogo, em suas lutas éticas, estéticas e políticas. Este estudo é parte de duas dissertações de mestrado em Psicologia, em andamento.

Massacre no acampamento Terra Prometida – Felisburgo/MG: o papel da Psicologia frente ao trauma psicossocial

Fabiana de Andrade Campos, Raquel Bibiana da Silva, Susana Nogueira Balsa Coelho

O objetivo deste trabalho é apresentar uma intervenção psicossocial realizada no acampamento Terra Prometida, localizado no município de Felisburgo (MG), onde ocorreu um massacre contra trabalhadores rurais sem terra, no ano de 2004. Consideramos que nosso trabalho apresenta grande relação com o GT Comunidade, Politica e Psicologia e o eixo temático Comunidade, tendo em vista que aborda os impactos causados pelo massacre na comunidade e as possibilidades de superação do trauma decorrente. Portanto, trataremos tanto das dinâmicas comunitárias quanto das dimensões afetivo-políticas. Para tanto, pretendemos apresentar o contexto do massacre, a partir da perspectiva de reconstrução da memória histórica. Iremos

realizar uma breve revisão da literatura na área sobre os estudos e intervenções psicossociais em casos de violência extrema e sobre a política de produção de afetos; pretendemos utilizar contribuições de autores que compartilham de uma visão sócio-histórica, a fim de compreender a composição dos afetos que configuram o trauma psicossocial. A metodologia é baseada nos pressupostos da pesquisa participante, da psicologia sócio-histórica e da libertação; e a análise de sentido e significado é baseada na teoria vigotskiana. Pudemos verificar que, do ponto de vista dos moradores, é fundamental tematizar o massacre e compartilhar o sofrimento decorrente desse para fortalecer a compreensão das verdadeiras causas do acontecimento, assim como, ampliar a compreensão sobre as possíveis consequências psicológicas produzidas por esse, evitando sua banalização. Nessa perspectiva, é fundamental compreender o significado que os trabalhadores atribuem ao massacre na intenção de expandir o conhecimento deles em relação ao ocorrido. A análise dos dados revela mecanismos, sentimentos e reações psicossociais já estudados por Riquelme (1993) e Martín Baró (2000) et. al., seriam eles: silêncio em relação ao terror, ao sofrimento e suas consequências psicológicas; sentimento de medo, raiva, ódio; sentimento de injustiça; mecanismo de autoculpabilização das vítimas; piora das relações comunitárias, quebra de confiança básica, perda da alegria, desânimo; insônia, depressão etc. Além disso, os trabalhadores refletem sobre a questão da ocupação de terras e sobre a falta de justiça. A intervenção psicossocial torna possível a análise consciente da situação a partir de uma dimensão sócio-histórica: a reflexão sobre a posição do trabalhador nesta sociedade. Consideramos que o sofrimento e a traumatização não se curam ou esvaecem com o tempo, para que se interrompa o ciclo de repetição eles têm que ser reelaborados. De acordo com Martín Baró (2000), deve haver transformações, tanto no sentido político, para que a causa determinante e desencadeante termine seu ciclo violento, a saber, os próprios eventos violentos que produzem traumatizações, quanto no sentido de reconstituir uma sociedade violentada e livre das alienações a respeito dessa própria violência já que os afetos negativos produzidos nessas relações bloqueiam o desenvolvimento das funções psíquicas superiores, produzem nefastas e perversas experiências (des) humanas e têm efeito transgeracional. Compreendemos assim que a Psicologia pode intervir em uma terapêutica comunitária a partir da produção de reflexões cujo objetivo é ampliar a formação da consciência em relação ao fato ocorrido e as suas consequências. Permitir que os trabalhadores compreendam que o processo histórico de produção de violência ultrapassa a experiência específica ocorrida ali. Frente ao silenciamento, temos que desenvolver ações de publicizar produções de narrativas, memórias e expressões diversas (subjetivações) a partir das quais seja possível a ruptura do silenciamento.

Assim a vergonha pode ser convertida em orgulho, o medo em coragem, o isolamento em socialização, politização, tal como nos ensina a Psicologia da Libertação. Desse modo, reverter o trauma psicossocial significa produzir consciência reflexiva e potencializar o agir.

Medo e relações de poder: usos do medo como forma de controle social

Henrique Meira de Castro

Maquiavel (1999) orientava aos reis absolutistas que "é muito mais seguro ser temido do que amado", Manuel da Nóbrega durante as missões jesuíticas no Brasil, explicava à Companhia de Jesus que "por experiência vemos que por amor é muito difficultosa a sua conversão, mas como é gente servil por medo fazem tudo" (MASSIMI et. al. 2001), já Churchill não conseguia entender "tantos melindres sobre o uso do gás. Estou muito a favor do uso do gás venenoso contra as tribos incivilizadas. Isso teria um bom efeito moral e difundiria um terror perdurável" (GALEANO, 2012). Todas essas afirmações corroboram com os ensinamentos da lei do Deuteronômio que recomendava, em diversos casos, a pena capital, "deste modo extirparás o mal do teu meio, e todo Israel ouvirá e ficará com medo" (BÍBLIA, 2002). Partindo do questionamento de se é possível que instituições, como estado, escola, religião, família, se utilizem do medo como forma de obtenção e manutenção do poder foi realizado o presente estudo sobre medo e relações de poder. Esta é uma pesquisa bibliográfica e uma reflexão teórica sobre como o medo pode ser utilizado como instrumento de controle social. Partindo dos pressupostos do materialismo histórico e dialético, toda a reflexão sobre medo e seu possível uso como instrumento de controle social é feita a partir da síntese que Vigotski faz em alguns de seus estudos sobre a teoria das emoções (VIGOTSKI, 1998, 2004, 2010), na qual a emoção e, por conseguinte, o medo não são simples força natural e instintiva de sobrevivência, mas também, uma função psicológica superior que se constitui na mediação entre indivíduo e sociedade. É, portanto, complexa, em transformação e síntese de múltiplas determinações. Definição que traz em seu bojo um grande potencial de emancipação do indivíduo, colocando a possibilidade deste ser o ator de sua própria história, e não refém de determinações biológicas ou metafísicas; liberta-o das suas amarras instintivas e naturais, para ser senhor de suas próprias emoções. Uma construção teórica que talvez, por esse exato motivo, não seja compartilhada pelo paradigma dominante da ciência, que reflete o paradigma dominante da sociedade, que nada mais é que a ideologia da classe dominante. Após traçar uma breve história dos medos que afligiram, e continuam a afligir, o gênero humano (DELUMEAU, 1989; DUBY, 1999), sendo a morte e os perigos de morte os mais destacados, são apresentadas diversas situações

nas quais o medo é utilizado como uma das formas de poder nas relações sociais estabelecidas do período estudado. De textos bíblicos, mitos helênicos, lendas indígenas, discursos políticos de pensadores e chefes de estado, à veiculação massiva de notícias amedrontadoras dos séculos XX e XXI, passando pelas relações de poder dentro das escolas, famílias e no mundo do trabalho. A partir disso, discute possíveis consequências dessa cultura do medo como uma expansão de conflitos armados por todo o mundo, aumento e diversificação das formas de higienismo social, aumento de doenças relacionadas a esses fenômenos, e uma perpetuação das formas disciplinares na educação, baseadas em punições, ameaças e vigilância, e de como alguns setores da sociedade, como indústrias bélicas, de segurança e farmacêutica lucram com esses medos. Faz uma reflexão e afirma não ser possível superar a cultura do medo em uma sociedade de classes, mas vê possibilidades de uma atuação de militância nas contradições da sociedade.

Movimentos religiosos como rede de apoio social a jovens e familiares

Ana Paula Sesti Becker, Sueli Terezinha Bobato

As redes de apoio sociais tornam-se uma alternativa no panorama contemporâneo, o que para Meneses e Sarriera (2005), constituem-se como um conjunto de relações que uma pessoa e um grupo possuem, sendo fontes de reconhecimento, de sentimento de identidade, do ser, da competência e da ação. Um dos aspectos comumente encontrados nas redes sociais de apoio refere-se ao senso de pertença ou pertencimento (Lacerda, 2010; Couto, 2005), o que nesta perspectiva, vem repercutir no sentimento de identidade grupal entre os membros envolvidos. Mota (2005) aponta que a transmissão dos valores e da religiosidade cristã implica no desenvolvimento de habilidades sociais imbuídos nos aspectos morais e éticos, os quais possibilitam ao desenvolvimento do indivíduo um espaço de suporte, ajuda mútua e autonomia. A qualidade da relação familiar constitui-se como a vinculação entre os membros familiares, quando esta é norteada por fatores protetivos e que podem ser identificados a partir da afetividade, tipo de comunicação estabelecida, envolvimento dos pais, práticas educativas e estilo parental aderido, clima conjugal estabelecido, bem como das práticas religiosas (Assis, Pesce e Avanci 2006; Newman et al, 2008; Weber, Prado, Salvador & Brandenburg, 2008). Considerando a relevância de estudos que investiguem o impacto que a religiosidade e a espiritualidade exercem nas relações familiares e na sociedade contemporânea, esta pesquisa teve como objetivo analisar a qualidade da relação entre pais e filhos adolescentes a partir da

aderência a um movimento cristão. Para tanto, propôs-se a descrever as práticas religiosas desenvolvidas por pais e adolescentes ao frequentarem o movimento, identificar os significados atribuídos à prática religiosa, bem como analisar as repercussões destas na relação entre pais e adolescentes. O estudo caracterizou-se como qualitativo, utilizando-se para a coleta de dados a técnica de grupo focal. Fizeram parte do estudo dois grupos de participantes: um grupo composto por 05 pais e 03 mães que possuíam filhos na faixa etária entre 12 e 18 anos incompletos; e outro grupo composto por 06 adolescentes com idades entre 12 e 18 anos. Para participar do estudo, pais e adolescentes deveriam estar frequentando o movimento cristão há no mínimo um ano, com pelos menos duas frequências mensais nas reuniões, que acontecem semanalmente. Foi utilizado um roteiro de apoio como estímulo para introdução do tema: atividades praticadas nos encontros da Associação, significado atribuído a estas práticas, repercussão das práticas religiosas na relação entre pais e filhos. Cada um dos dois encontros teve duração de uma hora. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, organizados em categorias temáticas. Os resultados evidenciaram que a aderência ao movimento religioso se constituiu como uma rede de apoio social e afetiva e possibilitou mudanças no subsistema familiar filial e conjugal, bem como nas práticas educativas e envolvimento parental. No subsistema conjugal, o grupo de pais relata as mudanças de concepções quanto à afetividade do casal e à priorização da família como um aspecto essencial na vida, bem como reflexão e questionamentos em relação à dimensão existencial da vida a partir da aderência ao movimento. No que se refere à concepção dos adolescentes acerca das mudanças e influências na relação familiar a partir do envolvimento no movimento, os resultados expressaram transformações de âmbito relacional na família, especificamente no clima emocional e no casamento dos pais. Consideram relevante o engajamento dos pais no movimento religioso, uma vez que oportuniza novas condutas e hábitos familiares, especialmente da figura paterna. Verifica-se na fala dos adolescentes uma concepção negativa dos relacionamentos contemporâneos, permeados por uma ênfase na individualidade, concebendo a aderência ao movimento religioso como relevante nos momentos de crise e disfuncionalidade que a família vivenciou, interferindo em movimentos que poderiam ser de ruptura nos laços familiares. Verificou-se que o movimento religioso assume um importante papel, principalmente no que tange à formação de vínculos. A amizade foi um fator unânime apontado pelos dois grupos pesquisados, além da identidade grupal, reconhecimento e estratégias de enfrentamento às adversidades que o movimento disponibiliza aos participantes. O grupo de pais abordou a afetividade entre os membros como aspecto que motiva os

adolescentes a permanecerem e envolverem-se com o movimento. Destacam o valor aos princípios cristãos a que os filhos serão conduzidos, o que contribui para a segurança quanto ao papel parental desempenhado, bem como maior cuidado e participação na vida dos filhos. No que se refere ao grupo de adolescentes, dos seis participantes, cinco mencionaram a relevância que atribuem ao envolvimento parental, relacionando aspectos de cooperação com os pais, a importância aos princípios religiosos recebidos e o tempo que os pais dedicam a eles, os quais se constituem como um referencial que os subsidia em sua trajetória e influencia no clima familiar de maneira positiva. Conclui-se que a participação em movimentos comunitários religiosos estimula o sentimento de pertença e identidade grupal, constituindo-se como função protetiva, capaz de promover saúde e qualidade de vida no contexto familiar.

Notas sobre Intervenção Psicossocial e mobilização de mulheres moradoras da favela

Deborah Stephanie de Oliveira Henriques, Aline Aparecida de Alvarenga, Christianne Câmara Lopes Albuquerque Miranda

O presente trabalho é fruto da experiência de Estágio em Psicologia Comunitária no Aglomerado da Serra, cidade de Belo Horizonte. O estágio foi realizado durante o primeiro semestre de 2013, e é coordenado pela Professora Cláudia Mayorga (UFMG), que mantém a postura de fomentar que a Intervenção Psicossocial realizada a cada semestre seja construída pelos alunos que cursam o estágio. Nos espaços de supervisão, foi levantada a questão da falta de registro histórico do Aglomerado da Serra, a importância da construção da memória coletiva do lugar e o papel das mulheres nesse cenário. Como afirma Josimeire Alves (2012), a favela é sempre tida pela perspectiva do problema urbano, uma "chaga social". Ela é uma alternativa que rompe com os paradigmas das cidades. Porém, com a percepção da favela como algo que foge à padronização e o ideal do urbano, o favelado também é tido como o que escapa à noção de cidadania e reconhecimento do sujeito. O estereótipo do favelado faz com que, para além da luta pelo direito à cidade haja também uma luta simbólica pela significação de sua experiência e reconhecimento deste enquanto sujeito. A luta pelo reconhecimento simbólico é, portanto, sempre uma pauta quando pensamos as produções de sentido da favela. Provocar os seus sujeitos a se pensarem sócio-historicamente é convidá-los a quebrar esses discursos e se significarem. Considerando em nossas discussões os elementos favela e intervenção psicossocial, focamos no trabalho com mulheres moradoras do aglomerado. Pensando também que as moradoras do aglomerado estão num lugar de interseccionalidade de raça, classe, gênero

que as marginaliza. A Psicologia Comunitária, por meio da Intervenção Psicossocial, pressupõe a construção de um saber sobre a realidade para a atuação nesta própria realidade. As intervenções buscam a horizontalidade e o diálogo entre os variados saberes, recusando qualquer hierarquização que possa haver entre eles. Orientadxs por essa postura metodológica/epistemológica o trabalho foi (re) construído ao longo do processo de aproximação e diálogo entre os vários sujeitos envolvidos. Lúcia Afonso (2011) postula que a mudança é possibilitada por ressignificações realizadas pelos sujeitos. Diante disso o objetivo do Estágio foi o de promover espaços de interação com mulheres do Aglomerado da Serra; que possibilitassem o diálogo e produção de novos sentidos sobre suas experiências. No entanto, a experiência de estágio trouxe imprevistos, que nos levaram a (re)pensar a comunidade, nosso lugar de Universidade, a Intervenção Psicossocial e mobilização de mulheres. O processo da Intervenção inicialmente, se configurava em oficinas em grupo, nas quais usaríamos a fotografia como suporte. A partir daí, foi realizada a divulgação das oficinas. No primeiro dia de oficina as mulheres não apareceram, exceto uma moradora e liderança do Aglomerado da Serra, que estava sendo nosso contato com a comunidade. O fato das mulheres não terem ido, transformou essa cena em um momento privilegiado de reflexão conjunta sobre nosso planejamento de trabalho e postura de Intervenção. Começamos, então, a repensar a forma de mobilizar as moradoras do Aglomerado, tendo em vista seu cotidiano. Foi iniciada uma nova proposta de Intervenção envolvendo novos atores, e parceria com a liderança citada e outras que viriam a cena. O foco dessa proposta foi a mobilização das mulheres do Aglomerado. A nova proposta trouxe-nos um cenário menos claro e com papéis menos definidos. Entre encontros e desencontros, pudemos conhecer e dialogar com algumas mulheres do Aglomerado. Os encontros e interlocuções estabelecidas com essas mulheres foram essenciais para a construção de redes interacionais e mobilizadoras. Esse processo culminou na realização de uma oficina que avaliamos como positiva, por trazer o olhar das moradoras, ao mesmo tempo em que possibilitou a mobilização dessas. O trabalho do estágio continuará no próximo semestre, objetiva-se, portanto, a construção e fortalecimento desses espaços interacionais, envolvendo mais mulheres. Consideramos que essa experiência foi muito importante para a formação de todxs nós. O semestre teve uma configuração distinta: não tínhamos atividades, locais, objetivos e metodologias pré-estabelecidas. Isto implicou em certo desapego em relação ao lugar de saber típico da academia e, possibilitou que encarássemos nossas atividades justamente pelo posicionamento oposto: o do não-saber. Nossas posições como mulheres universitárias ora levavam a uma identificação com as mulheres com as quais interagimos, ora

a um distanciamento. A sociabilidade feminina é comum a todas nós, embora revestida de roupagens extremamente distintas e vivenciadas de formas diversificadas. No entanto, nossa posição de privilégio advinda da inserção na universidade era um marcador da diferença. Diferença essa que não foi negada, mas problematizada ao longo do percurso. Nossas intervenções foram marcadas por uma dificuldade de apropriação do espaço público. E, em parte, atribuímos este fator a uma "vergonha" ou "receio" que julgamos ter íntima relação com o lugar que é tradicionalmente atribuído a mulheres, que é o do espaço privado. Nossas interações se deram, principalmente, dentro das casas das mulheres.

Novos espaços, velhas práticas: reflexões sobre inserção do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Maisa Elena Ribeiro, Raquel S. L. Guzzo

O presente trabalho visa problematizar a inserção do psicólogo no SUAS e refletir acerca das práticas profissionais nesse contexto. Trata-se de um estudo qualitativo em que foram analisadas a legislação referente ao SUAS, pesquisas e referências técnicas do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Este trabalho se relaciona ao eixo "Prática e Formação de Profissionais" do grupo de trabalho "Comunidade, Política e Psicologia", pois visa levantar as ações e dilemas profissionais do psicólogo que atuam no SUAS, o quanto a formação tem correspondido, ou não, as demandas deste novo espaços de atuação do psicólogo e finalmente discutir o quanto à psicologia, enquanto ciência e profissão, tem a contribuir neste contexto a partir dos fundamentos e pressupostos da Psicologia Comunitária. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é uma política social destinada ao enfrentamento da pobreza e demais problemas sociais que impedem o sujeito de usufruir de seus direitos sociais básicos. A organização e estruturação desta política social em política pública ocorre por meio do SUAS que organiza os serviços e programas ofertados de acordo com o nível de complexidade e violação de direitos. As ações desenvolvidas pelo SUAS vão desde programas de transferência e renda até o atendimento e acolhimento institucional de pessoas em situação de risco pessoal e social. A partir da aprovação da PNAS em 2004 e implementação do SUAS em 2005, o psicólogo compõe as equipes técnicas dos serviços, inaugurando oficialmente um novo campo de atuação, onde este profissional lida com demandas das classes populares, o que exige da psicologia o desenvolvimento de concepções e práticas que possam contribuir para melhoria da qualidade vida do público alvo destes serviços.

No entanto, pesquisas do CREPOP com psicólogos que atuam no SUAS, apontam: o questionamento dos mesmos quanto à natureza e objetivos de suas práticas; dificuldades quanto às intervenções; e formação pouco embasada na realidade social. Tais problemáticas têm como consequências: a atuação do psicólogo descontextualizada da realidade e da política pública na qual está inserido; prevalência de práticas clínicas, individuais e tradicionais da psicologia; falta de análise crítica dos aspectos políticos e sociais que perpassam sua prática; e discrepância entre o que está previsto nos documentos oficiais e o cotidiano dos serviços. Tais resultados explicitam que apesar de ocupar um novo espaço de atuação, os psicólogos reproduzem velhas práticas, o que demonstra as contradições entre o que é proposto na PNAS e referências técnicas do CREPOP, com o que tem sido realizado e vivenciado pelos profissionais. A partir destas constatações, considera-se que tais dilemas têm, a princípio, duas causas: 1) a formação do psicólogo que não atende adequadamente os novos espaços de inserção e atuação profissional; 2) a estruturação e organização das políticas públicas no contexto neoliberal que corrobora para manutenção de condições precárias de trabalho, dificultando o desenvolvimento e aperfeiçoamento do profissional, bem como a qualidade dos serviços ofertados. Nesse sentido, ressaltamos a importância do resgate da Psicologia Comunitária para subsidiar teórica e metodologicamente a prática do psicólogo no SUAS, bem como as reflexões destes problemas. Tal referencial parte de uma crítica às ações tradicionais da área propondo a aplicação prática da psicologia diante dos problemas sociais para melhoria da qualidade de vida das comunidades, priorizando questões interpessoais e comunitárias ao invés de preocupações individuais e intrapsíquicas. Ao fazer tal crítica à ciência psicológica, a Psicologia Comunitária questiona o quanto as teorias e práticas legitimadas da área representam, ou não, uma compreensão ampla da realidade que considere os aspectos políticos e sociais que estão implicados na construção e aplicação deste conhecimento. Ao analisar os objetivos que essa ciência se propõe e quais objetivos que a profissão realmente atinge com suas ações, contrapõe as pretensões anunciadas e propagadas pela psicologia, com as repercussões sociais das práticas realizadas pelos psicólogos. Nesse sentido, para as práticas do psicólogo suscitarem a mudança social que se almeja, é necessário que as práticas superem o exercício intelectual e discurso de compromisso social, e se concretizem em práxis, ações cuja intencionalidade e horizonte sejam a conscientização das classes populares, para que sejam buscadas mudanças que promovam melhorias nas condições de vida das classes desfavorecidas que sofrem diretamente com a pobreza e desigualdade social. Neste aspecto, para a psicologia realizar ações para mudança social e comprometida com as classes populares, o grande desafio para o psicólogo é

desenvolver conhecimentos e práticas que promovam mudança dentro de uma sociedade que favorece ações de manutenção das desigualdades. Para tanto, é necessário que se trabalhe para a conscientização não só da população que o psicólogo irá atender no SUAS, mas anteriormente, a conscientização da própria classe profissional acerca dos objetivos, repercussões e horizontes de sua intervenção na comunidade. E tais aspectos envolvem um processo de formação continuada que vai desde a formação em psicologia até as reflexões e avaliações de suas intervenções enquanto profissional.

O gigante acordou? Articulações sobre a Psicologia Comunitária e as Manifestações em Fortaleza

Bárbara Xavier de Andrade, Filipe Augusto Barbosa Alencar, Mariana Menezes Amaral, Pamella Beserra de Melo, Jamille Maria Rodrigues Carvalho

Em Junho de 2013 o país foi palco de inúmeras manifestações. Várias cidades levaram às ruas pautas relativas à 'Reforma política', gastos excessivos com as Copas, 'Cura Gay' etc. O Brasil foi tomado por uma onda nacionalista, sob o signo do "Gigante Acordou". No entanto, será que, de fato, acordou? A pluralidade de discursos, muitas vezes diametralmente opostos, a expressão da violência emergida desse processo sinalizam práticas já comumente usadas e que não trazem consigo nada de revolucionário. O objetivo desse trabalho é, portanto, articular esse acordar com o processo de tomada de consciência trazido na Psicologia Comunitária por Freire (1994), analisando esse processo reivindicatório passado por Fortaleza, enfocando-a na sua pluralidade comunitária e possibilidade de engajamento social. A metodologia consiste num levantamento bibliográfico de artigos e reportagens, além da análise vivencial. A escolha do eixo Comunidade, Política e Psicologia se justifica pois o mesmo versa sobre a dinâmica política e comunitária da cidade de Fortaleza, pautando possíveis intervenções. A Psicologia Comunitária Crítica, fundamentada numa práxis preocupada com os problemas sociais e a emancipação humana, se torna lente indispensável para esse tipo de análise, encarando os indivíduos dentro de um processo dialético com o meio. Nesse sentido, construímos a nós e ao mundo, porque agimos sobre e a partir dele. As manifestações, desveladas como ação humana sobre o meio, emergentes de um cenário geral de descontentamento, são uma importante forma de se estreitar laços com o local onde se vive, cabendo à Psicologia "estudar os significados e os sentidos, assim como os sentimentos pessoais e coletivos da vida da comunidade" (GÓIS, 2008), mesclados a um olhar vivencial, para colaborar com um projeto maior de emancipação humana.

Outra característica das manifestações foi a presença massiva da classe média, tendo as redes sociais caráter central para articulação. Por outro lado, duas semanas antes, no mês de maio, outras 900.000 pessoas saíram às ruas, amedrontadas pela possibilidade de perda do Bolsa Família. Isso não foi, pela sociedade ou pela mídia, minimamente caracterizada como manifestação Porém, segundo Morton (11/07/2013), "(...) esses, não menos do que aqueles, falavam dos limites e barreiras do momento atual". Há marcadamente na sociedade brasileira um processo de naturalização das desigualdades. Essa naturalização é expressão de uma violência que se pauta numa conduta de coisificação tanto dos seres como das relações, sendo o seu ápice o não reconhecimento da humanidade na alteridade. Segundo Vieira (25/9/1995), "Talvez o mais trágico na sociedade brasileira atual não seja a existência de desigualdades, da miséria e da violência. O mais trágico é a naturalidade com que todos nós convivemos com essa realidade". A Psicologia Comunitária Crítica, inserida nesse contexto urbano de coexistência de desigualdades, ao fazer uma opção pelos mais pobres, precisa se questionar sobre como o processo de fortalecimento do sujeito comunitário - implicado e responsável pelo seu viver - se efetiva com indivíduos que partem de realidades e práticas tão opostas. Se nos encontramos, segundo Souza & Passarelli (2006), "(...) no lugar do desencontro, onde somos absorvidos por um fluxo e um tempo que nos parece exteriores", onde não nos reconhecemos a partir do outro e a presença da renda é um fator de exclusão social, como pensar em um projeto coletivo e participativo de emancipação humana? Góis (2008) ainda atenta que somente agora a elite dominante vem se apercebendo da violência e tensão sociopsicológica para além das favelas, sentindo essa violência de uma população secularmente oprimida. Esse fato, no entanto, deve ser entendido sob a ótica da luta de classes e não na esfera psicopatológica e individual. O que se propõe é uma mudança geral no sistema. O discurso infame da violência, emergida das manifestações, não coloca em pauta o violento sistema social do qual colaboramos e fazemos parte. Problematiza, no entanto, uma violência individual, física e submetida a um negativo juízo de valor que corrobora o status quo. Assinalamos, portanto, a diferença entre Participação Social e Mobilização Social (GÓIS, 2008). Por mais que ambas apontem para uma nova práxis libertadora, a primeira se relaciona mais à consciência pessoal, em favor do próprio indivíduo e de sua coletividade e a segunda à uma criação coletiva mediante a participação dos indivíduos para que se garanta politicamente o controle social. O que se pôde observar, a partir da vivência das manifestações, é a prevalência da primeira em detrimento da segunda e a nítida cisão entre as diferentes coletividades. A Psicologia Comunitária tem importante tarefa para criação de espaços de mobilização social e conscientização, atuando numa construção coletiva de vontades

humanas de superação e de convivência profunda com a realidade que nos cerca. Para tal é importante finalizar com o importante chamamento reflexivo de Paulo Freire (1994), que entende a Humanização como a tomada de consciência da própria incompletude, superando o permanente inacabado. Nesse sentido, percebemos que o gigante sempre estará num eterno acordar e que isso é ação coletiva e implicada de todos.

O psicólogo brasileiro e a política de assistência social: características regionais e dilemas nacionais

Mariana Ferreira Rodrigues, Maisa Elena Ribeiro, Etienne Janiake, Raquel S. L. Guzzo

O processo de reorganização e universalização dos serviços de assistência social é recente no Brasil, recorrente da implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Este trabalho tem como objetivo discutir a atuação do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ressaltando as convergências e divergências existente nos municípios de Campinas/SP e Poços de Caldas/MG, no que se refere aos vínculos e condições de trabalho. A metodologia de análise é baseada no Materialismo Histórico Dialético, a partir dos conceitos de universalidade, particularidade e singularidade, visando a aproximação da realidade objetiva desses contextos e a explicitação das contradições inerentes a esse processo. Os aspectos universais são abordados por meio da análise da PNAS, com destaque à organização do SUAS e sua implementação no contexto neoliberal. Os aspectos singulares são destacados a partir das análises do quadro de funcionários, composição e organização dos serviços destes municípios. Foram analisados aspectos particulares, como espaços de mediação entre as diretrizes legais e as condições específicas, de forma a destacar o papel do psicólogo, vislumbrando possibilidades de atuação e fortalecimento, a partir da Psicologia Social da Libertação. Os serviços do SUAS trabalham com questões diretamente relacionadas à desigualdade social e suas consequencias para população, segundo orientações do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) o trabalho do psicólogo deve ser pautado no conhecimento do contexto social e necessidades da população atendida, com a atuação voltada para o fortatecimento e desenvolvimento das potencialidades da comunidade. Assim, justifica-se a utilização da Psicologia Social da Libertação como base teórica pois, a partir de fundamentos marxistas e inspirada na Teologia da Libertação, ela apresenta como princípios: a crítica à naturalização da desigualdade presente na realidade social, ao caráter excludente do sistema capitalista e às práticas tradicionais da Psicologia, que disassociam o sujeito do seu contexto. Este trabalho se relaciona com o eixo da Política do

Grupo de Trabalho Comunidade, Política e Psicologia, uma vez que busca discutir a atuação do psicológo em uma política pública específica, evidenciando as contradições entre o que está previsto na legislação com o que é vivenciado pelos profissionais e ofertado à população. Como resultado da análise observou-se o impacto da precarização das condições de trabalho no oferecimento de serviços. Tal precarização é observada nos seguintes aspectos: os serviços e programas são realizados em grande parte por parcerias com entidades privadas, que executam as ações de responsabilidade do Estado através de cofinanciamentos; o número de contratações de psicólogos no SUAS é inferior ao proposto pela Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-RH SUAS); as formas de vínculo profissional, que apesar de apresentarem características diversas em cada município, são igualmente deficitárias. Sobre as formas de vínculo profissional observou-se que, em Poços de Caldas, todos os profissionais dos CRAS e CREAS são servidores da prefeitura, já em Campinas 71% dos profissionais destes serviços são terceirizados, o que gera uma instabilidade profissional, baixos salários e falta de autonomia nas suas intervenções. No entanto, o fato de Poços de Caldas ter a maioria dos funcionários servidores da prefeitura, não garante a estabilidade do profissional, uma vez que apenas 12% têm vinculo profissional estável como funcionários públicos, e a grande maioria, 88% mantém vínculos profissionais instáveis por contratos temporários. Em Campinas tal realidade se assemelha, mas com um índice um pouco mais desfavorável, com apenas 10% dos profissionais do SUAS com vínculo estável e com 90% dos profissionais com vínculo não estável. Outro dado que chama a atenção em Campinas é o numero de voluntários 527, o que representa 13% dos recursos humanos da prefeitura. Já em Poços de Caldas percebe-se a contratação excessiva de estagiários que corresponde ao mesmo número de psicólogos formados trabalhadores do SUAS. Além do problema da precariedade das condições de trabalho, outra consequência das contratações temporárias e vínculos não estáveis, é a alta rotatividade gerada por esse tipo de contratação, o que dificulta a continuidade no trabalho do profissional, bem como seu vínculo com os usuários e a comunidade atendida. Esses dados mostram uma contradição clara em relação ao que esta proposto na legislação, já que a NOB-RH/SUAS ressalta que deve-se combater a precarização do trabalho e lutar pelo fim da terceirização, além de garantir a educação permanente de seus trabalhadores. Concluímos que tais problemáticas apontadas tem como consequência a precarização dos serviços e condições de trabalhos do psicólogo e demais trabalhadores, explicitando a necessidade dos mesmos se organizarem politicamente e ocuparem espaços de controle social e sindicatos para lutarem coletivamente por melhores condições de trabalho e estruturação dos serviços. Assim, o desafio da psicologia enquanto

ciência e profissão ao se inserir no SUAS, vai além do desenvolvimento de novas metodologias e práticas profissionais implicando também no posicionamento crítico do psicólogo, diante das questões politicas e sociais que interferem no exercício profissional.

PET Conexões de Saberes na UFMT: exercício prático da psicologia social comunitária

Mírian Toshiko Sewo

Este resumo tem como objetivo relatar um trabalho realizado com estudantes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, que teve início em 2009 e que foi se construindo na perspectiva da Psicologia Social Comunitária. O referido trabalho se dá na conjunção de três grupos do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes, coordenados por professoras de diferentes áreas (psicologia, enfermagem e educação) que trabalham interdisciplinarmente, articulando os respectivos programas: (1) "Inclusão, Diversidade e Protagonismo", (2) "Universidade, Saúde e Cidadania" e (3) "Diferentes Saberes e Fazeres". Ao todo são 48 estudantes. O programa tem como objetivo principal a aproximação da universidade às comunidades populares, adotando como estratégia a agregação de estudantes de origem popular de diferentes áreas de conhecimento para compor o grupo e atuarem como protagonistas em atividades com as quais tenham identificação. Atualmente as ações desenvolvidas abrangem as seguintes temáticas: capitalismo e opressão, violência sofrida pelas mulheres e seus direitos, diversidade, acolhimento, educação ambiental, assistência estudantil, discriminação, racismo, acesso e permanência na UFMT, controle social e direito da criança hospitalizada. No cotidiano, os estudantes se organizam em torno de projetos construídos com a orientação das professoras coordenadoras: (1) Educação Ambiental, (2) Libélulas Libertárias, (3) Tecendo Relações de Igualdade, (4) Teatro Comunitário, (5) Parque Universitário, (6) Terapia Comunitária, (7) Cuidar Brincando, (8) Conhecendo a UFMT e (9) Cine Conexões. Cada grupo tem a sua dinâmica própria de organização para estudar, planejar, avaliar e executar as atividades. Além das atividades circunscritas aos pequenos grupos, há duas atividades comuns: o grupo de estudos e o 'Extensão em Foco'. O grupo de estudos ocorre semanalmente e é o espaço de aprofundamento das teorias e temáticas concernentes ao grupo. O 'Extensão em Foco' ocorre mensalmente e é o momento em que todos os projetos são apresentados pelos estudantes, relatando o que realizaram no mês, o que planejam fazer nos próximos e exercitam a experiência da intervisão. Os resultados deste trabalho podem ser organizados em três categorias: mudanças nos próprios participantes, contribuições para as comunidades e para própria instituição e reconhecimento do programa. No que se refere à mudança nos próprios

participantes destaca-se a construção de uma nova perspectiva e postura frente aos problemas sociais, fruto das reflexões do grupo de estudo, da exigência do protagonismo em algum projeto e da aproximação dos movimentos sociais que o programa proporciona. Entre as contribuições para as comunidades e a própria instituição destacam-se: (1) o efetivo desenvolvimento do bairro Parque Universitário, local de moradia de uma das estudantes, que se tornou presidente do bairro e tem contribuído para a conquista de melhorias para o local; (2) A desmistificação do acesso à universidade para diversos estudantes de escolas públicas; (3) O acolhimento de pessoas hospitalizadas, em condições crônicas e estudantes universitários em situações de sofrimento e dor através da Terapia Comunitária Integrativa; (4) A articulação dos grupos de mulheres do município; (5) A criação de um grupo feminista; (6) A criação de um batuque feminista; (7) O levantamento das condições para o atendimento das crianças hospitalizadas pelo SUS em Cuiabá, com encaminhamento de denúncias ao Ministério Público, Conselho de Saúde, Ministério público e Vara da Infância; (8) Articulações em prol da melhoria do atendimento pediátrico e construção do hospital infantil no município; (9) A contribuição para a aprovação das cotas raciais e sociais na UFMT, antes mesmo da lei federal. O reconhecimento do programa no âmbito da instituição é um resultado que advém dos resultados supracitados e outros processos não mencionados e que se verifica principalmente pela busca do programa por parte dos estudantes. O Conexões de Saberes, como se configura hoje, não foi construído intencionalmente como uma proposta de intervenção da psicologia social comunitária. No entanto, na prática, este foi se constituindo como tal. A constatação de que o trabalho poderia ser caracterizado como de Psicologia Social Comunitária ocorreu ao refletir: “o que eu estou fazendo como psicóloga social comunitária?”. E, ao olhar para o Conexões de Saberes, foi possível perceber que a sua construção, todo o tempo, foi orientada pela práxis da Psicologia Social Comunitária, principalmente as que dizem respeito à participação, educação popular libertadora, desenvolvimento da consciência crítica, organicidade e fortalecimento das pessoas para a tarefa de compreensão e transformação da realidade. Isso denota que o trabalho da Psicologia Social Comunitária não precisa ser uma intervenção especificamente nominada, mas uma forma de fazer as coisas em comunidade, compromissada com a emancipação das pessoas e a melhoria das condições de vida, utilizando de pesquisas e aportes teóricos que contribuam para isso. No Conexões de Saberes, os participantes passam por um processo de transformação, especialmente de construção de consciência e de exercício da práxis, que almejamos que se prolongue para as suas vidas depois da universidade, em suas comunidades, local de trabalho e demais grupos que venham a participar.

Política e afetos: politização das práticas psicossociais em Psicologia Social Comunitária

Carlos Roberto de Castro e Silva

Na perspectiva da psicologia social comunitária há um esforço de que as intervenções em comunidade e em suas instituições possam promover a autonomia e cidadania dos sujeitos e grupos, principalmente aquelas regidas por políticas públicas e sociais que visam à redução da desigualdade social. Todavia hoje nos deparamos com dificuldades de mobilização e participação social das pessoas em ações transformadoras destas realidades marcadas pela violência em suas varias faces, principalmente pela pobreza e pelo desrespeito aos diretos humanos. Segundo Espinosa a teologia é baseada na superstição, a qual alimenta o medo e a obediência ao que é prescrito pelos profetas e apóstolos. Em seu tratado teológico-político Espinosa valoriza o exercício da política como um lugar em que a razão busca pensar, dizer e agir em prol do desejo de ser livre. Para Espinosa afetamos e somos afetados pelos outros, entretanto esta afetação pode potencializar para a ação ou para a submissão. Este preâmbulo visa trazer para o campo da psicologia social comunitária a importância da politização de suas ações, além disso, de valorizar os aspectos psicossociais que potencializam a politização de ações humanas, principalmente para aqueles que vivem em contextos opressores regidos pela superstição e a violência. O século XXI parece expressar possibilidades plausíveis de sobrevivência da superstição, principalmente se considerarmos que este é refém da instabilidade, é crédulo e busca por isso alguma certeza. Como afirma M. Chauí sobre o avanço das igrejas a partir dos anos 80, principalmente do protestantismo evangélico nas grandes cidades brasileiras, inclusive da reação católica por meio da "igreja carismática". A questão principal refere-se à impregnação de causas e valores religiosos na condução da cultura política contemporânea. As guerras e conflitos de ordem econômica, social e política são expressos por meio de símbolos religiosos. No tratado Teológico-Político de Espinosa temos indicações dos aspectos psicológicos que baseiam a superstição e como esta determina comportamentos políticos específicos. Ou seja, Espinosa traça a passagem do psicológico para o político a partir de sua teoria sobre as paixões, abordado na "Ética", e conforme a potencia destas se configuram formas distintas de governo, desde o tirânico até o democrático, pois as qualidades destas paixões tornam os indivíduos livres ou submissos. O supersticioso é regido pelas paixões tristes, pois a origem da superstição é o medo. Espinosa diz que duas são as características do individuo supersticioso: a inconstância e a credulidade. No Tratado Teológico- político Espinosa ao distinguir a teologia da filosofia nos oferece um caminho para percebermos a importância do

papel da religião na vida do individuo supersticioso, ou seja, daquele que vive pelo amor à fortuna, acima de todas as coisas. Isto na medida em que afirma que os homens não tendo domínio sobre todas as circunstancias da vida buscam na religião um apoio para as contingências da vida. Todavia, ele diz que a própria religião não é capaz de dar todo este suporte para as contingências da vida e muito menos para a flutuação das paixões humanas, às quais o supersticioso esta sujeito e neste sentido a teologia racional nasce como um mecanismo que reforça as profecias e revelações. Podemos inferir que as manipulações baseadas na roda da fortuna e nas incertezas da vida favorece a criação de sujeitos amedrontados e vulneráveis às influencias externas e a manipulações que por sua vez faz com que as pessoas cada vez mais tenha menos domínio de sua própria vida, gerando sujeitos nervosos e reativos ao invés de pessoas mais pro-ativas. Desta forma alimentando sentimentos tristes, como o ressentimento, ódio. Em muitas localidades, principalmente aquelas marcados pela pobreza e violência as igrejas fazem às vezes de outras formas de organização social, como associações de bairro, movimentos sociais, e mesmo do Estado, este ultimo visto como aquele que deveria garantir direitos sociais básicos. Assim, enfraquecendo ações politicas como instrumento das lutas sociais, prejudicando o fortalecimento de um Estado laico. Compreender alguns destes processos na perspectiva da psicologia social comunitária significa questionar uma apreensão passiva, acrítica de tais códigos de convivência social, principalmente se temos a perspectiva de transformação social. Desta forma, compreender as bases cognitivas e afetivas que sustentam os modos de atuar dos indivíduos é um primeiro passo para o questionamento daquilo que pode ser prejudicial, despregando-se de amarras que sufoca a potencia de ação dos sujeitos. Na perspectiva da psicologia social comunitária pensamos em categorias desestabilizadoras, ou seja, que problematize e desnaturalize valores sociais e morais vigentes. Assim, incrementar a discussão sobre a participação social hoje, sugere a construção de um processo que valoriza um olhar a partir do campo psicossocial, ou seja, de apreensão de um processo de mudanças subjetivas e psicológicas atrelado ao contexto sócio-histórico e cultural, revelando modos de participação social singulares, visando a emancipação e o fortalecimento dos indivíduos e grupos sociais.

Práticas de Intervenção Psicossocial com jovens de comunidades pobres do Rio de Janeiro: potencialidades e desafios

Jacqueline Cavalcanti Chaves

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa-intervenção realizada com jovens de três espaços comunitários da cidade do Rio de Janeiro: duas favelas (Cidade de Deus e Morro dos Prazeres) e uma organização não governamental (Galpão Aplauso). Ele foi desenvolvido pela autora com a colaboração de quatro estagiárias do curso de Psicologia de uma universidade particular. O objetivo dessa comunicação é apresentar o trabalho realizado a partir da discussão de sua proposta de intervenção psicossocial junto a jovens, da metodologia utilizada, das potencialidades e dos desafios encontrados, e da formação do/a aluno/a de Psicologia. Esse trabalho se articula com o Grupo de Trabalho indicado e com seu eixo temático naquilo que se refere ao enfoque dado à experiência de intervenção comunitária baseada na Psicologia Social Comunitária. Também se aproxima daquilo que é proposto pelo GT através da reflexão feita acerca da importância da construção de uma consciência crítica, da autonomia, e do "empowerment" dos jovens, particularmente das jovens. Por fim, ainda se enquadra na temática do GT por meio da preocupação com a formação profissional dos/as psicólogos/as. A pesquisa-intervenção que deu origem a essa comunicação teve como objetivo criar espaços de fala com jovens nos quais temas concernentes aos relacionamentos sócio-afetivo-sexuais fossem debatidos de forma livre e espontânea. O trabalho visou propiciar a implicação dos jovens na problematização, reflexão, (des)construção de sentidos acerca das questões e experiências trazidas para os grupos e, com isso, no desenvolvimento de formas relacionais mais satisfatórias e equânimes; mais conscientes no que diz respeito à sua saúde e à de seu/sua parceiro/a; e mais tolerantes em relação às diferenças individuais e de gênero. A metodologia utilizada no trabalho foi o grupo de discussão, no qual as questões de pesquisa foram inseridas como temas de debate. Devido aos interesses e às realidades locais, na elaboração das intervenções, o delineamento dos grupos variou em número de participantes e de encontros, e na idade dos jovens. Para cada encontro havia uma questão central a ser discutida e uma dinâmica de grupo que pudesse facilitar a reflexão e o debate. Os encontros eram semanais, com duração de uma hora e meia, e coordenados pela autora dessa comunicação ou por duas estagiárias, as quais eram orientadas e supervisionadas pela autora. A primeira preocupação das coordenadoras foi a de mobilizar os jovens a aderirem à discussão proposta e de implicá-los no projeto. Para favorecer isso, e não assumirem uma posição de detentoras do saber que ensinam aos “incultos” aquilo que eles devem fazer/saber, ou seja, para minimizarem o risco de se falar pelo outro, as coordenadoras buscaram comparecer nos encontros como facilitadoras, como alguém que se coloca entre, que, em uma relação dialógica, atua como uma parceira na reflexão e construção de sentidos para as experiências narradas. A mobilização e implicação dos jovens se mostrou um grande desafio

na intervenção, o que foi enfrentado através do compromisso e da persistência das coordenadoras com o projeto de trabalho. No enfrentamento desse desafio foi fundamental a parceria criada junto a líderes e organizações locais, o que ocorreu desde o início do trabalho e viabilizou a sua execução. No desenvolvimento do projeto, após cada encontro, elaborou-se um relatório descrevendo a dinâmica do grupo e os discursos produzidos. A análise dos relatórios evidenciou questões de gênero que reproduzem práticas discursivas estereotipadas, e uma forte resignação frente a elas. Essas práticas repetem e reforçam uma tradicional assimetria de gênero que coloca a mulher em posição inferior em relação ao homem, limita as suas possibilidades de vida afetivo-sexual, e naturaliza posições identificatórias discriminatórias de homens e mulheres. Nos discursos sobre as relações entre adultos e jovens também foi possível perceber uma desigualdade que fala do lugar social destinado a cada um desses atores na sociedade, o qual é reproduzido por diversos jovens dificultando a construção da sua autonomia. Na narração de suas relações afetivas, os jovens contaram ainda das dificuldades para se ter/manter amigos nos quais possam confiar e sentir segurança. Foram narradas diversas experiências que fizeram os jovens se sentirem traídos, abandonados e desrespeitados por aqueles que eram considerados como amigos/as. No cotidiano de vários deles, a desconfiança, o receio de ser “zoado”, e a escassez ou ausência de espaços onde possam falar abertamente e serem escutados levaram muitos participantes a avaliarem muito positivamente os grupos de discussão. Os grupos funcionaram como espaço alternativo ou único para que relações mais abertas, respeitosas e reflexivas fossem experimentadas. As possibilidades dos jovens de falarem, pensarem, discutirem coletivamente, refletirem sobre pontos de vista diferentes e se colocarem no lugar do outro foram ações que os afetaram e contribuíram para que eles pudessem vir a assumir posições diversas em suas relações. Ao mesmo tempo em que isso se tornou uma importante potencialidade do grupo, mostrou ser também um dos maiores desafios do trabalho.

Problematizando a participação comunitária em projeto voltado a Unidade de Conservação Amazônica

Marcelo Gustavo Aguilar Calegare

Um dos desafios dos pesquisadores da Amazônia é criar mecanismos que tornem a floresta mais lucrativa em pé do que derrubada, aliando o uso sustentável dos recursos naturais ao desenvolvimento humano dos povos da região. Nesse sentido, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) vem desenvolvendo uma proposta de utilização da madeira naturalmente caída por técnicas de marchetaria para produção de pequenos objetos, em uma Unidade de

Conservação (UC), tendo em vista aliar os recursos disponíveis nesse contexto à geração de renda e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. O local escolhido foi a Reserva Extrativista (Resex) Auati-Paraná, uma UC federal classificada como de uso sustentável pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), localizada na zona rural dos municípios de Fonte Boa, Japurá e Maraã, na microrregião do Alto Solimões, estado do Amazonas. Fato importante a ser ressaltado é que a proposta foi criada a partir da interação dos pesquisadores do Inpa com os moradores da UC, por intermédio da Associação Agroextrativista de Auati-Paraná (Aapa), que queriam desenvolver algum tipo de atividade que trouxesse benefícios à Resex e que estivesse em conformidade com a legislação de conservação da natureza e uso sustentável dos recursos. O acompanhamento dessa iniciativa tem sido realizado por projeto do Laboratório de Psicologia e Educação Ambiental (Lapsea) do Inpa, com financiamento Fapeam/CNPq, dentro do qual se buscou analisar a dinâmica e impactos psicossociais gerados. Um dos importantes aspectos levantados e trabalhados, por meio de pesquisa-ação, é o da participação e organização dos moradores que compõem o grupo responsável pela marchetaria. Nessa perspectiva, o foco deste trabalho é problematizar e trazer discussões a respeito do processo de participação que envolve a introdução dessa proposta de uso sustentável de recursos naturais em uma UC. Insere-se dentro da proposta do GT Estado, Democracia e Movimentos Sociais por lidar com proposta de pesquisa-ação com comunidades rurais amazônicas, cujos habitantes são povos e comunidades tradicionais. Por outro lado, enquadra-se no eixo temático Comunidade, Política e Psicologia por partir do enfoque da psicologia social comunitária e psicologia política, para inserir-se em campo interdisciplinar de diálogo com outros saberes científicos e tradicionais. Além disso, o debate a ser apresentado visa contribuir para ampliação da compreensão dos impactos das intervenções e da participação no contexto das comunidades de UCs amazônicas. Uma iniciativa como esta envolveu distintos atores institucionais, que se constituem como agentes externos às comunidades, mas que têm influência decisiva no engajamento dos moradores. Um deles é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão da UC em questão. Apoiam a marchetaria e dão suporte logístico, entretanto zelam prioritariamente pela conservação da natureza. Dessa feita, os fortes temores de uso inadequado e excessivo de recursos naturais, aliado ao distanciamento (geográfico e de encontros) entre gestores da área e moradores, geraram refreamento ao prosseguimento do projeto. Como resultado, houve desincentivo indireto ao envolvimento nas atividades produtivas dos pequenos objetos, atraso dos cursos técnicos da marchetaria e dificuldades de comunicação entre todos os parceiros institucionais. Tais fatos

repercutiram no enfraquecimento dos laços dos agentes internos, isto é, o grupo da marchetaria e os demais moradores das comunidades da Resex. Tal imbróglio institucional salientou alguns aspectos do modo de vida amazônico relevantes à participação no projeto: a distância entre as comunidades, que envolve altos gastos para serem transpostas; as disputas de poder entre moradores de comunidades distintas; a organização comunitária inerente a cada comunidade, que quando fraca repercute em relações de ajuda mútua inexistentes. Pelo exposto, nota-se que os processos de participação não envolvem apenas elementos da vida comunitária, que poderiam ser trabalhados segundo técnicas de intervenção. O processo de tomada de decisão dos rumos da marchetaria, entre agentes internos e externos, envolve negociações que implicam em fazer valer interesses nem sempre convergentes interferindo também na participação comunitária. Por outro lado, observa-se que o exercício de poder dos representantes de cada instituição imprime um cunho pessoal e particular aos rumos das decisões, o que nem sempre as tornam fáceis e ágeis de serem tomadas. Diante de tal situação, os dirigentes da Aapa e os moradores estão cada vez mais cientes que é preciso atuação de negociação política junto aos parceiros institucionais, para que a marchetaria seja uma iniciativa de sucesso. Por fim, pondera-se que essa discussão remete a uma antiga questão envolvendo as áreas protegidas: equacionar a obtenção de resultados socioeconômicos desejados pelos moradores à conservação da natureza, o que requer a quebra de paradigmas que consideram o ambiente como separado de seus habitantes.

Psicologia Social Comunitária e Fórum de Estudantes ProUnistas: atuação nas universidades é possível?

Flávia de Mendonça Ribeiro, Larissa Soares Baima

Uma visão crítica da Psicologia argumenta que ela foi criada para dar sustentação ao sistema capitalista e que, por esta razão, atribui ao indivíduo a responsabilidade pelos problemas que enfrenta assim como pelas doenças causadas pelo modo de vida. No sistema Capitalista, a lógica do consumo, a exploração do homem pelo homem, o individualismo ensinado desde que nascemos nos faz acreditar, muitas vezes, que temos que nos enquadrar nesse contexto e tentar viver o melhor que podemos num sistema repleto de opressão e exploração. A psicologia crítica oferece uma possibilidade de refletir sobre esta condição como um instrumento de classe. A Psicologia Social Comunitária, em sua atuação, pode contribuir para promover essa mudança, intervindo na realidade a fim de modificá-la, subvertê-la, corrigi-la e revolucioná-la. A ação é de extrema importância na psicologia comunitária, e essa ação tem que ser a partir da

comunidade, e assim expandir para toda a população, além disso, a demanda para essa ação deve vir da comunidade. O objetivo desse trabalho é pensar uma relação a atuação do psicólogo comunitário dentro das universidades com estudantes ProUnistas. Trazendo o objetivo dessa Psicologia para o contexto das políticas públicas no Ensino Superior Privado, podemos pensar na comunidade interna da Instituição de Ensino Superior, como parte da população a ser atingida por essa mudança social. Essa comunidade é composta pelos estudantes das IES privadas do país, bolsistas do ProUni ou não, porém, o foco desse trabalho são os estudantes ProUnistas. O ProUni (Programa Universidade para Todos) tem como objetivo dar acesso a estudantes provindos, principalmente, da rede pública em IES privadas a partir de bolsas de estudo em cursos de graduação oferecendo isenção de impostos às instituições que aderirem ao programa. Em algumas IES os estudantes se organizam em Fóruns de ProUnistas, a fim de lutarem por permanência estudantil, visto que não há qualquer tipo de assistência à esses estudantes bolsistas. As tendências alienadoras e fragmentadoras que agem sobre grupos e comunidades em nossa sociedade atingem também esse movimento, colocando entraves para o surgimento e desenvolvimento de processos de conscientização e participação dos estudantes. Nesse sentido, vemos como a Psicologia Comunitária poderia atuar, conjuntamente com os estudantes, nos espaços do movimento estudantil, tentando, a partir de sua atuação promover a emancipação dos indivíduos dos grupos que o constituem. Baseados em Ignácio Martín-Baró alguns autores colocam o papel da ação na construção da realidade, como parte fundamental da mudança social, além disso, colocam que o papel da psicologia comunitária surge de e na ação, e essa ação pode ser feita também pela palavra. A práxis, ação com intuito de mudança, também se faz necessária nesse contexto. Outros autores sistematizam como poderiam ser as ações práticas para a atuação comunitária, já que a ação é ligada à mudança, na Psicologia Crítica Comunitária, mudando pra uma sociedade mais justa que apenas uma melhora de vida com oportunidades, sem marginalização e opressão, como são os estudantes ProUnistas dentro da IES privada. Em síntese, os autores indicam o apoio à consciência crítica através do exercício da problematização, a criação de novas formas de relações sociais, o desenvolvimento de alianças que maximizem os recursos para a mudança e o apoio jurídico e político a esses grupos como a chave estratégica de intervenção da psicologia comunitária no espaço privado das Instituições de Ensino Superior. A atuação do psicólogo comunitário pode ser importante no contexto de construção da organização e atuação dos ProUnistas no Brasil, podendo contribuir para que esses estudantes consigam se organizar, pensar e agir para que mudem sua realidade. Esta proposta se insere no GT Comunidade, Política e Psicologia, pois pretende enfatizar a

relação entre a Psicologia e os movimentos sociais – considerando o Fórum de ProUnistas como um movimento inserido nas IES privadas e ao mesmo tempo que refletir sobre as políticas públicas de Educação Superior a partir da leitura crítica deste contexto.

Psicologia social comunitária no complexo da funerária: o encontro como estratégia na formação crítica de psicólogos

João Eduardo Coin de Carvalho

As práticas de Psicologia Social Comunitária, na tradição latinoamericana, têm contribuído para consolidar o pensamento crítico assim como são espaços de formação de profissionais e cidadãos preocupados com a transformação da sociedade brasileira. Nestes trabalhos, a concepção de sofrimento social que alcança populações excluídas é tema que vem sendo discutido por pesquisadores brasileiros em diferentes contextos, normalmente associando esta condição às populações socialmente vítimas de violência, seja esta originada no Estado ou mesmo na família, com atenção especial para sua repercussão nos lugares sociais e nos corpos desses grupos. Assim, a condição de ativista se sobrepõe, muitas vezes, à de profissional/pesquisador, com o engajamento na discussão dos determinantes sociais da vida dos grupos sociais em situação de sofrimento e no desafio de criar possibilidades para ações transformadoras destas realidades. Esta condição se ajusta à preocupação com o encontro (entre moradores; entre profissionais, acadêmicos e moradores) como condição para a associação e a produção de discursos e soluções coletivas – críticas e desconstrutoras do status quo. O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir os resultados obtidos por professores e alunos do Curso de Psicologia da Universidade Paulista, nas atividades de pesquisa, extensão e formação ao longo de 10 anos no Complexo da Funerária, comunidade de baixa renda localizada na Zona Norte da Cidade de São Paulo. Incialmente associado a trabalhos de pesquisa junto a moradores e instituições da região, a presença da universidade foi paulatinamente se constituindo em ações de intervenção conduzidas por estagiários da Área de Grupos e Comunidades do último ano do curso. Neste período houve uma progressiva ampliação do número de moradores e de alunos participantes alcançando em 2011 cerca de 150 moradores diretamente atingidos pelas ações desenvolvidas por uma equipe de 20 estagiários em Oficinas de Dinâmica de Grupo, Plantões Comunitários e Visitas Domiciliares. No último ano, foram parceiros destas atividades, além da própria Universidade, a Prefeitura Municipal de São Paulo, ONGs que atuam na região, Associações de Moradores, igrejas e escolas da comunidade. Os resultados mostram, em primeiro lugar, como a construção contínua e persistente de uma rede de instituições e

indivíduos baseada em relações de confiança e compromissos, o que exigiu a elaboração de um projeto coletivo de médio e longo prazo, foi condição para o vislumbre de uma ação transformadora junto a esta comunidade. Mas, ao mesmo tempo, mostrou-se capaz de dar suporte para a formação de profissionais sensíveis a práticas consequentes e comprometidas com a crítica aos processos de exclusão social, o que exige uma preparação que põe em jogo aspectos científicos, metodológicos e também ético-políticos. Colocados em contato direto com demandas estranhas ao isolamento das questões sociais, todos são desafiados a descobrir as potencialidades profissionais e sociais ligadas a ações de investigação e transformação social. A estratégia para isto exigiu, no encontro, o deslocamento físico e simbólico para áreas de exclusão nas quais podem ser identificados ao menos dois campos onde estas ações se dão: o corpo, sujeito ao controle e ao sofrimento, mas sede da subjetividade e local de onde o indivíduo realiza as experiências de sua inserção no mundo e o cenário social-grupal de pobreza e isolamento onde se encontram os determinantes históricos do grupo.

Psicologia social comunitária, terceira idade e autonomia: imbricações das relações comunitárias na construção de identidades geracionais

Thaísa Soares Silva, Maria Fernanda Aguilar Lara, Tatine Penariol de Rosato

A psicologia social comunitária, enquanto área de atuação profissional e pesquisa tem buscado alicerçar um compromisso com os atuais contextos das políticas públicas, tencionando transformações norteadas pela promoção dos direitos humanos, como no caso dos direitos das pessoas idosas. As publicações do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP/CFP, 2013) nos oferecem indícios destes tencionamentos. Para construir lugares de transformação psicossocial, a psicologia social comunitária tem privilegiado "o trabalho com os grupos, colaborando para a formação da consciência crítica e para a construção de uma identidade social e individual orientadas por preceitos eticamente humanos" (FREITAS, 1996, p. 73). Nestes grupos, tem-se buscado primordialmente respeitar, empoderar e legitimar os saberes locais, visando promover a "autonomia e autogestão das próprias comunidades" (GUARESCHI, 1996, p. 99). O presente trabalho resulta de pesquisa realizada na graduação em Psicologia, durante a disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social e, a partir destes valores críticos busca compreender como tem-se construído a autonomia em um grupo de idos@s frequentadores de um restaurante comunitário na cidade de Cuiabá. Neste percalço, utiliza-se de observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas. De acordo com Debert (2004), a maneira como se concebe e vive o

envelhecimento varia social, cultural e historicamente, e a designação Terceira Idade cumpre em acionar uma representação menos pejorativa ao envelhecimento. Somado a outros fatores e elementos configura o que a autora denomina "reprivatização da velhice," promovendo a responsabilização do próprio indivíduo por sua saúde, cuidados e bem-estar e caracterizando um modo de envelhecer construído ao longo do século XX. O que acaba por reforçar certos aspectos, que conforme Guareschi (2001, pp. 145-153) legitimam a exclusão: competitividade, culpabilização e exclusão dos saberes, implicando em um "caráter ilusório da inclusão" (SAWAIA, 2001, p. 8). A partir das reflexões teóricas apresentadas, busca-se compreender a autonomia encontrada no grupo quando este utiliza a área externa do restaurante como ambiente de socialização, ressignificando este lugar de coletividade. Ao percebermos as relações estabelecidas entre estes sujeitos da Terceira Idade, se fez necessário compreender a complexidade de identidades que @s perpassa, propondo um exercício teórico para se compreender a complexidade que demandas contemporâneas têm apresentado à psicologia social comunitária. Isto se ampara no conceito de Stuart Hall (2006) ao dizer que o sujeito não tem uma identidade fixa e única, mas uma "pluralidade" de identidades que se transformam continuamente em relação às diversas formas pelas quais nos relacionamos dentro do nosso sistema cultural. Estas identidades podem ser contraditórias, ora nos levando a um lado ora a outro, e é exatamente esta contínua mobilidade que cada uma das identidades exerce no sujeito, que faz com que ele não se fixe em alguma, mas que se constitua com cada uma delas, em uma complexidade de identidades culturais. A Terceira Idade, neste posicionamento pós-identitário, estaria perpassada por questões de gênero e mesmo por uma reconfiguração do que é ser idos@ na contemporaneidade e a pesquisa identificou algumas questões interessantes à este debate. Entre os dados coletados, destaca-se o fato do restaurante popular atender um público diverso entre as 11:00h e as 13:00h, no entanto, observamos que os frequentadores da Terceira Idade costumam chegar ao local a partir das 6:00h da manhã. Este grupo é constituído principalmente por homens, entre os quais a socialização ocorre por meio de jogos de tabuleiro e rodas de conversa, na área externa do restaurante, em uma dinâmica auto-organizada. Através dos relatos colhidos nas entrevistas, percebeu-se a existência de uma dimensão afetiva entre as pessoas deste grupo exemplificada pela atribuição de significações positivas, evidenciadas em relatos que falaram do sentimento de acolhimento no grupo, do qual se sentem parte e com o qual se identificam. Esta configuração do grupo de idos@s tem sido analisada como um movimento de autonomia desta identidade. No que se refere às mulheres, estas geralmente chegam ao restaurante perto das 11:00h, não participam dos jogos de tabuleiro, poucas delas interagem

com o grupo de homens e geralmente permanecem em pares de mulheres. Sugerindo que as relações entre estas e os homens estão permeadas por identidades de gênero. Sendo um restaurante popular, o valor das refeições é bastante acessível, porém, esta questão foi pouco relevante nas falas e mais evidente a importância atribuída ao convívio. Este exercício teórico por se compreender um grupo comunitário – ou uma "comunidade", como aponta Sawaia (2010) – para além de noções fixas de identidade, mostrou-se relevante para a pesquisa na medida em que possibilitou um estudo mais complexo acerca da categoria "Terceira Idade". Admite-se que este posicionamento contribuiu para desconstruir estereótipos em torno desta identidade, assumindo um caráter de promoção de direitos humanos desta população, o que vem ao encontro dos princípios da psicologia social comunitária que se constrói na contemporaneidade. A autonomia, observado na autogestão pública do grupo de idos@s estudado, oferece indícios de transformação desta identidade, do ser-idos@ na contemporaneidade.

Relato de experiência de um programa de extensão universitária no campo da saúde coletiva em Fortaleza-CE

Carlos Eduardo Esmeraldo Filho

Trata-se de um relato de experiência acerca de um programa interdisciplinar de extensão em saúde coletiva vinculado à FANOR (Faculdades Nordeste), numa comunidade de baixa renda classificada como de alto risco social e ambiental, localizada no município de Fortaleza-CE. O programa tem como objetivos: contribuir com a formação crítica dos estudantes de psicologia, enfermagem, nutrição e fisioterapia e possibilitar a articulação entre o saber científico e a práxis crítica e comprometida. Utilizamos métodos co-participativos, de maneira que os estudantes participam de todas as etapas de construção do programa, desde o planejamento até a elaboração dos relatórios finais e avaliativos, contando ainda com a participação da comunidade no planejamento e execução das ações. O planejamento se deu mediante o preenchimento, juntamente com a comunidade, de uma matriz na qual foram identificadas potencialidades e dificuldades vivenciadas pela comunidade. A partir do resultado do planejamento, definimos, professores e alunos, quatro eixos de ações: Saúde da Criança, Saúde do Adolescente, Saúde da Mulher e Saúde Ambiental. Propomos uma atuação interdisciplinar, com a participação e alocação de estudantes de todos (ou quase todos) os cursos envolvidos em cada um dos projetos. Buscamos utilizar metodologias participativas, com a co-participação da comunidade, abrangendo consultas específicas (avaliação nutricional, prevenção ginecológica, aplicação de

vacinas, avaliação postural), visitas domiciliares, oficinas sócio-educativas e realização de grupos com crianças e adolescentes. Como resultados, percebemos uma maior aproximação entre a comunidade e o grupo de estudantes e professores, a motivação dos estudantes em problematizar os saberes acadêmicos a partir da práxis comunitária e o fortalecimento do pensamento crítico acerca da atuação da psicologia junto à comunidade. Como desafios, visualizamos a necessidade de efetuarmos um mapeamento psicossocial participativo para além da comunidade, estreitando parcerias com escolas, associações comunitárias e o Centro de Saúde que atende à região.

Sobre movimentos sociais e movimentos da consciência política: uma análise das perspectivas de estudantes de um cursinho popular de São Paulo

Antonio Euzébios Filho

O objetivo deste trabalho foi analisar como estudantes de um cursinho popular, situados na periferia de São Paulo, constroem expectativas sobre suas condições de vida e de trabalho, como estas expectativas revelam - e se revelam - identidades políticas e ações de protagonismo social. Por se tratar de um cursinho que nasce de um movimento popular que luta por moradia digna, sua proposta não está voltada apenas para o vestibular, mas, especialmente, para fomentar a participação política dos estudantes na vida da comunidade onde ele está inserido. Neste contexto pretendemos refletir não apenas sobre os anseios que os jovens e os adultos, que frequentavam o cursinho, constroem em relação ao futuro privado, mas se eles também acreditam que poderiam contribuir para a melhoria de vida das comunidades e se avaliam que o cursinho poderia apoiá-los nesta direção. Acreditamos que o presente trabalho versa sobre o eixo denominado “Estado, Democracia e Movimentos sociais” uma vez que tem a preocupação em realizar uma análise acerca da formação política de estudantes envolvidos, direta ou indiretamente, com um determinado movimento social cujo objetivo é garantir um direito constitucional – considerando que o direito à moradia revela-se como um importante indicador da democracia. Por esta razão compreendemos que esta investigação pode contribuir para reflexões promovidas por um Grupo de Trabalho que busque entender como processos comunitários e societários tornam-se objetos de apropriação política na luta contra a desigualdade social. A partir do referencial materialista histórico e dialético realizamos, inicialmente, uma análise teórica acerca dos dilemas vividos por uma Educação libertadora e o papel dos cursinhos populares neste processo de libertação, que vislumbra, como estratégia, a transformação das estruturas da sociedade capitalista. A preocupação com a transformação

social permeia o Projeto Político Pedagógico do cursinho e torna-se parte da fundamentação teórica deste trabalho, sob a ótica marxista da consciência de classe. Para captar elementos da consciência política dos estudantes, entrevistamos 23 jovens e adultos entre 14 e 69 anos por meio de um roteiro de perguntas, sobre o qual os participantes se debruçaram e responderam às questões. Trata-se de uma pesquisa participante em que o pesquisador está inserido no contexto da pesquisa como psicólogo e como apoiador do referido movimento social. A análise qualitativa das respostas, com base no materialismo histórico e dialético, em intersecção com o método construtivo-interpretativo, demonstra que os participantes entendem que o cursinho pode apoiar na formação acadêmica e política. A principal expectativa dos estudantes refere-se ao ingresso nas universidades; em segundo lugar, espera-se que o cursinho contribua para ampliar o olhar político sobre uma realidade considerada injusta. Acreditam que podem contribuir para o cursinho participando de reuniões, promovendo campanhas financeiras, auxiliando na divulgação e tornando-se membro voluntário da coordenação pedagógica. Os participantes almejam ingressar, especialmente, em universidades públicas, mas também nas privadas por meio de financiamentos públicos, acreditando que estes são os principais caminhos para alcançar melhores postos de trabalho. Notou-se, no período em que foram realizadas as entrevistas, que a necessidade de alcançar uma condição econômica mais digna não estava necessariamente relacionada a um processo de transformação da sociedade. É como se a necessidade imediata ofuscasse, mesmo que momentaneamente, as estruturas político-econômicas que impedem a realização da mesma (assim a ascensão social passa a ser analisada, predominantemente, como um fenômeno isolado, sem que se estabeleça uma relação estrutural deste problema com a sociedade capitalista). Isto revela aquilo que Kosik denomina como pseudoconcreticidade, ou seja, uma consciência que toma a aparência como essência. Para que este movimento da consciência dos participantes não seja analisado apenas pela sua forma, mas pelo seu conteúdo, é necessário compreender o contexto em que este fenômeno é produzido, isto é: (1) pela própria condição concreta de classe, que impõe, constantemente, uma necessidade imediata de sobrevivência; (2) pela conjuntura política atual, caracterizada pela fragmentação dos movimentos sociais e por uma confusão ideológica que fomenta, por um lado, o fatalismo e por outro, o individualismo. Esta conjuntura política interfere, negativamente, na estrutura do referido movimento social, que também encontra obstáculos para realização de ações políticas coordenadas capazes de estabelecer relação entre as reivindicações táticas e estratégicas. Por outro lado, muitas famílias são pressionadas para aceitar o "Bolsa aluguel" e outros programas, como aquele do governo federal intitulado "minha casa minha vida" - ente

outros que, na prática, retiram famílias de locais "insalubres", mas que interessa à especulação imobiliária, ao mesmo tempo em que transforma o trabalhador, a "classe C", como massa geradora da política de microcrédito, responsável pelos últimos suspiros da economia brasileira. Este elemento conjuntural, caracterizado pela crise econômica atual do capitalismo, tem dificultado o cursinho (e o movimento) a estabelecerem uma vinculação entre o processo pedagógico e o envolvimento com as lutas coletivas. Entendemos que o psicólogo neste contexto deve ser orientado por aquilo que Martín-Baró chamou de desideologização - um processo reflexivo-ativo de desmistificação dos fatores políticos que produzem a injustiça estrutural.

Uma análise das produções textuais da psicologia social comunitária no Brasil entre os anos de 1990 e 2010

Mariana Alves Gonçalves

Este trabalho tem como objetivo mapear as produções textuais da Psicologia Social Comunitária (PSC) no Brasil entre os anos de 1990 e 2010. Nosso material de análise foi o conjunto de suas publicações neste período no formato de artigos, livros, teses e dissertações. Algumas questões que nortearam nosso trabalho foram: O que tem feito a PSC durante seu percurso no Brasil? Quais os problemas que têm privilegiado e as orientações de seu trabalho? Com que questões tem se implicado? Que objetivos guiaram suas práticas? Em resumo, quem, como, quando, onde, porque e para quê... O objetivo geral desse texto é realizar um mapeamento das produções da PSC no Brasil. Pelos limites dados a sua execução, esse levantamento foi realizado a partir das produções textuais da disciplina, encontradas nos formatos de artigos, livros, teses e dissertações. A pesquisa alcançou, portanto, as produções encontradas nesses formatos, disponíveis nas bases de dados on line. O levantamento do material foi feito em bases de dados bibliográficos eletrônicos, reconhecidas pela comunidade científica. As bases de dados pesquisadas foram: Banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); BVS-PSI, SciELO, PePsic; Livraria Cultura. A busca desse material bibliográfico teve como descritores somente dois termos-chave: “Psicologia Comunitária” e “Psicologia Social Comunitária”. Tendo em vista que a ideia era recolher o material produzido por essa disciplina no país, decidimos que somente essas palavras-chave seriam usadas na busca. Com essa escolha metodológica, podemos estar excluindo o material que é produzido fora desses termos – “Psicologia Comunitária” ou “Psicologia Social Comunitária” –, mas nesta pesquisa optamos por estudar aquilo que é

produzido em nome dessa disciplina, restringindo-nos a um campo já institucionalizado. Não pretendemos com isso nos prender a ele, nem reificar o que está dentro de seus limites. Ao realizar esse mapeamento, pretendeu-se acompanhar os movimentos da PSC no Brasil, a fim de destacar algumas problematizações com as quais esbarramos ao traçar sua trajetória. Temos como objetivo identificar alguns projetos com que esteve envolvida, os caminhos que percorreu em suas intervenções, as direções que tomaram suas práticas, a que referências teóricas se vinculou. Ao problematizar essa trajetória, a ideia foi nos desvincular da unidade-legitimidade apresentada pelo campo. Contextualizamos essa discussão a partir de dois pontos principais: a trajetória da Psicologia Social e os caminhos da profissão de psicólogo no Brasil. Questionamentos e problematizações sobre a realidade social e a configuração da Psicologia Social, e da própria Psicologia, constituíram as bases para as proposições por novos caminhos, novas orientações e outros modos de intervenção. A mudança de rumo nos caminhos da profissão e a reivindicação por uma nova direção para a Psicologia Social exercida em continente latino-americano compõem o cenário desta pesquisa. Além disso, apresentamos o percurso histórico da PSC nos continentes norte e latino americanos e destacamos algumas experiências deste campo no país entre os anos de 1970 e 1990. No contato com o material, selecionamos como principais pontos de discussão: a consolidação da PSC como um campo disciplinar; as vinculações teórico-epistemológicas da PSC; o conceito de comunidade; a caracterização do trabalho do psicólogo comunitário e a defesa de sua especificidade; e os objetivos de suas intervenções. Ao realizar esse mapeamento, foi possível historiar os argumentos produzidos por autores da PSC em busca de uma identidade para a área e problematizar a ênfase na oposição entre uma Psicologia latina e uma norte-americana como recurso estratégico desta afirmação identitária. A partir da análise dos pontos de discussão, apontamos, também, para a fragilidade dos limites deste campo que nos parece tão heterogêneo e disperso.

Vivendo na periferia urbana de Curitiba: precariedade e alternativas em uma comunidade

Georgina Silva Camargo

O presente trabalho apresenta algumas informações do cotidiano de uma comunidade menos favorecida, localizada na região urbana da cidade de Curitiba, para posteriormente propor algumas reflexões a partir dos enfoques da Psicologia Social Comunitária e da Educação dentro de uma concepção de Paulo Freire. Com essa perspectiva, foram realizadas entrevistas seguindo

um roteiro semi-estruturado junto a 30 moradores (homens e mulheres) que viviam em três locais distintos dessa comunidade (denominados de "próximo ao lixão", "próximo ao rio" e "próximo às vias expressas"). A análise das respostas às entrevistas permitiu identificar as razões responsáveis para o fato de morarem em tais locais, assim como as visões e significados que atribuem à sua moradia, bairro, vizinhos, e serviços públicos (como escolas, hospitais e unidades de saúde, comércio, farmácia e transportes). Foram, também, identificadas as principais dificuldades que vivenciam ligadas a: moradia, trabalho/desemprego, escolaridade/falta de vagas e (pouco) acesso aos serviços da educação. Verificou-se que em várias casas não havia água encanada, nem rede de esgoto; ao lado de precárias condições de higiene, agravadas pelo índice de adoecimentos nas casas e pela falta de alternativas ou visibilidade para mudanças e enfrentamento em tais situações. Parte significativa dos respondentes é originária do Estado do Paraná (23); um pouco mais da metade (17) vive com seus(as) companheiros(as); apenas dois estudaram até o segundo grau, tendo-o ou não concluído; a maioria (19) vive na comunidade há mais de 21 anos, havendo entrevistados que estão ali há 50 anos. Metade das mulheres entrevistadas (11) trabalham no setor informal, não possuindo qualquer registro profissional ou garantia dos direitos trabalhistas e desenvolvem funções ligadas ao lixo. A outra metade distribui-se entre trabalhar em casa, estar aposentada ou ter trabalho com registro formal. Dos homens entrevistados (8) apenas um tem registro como trabalhador formal, sendo que predomina o trabalho informal (para 5 deles) em atividades como catadores de lixo, pedreiros e jardineiros. A educação poderia colaborar para que fossem incentivados processos de conhecimento e acesso aos direitos de cidadania, melhorando a interação e auto-estima das pessoas que vivem em condições precárias e de aviltamento de sua dignidade que as coloca em condições de submissão favorecendo processos de não participação e distanciamento da realidade político-social. A educação numa perspectiva popular poderia ter alguma contribuição no desenvolvimento de trabalhos em comunidades desprivilegiadas, com vistas à busca e construção da cidadania na realidade de populações desfavorecidas.

GT 06. CORPO, ARTE E CLÍNICA: EXPERIMENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A arte de contar histórias como dispositivo em Acompanhamento Terapêutico

Mariana Pereira de Vasconcelos

Pretende-se nesse trabalho abordar de que maneira a metodologia da Arte de Contar Histórias, em interfaces com o Acompanhamento Terapêutico (AT), em contextos sociais vulneráveis

tornou-se um dispositivo no acompanhamento psicossocial de um homem comprometido pela cegueira. Chamaremos aqui de Senhor A que, em 2009 sofrera uma intervenção cirúrgica para a remoção de um tumor na cabeça, o crescimento deste afetou o nervo óptico, causando a perda da visão. Decorrente da cirurgia sofreu perda quase total do movimento do braço direito, comprometimento da memória e usa cadeira de rodas, pois não consegue ficar muito tempo em pé, nesta configuração os atendimentos dialogam e buscam parcerias com outras práticas sociais, políticas e culturais. O núcleo de estágio é vinculado ao Departamento de Psicologia Clínica da UNESP/Assis e desenvolve o trabalho junto a uma Unidade de Estratégia Saúde da Família (ESF), situada numa vila periférica no qual os habitantes são excluídos de políticas públicas inclusivas. A deficiência apresenta-se como um fenômeno construído socialmente, no contexto da deficiência visual há diversos conceitos e mitos acerca da mesma; que tem sido excluída ao longo da história, "... nas sociedades primitivas, antigas e na idade média acreditava-se que as pessoas cegas eram possuídas por espíritos malignos, castigadas". A arte de contar histórias existe desde a antiguidade entre as tribos nos quais esses povos contavam histórias para difundirem seus rituais, pois os contadores de histórias eram considerados a memória das comunidades, "os mitos eram contados ou recitados para que os membros mais jovens do grupo fossem iniciados em seus mistérios". A arte de contar histórias, presente nos atendimentos, tem proporcionado diversos progressos na reabilitação do Senhor A, o trabalho que se pode fazer com as histórias tem uma função ligada ao exercício da imaginação e criação, no processo de construção de conhecimento como um todo, pois a história permite passar pelo reino das possibilidades de significar [3] de modo a contribuir com os processos de subjetivação. Na proposta de nossas atenções psicossociais voltadas para o (AT) incentivamos Senhor A se expressar e movimentar o corpo visando a ressocialização e inclusão em redes sociais emancipatórias. Ao criticar as referências que associam pessoas cegas como dependentes e/ou frágeis, privilegiamos a emergência das estilísticas da existência, ou seja, estilos de viver, referimos-nos a um cuidado de si orientado por uma ética, estética e política de composição com a vida, que garanta o direito fundamental à singularidade. O trabalho relaciona-se com o GT: Corpo, arte e clínica: experimentações metodológicas por ter como metodologia experimentações, e discussões proposta pelo eixo temático de Mídia, Cultura e Arte, ao realizar interface entre AT e arte de contar histórias, focando a promoção dos desejos e direitos. Método: O trabalho realiza atendimentos domiciliares, e se dá a partir da experimentação, na qual levam objetos com texturas e temperaturas diferentes, trabalha-se a orientação espacial e problematizam-se as diversas maneiras de enxergar. A proposta de contar histórias se insere

dentro da metodologia de AT - emergiu no campo da psiquiatria no qual o sujeito tido como louco, não precisava ficar na estrutura manicomial, era acompanhado por um "agente terapêutico". Discussão: O trabalho é bem lento, precisa-se notar com maior sensibilidade o que é pertinente trabalhar com Senhor A. Ressaltamos que até o momento o melhor dispositivo tem sido as histórias contadas e problematizadas, a partir delas consegue-se fazer diversos ganchos, pois os contos são sempre carregados de significados e afetos que podem remeter às histórias pessoais e a problematização com Senhor A sobre os novos possíveis diante da cegueira, de modo que esse corpo possa se reorganizar. Nota-se que através das histórias Senhor A reconta e recria suas próprias histórias, pois antes dos atendimentos denominava-se como "enfermo", e no momento atual fala sobre o "não enxergar", "enxergar com as mãos" e se identifica com os personagens, seja fisicamente, seja pelos seus desejos; consegue falar mais sobre o próprio corpo e suas vontades. Constrói-se a partir desse AT, colocar novas questões quanto à prática da Psicologia em seus atendimentos, pois a utilização da arte de contar histórias possibilita novas formas de "enxergar o mundo", reabilitação e possibilidades de transformação no modo de suas vivências, bem como elevar sua autoestima pela potencialidade para desejar outros possíveis a fim de proporcionar independência e autonomia. Considerações finais: Os adultos em sua maioria quando perdem a visão se "rotulam ou são rotulados" como incapazes e/ou inativos, como não sendo capaz de reestruturar o novo modo de se "inserir" no mundo e o Senhor A tem possibilidades de realizar diversas atividades. Fica ainda como questão de uma leitura não finalizada, mas em transito, devido à condição o Senhor A vive, parece ter produzido um amortecimento das sensações relacionadas com a perspectiva sexual, não se fala e não se problematiza sobre essa esfera da vida.

A clínica como uma prática artesanal: da herança feminina das crocheteiras à criação coletiva

Laura Cristina de Toledo Quadros

O objetivo dessa pesquisa foi o de discutir a clínica em psicologia entendo-a como um ofício performado de maneiras diversas e com efeitos diversos, e também como um conjunto mais amplo de práticas heterogêneas e de valores implícitos que lhe dão sustentação (a formação do psicólogo, a terapia dos terapeutas, a supervisão, etc). A clínica, mais do que um objeto de interrogação, é colocada como fonte mesmo das motivações desse processo, um campo de inquietações que habita e é habitado pela pesquisadora.. Nesse sentido, o fazer clínico (e o

tornar-se clínico) constitui-se numa construção artesanal articulada com a vida que acontece desde os engates da pesquisa, passando pela formação do terapeuta, até a arte de formar outros terapeutas. O trabalho em questão rastreia esses fios temporais e atuais à medida que a pesquisadora começa a aproximar, então, seu fazer de outros fazeres com os quais se encontra: o crochetar das mulheres de sua família e o 'pesquisar com'(Moraes,2010), em consonância com proposta político-metodológica encabeçada pela teoria ator-rede (Latour;2012, Law;2004; Despret;2011) na verdade, tão poéticos, femininos e constitutivos como o fazer clínico. Entendida enquanto tal, estes modos de fazer só poderiam ser acompanhados na prática, portanto, interessava à pesquisa acompanhar como se processa essa construção através de seus fazedores. A metodologia utilizada na segunda sequência do trabalho foi a realização de entrevistas com 22 psicólogos clínicos onde foram colocadas algumas questões sobre o seu fazer e o seu processo de tornar-se terapeuta. A idéia de ser essa uma construção artesanal se dá pela noção de que o artesão é aquele que trabalha em oficina própria, não produz em larga escala e, na verdade, sempre produz de forma diferenciada. As práticas clínicas convocam essa peculiaridade, pois, mesmo os terapeutas que atuam com abordagens mais diretivas e/ou pré-formatadas, não podem garantir uma "produção industrial de efeitos terapêuticos" por que, dentre outras coisas, dependem também do que é produzido pelo outro - o cliente/paciente. O efeito e os recursos de um processo terapêutico não é algo possível de se prever. Além disso, compreende-se que tal prática não reduz-se à uma perspectiva clássica de uma clínica-individual-de-consultório e muito menos à um conjunto de técnicas e conceitos a serem aplicados. Fazer clínica é diferente de aplicar conceitos. O fazer exige uma imersão, um embate, uma ação que transborda a intelectualidade e se realiza no campo. No fazer, o movimento se dá na totalidade, ou seja, num campo de afetações. Logo, terapeuta e cliente, afetam-se mutuamente numa reflexidade que constitui uma potência distribuída nesta ação Muitas vezes na ânsia dos grandes acontecimentos , despreza-se os pequenos encontros. Relembrando a arte das crocheteiras, no crochê para iniciantes, dar uma laçada é a manobra que fundamenta o ponto básico, no caso, a trança. Pode parecer algo muito simples, mas, como é comum às artes manuais, exige uma sutileza que se instala entre a firmeza de segurar a agulha e a leveza de realizar o movimento para trançar com este instrumento. Assim, prestar atenção nos pequenos movimentos pode nos dar mais sustentação para intervir. No movimento do crochê há uma repetição de pontos , porém se eles forem mecanizados e enrijecidos, o risco de errar e de o crochê "embabadar"(perder a forma) é grande. Portanto, o trabalho é uma repetição mas, como dizem as crocheteiras, é preciso senti-lo, perceber que ele está crescendo, vê-lo aparecer, ou

melhor, vir a ser a peça acabada. A paciência é essencial, o tato é necessário, a atenção é fundamental e a capacidade de contemplar emerge desse ato de tecer a peça. Do mesmo modo, o fazer clínico numa perspectiva artesanal nos convoca essa sutileza estabelecida também na dialogicidade pois esse não é um processo hierárquico, mas sim simétrico. Busca-se aqui articular a prática clínica às experiências, memórias e heranças que fazem dela uma política ontológica (Mol;2007) de fazer e desfazer, sem considerar a pré-existência de formas a serem atingidas. Portanto, essa é uma construção coletiva, repleta de sutilezas, articulações e peculiaridades, o que nos permitiu também criar formas de acompanhar tais processos que geraram cartografias singularizadas, dotadas de uma estética própria. Seguindo esta lógica, pensamos a partir da premissa segundo a qual o que está em jogo são artesanias, sejam elas o fazer clínico, o fazer pesquisa, o fazer crochê ou o narrar. Aproxima-se, então a ciência e a arte, entendendo as artes manuais não como um ofício feito menor. Ao buscarmos os modos de construção da prática clínica , consideramos sua inserção num campo social, articulada numa rede de relações e de híbridos onde a investigação pode se constituir através de metodologias não modernas, isenta de dicotomias e que se criam a partir das convocações do campo, marcada pelo ineditismo, a imprevisibilidade e a possibilidade da invenção sem, no entanto, destituir-se de uma legitimidade.

A potência do finito

Carlos Antonio Cardoso Filho

Em seu livro O que é a Filosofia?, Deleuze e Guatttari (1992) consideram a filosofia, arte a e ciência como três modos de pensamento, em distinguem-se tanto por suas relações com infinito quanto por aquilo que são capazes de criar. A filosofia cria conceitos, e opera no campo de um infinito virtual. A ciência abre mão do infinito para atualizar o virtual, dando origem à extensão e criando functivos. Por sua vez a arte cria perceptos e afectos, que encarnam-se em uma obra finita em que há uma abertura para o infinito. Em todos esses casos, o pensamento realiza um recorte sobre o caos, o infinito absoluto, e traçam planos que tornam esse infinito relativo, como no caso da arte e da filosofia, ou o tornam finito, no caso da ciência. A questão que este trabalho pretende colocar refere-se à relação que há entre o finito e a criação, mais precisamente, de como é possível pensar uma potência do finito. O problema da criação e da finitude deve ser colocada pois, em um primeiro momento, o infinito apresenta-se como a única fonte de criação verdadeira. Ao considerá-lo como uma abertura sem limites o infinito seria o princípio da criação pois esta caracteriza-se precisamente pela ausência de restrições. Em outras palavras, a

criação é o momento em que algo novo surge e que ainda não pode ser enquadrado sob os limites daquilo que já está dado. Como pode a ciência criar algo então, uma vez que necessariamente opera dentro de certos limites, nesse já dado? Para Deleuze e Guattari (1992) o papel fundamental da ciência não é a mera exploração desse espaço finito mas a criação de novos limites. Portanto, a ciência cria finitos, cria limites. No entanto, é necessário colocar a questão da relação entre ciência e matemática, pois nesta o infinito é um elemento essencial em algum dos seus ramos, principalmente a teoria dos conjuntos. Esse infinito difere do infinito da filosofia e da arte, pois na matemática o infinito torna-se transcendente. Rotman (1993) vê no infinito a base do platonismo na matemática, isto é, a crença de que as verdades matemática são universais e independentes de qualquer observador, mesmo que tenham uma existência apenas ideal e não-material. O infinito matemática sustenta essa perspectiva pois baseia-se no princípio de sempre ser possível adicionar mais um número. Essa possibilidade sempre presente é independente do sujeito concreto, e a adição torna-se uma operação abstrata apartada de qualquer corporeidade, assim como de condições subjetivas, históricas e sociais. Pensar a potência do finito, seja na ciência ou na matemática, consistente em abrir mão desse infinito transcendente, onde a criação torna-se possível pela própria finitude dos corpos que constituem a sua extensão. Por isso a considerar o infinito da matemática, Deleuze e Guattari (1992) o tomam como mais um dos limites do saber científico, isto é, é um infinito eu só pode ser pensado, sem tornar-se transcendente, ao subordinar-se ao finito. Será então essa relação entre finitude, corpo e criação na ciência e na matemática que este trabalho irá explorar, tentando pensar a partir dai as questões epistemológicas específicas à psicologia social. Como a psicologia configura-se, ou não, em relação a essa finitude da ciência?

Arquivo e testemunho de vidas infames: restos que insistem

Tania Mara Galli Fonseca

O presente projeto de pesquisa, que toma o Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP)/Porto Alegre/RS como campo empírico, centra-se nas obras produzidas pela Oficina de Criatividade, pelo Ateliê de escrita e aquelas acumuladas no Acervo da Oficina de Criatividade que funciona no referido hospital desde 1990, cuja produção já acumulou mais de cem mil obras produzidas por pacientes submetidos ao regime da longa internação. Tal processo encontra-se em andamento desde o ano de 2001, congregando uma equipe de estudantes de arte, de história e de psicologia em diferentes níveis de formação. No seu momento atual, suas ações se voltam para a produção de testemunhos das vidas infames que convivem em atividades diárias no

âmbito do HPSP, seja em regime de internação, seja em regime ambulatorial. Implica, ainda, em elevar as produções expressivas ao estatuto de testemunhos, entendendo sua manifestação e sentido como a tomada da palavra por aqueles que estiveram emudecidos e barrados na possibilidade dos discursos que os abateu e nomeou. Refere-se, assim, a um novo tracejar da história da loucura, agora dita em primeira pessoa, assumindo o teor testemunhal daqueles que sofreram sua própria história como trauma e alienação. Não se pretendendo totalizante, tal experimentação carrega ainda consigo tanto a potência de um confronto com os arquivos oficiais de saberes sobre a loucura, como seu mal ou ruína, pois agora, trata-se de colocar em cena outros elementos experienciais e subjetivos que, mesmo não tendo a qualidade da completude, sendo imparciais e talvez titubeantes, ainda assim, tornam-se um gesto cuja função histórica e clínica correspondem ao enfrentamento da infâmia da loucura como trauma existencial e histórico. A questão da inclusão linguística daqueles impossibilitados de serem ouvidos e de se pronunciarem, nos leva, ainda, a percorrer a questão do própria linguagem e as posições de sujeito frente ao discurso. Pronunciar-se, aqui, carrega, sem dúvida, um efeito clínico e terapêutico, tanto social quanto individual, tornando o pesquisador e seu pesquisar em dispositivos para fazer falar restos que insistem, seja do discurso, seja dos sujeitos. Nossas referências encontram-se sobretudo em Gilles Deleuze e Félix Guattari, Michel Foucault, e nas atuais pesquisas de Márcio Seligmann-Silva.

Consideramos que nosso atual projeto ARQUIVO E TESTEMUNHO DE VIDAS INFAMES: RESTOS QUE INSISTEM produz-se como um desdobramento do nó problemático em que vidas e obras infames se tocam na potência de dizer aquilo que os interditos do poder-saber lhes impuseram. Assim, desta vez, gostaríamos de provocar duas novas direções de abertura: uma delas refere-se à ampliação de nosso campo empírico, ou seja, para além dos domínios da clausura da loucura, possibilitando a acolhida, em nosso "guarda-chuva", de outros campos sociais marcados pela exceção e que, apesar de serem diferentes como locais da produção da infâmia, ainda assim podem vir a ser reunidos sob o signo das catástrofes e dos desastres existenciais. Assinalamos, ainda a tempo, que tal abertura não implica em abandonarmos nosso atual campo empírico; a outra direção corresponde à escuta direta de testemunhos, ou seja, o defrontar-se direto com aquele infame e proscrito que toma a palavra, ou seja, o próprio ato de enunciação como testemunho daqueles sobreviventes das políticas de Estado, que ocupam a posição de excluídos, de desonrados, perigosos e minúsculos. Trata-se, agora, de produzir a história do presente a partir do trauma, ou seja, daquilo que, por ter sido grande demais para os sujeitos que o experimentaram, impediu-os de dizê-lo ou representá-lo e cujos restos a dizer

acabou historicamente sendo locupletado, por "explicações" forjadas pelas mãos dos poderes – científicos e jurídicos - guiados por valores de uma moral higienista, de controle, restaurativa e normalizadora. Acreditamos que, em nossa tarefa de ensino e pesquisa, pudéssemos ainda vir a intensificar o próprio processo de transmissão às gerações jovens de uma outra história social, de um Outro da história, agora narrada em primeira pessoa e despojada de brilhantes e narcísicos heroísmos. Queremos seguir na direção das vidas infames e de suas obras, de sua linguagem balbuciante, mas desta vez, considerando não mais somente os arquivos de saber acumulados de suas expressões, as 100.000 obras que temos acumuladas. Agora, damos-lhe o nome de testemunhos, considerando-as como a tomada da palavra que vem exatamente causar fissuras e desvios naquilo que as camadas temporais do arquivo contemplam. Neste sentido, os testemunhos podem ser considerados como sendo o próprio mal de arquivo, ou seja, aquilo que arruína suas verdades, que lhe introduz suspeitas e equívocos, aquilo que o mergulha na "zona cinzenta", referida por Agamben. Mergulhar o arquivo na zona cinzenta do testemunho implica reconhecer não ser possível contar a história das infâmias a partir de uma pretensão totalizante e unitária. Significa que ali, aquele que testemunha mantém uma relação íntima com aquele que não resisti e emudeceu de todo. Significa que mortos e vivos, mudos e falantes se encontram unidos por esta estranha figura cinzenta de um espaço vazio em que tudo ainda pode ser enunciado, mesmo aquilo que foi silenciado, mesmo aquilo que parece irrepresentável da experiência traumática. Ali, nos testemunhos, naquele cinza-escuro de uma linguagem titubeante e gaga, emitida desde um grande demais para ser representado simbolicamente, coexistem restos a dizer, restos a lembrar e conhecer que, não tendo sido jamais narrados e descritos, ainda jazem embrulhados e apertados nas palavras-cadáver que os pronunciaram e os fizeram cair, quando já caídos pela desrazão e seu sofrimento, pela primeira vez. Para tais testemunhas, pode-se vir a pensar se tratarem de sobreviventes, pois seu ato enunciativo atesta que a infâmia se abateu sobre eles, mas não os exterminou. Sobreviventes da infâmia que causam ruídos no arquivo de saberes que os cobriu como seres sem valia e sem honra. Acreditamos que, agora, o silenciamento dá lugar ao silêncio, que o interdito discursivo - que lhes impossibilita a posição de quem fala -, cede e recua para uma possibilidade de dizer. Seus gestos de adesão ao dispositivo para fazê-los expressarem-se – a Oficina de Criatividade- atestam para a sua prontidão, nada soldadesca, para responder ao mundo com uma voz, com a sua voz aquilo que estavam vivendo. Referimo-nos, pois, à busca que empreenderemos no Acervo para coletar Testemunhos, pois supomos haver brechas de possível no impossível e que aqueles sopros dos corpos infames expirados há muito tempo ainda se encontram à espera de

possíveis agenciamentos que os ativem, de dispositivos criados para torná-los existentes, que os puxem das profundezas para a superfície do sentido, fazendo suas palavras e gestos cruzarem-se com enunciados discursivos forjados no interesse de certas verdades e na verdade de certos interesses. Não se trata da instalação de tribunais da verdade, uma vez que não estamos movidos pela moral do julgamento e por acreditarmos serem parciais nossas contribuições tanto quanto o são e foram aquelas que , um dia, se realizaram como sentença ajuizadora e implacável. Aqui, não se trata mais da verdade e sim de sua crise, não se trata mais da história contada, sabida e arquivada, mas sim de sua reescritura a partir de outros pontos de vista, que apontam, por sua vez, tanto para a história como trauma quanto para os restos a dizer daquilo que ainda lhe concerne e que se encontram recuados, no silêncio.

Ciência, arte e filosofia: experimentações em Psicologia Social

Luis Artur Costa

Em nossa construção da modernidade e da sua concepção de produção de saber, erigimos uma série de prerrogativas metodológicas as quais poderiam nos garantir uma autonomia de sujeitos perante nossos objetos de pesquisa: era necessário dividir o sujeito do objeto para proporcionar o máximo de previsão e controle sobre os fenômenos da natureza. Institui-se então o "Sujeito Epistêmico Universal", baseado na concepção de uma Natureza única que permitiria aos sujeitos conhecerem independentemente de suas diferenças individuais e histórias de vida. Para tanto se erigiu uma metodologia que utilizou uma metafísica baseada em duas distinções fundamentais: atributos primários (número, massa, forma, substância, essência necessária) e secundários (cor, odor, sabor, ruído, acidentes, contingências); fato (dado objetivo) e invenção (o produzido para além do dado). Ambas díades estão em estreita interação, posto que as qualidades ditas “secundárias” seriam o ponto fraco da epistemologia diante da ontologia, ponto através do qual nos perderíamos em divagações pouco seguras ultrapassando os fatos e adentrando o arenoso território da invenção subjetivista e das ardilosas armadilhas da perspectiva singular. A correção do intelecto (isolado dos afetos e da fantasia) e dos sentidos (protegidos do engano e da ilusão) pela utilização da metodologia científica era garantida pela atenção deste às "qualidades primárias" e aos fatos, permitindo assim, abstrações generalizáveis mais afeitas à realidade perene das coisas do que sua mera aparência. A psicologia se constitui como uma disciplina em meio a esta ambiguidade do saber se debatendo entre as qualidades primárias e secundárias, entre o sujeito e o objeto. Desde a sua instituição como disciplina

independente a Psicologia se constituiu como uma ciência híbrida: a divisão binária elaborada por Wundt entre uma psicofísica e uma psicologia cultural nos demonstra as especiais dificuldades de efetuar uma clara divisão entre as ciências e as "não-ciências" no que se refere a uma disciplina disposta a transformar o próprio sujeito em objeto de si mesmo (tanto no que se refere ao uso da introspecção como ao estudo das culturas). A tentativa de isolar uma Psicologia atrelada exclusivamente às ciências naturais, que reduza seu objeto a uma série de características biológicas, epidemiológicas ou afins, sempre se defronta com a necessária simplificação extrema do seu objeto na busca de sua generalização independente do tempo e do espaço, no entanto, ainda que tal perspectiva ontológica e epistêmica seja resguardada pela autoridade outorgada à ciência por nossa cultura diversos outros modos de produção de saber se geraram na Psicologia na busca de constituir uma ontologia-epistemologia que abarcasse as singularidades e complexidades imanentes ao campo do humano, da sociedade, da cultura e sua ilimitada multiplicidade. Deste modo, a Psicologia e a Psicologia Social sempre foram uma superfície de experimentações metodológicas entre as ciências, as artes, a filosofia, etc. Em nossos tempos, existe uma série de iniciativas as quais estão revendo muitos destes cânones metodológicos erigidos na modernidade ao pensar a ontologia a partir de uma outra perspectiva onde não existem mais as díades antes citadas (e muitas outras): Nietzsche, Whitehead, Simondon, Roland Barthes, Deleuze e Guattari, por exemplo, nos abrem um mundo de acidentes em relação sem a necessidade de serem atribuídos a uma substância ou essência necessária, uma rede de predicados sem sujeito, um universo constituído por ações-experiência em relação a constituírem arranjos sensíveis e inteligíveis a um só tempo. Este trabalho se propõe a discutir estas iniciativas imanentemente híbridas que buscam potencializar a produção de saber pela articulação entre a arte, a filosofia e a ciência.

Clínica e dança: estados de Corpo, estados de criação

Bruna Martins Reis

A prática clínica, pode ser concebida como prática de encontros cuidadores, em que se tecem trajetos, redes de vida, intercambiamentos de terrenos. Campo de afetos, experimentações e cumplicidades. O imperativo: Fazer Composições. Como composição compreendemos um certo debruçar-se sobre o que acontece entre os corpos, sempre do ponto de vista dos seus movimentos, encontros, afetações. Acompanhar. Escutar. Padecer com. Desviar. Desacomodar. Produzir turbulências. São alguns dos espaços deste fazer entre corpos. Lugar onde opera a

multiplicidade como trocas e reconfigurações (Deleuze e Guatarri, 1995). É nesse território da clínica como campo delicado e instável que queremos provocar deslocamentos e reflexões sobre alguns "Estados de Corpo". Afinal, que corpo é este que acompanha, que se movimenta junto, que se faz e re-faz na medida em que propõe a construção de outros territórios de existência? Que corpo é este que vive o confronto com situações que exigem a transformação de corpo e língua? Como operar no campo da multiplicidade considerando o corpo como dobra do fora, em constante transformação? Trataremos, antes de tudo, de um posicionamento ético. Ética como escolhas que implicam na criação de formas de existência e na produção de sujeitos. Como manter corpos ativos com implicação ético/estético/política nos processos de criação de vida? Como re-existir diariamente para assim re-existir outros mundos, outros sujeitos, outras subjetividades? Adentramos, então, no campo da resistência como criação de possíveis. Geração de microguerrilhas que dêem passagem a novas sensibilidades e efetivem práticas criativas. Oneto (2007) nos diz que, para Deleuze, "a questão da criação em sentido forte não é nunca realizar um possível, mas tornar possível". Resistência para tornar possíveis novos agenciamentos e novos modos de ser/estar no mundo. Por isto, falamos em Re-Existir. Desta forma, resistência é movimento, que antes de ser contrário a algo, resiste, porque insistimos em ultrapassar a nós mesmos (Oneto, 2007). Ultrapassar nossos próprios registros sensíveis, a partir da experimentação de novas linguagens, ferramentas e dispositivos que abram fissuras, brechas e aumentem a permeabilidade aos afetos. É na sondagem de estratégias de Re-existência e composição que abordaremos a intercessão com as práticas corporais como experiência de criação de acontecimentos (Rolnik, 2005). A dança se aproxima da prática clínica na medida em que pode ser dispositivo de construção de corpos singulares, corpos que não falem de si mas se reinventem em formas impensáveis. Corpos que façam metamorfoses em sua imensa capacidade de variações. Michel Serres nos diz que o corpo todo inventa, enquanto a cabeça adora repetir, "A cabeça é ingênua. O corpo é genial" (Serres, 1999, p. 17). A partir daqui, tateamos zonas de pura experimentação. Zonas de convergência de saberes e sensações. Mestiçagem de técnicas e improvisos no registro das intensidades, no jogo dos fluxos que se pode desenhar em processos terapêuticos e em processos criativos em dança. A dança desterritorializa a clínica, e de certa maneira, territorializa/cria territórios contestados à intensidade das relações, (re)colocando a clínica enquanto acontecimento. A experiência da clínica pode se dar como a experiência da própria dança: lançar-se nos limites do corpo, tateando fluxos e territórios no campo das micropercepções. Na dança, temos a noção do mover-se como criação de atmosferas compostas de pequenas percepções, as quais são captadas pelo

corpo da maneira "mais inconsciente consciente possível" (Gil, 2002), produzindo uma nova consciência do corpo. Corpos/terapeutas, corpos/dança, corpos formas de força (Gil, 2005) exploram no tempo/espaço do encontro, exercícios de desconhecimento, abertura, integração, criação, devir. O objetivo prático dessa intercessão é desconstruir, reconstruir e gerar territórios de experimentação que permitam a construção de "um conhecimento que se faça nos corpos, com corpos e como criação de corpos" (Fabião, 2010). Experimentação singular que se inscreve no campo da experiência de si como cuidado de si (Foucault, 2004), prática do sujeito que se constrói, que é modificável e que se relaciona a partir da ação ética no mundo como elaboração de uma estética da existência (Gros, 2006). Não como Forma ou Modelo para produzir um corpo aberto ou um tipo de intervenção ideal, mas como experiência de abertura a escuta sensível à diferença, gerando fluxos de criação flexíveis e perturbadores, capazes de desencadear contorções criativas. Nossa proposta é criar zonas de tensão e contágio que permitam à clínica interferir na dança e a dança interferir na clínica, pois em ambas tratamos de uma mesma coisa: a produção de acontecimentos que coloquem afetos em movimento nos corpos. Intensificação de si (Gros, 2006), inquietude de si, atravessamento de diferenças, invenção de si, provocação, turbulência, composição, decomposição. São nomes possíveis para estes estados de corpo buscados. Territórios em construção, trajetos de trocas intensivas, intervenção híbrida. Dança e clínica como dispositivos de agenciamentos de multiplicidades, meios para criar e viver o mundo. Estados de Criação a partir dos confrontos com os limites da vida. Artes de inventar a si e o vivido.

Corpo rasurado, corpo Imundo

João José Gomes dos Santos, Leila Domingues Machado

A cidade urge. Há um clamor das ruas que solicita a presença do Imundo, então ele se põe a caminhar, pois caminhar para ele não é um esporte. É antes uma prática de pensamento, um modo de viver. O Imundo se faz em meio à pesquisa desenvolvida pelo Laboratório de Imagens da Subjetividade, que inquire o presente sobre o que temos feito de nós mesmos, sobre as "coisas que se passam sobre a pele da cidade", título geral da pesquisa. Das ruas não retornamos, senão sujos de mundo, imundos, rasurados, esfacelados pelas experiências que nos atravessam. Já não somos nós, mas nos fazemos Imundo. Propriamente o Imundo se coloca então como artífice e artifício de uma experimentação metodológica; emerge do trabalho ao mesmo tempo em que o constrói em seu processo de pensamento, pois entendemos que tal qual a vida, a pesquisa é também imanência. O Imundo tem olhos de ver no escuro e pensamentos

que se fazem com os pés. Assim, seu modo de existir, lembrando Foucault, se esboça em um éthos, que o leva aos limiares de si. Aquele que está in-mundo não menospreza o presente, considera-o, porém sem coincidir e aderir plenamente a ele. Esta maneira de colocar-se no mundo convoca aquele que caminha a por em prática uma crítica de si mesmo, na qual busca refletir sobre seu próprio presente, bem como sobre os modos como nos constituímos nele. Por certo, este olhar para si, esta crítica de si mesmo, não recai numa dimensão idiossincrática, pois ao olhar para sua pele imunda, sabe que a sujeira é do mundo, mas ainda assim dele mesmo, uma vez que é fruto de seu enredamento. A sujeira do mundo não cansa de impregnar-lhe os poros. Corre-se um risco de sufocar, e uma aprendizagem prudente se faz necessária, no entanto nenhuma aprendizagem evita a deriva. O Imundo titubeia, arrisca-se em passos incertos, ensaia um caminhar torto, mas pressente a partida, pois tal aprendizagem convoca-o à errância. Aquele que está in-mundo se abre a zona do erro e nela se desfaz incessantemente. As marcas rasuradas sobre sua pele denunciam uma relação com as coisas, com os outros e consigo. Estas dimensões dizem das amarrações que estabelece entre seu próprio tempo e o passado, tal é o compósito de imagens do cotidiano e de ruínas históricas, esquecidas pelas urgências do progresso, constelando-se à pele na medida em que são solicitadas pelos lampejos do agora. A pele imunda, em seus modos precários de fazer-se, desfazer-se e costurar-se insinua uma atitude-limite. Ou seja, estabelece um modo de relação que concerne à atualidade, assim põe em prática uma maneira de pensar e sentir, uma maneira de agir, de conduzir-se, observando as fronteiras e os limiares que se colocam no presente, os perigos de nossa época. Assim, exerce uma estranheza no que é homogêneo, universal, obrigatório e necessário, buscando o que há de singular e circunstancial em tais fronteiras, e as possibilidades de atravessá-las. O caminhar do imundo, seu modo de conduzir-se, estabelece uma relação com um tempo que não é frio, esvaziado, tão pouco homogêneo, todavia tão precário quanto sua pele. O Imundo tem olhos noturnos, mesmo quando se faz dia, ou quando a luzes artificiais do progresso buscam ofuscar a vista para a escuridão. Seus olhos são partícipes de seu éthos e ele mantém o olhar fixo em seu tempo, para nele perceber, não as luzes, mas o escuro. Os olhos imundos percebem as trevas que provém de seu tempo e vislumbram nelas rastros de luzes que não cessam de guiar-se em sua direção. Tais rastros nunca os alcançarão, pois ao mesmo tempo não cansam de afastar-se. Sob as luzes capitais de um progresso que toma o tempo como esvaziado e homogêneo, olhos imundos buscam na escuridão pontos de luzes cambiantes, fagulhas de experiência. Aos seus olhos noturnos, o Imundo compõe com pés que pensam. O sedentarismo do corpo é nocivo ao pensamento, nisso ele caminha. O pensamento imundo somente se faz em movimento, o pé é

talvez o conspirador mais confiável para o pensamento, diria Nietzsche. Nos seus passos, o pensamento erra, deriva outro, se lança aos riscos de uma grafia do caminhar, que, por sua vez, se faz pele. As marcas deixadas na pele ao traçar seus caminhos servem-lhe de material para pensar o presente. Ao olhar para sua própria pele e ver nela as rasuras de um itinerário, uma escrita da cidade, o Imundo vê constelações de imagens que o impregnam, a memória urbana inscrita na pele, os signos e as sensações de uma experiência urbana. Deste modo, este registro que se faz pele, somente é possível através da experiência, das travessias corporais na cidade. Então o Imundo se lança à deriva.

Da dança à psicologia: traçando caminhos

Ana Claudia Lima Monteiro, Gabriela Cabral Paletta

Através da nossa experiência com o campo de pesquisa e permeados pelos pensamentos de Serres, Despret e Latour, pensamos o corpo como um agente no decorrer do processo de produção da dança, que responde à convocação da arte e que a instaura, já que o bailarino não é a causa da dança e tampouco ela é suficiente em sua causa própria. Em outras palavras, não existe uma dança antes do bailarino e nem mesmo um bailarino antes da dança, eles se constituem mutuamente. O corpo que dança não se produz sozinho, apenas na experiência de adquirir habilidades corporais, mas sim, com todos os elementos com os quais produz agência. Distribuímos a subjetividade e sua produção, de forma a não poder torná-la completamente interiorizável. Consequentemente, podemos desviar as questões endereçadas à Psicologia, uma vez que não buscamos compreender a relação entre subjetividade e corpo partindo de sua distinção. Ao invés disso, buscamos seguir a construção da dança no momento em que ela está se fazendo. Isso nos permite testemunhar os momentos de hesitação na construção do corpo e do sujeito. Tais articulações foram exploradas num campo de pesquisa, que se constitui com o grupo de dança Corpo em Cena, que está vinculado à ONG Comando da Paz. Acompanhamos a construção do espetáculo “Volver: um amor além da vida”. Nestes encontros, vivenciamos processos de construção coletiva tanto dos bailarinos, quanto dos pesquisadores e também dos afetos envolvidos em tais encontros. Neste sentido, não nos restringimos a observar passivamente a constituição do espetáculo, mas fomos convocados a sermos atores na construção do mesmo. Dizemos isto porque estar junto com os bailarinos constrói um campo novo que altera tanto os afetos deles quanto os nossos. Além disso, não se trata apenas de pensar a construção da dança como algo que diz respeito exclusivamente aos sujeitos, mas, que leva em consideração um coletivo muito mais amplo. Neste sentido, o espaço físico, os trajes, estar

ou não de sapatos, a iluminação, os cenários, a música, etc. fazem toda diferença tanto para o espetáculo quanto para os bailarinos e para nós. Todos estes atores produzem agência e devem ser considerados. Em nosso caso, podemos pensar a constituição deste coletivo a partir da própria dança. Neste sentido, a constituição de um corpo que dança não se reduz à proposta de se pensar a dança como algo que não possui materialidade, ou seja, como pura técnica, que poderia ser adquirida e exprimida mecanicamente. A dança não é um mero intermediário entre o corpo e a arte de se expressar através do movimento, mas, ao contrário, corpo e dança, ao se articularem, modificam-se. Nenhum corpo dança da mesma maneira que outro, e nem toda dança se expressa de uma única maneira em todos os corpos. A técnica adquirida no ato de dançar cria relações, portanto a dança não pode ser invisibilizada no corpo, ao contrário disso, ela deve contar como produção. Por outro lado, este corpo também não seria algo demarcado, circunscrito nos limites de nossa pele. Pensar a relação entre corpo e dança é também pensar na construção de um corpodança, impossível de ser pensado de outra maneira. Um corpo articulado com a dança não é o mesmo sem esta articulação, que o constitui. A partir da construção destas relações, as quais consideramos não apenas os relatos individuais, mas também nossas impressões, buscamos constituir uma narrativa que nos possibilita fazer emergir este corpoafetosujeito, mesmo que de forma local e fugidia. Nosso desafio então se apresenta nesta tensão entre narrar e sentir e, portanto apostamos num saber localizado que se prolifera pelo contágio e não pela universalidade.

Empoemações: subjetividades em movimentos de Escrileitura

Karla Soares Pereira Valviesse

Esta proposta de Comunicação Oral apresenta a Tese de Doutorado defendida e aprovada em janeiro do corrente ano na Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro. A tese consistiu na exposição de procedimentos crítico-clínicos criados em vivexperimentações de poesias de Manoel de Barros (2010). No pesquisar, contamos com a participação por livre-adesão de cento e dois estudantes matriculados em cursos de Graduação em Psicologia de duas Universidades Públicas no Rio de Janeiro. Estes estudantes, companheiros de pesquisa, dividiram-se em seis diferentes grupos, ao longo de 2010 e 2011. Cada grupo vivexperienciou oito encontros com duração de aproximadamente duas horas e periodicidade semanal, em espaços cedidos pelas Universidades. Durante os encontros, a experimentação das poesias foi incitando a criação de modos, de estratégias que modularam o próprio pesquisar. Assim foram criados, no ato que os percorria, procedimentos co-emergentes ao pesquisar, engendrados à medida que se efetivava

o acompanhamento do embate entre formas e forças no encontro entre subjetividades e literatura poética. Tomando a subjetividade como processo incessante de vir-a-ser e a linguagem em sua potência de criar realidade, a partir da pragmática de Deleuze e Guattari, as propostas miraram o instante fugidio do enlaçamento de ambas para articulá-las ainda à ideia de criação e invenção do si. A tarefa de sustentar um movimento cambiante para ambos, linguagem e subjetividade, é poética e clínica ao mesmo tempo. Também aqui os termos precisaram ser despidos. Ficaram nus. Pois não é de qualquer poética que se trata, mas da poética como poiese, ato que se faz no agenciamento processual das subjetividades, o terceiro agenciamento proposto por Guattari (2000), no qual a criação é criação do si impessoal. O termo clínica careceu também de ser escovado, pois estava cheio de sentidos acostumados. Clínica, aqui, é sinônimo de desvio, aquele no qual se encontram as melhores surpresas (Barros, 2010), afirmando-se em novo sentido dado na cosmogonia epicurista: "clinamen". O termo refere-se ao desvio realizado na queda dos átomos que, ao se chocarem, articulam-se em composições criadoras. Nesses movimentos de desvio reside uma potência de geração de mundos (Passos e Barros, 2000), de criação de outras realidades. Assim, visamos incitar as forças de criação na direção da criação de desvios, para a invenção de um devir-poema, o qual chamamos, com o poeta, de "empoemar". Na direção de acontecimentalizar a pesquisa (Fonseca, 2006) acompanhamos o traçado de linhas e devires, em quatro movimentos nos quais buscamos compor as empoemações subjetivas. Fazer frente à pregnância da forma-em-nós é tarefa clínica que propõe a inseparabilidade entre crítica e clínica, e entre clínica, arte e viver. Isto nos convoca a pensar a clínica numa perspectiva ético-estético-política, inexoravelmente transdisciplinar (Rauter,1998 e 2012), transvalorada e transversal. O pesquisar assumiu seu caráter de intervenção e invenção, uma vez que visou à produção de diferença, buscando estratégias metodológicas capazes de promover processos de transformação e singularização. As experimentações de poesia foram atravessadas pela proposta de "escrileitura" de Corazza (2007), e marcado pela irrupção do desejo pelo exercício apaixonado de fender, de criar entres, fissuras que abalem os modos acostumados, recusando unificações e totalizações em favor das experimentações. Os procedimentos experenciados em escrileituras foram exercitados como modos de ler-escrever em meio à vida, mas também como modo de ler-escrever uma vida porvir. A escrileitura foi afirmada então como fabulação política, no sentido que propõe Deleuze (1993) a partir de Bergson (1959), e também como dispositivo clínico transdisciplinar, vivido na diferença. Na marca da impessoalidade de um estilo que busca incitar estilos, instigar criação, criamos os procedimentos de Trampolim, de Leitura Povoada, o Procedimento

Compositor, o de Corporescer e o de Rodopio, que se mostraram potentes para forjar desvios nos processos de subjetivação e para o desarranjo das formas mais serializadas do viver. Em outras palavras, embarquei com meus companheiros de pesquisa na aventura e nos perigos de criar, de nos dessubjetvar, de fabricar rompimentos com uma razão e com uma presunção antropomórfica que abrissem brechas para um devir-poema, para um empoemar. De saída, os procedimentos foram afirmado como propostas ético-estético-políticas, estratégias para a geração de elementos insólitos que desestabilizam formas (Tedesco, 2003). Foram crias do próprio ato de pesquisar, que se lançaram e continuam a lançar-se, desde sempre, para serem modificados, traídos, também na medida do ato que os percorrer, a cada novo pesquisar, pois importa que neles corra o fluxo pulsante da diferença, condição essencial para que possam dirigir-se efetivamente à tarefa de desmonte das formas-sujeito pregnantes, a partir do tição de atiçar, de conjurar com todas as forças as forças de criação em devir.

Escavar, escrever: dos buracos e das línguas entre a imagem e a palavra

Lilian Hack, Edson Luiz André de Sousa

Partimos do seguinte: palavra, fala, imagem, e suas relações, apontam para a linguagem, e esta, aponta para o sujeito que se fabrica a partir dos agenciamentos possibilitados por ela. Composições, combinações que dão forma ao possível, ao que é possível fazer surgir pela linguagem. No entanto, por vezes nos parece que as palavras e as vozes já não comunicam mais. A comunicação estaria podre, como diria Deleuze? Por vezes parece que a palavra e as vozes já não atingem mais a imagem. Ou só a atingem em seus clichês visuais. Não conseguem escrever, falar a respeito da imagem sem ser atravessada por eles. Mas continua, ainda assim, tentando. Porque ao falar e escrever a imagem, parece que há uma reativação. Porque o tempo das imagens parece tão curto, um tempo cuja duração finda em uma espécie de morte, que seria preciso reativá-lo, não no sentido de revivê-lo, mas de retornar à obra pela palavra, pelas vozes. E não é o que fazemos diante das imagens da arte? Falamos e escrevemos, incessantemente, para tentar redobrar seu tempo, reativar seus impulsos, criar sentidos. Se trataria então de esburacar a imagem, inventar um furo, uma fissura pela qual ela volte a respirar, sem novamente fixar qualquer sentido, qualquer definição, qualquer palavra que não se proponha a ser "uma nova experiência da palavra", como irá sugerir Agamben. Não seria esse o trabalho incessante da linguagem? Criar palavras, vozes e imagens, "enfim, uma imagem", e então, novamente: palavras e vozes? Neste trabalho que desejamos compartilhar, procuramos por linhas que nos ajudem a pensar estas relações, ao mesmo tempo buscando criar pequenos buracos, de onde

escapar de uma e outra. Tomamos a escrita como um exercício de escavação. Escavação nas palavras, em suas camadas, como quem revolve a terra duvidando dos jardins bem ajustados. Operando através da desordem e do delírio das palavras, como sugere Valéry; Escavar e escrever são verbos conjugados ao mesmo tempo neste exercício. Porque uma questão insiste: como não tratar a arte a partir de seus objetos, aqueles já consagrados ao museu, mas a partir do processo? Assim afirmamos: Que estupidez dizer o "objeto buraco". "Buraco" não é um objeto, é um acontecimento. Acontecimento que acontece na escavação. Dizemos: o buraco acontece na linguagem, por um exercício de escavação. Mas como relacionar, na linguagem, um acontecimento que é também palavra, e também imagem? Enfim, para problematizar essas questões, nos apropriaremos de uma língua especial. Uma língua que se desdobra em várias línguas. Emprestaremos ela de Gilles Deleuze, que em O Esgotado, percorre alguns trabalhos de Samuel Beckett, tentando dar língua a obra desse escritor e dramaturgo – esburacando a mesma assim como à filosofia – com a generosidade de nos oferecer preciosos conceitos, dos quais tomamos a liberdade de nos apropriar para pensar estas questões. Acreditamos que tal exercício aproxima-se da temática proposta pelo Grupo de trabalho "Corpo, arte e clínica: experimentações metodológicas", pois no mesmo espreitamos a possibilidade de enriquecer essa discussão a partir de problematizações colocadas acerca do exercício da escrita, onde se entende a mesma como não estando "submetida a um referente real diante do qual deve se medir pela régua da verossimilhança. Antes sua construção de sentidos se dá nas relações que as palavras, imagens e números estabelecem com os corpos pesquisados, pelos efeitos sensíveis-inteligíveis que provocam nestes arranjos de forças", onde é possível ainda entender que "estas estratégias se fazem ainda mais relevantes em um mundo tomado de sutilezas imateriais. Encontramo-nos com estas forças produtoras vivendo em um cotidiano das novas mídias e do trabalho criativo, intelectual: forjamos um corpo para o incorpóreo, tornando-o sensível através das estratégias ficcionais". Com relação ao Eixo-Temático, pensamos que nossa proposta se situaria em Mídia, Cultura e Arte, já que o mesmo visa "as contribuições que envolvem as produções discursivas e sociotécnicas em contextos midiáticos, os processos de subjetivação mediados pela comunicação globalizada na sociedade contemporânea e as diversas formas de arte". De uma forma geral, o que nos interessa debater com o GT indicado, são as relações entre palavra, fala e imagem, as relações que constroem a linguagem, além do desejo de pensar a arte, e a escrita sobre arte, não a partir de seus objetos, das definições e classificações criadas sobre os mesmo, mas a partir do processo. E a partir dessa perspectiva, como podemos pensar o

sujeito em processo. Uma arqueologia não apenas do material, das palavras, mas também do sujeito, como dirá Didi-Huberman.

Experiência-intervenção com alunos da APAE de Gaspar/SC: o ensino de música a partir da vivência do sensível

Ana Paula Evaristo Russi, Josiele Bené Lahorgue

Este trabalho apresenta resultados do que chamaremos de experiência-intervenção, realizada com estudantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e que resultou na gravação de um CD intitulado Máscaras, Versos e Risadas. A denominação de "experiência-intervenção" aponta para uma vivência possível do sensível. Com base no que Jorge Larrosa Bondía nos apresenta, só é capaz de experiência aquele que se opõe, que se contrapõe, que se expõe. Neste caso, trata-se da exposição do contraponto a uma cultura normatizadora e estigmatizante do sujeito com deficiência, pela estimulação, através da linguagem musical, da expressividade subjetiva dos sentidos produzidos pelos educandos a partir de seu contexto (família, amigos e a própria vivência na instituição) e de seus devires. O processo foi dividido em três etapas: composição, arranjo e gravação, as quais envolveram educandos com diferentes graus de déficit cognitivo, alguns ainda com dificuldades motoras e auditivas correlacionadas. A etapa de composição ocorreu através de quatro processos diferentes: debate sobre um tema previamente escolhido pelos educandos; construção de história; reflexão acerca da vivência institucional; registro de expressões e falas espontâneas. O arranjo das músicas foi elaborado a partir de conversas entre os educandos e a professora de música; nas situações em que a comunicação verbal não era possível, o arranjo partiu da professora, com base na percepção de respostas sensíveis dos mesmos. Suas manifestações quanto à satisfação pessoal com relação à experiência criativa inspirou a etapa seguinte: a gravação do CD. Nela, os educandos contribuíram cantando e tocando instrumentos de percussão. Os instrumentos musicais foram adaptados para a inclusão daqueles com dificuldades motoras. Educandos com distúrbios da fala também participaram das gravações de canto, desde que manifestada sua vontade. Através desta experiência-intervenção, percebemos que, atualmente, a arte-educação enfrenta o desafio de se consolidar na Educação Especial e Inclusiva sem rejeitar a participação cognitiva e sensível do educando, ao aferir ao educador o papel exclusivo de criador, Isso se deve à visão, ainda estigmatizada, do educando com dificuldades como um ser incapaz de lançar mão das linguagens artísticas para dar expressão aos seus sentidos. Ao romper com preconceitos e desafiar os educandos a criar e se expressar, este trabalho promoveu uma experiência estética

também para profissionais da APAE, pais de educandos e a comunidade no entorno da instituição, no sentido de vislumbrar uma fruição genuína construída por ação direta dos educandos. Constatamos o aumento da comunicabilidade e da capacidade de identificação entre turmas, bem como o reconhecimento de suas capacidades expressivas – por eles mesmos, pela família e pela instituição. A linguagem musical contribui para aproximá-los da sociedade; e auxilia na visão de diversidade dentro do espaço de ensino – tanto no que tange aos educandos quanto aos profissionais. É importante destacar a percepção, vivida pelos educandos, sobre suas relações dentro e fora da instituição, tanto na elaboração do trabalho como na apreciação após sua conclusão – momento em que puderam reconhecer aspectos identitários das participações de cada colaborador. Esta forma de experiência estética, com o reconhecimento do componente sensível como essencial no processo criativo, ainda é embrionária tanto na arte-educação como no campo específico da Educação Musical, já que ambos trabalham em uma perspectiva mais técnica. Desta forma, aproximar esta experiência-intervenção com o campo da Psicologia Social nos impulsiona a (re)pensar as práticas educativas tradicionais, vislumbrando um campo possível de diálogo entre Arte, Psicologia e Educação, que nos possibilite conexões com as afecções, com as condições de possibilidades de sujeitos em devir.

Experimentações clínicas: da escrita à escritura do si

Natália Vasques Faria Drummond Ribeiro, Helena Werneck Brandão, Ana Claudia de Araujo Franco Damasio, Ana Teresa Almada Gurgel Rodrigues, Renata Rodrigues Carbonel, Alexander Motta de Lima Ruas, Karla Soares Pereira Valviesse

A partir da afirmação de uma clínica que se faz como intervenção ativa e criativa nos modos de existência, ela mesma habitando o plano das práticas e das experimentações, o presente trabalho objetivou a construção de ferramentas teórico-práticas para o exercício de uma clínica pautada nos movimentos de diferenciação. Estas ferramentas são desde já afirmadas como provisórias, mas também como procedimentos que portam a marca indelével de um estilo impessoal, conforme propõe Deleuze. Neste sentido, buscamos mapear coordenadas para a efetivação de uma clínica transdisciplinar, habitante móvel de um plano de dispersão, a partir da experimentação das relações entre linguagem, arte e subjetividade. Em primeiro lugar, tratamos de evidenciar em nossa prática a inexistência de uma relação dicotômica entre indivíduo e sociedade, provocando o exame e desnaturalização dos termos. Neste movimento, a própria noção de relação precisou ser revista, uma vez que, na relação clínica, não se trata de afirmar um encontro entre termos já dados ou constituídos de antemão, mas de insistir na emergência de um plano relacional que produz ambos os termos, variando-os. Assim, nesta experimentação

clínica, optamos pela afirmação de um exercício de equivocação criativo-inventivo que promovesse reflexões acerca dos processos de subjetivação – considerados como sistema aberto, constituído de múltiplas e diferentes forças em permanente luta – e de linguagem – que afirmamos, a partir da pragmática de Deleuze e Guattari, como potente na transformação da realidade e produção de diferença. No cotidiano destas práticas clínicas, as produções linguageiras ganharam uma dupla acepção: trouxemos à cena as acepções de morte/fuga e estagnação/variação contidas nas palavras, para evidenciá-las como modalidades de produção que selam as formas-sujeito ou liberam-na de sua estratificação. Assim, a criação de desvios crítico-clínicos compôs uma aposta ética, cujo sentido se fez em efetivar intervenções que permitissem reestabelecer o movimento, o fluxo sempre cambiante e variante da processualidade subjetiva. Neste fazer clínico, a escrita vem se compondo como ferramenta de intervenção na criação de modos singulares de existência. É a partir da afirmação da inseparabilidade entre clínica e arte que a presente proposta encontra ressonâncias com o Grupo de Trabalho "Corpo, Arte e Clínica: experimentações metodológicas", uma vez que ambos apostam na composição de estratégias diferenciadas de produção de sentidos, utilizando-se de materias expressivas a partir de seus componentes intensivos e de sua força de criação de outras realidades possíveis. Privilegiando a interface entre os processos de subjetivação e a arte, sublinhamos tanto as produções linguageiras que surgem na relação clínica, quanto possibilidades outras, como a criação de um "Caderninho Compositor" inspirado na produção poética de Manoel de Barros, marcada por sucessivos convites ao desmonte das formas subjetivas e de linguagem. O exercício de "empoemar palavras", proposto pelo autor, confunde-se, nas experimentações clínicas vividas, com o exercício que chamamos de "empoemar o si" e que se faz ao permitir a ambos o contato com sua face mais porosa e permeável, prenhe de contínua variação, num exercício capaz de subverter o entendimento – desorganizando suas formalizações mais estratificadas. Os caderninhos eram, como propôs o poeta, "um nadinha", sempre proposto a partir de brechas oferecidas pelos próprios pacientes (ao descrever uma experiência com a escrita, ao trazer algo anotado "para não esquecer"). Nele, o paciente podia escrever quando, onde e como quisesse, o que quisesse. As escritas foram passando de relatos a invenções, de descrições a poemas, de narrativas a criações. Desse modo, sustentamos a aposta numa certa disposição clínica que pode ser explicitada na promoção e sustentação de movimentos de desterritorialização que desorganizem a rigidez das formas-sujeito, rompendo os limites gramaticais para instaurar novos limites, mais elásticos em sua agramaticalidade, a partir de vivenciais autorais de realidades outras, impessoais, na escritura dos caderninhos.

Inventando possibilidades: escrita e clínica como campo de experimentação

Marli Machado de Lima

Objetivamos neste trabalho, problematizar o fazer a clínica e a escrita, compreendidos como campo de criação/invenção de mundos. Aqui, não há privilégio de um único saber, nem separa o social do político e da estética, nem individuo de coletivo, subjetivo de objetivo, corpo de afetos, fazer de pensar, escrever de atuar. São processos de construção, intervenção de mundos e modos de viver. Somos guiados pelo pensamento de Deleuze e Guattari, contudo, recorremos a outros autores e outras ferramentas, tais como, psicodrama, estudos de gênero, de literatura e da contemporaneidade. Vamos compondo e problematizando saberes, questionando conceitos, cartografando processos de individuação, de subjetivação e de singularidades. Trabalhamos com campos heterogêneos. Esta clínica também amplia seu setting, extrapolando o espaço tradicional para o social. Colocamos em discussão o fazer a clínica como processo de experimentação e criação. Exercício de fazer, repensar, interrogar, construir. Lembrando que é preciso prudência quando se trata de experimentar com o outro, porque, tanto o correr riscos desmedidamente, como manter-se em estados de equilíbrio constante pode ser danoso para vida. No primeiro por dilacerar a vida mais do que necessário, caindo em um buraco negro sem volta, como temos observado em usuários de drogas, quando chegam a seus extremos, noutros por que na medida em que a vida é homogeneizada, nada se cria, as diferenças são barradas, o novo não nasce, e a vida empobrece. Privilegiamos mais o questionar do que o responder, seja como educadora, no curso de formação em psicologia, seja como atividade na clínica, ou como pesquisadora, onde a escrita nos convoca frequentemente a nos diferir. O conhecimento é visto como lugar de implicação e criação de mundos, de modos de existir e de resgatar a potencia de se permitir ao novo. Neste sentido, clínica e arte não se separam, estão em constante processo de produção, composição e confronto. A psicologia clínica e a psicologia social se conjugam, porque como já apontou Rolnik (2011) só há real no social. Ao escrever narrativas de vida, o psicólogo clínico resgata o social, atenta-se para composições coletivas já que este sujeito não se restringe a um eu psíquico, mas em constante relação com o outro. Durante o processo de doutoramento percebemos que, fazer e escrever se implicam e se compõem. As várias composições de fazer vão se entrelaçando: escrever, clinicar e educar. Sempre em sentido amplo, a educadora e a psicóloga clínica saem do lugar de suposto saber para tornarem intercessoras. Conceito desenvolvido por Deleuze e Guattari, o intercessor é aquele que provoca e faz pensar. Pensar não é raciocinar, nem racionalizar, mas problematizar: desejos, sonhos,

realidade, etc. A autonomia do sujeito acompanha o exercício incessante do pensar. Autonomia como processo de ruptura com aprisionamento em um único modo de ser e existir no mundo. O pensamento cria possibilidades de estilísticas de vida. Para ampliar esta prática fomos entrecruzando o pensamento de Deleuze e Guattari com a literatura de Lispector, Abreu, Lawrence, Musil. Ao mesmo tempo em que nos autorizamos escrever, não uma descoberta científica, mas, contos de vidas, dos pacientes/clientes. Nesta escrita cada paciente vai deixando de ser apenas indivíduo para tornar-se narrador de mundos, de modos de vidas, de singularidades. Não somente eles, mas a própria pesquisadora/analista foi se implicando, criando narrativas da experiência pessoal, que ao ser escrita perdem qualquer pessoalidade. Este exercício possibilita rupturas com o eu, com o já dado, com os gestos cristalizados e com os clichês. A escrita e a atividade clínica vão sendo confeccionados, com linhas de experiências, linhas teóricas, linhas de rupturas, que ao serem narradas/vividas são também questionadas, pondo em evidencia mais as perturbações do que a busca por equilíbrio. A prudência se associa com o sustentar e com acolher o caos, não para aquietá-lo, mas, direcioná-lo, surfar com ele. O que interessa nesta escrita/trabalho clínico é o que está emergindo, são as linhas que estão se compondo, as rachaduras provocadas pelo confronto dos corpos, do surgimento do novo. Problematizamos que esta clínica não vislumbra os grandes feitos, as grandes descobertas, nem as curas ou os diagnósticos surpreendentes. Mas, atenta-se para as "vidas comuns", "banais", de "homens sem qualidades" que tentam lidar com o dia a dia, com a rotina diária, com o sofrimento causado muitas vezes pelas estruturas normativas, binarista, que impedem qualquer expressão do novo, qualquer movimento heterogêneo. Acreditamos que só quando se potencializa a vida enquanto multiplicidade é que poderemos falar em direitos humanos. Esta escrita tem mobilizado uma constante preocupação com a prudência e a ética, trabalhamos com sujeitos que solicitam nossa ajuda ao mesmo tempo em que somos convocados a pensar a prática clínica. A relação paciente analista passa, então, a ser uma experiência social e produtora de conhecimento.

O Corpo e a Rua: problematizando gestos na poética-política da cidade

Jardel Sander da Silva

Busca-se, neste trabalho, problematizar a relação dos corpos com os espaços públicos, por meio de uma cartografia dos gestos na cidade, tomando a rua como espaço de expressividade política. Parte-se do estudo das relações presentes no trinômio corpo-subjetivação-expressividade, focalizando especialmente a dimensão do movimento corporal, em sua cotidianidade e extra-

cotidianidade. Neste percurso, é traçada uma análise das micropolíticas disruptivas esboçadas nos gestos de pessoas que transitam pelo centro urbano da cidade de Belo Horizonte (MG), buscando compreender estes gestos cotidianos, e problematizando-os através de performances realizadas neste espaço, utilizando como ferramenta a dança contemporânea, especificamente a técnica do contato improvisação, por meio de ações performáticas, que aqui se denominam percursos de improvisação. Paralelamente, é realizada uma investigação metodológica, no sentido de implementar o uso de imagens – como documentação, recurso expressivo e intervenção artística.

O in(classificável): uma experiência de exumação e ausência no encontro com a obra de Foer

Camila Backes dos Santos, Simone Moschen Rickes

Este trabalho tem como questão norteadora o que nos lançamos em considerar como a insuficiência das categorias, e assim questionar as linhas de tensão no campo das classificações, principalmente no que tange na atualidade à classificação das psicopatologias, suas representações em formas de manuais e suas (in)consequentes repercussões na clínica. Tem como objetivo assinalar a aproximação e a relação do (in) classificável e o limite da palavra na literatura. Perguntamo-nos: como lidar com a rasura das insuficiências das nossas categorias conceituais? Seria necessário outra orientação do olhar para isto que insiste em faltar? Assim, nos propomos a um trabalho com as rasuras de um não-lugar, questionando os caminhos ilusórios da apreensão de um saber. A classificação em forma de transtornos oferecida pelos DSMs (Manuais de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais do campo da psiquiatria e em vigência nos sistemas de saúde) obstaculiza qualquer tentativa de abordagem metapsicológica desta forma epidêmica de sofrimento psíquico (KEHL. 2011, p.107). Estamos, neste momento, no âmbito da clínica, no auge da discussão no campo da saúde mental sobre o lançamento do DSMV. As residências em psiquiatria médica tomam tal manual como referência de atendimento clínico. A experiência do sofrimento psíquico e das paixões da alma, "colocadas numa lógica discursiva, foram substituídas de forma reducionista a uma coleção de comportamentos observáveis, à catalogação de agrupamentos de sintomas clínicos que falam por si" (SIDEMBERG, 2011, p. 94). Aos seres de linguagem consiste a tarefa de ampliar os limites do simbólico, mesmo que não tenha a pretensão de recobrir todo o real. De cada experiência, de cada objeto, de cada percepção, fica sempre um resto que não conseguimos simbolizar; o núcleo duro das coisas, que lhes confere independência em relação à linguagem

e nos garante, de alguma forma, que o mundo não é uma invenção de nosso pensamento (KEHL, 1998, p. 67). Dessa forma, temos que o processo classificatório na psicopatologia dos transtornos mentais está associado a uma tentativa ilusória de constituição de um domínio sobre o corpo que tenta excluir este resto impossível de simbolizar. A partir de tais problematizações, lançamos mão da arte e da literatura como ferramenta metodológica fundamental que faz referência ao real. Acreditamos, assim, que esta é a questão principal que nos aproxima da proposta apresentado pelo GT "Corpo, arte e clínica". Pois é através do diálogo com o sensível da arte que podemos ultrapassar a rigidez de manuais nosográficos e escalas epidemiológicas e nos aproximar do inefável posto em jogo na relação pesquisador e objeto de pesquisa. O "livro-obra-de-arte" "Tree of codes (2010)" de Jonathan Safran Foer é a potência instigadora principal deste trabalho. Ao manusear e folhear o livro de Foer temos uma experiência que podemos nomear de um encontro com as ausências. O trabalho de Foer não pode ser classificado como livro ou obra de arte. Foer ao ser interrogado em entrevista ao The New York Times se se considerava um escritor ou artista respondeu que não se considerava nem um nem outro e que se enquadrar em uma nomenclatura apenas aprisionava a própria criatividade. Tree of Codes e suas frágeis e delicadas páginas nos levam ao encontro com o constante vazio. Terceiro romance de Foer, Tree of Codes foi escrito a partir de outro livro, The Street of Crododiles, de Bruno Schultz, através de um processo de recortes e sobreposição de palavras. Uma experiência que necessita do contato para produzir sentido. Podemos pensar no trabalho de Foer como um rastro do trabalho de Schultz, que através do recorte cria o vazio necessário a uma nova configuração. Penso aqui no trabalho de Foer como uma exumação da obra de Schultz, relação análoga àquela proposta por Jorge Luis Borges ao escrever Pierre Menard. O personagem criado por Borges reescreve Dom Quixote, mas não se propõe a fazer uma cópia já que justifica que se é escrita por outra pessoa já não é a mesma obra. É nesta vertente que encontramos o trabalho de Foer, exumando o trabalho de Schultz e trazendo à vida um novo conto. Tree of Codes é a história sem lugar, sem forma, tecida na sobreposição e no apagamento. Maurice Blanchot (2005, p.303) referindo-se ao conceito de grau zero da escrita proposto por Roland Barthes aponta que escrever sem escrita é levar a literatura ao ponto de ausência em que ela desaparece, a neutralidade que busca todo escritor sem saber e que conduz alguns ao silêncio. Temos, doravente, neste trabalho o desafio de pensar o não-lugar e a ausência das formas através de uma experiência de apagamento e recorte, que, no limite da palavra dá lugar a um novo significado, no encontro da pesquisadora com a obra literária.

O Testemunho das Águas: experiência, escrita e loucura

Leonardo Martins Costa Garavelo

O presente trabalho busca tecer uma interlocução entre Escrita, Experiência e Loucura. Para tanto, serão usados fragmentos da pesquisa e experiência com o Ateliê de Escrita no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Esta apresentação compõe um projeto de tese que integra o Projeto de Pesquisa: "Arquivos e Testemunhos de Vidas Infames: Restos que insistem" com orientação da Profa. Dra. Tania Mara Galli Fonseca. A apresentação intitulada: "O Testemunho das Águas" traça uma zona de ressonância e encontro entre autores como Artaud, Foucault, Nietzsche, Deleuze, Guattari, Agamben e Benjamin. Seu objetivo é expressar e problematizar um método de pesquisa que invente uma espécie de racionalidade afetiva e que abra o corpo à experiência e pergunta: como é possível escrever uma experiência coletiva com memórias da loucura? O que passa entre as escritas do Ateliê? Como escrever junto com as vidas que compõe esse coletivo de escrita?

Pesquisadora e devir artista pornô

Maria Eduarda Ramos

“Participei do exercício, mas em alguns momentos também pude sair dele e me pensar na cena ou pensar nas pessoas que estavam fazendo o exercício também. Quando conseguia refletir mais racionalmente sobre tudo, achava um tanto engraçado. Deveria ser muito engraçado para as pessoas em volta ver outras se esfregando em árvores, flores, terra. Mas também me permiti experimentar, também me esfreguei em árvores, flores, terra. Não sei se consigo ter uma consciência de que estava tendo uma relação sexual com a Terra, porém, é um exercício que dá prazer”. Esse é um trecho do diário de campo relatando uma das primeiras experiências em que tive que implicar o corpo dentro da investigação em uma oficina de póspornô. Ao desenvolver uma pesquisa nos colocamos em primeira pessoa na escrita e partimos da premissa etnográfica que as pesquisadoras não são distantes e neutras na investigação, mas fazem parte dela. Mas o que ocorre quando quando a pessoa que pesquisa se implica corporalmente na pesquisa, ou seja, quando utiliza seu próprio corpo e as experimentações com ele como forma de investigar? Nesse trabalho tento refletir sobre como o corpo da pesquisadora foi sendo incorporado numa investigação sobre pornografia feminista e póspornô. O termo “póspornografia” foi usada pela artista Annie Sprinkle nos anos 1990 no título de uma de suas performances. Esse termo é do artista holandês Wink van Kempen que tentava descrever a produção audiovisual sem fins masturbatório, mas usando os elementos pornográficos para fins políticos, críticos e

humorísticos (SPRINKLE, 1991; PRECIADO, 2008). Mais que pensar a pesquisadora como sendo observadora e observada no campo de pesquisa em que o objeto de estudo é a relação entre quem investiga e o campo de estudo, tentei experimentar e me deixar ser penetrada por essa arte política/militante da pospornografia. Pensando no conceito de "corpo vibrátil" utilizado por Suely Rolnik, pode-se refletir sobre as experiências corporais das pesquisadoras em oficinas de arte/performance e de póspornô. Por corpo vibrátil, Rolnik compreende o poder de vibração do nosso corpo em relação às forças do mundo, vibrações que não estão inscritas na história do sujeito ou na linguagem (ROLNIK, 2006). Além da teoria de Suely Rolnik nos basearemos na pesquisa de Camila Bastos Bacellar (2013) que reflete sobre como alguns grupos de performances sensibilizam o corpo vibrátil de participantes, através da pedagogia de suas oficinas de trabalho. Assim, pode-se pensar sobre formas de fazer pesquisa implicando o próprio corpo, usando a sensibilização do corpo vibrátil como metodologia de investigação. A relação dessa pesquisa com o Grupo de Trabalho "Corpo, Arte e Clínica: experimentações metodológicas" passa por pensar a investigação não só como uma forma de escrita que envolve as pesquisadoras, mas um hibridismo com a implicação de outras formas de percepções envolvendo o corpo, "para além da divisão entre entendimento e sensação, desejo e razão, epistemologia e ontologia", como proposto pelo GT em questão. Uma pesquisa/arte/militância/pornografia. Por envolver uma temática como a póspornografia, que começa muito relacionada com a crítica à pornografia hegemônica, a reflexões feministas, criações de outras ficções de corpos, desejos, práticas sexuais possíveis, esse trabalho está inscrito no eixo temático: "Gênero, sexualidades e intersecções".

Promoção de autonomia e vínculo socioafetivo através de práticas artístico-musicais no campo da saúde mental

Lucas Gorgone da Cruz, Marcelo Dalla Vecchia, Márcio Natali Kumaira Filho, Thiago Moreira de Oliveira e Souza, Mayara Pacheco Coelho, Marcela Ferreira Ramos

O presente trabalho tem como principal objetivo a criação de vínculo e o resgate da autonomia de pacientes com alta do serviço de saúde mental da cidade de São João del-Rei, através da oficina de música idealizada pelo Núcleo de Estudo Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS). O NEPIS, criado no ano de 2007, atua em parceria com os serviços de saúde da cidade e busca, em sua prática, promover melhorias para estes, bem como para a população atendida. As oficinas oferecidas ao CAPS del-Rei começaram em 2007, trabalhando temáticas relacionadas à música e à cerâmica. Posteriormente, outras oficinas passaram a ser oferecidas abordando

novas atividades, tais como: teatro, literatura, artes plásticas e práticas esportivas. No ano de 2011, a oficina de música passa por uma reformulação e adota como principal foco a desvinculação do espaço físico do serviço, deslocando a atividade para um centro cultural da cidade, a Orquestra Popular Livre (OPL). Tal ação tem por objetivo a promoção de autonomia e a produção artística livre considerando a autossuficiência do participante na frequência, participação e formação de grupo musical. Nesse sentido, este trabalho insere-se no Grupo de Trabalho "Corpo, Arte e Clínica: experimentações metodológicas", ao investir em desenvoltura e consciência corporal; na possibilidade de elaboração do psiquismo através da produção da arte, enquanto linguagem reflexo-afetiva, que permite a clareza das manifestações emocionais; e a função terapêutica que a construção artística promove. A oficina é composta por três etapas: a primeira com atividades de aquecimento vocal, exercícios de controle respiratório e alongamento, visando a consciência corporal, bem como um melhor controle vocal; a segunda etapa é de prática musical, onde foram elencadas, pelos próprios participantes, algumas músicas de suas preferências, que foram trabalhadas durante as atividades com o acompanhamento instrumental, visando a criação conjunta de um produto artístico (através deste processo, permite-se aos participantes a ampliação das possibilidades de expressão, reconhecimento de potencialidades próprias e busca de uma maior autonomia); a terceira e última etapa se inicia com um momento aberto que permite a interação, a criação e fortalecimento de vínculo afetivo, a partir do qual possa se estimular o entrosamento e a criatividade. A oficina propõe tratar de questões fundamentais para a reabilitação psicossocial, no que tange o resgate de autonomia e independência dos participantes − que ao receberem alta do CAPS, não são contemplados com o suporte necessário para o acompanhamento − e a articulação entre os setores da Saúde e Cultura, visando a intersetorialidade, que é um dos principais fundamentos para a política de Saúde Pública no Brasil. Este trabalho orienta-se primordialmente pelas diretrizes e princípios do SUS, no âmbito das políticas públicas de saúde mental. Podem-se destacar como fundamentais os conceitos de intersetorialidade e territorialização, visto que nas oficinas privilegia-se a qualidade de vida e promoção de saúde por meio de setores públicos – para além do setor saúde – e apresentações culturais, além de proporcionar a apropriação dos espaços urbanos e circulação na cidade. Durante os últimos dois anos de oficina, desenvolveram-se o fortalecimento do vínculo sócio-afetivo e a autonomia dos participantes, no que se refere a cada um, ao grupo, à música, ao território e aos diversos atores envolvidos neste processo. Realizaram-se também apresentações musicais em espaços públicos da cidade. Desta forma, constatamos a realização de duas metas que nos permitem trabalhar aos moldes de um processo

efetivo de Reforma Psiquiátrica, no que diz respeito à vinculação entre saúde coletiva e clínica, aliando a noção de autonomia da clínica do sujeito concretizada na construção do processo grupal, produzindo saberes coletivos e singulares; e na visão integral do sujeito considerando todos os aspectos sócio-históricos e subjetivos que interferem sua vida, em um movimento de promoção da saúde. Afinal, o sujeito é constituído e se constitui na vida social, abarcando toda a complexidade de saúde e de saberes em uma nova visão de produção social da saúde relacionada à melhoria de qualidade de vida da população. (Apoio: Fapemig).

Quando a escrita carrega uma voz. Programa para leitura de uma poesia infame

Juliane Tagliari Farina

A presente comunicação oral, busca relatar parte do processo de elaboração de uma pesquisa doutorado que se insere na Oficina de Criatividade do Hospital Psiquiátrico São Pedro (Porto Alegre - RS) através de uma atividade ali desenvolvida e inserida no projeto de pesquisa Arquivo e Testemunho de Vidas infames: Restos que Insistem. Trata-se do Ateliê de Escrita, projeto desenvolvido e coordenado pela autora Psicóloga Juliane Tagliari Farina (doutoranda do PPGPSI-UFRGS), onde pacientes e funcionários do Hospital Psiquiátrico São Pedro e também estudantes, coordenadores e visitantes formam um grupo que se reúne para conversar e escrever. É neste contexto que investiga-se como a produção poética pode se tornar um dispositivo clínico capaz de acionar a crítica das verdades relativas à loucura e às práticas em saúde mental, produzindo um espaço de convivência e criatividade heterogêneo tanto em relação aos seus participantes quanto ao estilo da produção textual. Nessa perspectiva, pautamos nosso estudo a partir do aporte teórico da Filosofia da Diferença para construir nossas linhas problemáticas em torno da potência clínica que está imbricada na produção de escritas poéticas. Intentamos, então, uma aproximação com toda a matéria-prima de que é feita a escrita... pensamento, memória e fabulação precisam reunir os devires escritores convocados pelos encontros do ateliê. Assim, um Ateliê de Escrita que acontece dentro de um hospital psiquiátrico pode ser tomado como lugar de produção de testemunhos poéticos: testemunhar o não-vivido pela expressão poética, pois o inexperienciável é a condição da poesia (Agamben, 2005). Desta forma, pode-se dar a ver o desejo de escrever que alimenta o escritor (Costa, 2010) ou o tormento que movimenta tal exercício. O que se escreve no Ateliê de Escrita não são obras-primas, não são produções destinadas à publicação, ao cânone livresco, à fama dos grandes autores, aos documentos arquiváveis, mas mesmo assim, escreve-se. Como? Por que? Estas são as perguntas que movimentam este projeto, pois nos registros dessas escritas infames encontra-

se uma memória minoritária. A escrita se torna um documento que guarda seu valor na própria incapacidade de oficializar-se. É a própria infâmia que permite o surgimento desses escritos. Neste contexto, pretendemos tomar o testemunho em suas dimensões mais complexas, pois o que chamamos de testemunho poético habita uma encruzilhada onde a memória se encontra com a fabulação e não faz compromisso com verdades autorizadas oficialmente. Assim, quando falamos do que se escreve no Ateliê de Escrita e passamos a ouvir essas produções a partir de sua infâmia, de sua loucura e de seu iletramento, podemos ouvir um testemunho, uma possibilidade de tornar a vida que se vive algo de que se possa falar, como se a escrita fosse o reservatório possível de onde se acessa uma potência de criação infinita, uma vez que um acontecimento textual é a liberação de um efeito maquinal livre do sujeito e de seu desejo. O texto é uma materialidade sem matéria (Derrida, 2010): o que dá sentido a um poema é o próprio trajeto percorrido ao escrevê-lo e, depois, ao lê-lo, em voz alta, para os demais participantes do ateliê. Tal trajeto convoca o escritor-leitor e seus ouvintes a habitarem tal poema com as vozes que nele falam, pois a escrita é um operador de dispersão: as vozes invadem o plano de composição e uma outra língua ali opera, às margens do idioma culto ou das interpretações ofertadas pelos manuais de literatura (Maluffe, 2010). Toda a leitura, toda a interpretação, toda a experimentação feita neste espaço deve carregar a potência dessa experiência. Quando falamos uma língua poética podemos estar criando um singular sistema linguístico. Daí a sensação de que a poesia fala da vida, apesar de carregar em si uma infinita possibilidade de sentido, em variadas formas de percorrê-lo. Nesta perspectiva, a escrita e a leitura são uma experiência de recriação da existência. A partir de uma análise sensível (Deleuze, 2008), faz-se uma seleção das produções do Ateliê de Escrita e os textos e poemas que puderem ser agrupados sob a categoria de poesia infame são remetidos a uma rede conceitual pela qual se analisa suas potencialidades testemunhais (no que tange o conceito de testemunho operado por Georgio Agamben), enquanto agenciamento coletivo de enunciação e suas possibilidades crítico-clínicas no que se refere ao encontro de estilos singulares, línguas menores e regimes assignificantes (dentro do aporte ético-estético-político encontrado na obra de Gilles Deleuze e Felix Guattari). Assim, intenta-se investigar como a produção poética pode se tornar um dispositivo clínico capaz de problematizar saberes sobre a loucura, o sofrimento psíquico e as práticas em saúde mental, produzindo um espaço de convivência, criatividade e análise coletiva, além de recolocar a experiência da produção poética junto ao cotidiano das vidas dos frequentadores do Ateliê de Escrita, tornando a própria escrita, uma experiência.

Saberes e práticas com riso na saúde

Tiago Cassoli, Manoela Maria Valerio

O presente trabalho objetiva problematizar a presença do riso na instituição saúde a partir de intervenções com palhaços nos estabelecimentos hospitalares. Tal pesquisa nos parece pertinente a ser discutida no Eixo de Trabalho escolhido por se tratar da relação entre as artes e a Psicologia. Entendemos instituição assim como a Análise Institucional, como conceito, que legitima práticas e imprimem no campo social um direcionamento político.Nosso campo da análise compõe-se de praticas discursivas e não discursivas, dentre as quais aquelas produzidas pela "Ong" Doutores da Alegria; como relatórios, livros e artigos que trabalham com palhaços de hospital, materiais produzidos pelo programa de extensão universitária da Escola de Teatro da UNIRIO; A Enfermaria do Riso, dentre eles, a tese de doutorado "Os Palhaços de hospitais" de ACHCAR. Escolhemos esses materiais, pois entendemos que são saberes produzidos pelas e sobre as ações do palhaço humanitário, numa tentativa de legitimá-lo como interventor ou cuidador na instituição saúde. Integram-se ainda à pesquisa, os efeitos de conversas e encontros feitos em uma visita técnica ao projeto 'Operação Nariz Vermelho – Associação de Apoio à Criança, Instituição Particular de Solidariedade' em Lisboa, Portugal. Este projeto é integrante de uma rede internacional que trabalha com o palhaço em hospital, citada pela Pesquisa Palhaços em Hospitais Brasil/Mundo, realizada pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da "ONG" Doutores da Alegria. Aliado a estes materiais, conversamos com os palhaços que participaram do III e IV Encontro de Palhaços realizado pela "ONG" CIRCUS - a respeito desta mesma temática. Frente a esses enunciados, tomamos uma posição estratégica de análise que se assemelha ao que Foucault denomina de um caminhar de lado, como os "caranguejos", levantando linhas, fissuras, fragmentando o que emerge nos discursos de modo uniforme e contínuo. Propomo-nos a mapear os efeitos de superfície dos embates entre as coisas, entre os discursos, os procedimentos, ou mesmo, entre as lutas dos médicos e dos pacientes quanto ao governo das condutas. Assim, esta pesquisa possui a perspectiva metodológica da arqueologia em Foucault. Destacamos que não só tomamos como campo de análise certos enunciados produzidos por essas práticas, como também, trilhamos um caminho por linhas históricas, que trabalham com a temática do riso e da ética. Entendemos que esses recortes históricos da relação entre o riso e a saúde têm como pano de fundo a ética e, como objetivo, o mapeamento da produção dos saberes científicos, que considera o riso nas práticas de cuidados na atualidade como algo bom e saudável. Para desnaturalizar os saberes sobre o riso, foi necessário um recuo

histórico dos modos de aparecer esta experiência do homem no mundo social, que faremos com o recurso a recortes de períodos históricos capitais para a discussão sobre o riso e sua relação com a saúde. Inicialmente, o recorte se dá com o surgimento do cristianismo instituidor de práticas de controle e de punição ao riso ritualístico e profano presentes nas práticas pagãs, que culminou com o fim do riso brutal e selvagem. Em seguida, o foco se concentrará na emergência dos hospitais no interior das práticas médicas como uma instituição terapêutica no século XVIII. Por fim, um pequeno recorte na história do palhaço, para traçar certas mudanças nos modos de ser desse indivíduo, com o surgimento desta nova expertise: palhaços humanitários. Como resultado temos; os saberes analisados referem-se às ideias ou ideais universais do que é o homem, sua natureza e, nessa direção, é necessário administrá-los por meio de uma técnica relacional, que incide no modo como o indivíduo relaciona-se consigo mesmo, com o desejo, com o inconsciente, com modos de ser do corpo, com outros homens e com as coisas do mundo, com a felicidade, a liberdade, a vida, na concepção de uma visão dicotômica da experiência humana que determina a existência de um mundo interno e externo. Tais discursos analisados apresentam um jogo entre os conceitos, deslocando-os a partir de uma perspectiva de força, fazendo girar um sistema de pensamento, como a psicanálise, por exemplo, no interior de outro sistema de pensamento como o médico ou os saberes das artes cômicas, para responderem a fins técnicos de tratamento. Como se pode ver, estamos a indagar como a experiência de rir está delimitada e teorizada, ou melhor, inscrita no interior de um conjunto de regulamentos e regida pelo paradigma das ciências psis e médicas que instituem certa racionalidade ao sujeito. Concluímos que no dispositivo em questão, o riso – o ver o riso, a liberação do riso e o saber sobre o riso – cumpre uma função de acesso à expressão de um si mesmo, à produção de uma identidade feliz e risonha, que permite a expressão de sua interioridade psicológica para o exercício do controle médico da saúde.

Silêncio e evidência: uma nova abordagem investigativa para a Psicologia Social

Clarice Pimentel Paulon, Leda Verdiani Tfouni

Este trabalho pretende, a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso de linha francesa (AD) e da Psicanálise de orientação lacaniana, desenvolver uma nova possibilidade investigativa para a Psicologia Social que confronte o lócus científico ao qual, na maioria das vezes, essa ciência está conectada. Para tanto, utilizará a noção de silêncio. É sabido que a Psicologia Social abarca uma grande quantidade de escolas em sua maioria filiadas a abordagens cognitivistas, comportamentais ou vinculadas a algumas teorias das ciências sociais

baseadas na empiria e em métodos de observação. Isto coloca a Psicologia Social como tradicionalmente filiada a uma ciência de cunho positivista, que supõe transparência na linguagem e na descrição de seus objetos de estudo. As perspectivas de estudo baseadas nesse pressuposto acabam por produzir pesquisas muitas vezes pautadas em categorizações sociais e relações sociedade-indivíduo estagnadas e limitantes da possibilidade de percepção de modalidades subjetivas outras que não aquelas observadas empiricamente. Diferentemente, a partir da AD e da Psicanálise, trabalha-se com a noção de evidência. Esta noção, desenvolvida a partir da perspectiva do paradigma indiciário, possibilita a suspensão das relações generalizantes e de causa e efeito, o que permite ao pesquisador uma escuta singular em relação ao objeto de estudo observado. Neste sentido, o objeto de estudo não é posicionado como externo ao pesquisador, sendo anulada a relação interno/externo subjetivo/objetivo já que tanto pesquisador como objeto estudado encontram-se imersos em contextos sociais que os marcam e determinam suas possibilidades interpretativas. Deste modo, a partir da busca de evidências na discursividade que banha os contextos sociais é possível ao pesquisador – aparado pelos aspectos teórico-conceituais desenvolvidos – encontrar outras formas de modalidade subjetiva, constituição de sentidos e vivência de aspectos identitários para o sujeito. O conceito de silêncio se encontra aí, a partir da possibilidade do pesquisador atentar-se aos processos de linguagem, vislumbrando a língua como não transparente. O sentido, nessa perspectiva, torna-se múltiplo e não ambíguo, sendo que muitas vezes, a multiplicidade de sentidos inerentes às cenas enunciativas vivenciadas pelo sujeito não podem ser resgatadas pelo aspecto verbal da linguagem, já que isso suporia uma relação de tradutibilidade dos signos e de anterioridade do pensamento. O paradigma indiciário, diferentemente, propõe a constituição subjetiva atrelada a materialidade da linguagem, o que promove uma escuta outra do contexto social estudado. Assim, a partir dessa perspectiva, podemos observar modos de operação do silêncio na linguagem que são marcadores de posicionamentos sociais que são vislumbrados de forma paradoxal: ao mesmo tempo que permite um além da luta de classes em seus aspectos empiristas, realça ainda mais a intensidade dela no meio social. A partir do artigo de Tfouni et cols (2008), desenvolvido através da aplicação do conceito de letramento para criação de um modo mais efetivo de alfabetização de adultos em um hospital psiquiátrico, vislumbra-se a importância do reconhecimento de uma abordagem que valoriza a multiplicidade de sentidos para que o processo identitário fortaleça um posicionamento não marginalizado socialmente. Deste modo, vemos o silêncio operando tanto num sentido coercitivo e reforçador dessa marginalização (via aspectos institucionais e exclusão social) quanto num sentido inovador de

abertura a possibilidades interpretativas singulares ao sujeito e reconhecidas socialmente pela figura dos professores ali presentes. Pode-se concluir, portanto, que o silêncio enquanto operador na linguagem viabiliza ao pesquisador em Psicologia Social uma nova perspectiva de trabalho, que possibilita vislumbrar relações de poder e modalidades subjetivas apagadas pela ideologia dominante.

Testemunho da espera e do silêncio

Cecília Suñé Novossat, Édio Raniere, Isadora Batistella Machado, Bruna Caroline Comel, Valmir Dorn Vasconcelos, Nathanael Milani Bellini Cabrera

Do encontro de fazeres de dois coletivos (Fila e Profanações), afetações que passavam por um corpo puderam ganhar palavra, voz e imagem. Este processo deu emergência a uma performance, cena, acontecimento: tomou este corpo e dali faz com que outros corpos possam também encontrar essas forças que pediam passagem. Nossa intenção, agora, é a de compartilhá-lo com o Grupo de Trabalho Corpo, Arte e Clínica: Experimentações Metodológicas. O Coletivo Fila é composto por estudantes de graduação de direito e de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também integrantes de diferentes projetos envolvendo socioeducação, que se aproximaram por uma proposta de intervenções na fila em que familiares de adolescentes que estão em internação provisória na Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) aguardam para visitá-los. Lá, visamos construir um espaço de acolhida, escuta e debate de questões jurídicas, através de proposições coletivas, como oficinas. São, em sua maioria, mães, e não sabiam o que poderia acontecer com seus filhos. Não sabiam como se davam as audiências e por que seus filhos aguardavam na FASE e não em liberdade. Não sabiam a quem recorrer quando das violências policiais e traziam fortemente consigo impotência e culpa frente à situação que seus filhos se encontravam. São inúmeras falas com caráter de denúncia, carregadas de medo pelo risco contido no simples ato de disto falar. Tortura, violência, perseguição e abuso de poder por parte dos policiais são falas constantes, além da atuação preconceituosa e moralizante de juízes e promotores, acompanhada de uma defesa pouco atuante e até mesmo omissa por parte da defensoria pública do Estado. Além do esclarecimento das dúvidas relacionadas ao processo penal e ao Judiciário, intentamos problematizar os jogos de visibilidade na sua potência ético-estética, construindo em oficinas possibilidades de deslocamentos nas relações de poder ali atualizadas nas narrativas, como também produzir conhecimento no encontro, entendendo, com Paulo Freire, que "...o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não

saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações". Nesse trabalho de escuta e de testemunho, tentamos captar os rastros das experiências narradas, considerando os processos em que saberes e poderes se engendram e se dobram, cristalizando-se em verdades e sujeitos cujos discursos são capturados por maquinarias de silenciamento. Assim, procuramos inventar neste tempo-espaço das filas um lugar possível de produções coletivas de memória e devir dessas experiências. Contudo, na incessante busca de construir visibilidade a esses discursos, levávamos conosco ainda uma inquietação de acabarmos fazendo-os calar, insustentáveis, em nossos corpos, constituindo-nos também como mecanismos de silenciamento. Foi nesse desassossego que, no encontro com o teatro, pode se produzir uma maneira de tencionar o visível e levar o experienciado a outros lugares, outros corpos, outras afetações. O Coletivo Profanações, projeto de extensão da UFRGS, não é um grupo de teatro, mas sim um coletivo de experimentar linguagens teatrais para dar lugar ao que pede passagem. Transitamos pelo teatro experimental, psicodrama, clown, criação de máscara, em experimentações agenciadas pela filosofia da diferença, abrindo caminho para exploração de um método enquanto produção de conhecimento - produção de si e de mundos. Alimentados com conceitos de Grotowski, Artaud, Moreno, Deleuze, Beckett, Agamben e Nietzsche, nossos corpos tornam-se nosso instrumento técnico. Nesta antropofagia teatral e filosófica, pretendemos abrir espaço à criação cênica. A narrativa da experiência dos encontros nas filas, em sua intensidade, não seria possível através de produções escritas (esse meio mais legítimo da academia). As afetações, como nos tomavam o corpo, eram da ordem do inenarrável em palavras que, mesmo na hibridização possível entre a ciência e a poesia, não se bastavam. Inesgotável experiência, para a qual cria-se então outra estratégia de produção de sentidos. Assim, inserimo-nos no eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas", ao inventar, através da profanação pelas brincadeiras num entre teatro e psicologia, epistemologias e metodologias, levando a experiência e a linguagem aos seus limites e desestabilizando num corpo-a-corpo alguns dispositivos de poder. Apresentaremos uma cena...? Não é uma (ou várias) mães representadas em um ato, mas sim mães acontecimentalizadas em um corpo, no encontro com outros corpos que lhe dá sentido(s). É o acontecimento em sua construção política a ser testemunhado - ter olhos, ouvidos e vidas abertas a que isso lhes passe - que tem a potência de, como afirmado no resumo desse GT, "transformá-lo em suas relações com o mundo de modo a possibilitar o devir deste último em outro: resistência enquanto criação".

Testemunhos na Clínica do Aprender

Suelci Neusa Kern Hickel

O projeto de tese intitulado Aprender: uma vida, (PPGPSI/UFRGS), do qual se apresenta para essa atividade uma parcela, é orientado por um aprender sensível, disposto aos encontros com "o presente vivo que é suscitado pela experiência de pesquisa" (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2010, p. 201). Objetiva compor uma perspectiva (Deleuze, 1991) para a relação imanente aprender e vida, expondo a rede em que o aprender se tece, seu acontecer no tempo e o mapa de suas afecções. Como dispositivo, a Clínica do Aprender é território sutil, intemporalidade, onde se experimenta a criação de intercessões que buscam na memória clínica a potência ativa em virtualidades para outros sentidos. A Clínica do Aprender, considera o não-aprender como um tempo contraído e enredado em dramáticas, durações em experiências silenciosas, hiatos a serem intimados pela linguagem e operados como testemunhos. Aceder a uma clínica efetuada em um passado que esburaca o presente, é fazer entrar modulações atualizadoras, que também pautam tempos para a dramatização dos conceitos, fazendo dançar concepções de aprendizagem fixadas em modelos de pensamento dogmáticos. Um aprender desdobrando-se em não-aprender; uma experiência restando silenciosa e, ainda assim, perseverando em sua potência; um passado insistindo em tornar-se contemporâneo; são – todos signos – que problematizam modelos recognitivos e convocam modos de pesquisar implicados pela coabitação de forças. Nestes, o deslocamento de experiências de não-aprender permite, quando assentadas em um outro território, dizer de sua multiplicidade clínica e da heterogeneidade de seus desvios. Esta proposta evidencia a hibridização entre planos de imanência diversos, dispostos à transversalização conceitual e seus desdobramentos em modos de pesquisar. Aprender – tornado infinitivo, indica o impessoal como o tempo do seu acontecimento, dimensão na qual é ainda desprovido de sujeito e objeto, sendo passagem entre um virtual e uma atualização. Refere uma imanência entre aprender e vida, tomando o sentido demarcado por Deleuze para Imanência: uma vida. (2002). Aprendizagem, seria pois, um processo decorrente do acontecimento do aprender, por elucidação dos signos, cuja zona de agonia está no seu confinamento à ordem da representação e da (re)cognição. Ao recortar no caos os virtuais e suas partículas possíveis, (Deleuze & Guattari, 2005) se tece com outros conceitos, um novo plano de imanência para um aprender. Sua consistência refere Bergson (2006; 2010) com memória e duração; Deleuze, (2003) que entre Bergson e Proust explicita a relação entre aprender e criar; Agamben (2006), para quem o pensamento existe em potência de pensar e não

pensar; Foucault, (2012) Deleuze, (1988) e Agamben (2005; 2008) com os argumentos sobre os arquivos, enunciados, conduzindo ao território do testemunho, cuja peculiaridade está na expressão de algo vivido como indizível. Situações de não-aprender foram mapeadas em percursos memoriais, são traçados desprendidos de uma clínica psicopedagógica, operada com dispositivos do Psicodrama em Psicopedagogia (Fernández, 2001), cujo testemunho se efetiva através de escritas. Mapear, analisar arquivos e enunciados, testemunhar são ações díspares que, em termos metodológicos poderiam estar sintonizadas com o acompanhamento de processos e com condições de possibilidade de certos acontecimentos. Para esta pesquisa, em curso, se cria uma proposta híbrida entre cartografia, arqueogenealogia e testemunho, dos quais assinalamos, no momento: as operações rizomáticas da cartografia, com (des)dobramentos e conexões em qualquer ponto (Deleuze & Guattari, 2011) e ações não prescritivas com as "pistas" encontradas, visando traçar um "plano de experiência, acompanhando os efeitos do próprio percurso da investigação." (Passos, Kastrup, & Escóssia, 2010, pp. 17-25); busca em fragmentos clínicos nos quais as condições de possibilidade apontam enunciados "como acontecimentos e coisas", (Foucault. 8a. Edição, 2012, p. 158) cuja matéria extrínseca e residual, presta-se à análise de formações de relações, lugares e instâncias, em contato com forças e singularidades, dispensando relações causais, essenciais e metafísicas; testemunhar como ação que pode fundar "a língua como o que resta, o que sobrevive em ato à possibilidade – ou à impossibilidade – de falar." (Agamben, 2008, pp. 160-161). No momento, pode-se dizer que um testemunho tem como dilema o indizível, seu tempo de experiência, aquém da linguagem, além do arquivo. Falar sobre o aprender, através e com, experiências de não-aprender, é tomar o aprender de um tempo do indizível - tempo antes que não é antes no sentido cronológico, mas no sentido da intemporalidade do acontecimento. Há algo de inenarrável nos pedidos dos adultos, demandantes de atenção psicopedagógica, e o inenarrável convém com dramas infames, onde pode se alojar o trauma e o não-aprender. O contato com um limiar (vida-morte no aprender) não produz conhecimento, e, sim, signos, afecta pelo impacto; joga com paradoxos (conhecer-desconhecer, ver-não-ver). A experiência de não-aprender reencena um viver-sobreviver de algo perdido, cuja repetição explicita desencontro, mas também diz do encontro, enquanto potência. Na Clínica do Aprender, o testemunho está agregado a esses entremeios, em contato com um limiar que alude a potência de ser dito.

Um começo pequeno e outro grande – lançar-se na ação: um procedimento entre queda e criação

Andrea Fricke Duarte, Janaina Bechler, Edson Luiz André de Sousa, Camila Backes dos Santos

O pensamento pode começar com uma fratura. O que é pensar? Como é uma ideia? Há de início, de início de partida, um desejo de saber e junto dele, um desconhecimento do mundo, um desacerto permanente. Algumas perguntas se repetem: o que é, como é, onde é? Porque é? E entre o desejo e certo obscuro que percorre o não sabido, alguns gestos que se repetem numa busca. Um gesto ou uma repetição deles podem contar alguma história? Este trabalho tem por objetivo investigar o próprio ato de pensar, colocar em dúvida esta certeza que precede esta escrita, que chamamos neste momento de um resumo Não temos dúvidas, o pensamento existe, se materializa com frases e afirmações seguidas de continuidade e que aos poucos vão contornando o espaço de uma página em branco e instaurando um sentindo, ou a procura de um que diga do imagino que seja o meu pensamento. Ardiloso, tortuoso, mas percorrer uma ideia não significa estar ciente e munido da certeza de sua existência. Aos pedaços, uma composição de fragmentos que insistem em fragmentar. Ou mesmo sua inversão: o pensamento pode ser um ato de corte, a imposição de uma descontinuidade no tempo e no espaço. Partir do fragmentário significa instituir algo que está separado, e que por diversas partículas pode se constituir como uma pluralidade. Maurice Blanchot refere-se ao fragmentário como uma forma tal que marca a recusa de um sistema, pontuando ainda como algo que sugere uma forma inacabada e por esta característica mesma, estar ligada a mobilidade da pesquisa, ao pensamento viajante, o de um homem que pensa caminhando e segundo a verdade do caminhar. O fragmento possui ainda uma ideia de despedaçamento, no sentido de "assumir um risco de um pensamento que não garante mais a unidade". Isto nos interessa na busca-invenção de uma forma para esta investigação, onde o lançar-se na ação através de operações de ruptura e corte se apresentam como experiência possível. (BLANCHOT, 2007, 116). Ao mesmo tempo, uma persistente oscilação: um pensamento que duvida de si, que não sabe, mas está à procura. Mais, um pensamento que quer encontrar sua própria gestualidade, ganhar um corpo – densidade e movimento, ocupar um espaço – um pensamento que quer produzir um acontecimento. Como fazer isso? A cada vez o desafio é lançado, e sem garantias, o gesto inicial é sempre o de cair. Despedaçar? Sensação de andar sem chão, de não ter certeza de um local de chegada. Neste ponto o pensamento pode ser uma aventura, e tem um risco, o risco de cair num abismo, porque ao afirmar algo de não saber enfrenta certa precariedade, algo que porta uma insuficiência.

Alguma coisa está faltando, quer se mover, se move. Já de início reconheço algumas ações: caminhar, andar em direção a, cortar em pedações, fraturar, cair. Quero fazer do texto uma passagem, um instante pleno de acontecimento, de algo que o meu texto agora, neste instante não chega apenas pela palavra escrita. A partir de uma dupla noção de negatividade: uma impossibilidade do texto, um desacerto dado e um pensamento da linguagem como a ocupação de um lugar vazio, ou nas palavras de Foucault , como o lugar do não-lugar, será a partir da realização de uma ação que pretendo alavancar o pensamento para fora ou para dentro de uma pausa maior: o que será o ato mesmo de pensar? Como penso um gesto e como gesto um penso? Será investigando a linguagem, a materialidade das palavras e o ato mesmo que a palavra porta ou pode portar, como se a palavra pudesse performativizar, entrar em ação. É neste momento que vejo um norte, que projeto um horizonte de possível. Ali onde há um ainda-não. A ação como aquilo que acontece, que tem duração no tempo, possibilita num mesmo ato o contínuo e o descontínuo. E por essa característica movente, a ação necessariamente incorpora elementos como a relação, a transformação, a impermanência e a temporalidade. Este trabalho terá como objetivo específico investigar a ação como medida de pensamento, como uma possibilidade de experimentação no campo da criação, onde as palavras, o texto, vão ser tomadas como pura materialidade. A escolha pelo GT Corpo, Arte e Clínica: experimentações metodológicas se deu principalmente por certo compartilhamento da noção de escrita como um ato que não representa apenas uma realidade do mundo, mas como um ato de criação , onde é possível amalgamar o sensível e o inteligível a partir de uma "perspectiva híbrida para além e aquém das divisões estabelecidas pelos filósofos do iluminismo entre entendimento (razão pura e/ou consciência), sensação (impressão dos objetos sobre os sentidos), afetos (paixões do corpo) e imaginação (fantasia)." Assim como a escolha pelo eixo temático: Mídia, Arte e Cultura, nos sentimos contemplados pela perspectiva de criação, tanto no âmbito da criação artística como na criação acadêmica, pois em ambas práticas, é sempre um caráter de invenção que se coloca em jogo, e neste gesto, o ato poético que o acompanha é simultaneamente um ato político .

Violências e torturas na época da ditadura civil-militar brasileira: a potência das narrativas

Gabriela Weber Itaquy, Edson Luiz André de Sousa

O período da ditudura civil-militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por um enorme empoderamento do Estado diante os direitos do cidadão, exercendo o poder de vida e morte sobre as pessoas. Buscavam inúmeras formas de dominação da sociedade, incluindo as prisões,

torturas e desaparecimentos dos ditos “comunistas”, “subversivos” e seus familiares. Os porões da ditadura assemelharam com os campos de concentração da 2ª Guerra Mundial, visto que foram aplicadas inúmeras formas de torturas em ambos lugares que visavam o apagamento subjetivo do sujeito. O homem quando vivencia tais situações passa a ser visto somente como espécie, simplesmente como corpo vivente, ficando exposto, conforme Agamben (2002), a vida nua, uma vida biológica desprovida de condições humanas. Sendo esta transformação das pessoas em coisas e objetos, um dos objetivos das práticas de tortura que findam a degradação por meio da dor, humilhação (CHAUÍ, 1987). A violência pode propiciar a capacidade de paralisar as diferentes formas de vida, deixando muitos mudos e estáticos, jogando suas vítimas no ‘completo desamparo’. Assim em muitos momentos, as mesmas não sabem o que dizer, pensar ou imaginar, restando um silêncio inquietante que anuncia a ferocidade do trauma (SOUSA; TESSLER, 2004). Nessa perspectiva busco abordar o tema da violência na época da ditadura civil-militar através do Livro Memórias do Esquecimento de Flávio Tavares correlacionando-o com algumas narrativas dos presos políticos, exilados realizadas nas Assembléias da Comissão Nacional da Verdade (Comissão que finda a apuração de graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 05 de outubro de 1988). Acredito que o trabalho encaixa-se no Eixo teórico: Psicologia social questões teóricas e metodológicas e no GT Corpo, arte, clínica: experimentações metodológicas, pois busca-se uma abordagem metodológica que dá valia a arte, ao lugar poético de forma misturada com a ficção, visando assim, através do compromisso com os direitos humanos e com as políticas sociais, abrir fendas nos discursos para possibilitarmos a escuta das vozes silenciadas. A pesquisa baseia-as na psicanálise enquanto teoria que visa a escuta do sujeito desejante, do inconsciente representado pelos sonhos, atos falhos, estruturado por meio da linguagem, marcado pela castração e pela falta enquanto constituinte do mesmo (GUERRA, 2010). Assim, possibilitando brechas naquilo que fica no campo do não-dito, o inconsciente. Viso trabalhar a psicanálise de forma articulada com a utopia como modo de mostrar uma insatisfação diante o presente e principalmente um desejo de transposição, delimitando um campo de crise (SOUSA, 2007). O pensamento da utopia é um lugar de lugar nenhum, sendo por meio dela que o pensamento poderá ser livre para buscar uma reforma possível na norma (LACAN, 1968-1969). Desse modo, busca-se através da psicanálise de forma atrelada com a perspectiva utópica ter uma visão desamarrada da norma. Possibilitando abrir espaços que marcam o que não quer ser visto em uma sociedade, aquilo que é pouco falado ou lembrado, o não-dito, assunto que permeia as violências de Estado. Dessa forma será feita uma análise da obra de Flávio Tavares,

Memórias do Esquecimento, de forma correlacionada com as relatos realizados na Comissão Nacional da Verdade de pessoas que foram presas, torturadas, exiladas políticas na época da ditadura civil-militar, visando visualizar as narrativas e o devir potente das mesmas. Acredita-se na importância da garantia da possibilidade da enunciação, sendo a potencialização da narrativa vista enquanto processo de singularizarão e empoderamento de voz ao sujeito. Gagnebin (2006), coloca a experiência da narração e auto-narração como uma maneira possível de constituição do sujeito, onde o mesmo possa reconhecer-se como sujeito da narração. Nesse contexto, a testemunha passa a ter um papel importante daquele que consegue ouvir a narração insuportável e não vai embora, aceitando a continuidade da história do outro. Não por culpabilidade ou compaixão, e sim por acreditar que através da tomada reflexiva do passado e da transmissão simbólica assumida devido ao sofrimento, exista a possibilidade de o passado não repetir-se e de ser esboçada uma nova história, uma invenção do presente (GAGNEBIN, 2006). A pesquisa em questão é parte de um projeto de mestrado, e encontra-se em processo de construção. Percebe-se a importância da narrativa enquanto uma forma possível de lidar com a ferocidade da violência sofrida, fornecendo uma força potente para reinvenção do sujeito. Pontuo a relevância do estudo em questão, enquanto modo de abrir brechas nos discursos que permeiam o assunto, trazendo a tona a quantidade de não-ditos que envolvem as violências e torturas praticadas na época da ditadura civil-militar. Dessa forma buscando dar visibilidade a tudo aquilo que não quer ser visto, olhado, lembrado pela sociedade. Nesse sentido, acredita-se nas narrativas e no testemunho enquanto formas de não perpetuação do sofrimento e do apagamento subjetivo das vítimas, possibilitando a tomada de potências diante tais situações.

GT 07. EDUCAÇÃO SUPERIOR, FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: LEITURAS PSICOSSOCIAIS DOS CONFLITOS E IMPASSES CONTEMPORÂNEOS

A dimensão social e o compromisso social na Psicologia: significados construídos por graduandos em Psicologia

Joelma Oliveira da Silva, Paloma Helen Santos Costa

A proposta deste trabalho surge de inquietações e questionamentos no exercício da prática docente em Psicologia, mais especificamente, do componente curricular de Psicologia Social. Sabe-se que nas últimas décadas a Psicologia brasileira vem, progressivamente, sendo convidada a desenvolver-se, no âmbito da ciência e da profissão, de modos mais conectados com a realidade social brasileira e Latino-americana. Nesse sentido, a concepção do “social”

na Psicologia foi ocupando um espaço cada vez mais relevante nos discursos e nas práticas dos psicólogos brasileiros, culminando com os atuais debates sobre o "compromisso social da Psicologia". Tal realidade coloca-nos não apenas a necessidade de pensar e promover práticas mais engajadas com as demandas concretas de nossa população, mas também de repensar o fenômeno psicológico e a sua constituição a partir dos espaços sociais e históricos nos quais os sujeitos se inserem. Ao mesmo tempo, somos convidados a reconhecer os sujeitos, em toda sua complexidade, como agentes construtores de suas realidades sociais. As transformações propostas para a Psicologia impactam, de diferentes formas, as suas disciplinas e reverberam de modo singular sobre a Psicologia Social. Faz isso ao abrir novas frentes de investigação na disciplina, ao propor novas metodologias de investigação e intervenção e, principalmente, ao direcionar interesse dos psicólogos sociais para diferentes abordagens teórico-conceituais que aquelas que povoaram a Psicologia Social de orientação psicológica. Solicita, portanto, redimensionamentos teóricos e práticos. Entretanto, cabe ressaltar que essas novas demandas e exigências apresentadas à Psicologia e à Psicologia Social, de modo mais específico, têm recebido múltiplas interpretações e respostas que variam desde as diferentes concepções de "social" presentes nos discursos e práticas contemporâneas, até o lugar que essas discussões recebem nos cursos de graduação em Psicologia – lugares tantas vezes restritos às disciplinas de Psicologia Social e Social Comunitária. Diante dos novos desafios que se descortinam para a Psicologia brasileira, torna-se fundamental questionar-se sobre a experiência da graduação em psicologia e em que medida a Psicologia Social possibilita a formação de profissionais cujas atuações e teorizações venham romper com a trajetória de uma Psicologia historicamente elitista e que desconsiderava as questões sociais concretas da população, num país atravessado por tantas desigualdades sociais. Buscando contribuir com discussões dessa ordem, o presente trabalho objetivou investigar e discutir os significados construídos por estudantes de psicologia, de uma cidade no interior da Bahia, sobre a concepção de "social" na psicologia e sobre o "compromisso social da psicologia". Nessa tentativa, discute-se a percepção dos estudantes sobre a inclusão/exclusão de reflexões pertinentes à realidade social, econômica e geográfica da região onde as Instituições de ensino nas quais estudam estão inseridas. A referência teórica tomada como base para entendimento dos pontos investigados é a Teoria Histórico Cultural e a Teoria da Subjetividade de González Rey (2004). Portanto, o presente trabalho pretende juntar-se ao Grupo de trabalho sobre "Educação superior, formação em Psicologia e modos de subjetivação: leituras psicossociais dos conflitos e impasses contemporâneos" (GT 7), no eixo temático da Educação. Participaram desta pesquisa dez discentes do curso de Psicologia da

cidade de Feira de Santana, Bahia. Os participantes são graduandos de três instituições particulares e uma pública, em diferentes estágios do curso. Para a coleta dos dados foi utilizado questionário semiestruturado e realizado um grupo focal para aprofundar questões que emergiram nas respostas oferecidas pelos participantes. Os dados foram analisados a partir da análise de conteúdo. Ao final da análise foram obtidos núcleos de significados sobre a dimensão "social" e sobre o "compromisso social da Psicologia". Foi possível identificar duas concepções de "social" – enquanto "contexto/ambiente geográfico" onde os sujeitos se inserem e enquanto "dimensão constituinte da subjetividade". Em alguns dos discursos a dimensão "social" apareceu como estando associada aos contextos de violência, exclusão e vulnerabilidade. O "compromisso social da Psicologia" foi representado nos discursos como estando associado a trabalhos comunitários, à clínica social e às atividades desenvolvidas em centros de referência da assistência social. Este resultado nos conduz à reflexão de que a concepção de compromisso social, para os participantes, estaria mais atrelada à prática do que a possíveis reflexões teórico-conceituais no âmbito das disciplinas. Outro dado interessante que emergiu no discurso dos discentes refere-se à inexistência de articulações entre as demandas/especificidades da região na qual fazem a graduação e o conteúdo discutido nas aulas, em especial nas aulas de Psicologia Social e Psicologia Comunitária. Além disso, alguns discentes significam a experiência junto à disciplina de Psicologia Social como estando à margem daquelas vivenciadas em outras disciplinas que, de acordo com eles, representam a "essência da Psicologia", a saber: as disciplinas relacionadas às teorias e sistemas em Psicologia.

A experiência de relação com o outro de acordo com alunos de graduação em Psicologia e o uso da Internet

Maria Amélia Güllnitz Zampronha

A presente comunicação oral é um relato de pesquisa em que são apresentados os objetivos, hipóteses, método e resultados da dissertação de Mestrado intitulara "A experiência de relação com o outro de alunos de graduação em Psicologia e o uso da Internet". O objeto de estudo da dissertação é a experiência de relacionamento com o outro de alunos de graduação em Psicologia. O objetivo é verificar a relação entre esta experiência e o uso da Internet considerando três aspectos, aqui definidos como categorias de análise: preconceito, racionalidade tecnológica e narcisismo. Já que o objeto de estudo da Psicologia é o indivíduo, considerado em suas relações com a sociedade, espera-se que o psicólogo seja capaz de perceber-se e diferenciar-se dos outros indivíduos, de percebê-los e diferenciá-los entre si e de

refletir criticamente acerca dos contextos social, econômico, cultural e político em que está inserido. O referencial teórico para fundamentar a pesquisa, a construção do instrumento e a análise dos dados é a teoria crítica da sociedade. O método compreende a aplicação de um Questionário de hábitos de uso de Internet e de uma escala Likert, denominada escala de Experiência com o outro (escala E) – ambos instrumentos de coleta de dados desenvolvidos para esta pesquisa – e o tratamento estatístico dos resultados obtidos. A escala E é dividida em três subescalas, de preconceito, de racionalidade tecnológica e de narcisismo, e avalia as atitudes e opiniões dos sujeitos em relação às três categorias de análise, compreendendo que elas podem permear e interferir na experiência com o outro e na experiência de autoconsciência. Um alto escore na escala E indica prejuízo da experiência espontânea. Os sujeitos são 72 alunos do curso de graduação em Psicologia, de uma faculdade privada da cidade de São Paulo. As hipóteses previam: forte correlação entre o uso da Internet e as atitudes expressas na relação com o outro; uso mais relacionado à comunicação e à solução de problemas imediatos que à informação; e que quanto maior esse tipo de uso, maior a pontuação na escala E. Verificou-se que a amostra tende a expressar maiores graus de preconceito e adesão à racionalidade tecnológica e menor grau de narcisismo e que há correlação entre o modo como os sujeitos utilizam a Internet e a expressão dessas três categorias. A principal característica indicada por um escore alto na escala E é a ausência da consciência crítica, que é o que permite que a atuação do psicólogo contribua para o esclarecimento. Acredita-se que uma formação que fortaleça a capacidade de reflexão crítica dos sujeitos, tanto no sentido de autoconsciência quanto de crítica das condições objetivas da sociedade, é de extrema importância.

A formação em psicologia frente ao processo de interiorização e internacionalização da educação superior no Brasil

João Paulo Macedo

Este trabalho vincula-se ao Eixo Temático Educação por entendemos que sua discussão envolve um debate críticos em relação à formação profissional em psicologia, especialmente frente ao processo de interiorização e internacionalização da psicologia. Para tanto, partimos da compreensão que a formação de psicólogos no Brasil tem passado por muitas transformações nas últimas duas décadas. Dentre as principais mudanças, cita-se a aprovação em 2004 das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Graduação em Psicologia, com base na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996. No entanto, para além das transformações em torno dos currículos, chamamos atenção para um novo movimento de

mudanças que atravessa a formação de psicólogos em nosso país na atualidade: trata-se da interiorização e internacionalização dos cursos de Psicologia. Alguns estudos têm debatido sobre as mudanças recentes no perfil da profissão e da formação, especialmente por estarmos passando por um intenso processo de expansão do número de psicólogos, que tem como causa principal a própria expansão do ensino superior. Com um crescimento de mais de 400% no número total de psicólogos nas duas últimas décadas, chegamos ao total de 236.100 registros. Percebe-se, portanto, uma melhor distribuição de profissionais nos diversos estados e regiões do país; e o fortalecimento da profissão nas localidades mais interioranas, alterando a ideia, construída na década de 1980, que a Psicologia era uma profissão tida como essencialmente urbana. O quadro de distribuição da profissão no país é o de 48% dos psicólogos nas cidades do interior, destacando aquelas de médio e pequeno porte, e 32% estão localizados nas capitais. Em relação à formação, a realidade não é muito diferente da atuação. Ao mesmo tempo em que é expressiva a expansão do número de cursos de Psicologia nos grandes centros urbanos e capitais brasileira, também o é nos municípios de médio e pequeno porte. Isso tem requerido transformações importantes na formação do psicólogo brasileiro, pois tem conduzido nossa ciência e profissão para uma realidade diferente daquela tradicionalmente percebida nos grandes centros, especialmente porque nos municípios de menor porte as condições de vida e as relações sociais, simbólicas e culturais, logo, os processos de subjetivação e relações de identidade não são as mesmas do mundo urbano. Objetiva-se com esse estudo refletir sobre o movimento de interiorização e internacionalização dos cursos de Psicologia, com foco nos desafios que esses processos impõem à formação de psicólogos no Brasil. Em relação ao método, recorremos às informações oficiais sobre educação superior e cursos de Psicologia disponibilizados pelo Ministério da Educação, bem como as informações oficiais das IES internacionalizadas que possuem cursos de psicologia no Brasil. Como resultados, identificamos que a formação de psicólogos enfrenta, por um lado, forte processo de interiorização com 324 (63,5%) dos cursos localizados nas cidades do interior e 186 (36,5%) nas capitais. Por outro, três grupos internacionais comandam 17 instituições em oito Estados do país, dos quais 11 possuem cursos de Psicologia. Tal contexto complexifica a formação de psicólogos, pois reposiciona a profissão, desvinculando-a dos grandes centros urbanos, além de exigir que os cursos, inclusive os internacionalizados, passem a considerar em seus currículos a heterogeneidade espacial, social e simbólica, por vezes conflituosa e ambígua, que permeia a realidade brasileira.

A graduação em psicologia: gênese da ética, lógica de mercado e produção de subjetividade

Luciana Loyola Madeira Soares

Problematizaremos a formação acadêmica do psicólogo tomando as relações entre professores e alunos pela pedagogia dialógica de Paulo Freire. Discutiremos como o investimento na relação com o outro repercute no aprendizado de tornar-se psicólogo e de formá-los. Essa compreensão vai além do somatório dos aprendizados teóricos e de ferramentas de cunho operacional e tecnicista para habilitar um estudante a tornar-se psicólogo. Apontamos que a formação universitária em Psicologia não possa ser regulada pelos ditames de um sistema tecnicista e mercadológico, impondo competitividade, isolamento, pressa e eficácia no fluxo de experiências pedagógicas na rede professores/alunos, pois esta perspectiva em educação os afasta da experiência ética e da construção de uma atuação profissional transformadora. Apoiamo-nos na dialogicidade como a fonte do sentido da gênese de ética do sujeito. Num curso de graduação cujo estudo é a produção de subjetividade constatamos que pouco se investe na vivência ética nas relações de sala de aula como produtora de subjetividade. A pedagogia de Freire consiste em educar permitindo ao homem ser sujeito, agindo pela transformação do mundo através de relações de reciprocidade. Freire considera a educação pela perspectiva do encontro dialógico, sendo o processo de ensino e aprendizagem uma prática na qual tanto os alunos quanto o professor estão pessoalmente envolvidos no encontro pela palavra, sendo a vivência da mutualidade o próprio instrumento da aprendizagem e da produção de conhecimento. Sem reconhecimento das diferenças, não há efetivo encontro pela palavra, portanto, não emerge a pluralidade de possibilidades de onde brota o senso de ética. Pensar com Freire é indicado por formarmos profissionais da escuta, da atenção, da compreensão, comprometidos com a transformação e capacitados a contribuir para que outros sujeitos resgatem a condição de pronunciar sua própria palavra. Do contrário, formaremos psicólogos-anestesistas - estudantes que estão sendo formatados em relações reprodutoras das epistemologias e das técnicas instituídas, para futuramente formatar em outras relações de exclusão. Questionamos se na graduação em Psicologia trabalhamos por uma leitura crítica e sensível das relações das quais participamos, ou se a favorecer a perpetuação de uma prática profissional elitizada e elitizante, compondo um sistema educacional tecnicista, para uma prática profissional fundada na lógica consumista do capitalismo. Benjamin (1915, 2007) considerava o ensino acadêmico estando inclinado à profissionalização, preponderando o

aprendizado por imitação em detrimento do incentivo ao espírito crítico. Antevia uma universidade fragmentada e fragmentadora, que se opunha a uma visão integradora do grupo de estudantes e, portanto, da própria sociedade. Bauman (1998) aponta que no processo de subjetivação, a partir do século XVIII, surgiu a divisão entre os que detinham o poder e aqueles sobre os quais incidiam as ações dos primeiros. Os humanos dividiram-se: os que fazem e os que 'são feitos', professores e alunos, os guias e os guiados. Tal divisão constituiu pensadores e instruídos, como professores e mentores morais. Assim ainda é a produção de subjetividade na Academia. Bauman (1998) fala em 'fábrica de ordem' para a noção de cultura nos processos de subjetivação nas instituições, em prol da "coerência e coesão das condições, na esperança de que a unidade das circunstâncias resultasse na uniformidade da conduta dos pupilos." (p.163). Com 'cooperativa de consumidores' (p.168) indica a tendência a reunir sujeitos pelo foco no consumo da cultura. Observamos isso também nas relações na graduação em Psicologia, onde se fala em 'aquisição' de saber como um objeto em um shopping-center e comercialização de produtos de formação profissional. A 'cooperativa de consumidores' associa-se ao 'mercado de trabalho'. Esse paradigma em subjetivação figura no empenho individualizado de adquirir o ofício de psicólogo pelo domínio de ferramentas básicas para o exercício futuro da profissão, indicando afastamento da construção do papel de psicólogo pela formulação intersubjetiva propiciadora do desenvolvimento do coletivo. Professores e alunos têm sua parcela de responsabilidade no investimento em uma formação que pode limitar-se ao mercado consumidor, ou contribuir para uma prática criativa e crítica, pela via da gênese da ética. Esta, por sua característica de provocação reflexiva e valorização da dimensão sensível das relações, pode funcionar como antídoto a lógica de mercado, que não deveria se firmar numa formação voltada para a condição de sujeitos sócio-históricos, dotados de histórias, afetos e sonhos pessoais. A noção de dialogicidade foi mostrada como o viés para a experiência compartilhada de aprender, propiciando a transformação do passivo aluno-espectador, 'consumidor' de conhecimentos e técnicas, em um sujeito com senso crítico e reflexivo, produtor de ética. Na graduação em Psicologia, essa tarefa assume a função de produtora de subjetividade na formação de profissionais que trabalharão com a subjetividade. As vivências no cotidiano educacional indicam o caminho para que cada aluno e professor se interroguem sobre o que querem e precisam desenvolver, sobre o sentido de suas buscas, individual e coletivamente. Defendemos uma prática pedagógica libertadora em que o professores e alunos transformem-se e tornem-se, como profissionais, agentes de transformação.

A precarização do trabalho docente no âmbito da educação superior a visão de proeminentes educadores brasileiros

Jean Carlo Nasgueweitz

Através de um breve resgate do panorama histórico das mudanças na educação superior brasileira, por intermédio da narrativa de educadores que vivenciaram o processo desde a reforma universitária de 68, buscou-se elencar os aspectos positivos e negativos provenientes das mudanças estabelecidas e da crescente mercantilização do ensino no Brasil e no mundo. A natureza da pesquisa é de cunho qualitativo e fora realizada utilizando-se de entrevistas de caráter semiestruturado, com um roteiro pré-estabelecido em temáticas pertinentes, porém com ampla abertura para a narrativa do sujeito e possíveis inferências por parte do pesquisador. O critério de seleção dos sujeitos se levou em conta sua participação e relevância no meio educacional brasileiro desde a reforma universitária de 1968 e, uma vez observado este preceito básico, foram eleitos os seguintes professores: Pedro Guareschi (PUC-RS), Maria Isabel da Cunha (UNISINOS), Bernardete Gatti (FCC), Antônio Joaquim Severino (USP) e Gaudêncio Frigotto (UERJ). Dentre os autores utilizados para embasamento teórico e tratamento e análise dos dados coletados, podemos citar nomes como Marx, Dejours, Lahire, Santos, Nóvoa, Teixeira, Veiga, Mancebo, Lucena, Saviani, Sguissardi. O recorte efetuado para apresentação - precarização do trabalho docente no âmbito da educação superior brasileira – consta entre os principais temas destacados pelos sujeitos de pesquisa, manifestando, de forma relevante, a necessidade da verticalização do debate sobre a evolução dos aspectos relacionados à docência universitária. Com o advento da globalização em alta escala, e a subsequente adaptação de países como o Brasil frente à demanda por competitividade em todos os setores da sociedade, a educação de nível superior foi sendo envolvida, pouco a pouco, por maiores demandas de mercado e o conhecimento, cada vez mais, c começou a ser objeto de barganha, como mercadoria de inestimado valor para a indústria, comércio, instituições públicas e demais órgãos de produção ou controle de capital. O resultado dessa expansão, nem sempre uniforme e regrada, tem refletido, inúmeras vezes, na escassez de condições mínimas de trabalho, não só para os profissionais de áreas da base da cadeia produtiva, mas também para os formadores desses profissionais, o professor. Neste quadro, observa-se uma sobrecarga de exigências mediante um lapso de infraestrutura institucional e até mesmo de formação do profissional docente. A demanda crescente por produtividade e a estrutura universitária ainda em expansão, denotam um sério embate entre competências, infraestrutura, carga horária e resultados, nem

sempre positivo em seu saldo final. A narrativa de expoentes pesquisadores e professores, imersos no meio da educação superior brasileira desde as primeiras reformas universitárias, fornece rico e fidedigno material para análise e conjecturas acadêmicas e posteriores debates sobre tema tão delicado e urgente na comunidade acadêmica e também fora dela. É necessário salientar que, a precarização do trabalho, ocorre também em meios de alta exigência curricular e, portanto, a mescla de teorias tradicionais, como o marxismo, com as novas vertentes da sociologia (neomarxistas e assim por diante) promovem uma leitura pertinente e adequada para tratar de relações de trabalho até mesmo em ofícios vistos como nobres, excelentes por natureza. A conclusão do trabalho nos leva, mais adiante, a uma ampla gama de narrativas, através de exemplos (experiências) e de conceituações diversas, com absoluta riqueza de detalhes. O experiente educador-sujeito de pesquisa, consciente de sua trajetória docente e dos acontecimentos históricos na educação superior brasileira, desenha lúcida e importante reflexão sobre a precarização do trabalho docente e as possibilidades vindouras para tratamento do tema e desenvolvimento do ofício docente nas esferas superiores do ensino brasileiro.

A relação entre formação acadêmica e mercado de trabalho: dificuldades no reconhecimento dos cursos tecnológicos

Rodolfo Ludwig, Victor Manuel Coronel Flores, Sueli Souza dos Santos, Aline Reis Calvo Hernandez, Rael Monteiro Xavier

A pesquisa teve como principais objetivos traçar o perfil sócio demográfico e profissional dos egressos da uergs; avaliar as necessidades e demandas emergentes apresentadas pelos egressos quanto à formação e analisar as dificuldades apresentadas junto ao mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi quantitativa, sendo que o instrumento aplicado à coleta de dados foi um questionário estruturado e fechado contendo 20 (vinte) variáveis acerca do perfil sócio demográfico, qualidade da formação, inserção e aderência ao mercado de trabalho, imagem profissional, importância do curso para região, desenvolvimento regional e formação continuada. Os questionários foram enviados à todos os egressos por meio eletrônico, redes sociais, além da divulgação da pesquisa no site da universidade. A pesquisa foi realizada no período de novembro de 2011 a setembro de 2012 e alcançou 8% do total de egressos da Universidade, ou seja, 231 participantes. Um ponto de destaque, foram as inserções feitas pelos próprios egressos no questionário, pois evidenciaram o interesse dos mesmos em contribuir ainda mais para a pesquisa, tanto que esses relatos, comentários, críticas e desabafos realizados, deram origem a um desdobramento da pesquisa quantitativa, que foi a pesquisa e análise

qualitativa das inserções feitas. Através das respostas obtidas foi organizado um banco de dados no programa Microsoft Office Excel 2010. As análises foram realizadas através de gráficos de percentuais, análises de médias e correlação entre variáveis. A sistematização dos dados aponta 5 eixos de análise: I) Perfil sócio demográfico, II) Formação acadêmica, III) Imagem profissional e mercado de trabalho, IV) Formação x desenvolvimento regional, V) Formação continuada. No presente evento será apresentada a correlação entre formação acadêmica x mercado de trabalho. Verificou-se que segundo os egressos a formação acadêmica está de acordo com as exigências do mercado, entretanto aqueles graduados nos cursos tecnológicos apresentaram dificuldades de inserção no mercado de trabalho, os motivos principais apontados como justificativa para a dificuldade de inserção no mercado, foram a falta de vínculo adequado aos conselhos profissionais, o reconhecimento por parte do mercado como curso de formação superior e não como curso técnico e o desconhecimento das habilitações desses profissionais. De forma geral, a uergs mostrou-se bem diversa em suas características regionais e os dados fornecem informações de extrema relevância para que a universidade possa formular políticas estudantis que sejam realmente efetivas para toda a comunidade acadêmica, com vistas à melhoria da qualidade de ensino e preparação dos egressos para o mercado de trabalho. Na perspectiva do GT: Ed. Superior, Formação em Psicologia e Modos de Subjetivação: Leituras Psicossociais dos Conflitos e Impasses Contemporâneos, o presente trabalho contribui para discussão do papel da universidade na sociedade, assim como, a necessidade do acompanhamento do aluno egresso, visto que o acompanhamento de egressos é uma ferramenta importante de verificação e adequação da universidade com a sociedade e suas demandas. A avaliação da universidade por ex-alunos torna-se um dos elementos fundamentais, tendo em vista que o aluno que passou pela instituição, enfrentou alguns problemas como: não inserção nos conselhos profissionais e falta de reconhecimento do seu curso como sendo superior e não técnico, esses alunos percebem o verdadeiro aporte que seus cursos lhe proporcionou para o desempenho de suas funções e atividades no mundo de trabalho. Entende-se ser o egresso um ponto expressivo de referência para a avaliação do ensino da universidade, já que ele está colocando em prática, profissionalmente, o aprendizado que lhe foi proposto na instituição.

Ações afirmativas em uma universidade federal: pesquisando e intervindo no cotidiano

Grace Vali Freitag Tanikado, Cleci Maraschin

Este trabalho é uma derivação de um projeto de tese desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

e pretende debruçar-se sobre a efetuação da política de ações afirmativas em uma universidade federal. O ensino superior no Brasil passa por um processo de transformação a partir do início dos anos 2000, principalmente em relação à ampliação de vagas, de modificações na forma de acesso e na concessão de financiamento a estudantes. Nas universidades públicas federais, este processo compreendeu uma diversidade de ações e projetos, dentro das quais a instituição de programas de ações afirmativas. A popularmente chamada "política de cotas" teve sua implantação de forma localizada em algumas universidades federais a partir de 2004, com características e regulamentações próprias a cada uma das organizações. A partir de 2012, porém, este processo passa a ter diretrizes unificadas através do decreto 12711/2012, que define a reserva de 50% das vagas para egressos de escola pública, com recortes específicos atrelados a questões étnico-raciais e socioeconômicas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS - iniciou a execução do programa de ações afirmativas em 2008, e passa atualmente pelo processo de adequação à legislação federal. Este estudo pretende acompanhar o processo cotidiano de encontros da universidade e de estudantes neste contexto. Dentre os diversos lugares de passagens em que a questão das ações afirmativas se faz presente, entendemos que a comissão de graduação - COMGRAD - é aquela na qual este encontro é privilegiado, uma vez que essa comissão é, na estrutura da UFRGS, a responsável pela coordenação dos cursos de graduação. A comissão é formada por professores, técnico-administrativos e representação discente. Passa por ela a organização e acompanhamento das questões acadêmicas de cada curso de graduação. O problema de pesquisa se delineia, assim, da seguinte forma: o que acontece no encontro entre estudantes e a universidade, considerando a execução do programa de ações afirmativas, no contexto cotidiano de uma comissão de graduação de um curso da UFRGS. Para fazer o acompanhamento do que acontece na COMGRAD, temos de lançar mão de um delineamento de pesquisa que privilegie a processualidade dos acontecimentos. A pesquisa-intervenção se apresenta, assim, como a opção para este estudo. Tem sua produção inicial a partir do encontro das teorias da Psicologia Crítica com a Análise Institucional e compõe o rol das metodologias participativas, tendo sua aplicação, em grande parte, realizada nas produções da Psicologia Social. Neste estudo, buscaremos os estudos de Katia Aguiar e Marisa Rocha, e Virginia Kastrup para compormos a proposição metodológica. A pesquisa-intervenção ganha contornos próprios a cada operacionalização, seja pelas peculiaridades dos espaços de intervenção em que é utilizada, seja pelas escolhas teóricas que cada pesquisador imprime no percurso de pesquisa. Neste estudo, pretendemos acompanhar reuniões ordinárias dos colegiados que compõe a COMGRAD, atividades com estudantes, professores e técnico-

administrativos, e construir em parceria a estes grupos, abordagens especificas para discussão da temática das ações afirmativas, tais como oficinas e debates. Propomos ainda, percorrer, junto aos componentes da Comissão, situações relacionadas ao tema que possam surgir no período de acompanhamento. Como ferramentas analíticas, adensamos algumas proposições que fazem parte das propostas de pesquisa-intervenção, tais como as oriundas da Análise Institucional (René Lourau): campo de análise, analisadores e análise de implicação. Tais conceitos são importantes para determinar a modulação na qual se pretende realizar este estudo, uma vez que apresenta a pesquisa através do acompanhamento cotidiano das práticas, produzindo conhecimento junto ao campo de intervenção, e expandindo ao campo de análise os elementos para essa produção. A análise de implicação também se apresenta como uma ferramenta fundamental, uma vez que coloca dentro do processo da pesquisa o fato do pesquisador não ser um elemento neutro. Constitui-se no exercício de reconhecer no próprio analista/pesquisador o que diz respeito também a si mesmo naquele campo de análise. Na mesma esteira, o conceito de individuação de Gilbert Simondon compõe esta proposta: segundo o autor, é somente a partir do encontro que se produz o ser. Assim, não há como pensar em processo de pesquisa que não contemple a conformação entre o campo de análise, campo de intervenção e pesquisador. O conhecimento se individua, assim como o pesquisador e o campo de intervenção. A transdução é a operação desta individuação, e se constitui como a resolução de uma questão a partir dos elementos que produzem sua própria tensão, não buscando sua síntese, nem mesmo uma escolha entre eles. Henri Bergson, neste mesmo sentido, aponta para a necessidade de uma nova forma para pensar os problemas filosóficos. Apresenta a intuição como a estratégia que considera não apenas os pontos de parada para análise, mas sua processualidade. O tempo, segundo o autor, é comumente analisado da mesma forma que o espaço, que pode ser mensurado através de pontos específicos. Bergson propõe a simultaneidade dos instantes como modelo analítico, captando assim, a duração e não apenas as paradas. Em um projeto de pesquisa que pretende atuar não apenas em um campo de intervenção específico, mas no campo ampliado de análise, pensar na duração é poder buscar reflexões que não se limitem apenas ao que acontece no recorte temporal em que ele se realiza. É buscar, pois, a atualização de uma construção que se faz num continuum temporal e que porta os movimentos e potências que a constituíram.

As atividades teórico-práticas da Psicologia em contextos comunitários: refletindo sobre os desafios na formação

Félix Miguel Nascimento Guazina, Monise Gomes Serpa, Roberta Fin Motta

O objetivo desse trabalho é refletir sobre os desafios da formação na inserção de atividades teóricos-práticas da Psicologia em contextos comunitários e da saúde em um curso de Psicologia do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Serão analisadas experiências de aula teórico-prática nas disciplinas de Psicologia e Saúde Coletiva, Psicologia Social II, Atenção em Saúde Mental e Psicologia nos Contextos Comunitários, realizadas em comunidades em situação de vulnerabilidade social, ONGs e visitas aos serviços de saúde mental. Nos últimos anos, a Psicologia tem sido convocada a repensar o seu saber-fazer em virtude das demandas surgidas a partir da década de 60 pelos efeitos do modelo socioeconômico como: o êxodo rural, aumento da pobreza nas grandes cidades, insatisfação popular e mobilizações dos movimentos sociais. Nesse mesmo período ocorrem importantes movimentos de luta pelos direitos humanos na sua interface com a saúde que culminam no movimento de Reforma Sanitária e de Reforma Psiquiátrica, onde a Psicologia vai ser convocada a (re)pensar seus lugares e inventar novas práticas de trabalho. As atividades realizadas foram entrevista com moradores, lideranças da comunidade e profissionais de referências que atuam nas ONGs e na saúde que atuam nas Estratégias de Saúde da Família (ESF), assim como usuários e profissionais de um Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e de um Hospital Psiquiátrico. Para as entrevistas com os moradores, lideranças e profissionais das ONGs, da ESF foi utilizado um roteiro semi-estruturado com perguntas abordando questões como: aspectos históricos da comunidade, redes de apoio, relações estabelecidas com as instituições inseridas na comunidade, condições de saúde, entre outras. Foi realizada visita em um Hospital Psiquiátrico e um CAPS Ad (CAPSIII) com a finalidade de conhecer e problematizar o trabalho da Psicologia nesses cenários. Após a visita foi construído um diário de campo a fim de produzir um diálogo entre teoria e prática. Percebeu-se que os/as alunos/as apresentaram dificuldades em se inserir no contexto de pobreza, como medo de assalto, desconforto com a distância do local e por não ter um espaço físico específico para a psicologia nas ESF, por exemplo. Tais fatos apontam que apesar da Psicologia, nos últimos anos, ter ampliado o seu campo de atuação, ainda é um desafio propor atividades focadas em estratégias de ação em contexto de pobreza. Percebeu-se também uma dificuldade dos/as discentes em circular por espaços onde moram e habitam sujeitos em sofrimento psíquico grave. Muitos deles demonstravam reações de medo ou de penalização

sobre esses sujeitos. Diante disso, nos interrogamos de que forma podemos diminuir essa discrepância entre os conhecimentos prévios dos discentes versus a realidade dos locais de trabalho de prática de psicologia em contextos permeados por pobreza, loucura e exclusão? Quais ferramentas didático-pedagógicas podem ser utilizadas para favorecer essa aproximação? Por um lado, vemos a necessidade de aproximar o(a) aluno(a) desse contexto, porém, por outro, existem questões éticas importantes a serem consideradas nessas práticas, já que a população em contexto de exclusão, vulnerabilidade e sofrimento psíquico pode ficar exposta a uma experiência que faça mais sentido para o corpo docente do que para aos discentes e população atendida. Dessa forma, nessa experiência buscamos uma aproximação teórica-vivencial das situações problemas que norteiam as práticas de ensino nas disciplinas voltadas para a atenção psicossocial nos processos de exclusão e de adoecimento psíquico.

As implicações das vivências acadêmicas na evasão/permanência de jovens rurais e não rurais no Ensino Superior

Cláudia Basso, Marilu Diez Lisboa

As demandas no mundo do trabalho dentro da atual conjuntura social e econômica no Brasil tem se refletido na educação, em especial no nível de formação profissional técnica e superior, a qual está em expansão, interiorização e buscado por meio de políticas públicas, tais como PRONATEC, ProUni, SiSu, PAAs, tornar mais acessível o ingresso de jovens e adultos dos diversos contextos, em instituições públicas e privadas. Atualmente 14,6% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, sendo que menos de 2% são jovens oriundos do meio rural. Outro aspecto que vem preocupando a educação superior é a evasão dos estudantes. Diversos estudos realizados no Brasil (Mercuri e Polydoro, 2003; Mercuri e Bridi, 2001; Azzi, Mercuri e Moran, 1996; Mercuri, 1999; Mercuri, Grandin, 2002) tem apontado o impacto que as mudanças psicossociais e vivências acadêmicas provocam no estudante em seu processo de transição, adaptação e permanência ao ensino superior, exigindo do estudante soluções mais ou menos, bem-sucedidas para que haja desenvolvimento pessoal, sucesso acadêmico e satisfação profissional. Nesse sentido, desenvolveu-se uma pesquisa tendo por objetivos analisar o processo de adaptação/ajustamento por meio das vivências acadêmicas dos estudantes universitários em relação aos aspectos pessoal, interpessoal, institucional, estudo e carreira e identificar os fatores que influenciam na permanência e evasão dos estudantes (rurais e não rurais) no ensino superior. Esta pesquisa envolveu a aplicação do Questionário de Vivências Acadêmicas versão reduzida - QVA- r (adap. Villar & Santos, 2005), de um questionário

demográfico e duas questões adicionais referentes aos fatores de evasão e permanência no curso, bem como entrevista semi-estruturada. Os questionários foram aplicados em 126 estudantes universitários rurais e não rurais entre as fases intermediária e final dos cursos de graduação – Agronomia e Engenharia Ambiental da Universidade pública (49,2%) e nos cursos de Tecnologia em Agronegócio e Administração da Universidade privada (50,7%), localizadas na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Já as entrevistas foram realizadas com cinco estudantes dessas universidades, todos do sexo masculino e oriundos do meio rural, com idades entre 22 e 44 anos. Os dados dos questionários foram analisados pelo programa SPSS através dos testes de associação Qui-quadrado e testes t de comparação de médias e as entrevistas foram analisadas por meio da análise de conteúdo. Dos 126 estudantes, 71% do sexo masculino e 29% do sexo feminino, cuja média de idade foi de 23 anos e 57% declarou exercer uma atividade remunerada (32% no meio rural; 38% na cidade e 6% rural/cidade). Declarou ser oriundo do meio rural 56% dos estudantes. Quanto a forma de ingresso dos estudantes na Universidade, 72% foi pelo vestibular (vagas geral), 9% pelo sistema de cotas, 6% bolsas do ProUni, 0, 8% pelo SiSu, 10% por transferência, 3% pelo Peies. Os principais resultados do QVA-r apontaram correlações positivas entre a dimensão carreira e as dimensões institucional e interpessoal; ainda, houve correlação negativa entre as dimensões estudo e pessoal. Na dimensão estudo as mulheres obtiveram os maiores índices de satisfação. Os níveis de satisfação na dimensão pessoal são maiores nos estudantes que moram no meio rural. Os estudantes mostram-se satisfeitos em relação às perspectivas de carreira, as competências de preparação do curso para o exercício profissional, bem como as relações intercolegas mais homogêneas, tornando-os mais autoconfiantes para o desenvolvimento de suas competências. Apesar de alguns estudantes estarem sentindo dificuldades para se organizar com os estudos ou insatisfeitos com seus resultados, não perderam sua autoconfiança e seu otimismo, conseguindo lidar emocionalmente com as mudanças ocorridas ao longo do curso, especialmente os estudantes do meio rural. Quanto as fatores que contribuem para a permanência, os estudantes destacaram majoritariamente às expectativas positivas acerca do seu futuro profissional, o apoio parental, a remuneração para se manter no curso, a identificação e satisfação com a escolha profissional e com o curso. Por outro lado, foram apontados como fatores de evasão a falta de recursos econômicos, de apoio familiar, possível doença própria ou familiar, à desmotivação acerca do futuro profissional, a não identificação com curso/profissão, bem como a falta de infra-estrutura da universidade. Esses resultados também foram apontados pelos estudantes universitários rurais entrevistados. Quanto aos aspectos envolvidos na adaptação/ ajustamento

tanto os resultados dos questionários quanto das entrevistas ficou evidente que o modo como os estudantes universitários (rurais e não rurais) lidam com as vivências psicossociais de mudanças, principalmente no primeiro ano do curso, influenciam sobre sua a permanência ou não, bem como na satisfação e sucesso acadêmico. Concluindo, o impacto que as mudanças psicossociais diante da realidade educacional no ensino superior provocam nos diversos públicos que adentram nesse contexto, por meio dos programas e ações educacionais da esfera pública, precisam ser analisados e conhecidos pelos profissionais, incluindo o psicólogo, para que possam oferecer intervenções que auxiliem os estudantes universitários nos diversos âmbitos da sua vida acadêmica.

Cartografando para coletivizar: desenvolvendo um processo de análise dos discursos e solicitações que aportam em um serviço de psicologia aplicada

Alexandre Bárbara Soares

Este trabalho apresenta o processo de pesquisa-ação dentro do Serviço de Psicologia Aplicada de um curso de psicologia. Nosso estudo parte de uma proposta de estágio em Psicologia Institucional na Universidade Gama Filho, uma das universidades privadas mais antigas e tradicionais da cidade do Rio de Janeiro e a maior da zona norte da cidade. O estágio se propõe a cartografar práticas, discursos e modos existenciais presentes nas demandas contemporâneas que chegam ao Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da UGF, visando produzir análises sobre subjetivações que a produzem no e para o mundo, possibilitando ao estagiário a compreensão das dinâmicas institucionais na sociedade em suas dimensões formais e implícitas. Nesta perspectiva, ancorado no referencial teórico da Esquizoanálise de Gilles Deleuze e Felix Guatarri, o SPA atua como dispositivo, "lugar de assédio às mensagens, catalizador do que até então se achava disperso" (Lobo, 1992), permitindo visibilizar e enunciar diferentes sentidos e forças que compõe as demandas. Tal proposta se encontra alinhada à proposta do GT 7 "Educação Superior, Formação em Psicologia e Modos de Subjetivação: Leituras Psicossociais dos Conflitos e Impasses Contemporâneos", pois traz para o centro da análise as implicações do saber Psi exatamente onde ele é instrumento e objeto das engrenagens de saber-poder: no espaço de formação. Nossa proposta parte da leitura de que o campo Psi tem sido cada vez mais convocado a responder a diferentes subjetivações no mundo contemporâneo. As múltiplas produções de sentido engendradas por polissêmicos mecanismos de enunciação coletivo nos convocam a pensar para além das respostas imediatas à tais demandas, mas no seu campo de produção, nos territórios de tensionamento em que se agenciam e manifestam. A busca pela

psicologia como resposta a diferentes questões pessoais não é um movimento natural e pode apontar para múltiplas produções de subjetividade latentes na sociedade atual. Acreditamos que a escuta em relação as demandas pode nos possibilitar desenrolar os fios dos múltiplos dispositivos que agenciam movimentos e fluxos de subjetivação. As instituições e serviços de saúde mental atendem a distintos perfis da população que buscam atendimento psicoterápico a partir de diferentes territórios, demandas, afetos e perspectivas. Esta busca encontra-se relacionada a queixas diversas, e a articulação entre esta queixa e o caminho que o usuário percorre e o que o motiva a ir de encontro ao atendimento é o objetivo desta pesquisa, que visa produzir análises sobre os territórios do adoecimento e seus tensionamentos. Os objetivos da proposta de estágio, a partir da pesquisa-intervenção, são: a) realizar uma pesquisa intervenção com foco nas demandas do ultimo ano do SPA-UGF, analisando os processos que produzem tais questões na sociedade e no cotidiano; b) Dar visibilidade à tensões e saberes que estão sendo produzidos no cotidiano da cidade e colocá-los em análise a partir do dispositivo pesquisa; c) capacitar os estagiários para processos de pesquisa intervenção; d) planejar e operacionalizar a formação de grupos operativos com públicos diversos a partir dos dados analisados (segunda etapa). Em uma trajetória esquizoanalítica que procura delimitar cartograficamente a superfície de registro em um plano de intervenção de um serviço de psicologia aplicada, esta pesquisa inicia-se a partir da leitura e alinhamento conceitual com mapeamento das fontes pesquisadas, construção de roteiro inicial de entrevista com aplicação individual da mesma, pesquisa em acervo físico e realização de grupo focal com estagiários. Dando visibilidade aos saberes produzidos e colocados em análises, com o intuito de viabilizar um projeto de atendimento para a formação de grupos, com o foco no intervir para conhecer-problematizar para intervir. A metodologia de trabalho utilizada foi a Cartografia, instrumentalizada durante o processo por diferentes dispositivos: leitura de fichas de atendimento, prontuários, entrevistas com estagiários e orientadores e observação participante. O método cartográfico ao qual nos referimos se caracteriza por acompanhamento de processos e implicação nestes e na produção de redes ou conexões. Segundo Passos, Kastrup & Escossia (2009), “a realidade se apresenta como um plano de composição de elementos heterogêneos e de função heterogenética: plano de diferenças e plano de diferir frente ao qual o pensamento é chamado menos a representar do que acompanhar o engendramento daquilo que ele pensa”. (p. 10). Os resultados preliminares, em fase de análise, apontam para uma demanda oriunda principalmente do encaminhamento institucional: crianças e adolescentes encaminhados pelas Escolas do entorno, por diferentes problemas de adequação à rotina institucional e idosos

oriundos de tratamentos fisioterápicos ou médicos, com queixas relacionadas à questões relacionais como solidão ou depressão. O trabalho se encontra em fase de discussão com equipes técnicas em relação à formulação de tais discursos por parte dos usuários do serviço.

Estudo exploratório dos currículos dos cursos de graduação em Psicologia da Grande Porto Alegre

Daniela Fontana Bassanesi, Thiago Pereira da Silva, Carolina Tombini Ponzi, Paula Marques da Silva, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Este estudo se insere no contexto das políticas públicas de ensino superior, tomando como objeto de discussão as estratégias de implementação das ênfases curriculares nos cursos de Psicologia da Grande Porto Alegre. Compõe ações do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). No primeiro semestre de 2012, a Comissão de Graduação do referido curso solicitou, para uma comissão externa, a avaliação de seu novo currículo, tendo em vista a titulação da primeira turma sob sua vigência. Implantada em 2007, a atual versão deste é resultado de um processo de reformulação curricular, que se iniciou em 2004, objetivando atender às disposições da então nova Diretriz Curricular Nacional para o curso. Esta propôs a inserção de ênfases como forma de distinguir e especificar as diversas orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional em Psicologia. As Ênfases são definidas pela articulação entre disciplinas e estágios de uma determinada área de atuação, as quais possibilitariam o aprimoramento das competências essenciais a cada espaço de ação profissional; também é prescrita a possibilidade de escolha entre pelo menos duas ênfases, a serem oferecidas pelo curso. Um dos principais focos da referida comissão de avaliação externa diz respeito à organização das três Ênfases que direcionam os estudantes na fase final dessa formação profissional – Processos Clínicos: Psicanálise e Psicopatologia; Psicologia Social e Políticas Públicas; Desenvolvimento Humano: Avaliação, Prevenção e Intervenção. O processo avaliativo destacou a forte influência que tem, nessa organização, a divisão departamental do Instituto de Psicologia da UFRGS, que enuncia diferentes concepções de psicologia e modos de gestão curricular. Entre os efeitos deste funcionamento está a dificuldade de transversalização entre teorias e formas de intervenção que habilitem os estudantes para futura inserção profissional. Essa avaliação veio ao encontro de debates realizados pelos alunos com o grupo PET Psicologia, em inserções em disciplinas das ênfases no ano de 2011. Impulsionado pelas reflexões suscitadas nessa ocasião, o grupo passou a desenvolver o presente trabalho, visando a averiguar formas outras de compor as Ênfases e

lógicas curriculares, objetivando levantar contribuições para possíveis aprimoramentos de nosso currículo. O espectro de análise deste projeto engloba, além da referida avaliação, um conjunto de questionamentos que atravessam a formação, como a dicotomia teoria-prática e os efeitos da lógica neoliberal nos processos de formação, pensando-a a partir do jogo constituído de uma complexa trama de relações político-econômicas, traduzidas no campo educacional por diretrizes curriculares. O aqui exposto constitui um estudo exploratório da estruturação curricular dos diferentes cursos de Psicologia de Instituições de Ensino Superior (IES) da Grande Porto Alegre; busca analisar como se dão as Ênfases dos currículos, bem como seus focos gerais. Assim, lança a pergunta: como os diferentes currículos articulam e transversalizam (ou não) uma formação profissional de diferentes construções teórico-metodológicas? Trata-se da fase inicial de um projeto de pesquisa desenvolvido pelo grupo PET Psicologia, orientado pela perspectiva de pesquisa-intervenção, que objetiva refletir acerca das múltiplas estratégias e enfoques de formação profissional em Psicologia. De acordo com o mapeamento inicial, circunscreveu-se os currículos de onze IES da Grande Porto Alegre. A partir da grade curricular disponibilizada pelos cursos e ementas das disciplinas, identificaram-se as estratégias curriculares de construção das ênfases oferecidas, bem como associações entre essas ofertas e o perfil profissional que a instituição busca formar. Realizou-se análise do conjunto das disciplinas que os compõem e de suas lógicas de organização, focando inicialmente na estruturação das ênfases; essas foram avaliadas em termos de áreas oferecidas, proposição de estágio obrigatório e conjugação desse com disciplinas obrigatórias e específicas, bem como a carga horária. Fez-se um cruzamento entre os dados obtidos, visando à identificação das diferentes composições curriculares que surgem como resposta à implantação da nova diretriz. Enquanto resultados preliminares, elencou-se elementos relacionados às estratégias de composição das ênfases, como número de ênfases ofertadas e a distribuição de créditos referentes às ênfases junto aos do núcleo básico de disciplinas ou seu isolamento em determinadas etapas do curso. Percebe-se, pela heterogeneidade das estratégias pedagógicas de estruturação das ênfases estudadas, que a Diretriz Curricular Nacional permite diferentes interpretações. Foram identificadas especificidades temáticas em alguns currículos, advindas da perspectiva de cada IES quanto ao direcionamento para determinadas práticas e mercado de trabalho. Além disso, os novos currículos ainda são permeados pela lógica anterior de estruturação – pelas áreas de atuação. Entende-se que essa é uma fase de transição, na qual as ênfases curriculares buscam deslocar o foco de uma lógica de área de intervenção para uma lógica de campo de análise.

Fatores de desenvolvimento da consciência: a mediação social promovida aos atendidos pelo PNAES na UFMS

Ana Lucia Martins de Souza, Inara Barbosa Leao

Partindo dos pressupostos da Teoria Psicológica Sócio-Histórica, desenvolvida por L. S. Vigotski, de orientação Materialista Histórico-Dialética, o presente trabalho investiga o processo de constituição da consciência de acadêmicos beneficiados pelo Programa de Apoio ao Estudante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Este Programa é uma das ações da assistência estudantil da UFMS, estruturada com base na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A Política tem como meta a criação de mecanismos de redução de desigualdades sociais apresentadas por estudantes pobres, que não têm condições econômicas suficientes para prosseguimento da vida acadêmica devido à sua classe de origem, sendo o principal critério para inclusão nas ações de assistência estudantil a renda per capita familiar, que deve ser de até um salário mínimo e meio. Esse trabalho possui relação com o Eixo Temático Educação e com o Grupo de Trabalho Educação superior, formação em Psicologia e modos de subjetivação: leituras psicossociais dos conflitos e impasses contemporâneos, uma vez que trata das transformações pelas quais tem passado o Ensino Superior e suas implicações para o processo de subjetivação desses conteúdos pelos discentes envolvidos. A teoria psicológica sócio-histórica identifica a gênese e natureza social dos processos psicológicos superiores, bem como sua individualização no homem conforme a cultura e o período histórico em que este se insere. Sendo assim, realizamos um estudo sobre Educação, sobre a constituição histórica da universidade no Brasil e sobre os determinantes externos e internos que atuam sobre essa instituição no país. Esse estudo contribuiu para a compreensão do contexto atual do Ensino Superior e o entendimento de que o PNAES faz parte da atual organização política das Universidades assumida pelo Brasil, de cunho neoliberal, que pretende colocar os estudantes pobres no mesmo nível que os provenientes da classe dominante. Dessa forma, o insucesso na formação superior se justifica ao se responsabilizar os estudantes individualmente, e não o Estado, com suas deficiências no desenvolvimento de políticas sociais, educacionais e econômicas efetivas para a população. O objetivo primordial da pesquisa foi analisar se o Programa de Apoio ao Estudante se constitui como fator de desenvolvimento da consciência dos acadêmicos que dele participam. Para tal investigação, utilizamos como procedimentos técnicos a realização de Grupo Focal com os estudantes e, com os dados obtidos, a Análise Gráfica do Discurso. Entendemos que tem grande importância, tanto socialmente quanto para

os estudantes que compõem nosso grupo de análise, a compreensão de como o fato de ingressarem em um programa assistencial na Universidade participa da consciência desses sujeitos. Isso porque reflete aspectos essenciais para pensarmos a configuração atual da universidade brasileira e da participação estudantil em sua constituição. Além disso, verificamos como esses elementos podem ser facilitadores ou dificultadores das ações de transformação de suas vidas e do contexto social. A hipótese investigada é a de que o Programa Apoio ao Estudante não é fator de desenvolvimento da consciência dos acadêmicos participantes, uma vez que a universidade, de modo geral não se constitui com tal objetivo e não é posto que o Programa de Apoio ao Estudante promova tal processo. Isso porque, diante desse processo histórico que vem direcionando à mercantilização do ensino superior, considerado como parte de negociações internacionais para ajustes econômicos, pensamos que esse Programa não se constitui como fator de desenvolvimento de sujeitos conscientes de sua situação na realidade, de sua inserção social. Entretanto, pela análise dos dados obtidos, reconhecemos que o programa apresenta uma grande vantagem, sendo esta o fato de permitir que jovens das classes populares permaneçam na universidade. Portanto devem ser pensadas propostas que demonstrem, aos seus participantes, as possibilidades de transformação social que um curso superior pode oferecer. Constatamos que a Educação deve ser a transmissão de elementos da cultura ao homem, que os utiliza como instrumentos para lidar com a realidade. Logo, um curso superior reflete o nível mais alto dessa transmissão cultural, estando seus conteúdos vinculados, não a meios mínimos de sobrevivência dos indivíduos, mas à possibilidade de transformação de toda a sociedade. A universidade, portanto, deve possibilitar aos seus educandos a capacidade de pensar a realidade e transformá-la, comprometendo-os com um projeto de sociedade melhor.

Formação em psicologia, psicologia social e educação neoliberal: possíveis cooptações em contexto de embate

Felipe Augusto Leques Tonial, Tielly Rosado Maders

O intento desta apresentação é buscar espaços de discussão que nos ajudem a pensar os caminhos da pesquisa e a problematizar o objeto em questão. O principal objetivo deste trabalho é identificar quais são os enunciados que compõem o campo da psicologia social dentro de alguns dos documentos que normatizam a formação em psicologia no Brasil e problematizar seu embate com o discurso neoliberal da educação também presente nesses documentos, suas cooptações e deslocamentos. A relevância desta pesquisa e discussão se dá uma vez que, sendo

a educação superior brasileira parte de uma biopolítica e governamentalidade específica que surge como uma resposta à entrada do neoliberalismo no campo da educação, corremos o risco ver os discursos e as práticas em psicologia social serem cooptados por este campo que ingressou decisivamente a partir da década de 1990 no Brasil. Assim, identificar esses possíveis movimentos é premente numa perspectiva ético-estética-política comprometida com uma formação em psicologia no Brasil posicionada e comprometida com a nossa realidade. Analisamos os discursos e as práticas da formação em psicologia no Brasil como saberes na história que fazem parte de um enfrentamento de forças que acabam por se solidificar em diferentes documentos. Sendo a política de educação uma política de governo, uma arte de governar, que, no nosso caso, está alicerçada nas bases do neoliberalismo, a educação superior no Brasil, e respectivamente a formação em psicologia, teve que se solidificar no ingresso deste modelo econômico na nossa realidade. Tomamos, então, os documentos como "operadores metodológicos", sendo trabalhados segundo a perspectiva de "diagnóstico do presente" de Michel Foucault. O documento é o conjunto dos discursos realmente pronunciados em uma determinada época, os quais continuam a existir através da história. Em segundo lugar, são tomados como um acontecimento que deve ser analisado enquanto um conjunto de práticas discursivas, coextensivas às práticas de poder e subjetivação. Um acontecimento, na perspectiva foucaultiana, é a irrupção de uma singularidade histórica em um determinado contexto. Os documentos são o acúmulo de uma memória social e coletiva, onde o passado permanece. Tomar os documentos como um acontecimento implica ampliar a análise para além dos documentos em si, de forma que seja possível pensar o percurso histórico que o compôs, as diferentes práticas que possibilitaram sua criação, seus usos e os suportes institucionais que o legitimam, além das rupturas ou descontinuidades que operam. Dessa forma, além de identificar os enunciados e práticas presentes nos documentos, cabe ao/a pesquisador/a, a partir de uma análise histórica, investigar as condições que, em determinado momento e contexto, tornaram possíveis tais enunciados e práticas. Então, para tentar mapear os diferentes discursos e embates que compõem o campo da formação em psicologia no Brasil, elejo os seguintes para compor a análise, tanto por se configurarem como alicerces da formação quanto por serem os lugares por excelência que sustentam um ou outro discurso: a Carta de Serra Negra, de 1992, do CFP; Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em psicologia e estabelece. Obviamente, para se conseguir mapear o processo, outros documentos serão usados servindo de contexto ou acessórios as discussões que

compuseram esses primeiros. O interesse final desta pesquisa é dar visibilidade as figurações de psicólogos/as produzidos/as produzidos/as a partir do marco legal. Nesta perspectiva, pensamos os psicólogos/as mais como efeito das formações discursivas presentes nos documentos do que como fundantes dessas. Para isso, cabe entender o que Michel Foucault denomina de "modos de subjetivação". Os modos de subjetivação segundo este autor são, precisamente, as práticas de constituição dos sujeitos. Podemos distinguir dois sentidos à esta expressão: primeiro, vinculando aos processos de objetivação, que são os efeitos que determinadas relações de conhecimento e de poder exercem sobre o sujeito, objetivando-o; e, segundo, que diz respeito a forma como o sujeito exerce um efeito sobre si mesmo, as práticas de si, a relação que o sujeito estabelece consigo mesmo. Para esta pesquisa, apenas as objetivações se constituíram como campo já as práticas dos sujeitos sobre si mesmo não são, pela metodologia apresentada, passiveis de análise. Por fim, salientamos que a intensão desta pesquisa não é produzir algo de definitivo ou verdadeiro sobre a formação em psicologia, mas ajudar com pedaços, relances ou perspectivas, no sentido de produzir algo se seja utilizável, que possa servir de ferramenta a possíveis intervenções e análises.

Histórias de enfrentamento na interiorização: tornar-se psicólogo na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios – AL

Jessica Amanda Morais Rodrigues

Este trabalho tem como objetivo geral investigar como se constitui a identidade do psicólogo em seu processo de implantação do curso de Psicologia na Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, pólo Arapiraca, com o foco nos estudantes provenientes de localidades mais distantes no Estado de Alagoas. Tem ainda seus objetivos específicos de: Compreender, junto aos estudantes, as suas formas de enfrentamento das nuances da construção do saber psicológico; Investigar como tem sido as formas de enfrentamento dos estudantes para o processo de constituição da interiorização da universidade e como lidar com a mesma; Ampliar a visão acerca de como o projeto de interiorização está sendo efetivado para os que dele participa; Analisar quais as dificuldades/contribuições da interiorização no processo de formação dos estudantes. Tendo como eixo central a educação, pois tratará a formação do psicólogo de Palmeira dos Índios, a sua relação teórico-prático, entendendo como tem se dado o a construção do saber em situações como a interiorização. Tal análise será feita com base teórica da Psicologia Sócio-histórica, sob uma perspectiva histórica-dialética, que defende que o sujeito é constituído por seu meio social através da interação social, a teoria tem como

fundamento três categorias de análise que é: Atividade, Consciência e Identidade. Com seu método de análise pautada na Análise do Discurso, a qual também tem a sua base no Materialismo Histórico-Dialético, entendendo que o discurso é socialmente construído, não acreditando num discurso neutro, mas todos carregados de outros discursos e sentidos, a língua não se restringe ao sentido literal, mas no pressuposto mais material, onde tem função de mediação nas relações, as quais, vem carregada de sentido. A função da AD é explicar os sentidos e os mecanismos de estruturação do texto. No material coletado pudemos vê as questões referentes aos enfrentamentos que alguns estudantes que moram distante da cidade da Universidade, o que os mesmos precisam enfrentar para permanecer numa instituição sem condições de acolhimento desse sujeito, com um processo de interiorização, muitas vezes, de inclusão perversa, pois falta o mínimo de estrutura para o suprimento das necessidades básicas como, por exemplo, restaurante universitário, dormitórios, ou até um laboratório para o estudo. De forma prévia, concluímos que a universidade tem sido implantada de modo contraditório e com propostas paradoxais pois, num âmbito de formação do sujeito enquanto ser constituído das relações e de eixo de humanas poderíamos esperar um sistema mais humano e preocupado com o outro.

Licenciatura em Psicologia e Educação para os Direitos Humanos

Carlos César Barros

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e documentos dela derivados têm sido essenciais para direcionar a educação mundial, tanto em relação à ideia de uma educação para todos como no campo da educação especial, passando pela inclusão escolar e chegando à proposta de uma educação para o respeito pelas diferenças e promotora da paz e justiça mundiais. Por outro lado, temas psicológicos essenciais para uma educação para os direitos humanos são considerados menos importantes, o que pode ser percebido no descaso com a Licenciatura em Psicologia não apenas pelas instituições de Ensino Superior, mas também pela sociedade e pelos próprios psicólogos, que muitas vezes não encontram sentido na docência e não se identificam com a possibilidade de lecionar para além dos próprios cursos de formação em Psicologia. O objetivo desta comunicação é apresentar, num primeiro momento, resultados de uma análise documental vinculada à educação para os direitos humanos que destacam temas psicológicos centrais, tais como “reconhecimento”, “respeito à diversidade”, “compreensão comum”, “desenvolvimento da personalidade”, “atitudes”, “relações interpessoais e grupais”. Nesse sentido, chamamos a atenção para uma possível forte relação entre uma educação

psicológica e a educação para os direitos humanos. Num segundo momento, com base em revisão bibliográfica, abordaremos a relação entre psicologia e educação como essencial para uma educação contra a barbárie, aqui com influência de Theodor Adorno, destacando a centralidade de uma formação psicológica que viabilize a autorreflexão do cidadão, que consideramos a grande justificativa para retomarmos a Licenciatura em Psicologia como um dos pilares centrais da prática profissional dos psicólogos. Nesse sentido, consideramos a temática aqui desenvolvida adequada para os objetivos descritos no grupo de trabalho "Educação superior, formação em Psicologia e modos de subjetivação: leituras psicossociais dos conflitos e impasses contemporâneos", pois a Licenciatura é tema relevante para a formação em Psicologia e, também, um tema que envolve modos de subjetivação por meio da educação psicológica dos cidadãos. Nossa orientação teórica é a teoria crítica da sociedade, ou Escola de Frankfurt; mais precisamente, os escritos voltados para a educação de Theodor Adorno e as relações entre "reconhecimento" e Psicologia que vêm sendo elaboradas por Axel Honneth, destacando a fertilidade desta abordagem para a relação entre uma possível "psicologia do reconhecimento" e uma educação voltada para o fundamento primeiro dos direitos humanos segundo o preâmbulo da Declaração: o reconhecimento. A análise dos documentos e dos textos teóricos chama atenção para a centralidade do teor psicológico de uma educação voltada para os direitos humanos, não num sentido psicologista, sendo importante destacar a constituição da subjetividade nas relações de afeto, estima e poder, sem esquecer as contradições que os próprios direitos humanos apresentam em seus desdobramentos históricos e na contemporaneidade. Sendo a Psicologia central para uma educação que transforme algo de significativo em relação ao respeito pelos direitos das pessoas, pela justiça e pela paz, a formação em Psicologia e a formação de professores de Psicologia encontra uma perspectiva que possibilite encontrar um sentido para a Licenciatura e para a própria autorreflexão dos psicólogos em relação à educação como uma de suas funções sociais na promoção dos direitos humanos e do bem-estar.

Monitorar o movimento do pensamento: Trabalho de Monitoria em uma disciplina com estágio de psicologia

Lívia Anicet Zanini, Adriana Marcondes Machado

Em uma disciplina de psicologia, com estágio em instituições educativas, as aulas semanais tratavam de conceitos e pensamentos que pudessem servir como ferramentas para uma intervenção. Para isso, os percursos teóricos e de intervenção dos estagiários procuravam

ampliar o campo de análise, não para que os fenômenos fossem, apenas, compreendidos, mas para que se tivesse clareza da ação que se opera ao compreender um fenômeno. O trabalho de monitoria se constituiu em dois tempos principais: após as aulas, foram feito registros destas (chamados de escritos), em que eram ressaltados aspectos que permitiam uma articulação entre meu próprio percurso de pensamento e os textos lidos na disciplina. Portanto, escritos em que eu registrava e refletia aquilo que havia se dado nas aulas. O segundo momento era de encontro com a professora da disciplina, onde líamos e discutíamos o que os escritos procuravam dizer e o que de fato estavam dizendo. Assim, a questão da forma de escrever era ressaltada: como escrever? Como trazer os conceitos discutidos? Como pensar as cenas e questões que apareciam em aula? Os escritos eram lidos, re-escritos e, frequentemente, revisados mais de uma vez. "...podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político" (Passos e Barros, 2009, p. 151). Constituir estes escritos e corrigi-los foi se tornando a intervenção da e na monitoria: os conceitos-ferramentas que eram tratados no curso tinham como objetivo intervir – como esta forma de pensar intervém numa maneira de escrever? Na medida em que formas de dizer/escrever estão implicadas com a tomada de posição, são também formas de fazer. O que era escrito era problematizado e ampliado em seus efeitos: nos ritmos, nas vírgulas, nas palavras, nas perguntas, nos diálogos... diferentes eram as posições reveladas na sua leitura: "A dissolvência é a experiência de desmontagem do caso, a sua desestabilização geradora de fragmentos intensivos, de partículas de sentido que se liberam, que são extraídas do caso. O caso molar se molecula riza." (Passos e Barros, 2009, p.162). Como efetuar essa molecularização através da escrita? As primeiras aulas procuravam trazer alguns elementos que se queriam problematizar ao longo do curso – como a busca de essências e representações dominantes em nossos pensamentos e relações. E quantas vezes aquilo que estava escrito produzia justamente o que se desejava lutar contra? – "Portanto, produzimos, nas relações que habitamos, aquilo contra o que lutamos" (Machado, 2011, p. 225). Por exemplo, em um escrito a seguinte frase procurava problematizar as perguntas que fazemos em nossas intervenções: "Algumas cenas são visualizadas, como aquelas em que nas relações que estabelecemos pensamos questões e situações em que a falta é colocada no outro, em que a ideia de essência que nos atravessa é despercebida quando fazemos perguntas do tipo: por que você fez dessa forma? É a única maneira? etc. Estas perguntas trazem em si a ideia de que existiria outra

maneira e que esta seria a correta, produzem culpabilização e individualização." Nesta versão colocamos as próprias perguntas produzindo uma única possibilidade, um único significado: elas produziriam "só" culpabilização e individualização? Naturaliza-se algo que é criado em uma relação. Talvez uma dessas perguntas, com outros elementos, produzissem deriva para outras formas de pensar – em uma relação em que se tem intimidade, e com um tom de humor, etc. Como trazer na própria forma de escrever a maneira de fazer que se defende? A segunda frase ficou assim: "Algumas cenas são visualizadas, como aquelas em que nas relações que estabelecemos pensamos questões e situações em que a falta é colocada no outro, em que a ideia de essência que nos atravessa é despercebida quando fazemos perguntas do tipo: por que você fez dessa forma? É a única maneira? etc. Estas perguntas carregam a ideia de que existiria outra maneira, ideias que se constituem em processos de culpabilização e individualização". A palavra escrita tem sido, nesse sentido, grande aliada para refletirmos sobre o que, em nós, permanece julgando o outro e impedindo de agirmos de forma a considerar o campo histórico produtor das situações que vivemos. Tem sido comum em relatórios, artigos, dissertações, teses, escrevermos frases que apontam as falhas das escolas, dos professores, dos psicólogos. (Machado, 2011, p. 277). Os escritos produzidos através da monitoria e a sua própria desmontagem permitiram que fôssemos acompanhando o movimento do pensamento sobre as aulas através da escrita e, com isso, problematizar com a professora o próprio curso.

Novas universidades, velhos desafios de inserção: experiências de jovens estudantes na Universidade Federal do ABC

Laura Satoe Ueno

No presente trabalho, discutimos alguns aspectos da experiência universitária observados nos atendimentos psicológicos a alunos de graduação que buscaram apoio psicossocial na Universidade Federal do ABC, instituição em que estudam. Criada há alguns anos, em consonância com a reforma educacional e a política de expansão de vagas na educação superior, a UFABC está organizada em cursos de bacharelado interdisciplinares, cursos de formação específica e de pós-graduação. Reserva metade das vagas a alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, havendo cotas étnico-raciais dentro dessa parcela. Algumas categorias de experiências se destacaram, sendo recorrentes nos discursos dos estudantes. 1) Angústia por não se sentirem pertencentes ao ambiente universitário, estando expostos a discursos e valores institucionais segregacionistas quanto às suas condições sociais, formações pregressas e/ou etnias. 2) Sentimento de estar em terra estrangeira: estranhamento

das relações no novo ambiente, tidas como extremamente competitivas e liberais, seja no interior dos campi ou nas repúblicas, em contraste com as relações mais solidárias do meio cultural de origem. 3) Dificuldade em conciliar as exigentes demandas acadêmicas com aquelas de trabalho e as familiares, relatos de culpa por não estarem dedicando atenção a outros aspectos da vida como namoro, lazer e vida social. 4) Queixas sobre falta de organização e cuidado na infraestrutura universitária, no que se refere às instalações físicas, mobilidade e sistemas de avaliação, entre outras coisas. 5) Experiências de inadequação ao espaço e de insuficiência no desempenho acadêmico, vividas solitariamente, assumindo-se o ônus pelo fracasso escolar, muito embora estes problemas se reportem a questões mais amplas e dinâmicas, como: ausência de sintonia de parcelas da comunidade acadêmica, no que se refere à realidade dos estudantes e à política de inclusão e democratização de acesso ao ensino e pesquisa; projeto pedagógico em construção e mercado de trabalho restrito, altamente seletivo que produz e descarta excedentes. 6) Entrada na universidade enquanto crise, marcada por desorganizações pessoais e vulnerabilidades emocionais. 7) Por fim, ideais presentes de persistência, sendo que a entrada na universidade representa oportunidade rara no percurso de suas famílias e a trajetória dentro desta é vista como período árduo a ser suportado a fim de se atingir melhor condição social. Estas vivências mencionadas foram compreendidas pela autora a partir das teorias psicodinâmicas, sobretudo com as ideias de D.W. Winnicott. Ao mesmo tempo, o fenômeno em questão, que carrega expressivas determinações sociais, exigiu diálogo com conceitos como o de habitus, de Bourdieu, e com a dialética da exclusão-inclusão, conforme Sawaia. Concluímos que, embora exista a tendência de aproximação da juventude com o pensamento dialético, a formação universitária e os aspectos da vida cotidiana no interior da universidade têm ficado muito reduzidos à face econômica, ao atendimento às exigências do mercado de trabalho permeado por crescentes padronizações contemporâneas. Observamos um processo contraditório em que setores antes excluídos, constituídos por pobres e negros, através das ações afirmativas, ocupam mais espaço numa instituição superior pública. Contudo, tais lugares ainda são instáveis, residuais, já que, desde o ingresso o desfecho da evasão se faz presente, tornando-se fato para muitos, embora tal exclusão fique diluída e adiada no tempo. Com isso, levantamos a necessidade de investigação da efetiva democratização que estaria sendo desencadeada pela ampliação do acesso de classes pobres e etnias historicamente minorizadas em nosso país à educação superior. Nesse sentido, ressaltamos que a Psicologia, como serviço integrante da organização, tende também a ter suas atividades mensuradas sob a ética da produtividade e da eficiência promovido pelo modelo administrativo gerencial incidente nas universidades

púbicas. Tem sido chamada a corresponder tecnicamente, de forma pouco crítica, diante dessas demandas, devendo, no entanto se posicionar de outra forma. Seu foco de angústia e de compromisso social está no combate à dissimulação do embate entre as tendências antagônicas citadas, construindo espaços potenciais de transição favoráveis às transformações pessoais e ao aprimoramento da capacidade de reflexão dos jovens sobre questões emergentes nesse contexto e fase de vida. Já em sua formação, Psicologia e Educação consistem em áreas que devem se dialogar enquanto agentes de mudanças. Conscientes das limitações implícitas dessa investigação, restrita ao período relativamente breve em que a pesquisadora atua na instituição, que possui características peculiares complexas, procuramos contribuir para a discussão acerca dos impactos psicossociais decorrentes da recente transformação e descaracterização do ensino superior, de suas instituições e das novas relações acadêmicas na vivência intersubjetiva dos atores envolvidos e na própria sociedade.

O ingresso de jovens menos privilegiados socioeconomicamente no ensino superior: enfrentando impasses

Marilu Diez Lisboa, Cláudia Basso, Francini Scheid Martins

Este trabalho tem por objetivo refletir e discutir sobre os aspectos e impactos psicossociais concernentes à(s) juventude(s) diante das novas políticas públicas para a educação superior brasileira, fundamentados em teorias da Educação, da Sociologia da Juventude e da Psicologia Social. A busca por ensino de nível superior, concretizada pelo acesso à universidade, faz-se cada vez mais importante no contexto contemporâneo. No Brasil é crescente o contingente de jovens, homens e mulheres, que pretendem uma qualificação pessoal e profissional que lhes garanta uma vida cidadã e que propicie melhores chances quanto ao ingresso e à permanência no mundo do trabalho. No entanto, observa-se que ainda é significativo o número de jovens pertencentes às classes sociais menos favorecidas econômica e socioculturalmente que ingressam no ensino superior, mesmo com a implantação de políticas públicas de educação que possibilitam o acesso dos jovens dessas classes, compostas por minorias étnicas e estudantes oriundos de escolas públicas, entre outros fatores, no ensino superior. Pode-se inferir que esse número crescente de jovens menos favorecidos socioeconomicamente que ingressam no ensino superior, cujo número é pouco expressivo em comparação com os das classes mais favorecidas, invariavelmente não se sustenta por sua necessidade de manutenção econômica que garanta a própria sobrevivência e, em muitos casos, a de suas famílias. Esses jovens sofrem a imposição de ingressarem no mundo do trabalho precocemente, o que gera em muitos casos o abandono

dos estudos. Essa realidade traz à discussão a dualidade do sistema educacional brasileiro, que se constituiu historicamente buscando uma educação para as elites e outra educação destinada às classes trabalhadoras. O ensino superior volta-se para uma formação profissional com base intelectual e direciona às profissões de status enquanto que a formação para ter um ofício, de cunho operacional e braçal se destina às classes trabalhadoras. Um sistema educacional laico e com base em igualdade de direitos não faz parte da realidade brasileira. Nas últimas duas décadas ocorreu uma expansão da educação superior acompanhada, nos últimos anos, pelo incremento da formação de nível técnico. Porém, a implantação de políticas públicas propiciando um maior acesso dos jovens aos ensinos técnico e superior ainda enfrente hiatos. Para contribuir com a discussão sobre essa relação da(s) juventude(s) e o ensino superior, apontamos dois estudos realizados no âmbito de pós-doutorados, realizados pela primeira autora aqui nominada, sendo um na UNESP e o outro na UFSC, concluídos em 2010 e em 2013 respectivamente. A primeira investigação teve como público estudantes de escolas públicas de centro e de periferia de uma sub-região da indústria do calçado da região Sudeste do Brasil. Um de seus objetivos constituiu-se em compreender os sentidos e os significados dos estudos e do trabalho para jovens em idade de ingresso no mundo laboral ou a ele já pertencentes. A segunda pesquisa procurou verificar como os jovens egressos do Curso Pré-vestibular da UFSC percebem as formas atuais de ingresso no ensino superior e quais estratégias estão utilizando com vistas à permanência na universidade. Ambas investigações enfocam a relevância dos estudos para a juventude menos favorecida socioeconomicamente, independentemente de alcançarem ou não o "destino improvável" de ingressar no ensino superior público, via Ações Afirmativas (AA) ou Políticas de Ações Afirmativas (PAA) promovidas pelo governo federal. Para finalizar, pode-se inferir que as desigualdades sociais se configuram como contundentes quando se trata da realidade brasileira, em especial quando se fala em educação de nível superior. Entre as idiossincrasias identificadas enfatiza-se a precarização da educação em todos os níveis, no país. Cabe ainda comentar sobre o tratamento e a divulgação dos programas de acesso e permanência ao ensino superior oferecidos pelo poder público, realizados de forma parcial, quando não são inexistentes, junto às escolas públicas. Ainda, com a implantação das cotas para estudantes negros, pardos, indígenas e de escolas públicas, passa a existir um preconceito que contraria o que é de direito de todo o jovem, o acesso ao ensino superior. Este parece estar introjetado nos discursos da população privilegiada socioeconomicamente, que não aceita dividir as vagas das universidades federais com outras classes sociais, justamente aquelas para as quais a escola pública foi criada. Isto repete a dualidade histórica da educação no Brasil

já referida. Debater os aspectos sociais, educacionais, políticos, econômicos, profissionais e psicológicos que envolvem os jovens das classes socioeconomicamente menos favorecidas no âmbito da formação escolar, com enfoque no nível superior, torna-se primordial no atual contexto brasileiro, incluindo-se aí o papel do psicólogo social.

O Programa de Reorientação da Formação de Profissionais de Saúde (Pró-Saúde): o contexto universitário em análise

Cássia Beatriz Batista

O processo de reforma curricular na formação em saúde em seus movimentos, conflitos e resistências, torna-se um importante analisador da formação em saúde, do ensino superior e do próprio ideário do Sistema Único de Saúde (SUS) e das diretrizes curriculares nacionais. Este estudo é um recorte de uma tese que analisa o programa de reorientação da formação de profissionais de saúde (Pró-Saúde) em uma universidade particular de Minas Gerais. Nesta reflexão, destacamos a percepção de docentes sobre a implantação e desenvolvimento do programa, a integração entre cursos e as condições de participação no projeto na perspectiva da universidade. Ainda que a mudança na formação em saúde, orientada pela integração escola-serviço, seja incentivada com editais ministeriais e seus recursos, há uma sobrecarga de trabalho e um tensionamento na rede de relações entre sujeitos e instituições. Nota-se que a adesão institucional ao programa gera mais trabalho para os profissionais do serviço e para os docentes, tanto na gestão do programa com reuniões, capacitações e articulações institucionais, quanto em atuações interdisciplinares e multiprofissionais. A análise nos remete às tensões macrossociais já conhecidas entre universidade, SUS e mercado profissional e que são intensificadas com a implantação de iniciativas ministeriais de indução de mudanças na formação em saúde.

Participação política e formação em psicologia: ocupando os espaços da universidade

Marcos Ribeiro Mesquita

Na última década, o ensino superior público brasileiro passou por um importante processo de ampliação que se deu fundamentalmente através das políticas de ação afirmativa e por um projeto de interiorização que tem reconfigurado de modo significativo sua geografia e seu público. No entanto, esse processo trouxe consigo uma série de desafios que passam principalmente pela questão da qualidade. Esse trabalho visa analisar, a partir de uma experiência local, a participação de jovens estudantes no movimento de ocupação da reitoria

em 2011 e, do movimento grevista em 2012, na Universidade Federal de Alagoas e que trazia como principal pauta a qualidade em torno da expansão universitária. Este trabalho se associa à perspectiva teórica da psicologia política que discute o campo da participação e das ações coletivas e traz como principal eixo metodológico a observação participante. Deste modo, consideramos, para tanto, a participação em assembléias, reuniões, manifestações e a própria ocupação da reitoria como espaços privilegiados deste trabalho. Além disso, consideramos em nossa análise as conversas informais com os jovens e a produção de manifestos e documentos públicos. A consciência da importância em participar dos processos políticos e associativos da universidade como modo de transformação dela própria pautou a experiência destes jovens que, apesar de não serem contrários à expansão do ensino superior, exigia e exige uma maior qualidade na forma como ela vem se consolidando. As críticas em relação à expansão das universidades são atravessadas, neste caso, também por questões da experiência local; a falta de infra-estrutura, as condições de trabalho e sobrecarga dos professores e de estudo e permanência dos jovens estudantes, a falta de diálogo por parte da gestão no que concerne a questões importantes da universidade ligadas à segurança e a transparência nos gastos públicos, a incoerência entre discurso e prática nos discursos institucionais, a precarização do trabalho que passa pela substituição de técnicos administrativos por estudantes bolsistas foram alguns elementos que configuraram o processo de mobilização da comunidade universitária e dos jovens estudantes em particular. Certamente esses espaços configuram-se como amplificadores da formação destes jovens que ao se inserirem de modo participativo ampliam a capacidade de reflexão crítica da realidade que os cerca. Neste sentido, torna-se importante pensar em alternativas que contemplem os espaços de participação política como elementos constituintes da formação em psicologia. Uma formação que se quer cada vez mais crítica para pensar as questões relacionadas ao curso e à categoria profissional, mas também àquilo que envolve a universidade e a sociedade em geral, não dispensa, mas ao contrário, valoriza o debate e a inserção em grupos políticos de mobilização. Este trabalho pretende, a partir da análise reflexiva de uma experiência, pensar as práticas associativas e políticas tão presentes no espaço universitário – ainda que não tão estimuladas – como elementos importantes da formação em psicologia. Trazer essa reflexão para o momento atual, considerando o cenário de expansão e transformação do ensino superior brasileiro e suas instituições se faz necessário. Na medida em que este trabalho faz esta discussão, tão central em termos da relação entre política e formação, ele se associa às principais questões realçadas por este Grupo de Trabalho.

Perspectivas estudantis sobre os Bacharelados Interdisciplinares na Universidade Federal da Bahia – Investigações preliminares

Samir Perez Mortada

Esta comunicação pretende apresentar, em caráter preliminar, estudo sobre as perspectivas estudantis em relação aos Bacharelados Interdisciplinares, implantados na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a partir do programa de Reestruturação Universitária (REUNI). Foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com militantes contrários à implantação dos Bacharelados Interdisciplinares, e integrantes destes, favoráveis ao projeto. Metodologicamente, serviram como referências para elaboração do roteiro, condução, transcrição, edição e interpretação das entrevistas os trabalhos sobre memória social de Ecléa Bosi – em especial, as obras Memória e sociedade e O tempo vivo da memória. Serviu também de referência o obra clássica de Walter Benjamin O Narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. Procurou-se instaurar condições para que os entrevistados lembrassem mais do que opinassem, realizando o que Bosi denominou trabalho da memória. Entende-se, pela expressão, que lembrar não consiste em expressar conteúdos internos armazenados, à semelhança dos modelos informacionais. Inspirada pelos trabalhos de Henri Bergson e Maurice Halbwachs, a autora reconhece que o trabalho de lembrar é uma espécie de ofício, de construção empreendida pelo narrador. Construção esta que parte dos quadros sociais do presente, e anuncia perspectiva para o futuro. Nessa trilha investigativa, as narrativas dos estudantes, ora convergentes, ora divergentes, apontaram potencialidades, impasses e contradições dos Bacharelados Interdisciplinares, e em especial do REUNI e das políticas governamentais para a educação superior. Destacou-se, sob a perspectiva dos estudantes contrários, as divisões do movimento estudantil contemporâneo, o caráter verticalizado e antidemocrático da implantação dos Bacharelados Interdisciplinares, as contradições na distribuição dos recursos oriundos do programa, as contradições de uma inclusão na Universidade sob moldes entendidos como precários. Sob a perspectiva dos estudantes favoráveis, notou-se o reconhecimento da abertura e da democratização da universidade decorrente dos Bacharelados Interdisciplinares, a identificação dos estudantes com o projeto, o reconhecimento da discriminação destes pelas demais unidades da Universidade, o reconhecimento do caráter pioneiro do projeto e de seu contraste com os chamados cursos de progressão linear. Em comum, os estudantes reconhecem diversas características positivas dos Bacharelados Interdisciplinares, sem negar possíveis contradições inerentes ao novo modelo. Ambos os grupos reconhecem como benéfica a

ampliação de vagas na universidade, acessíveis a grupos antes preteridos no vestibular. Reconhecem também características inovadoras do projeto, como seu caráter interdisciplinar e reflexivo sobre o papel da universidade. Reconhecem, outrossim, os perigos do projeto manter formas de exclusão dos estudantes, agora no interior da universidade, como a seletividade no momento de escolha dos cursos de progressão linear, e a fragilidade dos programas de assistência e permanência estudantil. Trata-se de pesquisa ainda em seus momentos iniciais, cuja apresentação servirá para avaliar e discutir as hipóteses que nortearão seus trabalhos futuros. Esta comunicação situa-se na interface da Psicologia Social com a educação. Mais especificamente, ocupa-se dos impactos psicossociais decorrentes das Políticas Públicas no âmbito do ensino superior, tendo em vista as radicais transformações que o setor vem sofrendo nas últimas décadas. Pretende contribuir, portanto, para a compreensão psicossocial desse fenômeno, ainda pouco compreendido na atualidade, e que envolve um número crescente de jovens estudantes, em contextos institucionais diversificados e ainda pouco compreendidos pela psicologia social.

Produtivismo acadêmico e modos de subjetivação

João Henrique de Sousa Santos

A lógica do produtivismo acadêmico, inserida, sobretudo, nos programas de pós-graduação, a respeito dos moldes de avaliação da quantidade e qualidade da produção acadêmica, bem como a necessidade, por parte dos sujeitos envolvidos nesse campo, de se produzir cada vez mais, tem sido alvo de discussões e problematizações na atualidade. Atualmente vivenciamos uma intensificação da produção acadêmica. O produtivismo surge como um processo de "qualificação" do trabalho acadêmico por meio de instrumentos promovidos pelas agências de avaliação e fomento, bem como os órgãos imediatos dos departamentos, faculdades e universidades. Com isso, este trabalho propõe discutir a categoria produtivismo acadêmico e apontar em que medida essa categoria tem capturado a produção de pesquisadores, promovendo modos de subjetivação. À luz das contribuições teóricas, verifica-se, por meio da análise dos referenciais, alguns estudos que buscam discutir o produtivismo no campo acadêmico aliado à oposição entre qualidade e quantidade; o conhecimento enquanto mercadoria; a avaliação acadêmica; e os dispositivos de ideologia e poder. Trata-se de uma arena que articula aspectos de dominação e controle dos campos de saber. A avaliação, instrumento do produtivismo, coloca em debate o controle da conduta do pesquisador, promovendo modos de subjetivação que incidem sobre esse sujeito. Com o intuito de produzir os dados necessários para a devida

análise, foi utilizada, como método de compreensão das práticas que compuseram a trajetória de pesquisa dos sujeitos entrevistados, a entrevista narrativa. Foram realizadas 6 entrevistas narrativas com estudantes e egressos do curso de pós-graduação stricto sensu, nível mestrado, em psicologia, de uma instituição privada do estado de Minas Gerais. É um trabalho que se situa, portanto, no eixo temático da Educação. Para auxiliar as análises foi utilizado o software de análise de dados qualitativos ATLAS.ti, tomado como uma ferramenta de suporte ao tratamento dos dados. Nele foi possível criar as unidades de análise e categorias. Os resultados mostram uma aproximação da prática da pesquisa com a lógica do produtivismo. Esse campo investigado possibilitou identificar alguns dispositivos, tais como o currículo Lattes e as agências de fomento à pesquisa, como instrumentos de propagação dessa lógica. As produções em forma de artigos e apresentações em seminários, como apareceram, são logo anexadas a esses dispositivos e serve como "alimento" da vida acadêmica. Verifica-se, ainda, que tanto orientandos quanto orientadores são levados a reproduzirem esse modelo, o que em certa medida interfere em suas práticas de pesquisas. A produção é o que conta e não o fator humano. Como isso, chama atenção para uma mudança de posicionamento: do pesquisador àquele que produz, que está inserido não em uma lógica investigativa, mas em uma cultura produtivista. De tal modo, foi um estudo que contribui para a compreensão de uma lógica que tem adentrado os cursos e programas de pós-graduação, gerando novos modos de se fazer pesquisa. Compreende-se que se trata de uma política, mais do que uma prática em si mesma. Envolve uma complexa rede de produção de conhecimento, processos de subjetivação e gestão e avaliação dos cursos e programas (GT 7, 32, 13). Ademais, o produtivismo acadêmico, presente, sobretudo, nos programadas de pós-graduação, promove novas formas de subjetivação. O pesquisador é compelido a produzir. E, tal produção, parece ter efeito tanto no trabalho acadêmico em si, quanto no próprio sujeito.

Reflexões acerca da mercantilização da educação e da autonomia do professor no ensino superior privado

Carlos Eduardo Ramos

Esta reflexão tem como objetivo ampliar algumas discussões geradas a partir de uma pesquisa anterior realizada pelo autor entre 2010 e 2012, na qual foram entrevistados professores acerca de suas condições de trabalho no ensino superior privado. Um elemento marcante da fala dos entrevistados era a ausência da autonomia do professor em diversas esferas de sua atuação profissional. A análise revelou que o conceito de autonomia se manifestou na instabilidade no

emprego, na precarização das condições de trabalho, na submissão à utilização de determinadas tecnologias em sala de aula e, finalmente na relação dos professores com os alunos e com a instituição, marcada pelo caráter mercadológico. Ao final da pesquisa surgiu o seguinte questionamento: como o professor pode educar para a autonomia quando sua própria autonomia é restringida no contexto profissional? A presente reflexão teórica busca responder à pergunta na perspectiva dos autores da Teoria Crítica da Sociedade, tendo como base a obra "Educação e Emancipação", de Theodor Adorno e outros textos de autores como Walter Benjamin, Max Horkheimer e Herbert Marcuse. O método definido para a elaboração da pesquisa foi a leitura preliminar e fichamento de algumas obras desses autores, tais como "Razão e Revolução", "A ideologia da sociedade industrial", "Crítica da violência – Crítica do poder", "Educação e Emancipação", "Teoria de la pseudocultura" "Sobre música popular", "O conceito de esclarecimento" e "Eclipse da Razão"; e, a leitura de artigos e livros sobre educação superior no Brasil. Em seguida iniciou-se o processo de análise dos textos, levantando conceitos e elementos essenciais para a discussão, tendo em vista: esclarecer o conceito de autonomia com base nos autores supracitados; compreender a função atual da educação na sociedade administrada; expor as condições do trabalho docente no ensino superior privado; e por fim, articular os pontos anteriores com as possibilidades de uma educação para a autonomia. Esta reflexão se insere no contexto de expansão do ensino superior no Brasil, marcado também pela aparentemente irrefreável expansão do setor privado. Tal expansão deixa marcas na educação análogas àquelas presentes na racionalidade tecnicista do sistema mercantil. A elaboração do texto final, ainda em andamento, possibilita a apresentação de alguns pontos centrais da reflexão. Percebe-se que a compreensão do conceito de autonomia para os autores remete a outros filósofos, em especial, o conceito de esclarecimento para Kant, que seria a capacidade de servir-se do entendimento sem a necessidade de orientação de outros indivíduos. Este estado só é possível na medida em que o indivíduo apropria-se da cultura e reflete sobre ela, diferenciando-se, assim como há necessidade de distinção entre sujeito e objeto para ser autônomo. A racionalidade técnica do sistema mercantil é característica presente na sociedade administrada, o que garante, de certa forma, características similares à constituição da subjetividade de seus membros. Tais características se apresentam no caso da atuação do professor na forma de coação, limitação da atuação e até assédio moral. Dessa forma, as relações que se estabelecem nas instituições de ensino superior privadas são marcadas pela lógica mercantil. Mais do que isso, são legitimadas pelas instituições, que reproduzem a busca pelo lucro nos moldes do capitalismo tardio. As Faculdades e Universidades privadas são um

microcosmo da barbárie manifesta em todas as esferas da vida social, mas merecem especial atenção nesta reflexão por apresentar a contradição de que, sendo instituições de ensino, deveriam pautar-se minimamente sobre a finalidade da educação – formar o indivíduo para a autonomia – e, no entanto, retiram a autonomia de uma de suas figuras centrais: o professor. Outros sim, parece repousar somente nas instituições de ensino o peso de se apontar para uma desbarbarização da sociedade e de traçar rumos para uma formação emancipatória de seus membros.

GT 08. ESTÉTICA, AFETIVIDADE E POLÍTICA

A arte como instrumento no trabalho em Psicologia Social: relato de uma experiência

Alice Casanova dos Reis

Este relato discute a arte como uma ferramenta na prática em psicologia social, tendo como base a experiência que realizei com um grupo no Conselho Comunitário Fazenda do Rio Tavares. O grupo tinha como principal objetivo o desenvolvimento interpessoal, sendo composto por seis participantes, mulheres na faixa dos 50 anos, que ali procuravam um espaço de trocas aberto pela arte. Meu trabalho se fundamenta nos aportes da psicologia histórico-cultural, especialmente nas teorias de Vigotski e de Bakhtin acerca da arte. Nesta perspectiva, o fazer artístico é fundamentalmente atividade criadora, um modo específico de comunicação social pautado em relações estéticas, modos outros de ver, ouvir, sentir, se expressar e ser que rompem instituídos para fazer irromper o novo, o diferente, o outro. Minha reflexão sobre a experiência nasce sobretudo da observação participante junto ao grupo, facilitando suas vivências artísticas e mediando o diálogo, onde cada pessoa, ao falar da obra produzida, acabava falando de si. Em cada encontro eu propunha alguma atividade artística (desenho, pintura, colagem, dança, modelagem em argila, escrita), planejada para incentivar a expressão e reflexão sobre um aspecto ou tema relativo às próprias questões colocadas pelo grupo. Ao processo de criação artística, seguia-se o momento de compartilhar, quando cada pessoa mostrava seu trabalho às colegas, descrevendo-o e relatando as próprias impressões, sentimentos, lembranças e ideias em torno dele. Nesse processo, destaco a partir de Bakhtin a dimensão autobiográfica das obras criadas, nas quais o sujeito, por um movimento exotópico, apresentava-se de outras formas, por meio de símbolos com os quais, por vezes, (re)definia-se como outro. Analiso então que a obra de arte, forjada como objetivação estética da subjetividade, era como um espelho a refletir e refratar o sujeito que a criou, e que nela poderia se (re)ver em diferentes imagens,

reconhecendo-se multiforme e polissêmico. No continente afetuoso do grupo, o esforço criativo de cada uma, materializado nos trabalhos de arte, era reconhecido e valorizado. Era a vida sendo recriada na arte para que cada pessoa se recriasse como artista da própria vida. E neste devir estético cada colega participava como espectador e co-criador das pequenas transformações gestadas na experiência artística e alquímica do grupo, cuja cumplicidade se fortalecia a cada encontro. Muitos desenhos, poesias, diversas obras, falas, momentos me emocionaram profundamente naquele grupo: era quando eu via brilhar a centelha que alimentava a potência de (re)criação, elevando o sujeito acima do cotidiano e movendo as asas da imaginação, para alçar novos horizontes existenciais. Mas afinal o que concretamente mudou na vida das participantes do grupo? Objetivamente não muita coisa, mas elas mudaram em alguns aspectos, logo sua relação com os outros e com o mundo também se modificou. Entre os resultados alcançados, o trabalho com a arte proporcionou-lhes: ampliação na percepção de si; diminuição da inibição; aumento da capacidade expressiva; elaboração de emoções; aumento da autoconfiança; conexão com os desejos; melhora na autoimagem; desenvolvimento da criatividade; atitude positiva frente à vida. Compreendo que tais mudanças devem-se em parte ao desenvolvimento de um olhar estético, isto é, uma percepção criativa, um modo de relação mediado pela sensibilidade e imaginação, que possibilita ver a realidade por outros ângulos, diversos dos habituais em nosso cotidiano, resultando daí a sua apreensão através de outros sentidos e significações. Neste sentido, o fazer artístico mediou a construção de uma outra visão acerca de si mesmo. À guisa de conclusão, a experiência relatada mostrou uma possibilidade de diálogo entre a arte e o campo prático da psicologia social, onde a atividade criadora foi utilizada em um contexto grupal como um dispositivo à reinvenção de si. Por meio da atividade estética, das mediações realizadas e da produção de sentidos que aí teve lugar, os sujeitos forjaram novas formas de objetivação e subjetivação, (re)criando nas obras artísticas imagens outras de si e da vida, e experimentando com isso novos modos de ver, ser e conviver, que abriam para uma estética da existência. Como cada sujeito irá concretizá-la? Qual o próximo capítulo deste livro que co-escrevemos com os próprios punhos e sem nunca passar a limpo, eterno rascunho dado que ao vivido não se pode dar acabamento? Penso que a arte, assim como a psicologia, não tem a função de dar respostas, tampouco apontar soluções. A arte antes desafia percepções, transgride suposições e mobiliza questões, muitas vezes trazendo inquietações, que conclamam cada um a, por suas próprias ações, responder criativamente ao que a vida dispõe como material, material que espera (não sem resistência) pela sua enformação, sob as mãos dadivosas do autor, a nele imprimir sua marca e seu próprio valor. Na arte exercitamos uma

resposta que não é simples reação, mas ação responsiva: a respondibilidade de que fala Bakthin, atitude necessária nas três esferas da cultura (na ciência, na ética e na estética), para que incorporemos à nossa própria unidade ser a um só tempo autor e personagem na grande história que a cada dia (re)construímos, como passageiros da Vida em viagem.

A economia política na sala de concerto: uma discussão sobre música e relações de poder

Jéssica Raquel Rodeguero Stefanuto, Ari Fernando Maia

No livro escrito em 1977 cujo título pode ser traduzido como Ruído, Jacques Attali defende que existe uma relação entre o modo como são organizadas as produções musicais e os esquemas de poder vigentes em cada momento histórico. De uma forma radical, o autor propõe que existem propósitos políticos na relação entre ruído e silêncio, entre harmonia e dissonância e entre ordem e desordem: a tensão entre a harmonia musical e o ruído dissonante torna audível o confronto entre a miséria alegre e o poder austero. Essa tensão marca o perigo constante de o silêncio calar o ruído, de o poder prevalecer e a rigidez da quaresma silenciar a festividade do carnaval. Tal relação é antiga, remetendo aos primórdios da origem da música no contexto sacrificial e sagrado em que a música organizava-se como canalizadora da violência atribuída à natureza. Mais tarde, ouvida, repetida e vendida, a música anuncia a instalação de uma nova ordem social baseada no espetáculo e na ideologia. É concordando que existe uma relação imanente entre música e política que este trabalho objetiva discutir, na perspectiva da Teoria Crítica da Sociedade, principalmente das reflexões sobre música de Adorno, como a música, em grande medida, se faz arauto da organização político-econômica a ponto de Attali propor a presença da teoria de economia política do século XIX na sala de concerto do século XVIII. A obra de crítica musical de Adorno, que não se distancia dessa concepção trazida por Attali, discute também a possibilidade de realizar a crítica social através da análise estética. Discute-se a consolidação da música como mercadoria a partir da invenção da prensa, já no século XV, quando o capitalismo ainda era insipiente: Attali revela que a música se torna mercadoria quando passa a ser impressa com uma notação padronizada. Se a padronização da notação musical se dá a partir do século X, com a prensa torna-se possível padronizar as partituras, desenvolver formas específicas de harmonia, produzir um material vendável e produzido em grande escala. A princípio, as partituras eram propriedade dos copistas, e nada pertencia ao compositor que, dada a intangibilidade da composição musical, não tinha um produto que testemunhasse seu trabalho. Com a invenção da prensa, a propriedade das partituras passa a ser dos editores: são os editores quem criam um produto comercial e o vendem aos senhores, não

os músicos. É apenas no final do século XVIII que os músicos compositores passam a ter garantia de propriedade sobre a obra composta, quando é reconhecida a imaterialidade da produção musical. A discussão de Adorno sobre a linguagem musical é profícua para compreender a intangibilidade da obra artística. O modo como se dá a organização de sons e como a música é intrinsecamente estruturada não pode ser confundido com uma linguagem discursiva que diz exatamente o que quer dizer. Na música permanecem nuances e nãoditos que, se a princípio dificultaram a vendabilidade da música, posteriormente garantiram um mercado gigantesco que sequestra justamente os nuances que eram contrários à reificação com o fetiche típico das mercadorias na Indústria Cultural. Antes da disposição legal que garantia a propriedade da obra ao compositor, no entanto, as pessoas já pagavam por música, ou seja, já havia compra e venda de signos. Para Attali, o fato de as pessoas passarem a pagar para ouvir música já demonstra a emergência do individualismo burguês e prenuncia a organização social que se consolidaria. A apropriação burguesa do conceito de harmonia e a harmonização dos sons são, engenhosamente, a base teórica e estética de sua ordem necessária. Desse modo, a partir da relação entre estética musical e as organizações do poder, esse trabalho pretende, por fim, indicar como o estudo da estética musical, o ensino de música e a preocupação com a formação cultural, de uma forma ampla, dentro e fora das instituições escolares, estão imbuídos de uma dimensão ético-política, qual seja, a de elucidar os feitiços engendrados na música e que mantém ideologicamente a organização vigente do mundo, levando-nos a acreditar numa harmonia natural através do controle daquilo que escutamos.

A figura revisitada: escultura e psicanálise

Cesar de Barros Bella Junior

No início dos anos 80 tomei contato com o livro do crítico de arte Peter Fuller, Arte e Psicanálise. Neste livro Fuller tenta desenvolver uma questão: como pode uma obra de arte sobreviver às suas origens? (1983, p. 18). Ou, dito de outra forma, porque nos tocam esculturas, pinturas ou, mesmo que feitos em outras épocas da história humana desenhos (vale lembrar o que nos apresenta Herzog no filme Caverna dos Sonhos Esquecidos)? Como o próprio título do livro deixa claro Fuller recorre a psicanálise para dar conta desta indagação. Assim, as idéias deste meu texto tem aí seu ponto de partida. Indagações esparsas da frequentação de exposições, de um aluno de cursos de artes procurando um sentido para a sua produção ou da dos outros artistas. Estas idéias aqui desenvolvidas são parte do meu projeto de doutorado sob orientação do Prof. João Frayze-Pereira, na linha de Psicologia Social de Fenômenos Histórico-Culturais

Específicos do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Neste meu trabalho será feita uma leitura da escultura contemporânea, centrada no trabalho do artista plástico José Resende. Meu ponto de partida, como já dito, é o livro de Fuller, Arte e Psicanálise no qual estão reunidos seminários proferidos pelo autor em 1979 no Goldsmith's College em Londres. Influenciado por Marx, Fuller recorre à Psicanálise para resolver a questão da permanência dos objetos de arte. Ainda hoje, ele se pergunta, como é possível continuarmos a nos admirar com obras que distam séculos da nossa realidade. Tal pergunta se refaz a cada vez que nos encontramos com um trabalho de Arte mesmo sendo ele contemporâneo. Fuller recorre, na leitura que faz das obras ou dos artistas, a diferentes teóricos ou escolas da Psicanálise. Com este procedimento pode-se entender como determinada obra ou artista pede para ser lida, criando uma abertura para a contribuição da Psicanálise. Os trabalhos de Resende questionam os parâmetros que temos para a sua leitura. Eles subvertem, seja pelos materiais, seja por sua construção, o entendimento e a experiência que temos tradicionalmente da escultura. Ficamos sem chão frente a um trabalho que se coloca diretamente no chão, prescindindo de uma base, moldura que delimitava a Arte.

A fotografia na pesquisa-ação integral: um caminho para desnaturalizar as adolescências e reencantar as periferias

Aurino Lima Ferreira, Tatiana Lima Brasil

A sociedade contemporânea tem exigido novos modos de compreender os processos de formação humana, ou seja, questiona-se como os sujeitos tornam-se humanos a partir de uma intencionalidade que visa à humanização em suas várias dimensões. Em especial, desafia-nos a romper as formas de assujeitamento presentes nos modelos que pensam a constituição do sujeito moderno, além de problematizar as possibilidades e desafios de formação do sujeito ético nos espaços escolares (RODRIGUES, 2001). Todavia, as reflexões acerca da formação crítica dos sujeitos periféricos, sistematicamente excluídos e marcados pelos processos de estigmatização (GOFFMAN, 1993), criminalização (WACQUANT, 2001) e psicologização (BOCK, 2007; MALVASI, TRASSI, 2010), permanecem escassas ou a serviço de uma lógica dominante. Neste artigo, apresentamos o trabalho de uma pesquisa-ação integral realizado como parte de uma pesquisa mais ampla iniciada em 2010 com adolescentes moradores da comunidade do Coque, uma das periferias mais estigmatizadas do Recife e com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da região. Mais especificamente, objetivamos

apresentar as etapas de uma experiência de pesquisa-ação integral que fez uso da fotografia no intuito de problematizar as adolescências periféricas. A pesquisa-ação surge como um caminho metodológico de acesso ao mundo-vivido dos participantes, e apóia-se na perspectiva de Barbier (2007) que indica a sua realização a partir de um comprometimento político-social e ético do pesquisador no que diz respeito ao trabalho com o outro. Assim, a pesquisa se construiu no movimento de giros espiralados que como um "[...] método não antecede a experiência, [...] emerge durante a experiência e se apresenta no final, talvez, para uma nova viagem" (MORIN, 2002, p. 20). Esta perspectiva de pesquisa encaixa-se na no GT-3: Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social, quando toma a fotografia como uma técnica de si (FOUCAULT, 2004), na qual "[...] a dimensão artística deve comparecer não para ilustrar o pensamento ou ornamentar a atuação do psicólogo, mas para interpelar tais distinções, para desmontar as compartimentalizações: teoria/prática, academia/militância, política/ciência. Trata-se aqui, enfim, de afirmar uma proposta ético-estético-política para a Psicologia Social (SILVA; CAIAFFO; DA SILVA, 2013). Os três giros da espiral da pesquisa realizada abrem espaço para pensarmos os processos de inclusão do adolescente para além de sua inserção no mercado de trabalho, desafiando-nos a refletir sobre as metas de adaptação presentes nos modelos de educação e psicologia da contemporaneidade. O primeiro giro da espiral buscou estabelecer um diagnóstico sobre a problemática delimitada pelo grupo acerca das adolescências periféricas, sendo problematizadas as visões universalizantes e naturalizantes da adolescência e proposto um reencantamento das periferias a partir da inclusão de uma adolescência crítica e participativa. A segunda etapa da pesquisa-ação deu-se através do uso da fotografia como uma técnica de si (FOUCAULT, 2004; HADOT, 2006) caminho de vivenciar a diversidades e pluralidade das adolescências periféricas. Os adolescentes tiraram um conjunto de fotos que revelavam suas experiências acerca dos diversos adolesceres presentes na comunidade do Coque. Estes olhares foram distribuídos em grandes categorias: olhares das adolescências periféricas, o olhar cotidiano, o olhar brincante, o olhar aprendente, o olhar das amizades e o olhar espiritual. Estas categorias revelam uma adolescência para além dos rótulos e estigmas de risco e vulnerabilidade. O terceiro giro apontou a possibilidade do diálogo entre os participantes e a teoria através do contato com pesquisadores da área. Este momento trouxe a possibilidade de transformação presente neste tipo de trabalho, pois abriu possibilidades de se desdobrarem os potenciais das múltiplas dimensões humanas, em vista da plenitude de sua realização no mundo-da-vida. Assim, em que pesem as dificuldades de sua realização, a meta desta pesquisa-ação integral foi problematizar as tentativas de adequação dos adolescentes

periféricos ao sistema por meio da criação de um "cidadão" e priorização de uma única visão de adolescência normalizada. A pesquisa-ação mostrou-se capaz de ajudar na reconstituição dos sujeitos periféricos através do trabalho grupal, pois questiona as diversas formas de existir, possibilitando a emergência de novas subjetividades e de viver em comunidade, além de favorecer o despontar de jovens líderes comunitários, que passam a ser modelos de identificação, superando os estereótipos de adolescentes de risco, assim como o surgimento de sentimentos de pertencimento grupal e a construção de identidade grupal capaz de oferecer suporte para violência vivida no meio social. A utilização sistemática dos giros da espiral da pesquisa-ação poderia ajudar na promoção da superação das inúmeras divisões que nos marcam ao longo do processo de humanização. Reiteramos que, diferentemente das concepções a respeito dos fins do trabalho com adolescentes, como a tarefa prática de preparar os indivíduos para a vida profissional, a pesquisa-ação integral busca ampliar e resgatar os fundamentos da razão das intervenções psicológicas, a saber: a humanização. Isso implica novos desafios para a Psicologia e para as diversas formas de intervenções sociais que visam à formação humana.

A gramática brechitana do exílio

Márcio Fransen Pereira, Edson Luiz André de Sousa

Este trabalho é fruto do primeiro ano de uma pesquisa de mestrado (Programa de Psicologia Social e Institucional da UFRGS/Laboratório de pesquisa em psicanálise arte e política) sobre o trabalho de Brecht, escolhi como analisador de sua obra uma de suas publicações pouco estudada pelo público brasileiro – o Abc da Guerra (2004). Suponho que o Abc da Guerra seja uma obra-limite de seu trabalho, uma produção que permite a construção de um diálogo entre sua estética e outros campos, como a psicanálise na qual me situo. Para tanto, nesta apresentação, endereçada ao Encontro Nacional da ABRAPSO, o objetivo fundamental é consolidar uma interlocução desta pesquisa com outros trabalhos que se ocupam do eixo "Estética, afetividade e política"; seguirei o seguinte caminho de exposições: primeiramente, optei por trabalhar com uma breve descrição do trabalho de Brecht na perspectiva dos autores George Didi-Huberman e Roland Barthes, os quais desenvolvem análises sobre Brecht que me possibilitam destacá-lo como um artista contemporâneo e, assim, produtor de uma reflexão política pertinente. Em seguida, exporei uma breve descrição do Abc da Guerra que possibilita uma releitura de seu trabalho como uma gramática do exílio, na qual permite uma percepção sobre a arte como princípio de reflexão sobre as questões sociais. A relação com o Grupo de Trabalho "Estética, afetividade e política" e o eixo temático escolhido fundamenta-se a partir

das discussões estéticas sobre a arte e seus enlaces com a Psicologia Social. Seguindo o tom lançado pelo Grupo de Trabalho - de que forma a estética, arte e política podem se entrelaçar na promoção dos direitos humanos? -, este trabalho encontra ancoragem na proposição da arte como potência de reflexão política. Assim, partindo desta irredutível afirmação o trabalho de Brecht caracteriza-se como uma crítica não só a sociedade, mas a própria arte como instituição. Trata-se aqui de discutir a passagem cênica de uma dramaturgia tradicional aristotélica para uma dramaturgia pós-dramática, na qual o sujeito é fragmentado em diferentes funções sem que se deixe de pensar na materialidade de seu gestus social. No teatro brechtiano, "o ator não se metamorfoseia por completo, ou melhor, executa um jogo difícil entre a metamorfose e o distanciamento, jogo que pressupõe a metamorfose". Brecht considera o gestus como "significativo para a sociedade", que "permite tirar conclusões que se apliquem às condições dessa sociedade". Nesse sentido, conforme o define, quando o gesto significa socialmente uma atitude para com o outro, ele se torna um gestus. Ora, como conceber essas fórmulas dentro da estrutura imagem-texto do Abc da Guerra de Brecht? A edição do Abc da Guerra da Ediciones del Caracol, publicada em 2004, é a utilizada na pesquisa. Ela se baseia na edição alemã de Eulenspiegel Verlag, de 1994, que é uma reprodução da primeira de 1955. O "abecedário", que lembra um álbum de fotos, traz fotografias e recortes de revista do dramaturgo ao longo do exílio. Em vez do registro linear, cronológico, o "abecedário" explora a descontinuidade, o anacronismo como estilo de se contar a história; ele é um tipo de documento sobre as vicissitudes da época a partir de suas contradições. Desse modo, pode-se definir o Abc da Guerra como conflito, bem como se fala em relação à essência de qualquer teatro. Mas qual seu alcance enquanto estrutura enuciativa e de reflexão política sobre ainda permance como material desta pesquisa que se encontra atualmente levantando os resultados de uma imersão no trabalho de Brecht. Para concluir esta exposição, retoma-se a proposta de Didi-Huberman. Para o autor, é possível perceber a estética brechtiana como o que traz uma cena, no sentido da dramática, um "fora do campo" através de uma "posição de exílio" enunciativa. Isto é, uma tomada de posição que é de espectador, mas também de leitor em relação à "ação dramática". Aqui, tomar posição quer dizer "se situar duas vezes ao menos, sobre os dois fronts": Trata-se, por exemplo, de afrontar alguma coisa; mas, diante desta coisa, é preciso também contar com tudo isso de que nós nos desviamos, o "fora do campo" que existe atrás de nós, que nós recusamos talvez, mas que, em grande parte, condiciona nosso próprio movimento [nosso movimento mesmo], então nossa posição". O trabalho do dramaturgo alemão tem toda uma estrutura não linear que extrapola as barreiras do sim e do não, acionando formas de trincheira

e de fronteira que fazem, ao mesmo tempo, o movimento de aproximação e afastamento; ou seja, de "aproximação com reserva" e "afastamento com desejo". Desse modo, a estética brechtiana pode ser definida pela "posição de exílio", no sentido de que há uma problematização constante dos lugares a partir dos quais se toma posição.

As relações entre emoção e fantasia na dinâmica de liberdade e servidão das paixões - a experiência (est)ética de Simone-Castor

Daniele Nunes Henrique Silva, Lavínia Lopes Salomão Magiolino

Numa perspectiva histórico-cultural, fundamentada nos trabalhos de Vigotski, a arte, ao ser compreendida como uma "técnica social das emoções", assume um papel de potencializar a transformação e (re)elaboração das experiências vividas. De acordo com esse autor isso acontece, por exemplo, por meio do curto-circuito provocado pela catarse na fruição de uma obra de arte, em que sentimento e fantasia se articulam de diferentes maneiras. Contudo, essas dimensões do psiquismo humano só podem ser entendidas imbricadas às condições sociais específicas. Isso quer dizer, em última análise, que a própria catarse precisa ser entendida como acontecimento histórico-cultural. Nossas paixões e emoções, por exemplo, fazem parte de um sistema complexo em que processos psicológicos são marcados ideologicamente, em função do drama das relações em que o sujeito está imerso. No conflito e na luta entre as diferentes dimensões do psiquismo e funções psicológicas o papel das paixões – do ciúme, da alegria, da tristeza – se (re)reconstitui na dinâmica da personalidade que, por sua vez, se constitui dramaticamente. Sendo assim, as paixões não ocorrem em função de alterações biológicas (per si), mas pelo impacto que a experiência culturalmente forjada causa no sujeito apaixonado. As paixões tristes, que aprisionam e submetem o homem à servidão, podem ser transformadas em paixões alegres que potencializam o homem e o libertam – como aponta Espinosa. Na alegria, então, podemos observar uma dimensão política revolucionária da paixão; ou seja, a de emancipar o homem de sua própria condição existencial, o que implica em experiências de rupturas e transformações subjetivas e sociais. A experiência estética está, assim, profundamente relacionada à dinâmica afetiva e imaginativa que (des)potencializa os sujeitos para ação – seja ela, social, política ou psicossocial. No contexto social e político, a atividade de criação e a experiência estética (catarse e paixão, em um (im)possível paralelismo) constituem um meio de escapar à alienação e de superação de ideologias que se cristalizam. Essas ideias têm nos instigado a desenvolver pesquisas sobre os processos criativos e as diferentes dimensões que os compõem, discutindo e elaborando sobre as noções de paixão e

emoção e suas intrincadas relações com a imaginação na filosofia de Espinosa e na psicologia de Vigotski. Neste trabalho, procuramos problematizar essas relações e nos debruçamos sobre a obra, recém-produzida de Irène Frain (de 2012) que retrata a relação amorosa entre Simone de Beauvoir e Nelson Algren e as transformações profundas dessa relação na vida da escritora. Enfocamos também as narrativas que se explicitam nas cartas trocadas e que dão visibilidade a desdobramentos subjetivos (de Castor para Simone) e sociais (como, por exemplo, a publicação de sua principal obra: O Segundo Sexo, de 1949). Indagamos, assim, acerca dos modos de vivenciar, expressar e significar os afetos e suas (im)possibilidades de transformação em potência de vida e ação na experiência vivida por Simone que se dá conhecer em suas narrativas. Explorar as relações em questão abrem a possibilidade de uma compreensão mais ampla dos processos afetivos e criativos em uma dimensão, ao mesmo tempo, subjetiva e social; e da experiência ética e estética que potencializam o sujeito e o levam à ação e à transformação social.

Circuitos pela cidade: relação de autoria e audiência na composição da pichação

Rodrigo de Oliveira Machado, Adolfo Pizzinato, Cristiano Hamann

Certeau nos fala que a cidade ao ser instaurada como conceito pelo discurso utópico e urbanístico se define por três operações: a organização racional do espaço, que tem por objetivo impedir todas as poluições que a comprometam, sejam elas de ordem física, mental ou política; o estabelecimento de um sistema sincrônico, onde deve prevalecer um não-tempo com vistas a romper com as possíveis tradições de administração do tempo no cotidiano aprendido na história dos indivíduos; e por fim se preconiza a criação de um sujeito universal e anônimo transmutado na própria cidade. Estas três dimensões determinam que neste lugar organizado, movido por especulações e classificações, ocorre a gestão daquilo que a beneficia, ao mesmo tempo em que lhe constitui como tal, e a eliminação dos "detritos", as anormalidades, que não corroboram com o seu empreendimento ao lucro. Embora a cidade engendre as formas, e o poder "se urbanize", existem movimentos que escapam ao olhar panoptíco e constroem outras possibilidades dentro do circuito da cidade. Entre os exemplos desses novos circuitos está a pichação, a qual é realizada por pessoas/grupos que estabelecem novas inscrições ao cenário urbano. O projeto apresentado para este grupo de trabalho se dá neste encontro entre a cidade e o homem que dela se apropria para comunicar e ao fazê-lo arranha o status quo que auxilia a protocolar. Buscamos compreender o fenômeno para além do discurso jurídico-punitivo presente na sociedade e detivemos o foco no ato de comunicação presente ao pichar. Assim,

visamos compreender esse fenômeno pelo viés do dialogo urbano que ele compõe, tendo como premissa a relação da posição de autoria/audiência inerentes a cada pichador. A visão dialógica que permeia a construção subjetiva do ser humano, como também o processo comunicacional, está embasado nos aportes teóricos originados do critico literário Bakhtin que nos trouxe a concepção de polifonia, compreendida como a multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis que constituem cada sujeito, e pela posterior teorização de Hermans sobre as posições identitárias polifônicas e dialógicas. Bakhtin também ressalta o caráter ideológico presente em todas as palavras, esta relação entre ideologia e palavra pode ser mais bem compreendida a partir da afirmativa "a palavra é o fenômeno ideológico por excelência", na qual reside o postulado de que não importa o campo ideológico de que a premissa advém, pois esta necessariamente passará pela instância semiótica para existir e se relacionar com o social (Bakhtin, 2010, p. 36). Desta forma, todas as palavras, sejam assinaturas em paredes ou frases com ênfase política, detém ideologias que impregnam a sua existência. Contendo este olhar sobre o fenômeno, a composição do método de pesquisa, devido também às próprias características ilícitas da pichação, utilizou de uma perspectiva etnográfica que acompanhou alguns encontros com os pichadores, além de entrevista semi-estruturada com os mesmos. O método utilizado com a população foi também a entrevista semi-estruturada e com o auxílio visual de fotos de pichação. No decorrer da pesquisa foram entrevistados 6 pichadores e 12 pessoas da população geral. Posterior a coleta e transcrição dos dados, estes, foram analisados na perspectiva da análise do discurso crítica (ADC) que nos auxilia a compreender as legitimações de ideologias, valores e saberes (Rojo, 2004). Os resultados demonstraram que os pichadores ao assumirem a posição de autor das pichações pretendem comunicar através delas o seu descontentamento com o status quo da sociedade, referindo-se principalmente as desigualdades de renda. Ao mesmo tempo declaram que visam se promover através da pichação e que o picho traz popularidade tanto junto ao endogrupo como pelo restante da sociedade. Outro pichador cita que tenta trazer elementos que ele considera em falta na sociedade e por isto picha somente a palavra "amor". Os sentidos dados ao discurso, no âmbito de autor da pichação, são atravessados também pela compreensão de que convivem em uma sociedade alternativa e tal posicionamento, em "duas sociedades", converge que dediquem parte do significado da autoria para o endogrupo, referente a altura e dificuldade de acesso do local pichado, e para o exogrupo com as palavras e significados que utilizam no picho. Quanto aos pichadores, no que se refere a figura de audiência, se verificou que estes encontraram dificuldades de assumir a posição, mas aqueles que conseguiram trouxeram como conteúdo

principal a incompreensão por parte da população dos motivos que o levaram a realizar a pichação. Com base no material analisado é possível concluir que os discursos que sustentam o ato de pichar, e estão em conjunto com a proposta de comunicar dos pichadores, são de ordem de modificação social, mesmo que não estejam organizados de forma unificada por eles. Além disto, se notabiliza que estes buscam pautar os seus nomes e de seus bondes junto ao cenário da cidade de Porto Alegre com vistas de ascensão junto à "sociedade alternativa" que compõem.

Espiritualidades e Psicologia: apontamentos de uma compreensão de suas ressonâncias psicossociais

Jon Anderson Machado Cavalcante, Lorena Brito da Silva

Esse trabalho visa apontar elementos representativos da espiritualidade na contemporaneidade, bem como sua constituição e desdobramentos psicossociais nos diversos espaços e tempos da existência. Centra-se nos debates acerca do caráter política da produção estética inerente aos movimentos de vivência e de significação da espiritualidade em distintos cenários de atuação da psicologia quando emerge enquanto expressão afetiva do poder, das identidades e das atividades concernentes aos processo pessoais e coletivos. Em específico, surge das experiências profissionais dos autores em contextos urbanos e rurais, em práticas de cuidado em Saúde da Família e em intervenções em Psicologia Social e Comunitária junto a movimentos populares no Ceará e na Bahia. Além disso, envolve os achados parciais da pesquisa de doutorado em Educação acerca da inscrição da espiritualidade nas relações intergeracionais, de jovens e de idosos, do povo indígena Tremembé no Ceará. Esta comunicação objetiva apontar nuances epistemológicas, e configurações histórico-culturais dessa temática nos cenários de atuação da Psicologia marcados pela interface da Saúde e da Educação. "Espiritualidade", neste trabalho, deve ser diferenciada do termo "religião", pois ambas possuem significados distintos. De acordo com Batista, a espiritualidade seria uma dimensão do ser humano, independente de suas experiências e opções religiosas. Já a religião envolve caminhos institucionais compostos de crenças e rituais específicos que traduzem uma profissão de fé em uma dada doutrina que funciona como um interprete da existência e de ligação com o sagrado. Nos dizeres de Leonardo Boff, ela se refere à transcendência, no sentido de uma vinculação às nossas mudanças, o nosso vir-a-ser, com os mistérios e as esperanças que acompanham esse processo. De outro modo, esse autor aponta que a espiritualidade relaciona-se a uma integração maior entre os seres humanos, e entre eles e a natureza. É pois, uma dimensão ecológica e política que nos situa com as demais existências, destronando nosso antropocentrismo. Assim, as religiões emergiram da

espiritualidade como caminhos sociais de seu exercício e vivência, mas não a englobam, o que mantêm sua distinção. Soma-se a isso o posicionamento no qual a espiritualidade não representa um obstáculo para o saber, o conhecimento. Pelo contrário, a partir de uma visão holística e da teoria da complexidade de Edgar Morin, a multidimensionalidade da vida e do conhecimento, exige a articulação das dimensões negligenciadas em cada época e/ou sociedade.Entre as diversas conceituações para 'espiritualidade', há em comum a noção de uma dimensão humana anteriormente negada ou restringida pela colonialidade do saber e do poder na modernidade. A espiritualidade estaria associada à busca por singularização dos sujeitos diante das estruturas religiosas, às produções de sentido sobre o sagrado e o devir, campo de experimentação de uma religiosidade não apenas mediada pelas crenças e ritos instituídos. Revela-se também nas mutações culturais e ideológicas na contemporaneidade diante das crises das instituições frente às novas tecnologias e suas implicações nas relações de poder, de gênero, geracionais e étnicas. A espiritualidade transversaliza assim, as sociabilidades dos tecidos familiares e territoriais, tensionando relações intergeracionais e hierarquias locais e evidenciando os desafios ético-políticos da interculturalidade dos modos de subjetivação. Faz-se importante compreender a inscrição psicossocial da espiritualidade nos diferentes contextos histórico-culturais de atuação profissional, superando perspectivas restritamente patológicas e psicologizantes. Reconhecendo sua presença no processo de saúde-doença, nos valores e princípios das práticas de ensino e de aprendizagem e na influencia na constituição das práticas de cuidado, nas estratégias de resiliência, nas políticas da afetividade, nos modos de significação cotidianos, nas formas de alienação e de intolerância, e enfim, nas atitudes frente à alteridade.

Juventude, subjetividade e consumismo na sociedade contemporânea

Joana Dar'k Costa

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção de subjetividades dos jovens em relação ao consumismo na sociedade contemporânea. O estudo foi fundamentado na noção de produção de subjetividades formulada por Félix Guattari; Suely Rolnik; dentre outros autores que discutem como a subjetividade é modelada, fabricada e consumida na sociedade atual. Na formulação guattariana (1993), a subjetividade é entendida como resultante de um entrecruzamento de determinações: econômicas, políticas, sociais, culturais, éticas, tecnológicas de mídias e outras. Nesses termos, Guattari & Rolnik (2008) consideram que a subjetividade é produzida por instâncias individuais, coletivas e institucionais; produção esta que não se manifesta sob a determinação de uma instância dominante ou de relações

hierarquizadas, mas sim numa transversalidade de diversos fatores subjetivadores que a atravessam, como instituições, objetos técnicos, saberes e outros. Participaram do estudo oito adolescentes com idade entre 18 e 20 anos, estudantes do ensino médio numa escola estadual no município de Monteiro-PB. Os dados foram coletados a partir de entrevistas individuais de caráter semi-estruturado com roteiro previamente elaborado. Na análise dos dados, percebemos que no cenário atual os processos de subjetivação dos jovens entrevistados, são atravessados prioritariamente por valores ligados ao consumo, a busca de prazer imediato e instantâneo, relações afetivas passageiras e ao desejo de ter dinheiro e fama. Para a maioria dos entrevistados, a juventude é sinônimo de "curtição" (beber, dançar, ficar com alguém sem criar vínculos, comprar, malhar para esculpir o corpo, ouvir músicas e jogar bola). A proposta é usufruir apenas da experiência do prazer de curtir a vida e de fugir de qualquer sofrimento e dor. Em todas as entrevistas percebemos uma preocupação em aproveitar o máximo de tempo para diversão. Em termos de perspectivas futuras, a maioria pensa em realizar-se profissionalmente e ganhar dinheiro. Embora todas tenham colocado a realização profissional como um dos grandes planos para o futuro, apenas dois entrevistados mencionaram o desejo de fazer uma faculdade e ter um curso superior. Podemos pensar que o fato de querer ganhar fama e dinheiro está associado a vontade de criar atalhos, formas mais fáceis de vencer sem deixar de lado a "curtição". Dois estudantes mencionaram o sonho de tornar-se um grande jogador de futebol. Tendo como referencia jogadores bem sucedidos, eles sonham em ganhar muito dinheiro e poderem comprar o que desejam com o mínimo possível de responsabilidade. Podemos dizer que os territórios subjetivos dos jovens estão atravessados por valores que passam prioritariamente pelo consumo, aquisição de objetos com possibilidades de descartá-los de acordo com os novos lançamentos do mundo mercadológico. Os depoimentos sinalizam um desejo de estar permanentemente atento as novas ondas da moda. Analisando esses depoimentos, recorremos ao sociólogo Bauman que ao refletir sobre a sociedade contemporânea chama a atenção para a liquidez dos valores, dos sentimentos, do tempo, da vida e de outros aspectos que compõem os novos territórios de subjetivações. Com base em Bauman, podemos inferir que os jovens entrevistados, vivem mergulhados na era do prazer passageiro, de produtos e bens de consumos descartáveis, dos crescentes e sedutores desejos de possuir, de ter, de comprar objetos com tempo de validade limitada. A ordem mercadológica parece ser: "compre e serás feliz. A mídia tem se destacado como um dos dispositivos capazes de produzir e vender fórmulas mágicas de felicidade, impor padrões de consumo e de beleza. Desse modo, as marcas comerciais na cultura do consumo funcionam como dispositivo de produção das

subjetividades padronizadas tentando asfixiar a possibilidade de singularização dos modos de existir dos adolescentes. Portanto, os dispositivos políticos, econômicos, midiáticos e culturais no mundo capitalista globalizado, atuam na modelização das subjetividades, atravessando o imaginário dos consumidores e interferindo até mesmo nas relações que eles estabelecem com os outros e consigo mesmo.

Música, Psicologia e vida social: sentidos, permanências e transformações através do viver artístico

Andrea Siomara de Siqueira Breches

Fazer pesquisa em Psicologia da Arte é arriscar-se num campo marginal da Psicologia, especialmente da Psicologia brasileira, construída num país de desigualdades e de dimensões territoriais que desvelam necessidades básicas insatisfeitas de grande parcela da população. Diante dos problemas que o país enfrenta, como moradia, distribuição de renda, saúde pública, educação, trabalho, entre muitos outros, o acesso e a participação efetiva nos eventos culturais acabam ficando em segundo plano. No entanto, como defende Sawaia (1996), além da suma importância de trabalhos que priorizem a dimensão política e econômica em um país onde a maioria da população não vivencia os direitos sociais, faz-se necessário destacar trabalhos que contemplem a dimensão ética/estética, pois abrir mão desta dimensão significa "cair na práxis reducionista que considera o povo uma massa disforme, que responde em uníssono aos apelos materiais, atribuindo apenas à burguesia as sutilezas psicológicas" (p.49). Portanto, buscamos na pesquisa contribuir com os estudos da Psicologia Social da Arte, acreditando que "a Psicologia não pode explicar o comportamento humano ignorando a reação estética suscitada pela arte naquele que a frui" (Bezerra em Vigotski, 2001, p.XI), ou encarando com naturalidade os mecanismos de pertencimento e não-pertencimento que promovem ou dificultam a participação em eventos culturais. Acreditamos que ao buscar a construção de um futuro mais justo é pertinente ao psicólogo social o papel de questionar as relações de poder invisíveis que se estabelecem no cotidiano. Neste âmbito, a pesquisa teve por objeto o processo de significação construído acerca do Festival Internacional de Inverno de Campos do Jordão nas vivências sociais de músicos da comunidade local. Sabemos que o festival é um evento artístico e cultural que envolve diferentes instituições e pessoas, e pode ser estudado por diversos ângulos. Em nossa pesquisa, interessou-nos observá-lo a partir de um estudo psicossocial com os seguintes objetivos: 1. Compreender as significações do evento neste público específico; 2. Refletir sobre as relações estabelecidas entre os sujeitos e o Festival. A Psicologia Social da Arte contribui na

compreensão dos meandros da vida social através do olhar e da escuta às vivências que pulsam nas relações dos sujeitos com a arte. Desnaturalizando o conceito de social, compreendido por muitos como simples sociabilidade, a Psicologia favorece a compreensão dessas relações quando toma por objeto o social como um campo problemático que possui uma historicidade e que é forjado a partir de uma configuração específica de práticas que variam de acordo com as características de cada coletividade humana. Campos do Jordão é uma cidade brasileira que apesar de apresentar níveis de riqueza elevados, não é capaz de atingir bons indicadores sociais. É uma cidade de paradoxos: casas, condomínios, hotelaria e comércio de luxo por um lado; casebres, morros e encostas habitadas irregularmente, 80% da população com renda de até 05 salários mínimos de outro. Está entre as cidades brasileiras onde as diferenças sociais são mais claramente perceptíveis. Os resultados apontam para a ausência de relações formais entre os músicos e o Festival uma vez que nenhum deles chegou a participar como músico. Entretanto essa ausência não é vazia. Ao contrário, ela é permeada de significados como tristeza, ressentimento, distanciamento, mas também intercalada de esperança e desejo de participar e se apropriar como sujeito atuante. As reflexões apontam para a necessária mudança de atitudes, de nosso olhar, frente às formas como a arte e a produção artística são organizadas em nosso país para que em breve haja muitos exemplos e trabalhos que contemplem a transformação social através do viver artístico.

O drama do psiquismo: uma análise da relação consciente-inconsciente em Vigotski

Lívia Gomes dos Santos

Dentre as análises e discussões atuais acerca da construção vigotskiana, um tema tem tomado destaque: a análise do psiquismo como drama. Ainda que em obras anteriores seja possível identificar elementos que remetem a este conceito (DELARI JUNIOR, 2011), é somente no Manuscrito de 1929 que Vigotski (1929/2000) o aborda claramente. Para ele,

O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a dinâmica da personalidade é o drama. "Em sonho a esposa traiu (Othello), deve morrer: tragédia. O drama sempre é a luta de tais ligações (dever e sentimento; paixão, etc.). Senão, não pode ser drama, isto é, choque dos sistemas. A psicologia 'humaniza-se'" (1929/2000, p. 35).

Nesta direção, a psicologia deve analisar a personalidade como drama porque (1) o drama envolve o conflito, o choque entre sistemas diferentes – dever e querer, os sistemas do pensamento e da emoção – e (2) porque o sentimento e o pensamento estão na pessoa e por isso não pode ser considerado apenas em seu aspecto abstrato Como num drama, ainda que alguns

elementos estejam sempre presentes, a forma como eles se apresentam num texto [ou numa encenação] específica é distinta das outras. Ainda que Hamlet e Édipo sejam dois dramas, cada um deles possui sua estrutura, suas personagens, emoções, enfim, seus conflitos. E, por falar em conflitos, os que se estabelecem no psiquismo são bastante intensos, uma vez que nosso sistema nervoso lembra "as estreitas portas de um grande edifício, em direção às quais se lança a multidão num momento de pânico; pelas portas passam apenas algumas poucas pessoas; as que conseguiram atravessá-las com sucesso são um número reduzido em comparação com as que morreram esmagadas. Isto reflete melhor o caráter catastrófico da luta do processo dinâmico e dialético entre o mundo e o homem e no interior deste, que se denomina comportamento". (VIGOTSKI, 1925/2004, p. 68-69). No presente trabalho, pretendo indicar como a análise do psiquismo como drama permite a compreensão da relação que se estabelece entre o consciente e o inconsciente no sistema teórico vigotskiniano. Trata-se de uma análise bibliográfica que, por tratar de um conceito oriundo das artes e cuja discussão serve de aporte às transformações concretas que devem se estabelecer na realidade, pensamos ser relevante sua discussão no Grupo de Trabalho “Estética, afetividade e política”. Isso posto, é necessário destacar que o inconsciente em Vigotski constitui-se como um oposto dialético da consciência e portanto, ao contrário da concepção psicanalítica, não pode ser compreendido senão nessa relação. Ou seja, não posso analisar o inconsciente separado da consciência (e vice-versa). Isso remete diretamente a duas questões: (1) o inconsciente não pode ser analisado em si mesmo, mas a partir da relação que ele estabelece com a consciência e com as funções psicológicas superiores; e (2) à própria concepção do drama como forma de análise, afinal, quando tomamos o processo psicológico como um drama é no conjunto de suas funções e processos, e como elas se relacionam e influenciam, que é possível compreender o processos integral do comportamento. Entretanto, não se trata de uma mera passagem de um polo ao outro; ao contrário, já nos referimos ao caráter catastrófico deste processo. Quando pensamos na aproximação com o conceito de drama, além do conflito, outra questão que se coloca é que não estamos falando de qualquer inconsciente, ou de um inconsciente abstrato e atemporal. Trata-se do inconsciente tal como se caracteriza na nossa sociedade e, mais particularmente, como se manifesta e atua no sujeito particular. É necessário considerar, por fim, o fato do inconsciente servir para aprofundar o entendimento da consciência, como é possível depreender deste trecho, quando ele coloca como problemas fundamentais relacionados à consciência o problema da conservação da energia, a instrospecção, a natureaza psicológica do conhecimento de outras consciências, o caráter consciente das três principais dimensões da psicologia empírica

(pensamento, sensações e vontade), o conceito do inconsciente, da evolução da consciência, de sua identidade e unidade. (VIGOTSKI, 1925/2004, p. 63-64). Desta forma, concluímos que analisando a relação entre consciente e inconsciente como um drama é possível compreender como determinado conteúdo ganhou uma ou outra qualidade, ou seja, quais os elementos que determinaram a existência/permanência de um conteúdo inconsciente. Nesta direção, analisar o inconsciente em sua relação dramática com a consciência é principalmente uma forma de buscar uma orientação consciente para os comportamentos, o que é um dos objetivos centrais da Psicologia Sócio-histórica.

O jovem espectador, as manifestações artísticas e os espaços públicos e culturais: interrogando experiências

Cérise Alvarenga, Arley Andriolo

Este trabalho pretende apresentar algumas reflexões construídas a partir da pesquisa, em andamento, que investiga o encontro entre os jovens espectadores e as manifestações artísticas em espaços públicos e culturais. Entendendo tais experiências como processos situados sócio historicamente, a presente pesquisa toma em consideração tanto os sentidos construídos pelos jovens sobre estas manifestações, como também as enunciações advindas dos profissionais das instituições que atuam no cenário das políticas públicas na área artística e cultural. Nesse cenário, o Brasil tem pela primeira vez um Plano Nacional de Cultura – PNC que prevê metas para os próximos dez anos e entende as diferentes manifestações culturais na dimensões "econômica", "simbólica" e "cidadã", como também a perspectiva de criação de um Estatuto da Juventude, desde 2011. Vários editais têm sido lançados pelo Governo Federal, no sentido de alcançar as metas previstas no PNC que preveem ações destinadas à juventude. O entendimento do jovem não apenas como um ser que vivencia um período de transição entre a adolescência e a idade adulta, mas enquanto um sujeito, e a compreensão da arte e dos diferentes territórios da cidade enquanto um direito são construções discursivas recentes. Nesse sentido, entendemos que o presente trabalho articula-se ao GT Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social, na medida em que investiga a experiência estética desses jovens compreendendo-a como um processo que articula os modos de interação entre jovens, professores e representantes das instituições de arte e os territórios imbricados neste cenário: bairro, escola e as instituições de arte. Ao problematizar quais experiências tem sido construídas por estes espectadores, apostamos que a presente pesquisa possa fornecer subsídios para nortear reflexões e intervenções no âmbito daquilo que é nomeado no discurso das políticas públicas

como a promoção do direito à arte e à cultura e ao acesso à dimensão simbólica de obras artísticas, conforme enuncia o Plano Nacional de Cultura. A investigação está sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Por meio da pesquisa bibliográfica e documental, busca-se situar e problematizar a construção sócio histórica da categoria juventude e seus direitos e as políticas públicas na área da cultura. Na pesquisa de campo serão entrevistados atores deste cenário que são os jovens, os professores e os representantes dos espaços públicos e culturais. A orientação metodológica ocorre por meio da micro análise e da fenomenologia social. Até o presente momento, a pesquisa bibliográfica relacionada à recepção das manifestações artísticas tem provocado outras indagações, na medida em que enfatiza que tal recepção demanda a ativação de uma atitude critica do espectador, a qual, porém, ocorre em um contexto social, atravessado pela lógica do consumo e pela padronização de comportamentos. Entendemos que é necessário refletir sobre como sustentar uma recepção ativa e critica do jovem, nesse cenário em que o ato de produção e recepção da arte são partes da engrenagem reprodutiva do capital. Outra apreensão é a de que, se por um lado, os documentos que norteiam as políticas públicas, tanto em relação à juventude como à área da cultura, tem se tornado cada vez mais específicos, em relação aos seus objetivos e metas, por outro, a práxis dessas políticas, que tem o jovem como protagonista e a premissa da inclusão e da descentralização do acesso às diferentes manifestações artísticas, ainda apresenta fragilidades e inconsistências. Tal apreensão sustenta e dá passagem à presente comunicação e pesquisa, na medida em que, por meio dela, interrogamos a relação dos jovens com espaços públicos de arte e com as manifestações artísticas enquanto uma experiência estético-politica capaz de cultivar o dissenso e a produção singular de existências e/ou de outros modos de subjetivação.

O que pode a música do arma-zen? Relações entre rap, bairro e cidade

Tainá Wandelli Braga

Este trabalho é o relato de uma pesquisa de mestrado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, parte de um projeto mais amplo sobre estética e política. Este estudo vem buscando investigar o potencial estético-político da música a partir de um grupo de Rap de Florianópolis e sua relação com o bairro e a cidade. Pretendemos compreender as relações arte e vida no grupo de rap, nas dimensões ética, estética e política. Desse modo, essa pesquisa está investigando como o grupo é afetado pelo bairro e pela cidade, como ele afeta estes contextos e que sentidos são produzidos pelo grupo

nessa relação. Objetivamos investigar o potencial estético do grupo com estes contextos e possíveis relações com a política, a partir do trabalho musical do Arma-Zen Puro Rap Nervoso, que nasceu no Bairro Monte Cristo, localizado na região continental de Florianópolis, SC. O método desta pesquisa é de cunho etnográfico, no qual transitamos por espaços, construímos relações, trocamos experiências, atentando-se aos discursos, ações, valores e visões de mundo. As trajetórias que fizeram parte dessa pesquisa incluem ida a shows; lançamento de um CD; participação em 4 ensaios do grupo no Monte Cristo; realização de uma entrevista com sete integrantes do grupo; acompanhamento de sua participação em um debate realizado na UFSC; e participação em festas nas comunidades organizadas pelo grupo. Além disso, pesquisamos em vídeos, sites, redes sociais, notícias e letras de músicas as informações que se fazem importantes para o desenvolvimento desta investigação. O Bairro Monte Cristo é marcado por uma história de luta e mobilização social por direitos básicos a moradia, saúde, educação e política públicas em geral. Foi neste lugar e contexto que, segundo Negro Rudhy (membro do grupo), se iniciou a história do Hip Hop em Santa Catarina, por volta de 1988. Neste mesmo bairro, em 1999, nasceu o Arma-Zen. Em 2013, composto por 10 integrantes, tem três CDs lançados e já conquistou três prêmios musicais. Mc Klaff (outro integrante) explica que o nome Arma-Zen é uma analogia entre as palavras “arma” (instrumento, utensílio, material de ataque ou de defesa) e “zen” (vem da tradição budista, trabalho manual, contato com a natureza e espírito em busca da paz). O grupo procura valorizar os avanços estruturais do bairro e desconstruir o olhar sobre a “quebrada” que em geral é tomada como símbolo de violência e pobreza da capital catarinense. Além disso, os músicos procuram construir letras musicais voltadas para críticas sociais, atuam na/com a comunidade promovendo festas gratuitas nas quebradas, convidando outros grupos de Rap, inclusive de outras comunidades, postura que visa agregar o movimento Hip Hop em Florianópolis. O grupo também abre o espaço do galpão onde realizam os ensaios para atividades da e para comunidade, como exposição de fotos de projetos atuantes no bairro, reprodução de filmes e ensaio de grupos que dançam funk. O Rap (sigla do inglês “rhythm and poetry” – ritmo e poesia), junto com o break (estilo de dança) e o grafiti (arte de rua) constituem o Movimento Hip Hop que nasceu na década de setenta nas periferias dos Estados Unidos como um instrumento cultural de enfrentamento ao preconceito racial, violência e desigualdade social. Entendemos música como um trabalho acústico, uma linguagem, uma expressão da subjetividade objetivada capaz de transformar, e provocar tensões e resistências. Jacques Rancière é o teórico que nos ajuda a aproximar ambas as temáticas (estética e política), pois entende que a estética é um dos elementos que compõem a

subjetividade política. Para o autor, a ação política passa a existir quando se questiona/desorganiza a configuração social vigente, e pressupõe fazer ouvir a voz, que até então se fazia ruído, a voz das minorias na busca pela igualdade de direitos. Arriscamos exercitar uma aproximação dessa discussão com autores como Vigotski, Bakhtin e Sanchez Vazquez, que nos deram subsídios para entender estética como transformação de modos de ser, agir e pensar que podem ou não levar a um potencial de ação. Compreendemos que existe uma contraposição de pressupostos teóricos e epistemológicos entre os autores, mas, ainda assim apostamos neste diálogo numa tentativa de ampliar as concepções de estética e política contemporâneas. Até o momento, os resultados apontam que a música do Arma-Zen, além de ser uma objetivação da subjetividade pela via artística, pode ter uma potência de ação política ao se constituir como a voz das periferias, e levá-las a ocupar espaços historicamente negados, produzindo resistências no contexto urbano e provocando dissensos na partilha dos espaços instaurados na cidade.

O suicídio: um entrelaçamento entre Filosofia e Literatura em Sartre

Aracelly Galvino Alvarenga

Sartre (1905-1980) foi um filósofo e escritor existencialista francês cuja teoria dialoga principalmente com a fenomenologia de Husserl e de Heidegger, além do marxismo, num momento posterior de seus escritos. Este trabalho pretende, a partir de suas obras filosóficas e literárias, realizar uma leitura do suicídio, tomando-o como a radicalidade da liberdade, a fim de entender como o processo de escolher não escolher se inscreve no processo psicológico de construção do sujeito. Compreendendo o ato de escolher não ser mais (suicídio) como sendo, também, uma renúncia à liberdade, esta que na filosofia sartreana é o próprio processo de construção de si mesmo. Como escritor, Sartre tem uma obra bastante extensa, abarcando tanto ensaios teóricos e técnicos, como romances e peças de teatro. Cohen-Solal (1986/2007), biógrafa e uma das maiores especialistas no autor, aponta que embora seja possível dividir e classificar sua obra de diversas maneiras, ela é melhor compreendida a partir de uma abordagem global, visto que os temas presentes em sua obra se complementam e se superpõem, numa interdependência dos diferentes gêneros. Seu pensamento, conhecido como Existencialismo Moderno, influenciou a construção tanto de filosofias quanto psicologias peculiares, que abordam o homem como ser concreto, colocando-o na realidade, ressaltando como ponto de partida o homem existente, inserido num contexto, na história, a qual ele influencia e é por ela influenciado, num movimento dialético. Schneider (1994) nos lembra que o Existencialismo

Moderno e a Psicologia Social Crítica, embora tenham bases epistemológicas diferentes, partem de uma concepção histórico-dialética. A partir desta concepção partilhada da realidade como processo histórico sempre em curso, resultante da ação de homens concretos, podemos falar de uma tentativa de apreensão deste homem a partir de suas relações materiais com o mundo, com o outro e consigo mesmo, pois o homem enquanto consciência intencional é sempre em relação a alguma coisa ou alguém. Sartre (1946/1987) nos diz que não é possível definir o que é o homem, porque de início ele não é nada, não há uma natureza humana a priori da qual o homem é, em um primeiro momento, resultante. Em Sartre (1943/2000), homem (e sobretudo, natureza humana), refere-se ao que este homem situado faz de si mesmo. O autor parte da concepção de consciência intencional de Husserl, que destituída de conteúdo apreende o mundo, e ao fazê-lo espontânea e inevitavelmente, doa significado ao que foi apreendido. Tais significações são frutos da relação com a realidade, das escolhas feitas à luz do livre projeto, o que explica a falta de significação a priori da própria existência humana. O ato de escrever é um ato de criação no qual significamos aquilo que escrevemos, expomos nosso mundo, nos sentimos essenciais em relação a ele, pois nos tornamos a essência daquilo que criamos (Sartre, 1947/2004). Sem nós tal obra não existiria. Assim, aquilo que Sartre escreve é dotado de um sentido que lhe é conferido ao escrever e, ao analisarmos cuidadosamente sua obra, ela nos possibilita conhecer seu criador e compreender as ideias e os sentidos contidos no texto, pois ali o autor se expõe. A obra fala de seu criador, assim como o criador diz de sua obra. Entendendo que, se o autor escreveu dessa forma e não de outra, foi em razão de suas escolhas, o que nos torna responsáveis também por nossas obras e faz com que nos revelemos como um todo em cada significação. Neste sentido é possível ver uma patente centralidade da liberdade na obra de Sartre. Para ele o homem é liberdade, sendo livre para escolher até mesmo não fazer escolhas. Podemos assim, a partir de suas obras, tanto literárias quanto filosóficas, perceber o suicídio como ápice da ação de rejeição das escolhas, aquela que elimina todas as outras, assim como escolher renunciar a sua liberdade num ato radical dela mesma. Segundo Sartre (1947/2004), escrevemos para despertar consciências e para contribuir para a transformação do mundo, ressaltando o caráter histórico de uma obra como produto de seu tempo e sociedade, e assim fruto do universal presente no particular. Portanto, a tarefa da ciência é esclarecer as condições e determinações dos fenômenos de ordem geral, buscando encontrar as mediações que permitem a emergência do sujeito concreto singular a partir das contradições do contexto sócio-histórico (Schneider, 2002). Este trabalho se insere no eixo temático “Mídia, Cultura e Arte”, pois a partir do exposto, busca reconhecer a participação do sujeito no processo de objetivação e construção da história,

a fim de viabilizar sua emancipação, tomando a arte como forma privilegiada de testemunho, denúncia e resistência às contradições e determinações do real.

Olhos Vendados: a experiência criadora na produção de um roteiro de vídeo

Allan Henrique Gomes

"Olhos Vendados" é o título de um vídeo de curta-metragem que foi adaptado do romance homônimo do escritor brasileiro Luis Dill. O vídeo foi realizado por um grupo de sete jovens que em participou do "Projeto Curtas" (Blumenau, SC), que desde 1998, desenvolve com os estudantes do segundo ano de uma escola particular, oficinas de roteiro para a criação de vídeos de curta-metragem. Na primeira etapa, os jovens desenvolvem uma idéia sobre o que desejam produzir, principalmente uma síntese da história. Neste tempo possuem encontros de orientação sobre a elaboração de um roteiro. Assim, criando personagem e diálogos, antecipam também o que precisarão para objetivarem as cenas. A análise que apresentamos neste resumo refere-se a um recorte da investigação sobre a experiência criadora destes jovens acerca da realização do filme, pesquisa que resultou em dissertação de mestrado em Psicologia. Entendemos experiência criadora pelo modo como o processo de criação de um roteiro se tornou significativo, permeado de sentidos que se atualizavam no processo da pesquisa, na narrativa destes jovens sobre suas realizações. Compõe o método de pesquisa o trabalho de campo "tipo etnográfico", o paradigma indiciário, a análise dialógica do discurso a partir das contribuições de Vygotski, do círculo de Bakhtin e seus interlocutores. Estas perspectivas consideram a produção de sentidos na pesquisa e a possibilidade das relações dialógicas entre o pesquisador e os jovens realizadores do vídeo. As articulações entre experiência, memória e narrativa também endossam a perspectiva histórica e epistemológica desta pesquisa. Compreende-se a narrativa como a possibilidade de comunicar experiências e, neste sentido, a pesquisa realizada engendra-se neste significativo processo na medida em que dialogou tanto com a obra realizada pelos jovens quanto com as suas histórias sobre a experiência de produzir um roteiro (e ainda um filme). Para compreender a escolha dos jovens no processo de adaptação de uma literatura para um roteiro de vídeo e ainda, sobre a forma como este processo foi possível, foi preciso recuperar as primeiras memórias que dizem respeito a constituição deste grupo de jovens, suas primeiras formulações para o roteiro e ainda, como escolhem "Olhos Vendados", o livro. A narrativa que fazem os jovens sobre o drama do processo de criação no filme, expressa não somente modificações em detalhes da obra, mas antes, a composição de outra trama. Identificamos que foi preservada uma linha principal da trama literária, mas, diversos traçados

de tramas criadoras anteriormente desenhadas pelos jovens foram incorporados no roteiro de curta-metragem. Se no livro os jovens encontraram a base material para a produção do filme, na elaboração do roteiro eles são desafiados a imaginar a trama no formato cinematográfico. Este processo que permite aos jovens recriar a literatura no formato de roteiro audiovisual se aproxima do que Vygotski (2009) denominou de "círculo completo da atividade criativa da imaginação". Observa-se que a base material da "inspiração" dos jovens foi o produto de outro processo de criação (o livro) e que será possível torná-lo roteiro somente por meio de muita "transpiração" e fantasia. O roteiro passa a ser novo produto que possibilitará novas imagens e a continuidade do processo imaginativo. Os roteiristas de "Olhos Vendados" citam dois ou três pontos objetivos de sua adaptação, como por exemplo, a relação de parentesco dos protagonistas ou o nome de uma das personagens. Entretanto, ao contar sobre a realização do roteiro e filme durante nossos encontros, eles passam a observar que suas modificações oferecem outros sentidos à trama de "Olhos Vendados". O que inicialmente parece objetivo, dois ou três aspectos modificados, vai expressando outra história, pois as "pequenas" mudanças nos estilos das personagens, por exemplo, vai exigir que outros sentidos sejam estabelecidos à trama. A questão do sentido é um desafio constante no roteiro. É preciso criar e escolher somente as cenas que sejam essenciais e isto pode ser outro fator de dificuldade na passagem da literatura para o cinema, especialmente em um curta-metragem em que não se pode perder tempo com cenas que não se articulam centralmente com a história do filme. Finalmente, pode-se dizer que os jovens experimentaram algumas mudanças no processo de criação do filme, mudanças que expressam a intensa produção do grupo sobre a sua obra, mas também sobre si. Mudaram a história, adaptaram um roteiro, fizeram novos arranjos no filme em relação ao roteiro, enfim, experimentaram não somente fazer, mas refazer o processo. De alguma forma, suas histórias sobre a produção de um roteiro mostram que é possível mudar de idéia, ainda que não seja fácil driblar as tramas que constituem aqueles personagens na ficção, assim como os sentidos que constituem a experiência de ser jovem e de produzir sentidos nas tramas da vida.

Relações estéticas e constituição do sujeito na improvisação musical

Murilo Cavagnoli

Partindo da experiência de pesquisa realizada em dissertação de mestrado, com músicos integrantes de grupos de improvisação musical no jazz, buscamos aqui refletir acerca dos processos de criação no contexto da improvisação musical coletiva. A dissertação, intitulada "Jazz e improvisação musical: relações estéticas e processos de criação" orientou-se pelos

pressupostos metodológicos da psicologia histórico-cultural, sendo produzida a partir da experiência das práticas musicais coletivas, analisadas durante sua produção e com a participação do pesquisador em performances, pela realização de entrevistas com músicos dos dois grupos estudados, e a interlocução entre os dados produzidos e teorias advindas principalmente da psicologia histórico-cultural, do círculo de Bakhtin, e de outros autores situados no campo da musicologia e da estética. Entre os principais resultados da pesquisa, se evidenciou que a criação, compreendida nas perspectivas de Bakhtin e de Vygotski, pressupõe sujeitos em relação dialógica, marcados pela polifonia e envolvidos na produção de uma obra musical em devir. Compreendemos a música como uma linguagem reflexivo-afetiva, capaz de produzir sentidos compartilháveis e ao mesmo tempo singulares, e o sujeito como constituído historicamente por relações dialéticas e dialógicas. A improvisação musical coletiva se evidencia como acontecimento que coloca em jogo os processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos, contribuindo para a constituição do sujeito músico e da atividade criadora. A criação musical acontece quando se faz possível ultrapassar os limites da simples reprodução, em um esforço de lançar-se por meio da subjetividade, em relação às referências apropriadas ao longo da história do artista, colocadas em jogo na prática coletiva que o grupo proporciona. A multiplicidade de nossas experiências é que nos dá a oportunidade de produzir novos sentidos, em um diálogo do sujeito com o contexto e com aquilo que já foi produzido. O processo criativo, mediado pela imaginação humana, caracterizou-se como movimento integrado, onde emoção, imaginação, afeto e reflexão, geram as sínteses complexas que se formam na relação e produzem o novo . Caracterizamos o encontro da performance musical como uma "relação estética", que Vazquéz define como um modo específico de relação entre sujeito e social, que possibilita a emergência de "sentidos singulares" (Maheirie, 2003) em um fazer ativo, que promove outros ângulos no encontro com a objetividade, ressignificando as condições vivenciadas pelo sujeito. Compreendemos ainda que o grupo, no caso da improvisação musical, se faz espaço imprescindível ao processo de criação, pois ao mesmo tempo em que possibilita a objetivação da imaginação de cada músico no trabalho coletivo, permite o encontro com o outro, atualizando a constante necessidade de reorganização. O grupo de improvisadores constitui-se, assim, pela negação da serialidade, pela constituição de um projeto comum, que supera as necessidades individuais de cada músico, em um movimento de totalização das práticas no coletivo. Enquanto articula vários elementos na produção musical, o músico improvisador também se constitui enquanto sujeito, elaborando suas impressões da

realidade, subjetivando novas formas de relacionar-se com os outros e objetivando o produto de sua imaginação criativa no contexto da performance musical.

Repensando a sublimação a partir da série televisiva The Wire

Camila Lousana Pavanelli de Lorenzi

O presente trabalho parte de duas obras, a série televisiva ficcional The Wire (EUA, 2002-2008) e o livro de não-ficção The Corner (Simon, 1997), no qual The Wire é parcialmente baseado, para interrogar a noção psicanalítica de sublimação. The Wire toma como ponto de partida o tráfico de drogas em Baltimore nos Estados Unidos para, a partir dele, examinar o funcionamento de várias instituições da cidade e seus atores sociais. Neste trabalho, abordaremos especificamente o ponto de vista de um personagem da série - Bubbles, um dependente químico - parcialmente inspirado em um personagem do livro. Comparando as duas obras, investigaremos em que medida o conceito freudiano clássico de sublimação, que pressupõe o ocultamento do obsceno na realização artística, dá conta das modificações e acréscimos que sofre o personagem da obra de não-ficção ao ser representado na série ficcional. De um lado, o personagem da série entra em processo de recuperação enquanto o personagem do livro morre de overdose, o que apontaria para o clássico ocultamento do obsceno e do grotesco na passagem de uma obra para a outra. De outro, porém, a série mostra, de forma muito mais incisiva que o livro, como os sujeitos são determinados por estruturas sociais que vão muito além de seu controle individual – aqui, portanto, o conceito clássico de sublimação revela-se insuficiente para dar conta da transição de uma obra à outra, exigindo suplementação.

GT 09. EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA NA SUBJETIVIDADE DA REALIDADE URBANA

Ações de enfrentamento à violência na juventude no bairro de Felipe Camarão

Candida de Souza

Na sociedade atual, a violência, principalmente nos centros urbanos, tem se apresentado como uma das principais sequelas da “questão social”, tendo grande impacto na vida de várias pessoas, especialmente, do público jovem. Diante disso, o Estado tem sido chamado a atuar na prevenção e combate dessa forma de violação de direitos. A situação em Natal/RN corrobora os índices nacionais com relação à incidência da violência na juventude, e aponta dados alarmantes, especificamente nos seus bairros periféricos. Optou-se por delimitar o campo da pesquisa no bairro de Felipe Camarão, dada a histórica alta incidência de homicídios contra a

sua população jovem. O objetivo geral deste estudo foi identificar e analisar as iniciativas voltadas para a prevenção e combate à violência na juventude que estão sendo desenvolvidas em Felipe Camarão, em que estas se baseiam e como se traduzem em ações. Mais especificamente, visou-se realizar um levantamento e caracterização das instituições que possuem ações voltadas para a população jovem em Felipe Camarão, bem como analisar de que ponto partem os profissionais para a execução e articulação das ações no processo de redução da violência, identificando o que fazem e como fazem. Foram identificadas dez instituições que possuem suas ações total ou parcialmente voltadas para o público jovem. Foram realizados grupos focais com os profissionais de todas as instituições. Os dados foram analisados a partir da perspectiva do método histórico e dialético, com base no Método Comparativo Constante. Os resultados foram apresentados a partir de três eixos de análise: as concepções dos profissionais sobre a violência; as iniciativas voltadas para a prevenção à violência em Felipe Camarão e; os desafios e perspectivas encontrados no processo de redução da violência. Apontamos que o fenômeno da violência apresenta-se de forma banalizada na vida das pessoas, o que contribui para o reforço de uma cultura do medo, bem como de uma estigmatização do bairro, seja na mídia ou no imaginário social. As ações voltadas para os jovens carecem de uma melhor estruturação, articulação e perspectiva crítica acerca do processo de prevenção da violência, além de uma maior abrangência territorial. Defendemos que a realização de ações de cunho emancipatório, especialmente junto aos jovens, que lhes possibilitem a construção de novos projetos de vida, aliado a um fortalecimento da atuação do Estado no âmbito preventivo, inclusive por meio de políticas de acesso à educação de qualidade e oportunidades de trabalho digno, além da consolidação de um efetivo capital social, são importantes fatores no processo de redução da violência em Felipe Camarão.

Adolescência e violência simbólica: as consequências da barbárie para a construção das identidades contemporâneas

Lorena Maria da Silva, Regina Perez Christofolli Abeche

Esse trabalho tem como objetivo uma breve apresentação sobre as consequências da violência simbólica e os modos como essa é internalizada e naturalizada dentro de um grupo específico de adolescentes pesquisados. Sendo assim, esse trabalho vem ao encontro da proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho “Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana”, por debruçar-se sobre a construção da identidade dos adolescentes contemporâneos frente às injunções da violência simbólica. A violência simbólica – que pode ser descrita pelas

significações impostas como legitimas que dissimulam as relações de força que lhe subjazem – com seus respectivos meios de disseminação classifica os bons e os maus dessa sociedade teatral, denominando aqueles que devem ser vistos como perigosos/ temidos pela população brasileira. Desta forma, não há duvidas de que tal violência que insiste em criminalizar esses indivíduos baseia-se em ditames ideológicos, cooperando para a construção de uma sociedade maniqueísta que vê esses jovens como perigosos em potencial. Destarte, tal trabalho baseia-se na teoria freudiana e nos teóricos da Teoria Crítica. Busca-se com o auxílio da psicanálise, desvelar a perversa ideologia que respalda a violência simbólica, compreendendo suas consequências para a construção da identidade de adolescentes de uma escola pública da cidade de Maringá. E por fim, a Teoria Crítica proporciona a nós cruciais esclarecimentos acerca dos modos como tal violência é perpassada na sociedade e os meios que a legitimam. Na tentativa de conhecer de modo mais profundo o universo desses jovens, esse trabalho apoiou-se na pesquisa qualitativa, respaldada no conhecimento construtivo-interpretativo, nos moldes da teoria de González Rey (2002) e foi construído ainda como uma pesquisa bibliográfica. A adolescência é pontuada por Levisky (1995) como o momento divisor entre a vida infantil e a adulta. Neste período a puberdade encarrega-se de promover as modificações corporais que são acompanhadas por mudanças comportamentais e psicológicas, caracterizando a denominada revolução biopsicossocial. Ante as variadas mudanças, esse adolescente anseia agora por construir uma nova identidade, que lhe auxilie na inserção do mundo adulto. Contudo, como esse jovem, pertencente à classe pobre, que frequentemente é martirizado por ideologias, edificaria sua identidade, já que há um extenso repertório de criminalizações e estigmatizações sobre ele? A busca da construção de uma nova identidade é a trilha que a sociedade se utiliza para veicular a violência simbólica, ao culpabilizar tais jovens. Essa se aproveitando das crises advindas principalmente da perda da identidade, do corpo e dos pais infantis, atribui a eles uma nova identidade, que por vezes em decorrência do anseio de tornar-se pertencente ao mundo adulto, logo, em busca de uma identidade, acaba por identificar-se com o (im)posto/ nomeado e agindo de modo coerente com os papéis atribuídos. Infelizmente vem atribuindo-se lugares de alta periculosidade a esta população já discriminada pela pobreza (COIMBRA, 2001). Essa internalização das violentas atribuições dadas socialmente é campo fértil para que a agressividade que deveria voltar-se para o objeto opressor retorne para o ego. Freud, apud Andrade, 2008, aponta que este retorno da agressividade para o ego é denominado de "sentimento inconsciente de culpa". Nesse estado o sujeito sente-se culpado por algo que julga ter cometido, porém não conhecido pela consciência, se submetendo assim, a situações que o

punam, como se buscassem por um castigo para algo que não fizeram na realidade presente. Contudo, nota-se que ao mesmo tempo em que parece haver uma identificação com o agressor, direcionando a violência vivida para si e posteriormente para um objeto externo como forma de vingar-se (STOLLER, apud RIBEIRO, 2013), há também uma tentativa de manter-se separado deste, através de denuncias ou do relato dos sofrimentos vivenciados. Assim, esse adolescente caminha, entre assumir o que a sociedade diz que ele é e ao mesmo tempo diferenciar-se dessas atribuições. Outro ponto crucial é que os adolescentes mesmo muitas vezes identificados com tais papéis, se culpabilizarem (de modo inconsciente) e ficarem aparentemente na posição de apáticos, por vezes andam na contramão da apatia. Reagem não só pela via da vingança, mas também denunciando as violências vivenciadas por eles e expressando a insatisfação com as regras que regem a sociedade, questionando-as e apontando, mesmo que não de maneira clara, que eles sofrem com os modos que a sociedade os estereotipa e que pensar sobre tais questões gera sofrimento. Tal ambivalência foi visível no trabalho realizado com eles durante a pesquisa. No mais, é importante pontuarmos aqui que a adolescência com suas crises e modificações é absolutamente normal (ABERASTURY; KNOBEL, 1992) e que são as ideologias basilares da violência simbólica que tentam tornar estático um período de inúmeras transformações, aprisionando esses jovens a um único papel social. Desta forma, esses adolescentes encontram um equilíbrio, mesmo que ambíguo, para suportar as relações de poder mantidas pela desigualdade, geradoras da violência que os tenta cristalizar dentro de uma classe dita perigosa (COIMBRA, 2001).

Adolescentes usuários de crack atendidos por uma equipe intersetorial: reflexões acerca da violência estrutural

Érica dos Santos Vieira

O objetivo do presente estudo foi o de caracterizar os adolescentes usuários de crack acompanhados por uma Equipe de Referência Infanto-Juvenil para Ações de Atenção ao Uso de Álcool e Drogas, mapear sua trajetória institucional e conhecer e problematizar o atendimento que esses jovens recebem. Para embasar as discussões que surgiram no decorrer do caminho, foi utilizado o conceito de violência estrutural, uma das formas de expressão do fenômeno violência, que se apresenta de modo sorrateiro, sob o disfarce de aparente naturalidade, sendo comumente percebida como algo já dado, algo que sempre existiu e que sempre irá existir. Tais características certamente dificultam a sua identificação e, por conseguinte, torna árdua e quase solitária, a tarefa de construir estratégias de intervenção que

possam dar visibilidade aos seus mecanismos e contribuir para interromper o seu curso. A metodologia do estudo foi inspirada na triangulação de métodos, abarcou ferramentas quantitativas e qualitativas. Foram analisados dados dos prontuários de 61 adolescentes entre 12 e 17 anos com relato de uso do crack, além de entrevistas semiestruturadas com alguns desses jovens, dos responsáveis por eles e com profissionais integrantes da equipe. De acordo com o que foi encontrado, os adolescentes que compuseram a amostra, dentre eles os entrevistados, são oriundos majoritariamente de um segmento social mais empobrecido, apresentam histórico de evasão escolar, são provenientes de famílias onde a mãe é a única responsável, possuem histórico de atendimento no conselho tutelar, já viveram em situação de rua ou em acolhimento institucional, bem como já transitaram por diferentes serviços da rede de Assistência Social. Além das características já apontadas, identificou-se também que muitos adolescentes já tiveram envolvimento com o tráfico, já sofreram ameaça de morte, já se envolveram com roubos ou furtos, e no caso das meninas com a prática de prostituição. Chamou atenção o fato de um percentual quase igual de meninas e meninos apresentar participação no tráfico de drogas. Pode-se dizer que a maioria dos adolescentes são usuários, no mínimo, de mais uma droga além do crack e que poucos deles já haviam iniciado tratamento antes de ser acompanhado pela equipe de referência. De modo geral, este estudo revelou a existência de uma série de vulnerabilidades presentes na história de vidas dos adolescentes, muitas anteriores ao uso do crack. Também se observou certo descompasso entre as expectativas dos familiares, e mesmo as dos adolescentes entrevistados, e as atuais concepções de cuidado em saúde mental voltadas para os usuários de álcool e outras drogas. Por fim, dentre outras coisas, os resultados tornaram evidente a necessidade de ampliação das ações no território, com maior investimento na criação e ampliação das equipes de redutores de danos e de consultório na rua, e a potencialização do trabalho que já vem sendo realizados pelos CAPS AD e CAPS i. Também, reafirmaram a necessidade de fortalecimento das ações de cunho intersetorial, uma vez que as situações envolvendo o uso abusivo do crack são atravessadas por questões de diferentes ordens, que envolvem o âmbito da saúde, assistência social, trabalho, educação, dentre outros.

Análise do preconceito em relação à imigração japonesa no Brasil sob aspectos subjetivos

Adriana Tie Maejima, Angela Maria Pires Caniato

Este trabalho tem como objetivo apresentar determinados dados históricos ligados ao período prévio da imigração japonesa no Brasil e a partir destes fazer uma análise relacionada ao

preconceito sob aspectos subjetivos a partir da obra “La Personalidad Autoritaria” (1965). Os dados históricos partem dos estudos de duas historiadoras pesquisadoras Maria Luiza Tucci Carneiro e Marcia Yumi Takeuchi que organizaram a obra “Imigrantes Japoneses no Brasil – Trajetória, Imaginário e Memória” (2010) em comemoração o Centenário da Imigração Japonesa (1908-2008). A obra “La Personalidad Autoritaria” (1965) integra uma pesquisa social empírica que mudou as concepções de fazer pesquisa na área de ciências das humanidades e ciências sociais. Embora bastante criticada por dispor de dados mensurados envolvendo pesquisa quantitativa – desnecessária à visão de teóricos filósofos que não necessariamente precisam coletar dados para elaborar teorias; comprova-se que esta pesquisa empírica mostrou-se muito além da análise de dados estatísticos. Os pesquisadores Theodor W. Adorno, ElseFrenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. NevittSanford empenharam-se a utilizar métodos (questionários, entrevistas e estudos de casos) que viabilizassem uma análise qualitativa do fenômeno estudado com a pretensão de que a investigação pudesse tomar importância prática imediata, destarte, visava corroborar com uma transformação radical na sociedade a partir da consciência social que superasse falsas realidades. A hipótese dessa investigação foi pensar a relação da história da humanidade com a história dos indivíduos – como seria compreensível entender tal relação dialética na análise do fenômeno do preconceito, com a contribuição dos estudos sobre a formação psíquica, ou seja, relevando os aspectos subjetivos desses indivíduos na elaboração da história. Esta lógica mudou a ênfase da Teoria Crítica em geral para o estudo do fascismo em particular, não ignorando os fatores sócio-econômicos objetivos estudados pelo Marxismo, mas problematizando o fenômeno para uma saída (talvez uma proposta utópica) para a reeducação. Neste trabalho, ao contrário que fez Agnes Heller que analisou o preconceito sob grande influência da concepção marxista da história, fazendo prevalecer as características sociológicas (Miranda, 2007, p.01), ressalta-se a relação existente entre as necessidades psicológicas e a adesão à ideologia – o estudo das características psicológicas individuais é importante, não como elemento isolado para se entender uma questão de gênese social, mas para evidenciar como a ideologia se reproduz a partir da incorporação individual, mediada pelas necessidades psíquicas. Conclui-se que o preconceito não é inato. Crochík (2000) analisa que ele se instala no desenvolvimento individual como um produto das relações entre os conflitos psíquicos e a estereotipia do pensamento estabelecida como defesa psíquica contra estes mesmos conflitos psíquicos e que indicam a presença de elementos próprios à cultura. Os imigrantes japoneses antes de "pisarem o pé" na terra brasileira já eram alvos do preconceito como mostra os registros legais e não

integravam o projeto étnico-político da república recém-proclamada. O preconceito no contexto estudado (primeira década do século XX) serviria como nascente da ideologia fascista que atingiu seu cume na década de 30, tal adesão à massa ocorreria por necessidades psicológicas dos indivíduos de forma inconsciente. Os indivíduos aderiam à massa por identificação ao líder (sua representação) ou o ideal (a nação) conjugado com a promessa de uma nova raça liberta de sofrimento e limitações (doenças e debilidades) e um futuro coletivo próspero e desenvolvido. Este trabalho trata o preconceito sob aspectos subjetivos enquanto modalidade da violência exercida pelo Estado brasileiro da República recém-proclamada. A elite política e econômica preconceituosa da época iniciava a formação do Estado brasileiro autoritário constatando o período nascente das ideias eugenistas e higienistas. Portanto, este trabalho pode integrar as discussões que pretende o Grupo de Trabalho 9: "Expressões da violência na realidade urbana". A pesquisa contida em "La personalidad Autoritaria" (1965) tinha como principal objetivo o "Desenvolvimento da Consciência Crítica e Transformação Social", eixo de n. 9 proposto por este GT.

As "novas" formatações dos relacionamentos humanos: a destruição dos laços humanos em nome de uma satisfação imediata

Marco Correa Leite, Angela Maria Pires Caniato

A partir do momento do nascimento, os seres humanos dependem do outro para sobreviver e se constituir enquanto sujeito. Freud (1930/2011) já apontava para esta dimensão de interdependência entre os indivíduos e que esta interdependência além de natural e saudável, constituía o âmago da sociedade humana. Aparentemente o que podemos perceber na contemporaneidade, no entanto, é uma destruição desta relação de vínculos afetivos onde haja reciprocidade nas trocas amorosas. Para Adorno & Horkheimer (2011) cada vez mais os indivíduos estão sendo manipulados pela indústria cultural e levados a consumir produtos mercadológicos na busca de satisfação que deveria obter com os objetos adequados aos seus desejos. Bauman (2008) aponta que este consumo de bens padronizados, além de igualar a todos os indivíduos em uma massa amorfa, transforma-os e as suas relações em coisas, em mercadorias. Freud (1930), examina a necessidade de troca amorosa e de amparo pelos indivíduos mas na contemporaneidade ocorre não a troca afetiva, mas o consumo do outro como apenas mais uma mercadoria para a satisfação de uma necessidade criada pela indústria cultural. A partir do momento em que compreendemos a indústria cultural como manipuladora e capturadora das subjetividades humanas, percebemos que o ser humano está sendo arrastado

para uma forma de ser que não diz necessariamente de sua real possibilidade de viver. Os vínculos afetivos humanos estão sendo destruídos, caracterizando uma violência simbólica importante a ser discutida. Método: A metodologia escolhida para este estudo é a da pesquisa bibliográfica qualitativa com fundamento na interpretação e a partir da leitura do trabalho de Freud (1930) "O Mal-estar na civilização" e outros autores contemporâneos. Estamos fundamentados nos autores frankfurtianos – Adorno & Horkheimer – e sociólogos que questionam a submissão dos indivíduos à barbárie atual como Bauman, e Debord que vem contribuindo para uma melhor compreensão da sociedade contemporânea e suas consequências nos relacionamentos humanos. Objetivo: Este trabalho propõe um estudo das "novas" formas das relações humanas na contemporaneidade, entendendo a destruição dos vínculos afetivos humanos pautados na ternura - que em Freud (1930/2011) seria justamente a pulsão inibida em sua meta- por uma nova forma de relacionamento humano baseado na satisfação do indivíduo de forma indiscriminada e imediata com os objetos de consumo. Resultados: Após a leitura e interpretação dos textos assinalados, fica evidente que houve uma mudança nas relações humanas na contemporaneidade, que se tornaram possíveis com a falência das relações afetivas e sua submissão à lógica da indústria cultural predominante na contemporaneidade. Os indivíduos que buscam amparo e amor, se deixam manipular pela indústria cultural, substituindo o objeto humano de suas relações afetivas por objetos de consumo: as mercadorias. De acordo com Türcke (2012), é esta, uma das grandes viradas nas relações humanas. Outro teórico que aponta para esta mesma problemática é Bauman (2008) quando trabalha esta nova forma de relacionamento humano, a partir da compreensão de que até mesmo a vida humana, se encontra disponível para o consumo, isso por que a vida humana tornou-se apenas mais uma mercadoria.

As injunções do retrato dos contos de fadas na contemporaneidade e na subjetividade

Naira Luiza Correia Sergio, Angela Maria Pires Caniato

O conto de fadas é um auxiliador muito pertinente no desenvolvimento infantil no que tange ao âmbito psíquico e em questões que circundam a fantasia e a imaginação e como possibilitador da constituição do pensamento – no âmbito psicanalítico. Porém o que é retratado na contemporaneidade em relação aos contos de fadas são as atualizações literárias desses contos, que utilmente estão sendo usadas como forma de consumo, sendo um instrumento da Indústria Cultural. O conto de fadas, no que lhe é original, promove a elucidação de angústias e necessidades, porém o que mais se observa atualmente não é veracidade ao autor do conto e

sim a presença de reescritas simplificadas ou simplistas para roteiros de filmes e desenhos. É usado como retrato reinventado, instrumento da Indústria Cultural, por meio da comunicação massiva e das "armadilhas" do consumo da lógica capitalista. A justificativa de ordem pessoal é a participação do Projeto Phenix, fase III – vinculado à Universidade Estadual de Maringá –, o vínculo teórico com as abordagens do mesmo e a curiosidade de estudo dos instrumentos de comunicação de massa na infância através das histórias infantis. Tendo como objetivo realizou-se bibliograficamente – juntamente em coautoria com a orientadora e professora Angela Maria Pires Caniato – o estudo de obras sobre essas temáticas e a análise crítica das injunções, no sentido de imposição da sociedade, do retrato aplicado para fins de consumo e não emancipação humana. Bettelheim (1976/2012) analisa a função dos contos: o esclarecimento perante a angústia da criança, que é capaz de ser vivenciado com processos psíquicos, como a identificação de experiência das personagens. O mesmo autor afirma que o pensamento, ou crivo da realidade, é embebido e reincidente no processo psíquico da fantasia, podendo modificar e transcender os mais diferentes tipos de materialidade e realidade. A fantasia pode valer-se para pensar humanamente, mas ela também é aproveitada como instrumento da indústria cultural como uso do desejo e necessidade da ideologia manifesta e da cumplicidade ideológica com o status quo social atravessado pela violência. Bettelheim esboça esse pensar na citação: "[...] A cultura dominante deseja fingir, particularmente no que se refere às crianças, que o lado obscuro do homem não existe, e professa a crença num propósito de tomar a vida fácil. [...]" (BETTELHEIM, 1976/2012, p. 15). Há uma estratégia em nossa cultura, no que consiste em desvio ou fragilidade do pensamento, também há a ocorrente "mistificação" para outras atividades à que não seja a elaboração do pensamento e conflitos, e concomitantemente o não uso do tempo livre para a elaboração dos conteúdos desviados para outras atividades, como o consumo. Portanto, primeiramente, uma das indagações é como que o conto de fadas não delimita muito no indivíduo à individualidade? Tendo em vista a sociedade, em que estamos inseridos, num capitalismo tardio com sua estrutura de caráter não valorativo humanamente, os contos de fadas não são imobilizadores do mundo simbólico da criança, pois conforme Bettelheim (1976/2012), os contos de fadas ajudam no enfrentamento das angústias do desenvolvimento e nas possibilidades do desenvolvimento do pensamento crítico. Há várias manifestações superficiais sobre essa temática que se mostra nos meios midiáticos de comunicação de massa, pois a Indústria Cultural "impõe" – de maneira consciente e inconsciente – uma literatura infantil que difunde os valores da sociedade de consumo e da desvinculação humana, portanto, alheios à estrutura afetiva e mental da criança e seu mundo de

fantasia. A Indústria Cultural usa-se dessas retratações e instrumentos, pois uma das involuções que já se produz é a degeneração do poder criativo que o ato de fantasiar exprime. Essa forma de individualização escancarada pela indústria cultural se aparece em muitas áreas da alienação manifesta, na releitura dos contos e no uso dos veículos de massa, que formam, de certa forma, a subjetividade por meio de modelos identificatórios que não são humanos e sim produtos ou coisas. Precipitar-se nas generalizações não se pode, pois ainda têm-se formas de resistências que não abrangem as questões morais ou disciplinares na sutileza e inocência da criança à lógica capitalista, porém a indústria cultural, perversamente, usa-se desses fatores com finalidades desumanas e acríticas. Num vínculo poético e ético com a presente pesquisa, a autora busca o sentido da temática em uma das próprias afirmações de Bruno Bettelheim, a busca de significado para a vida – tendo em vista que a presente pesquisa está relacionada à tamanha violência que a Indústria Cultural exerce ao diversos níveis de desenvolvimento humano.

As interfaces do riso e do humor: um ensaio sobre psicanálise e cultura

Samara Megume Rodrigues, Angela Maria Pires Caniato

O presente trabalho busca pensar os processos psíquicos envolvidos no riso, principalmente os provocados pelo chiste, pelo cômico e pelo humor, busca também levantar questionamentos sobre a utilização desses para a adesão dos indivíduos a indústria cultural, principalmente em sua face de indústria da diversão/entretenimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em andamento, de cunho bibliográfico, desenvolvida dentro do plano epistemológico da psicanálise, principalmente em seus pontos de cruzamento e intersecção com a teoria crítica da sociedade. O riso é uma expressão motora de mecanismos da ordem do psíquico inconsciente. Especificamente, o riso provocado pelas variadas formas de processos humorísticos, evoca algo da ordem do recalcado. Ele denuncia o conteúdo proibido não apenas do agente da piada, mas do ouvinte que lhe referencia. O chiste apresenta-se - tal como os sonhos, atos falhos e sintomas - como uma formação do inconsciente. No entanto, diferentemente das outras formações, que se esforçam para encobrir o sentido que possuem, o chiste destina-se a ser comunicado. Ele necessita de um ouvinte, de outro sujeito para referendá-lo. Esse elemento traz algo importante à análise psicanalítica, pois inclui a dimensão intersubjetiva característica dos processos cultuais. Na obra "os chistes e sua relação com o inconsciente", de 1905, Freud concebe os chistes como produções culturais, com isso ele estende a investigação psicanalítica, até então centrada no indivíduo, para a esfera dos fenômenos sociais. O humor não foi muito estudado pela psicanálise. Talvez por não ser considerado como um assunto "sério", desviando-se da

tendência racionalista do modelo tecnicista de ciência, inspirado no tão almejado modelo médico. Interessantemente, a função de fazer algo "escapar" à censura é justamente o que caracteriza os processos humorísticos. O chiste possibilita dizer, em tom de brincadeira, aquilo que se deseja e que de outra maneira nunca poderia ser falado ou escutado. Freud (1905/1996) afirma que o chiste permite a satisfação de um impulso, obsceno ou hostil, apesar dos obstáculos que lhe barram o caminho. Talvez por esse motivo o humor e as piadas são utilizados, cada vez de forma mais intensa nas propagandas comercias, já que sua mensagem atravessa facilmente as censuras éticas e morais do sujeito. Freud (1905) aponta que o chiste pode ser pensado em similaridade com a formação dos sonhos, uma vez que para realizar seu objetivo (realização de desejos), seus conteúdos têm que passar pela censura subjetiva, e neste caminho seu conteúdo passa por deformações. As principais técnicas de construção do chiste, que obedecem às leis do inconsciente, são a condensação e o deslocamento. Por meio dessas transfigurações o chiste é tolerado, até mesmo desejado socialmente. Torna-se um modo socialmente aceitável de criticar ou ofender outrem, mas a injúria não se revela como tal. Com o desenvolvimento da segunda tópica, ou segunda teoria do aparelho psíquico (que ocorre a partir de 1920), Freud (1927) irá retomar a discussão sobre o humor, apontando nele uma capacidade criativa e libertadora, uma contribuição mediada pelo superego ao domínio do cômico. No texto "o humor" (1927), pela primeira e única vez Freud apresenta outra face do superego, que não de exigência e severidade, mas sim uma dimensão tolerante, que acalma o ego assustado com a realidade e lhe possibilita força para enfrentá-lo. Freud no prefácio do citado texto escreve que o humor revela a todos os psicanalistas que ainda há muito que se conhecer sobre o superego e suas funções. Desta forma, podemos perceber que os processos humorísticos não são uniformes, podem possuir tanto a função de libertação quanto de opressão (agressão). Horkheimer e Adorno (1985) analisam que o riso dos ouvintes e expectadores dos processos humorísticos foi pervertido mediante todo um aparato técnico construído pela ciência, tornou-se um riso falso, pois seu caráter libertador deu lugar ao um auto-escarnecimento, tornou-se assim, "a alegria maldosa que se experimenta com toda a renúncia bem-sucedida. Rimos do fato de que não há nada do que se rir" (p.116). Os programas televisivos, novelas, propagandas, canais da internet, são inundados por risos dessa ordem – do preconceito contra a pessoa discriminada, contra o negro, contra o falar desajeitado do imigrante. O riso coletivo das piadinhas contra nordestinos, contra homossexuais, etc. Os sujeitos descarregam vingativamente sobre os outros as opressões que recebem continuamente da sociedade. Destarte, é preciso rir dos considerados mais fracos, para não se rir de si mesmo. Nesse movimento ocorre a geração da negação do próprio sofrimento. Horkheimer e Adorno

(1985) escrevem que "Na falsa sociedade, o riso atacou – como uma doença – a felicidade, arrastando-a para a indigna totalidade dessa sociedade. Rir-se de alguma coisa é sempre ridicularizar-se. [....]" (p.116). Tal dinâmica subjetiva torna-se altamente lucrativa, por isso é intensamente produzida de forma industrializada. É evidente que a cultura contemporânea está promovendo uma forma singular na história de geração e expressão do riso, de novas maneiras de o indivíduo lidar com o sofrimento e com os vínculos sociais. A indústria cultural, ao promover e utilizar o humor e o cômico como instrumentos de manipulação ideológica expressa uma determina violência simbólica sobre as subjetividades, já que por ser inconsciente, contribui para o cerceamento da autonomia subjetiva. Neste sentido, o presente estudo se encontra dentro da proposta do Grupo de Trabalho 9 "Expressões da violência na realidade urbana" e do êxito temático Psicanálise e indústria cultural, visto que possui a função de problematizar esta determinada forma de violência, aproximando a tensão existente entre indivíduo e sociedade.

Atribuição do estigma da violência. Reflexões sobre o convívio social em um território urbano periférico

Nicole Nothen de Oliveira

A reflexão a seguir foi desenvolvida com base em trabalho de pesquisa de mestrado em andamento, realizado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Eda Tassara, com bolsa CAPES. O objetivo desta reflexão é de abordar questões relativas a algumas manifestações do fenômeno da "violência", tal como se apresenta na vivência dos sujeitos entrevistados no meio em que se encontram. Dessa forma, o tema aqui discutido dialoga com o Grupo de Trabalho "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" e com o eixo temático "Cidade e meio ambiente". O referido projeto de pesquisa consiste na análise de relatos de reminiscências biográficas de membros de uma família, cuja representante da geração mais antiga mora em um bairro de Jacareí-SP há mais de 50 anos. O método utilizado consiste em um estudo de caso em profundidade (YIN, 2005), a partir da obtenção, registro e análise das narrativas coletadas (QUEIROZ, 1998; DELGADO, 2006), em busca de elementos que evidenciem, caso existam, as vinculações destas pessoas com o lugar onde vivem, bem como a influência das mesmas para uma eventual espacialização da identidade (TASSARA, 2007). As entrevistas foram realizadas no bairro em questão, onde pesquisadora e entrevistados (um de cada vez) caminharam pelas ruas enquanto os sujeitos contavam a sua história e fotografavam

os lugares que marcaram sua vivência neste território. Este procedimento se chama "itinerário" ou "percurso comentado", e é inspirado nos métodos postulados por Lynch (1960), Petiteau (2006, 2001), Thibaud (2000) e Okamura (2004). Dessa forma, a análise será orientada pela perspectiva teórica preconizada por Tassara e Ardans (2012), no campo que denominam Psicologia Socioambiental. No que diz respeito aos sujeitos da pesquisa, a família em questão é constituída por uma senhora de 55 anos, sua filha, de 32 anos, e seus dois netos, uma menina de 15 anos, e um menino de 11 (ainda existem pessoas da família a serem entrevistadas, portanto, os resultados aqui apresentados são de caráter parcial). Em relação ao bairro estudado, este se situa na cidade de Jacareí-SP e tem como maior característica o estigma (GOFFMAN, 1963) de ser um bairro "violento". Nas diversas vezes em que a palavra "violência" foi citada e este tema apareceu, tanto nas entrevistas como em informações advindas de outras incursões no território do bairro, a "violência" foi vinculada ao tráfico e ao uso de drogas, aos assaltos, arrastões, assassinatos e, também, ao hábito da população jovem de ouvir músicas funk. O tema das drogas e da violência também aparece na história da família, quando a senhora de 55 anos conta que seu filho se envolveu com drogas quando jovem. Por outro lado, nos relatos dela e de sua filha, o que mais se destaca é a exaltação de um acontecimento relacionado ao seu neto de 11 anos: o menino publicou um livro quando ainda tinha 10 anos. Este feito faz dele alguém admirado pelos membros da família, também pelo fato de o menino ter conseguido por ações próprias a oportunidade de estudar em uma escola particular no centro da cidade, ao escrever para escola pedindo bolsas de estudo para ele e para a irmã. Estes acontecimentos relativos aos netos os colocam diante da família como pessoas que irão ter um futuro melhor, diferente daquele das gerações anteriores e, o mais importante, diferente daquele relacionado ao estigma imputado ao bairro. Sugere-se aqui uma reflexão a respeito de modos possíveis, que aparecem neste cenário, de enfrentamento do "estigma da violência" pelos sujeitos do território, a saber, um modo que segue o caminho da fuga do estigma, em busca da inclusão no modelo hegemônico de êxito (pela via do estudo), e outro, da contestação do modelo hegemônico através da inclusão alienada no modelo estigmatizado fortalecendo-o, ou, da denúncia da realidade originária do estigma, tal como nas manifestações do funk (participantes e líderes). Aponta-se para este segundo modo como um enfrentamento, mesmo que o discurso da população o vincule ao cenário da violência, pelo conhecimento que se teve de uma letra de uma música funk, por exemplo, feita por moradores do bairro, que denunciava situações muito parecidas com aquelas relatadas pela senhora entrevistada. As situações citadas na música eram as de jovens que eram atraídos pelo crime e pelo tráfico, muitas vezes perdendo suas vidas nesse

meio. Neste sentido, se faz importante lembrar que o enfrentamento da moralidade hegemônica é sentido como agressivo pelos moradores que não compartilham dela, muitas vezes associando-a ao termo "violência". Contudo, essa suposta agressividade também pode servir aos instintos de sobrevivência e auto-preservação (FREUD, 1920) de classe. Assim é que propomos um olhar mais detalhado sobre a questão da "violência", em busca do encontro de potenciais para a superação desse cenário tão representativo do momento urbano contemporâneo brasileiro.

Criminalidade: protesto contra o pacto social e reprodução - desigualdade e seus efeitos na subjetividade

Larissa Leão de Castro

Tendo em vista que a subjetividade é constituída na íntima relação com a sociedade não se pode discutir a criminalidade sem a tensão permanente entre ruptura e reprodução social que se desenvolve nesse fenômeno. Pergunta-se: o que os crimes cometidos pelas gangues revelam da sociedade brasileira? Parte-se de uma análise de que as expressões do crime - por formas violentas e pelos sentidos imbricados no ato - denunciam uma estrutura geradora de uma crise social extremamente grave e perversa, permeada pela lógica geral do mundo capitalista cuja origem está nos modos de produção econômicos e na lógica que o rege. Pretende-se discutir a lógica desse modelo econômico – que ressoa na política que promete as condições de um Estado Mínimo, mas baseia-se no controle repressivo e violento por um Estado Máximo - e as suas consequências no nível psíquico. Nesse sentido, propõe-se desenvolver a seguinte questão: o que a criminalidade denuncia de uma estrutura perversa do sistema econômico e, ao mesmo tempo, o que a criminalidade reproduz da lógica de "passar por cima do outro a qualquer preço para alcançar seus objetivos", que pode ser expresso nos atos como o estupro, a violência gratuita, roubos, homicídio, etc.? Para desenvolvê-la é necessário pensar nas graves causas estruturais, que ao romper com a mutualidade do pacto social, geram as formas perversas de protesto. E até que ponto essa lógica é contestada, transgredida ou afeta e é internalizada na constituição subjetiva? Faz-se necessário, então, pensar o processo histórico de formação, durante toda a vida, de forma não naturalizada, mas que exponha a inter-constituição contínua, histórica e não natural, entre indivíduo e sociedade, na produção e reprodução da violência. Busca-se fazer uma reflexão sobre quais condições subjetivas e objetivas levam as pessoas cometer atos bárbaros como única forma expressão de protesto contra o pacto social rompido (ou inexistente). O aporte teórico a partir do qual essas questões se desenvolvem, nesse trabalho,

é a psicanálise. A partir de Freud revela-se a relação entre o processo de socialização e constituição psíquica, assim como os modelos de identificação e constituição subjetiva. A partir da leitura de Hélio Pellegrino, psicanalista brasileiro, é feita uma análise da formação do Pacto Social (que resgata o Pacto Edípico), para adentrar na discussão da desigualdade social, do Ideal de Eu de uma cultura, da diferença exorbitante de renda entre ricos e pobres, das origens da crise social, da quebra do pacto e seus efeitos expressos na criminalidade e na formação da subjetividade. Faz-se um diálogo das análises de Pellegrino com Adorno, na análise da problemática da origem da crise social, a partir da violência estruturalmente econômica, mas não só por ela - que é determinante -, mas não o suficiente para compreender o fenômeno, que envolve o problema do empobrecimento da cultura de uma sociedade. Assim, é necessária a análise dos valores humanos (sua presença ou ausência) no Ideal de Eu de uma cultura – referência identificatória para os indivíduos -, da ausência de elementos na cultura que forneçam elaboração das angústias e reflexões transformadoras, do problema da identificação (ou de sua impossibilidade) mediada pela cultura e pelas relações libidinais estabelecidas entre as pessoas. Resta a questão de refletir se as estruturas econômicas e sociais, ao produzir formas criminosas de relacionamento, originam o crime como consequência inseparável dessa lógica. Conclui-se que ao se pensar em combater o crime há que se pensar em combater a lógica que o origina e contra a qual ele protesta (injustiças, desigualdade) e, ao mesmo tempo, muitas vezes não tem elementos de resistência, internalizando-a e reproduzindo-a, pela lógica do mundo: passar em cima dos outros para conseguir o seu, a qualquer custo, a qualquer preço em busca de lucro, pela identificação com erupção da violência gratuita. Tendo em vista que a proposta do Grupo de Trabalho (GT) 9 é "problematizar e discutir sobre as marcas produzidas nos indivíduos em relação à sociedade, e de pensar sobre as rupturas e continuidades desta relação, em uma realidade que contém condições quase que impeditivas para a autonomia do sujeito..." considero que o trabalho aqui proposto tem íntima relação com o objetivo do grupo de trabalho referido, na análise das causas que geram a violência e suas manifestações na constituição da subjetividade, especificamente no que diz respeito ao eixo 6: "Gangues e manifestações juvenis".

Cultura, drogas e adolescência: suas interfaces

Regina Perez Christofolli Abeche, Vivian Rafaella Prestes

Este trabalho dialoga a partir de três eixos temáticos: de algumas características da cultura atual, a droga e a adolescência. As características desta atual cultura são significadas como resultado

das injunções de um sistema econômico, regido pelo Mercado que pode repercutir nas disposições mais íntimas do ser adolescente, ou seja, as atitudes dos adolescentes com relação às drogas dependem tanto do contexto sócio histórico, quanto de sua história de vida singular. Relaciona-se com o GT9 "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" e o eixo temático "Psicanálise e Indústria Cultural" na medida em que procura estudar a relação de uma fase do desenvolvimento, a adolescência, relacionado com a droga, também entendida como uma característica da cultura atual regida pelo mercado. Adotamos como orientação teórica a psicanálise e também autores que discutem a cultura atual, dentre eles, o sociólogo Bauman. A metodologia utilizada para a realização deste estudo foi à pesquisa bibliográfica. A dependência química, de modo geral, está relacionada ao fato de que toda falta humana vivenciada e/ou elaborada no tempo presente remete a uma falta arcaica e constitucional. Freud conceitua que o ser humano, desde o nascimento, sente-se desamparado e é dependente do outro para poder desenvolver-se. O inicio do desenvolvimento tem sua base na satisfação das necessidades básicas de sobrevivência. Ao ser atendido nessas necessidades, o bebê inaugura, neste ato sua condição psíquica. Para além, instala-se o desejo, a frente da necessidade, e que o coloca na condição ser faltante. Ao considerar a vida psíquica do ângulo da biologia, a pulsão aparece como conceito-limite entre o somático e o psíquico, como o representante psíquico dos estímulos provenientes do interior do corpo e que atingem o mental (Freud, 1915). Neste percurso de construção psíquica regida pela pulsão e realidade externa, Freud observa que o homem é regido por dois princípios. O princípio de prazer que propõe a exigência de gratificação imediata por parte da pulsão, ignorando a realidade; e pelo princípio de realidade que propõe a adaptação do desejo à realidade. Uma característica marcante do homem contemporâneo é a busca da satisfação dos desejos de maneira imediata, negligenciando os valores tão considerados na era moderna. Diferença central que marca/diferencia o homem contemporâneo do homem moderno. No texto O mal-estar na civilização, Freud afirma que a finalidade de vida dos indivíduos é de alcançar a felicidade. Diz, ainda, que os homens, "buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes". Assim, a finalidade da vida consiste em evitar a dor e o desprazer, e buscar o prazer. Contudo, o princípio de prazer não está em harmonia com o mundo, ou nas palavras de Freud, "o seu programa está em desacordo com o mundo inteiro […] todo o arranjo do Universo o contraria" (2010, p. 30). Pois é de acordo com este princípio, responsável por regular a busca de prazer de acordo com a realidade, que os homens se organizam em sociedade. As principais características da cultura contemporânea, no entanto, estão relacionadas à exaltação da cultura do consumismo, à liberação do prazer, e a

uma falsa liberdade relacionada a uma urgência em viver cada momento de modo intenso e sem raízes. As drogas, neste contexto, têm conotação de mercadoria, na medida em que não são utilizadas para fim transcendental ou medicamentoso, mas seu uso é condicionado à busca do prazer, e para além do subjetivo, encontra-se fundamentado no Lucro, na medida em que movimenta um Mercado mundial extremamente forte relacionado ao poder político e econômico que se infiltra nas disposições intimas dos indivíduos por meio de mecanismos sócio-ideológicos, tais como os modelos identificatórios já prontos, vinculados pela mídia. Na adolescência, ocorre uma série de transformações a fim de levar a criança à vida adulta. Os adolescentes precisam renunciar a parte dos privilégios/prazeres infantis para chegar à condição adulta. O adolescente se vê obrigado a elaborar o luto por essas perdas, o que causa muita dor e resistência. Há, ainda, nesta fase, no plano psíquico, uma profunda e violenta reviravolta nos níveis pulsionais e narcísicos, pois há o reaparecimento da trama edípica, o que exige uma modificação narcísica, pois o adolescente deve (dês) identificar-se parcialmente dos pais, apesar de ainda depender deles, ao mesmo tempo, precisa se diferenciar deles, o que deixa o ego sem apoios (frágil narcisicamente), para promover novas identificações substitutas (Jeammet e Corcos, 2005). O adolescente ao reviver o Édipo, estaria novamente diante dos seus desejos incestuosos e parricídios, que traz em cena a ambivalência dos sentimentos referentes à figura materna e paterna, e a importância da lei se faz notória. No dizer de Kehl (2000), a função paterna, cumpre com o papel de fundar o sujeito, de marcar a cultura no indivíduo. Ou seja, educar, restringir, limitar e, ao mesmo tempo, fornecer ao sujeito valores, tradições e costumes. O que permitiria aos adolescentes renunciarem parte da libido investida nos pais para outros objetos. Os adolescentes procuram por novos modelos identificatórios na cultura a fim de construírem suas identidades, porém “a sociedade industrial e capitalista dispensou a mediação do pai e passou a gerenciar, de forma direta, o sujeito e seus desejos, de modo a adequá-los às suas finalidades econômicas e políticas” (COSTA, 2000). Este cenário acarreta uma exacerbação dos sentimentos de vazio e de desamparo e os adolescentes, diante das necessidades de extravasar seus sentimentos de impotência/onipotência, tristeza e solidão recorrem à droga como uma alternativa a lei do prazer imediato. E se asseguram em duas crenças: que a realidade não pode ser mudada e, na droga como única coisa da qual não pode abrir mão.

Desfiliação social e higienismo urbano: uma reflexão sobre a cidade e suas (in)seguranças

Daiane Gasparetto da Silva, Flávia Cristina Silveira Lemos

Diante das transformações da atualidade, os centros urbanos estão cada vez mais suscetíveis à fragmentação de seus espaços, ocasionando a fragilização dos locais públicos e as segregações das diferentes camadas sociais. Nesse contexto, observa-se que em meio às inúmeras problemáticas urbanas decorrentes do processo de crescimento da cidade, encontra-se o aumento das distâncias entre os homens, sendo estas também sociais, à medida que a separação entre as classes intensifica este processo. Com base nessas ideias, torna-se interessante pensar em como os espaços vão sendo organizados em função dos distanciamentos gerados pelos efeitos da modernização. Partindo da noção de segregação social e, consequentemente, marginalização nos centros urbanos, nota-se que determinados lugares públicos servem de abrigo para pessoas em situação de rua, as quais se apropriam de modo singular de alguns recintos não considerados adequados para habitação. Esta situação, que ultrapassa a questão da exclusão social, retrata a vulnerabilidade e os paradoxos da sociedade, apontando para o que se chama de desfiliação social, ou seja, o deslocamento de uma parte crescente da população para a margem em inclusões excludentes, a qual, por ser afastada dos circuitos de produção, perde o que muitos definem como a sua utilidade e, portanto, um modo de reconhecimento social em uma sociedade capitalista e de consumo. Tal fenômeno, por conseguinte, ocasiona o "apartheid" desta parcela da população, que por estar vinculada a estas condições de vida, veem-se apartadas dos seus direitos sociais e de cidadania. Nesse contexto de profunda desigualdade socioeconômica e estigmatização de classes menos abastadas, são vistas tecnologias de vigilância que buscam afastar os corpos considerados indesejáveis de segmentos sociais tidos como perigosos. Desse modo, na busca pelo controle de populações que ameaçam a ordem pública, encontra-se o uso de aparatos como grades e câmeras de segurança que ressaltam as fronteiras. Estes e outros dispositivos semelhantes enfatizam a existência de práticas que buscam banir os que são classificados como desajustados da sociedade, como forma de garantir a higienização das cidades, implicando a intensificação da ruptura dos direitos desses indivíduos. Ao considerar os pontos apresentados acima, este estudo busca refletir sobre as estratégias de segurança presentes nos centros urbanos que atravessam o processo de desfiliação social de pessoas em situação de rua. Por tal razão, as discussões trazidas apontam para questionamentos acerca dos discursos que legitimam ações discriminatórias e segregacionistas

para com esta parcela da população. Nesse sentido, este estudo mostra-se ligado à discussão do Grupo de Trabalho "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", bem como ao eixo temático "Estado, democracia e movimentos sociais", em função de seu foco estar voltado para a problematização de práticas que visam o controle e a criminalização de populações pobres e, consequentemente, sobre os seus efeitos nas trajetórias de vida de pessoas desfiliadas socialmente nos centros urbanos. As pistas metodológicas e teóricas utilizadas para este debate trazem contribuições de autores como Michel Foucault, Robert Castel, Zygmunt Bauman, Gilles Deleuze e Félix Guattari, os quais nos ajudam a falar do presente, dos efeitos das práticas que são acionadas na atualidade em termos de suas inscrições nos corpos e, simultaneamente, nas resistências que estes operam frente a estas tentativas de submissão de saber-poder. Vale ressaltar que o presente trabalho traz contribuições de monografia de conclusão de curso e de mestrado em andamento, financiado com bolsa CAPES.

Entre a polícia e o tráfico: a saúde de adolescentes em conflito com a lei

Luciene Jimenez

A partir do estatuto da criança e do adolescente (1990), o adolescente – sujeito entre 12 e 18 anos – que cometer um ato infracional – poderá ser submetido às medidas socioeducativas – mse – e não simplesmente à privação de liberdade. Existem seis medidas socioeducativas e no ano de 2006 40.356 adolescentes brasileiros se encontravam em cumprimento de alguma delas, sendo 9.555 em internação. O perfil típico deste jovem é: pobre, do sexo masculino, idade entre 15 e 19 anos, nível fundamental de escolaridade, destacam-se os atos infracionais contra o patrimônio. Este trabalho teve como objetivo identificar os principais agravos à saúde dos adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, considerando a escassez de estudos a respeito. Os agravos incluem os problemas de saúde decorrentes das condições sociais, políticas, econômicas, ambientais entre outras, não se restringindo ao organismo biológico. Foi realizado um estudo qualitativo exploratório, em uma organização não governamental na região sul da cidade de são paulo. No mês de julho de 2012 foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas individuais e uma em grupo com os seis socioeducadores que atendiam a 120 adolescentes. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas pela técnica da análise de conteúdo. As questões versaram sobre os principais problemas de saúde e como os mesmos são compreendidos e encaminhados pelos profissionais. Discussão. O principal agravo identificado foi a violência. Para aqueles(as) que participam do tráfico de drogas, a lógica existente neste contexto é permeada por ocorrências violentas

decorrentes de dívidas e traições. Para meirelles e gomes (2009) dentre os nove argumentos que motivaram a saída de adolescentes cariocas do tráfico de drogas, constam entre os três primeiros: medo de morrer por traição ou conflito armado, ser traído pelo seu próprio grupo, ameaça de castigo ou tortura por traição ou vacilo. Os socioeducadores relatam que é frequente os adolescentes comparecerem com os braços ou as pernas quebrados e, embora afirmem se tratar de acidente, os educadores supõem a possibilidade de punições decorrentes de dívidas, desvio de droga ou outro conflito. Aos acertos de contas, juntam-se os ritos de iniciação nos quais os adolescentes devem realizar atos violentos contra outros adolescentes como, por exemplo, arrancar a unha. Tal situação sugere ter uma dupla função: punir uma possível traição por parte do menino cuja unha fora arrancada e, ao mesmo tempo, ensinar ao próprio agressor o que poderia acontecer com ele, caso fizesse o mesmo. Tais relatos nos remetem aos escritos de Foucault (2009) sobre o suplício como pena, evento que tem como objetivos não apenas produzir sofrimentos de forma fria e planejada para punir aquele que é considerado culpado, mas, sobretudo é uma prática exemplar para aqueles que ainda não transgrediram e que tem como fim último reassegurar o poder de quem executa. A violência foi identificada enquanto um dos aspectos presentes nesses espaços, não é o único, podendo o tráfico figurar como espaço de filiação e pertencimento, porém a violência se faz presente e incide sobre a saúde promovendo sofrimento físico e mental, podendo mesmo chegar à morte. Não obstante a violência presente no tráfico de drogas, outra expressão de violência foi identificada pelos socioeducadores nas abordagens policiais. Existem policiais que, ao surpreenderem o adolescente em ato infracional, solicitam valores financeiros semanais para não realizarem o boletim de ocorrência e a apreensão do adolescente. A extorsão policial é um fato reconhecido pelo relatório da organização internacional do trabalho (2002) como motivador para a entrada de crianças no narcotráfico. A violência policial adquire maior intensidade sobre os adolescentes que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa, situação que funciona como um legitimador da violência. Os indivíduos têm técnicas para racionalizar e legitimar a violação de direitos. Uma dessas técnicas consiste em convencer-se e tentar convencer os outros de que o tratamento desumano conferido à sua vítima advém do seu mérito, sendo, portanto, perfeitamente justo. Quando indivíduos ou grupos são percebidos como seres fora das fronteiras em que os valores morais, regras e considerações se aplicam, é legitimado que se tenha para com esses pessoas um tratamento subumano (Dias, 2011). Mesmo quando o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa não está infracionando, os policiais ameaçam forjar um boletim de ocorrência, pois a reincidência da prática infracional pode

resultar na medida socioeducativa de internação. As extorsões praticadas pela polícia são identificadas como o principal obstáculo para que os adolescentes trabalhadores do tráfico consigam economizar, dificultando que abandonem essa atividade (Oit, 2002). A dimensão da violência legitimada pelo estigma assume tamanha proporção que pode chegar até mesmo ao homicídio, tendo ainda como desdobramento a possibilidade de o adolescente acreditar que é um marginal nato, situação que misse (2007) denominou de "sujeito criminal".

Inquietações e repercussões a partir da ampliação de políticas públicas de saúde nas prisões no RS

Luciana Oliveira de Jesus, Carla Estefania Albert, Eliane Cadoná, Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

O processo de fortalecimento do modelo de privação de liberdade, no Brasil, é marcado pelo distanciamento entre políticas destinadas ao cidadão comum e as chamadas políticas penitenciarias. Tal distanciamento se traduz numa percepção dicotômica na qual o Estado prioriza ações repressivas, não educativas nem integradoras para as pessoas em conflitos com a lei (Cardoso, 2009). No sistema prisional, garantir como dever do Estado a execução das políticas sociais acarreta disputas e divergências dentro e fora das prisões. Dentro das prisões, a situação de confinamento e a restrição da liberdade vêm mostrando uma tendência a priorizar a segurança e a sobrevivência imediata. Tal prioridade se estabelece tanto para os presos quanto para os agentes de segurança penitenciária e se estabelece em detrimento do cuidado das diferentes dimensões da vida do preso como relacionadas saúde, educação, trabalho, família e comunidade. Fora dos estabelecimentos prisionais se questiona, em práticas sociais cotidianas formadoras de opinião pública como, por exemplo, a mídia, se as pessoas privadas de liberdade são merecedoras das políticas sociais. Produzem-se, assim, discursos contrários aos "benefícios" sociais para as pessoas presas e para seus familiares, como também, a qualquer investimento que possa melhorar as condições de vida dessa população. O presente trabalho discute as complexas interfaces que atravessam a relação entre as políticas de saúde em geral e as políticas penais no Brasil. O estudo tem como campo de pesquisa a saúde no sistema prisional do Rio Grande do Sul (RS) e busca conhecer as experiências de profissionais de saúde que atuam em equipes de saúde prisional, através de entrevistas narrativas realizadas no período de maio a junho de 2013. As entrevistas poderão trazer reflexões sobre o papel desses profissionais no processo de legitimação ou rompimento com o modelo prisional atual. No cotidiano dos estabelecimentos penais é possível encontrar uma série de violações e de situações de conflitos,

distante de qualquer caráter de ressocialização, como pressupõe as normas que regulam o sistema prisional. Mendonça Filho (2013) afirma que "falar de condições degradantes, tratamento desqualificador, produção de corpos abaixo da linha de dignidade e de totalitarismo punitivo não é relatar deformações do sistema prisional. É apenas apontar o que na história das prisões do ocidente moderno é sua principal marca, seu funcionamento normal e sua condição de possibilidade". Faz refletir que não se trata de pensar apenas as estruturas sanitárias e físicas desses locais, mas a própria existência das prisões. A ineficácia desse modelo aponta para a sua superação pautada na necessidade de construirmos outro modelo de enfrentar a violência da cidade. Não podemos derrubar os muros do cárcere de uma só vez, mas urge refletir sobre a sua ineficácia e ampliar os recursos de acessibilidade à cidadania para todos. Além disso, se impõe empreender esforços no sentido de reduzir substancialmente a extensão da margem que circula a cidade e dos excluídos que lá habitam. Como afirma Otoni (2010) precisamos alimentar nossa prática de novos valores, rumo à direção de uma sociedade sem prisões. E para a ampliação dessa discussão diversos atores sociais devem ser convidados a participar, sendo fundamental a presença dos profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais. Dentro dessa perspectiva, da ampliação de equipes de saúde e investimentos públicos mesmo diante da comprovação da ineficácia do sistema prisional, surgem as seguintes questões: qual o papel das políticas sociais dentro das prisões na medida em que alguns discursos e práticas profissionais atuam reforçando a lógica da "reintegração" social? Como a entrada de equipes de saúde pode contribuir para reflexões e possíveis rompimentos do atual modelo de funcionamento das prisões?

Jovens, negros, mineiros e valadarenses: subjetividades marcadas pela vulnerabilidade social e violências

Rita Cristina de Souza Santos

Embora se observe o crescimento das taxas de morbimortalidade por causas violentas em todos os grupos de idade, como aponta Zaluar (2005) com base em suas pesquisas e nas de pesquisadores citados, como Rizzini (1993); Souza (1994); Reichenheim e Werneck (1994); Minayo (1994), entre outros —, verifica-se que os mais atingidos são os adolescentes, os jovens adultos, e, principalmente, jovens do sexo masculino e negros. Jovens homens, em plena fase de fortalecimento da identidade masculina, mais vulneráveis aos condicionamentos de gênero, etnia e ciclo de vida impostos pela sociedade ocidental pós-moderna (KNAUTH, VICTORIA, LEAL, 2005), os quais aprendem facilmente arranjos e associações simbólicas de uso da arma

de fogo, dinheiro, poder, conquista das mulheres, enfrentamento da morte, e liberdade (ZALUAR, 2005). No estado de Minas Gerais, dos 3.366.209 adolescentes entre 10 a 19 anos de idade, 44.341 residem em Governador Valadares, o que corresponde a 16,84% da população local (IBGE, 2010). Embora se esperasse encontrar, nessa etapa de vida, indivíduos em gozo de boas condições, Adamo et al. (1987) chamam a atenção para as altas incidências de invalidez e morte por causas violentas, gravidez em idade precoce e abuso de álcool e drogas. Assim, o presente estudo objetivou analisar o quadro de saúde, vulnerabilidades e os riscos sociais vivenciados pelos adolescentes negros residentes em Governador Valadares – Minas Gerais, no período compreendido entre 2000 e 2011. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório sobre as informações de Morbidade Hospitalar, disponíveis nos registros do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH-SUS), e os dados de Mortalidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Foram coletadas informações sobre a frequência de internações e óbitos por causas, segundo a Classificação Internacional de Doenças (Capítulo CID 10), faixa etária (10 a 19 anos de idade), raça/cor. Para processamento utilizamos as tabelas fornecidas pelo SIH e SIM – TabWin – versão 3.0. O padrão de morbidade hospitalar do SUS – por local de residência - Governador Valadares, no período entre 2008 e 2011 tem por característica, na faixa etária de 15 a 19 anos de idade, o destaque do grande grupo de causas Gravidez, parto e puerpério (XV), responsável por 70,64% de todas as internações hospitalares (3.934 internações); este grupo é acompanhado, embora a certa distância, do grupo XIX – Lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas (9,98%). Das 2.779 internações por gravidez, parto e puerpério, 59,76% são de adolescentes pardas e 5,36% de adolescentes pretas. Nota-se a mesma predominância de raça/cor nas internações pelo grupo XIX – Lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas: 65,64% de adolescentes pardas e 6,61% de adolescentes pretas. O padrão de internações na faixa de 10 a 14 anos de idade, constitui-se de: Lesões por envenenamento e algumas outras consequências de causas externas – Grupo XIX (18,04%),seguido de Doenças do Aparelho Digestivo – grupo XI (14,43%). No tocante a raça/cor, figuram como predominantes nas internações pelo Grupo XIX, os adolescentes pardos (61,11%) e pretos (8,51%). Nota-se a mesma predominância de cor/raça nas internações por doenças do Aparelho Digestivo: 68,51% de adolescentes pardos e 6,01% de adolescentes pretos. No município de Governador Valadares, em relação aos ‘óbitos por ocorrência – capítulo CID-10, segundo causas’, nota-se uma elevação da ‘mortalidade por causas externas’, em quase todas as faixas etárias, de 2000 a 2009; principalmente, por ‘causas externas específicas – agressões’ (homicídios, lesões provocadas intencionalmente por outras

pessoas). Se em 2000, 71,42% do total de óbitos (35 óbitos) na faixa etária de 15 a 19 anos foi resultante das 'causas externas de morbidade e mortalidade', em 2009 (36 óbitos) este valor percentual subiu para 86,11%. O refinamento dos dados referentes aos 35 óbitos na faixa etária de 15 a 19 anos, em 2000, segundo cor/raça constitui o seguinte quadro: 14,28% de adolescentes pardos, 80% de cor/raça ignorada, 2,85% de adolescentes pretos e o mesmo percentual para adolescentes indígenas. O aprimoramento dos registros e notificação dos óbitos, na faixa etária de 15 a 19 anos de idade, em 2009, permite-nos observar o seguinte quadro: 72,22% de adolescentes pardos, 2,77% de cor/raça ignorada, 13,88% de adolescentes brancos, 8,33% de adolescentes pretos e 2,77% de adolescentes indígenas. Na faixa de 10 a 14 anos de idade, em 2000, 54,16% dos óbitos totais (24 óbitos) derivam-se das 'causas externas de morbidade e mortalidade'. Dos 13 óbitos por causas externas, 53,84% são de adolescentes com raça/cor ignorada, 23,07% de adolescentes pardos e o mesmo percentual de adolescentes brancos. E nesse total de óbitos por causas externas, 66,6% foram de 'agressões' e 33,3% de outras causas externas de lesões acidentais'. Isto contraria os dados de outras pesquisas que apontam crianças e pré-adolescentes como vítimas de acidentes mais do que de homicídios. No período compreendido entre 2000 e 2009, apenas nos anos de 2008 e 2009, observa-se na mesma faixa etária – 10 a 14 anos –, a prevalência de óbitos pelo grupos IX – Doenças do aparelho circulatório (4 óbitos em 2008) e pelo grupo XVIII – Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório não classificados em outra parte (3 óbitos em 2009). No tocante ao padrão de cor/raça dos óbitos em 2008, verifica-se a prevalência de adolescentes pardos (78,57%). O mesmo em 2009, com 54,54% de óbitos de adolescentes pardos. Quando nos voltamos para Governador Valadares, vamos (re)encontrar a experiência social da(s) juventude(s) negras(s) em face dos desafios impostos por desigualdades sociais combinadas com desigualdades raciais permanentemente a exigir capacidades adaptativas de indivíduos e de grupos. São jovens negros em movimento dentro de um cenário onde os mecanismos ideológicos tenderam e persistem em reforçar: a invisibilidade do grupo; as desigualdades de trabalho, de educação, de saúde e de participação política.

Maconheiros: uma tribo pós-moderna

Rafael Nuernberg Lauer, Carlos Eduardo Senareli Teixeira, Daniele Mariano Seda

O uso de drogas acompanha o desenvolvimento da humanidade independente da cultura, localização geográfica ou época. As drogas são traços significativos das comunidades e devem ser consideradas como uma questão estrutural, transversal e multicultural da sociabilidade

humana. São, portanto, um fenômeno universal e atemporal que de alguma forma se relaciona com aquilo que Morin chamou por "natureza antropológica" universal. No entanto, como afirma Sahlins, a experiência social humana consiste da apropriação de objetos da percepção por conceitos gerais, necessariamente arbitrários e históricos. E o uso destes conceitos em contextos empíricos sujeita os significados culturais a reavaliações práticas. Assim, um evento não pode ser visto apenas como um acontecimento no mundo, mas sim como a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. Presentes nas mais diferentes atividades humanas ao longo da história, as drogas aparecem associadas a experiências religiosas, rituais, festas, atividades lúdicas, etc, que demonstram a enorme abrangência deste fenômeno social. Nesse sentido, buscaremos compreender, a partir da noção de "tribalismo" desenvolvida por Maffesoli, como se dá a apropriação da cannabis em nosso atual contexto entre aqueles grupos conhecidos como "os maconheiros". Para facilitar a compreensão do que denominamos por "tribo dos maconheiros", é necessário uma distinção entre três tipos de usuários de maconha. O primeiro é aquele que entende a maconha como mais uma droga em seu vasto repertório. Estes usam a maconha porque acham que seus efeitos são prazerosos e combinam com outras drogas. O segundo tipo são aqueles que se autodenominam "maconheiros". Os que se enquadram nesse grupo vêem a maconha como sua droga por excelência. Não que não possam vir a fazer uso de outras drogas, porém isso só ocorre em ocasiões especiais, como festas, viagens, etc. Para um "maconheiro", o fumo não é apenas uma substância psicotrópica qualquer; é também um objeto ao redor do qual criam-se valores de co-pertencimento, de comunhão, de grupo. Ser "maconheiro" é adotar um estilo de vida amparado em grande parte na relação com a droga. Como terceiro tipo aparecem aqueles que só fumam "socialmente", utilizando a maconha apenas esporadicamente, em momentos que não façam parte do seu cotidiano. A maconha é para estes assim como outras drogas são para aqueles que se dizem maconheiros, apenas uma curtição a mais. É importante mencionar que as características aqui explanadas para diferenciar os tipos de usuários não possuem fronteiras bem definidas, ocorrendo constantes trocas entre categorias por parte dos indivíduos. Além do que, nosso objetivo não é criar classificações que engendrem o comportamento social dos usuários, mas apenas melhor situar nosso foco de pesquisa. Os usuários que iremos analisar se aproximam do segundo tipo, ou seja, aqueles que apresentam entre seus hábitos e costumes diários a prática de fumar maconha. O estilo "maconheiro de ser" é caracterizado por uma série de nuanças que, na medida do possível, tentaremos esclarecer através de um "reconhecimento de terreno". Por se tratarem de grupos que estão cotidianamente sujeitos a uma série de ameaças e inseguranças,

vivendo na permanente possibilidade de serem descobertos, acusados e estigmatizados, esses grupos são obrigados a desenvolverem complexos sistemas de reconhecimento para garantir a segurança na obtenção e no consumo de drogas. É o que Velho chamou de "certa esoterização do comportamento", isto é, o desenvolvimento de um vocabulário especializado, de sinais de identificação, de roupas de determinado tipo, expressão corporal, etc. Características que vem a compor um "mapa de classificação de pessoas e lugares" que permitem uma flexibilidade de reações e comportamentos. Zimberg denomina esses sistemas de reconhecimento por "rituais sociais", que, segundo o autor, são padrões estilizados de comportamento prescritos em torno do uso de determinadas substâncias, na qual estão incluídos métodos de aquisição e consumo, escolha do meio físico e social para o uso, atividades associadas ao consumo e a maneiras de se evitar e lidar com possíveis efeitos negativos da droga. Os "rituais sociais" atuam como elementos reforçadores das "sanções sociais", que nada mais são do que o conjunto dos valores e regras de conduta compartilhados informalmente por grupos e de leis e políticas formais que regulamentam o uso de drogas. Assim, os "rituais sociais" e as "sanções sociais" constituem as formas de controle social vigentes tanto em uma cultura como um todo quanto em pequenos grupos específicos. As "sanções sociais" indicam se e como uma determinada substância pode ser usada e os "rituais sociais" transmitem e reafirmam esse conhecimento no grupo. Entretanto, para além de uma perspectiva apenas prática e utilitária, Maffesoli (2001) afirma que a relação entre o indivíduo e a sociedade não repousa apenas sobre um contrato racional que me liga ao outro, mas também na existência de um mundo "imaginal", isto é, uma empatia que me torna, com o outro, participante de um conjunto mais amplo, totalmente contaminado por idéias coletivas, emoções comuns e imagens de todos os tipos. É nesse sentido que, a partir da noção de tribalismo de Maffesoli, segundo a qual a vida em sociedade não se faz mais a partir de um indivíduo, poderoso e solitário, fundamento do contrato social, da cidadania desejada ou da democracia, mas sim por meio de uma nova relação com a alteridade, baseada no prazer de estar junto e na intensidade do momento, buscamos mostrar que a relação do homem com a droga estabelece valores não apenas de cunho individual, necessário e prático, mas também comunitário, afetivo, imaginário e simbólico.

Moral sexual "industrializada": a vida amorosa em tempos de indústria cultural

Antonio Gonçalves Ferreira Junior, Angela Maria Pires Caniato

Este trabalho tem o objetivo de analisar as consequências que a chamada indústria cultural (Adorno e Horkheimer, 1985) na formação e orientação das subjetividades dos sujeitos

contemporâneos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que utiliza do referencial teórico e técnico da psicanálise freudiana de análise da vida anímica. Como apontado por Gonzáles Rey (1985), tal técnica se enquadra na metodologia da Pesquisa Qualitativa, visto que se pauta na construção e interpretação do conhecimento. O presente estudo articula-se com o GT 9 "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" e com o eixo temático "Psicanálise e indústria cultural", pois entende que os relacionamentos afetivo-sexuais sofrem impactos importantes da indústria cultural, ao impor normas e regras ideológicas de como os seres humanos devem se relacionar. Tal impacto pode ser considerado como uma violência simbólica, que é característica da realidade do capitalismo contemporâneo. Nosso estudo analisa a representação e orientação que as instituições da civilização – dentre elas a indústria cultural- exercem na vida amorosa dos indivíduos. Estas se encontram fundamentadas na dinâmica do que Freud (1909) conceituou como a base das relações afetivo-sexuais: as correntes ternas e sensuais da vida amorosa, que encontram na cultura uma importante orientação para suas manifestações, a partir, principalmente, das consequências da repressão - constituída e constitutiva também pelas normas e tradições. A civilização ocidental passou ao longo dos séculos por diversas formas de organização e instituições que regiam a vida dos indivíduos, podemos destacar principalmente os períodos da Polis Grega; da Idade Média; a formação dos estados modernos; a ascensão da burguesia. Tais períodos engendraram importantes mudanças no modo de produção social até culminarem na contemporânea sociedade de consumo. Podemos pensar que com isso não apenas a vida social foi transformada, mas principalmente os ideais e a subjetividade humana. Mas quais as mudanças ocorridas na vida amorosa dos indivíduos? Sigmund Freud em seu texto "Moral sexual civilizada" nos indica o caminho para pensar as respostas possíveis a esta pergunta. Freud (1930) discute que a humanidade foi levada a fundar e reeditar seus ideais culturais e suas proibições em cada modelo de sua civilização. Tal trabalho foi guiado pela busca dos seres humanos por amparo e proteção. Na busca destes o homem foi levado a trocar uma parcela das possibilidades de satisfação de seus instintos pela segurança que a civilização pode oferecer. É justamente no núcleo deste antagonismo que reside o fundamento de moral sexual civilizada, que norteará a vida amorosa dos indivíduos, representada numa vida anímica marcada pelas expressões do inconsciente. Segundo Freud (1909) as correntes ternas e sensuais da vida amorosa se apresentam como representantes das duas classes de instintos: os instintos do ego e os instintos sexuais. Segundo o autor é a confluência entre essas duas correntes que possibilita a satisfação, tanto da sexualidade quanto do amparo/proteção (difundidas como protótipo de felicidade da

vida amorosa). Mas a união dessas duas correntes num mesmo objeto encontra um percalço diante das exigências da civilização, principalmente no que diz respeitos aos tabus da sexualidade e da agressividade: o canibalismo, o parricídio e principalmente o incesto. Para Freud (1905) todo encontro com um objeto de amor é necessariamente um reencontro, porque a orientação da vida amorosa apresenta seus fundamentos nas primeiras relações parentais. Tal reencontro apresentou roupagens diferentes, conforme a mudança do momento histórico, o que evidencia a importância que a cultura, as normas e tradições, têm na orientação libidinal dos indivíduos. Freud (1908) discute que o desenvolvimento libidinal observado na esfera indivídual encontra um correspondente direto em algumas etapas ou estágios do desenvolvimento da civilização. Nas palavras do autor :considerando essa evolução do instinto sexual, podemos distinguir três estádios de civilização: um primeiro em que o instinto sexual pode manifestar-se livremente sem que sejam consideradas as metas de reprodução; um segundo em que tudo do instinto sexual é suprimido, exceto quando serve ao objetivo do reprodução; e um terceiro no qual só a reprodução legítmia é admitida como meta sexual. A esse terceiro estágio corresponde a moral sexual "civilizada" da atualidade (p. 175). É justamente a partir destas passagens que podemos entender a vida amorosa dos indivíduos na atual sociedade de consumo. Num primeiro momento podemos identificar as normas oriundas das cidades-estados da Grécia, em que a vida amorosa dos indivíduos seguia as proibições de acordo com os Vícios e as Virtudes. Depois encontramos os ideais da civilização medieval, pautadas nas normas dos Pecados e das Virtudes, e mais adiante a dupla moral burguesa - que seria o terceiro estágio denominado por Freud de Moral Sexual Civilizada, que é a causadora das doenças nervosas modernas. A dupla moral trabalhada por Freud (1908) foi construída pela sociedade de produção, em que existia a égide da família burguesa. Nela a norma era fundamentada em leis e proibições que visavam à acumulação de capital. Segundo Severiano (2002) na contemporânea sociedade de consumo a lógica do desejo cedeu lugar para a lógica da mercadoria na orientação das subjetividades. Segundo Adorno e Horkheimer (1985) os ideais contemporâneos se pautam na lógica da mercadoria devido à manipulação simbólica e ideológica da indústria cultural. Com Bauman (2001) também podemos analisar que a vida amorosa na atualidade segue a lógica do descarte e rotatividade, que é a marca dos bens de consumo. Constatamos que a mesma cisão das duas correntes da vida amorosa trabalhada por Freud em seu texto Moral sexual civilizada, em que objetos de amor idealizados são contrastados com objetos depreciados, devido a uma sexualidade hedonista; se encontra hoje sob novas roupagens, por meio da contradição entre o ser e o parecer ser. Pois em tempos de

mercadorias deificadas, o corpo toma à dianteira e os objetos de amor são jogados para segundo plano em sua possibilidade de amparo e proteção de um narcisismo secundário.

O conceito formação reativa em Freud e sua possível relação com o preconceito

Luana Gois Corbelo, Regina Perez Christofolli Abeche

Esta pesquisa tem por objetivo analisar o preconceito como um desdobramento cultural/social da formação reativa e analisar a contribuição deste mecanismo para a construção e adesão ao mesmo. Desde o princípio, não há a intenção de individualizar o preconceito, mas de pensar o recorte individual deste. De cunho psicanalítico, optou-se pela pesquisa bibliográfica, como meio de resgatar o conceito na obra freudiana e formular hipóteses sobre as considerações encontradas.Também serão utilizados autores pós-freudianos que contemplam uma perspectiva político-social. É uma pesquisa em desenvolvimento, que vigora de agosto de 2013 a julho de 2014. Para uma conversa entre os autores utilizados e o estabelecimento da relação proposta, os principais conceitos resgatados foram "preconceito" e "formação reativa", e serão aprofundados os estudos sobre os mesmos durante o desenvolvimento da pesquisa. Sobre o preconceito, Caniato (2008) o define, o preconceito é uma atribuição social de malignidade a determinados indivíduos e grupos, correspondente a uma categorização de classe social que, muitas vezes, veicula uma atitude política e étnica aversiva [...] (p. 22). Crochík (1996), afirma que "[...] o preconceito se caracteriza por um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de relação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade. [...]" (s/p). Sobre a formação reativa, no Dicionário de Psicanálise de Elisabeth Roudinesco e Michel Plon (1998), há um histórico do termo reação, componente do conceito formação reativa. Segundo os autores, a palavra foi usada por Freud em um sentido totalmente diferente do de costume a fim de designar um mecanismo de defesa. Anteriormente, reação compunha a palavra ab-reação, usada por Freud e Breuer para designar uma "nova" reação emocional a um acontecimento traumático, que, em sua ocorrência, não proporcionou reações emocionais suficientes para evacuar o acontecimento de afeto, que, assim, permanece ligado à lembrança, a qual se torna o agente para o desenvolvimento do sintoma histérico. A designação ab-reação era também relacionada ao método catártico e importante "fonte" de cura, sendo oposta às reações emocionais que produziam um sintoma. Sobre a mudança no uso do termo reação, "[...] em vez de designar uma descarga liberadora, ele seria empregado para evocar um processo de bloqueio ou contenção, a formação reativa" (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 4). Em Freud (1913), há uma passagem, dentre outras, que define a formação reativa, entretanto, contradições

de um certo tipo - substituições pelo contrário exato - não oferecem dificuldade séria ao trabalho da interpretação analítica. Não apelaremos aqui para o fato de os contrários serem tão amiúde representados por um só e mesmo elemento nos modos de expressão utilizados pelo inconsciente, tal como, por exemplo, nos sonhos. Mas lembraremos que existem na vida mental forças motivadoras que ocasionam a substituição pelo oposto, na forma do que é conhecido como formação reativa; e é precisamente na relação de forças ocultas como estas que procuramos a recompensa de nossa indagação. [...] (FREUD, 1913, p. 322). É possível articular o projeto proposto com a temática do Grupo de Trabalho "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", porque aquele visa a articular o preconceito com o seu aspecto subjetivo/individual ao relacioná-lo à formação reativa. Além disso, o preconceito é uma violência sutil no cotidiano, como, por exemplo, Caniato (2008) afirma que, as representações preconceituosas, uma das expressões da violência social, manifestam-se por meio de signos de periculosidade distintos e com atribuição de perversidades a indivíduos e grupos diferentes. [...] Esse processo de "dividir para reinar", portanto, sofre as conseqüências de determinações históricas e, na contemporaneidade, exprime-se de forma cada vez mais encoberta e sutil [...] (p. 22).

O desamparo da subjetividade sob a violência simbólica da sociedade da aparência

Naiara Valdelaine Balduino, Angela Maria Pires Caniato, Mônica Salci Capelasso

A presente pesquisa bibliográfica objetiva analisar o processo de introjeção dos signos de consumo que perpassam as relações interpessoais da sociedade atual, resultantes de subjetividades que aderem aos objetos da sociedade da aparência como objeto de amparo, coisificando o homem e personificando os bens de consumo. Como orientação teórica nos basearemos na Psicanálise freudiana e na Teoria Crítica de Adorno que abarcará enquanto eixo temático a Psicanálise e Indústria Cultural. Com relação ao GT9 intuímos, analisar as expressões de violência simbólica presentes nas subjetividades desamparadas da sociedade atual, referida aqui como sociedade da aparência. O sofrimento humano segundo Freud (1927-1931/1996) no "Mal Estar da Cultura", possui três fontes reais que o acomete: decadência gradativa do corpo; adversidades da natureza e relações interpessoais. No entanto, a busca incessante pela felicidade também faz parte da constituição do sujeito, designada por meio da pulsão de vida inerente à existência. Para Severiano (2010), tal felicidade almejada, que é capaz de amenizar essas três fontes de sofrimento, ganha aderência a ideologia do consumo, uma vez que os processos identificatórios coletivos estão enfraquecidos, e a subjetividade se encontra

norteada pelas fantasias inconscientes a caminho de uma regressão egóica infantil. Uma vez que o real é sucumbido pelo irracional, a consciência perde autonomia, gerando uma heteronomia que inverte o processo de individuação, afinal, ocorre um processo regressivo que impõe ao indivíduo uma renúncia da sua própria identidade. Destruindo, portanto, segundo Adorno e Horkheimer (1985) a consciência crítica do indivíduo afim de conquistar compradores assíduos de perfis padronizados, que esfacelam os vínculos alteritários e que mascaram cada vez mais os sentimentos de impotência e desamparo diante da realidade, revelando o caráter de passividade e infantilização de tais subjetividades. Assim, o sofrimento advindo das relações interpessoais está presente em demasia devido as situações de violência condizentes a vulnerabilidade e ao desamparo. Isso ocorre devido a ausência de investimento libidinal com o outro, incapaz de experenciar relações afetivas. Dessa forma, os indivíduos se tornam apáticos uns com os outros, investindo libidinalmente na mercadoria que se torna personificada em detrimento da subjetividade humana coisificada, que é vendida e submetida as exigências de uma sociedade pautada na aparência. Nesses moldes, Severiano (2010) aponta que: (...) celulares, carros, computadores, cartões de crédito, corpos ‘sarados’ etc. são convertidos em uma espécie de passe para a inclusão social e um certificado de estilo e personalidade, sem o necessário estabelecimento de vínculos significativos de alteridade (SEVERIANO, 2010, p.121). Assim posto, para que aconteça a realização pessoal, o indivíduo deve ser capaz de consumir, pois a "felicidade" está intimamente ligada a mercadoria e em uma inserção social, que o reconhece apenas por aquilo que ele demonstra ter. Nessas circunstâncias, a ideologia medeia a troca de investimento libidinal com o outro pela mercadoria, e se insere a nível do desejo das subjetividades, que são normatizadas. Dessa maneira, a satisfação é saciada apenas momentaneamente, pois move o sujeito a buscar novas mercadorias, fonte de bem-estar que outrora era atribuído ao indivíduo-humano capaz de proporcionar amparo. O amparo, consequentemente, é substituído pelo desamparo, os indivíduos são submetidos a violência simbólica quase que sem chances de defesa, em decorrência do processo de desestruturação egóica. A materialização disso se efetiva quando essa lógica enganosa é introjetada no Ego, violentando a subjetividade, padronizando as aparências, favorecendo uma sociedade do momentâneo, da troca de mercadorias e, principalmente, da troca de pessoas que não se vinculam mais de modo estável, e que de forma alguma toleram o sofrimento, pois nessa sociedade da aparência que equaliza tudo em dualismos, "bom e mal", "perigoso e não perigoso". Todo este processo gerido pela Indústria Cultural culmina na sociedade do consumo, que valoriza a aparência e o individualismo de modo perverso, pois o indivíduo que necessita

de uma vinculação sólida de amor com o outro é posto a mercê da falsa personificação dos objetos, que inviabiliza a troca libidinal mútua e, por conseguinte, promove o enfraquecimento do Ego.

O ocaso narcísico da subjetividade contemporânea: a violência psicossocial e suas possíveis repercussões no psiquismo

Mérly Luane Vargas do Nascimento

A cultura e a sociedade contemporâneas têm sido descritas como propensas a suscitar ou exacerbar o narcisismo individual (Lasch, 1983), por meio de vários mecanismos que, simultaneamente, ampliam as causas do sofrimento humano e restringem as possibilidades do sujeito de lidarem com as mesmas (Bauman, 1998; Baudrillard, 1995; Costa, 1988; Pedrossian, 2008). O sentimento de desamparo, agravado por esses mecanismos, bem como o sofrimento psíquico dele resultante, seriam, desse modo, as grandes marcas distintivas da subjetividade em nossa época, assim como daquilo que se convencionou denominar ‘narcisismo contemporâneo’ (Lasch, 1983, Costa, 1984). É curioso observar, entretanto, que, na teoria psicanalítica, o conceito de narcisismo não se restringe ao campo da patologia e do sofrimento psíquico; sendo descrito, inclusive, como a matriz libidinal do amor. Em sua complexidade e abrangência, o narcisismo, conforme descrito por Freud (1914/2004) refere-se tanto a um momento que pode ser compreendido como fundante do Eu, quanto a um estágio necessário de amor dedicado praticamente de modo exclusivo a esse Eu, como também a uma regressão de caráter patológico a esse estágio que, por suas venturas (mais imaginadas que reais), é tão difícil de ser abandonado. A possibilidade de amar ao outro, por sua vez, apesar de muitas vezes ser vista como diametralmente oposta ao narcisismo, seria um dos desdobramentos subsequentes desse último. Isso significa que libido narcísica e libido objetal são interdependentes. Para Hornstein (2006), o aumento da auto-estima em uma relação amorosa satisfatória, bem como sua diminuição em uma situação de rejeição por parte do objeto de amor, ilustram a interação existente entre libido narcísica e libido objetal, as quais se fortalecem e se complementam mutuamente, conforme a visão do autor. Além disso, Freud (1914/2004) já deixara clara a origem objetal da libido narcísica: a nova ação psíquica necessária à formação do Eu, a qual coincide com o estágio do narcisismo primário, apenas será possível pelo amor inicialmente investido pelo outro nesse Eu nascente. Longe de ser uma expressão do amor ao Eu e ao outro, a forma contemporânea do narcisismo mostra-se peculiar, sobretudo por aliar-se a aspectos destrutivos do psiquismo. O Narciso de nossos tempos define-se, assim, por uma atitude cada

vez mais autocentrada, embora forjada por meio de imperativos da exterioridade (Birman, 2009). Tais imperativos classificam-se como autoritários e são inculcados no indivíduo via indústria cultural (Adorno & Horkheimer, 1947/2006), a qual, por sua vez, é submetida aos ditames do donos do capital, para os quais as finalidades eminentemente humanitárias nada significam caso não se façam acompanhar por ganhos financeiros. Simultaneamente, essa forma autocentrada e indiferente de o indivíduo contemporâneo relacionar-se é fortalecida, em detrimento das relações pessoais saudáveis, dos vínculos amorosos e da solidariedade (Bauman, 2008), fatores indispensáveis à saúde psíquica do ser humano e à perpetuação de nossa espécie. Por meio da análise de algumas características da sociedade do consumo e do espetáculo, objetivamos elucidar alguns aspectos desse narcisismo contemporâneo, bem como, da violência psicossocial a ele atrelada. A proposta desse trabalho coaduna-se à do Grupo de Trabalho "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" ao pretender problematizar e discutir como se constituem as marcas da cultura na subjetividade do indivíduo contemporâneo, a partir de uma perspectiva histórica, política e social. A subjetividade e, consequentemente, o sofrimento psíquico, dizem respeito a resultantes complexas e dinâmicas de fatores que interagem nos mais diferentes âmbitos e, portanto, não podem ser reduzidos ao mundo interno do sujeito. Desse modo, torna-se essencial considerarmos essa interação indivíduo-cultura, se quisermos escapar à 'patologização' e à 'culpabilização' daqueles que, sentindo-se desamparados, recorrem aos nossos saberes não apenas em busca de um especialista, mas também de um outro que os compreenda e os ampare. A Psicologia, enquanto uma ciência destinada a lidar também com o sofrimento humano, não pode furtar-se a essa tarefa política e, eminentemente, humana, de compreender – até mesmo para ter possibilidade de modificar – a intrincada relação de violência que se trava entre o ser humano e a cultura na atualidade.

Os efeitos do "ideal jovem" da sociedade de consumo para o adolescente na contemporaneidade

Vinicius Romagnolli Rodrigues Gomes, Angela Maria Pires Caniato

Um dos fatores que mais dificulta a travessia do mundo da infância ao mundo adulto é o culto à adolescência como o grande ideal em nossa cultura atual. Calligaris (2000) lança a hipótese de que a adolescência se tornou o corolário atual do ideal moderno de liberdade, encarnando no imaginário social o estilo de vida que mais se aproxima de tal ideal. Para Kehl (2002), o imperativo jovem se apresenta como uma força opositora aos efeitos que a passagem do tempo confere aos nossos corpos, alimentando uma ilusão de imortalidade, da virilidade e da

vitalidade. O ideal hoje não é tornar-se adulto para fazer as próprias escolhas e correr os riscos que isso implica, e sim permanecer jovem e não envelhecer. Cada época elege um período da vida para simbolizar seus ideais de perfeição, assim sendo, vemos que os jovens saíram de uma obscuridade culposa e obediente à qual os discursos médicos e morais os relegavam para se transformar em uma faixa da população privilegiada pela indústria cultural. Kehl (2008) discorre sobre a "teenagização" da cultura ocidental; a autora inicia sua análise lembrando Nelson Rodrigues, o qual em uma crônica sobre sua infância dizia que o Brasil de 1920 era uma "paisagem de velhos", uma vez que os jovens não tinham função ou destino e que a época não suportava a mocidade. Isso se devia ao fato de que todo jovem devia ostentar relativamente cedo sinais de respeitabilidade e seriedade, assim sendo, um homem de 25 anos já era identificado entre os homens de 50 e não entre os rapazes de 18. Tanto homens quanto mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva e reprodutiva da vida do que quando ocupavam a etapa intermediária entre infância e vida adulta. Tal cenário parece, no entanto, muito distante do que encontramos nos dias de hoje. Vivemos em um tempo onde o imperativo é ser jovem; ser jovem virou slogan e clichê publicitário. Diante deste cenário, na passagem dos anos 70 para os anos 80 o capital com seu senso de oportunidade soube se aproveitar diante de uma juventude que se revelara um poderoso exército de consumidores, livres de freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres e desligados de discursos tradicionais. Objetivo: Discutir a adolescência como ideal cultural sob uma ótica sociocultural e também psicanalítica. Método: Neste trabalho utilizamos um método de pesquisa bibliográfica, realizando um levantamento da bibliografia fundamental sobre o tema escolhido, a partir de um problema identificado e de um questionamento com a finalidade de construir explicações teóricas para o problema colocado. Resultados/conclusão: A adolescência foi "criada" em meio a um projeto de institucionalização do curso da vida e a partir disso podemos considerar que o processo destacado por Kehl (2004) de "teenagização da cultura" está na contramão deste projeto, uma vez que tornou a adolescência desvinculada das limitações de idade. Os ideais que regulavam o modo de vida moderno sofreram alterações tornando-se mais complexos e fragmentados o que levou a uma perda da confiabilidade e segurança que eram marcas da modernidade. Diante disso, os ideais modernos que serviam de referenciais simbólicos e orientavam o comportamento social foram afetados e os sujeitos da contemporaneidade dificilmente conseguem manter uma identidade estável e duradoura. Rocha e Garcia (2008) falam em uma "transitoriedade identitária" que parece ir ao encontro com o ideal de liberdade propagado como valor fundamental na lógica do consumo. As identidades na

atualidade se formam pela adoção de estilo e imagens que tem grande valor simbólico em nossa sociedade. Birman (2009) fala que nossa sociedade é marcada pela "estetização da existência", sendo que os indivíduos buscam fazer da sua própria vida um grande espetáculo ou uma obra de arte a ser admirada pelo outro. Vemos, portanto, que na cultura do consumo, a imagem e a estética são os elementos que ditam as relações o que nos mostra a importância dada hoje ao estilo. Esta estetização da vida implica considerar objetos oferecidos pela indústria cultural como dotados de um valor simbólico para além do valor de uso. Assim, aquilo que se consome se transforma em signo de reconhecimento de um determinado grupo social ou modos de ser (Castro, 1999). Nosso trabalho articula-se com o GT "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", pois leva em consideração a intersecção do indivíduo com a cultura na construção da subjetividade. O eixo temático é "Psicanálise e Indústria Cultural". A orientação teórica deste trabalho é de base psicanalítica.

Os jogos online uma possível relação com a violência: uma leitura psicanalítica

Daniel Ribeiro Branco, Regina Perez Christofolli Abeche, Isabelle Maurutto Schoffen

O presente trabalho tem como objetivo discutir os possíveis desdobramentos que a satisfação pulsional promovida pelos jogos eletrônicos do tipo MMO poderiam exercer sobre o sujeito. O método será pautado na teoria psicanalítica para a interpretação. Um dos segmentos de maior crescimento nesta indústria são os jogos online para grandes massas de jogadores, ou MMO – Massively Multiplayer Online. Estes jogos simulam guerras contemporâneas, batalhas medievais ou o simples cotidiano, criando mundos fantásticos ou mesmo situações muito próximas da realidade. Conceito limite entre o psíquico e o somático, as pulsões são os representantes psíquicos das excitações provenientes do corpo, que chegam ao psiquismo como uma exigência de trabalho que busca a satisfação libidinal. Desta forma a pulsão cria uma necessidade que para ser suspensa necessita de uma ação; a satisfação, porém, só pode ser alcançada por meio de uma "alteração direcionada e específica da fonte interna emissora de estímulos" (Freud, 2004, p. 146). "Ainda que a meta pulsional seja sempre a satisfação, esta pode ser alcançada por diversos caminhos, podendo ser dividida e deslocada no decorrer do processo, ainda que isto não seja garantia da total satisfação, pois é possível que a meta seja inibida quando não pode ser tolerada pelas regras do Eu, possibilitando apenas uma satisfação parcial" (Freud, 2004, p. 148). Estas possibilidades de destinos pulsionais apontam para esta força constante que tem sua fonte no interior do organismo e sua representação no psíquico, que incita o sujeito a várias ações para obter a satisfação, mesmo que parcial. Tal busca por

satisfação parcial pode ter como possibilidade de destino os jogos, oferecendo saídas que não atingiriam o coletivo, sendo assim sem a possibilidade de repreensão pelos atos praticados, ou mesmo sem as dificuldades que um relacionamento pessoal poderia trazer, tornando assim o ambiento dos jogos assépticos às consequências da satisfação de alguns desejos. Em O Mal Estar na Civilização, Freud (2006c, p. 93) aborda sobre a dicotomia da aquisição/manutenção da felicidade e do processo civilizatório. O processo civilizatório tem o intuito de proteger a sociedade contra os processos pulsionais e regular nossos relacionamentos sociais (Freud, 2006c, p.96). Como consequência das necessidades impostas pelo princípio do prazer e pela agressividade, o indivíduo encontra-se dividido entre suas vontades de satisfação individual e as exigências sociais (Freud, 2006c, p. 119). Intimamente ligada ao consumo, pode-se dizer que na atualidade se tem como uma de suas principais marca a subordinação da cultura e da subjetividade ao registro econômico, sugerindo que a economia se faz presente junto ao psiquismo como uma "administração instrumental dos desejos e prazeres para a geração de novas riquezas" (Silva Jr, 2006, p. 30). É inegável que atualmente os jogos eletrônicos online para múltiplos jogadores tornaram-se uma rotina diária e ponto de encontro para milhões (Turkle, 2005, p. 4). Nos anos 80 estas tecnologias exigiam do usuário um razoável nível de compreensão para interagir com os computadores; como era necessário criar seus próprios programas básicos o indivíduo tinha que criar, e para isto precisava conhecer o funcionamento básico daquele dispositivo, e a partir disto atuar sobre. Atualmente, porém, os computadores estão mais próximos de "próteses do pensamento" (Turkle, 2005, p. 3) do que ferramentas. Christoph Türcke defende que a distração, o lazer, é uma necessidade, mas que a inundação de impressões audiovisuais provocados pela torrente de imagens exercita algo que pode ser chamado de uma "distração concentrada" (Türcke, 2010a, p. 263). Porém, tão ou mais preocupante, é que esta incapacitação ao ato de refletir pode estar colaborando para um afastamento cada vez maior do indivíduo da sensibilidade e da possibilidade para enfrentar suas questões e frustrações. Para Türcke "a repetição de imagens que vivemos é uma forma de não lidar com a dor, com o que achamos que é terrível" (2010b). Toda esta destituição e aprisionamento do sujeito, assim como sua incapacitação para refletir sobre as contingências que o cercam, podem ser entendidos como violência simbólica. Caniato (2009, p. 167). Os jogos parecem se aproximar de uma produção voltada em atender ao mercado, sem a preocupação com o sujeito em sua. Por outro lado, apesar de todos os interesses que possam existir por detrás da produção dos jogos eletrônicos, os caminhos dependem da singularidade do sujeito, para exemplificar Turkle (2005) compara os jogos a uma tela de Rorschach , na qual o resultado e

elaboração dependem do sujeito que se encontra frente à tela. Sabe-se pela mídia o quanto podem ser prejudiciais para alguns indivíduos, mas os casos publicados não são representativos em relação ao todo dos jogadores, assim como deixa de lado aqueles que embora não extrapolem sua violência no mundo externo, podem estar sendo violentados simbolicamente por uma forte adesão, abandonando qualquer possibilidade de relações intersubjetivas não virtuais. Este trabalho pretende compor o grupo de trabalho "expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", pois os jogos entendidos como uma possível violência simbólica encontram sua expressão e seus desdobramentos na subjetividade.

Phenix - a ousadia do renascimento do indivíduo sujeito - fase III: o Projeto Phenix a partir de 2008 - uma pesquisa participante

Angela Maria Pires Caniato

A população com a qual viemos interagindo são adolescentes pobres da periferia da cidade de Maringá, PR que frequentavam uma instituição sócio-educativa em sistema de contraturno. A nossa inserção nesse agrupamento humano foi sustentada na premissa-denúncia de Martín-Baró de que vivemos sobre o "império da desvalorização da vida humana", forjado pelo autoritarismo socioeconômico do capitalismo e da sociedade de consumo de massa por ele engendrada. Entendemos que seus reflexos excludentes são escamoteados pelos discursos demagógicos e ideológicos (indústria cultural- Theodor Adorno) dos regimes políticos ditos democráticos da contemporaneidade, cuja violência atinge a todos os indivíduos. Partimos dos ensinamentos de Theodor Adorno em "A Personalidade Autoritária" de que tendências preconceituosas, nem sempre conscientizadas pelos indivíduos, dão sustentação subjetiva a formas de organização social conduzentes à barbárie. Os indivíduos e suas subjetividades são analisadas com a orientação da Psicanálise nessa articulação com a cultura. Nos valemos de filósofos, sociólogos , psicanalistas contemporâneos, tais como Hanna Arendt, Leontiév, Baumann, Levisky, Dejours, Jurandir Freire Costa e outros, para interpretar essa relação psicossocial e as suas implicações na construção das identidades desses adolescentes. As questões demandas levantadas pelos adolescentes são trabalhadas em diálogos com eles por meio de documentários/filmes, músicas, dinâmicas de grupo e outros procedimentos psicogrupais. Pretendemos estar ajudando –os no desenvolvimento de uma autonomia individual sob o signo de uma consciência crítica e vínculos de solidariedade entre eles. Nessa interação com os adolescentes, socialmente criminalizados e considerados "população de risco", pretendemos,

ainda, estar fomentando ações transformadoras de suas realidades psicossociais, numa luta pela recuperação de suas cidadanias – educação emancipatória (Theodor Adorno).

Práxis da liberdade nas ruas do Brasil: o sujeito político de Hannah Arendt

Arlindo da Silva Lourenço

Um olhar atento aos gestos e às expressões dos jovens brasileiros nos momentos posteriores aqueles que ficaram conhecidos como os "dias que sacudiram o Brasil", em junho de 2013, quando milhões de pessoas saíram as ruas em manifestações exigindo saídas político-práticas para alguns problemas crônicos da vida cidadã no país, em especial, o direito à saúde, ao transporte público e à educação de qualidades e contra a superexploração da mídia e a corrupção que grassa a olhos vistos e já se dá como naturalizada, nos dão mostras da possibilidade do exercício da liberdade quando expresso na práxis da aparição pública, ou, modernamente, nas manifestações de rua, como vimos. Segundo Hannah Arendt, a liberdade humana só é possível na ação e na política; naquela ação típica dos homens denominada pela autora de vita activa. Os jovens que exigiram mudanças e, de certa forma, já conseguiram, dado o movimento rápido do executivo e do parlamento brasileiros em prol de iniciativas político-partidárias que deem respostas imediatas e de curto prazo às exigências das ruas, exerceram, naqueles momentos, o que de mais humano existiria para essa autora, ou a possibilidade de uma vida pautada pela práxis política, ou pelo discurso na esfera pública (as ruas) e pela ação (as manifestações organizadas). A liberdade, segundo Arendt, tem implicações no imprevisível, no indescritível e no impensável das ações humanas, que só são possíveis, justamente, na ação do pensamento; este, por sua vez, "depende de uma espécie de retirada espiritual do contato direto com as coisas do mundo", condição sine qua non para que se possa refletir e discorrer sobre essas coisas. No comezinho e recôndito de nossas vidas cotidianas, somos tomados e catatonizados pelo burburinho do hábito e da tradição, dos gestos plásticos, copiados e previsíveis; já na vida política e pública da Pólis, os homens têm a condição de começar sempre de novo, podem começar sempre algo novo – "algo que poderia também não ser". Somos capazes de sobrepujar o meramente estabelecido pelas leis da natureza, pela necessidade fisiológica e pela existência alienada e mal formada. Para que atinjamos, entretanto, estágios mais avançados de humanidade, é necessário que sejamos leais para nós mesmos e para os outros humanos, diz Arendt. Essa é a condição necessária para que se estabeleça a liberdade entre nós, para que ela não desapareça, assim que surja, ao nascer. Este trabalho pretende refletir sobre o fazer e sobre o pensar humanos a partir dos acontecimentos de junho de 2013, segundo referenciais teóricos

de Hannah Arendt. Ainda há muito por fazer, mas alguma luz já se viu no horizonte aberto por jovens brasileiros e de outros cantos do mundo.

Práxis social e emancipação: perspectivas e contradições no estado democrático de direito penal

Adriana Eiko Matsumoto

Na base material do fenômeno da criminalização dos pobres e do crescimento vertiginoso do sistema prisional encontram-se vários determinantes, dentre eles, destaca-se elemento fundante deste trabalho: o fato de que o "Estado Democrático de Direito" tem se caracterizado pela potencialização de ações e políticas penais e, desse modo, revela-se como uma expressão da contradição atual na crise de acumulação do capital. Dessa forma, a reflexão proposta compreende que o "Estado Democrático de Direito Penal" é um conceito que nomeia e caracteriza a forma-Estado que expressa a essência contraditória das políticas voltadas para a "questão social" (modus operandi na gestão do Estado para os pobres) e síntese da expressão da barbárie no capitalismo contemporâneo. Sob o imperativo da autorreprodução destrutiva do capital, configura-se o encarceramento maciço da população expropriada aliado às políticas sociais de caráter neoliberal, nesse sentido, a categoria forjada para esta análise, "Estado Democrático de Direito Penal", encerra em si esta contradição do Estado Burguês em que convivem a igualdade jurídico-política com a faceta de classe do Estado, qual seja, totalitária, penal, policial e violenta para os trabalhadores em geral e, principalmente, para aqueles em situação de subemprego ou desemprego. Pretende-se discutir, a partir da análise materialista e dialética que permite a leitura da "totalidade das relações de produção", sobre como se dão os enfrentamentos no campo ideológico a respeito da constituição de um Estado Democrático de Direito Penal a partir da práxis social (enquanto objeto de estudo da Psicologia Social), mediada pela teleologia e causalidade e pelas possibilidades ontológicas do ser social, de modo a discutir as perspectivas e contradições da luta de classes no contexto brasileiro atual.

Revista íntima no sistema prisional paraibano: expressões da violência na subjetividade de familiares de presos

Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva, Bruno Gonçalves de Medeiros, Nelson Gomes de Santana e Silva Junior, Juliane Neves Silva da Costa

O presente trabalho é oriundo da pesquisa intitulada "Segurança Pública e Direitos humanos: Análise de Micro e Macro Violências do Sistema Prisional", realizada pelo Centro de

Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. O principal objetivo desta proposta é identificar e analisar as violações sofridas pelas familiares de presos, quando do processo de revista íntima operado pelo sistema prisional paraibano. A proposta se relaciona diretamente com o eixo temático "Assistência Social" e com o Grupo de Trabalho "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" na medida em que visa problematizar as violências praticadas pelo Estado contra apenados e seus familiares na Paraíba, segmento histórica e cotidianamente vitimado por violações aos seus direitos, dada sua condição de vulnerabilidade e invisibilidade social. O processo de revista íntima nos presídios aponta para uma série de violências e desrespeito à dignidade humana. Ocorre numa perspectiva de caráter abusivo sob o pretexto de garantia de segurança e proteção social. Observa-se que, apesar do grande número de apenados a compor a população carcerária brasileira, pouco se discute sobre os processos de opressão a que são submetidos seus familiares, especialmente no tocante à figura das mulheres. Estas, em sua maioria, são vítimas de discriminação e estigmas, cometidos, principalmente, em função do seu parentesco com pessoas aprisionadas. Tais cidadãs, apesar das garantias constitucionais, frequentemente são privadas de direitos fundamentais, não sendo raros os registros de sofrimento psíquico, baixa auto-estima e prejuízos no campo da própria sexualidade. Para realização da pesquisa, foram conduzidas 237 entrevistas estruturadas junto a familiares de presos. A coleta de dados se deu junto às filas de visita aos presídios, sendo o roteiro investigativo composto por 60 questões que abordavam temáticas gerais sobre o Poder Judiciário e o Sistema Prisional. Deste total, 9 perguntas abordavam o processo de revista íntima nas instituições prisionais. Pôde-se perceber que as visitas nos presídios são feitas, em sua grande maioria, por mães e esposas/companheiras desses apenados. A experiência nos possibilitou identificar, ainda, o total abandono e desrespeito à dignidade das pessoas nos procedimentos adotados nas revistas íntimas, marcadas frequentemente pelo descumprimento das leis e diretrizes que normatizam tais procedimentos. Os resultados revelam que 50,6% das entrevistadas afirmaram não ser utilizado detector de metais durante o processo de revista íntima e 42% relataram que são obrigadas a retirar suas vestimentas. Além disso, 59% das familiares sentem-se humilhadas durante este procedimento e 9,2% relataram a existência de algum tipo de toque nas genitálias durante a revista íntima. Observou-se que são utilizadas técnicas inadequadas, inapropriadas e constrangedoras que variam de acordo com os presídios. Conclui-se que a revista íntima nas unidades prisionais deveria se adequar aos princípios éticos, legais e normativos que dispõem sobre a dignidade humana, devendo o Estado refletir sobre o processo punitivo e, se for o caso, investir em aparelhos de segurança que não necessitem de

inspeção manual nas revistas (a exemplo do que ocorre nos aeroportos), bem como na capacitação de profissionais habilitados para realização da revista íntima, conforme assegura a Lei Estadual (PB) 6.081/2000. Acreditamos que trazer estes dados à tona e fomentar análises que articulem Psicologia e Direito torna-se crucial para a produção de conhecimento crítico e para o desenvolvimento de políticas públicas menos excludentes e mais cuidadosas com a garantia e proteção aos direitos humanos dos familiares de pessoas presas.

Territórios psicotrópicos na região central da cidade de Porto Alegre/RS

Luciane Marques Raupp

Em uma relação estreita com os modos de vida contemporâneos, a questão do uso e abuso de drogas destacou-se no Brasil, especialmente a partir da década de 1960, como um importante problema de saúde pública, mobilizando diversos setores na busca de compreensão sobre as diferentes práticas que se resumem na expressão "uso de drogas". Considerando a disseminação do uso de crack entre pessoas de camadas populares como objeto de estudo, e tomando a visão das ciências humanas e sociais como "bússola" para a compreensão desse campo complexo, esse trabalho foca na relação entre a circulação/ocupação de determinados espaços urbanos e as práticas que neles se desenvolvem como forma de ampliar a compreensão sobre o uso contemporâneo de substâncias psicoativas. Com foco no processo de entrada em campo em um território situado fora das rotas consideradas "seguras" da região central da cidade de Porto Alegre/RS, este trabalho visa descrever as características de um tipo de "espaço da exclusão" característico dos aglomerados urbanos brasileiros, demarcado pela concentração de usuários e vendedores de drogas (especialmente o crack), o qual pode ser considerado como um territótrio psicotrópico, ou seja, um local no qual a vida gira em torno da venda e uso de drogas ilícitas, estando espacial e socialmente à margem da cidade normatizada. A pesquisa originou-se de uma investigação de doutorado na área de Saúde Pública na qual o método etnográfico serviu de guia para a apreensão do contexto estudado, de seus atores e atividades ali desenv olvidas . Com base na realização de Observações Participantes e entrevistas informais, registradas em um diário de campo pelo período de seis meses, buscou-se compreender o dia-dia de usuários de crack situados nas ruas da região central de Porto Alegre em sua relação com o contexto no qual se encontravam. A inserção no campo de pesquisa se deu por meio do acompanhamento do trabalho realizado por uma equipe de Estratégia de Saúde da Família (ESF/Sem Domicílio), voltada ao atendimento de pessoas que não têm residência fixa e encontram-se na região central da cidade e bairros adjacentes. As idas a campo na companhia de agentes comunitários e outros

profissionais do ESF alternavam-se com idas independentes ao local, quando a pesquisadora percorria pontos estratégicos do território, visando observar as atividades que ali ocorriam e interagir com seus frequentadores. A análise dos dados baseou-se na compreensão, elaboração e sistematização dos registros do diário de campo, buscando o alcance de um ponto de vista capaz de articular dois elementos presentes na dinâmica do local estudado: os comportamentos que ai ocorrem, juntamente com os sentidos atribuídos a eles por seus atores; e os espaços, as instituições e os equipamentos (repressores, sociais, sanitários, etc.) presentes na região. O trabalho de campo forneceu elementos para compreender como o cotidiano dos usuários de crack, suas formas e padrões de uso de substâncias psicoativas relacionam-se com os locais onde vivem e circulam e com as estratégias de sobrevivência das quais lançam mão cotidianamente. Tentativas de controle e ordenação do espaço urbano em questão – local historicamente associado a um modo de vida outsider pela presença de atividades ilícitas e de prostituição, situado na entrada da cidade, ao lado da estação rodoviária e às margens de uma comunidade pobre – destacaram-se durante o trabalho de campo pela confluência de uma campanha midiática contra o consumo de crack com o desejo de "higienização" de uma região com localização estratégica na cidade. Os dados obtidos nessa pesquisa corroboraram a asserção de Velho (1998) quanto ao uso de drogas tratar-se de um comportamento que só pode ser apreendido contextualmente. Nesse sentido, considera-se que as afirmações disseminadas na atualidade quanto à inevitável periculosidade de todo o usuário de crack necessitam de uma revisão a partir de um contato prolongado e da escuta dos sujeitos aos quais se referem. Nesse sentido dar voz ao cotidiano e aos próprios usuários pode ser um passo importante para passar do estágio do Pânico Moral ao de uma ação realmente efetiva não limitada a práticas de expulsão ou criminalização desse público.

Totem e Tabu: uma análise do Pacto com o Pai

Isabelle Maurutto Schoffen, Regina Perez Christofolli Abeche, Daniel Ribeiro Branco

O presente estudo tem como objetivo analisar os quatro ensaios que compõem o texto de Freud (1913/2012) Totem e Tabu e relacioná-los com a forma de organização social da nossa cultura contemporânea. Na sua construção apresenta alguns estudos de sua época, os autores mais citados foram Darwin, James G. Frazer (1854-1941), William R. Smith (1846-1894) e Wilhelm Wundt (1832-1920), que investigaram os povos primitivos e entenderam que a base da organização social primitiva foram o Totem e o tabu. Encontra-se no seu cerne o conceito de totem, seus fundamentos e seus desdobramentos; o conceito de tabu, e a sua relevância para

que o totemismo se estabelecesse enquanto organização social. Relevante e atual este texto se revela no fio condutor do mesmo, no qual introduz de modo mítico a origem da cultura, e o modo como a moral/a culpa se constitui em cada homem e nos agrupamentos sociais. Ainda, Freud com o auxilio das suas descobertas em psicanálise, estabelece uma relação entre a vida mental dos homens primitivos com a dos neuróticos, ou seja, uma relação entre as proibições dos povos primitivos com as interdições dos desejos edipianos; e entre as proibições dos desejos que envolvem a trama edípica com a origem e manutenção dos laços sociais da civilização. E aclara que a moral sexual do homem civilizado permanece semelhante ao do homem primitivo, ao considerar que o que um dia foi ato/desejo atuado pelo homem primitivo coincide com o desejo reprimido do homem civilizado, mas, como a psicanálise ensina desejo este, que não cessa de buscar seu retorno. Freud depois de traçar um paralelo entre os mitos/ou realidade: o mito/ do totem e tabu, no qual explicita a origem da cultura; e o mito de Édipo, que afirma a universalidade do complexo de Édipo, ao conferir que as ambivalências originárias dos desejos inconfessáveis estão na base do Totem e do Édipo, a saber, o desejo de matar o pai e o incesto. Vale acrescentar que "a maioria dos analistas tende a concordar que para Freud o parricídio é um fato histórico" que marca "a passagem da natureza para a cultura e a instituição da proibição do incesto" (Koltai, 2010, p. 25). Este texto é, ainda, permeado por temas que se traduzem em grandes paixões, que evidenciam e constituem os rudimentos do humano, com seus respectivos significados e desdobramentos como desejo, onipotência, inveja/admiração, temor, crime, ambivalência/amor-ódio, ciúme, incesto, medo, culpa, moralidade/religião, empatia/solidariedade, organização social, civilização, ciência entre outros; temáticas que trazem os elementos fundantes da história do humano no seio da construção da civilização. E por fim, este estudo, apresenta alguns questionamentos e possíveis hipóteses acerca da organização e funcionamento social na cultura contemporânea. A partir da hipótese de que os desejos primitivos (parricídio e incesto) ainda estão conservados em nossa constituição psíquica, pois não se trata de um momento histórico superado visto que seus atributos inconscientes de indestrutibilidade e insusceptibilidade à correção e que ela insiste em não cessar, buscando uma satisfação; como a nossa sociedade contemporânea está regulando nossos impulsos ambivalentes de amor e ódio, que constituem o psiquismo? O pacto com pai, o pacto edípico está sendo renovado ao longo do tempo? A civilização tem sua origem em um crime, ou seja, no ato de matar o pai, nas quais a lei de apenas um, o pai tirano subjugava todos os demais membros da horda, até que todos se uniram contra o tirano e o mataram e o devoraram, fundando a necessidade da lei partilhada, válida para todos dependente do consenso, assim

estabeleceu-se a proibição do incesto, inaugurando a exogamia, que possibilitou a constituição do tecido social. É importante salientar a culpa como originária do assassinato do pai, e também como geradora de mudanças radicais. Na concepção freudiana, cada um de nós traz dentro de si, a disposição para a violência, portanto "o que precisa prevalecer não é a violência de um indivíduo, mas a violência da comunidade, porque no bojo da lei pulsa a violência" (Sousa e Endo, 2009, p.93). Ainda, nesta linha de raciocínio, Sousa e Endo (2009) evidência a relação entre o surgimento da lei/do direito e a violência, e ainda acrescenta que "a lei é a força da comunidade". Assim sendo, questionamos se o sistema moral e as leis que substituíram o totemismo e o tabu, ao longo do desenvolvimento humano, estão nos impondo às proibições e punições necessárias e suficientes para que recorramos não ao ato, como os homens primitivos um dia fizeram? Sendo assim, nas palavras de Sousa e Endo (2009), "sempre que essa lei referente é questionada, ou desrespeitada ou caduca abre-se o caminho para violências e os interesses individuais entrarem com força e ganharem espaço" (p.93), pode-se acrescentar que, o caminho da violência ressurge, também, quando impera leis injustas que atendem a interesses de uma minoria em detrimento da comunidade/coletivo. Para pensar: Será que a visão científica do universo, tal como Freud previa realmente pode nos ajudar a reconhecer nossa pequenez e a nos resignar de nossas faltas e necessidade? Ou, caso contrário, teremos a guerra, nas palavras de Sousa e Endo (2009): "A guerra é o resultado de um fracasso humanitário, estético e civilizatório, e nada mais se pode fazer do que trabalhar para que a regressão ao estado da horda não seja apenas impossível, mas, antes, indesejável. A paz depende da ampliação contínua dos ganhos obtidos com a instauração das leis, da comunidade e da civilização. Quando este processo se estanca, estamos diante da possibilidade da guerra. A civilização só se autojustifica num contínuo processo na direção de sua própria superação" (p.94). Este trabalho pretende compor o grupo de trabalho "expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", pois, este relaciona-se diretamente com a questão do totem e os seus desdobramentos na subjetividade.

Trabalho e "acerto de contas" no tráfico de drogas

Thaísa Vilela Fonseca Amaral

É inegável que o problema da violência tem pintado a face do nosso mundo, decompondo-se em produto de consumo e bandeiras eleitorais. Nesse processo o tráfico de drogas desponta com destaque no cenário mundial. O uso de entorpecentes é evidente por toda a existência da humanidade, no entanto, a dependência tem crescido de forma alarmante nas últimas cinco

décadas. Os crimes conectados com o consumo e o tráfico de drogas são diversos: roubos e furtos (nas mais diferentes modalidades), comércio ilegal de armas, dentre muitos outros. Nessa lista, a morte ganha destaque na letra do código penal e assume a forma do homicídio, crime que parece ter uma ressonância de alta magnitude, que decorre em muitas implicações sociais e psíquicas. No trabalho em tela espera-se problematizar a associação imediata entre a violência, muitas vezes manifesta pela via da morte, e o tráfico de drogas. Far-se-á uma apresentação das discussões iniciais realizadas no âmbito da pesquisa de mestrado, ainda em fase de execução, intitulada "Crime e Castigo: Um estudo sobre o trabalho e o 'acerto de contas' no tráfico de drogas varejista". O objetivo da pesquisa é investigar o funcionamento do tráfico de drogas, mais especificamente o comércio que se dá no contexto do varejo, buscando compreender, enquanto uma atividade de trabalho, o que aqui será denominado como "acerto de contas". O termo "acerto de contas" é utilizado para designar o ato de matar alguém que cometeu algum 'vacilo', ou seja, descumpriu ou agiu incorretamente perante às normas que regem a organização do tráfico. Busca-se analisar o tráfico como uma organização de trabalho investigando as sociabilidades daí decorrentes, os debates de normas no exercício desta atividade e os impactos psicossociais do "acerto de contas" para esses sujeitos. Nesse sentido, têm-se como base teórica os ensinamentos decorrentes da Psicossociologia do Trabalho e da Ergologia em um diálogo permanente com outros campos disciplinares tais como a Sociologia, a Antropologia e a Psicanálise. O pressuposto metodológico utilizado para esta pesquisa compreende a realização de entrevistas semiestruturada com sujeitos que atuam ou já atuaram no tráfico de drogas varejista e o uso de pesquisa bibliográfica/documental, nas quais se têm como fontes os recursos literários, ficcional e não ficcional, e histórias de vida já coletadas em momento anterior à fase de pesquisa. A compreensão do tráfico como uma atividade de trabalho geradora de capital está aqui concatenada ao entendimento da droga enquanto mercadoria, no sentido marxista do termo. Ainda que transitando pelas fitas de um nó borromeano, o tráfico de drogas, extrínseco ao sistema pela transgressão legal mantém-se imanente a este mesmo sistema, incorporando as contradições sociais próprias ao capitalismo e funcionando como um potente mecanismo de deflagração do conflito fundamental capital x trabalho. Tendo em vista todo o exposto avalia-se que a discussão proposta neste trabalho encontra diálogos profícuos com o grupo de trabalho intitulado Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana, a partir do eixo temático Estado, democracia e movimentos sociais, na medida em que propõe um importante debate acerca da tensão/relação sociedade/indivíduo e os diversos fenômenos produzidos por nossa sociedade.

Tráfico de pessoas e o atendimento às vítimas na região do Mato Grosso do Sul

Lilian Aguilar Teixeira, Luciane Pinho de Almeida

O tráfico de pessoas não é um fênomeno novo, no Brasil surgiu desde o período colonial, onde milhares de negros foram trazidos para serem comercializados e que agora toma novos rumos: o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, para retirada de órgãos e para adoção ilegal, sendo um mercado de atividades ilícitas de maior rentabilidade no mundo. O Relatório de 2010 do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, analisou o perfil das vítimas que são em sua maioria mulheres jovens,de baixa renda, pouca escolaridade, provenientes de lugares e de regiões pobres, que tem o imaginário de uma vida melhor e acabam sendo alvos fáceis para os aliciadores, sendo utilizadas na maioria das vezes para fins de exploração sexual. As pessoas traficadas normalmente não conhecem seus direitos ou opções legais, muito menos sabem onde buscar ajuda e para o auxílio dessas vítimas foram criados alguns serviços especializados de atendimento: Centro de Referências Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência (CREAM) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que são locais que acolhem, realizam o acompanhamento psicológico, social e orientação jurídica às mulheres em situação de violência(violência doméstica, sexual, patrimonial, moral, física, psicológica, tráfico de mulheres, assédio sexual, assédio moral, entre outros). Visto que essas violências causam agravos à saúde física e mental das vítimas e que são necessários cuidados psicossociais, o objetivo do artigo foi analisar os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Ministério da Saúde, que é um relatório das notificações de violências contras as mulheres atendidas em serviços de saúde públicos ou privados. Os dados analisados foram dos atendimentos de 2009 a 2012 das vítimas de tráfico de pessoas, com o propósito de verificar a quantidade, faixa etária e os locais que o atendimento à vítima foi realizado. O recorte para pesquisa foi o estado do Mato Grosso do Sul, por ser considerado o terceiro estado do Brasil com maiores vítimas de tráfico de pessoas, de acordo com o Relatório Nacional Sobre Tráfico de Pessoas, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e também por possuir regiões de fronteira seca com os países: Paraguai e Bolívia, onde há uma dificuldade no controle de entrada e saída de pessoas por ser uma região muito extensa e que já foi comprovado em estudos realizados pelo Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes, que é rota de entrada e saída para o tráfico internacional de pessoas. Os resultados são preliminares fazem parte de uma pesquisa do projeto de mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco e demonstraram

que 14 vítimas de tráfico de pessoas no Mato Grosso do Sul procuraram atendimento nas redes de saúde, sendo 90% do sexo feminino, a maioria na faixa etária de 01 a 04 anos e com procura de atendimento em duas das principais cidades de fronteira (Dourados e Ponta Porã). Verificou-se que o estado do Mato Grosso do Sul ainda não se atentou ao elevado número de vítimas de tráfico de pessoas, sendo necessária a implantação de políticas específicas para a região, a elaboração de um Plano Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e solicitar junto ao Ministério da Justiça a implantação de um Núcleo de Enfrentamento para fortalecimento da rede de combate ao tráfico de pessoas.

Um pensar sobre a prática: relato pessoal de uma experiência com adolescentes vítimas de violência social

Vivian Rafaella Prestes, Regina Perez Christofolli Abeche

O presente trabalho tem como objetivo trazer algumas reflexões teóricas a partir de algumas vivências com um grupo de adolescentes, população alvo de um projeto de pesquisa intervenção denominado "Phenix: a ousadia do renascimento do indivíduo-sujeito – fase III". O referido projeto está vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) o qual é coordenado por duas professoras. As intervenções são realizadas em uma escola pública periférica e o método empregado é a pesquisa participante que, segundo Brandão (1999), busca a interação entre pesquisador e pesquisado, considerando que ambos são ativos e podem criar um conhecimento em conjunto. O foco das intervenções constitui em dialogar com os adolescentes de forma a instigá-los criticamente sobre questões sócio-históricas, culturais e políticas. Este contexto é analisado a luz da Escola de Frankfurt e da Teoria Psicanalítica. Sobre os adolescentes com quem trabalhamos, considerando suas características, uma vez que são repetentes e estudantes do período noturno de uma escola periférica, nos respaldamos na concepção de Coimbra (2001) que afirma que esta população encontra-se submetida a uma lógica da criminalização, haja visto que se encontram inseridos em uma sociedade desigual que lhes impõe o estigma de violentos por meio da violência simbólica. Tal atitude causa impacto na construção da subjetividade destes indivíduos submetidos a esse tipo de violência, os quais acabam por internalizá-la e reproduzi-la. Por isso, considerando as informações do público com o qual trabalhamos, identificamo-nos com a temática "violência" e, portanto, escolhemos o grupo de trabalho "expressões da violência na subjetividade da realidade urbana". Seguindo esse raciocínio, concordamos com Coimbra (2001) que nos aponta o quanto a mídia dissemina a ideia de que a criminalidade está associada à pobreza e que esses criminosos são perigosos e,

por isso, devem ser eliminados. A ideologia que se propaga relativa a essa população é que seja desqualificada por ser pobre e, por consequência, criminosa. Nas intervenções foi possível identificar o individualismo privilegiado no contexto neoliberal no qual estamos inseridos, e também caracterizado pelo grande avanço tecnológico. Dessa forma, os adolescentes vivem "on-line" nas mais infinitas redes sociais, buscando aumentar seus ciclos de amizades, quase sempre superficiais e transitórias, isso significa que essas mesmas relações efêmeras no mundo virtual se reproduzem no real, já que a qualquer descontentamento os laços são desfeitos (Bauman, 2011). Pudemos constatar isso em algumas intervenções como quando propusemos atividades em grupo e pedimos para que se organizassem em círculo, em busca de maior participação e integração. Muitos adolescentes, no entanto, recusavam-se e ficavam fora do círculo, entretendo-se com seus celulares e/ou ouvindo músicas com os fones. Além disso, em outra intervenção, quando questionamos "o que vocês não gostam?" alguns responderam dizendo: "não gosto de homem; não gosto de veado, de boiola, de preconceito...". Observamos a contradição nas falas dos adolescentes e sabemos que tal característica é comum nesse momento de transição. No entanto, Levisky (1998) assinala as contradições presentes no mundo adulto, nos meios de comunicação, no qual se apresenta também "celebridades" adultas, que funcionam como modelos identificatórios, onde o discurso e a prática se diferem. O autor relata que falamos sobre liberdade e confiança, mas usamos violência e suborno, desejamos que o sexo seja associado ao amor, mas vendemos anúncios no qual o corpo encontra-se associado ao consumo. Esse trabalho resgata como temática o individualismo, o preconceito e a violência. Esta experiência junto aos adolescentes nos permitiu escutar e perceber, depois de determinado tempo, por meio da crítica, nossa identificação com a ideologia hegemônica na qual, em síntese, desconsidera o sofrimento dessa população não reconhecida em sua história e singularidade. Percebemos que nós, coordenadoras das intervenções, falávamos sobre o coletivo, mas nas atitudes evidenciávamos também uma contradição. Certa vez, chegado nosso horário, interrompemos a prova que eles estavam fazendo. Eles poderiam usar o horário da intervenção para continuarem "aquecidos" em suas atividades, todavia, fomos arbitrárias e não abrimos mão do nosso suposto lugar de autoridade. Isso revela que também estamos em construção e que se permitirmos à auto- crítica, podemos pensar que esses adolescentes também poderão fazer posteri, com os elementos teóricos que construímos com eles. Assim sendo, como os adolescentes, também nós estamos construindo nossa identidade. Como aponta Ciampa (1994), a identidade é um processo que se constrói ao longo da vida, ou seja, ela está continuamente em transformação. Dessa forma, a elaboração após as intervenções integrou-se a nossa

identidade. Reconhecemos o quanto é necessário um exercício no qual se ofereça instrumentos históricos para se pensar criticamente não só a cultura violenta, mas o quanto esta cultura também já se encontra internalizada em cada um de nós.

Um Talião arriscado: reflexões sobre o discurso da impunidade no Estado Brasileiro

Cesar Eduardo Gamboa Serrano

A reflexão que ora empreendemos tem como ponto de partida a notória observação de um discurso que tem se tornado cada vez mais comum em toda a sociedade brasileira: o discurso da impunidade e da necessidade de endurecimento das leis penais brasileiras. De liberais a conservadores; homens e mulheres; ricos e pobres observa-se, ou melhor, escuta-se a todo o momento um clamor pela necessidade de que o Estado crie leis mais duras, que a Polícia seja mais eficiente e eficaz nas investigações e capturas e que a Justiça condene com mais rigor os autores de ações que conturbem a ordem pública. O discurso não apenas é comum a todas as camadas da sociedade, mas também se encontra presente em diversas situações e instituições do Estado brasileiro. Da mídia à conversa de bar, a discussão sobre uma suposta impunidade reinante no país é tema certo em diversas situações do cotidiano brasileiro. O clamor por um Estado mais repressivo é proferido exaustivamente na mídia brasileira em diferentes programas e em diferentes emissoras ou veículos de comunicação midiática. De programas de cunho preferencialmente policial a jornais televisivos que veiculam notícias diversas, passando por programas esportivos ou de entretenimento, todos denunciam uma suposta complacência do Estado brasileiro e de suas instituições legais com aqueles que cometem atos infracionais. Podemos dizer, sem medo de exageros, que este é um tema geral na sociedade brasileira contemporânea. Um discurso que, evidentemente, não é unânime, mas que, sem qualquer necessidade de pesquisas estatísticas, é reinante em nossa sociedade no século XXI. Na exata proporção do absurdo do crime, exige-se uma dureza na pena de seu autor. Atribui-se, constantemente, à brandura das penas do código penal brasileiro e à impunidade praticada por nossas instituições de justiça a existência da violência no território nacional. Mesmo que saibamos, como nos mostram diversos autores, em diversos trabalhos e discussões sobre a violência do Estado Democrático de Direito Penal e de suas instituições repressivas, como a polícia e o sistema prisional, por exemplo, que o Estado brasileiro não é exatamente brando e nem conivente com a violência, mas ao contrário, é um Estado violento, constituído por instituições repressivas e violentas. Devemos nos atentar para o fato de que, há menos de trinta anos, o Brasil vivia um regime de ditadura militar repressivo e que tinha na violência a

estratégia para manter a ordem nacional. A justificativa dada pela instituição que tomou o poder do Estado brasileiro à força foi o restabelecimento das ordens pública e política. O Estado ditatorial era violento e a sociedade clamava por liberdade; clamava por democracia e pelo fim do Estado repressor e violento. As mesmas instituições que lutavam por liberdade, por educação e por direitos constitucionais, hoje clamam por punições mais severas e pela criação de um Estado mais repressivo. Os mesmos cidadãos que, durante o regime militar, reivindicavam liberdade e acusavam o governo militar e suas instituições de serem repressivas e violentas, hoje cobram do governo e de suas instituições de repressão pública, que sejam mais violentas, repressivas e intolerantes. Até se escutam, aqui e acolá, ideias que defendem outras estratégias para conter a violência - como o investimento em educação -, contudo são imediatamente classificadas como sendo utópicas, impossíveis ou para médio ou longo prazo: para a doença da violência atual, o remédio é a repressão rápida, eficaz e severa . Uma ideia perigosa, sobretudo porque a sociedade contemporânea assistiu, há menos de meio século, situações nas quais o Estado foi autorizado pela população a ser violento em nome do reestabelecimento da ordem pública. Estamos falando do nazismo e do fascismo na Europa da metade do século XX. O que esta reflexão pretende abordar são os possíveis riscos que a existência de racionalidades como a que estamos apresentando podem produzir no campo das relações sociais e de governo. Apoiando-se no pensamento do estudioso francês Michel Foucault e seus discursos sobre o poder disciplinar e sobre a biopolítica, empreenderemos uma discussão sobre a produção de uma racionalidade que autoriza a criação de um Estado repressivo e até clama por ela. Dessa maneira, a resistência a esse discurso não estaria apenas na acusação de que a polícia é violenta ou de que as prisões são lugares desumanos, mas refletir sobre uma ideia presente de que essas mesmas instituições são brandas ou ineficientes para manter a ordem pública. Esta discussão, portanto, pretende fornecer elementos e fomentar reflexões que lancem luz sobre os riscos que a sociedade brasileira corre ao se produzir uma racionalidade que não apenas não reconhece a violência presente às instituições de repressão social, mas ainda clama por mais repressão e mais violência por parte do Estado, solicitando o endurecimento de suas instituições jurídicas e, consequentemente, reconhecendo que este é brando e conivente com a “criminalidade”.

Uma experiência de pesquisa-intervenção com adolescentes de periferia

Rodrigo Daniel Trevizan, Angela Maria Pires Caniato

Este trabalho tem como objetivo apresentar o relato de uma experiência de uma pesquisa-intervenção realizada no ano de 2009 com adolescentes pertencentes ao projeto Futuro Hoje,

da periferia da cidade de Maringá - PR. Este é um projeto municipal, de cunho assistencialista que visa elaborar atividades para adolescentes que são considerados, segundo critérios sócio-educativos, como em "estado de risco". O objetivo do projeto é criar oficinas nas quais estes adolescentes possam atuar e assim passarem o tempo do contraturno escolar. Quanto ao grupo o qual se realizou o trabalho, os adolescentes pertenciam a uma oficina trilíngue. Eram jovens de 13 a 17 anos de diversas escolas estaduais. Nossos encontros com esses jovens ocorriam semanalmente após o término da referida oficina, pelo período de um ano. O grupo foi proposto e coordenado por acadêmicos de Psicologia vinculados a um projeto de pesquisa/extenção do Departamento de Psicologia da Universidade estadual de Maringá, intitulado "Phenix – a ousadia do renascimento do indivíduo-sujeito III", cuja proposta de intervenção é a promoção de grupos de trabalho tal como a Pesquisa Participante proposta por Brandão (1990). A forma como trabalhávamos com os adolescentes era através de discussões, dinâmicas de grupos, músicas, poesias e filmes, sempre a partir de temas que partissem do interesse dos adolescentes. A base teórica que fundamentou as intervenções, bem como do projeto ao qual o grupo de estagiários vincula-se, é a Psicanálise e a Teoria Crítica de Theodor Adorno. Este trabalho se relaciona com o eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas" por ser o relato de uma experiência de uma intervenção cujos parâmetros estão dentro da Psicologia social, tanto teórica como metodologicamente. A escolha pelo Grupo de trabalho "expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" se deve aos conteúdos os quais foram trabalhados com esses adolescentes, cujos temas discutidos perpassavam por diversas modalidades de violências que estes jovens estavam submetidos, violências tais como: econômica, social, policial e ideológica, e como estas são expressas na realidade desses jovens. No ano foram quatro grandes questões trabalhadas pelo grupo. A primeira era sobre a formação do próprio grupo. Uma das discussões realizadas dentro deste tema era a dificuldade dos adolescentes e dos acadêmicos com a metodologia participante proposta. O segundo tema trabalhado foi a influência da mídia na vida cotidiana. Fizemos esta discussão nos utilizando de músicas. Trilhamos a história do nascimento de alguns estilos musicais até a atual propagação destes e percebeu-se como a cultura em sua fase de industrialização atual acabou por deturpar movimentos musicais inteiros de maneira ideológica. Discutimos o conceito de ideologia, tal como postulado por Adorno & Horkheimer (1986) e de que maneira o consumismo crescente encontra seu maior fomentador nos meios de comunicação de massa. A terceira demanda trabalhada veio do questionamento acerca do destino do lixo produzido. Trabalhou-se, então, o consumo num âmbito ainda maior que a relação de consumismo imposta via mídia para os

indivíduos. Pudemos então trabalhar como o consumo é articulado no seio da economia mundial e qual seu papel para a manutenção da atual forma de capitalismo (Adorno, 1978). Ao final, trabalhamos com a questão da história. Não apenas a história de cada um, a história da música, a história das coisas, mas a história que pudemos criar em grupo até aquele momento e como nosso trabalho pode ser percebido por cada um de seus membros. O trabalho revelou-se muito produtivo para os adolescentes e seu contato mais próximo conosco do pôde ser entendido inclusive como a força de resistência de poucos indivíduos que se recusam a aceitar o mundo como está e que buscam respostas as suas indagações. O grupo teve uma significativa taxa de evasão, no entanto, nos que restaram pudemos identificar uma vontade de traçar relações mais humanas e menos mercadológicas com seus pares. Apesar das dificuldades encontradas, é necessária a continuidade de criação de espaços em que adolescentes possam se expressar e ser confrontados com outros meios de pensamento que não aqueles hegemônicos. Esta é a grande função da crítica social: devolver ao homem seu lugar privilegiado de construtor de sua própria cultura (Horkheimer, 1983) e quiçá, arquiteto de sua própria felicidade.

Visita íntima nas prisões: expressões da violência institucional na subjetividade humana

Bruno Gonçalves de Medeiros, Juliane Neves Silva da Costa, Erlayne Beatriz Félix de Lima Silva, Nelson Gomes de Santana e Silva Junior

Este trabalho é produzido a partir da pesquisa intitulada “Segurança Pública e Direitos Humanos: Análise de Micro e Macro violências do Sistema Prisional”, realizada pelo Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. Ao longo de sua existência, o sistema prisional se constituiu como eficaz meio de controle social sobre os pobres, além de atuar ativamente pela criminalização das chamadas “classes perigosas” e legitimação do poder do Estado. As justificativas centrais para sua manutenção giram em torno de processos ligados à ordem, proteção social e segurança pública. Embora o sistema prisional seja marcado por uma série de arbitrariedades e violações à dignidade humana, a Lei de Execuções Penais (LEP) dispõe sobre uma série de direitos, os quais são constantemente violados. A visita íntima, apesar de prevista genericamente pela LEP, só passou a ser mais bem detalhada e recomendada posteriormente, a partir de uma resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), dado o reconhecimento de sua importância nos campos institucional e afetivo/pessoal. O objetivo desta proposta é analisar, de modo sistematizado, as relações existentes entre as políticas de segurança pública e as violações aos Direitos Humanos no Brasil e problematizar possíveis contradições entre o previsto em dispositivos legais e a realidade do

sistema prisional paraibano, no que se refere ao direito de Visita Íntima. O trabalho vincula-se ao Eixo Temático "Assistência Social", assim como ao Grupo de Trabalho "Expressões da Violência na Subjetividade da Realidade Urbana" dado a sua preocupação com as relações de poder e violações aos direitos humanos de grupos socialmente vulneráveis e que, em tese, deveriam receber a proteção e garantia de direitos por parte do Estado. Não obstante, propõe-se a articular, de modo interdisciplinar, questões relacionadas à família, sexualidade e violência institucional integrando bases teóricas ligadas à Psicologia Social, Criminologia Crítica e Direito. No tocante à dimensão metodológica, o estudo pode ser considerado de natureza quali-quantitativa, tendo seus dados coletados a partir de entrevistas realizadas nas filas de espera para visita das penitenciárias masculinas de João Pessoa/PB. Participaram da pesquisa 237 familiares de apenados (sendo 95,5% mulheres). Deste total, 164 eram cônjuges, companheiras e/ou namoradas de presos. Para coleta de dados utilizou-se um roteiro estruturado contendo 60 questões sobre as condições do cárcere. Dentre as perguntas, 7 eram sobre o processo de visita íntima. Observou-se que as visitas íntimas ocorrem em sua maioria nas celas dos apenados, em condições precárias, de forma ultrajante. 63% das entrevistadas afirmaram se sentir mal, constrangidas, humilhadas ou insatisfeitas em relação às condições de realização de tais visitas. Observou-se um completo descaso e desrespeito à dignidade das pessoas que fazem uso deste direito, constatando-se uma série de mecanismos de violência institucional que compõem o sistema prisional, tendo reflexos não só nos apenados, mas também em seus familiares, dada sua condição de vulnerabilidade e invisibilidade social. Acreditamos que trazer estes dados à tona e fomentar análises acerca desta problemática torna-se crucial para a produção de conhecimento crítico e para o desenvolvimento de políticas sociais menos excludentes e mais cuidadosas com a garantia e proteção aos direitos humanos.

Vozes inaudíveis: vivências prisionais e o papel do psicólogo na política de prevenção à criminalidade

Débora Ferreira Bossa

O estudo pretende contribuir para a reflexão sobre as condições para as quais o sistema prisional se compõe a partir de processo histórico até as configurações atuais. Ao elaborar revisão histórica sobre a composição dos objetivos e interesses dos sistemas punitivos judiciários faz-se convergência com a possibilidade de margear vocábulos expressos de egressos do sistema prisional ao revelar trechos de suas histórias pessoais diante da vivência da restrição da liberdade por medida jurídica. Em reconhecimento aos efeitos emocionais e subjetivos que a

vivência prisional provoca em seus internos, identifica-se a contribuição que a psicologia pode propor ao tentar minimizar os impactos que o encarceramento pode provocar na integridade dos sujeitos, que recebem rótulos de marginalizados, tendo suas histórias pessoais marcadas pelo histórico criminal, independente do grau e frequência de envolvimento com a criminalidade. As informações descritas e analisadas foram resultados de entrevistas realizadas com egressos do sistema prisional, que utilizaram ou fazem uso das ações e possibilidades oferecidas pelo Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional, na cidade de Uberlândia – MG. Considerando-se a aquisição desses dados é possível fornecer incursões a respeito da composição do sistema prisional em suas desmedidas entre prática punitiva, reeducativa e empreendedora da qualificação para a criminalidade. O estudo pretende articular algumas considerações sobre o sistema prisional, bem como percepções subjetivas dos sujeitos que respondem às determinações expressas sob a Lei de Execução Penal. O conteúdo expresso no estudo incorre a compreensão do fenômeno de encarceramento prisional, partindo de uma implicação social para o âmbito particular de vivenciar o cerceamento da liberdade. Ao restaurar impressões pessoais e subjetivas deste contexto, o estudo desvenda incoerências e recorrências do sistema prisional, bem como permite repensar sobre o entendimento de suas composições estruturais e impressões inscritas na vivência dos internos e profissionais a fim de questionar sobre os efeitos degradantes, incorridos na subjetividade dos sujeitos.

GT 10. IDENTIDADE

A dinâmica das identidades em um processo de fusão e aquisição empresarial

Ladislau Ribeiro do Nascimento

A comunicação proposta tem por objetivo apresentar e discutir um projeto de tese de doutorado que visa o estudo sobre a dinâmica das identidades na etapa de integração de processos de fusão e aquisição empresarial (F&A), para entender como narrativas de identidade explicam esse fenômeno. O principal objetivo é compreender como a F&A impacta nos processos identitários pela interface da identidade com as relações intragrupais e intergrupais no ambiente de trabalho, tendo em vista que a identidade é uma estrutura subjetiva que sofre pressões advindas de alterações do ambiente. As mudanças são frequentes nas F&As porque tais atividades são geradoras de conflitos que evidenciam processos relativos à organização da subjetividade, conforme conceitos teorizados no campo da Psicologia Social, tais como identidade, poder, representações sociais, papéis, relações interpessoais e intergrupais, percepção de justiça no

ambiente organizacional, dentre outros. O problema de pesquisa é explicitado por meio das seguintes questões: Por que as mudanças de identidade surgem nos processos de F&A? Por que não é fácil lidar com mudanças na dinâmica das identidades? A proposta de trabalho está relacionada ao GT "Identidade" e ao eixo temático denominado Trabalho, pelos seguintes motivos: (1) o tema da Identidade é o cerne do trabalho proposto, uma vez que as análises estão enfocam alterações em configurações identitárias de trabalhadores inseridos no contexto de mudanças e de transformações na esfera do trabalho; (2) a perspectiva teórica adotada pode propiciar um interessante debate acerca de alcances e limites do trabalho proposto, uma vez que o referencial teórico adotado recebeu e ainda recebe interessantes críticas no âmbito da Psicologia Social. A identidade é compreendida na sua dimensão psicossocial. Deste modo, valoriza-se a interação eu-outro na dinâmica das formações e conformações identitárias (CIAMPA, 1987). O conceito de identidade adotado neste estudo é aplicado principalmente em suposições da Teoria da Identidade Social (TIS; TAJFEL, 1981) e da Teoria da Autocategorização (TAC; TURNER, 1985). A TIS assume que a identidade de um indivíduo deriva do pertencimento do mesmo a um ou a vários grupos. Trata-se daquela "parte do autoconceito do indivíduo que deriva do reconhecimento de filiação a um (ou vários) grupo social, juntamente com o significado emocional e de valor ligado àquela filiação" (p. 63). Essa teoria admite a expressão identidade social para definir processos de identidade impactados pelo pertencimento grupal e pelas relações intergrupais. A TAC, por sua vez, constituída em complementação aos supostos da TIS direcionou esforços para a compreensão de efeitos psicológicos do pertencimento grupal. O mote dessa teoria consiste no estudo sobre o autoconceito resultante da percepção acerca do pertencimento nos processos grupais. Nesse tipo de configuração identitária, um indivíduo pode perceber e definir a si mesmo a partir de uma referência pessoal tendo como base aspectos de sua singularidade, geralmente estabelecendo comparações com outros indivíduos do próprio grupo, ou pode definir-se em termos de grupo através de diferenciações e de comparações na perspectiva intergrupal. Nessa perspectiva, consideram-se operações de F&As como estratégias que pressionam identidades porque sugere mudanças no endogrupo e no exogrupo. Geralmente, busca-se integrar indivíduos provenientes de organizações distintas sem antes elaborar métodos de orientação que contemplem demandas de trabalhadores inseridos em mudanças importantes, no que diz respeito à configuração grupal e aos relacionamentos intergrupais, e, portanto, no que se refere aos processos de identidade. A pesquisa de campo será realizada em uma empresa do ensino superior, situada em São Paulo, envolvida em uma F&A. Optou-se pela realização de um estudo de caso. A coleta de dados

indicará a participação de trabalhadores de diferentes níveis e setores de atuação. Os dados serão coletados através de entrevistas semiestruturadas e de surveys. A análise das entrevistas será concretizada por meio de análise de conteúdo. Acredita-se que o estudo proposto contribua com relevantes análises e discussões porque trata de um tema contemporâneo e pertinente ao campo de estudos da Psicologia Social. O trabalho proposto também pode ser debatido em função da perspectiva teórica proposta, tendo em vista que algumas limitações podem ser superadas a partir da contribuição de participantes do GT.

A música e suas articulações identitárias nas vertentes mineiras: fazer musical como projeto de vida

Bruna Cristina do Carmo Tavares, Daniela Procópio de Rezende, Kênia de Cássia Abreu, Narjara Rhayssa Ferreira Duarte, Claudiane Silva Costa, Marcos Vieira Silva

A presente comunicação se insere no contexto da pesquisa "A música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João del-Rei e região: tradição e transformação no contexto histórico e sócio-cultural", realizada na região do Campo das Vertentes, estado de Minas Gerais, onde o fazer musical é referência para os cidadãos. Essa pesquisa é desenvolvida desde 2004 pelo LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei, e desde seu início já foram abordadas diversas categorias temáticas da Psicologia Social, como Processo Grupal, Identidade, Poder, Afetividade, Gênero, Religiosidade e Projetos de Vida, dentre outras, sempre utilizando os pressupostos da pesquisa participante. Seus objetivos principais são investigar os fenômenos que compõem o desenvolvimento do processo grupal nas diversas corporações musicais da cidade e da região, analisar as articulações entre o fazer musical e a formação das identidades individuais e coletivas de músicos, avaliar a manutenção ou as transformações da tradição musical tricentenária da cidade e compreender as articulações entre a religiosidade e a tradição musical na construção dos projetos de vida dos jovens músicos. A partir da perspectiva dialética de abordagem dos grupos compreendemos o grupo não como dicotômico ao indivíduo, mas sim como uma mediação fundamental para compreender as determinações sociais que agem sobre ele, bem como sua ação como sujeito histórico. De acordo com essa perspectiva o grupo deve ser compreendido dentro de um contexto histórico, que considere sua inserção na sociedade. Assim, o próprio grupo se caracteriza como um processo histórico e, portanto, é mais correto denominá-lo processo grupal (Lane, 1982, Vieira-Silva, 2000). Durante a pesquisa temos percebido a riqueza das corporações musicais no que diz respeito ao surgimento de fenômenos

grupais que influenciam a identidade dos membros. Compreendemos identidade não como algo finalizado, mas como constante produção, que se transforma no decorrer das relações sociais estabelecidas pelo sujeito, pelos papéis que lhe são atribuídos e pelas atividades que desenvolve ao longo da vida (Ciampa, 1990). Assim, sendo o fazer musical uma atividade importante na biografia dos músicos, mesmo que amadores, além das relações sociais estabelecidas através dessa atividade, esta pode ser considerada uma das grandes influências na construção das identidades dos jovens músicos. Já a identidade coletiva é compreendida como uma totalidade que permite distinguir um grupo do outro, não sendo equivalente à soma das identidades individuais dos membros do grupo, mas sim uma produção coletiva, relacionada à trajetória grupal, suas atividades, objetivos e sua história (Vieira-Silva, 2000). Entendemos a música como mediadora na constituição dos sujeitos inseridos nos grupos musicais, além de ter implicações na construção de seus projetos de vida, sendo esta relação um dos pontos fundamentais de investigação deste trabalho. Projeto de vida é compreendido como uma conduta organizada do individuo, com base em escolhas racionais, que representa uma orientação, um rumo de vida. Essa construção é realizada com base em escolhas circunscritas histórica e socialmente, dentro da noção de indivíduo e das prioridades e paradigmas da sociedade em que vive. Além disso, a construção do projeto de vida nunca é puramente individual, pois ele é construído sempre em função das experiências sócio-culturais, vivências e interações interpretadas pelo sujeito. Dessa forma, o fazer musical, considerado como uma vivência importante para o indivíduo é de extrema importância na elaboração dos projetos de vida dos jovens músicos, influenciando suas escolhas profissionais e permeando a vida dos mesmos. Vale ressaltar que os projetos de vida de alguns desses jovens são também atravessados por questões ligadas à religiosidade, componente importante do fazer musical de algumas orquestras e bandas do conjunto das corporações musicais da cidade e da região. É fundamental também o papel do Conservatório Estadual de Música Padre José Maria Xavier na formação musical desses jovens, por oferecer cursos de iniciação musical e aprendizado de instrumentos musicais e de canto para interessados de todas as idades e origens sócio-econômicas. Boa parte desses jovens continuam a desenvolver sua formação musical nas bandas da cidade e região, com a perspectiva de se tornarem alunos da graduação em música da UFSJ ou membros da Banda de Música do 11º. Regimento de Montanha do Exército Brasileiro, sediado na cidade. Nesse caso trata-se de um projeto de vida de atuação profissional em música, caso diferente das demais corporações, onde a atividade musical se coloca como amadora, mas não menos importante. Para alcançarmos os objetivos propostos estão sendo

realizadas entrevistas com jovens músicos das corporações musicais e a análise do conteúdo das mesmas, além da gravação em vídeo de ensaios e apresentações, de modo que, através do conteúdo das falas dos entrevistados seja possível compreender a influência da atividade musical na formação da sua identidade e na construção de seu projeto de vida. Já as gravações dos ensaios e apresentações tornarão possíveis observações dos fenômenos grupais e a confecção de mapas de registro dos mesmos.

A musicoterapia como auxílio no desenvolvimento da identidade de adolescentes portadores de deficiência física

Diego Azevedo Godoy

Este projeto pretende mostrar a importância do papel que a musicoterapia pode ocupar no desenvolvimento da identidade de adolescentes portadores de deficiência física, que sofrem de sentimentos de exclusão e direitos violados, carregando uma marca social de sofrimento e preconceito muito forte. A abordagem em musicoterapia possibilita trabalhar com mecanismos de interação social, união, expressão, comunicação, visão da música como linguagem, terapia, multiplicidade, internalização de valores, formação de autoestima, formação de autoimagem e também auxilia no desenvolvimento de capacidades motoras, afetivas, mentais, sensoriais, cognitivas, criadoras, culturais e muitas outras. As sessões de musicoterapia em grupo com um público portador de deficiência física devem servir como recurso para o aumento de sua capacidade pessoal. Ao se trabalhar esta lacuna com o olhar voltado para a esfera psicossocial, interagindo com o grupo a partir de seu contexto histórico-cultural, em um espaço terapêutico não invasivo, pode-se estimular metamorfoses nas identidades sociais estigmatizadas, produzindo uma mudança e uma maior qualidade de vida. Por terem em suas identidades a característica socialmente estigmatizada da deficiência, é possível que grande parte dos portadores de deficiência sinta-se reconhecida somente como deficiente, apagando de seu repertório todas as outras possibilidades e papéis que a identidade possui e pode possuir, muitas vezes portando uma marca social de rejeição ou de negação e sentindo-se incapaz e com baixa autoestima. “Assim, a identidade que se constitui no produto de um permanente processo de identificação aparece como um dado, e não como um dar-se constante, que expressa o movimento do social” (CIAMPA, 1987, p. 171). Com o processo da musicoterapia, o adolescente portador de deficiência pode produzir um movimento social como um dar-se constante, constituindo sua identidade em um processo natural e espontâneo, buscando sentimentos de prazer nos quais possa surgir outro contato com sua identidade, modificando os

estigmas colocados e redirecionando sua posição dentro do meio social em que está inserido. Desta forma ele se move em direção do processo de metamorfose da identidade conservada, "paralisando o processo de identificação pela reposição de identidades pressupostas, que um dia foram postas" (CIAMPA, 1987, p. 71). Ou seja, ele será reconhecido e se reconhecerá de outra forma. "O reconhecimento de nosso ser e a confirmação de nosso valor são o oxigênio da existência" (TODOROV, 1996, p. 101). Portanto, ao se trabalhar de maneira correta e assertiva com o fazer musical e o discurso musical em musicoterapia, com foco no elemento psicossocial da identidade estigmatizada, esperam-se alguns resultados. Pelo processo terapêutico com a música espera-se que os adolescentes possam (1) adquirir um novo olhar para suas identidades, (2) reconhecer a mudança por meio do desenvolvimento da metamorfose na identidade, (3) desvincular-se dos sentimentos de estigma e exclusão fixados em suas histórias de vida e (4) adquirir sentimentos de maior autoestima e reconhecimento da própria identidade, podendo desenvolver suas capacidades perante as lacunas e melhorar suas condições, sejam elas motoras, afetivas, mentais, sensoriais, cognitivas, criadoras ou culturais. Com isso poderão desenvolver uma interação social espontânea e natural na qual se sintam incluídos e respeitados no meio social, ganhando qualidade de vida e usufruindo da musicoterapia como recurso para criar um ambiente modificador na constituição da identidade. O objetivo específico desta pesquisa é analisar como acontece uma metamorfose e uma transformação na identidade destes adolescentes portadores de deficiência, possibilitando a retirada dos estigmas de foco por meio de sessões de musicoterapia, nas quais serão feitas observações sobre a constituição da identidade. Os objetivos gerais são: identificar e descrever os desenvolvimentos das capacidades, as mudanças de comportamentos sociais, os níveis de participação, de relacionamento e da interação com o trabalho musicoterapêutico.

De bandidões a doentinhos: uma análise das identidades pressupostas numa Instituição Total

Débora Cidro de Brito

Os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico são instituições totais que servem, segundo o Código Penal, para o tratamento de pessoas que cometeram algum crime e foram designadas portadoras de sofrimento mental, portanto, inimputáveis. Ao invés do cumprimento da pena, aos inimputáveis é aplicada a Medida de Segurança. Tais instituições andam na contra mão da Reforma Psiquiátrica e promovem segundo Goffman o processo de mortificação do eu, em que a pessoa internada perde seus referenciais e torna-se objeto da instituição. Da internação que a

separa da sociedade mais ampla, as práticas administrativas do local, com horários pré estabelecidos, falta de autonomia nos horários do dia a dia, da roupa que poderá vestir, da comida que poderá comer, tudo é definido por terceiros, facilitando o trabalho de funcionários e neutralizando o sujeito. Tal processo também pode ser explicado pelo conceito de identidade de Ciampa, onde uma totalidade é negada e apenas parte dessa identidade é evidenciada pelo ambiente. Para esse autor, nossa identidade nunca é vista em sua totalidade, sendo sempre a representação de parte dela. No caso dos Hospitais de Custódia, tal identidade é forçadamente evidenciada em detrimento da diversidade presente no ser humano. E quais identidades são evidenciadas numa instituição total que se propõe, não a cura da loucura, mas a administração perversa da mesma? São identidades pressupostas que se cristalizam na personagem do bandidão ou do doentinho, apagando a diversidade do sujeito e justificando a manutenção de tal instituição. Para exemplificar nossa afirmação, esta comunicação se propõe a apresentar a história de duas pacientes internadas em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Histórias vivenciadas a partir de uma experiência no Programa de Aprimoramento Profissional, nos anos de 2009 e 2010, em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no Estado de São Paulo. Vânia, conhecida por sua agressividade, pertencia ao grupo das chamadas “bandidonas”. Apesar de toda sua fragilidade, tornou-se dentro da instituição apenas a personagem perigosa e violenta, justificando a necessidade dos muros e dos guardas que protegem a sociedade de pessoas como ela. Vânia era percebida a partir das concepções do louco perigoso e violento, sendo assim, a identidade pressuposta do louco perigoso apagava as possibilidades de melhoria na vida de Vânia. Nossa segunda personagem, Rosa, era praticamente inexistente dentro do hospital. Pouco falava, pouco era ouvida, fazia parte do grupo das “doentinhas”. Envolvida numa história de pobreza e abandono social, tanto Rosa como sua família pareciam não existir e assim reforçavam a necessidade de sua internação: o hospital era o abrigo indispensável para quem não tinha a proteção necessária fora daqueles muros. A partir da história dessas duas personagens, pensadas a luz dos conceitos de identidade e de instituição total, buscamos verificar como os Hospitais de Custódia fazem uso de identidades pressupostas para sua própria manutenção. Tanto a figura do bandidão, como do doentinho são necessárias para justificar a existência da Medida de Segurança numa instituição total e dizem respeito muito mais à sociedade e ao Hospital de Custódia do que de seus internos. Por outro lado, é o reconhecimento dessas práticas e seu questionamento os caminhos possíveis para a metamorfose dessas identidades (pressupostas e cristalizadas). Olhar a realidade por outras perspectivas é o primeiro passo para sua desconstrução.

Expressões da homossexualidade feminina no encarceramento: o significado de se "transformar em homem" na prisão

Mariana Barcinski

Este trabalho situa-se no eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções", uma vez que a fundamentação teórica e as análises propostas fundamentam-se nos estudos de gênero e na discussão acerca da orientação sexual como um marcador identitário particularmente importante na trajetória de mulheres encarceradas. Quanto ao GT, o trabalho situa-se em "Identidade", por entendermos que a homossexualidade e suas peculiares expressões no cárcere adquirem um sentido constitutivo da identidade das mulheres presas. Em outras palavras, é a partir da afirmação de determinada forma e expressão desta homossexualidade que mulheres presas constroem suas identidades em uma instituição total. Em 2008 iniciamos trabalho de campo em um presídio feminino no Rio de Janeiro. O interesse de nossa pesquisa focava-se na construção da identidade de mulheres sentenciadas pela participação no tráfico de drogas, crime tradicionalmente masculino, mas atualmente marcado pela participação crescente de mulheres (Soares & Ilgenfritz, 2002). Durante um ano entrevistamos vinte mulheres presas na instituição. O trabalho de campo reforçou realidades atestadas pela literatura em criminologia, especialmente no que diz respeito ao papel dos homens/parceiros na iniciação criminosa de mulheres (Steffensmeier & Allan, 1996; Zaluar, 1993). Por outro lado, o discurso das entrevistadas e o trabalho de campo expressavam fenômenos surpreendentes e até então ausentes em nossa revisão bibliográfica. O presente trabalho tem como objetivo tratar de um desses fenômenos surpreendentes, a saber, a "transformação" de algumas dessas mulheres em homens dentro da prisão. Embora a homossexualidade feminina naquele cenário nos fosse conhecida e esperada, amplamente atestada por estudos acerca da cultura prisional (Cunha, 1991; Vargas, 2005), o fato de algumas dessas mulheres assumirem explicitamente a postura de homens na prisão – usando roupas e adotando nomes masculinos – era um fenômeno que carecia investigação. As questões que motivaram a produção do atual estudo dizem respeito ao significado da referida "transformação" para algumas mulheres, que passavam a ser reconhecidas e tratadas como homens num ambiente exclusivamente feminino. Algumas perguntas que se colocavam diante deste fenômeno eram: o que significa "ser homem" em uma instituição prisional feminina? O que motiva a transformação de algumas mulheres para a adoção de padrões de comportamento masculinos na prisão? Que tipo de status está usualmente associado ao "ser homem" neste contexto? E, por fim, o que diferencia essas mulheres

"transformadas em homens" das outras mulheres que assumem, circunstancialmente ou não, relações afetivas e sexuais com outras mulheres durante o período de encarceramento? No centro das investigações aqui propostas estão questões de gênero. Especificamente nos interessa o discurso acerca do poder social e culturalmente percebido como uma propriedade legitimada dos homens. Nesse sentido, assim como ter participado do tráfico de drogas aparentemente aproximava as participantes do "mundo dos homens", ser reconhecida como homem em uma prisão feminina garantia a algumas mulheres os privilégios destinados socialmente aos homens. Portanto, a partir de uma perspectiva dos estudos de gênero, o trabalho tem como objetivo investigar as especificidades da homossexualidade feminina no encarceramento. Através da análise do discurso de entrevistas realizadas com duas mulheres encarceradas em uma unidade prisional feminina do Rio de Janeiro, trataremos dos significados atrelados ao "se transformar em homem" na prisão. As duas entrevistadas assumiram, dentro do cárcere, posturas, nomes e aparência masculina s e passaram, desde então, a ser reconhecidas por outras internas e pelo próprio staff do presídio como homens. O objetivo é entender que tipos de privilégios tais mulheres adquirem como resultado da adoção de padrões de comportamentos tipicamente masculinos. A partir de uma abordagem discursiva sistêmica (Falmagne, 2004), a análise proposta considera os macro e micro elementos envolvidos no processo de construção do discurso das participantes. Em outras palavras, nos interessa a forma como as entrevistadas reproduzem e transformam os discursos culturais hegemônicos (Edley, 2001; Taylor, 2001) acerca do feminino e do masculino e das relações afetivas/sexuais estabelecidas entre homens e mulheres. Os resultados apontam que o discurso das participantes constrói simultaneamente a homossexualidade como reação à violência masculina e como possibilidade de reprodução dessa mesma violência, numa inversão de papéis em que elas passam de vítimas à perpetradoras de comportamentos opressores e subjugadores. Portanto, ruptura e continuidade estão presentes nos discursos e nas práticas das participantes que, ao mesmo tempo, afirmam o rompimento com relações heterossexuais e reproduzem com suas parceiras a violência e a hierarquia que caracterizaram suas relações extramuros. Se "transformar" em homem dentro de uma prisão feminina concede às participantes privilégios tradicionalmente destinados aos homens. Elas adquirem o direito, legitimado pelas outras internas e pelos profissionais do presídio, de cobrar de suas companheiras os cuidados com o espaço interno da cela, com o preparo da comida e de circularem com várias mulheres. Ao serem reconhecidas como homens, as participantes, enfim, experimentam o poder que, em suas histórias de vida, era somente exercido por homens.

Gênero, escrita e loucura: uma análise da obra autobiográfica de Maura Lopes Cançado

Leisa Ferreira Amaral Gomes, Maria Stella Brandão Goulart

Este trabalho é um recorte de uma dissertação de mestrado em fase de conclusão, cujo objetivo geral é compreender como as questões de gênero se relacionam à experiência da loucura de uma escritora, em um perspectiva psicossocial. Para tal, enfocou-se a escrita autobiográfica de Maura Lopes Cançado no livro Hospício é Deus. O livro teve sua primeira edição em 1965, por José Álvaro Editor e foi o trabalho de maior repercussão da autora.Em 1968, também foi lançada uma coletânea de contos que haviam sido publicados por ela tanto no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, quanto no Correio da Manhã, intitulada O Sofredor do Ver (Scaramella, 2010). Em 1979, é lançada uma segunda edição de Hospício é Deus pela Editora Record e, em 1991, sai a terceira e última edição pelo Círculo do Livro. Apesar do subtítulo "Diário I", um segundo diário nunca foi publicado. Explora-se, a partir deste corpus, uma sobreposição de exclusões ligadas ao gênero e à loucura no percurso da autora. A metodologia adotada é a Análise de Discurso, inspirada na análise arqueológica de Michel Foucault (2012). O contexto do livro analisado remete ao período mais sombrio da política de saúde mental brasileira: hospitalocêntrico e excludente. Trata-se dos anos 50, 60 e 70, referenciados também a partir da trajetória de degradação pessoal da escritora. Para a discussão das questões relativas a gênero, adotou-se, sobretudo, o referencial teórico de Judith Butler (2010) e seu conceito de identidade, bem como o reconhecimento de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, conforme Donna Haraway (2009), passando também pela contribuição de Antônio Ciampa (1989). A escritora indiana Gayatri Chakravorty Spivak (2010), em sua relevante obra "Pode o subalterno falar?", levanta a questão da mulher subalterna silenciada, constatando que o subalterno como um sujeito feminino é aquele que não pode ser ouvido ou lido. O livro Hospício é Deus, de Maura Lopes Cançado, oportuniza o contato com um relato de grande envergadura e valor literário, mesmo que pouco conhecido, revelando o ponto de vista sofisticado de uma mulher escritora, cuja trajetória levou a marca indelével da loucura, em sua época e dentro de seus limites – impostos e imaginados. O presente trabalho está intimamente ligado ao tema do encontro e ao eixo – Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas. Ao propormos uma discussão partindo das questões identitárias dessa mulher, escritora e louca, estamos imersos no tema do GT 10 – Identidade. Assim, as interconexões com as questões que afetam a existência dessa mulher, nos colocam em discussão sobre a questão da superação de situações de injustiça, dominação, exclusão e alienação

presentes em sua realidade social (temporal) que, muitas vezes, ainda são encontradas no dia de hoje. Desta maneira, estamos afinados com o objetivo do GT Identidade – ao propormos a discussãoa questões relacionadas a identidade de indivíduos, grupos e instituições e que estão envoltas com problemas contemporâneos ligados às Práticas Sociais, às Políticas Públicas e aos Direitos Humanos.

Identidade e projeto de vida de jovens de zona rural

Marcelo Moreira Cezar

O contraste nas relações entre projeto de vida e projeto educacional de jovens mulheres fomenta a discussão entre, identidades e modos de ser no meio rural. Para o entendimento da significação dessas possibilidades, este estudo analisa narrativas de meninas da zona rural, em distintos municípios, compreendidos entre as metades: norte, sul e centro-oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de considerar as diferenças culturais e geográficas desse processo. Esta pesquisa envolveu 32 jovens, em que 16 delas frequentam o ultimo ano do ensino fundamental e 16 do último ano do ensino médio. Foram realizadas entrevistas de caráter narrativo que após processos e transcrição e sistematização utilizou-se da análise crítica do discurso como operador teórico. Além das entrevistas, a interação contou com um processo de fotocomposição entre as duas entrevistas realizadas com cada participante, ambas as estratégias compreenderam a produção autobiográfica destas jovens. As temáticas derivadas da análise envolvem as concepções sobre as diferenças: de mulher, de homem, de trabalho, estudo e futuro. As narrativas destas jovens movimentaram a discussão sobre as trajetórias educacionais, com destaque para as construções de gênero, de comunidade e na organização relacional com os projetos de vida.

Identidade e trabalho: o trabalho medeia a identidade. E o desemprego?

Inara Barbosa Leao

Desemprego é condição social e não psicológica. Deve-se à forma de ordenamento da produção e historicamente é fenômeno recorrente, aparece sempre que temos acúmulos no desenvolvimento tecnológico e científico que permitem o aumento da produção com menor emprego de mão-de-obra. Alguns sociólogos dedicados a esta área têm afirmado que o desemprego atual é proporcionalmente inferior aos que já ocorreram em outros momentos históricos. Porém, temos que concordar que a não é possível isolar de um lado o conjunto de elementos biológicos, psicológicos ou sociais que podem caracterizar o indivíduo,

identificando-o, e por outro lado a própria representação desse indivíduo, como se fosse algo duplicado dos primeiros e que seria a sua identidade. É que é pela nossa própria atividade de interiorização da personagem que nos é atribuída que nos identificamos com ela, ou não! No plano psicológico expressamos estas relações através do conceito de atividade, de seus motivos geradores de sentido e não na perspectiva dos estímulos e das operações que as realiza. As particularidades dessa atividade é que definem as características do indivíduo. A base da identidade inclui também as atividades teóricas, que durante o desenvolvimento podem ampliar-se ou empobrecer-se. Por trás destas estão as diferenças qualitativas, do conteúdo das relações sociais e entre objetos, devidas às condições objetivas de época, nação e classe social. A identidade se faz através das atividades. São elas as unidades da análise psicológica da identidade, e não suas ações, operações, nem as funções psicofisiológicas ou os blocos destas funções; estes últimos caracterizam a atividade, porém não diretamente a identidade, que depende também dos aspectos afetivos do sujeito. Ter consciência da própria identidade significa reconhecer o tipo universal de sua estrutura. Suas contradições também geram conflitos que, em determinadas condições, se fixam e se incorporam à estrutura da identidade. Assim a separação, surgida historicamente, entre a atividade teórica interior e a atividade prática, dá lugar a um desenvolvimento unilateral da identidade, e pode levar a uma dissociação da identidade em duas esferas alheias uma a outra: a esfera de suas manifestações na vida real e a esfera de suas manifestações em uma vida que só existe ilusoriamente, só no pensamento autista. É que as atividades dos indivíduos são normatizadas, objetivando manter a estrutura social, o que no plano psicológico leva à percepção que as identidades se conservam como foram produzidas, paralisando o processo de identificação pela reposição de identidades pressupostas, que um dia foram postas. Este jogo se esclarece quando realizamos a negação da negação, que permite a expressão do outro aspecto, que se manteve latente, mas que também sou eu. Este movimento consiste na eliminação da identidade pressuposta e na apreensão do desenvolvimento da identidade explicitada como metamorfose constante, em que todos os aspectos humanos que compõem cada um podem se concretizar. No plano psicológico expressamos estas relações através do conceito de atividade, de seus motivos geradores de sentido e não na perspectiva dos estímulos e das operações que as realiza. Assim, a identidade depende das circunstâncias objetivas alcançadas por todo o conjunto de sua atividade, e que torna real suas relações com o mundo. As particularidades dessa atividade é que definem as características do indivíduo Por trás destas estão as diferenças qualitativas, do conteúdo das relações sociais e entre objetos, devidas às condições objetivas de época, nação e classe social.

A crescente ampliação do desemprego é uma das principais preocupações no Brasil, a despeito do quase selado consenso entre especialistas, de que o principal remédio para as proporções que esse mal atinge é o crescimento econômico com a geração de empregos, sendo, portanto, quase unânime o seu tratamento. No entanto, mostra-se necessário dar a exata dimensão desse problema, sob vários ângulos, uma vez que é desigual entre sexos, idade, escolaridade, raça/cor, posição na família, entre outros, e porque há indícios de que parcela da população em idade ativa se manteria à margem do mercado de trabalho, mesmo com a alavancagem da economia, dado o desmantelamento e a reorganização da ordem que, até então, incorporava essas pessoas, principalmente com o aumento da importância do setor financeiro sobre o produtivo. A referência ao historicismo do desemprego e suas piores consequências em períodos anteriores é feita para podermos lembrar que naqueles momentos as soluções só puderam se dar com a ação social/grupal e nunca individual. Tivemos revoluções, convulsões sociais, programas de recuperação econômica, políticas de assistência, políticas de qualificação, políticas compensatórias; sempre dados no nível macro-estrutural. A atuação sobre as condições psicológicas com os indivíduos em particular, quando visa à alteração de condições sociais que atingem aspectos individuais, como o caso do desemprego, não cria empregos, não cria renda, não traz alteração dos descompassos entre as necessidades e as suas satisfações.

Identidade religiosa e discursos políticos

Maressa da Silva Miranda, Cláudia Natividade

O objetivo deste trabalho é problematizar como a sociedade brasileira tem buscado constituir novas identidades nacionais que se opõem à identidade religiosa católica, que sempre predominou no Brasil. A sociedade brasileira é marcada pela religiosidade. O Brasil é conhecido como o maior país católico do mundo, e o nosso cotidiano é povoado por práticas e ditados populares como “Deus é brasileiro”, “o brasileiro ascende uma vela para Deus e outra para o Diabo”, “o diabo que te carregue”, e frases como “Graças a Deus”, “Vai com Deus”, “Deus lhe pague”, utilizados a todo tempo e para qualquer fim, geralmente de forma automática pelos sujeitos. Ademais, feriados santos (como Sexta-Feira da Paixão, Corpus Christi, Páscoa e Natal) e símblos religiosos em órgãos públicos demonstram como o Estado brasileiro, apesar de constitucionalmente se afirmar laico e secular, reflete a religiosidade predominante na sociedade em suas instituições, conformando uma identidade nacional não só religiosa, mas católica. Tendo por base o conceito de identidade utilizado por Stuart Hall (2000) e Katheleen Woodward (2000), como um processo de representação fabricado por meio da marcação da

diferença, podemos afirmar que os sistemas de representação marcam os espaços de quem é incluído e de quem é excluído no discurso. Nesse sentido, todo discurso que emerge na esfera pública contrário à religiosidade católica é colocado em um espaço de exclusão e de não reconhecimento. Mas essa construção da identidade nacional católica sofreu, há cerca de 150 anos, uma primeira ruptura com a chegada das igrejas evangélicas no Brasil, que afirmavam uma religiosidade cristã anti-católica e forçavam o rompimento de amarras sociais e políticas firmadas entre o Estado brasileiro e a igreja católica (CAMPOS, 2006). Não obstante, a corrente religiosa evangélica, que, a despeito de ter causado uma tensão na identidade brasileira, historicamente não se imiscuía diretamente com questões políticas, sofre uma modificação considerável com o crescimento das igrejas pentecostais, que vêem na ocupação dos espaços políticos uma forma de auto-legitimação e fortalecimento social (BURITY, 2006), e a sua inclusão no processo de construção da identidade nacional. Com isso, a partir de 2002, é claro o posicionamento político conservador da chamada "bancada evangélica", no sentido de ampliar e reforçar uma identidade religiosa não só católica mas cristã dentro do contexto da sociedade brasileira. Não obstante, essa nova inclusão evangélica reforçou a exclusão de grupos minoritários, notadamente homossexuais e mulheres, e seus discursos políticos que subvertem as categorias de gênero, identidade sexual e sexualidade hegemonicamente sustentadas pelas religiões. A consequência disso é que a identidade brasileira sofre, contemporaneamente, um segundo abalo, com o fortalecimento de posições políticas marcadas pela negação de toda e qualquer influência religiosa na política e no direito brasileiros e sustentando um apelo à laicidade do Estado, tomada como sinônimo de uma secularização radical das instituições políticas. Percebe-se, pois, uma tendência à reconstrução da identidade nacional brasileira, apartada das religiões, na qual o discurso de promoção de direitos humanos e sua gramática moral (composta por conceitos como de pluralismo, diversidade, reconhecimento, alteridade e intersubjetividade) se coloca como alternativa aos preceitos éticos-religiosos (de humanismo, caridade, culpa e vergonha) tradicionalmente praticados na sociedade brasileira.

Intervenção Psicossocial em Instituições de Longa Permanência: especificidades e entraves

Gleicimara Araujo Queiroz

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são instituições de caráter total, na qual o indivíduo realiza todos os aspectos da vida de forma fechada e fortemente controlada. Tal fator, aliado às vivências, tanto sociais quanto físicas do envelhecimento, atuam no sentido

de fragilizar a saúde física e mental dos idosos. Portanto, faz-se imprescindível um trabalho multidisciplinar nestas instituições a fim de ajudar a promover a Qualidade de Vida. O presente trabalho, no campo da Psicologia Social, utilizando-se do materialismo histórico e da lógica dialética, pretende discutir as especificidades e entraves da realização de intervenção psicossocial com grupos de idosos que residem em ILPIs. Como pressupostos teórico-metodológicos a presente pesquisa utilizou a Pesquisa Participante e a Análise Institucional. Esses pressupostos são norteadores de uma ação que garante um envolvimento com o objeto de pesquisa, um maior envolvimento com a comunidade, uma vez que considera a interação entre o pesquisador e o pesquisado como instrumento de intervenção e investigação. Foi realizada pesquisa qualitativa de campo ao longo de três anos, com coleta de dados por meio de observações e filmagens das intervenções das práticas de estágio em três ILPIs distintas. As observações realizadas foram registradas na íntegra, imediatamente após seu término, em diário de campo, para que pudessem ser revisitadas ao longo de todo o percurso da pesquisa, servindo como objeto de análise. Para a análise final dos dados utilizou-se a análise do discurso. A partir da intervenção psicossocial em grupos de idosos, pudemos perceber as características singulares das relações afetivas, das relações de poder, da formação da identidade e da formação de vínculos nesses grupos. Ficou evidente que as Instituições Totais são atravessadas por relações de poder o que consequentemente empobrece as relações sociais. Há também a dificuldade na formação de vínculos entre os idosos, e entre os idosos e os cuidadores, uma vez que para os internos criem vínculos é necessário que se identifiquem com o que querem negar, a velhice. As trocas afetivas e as vivências sexuais também são barradas. O processo identitário também fica empobrecido devido a forma de organização institucional e do staff, desde a perda de objetos biográficos, como a serialização das atividades dos internos, atendimento sempre de forma grupal, horários rígidos, predominância da inatividade, separação do mundo externo. A intervenção psicossocial com idosos institucionalizados possui diversas especificidades, como a dificuldade do estabelecimento de vínculo entre os idosos, e entre os cuidadores e os idosos, a tenuidade do questionamento das relações de poder e como as expressões da afetividade são barradas. Tais atitudes possuem o intuito de inibir os processos de mudança que põe em questão o instituído. E mesmo com suas diferenciações a intervenção em grupos de idosos em ILP's é um trabalho factível e desejável. Apesar das especificidades e entraves encontrados na realização do trabalho com idosos que moram em tais instituições, é fundamental a realização deste tipo de intervenção, uma vez que estes grupos, assim como os outros, mutatis mutandis, também buscam o desenvolvimento da consciência e da autonomia grupal. Como o

envelhecimento é multideterminado é preciso que se realize um trabalho de intervenção mais abrangente, deste modo é relevante que ela seja desenvolvida por uma equipe multidisciplinar ou transdisciplinar. Apesar das particularidades dos grupos de idosos que residem em Instituições de Longa Permanência, constatamos que a intervenção psicossocial se faz imprescindível para que o grupo alcance o desenvolvimento de sua consciência e a autonomia grupal.

O feminino entre sons e silêncio: uma geração e as histórias que se cruzam

Mayara Pacheco Coelho, Marilia Novais da Mata Machado, Marcos Vieira Silva

Ao longo do mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI/UFSJ), vem sendo desenvolvido um trabalho de resgate e também de aproximação com a história da música na cidade e a participação das mulheres nessa história. São João del-Rei, mais do que outras partes do estado de Minas e também do país, representa um polo de expressiva atividade musical. A cidade conta hoje com dez agremiações, entre bandas e orquestras, duas das quais bicentenárias. A primeira referência de atividades musicais na cidade data de 1717 (Guerra, 1968; Neves, 1987; Guimarães, 1996; Crowl, 2005). Embora a tradição musical aproxime-se dos 300 anos, só se encontraram relatos de participação feminina no meio musical público são-joanense no final do século XIX e início do século XX. Uma das hipóteses de restrição do feminino à atividade está ligada à sua origem e à relação com os rituais litúrgicos católicos: a mulher era proibida de falar ou cantar nas igrejas (Castagna, 2011). No século XIX, os primeiros conjuntos musicais eram compostos apenas pelos vocais, sendo assim formado por um "tiple" – descrito como menino cantor; um contralto, homem cantando em falsete; um tenor e um baixo (Neves, 1987). A educação musical era prevista para meninas e "senhoras". A cidade contou com colégios exclusivos para moças e que compunham seu quadro de formação com o ensino musical. A prática musical era prescrita e incentivada apenas no âmbito doméstico. Contudo, não se sabe ainda até que ponto essa prática musical privada e amadora contribuiu para o confinamento das mulheres (Coelho & Vieira-Silva, 2011). Neste levantamento, foi encontrada maior participação feminina em meio público nos primeiros anos do século XX, inclusive representando o papel da Verônica na Semana Santa local (Queiroz & Vieira-Silva, 2005). Também se pode acompanhar algumas mulheres que se destacaram no campo musical e outras ainda nas diretorias das corporações. Contudo, os lugares ditos "tipicamente femininos" ainda são assinalados com frequência na cultura musical da cidade. Nesta fase da pesquisa, o interesse recaiu, sobretudo, sobre quem são essas musicistas que

compõem a história musical são-joanense. Para tanto, foram contatadas quatro musicistas acima de 80 anos (nascidas entre 1924 e 1933). Para obtenção das informações, o método utilizado foi à realização de entrevistas individuais e abertas. Com a permissão das participantes, as entrevistas foram gravadas e transcritas. Elegeu-se a análise do discurso, na perspectiva foucaultiana, como método de análise que permite descrever as dispersões, contradições, descontinuidades e rupturas presentes nos discursos e as articulações texto-contexto. Os corpora revelam que apenas uma dessas musicistas ainda atua no cenário musical. As outras três não cantam, nem tocam mais. Consideram-se já com idade avançada, o que dificulta tudo: as que cantavam acreditam que perderam a voz; a pianista sofre com a perda da visão e com a artrose que a impossibilita de manter os movimentos das mãos; há queixas sobre dificuldade de locomoção e falta de companhia. Uma característica presente em três das quatro trajetórias se refere às mudanças no corpo de membros das corporações: três das musicistas relatam que as pessoas já não são mais as mesmas, muitas envelheceram também e outras tantas faleceram. Outros pontos dessas quatro trajetórias se entrecruzam: as musicistas que se casaram, deixaram de atuar no meio público após o casamento. Expressões como “ele me tirou de tudo” e “depois que casa, você sabe como é que é” foram recorrentes nos discursos. Após o falecimento dos cônjuges, duas retomaram o ofício musical que anteriormente era restrito às reuniões familiares. Uma delas inclusive assumiu cargo de presidente efetiva de uma orquestra. A escolha do eixo temático se deve às interseções possíveis da categoria gênero. Foi possível perceber as marcas do poder patriarcal nas mulheres dessa geração, sobretudo submissão, anulação, dificuldade de imposição, necessidade de afirmação perante aos demais e a não consciência de que a atividade musical foi (e ainda é) marcada pelo gênero. Assim sendo, os resultados estão se encaminhando para expor ambiguidades e contradições quando se relaciona gênero e atividade musical. O estudo musical era sim previsto, porém as mulheres dessa geração não eram incentivadas a atuar no meio público. Todas relataram nervosismo e dificuldade de se apresentar em público. Pode-se pensar então na educação dessa geração que não previa, ou melhor, interditava, a exibição das mulheres. Procurando uma ponte entre os estudos atuais de gênero e a realidade do fazer musical das novas gerações de musicistas são-joanenses, a pesquisa se desdobra com outras indagações, junto a outras gerações de musicistas, responsáveis por manter a história sempre viva e se entrecruzando com o passado. (Apoio: Fapemig).

O processo de escolha do prenome pela família e seus efeitos

Yullia Marizia Silva de Souza, Isalena Santos Carvalho

O prenome é essencial nas relações humanas. O processo de escolha do prenome da criança pela família não é tarefa simples. O prenome é parte fundamental da construção da identidade de alguém. Todos precisam ser designados de alguma forma e é a partir desse significante que nos é dado que é possível para a criança se diferenciar dos demais membros de um grupo. Assim, o presente estudo aborda o processo de escolha do prenome da criança pela família e efeitos disso em sua vida. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, através do levantamento de obras sobre o processo de nomeação no campo do Direito e na Psicanálise. O nome se articula o funcionamento psíquico do sujeito, apresentando com repercussões de acordo de acordo com cada contexto histórico-cultural em que ele está inserido. Afinal, não pode se falar em um sujeito sem inseri-lo no meio social que servirá de base para ele estabelecer relações e se constituir. O nome denota uma marca de feminino-masculino, que pode ser ou não correspondente com a identidade de gênero que a pessoa possui. O nome carrega raízes, as referências familiares e sociais de cada um. Portanto, já pelo prenome é possível estabelecer impressões e conceitos. No mundo contemporâneo, nossa cultura recebe influências das mais diversas, sendo o nome um desses marcadores sociais que norteiam as relações interpessoais. Diante disso o presente trabalho possui relação com Grupo de Trabalho Identidade e se insere dentro do eixo temático Gênero, Sexualidades e Intersecções, uma vez que o nome se relaciona com o modo que cada um se reconhece no meio social. Segundo o Código Civil, todos tem direito ao nome que o identifique, sendo nele compreendidos o prenome e o sobrenome. O Direito entende o nome como uma posse inalienável, intransferível do indivíduo. Não se pode emprestá-lo ou trocá-lo como qualquer outra propriedade. Na Psicanálise, o prenome comparece como um dos significantes que marcam a vida do sujeito, sobre o qual ele tem que responder, tendo efeitos sobre toda sua vida. No processo de escolha do prenome pela família, a criança já existe através dele antes mesmo de nascer. Ao ser nomeada, a criança passa a existir no imaginário da família – ou de quem for cuidar do futuro bebê. O prenome serve para dar um lugar à criança dentro e fora do seio familiar e na sociedade. Através da nomeação, confere-se um lugar a ela no desejo da família. Como o prenome marca um ponto de partida para todos nós, a questão é como cada um vai a ele responder. Na Psicanálise, é um significante dado por um outro. Como significante, só pode dizer algo a partir de seu entrelaçamento a outros significantes, o que requer um posicionamento por parte do sujeito nomeado em relação a uma história anterior a ele e ao desejo nele investido. A nomeação da criança passa por questões dos próprios pais ou cuidadores que a batizaram. Em torno desse nome, ela vai poder se reconhecer como tendo um corpo próprio e separado dos outros. Logo, o nome vai além da função de

somente nomear um sujeito. Reflexos disso podem ser percebidos no cotidiano, na clínica, como nos casos em que o sujeito prefere ser chamado por um apelido ou mesmo quando o rejeita e intenciona substituir seu prenome.

Ostras descartadas: implicações das fragilidades relacionais que podem levar indivíduos graduados à mendicidade

Maria Luiza Sheeffer Zwarg

Tendo como tema – Ostras descartadas: Implicações das fragilidades relacionais que podem levar indivíduos graduados à mendicidade, pensa-se em tecer algumas considerações que a individualização pode ocasionar na contemporaneidade, relacionando com eventos descritos por Bauman (2012) no Jornal Catarinense em consonância com o livro de Beck – A individualização (2000). Em comum, na violência generalizada dirigida a mendigos, está a invisibilidade, o chamado "refugo humano" da sociedade, conforme coloca Zygmunt Bauman, ao teorizar sobre os "produtos rejeitados da globalização". Ou aquilo que não queremos ver. Bauman é bastante conhecido principalmente por suas teorizações sobre a modernidade líquida e sobre a fluidez da vida contemporânea, globalizada e atravessada pelo "derretimento" das sólidas estruturas na Pós Modernidade. Fala-se em post anterior como a perda do "sólido" das ideologias e instituições que sustentavam/orientavam a vida e subjetividades humanas estão fomentando um sujeito mergulhado em incertezas e fragilidades ante perdas de parâmetros, costumes, modos de vida. Usando a terminologia do autor, a "liquidez" explica o "derretimento " das "sólidas" ideologias da Modernidade que se tornaram fluidas, incertas, cambiantes, precárias. Para entender os conceitos de liquidez e fluidez, o autor explica que entre os acontecimentos que favoreceram o desmoronamento da "solidez" da Modernidade encontra-se o Holocausto, o fracasso do modelo econômico proposto pelo ocidente, o corrente processo de globalização e a transformação de uma cultura da socialização para a individuação. No livro de Beck – A individualização (2000), sem abrir mão da constatação que vivemos num período de grandes mudanças, os autores mostram que a responsabilidade pela própria vida e pelo próprio destino tem um outro nome: individualização. Atualmente, é comum ouvirmos opiniões de que estamos vivendo em uma época de exagerado individualismo. O individualista é visto como quem se preocupa pouco com os outros; seus interesses giram todos em função de si mesmo, de seu sucesso e bem-estar pessoal. Há ainda alguns conceitos que acompanham essa visão sobre o individualismo, que são "egoísmo" e "narcisismo". O individualista seria alguém que, teoricamente, se perderia em sua própria imagem. Beck (2000), introduz uma diferenciação

importante entre o individualismo, normalmente visto de forma negativa e a individualização, termo que reflete uma época em que as características de sociedades altamente complexas forçam os indivíduos a assumirem seus próprios destinos e a contarem apenas consigo para a construção de suas histórias de vida, tendo de conviver com a incerteza e o risco. Conhecido por sua teoria sobre o risco na vida das grandes sociedades modernas, seus trabalhos surtiram efeito mundo afora por tocar em pontos cruciais da forma como as pessoas estão organizando suas vidas em uma época de intensa globalização e de enfraquecimento da tradição, investigando as mudanças que ocorreram no vínculo do indivíduo com seu emprego, com sua família, seus filhos e com as novas formas de liberdade existentes, com o tempo e com o espaço. A grande particularidade de nossa época, afirmam os autores, é que ninguém mais vive a vida por nós, exceto nós mesmos. Se há tempos atrás éramos aprisionados por grandes mitos e valores, geralmente dados por instituições como a igreja e a "grande empresa", hoje estamos diante do peso de termos de gerenciar nosso destino e nosso projeto de vida sem a interferência de nenhuma força externa, a não ser a nossa própria força. Esse tipo de situação gera um "desamparo" nas pessoas, pois suas vidas não podem mais ser inscritas na vida de outros. É uma nova fase do capitalismo, marcado pelo rompimento dos últimos vestígios de estabilidade fornecidos pelas diversas instituições sociais. Mas é uma nova fase que atinge a todos, sem exceção, até o nível mais microscópico da vida subjetiva. A interessante tese dos autores é que a individualização se baseia em uma outra ética que não a ética tradicional, ela é baseada no princípio do "dever consigo próprio". Isso, afirmam eles, não deve ser visto como egoísmo nem individualismo, mas, como uma transformação dos vínculos do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade. Há, na individualização, um foco na autoiluminação e na autolibertação como um processo ativo a ser realizado por cada um, incluindo a busca por novos laços na família, no mercado e na política. O indivíduo, nesse sentido ativo, reinventa a sociedade e sua própria vida. Conclui-se assim, que mesmo que o sujeito seja considerado no meio, numa linguagem brutal como individualista, o mesmo pode ser visto sob outro prisma, como construtor de seu próprio conhecimento e destino, daquele que enxerga-se e faz-se presente no espelho social. Desse modo, entende-se porque tantas pessoas graduadas, por implicações relacionais (no trabalho ou na vida pessoal), podem em determinado momento, perder o sentido e significado de suas lutas intrínsecas, desistindo da trajetória conquistada, levando-os à mendicidade, cuja ponte de travessia é de fácil acesso, mas de difícil retorno uma vez instalada essa condição, sendo necessário muito esforço e reflexão para seu retorno à sociedade que prima pelo poder de compra e da mais valia, em que, individualização traz consigo, o pejo da exclusão.

Pai Cacique e João do Congo: processos identitários na umbanda

Daniela Torres de Andrade Lemos, José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Em trabalho de iniciação científica, que resultou em uma monografia, realizou-se uma descrição etnográfica sobre um importante centro de umbanda, localizado na cidade de Santa Rita do Passa Quatro, chamado Legião Branca Mestre Jesus, e que é um modelo para o culto umbandista da região de Ribeirão Preto. Segundo a tradição desse Centro, há cerca de quinhentos anos, portanto na altura do Descobrimento, uma família de índios "mortos" teria se reunido, no "plano espiritual", sob a orientação de Pai Cacique, com o intuito de voltar a unir a família, realizando trabalhos de cura. Encontrou-se como resultado daquela pesquisa que os frequentadores que buscam conforto e cura para seus males são interpretados como membros desgarrados dessa família espiritual. A história de fundação do Centro, tal como é contada, leva a uma reconfiguração da identidade, relacionada à ideia de pertencimento a essa família e à identificação da pessoa com o universo simbólico brasileiro. A combinatória de elementos narrativos nessa história de fundação é compartilhada pelos participantes e eles tornam-se marca de uma família simbólica, conectando cada indivíduo que ali chega a um novo entendimento da sua identidade, da mesma maneira que une as pessoas da LBMJ entre si, na forma de uma família espiritual. O presente estudo pretende compreender como este processo se desdobra em vivências psíquicas das pessoas que se envolvem no culto da Legião Branca Mestre Jesus, nomeadamente em processos identificatórios, de reconstituição narrativa da própria identidade e do sentido da sua existência: em ultima instância, de refeitura do seu entendimento de si mesmos. A investigação e descrição dos processos de transformação identitária em médiuns deste Centro têm sido feitas mediante o acompanhamento longitudinal de alguns adeptos. Para esse efeito, está sendo feito um estudo etnográfico especialmente focado atenção nos elementos referidos no complexo simbólico das entidades espirituais bem como no seu impacto e introdução nas narrativas de vida dos médiuns. Resultados preliminares indicam que alguns elementos do culto e da história de fundação funcionam como pontos de intersecção entre a narrativa religiosa da Legião Branca Mestre Jesus e construções identitárias diversas, que envolvem questões raciais, de gênero, nacionalidade e família. Também foram realizadas entrevistas abertas, cujo intuito é recuperar histórias e significados presentes nas histórias particulares dos médiuns antigos e sua participação no culto. Através da análise dessas entrevistas e do acompanhamento dos iniciantes, pode-se entender como a história espiritual e a organização do culto se refletem em vivências singulares e permeiam reconfigurações

identitárias. Resultados preliminares indicam que a ideia de "sobrevivência" do indígena para além da morte parece permitir uma melhor elaboração de construções narrativas pessoais relacionadas às próprias origens, ao ser brasileiro. A presença da figura do negro como fonte de saber, como é o caso do preto-velho João do Congo, visto por essa narrativa de fundação como um dos chefes do culto, favorece a elaboração de questões identitárias relacionadas ao ser negro. As histórias pessoais de alguns médiuns tanto iniciantes quanto antigos, evidenciam transformações e trajetos identitários relacionados a tais temas, permeados pelas interlocuções com as narrativas institucionais.

Paradoxo das identidades da moda contemporânea: liberdade ou dominação?

Olívia Unbehaun Leal da Silva

A partir dos anos 50 e 60 a moda sofreu um processo de democratização que possibilitou o desenvolvimento da identidade através dos trajes. Os cânones da aparência cederam lugar a construções que atendiam ao desejo de expressar a si mesmo, apontando em direção às subjetividades privatizadas. Em detrimento a um passado estático de apego as tradições e aos papéis convencionais, a moda, enquanto fenômeno da modernidade, subjulgou a uniformidade dos modos de ser, atribuindo ao conjunto de combinações das roupas um caráter propagador de identidades. Por outro lado, a moda fala a favor da indústria do consumo, flagrante de uma intenção mercadológica atenta ao desejo de seus consumidores. Neste trabalho através da compreensão do conceito de sociedade de controle estudado por Michel Foucault e Gilles Deleuze, também chamada pelo último de sociedade de comunicação, e da noção de subjetividade trabalhada pela Psicologia Social, é analisado o caráter paradoxal da moda contemporânea encontrado em dois polos contraditórios a) o de ferramenta de construção de identidades e b) o de artimanha de dominação e massificação. Enquanto ferramenta identitária foram analisadas as formas que a moda oferece à construção de identidades. Através da análise do conceito de sociedade de controle foi possível perceber a moda como estratégia de controle contínuo sobre os indivíduos, erigindo uma falsa noção de subjetividade privatizada. Todavia, sobre a análise de Gilles Lipovetsky e de outros autores, foi elucidado o caráter "inventivo" da moda através do incremento da paixão pelo novo e do narcisismo, como fomentadora de um modo autônomo de ser, revelador de preferências e gostos individuais. Pode-se concluir que o fenômeno moderno da moda, apresentado neste trabalho como paradoxal em relação à possibilidade de construção de identidade, dá vazão a uma certa liberdade, ainda que mais ou menos controlada, se comparada aos ditames autoritários do passado, quando a ideia de

indivíduo não estava aliada a noção de subjetividade privatizada. Também foi possível concluir que as identidades fragmentadas que os indivíduos atualmente desempenham enquanto variam seus papéis na sociedade, tornam-se possíveis através da alocação dos trajes e das diferentes combinações passíveis da moda.

GT 11. PESQUISA ETNOGRÁFICA NA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIAS NA ESCOLA

A percepção de alunos e professores sobre o "bullying": descrição das representações sobre o fenômeno

Luiz Carlos Avelino da Silva, Mak Alisson Borges de Moraes

O "bullying" é uma forma de violência que ocorre no espaço escolar através de comportamentos agressivos caracterizados pela repetitividade, desequilíbrio de poder e comportamento intencional, sem motivo aparente oferecido pela vítima, com o intuito de infligir sofrimento. Uma das principais características do "bullying" é a invisibilidade, visto que muitas vezes ele ocorre de forma indireta, o que dificulta a sua percepção por pais e comunidade escolar. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo avaliar a percepção de alunos e professores a respeito do "bullying", visando diferenciar os comportamentos assim percebidos por alunos e professores das brincadeiras típicas da idade. A escola, em tese, deveria ser um ambiente saudável e seguro onde os jovens encontrariam condições adequadas para aprender. A escola ideal é aquela que oferece ao aluno conhecimentos e ao mesmo tempo senso critico, cumprindo o seu papel socializador e permitindo ao estudante que ele cresça como pessoa e cidadão. No entanto, a presença da violência quebra essa noção de escola ideal, tornando-a um lugar inseguro, que influencia de forma negativa no rendimento dos alunos. O "bullying" afeta de forma direta agressores, vítimas e testemunhas, rompendo a ideia da escola como um espaço de educação. Dessa maneira, para minimizar esses danos causados pela violência, é fundamental que a escola procure entender os fatos, buscando conhecer como eles se manifestam para que ela possa intervir, reduzindo a incidência de práticas violentas para que seja possível a construção de um ambiente saudável aos seus alunos A pesquisa focou tanto aspectos quantitativos como qualitativos. Foram sujeitos dessa pesquisa um total de 277 sujeitos/colaboradores, sendo 266 alunos e 13 professores. Os dados foram coletados em 8 escolas da rede municipal de ensino da cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Em relação a amostra de alunos, construiu-se e aplicou-se um questionário a aproximadamente um por cento dos estudantes da rede pública municipal de Uberlândia, cursando entre o sexto e o nono ano

do ensino fundamental. Sob o foco qualitativo, foram entrevistados 13 professores que lecionam do sexto ao nono ano do ensino fundamental. A idade dos entrevistados variou de 27 á 59 anos. A escolha dos professores para as entrevistas foi aleatória. Os dados do questionário receberam um tratamento estatístico descritivo. Já as entrevistas foram submetidas a uma análise do conteúdo, para se averiguar as asserções significativas mais recorrentes. Os dados obtidos com os questionários aplicados aos alunos sugerem que eles possuem um conhecimento daquilo que é caracterizado como "bullying" e que sabem diferenciar os comportamentos típicos da idade, do "bullying". Porém, quanto aos comportamentos que ocorrem de forma indireta, os alunos sentem dificuldade em reconhecer. Ao que tudo indica eles sabem reconhecer a diferença entre "bullying" e comportamentos típicos da faixa etária somente no que diz respeito as formas diretas do "bullying". Quanto aos professores entrevistados, eles percebem o "bullying" como um fenômeno silencioso, de difícil percepção devido à falta de uma definição precisa, o que leva a concluir sobre o desconhecimento que se tem em relação ao tema. Suas falas não mostram uma compreensão única do que vem a ser "bullying", nem sobre sua definição, o que não permite diferenciá-lo, conforme descrito na cartilha do Conselho Nacional de Justiça, das formas mais conhecidas de violência na escola. Assim, quando se referem ao "bullying", referem-se a um assunto difundido e banalizado pela mídia. Dessa forma, por meio dos resultados da pesquisa, evidencia-se a necessidade de criar medidas para combater essa forma de violência. Destaca-se a importância da implementação de políticas públicas voltadas a prevenção do "bullying", visando atingir alunos e professores.

Alteração: perspectivas para o processo de construção de conhecimento no âmbito da etnografia

Joao Batista Martins

Temos como objetivo com este trabalho trazer para discussão uma dimensão da pesquisa etnográfica que diz respeito à relação sujeito x objeto. Tendo como ponto de partida o conhecimento que se organiza em torno da observação participante – entendida aqui como uma metodologia própria para o conhecer etnográfico – sentimos a necessidade de propor uma reflexão sobre a dimensão epistemológica do processo de construção de conhecimento, a partir da noção de alteração, conforme as proposições de Jacques Ardonio. Nesse sentido, consideramos que a relação “sujeito e objeto”, caracterizada como um encontro no campo de pesquisa, se caracteriza enquanto um processo de alteração, processo este considerado aqui como um elemento instituinte do processo de construção de conhecimento. Ou seja, o

conhecimento científico se realiza na relação mesma entre "sujeito e objeto" – na relação intersubjetiva, que se produz no campo de pesquisa. Cabe registrar, no entanto, que, no âmbito da pesquisa, os seres humanos, quando submetidos a quaisquer que sejam os determinismos (econômicos, sociais, culturais etc.) que condicionam e podem explicar seus modos de funcionamento, têm em si um poder de negação, de contra-estratégia que lhes dá, ao menos em parte, a inteligência destes determinismos e uma certa capacidade de reagir e de adaptar-se, senão de transformá-los. Denominamos esta capacidade de negatricidade, o que significa o reconhecimento de uma certa opacidade própria dos objetos que estão sob investigação. Isto quer dizer que o homem não é indiferente às produções de saber que lhe concernem e reagirá diante delas, interferirá constantemente com os dispositivos de análise e de investigação que lhe serão aplicados, perturbando seu funcionamento. Além disso, do ponto de vista do pesquisador, consideramos que, além de ele não dominar (no sentido de controle) seu objeto (em função da negatricidade que lhe é inerente), ele está implicado com (n)ele. A idéia de implicação nos sugere que o conhecer se estabelece a partir vários planos: das motivações mais profundas do pesquisador (inconscientes?), de seus desejos, de suas projeções pessoais, das suas identificações, de sua trajetória pessoal, etc. Nesse sentido, podemos dizer que a relação entre "sujeito e objeto" propicia tanto o desvelamento do "objeto" como o desvelamento do "sujeito". Com a idéia de implicação assume-se que o conhecimento produzido é da ordem da intersubjetividade, ele se estrutura a partir de um processo de "negociação" entre as múltiplas referências que compõem o conjunto das representações de cada indivíduo envolvido no processo, ou seja, o conhecimento se produz a partir da heterogeneidade implícita nas relações que se estabelecem no campo da pesquisa. A noção de implicação localiza o pesquisador numa relação de negociação, pois ele, ao se localizar em seu "campo de pesquisa", ocupa um lugar onde ele "afeta" e é "afetado", ele "altera" e é "alterado". Tal fato nos permite afirmar que a alteração é essencial na produção de conhecimento a respeito da realidade. Assumir esta posição, significa reconhecer a imprevisibilidade que circunscreve as relações que se estabelecem no campo de pesquisa, uma vez que tanto o "outro", que foi tomado como "objeto", como o pesquisador, estão inscritos numa situação de "alteração", vindo a se influenciarem mutuamente. Queremos dizer com isso que a relação entre sujeito e objeto, entendida como um encontro intersubjetivo, requer o reconhecimento de dimensões que não estão relacionadas nem com os aspectos teóricos, nem com os aspectos metodológicos, que utilizamos quando da realização de nossas pesquisas. Tais dimensões estão circunscritas pela ordem do psíquico, do desejo, da vontade, que implicam afetos nem sempre "dizíveis" em nosso cotidiano acadêmico.

Numa perspectiva psicológica, podemos dizer que a heterogeneidade intrínseca na relação entre sujeito e objeto se caracteriza como processo de alteração, já que ela é circunscrita por um jogo de influências mútuas. A interação (alteração) desencadeia jogos próprios das vontades, dos desejos, da angústia, das manifestações de uma vida inconsciente, de um funcionamento imaginário..., que suscitam tantas estratégias, resistências, ambivalências, opacidades: expressões de uma negatricidade que permanecem ininteligíveis para um aparato racional. Tal situação, em função de sua complexidade, geralmente, nos leva para os caminhos das incertezas e do inacabamento. Tal perspectiva nos abre a possibilidade de traçar um novo caminho no processo de elucidação dos fenômenos sociais, para além das proposições positivistas e cartesianas. Podemos dizer que este rompimento restaura o espaço de sentido de cada participante da relação e nos permite pensar esse espaço restaurado como circunscrevendo o discurso de um sujeito falante - tanto para aquele que se diz pesquisador como para aquele que é olhado como objeto - libertando o homem da sua condição de objeto, permitindo um conhecimento a partir de uma vivência compartilhada.

Como coordenadores pedagógicos percebem o bullying nas escolas estaduais de Boa Vista-Roraima

Márcia Justino Ferreira

O fenômeno Bullying vem ganhando visibilidade no contexto mundial, principalmente através da mídia, devido a acontecimentos violentos entre alunos. Isso posto, vários pesquisadores vêm estudando esse tipo de violência no sentido de observar as motivações e consequências a fim de construir um enquadramento teórico para o entendimento desse fenômeno, bem como possibilitar o atendimento das demandas através de intervenções na estrutura organizacional do sistema educativo. Alguns estudos apontam para o termo Bullying mostrando como ele é relativamente novo, tanto para profissionais quanto para a população que o relaciona com qualquer tipo de violência escolar. Assim, cabe ressaltar que a cultura e a historicidade do sujeito mostram a complexidade do que vem a ser violência, sobretudo quando se pretende observar algumas de suas especificidades. Diante disto, também se percebe que, concomitantemente, teve início o processo de judicialização do problema, isto é, na última década surgiu a proposição de projetos de lei criminalizando o fenômeno mundo afora, inclusive no Brasil. Deste modo, este trabalho procurou conhecer a percepção dos coordenadores pedagógicos a respeito do Bullying no contexto de 6 escolas públicas estaduais com turmas de 5ª a 8ª série do ensino fundamental no município de Boa Vista, capital do Estado

de Roraima, a fim de conhecer o entendimento desses profissionais sobre o assunto no contexto local, uma vez que até o momento da pesquisa, não havia dados formais da situação boa-vistense em relação à problemática. Destarte, este ensaio encaixa-se dentro do eixo Educação em função da temática Bullying, tipo de violência escolar com grande destaque dentro do campo educacional na contemporaneidade. Assim sendo, também é uma das expressões da violência no contexto social, não sendo fator exclusivo apenas da realidade urbana, que produz consequências psicológicas negativas nos sujeitos envolvidos refletindo na sociedade principalmente sob o viés subjetivo. A pesquisa foi elaborada à luz da abordagem qualitativa, sendo realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2011. Os sujeitos da pesquisa foram compostos de seis coordenadores pedagógicos de seis escolas estaduais distribuídas na zona urbana de Boa Vista. Foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada, composta de 3 blocos com 5 perguntas cada, que versaram sobre conflito, violência, e Bullying, respectivamente. Os participantes foram entrevistados individualmente na própria escola e suas respostas foram gravadas mediante autorização. Após esta etapa, as gravações foram transcritas e analisadas segundo a técnica de Análise de Conteúdo. No que tange à análise, observamos que os coordenadores pedagógicos percebem o fenômeno Bullying através de informações provenientes dos meios de comunicação, isto é, da mídia de uma maneira geral. Os resultados demonstraram que na percepção desses agentes educacionais havia Bullying na escola. Outro fator que sobressaiu, foi que eles estão compreendendo o fenômeno Bullying como qualquer tipo de violência que acontece dentro do espaço escolar, não fazendo distinção entre os conceitos de violência, Bullying e conflitos de uma maneira geral. Por fim, a falta de conhecimento para lidar com um fenômeno contemporâneo recorrente, o Bullying, é um fato que chama atenção, sobretudo, entre esses profissionais que tem na escala hierárquica da escola, uma posição relevante visto que são agentes educacionais que intermedeiam os conflitos existentes principalmente entre os alunos na escola, auxiliam d professores e se reportam frequentemente à gestão.

Encontros entre surdos e ouvintes na escola regular: desafiando fronteiras

Luiza Teles Mascarenhas

O objetivo geral desta pesquisa foi acompanhar os tensionamentos cotidianos provocados pelo encontro de alunos surdos com a escola regular. Para selecionar e visibilizar estes tensionamentos, utilizamos como uma das ferramentas metodológicas a escrita de diários de campo. Estes trazem ao texto desta dissertação cenas vivenciadas na escola, a partir do encontro

da pesquisadora com os atores que a compõem. Apostamos também na metodologia do pesquisar com e não sobre o outro, onde as indagações dos sujeitos que encontramos na escola são tomadas como pistas a serem seguidas pela pesquisa. Consideramos os educadores, os alunos surdos e ouvintes, a intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais), como parceiros na produção deste conhecimento. Além dos diários de campo, também realizamos observações nas turmas regulares onde havia alunos surdos e na sala de recursos da escola. Defendemos ao longo deste estudo a importância de haver disponibilidade por parte do pesquisador para se deixar afetar pelas descontinuidades apresentadas por aqueles que compõem o campo, acolhendo inclusive a novidade, aquilo que não estava previsto. Além disso, procuramos também trazer à cena os impasses vivenciados pela pesquisadora durante o processo da pesquisa, acreditando que estes também fazem parte do campo de pesquisa e do conhecimento aqui produzido, já que foram levados em conta nas escolhas feitas para este estudo. Mesclamos nossas escolhas teóricas às inquietações e aos afetos produzidos a partir do encontro da pesquisadora com a escola. Levantamos a questão da desqualificação das diferenças em muitas práticas dirigidas às pessoas com deficiência e aos surdos, atentando para a potência que pode aflorar a partir dos encontros com aqueles que são considerados, frequentemente, como "outros", "estranhos" ou "diferentes". As vertentes teóricas escolhidas para compor este estudo, como as obras de Michel Foucault, Geoges Canguilhem, Luiz Fuganti, Suely Rolnik, Carlos Skliar, dentre outros, auxiliaram na problematização das fronteiras que separam os normais dos anormais. Visibilizamos a importância da Libras e do intérprete nos contextos educativos, assim como a questão da comunicação entre surdos e ouvintes e o que eles inventam para se entenderem num ambiente onde circulam duas línguas completamente distintas: a Libras e o Português. Colocamos em análise certos referenciais hegemônicos dos ouvintes que muitas vezes localizam os surdos como sujeitos ineficientes, patológicos. Este estudo posiciona-se contra as tentativas de classificação da vida. Acreditamos que é possível aos surdos receberem educação numa escola regular desde que os atores envolvidos estejam disponíveis para o encontro, que é necessariamente provocador de transformações, com a diferença. Abrir as portas da escola para acolher as diferenças também implica em parcerias, em conexões entre elementos heterogêneos, entre a Libras e o Português, entre surdos e ouvintes, entre alunos e professores, entre alunos e funcionários, entre professores e intérprete de Libras, entre texto escrito, lousa e recursos visuais, etc. Através dos encontros é possível borrar as fronteiras existentes entre estes elementos. Na escola, há momentos em que precisamos colocar em xeque nossos referenciais teóricos para aprender com o outro. A ênfase neste estudo estará nas ideias

de disponibilidade, afetação e transformação, através da aposta na potência dos encontros que produzem diferenças em nós.

Etnografia numa escola técnica em São Paulo pelo olhar da orientação profissional: alguns apontamentos

Nayara de Paula Faleiros

Introdução: A Educação para a Carreira foi um movimento surgido nos Estados Unidos, em meados de 1970, no bojo de reformas educacionais realizadas naquele país que respondessem às transformações ocorridas no contexto sócio-político-econômico-cultural, inclusive, a maneira de se compreender a transição escola-trabalho. No Brasil, a Educação para a carreira, entendida enquanto modalidade de orientação profissional sistematizada no contexto educativo, ainda apresenta-se incipiente. Entretanto, isso não quer dizer que a orientação profissional se encontra distante do contexto escolar. Existem práticas desenvolvidas com os estudantes, em especial os do último ano do ensino médio, com vistas a trabalhar as questões de escolha do curso universitário. São, geralmente, projetos pontuais, à parte do currículo escolar, realizados em grupo em formato de encontros vivenciais. Objetivo: Sabendo-se da demanda por orientação profissional que existe nas escolas, ratificada, ainda, pela literatura, buscamos pensar a construção de uma proposta interventiva que pudesse ser incluída na grade regular de alunos do ensino médio de escolas públicas. Entretanto, antes de engendrarmos tal passo, objetivo principal de nossa pesquisa de doutorado em andamento, procuramos mapear o cotidiano da escola pesquisada, no sentido de compreendermos esse ambiente e suas sobredeterminações e o impacto desses fatores na concepção de um programa de Educação para a carreira possível e viável. Método: Na primeira etapa da pesquisa, baseada na abordagem etnográfica, percorremos os espaços escolares como salas de aula, sala dos professores, da orientação educacional, da direção, coordenação e demais funcionários, além de participarmos de alguns eventos que proporcionam a presença da comunidade externa na escola, como a reunião de pais, durante o ano letivo de 2012. As visitas ocorreram semanalmente a uma escola pública técnica na Zona Leste de São Paulo e tiveram duração de, aproximadamente, duas horas cada. Nosso principal instrumento de trabalho foi o diário de campo, mas também tivemos acesso a alguns documentos escolares fornecidos pela direção, que ora ratificavam ora discordavam das observações realizadas. Resultados: O trabalho de campo evidenciou um hiato entre um dos pilares da educação para a carreira, qual seja, a necessária parceria entre a escola e a comunidade mais ampla (família, empregadores, governo), e a realidade da escola estudada. A

participação da comunidade mais ampla, e mesmo dos professores e alunos, nas decisões sobre os rumos da escola é extremamente restrita. As condições de trabalho dos professores, por exemplo, desfavorecem qualquer tipo de envolvimento mais participativo junto à escola. A maioria chega à escola num horário próximo ao início das aulas, as ministra e sai logo em seguida. O horário de intervalo entre as aulas é o mais propício para alguma aproximação, tanto que a própria diretora frequentemente o usa para conversar com os professores. Foi durante esses momentos que conseguimos falar com alguns sobre o projeto que tencionávamos realizar, uma vez que percebemos que dificilmente os reuniríamos para discussões e levantamento das demandas de orientação profissional para os alunos, envolvendo-os na criação de um espaço para se pensar sobre as escolhas futuras. Os pais, como pudemos observar, são considerados meros espectadores na escola e não participam de qualquer decisão. São convidados para as reuniões no intuito de conhecerem as diretrizes da escola e o comportamento dos estudantes que é esperado. A Associação de Pais e Mestres e o Conselho Escolar são desconhecidos pela maioria ou ocorrem em dias e horários que não são propícios à participação. Quanto aos alunos, ficou perceptível que não há qualquer envolvimento deles com questões que não se referissem à busca individual por notas. Não há um grêmio na escola faz tempo e as reclamações ouvidas sempre se referiam ao comportamento de algum professor ou a alguma avaliação em que não tinham ido bem. Conclusões: Em vista destas observações, passamos a nos questionar sobre como construir uma prática interventiva baseada nos princípios da educação para a carreira sem um dos seus pilares. Seria possível? Descaracterizar-se-ia a proposta? Retomando a literatura concernente, verificamos que quando a educação para a carreira se expandiu para outros países, o fez com particularidades não só quanto à organização, mas também quanto à implementação, visto a necessidade de se redesenhar a estratégia segundo o contexto educacional próprio de cada país. Nesse sentido, tivemos algumas questões mais urgentes respondidas, entretanto permanecemos buscando subsídios para ampliarmos a discussão. Acreditamos que o trabalho acima apresentado está relacionado ao GT escolhido – Pesquisa Etnográfica na Psicologia da Educação – e poderá tanto contribuir quanto tomar para si contribuições por meio das trocas de experiências que serão realizadas.

Interdiscursividade e práticas cotidianas: modos operar a política de reserva de vagas na UERJ

Luciana Ferreira Barcellos

Este trabalho pretende apresentar a pesquisa feita para elaboração de tese de Doutorado com o objetivo de investigar as experiências atuais dos sujeitos, a partir do advento da política de reserva de vagas na UERJ, implementada em 2003. As polêmicas e controvérsias em torno da implementação do sistema de reserva de vagas em universidades publicas brasileiras, que vem confrontando estudantes, professores e pesquisadores em grandes arenas de debates – além da sociedade civil mais ampla – estão longe de cessar. Foram enfocados dois eixos centrais de análise: 1. As concepções se sujeito e de subjetividade que alicerçam um modo de pensar-fazer psicologia, na sua interface com a educação, e as possíveis contribuições para o enfrentamento do tema das ações afirmativas no contexto atual. 2. Modos de fazer pesquisa em ciências humanas que se coadunem com os pressupostos teórico-filosóficos aqui abordados, partindo, sobretudo, de uma dimensão interdisciplinar e de uma implicação ético-política no ato de pesquisar. A especificidade dos modos de comunicação e veiculação das informações pela instituição suscitou uma proposta metodológica em que a direção do pesquisador era apontada pelas paredes, murais, corredores e arredores. São seguidos pelo pesquisador os rastros dos sinais deixados pelos registros dos sujeitos na universidade em sua caminhada pelo campo (por meses foi feito o registro fotográfico de 600 imagens). A pesquisa possibilitou refletir sobre a prática da pesquisa em ciências humanas e seus efeitos, uma vez que a delimitação de uma proposta metodológica específica e, mais ainda, do papel do pesquisador nas suas ações e seus modos de olhar para o campo, relacionam-se diretamente com os resultados deste processo. A proposta metodológica não tem menos importância do que os desdobramentos que a pesquisa suscita. Nesta medida, não é possível delimitar os recursos e métodos usados na prática da pesquisa antes mesmo de conhecer as características e especificidades do contexto de investigação. O que se pretendeu por em relevo foi o descortinar de um método de pesquisa que se relaciona, sobretudo com as peculiaridades do contexto de investigação. É desta maneira que o registro fotográfico surge como possível ferramenta metodológica que se justifica em função das paredes que falam na UERJ. O pesquisador-fotógrafo acompanha os fluxos cotidianos, perseguindo os escritos e imagens entremeados pelo tema da política de reserva de vagas e pelas sub-temáticas por ele deflagradas. O pesquisador, os sujeitos da pesquisa e as imagens-fotográficas interagem no ato da entrevista, sendo a mesma entendida como espaço de construção de sentidos mediado pela linguagem. As entrevistas, o acesso aos sujeitos da pesquisa, as andanças do pesquisador pelos corredores e demarcações geográfico-espaciais aconteceram, de certo modo, considerando as posições através dos quais o pesquisador se situa no campo e a relação que estabelece com o mesmo. A interdiscursividade como prática,

partindo de uma concepção de linguagem como construção de sentidos, se apresenta como única possibilidade no qual o pesquisador e sujeito da pesquisa estão em relação e afetam-se mutuamente no acontecimento da investigação. A pesquisa em tela coloca os interlocutores, presentes nas imagens fotografadas nas paredes da universidade, como co-participantes do processo e, em alguns casos, como disparadores de questões que colocam tanto sujeitos da pesquisa quanto o próprio pesquisador na condição de entrevistados. O que a política de reserva de vagas fez existir na universidade e que práticas cotidianas foram deflagradas pelas experiências? Estas e outras questões nortearam a pesquisa e apontaram caminhos e reflexões, sobretudo no campo da psicologia social, de perspectiva sócio-histórica. Os autores M. de Certeau, M. Bakhtin, F. Guattari e M. Foucault contribuíram para refletir sobre a construção de subjetividade e as práticas cotidianas a partir da implementação de uma política de ação afirmativa, os temas por ela deflagrados e os efeitos micropolíticos de sua consolidação no cenário da educação superior brasileira. As brechas do sistema educacional e as táticas de enfrentamento dos estudantes e profissionais vindo à tona a partir da política também foram notórias. Os entraves não decorrem de suposta falibilidade do sistema de política de cotas, mas da falibilidade da estrutura educacional, especialmente das condições macroestruturais da universidade pública brasileira, que a política de cotas faz revelar. As tensões que atravessam as relações entre os sujeitos que participam e são contemplados pela política cotidianamente não deslegitima o sistema como proposta, mas coloca em cheque as contradições sócio-políticas e a precariedade do sistema educacional brasileiro. Revelam-se, sobretudo, as táticas de enfrentamento e a necessidade de uma política de assistência estudantil que contemple a desigualdade de condições sociais e econômicas que vêm à tona de modo mais veemente com a política de reserva de vagas e com a repercussão alcançada pelo projeto no cenário social.

Mapeamento dos projetos ativos de prevenção a violência nas escolas do município Rio Claro-SP: uma parceria entre Segurança e Educação

Silvia Helena da Silva Tomazella

No Brasil e no mundo implantam-se gradativamente inúmeros programas e projetos de prevenção à violência envolvendo crianças e adolescentes, estes geralmente partem não apenas dos governos federais, estaduais e municipais, mas também de ONGs, instituições religiosas e setores privados. É da esfera municipal e das escolas que se emprega este trabalho por ser neste contexto onde se encontra o maior numero de iniciativas. Cabe ressaltar que os levantamentos e avaliações existentes geralmente não contemplam as pequenas iniciativas, estes quando

realizados atingem apenas os projetos de maior abrangência, ainda assim muitos não chegam se quer a ser contabilizados. Em 2005 o Ministério da Justiça divulgou um documento cujo titulo: Perfil das praticas Cadastradas no observatório Demográfico de Praticas de Prevenção a Violência e a Criminalidade no Brasil, para se ter uma ideia das 168 praticas de prevenção cadastradas apenas a metade havia se submetido a algum tipo de levantamento ou avaliação, deixando claro que não há uma tradição nesta pratica. Este não levantamento e não avaliação sistemática nos priva de conhecer experiências satisfatórias ou insatisfatórias, impedindo a divulgação de experiências que podem ser aplicadas ou evitadas. Pela relevância e abrangência dos projetos estas avaliações aplicam-se apenas aos de larga escala, como o Proerd, por exemplo, porem desconsidera-se as pequenas iniciativas que podem estar trazendo grandes impactos em suas áreas de abrangência. O município de Rio Caro esta localizado no centro oeste do Estado de São Paulo e de acordo com os dados do IBGE, 2010 a cidade conta com 186.253 hab. Possui infraestrutura básica e o padrão urbanístico precário. Os índices de violência são elevados chegando em 2011 a ser considerada pela Secretaria de Segurança Publica de São Paulo com a oitava mais violenta do Estado. Este trabalho de caráter qualitativo descritivo tem objetivo mapear e avaliar programas e projetos desenvolvidos neste município cujas ações estão voltadas a prevenção da violência nas escolas através da parceria entre Secretarias Municipais de Segurança e Educação estes programas são desenvolvidos por agentes da Guarda Civil Municipal através atividades de prevenção nas escolas. Esta parceria conta hoje com projetos: Geduc (Guarda Educacional) que no ano de 2000 iniciou uma proposta de segurança nas escolas através do tema "Educação no Transito" atendendo a uma demanda espontânea das escolas, este foi ampliado "Drogas não entre nessa" abordando questões relacionadas com a prevenção ao uso de drogas e suas consequências, tanto das drogas ilícitas como a lícitas. Estas atividades são realizadas com crianças do terceiro ano do ensino fundamental. O projeto "De nota em Nota", trata-se especificamente de iniciação musical através da flauta doce, o projeto teve inicio em 2011 mantém uma banda que se apresenta em diversos eventos municipais. Estes programas trazem inúmeras experiências que uma vez estivessem sendo avaliadas e produzindo dados permitiriam o aperfeiçoamento da concepção de prevenção dentro do município possibilitando expandir as suas ações. Com este levantamento pretende-se avaliar qual o impacto destes programas nas comunidades escolares nas quais se encontram inseridos. O que se espera dos programas de prevenção, é que consigam transmitir informações eficientes que possibilitem buscar alternativas pacificas de

convivências, evitando assim que cada vez mais crianças e adolescentes recorram prontamente a violência as drogas a marginalidade por não conhecer alternativas.

Os autores e atores das violências na escola

Mara Regina Zluhan

O presente artigo de revisão, vinculado ao eixo temático da educação, pretende discutir a educação como um direito e dispositivo de cidadania, configurando-se como condição de aprofundamento da democracia. A Educação em Direitos Humanos aparece como uma alternativa para que possamos buscar respostas para os inúmeros conflitos e violências existentes no cotidiano das unidades escolares. Embora a Declaração dos Direitos Humanos tenha sido aprovada em 1948, os estudos acerca dos seus encaminhamentos continuam mais atuais do que nunca, tendo em vista a premência de provocar discussões e estudos sobre a temática. Em contrapartida, somos protagonistas de um cenário de violências, indisciplina e afrontamentos que deixam os personagens escolares perplexos(as), em busca de respostas para garantir uma prática pedagógica permeada por valores de respeito, de diálogo e de tolerância. Necessitamos compreender as interfaces da violência escolar, pois à medida que as crianças e jovens são fruto de uma sociedade com abissais diferenças entre as classes, crescentemente insensível aos problemas que assolam o outro, incapaz de envolver-se com a solidariedade e o bem-estar alheio, a escola enquanto espaço de coletividade, passa a ser uma extensão da sociedade que a compõe e irá conviver com todos esses conflitos, por meio das desordens que afligem, amedrontam e preocupam professores e demais profissionais da educação. A violência tornou-se o assunto do dia, pelo seu crescimento em todas as esferas da sociedade, desde guerras intermináveis, conflitos entre diferentes gangues e facções do tráfico de drogas, até aquelas vividas no interior das famílias. Muitas crianças crescem entendendo que a violência é aceitável até nas relações mais próximas e afetivas, como na família, e por entender a sua naturalização, acaba externando comportamentos violentos em outras esferas sociais. Neste movimento, a escola necessita formular melhores respostas de atendimento à criança e ao adolescente na contemporaneidade, mantendo uma revisita a história, analisando as mudanças gradativas de comportamentos e de valoração moral que permitiram com que novos modelos emergissem e reconhecendo as principais causas que geram e mantém situações de conflitos e violências. Os avanços alcançados até aqui não afloraram gratuitamente; são frutos de movimentos sociais, de eventos, de acontecimentos históricos importantes, de uma lenta e profunda mudança em termos de valores morais e comportamentais nos últimos trinta anos, mas que vêm sendo

forjados por séculos. Apesar de que em 1990 o Brasil promulgou uma das mais completas legislações mundiais no que se refere aos direitos e deveres da população infanto-juvenil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, severas críticas vêem sendo realizadas a esse documento. As diversas violências que se gestam na sociedade e, que por vezes, se legitimam na escola, através da sua hierarquia, seus ritos, do currículo, das avaliações, precisam ser conhecidas e discutidas, estabelecendo-se prioridades na atenção, educação, prevenção e atendimento das mesmas no interior dos espaços escolares. É no dia-a-dia da escola que ocorrem atos de desrespeito, injustiças, desacatos, destruição, agressividade, bullying, entre outros tantos comportamentos que interferem diretamente no projeto pedagógico da unidade escolar, bem como na forma de ser professor e na efetivação de uma educação em direitos humanos. Não podemos imaginar uma escola sem conflitos, pois eles surgem naturalmente nos relacionamentos humanos, já que resultam das diferenças próprias de cada um, dos seus desejos, valores e necessidades. Por vezes, eles são até necessários, para provocar mudanças e melhorar a qualidade do convívio, porém, não podemos confundi-los com violência, agressividade, força e coerção. O caminho para a sobrepujar essa crise pode estar no conhecimento: a criança e o adolescente aprendem não somente com a família e com a escola, mas também com as mídias, com os colegas, com a igreja, com as Ong's, entre outros espaços. Então, todos esses órgãos e instituições devem estar voltados para disseminar o conhecimento como riqueza cultural, que possui valor em si mesmo e que dá condições de melhorar nossas relações e nossas condições de ser humano, para que as próximas gerações possam reestabelecer os vínculos do ensinante e do aprendiz, substituindo o uso de punições expiatórias por uma educação que priorize a dignidade humana. Pensar em propostas de superação destas violências requer o estudo e a relação da teoria e da prática, que possibilitem intervenções pedagógicas efetivas, articulando-as com outros órgãos de atendimento à infância e adolescência, pois só assim, poder-se-á transpor o olhar de julgamento, de culpa, de acusação à sociedade, à família, ao governo e sair da condição de vítimas, para nos tornarmos atores e autores de uma escola que valorize a vida e a paz.

Pesquisa-intervenção sobre violências em escolas

Irme Salete Bonamigo, Alana Lazaretti Solvalagem

Este trabalho tem por objetivo compartilhar o processo de restituição de uma pesquisa sobre violências aos atores das escolas participantes, por meio da pesquisa-intervenção. Ao mesmo tempo em que se fez a restituição do conhecimento produzido, produziu-se novas informações.

Como orientação teórica, sustenta-se nos princípios da Análise Institucional Socioanalítica, que possui como teóricos expoentes René Lourau e Georges Lapassade; e na Filosofia da Diferença, cunhada por Gilles Deleuze e Félix Guattari. O estudo abrangeu 12 escolas públicas estaduais do município de Chapecó (SC) e 408 participantes: 221 alunos, 105 professores, 63 pais, oito coordenadores pedagógicos e 11 diretores e envolveu a apresentação e discussão das informações, com estímulo ao debate em pequenos e grandes grupos. As discussões foram anotadas pelos grupos e todas as atividades foram registradas pelos pesquisadores por meio de diário de pesquisa. Assim, os resultados da pesquisa serviram como aquecimento para a discussão sobre práticas violentas na escola e, principalmente, trouxe para o momento do debate as vozes dos atores da escola (professores, alunos e familiares), já que não foi possível um espaço e momento em que todos estivessem presentes ao mesmo tempo. Nesse sentido, a pesquisa-intervenção mostrou-se um importante dispositivo teórico-metodológico em psicologia social, permitindo tornar o processo de restituição de conhecimento um laboratório de experimentação coletiva. O processo de restituição da pesquisa aos participantes, para além de discutir as informações produzidas, foi uma oportunidade para alunos, professores e pais problematizarem situações e falarem sobre as relações entre eles, e principalmente para dizer como gostariam que estas relações venham a acontecer. Em todas as situações relatadas pode ser percebido que eles se sentiam afetados de alguma forma pelas violências presentes (entre estudantes, entre estudantes e professores, nas proximidades da escola, na danificação de objetos e estrutura física), o que abriu espaço para a discussão sobre esse tema e a possibilidade de construção de outros modos de relação. O tema das práticas violentas na escola é, atualmente, um dos que mais mobilizam os participantes do processo educativo, não apenas pela frequência de ocorrências, referidas em geral como cada vez maior, mas pelos efeitos que produz no cotidiano de alunos, professores e pais. Afinal, não há como negar que os efeitos destas são muito prejudiciais ao desenvolvimento e aprendizagem dos alunos, ao modo como os professores encaram sua profissão e como se dão as relações entre famílias e escolas. Porém, este tema não é mobilizador por si só, mas diz respeito também a uma série de questões que precisam ser repensadas na escola, ao jogo de forças que se dá no interior dela que determina um cotidiano cada vez mecanizado, em que professores e alunos não veem mais sentido para o trabalho escolar, trabalho este organizado de modo homogêneo. A desconsideração da diversidade dos sujeitos e das especificidades locais das comunidades acaba por desumanizar as relações e serializar as subjetividades. Acreditamos que o trabalho acerca das violências nas escolas possa ser feito com participação, criticidade, criatividade e protagonismo de todos os

envolvidos na questão. Para tal, as práticas violentas precisam ser tomadas como potência, ou seja, como conflitos que expressam forças que estão em jogo no espaço institucional e que questionam o modo hegemônico da organização escolar, ritualizado e enrijecido, e o funcionamento social, individualista e competitivo. Ou seja, trata-se de sair do território do indivíduo para pensar este fenômeno como expressão social, política, econômica e cultural.

Possíveis relações entre o potencial resiliente e as relações interpessoais em professora do Ensino Fundamental

Ana Lúcia Galvão Leal Chaves, Tatiana Lima Brasil

Este artigo representa um recorte de uma pesquisa de Doutorado, intitulada: "Resiliência e Formação Humana em Professores: em busca da integralidade" (LEAL, 2011). Na ocasião, foram analisadas as características resilientes apresentadas por quatro professoras da Rede Pública Municipal, do Ensino Fundamental I, reveladas através das narrativas de histórias de vidas, trajetos profissionais e práticas docentes, de acordo com os Padrões de Resiliência sugeridos por Polk (1997). A resiliência representa a capacidade concreta das pessoas de superação das situações críticas, e também de como utilizar essa vivência em seus processos de desenvolvimento pessoal, capitalizando as forças negativas de forma construtiva. Poletti e Dobbs (2007) acreditam que a resiliência é favorecida pela presença de pelo menos uma pessoa capaz de manifestar uma atitude de compaixão pelo outro. Para Cyrulnik (2004), ela se relaciona à aquisição de recursos internos afetivos e comportamentais nos primeiros anos de vida, considerando que quem possuiu uma ligação afetiva de boa qualidade terá um melhor prognóstico de desenvolvimento e uma maior resistência em casos de infortúnio, uma vez que já terá adquirido uma maneira positiva de entrar em contato com os adultos e enxergar neles segurança. Fora a família e pessoas próximas, com frequência o professor pode ser esse adulto que serve de modelo positivo. Ele pode ser encarado como tutor de resiliência se, além de se ocupar da transmissão dos conteúdos acadêmicos, também auxiliar e fortalecer seus alunos na capacidade de responderem de modo consistente às dificuldades da vida. O objetivo do presente trabalho é discutir como o Padrão Relacional (POLK, 1997) de uma professora com fracas características resilientes pôde ser articulado com o conceito de tutoria de resiliência. Este Padrão contemplou a capacidade de ajuda mútua e de estabelecer vínculos emocionais. A proposta é apresentar este recorte no GT 18, que versa sobre "migrações, processos psicológicos e saúde mental", no eixo temático da "Educação", que abrange tanto a esfera escolar quanto a educação no sentido mais amplo. Acredita-se que estes aspectos serão contemplados, tendo em

vista a apresentação de dados referentes tanto a prática docente e possíveis desdobramentos no processo interacional com os alunos, quanto a questões atreladas à história de vida e desdobramentos de âmbito pessoal. Metodologia: Este estudo está caracterizado por um enfoque fenomenológico e situa-se no campo da pesquisa quantitativo-qualitativa. As estratégias utilizadas foram: aplicação de questionário fechado, observações e filmagens de aulas, entrevistas autobiográficas e de autoconfrontação. Resultados: A professora, chamada nesta pesquisa por Patrícia, tinha 36 anos e 18 anos de atuação profissional. É casada, mãe de dois filhos, filha única de uma família cercada de familiares amorosos e muito presentes em sua vida, não parecendo ter vivenciado momentos dramáticos ou adversos significativos. Pensando na tutoria de resiliência, a presença desse entorno poderia ter fortalecido uma postura mais resiliente, mas, em seu caso, a rigidez, exigência pessoal, necessidade de agradar a todos e a busca incessante de perfeição, pareceu paralisá-la em uma enorme frustração. Ela demonstrou incômodo e constrangimento ao se deparar com situações delicadas em sala de aula. Comumente se definindo como organizada, demonstrou dificuldades em justificar a balbúrdia às vezes observada, justificando as cenas de modo pouco convincente e evidenciando comumente irritação, impaciência e ironia. Conclusões: Baseado no estudo da história de vida de Patrícia, se poderia supor que a resiliência seria favorecida pela teia de relações, contudo, não foi o que ocorreu, pois esteve engendrada em um complexo quebra-cabeça que reuniu peças representativas da constituição pessoal e também do modo como vivenciava a interação com o mundo. Não houve garantias, portanto, que a tutoria recebida fosse determinante na formação de um posicionamento mais resiliente frente à vida e à prática docente, com prejuízos na interação entre a professora e seus alunos que pareceram atingidos por um ambiente pouco espontâneo e pouco prazeroso (exceto quando realizavam as suas transgressões!). Acredita-se que, quanto mais características resilientes o professor possuir, mais facilmente poderá exercer a função de tutoria em relação a seus alunos, que poderão gozar de um ambiente educacional mais rico e estimulante, com positivas implicações para sua formação humana.

Problemáticos e violentos: uma (quase) etnografia escolar da produção social da diferença como defeito

Fernanda Telles Márques

Desenvolvido no âmbito do Programa Observatório da Educação (OBEDUC-CAPES) o presente trabalho tem por objetivo discutir, a partir das percepções de professores e alunos em momentos distintos da Educação Básica, as relações existentes entre situações de violência

ocorridas na escola e discursos normalizadores, que contribuem para a patologização de diferenças socioculturais e comportamentais. Para alcançar este objetivo optou-se pela realização de uma pesquisa de orientação etnográfica, em que a produção e a aplicação dos instrumentos utilizados na coleta de dados foram direcionadas pela imersão no cotidiano de uma escola pública. Seguindo os passos indicados por autores como André (1995), que diferencia a etnografia clássica dos estudos de tipo etnográfico, realizou-se inicialmente a sondagem, consistindo na observação livre da instituição e de seu entorno com vistas à compreensão do contexto socioeconômico e cultural da comunidade escolar. No momento seguinte, deu-se início à observação continuada de duas turmas escolares em diversos momentos de socialização (entrada/saída, aulas teóricas, aulas práticas, intervalos) e o registro do modus vivendi em cadernos de campo. A intenção de acessar percepções e visões de mundo de adultos e não-adultos conduziu ao terceiro momento em campo, que envolveu a elaboração e a aplicação de instrumentos como entrevistas, questionários e narrativas imagéticas produzidas pelas crianças. Os dados coletados foram colocados em triangulação a partir da perspectiva de Denzin (1988) e trabalhados com base na análise de conteúdo categorial temática (BARDIN, 1978) e na interpretação antropológica de desenhos, que teve como referência a proposta originada em Gusmão (1990) e Gusmão & Márques (1996), para quem o desenho da criança é também uma estrutura narrativa tecida por imagens, o que o torna um importante veículo para a expressão de suas percepções das dinâmicas do coletivo. Ainda que bem menos popularizados que bullying e vandalismo, a violência institucional e o mobbing estão mais fortemente relacionados às ocorrências de violência escolar observáveis no locus da investigação. Caracterizando-se por um comportamento coletivo intrusivo, em que um grupo intimida continuamente um ou um pequeno grupo de indivíduos, constatou-se que o mobbing envolve tanto a existência de lideranças bem ajustadas à cultura escolar, quanto de vítimas visivelmente portadoras de atributos desvalorizados por esta mesma cultura. Enquanto o agente ativo do mobbing é uma coletividade liderada por sujeitos em que predominam atributos vistos positivamente, como popularidade, bom relacionamento com os adultos da escola e autoestima considerável, no caso do bullying o que se tem é um agente (o bully/"valentão") reconhecido no meio como portador de atributos negativos: impulsividade, pouca resistência a frustrações, dificuldades para lidar com limites e autoridades, dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento escolar insatisfatório, baixa autoestima. Este quadro chama mais a atenção quando a cultura escolar é marcada por discursos de normalização, como no caso estudado, em que o mobbing – o acosso praticado pelos considerados como representativos da "normalidade"

– é relevado, posto que percebido institucionalmente como uma tentativa desajeitada e incompreendida de incluir um Outro que apresenta dificuldades de relacionamento. Em contrapartida, ações semelhantes, quando praticadas por crianças ou adolescentes estigmatizados como "problemáticos", são prontamente identificadas como bullying. A elas é dado o encaminhamento previsto para casos de violência. O tratamento dos dados a partir de autores como Bleger (1991) e Kodato (1999), permitiu constatar, ainda, que na escola pesquisada a violência institucional está articulada à rotina do trabalho docente, o que deve ser levado em consideração na análise dos motivos pelos quais situações de assédio moral tendem à mesma invisibilidade observada nos casos de mobbing. Constata-se, então, que a violência institucional permeia as relações escolares na condição de adjuvante das outras violências, cotidianamente praticadas, consentidas e sofridas por professores e alunos. Para discutir a questão, buscou-se nas reflexões de Zaluar & Leal (2001) uma oportuna interface entre Antropologia e outros saberes, dando-se destaque à Filosofia e aos saberes Psi. Iniciando com as reflexões de Hannah Arendt, que pondera que os instrumentos da violência têm como característica geral a abdicação do uso da linguagem, identifica-se em diversas definições de violência um elemento comum, fortemente presente em sua manifestação entre os muros da escola: a substituição do diálogo pelo discurso "sobre". A escuta seletiva e a resistência ao diálogo revelam-se como são traços fortes da cultura escolar em questão, o que os faz muito presentes também no comportamento e na visão de mundo dos adultos da escola. Como resultado, tem-se um acentuado descompasso comunicacional indicativo da negação do Outro como sujeito moral. Esta discursividade vertical e assimétrica, marcada pela patologização de diferenças socioculturais e comportamentais, produz na diferença o defeito. Se a identificação de "problemático" é reservada ao Outro, dele é que se espera por violência. Assim, quando flagrada no grupo representativo da cultura hegemônica e produtor do discurso "sobre", a violência é prontamente reconfigurada, tornando-se não mais do que uma forma infeliz de reagir ao mal-estar causado por modos inadequados de ser e estar no mundo.

RedSig e Pesquisa etnográfica: o cotidiano de crianças de 0 a 3 anos e suas famílias de um assentamento rural do nordeste paulista

Marcella Oliveira Araújo

O trabalho integra a construção colaborativa de conhecimentos que vêm sendo produzidos por um conjunto de pesquisas e atividades de extensão, realizadas pelo Grupo Subjetividade, Educação e Infância em Territórios Rurais da Reforma Agrária, vinculado ao Centro de

Investigação em Desenvolvimento Humano e Educação Infantil – SEITERRA/CINDEDI, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP-USP). Tais trabalhos objetivam compreender as condições de vida e as práticas educativas, formais e não formais, empreendidas junto às crianças moradoras em áreas rurais. Assumindo a necessidade de enfrentar o ocultamento, na produção acadêmica e nas políticas públicas, das crianças bem pequenas moradoras em área rural, esta pesquisa teve seu foco nas crianças de até três anos de idade moradoras em assentamento rural. Trata-se de uma pesquisa de mestrado em que se buscou explicitar os dias das crianças e descrever as formas como são significados e vivenciados seus cotidianos, seus lugares e seus mundos. Essa descrição se deu por meio da pesquisa etnográfica, que possibilitou a busca da apropriação dos significados do grupo familiar sobre o cuidado e a educação de crianças bem pequenas, a partir da reconstrução da realidade escrita em diários de campo. Esta reconstrução e a análise do material foram fundamentadas na perspectiva teórica-metodológica da Rede de Significações - RedSig. O trabalho buscou alternativas metodológicas frente a dois recorrentes nos estudos com crianças bem pequenas: predominância de estudos com "crianças que falam"; prioridade de investigação de situações interativas em díades ou de atendimento institucionalizado. Assim, no estudo da criança em e do contexto, permitido pela inserção etnográfica, integrou-se a compreensão da complexa rede de relações de crianças de até três anos de idade assentadas. Seja pela escolha ético-política de investigar um contexto marcado socialmente por avaliações negativas que o vinculam a "atraso" e "ausências", seja pelos resultados que apontam uma rede ampla de mulheres e homens partilhando os cuidados das crianças, com predomínio de cuidadoras, acreditamos que nosso trabalho possui potencial de diálogo e interlocuções no eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções". Tem-se na relação intergeracional em contexto de ruralidade os principais marcadores sociais no cuidado e na educação de crianças pequenas. A construção do material empírico foi feita em um assentamento da reforma agrária, situado na região nordeste do Estado de São Paulo. Foram utilizados os seguintes recursos metodológicos: aplicação de questionário a 14 famílias assentadas com 16 filhos e filhas de 0 a 3 anos; observações registradas sob o formato de diário de campo com foco em três crianças e suas famílias (Bárbara, 10 meses; Maria, 1 ano e 5 meses; Joaquim, 2 anos e 5 meses); entrevistas com membros das três famílias observadas. A partir dos dados alcançados nos questionários com 14 mulheres responsáveis pelas 16 crianças de 0 a 3 anos da comunidade, foram relacionadas, quantitativa e qualitativamente, às pessoas que interagem no dia a dia das crianças de 0 a 3 famílias; as atividades, os espaços e as brincadeiras; as significações sobre o cuidado e a educação da

criança do campo; dias típico e de final de semana das crianças de 0 a 3 anos. Na investigação com as três crianças foco, a construção do corpus ocorreu em um período de um mês de permanência diária, com cada uma das crianças, junto às famílias. O caminho para esta construção consistiu na descrição dos diferentes elementos, que compõem o universo semiótico das crianças e suas famílias do campo, e suas práticas familiares, destacando-se os aspectos pessoais, relacionais e contextuais. Os diários de campo e as entrevistas, por meio de uma descrição densa, contaram a história não só delas mesmas, mas de redes de relações amplas, complexas, permeadas por aspectos afetivos, econômicos, culturais e políticos, assim como por significações das relações geracionais e dos modos de se conceber e cuidar da criança pequena. Foi possível a construção de um quadro que permitiu visualizar a configuração dos diferentes aspectos que compõem o cotidiano destas crianças de 0 a 3 anos da comunidade rural, descrevendo as cenas, cenários, parceiros, tipos de relação, papéis sociais e interação com objetos. A compreensão da configuração do cotidiano de crianças de 0 a 3 anos nos possibilitou visualizar elementos gerais no cuidado e na educação de crianças bem pequenas. Em contrapartida, os dados apresentados possibilitaram compreender que na materialidade dos dias destas crianças há elementos específicos da vida no campo, como tratar das galinhas; jogar água nas plantas; trabalhar na horta e em casa; e ordenhar vaca. Até mesmo na própria construção das brincadeiras das crianças, os elementos presentes no campo ganham forma e expressão, como andar de cavalo; brincar com terra; subir na árvore; e ser babá de filhotes de gatos e cachorros. A especificidade do campo, como um contexto de desenvolvimento, é apreendida de diferentes formas por cada criança, dependendo do estágio de desenvolvimento que ela se encontra.

Relações de ensino e (im)possibilidades de desenvolvimento de um aluno com Síndrome de Angelman

Débora Dainêz, Ana Luiza Bustamante Smolka

Essa proposta se insere no GT11 Pesquisa Etnográfica na Psicologia da Educação, pois se inspira na abordagem etnográfica e evidencia a intrínseca articulação da Psicologia com a Educação, ou seja, o olhar orientado para o desenvolvimento no nível individual inserido no âmbito das relações e práticas sociais e educativas. A proposta é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo é a discussão da noção de compensação nos níveis conceitual, teórico e empírico, e a análise de suas possíveis contribuições para o trabalho com crianças com deficiências no campo da educação. Para essa apresentação elegemos discutir

sobre as relações de ensino e as (im)possibilidades de desenvolvimento de um aluno com deficiência múltipla, que está incluído no ensino fundamental de uma escola municipal. Temos como orientação as investigações de Lev S. Vigotski sobre o desenvolvimento humano, incluindo os estudos da deficiência que desregulam a ideia da normalidade orgânica, pois é na determinação das relações sociais, no processo de significação (produção humana de signos e sentidos) que as novas formações psíquicas tornam-se possíveis. Metodologicamente, trabalhamos com a análise microgenética, inscrita numa interpretação semiótica dos processos psicológicos. Colocamos essa forma de análise em interlocução com o enfoque etnográfico que permite a imersão/participação do pesquisador no cotidiano escolar, o que abre caminhos para um olhar mais próximo, cuidadoso e atento de certas ocorrências tidas como irrelevantes e que podem ganhar outra dimensão a partir de uma descrição densa, com fundamento teórico (no caso desse estudo a perspectiva histórico-cultural). Consideramos que a (micro)etnografia contribui de forma mais precisa com a ideia da descrição densa do detalhe do evento único; já a análise (micro)genética permite orientar essa descrição minuciosa para o que se produz nas interações, os gestos (movimentos significados) possíveis nas relações (de ensino) e que expressam e constituem o funcionamento psicológico, atentando-se para as transformações do curso/movimento de eventos. Assim, no diálogo com essas duas correntes, temos a possibilidade de participar, registrar histórias que não estão explicitamente documentadas, orientar o olhar para os pequenos gestos que emergem no encontro com o outro, na relação entre aluno com deficiência e professor, e que mostram as possibilidades do humano. O aluno em foco é André, onze anos de idade, apresenta síndrome de Angelman definida como um distúrbio genético-neurológico e caracterizada pelo atraso no desenvolvimento intelectual, alterações da fala, distúrbio no sono, convulsões, movimentos desconexos e gargalhadas frequentes e descontextualizadas. André não oraliza e possui escassos movimentos voluntários de membros superiores e inferiores. É usuário de cadeira de roda acolchoada nas laterais com colete peitoral e uma mesa acoplada. Faz uso de medicamentos anti-convulsivos. Em 2010, André estava matriculado e frequentava o 5º. ano do ensino fundamental, uma classe formada por vinte e oito alunos. Acompanhamos essa turma semanalmente durante o ano letivo. A professora é Bete, tem cinco anos de experiência docente no ensino fundamental e nunca contou com um aluno que apresentasse complexas condições orgânicas. Utilizamos como procedimentos de registro o caderno de campo e a vídeogravação, instrumentais esses ancorados nas abordagens analíticas adotadas e que viabilizam diferentes exercícios de documentar e analisar os gestos produzidos nas situações vividas. Os resultados mostram a

responsabilidade pedagógica da professora em relação ao aluno com deficiência mesmo diante das condições adversas de trabalho no contexto da educação inclusiva. Inicialmente, nota-se certo paradoxo na prática da professora: é afetada pela história de relações produzidas com André na escola marcada pelas impossibilidades de comunicação, de interação, de compreensão e por um trabalho focado no cuidado e na estimulação sensorial e, ao mesmo tempo, é também orientada pela dúvida sobre o trabalho realizado com esse aluno e as capacidades deste. A crença nas potencialidades se intensifica na medida em que a professora se aproxima do aluno, o convoca e obtém a resposta, possível a partir do modo como interpreta as ações e pelos novos conhecimentos elaborados nessa relação. Movimentos/ espasmos/ gargalhadas descontextualizadas de André são redimensionados em gestos significativos pelo outro. Produz-se o gesto de tchau, o sorriso de saudades, de felicidade, por exemplo. Muda-se o modo de participação de André na relação. Indicadores como orientação do olhar, frequentes tentativas de controle e sustentação dos movimentos posturais em direção à professora, direcionamento da atenção, percepção da ação orientada a ele, mostram que o novo, o inesperado, o não previsível (pelo viés orgânico) possa ser criado coletivamente. Pela categoria da contradição, consideramos que, se por um lado, procuramos apontar as possibilidades apresentadas por um aluno com deficiência múltipla nas relações de ensino; por outro, evidenciamos as condições escolares precárias que estão sendo oferecidas para o trabalho com a/na diversidade e que inviabilizam concretizar ainda mais as potencialidades humanas. E, neste caso, o meio social/escolar cria possibilidades, mas também impedimentos para a participação do aluno nas práticas sociais/educativas.

Representações Sociais da violência escolar para professores de escolas públicas do Vale do São Francisco

Larissa dos Santos Alves, Daniel Henrique Pereira Espindula, Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz, Lauriston de Araujo Carvalho

A violência surge nos dias atuais como mais uma problemática da contemporaneidade, sendo um fenômeno alvo de diversos estudos em diferentes campos do saber, podendo atingir vários espaços e instituições sociais, tais como o ambiente escolar, por exemplo. Esse espaço vem sendo apresentado pela mídia como um novo local de expressões da violência na subjetividade da realidade urbana, chamando a atenção da sociedade e suscitando discussões entre pesquisadores das ciências humanas e sociais. A Teoria das Representações Sociais (TRS) surge como uma ferramenta teórico-metodológica mais apropriada para o entendimento e

compreensão da violência no ambiente escolar e articulações com as práticas cotidianas entre os diversos atores envolvidos no contexto, estudantes, professores, técnicos e comunidade. O presente estudo parte da problemática da discussão da violência, seja em sua esfera jurídica, econômica e social no contexto educacional, tomando como foco a representação dos professores sobre os tipos de violência que acometem a escola. Participaram do estudo 60 professores da rede pública estadual de ensino de escolas da região do submédio do São Francisco. Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário com perguntas abertas e fechadas e questões de associação-livre versando sobre o tema da violência escolar: conceito, tipos, principais vítimas, principais agressores, bem como as práticas protetivas/preventivas de enfrentamento desenvolvidas tanto pelos professores quanto pela instituição. A participação na pesquisa deu-se após a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) pelos sujeitos. Após a coleta, os dados foram tratados segundo a Análise de Conteúdo temática de Bardin. Os resultados apontam para a representação da violência escolar agrupadas em torno das ideias de desrespeito/intolerância para com o próximo; agressão física; agressão verbal/psicológica; e em menor grau pelo bullying, violência de direitos e a falta de limites/responsabilidade familiar dos educandos. Ao se investigar os maiores agressores e vítimas no ambiente escolar, observamos que os participantes apontaram como principais agressores os alunos, seguidos minoritariamente por adolescentes do sexo masculino e técnicos/professores. As principais vítimas da violência escolar consideradas pelos profissionais são os professores, seguidos de alguns alunos geralmente tímidos ou quietos. Contudo, se tomarmos a violência como um fenômeno relacional, em que há a presença dos agentes agressores e vítimas, temos que para os contextos escolares pesquisados foi bastante considerado que todos são agressores e vítimas ao mesmo tempo, principalmente os alunos. Ao serem questionados sobre as estratégias protetivas desenvolvidas por eles visando à prevenção da violência, tais profissionais apontaram usar o diálogo e palestras de conscientização, além de buscarem ser tranquilos, pacíficos e evitar discussões para manterem uma boa convivência pautada no respeito ao próximo. Outros também disseram não fazer nada. Todas as estratégias elencadas pelos participantes dizem respeito a ações e cunho individual e não esforços coletivos. Em relação às estratégias utilizadas pela instituição para prevenir a violência escolar, os participantes narram que as práticas desenvolvidas consistem principalmente em promover diálogos/debates/palestras, além de outros projetos na escola, chamar a família, vigiar, punir e estabelecer regras. Alguns participantes informaram ainda que a escola não utiliza estratégias preventivas da violência na instituição. A partir dos resultados obtidos, foi possível obter uma

compreensão mais clara do fenômeno da violência no contexto escolar para os participantes das instituições públicas da região, conforme apresentado acima e assim, ter argumentos para propor estratégias de enfrentamento mais eficazes para a problemática como projetos de extensão por exemplo.

Representações sociais de violência na escola para estudantes de escolas públicas do sertão pernambucano

Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz, Larissa dos Santos Alves, Bruno Klecius Andrade Teles, Daniel Henrique Pereira Espindula, Lauriston de Araujo Carvalho

A violência vem sendo considerada um problema social de grande dimensão, afetando crianças, adolescentes, homens e mulheres durante diferentes períodos ou mesmo, ao longo de todo ciclo de vida; o que faz dela um objeto, por excelência, de estudo da Psicologia Social. Destaca-se aqui o grande envolvimento de jovens em contextos e episódios de violência, seja como vítima ou agressor, agindo individualmente ou em grupos, o que tem dado maior visibilidade à violência que permeia e atravessa o ambiente escolar, tornando-se cada vez mais um fenômeno que vem despertando o interesse da mídia e de pesquisadores das áreas humanas e sociais. Como a maioria dos estudos sobre a violência escolar ainda têm como pano de fundo os grandes centros urbanos e/ou capitais, esta pesquisa buscou ter acesso ao conhecimento social que orienta as práticas de outros grupos ainda pouco explorados: estudantes de escolas públicas do Sertão Pernambucano. Nesse sentido, o presente trabalho objetivou investigar as Representações Sociais de violência escolar para adolescentes matriculados em escolas públicas da cidade de Petrolina-PE. Para tal, foram realizados nove grupos focais com uma média de oito estudantes por grupo em quatro escolas públicas da cidade. Utilizou-se como instrumento um roteiro semiestruturado com questões versando a temática da violência na escola e as práticas preventivas desenvolvidas tanto pelos alunos quanto pela instituição escolar. A coleta aconteceu nas próprias escolas, após a assinatura do TCLE pelos pais/responsáveis dos alunos e a prévia autorização das instituições de ensino. Os dados obtidos foram analisados segundo a análise de conteúdo temática de Bardin. Os estudantes representam a violência na escola como aquela que acontece na forma de "brincadeira" entre os próprios alunos; o bullying, que teve o seu conceito bastante confundido com o que eles conceituaram como brincadeiras; a violência física; e violência ao patrimônio local. No que concerne às práticas preventivas utilizadas pelas instituições, os alunos argumentaram que, quando existentes, elas limitam-se a conversas na coordenação, chamar a patrulha nos casos mais graves ou aplicação de suspensão,

porém muitos apontaram a inexistência de tais práticas e outros apontaram ainda a necessidade de implementar estratégias como palestras e melhoria na segurança do local. Já em relação às práticas desenvolvidas pelos próprios alunos, ignorar provocações, denunciar à direção da escola, chamar os amigos para a formação de um grupo de proteção e evitar andar com pessoas que provoquem violência estão entre as principais práticas. Os alvos da violência no ambiente escolar estariam objetivados na figura do aluno diferente, seja ele gordo, "CDF", bobo ou quieto. Além de serem as principais vítimas, os alunos também foram apresentados como os principais agressores, sendo objetivados na figura do "estudante que se acha", ou do mais forte. As causas do fenômeno, quando entre os pares (alunos) estariam ancoradas nas tensões das relações intergrupais, na disputa pelo poder e preconceito, provocados muitas vezes por "fofocas" entre eles. Os professores foram apontados pelos participantes como sendo tanto uma das principais vítimas, quando em interação com os estudantes; quanto como principais agressores, sendo que as causas da violência que acontece entre professor-aluno estaria ligada à imagem do abuso de poder, onde aqueles usam/abusam da autoridade que lhes compete para assujeitar o aluno. Apesar das brincadeiras e do bullying serem apontados como elementos principais da violência na escola, esses são por diversas vezes confundidos, o que pode está apontando que o conceito de bullying esteja ancorado à noção de brincadeira, porém seria uma brincadeira mais pesada que possa ter como consequência a violência física e/ou psicológica. Nota-se que maiores espaços de discussão da violência na escola são necessários, pois o discurso dos participantes está apontando uma tendência a considerar fenômenos de violência explícita como sendo, além de frequentes, comuns e banais, sendo que agressões e violência verbal muitas vezes não são concebidas como violência, mas sim como brincadeira e motivo de coesão e pertencimento grupal, destituindo a violência do lugar da excepcionalidade, para tornar-se uma marca do cotidiano escolar, já que situações tipicamente violentas só são percebidas como violência quando trazem consequências mais desastrosas à vítima. Além disso, ressalta-se a importância de estender a discussão entre os gestores das escolas, pois esses foram apontados como alheios às situações de violência que afligem tanto os alunos quanto os professores, o que pode servir de meio para a proposição de estratégias preventivas à violência mais eficazes.

Trajetórias de sujeitos em contextos de ruas, vivências, violências, a vida como uma escola

Viviani Ayroso May

O presente texto trata de apresentar fragmentos das historias de vida de sujeitos em contextos de rua, vivenciadas a partir dos conflitos impostos por intervenções urbanas. Este processo de investigação aconteceu no período de 2007 a 2010 quando acompanhei na condição de psicóloga os ex-moradores de rua que encontravam-se abrigados na Associação Vida Nueva, localizada no Município de Palhoça (SC). Essa Associação é uma comunidade religiosa que acolhe homens em situação de risco. Além de moradia, esses homens recebem tratamento médico, psicológico e orientação religiosa. Investiguei a significação dada à escola na vida desses homens e os principais marcos que configuram os contextos de rua dos sujeitos pesquisados, tendo sempre com foco suas trajetórias de vidas. Tratei de identificar os espaços de socialização vivenciados por eles e as violências experimentadas nos contextos de rua com a pretensão de sistematizar suas trajetórias de escolarização e conhecer os sentidos e significados atribuídos ao processo de aprendizagem, entrelaçando experiências do tempo de rua. A pesquisa configura-se como etnográfica, pois na condição de psicóloga acompanhei estas pessoas e durante o acompanhamento semanal e também nas atividades terapêuticas como oficinas e conversas como dispositivos para sua reinserção na sociedade. O grupo pesquisado compõe-se de três homens adultos com idades entre 30 e 50 anos. Nascidos entre as décadas de 50 e 60 do século XX. Nesse cenário, procurei compreender o percurso de vida e suas escolhas assim como suas possibilidades escolares. No decorrer do trabalho busquei apontar o trajeto percorrido por esses homens. Faço referência a sujeitos em contextos de rua, pois suas trajetórias são marcadas por deslocamentos e passagens por instituições onde utilizo Goffman (1980) para pensar o processo de deformação pessoal e desfiguramento e a rua aparece como uma possibilidade de moradia. Transito pelas experiências de violências, me auxilio em Goffman (1961), para refletir as indignidades das práticas cometidas nestes espaços que violam e negam o sujeito descaracterizando-o pela mortificação do eu, obrigando a executar tarefas humilhante e às vezes contaminadoras, violando informações restritas, colocando-o em situação de exposição. E a escola é apresentada como um lugar que não acolhe a todos em sua legitimidade e a Zaluar (2001), me auxilia para refletir sobre a falsa reinclusão. A rua, por sua vez, apresenta uma dinâmica que favorece a liberdade, proporcionando múltiplas possibilidades de convívio e aprendizagem. Certeau (1994) aponta uma forma criativa de se reinventar no cotidiano por meio de uma astúcia silenciosa, sutil e eficaz. Para ele, o homem é capaz de criar para si mesmo uma maneira de viver da melhor forma possível nesta ordem social imposta pela multiplicidade de violências deflagradas nesse processo de exclusão. São passagens, portanto, construídas a partir de lugares, saberes, práticas e experiências. No sentido trabalhado por

Foucault (1984), a razão pela qual o sujeito mesmo vive ou inventa sua própria história. Para Larrosa (1994), a experiência em si constitui o modo como essa experiência foi produzida e os mecanismos específicos que constituem o que para o sujeito tornou-se significativo.

GT 12. ECOLOGIAS E POLITICAS COGNITIVAS

A cidade como rede social

Pablo Vieira Florentino

Apresentar e discutir exemplos brasileiros de iniciativas coletivas que utilizam as redes sociais digitais (RSDs) como um novo espaço de sociabilidade e como estas influenciam na apreensão e uso do espaço urbano. O trabalho procura abordar diversas iniciativas de RSDs que servem como plataforma para aprendizagem, conhecimento e prática sobre a cidade através da elaboração e compartilhamento de conteúdos sobre o espaço urbano e circulantes em tecnologias digitais, assim como suas reverberações nas práticas cotidianas do meio urbano. As inciativas observadas procuram discutir, articular, mobilizar e opinar sobre ações que questionam ou reconfiguram o meio urbano e o direito ao mesmo, assim como políticas públicas e sociais para questões que permeiam a vida nas cidades. Os exemplos tratam principalmente da mobilidade não motorizada e o espaço público, utilizando justamente o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (NTIC) para debater o direito a estes espaços, subsidiando reflexões sobre a constituição daquilo que denominamos de “cidade como rede social”. Um grande problemas para urbanistas reside em perceber e capturar a forma pela qual as pessoas usam, sentem e pensam a cidade, ou mesmo entender os fluxos de locomoção dentro e no entorno da cidade. Isto permitiria uma micropercepção sobre a forma como os habitantes enxergam e usam suas cidades. Uma possibilidade para alcançar, mesmo que parcialmente, esta micropercepção está nas implicações percebidas de forma subjetiva e potenciais que as RSDs, aplicações hipermídia com geolocalização e as novas formas de sociabilidade virtual exercem ou podem exercer sobre os cidadãos na cidades e o uso dos espaços urbanos. Estas não são simplesmente um novo meio de comunicação, como rádio ou televisão, mas um novo caminho de mão-dupla que abarca vasta pluralidade de mídias e signos, de possibilidades de interação (inclusive com o próprio espaço) e onipresença, criando novas interfaces para apreensão do espaço da cidade. Estas redes surgem a partir da evolução da Internet para a web 2.0, com expressiva melhora na interação e facilidade de produção de conteúdo por qualquer pessoa. Novos meios são agora consolidados como os mais importantes para troca de dados e

informações em diversas áreas e com diferentes propósitos, entre elas, a formação de grupos de desconhecidos com mesmo interesse ou propósito, entre outros. A partir das ideias de transbordamento do capital intelectual e conhecimento coletivo trazidas por Giuseppe Cocco (Cocco et al, 2003), procura-se observar nos rastros digitais destas redes características que mostrem esta nova forma de observar, utilizar e se apropriar do espaço urbano. Estas redes seriam então as novas comunidades que substituiriam, de certa forma, aquelas citadas por Bauman (2001), um ponto de encontro de estranhos. A questão do trabalho imaterial e da difusão do conhecimento, também trazida por Cocco, em que novos elementos digitais se inserem na vida cotidiana urbana, cria um meio híbrido composto por dimensões que se mesclam de maneira muito sutil. Com as NTIC, o cidadão não tem somente o ferramental de seu trabalho material, ou por assim dizer, o trabalho "formal" - existe agora a possibilidade de produzir, reproduzir e compartilhar conteúdo quase que constantemente. Ou seja, seu trabalho "imaterial", construído muitas vezes fora de seu ambiente de trabalho "formal", ou intercalando-se com o mesmo, cria novas possibilidades. O meio recebe conteúdo mas também emana percepções, ideias, opiniões, produtos. Este contexto transforma a relação do cidadão com o ambiente em que vive, uma vez que deixa de ser um elemento passivo, favorecendo a migração para a posição de pessoa ativa dentro da sociedade. Os estranhos agora se encontram em outros espaços, às vezes virtuais, às vezes híbridos, resultados de inovações tecnológicas que levaram ao surgimento das formas digitais de interação entre sistemas, máquinas e pessoas. Indivíduos desconhecidos, que nunca pensaram se conhecer, acabam por interagir, compartilhar, criar, discutir, debater, a partir do momento que possuem causas e interesses em comum, e se encontram nos espaços virtuais destinados aos temas específicos, dando origem à possibilidade de preencher o que não lhes parece mais possível nos espaços físicos e presenciais. No trabalho é considerada a formação de redes apoiando-se em marcos conceituais como "Rizoma" (de Deleuze), "Bio-política" e "Multidão" (de Negri), mas também as questões de "transversalidades" que permitem a movimentos que possuem características e configurações diferentes, cooperarem, formando novas redes, e que podem explicar como tais redes se organizam alternativamente a modelos hierárquicos. Buscamos fazer uma revisão aprofundada das questões tecnológicas e como as mesmas estão culturalmente presentes na sociabilidade urbana. Assim, pudemos observar redes e espaços digitais portadores das características observadas na revisão teórica e relevantes na discussão de questões sobre o espaço urbano e seu uso, em especial o espaço público e a mobilidade não motorizada. Parte dos exemplos apresentados exercitam a produção do comum, defendida por Negri a partir dos

conceitos de multidão, construindo ideias, desenvolvendo atividades e iniciativas que buscam, ás vezes, indiretamente, às vezes explicitamente, um bem comum. O espaço virtual não se opõe ao "real", mas flanqueia-se. Aos territórios urbanos correspondem os territórios também digitais, que ampliam a prática do habitar, fornecendo mais informações (e possibilidades de interação): a forma de digitalização dos espaços físicos e do cotidiano parece ampliar os espaços urbanos no virtual. Dentro dos usos observados nos exemplos apresentados, é possível perceber estas ampliações, por parte dos integrantes destes coletivos, mas também de pessoas que estão em rede utilizando as suas aplicações hipermídia em espaço virtual, através de algum tipo de ligação com estas pessoas, das suas capacidades de localização, deslocamento e de apreensão da realidade, pois são trabalhados diversos sentidos, diferentes hábitos, culturas e interações. Os rastros digitais muitas vezes são seguidos de forma inconsciente. Como diria Negri, os hábitos são compartilhados e só se manifestam com base na conduta social, na comunicação e no agir em comum, cuja referência básica é a pessoa e a sua capacidade de observar, de refletir e de se localizar e se deslocar, pontos de influência direta na questão da territorialidade. Mas através destas redes e mídias, estes hábitos são potencializados, ganhando nova abrangência com o uso intensivo destas mídias.

Aprendizagem situada: um jogo locativo no Jardim Botânico de Porto Alegre

Póti Quartiero Gavillon, Carlos Baum,Cleci Maraschin, Bruno Fagundes Sperb

O Grupo de Pesquisa Ecologias e Políticas Cognitivas do Instituto de Psicologia da UFRGS vem, desde 2004, desenvolvendo o Projeto Oficinando em Rede, que busca articulações possíveis entre cognição, saúde mental e as novas tecnologias da cultura digital. Dada a crescente importância que os jogos digitais assumem na cultura contemporânea, nos mais diversos segmentos, temos nos detido no estudo dos videogames e sua relação com a aprendizagem. Os designers de jogos criam mundos imersivos com regras embutidas e relações entre objetos que permitem experiências dinâmicas, criando uma atmosfera que encoraja a performance do jogador. As regras definem as condições de possibilidade da experiência, sem determinar cada um dos comportamentos esperados. O fenômeno que utiliza o espaço urbano de maneira lúdica, criando novas espacializações a partir do uso de tecnologias móveis de comunicação tem sido estudado de forma mais ampla como jogos pervasivos. Os jogos baseados em localização são, de modo geral, jogos multijogadores que podem incluir estratégias de colaboração ou competição. Suas principais características são o uso de dispositivos móveis e de localização e a interpenetração entre espaços físicos e digitais. Os

jogos móveis locativos surgem do encontro entre a cultura dos videogames e a emergente cultura da mobilidade através das mídias locativas. Nossa pesquisa consiste no desenvolvimento de um jogo locativo em parceria com a Fundação Zoobotânica de Porto Alegre. Os dados analisados referem-se aos relatórios das reuniões de desenvolvimento do jogo, arquivos da programação do jogo e diários de campo de um teste alfa realizado O jogo produzido está sendo testado em oficinas com alunos do ensino fundamental, onde se observa os processos de aprendizagem envolvidos na compreensão do jogo como um sistema semiótico complexo que envolve a leitura dos icones na tela e a utilização dessa leitura para a navegação no parque. Uma das hispóteses é que a apreensão dessa relação produz padrões de ação recorrentes que conduzem ao objetivo do jogo. Os participantes do jogo entram em uma aventura pelo Jardim Botânico, devendo coletar sementes e plantá-las em regiões correspondentes a cada espécie de modo a colaborar com a preservação do parque. Para plantá-las é necessário que o jogador colete determinados itens, incluindo as próprias sementes, e encontre as regiões corretas para plantar. Ao explorar o Jardim em sua busca, o jogador poderá encontrar itens, dicas, personagens ou armadilhas. Esses elementos do jogo interagem com o jogador com informações das próprias características do local (espécies vegetais e animais, aspectos históricos, etc). É permitido que os jogadores troquem sementes entre si, adicionando elementos de cooperação ao jogo. Para o desenvolvimento utilizamos a plataforma ARIS (realidade aumentada e narrativas interativas, em inglês Augmented Reality and Interactive Storytelling) que possibilita a criação e reprodução de jogos, passeios e histórias interativas, utilizando-se de tecnologia GPS e QR Codes. A criação deste jogo com o objetivo de estudar formas de aprendizagem com o uso de tecnologias locativas se insere na proposta do grupo de trabalho Ecologias e Politicas Cognitivas tanto no que se refere ao estudo da cognição, quanto ao dos objetos técnicos. As observações preliminares obtidas em um teste alfa do jogo indicam que características do local têm grande importância no interesse dos jogadores, e que estas deveriam ser realçadas no design do jogo ao determinar o posicionamento dos objetos dos objetos digitais. Observou-se, também, que os objetos do jogo que se referem diretamente a locais específicos do parque pareceram mais atrativos aos jogadores, estimulando sua permanência e exploração. Ambos os dados sugerem uma predominância no uso do espaço físico na modulação da jogabilidade. Mostrou-se necessário criar formas de aproximação dos jogadores ao sistema de localização utilizado pelo jogo, antes mesmo de introduzir os desafios, visto que sem experiência prévia, o sistema se mostra difícil e impede o planejamento de rotas ou a análise de estratégias previamente. A partir destas observações, o jogo está sendo

modificado para incluir um tutorial de localização e para se relacionar de maneira mais direta com o ambiente do Jardim Botânico.

Arquiteturas Pedagógicas: uma concepção para a aprendizagem em rede

Rosane Aragón, Crediné Silva de Menezes

A oferta de acesso à internet em larga escala viabilizou processos educacionais baseados na concepção de redes de aprendizagem. As redes, potencialmente, deslocam os tempos e lugares das instituições educativas, bem como modificam as relações estabelecidas nas situações convencionais de sala de aula. A ideia de ensinar e aprender, sustentadas pelos modelos transmissivos que não privilegiam a interação e a construção são constantemente tensionadas pelas ideias de redes de aprendizagem. A perspectiva desse deslocamento da metáfora do conhecimento de "edifício" a "rede", no entanto, necessita da concepção de estratégias que articulem e ofereçam suportes a construção coletiva. Trabalhando nessa perspectiva criamos e experimentamos uma arquitetura pedagógica denominada "Debate de teses". As arquiteturas são definidas como "suportes estruturantes" para a aprendizagem que combinam epistemologia e concepção pedagógica, com o aparato tecnológico, dentro de uma visão ecossistêmica. Assim, a tecnologia não é entendida apenas como um suporte para as ações dos sujeitos, mas sim como elemento que também constitui as novas relações e formas de pensar. A ideia das arquiteturas insere-se na perspectiva da ecologia cognitiva já que pressupõe articulações entre sujeitos, artefatos computacionais e ideias pedagógicas que promovem aprendizagens coletivas. A concepção de aprendizagem inerente as arquiteturas pode ser resumida como um processo contínuo que tem como fonte às interações do sujeito com o mundo (incluindo aqui os outros sujeitos), bem como às reflexões sobre as próprias ações, permitindo uma construção dialética. As arquiteturas pressupõem que é necessário construir os instrumentos cognitivos para que o sujeito compreenda o mundo , o que acontece mais facilmente quando há um espaço de atuação autônoma e cooperativa. Considerando que a cognição implica um elemento social de cooperação (Piaget, 1973), as arquiteturas privilegiam abordagens que evitam o isolamento intelectual ao proporem o trabalho coletivo. A arquitetura "Debate de teses" foi concebida para o uso em rede (internet), sendo composta por várias etapas complementares. O ponto de partida são afirmações (teses) que, potencialmente, alavanquem posicionamentos e discussões que possibilitem refutações ou confirmações. Inicialmente cada participante deve manifestar o seu posicionamento associado a uma argumentação consubstanciada que será, na etapa seguinte, revisada por outros participantes. Essa revisão busca perturbar as certezas apresentadas

indicando incoerências, falsas argumentações etc. Na sequência o autor da argumentação elabora réplicas ao que foi apresentado por seus revisores. Cada participante revisa e é revisado por seus pares e com isso tem a possibilidade de confrontar o seu posicionamento e suas revisões com a de outros. Com esses elementos em mãos o sujeito é convidado então a reconstruir o seu posicionamento. A partir dai entra em cena o professor que analisando os diversos posicionamentos realiza intervenções que provoquem novos desequilíbrios. As diversas aplicações da arquitetura mostraram, principalmente: (1) enriquecimentos das argumentações pelas trocas; (2) o incremento das tomadas de consciência das formas de aprender dos próprios sujeitos; (3) o favorecimento da aprendizagem pela circulação de ideias e problematizações apresentadas dos sujeitos que formam a rede. Dessa forma, a arquitetura permitiu sistematizar as interações, organizando as reflexões dos sujeitos e garantindo um envolvimento de todos os participantes, já que estabelece uma interdependência entre eles para que ocorra efetivamente a aprendizagem em rede.

Da epistemologia às ecologias cognitivas: recolocando o problema do conhecer e do conhecimento psi

Etiane Araldi

O presente trabalho discute a contribuição dos estudos das ecologias e políticas cognitivas na colocação e recolocação do problema do conhecer e do conhecimento psi. Parte dos estudos da cognição e do conhecimento de Virgínia Kastrup, Francisco Varela, Humberto Maturana, Pierre Lévy, Bruno Latour e da pesquisa de mestrado realizada pela autora sobre as experiências de formação de estudantes de graduação em psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nessa pesquisa, inspirada pelo método da pesquisa-intervenção e pelas metodologias de primeira pessoa, solicitou-se aos oito estudantes participantes que descrevessem o que faziam nas diferentes práticas de formação – de estudos, pesquisa, estágio – a partir da escrita dessa experiência e posterior compartilhamento em grupos coordenados pela pesquisadora. A partir das distinções dos estudantes e do diálogo com os autores referidos, foram produzidas articulações em torno de três problemas que permeiam o conhecer e o conhecimento nesse campo: a relação dos psicólogos com as diferentes psicologias e as escolhas teóricas; a produção dos planos da teoria e da prática na formação profissional e a relação entre ciência e experiência na pesquisa em psicologia. Com relação ao primeiro problema, identificou-se um modo de relação identitária dos psicólogos com as teorias que compõem o campo psi, permeado por um intento de purificação crítica das diferentes

psicologias, o qual tem sido reforçado por um uso normalizador da epistemologia e de políticas recognitivas nas práticas de formação de psicólogos. Observou-se que alguns dos dilemas e impasses distinguidos pelos estudantes - como a suposta distância entre teoria e prática, o segundo problema - são efeitos da colocação do problema do conhecimento psi nesses termos, destacando-se que o plano concreto do fazer psi, ou seja, suas técnicas e tecnologias da inteligência, não tem sido considerado por esse discurso que situa na teoria o fundamento para o conhecimento do psicólogo. Esse aspecto é discutido também com relação ao próprio percurso metodológico da pesquisa, que teve, como um de seus desdobramentos, a constatação de que o trabalho do pesquisador em psicologia também pode ser tomado na perspectiva de uma cognição incorporada. Sobre esse terceiro ponto, propõe, em concordância com a perspectiva dos estudos sociais da ciência, que a pesquisa é uma ação contingente como qualquer outra e, por isso, a experiência do pesquisador junto ao campo deve ser incluída na descrição metodológica para que uma ciência da experiência seja possível nas pesquisas em e sobre psicologia. Por fim, postula a potência do conceito de política cognitiva de Virgínia Kastrup na caracterização dos modos de conhecer presentes nas experiências de formação dos estudantes investigados e o propõe como alternativa à epistemologia na colocação do problema do conhecimento nesse campo.

Educação, aprendizagem e os dispositivos tecnológicos de produção de subjetividade

Mirian Raquel Buiz Mion Figueiro, Inês Hennigen

Meu campo de analise situa-se num entre lugares, isto é, entre as relações de saber-poder que existem no espaço físico da escola e o uso de tecnologias como dispositivos de subjetivação em (com) jovens estudantes que estão incluídos (excluídos) na rede publica de ensino - educação básica e estão em distorção idade-serie, conforme prevê em Lei Diretrizes e Bases para a Educação. Estes estudantes estão categorizados pelo sistema como sendo problema, são os que estão fora da norma, os em defasagem escolar, os em distorção idade-serie. Estes estudantes têm em sua maioria entre 15 a 17 anos e estão, por assim dizer, retidos no ensino fundamental, é assim - desta forma - que são objetivados, são os retidos. Dando a idéia de aprisionamento e de interrupção de fluxos. E é dessa forma que emergem para o Estado, como problema, e só daí tornam-se sujeitos passíveis de proteção especial. Emergem como sujeitos típicos da sociedade moderna, com sentimentos de angústia de um futuro incerto diante do crescente desemprego e com inúmeras inseguranças tanto civil quanto social. Neste cenário irromper sistemas de proteção cada vez mais sofisticados e individuais, além do advento do ressentimento, fenômeno

característico das sociedades ocidentais contemporâneas. Neste contexto Robert Castel vai nos incitar a questionar - Que proteção é essa? E como estes alunos emergem como problema para o Estado? Que regimes de verdades seriam estes? Neste contexto de proteção surgem diversas ofertas e demandas. Consequentemente intervenções em forma de programas. Proposições tanto de instituições publicas quanto privadas que buscam corrigir estes fluxos para que voltem a fluir. E incluir (excluir) em (de) outros sistemas, seja ele o do ensino médio e (ou) o do mercado de trabalho. Em algum lugar desses conjuntos de discursos que estão os acontecimentos, pertinentes à instituição escolar, as tecnologias e quanto aos processos de subjetivação que pretendo alicerçar minha pesquisa. Forçar o meu pensamento e contextualizar como a escola opera com esses jogos de verdade e, quem sabe, encontrar outros possíveis neste campo passível e fértil para a criação.

Espaço urbano, tecnologias e participação política: esboço para um programa de pesquisa

Rafael Diehl

Frente aos desafios que as cidades tem apresentado como local de articulação de diversas dimensões da vida em sociedades de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil, este trabalho é um esboço de pesquisa dividido em três partes: uma primeira trata das problemáticas emergentes a partir de um deslocamento produzido por uma experiência de estrangeiro numa cidade nova; a segunda procura definir ferramentas teórico metodológicas para abordar a relação entre espaço urbano, tecnologias e políticas públicas e; o terceiro procura traçar planos de ação de pesquisa e extensão levando em consideração o apresentado nos dois primeiros pontos. A primeira parte trata, então, de descrever algumas problemáticas que se tornaram centrais a partir de minha imersão na cidade do Recife. Mudar de cidade é uma experiência com muita potencialidade porque ela permite que o estranhamento seja aumentado, principalmente quando cruzamos regiões de um país de dimensões continentais como o Brasil. Passar a viver em uma cidade diferente nos deixa mais sensíveis às diferenças na organização e cultura de uma cidade, propiciando não apenas estranhamentos, mas a apreensão de elementos importantes para se pensar o urbano e a vida das pessoa nos grandes centros. Entre tais problemáticas, destaco a vivência do espaço urbano por meio da descrição e percepção de como o espaço é reservado e modula as ações dos corpos humanos na estrutura da cidade, o que é bem visível na tensão entre espaços dedicados aos automóveis e aqueles pensados ou desenhados para pedestres. A existência de uma estrutura material na cidade que permite

distintas experiências mostra-se um caminho para pensar políticas porque, particularmente na cidade do Recife, por exemplo, em muitos casos não apenas as calçadas se fazem inexistentes, assim como a consideração dos pedestres em relação aos carros é flagrantemente desproporcional. Em outro eixo, a disponibilização de informação sobre serviços públicos para qualquer cidadão é precária, no sentido de que ela não pressupõe uma alteridade que possa necessitar de informações, levando em consideração que já temos tecnologias, digitais e analógicas, para compartilhamento eficiente de informações. Nesse sentido, as redes sociais tem sido palco de movimentos por direitos urbanos que, no Recife, tem fomentado uma discussão e intervenções diretas nos espaços de participação política que já tem efeitos consistentes sobre a condução das políticas públicas no município. Para abordar essa articulação entre tecnologias, espaço urbano e políticas públicas, faremos uso da noção de inscrição, ou seja, marcas físicas passiveis de reconhecimento por um coletivo humano ou, nas palavras de Latour (2004), as formas em seu caráter material. Tomar as inscrições como práticas sociais (Roth e Macginn, 1998) permite que tenhamos um ponto central a partir do qual podemos abordar os corpos humanos e suas performances, as materialidades que servem de suporte para inscrições e volume para os objetos do cotidiano, sejam eles móveis ou parte da estrutura urbana, e o espaço como sistema de ações e de objetos (Santos, 2008). Dessa maneira, a escolha das ferramentas da pesquisa torna-se uma escolha estratégica na medida em que se constituem em dispositivos que permitem a produção de conhecimento situado, condição essencial num contexto urbano de desigualdades e de apropriação e exploração do comum em prol de interesses privados e mercantis. Nesse sentido, o transporte público nas grandes cidades brasileiras é ponto de pauta das reivindicações que marcam o país e apontam para alguns dos desafios do modelo de desenvolvimento adotado até então e o papel da comunicação, vide o questionamento da grande mídia via redes sociais, e das ciências do humano na articulação de seus saberes com as políticas cognitivas e de subjetivação que pautam a atualidade. Por fim, em termos de esboço para um programa de pesquisa, pensamos que o uso de oficinas é um recurso muito válido para tratar da articulação entre espaço, tecnologias e políticas públicas, porque contempla não apenas a centralidade da relação entre os corpos humanos e as materialidades que o cercam, e que servem de suporte para um domínio simbólico e moduladoras de suas ações, como também abrem a possibilidade de se pensar os corpos em si mesmos como perfomance. De maneira complementar e articulada, a representação e apropriação do espaço nas grandes cidades pelos seus habitantes passa sem dúvida pelo poder de compartilhamento das pautas políticas e de participação mais efetiva na definição dos destinos dos recursos

públicos, trazendo para o centro das discussões a regulação da tensão entre esferas pública e privada e o uso crucial que se possa fazer do solo urbano, de maneira que podemos afirmar que hoje, uma discussão sobre democracia passa, obrigatoriamente, pela questão do uso e direito da cidade, colocando como desafio para pesquisa produzir conhecimento sobre políticas públicas ao mesmo que compartilha e potencializa sujeitos a se apropriarem do espaço da cidade e dos espaços de expressão e afirmação de saberes.

Espaços simbólicos e Território: ensaios psicossociais em duas cidades fronteiriças

Leandro Roberto Neves

Esse trabalho é resultado das primeiras observações etnográficas realizadas na tríplice fronteira Guiana Inglesa-Brasil-Venezuela, primeira etapa do projeto de pesquisa intitulado “Fronteiras e Territórios: Espaços Simbólicos”. Nessa pesquisa se pretende identificar nas cidades fronteiriças do Estado de Roraima (Bonfim e Pacaraima), o ordenamento da cidade, o trajeto topológico dos moradores referentes aos espaços sócio-afetivos e comerciais, aspectos simbólicos ligados à cultura regional e, questões sociais, do trabalho, da moradia e da segurança pública. Nessas fronteiras há um intercâmbio de culturas e modos de organização oriundos de diferentes povos originários (população indígena Macuxi, Uapixana e outros), venezuelanos, guianenses, brasileiros, indianos e outros migrantes internacionais e nacionais. O objetivo geral da pesquisa consiste em compreender como essa população se organiza em um espaço híbrido, demarcado pela fronteira nacional e pelas trincheiras espaciais simbólicas (Neves, 2013), pois se supõe a existência de conflitos espaciais decorrentes dos antagonismos habitacionais e territoriais em situações de emergência e desastres. As trincheiras espaciais simbólicas constituem um processo de investigação da cidade que considera o desenvolvimento histórico e produtivo da mesma, levando em consideração a habitação como elemento central na diferenciação dos lugares hierarquizados no território. Ou seja, perante um processo de desigualdade social, a propriedade da habitação e sua tipologia estabelecem cisões no espaço citadino. A tipologia das casas indica uma representação nos citadinos, e esta orienta uma idéia de quem são as pessoas habitantes daquele lugar. Essas representações qualificam as pessoas, estratificam e homogeneízam comportamentos, valores, a cultura e modos de vida. Para efetivação da pesquisa, priorizou-se um procedimento metodológico que prevê observações etnográficas, entrevistas e análise de documentos históricos. As primeiras observações revelaram um processo de encontro cultural e um ordenamento do espaço que se apresenta como disforme. Os espaços socioafetivos consistem em lugares de lazer comercial, como bares

e lanchonetes. A vivência de locais públicos como elemento de lazer, encontro e referência espacial inexiste. A referência entre o centro e a periferia se relaciona com a noção de proximidade e distanciamento das fronteiras dos territórios nacionais. O vínculo com as edificações da cidade pareceu incipiente. Os demarcadores concretos de áreas em antagonismo normalmente se referem ao objeto casa e áreas baldadas. As fronteiras simbólicas estão vinculadas aos espaços comerciais e ocupação do território por grupos étnicos diferenciados na cidade. As primeiras conversas informais e entrevistas revelaram uma acepção de sujeitos em trânsito (Neves, 2012). As experiências advindas do processo de migração e imigração recente na população investigada produziram um processo de metamorfose na identidade social de lugar. Essa população sentia-se, concomitantemente, como estrangeira em relação ao seu Estado de origem, seu país e\ou sua cidade atual. O sujeito em trânsito configura uma pessoa que, para afirmar a sua identidade, evoca lembranças de sua experiência com o lugar de origem, mas esse lugar não existe mais, pois já transformou-se substancialmente. Ele projeta para o futuro um retorno a sua terra natal, idealizando um lugar que se relaciona mais com as suas fantasias e experiências passadas do que com a realidade presente. Vive entre o passado e futuro, e não se fixa no presente, negando a experiência do presente, recusando uma identificação com o lugar em que se vive. Outro fator relevante se refere ao alto índice de suicídio de jovens na cidade de Bonfim. Temos como hipótese que esse tipo de problema está ligado ao sentimento de não pertencimento ao local, a desvinculação da cultura e da vida social na cidade e, em alguns casos, alcoolismo.

Inclusão Digital Lúdica com alunos da APAE: desenvolvendo habilidades, desconstruindo preconceitos

Alberto Antunes Medeiros, Marcos Vinícius Thomaz, Sarah Cecílio Fonseca, Tassiana Gonçalves Constantino dos Santos, Jéssica Maíres Severino Mota, Jéssica Silva,Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo, Nathália dos Santos Dutra.

Este trabalho relata uma experiência vivenciada no Projeto de Extensão com Interface na Pesquisa desenvolvido na Lan House da Brinquedoteca da UFSJ, espaço articulado ao LAPIP (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial). O projeto “Jogos computacionais na brinquedoteca da UFSJ: cooperação e inclusão digital”, que recebeu financiamento da FAPEMIG em 2008, possibilitando a instalação de uma Lan House no campus da universidade, tem como principal objetivo a realização de inclusão digital através de estratégias lúdicas e, ao mesmo tempo, promover e potencializar os processos de socialização, autonomia e identidade dos grupos atendidos. O relato aqui apresentado diz respeito ao trabalho de Inclusão Digital

desenvolvido com uma turma de egressos da APAE de São João del-Rei. Além das oficinas com o público da APAE, são oferecidas oficinas mediadas por computadores para menores abrigados em Casa-Lares, idosos de um albergue vizinho e funcionários terceirizados que trabalham na universidade. Entre os egressos da APAE que compõem o público das oficinas que frequentam a nossa Lan House, é forte a presença de pessoas que sofrem de alguma deficiência cognitiva ou motora, o que acaba desencadeando dificuldades na vida de cada um. Um projeto de Inclusão Digital para este público tem se configurado como um desafio, uma vez que precisa ser diferenciado, respeitando-se as suas capacidades e limitações e, ao mesmo tempo, fazendo sentido para as expectativas no seu cotidiano vivencial e possivelmente laboral. Numa época em que a necessidade do uso de computadores e internet se torna, a cada dia, mais urgente, tanto para realizações profissionais quanto para realizações sociais, é de extrema importância que os participantes das oficinas da Lan House sejam incluídos nesse processo. Na Lan House, aparecem diversas questões pessoais relativas aos participantes, ao usarem o computador e a internet como mediadores. Já foram presenciados relatos sobre os entraves que os participantes encontram na vida cotidiana e com sua socialização, como a questão do preconceito. Há também registros de fragmentos da maneira como os participantes vêem a si mesmos como alunos da APAE. As oficinas de inclusão digital acontecem semanalmente e têm duração de uma hora e meia. Além das oficinas, há, semanalmente, supervisão com os professores responsáveis pelo projeto, onde são discutidos os planejamentos, os resultados apresentados das oficinas e as leituras de suporte às ações desenvolvidas em cada um dos grupos. O planejamento das oficinas acontece de maneira que possam criar uma articulação entre uma oficina e outra, evitando-se que uma oficina aconteça sem um vínculo com o contexto onde o participante está inserido socialmente. As propostas das oficinas de inclusão buscam estabelecer possibilidades para que o participante se aproprie da questão técnica do uso do computador, mas, ao mesmo tempo, evita-se pedagogizar esse momento, para que o fenômeno da inclusão se dê de maneira lúdica e interessante. Como resultados, podemos citar a facilidade de manusear o computador e navegar na internet apesar das limitações cognitivas e motoras de cada participante. Além das questões técnicas, há também a socialização e o estreitamento de laços entre os estagiários, participantes e instituições. Outro resultado visível do trabalho se dá quando os participantes usam as ferramentas disponíveis (computador e internet) para produzirem algum produto final nas oficinas, principalmente quando esses produtos trazem algo em particular em relação às suas identidades ou às relações interpessoais do seu dia-a-dia. Entende-se que há uma grande possibilidade de diálogo entre o GT escolhido e a proposta do

trabalho em questão, uma vez que se trata de um trabalho onde as limitações cognitivas são fortemente presentes, além de toda a questão de identidade e socialização que é abordada pela Psicologia Social. Um outro ponto de diálogo entre o GT e o trabalho a ser explorado é o trabalho com a "tecnologia", uma vez que uma das finalidades da Lan House da UFSJ é o uso das TICs como mediação para a realização individual e social dos participantes, além das possibilidades de auxilio da próprias TICs no processo de aprendizagem. A porta de entrada a ser utilizada para esse processo é o próprio interesse e demanda dos participantes. Por se tratar de uma minoria muitas vezes estigmatizada e que carrega uma carga de preconceito, é importante que o processo de socialização além do reforçamento da identidade de cada um possam ser ampliados, uma vez em que muitos estão inseridos em um contexto social em que suas capacidades de realização são postas em dúvida.

Internet móvel e sujeito-corpo: inquietações do caminho

Paula Maria Valdetaro Rangel

Este resumo apresenta o trabalho de um projeto de mestrado em andamento, o qual pretende discutir como na contemporaneidade, os sujeitos-corpos tem se constituído e construído a si e ao mundo, através da mediação com objetos técnicos. Deste modo, afirmamos a importância da processualidade na construção dos sujeitos-corpos e no seu co-engengramento na emergência destes em suas relações com os objetos, ou seja: a produção de subjetividade e do sujeito que co-corpa com o dispositivo da internet móvel. Estabelecemos uma ponte entre a discussão do grupo de trabalho do Encontro e as discussões que nos inquietam no caminhar deste trabalho, quando em concordância, dizemos que políticas cognitivas modulam modos de subjetivação e instituem modos de fazer, saber, conhecer. Queremos então, dentro deste Grupo de Trabalho, discutir juntos quais modulações nos modos de aprender, saber e conhecer decorrentes da proliferação desta tecnologia digital tem sido engendradas como possíveis. Nos interessa, então, estudar e cartografar as questões acerca deste sujeito conectado à rede. Afirmamos que ciência, tecnologia e sociedade formam uma rede sociotécnica e assim produzem o contemporâneo. Logo, em que sentido(s) a internet móvel colabora, intefere, modifica e transforma a maneira de construir conhecimento nesta perspectiva da cognição contemporânea/encarnada? A tríade realidade, homem e técnica - é condição para o que chamamos de cognição contemporânea, ou também da construção da subjetividade contemporânea. A internet então, como uma nova tecnologia da informação e comunicação, dentre outras coisas, produz novas relações sociais, políticas e econômicas (SANCOVSCHI, 2010). Pensar que ao falarmos de uma sociedade da

informação (Ibiden, 2010) ou de uma cibercultura (LÉVY, 1999), implica em, necessariamente, pensarmos na relação homem-objeto e que esta relação está para além do sujeito e o que intermedia seu conhecer o mundo. O objeto é também ator, o objeto também é processual. Ou seja: um mediador, que em associação com os sujeitos e o mundo, transforma, produz, age: é um actante das relações/associações sociais (LATOUR, 2012). O objeto técnico pensado como objeto cognitivo, vem à cena não como um exterior ou fruto da inteligência do humano, mas por ser um dos elementos que integram, possibilitam e engendram o modo humano de construção da inteligência e pensamento (BRUNO, 2003). Neste ínterim, dizemos que ao falarmos da construção do sujeito no contemporâneo estamos afirmando a construção de um corpo. Um corpo que portanto, não se resume a relações pré-arranjadas, mas se constroi através das conexões e afecções com o mundo. São as afecções que constroem um corpo na medida em que a constituição dos corpos se apresenta (MORAES, 2009). O corpo é pensado como um processador ambiental, conectado aos acontecimentos, às pessoas, ao ambiente e às tecnologias. Essas conexões permitem ao corpo se construir e se transformar, se adaptar, se deformar, se fazer presente. O uso dos objetos técnicos está intrinsecamente ligado às nossas vidas, logo, é formativo deste corpo, que vive neste sistema, se alimentando, construindo, trabalhando, estudando, se confrontando. A partir do pensamento de Latour (2012), Favre (2011), Escóssia (1999) e Bruno (2003), construímos a interface entre o sujeito-corpo e o objeto técnico, afim de cartografar as controvérsias que tem sido sucitadas na emergência da relação com a internet móvel na contemporaneidade.

Mundo real e virtual: reconstruindo um mundo de possibilidades com idosos institucionalizados

Nathália dos Santos Dutra, Marcos Vinícius Thomaz, Luciana Aparecida Fernandes, Alberto Antunes Medeiros, Tassiana Gonçalves Constantino dos Santos, Jéssica Maíres Severino Mota, Juliana da Silva Guedes, Maria Alice Silveira, Marcos Vieira Silva

O trabalho aqui descrito é fruto da articulação de três projetos distintos da UFSJ, sendo o primeiro realizado em um Laboratório de Informática com diversos grupos (crianças de casas lares, egressos da APAE e adultos servidores da UFSJ) cujo objetivo é a inclusão digital; o segundo, realizado no Albergue da cidade de São João del Rei, cujo propósito é a realização de intervenções para a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados; e o terceiro, nos moldes de um grupo de convivência – Grupo Melhor Idade – formado por mulheres idosas residentes em um bairro carente da referida cidade . Tomando por base o fato de que muitos dos estagiários se engajaram e passaram a atuar em ambos os projetos, surgiu a ideia de trazer

alguns idosos institucionalizados para realizar oficinas na Lan House juntamente com o grupo de senhoras, promovendo assim uma enriquecedora interação e troca de experiências entre todos os envolvidos. A metodologia do projeto se apoia na proposta de oficinas de inclusão digital, com atividades de duas horas de duração nas dependências da UFSJ, onde se encontra a Lan House. O objetivo é trabalhar com o resgate da história real de cada sujeito, buscando, ainda, o respeito às individualidades, a maximização das habilidades e a ressignificação das perdas e limitações que são comuns na velhice. Além disso, pretende-se contribuir satisfatoriamente para a melhora do contato social, da autonomia funcional, bem como minimizar os efeitos negativos do avanço da idade, levando aos idosos dessa instituição a uma maior independência e qualidade de vida. Tal proposta visa ainda, confirmar a ideia contida no estatuto do idoso quanto ao direito à educação, cultura, esporte, lazer, incluído o acesso do idoso ao conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. Este trabalho teve início em Junho de 2013 e tem propiciado aos idosos novas descobertas e novos desejos diante do mundo virtual. A intenção é a de proporcionar a exploração de novos espaços, reais (universidade) e virtuais (na Lan House, mediados por computadores), a fim de que eles percebam as inúmeras possibilidades de ser e que saiam das rotinas institucionalizadas propostas pelas ILP's (Instituições de Longa Permanência). Ao se propor a criação de um grupo, cujos membros sejam pessoas idosas, surgem questionamentos e dúvidas sobre a forma mais adequada de se trabalhar com elas. Até porque, os idosos têm intensificada a regressão anatômica e funcional de todo o seu organismo. Do ponto de vista psicológico, alteram-se os limiares perceptivos, as funções da memória, os interesses e motivações. Modifica-se, também, o autoconceito e a autoestima é bastante afetada pelas limitações físicas. Assim, trabalhar com idosos requer uma verdadeira invenção de estratégias prático-afetivas para que seja possível motivá-los em termos de sociabilidade. Dessa maneira, optou-se pela utilização de atividades lúdicas que já são a marca dos trabalhos da Lan House envolvendo jogos, músicas e vídeos, considerando sempre a história de vida de cada sujeito. As Instituições de Longa Permanência se definem como um local de residência onde um grande número de indivíduos se encontra apartado da sociedade por considerável período de tempo, algo que, segundo o pensamento de Goffman, nos faz pensar o quanto esses sujeitos levam uma vida fechada e administrada. Sabe-se, portanto, que as instituições promovem uma desconstrução da identidade e a morte social do idoso se cristaliza quando este é colocado em um espaço restrito, fechado e cheio de regras, perdendo assim seu poder de decisão e passando a ter a vida controlada pela instituição. Pretende-se, dessa maneira, provocar o estranhamento

e o reconhecimento de que é possível habitar novos mundos, reconstruindo suas identidades, promovendo um maior contato social e aumentando seus projetos de vida, o que é demonstrado em ações simples como no desejo de aprender e de sair da instituição para realizar outras atividades. O contexto que envolve o trabalho dialoga com o grupo de pesquisa Ecologias e Políticas Cognitivas, pois busca propor e avaliar metodologias de intervenção com vistas ao estudo e trabalho envolvendo os processos de fazer e de conhecer em contextos específicos que têm como foco a garantia e promoção de direitos. Faz interface com o eixo temático Mídia, Cultura e Arte uma vez que a cognição e as políticas cognitivas instituem modos de fazer, saber e conhecer e, também, se relaciona com os eixos de saúde e de educação, uma vez que políticas públicas nesses campos incluem o acesso e uso de tecnologias como estratégias de promoção de direitos.

O uso da tecnologia como mediador de processos de elaboração e ressignificação de experiências

Jéssica Maíres Severino Mota, Tassiana Gonçalves Constantino dos Santos, Alberto Antunes Medeiros, Marcos Vinícius Thomaz, Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo, Nathália dos Santos Dutra, Karina da Silva Andrade

As possibilidades trazidas pela tecnologia e os espaços virtuais já vem sendo investigadas há alguns anos, assim como a utilização dos instrumentos tecnológicos na sociedade que são alvo de estudos em diversas áreas, entre elas a psicologia que vem se colocando como ponto de investigação destas novas interfaces sociotécnicas. Assim como ao longo da historia diversos instrumentos acabaram ganhando uma utilidade que não estava prevista em sua concepção original, o computador, criado para auxiliar em serviços técnicos, acabou se tornando uma máquina com diversas possibilidades nas mãos dos jovens do século XXI, sendo uma delas a função de brinquedo. Atentos a este fenômeno, o mercado vem investindo cada vez mais em jogos que atraiam os jovens consumidores. Como já comprovado por vários estudos, o jogo é uma ação fundante na existência humana, sendo um espaço de elaboração e ressignificação de experiências. Neste âmbito, os jogos eletrônicos se apresentam como uma versão mais moderna deste espaço, levando aos usuários infinitas possibilidades de ferramentas, onde estes podem construir seus próprios mundos e viver experiências mantendo sempre o sentimento de estarem seguros. Tendo em vista o destaque da tecnologia nas práticas lúdicas contemporâneas, a Lan House da UFSJ, vinculada ao LAPIP- Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial,dá suporte a um projeto de inclusão digital, onde são recebidos diversos grupos, dentre eles um grupo de adolescentes abrigados que participam de uma atividade de extensão que realiza

oficinas lúdicas mediadas pelo computador. As oficinas ocorrem duas vezes por semana com duração de uma hora cada, contando este trabalho com supervisões semanais de professores do curso de psicologia. Dentro destas oficinas os jogos são utilizados como recursos facilitadores na aprendizagem das funções básicas da máquina, entre outras possíveis aprendizagens eliciadas pela relação dos usuários com os softwares disponíveis. Desta forma, visando trabalhar tecnologia e ludicidade com jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social, tivemos a oportunidade de trabalhar com o jogo de simulação virtual The Sims, através do qual foi possível perceber diversas questões relacionadas à forma como os participantes construíam suas narrativas, seus avatares, além da forma como eles projetavam na tela do jogo experiências vividas, tendo a oportunidade de ressignificar, de forma segura e desapreensiva através de uma brincadeira de faz de conta, situações que lhes causavam profunda impressão. Partindo destas observações e de algumas questões levantadas durante as oficinas, deu-se início, no primeiro semestre de 2013, a uma pesquisa de iniciação científica financiada pela FAPEMIG com o objetivo de investigar as possibilidades do jogo frente aos mecanismos de projeção dos participantes. Os estudos relacionados a esta nova forma de brincar vêm ganhando destaque devido às diversas controvérsias relacionadas ao tema. Desta forma, para o estudo do fenômeno, tomamos como proposta de investigação seguir a rede das ações e experiências dos participantes durante as oficinas, mapeando-as e registrando-as nas suas conexões. Como resultados parciais do estudo, podemos perceber que as oficinas vêm se mostrando espaços para colocar em cena experiências vividas pelos adolescentes abrigados, tais como o abandono e a dificuldade de estabelecer e manter laços afetivos duradouros. Questões relacionadas à convivência familiar também são percebidas na montagem do jogo como, por exemplo, a criação de avatares representando os irmãos que estão longe, ou a presença da mãe que não veem há muito tempo, podendo assim expressar essa falta. Podemos relacionar tais resultados ao fato de que as oficinas, além de apresentar este caráter lúdico, também acabam por mostrar uma função terapêutica, ao propiciar a elaboração de questões individuais e sociais, como também trabalhar questões de identidade. No âmbito da pesquisa, podemos destacar esta nova utilização dos jogos de simulação virtual como um elemento em potencial para a psicologia, visto que os estudos nesta área não se fazem apartados da sociedade e do contexto histórico em que vivemos, provocando-nos a incluir as novas tecnologias em nossos instrumentos de analise e pesquisa. Visto que este trabalho articula pesquisa e extensão, ludicidade e tecnologia, o grupo de trabalho escolhido foi o de “Ecologia e Políticas cognitivas” uma vez que propõe utilizar a tecnologia como estratégia de promoção de direitos e também faz interface com o eixo temático

Mídia, Cultura e Arte uma vez que a cognição e as políticas cognitivas modulam modos de subjetivação, coletivos e instituem modos de fazer, saber e se conhecer.

Player Character: articulação e tradução como engendradores de políticas cognitivas

Carlos Baum, Cleci Maraschin

Esse estudo explora os modos como os vídeo games engendram políticas cognitivas. Privilegiamos a relação entre cognição e o personagem do jogador (Player Character) como uma característica singular dessa tecnologia. O trabalho foi escrito a partir do diário de campo de um dos autores com 32 partidas disputadas ao longo de quatro meses, totalizando aproximadamente 80 horas de jogo. Abordamos o jogo principalmente através do conceito de Retórica Procedural, compreendendo os videogames como sistemas que criam, através do seu conjunto regras, *m*odelos processuais que constroem espaços de possibilidade para ação. As regras criam simultaneamente o que é possível ou não dentro da experiência do jogo, assim como dão sentido a essa experiência. As imagens, símbolos - a temática - como tiros, soldados e espadas; descrevem apenas parcialmente a capacidade expressiva do jogo. O significado se constrói através da manipulação dos símbolos disponibilizados ao jogador obedecendo as regras do jogo. Encontramos os significados de um jogo explorando as possibilidades do espaço no jogar. De modo que essa abordagem privilegia as regras e interroga a narrativa e o discurso visual na medida que eles articulam-se a esse sistema de regras. Analisamos o jogo destacando a relação da performance do jogador com os demais elementos do jogo. A relação jogador-personagem-jogo aparece frequentemente descrita na literatura em termos de representação e identificação. Uma descrição bastante recorrente (na literatura e no senso comum) é a de que o avatar representa o jogador em um mundo virtual. Nesse panorama, o jogador é um centro pensante que transmite através do controle ou do teclado sua vontade e a função do avatar é a de mimetizá-la, permitir que outros jogadores, fisicamente distantes, percebam essa vontade. Ou ainda, que a imagem do personagem remeta a alguma forma de identificação projetiva na qual o sujeito fantasia sobre um corpo que gostaria de possuir. Um exame mais detalhado revela, por outro lado, que a função do avatar não é exatamente a de reapresentar uma ação do jogador. Sugerimos, contudo, que alguns conceitos de Bruno Latour como articulação e tradução descrevem com mais precisão essa relação. O jogador age apertando os botões do teclado e o personagem responde deslocando-se pelo cenário. As ações do personagem, contudo, também convocam novas ações do jogador. A função do personagem não é representar o jogador, mas delimitar o conjunto de ações possíveis dentro mundo do jogo como abrir portas,

pular e correr. Tratar da tradução que o personagem faz das ações do jogador na forma de representação é uma mediação negativa, pois ela permite entrever o ideal do acesso irrestrito ao mundo virtual, conserva em seu horizonte a possibilidade de descartar todos os recursos intermediários, como os comandos de teclado ou controles, cuja função seria distorcer a vontade do jogador. A relação, aqui, não é a conexão entre duas entidades separadas, mas um movimento que se distribui em uma rede de atores. O avatar não é um intermediário do jogador no mundo virtual, cuja função seria representá-lo nesse ambiente. Se sua única função fosse transpor as ações ou veicular a vontade do jogador, as limitações de ação que cada avatar impõe deveriam ser consideradas um defeito. O desejo do jogador ser mal transportado torna o avatar um intermediário infiel. Mas se assumimos que a função do avatar é a de mediação, ele não mais representa a ação do jogador, mas a traduz, ele não mais transporta sua vontade, mas a desdobra e, com isso, redefine constantemente jogador e jogo, redistribuindo uma suposta essência por todos os elementos que compõem a ação. Bifurcações inesperadas abrem novos universos de possibilidades a cada agenciamento. As tecnologias são concebidas precisamente para imbricarem-se o mais intimamente possível com módulos cognitivos, circuitos sensoriomotores, porções de anatomia humana e outros artefatos em múltiplos agenciamentos de trabalho. Jogador, avatar e ambiente digital propagam atividades em uma rede transitória e aberta, através de articulações ou bifurcações. A articulação é justamente essa tradução, translação, entre dois espaços ou dois universos distintos: do analógico para o digital, do mecânico para o humano, constituindo, através de uma tradução deformante, um coletivo heterogêneo. Recorrer a esses conceitos permitem uma descentralização de uma suposta origem da ação, seja do sujeito, seja da máquina. Um modo de descrever essa relação menos dicotômico é apresentado por fim, permitindo que pensemos a experiência de jogar como reconfiguradora tanto para o jogo quanto para o jogador.

Problematizações sobre (comitês de) ética e pesquisa-intervenção

Vanessa Soares Maurente

A consolidação da Psicologia Social na América Latina está marcada pela problematização de parâmetros como verdade, neutralidade, objetividade e universalização de saberes e por alguns imensos desafios (PRADO-FILHO, 2011; JACO-VILELLA, FERREIRA E PORTUGAL, 2007). Dentre eles, sustentar a processualidade, a complexidade e a provisoriedade dos conhecimentos produzidos; reconhecer e analisar as implicações do pesquisador em sua experiência em campo; ocupar-se de temas com relevância social; produzir estratégias de ação

transformadoras. Para tanto, tornou-se fundamental a construção de novas metodologias, o que vem sendo produzido por diversos grupos de pesquisa (FONSECA, NASCIMENTO E MARASCHIN, 2012; MARASCHIN, FRANCISCO E DIEHL, 2011; ZANELLA E TITTONI, 2011; PASSOS, KASTRUP E ESCOSSIA, 2009). Uma dessas metodologias é a pesquisa-intervenção (MARASCHIN, 2004). Além da nova pauta de trabalho teórico e metodológico decorrente das posições que a Psicologia Social toma na América do Sul, a partir das últimas décadas do século passado (MOLON, 2001) existe o desafio ainda em aberto, com a a temática da ética nestas novas formas de pesquisar. Este trabalho propõe uma discussão sobre alguns pressupostos morais estabelecidos pelos Comitês de Ética em Pesquisa e as suas controvérsias em relação aos pressupostos da pesquisa-intervenção.Desde a Resolução 196 do Conselho Nacional de Saúde de 1996, que lançou as bases para a criação do sistema brasileiro de revisão ética das pesquisas, o Sistema CEP/Conep, existem controvérsias em relação a sua adequação às ciências humanas e sociais. Em alguns campos, como por exemplo na antropologia, tem acontecido um debate acirrado em relação a necessidade de submissao das pesquisas, principalmente aquelas que tomam a etnografia como metodologia, à avaliação dos CEPs. Seu principal argumento refere que as particularidades metodológicas e éticas da pesquisa social foram pouco consideradas pela legislação que nasce de um modelo fundamentalmente biomédico (Diniz e Guerriero, 2008). Consideramos que mesma argumentação possa ser válida para o campo da Psicologia Social. Cabe lembrar que muitas das perspectivas que compõem a Psicologia Social contemporânea tiveram grande influência do movimento institucionalista francês, que busca a lógica da diferença, desencadeando rupturas objetivas e subjetivas em modos coagulados de experiências institucionais (PEREIRA, 2007). Nessa direção, uma das estratégias colocadas em ação é a da pesquisa-intervenção, na qual o conhecimento é o resultado de práticas construídas em conjunto com as instituições. Na pesquisa-intervenção são propostos processos de auto-gestão e auto-análise, sendo a produção de conhecimento um dos efeitos do trabalho e não o único. Trata-se, portanto de um paradigma que reconhece sua condição política. Mas até que ponto o exercício dessa condição política se encontra acolhido nas normativas da ética na pesquisa? Como referimos, a criação de novas formas de pesquisar e intervir na Psicologia Social, multiplicam-se, mas podemos perguntar o quanto suas práticas se perfilam aos modelos dos CEPs? Ou o quando dos modelos dos CEPs podem ser permeáveis a essas metodologias? A partir do objetivo de discutir tais pontos de tensão, especificamos dois aspectos a serem melhor analisados: 1) a prerrogativa de sigilo a respeito da identidade dos participantes da pesquisa e 2) a obrigatoriedade de prestar uma "devoluçao" do conhecimento

produzido ao campo no qual se realizou o estudo. Em relação ao primeiro, retoma-se a ideia de que a pesquisa-intervenção enfatiza o protagonismo dos sujeitos com os quais trabalha, tomando-os como co-autores de todo o conhecimento produzido. Para aprofundar esta questão, apresentaremos recortes de uma pesquisa-intervenção realizada entre 2005 e 2010 em um hospital psiquiátrico de Porto Alegre, na qual se tinha como objetivo promover vias de exercícios de autoria aos adolescentes internados através de tecnologias da informação e comunicação - criação de blogs e fotografia. O projeto foi limitado pela proibição de uso de nomes próprios dos participantes. Apesar desta limitação, o fato possibilitou uma série de outras análises, incluindo as de ordem ética/moral. O segundo ponto a ser discutido, que remete à necessidade de se fazer uma devolução do conhecimento produzido ao campo de pesquisa. Na pesquisa-intervenção o campo, os sujeitos, os dispositivos de ação e o conhecimento se co-engendram na processualidade da pesquisa. Nesse tipo de experiências a "devolução" perde o sentido, na medida em que nada foi "tirado" do campo para que se precise "devolver". Tudo o que se constrói – dispositivos de ação, tensionamentos, desdobramentos, discussões – é feito em uma ação conjunta. Sendo assim, a construção de uma ética da singularidade das pesquisas precisa ser tratada no campo da Psicologia Social. Uma ética que acompanhe a intensa criação de novas estratégias metodológicas, que possa acompanhar os estudos caso a caso, sem necessariamente ter que se adaptar a modos de pesquisa já instituídos e legitimados. Este resumo se insere na discussão do Grupo de Trabalho Ecologias e Políticas Cognitivas na medida em que discute formas de pesquisar e intervir construídas a partir de acoplamentos com tecnologias da informação, além de problematizar os efeitos políticos do pesquisar.

Psicologia e Tecnologia em Interface: os jogos de simulação como ferramenta de subjetivação e construção identitária

Marcos Vinícius Thomaz, Sarah Cecílio Fonseca, Jéssica Silva, Nathália dos Santos Dutra, Alberto Antunes Medeiros, Jéssica Maíres Severino Mota, Maria de Fatima Aranha de Queiroz e Melo, Tassiana Gonçalves Constantino dos Santos

O trabalho aqui descrito parte de um conjunto de atividades desenvolvidas pelo projeto Lan House da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Trata-se de um projeto de extensão em interface com a pesquisa que, em conjunto com outros projetos, compõe o LAPIP (Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial – Departamento de Psicologia). A metodologia do projeto se apóia na proposta de oficinas de inclusão digital, com atividades que variam de uma e meia a duas horas de duração, nas dependências da UFSJ, onde se encontra a Lan House. Os recursos utilizados como proposta para as oficinas partem da preocupação de

dar oportunidade aos membros do grupo para subjetivar-se positivamente, desenvolvendo-se em seus processos identitários, na sua capacidade de socialização e de autonomia, pois nas oficinas os participantes se envolvem para além do desenvolvimento de competências técnicas, sendo provocados a implicar-se em aprendizagens de si e do mundo. Assim, a principal característica das oficinas é a experimentação lúdica de recursos materiais e humanos, além da participação em um processo coletivo que inclui elementos heterogêneos que se potencializam em rede. A inclusão digital que propomos é mediada por atividades lúdicas, reprodutores de mídias (áudio e vídeo), jogos, editores de imagens e demais aplicativos. As atividades têm como objetivo principal atuar na realidade social dos participantes por meio da inclusão digital, visto que hoje não podemos pensar em uma inclusão social sem considerarmos as tecnologias da informação e comunicação como parte da concepção de relação social. Apresentamos os resultados preliminares de uma iniciação científica financiada pela FAPEMIG, realizada junto às atividades que ocorrem nas oficinas da Lan House. Esta pesquisa, que se iniciou no primeiro semestre de 2013, herdou uma série de questionamentos levantados durante as ações de um projeto de extensão desenvolvido ao longo de 2012 com crianças e adolescentes de uma Casa Lar de São João del-Rei. Durante as oficinas, este público demonstrou um grande interesse por diversos tipos de jogos, o que provocou os estagiários a ampliar as atividades já realizadas tendo por base os jogos com avatares. Foi quando o jogo The Sims passou a ser acionado com certa regularidade que os estagiários se dedicaram a observar esta prática de forma mais minuciosa, passando a vê-lo como detentor de grande potencial para o desenvolvimento das oficinas, o que desencadeou uma busca por literatura que incluísse, em sua problematização, a possibilidade de utilizá-lo como recurso de experimentação lúdica frente às inúmeras situações de simulação da vida real colocadas aos jogadores. Nossa aposta foi a de que o jogo, enquanto uma ferramenta de subjetivação colocava o jogador em contato com as diversas situações vivenciadas no ambiente virtual e poderia influenciar o processo indentitário deste público específico, uma vez que se encontram em situação de tutela, vivendo em lares provisórios, sem uma referência clara em relação às suas famílias ou em relação às suas próprias identidades. Para confirmar as hipóteses parciais levantadas, os estagiários fazem uso do referencial teórico metodológico da Teoria Ator-Rede, em que os atores são mapeados e seguidos em meio às controvérsias que compõem as redes a que pertencem, visando a flagrar os efeitos provocados por uma construção que inclui mediadores heterogêneos. Dentro desta perspectiva, entendemos que os atores envolvidos na construção identitária destes menores abrigados não se limitam a atores humanos, envolvendo todo o aparato tecnológico de softwares e hardwares que podem assumir o papel

de atores na produção de efeitos e impactar as diversas situações ocorridas nas oficinas. Todo o contexto que envolve tanto a realização da pesquisa em andamento, quanto à natureza do projeto Lan House, dialoga com o tema proposto pelo Grupo de Trabalho "Ecologias e Politicas Cognitivas" (GT 12). O grupo foi escolhido por possibilitar esse diálogo, que também vai ao encontro do eixo temático "Mídia, Cultura e Arte", onde são abordados aspectos, sociotécnicos e processos de subjetivação.

Tecnologias digitais e saúde mental: problematizações na academia

Deise Juliana Francisco

Esse trabalho insere-se nas discussões contemporâneas sobre processos de subjetivação e cognição, imersas no campo da loucura e na universidade, em termos de formação. Nos marés da Reforma Psiquiátrica e da problematização sobre formação universitária, foram propostas intervenções na conjunção entre serviço de saúde mental e universidade na cidade de Maceió, envolvendo um Centro de Atenção Psicossocial e a Universidade Federal de Alagoas. Considerando que o campo da educação tem muito a dialogar com a saúde e saúde mental, foram propostas intervenções em serviço de saúde mental. Nessas, as tecnologias digitais serviram como operadores para a intervenção, no sentido de operadores de processos de autoria por parte da equipe. Equipe aqui entendida enquanto os participantes da intervenção, tanto advindos de vinculação institucional com a academia quanto com o serviço. Sendo assim, o presente artigo objetiva apresentar relato de pesquisas no âmbito da articulação entre educação, tecnologias digitais e subjetivação em intervenção em CAPS na cidade de Maceió. A relação com o GT "Ecologias e Políticas Cognitivas" dá-se na medida em que problematizamos as políticas cognitivas em ação tanto na formação quanto na intervenção psicossocial, colocando no centro da discussão a ética na produção do conhecimento científico articulado com a ética na intervenção. Pensar produção de sujeitos articula-se com a produção das políticas. Sob a égide da ecologia cognitiva, a discussão perpassa a perspectiva de Simondon sobre tecnologia. O eixo temático escolhido foi o da Educação, para dar visibilidade aos processos educativos que existem no trânsito com as tecnologias e na proposta de articulação entre os saberes da Educação, da Psicologia e das Tecnologias, transversalizando a intervenção em saúde mental. Sendo assim, a orientação teórica e ética do trabalho desliza pela filosofia da diferença, com aportes de textos de Simondon e Latour. Foram produzidas duas dissertações ancoradas na perspectiva qualitativa e da pesquisa-intervenção. Foram realizadas oficinas com usuários do serviço de saúde mental nas quais as tecnologias digitais foram operadores privilegiados. Para

além de uma perspectiva de aprendizagem de comandos e de softwares, a oficina pretendia operar com a subjetividade, sendo os artefatos digitais elementos para essa construção coletiva. Foram produzidos blog, história em quadrinhos, programas de rádio durante a intervenção e produzido conhecimento através de duas dissertações e uma iniciação científica. Os resultados apontam a viabilidade do uso das tecnologias digitais na intervenção em saúde mental, desde uma tomada metodológica. Isso implica pensar que a metodologia de intervenção não está dada a princípio, mas vai sendo construída cotidianamente, mediatizada pelas tecnologias e problematizada pela ética. As escolhas implicam pensares e fazeres no âmbito do serviço e da academia. Nesse sentido, tais práticas docentes viabilizaram a proposição de uma disciplina eletiva de saúde mental e tecnologias no curso de Pedagogia, como forma de trazer para dentro do currículo as práticas realizadas na extensão e na pesquisa. Aponta-se a importância da articulação no tripé universitário como um fazer vivo e reflexivo na formação universitária. A educação em saúde pode ter contribuições do campo da Pedagogia e o curso de Pedagogia pode ampliar a formação contando com mais um campo não escolar de trabalho para o pedagogo.

Uma história sociotécnica do Laboratório do Instituto de Psicologia da UFRJ

Luiz Eduardo Prado Da Fonseca, Arthur Arruda Leal Ferreira

O presente trabalho tem como tema propor uma história do antigo laboratório do Instituto de Psicologia da UFRJ, que tem suas origens remontando do início de 1920 e fechado no início de 1990. O objetivo do trabalho é utilizar a história deste laboratório como forma de reflexão acerca da regulação da Psicologia como saber, posto que o laboratório detém importância especial para a Psicologia como busca de um saber científico através de suas práticas e produções diversas. Acreditamos que nossa proposta tem ressonância com o grupo de trabalho Histórias da produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil (GT 13) por se tratar de uma pesquisa que visa a investigação de entes humanos e não-humanos ao longo da história do laboratório, e como estes entrelaçaram-se para formar o circuito por onde o laboratório circulou (ou não). A correlação com o eixo temático Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas se dá na medida em que é proposto um modo de investigação onde os entes pesquisados são convocados a se pronunciarem como experts, sejam eles antigos professores, monitores, pesquisadores ou alunos. De igual modo, propõe uma problematização da posição de "objeto" dentro das pesquisas em psicologia social, além de uma perspectiva que sugere os modos de articulação recalcitrantes como aqueles aptos a produzir investigações mais inventivas: ou seja, distanciando-nos de uma narrativa epistemológica e em busca de uma

história proposta através dos personagens, instrumentos e testemunhos. O laboratório que estudamos é, em grande parte, o produto de uma história social da ciência, que perpassa todos estes fatores que fazem parte da circulação dos conceitos científicos: instrumentos, alianças, representações públicas e técnicas, e, nesta medida, torna-se o produto de uma fabricação sócio-técnica. Foram utilizados textos e documentos primários para a realização do trabalho datando das épocas de primeiras publicações do laboratório em atividade (artigos e relatos de cursos), bem como comentadores e fontes secundárias sempre que disponíveis (historiadores e textos de revisão). Também foram realizadas entrevistas com antigos professores, colaboradores e alunos, que nos forneceram seus relatos acerca das práticas da época, como forma de complementar a literatura investigada e abrir espaço para relatos e narrativas daqueles que faziam parte do cotidiano do laboratório. Como resultados, obtivemos indícios de um laboratório que iniciou-se como interessante para diversas pessoas, circulando entre diversos aspectos, de financiadores a colaboradores. Porém, ao longo do tempo, o laboratório foi perdendo grande parte de sua utilidade e seus usos, tendo fortes indícios de seu fechamento num dado momento. Por fim, ganhou novo fôlego em seus últimos anos de vida, mas foi fechado por diversos motivos, dentre eles falta de verbas, financiamento, manutenção e interesse por parte da comunidade acadêmica. Concluiu-se que o laboratório deteve bastante importância para o ensino de Psicologia no Rio de Janeiro e talvez no Brasil, alicerçando a criação do primeiro Instituto de Psicologia, porém perdendo sua força à medida que interessou cada vez menos pessoas e instituições capazes de financiá-lo e leva-lo adiante. Teve, portanto, importância nos primeiros momentos de regulação da Psicologia no Brasil, mas não conseguiu manter-se interessante para conseguir se manter ativo.

Web Individuação – sobre a invenção de si nas redes sociais

Renata Amélia Roos, Édio Raniere

O presente trabalho parte da conhecida crítica realizada por Gilles Deleuze ao estatuto da comunicação. Em entrevista dada a Tony Negri, o pensador francês é bastante direto: “você pergunta se as sociedades de controle ou de comunicação não suscitarão formas de resistência capazes de dar novas chances a um comunismo concebido como ‘organização transversal de indivíduos livres’. Não sei, talvez. Mas isso não ocorrerá em função de as minorias poderem retomar a palavra. Talvez a palavra, a comunicação esteja podre. Elas estão completamente impregnadas do dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É necessário subverter a palavra. Criar sempre foi coisa diferente de comunicar. Importará, talvez, criar vacúolos de não-

comunicação, interruptores, para escapar ao controle" (Deleuze, 1992). Tais vacúolos estariam presentes nas populares redes sociais? Haveria na internet uma potência de criação agenciada por não comunicabilidades e ou por comunicações menos dogmáticas e mais sensíveis às forças imperceptíveis, inventivas. Muito se tem dito tomado a internet, em seus diferentes produtos, em especial nas suas redes e mídias sociais, pela superficialidade, massificação, banalização e espetacularização da vida, restando a ela um serviço prestado ao senso comum e a doxa. Pretendemos, contudo, neste trabalho problematizar a internet também como uma forma de comunicar/pensar na contemporaneidade capaz de por em cena agenciamentos singulares. A ideia é desafiar esse campo através da problematização do segredo, como vacúolo de comunicação, em sua virtualidade, cartografando as iniciativas, transposições, criações, dos adolescentes que fazem uso e criam a si mesmos nesses espaços; e, assim, entender como o segredo se engendra nessas redes, tomando-o como dispositivo capaz de subjetivar e criar diferenças no campo comunicativo/cognitivo que instaura. Para além do conteúdo e seu caráter neurotizante, o segredar pode instaurar a solidão no pensamento e outras formas de experienciar o conhecimento, por zonas obscuras, ambíguas, que forçam o pensamento a pensar. Zonas secretas podem compreender forças involuntárias, não-comunicáveis, campos de resistência, capazes de individuar, artistando a existência. Para isso tomaremos como principais intercessores Francisco Varela, Friederich Nietzsche, Georg Simmel, Gilbert Simondon e Gilles Deleuze. Dentre os grupos de trabalho criados para este XVII Encontro Nacional da Abrapso nos reconhecemos em 'Ecologias e Políticas Cognitivas'. Visto que a proposta deste GT "(...) visa discutir estudos e pesquisas que se desenvolvam na interface entre cognição, tecnologias e processos coletivos, enfatizando sua processualidade e co-engedramento. Deste modo, propõe acolher trabalhos que contemplem o tema da cognição como um objeto no campo da Psicologia Social uma vez que a entende efeitos de ecologias e politicas cognitivas capazes de modular e fazer derivar os processos cognitivos, entendidos como modos de produção da subjetividade".

GT 13. HISTÓRIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL NO BRASIL

A criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e a psicologia comunitária no Brasil

Julio Cesar Cruz Collares-da-Rocha

Nosso objetivo é apresentar o papel que a Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) assumiu na divulgação da psicologia comunitária no Brasil, e iremos introduzir

alguns aspectos que revelam os motivos dessa relevância da psicologia comunitária no período da criação e desenvolvimentos iniciais da Associação. Nosso intuito é contribuir tanto para a história da ABRAPSO quanto para a história da psicologia comunitária no Brasil, a partir da revisão da literatura. Em meados da década de 1970, a crise de relevância da psicologia levantou questões acerca de como a psicologia poderia cooperar mais para a sociedade e seus problemas, e a psicologia social não passou incólume por essa crise – era preciso discutir os modos de produzir mudança social, colocando os conhecimentos psicossociais a serviço da sociedade como um todo. No Brasil, a crise da psicologia social levou a reflexão acerca da produção de um conhecimento a partir da realidade nacional e os problemas sociais vivenciados pela população brasileira. Quanto aos eventos importantes para a criação da ABRAPSO, no Congresso da SIP de 1979, a psicologia comunitária foi discutida não apenas como uma parte da psicologia social, mas como um modelo de prática de transformação social, tendo em vista a formação do núcleo de pesquisadores de psicologia comunitária. Ainda em 1979, foi realizado entre 29 e 31 outubro na PUC-SP, sob os auspícios da Associação Latino Americana de Psicologia Social (ALAPSO), o Primeiro Encontro Brasileiro de Psicologia Social, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), evento no qual foi discutida a temática da 'Psicologia Social e Problemas Urbanos' e teve com a presença de profissionais de áreas diversas como educadores, sociólogos e a antropólogos. Nos anais do encontro, figuram relatos que enfatizavam a discussão sobre as condições de vida das comunidades e, entre eles, o relato de Alberto Abib Andery sobre o 'Projeto Osasco', no qual o autor já utilizava a expressão 'psicologia comunitária' para se referir à prática realizada no projeto em questão. Nesse evento, também foram realizados debates sobre a criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) e foi formado um Comitê Pró- Associação Brasileira de Psicologia Social que levaria uma proposta de criação da ABRAPSO para discussão na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no ano seguinte. Já na 32ª Reunião da Sociedade Brasileia para o Progresso da Ciência (SBPC) em julho de 1980, foi realizada a mesa redonda 'A psicologia social como ação transformadora', que foi coordenada por Silvia Lane e formada por ela, Genaro Ieno Neto e Maria Lucia Vieira Violante: a apresentação de Genaro Ieno Neto intitulada 'Experiência junto a pastoral da arquidiocese de João Pessoa – Paraíba', se tratava de um relato de prática de psicologia comunitária com populações rurais de baixa renda, em que o autor descreveu como era o trabalho realizado com as comunidades rurais, destacando o papel do psicólogo social como promotor de uma ação transformadora, elegendo as camadas populares como beneficiárias dessa ação. Ainda nesse evento, foi realizada em 10 de julho de

1980, a reunião de criação da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), que contou com a presença de 53 pessoas. Entre os presentes na reunião, cinco pessoas estavam entre aquelas que consideramos fazer parte do rol das desenvolvedoras da psicologia comunitária em suas respectivas instituições superiores de ensino: Silvia Lane e Alberto Abib Andery, responsáveis pelo 'Projeto Osasco' no âmbito da PUC-SP; Leoncio Camino e Dirceu Malheiro, professores do Mestrado de Psicologia da UFPB que tinha a área de concentração de 'psicologia comunitária', e no qual a disciplina de mesmo nome era ministrada por Dirceu Malheiro; e Genaro Ieno Neto, professor de psicologia social na Graduação da UFPB com experiência de trabalho junto a comunidades rurais. Na reunião de criação da ABRAPSO, Silvia Lane foi votada como membro da diretoria provisória da associação e Dirceu Malheiro foi indicado como representante regional da ABRAPSO na região Nordeste. Em setembro de 1981, o primeiro evento da ABRAPSO foi realizado, o 'Primeiro Encontro Regional de Psicologia na Comunidade': nos anais do evento encontramos os trabalhos desenvolvidos na PUC-SP e na UFPB, sendo que alguns relatos versavam sobre o 'Projeto Osasco'. A mesa redonda do evento foi formada por Silvia Lane, Alberto Abib Andery e Peter Spink, e nela, Lane apresentou uma panorâmica da psicologia comunitária na América Latina e Andery apontou alguns aspectos da psicologia na comunidade no Brasil. O 'Primeiro Encontro Regional de Psicologia na Comunidade' demonstrou tanto a importância que a psicologia comunitária ocupou nos primeiros momentos da ABRAPSO, como destacou alguns dos trabalhos comunitários realizados na década anterior. O processo de criação da ABRAPSO e seus desdobramentos revelaram o papel que a psicologia comunitária teve como resposta brasileira à crise da psicologia social e a característica que a psicologia comunitária adquiriu no Brasil: se constituir como uma psicologia social comunitária. CNPq

A vida arquivada: um estudo sobre os escritos de diários íntimos

Priscila Valverde Fernandes

Muitas vezes, com o ato se debruçar sobre o papel para escrever pode-se promover o registro de muitas ações da experiência humana. A escrita pode ocupar um lugar de grande importância quando se fala do esquecimento, como produção de memória e construção de um passado. Trazemos considerações sobre a escrita, tendo em vista que nosso tema de pesquisa gira em torno do estudo de diários íntimos que foram por nós herdados. Essa escrita ordinária é uma escrita sem qualidade científica realizada por pessoas comuns e que se opõe aos escritos prestigiados da escrita literária e científica. Esse tipo de escrita está associado aos momentos

coletivos ou pessoais, a rotinas das ocupações cotidianas, e tem uma relevante função que lhes absorve e unifica: deixar os traços do fazer cotidiano. Apesar de falarmos de algo íntimo, é importante lembrar, que o mesmo não se fecha na intimidade de quem escreve, ele transcende, pois nos auxilia a compreender as práticas culturais de uma época, ressaltar elementos da vida comum e analisar os diferentes sentidos que o marcaram. Estudos de diários constituem, por si só, uma metodologia de pesquisa, e são, na verdade, um instrumento de produção de dados. Esse tipo de estudo não é muito simples, pois a diversidade qualitativa e quantitativa dos diários afastam, assim como as formas tão diferentes de abordagem, qualquer tentativa de se unificar os dados. Os diários que temos em mãos formam um acervo de 12 cadernos que datam de 1939 a 1988 e tratam de acontecimentos da cidade e do país do autor dos diários e, também, de acontecimentos mundiais. Os cadernos são dotados de memória e voz, pois falam sobre histórias, vidas, cotidianos, organização familiar, preconceitos e costumes de uma determinada época e local. Nesses escritos, inscrevem-se impressões pessoais sobre fatos diversos, registram-se momentos de êxitos e fracassos diante de crises, arquivam-se histórias para auxiliar em uma futura narrativa memorialística, bens materiais, contas do fim do mês, ensaiam-se pretensões literárias, relatam-se aventuras de viagens, a educação dos filhos, entre muitas outras funções e temas diversos. Dessa forma, o projeto de pesquisa propõe analisar, a partir da leitura dos diários, questões relativas às experiências de trabalho do diarista que são transportadas para a vida cotidiana, compreendendo que, em diversos momentos, a subjetividade do diarista subordina-se ao mundo do trabalho. Propomos ainda, discutir e compreender, agora no sentido inverso, como as experiências, que apreendem dimensões constituídas no cotidiano juntamente com as relações familiares, são levadas e compõem as relações de trabalho. Nosso trabalho ainda não apresenta conclusões porque está em andamento. Como ferramenta metodológica, temos utilizado a Cartografia compreendendo que uma produção de conhecimento se dá a partir das percepções, sensações e afetos vividos no encontro com o campo, tendo sempre em vista que o estudo não é neutro, nem isento de interferências e, tampouco, é centrado nos significados atribuídos por ele. A pesquisa articula-se com o GT: "Histórias da produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil", porque propomos problematizar o objeto de estudo dentro da Psicologia Social, tendo em vista que nosso tema trata de uma história que também deve ser levada em conta, que é a história não oficial. Também nos propomos a discutir esses aspectos históricos não formais, teóricos, metodológicos e temáticos da produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil e sua articulação com outros campos de estudo.

As composições plurais do campo terapêutico: seguindo as pistas de uma divisão de Psicologia Aplicada

Karoline Ruthes Sodré, Arthur Arruda Leal Ferreira

Este trabalho visa trazer à cena os diferentes modos de produção de subjetividades engendrados pelas práticas psicológicas clínicas e os modos de tradução e articulação entre elas. Tal investigação tem como base conceitual a Epistemologia Política de Isabelle Stengers e Vinciane Despret e a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour e John Law. Para estes autores, o conhecimento científico se produz não como representação da realidade através de sentenças bem formadas, mas como modos de articulação entre pesquisadores e entes pesquisados. De modo geral, estes modos de articulação podem engendrar um efeito de recalcitrância (problematização das hipóteses, conceitos, instrumentos ou mesmo questões da pesquisa) ou docilidade (extorsão de uma resposta) por parte dos entes investigados. A possibilidade de gerar e acolher a recalcitrância seria a base para um novo parâmetro de legitimidade científica, onde se busca examinar os modos de articulação. O ente pesquisado aqui não é um objeto de onde se quer extrair dados para confirmação ou negação de uma hipótese, mas é um expert que pode, inclusive, mudar os rumos da pesquisa por também fazer parte ativamente dela. Para investigar os modos de articulação produzidos pelos saberes e práticas psicológicos, focamos nas técnicas psicológicas, especialmente no campo terapêutico. De modo mais específico nossa proposta é acompanhar técnicas terapêuticas vindas de orientações distintas (Psicanálise, Terapia cognitiva-comportamental, Abordagem humanista-existencial, Gestalt-Terapia e Psicoterapia Institucional) na maneira como estão sendo performadas na Divisão de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Para tal, além da descrição dos artefatos presentes em certas práticas terapêuticas, foram entrevistadas pessoas em início e em meio de terapia, estagiários e a equipe de triagem. Em tais entrevistas é buscada uma composição conjunta na produção de conhecimentos (o "pesquisar com"), onde os pesquisados são considerados co-experts aptos a se manifestar sobre temas como: as experiências e práticas ocorridas no campo terapêutico e seus efeitos na vida cotidiana. Destacaremos basicamente três temas nos resultados obtidos: 1) a necessidade de negociação - com diferentes equipes - acerca do tempo previsto para estabilização na terapia; 2) a discrepância entre o discurso e a prática com relação a circulação de pacientes, conceitos e experiências entre as diferentes orientações; 3) docilidade e recalcitrância nos diferentes discursos como consequências dos instrumentos de pesquisa - os roteiros - e sua posterior modificação. Finalmente, nos parece de enorme interesse fornecer

apontamentos sobre os efeitos pragmáticos que estão em jogo nas práticas clínicas. O espaço que a Divisão de Psicologia Aplicada ocupa na formação de futuros psicólogos, certamente não é apenas o de aperfeiçoamento de seu aprendizado teórico & técnico. É o da construção de uma experiência, de um modo de construção de si e dos outros. O que buscamos é entender que tipo de expertise psicológica que podemos identificar como sendo a principal produção desse espaço. Acreditamos que nossa proposta tem ressonância com o grupo de trabalho Histórias da produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil por se tratar de uma pesquisa que visa o acompanhamento em um tempo de curta-duração histórica da produção de conhecimento, expertise e subjetividade dentro de um dispositivo clínico plural (a DPA), com a circulação de entidades e práticas heterogêneas em um espaço delimitado. A correlação com o eixo temático Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas se dá na medida em que é proposto um modo de investigação onde os entes pesquisados – não os objetos – são convocados a se pronunciar como experts. De igual modo, propõe uma problematização da posição de "objeto" dentro das pesquisas em psicologia social, além de uma perspectiva que sugere os modos de articulação recalcitrantes como aqueles aptos a produzir investigações mais inventivas.

Assassinatos de moradores de rua: que relação tem isso com a Psicologia Social?

Wanderson Vilton Nunes da Silva, Simone Maria Hüning

A partir de julho de 2010, os jornais de Alagoas começam a noticiar assassinatos de moradores de rua no estado. A mídia nacional veicula nos noticiários a investigação que o Estado e o Município de Maceió empreendiam sobre um possível grupo de extermínio, compreendido pelo Ministério Público como "uma quadrilha especializada em 'limpar a cidade". Esta temática própria do campo político foi alvo de nosso interesse para produção de pesquisa no campo da Psicologia Social, num programa de pós-graduação em Psicologia. Ao trazermos os assassinatos de moradores de rua em Maceió à análise, colocamos em discussão a constituição dos próprios saberes psicológicos relacionados aos processos de subjetivação e governo do outro, governo da vida e da morte na sociedade contemporânea. Dimensionamos assim o caráter político da psicologia, implicado nos processos de gestão da vida humana, considerando aspectos como a constituição de territórios perigosos e a naturalização da relação entre pobreza e marginalidade, bem como da violência urbana na contemporaneidade. No entanto, ao longo do processo de construção da pesquisa no mestrado surgiram questões, como: qual a relação da psicologia com as mortes de moradores de rua? Como uma questão que inicialmente é do campo político e criminal pode ser abordada pelo nosso campo de conhecimento? Este viés nos ocupou

a pensar sobre a forma como produzimos nossos objetos de pesquisa e de que maneira os naturalizamos como inerentes a um determinado campo de saber, como por exemplo, a infância e a psicologia. A partir dos assassinatos de moradores de rua em Maceió, abordados conforme textos e documentos das mídias e entidades civis, governamentais e não-governamentais entre 2010 e 2012, trazemos algumas pistas para problematizar a forma como as psicologias sociais, inseridas no campo das ciências humanas, têm estabelecido uma discursividade a partir da qual produz seus objetos e problemas de pesquisa. Numa perspectiva foucaultiana e considerando a produção de conhecimento em psicologia social, nosso objetivo é problematizar as relações entre conhecimento, psicologia social e política, considerando a construção da análise que empreendemos em relação aos assassinatos de moradores de rua em Maceió, naquele momento, a partir dos seguintes analisadores teórico-conceituais: identidade biográfica e a psicologia; dispositivo drogas; políticas públicas e estratégias de governo do outro. Tais analisadores foram construídos para abordar a temática da pesquisa de mestrado, construindo uma relação estratégica entre os discursos veiculados nos textos e documentos analisados e aqueles produzidos no campo de conhecimento psicológico, relacionado à construção de práticas de intervenção, de explicação e de governo de uma determinada população considerada ora vulnerável, ora criminosa. Estes discursos têm terreno fértil no campo da produção de conhecimento sobre o ser humano, abordando-o como algo que pode ser confeccionado pelos diversos campos de saberes/práticas científicas e das políticas públicas. Neste sentido, este trabalho se articula com a proposta do Grupo de Trabalho "Histórias da produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil", na medida em que se ocupa em problematizar o presente histórico da produção de conhecimento em psicologia social, articulados ao campo dos direitos humanos e da política. Assim, as problematizações serão apresentadas em torno de dois aspectos que serão problematizados: a) a construção de um discurso sobre o humano, a partir da produção de vulnerabilidades sociais; e, b) a psicologia social inserida no campo da produção de conhecimento contemporâneo relacionada à política e aos direitos humanos. Estes dois aspectos dizem respeito às condições de possibilidades na contemporaneidade de produção de conhecimento no Brasil relacionadas à demanda por produção de tecnologias associadas ao governo/gerenciamento da vida dos outros. Apontamos como resultado a construção de crítica do presente da história de conhecimento em psicologia social, quando relacionada às demandas por políticas sociais e direitos humanos no cenário brasileiro. Deste modo, imersos nos discursos por produtividade e políticas sociais, ressaltamos a importância de recuperarmos um fôlego crítico e transformador de nossas práticas de produção de conhecimento.

Compromisso Social da Psicologia e Congressos Nacionais de Psicologia: pistas sobre a Psicologia na Política Nacional de Assistência Social

Alessandra Xavier Miron, Neuza Maria de Fátima Guareschi

O trabalho que se pretende apresentar neste GT problematiza o discurso do Compromisso Social da Psicologia a partir de sua articulação com os Congressos Nacionais de Psicologia (CNPs), buscando desnaturalizá-lo e colocá-lo novamente enquanto produção histórica de um momento específico da Psicologia no país para refletir sobre sua relação com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as práticas psi neste campo. Concebido nos anos oitenta como forma de resistência e rompimento com a Psicologia tradicionalmente ensinada e praticada no contexto nacional, apresentado como um novo lugar para a profissão em sua relação com a sociedade e defendido hoje pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) como projeto para a profissão no país, o Compromisso Social é caracterizado pela promoção e defesa dos Direitos Humanos e da atuação em Políticas Públicas. Assim, é frequentemente referido nos materiais que orientam a atuação dos psicólogos, em especial na PNAS. Considerando que a obrigatoriedade deste profissional nas equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) implica em um número crescente de psicólogos ingressando no campo da assistência a cada ano, foi possível perceber um investimento significativo do Sistema Conselhos em orientar a prática nesse âmbito e debater suas implicações. Conforme os documentos produzidos pelo CFP, os psicólogos devem atuar através de práticas comprometidas com a transformação social, de uma ética voltada para a emancipação humana, da defesa da democracia e das políticas públicas, e da inserção em espaços de debate e conquista de seus direitos de cidadania, visando sustentar o compromisso social da psicologia. Compreendendo que o encontro entre o discurso do Compromisso Social da Psicologia e a PNAS, a partir de ações do Sistema Conselhos, produz efeitos nas práticas psi no âmbito do SUAS que precisam ser conhecidos, estudados e visibilizados este buscou mapear algumas de suas condições de possibilidade em materialidades onde a mesma estava documentada, no caso, os cadernos produzidos para os Congressos Nacionais de Psicologia (CNPs). O CNP é a instância máxima de deliberação, responsável por estabelecer as diretrizes para a atuação dos Conselhos no triênio subsequente à sua realização, conforme resolução n 017/2000 do CFP. Sendo assim, constitui-se em espaço político no qual entram em disputa diferentes projetos para a profissão no país. Realizado a cada três anos e precedido de Congressos Regionais, desde a primeira edição em 1994 abordou temas que se relacionam ao Compromisso Social, ficando

esta articulação mais evidente a partir de 2001 quando o mesmo foi tema central do IV CNP. Assim, a análise de seus títulos e materiais gráficos oferece pistas interessantes acerca desta articulação e permite evidenciar as condições histórico-culturais que possibilitaram a emergência e transformação do Compromisso Social ao longo dos últimos anos, até este momento em que é colocado como referência para as práticas psi no SUAS. A oitava edição ocorrida em maio de 2013, que teve como título 'Psicologia, Ética e Cidadania: Práticas Profissionais a Serviço da Garantia de Direitos', atualizou esta relação contando, inclusive, com pronunciamento da Secretária Nacional de Assistência Social, representando o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) na abertura do evento. Sendo assim, a relação entre Compromisso Social, CNP e PNAS foi tomada para analise neste trabalho, a partir de uma perspectiva foucaultiana, propondo a reflexão acerca dos regimes produção de verdade que se engendram quando o Sistema Conselhos institui como seu projeto de profissão o Compromisso Social e como eles incidem em estratégias de governamento da vida contemporâneas. Também, buscando dar visibilidade aos saberes em que se sustentam e as formas de subjetividade em que se apoiam as estruturas de poder que constituem o discurso do Compromisso Social em suas interfaces com o Estado. Por fim, mapeando alguns efeitos políticos e modos de subjetivação que emergem destes agenciamentos, junto às práticas psi no SUAS.

Compromisso social da Psicologia: alguns usos e abusos dessa noção

Mariana Prioli Cordeiro

Nas últimas décadas, a preocupação de psicólogos e psicólogas com o compromisso social da profissão cresceu significativamente. São inúmeras as publicações e eventos científicos que abordam o tema – tanto que, hoje, é pouco provável que possamos assistir a um simpósio da área ou folhearmos os livros da seção de Psicologia de uma biblioteca sem encontrarmos sequer um trabalho que mencione, direta ou indiretamente, nosso compromisso social. Diversos(as) autores(as) – como Freitas (2007); Yamamoto (1984); Campos (2007); Gonçalves & Portugal (2012) – afirmam que essa preocupação começou a se fortalecer no Brasil a partir das décadas de 1960 e 1970, quando um grupo de psicólogos(as) insatisfeitos(as) com os rumos elitistas que tomava a recém criada profissão começou a desenvolver os primeiros trabalhos em comunidades de baixa renda. Nesse período, o país enfrentava um duro regime ditatorial que, além de acabar com vários direitos civis, aumentou ainda mais as desigualdades socioeconômicas, levando ao surgimento de diversos conflitos sociais. O trabalho desses(as)

primeiros(as) psicólogos(as) comunitários(as) era voluntário, não remunerado e fortemente marcado pela consciência de seu papel político e social junto aos setores mais desfavorecidos da sociedade. No início da década de 1980, os trabalhos desenvolvidos em comunidades começaram a ganhar mais atenção, com isso, os(as) psicólogos(as) que atuavam na área passaram a questionar sua não remuneração e a discutir os aspectos metodológicos que embasavam sua prática profissional. Já a década seguinte foi marcada por uma expansão do campo de atuação da Psicologia, uma vez que muitos(as) profissionais da área foram contratados por instituições (em geral, públicas) para desenvolver trabalhos que permitissem ampliar e democratizar o fornecimento de serviços para a população. Desse modo, podemos dizer que esses três movimentos – a entrada nos serviços públicos, o fortalecimento dos trabalhos comunitários e as críticas às correntes hegemônicas – contribuíram para que, a partir da década de 1990, o compromisso social da Psicologia passasse de "tema a lema" nos debates sobre a profissão (Yamamoto, 2007). Hoje, falamos muito sobre nosso "compromisso", mas, muitas vezes, não deixamos claro o que queremos dizer com essa expressão. Afinal, usamos uma mesma palavra para dizer – e fazer – coisas distintas. Alguns(mas) autores(as) falam, por exemplo, de compromisso com a "transformação social" (Bock, Ferreira, Gonçalves & Furtado, 2007); enquanto outros(as) ressaltam a importância do compromisso com os "direitos humanos" (Ferrero, 2012; Bicalho et al., 2009); com "os setores menos favorecidos ou populares" (Gonçalves & Portugal, 2012); com a "renovação do espaço público" (Paiva & Yamamoto, 2008); com uma "visão emancipatória da educação" (Dadico & Souza, 2010), com a "melhoria da qualidade de vida da população" (Rasera & Issa, 2007) etc. Neste trabalho, busquei problematizar alguns usos correntes dessa noção. Para isso, realizei uma revisão bibliográfica em diferentes bancos de dados (SciELO; Banco de Teses da Capes; Biblioteca Dante Moreira Leite do IP-USP), utilizando como descritores as seguintes palavras: "Psicologia e compromisso"; "Psicologia e função social"; "Psicologia e Terceiro Setor"; "Psicologia e ONG" e "Psicologia Comunitária". Dentre todos os livros e artigos associados a esses descritores, selecionei apenas aqueles que abordavam diretamente a questão do compromisso social da Psicologia. Os artigos e capítulos de livro que compuseram o corpus desta pesquisa deixaram claro que não é possível falarmos do compromisso social da Psicologia – ao menos, não no singular. Mas, podemos falar dos diversos grupos, movimentos e ideais com os quais psicólogos e psicólogas se comprometem. Nos permitem, também, dizer que, algumas vezes, a noção de "compromisso social" é utilizada de forma acrítica e a-histórica, como um mero recurso retórico que serve para legitimar certas práticas profissionais. Ao propor tal discussão,

esse trabalho se insere no eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas" e se aproxima da proposta do GT "Histórias da produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil". Afinal, ele busca justamente problematizar os enunciados concernentes aos objetos e às práticas psicossociais em nosso país.

Daseinsanalyse: histórias-rede e agenciamentos entre a recalcitrância e a docilidade

William Pereira Penna, Raphael Thomas Ferreira Mendes Pegden, Arthur Arruda Leal Ferreira

O seguinte trabalho busca elucidar a história do movimento daseinsanalytico (ou Clínica do Dasein) refletindo sobre a controvérsia entre Binswanger e Boss a partir dos modos de afetação e coafetação entre psiquiatria e filosofia. A proposta é discutir sobre o desenvolvimento da história de tal saber psicológico (a Daseinsanalyse) problematizando seus acontecimentos à luz das teorias propostas por Latour, Stengers e Despret, como o modelo do Sistema Circulatório das Ciências desenvolvido na Teoria Ator Rede e a Epistemologia Política. Tratando da Daseinsanalyse, se formos traçar uma história que Latour chama de história-descoberta e que corresponde a uma abordagem que constrói grandes narrativas, produzindo cortes históricos entre o passado e o presente mediante uma distinção entre verdade e erro, realçaríamos os seguintes aspectos: 1º a busca pela realização de uma ontologia fundamental por Heidegger e a apresentação de sua Analítica do Dasein em Ser e Tempo; 2º a descoberta desta analítica por Binswanger e a busca pela sua aplicação na clínica; 3º a suposta má interpretação dos existenciais heideggerianos e um afastamento entre o psiquiatra e o filósofo; 4º a formação de uma segunda escola de Daseinsanalyse que buscou preservar o sentido originário da Analítica realizada por Heidegger e uma aplicação correta desta na clínica. Porém, não nos propomos a realizar tal exercício. Utilizamos principalmente a história-construção ou história-rede, que corresponde a uma narrativa que busca esclarecer, não a formação de determinadas teorias, mas a construção histórica delas e das próprias entidades que elas se propõem a estudar. Para Latour (1989, p.71 - 76), a história-construção restitui a historicidade às entidades pesquisadas, pois trabalham estas, não como fatos que subsistem per si, mas como algo construído historicamente em torno de controvérsias e disputas. Utilizando tal perspectiva histórica em conjunto com alguns apontamentos da Epistemologia Política, compreendemos a controvérsia Daseinsanalytica não mais como uma boa ou má interpretação da Analítica do Dasein no exercício da clínica, mas sim como um agenciamento que produz recalcitrância, (entre Binswanger e Heidegger) ou o seu negativo: docilidade; (como no caso da rede articulada entre

o filósofo e o psiquiatra Medrard Boss). Sendo a recalcitrância entendida aqui como o modo pelo qual numa pesquisa científica o produto alcançado vai além dos dados esperados e das questões propostas. O que nos permite pontuar que a Daseinsanalyse de Boss ganhou uma maior representatividade (quando comparada a de Binswanger), não porque ela percorreu os caminhos corretos de aplicação e interpretação da filosofia heideggeriana na clínica; mas porque o seu agenciamento entre psicologia e filosofia foi capaz de criar um maior número de alianças, e consequentemente, articular-se numa rede mais extensa. Vinculamos esta esposição oral ao Grupo de trabalho 13: "Histórias da produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil", atrelado por sua vez ao eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas", por entendermos que a abordagem referida não está definida por uma produção dentro de uma área de fronteira da psicologia social. Aqui o social se refere a um modo com o qual os saberes psicológicos articulam e são articulados por uma série de entidades heterogêneas. É assim que a dasainsanalyse, apesar de resultar de uma aliança entre a psiquiatria e a filosofia, se coloca como um saber psicológico se articula e é articulado por um socius de elementos heterogêneos. No que tange à metodologia, consultamos as fontes primárias pertinentes ao tema da Daseinsanalyse, fontes secundárias como comentadores do tema e entrevistas como representantes do movimento no Brasil. Os resultados da nossa pesquisa visam elucidar basicamente como um objeto dito científico se modula e se sustenta, não tanto pelo seu corpo teórico, mas antes pelas práticas articuladas na rede que o compõem. Quisemos brevemente pensar como o desenvolvimento da Daseinsanalyse deu-se por duas redes distintas entre si, a de Boss e a de Binswanger, cada uma pertinente aos seus modos de articulação. Pudemos perceber que a formação histórica do pensamento Daseinsanalítico se viu modulada, não por um critério de verdade ou erro configurado em torno da interpretação feita por Binswanger e Boss sobre a Analítica do Dasein; mas que ela se viu, antes, modulada pelas diferentes formas de agenciamento possíveis entre os atores.

Desvelando a Psicologia: uma análise histórico-crítica acerca da construção da prática psicológica

Barbara Frare Greggianin, Júlia Carvalho Zamora, Juliana Ulrich Lima, Kyndze Rodrigues Hörlle, Ariela Mester, Mariá Peres Westphal, Carine Capra Ramos, Cristiano Weiss Martins de Lima

O presente trabalho situa-se no eixo temático da educação, por se configurar em uma análise teórico-prática da formação em Psicologia a partir de um olhar histórico-crítico-social. O grupo de trabalho que melhor abrange o tema é "Histórias da Produção de Conhecimento em

Psicologia Social no Brasil", pelo presente estudo buscar uma compreensão histórica do surgimento da Psicologia no Rio Grande do Sul, visando refletir acerca de suas práticas atuais da disciplina psicologia. O objetivo do trabalho é compreender as práticas e saberes psicológicos vigentes em 1953 – ano de criação do primeiro Instituto de Psicologia do Estado – e refletir sobre o contexto histórico que propiciou seu surgimento, a partir da análise da mídia impressa. Buscou-se compreender de que forma atualmente essas práticas e saberes são influenciados e verificar onde se distanciam ou se assemelham àqueles vigentes na época da regulamentação da disciplina. Foi utilizada como método de coleta a pesquisa documental, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2007), tem como fonte documentos. A mídia impressa foi o instrumento que embasou o presente estudo, pois se acredita que ela já servia como potente meio de transmissão de informações. Mesmo tratando-se de "registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões" (Luca, 2008, pg. 112), a mídia impressa é capaz de reproduzir e produzir formas de subjetividade (Guareschi, 2007). A coleta dos dados foi realizada nos exemplares disponíveis do ano de 1953 do jornal Correio do Povo, o de maior circulação da época (Domingos, 2009). Os exemplares encontram-se no acervo do Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, em Porto Alegre. O grupo dividiu-se em equipes encarregadas pelos diferentes meses do referido ano, fotografando capas e contracapas e assuntos que despertassem interesse. Os dados coletados foram analisados através da análise crítica do discurso. Esta ferramenta analítica mostrou-se adequada para expor as relações de poder e dominação explicitadas nos discursos presentes nas notícias e anúncios coletados. Buscou-se compreender o contexto social, econômico e político de 1953, bem como as noções psicológicas presentes no discurso da mídia impressa analisada. Quanto aos resultados encontrados, as notícias das capas retrataram prioritariamente acontecimentos internacionais relacionados à Guerra Fria, enaltecendo os feitos do bloco capitalista e desprezando ou minimizando os movimentos do bloco socialista. Observou-se, portanto, como o discurso midiático é capaz de privilegiar uma epistemologia em detrimento de outras (Guareschi, 2007). Com relação aos contextos político e econômico nacional, presente nas contracapas dos jornais, encontrou-se notícias referentes ao desenvolvimentismo e ao processo de industrialização. A análise das propagandas evidenciou a centralidade de questões de gênero, principalmente através de representações sobre papel feminino e masculino esperado de mulheres e homens à época. As mulheres estavam associadas a noções de cuidado doméstico e familiar, fragilidade, estética e beleza. Já a imagem dos homens estava atrelada ao mundo do trabalho, da força, da manutenção e do sustento do lar. De uma forma geral, as imagens

demonstravam mulheres reclusas ao espaço privado da casa e os homens ligados ao mundo público, fora de casa. Nas notícias que se referiam à educação, foi evidenciado o surgimento de diversos cursos de nível superior em Porto Alegre. Além disso, destaca-se a vinda do professor e psicanalista húngaro Bela Székely para ministrar cursos e conferências que impulsionaram a fundação do Instituto de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Acerca dos saberes e das práticas psicológicas, foram encontradas notícias referentes ao conceito de loucura e seus derivados, frequentemente associados a episódios trágicos, perigosos e com conotações pejorativas, evidenciando a estereotipia relacionada ao transtorno mental na época. Observou-se, ainda, que a prática psicológica veiculada na mídia era prioritariamente ligada à classe médica. Com este trabalho, buscou-se refletir sobre como as noções de psicologia de 1953 ecoam na prática psicológica atual. Uma das maneiras mais óbvias através da qual podemos ver as marcas dos saberes psicológicos daquela época nas representações atuais refere-se ao tratamento dado às questões relativas aos transtornos mentais, ainda frequentemente relacionados a noções de periculosidade. A formação dos cursos de psicologia com enfoque primordialmente clínico e desvinculado de um caráter social – que visa curar aquilo que foge da concepção de normalidade – são reminiscências deste passado. Embora possamos identificar críticas a este modelo individualizado de formação, as mudanças nas práticas de ensino são pouco efetivas e a psicologia continua sendo identificada como uma disciplina individualizante e com foco adaptativo do sujeito, menosprezando a transformação do social. Compreende-se que a crítica e a reflexão são passos importantes e devem ser uma constante nas práticas profissionais. Entretanto, precisa-se de meios para efetivar uma mudança na conduta profissional. Um passo inicial para a legitimação dessas modificações talvez seja o reconhecimento da historicidade da Psicologia, para que as práticas, mesmo que individuais, possam ser mais conscientes e conectadas com o contexto de 2013 e menos alinhadas com o contexto de 1953.

Dos movimentos sociais às políticas públicas: a institucionalização das lutas sociais

Carolina dos Reis, Neuza Maria de Fátima Guareschi

Este trabalho tem por objetivo problematizar a produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil e os efeitos dessa no processo de institucionalização das lutas sociais no país. Essa problemática, a ser aprofundada no presente trabalho, foi identificada a partir dos resultados de uma pesquisa anterior que analisou os documentos produzidos pelos Grupos de Trabalhos, vinculados ao campo da Psicologia Social, nos Simpósio da Associação Nacional de Pesquisa

e Pós-Graduação em Psicologia, entre os anos de 1988 e 2010. No estudo, foram analisados 11 Grupos de Trabalho entendidos como aqueles que se remetiam a forma como a pobreza e a exclusão social são tomadas como objetos de estudo pela Psicologia Social. A partir daquela pesquisa, evidenciou-se que os estudos sobre a vulnerabilização, a pobreza e a exclusão social vinculam-se a afirmação do compromisso político da Psicologia Social e sua implicação na construção de um projeto social. Ainda, visibilizou-se que ao tomar a pobreza e os processos de vulnerabilização e marginalização como objeto de estudos, as pesquisas em Psicologia Social passaram a ter como foco determinados grupos populacionais. Embora se tenha a afirmação de que as pesquisas tinham como intuito reconhecer as diferenças produzidas no campo social e promover o respeito à alteridade, ao tomar essas populações como objeto de estudo, a Psicologia passa também a produzir verdades sobre esses sujeitos que objetiva conhecer/descrever. Um dos efeitos desse movimento é a produção de saberes em torno dessas populações que passaram a ter seus modos de vida reconhecidos como vulneráveis ou em situação de risco social, o que circularmente veio legitimar a segmentação da população em categorias populacionais. Os estudos sobre risco e vulnerabilidade abriram, desta forma, caminho para a construção de estratégias de "contagem dos pobres" e de mecanismos de produção de recortes populacionais que fundamentaram a identificação de determinados grupos como categorias sociais de risco. Desta forma, esses estudos constituíram-se como instrumento de gestão que auxiliou no desenvolvimento de políticas públicas e sociais destinadas aos ditos vulneráveis, procurando incidir na melhoria das condições de acesso dessas populações a bens e serviços. Por fim, a pesquisa demonstrou que a construção de saberes implicados com um projeto de transformação social nessa área investe, inicialmente, nos movimentos sociais e nas lideranças comunitárias como atores de mudanças e, ao longo dos anos, vai se deslocando, passando a reconhecer as políticas públicas como protagonistas desse processo. Esse deslocamento parece promover uma despolitização e institucionalização dos movimentos sociais. Os movimentos sociais, que foram os protagonistas para a construção do projeto de democratização do país, perdem sua potência neste cenário da Psicologia Social contemporânea. Além disso, observa-se que, ao tomar as políticas públicas como problemática, os estudos analisados direcionavam-se, expressivamente, para a busca de soluções funcionalistas que visavam o bem operar dos serviços públicos, buscavam oferecer respostas aos profissionais e gestores acerca dos entraves impostos à efetivação dos marcos legais já consolidados. O que chama atenção em relação a isso é que um dos riscos que se tem quando só se opera pela via do Estado é o enfraquecimento da noção de que política se refere às relações

entre as pessoas e, com isso, despotencializar os modos de organização populares. Nesse sentido, o presente trabalho problematiza a forma como esse deslocamento nos estudos no campo da Psicologia Social contribuiu para um processo de institucionalização dos movimentos sociais e a sua relação com certa racionalidade contemporânea que tem levado a uma exacerbação da judicialização da vida. A partir disso, evidenciamos o modo como essa produção do conhecimento em Psicologia e as lutas pelas garantia de direitos a que se vinculam vão sendo capturados por essa lógica judicializante. Em nome da garantia de alguns direitos, legitima-se que outros sejam violados pelo recrudescimento da demanda punitiva. Isto pode ser evidenciado em propostas como a criminalização da homofobia e a internação compulsória de usuários de drogas. Além disso, fundamentado nas produções discursivas do próprio campo psicológico vemos a emergência de projetos de lei como os do estatuto do nascituro e da "cura gay". Por fim, fundamentado em autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze trazemos para análise os processos contemporâneos de mudança nos movimentos sociais e de que forma estes trazem tensionamentos para o campo da Psicologia Social e podem se constituir como ferramentas de reconstrução do sentido da política como ações entre os sujeitos.

Interlocuções da Psicologia com o pensamento de Michel Foucault

Simone Maria Hüning, Larissa de Moura Cavalcante, Carlysson Alexandre Rangel Gomes, Aline Kelly da Silva

Este trabalho objetiva apresentar e discutir os resultados da pesquisa "Uma análise das contribuições do pensamento de Foucault para a Psicologia", na qual investigamos o modo como a Psicologia brasileira tem se aproximado das teorizações foucaultianas em suas produções acadêmicas publicadas em periódicos eletrônicos indexados. Nosso estudo aproxima-se do Grupo de Trabalho 13, e ao eixo "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas", na medida em que problematizamos a produção de conhecimento na Psicologia, especialmente no que diz respeito às apropriações que têm sido feitas das teorizações foucaultianas nesse campo de conhecimento e de produção de verdades. Nesse sentido, não poderíamos deixar de mencionar que Michel Foucault é, sem dúvida, um dos pensadores adotados por autores desse campo de conhecimento justamente para refletir sobre a constituição histórica da Psicologia e os efeitos que os diferentes discursos psicológicos engendram na produção de realidades e de modos de subjetivação. Além disso, entende-se que suas teorizações colocam em xeque não somente uma suposta unidade na formação da

Psicologia enquanto ciência como também o estatuto de neutralidade na produção de conhecimento, uma vez que Foucault evidencia a constituição histórica e política dos discursos científicos, efeitos de disputas circunscritas nos campos de lutas pelo saber e pelo poder. Adotando como referencial teórico a obra foucaultiana numa perspectiva situada no âmbito da Psicologia Social, a metodologia utilizada no estudo consistiu em levantamento bibliográfico e análise de artigos científicos. O levantamento bibliográfico foi realizado a partir da ferramenta de busca da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi Brasil), pelo acesso a "Bases em Texto Completo". Não estabelecemos recorte temporal no que se refere ao período inicial de publicações, apenas delimitamos como recorte temporal final os materiais publicados até 2010. Esse recurso nos permitiu acessar artigos completos publicados em diferentes bases de dados, periódicos e bibliotecas eletrônicas, tais como: PePSIC, SciELO, Portal Revistas USP e RedALYC. A busca e a inclusão dos artigos no material analisado deram-se pela ocorrência conjunta dos descritores "Psicologia e Foucault". Dessa maneira, os artigos selecionados para análise foram aqueles que apresentassem articulações entre a Psicologia e o pensamento foucaultiano. Foram obtidos, após a leitura de títulos e resumos, 35 artigos que compuseram a análise. O que nos interessou analisar nesses artigos foram os seguintes pontos: o desenvolvimento dessas produções acadêmicas em relação aos aspectos históricos, institucionais e aos campos temáticos abordados bem como às perspectivas teóricas, conceituais e metodológicas desses trabalhos; os conceitos foucaultianos que vêm sendo utilizados nessas produções e o modo como seus autores os colocam em diálogo com a Psicologia; as contribuições e críticas foucaultianas ao campo da Psicologia, a partir de elementos e concepções apontados por esses estudos. Os resultados assinalam, de um lado, a diversidade de temáticas trabalhadas a partir do pensamento foucaultiano na Psicologia – desde problematizações referentes à clínica e à articulação da psicanálise com o pensamento de Foucault até trabalhos que discutem a noção de corpo e corporeidade, as políticas públicas de saúde mental, a juventude, os processos de subjetivação no trabalho etc. – e, de outro, a concentração dessas produções nas regiões Sudeste e Sul, predominantemente, sobretudo a partir de 2007. É importante mencionar que as primeiras publicações em periódicos científicos que articulam o pensamento foucaultiano com a Psicologia datam de 2001, o que demarca o recente ingresso desse teórico no campo da produção acadêmica psicológica. No que se refere às contribuições foucaultianas, identificamos quatro "grupos": a ruptura com o conceito de sujeito universal e a noção de subjetividade como produção histórica e efeito das relações de saber e de poder, portanto algo dinâmico; críticas foucaultianas à psicanálise como dispositivo

de controle e normalização e, por outro lado, contribuições no sentido de apontar a dimensão ética das práticas clínicas, a partir das discussões sobre a arqueogenealogia foucaultiana; a dimensão política na produção de conhecimento em Psicologia e a emergência das Ciências Humanas vinculada a tecnologias de poder; o corpo como alvo de saber e poder, ponto sobre o qual atua um emaranhado de lutas e confrontos, que tanto assujeitam como trazem a possibilidade de resistência por parte dos sujeitos. Nota-se uma grande quantidade de artigos em que se realizam discussões teóricas a partir de Foucault, o que indica que a Psicologia não se aproxima inicialmente da produção foucaultiana de modo a realizar uma mera "aplicação" do pensamento desse autor, mas coloca em questão, primeiramente, o modo como Foucault afeta os conceitos e as teorias psicológicas, sobretudo a partir dos conceitos de processos de subjetivação, ética, produção de verdades e governamentalidade.

O étnico-racial nas ciências psicológicas: afirmações de uma ciência im(pura)

Zuleika Köhler Gonzales, Neuza Maria de Fátima Guareschi

A busca pelo aperfeiçoamento da população brasileira com vistas à constituição de uma forte nação a partir do século XIX, congregou esforços de pensadores, políticos e intelectuais preocupados com a nossa diversidade étnico-racial. Nessa empreitada, os saberes psicológicos também ocuparam lugar. Podemos dizer que, o investimento político e social no melhoramento da população muito se fortaleceu com o conhecimento advindo a partir da formalização da psicologia nas instituições acadêmicas e no estabelecimento de seus veículos de divulgação, como revistas especializadas, anais e congressos científicos. É nessa confluência, de uma busca de fortalecimento do Estado-nação brasileiro com a produção científica sustentando uma higienização social da população para o desenvolvimento de um povo civilizado e vigoroso que, neste estudo, procurei analisar como a psicologia foi formulando a questão étnico-racial como seu objeto de estudo pautando-se por um pensamento que se produz a partir do que lhe é semelhante ou idêntico, e confirmando as pretensões de uma ciência racionalista, neutra e pura. Para tanto, busco nos estudos de B. Latour e V. Despret, algumas chaves de compreensão que me auxiliam a traçar um percurso histórico da questão étnico-racial no campo da psicologia e a analisar as versões científicas em que essa questão vai se configurando, entendendo versões como algo que se cultiva, que se faz e que se produz na articulação entre ciência, política e sociedade. Ao mesmo tempo, entendendo que elas podem nos fazer pensar e inventar se considerarmos que o contraste entre versões, sobretudo se pensamos em povos e etnias, nos possibilitam um deslocamento do convencional hegemônico. Assim, faço um percurso através

das edições dos Arquivos Brasileiros de Psicologia, justamente por ser a publicação no campo das ciências psicológicas de maior longevidade no país. A revista foi lançada em 1949 totalizando 64 anos de publicações. Nesse período, nove (9) artigos foram publicados enfocando o elemento étnico-racial predominando o caráter psicodiagnóstico e psicopatológico em testes de mensuração da inteligência e da personalidade comparando grupos étnicos e raciais. A partir de 2002, a conotação da questão étnico-racial nas publicações volta-se para políticas identitárias e para a afirmação dos direitos étnicos e raciais em políticas de ação afirmativa apresentando um caráter mais de análise das condições sociais do que de análise tipológica dos indivíduos como nos anos precedentes. Apesar de as discussões étnico raciais estabelecerem-se, predominantemente, no campo das investigações antropológicas, a interface com a psicologia vem ocorrendo desde sua injunção nos saberes médicos, jurídicos, pedagógicos e filosóficos que se institucionalizaram no campo acadêmico em nosso país, sobretudo em torno da 'higiene social' que se formulou para desenvolver a população mestiça e analfabeta do país na virada do século XX. A procura por uma solução à questão étnico-racial do país frente à crença difundida de que o atraso civilizatório da nação brasileira ancorava-se na sua múltipla composição étnica e racial e, ainda pior, na mistura das raças, instaurou um amplo processo de eugenia na sociedade, sustentado pelos saberes científicos. Buscava-se com isso, condições para um melhoramento racial progressivo no Brasil. Imbuídos de uma mentalidade biológico-evolucionista e de formação moral da população, os tratados médicos do início do século, trazem tópicos psicológicos para contribuir nesse projeto eugênico e de desenvolvimento do país. Ampliam-se as contribuições da psicologia com o estabelecimento de instituições públicas e privadas específicas para fomentar o desenvolvimento de pessoas através da educação e do trabalho investindo, principalmente, na seleção e orientação profissional, como realizou a Fundação Getúlio Vargas no RJ. Sobre a FGV, sabemos que trata-se de uma instituição privada, criada em 1944, por decreto-lei assinado por Getúlio Vargas – o então presidente do governo nacional – e com financiamento público. Tinha como objetivo a formação de pessoal qualificado para ingressar na administração pública e privada. É nessa instituição que se lança em 1949 a publicação dos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, por iniciativa do Instituto de Seleção e Orientação Profissional, um setor da FGV. Essa revista, surge como a primeira publicação especializada no campo da psicologia. Foi editada até 1968 como Arquivos Brasileiros de Psicotécnica; depois, chamou-se Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada; e, atualmente, a contar de 1979, intitula-se Arquivos Brasileiros de Psicologia, sediada agora na UFRJ. Com esse preâmbulo, visualizamos na elaboração e

divulgação dos Arquivos Brasileiros de Psicologia a produção do conhecimento entremeado nos jogos políticos e econômicos, como também na abordagem do elemento étnico-racial exposto em suas páginas. Ali encontramos uma versão unilateral do cientista que explica e resolve a questão étnico-racial nos ditames de uma objetividade científica que se pretende isenta das impurezas políticas e sociais, as quais macula riam a supremacia da ciência pura.

Pelos caminhos do pensamento psicossociológico: um debate possível para se pensar a realidade à luz da Psicologia Social Crítica

Kecya Nayane Lucena Brasil, Maria Vânia Abreu Pontes, Aluísio Ferreira de Lima

O presente trabalho reúne um conjunto de reflexões sobre diversos aspectos em que se manifesta a produção de conhecimento em Psicologia. Essas reflexões surgiram em momentos diferentes, como aulas e debates, foram agrupadas nesta apresentação com objetivo de assinalar as influências do pensamento psicossociológico no desenvolvimento da Psicologia Social, mais especificamente, da Psicologia Social Crítica, utilizando para isso apontamentos sobre concepções positivistas, materialistas, evolucionistas, pragmatistas e interacionistas como estratégia para se traçar o delineamento da evolução dos estudos nessa área do conhecimento. Muitas das contribuições do pensamento psicossociológico presentes na segunda metade do século XIX colaboraram para o marco de consolidação a Psicologia como uma ciência independente da Filosofia. Tal independência foi realizada tomando como base: 1) os princípios positivistas, que defendiam a unidade científica, na qual a ciência deveria preocupar-se com provas empíricas, deixando de lado questões metafísicas; 2) o materialismo dialético, responsável por defender que os processos mentais dependem do mundo material, assim como que há uma dialética nessa relação sujeito-objeto; 3) o evolucionismo, focando as funções da mente para o processo de adaptação dos indivíduos; 4) o pragmatismo que defendia ser necessária a aplicabilidade de uma idéia para que ela pudesse ser considerada como verdadeira, ou seja, todo conhecimento deveria ter uma aplicação prática; e o 5) interacionismo simbólico que entendia o processo de interação como mediado pelo simbólico. Tendo como eixo a análise dessas bases teóricas, percebe-se que a Psicologia Social tem se construído a partir de uma multiplicidade de abordagens, e devido a isso encontra dificuldade em estabelecer um objeto de estudo, assim como uma metodologia própria.Em virtude disso, sustenta-se a necessidade de escapar do olhar univoco sobre seu objeto no debate científico, sendo possível abordá-lo a partir de distintas perspectivas. Este artigo adota o conceito de Psicologia Social enquanto responsável por estudar o processo de interação humana, apresentando assim uma clara

influência do pensamento materialista e interacionista.Busca-se avaliar como as ambivalências e impasses das práticas adotadas por essas produções têm gerado rupturas, continuidades, embates e contribuições para construção da crítica reflexiva, tanto por parte da busca de novos olhares sobre os fenômenos psicossociais, quanto pelo viés do próprio deslocamento do conhecimento como processo de construção humana.Diante dessa perspectiva, a Psicologia Social deixou o rumo marcado pelas abordagens epistemológicas e metodológicas das ciências naturais e tem caminhado na construção de novos saberes.Para tanto, adota-se aqui a perspectiva teórica da Psicologia Social Crítica, responsável por estudar e possibilitar os processos de emancipação humana através do conhecimento da realidade contextualiza, do desenvolvimento da autonomia e da participação do sujeito como agente constituido e constitudor da própria história e da sociedade a qual pertence. Das reflexões suscitadas, resultou uma discussão sobre a relevância dos estudos da Psicologia Social Crítica nesse processo. Como resultado acredita-se que a vertente da Psicologia Social Contemporânea, pelo menos a desenvolvida em grande parte no Brasil, se manifesta, ressaltando as possibilidades de pesquisa empírica e teórica que apontam para novas análises dos problemas experienciados pela sociedade contemporânea.

Psicologia e ruralidade: campo de composição ético-político de uma ciência para vida

Saulo Luders Fernandes, Julia Minossi Munhoz

O presente trabalho caracteriza-se como uma reflexão teórica que pretende por meio de observações e atividades extensionistas realizadas nas comunidades quilombolas da região do agreste alagoano, abrir campos de reflexão e produções conceituais norteadoras para a prática do psicólogo em uma área ainda muito insípida e pouco explorada: o mundo do campo. Ao adentrar em tal proposta, não pretendemos apresentar modelos de atuação ou práticas já delineadas para intervenção, como condutas a serem aplicadas à realidade, mas procuramos realizar reflexões que lancem questionamentos ao modelo de ciência em que nos amparamos e suas formas de operar sobre a vida das populações e dos sujeitos. Utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica tendo como fontes primárias os conceitos de ordem do discurso (Foucault, 2006) e biopolítica (Foucault, 2008) e fontes secundárias os conceitos de devir minoritário de Deleuze e Guattari (2008) e de estratégias e táticas de Certeau (2012) na tentativa de compreender, que mesmo atravessados por estas linhas de dominação da vida, as populações tradicionais dispõem de dispositivos e táticas que produzem modos diferenciados de operar seu cotidiano que fogem aos enquadres postulados pelas estratégias de poder, e neste desvio

proliferam modos de existência que resistem aos modelos sociais hegemônicos. O presente trabalho vincula-se ao eixo temático proposto já que compreende o saber científico como processo historicamente localizado, e que traz consigo em suas produções de saberes estruturas de poder que ao debruçar-se sobre a realidade, não apenas a identifica e a investiga, mas a produz e a engendra com seus aparatos conceituais e metodológicos. A ciência não se apresenta como um observador distante da realidade, mas como um atuante manufaturador, que por meio de seus conhecimentos, institui ordenações de poder que se atrelam às verdades fabricadas na constituição da vida cotidiana. O discurso científico mais do que proferido por um sujeito detentor do saber, produz sujeitos por meio de seus enunciados que imersos em seus aparatos conceituais e tecnológicos, configuram formas de viver e trabalhar o cotidiano. Com base nesta compreensão de ciência como campo de constituição da vida é que questionamos os saberes psicológicos e suas interfaces com o universo do campo. A psicologia enquanto ciência funda seus pilares sobre o homem moderno e a realidade urbana na qual este supostamente se produz. Os conhecimentos psicológicos encontram-se alheios às formas de vida do sujeito tradicional e do campo, e neste distanciamento, pode incorrer em erros e submeter tal realidade a enquadres que não respeitem a complexidade de composição dos conhecimentos tradicionais, sua relação com a terra, a natureza e as formas diferenciadas de produção comunitária. A população tradicional constitui seus conhecimentos com base nas experiências produzidas no cotidiano que é atravessado por práticas transmitidas oralmente de geração a geração. As narrativas e oralidades são a base para a transferência de saberes, diferente da lógica do moderno que busca na informação e no instrumento tecnologicamente inovador, um campo de interface com a realidade e as comunidades tradicionais, que mesmo aderindo às práticas tecnológicas, partem da experiência, da vivência de seus pares para extrair seus conhecimentos e interpretações. A psicologia, ao figurar a imagem do sujeito urbano como modelo, submete-se às práticas da vida tradicional como conhecimento dispensável, e atua como mecanismo de desapropriação de saberes e imposição de um modo de vida supostamente adequado e universal, que comprovado e legitimado pelo estandarte do saber científico, coloca-se como verdade a ser seguida. O processo de apropriação das formas de vida pelo capitalismo não se processa apenas por meio de seus aparatos econômico-políticos, mas insere-se nas dinâmicas do plano do desejo, em espaços micropolíticos que engendram corpos produtivos e submetidos. No capital mundial integrado os signos do capitalismo se ramificam aos lugares mais longínquos, na tentativa de integrar os modos de vida à ordenação do capital e da propriedade. A atuação da psicologia insere-se nesta rede de interação micropolítica, ao ser compreendida como a área do saber que

atua diretamente sobre as produções subjetivas, podendo assim, instrumentalizar grupos e comunidades a apropriarem-se de seus conhecimentos na conquista da autonomia sobre seus modos de vida; ou a instituir os modos de vida dominantes que não aqueles presentes na realidade da comunidade como forma de desapropriação dos saberes comunitários. Diante destes embates e questionamentos é que o presente trabalho atua como um instrumento de reflexão que nos permite pensar em proposições teórico-práticas para a inserção do psicólogo no mundo do campo, sem desqualificar o conhecimento complexo ali produzido, bem como, possibilitar uma prática que aliada ao saber tradicional e rural, produza espaços de autonomia e efetividade nos modos de vida destas populações.

Reabilitação psicossocial: um breve histórico controverso

Ramiro Faria de Melo e Souza, Clara da Silva Camatta, Arthur Arruda Leal Ferreira

Esta pesquisa tem por objetivo reconstruir o percurso histórico – a partir de um certo recorte temporal – da Reabilitação Psicossocial no Brasil, abordando também, para isso, o próprio movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira. Tal viés histórico faz-se necessário a partir de uma problematização atual dos dispositivos e práticas de saúde mental na rede pública, mais precisamente uma investigação acerca dos modos de performação do termo "Reabilitação Psicossocial". Partindo das concepções da teoria Ator-rede, formulada por Bruno Latour, nos propusemos a pensar o termo Reabilitação Psicossocial como estando imerso em um verdadeiro sistema circulatório, ou seja, imerso em um campo de articulação e co-afetação entre diversos atores em múltiplos circuitos diferentes. Se insere, assim, no Grupo de Trabalho 13 (Histórias da produção de conhecimento em psicologia social no Brasil) por tratar-se de uma abordagem em que a psicologia social não está definida por uma produção dentro de uma área de fronteira. Aqui o social se refere a um modo com o qual os saberes psicológicos articulam e são articulados por uma série de entidades heterogêneas. É assim que a Reabilitação Psicossocial, apesar de resultar de uma prática localizada nos esforços interdisciplinares da reforma psiquiátrica brasileira, congregando áreas além da psicologia, representam um modo com que saberes psi, articulam e são articulados por um socius de elementos heterogêneos. É esta história que desejamos contar. Para contar essa história, recorreremos aos textos mais importantes acerca do movimento da Reabilitação Psicossocial, circunscrevendo tal campo àqueles que dizem respeito ao Brasil especificamente. Essas leituras dizem respeito tanto aos autores mais expoentes da área (Ana Pitta, Eduardo Mourão Vasconcelos, Cristina Loyola, Pedro Paulo Delgado, etc.) como aos relatórios oficiais das Conferências Nacionais de Saúde Mental e os

anais de alguns congressos que abordam o termo em questão. Além da revisão bibliográfica vimos no dispositivo da entrevista uma outra fonte fundamental de recursos para nossas pesquisas. A partir do progresso de nossa pesquisa, fomos paulatinamente percebendo que o termo "Reabilitação Psicossocial", longe de ser um conceito bem definido e fundamentado a servir de código a ser seguido por todos os atores da rede de saúde mental brasileira, é, antes, um termo múltiplo que se inaugura enquanto um delineador de práticas diversas que escapam do viés da clínica stricto sensu, ou seja, da clínica tradicional. Desde o seu nascimento, o termo é rodeado de inúmeras controvérsias. O que se observa é uma miríade de práticas e discursos algumas vezes excludentes entre si abrigados dentro deste vasto termo que serviria muito mais como um guarda-chuva performático, como diria Adriana Rosa, que como um conceito delimitado e específico em seus métodos e pressupostos. O termo reabilitação psicossocial se mostra, assim, extremamente tensionado por essa multiplicidade. Podemos citar controvérsias quanto à própria definição do que seria, afinal, este termo ao compararmos a afirmação de Benedetto Saraceno, que denomina a Reabilitação Psicossocial como uma "prática à espera de teoria", com a de Adriana Rosa, que nos diz que seria uma teoria em busca de uma prática. Conclui-se, então, que a reabilitação psicossocial parece se delinear dentro de uma série de paradoxos enquanto prática instituída da reforma psiquiátrica. Podemos de algum modo condensar esta condição neste paradoxo fundamental: há uma coletivização das condições, há uma singularização das operações. Pode ser aí onde reside a questão fundamental de nossa pesquisa como um todo, a saber: a multiplicidade própria do termo "Reabilitação Psicossocial". O que fica em aberto, então, é a possibilidade de uma cartografia das modulações ocorridas em torno deste tema múltiplo e controverso Afinal, é com o objetivo de perguntar-se pela própria atualidade da reforma psiquiátrica que aqui nos perguntamos sobre suas construções históricas.

Ressonâncias do pensamento de Foucault no Brasil - para além das categorias sociológicas

Heliana de Barros Conde Rodrigues

Com base em algumas das problematizações surgidas ao longo de pesquisa anterior, intitulada "Michel Foucault no Brasil" e voltada à caracterização das cinco visitas do filósofo francês a nosso país (nos anos de 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976), a presente comunicação visa a delimitar um modo singular de aproximação às ressonâncias de seu pensamento nos âmbitos acadêmico e extra-acadêmico. Como objetivo geral, propõe-se o estabelecimento de uma cartografia – procedimento que acompanha as oscilações do terreno de investigação – das

modulações interdisciplinares favorecidas, entre nós, pelo pensamento foucaultiano, sem descartar, decerto, eventuais entraves a tal processualidade, ligados aos dispositivos disciplinares (e disciplinadores) que estratificam saberes e movimentos sociais - isolando-os aprioristicamente, inclusive, uns dos outros. Para tanto, as categorias analíticas habitualmente empregadas em investigações do mesmo tipo - "recepção", "penetração" e "difusão"-, de cunho sociológico (ou, mais propriamente, ligadas à sociologia do conhecimento de inspiração durkheimiana), estarão sob crítica, priorizando-se, como alternativa, uma abordagem fundada em dispersões, anexações, permeabilizações, repúdios e/ou clausuras -, conforme sugerido pelo próprio Michel Foucault ao longo de inúmeras entrevistas e debates sobre as características de sua produção. Nessa linha de análise, categorias como "problematização", "acontecimentalização", "desmultiplicação causal", "profanação da 'sociedade como um todo' na qualidade de instância soberana" e "temporalidades não-cronológicas", entre outras, serão postas em discussão como ferramentas virtualmente aptas a renovar os estudos ligados à história (e geopolítica) de sistemas de pensamento. Os procedimentos metodológicos previstos, que igualmente serão foco de debate ao longo da comunicação em pauta, incluem: (1) pesquisa bibliográfico-crítica de investigações anteriores sobre o pensamento de Foucault em nosso país; (2) pesquisa documental, mediante análise estratégico-qualitativa de dissertações, teses, livros, anais de congressos e artigos relativos aos campos acadêmicos Filosofia, História, Ciências Sociais, Ciências Políticas, Saúde Coletiva, Psicologia Social, Psiquiatria, Educação e Direito, bem como aos movimentos sociais, principalmente os associados a feminismo, estudos de gênero, perspectivas gay e queer, anarquismo; (3) pesquisa de campo, através de entrevistas realizadas sob o paradigma da História Oral, com pesquisadores e militantes brasileiros que se reconhecem marcados pelo pensamento de Foucault em suas teorizações e práticas. Com base no anteriormente apresentado, pretende-se contribuir, especificamente, para as reflexões críticas relativas à produção de conhecimento em Psicologia Social no Brasil. Nesse sentido, sugere-se que embora inúmeros pesquisadores de nosso país recorram, em análises e intervenções, às ideias de Foucault, estas últimas, em contrapartida, têm sido sub-utilizadas na qualidade de diretrizes metodológicas. Sem afirmar, evidentemente, que Foucault possa ser visto como um "metodólogo", cumpre também ressaltar a indissociabilidade entre seus conceitos e seus procedimentos, sob pena de se reforçar, no âmbito da pesquisa em Psicologia Social, aquilo que tanto se alega combater (naturalizações, essencializações, reducionismos, estratificações, linearidades, continuidades, apriorismos e transcendências, por exemplo). Por fim, é preciso acrescentar que aproximações ainda pouco exploradas, a despeito de não serem

totalmente inéditas, entre as perspectivas de Michel Foucault e as de Gabriel Tarde constituirão um dos matizes da comunicação a ser apresentada - razão do subtítulo "para além das categorias sociológicas"(ou durkheimianas), que se visa a substituir pelas "associológicas"(ou tardeanas).

Uma Questão de Método: origens, limites e possibilidades da etnografia hoje

Mauricio Rodrigues de Souza

A ideia para o presente trabalho partiu de um levantamento bibliográfico que, sem se pretender exaustivo, acompanhou um pouco da produção científica brasileira direcionada ao tema da metodologia de pesquisa em psicologia social. Tomando como foco de análise a última década, o levantamento em questão privilegiou um veículo em particular. Trata-se de Psicologia & Sociedade, o qual, vinculado à Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, constitui-se hoje no principal canal de divulgação da produção acadêmica brasileira na área mais específica da psicologia social. Pois bem, chamou a nossa atenção a divisão do quadro distributivo obtido em tal exercício investigativo. Nela notamos um predomínio de textos voltados ao referencial teórico-metodológico do movimento construcionista, seguidos de perto por artigos orientados pela cartografia e pela teoria do ator-rede ou antropologia simétrica. Também se fizeram presentes trabalhos em defesa da imagem ou da fotografia enquanto relevantes estratégias investigativas e, em menor escala, debates sobre a utilização da genealogia e da análise de implicação pela via de referências à filosofia da diferença e à pesquisa-intervenção do movimento institucionalista francês, assim como discussões mais amplas sobre a inter-relação entre subjetividade e política no campo da pesquisa em psicologia. Finalmente – porém, não menos importantes -, foram as propostas que encontramos de atuação conjunta entre cartografia e genealogia e entre pós-estruturalismo, construcionismo e etnografia. Entretanto – e isso também nos saltou aos olhos -, notamos a quase inexistente produção mais especificamente voltada à etnografia em si mesma, ainda que esta se configure enquanto modalidade de pesquisa tradicional e costumeiramente utilizada pela psicologia social. De qualquer forma, nenhum dos textos mencionados na lista acima apresentava comentários pormenorizados sobre as origens e o desenvolvimento da etnografia no terreno da antropologia ou ainda acerca da sua reapropriação enquanto método de pesquisa por parte da psicologia social. Levando isto em conta, bem como a influência do diálogo com as ciências sociais que orientou a constituição da psicologia social enquanto área específica de estudos desde os seus primeiros passos, dirigiremos os nossos esforços neste trabalho rumo a três objetivos principais. O primeiro deles consistiu em definir em maiores detalhes algumas das

principais características da etnografia enquanto metodologia de pesquisa privilegiada também pela psicologia social. O segundo se apresentou na realização de um breve percurso histórico acerca das suas origens enquanto prática cientificamente legitimada, origens estas diretamente associadas aos avanços do funcionalismo antropológico britânico das primeiras décadas do século XX e, em tal contexto, aos trabalhos de campo desenvolvidos por Bronislaw Malinowski entre os nativos da Polinésia. Finalmente, levando em conta a influência das há pouco mencionadas abordagens teórico-metodológicas que vêm orientando os trabalhos desenvolvidos pela psicologia social brasileira nas três últimas décadas, abordagens estas que surgem como contrapontos em relação à perspectiva de "campo" costumeiramente associada a Malinowski, debatemos em um terceiro momento a utilização da etnografia hoje. Neste sentido, conforme sugere o próprio título deste trabalho, nossa aposta aqui consistiu em valorizar não apenas os limites da prática etnográfica, mas também as suas possibilidades, já que acreditamos sim que a experiência de estranhamento que tradicionalmente caracterizou a prática etnográfica "moderna" continua trazendo em si mesma tanto o dinamismo quanto o potencial crítico necessários para manter em movimento o pensamento sobre (ou, se preferirmos, com) as diferenças. Assim, concluímos nos posicionando contra a simples afirmação dos limites ou mesmo do fim da etnografia enquanto prática ultrapassada ou tendenciosa. Ao contrário, chamamos atenção para as possibilidades dela decorrentes, inclusive quanto a sua utilização em conjunto com outras metodologias de pesquisa adotadas na contemporaneidade da psicologia social. Nestes termos, acreditamos na vinculação do presente trabalho ao GT escolhido tanto por conta da problematização da história da produção do conhecimento em Psicologia Social no Brasil (considerando-se as relações entre saber, poder e processos de subjetivação aí envolvidas) quanto pelo fato de que, ao enfatizarmos aqui mais especificamente a etnografia, trazemos à tona também a confrontação entre vertentes clássicas da Psicologia Social e novos saberes e práticas, os quais trazem consigo também novos problemas, interlocutores, desafios teóricos e possibilidades interventivas.

GT 14. HISTORICIZANDO OS SABERES PSI FRENTE ÀS PRÁTICAS SOCIAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS HUMANOS

A afetividade limitada: tendências nos artigos atuais da Psicologia sobre as emoções

Eduardo Augusto Tomanik, Ana Céli Pavão,Gilson Gomes Coelho

Partindo da concepção de que os processos afetivos envolvem necessariamente aspectos orgânicos mas não podem ser compreendidos apenas a partir destes, já que são constituídos

também por elementos histórico-culturais, linguísticos, grupais, individuais e situacionais, constituímos um Grupo de Estudos em Psicologia Social dos Afetos. Como uma de nossas atividades iniciais, estamos realizando uma série de estudos sobre o estado atual das pesquisas e discussões sobre aquele tema, na Psicologia e em outras áreas das Ciências. Num destes estudos, analisamos os textos catalogados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com especial interesse nos da área da Psicologia, procurando mapear as tendências teórico metodológicas predominantes nestes estudos e verificar o papel desempenhado neles pelos processos emocionais. Considerando a) a importância e a presença contínua da afetividade em todos os processos humanos e b) a história como um fazer permanente, avaliamos que este relato pode ser enquadrado nas atividades do Grupo de Trabalho Historicizando os saberes Psi frente às práticas sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos, já que ainda que estes últimos temas não sejam comentados no texto, as ações neles envolvidas são inevitavelmente influenciadas pelas concepções vigentes sobre os processos afetivos. Por seus objetivos, o relato deve ser enquadrado no Eixo Temático Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas. A coleta de informações foi realizada em abril de 2013; o processamento prolongou-se até junho. O levantamento efetivado a partir da palavra emoção resultou na coleta de 1.297 títulos de textos diversos. Após a eliminação de duplicidades aquele número foi reduzido a 865. Aqui optamos por analisar especificamente os artigos científicos, considerando que esta vem sendo a forma de publicação privilegiada pela própria CAPES e por outras agências de fomento. O grupo dos artigos compreendia 641 títulos, publicados por Áreas tão diversas quanto as Ciências da Saúde, Sistemas de Informação e até mesmo Zootecnia, com maior concentração na Psicologia (189). A publicação destes últimos variou de 1997 a 2012. Na área da Psicologia, as emoções foram pesquisadas a partir das mais diferentes perspectivas teóricas. Esta diversidade pode ser encarada, em princípio, como um aspecto positivo, já que parece sinalizar o reconhecimento da riqueza e da complexidade dos processos subjetivos. Em relação ao papel desempenhado pelo conceito de emoções nos artigos, estabelecemos 3 categorias: central, quando o conceito fosse citado no título, nas palavras chave, como parte dos objetivos do trabalho ou no resumo, desde que associado à tentativas de aprimoramento teórico ou de compreensão de sua relação com outros temas ou processos; secundário, quando o conceito fosse apenas citado no resumo e ocasional, quando o mesmo aparecesse no texto, fora das condições anteriores. Na Psicologia a maior concentração foi a dos artigos nos quais as emoções apareciam exercendo o que consideramos como um papel central (93). Apesar desta tendência, determinada pelos critérios

de classificação, na maioria destes artigos elas não apareceram como o objeto principal do estudo, sendo apenas associadas a outros fenômenos como gravidez, trabalho, família ou contexto escolar. Além disso, as emoções vêm sendo estudadas predominantemente por meio de abordagens quantitativas, a partir das quais são consideradas de forma isolada, separadas dos demais processos afetivos, da história e da individualidade dos sujeitos, reduzidas a formas numéricas e padronizadas de avaliação e expressão. Tanto é assim que foram frequentes estudos realizados com base em exames e testes psicométricos, artigos que tratam as emoções apenas como manifestações corporais ou reações fisiológicas e aqueles que consideram a expressão facial como via privilegiada para a sua expressão. À guisa de conclusões, podemos dizer que a diversidade das Áreas da Ciência que utilizam o conceito de emoções ressalta a importâncias destes processos nas vivências humanas e que a concentração numérica dos artigos sugere a Psicologia como a Área privilegiada para seu estudo. Nesta, porém, apesar da diversidade de enfoques teóricos, há uma tendência de concentração em abordagens epistemológicas reducionistas, associadas a alternativas metodológicas quantitativas e a partir das quais os estudos têm seu interesse reduzido a aspectos isolados dos processos afetivos, deixando de considerar a complexidade dos mesmos. Isto sugere a conveniência da busca de instrumentos conceituais que sejam capazes de representar a diversidade, as sutilezas e a interatividade das emoções, o que deve melhorar a compreensão e a produção das mesmas, seja nos níveis individuais, seja como parte de processos coletivos.

A emergência da psicologia no Brasil: uma investigação da Revista Pedagógica (1890-1896)

Rafael Ostrovski, Júlia Robaina de Almeida

O foco central desta pesquisa reside na investigação histórica da constituição de saberes e práticas psicológicos relacionados ao projeto educacional brasileiro durante a Primeira República (1889-1930). A fonte primária utilizada corresponde à Revista Pedagógica, publicação que veiculou as idéias e propostas discutidas no Pedagogium entre 1890 e 1896. Esta instituição foi criada pela reforma do sistema de ensino de 1890 para ser um centro que pudesse propor e promover mudanças no sistema educacional brasileiro, assim como coordenar as atividades pedagógicas em curso no país. O Pedagogium foi um órgão centralizador, responsável por estratégias para a educação nacional, tendo como diretores Menezes Vieira (de 1890 até 1896) e Manoel Bomfim (de 1897 até 1919). Observamos a presença de uma estratégia pedagógica relacionada a uma proposta psicológica para a educação. Para divulgação e

compartilhamento de conhecimentos de interesse para a educação o museu pedagógico dispunha, como um de seus instrumentos relevantes, a Revista Pedagógica, de distribuição gratuita ao professorado, propiciando recursos e reflexões pedagógicas que serviriam de base para a construção de um país civilizado. A Revista é composta de textos bastante heterogêneos - relatórios, decretos, traduções, manuais, crônicas do exterior e do interior entre outros – que enriquecem a análise histórica. A partir da análise da Revista Pedagógica e de documentação complementar encontrada em arquivos, a pesquisa em curso tem como objetivo específico indicar o papel da psicologia como recurso para implantação de práticas pedagógicas e, neste movimento, apontar a emergência da psicologia relacionada à educação. Pretende-se verificar como a aliança entre educação e psicologia adquiriu uma função social e política, com o propósito de transformar o cenário educacional no período republicano e alcançar certa ordenação da população. É de se ressaltar a importância dada pelos investigadores à busca pela compreensão do contexto brasileiro e suas particularidades, bem como o respeito à singularidade das mesmas. Feitas tais considerações, entende-se que esta pesquisa possui relação com o Grupo de Trabalho escolhido, "Historicizando os Saberes Psi frente às Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos", tendo em vista que os saberes psi participaram da construção de práticas sociais e políticas públicas que objetivavam implementar mudanças na educação da Primeira República, pautadas em um ideal positivista e higienista. A relação do trabalho com o eixo temático "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas" é expressiva por se tratar de uma pesquisa histórica que aponta para os instrumentos e métodos dos quais se fez uso a Psicologia em certo momento, classificando e medindo indivíduos, retroalimentando um cenário que produz desigualdade e segregação. Tais questões trazem à tona, comparativamente, discussões sobre os usos que se faz da Psicologia também nos dias de hoje. Após consulta detalhada nos arquivos do Rio de Janeiro, constatamos a raridade da documentação referente ao Pedagogium. A Revista Pedagógica constitui então documento da maior relevância para conhecimento do tema. Os resultados parciais obtidos nesta pesquisa histórica até o momento foram: levantamento de todos os tomos da Revista Pedagógica na biblioteca do CFCH/UFRJ e na Biblioteca Nacional, digitalização de todo o material para acesso livre em site da Universidade, levantamento das fontes secundárias sobre o tema no Portal de Periódicos da Capes e levantamento de toda legislação sobre educação no período abordado.

A Igreja Católica e o saber Psicológico no início do século XX

Bruno Barreto Santos, Anderson Araujo Souza, Luiz Fellipe Dias da Rocha

Se explorarmos atentamente a religião, desde os tempos de Agostinho, Martinho Lutero e entre outros até os dias atuais, iremos perceber que esta sempre nos traz a tona um conceito de ser humano, e proporciona um sentimento de interiorização, componente relevante dos estudos psicológicos. Visto isso, o objetivo deste trabalho é analisar a relação existente entre a Igreja Católica e a Psicologia no Brasil e como a primeira se comportou com a emergência do campo psicológico nas décadas de 20 e 50 do século XX. É importante trazer a memória que, desde a década de 1930, um grande número de intelectuais católicos relacionava a psicologia ou as ideias psicológicas à sua fé cristã e, na década de 1950, foi criado o primeiro curso de Psicologia do Brasil na PUC-Rio, uma instituição católica de ensino. O objetivo específico de estudo da pesquisa foi analisar nas quatro décadas mencionadas, que tipo de psicologia está presente na revista A Ordem, que discutia em seus artigos temas que estivessem em evidência na época, como ciência, política e, até mesmo, religião, a partir do posicionamento da Igreja Católica. Na sua gênese, por exemplo, no calor da campanha política, a revista denunciava a crise moral, a passividade dos católicos e o aumento das estatísticas criminais no Brasil. Tomamos a Revista A Ordem como fonte primária de nossa investigação. Nossa metodologia de pesquisa pode ser dividida em três fases: levantamento; seleção; e análise dos dados. Em primeiro lugar, fizemos um levantamento de todos os artigos publicados na revista entre as décadas de 1920 e 1950. Depois desta etapa, selecionamos, a partir dos títulos, aqueles que pudessem tratar de temas psicológicos. Como a psicologia enquanto campo específico ainda estava em consolidação no Brasil, seus saberes estavam inseridos em outras áreas como pedagogia e medicina. Por isso incluímos também para análise os artigos que discutiam temas como: educação, família, saúde, etc. Foram analisados 47 artigos, sendo 6 referentes à década de 1920, 22 à década de 1930, 9 à década de 1940 e 10 à década de 1950. Por último, fez-se a análise os artigos selecionados. Nessa análise, procuramos entender qual o contexto em que foram escritos; quem fala nos textos; para quem o discurso é dirigido; quais são as vozes presentes nos textos; a que gênero estes textos pertencem; como são apresentados os argumentos; qual a sua estrutura, procurando alcançar o efeito que o texto produziu naquela época. Dentre todos os artigos que foram analisados, pudemos perceber três grandes categorias: artigos que tratavam de Psicologia sem conteúdos religiosos, artigos que buscavam defender o pensamento cristão católico através do tema abordado e artigos que buscavam defender o pensamento cristão católico criticando o

tema abordado. Constatamos que, embora o saber psicológico fosse ganhando um destaque muito notório, ainda se procura defender o domínio da Igreja sobre o comportamento e a moralidade dos fiéis; e demarcar o limite que a ciência emergente deve respeitar, ou seja, mesmo que exista um saber psicológico, este não deve por motivo algum confrontar às verdades católicas já pré-estabelecidas.

A interface entre Psicologia e Direito: desenvolvimento histórico, possibilidades e desafios

Jose Rogerio Machado de Paula

O estudo apresenta o desenvolvimento histórico da interface entre a psicologia e o direito no Brasil, considerando-se as respectivas influências que sofreram entre si. Da parte da psicologia, vários são os autores que identificam manifestações ligadas a uma presença precoce do conhecimento psicológico e de sua utilização ao longo de nossa história Parte significativa deste processo, que tem sua gênese no período colonial (Massimi, 1990), se deu em conjunção com o poder estatal e a utilização, por parte do mesmo, de políticas públicas voltadas para o controle social e a implantação de processos higienistas. O reconhecimento da profissão de psicólogo em 1962 não produziu, de forma imediata, uma mudança drástica nesta situação. Nas décadas que se seguiram, o que se viu foi um esforço pela construção de uma identidade profissional e a busca pela conquista de espaços de atuação. Estes objetivos, contudo, acabaram por reproduzir os mecanismos de dominação presentes na sociedade brasileira desde o seu início, afastando a psicologia de seu potencial crítico e transformador (Bock, 2003). Desta forma, a psicologia acaba por desempenhar papel meramente instrumental com relação ao direito e sua aplicação. Este aspecto, inclusive, é o que identifica e estrutura, em grande medida, a psicologia jurídica. Apesar disto, é possível perceber, em período mais recente, algumas inciativas no sentido de repensar a atuação do psicólogo perante o direito. Estes esforços podem ser identificados, por exemplo, nas discussões que colocam em questão o exercício profissional meramente subsidiário e coadjuvante dos psicólogos junto às varas de família e de execução penal, ou, então, como auxiliares dos juízes na condição de peritos ou assistentes nos processos. Os resultados desta nova perspectiva já podem ser vistos nas propostas de justiça alternativa ou restaurativa, ou então, nos trabalhos de mediação e conciliação, onde a psicologia assume um grande protagonismo no esforço de composição e superação dos conflitos entre as partes. Outros desenvolvimentos importantes também se dão nas discussões quanto à relevância da dimensão subjetiva, tanto para o juiz quanto para os litigantes, na fase de cognição do processo

e na produção da sentença judicial. Além disto, é de especial importância para a psicologia social, a discussão sobre os mecanismos de constituição e estruturação da identidade. Neste sentido, a dinâmica do funcionamento da justiça pode ser pensada como elemento de emancipação e afirmação de uma identidade alicerçada na cidadania e nos direitos fundamentais, que permita a superação da condição de subalternidade de amplos estratos sociais (Gonçalves, 2003). Ao mesmo tempo, poderá servir como momento privilegiado para poder fomentar uma transformação da identidade (Ciampa, 1990) que favoreça a passagem de uma situação passiva e submetida para a de um sujeito capaz de reivindicar e exercitar seus direitos. Da parte do direito, um dos desenvolvimentos históricos que pode ser apontado como relevante para o objeto desta pesquisa é a reflexão quanto à natureza do direito e ao seu objetivo de pacificação social. Neste ponto, duas concepções se destacam entre os juristas brasileiros. A primeira é de caráter formalista e considera o direito como ciência da norma jurídica. Enfatiza uma abordagem tecnicista do regramento jurídico, considerando que a justiça é alcançada antes pelo procedimento do que pelo resultado. A segunda perspectiva, que se contrapõe à primeira, considera que a lei positivada não deve ser desprezada, mas que os resultados a serem produzidos nas relações sociais devem ser considerados. Esta é uma perspectiva mais recente que ainda está se consolidando em nossos meios jurídicos, até porque, o entendimento formalista é o que predominou em grande parte da história das ciências jurídicas nacionais. Conclui-se que é de grande importância esta passagem de um paradigma formal para outro finalista no direito, caracterizando-se como uma oportunidade para a construção de um novo tipo de interface entre as duas disciplinas. Uma concepção de justiça que se afasta dos procedimentos burocráticos e se volta para os resultados que produz no âmbito das relações sociais se coaduna com as observações que estabeleceu Ana Bock quanto ao compromisso da psicologia social perante a realidade brasileira. A analogia é possível e enceta desafios tanto para a psicologia quanto para o direito. Estes vão muito além da aplicação concreta de ambas as disciplinas aos assuntos relacionados à justiça em seu sentido lato, que não se resume exclusivamente ao mundo dos processos e dos tribunais, mas abarca também a formação de seus profissionais e a estruturação de suas formas de constituir o conhecimento.

A loucura e o crime no Brasil: um estudo histórico

Carolini Cássia Cunha, Maria Lucia Boarini

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (Marx, 2011).

O texto em epígrafe, recorrente em textos de inspiração marxista, dá o peso devido à história. Outrossim, a "permanência" do passado no presente exige de nós, produtores/construtores da ciência psicológica, o resgate e a compreensão deste saber. O presente trabalho se insere nesta perspectiva histórica tendo como foco um complexo tema da saúde mental, a loucura criminosa. Esta pesquisaé fruto de nossa dissertação de mestrado em psicologia e integra o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Higienismo e Eugenismo/GEPHE. Nosso objetivo foi recuperar os processos históricos que condicionaram a inserção da medicina no ordenamento jurídico no Brasil. Para tanto retomamos a produção teórica dos médicos e juristas que abordaram o tema da loucura atrelada ao crime, produzida no período de 1890-1940. A definição do período deve-se a promulgação do Código Penal de 1890, em que a medicina adentra o cenário jurídico e o Código Penal de 1940 no qual a participação médica torna-se exigência do processo criminal que envolve a loucura. Em geral, enquanto resultados, constatamos que as concepções de crime e loucura alternavam-se entre determinantes biológicos ou sociológicos. Assim, alterações endócrinas, raça e a hereditariedade eram, com frequência, as explicações viáveis e científicas para a eclosão da loucura e na sequênciao crime. O processo de industrialização e urbanização da cidade também seria um fator desencadeante da loucura e do crime, por ter "[...] exigências que os cérebros desequilibrados ou fracos não suportam." (Rocha, 1904, p. 31). Estes dois eixos de compreensão tem em comum a supressão do livre-arbítrio. A vontade individual, conceito fundamental no direito clássico, não encontra espaço nestas teorizações. A profilaxia e solução destes fenômenos, loucura atrelada ao crime, seriam dados especificamente pela classe médica, que, a partir de seu conhecimento poderiam fornecer a via científica para estes problemas sociais. Os médicos apontavam como solução a criação de hospitais-prisão e regulação da reprodução humana sob orientação dos princípios da eugenia. Aos loucos criminosos que não se casem, para os já nascidos, que a educação salve a si e a sociedade, e para os que delinquiram, a internação, preferencialmente "por toda a vida" (Ramos, 1937). Dentre as reivindicações destes médicos estava a criação do Manicômio Judiciário como política oficial do trato a esta questão. No período estudado percebemos a emergência da medicina enquanto detentora da verdade e da ciência. Ao assumir este papel, toma para si a função de atribuição da prevenção de males sociais, como a loucura e a criminalidade, e a previsão do futuro sintetizada na perícia. Atualmente, a partir da constatação médica de que um infrator possui transtorno mental, o

mesmo é submetido à medida de segurança, cumprida em Manicômio Judiciário. Nesta sanção penal a limitação temporal depende da avaliação médica. Neste contexto a figura médica assume importância capital ao decidir sobre a instauração e término da medida de segurança, tendo como tarefa a determinação de manutenção de periculosidade. Ao médico cabe a prevenção da reincidência, tal como postulou Carrilho ainda na primeira metade do século XX, é tarefa do médico o "[...] estudo da personalidade dos delinquentes e a definição de sua periculosidade essenciais e necessárias à imposição das sanções" (Carrilho, 1944, p. 57), em outras palavras "[...] pensamos que a conclusão sobre a regeneração resulta, sobretudo, da apreciação motivada da constituição fisio-psíquica do delinquente, levada a efeito por biologistas e psiquiatras, que só ela pode levar a termo tarefa de tanta monta" (Carrilho, 1930, p. 5). Esta função reivindicada pelos médicos do período e mantida no ordenamento jurídico atual implica em uma impossibilidade, tendo em vista o caráter utópico da presciência do que há por vir, além de ignorar a Política Nacional de Saúde Mental que atualmente fornece as diretrizes para a atenção à saúde mental no Brasil e contempla a atuação de equipe multidisciplinar, da qual faz parte o psicólogo.

A Psicologia e o método APAC: uma nova perspectiva de trabalho no sistema prisional

Leiliana Aparecida de Sousa, Luciana Maria Silva Franco de Assis

As prisões são, assim como a psicologia, fenômenos contemporâneos que surgem na busca de conformação e ajustamento de sujeitos a determinados padrões aceitos socialmente. Mas, se a psicologia vem nos últimos anos questionando-se sobre seu compromisso social e buscando, em sua atuação no sistema prisional, dar tratamento aos sofrimentos gerados pela experiência de privação de liberdade, as prisões continuam, em sua maioria, como reflexo de um Estado autoritário. Em Minas Gerais, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) – entidade do Terceiro Setor que atua auxiliando o Poder Judiciário, na execução penal, e o Poder Executivo, na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semi-aberto e aberto – propõe um modelo alternativo aos das tradicionais prisões brasileiras, procurando dispensar ao criminoso um tratamento que realmente contribua para sua reinserção social. Esse modelo baseia-se na humanização do cárcere e na co-responsabilização do preso por sua recuperação. Nas unidades que funcionam pela metodologia APAC, há psicólogos atuando, muitos deles como voluntários. Por tratar-se de um método relativamente novo e, portanto, pouco conhecido, a equipe do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais

(Crepop/CRPMG) percebeu a relevância de se desenvolver uma pesquisa sobre a atuação dos psicólogos em unidades prisionais que utilizam a metodologia APAC. O objetivo geral da pesquisa é analisar as significações dos psicólogos sobre o trabalho que desenvolvem nas unidades prisionais baseados no método APAC, diagnosticando a realidade vivenciada por esses profissionais e compreendendo as referências que eles têm construído a partir dos desafios que surgem no dia a dia do trabalho. Para a coleta de dados, realizamos o mapeamento das instituições e profissionais que atuam com esta metodologia, entrevistas semi-estruturadas e grupos de discussão. A partir do mapeamento, foi possível identificar psicólogos para serem convidados a colaborar com a pesquisa, seja por meio da concessão de entrevista ou pela participação em um grupo de discussão. Utilizamos na análise dos dados da entrevista e dos grupos de discussão a análise temática de conteúdo, com categorização a posteriore, buscando a construção de um diálogo com a literatura do campo em questão. O marco teórico que orienta a pesquisa é situado em um nível psicossocial de análise da realidade que abarca, ao mesmo tempo, a produção de sentido de cada sujeito e as questões institucionais e sociais, sendo esses aspectos tomados como indissociáveis. O paradigma de um Estado autoritário e a negação de direitos expressam-se em estruturas arcaicas como as prisões, mas também em saberes e práticas que legitimam a marginalização e contribuem para o processo de exclusão social. As necessárias alterações às quais o sistema prisional brasileiro precisa se submeter para se adequar aos princípios da Constituição Federal de 1988 – e proporcionar, assim, aos presos que tenham aos direitos que lhe são garantidos – não dizem respeito apenas a conformações institucionais, mas também a práticas profissionais que se dão no interior das prisões. Essas práticas precisam pautar-se no respeito ao preso, de modo a garantir condições para o exercício de sua liberdade, dignidade, igualdade e integridade.

Álcool: uma preocupação dos higienistas

Camila Zamboni Oliveira

Este estudo objetivou compreender o abuso do consumo de álcool sob a lente do ideário da higiene mental e da eugenia, na primeira metade do século XX, no Brasil. Se relaciona com o eixo temático Educação na expectativa de contribuir com conhecimento na área da Psicologia Social e a Educação ligada a outras esferas da vida social. O grupo de trabalho que se ajusta é o intitulado Historicizando os Saberes Psi frente às Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos. Em nossos dias o abuso no consumo de bebidas alcoólicas vem ganhando maior visibilidade e atualmente é considerado problema de saúde pública. Contudo, um breve

retorno à história indica que no início do século XX, no Brasil, o uso e abuso do álcool já era motivo de preocupação da sociedade da época. E um exemplo disto foi a Liga Paulista de Higiene Mental (LPHM), criada pelo Dr. Pacheco e Silva em 1926, no estado de São Paulo, que assim como a Liga Brasileira de Higiene Mental (pioneira no movimento de higiene mental no Brasil), composta, em sua maioria, por médicos tinha como objetivo principal a propagação das modernas ideias sobre profilaxia mental, possibilitando que todas as classes sociais conhecessem a higiene mental preventiva, as leis biológicas que determinam a hereditariedade. Esta entidade veiculava estas ideias por meio de artigos e conferências que divulgavam os malefícios do alcoolismo, propostas de leis repressivas que diminuíssem a proliferação do alcoolismo, entre outros. Os dados que a seguir apresentaremos é resultante de uma pesquisa bibliográfica, cuja fonte primária foram os Archivos Paulistas de Hygiene Mental (APHM), publicado semestralmente pela LPHM, entre os anos de 1928 e 1930. Os passos desenvolvidos para esse estudo foram: 1) Levantamento da situação em relação ao consumo de álcool na atualidade; 2) Levantamento da situação em relação ao consumo de álcool no início do século XX; 3) Classificação de todos os artigos publicados nos APHM nos períodos de 1928 a 1930, destacando os artigos que abordavam o tema alcoolismo. No resgate das medidas propostas pelos higienistas para combater o alcoolismo no início do século XX, a internação compulsória foi uma delas, além de tantas outras ideias que atualmente nos parecem novas. E como exemplo temos o médico higienista Pacheco e Silva no ano de 1936, afirmando que os motoristas deveriam abster-se de bebidas alcoólicas e que aqueles que se embriagassem deveriam ter a habilitação recolhida. Ademais, o autor citado expôs que exames neuropsiquiátricos deveriam ser utilizados como instrumento a fim de eliminar candidatos “débeis mentais”, toxicômanos, alcoolistas e psicopatas, estes que não eram considerados capazes de exercer a profissão de motorista. Para os higienistas o exame psicológico também permitiria que somente os indivíduos com qualidades psíquicas pudessem executar atividades complexas como a de pilotar um avião. Hoje, o uso dos testes psicológicos e exames psicológicos já é uma conquista da psicologia. Segundo os higienistas o consumo de álcool é um “veneno moral” e do corpo que prejudica o desenvolvimento da raça, leva a loucura e a demência, e ainda contribui para incidência de crimes e degenerações. È importante notar que as ações e propostas publicadas nos APHM são familiares a atualidade, tais como as leis de impostos sobre as bebidas alcoólicas, lei seca, produção de álcool para veículos, crimes – homicídio e brigas - relacionados com o consumo de álcool, internação compulsória, entre outros. Os APHM contribuiu e continua contribuindo para o conhecimento do fenômeno do alcoolismo, bem como suas

propostas levando em conta a distancia do tempo passado. Temos que considerar que pelo tempo transcorrido haviam limitações históricas, como por exemplo a ideia a respeito da degeneração da raça e de que pais alcoolistas geram filhos alcoolistas. Porém, é atualíssima a proposta higienista de que álcool e direção geram acidentes graves. Os higienistas acreditavam que a abstinência e o isolamento total dos alcoolistas em hospitais psiquiátricos era a melhor forma de combate aos malefícios que este gerava, porém, o resgate histórico até os dias de hoje confirmam que as internações não resolveram o problema. Os higienistas visavam "eliminar" o mais rápido possível os indivíduos alcoolistas considerados "incapazes e desequilibrados". Essa concepção de "eliminação" dos dependentes pode ser observada no ato da internação compulsória que é uma proposta atual. Segundo o presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP) a internação compulsória suscita reação social de medo, além de autorizar a violência e arbitrariedade, estas que não deixam de serem medidas autoritárias e higienistas. Para o CFP tal medida revela a precariedade do cuidado da atenção básica aos usuários, bem como põe a mostra a falha do estado em relação a criação e aplicação das políticas públicas voltadas aos dependentes. Enfim, este retorno ao passado nos indica que muitas das preocupações da sociedade na atualidade e em especial do Conselho Federal de Psicologia já foram debatidas pelo higienistas no início do século XX.

Compreensão marxista da obra de Vigotski e implicações para a práxis social e histórica do psicólogo na Educação

Ana Ignez Belém Lima Nunes, Francisco Anderson Carvalho de Lima, Aline Guilherme de Melo, Erika Silva Rocha, Artur Bruno Fonseca de Oliveira

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre as contribuições que uma leitura marxista da obra de Vigotski pode aportar para o campo da Educação e para a atuação do psicólogo, como profissional e pesquisador, nesse contexto. O resgate de uma leitura marxista nos convida a fazer uma historização do homem e da Escola que deve ser vista como instituição social onde o sujeito estabelece grande parte das suas interações sociais. Por conseguinte, instiga ao resgate do âmbito histórico na teoria de Vigotski, questionando as publicações que o enquadram em classificações não condizentes com a base epistemológica norteadora de seus estudos. Ao contrário, condizentes, muitas vezes, com ideais de higienização e de determinismo do desenvolvimento do sujeito, que devem refutados e confrontados através de estudos pautados em uma perspectiva histórico-cultural do humano. Perspectiva que fomente o surgimento de políticas públicas de qualidade que possam fazer da escola um ambiente de crescimento.

Tuleski (2008) constata que, em sua maioria, as publicações ocidentais não têm compromisso com o método marxista, comprometendo o entendimento da obra do autor e permitindo a existência de classificações que não condizem com a epistemologia da teoria. Assim como o materialismo de Marx é uma ciência histórica, a Psicologia de Vigotski também faz um resgate da historicidade humana, o que nos permite uma incursão em nossa própria evolução e constituição pautada na dialética e no processo de forjar nossa singularidade a partir da cultura. Sua Psicologia foi constituída sob a égide da possibilidade de sociedade igualitária, embora com muitos problemas ainda por solucionar; assim, não podemos isolar os elementos que a influenciam ao nos apropriarmos dela. Diante disto, da mesma maneira que Marx analisou o desenvolvimento econômico e político da sociedade se utilizando do materialismo histórico, Vigotski se propôs a analisar a psique, pois para ele a característica da atividade humana que sustenta a origem social da psique é o fato dela ser mediada. Esse processo ocorre, sobretudo, pelos signos, os quais são ferramentas simbólicas que aportam ao psiquismo humano uma especificidade que lhe permite um grau de complexidade superior aos demais animais. A instituição escolar protagoniza tal atividade de produção, uma vez que é lócus da apropriação dos saberes acumulados pela humanidade em sua trajetória histórica e espaço vital de elaboração de conceitos, como aponta Vigotski. Diante disto, podemos compreender, a partir de uma leitura marxista da obra de Vigotski, como o educador deve desempenhar um papel ativo e consciente da importância disso para o processo de aprendizagem. Para a construção desse artigo, realizamos pesquisa bibliográfica, analisando aspectos centrais da Psicologia Histórico-Cultural em sua relação com o marxismo, partindo da leitura do próprio Vigotski e de relevantes comentadores de sua obra. Tomando os conceitos centrais e o método da teoria vigotskiana consorciados ao materialismo histórico-dialético, discutimos as implicações para a educação escolar. Destacamos o papel do professor e do psicólogo e os processos de aprendizagem na escola, na formação de sujeitos partícipes de sua vida e de seu tempo. Sujeitos que vão além do aparente e atuam no intuito de superar as relações sociais alienantes. Como conclusão, reafirmamos que uma leitura marxista de Vigotski nos apresenta a educação como instrumento mediador da humanização. Tal compreensão nos convida a refletir sobre a formação do psicólogo, como profissional e pesquisador, e dos demais trabalhadores da educação nos diferentes contextos, inclusive na educação. Refletir também sobre o poder político e transformador do conhecimento, como dispositivo formador de cidadãos que possam atuar de forma ativa na construção de políticas públicas e no compromisso ético com a emancipação humana. Afinal, negar aos sujeitos a possibilidade de aprender na escola é negar

um direito básico. O direito de ser humano com todas as suas infinitas possibilidades. O psicólogo, em seu percurso formativo, precisa se inserir nessa discussão, ampliando sua visão acerca da Psicologia como ciência que seja em qualquer campo de atuação é sempre uma práxis social e histórica. Nessa dimensão, também a pesquisa em Psicologia da Educação ganha um novo olhar que permite o desenvolvimento de metodologias nas quais a historicidade, a profundidade e a dialética do objeto investigado, sejam elementos propulsores na construção de conhecimentos críticos, desafiadores e instigadores de novas práticas nos cenários de atuação da Psicologia Educacional.

Depressão em idosos institucionalizados: uma atuação na Clínica Ampliada

Giliane Cordeiro Gomes, Maria do Socorro Lima de Oliveira, Genicélia Sampaio

O envelhecimento populacional trata de um fenômeno que exige um conjunto de modificações sistemáticas e comportamentais em toda a sociedade, dentre as quais está o cuidado ao idoso. Notadamente um dos erros predominantes neste cuidado é pensar que a depressão é normal ou previsível com o envelhecimento, situação que faz com que surjam elevados índices depressivos e atuações pouco eficazes junto ao sofrimento psíquico do idoso, principalmente quando se trata da realidade de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's). O atual aumento do interesse e das pesquisas sobre depressão é evidente, entretanto a doença em idosos permanece frequentemente subdiagnosticada e fica, portanto, sem tratamento. Há muito se admite que a falta de tratamento tem sido atribuída à crença, vastamente difundida, de que a depressão é normal ou previsível com o envelhecimento, visto que se convencionou o conceito do processo de envelhecimento com uma diminuição gradual na qualidade de vida e o surgimento de estados depressivos, entretanto estes fatores não estão necessariamente relacionados, segundo Bennet (2002) "a maior parte da população idosa não apresenta declínio cognitivo, ou seja, apresenta trajetória evolutiva estável e benigna". Sendo que situações de desamparo e desestimulação podem contribuir para que este contexto mude, gerando algum declínio cognitivo. Desse modo, a presente discussão visa colaborar com a construção de um aporte teórico capaz de avaliar e simplificar a compreensão das especificidades da depressão senil. O estudo versa qualitativamente através de uma revisão integrativa. Os critérios de inclusão e exclusão para as pesquisas consultadas foram estudos publicados entre os anos de 1990 e 2012. Os bancos de dados foram escolhidos de forma randomizada, entretanto os artigos precisavam focar em temas como a depressão senil e/ou atuações na Clínica Ampliada. No tocante a experiência vivencial relacionada à terceira idade, observa-se que as causas de

depressão no idoso configuram-se dentro de um conjunto amplo de componentes onde atuam fatores genéticos, eventos vitais, como luto e abandono, e doenças incapacitantes, entre outros. Então, é preciso também levar em consideração que existem situações que tornam o sujeito susceptível ao estado depressivo, casos como diminuição do suporte sócio-familiar, a perda do status ocupacional e econômico, o declínio físico continuado, perda do cônjuge e a maior frequência de doenças físicas, são motivos suficientes para um expressivo rebaixamento do humor, entretanto são situações que repercutem de forma singular na vida de cada sujeito e não características especificas do envelhecimento. Portanto essa caracterização sintomatológica envolve desafios, principalmente quando se faz uso de instrumentos como escalas de aferição. Acontece que a depressão em idosos é marcada por um quadro de atipias, então para poder diagnostica-la é preciso lançar um olhar para sua complexidade de forma integrada. Entende-se que é necessário um acompanhamento mais acurado do idoso, de forma a distinguir o que pode ser considerado um declínio normal de uma patologia, e que a depressão senil é um fenômeno multifatorial e susceptível em ambientes de morbidez frequente. A compreensão da depressão deve ocorrer de forma sistemática e ampliada, para que enfim possa ser diagnostica em sua minuciosidade tendo em vista contribuir com a independência e bem-estar do idoso, considerando inclusive a possibilidade de algumas ILPI's atuarem como promotoras desta sintomatologia. No tocante à institucionalização, segundo Freitas e Scheicher (2010) esta consiste em internar o idoso em um estabelecimento cujo objetivo é oferecer abrigo e alimentação, normalmente não se constituindo em serviço de saúde. No Brasil, diferente de outros países, a maioria das ILPI's caracterizam-se pela estrutura física inadequada, mão de obra não habilitada, o que repercute na qualidade dos cuidados oferecidos aos idosos. Segundo o Ministério da Saúde (2004) em muitas situações no Brasil o adoecimento é causado ou agravado por situações de dominação e injustiça social, o que é a realidade de muitas ILPI's. As perdas relacionadas ao envelhecimento, somadas àquelas percebidas a partir da institucionalização, são reconhecidamente fatores de risco para depressão. Uma saída encontrada para esta situação trata-se do projeto HumanizaSUS, desenvolvido pelo Ministério da Saúde, que lança uma proposta inovadora para os profissionais em promoção e/ou prevenção da saúde, a Clínica Ampliada, que busca desenvolver uma práxis onde o profissional de saúde desenvolva a capacidade de ajudar as pessoas, não só a combater as doenças, mas a transformar-se, de forma que a doença, mesmo sendo um limite, não as impeça de viverem outras coisas na sua vida. Funcionalmente coerente com as necessidades da terceira idade, sejam moradores de ILPI's ou em comunidade. Tornando-se assim uma forma de acabar com este ritual

assistencialista ultrapassado e entranhado no cuidado ao idoso e encaixando-se como discussão contribuinte no GT e eixo temático relacionado.

Ditadura, Psicologia e Memória Social

Samantha Torres, Daniel Dall'Igna Ecker, Carolina dos Reis, Rafael Wolski de Oliveira

Esse é um trabalho realizado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) que consistiu em fazer entrevistas com psicólogas(os) que possuíam alguma relato sobre o terrorismo de Estado ou ainda sobre as ações de resistência ocorridas no período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). O objetivo do levantamento é contribuir com o resgate histórico sendo realizado há mais de duas décadas pelo movimento social organizado, militantes e familiares de mortos e desaparecidos, além de trazer a público uma outra história da psicologia e do fazer psicologia que ficaram silenciados em tempos de Ditadura Civil-Militar. Nesse sentido esse trabalho poderá contribuir fortemente para o Eixo Temático "Estado, Democracia e Movimentos Sociais" por se tratar de um estudo que atravessa essas temáticas. Nos propomos integrar as discussões do GT 14 "Historicizando os saberes psi frente às práticas sociais, políticas públicas e Direitos Humanos" podendo dessa forma acrescentar com as discussões desse GT, além de nos aprofundarmos na temática através dos outros trabalhos. A metodologia do nosso trabalho se deu através de entrevistas feitas com psicólogas(os) que tinham interesse em dar seus relatos. O convite para participar das entrevistas foi feito através do site institucional do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e através das redes sociais (e-mails e facebook), sendo disponibilizado um link para um formulário de inscrição. As entrevistas aconteceram de forma livre, porém tinham algumas questões norteadoras que eram feitas conforme o que ia sendo relatado. Até o momento foram realizadas dez entrevistas, sendo que, quatro dessas foram enviadas para o Conselho Federal de Psicologia (CFP), conforme data estipulada pelo CFP, para publicação em livro (ainda não publicado). As demais entrevistas estão em análise para produção de um vídeo. A partir da escuta e da análise dos relatos foi levantada a questão das relações de poder, sob a perspectiva foucaultiana, na construção da memória social e individual. O Brasil viveu duas décadas em Estado de Exceção, momentos esses em que vários direitos humanos foram violados. Pessoas foram torturadas, das piores formas, em nome da Segurança Nacional, a mesma segurança que não assegurou os direitos dessas pessoas, sendo que muitas delas chegaram a serem mortas nesses anos de chumbo. Passado mais de vinte anos, a impunidade continua e muitas das vítimas de tortura da Ditadura Civil Militar ainda não tiveram acesso a

uma reparação legal visto o silenciamento de tantas vivencias. Lutar pela reparação é garantir um mínimo de justiça diante de tantas violações cometidas. O silenciamento e o esquecimento foi parte desse processo de violação. Temos uma história formalizada em que apenas algumas memórias são reconhecidas socialmente. O Estado precisa lembrar, reconhecer e nomear as torturas praticadas para, assim, criarmos uma consciência do quanto fomos agredidos como população. Enquanto mantivermos essas histórias silenciadas, estaremos criando uma cultura de permissividade para com um Estado repressivo e violento. Esse processo de reparação passa pelo pela necessidade do reconhecimento coletivo, e para que isso ocorra é preciso que o sofrimento não seja visto como algo da esfera privada e sim de uma violação de direitos humanos coletivo. Nesse sentido Foucault ressalta a importância da desubjetivação da memória para a construção desse reconhecimento coletivo. A única forma de garantir uma democracia substancial é construir uma cultura política que possibilita a cada ser humano não esquecer as violações praticadas até então, e acima de tudo reconhecer a si e aos demais como sujeitos de direitos.

Estado y clase social: aportes de la obra de Nicos Poulantzas a la reflexión sobre las prácticas psicológicas en políticas públicas

Paribanú Freitas de León

El siguiente trabajo tiene por objeto presentar algunos elementos conceptuales emergentes de la producción teórica del sociólogo greco – francés Nicos Poulantzas. Particularmente aquellos elaborados en la obra clásica “Estado, Poder y Socialismo” de 1978, en el cual debate en primera persona puntos fuertes de la teoría del poder y de la gubernamentalidad de Michel Foucault. Considero que los aportes de Foucault sobre la articulación entre desarrollo de tecnologías biopolíticas y desarrollo de las prácticas académicas y profesionales de la psicología han sido de gran valor para comprender los devenires históricos de la historia de la psicología en la región. Sin embargo, y principalmente a la luz de los aportes explícitamente marxistas de la obra de Poulantzas entiendo que los aportes foucaultianos -mas allá de su gran utilidad e interés- no logran explicar claramente y con detalle mediaciones fundamentales sobre las cuales es posible comprender más adecuadamente la articulación entre tales tecnologías de control, poder y gubernamentalidad y los procesos materiales, concretos y dialécticos de desarrollo y cambio del modo de producción capitalista. En ese mismo sentido, considero que la expresa voluntad foucaultiana de evitar una teoría del estado resulta un límite que necesariamente se debe superar. Más aún si nos colocamos en un contexto explicativo como el

que proponen las teorías de la gubernamentalidad, donde la categoría Estado es central y omnipresente. De esta forma, la famosa frase de Foucault: "Me ahorro, quiero y debo ahorrarme una teoría del Estado como me ahorraría una comida indigesta", pronunciada en el curso dictado en el Collége de France entre 1978 y 1979 (publicado bajo el nombre "Nacimiento de la biopolítica"), resulta un límite que necesariamente se debe superar. Asi, se quiere comprender cómo surge la Psicología de la mano de las prácticas estatales mas allá de una perspectiva puramente descriptiva y se quiere enmarcar tal relación en el marco de un proceso dialéctico abierto emergente de la confrontación de intereses (de clases), necesitamos una teoría concreta y dinámica del estado. Particularmente se pretende abordar dos conceptos centrales de la obra de Poulantzas de fuerte implicación en el análisis de las relaciones entre prácticas psicológicas y prácticas estatales como son (a) el concepto de autonomía relativa del Estado (respecto de los intereses particulares de las clases sociales) que supone una ruptura con los enfoques Foucaultianos y Alhusserianos para los cuales el Estado es inequívocamente un aparato de dominación de la clase dominante y (b) el concepto de burocracia enraizada (en los intereses de clase) como mediación particular de legitimación y acción no reductible a los intereses particulares de clase aunque con participación en la realización de los intereses de la clase dominante. Pretendo con ello aportar a la elucidación mas detallada y profunda de las implicaciones, tensiones y oportunidades de las prácticas psicológicas en el proceso de administración y establecimiento de la cuestión social -denominable en la actualidad como políticas públicas- en medio de las determinaciones puestas en juego por (a) el proceso general de la lucha de clase, (b) las necesidades de reproducción ampliada del capital y (c) el proceso de acumulación de contradicciones emergentes de la contradicción capital / trabajo propia del actual modo de producción; y ello con miras a visualizar posibilidades de articulación entre prácticas psicológicas, y producción de subjetividad en el marco de un proyecto de clase emancipatorio. Considero que la discusiones que propongo en este trabajo en relación a las propuestas de Poulantzas y Foucault en relación a las teorías de poder y gubernamentalidad pueden ser de utilidad para el análisis de procesos históricos particulares o de procesos de participación de la psicología en diferentes arenas de las políticas públicas (educación, salud, asistencia, entre otras).

Estudo dos prontuários do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico André Teixeira Lima

Adriana Rodrigues Domingues, Erich Montanar Franco

A história do modelo assistencial psiquiátrico sempre foi alvo de grandes críticas e denuncias, reconhecido pelos seus procedimentos violentos e desumanizantes. Em nosso país, a assistência psiquiátrica pública tem seu início a partir da segunda metade do século XIX e as violentas e degradantes condições de internação em instituições asilares perduraram por muitos anos. Neste contexto, a produção de um discurso sobre a loucura prevaleceu sob a perspectiva do saber psiquiátrico, legitimando práticas de violações da dignidade e dos direitos humanos. O presente trabalho relata uma pesquisa cujo objetivo foi estudar o discurso psiquiátrico presente nos prontuários do acervo histórico do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Professor André Teixeira Lima, conhecido também como Manicômio Judiciário de Franco da Rocha. Fundado em 31 de Dezembro 1933, desde o princípio sua arquitetura já reproduzia a funcionalidade dos presídios de segurança máxima, isto é, a vigilância e isolamento. O acervo histórico abriga prontuários de 1897 a 1990 e não há nenhum tratamento, analítico ou quantitativo, do conteúdo deste material. A fundamentação teórica que inspirou e orientou a análise desta pesquisa foi a produção científica de Michel Foucault. Em suas pesquisas históricas, Foucault tratou de demonstrar como as formas de tratamento assumiram, em todos os asilos, métodos de coerção, classificação, segregação, punição e disciplinamento. Sendo assim, a instituição psiquiátrica favorecia o processo de cronificação da loucura, condenando o sujeito ao internamento por toda a vida, ou à morte em vida, pois impossibilitava seu retorno ao convívio social, pela total falta de resolutividade das ações terapêuticas e pelo desconhecimento do fenômeno estudado. Os estudos deste autor também fundamentaram a opção pelo método da Arqueologia do Saber. Neste, o autor propõe a escavação do solo epistemológico de determinada época, investigando a constituição dos saberes, suas interrelações discursivas e suas articulações com as instituições. Na presente pesquisa, o objetivo geral, de caráter qualitativo, foi analisar o discurso psiquiátrico presente nos prontuários do acervo histórico do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "André Teixeira Lima". Como objetivos específicos, e de caráter quantitativo, buscou-se organizar os prontuários do acervo histórico, descrever a estrutura dos documentos e realizar quantificação de seu conjunto e conteúdo. A primeira atividade desenvolvida para cumprir os objetivos da pesquisa foi a realização de grupo de estudo com docentes e discentes do curso de Psicologia envolvidos na pesquisa. O objetivo do grupo de estudo foi o aprofundamento na obra de Michel Foucault, pois esses estudos contêm os elementos fundamentais para o desenvolvimento da proposta metodológica e para a análise do material. Em seguida, a partir dos dados preliminares transcritos no local do acervo, procedeu-se ao exercício de coleta do material para análise e

tratamento dos dados. Esta fase foi interrompida devido a um incêndio que ocorreu em uma das colônias próxima ao local de arquivamento do acervo, implicando na suspensão das visitas por tempo indeterminado. As informações e análises possíveis de serem realizadas são fruto de registros parciais e preliminares que tiveram como função principal sedimentar os princípios teóricos e metodológicos entre os pesquisadores envolvidos, portanto, não são conclusivos. Na primeira etapa buscou-se quantificar o acervo, realizando um registro preliminar que permite reafirmar a importância do acervo histórico do referido hospital, pois este conta com um total de 10.512 prontuários registrados e ordenados em três tipos diferentes de numeração. Na segunda etapa realizou-se a análise qualitativa que ocorreu por meio de prospecção em uma amostra de 12 prontuários, relativos ao período contido entre 1930 e 1940. Observamos que os prontuários são compostos por uma sessão de dados de identificação do paciente (nome, idade, sexo, estado civil, profissão, residência, procedência, data de entrada e data de saída); exame físico; exame mental; exame somático; exame neurológico; exame psíquico; exame dentário; prescrições de medicação; cartas de encaminhamento e até reportagens publicadas em jornal. Os dados parciais parecem confirmar que suas resultantes foram práticas de controle exercidas por meio do poder psiquiátrico. Os prontuários apresentam uma minuciosa rotina de exames que era executada a fim de classificar os sujeitos nas categorias de anormalidade, periculosidade e moralidade. Também foi reconhecida a disciplina, como forma de manutenção do poder estabelecido, e por fim as práticas de confissão, que eram consideradas o ultimato de submissão do indivíduo em relação ao saber/poder determinado pela instituição que estava inserido. A leitura dos prontuários também revelou a presença de inúmeros preconceitos sociais e morais referendados por um discurso científico que buscava a normatização de comportamentos e, sobretudo, o controle social sobre a diferença, sobre a loucura e sobre o adoecimento. Essa normatização e os inúmeros preconceitos eram ainda sustentados por teorias internacionais que eram aplicadas no exercício da medicina no Brasil, sem qualquer contextualização à história e à cultura do país. O que há de mais evidente nos discursos analisados é o esforço do saber médico-psiquiátrico em controlar a loucura e todos os espaços da vida cotidiana.

Experiências de estágio de psicologia no conselho tutelar

Ana Carolina Salvador Ormond Bergamini Lima, Lara Reis Olej, Amanda de Paula Pires, Marcionília Menezes Andrade, Eduarda Garcia de Lima Silva, Ákila Figueira Gomes de Oliveira, Gabriela Costa Silva

As práticas hegemônicas da atuação psi pautadas no modelo do setting analítico criam uma determinada identidade do modo de se fazer psicologia. Esse modelo produz uma expectativa

quanto à prática dos estagiários, enquanto perspectiva de trabalho e intervenção. A experiência vivenciada em um conselho tutelar a partir de um estágio curricular em Psicologia da Universidade Federal Fluminense trouxe diversos questionamentos, dentre eles a demanda por um lugar fixo para a equipe de estágio e a produção de verdades geradas por uma especialidade que se pretende neutra, produzindo embates para afirmar uma intervenção socioanalítica. A saída desse lugar que se espera ser ocupado pelo psicólogo e pelos estagiários de psicologia é um trabalho árduo e requer manobras para desfazer a divisão do trabalho em papéis. A atribuição de tarefas e deveres para cada cargo e função limitam e endurecem a coletividade e as alternativas possíveis de intervenção. Discutir as relações de trabalho da equipe de estágio com os conselheiros tutelares e com a equipe técnica tem significado enfrentar concepções presas à lógica da representação social que enquadra o estágio na condição de tarefas a serem aprendidas e cumpridas, despojadas da construção histórica que o institui. Há uma grande dificuldade de compreensão no que se refere a este lugar estabelecido, a demanda pelo posto ocupado não permite o deslocamento nos atendimentos e nas relações de trabalho que atravessam o conselho tutelar. Trabalhamos a partir do referencial da análise institucional, devido ao nosso interesse de entender a dinâmica de funcionamento daquele conselho bem como as relações que se davam naquele ambiente e, ainda, as contribuições de Foucault, no contexto do estágio curricular realizado de agosto de 2012 a agosto 2013. Utilizamos como exercício analítico ferramentas como o diário de campo, além de participação em reuniões semanais para discussão das experiências dos plantões, para debater as práticas que ali se apresentavam e para pensar sobre as dinâmicas e vivências no conselho tutelar. Através desses instrumentos nos era possível colocar em análise as demandas e problematizar as ideias e comportamentos cristalizados. Nossa intervenção no conselho tutelar aos poucos foi criando rupturas e ao mesmo tempo abriam-se possibilidades outras para a atuação no estágio, mas não sem embates. Fomos fazendo enfrentamento ao modo de se operar, trazendo propostas de transdisciplinariedade, que promoveram algumas quebras de sentidos dados como fechados e verdadeiros. Algumas de nossas intervenções ocasionaram algumas mudanças provisórias, ampliando um leque de opções, outras ocasionaram reafirmações e demarcações desse lugar do "estágio" impondo limitações e rompendo algumas possibilidades de trabalho em parceria. Nossas análises buscam uma produção de práticas mais coletivas e frisam a importância de se construir e se lançar nesse jogo de forças, buscando alianças e parcerias para se firmar e construir um espaço de intervenção que esteja para além do "dever e fazer" e o clássico "cafézinho", podendo atuar em conjunto, construindo encaminhamentos, dividindo opiniões,

auxiliando e problematizando os direcionamentos dados às práticas de atendimento e à coletividade no conselho tutelar. Manifestar estranhamentos em relação às práticas endurecidas e produzir movimentos de questionamento foram intervenções que deram abertura para uma desconstrução da competência técnica, como único elemento de trabalho e das certezas individuais.

Foucault e sua contribuição em pensar o processo de estigmatização

Ranyella Cristina de Siqueira

Este trabalho propõe discutir a contribuição do pensamento foucaultiano na discussão de estigma em elo com o conceito fundador de Goffman e alguns de seus sucessores. Em específico, estudar a ideia de anormalidade e sujeito para Foucault no que tange a concepção de estigma para Goffman, de desvio social para Stafford e Scott, e aprendizagem social para Martin. O pensamento de Foucault e Goffman nos deixou uma imensa contribuição quanto à análise, à compreensão e ao estudo do meio social e suas interfaces. Apesar das diferenças entre suas abordagens, há ressonâncias entre elas que valem ser pensadas e discutidas, como propõe Hacking a partir da ideia de top down – Foucault apresenta várias ideias de estruturas que determinam os discursos e ações, sem se voltar aos detalhes da vida cotidiana como Goffman o fez-, e de bottom up –Goffman fala a partir do local de incidentes e idiossincrasias, sem se atentar como as instituições e as estruturas que determinam os discursos e ações vêm a ser. A partir da ressonância entre tais autores, propõe-se que esta pesquisa possa contribuir nos modos de pensar as práticas da psicologia, uma vez que, historicamente, observa-se que esta ciência criou formas de classificar e medir os sujeitos, proporcionando distinções e rotulações entre eles. O método é qualitativo. Os critérios de seleção dos sucessores de Goffman surgiram da ideia de ‘completude’ e ‘pontos bases’ que eles podem ser em relação à Foucault. Foucault propõe descrever o dispositivo racional que constituiu a anormalidade tal como objeto, desta forma, analisa as diversas formas privilegiadas de anormalidades de acordo com cada época, construídas pelos conhecimentos jurídicos e médicos. O monstro da Idade Média era um misto de formas: do animal com o homem (espécies), de sexos, de seres humanos. O monstro do Renascimento eram os irmãos siameses. O da Idade Clássica eram os hermafroditas. Os discursos e as redes de poder e saber tomam conotações distintas em cada época. Desaparece a monstruosidade como misto e surge a monstruosidade das espécies de imperfeição e deslizes da natureza, fatores que se tornam a gênese ou pretexto de condutas criminosas. Essa é a monstruosidade encontrada no século XIX: o discurso é mudado, o que é salientado não é mais

a natureza – ser hermafrodita – mas o comportamento devido ao hermafroditismo, a monstruosidade passa a ser de jurídico-natural para jurídico-moral, referente aos comportamentos e condutas. O indivíduo deixa de ser morto e passa a ser excluído por motivos disciplinares. A realização desses novos mecanismos de poder exigiu que se buscasse a razão e a natureza do crime, assim surgiu a necessidade de um novo saber, o da anormalidade, que busca a natureza patológica da criminalidade. Neste contexto, a psiquiatria tornou-se o saber da doença mental e o juiz titular dos comportamentos. A explicação foucaultiana de como a construção da diferença está conectada aos regimes de conhecimento e poder pode ser entendida em elo ao que Goffman e Stafford e Scott chamam de desvio social. Para estes, o conceito de estigma é correspondente ao de desvio social, ou seja, as pessoas são estigmatizadas por não estarem dentro dos ideais das normas sociais, por violarem tais normas. Para Goffman, enfatizando as interações físicas cotidianas, os normais constroem identidades virtuais para explicar a inferioridade de alguém em relação a uma categoria, gerando o estigma. Foucault propõe uma análise do processo de sujeição, do conjunto de empecilhos que precedem à construção do sujeito. O sujeito é um composto histórico constituído dentro de um contexto de estratégias de poder, produzido pelas relações de saber e poder. É a partir de mecanismos sociais complexos que desenvolvem, historicamente, diversas formas de sujeição, mostrando que os homens são, a princípio, objetos de poderes, ciências, instituições, a partir de onde pode constituir os processos de exclusão, de estigmatização, como no caso da ideia de anormal apresentada por Foucault. Toma-se aqui, Martin como fonte para se pensar como se cria e evolui o estigma pelas atitudes cotidianas através da aprendizagem social numa perspectiva bottom up quanto à ideia de sujeição elaborada por Foucault. Para Martin, aprendizagem social se dá pela adaptação pessoal e social, processo de aquisição e manutenção de comportamentos pelo qual o estigma é criado, preservado e perpetuado. Foucault não se dedicou ao estudo do estigma em si, como Goffman, Stafford e Scott e Martin, tampouco às interações cotidianas para a geração de estigma, mas propõe um estudo para se pensar desde a análise arqueológica até a sujeição do anormal, o que nos abre um leque de possibilidades em discorrer acerca de suas contribuições quando se refere ao processo de estigmatização. Este trabalho pode oferecer maiores possibilidades teóricas para se pensar a estigmatização tão vívida nos processos sociais de inúmeras epistemes e tão atual.

Hanseníase e políticas públicas no contexto amazônico

Vânia Damasceno Costa, Clara Miranda Santos

Esta pesquisa bibliográfica tem como objetivo apontar algumas dificuldades encontradas na efetivação das políticas públicas referentes ao tratamento da hanseníase e seus impactos na vida das pessoas que são acometidas por essa doença na região amazônica, analisada sob a perspectiva da Psicologia Social. O estudo estabelece um diálogo com o Grupo de Trabalho: Historicizando os saberes Psi frente às práticas sociais, políticas públicas e diretos humanos, que tem por finalidade discutir a história dos saberes Psi e suas relações com as práticas sociais. Resultados: O Brasil ocupa o segundo lugar no mundo em números relativos de casos de hanseníase, cuja taxa de prevalência é inferior apenas à Índia. Os dados do Ministério da Saúde (BRASIL, 2002) confirmam o número de 4,68 doentes para cada 10.000 habitantes, no período entre 1985 a 2000. Este mesmo documento apresenta o compromisso de diminuir este número para um doente em cada 10.000 habitantes até o ano de 2005, meta não alcançada. A região Centro-Oeste, Nordeste e Norte são as que apresentam maior prevalência de casos novos. Rondônia situa-se numa localização estratégica para propagação da doença, tendo em vista estar próxima a regiões como Mato Grosso, que é o estado em primeiro lugar no diagnóstico de novos casos de hanseníase, e do Acre e o município de Lábrea (AM) - regiões de frequentes detecções de novos casos. Rondônia nesses dados preliminares de 2009 ocupa o terceiro lugar destes casos. "A região de Amazônia Legal apresenta barreiras físicas e sociais que dificultam o acesso aos serviços de saúde e tem aspectos demográficos e referentes à produção social do espaço geográfico que a fazem historicamente vinculada à evolução da endemia no Brasil" (BRASIL, 2008, p. 2). O mapeamento do mal de Hansen no Brasil corrobora o posicionamento de vários estudiosos da área no que concerne afirmar que esta patologia acomete predominantemente os pobres, "doença de pobre" como é denominada em vários estudos. Considerando as regiões do país que possuem maior detecção de casos novos terem déficits significativos no que tange o saneamento básico, condições de higiene, acesso à educação e saúde. Não poderia deixar de considerar o contexto no qual estão inseridas. Diante das dificuldades impostas pela enfermidade relatada, fica evidente a necessidade de apoio, pois compreender as especificidades de cada pessoa no contexto que está inserida pode ser fundamental para o oferecimento de um serviço de saúde de qualidade, possibilitando melhor adesão ao tratamento e, consequentemente, trilhando uma meta segura para a eliminação da doença. É necessário que os idealizadores dos programas de combate à hanseníase estejam atentos para as diferenças regionais e mesmo de gênero no que está relacionada às formas de vivenciar a doença. Talvez, assim as metas poderão ser alcançadas e, sobretudo, os padecentes desta enfermidade obterão um atendimento de acordo com suas peculiaridades, facilitando a cura e prevenindo as

incapacidades físicas ou o agravamento das sequelas neurais que causam tanto desconforto, provocando até mesmo a invalidez. Conclusão: É inadmissível que os pacientes hansenianos sejam tratados apenas como um organismo infectado. Carece por parte dos profissionais de saúde que estejam sensíveis a todos os aspectos que a hanseníase envolve, sociais, culturais, econômicos, físicos e psíquicos. Sem o comprometimento com a saúde coletiva e com as idiossincrasias dos indivíduos, infelizmente, os programas de ajuda a esta população estarão fortemente comprometidos. Não podemos deixar de enfatizar a importância da capacitação dos profissionais de saúde, principalmente, aqueles que exercem suas funções nos postos de saúde, programas de saúde da família (PSF) e nos demais serviços públicos de saúde que atendem prioritariamente pessoas menos favorecidas. Considerando que a hanseníase não exige a utilização de tecnologias sofisticadas e que no geral acomete a população menos provida de recursos, as próprias instituições de ensino têm deixado-a em segundo plano, causando um déficit na formação dos profissionais. Este é um aspecto que por sua vez pode estar interferindo na falta de sucesso nos alcances das metas estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e inaceitavelmente em pleno século XXI desencadeando sérias debilidades físicas àqueles que são diagnosticados erroneamente ou tardiamente, sendo a causa, inclusive, de interrupção da vida. Obviamente que os avanços no tratamento da hanseníase são eficazes, seja o de cunho medicamentoso, ou os de reabilitação das incapacidades físicas por meio das fisioterapias. Todavia, os desdobramentos na vida das pessoas que vivem com hanseníase não se restringem aos aspectos biológicos ou físicos. Nesta perspectiva são poucos os serviços de saúde que oferecem o apoio devido aos pacientes, com profissionais que se preocupam em atender e fornecer informações e orientações de acordo com o gênero. Faz necessário um espaço no qual essas pessoas possam expressar suas preocupações, medos e incertezas, quiçá este seja um dos caminhos para a minimização do preconceito, estigma e das dificuldades particulares de cada paciente.

História da loucura em Sergipe: uma análise do processo de medicalização da loucura no começo do século XX

Tamyres Lima Santos

O presente estudo histórico buscou investigar quando e como as soluções apresentadas pelo poder público do estado de Sergipe para o problema social da loucura se tornam soluções médicas no começo do século 20 (1930-1946). A partir dessa perspectiva histórica, podemos conhecer a criação e estruturação da política pública de assistência psiquiátrica no estado

identificando os pressupostos epistemológicos envolvidos nesse processo e fazendo comparações com a assistência psiquiátrica no Rio de Janeiro, capital da República. Além disso, através do trabalho feito com laudos psiquiátricos de presos da penitenciária de Aracaju de 1945 e 1946, foram feitas análises sobre a aliança entre psiquiatria e sistema carcerário, tema ainda pouco visitado nos debates da Luta Antimanicomial no Brasil, porém de enorme importância na contemporaneidade como, por exemplo, nas atuais discussões sobre internações compulsórias de usuários de drogas. A relação com o Grupo de Trabalho é direta pois as fontes históricas primárias utilizadas corresponderam ao período histórico de amplo debate sobre o higienismo e eugenia e suas influencias na construção da assistência psiquiátrica do estado.

Historicizando as práticas sociais e as políticas públicas a partir das Santas Casas de Misericórdia

Aline Moreira Gonçalves, Maria Stella Brandão Goulart

O presente trabalho é recorte de uma pesquisa de mestrado em Psicologia Social que está em andamento, esta pesquisa se faz relevante principalmente pela participação das Santas Casas de Misericórdia no processo histórico de constituição da política de assistência psiquiátrica em Minas Gerais. Temos por objetivo, investigar a participação das Santas Casas na Política de Assistência a Saúde Mental na região mineira da Estrada Real durante os séculos XVIII e XIX. É no caminho delineado da Estrada Real, que se encontram as cidades mineiras onde surgem os primeiros relatos de assistência ou de abrigo aos sujeitos chamados “loucos”, são elas as cidades de São João del Rei, Sabará, Diamantina e Ouro Preto. Podemos dizer que as Santas Casas foram o primado do que se pretendia de assistência (social e de saúde) no Brasil colonial. Encontramos na literatura referências de que junto as Santas Casas de Misericórdia dos municípios de São João del Rei e Diamantina, “existiam anexos psiquiátricos” nos quais os pacientes eram recebidos e hospitalizados. Existem ainda citações de que os primeiros tempos da psiquiatria em Minas Gerais, antes do aparecimento das leis oficiais de assistência, foram marcados pelo “fio místico, infalível à tradição de todos os Estados brasileiros, pois o primeiro esboço de hospitalização se liga a um passado conventual da lendária Ouro Preto. Os doentes mentais, fora disto, pagavam o tributo de uma liberdade ou de escravidão humana, nas cadeias públicas de nossos interiores, mesmo nas nossas melhores cidades” (Firmino, 1982, p. 81-82). O psiquiatra Ronaldo Simões Coelho, afirma que de 1817, quando internara o primeiro louco, até 1902, a Santa Casa de São João del Rei, chegou a abrigar em seu anexo até 488 alienados, recebendo inclusive pacientes de outros países. Poucos são os relatos existentes sobre cada uma

das Santas Casas e de suas formas de contribuição na assistência aos alienados durante seus anos de atividade nos séculos XVIII e XIX, ainda sim, as referências encontradas, algumas vezes, se mostram contraditórias e incompletas. Do período colonial até os dias de hoje, muitas mudanças foram realizadas na assistência à saúde mental no Brasil, porém, pouco se conhece efetivamente, sobre participação das Santas Casas de Misericórdia na política de assistência à saúde mental brasileira, principalmente, no que se refere às Misericórdias mineiras. O estado de Minas Gerais é referido de forma específica na história de assistência à saúde mental brasileira, somente a partir do início do século XX, quando da inauguração do Hospital Colônia de Barbacena em 1904. A precedência de uma instituição oficial fica para o Rio de Janeiro, com a inauguração do Hospício D. Pedro II, em 1852. Sendo assim, faz-se necessário um resgate histórico-crítico do período que compreende a atuação das Santas Casas de Misericórdia em Minas Gerais, uma vez que existem indícios que apontam para a existência de "assistência" em saúde mental anterior a 1904. E, conforme Russell-Wood, "As filiais das Santas Casas de Misericórdia iam desde Nagasaki, no Japão, a Ouro Preto, no interior do Brasil" (Russell-Wood, 1981, p. 1). Na presente pesquisa, como estratégia metodológica, utilizar-se-á a análise documental, ancorada na perspectiva de análise arqueológica do discurso de Michel Foucault. A análise será realizada a partir documentos e arquivos históricos referentes às Santas Casas de Misericórdia das cidades de São João del Rei, Ouro Preto e Diamantina e Sabará. Todos os trabalhos realizados neste âmbito são majoritariamente, nos domínios da História, havendo uma lacuna de conhecimento e de pesquisas realizados por parte da Psicologia no que diz respeito aos atendimentos ofertados aos "alienados" nas Santas Casas. Além disso, este estudo no âmbito da História da Psicologia contribui para apontar as relações existentes, ao longo do tempo, entre as práticas sociais e as políticas públicas de saúde que foram se consolidando ao longo de nossa história. Pretende-se assim, apontar as relações existentes, ao longo do tempo, entre as práticas de saúde/assistência à saúde mental e a outras questões inerentes ao contexto estudado que propomos nesse percurso histórico sobre as Santas Casas de Misericórdia nas Minas Gerais. Concluímos, portanto, que há forte relação deste trabalho com o GT 14 - Historicizando os Saberes Psi frente às Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos e com o eixo temático escolhido, "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas". Neste sentido, percebemos que as primeiras nuances do processo de assistência e de práticas de cuidado na história do Brasil estão intimamente ligadas ao crescimento e desenvolvimento sócio-econômico no qual, posteriormente, serviu de base para as ações e saberes psi que se

desenvolviam no bojo da cultura de diferentes raças que estão, até hoje, de alguma forma, legitimados em muitos práticas das quais, no dia a dia, lutamos para modificar e deslegitimar

Memória social da Desmobilização na Colômbia e subjetividade dos ex-combatentes das F.A.R.C e as A.U.C.

David Ricardo Marulanda Marin

O objetivo central da pesquisa é compreender a configuração das subjetividades de pessoas desmobilizadas de grupos alçados em armas a partir do processo de memória social que eles realizam do Desarmamento, Desmobilização e Reintegração que vivem na Colômbia entre os anos de 2003 e 2010. Pelo tanto, a temática central que pretendo indagar e a memória social do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração na Colômbia na primeira década do século do século XXI desde a configuração da subjetividade dos atores, dos ex-combatentes das F.A.R.C e as A.U.C. que viveram todo este processo, que hoje se encontram ativos no programa de reintegração a vida civil da Agencia Colombiana pela Reintegração e que reconfiguram suas vidas, suas redes sociais, seus imaginários e suas representações sociais agora desde a civilidade e a legalidade. Com a necessidade de entender o conceito de memória social não como a coleção de fatos e vivencias determinadas em um tempo e um espaço que levam um desenvolvimento linear, causal e cronológico, senão, como a atualização e reconfiguração de uma trama de significados, de um tipo de sociedade onde os sujeitos possibilitam seu viver (a desse tipo de sociedade) no presente e seguem construindo com suas expressões, seus pensamentos e suas lembranças subjetivas; onde o evento feito no passado se faz presente. É um tipo de sistema aberto de conjunção e disjunção simultânea, onde pela relação de diferença e semelhança vive-se e configura-se no aqui e no agora. É uma rede que forja as características da identidade, idiossincráticos de cada sujeito que a viveu e a atualiza em sua cotidianidade, com a necessidade que essa atualização ou reconstrução deve ser coletiva, deve passar pelo discurso do grupo. Por outro lado, por que pretender fazer um exercício de memória social desde as pessoas que exerceram violência e usaram as armas como mecanismos de poder? Este ponto tem dois tipos de explicações e razões: a primeira é porque grande parte dos exercícios de memória coletiva e histórica nosso país se realizam desde as vitimas, tem sido elaborado desde as pessoas que sofreram a violência e que tem um olhar do conflito, que é supremamente resgatável e necessário para conseguir processos de justiça social. A segunda justificativa tem ligação com a configuração e elaboração do processo de D.D.R. na Colômbia o qual se elaborou pelos expertos, pela política, pela lei, pela institucionalidade, sem ter em

conta amplamente a subjetividade dos ex-combatentes e as propostas que eles também têm frente à nação. Pelo qual meu problema de investigação é o seguinte: como configuram as subjetividades na civilidade e legalidade pessoas desmobilizadas de grupos alçados em arma a partir do processo de memória social que realizam do desarmamento, desmobilização e reintegração que viveram na Colômbia entre os anos de 2003 e 2010? Como proposta metodológica em principio pretende-se utilizar as entrevistas em profundidade a cada um dos participantes do exercício de pesquisa, também a realização de exercícios de cartografia social com eles para a recopilação dos componentes da memória social do processo de D.D.R. na Colômbia entre os anos 2003 e 2010. Assim mesmo, realizara-se uma revisão da literatura do escrito do processo de D.D.R. durante os anos em questão e a historia da Agência Colombiana de Reintegração, entidade responsável deste processo na Colômbia. Finalmente como ferramentas de análise da informação Utilizara-se a análise critica do discurso e a análise semiótica do discurso para compreender a reconfiguração das subjetividades dos desmobilizados na civilidade e sua elaboração da memória social do processo de D.D.R. na Colomba entre os anos 2003 e 2010.

Novos territórios, transversalidades e itinerários de formação: encontros "entredisciplinares" na Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Renata Ghisleni de Oliveira

O trabalho apresentado faz parte da pesquisa de Doutorado com título provisório de "O campo psi-jurídico: formação e encontros entre disciplinas nos Centros de Atendimento Multidisciplinar da Defensoria Pública do Estado de São Paulo" e diz respeito ao estudo da interface Psicologia, Serviço Social e Direito na Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus efeitos na formação, tomando a experiência dos Centros de Atendimento Multidisciplinar (CAMs) como análise desse encontro/processo. Os CAMs destinam-se a garantir atendimento integral aos cidadãos que procuram a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e são, majoritariamente, compostos por profissionais e estudantes de Psicologia e de Serviço Social, que oferecem assessoria aos defensores. Os objetivos do estudo compreendem acompanhar e descrever as práticas desenvolvidas por uma equipe CAM da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, identificar e analisar as encomendas/pedidos dos defensores públicos e estagiários de Direito à equipe CAM participante da pesquisa e promover discussões e reflexões sobre a formação entre profissionais e estagiários de Psicologia, Serviço Social e Direito que realizam suas práticas na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Para tanto, tem sido feito o

acompanhamento de algumas práticas desenvolvidas por uma equipe CAM, bem como o mapeamento e análise dos pedidos dos defensores públicos e estagiários de Direito feitos à equipe, uma vez que eles são responsáveis pelos encaminhamentos ao serviço. Está prevista a realização de grupos para discutir questões referentes à formação produzida no encontro destas disciplinas. A perspectiva teórica se utiliza de ferramentas conceituais da Análise Institucional Francesa, especialmente na orientação metodológica da pesquisa intervenção, e do estudo do pensamento de Michel Foucault, sobretudo na analítica das estratégias de poder-saber, articulados aos conceitos de transversalidade e território, desenvolvidos por Félix Guattari e Gilles Deleuze. Neste estudo, o tema da formação destaca-se e é problematizado, uma vez que no campo das ciências humanas ainda vigora uma visão "aplicacionista" pautada na compreensão de conhecemos para transformar, de que produzimos conhecimentos a serem aplicados em uma realidade supostamente já dada, pronta. Assim, vemos a importância de pensar esse tema de forma crítica, dando visibilidade à relação teoria-prática que o constitui. Escolhemos a Defensoria Pública do Estado de São Paulo como campo empírico da pesquisa por acreditarmos que se trata de um potente equipamento do sistema de justiça por dar visibilidade a problemáticas da população em escassez de recursos financeiros que, historicamente, tem suas questões "menorizadas". Além disso, trata-se da organização mais recente a compor o cenário jurídico paulista e apresenta uma séria de propostas inovadoras que orientam suas ações, sendo, uma delas a realização de práticas "interdisciplinares" entre defensores públicos, psicólogos e assistentes sociais. A aproximação entre Psicologia, Serviço Social e Direito não é algo recente, no entanto temos nos deparado com uma série de questionamentos que tem problematizado de forma crítica e reflexiva a atuação destas disciplinas no contexto de Justiça. A emergência deste novo cenário no contexto jurídico, com a criação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, a abertura a novas formas de acesso à justiça e de exercício de cidadania pode instituir novos arranjos "entredisciplinares" nesse campo, novos territórios e transversalidades, bem como sinalizar outros itinerários de formação. O encontro "entredisciplinar" por ser heterogêneo, em seus territórios e práticas, e na crítica à função-psi, também contribui para operar processos de produção de subjetividades que escapam às tradicionais funções de normalização e de controle destas disciplinas no contexto jurídico. O estudo da experiência dos CAMs da Defensoria Pública do Estado de São Paulo tem contribuído para dar visibilidade a tais processos. A pesquisa encontra-se em curso. Na comunicação oral, pretendemos apresentar alguns analisadores que emergiram no percurso de pesquisa até o momento para analisar a interface entre Psicologia, Serviço Social e Direito nos CAMs da

Defensoria Pública do Estado de São Paulo, numa perspectiva de produções ao invés de produto, de analisadores ao invés de coletas de dados e de efeitos, em contraposição à ideia de "conclusão". O Grupo de Trabalho que mais se relaciona à discussão proposta pelo estudo é o de número 14 "Historicizando os saberes psi frente às práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos" por tratar-se de um estudo que pretende dar visibilidade a práticas inovadoras no sistema de justiça, pautadas pelo cuidado, pelo acolhimento e por novos modos de produção e circulação de saber e poder e de produção de subjetividades. O Eixo Temático escolhido é "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas" por dialogar com a proposta do eixo que é "discutir diferentes perspectivas teóricas e históricas da psicologia social, bem como pressupostos epistemológicos e metodológicos na produção do conhecimento em seu compromisso com os Direitos Humanos e a problematização das políticas sociais".

O conceito de desinstitucionalização na obra de Franco Basaglia

Carla Luiza Oliveira, Maria Stella Brandão Goulart

O psiquiatra italiano Franco Basaglia e o movimento de luta antimanicomial de seu país influenciaram de forma marcante a reforma psiquiátrica do Brasil. Estudar a obra desse psiquiatra é relevante para conhecermos umas das mais importantes origens de nossa prática em saúde mental. Dessa maneira, o presente trabalho tem por objetivo destacar os ideais de desinstitucionalização para Basaglia com suas possíveis e específicas contribuições para a discussão sobre os desafios atuais da reforma psiquiátrica brasileira. Para tanto, apresentaremos um resgate do conceito de desinstitucionalização basagliano através de um estudo da obra "A Psiquiatria Alternativa" (Basaglia, 1982). Esse livro, que possui algumas conferências transcritas de Basaglia em visita ao Brasil em 1979, relata a experiência triestina de fechamento do manicômio e a aprovação da Lei 180/1978 da reforma psiquiátrica italiana. Nesse momento, anos 70, a discussão é sobre os desafios do processo de desinstitucionalização. Também realizaremos uma revisão bibliográfica da literatura nacional – Amarante (1996; 2008), Goulart (2007), Nicácio (1990; 2003), Passos (2009) – que discute o processo de desinstitucionalização, a partir do pensamento basagliano, que faz surgir um novo significado para esse conceito e não apenas uma mera política de desospitalização. Esse novo conceito de desinstitucionalização busca recuperar um sentido mais original, impresso na raiz do sufixo, como "desmontagem" da instituição a partir da profunda transformação de seu modo de existência concreta (Passos, 2009). A discussão sobre a temática da desinstitucionalização abre múltiplas possibilidades de análise, ilumina reflexões e temas diversos, fundamentais para a produção de novos modos de

pensar e fazer das práticas inovadoras em saúde mental (Nicácio, 2003). Contudo, as referências supracitadas permitem explorar a construção do conceito de desinstitucionalização com suas contradições, limites e inovações. Avançar nessa direção, à luz do pensamento basagliano, é nossa pretensão aqui, ao apresentar uma análise que possa trazer contribuições para as práticas em saúde mental e nossas concepções atuais, sinalizando sua historicidade e dimensão discursiva. Dessa maneira, concluímos que o presente trabalho possui conexão com a proposta de discussão elaborada pelo Grupo de Trabalho 14 – "Historicizando os Saberes Psi frente às Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos" e com o Eixo Temático escolhido, "Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas".

O discurso psicológico na fundação da criminologia brasileira

Juliana Ferreira da Silva

1. Objetivo do Trabalho: O objetivo da comunicação é discutir os resultados da pesquisa O Discurso Psicológico na Revista Brasileira de Criminologia, que abordou as teses principais da criminologia brasileira do período de 1940 a 1960. A apresentação descreverá argumentos e dispositivos que fundamentaram a articulação do discurso psicológico na Criminologia brasileira, buscando compreender como o saber psicológico firmou-se como prática judiciária no Brasil, como profissionais de psicologia e psiquiatria credenciaram-se como interlocutores do judiciário, tanto na compreensão da origem da conduta criminal, quanto no tratamento do condenado. 2. Relação com o GT e eixo temático: A história do pensamento criminológico brasileiro ainda é pouco relatada e discutida. O exame dessa trajetória teóricas concentra tanto uma importante discussão acadêmica do tema da criminalidade dentre a intelectualidade brasileira. As propostas de exercício da psicologia e psiquiatria em políticas públicas, as discussões, as alianças teóricas e os embates presentes no projeto de consolidação da Criminologia Brasileira, no qual a Revista foi um dos principais protagonistas, puderam revelar importantes argumentos e categorias discursivas que marcam as relações da psicologia com o judiciário e assim uma intervenção do discurso psi na dinâmica social brasileira, podendo evidenciar dispositivos a partir dos quais o saber psi integra instrumentos de controle social do delito. Evidenciam-se os embates teórico-políticos travados pela intelectualidade brasileira que protagonizou a elaboração de políticas públicas ligadas ao tema penal, que colaborou em muitos projetos de reformulação da legislação brasileira e latino-americana, ocupou cargos de direção em instituições brasileiras para o estudo criminológico, organizou eventos acadêmicos ligados

ao tema. 3. Orientação Teórica: O trabalho aborda a história da criminologia e seu desenvolvimento na América Latina para compreender o surgimento da criminologia enquanto ciência do delito e os processos pelos quais este saber foi introduzido em nosso continente. Com intento de analisar a especificidade do caso brasileiro em relação à formação do discurso criminológico, percorreu-se a história da criminologia brasileira. Foi igualmente essencial entender a trajetória da formação da psicologia jurídica assim como compreender a articulação entre os conceitos de crime e de loucura. 4. Método: A pesquisa tomou como material de análise a Revista Brasileira de Criminologia, uma publicação que constituiu Órgão Oficial do Instituto de Criminologia da Universidade do Estado da Guanabara, entre os anos de 1947 e 1967. A Revista Brasileira de Criminologia foi publicada durante os períodos entre 1947 e 1956 e entre 1966 e 1967. O conteúdo referente à Psicologia foi catalogado mediante a interpretação sobre sua temática, segundo as linhas que se evidenciaram no exame total, mantendo o trecho original e sua localização na Revista. 5. Resultados: A partir do exame dos volumes selecionados, verificou-se uma extensa amplitude de dados relativos à inserção da psicologia no campo de estudos da criminalidade, acompanhada de grande variedade de composições possíveis. No que se refere à análise temática, os dados apontaram para a distinção entre as três linhas de análise: (a) Epistemologia da Criminologia: categoria utilizada quando o texto argumentava sobre o conjunto de disciplinas que formam a área da Criminologia. (b) Causalidade Bio-psíquica da Criminalidade: categoria que engloba a perspectiva teórica sobre o fenômeno criminal que postula causas bio-psicológicas para a conduta delituosa. (c) Políticas e instrumentos de controle social do delito: categoria empregada aos trechos que apresentavam os argumentos e propostas normativas concernentes à criação de estabelecimentos penitenciários destinados ao tratamento e pesquisa da saúde mental dos condenados e à atuação dos profissionais de psicologia e psiquiatria nestes locais. Conclusões: A opção pelo recorte cronológico possibilitou o tratamento dos temas de maneira comparativamente conclusiva com a distinção entre as três linhas de análise: Epistemologia da Criminologia, Causas da Criminalidade e Políticas e Instrumentos de Controle Social do Delito. No que se refere à Epistemologia da Criminologia, notamos que a Psicologia, de maneira geral, figura como importante discurso explicativo do fenômeno criminal. Há, portanto, uma tônica comum nos dois períodos temporais abordados, no que diz respeito à participação do saber psicológico na Criminologia. No que tange ao tema das Causas da Criminalidade, percebemos uma importante mudança de abordagem no debate entre as teses deterministas e as adeptas do livre-arbítrio. Se, na década de 1940, havia um predomínio das teses do determinismo bio-psicológico, é importante notar

que, na década de 1960, encontramos diversas referências à consolidação da Teoria do Ânimo no Direito brasileiro, tendo como consequência principal a valorização do conceito de vontade para determinação das causas da criminalidade. Sobre o tema das Políticas e Instrumentos de Controle Social do Delito, evidencia-se uma perspectiva que quase desculpabiliza o criminoso, porque, concebendo-o como doente, o torna competência dos médicos. Restaria, ao judiciário, adequar a cada criminoso o tipo de penalidade pela qual ele alcançaria a cura ou a segregação daquele indivíduo considerado incurável. A noção de pena, portanto, transforma-se significativamente, sendo identificada a um tratamento.

O homem pós-moderno e a judicialização da vida: o que a Psicologia tem a ver com isso?
Gabriela de Conto Bett, Luanna Barreiros Stormowski

O termo judicialização define um movimento de discussão dos conflitos que se refletem no Judiciário, onde esse, cada vez mais , tem sido acionado para resolver tais conflitos por meio da efetivação de direitos e da criação de novas leis. Neste sentido, o Judiciário passa a ser central no processo de resolução de conflitos políticos, sociais e afetivos delegando-se, de modo geral, ao magistrado a competência jurisdicional para resolver os litígios. Mas qual a possibilidade de "resolução" efetivamente desses litígios pelo poder Judiciário, na figura do magistrado? De que maneira estão sendo buscadas soluções? Esses questionamentos são feitos na medida em que se reconhece que o Direito, em muitas situações, tem servido para instrumentalizar determinados interesses da sociedade, muito deles ideológicos. Neste sentido, este trabalho visa problematizar tais conflitos a partir da identificação do que, de fato, eles simbolizam. Isso porque entende-se que é apenas a partir dessa identificação que se podem estabelecer estratégias de resolução eficazes. Parte-se, portanto, de uma leitura do sujeito pós-moderno e suas demandas que tem sido levadas ao judiciário para se pensar em possíveis contribuições da Psicologia para tais demandas.

O que nos dizem as sentenças criminais: aproximações entre Psicologia e Direito
Patrícia Regina Olbermann, Michele da Rocha Cervo

Ao longo da história, as penas criminais passaram por várias configurações, até a atualidade em que se visualiza a existência de penas privativas de liberdade e penas restritivas de direito. Estas parecem apresentar significativos benefícios em relação àquelas; contudo, a literatura aponta que ainda são pouco utilizadas no sistema judiciário brasileiro. Em vista disso, o presente estudo teve por objetivo analisar as sentenças criminais fornecidas na comarca de uma cidade do

interior do Paraná nos anos de 2010 e 2011, a fim de compreender como se dá o processo de aplicabilidade das diferentes formas de penas criminais. A questão foi problematizada e discutida pelas contribuições da Psicologia Social e Institucional, realizando algumas aproximações com os estudos foucaultianos. Pretendeu-se, com este trabalho, observar a história das penas criminais e sua relação com as práticas políticas e sociais em diferentes tempos e momentos sócio históricos, especialmente na sociedade atual, percebendo como essas práticas sociais são determinantes da forma de conceber as sentenças criminais. Em meio aos resultados encontrados, foram buscadas alternativas que considerem a construção de políticas públicas e sociais, considerando-se ainda os direitos humanos, problematizando o papel do Direito e da Psicologia frente a isso. A investigação realizou-se por meio da pesquisa em processos criminais. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa Inicialmente realizou-se um levantamento dos processos criminais fornecidos na comarca nos últimos dois anos, com o objetivo de analisá-los a partir do tipo de pena estabelecida. Efetuou-se a leitura dos 590 processos, focando no crime cometido e no desfecho do processo. Os dados fora tabelados e selecionados aqueles que tinham como desfecho uma pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos. Dentre estes, selecionou-se aqueles que tratavam do mesmo crime e eram finalizados com tipos de penas diferentes. Do total de 590 processos, apenas 11,17% puderam ser utilizados de acordo com os critérios de seleção; destes, 7,79% referem-se a penas privativas de liberdade e 3,38% a penas restritivas de direito. Deste total, 66 processos foram considerados analisáveis, sendo selecionados oito que coincidissem em relação ao delito e que se diferenciassem em relação ao tipo de pena estabelecida. Evidenciou-se que um dos critérios considerados determinantes para a definição de pena é a conduta social, e o trabalho apareceu como um critério positivo para permanecer livre em sociedade. Além disso, observou-se que a conduta social é tomada como unicamente do indivíduo, sem agentes externos determinantes, e como algo estático e que deve ser padronizado. Evidencia-se ainda que perpassam pelos processos critérios subjetivos por parte dos juízes, apresentando-se atual o "princípio da convicção íntima" (Foucault, 2001), de acordo com o qual, para definir a pena o juiz deveria estar intimamente persuadido da culpa. Continuamente, notou-se que as leis se configuram como objetivas mas, ao mesmo tempo, permitem interpretações diferentes e, nesse sentido, Foucault (2012) nos aponta que as próprias leis podem ter sido formuladas com a pretensão de criar alguns ilegalismos. Observa-se, ainda, a repetição de trechos de escrita e a padronização dos processos, o que nos leva a compreender que os processos, referentes a sujeitos, são tomados como objetos. Contudo, percebe-se que essas questões também podem ser decorrentes

de um problema mais amplo: a precarização do trabalho; todas as atividades se tornam mais rotineiras, rápidas e distantes (Sennett, 2009), e cria-se a necessidade do desenvolvimento de mecanismos internos que facilitem o processo produtivo. E é esse artifício que pode ser visualizado na "máquina produtiva" do sistema judiciário. Considera-se, por fim, que o objeto das problematizações deve ser o funcionamento do sistema de punições como um todo e a própria forma de julgar. Em relação à Psicologia, acredita-se que uma de suas principais contribuições enquanto ciência pode se dar na percepção do sujeito subjetivo-coletivo, amparando o planejamento e a implementação de políticas públicas, participando da avaliação de processos judiciais, contribuindo na interpretação e reformulação das leis. Com isso, pode auxiliar em um processo de ressignificação das demandas do sistema judiciário e desmistificar as práticas de manutenção da ordem e normatização da vida. Trata-se de um processo de desconstrução de lógicas instituídas para ampliar a forma de ver e perceber o ser humano, garantindo que se alcance, nos processos de aplicação de penas criminais, a legitimidade dos direitos humanos.

O saber psiquiátrico: mulheres e o julgamento moral

Adriana Rodrigues Domingues, Isabella Vallarelli Gutierres Moisa de Araujo, Isabela Dib Nami, Natália Santos Passos

Desde o momento em que o homem se interessou por estudar a si mesmo, muitas foram as formas de compreensão e tratamento daquilo que era considerado loucura. Um dos autores que mais contribui para a compreensão de sua história foi o filósofo Michel Foucault que, analisando os registros contidos em prontuários médicos, demonstrou como a loucura foi sendo apropriada e produzida a partir e no interior do próprio discurso médico, e de que forma os saberes psi a respeito dela foram utilizados como dispositivos para a constituição do poder psiquiátrico e das formas de disciplinamento do corpo. Se, conforme discutido por Foucault (2005), a loucura assumiu várias definições ao longo da história, a loucura feminina, em muitos momentos, esteve diretamente associada às questões da sexualidade humana (PEGORARO; CALDANA, 2008). Na Europa, durante a Idade Moderna, considerava-se que havia uma estreita relação entre o útero e a regulação da saúde mental, e que o período menstrual poderia levar a mulher à fúria e à loucura. Seguindo a pesquisa empreendida por Foucault, foi de interesse deste estudo analisar o discurso psiquiátrico presente nos prontuários do Sanatório Pinel, localizados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, visando reconhecer os diferentes saberes registrados nos laudos psiquiátrico sobre a forma como a loucura era diagnosticada e

tratada em pacientes mulheres, na primeira metade do século XX. O método utilizado para a análise foi baseado na Arqueologia do Saber proposto por Foucault, no qual o autor propõe escavar o solo epistemológico de determinada época, investigando as condições históricas para que determinados saberes fossem produzidos e legitimados. O material de análise foi o conteúdo dos prontuários, a partir do registro fotográfico e a leitura dos documentos produzidos no Sanatório Pinel, durante os anos de 1929 a 1944. No total, foram analisados 35 prontuários de pacientes do sexo feminino. As categorias analisadas foram: o fanatismo religioso, os fatores hereditários, a causalidade da doença, os comportamentos afetivos e sexuais, a anormalidade e a indisciplina. Pode-se identificar casos em que as mulheres tiveram suas crenças religiosas associadas à doenças mentais. Identificou-se também uma ênfase na existência de um vinculo causal entre a patologia mental e a hereditariedade, assim como a prevalência de uma visão eugênica sobre pacientes diagnosticados com sífilis, os quais eram vistos com uma degenerescência ou inferioridade biológica. Verificou-se, também, que o discurso psiquiátrico serviu para intensificar as ações e saberes psi sobre o corpo feminino com base nas características próprias da sexualidade feminina. Se a mulher era calma, irritada, se tinha filhos ou não, se era casada ou não, e até mesmo, se estava menstruada ou não, tudo isso justificava os comportamentos julgados anormais e, portanto, sua internação. Tornou-se evidente a presença da correção do comportamento moral como justificativa para o controle social exercido no contexto pesquisado. Tais ações de controle e correção eram implantadas com fins de justificar e consolidar as práticas médicas. Registro demonstraram que as formas de tratamento nesta época se davam através do corpo, sendo este utilizado como laboratório de experimentos, de contenção e de controle sobre os pacientes. Eram utilizados banhos extremamente frios ou quentes, elevação da temperatura corporal, extração de dentes, eletrochoque e medicamentos, para que corpos fossem docilizados. Os sentimentos éticos, descritos como sendo a existência ou não de pudor e de indiferença pelo meio social e família, eram avaliados como critérios que também justificavam a internação. Contudo, não existia nenhuma importância dada ao desejo do paciente, como pode ser observado em uma carta que estava anexada em um dos prontuários analisados, no qual a paciente solicitava à sua família a sua retirada da “mais horrível situação que pode haver” (SIC). A pesquisa realizada nos ajudou a compreender o lugar que estas instituições ocupam, contextualizadas na época analisada, além de nos fazer notar que estas formas de contenção e controle ainda estão extremamente presentes no cotidiano, como por exemplo, a redução a maioridade penal, a internação compulsória e até mesmo em uma realidade mais próxima com instituições que se utilizam de medicamentos e

outras formas de controle do comportamento, portanto, do corpo, do desejo e da subjetividade. Mesmo que essas formas estão presentes de uma forma mais sutil e implícita, não são menos violentas. Neste sentido, o presente trabalho se articula com os objetivos do GT "Historicizando os saberes psi frente às práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos", pois pretende apresentar a construção do discurso psiquiátrico brasileiro do início do século XX, sustentada pelo movimento higienista e eugênico da época, e os diferentes processos de medição, diferenciação, discriminação e classificação de mulheres que foram internadas para tratamento da insanidade mental.

Os serviços abertos em Saúde Mental na perspectiva dos higienistas

Marina Maria Beltrame, Carina Furlaneto Frazatto

Este trabalho, que integra as produções desenvolvidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Higienismo e o Eugenismo no Brasil – GEPHE, tem como objetivo apresentar os serviços abertos em saúde mental no Brasil, na perspectiva dos higienistas. Serviços abertos são aqui entendidos como aqueles que não se baseiam no isolamento como prática terapêutica e higienistas, como aqueles intelectuais que faziam parte da Liga Brasileira de Higiene Mental – LBHM, entidade criada em 1923 e cujo escopo englobava desde a melhoria da assistência aos doentes mentais até a prevenção do desajustamento psíquico por meio de medidas educativas direcionadas aos indivíduos, algumas das quais de caráter eugênico. Consideramos o resgate histórico em torno desta temática fundamental para compreendermos as conquistas, as limitações e as repercussões das práticas em saúde mental, área na qual o profissional da psicologia encontra-se inserido na atualidade. Assim, realizamos uma pesquisa bibliográfica fundamentada, sobretudo, em materiais produzidos pelo movimento higienista e eugenista no início do século XX, dentre os quais destacamos os "Archivos Brasileiros de Hygiene Mental". A análise deste material nos permitiu constatar que os serviços abertos não eram unanimidade entre os profissionais da época. Favoravelmente, argumentava-se que tal prática traria benefícios sociais, econômicos e clínicos, pois além de evitar o estigma causado pelas internações e propiciar um melhor prognóstico ao paciente, contribuiria para minimizar alguns problemas vivenciados naquele período tais como a superlotação dos manicômios existentes e o oneroso custo relacionado à manutenção prolongada dos enfermos nestas instituições. Por outro lado, embasados na concepção eugênica de que as enfermidades mentais decorriam exclusivamente de fatores hereditários e que, para "melhorar" a sociedade era preciso fortalecer a raça, a vertente contrária ao tratamento em meio aberto defendia medidas com o objetivo de

evitar a procriação do doente mental, dentre elas a internação ou a alta deste condicionada à esterilização. Ademais dos prós e contras, algumas intervenções em meio aberto foram desenvolvidas por iniciativa dos higienistas no início do século XX, dentre as quais destacamos nesta pesquisa: os ambulatórios de higiene mental, a criação do "Posto de Psicopatas" em Porto Alegre, as propostas da LBHM direcionadas ao cuidado dos egressos dos manicômios e a Assistência Familiar. De um modo geral, estas experiências visavam ofertar um tratamento que evitasse o internamento nos hospitais psiquiátricos, contudo, não havia em tais propostas uma conotação ideológica em prol do direito à liberdade e à cidadania do doente mental ou ainda o intuito de substituir o aparato manicomial. Guardadas as devidas diferenças entre os períodos históricos, este embate nos remete à atualidade uma vez que assistimos cotidianamente à polêmica envolvendo a internação compulsória para os casos de dependência química ou ainda a discussões referentes ao controle de natalidade obrigatório voltado a este público. Entendemos que em nome de uma suposta assistência, estas propostas visam à limpeza social, o isolamento daqueles considerados como geradores dos problemas sociais, ou seja, sob outros aspectos, revivemos o ideário eugênico defendido outrora. Outro ponto que traz subsídios para pensarmos nos acontecimentos de hoje refere-se à concepção de "rede" presente nas propostas dos higienistas. Embora não utilizassem esta nomenclatura, havia uma preocupação, conforme observamos nas recomendações direcionadas aos egressos dos manicômios, em divulgar junto à comunidade o saber da psiquiatria a fim de que estes recebessem o apoio necessário, além da imposição de outras medidas que dependeriam de outros setores sociais como o apoio familiar, o auxílio material e o acesso ao trabalho, evidenciando que há muito tempo já se apregoava que a situação das pessoas em sofrimento mental não seria resolvida por meio de práticas isoladas e independentes. Vale frisar que embora a proposta de assistência dos serviços abertos se configurasse como distinta às do manicômio, muitas intervenções mantinham as características do modelo manicomial, submetendo o enfermo ao controle e a vigilância do saber médico propagado naquela época. Era o que ocorria, por exemplo, na assistência familiar, cujas instalações e cuidados guardavam estreita dependência do manicômio, com o aproveitamento dos próprios funcionários, no caso, as enfermeiras e a supervisão dos médicos. Transcorridos quase um século de tais considerações, encontramos nos dias atuais, a proposta de tratamento em meio aberto devidamente documentada e aprovada na legislação de nosso país, inicialmente, por meio da Lei 10.216 de 6 de abril de 2001. No entanto, além dos preceitos antimanicomiais ainda gerarem polêmica, não é incomum encontrarmos no cotidiano dos serviços abertos implantados por meio da Rede de Atenção Psicossocial, a reprodução de práticas com

características manicomiais. Diante do exposto, concluímos que os desafios e as tentativas de solução no campo da saúde mental não são novos e, embora embasados por argumentos diferentes dos atuais e com as limitações do período em que viveram (por exemplo, ausência de psicotrópicos que hoje garantem melhor controle dos sintomas advindos do transtorno mental) os higienistas já anunciavam a proposta de tratar sem isolar.

Planejamento familiar, um estudo sobre seu caráter educativo e eugênico

Melline Ortega Faggion, Maria Lucia Boarini

Neste estudo buscamos analisar o caráter educativo do programa de planejamento familiar e a existência, ou não, de características eugênicas. A título de ilustração, é necessário lembrar que a eugenia foi um movimento de caráter não popular e que agregou importantes nomes da intelectualidade internacional, incluindo o Brasil, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tendo como alvo a preocupação com o aperfeiçoamento da espécie humana. O planejamento familiar é uma política pública, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República - Lei- n° 9.263 de 12/01/1996 que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal. Nesta política, os profissionais da saúde devem auxiliar e disponibilizar serviços que visam evitar a gravidez indesejada, a AIDS, e outras doenças sexualmente transmissíveis. Esta análise justifica-se, dada a necessidade de se colocar em debate a política de planejamento familiar, sobretudo porque a implementação desta política abrange práticas da psicologia. É notório que a política de planejamento familiar não está livre de controvérsias, na medida em que há questionamentos sobre a isenção desta política pública e sua aplicação em diferentes classes sociais, o que estimula indagar sobre os limites entre a política pública de planejamento familiar e a eugenia. Também, é importante salientar que esta política foi criada visando atender todas as classes sociais existentes no Brasil, entretanto não é esta a visão que preenche o imaginário social, pois comumente, têm-se idéias relacionadas à "improcedência" de famílias numerosas com baixo poder aquisitivo que podem ser confirmadas em depoimentos que coletamos junto a universitários de graduação de Medicina, Psicologia e Enfermagem, em pesquisa que estamos desenvolvendo na UEM: "A falta de informação dos leigos acaba gerando mais crianças, mais fome, mais desemprego. Não que eles sejam ruins, mas se eles tivessem um pouco mais de conhecimento, de informação, a gente teria menos crianças na rua, menos desempregados. Se o planejamento funcionasse a miséria do Brasil seria menor. A política acaba sendo focada no pobre, porque o rico, o de melhor classe social tem um maior conhecimento, ele se envolve com trabalho então ele acaba não tendo essa facilidade

e essa falta de conhecimento para ter filhos a torto e a direita, pegar doenças". Tais afirmações constatam a proximidade do imaginário social a respeito do planejamento familiar e o ideário eugenista. Sendo assim, analisar o caráter educativo do programa de planejamento familiar e sua relação com a eugenia, entendido como uma política voltada para pessoas desfavorecidas economicamente, tem sua relevância dentro das discussões que abrangem a atuação dos profissionais de psicologia. Ao retomar as raízes da formação do psicólogo pode-se observar que a prática psicológica muito condiz com a adequação do indivíduo a sociedade. É possível notar que historicamente a formação do psicólogo está atrelada a defesa de uma ideologia adaptacionista. Neste sentido, é inviável não levar adiante questionamentos que tangem a prática psicológica no Brasil sem retomar os aspectos eugênicos que permeiam nossa formação e atuação. No bojo de questões pertencentes à psicologia, a eugenia é um assunto que muitas vezes não se faz presente, e, quando o faz, vem carregado de um caráter ultrapassado e arraigado em tempos remotos, engendrando assim a idéia de que as práticas psicológicas superaram o modelo antigo condizente ao ideal eugênico, sem levar em conta que estas práticas podem estar apenas revestidas de roupagem atual. Nestes termos, é imprescindível discutir nossas práticas e para quais fins elas vêm sendo direcionadas, levando sempre em conta o trabalho árduo que compõe a formação de uma opinião crítica e construída de acordo com a nossa historicidade. Finalmente, entendemos que o eixo do trabalho está relacionado com área de educação, dado sua interface com políticas educacionais e com as demais esferas sociais, vinculada a orientação teórica que abrange a psicologia social. Ademais, há uma aproximação entre esta análise e o grupo de trabalho "Historicizando os Saberes Psi frente às Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos", já que o objetivo deste grupo é discutir a história dos saberes psi no Brasil e apontar suas relações com as práticas sociais e as políticas públicas de determinados momentos históricos.

Psicologia e História: a ascensão da disciplina e a decadência ideológica do capitalismo

Bruno Passos Pizzi

A Psicologia científica é um projeto que nasce num momento tardio da Época Moderna. Por meio deste trabalho pretendo investigar a relação do campo com a sociedade que o produz. Pretendo evocar as relações entre a produção da psicologia como disciplina científica e a tensão histórica própria do momento de sua ascensão, já na parte final do século XIX. Até este momento, uma série de acontecimentos econômicos, políticos e sociais haviam dado forma à sociedade liberal, industrial e capitalista em contraposição à sociedade absolutista, feudal e

aristocrática. Os acontecimentos de até meados do século XIX dão conta da progressiva e irrevogável vitória liberal sobre a sociedade medieval e implicam a superação de um regime de opressão social. Minha tentativa é a de introduzir a Psicologia nesta História. Com isso, meu empreendimento não se reduz a fazer uma História da Psicologia como um estudo do campo de elaborações psicológicas centrado nas vicissitudes das discussões no interior de cada escola ou linha, nem na interação conflituosa entre elas, marcada pela reivindicação de pares de opostos, em que cada tendência se constituiria como uma radical oposição às suas antecedentes. Minha tentativa é, antes, a de demonstrar como a Psicologia se inaugura numa sociedade que já vive uma nova tensão resultante dos desdobramentos das revoluções burguesas, da revolução industrial e das recentes mobilizações proletárias. Além de inserir a Psicologia na História, ou seja, de destacar a função histórica exercida pela disciplina, talvez seja interessante verificar como a Psicologia conta esta história. É certo que a Psicologia tem uma história, que é prioritariamente a história da elaboração e superação dos conceitos e modelos psicológicos. No entanto, a tarefa investigativa que proponho é a de localizar a constituição do sujeito moderno pelos autores da Psicologia, por meio de seus conceitos psicológicos, de suas eventuais interpretações do fenômeno social e de suas posições político-ideológicas, sejam elas apenas subjacentes aos modelos psicológicos ou enunciadas de forma direta e explícita. O projeto encontra-se em fase parcial de execução. Neste momento, meu objetivo é fazer – por meio de revisão bibliográfica – uma discussão preliminar acerca do início da psicologia nos EUA. Pretendo discutir algumas ideias e desdobramentos dos trabalho de dois dos maiores expoentes do início da psicologia americana: William James e John Dewey. Nessa discussão, minha intenção é a de localizar essas abordagens com o momento social e econômico da sociedade americana, além de realizar uma aproximação ao contexto mais amplo de consolidação da forma de produção capitalista. Um dos objetivos deste estudo é tentar verificar em que medida a psicologia, em seu surgimento histórico como ciência no final do século XIX, está inserida no que foi denominado pelo filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) de decadência ideológica. Neste estudo serão utilizadas referências bibliográficas primárias, na tentativa de buscar uma inteligibilidade pela letra dos autores, e referências secundárias, que podem indicar algo a respeito da circulação que foi dada à obra original. Uma investigação preliminar das primeiras escolas de Psicologia aponta para um objeto comum de investigação: o indivíduo. Para o desenvolvimento da sociedade liberal, capitalista, industrial, é importante a reificação do ser humano como ser individual. Não é interesse aqui negar a realidade do fenômeno de individualização, mas é preciso pensar que este é um fenômeno de superfície que tem seus

determinantes no campo econômico – com o advento do modo industrial de produção – e no campo político – com o estabelecimento do individualismo liberal. No entanto, a psicologia – em sua apresentação hegemônica – parece ignorar estes determinantes materiais e acaba por gerar dispositivos que agem por simplesmente reificar esta forma de existência.

Psicologia, religião e pensamento conservador: análise do discurso da Comissão de Direitos Humanos na aprovação do PDL 234/2011

Deborah Christina Antunes, Gislene Maia de Macêdo

A sociedade brasileira assistiu, recentemente, a uma expressão impudente das contradições históricas em sua política. Embora a união estável e o casamento civil entre homossexuais tenham sido considerados constitucionalmente legais no Brasil demonstrando certa liberalidade nas políticas, uma discussão diametralmente oposta se iniciou no cenário político do país na Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara dos Deputados desde março de 2013. Trata-se das polêmicas em torno do Projeto de Decreto Legislativo, PDL 234/2011 sobre o direito do profissional de psicologia em tratar de pessoas que dizem sofrer por sua homossexualidade. Baseando-se nos questionamentos de uma profissional da área, e de seu desejo de trabalhar clinicamente a homossexualidade como desordem psíquica, tal Comissão passou a discutir um projeto de lei que interferiria diretamente no Código de Ética Profissional do Psicólogo e autorizaria tal profissional a tratar a homossexualidade como doença ou distúrbio psíquico. Ao ignorar os debates da categoria, e com o argumento falacioso sobre uma suposta defesa da democracia e do direito tanto do psicólogo - em ser autônomo em suas abordagens -, quanto do homossexual - em "curar-se" -, os discursos dos membros da CDH revelam a presença ainda marcante de traços não apenas conservadores, mas higienistas e eugenistas diretamente relacionados à ciência psicológica e à política nacional. Não obstante tais traços fazerem parte da história do Brasil, tendo caracterizado o modo como a ciência psicológica foi utilizada nas primeiras políticas públicas de saúde e educação como instrumento de segregação e dominação da população, nas discussões atuais da CDH eles aparecem não diretamente como uma oposição à democracia. Ao defender a tolerância de todo tipo de diferença de pensamento como categoria genérica de uma democracia formal, os membros da CDH utilizam a religião como meio de difusão de ideias totalitárias de direita, de modo a evitar um confronto direto com a democracia do país. Esta não é a primeira vez que discursos conservadores aparecem vinculados ao discurso religioso em uma democracia, revelando como líderes de massas manipulam e divulgam ideias fascistas. Ao estudar o preconceito na democracia americana não anos 1940, pesquisadores do

Instituto de Pesquisas Sociais, como Theodor Adorno, Leo Löwenthal e Norbert Guterman, analisaram as técnicas de persuasão de pastores que divulgavam ideias fascistas. Esses pesquisadores mostraram como, ao se colocar entre o mundo e a psique individual, os chamados "agitadores fascistas" moldam preconceitos e tendências já existentes em doutrinas e ações manifestas. Os autores utilizaram-se da Psicanálise e da Teoria Social na realização de uma análise de discurso num sentido adorniano. O objetivo era descobrir os conteúdos latentes a partir dos conteúdos manifestos dos discursos. Deste modo eles apontaram como hostilidade irracional, frustração social e injustiça unem-se nesses discursos, de forma constelacional. Chamada por Adorno de "Psicanálise às avessas", as técnicas utilizadas pelos pastores americanos, buscavam provocar a liberação emocional, apoiando-se na falta de gratificação de uma sociedade industrial, concedendo às pessoas uma falsa satisfação em substituição à desejada, mas negada por suas circunstâncias econômicas e sociais, e, consequentemente, irracional. Ali, o antissemitismo aparecia disfarçado a partir de passagens bíblicas do Novo Testamento. Ao mesmo tempo, o ataque aos comunistas, aos radicais de esquerda e aos intelectuais era realizado de forma mais direta –era, aqueles que trabalham pela subversão do país. Fazia parte das técnicas a formação de uma determinada imagem do agitador, formas de atingir carências, ressentimentos, medos da população e um engodo ideológico nas elocuções. O agitador sempre se colocava como o "lobo solitário" e "inocente perseguido" que se dispunha a enfrentar os "outros"; um sujeito acossado e contra quem conspiram os "inimigos". Sob o disfarce da autodefesa, a agressividade aparecia racionalizada – se o perigo era o outro, o mecanismo da projeção aparecia forte e cinicamente planejado. As mesmas artimanhas aparecem nos discursos pronunciados pelos Deputados da CDH na defesa de seu projeto de lei. O objetivo dessa comunicação é mostrar, a partir de uma análise de discurso de estilo adorniana, como a discussão realizada pela Comissão em 18 de junho de 2013, é permeada por discursos de justificação, defesa e glorificação do projeto que contêm elementos muito próximos aos observados pelos pesquisadores alemães. Compreende-se que a revelação dessas artimanhas é tarefa essencial de uma psicologia social que reconhece sua função política. É importante também apontar para a necessidade de observar outra questão histórica com implicações no desenvolvimento da democracia e no fazer do psicólogo. Nos Estados Unidos os agitadores fascistas analisados pelos frankfurtianos não compunham o corpo político formal do país, no Brasil, eles ocupam cargos no governo, projetam leis e discutem direitos humanos. O pensamento conservador deixa, aqui, de ser uma questão moral cotidiana e passa a fazer parte

da instituição de leis que regem a vida dos cidadãos independentemente de sua autonomia de pensamento e capacidade crítica para pensar suas relações sociais e seu ser em sociedade.

Representações sociais de estudantes de psicologia e professores de ensino fundamental sobre a atuação de psicólogos escolares

Fernanda Fochi Nogueira Insfran

Com a ampliação, nos últimos anos, das demandas institucionais por psicólogos, passamos a viver dilemas importantes, tanto em termos de orientação da nossa formação como em relação ao atendimento de tais demandas, que ainda hoje, em geral, buscam uma atuação clínico-individual-curativa. Atentos a isso, objetivamos neste artigo evidenciar as representações sociais de estudantes de Psicologia e professores de ensino fundamental sobre que tipo de atividade os psicólogos escolares deveriam desenvolver. Além disso, buscamos conhecer as RS destes professores sobre a origem das dificuldades de aprendizagem apresentadas por seus alunos e como o psicólogo escolar poderia solucionar essas dificuldades. Obtivemos um resultado, não muito surpreendente, visto que quase metade dos professores entrevistados e um quarto dos estudantes de psicologia consideram que o papel do psicólogo escolar é clínico-terapêutico. Também tivemos como resultado, uma representação ainda bastante impregnada da construção histórica sobre fracasso escolar tão combatida por Maria Helena Patto e os psicólogos da corrente sócio-histórica da psicologia: a visão de que dificuldades de aprendizagem são fruto de problemas familiares e/ou do próprio aluno, que não consegue se adequar às normas comportamentais da escola e aos métodos pedagógicos impostos por ela. Assim, vivemos hoje, na área de Psicologia Escolar um impasse: atender às demandas clínicas e corroborar a culpabilização individual/familiar ou ampliar horizontes para uma discussão sistêmica?

Saberes Psi e Instituições Judiciárias no início do século XX

Igor Teo Rodrigues, Luiz Eduardo Veras Lopes Pontes, Beatriz Lima Costa

Cada sociedade constrói regras que regulamentam a interação entre seus membros, mantendo possível e coesa a vida social. À medida que estas regras não são seguidas, cada sociedade possui também o seu próprio modo de lidar com aqueles que a transgridem. Nos tempos finais da Idade Média eram comuns extremos suplícios ao corpo em público como forma de punição aos transgressores. Com o passar do tempo, houve uma humanização da pena, utilizando-se meios menos espetaculares na punição, mudando-se o seu sentido: punir não para vingar, mas

para corrigir. Foucault assinala que após a reforma utilitarista do direito guiada por nomes como Jeremy Bentham, foi preciso prescrever táticas específicas sobre os criminosos, e, portanto, foi necessário possuir antes um saber sobre eles. Foi preciso, pois, medir e calcular este sujeito. A prisão se tornou o lugar da pedagogia moral. No entanto, a prisão não está sozinha. Junto dela há escolas, hospitais, asilos, quartéis, fábricas etc. Todos são dispositivos de vigilância e controle, medição de aptidões e treinamento para o funcionamento com máxima eficiência de acordo com a individualidade de cada um dentro do sistema capitalista. Neles se inserem saberes como psicologia, psiquiatria e medicina. Neste contexto e buscando investigar se a perspectiva de Foucault se confirma no contexto brasileiro, a pesquisa tem como objetivo investigar as relações entre os saberes psi e as instituições judiciárias no início do século XX, principalmente no contexto do Rio de Janeiro. Para alcançar esse objetivo, os percursos a serem seguidos serão: 1) levantamento bibliográfico sobre concepções de direito; 2) levantamento e análise de documentos. Os documentos em processo de análise referem-se às 19 edições do periódico Arquivos de Medicina Legal e Identificação, meio de divulgação do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, instituição estatal vinculada a uma medicina legal comprometida com o projeto autoritário do governo Vargas, sob a direção do médico legista Leonídio Ribeiro. A partir do levantamento bibliográfico inicial, percebe-se no Brasil diferentes concepções de direito: a escola clássica, defensora dos ideais do liberalismo e do livre-arbítrio, e os positivistas, defensores do determinismo e das abordagens raciais. Nos Arquivos de Medicina Legal e Identificação encontram-se artigos defendendo estes dois pontos de vista dentro uma perspectiva de uma política de prevenção da criminalidade. Em um período influenciado pelo movimento higienista, reconhece-se também uma grande preocupação em relação a moralidade e os vícios sociais, e no afã socioeconômico de medir, diferenciar e classificar indivíduos, os saberes psi aparecem como ferramentas. Por fim, percebemos que concepções distintas do direito, e sobretudo de ser humano, parecem ter chegado no Brasil a uma combinação aparentemente paradoxal. Assim como há um liberalismo que depende do poder estatal e uma democracia racial onde negros sofrem discriminação, também há um direito penal que afirma igualdade entre todos os cidadãos. Nesse sentido surge a importância da medicina-legal, e inserida nesta última os estudos de psicologia, na concepção de que ainda que o homem seja livre e responsável pelos seus atos, também é possível apoiar-se numa visão determinista para prever e prevenir a criminalidade.

Saberes Psi no discurso pedagógico nas décadas de 1970-1980: configurações pedagógicas na Educação Especial

Daniele Uglione Fabbrin Casale dos Santos

O Objetivo dessa pesquisa foi problematizar a produção de configurações pedagógicas na Educação Especial, nas décadas de 1970 e 1980, no município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, analisando Planos de Aula, Regimentos, Atas, Relatórios e Correspondências, existentes nos acervos das instituições de Educação Especial, desse município, no período referido, observando um campo discursivo pedagógico atravessado por saberes psi que possibilitaram a produção de configurações pedagógicas específicas para uma Educação Especial, por meio de uma postura genealógica, utilizando conceitos de Michel Foucault como aporte teórico. A análise da documentação não teve um método estruturado, pois a problematização assumiu uma postura genealógica, que consiste em realizar uma leitura dos documentos, olhando os sujeitos e as produções discursivas, nos vários períodos históricos, como produzidos e, ao mesmo tempo, produtores das relações de poder, articulados sempre à saberes, numa posição ativa no interior dos discursos. A importância dessa pesquisa para a historicidade dos discursos no campo da Psicologia consiste em demonstrar que os atravessamentos entre Pedagogia e Psicologia que possibilitaram a produção de configurações pedagógicas para uma Educação Especial, focaram em abordagens terapêuticas, problemas patológicos, produção e utilização de testes psicométricos e projetivos como instrumentos de "normatização" dos sujeitos considerados "execpcionais" (atualmente utiliza-se o termo deficiênte intelectual) que circularam pelas instituições de Educação Especial, no município de Caxias do Sul, nas décadas de 1970 e 1980, para o exercício laboral, pois os resultados dessa pesquisa colocam em evidência as configurações pedagógicas operando um "dispositivo normoseador" que atua como produtor de sujeitos ativos no exercício laboral, por meio de Oficinas Terapêuticas ou Pedagógicas, vinculadas à empresas do município. Os alunos das Instituições de Educação Especial, nas décadas de 1970 e 1980, em Caxias do Sul, foram ativos como mão de obra em diversos níveis de produção, como metalurgia, mecânica, montagem, confecção de produtos fabris e artezanais; realizados em ambiente "abrigado" e observados por profissionais da educação e da psicologia, além das estagiárias em Psicologia Comunitária, do Curso de Psicologia da Universidade de Caxias do Sul; bem como, foram ativos em atividades agrícolas, pois no período histórico referido, ocorreu uma forte urbanização e êxodo rural que implicava na necessidade de manter uma constante na produção de hortifrutigranjeiros na

região. Visto essas considerações, observou-se que a industrialização e a urbanização, nesse município, atuaram como propulsores para uma profissionalização dos sujeitos com deficiência intelectual, nas décadas de 1970 e 1980, necessitando de uma produção de configurações pedagógicas específicas que operassem como motivadoras para as atividades laborais, bem como produzissem sujeitos dóceis, ajustados socialmente e capacitados para o trabalho nos quais os saberes psi circularam diretamente nessa produção; além de os estudos de abordagens e teorias da Psicologia, nos cursos de formação de professores, veio a auxiliar numa preocupação com os métodos de ensino e necessidade de conhecer o aluno, que no âmbito da educação especial, focou-se nas patologias e síndromes, possibilitando o pensar uma educação para as necessidades econômicas frente aos debates sobre deficiência e produtividade.

Uma arqueologia entre o Direito e a Psicologia: do determinismo biológico ao determinismo familiar do criminoso

Lisandra Espíndula Moreira, Maria Juracy Filgueiras Toneli

Este trabalho tem como objetivo analisar arqueologicamente enunciados que articulam família e criminalidade, em especial, problematizar o movimento enunciativo que pode ser entendido como um deslocamento histórico na explicação da criminalidade: antes buscando as causas no corpo e agora buscando as causas na constituição psíquica como um reflexo da constituição familiar. Essa análise é um recorte de uma pesquisa mais ampla, que constitui a tese de doutorado da primeira autora. O corpus de pesquisa foi composto por documentos da jurisprudência de Tribunais de Justiça da região sul do Brasil, buscando aqueles que articulavam paternidade, família e criminalidade. Privilegiamos nesta escrita os materiais em que a família figura como elemento importante e determinante para a análise do criminoso. Segundo Foucault (2001), até o fim do século XVII, não havia questionamento sobre a natureza do criminoso. É exatamente no exercício do poder de punir que surge a necessidade de se referir à natureza do criminoso, ou melhor, atribuir uma dada natureza ao criminoso. Na produção desse campo de poder/saber uma das tarefas centrais, na ânsia explicativa dos crimes sem razão, era atribuir ao criminoso uma natureza, conceder-lhe uma identidade, que ressurge nos documentos que analisei como uma "personalidade 'voltada à delinquência'" (TRF4/ 2001.70.00.011137-0/PR). É de fundamental importância recuperar arqueologicamente as figuras anormais para compreender as condições de possibilidade das inúmeras articulações entre família e criminalidade visibilizadas nos documentos, em especial, a articulação que associa ausência paterna ou famílias desestruturadas como determinante da criminalidade. Essa articulação

provém, inicialmente, da ânsia de explicação da conduta desviante (seja o anormal, o louco, o deficiente, o delinquente). Essa ânsia que ao longo do tempo foi sofrendo metamorfoses, sem abrir mão totalmente das roupagens anteriores, foi deixando de se fixar no corpo, para buscar explicações na produção de uma interioridade (tida como personalidade) e que poderia ser capturada por meio da investigação da história do sujeito. E é na história do sujeito que a família reina quase que isoladamente. Da família, investigam-se sua configuração, suas relações internas, o exercício dos papeis, o cumprimento das funções num script bastante definido e no qual, em se tratando de criminalidade, o pai é figura de destaque. Através da noção de periculosidade, o mecanismo jurídico se vale da ânsia e necessidade de explicar, conhecer, tratar e/ou prever o comportamento criminoso. Está dada a ponte para a ligação do Direito Penal com a família, lançando um olhar interessado (ou interesseiro) para as relações familiares, entendidas como determinantes da constituição da personalidade, inclusive quando ela apresenta "tendência à criminalidade". Buscar na história do sujeito, em especial na relação familiar vivida na infância, elementos que determinaram a constituição desse sujeito já evidencia certo deslocamento da noção de constituição do sujeito, que antes estava marcado por teorias raciais, eugênicas, naturalistas (buscando no corpo a marca da degenerescência), para uma noção de constituição psíquica do sujeito numa colagem com a imagem da família. Aqui se configura o deslocamento das explicações para a criminalidade: do determinismo biológico para o determinismo familiar. Antes as causas eram buscadas e encontradas (ou produzidas) no corpo e, agora, as causas são buscadas e encontradas (ou produzidas) na constituição psíquica do sujeito – que se estabeleceria como reflexo da constituição familiar e do exercício das funções de cada membro da família, inclusive do pai. A implicação dessa transição pode ser uma autorização para intervenções na família, determinando modos adequados de cuidar e criar filhos adaptados. Entendemos que a participação no GT 14: " Historicizando os Saberes Psi frente às práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos" possibilitará um diálogo bastante produtivo. Em especial, pela ênfase na problematização histórica dos interesses em medir, diferenciar e classificar indivíduos, que nem sempre busca a igualdade social e garantia de direitos. Essa ênfase coloca em questão as práticas Psi na articulação com o Direito, que muitas vezes vai obedecer aos anseios classificatórios e produzir relações causais entre determinadas formas de ser família e práticas criminosas.

"Estimular a educação eugênica": uma análise do artigo 138 da constituição de 1934

Simone Rocha

Historicamente as leis são criadas visando atender as necessidades de um determinado local e tempo, levando em consideração aspectos culturais, ideológicos e políticos sobre o qual atuam. Neste sentido, o que os parlamentares da União pretendiam fomentar justificando o estimulo a uma "educação eugênica" e a adoção de medidas legislativas e administrativas a higiene social? Reconhecer como o projeto de lei elaborado pela Comissão Brasileira de Eugenia foi aprovado e integrado na Constituição de 1934 nos permite identificar os ideais de melhoramento racial defendidos na época, a partir de mudanças estruturais na educação brasileira. Neste sentido, pensar a educação como um mecanismo utilizado pelo estado para fins ideológicos nos faz entender como que historicamente as estruturas políticas no país se utilizaram da educação para fins eugênicos de branqueamento, convertendo uma população mestiça e inferior para uma superioridade racial, capaz de propiciar os avanços sociais desejados naquele momento.

GT 15. INFÂNCIA E JUVENTUDE: A PRODUÇÃO DE CONCEITOS, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS DIREITOS HUMANOS

A criança como "sujeitos de direitos": a compreensão da infância na contemporaneidade

Camila Miranda de Amorim Resende, Ana Maria Szapiro, Alice Sicuro de Moraes Valle

O debate sobre os direitos da criança vem adquirindo um lugar central nos dias atuais, em especial após a ampla divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado no Brasil em 1990, e da Convenção sobre os Direitos da Criança. Mais de duas décadas depois da promulgação do ECA, cabe analisar a concepção de criança que perpassa estes documentos. A emergência de um discurso sobre o "interesse superior" da criança bem como a profusão dos direitos voltados a este público constituem hoje um universo discursivo que têm feito surgir uma nova problemática relativa à criança como portadora de demandas por seus direitos. As legislações sobre estes direitos, ao mesmo tempo em que destacam a importância da proteção da criança, considerada como um ser humano vulnerável, não autônomo, que reconhecidamente necessita da proteção do Estado, enfatizam também uma outra concepção bastante diversa desta. Tal concepção corresponde à ideia de que seria necessário "libertar" a criança da dominação adulta, considerando-se até mesmo que esta teria muito a ensinar ao adulto (THÉRY, 2007). Estes dois sentidos transparecem nas leis voltadas a este tema quando afirmam que a criança tem direito à proteção e ao cuidado (ONU, 1959), mas tem igualmente que ter respeitado seu direito à liberdade de opinião, de expressão, de pensamento (art. 13 – ONU, 1990). A liberdade, nesta perspectiva, não parece ser conpreendida como algo a ser

conquistado, mas como uma espécie de direito inato... Neste sentido, o ser humano nasceria livre, devendo apenas a si mesmo a sua liberdade. Ainda que o ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança enfatizem a criança como um ser em desenvolvimento, trazem como centro de suas proposições uma concepção de um estado de liberdade inerente ao ser criança. Isto coloca em questão a problemática da transmissão intergeracional, pois aqui nos encontramos diante de duas concepções divergentes, embora não necessariamente excludentes no nosso cotidiano. Uma delas diz respeito à transmissão de valores e princípios éticos, ligada a uma perspectiva de que a criança deve receber do adulto os códigos e valores necessários ao viver em sociedade. Outra concepção, filiada à ideia da criança livre da dominação dos adultos, diz respeito à concepção de que restrições à liberdade da criança impediriam seu pleno desenvolvimento. Esta concepção coloca em questão o trabalho de transmissão dos valores e dos códigos da sociedade, pois que a experiência coletiva implica em restrições à liberdade individual. Neste caso, a ausência de barreiras colocadas pelo adulto à liberdade da criança marcaria o projeto educativo da infância. O ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança, ainda que busquem contemplar a necessidade de proteção e defesa da criança, ao exaltarem um estado inicial de liberdade visto como uma espécie de direito natural destituem o trabalho de transmissão intergeracional da sua função de preparar a criança para a experiência de viver em grupo. Pensar a criança como um ser cujo bom desenvolvimento depende de um estado de liberdade (art. 3º e 4º – BRASIL, 1990) tende a produzir um curto-circuito no processo de transmissão genealógica, este que diz respeito à transmissão às gerações mais novas do conjunto de sistemas institucionais construídos pelas gerações que as precederam. Neste sentido, como ressalta Szapiro (2003), estamos lidando hoje com um não-reconhecimento, um estranhamento por parte dos mais jovens a respeito da experiência que a geração anterior teria a lhes transmitir. Assim, enfatizando a criança como sujeito de direitos, subestimando seu estatuto de recém-chegado ao mundo humano que, como tal, necessita do dispositivo de transmissão do que cada sociedade constrói na vida coletiva, a concepção de criança presente nestes documentos parece corresponder à ideia de um sujeito que se "autoconstitui".

A disciplina e a docilidade dos corpos: produção do sujeito saudável na escola pública

Leila Cristina da Conceição Santos Almeida

Este trabalho é parte de pesquisa, em andamento, realizada no Programa de Mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal do Pará com apoio da bolsa mestrado da Secretaria Estadual de Educação do Pará. O objetivo é discutir a construção histórica do presente no que

diz respeito à produção de um conjunto de procedimentos e táticas de poder sobre as práticas de cuidado com a saúde na escola. Tais práticas reúnem múltiplas forças na produção de uma determinada assistência ao corpo do indivíduo como inscrição de investimento na saúde pública. O sistema de regras que normalizam o corpo encontra na elaboração de programas públicos, legitimidade e naturalização. Hoje em dia, a produção de verdades sobre os cuidados com a saúde do corpo se inserem num conjunto de regras e normas orientadas no currículo escolar por novas práticas normalizadoras da existência adaptável e flexível. Dentre os temas sociais que atravessam transdisciplinarmente o currículo escolar brasileiro, os exames corporais compõem medidas centrais. Assim, a obesidade, a boa forma física e o corpo magro recomendam medidas de alimentação correta e realização de exercícios físicos, inclusive, desde 2007 com a implantação do Programa Saúde na Escola (PSE) do Governo Federal para os alunos da rede pública. Destaco que fiz opção pelo GT 15 por este discutir a infância e a juventude nas políticas públicas assim como, escolhi o Eixo Temático Educação por abranger as políticas de educação escolar oportunizando estudo crítico da interface psicologia social com a educação. Para tal, trago à discussão os mecanismos de poder em Foucault que analisam os dispositivos disciplinares como delimitadores da problemática da produção de práticas de docilidade e de utilidade sobre o corpo. A orientação teórica deste trabalho são as obras de Foucault Vigiar e Punir (2012) e História da Sexualidade I (1988) e a ferramenta metodológica utilizada é a análise histórica genealógica dos documentos do Programa Saúde na Escola (PSE) de 2007 a 2012. Do processo da análise desses documentos emergiram as seguintes séries discursivas: formas de constituição do sujeito induzidas por práticas que engendram domínios de saber, fazendo aparecer novos conceitos e novas técnicas para maior funcionalidade do corpo. Da aliança entre os interesses políticos do Estado com os saberes médicos e pedagógicos, diversos aspectos da vida das crianças escolares são colocados em evidência e suas mínimas manifestações foram observadas. Também o sentimento e a vontade humana são atravessados por categorias produtivistas que organizam as histórias individuais pelo ritmo das necessidades econômicas gerais e pelo ritmo das tramas micropolíticas. Por fim, o corpo se insere num conjunto de necessidades, de rigor e de prescrições que, na escola, múltiplos saberes são produzidos sobre o corpo do aluno seja por esquadrinhamentos de sua subjetivação atual seja pela criação de possibilidades diferentes de investimentos em seu futuro. Diante da análise feita e subsidiada pela problemática foucaultiana do dispositivo disciplinar, concluo que atualmente, o "corpo sadio" é o objeto dos investimentos públicos como forma de organizar a vida de determinados grupos sociais. Grupos estes que escapam ao sistema para, assim, produzir séries

regulares de integração aos pressupostos sociais desejáveis. Também, que no presente da escola, as técnicas disciplinares de individualização não cessaram, apenas operam por outros meios. Na realidade política e econômica atual do capitalismo, a qual torna normal e atualiza "necessidades" produtivas e de investimento, são materializadas outras modulações de poder menos regimentar e mais flexível sobre o corpo. E ainda, as modulações nas ações econômicas e políticas do governo, apoiam-se em saberes biomédicos como efeito de verdade que evidencia a produção da saúde pensada no link com outros discursos oficiais, como: a diminuição da pobreza e o aumento do índice de escolarização básica da população (OPAS, 2006). Nesse sentido, as estratégias de cuidado com a saúde, além de filiadas a um conjunto de graus de normalidades biomédicas, estão inscritas como práticas de gestão do risco social.

A intervenção pedagógica da Política de Assistência Estudantil na UFJF

Franciene Aparecida da Silveira

Em decorrência das transformações ocorridas século XX, tanto na economia quanto no trabalho, suscitaram consequências diretas no processo de mudanças sociais e consequentemente, transformaram as políticas sociais (direitos à saúde, educação, previdência e assistência social, entendidos como direitos sociais inalienáveis dos cidadãos sendo o Estado como portador desses benefícios). A prioridade dos governos brasileiros, na sociedade contemporânea, tem sido a inserção do país no mercado globalizado, sendo assim, as políticas sociais estão atreladas ao bom desempenho da economia. A educação passa a ser uma forma de transformação e desenvolvimento econômico, cada vez mais submetida à competitividade, a eficiência e a produtividade. Libâneo (2003) afirma que, para contemplar as regras do mercado, a educação busca uma eficiência pedagógica através de uma pedagogia da concorrência, da eficiência e dos resultados. Assim, em conformidade com os interesses do mercado são alicerçadas mudanças de várias ordens nos sistemas de ensino. Dessa forma, a educação apresenta-se como indispensável, para fazer frente às exigências que a sociedade atual vem requerendo dos trabalhadores, já que as habilidades, como dinâmico, competitivo e flexível contribuem para acumulação de capital e beneficiam a expansão, cada vez maior da lógica do mercado. Entre as políticas sociais, encontra o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que busca criar mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso superior dos estudantes, oriundos de classes sociais menos favorecidas que antes não conseguiam se manter em uma graduação. De acordo com Barbosa e Brandão (2007) pode-se afirmar que o maior desafio enfrentado pelas universidades federais é acolher o público oriundo da escola pública e aos

grupos étnicos historicamente desfavorecidos. A instituição do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), em 2007, busca reduzir as desigualdades sociais e regionais e ampliar e democratizar as condições de acesso e permanência dos jovens no Ensino Superior público federal. O Pnaes tem como objetivos: "garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida" (FONAPRACE, 1993); viabilizar a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico; entre outros. De acordo com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) as ações da Assistência Estudantil, respeitando a autonomia e as especificidades de cada instituição, deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I – moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (DECRETO 7234/10). O Apoio Pedagógico tem o intuito de orientar individualmente ou em grupos os alunos nas demandas pedagógicas, ou seja, nos processos de aprendizagens, auxiliando na elaboração do plano de estudo dos alunos, acompanhando o desempenho acadêmico, proporcionando espaços para a interação dos alunos. Esse Apoio, na UFJF, acontece através de oficinas pedagógicas com objetivo de trabalhar os conteúdos relacionados com a gestão e organização do tempo no contexto acadêmico, estratégias e atitudes para um melhor desempenho nas provas e na apresentação de trabalhos, além de atendimentos individuais. Da forma como essas oficinas são realizadas, atualmente, pode-se dizer que estão em conformidade, com a "pedagogia das competências" (Saviani, 2007), a pedagogia da concorrência, da eficiência e dos resultados (Libâneo, 2003). Sendo assim, tem andado rumo à uma educação competitiva e individualista, contemplando as regras do mercado. Pode-se perceber que, hoje, a maior parte das mudanças na política pública de educação reside na expansão do segmento federal de ensino superior (universidades, campis e quadro docente e funcional), juntamente com ações preventivas direcionadas à população estudantil oriunda da escola pública e aos grupos étnicos historicamente desfavorecidos. Não basta, entretanto, assegurar-lhes o acesso: é preciso considerar que o compromisso efetivo do estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência

de todos os estudantes na universidade, até a conclusão do curso escolhido através da formulação de programas que busquem atenuar os efeitos das desigualdades existentes provocadas pelas condições da estrutura social e econômica (FONAPRACE, 1997). A Assistência Estudantil tem grande papel a desenvolver, pois é preciso reconhecer a necessidade de superação das peculiaridades nos processos de ensino e aprendizagem que os alunos enfrentam. Cabe à universidade como instituição do ensino superior dedicar-se à formação do cidadão ético, responsável socialmente e cooperativo, pois seu papel deve ir além da formação do profissional e do especialista. Mesmo que os resultados históricos não tenham atendido a essa perspectiva, isso não inviabiliza essa finalidade.

Adolescência e adoção: os desafios na constituição da identidade

Pablo Henrique Alves Guerra, Dayane Dias Braz, Patricia Alves Dal Piccolo, Bruna Souza Magalhães, Ethyene Andrade Costa

Adoção simboliza uma maneira de proporcionar uma família às crianças ou adolescentes que por algum motivo foram privados dos cuidados de seus pais biológicos. O que se observa, entretanto, é uma grande relutância por parte dos pretendentes à adoção a aceitarem crianças mais velhas como filhos adotivos, fazendo com que o índice da chamada adoção tardia seja muito baixo. Esta acontece, mais frequentemente, por casais estrangeiros. Pela grande dificuldade em encontrar casais que adotaram um adolescente, focamos nossa pesquisa em jovens que foram adotados quando criança e que hoje estão passando pelo período da adolescência, um período de transição entre infância e maturidade em que há uma intensa busca pela identidade. As mudanças no corpo e na aparência podem desencadear interesse pelas suas origens e a curiosidade de conhecerem seus pais biológicos, além disso, os conflitos presentes entre os membros de uma família (que não ocorrem, necessariamente, por se tratar de uma família ligada por laços adotivos) podem gerar discussão acerca do julgamento por parte do jovem de que seus pais não o compreendem, e frases como “Minha mãe biológica me entenderia” podem ser ditas com frequência. Ademais, o adolescente pode começar a ter comportamentos de risco, que despertem a ira e preocupação em seus pais como forma de testarem seu amor. A forma como a família encontrará para lidar com esse desejo do filho dependerá de como a adoção fora elaborada até o momento; a motivação da adoção, os cuidados físicos e emocionais, a construção do vínculo e de laços significativos entre os membros da família, a história da infância do adolescente (seja em abrigos ou com sua família biológica), a marca do abandono e hereditariedade são alguns dos fatores que podem interferir na forma

como essa família se estruturou. Essa pesquisa, então, objetivou compreender a dinâmica que se estabelece entre adoção e adolescência. Metodologicamente, utilizamos como estratégia a entrevista com profissionais da área da psicologia que trabalhavam no fórum da cidade de Uberlândia-MG para entendermos as peculiaridades envolvidas no processo de adoção; fomos apresentados, também, ao cadastro nacional no qual estão inseridos todos os pretendentes à adoção, bem como as crianças institucionalizadas. Em sequência, visitamos uma ONG, que atualmente é o órgão responsável por fazer acompanhamento com os pais que pretendem e com os que já adotaram. Por meio de conversas com a idealizadora da ONG obtivemos acesso aos outros serviços prestados pela sua equipe e tivemos a chance de participarmos de algumas reuniões abertas promovidas por ela. Na maioria das reuniões estavam presentes pais e mães adotivos, casais que pretendiam adotar uma criança e outras pessoas que se interessavam pelo tema. Observamos que um assunto recorrente nas reuniões era a discussão acerca do filho real x filho ideal, tendo como base depoimentos de pais que achavam que a criança recém-chegada se adaptaria à sua nova casa, quando, na verdade, foram eles que tiveram que passar por um processo de desconstrução de duas expectativas. Na última etapa de nossa pesquisa, tivemos a oportunidade de conversar com uma família cuja filha de 17 anos, que havia sido adotada com algumas semanas de vida, nos relatou suas impressões acerca de sua história, deixando claro que, atualmente, esse fato é pouco relevante, chegando, muitas vezes, a esquecer que não é filha biológica de seus pais. A partir das vivências e observações realizadas foi possível considerar que o processo de adoção pode representar um processo complexo, que envolve diversas readaptações para todos os envolvidos. Além disso, o desenvolvimento da criança adotada pode estar vinculado a uma série de questionamentos e dúvidas quanto a sua origem e seu lugar no mundo e na sua família. A adolescência, enquanto período convencionalmente considerado como seio de grandes mudanças, pode muitas vezes representar um momento conturbado para quem foi adotado. Entretanto, se a família adotiva for capaz de lidar com os questionamentos, respeitando a busca de identidade dos adolescentes e amparando-os nos momentos de incerteza, essa etapa tenderá a ser menos dolorosa tanto para o adolescente quanto para a sua família. Torna-se importante repensar a atuação do psicólogo no processo de adoção, tanto no que tange às medidas legais quanto no auxílio ao enfrentamento de eventuais dificuldades, já que a adoção pode ser uma importante alternativa de apoio e construção de laços para muitos que foram privados desse direito.

Bem-estar infantil e as percepções das crianças

Bibiana Ramos dos Santos, Fernanda Czarneski Borges, Jorge Castella Sarriera

O bem-estar subjetivo infantil é um tema relativamente recente no mundo acadêmico, sendo parte da psicologia positiva que se dedica aos aspectos positivos do desenvolvimento, promotores de saúde, satisfação de vida e bem-estar. Alguns países têm considerado os estudos sobre bem-estar infantil como estratégia importante para a construção de políticas condizentes com as necessidades apontadas pelas crianças (McAuley, McKeown & Merriman, 2012; Casas, Tiliouine & Figuer, 2013; Gray, Chamratrithirong, Pattaravanich & Prasartkul, 2011; Goswami, 2012). O bem-estar infantil é apresentado pela literatura como tendo diversos conceitos, indicadores e maneiras de ser medido e avaliado. (Casas, Gonzáles & Navarro, 2013). Importantes estudos preocupam-se em entender como o bem-estar infantil é definido, quais são seus domínios e indicadores. (Pollard & Lee, 2002). Pesquisadores nessa área entendem que a construção de políticas públicas voltadas às crianças precisa passar pelo entendimento do que é caracterizado por elas mesmas como bem-estar. Diversos estudos atuais têm se preocupado em considerar as perspectivas das próprias crianças sobre seu bem-estar, deixando de lado o foco adultocêntrico na produção desse conhecimento. Essas pesquisas têm deixado claro o quanto as crianças tem a dizer sobre o que lhes faz bem e o que se deve considerar quando pensamos em ações voltadas a elas (Corsaro, 2009; McAuley, McKeown & Merriman, 2012; Redin, 2009).Nesse sentido, o presente trabalho constitui-se na etapa qualitativa de um estudo que visa identificar significados e concepções de bem-estar atribuídos pelas próprias crianças com idades entre 8 e 12 anos. Na etapa quantitativa, a amostra foi de 2000 crianças, de ambos os sexos e provenientes de cinco cidades do Rio Grande do Sul. Já na etapa qualitativa, até o momento foram entrevistadas 31 crianças na cidade de Porto Alegre, através da técnica de grupos focais.Foram analisados um grupo de meninas, um de meninos e um misto, através da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), para conhecer as percepções dessas crianças sobre bem-estar pessoal e sobre as variáveis psicossociais identificadas no primeiro estudo. Buscou-se estabelecer uma compreensão dos dados vivenciados em campo, a fim de compreender de forma mais integrada e articulada as opiniões das crianças participantes, ampliando-se o conhecimento sobre o tema. Segundo Minayo (1996), a abordagem qualitativa permite acessar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, aspectos esses que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.Cada grupo de discussão foi composto por 10 crianças, que voluntariamente aceitaram participar do estudo,

após serem consentidas por seus responsáveis. Foram selecionadas de acordo com os requisitos de seleção de participantes para pesquisas qualitativas, ou seja, os princípios de exaustividade, a representatividade da amostra, a homogeneidade e a pertinência (Vieytes, 2004).Os resultados parciais apontam convergência dos temas emergentes. Dentre os aspectos mais destacados como importantes para o bem-estar, as crianças apontaram a relação com a família e com os amigos como principais fontes de apoio, mesmo que em alguns momentos haja conflitos com essas mesmas pessoas. Tendem a diferenciar amigos de colegas, enfatizando que os amigos estabelecem relações de confiança, proximidade e intimidade. Em relação a fatores na família que diminuem o bem-estar destacaram brigas familiares – entre os pais, e pais e filhos -, e preocupações, geralmente associadas à separação dos pais. A vizinhança foi apontada como outro aspecto relevante para o bem-estar infantil. A familiaridade com o local, com os vizinhos e a presença de amigos, além de locais que propiciem a brincadeira, são entendidos como importantes para o bem-estar, proporcionando sensação de apoio e segurança. A presença de parques, praças públicas ou campos para jogos foram evidenciados como importantes para que se sintam bem. A natureza foi citada como uma fonte de sensações de tranquilidade e liberdade, tais como locais com árvores, verde e ar puro; porém, aspectos como lixo e poluição foram citados como redutores de bem-estar. A religião é considerada importante, na medida em que oferece apoio em situações difíceis, sendo uma forma de coping. A escola aparece com grande destaque nos grupos, sendo percebida como um local de aprendizado, de encontro com os amigos e onde estabelecem relações positivas com professores e funcionários, proporcionando bem-estar. Porém, foram apresentados aspectos negativos como o estresse ocasionado por provas e avaliações e relacionamentos ruins com professores e colegas, como bullying.Nesse sentido, a escuta das crianças foi importante para observarmos sua própria percepção das questões que interferem em seu bem-estar. Mostraram-se ativamente conscientes do que necessitam para sentirem-se bem. Fica claro que os diferentes contextos dos quais fazem parte têm influência direta nas suas vidas. O presente estudo procura proporcionar subsidios ancorados na perspectiva infantil, em detrimento da perspectiva adultocêntrica, sobre o que contribui para seu bem-estar e qualidade de vida. Foram explorados pelas crianças diversos contextos onde pode haver intervenções e propostas de políticas públicas executadas por profissionais de diversas áreas como educação, saúde, sociologia e psicologia.

Conflitos e sucessos na relação entre crianças e adolescentes em situação de rua e o governo

Fábio Santos de Andrade

Trata de uma pesquisa qualitativa fenomenológica, em andamento, que busca compreender o cotidiano de crianças e adolescentes em situação de rua no município de Vitória da Conquista – Bahia, tendo como base a atuação da Unidade de Educação de Rua no período de 1999 a 2008 e do CREAS POP (Centro de Referência Especializado de Assistência Social à População em Situação de Rua), implantado em 201 como o novo programa de atenção e garantia dos direitos dos que estão em situação de rua. Após mudanças políticas e socioeconômicas ocorridas em nível nacional, decorrentes do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, o município supracitado, governado pelo quinto mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT), implantou várias políticas públicas, objetivando a proteção e a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, no entanto, em contraponto, o número de crianças e adolescentes em situação e rua tem aumentado significativamente. Historicamente, Vitória da Conquista viveu, nos primeiros anos do período pesquisado, uma fase ímpar no que se refere ao atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de rua. Cria-se, em 1997 o Programa Conquista Criança e vinculada a este a Unidade de Educação de Rua (1999), sendo a principal ação de atendimento aos que estavam em situação de rua. No entanto, as críticas de parte da sociedade sobre a ocupação dos espaços públicos urbanos para a realização de atividades de educação de rua provocaram consecutivas desativações/ativações da Unidade, sendo sua última versão desativada em 2008, mesmo apresentando resultados qualitativos. Em 2011 foi instalado o CREAS POP que já enfrenta os mesmos problemas que provocaram a desativação da Educação de Rua. Importa destacar que nas fases de inexistência de uma ação destinada a atender os que estão em situação de rua, estes criaram táticas de recusa, resistência e resiliência as demais ações do governo (assistencialistas, compensatórias e/ou sócio educativas). Tal situação aponta a necessidade constante de compreender o cotidiano das crianças e adolescentes em situação de rua, as relações de sociabilidade estabelecidas e as táticas de ocupação e domínio dos espaços públicos urbanos, provocadoras da recusa às propostas do governo e das Organizações Não Governamentais. Nessa trilha a pesquisa busca aporte teórico metodológico na compreensão fenomenológica proposta por Merleau-Ponty (1994, 2006, 2009); na Sociologia do Cotidiano, proposta por José Machado Pais (PAIS, 2003) e na Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por Thompson

(2007). Bem como nas experiências de pesquisa desenvolvidas por Denise Bomtempo Birche Carvalho (2004), Antônio Carlos Gomes Costa (1999), Carmem Maria Craidy (1998), Marisa Feffermann (2006), Maria Stela S. Graciani (2005), Lígia Costa Leite (1998), dentre outros. Sabe-se que a inserção do pesquisador no "mundo" das crianças e adolescentes que estão em situação de rua é extremamente difícil, tendo em vista, sobretudo a sua capacidade de elaborar rápida e habilmente histórias fictícias, características da vida cotidiana, que transportam o pesquisador a uma irrealidade/realidade sobre o que seja a "vida na rua". Assim, para imersão no cotidiano da criança e do adolescente em situação rua, objetivando a coleta de dados, optou-se pela Pedagogia do Desejo (metodologia desenvolvida de pelo Projeto Axé – Salvador – BA), tendo em vista que duas de suas fases de ação (paquera e namoro) possibilitam uma compreensão qualitativa do cotidiano dos que estão em situação de rua, por meio do vínculo positivo estabelecido. Os resultados parciais demonstram que as políticas públicas, que visam resultados em curto prazo, não têm desenvolvido ações capazes de estabelecer vínculos de confiança entre educadores e educandos em situação de rua, necessários para possibilitar o "desejo" de uma vida norteada por atividades desenvolvidas fora da rua, nem tão pouco, as instituições de sócio assistenciais têm oferecido "benefícios" superiores aos da rua. Assim, é possível perceber que crianças e adolescentes continuam a erguer seu "mundo invisível" na rua, estabelecendo códigos, símbolos e signos próprios, que afrontam o poder público e que os vinculam cada vez mais aos espaços públicos urbanos.

Contribuições da Psicologia Sócio-Histórica para Educação Popular desenvolvida com adolescentes

Flaviana Franco Naves

Este trabalho parte de uma dissertação de mestrado e tem como objetivo ampliar os conhecimentos produzidos acerca da prática em Educação Popular com adolescentes de classe baixa e refletir sobre as possíveis contribuições da Psicologia Sócio-História para a Educação Popular e para pessoas que atuam na área da educação junto a adolescentes. O recurso metodológico utilizado para contemplar este objetivo foi a análise dos sentidos constituídos por um profissional educador popular sobre a sua prática desenvolvida com adolescentes de classe baixa. A pesquisa configurou-se como qualitativa e teve como orientação epistemológica e metodológica a Psicologia Sócio-Histórica. Teve como sujeito um educador popular que atua junto a adolescentes de classes populares. O instrumento utilizado para obtenção de informações foi o da entrevista do tipo semi-estruturada, na modalidade recorrente, tendo sido

realizadas ao todo três entrevistas com o mesmo sujeito. Como procedimento de análise utilizou-se a Estratégia de Análise dos Núcleos de Significação apresentada por Aguiar e Ozella (2006), que visa uma aproximação das zonas de sentido do sujeito saindo do empírico rumo à interpretação. Este procedimento de análise resultou em cinco Núcleos de Significação, sendo que para este trabalho daremos visibilidade a dois deles que expressam: 1) a contradição entre a concepção de homem inatista e a historicizada e, 2) essa mesma contradição para concepção de adolescência. Em relação à concepção de homem compreende-se que o elemento que a compõe e é ressaltado pelo sujeito para pensar a sua prática educativa é: acreditar no homem como ser inacabado, em constante transformação. Nos momentos em que ele pensa o homem de forma generalizada e abstrata, ou seja, desarticulado da prática educativa, é reconhecido em sua fala uma tensão entre conceber o homem de forma inatista ou de forma historicizada, sendo que tais concepções, ora coexistem em harmonia, ora são produtoras de tensão. Essa tensão é conferida pela contradição entre social x inato e pela dicotomia social x individual. O sujeito considera que o social constitui as formas de ser, agir e sentir dos homens, mas ele não consegue abandonar a concepção inatista de que algumas características nasceriam com o indivíduo e que outras, como a curiosidade, seriam próprias da espécie humana. O pensamento inatista trazido por ele é amplamente disseminado e arraigado no imaginário social e compreendeu-se que, para ele, retirar os elementos naturais do homem significaria quase que retirar sua humanidade, seria deixar de ser humano. A Psicologia Sócio-Histórica defende o contrario: a humanidade só existe pela possibilidade do homem de se apropriar da cultura, da história e do que é social. Apesar dessa tensão existir e ser recorrente na fala do sujeito, a ideia inatista que carrega ideias de estagnação, paralisia e imutabilidade praticamente desaparece quando ele desenvolve e pensa sobre sua prática com adolescentes de classe baixa, dando espaço para a ideia de homem historicizado, de transformação, de movimento e de mudança, tendendo para uma perspectiva dialética. Desse modo, na contradição entre sócio-histórico x natural, os elementos sócio-históricos são priorizados. A tensão contida na concepção de homem se repete para a concepção de adolescência/juventude. Do mesmo modo, o sujeito considera os determinantes econômicos, político-sociais e os fatores histórico-culturais como responsáveis pela atual situação da adolescência no Brasil, mas em alguns momentos também descreve esse adolescente por meio de características que seriam naturais e universais a essa fase da vida. Por mais que o pensamento naturalizante esteja presente em sua fala ele não é elemento de destaque em sua relação com esse jovem, ou ainda, mesmo que ele privilegie em sua prática as questões sociais às questões individuais, ainda assim existe a dicotomização do homem. Em outras pesquisas

encontra-se a priorização do individual ressaltando e sustentando o que acredita-se ser natural o que culmina em práticas patologizantes e naturalizantes dos adolescentes o que não colabora para que eles se sejam seres ativos de construção social e de construção de si mesmos. Defende-se aqui que a Psicologia Sócio-Histórica constituir-se um colaborador para a construção de práticas e pensamentos que estejam em coerência com a educação enquanto promotora de humanização e transformação social, e logo com os princípios da Educação Popular que tem como principal autor Paulo Freire. O recurso metodológico das entrevistas recorrentes mostrou-se útil para despertar movimentos de superação dessa visão naturalizada na medida em que foi possível trazer para o sujeito as contradições presentes em sua fala e o convidou a refletir sobre sua forma de pensar seus educandos e a sua prática, sendo que ao analisar o percurso em ordem cronológica pode-se localizar os movimentos de surpresa, reflexão e transformação de seu pensamento.

Desenvolvimento humano e projeto de vida: problematizando adolescência, gênero e sexualidade em escolas públicas do semiárido alagoano

Antonio César de Holanda Santos

Nosso trabalho tem o intuito geral de apresentar a proposta e resultados do projeto de extensão que visa discutir o desenvolvimento psicossexual de adolescentes no semiárido alagoano, através de estudos e intervenções sobre o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes nos contextos escolares, realizados por professores e estudantes dos cursos de Psicologia e Serviço Social da Unidade Educacional de Palmeira dos Índios, pertencente ao Campus Arapiraca, da Universidade Federal de Alagoas. Para tanto, priorizamos os estudos sobre gênero e sexualidade no ambiente escolar com base na psicologia sócio-histórica. O objetivo geral é orientar adolescentes no que toca aos aspectos sadios de desenvolvimento psicossexual. Também objetivamos: criar espaços de discussão de concepções de gênero e vivência da sexualidade com esses adolescentes; identificar e disseminar políticas públicas e/ou educacionais promotoras do desenvolvimento psicossexual de crianças e adolescentes; possibilitar uma nova configuração das concepções e relações de gênero, em substituição às práticas estigmatizadoras de mulheres, homossexuais e vivências da sexualidade, bastante sedimentadas no contexto do semiárido alagoano; e também discutir projetos de vida com adolescentes a partir dos espaços de discussão sobre gênero e sexualidade. As atividades estão sendo realizadas em escolas públicas dos municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, que figuram entre os maiores municípios do semiárido de Alagoas. Faz-se necessário ressignificar

posturas e conceitos que subjugam homens e mulheres homossexuais, bem como práticas socialmente aceitas de desvalorização da mulher diante do homem. Estamos propondo essa ressignificação junto a adolescentes em processo de desenvolvimento psicossexual. Para tanto, temos a intenção de ir além do processo de transmissão de informações. Estabelecemos como metodologia inicial o estudo de temáticas específicas à sexualidade, gênero, diversidade sexual e políticas públicas/educacionais correlatas. Discutimos, junto com os educadores e gestores das escolas escolhidas, os objetivos, justificativa e metodologia do projeto de extensão. Paralelamente planejamos as atividades a serem realizadas nas oficinas, elaborando materiais sobre gênero, desenvolvimento humano e sexualidade. Estamos atrelando as problematizações junto a uma discussão que visa a emancipação dos sujeitos, a partir do debate em torno dos novos papéis gênero na sociedade, da diversidade sexual e de um projeto de vida articulando a vivência da sexualidade com possibilidades e limites inerentes a essa prática. Nossa proposta se justifica à medida que a disseminação de informações por si só não tem garantido a vivência sadia da sexualidade. As oficinas estão sendo realizadas, mas já podemos apontar, entre dificuldades e avanços, algumas considerações. Temos conquistado, principalmente no contexto mais urbanizado que se constitui no município de Arapiraca, o envolvimento dos professores e gestores na formulação dos espaços de discussão junto aos adolescentes. Na escola estadual onde estamos atuando tivemos abertura para divulgação da proposta e formação dos grupos. Temos observado boa disponibilidade dos jovens em discutir os temas relacionados ao desenvolvimento físico e psicológico. Todos de certa forma tem participado ativamente das atividades do grupo. Mas avaliamos que concepções conservadoras em torno da sexualidade tem sido abordadas por esses adolescentes. Práticas que parecem denotar avanço dos sujeitos tem escamoteado falas mais efetivas em torno de suas vivências da sexualidade. Um dos dois grupos das oficinas, por exemplo, tem apresentado, de forma homogênea, uma coesão em torno da religiosidade como balizadora de opiniões e relatos. O mesmo grupo abriu mão da caixa de perguntas, argumentando disponibilidade para discutir temas delicados de forma aberta. Porém, observamos que temáticas que envolvem relativização dos tabus relacionados a costumes locais conservadores, tais como iniciação sexual e homossexualidade, tem sido vivenciadas nas oficinas sob a perspectiva do silenciamento e da limitada participação. Na escola municipal de Palmeira dos Índios, que atende até o ensino fundamental, temos observado a precocidade da vivência da sexualidade, sobretudo nos relatos diretos e indiretos das meninas participantes e dos gestores da escola. Seus posicionamentos em torno da vida sexual iniciada aos 10, 11 e 12 anos, como constatamos, tem indicado relação direta com as condições sócio-econômicas

desses jovens e familiares, assim como tem tido ressonância no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que alguns dos participantes tem tido o rendimento escolar insatisfatório. Nos dois grupos as atividades tem sido direcionadas para a discussão do projeto de vida atrelado a vivência da sexualidade, pois consideramos que a forma como o contexto determina a vivência da sexualidade tem sido geradora de sofrimento psíquico e contradições diante de contextos que, por exemplo, oferecem, mesmo que precariamente, apoio emocional e estrutural para adolescentes grávidas, ainda que elas não constituam família; tornando invisível ou inaceitável a vivência da homossexualidade; ou com a manutenção da base patriarcal na constituição dos elos familiares; entre outros.

Diagnósticos de TDAH e Inclusão: análise de efeitos de poder no cotidiano escolar

Renata Monteiro Garcia

Os debates que envolvem o tema da inclusão escolar como política pública precisam aprofundar o olhar sobre a temática da produção de diagnósticos e intervenções clínicas que patologizam a dificuldade de escolarização e têm se constituído como principais justificativas para a indiscriminada medicalização de nossas crianças e adolescentes. Os comportamentos indesejados, tais como a inquietude, a desatenção, a agitação, têm sido tratados cotidianamente como desordens químicas e os discursos especialistas dominantes afirmam que a medicalização é o único recurso possível para moldar o comportamento tido como desviante. As práticas e discursos produzidos em nome do cuidado e da normatização põem para funcionar poderosas engrenagens que submetem crianças e adolescentes a uma maquinaria de poder cujas engrenagens podem ser localizadas no cotidiano escolar. Este trabalho tem como objetivo principal analisar de que maneira o diagnóstico de Transtorno Hipercinético e os discursos e práticas ligados a ele, interferem em arranjos institucionais, práticas educativas e na produção de subjetividades em escolas de Ensino Fundamental da rede pública. A pesquisa se relaciona com o Grupo de Trabalho por compreender que a demanda pelo diagnóstico de Transtornos Hipercinéticos, a maneira como este é recebido pela Escola e a intervenção medicamentosa constituem-se importantes analisadores dos modos como o conceito de infância “normal” circula nas produções sociais contemporâneas. Importa compreender as relações de poder que operam não só pelo discurso médico, mas que se presentificam nas práticas pedagógicas que demandam por diagnósticos e prescrição de medicamentos para lidar com a diferença. Assim, perceber os arranjos políticos, subjetivos e institucionais que permeiam estas questões pode tornar-se uma possibilidade de forjar novas práticas educacionais. Entendemos que os debates

críticos sobre esta configuração podem ser de diversas ordens: a compreensão da infância e adolescência como categorias históricas, o controle médico sobre o corpo e a vida, a implicação da escola com os comportamentos ditos inadequados, os desafios que envolvem uma nova prática pedagógica que não se limite ao encaminhamento a profissionais de saúde, a compreensão das diferenças subjetivas em contraposição a uma postura normatizadora e docilizante, o entendimento dos fenômenos subjetivos como atrelados a aspectos históricos, políticos e culturais. O trabalho constitui-se como uma pesquisa de campo, desenvolvida pela Universidade Federal da Paraíba junto a escolas do Litoral Norte paraibano. Para sua realização, desenvolvemos um levantamento documental referente a encaminhamentos feitos pela escola, planejamento pedagógico, relatórios, entre outras fontes relativas aos processos de comunicação entre escola, pais e profissionais da saúde, práticas pedagógicas e diagnósticos relativos aos Transtornos Hipercinéticos. Além disso, realizamos entrevistas com professores e coordenadores de 3 escolas selecionadas para fazer parte da primeira fase da pesquisa. O trabalho em tela encontra-se em fase de análise preliminar dos dados. O que pudemos observar até o momento é que o encaminhamento de alunos, por parte dos educadores, aos profissionais de saúde por motivos de comportamento agitado ou dificuldade de aprendizagem, dificilmente são problematizados ou compreendidos como resultado de fatores multicausais. Da mesma maneira, quando uma criança apresenta laudo ou relatório médico que diagnostica algum Transtorno Hipercinético, os profissionais da escola não se sentem preparados para atuar pautados nas políticas de inclusão ou na cultura de direitos humanos. Acreditamos que os atores envolvidos com o universo escolar precisem se apropriar de ferramentas potentes de afirmação da diversidade e reinventar suas atuações para lidar com a diferença, ao invés de recorrer a intervenções medicalizantes. Para isso, apostamos na possibilidade de que a pesquisa seja uma ferramenta que promova a ampliação de práticas educacionais inclusivas e a invenção de novas resistências ao modelo médico de intervenção. Esperamos que o resultado desta pesquisa, ao ser disponibilizado coletivamente para as escolas participantes, possa gerar debates e diálogos que fomentem a construção de outras parcerias entre Escolas e Universidade capazes de disparar a construção de outras possibilidades de parceria e intervenção nas práticas cotidianas do fazer educacional e resistência ao paradigma da infância normatizada.

Ideários, valores e lutas de jovens militantes de Maceió

Juliano Bonfim dos Santos, Ana Cecília Ramos Ferreira da Silva, Marcos Ribeiro Mesquita, Carolina Cavalcante Lins Silva, Erise Veloso de Amorim Padilha

Nos últimos anos há um crescente investimento em estudos sobre as juventudes. Esses estudos buscam pesquisar, a partir de variados enfoques, como essa categoria está inserida nos campos da educação, saúde, trabalho, cultura e política. O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa intitulada "Juventudes, movimentos e culturas: a participação juvenil na cidade de Maceió" iniciada em 2010 e finalizada em 2012. Essa investigação nos dá auxilio para pensar e compreender melhor, a partir das experiências militantes, as questões centrais da relação juventude e política. Buscou-se nesta pesquisa analisar e compreender a participação de jovens em diferentes contextos da cidade, a partir de suas formas de organização e mobilização, das dificuldades e dos valores que permeiam as práticas participativas destes jovens. Para tanto, foram realizados grupos focais e entrevistas individuais com 13 jovens de idades compreendidas entre 18 e 29 anos, representantes de três esferas participativas - política, cultural e religiosa - que tem inserção e visibilidade na cidade. Em todas as suas etapas a pesquisa foi norteada por uma discussão que mostra a juventude e suas diferentes formas de mobilização, bem como o lugar que essas juventudes ocupam dentro da sociedade. A partir das questões da entrevista que abordavam as bandeiras de luta dos jovens contemporâneos, suas reivindicações, suas demandas e necessidades, podemos pensar em alguns pontos comuns que demarcam diferenças específicas dos contextos em que os grupos estão inseridos. Assim, afirmamos que existem inúmeros motivos para que os jovens se organizem; suas principais bandeiras de luta estão relacionadas a uma vida mais digna, ao acesso de todos à educação, à saúde e ao lazer, às políticas públicas para as juventudes, contra a violência e extermínio de jovens, a ocupação de espaços de poder com práticas participativas que estimulem o protagonismo juvenil, além de lutas que marcam características próprias dos grupos aos quais fazem parte, como o incentivo à cultura. Sabemos que os jovens são os mais afetados em termos da desigualdade e isso tem repercussões na garantia de direitos básicos para essa população, o que é fortemente trazido por eles em seus discursos. Nesse contexto, buscamos também pensar as dificuldades que esses jovens encontram em suas trajetórias militantes, considerando os espaços em que estão inseridos, que mostram demandas e identidades distintas. As dificuldades são encontradas em todos os âmbitos de suas vidas, que vão desde a necessidade de conciliar suas atividades políticas com outras atividades cotidianas, até o preconceito que sofrem por serem jovens ou por estarem inseridos em grupos culturais ou religiosos, passando pela falta de incentivo e apoio dos familiares e amigos que podem se tornar um empecilho capaz de prejudicar a participação mais efetiva. Contudo, apesar das dificuldades, valores como amizade, solidariedade, sentimentos e desejos de transformação, compromisso social, entre outros,

aparecem como motivos importantes para que esses jovens continuem participando. Percebemos diferentes compreensões acerca da política, que refletem o tipo de organização em que esses jovens estão inseridos, bem como a trajetória individual de cada militante que constroem suas identidades. A relação entre os jovens e a participação política nos mostra esse reflexo da juventude enquanto categoria social, com suas especificidades e diversidades, onde cada um concebe a política de um modo e a participação sai um pouco do formato tradicional. A partir disso, concluiu-se que suas pautas e reivindicações, o modo como se organizam e os valores que os motivam a participar, refletem o que compreendem sobre política e o que acreditam.

Infância na contemporaneidade: concepção de professores acerca do individualismo e consumismo

Bianca Ferreira Rocha

Tendo como motivação inicial a questão "Como o ato de conceituar se relaciona com a atividade humana, concebida de uma forma generalizada, e dentro dela, influencia a relação dos distintos campos do conhecimento, as escolhas do cotidiano, a ação política?", proposta pelo GT Infância e juventude: a produção de conceitos, as políticas públicas e os direitos humanos, o presente trabalho tem o objetivo de discutir sobre as concepções dos professores das séries iniciais do ensino fundamental a respeito da sua prática frente ao consumismo e individualismo na infância contemporânea. Tal trabalho é fruto de uma de pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem como foco de discussão questões relacionadas a infância contemporânea sob a ótica docente. Para alcançar os objetivos propostos foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com professores das séries iniciais do ensino fundamental que estão sendo analisadas por meio da análise de conteúdo. Estudar a infância nos tempos atuais tem se tornado um grande desafio para os pesquisadores devido as constantes mudanças na sociedade pós-moderna. A infância vem sofrendo alterações ao longo da história, de modo que estudar a história da infância requer buscar dentro de cada formação social aquilo que configura, de modo prevalente, os significados atribuídos a infância. Devemos considerar que atualmente vivemos uma mudança de paradigma no que diz respeito a infância pensada na modernidade, hoje as crianças são vistas como atores plenos. Portanto, estudar a história da infância requer buscar dentro de cada formação social aquilo que configura, de modo prevalente, os significados atribuídos a infância articulando com as representações que se relacionam com os diferentes momentos da existência no imaginário social. A infância

atualmente tem várias faces que estão ligadas a sua vida escolar, familiar, a suas atividades de socialização e brincadeiras e uma face que tem se feito presente hoje em dia que é de consumidora. Desse modo hoje se torna presente o sentimento de que a infância, bem como a adolescência, escapam as formulações teóricas, tais como a psicologia e a educação que têm embasado as práticas de cuidado, orientação e educação e que atualmente nem sempre conseguem dar conta das variedades da nossa época contemporânea que apresenta novos aspectos como o consumo em massa, viver em uma grande cidade, expansão da comunicação, tecnificação, informatização. As crianças passam a circular em espaços diferenciados, possibilitando novas socialidades, vão ficando cada vez mais restritas a lugares fechados com os amigos e com alguns adultos. Consequentemente as brincadeiras ganham novos contornos, sendo que a atividade mais presente se torna assistir televisão, assim as crianças vão sendo pedagogizadas pela mídia e pelo consumo. A grande oferta de produtos para as crianças faz com que elas vivam o tempo desses produtos, estes por sua vez, se caracterizam por serem artefatos culturais que operam sobre as subjetividades. No caso da infância esses artefatos se caracterizam por serem ícones infantis de rápida transitoriedade, efemeridade e instantaneidade, o que acaba compondo a vida das crianças. Portar determinados artefatos que têm repercussão na escala global, mas que são temporários, faz com que as crianças sejam visíveis, valorizadas e credenciadas em seu universo de modo que é importante parecer ter. É importante considerar que as mudanças que estão ocorrendo na pós-modernidade têm repercussão no âmbito escolar e nas crianças que chegam a este ambiente. Os avanços tecnológicos, a globalização que provoca mudanças nos modos de produção e nas relações, as mazelas sócias, como violência e a desigualdade social trazem novos desafios a escola e ao papel que esta desempenha na formação humana. A escola enfrenta novos paradigmas tendo que se comprometer com crianças que estão se constituindo enquanto sujeitos singulares e como resultantes de relações multiculturais do seu meio, das suas convivências e das experiências que têm acesso. Frente a essas mudanças os professores em seu cotidiano de trabalho precisam lidar com alunos que chegam as escolas com uma grande diversidade cultural e que têm acesso a diferentes conhecimentos. Os resultados parciais desta pesquisa apontam que as práticas dos professores não levam em consideração as mudanças na infância contemporânea. Pode-se concluir que as concepções que os professores têm sobre sua prática frente ao consumismo e individualismo na infância contemporânea, nos permite entender mais sobre como a infância é vista e trabalhada no contexto escolar e quais as práticas educativas são privilegiadas na escola. Assim sendo este trabalho se relaciona com o eixo temático proposto pelo GT, pois traz uma reflexão sobre a

prática cotidiana dos professores com a infância contemporânea que nos faz refletir sobre o conceito de infância que construído na contemporaneidade.

Infâncias, Aids e Políticas Públicas: as diferentes infâncias produzidas pela Aids

Lara Brum de Calais

O presente trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado que teve como objetivo investigar os discursos que atravessam as políticas públicas em saúde no Brasil voltadas à questão da aids na infância e analisar os dispositivos de saber/poder que constituem os enunciados e as posições de sujeito da infância com aids. Neste sentido, se relaciona com o GT 15, a medida em que traz como questão a ser discutida as diferentes posições de infância(s) existentes em nossa sociedade, mais especificamente, quando a ideia idealizada de infância se une às discursividades acerca da aids. Engendradas no exercício do poder sobre os corpos e sobre a vida, a criança aparece históricamente como um objeto privilegiado de controle, já que é percebida como um ser passível de ser "moldado" por estratégias disciplinares seja em prol de um projeto civilizatório ou mesmo das tecnologias de vigilância sobre a sexualidade. Assim, a pesquisa encontra sustentação no referencial teórico de Michel Foucault, que permite analisar como os discursos produzem posições de sujeito, operando por meio de complexas relações de poder. Em meio a índices epidemiológicos que orientam políticas públicas em saúde, há uma preocupação atual com a incidência dos casos de aids em mulheres e com a redução da mortalidade materna e infantil, apontando para a transmissão vertical do HIV como uma prioridade em termos de políticas de prevenção, possibilitando o entendimento do presente trabalho de que as ações voltadas à infância no âmbito da aids, estão estreitamente relacionadas aos dispositivos de controle sobre a saúde das mulheres e ao discurso predominantemente preventivo que circunda as ações de enfrentamento à epidemia. Contudo, quando se trata de políticas públicas voltadas especificamente para a infância que vive com HIV/aids, há uma invisibilidade e um silenciamento, que, de acordo com perspectiva de análise da presente pesquisa, designa posições de sujeito hierarquizadas no âmbito das políticas públicas em HIV/aids no Brasil. O delineamento metodológico contempla a pesquisa documental e a Análise do Discurso de referencial foucaultiano. A fonte de produção de dados foi composta por documentos oficiais que reúnem as políticas públicas que enunciam articuladamente infância e HIV/aids, tratando-se, portanto, de documentos de domínio público disponíveis no site do Ministério da Saúde do Brasil, que fazem referência às categorias de análise da pesquisa. A partir da análise documental e de um referencial teórico que possibilita a compreensão da

construção histórica e social do conceito de infância(s), observou-se que existem posições diferenciadas para a infância no âmbito da aids, sendo esta atravessada de diferentes formas pelas designações "criança filha de mãe soropositiva para o HIV" e "criança que vive com HIV/aids". Foi constatado, no processo de análise, que há um conjunto de ações e tecnologias que se concentram no princípio da vida da criança e que acaba por designar uma infância inserida na temática da aids – mais especificamente, de prevenção e de tratamento – que é alvo de intervenções, ou seja, crianças filhas de mães soropositivas que, mesmo antes de terem sua sorologia positiva para o HIV confirmada, já se encontram introduzidas no discurso sobre prevenção, pelo fato de terem mães soropositivas. Por outro lado, as crianças que vivem com HIV/aids, têm sua posição silenciada em meio às estratégias governamentais, sendo raramente enunciada nos documentos públicos que tratam sobre a aids. Neste cenário, a criança filha de mãe soropositiva torna-se alvo das políticas públicas pela ênfase dada à transmissão vertical, no entanto, ela pode ou não ter sido infectada pelo vírus, o que não se sabe até a confirmação do diagnóstico. Já a criança que vive com HIV/aids, ou seja, aquela criança que recebe atenção antes mesmo de se saber soropositiva, deixa de ser alvo das políticas após seu diagnóstico, sendo raramente enunciada nos documentos públicos que tratam sobre a aids. A criança inserida no contexto da aids assume, portanto, uma posição vitimizada que pode justificar a não elaboração de políticas públicas de prevenção para este público, ou seja, em um contexto de ações prioritariamente voltadas para a prevenção da transmissão sexual do HIV e marcado por um discurso moral sobre as práticas sexuais, a posição passiva de crianças e a percepção de que estas seriam indivíduos "assexuados", as invizibilizam no cenário das políticas públicas. Tais posições de invisibilidade da criança como sujeito de direitos, bem como, a enunciação desse "não-lugar" para a infância vivendo com HIV/aids nas políticas públicas de saúde no Brasil, produzem efeitos de vulnerabilidade social e programática no âmbito das práticas sociais em saúde pública voltadas a esse segmento populacional. Assim, é válido fomentar iniciativas que atentem para um questionamento crítico e propositivo no âmbito da saúde pública, considerando que os discursos que enunciam a infância e a aids na infância, também fabricam as políticas públicas na área da saúde e reverberam em práticas e saberes.

Juventude, direitos e políticas públicas: reflexões da produção acadêmica brasileira

Amliz Ferreira Lopes, Érika de Sousa Mendonça

Serão apresentados resultados parciais de uma pesquisa de Estado da Arte, em fase de andamento no curso de Psicologia da UPE. Este tipo de pesquisa é reconhecido pelo seu caráter

bibliográfico, possibilitando que o pesquisador se coloque frente ao desafio de realizar um mapeamento de produções acadêmicas, bem como realizar uma discussão sobre o tema abordado. Tivemos por objetivo conhecer e analisar a produção acadêmica brasileira que discute a temática juventude e a participação político-social, tendo como principal corpus de pesquisa os anais do V JUBRA - Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, um evento acadêmico interinstitucional e interdisciplinar cujo objetivo é fomentar discussões entre pesquisadores a respeito de programas e projetos sociais no trato da juventude, realizado na cidade do Recife-PE em 2012. As análises se deram com base nos resumos expandidos dos trabalhos enviados e que discutiam o sub-tema 8 intitulado: 'Juventude, direito e políticas públicas', nas modalidades de comunicação oral, pôster e relatos de experiência. Após a análise realizamos uma articulação dos dados obtidos entre os 92 trabalhos, enviados e aceitos no Simpósio supramencionado, dando ênfase ao que foi mais pesquisado, suas dissonâncias, os pontos que chamaram atenção e o que faltou ser explorado, articulando-se discussões a partir da realidade sociopolítica que discute o tema e uma revisão bibliográfica do tema. Ao investigarmos os resumos, nos depararmos com o grande interesse dos pesquisadores em estudar o jovem em conflito com a lei, além de discussões teóricas e reflexões sobre os impactos de medidas socioeducativas. Como meio de intervenção ou somente de pesquisa para os problemas sociais trazidos nos trabalhos, os pesquisadores investiram na apresentação de políticas públicas, especialmente tratando das políticas públicas para juventude (81% dos trabalhos analisados) e, dentre estas, aquelas voltadas – mais uma vez - para o jovem em conflito com a lei e a aplicação de medidas socioeducativas. Ativemos a nossa atenção para a recorrência deste assunto, em que pudemos apreender que a visão trazida pela maioria dos trabalhos era do jovem infrator como vítima da sociedade - pobre e vulnerável, necessitando de assistência, e por isso causador de problemas - carecendo de intervenções da sociedade e do Estado. Nota-se uma visão estigmatizada da juventude, apresentando-a como problema social. É relevante também apontar que poucos trabalhos discutiam o jovem como construtor das políticas públicas para seu próprio grupo ou sua comunidade e nenhum trabalho trouxe o jovem como grupo social que busca seus direitos. O tema direito apareceu de modo secundário nas pesquisas enviadas ao subtema 'Juventude, direito e políticas públicas' discutindo, em sua maioria, os desafios para efetivação dos direitos dos jovens. Por fim, quase metade dos trabalhos (45,65%) realizou suas pesquisas diretamente com os jovens e a minoria (14,13%) fez suas pesquisas voltadas para o jovem, de modo que o trabalho se aplicasse a ele. A nossa pesquisa buscou revelar noções de juventude que estão implícitas nas pesquisas acadêmicas investigadas e os sentidos atribuídos

pelos autores destas produções no âmbito dos direitos dos jovens e das políticas públicas voltadas para estes. Deste modo, a pesquisa realizada melhor se adéqua ao Grupo Temático 15 da ABRAPSO, a saber: "Infância e Juventude: A produção de conceitos, as políticas públicas e os direitos humanos". No mesmo sentido, o Eixo Temático 'Estado, Democracia e Movimentos Sociais' é o que mais se aproxima ao tema desta pesquisa, nos permitindo apresentar as discussões acerca dos direitos em interface com a história das políticas públicas no Brasil, admitindo que se traga uma visão de como os pesquisadores acadêmicos correlacionam estes temas ao discutir juventude. Esta pesquisa pretende contribuir, então, com a comunidade científica e com a sociedade com uma sistematização e discussão acerca da produção de conhecimentos que envolvem a temática abordada ampliando, desse modo, olhares sobre juventude.

Juventudes e participação: a concepção de política para diferentes jovens militantes da Cidade de Maceió

Ana Cecília Ramos Ferreira da Silva, Marcos Ribeiro Mesquita, Juliano Bonfim dos Santos, Carolina Cavalcante Lins Silva, Erise Veloso de Amorim Padilha

Nos últimos anos as pesquisas que tratam da relação entre jovens e política têm se tornado frequente, dada às novas configurações e desafios desta relação que estão cada vez mais evidentes na contemporaneidade. O presente trabalho refere-se aos resultados finais da pesquisa intitulada: "Juventudes, movimentos e culturas: a participação juvenil na cidade de Maceió", iniciada no ano de 2010, e finalizada no ano de 2012. Nesta pesquisa buscamos compreender as formas de participação dos jovens em diferentes espaços e contextos da cidade. Para isto, foram entrevistados 13 jovens com idades compreendidas entre 18 e 29 anos, engajados oriundos de diferentes movimentos e grupos vinculados às esferas da política, cultura e religião. Em nossas discussões, para pensar a juventude e sua relação com a política partimos do princípio da pluralidade, visto que não existe uma forma única de vivenciar a juventude, pois esta categoria é atravessada por tantas outras como gênero, raça, classe social; e também por gostos, crenças, sonhos e interesses pessoais. Compreendemos também que não há definido um tipo de modelo de atuação ou forma de intervir politicamente no campo da participação. Sendo assim, buscamos analisar no cenário maceioense, os jovens e suas formas de participação, levando em consideração, os diferentes espaços e contextos nos quais estão inseridos e, principalmente, a compreensão que têm a respeito da política. No que diz respeito à concepção da política, percebemos que ela vem sendo representada pelos jovens entrevistados, por ideais

que vão desde uma visão mais tradicional, voltada para o campo eleitoral e das instituições partidárias; por uma compreensão da política como a base das relações humanas; passando ainda, pela política como meio de transformação social e pessoal, até a visão de uma política vinculada à garantia e luta por direitos. Essas diversas formas de se compreender a política, expressa as diferenças dos grupos estudados e a pluralidade em termos de conteúdo e prática da própria política. Analisamos também a avaliação que os jovens fazem da política e do cenário da participação juvenil nos dias de hoje. E apesar da crítica em torno da política institucional, e dos enormes desafios e dificuldades existentes nos processos de mobilização atual - decorrentes de um cenário político que nem sempre favorece um maior engajamento por parte dos jovens - eles apostam na política como forma de mudança social que possibilita as transformações e a própria construção do indivíduo. Em relação às formas de participação desses jovens, constatamos que as mudanças no cenário político, econômico, social e cultural do país, influenciaram para que novas maneiras de participação surgissem na contemporaneidade. É o caso dos jovens que através de grupos culturais e religiosos buscam redesenhar outras maneiras de participação que não perpasse, obrigatoriamente, pela via tradicional. E assim, com abrangências diferenciadas, estes jovens constroem uma nova referência na elaboração da condição juvenil, ampliando de forma significativa o campo de possibilidades que se apresentam aos jovens. Cabe ressaltar que cada esfera contemplada nessa pesquisa tem em suas reivindicações e maneiras de se organizar suas especificidades bem definidas, entretanto, isso não impede que dialoguem, e de certa forma, estabeleçam parcerias para que possam garantir uma rede de participação onde as lutas possam ser conjuntas, o que acaba garantindo aos movimentos e grupos uma maior visibilidade, mas, principalmente, força na realização de suas ações. Portanto, concluímos que a relação entre os jovens e a participação política pode ser compreendida a partir de sua diversidade, considerando suas formas de ser e fazer política na sociedade, e ainda, independente de quais são as suas formas de atuação e os caminhos percorridos durante a trajetória de participação, os jovens mesmo com demandas distintas, atuam no sentido de serem reconhecidos como atores sociais que possuem voz e espaço na sociedade.

Juventudes e política pública

Alcimar Enéas Rocha Trancoso, Adélia Augusta Souto de Oliveira

A presente proposta apresenta a relação entre o conceito de juventudes e seu uso nas políticas públicas. A nosso ver, tem relação direta com a proposta do GT 15 que se propõe a debater a

relação entre o conceito de juventude e as políticas públicas. Nossa proposição se utiliza de metassíntese sobre o estado do conhecimento da produção acadêmica no Brasil do conceito de juventude, divulgada no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e no Google Acadêmico, entre os anos de 2007 e 2011, nas áreas de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. Após tratamento inicial, analisou-se 37 artigos científicos, 32 teses e 120 dissertações sobre o conceito de juventude. As questões que se apresentam são: quais são as concepções de juventude produzidas no contexto do conhecimento científico brasileiro? quais são as implicações da adoção do conceito de juventudes para a política pública juvenil no Brasil? Os resultados dessa análise apresentam o esforço de um exercício teórico e metodológico, ao mesmo tempo, de compreensão crítica interna e externa da produção de um campo de conhecimento e a apresentação do que distintos pesquisadores produzem sobre o conceito de juventude. Questões teóricas e operacionais vinculadas à produção desse conceito formam um substrato com capacidade fertilizadora. Essa pode reforçar permanências ou engendrar mecanismos de ruptura nas formas de conceber, e, portanto, lidar com as juventudes. Formas essas que podem estar expressas nas políticas públicas ou em suas epistemologias fundantes. A ampliação do conceito de juventude e os vínculos epistemológicos dos autores analisados representam formas de expressão desse grupo social como um amálgama de modos de ser jovem. Juventudes também se constitui enquanto categorias pragmáticas e operacionais e se constituem no alvo de determinada política de Estado. Dentre os trabalhos analisados 132 relacionam suas investigações às questões da política pública, sendo 98 de forma direta, tratando da avaliação de algum programa ou política social, ou sugerindo diretrizes e abordagens para a elaboração de políticas públicas específicas para os jovens; e 34 de forma indireta, tendo como ambiente de pesquisa, locais onde alguma política pública se materializa, como escolas, assentamentos de reforma agrária e movimentos sociais, abordando, a partir disso, aspectos de políticas sociais referentes. Outros dois fatores, interligados, que também desencadeiam processos que corroboram para esta ampliação conceitual e sua consequente incidência, pelo menos a priori, sobre as políticas públicas de juventude, são a proliferação de estudos sobre juventude e o fortalecimento das disputas políticas dentro dos campos acadêmicos e da gestão pública. Com a instituição legal de populações prioritárias para as ações de Estado, como a Lei 11.129/2005 que cria a Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude – SNJ e o Guia de políticas públicas de juventude' publicado pela Secretaria Nacional de Juventude – SNJ em 2010, aumenta o volume de estudos devido tanto à demanda para fundamentar linhas governamentais de investimento e avaliar projetos

executados, como da academia que volta o olhar para esse tema. Outro motivador é o esforço de controlar ou governar as pessoas. A relação entre a juventude e a política pública pode ser também vista, a partir da efervescência e a quantidade de câmaras e conselhos municipais de juventude. Todas as políticas apresentadas pela SNJ estabelecem uma contrapartida do jovem para que participe, ainda que sejam questões inerentes à própria participação, como presença nas atividades oriundas de política ou nos índices de avaliação do desempenho desta participação. Esse dinamismo tanto podem servir como espaço de construção de uma participação política propositiva do jovem, como podem estabelecer novos – ou reforçar antigos – processos de dominação. Podemos considerar ainda o crescimento dos grupos juvenis e suas manifestações dentro e fora da escola. Grupos juvenis de variados matizes ganham evidência especialmente nos ambientes urbanos, subvertendo os usos do corpo, utilizando, em alguns casos, a violência como marca identitária. Lançam dúvidas sobre os agentes tradicionais de socialização: escola, estado e suas autarquias, mundo do trabalho/emprego e família. O crescimento do debate a respeito destes grupos juvenis. Esse crescimento foi também verificado na crescente produção acadêmica registrada no banco de dados da CAPES entre os anos 2007 e 2011. Contudo, a análise realizada identifica que a produção do conceito de juventude, mantém os polos de análise em elementos culturais e biológicos, de modo separados e conflitantes. A edição de políticas públicas ligadas às juventudes tem se tornado motor dos estudos sobre juventude, e estes, por sua vez, se transformam em reflexões teóricas que fundamentam, reproduzem, criticam e propõem alterações nestas políticas. Daí a importância fundamental de não perder de vista as implicações mútuas que vão se estabelecendo neste movimento, de considerar as ideias de juventude que vão sendo forjadas, não obstante o domínio hegemônico de uma ou outra perspectiva.

Perfil e percurso institucional de crianças e adolescentes submetidos à internação em hospital psiquiátrico no Estado de São Paulo

Flávia Blikstein

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e interpretar alguns dados produzidos na dissertação de mestrado intitulada “Destinos de crianças – Estudo sobre as internações de crianças e adolescentes em Hospital Público Psiquiátrico”. A pesquisa de mestrado foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social-PUC/SP, junto ao Núcleo de pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas, sob orientação da Profª Dr. Maria Cristina Gonçalvez Vicentin. O estudo investiga como e por que, apesar dos avanços da Reforma

Psiquiátrica brasileira, se mantém a internação de crianças e adolescentes em hospitais psiquiátricos no Estado de São Paulo. Mais especialmente, buscamos evidenciar um aspecto do funcionamento do campo da saúde mental infantojuvenil, aquele em que se acionam as internações psiquiátricas. Escolhemos como campo de pesquisa o CAISM Philippe Pinel por ser a instituição de referência para a internação de crianças e adolescentes no Estado de São Paulo. As estratégias metodológicas foram a caracterização do perfil das crianças e adolescentes internados e de suas trajetórias institucionais até a internação. Tal caracterização se produziu por meio de dados obtidos nos prontuários. Foram analisados 451 casos e 611 internações, entre janeiro de 2005 e dezembro de 2009. Observamos que as internações por meio de dois circuitos distintos: as internações encaminhadas por familiares e por outros serviços de saúde, 55% (circuito 1) e as internações encaminhadas por ordem judicial, 45%. (circuito 2). Para as crianças e adolescentes do circuito 1, o NIA não funciona como instituição de asilamento, mas como serviço de atendimento a crise. Neste circuito, 70% das internações são precedentes de serviços de urgência; têm media de 30 dias de internação e, na alta, 60% foram encaminhadas para CAPS. Além disto, após o encaminhamento para serviços territoriais, as internações tornam-se menos frequentes, evidenciando que os serviços territorializados podem responder às reais necessidades do usuário. Para alterar o circuito 1, é necessário que haja investimento para consolidação dos serviços já determinados na política nacional de saúde mental. As internações do circuito 2 têm maior duração, maior incidência de reinternações do que o circuito 1 e o diagnóstico de maior incidência (75%) é o de distúrbios de conduta. A trajetória é marcada por determinações judiciais e institucionalizações em abrigos (31,4%), em unidades da Fundação CASA (18,2%) ou em outros hospitais psiquiátricos (18,2%). Concomitantemente, há nestes percursos pouca ou nenhuma intervenção de instituições educacionais, culturais, de lazer, saúde ou assistência. As internações no CAISM persistem muitas vezes, a despeito da indicação clínica. Nesta lógica, as intervenções visam incidir sobre o próprio sujeito e não sobre a situação. Ao contrário, são motivadas por uma combinação complexa de aspectos que constroem uma situação de vulnerabilidade, para a qual a resposta exclusiva do campo da saúde, principalmente aquela da internação psiquiátrica, além de redutora da complexidade, é ela mesma produtora de maior sofrimento. O circuito 2 perpetua-se principalmente pela falta de práticas e ações integradas entre os agentes que atuam no campo da infância e adolescência. Ele funciona por meio de respostas seletivas, codificadas e fragmentárias dos serviços onde o controle social se soma ao abandono numa espiral de cronificação. Segundo nossa análise, para substituir a internação psiquiátrica seriam suficientes investimentos em políticas voltadas para

a descentralização, a territorialização e para a promoção da saúde, como equipes de PSF e de saúde mental nas UBSs, implantação CAPSi, CAPSIII e de leitos em hospitais gerais. Possivelmente, muitas das crianças e adolescentes, principalmente aqueles advindos de municípios menores, poderiam não ser encaminhados ao CAISM se houvesse serviços em seu território. Assim, defendemos neste estudo que as novas práticas e políticas públicas do campo da saúde mental infantojuvenil devem priorizar ações transversais e intersetoriais do poder público.

Políticas de saúde e interditos culturais: reflexões sobre as intervenções de profissionais do SUS em um caso de suposta prática incestuosa

Raissa Rodrigues Falcão

De acordo com a lei 10.498, torna-se obrigatória a notificação dos casos em que haja suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes para os estabelecimentos de Saúde, Educação e Segurança Pública. No caso mais específico para os profissionais do SUS, houve a determinação do Ministério da Saúde para a Notificação Compulsória de Maus-Tratos Contra Crianças e Adolescentes, fundamentadas nos artigos 13 e 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRITO et al, 2005). Como estagiária de Psicologia em um Hospital do Recife que contrata os Serviços do SUS, experenciei o impacto dessas medidas através de um caso (*Roberta, nome fictício, 10 anos) em que foi "levantada" a seguinte "suspeita" por uma profissional de Enfermagem: a existência de trocas de carícias íntimas entre pai e filha dentro do Hospital, o que caracterizaria um caso de violência sexual intrafamiliar. Assim, o objetivo deste trabalho é promover reflexões sobre possíveis consequências advindas das articulações entre políticas de saúde e um forte interdito cultural (incesto) a partir das intervenções realizadas no caso de Roberta, tanto por mim, quanto por alguns profissionais dessa equipe fortemente hierarquizada de saúde. Ao estudarmos sobre as famílias onde ocorrem as situações de práticas incestuosas, observamos que elas são tidas muitas vezes como famílias "desestruturadas"; onde convivem "monstros" (MATIAS, 2006). A partir daí, surgem os complicadores no atendimento e articulação da Rede de Atenção Integral a crianças e adolescentes: não é raro que os profissionais, em contato com "temas tabus" tais como sexualidade e incesto, sejam tomados pela indignação, horror, raiva e/ou a curiosidade, o que dificulta o exercer de seus trabalhos de forma mais acolhedora. (MAIO;VASCONCELOS, 2009). Tais dificuldades em realizar deslocamentos moralistas foram observadas, por exemplo, no Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes- PAIR.

(MENEZES; RIOS, 2009). Assim, acredito ter, a partir do caso de Roberta vivenciado algumas dessas dificuldades na equipe de saúde no contexto hospitalar. As afirmações horrorizadas dessa mesma equipe em relação à figura paterna e à criança colocaram em xeque o princípio de igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos, que orienta o SUS, e dificultaram o exercício do cuidado integral com a saúde da criança através do trabalho transdisciplinar, o que interferiu diretamente no trabalho terapêutico da criança. Em Psicanálise, diz-se ter as bases da vida simbólica ordenada todos aqueles que internalizaram o interdito do incesto; embora isso não seja sinônimo de saúde psíquica, uma vez que experiências patogênicas de diversas ordens podem acometer sujeitos "castrados". (MANNONNI, 1982). Ciente de que, nas práticas incestuosas, seja ela considerada violenta ou não pela criança, existem demarcadores (como gênero e geração) que colocam em cena o exercício de uma relação assimétrica de poder, em que decisões não são tomadas livremente, mas através de práticas coercitivas, o que pode causar sofrimento psíquico para a criança, que reflexões deve construir @ psicológ@ para além de uma concepção de uma subjetivação sexuada ou de desejos edipianos nesses casos de supostas violências sexuais intrafamiliares? Ou seja: que intervenções podemos ou devemos realizar nas equipes transdisciplinares nos casos em que existe uma forte articulação das políticas de saúde com interditos culturais, em que a equipe transforma "suspeitas" em queixas que não necessariamente correspondem com as demandas do trabalho terapêutico?

Proteção e relações intergeracionais: problematizando a noção de infância

Suzana Santos Libardi

Este trabalho advém de projeto de doutorado que tem como objeto a noção de proteção da infância. Visto que a pesquisa se encontra em fase inicial, este trabalho problematiza a ideia de proteção a partir de revisão teórica sobre construção da infância, mostrando como noção prototípica de infância fundamenta a proteção como imperativo para este grupo geracional. Nesta pesquisa, a proteção da infância está sendo investigada a partir do cenário das relações intergeracionais. Isso quer dizer que estou interessada na maneira como a ideia de proteção vem se concretizando enquanto matriz alteritária para relação entre gerações mais velhas e mais novas na medida em que opera diferenciando os papéis de um grupo perante o outro. As origens da distinção entre crianças e adultos, jovens ou velhos advém da construção da infância como fase específica da vida na qual sujeitos desse grupo compartilham algum(s) traço(s) em comum e que os diferenciam de outros grupos etários. Foi na Modernidade que se inaugurou a noção de infância tal qual concebemos hoje. A era Moderna teve seu projeto marcado pelo

Racionalismo que colaborou para produção de modelo subjetivo fundado na razão. A partir do papel historicamente desempenhado pela escola (como instituição destinada à preparação, capacitação e formação do sujeito racional), emergiu a 'descoberta' da infância e construção do ' sentimento' de infância como fase distinta da adultez. As crianças, concebidas agora como sujeitos infantis, foram os indivíduos para os quais se destinou o projeto moderno de escola, fazendo com que a infância aparecesse associada à ideia de aprendiz, daquele que não sabe, de seres em preparação, como pessoas que estão numa fase da vida caracterizada majoritariamente pela tarefa de aprender. A compreensão de que a criança está desprovida das habilidades exigidas pelo mundo adulto, legitima elaboração de roteiro para seu desenvolvimento, oferecendo-lhe socialmente suposta proteção ao longo desse processo. Lentamente foi se concretizando separação dos "mundos" adulto e infantil, distinguindo-os um do outro. A noção de uma infância ideal foi fundamentada pela ciência moderna, especialmente pelos primeiros estudos em Psicologia do Desenvolvimento que contribuíram para uma imagem social da infância operando como protótipo para crianças. A variabilidade da infância foi reduzida à trajetórias-guia que autorizam intervenções junto a essa população mais nova para serem cuidadas, educadas, assistidas, instruídas. Essa concepção de infância produziu a chamada menoridade do infante, que formaliza no âmbito do direito o lugar social reservado a esse segmento geracional. Para o interesse desta pesquisa, a reflexão sobre a menoridade da infância é importante porque essa figura jurídica fundamenta ações de proteção reservadas às crianças e também aos adolescentes. A inimputabilidade da infância, por exemplo, se concretiza como medida de proteção, visto que a criança é preservada, por exemplo, de alguns tipos de punição. Nesse caso, a assunção da menoridade da infância proporciona à criança direitos específicos que se concretizam como instrumento de assegurar a proteção especial que a infância demanda quando é concebida a partir da imagem negativa da criança, ou seja, de tudo que lhe falta, e não do que ela pode desde pequena ser estimulada a fazer. Dentre as alternativas teóricas que se posicionam criticamente à visão tradicional da infância, destaco o uso do conceito de 'geração' no campo da sociologia da infância. A Teoria das Gerações de Mannheim oferece elementos para pensar a geração além de seus referencial etário. Para Mannheim geração não se refere apenas a um determinado grupo que compartilha mesma faixa etária, mas é eminentemente fenômeno de natureza cultural. A posição geracional dos indivíduos os limita a vivenciar dados acontecimentos e restringe sua intervenção no processo histórico a aquilo que sua posição na estrutura social lhe permite. Considerando então a geração em seu aspecto estruturante, crianças (enquanto membros da geração infantil) ocupam lugar específico na ordem social. A posição

majoritariamente reservada à infância é aquela que enxerga como período inicial da vida, fase definida temporalmente, que se remete então a uma fase da trajetória individual do ser humano. Esse movimento contribui para que a criança, pela sua condição infantil, seja casa vez menos estimulada a penetrar em questões mais amplas da sociedade. Em nossa vida cotidiana, uma das consequências desse processo é a ideia de proteção da infância: as crianças têm de ser protegidas porque elas estão em desenvolvimento. Assim, parece que a proteção da infância se constitui hoje como um imperativo para as crianças devido, entre outros fatores, ao fato da infância ser tida como objeto de intervenção para preparação rumo à adultez - indicando que talvez as bases modernas da noção de infância ainda estejam bem vivas em nosso trato cotidiano com a criança.

Quem são as mulheres que entregam o filho para adoção?

Aline Cardoso Siqueira, Ângela Roos Campeol, Flavia Elso Leão, Suane Pastoriza Faraj, Bruna Maria Corazza Martins, Samara Silva dos Santos

Na realidade brasileira, os temas da adoção e do abandono de crianças estão presentes na mídia. Não raro há casos de mães que abandonam seus filhos em locais inóspitos, com risco de vida, momentos após o parto. Nesse sentido, pensa-se porque essas mulheres não entregaram seus filhos para adoção? O que as impediu de realizar esse ato? De fato, conceber a recusa de ser mãe é muito difícil na sociedade brasileira, pois a concepção de que a maternidade e o amor incondicional são biologicamente programados ainda prepondera. Assim, ser mulher fica atrelado a ser mãe, e aquelas que decidem entregar o filho para adoção transgridem esse imperativo e são julgadas por essa ação, sem que os motivos sejam compreendidos. Os poucos estudos encontrados apontam vivências de sofrimento, sentimento de falta de apoio da equipe de saúde, da família e do parceiro, bem como dificuldades socioeconômicas como fatores que influenciam na decisão da mãe em entregar o filho. Nessa perspectiva, a escassez de conhecimento e estudos sobre as características e condições das mulheres que entregam os filhos sinaliza para uma importante problemática, em vista do anonimato a que estão sujeitas essas mulheres. Mostra-se importante, a partir disso, problematizar essas questões, em vista das prerrogativas da Nova Lei Nacional da Adoção, a lei 12.010, que vem dar conta de uma lacuna de políticas públicas voltadas à entrega de crianças, com o objetivo de acolher e promover assistência psicológica e jurídica a essas mulheres e garantir tanto os seus direitos como os da criança. A vista disso, este estudo qualitativo e documental visou conhecer as mães que entregaram os filhos para adoção num fórum da região central do estado do Rio Grande do Sul,

através da análise de seis processos de adoção, ocorridos nos últimos cinco anos. Os dados documentais foram coletados através de uma ficha de registro elaborada especificamente para a pesquisa a fim de obter informações gerais dos processos sobre dados da mãe, da criança e da rede de assistência de saúde e social utilizada. Todos os preceitos éticos foram considerados. A análise de conteúdo preliminar dos dados possibilitou conhecer as características das mães que entregaram o filho para adoção. Dos seis processos analisados, um não continha as informações necessárias sobre a mãe, portanto, os dados apresentados referem-se a cinco processos analisados. Os resultados apontam que a idade das mulheres variou de 18 a 37 anos, que todas eram solteiras e que quatro eram domésticas e uma trabalhava como garota de programa. Quanto à etnia, duas mulheres eram pardas, duas brancas e em um processo não constava a etnia da mãe. O nível de escolaridade variou do ensino fundamental incompleto (1), ensino fundamental completo (1), ensino médio incompleto (1) e ensino médio completo (2). Três mulheres apresentavam nível socioeconômico baixo e em dois processos essa informação não constava. Todas as mulheres já tinham um ou dois filhos, apenas uma realizou acompanhamento pré-natal, três eram usuárias do SUS, e em dois processos não constava essa informação. Das cinco mulheres, apenas uma não era acompanhada pelo Conselho Tutelar de sua região. Esses resultados demonstram presença de características semelhantes e diferenças entre as mães que entregaram o filho para adoção, com etnia e escolaridade variada e nível socioeconômico semelhante. O acompanhamento de apenas uma mãe pelo Conselho Tutelar chamou a atenção, sugerindo que essas mulheres possam não estar recebendo um acompanhamento e assistência conforme preconiza a nova lei. Programas de atenção às mulheres que decidem entregar o filho para adoção devem ser construídos uma vez que influenciará a vida tanto da mãe quanto do filho.

Reflexões sobre o conceito de autonomia no contexto de uma escola estadual do Rio de Janeiro

Juliana Siqueira de Lara, Isa Kaplan Vieira, Felipe Salvador Grisolia

O presente estudo está inserido em um projeto de pesquisa mais amplo que visa discutir as noções de autonomia e participação política de crianças e jovens a partir de uma perspectiva crítica no contexto da instituição escolar. Atualmente muito se debate sobre o exercício da autonomia e da participação de crianças e jovens nos diversos contextos onde vivem. No entanto, a compreensão de autonomia parece tácita, e pouco se compreende sua relação com a participação. Neste trabalho específico é realizada uma retomada teórica deste conceito desde

sua acepção mais clássica até seus desdobramentos conceituais contemporâneos. Desta forma, a investigação problematiza a visão kantiana que vincula o conceito de autonomia à capacidade de autodeterminação e à vontade como reguladora das ações para obter determinados fins. A partir desta noção se desenvolveu uma proeminência no trato da autonomia como um traço individual do sujeito psicológico, que adquiriria essa capacidade ao longo de seu desenvolvimento. A autonomia nessa lógica poderia advir da relação deste indivíduo com o ambiente ou com seus pares e/ou de alguma maturação biológica ligada à idade. Para Jean Piaget, por exemplo, parte-se de uma condição inicial do infante, em que não há autonomia, até a fase final de adulto, na qual o indivíduo poderia ser considerado autônomo, visto que adquiriu determinada racionalidade alcançando assim sua independência psicológica. A discussão e a problematização dessas noções baseadas nas reflexões de Cornelius Castoriadis resultou em um tratamento diferenciado do conceito de autonomia no presente estudo, que se vincula à participação a partir de movimentos de transformação de si e dos coletivos em que os sujeitos estão inseridos, do questionamento e reinvenção daquilo que está instituído. Pretende-se, também, à luz desse percurso, trazer alguns aspectos de uma pesquisa-intervenção realizada em uma escola estadual do município de Caxias, localizado no estado do Rio de Janeiro, em que se problematizou o postulado da autonomia desvinculado de uma reflexão sobre determinações mais amplas que incidem sobre o agir. A opção pelo estudo na instituição escolar se deu por ela ser tida como o espaço socialmente destinado e qualificado para crianças e jovens e por ser o primeiro ambiente extrafamiliar em que a criança se depara com a diferença, o outro, a alteridade. Optou-se por uma metodologia qualitativa e ampla, com várias etapas diferenciadas entre si: foram realizadas reuniões institucionais com a gestão escolar; observação participante com os alunos; intervenção no pátio escolar, através de uma tenda com fotos da escola e dois encontros em formato de oficina. Nos resultados obtidos foi evidenciada a aparente impossibilidade dos estudantes de irem de encontro e confrontarem as normas estabelecidas. Uma das hipóteses levantadas em relação a essa dificuldade faz referência ao imaginário positivo de excelência e tradição que permeia a escola, seus alunos e funcionários. No entanto, alguns alunos apresentaram queixas e tensões existentes naquele ambiente, o que possibilita a consideração de que há contradições neste imaginário de escola perfeita, criando abertura para certo questionamento do instituído. Assim, a atual proposta de trabalho se vincula aos GTs 15 (“Infância e juventude: a produção de conceitos, as políticas públicas e os direitos humanos”), 11 (“Pesquisa Etnográfica na Psicologia da Educação”) e 25 (“Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil”) e ao eixo temático da Educação.

Um olhar sobre a intervenção do Estado com famílias pobres a partir da perspectiva dos direitos das crianças e dos adolescentes

Deborah Akerman, Marilia Novais da Mata Machado

O trabalho que será apresentado é fruto de pesquisa teórica da dissertação de mestrado na Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). O objetivo foi descrever o itinerário de famílias pobres, a partir da aplicação de "medidas de proteção", após denúncias de violência intrafamiliar. Essas medidas são dispositivos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Eca): São nove as medidas de proteção aplicáveis às crianças e adolescentes, além de mais dez medidas para os pais ou responsáveis, sempre que os direitos reconhecidos na Lei (ECA, 1990, art. 98), forem ameaçados ou violados. Interessou conhecer o contexto da construção do aparato institucional do Estado, em especial com as famílias pobres, pois a literatura em geral sobre o tema e o contato com o Sistema de Garantias de Direitos (SGD) permitem afirmar que os pobres são a maioria, dos que chegam ao SGD. A pesquisa da literatura sobre as relações entre pais e filhos ao longo da história, revelou que antes do século XIX, a ideia de que o Estado deveria intervir nos relacionamentos entre pais e filhos era quase impensável (Heywood, 2004, p.144). Na constituição do Estado moderno, com o enfraquecimento da família tradicional, as relações familiares precedentes foram paulatinamente substituídas pelo estabelecimento de normas reguladas pelo Estado sendo criado um aparato jurídico assistencial para intervir nessas relações. Entretanto, esse impactou de forma diferente a intervenção junto a famílias ricas e pobres. No Brasil, até a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA assistiu-se, no país, a hegemonia de concepções estigmatizadoras da infância pobre, privilegiando-se sua segregação da convivência familiar e social. A infância era dividida em dois grandes grupos: as crianças e os "menores". A partir do Eca a perspectiva é a da equidade de direitos para todas as crianças e adolescentes, sendo que a intervenção do Estado passa a ser pautada por essa concepção, mas as desigualdades persistem. O cenário de dilemas para a implementação dos direitos está montado: Os direitos fundamentais foram concebidos no Eca como responsabilidade compartilhada entre as famílias, o Estado e a sociedade, entretanto no Brasil, o Estado pendula entre uma legislação de bem-estar social e uma realidade de Estado Mínimo, e a sociedade civil, entre o mercado e a filantropia. Assim, a provisão de direitos, é desigual dada a diferença que se estabelece entre as crianças pobres e aquelas de famílias que "compram" os direitos sociais no mercado, criando-se uma espécie de apartheid social. Neste sentido, Souza (2009) chama atenção para uma justificação da desigualdade social, que tem

sido cada vez mais defendida, como se um conjunto de predisposições que explicam os comportamentos sociais e políticos de cada um, fossem disponíveis de igual maneira para todos (p.24). Essa justificação, segundo o autor, leva ao esquecimento da determinação social e por esse dispositivo, o individuo fracassado é alguém que tem culpa, por preguiça, inépcia ou maldade. Escolheu o caminho errado (p. 44). Essa perspectiva acaba referendando algumas intervenções do Estado que estigmatizam as famílias pobres. Além desse aspecto, as intervenções têm sido cada vez mais judicializadas. Renaut (2002) vê positivamente a transformação do vínculo familiar como evolução de um lugar de pura relações de força, para uma concepção de educação da criança para a liberdade, entretanto admite que essa concepção nos confronta com difíceis paradoxos. O mais importante, em sua opinião é aquele que transforma a relação parental e o vínculo familiar em uma relação que não concebe as obrigações em relações ao filho na dimensão de uma ética moral, e se limitam a estabelecer relações jurídicas. Segundo Moreira (2007), passamos então de uma sociabilidade familiar regida pela lógica da tradição para uma sociabilidade regida pelas leis (p. 165), mediada pela judicialização. Complexificando ainda mais a questão dos direitos, Panikkar (2004) nos convida a pensar como essa temática, pode ser experimentada de uma forma radicalmente em diferentes culturas o que não quer dizer que ela não é considerada. Segundo sua visão, o que está em jogo não é a resposta dada, mas o problema que é colocado. Portanto há que se fazer um esforço em compreender culturas diferentes a partir delas próprias, ou seja, da forma como elas se entendem. E para isso é necessário que sejamos capazes de superar nossas próprias categorias de compreensão. Para o autor, não existem valores transculturais, mas pode haver valores interculturais. Entretanto, para isso, são necessários diálogos que devem acontecer a partir de uma perspectiva que ele nomeia hermenêutica diatópica (Panikkar, 2004 p. 208). Assim, a questão colocada é a da própria natureza dos direitos humanos: Realizando um escrutínio intercultural da noção de direitos humanos, é possível compreender os construtos de uma cultura, a partir do topos de uma outra? O que se quer discutir é como a desigualdade social de nosso país impacta fortemente na implementação e garantia de direitos e tem conformado um debate sobre a retração de direitos, como o que se assiste na proposta de diminuição da maioridade penal. Pretende-se, portanto apresentar alguns aspectos da história da intervenção do Estado nas relações familiares, a partir dos argumentos apresentados acima. (Apoio: Fapemig).

GT 16. JUVENTUDE, INSTITUIÇÕES E PROCESSOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

A internação compulsória de jovens usuários de drogas e as estratégias de legitimação dessa medida

Francisca Magalhães de Souza, Daniel Dall'Igna Ecker, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Lorenzo Ganzo Galarça, Luciana Rodrigues

Este estudo se apresenta como parte do projeto "A relação entre Justiça e Saúde Mental no contexto de adolescentes usuários de drogas", desenvolvido pelo núcleo de estudos em políticas e tecnologias de subjetivação contemporânea, E-politcs, do PPGPSI da UFRGS. Este trabalho tem como objetivo discutir como a medida de internação compulsória passou a produzir estratégias de judicialização dos jovens usuários de drogas. Assim, busca-se analisar como historicamente foi sendo construída a relação entre Justiça e Saúde Mental, que, na atualidade, abre espaço para que a intervenção judiciária possa acionar essa medida. Tendo em vista o atual projeto de lei n° 7663, de autoria do deputado federal Osmar Terra que, além de outras providências, altera as disposições referentes à internação compulsória, questionamos como esse projeto vem a priorizar a institucionalização psiquiátrica em detrimento a outros tipos de intervenções no tratamento de jovens usuários de drogas. Destarte, esse trabalho se encontra diretamente conectado com as discussões propostas pelo GT 16, à medida que a aprovação do referido projeto de lei desembocaria na realização de uma série de políticas públicas que, ao visarem a periculosidade desses jovens, propõe medidas que direcionam para uma manutenção da exclusão social. Mais do que isso, as propostas de Osmar Terra, ao serem instituídas em prol da saúde e da inclusão do jovem usuário de droga, podem ser analisadas como processos de inclusão excludente. Tendo em vista o agendamento dos megaeventos no Brasil, entendemos que medidas como essa aparecem em um momento propício à intensificação da criminalização da pobreza e do afastamento dos ditos "delinquentes" para longe do "bom convívio" social. Para compreendermos quais foram as condições de possibilidades que permitiram e legitimaram a existência de projetos de lei como esse, realizamos uma investigação a partir de uma pesquisa sobre a legislação brasileira, no que diz respeito à constituição de leis referentes a essa temática, buscando problematizar os discursos que sustentam esses regimes de verdade. Para isso, analisamos as leis provincial n.944/1874, que autoriza à irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio Grande do Sul a fundação de um hospício de alienados na Capital sul-rio-grandense, o qual já previa a internação de crianças e adolescentes (o futuro Hospício São Pedro), e a federal n.4294/1921, que institui a primeira medida de internação compulsória para

indivíduos usuários de álcool considerados nocivos ou perigosos à sociedade. Visualizamos que a partir de um determinado momento, emergiu uma produção em massa de saberes voltado às crianças e aos jovens que, além de acionar um cuidado médico a esses, apontavam para predisposições genéticas e possíveis desvios de conduta. Também entendemos que a internação compulsória de usuários de substâncias entorpecentes estava fortemente ligada aos discursos da medicina social em prol da moral, da higiene e dos bons costumes, acreditando que, se esses indivíduos tivessem "cura", seria dentro de um sanatório com um tratamento médico e correcional através do trabalho. Com isso, apontamos que ao mesmo tempo em que esses espaços se apresentam como uma proposta de auxílio aos indivíduos nessas condições, também servem para afastar essas pessoas-problema que atrapalhariam a ordem social devido a uma predisposição à delinquência e à perdição moral. Assim, a partir da análise histórica das internações compulsórias e nos detendo aos 33 prontuários examinados de jovens usuários de drogas internados via medida judicial no Centro Integrado de Atenção Psicossocial – CIAPS no ano de 2010, percebemos que esse tratamento não tem apresentado uma alteração no diagnóstico desses jovens após a alta, pois não são poucos os que retornam à internação. Desta forma, a priorização de tal medida proposta pelo PL não garante uma melhoria na vida desses adolescentes, se tornando mais uma maneira de judicializar os cuidados em saúde mental, ao mesmo tempo em que exclui esses jovens, já marginalizados, de vista da sociedade.

Adolescente em conflito com a lei: a subjetividade e as medidas jurídicas entre processos de inclusão e exclusão

Leônia Cavalcante Teixeira, Daniela Lucia Cavalcante Machado

Este trabalho versa sobre as vicissitudes subjetivas e institucionais das medidas socioeducativas a partir das interfaces entre os estudos sobre a subjetividade que consideram a constituição do sujeito no coletivo, ressaltando a historicidade nos modos de subjetivação, tal como nos apresenta Foucault. Primeiramente, a adolescência, como etapa do ciclo vital, é desnaturalizada, para ser possível pensar na construção do sujeito adolescente, sendo este apreendido fora das normatividades psicopatológicas e jurídicas. O adolescente é vislumbrado como sujeito em transição, tendo exigências psicossociais a cumprir na saída da infância e elaboração dos lutos a ela decorrentes e aspiração, primeiramente no âmbito dos ideais sociais, de posições nos espaços da família, do trabalho e das relações com a lei e os seus pares. O campo da assistência social ocupa lugar de importância nas políticas públicas brasileiras contemporâneas, cabendo aos profissionais que lidam com o cotidiano dos que padecem entre os limites, muitas vezes

mais conceituais que experienciados, entre a exclusão e inclusão sociais, problematizá-lo. Neste estudo, enfatiza-se as práticas constituídas no âmbito das medidas judiciárias no campo das propostas de reabilitação do indivíduo infrator, especificamente as medidas socioeducativas. Este estudo objetiva discutir casos acompanhados institucionalmente de adolescentes, contextualizando-os a partir da estrutura e dinâmica institucionais e das repercussões da atribuição identitária "em conflito com a lei". Não há o intuito metodológico de discussão de casos clínicos, mas de discussão acerca da institucionalização e seus efeitos na construção dos sujeitos adolescentes quando normatizados pelo dito jurídico e acompanhados nos espaços da asssistência social.Considerando as leituras que a psicanálise de Freud e de Lacan fazem sobre a constituição do singular e do coletivo em interdependência, parte-se de elaboraçãoes sobre a Ética, a Lei e a constituição do sujeito e do social, como base para a discussão sobre os impasses entre os discursos que privilegiam a subjetividade e o jurídico. A psicanálise, quando engajada nas questões sociais e em diálogo com campos dela distintos como o Direito e a Psicologia Social, ocupa um lugar importante ao se debruçar sobre áreas ainda obscuras pelas questões éticas que envolvem, contribuindo para a não normatização subjetiva. Considerando a adolescência diferentemente do Direito, a escuta/intervenção a partir da psicanálise aposta em um sujeito que padece e que não é passível de apreensão pela nosografia "adolescente autor de ato infracional", embora seja importante analisar os efeitos das nomenclaturas que, oferecidas pelo Poder Judiciário e, outorgadas pela família e pela escola, por exemplo, aprisionam o sujeito pela via da identidade no lugar de excluído, mesmo quando as intervenções sociais propostas visem à inclusão social. Quando saberes e práticas acerca dos processos de inclusão/exclusão sociais são vislumbrados de modo interdisciplinar, pode-se construir ferramentas teóricas e estratégias de intervenção junto a sujeitos em situação de vulnerabilidade social e psíquica. Considerando que as políticas de saúde e de assistência focalizam, como metas, a construção da autonomia como base para a cidadania, resta-nos interrogar sobre como atuar, enquanto profissionais, a partir desse ideário, porém considerando as singularidades do cotidiano dos sujeitos como agentes sociais. Pensa-se que a dinâmica inclusão/exclusão é complexa, exigindo reflexões que a interroguem continuamente, já que decorrem de construções sociais arraigadas no imaginário coletivo e carregadas ideologicamente de poder, às vezes mais que de saber, como nos alerta Foucault.

Ato infracional e violência do Estado: ampliando os horizontes para a criação

Letícia Eli Pereira de Campos

Os pilares da justiça brasileira se constroem desde formas de agir e de punir que se adaptadam, de tempos em tempos, à realidade do país. Desse modo, faz-se necessária uma discussão acerca da juventude de periferia brasileira, levando em consideração essas ações do Estado pelas vias da justiça e da polícia se utilizam violência sob a insígnia de correção. Vivemos em um país no qual o passado e um presente são marcados por inúmeras muitas violações de direitos; onde a democracia se instaura a partir de ditaduras. O discurso social é fortemente tonificado não somente por moralismos, mas também por ideais de juventude pré-estabelecidos, pois se quer "o protagonismo". Por um lado, regimes de verdade determinam esses jovens como o futuro da nação e se depositam as fichas. Por outro, são também capturados/produzidos sob o signo da rebeldia, da transgressão. Assim, a juventude brasileira está, para as políticas sociais, nesse plano em que os erros e os acertos são milimetricamente visibilizados, estudados, investigados. Todavia, não a juventude como um todo e tão-somente pela faixa etária, senão a que vem das margens das cidades. Os jovens das periferias são tomados um a um como parte de um grupo homogêneo para quem projetos e leis são fabricados. Dentro da estratégia de biopoder, são tomados como massa, objetificados sob o estatuto de potenciais perigosos, que precisam de uma regulagem fortemente instrumentalizada por ações de controle, tendo como justificativa a segurança da população. Aquele(s) que foge(m) dos parâmetros pré-estabelecidos pelo Estado, deve(m) ser reconfigurado(s), reordenado(s), corrigido(s). Ou seja, a lei deve operar sobre o corpo do sujeito que questiona, com seus atos, as imposições do Estado capitalista que fabrica excluídos. Algumas derivações que alguns jovens de periferia vão traçando, para contextualizar os caminhos das punições que se incidem sobre os atos considerados infracionais: roubo ou furto, tráfico de drogas, pichação, vandalismo, entre outros. As correções começam com uma série de procedimentos jurisprudentes, que vão se guiar muito mais no sentido da punição (propriamente dita) sobre esse organismo vivo, do que no de fazer uma leitura do ato de transgredir. Ora, se a jurisprudência se baseia muito mais na punição como forma de intervir, como uma lei fundamentalmente autoritária e de ordem paternalista, abre-se precedentes para que a violência seja maquinada desde a captura deste jovem pela polícia. Uma violência no sentido de bater, de espancar, de marcar o corpo do adolescente com a força do braço que desce o cassetete. Mas não só isso: há, coadunado à violência física, uma outra violência bem mais sutil e não menos eficaz: a psicológica. Essa última imprime no sujeito que atua transgressivamente marcas muitas vezes indeléveis, como se a ferro e fogo fossem feitas, minando, por meio dessa tatuagem macabra, sua potência de criação. A polícia literalmente os apanha, e é como se ferindo esse corpo que se movimenta, que pulsa, com uma violência

absurda se fizesse um certo reestabelecimento da norma, dentro de um contexto de correção deturpante/deturpada e perversa. Há reverberações do Código Penal que fazem eco nos modos como o dispositivo-policial e a instituição judiciária como um todo estabelecem suas práticas diante das atuações, ou situações-problema, (virtualmente) transgressoras de jovens pobres. Reprimir e criminalizar os atos transgressivos dos jovens fazendo uso da violência física e psicológica aparece como uma saída fácil para aquele que é executor da correção, isto é, o Estado, uma vez que combate com violência a violência que supõe sobre o patrimônio público/privado. Cabe então uma tentativa de desfigurar um pouco essa mascara mortificadora que se mostra para essa juventude, introduzindo nela alguns buracos para a passagem de algum respiro. Poderíamos fazer a leitura de que a passagem ao ato, em termos psicanalíticos, da força policial, em geral, está a serviço daquilo que não é verbalizado, colocado em palavra. Às vezes, na dificuldade de falar sobre aquilo que paralisa, tende-se a transbordar para o ato em si. O ato de violentar esse outro que contesta, nessa relação com o ato criativo de sua transgressão (tomado aqui como linha de fuga, ato em devir) à norma, cria uma distância minimamente segura para a tensão gerada por esse sujeito que escacara seus dentes diante da Lei. Pois parece haver na transgressão um chiste muito mal interpretado. Contudo, se de algum modo pudermos passar a tomar, no âmbito do Estado, nos meandros da governabilidade, o ato infracional desses sujeitos como criativos e também questionadores da modalidade capitalística em que vivemos, poderemos (talvez) fazer torções e rir junto com eles, produzindo novos desvios, novas derivas. E quem sabe, possamos – ainda que num futuro longínquo, porque no meio do caminho muitas piadas serão contadas e não serão sacadas nesse lance de inteligente e furtivo do jovem, pois o jogo da imposição e da violência são imperativos – vê-los de um modo menos reducionista e limitador.

Como é bom ser vida loka: juventude, escola e o consumo musical do funk

Liana Roxo Vieira, Rosangela Soares

O trabalho traz como título o nome de uma música amplamente conhecida na cena funk e tem como objetivo compreender o que o funk representa para os jovens pesquisados, e busca problematizar os aspectos do consumo desse estilo musical dentro da escola. Relaciona-se ao GT 16 juventude, instituições e processos de inclusão e exclusão social e ao eixo temático educação por constituir-se em uma pesquisa sobre juventude, escola e consumo musical do estilo funk que analisa como os jovens significam o consumo de tal estilo em suas vidas e principalmente como percebem a relação da escola com esse gênero musical buscando

demonstrar como a cultura juvenil não é bem vinda na escola ou como se dá alguns processos de rejeição, exclusão e de conflitos entre os jovens e a escola. A pesquisa é do tipo qualitativa com características de estudo de caso e teve como instrumentos de análise observações e entrevistas realizadas com jovens alunos em idades entre 12 e 16 anos de uma escola pública de Porto Alegre/RS. A instituição está situada no bairro Jardim Botânico, zona leste da cidade e atende, principalmente, alunos oriundos da vila popularmente chamada de "Cachorro Sentado". Muitos desses estudantes vivem em situação de vulnerabilidade social, convivendo com o tráfico de drogas, mortes e tiroteios seguidamente. O funk, nesta escola, assume papel fundamental na sociabilidade dos jovens, criando laços de pertencimento e motivando a construção de grupos. A música e a identificação com o funk parecem contribuir para a ampliação das redes de amizade. A relação de alguns jovens com o estilo musical era/é tão intensa que ficava explícita no modo de falar e se vestir. A música é apreciada por eles pela batida, pelo ritmo e pela animação que causa. As análises dos dados estão ancoradas nos estudos de Dayrell (2002; 2007), Giroux (2009), entre outros. Dayrell (2002, p.131) aponta que "mais do que negar [o funk], é preciso aprofundar-se nos seus múltiplos significados". Complementamos que é necessário compreender os fatores culturais e sociais que levam a criação dessas letras e o consumo por tantos jovens, majoritariamente da periferia. Ao longo deste trabalho, procuramos articular juventude, consumo do funk e escola, analisando, a partir da perspectiva de cinco jovens, o significado do consumo musical do funk em seus cotidianos e principalmente dentro da escola. A partir da interação com os jovens foi possível identificar que consumo, sexualidade, pertencimento, entre outros temas estão presentes na cultura do funk. Conforme a narrativa dos jovens entrevistados, o funk parece operar em seus cotidianos como fonte de lazer e alegria. Através da pesquisa, podemos compreender que o funk se relaciona com outros aspectos além dos comumente associados a ele, drogas, violência e sexualidade. Ele se torna um elemento identitário, criando laços de pertencimento e produzindo novas formas de expressão. O consumo também se configura como elemento significativo, pois as marcas e objetos citados em algumas músicas influenciam os jovens a consumir o que está sendo dito, ou pelo menos desejar adquirir tais produtos. A partir da pesquisa, também foi possível perceber que os jovens apresentam críticas aos temas abordados no conteúdo das letras de funk, mas em certas situações aderem ao conteúdo depreciativo das músicas. Em relação à escola, podemos identificar formas de rejeição e negação perante o funk. Os jovens entrevistados afirmam que muitos professores não permitem que eles escutem esse gênero musical. Torna-se visível a tentativa de evitar que os elementos da cultura juvenil de classe

popular, aqui especificamente o funk, sejam incorporados dentro da escola. O consumo do estilo musical funk é marginalizado na escola, sendo inclusive ponto de conflito entre alunos e professores. Os jovens, por sua vez, resistem a essas interdições, criando estratégias para que o funk esteja presente também no espaço escolar.

Conselho Tutelar: instrumento de proteção ou de vigilância, controle e penalização para as camadas populares?

Adriano Moreira

O objetivo deste estudo foi analisar a natureza, a função e as atribuições do Conselho Tutelar, no intuito de refletir se tal órgão se configura como um aparato coercitivo, reafirmando a lógica das legislações menoristas (códigos de menores brasileiros promulgados em 1927 e 1979) em que o atendimento à infância, juventude e suas famílias consistia em práticas de monitoramento, controle e penalização. Para tanto nos debruçamos sobre os pressupostos e disposições legais que norteiam o Estatuto da Criança e do Adolescente, de forma geral, e o Conselho Tutelar, de forma específica, no intuito de apontar os pontos de ruptura e aproximações em relação aos códigos de menores que o precederam. A coleta dos dados ocorreu por meio de pesquisa documental, com destaque para: a Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, intitulada Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927, conhecido como Código Mello Mattos, e a Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979, denominada Código de Menores. Para a análise e reflexão sobre os dados recorremos a Michel Foucault (2004), Teresa Cristina R. Rego (1996), Jacques Donzelot (1986) e Loïc Wacquant (2007). Ao final do trabalho consideramos que parece razoável afirmar que o Conselho Tutelar não se contabiliza, do ponto de vista formal, como um órgão coercitivo. Embora nitidamente ele tenha atribuições relativas à fiscalização, estas não se referem à criança e ao adolescente pobres, mas ao Estado, à sociedade, a empresas privadas, enfim qualquer instituição ou pessoa que se constituir em violador de direitos. Por outro lado, concluímos também que seria ingenuidade supor que não haja distinção entre o plano legal, ou seja, o texto da lei, e o plano real, a vida cotidiana das pessoas, quer dizer, não seria razoável supor que certas práticas ocorrem simplesmente porque uma lei as determinam, além disso, como chama atenção Demerval Saviani (2001), nem sempre os objetivos formais de uma lei estão em consonância ao que realmente está sendo pretendido por aqueles que a instituíram. Em síntese, os objetivos proclamados coincidem com a letra da lei, enquanto os objetivos reais emergem a partir da análise de seu conteúdo, o que implica recorrer a outros dados de realidade e ao pensamento teórico. Saviani (2001) destaca que os

objetivos reais podem constituir realizações parciais de objetivos proclamados, mas também se opor a estes, mascarando-os, cumprindo assim uma função ideológica (de caráter liberal) a serviço da ordem capitalista, que consiste na ação de opacificar as relações sociais. Apenas para citar um exemplo do abismo que pode haver entre o plano legal e a realidade recorremos a dados compilados pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006). O artigo 23 do ECA estabelece que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar e por, analogia, não deveria ser a razão para o afastamento de crianças e adolescentes de sua famílias. Ainda assim, segundo o referido Plano, a carência de recursos matérias é justamente a causa de maior incidência no país para o ingresso de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento. Isto significa dizer que a despeito do preconizado na lei é possível observar práticas coercitivas do Conselho Tutelar. Por fim, a opção por pelo Grupo de Trabalho "Juventude, instituições e processos de inclusão e exclusão social" se deu devida a convergência entre seus objetivos e as preocupações que motivaram nosso estudo, grosso modo, proporcionar "reflexão sobre as políticas públicas que afetam, direta e indiretamente, a juventude brasileira, na perspectiva da garantia dos direitos fundamentais desses sujeitos, assim como a discussão sobre as práticas sociais voltadas a este segmento, em diferentes áreas".

Desafios da inclusão escolar/social de jovens com necessidades educacionais especiais no Ensino Superior: um estudo de caso

Ana Claudia Rodrigues Fernandes

A reflexão sobre a inclusão escolar e social de jovens com necessidades educacionais especiais tem se feito relevante nos diferentes espaços acadêmicos, políticos e sociais, especialmente nos últimos anos, dada a política de inclusão vigente. Cresce a necessidade de estudos e pesquisas capazes de ampliar a discussão sobre as demandas destes jovens no acesso aos meios de inclusão social, dentre eles o acesso à Universidade. Chegar à universidade e permanecer nela até a conclusão do ensino superior é um desafio para todos os estudantes, em especial, para os que detêm necessidades educacionais especiais. A Universidade de Brasília – UnB é tomada como lócus da pesquisa por apresentar uma política institucional de inclusão, organizada em torno do Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – PPNE. O programa atua no suporte à permanência qualificada de jovens no espaço universitário, frente às demandas que envolvem a inclusão, consideradas as especificidades de diferentes necessidades educacionais

especiais. Para isso conta com laboratórios de adaptação de materiais didáticos, sistemas de apoio pedagógico, cursos de extensão para formação de professores e técnicos em práticas inclusivas. A pesquisa, é parte do projeto de tese de doutorado da autora (em andamento), tendo como objetivo compreender os processos de inclusão de jovens com necessidades educacionais especiais, a partir da composição do contexto inclusivo nacional, bem como das significações dos próprios jovens a cerca de sua inclusão escolar e social, tomando como estudo de caso a Universidade de Brasília e seu Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE. O eixo teórico adota a perspectiva sociocultural, ao concentrar-se nas histórias das relações pedagógicas e interpessoais, nos processos de significação construídos por jovens com necessidades educacionais especiais e nos indicadores de desenvolvimento adulto, tendo como pano de fundo a vida universitária e visando melhor compreender em pessoas com deficiência. Trata-se de uma pesquisa, de corte longitudinal, organizada nos seguintes eixos: (1) ensino superior como contexto inclusivo: dados nacionais; (2) a Universidade de Brasília como contexto inclusivo (estudo de caso); (3) significações de jovens estudantes com necessidades educacionais especiais quanto à sua inclusão (ou exclusão) escolar e social. Os instrumentos de pesquisa, de acordo com cada eixo são: (1) levantamento censitário e demográfico para identificar o cenário e a demanda pela inclusão no ensino superior; (2) aplicação de questionários junto a diferentes atores da Universidade, em especial vinculados ao PPNE, para conhecer as demandas apresentadas pelos jovens estudantes e os serviços realizados na promoção da inclusão; e por fim, (3) realização de entrevistas individuais com jovens universitários com necessidades especiais, com a finalidade de conhecer as significações dos jovens sobre o tema da inclusão. Os resultados preliminares, suscitados através dos levantamentos censitários e demográficos, bem como de entrevista (coordenação do programa) e observações feitas no PPNE, apontam que a plena inclusão dos jovens nesse espaço escolar precisa ser construída com base nas especificidades e demandas individuais dos estudantes. Aponta ainda a necessidade de criação de mecanismos de envolvimento e sensibilização dos agentes envolvidos diretamente no processo educacional (professores, servidores), necessidade de formação continuada que promova a reflexão sobre o processo de inclusão no ambiente universitário, necessidade de adequação dos espaços e meios para que o jovem estudante possa atuar com autonomia, exercitando assim a inclusão escolar e também social. As conclusões primárias da pesquisa apontam para a demanda ainda existente do debate qualificado sobre a inclusão no espaço universitário que envolva a Universidade nos aspectos pedagógicos e administrativos, a fim de equacionar possíveis situações de exclusão e/ou obstáculo à

permanência do jovem estudante com necessidade educacional especial, a disponibilização de meios para que o estudante possa adequadamente exercer seu ofício de aluno, necessário à sua permanência e aproveitamento qualificados, a importância da valorização do indivíduo como pessoa com potencialidades e perfil acadêmico, que precisam se sobrepor à condição de necessidade especial, o fim de atitudes que possam basear-se em protecionismo, submissão ou subestimação das potencialidades dos estudantes, importância da formação inicial e continuada dos professores para a inclusão, evitando trabalhos baseados em improvisação, senso comum, ou ainda, negação, que acabam por reforçar a exclusão. Por fim, a Universidade reflete um micro espaço social do qual o estudante com necessidades especiais é parte, tornando-se assim importante a inclusão escolar, como exercício pleno de direitos e cidadania de tal parcela de estudantes, e ainda, como reflexo para o exercício da inclusão social em esferas cada vez amplas da sociedade.

Escolarização e o processo de inclusão excludente de jovens em privação de liberdade

Débora Cristina Fonseca

Neste trabalho pretende-se refletir sobre o processo inclusão excludente existente na escolarização de jovens em privação de liberdade e sobre as concepções de violência dos professores da rede pública estadual paulista. Trata-se de pesquisa qualitativa em desenvolvimento, que se utilizou de entrevistas semiestruturadas, realizadas com professores que ministram ou já ministraram aulas para jovens em cumprimento de medida sócio-educativa de privação de liberdade na Fundação Casa/SP. Nossa compreensão se fundamenta nos pressupostos da Psicologia Social sócio-histórica (VIGOTSKI, 2006; LEONTIEV, 1978), que concebe o indivíduo e a condição humana como socialmente produzidos, possibilitando ampliar a visão crítica das políticas públicas e do processo educativo, como principais mediadores na constituição do sujeito em busca de sua emancipação (SAVIANI, 2003). Também na perspectiva dos Direitos Humanos, cujas leis mais recentemente aprovadas são produtos de uma nova cultura, ao mesmo tempo em que buscam corroborar com as mudanças necessárias para que as sociedades respeitem/garantam condições dignas de sobrevivência a todos (FONSECA, 2008; PINO, 2007). Pudemos evidenciar, na análise inicial dos dados, que a mudança na realidade concreta ainda não se efetivou, tanto do ponto de vista das concepções predominantes, ou seja, ainda não se reconhece os jovens em privação de liberdade como sujeitos de direitos, assim como do ponto de vista das garantias legais (BRASIL,1990), que parecem ocorrer apenas em nível burocrático, se observarmos que o aspecto qualitativo do direito ainda não se efetivou.

Sobre violência, os professores relatam não ter conhecimento de fatos ocorridos no interior da unidade de internação, mas indicam que em sala de aula, existe um clima de violência implícita. Entretanto, é possível identificar na análise dos relatos, que a própria rotina estabelecida nas unidades de privação de liberdade constituir-se-ia em forma de violência explícita, como por exemplo, o comportamento de submissão imposto em todas as unidades da Fundação Casa – andar de cabeça baixa e só se referir aos demais como senhor e senhora, e implícita, quando o aluno, mesmo ainda não estando alfabetizado é obrigado a copiar tudo que o professor escreve na lousa – os alunos não precisam aprender mas são obrigados a copiar. Autores que pesquisam o mesmo tema apontam que: "expressões associadas à ideia de violência escolar, formas de manifestação da violência em sala de aula, experiências de violência vivenciadas pelos professores e relação que estabeleciam entre violência e sua atuação em sala de aula" (SILVA; RISTUM, 2010, p. 240) são bastante comuns e interpretadas como agressão pelos professores. A lógica educativa utilizada no contexto de privação de liberdade configura-se em outro elemento de análise interessante. Pelos relatos, esta lógica parece estabelecer-se como igual ao ensino regular oferecido nas escolas inseridas na comunidade, o que pode estar dificultando a efetivação do direito à educação dos jovens privados de liberdade, configurando-se num movimento de inclusão excludente. Pelo que se pode apreender com os dados da pesquisa, o sistema educacional, representado por seus professores tem se restringido a desenvolver conteúdos considerados importantes e relevantes para um grupo de especialistas em educação, mas que pouco consideram os sujeitos no processo educativo (BRASIL, 2010). Assim, garante o direto de acesso à educação mas não o aprendizado de fato. Também podemos destacar o despreparo dos professores para trabalhar no contexto de privação de liberdade (ONOFRE, 2011). Esses professores indicam a vivencia de um conflito entre o direito e a obrigatoriedade, tendendo a considerá-la como pouco efetiva do ponto de vista prático. A escolarização, neste contexto, parece constituir-se efetivamente como o cumprimento burocrático da lei, o que justifica o despreparo e a não reflexão sobre outras possibilidades de trabalho pedagógico, o que nos parece mais um indicativo de que a visão legalista tem se sobreposto à garantia do direito na perspectiva dos Direitos Humanos de crianças e adolescente. Neste trabalho, buscamos aprofundar o conhecimento sobre esta realidade, problematizando o processo bastante perverso de inclusão excludente presente nas políticas públicas de educação no Estado de São Paulo, associando a reflexão ao modo como a violência tem sido interpretada no contexto escolar, mais especificamente, quando nos referimos ao jovem em cumprimento de medida sócio educativa de privação de liberdade.

Exclusão e inclusão da juventude da/na universidade pública expandida no Norte Fluminense

Eduardo Pinto e Silva

O jovem é um sujeito ontológico, existente numa objetividade histórica fundada em aspectos econômicos e extra-econômicos, ser social e singular do coletivo juventude, co-produtor de práticas sociais e institucionais e, não raramente, presa relativamente fácil de suas grelhas, sobretudo quando dotado de vulnerabilidade, para nos referimos a um termo tão em voga, após certo desuso do conceito de exclusão, que, destarte, procuramos defender e resgatar, pautados por uma reflexão crítica e novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. A fragmentação e heterogeneidade da juventude poderia fazer parecer que não há fronteiras relativamente definidas, ainda que destituídas de rigidez ou não imutáveis, entre excluídos e incluídos, ou, a relativa fluidez nas trocas de posições do sujeito ontológico do jovem, de uma área de prática social mais, para uma menos clivada e/ou integrada da condição de sujeito do poder disciplinar, pode barrar a percepção da existência ou materialidade da condição (real) de exclusão, ou melhor, do processo excludente. A condição de exclusão da juventude, ou da inclusão da juventude, nos inúmeros espaços sociais existentes na realidade do cotidiano de uma cidade em franca expansão, como Rio das Ostras e outras congêneres do Norte Fluminense (RJ), na comunidade, na rua, no trabalho, nas escolas, na informalidade, na violência, nos atos infracionais e/ou deliquenciais etc, enfim, sua condição social e cultural, não é gratuitamente constituída, mas relacionada a um desenvolvimento desigual e combinado de uma economia capitalista com determinadas particularidades e fragilidades. Este desenvolvimento desigual, eticamente deplorável, socialmente injusto, é fundamental à reprodução da máquina econômica mundial, fortemente financeirizada. As disparidades das condições sociais, econômicas e culturais das distintas regiões brasileiras são parte das desigualdades mais amplas entre países e nações. A condição dependente do Brasil no processo de mundialização e sua subserviência aos países dominantes se reflete na condição de ampla desigualdade de determinadas regiões de distintos Estados, e de distintas regiões do interior de um mesmo Estado. Mesmo nas regiões de estados ricos como Rio de Janeiro, e com apelos para um crescimento aparentemente inclusivo e enriquecedor de municípios, como no caso do Norte Fluminense, a chegada de classes sociais melhor remuneradas, qualificadas e integradas à economia de mercado e às inovações tecnológicas, se dá, pari passo, com a (re)criação, senão intensificação, de bolsões de miséria. Excluídos dos grandes centros, são deslocados para o interior, “incluídos” em

práticas sociais sob promessas imaginárias e ideológicas, habitantes de uma espécie de "cidades de esperança" onde se (des)iludem em relação a um (sobre)viver em melhores condições das que de seus espaços antes ocupados, no qual malogravam formas instáveis de exclusão e inclusão social, institucional, laboral etc. A juventude no Brasil é uma juventude clivada, inserida numa fratura social. A juventude excluída é a juventude nadificada, à deriva dos movimentos históricos de expansão, desenvolvimento, morte e vida de grandes cidades, em um país cujo desenvolvimento do capitalismo, que se caracterizou como dependente e subdesenvolvido, reatualiza-se nas mudanças históricas mais recentes e atual condição do Brasil de plataforma de valorização do capital financeiro internacional. Consideramos, portanto, que conceitos como exclusão e inclusão não devam ser desconsiderados, ou plasmados por outros, como vulnerabilidade e instabilidade, como se fossem engessados em si mesmos. A objetividade histórica clama por um retomar problematizado destes conceitos, para que se possa realizar uma análise crítica das relações entre juventude, sociedade, trabalho e educação. O movimento das cidades, da urbanização, do dito "crescimento" dos municípios, os fatores econômicos e extra econômicos das mudanças e da caracterização da população jovem de uma região em particular, como no caso da região Norte Fluminense (RJ), podem nos fazer elucidar importantes aspectos sobre a exclusão da juventude da universidade, exclusão da juventude na universidade, ou ainda, inclusão da juventude da universidade e inclusão da juventude na universidade. As formas históricas de reatualização da exclusão includente e da inclusão excludente envolvem uma refuncionalização do velho, sob os auspícios do novo, da "cidade promessa", dos fetiches em torno dos royalties, do petróleo, e de outros elementos do imaginário socialmente construído. A juventude da região pesquisada, imersa na sociabilidade do homem simples, é, na sua maioria, excluída da universidade. Portanto, é imprescindível se fomentar o debate sobre os jovens incluídos e excluídos da/na universidade na sociedade da exclusão includente e da inclusão excludente.

Inclusão Social: análise de como a relação aluno-professor influencia nesse processo

Flávia Souza de Almeida, Maria Lidia Ferreira Lima

O Projeto Rede Escola Cidadã (REC) está sendo desenvolvido em Belém do Pará há 03 anos tendo iniciado em 2009 com o objetivo de tornar a escola um ambiente mais atrativo para a comunidade escolar, que inclui alunos, pais, professores, equipe técnica, funcionários e a comunidade em seu entorno. O projeto nasceu de colóquio entre pares institucionais (Ministério Público, Defensoria Pública/NAECA, CIPOE, SEMEC, SEDUC, UNAMA/Observatório de

Violência nas Escolas/Fidesa). Posteriormente foram agregados à Rede: Cruz Vermelha, SEJUDH, Comando Maior (PM), FUNPAPA, Sociedade Bíblica, Moarana (Guaere); e recentemente, o Museu Emílio Goeldi, a Rede de Jovens e Comunicadores (Renajoc), a Vale, Lar Fabiano de Cristo, Curro Velho e Terra dos Homens. Essa é uma rede de ação interdisciplinar e interinstitucional em prol da prevenção e minimização de violências no espaço escolar. Ademais, objetiva-se criar uma conexão forte e autônoma entre as instituições parceiras e as 5 escolas públicas participantes, envolvendo os alunos em ações que podem aproximá-los de seus direitos. Tendo como base os resultados obtidos no programa de extensão Observatório de Violência nas Escolas (OESSELMANN, 2009; PONTES, CRUZ, 2010), a Rede Escola Cidadã vem se articulando de forma a desenvolver ações que vão além minimizar ou remediar o fenômeno da violência nas escolas também torná-las um espaço mais atrativo para seus frequentadores, que não são apenas os alunos e sim a família, equipe técnica e a comunidade em seu entorno. Esse artigo originou-se de uma das ações realizadas pelo Projeto Rede Escola Cidadã, que é o Grupo Focal. Através dos dados obtidos por meio dessa modalidade de entrevista, buscamos refletir sobre como os professores, integrantes fundamentais na interação aluno-escola, estão agindo para que o ambiente no local seja agradável e promova não a exclusão social e o preconceito e, sim, a inclusão e o respeito. Antes da década de 80, o fracasso escolar era considerado um problema cultural e de aprendizagem de responsabilidade do aluno, após esse período o fenômeno começou a ter uma perspectiva mais ampla que considera a educação como um processo que envolve também a família, a escola, e aspectos sócio-econômicos e culturais (PATTO, 1999). Assim, as relações de troca que o aluno faz com o ambiente se tornam fundamentais para que o processo de aprendizado ocorra. Durante a aplicação de grupos focais nas escolas, percebemos que falta ao professor instrumentos que facilitem o aprimoramento de suas habilidades sociais no âmbito da sala de aula. Muitos alunos citaram que professores não têm cuidado com os adjetivos utilizados para se referir a eles, sendo esses geralmente negativos e depreciativos. Além disso, foi bastante relatada impaciência dos docentes quando os discentes expressam questionamentos e dúvidas relacionadas ao assunto ensinado. Sendo o professor uma representação de superioridade, as palavras emitidas por ele podem ser recebidas pelos alunos como regra, tanto no que diz respeito ao conteúdo por ele ministrado, quanto aos demais comportamentos verbais que ele emite. Essas regras podem se fortalecer diante das contingências ambientais (Matos, 2001), então se o professor diz ao aluno que ele é “burro” sendo ele repetente, por exemplo, é provável que este receba isso como uma verdade, tendo como uma das consequências a exclusão social. Portanto, considera-se o

relacionamento professor-aluno um fator importante no sentimento de inclusão social destes na escola e, compreende-se que se o aluno não se sente incluído em sua própria sala de aula pelos colegas e especialmente pelo professor, isso pode gerar sentimentos de impotência, insegurança, medo, inferioridade e ser generalizado para outros âmbitos sociais em que este sujeito esteja inserido, como em sua própria comunidade e vida política. A relação com o GT 16 encontra-se nos próprios objetivos do projeto que saem das ações de prevenção de violência criticadas por esse grupo de trabalho e se propõe a vincular as escolas com instituições próximas a ela que possam fornecer algum subsídio de intervenção, dispondo-se a promover atividades inclusivas e de incentivo a participação da escola em atividades além do ambiente escolar. Relacionando-se também com o aspecto de verificar como as instituições de ensino se comportam na promoção de relação e um diálogo melhor entre ela e seus alunos. Com relação ao eixo temático, "Estado, Democracia e Movimentos Sociais", em que o grupo de trabalho se encontra, é convergente a preocupação com o protagonismo dos jovens nas instituições em que participam e a promoção de um espaço de expressão democrático no âmbito delas.

Jovens em conflitos com a lei e medidas socioeducativas

Fernanda dos Santos Contessa, Maida Viviane Mazoy Carricio

As condições de vida vigentes dos jovens na sociedade contemporânea e seus conflitos estão relacionados a vários fatores interligados e transversalizados. A forma de associar o pobre com o ato infracional muitas vezes é tomada sob uma ótica discriminatória, num contexto de desigualdade e exclusão social. Reconhece-se que esta forma de relacionar o pobre à violência tem uma grande repercussão ao fato de algumas pessoas não conseguirem se desprender destas associações ofensivas, tomando estas questões como naturais sem ao menos reconhecer uma possibilidade de reflexão diferente desta visão determinista. No entanto, os (as) adolescentes são concebidos como sujeitos de direito e considerados em desenvolvimento segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990), que visa à proteção integral destes sujeitos que passam por um processo singular de formação. Sendo assim, compete à sociedade tratá-los de forma digna ao modo que possam se constituir dentro de suas possibilidades de vida que não violem os direitos humanos. Frente a isto, as medidas sócioeducativas devem corresponder a um programa sócio educativo, que deverá estar inserido em uma política articulada com outros programas públicos ou serviços, que estarão disponíveis na rede de proteção integral a criança e ao adolescente. Frequentemente, a execução das medidas será destinada aos adolescentes que são acusados de praticar o ato infracional, tendo

um caráter pedagógico que visa educar os sujeitos com o objetivo de não reincidirem novamente. Diante disso, a presente pesquisa visa problematizar como se configura os processos de subjetivação de jovens que estão submetidos a essas medidas sócioeducativas, descrevendo e analisando as questões implicadas com o discurso destes atores sociais que estão inseridos no contexto do ato infracional. Desta forma, faz-se necessário refletir sobre as seguintes questões norteadoras: como os jovens se sentem cumprindo estas medidas? Como é para eles cumprir as medidas socioeducativas? Quais os significados que estes dão a elas e se acreditam que contribuem ou não em suas vidas e de que formas? Que perspectivas eles têm sob suas vidas e suas potencialidades? Utilizamos como ferramentas teóricas autores como: Giorgio Agamben, suas discussões sobre as formas jurídicas da política moderna, seu conceito de vida nua, estado de exceção e as tanatopolíticas da inclusão pela exclusão; Jean Jacques Rassial, Contardo Calligaris e Carmen de Oliveira, que contribuem com as concepções mais atuais de adolescente e o modo como tais sujeitos são apresentados na sociedade contemporânea, e suas articulações com o conceito de delinquência; Cecília Coimbra e Maria do Nascimento que abordam as relações da adolescência à desigualdade social e a atuação do judiciário frente à questão da Criança e do Adolescente. Além disso, utilizamos como ferramenta metodológica a pesquisa-intervenção que possibilita criar espaços de escuta e de fala para estes sujeitos, no sentido de explorar e refletir sobre as questões norteadoras dessa pesquisa. A pesquisa-intervenção utiliza a analise de implicação como dispositivo de analises, que remete a uma não neutralidade entre sujeito e objeto de pesquisa. Frente a isto não está dissociada do intervir, sendo que o pesquisador se coloca no campo da pesquisa, integrando essa paisagem, analisando o coletivo e recebendo retornos deste sobre sua prática. De acordo com a escolha do método, realizamos visitas domiciliares aos sujeitos participantes para o convite de uma possível participação em encontros grupais. Os grupos foram realizados em uma ONG que trabalha com jovens com conflito com a lei, onde alguns jovens compareceram aos encontros. A partir das visitas domiciliares e dos grupos, pode-se observar que a grande maioria dos adolescentes que estavam cumprindo medidas sócioeducativas não sabiam o que estas significavam, apenas quando se referiam a ONG que conseguiam fazer alguma associação com as medidas. Percebemos o quanto os objetivos socioeducativos das medidas se apresentam distante do contexto dos jovens, pois os mesmos nem ao menos sabiam o porquê estavam submetidos as mesmas. Este fato possivelmente aumenta muito a possibilidade dos jovens não cumprirem suas medidas, o que depois é usado contra eles mesmos aumentando gradualmente o poder punitivo do estado sobre eles. Muitos jovens afirmam não cumprirem as medidas por

não acharem justo, entendendo-as somente como uma punição e, portanto como eficazes, pois dissociam a prestação de um serviço comunitário, por exemplo, com uma diminuição da possibilidade de cometerem novas infrações. Também a questão da desigualdade social foi significativa no discurso dos jovens, pois grande parte dos motivos pelos quais alegam cometerem infrações relacionadas a roubo e assaltos é por buscarem acesso mais fácil a objetos desejados e valorizados social e economicamente.

Juventude e inclusão social: as contribuições da Psicanálise para ressignificar a função da escola

Rosemary do Nascimento Silveira, Erika Silva Rocha, Flora Corrêa Guimarães

O presente escrito discute acerca da instituição escolar, no contexto do Ensino Fundamental II, compreendendo-a como espaço social por excelência, que tem a função histórica de prover os indivíduos com o conhecimento científico e cultural e que carrega a especificidade de também ser um locus de constituição de subjetividades, de convivência e de desenvolvimento humano. Evidencia-se nesse estudo a importância de se conceber a escola como um contexto complexo e que insere os sujeitos numa ordem político-social, pedagógica e de história pessoal. Um lugar em que jovens atualmente passam muitas horas de suas vidas e que, por vezes, enfrentam dificuldades diversas, sejam relacionadas aos conteúdos, às relações intersubjetivas vividas ou mesmo aos estigmas que sofrem; como quando são vistos como "alunos problemas", com "dificuldades", compreendidos sob uma ótica naturalizante, que desconsidera o contexto institucional e a complexidade das interrelações estabelecidas na escola. Neste sentido, objetiva-se com este trabalho, realizar uma reflexão crítica sobre a instituição escolar, lugar de produção de conhecimento e cidadania, mas que, contraditoriamente, se apresenta como lugar de exclusão e estigmatização de jovens em processo de escolarização. A relação com o Grupo de Trabalho (GT) é estabelecida ao se discutir a temática da juventude (alunos a partir do 6º Ano), no contexto institucional, refletindo-se sobre a escola, com também espaço de exclusão e de sofrimento de jovens percebidos "portadores de problemas", responsáveis por "situações de fracasso". Para fundamentar o trabalho, utiliza-se o referencial teórico da Psicanálise. Neste sentido, diante de um contexto social no qual determinadas instituições tendem a reproduzir e não questionar estigmas, ver o aluno como sujeito sob uma ótica psicanalítica possibilita uma articulação entre potencial intelectual (tão vislumbrado pela escola) e posição subjetiva. Evidencia-se uma concepção de humano que não se desenvolve linearmente, preso aos ditames maturacionistas, mas um ser que se constitui num universo simbólico, cultural, que pode

ressignificar sua posição no mundo a cada instante. Partindo dessa perspectiva, o professor ocupa um lugar essencial, e sua intervenção deve ser pautada numa concepção de aluno-sujeito que constrói conhecimento num processo de interação ativa com o outro. O ato docente, para a Psicanálise, é pautado na palavra e pode fazer marcas nos indivíduos. No contexto educacional, o adulto tem a linguagem como um instrumento essencial. Contudo, ele não tem o controle, a previsibilidade mecânica sobre o efeito de uma determinada intervenção. Isto põe o professor no papel de escutar o aluno, o que o processo educacional representa, possibilitando a circulação discursiva. A partir dessa relação, o processo de aprendizagem acontece de forma mais significativa e dá espaço ao aprendiz para transpor aos estudos seus interesses, suas dificuldades e vontades – inconscientes ou não. A Psicanálise concebe o aprender no entrelaçamento de um ser não apenas cognoscente, mas concomitantemente um sujeito de desejo e passível de erros e acertos dentro do contexto escolar, sem que isto suscite estagnação ou julgamento. Um desejo de saber, não apenas intelectual, mas que é motivado por questões mais profundas e que pauta-se nas relações sociais que são estabelecidas ao longo da vida do sujeito, aqui incluída a escola. Nela, o desejo está presente em todas as esferas e, dentro desse contexto, a juventude também traz suas histórias e significações endereçadas aos adultos, que precisam ouvi-las eticamente. Para o presente trabalho, utilizou-se uma metodologia que parte de um estudo bibliográfico baseado em pesquisas de Leandro de Lajonquière, de estudos freudianos e de discussões de Lúcia Rabello de Castro sobre concepções de desenvolvimento. Esse trabalho, portanto, promove uma desconstrução de estigmas sociais, que são cada vez mais comuns na escola contemporânea. Ainda são muito frequentes ambientes escolares marcados pela mensuração de capacidades, nos quais o aluno que não acompanha o ritmo de aprendizagem considerado "normal" é percebido como "incapaz", "lento". A partir dessas ideias, pode-se discutir o tema do fracasso escolar evidenciando-se a importância da intervenção do professor, que deve ter como foco as ressignificações que o ato de ensinar pode trazer ao aluno e ainda permitir que esse sujeito possa "errar", ter dúvidas e conflitos, que fazem parte do processo de aprendizagem humana, sem que seja o aluno estigmatizado, concebido em seu desenvolvimento de forma maturacionista, a-histórica. Pode-se, ainda, provocar uma discussão sobre organizações curriculares, formação de professores, políticas públicas de educação, que favoreçam uma visão ética e crítica do contexto escolar. Como conclusão, ressalta-se a importância do aluno ser visto também como um sujeito de desejo, de intersubjetividades, sendo necessário ao professor estar atento a sua intervenção como educador, percebendo o eco que essa intervenção pode produzir não apenas na aprendizagem do aluno, mas em sua constituição subjetiva e no modo como a

escola, as famílias e a sociedade como um todo passam a compreender o aluno. A partir dessa ótica, o ato de educar pode tornar-se um ressignificador e não repetidor de condutas estigmatizantes e, em algumas situações, perversas.

Juventude e movimentos na/da cidade: compreendendo os processos de inclusão-exclusão

Beatriz Zocal da Silva, Eliane Regina Pereira, Aline Amaral Sicari, Larice Santos Silva

Entendemos que para pensar e falar sobre juventude é preciso ultrapassar os estereótipos e padrões estabelecidos por uma faixa etária e configurá-la como um processo inacabado, como uma abertura que nos exige contextualizar a complexidade da constituição desses sujeitos. Sustentado na perspectiva histórico-cultural, o trabalho apresentado se propõe a contar sobre uma experiência de pesquisa-intervenção, com um grupo de discussão com adolescentes em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). A imagem/fotografia foi o principal recurso estético disparador para as discussões do grupo e compunham um registro do bairro/cidade em que moravam e/ou representavam a vida do jovem, com o intuito de oferecer um olhar estético,ético e político, para as relações estabelecidas, produzindo novos sentidos e (re)criando memórias. O objetivo principal do grupo de discussão era a promoção de saúde, que segundo Ministério da Saúde se dá através da construção de práticas que se pautem pela humanização e pelo cuidado integral, cultivando a melhoria da qualidade de vida e o aumento da "autonomia". Dessa forma, nossa proposta foi na direção de promover saúde através da construção de momentos de troca e de comunicação na produção em grupo, considerando também a diferenciação das singularidades, constituindo-se em um legítimo espaço para a escuta, o diálogo e a reflexão. Nesse contexto de intervenção a pesquisa buscou compreender os sentidos produzidos pelos jovens moradores do bairro a respeito das possibilidades e impossibilidade de ações e espaços de saúde por eles ocupados. Os encontros foram registrados em "diário de campo" e este se tornou um de nossos principais instrumentos de pesquisa. Procuramos conhecer esses jovens pelo ritmo, quase sempre permeadopelo funk, pelos amores e desamores vivenciados, pela ocupação/desocupação das ruas, pelo estranhamento com a cidade e, sobretudo pelas relações que estabeleciam entre si, no grupo. Buscamos construir uma compreensão dialética da relação conhecimento/desconhecimento dos lugares que esses jovens vivem e que os constitui como sujeitos pelas narrativas produzidas nas relações com as fotografias/imagens e através da análise do diário de campo. Pudemos, assim, compreender as vivências e os sentidos produzidos pelos jovens sobre o bairro e a cidade entendendo, também, o processo complexo e dialético

exclusão/inclusão. Destacamos, dessa forma,o processo exclusão/inclusão vividos por esses jovens no âmbito da situação econômica, suas possibilidades e impossibilidades, as situações de segurança e perigo, os sentimentos, as vivências e as amizades que permeiam o universo deles. Diante disto, é possível problematizar como os jovens da periferia, que no desencaixe financeiro, assumem o lugar estereotipado de uma juventude de consumo tão afirmada pela mídia ao estabelecer padrões que também se referem ao lugar de encontro e identidade ocupando, por exemplo,o Shopping que se configura como regra de convivência, apesar da distância física e financeira. Buscamos ainda problematizar o quanto as políticas públicas alcançam efetivamente esses jovens e modificam o processo dialético inclusão/exclusão no seu modo de ser e estar na cidade, como, quando diversos lugares oferecem eventos artísticos gratuitos e os jovens não se reconhecem. Questionamos as impossibilidades de ocupação dos espaços bairro/cidade entendendo que a promoção de saúde no grupo de discussão, fomentado pelo recurso estético da fotografia, perpassam a reflexão a cerca do conceito de inclusão e exclusão bem como as políticas públicas envolvidas nesse processo.

Juventudes em movimento e a produção de um devir periférico

Silvana Mendes Lima

O presente estudo visa analisar os processos de produção de subjetividades engendrados nas diversas ações educativas ligadas a arte e dirigidas a jovens pertencentes às zonas periféricas na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de avaliar como se configura, na contemporaneidade, a criação de alternativas aos seus embates frente às formas de vida atuais. Formas que portam uma tensão constituinte que reduz, por um lado à vida a uma sobrevida e, de outro, tendem a criar o imprevisível atualizando processos de subjetivação distintos, originais e singulares. Cabe ressaltar que trabalhar com políticas públicas ligadas à arte traz seus desafios, sobretudo em territórios constituído por uma população que, dominantemente, vive alijada dos serviços básicos como saúde e educação e de jovens, na sua grande maioria alvos da escassez de bens culturais e de lazer e que, além disso, não logram inserção no mercado de trabalho. No entanto, concomitante a esse processo de exclusão que produz segregação destaca-se, no âmbito das políticas artístico-culturais dirigidas à juventude, o seguinte embate: da arte enquanto produto para o mercado e da arte como um operador potente de transformação dos modos de vida. Uma transformação que combate a clausura da arte a uma perspectiva meramente mercadológica. Corroborando com Pelbart (2000) avaliamos o quanto desempenhar e desenvolver atividades marcadas pela interferência da arte e da cultura comporta de trabalho imaterial, já que neste

campo, não se trata apenas de executar tarefas, mas, especialmente, criá-las. As matérias criadas produzem, por conseguinte, coisas imateriais: sons, ritmos, performances, imagens, serviços, incidindo sobre algo imaterial: a subjetividade humana. Matérias que na sua expressão dissidente pode operar inversão de uma periferia lançada em guetos de exclusão para uma periferia formada por redes em que a falta ou carência é convertida em excesso, em que o sentido de periférico ganha nova expressão. Uma expressão de um devir periférico na sua potencia minoritária. Devir remete a tudo que é de ordem processual, daquilo que escapa aos sistemas de integração dominantes – um novo tipo de sensibilidade, de raciocino, de ver e sentir o mundo – e que viabiliza outros meios de semiotização possíveis. Essa dimensão de um devir periférico combate um sentido comumente apontado nos projetos dirigidos a esses jovens que os colocam na condição de vulnerabilidade social ou em situação de risco. Tais categorias não abarcam o que eles compreendem acerca do que implica viver em territórios periféricos. Ou seja, as condições precárias de existência não necessariamente se coadunam com tais categorias. Isto porque a própria convivência comunitária aponta para a criação de outras redes de produção do comum que tais categorias invisibilizam. Nessas redes "quentes" a situação de vulnerabilidade é convertida em formas de solidariedade que inventam outras maneiras de integração à vida social que se expressam nos modos de compartilhar os cuidados Desse modo, a miséria não condiciona apenas uma experiência de falta e da carência, mas também de produção que arranja outras formas materiais e imateriais de se sustentar e se reinventar. Nesta direção, é importante dar visibilidade às experiências, programas e projetos que atuam no sentido da formação de novos valores, por meio de uma sensibilidade e responsabilidade coletiva em torno das questões sociais em seus diferentes níveis (local, nacional e até planetário). É preciso apontar em que medida são experiências relevantes, cujas metodologias mereçam ser replicadas, valorizadas, apropriadas, investigadas, de modo a subsidiar políticas públicas para os jovens empobrecidos deste país.

Mais um jovem em conflito com a lei... Qual a hora de atuar?!

Diana Jenifer Ribeiro de Almeida

O objetivo desse trabalho é problematizar o papel do psicólogo e profissionais designados ao trabalho de acompanhamento de jovens em conflito com a lei através da experiência como psicóloga em um dos CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social) do município do Rio de Janeiro. A partir da atuação na abordagem social da população em situação de rua usuária de crack e outras drogas, concomitante á experiência como mestranda e

pesquisadora neste tema e no "Mapeamento Nacional de Usuário de Crack" feito pela Fiocruz encomendado pela SENAD, fui convidada a compor a equipe para elaboração do projeto de CREAS Itinerante. Destaco nessa proposta o acompanhamento do caso que envolve um adolescente que já cumpria Medida Sócioeducativa (MSE) em meio aberto e que hoje aos 17 anos cumpre a medida em meio fechado no DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas), devido ao segundo ato infracional, de ter entrado num ônibus no Rio de Janeiro, cometido um assalto e estuprado uma das passageiras que ali estava. Diante das especificidades do caso, o mesmo repercutiu nacionalmente, envolvendo exposição da imagem feita pela câmera do veículo, pois não havia sido levantada a hipótese de ser um menor de 18 anos. Darei a ele o nome de João, que no mês de abril do corrente ano se apresentou pela primeira vez ao CREAS acompanhado de sua mãe para iniciar acompanhamento no programa Medida Sócio- Educativa, devido a ter sido flagrado com mais dois jovens após furtar um telefone celular e uma mochila próximo a comunidade onde morava. Ambos pareciam desconfortáveis com a situação de João estar "devendo" à justiça e por isso sua genitora fazia muitas perguntas em relação a possibilidade dos descumprimentos por parte de seu filho. João sempre de cabeça baixa, com fala entre os dentes, se restringia a responder de maneira sucinta ao que lhe era perguntado, e desta forma conseguimos finalizar o preenchimento do formulário obrigatório para iniciarmos seu acompanhamento – PIA (Plano Individual de Acompanhamento). Segundo a carta da sentença, João deveria ser acompanhado por nossa equipe pelo período mínimo de 6 meses.Devido à organização do trabalho ser por território, João deveria ser acompanhado sistematicamente pela outra parte da equipe (2 assistentes sociais 1 psicólogo e 1 pedagogo), e assim passei a ter uma participação mais informal junto à este núcleo familiar. Durante o acompanhamento, João não trouxe em seus relatos problemas em relação ao uso de cocaína. Era um jovem que enquanto estava em acompanhamento providenciou seus documentos, estava fora da escola e já trabalhava com seu padrasto numa carpintaria recebendo um salário mínimo pela função. Por sentir-se pressionado, pediu para sair desse trabalho demonstrando, porém, interesse em se inserir em outra atividade remunerada. Sempre que nos encontrávamos pelos corredores, os recebia na sala de atendimento para saber como ele estava e sua jovem mãe trazia relatos de dificuldades de faze-lo retornar aos estudos e dos ciúmes da irmã um ano mais velha e principalmente do caçula filho de seu padrasto. Na semana do episódio do estupro, João e sua mãe haviam ido ao SESC e a reunião de família promovida mensalmente no CREAS. Quando a imagem de seu rosto foi divulgada na televisão, não o reconheci, mas estranhamente recordo de ter me feito a pergunta: "será que eu conheço

ele?" Esta interrogação oriunda da experiência aqui narrada nos faz rever as práticas e as políticas de acompanhamento de jovens em conflito com a lei, visto que nos é dada a responsabilidade, quase como uma "missão" de resgate e reinserção social e familiar. Levando em consideração os argumentos que João utilizou para justificar seus atos (queria dinheiro para fazer sua festa de 17 anos e estava sob efeito de cocaína), coloco em questão o enfoque linear dado as ações preventivas e protetivas aos jovens. Será que estamos compreendendo a rede que compõe as necessidades e valores do jovem contemporâneo? Segundo o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), sob olhar do sistema jurídico, crianças e adolescentes devem ter os seus direitos respeitados, mas será que nos cabe atuar apenas quando direitos e deveres são violados? A judicialização dessas práticas encolhe a atuação do psicólogo e o desloca para aplicação de penas, ainda que sob a vigência de serem sócioeducativas. João não queria estar ali, talvez não estivesse satisfeito com sua vida. O quanto as políticas públicas podem abranger tais singularidades? Como desdobrar em nossas práticas um olhar preventivo não higienista ou corretivo, já que o sistema de garantia de direitos através dos CREAS e CRAS, apresentam limitações metodológicas, pedagógicas e principalmente ideológicas de trabalho? João talvez não seja diferente de outros jovens e compreender seu drama mas do que julga-lo é um desafio que nos cabe discutir.

Políticas públicas para a juventude: o jovem atendido

Michele Cristina Pedroso

Este trabalho está diretamente relacionado ao eixo Estado, Democracia e Movimentos Sociais no sentido de que põe em questionamento as políticas publicas direcionadas a juventude. Neste texto utilizar-se-á para delimitação dos sujeitos jovens e juventude a faixa etária. Deste modo ao falar dos jovens estaremos nos referendo aos sujeitos com idade entre 15 e 24 anos. Entretanto neste texto entende-se que embora o pertencimento a uma faixa etária comum pode ser considerado um fator que iguala pessoas a representação que se tem do jovem não é única. O imaginário sobre os jovens são bastante complexos. Ao mesmo tempo em que são considerados "problemas" da sociedade são considerados por outros como o "futuro" da sociedade, na qual poderão trazer transformações positivas. Em geral são os jovens moradores da periferia urbana pertencentes aos extratos sociais mais empobrecidos da população que são representados como um problema social. O pressuposto que embasa este estudo é que as ações governamentais ao se dirigirem prioritariamente aos jovens pertencentes aos setores mais empobrecidos da população acabam por reforçar o pressuposto de que estes jovens constituem-

se em um problema social e como tal devem ser tutelados e disciplinados para se incluírem de modo efetivo na sociedade. Deste modo este trabalho teve como objetivo identificar quais os pressupostos estabelecidos na visão que se estabelece destes jovens dentro das políticas públicas direcionadas a ele. As políticas publicas são entendidas na acepção proposta por Rua (1998), que as define como o conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. De acordo com Hofling (2001) as políticas públicas podem ser entendidas como o Estado em ação, significando que o Estado implementa um projeto de governo por meio de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade com por exemplo para a juventude. Assim de acordo com Araujo et al. (2006, p.112) as políticas públicas tem como principal papel "construir estratégias para resolver objetivos definidos e obter determinados resultados'' . É deste modo que segundo Souza (2006) as políticas públicas depois de desenhadas e formuladas desdobram-se em programas e ações. Para obtenção dos dados da pesquisa entramos em contato com 6 instituições situadas em um município do interior do estado de São Paulo, que desenvolviam políticas públicas direcionadas aos jovens do município. A cidade conta com aproximadamente 186 mil habitantes, dos quais 16% são jovens com idade entre 14 e 26 anos (IBGE, 2010). Os documentos que norteiam estes programas, disponibilizados nos sites e pelos coordenadores dos mesmos foram analisados. As propostas de ação, o projeto pedagógico, as atividades previstas, os objetivos, os participantes a quem se dirigia como classe social, gênero e idade foram examinados. Os dados foram analisadas a partir das proposições sobre analise de conteúdo formulada por Bardin(1997). Resultados indicam que todos esses programas tendem a convergir em alguns pontos: 1) a visão de que os jovens são carentes, residentes em localidades também carentes significando com isso que residem em locais onde predomina baixa escolaridade e mão de obra pouca qualificada com alto índice de abandono escolar e dificuldade de aprendizagem; 2) que são jovens em "situação de vulnerabilidade social" e baixa auto-estima, o que decorre da percepção descrita no item 1; 3) que têm dificuldades na relação com a escola de modo que as instituições devem trabalhar no "fortalecimento" da permanência deles nas unidades de ensino e para o "sucesso escolar"; 4) que o problema da baixa escolaridade dos jovens se reflete na baixa profissionalização deles, o que dificulta a sua inserção no mercado de trabalho e se traduz na preocupação dos programas de oferecer a eles uma formação profissional que tenha com um perfil mais condizente as necessidades da indústria. Deste modo os programas e ações desenvolvidos no município corroboram as analises de Sposito e Corrochano (2005) de que a ênfase observada nas políticas públicas destinadas aos jovens são predominantemente direcionadas a jovens em "situação de

exclusão social" ou em condições de "vulnerabilidade", tendo por objetivo a "reintegração social" destas pessoas como uma tentativa de amenizar os possíveis problemas que estes jovens venham provocar. Os jovens alvo das políticas publicas que analisamos são caracterizados como carentes, com baixa auto-estima, com baixa escolarização e pouca profissionalização e que podem, caso a sociedade não intervenha, se tornarem um problema social. Assim, como dizem Sposito, Silva e Souza (2006) o emergente espaço das ações ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante onde as "iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares".

Resistências no contemporâneo: juventudes, arte e periferia

Alessandra Speranza Lacaz

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida na Universidade Federal do Espírito Santo (ES), em parceria com o grupo de pesquisa "Juventudes periféricas: uma análise de perspectivas educativas no âmbito das iniciativas públicas e privadas na cidade de Niterói", da Universidade Federal Fluminense (RJ). Tivemos como objetivo colocar em análise os modos de vida de juventudes periféricas na constituição de forças de resistências que têm se dado no contemporâneo. Retirando a noção de resistências de um lugar oposto ao poder para pensá-la como criação e, portanto, numa relação cada vez mais intrínseca com as forças de captura do poder hegemônico, transitamos entre experiências tecidas em meio às produções que marginalizam os modos de vida dos jovens nos territórios periféricos e à invenção de existências possíveis no encontro com a arte. Desse modo, este trabalho busca desnaturalizar os discursos/práticas predominantes acerca dos jovens moradores de territórios periféricos, que os instituem nos lugares prontos do fracassado, do potencialmente criminoso ou do pobre. Tais discursos/práticas, a partir da pesquisa que pudemos empreender, podem ser colocados em xeque quando nos deparamos com o modo como estes jovens invertem esta lógica e fazem com que ela funcione a seu favor, bem como, em meio às brechas possíveis, criam outros modos de existir incondizentes com os discursos produzidos sobre eles. Para pensar tais questões, nos aliamos aos referenciais da Psicologia social-institucional, através de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze, Antonio Negri e Michael Hardt, entre outros, e às ferramentas metodológicas da pesquisa-intervenção, que nos permitiram romper com um modo de fazer pesquisa, pautado em categorias como a objetividade, a neutralidade científica e a precisão metodológica. Pudemos, então, colocar em evidência o percurso, isto é, o acompanhamento dos processos em jogo no andamento da pesquisa e das instituições que nos propusemos analisar.

A construção do campo de trabalho se deu através do contato durante um ano com uma organização não-governamental localizada na Grota do Surucucu, favela situada em Niterói, estado do Rio de Janeiro, que tem como matéria-prima a arte, mais especificamente a música. No encontro com os jovens integrantes do projeto, pudemos nos misturar com aquilo que, nas singularizações produzidas por eles em seus cotidianos, em suas histórias e também no encontro com a música, faz pulsar a vida como potência de diferir em meio às articulações, muitas vezes perversas, do biopoder. Nesse sentido, as resistências que foram foco de nossa pesquisa não poderiam estar no lugar endurecido em que comumente se encontram. Estamos entendendo as resistências como criação de outros modos de existir. Assim, escapa-se a uma lógica que restringe tais práticas de resistências a uma oposição às forças de um poder, tornado central. Quem cria, resiste e criação é movimento constante de ideias, concepções, verdades, conceitos. Estivemos, assim, atentos ao plano que denominamos micropolítico, no sentido de compormos com aquilo que se passa no campo das virtualidades. A dimensão micropolítica é tecida pelas intensidades, pelo invisível e se refere ao processo de constituição das formas de realidade, estando essa realidade em vias de se desfazer, como também, de se instituir e, ainda, de se desterritorializar. Desse modo, nossa atenção esteve voltada às cadências menos óbvias das resistências, mas não menos importantes, entendendo que, no contexto atual, são mesmo outras as configurações de forças que conseguem produzir rupturas com as relações de poder hegemônicas. Nesse sentido, a escolha do GT 16 – Juventude, instituições e processos e inclusão e exclusão social – se faz pertinente já que o trabalho tenciona discutir questões relativas ao campo das juventudes periféricas e os processos de captura e resistências de seus modos de vida.

GT 17. MÍDIA E PSICOPOLÍTICA

A dimensão micropolítica do compartilhamento no Facebook

Alana Soares Albuquerque, Inês Hennigen

Este resumo consiste em um recorte de minha pesquisa de Mestrado, que tem como objetivo realizar uma análise micropolítica do ato de compartilhar na rede social facebook, tomando sua dimensão de resistência aos processos de subjetivação dominantes. A partir deste enfoque, toma-se a rede digital como um espaço de problematização dos discursos vigentes, principalmente aqueles que circulam nas mídias tradicionais, como a TV e os jornais. Diante dos conceitos utilizados nessa pesquisa e do ponto de vista que se adota sobre a atual produção

heterogênea da subjetividade, essa investigação é atravessada por um paradigma ético-estético. O termo "micropolítica", conceito utilizado pelo filósofo Félix Guattari, refere-se às formações do desejo no campo social. O autor se utiliza dos termos molar e molecular para se referir primeiramente à dimensão macropolítica da sociedade, e em segundo lugar aos processos de singularização e intervenções que ocorrem no cotidiano. Essas duas dimensões interagem constantemente e a primeira não se sobrepõe sobre a segunda. Tomando o pressuposto de que os seres humanos se constituem sujeitos através dos discursos, saberes e poderes que lhes atravessam, como um nó em uma rede, sendo a subjetividade um processo em permanente construção, agenciada por uma multiplicidade de máquinas abstratas e tecnológicas, pretende-se analisar que novo tipo de posicionamento o sujeito assume no mundo online, como se situa diante dos discursos que circulam no facebook e como interage com eles. Nota-se, na atual condição de convergência das diferentes mídias, que o ato de compartilhar no facebook pode gerar grandes manifestações em torno de determinados acontecimentos, através do compartilhamento "viral" de certas postagens. Tais acontecimentos transbordam da rede digital para outros tipos de mídias, transpassando assim o ciberespaço. O compartilhamento viral reflete a capacidade de transmutação de um clique no botão compartilhar, de dimensão molecular, para a visibilidade da rede aberta de televisão, por exemplo, de ordem molar. Questiona-se, dessa maneira, que jogos de verdades estão implícitos nessas manifestações através do compartilhamento e que novas formas de discurso são articuladas no espaço das redes sociais na internet. Esses movimentos que os usuários do site facebook realizam na rede serão investigados através do método da cartografia, proposto pelos filósofos Deleuze & Guattari. Esse método visa acompanhar um processo em movimento, e não apenas representá-lo. Com esse trabalho, busca-se explorar novos modos de utilizar a cartografia, uma vez que o método será aplicado ao espaço digital das redes sociais na internet. Sendo a cartografia um princípio do rizoma, o método se encaixa na análise dos fluxos que percorrem uma rede, nesse caso, digital. Durante a pesquisa serão produzidos e analisados diários de campo abordando fatos que emergem na rede e capturaram a atenção do pesquisador, uma vez que se relacionam com os processos de singularização que o mesmo se propõe a analisar. Enfim, busca-se com essa investigação, compreender de que maneira os sujeitos vêm se apropriando das tecnologias de comunicação para geri-las numa via de ressingularização, caminhando para uma era "pós-mídia", como proposto por Guattari. A partir da possibilidade de criação, interação com os discursos e problematização dos mesmos através do ato de compartilhar, o facebook se constitui como um espaço potencial para o surgimento de focos de resistência ao poder, como um lugar

digital que propicia linhas de fuga que possibilitam a emergência de novos processos de singularização.

Aborto e discursos governamentais na mídia

Adriane Roso

O objetivo desse trabalho é analisar discursos relativos às políticas públicas de saúde das mulheres da candidata à presidência do Brasil, Dilma Rousseff, prestando especial atenção à questão do aborto. O trabalho insere-se no grupo de Trabalho "Mídia e Psicopolítica", pois pretende-se divulgar e discutir uma pesquisa que envolveu os meios de comunicação em contextos midiáticos pós-modernos. Além disso, a base de interpretação das formas simbólicas na pesquisa sustenta-se numa epistemologia crítica, nomeadamente na Psicologia Social Crítica da Saúde (PSCS). Como um prolongamento da Teoria Crítica, mas reinventando conhecimentos, a PSCS percebe o ser humano como pessoa-relação e se contrapõe à visão de ser humano como indivíduo. Para tanto, as noções de saúde e doença são entendidas como uma construção social e coletiva e, estão relacionadas à visão de mundo e à cultura de cada comunidade. Não existe apenas uma forma de saúde e doença, mas sim, muitos entendimentos sobre doença e saúde. De maneira geral, a Psicologia Social Crítica da Saúde está preocupada, principalmente, com a transformação social, considerando o saber popular como peça chave para alcançar uma postura crítica e propositiva. Esse modelo tem como características principais a dialogicidade, a valorização dos saberes populares, socialmente construídos e partilhados (representações sociais), a utopia, a análise das relações de poder, e a ética do cuidado, que é, ao mesmo tempo, crítica e propositiva: enfim, um modelo baseado numa cosmovisão comunitário-solidária (ROSO, 2007). Complementa a Teoria Crítica à medida que incorpora a perspectiva de gênero como categoria de análise fundamental. O alvo do estudo foi ao primeiro debate presidencial veiculado na televisão. Especificamente o estudo objetivou: (a) conhecer os fatores que interferem na formação da agenda, evidenciando os tipos de atores citados ou que influenciam na produção discursiva da candidata, os processos de evidenciação de temas e as relações entre eles; (b) salientar as fases sequenciais e interativas-iterativas no processo de produção de políticas de saúde às mulheres, particularmente ao que se refere à formação da agenda e das alternativas e à tomada de decisão; e (c) identificar a inserção da perspectiva de gênero no discurso da candidata. De modo a responder aos objetivos de pesquisa, escolheu-se a perspectiva da análise de discurso francesa para delinear o caminho metodológico e teórico. A análise de Discurso Francesa é uma teoria crítica que aborda a determinação

histórica dos processos de significação, não se detendo apenas nos produtos enquanto tais. Trabalha com os processos e com as condições de produção da linguagem, reconhecendo que a língua não é somente um instrumento de comunicação, mas um trabalho humano construído histórica e socialmente. Ela está interessada no discurso, o que parece um tanto óbvio. No entanto, o discurso é entendido como o efeito de sentido entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral. A noção de discurso supera a dicotomia entre língua/fala, sendo a língua uma manifestação social de sentidos e a fala uma manifestação individual, situando-as num mesmo lugar e dependentes uma da outra. Assim, a palavra discurso transmite a ideia de curso, percurso, movimento. O discurso é, portanto, a palavra em movimento (ORLANDI, 2009). A análise indicou, entre outros elementos, que a candidata incorpora em seu discurso a indissociabilidade de alguns dos direitos sociais previstos na Constituição Federal. A definição de sistema único de saúde, inferida do discurso da candidata, enquadra-se na perspectiva do SUS como uma nova perspectiva técnico-assistencial. Coloca em sua agenda não somente elementos da atenção primária como da atenção secundária. Por outro lado, observou-se que no debate poucas políticas públicas foram apresentadas pela candidata com relação às questões de saúde. A saúde das mulheres não foi colocada na agenda. Não houve a incorporação da perspectiva de gênero e das diferentes nuances dos direitos sexuais e reprodutivos. Ainda, o aborto não foi uma questão no debate.

Ativismo político ou baderna? Um estudo sobre as representações sociais de internautas sobre a Marcha das Vadias

Caroline Gonçalves Nascimento, Aline Accorssi

A Marcha das Vadias surgiu em 2011 no Canadá, mas apenas em 2012 ganhou visibilidade nas ruas e na mídia brasileira, em especial em sites de notícias e redes sociais. Expressão de movimentos feministas contemporâneos, a Marcha procura denunciar a violência contra as mulheres e lutar pela igualdade de gênero nos diferentes espaços sociais. Mesmo que sejam reivindicações aparentemente aceitas socialmente, tal movimento tem se defrontado com inúmeros preconceitos e resistências. A internet, neste sentido, tem servido como suporte midiático de propagação e debate em torno de tal temática. O presente trabalho, portanto, pretende identificar e compreender a representação social da Marcha das Vadias expressada a partir dos comentários de internautas às reportagens digitais que fizeram a cobertura do movimento no Brasil ao longo de 2012. Para isto, foram captadas quatro matérias sobre a Marcha, do período de março a junho, em um importante portal de conteúdos variados, sendo

que o material selecionado para análise foram 500 comentários de internautas referentes a tais matérias. Para a organização do material e análise dos dados, nos baseamos na Hermenêutica de Profundidade de John Thompson que enfatiza, sobretudo, o processo interpretativo e crítico frente à propagação de formas simbólicas ideológicas no campo midiático. As interpretações, ainda em construção, apontam para dois caminhos. De um lado, há uma minoria, normalmente identificada como mulheres, que associam a Marcha a uma forma de expressão da possibilidade de mudança social através de um ativismo político irreverente e ousado, e, de outro, uma maioria, identificada principalmente como homens, que tomam as expressões dos corpos, presentes na Marcha, como atitudes vulgares e despropositadas, agindo no sentido oposto ao das reivindicações. Também ganha destaque o número expressivo de comentários ofensivos e agressivos voltados às participantes e ao movimento. Tais dados tem nos levado a refletir sobre a repetição dos papeis sociais que as mulheres ainda ocupam na sociedade e as normativas morais que impõem formas aceitáveis de ser e agir ao cotidiano feminino.

Comunicação e sociedade: um enfoque crítico a partir do cinema

Camila dos Santos Gonçalves, Maria Isabel Nunes Lopes, Moises Romanini, Pedrinho Arcides Guareschi

O presente trabalho visa buscar uma aproximação entre os saberes da Psicologia Social Crítica e a comunicação através da utilização de produções cinematográficas para a reflexão crítica de diferentes problemáticas e contextos sociais. Dentro disso, buscamos expor a vivência de uma disciplina, cujas reflexões aproximavam o cinema do campo da psicologia social, problematizando-o como este dispositivo pode contribuir para o estabelecimento de representações sociais e ideologias que legitimam e transformam a realidade social. Diante da proposta do Grupo de Trabalho 'Mídia e Psicopolítica' de 'divulgar e discutir experiências envolvendo os meios de comunicação e as novas tecnologias da informação em contextos midiáticos pós-modernos', propõe-se aqui apontar o uso de midias cinematográficas como uma importante ferramenta para reflexões e debates diante de temáticas como violência, desigualdades, criação, infância e juventude, sexualidade, saúde mental, entre outros. Entendemos que para as questões que a Psicologia tem sido convocada a pensar é relevante a compreensão da influência da mídia nas diversas instâncias da vida social e como esta influencia na constituição do sujeito na contemporaneidade. Nossas discussões têm como base teórica a Psicologia Social Crítica e a Teoria das Representações Sociais. Entendemos que os pressupostos dessas teorias nos auxiliam no estudo do cotidiano de diferentes grupos sociais e

de seus contextos, na medida em que aproximam as diversas representações da realidade e permitem o contato com os diferentes movimentos sociais. Thompson (2001) defende que a mídia altera a forma de comunicação entre as pessoas, pois cria relações sociais e novas formas de relações do indivíduo, consigo mesmo e com os outros. A importância do estudo da mídia para a reflexão das representações sociais precisa ser cuidadosa devido ao seu vínculo entre a transformação e formação das representações sociais e os meios de comunicação de massa (Jovchelovitch, 2000). A comunicação é o elemento que nutre e consolida o grupo, e para que esta ocorra precisa ser amparada pelo conhecimento (Arruda, 2002). Partindo dessas reflexões, o grupo de pesquisa "Ideologia, comunicação e Representações Sociais" propôs uma disciplina intitulada "Comunicação e sociedade: um enfoque crítico a partir do cinema", através da qual se proporcionou um espaço de interação a partir da escolha de obras cinematográficas que pudessem auxiliar a refletir e dialogar sobre a sociedade, ou o que constitui o social. A proposta foi de identificar e analisar as representações sociais e fenômenos ideológicos subjacentes às produções discutidas. Foram vistos e debatidos filmes nacionais e estrangeiros, assim como documentários e filmes de longa duração. Em cada encontro eram elencados estudantes responsáveis por dispararem questões norteadoras, além da participação livre dos demais integrantes do grupo, estimado em 20 pessoas. A experiência proporcionada por esta disciplina mostrou-nos que um veículo de comunicação como o cinema pode ser utilizado como uma importante ferramenta para reflexão sobre questões sociais relevantes, como a pobreza, a diferença social, a liberdade e a ética. Além disso, devido aos diferentes estímulos visuais e sonoros foi possível explorar outras formas de comunicação e diferentes modos de expressão. Durante a recepção e assimilação das mensagens midiáticas os indivíduos são envolvidos num processo de formação pessoal, nem sempre explícito, pois ao incorporar as mensagens, o indivíduo está implicitamente construindo uma compreensão de si mesmo (Thompson, 2001). Neste sentido, ao final desta experiência, podemos considerar que a disciplina foi constituída por verdadeiros encontros dialógicos, compostos por estudantes e profissionais de diferentes áreas, e possibilitaram um enfoque de questões sociais para além da superficialidade, gerando múltiplas análises de uma mesma realidade a partir do atravessamento da arte sobre as questões exploradas. Dentro disso, uma proposta que viabiliza a desacomodação de modos de extrapolar certas barreiras da academia e desenvolver o pensamento crítico favorece a incorporação de outras dimensões no processo de construção do conhecimento.

Conjugalidade e mídia impressa: as faces da relação marido-mulher no Jornal Tudo Já!

Gustavo Cerchi Soares Ferreira, Juliane de Oliveira Silva, Luiz Carlos Avelino da Silva

Mediante a observação da constante exposição de casais, às vezes em flagrante violação de seus direitos, em assuntos relacionados a notícias policiais que envolvem crimes, drogas e outros temas sensacionalistas, em um jornal direcionado a uma parcela da sociedade de menor renda, investigamos neste trabalho a forma como os cônjuges são expostos e em que nível a depreciação de suas imagens afeta a cada um dos dois envolvidos. O uso depreciativo da vida conjugal de casais de classe baixa é feito como um meio de estimular as vendas de um jornal popularesco de preço muito abaixo dos concorrentes e de fácil acesso, e nisso promove o julgamento social dos envolvidos com caráter moralista e punitivo, determinando valores que se tornam uma forte influencia em seu caráter disciplinador. Neste estudo nos embasamos na teoria das representações sociais, que possibilita a captura dos conceitos com os quais se lida com o cotidiano. Trabalhando com as representações sociais, sua relação com a manutenção de determinados valores sociais antigos e na dificuldade desses grupos em incorporar novos conceitos à suas relações. Utilizamos os aportes das reflexões sobre a punição de Michel Foulcault, de modo que o paralelo formado apresentasse ambos os lados, o juízo atribuído pelo jornal em questão, implícito ou como é mais comum, explícito, e como este modelo influencia na atribuição de valores pelas pessoas que se inserem neste contexto. Seu objetivo foi investigar o tratamento e julgamento feito pelo tabloide. Como recurso metodológico fizemos análise de discurso, a partir da seleção de exemplares do referido jornal pelo período de sete meses, correspondendo ao intervalo de dezembro de 2011 a junho de 2012. Em seguida foram selecionadas quais as notícias passíveis de serem analisadas, seguindo o critério de elas terem impacto local e regional e envolverem membros de uma união conjugal estável. Ao todo foram analisadas 41 notícias, que, via a análise de discurso foram categorizadas, subdivididas em sete grupos: Triangulo Amoroso; Homicídio, com duas subcategorias referentes à arma utilizada sendo esta branca ou de fogo; Crime, também com dois subgrupos definindo a participação neste entre ativa e passivamente; Drogas; Violência Domestica; Abuso Sexual; e Irrelevantes, e analisadas, tanto em seus sentidos particulares como relacionadas às outras também selecionadas. Como resultado da análise pudemos observar que os valores colocados em ênfase nas manchetes e notícias, geralmente, se referem à mulher de modo a expô-la e apresentá-la como inadequada, enquanto ao homem são desculpas como se justificassem a ação tomada mediante as diversas atrocidades cometidas. Em adição, verifica-se que há imposição dos

valores tradicionais como um modelo a ser seguido como antídoto à divulgação pública do ocorrido, em si, uma espécie de punição, sendo que, quaisquer desvios da norma padrão são julgados como inadequados e expostos socialmente, sem preocupações com as consequências sociais que isto pode ter para os envolvidos e antes de qualquer pronunciamento definitivo pela justiça. Entendendo-se os limites deste trabalho e sem reivindicar a generalização dos dados, podemos concluir que o aspecto disciplinador se encontra presente neste tipo de publicação.

Consumo hoje: invasão do tempo livre?

Camila de Sousa Ricarte, Francisco Diego Rabelo da Ponte, Maria de Fátima Vieira Severiano

Nos moldes como a sociedade se configura hoje, há uma condenação da "perda de tempo" de maneira a fazer com que até os meios de comunicação utilizados no período de lazer tornem-se mediadores da "lógica do consumo", envolvendo assim, progressivamente o homem em teias invisíveis que reproduzem a lógica dominante, com importantes implicações psicossociais e políticas para o processo de produção de subjetividades e vínculos sociais . Objetivamos com este trabalho trazer reflexões acerca da invasão constante da "lógica do consumo" nas redes sociais, no decorrer do tempo do lazer, considerando-se o bombardeio de mensagens publicitárias que invade cotidianamente tal meio. Tendo como base os conceitos de "Cultura do Narcisismo" (Lasch), "valor signo" dos objetos (Baudrillard) e "duplo fetichismo" (Severiano), postulamos que em uma cultura, na qual se prioriza a realização individual privada em detrimento de projetos coletivos, a publicidade constitui-se em importante instância político-pedagógica, na medida em que se apropria da falta constituinte do sujeito, suas carências e ideais, com a finalidade de vender objetos e serviços fetichizados. Estes, na medida em que subordinam o desejo aos ideais mercadológicos, através de atribuição de múltiplos e descartáveis signos do consumo, produzem novas formas de subjetivação, em que o indivíduo abdica de sua posição de sujeito, tornando-se um mero consumidor. Focamos nossa análise na utilização do facebook como parte da mídia publicitária endereçando nossas preocupações para a dissolução das fronteiras entre tempo livre e tempo de trabalho – tempo de lazer e tempo de produção. Nossa hipótese é a de que o tempo gasto com o uso de redes sociais (tempo livre) é tomado progressivamente por publicidades, com fins produtivos aos moldes do tempo de trabalho; ocorrendo assim uma espécie de fusão entre tempo livre e tempo de trabalho (produção). Vale salientar que a maioria dessas tecnologias informacionais, nas quais o facebook se insere, é projetada com o objetivo específico de aumentar o número de consumidores de objetos e serviços gerados pelo sistema capitalista. À medida que as

publicidades ganham crescente espaço nessas redes, alcançando um público diverso, de maneira massiva e gratuita, os usuários perdem o controle e a capacidade de discernimento do que lhes chega como propaganda e do que, de fato, consistiria em suas próprias comunicações, uma vez que nossa timeline passa a ser bombardeada por ideais publicitários. Este trabalho se associa a esse eixo temático por sugerir contribuições sobre as novas maneiras de subjetivação na contemporaneidade que se constroem vinculada às novas tecnologias de informação, no caso às redes sociais do tipo facebook, assim como por trazer reflexões psicossociais e políticas no que concerne às novas formas de estruturação de poder do capital pela via de cooptação do tempo do livre dos indivíduos e grupos. Utilizamos como referencial teórico para tal os pressupostos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), enquanto críticos da cultura, além de autores como C.. Lasch, J. Baudrillard, Jurandir F. Costa, Paula Sibilia. M. Rita Khel e F. Severiano. Como metodologia utilizamos a pesquisa qualitativa de cunho teórico-crítico, a partir da observação-participante da rede social analisada. Os resultados apontam para a constatação de um tempo de maior inserção da publicidade nas redes sociais, o que ocorria outrora em momentos pontuais na vida dos indivíduos, mas que agora nos bombardeia com suas informações e sedutores apelos ao consumo, a todo o momento. Concluimos, portanto, ser de fundamental relevância para uma Psicologia Social crítica discussões a respeito dessa inserção de redes sociais como mediador da subjetividade em um cotidiano premido pela pressa, assim como das implicações sócio políticas da invasão da lógica do consumo no interior do tempo livre, como nova forma de dominação.

Corpos para consumo: uma análise de composições do corpo no discurso publicitário

Mário Pereira Borba, Inês Hennigen

Este trabalho começa por pensar as incidências de enunciados e as luzes sobre o corpo a partir da midiatização intensa, dos estímulos publicitários. Para as análises que serão apresentadas levaremos em conta a complexificação do quadro de mediações sociais, alavancadas por inovações tecnológicas ligadas ao desenvolvimento de indústrias como a (que se convencionou chamar de) cultural, da informação e da mídia. É notável que estas, ao longo dos anos, amadureceram seu funcionamento (difusão e venda de produtos simbólicos), sob parâmetros e imperativos de uma cultura de consumo envolvida no desenvolvimento tecnológico. Objetivamos refletir sobre os enunciados que participam do discurso publicitário, que posicionam e compõe o corpo, na medida em que compreendem proposições relacionadas a modos de ser, estilos de vida, em uma vizinhança com discursividades diversas. Nesse sentido,

serão analisadas tais articulações em torno do corpo, de um corpo a ser construído, em especial onde é convocado a ser investido, qualificado, enquanto um capital. Tanto na trajetória de uma lógica de "economização", que parece atravessar a sociedade, do nível macro a um micropolítico, quanto nos investimentos publicitários, especificamente onde participam do traçado de proposições sobre o corpo, a partir de juízos compartilhados e difundidos nas perspectivas dinâmicas do consumo, no que propõem rendimentos a esse corpo, em sua relação com o tempo ou com os outros, por exemplo. Trata-se de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, na qual analisamos peças publicitárias veiculadas em televisão que convoquem (e proponham qualificar) o corpo. Selecionamos uma peça desse material, um comercial das Lojas Marisa, para apresentarmos no evento. A análise está em processo, mas um dos aspectos relevantes que pretendemos discutir diz respeito ao atravessamento – nessa peça trazido enquanto recurso jocoso – da subjetividade contemporânea por um saber da estatística que tudo mensura. Evidenciamos o lugar ocupado pelo corpo, na medida em que este comparece como um ponto fundamental por onde se manifestam esses assédios, no sentido de que é seguidamente convocado e mobilizado na relação com os outros, situando, enquanto superfície, relações subjetivas com as convenções e decisões relativas ao que seria próprio de algum padrão identitário. Pensaremos sobre o que é feito do corpo na publicidade: não seria ele, por vezes, pensado como um universal de fácil manipulação simbólica? E nesse sentido, o caminho pontilhado, e imanentemente tortuoso, das formas do consumo, entre padronizações e singularidades. A convocação social do corpo na publicidade evidencia sua importância imagética: um cartão de visitas, um corpo-simulacro. A conformidade social embaralhada com padrões e tendências de consumo incita o corpo, produtor de desejo, a orbitar o mercado, ansiando entre a autoconfiança e a vergonha. Estímulos diversos envolvem adendos potenciais, rascunhos do corpo, cada qual com a carga simbólica de uma marca, nos produtos, constituindo regimes possíveis. Como não há uma autoridade máxima para onde canalizar a segurança ontológica, muitos disputam essa insuficiência. À luz da arqueologia foucaultiana pensamos esse corpo tratado ou proposto na publicidade enquanto um objeto construído, cercado de uma contingência discursiva que buscamos revolver. Não para revelar o oculto, mas para fazê-lo falar (enquanto objeto), ou seja, no olhar para essas produções discursivas, tendo em vista as funções enunciativas relacionadas à corporalidade, tentamos articulá-las a esse "fazer falar", fazer falar o corpo, e fazê-las falar, na multiplicação dos enunciados materializados na publicidade, para pensarmos os movimentos deles, que sustentam e atualizam sua visibilidade. Tomamos essa multiplicação dos enunciados em termos de funcionalidades para além das que

estão dadas de antemão (a venda dos produtos anunciados, por exemplo): que vozes participam? Que sujeitos ele produz? No domínio enunciativo, assinalamos as posições do sujeito, ou seja, nessas formulações, cuidamos quais posições o indivíduo pode e deve tomar para ser seu sujeito. Pensamos a visibilidade e a produção de subjetividade, aqui, relacionando-as. Um determinado enunciado relacionado à corporeidade: uma ideia de beleza, por exemplo, convocada em tais discursos publicitários: quais são os lugares postulados para sujeitos possíveis dentro de tal discursividade? Definindo o corpo como o eixo, o foco, o recorte, dentre os enunciados e suas regularidades, o que a reincidência e atualização dos enunciados produz, cala ou permite? Acreditamos que esse olhar sobre a relação discurso – subjetividade – corpo, no âmbito do consumo, permite uma reflexão crítica sobre a importância das produções discursivas voltadas às práticas de consumo, da publicidade, para a construção do sujeito contemporâneo, de seus processos de subjetivação. E para pensarmos sobre a difusão de uma ideia de indivíduo atrelada ao funcionamento desses aparelhos todos.

Dimensões ideológicas de discursos veiculados na mídia sobre a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos

Felipe Tavares Paes Lopes

A violência relacionada aos espetáculos futebolísticos não é recente. Sabe-se que esse fenômeno ocorre há décadas em várias partes do mundo, estendendo-se aos anos anteriores à Primeira Grande Guerra. Entretanto, no Brasil, foi somente no final dos anos oitenta que tal violência passou a se notabilizar como conteúdo noticioso e, com isso, a mobilizar mais fortemente a opinião pública. Nesse período, ela foi alçada à condição de problema social brasileiro, tornando-se objeto de preocupação pública constante. Na década seguinte, a referida violência entrou definitivamente para a pauta das decisões políticas. Um episódio em especial chamou a atenção das autoridades públicas e da imprensa: a "batalha campal do Pacaembu". Neste episódio, Palmeiras e São Paulo disputavam a final da Copa São Paulo de Futebol Júnior quando torcedores de ambos os times invadiram o gramado e se enfrentaram violentamente com paus, pedras e outros artefatos, resultando na morte de um torcedor e numa centena de feridos. Desde então, a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos tem sido amplamente debatida na imprensa e em outros espaços sociais, como seminários organizados pelos ministérios do Esporte e da Justiça. Uma vez que esse debate participa da definição e da demarcação de tal violência – inclusive, impactando os programas e políticas destinados à sua contenção – decidimos voltar nossa atenção para o potencial ideológico dos discursos nele

enunciados. Neste trabalho, apresentamos um recorte de uma pesquisa mais ampla sobre o referido debate, enfocando como a violência em questão foi simbolicamente construída e incorporada como tema de relevo, em 2009 e 2010, em dois jornais de grande circulação: a Folha de S. Paulo e o diário esportivo Lance! Ao tomar esses dois jornais como objeto de investigação, buscamos responder a seguinte indagação: se, em que medida e como os discursos neles veiculados sobre a violência relacionada aos espetáculos futebolísticos podem ser considerados ideológicos, estabelecendo e sustentando relações de dominação? Tal pesquisa relaciona-se com o GT "Mídia e Psicopolítica" na medida em que promove uma discussão, ética e política, acerca do tema mídia e dominação. Além disso, ela mantém uma relação conceitual com uma teoria bastante utilizada no campo da Psicologia Social: a teoria de ideologia de John B. Thompson. Seguindo a estrutura tradicional da metodologia proposta pelo autor (a hermenêutica de profundidade), estruturamos o trabalho em três partes interdependentes: num primeiro momento, analisamos o contexto sócio-histórico de produção, transmissão e recepção do material jornalístico selecionado. Em seguida, analisamos sua estrutura formal ou discursiva. Em um terceiro momento, reinterpretamo-lo à luz do contexto analisado na primeira parte. Entre outras coisas, concluímos que, no período analisado, os jornais consultados abriram suas páginas, fundamentalmente, para pessoas do dito establishment, não concedendo espaço aos chamados torcedores organizados, que são habitualmente acusados de serem os protagonistas dos atos de violência e barbárie no futebol brasileiro. Ao não serem incluídos nesse lugar de enunciação legítima do discurso, que é a chamada "grande mídia", esses torcedores não conseguem se fazer escutar como outros agentes engajados no debate em questão, tendo, portanto, menos chances de intervir no seu curso e em suas consequências. Esta exclusão dos torcedores organizados dos meios de comunicação constitui uma espécie de censura, ao mesmo tempo, invisível e brutal sobre esse grupo de torcedores, que acaba silenciando a divergência de opiniões. Também pudemos notar que a violência nos espetáculos futebolísticos frequentemente não é interpretada como o resultado de um acontecimento social, histórico e cultural, mas atribuída a um defeito moral ou de caráter. Com isso, o debate público sobre o tema perde em conhecimento sobre as especificidades de vida que levam os torcedores vistos como violentos a agirem violentamente, tornando mais difícil qualquer possibilidade de empatia. Esse torcedor é o "outro", aquele que deve ser combatido e eliminado. Ao mesmo tempo em que ajuda a estigmatizá-lo, essa abordagem dificulta a possibilidade de construção de iniciativas de aproximação, diálogo, confiança e convivência para evitar mais violência. Mais ainda, ela encobre a responsabilidade do Estado

na construção de seus comportamentos e atitudes, contribuindo para manter a ordem social do jeito que está. Nesse sentido, ela pode ser considerada ideológica. Também pudemos perceber que tal estigma atinge diretamente a identidade social dos torcedores organizados, ajudando a legitimar mecanismos legais de controle e penalização específicos para esses torcedores e contribuindo para minar a credibilidade deles e, consequentemente, reduzir sua capacidade de mobilizar apoio e de interferir nos processos decisórios acerca das políticas de contenção da violência no futebol, em particular, e nos arranjos institucionais do futebol profissional, de uma maneira geral. Ao fazer isso, esse estigma mantêm os torcedores organizados em uma situação de dominação.

Discursos midiáticos sobre o crack: traçando conexões entre Atendimento/Tratamento à Saúde, Família e Criminalidade

Fernanda dos Santos de Macedo, Moises Romanini, Mirela Frantz Cardinal, Adriane Roso

Com a eclosão do que se convencionou denominar "epidemia do crack", problemas gerados pelo uso e abuso desta droga ficaram em evidência na mídia. O crack, que já existia antes de ser enfatizado pela mídia escrita e televisiva, passou a ser pauta e "epidemia" no momento em que foi midiatizado cotidianamente. O que está sendo veiculado nas mídias de massa passa a fazer parte naturalmente do cotidiano das pessoas. Esse trabalho tem como objetivo analisar o discurso veiculado pelas mídias (escritas) da cidade de Santa Maria/RS sobre o crack, buscando traçar relações iniciais entre Atendimento/Tratamento à Saúde, Família e Criminalidade. Partindo de conceitos como o de Midiação da Cultura Moderna e Ideologia, de John Thompson, e da perspectiva da Psicologia Social Crítica, situamos esse trabalho no Grupo de Trabalho "Mídia e Psicopolítica", no qual acreditamos na possibilidade de diálogos profícuos e possíveis aprofundamentos nas reflexões apresentadas aqui. Esse trabalho é um recorte de uma pesquisa maior, intitulada "Ideologia, produção de subjetividades e drogas: discursos midiáticos sobre o crack na cultura (pós)-moderna", de caráter quanti-qualitativo. A primeira etapa da pesquisa apoiou-se numa perspectiva quantitativa e possibilitou um corpus empírico de 138 reportagens que se referiam à droga crack, veiculadas em dois jornais de grande circulação no interior do estado do Rio Grande do Sul (período 2008/2009). Subsidiados pelos resultados dessa etapa, prosseguimos com a análise qualitativa das formas simbólicas, buscando atender a um dos objetivos específicos da referida pesquisa, que é conhecer que significados são (re) produzidos na mídia escrita ao que tange às categorias Tratamento/Atendimento à Saúde, Família e Criminalidade. Em relação ao corpus empírico, a categoria Família fora mencionada em 27

reportagens, em relação à categoria Tratamento/Atendimento a Saúde, temos 47 reportagens, e quanto à categoria Criminalidade, 115 reportagens. Ainda, a Tabela de Frequência possibilitou que visualizássemos os códigos mais e menos recorrentes em cada uma das categorias. Quanto às categorias elencadas, excluindo as repetições, temos 74 reportagens, ou seja, 53,62% do nosso corpus empírico. Sendo assim, nosso corpus discursivo foi formado por 74 reportagens, isto é o conjunto dos discursos selecionados pelos pesquisadores para ser trabalhado na análise propriamente dita. Para a interpretação dos dados, partimos do olhar da Psicologia Social Crítica (GUARESCHI, 2009), aliada aos pressupostos dos Estudos Críticos do Discurso, (e.g., VAN DIJK, 2008; THOMPSON, 2007) e a Análise de Discurso Francesa (e.g., CHARAUDEAU, 2009). Constata-se que a temática mais relacionada com o uso de crack é repressão/combate, como consequência os jornais referem como mais recorrente os problemas na família, e apontam como a principal solução quando se pensa em tratamento, a internação. Esse último nos faz refletir sobre esses aspectos tendo em vista a atual conjuntura de emergência de políticas de internação compulsória em massa. Torna-se importante ressaltar que dentre as categorias, a que se mostrou sobressalente foi a Criminalidade. Atenta-se assim para uma tentativa, por parte da mídia, de relacionar diretamente uso de drogas e violência. Evidencia-se, também, a pouca discussão acerca da família, e quando há, existe uma culpabilização da mesma pela mídia, desconsiderando as questões sociais presentes em sua possível "desestruturação", palavra comumente usada pelos meios de comunicação. Notamos também a veiculação da família-vítima da condição do usuário, que "gera" sofrimento a todos os membros. Em relação ao Tratamento/Atendimento à Saúde, evidencia-se a falta de disponibilização de vagas para internação em hospitais ou fazendas terapêuticas, especialmente no que tange às internações compulsórias. Em relação à categoria Criminalidade, fica claro que a lógica da "Guerra às Drogas" está bem presente nas reportagens, visto que a questão de repressão e combate é a que mais aparece no discurso midiático. Outras questões, como a desigualdade social, pobreza, contexto de violência e vulnerabilidade social ficam em segundo plano, sendo os fatores que menos aparecem nas reportagens, quando sabemos que elas influenciam diretamente na problemática do uso abusivo de drogas, como o crack. Enfim, a partir da análise dos aspectos mais e menos recorrentes, e de algumas reportagens contidas em nosso corpus discursivo, pudemos traçar conexões entre o que está sendo mostrado ou ocultado pela mídia. Pensamos que a veiculação de um discurso hegemônico dificulta a reflexão acerca das drogas, e consequentemente não contribui para a mudança de concepção da sociedade sobre os aspectos relativos ao tema. Acreditamos na relevância de ocuparmo-nos em ler as entrelinhas

do discurso midiático e desvelar a ideologia em que estão imbuídos. Sendo assim, pretendemos nos debruçar sobre as categorias referidas no presente estudo e aprofundar a análise do discurso midiático sobre a temática das drogas.

Experiência de produção midiática alternativa: uma prática desenvolvida a partir dos ideais comunitários

Andréia Souza Grespan

Este trabalho foi desenvolvido a partir do projeto "Psicologia Social e Mídia Comunitária na América Latina: um estudo junto à TV´s comunitárias do Brasil, Venezuela, Bolívia e Argentina" na Universidade Estadual de Londrina e diz respeito à construção de alternativas contra-hegemônicas de produção midiática. Visou-se essa construção a partir de uma prática apoiada nos conceitos da psicologia social e comunitária, assim como nas discussões e estudos sobre mídias comunitárias ou alternativas. A partir dos estudos realizados no projeto, decidiu-se experimentar a criação midiática com crianças e adolescentes de 5 a 14 anos, participantes do "Ciranda" - Projeto Ciranda Cultural - no bairro Avelino Vieira em Londrina/PR, um espaço da Associação Ciranda Cultural e Comunitária que já possuía vínculos com a instituição de ensino citada. As atividades realizadas se basearam em princípios que visam a horizontalidade das relações e a autonomia dos sujeitos envolvidos nas produções. Para o desenvolvimento do método e atividades, apoiou-se, principalmente, nos conceitos e nas teorias de Peter Spink, José Ornelas e Alipio Sánchez-Vidal, entre outros. Foram realizados, nesse sentido, 15 encontros, semanalmente, sendo que as atividades de cada encontro foram minimamente pré-definidas, a fim de que os envolvidos participassem o máximo possível de todas as etapas do projeto e que o mesmo finalmente pudesse ser elaborado e construído por todos. Dois cartazes foram pendurados, um no espaço Ciranda e outro em uma escola próxima, com o intuito de divulgar o projeto. Durante os primeiros encontros buscou-se elucidar o tema e o método. A partir do terceiro encontro passou-se a definir em conjunto as atividades desenvolvidas a cada encontro. Neste mesmo encontro decidiu-se que seria produzida uma novela chamada "Uma família da pesada" e, a partir de então, iniciou-se a definição das etapas pelas quais o projeto poderia ser realizado. O roteiro e a definição dos papéis foram redigidos pelos participantes em conjunto. Foram solicitadas duas oficinas, sendo uma de princípios básicos de dramaturgia e outra de edição de vídeo. Percebeu-se o quanto a telenovela exerce um papel protagonista na construção do ideário social ao delimitar e revelar determinados valores e também o quanto adentra na intimidade das pessoas ao participar do processo de construção subjetiva. Visto que as novelas

são produções que afetam uma grande parte da população e que o seu formato é extremamente disseminado, este parece ter sido o aspecto determinante no desenvolvimento das atividades desde o início. Foi, portanto, a partir desse referencial que a produção se conduziu, entretanto, por meios e processos nos quais as próprias crianças podiam definir, decidir e participar da maneira que quizessem. Este fato gerou impasses e confusões, assim como períodos de vazios e incomôdos, situações vivenciadas pelos envolvidos ao longo dos diferentes momentos do projeto. Desde o principio pode-se perceber dificuldades com relação a metodologia utilizada, pois a construção de uma prática voltada para novas maneiras de produções subjetivas, por meio de relações de poder mais horizontais, conduz a estranhamentos pelo público participante Muitas vezes o método foi mau compreendido, visto que as relações convencionais de poder se constituem enquanto principais referências e parâmetros e os modelos e conceitos alternativos acabam sendo caracterizados superficialmente enquanto uma prática desordenada e/ou caótica. Notou-se assim que a construção coletiva da informação e a valorização de uma subjetividade que considere o ser humano por meio de diálogos mais horizontais, também necessitam de referenciais quanto às questões de finalidades, metas e medidas - referências advindas de modelos e práticas tradicionais, porém, ao mesmo tempo, uma nova metodologia apresenta-se possível e de um potencial ainda incalculável.

Meios de Comunicação e ação feminista: resistência e criação das feministas indignadas na Espanha

Mariana Barbosa Oliveira

O objetivo desse artigo é compreender as ressonâncias dos meios de comunicação no processo de subjetivação e as formas criativas da mídia comunitária e popular. Portanto, para esse trabalho é relevante o debate epistemológico, metodológico e político sobre o entendimento acerca da mídia contra hegemônica pelas feministas indignadas (coletivo feminista de Barcelona formado em 2010). A proposta é analisar como o enfoque político dessa mídia é apoderado por esse coletivo para alcançar os objetivos de disseminar as suas ações contra o patriarcado. Além disso, estabelecer contribuições enquanto psicóloga social, por meio de intervenções e vivências, para o fortalecimento e construção da mídia como um instrumento de criação e resistências à normatividade. Considera-se a influência na subjetividade contemporânea pelos meios de comunicação hegemônicos de diversas formas nas relações cotidianas que podem ser utilizados como normatizantes na reprodução e manutenção das relações de poder. A armadilha disso é retirar o estranhamento das desigualdades e naturalizá-

las perante a ordem social vigente, o que impede possibilidades alternativas ao que se é apresentado e representado nos veículos de comunicação de massa. Para isso foi considerado importante ressaltar, entre as contradições do sistema capitalista e patriarcal, as desigualdades nas relações de gênero. O contato com a temática sobre a mídia e feminismo surgiu das experiências no projeto de pesquisa do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina denominado "Psicologia Social e Mídia Comunitária na América Latina: Um estudo junto a TVs comunitárias do Brasil, Venezuela, Bolívia e Argentina". Por isso a importância da mídia como instrumento alternativo, pois exerce o direito de resistir e criar formas outras de comunicação para contribuir em outros modos de viver no mundo social. Assim, o protagonismo feminino como resistência ao capital e ao patriarcado nas ações de mulheres na mídia com o programa feminista El Aleteo Des-Equilibrado, na rádio CONTRABANDA FM, e no coletivo "Feministes Indignades" (Barcelona, Catalunya) podem ser retratadas como emancipatórias para a transformação social. Esse movimento possui uma página no Facebook (Feministes Indignades), um Blog (http://feministesindignades.blogspot.com/) e Twitter (@feministesbcn) para articular suas ações políticas. Esse coletivo surgiu a partir da acampada da praça de Catalunya, durante o movimento 15 M - O Movimento dos Indignados. O cenário em que esse movimento feminista se insere é uma “resposta” as políticas do governo espanhol que em 2011 aprova uma nova reforma de pensões do sistema de segurança social como o aumento da idade para aposentadoria e de anos de contribuição, entre outros, o que apontam para um retrocesso dos direitos sociais, o que agrava ainda mais as desigualdades e problemas sociais. Durante os dias da acampada, feministas de diversos coletivos se encontram e tiravam dúvidas dos manifestantes sobre feminismo, utilizaram da rádio para a inclusão do debate sobre a luta feminista inserida no contexto da crise econômica. Hoje são 150 mulheres, marcadas pela heterogeneidade de idades, de coletivos, de modos de exercer a sua sexualidade. A partir do slogan “A revolução será feminista ou não será” nos possibilita compreender o sentido da ação do movimento pelo reconhecimento da ação política das mulheres no contexto social, cultural, histórico, político e econômico, pois denuncia a opressão do patriarcado, da heteronormatividade e do capitalismo onde há a supremacia dos interesses mercadológicos sobre as relações sociais. Reivindicam assim, serviços e políticas públicas que atendem aos interesses da população, com a defesa de uma sociedade sem violência machista em suas diferentes nuances e espaços. Lutam pelo direito de poder exercer sua sexualidade em suas multiplicidades, ao aborto livre e gratuito, assim como a despatologização da identidade trans, entre outras reivindicações. Durante o mês de

janeiro de 2011, realizei visitas e conversas com mulheres que participam politicamente em Barcelona no coletivo “feministes indignades”. Nesse encontro, participei com elas de três assembleias - abertas as mulheres, feministas, lésbicas, transexuais, transgêneros e intersex. Assim, elas me colocaram em contato com a realidade social em que vivem, as crises com os recortes governamentais, suas formas de organização, mobilizações e ações políticas feministas. Entre essas ações, houve no dia 28 de janeiro a manifestação dos trabalhadores e seus sindicatos vinculados ao Fórum Social Catalão contra os cortes orçamentários que afetam os direitos sociais com o lema "No a la dictadura financera, aturem les retallades". Pude participar de um programa feminista El Aleteo Des-Equilibrado na rádio CONTRABANDA FM com as mulheres que participaram do congresso Feminismo e Imigração (Fevereiro, Barcelona) para discutir as impressões dos os temas debatidos durante o congresso e que afetam as mulheres na sociedade contemporânea. Portanto, o questionamento desse artigo é como a luta do movimento das feministas indignadas de Barcelona no atual contexto social, político e econômico espanhol pode resistir ao patriarcado e criar outras realidades mais igualitárias a partir da mídia como instrumento alternativo de mudança social.

Mídia, internação compulsória e crack

Michele Pivetta de Lara, Fernanda dos Santos de Macedo, Maitê Grassel, Pamela Kenne, Adriane Roso

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa maior intitulada “Cenários midiáticos/institucionais, relações de poder e representações: desafios atuais na saúde pública” que insere-se no Grupo de Pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação” dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Objetiva-se analisar as formas simbólicas veiculadas no site globo.com, que referem a internação compulsória de pessoas que fazem uso de crack. A coleta de dados se deu a partir de uma pesquisa no site www.globo.com, utilizando como termo-chave: “internação compulsória de usuário de crack”. O período escolhido para a análise foi de 01 de janeiro a 01 de junho de 2013. A busca resultou em 109 reportagens veiculadas em 14 sites, referentes a programas televisivos e jornais de notícias online da Rede Globo. Selecionou-se, neste momento, as notícias que mencionavam no título o termo "internação compulsória" as quais somaram 23 reportagens. Destas, 4 estavam repetidas, sendo assim nosso corpus empírico foi constituído por 19 notícias. A pesquisa conta, inicialmente, com a análise estatística simples, quando levanta-se, de forma simplificada, a análise de frequência das informações, com auxílio

do software IBM SPSS Statistics 20. O enfoque teórico-metodológico da Psicologia Social Crítica e a Análise de Discurso Francesa (CHARAUDEAU, 2009) guiam a análise e interpretação dos achados. Os objetivos e os pressupostos deste trabalho vão ao encontro dos ideais do Grupo de Trabalho "Mídia e Psicopolítica" (Encontro Nacional ABRAPSO, 2013). Ambos discutem questões relacionadas às politicas públicas, Direitos Humanos e cidadania, pautadas pelo olhar da Psicologia Social Crítica. Tendo em vista que vivemos em sociedade onde a cultura é mediada pelos meios de comunicação de massa, torna-se importante atentar para o que e como está sendo veiculado na mídia. O conhecimento que temos dos acontecimentos é, muitas vezes, proveniente da admissão das formas simbólicas transmitidas midiaticamente. (THOMPSON, 2007). A internação compulsória é realizada através de mandados da Justiça e só é indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes (Art. 4º, Lei 10.216/2001) (BRASIL, 2001). Além disso, tem sido utilizada como dispositivo de tratamento para pessoas que fazem uso de drogas, mais especificamente o crack, configurando a judicialização da saúde como meio de cuidado. (LARA & GONÇALVES, 2009). A leitura preliminar das notícias indicou a internação compulsória como única forma de tratamento sendo ainda, apontada como um modo de resolver todos os problemas familiares e sociais. Em relação aos atores principais - ou seja, quem se coloca nesses discursos midiáticos – os mais preponderantes nas notícias analisadas são o Ministério Público e Poder Judiciário. Além disso, os profissionais de saúde (psiquiatras, agentes de saúde, entre outros), se ocupam do controle desses sujeitos a partir de um discurso de cuidado. Em contrapartida, as notícias não enfatizam questões relacionadas à saúde e cuidado desse sujeito. Algumas notícias citam a necessidade da avaliação médica para embasar a decisão judicial para a internação. Nas reportagens há uma referência ao sujeito como alguém sem capacidade de decisão e dominio de sua própria saúde. O discurso veiculado nessas notícias se utiliza de estratégias de manipulação da pessoa que faz uso de drogas em relação à internação, buscando o "convencimento" do usuário frente a uma internação voluntária. Percebe-se que, a internação compulsória é justificada devido à violência praticada pelo usuário e o aumento da criminalidade (e.g., roubos). Destaca-se, ainda, que a mídia tem o poder de manipular o medo produzido pelos crimes, relacionados ao uso de drogas, até provocar o pedido de uma intervenção do Estado, propondo ser a droga uma nova epidemia que necessita ser controlada (CHEIBUB, 2006). Além disso, é função da ideologia a produção, reprodução e transformação das experiências vitais, na construção de subjetividades (GUARESCHI, 1998). Destarte, a internação compulsória está sendo veiculada como uma forma de "apagar incêndios". Sendo

assim, a internação compulsória não pode ser utilizada como a primeira ou única e exclusiva solução para a problemática do uso de crack e outras drogas. Dessa forma, deve-se enfatizar este sujeito, buscando (re) construir sua dignidade através dos direitos humanos, para que possa ser escutado, potencializando outras formas de tratamento, não sendo assujeitado a um sistema de controle.

No berço da lógica comercial: produção da subjetividade do bebê através da exposição aos programas infantis televisivos

Antonio Luiz de Medina Filho, Elisa Olsson Moraes Rego

O objetivo deste trabalho é analisar a afetação de bebês (até dois anos), por programas infantis produzidos e direcionados a esse público alvo. A intenção deste estudo foi clarificar como se constrói a relação do bebê com a televisão, considerando-se a influência dos pais, numa interação tríplice. Foram observadas questões fundamentais na construção da identidade como aprendizagem, afetividade, consumo e sociabilidade. Desta forma, discutimos as novas formas de produção de identidade, a formação de hábitos de consumo através dos meios de comunicação de massa e o poder da indústria cultural neste contexto. Assim como proposto pelo grupo de Trabalho “Mídia e Psicopolítica”, nosso trabalho visa divulgar pesquisas sobre co-afetações psicológicas do bebê no contexto da cultura de massa, evidenciando a formação das primeiras experiências humanas com a televisão, o meio de comunicação mais popular do Brasil. Observamos a produção midiática como expressão cultural que gera impactos políticos, econômicos e sociais, além de novas subjetividades, produzidas desde tenra idade. Como eixo teórico principal do trabalho, foram utilizados para pensar o desenvolvimento do bebê a Teoria de Desenvolvimento Piagetiano e para pensar os meios de comunicação de massa, o autor Marshall McLuhan. Em Psicologia Social nos fundamentamos em Michel Foucault sobre a relação entre produção de subjetividade e produção econômica e nos trabalhos de Guareschi sobre a Mídia. Assim, foi realizado um paralelo entre a Psicologia Social e a Teoria da Comunicação no que se refere à produção de subjetividade nas fases primordiais do desenvolvimento infantil. A pesquisa empírica focou no estudo de caso do programa infantil "Pocoyo" e em entrevista qualitativas como os pais de crianças nesta faixa etária. Observou-se que a televisão, funcionando como uma tecnologia produtora de hiperestímulos aos quais as crianças até dois anos não estão preparadas sensorialmente, a televisão produz um estado hipnótico que possibilita a internalização de efeitos que modelam o imaginário infantil e se articulam com a produção de sujeitos do consumo conforme as necessidades atuais do mercado.

Toda tecnologia, segundo McLuhan, possibilita e amputa, ou seja, bloqueia oportunidades de outras vivências que o bebê naturalmente deveria experienciar com o apoio de outros objetos mais apropriados para seu desenvolvimento corporal-cognitivo. A utilização excessiva da televisão pode privar a criança de atividades relacionais fundamentais como conversar, brincar ao ar livre, ouvir histórias diretamente narradas por um adulto. Além disso, o hábito de ver televisão antes de dormir, para as crianças, causa sono irregular, podendo gerar alterações de humor, comportamento e aprendizagem. No entanto, a indústria que produz programas infantis claramente voltados a esse público em específico, se beneficia da falta de informação dos pais e formula estratégias para estimulá-los a deixarem seus filhos pequenos assistirem TV na promessa que esses programas produzam efeitos educativos e positivos para os bebês ou na simples conveniência de se ter uma babá eletrônica. Na verdade, os programas infantis estão recheados de comerciais que repetidamente excitam a criança, com suas diversas apelações aos sentidos, como cores vivas, músicas com alta cadência e sons repetitivos. Já elaboradas para serem mais facilmente decoráveis, muitas frases são repetidas diversas vezes com o intuito de fazer com que a criança internalize imagens de alegria e felicidade vinculadas aos produtos para que ajam incansavelmente junto a seus pais para que comprem. Estas publicidades são construídas com um fino conhecimento científico de narrativa retórica, da semiótica e de simbolismo para potencializar seus efeitos tanto na dimensão subliminar quanto na supraliminar (Guareschi et alii). No que diz respeito à importância da interferência dos pais ao participarem do ato de assistir TV, a interação física com eles, é de integral importância para o aprendizado da criança. O próprio meio, ou seja, a televisão, tem características físicas que apresentam estímulos para apenas dois sentidos e que podem prejudicar a criança. A televisão em excesso prejudica potencialmente o aperfeiçoamento das habilidades e afasta ainda mais a criança de contatos sociais. Mas, se faz necessário entender que a televisão não é perigosa por si só, mas apenas quando inserida pelos pais desta maneira na realidade das crianças. Pelos 12 meses de idade, as experiências da criança são de grande ajuda para formar uma base onde irão se fortalecer a continuidade dessas habilidades. Evidências também mostram que intervenções precoces - enquanto a criança ainda é bebê - que visem aprimorar essas capacidades, podem tem impactos altamente benéficos. Questiona-se a postura da indústria, que alega que seus programas são destinados a ser assistidos por pais e crianças juntamente de forma a facilitar interações sociais e o processo de aprendizado. Pois, na verdade, a televisão parece estar associada com a diminuição da interação pais-filhos. O que desvela uma clara contradição entre

o que a indústria reivindica como sendo o objetivo de seus produtos, com os resultados do que está realmente sendo gerado por eles.

No pé da política: um blog para discussão de políticas públicas de educação e saúde mental

Lídia Mara Fernandes Lopes

O blog "No pé da política" visa fomentar um debate sobre políticas públicas específicas de saúde e educação a partir de um caminho mais amplo em que a dimensão Política possa se apresentar sem a exclusividade dos espaços e meios tradicionais: associações de pessoas que serão sempre representadas por outras pessoas. Desde 2010, o blog está on line, proporcionando um web-espaço de discussão. São realizadas postagens semanais, intercalando os temas. Podemos citar como exemplo de postagens: Educação inclusiva, Saúde Mental e Direitos Humanos, Políticas de Álcool e Drogas e o cartão 'Aliança pela Vida', O Plano Nacional de Educação, Ato Médico, Política de redução de danos, Internação Compulsória, Mudanças na LDB, Trote nas universidades, Controle de Psicofármacos (Projeto de Lei 247/2012). A plataforma escolhida para publicação do blog foi o Blogger, que pertence ao Google e é uma das maiores plataformas de conteúdo do mundo. Segundo o site de medições na internet Alexa (http://www.alexa.com/siteinfo/blogger.com - acesso em 08/07/2013), o domínio blogspot.com, figura como o 75º domínio mais acessado do mundo, chegando a alcançar posições entre os 20 mais acessados do mundo. O Blogger disponibiliza ferramentas para medir os acessos aos blogs de forma que o administrador do blog possa acompanhar o desempenho de suas publicações, o que foi feito para o No Pé da Política. Com base nessas estatísticas coletadas em 08/07/2013 foi possível verificar que, desde sua criação, o blog já obteve mais de 23800. É possível notar que as postagens semanais tem alcançado um consistência de visualizações com aproximadamente 200 visualizações cada. Além disso, podemos identificar as postagens mais populares, como a do dia 24/04/2013 a respeito da atualização da LDB, com mais de 4000 acessos. Através da ferramenta de estatística é possível verificar que o Google é responsável por mais de 10000 acessos do blog, mostrando que a aplicação de técnicas simples para otimização do blog para mecanismos de busca surtiu resultados. Além disso, o Facebook aparece em segundo lugar em origens de acesso, com mais de 2000 acessos. Fica claro que a divulgação da página do blog através do Facebook é também bastante efetiva. O uso de outra ferramenta de estatísticas, o Google Analytics, fornece dados ainda mais estratificados. Nesses dados é possível verificar acessos de diversas partes do Brasil, como Minas Gerais, São Paulo,

Distrito Federal, Pernambuco e diversos outros estados. Além das capitais dos estados há acessos também de cidades do interior, como Divinópolis-MG, São Carlos-SP, São José-SC, Arapiraca-AL, entre outras. Essas visitas são também consideradas de qualidade pois os visitantes permaneceram no site tempo suficiente para ler o conteúdo e o índice de páginas visualizadas a cada visita é superior a 1, indicando que o visitante teve interesse por outros conteúdos do blog. Outro dado a se notar é a visita proveniente de outros blogs sobre psicologia, como o stopdsm.blogspot.com, o que sugere uma interação com outros geradores de conteúdo relacionado. Todas essas estatísticas mostram que o uso do blog como plataforma de divulgação do conteúdo proporciona alcançar um número maior de pessoas e também pessoas mais distantes, espalhando o conteúdo e a informação para os mais diversos locais. Isso tudo a um custo muito baixo e com uma facilidade bem maior do que a oferecida por mídias tradicionais, como revistas, jornais ou mesmo o rádio e a TV.

O "ter humano" e as identidades "prêt-à-porter": um olhar sobre a dimensão psicossociológica do consumo através da publicidade

Frederico Augusto Tavares Junior, Rosa Christina Rulff Vargas

Introdução: O presente trabalho investiga a temática do consumo, segundo o olhar psicossocial, através dos conceitos de modernidade líquida (Zygmunt Bauman) e sociedade de controle (Gilles Deleuze) no campo da publicidade, desvelando a subjetividade líquida, plástica, fluida e mutável do consumidor em um contexto globalizado de uma sociedade, que valoriza o "ter" em detrimento do "ser". No contexto da sociedade de consumo trabalha-se com uma questão central nesta análise, diante da pós-modernidade, e de um consumidor cuja identidade é plural, mutável, fragmentária e flâneur, o olhar psicossociológico contribui para compreender esse indivíduo que escolhe marcas comerciais como estratégia de pertencimento, através de identidades revogáveis, temporárias e flutuantes. A modernidade líquida pode ser considerada um "pano de fundo" que agencia os vetores psicossociais. Já que a subjetividade, sob esse prisma, é regulada tanto pelo sistema simbólico social que é da ordem do coletivo, quanto por aspectos pulsionais, individuais, ambos em "estado líquido". Em se tratando de uma subjetividade móvel, esta tem no desejo de consumir a perpetuação da sua volatilidade e o consumo das marcas comerciais como álibi dessa natureza transformacional, efêmera (Lipovetsky, 1989), que representa e inscreve o sujeito na civilização das marcas ou na sociedade do consumo. O olhar psicossocial contribui também pra refletir o fluxo contínuo e incessante das marcas comerciais sob a égide de um capitalismo rizomático (Deleuze; Guattari,

1995 e Pelbart, 2003), que atravessa e constrói o imaginário do consumidor, produzindo, continuamente, as subjetividades, que são identidades revogáveis, líquidas e transformadas pelo desejo e a liberdade de se desconstruir enquanto sujeitos do consumo, da fantasia e de um prazer inacabado. O consumo, historicamente, representa um dos alicerces de fundação da concepção de sociedade (Bauman, 1999, 2008). Ele vem sendo expresso e interpretado em múltiplas dimensões, como, por exemplo, a política, a econômica, a psicológica, a sociocultural, a ambiental, entre outras (Hardt, Negri, 2001; Canclini, 1999; Featherstone, 1995; Tavares, Irving, 2005, 2006). Dessa forma, a importância do consumo vem sendo discutida há muitos séculos, como condição das interrelações dos indivíduos em uma sociedade (Barbosa, 2004; Campbell, 2002). O consumo produz relações políticas e sociais, cria vínculos culturais e simbólicos e, principalmente, produz subjetividades (Tavares, 2004) e "identidades prêt-à-porter" (Sibila, 2002; Rolnik in Rago et al, 2005), nas quais as dimensões sociais e psíquicas são construídas e atravessadas nas redes do mercado. Através dos olhares de Deleuze e Guattari, por meio do processo de subjetivação, busca-se refletir o ser humano e as suas transformações psicossociais e culturais, através de outra abordagem: a do "ter humano". Não como uma concepção metafísica da natureza humana, mas, sobretudo, sob uma perspectiva do devir, ou seja, na fluidez e mutabilidade do indivíduo como estratégia de uma virtualidade identitária. Ao focalizar igualmente o pensamento de Bauman (2001 e 2005) no contexto da sociedade de consumo, amplia-se o debate sobe a questão identitária. As identidades fixas e sólidas da modernidade são substituídas pelas identidades móveis e fluídas da pós-modernidade. Numa sociedade de consumo, a liberdade individual é a liberdade de se "ter identidade", ou como assinala Bauman (2001), poder ter múltiplas identidades, como um passaporte outorgado pela comunicação publicitária e sua lógica discursiva (Tavares, 2005a). Em um mundo em que tudo é deliberadamente instável, as identidades são produzidas à luz do capitalismo globalizado. Elas são, assim, oscilações contínuas, maleáveis pela liberdade de escolha individual, tensionadas no desejo de consumir, reguladas pelo mercado, como "kits de identidades". Dessa forma, como indagar o estudo do consumo através da psicossociologia, segundo os olhares da sociedade de controle e modernidade líquida, na produção de uma subjetividade rizomática, plural, fragmentada, esquizofrênica e antropofágica, enredada pelo desejo de se consumir, configurando e desconstruindo identidades prêt-à–porter como modos de ser regulados pelo mercado publicitário, segundo a lógica que para "ser" é preciso "ter"? Metodologia: Para responder a esta questão são adotados como fundamentação teórica complementar autores e obras que dialogam com o objeto definido, através do viés conceitual estabelecido para

investigação. Trata-se, portanto, de um estudo qualitativo, de caráter exploratório, que é baseado em fundamentação teórica e conteúdo documental. A publicidade na comunicação globalizada é discutida teoricamente, apresentada e exemplificada através da análise de peças publicitárias da Revista Veja, voltadas para o público feminino e masculino. Conclusão: Os resultados da pesquisa demonstram que a lógica do consumo opera, na publicidade, através da produção de um modo de ser fluido da subjetividade do consumidor, seja pela condição alegórica do modelo do capitalismo da modernidade líquida, ávido por autenticidade/diferença e produtor de desejos, como também pela ideia de estar "dentro" enquanto estratégia de pertencimento psicossocial.

Processos de subjetivação em contextos educativos marcados pela presença de notebooks, tablets e smartphones

Fernando Silva Paula, Leda Verdiani Tfouni

Atualmente, não é nenhuma realidade desconhecida para os professores que atuam no Ensino Superior brasileiro – pelo menos não para os professores das Universidades Federais – um contexto de sala de aula no qual grande parte dos alunos manuseiam dispositivos móveis de comunicação e internet, tais como, notebooks, smartphones e tablets. Esse novo tipo de realidade de sala de aula, somado a um contexto mais amplo de transformações tecnológicas no campo da informática e de transformações sociais associadas à produção acelerada de bens de consumo, parece ter produzido efeitos significativos sobre as formas de subjetivação que se produzem no espaço institucional universitário. Nesse sentido, cabe indagar, por exemplo, se a presença dessas tecnologias em sala de aula modifica, de alguma maneira, a posição de autoridade, de transmissor de conhecimentos, conferida historicamente ao professor por um discurso pedagógico tradicional. Que lugar (subjetivo) o professor pode encontrar em uma sala de aula conectada a outros espaços virtuais? Essa abertura para outros sistemas coloca em risco a sua forma tradicional de existência? O número crescente de queixas apresentadas por professores universitários sobre a falta de motivação e compromisso dos alunos com as aulas e com o conteúdo das disciplinas, e sobre o uso banalizado desses dispositivos móveis de comunicação e internet em sala de aula parece ser um indício de que algo se modificou nesse campo. Dessa forma, a proposta deste trabalho é empreender uma discussão sobre essas mudanças de configuração no espaço de sala aula no Ensino Superior, tomando como recorte mais específico de análise os processos de subjetivação dos sujeitos diretamente envolvidos no processo (professores e alunos universitários). Este objetivo relaciona-se à temática mais ampla

Mídia e Psicopolítica, pois se propõe a discutir os efeitos das novas mídias digitais sobre os processos de subjetivação. Para realizar esse trabalho recorreremos aos dispositivos teóricos e analíticos da Análise de Discurso francesa, disciplina de interpretação que investiga os processos históricos e ideológicos de produção de sentidos e os diferentes gestos de leitura e interpretação realizados pelo sujeito. Outro aporte teórico que pretendemos mobilizar para realizar essa discussão são as formulações lacanianas do Discurso do Mestre e do Discurso Capitalista, modelos lógico-conceituais que nos servem como valiosas ferramentas para interpretar os diferentes tipos de laços sociais que encontramos em nossas instituições sociais. Vale ressaltar que tanto a Análise de Discurso quanto a Psicanálise são disciplinas científicas que conduzem suas investigações a partir de indícios, marcas ou pistas deixadas pelo sujeito sobre alguma materialidade linguístico-discursiva, e o trabalho do analista, em ambos os casos, consiste em reconstruir, de maneira arqueológica, uma determinada realidade. Nesse caso, a investigação sobre a realidade institucional universitária partirá da análise de alguns acontecimentos sintomáticos em sala de aula, relatados por professores de cursos de Licenciatura. Esse corpus (conjunto de enunciados sobre o qual recairá a análise) constitui-se por narrativas que relatam episódios nos quais o papel do professor é colocado em questão e nos quais os dispositivos móveis de comunicação e internet são apresentados como obstáculos na relação professor-aluno. O trabalho de análise dessas narrativas privilegiará não a representatividade estatística dos dados, pois não se trata de verificar a extensão do fenômeno ou sua incidência no meio, mas de que forma esses acontecimentos sintomáticos narrados pelos sujeitos indiciam a existência de uma determinada realidade social em nosso espaço universitário.

Psicologia, arte, criação e criatividade: produções midiáticas nos espaços do Youtube

Aline Cristine da Silva Lima, Angela Maria Dias Fernandes, Soraya Sousa Gomes Teles da Silva

O trabalho apresentado focaliza a articulação entre os conceitos de criação, arte e criatividade e a psicologia social, identificados como elementos centrais nos estudos da produção da subjetividade no mundo contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa voltada para vídeos postados na internet, onde a relação da psicologia com a criatividade se apresenta ao internauta como um espaço de pesquisa de significados e de apresentação de material criado por sujeitos ou grupos. O material investigado foi localizado no Youtube, site do GOOGLE, utilizado para postagem e compartilhamento de vídeos. Na constituição deste campo de pesquisa compreende-se as redes

sociais como importantes produtoras de conhecimento, constituindo-se em veículos e meios de sustentação e naturalização de conceitos, modos de ser, agir e pensar. A vinculação com a proposta do Grupo de Trabalho Mídia e Psicopolítica se situa no interesse pelo aprofundamento dos debates sobre "processos de subjetivação contemporâneos, mediados pela comunicação globalizada, e suas mais diversas expressões no campo da arte, da cultura e da política". O processo investigativo se assenta nas concepções de Guattari (1986), quando nos indica que "a subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares" (p.33). O sujeito é constituído não apenas a partir de fenômenos internos, mas deve-se compreendê-lo como sujeito ativo, ou seja, deve-se pensar o homem social, como produtor e produto de sua história. Ao perceber a criatividade como uma produção a partir das relações que os indivíduos estabelecem, é possível compreender que o processo de criar tem início no momento em que se faz um resgate dos conhecimentos, sentimentos e emoções, articulando imaginação e conhecimento, dando origem a um novo produto. No desenvolvimento da pesquisa inicialmente, foi realizada uma busca no Youtube por vídeos que atendessem aos seguintes identificadores: Psicologia da criatividade, Psicologia e arte e Psicologia e criação. Nessa busca foram priorizadas como filtros: o tempo de duração do vídeo (0 a 5 minutos), o ano em que foi postado (entre 2007 a 2011) e páginas em português. Foram localizados 34 vídeos, todos direcionados do site Google para o Youtube. Neste site qualquer pessoa pode postar vídeos escolhendo livremente a categoria e sua descrição utilizando palavras-chaves ou tags. São apresentadas quinze opções de categorias. Após a listagem dos 34 vídeos, que compõem o banco de dados da pesquisa, procedeu-se a identificação do material relacionando: o título do vídeo e autor, ano da postagem, duração, modalidade, link, sinopse e identificador. O material foi categorizado em sete modalidades, criadas no âmbito de nossa pesquisa, em função das características, ambientação, linguagem utilizada, criação de personagens e forma de apresentação. Observando esse procedimento os vídeos foram assim distribuídos: na modalidade identificada como mesa de discussão foram alocados 4 vídeos que apresentavam debates sobre temas relacionados a psicologia; como trabalhos acadêmicos foram identificados 8 vídeos, elaborados por estudantes de graduação de diversos cursos; como eventos relacionados à formação foram encontrados 5 vídeos que homenageavam alunos e professores de psicologia; na modalidade mídias televisivas foram identificados 5 vídeos, as quais agrupam propagandas e reportagens; com atividades artísticas e eventos culturais foram alocados 8 vídeos, dentre eles espetáculos artísticos e eventos especiais que proponham trabalhos

corporais; como animação foram identificados 2 vídeos, que possuem características a partir da computação gráfica e/ou exposição de fotos e frases trazendo conceitos sobre temas específicos; identificados como momentos do cotidiano, foram alocados 5 vídeos, demonstrando diversão entre amigos. De acordo com Burgess e Green (2009, p. 26) os usuários marcam os vídeos como sugestões de resposta a vídeos populares, mas de conteúdo não relacionado, para aumentar as chances de que seu vídeo seja mais assistido o que acaba tornando as análises, que se baseiam principalmente nesses dados, problemáticas. Essa autonomia exercida pelo internauta produz uma característica interessante. Ao focarmos nossa ação de busca, tendo como elemento principal os indicadores da pesquisa, nos deparamos com um conjunto de vídeos onde a articulação entre psicologia, arte, criação e criatividade se apresenta com significados alheios. Apesar da intensa produção acadêmica sobre o tema, os vídeos não refletem os debates teóricos, não apresentando nenhum rigor conceitual no que diz respeito à articulação entre psicologia, arte, criação e criatividade. Mesmo observando essa característica no material resgatado na presente pesquisa o Youtube demonstra ser um potente instrumento de divulgação de saberes. Entender a pluralidade do material hospedado no site faz com que se possa refletir sobre a movimentação que existe nas redes sociais, a possibilidade que é dada aos usuários do Youtube e de tantos outros meios de divulgarem suas particularidades e compartilhar modos de pensar.

Shows de tudo onde tudo é um Show: o discurso de autopromoção da Rede Globo

Juliana Cristina da Silva, Leda Verdiani Tfouni

Este trabalho tem como objetivo analisar o discurso publicitário de autopromoção da Rede Globo, tomando como corpus quatro vinhetas de sua programação que, no início de 2013, sob o título de Vem aí, promoveram as novelas, os esportes, o jornalismo e os shows em conjunto com o elenco da emissora. A partir do referencial teórico e metodológico da Análise do Discurso pêcheutiana, pretendemos investigar quais efeitos de sentido essas peças publicitárias produzem e qual imagem a emissora constrói acerca de si mesma, discutindo a relação entre esse imaginário e o papel social da televisão em nosso país. A Análise do Discurso (AD) trabalha no entremeio da linguística e das ciências sociais, sendo uma área do saber com alto potencial de contribuição para a Psicologia Social. Esta, a partir dos anos 1970, passou a questionar os posicionamentos teóricos positivistas no interior de seu campo, operando-se uma "virada linguística" a partir da qual a noção de discurso vem ganhando cada vez mais espaço. A relação entre a AD e a Psicologia Social, nesse sentido, se notabiliza por ser uma alternativa

teórica e metodológica que, tomando o discurso como objeto político, refuta uma concepção positivista de transparência da linguagem (relação direta entre linguagem/pensamento/mundo), por considerar que os sentidos das palavras não são evidentes, mas determinados pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que foram produzidas. Sendo simultaneamente, teoria e método, a AD trabalho com o objeto discursivo em conjunto com a construção do dispositivo teórico de análise. Como resultados deste trabalho apresentamos que, na promoção das telenovelas, essas são discursivizadas como o que É real, é surreal, é visceral, apelando-se para uma relação afetiva e orgânica entre os telespectadores e as novelas; por ser ...o que faz sorrir, o que faz chorar, o que faz sentir, o que vira gíria, relação que torna o ficcional em real: A ficção é verdadeira quanto toca o coração. Na vinheta que promove o jornalismo, o primeiro enunciado - A gente nunca sabe o que vai acontecer -, determina através do genérico "a gente", uma posição que pode ser ocupada tanto pelos telespectadores, quanto pela emissora. Essa generalização serve como forma de facilitar a identificação dos telespectadores com esse lugar de "quem nunca sabe o que vai acontecer", ao mesmo tempo em que promove um apagamento do limite entre telespectador-emissora, aproximando-os. Tal efeito é negado em enunciados posteriores: A gente vai te mostrar, você vai saber, você vai entender, onde se opõe "a gente" como agente que mostra/emissora, e aquele que sofre a ação, representado no primeiro enunciado pelo pronome "te", e posteriormente por você/telespectador. Nessa vinheta cria-se um efeito de sentido a partir do qual a emissora ocupa um lugar de enunciação de um agente privilegiado de informação e educação da população. De fato, a mídia hierarquiza e fornece uma agenda de assuntos e temas que circulam no tecido social, se tornando árbitro de acesso à existência social e política de fatos e pessoas (BOURDIEU, 1997). Nesse sentido, a TV não mostra lugares, mas é ela própria um lugar, uma esfera pública expandida que busca confundir a sua fabricação de imagens com a própria realidade social (BUCCI, 2004). Nas vinhetas de autopromoção estudadas, há um apelo à equalização da ficção, do show ao real da vida, como nos seguintes enunciados: Shows de tudo, tudo, tudo, tudo. Tudo é um show. Tudo junto e misturado. Celebração. União. A vida é um palco. O palco da vida. A discussão será baseada nas ideias de Debord (1967), para quem as sociedades de massa contemporâneas se baseiam no espetáculo que, com uma tendência a fazer ver um mundo que já não se pode tocar diretamente, transforma a realidade em objeto de contemplação. Esse regime de visibilidade, baseado numa lógica do "o que é bom aparece, o que aparece é bom" se contrapõe ao anonimato dos sujeitos que vivem nas grandes massas, invisibilidade que pode ser compensada pela identificação com a imagem de um líder ou ídolo pop. Essa identificação é promovida pela TV na medida em que

ela dá, cada vez mais, visibilidade a aspectos cotidianos e íntimos da vida de suas personagens. Esse regime de visibilidade, em consonância com o que Foucault (1988) conceitua como biopoder – no qual a visibilidade não se justifica pela repressão, mas se traveste num poder produtivo -, promove uma pedagogia social no âmbito audiovisual, a partir da qual se criam e compartilham modos consensuais de gestão da vida, como a produção alterdirigida do comportamento e do corpo e uma imagem performativa de si (MARZOCHI, I. F. 2007).

Subjetividade e poder: o dentro e o fora das prisões

Karoline Martins de Oliveira, Paulo Roberto de Carvalho, Aline Cristina Monteiro Ferreira

A subjetividade hoje pode ser considerada o objeto de estudo da Psicologia. Porém, este conceito perpassa não somente esta área de conhecimento, mas também a Sociologia, a Filosofia e a Antropologia e compreende diferentes dimensões da vida psíquica: os afetos, a razão, os valores, as convicções e crenças. Guattari (1986) coloca que ao invés da subjetividade ter origem em uma natureza humana, ela se caracteriza por ser engendrada em escala industrial, produzida e consumida no meio social. A subjetividade é incorporada como matéria prima de qualquer produção, seja ela tecnológica, científica, política e outras. Seguindo a linha da multiplicidade do subjetivo, Foucault (1979) coloca em destaque os dispositivos de poder (e de saber) que, produzindo verdades sobre o humano, atuam no sentido de construir sujeitos normatizados pelas posições que ocupam. Deste modo, Foucault (1979) coloca que o poder tem como papel fazer dos corpos dos indivíduos, corpos dóceis. Assim, os indivíduos docilizados devem ser receptivos ao processo produtivo e aceitar serem transformados em função dele. Torna-se possível relacionar o poder com a subjetividade e, nessa relação, emergem questões: Quais são os efeitos de subjetivação resultante das relações de poder dentro das penitenciárias? E fora delas, quais são os componentes de subjetivação que circulam na sociedade em decorrência da existência das prisões? De acordo com Foucault, o método restritivo da liberdade que se manifesta na privação e no controle do detento desde seu ingresso, mostra o caráter pueril dos exercícios do poder. A maneira infantilizada como os internos são tratados, bem como o modo como são vigiados atesta a perda de autonomia individual. Evidencia-se, o quanto o poder é moral, ou seja, é inteiramente "justificado", pois "sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem" (FOUCAULT, 1979, p. 43). Trata-se de explorar os processos de subjetivação em curso no âmbito das instituições totais, assinalando seus componentes tais como a humilhação e a infantilização, bem como o medo e a violência, também presentes. Desse modo, torna-se possível delinear como os sujeitos

estão sendo produzidos no meio prisional e na sua relação continuada com as instâncias de controle, seja se submetendo a elas, seja resistindo a suas determinações. Podemos agora alterar o percurso dessa investigação. Que efeitos de poder a prisão dissemina para o conjunto da sociedade? Como os sujeitos se constituem subjetivamente a partir deste processo? A onipresença dos aparatos midiáticos e seus efeitos subjetivos fizeram com que muitos estudiosos investigassem os processos de constituição das subjetividades relacionados à mídia. Evidenciou-se, desta maneira, o caráter pedagógico e de controle social destes conteúdos, os quais veiculam ao sujeito valores e modos de pensar, agir e se relacionar. A disseminação dos artefatos midiáticos se dá de forma sutil e complexa, pois escondem estratégias engenhosas de normatização de conduta e controle das subjetividades. A difusão do medo, relacionado à violência e à criminalidade, inscreve-se neste contexto. Para Mansano (2009), a produção do medo, como um artefato subjetivo e midiático, contribui para que a insegurança seja vivida pela população que assiste a programação. Com o bombardeio constante dos noticiários policiais, propaga-se o medo de vir a tornar-se vítima da violência e do crime. Um dos resultados desse processo é a busca por mais segurança que, de diferentes maneiras, restringe o contato social com aquele que é tido como diferente e que passa a ser tratado como perigoso. Por outro lado, a sociedade na qual vivemos possibilita a qualquer cidadão, nas mais variadas situações, tornar-se um agente da vigilância ou um sujeito vigiado. E a vigilância, um procedimento relacionado com o que acontece nas prisões, tornou-se também um componente de subjetivação (MANSANO, 2009). Na atualidade encontramos um dispositivo de amedrontamento da sociedade que relaciona os modos de ser desviantes à possibilidade de ser preso e, assim, se tornar alvo da violência que caracteriza o cotidiano prisional. Esse processo se dá pela difusão de imagens das prisões superlotadas, deficitárias e carentes. O papel da mídia é promover o amedrontamento divulgando a realidade cruel das prisões brasileiras e, assim, incitar o respeito à lei. São dois tipos de amedrontamento: o medo de ser alvo de ações criminosas, este multiplicado pela exposição sistemática à veiculação midiática relacionada à violência; e o medo de ser preso, que coage o indivíduo a manter-se nos marcos da legalidade sob pena de enfrentar a realidade tenebrosa das prisões. Delineia-se, assim, um controle que se exerce sobre as populações, ora acenando com a possibilidade do aprisionamento ora com a vitimização. O eixo desta apresentação é “Mídia, cultura e arte” e o grupo de trabalho é “Mídia e Psicopolítica”. A escolha deve-se a centralidade da mídia e da subjetividade nos mesmos.

Superprodutos para super-homens: o poder da mídia e as novas temporalidades contemporâneas

Vanessa Ester Silva Farias, Maria de Fátima Vieira Severiano

No contexto das sociedades de consumo contemporâneas observa-se um exacerbado enaltecimento da tecnologia e das mídias informatizadas como produtoras de subjetividades. É inquietante o fato de que tais aparatos tecnológicos se apresentem no mercado como "capazes de tudo" prover, exceto de tornar o tempo abundante. Logo, questiona-se nessa pesquisa o paradoxo entre o vertiginoso desenvolvimento tecnológico e a "escassez de tempo" vivenciada pelos indivíduos. Acrescenta-se a essa problemática o protagonismo da mídia, que incentiva a compra dos produtos tecnológicos atribuindo-lhes aspectos subjetivos, tais como potência, status, felicidade, etc., o que resulta em constantes demandas por performance e sucesso nos sujeitos consumidores, fazendo-lhes crer é possível "tudo-fazer" em tempo recorde por meio dos produtos que são anunciados. Deste modo, consideramos que os apelos midiáticos ao consumo, via publicidade, configuram-se como uma nova forma de poder à medida que exercem controle subjetivo e social. Assim, essa pesquisa objetiva analisar a apropriação do tempo enquanto valor agregado a produtos tecnológicos/tecnocientíficos, considerando os apelos à aceleração do ritmo de vida e à potência, bem como suas repercussões psicossociais na sociedade contemporânea. Para essa análise, nos utilizaremos do conceito de "duplo fetichismo" que denuncia o encobrimento das relações sociais de produção das mercadorias (Marx) e do fetichismo que aliena também a própria subjetividade dos indivíduos (Severiano) associando aos produtos atributos psicossociais desejaveis. Denominamos tais mercadorias fetichizadas de "superprodutos", aos quais se agregam "poderes" de alta performance para os desafios do dia-a-dia, supostamente tornando possível quebrar as barreiras temporais e espaciais via novas tecnologias. Estimula-se assim, a criação do que denominamos de "super-homens", indivíduos performáticos e de busca incessante por realizar upgrates em si mesmos, por meio do consumo. Neste sentido, utilizamos o conceito de cultura do narcisismo (Lash), que trata de um desejo de onipotência em que há um desinvestimento no mundo e um retorno a si mesmo ou a preocupações muito particularistas. Portanto, vendem-se superprodutos para supostamente sanar os desejos de onipotência narcísica de super-homens. Para a expansão desse culto ao consumo é fundamental o papel da publicidade, uma das ferramentas mais poderosas da atual "Indústria Cultural" (Adorno). A forma contemporânea de exercício de poder da publicidade reside na veiculação constante de objetos fetiches, que ditam estilos de vida, modos

de ser, pensar e sonhar. Em nosso caso, também promovem a aceleração do viver e a obrigação de estar "apto para tudo". Sendo assim, a contribuição deste estudo para o grupo de trabalho eleito consiste no caráter político-econômico de nossas reflexões sobre a mídia. Especificamente, acerca do atual culto à velocidade e da maneira como este é veiculado nos meios de comunicação: através do enaltecimento do avanço tecnocientífico e suas infinitas ofertas de produtos e serviços que paradoxalmente produzem sempre mais "fome temporal" (Rosa). A pesquisa se vale do eixo teórico da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer e Marcuse), pioneira em suas reflexões críticas acerca da cultura e das novas formas sutis de dominação. Metodologicamente, a Escola de Frankfurt adota uma perspectiva crítica que toma o particular como índice do universal (Rouanet), ou seja, em nosso caso optamos por eleger a publicidade de produtos tecnocientíficos como um "particular", representativo da Sociedade de Consumo contemporânea. Por tratar-se de uma pesquisa teórica e empírica, procedemos a uma coleta de publicidades que tratam da temática exposta, organizando-a em categorias, de acordo com os apelos midiáticos. Assim, as categorias encontradas concernentes ao nosso objeto de estudo são: Onipotência, Tecnociência e Reconhecimento sócio-afetivo. A categoria de Onipotência refere-se às publicidades cujas promessas giram em torno da capacidade de realização sobre humana, domínio da natureza e potência, via produtos. A categoria de Tecnociência trata do enaltecimento da Ciência como forma de dominar o tempo e as fases do ciclo da vida, promovendo desde o prolongamento da juventude até tratamentos de beleza com resultados obtidos em tempo recorde. Enquanto na categoria de Reconhecimento sócio-afetivo refere-se às propagandas que promovem ou "facilitam" os vínculos interpessoais e sentimentos de pertença, reconhecimento, amizade e amor. Após uma análise teórico-crítica das peças puglicitárias, em que se articula dialeticamente teoria e empiria, nossas reflexões finais apontam que o homem tem se tornado receptáculo, sem mediações, de excessivas demandas e do falso sentimento de potência, resultando em possíveis sensações de fracasso, esgotamento e depressão. Em termos da lógica de mercado, o tempo tem se tornado o mais raro objeto de consumo, razão pela qual se veicula ser essencial adquirir os superprodutos, na promessa de torná-lo abundante. Entretanto, esses super-homens de próteses, por mais velozes que se tornem parecem correr em esteiras rolantes: permanecem sequiosos de tempo, sempre no mesmo lugar. Assim, concluímos que o domínio do tempo por meio de instrumentos tecnocientíficos e tecnológicos constituem-se na mais nova forma de dominação social midiática do modo de produção capitalista na "pós-modernidade".

Televisão subliminar e juventude: um estudo sobre os impactos da TV na subjetividade dos jovens

Neura Cézar, Pedrinho Arcides Guareschi, Inês Hennigen

O objetivo deste estudo é discutir um projeto de pesquisa que está em andamento na cidade de Porto Alegre/RS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, com quatro grupos de jovens, em que apresentamos principalmente o referencial teórico e a metodologia que será utilizada. A acepção mais comum do termo subliminar é a de que as mensagens possuem um determinado potencial de sedução e manipulação, ampliado pelos conteúdos ideológicos e éticos, apresentando componentes de forma sub-reptícia, velada, os quais têm poder de atingir sutilmente o inconsciente, afetando as emoções (FERRÉS, 1998). Segundo Ferrés e Calazans (1992) esse processo ocorre porque essas mensagens penetram livremente na mente do receptor, por baixo do limiar da consciência, inexistindo filtro ou resistência ética. Dessa maneira, estão aptas a levar a pessoa a mudar as suas crenças, desejos, decisões e comportamentos sem um mínimo de análise crítica, produzindo os efeitos objetivados pela fonte de interesse. Esses efeitos são inconscientes, despercebidos e inadvertidos (FERRÉS, 1998). A partir disso, a pesquisa buscará analisar os impactos das mensagens subliminares na subjetividade dos jovens e pretende tecer discussões atualizadas sobre esse conceito, uma vez que o enfoque dado aqui é o semiótico e tais mensagens são tratadas como linguagem, cujos jogos se pretende contribuir para elucidar. A metodologia utilizada será a pesquisa de abordagem qualitativa (BAUER e GASKELL, 2008), tendo como técnicas para a coleta de dados, a discussão em grupos focais e entrevistas em profundidade relacionadas ao uso da televisão, buscando identificar nas falas e depoimentos dos jovens elementos visuais e verbais presentes no jogo do signo que podem escapar ao olhar e julgamento perceptivo do receptor. O referencial metodológico empregado na análise e interpretação das investigações tem como base a Semiótica desenvolvida por Peirce, englobando a teoria dos signos, as categorias cenoptagóricas fenomenológicas primeiridade, secundidade e terceiridade, a relação triádica do signo, os conceitos de noção de consciência, além das associações por similaridade e contiguidade contidas nos estudos da linguagem. A concepção de subliminar será discutida tendo por base as definições de percepção e julgamento perceptivo (SANTAELLA, 1998), enfatizando que a percepção subliminar ocorre abaixo do julgamento perceptivo, ou seja, em nível de indiscernimento, fora dos limites da percepção consciente. Levando em consideração que a televisão tem um enorme poder de sedução e se apresenta como um importante meio de socialização faz-se necessário explorar tal

instrumento para que se possa averiguar o impacto na formação de crenças, valores e condutas e, sejam desenvolvidas estratégias na educação das sensações, objetivando a formação de uma consciência crítica e refletiva. Compreende-se que não se pode haver competência audiovisual sem a competência emocional. Acredito que a temática discutida neste projeto de pesquisa sobre o subliminar tem relação direta com o GT tanto com o eixo temático escolhido, porque estes espaços discutem temas que envolvem contextos midiáticos, processos de subjetivação mediados pela comunicação na sociedade contemporânea e outros relacionados.

GT 18. MIGRAÇÕES, PROCESSOS PSICOLÓGICOS E SAÚDE MENTAL

Entre a "integração" e a "discriminação": o caso dos imigrantes brasileiros na França

Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Este artigo é parte de uma pesquisa maior sobre imigração brasileira na França após-1980. Segundo os dados disponíveis no sítio eletrônico do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE) da França, o número de brasileiros no país era de 9 mil em 1982, aumentando para 39 mil em 2008. Esse crescimento relativamente rápido e expressivo dos brasileiros vivendo na França tem relação com a atração que a França exerce sobre aqueles que deixam o Brasil em função de condicionantes e motivações diversas. Ao mesmo tempo, com a formação do espaço de livre circulação europeu, a França tornou-se também um território de passagem e instalação para os brasileiros que foram ou chegam à Europa, particularmente em função de sua proximidade geográfica com o Reino Unido. Desta forma, a França tornou-se um espaço de passagem construído estrategicamente pelos brasileiros e pelas redes migratórias para contornar as restrições da política migratória inglesa. Esse percurso via França, acabou transformando este país em lugar de instalação, após tentativas mal sucedidas de ir para a Inglaterra ou de atualizações de seus projetos migratórios. Uma das consequências desse processo se evidencia na maior diversificação dos perfis de migrantes e de modalidades migratórias na composição do fluxo. Reconhecendo esta diversidade de projetos migratórios, o presente artigo tem como objetivo discutir o chamado modelo de integração francês, especificamente no que tange à inserção dos brasileiros na sociedade francesa. Apesar de ser um país de imigração, posto que historicamente a França apresentou baixos índices de crescimento demográfico e recorreu a mão de obra imigrante para suprir suas carências, a questão da "adaptação dos imigrantes" só se tornou pauta da agenda pública do país a partir do último quartel do século XX, quando se deu a suspensão oficial da política de imigração de

trabalhadores que repercutiu no aumento expressivo da modalidade de reagrupamento familiar, que mostrou aos franceses que os "imigrantes" iriam "ficar para sempre". Neste sentido, para "incorporar" à população estrangeira junto à sociedade francesa, foram adotadas políticas de integração nas últimas décadas. Na concepção da política francesa, a integração é um processo que deve garantir a escolha e a participação dos novos membros na comunidade nacional, sendo necessário que haja a adesão aos valores republicanos franceses, a despeito das diferenças que possam existir. Desta forma, a condição dos brasileiros como estrangeiros na França é em parte amenizada pelo fato de que estes compartilham os elementos da cultura ocidental, o que tende a repercutir em relativa facilidade de integração ao modo de vida francês, mesmo quando se trata de migrantes irregulares. No entanto, uma análise sobre a sociodinâmica da estigmatização revela que existem estereótipos sobre o Brasil e os brasileiros, particularmente sobre as brasileiras, que sustentam estigmas, e desta forma alimentam práticas discriminatórias. O problema para a "integração" dos "estrangeiros" é que estes clichês acabam por fundamentar representações que servem à desqualificação do outro (país e cidadão), na medida em que modulam a adoção de atitudes preconceituosas. Neste sentido, é que o presente trabalho dialoga com o Grupo de Trabalho "Migrações, processos psicológicos e saúde mental", pois se interessa sobre o processo de inserção dos brasileiros na França, considerando os limites e as possibilidades de integração na sociedade de acolhimento que são experimentados pelos migrantes. Existem relações históricas e específicas entre o Brasil e a França que parecem ter servido para alimentar representações dos brasileiros sobre a França e de franceses sobre o Brasil. Estas podem ser classificadas de amistosas e neste sentido, configuram a princípio um encontro harmonioso entre franceses e brasileiros. No entanto, numa análise mais atenta é possível encontrar evidências de que os percursos de integração dos imigrantes brasileiros à sociedade francesa estão permeados por obstáculos, que evidentemente não são os mesmos para todos os tipos de imigrantes. A discussão será feita aqui tendo como base uma pesquisa de campo empreendida no âmbito do meu doutoramento e que permitiu a realização de entrevistas semiestruturadas com 86 imigrantes brasileiros na França e com 16 ex-imigrantes retornados ao Brasil. Algumas destas experiências migratórias foram selecionadas de forma a sustentar uma reflexão sobre os obstáculos para a "integração" dos brasileiros na França, que resultam em comportamentos defensivos e inclusive orientam decisões de retorno ao Brasil. As experiências registradas pelas entrevistas mostram que a estabilidade jurídica da condição migratória não gera necessariamente sentimentos de acolhimento e pertencimento. As diferentes percepções e opiniões dos imigrantes frente a sua experiência estrangeira revelam a

heterogeneidade dos chamados "brasileiros na França" e corroboram a existência de distintas trajetórias que percorrem caminhos específicos rumo à inserção na sociedade francesa, evidenciando a vivência de processos de "discriminação" e de "integração" multifacetados e às vezes paradoxais.

Experiência de atuação com jovens estrangeiros em formação superior no Brasil: diálogos entre Psicologia Social e saúde

Luana Rêgo Colares de Paula

O presente trabalho visa apresentar uma experiência de atuação, no campo da Psicologia Social, junto a estrangeiros oriundos de países africanos, desenvolvida na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Criada em julho de 2010 pela Lei 12.289, a UNILAB nasceu com a missão institucional de formar pessoas para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, além de fomentar o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, cientí-fico e educacional. A experiência de que trata este trabalho foi desenvolvida no âmbito da Coordenação de Saúde e Bem-Estar (COSBEM) dessa Universidade, cujo propósito é desenvolver um conjunto de ações de atenção à saúde de estudantes e servidores da UNILAB, com foco na prevenção de doenças e na promoção de saúde. A relação com o GT "Migrações, processos psicológicos e saúde mental" justifica-se pelo fato de que se trata de uma experiência inserida no âmbito de um processo migratório de jovens africanos, que passam a morar no Brasil para cursar o Ensino Superior, mergulhando em um novo contexto cultural. Configura-se, desse modo, como um trabalho que pretende compartilhar uma atuação que busca qualificar o processo de acolhimento e favorecer a adaptação de estudantes estrangeiros recém-chegados ao Brasil, notadamente ao Município de Redenção, no Estado do Ceará, considerando as dificuldades envolvidas nesse processo (Martins-Borges, Pocreau, 2009). A proposição desse trabalho vincula-o também ao Eixo "Estado, Democracia e Movimentos Sociais" na medida em que ele aborda uma intervenção que visa contribuir para a garantia de direitos de cidadania de estrangeiros residentes no Brasil, conforme preceitua o Artigo 5º da Constituição Federal, segundo o qual "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". Assim, a intervenção em foco parte do pressuposto de que a saúde, inscrita na Carta Magna como "direito de todos e dever do Estado" (Art. 196), é devida também

ao estudante estrangeiro que vem fazer sua formação universitária na UNILAB. Desse modo, com o intuito de fortalecer a percepção dos estudantes estrangeiros quanto ao seu direito de ser atendido pelo sistema de saúde brasileiro, desenvolveram-se atividades com alguns desses estudantes para a apresentação do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Rede Local de Saúde de Redenção/CE. Essas atividades envolveram a realização de grupos de discussão sobre saúde e de visita guiada a equipamentos locais de saúde. A orientação teórica que fundamenta esse trabalho circunscreve-se na articulação entre a Psicologia Social Comunitária e o campo da Saúde Coletiva (Nunes, 2009; Campos, 2010), com destaque para a perspectiva da Promoção da Saúde (Buss, 2009), os quais ressaltam a necessidade de que as ações de saúde priorizem espaços coletivos que fomentem a participação e autonomia dos sujeitos no cuidado com a sua saúde. Como resultados dessa experiência, considera-se que sua concretização foi importante na medida em que criou um espaço de trocas entre os participantes sobre elementos das diferentes culturas ali representadas, tais como concepções de saúde e diferenças entre os sistemas públicos de saúde dos países de origem dos estudantes. Tais espaços de discussão contribuíram também para fomentar o vínculo entre estudantes e profissionais de saúde da Universidade, elemento fundamental para o cuidado em saúde (Merhy, 2007). Por fim, as ações junto aos estudantes se mostraram fecundas na medida em que favoreceram o trânsito dos estudantes pelo sistema de saúde local. É válido ressaltar, contudo, que o desenvolvimento dessas atividades também evidenciou uma série de limitações no atendimento das demandas de saúde dos estudantes por parte do sistema local de saúde, configurando-se como agravantes das dificuldades inerentes aos processos de adaptação de imigrantes e colocando-se como um desafio para a Universidade no processo de acompanhamento desse público ao longo de sua formação.

Famílias sem fronteiras: dimensões psicossociais da migração no ciclo de vida familiar

Ana Paula Sesti Becker, Lucienne Martins Borges

No panorama contemporâneo, são notórios os deslocamentos humanos que resultam em mudanças significativas na vida dos indivíduos. Tais fenômenos motivados por questões econômicas, políticas, culturais e simbólicas, permeiam a conjuntura dos fluxos migratórios e do cenário singular dos sujeitos. Diante do exposto, a Psicologia Intercultural possibilita uma visão integradora das dimensões psicossociais, compreendendo o desenvolvimento humano decorrente de uma relação dialética entre o sujeito e os contextos socioculturais estabelecidos. Nesta perspectiva, o enfoque Intercultural prima-se por descrever e compreender a influência

dos fatores culturais no desenvolvimento, nos comportamentos e no sofrimento psíquico dos migrantes. Fundamentando-se em tais considerações, um dos focos prementes de estudos e intervenções da área, pautam-se sob a análise da adaptação psicológica dos indivíduos e grupos quando mudam de cultura. Tal demanda permite-nos um olhar atento acerca dos processos de aculturação como bem propõem autores clássicos da Psicologia Intercultural. Não obstante, é fundamental conceber as relações que se estabelecem quanto às construções identitárias de cunho nacional e étnica dos indivíduos. Sob este viés, salienta-se ainda, a verificação quanto às redes sociais e de apoio que os migrantes dispõem quando chegam a um novo contexto sociocultural, bem como as dimensões estabelecidas da imigração no ciclo de vida familiar destes. Ressalta-se que o conceito de família aqui discutido, alude a um sistema social e dinâmico em que cada membro tem funções e papéis específicos. Por conseguinte, é influenciador e influencia o contexto no qual está inserido, permeando o movimento histórico dos processos migratórios. Neste sentido, a migração e, sobretudo, a migração internacional precipita um impacto significativo nas redes sociais e no ciclo vital da família. Isto, porque pode colocar em xeque a dinâmica familiar, no que se refere ao funcionamento, relações hierárquicas e de poder da família. Para tanto, destaca-se a importância de acolher as possíveis dimensões psicossociais que norteiam o âmbito relacional familiar em situação migratória, como: a inversão dos papéis familiares, especialmente quando os filhos mantêm-se na função de apresentar uma nova cultura aos pais, uma vez que repetidas vezes, detêm maior facilidade com o novo idioma. Outrossim, reside na manutenção do casamento à distância quando este se mantém na ausência do cônjuge; bem como no processo de aculturação de retorno, padrões de repetição familiar, conflitos com a família estendida e estado de vulnerabilidade entre os membros. Entende-se, portanto, que o desenvolvimento da família perpassa o ciclo vital de seus membros, constituído por um conjunto de estágios sucessivos no processo de vida do ser humano. Destaca-se que as transições familiares constituem um processo circular, cujas mudanças ao longo do ciclo vital são ao mesmo tempo produto e produtoras de estágios evolutivos. Tais transições podem ser consideradas normativas quando são previsíveis e não normativas, quando não esperadas, neste último aspecto, insere-se a migração. Levando em consideração tais pressupostos, adotou-se como fundamento teórico deste estudo a Psicologia Intercultural e a Terapia Familiar Sistêmica para compreender a complexidade do fenômeno migratório, bem como as relações estabelecidas na dinâmica familiar dos migrantes. Em vista deste cenário, o presente trabalho teve como objetivo analisar a produção científica acerca da migração familiar internacional e suas dimensões psicossociais decorrentes. Para tanto,

realizou-se uma revisão de literatura sistemática a partir da busca em banco de dados nacionais e internacionais mediante descritores preestabelecidos. As plataformas de pesquisa utilizadas nacionalmente foram a Biblioteca Virtual em Saúde – em Psicologia (BVS- Psi); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Periódicos Eletrônicos em Psicologia, sendo estas de acesso livre. As bases de dados internacionais pesquisadas foram PsycInfo, EBSCO, PsycArticles, sendo estas de acesso restrito. As estratégias de busca consoante os descritores utilizados, foram: migração, imigração, família, migração familiar. A partir das buscas realizadas, discute-se a importância de considerar o microssistema familiar sob a ótica dos fenômenos migratórios, haja vista que as mobilidades humanas repercutem de forma proeminente no universo relacional da família no que tange aos valores, padrões e funcionamento compartilhado entre seus membros. Verificam-se lacunas existentes ante a produção científica relacionada estritamente ao tema pesquisado, uma vez que os resultados encontrados privilegiam dimensões mais singulares do sujeito frente ao fenômeno migratório, como os processos de aculturação e de saúde mental dos mesmos. Tal cenário nos permite o avanço do conhecimento na produção teórica-científica, bem como em práticas intervencionistas que acolham a presente demanda em prol da implementação de ações educativas de saúde e comunitárias para as famílias que vivenciam o processo da migração.

Filhos de dekasseguis: o difícil retorno

Cizina Célia Fernandes Pereira Resstel, José Sterza Justo

O Brasil começou a ser reconhecido como um país de emigração na década de 1980. Desde então, deixou de ser representado como país receptor para ser visto como um país emissor. As dificuldades econômicas dessa época fizeram com que muitos brasileiros fossem procurar melhores oportunidades de vida e trabalho no exterior. Como parte significativa das correntes emigratórias desse período surgiu aquela que ficou conhecida como os dekasseguis: descendentes de japoneses que começaram a se deslocar para o Japão. Dekassegui, na língua japonesa, significa “trabalhador estrangeiro” e esse pode ser tomado como o sentido básico dessa corrente migratória. Nossa pesquisa, ainda em andamento, tem como objetivo identificar, analisar e tentar compreender os conflitos e as dificuldades de adaptação dos filhos de dekasseguis que retornam ao Brasil. Objetivo: O objetivo específico da pesquisa é investigar como as crianças que passaram a primeira infância no Japão vivenciam o processo de adaptação à cultura brasileira, particularmente no que diz respeito a sentimentos e ansiedades de desamparo. A relação com o GT/Eixo temático: A pesquisa se relaciona com o Grupo de

trabalho Migrações, processos psicológicos e saúde mental e com o Eixo temático Educação. As crianças filhos de dekasseguis, quando retornam com os pais para o Brasil enfrentam problemas sérios de desadaptação que se refletem no desempenho escolar e podem desencadear crises agudas de identidade. Orientação Teórica: Na pesquisa, está sendo utilizadas referências psicanalíticas para a compreensão dos conflitos e das dificuldades de adaptação ou readaptação dos filhos de dekasseguis que retornam ao Brasil. Método: O método utilizado é o psicanalítico, como forma de investigação, análise e compreensão dos conflitos na experiência emigrante/imigrante de filhos de dekasseguis. Foram realizadas entrevistas preliminares com os pais, procurando explorar as dificuldades apresentadas pelos seus filhos no retorno e entrevistas com as próprias crianças, utilizando-se com elas, recursos apropriados tais como desenhos, jogos e produção de histórias. Resultados: Como a pesquisa ainda se encontra em processo de finalização, dispomos apenas de alguns resultados parciais e preliminares. Um deles diz respeito às dificuldades escolares com as quais as crianças se defrontam no retorno. É em relação à escola que se situam as principais queixas ou apontamentos dos pais quanto às dificuldades de adaptação dos seus filhos na chegada ao Brasil. Entretanto, quando a criança ingressa na escola japonesa, a primeira dificuldade de adaptação que se depara é com a língua japonesa. Essas crianças quando retornam ao Brasil ingressam em escolas brasileiras e se defrontam novamente com a dificuldade da língua, que antes era a língua japonesa e agora a língua portuguesa. Surge o sentimento de desamparo, sem compreender o outro e não podendo ser compreendida por esse outro. Portanto, a criança se isola em seu próprio mundo. Os pais consideram a questão da idade de seus filhos relevante para o processo de adaptação no país. Na criança pequena as dificuldades de adaptação são menores, do que em crianças que já que ingressaram na escola e passaram por alfabetização. Conclusões: Em decorrência das crises políticas e econômicas no Japão, muitos dekasseguis estão retornando para o Brasil com sua família. As crianças sofrem bastante, talvez mais do que os pais, a situação de imigração, seja para se adaptarem à cultura japonesa, seja para se adaptarem à cultura brasileira, quando retornam ou quando chegam ao Brasil. A Escola é a principal caixa de ressonância dos problemas de adaptação dos filhos de dekasseguis. O desempenho escolar é o indicador mais alarmante para os pais das dificuldades de adaptação de seus filhos. Basicamente, até o momento foi possível apreender dois entraves principais à adaptação ou à readaptação escolar dessas crianças seja no Brasil, quando retornam, seja no Japão quando chegam com seus pais imigrantes. Um desses entraves, e talvez o principal, é a língua. As diferenças entre as duas línguas, tanto na fala quanto na escrita, representa uma enorme dificuldade para essas crianças.

É na língua que explodem as demais dificuldades como a de relacionamento com o professor e com os colegas. A língua estrangeira coloca radicalmente a barreira para a integração, para o domínio de outra cultura completamente diferente. A língua incompreensível mobiliza o sentimento de desamparo, de isolamento, de insegurança e de estranhamento. Outro entrave refere-se à organização e funcionamento da escola. As escolas brasileiras e japonesas são completamente diferentes e isso gera outro choque de estranhamento. Enfim, o dilema da criança parece ser o enrijecimento de suas identificações quando se defronta com o estrangeiro, seja esse estrangeiro personificado na figura do Outro representado pela cultura brasileira, no caso das crianças cujos pais retornam ao país natal, ou pela cultura japonesa, no caso das crianças nascidas no Brasil que emigram com seus pais para ao Japão.

Imigração dos nipo-brasileiros ao Japão: como se constituem seus projetos de vida

Renato Yoshio Arai

O objetivo deste trabalho de iniciação científica é investigar a constituição do projeto de vida dos decasséguis (brasileiros que migram para trabalho temporário ao Japão) que retornaram ao Brasil. A partir disso, a pesquisa propõe compreender as perspectivas do projeto de vida dos decasséguis e sua constituição; levantar a qual país este projeto está vinculado e quais aspectos da vida (família, trabalho, estudos) estão envolvidos nesse projeto além de investigar o planejamento e as ações realizadas pelo decasségui para a realização de tal projeto. Dessa maneira, o trabalho relaciona-se com o grupo de trabalho Migrações, Processos Psicológicos e Saúde Mental e o eixo temático Estado, Democracia e Movimentos Sociais, pois produz reflexões sobre o movimento de migração de nipo-brasileiros ao Japão, o qual se constitui num importante movimento migratório, que envolve cerca de 250.000 pessoas e produz importantes reflexos para a vida de tais pessoas e suas famílias. Os fundamentos teóricos utilizados para a pesquisa foram a psicanálise e os estudos interculturais, através dos estudos que envolvem a transmissão psíquica intergeracional e a constituição da identidade nos decasséguis, desde a sua vida no Brasil e ao se depararem com a sociedade e cultura no Japão, respectivamente. Trata-se de uma pesquisa qualitativa exploratório-descritiva. Foram realizadas entrevistas semidirigidas com 04 decasséguis que residiram por pelo menos 02 anos no Japão, com idades entre 20 e 30 anos. As entrevistas foram realizadas com 03 decasséguis do sexo masculino, com idades entre 25 e 26 anos e uma do sexo feminino, com 20 anos de idade. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente serão transcritas na íntegra. Os dados serão analisados de acordo com a análise de conteúdo, levando em consideração as regularidades e peculiaridades dos

discursos. O campo escolhido para as entrevistas foi no município de Araçatuba-SP. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Assis (Protocolo 09960912.2.0000.5401). Na análise das entrevistas pode-se observar que o principal motivo da imigração ao Japão foi a questão financeira, focada no ganho rápido e uma boa remuneração financeira, que à época não era acessível no Brasil para a maior parte de sua população. Todos os entrevistados pretendem constituir seus projetos de vida no Brasil e apesar das críticas ao país de origem, esperam obter sucesso e consideram o país como a terra natal. O principal foco dos projetos de vida dos entrevistados é o financeiro, ou seja, a obtenção de sucesso financeiro. Tal sucesso nem sempre está relacionado a uma profissão específica, mas principalmente ao empreendedorismo, uma vez que a principal preocupação refere-se ao financeiro. Um dos motivos que justificam tal procura pode ser a importância em auxiliar a família, que seria uma forma de gratidão a todos os sacrifícios realizados pelos pais. Em segundo plano aparecem projetos relativos ao estudo, seguido pela constituição de vínculos e família. A importância atribuída à questão financeira na vida dos entrevistados pode ser compreendida através da constituição do ideal do eu familiar de tais pessoas. Para as famílias nipo-brasileiras, fundadas pelos imigrantes japoneses, a luta pela realização do sucesso financeiro foi o principal objetivo que motivou a emigração e mesmo com o estabelecimento de tais famílias no Brasil, esse ideal nunca deixou de existir. Inclusive, é o motivo que tem levado grande parte da população nipo-brasileira a emigrar temporariamente ao Japão. Além disso, apesar de apontarem seus projetos de vida relacionados à permanência no Brasil, todos os entrevistados referem que o Japão continua como uma opção caso seus planos sejam frustrados. Ou seja, não descartam a possibilidade em retornar àquele país caso seja necessário acumular um ganho novamente. Aliás, fica evidente no discurso dos entrevistados, a importância da questão do hibridismo identitário na constituição de seus projetos de vida, pois apesar de apontarem o Brasil como sua terra natal, o Japão surge como um lugar seguro, organizado e no qual sentem segurança com relação ao ganho financeiro, ao contrário do seu país de origem. Porém, quando indagados a respeito do retorno ao Brasil, a maioria relata que o mesmo foi motivado devido à saudade e ao sofrimento causado devido à árdua rotina de trabalho caracterizado pelas extensas cargas horárias de serviço e ao preconceito da sociedade japonesa em relação aos imigrantes, perpassado pela falta de domínio do idioma japonês, que acaba dificultando uma relação de diálogo entre os decasséguis e os japoneses, que por sua vez retornam ao Brasil para se sentirem mais acolhidos. Apesar de todo o sofrimento envolvido durante a permanência no Japão, os entrevistados consideram a experiência válida, mesmo que

ainda não tenham atingido os objetivos traçados e apresentem dificuldades na vida social devido a todas as rupturas de vínculos vividos durante os anos que viveram temporariamente em outro país.

Jovens que migram, jovens que morrem: inscrições de subjetividade em cruzes das estradas do Sertão

Vanessa Souza Eletherio de Oliveira, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Este estudo se situa no campo da Psicologia Social e compõe o projeto de pesquisa: "Biopoder, gênero e pobreza: a regulamentação da morte e as práticas de resistência no Sertão de Pernambuco", financiado pelo CNPq. Propomos uma análise das cruzes construídas na PE-365 do município de Santa Cruz da Baixa Verde-PE como inscrições de modos de vida e de morte de jovens rurais que migram do Sertão para São Paulo ou Mato Grosso em busca do corte de cana-de-açúcar. Partimos de dois pressupostos teóricos fundamentais: 1) as cruzes operam um modo de ver e fazer ver a morte no Sertão; 2) as diversas estratégias do biopoder acionam diferentemente homens e mulheres rurais sobre seus processos de subjetivação. As cruzes das estradas são compreendidas como formações históricas que se referem a inscrições de subjetividade na dimensão de saberes-poderes. Os processos de subjetivação são entendidos como dobra (DELEUZE, 2005a), o que permite pensar em dois aspectos fundamentais: primeiro, as múltiplas subjetividades como um campo de forças e de agenciamentos entre homens e mulheres rurais e as cruzes em estradas do Sertão; e, segundo, como possibilidade de um si mesmo que se transborda, que é poroso e fragmentado e que, por isso mesmo, constitui uma possibilidade de resistência sobre um dispositivo biopolítico da morte no Sertão. A principal indagação é como as produções de subjetividade alinhavadas à construção das cruzes das estradas atuam como elementos de modos de existência de homens e mulheres rurais que resistem ao dispositivo biopolítico da morte. A perspectiva teórico-metodológica que orienta a pesquisa se baseia nas reflexões de Foucault (1993; 2005; 2008) sobre biopoder e biopolítica e nas contribuições de Deleuze (2005a; 2005b) sobre a noção de dispositivo. Foram realizadas 38 entrevistas audiogravadas, das quais oito enfocaram o tema das cruzes e dos processos de subjetivação. Diferentes interlocutores participaram da pesquisa, como familiares responsáveis pela construção de alguma cruz na estrada, pessoas que moravam próximo às cruzes e motoristas profissionais. Para os fins desse trabalho, destacamos as narrativas produzidas junto aos motoristas, pois eles facilmente referiram a causa das mortes nas estradas aos homens jovens rurais. Os jovens seriam os responsáveis pela maioria dos acidentes, na medida em que

dirigem motocicletas em estado de embriaguez. O argumento central é que os homens jovens migram para São Paulo ou Mato Grosso para o corte de cana-de-açúcar e, ao retornarem para Santa Cruz da Baixa Verde, investem seus recursos na compra de motocicletas, bebidas e festas. De modo que os jovens rurais são culpabilizados por dirigirem suas motocicletas embriagados para festas nos municípios vizinhos. Foi relatado também que as mulheres não entram no circuito migratório para o corte de cana, permanecendo mais no próprio município para desempenhar atividades na agricultura familiar. Sobre isso, um apontamento possível é que a organização social dos circuitos migratórios parece conferir diferenças nas formas de vida e de morte de homens e mulheres rurais. Por fim, consideramos que a presentificação de cruzes referentes à morte de homens jovens aconteceram ao mesmo tempo em que suas mortes foram obscurecidas por uma narrativa que naturaliza seus acidentes. As narrativas produziram histórias carregadas de preconceito de classe e geração: como as narrativas que implicam os jovens ao mal uso do dinheiro que ganham; ao não respeito do código de trânsito; ao desconhecimento e imprudência ao pilotarem suas motocicletas. Com isso, narrativas que naturalizam a morte dos jovens rurais simultaneamente excluem os demais acidentes e silenciam a respeito da omissão do poder público quanto às precárias condições da estrada, à inexistência de sinalização e à ausência de grades de proteção e acostamentos nos trechos onde ocorrem mais acidentes

Mulheres em situação de refúgio: experiências de campo no Brasil e na França

Cécile Diniz Zozzoli

Apesar da oferta de diversidade proporcionada pela globalização, pode-se dizer que, em grande parte dos casos, são seus efeitos perversos que, geralmente, mobilizam a migração. Desse modo, a migração está relacionada à desigualdade social e pode representar o processo de exclusão/inclusão social. Nesse contexto, as mulheres em situação de refúgio se destacam, apresentando especificidades e novos elementos de análise e interpretação, apesar de não estarem isoladas ou desconectadas dos processos migratórios mais amplos. No que se refere às repercussões sociais e subjetivas da condição dessas mulheres, a situação já se anuncia complexa e diversificada. Além dos problemas comuns aos outros migrantes, os solicitantes de refúgio e refugiados podem se deparar com uma carga de dificuldades adicional relacionada às circunstâncias que forçaram o seu deslocamento e às condições do local de acolhida. Além disso, se os migrantes em situação de refúgio já são um grupo geralmente vulnerável nas sociedades contemporâneas, quando a análise se restringe às mulheres, tem-se um grupo que

pode ser caracterizado como duplamente vulnerável, considerando a exploração específica que faz parte da história das mulheres em algumas sociedades. Entretanto, se por um lado, o processo de refúgio pode acarretar dificuldades e um intenso sofrimento para a mulher, por outro lado, ele pode significar também uma conquista pelo afastamento de uma situação que, anteriormente, era um risco em potencial a sua vida e possibilitar ainda a formação de novos vínculos. A compreensão da mulher refugiada de maneira vitimizada, passiva vai de encontro à concepção ativa de sujeito, à noção de sujeito como potencialidade, que está nas bases do trabalho apresentado nessa exposição. À luz da Psicologia Sócio-Histórica (VIGOTSKI e SAWAIA) e de sua articulação com a filosofia de Espinosa, dos estudos sociológicos sobre vínculos e rupturas sociais (PAUGAM) e dos estudos sobre gênero (SCOTT), desenvolveu-se um projeto de doutorado com o objetivo de investigar a processualidade dos sentidos, afetos e relações da vida no refúgio de mulheres migrantes. Pressupõe-se que a análise centrada na afetividade trará elementos para esclarecer até que ponto as diferentes situações estudadas se orientam em direção ao desenvolvimento ou diminuição da potência de ação, provavelmente, num movimento de alternância entre esses dois polos. Para tanto, busca-se conhecer a história do processo de refúgio; investigar os sentidos que as mulheres têm delas mesmas e os sentidos presentes nas relações com o lugar de origem, com o lugar de acolhida e seus serviços públicos, bem como com as outras pessoas em diversas situações da vida cotidiana; analisar como tal migração afeta as relações familiares e qual o papel que a família ocupa nesse processo; compreender as configurações do preconceito e da discriminação que, possivelmente, são direcionados às mulheres refugiadas; analisar as perspectivas que essas mulheres têm de futuro e seus projetos de vida; e estudar como as questões de gênero relacionam-se com os seus sentidos e afetos envolvidos no processo de refúgio. Para atender a esses objetivos, uma pesquisa de campo está sendo realizada com mulheres que migraram para a cidade de São Paulo (Brasil) e Paris (França) em busca de refúgio. Entende-se que o contato com as duas realidades permite um leque amplo de dados qualitativos que podem enriquecer a análise a partir do destaque das diferenças e semelhanças entre os dois contextos sócio-históricos. As participantes da pesquisa têm sido contactadas a partir de uma etapa inicial de levantamento nas instituições de acolhida aos imigrantes e refugiados das duas cidades e convidadas a participar de entrevistas individuais. Até o momento foram realizadas 17 entrevistas em Paris e 10 em São Paulo. Planejou-se reunir, nesse grupo, mulheres sozinhas, assim como mulheres que imigraram com sua família (filho/s e/ou marido/companheiro, por exemplo) e, paralelamente, mulheres que estão em diferentes momentos do processo de solicitação de refúgio. Todas as etapas da

pesquisa são registradas em diários de campo e gravadas, contribuindo com um material de áudio transcrito. A análise dos dados coletados está em andamento e parte de uma busca das emoções e ideias mais salientes, relacionadas a cada fase da situação do refúgio, relatadas nos diários e nas transcrições. Nessa triagem, os dados são organizados em núcleos de sentido para serem interpretados separadamente e de maneira cruzada. No momento presente, os seguintes núcleos foram definidos: Relações familiares; Relações no e com o trabalho; Relações eletivas (amigos, namorado/companheiro, religião, associações, comunidade); Relações com os países de origem e de acolhida (território e cidadania); Relações de discriminação e preconceito; Relações que envolvem a questão de gênero; Saúde física e emocional; Projetos de Futuro. Para a exposição em questão, o quadro de pesquisa já mencionado e o procedimento de análise (com exemplos de dados selecionados) serão apresentados e discutidos.

O Estrangeiro: posição paradoxal do sujeito

Natália Estelita Vidal Luiz

O convite a uma vida "sem fronteiras" encontra grande ressonância nos meios de comunicação sob diversas formas, como na idéia de "cidadão do mundo" - designação que confere atualmente nome a blogs, ONGs, perfis no Facebook, livros, além de aparecer estampada em diferentes idiomas em milhões de camisetas ao redor do globo, e na fala de inúmeros atores sociais. Mas será mesmo possível termos notícias de um sujeito e de seu legado em qualquer lugar? Será a mesma coisa ocupar um lugar e nele encontrar uma inscrição? Nosso objetivo será o de responder a estas e outras questões na medida em que o Brasil tem se constituído um país de acolhimento para contingentes migratórios de origens diversas nos últimos anos. Paralelamente ao discurso acima, assistimos ao recrudescimento das hostilidades dirigidas à figura do estrangeiro, as quais cada vez mais encontram fundamento em argumentos relativos à segurança nacional, principalmente após os atentados de setembro de 2001 nos EUA. O estrangeiro - notadamente aquele em situação irregular - passa a ser visto como risco em potencial para além do sempre presente argumento econômico, sobretudo por ser um elemento estranho aos valores, práticas, crenças e leis que sustentam uma sociedade. Se intensifica, assim, um processo há muito em marcha: o deslocamento das questões relativas ao estrangeiro da esfera política para a administrativa, supostamente capaz de gerir a cena social segundo o ideal de risco zero, coibindo qualquer "desvio de conduta" em potencial. No entanto, acontecimentos recentes trazem casos de extrema violência perpetrada por estrangeiros considerados "bem assimilados" aos países de destino, como no caso dos irmãos Tsarnaev, envolvidos nos atentados em Boston

(EUA) este ano. Tais casos nos confrontam com as dificuldades relativas ao processo de "assimilação" do estrangeiro – evidenciando o lapso que a psicanálise identifica entre uma tradição meramente comunicada (como a concessão de uma cidadania) e uma tradição efetivamente herdada, ou seja, frente a qual o sujeito encontra um lugar, um ponto de inscrição simbólica frente às novas instituições. Lugar este que se encontrará na estrita dependência de uma sustentação desejante por parte do sujeito. Outra questão que aqui propomos ao debate é a de onde situar os verdadeiros propulsores de nossa (histórica) hostilidade à figura do estrangeiro. Freud a atribuía a uma questão estrutural ligada ao narcisismo – nossas dificuldades em lidar com o que se apresenta como diferente. No entanto, a discussão que empreendemos acima nos permite dar um passo além e remeter essa hostilidade, de fato, a uma questão estrutural, porém que encontra na constituição do sujeito pela ordem significante seu principal ponto de articulação a partir do que traz Lacan em seu recurso à linguística. Em seu seminário de 18 de janeiro de 1961, o referido autor resgata o termo grego dioecisme para qualificar a Spaltung, a divisão que marca a constituição do sujeito, traçando uma analogia entre esta última e à prática grega de dispersão dos habitantes de uma cidade que se buscava exterminar e sua alocação em um campo de refugiados. A Spaltung nos aponta, exatamente, para aquilo de que não queremos (ou não podemos) saber, estando na base do conceito de inconsciente na medida em que decorre do processo de recalque, o qual, em sua acepção no alemão –Verdrängung – traz, exatamente, a idéia de deslocamento, de algo que é retirado de seu lugar original, significando "desalojado", "empurrado para o lado" por estar em dissonância com aquilo que poderia ser aceito pela consciência. Recorrendo à linguística, o que Lacan igualmente evidencia é que o sujeito se constitui por uma escrita estrangeira – seja na medida em que, em relação à mesma ele não ocupa uma posição de mestria, de comando, seja porque desta escrita algo permanece "de fora", impossível de ser assimilado ainda que repercuta em sua estrutura. Nesse sentido, o estrangeiro (as diversas formas que ele pode assumir na contemporaneidade - refugiado, imigrante, apátrida, etc.) colocaria em evidência a impossibilidade em jogo tanto na constituição do sujeito quanto nas montagens institucionais de que este se vale para a vida em sociedade. Questão esta dissonante com uma configuração do laço social que busca se alicerçar na completude, na consistência – do saber, das instituições, das políticas públicas – de modo que nada seja deixado "de fora". Assim, diante desta figura, seríamos confrontados com o que há de mais próximo e que, paradoxalmente, nos torna a todos estrangeiros em nossa própria morada, nos convocando, para além da impossibilidade de tudo dizer (de modo algum exclusiva do estrangeiro) a um trabalho ético de sustentação e inscrição do laço social a cada vez.

Subjetividade e migração: uma abordagem intercultural profunda a partir das migrações brasileiras

Sylvia Duarte Dantas

A partir de estudos de campo com famílias brasileiras imigrantes nos EUA e Japão, pesquisas de intervenção psicossocial realizadas na Universidade de São Paulo com imigrantes no Brasil, brasileiros descendentes de imigrantes, retornados e potenciais emigrantes abordamos as implicações psicológicas do contato entre culturas. Desenvolvemos um modelo de compreensão intercultural psicodinâmica das significações emocionais do deslocamento, e do mundo intersubjetivo possibilitando compreender o impacto psicológico que os contatos suscitam indicando a importância desse perspectiva para fenômeno cada vez mais presente nas sociedades atuais.

Trajetórias Sócio-Ocupacionais de brasileiras/os retornados da Europa Ocidental

Laila Priscila Graf, Maria Chalfin Coutinho

Este trabalho apresenta uma parte dos resultados de uma tese de doutorado focado na temática das migrações internacionais, mais especificamente, nas trajetórias laborais de brasileiros/as migrantes e retornados da Europa Ocidental. No auge da crise econômica brasileira, a partir da década de 1980, um grande contingente de brasileiros/as atravessou fronteiras em busca de melhores oportunidades nos países de economia central. Muitos brasileiros de regiões empobrecidas, com poucas possibilidades empregatícias, foram em busca de oportunidades de trabalho e renda nos mais diversos países, mesmo sem conhecer o idioma estrangeiro, o território e os habitantes. Este movimento foi chamado de fluxo, que teve acréscimo significativo a partir dos anos 1980, ocorrendo diversas modificações na vida destas pessoas, de suas famílias e nas cidades de origem, como nas sociedades de destino. No entanto, a partir de 2007 foi possível acompanhar outro movimento migratório, o retorno de brasileiros/as migrantes para o Brasil. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em relação ao Censo 2010, registrou o retorno ao país de mais de 174 mil brasileiros entre 2005 e 2010. Esses retornados também passam dificuldades em se restabelecer no Brasil, pois neste regresso há uma perda referente aos acontecimentos cotidianos ocorridos no local de origem, como o sofrimento da readaptação. O processo foi chamado de “volta para casa” sendo considerado um novo movimento da migração, chamada popularmente como uma “nova migração” e não pode ser considerado simplesmente um retorno. No relato das pessoas retornadas é possível compreender como ocorre um “estranhamento” direcionado aos familiares, comunidade e aos

lugares, também indicando um sofrimento neste processo. Diante deste contexto, esse trabalho visa relatar um caso de um brasileiro sobre seu processo de movimento migratório e suas relações laborais, de saída e regresso ao país. Para esta investigação foi empregado o procedimento de pesquisa qualitativa, sendo um estudo exploratório, na qual foi efetuado duas entrevistas com um sujeito sobre a trajetória sócio-profissional do mesmo. A entrevista foi gravada e transcrita, tendo o material analisado com categorias discursivas, a partir dos estudos do Construcionismo Social. O caso investigado foi de Guilherme, idade 26 anos, solteiro, sem filhos, escolaridade superior completo em Gastronomia. Residiu na cidade de Londres, Inglaterra, por dois anos, com o visto de Estudante Internacional, entre agosto de 2008 a agosto de 2010. Efetuamos duas entrevistas com Guilherme, a primeira foi em Londres, em julho de 2010 na empresa hoteleira que ele trabalhava e a segunda em maio de 2012 no Brasil, um ano e nove meses após o regresso do mesmo. Guilherme trabalhou no exterior durante todo o período de residência, conciliando atividades laborais com o curso de Inglês para estudantes estrangeiros. Quanto ao motivo de ir residir no exterior, assinalou que desde sempre lembra te ter interesse. Ao final da graduação em Gastronomia, concorreu e ganhou um concurso de confeiteiro de pães em Portugal onde efetuou um curso de uma semana levando sua mãe de acompanhante. Foi a sua primeira viagem ao exterior, juntamente com a primeira de sua mãe. No final da faculdade, procurou emprego no interior de São Paulo, onde seus pais residiam e encontrou dificuldades, pois segundo seu relato, as remunerações oferecidas eram insuficientes e tendo uma amiga, colega de faculdade que estava morando em Londres, pensou juntamente com o incentivo dela, em ir também. Essa amiga lhe indicou os passos para conseguir o visto de estudante, conseguir a matrícula em uma escola de Inglês como o recepcionou em Londres, o ajudou com moradia e trabalho. Guilherme trabalhou todo o período de residência no país de destino, como atendente em um café da manhã em um hotel, com vinte horas semanais, também atuou na limpeza e conservação de escritórios, como por último, recepcionista de hotel. No regresso, Guilherme não pretendia retornar ao país, o fez por falta de documentação para permanecer no destino, conseguiu um trabalho em um restaurante em um hotel, conseguindo promoção em menos de um ano de trabalho, mas seus objetivos eram regressar a Inglaterra, com documentos de cidadania Italiana que estava pleiteando. O estudo de caso efetuado aqui, enfocado de modo exploratório, lança alguns indicativos quanto à realidade de trajetória vivenciada por deste sujeito. Primeiramente indica a dificuldade de ingresso no mercado de trabalho brasileiro com remuneração satisfatória, um dos motivos que lançou Guilherme para a residência no exterior; os trabalhos efetuados em Londres não eram compatíveis com sua

formação em nível superior, mas pelo menos no hotel, estava relacionada com sua área de formação, bem como a dificuldade do mesmo em permanecer no país estrangeiro for falta de documentação e mesmo conseguindo um emprego na área no Brasil, procurava retornar a Europa para ampliar sua qualificação profissional e, posteriormente, assumir outros cargos na sua área, como professor de gastronomia. A análise das trajetórias possibilita compreender as especificidades do processo migratório, os percursos laborais, idas e vindas do processo de inserção laboral. Bem como os movimentos dos sujeitos, como os interesses e objetivos que se modificam a partir das atividades e vivências laborais no exterior e no mercado de trabalho brasileiro no regresso.

Vulnerabilidade e afrontamento do HIV/AIDS no contexto da imigração na Epanha

Airton Pereira do Rêgo Barros

Este trabalho é resultado da tese sobre vulnerabilidade e afrontamento do HIV/AIDS no contexto da imigração, realizada na Universidade de Valencia, Espanha. O estudo consistiu na análise dos discursos de imigrantes soropositivos e profissionais de ONGs, hospitais, centros de saúde, associações comunitárias que trabalham com pacientes HIV positivo e imigrantes, na cidade de Valencia. O estudo teve como objetivo geral analisar os fatores psicossociais associados à vulnerabilidade e afrontamento do HIV/SIDA em imigrantes a partir das experiências desses profissionais e pacientes. Os objetivos específicos foram: analisar as representações sociais do HIV/AIDS em imigrantes; identificar os fatores de vulnerabilidade a infecção para estes grupos; entender como ocorre o processo de afrontamento do HIV/AIDS em imigrantes e analisar como as diferenças culturais influem nos fatores de vulnerabilidade e no afrontamento. Foram utilizados dois procedimentos qualitativos para a coleta de informações: Entrevistas em profundidade (EP) e Histórias de Vida (HV). As informações foram analisadas a partir das técnicas de Análise de Conteúdo Temático e de Análise do Discurso. Os resultados das EP evidenciaram 3 categorias empíricas: Perfil de HIV / AIDS em Imigrante; afrontamento do HIV/AIDS; imigração, crise econômica e HIV/AIDS. Finalmente, as Histórias de Vida destacaram os temas: HIV/AIDS e imigração; prostituição e imigração; vulnerabilidade feminina ao HIV/AIDS; afrontamento do HIV/AIDS; imigração e resiliência; vulnerabilidade social, HIV/Aids e apoio social. Verificou-se que as representações sociais de imigração foram objetivados a partir da concepção estereotipada dos imigrantes, da imagem e da descrição dos mesmos, como também, do preconceito e da a rejeição desses grupos. O HIV/AIDS foi associado pela maioria dos imigrantes a a idéia da morte, a prostituição, a

pobreza, a exploração do trabalho e a ilegalidade. O apoio social e familiar, o nível de informação, as diferenças culturais, a importância do diagnóstico e tratamento adequado, assim como os fatores subjetivos foram evidenciados como os principais aspectos relacionados ao afrontamento do HIV/AIDS. Neste sentido, concluiu-se que a imigração é um fenômeno que ainda representa um desafio para a sociedade espanhola, como também observou-se uma grande influência atual da crise econômica no aumento da vulnerabilidade social e dos processos de exclusão vividos por coletivos de imigrantes. Também ficou evidente a susceptibilidade de alguns grupos de imigrantes, especialmente os mais marginalizados, a infecção por HIV / AIDS.

GT 19. MOVIMENTOS SOCIAIS E ESTADO BRASILEIRO

Análise da ideologia capitalista na relação entre os movimentos sociais e Estado brasileiro

Nadir Lara Junior

Neste trabalho iremos apresentar alguns dados de pesquisa que realizamos nos últimos anos acerca da relação entre movimentos sociais e Estado brasileiro. Tomamos como referentes analíticos autores da Psicologia Social e Ciências Sociais que estudam movimentos sociais, assim como autores que estudam ideologia como Louis Althusser, Slavoj Zizek. Baseados nos dados levantados nessas pesquisas, vamos refletirmos sobre a relação entre movimentos sociais e Estado, partindo historicamente do período do governo Lula até os dias atuais. Esses argumentos apresentados irão nos trazer historicamente como os movimentos passaram a participar do Estado e como essa relação desencadeou nas manifestações de junho de 2013. O objetivo deste trabalho, portanto, será compreender os processos ideológicos presentes nessa relação entre Estado e movimentos sociais. Para isso, tomaremos a palavra engodo, especialmente para entendermos como os sujeitos são atraídos pela ideologia capitalista operante em nossa sociedade. Essa palavra servirá como uma categoria para entendermos uma construção discursiva que garante o pleno êxito dessa ideologia. Nessa lógica, o engodo se torna o referente identificatório na sociedade capitalista e com isso cada vez mais ele se torna regra nos processos de sociabilidade. Todos sabem que é de suma importância a participação dos movimentos sociais na construção do Estado brasileiro, especialmente na formulação das políticas públicas, que servem como uma espécie de segurança legal para que uma causa possa ser implementada pelo Estado. Podemos dizer tranquilamente que muitas políticas públicas só existem no Brasil por força popular. Ex. políticas públicas de saúde mental, HIV/AIDS,

educação etc... A consequência da aprovação desas políticas, foi a institucionalização dos movimentos. Uma vez institucionalizados esses movimentos passaram a se organizar segundo as normas propostas pelo Estado (estabelecimentos dos fóruns e assembleias), que por sua vez patrocinava financeiramente esses encontros, com isso as agendas dos movimentos passaram a receber influências dos funcionários do Estado que lançavam suas necessidades e acabavam pautando as discussões em muitos desses grupos. Nesse "rendez-vous" dos últimos anos entre Estado e grandes grupos econômicos, os ex-militantes passaram a sentir os reflexos de pertencer a 6ª economia mundial e por isso muitas pautas dos movimentos sociais passaram a ser presididas por eles que começaram a ganhar alguns benefícios (status, bons salários, poder) em defender os interesses do Estado (ou do partido que está no poder), para isso eles passaram a se intitular "nós-do-governo" somos amigos do movimento. Ao se colocarem assim, buscavam conseguir a confiança dos movimentos para que esses não se mobilizem contra o Estado, garantindo assim uma governabilidade sem oposição. Nesse engodo, o movimento que se declarasse contra o Estado se declararia contra os seus próprios "amigos", agora intitulados como: "nós-do-governo", portanto um traidor. Destacamos o significante: nós-do-governo: isso nos remete a duas ideias: nós como pronome pessoal, que leva a ideia de um grupo de pessoas que pertencem ao governo; e o "nós" como uma amarração, neste caso nos remete a ação do governo em amarrar os militantes. Diante disso, no perguntamos: Quais seriam esses "nós"? Pensamos que esses "nós" funciona como engodo, tanto usado na primeira pessoa do plural, dando ideia de grupo, quanto usado como um "laço" social para capturar a oposição e torna-lo presa sob esse ardil. Aquele que era a presa a ser conseguida passa a se achar o embusteiro, pois ganha a falsa lisonja de ser "nós-do- governo", segundo Lacan função dada ao mestre – governar e gerir os corpos. Até Junho de 2013, tínhamos esse cenário desenhado. Sindicatos, partidos e os principais movimentos sociais brasileiros presos aos "nós-do-governo". Pouca oposição e com isso abriram-se brechas para que políticos se afundassem em desmandos e escândalos de corrupção. O início da copa das confederações marcou o início das atividades da copa do mundo e as melhorias prometidas aos cidadãos nas grandes cidades não aconteceram. Poderíamos somar outros vários motivos, mas a gota d'água foi o aumento das passagens dos ônibus. Nesse cenário, os jovens proclamando-se sem representatividade de partidos políticos, centrais sindicais, ou grandes movimentos sociais tomaram as ruas, inicialmente em Porto Alegre e depois São Paulo e Rio de Janeiro e por fim outras capitais e cidades do interior do Brasil. Hoje estão nas ruas à esquerda e a direita buscando novos adeptos. Com isso forçadamente as fronteiras políticas precisam ser reativadas novamente.

Atuação psicossocial e articulação política da população de rua em Natal/RN

Maria Clara Lira Bezerril, Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Carmem Plácida Sousa Cavalcante

Historicamente o Brasil foi sendo constituído por práticas violadoras de direitos desde a sua colonização, gerando até os dias atuais violências que se desenvolvem no espaço da vida em sociedade, apresentando esta, na contemporaneidade, cenários; situações e multiplicidade de relações que se estabelecem e se desenvolvem em constante movimento; reforçando uma cultura de preconceitos, de culpabilização e criminalização. A População em situação de rua dentro desse contexto pode ser vista como uma das expressões mais perversas da "questão social", por fazer parte, segundo Moscovici (2003), de uma representação determinada, tipificada e compartilhada pejorativamente pela sociedade que é parte de um sistema opressor, onde os sujeitos são responsabilizados pela vulnerabilidade social em que se encontram, vivenciando-as como "pena de vida". Além disso, o Estado brasileiro apresenta uma dívida histórica com essa população, uma vez que as políticas sociais voltadas especificamente para a População de Rua só foram instituídas a partir do ano de 2009. As pessoas que vivem em situação de rua são uma parcela da população que se encontra em condição de extrema vulnerabilidade social, expostos a diversas violências e violações de direitos, que incluem desde a falta de acesso aos direitos básicos de moradia, alimentação, segurança, entre outros, ao preconceito, à falta de atendimento adequado em hospitais, delegacias e serviços públicos, até a tortura e aos homicídios, vivenciando verdadeiros processos de criminalização e extermínio. Diante desse grave cenário, o presente trabalho tem como objetivo apresentar e discutir acerca da aproximação e atuação do Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH/UFRN) com a população em situação de rua na cidade de Natal-RN, considerando os desafios existentes para o estabelecimento e avanços das políticas já conquistadas e principalmente enquanto parceiro e articulador do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR) em Natal. O CRDH/UFRN é um projeto de extensão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República executada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que realiza atendimentos jurídicos e psicossociais, tanto individuais quanto coletivos, às vítimas de violações de direitos humanos, sobretudo nas áreas da infância e adolescência, população LGBT, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas que vivem em acampamentos e assentamentos e população em situação de rua. Além dos atendimentos, o CRDH busca realizar ações de caráter político, como eventos públicos de discussão acerca de temáticas relativas aos direitos humanos. No primeiro ano de execução do CRDH/UFRN os atendimentos e ações

relacionadas à população de rua tiveram grande destaque, o que fomentou a criação de um núcleo temático voltado exclusivamente para essa população dentro do projeto. Nesse sentido, sugere-se a inclusão desse trabalho no GT "Movimentos Sociais e Estado Brasileiro", uma vez que pretendemos discutir o papel da população em situação de rua organizada enquanto movimento social e os avanços conquistados a partir de tal organização e consequente exigência da criação e efetivação pelo Estado de políticas sociais voltadas para esse segmento. Como referencial teórico e metodológico para a execução das atividades junto à população de rua utilizamos o materialismo histórico-dialético, que compreende o fenômeno das pessoas que utilizam a rua como principal espaço de moradia e sociabilidade, enquanto uma expressão da questão social e da opressão característica do sistema capitalista, que legitima a meritocracia e desigualdade social. Nesse sentido, o trabalho realizado pelo CRDH junto à população de rua de Natal teve inicio com atendimentos de pessoas em situação de rua usuárias do Albergue municipal, onde percebeu-se a gravidade das demandas dessa população, e a escassez de equipamentos sociais destinados aos moradores de rua (apenas o Albergue municipal, o Centro de Referência Especializada em Assistência Social para a População de Rua e Consultório de Rua). Tais constatações resultaram na proposição e realização do evento "Vivências de Rua: Sou invisível pra você?", onde as pessoas em situação de rua de Natal tiveram contato com a coordenadora do MNPR e iniciaram o processo de organização política. No trabalho junto com a população de rua, a equipe do CRDH vem buscando proporcionar espaços de escuta para as dores e dificuldades dessas pessoas, mas também de direcionamento das injustiças e violências para a participação política, emancipação e luta pela efetivação dos direitos humanos dessa população.

Conselhos de Gestão de Parques: grupos sociais em movimento?

Heloisa Helena Ferraz Ayres, Marta de Azevedo Irving

No âmbito da discussão sobre a participação social em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000) da natureza contribuiu para a constituição de um sistema integrado de Unidades de Conservação (UC's), comprometido com a gestão participativa com relação aos processos de proteção da natureza no país. Para tal, o SNUC prevê os Conselhos de Gestão e o Plano de Manejo como instrumentos norteadores da gestão nas UC´s, que, em princípio, representam mecanismos possíveis para se garantir a participação da sociedade em todos os níveis do processo de gestão. Neste sentido, o presente trabalho identifica-se com as questões apresentadas pelo GT:

Movimentos sociais e Estado brasileiro e, portanto, se vincula ao eixo temático: "Estado, Democracia e Movimentos Sociais", ao buscar analisar, a partir de uma concepção complexa e integrada, a realidade dos Conselhos de Gestão de UC´s, que se encontra ainda distanciada dos compromissos centrais das políticas públicas aplicadas às áreas protegidas, no que tange à participação da sociedade. Estas instâncias se refletem na prática como um requisito legal, e nem sempre estão formatadas para atender às demandas sociais envolvidas. O objetivo do trabalho buscou ampliar a reflexão acadêmica sobre a gestão de áreas protegidas em uma interpretação dos conselhos como campo de interação social. Os Conselhos gestores de UC's considerados lócus de expressão do grupo social em sua complexidade, uma vez que se configuram como vias possíveis de participação social, na gestão pública. E, assim, entendidos como grupos sociais em movimento, "campo de interação entre o individual e o coletivo, espaço dinâmico, de movimento contínuo, de interlocução entre os diferentes atores social". A pesquisa voltou-se para o estudo do funcionamento dos Conselhos de Parques do Rio de Janeiro, o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca, tendo como objetivo a construção de um arcabouço teórico e metodológico para a análise da dinâmica dos conselhos de UC's em uma perspectiva psicossocial da gestão participativa da biodiversidade. Os fundamentos teóricos se basearam no pensamento complexo de Edgar Morin, base filosófica orientadora das discussões ao longo do trabalho; na concepção de grupo social, tendo como ponto de partida os estudos de Lane e Martin-Baró, a Psicologia Social e as principais contribuições teóricas sobre processos grupais, como Lewin, Bion, Sartre e outros, tendo como objetivo o delineamento dos parâmetros conceituais, para o mapeamento e a compreensão do funcionamento desses Conselhos. O caminho teórico-metodológico para o desenvolvimento da pesquisa de campo teve como base a pesquisa–ação e os estudos sobre processos grupais, com o intuito de construir uma pesquisa psicossocial integrada. A pesquisa, então, percorreu as seguintes etapas: a) Visita aos Parques e participação em reuniões dos Conselhos; b)Entrevistas com os Administradores, Equipes técnicas e conselheiros dos Parques estruturadas a partir de parâmetros definidos teoricamente relativa à dimensão individual do grupo; c) Realização de oficinas de autoanálise do grupo em relação ao seu funcionamento frente aos parâmetros definidos teoricamente relacionados à dimensão grupal/social; d) Sistematização dos dados a partir de análises qualitativa (Análise Temática) e quantitativa (frequência); e) Realização de oficinas, sessões coletivas com os atores sociais envolvidos, para apresentação, discussão e balizamento dos dados. A pesquisa trouxe para a cena principal a autoanálise dos Conselhos de gestão de Parques, através de discussões e reflexões críticas sobre seu funcionamento. A partir

dos resultados de análise do processo do funcionamento desses Conselhos, é possível afirmar que o maior desafio dos conselhos dos parques analisados se refere ao próprio exercício da participação, do diálogo, para que estes funcionem efetivamente como arenas democráticas, nas quais todos do grupo tenham voz, explicitem seus diferentes interesses, em um exercício permanente, na construção e revisão contínua dos pactos sociais para sua legitimação e alcance dos objetivos comuns. Apesar dos esforços de alguns gestores públicos, frequentemente, o discurso democrático (expresso em leis e ações governamentais formais para o fortalecimento dos Conselhos) não é acompanhado por uma prática com o mesmo alcance. A condução do processo de constituição e estruturação desses Conselhos encontra-se centrada no poder de decisão dos órgãos públicos administradores da UC. Os resultados indicam um longo percurso para que a gestão pública e a sociedade, representada pelos diversos conselheiros, internalizem os conselhos como instâncias complexas de interação e diálogo social. Para esta mudança são, portanto, necessárias ações e procedimentos construídos, conjuntamente, em uma perspectiva de gestão que implique em investimento do indivíduo e do grupo no processo de reflexão e autorreflexão sobre o seu funcionamento. Assim, pode-se afirmar que a consolidação do Conselho de Gestão, segundo os fundamentos propostos, representa uma possibilidade para o exercício da gestão participativa da natureza, para a construção qualificada da participação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisões e para a construção da parceria Estado-Sociedade.

Construção de lutas políticas na sociedade brasileira: dificuldades e possibilidades da ampliação de direitos democráticos

Frederico Alves Costa

O trabalho tem por objetivo discutir dificuldades na construção da luta política na contemporaneidade brasileira, diante de formas de resistência da hegemonia a outras possibilidades de objetividade social. Desta maneira, buscamos, a partir do diálogo entre a Teoria Democrática Radical e Plural - desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe - e posicionamentos de representantes de diferentes grupos de movimentos sociais, debater dois modos de enfraquecimento da luta política, os quais denominamos de "expansão hegemônica" e "expurgo à diferença". Também buscamos considerar duas possíveis estratégias de luta política de movimentos sociais no interior deste contexto histórico, as quais denominamos: "estratégia de aliança" e "estratégia de articulação". Este trabalho localiza-se, assim, no campo

de estudo dos movimentos sociais, mais especificamente, nos modos de construção da luta política.

Entre o Estado e a política: algumas análises sobre as intervenções realizadas pelo Greenpeace do Brasil e Espanha

Marcela de Andrade Gomes, Katia Maheirie, Marco Aurélio Máximo Prado

Este trabalho, fruto de uma tese de doutorado em andamento, tem como objetivo analisar o Greenpeace e suas possíveis relações com a politização da esfera pública. O Greenpeace é uma instituição do terceiro setor que vem realizando, desde a década de 70, ações que visam proteger e preservar o meio ambiente, defendendo estratégias economicamente viáveis e socialmente justas para a garantia de uma sociedade, cada vez mais, sustentável. A luta ambiental, desde seu início, questiona o modelo vigente que se pauta em princípios como o consumismo e individualismo, em que as relações são mediadas pelo captal encarando a relação entre natureza/cultura de forma dicotômica. Neste sentido, os movimentos ambientais se inserem no campo de disputas políticas reivindicando direitos e transoformações socioambientais. Compreendemos que as ações políticas, sejam elas elaboradas por movimentos sociais, instituições ou outros coletivos são de fundamental importância para visibilizar, questionar e tensionar a ordem vigente, colaborando, dessa maneira, com os movimentos de reflexão, rupturas e críticas necessários para o aprimoramento da democracia. Dessa forma, entendemos que pesquisas sobre as diferentes formas de mobilização coletiva nos auxiliam a compreender as diferentes maneiras com as quais os atores políticos, sejam institucionais ou não–institucionais, vêm elaborando para conseguir conquistar ou garantir os direitos almejados, sejam eles de ordem material e/ou simbólica. Diante das atuais transformações culturais e políticas em nosso sociedade, temos assistido um processo de pulverização e heterogeneização das formas e conteúdos da/na militância presente na contemporaneidade. Neste cenário, pensamos que as contribuições dos estudos da Psicologia Social e Psicologia Política tornam–se mister para construirmos olhares cada vez mais aprofundado sobre estes fenômenos coletivos por, dentre outras razões, se revelarem, historicamente, como poderosos instrumentos de transformação social e política. Diante deste cenário de mudanças, algumas questões têm se colocado em nossa pesquisa e em nosso cotidiano: o que é e quem é o militante hoje? Qual a fronteira entre o político e não–político na atualidade? Quais as formas e estratégias que os coletivos têm buscado para expressar suas reivindicações? Quais as formas de interpelação que vêm estabelecendo com o Estado e sociedade civil? Estes são alguns dos questionamentos que

vêm sustentando a elaboração desta tese de doutorado e que pretendemos abordar, ao menos em parte, nesta comunicação, a partir de uma pesquisa de campo com/sobre o Greenpeace. Teoricamente, recorremos `as teorias dos movimentos sociais, assim como pesquisas sobre ações coletivas e outras formas de participação política que temos presenciado em nossa sociedade. Revisitamos, também, o conceito de estética e política, seus possíveis entrelaçamentos e desdobramentos na contemporaneidade, tendo como base empírica algumas ações públicas realizadas pelo Greenpeace do Brasil e da Espanha. A partir da obra do filósofo Ranciére, temos compreendido a política como o campo do dissensso, em que atores colocam em litígio a ordem vigente e hegemônica, provocando tensionamento no campo das (des)igualdades em que alguns discursos tornam–se vozes e outros ruídos, visíveis e não–visíveis. A partir desta compreensão, buscamos analisar de que maneira a luta ambiental pode ser compreendida como uma luta política, colocando o Greenpeace, em alguns momentos, no lugar de um sujeito político institucionalizado que vem travando tensionamentos e fissuras na arena das lutas ambientais. Por outro lado, também temos compreendido que esta mesma organização é deslocada, em muitos momentos, para um lugar do consenso, principalmente em algumas situações em que é convocada a pensar, dialogar e propor junto ao Estado estratégias e políticas públicas ambientais para o Brasil. Neste jogo de ambiguidades, em que a fronteira do político e não–político se torna dúbia e nebulosa, revelando, conforme Ranciére, o caráter precário de um ato político, pensamos que a compreensão teórica do autor sobre política e polícia vem nos auxiliar a compreender e, talvez, intervir nos atuais jogos e atravessamentos que o cenário político, institucional e não–institucional, vem atravessando, em especial, após entrada de um Governo dito de esquerda em nosso país desde 2003. A partir da coleta de entrevistas com ativistas e funcionários, bem como por meio do rastreamento de ações públicas relatadas pelo site da organização brasileira e espanhola, buscamos analisar as possíveis relações entre a estética e política; problematizar as relações entre o político/não político; política/polícia, tendo como base empírica para análise as relações e interpelações entre Estado e Greenpeace, compreendendo–os como processos interdependentes e não dicotômicos, necessários ao processo de democratização da sociedade; repensar os atuais modelos de militância, principalmente, o modelo de militância que se mistura `a atividade profissional, fenômeno recorrente nesta organização. Por fim, buscamos contribuir com os avanços das reflexões sobre as atuais práticas políticas para, a partir das problematizações das relações entre democracia, Estado, sociedade civil e outros coletivos, podemos construir análises, reflexões e

apontamentos para os processos mobilizatórios políticos, tanto em suas dimensões teóricas, bem como em seus aspectos empíricos.

Gênero e sexualidade na Escola: a gestão de conflitos democráticos via políticas públicas

Igor Ramon Lopes Monteiro, Liliane Anderson Reis Caldeira

O objetivo deste trabalho está voltado ao estudo das desigualdades sociais, mais especificamente às suas estratégias de enfrentamento via construção de políticas públicas. Com recorte analítico centrado nas relações de gênero e sexualidade, além de dar especial relevo ao papel desempenhado pelo movimento feminista e LGBT, pretendemos destacar, de um lado, a função que as normas de gênero têm desempenhado na regulação dos corpos e, de outro, suas implicações na esfera da conquista e implementação de direitos. Ao avaliarmos o campo das políticas públicas, especificamente a existência de normativas e ações que visam a equidade de gênero e sexualidade nas escolas, podemos pensar, em um primeiro momento, que se tratam de instrumentos voltados à correção de desigualdades e, por consequência, que são importantes medidas políticas. Por outro lado, se nos voltarmos à maneira como foram produzidas e são implementadas, verificaríamos alguns limites no seu alcance, há claros distanciamentos entre as demandas do movimento social, o que se propõe no plano legislativo e sua efetividade no cotidiano, denotando-se, por consequência, uma fragilidade em seu potencial transformador. Na abordagem desse fenômeno, além de referencias legais, temos nos valido de debates no campo da Filosofia Política relacionados aos processos de radicalização democrática e aportes teóricos no campo da Psicologia Social, que, nas últimas décadas, tem proporcionado reflexões críticas em torno de uma abordagem sem tradicionais posições dicotômicas entre indivíduo e sociedade. Nesse sentido, menos que a teorias apriorísticas do comportamento político, temos sido instados a ressaltar as dinâmicas e tensões inerentes entre a produção de subjetividades e seus respectivos contextos sócio-histórico-culturais. Nossa investigação tem se voltado a analisar as práticas emancipatórias ou regulatórias perpassadas pelo gênero e sexualidade, buscando-se, a partir disso, extrair significações políticas. De um lado, buscando dar visibilidade às tramas sociais de manutenção das lógicas de subalternidade, temos investigado os processos de normalização dos sujeitos e, de outro, visando avaliar possíveis rompimentos nesse processo, temos nos dedicado a analisar os efeitos relacionados ao reconhecimento de demandas antes impensáveis no campo democrático. Em razão de nossas atividades de pesquisa e extensão vinculadas Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG, temos nos voltado ao papel que as normas de gênero desempenham em nossa sociedade, assim como para

as relações entre movimento social e poder público na inserção das temáticas ligadas à diversidade sexual escolas. Nosso recorte está centrado nas ações destinadas à inclusão de travestis e transexuais nesses espaços e, ainda, na formação continuada de profissionais da educação. Nesse percurso, algumas indagações nos tem sido colocadas: o que significaria a atual assimilação das reivindicações LGBTs nos níveis da gestão pública? O reconhecimento dessas demandas pode ser entendido como uma ação política? Tem propiciado a ampliação dos radicais da democracia? Essas ações propiciam o reconhecimento de identidades antagônicas capazes de romper com lógicas de inferiorização? Metodologicamente, como procedimentos de coleta de dados, adotamos a análise documental e observação participante em conferências públicas e eventos organizados pelo movimento LGBT. No tratamento dos dados, temos utilizado a análise do discurso. Em nossa trajetória de pesquisa, as análises têm nos permitido compreender como determinadas diferenças no plano das sexualidades são, histórica e culturalmente, convertidas em relações sociais de desigualdade e opressão. Via marcadores conceituais como binarismo de gênero, homofobia, sexismo, heteronormatividade e heterossexismo, bem como suas manifestações em níveis individuais e/ou sócio-institucionais, temos ressignificado uma série de fenômenos. De modo geral, temos nos deparado com diferentes lógicas de hierarquização de gênero, assim como suas formas e mecanismos de manifestação, reprodução e/ou atualização. Além disso, de maneira mais específica, nosso aporte teórico tem permitido visualizar como as estratégias da gestão pública podem ser politicamente localizada nesse contexto, é possível se passar da compreensão de uma instituição promotora e garantidora da equidade para entendê-la também em sua função normativa e disciplinadora. As políticas públicas, apesar do seu importante papel político na expansão dos horizontes democráticos, em sua atual gestão tem se mostrado como uma estratégia de enquadramento, redução e neutralização dos conflitos democráticos.

Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Floresta: visibilidade, reconhecimento e protagonismo político

Sara Deolinda Cardoso Pimenta, Manuela de Sousa Magalhães

O presente trabalho tem como objetivo analisar aspectos do processo de construção da identidade coletiva e política de “mulheres trabalhadoras do campo e da floresta”, tomando a realização das Marchas das Margaridas como núcleo de análise dos elementos psicossociais presentes no processo de mobilizações nacionais, ações articulatórias e de relação com o Estado. As Marchas das Margaridas aconteceram nos anos de 2000, 2003, 2007 e 2011 e tem

como um de seus objetivos a negociação com o Estado de políticas públicas para um segmento historicamente invisibilizado e excluído. As mulheres trabalhadoras rurais iniciam sua trajetória organizativa ao final da década de 80, e ao longo dessa recente história, sua luta assume conteúdo político emancipatório fundado na identificação das formas de opressão e exploração como expressões contemporâneas do patriarcado. Em uma agenda política ampla, integram desde o seu reconhecimento como trabalhadoras e o acesso às políticas públicas, ao combate à violência sexual e doméstica, à mercantilização do corpo e da vida, à privatização dos recursos naturais e a crescente pobreza rural promovida pela ação do latifúndio, do agronegócio e das transnacionais, defendendo a democratização do acesso a terra pela reforma agrária, o direito a propriedade da terra, a agroecologia e a soberania e segurança alimentar. Este movimento social é de abrangência nacional, e tem aglutinado um conjunto diversificado de organizações sociais e sujeitos políticos – agricultoras familiares, extrativistas, pescadoras, ribeirinhas, quilombolas e de povos e comunidades tradicionais. A ação política das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, dessa perspectiva pode ser considerada um grande movimento social que se realiza como sujeito e protagonista das políticas de identidade e é por isso que compreende-se que este trabalho se relaciona ao GT 19 - Movimentos Sociais e Estado. O trabalho se relaciona ao Eixo Temático Estado, Democracia e Movimentos Sociais ao focalizar as lutas das mulheres rurais por cidadania integral, civil, social e política num processo de ampliação crescente do exercício do político que coloca em questão os limites da configuração e práticas da política. Como referenciais teóricos, destacamos a construção teórica feminista e da psicologia social e política como orientadores do debate sobre as dinâmicas identitárias num campo de antagonismos políticos, igualdade e diferença, e cidadania integral, ativa e multidimensional. A metodologia da pesquisa social tornou possível a realização deste trabalho, por meio de um tripé constituído por estudos documentais de pautas de reivindicação; observação participante e entrevistas com lideranças dos movimentos de mulheres integrantes da Marcha das Margaridas. Mesmo sendo um trabalho em construção, destaca-se alguns pontos a título de conclusão que apontam: 1) as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta ao conquistarem visibilidade e reconhecimento, o fazem num amplo processo de diálogo entre organizações de mulheres, e dessas com segmentos da sociedade, como organizações urbanas, no interior dos movimentos mistos do campo e com o Estado. 2) “Campo e floresta” é um campo identitário que se revela dinâmico, instável, permeado por tensões que são essenciais à sua sustentação e que deve ser cuidadosamente trabalhado para que não seja homogeneizado pelas formas organizativas, plataformas políticas e pautas de reivindicações. Por se tratar de um campo instável, que se

configura por conflitos e tensões, internos e externos aos movimentos, a construção de agendas comuns requer atenção redobrada para que possam, de fato, se materializar na vida das mulheres trabalhadoras e revelar a pluralidade de sujeitos políticos. Dessa forma, as mulheres trabalhadoras do campo e da floresta reinventam o político através da articulação dos princípios da igualdade e da diferença. 3) Novos e antigos desafios são identificados que demandam a renovação ou reedição de estratégias político-organizativas que são essenciais para o fortalecimento do movimento. O questionamento das antigas estruturas e relações de poder, o trânsito entre a demandas por igualdade e a afirmação das diferenças constroem a dinâmica de criação de sentimentos e laços de pertença, fundamentais para a construção identitária. 4) A visibilidade, o reconhecimento e o protagonismo em âmbito local, nos municípios e territórios, são estratégicos para alterar a composição dos espaços de controle social e traduzir as plataformas políticas em pautas locais a serem negociadas com os governos municipais e estaduais. Por fim, ressaltamos que a articulação das plataformas e lutas das trabalhadoras do campo e da floresta com as plataformas e lutas dos movimentos feministas e também das centrais sindicais, se revela fundamental para a construção democrática da sociedade, para o qual é essencial o rompimento das fronteiras tradicionais entre campo, floresta e cidade. De outra forma não haveria como fortalecer o combate à opressão de sexo e a defesa da autonomia, igualdade e liberdade para as mulheres, tão necessária à condição de cidadania para todos, e, portanto, à democracia.

O movimento de massas na obra de Freud sob a luz do materialismo histórico dialético

Pedro Henrique Chaves Pessanha

Em relação ao GT ‘Movimentos sociais e Estado brasileiro’ este trabalho tem como objetivo discutir criticamente sobre o campo de complexidades engendrado no estudo dos fenômenos coletivos e movimentos sociais, em particular na obra “Psicologia das Massas e análise do Eu” de S. Freud (1921). A luz do Materialismo Histórico-Dialético buscamos realizar uma analise teórico-metodológica da obra de Freud (1921) e suas consequências ético-políticas para a mobilização social e para a democracia brasileira. A orientação deste trabalho se relaciona ao paradigma teórico critico que tem como pressuposto teórico a filosofia Materialista Histórico-Dialética e foi desenvolvida exclusivamente por meio de fontes bibliográficas. Como resultados, podemos constatar que Freud na obra “Psicologia das Massas e Análise do Eu” (1921) considera como principio explicativo dos movimentos de massas a vida mental inconsciente. Para o autor da obra em questão, trata-se de uma infra-estrutura coletiva de

impulsos primitivos, com uma lógica interna própria, universal e a-histórica, próxima a ideia de instinto natural. Freud (1921) compreende que em oposição à massa inconsciente estaria o indivíduo isolado, um 'eu' relativamente despojado de qualquer referência ao 'nós', que teria por excelência a possibilidade de elevar sua capacidade intelectual consciente. Consideramos que ter um conceito psíquico como o de 'inconsciente' como principio explicativo para compreender um fenômeno social se aproxima das correntes filosóficas chamadas idealistas, que de acordo com o Materialismo Histórico é uma compreensão invertida da realidade. A crítica aos aspectos teórico-metodológicos tem consequências ético-políticas e ideológicas. Freud (1921), na obra em questão, desconsidera a desigualdade entre a propriedade e a produção das riquezas materiais e intelectuais. Ou seja, desconsidera a contradição de classes sociais na sociedade civil, assim como sua relação com o Estado. Desta forma a nossa hipótese foi de que as contradições de classes sociais retornam cifradas como contradição entre classes psicológicas, a consciência individual em relação ao inconsciente massivo. A interpretação do papel do 'inconsciente' na obra em questão pode reforçar consequências ético-políticas como o elitismo. Desta forma pode tornar-se 'justificável' e ate mesmo 'desejável' o controle e a manipulação destes movimentos sociais por indivíduos isolados, uma elite dirigente, uma aristocracia ou um Estado nacional. Seja como forem chamados, estes pequenos grupos de indivíduos isolados das massas podem ser entendidos como guardiões da consciência, da identidade, dos valores e tradições que evitariam o rebaixamento da capacidade intelectual e a compulsão a repetição da horda selvagem que provoca violência e crise social, latente em toda formação massiva. Pode-se justificar a tutela dos movimentos sociais pelo Estado e à necessidade deste ser apartado da 'contaminação' pelas pulsões advindas das massas de que o 'igualitarismo' seja sistematicamente realizado. Pode-se ainda justificar ideologicamente uma política de Estado que promova a interpretação patologizante, criminalizadora e deslegitimadora do que em alguns momentos da democracia brasileira - como quando os instrumentos participativos institucionais mostram suas limitações - a mobilização social em movimentos de massa pode ser uma das únicas formas das classes subalternas exercerem poder e interpelar o Estado. Com a promulgação da Constituição de 1988 marca-se a aproximação entre o Estado brasileiro e os movimentos sociais e desde o inicio da década de 1990 marca-se o avanço do neoliberalismo e o chamado 'descenso dos movimentos de massas', que é quando os movimentos não têm grandes conquistas, não se generalizam e os mecanismos de dominação social são efetivos, apesar de se produzirem tensões, funcionam bem, cumprindo o papel de manter a ordem. Atualmente temos indícios de um inicio de reascenso dos movimentos de

massas e consequentemente a reação estatal e midiática que, quando já não podem mais ignorar, podem buscar dividir, cooptar para seus interesses os movimentos sociais em disputa, ou finalmente os patologiza, criminaliza e deslegitima. Neste contexto o uso de certa noção de inconsciente para interpretar os movimentos sociais, análoga àquela desenvolvida nesta obra de Freud (1921), se aproxima da forma com que, de acordo com Sason (2008), a grande mídia nacional se refere aos movimentos sociais de contestação. Os movimentos de massa são associados à 'baderna', a algo arcaico e violento, em oposição aos meios de ação da sociedade 'civilizada', organizada, moderna e tecnológica. Ou seja, os movimentos são 'satanizados' em oposição à legitimação daqueles movimentos vinculados legalmente ou cooptados pelo Estado - como alguns conselhos de direitos e ONGs - ou como os "grupos ou associações estáveis em que a humanidade passa a sua vida e que se acham corporificados nas instituições da sociedade" (Freud, p.9). Portanto, uma análise que dê maior atenção ao principio explicativo material histórico e dialético de cada movimento de massa concreto, assim como ao estatuto epistemológico do 'inconsciente' neste processo, possibilitaria compreender mais profundamente os determinantes dos movimentos sociais em relação ao movimento histórico do Estado Brasileiro contemporâneo. (Apoio: Fapemig).

Participação e conscientização por meio da produção de documentários

Elisa Harumi Musha, Erich Montanar Franco

Os estágios para a formação de profissionais em psicologia têm se apresentado como um importante espaço para a execução de ações que integram ensino pesquisa e extensão. O presente trabalho consiste em um relato de experiência de estágio em Psicologia Comunitária realizada em parceria com a União de Núcleos Associações e Sociedades de Moradores de Heliópolis e São João Clímaco (UNAS). O estágio está sendo desenvolvido junto ao Movimento Sem Teto, integrante da UNAS. Destaca-se a longa trajetória desse coletivo em defesa do direito à moradia que remonta a fundação do bairro em 1970, esta é marcada pela resistência frente à violência dos grileiros e pela afirmação da força da organização de luta popular pela moradia. Estabelecia-se um diálogo de resistência com o poder e um processo de desconstrução de estratégias de opressão que eram percebidas como naturais entre os moradores e o poder público. A principal demanda apresentada pelas lideranças à estagiária em Psicologia Comunitária diz respeito à formação de seus membros para a cidadania. Um dos desafios apresentados é a superação de uma lógica clientelista e individualista que permeia os esforços das pessoas pelo direito à moradia. A adesão ao movimento ainda é pautada, em grande medida,

pelas conquistas individuais. Para tanto, propôs-se a realização de uma oficina de documentário dirigida aos jovens da comunidade, esta tem o objetivo de resgatar e registrar a história social do movimento. O processo de documentação audiovisual será composto por quatro etapas práticas e reflexivas: 1) Problematização da ação mediadora da realidade das produções audiovisuais e da proposta do cinema documentário. 2) Elaboração de projeto de vídeo documentário (delimitação dos objetivos, escolha dos participantes, apropriação dos instrumentos de registro, papel do entrevistador e modo de interação com os entrevistados). 3) Execução do projeto (entrevistas, debate sobre as entrevistas, organização do material e editoração). 4) Apresentação e debate dos vídeos produzidos. A oficina será divulgada em toda a comunidade por meio de panfletos e com apoio da rádio comunitária de Heliópolis. Dessa forma, o objetivo não consiste no simples registro de depoimentos, mas sim, possibilitar que os sujeitos envolvidos assumam uma postura ativa que acompanha o processo de produção de subjetividade por caminhos que buscam a potência e autonomia. Essa metodologia também visa o mapeamento dos afetos, dos conflitos de forças e dos elementos e condições que favorecem os processos instituintes. Assim, a proposta apresentada para o estágio em Psicologia Comunitária tem como centralidade a problematização da luta pela moradia a partir de atividades que instiguem a reflexão e o contato com o material de filmagem. Além disso, a oficina propõe compartilhar com os jovens conhecimentos básicos para a produção de documentários, pois se acredita que a apropriação do uso do recurso do audiovisual pode favorecer a transformação do cotidiano a mediada que há possibilidade para a criação de novas leituras de mundo. Portanto, é importante destacar que o projeto é extensionista e tem caráter educativo (para os membros da comunidade e para a estagiária) e científico à medida que prevê o registro, a análise e a divulgação da experiência proposta.

Pesquisa de Psicologia Social: o desenvolvimento da consciência dos indivíduos do movimento social "Pinheirinho" e as implicações de uma desocupação violenta

Ana Carolina dos Santos Souza, Nilma Renildes da Silva, Julia Bosco Ferreira, Isabela Nogueira Malizia, Alberto Borges Valente Neto

Introdução: O presente trabalho visou a compreensão do desenvolvimento de consciência social e das consequências psicossociais decorridas da desocupação dos moradores do bairro Pinheirinho, localizado na cidade de São José dos Campos, no interior de São Paulo. O Grupo de Trabalho com o qual a pesquisa se relaciona se refere aos Movimentos Sociais e o Estado brasileiro, sendo o foco de estudo as relações presentes entre o movimento pela moradia

Pinheirinho e o Estado, a favor de interesses privados. A teoria utilizada durante todo o processo de pesquisa foi o Materialismo Histórico-Dialético, que explica as contradições da luta de classes, e propõe intervenções para as injustiças sócio-econômicas, que são a essência do capitalismo. A luta dos moradores do Pinheirinho se coloca como combativa a esse sistema perverso. A psicologia Histórico-Cultural, pautada na teoria marxista, traz os ensinamentos de compreensão e análise necessários para a apreensão dos fenômenos ocorridos durante os oito anos que as mais de mil famílias permaneceram ocupando o espaço e também para discorrer sobre a influência da desocupação na consciência dos moradores que a vivenciaram. Analisando historicamente vê-se que habitações irregulares no Brasil, seja nos territórios urbanos ou rurais, decorrem da negligência política em relação aos menos favorecidos e a concentração de terras por parte dos poderosos e influentes, dificultando a inserção dos pobres no espaço urbano. O Pinheirinho, localizado na zona sul de São Jose dos Campos, destacou-se por ser um movimento organizado por moradia que teve vitórias através de suas lutas, como o direito a água e luz, mas também pela população do bairro, devido a sua militância. O Pinheirinho foi brutalmente invadido por policiais para efetuar a desocupação pedida pela prefeitura em janeiro de 2012. Seus moradores, hoje encontram-se espalhados pela cidade mas permanecem lutando por condições justas de moradia. Foram utilizados os estudos de Martín-Baró (1989) e Vázquez (1967), para entender o conceito de violência e seu papel dentro da sociedade capitalista, especialmente quanto à submissão/dominação de uma classe sobre a outra resultando em ações de caráter alienante e explorador das relações humanas. Compreendeu-se que a violência não se limita na força física e na destruição ou desequilíbrio da matéria, mas atinge também a consciência dos sujeitos e em seu ser social, atingindo-os com a finalidade de sujeitá-los às condições estabelecidas pelo dominador, sendo empregada como um instrumento associado aos interesses do polo dominante. Para entender qual o efeito da violência sobre o psiquismo do indivíduo, utilizamos os conceitos de consciência (e sua formação) de Vigotski e Leontiev, como a expressão subjetiva do psiquismo, resultante de um processo determinado pela inserção do individuo na sociedade e por seu contato social. Dadas as condições sociais, o indivíduo apreende a realidade, compreende o conteúdo da consciência social, e elabora isso de modo próprio, de acordo com suas experiências e suas condições próprias de vida, ou seja, de acordo com sua atividade e existência. Objetivos: O presente escrito teve como objetivo analisar como ex-moradores do bairro do Pinheirinho elaboram o conceito de violência, quais foram seus principais prejuízos psíquicos, dialogar com a perda de confiança no Estado burguês de direito, analisar as relações interpessoais que se romperam durante o processo de desocupação, e

identificar os projetos de luta que ainda estão em movimento. Metodologia: Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas que permitiram flexibilidade do entrevistador e do entrevistado em explorar detalhes e dados que julgassem ser relevantes aos objetivos da pesquisa. Participaram 5 (cinco) famílias que moravam no Pinheirinho, e que estavam presentes no momento da desocupação do bairro durante a ação policial para a reintegração de posses. Para análise, foram eleitas 29 categorias que levam em conta tanto os objetivos da pesquisa, quanto aspectos comuns ou considerados relevantes. Resultados e discussão: A partir dos resultados, obtivemos categorias relacionadas à violência física ou moral, perda ou não de contato com amigos, vizinhos ou familiares, preconceito pela situação de morador do Pinheirinho, politização, descrença no Estado, crença no poder do grupo, vontade de voltar à antiga moradia, enfrentamento com a polícia, entre outras. Conclusão: Através da revisão teórica, pesquisa em campo, interpretação e discussão dos dados obtidos, concluiu-se que o movimento de ocupação do Pinheirinho, a sua organização física e política transformou a consciência dos moradores. Bem como através do episódio de desocupação do terreno, onde constatou-se a utilização de violência em suas diferentes formas – física, moral e estrutural – transformando a consciência dos sujeitos acerca do Estado, dos direitos humanos, da mídia e dos movimentos sociais. A realização da pesquisa demonstrou-nos que os movimentos sociais são capazes de promover um salto qualitativo na consciência dos indivíduos que deles necessitam para transformar sua realidade e de como a violência contra o ser social dos indivíduos, sendo usada como um instrumento que os atinge pode influenciar seus conceitos em relação ao grupo e ao Estado.

Relação Estado/Movimentos Sociais: Movimentos Negros e LGBT no Brasil Contemporâneo

Frederico Viana Machado, Cristiano dos Santos Rodrigues

Um dos marcos do processo de redemocratização brasileira, ocorrido a partir da década de 1980, diz respeito à ampliação de fóruns participativos que funcionam, ao menos em teoria, como liames das relações entre Estado e sociedade civil. A produção teórica sobre democracia dentro das ciências sociais tem procurado, desde então, examinar tais inovações participativas, que, ao ampliarem a participação dos cidadãos em processos decisórios, propiciam tanto um re-desenho e ressignificação de instituições políticas tradicionais quanto (re)orienta o repertório de ação e estratégias dos movimentos sociais. O presente artigo, ao escrutinar o processo recente de negociação dos movimentos negros e LGBT brasileiros por maior inclusão junto aos aparatos estatais, visa contribuir para as articulações teóricas sobre o aprofundamento da democracia

vis-à-vis a consolidação de práticas participativas e de intervenção social por atores coletivos da sociedade civil. Assim, investiga-se a interação entre atores estatais e não-estatais à luz de três eixos analíticos – a) igualdade/diferença, b) mudança/estabilidade e, c) conflito/consenso – a partir dos quais discute-se o processo de institucionalização dos movimentos negros e LGBT junto ao estado brasileiro a partir da década de 1990, cujo ápice se dá durante a administração do presidente Lula. Enfoca-se, assim, mecanismos político-discursivos que ora ampliam ora reduzem as oportunidades de acesso institucional de tais movimentos sociais. Metodologicamente, são analisados documentos oficiais e entrevistas semi-estruturadas com militantes direta ou indiretamente envolvidos em órgãos governamentais. A análise e interpretação dos dados ocorrem em três etapas inter-relacionadas. Primeiramente, cotejam-se canais institucionais abertos à participação social, com especial ênfase às Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. A seguir, analisam-se a implementação de políticas públicas e legislações dirigidas às populações negras e LGBT. Finalmente, analisam-se as oportunidades de acesso institucional de militantes oriundos dos movimentos negros e LGBT em cargos e órgãos governamentais, seus impactos na constituição de identidades coletivas dos grupos organizados que interpelam o Estado e nos debates acerca da democratização das relações sociais. As conclusões do trabalho identificam ambiguidades tanto no discurso estatal acerca da democratização das relações políticas entre o Estado e sociedade civil, quanto por parte dos atores dos movimentos sociais que negociam sua identidade política, em relação ao Estado, a partir de processos descontínuos de (in)diferenciação. Tal ambiguidade nas interações sociais entre atores coletivos em espaços institucionais de participação apontam para a necessidade de um entendimento menos linear das práticas políticas contemporâneas em seus múltiplos lóci de ação. No âmbito da sociedade civil observa-se um aprofundamento das hierarquias entre grupos organizados, pois o reconhecimento de identidades coletivas pelo Estado implica na sobrevalorização de determinadas narrativas políticas e, consequentemente, na possibilidade de acesso a recursos, privilegiando aqueles grupos que melhor se adéquam aos requisitos institucionais impostos pela burocracia estatal. Do ponto de vista estatal observa-se certa fragmentação temática na estrutura organizacional e discursiva, diminuindo a efetividade de suas repostas às demandas dos movimentos sociais e, ao mesmo tempo, fomentando práticas discursivas que responsabilizam a sociedade civil pelas impossibilidades de avanço. A institucionalização dos movimentos negros e LGBT aponta elementos centrais para se pensar as possibilidades de acesso à estrutura de oportunidades políticas no estado brasileiro, em que a fragmentação do discurso estatal

encobre, para ambos os movimentos, processos de assimilação dos atores políticos e de regulação da participação social cujos resultados nem sempre são positivos.

"DESCULPE O TRANSTORNO: ESTAMOS MUDANDO O BRASIL": uma análise psicopolítica das manifestações de massa no Brasil 2013

Telma Regina de Paula Souza

"A política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes. É preciso antes de mais nada estabelecer que a cena existe para o uso de um interlocutor que não a vê e que não tem razões para vê-la já que ela não existe. (...) Existe política porque aqueles que não têm direito de serem contados como seres falantes conseguem ser contados, e instituem uma comunidade pelo fato de colocarem em comum o dano que nada mais é do que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e aquele em que não estão, o mundo onde há algo 'entre' eles e aqueles que não os conhecem como seres falantes e contáveis e o mundo onde não há nada." (RANCIÈRE, 1996, P.39-40) Seriam os não contáveis que foram contados nas grandes manifestações de massa que marcaram o mês de junho desse ano ? O que pode significar essas manifestações? Entendemos que elas problematizam a experiência democrática brasileira pós Constituição de 1988, colocando em xeque tanto sua forma representativa, como forma supostamente participativa, instituída em espaços públicos regulados pelo Estado, o que temos discutido enquanto um paradoxo de nossa democracia liberal. Temos estudado, por meio de pesquisas qualitativas, os espaços públicos de "interlocução" do Estado com a Sociedade Civil (SC) organizada e identificado os limites da participação da SC, que figura apenas como estratégia de legitimação sociopolítica do Estado que alarga sua regulação jurídico-política neutralizando as possibilidades de confronto à ideologia neoliberal que lhe dá suporte. A apologia aos direitos civis encobre uma prática antidemocrática que silencia qualquer dissidência por meio de um consenso forjado pelos imperativos técnico-administrativos do aparelho do Estado, centrado no Poder Executivo e respaldado pelo Poder Judiciário. A proliferação da organização de grupos com caráter associativo, que geralmente definem os representantes da SC nos Espaços Públicos, é uma das versões da democracia liberal que se fundamenta na ideia de uma democracia pluralista, na qual os diversos grupos de interesses entram em conflito e negociam influenciando o sistema político, portanto as decisões políticas. Temos observado esse processo sim, mas não como uma forma de participação concreta de indivíduos e grupos na tomada de decisões políticas e sim

como um mecanismo de manter e aprofundar a fragmentação social, condição fundamental para a manutenção da ordem social liberal sem antagonismos que a combatam. Em tese, os canais de participação estão abertos para quem deles deseje participar, mas a disputa pelo poder político, a exigência de uma competência discursiva fundamentada em uma racionalidade técnica, o incentivo à demarcação de particularismos como critério de representação, a burocratização estatal e, principalmente, o caráter autoritário da cultura brasileira, transformam esses canais em retóricas que justificam duas dimensões opostas nas ações do Estado: de um lado sua desresponsabilização crescente com as políticas sociais e, por outro lado, a ampliação de seu controle sobre a sociedade, o que nos permite analisar o duplo sentido do "controle social" tão estimulado nas políticas públicas. Nas ruas pudemos ver o questionamento de nossa democracia e de todas as formas de participação política institucionais. Com uma agenda de demandas amplas, não exclusivamente econômica, as manifestações de massa recentes repudiaram práticas de corrupção históricas, exigindo ética na política, especialmente em relação ao uso do dinheiro público. Em que pese o significado histórico dessas manifestações, que forçaram mudanças na agenda política nacional, foi uma expressão de uma parcela da população relativamente incluída social e economicamente na sociedade brasileira. Foi a expressão de grande insatisfação da classe média ascendente, de jovens universitários que se organizaram por meio das redes sociais, que, mais uma vez, se revelaram como uma poderosa ferramenta para informação e comunicação, portanto, para a mobilização social (CASTELLS, 1999), que só se concretizou devido a uma consciência política reconhecida nas ruas como: "O Brasil acordou". As manifestações evidenciaram uma crise da representação política, uma crise das lideranças, refutando os partidos políticos e todas as formas de política instrumentalizada, ou seja, centrada na razão instrumental. Diante dos impactos na cena política que as manifestações estão produzindo, a consciência política tende a se expandir para outros segmentos sociais que aprovaram as manifestações pacíficas. Para os participantes e apoiadores, o resgate de um sentimento de dignidade pode representar uma real possibilidade de reforma política que extrapole a dimensão institucional. É evidente que serão mantidas as formas de cooptação dos descontentes, o que tem sido uma prática recorrente na nossa democracia participativa.

"Saúde é a capacidade de lutar contra tudo que nos oprime": concepções de saúde no MST

Andressa Bertoncello, Leonardo Rafael dos Santos Leitão

A saúde coletiva como objeto de estudo transversal proposta pelo curso de pós-graduação lato sensu da UFFS articulada à compreensão das concepções de saúde presentes nos documentos do MST, abrangem o tema escolhido para discussão nessa pesquisa. A aproximação com o GT Movimentos sociais e Estado brasileiro justifica-se pelo debate sobre a participação do MST na construção de uma política de saúde específica para as populações do campo. Ou seja, reflete sobre a necessidade de articulação com representantes do estado, afim de não perder um espaço politicamente conquistado. Para além das "amarras" que os Movimentos sociais estão expostos, buscou-se também compreender as articulações internas do MST na área da saúde que atravessam os postulados públicos, apropriando-se do discurso existente ou criando outras e novas formas de vivenciar a saúde na realidade em que estão inseridos. Nesse sentido, esse trabalho traz como objetivos identificar, compreender e analisar as concepções de saúde presentes nos documentos; descrever as ações e projetos de saúde desenvolvidos no MST e publicados nos materiais; e buscar as metodologias orientadoras das produções, projetos e ações de saúde analisados. O caminho metodológico utilizado para responder aos objetivos da pesquisa foi o recurso da análise documental, que se desvela como uma técnica exploratória rica em levantamento de informações e detalhes escritos (manuais, impressos) ou não escritos, como fotografias, cartazes, cartilhas e cadernos ilustrados. É interessante ressaltar que a escolha do método se deve a uma reformulação no projeto inicial, que previa a realização de entrevistas e inserção em um assentamento. Assim, a grande limitação desse estudo reside no fato de analisar apenas os documentos e suas propostas, sem verificar na realidade empírica se aquilo que está se propondo nos materiais ocorre na prática. Apesar desse limite, acreditamos que o produto final não pode ser desqualificado, pois as lacunas presentes aqui são indicativas da necessidade de novas investigações a partir de outros caminhos metodológicos. A pesquisa resgata a importância dos movimentos sociais e da participação da sociedade civil na conquista da saúde como um direito fundamental, expresso na Constituição Federal de 1988. Buscando evidenciar a relevância de estudar a saúde no contexto rural, visto que a população do MST vive na condição de ruralidade, essa investigação também apresenta e discute a política nacional referente à saúde das populações do campo e da floresta (PNSIPCF), bem como a participação dos sujeitos, dentre os quais destacamos a presença do MST, na constituição do Grupo da Terra, responsável pela construção da política. Esse grupo caracteriza-se por ser um espaço de dialogo entre os movimentos sociais e o Governo Federal, que busca oferecer respostas às suas demandas e necessidades em saúde. Ou seja, o processo de construção dessa política, que foi instituída no âmbito do SUS por meio da portaria nº 2.866/2011, teve caráter participativo e

pautou-se nas evidências das desigualdades e necessidades dessa parcela específica da população. A base teórica pela qual os materiais foram analisados é a perspectiva da psicologia social, trazendo para o cerne do debate a questão das identidades coletivas e políticas. O foco nos sujeitos visa uma concepção de saúde referenciada em novos hábitos, costumes e valores. Trata-se de uma visão politizada de saúde vinculada a um posicionamento de reagir diante das adversidades e de superar as condições limitantes. O conceito de identidade auxiliou para a compreensão de que a mudança desejada e expressa nos documentos do MST advém da ideia de constituir uma identificação coletiva, social e política com as causas do movimento. Esse entendimento sobre a construção de uma identidade política pode ser evidenciado na área da saúde quando a ênfase dos documentos é de estímulo a transformação do meio em que se vive. Ou seja, os documentos alertam para a necessidade de reordenar a lógica do meio em que estão inseridos para a efetiva conquista da saúde. A partir da explanação inicial e da análise dos documentos, infere-se que o MST possui uma dinâmica diferenciada de organização, onde a participação dos integrantes do movimento é considerada essencial para a construção de uma concepção própria e de uma vivência diária em saúde. Destaca-se que as concepções de saúde para o MST não são contrárias à concepção de saúde descrita na VIII Conferência Nacional de Saúde (1986) e consequentemente à concepção de saúde adotada pelo SUS na Lei Orgânica de Saúde. Apesar de uma configuração própria de ações e projetos em saúde, o MST posiciona-se de forma favorável ao sistema único e em seus documentos, cursos e capacitações, sempre apresenta o SUS, seu funcionamento e os direitos e deveres da população para que o sistema evolua.

GT 20. O CUIDADO EM SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO

A inserção de familiares no tratamento de pacientes portadores de insuficiência renal crônica

Fernanda Duarte Sousa Hott, Luciana Kind

Este estudo vida discutir conhecimentos e práticas sobre a inserção de familiares no tratamento de pacientes portadores de insuficiência renal crônica, de modo a produzir um relato analítico sobre como essa prática têm sido incorporada em uma instituição privada especializada no tratamento dialítico no município de Belo Horizonte. Como estratégia metodológica, realizou-se buscas em bases de dissertações, teses e periódicos científicos disponíveis na internet e utilização de registros de atendimentos realizados entre o período de dezembro de 2012 á junho

de 2013. observação e relatos de profissionais atuantes em uma clínica especializada em tratamento para portadores renais crônicos. Este estudo se relaciona com o grupo de trabalho "Cuidado em saúde e a construção da participação" por propor uma análise da prática profissional no contexto de saúde e as conexões entre seus usuários, discutindo como tem sido construído esse cotidiano formado pela relação entre profissionais de saúde, pacientes e seus familiares. Tem por objetivo compreender como é realizada a inserção de familiares no tratamento de pacientes renais crônicos e analisar os efeitos dessa inserção. A doença crônica é caracterizada como constante, de evolução lenta, longa duração e geralmente exige um tratamento permanente, sendo necessário a modificação dos hábitos e atitudes do indivíduo. A doença renal crônica (IRC) é uma doença que não apresenta perspectiva de melhora, sendo incurável e irreversível. Os indivíduos acometidos da IRC necessitam realizar sessões de hemodiálise com a frequência e o tempo indicado, além da dependência contínua de medicamentos e atitudes para o controle do peso e obediência as restrições hídricas e alimentícias. Percebe-se uma significativa dificuldade por parte do paciente em aderir às terapêuticas do tratamento devido ao fato de a IRC exigir muito esforço dos sujeitos. Aposta-se então na família para garantir a adesão do paciente ao tratamento. A importância do papel de familiares no tratamento de doenças crônicas, tem sido apontado em diversos estudos, como fator essencial para auxiliar o indivíduo no enfrentamento da doença, encorajando-o a seguir a terapia e aderir corretamente o tratamento. Considera-se que a inserção da família no cuidado do doente renal crônico possibilita medidas de acolhimento e assistência, seja no âmbito emocional, financeiro ou simplesmente acompanhá-lo no itinerário do tratamento. Levando em consideração essa inserção familiar é que se percebe que muitas práticas que modulam o tratamento são postuladas principalmente com o aval e decisão do familiar. A família passa a ter o papel de acompanhar e avaliar o processo de adoecimento de seu membro. Na clínica onde as práticas cotidianas de acompanhamento de pacientes com ICR e seus familiar foram observadas, a inserção da família ocorre desde o momento inicial do tratamento, pois o primeiro procedimento realizado é um acolhimento inicial com o paciente e pelo menos um de seus familiares. Neste acolhimento são transmitidas as informações de como se dará o tratamento, bem como as normas institucionais que deverão ser seguidas, afim de garantir o bom funcionamento da clínica e da terapêutica. Neste momento reforça-se a importância da participação dos familiares em todo o percurso terapêutico do paciente. Capta-se, através da atuação do setor de psicologia, as principais expectativas do paciente e familiar quanto ao tratamento e adoecimento, iniciando o acompanhamento psicológico aos envolvidos de acordo

com as demandas emergentes. Observou-se nas práticas realizadas na clínica que em casos de não aderência ao tratamento ou problemas de ordem comportamental e social, é acionado algum familiar, mesmo se a capacidade da família de cuidar do paciente esteja comprometida, diminuída ou ausente devido a variadas situações de sua trajetória de vida que afetam seus vínculos familiares. Esta decisão é permeada por um conjunto de valores em busca de promoção de saúde e tratamento da doença. Contudo, nem sempre essa intervenção favorece a autonomia do paciente diante dos processos experimentados ao longo do tratamento. A autonomia deve ser pensada não apenas como uma capacidade que o indivíduo tem de decidir sobre suas ações, mas como uma rede construída através das interações e atividades sociais, sendo compartilhada a decisão e execução com o outro. Como horizonte das práticas de cuidado nesse contexto, avalia-se que as práticas profissionais construídas devem considerar as experiências cotidianas de vida e da saúde da pessoa a ser cuidada, proporcionando atuações que vão além de serviços clínicos e médicos, propondo práticas que estimulem a participação ativa do paciente, respeitando suas necessidades culturais e sociais.

A participação das associações de pacientes na construção do conhecimento sobre Saúde

Camila Claudiano Quina Pereira, Mary Jane Paris Spink, Thiago Ribeiro Freitas

O objetivo deste trabalho é discutir sobre a atuação das associações de pacientes para ilustrar a participação dos não especialistas na construção do conhecimento sobre saúde. Nosso argumento é que a formação de coletivos em torno de uma condição biológica contribui para determinada concepção de cidadania e para a prática do ativismo terapêutico, além de estimular a criação de fóruns híbridos que possam romper com a hegemonia dos especialistas nas decisões sobre pesquisa e políticas de saúde. As associações e organizações de pacientes são instituições que ocupam espaços de participação política e de deliberação na arena da saúde e, em alguns casos, emergem como resposta à violação de direitos e a desigualdades de acesso aos serviços. Constituem uma forma importante de afirmação dos problemas de saúde como questão pública, ao mesmo tempo em que aqueles que são afetados por doenças se afirmam como atores coletivos no espaço público. Envolvem as formas habituais de ativismo, como a campanha por um tratamento melhor, a luta contra o estigma, o acesso aos serviços e a incorporação em comunidades. Medeiam relações entre atores heterogêneos na área da saúde, a saber, instituições, profissionais e governantes; envolvem-se em áreas antes destinadas a especialistas, a exemplo das instituições de pesquisa em biomedicina, em saúde pública e as indústrias farmacêuticas; criam plataformas e alianças com o Estado e/ou com a indústria farmacêutica

com o objetivo de aprovar medidas de defesa e apoio aos pacientes ou de lhes permitir o acesso à medicação e facilitar a distribuição dos materiais dos quais os pacientes dependem. Estes coletivos de pacientes têm o efeito de minar o modelo de representações sobre a doença instituído pelo médico, substituindo por um modelo no qual os pacientes formulam seus próprios argumentos e reivindicações. Quando o debate sobre determinada doença é abandonado pelas autoridades em saúde, as associações tem um papel fundamental a desempenhar que é lutar pela legitimidade das questões que estão fora do interesse médico. Neste contexto de participação, emerge a figura do perito leigoque é atribuído às pessoas leigas que estão envolvidas em debates científicos sobre saúde/doença e possuem um know haw que lhes permite dialogar com especialistas e propor temas de investigação. Trata-se de um alargamento dos atores que participam da elaboração e discussão de conhecimentos científicos. Ao desenvolver estas competências, entender a multiplicidade de conhecimento, as divergências e depará-las com sua experiência, o paciente poderá reconhecer os debates e as controvérsias entre os especialistas. Com isso, poderá sair do tradicional modelo passivo, no qual o profissional é o responsável pelas decisões sobre o tratamento, para exercer um papel ativo na constituição de conhecimento sobre sua doença. Ao criar e fortalecer os espaços de participação, as organizações de pacientes sugerem um modelo de parceria que pretende superar os limites entre leigos e especialistas, promovendo uma ciência na qual ambos possam participar ativamente da construção do conhecimento, resultante da combinação entre a experiência do paciente e o conhecimento científico do profissional. Para finalizar, ressaltamos que as associações de pacientes refletem a capacidade de produzir conhecimento acerca da saúde e de intervir politicamente em defesa dos direitos e necessidades dos pacientes. São novos atores democráticos que ocupam espaços legítimos de contestação e que vão compor o cenário complexo no debate sobre saúde.

A participação de usuários de saúde mental na construção de políticas e práticas de cuidado em saúde mental

Carolina Seibel Chasssot, Rosane Azevedo Neves da Silva

Neste trabalho, pretendemos problematizar a participação de usuários de saúde mental na construção de políticas e práticas de cuidado em saúde mental. Partimos de um estudo empírico realizado em 2011/2012 junto ao Movimento Britânico de Usuários de Saúde Mental, que demonstrou como o protagonismo político de usuários no Reino Unido tem produzido efeitos micro e macropolíticos no campo da saúde mental naquele país. Através de entrevistas semi-

estruturadas com 12 ativistas do movimento de usuários, pudemos mapear alguns efeitos da participação na experiência subjetiva do sofrimento psíquico. Identificamos, por exemplo, que o movimento de usuários sustenta-se através de uma rede afetiva, construída através de dispositivos coletivos de ajuda e suporte mútuo em que usuários acolhem a diferença e o sofrimento dos pares. Esta rede também surge como um espaço de reconfiguração do sentido do sofrimento psíquico, pois através de um processo coletivo reflexivo promove-se a ressignificação e a politização da experiência de cada usuário. Desta forma, são identificados os componentes sociais que produzem ou agravam o sofrimento psíquico, desculpabilizando o sujeito e motivando a ação coletiva do movimento em busca de mudança social. Por este processo ser inteiramente protagonizado por usuários, ele é ainda mais transformador para os sujeitos. O encontro com usuários que lideram o movimento, gerenciam serviços e atuam profissionalmente revela para os recém-chegados que uma pessoa com sofrimento psíquico é capaz de ser protagonista na esfera pública, assumindo plenamente seu estatuto de usuário. Isso permite a construção de identidades mais potentes, que não rejeitam o histórico de sofrimento, mas pelo contrário, o incluem e o valorizam. O Movimento Britânico de Usuários de Saúde Mental defende a valorização da experiência do sofrimento psíquico como um saber igualmente válido em relação aos saberes científicos, técnicos ou políticos. É este saber experiencial que legitima as ações do movimento, permitindo que este tenha desenvolvido uma série de experiências de cuidado inovadoras, lideradas por usuários. Além disso, este movimento ajudou a construir um novo lugar social para o usuário de saúde mental, que hoje tem sua participação garantida na gestão do sistema de saúde, na formação de profissionais de saúde mental e até mesmo na produção de conhecimento científico. Certamente, a presença do usuário nestes espaços ainda enfrenta resistências e encontra dificuldades, mas o avanço em termos de envolvimento de usuários com a produção de práticas de cuidado é inegável. A partir desta pesquisa realizada em um contexto internacional, pretendemos debater e problematizar a questão do protagonismo de usuários de saúde mental no Brasil. Autores que têm pesquisado o tema apontam que este é ainda muito incipiente. O envolvimento de usuários sempre foi, por exemplo, uma marca da luta antimanicomial no Brasil, mas dificilmente pode-se falar em protagonismo de usuários, já que as lideranças são exercidas principalmente por trabalhadores de saúde mental. Em espaços de controle social também a atuação de usuários é bastante restrita, embora sua presença faça-se notar. As associações de usuários no Brasil tendem a ser de natureza mista (usuários, familiares e trabalhadores), uma configuração que pode ser problemática, porque parte do pressuposto que os interesses dessas categorias são idênticos, o

que não costuma ser verdadeiro. Alguns autores têm identificado que as relações de cuidado promovidas nos serviços de saúde mental têm um papel relevante para este quadro de fraco protagonismo. Muito pouco se aposta na capacidade de co-gestão dos usuários em relação aos seus tratamentos e à organização dos serviços. Pesquisas recentes identificam que o cotidiano dos serviços de saúde mental no Brasil é permeado por relações paternalistas e de tutela, que ao invés de autonomia produzem dependência e apatia. Argumentamos que o protagonismo político de usuários de saúde mental é um tema que deve ser mais fortemente debatido no campo da saúde coletiva e da saúde mental no Brasil. Não pretendemos fomentar a polarização entre usuários e trabalhadores, mas reconhecer que existem tensões entre estes atores e sustentar que a diferença do usuário possa ter o seu próprio espaço no campo político. Acreditamos que conhecer experiências internacionais pode ser uma forma de fomentar este debate, pois estas evidenciam o grande potencial do saber dos usuários para a criação de estratégias de cuidado humanizadas e efetivas .

Articulando participação e cuidado em saúde no trabalho junto à comunidade travesti

Emerson Fernando Rasera

A comunidade travesti tem como marca o questionamento das normas hegemônicas de gênero e sexualidade e, consequentemente, está sujeita a vários processos de exclusão social que contribuem para elevados índices de discriminação, violência, e agravos à saúde. Apesar de ser um campo ainda pouco explorado pela academia, a literatura da área aponta alguns desafios enfrentados pelas travestis no cuidado em saúde, tanto no exercício do auto-cuidado como na relação com os serviços de saúde. Assim, de um lado, a vulnerabilidade às doenças sexualmente transmissíveis, o abuso de álcool e drogas, e a violência a que estão expostas dificultam o cuidado em saúde. De outro lado, os serviços de saúde estão despreparados para atendê-las, não reconhecendo sua especificidade de gênero, negando o direito ao uso do nome social, e tendo dificuldades de compreender seu modo de vida. Buscando contribuir para o enfrentamento dessa situação, esse trabalho tem por objetivo analisar a construção de uma intervenção junto à comunidade travesti pautada na articulação entre cuidado em saúde e participação social. Esta articulação se sustenta em uma visão integral de saúde em que a promoção da cidadania é um aspecto constituinte do cuidado em saúde. Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma pesquisa-ação, na qual a construção coletiva do conhecimento se dá a partir da ação e reflexão dos envolvidos. Assim, buscaremos descrever a intervenção realizada e seus principais efeitos a partir de nossa inserção e participação. A intervenção tem se desenvolvido em uma

cidade mineira, e envolve, aproximadamente, 60 travestis. Ela tem como objetivo promover a organização das travestis enquanto grupo, para que busquem uma melhor qualidade de vida e o respeito aos seus direitos. As ações junto às travestis são realizadas por estudantes de Psicologia e Medicina, sob a supervisão de um docente. Por meio de um encontro de planejamento semestral conjunto com as travestis é definido um cronograma de ações quinzenais, com a indicação dos responsáveis pelo seu desenvolvimento, num esforço permanente de co-responsabilização entre estudantes e travestis. As três principais formas de intervenção são: as 'oficinas', a 'circulação pela cidade', e a 'mobilização social'. Cada uma dessas ações tem promovido o cuidado em saúde de forma ampla, abarcando diferentes dimensões e pemitindo, ao mesmo tempo, a construção de novos lugares para as travestis no contexto da cidade. As oficinas são organizadas a partir de diferentes estratégias lúdicas e exercícios grupais semi-estruturados, e tem por objetivo promover o diálogo entre as travestis, fortalecendo o vínculo entre elas. Elas podem ser coordenadas pelos estudantes/docente, ou envolver a presença de pessoas convidadas. Elas consistem tanto de palestras ou rodas de conversa, como atividades manuais. Entre os principais temas discutidos estão: prevenção de DST/aids, uso de hormônios e silicone, relações com os serviços de saúde e com a polícia, além de reflexões sobre as relações cotidianas das travestis. Este espaço tem propiciado a análise dos sentidos sobre saúde-doença entre as travestis, a obtenção de informação em saúde, e a construção de estratégias coletivas de cuidado. As ações de circulação pela cidade consistem na incursão do grupo de travestis em locais públicos que tipicamente não são frequentados por elas. Entre os espaços visitados estão museus, parques públicos, cinemas, shoppings e centros de exposição. Além de oferecer um momento de lazer, essas ações permitem um exercício de visibilidade das travestis, inserindo-as no fluxo do cotidiano da cidade e impactando tanto a percepção pública sobre elas como a percepção delas sobre esses locais e as pessoas que aí circulam. Essas ações têm contribuído, potencialmente, para a diminuição da discriminação e da vulnerabilidade das travestis, além de consistirem uma ação de cuidado deslocada dos contextos tradicionais dos serviços de saúde. As ações de mobilização social se dão por meio de reuniões que estimulam a organização social das travestis na luta por direitos. Essas reuniões envolvem a preparação de encontros regionais de travestis, a discussão sobre a representação do grupo em diferentes eventos e instâncias, e o debate sobre ações locais necessárias ao melhor atendimento em saúde, o acesso à educação e a garantia das ações públicas de segurança. Essas ações têm promovido um exercício de cidadania cotidiana e a participação das travestis no controle social, pela denúncia e/ou conquista de seus diretos. A análise dessa intervenção ilustra

a dimensão relacional da saúde, a qual abarca toda a comunidade na qual se está inserida. Ela aponta ainda os efeitos do estímulo à participação na construção do cuidado em saúde, que resultaram no desenvolvimento e transformação da própria comunidade travesti, e na afirmação política da saúde como direito. (PROEXT, CNPQ, CAPES)

Construções cotidianas: práticas de cuidado trigeracionais na saúde masculina

Simone Peixoto Conejo

O que acontece nas práticas de cuidado? Como são organizadas? Hierarquizadas? Como certas práticas se tornam hegemônicas? Quais são os processos psicossocioculturais que envolvem? Em que elas implicam diante das questões que envolvem nossa saúde, nossa convivência cotidiana e nossa História? Quais práticas e conhecimentos contribuem para a consolidação de estados que consideramos saudáveis? Quais os efeitos associados à visão que produzimos? Nosso entendimento sobre nossas práticas é culturalmente situado; ele as determina e as diferencia. O conhecimento de práticas de cuidado e dos sentidos que atribuímos a elas em nosso cotidiano pode auxiliar no questionamento e na descristalização de papeis – de cuidadores, de cuidados, de "descuidados", de especialistas, de cidadãos – e ainda, na obtenção de dados valiosos à promoção de ações de saúde coletiva, especialmente, aquelas conectadas às especificidades das pessoas a quem se destinam. As masculinidades, cada vez mais, são percebidas como culturalmente construídas. Nas discussões que envolvem a saúde do homem adulto, as diferenças simbólicas atribuídas aos gêneros contribuem, muitas vezes, com práticas que levam muitos homens a uma predisposição maior a riscos de doenças, lesões e mortes, independentemente do fator desencadeante. A saúde do homem adulto, em muitos momentos, tem sido pouco considerada. Apesar de convivermos há algum tempo com indicadores que alertam para uma morbimortalidade masculina importante, a saúde integral do homem adulto recebe pouca visibilidade. Somente em agosto de 2009 foi instituída a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem. No entanto, por vezes, não basta disponibilizar serviços ou instituir programas e políticas públicas. É necessário um conhecimento efetivo das possibilidades, peculiaridades e necessidades associadas a um contexto sociocultural que passa continuamente por mudanças. Questões de saúde são diferentes em diferentes momentos. Assim, também é válido ampliarmos nossa compreensão a respeito das dinâmicas e práticas discursivas geracionais, ampliando nosso entendimento a respeito da transmissão de experiências, modos de cuidados, princípios normativos, noções e modos de lidar com vários aspectos do viver, negociados ao longo do tempo. O caminho escolhido percorrerá,

particularmente, reflexões a respeito dos encontros entre as gerações no cotidiano vivido e partilhado das relações familiares. A família pode ser um espaço singular de cuidado, apoio, conversas, escuta, ajuda concreta, aconselhamento ou não; um espaço para sabermos mais a respeito do que acontece nas relações, especialmente as masculinas. Cabe-nos o desafio de indagar sobre os conteúdos, os sentidos e a construção dos discursos e repertórios disponíveis para a reflexão sobre a saúde do homem e, assim, auxiliar no processo de reconhecimento da inserção sócio-histórica que torna possível e/ou delimita as possibilidades de interação relacional e de construção na participação de diferentes atores nas práticas de cuidado. O que conhecemos sobre a compreensão que o homem possui acerca dos cuidados com a própria saúde? Que elementos interferem nas possibilidades de seu cuidado e no cuidado do outro? Quais atores estão envolvidos nas práticas cotidianas? Como se configuram as repetições vivenciadas pelo sexo masculino em diferentes gerações? Como os discursos masculinos são afetados pelo contexto familiar? Hoje, os homens conversam sobre saúde? O que é nomeado como problema? O que ganha visibilidade e o que permanece na invisibilidade em suas conversas? A revisão bibliográfica mostra que temos muito, a saber, a respeito dos elementos que interferem no modo como o homem pode construir e se relacionar com o cuidar de si e do outro. Desse modo, apresentamos este trabalho como um recorte de um estudo de Doutorado focado na ampliação da compreensão de práticas discursivas que ocorrem nas relações intergeracionais sobre o cuidado e as práticas que envolvem a saúde do homem adulto. Desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, do programa de Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no qual adotamos uma perspectiva teórica e metodológica crítica, alinhada a teorizações pós-construcionistas. Utilizaremos Entrevistas Grupais Semiestruturadas e Genogramas com avôs, pais e filhos com mais de 18 anos. Para a análise e interpretação dos relatos coletados, usaremos a Transcrição Sequencial e os Mapas de Associação de Ideias, visto que, compreender as práticas discursivas envolvidas nas dinâmicas psicossocioculturais das relações dessas pessoas se constituirá numa contribuição importante. Assim, por meio desse trabalho, pretendemos participar das discussões promovidas pelo Grupo de Trabalho: o cuidado em saúde e a construção da participação, sob o Eixo Temático Saúde e, em conjunto com outros trabalhos e participantes, contribuir para o entendimento dessas questões, fomentando discussões críticas, facilitadoras de questionamentos e reflexões, que envolvam, especialmente, políticas coletivas de saúde, práticas cotidianas de cuidado e suas construções e, deste modo, contribuir com vistas

tanto a um conhecimento teórico mais sólido quanto à reflexão de práticas de cuidado na área de saúde e no cotidiano.

Educação em Saúde: um caminho para o protagonismo da população?

Inea Giovana da Silva-Arioli, Daniela Ribeiro Schneider

Este resumo tem por objetivo analisar os resultados de uma pesquisa de mestrado no que concerne a Educação em Saúde e sua articulação com o protagonismo da população. Tal discussão localiza-se no Eixo Temático da Saúde, pois discute as concepções e práticas de educação em saúde vivenciadas pelos profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), estratégia prioritária para a organização da Atenção Primária em Saúde, no Brasil denominada Atenção Básica. O Grupo de Trabalho escolhido, a saber, "O Cuidado em Saúde e a Construção da Participação", tem como tema central exatamente os nuances e especificidade da construção da participação da população, que discute a forma que as práticas cotidianas em saúde criam condições (ou não) para o exercício do cuidado como forma de emancipação e construção de cidadania. Esse tema configura-se na discussão central desse resumo: debater acerca das consequências das práticas de Educação em Saúde no concerne à construção da participação social da população. O constructo teórico que dá sustentação ao que aqui será desenvolvido é a Saúde Coletiva, que amplia o campo da saúde para incorporação das Ciências Sociais e se caracteriza por um pensar sobre a saúde que transcende a questão da doença em si mesma, analisando-a como prática social. A educação em saúde que compõe esse ideário é uma prática que busca embasar a conquista da autonomia pelos sujeitos e comunidades, não se restringindo apenas ao repasse de conhecimentos, mas buscando a construção de conhecimento aliado a melhores condições de vida por todos que a integram. Metodologia: a pesquisa, exploratória e de corte transversal, realizada em duas unidades de Saúde da Família de um município do interior de Santa Catarina pautou-se no enfoque qualitativo. Participaram da referida pesquisa 19 profissionais, de diferentes áreas da saúde, pertencentes a duas equipes da ESF. Para coleta de dados foi utilizada observação participante para a entrada em campo, seguida de grupos focais e entrevista semiestruturada, sendo que a análise dos dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, tendo como referência balizadora a compreensão de Ruiz-Olabuénaga. Para auxiliar na organização dos dados foi utilizado o software denominado ATLAS TI 5.0 (Qualitative Research and Solutions). Discussão dos Resultados: a interlocução entre os saberes (popular e científico) é fator determinante para a forma de realizar educação em saúde e tem influência direta na relação entre os atores da área, a saber, profissionais e usuários. Um dos

resultados que se destaca nessa pesquisa é a ênfase do discurso da maioria dos trabalhadores, que concentra-se no aspecto educativo vinculado à orientação e à prescrição de hábitos adequados. Essa prática de educação em saúde, que tem o foco prioritário no repasse de informações, dificulta a participação da comunidade nos processos de saúde na medida em que minimiza a importância do conhecimento popular e desfavorece a construção da autonomia. Apesar dos profissionais desta pesquisa apontarem a importância do vínculo e a horizontalidade das relações na ESF, essa situação é minimizada em muitos casos, por meio de uma atitude que desconsidera o conhecimento popular, reforçando dessa forma relações assimétricas de poder ao se colocarem como únicos detentores do saber. A população não aparece como protagonista, ao contrário, aparece sob os cuidados e a tutela dos trabalhadores. A ação educativa não intencional, existente em todas as ações dos trabalhadores de saúde, é um dos fatores cruciais a ser considerado para a participação em saúde. Isso porque, dependendo de suas posturas estes profissionais podem fomentar ou desestimular a participação da comunidade e o controle social. Para a consolidação do SUS é necessário o fortalecimento da participação popular, o que requer a adoção de práticas e mecanismos inovadores para efetivá-las e a ampliação de espaços públicos e coletivos para o exercício do diálogo e da pactuação das diferenças. É necessário considerar que ensinar não é transferir conhecimento, mas propiciar a sua construção, portanto, não há neutralidade na educação: ou ela se constitui fundamentalmente como processo de construção de sujeitos autônomos e solidários ou, funda-se em num modelo de educação bancária que se propõe a tarefa de "encher" os educandos com os conteúdos, situação que por certo anula a criticidade e a criatividade. As formas dialógicas de ensinar e aprender são um desafio que deve ser enfrentado, e que se torna prerrogativa básica para vencer as barreiras que distanciam os profissionais da população, na luta pela saúde de todos. Destaca-se que as ações educativas na ESF podem indicar um novo caminho, pautado em um processo dialógico entre trabalhadores de saúde e usuários, que possibilite que a prática da equipe torne-se fomentadora da participação da comunidade.

Educação Permanente em Saúde: uma estratégia para qualificar o modelo de atenção em saúde mental

Loiva dos Santos Leite, Carla Estefania Albert, Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

No campo da saúde pública as transformações são constantes e, quase que invariavelmente, decorrentes das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que vivemos. Em virtude disso, os profissionais necessitam estudar e refletir sobre suas práticas. Ao mesmo tempo,

necessitam buscar estratégias de atenção e cuidado em saúde que possam dar conta das diferentes demandas que chegam aos serviços, seja no nível da atenção básica ou mesmo na atenção especializada. Nesse contexto, as demandas passam a desenhar a linha de cuidado que irá se configurar para o usuário que acessa os serviços da rede de atenção em saúde. Torna-se, então, necessário ampliar e aprofundar a compreensão e a crítica dos processos de cuidado no Sistema Único de Saúde (SUS). O presente trabalho volta-se às especificidades do campo da saúde mental e se apoia numa perspectiva construcionista. Tem como objetivo apresentar a educação permanente em saúde como uma estratégia capaz de promover a transformação de modelos de atenção em saúde mental e proporcionar outros fazeres possíveis. Trata-se de um estudo de ampla relevância no campo das políticas públicas em saúde mental e que marca um processo de avaliação dos avanços e dificuldades encontradas, após doze anos da publicação da Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O estudo está sendo desenvolvido através de uma pesquisa intervenção, realizada com os trabalhadores e gestores em saúde, na rede de Porto Alegre/RS, no período de dezoito meses. Além das intervenções em campo e de seu registro minucioso, contamos com a realização de entrevistas com os trabalhadores e gestores envolvidos nesse campo. Desse modo, buscamos ampliar a concepção e as discussões sobre o tema da educação permanente em saúde, tendo em vista as especificidades do contexto de inserção das práticas em saúde mental. As análises preliminares, inspiradas na proposta de exame das práticas discursivas, apontam para duas questões relevantes: a urgência de atentar para a saúde do trabalhador nesse campo e a necessidade de favorecer continuidade no processo de educação permanente através da produção de espaços dialógicos.

Esperanças, riscos imponderáveis e controvérsias: querelas sobre a utilização de células-tronco em pessoas

Thiago Ribeiro Freitas, Camila Claudiano Quina Pereira, Mary Jane Paris Spink

Esse trabalho discute a formação de um novo know-how que vem habilitando a medicina a transformar sua lógica, até então baseada em um tipo de prática centrada na restauração da normalidade orgânica perdida nas doenças, para uma prática engajada na reengenharia molecular da própria vida. Esta reengenharia consiste em uma racionalidade biopolítica modificada em relação à saúde que está aparentemente se constituindo, na qual o conhecimento, o poder, a subjetividade e o cuidado estão apresentando novas configurações que requerem novas formas de cálculo do risco, de compreensão do self, e de organização do sistema de saúde. Para tanto, foram utilizados dois casos recentes de aplicação de células-tronco em pessoas,

difundidos na mídia. As células-tronco destacam-se no campo do desenvolvimento biotecnológico e são caracterizadas como células indiferenciadas com a capacidade de se transformar em qualquer outro tipo de célula. São responsáveis pela estruturação de um novo organismo e pela reposição dos tecidos danificados ou enfermos, à medida que envelhecemos, atuando, assim, como um verdadeiro sistema restaurador do corpo, fazendo a substituição de células ao longo de toda a vida de uma pessoa. É sobre essa extraordinária capacidade das células-tronco de agir como células-mãe ou mestras, que atualmente a ciência está investindo suas pesquisas, buscando encontrar o controle que rege o funcionamento de diversos processos intracelulares e sua capacidade de se diferenciar em qualquer tipo de célula ou tecido. Tais células possuem um potencial revolucionário capaz de curar muitas doenças humanas, reparar tecidos específicos ou mesmo fazer crescer órgãos. Deste modo, um dos casos estudados foi divulgado em um site de uma clínica chinesa que oferecia tratamentos com células-tronco. O caso relatava uma melhora significativa, por meio da aplicação de tais células, de uma paralisia decorrente de uma lesão na medula espinhal em jovem romeno. O jovem, que havia se envolvido em um acidente e perdido os movimentos e a sensação do corpo do pescoço para baixo, após um tratamento com células-tronco, havia conseguido restabelecer um pouco destas sensações, como as de frio e as de calor, assim como a recuperação de alguns movimentos. Esse caso é importante na medida em que denotam esperanças de curas ou de melhoras significativas com o desenvolvimento das pesquisas com células-tronco. O outro caso foi divulgado pelo jornal Folha de S. Paulo no dia 18 de fevereiro de 2009, com destaque para os efeitos que os usos de forma inconsequente destas células podem trazer. A notícia versava sobre o caso de um tumor cerebral em um garoto israelense proveniente de uma terapia celular. O câncer apareceu cinco anos após o tratamento realizado na Rússia. Um estudo desenvolvido em Israel demonstrou, por meio de marcadores celulares, que a doença originou-se devido ao implante das células-tronco derivadas de dois fetos distintos. O menino israelense sofria de ataxiatelangiectasia – uma doença neurológica degenerativa que levava à tremores, à paralisia e até à morte – e após o tratamento, além de desenvolver o câncer, não conseguiu nenhuma melhora nos sintomas da doença. Esse episódio, embora trágico, torna-se importante na medida em que exemplifica os riscos envolvidos nesse tipo de terapia envolvendo células-tronco. Não se trata de fazer uma apologia ou crítica aos usos que são feitos das células-tronco em pessoas, mas sim, de entender seus efeitos. Os casos permitem contrastar os regimes de esperança (que impulsionam as pesquisas com células-tronco pelos desejos de desenvolvimento de curas e de tratamentos para muitas doenças humanas em um futuro próximo) com os regimes de verdade

(que exigem um nível de evidências para legitimar estes estudos) ampliando a discussão sobre cuidado e bioética em saúde neste complexo, controverso e embaraçado campo, que ao mesmo em que traz as expectativas de cura, traz riscos imponderáveis à saúde humana.

Intervenção com autores de violência contra mulheres no âmbito da atenção básica e comunitária

Adriano Beiras, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Leonor M. Cantera

Esta comunicação objetiva discutir a possibilidade de intervenção individual e grupal com autores de violência no âmbito público institucional da saúde ou comunitário. A partir de uma significativa experiência no campo buscamos problematizar a importância de intervenções que partam do individual ao social mais amplo, de forma a produzir efeitos não só subjetivos/identitários e de comportamento, mas também político e social, transformando as relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Entendemos que a atenção básica acolhe uma demanda expressiva de casos de violência e precisa estar preparada para acolher esta problemática. Mas que aspectos teóricos o profissional de saúde necessita saber para realizar tais intervenções individuais ou em grupo? Que tipo de formação de base se sugere ter? Que teorias o epistemologias podem estar implicadas para uma intervenção eficaz e crítica, que contemple a complexidade da questão? Como evitar julgamentos moralizantes, reducionismos através de essencialismos e busca de perfis ou perspectivas criminalizantes? Como acolher esta demanda na equipe profissional? Neste ensaio, basearemos nossas reflexões no construcionismo social, nas teorias de gênero pós-estruturalistas e estudos de masculinidades. Buscaremos discutir as possíveis interlocuções entre estas e outras epistemologias, de forma a dar uma resposta mais ampliada e completa a questão. Reinvidicamos uma perspectiva de atuação ético-política e relacional, embasada nos direitos humanos, que permita a desconstrução de subjetividades masculinas aliançadas a violência e ao patriarcado, uma crítica a heteronormatividade e a lógicas dicotomias. Problematizamos a importância de intervenções que possam alcançar uma implicação sócio-política, feminista e crítica, que promova transformações na cidadania e o fim de violências nas relações afetivas.

Narrativas de mulheres trabalhadoras rurais e de mulheres vivendo com HIV/Aids

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Luciana Kind, Diogivânia Maria da Silva, Vanessa Souza Eletherio de Oliveira, Fernanda Duarte Sousa Hott, Rebeca Ramany Santos Nascimento

Este trabalho situa-se no campo da Psicologia Social da Saúde e enfoca as experiências de mulheres trabalhadoras rurais e de mulheres vivendo com HIV/Aids nas suas lutas por saúde e cidadania. As reflexões ora apresentadas referem-se à pesquisa "Narrativas sobre a morte: experiência de mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids no jogo político dos enfrentamentos pela vida", financiada pelo CNPq. A principal indagação é como as mulheres militantes narram suas experiências de morte nas lutas por direitos e cidadania nos contextos rurais e urbanos. O foco são dois movimentos sociais que, de maneiras bem distintas, estão engajados nas lutas de "enfrentamentos pela vida": o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTR do Sertão de PE) e o Movimento Nacional de Cidadãs PositHIVas (MNCP). Gênero, classe e território são utilizados como marcadores de maior visibilidade e potência analítica e são estabelecidos como pontos de partida para compreender as experiências das mulheres. A perspectiva teórico-metodológica que orienta a pesquisa busca elementos da etnografia narrativa e da história oral para produção e análise das narrativas. Na primeira etapa da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico que focalizou três eixos analíticos: 1) estudos clássicos sobre a morte e possibilidades de interlocução com a psicologia social; 2) métodos narrativos; 3) pesquisas e relatos de práticas sobre mulheres trabalhadoras rurais e mulheres vivendo com HIV/Aids. A partir de seus relatos, as reivindicações das trabalhadoras rurais podem ser sintetizadas como lutas pelo acesso à terra e ao reconhecimento da condição trabalhadora rural. Assim, a morte nas áreas rurais é situada na interface entre as políticas de saúde e as políticas de cidadania para as mulheres rurais, especialmente, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Muitas mulheres idosas não possuem a documentação civil e se deparam com muitas dificuldades para ter acesso à saúde e à previdência social. Já as reivindicações das mulheres vivendo com HIV/AIDS podem ser pensadas como lutas por acesso à assistência à saúde e contra formas de preconceito que entrecruzam opressões de gênero e sexualidade. Mulheres vivendo com HIV/Aids ainda sofrem com discriminação nos serviços de saúde, o que tem indicado outras pautas para sua mobilização. As conquistas pela assistência e dispensação de antirretrovirais nos anos noventa não dirimiram o preconceito das divulgações midiáticas sobre a infecção por HIV. A rede de Cidadãs PositHIVas, criada em 2002, é considerada como um dos espaços mais importantes no debate sobre mulheres vivendo com HIV/Aids no país. Por fim, dentre os objetivos do Movimento Nacional das Cidadãs PositHIVas, encontra-se no blog da entidade que "atuar como rede em defesa e garantia dos direitos e controle social de política

de saúde para mulheres" é uma ação prioritária para o enfrentamento cotidiano pela vida de mulheres vivendo com HIV/Aids.

O manejo de conversas sobre problemáticas sociais no contexto de um grupo de apoio: implicações do discurso individualista para o cuidado em saúde mental

Carla Guanaes Lorenzi

O emprego de práticas grupais como dispositivo de cuidado em saúde/saúde mental tem crescido consideravelmente nas últimas décadas, incentivado tanto por pressões econômicas como pelo próprio reconhecimento da potencialidade do grupo como recurso terapêutico. Em uma perspectiva construcionista social, os grupos terapêuticos podem ser concebidos como recursos conversacionais favoráveis à negociação e transformação de sentidos sobre o mundo e, especialmente, sobre saúde/doença mental e seus modos de cuidado. Estudos anteriores discutem que, no contexto grupal, os pacientes constroem diferentes sentidos sobre a doença mental, geralmente buscando explicar suas dificuldades por fatores emocionais, biológicos ou sociais. Cada um desses sentidos traz diferentes implicações para a construção do cuidado em saúde mental, sustentando entendimentos específicos sobre tratamento e processos de mudança. Dando desenvolvimento a estes estudos, buscamos, nesta pesquisa, analisar especificamente como se dá o manejo terapêutico de conversas sobre problemáticas sociais em um grupo de apoio em saúde mental. Escolhemos esse foco porque, muito frequentemente, os profissionais "psi" sentem-se despreparados para tratar terapeuticamente de problemáticas sociais como violência, pobreza ou desemprego, embora seja premente a necessidade de uma compreensão multifatorial ou biopsicossocial do processo saúde-doença. Utilizamos como corpus de análise dessa pesquisa um banco de dados constituído a partir da transcrição literal da gravação em áudio de 16 sessões de um grupo de apoio oferecido a pacientes de um ambulatório de saúde mental em uma cidade de médio porte no interior paulista. Esse grupo era denominado por seu terapeuta como um grupo de apoio ou de suporte emocional, tendo duração limitada (16 encontros). Esse grupo foi composto e organizado como um grupo fechado, sendo que participaram do mesmo 2 homens e 8 mulheres, com diagnósticos clínicos diversos. As transcrições das conversas grupais foram analisadas por procedimentos qualitativos, considerando especialmente as contribuições do movimento construcionista social. Em nossa análise, buscamos descrever o processo de negociação de sentidos entre os participantes do grupo em todos os momentos em que problemáticas sociais (pobreza, violência desemprego, entre outras) eram significadas como responsáveis pelo adoecimento emocional. Desse modo,

buscamos compreender o manejo das conversas sobre problemáticas sociais, tanto pelo terapeuta como pelos próprios integrantes do grupo. Através da análise do processo de negociação de sentidos nas interações grupais, demonstramos que o discurso da influência de problemáticas sociais na saúde mental não era legitimado pelo terapeuta e mesmo pelos próprios participantes do grupo, sobretudo por predominar entre eles o uso de um discurso individualista e psicologizante de cuidado, centrado na análise emocional dos problemas do cotidiano. Discutimos, a partir disso, algumas implicações desse discurso para a construção desse grupo como dispositivo terapêutico: a) a fragmentação entre determinantes biológicos, emocionais e sociais da saúde mental, privilegiando o grupo como um espaço existente apenas para tratar de questões emocionais; b) a desvalorização das explicações trazidas pelos próprios pacientes acerca de seus problemas e possíveis soluções; e c) a limitação do entendimento acerca do potencial terapêutico de um grupo, impedindo sua construção também como recurso para promover participação social, a reflexão crítica, o agenciamento e o empoderamento de seus participantes frente aos problemas de seu cotidiano. Concluímos, a partir disso, que esse modo de manejo, centrado na análise individual e puramente emocional do adoecimento, traz importantes limites à construção do cuidado em saúde mental e, especialmente, à construção do grupo como dispositivo para a promoção da participação, da autonomia e para a difusão de uma concepção ampliada de saúde, incluindo a visão de saúde como direito.

Problematizações sobre hanseníase: práticas de cuidado e governamentalidade

Camilla Fernandes Marques, Juliana Boldrine Abrita, Anita Guazzelli Bernardes

O objetivo desta comunicação emerge como um espaço de articulação entre Psicologia da Saúde com o meu objeto de pesquisa: hanseníase. Trata-se de um campo de problematização do objeto, a partir de regiões de enunciabilidade e visibilidade que se constituem a partir do momento em que a hanseníase sai de uma condição de evidência histórica. É na fronteira entre a Saúde e a Psicologia que vai se constituir o campo que de fundo vai interrogar o objeto, e esta fronteira é espessa. Então, faz-se necessário a movimentação na fronteira. O objeto de pesquisa é problematizado a partir das práticas de cuidado voltadas para a população com hanseníase mediante a articulação de políticas públicas e perfil epidemiológico. Em sentido metodológico, significa traçar um caminho investigativo de como emergem e constituem estas práticas de cuidado junto a esta população e o exercício performativo que isto produz em termos de relações de poder, regimes de verdade e formas de subjetivação. A hanseníase antes de século XIX era conhecida e denominada como lepra. Como lepra bíblica, os indivíduos acometidos

por esta enfermidade eram considerados pecadores sendo a afecção uma forma de punição divina. Os procedimentos voltados para os leprosos eram de exclusão das cidades. Quando a lepra torna-se hanseníase no século XIX, essas vidas que eram banidas, vidas que não era possível ver, tornam-se vidas infames pelas superfícies de contato que passam a ter com o poder, a partir da medicina social e das práticas sanitárias desse século, tornando-se foco de controle e regulação e não mais de exclusão. Ou seja, a população com hanseníase não está mais fora dos muros das cidades, e sim passa a compor um território específico – o das políticas públicas. A prática de atenção à saúde é uma formulação das relações de saber/poder que recaem sobre as práticas de cuidado e as formas como as pessoas têm condições de acesso às possibilidades de vida e cidadania. É neste instante que emerge uma zona de avizinhamento com o grupo de trabalho 20. No que diz respeito a este objeto de pesquisa a fronteira se apresenta na correlação do campo Saúde no que tange as práticas de cuidado com as pessoas que tiveram hanseníase; e a Psicologia no que se refere às práticas de constituição de si a partir dessa taxionomia, no modo de construção da participação nestas formas de cuidado. Além disso, em razão da problematização das práticas e das políticas públicas aproxima-se também do grupo de trabalho 14. O campo epistemológico que vai permitir circular e movimentar dentro desta fronteira – Saúde, Políticas Públicas e Psicologia, será as ferramentas conceituais de Michel Foucault e textos afins sobre a Psicologia da Saúde. Os investimentos na saúde da população se conformam mediante um biopoder que opera com duas estratégias distintas, porém articuladas, a anátomo-política e a biopolítica. A anátomo-política demarca o normal do anormal prescrevendo certos tipos de conduta de comportamento. Já a biopolítica irá fomentar a vida, mas não se trata de qualquer tipo de investimento na vida, o poder passa a operar em sua positividade de fazer viver e deixar morrer. Pautada nesta lógica de governo são direcionadas determinadas tecnologias para governar a população, bem como a população que teve hanseníase, que vai ser investida por certas práticas especificas de governo, o que denominamos de governamentalidade. As Políticas Públicas que se voltam a essa população, a partir do século XIX, são ações que se pautam na cura da doença e na possível reabilitação das sequelas, na prevenção principalmente no que diz respeito às reações hansênicas, porém no que tange as condições de acesso à possibilidades de vida que não aquelas circunscritas pela doença, a população com hanseníase ocupa uma região de exterioridade à Política Pública. Neste momento podemos avizinhar o grupo trabalho 04, no que diz respeito às políticas se voltarem para uma política de segurança e não de saúde. Este tipo de investimento é forjado por uma lógica de um racismo de Estado no que se refere a uma questão biológica de controle epidêmico.

Um investimento que visa o fortalecimento do Estado e a proteção da população, mas que a partir do momento em que isto não é mais um perigo, o investimento cessa, e em detrimento de um fazer viver se inicia um deixar morrer, já que não são fomentadas práticas de promoção à saúde para a população que teve hanseníase, que visem possibilidade e melhores condições de vida e de modos de existência. As práticas de cuidado com as pessoas que tiveram hanseníase constituem-se mediante de saber e poder, a qual forja formas governamentalidade, e acabam por justificar o investimento em certas tecnologias de cuidado ou não outras na vida desta população.

Produção de cuidado em psico-oncologia

Cintia Bragheto Ferreira

O câncer é uma doença que acomete de forma crescente a população mundial. Sendo assim, exigirá cada vez mais o desenvolvimento de estratégias de cuidado capazes de lidar com o aumento progressivo da doença, em seus vários momentos, a saber: o diagnóstico; o tratamento; a convivência com a possibilidade da recidiva e, em alguns casos, a terminalidade desencadeada pela doença. Frequentemente é uma enfermidade associada a significados tais como doença traiçoeira, à violência, reservada às pessoas imorais, más, geradora de sofrimento, purificação, dor, medo da morte e terminalidade. A partir da demanda crescente de cuidado de pacientes oncológicos, seus familiares e profissionais da saúde foi criado em agosto de 2012 o projeto de extensão intitulado Psico-Oncologia: sentidos e práticas, vinculado ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás-UFG, Câmpus Jataí-GO, composto por 1 docente e 8 discentes dos cursos de Psicologia e Enfermagem. O referido município conta com aproximadamente 88 mil habitantes e não possui nenhum serviço especializado de cuidado para pessoas com câncer. Os moradores vinculados à rede SUS realizam os tratamentos para seus casos em municípios como Goiânia-GO (320 km de Jataí) ou Barretos-SP (600 km de Jataí). O projeto, ancorado na perspectiva construcionista social, visa a capacitação de discentes para o trabalho na área da Psico-Oncologia, que busca por meio do engajamento relacional com a comunidade que vivencia direta ou indiretamente o câncer: uma assistência comprometida com o cuidado integral; o empoderamento dos participantes, a partir de espaços de discussão sobre a participação nas decisões sobre os tratamentos a serem realizados; o fortalecimento de redes de solidariedade no próprio município onde a população reside, capazes de amenizar a solidão e o isolamento experienciado na vivência do câncer, assim como a construção de saúde mesmo em meio à enfermidade. A demanda é encaminhada para o Serviço de Psicologia Aplicada (SPA)

da UFG por duas organizações municipais, sem fins lucrativos, que auxiliam os usuários no deslocamento e estadia nos municípios citados como sedes de realização dos acompanhamentos e tratamentos para o câncer. A população encaminhada é acolhida e atendida no SPA, sendo que os doentes debilitados são atendidos em suas próprias residências. Os atendimentos psicológicos realizados até o presente período de realização do projeto ocorreram nas modalidades grupal, com temáticas pré-definidas, os quais totalizam a participação de 84 pacientes e profissionais da saúde, e na modalidade individual, que totaliza o cuidado de 19 pacientes, incluindo a participação de familiares. Os registros produzidos a partir de cada atendimento realizado mostram que os participantes têm construído possibilidades mais positivas de vivência da enfermidade, com diminuição do medo do câncer; sentidos de vida; possibilidades de participação no autocuidado; reafirmação da superação e o fortalecimento de laços afetivos. Além disso, o trabalho em equipe realizado entre docente e discentes também busca sustentação na perspectiva construcionista social. Todas as supervisões são realizadas em grupo na tentativa de: abertura ao diálogo sobre as experiências vivenciadas nos casos atendidos; possibilitar o contato com a diversidade das histórias de vida apresentadas, gerando tolerância, curiosidade para com o diferente e ampliação das possibilidades conversacionais, assim como a construção de práticas de cuidado desengajadas do modelo biomédico. Sendo assim, o projeto tem contribuído tanto para a produção de práticas de cuidado oncológico da comunidade, bem como para a formação de futuros profissionais de saúde comprometidos com a humanização da assistência. (PROEC)

Psicologia Social e fortalecimento comunitário: possibilidades de construção conjunta em uma equipe de Saúde da Família

Fernanda Rebouças Maia Costa, Luciana Nogueira Fioroni

Processos de fortalecimento comunitário constituem categoria de interesse para a Psicologia Social Crítica. O presente trabalho compartilha da concepção de fortalecimento comunitário desenvolvida por Maritza Montero (2003), que discute o poder enquanto resultado da reflexão, consciência crítica e ação coletivas da comunidade, a partir de uma visão de mundo e de homem em sua condição histórica, que situa os acontecimentos em uma perspectiva dialética. Pensar usuários de saúde e trabalhadores em relação é reconhecer que ambos constroem seus papéis intersubjetivamente, entre si e uns com os outros. Apoiados nesta abordagem, este relato de intervenção versa sobre práticas de educação no trabalho em Saúde Mental, em uma Unidade de Saúde da Família (USF) de um município de médio porte no interior do estado de SP.

Ressaltamos que a USF abriga programa de formação – Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade – organizado a partir do modelo de apoio matricial. A sistematização desta experiência justifica-se em função das necessidades nascidas da prática na direção de qualificar o cuidado oferecido. A saúde mental é um tema recorrente na atenção primária no que se refere à demanda espontânea que procura as unidades de saúde, às necessidades de saúde que os usuários apresentam e aos pedidos de capacitação que as equipes endereçam. O estudo objetivou investigar, refletir e produzir elementos de mudanças no modo de organizar e oferecer o cuidado em saúde mental nesta USF, a fim de proporcionar um espaço em que a equipe pudesse reconhecer e criar significados para os seus processos enquanto grupo, problematizando as ações em Saúde Mental e manejando poderes, afetos e pensamentos que obstaculizam o cuidado. Utilizando como recurso metodológico o dispositivo Grupo Operativo, foram realizados pela psicóloga da equipe matricial 7 encontros, com a participação de 10 integrantes da equipe, nos meses de janeiro e fevereiro de 2011. Cada encontro foi construído a partir da discussão e das inquietações geradas no encontro anterior, trazendo questões ou estratégias disparadoras de um processo reflexivo do cuidado oferecido enquanto equipe aos usuários em sofrimento psíquico na USF. A análise do material emergente do grupo resultou em dois eixos analíticos: 1. percepção da equipe sobre si como objeto de cuidado, como ferramenta de trabalho, ou seja, depararam-se com a necessidade de se constituírem enquanto grupo, construtor de sua realidade e das mudanças que nela vierem a ocorrer; 2. contradições e processos subjetivos presentes na equipe, que emergiram a partir do caráter vivencial da proposta de estarem em grupo e da percepção do grupo como um campo de disputas, conflitos e poder. Os eixos explicitam a multiplicidade própria dos profissionais de saúde, que a partir de um lugar/papel desempenhados no grupo e da condição de todos serem sujeitos psíquicos, revelam o caráter não unitário de seus saberes e fazeres. O processo de estar em grupo produziu respostas e questões para o objetivo primeiro do trabalho de coconstruir ferramentas para o cuidado coletivo em saúde. De certa forma, materializa nesse microcosmo os desafios da construção do trabalho integrado e comprometido com a finalidade de produzir, junto com os sujeitos alvo do cuidado e a partir do reconhecimento da proximidade entre os trabalhadores de um grupo, melhores práticas de saúde na direção dos projetos de vida almejados. Este estudo contribui para melhor explorar as possibilidades de atuação da Psicologia no fortalecimento da capacidade dos trabalhadores de analisar criticamente sua condição de trabalho, produzindo sentidos e gerando mudanças, num cenário em que são comuns propostas verticais que não consideram os sujeitos como protagonistas.

Saúde e qualidade de vida: o cuidado como responsabilidade individual

Gabriel de Freitas Gimenes

As práticas de cuidado à saúde, desde as práticas institucionalizadas dos serviços de atendimento até as práticas cotidianas das pessoas, são atravessadas pelos sentidos que se atribuem à saúde, pelas concepções sobre o que essa saúde signifique. Longe de ser um conceito universal ou compreendido de forma total e unívoca, saúde é uma noção cujos sentidos estão constantemente em debate e em disputa, uma vez que são construídos socialmente. O objetivo do presente trabalho é problematizar a produção de sentidos em saúde nas sociedades ocidentais contemporâneas, assim como analisar os agenciamentos subjetivos produzidos nessa relação. Percebemos que a saúde tem se tornado um valor incontroverso, assim como seus sentidos tem sido cada vez mais deslocados para uma esfera individual. Observamos, ao longo do século XX, um lento e múltiplo processo por meio do qual saúde foi pouco a pouco deixando de ser compreendida unicamente em termos quantitativos e objetivos (como ausência de doenças e quantidade de anos vividos) para abranger também aspectos qualitativos e subjetivos, cenário este no qual foram desenvolvidas noções que hoje são muito caras no campo da saúde, tais como bem-estar e qualidade de vida. O surgimento dessas noções e sua rápida generalização nos discursos e práticas em saúde são nosso foco de análise. Procuramos compreender porque e como que o tema da qualidade de vida tem se tornando tão presente, assim como diagnosticar o que essa presença significa, e no que ela implica. Argumentamos que a introdução deste tema da qualidade de vida nos debates em saúde teve inicialmente um caráter contestador, ao dar visibilidade a elementos subjetivos tais como as percepções individuais do estado de saúde e dos processos de intervenção e a importância das práticas individuais cotidianas, compreendidas enquanto estilos de vida. Aparentemente, essa valorização dos aspectos subjetivos nas práticas em saúde poderia significar uma maior emancipação das pessoas, uma vez que elas passariam a ser também autorizadas a falar sobre sua saúde e a promovê-la. Entretanto, observamos um processo de captura a partir do qual essa produção de sentidos de saúde em termos de qualidade de vida potencializou todo um movimento de responsabilização individual pela própria saúde. Isso porque, se as pessoas passam a ser autorizadas a falar sobre sua saúde e se suas escolhas de vida influem diretamente na sua saúde, elas passam também a ser seus principais agentes de cuidado. As práticas de cuidado produzidas no cenário da retórica da qualidade de vida organizam-se a partir de uma concepção de pessoa enquanto sujeito livre e autônomo, livre de constrições de qualquer tipo e apto a fazer escolhas racionais que

proporcionem seu bem-estar e sua qualidade de vida. Caso essa qualidade de vida não seja obtida, a responsabilidade é deste sujeito que não fez as escolhas certas, que não geriu sua vida da forma mais satisfatória, e o único a se responsabilizar por isso seria ele próprio. Dessa forma, os aspectos relacionais da saúde são silenciados por essa inflação do indivíduo enquanto fonte e causa de sua saúde, enquanto o responsável por excelência de seu cuidado, e por essa concepção de cuidado enquanto cuidado individual de si consigo mesmo. Além disso, observamos também como que o tema da saúde compreendido dessa forma vem sendo cada vez mais atravessado por aspectos morais, num âmbito no qual estilos de vida considerados não saudáveis passam a ser valorados negativamente e, ao lado da responsabilização vem a culpa. Procuramos então tensionar essa concepção de pessoa enquanto sujeito autônomo e essa responsabilização individual pela própria saúde, a fim de dar mais visibilidade a uma noção relacional de saúde e de cuidado.

Sentidos veiculados no cenário de publicação da Lei Orgânica da Saúde: uma análise documental

Eliane Cadoná, Luciana Oliveira de Jesus, Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

O presente trabalho está articulado a um projeto de doutorado vinculado ao grupo de pesquisa "Psicologia e Políticas Sociais - memória, história e produção do presente". Objetiva, a partir de uma perspectiva construcionista, compreender discursos e sentidos produzidos sobre saúde e cuidado na mídia impressa e em periódicos científicos, no cenário de publicação da Lei Orgânica da Saúde. Desse modo, articula contextos linguísticos e sociopolíticos, colocando em análise determinadas condições que permitiram a emergência de verdades e práticas naquele momento. No período em questão, o contexto era marcado por contradições, ligadas a uma política neoliberal que estava prestes a consolidar a implantação de uma nova Constituição, de caráter participativo. Problematizar os sentidos de saúde e de cuidado neste período da história brasileira impulsiona à compreensão de modos de articulação da existência em meio aos contextos sociopolíticos em vigor no ano de 1990, bem como de processos por intermédio dos quais se produziu sentidos e discursos neste mesmo cenário. Desse modo, a presente pesquisa, de caráter documental, terá seu corpus constituído por teses e dissertações disponíveis no portal da CAPES e por jornais Zero Hora, todos produzidos no ano de 1990. A eleição deste período para a realização da análise se deu em função de sua importância histórica, que marcou o campo da saúde no Brasil por intermédio da publicação da Lei Orgânica da Saúde. Além disso, estudar a história do presente, embora se constitua em uma atitude recente no campo da pesquisa,

possibilita a captura da realidade, da novidade, da irrupção e da emergência de tendências. Ao estudar o ano de 1990 sob essa perspectiva, é possível embrenhar-se na compreensão de nosso tempo presente, tendo em vista que ainda vivemos o período de implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). A escolha pela análise da mídia impressa e de produções científicas se deu em função da influência que as instituições Ciência e Mídia exercem no cotidiano das pessoas, produzindo modos de ser que podem estar relacionados à alienação e/ou a processos de singularização. Nesses espaços de veiculação de saberes científicos e midiáticos, as pessoas vão articulando modos de existência à medida que se reconhecem em meio aos discursos ali veiculados, produzindo diferentes sentidos em relação à saúde. Com esta pesquisa, pretende-se evidenciar como a saúde e o cuidado eram significados, vivenciados e posicionados no ano em estudo, entendendo que tais fenômenos se apresentam, no cotidiano, de forma contraditória e também complementar, sendo construídos e influenciados de diferentes modos, e que não estão separados do contexto social, político e cultural. Coloca-se em questão, em meio a esse estudo, como o campo da saúde – historicamente vinculado a um modelo de atenção biomédico – ainda está mergulhado em práticas que custam tomar como base a noção de integralidade como dispositivo impulsionador de práticas humanizadas, o que justifica cada vez mais a relevância de estudos como este. Ao produzirem-se novos sentidos neste campo, colocando-se em análise os discursos que lhe deram forma, priorizam-se as práticas de cuidado não direcionadas única e exclusivamente para a técnica, mas para os diferentes contextos e modos de dar sentido ao mundo, objetivando-se desestabilizar certezas com fins da promoção de um espaço dialógico para apropriação das políticas do SUS.

Serviços substitutivos de saúde mental e hospitais psiquiátricos: análise dos discursos da população paraibana

Thelma Maria Grisi Velôso, Glória Rodrigues do Nascimento, Flavia Palmeira de Oliveira, Iara Cristine Rodrigues Leal Lima, Pedro de Oliveira Filho, Nathália Gomes da Silva

O movimento antipsiquiátrico surgiu a partir das críticas feitas à psiquiatria asilar, que oferecia um tratamento medicamentoso e excludente aos usuários de saúde mental. Nesse movimento, destacam-se a psiquiatria de setor na França; a psiquiatria comunitária nos EUA; as comunidades terapêuticas na Inglaterra; e a psiquiatria democrática na Itália. No Brasil, o movimento de Reforma Sanitária, nos anos 70, desencadeou um processo que resultou na reforma psiquiátrica brasileira. A proposta, inspirada na psiquiatria democrática italiana, se efetivou através da Lei de Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216/2001), criando novos dispositivos,

o chamado modelo substitutivo, que é composto, dentre outros setores, por Centros de Assistência Psicossocial (CAPS) e Residências Terapêuticas (RT's), localizados próximos à comunidade. Considerando que a população é um dos atores da rede intersetorial em saúde, é de extrema relevância compreender os discursos que constroem sobre a referida proposta. Desse modo, desenvolvemos uma pesquisa que teve como objetivo principal analisar o discurso sobre a reforma psiquiátrica, construído pela população que reside em municípios do Estado da Paraíba que possuem CAPS e residências terapêuticas. Neste trabalho nos deteremos nos discursos que foram construídos sobre as diferenças entre o CAPS/RT's e os hospitais psiquiátricos por moradores de municípios do interior do Estado: Boqueirão, Queimadas, Sousa, Piancó e Sapé. Nossa proposta articula-se ao eixo temático "Saúde" que se propõe a discutir trabalhos desenvolvidos na interface Psicologia Social e Políticas de Saúde. E, nesse sentido, articula-se à proposta do GT 20, "O cuidado em saúde e a construção da participação", que tem como objetivo promover o debate sobre as possibilidades de participação de usuários e profissionais na construção do cuidado no processo saúde-doença no contexto da vida cotidiana e dos serviços de saúde pública e coletiva. Esse GT se dispõe a refletir sobre a relação que se constrói entre as pessoas e os serviços. Desse modo, nos propomos a contribuir para essa reflexão, a partir dos discursos construídos pela população sobre a reforma psiquiátrica, política pública de saúde mental. Fundamentamo-nos na Psicologia Social Discursiva, perspectiva construcionista que tem como enfoque a maneira como as pessoas constroem discursivamente a "realidade", optamos pela metodologia qualitativa da História Oral que nos permitiu ter acesso a 102 depoimentos orais de homens e mulheres que moram nas proximidades das residências terapêuticas e dos CAPS dos municípios supracitados. Para a análise das entrevistas, recorremos à proposta de Análise de Discurso desenvolvida por autores da Psicologia Social Discursiva. Os discursos analisados, em sua maioria, apontaram diferenças entre o hospital psiquiátrico e o CAPS/RT's. Os argumentos construídos para sustentar essas diferenças giram em torno da maior estrutura física do hospital, e ainda do maior número e permanência constante de profissionais nessas instituições. Outros entrevistados assinalam a diferença no que diz respeito à complexidade do tratamento, o hospital é descrito como tendo mais suporte para atender as pessoas, e, além disso, diferentemente dos serviços substitutivos, elas ficariam internadas. O CAPS é ainda descrito como um serviço complementar ao hospital, um apoio. Mas há quem afirme que o CAPS é um tipo de hospital, embora inferior aos hospitais tradicionais que dariam um melhor tratamento em termos de assistência médica. Afirma-se também que os hospitais se diferenciam dos serviços substitutivos em razão dos seus usuários

que seriam mais violentos. Outros afirmam que os serviços substitutivos diferenciam-se dos hospitais por ficarem mais próximos dos usuários, e que neles o tratamento seria melhor, mais humano e mais atento às necessidades básicas dos usuários. No que diz respeito especificamente às residências terapêuticas, há quem afirme que elas são lares que cuidam de pessoas que foram isoladas pela sociedade e que não podem ficar sozinhas, e que os hospitais cuidam de doentes. De modo geral, os discursos indicam um distanciamento da proposta da Reforma Psiquiátrica, sinalizando os grandes desafios a serem enfrentados para a concretização dessa proposta.

GT 21. POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS

A inserção do psicólogo nas políticas sociais brasileiras contemporâneas: explorando um campo ainda emergente

Karine Wlasenko Nicolau

Políticas Sociais pertencem a um campo de processos complexos e multideterminados, do qual as tensões e as contradições da dinâmica social fazem parte. Expressam a realidade social de determinada conjuntura socioeconômica, em dado período histórico. Não ocorrem no vazio ou em supostas neutralidades teóricas, conceituais ou ideológicas. Nessa direção, a inserção recente do profissional de psicologia nas políticas sociais brasileiras contemporâneas, especialmente na Saúde e na Assistência Social, traduz aspectos socioeconômicos e históricos provenientes da mundialização do capital e da conflitante tentativa de garantir direitos sociais em tempos de políticas sociais restritivas, setorializadas e focalizadas na pobreza extrema, que aplicam, na prática, ações no limite ou até abaixo dos mínimos sociais. De modo concomitante, verifica-se a distância estabelecida historicamente entre a Psicologia e os segmentos populares, o que indica a necessidade de se desenvolver uma nova práxis para a atuação profissional. Contrariamente à construção da própria Psicologia como ciência, torna-se imprescindível na atual conjuntura a adoção de uma postura dialética, cujo ideário tenha por base o contato real com a população atendida, problematizando efetivamente demandas que surgem no trabalho cotidiano com as periferias urbanas e com as comunidades que ali se inserem. Isso não significa atender a demandas preferencialmente espontâneas ou negar as diferenças entre profissionais e usuários. Experiências realizadas na periferia da cidade de Cuiabá, no Mato Grosso, informam que o profissional de psicologia, ao se inserir em espaços que não apresentam os settings terapêuticos tradicionais, isolados e pré-determinados, depara-se com um duplo desafio: problematizar a realidade estabelecendo prioridades claras e para as quais o modelo clínico

tradicional não oferece respostas satisfatórias; e reconhecer efetivamente as demandas dos usuários, que inúmeras vezes não se apresentam conforme esperado, contrariando as próprias idealizações da Psicologia Comunitária no que se refere ao trabalho com grupos e coletividades. O trabalho na perspectiva crítica torna-se possível quando se inverte a lógica tradicional predeterminada no âmbito teórico abstrato e descontextualizado e passa-se a utilizar como embasamento o contato mais direto com a realidade ampliada de trabalho. No entanto, isso não significa abandonar o conhecimento construído historicamente pela Psicologia ou meramente "adaptá-lo" de modo infrutífero e esvaziado. Inclui aproximar-se de determinações sociais, históricas, culturais e econômicas, mas não significa se render a um pragmatismo extenuante e sem direção, reforçando as tendências atuais do capital em favorecer o senso comum e o imediatismo. Os problemas são muitos e as soluções, limitadas. A falta de autonomia gerada pela pobreza e o longo trajeto de destituições que acompanha a população das periferias urbanas apresentam-se como desafios que devem ser objetivamente reconhecidos. Contudo, trata-se de possibilitar, de fato, uma escuta qualificada e que colabore efetivamente na abordagem de questões psicológicas. Problematizar a realidade significa avançar para além dos discursos ou do que essa realidade aparenta. Significa favorecer a participação de profissionais e de usuários para que essa realidade possa ser compartilhada e transformada por intervenções suficientemente legitimadas pela população e amadurecidas pela experiência de novos rumos profissionais.

A interface disciplinar entre a Psicologia e a Assistência Social: dimensões normalizadoras, terapêuticas e pedagógicas

Silvio José Benelli

Objetivo do trabalho: Buscamos produzir uma análise histórica da Psicologia e da Assistência Social que evidencia como esses dois campos institucionais são compostos por saberes e práticas, dispositivos e equipamentos, discursos e poderes, inclusive num plano macro e paradigmático, promovendo efeitos semelhantes de patologização do indivíduo e de adaptação social. Tanto a Psicologia quanto a Assistência Social emergem num contexto público estatal com a encomenda de promover cada uma a seu modo, processo disciplinares de normalização social do indivíduo quanto de controle da população. Essa interface entre esses dois campos institucionais é altamente congruente e bastante problemática: trata-se de uma potente estratégia de despolitização e naturalização da questão social e dos seus efeitos na realidade social por meio de processos de psicologização e patologização dos problemas. Relação com o GT e o

eixo temático escolhido: Esta comunicação vincula-se ao GT 21) POBREZA E POLÍTICAS SOCIAIS e ao Eixo: Estado, Democracia e Movimentos Sociais, pois estamos problematizando as funções institucionais tanto da Psicologia quanto da Assistência social, afirmando que ambas se propõem a naturalizar e despolitizar a questão social e a pobreza: Psicologia psicologiza e patologiza e a Assistência Social as convertem em "situações de risco", sociologizando-as. Orientação teórica: Uma leitura genealógica da Psicologia e da Assistência Social revela que ambas são fenômenos que se constituíram no bojo da sociedade disciplinar e a hipótese de Foucault de que "... em sua função, esse poder de punir não é necessariamente diferente do de curar ou educar" permite uma problematização da emergência dessas duas modalidades de produção da vida social como sendo essencialmente disciplinares, correcionais e normalizadoras. Método: Por meio de uma revisão da literatura pertinente, utilizando o instrumental da análise genealógica, vamos problematizar a Assistência Social como instituição, procurando explicitar as relações que ela estabelece com a Psicologia enquanto saber/poder e fazer no campo social. Resultados: Consideramos que a Psicologia se encontra com a Assistência Social num movimento de psicologização da vida cotidiana, bem representado pelo que já se convencionou denominar de expansão e cultivo de uma "cultura psicológica". Notamos uma tendência da Psicologia a patologizar e psicologizar o que é eminentemente social, terapeutizando a vida social na direção da instauração e consolidação de uma cultura psicológica. Queremos destacar o intenso processo de "pedagogização da clínica psicoterapêutica" que notamos nas ofertas por parte da Psicologia no âmbito da Assistência Social, ao buscar construir intervenções denominadas amplamente de "práticas sociais", "intervenção psicossocial", "intervenção institucional", etc., sem maior rigor conceitual 2e ético. Isso se torna explícito quando a Psicologia propõe que finalidades terapêuticas sejam obtidas por meio de diversos processos pedagógicos, educativos e socializadores, numa perspectiva que se denomina "psicossocial", mas que quando examinada mais de perto, apresenta um notável viés adaptativo, corretivo e vigilante, visando o ajustamento normalizador do indivíduo. Por seu lado, notamos que a Assistência Social enquanto instituição, se encontra com a Psicologia num movimento de terapeutização do "problema social", movimento no qual a contradição capital-trabalho é transmutada e traduzida em termos de dimensões psicológicas individuais, passíveis de intervenções "socioeducativas" de fortes matizes psicológico-terapêutico, de vigilância-monitoramento dos "riscos sociais" – procurando evitar a surpresa, elemento típico das ações dos movimentos populares –, bem como correcional-punitivo. Assim como a Psicologia propõe uma "terapêutica pedagogizada", a Assistência Social parece propor

uma "pedagogia psicologizada". Práticas pedagógicas, enquanto técnicas de socialização e de ressocialização e práticas psicológicas, sob as formas do tratamento psicoterapêutico grupal e/ou individual, são utilizados enquanto instrumentos promotores de correção disciplinar, de ortopedia do comportamento e de vigilância punitiva. Elas constituem as aporias epistemológicas que podemos mapear como pano de fundo paradoxal no qual se debate a Assistência Social como política pública na atualidade, na sua interface com a Psicologia, de viés tradicional clínico e psicométrico. Isso parece plausível quando se analisam alguns significantes presentes no discurso oficial da Assistência Social que poderiam ser indicadores dessa transição tais como "situação pessoal e social de risco" ou de "vulnerabilidade", eufemismos mais ou menos recentes do ideário politicamente correto que pretende substituir certos termos tidos como sendo aparentemente desagradáveis, pois já não parece de bom tom denominar os indivíduos que precisam da Assistência Social como sendo "pobres", termo que conota dimensões políticas, sociais e econômicas demasiado fortes e algo incômodas para a gestão do social – que implementa procedimentos técnicos assepsiados para lidar com o "problema social" – e com suas múltiplas refrações na sociedade. Conclusões: A Assistência Social como política pública de Estado deve pautar-se pela lógica dos direitos: direitos humanos, direitos civis, direitos políticos, direitos sociais, pela ética da cidadania integral, não pela bondade pessoal, pela sensibilidade benemerente, pela "proteção" repressiva e moralista, pela moral pessoal ou pela cultura do favor clientelista e promotor de subalternidade. Isso também se aplica à política nacional para crianças e adolescentes: ela deve se centrar na questão da cidadania. Para que a Assistência Social, incluindo psicólogos, possa buscar um efetivo equacionamento do "problema social", é preciso que ela se paute radicalmente pelo enunciado ético que deve orientar seus efeitos: o sujeito cidadão de direitos. Uma formação ética, crítica e instrumentalizada de novos profissionais psi é um dos elementos significativos para que possam, com sua atenção e escuta, colaborar para que o SUAS possa promover, de modo mais efetivo, a cidadania e a emancipação social dos pobres.

A pobreza como porta de entrada: uma análise psicopolítica das práticas do CRAS

Ingrid Matzembacher Stocker Taffarello

Este trabalho visa promover uma reflexão a respeito da Política de Assistência Social, das práticas psicossociais desenvolvidas pela equipe técnica do CRAS do Município de Cajamar, buscando apreender as interconexões presentes nos discursos naturalizados a respeito dos conceitos de pobreza que circulam no cotidiano dos serviços socioassistenciais. Pretendemos

desenvolver, por meio de uma análise crítica, sob o referencial teórico-metodológico da psicologia política, uma discussão a respeito das intervenções destinadas às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) tem buscado consolidar a importância da proteção social, enquanto política de direito na defesa, garantia e promoção de suas ações na abrangência do território nacional, representando um avanço significativo no desenvolvimento das políticas sociais do país nos últimos anos. Dessa forma, a política de proteção social objetiva a institucionalização e o reconhecimento de um sistema que legitime as demandas sociais pela ampliação e promoção do protagonismo das famílias e indivíduos usuários de seus serviços. No entanto, ao analisarmos a evolução da proteção social no Brasil, mais especificamente no âmbito da política da assistência social, percebe-se que ela surge atrelada à caridade, com ações voltadas a uma parcela da população desprovida de seus direitos sociais. Neste contexto, ela se configura sob a lógica da tutela, do favor e do clientelismo, fornecendo a base para o desenvolvimento das ações assistenciais no país. Observa-se então que, ao longo deste período, a proteção social assume um caráter de urgência, de bondade, de pessoalismo, de ações que representam segmentação, focalização e culpabilização do indivíduo pelo Estado, ao invés de representar a garantia e a promoção do acesso aos direitos sociais ou a responsabilidade do Estado pelo bem-estar dos cidadãos. O Sistema Único da Assistência Social é responsável por operacionalizar a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e organiza-se por níveis de complexidade: proteção social básica e proteção social de média e alta complexidade. Os serviços de proteção social básica possuem como objetivo fundamental a prevenção das situações de risco pessoal e social por meio do desenvolvimento de ações que atuem no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, prestados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O CRAS, considerado como porta de entrada da assistência social, promove, através do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), o acompanhamento psicossocial das famílias participantes dos Programas de Transferência da Renda, buscando propiciar, a partir do cumprimento de condicionalidades nos campos da saúde, da educação e da assistência social, condições de autonomia aos indivíduos e a suas famílias, potencializando-os para um rompimento com o ciclo de vulnerabilidade social. Nosso interesse está em perceber se as práticas psicossociais desenvolvidas pela equipe técnica do CRAS Cajamar estão em consonância com o que preconiza a PNAS, ou seja, se estas práticas propiciam protagonismo, autonomia e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, ou se apenas legitimam a reprodução e a manutenção do status quo. Para tanto, buscamos realizar uma análise sob a ótica

dos profissionais de psicologia e de serviço social que compõem a equipe técnica do CRAS de Cajamar, através do desenvolvimento de entrevistas semi-estruturadas, somadas à análise dos dados coletados a partir dos registros contidos nas fichas de atendimento às famílias beneficiárias de Programas de Transferência de Renda realizadas ao longo do ano de 2011. Como resultados preliminares, pode-se observar que, embora a Política de Assistência Social assegure uma compreensão a respeito das famílias assistidas como sujeitos constituídos de potencialidades a serem desenvolvidas com vistas à autonomia, as ações desenvolvidas pelos CRAS têm se convertido, muitas vezes, em estratégias refinadas de controle e de desqualificação da população assistida. Observamos ainda que, caracterizados muitas vezes por um modelo clínico, os chamados atendimentos psicossociais são considerados pelos técnicos como uma atuação conjunta que prevê a presença do psicólogo e do assistente social promovendo orientação às famílias a respeito de temas variados. Neste contexto, identificamos a partir do registro destes atendimentos desde a concessão de benefícios como cesta básica, remédios, muletas, cadeiras de roda, dentre outros, como a maneira de as mães cuidarem de seus filhos, idosos e portadores de necessidades especiais ou a forma de planejarem suas famílias ou gastos domésticos. Neste contexto analisamos atuações que legitimam olhares individualizantes e psicologizantes, que naturalizam o conceito de famílias que não conhecem a respeito das próprias expectativas e necessidades. Para Montero (2006) o sujeito é protagonista de sua própria história, um ser ativo, dinâmico, construtor de sua realidade, capaz de apreender e atuar no movimento dinâmico de sua realidade por meio de participação ativa no planejamento e execução de estratégias de enfrentamento de suas demandas sociais, econômicas e políticas. Outros fatores observados são os limites institucionais, a precariedade nas condições de trabalho e o esvaziamento do caráter político e crítico da atuação técnica.

A Psicologia no campo da assistência social: em questão as concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS

Candida Maria Bezerra Dantas

As ações desenvolvidas no âmbito da Política Nacional de Assistência Social figuram hoje com uma das principais estratégias de combate à pobreza no país, tanto por meio de ações diretas de transferência de renda, especialmente por meio do Programa Bolsa Família, quanto pelo fortalecimento de serviços e programas voltados as populações pobres, com a estruturação do Sistema Único de Assistência Social, estruturado e hierarquizado em Proteção Social Básica e Especial. A proteção social básica destina-se à população que vive em situação de

vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização dos vínculos afetivos e fica sob a responsabilidade dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS. A participação do psicólogo nas equipes profissionais do CRAS constitui um importante elemento para a discussão da inserção desse profissional no campo das políticas sociais no Brasil, considerando os limites estruturais postos pelo caráter compensatório dessas políticas, mas, principalmente, apontando para possibilidades de construção de estratégias que respondam as demandas da população atendida e que possam resultar em uma mudança efetiva nas condições de vida das camadas mais pobres da sociedade. Diante deste cenário, o objetivo geral do trabalho é analisar as concepções de pobreza que permeiam a ação profissional do psicólogo na assistência social, no contexto das políticas de combate à pobreza em municípios do interior do Rio Grande do Norte. Tal objetivo coaduna-se com os propostos pelo Grupo de Trabalho Pobreza e Políticas Sociais ao propor, a partir de compreensão de pobreza como uma das manifestações da "questão social", situar os discursos dos psicólogos acerca desse fenômeno e analisa-los considerando suas potencialidades e/ou limites ao sustentar práticas voltadas para as população pobres e extremamente pobres. Com relação ao método, a coleta ocorreu por meio da realização de entrevista semi-estruturada com 17 psicólogos atuantes em CRAS em municípios de pequeno e médio porte no estado do Rio Grande do Norte. As informações foram sistematizadas, utilizando, de acordo com as exigências de análise, o software QDA Miner v.3.2 (Qualitative Data Analysis Miner). Os resultados encontrados indicam que os psicólogos concebem a pobreza, prioritariamente, ou como condição natural ou como resultado do conformismo (em termos psicológicos, falta de disposição individual) das pessoas que as impede de lutar por melhores condições de vida. Esse discurso, corrente no senso comum, é extremamente funcional à lógica neoliberal de culpabilização e responsabilização do indivíduo pela sua condição de pobreza, em que restam as políticas sociais apenas intervir pontualmente, focalizando os mais pobres entre os pobres, de forma a oferecer condições mínimas para serem capazes sozinhos de competir no mercado de trabalho. É no mínimo preocupante constatar que há uma transposição quase que imediata de concepções conservadoras sobre a pobreza para o campo do saber fazer psicológico. Não porque o psicólogo devesse ter o privilégio de ser um conhecedor crítico e reflexivo sobre a pobreza, mas principalmente por ele figurar na atualidade como um dos profissionais de referência da principal política de combate à pobreza. É, portanto, urgente que os profissionais diretamente envolvidos com esta questão evitem análises superficiais e naturalizadas da pobreza, priorizando uma reflexão mais séria e aprofundada

sobre a questão, ancorada em elementos analíticos, construídos empírica e teoricamente, sejam quais foram os referenciais analíticos e políticos a que estão vinculados.

Assistência Social e pobreza: uma problematização arqueológica das conferências nacionais de assistência social

Felipe Chittoni, Felipe Augusto Leques Tonial, Tielly Rosado Maders

Atualmente, é possível reconhecer avanços obtidos a partir do reordenamento da Assistência Social no país, - movimento que ganha relevo a partir da constituição de 1988, e tem na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na constituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) uma expressão institucional. No entanto, embora relativamente recente, a direção do reordenamento da Assistência Social no país é objeto de crítica quanto ao seu movimento de focalização.Estas críticas se dirigem, fundamentalmente, ao enfraquecimento do debate em torno de alguns princípios fundamentais à concepção de Política social e Seguridade presentes na Constituição de 1988, na qual não se tratava de "combater a pobreza", mas de configurar políticas destinadas a assegurar direitos e o caráter universalista dos mesmos. Assim, observamos que o sistema de proteção social brasileiro continua universal do ponto de vista do marco legal, mas que, no entanto, tal concepção não conhece existência real, pois o que verificamos é uma crescente tendência de que a política social seja algum tipo de ação voltada para os 'pobres' ou 'excluídos' e que, por isso, deve ser focalizada. Muitas são as definições de pobreza, assim como é aberto o dissenso quanto às formas de qualificá-la, e quantificá-la, em diferentes países.Em linhas gerais, as abordagens se situam em duas correntes principais:por um lado, temos as perspectivas ligadas às abordagens de subsistência ou de pobreza absoluta, definidas a partir de critérios monetários objetivos e precisos; de outro, a pobreza é compreendida como objeto multidimensional, em que se assume a complexidade das experiências no centro da sua análise. A ofensiva neoliberal da década de 90 encontra seu ápice em um conjunto de medidas conhecidas como o Consenso de Washington - subordinação do político ao econômico, através da liberalização dos mercados nacionais ao capital estrangeiro, privatizações e redução dos gastos em políticas sociais Neste movimento, instituições internacionais ,como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, elaboraram relatórios avaliativos e propositivos em relação à questão da pobreza no mundo. O modelo para o enfrentamento da pobreza proposto por estas agências encontra no pensamento do economista liberal, laureado com o prêmio Nobel, Amaryta Sen, seu principal esteio teórico. A perspectiva de Sen defende

que a pobreza apenas pode ser superada a partir do estabelecimento de condições de "Igualdade" em uma determinada sociedade; esta igualdade seria atingida pelo desenvolvimento de capacidades individuais através do empoderamento das famílias e dos indivíduos , e não por transformações sociais do modo de produção e distribuição da riqueza Esta perspectiva passa, então, a ocupar um espaço central no redesenho da política de Assistência social no Brasil. Durante o início da primeira década do séc. XXI, a partir da primeira administração do governo Lula, o reordenamento da Assistência Social no país começa a ganhar contornos mais claros quanto ao seu movimento de focalização com o surgimento do Programa Bolsa Família, o qual é pautado pela adoção da 'linha da pobreza'. Ainda, é neste período que são delineados os eixos conceituais-operativos que viriam a nortear o trabalho na assistência social, estabelecendo a matricialidade familiar como principal estratégia metodológica de enfrentamento da pobreza.. Desta forma, o foco das ações deve ser pautado pelo desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas das famílias que, a partir de seu empoderamento e da conquista de autonomia, realizariam a sua função protetiva. Trata-se, portanto, de possibilitar estratégias de integração ao mercado – concebido como a instância natural de regulação da sociabilidade. O relatório da 1ª. Conferência Nacional de Assistência Social (1995) nos indica que as discussões centravam-se prioritariamente ao redor da universalização dos direitos sociais e na operacionalização da garantia destes direitos. O relatório da mais recente Conferência Nacional (8ª./2010) sinaliza um grande deslocamento de perspectiva a partir da qual as questões são tratadas, justamente, a partir da pobreza , que neste momento encontra na estatística da linha mundial da pobreza um de seus suportes de saber, e na Política de Assistência Social, a principal estratégia governamental para seu enfrentamento. Assim, seguindo a arqueologia proposta por Foucault como estratégia de problematização, nos perguntamos: estamos sendo convocados a governar os pobres? Neste trabalho analisamos as condições de possibilidade para a emergência da pobreza como objeto no discurso, e seus suportes de saber. Ou seja, entramos na cena da disputa da verdade sobre a pobreza no Brasil quanto a sua relação com a (bio) política de assistência social. Um pequeno esforço que fazemos para compreender: afinal, o que significa " um país rico é um país sem pobreza"?

Concepções sobre pobreza, voluntariado e diferença de voluntárias e voluntários em Florianópolis

Camila Gastelumendi

Este trabalho apresenta o relato de pesquisa em andamento da dissertação da primeira autora orientada pela segunda autora, cujo objetivo é compreender e analisar quais são as concepções de voluntárias/os de instituições em Florianópolis sobre as categorias pobreza, voluntariado e diferença, e elencar esses significados às interações que as/os voluntárias/os estabelecem com as pessoas que assistem. Escolhemos o grupo de trabalho 21: Pobreza e políticas sociais, pois promove reflexões e problematizações sobre as concepções de pobreza, sua relação com as políticas públicas de assistência, com as ações de promoção dos direitos sociais, e, sobretudo com práticas cotidianas como o voluntariado. O eixo temático é "Estado, Democracia e Movimentos Sociais" pois acolhe estudos relacionados a intervenções de organizações formais em contextos comunitários. Com relação à orientação teórica, concebemos a pobreza como uma condição gerada pela estrutura capitalista cuja base é a desigualdade social. Consideraremos autores que definem pobreza, aquele que propõe o modelo das capacidades, Amartya Sen, para entendê-la e outra autora Ana Paula Mauriel, que o questiona, permitindo ampliar a concepção deste fenômeno, associando-o às condições estruturais que o mantém. Com relação ao voluntariado em contextos de pobreza, propusemos esta definição: a realização de ações frequentes e articuladas, dentro de uma instituição, com a intenção de melhorar ou favorecer um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Autores da América Latina contribuem em compreender o voluntariado atual na nossa região, levando em conta as nuances e origens dos conceitos relacionados ao voluntariado como caridade e solidariedade, como propõe Sandra Caponi e Cynthia Sanborn. Realizaremos articulações com a teoria antropológica da dádiva, proposta por Marcel Mauss, a partir da perspectiva de autores contemporâneos que serão utilizados para compreender a tríplice obrigação do dar, receber e retribuir e sua relação com o voluntariado urbano na contemporaneidade. Algumas teorias sobre a diferença de autras feministas serão consideras. Na atualidade, o termo interseccionalidade compendia as articulações das categorias de diferenciação, como aponta Adriana Piscitelli. Por outro lado os conceitos "redistribuição" e "reconhecimento" sintetizam os dois dilemas éticos da atualidade: distribuição económica e de aceitação das diversidades, centrais na compreensão das diferenças atuais, como classifica Nancy Fraser. Finalmente, explorar a composição das diferenças como desiguais-verticais ou como diversas-democráticas, faz parte desta pesquisa, como ressalta Avtar Brah. Dentro da psicologia social crítica e comprometida brasileira, vamos nos centrar num olhar inclusivo e integrador proposto por Silvia Leser de Mello e Bader Sawaia, com relação às práticas e concepções do/a psicólogo/a social no que diz respeito aos sujeitos em condições de pobreza, procurando sempre evitar que a diferença resulte em desigualdade

ou inferioridade, postura que caça com os direitos humanos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca dar relevo às vivências dos sujeitos de pesquisa procurando entender o fenômeno estudado nas suas múltiplas dimensões. A metodologia é de inspiração etnográfica, a qual procura compreender a complexidade de significações contidas nas interações sociais no fenômeno estudado e coloca ao/a pesquisador/a no centro da interação com seus sujeitos de pesquisa, como apontam antropólogos como Claudia Fonseca e Gilberto Velho. Nesta investigação foram realizadas diversas visitas ao campo de pesquisa –instituições de combate à pobreza em Florianópolis– registrando as impressões da pesquisadora num diário de campo. Foram escolhidos 10 informantes os quais foram entrevistados/as. As entrevistas foram gravadas e transcritas, e no momento atual estão em mãos dos/as entrevistos/as com o intuito de possibilitar o acesso a seu próprio discurso. Até o momento da escrita deste resumo, as entrevistas e diários de campo ainda não foram analisados a fim de obter os resultados, porém alguns elementos comuns começam a aparecer. Estes são: crítica à criminalização da pobreza; o desejo de realização pessoal; a necessidade de ocupar o tempo livre; a caridade cristã como motivação para ajudar; a busca de uma sociedade justa e inclusiva; ou a indignação diante da inação do Estado. Esta pesquisa encontra-se em andamento, portanto até o momento só é possível relatar algumas considerações finais. A psicologia é uma disciplina que ao dialogar com outras ciências humanas e sociais pode conseguir compreender os sujeitos que estuda, pois estes estão inseridos em dinâmicas sociais mais amplas que os contem e os definem. Entender e analisar como voluntários/as significam a pobreza, sua ação e sua relação com os assistidos, permite construir um olhar crítico sobres essas práticas e promover um melhor entendimento das consequências das ações e da possível efetividade do combate à pobreza.

Espiral hermenêutico: uma proposta dialógica para a construção de conhecimento

Nathalia Amaral Pereira de Souza, Aline Accorssi

Neste trabalho buscamos refletir, a partir da perspectiva interacionista da Teoria das Representações Sociais, sobre a relevância da categoria dialogicidade na construção de práticas de pesquisas no campo das ciências sociais. Nossa reflexão é construída em dois momentos. Primeiro, discorremos acerca de diferentes elementos epistemológicos e ontológicos que fundamentam e, inclusive, nos alertam no sentido de criar práticas de pesquisa crítica, com vistas à produção de espaços emancipatórios. Segundo, apresentamos uma proposta metodológica intitulada espirais hermenêuticos. Nela se pretende elaborar diferentes níveis interpretativos através da produção compartilhada dos dados de pesquisa. Deste modo se diluem

fronteiras entre pesquisadoras e pesquisandas. Em linhas gerais, a primeira etapa do processo de pesquisa caracteriza-se pela realização de entrevistas narrativas, depois a sistematização e criação, por parte das pesquisadoras, de uma história resumida (que pode ser comparada a um conto) que reflita a vida da entrevistada e, posteriormente, a apresentação do material à pesquisanda, para, então, rediscutir as múltiplas nuances que a levaram a ocupar certos lugares sociais ao longo de sua vida. De posse de um conjunto de histórias e de discussões com as entrevistadas, passaremos para a construção da segunda etapa do método. Neste momento, as mesmas histórias (tendo a privacidade reservada) serão apresentadas e rediscutidas com outras mulheres através da realização de círculos epistemológicos, para mais uma vez se estabelecer processos interpretativos sobre os lugares materiais e simbólicos sobre o mundo feminino. Esta prática metodológica tem sido desenvolvida a partir de dois estudos: o primeiro no âmbito da pesquisa Retratos Identitários, Gênero e Pobreza (Fapergs), que trata sobre os diferentes papéis sociais que as mulheres em situação de pobreza socioeconômica têm ocupado nos dias atuais- e o segundo na pesquisa Possibilidades e limites no rompimento do ciclo de violência contra mulheres (CNPq), em que se busca mapear algumas políticas públicas voltadas à proteção de mulheres em situação de violência doméstica, bem como estratégias de enfrentamento das situações vivenciadas por elas utilizadas. A proposta inspira-se nas contribuições do que atualmente tem sido chamado de Paradigma do Oprimido ou Civilização do Oprimido e, até mesmo, o que Boaventura de Sousa Santos tem sugerido em relação à perspectiva pós-colonial. Ao concordarmos com tais autores que indicam que é a partir das margens, das periferias, do lugar que os oprimidos ocupam na sociedade, que as estruturas de poder e de saber são mais visíveis, nosso processo de pesquisa procura romper com antigos e tradicionais modelos do fazer científico. Em nosso ponto de vista, tal metodologia traz elementos desafiadores e inovadores em termos de produção de conhecimento para o campo acadêmico.

Gênero, pobreza e trabalho

Carla Nunes Weber, Aline Accorssi

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre como a situação de pobreza socioeconômica impacta e se relaciona com os múltiplos papéis sociais femininos que as mulheres no mundo contemporâneo estão envolvidas e protagonizam em especial os vinculados ao campo do trabalho. Esta reflexão justifica-se uma vez que o fenômeno da pobreza é vivenciado com maior frequência e intensidade entre mulheres, o que tem sido amplamente discutido com o termo "feminilização da pobreza". Embora nas últimas décadas houve um incremento significativo

do número de mulheres no mercado de trabalho formal e informal, o salário médio segue inferior ao do homem. Soma-se a isto o fato de que as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas, cuidados com os filhos e com outros familiares, representando um acúmulo de responsabilidades para as mesmas. O estudo é parte de uma pesquisa maior, intitulada Retratos Identitários, Gênero e Pobreza (Fapergs). Como perspectiva metodológica, utiliza uma estratégia inovadora chamada "espirais hermenêuticos". Tal método pressupõe a produção compartilhada de informações e gera diferentes etapas interpretativas que se articulam em contínuos movimentos de transformação do conhecimento produzido. São elas: coleta de narrativas, síntese do material, apresentação e discussão com cada participante e, finalmente, reflexões com grupos em círculos epistemológicos. A proposta inspira-se nas contribuições do Paradigma do Oprimido ou Civilização do Oprimido associado à perspectiva pós-colonial. Até o momento foram entrevistadas quatro trabalhadoras, duas provenientes de cooperativas de reciclagem e coleta seletiva e outras duas integrantes de projetos sociais de geração de trabalho e renda. Todas as informações geradas pelos espirais hermenêuticos foram categorizadas por temas e estão em processo de análise a partir do referencial que sustenta o estudo. Os resultados preliminares expressam o sofrimento psíquico ou dor existencial decorrente das dificuldades cotidianas. Por um lado, nos alertam para o fato de que tais situações podem gerar o enfraquecimento gradual dos laços sociais com a sociedade e família. Mas, por outro, apontam a existência de uma capacidade de resistência e superação presente em tais mulheres, que lutam pela superação das desigualdades na relação gênero-pobreza e trabalho.

Implicações psicossociais da seca em moradores da zona rural na região Nordeste

Carla Evelline de Sousa Camurça, Verônica Morais Ximenes, Alana Braga Alencar, Elívia Camurça Cidade

O interesse pela apresentação deste estudo surge frente à necessidade de dialogar com a comunidade acadêmica a realidade atual que a região Nordeste está vivenciando, com o agravamento do fenômeno da seca, que no ano de 2013 chega a ser considerada como a mais grave dos últimos cinquenta anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013). A seca ocasiona impactos sociais, econômicos e psicológicos. Trazemos a proposta de uma discussão teórica com um olhar histórico-crítico percebendo a relação intrínseca entre seca, saúde mental e o tema proposto do Grupo de Trabalho de Pobreza e Políticas Sociais, especificamente no eixo temático de Saúde, por abordarmos no bojo da proposta de discussão as implicações

psicossociais da seca na saúde mental do povo nordestino. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) no Brasil existem 16,2 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza e que 59% destas pessoas estão na região do Nordeste, sendo 52% na zona rural. A escassez das chuvas faz com que os trabalhadores e as famílias sofram penosamente com os fenômenos sociais da fome, da sede, da desnutrição, da miséria, da pobreza, do desemprego, da falta de oportunidades e da desigualdade social. Bruna e Pisani (2011) elaboraram um mapa de risco para acidentes naturais, associando as mudanças climáticas à pobreza. No referido estudo, é possível perceber que o ciclo de mudanças climáticas incide negativamente sobre a população pobre, tendo em vista que é a que mais sofre com os acidentes naturais, aumentando ainda mais a situação de pobreza e a vulnerabilidade social. A partir da concepção de pobreza multidimensional (SEN, 2000) e de estudos multidisciplinares desenvolvidos, que trazem as dimensões de saúde, educação, habitação, lazer, segurança e padrão de vida, é possível perceber a importância de refletir, de modo aprofundado, sobre as dimensões subjetivas dos sujeitos que vivenciam a situação de pobreza. Accorssi (2011) afirma que a pobreza pode ser concebida em dois planos: socioeconômico, que implica em uma experiência material da pobreza (privação alimentar e de bens de consumo, inserção precoce no trabalho, perpetuação da pobreza ao longo das gerações), e moral e cultural, que se relaciona com histórias pessoais marcadas pelos estigmas, pela exclusão, pelo descaso social e humilhação. Cidade, Moura Junior e Ximenes (2012) compreendem que em uma sociedade onde a pobreza impera existem formas singulares de estruturação do psiquismo e relacionaram categorias psicológicas emergentes em condições de pobreza, tais como: Ideologia de Submissão e Resignação (GÓIS, 2008); Cultura do Silêncio e Identidade do Indivíduo Pobre (FREIRE, 1980); Fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 1998). A partir das implicações psicológicas da pobreza, percebemos que os impactos da seca podem trazer implicações psicossociais no modo de vida e na saúde mental dos sujeitos moradores de comunidades afetadas. O objetivo desse trabalho é discutir as implicações psicossociais da seca na saúde mental. Então, perguntamos: Como se dão as implicações psicossociais da seca na saúde mental nos moradores de comunidades rurais na região Nordeste? É importante evidenciar que as comunidades rurais sofrem com maior frequência e intensidade os impactos da seca, a vulnerabilidade social, a falta de emprego, a impossibilidade de produzir para o autossustento, a desigualdade social e a carência de políticas públicas que nem sempre conseguem chegar com facilidade. Segundo Siqueira e Morais (2009), as mudanças climáticas que causam degradação ao meio ambiente têm relação direta com os comprometimentos na saúde física, nos transtornos psicológicos e

psiquiátricos, assim como na desintegração social. Para Favero (2012), a seca é um "evento" que potencializa a situação de vulnerabilidade social, pois está associada a perdas financeiras e materiais, além de perdas de recursos naturais que causam consequências relevantes no bem-estar e saúde psicológica de quem a vivencia, em especial aos moradores de comunidades rurais, assim como traz prejuízos significativos sobre a saúde ao interferir nas dimensões depressão, autoeficácia e autoestima. McMichael et al.(2010) referem que os eventos climáticos extremos, tais como o fenômeno da seca, representam um risco a saúde pública e problematiza o aumento da taxa de suicídio. O autor acrescenta que as crianças são mais vulneráveis à ansiedade e à insegurança, enquanto que os adultos podem vir a fazer uso abusivo de álcool. Estimativas do Ministério da Saúde apontam que no Brasil, 23 milhões de pessoas (12% da população) necessitam de algum atendimento em saúde mental e que pelo menos 5 milhões de brasileiros (3% da população) sofrem com algum tipo de transtornos mentais (BRASIL, 2008), sendo os mais recorrentes a depressão, suicídio, transtornos de ansiedade, dependência de álcool e drogas, além de problemas relacionados à saúde mental das crianças. Concluímos que as mudanças climáticas extremas influenciam de forma relevante a saúde mental de toda comunidade atingida, pois agravam a situação de pobreza e risco social e colocam os sujeitos atingidos em situação de insegurança material e psicológica. Neste sentido, seus impactos sobre a população afetada não podem ser analisados como fatores independentes do contexto social, devendo, assim, ser visualizada a saúde mental da comunidade numa perspectiva psicossocial.

Internação Compulsória e um breve percurso histórico acerca das reformas urbanas

Cleisla Vilela Vilara, Luna Boccaletti Abdalla, Gabriela Vicchione Mariz Sarmento, Ágata Siqueira Salles, Renata Dahwache Martins

A internação compulsória como dispositivo clínico para usuários do crack no Rio de Janeiro é um tema debatido por muitos atores sociais. Estabelece-se atravessado por um emaranhado de posicionamento e críticas, que vão desde atuação do Estado nos "recolhimentos" até sua relação com o novo projeto urbano desenhado para a cidade; passando por sua questionável eficácia clínica e pelas denúncias realizadas pelas organizações civis das condições em que se dão estas internações. Neste sentido, a pesquisa procurou analisar criticamente as matrizes que compõem a trama intertextual desta prática, tendo como hipótese central a ideia de que a marginalização social atribuída ao crack se relaciona a formas intermitentes de exclusão social da miséria, historicamente amparadas por um corpo múltiplo de saberes ou do que é denominado por Foucault de "dispositivos disciplinares": rede heterogênea de discursos, instituições,

regramentos, proposições científicas e filosóficas, medidas administrativas, entre outras. Neste primeiro momento do trabalho foram então levantadas e comparadas através de textos históricos as condições gerais desta exclusão em dois momentos da reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro. A primeira, entre 1902 e 1906, empreendida pelo prefeito Pereira Passos durante o primeiro período republicano; e a segunda, contemporânea, empreendida pela atual administração da cidade.

Pobreza e suas implicações psicossociais

Verônica Morais Ximenes, Lorena Brito da Silva, Elívia Camurça Cidade, Carla Evelline de Sousa Camurça, Alana Braga Alencar

A pesquisa intitulada "Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária: avaliação psicossocial das comunidades do Bom Jardim (Fortaleza) e da Canafístula (Apuiarés/Ceará)", desenvolvida pelo Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará, tem como objetivos principais analisar como a pobreza está presente e se incorpora no desenvolvimento do psiquismo dos sujeitos, que vivem nessa situação, mediante seus sentimentos, pensamentos e ações, como também, avaliar as influências da pobreza na saúde das pessoas que estão nesse contexto. Utiliza-se uma metodologia mista, produzindo dados de natureza quantitativa e qualitativa, a partir do processo de inserção comunitária, da aplicação de questionários e da realização de grupos focais. O objetivo desta comunicação oral é compartilhar os resultados teóricos construídos na primeira fase da pesquisa, sobretudo as interlocuções entre pobreza e psicologia, buscando pensar a complexidade deste fenômeno e seus desdobramentos nos modos de vida e de significação das pessoas, fato esse que nos fez escolher o GT de Pobreza e Políticas Sociais e o eixo temático Estado, Democracia e Movimentos Sociais. Temos entendido a pobreza a partir de questões materiais, econômicas, ideológicas, simbólicas e psicológicas que marcam o modo de organização e significação da realidade cotidiana. Adotamos uma compreensão multidimensional (SEN, 2010), reconhecendo a diversidade das privações de liberdade: para além de aspectos alimentares e/ou financeiros, surgem situações que envolvem a liberdade básica de sobreviver, da igualdade de gênero, de acesso a serviços de saúde, de educação de qualidade, entre outras. Galindo e Ardila (2012) enfatizam a importância da tratar os aspectos sócio-econômicos, como também, os aspectos psicológicos do problema da pobreza. Assumimos uma perspectiva que questiona e descontrói uma concepção naturalizada de pobreza (ACCORSSI, 2011), evidenciando sua construção social e histórica e problematizando

o fato dos indivíduos encontrarem-se envoltos por "correntes ideológicas de marginalização e de culpabilização pela sua situação" (CIDADE, MOURA JÚNIOR, XIMENES, 2012, p. 89). É necessário, portanto, a Psicologia se apropriar do contexto da pobreza para poder desenvolver teorias e práticas que respondam às demandas da classe pobre. Contudo a pobreza, no âmbito das produções científicas brasileiras do campo psicológico, é geralmente teorizada de forma utilitarista, sem que haja ênfase no comprometimento ético e social por parte de seus autores (DANTAS, 2007). Com isso, a pobreza "é estudada nas tentativas de minimizar seus efeitos por meio das políticas sociais, cuja intervenção se situa sempre no nível das consequências, podendo refletir em práticas de caráter pontual e paliativo" (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010, p. 107). Como primeiros resultados da pesquisa, encontramos algumas categorias psicológicas que contribuem para problematizarmos e analisarmos tal fenômeno. A cultura do silêncio (FREIRE, 1980) envolve os modos de vidas, na qual os sujeitos apresentam-se como perpetuadores silenciosos das práticas de dominação imbricadas em seu cotidiano, indagando poucos os fatos e aceitando sua realidade como única possível. A Ideologia de Submissão e Resignação (GÓIS, 2003) se funda neste cenário, perpetuando o binômio dominação-opressão e correspondendo a lógica que define as condi¬ções e o modo coletivo de viver da classe oprimida, estando a população pobre assim, no lugar de subalterna, de serviçal e de incapaz de agir com consciência, autonomia. O fatalismo (MARTIN-BARÓ, 1998) que é um fenômeno psicossocial que apresenta-se como uma espécie de conformismo diante das condições deploráveis de existência, envolvendo a formulação de modelos explicativos que justificam a impossibilidade de transformação da realidade após inúmeros investimentos fracassados. Observa-se que apesar da rede de sig¬nificados culturais vinculados a uma Ideologia de Submissão e de Resignação, uma Cultura do Silêncio e uma Síndrome Fatalista, o ser humano tem a possibilidade de desenvolver seu psiquismo de modo mais inventivo e criativo. Sawaia (2009) e Góis (2008) apontam que embora existam estruturas cerceadoras de liberdade, o ser humano deve ser encarado como repleto de potencialidades, considerando seu valor e poder pessoal (GÓIS, 2003) e as possibilidades de mudança e de transformação. Assim, percebemos que o apoio social (VALLA, 1999, GRIEP, 2003) se caracteriza como um modo de enfrentamento das adversidades, apoio esse que provém de fontes diferentes, sejam elas institucional, religioso, familiar e comunitário. Diante de tais problematizações, concluímos que a população pobre encontra suas raízes de sub¬missão e conformismo na própria sociedade, visto que esta se estrutura de modo a reproduzir ideo¬logias, relacionamentos, instituições e atitudes que estão a serviço da permanência de uma realidade de opressão. Assim, pensar na

pobreza é descortinar os elementos ideológicos que marcam a construção social da nossa sociedade e que por vezes acaba por negar ou forjar as implicações materiais e simbólicas da vivência em condições de pobreza na construção do psiquismo humano. As relações complexas estabelecidas na vida cotidiana dos sujeitos em situação de pobreza, que desenvolvem estratégias cognitivas e afetivas para enfrentar as dificuldades inerentes à condição de privação, devem ser estudadas e apropriadas pelo campo da Psicologia.

Pobreza, fatalismo e insegurança: aspectos para a compreensão da juventude pobre

Elívia Camurça Cidade, Verônica Morais Ximenes

Este trabalho, oriundo da realização de pesquisa de conclusão de mestrado em psicologia, objetiva analisar as manifestações do fatalismo de jovens que vivenciam condições de pobreza. Considera-se a relevância de discussão das implicações psicossociais da pobreza na vida dos jovens como elemento fundamental para a proposição de políticas públicas condizentes, o que justifica a vinculação deste trabalho ao GT Pobreza e Políticas Sociais. Os jovens pobres, costumeiramente associados à vitimização pelo envolvimento com drogas, práticas ilícitas e atos violentos, experienciam no cotidiano inúmeros desafios como a necessidade de superação das adversidades e privações cotidianas e a busca pelo alcance dos ideais a eles destinados de obtenção de realizações pessoais e profissionais. A pobreza é aqui considerada sobre o ponto de vista multidimensional da Abordagem das Capacitações (SEN, 2000) como fenômeno que impõe limitações que reforçam experiências de constante insegurança. Trata-se de uma realidade que se expressa nos planos socioeconômico e moral e cultural, contribuindo com a disseminação de experiências de desconfianças, preconceitos, pré julgamentos e descaso social, além do estigma da desconfiança (ACCORSSI, 2011). Diante dos investimentos frustrados em mudar a realidade, a atribuição da responsabilização dos fenômenos cotidianos a uma entidade superior aparece como alternativa para lidar com o clima de tensão social e tem no fatalismo, enquanto fenômeno psicossocial relacionado ao aparente conformismo dos grupos e indivíduos com condições deploráveis de existência e com um regime de vida opressor (MARTÍN-BARÓ, 1998), a expressão das consequências danosas de viver em uma cultura da pobreza (LEWIS, 1969). A metodologia de natureza qualitativa foi desenvolvida junto ao Projeto Jovem Aprendiz, realizado pelo Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, localizado na periferia da cidade de Fortaleza (Ce). Foi realizado observação participante, dois grupos focais, estando presentes 6 sujeitos em cada ocasião, e autofotografia aliada à entrevista em profundidade com duas jovens que haviam participado dos grupos. Os dados gerados foram

analisados de acordo com a Análise de Conteúdo Temática de Laurence Bardin com auxílio do software de análise qualitativa Atlas TI 5.2. A análise das manifestações do fatalismo por jovens pobres foi possível mediante a consideração de que o fatalismo se manifesta por meio da tríade idéias, comportamentos e sentimentos, que assim como anunciado por Blanco e Díaz (2007), consistem em elementos para a análise das atitudes em psicologia social. Dessa forma, as manifestações do fatalismo dispõem sobre as atitudes fatalistas, compostas por aspectos ideacionais, comportamentais e afetivos. São, de acordo com o observado, expressões das idéias fatalistas dos jovens que vivem em condições de pobreza a expectativa do sucesso como algo resultante do esforço individual e da vontade divina, sendo ignorados os demais elementos contextuais influenciadores; a descrença nas instituições sociais; a diminuição dos esforços em intervir para transformar a realidade e a construção de propósitos de vida diretamente ligados às aspirações pessoais, em detrimento da busca pelo alcance de ideais sociais. Sob o aspecto comportamental, estariam a calma aparente, o silenciamento diante de situações desagradáveis e a diminuição da tomada de iniciativa. Estariam relacionados aos afetos o distanciamento emocional dos jovens de situações do cotidiano recorrentes e incômodas; o uso da ironia em detrimento do diálogo problematizador e o receio de expressar os sentimentos. Percebe-se que os modos de vida dos jovens pesquisados, forjados em situações que perpetuam experiências de privação, abandono, agressão, vulnerabilidade e risco, favorecem a vivência pelos jovens de um clima de constante insegurança. Trata-se de uma sensação de estar inseguro não apenas em relação aos próprios rendimentos, mas também de ser convencido, sob as mais variadas formas, de ser incapaz, de estar à mercê dos recorrentes assaltos, de conviver com vizinhos usuários e traficantes de drogas. É a insegurança comum a guerra psicológica (MARTÍN-BARÓ, 1995, 1998), responsável pela instalação do trauma psicossocial (MARTÍN-BARÓ, 1988, 2003) e pela perpetuação do estresse continuado da pobreza (GOIS, 2008). Os jovens vão sendo inseridos em uma trama social que corrobora para o distanciamento das questões sociais, quer seja pela busca da sobrevivência ou pelos recorrentes investimentos frustrados em proferir uma mudança da realidade. A instalação da guerra psicológica faz com que os sujeitos construam lógicas randômicas e dissonantes dos reais fatores. A atribuição da responsabilidade dos fatos passa, então, a ser de uma entidade divina, elemento apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico oriundo da insegurança de viver na pobreza. Instaura-se um processo progressivo de individualização do social, que auxilia na instalação da culpabilização psicológica dos indivíduos. Estes passam a se sentir responsáveis pelas situações adversas e injustas à medida que se sentem incapazes de transformar a realidade. Tal fato contribui para

propagação da ideologia de culpabilização do pobre, baseada na elaboração e propagação de estereótipos da pobreza. O desenvolvimento de práticas pautadas na práxis de libertação aparece como possibilidade de trazer os jovens à reflexão e ao diálogo sobre os reais fatores impulsionadores das manifestações fatalistas. Agradecimentos à CAPES.

Pobreza: uma nova categoria para a Psicologia?

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim, Mariana Alves Gonçalves, Marcela Montalvão Teti, Carmelita de Souza dos Santos Motta

Este trabalho tem como objetivo discutir a circulação do conceito de pobreza nas produções de Psicologia, partindo de algumas questões: em que espaços é possível encontrar reflexões sobre pobreza na Psicologia? Trata-se de uma nova categoria de estudo, pesquisa e intervenção para a Psicologia? Nos últimos anos, percebe-se que a Psicologia tem abordado diretamente este tema, não só como um contexto ou uma característica da população com a qual lida, mas como um objeto de estudo em si. Na década de 1970, a Psicologia começa a ser tomada por uma série de problematizações que buscavam indagá-la tanto quanto aos seus rumos como um campo de saber, como também quanto as consequências do que havia produzido até então como uma prática social. A partir deste contexto, o tema da pobreza tangenciava os trabalhos que reivindicavam um redirecionamento da prática psicológica para as maiorias populares e seu deslocamento e inserção em determinados espaços onde ela se encontrará com a pobreza: periferias, favelas ou comunidades. Este também aparecia nas produções em Psicologia quando estas tratavam, por exemplo, dos atendimentos a populações pobres, crianças ou adolescentes em situação de rua ou pessoas em risco ou vulnerabilidade social. Ou seja, a partir de determinado momento pobreza é uma das condições que caracterizam a população com a qual a disciplina deve lidar ou os espaços para onde ela deve dirigir sua intervenção, mas não é em si um foco de estudo da Psicologia como ciência e profissão. Agora, esta categoria ganha centralidade nas produções da área e tem sido alvo de tentativas de definição e caracterização. Por que este tema começa a ser um foco de debate em algumas produções da Psicologia? Nos anos 2000, 45% dos psicólogos estão inseridos no campo do bem-estar social. Deste contingente, a maior inserção é na política de assistência social, cujo principal enfrentamento são as condições de pobreza da população. Neste âmbito, o psicólogo representa 15% dos trabalhadores, a segunda categoria profissional de maior expressão. Assim, constata-se um crescimento exponencial de psicólogos inseridos neste campo e um acirramento do encontro entre a Psicologia e a pobreza, considerando que ao operarem as políticas de assistência social

estes profissionais necessariamente terão que lidar com as condições materiais de vida da população. A princípio constata-se a circulação desse tema em três domínios: na articulação da Psicologia com as Políticas Sociais, em especial com a Assistência Social; na Psicologia Social Comunitária e na Psicologia Positiva. Discute-se como o tema da pobreza é tratado nesses espaços e quais são suas consequências para as intervenções sociais da Psicologia nas políticas sociais e em contextos comunitários. Indica-se três linhas de discussão ao estudar a circulação do tema da pobreza na Psicologia: o debate sobre os determinantes históricos e sociais da condição de pobreza e as possibilidades de intervenção da Psicologia nestes determinantes; a psicologização ou individualização do conceito para que seja possível intervir sobre ele a partir de categorias psicológicas e a reflexão sobre o próprio conceito de pobreza presente nestes domínios, tendo em vista que este orienta a intervenção social que será realizada.

Processos de subjetivação e resistência em uma comunidade situada no contexto sucroalcooleiro alagoano

Paulo dos Santos Nascimento, Simone Maria Hüning, Aline Kelly da Silva

Nosso objetivo é apresentar e discutir os resultados da pesquisa "Processos de subjetivação e resistência no contexto da monocultura da cana-de-açúcar em Alagoas", realizada entre os anos de 2010 e 2012, com financiamento do CNPq. Considerando-se a importância que a monocultura da cana-de-açúcar possui em Alagoas e seu impacto na produção da realidade social e econômica contemporânea, bem como as escassas pesquisas no campo das Ciências Sociais e Humanas sobre esse contexto, o estudo investigou processos de subjetivação e estratégias de resistência de moradores de uma comunidade situada no território de uma usina sucroalcooleira em um município alagoano. O trabalho relaciona-se ao GT Pobreza e Políticas Sociais por tratar-se de estudo sobre uma realidade diretamente impactada pelos efeitos da concentração/exclusão econômica de determinados grupos e das estratégia desenvolvidas no setor sucroalcooleiro, de fixar como moradores dos territórios das usinas os trabalhadores, em condições bastante precarizadas. Nesse sentido engloba uma análise da produção da desigualdade social e econômica em Alagoas, aos mesmo tempo em que busca evidenciar as estratégias de subjetivação e resistência empreendidas por pessoas que vivem, na atualidade, o efeito de um processo histórico de concentração econômica em torno da monocultura da cana-de-açúcar, e recentemente, das usinas sucroalcooleiras. Seguindo as pistas do método cartográfico e operando com as ferramentas teórico-conceituais de Michel Foucault, buscamos dar visibilidade a algumas formas de experiência e processos de subjetivação produzidos em

tais territórios. Realizamos quatro entrevistas com dois trabalhadores de setores da usina e três familiares de trabalhadores – também moradores da comunidade –, além de uma roda de conversa com outros cinco trabalhadores. Utilizamos a gravação em áudio e a escrita de notas de campo para registrar e analisar as atividades desenvolvidas nas visitas realizadas à comunidade. Destacou-se o modo como essas pessoas estabeleceram uma clara distinção entre o mundo da comunidade, da usina, e o mundo "lá fora". O trabalho na usina, condição para moradia na comunidade, é um dos principais vetores de subjetivação identificados em nossa pesquisa. Entre os trabalhadores, e mesmo entre os familiares entrevistados que não trabalham na empresa, a referência ao mesmo foi feita pontuando situações de violência no que se refere à falta de equipamentos adequados que por vezes leva a "acidentes", à negligencia de diversos direitos trabalhistas e às humilhações frequentes impostas aos trabalhadores. Paradoxalmente, ainda que o trabalho na usina seja percebido como fonte de sofrimento, adoecimento e humilhação, é também pelo trabalho que eles afirmam constituir-se e encontrar reconhecimento. A cidade é vista pelos participantes do estudo como sinônimo de violência, enquanto a sua comunidade significa tranquilidade e proteção contra o mundo "lá de fora". Outro importante vetor de subjetivação na comunidade é a religiosidade: há cinco igrejas de diferentes religiões, o que nos fala da presença marcante da religião nesse local. As principais estratégias de resistência identificadas foram: saída do território da usina para diferentes finalidades, bem como a tentativa de dar melhores oportunidades de estudo e trabalho para os filhos fora da usina. Além disso, identificamos também a confrontação a superiores na hierarquia trabalhista e a certas práticas psicológicas (como palestras e dinâmicas de grupo). Outra estratégia refere-se à recusa em trabalhar nos canaviais e à busca por outras oportunidades de trabalho. Compreendemos que, embora o território em questão seja atravessado pela exploração e pela violência nas relações trabalhistas, os sujeitos nele inseridos têm possibilidades de resistência que se concretizam em algumas formas de enfrentamento às relações de poder instituídas no cotidiano, especialmente no que diz respeito aos modos de vida na comunidade. Além disso, têm conhecimento de seus direitos como trabalhadores e cidadãos e calculam quais são as escolhas que consideram adequadas em suas trajetórias de vida. A possibilidade de falar, refletir e objetivar situações cotidianas, não apenas com os pesquisadores, mas com outros moradores, como na roda de conversa, o surgimento dos tensionamentos produzidos pelo medo e seu enfrentamento, compõem, juntamente com as estratégias já mencionadas, dispositivos para a produção de novas formas de significar a si e de resistir. Tanto esses movimentos como também as formas de violência e opressão engendradas

por esse sistema cultural, político e econômico secular de Alagoas precisam ser mais visibilizados para que possam ser mobilizadas formas de intervenção e apoio que possibilitem mudanças nas condições de vida dessas pessoas, cuja posição de fragilidade no campo social é proveniente da própria história de nossa colonização e dos caminhos tomados para o desenvolvimento econômico do Estado, desvinculados do seu desenvolvimento social. Quando nos falam que o mundo da usina é mais seguro do que o "mundo lá fora", o que se denuncia não é apenas uma condição dessa comunidade, mas é também um Estado que se faz ausente para aqueles que ousarem viver suas vidas para além dos domínios da segurança oferecida na propriedade das usinas, sob a proteção e o comando dos usineiros.

Programa Bolsa Família em Florianópolis: gênero e pobreza

Mara Coelho de Souza Lago

Essa pesquisa sobre o Programa Bolsa Família em Florianópolis, relacionada a uma investigação internacional sobre Programas de Transferência Condicionada de Renda (PCTR) proposta pelo Dr François-Xavier Mérrien, da Universidade de Lausanne, foi realizada por equipe interdisciplinar composta por professoras e alunas/os selecionados em Chamada Pública pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), ligadas/os aos Departamentos de Psicologia, Serviço Social e Sociologia, da UFSC. Para a realização do trabalho de campo foram escolhidos quatro bairros da cidade, dois na Ilha e dois em sua parte continental, três deles (Tapera, Vila do Arvoredo, Monte Cristo) por apresentarem o maior número de famílias atendidas pelo PBF na capital, o quarto (Ponta do Leal), por suas condições peculiares. Com enfoque sobre questões de diferenciação social, gênero, raça/etnia, a pesquisa teve como objetivo analisar o significado, para as próprias mulheres titulares do BF (são as mulheres as titulares preferenciais deste PTCR), da inclusão de sua família no Programa. Dessa forma essa apresentação se relaciona diretamente à proposta do GT 21. Com relação ao Eixo Temático, destacamos dois: Trabalho; Cidade e Meio Ambiente. Foi realizada uma pesquisa etnográfica durante o ano de 2011 nos bairros selecionados, com observações dos moradores em seus espaços locais, registros em diários de campo e entrevistas livres gravadas. Foram entrevistados 27 sujeitos (25 mulheres e tres homens, com idades entre 72 e 21 anos). Os relatos dos sujeitos entrevistados, como costuma ocorrer numa abordagem etnográfica, extrapolaram as questões que respondiam aos objetivos específicos da pesquisa (a agência e autonomia das mulheres na família relacionada a suas decisões quanto ao uso do benefício; como utilizavam os recursos do BF; o que estes significavam em relação à renda familiar; se eram dirigidos aos filhos; quem se

encarregava do cumprimento das condicionalidades previstas pelo Programa; como eram informadas sobre o PBF; suas relações com agentes e agências mediadoras da inclusão no Programa e repasse do benefício, etc). Assim, suas narrativas envolveram as histórias de migrações à procura de novas oportunidades de trabalho (caso da quase totalidade das mulheres e homens entrevistadas/os, provenientes do estado de Santa Catarina, de outros estados e de outras regiões do país); o trabalho informal; o enfrentamento de situações de violência (muitas vezes a violência policial) nos agrupamentos das periferias urbanas; as lutas por moradia; as habitações construídas em áreas de risco; os preconceitos em função da raça e da condição de pobres, entre outras questões. Como outros trabalhos realizados entre as populações pobres da cidade de Florianópolis, que tem elevado IDH (índice de desenvolvimento humano) no ranking nacional, os resultados obtidos nesta pesquisa questionam o propalado mito da "Ilha da Magia", cuja qualidade de vida costuma ser alardeada nos sites voltados às atividades turísticas e às propagandas de empresas imobiliárias. A análise do material obtido com o trabalho de campo suscitou reflexões da equipe sobre a complexidade das vivências em situações de pobreza, o alcance das políticas públicas de redistribuição de renda, sua importância inegável, seu alcance. A pesquisa, envolvendo pesquisadoras, assistente de pesquisa e auxiliares de pesquisa provenientes de diferentes Departamentos de Ensino e de dois Centros da UFSC, proporcionou a todas/os as/os envolvidas/os uma valiosa experiência de trabalhos e trocas interdisciplinares.

Seguindo redes heterogêneas das políticas públicas de enfrentamento à pobreza

Jacy Correa Curado

A proposta a ser apresentada nesse grupo de trabalho é uma síntese da pesquisa de doutorado realizada por Curado (2012) no Programa de Estudos Pós Graduados em Psicologia Social da PUC de São Paulo intitulada "Multiplicidade de 'Pobrezas' nas Redes Heterogêneas das Políticas Públicas Contemporâneas". A pobreza como tema da pesquisa aqui é entendida como múltipla e complexa, e performada por uma rede de materiais heterogêneos das políticas públicas de enfrentamento à pobreza. A partir de um intrigante diálogo com a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2008) buscamos compreender como os elementos interagiam nessa rede pesquisada, entendendo que todos eles poderiam transformar e interferir na compreensão desse processo. E foi inicialmente seguindo os cadastros e documentos que conseguimos tecer a rede. Na versão "A pobreza cadastrada : Não sem documentos ! descrevemos a importância do cadastro para os modos de fazer política pública contemporânea, ele é a porta de entrada e saída do Programa Bolsa Família, e é por meio dele que se produz informações e se conduz ao acesso,

bloqueio ou cancelamento do benefício, e é quem fornece dados para a produção das estatísticas que definem as metas governamentais. Em conversa com uma gestora da assistência social, ela confirma que o cadastro não é uma novidade na área, mas sua centralidade sim: […] as políticas atuais giram em torno do CAD Único, ainda existem visitas, reuniões socioeducativas, mas todas direcionadas ou a serviço do Cadastro " (CURADO, 2012, pg.117). Os documentos, por outro lado, atuam como alimentos aos cadastros, pois cadastros sem documentos não tem vida, são folhas em branco. Sem documentos, não existe a mínima condição de ser considerado um usuário ou beneficiário de uma política social. Na versão "A pobreza calculada vira estatística" aprendemos que uma simples mudança no critério do valor da renda estabelecido para concessão do benefício gera novos programas com novos repertórios, metas e formas de gestão. Por isso, é tão importante entender essas versões como seres vivos, que atuam e se modificam gerando materialidades e socialidades com seus repertórios específicos que permitem às políticas públicas falar de pobreza. Quando tratam de pessoas pobres, geralmente se referem a "população" que é uma das formas de governamentalização da pobreza, em que pessoas são pensados em termos de milhares, centenas e não em decimais ou no singular e também os dados são apresentados por meio de um saber especifico e especial, que são as "estatísticas", que cumprem o papel de instrumentalizar a racionalidade de governo e dar forma à população. A opção por determinados indicadores sociais, por sua vez, interferem nos critérios de definição desse beneficiário. A decisão de priorizar o cálculo da renda per capita familiar como critério de inclusão social, o torna o fator capaz de incluir, excluir, bloquear e cancelar um beneficiário do Programa Bolsa Família. Se fossem assumidas outras versões de pobreza que tomassem em conta a questão da cidadania, da democratização da sociedade, da garantia e acesso aos serviços e bens necessários para uma vida mais digna e menos desigual como critério de inclusão, a política de enfrentamento à pobreza teria outro desenho e modo de funcionamento. Em a "Pobreza controlada : a informatização do controle !" descrevemos como os sistemas de controle informatizados orientam e moldam as práticas de intervenção social das equipes de técnicos envolvidos na gestão do Programa. As tradicionais visitas domiciliares são realizadas somente quando solicitadas a partir das informações dos sistemas virtuais de controle. Neste caso, uma instituição bancária é central no controle da situação familiar em relação à frequência escolar, vacinação das crianças e realização do pré-natal da mulher. A saída do programa não se dá necessariamente pela inserção no mercado de trabalho, pela geração de renda, pelo acesso à credito, à serviços e garantia de direitos previstos como ações complementares do programa. Portanto, reduzirão índices de pobreza, alcançarão metas governamentais, sem, no entanto,

acabar com a pobreza! Apresentamos aqui uma alternativa de pensar a política pública por meio da Teoria Ator-Rede, que assume não existir "a" política pública, mas uma rede híbrida, produto de múltiplos processos de associações em que participa uma diversidade de elementos heterogêneos. Essa forma de pensar a política pública nos leva a uma virada para a ação, com foco na prática dos acontecimentos, pois só assim, de forma situada, foi possível reafirmar o pressuposto de que as políticas públicas são efeitos de uma rede heterogênea de elementos humanos e não-humanos em interação, produzidas por uma multiplicidade de versões de pobrezas conflitantes que disputam espaço e consolidação nas políticas públicas. Ter uma compreensão do funcionamento das redes heterogêneas, seus produtos e efeitos, tornaria o (a) psicólogo (a) social mais propositivo ao democratizar as possibilidades de escolhas de toda e qualquer ação de uma política pública. Considerar todos os atores em interação amplia não só o olhar, mas as possibilidades de ação e mudanças específicas no fazer cotidiano das políticas públicas.

Visitas domiciliárias: a percepção das famílias

Jusiene Denise Lauermann, Adriane Roso, Luiza Elesbão Sbrissa, Gerusa Morgana Bloss Lucca

Este trabalho objetiva verificar os estudos brasileiros realizados sobre a visão das famílias acerca das visitas domiciliárias realizadas por diferentes profissionais, como da saúde e da assistência social. Para isso, foram sistematizados os dados encontrados nos estudos a partir de revisão sistemática. A discussão dos dados será feita a partir de uma perspectiva da Psicologia Social Crítica. Assim, cabe mencionar o que Santos (2007) ressalta sobre os conhecimentos produzidos pelo que ele denominou de conhecimento emancipação. Segundo ele, os conhecimentos produzidos para além do conhecimento regulação (forma hegemônica de saber) são considerados desordenados e caóticos. Para este conhecimento, a diferença deve ser silenciada/evitada, o que implica a desvalorização do conhecimento emancipação por esse ser considerado incompleto e insuficiente. Este assinalamento deve-se ao fato de que se pretende observar, por meio das percepções das famílias sobre as visitas domiciliárias, se esta tecnologia de cuidado e intervenção pode estar desvalorizando os conhecimentos produzidos por estas famílias. Para dar conta do objetivo proposto, buscou-se nas bases de dados SCIELO e LILACS pelos termos visita domiciliar, cuidado domiciliar, atendimento domiciliar, assistência domiciliar, atenção domiciliar e visita domiciliária, todos combinados com o termo família. Considerando-se os critérios de inclusão, exclusão e o objetivo do estudo, obteve-se 10 artigos

publicados entre 2008 a 2011. Entre os artigos selecionados, a abordagem qualitativa foi predominante. A maioria dos estudos optou pela entrevista aberta ou semiestruturada. Quanto aos participantes, esses foram escolhidos de acordo com a região de abrangência ou por sorteio, variando o gênero e a faixa etária. Todos possuíam vinculação com uma Unidade de Saúde da Família e já haviam recebido visitas domiciliárias. Pode-se perceber, de maneira geral, que a visita domiciliária é vista como uma prática rotineira e importante (CRUZ e BOURGET, 2010). Os estudos demonstram que as famílias não consideram a entrada do profissional em seu domicílio como uma invasão à sua privacidade (SEOANE e FORTES, 2009). Além disso, a aproximação do profissional é percebida como facilitadora da abordagem de questões tidas como da ordem do privado. Dessa forma, o respeito à vida privada e o comportamento ético são apresentados como significativos para a aceitação das práticas profissionais (MANDÚ et. al., 2008; MARIN et. al., 2011). A visita domiciliária é concebida pelos usuários das Unidades como um meio de aproximação entre a Estratégia de Saúde da Família e as famílias (MANDÚ et. al., 2008; SEOANE e FORTES, 2009). No entanto, alguns não a percebem nas demais finalidades, isto é, atuando também na promoção e prevenção da saúde, com práticas educativas e de vigilância (MARIN et. al., 2011). Os usuários consideram que ela torna mais acessível o serviço de saúde, uma vez que, no próprio domicílio, podem ocorrer cuidados individualizados (CRUZ e BOURGET, 2010). As famílias identificam, ainda, algumas limitações relacionadas à falta de uma resolutividade mais abrangente dos problemas vivenciados (MANDÚ et. al., 2008; UCHOA et. al., 2011), bem como de uma maior organização e planejamento (MARIN et. al., 2011). Nesse sentido, verificou-se que o modelo biomédico ainda perpassa o imaginário das famílias (CRUZ e BOURGET, 2010). Outro ponto levantando pelos estudos, refere-se ao vínculo estabelecido entre os profissionais e as famílias. Tal é mostrado como uma forma de humanização da atenção à saúde, o que confere às visitas, conforme pontuado pelas pesquisas, a sua importância. A maioria dos participantes salienta a valorização das relações afetivas construídas com os profissionais, sendo que a atenção e o diálogo estabelecido são promotores de bem-estar e possibilitam laços de confiança (MANDÚ et. al., 2008; CRUZ e BOURGET, 2010; UCHOA et. al., 2011; ALBUQUERQUE e BOSI, 2009; MARIN et. al., 2011). Por outro lado, Albuquerque e Bosi (2009) evidenciam que, algumas vezes, as famílias não possuem muita clareza das motivações para a realização da visita domiciliária. Há especulações, por parte delas, que as visitas ocorram quando não há condições delas se dirigirem ao atendimento médico, ou por considerarem que é uma obrigação do próprio serviço, ou, ainda, relacionam à bondade do profissional. Mandú et. al. (2008) também esclarece que nem sempre a visita é

bem-vinda, ocorrendo resistências à sua entrada. Portanto, apesar da tentativa de lançar um olhar para o contexto sociocultural, pode haver um vazio em relação à vinculação das visitas as características e potenciais da família (MANDÚ et. al., 2008). Nesse sentido, o conhecimento das percepções individuais e comunitárias torna-se uma ferramenta de extrema importância para a aproximação e adequação de estratégias que visem a garantia da oferta satisfatória de serviços e produtos para os sujeitos e coletivos (STRASSBURGER, 2007 apud CRUZ E BOURGET, 2010).

"A gente sempre entende como uma ajuda, né?": as representações sociais dos(as) usuários(as) sobre a política de assistência social

Cristiane Davina Redin Freitas, Pedrinho Arcides Guareschi

O presente estudo insere-se no Eixo Temático Assistência Social e no Grupo de Trabalho intitulado Pobreza e Políticas Sociais. Justificam-se essas escolhas por se tratar de uma pesquisa que busca, nos(as) usuários(as) da Assistência Social, reflexões sobre a Política e seus serviços. Os(as) usuário(as) são apresentados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS 2004) como: cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; (...) inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. Por essa razão, acredita-se que, por se tratar de pessoas em situação de pobreza que acessam os serviços de Assistência Social, essa comunicação encaixa-se no Grupo de Trabalho já referido. Assim, o artigo apresenta o modo como alguns usuários(as) compreendem e se relacionam com aspectos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), através dos serviços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para tanto, os objetivos dessa pesquisa centraram-se em verificar: 1) como os(as) usuários(as) acessam e utilizam a Assistência Social nos CRAS; 2) quais são suas sugestões para modificação das práticas cotidianas, nos serviços dos CRAS; 3) o que entendem sobre o funcionamento e organização dos CRAS e da PNAS. Para desenvolver esses objetivos, utilizamos o referencial teórico das Representações Sociais (RS), o qual nos auxilia a capturar ideias, sentimentos e opiniões emergentes dos diversos entendimentos dos(as) usuários(as). RS não são somente resultado de um processo cognitivo e mental, mas também de um universo simbólico e afetivo das pessoas inseridas em um

determinado contexto. Para apreender as RS, foram realizados três encontros em três grupos em diferentes CRAS de Porto Alegre - RS. Os encontros nortearam-se pela proposta dos Círculos Epistemológicos, que sugere a todos, pesquisadores(as) e pesquisandos(as) participarem conjuntamente do processo de construção do saber. Tal processo requer de um lado, que o pesquisador(a) busque do grupo um saber que não detém e de outro, se coloque na perspectiva dos participantes. Como achados, destacamos algumas RS mais evidentes, agrupadas em três categorias, conforme os objetivos: 1) Uso da Assistência Social no âmbito do CRAS; 2) Participação e sugestões aos serviços oferecidos no CRAS; 3) Saberes sobre o funcionamento e organização do CRAS e da PNAS. Na primeira categoria, observamos que o atendimento dos técnicos(as) e o fazer parte do grupo, traz aos(às) participantes a sensação de acolhida e escuta, da mesma forma que o entendimento sobre a criação da PAS tem como objetivo ajudar e dar zelo aos mais necessitados. Esse sentimento de amparo também aparece quando os(as) usuários(as) referem à Assistência Social como um espaço de acesso a recursos materiais (vale-transporte, acesso à documentação, etc.) e ao Programa Bolsa Família. A segunda categoria apresenta sugestões dos(as) usuários(as) para os CRAS referentes à realização de cursos de geração de renda e da aquisição de um número de vales-transportes que supra suas necessidades. Estas aspirações de certa autonomia em relação ao serviço, parecem ser invisíveis aos técnicos do CRAS e ao mesmo tempo perigosas, pelo receio dos usuários(as) de perderem benefícios, entendidos como auxílio e não direitos. A terceira categoria, sobre as noções de organização e funcionamento dos CRAS e da PNAS, os(as) usuários(as) demonstram ideias confusas, que parecem reafirmar seu imaginário subalterno de que o que o que chega é lucro e não resposta a um padrão de cidadania. Todas essas RS revelam que, provavelmente, ainda existam traços de assistencialismo na forma em que o serviço é realizado no CRAS, o que mantém a dependência dos usuários e permeia as suas relações com os profissionais e gestores dos CRAS no âmbito da PNAS.

GT 22. POLÍTICA, AMBIENTE E COMUNIDADE: A MUNDIALIZAÇÃO E SUAS INTERFACES COM A PSICOLOGIA SOCIAL

Análise do rap quilombola Terra de Quilombo do Grupo Realidade Negra: escuta participante e reconhecimento

Renata Câmara Spinelli

O objetivo deste trabalho é analisar o rap “Terra de Quilombo”, do Grupo Realidade Negra do Quilombo do Campinho da Independência, como forma de expressão estética e sintética de

valores fundamentais ancestrais e de enfrentamento de comunidades tradicionais no Brasil, neste caso, a luta quilombola pela terra. Compreendemos esta canção destes jovens rappers como um clamor para a retomada de poder – uma ação afirmativa na busca de denúncia da desterritorialização sofrida pelo povo negro. A partir de pesquisa de campo de cunho etnográfico, de intenção participante, realizada junto aos rappers do grupo desde abril de 2012 sob o título "Pegadas traçadas, pegadas mal-traçadas, novas pegadas: uma compreensão dos rituais de passagem contemporâneos entre os jovens do Quilombo do Campinho da Independência", procuramos reconhecer e valorizar tais formas de arte e sociabilidades. O Quilombo do Campinho, já com a titulação da terra ("Dez anos se passaram da grande conquista / Quando teve aqui a negra Benedita / Mulher guerreira símbolo de vitória / Em noventa e nove mudou nossa história"), localiza-se a aproximadamente 10km da cidade de Paraty-RJ na Rodovia Rio-Santos e possui auto-gestão através de uma Associação de Moradores. É um quilombo com características rurais baseado numa economia agroecológica-sustentável; oferecem roteiro turístico e possuem um restaurante, construído com a ajuda do governo, auxiliando na sustentabilidade local. A execução de um rap por si só já se constitui um movimento político que procura retirar um povo (negro e jovem) da passividade da violência sofrida no passado (e no presente). Poesia, melodia e ritmo iluminam aspectos de exclusão econômica e social. Propomos a escuta atenta para este rap que resulta numa poesia com conteúdo de luta e denúncia das desterritorializações e invasões, melodia suingada que através do canto pausado resgata um ponto de capoeira ("Terra pra planta, café pra coiê, o nego trabáia pra sobrevivê") e ritmo que integra berimbau e atabaque ao rap - um rap de afirmação identitária que se dá no entrecruzamento de questões etno-raciais, luta de classes, relações sociais internas e com o entorno, luta por demarcação territorial e invocação da força ancestral. Compreendemos o papel do pesquisador como de testemunha das falas, que se manifestam como um movimento cultural e político de resgate, constituindo um reconhecimento da ação empoderadora destes jovens, reinscrevendo sua autoestima a partir de um rap que saúda e agradece antepassados pela conquista e invoca Martin Luther King como modelo. Deste modo recuperam a força do povo negro como combustível para a luta pelo território, fazendo a denúncia de como as comunidades tradicionais têm sido engolidas por empreendimentos, instituição governamental e grandes corporações. Territorialidade e ancestralidade, assim, são entendidas como horizontalidade e verticalidade que delineiam a noção de identidade negra. Temos nos baseado nos estudos da Profa. Dra. Mônica do Amaral, coordenadora do projeto de pesquisa sob o título "Rappers, os novos mensageiros urbanos na periferia de São Paulo: a

contestação estético-musical que emancipa e educa", que inscreve os rappers, e hip hoppers, como porta-vozes de valores africanos e de denúncia da realidade vivida pelo povo negro. Além destes estudos, compreendemos que a presente pesquisa no Quilombo encontra-se atravessada por diversos feixes disciplinares para iluminar a questão. Entre eles, Canetti (1985) que a partir dos estudos das massas permite pensar os movimentos e características das organizações comunitárias; Carril (2006), para as questões da territorialidade, compondo o conceito de identidade a partir da exclusão econômica e social histórica; Jeammet (2006), a partir de estudos psicanalíticos sobre o período jovem; Honneth (2003) na explicitação das formas de desrespeito que sofrem as populações que tiveram seu reconhecimento negado: maus-tratos e violação da pessoa; privação de direitos e a exclusão; degradação e ofensa a grupos e culturas, procurando construir uma teoria orientada para a emancipação da dominação. Entendemos que as configurações identitárias quilombolas, firmando-se no lastro da territorialidade e da ancestralidade, compõem um lugar de luta que retoma a autoestima como força motora a partir da qual a emancipação pode se dar para toda a comunidade. Desta forma, também afirmam um modo de vida baseado nas relações comunitárias que são diferenciadas do modelo individualista, quando seus valores solidários (dentro e com outros grupos quilombolas) resistem ao esvaziamento das relações. Com pesquisa em andamento, compreendemos a importância do pertencimento à comunidade e irmandade com outros grupos ("Quilombo do Campinho chegou lá, mas segue nessa luta / Por causa dos irmãos que estão nessa disputa"), o que revela o esvaziamento e liquidez dos valores globalizados na falta de causa comum. Considerações parciais permitem salientar o respeito às relações sociais que sustentam a comunidade. A cultura está imbricada no cotidiano das comunidades tradicionais e o rap ocupa a mente dos rappers como um ritmo para que eles digam sobre o que concerne a ele e a seu grupo – um hino de pertencimento que solicita escuta, testemunho e presença de reconhecimento.

Coletivos "alternativos" a modos massificados: distintas relações com os consumos?

Daniela Duarte Dias, Pedrinho Arcides Guareschi, Inês Hennigen

Neste resumo são apresentados certos aspectos da pesquisa de doutorado da primeira autora, em andamento, que investiga a seguinte questão: como alguns grupos que constituem um estilo de vida, que poderia ser tomado como contestador a formas mais massificadas de produzir, prestar serviços e atuar se relacionam com o consumo? A discussão sobre o consumo é algo que atinge uma esfera global, justamente pelo fato de estar ligado a transnacionais, mas também

tem impactos nas comunidades locais e no meio ambiente. Entendemos que os consumos são atividades humanas (BAUMAN, 2008; BARBOSA, 2010) presentes em distintas sociedades e em diferentes épocas, porém, a cada época é possível observar distintas relações das pessoas com aquilo que consomem. Alguns elementos que caracterizam a relação das pessoas com os consumos na atualidade são denunciados por grupos ativistas, tais como: os Freegans, a Adbuster, as Gratiferias, entre outros. Entre as principais causas de denúncia está a relação do consumo com a devastação de bens naturais, a produção de bens em massa e a massificação de estilos de vida, a descartabilidade via obsolescência programada, o marketing marcado pelo branding (KLEIN, 2002), a promessa de felicidade e insatisfação permanente (BAUMAN, 2008), o endividamento econômico, etc. As denúncias são feitas a partir do próprio modo de vida, constituindo um estilo distinto, mas também através de campanhas publicitárias alternativas, jornais, revistas, vídeos, manifestações. Estes grupos problematizam a relação desequilibrada que nossa sociedade tem construído com o mundo em que vivemos. Estamos interessados em problematizar e buscar conhecer distintas relações com os consumos, visibilizando outros modos de existência mais contestadores e até mesmo de denúncia ao estilo de vida tomado pelo consumo. Na primeira parte da pesquisa, utilizamos sites de busca pela internet para pesquisar sobre o tema do consumo e anticonsumismo, bem como uma revisão bibliográfica sobre o tema. Na segunda parte deste estudo, estamos acompanhando quatro grupos que, como apontamos no início deste escrito, têm características que poderiam ser de resistência ao consumo massificado, entre as atividades exercidas pelos grupos estão: teatro de rua, tele-entrega de bicicletas, uma cooperativa de consumo de alimentos produzidos por agricultores assentados e um coletivo que produz alimentos veganos. Cada grupo será acompanhado por um mês em diferentes atividades tais como: reuniões, ensaios, apresentações, etc. Este procedimento metodológico está em curso e utilizamos o diário de campo como registro. Após, faremos três encontros para discutir sobre a relação destes grupos com o consumo. A pesquisa e, portanto, as análises têm como bases teóricas autores como Hannah Arendt, Michel Foucault e os pressupostos da cartografia (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2010). No cotidiano de nossas vidas, fazemos escolhas sobre o que consumimos, escolhas muitas vezes pouco refletidas, mas que implicam em questões políticas. O consumo seletivo é feito quando há preocupação com o tipo de relação trabalhista praticada para a produção de tal produto, com os possíveis impactos no meio ambiente e no corpo dos seres humanos e animais, por questões econômicas, entre outras. Mesmo pessoas pouco preocupadas com questões políticas podem praticar um consumo seletivo. A partir do acompanhamento ao primeiro grupo,

podemos observar que mais do que o interesse em fazer do consumo uma questão política do cotidiano, existe toda a construção de um estilo de vida contestador, não ao modo como consumimos, mas ao modo como vivemos. Por exemplo, a partir do acompanhamento do primeiro grupo, que é de teatro de rua, foi possível perceber que existe todo um consumo que é restrito devido a questões orçamentárias, mas este mesmo grupo teria possibilidade de resolver este problema cobrando pelas oficinas que oferecem de modo gratuito. Logo, o problema deixar de ser apenas orçamentário para se tornar uma questão de escolhas de como se vive a vida.

Lixo, conduta humana e a gestão dos insuportáveis

Ricardo Abussafy de Souza

O lixo, como experiência insuportável da vida urbana, aglutinadora de matérias pútridas, inúteis e de refugos da sociedade, traduz-se, a partir do método genealógico pautado nos estudos de Michel Foucault, na análise das formas de problematização sobre as condições de existência do sujeito moderno. Ao longo deste estudo foi possível visualizar duas formas principais de aglutinação de discursos e práticas, que tiveram como produto a construção dos dispositivos médico-social e a compreensão sobre a formação de um dispositivo ambiental. Na primeira delas, a forma lixo compõe-se de restos, matérias pútridas e inúteis, cujas práticas, outrora dispersas no campo do real, são organizadas conforme a racionalidade da medicina-social. Em segundo, a forma resíduo, por sua vez registra um novo campo de visibilidades sobre os restos, apoiado pelo conjunto de práticas e discursos ecológicos que o circunscrevem, por exemplo, os conceitos de reciclagem, inclusão social, preservação dos recursos naturais e políticas planetárias de governamentalidade.

Mapeamento etnográfico de movimentos de ocupação urbana em Porto Alegre

Cristiano Hamann, Adolfo Pizzinato, João Pedro Cé, Rodrigo de Oliveira Machado

Os espaços da urbe se constituem como lugares no processo de significação e construção da alteridade, não necessariamente através do apelo visual de determinados pontos da urbe, dedicados a uma memória legitimada, mas sim com espaços que assumem, por atribuição dos membros das comunidades, um caráter de apropriação. Em Porto Alegre, por exemplo, percebe-se a atuação de grupos que se propõem a ocupar espaços urbanos com diferentes motivações e implicações com os temas pungentes da cidade. Na pauta dos diversos movimentos porto alegrenses, constam questões de gênero e identidades sexuais não hegemônicas, críticas à desigualdade socioeconômica, temáticas ambientalistas e contestação à privatização de espaços

públicos. Entre atividades de ocupação, festividades e protestos, estes grupos tentam re-significar o espaço urbano para torná-lo, novamente, um lugar de inter-relações. Dentre eles, destacam-se Defesa Pública da Alegria e RUA – Rastro Urbano de Amor, que promovem ocupações pautadas por manifestações artísticas; PortoAlegre.cc, de cunho mais institucional, revitalizando parques no horário noturno; Marcha das Vadias, passeata feminista anual que luta pela igualdade de gênero, Massa Crítica, uma marcha de ciclistas em prol de formas alternativas de trânsito, além de manifestações baseadas na grafia urbana. Estes movimentos de registrar e apoderar-se do espaço urbano, transformando-o em lugar, estão intrinsecamente ligados à memória dos acontecimentos na cidade, no exercício de atribuição de sentido e significado aos acontecimentos vivenciados nos espaços. Concebendo os locais de circulação, de encontro, de manifestação, como potência para o sujeito produzir a si mesmo, nesta proposta procurou-se compreender quais são e como atuam os movimentos de ocupação urbana da esfera pública em Porto Alegre. Parte-se de uma premissa dialógica de estudo, na qual tanto os participantes diretamente implicados nos movimentos quanto sua audiência possuem papéis funcionais na produção e significação destas ocupações. Desta forma, esta proposta compreende investigar: como ocorrem as ocupações urbanas em Porto Alegre; como se caracterizam as vozes presentes nesse processo de construção de sentidos; e de que forma estas ocupações afetam a percepção na criação de sentido do espaço em que estão inseridas. Para tanto, a investigação guiou-se a partir de três etapas: o levantamento de informações através da mídia e redes de relacionamento; a observação de ocupações e o estabelecimento de contato com participantes e audiência; e a realização de entrevistas, auxiliadas por uma proposta de produção fotográfica estabelecida previamente com os entrevistados. No que concerne a verificação de informações através de redes alternativas de organização, como a internet, vemos que são amplamente utilizadas pelas mais variadas formas de ação coletiva. Desta forma, mostra-se uma alternativa bastante viável para a maioria dos membros da ação coletiva. Mostrou-se necessário, portanto, o acompanhamento dessas redes – como exemplo, o Facebook – para um maior monitoramento das ações coletivas que são planejadas na cidade. De outra forma, por meio de entrevistas abertas de caráter narrativo, buscou-se integrar aspectos da percepção de participantes e audiência que influenciam no processo de construção de seus itinerários no que dizer respeito a estas ocupações. Nesta abordagem, a fotocomposição foi assumida como uma proposta de aproximação metodológica que se dispõe a operar enquanto forma de apreensão da significação que os(as) participantes fazem do acontecimento e seus significados. A escolha da produção de imagens se deve a seu potencial enquanto forma alternativa de linguagem em pesquisa,

permitindo a apreensão de aspectos mais subjetivos que possivelmente não estariam presentes em entrevistas tradicionais. Neste sentido, a produção fotográfica desponta como possibilidade de explorar espaços de autoria para os participantes da pesquisa. As entrevistas foram realizadas em caráter aberto, sendo que alguns eixos figuraram em todas as abordagens: como o entrevistado caracteriza o publico pretendido; que objetivos, metas ou missões ele acredita estarem presentes na ocupação; aspectos considerados motivacionais para a sua participação; além de possíveis discrepâncias entre o que é verificado na ocupação e a opinião do participante entrevistado. Dentro deste contexto de análise, pretendeu-se verificar que ações por parte da comunidade e do poder público podem ser pensadas a fim de estabelecer relações não punitivas, que compreendam os direitos dos cidadãos e que promovam ações críticas e construtivas sobre a realidade. Os resultados procuram explicitar os processos dialógicos que ocorrem nessas manifestações e que contam com a contribuição de vários fatores psicológicos, culturais e históricos. Desta forma, trata-se o cenário urbano como um dos vetores que contribui para a formação das narrativas na cidade, e que nos incitam a pensar as relações de apropriação do espaço como constituição de lugares de experiência no tecido social.

Memória e possibilidade de elaboração da violência da ditadura militar

Luis Eduardo Franção Jardim, Myrna Coelho

O objetivo deste trabalho é discutir, a partir da articulação entre memória e política, possibilidades de elaboração de danos produzidos pela violência durante a ditadura civil-militar brasileira. Neste sentido, os esforços da Comissão Nacional da Verdade adquirem grande importância, na medida em que se propõe a escutar a memória das vítimas da ditadura, sustentando um caráter de politização dos danos. Por tratar-se de uma proposta de reflexão política no âmbito da psicologia social, este trabalho se enquadra no eixo temático Estado, Democracia e Movimentos Sociais. O Estado é o único órgão que detém o "direito" ao uso da violência contra o cidadão, seja pelas forças policiais ou militares. No entanto, frequentemente, a violência promovida pelo Estado ultrapassa os limites dos direitos humanos promovendo danos permanentes às vítimas de sua força. No período da ditadura civil-militar, as ações repressivas do Estado instauraram o medo amplamente em todos os níveis da sociedade, de modo a disciplinar, cercear e tolher qualquer iniciativa potencialmente contrária aos ideais do regime. A experiência de estar sob constante ameaça e perseguição produz marcas na memória, não somente daqueles que foram torturados ou dos familiares dos mortos e desaparecidos, mas o medo torna-se uma experiência coletiva que afeta também a memória coletiva do cidadão

comum. A memória coletiva é indissociável da memória individual e ambas estão intimamente enlaçadas. De modo que não há como cindir o singular do público quanto às marcas e danos de uma violência que tem um caráter essencialmente político. Os acontecimentos políticos interferem diretamente na constituição das relações sociais, de modo que a memória de cada um de seus membros é afetada pela interpretação hegemônica desses acontecimentos. A especificidade dos danos produzidos pela violência do regime revela a indissociabilidade dos aspectos chamados "individuais" e "coletivos". As reverberações do Terrorismo de Estado na população extrapolam a dimensão apenas do privado e atravessam o público. Deste modo, qualquer processo de elaboração deste tipo de dano deve, necessariamente, também atravessar as dimensão política. A ausência (ou insuficiência) de reconhecimento público de um passado constituído por uma ameaça que atingiu a todos, não permite que a história compartilhada por todo um povo possa ser elaborada. A memória compartilhada da experiência do terror generalizado fica cindida da memória da experiência singular, embora sejam indissociáveis. A obscuridade da memória compartilhada penetra a experiência singular forjando esta aparente cisão e dá ao dano um aparente caráter privatizado, encapsulando um dano compartilhado, como se fosse algo apenas particular, intensificando o desamparo e isolamento. No último ano, o trabalho da Comissão da Verdade é um importante passo para a elaboração deste dano. Sua importância é fundamental na medida em que um de seus objetivos é dar voz às vítimas do regime e recuperar uma memória negada até recentemente e que não consta nos livros da história oficial. O reconhecimento público do dano é uma parte essencial do processo de elaboração dos danos provocados pela violência de Estado. A elaboração de um acontecimento histórico político necessariamente perpassa o reconhecimento público do acontecido. A memória não se constitui como um encapsulamento solitário, mas a partir da experiência, e a experiência é sempre experiência com o outro em meio a um determinado contexto histórico que delineia as possibilidades e modos de estar uns com os outros. A evocação da memória traz à tona toda rede de significado na qual se constituiu a experiência e a rearticulação daquele contexto. No desvelamento dessa significância, desvela-se também o fundamento no qual se assentam e determinam a compreensão de si e as possibilidades cotidianas. Para concluir, esta discussão está fundada no aspecto político da possibilidades de elaboração dos danos de violações de direitos humanos a partir da articulação entre memória e a politização do dano. Dentre esses meios, também serão analisadas características das Comissões da Verdade, como um dos importantes instrumentos para este fim, por seus desdobramentos públicos na memória coletiva.

Memória: a narração como exercício do reconhecimento

Beatriz Besen de Oliveira, Luca Motta Leal

Axel Honneth em sua obra "Reificación, un estudio en la teoria del reconocimiento" (2007) promove um retorno ao conceito de Lukács (2003) de "reificação" tentando pensar seu sentido e suas implicações na atualidade. O autor que desenvolve a Teoria do Reconhecimento prossegue com a tese de que na base dos conflitos sociais existe uma luta por reconhecimento. A partir da filosofia do direito de Hegel, ele depreende uma concepção de reconhecimento que se traduz bem pela expressão ser-consigo-mesmo-no-outro (ou "intuição recíproca"), que se desdobra em etapas afetivas e que alcança como dimensão máxima a esfera da solidariedade. As reflexões sobre a obra do autor dentro do contexto da Psicologia Social Comunitária nos proporciona pensar que o que temos tratado como experiência comunitária trata-se de um exercício do reconhecimento nesta esfera da solidariedade. A reificação seria então o esquecimento do reconhecimento, ou melhor dizendo, aquilo que barra a possibilidade de uma genuína experiência comunitária. No conceito de Nisbet (1974:48) acreditamos encontrar-se um retrato claro de como a atual compreensão da Psicologia Social Comunitária de comunidade sustenta essa tese: "Comunidade abrange todas as formas de relacionamento caracterizado por um grau elevado de intimidade pessoal, profundeza emocional, engajamento moral (...) e continuado no tempo. Ela encontra seu fundamento no homem visto em sua totalidade e não neste ou naquele papel que possa desempenhar na ordem social. (...) A comunidade é a fusão do sentimento e do pensamento, da tradição e da ligação intencional, da participação e da volição"(apud Lane, 2003). O homem com tradição, com sentimento é aquele que é capaz de implicar-se com interesse em relação ao outro, é aquele homem que não é meramente obsevador passivo de seu entorno social e nem mesmo de sua vida interior. Essa teoria nos acresce de "bagagem", mas acreditamos que somente no contato direto com uma comunidade é que estaremos realmente trabalhando numa superação da "reificação" como práxis de vida. É somente esse contato que nos permite perceber o quão dialética é a luta social e o quão importante é a noção de "continuado no tempo" para definir a comunidade. São por essas razões que o nosso contato com as comunidades do Jardim Ângela e de Heliópolis na Zona Sul de São Paulo se definem como o principal embasamento para realizar as reflexões aqui explicitadas, tendo claro que são reflexões que não desembocam em uma conclusão, mas sim na abertura de uma série de pressupostos que nos levam a crer na possibilidade de que a reunião da memória pela narrativa signifique uma superação da reificação e um caminho na luta pelo

reconhecimento. No caso de Heliópolis focamos o projeto recém desenvolvido pelos gestores do Polo Cultural em parceria com a UNAS (União dos Núcleos e Associações dos Moradores de Heliópolis) que se chama "Memória de Heliópolis, raízes e contemporaneidade". Neste projeto foram colhidos depoimentos, documentos, imagens da história de luta da comunidade, os quais foram reunidos em um painel no próprio centro cultural, em um livro e um filme. Desde o início a luta pela posse da terra demarcou a trajetória dos lideres comunitários, com uma história de mobilização social que é narrada a partir aproximadamente da década de 1970. Já no Jardim Ângela, em discussões realizadas no Fórum em Defesa da Vida sobre segurança pública, dentro de um contexto de extrema violência policial cotidiana, surgiu a ideia de gravar em vídeo depoimentos de mães que perderam seus filhos, vítimas da repressão policial (dos fardados ou dos grupos de extermínio), como forma de dar voz a esse sofrimento e gerar uma mobilização maior na comunidade em torno da solidariedade convocada por esses relatos. Ambos trabalhos, um já realizado e o outro em vias de se concretizar buscam resgatar a memória a partir da narrativa dos membros da comunidade. "O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes" (Benjamin, 1994). A experiência de ser um narrador, essa que tem se perdido atualmente como desdobramento da "reificação", é reconvocada dentro desses projetos. Compreendemos que em ambos projetos existe um desejo de que outros membros da comunidade também se apropriem dessa história, incorporando-se à luta. Essa organização das narrativas desemboca em uma história compartilhada que possibilita o reconhecimento de uma identidade comum de todos os habitantes daquele território. Portanto, quando há uma incorporação dessa experiência através do ato da narração acontece o que denominamos reconhecimento, o indivíduo é capaz de reconhecer na comunidade um espaço de passagem da singularidade à universalidade ética humana. (Lane, 2003). É neste ponto que acreditamos que se desenvolva uma vivência ética capaz de superar a reificação e mobilizar a luta pelo reconhecimento. Se "um povo sem memória está fadado a repetir a sua história", não há dúvidas que esse resgate nos fornece a esperança de que estejamos participando da construção de uma nova história para essas comunidades.

O surgimento da ‘questão natural’ na obra de Serge Moscovici

Priscilla Maia Rangel

O objetivo do presente trabalho é situar a proposição da ‘questão natural’ de Serge Moscovici como objeto de estudo das ciências humanas e refletir sobre a contribuição do autor em tal

empreendimento. Para tanto, percorremos a obra naturalista de Moscovici em conformidade com a sequência das publicações na França. O interesse dele pela temática surgiu em virtude das consequências devastadoras da Segunda Guerra Mundial e da concretude do potencial de destruição que a bomba atômica representou tanto para o problema do conhecimento como para o da natureza. O Ensaio sobre a história humana da natureza, mostra como o progresso científico passou a estar entre os fatores decisivos na organização das relações sociais e dos conteúdos mentais da sociedade. Trouxe mudanças profundas nas condições de vida humana, e equiparou em magnitude as forças e os processos que o homem consegue dominar à intensidade da própria natureza, submetendo a totalidade do meio ambiente à influência humana. O entendimento da natureza como um universo material externo à sociedade, e que deveria ser dominado pelo homem teve suas bases no Iluminismo. A cisão com a natureza permitiu à sociedade humana acreditar que era ela mesma obra do homem. O social passou a ser entendido como gerador do próprio social e a história passou a representar a anti-natureza. Moscovici propõe, então, uma forma de continuidade entre natureza e cultura que leva a uma proposta de desconstrução da modernidade através de questionamentos filosóficos que convidam o homem a rever seus determinismos. A relação da sociedade com a natureza articula a ordem social e a ordem natural em cada período de movimento histórico, de tal modo que é possível afirmar que a sociedade e a natureza se sobrepõem. Moscovici conclui que, por mais longe que voltemos na história da humana e mesmo na sociede dos primatas, estamos na presença de sociedades organizadas. Ele mantém o argumento que sustenta ao longo de toda a obra, de que a sociedade não é contra a natureza, mas que a sociedade está dentro da natureza. São lançadas as bases para uma filosofia política ambiental. O autor destacou a relação de exclusão e negação encontrada na base da ciência, que moldava e organizava as nossas condutas políticas, econômicas e ideológicas. Ele se opôs à ideia de linearidade da história e suas sociedades. Defendeu o divergente, o inventivo e o novo. Chamou para um desaprender geral de nossa leitura de mundo, nos chamou a conhecer as ciências novas e ao que pudesse trazer uma nova luz sobre as nossas origens. Mostrou que a natureza era rejeitada pela antropologia, em favor do pólo oposto, a cultura. Propôs o naturalismo como força de subversão e de descoberta. A relação sociedade e natureza pode ser compreendida por meio de duas grandes correntes: a ortodoxa e a heterodoxa. A corrente ortodoxa é visível, estruturada, dominante, segura da sua influência sobre as instituições ideológicas, religiosas, científicas. Aqui a hominização equivale à domesticação. Teria sido um movimento inicial da humanidade, uma ruptura irreversível na qual o homem se separa da desordem, do variável, do promíscuo e

instaura a ordem, o invariável e o codificado. A corrente heterodoxa procura esquecer a ruptura e fortalecer a aliança com a natureza para retomar o diálogo julgado impossível. Ela 'asselvaja' e pede aos homens que o façam. O asselvajamento rebela-se contra o conhecimento domesticado e seus preceitos. No livro Natureza: para pensar a ecologia, Moscovici descreve como fantástica a experiência de ter sido um dos fundadores do movimento ecológico, cujas ideias e sensibilidade se disseminaram para praticamente todas as pessoas. O sentido da ecologia política, que é colocar os problemas que decidem a existência no cerne de nossa sensibilidade, de nossas preocupações e de nossas consciências. A obra naturalista de Moscovici foi fundamental para o movimento ambiental na França e na Europa. Inspirou diversos pesquisadores, dentre eles Edgar Morin, Ilya Prigogine, Isabelle Stengers e Jünger Habermas.

Política, ambiente e comunidade: a mundialização e suas interfaces com a Psicologia Social

Marco Antonio Sampaio Malagodi, Gustavo Martineli Massola, Luis Guilherme Galeao-Silva

As questões ambientais tornaram-se, nos últimos 30 anos, centrais para a compreensão da dinâmica social global. A análise dos fenômenos socioambientais não pode prescindir, porém, de uma rigorosa compreensão dos processos psicossociais que se relacionam direta ou indiretamente com tais fenômenos. Em sua acepção mais ampla, essas questões implicam uma crise civilizatória de amplas proporções, cujas consequências espraiam-se para um questionamento dos próprios fundamentos da civilização ocidental, pautados por uma cisão entre natureza e cultura que está posta como problema fundamental por toda a tradição filosófica da antiguidade. A concepção da natureza como um outro frente à cultura e o esforço milenar para dominá-la tornam-se um grave problema quando se demonstra, pelo uso dos próprios meios técnicos desenvolvidos para realizá-lo, que tal esforço poderia redundar, caso fosse bem-sucedido, na aniquilação da própria cultura. Neste sentido, a crise ambiental é maior que o esgotamento dos recursos naturais disponíveis para a reprodução da existência humana. A eleição da preocupação com este esgotamento pode, em outro sentido, ser lido como uma ação estratégica para privar a percepção desta crise de seus elementos potencialmente mais transformadores. Assim, a crítica radical à sociedade de consumo e suas consequências, presente na origem do ambientalismo como movimento social e político, tem sido enfraquecida pela adoção hegemônica de estratégias de educação ambiental alienantes que responsabilizam o indivíduo, na sua condição de consumidor final, pelas mais graves consequências desta crise.

A Psicologia Social deve posicionar-se no centro deste debate. Sua ausência neste campo de discussões não implica apenas a perda de uma oportunidade histórica para fazer valer seu papel nas Ciências Sociais. O próprio debate torna-se incompleto e fragmentário ao desconsiderar a instância psicossocial como uma das mediações logicamente necessárias para que se possa compreender a origem e a possível superação desta crise. A crise ambiental é, sob esta perspectiva, ao mesmo tempo um fenômeno econômico, político e psicossocial. É assim que alternativas de apropriação material e simbólica da natureza, territorialidades alternativas, resistem e surgem em diversos lugares, impulsionando a emergência de inúmeros conflitos socioambientais e criando redes de sociabilidade mundiais organizadas em torno da tentativa de resistir a este processo e criar caminhos e condições para a expressão de alternativas identitárias, constituindo o fenômeno que, por oposição à globalização hegemônica, tem recebido o nome de "mundialização". A mundialização implica o reconhecimento da globalização em seu caráter hegemônico, contraditório e produtor de desigualdades. Reconhece também que uma de suas principais consequências é a destruição dos modos de vida baseados na solidariedade e sua substituição por relações mediadas pelo capital. Por outro lado, não entende este processo como inevitável ou inescapável e propõe que a luta contra a opressão e a desigualdade se dê em inúmeras frentes. O objetivo desta comunicação é debater trabalhos inscritos no âmbito da Psicologia Social e da Geografia que investiguem ou intervenham junto a algumas destas formas de resistência. Especificamente, as formas de resistência aqui eleitas para debate são aquelas que se expressam na interface entre fenômenos comunitários e identitários e suas relações com o território ("territorialidades em disputa"). São discutidas então três perspectivas analíticas sobre estas formas de resistência. A primeira são os estudos sobre comunidade que encontram na noção de enraizamento de Weil inspiração e fundamento. A partir dela, o entendimento do que seja uma comunidade aproxima-se mais fortemente de seu sentido político, ou seja, refere-se à experiência concreta de participação dos seres humanos no governo do território e na gestão social do trabalho. Por conseguinte, uma comunidade realiza-se por um caminho ligado à formação de uma comunidade política. A segunda é a que compreende a comunidade como uma forma de estratégia de Luta por Reconhecimento (Axel Honneth) das populações mais vulneráveis social e politicamente. Essa luta articula uma discussão sobre os dissensos e consensos entre a preservação ambiental, a garantia do direito à cidade e o reconhecimento pelo outro. A terceira perspectiva enfatiza a (re)ação de sujeitos sociais no terreno, historicamente vulnerabilizados, que acionam situações caracterizadas como conflitos ambientais, quando estão sob ameaça de desterritorialização por outras práticas sociais

de agentes sociais mais poderosos (representados por empresas de celulose, hidrelétricas, obras de infra-estrutura do Estado, industrias, resorts, agricultura e pesca industrial, etc), associados à operacionalização de uma lógica econômica desenvolvimentista, hegemônica. Tanto na abordagem de desterritorialização de Rogério Haesbaert, como na dos conflitos ambientais de Henri Acselrad, vemos que os modos de apropriação (práticas sociais) da base material da sociedade as de apropriação do mundo material devem ser compreendidas tanto em suas dimensões política (material) quanto cultural (simbólica), quando novas identidades se (re)criam, em meio à emergência e vivência de tais conflitos sociais, gerando nas ultimas décadas novas formas de resistência. Por fim, fazemos um balanço destas contribuições colocadas como desafio ao campo da Psicologia Social, e mais amplamente, para o avanço de novas solidariedades na produção de saberes interdisciplinares, neste momento de transição paradigmática.

Psicologia e Políticas Públicas: possibilidades para inclusão de catadores de materiais recicláveis

Gláucia Tais Purin, Lorena de Fátima Prim, Ana Paula Martins

A situação dos trabalhadores catadores de materiais recicláveis é caracterizada pela falta de oportunidades no acesso aos bens materiais e simbólicos da sociedade, tais como o acesso à escolarização, à profissionalização, aos cuidados com a saúde, entre outros. A exclusão vivenciada pelos mesmos, decorrente da intensa desigualdade social existente na sociedade, é um fenômeno complexo e multifacetado, isto é, um processo construído historicamente a partir de condições subjetivas e objetivas vinculadas à dimensão social. Isto significa dizer que o olhar da Psicologia deve superar as visões dicotômicas e fragmentadas que separam o sujeito do coletivo, o corpo do psicológico e o cognitivo do afetivo. Nesta perspectiva, Vigostski (2000) defende a importância em se compreender a produção de sentidos e significados dos sujeitos e o seu envolvimento com o contexto em que vivem. Dessa forma, este trabalho trata de dois importantes elementos presentes no contexto dos catadores: o seu envolvimento em movimentos sociais tais como o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e as políticas públicas, a exemplo destas, tratar-se-á da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), proposta pelo Governo Federal e em vigor desde o ano de 2010. Este trabalho é resultante de uma pesquisa bibliográfica, baseada principalmente em livro e artigos científicos e tem como objetivo geral refletir e propor alternativas acerca da interação entre a Psicologia Social e as políticas públicas, em específico no caso do setor da cadeia produtiva da reciclagem

organizada na perspectiva da Economia Solidária, visando à inclusão dos catadores. Para alcançar este objetivo geral, alguns objetivos específicos foram propostos e discutidos, conforme sucintamente discorridos abaixo: a) a caracterização do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a partir da descrição de sua história, dos seus objetivos enquanto movimento, as suas conquistas tal como o reconhecimento do catador de material reciclável como categoria no catálogo brasileiro de ocupações (CBO) e os desafios atuais que contemplam a inclusão do catador; b) a descrição dos avanços que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) materializada a partir da Lei Federal 12.305, e que possibilita à sustentabilidade ambiental e à inclusão dos catadores, à medida que incentiva a formação de associações e cooperativas, neste trabalho proposto como empreendimentos de economia solidária, baseando-se nos estudos de Singer (2000) e Schiochet (2009); c) a discussão das possibilidades e desafios da Economia Solidária como alternativa para autogestão dos catadores, ressaltando-se as suas principais características como um modelo econômico que contempla um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, pois possibilita uma economia (e uma vida em sociedade) baseada na cooperação, igualdade e na autogestão, tendo por base a reorientação da economia a serviço do ser humano; d) a discussão da contribuição da Psicologia Social Crítica, a partir do referencial teórico de Vigotski (2000) e Sawaia (2009). A partir da interação entre subjetividade e objetividade (VIGOTSKI, 2000) e da concepção da participação popular no enfrentamento da exclusão (SAWAIA, 2009), denota-se que os indivíduos organizados através do MNCR geram consentimento mútuo de tal forma a tornarem-se mais forte que a vontade individual, a fim de lutar contra sua exclusão e pelos seus direitos sociais (direito à cidade, trabalho, moradia, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer) defendidos pelo movimento dos catadores e pelos seus direitos enquanto categoria profissional considerando a PNRS (transformação dos lixões em aterros sanitários, transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, apoio na efetivação na coleta seletiva, triagem, beneficiamento dos materiais recicláveis, estruturação da cadeia produtiva e apoio às associações/cooperativas de catadores), sendo uma possibilidade a organização através de Empreendimentos de Economia Solidária, possibilitando um trabalho autogestionário, mais humanizado e solidário.

Qual a vista da cidade de Boa Vista? Um estudo com os professores da UFRR

Náiades da Mota Lima, Naoma Gordon Melville, Leandro Roberto Neves

A pesquisa em andamento "Qual a vista da cidade de Boa Vista? Um estudo com os professores da UFRR" é um dos subprojetos da pesquisa intitulada "Fronteiras e Amazônia: Aspectos urbanos e representações citadinas". O objetivo da atual pesquisa eixo é no período de quatro anos construir um banco de dados sobre eventos, indicadores e opiniões que subsidie uma análise global da imagem da cidade de Boa Vista-RR. Nesse intervalo serão aplicadas oito pesquisas exploratórias, de forma que os resultados fornecerão de forma acumulativa informações para uma discussão da formação da imagem da cidade por diferentes segmentos da sociedade e formulação de hipóteses acerca do processo de constituição da identidade social do lugar. Entretanto, a pesquisa central construída no ano de 2013 é a ampliação da investigação realizada em 2008, com alunos da UFRR, intitulada "A representação social do lugar e o lugar das representações", (PROGRAMA PROPESQUISA/CAPS/2008). Os resultados desta revelaram uma tríade discursiva nas representações dos alunos denominadas de cidade planejada, cidade corrompida e sujeito em trânsito. Partindo, dessas acepções, o presente subprojeto "Qual a vista da cidade de Boa Vista..." objetiva investigar a imagem da cidade de Boa Vista- RR a partir da percepção dos professores da UFRR, consolidando deste modo um estudo comparativo com a pesquisa realizada em 2008. A escolha inicial dos professores federais como público-alvo justifica-se pelo alto percentual de migrantes brasileiros e estrangeiros que compõe o corpo docente desta instituição, cerca de 95% do número total dos docentes da UFRR. A investigação irá considerar os seguintes aspectos: o perfil sócio-econômico dos professores pesquisados; as principais motivações dos professores para integrar o corpo docente da UFRR; a expectativa dos professores sobre a cidade de Boa Vista antes de migrarem; expectativas atuais e futuras para a permanência na cidade; a visão positiva e/ou negativa de Boa Vista; o serviço público na cidade; áreas de lazer; infraestrutura; Em suma, aspectos objetivos e subjetivos que subsidiarão uma análise do processo de constituição da imagem da cidade e o vínculo de permanência ou impermanência com as pessoas e ambiente. Será feita a distinção da percepção dos professores estrangeiros e brasileiros em cada um desses fatores. Para atingir tal objetivo o procedimento metodológico possui os seguintes passos: Pesquisa bibliográfica; Pesquisa de campo, que será feita por meio de aplicação de questionário e/ou entrevista semi-estruturada com os professores da UFRR, que serão escolhidas de forma aleatória e a priori possuam mesmo gênero e faixa etária. Do universo pesquisado serão escolhidos sujeitos estrangeiros e brasileiros para que se faça uma entrevista aberta com o intuito de coletar informações qualitativas a cerca das motivações pessoais em residir na capital do estado; Posteriormente será realizada a análise dos dados. As informações quantitativas

serão organizadas e tabuladas eletronicamente, com auxílio de outros profissionais (estatístico e programador); Em seguida os dados qualitativos serão analisados de forma global apoiados na técnica de análise de discurso. Por fim, será feita a triangulação, comparando os dados coletados e analisados com a bibliografia consultada e os objetivos da pesquisa. A discussão dos dados será construída a partir da abordagem sócio-histórico e dialética. O relatório final será elaborado constando os resultados e conclusões da pesquisa desse subprojeto culminando na integração dessas informações ao banco de dados da pesquisa central. As hipóteses deste subprojeto são de que há consonância entre a acepção de sujeito em trânsito, identificado anteriormente, com a percepção dos professores da UFRR a respeito da cidade. Soma-se a essa hipótese a explicitação do adoecimento de alguns professores relacionados às insatisfações com a cidade e com a UFRR, o desencanto com o trabalho e a obrigatoriedade de permanência no local, contribuiu parcialmente para um sentimento negativo sobre si mesmo. Caso essa hipótese seja confirmada a presente pesquisa poderá auxiliar nas discussões sobre saúde do profissional da educação fomentando ações institucionais positivas em resposta ao sofrimento psíquico dos professores.

Relacionamentos afetivo-sexuais e prevenção de DST/Aids e uso abusivo de drogas entre turistas e jovens de comunidades anfitriãs de turismo do Vale do Ribeira

Valéria Nanci Silva, Vera Silvia Facciolla Paiva

O tema aqui abordado faz parte de um projeto mais amplo denominado EXPERIÊNCIAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO VALE DO RIBEIRA - SÃO PAULO, realizado desde 2012, no âmbito do Programa de Pré-Iniciação Científica da Pró-Reitoria (PRE IC) de Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), por meio de parceria entre o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP e a Escola Técnica Engenheiro Narciso de Medeiros (ETEC-Iguape) do Centro Paula Souza. O PRE-IC visa apoiar projetos de pesquisa que possibilitem despertar o interesse de alunos pela atividade de pesquisa científica nos diferentes campos do saber, auxiliar a definição das áreas de interesse profissional dos mesmos e aproximar a Universidade do Sistema de Ensino Médio e Técnico. O trabalho é realizado mediante o oferecimento de formação complementar ao aluno e execução de atividades sistemáticas e rotineiras em locais que busquem a disseminação e desenvolvimento de conhecimento, incentivando, desta forma, o desenvolvimento do espírito crítico e o amadurecimento do trato com diferentes metodologias adotadas em pesquisa científica. A relevância deste eixo temático se dá pela verificação de que o turismo proporciona para algumas

comunidades tradicionais a possibilidade de geração de renda, desenvolvimento de infraestruturas e serviços sociais, contudo também é responsável muitas vezes pela degradação do ambiente, desorganização social e cultural (Alleyne, 1991). Os jovens são considerados os mais atingidos pelos impactos negativos do turismo com aumento expressivo do consumo de álcool e drogas (Bellis et al, 2004) , práticas sexuais inseguras (Santos e Paiva, 2007) (Spiegel, 2007), perda do sentimento de pertença em relação a cultura local, a dificuldade de conservação da história e cultura local (Alleyne, 1991) e a incorporação dos hábitos e comportamentos do turista (Santos, 2004) . Deste modo, buscou-se corroborar para a autonomia e autocuidado dos adolescentes e jovens das comunidades tradicionais em relação à saúde sexual e reprodutiva e prevenção do uso abusivo de álcool e drogas de comunidades tradicionais do Vale do Ribeira: Marujá (Cananéia/SP), Aldeia Guarani Mbya-Pindoty (Pariquera-Açu/SP) e Ivaporunduva (Eldorado/SP). Objetivos: verificar a ocorrência de relacionamentos afetivo-sexuais entre turistas e adolescentes e jovens das comunidades tradicionais e uso abusivo de álcool e drogas; analisar como as comunidades promovem a saúde, bem como a prevenção de DST/AIDS; promover qualificação em atividades de pesquisa para professores e jovens do ensino médio profissionalizante; promover a interdisciplinaridade entre professores e cursos oferecidos na ETEC de Iguape. A metodologia utilizada foi a qualitativa, com pesquisa bibliográfica (dados documentais e históricos) para entender as comunidades e os temas abordados, bem como observações de campo e entrevistas (com adolescentes e jovens, lideres da comunidade, guia turísticos e agente de saúde). A pesquisa teve como orientação uma professora do Instituto de Psicologia da USP, com o envolvimento de um pesquisador colaborador e um professor/supervisor da ETEC - Iguape e oito alunos ETEC. Segundo os alunos ETEC os maiores desafios para o desenvolvimento da pesquisa foram: “tratar do assunto SEXUALIDADE com os jovens de Comunidades que vivem realidades diferentes da nossa; realizar entrevistas com os Jovens de Comunidades Anfitriãs tendo que levar em consideração suas diferentes culturas; mapear o comportamento e o modo de pensar do jovem de cada Comunidade para poder entendê-lo e adaptar os questionários à sua realidade” e os resultados: “melhoria no relacionamento com jovens de diferentes culturas; melhoria na habilidade de entrevistas e realizar pesquisas; melhor entendimento de diferentes realidades e culturas do Vale do Ribeira; obtenção de conhecimentos sobre a Prevenção de DST/AIDS e Gravidez na Adolescência e relacionamentos Afetivo-sexuais nas diferentes comunidades visitadas; melhor conhecimento sobre o assunto tratado no Subprojeto”. A pesquisa seguiu os preceitos éticos necessários e os resultados foram apresentados para as comunidades e posteriormente, foram

pactuadas ações que buscam contribuir para a saúde sexual e reprodutiva e prevenção ao consumo abusivo de drogas dos adolescentes e jovens das comunidades. Os resultados obtidos versam sobre o acesso facilitado ao álcool e outras drogas, incluindo o crack; gravidez não planejada e sexo inseguro entre os adolescentes e jovens das comunidades; há pouco acesso as informações ou ações voltadas para a prevenção as DST/Aids e aos insumos de prevenção (camisinha, contraceptivos).

Relações entre ser humano e meio ambiente: uma análise do enraizamento/desenraizamento na comunidade São Remo

Elise Mason Albejante

O presente trabalho é a organização de reflexões iniciais do projeto de mestrado, que tem por objetivo compreender a relação entre a identidade psicossocial e o meio ambiente através do modelo de trabalho de pesquisa-ação emancipatória na favela São Remo. Ela está localizada num terreno que era da Universidade de São Paulo (USP) e foi doado para o Estado. Existe um projeto de reurbanização para o local, mas as informações ainda não estão muito claras, o que gera insegurança por parte dos moradores da São Remo. Tal situação se torna um alerta, entre outros aspectos, em relação ao enraizamento. Esse cenário, junto às questões sociais relativas aos processos de globalização hegemônica, torna a relação com o ambiente em que se vive crescentemente desenraizada e distante, onde a dominação perpassa as relações interpessoais e as relações ser humano – meio ambiente. O enraizamento é um termo concebido por Simone Weil (1943, p.347), que o define como uma necessidade humana, visto que "o ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro". Segundo a autora, a participação social do ser humano enraizado deve ter múltiplas raízes nos diferentes meios a que pertence naturalmente. Ele cria vínculos sociais que fortalecem as ações da comunidade e para com o meio onde vive, pois passa a ter uma relação mais íntima com o ambiente ao seu redor e um cuidado maior com as pessoas e com ele (SANTOS; TUNES; BARTHOLO, 2006). Apesar de sua importância para a existência humana, o enraizamento encontra-se ameaçado em grande parte da população, em um processo que a mesma autora intitula "desenraizamento". Este é condicionado pela invisibilidade pública e pelas condições subumanas de existência a que grandes parcelas da população estão submetidas, e é determinado por uma sociedade onde impera o dinheiro e, consequentemente, o consumismo. Para Weil (1943, p.348), "O dinheiro destrói as raízes (...) substituindo todos os motivos pelo

desejo de ganhar.". Uma das consequências psicossociais do desenraizamento é o desenvolvimento de padrões identitários marcados pela percepção da impossibilidade de viver a própria vida de forma autônoma e plena em significado pessoal. Essa falta de autonomia diante da própria vida traz uma percepção de submissão e antinomia diante da sociedade e é expressa intelectualmente pelos obstáculos impostos pela sociedade da informação à constituição das instâncias críticas no indivíduo que assimila padrões interpretativos de caráter hegemônico sobre si mesmo e sobre seu ambiente sem poder operar uma reflexão pessoal amadurecida, em um processo que se relaciona dialeticamente com aqueles já mencionados, relativos à supervalorização do dinheiro e ao consumismo (SANTOS; TUNES; BARTHOLO, 2006). Algumas visitas à comunidade têm sido realizadas com intuito de se fazer um diagnóstico geral das problemáticas levantadas pela população local, através de observações e conversas informais, em parceria com o Projeto Aproximação, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da USP. Após essa primeira etapa, pretende-se definir um grupo com o qual serão realizadas intervenções, sendo todo o processo pautado na pesquisa-ação. Segundo Tripp (2005), ela traz respaldo às ações, uma vez que a partir do inicial diagnóstico dessas questões, há problematização e intervenção, o que busca a melhoria da prática através do monitoramento e avaliação da mesma. Para Lewin (1946, p.219) "(...) não basta o simples diagnóstico (...) [ele] tem de ser complementado por estudos experimentais comparativos da eficiência das diversas técnicas de mudança." Portanto, após essa primeira etapa, serão analisadas as intervenções para a compreensão da relação entre este grupo e o meio onde vive. Ainda não foi decidido o grupo de pessoas com as quais esse projeto será desenvolvido, entretanto, algumas possibilidades foram identificadas e já é possível notar semelhanças entre a realidade local e algumas questões estudadas na literatura, como: a humilhação social, a invisibilidade pública, a dominação, o isolamento, o modelo de desejabilidade influenciado pela Indústria Cultural e certa desarticulação entre as pessoas da São Remo. A partir desses primeiros contatos, algumas reflexões se fazem presentes: Como resgatar o fortalecimento de relações interpessoais e com o meio onde vivem em um modo de vida tão desconectado de si próprio, dos espaços onde circulam e dos limites do corpo? Até que ponto se pensar num modo de vida mais harmônico com a natureza não é pensar pautado em um discurso ambientalista, que se insere e reafirma o modelo hegemônico da sociedade ocidental? Como inferir que o cuidado com o meio ambiente será um cuidado maior com a natureza? Como se enraizar quando faltam tantas condições? Quando o território é excludente; Quando não há espaço para se viver em plenitude,

dignamente; Quando se pertence a um grupo humilhado socialmente? Tais questões precisam de respostas mais madura e, portanto, pretende-se aprofundar nelas ao longo do projeto.

Vulnerabilidade, território e adolescência: da elaboração das políticas públicas às práticas sociais

Denise Batista Pereira Jorge

Vulnerabilidade é um tema recorrente na atualidade, haja vista a infinidade de usos e referências a essa palavra, tanto no senso comum, quanto nos meios políticos e científicos. Por muito tempo a situação socioeconômica precária foi considerada o principal condicionante de vulnerabilidade. Estudos dentro dessa abordagem adotam um ponto de vista estático e tomam características de grupos, tais como, renda salarial, escolaridade, condições de moradia, acesso a bens e serviços (educação, lazer e saúde) etc. para traçar índices de vulnerabilidade socioeconômicos. Carências de todas as ordens são associadas a uma questão mais ampla, a do desenvolvimento econômico e da pobreza. Isso pode favorecer a apropriação ideológica do termo, na medida em que, ao classificar um grupo como vulnerável – os pobres – corre-se o risco de alimentar a crença de que todas as pessoas desta camada social são vulneráveis e/ou de que a vulnerabilidade não está presente na vida das pessoas de classes socioeconômicas mais elevadas. Se a vulnerabilidade for entendida como a incapacidade (de um indivíduo, família ou grupo) para enfrentar os riscos existentes no seu entorno, resultando em perda do seu bem-estar, considerando como fatores de risco a ausência ou precariedade de serviços básicos de saúde, educação, transporte e lazer e violência, pode-se estabelecer uma relação entre território e vulnerabilidade. A vulnerabilidade viria em decorrência da segregação espacial que obriga determinadas camadas da população a residirem em bairros mais afastados da cidade, consequentemente gastando mais com o transporte urbano, sendo penalizada com serviços de saúde, educação e lazer de baixa qualidade e tendo condições de moradias mais precárias. A atual política pública de assistência social brasileira, legalizada pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), preconiza que sejam feitos estudos de território para identificar regiões de maior vulnerabilidade, bem como as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, visando instalar os serviços socioassistenciais nessas localidades. Dessa maneira, a vulnerabilidade é compreendida na perspectiva da territorialização e os serviços socioassistenciais devem ser oferecidos no território onde as pessoas vivem, de acordo com as necessidades e as potencialidades específicas da localidade e dos moradores. As ações são embasadas e justificadas na necessidade de prevenir e superar situações de vulnerabilidade

que atingem determinados territórios, indivíduos ou grupos. Percebe-se que a palavra vulnerabilidade tem sido operada empiricamente por atores sociais que parecem não se ocupar de suas ambiguidades, e isso traz o risco evidente de este termo prestar-se ideologicamente à justificação aparentemente científica de práticas sociais que acabam se tornando uma mera reprodução da desigualdade social e das formas de violência que vigoram há séculos na sociedade brasileira. Nas diferentes leituras encontradas sobre a vulnerabilidade, que tem sido entendida de uma maneira geral como susceptibilidade, fragilidade ou redução da autonomia, nota-se a utilização de um aporte teórico-metodológico que prioriza determinados aspectos do tema, em detrimento de outros, o que pode favorecer uma banalização e uma confusão no uso do termo. Este trabalho partiu da hipótese que a palavra vulnerabilidade tem sido usada como ponto de apoio para a elaboração das políticas públicas e para as ações sociais. Diante disso, procurou-se compreender como o vocábulo "vulnerabilidade" está sendo utilizado tanto na elaboração dos projetos sociais quanto na prática dos peritos que materializam as ações propostas. Para alcançar esse objetivo foram feitos estudos bibliográficos abrangentes, procurando entender a relação entre vulnerabilidade e outros temas, seguido de um estudo empírico realizado no município de Jacareí, SP. Foram investigados os significados que estão sendo atribuídos à vulnerabilidade e a forma pela qual os agentes envolvidos em programas de intervenção dirigidos a uma parcela da sociedade tipicamente entendida como altamente vulnerável - a adolescência - utilizam este vocábulo e o relacionam a suas práticas sociais. Concluiu-se que a vulnerabilidade tem sido tomada como prerrogativa do território e tem sido usada como justificativa das ações sociais. Este estudo está relacionado com os temas políticas públicas, práticas sociais e direitos humanos e se encaixa no eixo temático Cidade e Meio Ambiente.

"Eu ligado em natureza": práticas psicossociais e representações sociais no Santo Daime

Maria Clara Rebel Araújo

A presente comunicação oral tem como objetivo examinar as práticas sociais comunitárias e representações sociais entre os participantes do Santo Daime. Destacaremos especialmente a prática de hospedagem, os mutirões e as representações sociais partilhadas como elementos relevantes na apropriação simbólica da natureza pelos membros deste grupo. Nosso objetivo é analisar a relação entre estas práticas sociais e a construção da realidade social entre os daimistas, levando em consideração tanto a linguagem ritual (trechos dos hinos do Daime) quanto o discurso cotidiano, partilhado pelos grupos de seguidores. Utilizamos como

referências teóricas a Teoria das Representações Sociais (especialmente a abordagem processual de Jodelet). Nossas referências incluíram também contribuições de pesquisas contemporâneas em psicologia social das religiões (Jodelet, 2009). Esta nova abordagem das religiões tem como objetivo abordá-las enquanto fenômenos psicossociais (Paiva 2009). Utilizamos também estudos contemporâneos em psicologia social sobre o uso ritual de psicoativos (Mizumoto 2013) e pesquisas em ciências sociais (especialmente antropologia) que abordam o uso ritual de psicoativos na contemporaneidade. A metodologia de pesquisa consistiu em pesquisa bibliográfica, análise de conteúdo de entrevistas semidirigidas com daimistas urbanos e de alguns dos hinos rituais do Daime e na elaboração de um diário de campo que registrou tanto rituais quanto momentos cotidianos (Araújo 2005 e 2010). Nesta comunicação, destacaremos os elementos destas pesquisas que estão relacionados à construção da identidade grupal e da interação dos daimistas com o meio ambiente. O discurso e narrativas de nossos entrevistados revelaram que a natureza e a busca de uma relação de "harmonia, amor e respeito" com a mesma são partes relevantes de suas representações e práticas sociais. Uma vez que analisamos as práticas e representações sociais que envolvem a relação destes grupos com a natureza tanto real quanto simbólica, consideramos que esta comunicação pode ser apresentada no Grupo de Trabalho 22- Política, ambiente e comunidade: a mundialização e suas interfaces com a Psicologia Social. Os resultados de nossa pesquisa mostraram que a identidade e senso de pertencimento à doutrina estão permeados por uma intensa vivência de práticas comunitárias, pelo acolhimento dos visitantes (presente em todas as igrejas pesquisadas) e também por uma intensa interação com a natureza, que é vista como "sagrada", "curadora" e "transmissora de ensinamentos/sabedoria" pelos nossos entrevistados. Embora a pesquisa tenha sido realizada com sujeitos que pertencem às cidades do Estado do Rio de Janeiro, as igrejas do Daime estão sempre localizadas em terrenos amplos e afastados em meio a Mata Atlântica. Todas as igrejas pesquisadas possuem em torno de si uma área de mata ou agrofloresta denominada "Jardim". O cuidado com este Jardim é uma das responsabilidades dos membros da doutrina, que periodicamente realizam mutirões para "zelar" por ele. Os membros urbanos da doutrina revelaram em seus discursos ser sensíveis a questões ambientais e ecológicas, especialmente porque os componentes do seu sacramento, o chá do Daime, é colhido nas matas. O discurso de nossos sujeitos apresentou diversas representações auto-identitárias tais como "Somos o Povo da Floresta", "Eu venho da Floresta", "Meu lugar é nas matas sombrias, no mar ou nas cachoeiras". Pelo que foi exposto acima, consideramos que nossa comunicação está ligada ao Eixo Temático Cidade e Meio Ambiente. O Santo Daime recomenda explicitamente

em seus hinos litúrgicos que acolham os visitantes e menciona repetidamente a que se deve "zelar o jardim" e "trabalhar com os irmãos". Estas recomendações dentro do ritual se traduziram em diversas práticas e representações sociais transmitidas pelo discurso cotidiano deste grupo. Uma vez que as principais igrejas estão na Amazônia e que grande parte dos seguidores da doutrina moram nos grandes centros urbanos brasileiros, nas últimas décadas formou-se uma rede informal de acolhimento tanto para os "caboclos" amazonenses em suas visitas ao sudeste quanto para membros urbanos ou estrangeiros que vão visitar igrejas e comunidades na Amazônia e em todo o Brasil. Com isso, se fortalece um senso de identidade grupal sedimentado nas trocas culturais entre os diferentes grupos de participantes desta religião brasileira- incluindo-se aí os membros estrangeiros da doutrina. Nosso estudo mostrou que o sentido de pertencer e se identificar junto ao grupo daimista é semeado durante os rituais onde se comunga do chá e se canta coletivamente os hinos da doutrina. Esta experiência envolve um estado alterado de consciência (proporcionado pela ingestão do chá psicoativo) e um direcionamento da mesma através do canto dos hinos, que tem em seu conteúdo louvores a Deus, aos santos e a natureza, conteúdos de ordem moral/ética e ensinamentos. Concluindo, percebemos que a construção de uma teoecologia daimista é fortalecida tanto no espaço ritual quanto no discurso e nas práticas cotidianas, criando uma intensa relação entre os adeptos da doutrina e a natureza, e estreitando os laços culturais e identitários entre os caboclos amazonenses, os adeptos das classes médias urbanas e os daimistas estrangeiros.

GT 23. POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PRÁTICAS SOCIAIS: A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA NO ENFRENTAMENTO DAS VULNERABILIDADES ASSOCIADAS ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS

A Interdisciplinaridade em debate no espaço de um Fórum sobre Desastres: conhecimentos e intervenções

Alisson Tiago Goncalves Vieira, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Mariana de Moraes Duarte Oliveira

Busca-se apresentar os conhecimentos advindos de experiências em pesquisas e ações de profissionais de diferentes áreas – viabilizados pelo Fórum Interdisciplinar sobre Desastres – e discutir a importância da interdisciplinaridade como instrumento de construção do conhecimento em situações complexas. O evento foi idealizado pelos estudantes e tutora de um grupo de Programa de Educação Tutorial (PET) e teve como norte a Interdisciplinaridade que se configurou na formulação do projeto, nos eixos temáticos, escolha dos profissionais e

desenvolvimento da atividade.O trabalho articula-se com a proposta do Grupo de Trabalho "Políticas Públicas como práticas sociais: a contribuição da Psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades associadas às questões ambientais" no Eixo Temático Cidade e Meio Ambiente. Tal Eixo tem como objetivo a discussão da interrelação entre os processos psicossociais, meio ambiente e o espaço físico, considerando a vulnerabilidade, os riscos sociais e populacionais, as ações e pesquisas no âmbito da prevenção, preparação, recuperação nos desastres. Portanto, agrega-se a essa proposta a discussão da importância de uma perspectiva interdisciplinar numa tentativa de superar a fragmentação dos saberes e as dificuldades que se deparam os diversos profissionais para intervir em em situações complexas como os desastres. A interdisciplinaridade na formulação do projeto do Fórum esteve presente desde seu objetivo que foi o de ampliar o conhecimento dos estudantes e profissionais de diversas áreas sobre o tema dos desastres, nos eixos temáticos propondo discutir os modos de atuação profissional; as ações de prevenção de riscos de desastres no contexto das políticas públicas da defesa civil e propiciar uma articulação entre os grupos PETs da instituição. O Programa de Educação Tutorial da Psicologia (PET-Psicologia) elaborou um projeto, apresentou-o aos dez PET´s da Instituição, dos quais cinco escolheram participar da organização do evento, distribuindo-se em cinco comissões: infraestrutura, comunicação, científica, cerimonial e financeira. A metodologia da atividade consistiu na elaboração de um Grupo de Discussão (GD) sobre a relação de desastres e violência na literatura e mesas redondas com temas norteados pelos quatro (dos cinco) eixos da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, quais sejam: prevenção, preparação, resposta e recuperação. Foram convidados profissionais com experiência na temática abordada em suas respectivas áreas, sendo elas: Psicologia, Assistência Social, Meteorologia, Defesa Civil, Medicina, Enfermagem, Economia, Letras, assim como um profissional de movimento cultural da cidade. Foi realizado em um auditório da Universidade, durante dois dias, com ampla divulgação na mídia local, aberto à comunidade acadêmica e à sociedade. As discussões produzidas indicam que a prevenção de desastres é um campo novo, visto que a atuação dos psicólogos tem sido direcionada, principalmente, ao momento pós-desastre. As considerações relativas à prevenção que a Psicologia poderia exercer nesta área estão voltadas para o trabalho junto à comunidade, a fim de desenvolver e promover atividades educativas, informativas, de sensibilização etc. Consideramos que a realização do Fórum contribuiu para desenvolver habilidades de trabalho em equipe, integração entre os grupos PET e discussão interdisciplinar da temática dos Desastres; possibilitou conhecer, compreender e debater sobre os diversos saberes, ações e

relatos de experiências dos diversos profissionais. Dessa forma, entendemos que com as reflexões críticas, uma visão global e sistêmica sobre o fenômeno, os diálogos e intervenções interdisciplinares contribuem na formação e desenvolvimento do conhecimento. Logo, possibilita a formação de profissionais capacitados para trabalharem de maneira mais ampla e integrada na elaboração e promoção de políticas públicas de meio ambiente, defesa civil, saúde, assistência social e direitos humanos.

A relação afetiva do policial militar com o ambiente militar como potencializadora/despotencializadora de ação

Daniel Welton Arruda Cabral, Debora Linhares da Silva, Zulmira Áurea Cruz Bomfim, Lucíola Limaverde Ribeiro, Beatriz Suelen Nobre Carvalho

Este trabalho surge de reflexões do autor no trabalho como psicólogo da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará(Aprospec) e do posterior desenvolvimento do tema a partir da pesquisa de Mestrado em Psicologia na Universidade Federal do Ceará,bem como da identificação e colaboração dos coautores com o tema. O estudo versa sobre como os afetos (emoções e sentimentos) presentes na relação do policial com o ambiente militar contribuem para potencializar ou despotencializar sua ação na busca da superação do sofrimento da categoria, tanto de forma pessoal, como especialmente de forma coletiva. Ele almeja refletir sobre como os afetos dos policiais, como alegria, medo, tristeza, vergonha, estão servindo de base para a emancipação ou reforçando o sofrimento. A pesquisa traz uma relação com o eixo temático “Trabalho” por tratar dos afetos dos policiais militares, ou seja, de uma categoria profissional específica, com o eixo “Estado, democracia e movimentos sociais”, tendo em vista que traz como foco, além do estudo da iniciativa pessoal, especialmente da iniciativa coletiva, com ênfase na participação deles enquanto categoria, demarcando aí um viés de organização política.Porém,o principal eixo temático ao qual se vincula a pesquisa é “Cidade e Meio Ambiente”, tendo em vista que o foco principaldo trabalho é o estudo da formação de afetos gerados a partir do “ambiente militar” do policial urbano. O grupo de trabalho escolhido é “Políticas públicas como práticas sociais: a contribuição da Psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades associadas às questões ambientais”. A escolha desse grupo específico se deve ao desejo de, tomando como base os afetos dos policiais em relação ao “ambiente militar”, compreender as vulnerabilidades em que estão imersos esses policiais. No estado do Ceará, já neste ano, vários indícios apontam para um ambiente gerador de vulnerabilidades:grande número de denúncias de abusos de superiores realizados por

associações de policiais, aumento do número policias com licença psiquiátrica, expulsão do quadro da polícia de sete policiais tendo como acusação a participação em reunião reivindicatória de classe e suicídio de um policial motivado por prática abusiva de um superior. O trabalho irá utilizar como referencial teórico a Psicologia Histórico-cultural, a partir das contribuições de Silvia Lane e Bader Sawaia, vinculadas à Psicologia Ambiental, especialmente a partir das contribuições de Gabriel Moser e de Zultmira Bomfim sobre a vinculação afetiva entre pessoa e ambiente. Serão utilizados também autores que possam contribuir para o entendimento das instituições totais,como Erving Goffman. Farão parte denossos debates autores como Agnes Heller, Lev Vygotsky e Baruch Espinosa, notadamente na discussão da afetividade. A metodologia escolhida para a apreensão dos afetos será os mapas afetivos, que serão compostos por:desenho – será solicitado que o policial desenhe e represente sua forma de ver e sentir o ambiente militar; significado – buscará esclarecimentos sobre o que os sujeitos quiseram representar com o desenho; sentimentos – síntese dos sentimentos provocados pelo desenho; o que pensa do ambiente militar –falar de forma livre o que pensa da localidade em questão; categorias da escala Likert – afirmações voltadas para a avaliação dos respondentes; participação em associações policiais – investigar se o sujeito participa de associação e há quanto tempo se dá a participação; participação em movimentos sociais – busca explorar o histórico de participação política do sujeito; por último, as características sociodemográficas do indivíduo. Além disso, será feita uma entrevista semiestruturada com alguns policiais para aprofundar a percepção da leitura que estes fazem do ambiente militar. A pesquisa terá um viés eminentemente teórico-metodológico, tendo em vista que será posteriormente complementada, no decorrer do mestrado, pela sua parte prática. Neste momento, a partir da minha intervenção como psicólogo no ambiente militar, bem como dos resultados inicias da pesquisa, podemos apontar para sensações de um ambiente opressor, embora com afetos potencializadores e despotencializadores contrastantes por parte dos policias. Os resultados também ainda inicias, mostram a necessidade de uma polícia com hierarquias menos rígidas, onde seja dada voz às patentes mais baixas, com a valorização de seus membros pelo comando, voltada para a cidadania, assim como apontam para a necessidade de discussão sobre o projeto de desmilitarização da polícia militar.

AdoleS(c)Er: sentido de "Mudança de Vida" para adolescentes do Bairro Genibaú, Fortaleza - CE

Debora Linhares da Silva, Daniel Welton Arruda Cabral, Lucíola Limaverde Ribeiro, Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Este trabalho de pesquisa surge da experiência de atuação da autora como Psicóloga no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS do bairro do Genibaú, Fortaleza/CE, mais especificamente como técnica de referência do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e do Serviço Socioeducativo para Adolescentes na faixa de 15 a 17 anos – PROJOVEM Adolescente – PJA. A mesma é pesquisa em andamento no Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e conta com a colaboração das/os referidas/os coautoras/es. Tem como objetivo compreender os contextos de Vulnerabilidade Social como potencializadores de afetos, bem como as possibilidades e impossibilidades de construção de Perspectivas de Futuro para adolescentes de 15 a 17 anos do Genibaú, vinculados ao serviço socioeducativo da Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Buscamos, ainda, tecer as relações afeto-lugar destes adolescentes para uma análise de vínculos, discutindo a Vulnerabilidade Social em seus aspectos ético-afetivos e como potência de ação ou de padecimento, assim como suas capacidades de desenvolver estratégias criativas diante das adversidades para, por fim, analisar o que é Perspectiva de Futuro para estes adolescentes. Estas proposições surgem não apenas através do contato com os adolescentes que integravam o serviço socioeducativo (PJA), mas, também, da historicização do processo de formação do bairro do Genibaú. Originado na década de 1980, a partir do processo migratório, em grande parte por retirantes da seca, tem por característica de sua constituição a ocupação desordenada. Após três décadas, apesar da existência de equipamentos públicos (escolas, unidades de saúde, hospital), de terem conseguido acesso à água encanada e energia elétrica, as condições de vida neste território ainda são precárias: as ruas continuam sendo enlameadas, brejadas, estreitas e de difícil acesso. O rio Maranguapinho, que atravessa o bairro, tem suas margens feitas moradia e também depósito de lixo e esgoto. A população não para de crescer, sendo hoje de aproximadamente 40.336 habitantes e, destes, cerca de 21% estão na faixa etária de 12 a 17 anos, chegando a mais de 8.500 adolescentes. Acessando algumas pesquisas, obtivemos dados que nos mostram a incidência de envolvimento destes em situações como: violências urbana e doméstica, drogadicção, tráfico de drogas, evasão escolar e prostituição. Muitos são netos dos migrantes da seca e tornam-se pais e mães a partir dos 15 anos. A maioria vive em situação de pobreza extrema que se desdobra em diferentes aspectos que deixam evidentes as dicotomias

sociais e os processos de exclusão. Aqui, pensamos um diálogo desta pesquisa com o eixo temático Cidade e Meio Ambiente, dando ênfase às relações pessoa-ambiente no Genibaú (desde seu processo de formação), às necessidades de sobrevivência das populações que ali vivem e às questões pertinentes aos direitos sociais que são o foco de atuação da PNAS. Identificamo-nos com o GT Políticas Públicas como práticas sociais: a contribuição da Psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades associadas às questões ambientais, isto porque dentro de uma política que se propõe a trabalhar os direitos sociais e o protagonismo social, chamou-nos atenção o desenrolar do serviço socioeducativo para adolescentes: o PJA. Assim como em outros serviços socioeducativos para adolescentes no Brasil, o caráter preventivo acaba se sobressaindo, e, muitas vezes, associando privação de recursos econômicos à privação de possibilidades e potencialidades. Os modos de ser atribuídos a esses adolescentes (pobres) lhes posiciona socialmente de duas formas: ou vítimas ou perigosos, questão que pretendemos problematizar. Referendamo-nos na Teoria Histórico-Cultural de Lev Vygotsky para pensar o caráter dialógico do processo de formação desse indivíduo, em diálogo com Baruch de Spinoza e seu conceito de afeto. Bader Sawaia nos auxilia nas discussões referentes aos processos de exclusão/inclusão, tendo em todos um foco ético-político de análise. Também trazemos aportes da Psicologia Ambiental para as discussões sobre as relações pessoa-lugar (Yu-Fu Tuan). Esta é uma pesquisa qualitativa e terá as Rodas de Conversa como método de participação coletiva de debates; entrevistas individuais não estruturadas, onde focaremos o sentido de "mudança de vida" / perspectiva de futuro e, para um estudo mais efetivo da relação afeto-lugar, faremos uso do método dos Mapas Afetivos. Os sujeitos participantes serão adolescentes, de ambos os sexos, de 15 a 17 anos, que estejam participando do Serviço Socioeducativo PJA no CRAS do Genibaú, em Fortaleza - CE. Por hora, a partir da experiência vivida no CRAS e também pelo que a literatura pertinente apresenta, vemos como sendo de grande relevância a análise da relação afeto-lugar para nossas discussões, pois a partir dessa percepção dos campos de afetação, podemos questionar não somente qual o sentido de "mudança de vida" para esses adolescentes, mas também: quem são esses adolescentes? Que relações sociais, políticas, econômicas, ou que processos de exclusão/inclusão inserem estes adolescentes nesse contexto de vulnerabilidade? Há uma escolha entre o ser vulnerável e a construção de uma perspectiva de futuro? São campos abertos para esta e outras pesquisas.

Educação preventiva - possibilidades pedagógicas para o Ensino Fundamental I

Ana Clara da Rocha

Educação Preventiva estruturou-se através da metodologia da pesquisa ação para identificar se a socialização de informações técnicas e extracurriculares sobre desastres de forma transversalizada no espaço escolar pode ser uma ação provocadora da implantação de uma cultura de prevenção na sociedade. Para tanto, a proposta embasada em experiência pretérita da pesquisadora, que buscou através da interação entre a instituição de ensino - Centro Educacional Municipal Interativo Floresta e a Unidade Militar 10ª Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, ambos da cidade de São José - SC, desenvolver um trabalho pautado na prevenção de sinistro. especificadamente, o público alvo os alunos do 5ª ano do Ensino Fundamental, através de aulas especiais juntamente com as disciplinas curriculares, aprenderam sobre a história do fogo, sua contribuição para o desenvolvimento da humanidade, como o fogo se constitui, se mantém, se controla e se extingue, assim como, as formas de prevenção normatizadas a fim de minimizar os danos, entre as quais a rota de fuga. Igualmente aprenderam sobre a estrutura organizacional dos agrupamentos de socorro, desde os vigiles até as atuais corporações militares ou voluntárias dos bombeiros. As atividades foram planejadas embasadas pelas perspectivas teórica, histórica e relacional dos sujeitos com os processos educacionais e culturais através dos pensadores da Psicologia, Educação, Filosofia, gestão de riscos e desastres e similarmente das proposições políticas existentes através das leis, regulamentações e diretrizes. O resultado da pesquisa, analisado a partir da apreensão dos alunos através das atividades desenvolvidas por meio da reprodução dos conteúdos, sendo complementado pelo discurso dos profissionais envolvidos na ação (professores, bombeiros, coordenadores pedagógicos), que desvelaram a importância das vivências preventivas, qualificadas pelo repasse de informações precisas repassadas por profissionais de referência. Os resultados igualmente apontaram para a qualificação das percepções do homem com o ambiente em que se encontra, superando os conflitos emergentes dos desastres, assim como, no fortalecimento da percepção dos riscos e desenvolvimento de comportamentos minimizadores de danos e prejuízos advindos dos desastres (seja natural ou não). E por fim, a divulgação desta prática, atendendo a orientação da banca avaliativa para a obtenção da Especialização em Gestão de Riscos e Desastres para o desenvolvimento socioambiental, evidencia-se para a necessidade da realização de mais estudos a fim de fortalecer e regulamentar a educação preventiva, constituindo um arcabouço teórico para a ação preventiva da Psicologia, da Educação e da Gestão de Riscos e Desastres. A prática da educação preventiva igualmente desvelou a importância de qualificar e ampliar o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem por meio de trabalhos interdisciplinares, visando empoderar os sujeitos sociais.

Estimar os jovens é estimar a escola, o bairro e a comunidade

Zulmira Áurea Cruz Bomfim

Este trabalho tem como objetivo aprofundar os resultados da pesquisa "Adolescência e Juventude: estudo sobre situações de risco e redes de proteção em Fortaleza" com base categoria Estima de lugar (Bomfim, 2010). Esta ultima refere-se a uma avaliação afetiva, positiva ou negativa, que uma pessoa faz de determinado ambiente, expressa por sentimentos e emoções gerados a partir de imagens, representações, que podem abarcar micro e macro ambientes como a casa, a escola, o bairro, a cidade. A estima de lugar é uma categoria teórica que emerge da afetividade, entendida por sentimentos e emoções, associada a um determinado lugar. A Psicologia Social latino-americana e a Psicologia Ambiental Transacionalista constituem suas bases epistemológicas, as quais valorizam, respectivamente, a mediação afetiva e o simbolismo do espaço na construção da subjetividade. Autores como Sawaia, Vygotsky e Espinosa são exemplos de construção de sua base teórica na psicologia social; e Proshansky, Enric Pol, Yi-Fu-Tuam na psicologia ambiental. A escola tem sido o foco de nossas pesquisas porque abriga uma comunidade representativa dos afetos do bairro no qual se localiza; é um lugar do bairro para seus moradores; há a construção coletiva de sentidos e significados; é um espaço para a dimensão educativa da pesquisa e abriga grupos vulneráveis. A vulnerabilidade social é um conceito que vem ajudar na compreensão da desigualdade social e pode ser vista como dificuldades de uma pessoa ou de grupo para resistir ou fazer frente a uma determinada ameaça ou problema (Corraliza, 2001), porém não de uma forma determinística. Há uma vulnerabilidade positiva quando se aprende formas de resistência e de resiliência em que se permite lidar com os obstáculos de forma criativa (Castro & Abramovay, 2002). No questionário aplicado à Pesquisa adolescência e juventude no período de 2011 a 2012 averiguamos possíveis correlações entre a categoria estima de lugar com as de autoestima, autoeficacia e perspectiva de futuro de jovens de escolas publicas de Fortaleza. A amostra composta de 1140 jovens estudantes, de 43 escolas públicas de Fortaleza (23 estaduais e 20 municipais), com idade entre 14 e 24 anos, encontravam-se dentro da faixa de baixo nível socioeconômico e eram majoritariamente do sexo feminino (57,9%), solteiros (92,8%) e distribuídos entre o Ensino Médio (56,9%) e do Ensino Fundamental (37,7%). O instrumento utilizado foi um questionário da Juventude Brasileira (KOLLER et al, 2006) com 76 questões, sendo 17 questões acerca dos dados biossociodemográficos e outras com temas de diferente natureza. Havia questões de múltipla escolha e questões em formato Likert. A estima de lugar

foi avaliada nas questões: eu posso confiar nas pessoas da minha comunidade/bairro; eu me sinto seguro na minha comunidade/bairro; eu posso contar com meus vizinhos quando preciso deles; minha comunidade tem melhorado nos últimos 5 anos; eu sinto que pertenço a minha comunidade/bairro; eu posso contar com alguma instituição comunitária quando preciso. Os resultados mostraram que a estima de lugar correlacionou-se positiva e significativamente com autoestima, com perspectiva de futuro e com autoeficácia. Estas variáveis se correlacionaram significativamente entre si. Assim, quanto maior os níveis de estima de lugar, maiores serão os níveis de autoestima, autoeficácia e perspectiva de futuro dos jovens. Concluímos que a comunidade da escola não é somente o entorno físico que circunda a escola. Os jovens criam simbolismos e significações com o bairro, que vão variar em função de cultura, costumes, crenças, valores, representações, visões de mundo reforçado pela coletividade. Um bairro degradado, violento, com altos índices de homicídio tem uma péssima reputação, traz desconforto para o jovem e adolescente, que também vê sua imagem e reputação de forma negativa, principalmente quando não está implicado e vinculado com a comunidade. O preconceito com o lugar foi o mais apontado pelos jovens das escolas públicas de Fortaleza. Podemos inferir que o lugar e o bairro onde se encontra a escola podem ser um importante caminho para potencializar indicadores subjetivos de proteção do jovem, e, consequentemente, promover a diminuição de riscos e de vulnerabilidades socioambientais de jovens que se encontram em contextos de adversidades sociais, culturais, econômicas e simbólicas próprias das escolas públicas brasileiras. As políticas públicas para a juventude precisam priorizar aspectos subjetivos de apoio psicossocial que coloquem o espaço do bairro e da comunidade vinculados à escola como prioritários, tais como o incentivo à participação comunitária, a inserção de equipamentos comunitários de lazer, cultura, de convivência e de apoio social. Estimar os jovens é estimar a escola, o bairro e a comunidade e vice-versa. Propomos a inserção da pesquisa no eixo temático, Cidade e Meio Ambiente, principalmente no que tange a "evidenciar as fragilidades dos modelos atuais de governança e ação pública" e às relações existentes entre a "vida urbana" e suas interfaces com o ambiente. Há também identificação com o eixo temático Juventude, instituições e processos de exclusão social por problematizar o uso de determinados conceitos em Psicologia Social e Ambiental no processo inclusão e exclusão social. No entanto, tendo um foco mais específico, que é tratar da relação afeto-lugar e suas implicações cotidianos no que se denomina Vulnerabilidade Social, a identificação maior acontece com o Grupo de Trabalho Políticas Públicas como práticas sociais: a contribuição da Psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades associadas às questões ambientais.

Implicações socioafetivas do jovem com o local de moradia

Dayse da Silva Albuquerque, Maria Inês Gasparetto Higuchi

Estudos têm se esforçado para contribuir no entendimento do comportamento juvenil na sociedade contemporânea. Entretanto, são poucos os que consideram a dimensão ambiental como parte desse mundo onde o jovem está inserido. Em nossa sociedade, a espacialidade relativa à moradia é vista como um aspecto determinante do seu ocupante, dando a ele um valor a partir desse lugar. Elementos de status social são inevitavelmente associados aos aspectos de moradia, seja da casa ou área de moradia (Higuchi, 1999; 2008; Gunther et al., 2003). Esses elementos do lugar e significados atribuídos pelo habitante constituem aspectos passíveis de entendimento do comportamento juvenil, que não podem ser negligenciados pela psicologia. A partir disso, questionou-se: Como os jovens percebem seus locais de moradia? Estariam estes jovens vivenciando aspectos de distinção a partir do lugar em que moram? Que tipos de significados e sentimentos o lugar desperta? Até que ponto o lugar de moradia está atrelado ao processo de construção de uma identidade social? Considerando tais questionamentos, o objetivo central do estudo consistiu na investigação da percepção de jovens de Manaus/AM a respeito de seus locais de moradia através da identificação de significados e sentimentos vivenciados e da atribuição de aspectos de qualidade ambiental. A articulação com o eixo temático proposto pelo GT se dá por discussões relacionadas principalmente à precariedade no fornecimento de serviços básicos e o descaso do poder público para solucionar as problemáticas apontadas por jovens da cidade de Manaus/AM. Abrange conceitos da Psicologia Social do Ambiente e propõe reflexões sobre os processos de apropriação do espaço e desenvolvimento da identidade de lugar, de forma a suscitar novas possibilidades de compreensão acerca de aspectos socioafetivos presentes nas relações pessoa-ambiente. Tal relação, incluindo a socioafetividade, isto é, os significados e sentimentos atribuídos pelas pessoas aos seus locais de moradia têm sido apontados como aspectos constituintes da identidade social (Proshansky, Fabian & Kaminoff, 1983; Korpela, 1989; Garcia-Mira, 1997). O jovem, enquanto ser que se relaciona em busca de significados que contribuam com essa identidade social, percebe e vivencia o seu entorno, em especial o lugar onde mora, com cognições e sentimentos diferenciados (Fischer, s.d.). Dessa forma, o ambiente físico é sinalizador para a constituição da personalidade do indivíduo e o define no grupo social em que está inserido (Proshansky et al., 1983). Participaram da pesquisa 161 adolescentes com idade entre 12 e 18 anos. Para levantamento dos dados foi utilizada a técnica dos Mapas Afetivos (Bonfim, 2010). Nessa

técnica são levantados aspectos decorrentes do ambiente físico, enfatizando-se a atribuição de significados e os afetos que permeiam as relações construídas em distintos espaços. Consiste primeiramente na elaboração de um desenho como fonte de estímulo e organização narrativa dos afetos, que se segue quando os participantes são solicitados a falar sobre os sentimentos e significados atribuídos à realidade que foi desenhada. Os resultados obtidos nesse estudo, através de análise de conteúdo, apontaram duas categorias de significados atribuídos ao local de moradia: espaço social (82%) e espaço físico (18%), e duas categorias de sentimentos relacionados ao habitat: de agradabilidade (79%) e de desagradabilidade (21%). Apesar dos altos percentuais de afetividade, observou-se que 76% dos jovens pensam em mudar de lugar e apenas 24% pretendem permanecer onde vivem. Entre os motivos apontados que despertam o desejo de mudança surgiram a sensação de insegurança decorrente da violência urbana (32%), as dificuldades nas relações sociais (26%) ocasionadas por comportamentos da vizinhança e a precariedade dos serviços básicos (18%). Os significados atribuídos ao local de moradia e os sentimentos atrelados a esse habitat pelos jovens de distintos bairros da cidade de Manaus/AM nos mostram que o cidadão jovem é capaz de refletir sobre o lugar que reside e nele perceber aspectos constitutivos de sua relação com o ambiente, no qual estão em processo as suas histórias pessoais. O local de moradia, seja o bairro ou a casa, se mostra como uma categoria social urbana relevante para a compreensão da relação jovem-ambiente, por se apresentar como um elemento primordial na construção da identidade a partir do sentimento de pertencimento a esse espaço social. As demandas levantadas, principalmente em relação à violência urbana, mostram-se como preocupantes, não apenas por serem critérios relevantes na construção de políticas públicas, mas principalmente por ser o local de moradia um aspecto fundamental na formação do indivíduo e, no caso dos jovens, revelador de sua situação identitária. Constata-se que a violência urbana tem implicado negativamente na socioafetividade dos jovens com seus locais de moradia, tornando-se fator para a mudança de lugar e dificultando a apropriação desse espaço social. A mudança constante de lugar pode ser compreendida enquanto busca por melhores condições sociais, mas implica em desenraizamento e dificuldade no enfrentamento de vulnerabilidades socioambientais, decorrentes da precariedade de políticas públicas voltadas para tais questões e pela pouca mobilização comunitária para o cuidado do local de moradia.

Mídia e Psicologia Social: a cobertura da mídia impressa sobre as cheias nos Pantanais Mato-Grossenses

George Moraes de Luiz

Este trabalho discute a visibilidade dada pelo jornal O Estado de São Paulo à população pantaneira durante as cheias anuais nos pantanais Mato-Grossenses. Trata-se de um recorte da pesquisa em andamento de doutorado em Psicologia Social, no qual se busca identificar o conhecimento local da população pantaneira diante das cheias anuais. E discutir de que forma esse conhecimento local pode ser integrado ao conhecimento técnico da Defesa Civil do Estado de Mato Grosso no enfrentamento as situações de emergências e desastres naturais. Este estudo insere-se no grupo de trabalho Políticas públicas como práticas sociais: a contribuição da psicologia no enfrentamento das vulnerabilidades associadas às questões ambientais, do eixo temático Cidade e Meio Ambiente. A relação entre este estudo e o grupo de trabalho citado anteriormente se dá pela reflexão de temas ambientais à luz da Psicologia Social. O referencial teórico que norteia o debate são as Práticas Discursivas no cotidiano. Os documentos de domínio público – neste caso as matérias do jornal - são aqui entendidos como práticas discursivas e, portanto, são importantes meios de informações, principalmente na formação de estratégias de governamentalidade. A pesquisa foi realizada no acerco online do jornal O estado de São Paulo (www.acervo.estadao.com.br), no mês de março de 2013. O recorte temporal da pesquisa compreende o período entre 1875 a 2013. Foi utilizado o descritor Pantanal na busca das reportagens. Em seguida, circunscrevemos a análise apenas das matérias vinculadas na capa do jornal. Foram encontradas cento de quarenta e quatro matérias. Dessas matérias, apenas vinte e quatro tratava da relação entre as cheias no Pantanal, objetivo deste estudo. Para análise dessas informações foram adotados os seguintes procedimentos: primeiramente, foi feita a transcrição integral das matérias; em seguida, a transcrição sequencial que consiste em um resumo, obedecendo a sequência dos temas. Esta forma sintética ajuda a entender as temáticas mais relevantes de acordo com o objetivo proposto neste trabalho. Posteriormente, foi elaborado o mapa temático para identificar os principais temas presentes nas narrativas das matérias. Os mapas permitem maior visualização do material analisado e apresenta duplo objetivo: auxiliar no processo de interpretação e facilitar a explicitação dos passos ligados ao processo interpretativo. Os resultados nos conduzem a pensar na baixa visibilidade dada pelo jornal O Estado de São Paulo à população pantaneira afetada anualmente pelas cheias cíclicas. Treze matérias focaram no gado e nos fatores econômicos; apenas seis matérias citaram à população; e, cinco matérias abordaram outros temas relacionados às cheias. A maioria das matérias focou na morte do gado, nos prejuízos econômicos sofridos pelos pantaneiros em função da perda do gado, na liberação de créditos por parte do governo para os pantaneiros que perderam gados devido às cheias. Os efeitos das cheias na vida da população, sobretudo dos ribeirinhos – os

mais pobres -, como a perda das casas, mortes, aparece de forma reduzida e simplificada nas matérias. Em suma, as reportagens relacionadas às cheias nos pantanais Mato-Grossenses dão ênfase no gado e nos prejuízos econômicos sofridos pelos grandes pantaneiros. A população ribeirinha só ganha visibilidade quando as cheias produzem mortes e grandes destruições nas propriedades rurais, ou seja, quando é decretado estado de calamidade pública na região.

No movimento das águas o movimento da vida: identidade e relações sociais de gênero das pescadoras dos rios Aquidauana e Miranda

Zaira de Andrade Lopes, Gabriela Lopes de Aquino, Vivina Dias Sól Queiróz

O presente estudo faz parte da primeira etapa da pesquisa, em andamento, Condições de vida, trabalho e educação da mulher ribeirinha da bacia dos rios Aquidauana e Miranda em Mato Grosso do Sul: sentidos e significados na construção das relações de gênero, com financiamento do MCT/CNPq/SPM-PR/MDA. Tem como objetivo analisar os processos psicossociais, culturais e econômicos que envolvem a constituições das identidades, as condições de trabalho e escolarização da população feminina circunscrita às Bacias Hidrográficas dos Rios Miranda e Aquidauana em Mato Grosso do Sul, tomando como eixo de análise as representações sociais-RS- das mulheres ribeirinhas sobre trabalho, educação e relações sociais de gênero. A identificação dos processos e elementos que compõem o pensamento das ribeirinhas, expressos por meio da fala, bem como os significados que elas atribuem às relações sociais, de gênero e de trabalho na constituição de suas identidades é fundamental para o desenvolvimento de ações e proposições demandadas pelas políticas públicas visando eliminar as desigualdades de gênero e da hierarquização de poder entre homens e mulheres. Tais conhecimentos podem subsidiar políticas e intervenções com vistas a promover o empoderamento de mulheres e homens da região para o processo de formação da consciência e transformação das condições materiais e reais de existência e em última instância, materializar o Plano Nacional de Políticas para Mulheres, principalmente quanto ao capítulo que trata da mulher e sua relação com o desenvolvimento sustentável no meio rural e com as garantias de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar. O estudo está integrado à Base de Pesquisa das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda, do Campus de Aquidauana da UFMS. Trata-se de uma pesquisa social, fundamentada na teoria das representações sociais com enfoque no conceito de gênero e suas implicações nas relações sociais. A análise de abordagem qualitativa, visto que busca identificar e compreender os múltiplos e complexos processos histórico-sociais, culturais e econômicos que permeiam as relações humanas e a configuração da subjetividade das mulheres ribeirinhas.

A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas individuais realizadas com pescadoras associadas à Colônia de pescadores de Aquidauana, seguindo um roteiro semiestruturado. As mulheres entrevistadas são pescadoras, pertencente às comunidades localizadas nas margens dos rios que compõem as Bacias hidrográficas dos Rios Aquidauana e Miranda e suas atividades são marcadamente vinculadas ao movimento e ciclo das águas e de seus derivados. Vive e garante a sua subsistência e de sua família com os produtos que, de alguma maneira, estabelece relações com os rios. Os resultados preliminares apontam para a existência de representações sociais que referendam a submissão feminina existente nas sociedades, revelam as dificuldades que as mulheres encontram para superar as condições de trabalho precarizadas, a falta de acesso à escolarização e manutenção das relações sociais de gênero moldadas na ideologia do patriarcado. As atividades exercidas para a pesca são caracterizadas como precárias e que favorecem o desgaste físico e o embrutecimento do corpo. Nos discursos as pescadoras revelam que as mulheres de certa forma estão ocupando espaços deixados pelo homem, uma vez que as atividades de pesca nos dias atuais já não apresentam os rendimentos de décadas anteriores, e que os pescadores agora exercem outras atividades remuneradas, tais como serviços na área da construção civil nos centros urbanos e, no campo, em ocupações desenvolvidas nas fazendas. Tais revelações levam a evidencia de que o espaço conquistado pelas mulheres pescadoras já não são mais valorizados, contexto que referenda estudos anteriores de desqualificações econômicas das atividades exercidas por mulheres, percebe-se que ainda se mantém uma distribuição marcada pelas desigualdades entre homens e mulheres. Quanto aos processos de escolarização as entrevistadas evidenciam as dificuldades de acesso levando a grandes índices de evasão escolar e abandono dos estudos, visto que a região não oferece condições de continuidade dos estudos. A maioria das entrevistas possuem apenas os anos iniciais da educação básica, não ultrapassando o 4ª ano do ensino fundamental. Conclui-se que as entrevistadas declaram que gostam das atividades que exercem, no entanto apresentam desejos de superação das condições de vida e trabalho que enfrentaram ao longo de suas vidas, com o envio de suas filhas e filhos para as áreas urbanas para terem acesso ao estudo e romper com as condições de vida, sem, contudo, apresentarem mudanças nas RS de gênero.

O lugar dos pluviômetros na gestão de riscos de desastres ambientais em São Paulo-SP

Mário Henrique da Mata Martins

Problematiza o lugar dos pluviômetros, instrumentos de medição da quantidade de chuva que vai em determinado território, na rede de monitoramento e produção de alertas para gestão de

riscos de desastres ambientais em espaços urbanos da cidade de São Paulo, produzindo conhecimento sobre o modo como as tecnologias interferem em modelos de gestão e evidenciando as contribuições e as fragilidades dos modelos atuais de governança e ação pública. Para isso, acompanha o processo de implantação de pluviômetros em áreas de risco de inundação e deslizamento na cidade de São Paulo e analisa o processo, bem como seus resultados, a fim de contribuir para uma melhor efetividade das ações de monitoramento e emissão de alertas que se pautam nessa tecnologia. O estudo fundamenta-se em pressupostos do Construcionismo Social e dos estudos sócio-técnicos para defender que os pluviômetros fazem diferença quando implicam outras entidades, humanas e não humanas, a se mobilizar em prol deles na gestão de riscos de desastres e que por essa razão mais do que instrumentos, são coprodutores da gestão dos desastres ambientais. Por optarmos acompanhar o modo como pluviômetros performam a gestão, realizamos o registro de observações em diários de campo sobre essa implantação, a análise de documentos referentes ao projeto de implantação e uma entrevista com o porta-voz de tal tecnologia na Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de São Paulo, responsável por essa ação. Discutimos que pluviômetros performam diferentes modos de gestão pautados ora em uma ação eminentemente governamental, ora em uma ação eminentemente comunitária, ou em uma ação eminentemente deflagradora das falhas da própria rede, produzindo múltiplas formas de gestão. Apesar de multiplicarem-se essas formas de gestão, todas elas são pautadas em um modo de saber tecnológico de caráter processual que funciona, só, e somente só, quando todos os seus componentes estão atuando conforme o previsto por meio de estratégias de controle e manutenção da rede. Por essa razão, concluímos que é necessário incorporar a possibilidade de falha de sistemas de prevenção ao próprio processo de implantação de pluviômetros em comunidades especificando o seu lugar. A esse tipo de incorporação da falha à tecnologia denomino de tecnologia flexível: o tipo de processo em que a falha do produto final é considerada como uma possibilidade no funcionamento do sistema de alertas e permite que, desse modo, ele se adapte a diferentes situações, da prevenção à resposta.

Oficinas de risco e prevenção: considerações sobre um estudo/pesquisa com adolescentes moradores do bairro Jaçanã – São Paulo/SP

Roberth Miniguine Tavanti

Trata-se de um estudo em andamento relacionado a uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo. Sua temática insere-se numa discussão abrangente que envolve os riscos como estratégias de governamentalidade, em especial, as estratégias (ou iniciativas) de enfrentamento e/ou prevenção de riscos de desastres ambientais na ótica dos moradores que vivem em comunidades vulneráveis, como, por exemplo, nos territórios situados em áreas de risco aos escorregamentos e/ou inundações na cidade de São Paulo/SP. Pretende-se, então, como objetivo deste estudo/pesquisa entender como os adolescentes moradores do bairro Jaçanã, na cidade de São Paulo/SP, convivem com os riscos ambientais associados às chuvas torrenciais de verão. Ao adotar o enfoque da linguagem dos riscos na abordagem desenvolvida no Núcleo de Pesquisa em Práticas Discursivas e Produção de Sentidos da PUC/SP, tenta-se considerar tanto os aspectos institucionalizados (ou mais permanentes) das noções sobre risco (fazendo parte de formas específicas de discurso, ou tradições discursivas, sobre os riscos e dentro de disciplinas ou campos de saber), quanto os sentidos atribuídos aos riscos (nas práticas discursivas) no cotidiano das pessoas e em lugares específicos. Em outras palavras, busca-se contribuir para compreensão das especificidades da linguagem dos riscos segundo o posicionamento dos diversos atores envolvidos na rede de relações sociais que sustentam as práticas cotidianas (CARDONA, 2004; SPINK, 2000; SPINK, 2001; SPINK, 2009). Importante mencionar o uso de múltiplas ferramentas (ou recursos) metodológicas para construção das informações para esse estudo/pesquisa, dentre essas: a) registros em diários de campo referentes à convivência do pesquisador com os moradores da região; b) leitura e sistematização de documentos de domínio públicos disponibilizados pelos Governos (Federal, Estadual e Municipal), assim como, pelos diversos Institutos de Estudo e Pesquisa que atuam nas áreas de gerenciamento, redução e prevenção de riscos de desastres; c) realização de Oficinas com grupos de adolescentes moradores dessa localidade; Em linhas gerais, parte-se do pressuposto que as Oficinas de risco são espaços de negociação de sentidos, com potencial de significação coletiva, permitindo a visibilidade de argumentos, deslocamentos, construção e contraste de versões e, portanto, ocasiões privilegiadas para análise de práticas discursivas (SPINK, 2003; SPINK, 2009). Para esse estudo/pesquisa, em específico, foram realizadas 04 Oficinas de risco, contando com uma média de 12 adolescentes participantes. As atividades que tinham por duração média uma hora e trinta minutos foram divididas em três etapas, nas quais se objetivava: 1) identificar quais os sentidos (repertórios linguísticos) os grupos de adolescentes associavam a palavra risco; 2) possibilitar uma discussão coletiva entre os sentidos de risco identificados e suas experiências pessoais e/ou coletivas na vida cotidiana; 3) discutir prevenção; Nesta última etapa, era proposto o debate referente aos repertórios sobre risco

ambiental que circulam entre os grupos de adolescentes e o desenvolvimento de estratégias coletivas com ênfase na prevenção de riscos de desastres; Vale assinalar, que de acordo com a atual Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, inúmeras são as informações relacionadas à prevenção de riscos de desastres, dentre elas, destacam-se: a) orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre; b) estimular o desenvolvimento de uma consciência nacional acerca dos riscos de desastre; c) estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização; d) promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência; (BRASIL, 2012). Enfim, entende-se que a partir de estudos e/ou pesquisas como esse, assim como, a partir do desenvolvimento de instrumentos técnicos e metodológicos locais baseados em práticas e/ou intervenções nos territórios vulneráveis possam contribuir tanto às práticas cotidianas de psicólogos envolvidos com tais problemáticas; quanto se investindo para a construção de estratégias (ou iniciativas) de mobilização e de participação social e política dos grupos sociais afetados e/ou vulneráveis aos riscos ambientais no tocante as Políticas Públicas.

Os Mapas Cognitivos/Afetivos como possibilidade para coleta de dados e entendimento de Territórios Existenciais

Pedro Henrique Carrard Sitta

Este trabalho objetivou entender como pré-adolescentes na faixa etária de 9 a 11 anos, de quatro bairros de um município localizado ao norte do estado do Rio Grande do Sul, estão compreendendo os bairros/territórios onde vivem/moram/habitam. A partir dai, tentou-se compreender as diversas formas de violências que acontecem e encontram-se em tais ambientes, sob olhar desse grupo etário. Para isto, está pesquisa utilizou-se de um viés qualitativo. Foram realizados trinta e três encontros no espaço da escola onde os pré-adolescentes estudavam e algumas aproximações com o território/comunidade (familiares, associações, bares, escolas, governo municipal). A pesquisa utilizou abordagens teóricas, dentro da Psicologia Ambiental e Psicologia Social-Comunitária. As metodologias de trabalho desta experimentação pautaram-se ao modo participativo, cartográfico e de ação, que, por meio delas buscou-se então compreender e sinalizar as percepções desses sujeitos, primeiramente, sobre o modo e maneira que se relacionam com seus diversos territórios existenciais, e por segundo, sobre as diversas formas de violências existentes e como as visualizam nestes territórios. A ferramenta para compreensão deste contexto, foi o trabalho com o método dos

Mapas Cognitivos/Afetivos da Psicologia Ambiental, possibilitando compreender os nuances e contornos, a cerca das formas de entendimento e representação sobre as violências que os pré-adolescentes (com)vivem em seus bairros. E a Cartografia – como instrumento para tecermos as percepções individuais e sociais daqueles espaços habitados. A partir dai, foi composto um mapeamento referente ao que está agenciando e engendrando a produção da subjetividade daqueles sujeitos, tanto sobre os bairros, quanto as violências encontradas em um município de médio porte do interior gaúcho. Nesta experiência visualizaram-se as diversas forças e direções que os bairros e as violências operam sobre a produção de subjetividade daquele grupo, formalizando-as em eixos/vértices/decalques estruturantes, pode-se delinear um mapeamento mostrando três eixos estruturantes sobre as representações e percepções da comunidade-pré-adolescentes, conforme material teórico aplicado na pesquisa, entre eles, o eixo da violência estrutural e coletiva, de modo geral, atingindo escolas, casas, bares, praças e ruas. O eixo da violência interpessoal e comunitária, aproximando a percepção das relações afetivas, comunitárias e subjetivas daquele território existencial. E o eixo da violência ambiental, que pode-se entender devido a diversos atravessamentos como a falta de políticas públicas, abandono de gestão pública, descaso e descompromisso ambiental por parte de um grande tônus político-social engendrado por questões administrativas, do capital, produção de lixo, e individuais. Assim, possibilitou-se, compor os diversos entendimentos sobre os bairros, os eixos sociais, e os diversos movimentos, repetições e formas que acabam encrostando e cristalizando determinadas formas e forças que atravessam aquele território vivo e pessoal da comunidade-pré-adolescentes como mais sobressalientes na produção e expressão subjetiva do grupo. Este trabalho complementa os Eixos Temáticos “Cidade e Meio Ambiente”, “Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas”, colocamos dois Eixos Temáticos ao invés de um, visto que este trabalho possibilitou aproximar a relação entre a diversidade de sujeitos/meio-ambiente/produção de subjetividade/possibilidade metodológica, tentando entender sobre determinados territórios existenciais, sendo ativados por debates e métodos que se aproximam sobre a temática dos bairros e dos espaços que compõe uma cidade ou a subjetivação de grupos, pessoas. Mas também, constituindo-se como um arranjo de métodos arriscando compor outra perspectiva para a Psicologia, mais precisamente Psicologia Social atravessada por diversas correntes teóricas e metodológicas (Psicologia Ambiental, Mapas Cognitivos/Afetivos, Psicologia Social-comunitária e Cartografia) apostando arriscar-se e dar sentido aos modos de ser-subjetivar na contemporaneidade com grupos de pré-adolescentes e conhecimento acadêmico.

Políticas Públicas e as cidades invisíveis

Peter Kevin Spink

O foco do trabalho são os novos desafios de vulnerabilidade urbana produzidos pela agravamento de processos anteriores de adensamento populacional, impactados por mudanças em relação ao trabalho e meios de sustentação, pelos déficits habitacionais, falhas na distribuição de serviços públicos considerados universais e pelas mudanças climáticas, sejam globais ou locais. Como consequência, um ciclo vicioso se forma onde vulnerabilidades sociais e materiais são tornadas mais agudas pelas vulnerabilidades institucionais herdadas. Chegando muitas vezes antes do Estado, organizações sociais de base comunitária e de fé tem buscado articular respostas em termos de serviços próprios e também através de ação avocatória. Hoje, com a presença mais ativa – porém ainda deficitária – do estado subnacional, lança-se com urgência a necessidade prática de construir novas tecnologias sociais de convivência e conexão entre as diferentes ações estatais e comunitárias, como também novos espaços de governança coletiva.

Práticas Discursivas e Políticas Públicas sobre crack

Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira

A mídia atualmente possui grande influencia sobre as maneiras pelas quais as pessoas produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas. Entendemos a produção de sentidos como um processo interativo. Situamos o sentido como uma construção social, e enfatizamos que tal construção se dá num contexto que atravessa questões históricas e culturais e que é essa construção que permite lidar com situações e fenômenos do mundo social. A forma como as práticas discursivas e as políticas públicas se entrecruzam nas questões referentes ao uso e abuso de drogas é bastante relevante em nosso contexto histórico social. Estamos vivendo um momento de grande divulgação por parte da mídia sobre o uso/abuso de substancias entorpecente no Brasil. O CRACK é a droga de maior visibilidade por parte da mídia. Diversas matérias vinculam na mídia o tema das drogas remetem ao temor de uma “epidemia do crack”. Em contrapartida dados epidemiológicos disponíveis no meio acadêmico como o “II Levantamento Nacional sobre os Padrões de Consumo de Álcool na População Brasileira”(2005), revelam que na amostra de estudantes do ensino fundamental e médio, no ano de 2010 o uso de álcool tem a prevalência de 60,5% durante a vida e 42,4% de uso no último ano, enquanto o CRACK o percentual é de 0,6% de uso durante a vida e de 0,4% no último ano. O Crack já está presente no Brasil há mais de 20 anos. Os usuários mais comuns

são homens jovens, mulheres e crianças vivendo em situações de miséria e marginalidade social. Algumas ações vêm sendo implantadas pelo governo a fim de dar uma resposta à sociedade que identifica o usuário de drogas como um dos vilões da vida contemporânea e a situação das drogas como maior problema de saúde pública a ser enfrentado no momento. Em dezembro de 2011 o governo federal lançou um programa que pretende investir até 2014 um total de R$ 4 bilhões no Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas; "Crack é possível vencer." O dinheiro será aplicado em diversas ações de políticas públicas integradas, em diversos setores como saúde, educação, assistência social e segurança pública. A responsabilidade também será compartilhada com estados e municípios que terão o compromisso de oferecer apoio. Os objetivos desse plano são aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários, enfrentar o tráfico de drogas e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação. A previsão é de uma atuação articulada entre governo federal, estados e municípios, além da participação da sociedade civil e o monitoramento intensivo das ações. Os eixos de atuação são: cuidado (saúde), autoridade (segurança pública) e prevenção (educação e Assistência Social). As ações do governo se mostram tardias e a mídia devem ter contribuído para a percepção social de que estamos vivendo de fato uma epidemia, a qual pode ter sido influenciada pela visibilidade das cracolândias. As possíveis consequência mais evidentes a estas maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas.são: 1) ações governamentais e recursos disponíveis são a alocação preferencialmente nas ações voltadas ao tratamento, ação esperada numa epidemia, do que a prevenção; 2) Exposição dos usuários de crack nas cracolândias ajuda na construção de uma epidemia de crack; 3) Tanto as mídias como a retórica política tendem desconsiderar problemas sociais e econômicos inerentes às classes que utilizam crack e atribuí-los ao crack somente; 4) Aumento do preconceito com os usuários. Estudar essa inter-relação é importante para dar mais clareza aos caminhos trilhados por nós.

Sem Lugar

Lucas Furiati de Oliveira

Este resumo apresenta uma breve sistematização do percurso teórico e metodológico construído durante a pesquisa denominada: Sem Lugar, vinculada ao programa de mestrado em Psicologia Social da Universidade Federal de Minas Gerais, que esta sendo desenvolvida no núcleo de pesquisa Conexões de Saberes. O tema da pesquisa é o cotidiano e a experiência de mulheres

que estão vivenciando o processo de remoção de suas casas no Aglomerado Santa Lúcia, município de Belo Horizonte. A iniciativa surgiu devido ao intenso processo de urbanização de vilas e favelas chamado, Vila Viva, executado pela Prefeitura de Belo Horizonte. O financiamento para esta Política Pública é do Governo Federal, proveniente do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), repassado para o município por meio do Ministério das Cidades. Atualmente, o Vila Viva está presente em mais de dez favelas da capital mineira. No Aglomerado Santa Lúcia, uma das favelas mais antigas da cidade, deste o anúncio do Vila Viva várias discussões, reuniões, debates, audiências públicas e intervenções foram realizadas. Assuntos diversos, tais como: garantia do direito a moradia, especulação imobiliária, sugestões e críticas, critérios para remoção e indenização, qualidade e funcionalidade das obras arquitetônicas, necessidades específicas dos moradores, direito à cidade, gentrificação, exclusão, adequação real das novas unidades habitacionais propostas, entre outras foram debatidos pelos moradores em conjunto com Poder Público e outras entidades interessadas. Frente as acaloradas discussões dentro do Aglomerado Santa Lúcia, o grande número de remoções e o iminente início das demolições devido as intervenções do Vila Viva, começamos esta pesquisa. Sustentada nas referências teóricas e metodológicas feministas, pretendemos por meio desta perspectiva, contribuir para historisizar as experiências, vivências, sentimentos, opressões e violências que mulheres em via de serem removidas de suas casas e comunidades, relatam e percebem durante essa situação imposta pelo "desenvolvimento urbano". Os dados para realização desta pesquisa serão coletados por meio de entrevistas semi - estruturada, objetivando criar a possibilidade de expressão e manifestação das participantes sobre o assunto das remoções da maneira mais livre possível. Sendo assim, este trabalho se propõe a debruçar sobre os discursos construídos pelas moradoras do Aglomerado Santa Lúcia sobre o processo de remoção forçada que estão vivenciando. Apostamos que os elementos subjetivos expressos nas entrevistas irão fornecer possibilidades de esclarecimento das dinâmicas de poder, mecanismos de resistência e opressões a que estas pessoas estão submetidas no nível individual e coletivo. Um ponto de importante das análises serão as tentativas das mulheres participantes historisizar por meio do relato de suas experiências, o cotidiano, a cultura e a realidade em que estão inseridas. Segundo Spivak, em seus estudos sobre subalternidade, a autora afirma que grupos dominados, subjulgados, excluídos possuem dificuldades no registro de suas histórias e por isso, estão fadados a posição subalterna, logo que, não possuem direito ao passado e por consequência suas raiz culturais são sobrepostas por modelos dominantes de interpretação e leitura de mundo. Neste sentido, debateremos em nossa discussão teórica com mais dois outros

teóricos de referência que são Alberti e Lefebvre. O primeiro é arquiteto e apresenta grandes contribuições sobre o planejamento urbano e o fazer arquitetônico de interesse público. O segundo apresenta discussões relevantes sobre as lutas por direitos e opressões existentes nas cidades contemporâneas. O eixo principal de diálogo entre Spivak, Alberti e Lefebvre é o espaço público ponto importante de nossa investida teórica e ponto caro a perspectiva feminista. Por fim, esta pesquisa busca complexificar e historisizar, por meio da experiência das mulheres removidas e seus relatos, questões relativas ao contexto social e simbólico das mulheres e da comunidade do Aglomerado Santa Lúcia e por consequência, da cidade de Belo Horizonte. Este exercício pode potencializar qualitativamente as várias tentativas de ampliar a voz das lutas de mulheres por moradia e acesso a cidade. Visamos contribuir para a resistência a subalternidade neste caso, imposta as mulheres faveladas do Aglomerado Santa Lúcia e a muitas outras em situações semelhantes de privação e reconhecimento de direitos.

GT 24. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO BÁSICA

A Redução de Danos no atendimento especializado a álcool e outras drogas

Bruno Carvalho Pereira, Magda Dimenstein

A Redução de Danos (RD) é a diretriz oficial do Ministério da Saúde para lidar com a problemática do álcool e outras drogas (AD) e, consequentemente, da Rede de Atenção Psicossocial. Essa proposta surge como uma crítica ao atual sistema mundial de proibição e controle de entorpecentes, considerado ineficaz em conter os problemas sanitários e sociais associados ao uso de substâncias. Não existe um conceito único de RD, mas basicamente se refere às políticas e programas de intervenção cujo objetivo é reduzir os danos, sem necessariamente diminuir o consumo individual. A RD não tem a abstinência como um pré-requisito para permanência nos programas de atenção a saúde, busca criar estratégias não coercitivas para adesão aos serviços e estabelecer uma relação acolhedora dos profissionais com os usuários de drogas. A partir disso, essa é uma pesquisa qualitativa que tem como objetivo geral analisar a operacionalização da política de RD em duas instituições de atendimento especializado a usuários de AD, sendo essas: 1) Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPSad III). Localizado no município de Natal/RN. Foi selecionado como campo da pesquisa devido à centralidade que ocupa na rede de atenção psicossocial. 2) Fazenda da Esperança (FE) Dom Bosco. Localizada no município de Serra do Mel/RN. É uma comunidade terapêutica católica com 30 anos de existência e mais de sessenta unidades por todo o Brasil.

Tem-se como objetivos específicos: descrever o funcionamento do CAPSad III e da FE, investigar as dificuldades vivenciadas por profissionais e usuários no tratamento AD, investigar os elementos associados a adesão às propostas terapêuticas das instituições, identificar as concepções de profissionais e usuários acerca da RD e caracterizar como são utilizados por eles os princípios da RD. As ferramentas metodológicas foram: entrevista semi-estruturada com profissionais, roda de conversa com usuários, observação participante e diário de campo. No CAPSad III foram realizadas dez idas ao serviço com a duração média de três horas. O critério para compor a amostra dos profissionais foi ter ao menos um de cada categoria da equipe técnica, totalizando 16 entrevistados. Foram três rodas de conversa, com um total de 33 participantes. Na FE permaneci por quatro dias. Os cinco responsáveis pela instituição foram entrevistados e realizaram-se duas rodas de conversa, total de trinta participantes. Como resultados temos: 1) A caracterização da RD como um tratamento simples, que não atingiria outros aspectos mais complexos da promoção da saúde. 2) Como os princípios da RD operam nos serviços. Na FE a proposta da RD não faz parte das suas ações, uma vez que ela é considerada contra dignidade do ser humano. No CAPSad III ela é uma diretriz essencial e inevitável, pois os usuários não permanecem abstinentes. Sendo utilizada no acolhimento humanizado, mesmo quando o usuário está sob o efeito de drogas, na busca pela reinserção social e na autonomia da pessoa em propor os objetivos do seu tratamento. 3) Fatores que favorecem a adesão ao serviço. Nas duas instituições a relação de confiança que se estabelecesse entre profissionais e usuários foi considerado o principal fator de permanência no serviço. As principais dificuldades relatadas pelo serviço foram sobre problemas administrativos e financeiros. Contudo, enquanto no CAPSad III esses são um empecilho a rotina de trabalho. Na FE eles são compreendidos como potência para a instituição, que encontra soluções na formação de parcerias com outros setores sociais.

Ações em Saúde Mental: grupo com usuários de uma Unidade de Saúde da Família

Kaira Moraes Porto, Eni de Fátima Martins

O presente resumo trata de um trabalho para formação de grupos com usuários de uma unidade de Saúde da Família de uma cidade do interior Paulista, realizado a partir do estágio de Psicologia Social-Comunitária. O Programa de Saúde da Família compõe a rede de atenção básica do Sistema Único de Saúde e tem como função realizar ações preventivas e de promoção de saúde junto à comunidade. Assim, devido à proximidade com famílias e comunidade, representa um importante recurso para o enfrentamento do sofrimento psíquico. Segundo o

Ministério da Saúde dois aspectos são importantes: problemáticas de saúde envolvem aspectos psicológicos e promover saúde envolve saúde mental. O relato a seguir insere-se no eixo temático Saúde e no Grupo de Trabalho Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica, por tratar-se de uma atividade desenvolvida no âmbito da atenção básica de saúde, em uma unidade de Saúde da Família (USF) e por inserir e discutir ações em saúde mental nesse espaço. O trabalho é realizado com base na Psicologia Social-Comunitária, com fundamentação epistemológica no Materialismo Histórico-Dialético. Nesta perspectiva, o processo grupal apresenta-se como possibilidade de transformação dos indivíduos, atuando como um espaço de tomada de consciência (PASQUALINI, 2010). Assim, a formação de grupos na comunidade é imprescindível enquanto instrumento na nova forma de conceber saúde mental segundo os pressupostos da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Os grupos objetivam criar espaços de cuidado e acolhimento, de produção de subjetividade e de sociabilidade, que devem possibilitar ao indivíduo o (re) conhecimento de si, isto é, os grupos podem ser entendidos como um processo de conscientização e de desenvolvimento da identidade psicossocial. Durante a intervenção com profissionais da unidade saúde da família foi identificado isolamento social e ausência de espaços para participação comunitária, e então, verificou-se a necessidade de atuação junto aos usuários do programa, no âmbito da saúde mental e assim surgiu a proposta de atuação com grupos. O objetivo do grupo é proporcionar um espaço de convivência comunitária, mediando o conhecimento da realidade de vida comum e relacionando-o com aspectos gerais da sociedade, para a superação do individualismo e do isolamento social, para o desenvolvimento da consciência social. Primeiramente foram propostos encontros semanais, com duas horas de duração, estruturados a partir de vivências que possibilitavam que os participantes falassem sobre suas queixas e sentimentos emergentes decorrentes destas. As estratégias realizadas para a grupalização foram: acompanhamento de visitas domiciliares dos agentes comunitários visando formar vínculo com moradores e fazer o convite para o grupo; acolhimento dos usuários na Unidade, por meio dos Plantões Psicológicos. Embora a proposta para o grupo já exista há dois anos, a frequência dos usuários foi significativamente baixa. Nesse primeiro semestre, como resultados das atividades desenvolvidas, podemos afirmar que encontramos dificuldades no que se refere a formação do grupo. A partir disso foi possível refletir, inclusive com a equipe de profissionais da Unidade sobre algumas questões, como: a visão de atenção psicológica que a população possui, pois nos deparamos com situações que as pessoas buscavam um atendimento individual, baseado no modelo clínico; o sofrimento existente na população e a forma de lidar com este como, por exemplo, isolamento social, ansiedades, dificuldades nas

relações afetivas; as necessidades de apoio psicossocial, visto a procura pelos plantões e os motivos existentes para as pessoas frequentarem ou não o grupo. Dentre os motivos para não participar encontramos o receio de expor as dificuldades em grupo e a crença de que o atendimento individual é melhor, corroborando uma tendência ao individualismo. Identificou-se também a necessidade de formar vínculo com a população, como uma forma de criar necessidade para participarem do grupo. Ampliando a inserção na comunidade e o conhecimento de outros serviços e equipamentos de saúde, assistência social e educação do bairro, identificou-se a necessidade de ações de prevenção e promoção de saúde e saúde mental para os pré-adolescentes dessa comunidade. Assim, visando contribuir para a consolidação de um trabalho intersetorial e em rede, conforme os princípios do SUS, será desenvolvido no segundo semestre desse ano um grupo com pré-adolescentes que frequentam um projeto de sócio educativo realizado nesse bairro. Também, planeja-se como ações futuras: a realização de atividades na sala de espera, culturais ou relacionadas diretamente a saúde, como rodas de conversa sobre algumas temáticas de saúde mental, contação de histórias, oficinas artesanais, música e sarau, com a finalidade de realizar ações de promoção e prevenção de saúde e principalmente, conhecer mais a população, as necessidades existentes, e formarmos vínculo como possibilidade de iniciar o processo grupal como espaço de atenção psicossocial. Conclui-se, que o processo grupal em um espaço onde não preexistem grupos requer que os propositores tenham conhecimento do território, da população, das necessidades existentes e que haja um contato frequente para que os indivíduos compreendam o grupo como espaço de convivência, cuidado, atenção psicossocial e promoção de saúde.

Ações integradas de matriciamento e intersetorialidade entre o CAPS, a ESF e o CRAS

Andressa de Oliveira Pêgo, Marcelo Dalla Vecchia, Noelle Lopes Amorim, Karoline Mercês de Paula, Victor de Freitas Henriques, Lucas Gorgone da Cruz, Thiago Moreira de Oliveira e Souza, Thales Alberto Fonseca Vicente, Marcela Ferreira Ramos

O presente trabalho integra as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Estudo Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS), mais especificamente, do Programa de Extensão “Sistema de Saúde e Educação: Estreitamento de Laços e Ações Conjuntas”, que desde o ano de 2007 atua em parceria com os serviços de saúde de São João del-Rei no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Um dos focos do trabalho este ano será: a) intersetorialidade entre o serviço de Saúde Mental - Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) – e de Assistência Social – Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) – e b) Matriciamento entre o CAPS e a Estratégia Saúde da Família (ESF). Desse modo, busca-se efetuar ações que atendam a

população em suas diversas necessidades em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). O interesse em participar do Grupo Temático Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica parte do pressuposto de que o cuidado ao portador de sofrimento psíquico vai além do tratamento psicológico, abrangendo aspectos orgânicos, socioeconômicos e psicossociais, constituindo, assim, uma visão mais integral do sujeito que considere os determinantes e condicionantes da saúde propostos pela Lei Orgânica da Saúde. O trabalho fica, portanto, situado no Eixo Temático Saúde, uma vez que, ao se considerar o sujeito integralmente, vislumbra-se uma mudança na forma de se conceber a loucura e o louco. Este passa a ser visto como mente e corpo, dando início a um processo de ressignificação da sua condição por parte das equipes que o acolhe. O trabalho será orientado por conceitos circunscritos na área da saúde principalmente matriciamento, intersetorialidade, integralidade, manuais e instrumentos legais que regem o funcionamento dos dispositivos envolvidos, bem como literatura técnico-científica que aborda pequenos grupos, em especial, a perspectiva das Rodas de Conversa sobre Direitos Humanos. A partir disso utilizaremos como método uma capacitação para as equipes da rede de saúde da cidade por meio de palestras, oficinas e rodas de conversa que envolvam temas levantados pelas próprias equipes. Também será elaborado um roteiro de entrevistas visando levantar as necessidades de saúde física e socioeconômica de 115 usuários que foram atendidos pelo CAPS, cuja vinculação às equipes da ESF e dos CRAS será verificada, e agenciada caso não tenha ocorrido Espera-se aprimorar com o referido trabalho o estreitamento dos laços e ações conjuntas entre a Universidade e os serviços de saúde de São João del-Rei, buscando auxiliar na realização de suas funções, uma vez que, os serviços da cidade responsáveis pela execução das políticas públicas de saúde e assistência social podem contar com a parceria da Universidade para o desenvolvimento de suas potencialidades. Visa-se, consequentemente, o aperfeiçoamento profissional e a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades para o acolhimento adequado aos portadores de sofrimento mental, pois as atividades detêm o potencial de suscitar maior consciência e engajamento dos profissionais que darão continuidade ao trabalho. Quanto aos estagiários e extensionistas participantes, alunos do Curso de Psicologia da UFSJ, as ações desenvolvidas contribuirão para uma formação mais ampla, pelo contato direto com a realidade dos serviços públicos de saúde e assistência social (equipe e usuários) e pela expansão da concepção que se tem de saúde visando o exercício profissional. Isso resultará em uma prática futura mais consistente e condizente com as necessidades dos usuários e da construção do SUS e do SUAS. Este projeto tem buscado preencher dentro de suas capacidades, as lacunas encontradas nos serviços

públicos de saúde, buscando assim atuar, a cada ano, em aspectos pontuais, que partem da experiência dos estagiários e provocam inquietação. Nota-se então uma evolução nas propostas de trabalho, pois há um fortalecimento do vínculo com os trabalhadores dos serviços de saúde e, também, de uma parceria para a construção conjunta de conhecimentos e novas estratégias para melhor acolher e atender aos usuários. Nesse sentido, depois de terem sido trabalhados em anos anteriores a vinculação entre saúde coletiva e clínica e a visão integral do sujeito, ampliaremos a perspectiva ao trabalharmos as noções de intersetorialidade e matriciamento. A primeira possibilitará a exploração de novos campos na busca da promoção da saúde, enquanto a segunda favorecerá uma melhoria no atendimento dos usuários do CAPS em seus próprios territórios. Trabalhar estas noções ampliará a concepção de saúde que se volta para ações de qualidade de vida visando, inclusive, fortalecer o trabalho em rede na cidade e melhorar os serviços oferecidos ao cidadão. (Apoio: Fapemig).

Apoio matricial em saúde mental: experiência de uma equipe de NASF do Município de Maringá - PR

Renata Rosolem

O objetivo deste trabalho é discutir o apoio matricial em saúde mental a partir da experiência de uma equipe de NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) do Município de Maringá-PR, utilizando como eixo de debate o apoio às equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF) na abordagem e no processo de trabalho referentes aos casos de transtornos mentais severos. O Grupo de Trabalho Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica tem relação com o tema uma vez que, criado pela Portaria GM 154/2008, o NASF veio para ampliar e qualificar as ações da Atenção Primária à Saúde por meio do apoio às equipes da Estratégia de Saúde da Família. Apoio matricial é o conceito central na proposta do NASF, a equipe é formada por um grupo de profissionais que presta apoio às equipes de referência encarregadas da atenção a problemas de saúde de determinado território, assegurando retaguarda especializada de modo dinâmico e interativo. Dentre suas dimensões metodológicas está o suporte assistencial – que produz ação direta com o usuário, e o técnico-pedagógico – que produz ação educativa com a equipe. Na cidade de Maringá-PR existem 7 equipes de NASF, cada uma matriciando de 9 a 11 equipes de ESF, contemplando todas as equipes de saúde da família do Município. Implantado em Junho de 2010, conta com profissionais de Psicologia, Nutrição, Educação Física, Assistência Social, Farmácia, Fonoaudiologia, Fisioterapia e Terapia Ocupacional distribuídos de acordo com a gestão do Município. O presente trabalho se refere a um destes NASFs, que

atende a regional da Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS) do Iguaçu, da qual fazem parte 6 UAPS: Iguaçu (3 ESF) Industrial (2 ESF), Maringá Velho (1 ESF), Olímpico (2 ESF), Jardim Universo (1 ESF), Zona 06 (1 ESF). Este NASF é composto por uma psicóloga, nutricionista, farmacêutica, fonoaudióloga, educador físico, terapeuta ocupacional. A equipe de NASF participa ativamente do planejamento anual e avaliação das metas construídos pelas ESFs, realiza orientações nos grupos programáticos das ESFs, realiza grupos especializados, organiza e executa eventos de promoção de saúde de acordo com o calendário das ações da saúde, desenvolve educação permanente em saúde com as equipes e comunidade, realiza atendimentos compartilhados e visitas domiciliares, faz discussão de casos ensaiando a construção da clínica compartilhada, além disso atua com gestão das equipes como apoiadores do PMAQ – Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade, e facilitadores do APSUS – Oficinas do Plano Diretor da Atenção Primária do Estado do Paraná. O apoio matricial é realizado nas diversas áreas por diferentes profissionais, mas tomaremos aqui a especificidade da Saúde Mental, pois as questões subjetivas perpassam os problemas de saúde e precisam ser abordadas nas relações terapêuticas. O objetivo deste trabalho é que os profissionais de saúde da família possam aprender a lidar com os sujeitos em sua complexidade, ampliando sua clínica e sua escuta, acolhendo o sofrimento psíquico, e compreendendo o ser humano em sua dimensão subjetiva e social. Metodologia: A experiência do apoio matricial em saúde mental do NASF Iguaçu se dá por meio de: 1) acompanhamento de egressos de Hospital Psiquiátrico e Emergência Psiquiátrica do Hospital Municipal por busca ativa ou notificação do Hospital; 2) discussão com ESF sobre os casos e responsabilização dos membros da equipe observando a integralidade das ações; 3) visitas domiciliares e atendimento compartilhado com ESF; 4) direcionamento para serviços especializados (CAPS), para serviços intersetoriais, para equipamentos presentes na comunidade; 5) inserção em atividades na UAPS, para qualquer necessidade de saúde; 6) acompanhamento de familiares; 7) rodas de Conversa e Eventos sobre saúde mental na UAPS para sensibilização em relação aos transtornos mentais e atenção psicossocial para profissionais e comunidade. Resultados: maior acesso do usuário e de sua família ao serviço de saúde da atenção primária e serviços especializados; fortalecimento dos profissionais da atenção primária para lidar com as questões de saúde mental e melhor entendimento sobre a área; rompimento do sistema de referência e contra-referência responsabilizando as equipes pelo cuidado também em saúde mental. Conclusão: A equipe de NASF tem caráter transdisciplinar a medida que o trabalho de cada profissional extrapola sua área de atuação específica, consistindo em um fluxo de práticas e saberes que transitam entre

diversos campos de conhecimento, subvertendo especialismos. Sendo assim, toda a equipe de NASF aprende/ensina/vivencia saúde mental em qualquer ação de saúde, sobre diversos assuntos e com os mais diversos públicos. E dessa maneira as equipes matriciadas podem desenvolver esse jeito de funcionar, superando a lógica da fragmentação do trabalho, se responsabilizar pela produção de saúde, e aumentar sua capacidade resolutiva.

Atenção básica e cuidado em saúde mental no território: um desafio para a Reforma Psiquiátrica

Elisa Zaneratto Rosa

Este trabalho objetiva analisar os efeitos de um processo de intervenção que se realiza em uma Unidade Básica de Saúde localizada no bairro da Brasilândia em São Paulo. A referida intervenção compõe as atividades e projetos do convênio firmado entre a Secretaria de Saúde do município e a PUC-SP, por meio do Pró-Saúde, com desdobramentos no projeto desenvolvido hoje pelo PET-Saúde como parte dessa parceria. A intervenção realizada concentrou-se, até esse momento, na Estratégia Saúde da Família, apesar da Unidade desenvolver também ações programáticas, e tem como finalidade a qualificação do cuidado em saúde mental no território via ações da ESF, da rede de serviços especializados em saúde mental (CAPS) e de demais serviços da rede de saúde e das outras políticas públicas na região. A Reforma Psiquiátrica é um processo complexo, que envolve um redirecionamento em relação às teorias e concepções relativas às situações limites de sofrimento mental, aquelas caracterizadas por quadros de transtornos mentais graves e persistentes e uso abusivo de álcool e/ou outras drogas. A Reforma Psiquiátrica faz parte de um processo de transformação radical da assistência prestada às pessoas que apresentam essa condição, em relação aos modelos de atenção psiquiátrica consolidados no Brasil e em outros países. Assim, a Reforma Psiquiátrica engendra um processo de substituição dos anacrônicos dispositivos de cuidado relacionados às práticas, concepções e à própria existência dos Hospitais Psiquiátricos e objetiva sua (total) substituição por uma rede comunitária de serviços, que deve garantir o cuidado no território, preservando vínculos e resgatando cidadania e participação social dos sujeitos. As mudanças operadas pelo processo de Reforma orientam-se por uma direção ética, comprometida com o respeito radical às diferenças e com a emancipação dos sujeitos historicamente objetivados pelo diagnóstico da doença mental. Orientados pelos princípios do SUS, nos direciona teoricamente as referências da Reforma Italiana, sistematizada por Franco Basaglia e Franco Rotelli, e as referências da Psicologia Sócio-Histórica, utilizadas como recurso para analisar o território, a

organização comunitária, os vínculos e as configurações familiares, a situação de sofrimento psíquico de cada caso e os processos de trabalho operados pelo serviço e pela rede de saúde. Recusamos leituras que capturam as experiências como processos patológicos e buscamos compreendê-las como processos vividos por sujeitos concretamente inseridos em seu território, tendo como finalidade criar possibilidades terapêuticas nessa comunidade, que representem outra forma de inserção e de participação nos processos sociais que estão configurados. A intervenção tem apostado metodologicamente na presença e no trabalho conjunto em reuniões de cada uma das equipes de PSF da Unidade. Intervimos nas reuniões de equipe de modo a, prioritariamente, produzir tensões em relação a concepções em saúde mental que necessitam ser superadas, oferecendo subsídios críticos. Além disso, buscamos interromper processos de trabalho que, ao reproduzir ações e práticas cotidianas previstas pelo funcionamento e pela gestão da Unidade, impedem a construção de ações em relação aos casos de saúde mental e suas famílias que caracterizem construção e efetivação de Projetos Terapêuticos Singulares. Buscamos acompanhar, junto a agentes comunitários e NASF, casos que envolvem situações graves de saúde mental, buscando operar uma nova forma de cuidado e intervenção, priorizando estrategicamente situações que requerem articulação de rede e que envolvam usuários abusivos de álcool e/ou outras drogas. Temos construído, também, oficinas envolvendo a Unidade e os serviços de saúde mental nela referenciados, além do NASF, com vistas a discutir o processo de trabalho no cuidado em saúde mental pela rede. Ao longo dessa intervenção, percebe-se que a atenção básica concentra um grande desafio em relação aos avanços necessários à Reforma Psiquiátrica. Embora estrategicamente foi importante a política oficial ter priorizado a abertura e qualificação dos CAPS, percebemos que a atenção básica concentra a alta complexidade do cuidado em saúde mental, requerendo políticas e ações prioritárias. Os casos mais graves em saúde mental concentram-se no território e não acessam nem tem condição de se aproximar da rede especializada de saúde mental. Os profissionais da ESF, por sua vez, encontram-se em condições precárias de trabalho, diante de um território por demais complexo, com poucos recursos para responder às necessidades dos casos. Terminam, assim, por se desvincular do sentido de sua intervenção, reproduzindo ações protocolares que intensificam a situação de sofrimento dos trabalhadores. A aposta nos espaços de articulação da rede tem sido bastante efetiva, contribuindo para potencializar ações conjuntas entre equipes no próprio território. Por fim, apontamos continuamente nas reuniões e intervenções com os casos a necessidade de construir ações de cuidado próprias da alta complexidade no território. Esse é, hoje, um dos maiores desafios da atenção básica e para isso o dispositivo apoio matricial é fundamental e sua

qualificação produz importantes efeitos. Reconhecemos na produção de Projetos Terapêuticos os recursos, a trajetória e a inserção dos sujeitos e das famílias no território e propomos intervenções que representam, elas mesmas, novas possibilidades de existência desses sujeitos no território.

Atuação em saúde mental na atenção básica: trabalhando com agentes comunitários de saúde

Simone Cristina Silva Simões, Eni de Fátima Martins

O presente trabalho objetiva apresentar sobre a atuação no estágio de psicologia social comunitária, desenvolvido em Unidades Saúde da Família, com grupos de agentes comunitários de saúde. A finalidade dessa ação é discutir a partir dos princípios da reforma psiquiátrica, sobre o atendimento em saúde mental na atenção básica, contribuindo para formação dos agentes na perspectiva de superação de concepções pautadas na lógica manicomial. A Estratégia Saúde da Família (ESF) vem se consolidando como uma forma estabelecida pelo SUS para promoção de saúde e práticas de prevenção no atendimento a comunidade, mas faz-se importante a instrumentalização dos trabalhadores dessa área a fim de criar uma visão critica sobre os processos de doença e de saúde mental, compreendendo-os como produção social e assim possam atuar contribuindo para a transformação de relações produtoras de doenças e propor ações promotoras de saúde. A psicologia social comunitária no Brasil que inicialmente nos anos 60 buscava deselitização da profissão do psicólogo, trazendo-os aos nichos da comunidade e promovendo sua efetivação politico social nos anos 80, segundo Lane (1996) organiza um conjunto de práticas, que se volta, por exemplo, para o campo da saúde mental. É nesse sentido que foram escolhidos como sujeitos da atuação no estágio os agentes comunitários de saúde. Essa categoria é considerada importante por sua articulação direta com a comunidade e Unidade de Saúde da Família (USF). Assim, a atuação aqui relatada se relaciona com o grupo de trabalho "Políticas Públicas de Saúde Mental e a Atenção Básica". O trabalho é realizado a partir dos pressupostos da psicologia social comunitária em sua vertente teórica da psicologia social critica que compreende a historicidade dos fenômenos psicológicos e a relação dialética entre indivíduo e sociedade. A compreensão, do processo grupal, nesta perspectiva teórica, como forma de atuação para que os grupos caminhem na direção de compreender sua função histórica é um pressuposto que justifica o trabalho com grupos de agentes comunitários de saúde (ACS), visando problematizar sobre as questões relacionadas com a prevenção de sofrimento psíquico e promoção de saúde mental, colaborando assim com a implementação da Estratégia de Saúde

da Família (ESF). Os grupos são desenvolvidos com agentes comunitários de quatro unidades de saúde da família na cidade Bauru. Acontecem reuniões quinzenais com a duração de duas horas dentro de espaços da comunidade ou na própria unidade. São trabalhadas questões relativas ao desenvolvimento das relações interpessoais, identidade profissional, concepções sobre processos de adoecimento e saúde mental. As estratégias utilizadas para mediar as reuniões são vivências à partir da prática profissional em atenção básica;discussões e dinâmicas de grupo. Os dois grupos estão em momentos diferentes do processo grupal, sendo que um deles vem se desenvolvendo desde 2009 e o outro teve início em 2012. Nesse primeiro semestre pudemos observar no grupo mais antigo uma demanda de organização política para defesa de seus direitos trabalhistas, assim como os vínculos entre os membros estão mais estreitos, objetivando-se uma ação compartilhada e já uma maior reflexão sobre o papel profissional na estratégia saúde da família e diante da comunidade. A preocupação das estagiárias se volta para a necessidade de instrumentalização dos participantes para uma participação mais efetiva na equipe da Unidade Saúde da Família, reafirmando o dito por Lane (1999) da imersão do sentido de grupo quando são feitos questionamentos dos papéis sociais assumidos resultando em um sentido de consciência histórica e institucional. O grupo mais recente ainda está construindo vínculos, se encontra em um processo heterogêneo onde as particularidades ainda se sobressaem à essência do grupo, podendo ser visto em dificuldades nas relações interpessoais das equipes de unidades diferentes. Observa-se também que os participantes desse grupo tiveram pouco acesso a formação específica em saúde mental. Dessa forma, busca-se a discussão de temáticas relativas à saúde mental, numa perspectiva de formação com o intuito de refletir com esses participantes a respeito de ações de prevenção de adoecimentos e de promoção de saúde mental, de modo a instrumentaliza-los para atuações com indivíduos e grupos com os quais trabalham na comunidade em que estão inseridos. Com base nesses elementos apresentados podemos concluir que é possível desenvolver um trabalho de formação para atuar com saúde mental na atenção básica a partir dos pressupostos da psicologia social comunitária em especial buscando atuar com grupos na comunidade. O desenvolvimento do trabalho com esses dois, ainda que em momentos diferentes do processo grupal, permite identificar que existe uma formação de vínculos e ampliação da compreensão da produção social do sofrimento psíquico.

Concepções de profissionais, usuários e familiares sobre um projeto de rádio e jornal no CAPS Conviver – Rio Grande

Fernanda Czarneski Borges

Por muito tempo em nosso país o atendimento ao portador de sofrimento psíquico manteve-se ligado exclusivamente ao modelo hospitalocêntrico, ou seja, limitava-se a internações prolongadas em instituições psiquiátricas como único tipo de assistência possível. Esse modelo mantinha o doente afastado de sua vida social e familiar, priorizando o isolamento como alternativa à loucura. (Jorge, Pinto D.M., Quindére, Pinto A.G.A., Sousa & Cavalcante, 2011). Nessa lógica do processo de exclusão em saúde mental, que ainda hoje se mantêm em algumas instituições, apesar das reformas sanitária e psiquiátrica, muitas experiências acabaram por reduzir-se em desospitalização ou invés de desinstitucionalização. Para que não se confunda desinstitucionalização com desospitalização, é necessário entender a primeira como a desconstrução não só das instituições em si, mas de todo aparato científico, cultural, de saber e de poder que estejam envolvidos na sua constituição e na sua manutenção. (Kinker, Cirilo, Florianita, Robortella. & Medeiros Júnior, 2010). Abou-yd (2010) ressalta que não podemos, portanto, nos contentar apenas com a exclusão dos manicômios (desospitalização). Para a autora, os ditos loucos e seus parceiros, para viver em sociedade, precisam se conectar com a cidade e suas redes, aos vizinhos, a parentes, a experiências transformadoras, a lutas. Desse modo é que pode ser possível criar possibilidades de conexões afetivas e sociais que, pouco a pouco, transformem os discursos sobre a loucura. Portanto, é preciso trabalhar para conectar essas pessoas ao mundo. Atualmente a Política Nacional de Saúde Mental, em processo de construção e adaptação, objetiva assegurar que o cuidado ao paciente com transtorno mental ocorra em serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos, dando-se prioridade à convivência desses indivíduos com suas famílias e com a sociedade. Sendo assim, sabemos que o trabalho em saúde mental no atual cenário político brasileiro se constitui em um grande desafio, já que se faz necessário um constante repensar da prática profissional. A política nacional de saúde pede e sofre transformações, estando em um momento histórico de expansão. O trabalho em um serviço substitutivo coloca os atuantes dentro de uma realidade em movimento, fruto de um processo histórico que é necessário de se fazer conhecido.Nos anos de 2011 e 2012, desenvolveu-se no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS Conviver, em Rio Grande, duas atividades de extensão (que iniciaram como atividades de estágio): um jornal e um programa de rádio. O objetivo primeiro era colocar os próprios usuários como porta-vozes da sua causa.

Ambas as atividades objetivaram desde o início guiar-se pelos princípios norteadores dos CAPS. Também visavam diferenciar-se do modelo tradicional de cuidado até então recebido por esses usuários, dos quai a maioria já haviam passado por diversas hospitalizações psiquiátricas. Reinserção social, promoção de saúde, incremento da comunicação usuários-familiares-sociedade atenção ao desenvolvimento deles eram o foco dessa intervenção. Dessa forma, o presente trabalho caracteriza-se por um trabalho de conclusão de curso que objetivou avaliar, de forma qualitativa, o impacto de tal projeto de extensão na vida de seus participantes, através das percepções dos próprios usuários, de seus familiares e de profissionais do CAPS Conviver. Esperou-se, assim, identificar progressos e limitações que tivesem ocorrido no desenvolvimento das atividades, a fim também de que os conhecimentos obtidos pudessem auxiliar no planejamento da continuidade das atividades nos próximos anos. Ainda, detectar a importância de trabalhos em saúde mental que priorizem a reinserção social e a promoção de saúde, através de atividades criativas, inovadoras e construídas em conjunto com os usuários. O estudo tratou-se de uma pesquisa qualitativa com foco na análise de categorias. Para a coleta de dados foram utilizadas as técnicas de entrevistas semi-estruturadas e observação, envolvendo 10 sujeitos de pesquisa, distribuídas em três grupos: usuários, familiares e trabalhadores de saúde mental. Após, o material foi organizado e analisado distinguindo-se categorias de aspectos relevantes relacionados às atividades de rádio e jornal. A análise evidenciou as categorias temáticas mais relevantes relacionadas ao desenvolvimento dos usuários nos últimos dois anos que foram: melhora na qualidade da comunicação, mais desenvoltura; melhora da qualidade do relacionamento familiar; relacionamento interpessoal mais flexível, assertividade; melhora do autoconceito, autoimagem e autoestima; autonomia e, por último, aspecto saudável mais prevalente. Os trabalhos de rádio e jornal foram pensados com a intenção de, além de beneficiarem os usuários através do exercício de seus potenciais criativos, também poderem atingir uma sociedade ainda despreparada para falar em saúde mental. A ideia de mostrar à comunidade riograndina e àqueles que convivem diariamente com esses sujeitos, se colocou como um desafio a todos os envolvidos e os usuários foram grandes protagonistas desse processo, utilizando esse espaço com afinco, vontade e esperança de poderem ser olhados de outra maneira.

Configurações da Rede Intersetorial e percursos de jovens usuários de drogas em conflito com a Lei

Lorenzo Ganzo Galarça, Daniel Dall'Igna Ecker, Luciana Rodrigues, Francisca Magalhães de Souza, Neuza Maria de Fátima Guareschi

Como parte da pesquisa "A Relação entre Justiça e Saúde Mental no Contexto dos Adolescentes Usuários de Drogas", do Núcleo E-politics, do PPGPSI da UFRGS. Dessa maneira, o presente trabalho objetiva discutir como estão acontecendo os encaminhamentos na rede de serviços intersetoriais dos jovens que tiveram alta da internação compulsória por uso de drogas em uma instituição psiquiátrica da cidade de Porto Alegre. Esses jovens foram internados, alguns pela última vez, num período de 3 meses, via medida judicial, para tratamento de transtorno mental associado ao uso de drogas, conforme designado pela equipe psiquiátrica no momento da baixa. Na primeira etapa da pesquisa, efetuamos o levantamento das internações ocorridas na instituição via medida judicial, entre o segundo semestre de 2008 ao final do primeiro semestre de 2011. Durante os três anos analisados ocorreram 834 internações, 170 com medida judicial e 107 dessas internações foram legitimadas pelo diagnóstico de transtornos mentais em decorrência do uso de drogas, previsto na Classificação Internacional de Doenças – CID – 10 (OMS, 2003). Para este trabalho, foram selecionados 31 prontuários de jovens no ano de 2010, e analisados os encaminhamentos feitos pela equipe profissional na rede de serviços intersetoriais. Destes 31 jovens, 19 foram encaminhados para a rede de saúde mental especializada, 8 foram encaminhados para Comunidades Terapêuticas e 4 voltaram para casa sob orientações disciplinares a serem transferidas para a escola. A partir do entendimento do discurso de segurança pública que toma esse jovem usuário de droga como perigoso e em situação de risco e o da saúde mental de que este jovem sofre de transtorno de conduta, problematizamos o efeito desses regimes de verdade tanto nos modos de vida desses adolescentes como para a forma que são recebidos na rede de serviços intersetoriais. Através de visitas realizadas em 3 locais, 1 em Porto Alegre e outros 2 na região metropolitana, constatamos que o acompanhamento desses jovens acontece novamente, logo após a sua alta, uma ou duas vezes, sendo bastante rara a vinculação aos serviços da rede intersetorial. Com esses dados apontamos para uma diretriz das formas de cuidado adotada pelos profissionais da rede que busca, não só, a medicalização de problemáticas sociais, como também a redução do território social e cultural que atravessa a vida desses jovens em conflito com a lei a perspectivas individualizantes. Apontamos também para as atuais configurações da rede de serviços intersetoriais e para a forma como ocorrem os agenciamentos de cuidado, muitas vezes

marcados pela ausência de uma implicação responsável na prática cotidiana dos acompanhamentos e para a falta de articulação entre os diversos pontos da rede. Ainda, esses acompanhamentos situados sob as marcas da condição de vulnerabilidade social e problemas de conduta desses jovens. Dessa forma, a partir da perspectiva de problematização dos serviços da rede intersetorial e em como eles operam no governo das vidas dos jovens que sofreram internação compulsória, entendemos como eixo central deste estudo a articulação entre as políticas públicas de saúde e saúde mental e os saberes produzidos a respeito das práticas de cuidado idealizadas pelo S.U.S. Acreditamos que esse eixo vá diretamente ao encontro da temática proposta pelo GT 24 - Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica, uma vez que toma por objeto a reflexão acerca das práticas encontradas nos serviços da rede pública de saúde mental e das suas articulações com as diretrizes do Sistema Único de Saúde, entendendo esses usuários não apenas como doentes, mas como cidadãos inseridos em um amplo espectro da vida social.

Considerações sobre a pesquisa-intervenção no CAPS-ad e os princípios e políticas do SUS

Bárbara Cristina Souza Barbosa, Ricardo Wagner Machado da Silveira, Ana Júlia Lelis Rodrigues

O trabalho a seguir consiste numa tentativa de interlocução entre uma pesquisa-intervenção no Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras drogas (CAPSad) com as políticas públicas propostas pelo Sistema Único de Saúde. O CAPSad é uma unidade de saúde especializada em atender dependentes de álcool e outras drogas que tem como referência a política da Reforma Psiquiátrica e as diretrizes do Ministério da Saúde que buscam considerar a experiência subjetiva e a invenção de novas possibilidades de tratamento que não sejam necessariamente pautados na abstinência, considerando a diversidade dos usuários e suas demandas e as relações singulares que são estabelecidas por eles com as drogas e com a rede de cuidados em saúde mental. Nesse CAPS-ad utilizamos o método de pesquisa cartográfica, método para investigar o coletivo de forças das situações cotidianas, considerando o encontro do pesquisador com o campo e a implicação do mesmo com o seu objeto de estudo rompendo com a separação sujeito e objeto, o que ocorre então não é uma coleta de dados e sim uma produção de dados. Trata-se de uma produção que já estava lá de maneira virtual, um virtual que se atualiza a partir da criação e da diferenciação, que só serão possibilitadas no encontro entre o pesquisador e o campo de pesquisa, ou seja, no momento mesmo desse encontro, dessa produção coletiva se

atualizam dados que nos servirão de analisadores fundamentais para a prática desta pesquisa-intervenção. No CAPSad é notória a diversidade dos usuários que utilizam o serviço, pessoas brancas, negras, adultos, idosos, moradores de rua e outros que frequentam o serviço e buscam o tratamento em condições variáveis, mostrando o modo como o princípio da Universalidade defendido pelo SUS se efetiva neste local, garantindo a qualquer pessoa o acesso a serviços e ações do sistema de saúde, independente do sexo, ocupação, renda ou raça. A lógica de cuidado do CAPSad é pautada na política da Redução de Danos, política essa que garante ao paciente o direito a saúde independente do seu estado e que possibilita uma construção de projeto terapêutico que respeite os desejos e limites do sujeito. Essa política gera vários efeitos para o funcionamento da Instituição como, por exemplo, a presença de usuários sob o efeito de algumas substâncias no serviço, as dificuldades dos profissionais para lidarem com situações imprevisíveis, a resistência de muitos usuários em compreenderem a Redução de Danos como possibilidade de tratamento, dentre outras dificuldades vividas no cotidiano que sempre são rediscutidas e problematizadas. Muitos embates com aspectos burocráticos aparecem no cotidiano do serviço, como o caso do horários das refeições, demandas excessivas de hospitalização, descontentamentos dos pacientes com algumas quebras de regras por parte de outros usuários, etc.. Percebe-se que há tentativas dos profissionais em incluir os pacientes nas decisões a respeito da rotina através de assembléias semanais em que todos os usuários são convidados a participar, valorizando assim o princípio da Participação Popular, que garante constitucionalmente a participação da população de forma democrática nos processos decisórios. Porém, essa participação ainda ocorre de maneira insuficiente, há reclamação dos usuários em não serem consultados e ouvidos em determinadas situações e muitas vezes quando essa oportunidade é oferecida os mesmos não participam. É preciso repensar sobre o lugar que o CAPS ocupa no imaginário dos pacientes, profissionais e da sociedade como um todo; percebe-se que as demandas sociais dos pacientes se avolumam no serviço de forma gritante, o espaço além de ser um lugar de tratamento passa a ser a casa de muitos usuários, casa essa em que eles têm a garantia de comida, banho e tantas outras necessidades básicas, o que exige da equipe uma auto-análise do próprio trabalho e do modo como o tratamento e os projetos terapêuticos precisam ser manejados.

Enfrentamento ao crack: contradições e implicações sociais e econômicas de um programa governamental

Jéssica Bispo Batista, Osvaldo Gradella Júnior

Este trabalho tem o objetivo de identificar as contradições existentes no Programa Recomeço de enfrentamento ao crack criado pelo Governo do Estado de São Paulo. Pretendemos demonstrar que este programa de saúde pública não tem resolutividade e nem se articula com a política de saúde mental, bem como reforça os interesses das instituições privadas, legitimando a acumulação do capital e reconstituindo a lógica excludente dos manicômios. Este trabalho está inserido no eixo temático "Saúde" e no GT "Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica", pois aborda um programa de saúde mental de enfrentamento às drogas, especialmente ao crack, criado pelo Governo do Estado de São Paulo e tornado uma política pública. Segundo o Decreto - 59.164, de 9 de maio de 2013, o Cartão Recomeço vai custear o tratamento dos dependentes químicos em instituições credenciadas e o valor será pago diretamente à entidade. Cabe aos municípios fundamentalmente a adesão ao Programa, a inscrição dos usuários e a fiscalização das entidades credenciadas. De acordo com o decreto, o programa prevê a "reabilitação de pessoas usuárias de substâncias psicoativas e a promoção de sua reintegração à vida comunitária em unidades de acolhimento institucional". No entanto, há indicativos de que este programa é uma possibilidade de legitimar o encarceramento dos usuários, pois nas chamadas comunidades terapêuticas o acolhimento se dá pelo isolamento do sujeito da sociedade. Estas comunidades apresentam um modelo ineficaz e rejeitado pela 14ª Conferência Nacional de Saúde (2012), pois além de ser uma nova forma de privatização da saúde, é também o retorno de um modelo que adota a lógica da abstinência e violência. No Relatório da 4ª Inspeção aos locais de internação para usuários de drogas realizada pela Comissão Nacional de Diretos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (2011) há denúncias de diversas instituições no Brasil. No estado de São Paulo não é diferente, pois o Relatório demonstra que, por exemplo, a Clínica Gratidão localizada em Bragança Paulista, não adota a política de redução de danos, além de os internos serem punidos diariamente com castigos físicos. Além de atentar para as violações aos direitos humanos constatadas nessas instituições, é necessário que a análise compreenda este problema na dinâmica da totalidade social, pois é preciso pautar o caráter das relações sociais no capitalismo para entender as contradições postas no Programa Recomeço. Do ponto de vista do método materialismo histórico-dialético, o problema da marginalidade social, a falta de moradia, a precarização da educação, da saúde, do acesso à cultura, entre muitos outros, são determinantes (que se co-determinam) fundamentais para um entendimento crítico das condições objetivas da vida em uma sociedade dividida em classes sociais e marcada pela contradição entre humanização e alienação. No Brasil a instauração da Reforma Psiquiátrica com a Lei 10.216, avançou com os modelos substitutivos ao manicômio,

como os Consultórios de Rua, os CAPSs AD, o programa de Redução de Danos, que garantem o princípio de responsabilidade para com a autonomia dos usuários, desde que fortalecidos e adequadamente implementados. O Programa Recomeço, na medida em que retoma o modelo de isolamento, exclusão e abstinência, é um retrocesso do processo de atenção à saúde mental prevista na Reforma Psiquiátrica. Sua diretriz política ratifica a lógica mercadológica e as possibilidades concretas de tratamento são secundarizadas. É um retorno da instituição manicomial tal como exemplifica Delgado (1987) ao discutir a comercialização da doença mental no Brasil em que retrata como eram os leitos privados dos hospitais e clínicas psiquiátricas: "Embora aparentemente 'modernas' em relação aos macro-hospitais públicos – lugares de violência e abandono – as clínicas da rede privada, com o crescimento geométrico das internações, validam-se de fato da mesma palavra-de-ordem: aos loucos o hospício!" (1987, p.178). Para as instituições manicomiais o lugar de louco é no hospício, para o programa recomeço o lugar dos usuários de crack e outras drogas são nas clínicas privadas (em sua grande maioria comunidades terapêuticas). Ambas preveem o isolamento dos sujeitos e a mercantilização dos serviços de saúde mental. Porém, no momento histórico atual consolidou-se a Reforma Psiquiátrica, que denunciou o modelo manicomial e garantiu outras possibilidades de tratamento com os modelos substitutivos. Portanto, o retorno da lógica institucional está pautada nos interesses, sobretudo políticos, econômicos e sociais envolvidos neste programa, que contraria sua suposta finalidade: o cuidado para com o usuário e sua reinserção social. Diante disso, esse trabalho pretende contribuir para a construção de um debate acerca das políticas públicas de saúde mental e para a construção de um entendimento crítico sobre as contradições postas no Programa de enfrentamento ao crack. É notável a falta de comprometimento com os serviços oferecidos à classe trabalhadora e diante dela são necessárias políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento humano em suas máximas possibilidades, sem exclusão e mercantilização dos sujeitos.

Horta comunitária: semeando ideias e irrigando vidas

Juliana Roberta de Paulo Antoneli

O presente trabalho pretende explanar sobre o Projeto "Horta Comunitária" desenvolvido pela equipe de Saúde Mental do CAPS/Cândido Mota (Centro de Atenção Psicossocial) e por duas estagiárias-extensionistas do Projeto de Extensão "Atenção Psicossocial na saúde coletiva" da Unesp/Assis. Esta iniciativa teve início em 2012 com a abordagem de trabalhadores e estagiários da área da saúde mental a sujeitos que por diversos motivos tiveram seus vínculos

familiares e comunitários rompidos, e vivem em situação de rua. Convém ressaltar que o trabalho em Saúde Mental ultrapassa os limites físicos dos espaços destinados ao atendimento. Esta é uma proposta de trabalho que visa à inserção do serviço no território e na comunidade, buscando um suporte social que potencialize suas ações, tendo como foco o sujeito e sua singularidade, sua história, sua cultura e sua vida cotidiana. Inicialmente, formou-se um pequeno grupo com sujeitos que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas e/ou vivem em situação de rua. O grupo (cerca de quinze pessoas) tinha uma frequência de encontros semanais que ocorriam no território, especificamente uma praça da cidade frequentada por estes. O objetivo destas reuniões era a construção de intervenções significativas, que levassem em consideração principalmente o desejo dos sujeitos que participavam do grupo, visando uma melhoria das condições em que se encontravam. Assim, foi identificada a necessidade de uma proposta de geração de trabalho e renda como um importante dispositivo dentro de uma rede de ações consideradas adequadas para o enfrentamento da situação vulnerável em que os sujeitos se encontravam. A opção por atividades relacionadas à agricultura deu-se considerando as habilidades dos componentes do grupo, uma vez que muitos já desenvolveram atividades nesta área. Esta iniciativa tem como objetivo a geração de trabalho e renda, organizados a partir dos conceitos da Economia Solidária, Associativismo e Cooperativismo. Espera-se que a organização deste dispositivo contribua para uma inserção ativa dos usuários no mundo do trabalho e na realidade social. A criação de um dispositivo de geração de trabalho e renda envolvendo Saúde Mental e Economia Solidária é extremamente potente quando se pretende construir pontes institucionais que levem à reinserção econômica e social de usuários. Tanto a Reforma Psiquiátrica quanto os preceitos da Economia Solidária funcionam como uma resposta organizada aos processos de exclusão fabricados pelo modo de produção capitalista. Este dispositivo contribui na composição de uma rede de ações que busca a transformação de concepções sobre a loucura e as diferenças. Ao criar-se a demando do grupo, o trabalho partiu para seu segundo momento, a busca de parcerias para a concretização das atividades. Foram firmados contatos com a Secretaria de assistência Social; Secretaria de Agricultura, Secretaria de Esportes (responsável pela autorização da utilização do local para a realização das atividades), Secretaria de Saúde, e com a Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp/Assis. E, por último, a conquista de um edital de apoio às oficinas terapêuticas do Ministério da Saúde, no qual foram disponibilizados 15 mil reais para a execução destas atividades no começo de 2013. Depois de firmados os primeiros parceiros, agora a temporada é de fortalecimento do grupo e dos vínculos deste, e, também, de um maior contato com os

conceitos da Economia Solidária, do Associativismo e do Cooperativismo. Enquanto os recursos financeiros ainda se encontram travados pela burocracia e, consequentemente, o trabalho na terra não começou, o grupo se reúne toda semana para discussões e planejamento. São abordadas questões, como, o processo de criação da Associação dos usuários, a divisão de tarefas, estratégias de geração de renda e meios de realização das atividades. Encontramo-nos em um momento de cultivo do grupo, e no aguardo do encontro da mão com terra, e da terra com a semente.

Humanização em saúde mental: estratégias de acolhimento à crise em serviços de emergência de hospital geral

Cássio Streb Nogueira, Simone Mainieri Paulon, Alice Grasiela Rezende, André Luis Sales Leite, Carolina Eidelwein, Débora Leal, Diego Drescher de Castro, Eduardo Eggres, Liana Cristina Della Vecchia Pereira, Mário Francis Petry Londero. Renata Flores Trepte

Esta apresentação apresenta desdobramentos da pesquisa: "Humanização em saúde mental: estratégias de acolhimento à crise em serviços de emergência de hospital geral". Essa investigação é subsidiada pela mudança no modelo de assistência no campo da saúde mental, para a qual foi necessária a criação de dispositivos de atenção diferenciados, que funcionassem em rede e que dessem conta da singularidade de cada demanda surgida em situações de adoecimento psíquico - entre elas as situações de crise – cujo modo de operar não mais estaria centrado na lógica manicomial. Dessa forma, a Lei 10.216 da Reforma Psiquiátrica e a portaria 2048/GM determinam que a atenção às urgências psiquiátricas é uma responsabilidade dos serviços de urgência e emergência dos Hospitais Gerais. O atendimento à crise em saúde mental passaria a ser realizado nos hospitais gerais, os quais devem assumir uma posição estratégica no cuidado das pessoas com transtornos psíquicos, à medida que se determina o progressivo fechamento dos hospitais psiquiátricos. Entretanto, é possível observar algumas problemáticas no que diz respeito ao modo e à velocidade com que a rede de saúde tem-se estruturado diante do ritmo das necessidades da população usuária e das próprias proposições jurídico-políticas criadas para atendê-la. Diante do breve panorama aqui apresentado, temos a intenção de investigar os atuais modos de acolhimento realizados no atendimento aos usuários que apresentam crise em saúde mental nos serviços de emergência de três hospitais gerais na cidade de Porto Alegre/RS. A primeira etapa da pesquisa, já concluída, foi realizada no segundo semestre de 2012. Incluiu 12 entrevistas com trabalhadores e gestores que atuam nas emergências, elaboração e análise de diários de campo dos pesquisadores e observações e análises dos protocolos de classificação de risco utilizados em cada um dos três hospitais para

a temática da saúde mental. Relaciona-se diretamente com o Eixo Saúde e com o Grupo de Trabalho de Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica por discutir e realizar uma pesquisa no campo em questão, podendo contribuir para a discussão do novo modelo e a construção da Rede de Atenção Psicossocial. Trata-se, pois, de uma pesquisa-intervenção em andamento que iniciou sua incursão em campo a partir de observações dos pesquisadores e de entrevistas com trabalhadores dos serviços estudados, nas quais os processos de cuidado em relação à saúde mental já se mostram tão plurais e individualizados quanto as estratégias de que estes trabalhadores lançam mão para dar conta das ansiedades que tais atendimentos mobilizam. Neste percurso de pesquisa no qual a dimensão de formação e intervenção não estão separadas, a proposta é de pôr em análise o acolhimento com classificação de risco junto ao tema da crise em saúde mental, numa perspectiva pautada pela Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. O trabalho percorre o cotidiano de tais emergências e problematiza os modos de cuidado nela encontrados, não raro direcionados a um "corpo biológico" na tentativa de que possa ser concebido e tratado de forma dissociada de todos os atravessamentos subjetivos que o constituem e levam àquela situação-limite. O medo ao desconhecido, o estigma associado à loucura e, fundamentalmente, o fato dos profissionais sentirem-se despreparados para escutar e resolver os problemas que surgem nos atendimentos emergenciais produz efeitos de invisibilidade sobre a dimensão da saúde mental presente em muitos atendimentos. Uma espécie de "foco míope" no trabalho desenvolvido nessas unidades emerge como efeito deste modo de trabalhar que, sendo tomado como analisador, pode apontar caminhos de resgate ao sentido perdido, em muitos desses serviços, do acolhimento como diretriz e dispositivo de humanização da saúde.

O brincar na Atenção Básica em Saúde: a construção de um grupo com crianças

Ana Laura Baldini Reis, Daniela Rosa Cachapuz, Andrea Costa de Carvalho, Renata Palmerim Schorn

Este trabalho tem como objetivo apresentar e contextualizar um outro modo de intervenção – a construção de um grupo com crianças- desenvolvido pelo serviço de psicologia de uma Unidade de Saúde - pertencente ao Serviço de Saúde Comunitária/ Grupo Hospitalar Conceição/ POA. Através dos movimentos da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica Brasileiras, pensa-se numa articulação entre Saúde Mental e Atenção Básica em Saúde, permitindo com que a saúde mental não esteja vinculada apenas aos serviços especializados. Isso permite que a APS, principalmente, após a constituição das Estratégias Saúde da Família, seja um espaço

privilegiado para a construção desse outro paradigma em relação aos sofrimentos psíquicos. Nessa perspectiva, há uma aposta na produção de espaços coletivos como dispositivos de trabalho, sendo a estratégia grupal um modo de intervenção para lidar com questões relacionadas à Saúde Mental. O grupo, além de atender "a alta demanda numérica populacional" que é endereçada à ABS, possibilita que o saber seja compartilhado - não estando apenas centrado na figura do profissional-, proporcionando um lugar de convivência social, um estabelecimento de trocas de experiências, um autocuidado e um protagonismo do sujeito, engendramentos que estão em ressonância com os princípios do SUS. Entendemos o trabalho com grupos sob o viés de Barros (2007), que confere ao grupo a dimensão de processo, em perspectiva permanentemente histórica. Nesse sentido, ele é tomado enquanto dispositivo de trabalho, que dispara, move, aciona, a partir do contato entre os sujeitos, proporcionando e favorecendo o deslocar, o mexer, o movimentar, desde o encontro com o diferente, com o outro. Assim, os sujeitos têm a possibilidade de se diferenciarem. Logo, o dispositivo parte da pluralidade e também a produz, sendo importante no processo de produção da subjetividade. O grupo é configurado por encontros semanais na unidade de saúde, possuindo duração de 2h. Os participantes, no momento atual, são três crianças, uma psicóloga residente e duas estagiárias de psicologia. O modo operacional se caracteriza pelo momento inicial - retomando as atividades combinadas anteriormente; momento da brincadeira seguido da constituição da roda de conversa, permitindo com que circule as opiniões, os (des)gostos, os silêncios, os movimentos, as pausas, as diferenças, as semelhanças entre os atores envolvidos, em relação ao processo do grupo ocorrido naquele dia. Além disso, nesse momento final, há a combinação de atividades para o próximo encontro. Esse modo operacional não é utilizado de modo a engessar as relações e a segmentar o processo grupal, configurando-se num trabalho impermeável. Todavia, lançamos mão dessa ferramenta como um organizador inicial, sem deixar de atentar para a maneira como esses encontros repercutem a cada reencontro, permitindo com que haja a costura de laços entre instituído e instituinte. A efetividade do espaço de grupo terapêutico infantil está atrelada à participação dos cuidadores dessas crianças no grupo de pais e responsáveis que ocorre, concomitantemente, em outro lugar da unidade de saúde, ao grupo de crianças. Pensa-se nessa condição, uma vez que a criança enuncia o sintoma da dinâmica familiar, não estando este atrelado apenas a uma questão intrínseca, permitindo com que os membros responsáveis pela criança também se engajem nos processos de cuidados. Compreendemos que a criação deste espaço é um processo, que estará sempre permeável às demandas das crianças e do que compreendermos ser interessante trazer como intervenção.

Pensamos, também, dentro do que os participantes atuais revelam ser pertinente, expandir o alcance deste dispositivo, buscando novos atores dentro do território, não restringindo o acesso àqueles reconhecidos com algum processo de desadaptação no desenvolvimento. Busca-se, assim, criar um espaço de expressão, trocas, criações, tão caros para o tempo da infância contemporânea. Além disso, através do relato de algumas mães que participam do grupo de pais e responsáveis, percebemos a "noção" de pertencimento construído pelas crianças, que passaram a orientar suas rotinas, em alguns casos, pelo dia do grupo, estando à espera, preparando-se e movimentando os outros ao seu redor para as produções de brincadeiras que levarão ao encontro semana.

O que pode a Psicologia na Atenção Básica à Saúde?

Mariana Allgayer, Alexandra Maria Campelo Ximendes, Daniel Rodrigues Fernandes

O presente trabalho tem como objetivo problematizar questões que atravessam o trabalho do psicólogo na atenção básica a saúde. Uma delas diz respeito a como o Núcleo de Apoio à Saúde da Família se constitui como estratégia da política de atenção básica, e quais as implicações deste novo modelo de trabalho. Dentro deste contexto, como a psicologia se relaciona com o campo da saúde mental? Temos conseguido coletivizar as demandas de saúde mental com outros profissionais, ou permanecemos colados e responsáveis por este núcleo de trabalho? De acordo com a portaria que institui o NASF e suas diretrizes, recomendasse que cada equipe tenha ao menos um profissional especialista em saúde mental, que em inúmeros casos é um(a) psicólogo(a), devido as especificidades da profissão. Todavia, o campo da atenção básica a saúde proporciona inúmeras possibilidades de ação, e a abertura para a inserção da psicologia em outras ações estratégicas da atenção básica se torna possível e emergente. Considerando que o NASF é parte da política de atenção básica à saúde e tem como um de seus objetivos a realização de ações de atenção em saúde mental, entendemos que a discussão proposta no trabalho se desenvolve de acordo com a temática das políticas de saúde mental na atenção básica, sendo este um campo de inserção do profissional psicólogo. Propomos esta discussão através do relato de experiência do trabalho que vem sendo desenvolvido em um Núcleo de Apoio a Saúde da Família, que também vem sendo cenário e campo de prática da residência multiprofissional em saúde coletiva. As questões relativas ao núcleo da saúde mental na atenção básica e o lugar do psicólogo têm sido problematizados durante as reuniões de equipe e espaços de preceptoria e tutoria na residência, visto que em alguns programas de formação em residência na atenção básica os psicólogos fazem parte da equipe fixa da Estratégia de Saúde

da Família, destacando assim a atuação no NASF como recente e inovadora. A experiência de construção deste trabalho com outros profissionais e com a dinâmica da residência em saúde não aponta para conclusões finais estabelecidas, pois estamos no processo de produção deste modo de fazer saúde e ser psicólogo na atenção básica. Todavia podemos apontar analisadores que fazem parte deste campo, e dizem respeito as questões abordadas anteriormente. No cotidiano de trabalho as principais demandas das unidades de saúde têm sido por desvios comportamentais dos usuários (comportamentos não desejáveis pelas políticas), com maior demanda ao tratamento e acompanhamento de transtornos psíquicos, nos quais o uso problemático de drogas não aparece. Há dificuldades de tornar a saúde mental uma área de responsabilidade coletiva e não centrada na psicologia. Além de impasses na construção da relação de co-responsabilização entre as equipes da ESF e do NASF, provocados por um tensionamento entre um "não-saber" e os "especialistas", no qual existe um especialismo relacionado as profissões que compõe o NASF e outro relacionado ao especialismo da atenção básica detido pelos profissionais das ESF. Existe ainda, uma intensificação do contraditório colocado entre a constituição do cuidado e a necessidade de produção de dados para o sistema de informação e produtividade; e diferenças na caracterização das demandas da saúde mental advindas das equipes de ESF e aquelas ofertadas pelo NASF. Por fim, destaca-se que a estratégia de matriciamento do NASF é mais abrangente que as ações em saúde mental, e que este campo de trabalho se coloca como desafiador na ampliação da atuação da psicologia na atenção básica, provocando o profissional a deslocar-se do seu tradicional lugar de saber.

Por detrás da “vitrine” da Saúde Mental na Atenção Básica

Mônica Mendes Gonçalves

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a política municipal de saúde mental da cidade de São Bernardo do Campo, debruçando-se especificamente sobre o trabalho do psicólogo na rede básica de atenção à saúde. A partir da perspectiva sócio-histórica e da análise institucional, pretende-se desvelar os balizamentos da práxis cotidiana desse profissional nesse contexto. Assim sendo, as diretrizes políticas e o documento que as encerra serão problematizados enquanto ‘instituição’ e enquanto discurso, como conjunto de pensamentos e saberes que remetem a um contexto político, ideológico e científico maior, a que estão fortemente tangenciados. Para tanto, foi eleito como método a leitura crítica e criteriosamente da cartilha do município, contrapondo pontos relevantes à letra dos cadernos ministeriais de saúde mental e atenção básica. Posiciono, portanto, o presente trabalho no Eixo Temático

SAÚDE, dentro do Grupo de Trabalho 24 – Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica, com o qual estabelece relação imediata. Ocupando cargo de psicóloga em uma UBS, numa região de extrema vulnerabilidade social, posiciono-me como sujeito implicado nesse processo, o que inscreve esse trabalho não somente como tentativa de construção de um significado genérico para a experiência, mas também um precipitado de sentidos idiossincráticos. Faz-se necessário, para que cheguemos ao propósito enunciado, algum conhecimento acerca da política em questão. Desde 2010, os gestores municipais vêm se empenhando na implementação de medidas políticas, econômicas e institucionais que vão ao encontro política nacional de saúde mental. Essas medidas dirigem-se a desinstitucionalização e criação de redes comunitárias substitutivas de atenção, consoantes com a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial. Parte relevante da implementação desse 'novo' modelo foi a criação de unidades de CAPS e a contratação de psiquiatras e psicólogos nas UBSs. O modelo ganhou notoriedade, fazendo que ganhasse, tal qual a cidade, status de "vitrine" nacional de saúde mental. O documento do município que reúne essas proposições, dialeticamente, reflexo e eixo norteador dessas mudanças, direciona o trabalho do psicólogo nessas unidades e sua articulação com as redes de cuidado. Postula que pacientes classificados como "leves, moderados e graves" – conforme sintomas e diagnósticos forjados da CID-10 e situações de risco - devem ser assumidos, respectivamente, pela ESF, pelo psicólogo da UBS e pelo CAPS. São exemplos de casos a serem cuidados especificamente pelo psicólogo, mediante abordagem e manejo que exigem conhecimentos específicos de núcleo, usuários com transtorno ansiosos, de personalidade ou alimentares e vítimas de violência. É sobre esse enquadramento que se voltam os questionamentos propostos. A pergunta que se faz necessária é: que psicólogo está sendo convocado para essa práxis? Pode-se dizer que as diretrizes políticas se erigem sobre a representação social mais cristalizada do psicólogo: a proposta circunscreve sua atuação à área clínica e alude ao processo psicoterápico, esse sim, de domínio exclusivo. Além do reforçamento da identidade do psicólogo enquanto profissional das individualidades, outras proposições, dialeticamente imbricadas, podem ser depreendidas. Subjaz, paralelamente, o conceito de que um problema de saúde mental, quando instaurado, passa a ser campo exclusivo de um profissional, que se tona responsável por planejar e executar ações de cuidado, abatendo reponsabilidades das equipes, ferindo noções de responsabilização compartilhada, integralidade e transdisciplinariedade. Quando a problemática do sofrimento é apartada dos olhares da equipe e pensada unicamente sob a perspectiva psicológica-clínica, ocorre dissociação do processo de trabalho em saúde, que se aliena sob esse paradigma. O próprio processo de saúde-doença,

assim colocado, se apresenta alienado de seus determinantes sociais, enquanto fenômeno situado e construído historicamente, ancorado nas relações sociais e por elas mediado. O tratamento proposto, portanto, o será mediante a perda da dimensão coletiva de homem, em que o particular não é abordado como instância da totalidade social e o sujeito do tratamento, concebido como a-histórico. Outra dificuldade que se coloca é a classificação nosológica médico-centrada do que poderia ser compreendido como forma de subjetivação, modos-de-ser e vir-a-ser construídos a partir das relações sociais postas para aquele grupo, por processos identificatórios vinculares cujos significados emergem a partir do olhar para a comunidade. A consequência de um trabalho construído sobre esses pressupostos parece ser a dificuldade de construir linhas de cuidado que validem os espaços grupais comunitarios enquanto cenários para (re)construção das subjetividades, (trans)formação social e individual e empoderamento. Para além da questão da psicologia na atenção básica, vale pensar na conjuntura maior em que ela se inscreve, do próprio SUS e da Saúde Pública, já que, ao superar o modelo hospitalocêntrico asilar, acaba por entrar em dissonância com princípios fundamentais do SUS e da Atencão Básica. Conclui-se apontando a necessidade de conscientização dos psicólogos acerca do trabalho a que são convocados. Mais conscientes da posição que ocupam, podem - ainda que no âmbito da micropolitica e do trabalho vivo em ato - operar de modo a romper com modelos patologizantes e contribuir para a construção de modelos de cuidado verdadeiramente comunitários.

Reabilitação Psicossocial: uma perspectiva clínica

Eliane Rodrigues da Silva, Maria Stella Brandão Goulart

O presente trabalho objetiva esboçar uma breve investigação do conceito de reabilitação psicossocial e suas interfaces na rede de saúde mental mineira, com foco no caso belorizontino. Localiza-se esse tema no Grupo de Trabalho “Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica”, considerando o seu objetivo de pensar os espaços de intervenção da rede de saúde mental na perspectiva da reforma psiquiátrica, almejando analisar e discutir os diferentes espaços de reabilitação psicossocial que promovam a cidadania, convívio social e autonomia dos usuários dos serviços da saúde mental. Serão apresentados alguns conceitos teóricos, discutidos no projeto de mestrado “Reabilitação Psicossocial nos Centros de Convivência: os sentidos produzidos pelo sujeito”, e sua relação com as construções discursivas colhidas nas rodas de conversa com trabalhadores dos Centros de Convivência de Belo Horizonte, um dos dispositivos proponentes da reabilitação psicossocial da rede de saúde mental da referida

cidade. Essas reuniões fazem parte da proposta metodológica da pesquisa em desenvolvimento, intitulada "Modelos de reabilitação psicossocial: Brasil e Itália" (2012), coordenada pela professora doutora Maria Stella Brandão Goulart, em parceria com a Facultà di Psicologia da Università di Bologna UNIBO (Itália) por intermédio da professora Bruna Zani. A metodologia utilizada é a pesquisa participante. Trata-se de dados preliminares que estão sendo colhidos e discutidos com a equipe de trabalho. Para pensar sobre o tema, conta-se, inicialmente, com as contribuições de Saraceno (1999) e Ana Pitta (2001), nas obras Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível e Reabilitação psicossocial no Brasil, respectivamente. Saraceno (1999) aposta na reabilitação psicossocial em três eixos que possibilitam, segundo ele, o aumento da capacidade contratual das pessoas com sofrimento mental: a moradia, o trabalho e a rede social. Isso significa dizer que no processo de reabilitação psicossocial é preciso pensar estratégias que possibilitem à pessoa encontrar uma casa (espaço físico) e de fato habitá-la, ou seja, construir relações simbólicas que signifiquem esse lugar. Necessita de um trabalho, mas, antes da praticidade do termo, é necessário pensar seus diferentes significados e até mesmo exercer a crítica ao uso do trabalho nos ambientes manicomiais. E, finalmente falar em rede social remete às relações sociais na comunidade, na família, na cultura, arte e lazer. Todos os eixos preconizam um caminho que leve ao exercício de uma plena cidadania. Pitta (2001) corrobora com a contribuição de Saraceno (1999). Acrescenta que a reabilitação psicossocial pressupõe vontade política. A autora sinaliza que é preciso definir o sujeito das políticas e das práticas reabilitadoras para construir as estratégias que serão viabilizadas. Aponta para os diversos settings e ideologias existentes no Brasil, no atual contexto de assistência, destacando entre eles os CAPS, cooperativas de trabalho, residências, ateliês terapêuticos, atualmente nomeados de Centros de Convivência, esse último, objeto de estudo da pesquisa proposta. Guerra (2004), no artigo Reabilitação psicossocial no campo da reforma psiquiátrica: uma reflexão sobre o controverso conceito e seus possíveis paradigmas, acrescenta à discussão proposta por Saraceno (1999) e Pitta (2001), uma reflexão crítica sobre a tentativa de construção teórica feita pelos referidos autores e traz a dimensão clínica como um importante e imprescindível campo de contribuição para a reabilitação psicossocial. A autora recorre à teoria psicanalítica, trazendo à discussão a proposta de Viganó ao chamar a atenção para a importância de se colocar as invenções e saídas subjetivas do sujeito no campo da reabilitação psicossocial, essa última leitura coincidente com os dados iniciais colhidos nas rodas de conversa já realizadas com os Centros de Convivência de Belo Horizonte. Guerra (2004), ainda citando Viganó, destaca o modelo de reabilitação psicossocial de

orientação clínica que se aproxima do modelo sociopolítico quando intenciona a retomada da vida pública com saídas construídas pelo sujeito, enfatizando, sobretudo, a singularidade nesse processo de construção (p.91). Em defesa desse último modelo, a autora afirma que pensar a reabilitação psicossocial no Brasil, no contexto da reforma psiquiátrica, implica em considerar a clínica como um recurso favorecedor, diferente da crítica colocada por Saraceno (1999) que a considera reducionista e patologizante. Guerra (2004) defende o reconhecimento da singularidade e das saídas subjetivas do sujeito como potencializadores para a rede de serviços substitutivos na realização das propostas de reabilitação psicossocial. Como resultado parcial é possível verificar que o entendimento sobre a reabilitação psicossocial nos Centros de Convivência transmite um posicionamento orientado pelo discurso psicanalítico e centrado nas estratégias individuais de reabilitação psicossocial. Percebe-se ainda, uma tentativa de aproximação com ações que promovam o desenvolvimento da cidadania e participação política. Trata-se de uma leitura preliminar que será ainda desenvolvida ao longo da pesquisa. Enfim, essa experiência de pesquisa e a metodologia de participação participante têm possibilitado construir, coletivamente, uma problematização acerca do conceito de reabilitação psicossocial e viabiliza uma reflexão sobre os diferentes modos de significar esse processo.

Reflexões sobre uma atenção estratificada em saúde mental e seus efeitos na atenção básica

Raquel Valiente Frosi

Este texto tem como objetivo discutir a implicação de que nas políticas públicas de saúde mental por vezes haja uma delimitação de determinadas práticas assistenciais e grupos populacionais a determinados serviços, chamando especial atenção aos desdobramentos deste processo na atenção básica. Acredita-se que este debate tem contribuições a uma reflexão no GT Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica, pois pauta o diálogo entre os níveis de atenção através de uma constatada dissociação de práticas destinadas a cada um deles. Esta discussão foi construída a partir da dissertação de mestrado "Práticas assistenciais em saúde mental na atenção primária à saúde: uma análise das experiências desenvolvidas em Florianópolis", na qual através de entrevistas com gestores, profissionais e usuários, e também da construção de fluxogramas descritores baseados em prontuários, buscou-se descrever e analisar as práticas assistenciais desenvolvidas na atenção básica. Ainda, compreender suas composições e também sua relação com este duplo campo teórico-prático. Cabe destacar que este estudo foi estruturado sobre uma concepção que toma o cuidado como uma importante forma de compreender a

organização da atenção à saúde (Merhy, 2007). Dentre outros achados, esta pesquisa observou que com a ampliação do cuidado em saúde mental na atenção básica, tem sido possível manter em atendimento nas unidades de saúde casos graves que não acessariam o CAPS. Porém, apesar do efeito sobre as internações, o atendimento medicamentoso parece não possibilitar uma maior diferença no seu isolamento, sendo quase que ausente algum outro tipo de oferta terapêutica para estes usuários. Em paralelo a naturalização desta situação como um problema de acesso, as ações deste nível sanitário tem se estruturado principalmente voltadas a demandas leves e moderadas, que em maior volume lhe tomam a atenção. Para além de considerarem-se as barreiras de acesso aos serviços especializados, dadas pela mistura entre localização dos serviços e a baixa autonomia destes usuários, ou ainda a própria recusa destes em frequentá-los, entende-se necessário colocar em pauta que não acessar dispositivos especializados não deveria restringir os usuários a um cuidado estritamente medicamentoso. Nota-se que essa situação é paradoxal na medida em que ocorre pois a organização de rede segmentou modos de cuidado por serviço, e não privilegia este tipo de atenção na atenção básica. Assim, cabe-nos a crítica ao fato de que está fixado nos CAPS todo um arsenal de atenção diversificado e articulador de subjetividade e cidadania voltado para os casos mais graves, como as Oficinas Terapêuticas, o Acompanhamento Terapêutico, dentre outros. Neste sentido, resgata-se a crítica feita durante o processo de Reforma Psiquiátrica, quando a ampliação de cuidados na atenção básica foi associada a um fomento do ciclo de internações sem mudar a relação com a loucura (Lancetti, 1989), e por isso tirada da tônica antimanicomial, que elegeu o CAPS como dispositivo para mudança da rede. Em que se pese a necessidade de fazer-se uma releitura do processo que nos leva do manicômio à medicalização, esta dificuldade também não nos parece superada e merece atenção especial em uma rede que cada vez mais tem se voltado a APS. Assim, sinaliza-se a potência de retomar-se também na atenção primária a saúde uma intervenção orientada pela atenção psicossocial que desnaturalize estratificações.

Reforma psiquiátrica e desinstitucionalização do ponto de vista dos “usuários” dos serviços de saúde mental

Ana Paula Müller de Andrade, Sônia Weidner Maluf

As transformações produzidas pela reforma psiquiátrica brasileira e os processos de desinstitucionalização dela decorrentes têm gerado transformações na vida de inúmeras pessoas que passaram a compor o cenário da saúde mental no país. Tais transformações modificaram e possibilitaram outras configurações nas relações até então estabelecidas em torno da assistência

psiquiátrica e suas terapêuticas diante da "doença mental". Foram mudanças de diferentes ordens e níveis, do coletivo ao singular, do institucional ao individual, que impactaram e/ ou afetaram muitas pessoas. Os processos de desinstitucionalização inerentes a tais transformações perpassam algumas vertentes como o saber psiquiátrico, a doença mental enquanto produto deste saber, bem como os regimes de subjetivação. Além disso, se relacionam fortemente com a desospitalização, uma vez que é no espaço do hospital psiquiátrico que as práticas manicomiais ganham força e materialidade. A pesquisa etnográfica que dá origem a essa comunicação teve como objetivo fazer uma análise crítica da reforma psiquiátrica brasileira do ponto de vista das pessoas que usam ou usaram os serviços de saúde mental, levando em consideração as articulações entre a política pública em torno da saúde mental e as configurações de gênero e classe. A pesquisa de campo, realizada de abril a novembro de 2010 nas cidades brasileiras de Joinville-SC e Barbacena-MG e Torino, Trieste e Gorizia na Itália no ano de 2011, subsidiou a tese de doutorado de Ana Paula Müller de Andrade e teve como foco as experiências dos sujeitos nestes locais. A intenção desta comunicação é discutir o processo da reforma psiquiátrica brasileira e as experiências de desinstitucionalização presentes no mesmo, a partir do ponto de vista das "usuárias" e "usuários" dos serviços de saúde mental substitutivos ao hospital psiquiátrico. Para tanto, destacamos alguns aspectos significativos tais como: os processos complexos de subjetivação/dessubjetivação através dos quais os sujeitos, em suas relações, engendram estratégias micropolíticas de sujeição e resistências ao modelo biomédico; o caráter relacional, contingencial e hierárquico das posições ocupadas por tais sujeitos nos serviços de saúde mental, nas suas relações sociais e familiares e nas cidades por onde circulam e; a complexidade e os desdobramentos dos processos de desinstitucionalização na vida dos sujeitos neles envolvidos. Todos os aspectos aqui apresentados foram considerados a partir das vozes dos sujeitos sobre o processo de desinstitucionalização da psiquiatria no Brasil e evidenciam que o mesmo vai além da desospitalização, é complexo e atravessado por modelos interpretativos institucionais e singulares que são articulados e tensionados nas complexas relações de poder nas quais os sujeitos estão envolvidos. Além disso, foi possível perceber que no contexto pesquisado, os processos de (des)subjetivação estão marcados pela predominância do modelo biomédico. Tais processos ora apreendem os sujeitos, revelando seu potencial de dessubjetivação, ora são subvertidos pelos mesmos, através de rupturas, resistências e subversões que instituem linhas de fuga de um regime que tende a capturá-los. No conjunto das transformações desencadeadas pelo processo da reforma psiquiátrica brasileira, encontram-se estratégias singulares que não necessariamente atendem as normativas e as demandas do

modelo biomédico. Elas configuram experiências diversas, como foi possível perceber ao longo do trabalho de pesquisa. Por fim, cabe dizer que, no contexto pesquisado, a realidade da reforma psiquiátrica brasileira não deixa dúvidas sobre a inversão do modelo assistencial da saúde mental bem como dos esforços para a superação da lógica manicomial. São inúmeras experiências, atividades, práticas e discursos que cotidianamente vem tentando romper e superar o manicômio, em suas diferentes feições.

Saúde Mental e cidadania: desafios da Política Pública de Saúde Mental de Maringá - PR

Silvia Marini

A construção da política pública de saúde mental brasileira é consequência da organização, na década de 1980, do Movimento de Reforma Psiquiátrica brasileiro em crítica à assistência psiquiátrica tradicional, que por décadas foi responsável pelo não reconhecimento de direitos básicos e essenciais das pessoas classificadas como loucas. Por isso, a nova política de assistência fruto desse Movimento assume o compromisso social de construir e garantir a cidadania dos usuários. Considerando a importância da implementação de ações que assegurem esse compromisso, essa pesquisa teve como objetivo compreender em que medida às ações desenvolvidas pela política de saúde mental do município de Maringá-PR, representada por dois serviços de assistência (CAPS AD e CAPS II), tem contribuído para a construção/garantia da cidadania de seus usuários e quais os desafios nesse processo. Por isso ela enquadra-se no eixo temático “Saúde” e no grupo de trabalho “Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica”. Como metodologia foi utilizada pesquisa bibliográfica e documental e entrevistas semi-estruturadas com amostra de usuários dos serviços (doze no total). Para compreender a relação entre loucura e cidadania, faz-se importante analisar a essência e normatividade desse conceito. Classicamente a cidadania, descrita por Marshall (1967), compreende três dimensões essenciais: a dimensão civil, a política e a social. Foi a ruptura gradual dos governos absolutistas europeus e o progressivo desenvolvimento da Ciência, que estabeleceu a centralidade da razão como elemento normativo da vida humana, que possibilitaram a legitimação da igualdade enquanto direito natural e a consequente universalização da cidadania. No Brasil, esse processo ganhou contornos mais nítidos e expressivos a partir da Constituição de 1988, marco histórico no processo de garantia de direitos. Nesse período uma nova noção de cidadania nasceu das lutas e embates dos movimentos sociais brasileiros, marcada pela reinvindicação tanto dos direitos a igualdade quanto pelo direito às diferenças das diversas minorias no país (DAGNINO,

1994). É nesse contexto que se localiza o Movimento de Reforma Psiquiátrica, que apresenta como compromisso construir/garantir cidadania para uma minoria que historicamente considerada destituída de razão, característica essencial para o reconhecimento da humanidade e da cidadania, foram vítimas de toda a sorte de violência e violação (TAYLOR, 1993). Birman (1992) afirma que a cidadania plena das pessoas com sofrimento psíquico só foi considerada de fato, em meados do século XX, quando o saber psiquiátrico passou a ser questionado e quando práticas assistências substitutivas aos manicômios passam a ser desenvolvidas Por isso, a Reforma Psiquiátrica não se restringe às transformações no plano assistencial, mas se refere, sobretudo, ao estabelecimento de outro lugar para a loucura no espaço jurídico, cultural e social. E mesmo após 23 (vinte e três) anos de Movimento, a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em 2010, evidencia os desafios impostos à implementação da política e a importância de ser ela instrumento de garantia da cidadania dos usuários. Com a realização dessa pesquisa, concluiu-se a partir, sobretudo, da análise das entrevistas realizadas com usuários, que o direito à assistência à saúde mental em seu sentido psiquiátrico e básico está sendo garantido. Isso envolve a oferta de vagas nos serviços, de consultas clínicas, equipe profissional, fornecimento de medicamento, higiene, qualidade de alimentação e realização de atividades e oficinas terapêuticas. A superioridade desses aspectos da assistência tornou-se mais evidente quando os usuários avaliaram a assistência recebida no hospital psiquiátrico. Sendo que o estabelecimento de vínculo e acolhimento por parte dos profissionais foi fator fundamental da qualidade apresentada. Outro aspecto que pôde ser verificado no sentido de garantia aos direitos, foi o importante papel que os serviços têm exercido frente às demandas de ordem jurídica e da garantia de benefícios. Isso demonstra que demandas para além da assistência direta a saúde mental têm sido observadas. Isso se dá, contudo de forma pontual, já que não puderam ser verificadas ações e projetos intersetoriais regulares com as demais políticas e serviços oferecidos pelo município, no sentido de garantir atenção integral as demandas dos usuários. A maioria dos entrevistados apresentam pouca ou nula participação social ampla, suas vidas são restritas às idas para os serviços de assistência e a volta para os lares, muitos apresentam relações conflituosas com a família e comunidade, marcada pelo preconceito e violência, sobretudo, psicológica. Não trabalham, não estudam, não frequentam espaços públicos e comunitários. Isso demonstra que, embora estejam livres das barreiras físicas impostas pelos hospitais psiquiátricos e pela internação, eles estão presos pelas relações sociais que estigmatizam e impedem uma participação social, que considerando e respeitando suas limitações, possa ser plena. O que tem sido garantido no município de Maringá é o acesso

à assistência a saúde (psiquiátrica), os demais direitos apresentam-se à margem e não foram verificadas ações que possibilitem a construção de novos espaços para a loucura e que reconheçam a cidadania plena desses sujeitos.

Saúde Mental e Atenção Básica: atuação com equipes de Unidades Saúde da Família

Flávia Carrijo de Aguiar, Marina Leonel Soares, Eni de Fátima Martins

O presente trabalho objetiva apresentar uma ação proposta no estágio supervisionado: Psicologia Social e Comunitária da UNESP-BAURU com as equipes de profissionais das unidades saúde da família (USF). A finalidade da atividade é fazer intervenções na área de saúde mental visando abordar os conteúdos desta a partir da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial. Essa ação se justifica visto que a ESF (Estratégia da Saúde da Família) faz parte da atenção primária da saúde a qual também está dentro da Rede de Serviços de Saúde Mental. Foi identificada, nesta cidade, uma lacuna no matriciamento e apoio à formação dos funcionários em saúde mental das unidades da ESF. Esse trabalho, portanto, está em consonância com as discussões apresentadas no Grupo de Trabalho "Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica", pois trata-se de uma atividade que propõe formação e atuação no campo da Saúde Mental na atenção primária, especificamente nas Unidades de Saúde da Família (USF). A orientação teórico-metodológica está fundamentada no materialismo histórico dialético e nos pressupostos da psicologia social comunitária. Defende-se a necessidade de compreender os fenômenos psicossociais como, por exemplo, o sofrimento psíquico e a precarização do atendimento em saúde mental engendrados nas relações sociais de produção. Para analisá-los é preciso partir da aparência e por meio da problematização, discussão, reflexão buscar a essência dessa produção social e os instrumentos que possibilitem o processo de transformação nessa realidade. As contribuições de Martin-Baró e Lane sobre processo grupal, e de Heller sobre papel social e estrutura da vida cotidiana são importantes para o desenvolvimento do trabalho de formação das equipes. Para Heller (1970) vão se estereotipando os sistemas funcionais da sociedade, do mesmo modo como os tipos de comportamento tendem a converter-se em "papéis". Podendo esses serem relacionados com um indivíduo de diferentes formas com que faça ou não que este compreenda e vivencie a realidade em que se encontra, o grupo à que pertence em direção a possibilidades de transformação social. As ações com as equipes foram organizadas em reuniões denominadas de Planejamento Geral, em que se busca constituir um momento de parada das atividades cotidianas (homogeneização) para discussão, estudo e análise da realidade vivida e também o planejamento de ações

referentes aos cuidados de saúde mental considerando as relações dentro deste grupo a partir das ações que já realizam, aquelas que poderão vir a realizar e os elementos estruturais os quais auxiliam ou impedem o funcionamento da USF. Nesta ação pretende-se refletir sobre as relações das equipes com os papéis sociais, seja a respeito de sua profissão, como também o de trabalhador na rede de serviços de saúde pública. Também as representações que cada indivíduo e que o grupo carrega em seus discursos e que acabam por interferir na atuação cotidiana são objeto de análise histórico social em busca de compreender melhor p processo grupal e atuar para que seja direcionado demandas da comunidade e função social. As reuniões acontecem no espaço físico das unidades, e são convidados todos os funcionários: médicos, dentistas, nutricionistas, auxiliares da administração, limpeza, coordenador, os agentes comunitários de saúde, enfermeiros e demais auxiliares técnicos. Até o momento ocorreram reuniões em três das quatro unidades, sendo mensal em uma delas e bimestral nas outras duas. Porém, parte da equipe solicita reuniões extras, para discutir casos atendidos. As reuniões são mediadas por estratégias como dinâmicas, apresentações e discussões em subgrupos. As unidades estão em momentos diferentes do processo grupal. Em uma delas o trabalho ocorre há dois anos e o processo grupal tem possibilitado o fortalecimento de vínculos da equipe e com os estagiários. Então têm sido discutidas outras ações do estágio como o trabalho com usuários (grupo e boletim informativo para a comunidade), levantando necessidades, analisando dificuldades ou planejando ações. Os participantes apontam dificuldades nos procedimentos de atenção em determinadas situações de atendimento aos usuários. Assim, os próximos encontros abordarão a respeito das atividades de acolhimento, a partir de discussão de situações vivenciadas. Nas outras duas unidades identificou-se a necessidade de atuar para o inicio do processo de grupal da equipe e a formação para a superação da perspectiva biologicista. Nos encontros posteriores será trabalhada a concepção e história da atenção à saúde mental no Brasil, as possibilidades de atuação com os usuários das Unidades por meio de discussões de casos encontrados pelos próprios funcionários da Unidade. Pode-se concluir que em todas as unidades os principais desafios são de que toda a equipe consiga parar a atividade cotidiana e estar presente, porém a grande maioria participa e observa-se percepções a respeito da própria organização da equipe e compreensão sobre a mesma, como das problemáticas que enfrentam e o apontamento de conteúdos a serem trabalhados. Busca-se a partir do presente momento além das reflexões o esboço de ações a serem realizadas pela equipe no campo da saúde mental dentro e fora das Unidades.

Trajetória em saúde mental dos pacientes com risco de suicídio

Camila Louise Baena Ferreira

O serviço de psicologia da unidade de emergência do Hospital Universitário de Santa Catarina possui como uma de suas demandas recorrentes, pacientes com tentativa de suicídio. Diante de tais casos, realiza psicoterapia de apoio aos pacientes e familiares; fornece orientação aos familiares sobre manejo do paciente e restrição de acesso aos meios letais; e avaliação de risco de suicídio. Através da avaliação define-se o serviço mais adequado para dar seguimento ao atendimento do paciente após a alta hospitalar. Muitas vezes, são realizados contatos telefônicos com os serviços de saúde a fim de discutir o caso, e definir o encaminhamento do paciente; promovendo assim a articulação entre os diferentes níveis de atenção da rede de saúde. Este trabalho possui como objetivo verificar se os pacientes atendidos na unidade de Emergência após tentativa de suicídio estão realizando acompanhamento em algum serviço de saúde após um período de aproximadamente 06 meses da alta hospitalar; bem como avaliar a sintomatologia apresentada pelo paciente. Em 2005, o Ministério da Saúde com a finalidade de elaborar um Plano Nacional de Prevenção do Suicídio, montou um grupo de trabalho com representantes do governo, de entidades da sociedade civil e das universidades; em 2006 foi lançado o Manual de Prevenção do Suicídio para os Profissionais de Saúde Mental. A principal finalidade do manual é transmitir informações básicas para auxiliar a detecção precoce de certas condições mentais associadas ao comportamento suicida, bem como o manejo inicial de pessoas que se encontrem sob risco suicida. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a propor uma ação nacional para a prevenção do suicídio, considerando-o um problema de saúde pública que precisa ser discutido a fim de propor intervenções. As Diretrizes Nacionais para a Prevenção do Suicídio (portaria 1.876/2006) envolvem a disponibilização de dados epidemiológicos, informações sobre fatores protetores e de risco, ações de educação permanente de profissionais. Dentre os principais objetivos a serem alcançados destaca-se: promover a educação permanente dos profissionais de saúde da atenção básica, inclusive do Programa Saúde da Família, dos serviços de saúde mental, das unidades de urgência e emergência, de acordo com os princípios da integralidade e da humanização. Dessa forma, as Diretrizes Nacionais para a Prevenção do Suicídio determina que todos os níveis de atenção à saúde devem estar preparados para atender pacientes com risco de suicídio. Como referencial teórico foram utilizados os manuais elaborados pelo Ministério da Saúde e profissionais de saúde mental como Neury Botega e José Bertolote. A presente pesquisa utiliza a metodologia

de pesquisa qualitativa – quantitativa, de cunho exploratório descritivo. Foi realizada através de duas etapas: na primeira etapa os dados foram coletados na unidade de Emergência utilizando o registro interno de atendimento psicológico (dados de identificação e histórico de saúde mental) e aplicação da Escala de Ideação Suicida Beck (avaliação dos desejos, atitudes e planos suicidas). A segunda etapa foi viabilizada através de visita domiciliar em um período de aproximadamente 06 meses após a alta hospitalar, na qual foi aplicada novamente a Escala de Ideação Suicida Beck e um questionário elaborado pelas pesquisadoras sobre a trajetória de serviços de saúde que o paciente frequentou após a alta hospitalar, entre outros itens. Até o presente momento, foram analisados 21 participantes, sendo que 08 foram encaminhados para avaliação psiquiátrica de urgência em Hospital Psiquiátrico e 12 foram encaminhados para seguimento ambulatorial. Desses 12, apenas um participante não procurou nenhum serviço de saúde após a alta hospitalar e a maioria procurou atendimento na rede de atenção primária através das Unidades Básicas de Saúde (07). Desses 07 participantes, apenas 01 não havia conseguido atendimento na Unidade Básica de Saúde devido à fila de espera para atendimento existente nesse serviço. Observou-se também que participantes que haviam procurado atendimento inicialmente através de clínica particular, posteriormente procuraram a Unidade Básica de Saúde para realizar o tratamento. Uma das funções do Serviço de Psicologia da unidade de Emergência é estimular o tratamento psicoterápico/psiquiátrico quando necessário e tais resultados parecem demonstrar que o atendimento do Serviço de Psicologia pode ter incentivado os participantes a procurar os serviços de saúde. A pesquisa tem demonstrado o efetivo acolhimento e acompanhamento dos pacientes com risco de suicídio na atenção básica. Através da aplicação da Escala de Ideação Suicida Beck durante o atendimento na unidade de Emergência e após 06 meses da alta hospitalar, verificou-se uma significativa diminuição do nível de ideação suicida durante a 2ª etapa. A pesquisa está em fase de construção e além de coletar mais participantes, pretende analisar a relação entre a diminuição do nível de ideação suicida e o acompanhamento ambulatorial.

Vídeo-blog Psicologia e Políticas Públicas: discussões sobre políticas em Saúde Mental

Mayana Eliza Bracks Faria, Samira Paula Carvalho Pontes

O vídeo - blog intitulado No Pé da Política (financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG) caracteriza-se como um método de discussão virtual sobre as políticas públicas relacionados aos campos da Saúde Mental e Educação. Busca-se incitar debates em torno de políticas públicas específicas que permitam a participação popular

da construção de conhecimento em torno dos temas expostos. Em relação as políticas públicas na campo da Saúde Mental, nosso objetivo é realizar uma reflexão crítica sobre a política pública de saúde mental brasileira bem como a forma que o gestores municipais de São João del Rei estão implantando os programas criado pelo governo federal no município. Cabe aqui conceituar políticas públicas como os princípios norteadores das ações na sociedade pelo poder público; são regras e procedimentos que mediam a relação entre a sociedade e o Estado. Essas políticas são sistematizadas ou formuladas em documentos, como leis, programas e linhas de financiamentos, que criam e orientam ações que envolvem aplicações de recursos públicos. As políticas públicas tem como objetivo resolver "situações problema" na sociedade, principalmente nos setores considerados como vulneráveis. Como envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, elas possam ser legitimadas e obter eficácia. As políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses que visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente. É preciso entender composição de classe, mecanismos internos de decisão dos diversos aparelhos, seus conflitos e alianças internas da estrutura de poder, que não é monolítica ou impermeável às pressões sociais, já que nela se refletem os conflitos da sociedade. No entanto, nem sempre há compatibilidade entre as leis e programas criados pelo governo e as ações desenvolvidas por esses na sociedade. Com o objetivo de desenvolver uma ampla discussão sobre as políticas públicas para a saúde mental e a educação, o nosso trabalho se dá inteiramente por meio de vídeos e textos postados semanalmente e consequentemente, de discussões, debates e ideias que se apresentam no site através de comentários. A proposta de ações transformadoras da sociedade depende de debates entre os envolvidos e o que temos encontrado uma enorme dificuldade em se cumprir o que está no fomentada no papel. Desse modo, pretende-se construir um método ampliado de discussão sobre as políticas públicas e a realidade social não só entre pesquisadores universitários, mas também entre os setores da sociedade. O blog está no ar desde o ano de 2010 e já foram publicados mais de 90 temas. A plataforma escolhida para publicação do blog foi o Blogger, e é uma das maiores plataformas de conteúdo hoje no mercado. O Blogger disponibiliza ferramentas que possibilitam a mensuração dos acessos aos blogs permitindo ao administrador acompanhar o desempenho de suas publicações. No blog No Pé da Política, os dados colotados até o dia 14 de Julho de 2013, pode-se verificar que, desde sua criação, o blog já obteve 24272 acessos. No que tange a Saúde

Mental, o blog tem o objetivo de realizar uma reflexão crítica sobre a política pública de saúde mental no cenário brasileiro como também no município de São João del Rei. Como resultado da análise de como essas políticas públicas federais em Saúde Mental são e estão sendo implantadas no município, constatamos, por meio de entrevistas e visitas a Secretaria Municipal de Saúde de São João del Rei e o Departamento de Saúde Mental, que serviços substitutos como o CAPS e dispositivos componentes da reabilitação psicossocial como os Centros de Convivência e Cultura estão presentes na cidade. Entretanto, as problematizações encontradas referem-se principalmente à relação tensa entre os gestores e os trabalhadores da saúde na implementação desses serviços. A rede de atenção à saúde mental do município ainda não é algo efetivamente operatório. posto que a articulação contínua dos serviços de saúde mental (especialmente os CAPS) com a atenção básica ainda não é uma realidade efetiva no município.

"Aliança Pela Vida": qual(is) ideologia(s) sustenta(m) sua implantação?

Filippe de Mello Lopes, Marcelo Dalla Vecchia

O presente resumo é um recorte do projeto de mestrado intitulado "Os des-caminhos das comunidades terapêuticas no Brasil: "o que foi feito de vera?". Tal projeto busca compreender quais os interesses envolvidos no financiamento de serviços chamados de comunidades terapêuticas (CT) que são, em sua maioria, serviços privados. Como estudo de caso da atualidade brasileira, os autores se propõem a realizar um estudo de caso sobre a ação governamental mineira "Aliança pela Vida". A ação prevê o financiamento de serviços privados, as CT, e das famílias dos usuários de álcool e outras drogas ao invés de investir e fomentar os serviços públicos já existentes, como as Equipes de Redução de Danos (eRD), os Consultórios de Rua (CR), os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ou as Casas de Acolhimento Transitório (CAT). Nesse sentido, a relação com o grupo temático se faz na medida em que as ações de Redução de Danos (RD) ou dos CR são espaços de construção de políticas públicas de saúde mental ainda que, contraditoriamente, a Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD) esteja vinculada ao Ministério da Justiça. Nessa direção, outro fator que aponta para a interseção entre políticas públicas de saúde mental e de atenção básica no que se refere à temática abordada se dá pelo fato de que os atuais CR passarão a serem nomeados Consultórios na Rua (CnR), construindo as ações do antigo CR juntamente com as Equipes Saúde da Família (ESF), isto é, na atenção básica à saúde. A orientação teórica do presente trabalho se faz com base na Psicologia Social, nos estudos em Saúde Pública e na Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB), que tem presença marcante na construção e implantação de

políticas públicas de atenção ao usuário de álcool e outras drogas. Muitas vezes o usuário não sofre apenas pelo uso da droga, mas também por fatores sociais, ambientais e ideológicos. Assim, se no passado o degradado social era o louco, hoje é o usuário de álcool e outras drogas. Como método, a análise do discurso (Brandão, 2004) tem sido fonte importante para a execução do trabalho, uma vez que os autores do presente entendem que a construção de uma política como o "Aliança Pela Vida" contém em si não o interesse em acolher e tratar os usuários de álcool e outras drogas, mas em responder a algo implícito ao senso comum e que aponta ao desmonte do SUS. Isso se confirma, por exemplo, via financiamento ilimitado a serviços privados com verba pública e, mais ainda, serviços que além de não serem públicos trazem uma nomenclatura (comunidades terapêuticas), no mínimo, dúbia. Trata-se de serviços que não são nem comunitários nem terapêuticos, sendo muitas vezes, espaços de reclusão do usuário de álcool e outras drogas, deslegitimando a importância e valor do acolhimento e tratamento do usuário em seu território e visando a construção de políticas públicas intersetoriais. Os resultados preliminares do trabalho apontam para a deslegitimação do SUS e o desmonte das políticas públicas de atenção ao usuário de álcool e outras drogas, uma vez que a Política Nacional sobre Drogas (2005) prevê a atuação em RD através dos CR ou CnR e também através das CAT. Estas últimas não são sequer mencionadas nos documentos oficiais do "Aliança pela Vida". Nesse sentido, a elaboração e implantação da "ação" aponta para a desqualificação dos tão importantes CAPS ad, já que a prioridade é o financiamento de serviços privados e não o fortalecimento da rede pública já implantada. Há indícios conspícuos que o governo federal e o governo mineiro, com o projeto piloto "Aliança Pela Vida" assumiram a agenda de higiene social para a Copa do Mundo de 2014 e criaram mecanismos para negligenciar a rede pública já existente e, ao mesmo tempo, dar uma resposta rápida à população brasileira sobre o 'problema das drogas', em especial o crack. Vale ressaltar que a higiene social tem suas raízes na ideologia eugênica da Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923. Além disso, fica posta a questão: "O que será feito com esses usuários após a Copa do Mundo de 2014?" Pôde-se observar também que a mídia brasileira teve importância fundamental na implantação dessas políticas anti-SUS, uma vez que num primeiro momento veiculou uma 'epidemia do crack' e depois as benesses do governo nacional (Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack – 2011) e do governo mineiro (Aliança Pela Vida – 2011). Desse modo, o que se observa é um grande e imensurável retrocesso, seja nas políticas sobre drogas, seja nas conquistas da RPB através de políticas e ações que contemplam o usuário de álcool e outras drogas. Um dos meios fundamentais para este desmonte é o financiamento de serviços privados que vão à contramão

dos princípios e diretrizes do SUS e da legislação construída, legitimamente, através das Conferências de Saúde, Conselhos de Saúde e outros espaços de exercício da cidadania. (Apoio: Fapemig).

GT 25. PRODUÇÃO SUBJETIVA E PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA E À JUVENTUDE NO BRASIL

"Capitães da Areia": pistas para uma leitura genealógica sobre adolescentes em conflito com a lei

Mariana Barreto Vavassori, Maria Juracy Filgueiras Toneli

A temática da adolescência em conflito com a lei é amplamente discutida por diferentes setores da sociedade, alcançando tamanha visibilidade devido, entre outros motivos, a seu apelo social e político. As vidas marginais, no duplo sentido do termo, destes adolescentes convidam à investigação, especialmente por tudo que representam em nossa sociedade. Eles encarnam todos os efeitos maléficos da desigualdade no Brasil, sendo que marcadores sociais da diferença, tais como, classe, gênero, cor/raça e geração atravessam os processos de subjetivação. O objetivo deste trabalho é problematizar a noção de "adolescente em conflito com a lei" a partir da introdução da obra literária "Capitães de Areia" de Jorge Amado, na qual é possível analisar as dinâmicas das relações de saber-poder entre alguns atores. Será abordado, mais especificamente, um recorte do livro, que se inicia com uma série de cartas (fictícias) enviadas à redação de um jornal.Após a publicação de uma reportagem intitulada "Crianças Ladronas", vários atores envolvidos com a problemática dos menores delinquentes na cidade enviam cartas-resposta ao jornal. Esta reportagem e o conjunto de cinco cartas abre o livro são utilizados neste trabalho para problematizar sobre a função dada a diferentes discursos na sociedade. Na esteira de Foucault, entende-se que estes discursos objetivam e subjetivam a todos nós. Sabe-se que as práticas sociais de controle e vigilância deram origem a um certo saber do homem, daquele indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, que faz nascer um novo sujeito de conhecimento, sujeito este que se torna objeto de conhecimento e dominação. Assim acontece com os Capitães da Areia, adolescentes que, em geral, são meninos, pretos, pobres, representados pela mídia, capturados pela polícia, julgados pelo juiz, avaliados por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, psiquiatras. O enredo do 'sistema de proteção' prevê auxiliar, tratar este adolescente que não atende às normas, mas ao falarmos em sistema de proteção é interessante perguntar: A serviço de quem está este sistema? Teoricamente dos adolescentes, mas as cartas simuladas por Jorge Amado explicitam um jogo de forças que

acontece e demonstram que quem quer a proteção é a sociedade em geral e, por isso, sugere o envio dos 'menores ao reformatório'. Será um sistema de proteção da/para sociedade? Os discursos veiculados sobre estes adolescentes produzem e reforçam uma forma de pensar que prevalece: a de que infração é um comportamento anti social, causado por algum transtorno de personalidade que deve ser tratado. Individualizando, psicologizando a questão, retira-se seu enfoque social, histórico e cultural, capturando o indivíduo para ressocializá-lo. A proposta de uma leitura genealógica é refletir sobre a história dos discursos e práticas acerca de uma determinada temática, considerando as relações de poder existentes. Este trabalho possibilita a partir do exemplo dos Capitães da Areia pensar sobre os diferentes discursos produzidos, seus jogos de verdade e a produção destes adolescentes como inimigos perigosos à sociedade. Desnaturalizar esta questão, contextualizando-a historicamente, permite compreender melhor os efeitos destes discursos e práticas nos processos de subjetivação.

A internação compulsória de adolescentes usuários de drogas e a noção de economia política

Daniel Dall'Igna Ecker, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Luciana Rodrigues, Lorenzo Ganzo Galarça, Francisca Magalhães de Souza

Este estudo é derivado da Pesquisa “A Relação entre Justiça e Saúde Mental no Contexto dos Adolescentes Usuários de Drogas” do Núcleo E-politcs e apresenta como objetivo problematizar o processo de internação compulsória de adolescentes usuários de drogas, em um serviço de saúde mental de Porto Alegre. Compreende-se que o trabalho é atravessado por diversos eixos temáticos, mas, tem como operadores centrais, as noções de cuidado em saúde e assistência social enquanto objetos de problematização. Através desse estudo, nos propomos integrar as discussões do GT 25 “Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil”, buscando dialogar com outros trabalhos na área da infância e juventude. Pontuamos em nossa discussão que percebemos esses grupos como alvos de estratégias biopolíticas, especialmente quando se coloca em relação à noção de juventude e o uso de drogas. As propostas estatais presentes no nosso país visibilizadas, principalmente, através das normas e leis que orientam sobre o uso de substâncias químicas, abrem espaços para diversos modos de intervenção sobre a juventude. Junto a isso, operacionalizam-se diversas políticas pautadas por discursos do cuidado que operam através de racionalidades específicas que precisam ser colocadas em questão. A Psicologia, compreendida aqui como uma profissão que deve estar implicada politicamente, é convocada a habitar essas discussões especialmente

quando se coloca em questão a produção de subjetividades que operam nas práticas de cuidado. Assim, com o intuito de discutir o percurso de internação compulsória através da noção de economia política, proposta por Michel Foucault, inicialmente, realizamos o levantamento das internações ocorridas na instituição - via medida judicial - entre o segundo semestre de 2008 e o final do primeiro semestre de 2011. Em seguida, selecionamos as internações ocorridas em 2010 e acessamos seus respectivos prontuários visando colocar em análise os documentos que os compõem. A discussão do material de pesquisa efetuou-se através da perspectiva foucaultiana, buscado colocar em questão os regimes de verdade que legitimam a internação compulsória dos jovens. Através desse percurso, colocamos em discussão os possíveis efeitos das racionalidades que configuram as práticas em torno dos sujeitos em questão. De acordo com os resultados, percebemos que, durante os três anos analisados, ocorreram 834 internações sendo 170 com medida judicial, ou seja, compulsória. Pela análise dos 33 prontuários encontrados no ano de 2010 evidenciamos que os adolescentes internados por medida judicial originam-se de contextos nos quais não há acesso aos serviços básicos de cuidado garantidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, advindos de situações de rua, abandono, negligência familiar, pobreza e marginalização eles são encaminhados ao serviço de internação como forma de serem afastados desses contextos. Assim, o uso de drogas, nem sempre descrito nos prontuários como algo problemático na vida dos jovens, é utilizado como argumento de internação que, junto ao estabelecimento do diagnóstico psiquiátrico, direcionam e interferem no processo de internação. O diagnóstico, como uma categoria de classificação, marca no real o que não existe a priori e, através do processo de internação compulsória, administra a vida dos adolescentes sob mecanismos de investimento que buscam a produção de determinados modos neoliberais de circulação social. Esses passam a ser visibilizados através da inscrição do jovem na rede de serviços de assistência social, de saúde mental, das comunidades terapêuticas e do consumo de medicações. Vinculações que orientam o cotidiano dos adolescentes após a alta do serviço e tornam economicamente produtivas suas existências. A determinação do diagnóstico psiquiátrico, como obrigatoriedade para que o jovem possa ter acesso ao serviço, junto a elementos estatais que regulamentam o uso de drogas, se constituem como mecanismos de Estado operacionalizados pelos profissionais envolvidos na internação. Essas configurações, pautadas pela administração dos sujeitos através de elementos governamentais, marcam no processo de internação compulsória elementos constitutivos da ideia de economia política discutida por Michel Foucault.

Amizade e contracondutas

Rafael Coelho Rodrigues, Silvio Ricardo Munari Machado

De um lado, um psicólogo-militante-pesquisador que trabalhou com jovens em projetos sociais do Pronasci no Rio de Janeiro. Do outro, um pedagogo-militante-pesquisador que finalizou um trabalho junto a jovens em cumprimento de medida socioeducativa (LA e PSC) no município de Itirapina – SP. Aqui, listamos cinco linhas emaranhadas, que aproximam tais intervenções: 1) Linha "público atendido": jovens, moradores de periferia, entre 12 e 21 anos de idade, definidos em vulnerabilidade ou em risco social pelas grandes linhas das políticas sociais; 2) Linha "campo de atuação": a assistência social, no âmbito da sociedade civil e/ou do poder público; 3) Linha "referencial teórico": a filosofia da diferença francesa, tomando como principais referências Michel Foucault e Gilles Deleuze/Felix Guattari; 4) Linha "metodologia de pesquisa": a cartografia intensiva, que pode ser definida mais como uma atitude de pesquisa que um método de pesquisa; 5) Linha "militância híbrida": em ambos os casos, trata-se de subsumir a técnica à ética, à estética e à política, criando as figuras profissionais híbridas do psicólogo-pedagogo-militantes. Ao emaranharmos estas cinco linhas, também alinhamos nosso trabalho ao eixo "Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil", considerando que as práticas que estudamos e agora procuramos apresentar atravessam e são atravessadas por políticas de subjetivação na sociedade contemporânea que, quando se trata de jovens, pobres, vulneráveis, arriscados, são o público predominante nas práticas de assistência do país. Produzimos e gostaríamos de apresentar dois dos resultados destas pesquisas. Um deles diz respeito à amizade como modo de vida, noção deslocada para cá a partir das pesquisas de Michel Foucault com o modo de vida ético da antiguidade greco-romana. O outro diz respeito à noção de contracondutas, tematizada também por Michel Foucault a partir dos estudos que realizou em torno da noção de governamentalidade. Algumas das precárias conclusões a que chegamos dizem respeito a estes resultados. No trabalho realizado junto aos jovens em LA e PSC, buscamos pensar nas possibilidades de não ser absolutamente governado. Encontramos, então, uma série de considerações tecidas por Michel Foucault em torno da ideia de governo como condução das condutas e das contracondutas como lutas contra procedimentos que são postos em prática pra conduzir os outros, restando em aberto, mesmo para Foucault, a possibilidade de não ser absolutamente governado. Nas oficinas realizadas durante as intervenções no Projeto Protejo (projeto que faz parte da política nacional de segurança pública com cidadania) os acontecimentos ocorridos nos encontros com os jovens nos "empurraram"

para fora do modelo "oficina de direitos humanos" e propiciaram encontros intensivos com aqueles jovens. Encontros possíveis somente quando nos dispomos a realizar um trabalho sobre nós mesmos que possibilitou um mapeamento no campo de forças que estava ali presente, porém, invisibilizado pelo sentimento de "tá tudo dominado!". A força da amizade entre eles garantia a alegria daqueles encontros.

Análise das implicações da realização de visita assistida no Estado do Espírito Santo

Anne Karoline Ferrari, Gilead Marchezi Tavares, Bernardo Carielo Macedo de Oliveira Pinto

As mudanças inscritas na legislação nacional que dispõe sobre os direitos da infância e da juventude revelam efeitos nos discursos e práticas jurídicos. A problematização de eventos que emergem no campo da assistência social à infância e à adolescência, tomando por campo de análise a judicialização de temas fundamentais para a sociedade, passa a requerer atenção especial dos trabalhos acadêmicos. Em meio a este panorama temos como campo investigativo a visita assistida, instrumento jurídico forjado em favor da garantia ao direito de convivência familiar dos filhos de genitores aos quais se atribui situações que envolvam riscos a crianças e adolescentes. O que se coloca como problema de pesquisa aqui diz respeito aos modos de vida que estão em curso na operacionalização de políticas e de discursos jurídicos acerca de direitos infanto-juvenis no bojo de políticas de higienização da sociedade, que intervém na formação de um novo modelo de família, sujeito às noções de risco e periculosidade, como uma forma de saneamento moral. Parte-se da análise genealógica foucaultiana das relações de poder na modernidade e das discussões contemporâneas no campo do direito, da psicologia e da filosofia acerca de processos de judicialização da vida. Para Foucault, a sociedade disciplinar inaugura um tipo de vigilância que conta com as instituições de sequestro como dispositivos para a produção de identidades e de discursos científicos, operando uma economia política baseada no aumento da força produtiva do corpo e, ao mesmo tempo, na diminuição de sua força contestadora. É esperado dessa vigilância que se aumente a racionalidade sobre o indivíduo, tornando o exercício do poder mais rápido, leve e eficaz, ou seja, facilitando que os sujeitos sejam disciplinados. A sociedade disciplinar é, então, desencadeada por meio de uma noção de "perigo" ou "periculosidade", que tem o sentido, no séc. XVII, de incontrolável e imprevisível, da possibilidade de transgredir a regra, fugir da normalidade, quando esta é definida a partir de uma distinção entre normal e anormal numa curva de normalidade, daquilo que é mais ou menos aceitável. Pensa-se na proteção da sociedade, não mais na punição do criminoso, mas, numa nova estrutura de poder, em que é melhor prevenir do que remediar, assim, o risco começa a

aparecer como algo a ser previsível e controlável. As noções de perigo e risco, acionadas pelo poder disciplinar, resultam na formação de instituições e tomada de medidas que pretendem controlar o indivíduo através da prevenção e da exclusão. A vigilância sobre os indivíduos aparece como algo permanente, em especial, sobre aqueles que "comportam em si" o risco, emergindo especialmente nas políticas de assistência social, bem como na educação e na segurança urbana, com o objetivo de gerenciar os riscos em "defesa da sociedade". O objetivo desta pesquisa é investigar a execução da visita assistida pelos profissionais da Central de Apoio Multidisciplinar de Vitória, vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, buscando analisar sua demanda e os efeitos produzidos nos usuários a partir de sua operacionalização. A realização da pesquisa tem se dado pelo acompanhamento das práticas dos profissionais de Serviço Social e Psicologia do Tribunal de Justiça, responsáveis pela visita. Para tanto, os procedimentos metodológicos escolhidos são a observação participante, o diário de campo, a pesquisa documental e a entrevista orientada, constituindo uma pesquisa qualitativa. Resultados preliminares permitem avaliar que a visita assistida tem, de maneira geral, servido à lógica contemporânea de judicialização da vida, fazendo reproduzir-se a desconfiança e a vigilância permanente como prescrições forçosas a despeito, por exemplo, do que pode se pensar como bem-estar da criança. O caráter impositivo da prestação desse serviço e a estrutura e o espaço físicos "deficitários" constituem elementos fundamentais de análise, uma vez que dão visibilidade à impossibilidade de atuação psicossocial em situações tão adversas, que claramente desencadeiam sentimentos de insegurança e ansiedade, e que trazem prejuízos à convivência familiar saudável e à preservação dos vínculos de parentalidade, já comprometidos. A visita assistida tem-se revelado, nesse sentido, um modelo de atuação em que o espaço judicial reforça na criança/adolescente a crença de que o genitor não guardião representa para ela algum risco potencial, uma vez que as visitas somente podem ocorrer na presença de profissionais indicados pelo Estado. Outro aspecto em evidência é atuação profissional dos técnicos envolvidos em sua operacionalização, cuja prática aproxima-se mais do cumprimento de papel policialesco e de vigilância que, ao contrário, da tradução de uma ideia de segurança, oportunizando situações de humilhação e constrangimento que dificultam uma atuação psicossocial comprometida com a qualidade dos serviços prestados aos jurisdicionados.

Apontamentos analíticos sobre os efeitos subjetivantes do Sistema Socioeducativo

Igo Gabriel dos Santos Ribeiro, Silvio José Benelli

Este trabalho refere-se ao recorte de uma pesquisa de iniciação científica que busca problematizar, através da genealogia foucaultiana, as políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, analisando seu discurso oficial, bem como seus processos subjetivantes. Buscamos responder algumas das seguintes questões: como estão estruturados os documentos oficiais dessas políticas públicas? Quais são seus pressupostos político-ideológicos? Os discursos oficiais estão pautados na promoção de uma subjetividade transformadora e emancipatória ou na subjetividade do indivíduo que sustenta a personalidade do homem liberal? É possível pensar uma política pública que subverta uma produção de subjetividade serializada e normalizadora? Pesquisar a partir do método genealógico permite compreender a imanência de saberes-poderes inscritos no discurso oficial e, simultaneamente, a produção de subjetividades. Este método permite problematizar as práticas de poder, subjetivação e discursivas que constroem e produzem o modo de ser, pensar, agir e sentir de uma época. Entendemos que para operar a partir da genealogia é preciso "demorar-se sobre os documentos que narram o cotidiano e os detalhes considerados banais, que pareciam não ter história", conforme aponta Cardoso Jr. (2009, p. 354). Foucault aponta que trata-se da "constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas táticas atuais" (1979, p. 171). Portando, para compreender e responder às questões aqui levantadas, nos orientamos não apenas pelo método supracitado, mas também pela produção acadêmica de pesquisadores comprometidos com esta questão (LEMOS, 2007; RIZZINI, 2011; BENELLI; COSTA-ROSA, 2012; et al). Neste escrito apresentaremos fragmentos analíticos do discurso referente ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006) que se ampara num enredo político-ideológico maior, tanto em âmbito nacional quanto internacional, ou seja, está ancorado nos princípios Constitucionais, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF). O Sistema Socioeducativo "constitui-se de uma política publica destinada a inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas publicas e sociais." (SINASE, 2006, p.24). Para analisar o discurso oficial das políticas públicas, partimos de algumas categorias analíticas que nos permitem fazer uma leitura crítica deste conteúdo. Muito embora o SINASE busque superar a ética repressora e sancionatória que antes se fazia presente nas políticas para esta população, notamos que seu discurso transita entre um paradigma e outro. Conforme as diretrizes pedagógicas do atendimento socioeducativo, as medidas são organizadas em internação provisória, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação, dando prevalência para a ação socioeducativa em resposta aos

aspectos meramente punitivos. Podemos considerar que este Sistema estaria oscilando entre dois planos de análise, sendo um deles a sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2008) e o outro a sociedade de controle (DELEUZE, 2008), haja vista que preconiza, sistematicamente, que as medidas de internação sejam casos excepcionais e breves, ao passo que as medidas em meio aberto devem estar cada vez mais evolvidas e enredadas por outros sistemas de controle e vigilância que incluem especialistas e instituições diversas, ou seja, fomentando um controle incessante sem que seja preciso recorrer à técnica de encarceramento. Contudo, a realidade parece girar predominantemente em torno do sistema de internamento e seus procedimentos corroboram as proposições foucaultianas que, conforme apontado por Lemos (2007), constituem-se de microfísicas que visam integrar pela disciplina, por meio de ações normalizadoras garantidas por peritos da norma ou por trabalhadores sociais através do complexo tutelar (DONZELOT, 1986) intra e extramuros. Além disso, o discurso promove a gestão dos riscos tanto da criança em "risco ou em vulnerabilidade", aquela cujo acesso às tecnologias pedagógicas foi negligenciado, por se restringirem às crianças das classes abastadas; e a que oferece o risco, a criança "delinquente", alvo das políticas intervencionistas que atuam em defesa da sociedade e da ordem. A integração pelo trabalho, descrita no documento, nos remete às demandas do modo de produção capitalista hoje inscrito na política neoliberal. Ingenuidade seria pensar que as práticas de inclusão equacionam os problemas que produzem tanto a desigualdade social quanto a criança "delinquente" ou a criança em "risco". Concluímos parcialmente nossa análise, validando a hipótese de que o discurso presente no Sistema Socioeducativo encontra-se alinhado com os interesses políticos-econômicos de uma sociedade que se pretende inclusiva, mas que promove essa "inclusão" por meio da docilização dos corpos para que sejam úteis ao modelo de produção vigente e estejam disponíveis ao mercado de trabalho subalterno. Assim, esta análise aponta para um processo constante de produção de subjetividades ajustadas e serializadas, tanto por meio das tecnologias disciplinares quanto por meio das tecnologias de controle em meio aberto, tendo em vista que encontramos procedimentos de ambas no discurso oficial; se anteriormente o discurso repressivo-punitivo era declarado e aceito, hoje está revestido com novas roupagens, tendo em vista que as legislações vigentes propõem que seu objetivo é a promoção e a defesa de direitos humanos da criança e do adolescente.

Apostando na produção de novos modos de subjetivação na atuação com crianças e adolescentes

Leilane de Assis Santos, Graziela Contessoto Sereno

O presente trabalho pretende colocar em análise o campo de atuação da psicologia em uma instituição não governamental localizada no Rio de Janeiro, que tem como objetivo a promoção sócio-cultural e educacional de crianças, adolescentes e suas famílias através da educação complementar baseada nas diversas linguagens artísticas. Durante anos esses sujeitos tiveram (e continuam a ter) suas subjetividades moldadas por práticas institucionais do estado brasileiro, pautadas numa racionalidade voltada para a gestão violenta da pobreza. Neste sentido, queremos problematizar as práticas de proteção à infância através do enfoque genealógico de Michel Foucault, e recorreremos à história não para fazer uma narrativa de sucessão de fatos, mas concebendo-a como campo de forças em luta, onde saberes, práticas e discursos se confrontam. Dessa forma, o que é estratégico nesta análise são as relações de poder que produzem verdades e que emergem enquanto continuidades e descontinuidades, não necessariamente em causa e efeito, mas sim, enquanto acontecimentos que possibilitam o privilégio de alguns discursos em detrimento de outros. Portanto, a genealogia nos ajuda a pôr em análise as práticas de proteção que são utilizadas no campo problemático em que estamos inseridas apontando para o paradoxo atual da proteção que é promovida pelo mesmo estado que criminaliza via poder de polícia. Abordaremos esse assunto através do lugar que a psicologia vem ocupando neste cenário, questionando de que outra forma o psicólogo pode intervir neste processo. A instituição nos coloca o desafio do acompanhamento dos alunos e das suas famílias nas atividades cotidianas realizadas na instituição e fora dela. Nossa estratégia ética é a de nos colocar como mediadoras das experimentações cotidianas e nos propomos ser agentes-atores de mudanças e transformações possibilitando a potencialização das experiências vividas. Pretendemos contribuir para fazer ressoar a construção coletiva de um espaço de criação de sujeitos cada vez mais autônomos e protagonistas das próprias vidas. O trabalho desenvolvido leva em consideração o processo de aprendizagem e apropriação das diversas expressões artísticas ofertadas. Mais do que o aprendizado final de um instrumento ou de uma coreografia nos interessamos pelo caminho singular que cada atendido trilha no seu encontro com as notas musicais, tons, posições e postura. Nossa prática valoriza as relações afetivas produzidas coletivamente e por cada participante singularmente e ainda pomos em análise coletiva – nós e os alunos - questões difíceis como violência, agressividade e desrespeito. Nossas intervenções

vão ao encontro da resolução de conflitos utilizando a ferramenta do diálogo constante fortalecendo a capacidade de respeito às diferenças que nos constituem. Referenciando-nos nas palavras de Milton Santos de que o território é formado por um coletivo de sujeitos começamos a perceber e a utilizar como dispositivo principal de trabalho o grupo que, aos poucos, se torna um espaço privilegiado do Devir coletivo. Apesar de apostar eticamente em outras formas de conceber e de cuidar desses sujeitos ouvimos dentro da instituição discursos produtores de subjetividades voltadas para a manutenção da ordem neoliberal. Qual seja, corpos dóceis e tutelados, sendo uma releitura das práticas voltadas para a infância e a adolescência que excluem em nome da garantia de direitos. Neste ponto nossa implicação é a de produzir linhas de fuga e novas-outras produções de sentido junto às crianças e a equipe técnica. A escolha por integrar este Grupo de Trabalho se dá justamente na possibilidade de colocar em análise as práticas do cotidiano e as implicações com o fazer diário. Consideramos pertinente colocar em discussão as estratégias biopolíticas que ultrapassam o sistema judiciário e que se dá em projetos sociais, subvertendo a lógica do empoderamento de sujeitos e do trabalho com as subjetividades, uma vez que percebemos que muitas vezes o trabalho está endereçado ao financiador, confundindo-se a garantia dos direitos com práticas assistencialistas. O desafio enquanto psicólogas inseridas nesta instituição que é atravessada pelo exercício de um estado penal ao invés do estado de bem estar social (Wacquant) é, portanto, fazer emergir novos modos de subjetivação no desenvolvimento e fortalecimento da expressão da singularidade de cada um.

As práticas punitivo-repressivas na socioeducação e a invenção de práticas libertárias na resolução de conflitos

Júlia Dutra de Carvalho, Paula Marques da Silva, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto

Este trabalho tem como objetivo problematizar as práticas de resolução de conflito no contexto das medidas socioeducativas a partir de conceitos trazidos pelo abolicionismo penal e por noções foucaultianas que corroboram na construção de práticas de liberdade. Partimos da experiência com adolescentes e jovens desenvolvida pelo Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes em Conflito com a Lei (PIPA) no qual somos convocados a pensar o fazer no campo das medidas socioeducativas em uma interação com o Direito, a Pedagogia e a Psicologia. As experiências emergem do encontro com adolescentes, jovens e políticas públicas juvenis na cidade a partir de ações que se estendem da defensoria, acompanhamento e execução de medida socioeducativa. Nesse contexto, a psicologia social experimenta um lugar

problemático, pois sob a égide da Garantia de Direitos percorre audiências, reuniões e outras práticas intersetoriais que denunciam práticas punitivas-repressivas existentes em processos de cuidado, educação e execução de medida. O encontro das legislações e instrumentos normativos que compõem a Garantia de Direitos do Sujeito de Direito brasileiro com as práticas parecem colocar um problema relacionado ao princípio da resolução (Art 7º, inciso, VII, da Lei nº 8080). O princípio em questão versa sobre a capacidade do sistema em resolver situações relacionadas à saúde/doença dos usuários e/ou atendê-los de forma adequada em todos os níveis de atenção. Ao adotar o princípio da resolução do SUS como um dos orientadores do trabalho no campo das medidas socioeducativas precisamos suspender o rol de respostas pré-estabelecidas quando do ato infracional. Levarmos a radicalidade este princípio é considerar a história do sujeito para compor a resposta. Cria-se o cenário problemático da aplicação da medida socioeducativa, pois essa oferece repertório restrito para que seja pensado a resolução. Esse diagnóstico coloca nosso primeiro problema que é a individualização das ações resolutivas no adolescente, ou jovem, tornando o conflito que é relacional, individual. O adolescente, portanto, quando demandado por "resolver sua vida", encontra-se em tensão com a ordem de fazer e a construção do querer. As dúvidas relacionadas as práticas crescem quando percebemos um discurso pedagógico com caráter punitivo-repressivo presente desde o começo do processo judicial até o final do cumprimento da medida. Em nome da Garantia de Direitos e dos Direitos Humanos acabamos por reduzir a experiência histórica singular (Foucault) que cada adolescente traz. Esse é o segundo ponto de problematização: a escuta da experiência seria uma das maiores contribuições da psicologia social no terreno das medidas socioeducativas. Para desprender essa escuta de práticas punitivas-repressivas, roubamos os conceitos de situação-problema e repostas-percurso encontrados no abolicionismo penal como provocadores de análises tensionando o castigo naturalizado e sua acomodação no Direito Penal. Para tanto tomaremos as noções foucaultianas de estética da existência como interlocutoras dessas problematizações para pensar uma vida livre que encontra fora das lógicas de punição, práticas de resolução de conflitualidade social. Tal problematização se insere nas linhas de ação do projeto de extensão ESTAÇÃO PSI - "Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar". O exercício do pensamento a partir do acontecimento trazido nesse trabalho estabelece diálogo com o Grupo de Trabalho "Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil".

Convivência familiar e comunitária no acolhimento institucional em Aracaju/SE

Fernanda Hermínia Oliveira Souza

Este trabalho faz parte de pesquisa de doutorado, em andamento, que tem como objetivo analisar a efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes inseridos nos programas de acolhimento institucional no Município de Aracaju/ SE. Temos acompanhado através de pesquisas qualitativas, desde 2008, o funcionamento das instituições de acolhimento em Aracaju e observamos o não cumprimento de grande parte das diretrizes propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para este tipo de medida protetiva, especialmente o direito à convivência familiar e comunitária. A rede local de proteção à infância e à adolescência parece ter caráter emergencial e articulação incipiente. Confunde-se acolhimento institucional e medida socioeducativa. Grupos de irmãos são separados no decorrer do acolhimento. O atendimento ainda é realizado pela divisão: sexo/ faixa etária. Desse modo, a prática institucional parece revelar que os direitos continuam sendo violados e que não há efetivação das diretrizes legais a fim de garantir a proteção integral da criança e do adolescente. Diante do exposto questionamos: existe política municipal de garantia do direito à convivência familiar e comunitária, e consequente plano de ação para crianças e adolescentes inseridos no acolhimento institucional no município de Aracaju/ SE? A rede de proteção à infância e a adolescência consegue se constituir enquanto rede articulada ou existem equipamentos isolados que insistem em uma mesma prática? A rede que executa o programa de acolhimento institucional atende a demanda de crianças e adolescentes que necessitam dessa modalidade de proteção? Para a existência dessa rede não seria necessário um amplo e preciso diagnóstico de todos os fatores envolvidos na situação? Nosso estudo, pretendendo inserir-se no GT "Produção subjetiva e as práticas de assistência à infância e a juventude", propõe a análise de uma dinâmica contemporânea e dos processos de subjetivação que nela se desenvolvem em relação à assistência a infância e a juventude. As instituições de acolhimento não se constroem isoladamente, existem temáticas que tencionam constantemente esse campo, a saber: configuração familiar, desemprego, falta de moradia, exclusão social, justiça, direitos humanos, controle do estado, política higienista, judicialização da vida, dentre outras. Acreditamos na importância de se analisar a garantia de direitos não só no âmbito da proteção e da defesa, mas também da promoção. Isso significa que o entendimento dos direitos pode ser realizado por meio de uma posição afirmativa das potencialidades dos sujeitos e das comunidades. A partir dessa compreensão retira-se o foco das carências e faltas para criar estratégias de atuação. Neste sentido, no lugar de apontar falhas e deficiências, já apresentadas na literatura, consideramos relevante um estudo que pretende compreendê-las avaliando o acesso da população aos serviços

disponíveis e a articulação da rede a fim de compreender que ações podem ser realizadas a partir dos mecanismos já existentes.

Direitos Humanos: conversações entre Karl Marx, Hannah Arendt, Gilles Deleuze e Giorgio Agamben

Édio Raniere, Cleci Maraschin

No presente trabalho procuramos mapear em quatro grandes pensadores, Karl Marx, Hannah Arendt, Gilles Deleuze e Giorgio Agamben, variações sobre as Declarações de Direitos Humanos. Através de uma perspectiva cronológica, abordaremos as críticas bem como as possíveis linhas de fuga apontadas por cada um dos autores. A partir deste contexto procuraremos colocar em questão aspectos das políticas públicas direcionadas a adolescentes em conflito com a lei no Brasil, que a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069 de 13 de julho de 1990, vem sendo denominadas Medidas Socioeducativas. Nossa aposta reside no fato de que os aportes dos autores produzem um deslocamento do conceito de cidadania; numa crítica à responsabilização individual que o direito e o Estado Democrático fazem incidir sobre os jovens – os quais segundo artigo 228 da Constituição Nacional seriam inimputáveis – e em uma espécie de profanação – no sentido apontado por Agamben – aos Direitos Humanos. Dessa forma, o adolescente, dito em conflito com a lei acaba sendo deslocado do foco jurídico sendo este lugar ocupado pelas 'instituições', a partir do entendimento que Gilles Deleuze lhes atribui. O mapeamento proposto sobre tais análises a respeito das Declarações de Direitos Humanos na concepção dos quatro autores demonstra algumas das condições de possibilidade que dão emergência a dispositivos de controle, estratégias de Governamentalidade, bem como abre caminho, para novas pesquisas, no sentido de se pensar o adolescente infrator não mais o aproximando ao conceito de cidadania, mas sim ao de refugiado. Acreditamos que tais dispositivos de controle e seus desdobramentos vão ao encontro do Grupo de Trabalho 'Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil', já que este GT nos convida a problematizar um "(...) movimento permanente de controle a céu aberto (Deleuze) que se faz através de dispositivos como os jurídicos e, com ênfase, por meio do consenso em torno aos chamados Direitos agenciam penalidades e práticas normalizadoras, operam a contenção, a redução e a homogeneização das políticas de existência. São dispositivos que muito pelo contrário de incentivar lutas vêm capturando a multiplicidade. Instalação de uma lógica paralisante no âmbito da qual inventar direitos se tornou uma ação paradoxal entre o devir e a permanência, a diferença e a repetição (Lazzarato)." Sendo, portanto, esta a nossa

primeira opção como Grupo de Trabalho. Com relação ao eixo temático, pensamos que o presente trabalho esteja situado em Assistência Social. Já que este eixo "(...) acolhe trabalhos que promovam o debate sobre as práticas construídas no âmbito da Assistência Social e do Sistema Jurídico e Prisional e que fazem a interface entre a Psicologia Social e os Direitos Humanos." De uma forma geral, nos interessaria debater com o GT até que ponto alguns dispositivos de controle não teriam seu funcionamento atrelado a um mecanismo de sedução. Induzindo boa parte do pensamento contemporâneo a uma espécie de culto ao Estado, dito democrático e de direito. Nossa hipótese é de que tais dispositivos além de nos atraírem para abençoar o capitalismo – no sentido criticado por Deleuze – embriagam nosso olhar tal qual o véu de Maia, impedindo, com camadas e mais camadas de neblina, uma percepção real sobre o Estado de Exceção que estamos habitando.

Direitos sexuais e direitos reprodutivos para jovens rurais? Tensões e impasses no acesso a esses direitos

Fernanda Sardelich Nascimento-Gomes, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Jaileila de Araújo Menezes

A política brasileira de direitos humanos garante entre seus direitos a vivência da sexualidade de forma plena independente do quesito etário, ou seja, desde a infância até a velhice todos temos esse direito garantido. Contudo, não é isso o que ocorre quando tratamos dos direitos sexuais e direitos reprodutivos dos/as jovens, pois na prática essa garantia parece não existir. A bibliografia sobre o tema dos direitos sexuais na juventude aponta diferentes motivos para essa não efetivação, entre eles: a compreensão equivocada, compartilhada socialmente, dos direitos sexuais como sinônimo de combate ao abuso, exploração e violência sexual, algo a ser erradicado do universo infanto-juvenil; desconsiderar a dimensão do prazer e do desejo existente na sexualidade juvenil; a crença de que os/as jovens são imaturos biopsicologicamente, consequentemente inconstantes, irresponsáveis e incapazes de gerir a própria sexualidade (Carvalho et al, 2012; Leite, 2012). Neste sentido a sexualidade juvenil é vista como problema social, que deve ser gerido socialmente pelo viés adultocêntrico. O discurso sobre a juventude, na perspectiva da saúde e da psicologia do desenvolvimento produzem regimes de verdade que buscam regulamentar e produzir modos de ser jovem e de vivenciar a sexualidade. A juventude é compreendida como período de crise, instabilidade, indecisão, irresponsabilidade, ao mesmo tempo, aparece como período em que o/a jovens podem gozar de liberdade e alegria. Nesse campo discursivo o/a jovem é posicionado/a como

subalterno/a, não tendo direito a voz, e a escuta em suas necessidades, desejos e subjetividades. O/a jovem, sob a tutela adultocêntrica, é objeto das políticas públicas, e não sujeito de direito. Conforme destacado por Foucault (2006) embora a sexualidade seja uma construção do século XVIII a consolidação do debate sobre a sexualidade como investimento político e da criação de tecnologias de governo se consolida no modelo de controle social denominado de biopoder no século XX. A conduta sexual dos indivíduos passa a ser objeto de análise de "diferente intervenções médicas, pedagógicas, políticas e governamentais" e campos de saber, os quais se articulam com a intenção de "gerir a sexualidade adolescente a fim de, entre outros, evitar a gravidez, que, em nossa sociedade, não é tida como uma experiência a ser vivida nesse período da vida" (ALTMANN, 2007, p.287). Foucault (2010) destaca a importância dos cenários culturais na vivência da sexualidade compreendida com experiência de correlação entre "cultura, campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade" (p. 193). Neste sentido é importante considerar que discutimos neste trabalho contextos rurais que como destacado por Wanderley (2009) tem como característica específica ser sociedades de interconhecimento com forte tradição cultural passada entre gerações. A luz do aporte teórico foucaultiano, esse trabalho visa uma reflexão crítica sobre o acesso de jovens mães/grávidas às políticas relativas aos direitos sexuais e direitos reprodutivos. O material utilizado parte de uma revisão crítica da literatura sobre o tema, e da análise do material produzido na pesquisa "Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da região metropolitana do Recife e do Sertão (PE)". Analisamos aqui as entrevistas (semi-estruturadas) realizadas com quatro profissionais de saúde (três enfermeiros/as e uma agente comunitária de saúde) e a diretora da escola em que as jovens grávidas estudavam. Foram escolhidas essas entrevistas por serem pessoas que deveriam propiciar as jovens o acesso aos direitos garantidos por lei. Entretanto o que se observa é a visão estigmatizada desses profissionais, a respeito do que seja ser jovem, bem como a concepção da gravidez na juventude como sinônimo de risco, vulnerabilidade e problema social, que são associados, para eles/elas a falta de informação e diálogo na família e a irresponsabilidade das jovens na prevenção. Ainda que no contexto do Programa Saúde do Adolescente (PROSAD) o que se observou foi o foco na prevenção da gravidez, com atividades de orientação para o planejamento familiar, sendo o direito da vivência da sexualidade assunto tabu. Os/as profissionais de saúde alegam ser difícil fornecer e orientar para o uso de anticoncepcional, pois a família pode descobrir a existência da vida sexual da filha, e o rapaz só pode receber preservativo após 15 anos, porém também enfrenta o

mesmo problema da jovem. Além disso, também observamos as assimetrias de gênero existentes, principalmente no tocante ao controle da sexualidade das jovens, diferente para os jovens. Por fim, vale ressaltar que no contexto rural pesquisado a gravidez na juventude é desejada pelas jovens e a família, desde que não aconteça fora de um relacionamento sério, que o pai da criança assuma a mãe e o bebê, e que a jovem cumpra as normas estabelecidas para ela (cuidar dos filhos, ficar em casa, se portar de forma discreta e ser submissa ao marido). Caso as normas não sejam seguidas a gravidez juvenil passa a ser vista como problema social.

Infância, adolescência e situações de decisão

Ana Lúcia Cintra, Mériti de Souza

No universo da assistência à infância e adolescência no Brasil temos a construção de marcos importantes nas últimas décadas, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a organização do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a proposição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Este conjunto normativo aponta conquistas na afirmação de direitos humanos e cidadania e consiste em ferramentas legais para aqueles que atuam no universo da infância e adolescência. Além do Assistente Social, historicamente atrelado a este setor, o profissional de psicologia tem sido convocado a ocupar espaços de intervenção social dentro do Poder Judiciário, Serviços de Acolhimento, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), dentre outros. Entendemos que esta inserção é importante no âmbito do exercício da psicologia que se localiza para além dos formatos da clínica privada e que no cotidiano destes profissionais estão presentes situações de decisão de alta complexidade. Dentre essas situações de decisão destacamos aquelas que são relativas à retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento. No presente estudo utilizamos a premissa que situações de decisão configuram experiências singulares que interpelam a primazia do universal de normas e legislações e questionam a concepção do sujeito cognoscente como pleno, constituído por uma subjetividade restrita e sobreposta à consciência. Nesta direção, propomos a análise de situações de decisão sobre a retirada de crianças e adolescentes de suas famílias ou serviços de acolhimento, considerando os pressupostos sobre o sujeito e a ação subjacentes a essas decisões. Entendemos a importância das condições normativas no encaminhamento de decisões, mas defendemos que tais perspectivas – ancoradas em binarismos como razão-paixão, universal-singular – não contemplam o entrelace das dimensões singular e universal da ética implicadas no encaminhamento de vidas de crianças, adolescentes e famílias, bem como no exercício cotidiano daquele que decide. Assim, propomos analisar os

pressupostos do universal e da razão presentes nas concepções de lei e de sujeito cognoscente, bem como, os pressupostos da afecção e do singular, como inerentes a lei e ao sujeito. Neste estudo teórico tomamos como referência as concepções de filósofos como Espinosa e Derrida, bem como, da psicanálise freudiana, pois, essas leituras auxiliam na análise da constituição do sujeito e na relação dessa constituição com sua condição para agir e decidir. Dada sua condição de ruptura na tradição filosófica ocidental trabalharemos com os conceitos de afecção e de singular conforme proposto por Espinosa, pois esse autor não estabelece hierarquia entre as paixões e a razão na configuração do humano, bem como, entende a afecção com a capacidade de afetação e de ação, abrindo assim espaço às paixões como aspecto inexorável da condição humana sem desqualificá-la. Tomamos o pensamento de Derrida por sua perspectiva da implicação do sujeito em suas ações ao afirmar que a auto-afecção é outro nome que pode ser dado à vida. Ainda, Derrida trabalha a interface do tema da decisão com a lei, entendendo que as decisões implicam concepções de justiça e exigem um esforço constante daquele que decide rumo ao desconhecido, ora simbolizado na figura do outro. De Freud utilizaremos a teoria sobre a constituição subjetiva que envolve o afeto e a razão, o singular e o universal, relevando ainda os aspectos conscientes e inconscientes. O autor entende que a configuração psíquica diz respeito à organização de um Eu cindido elaborado a partir da síntese provisória dos processos identificatórios, a qual se presta à sustentação das ações e decisões, porém, o Eu não se restringe a totalização identitária daquele que age. A partir desses autores, visamos a problematização das premissas que envolvem a concepção de sujeito universal, cognoscente e moral, concomitante a problematização dos aspectos universais em que se engendram as lógicas da razão, normativas, morais, delas decorrentes e que se estabelecem como garantias de chegada às “boas” decisões. No caso em questão, as concepções de “bem” e de “mal” para nortear decisões sobre a vida de crianças,adolescentes, famílias podem se engendrar num processo histórico em que lógicas de exclusão se sobrepõem e tendem a ser naturalizadas rumo a compreensão de determinados modos de vida como “adequados” ou “desviantes”. Consideramos que a possibilidade de rupturas com perspectivas hegemônicas desta natureza configuram movimentos de resistência frente às tentativas de normatização e de controle do outro a partir da sua concepção a priori e estandartizada. Espera-se abrir alternativas ao singular e a afecção em demandas presentes em situações de tomadas de decisão, particularmente aquelas que envolvem crianças e adolescentes, seja em relação aos profissionais inseridos nos serviços de assistência em seu fazer cotidiano, seja em relação àqueles que procuram tais serviços.

Internações psiquiátricas de crianças e adolescentes em situação de rua usuários de drogas

Julia Hatakeyama Joia

O trabalho a ser apresentado busca abordar o tema das internações psiquiátricas de crianças e adolescentes em situação de rua usuários de substancias psicoativas, nas suas articulações com o poder judiciário. Trata-se dos resultados parciais de pesquisa de mestrado em curso, vinculada ao Núcleo de Logicas Institucionais e Coletivas, coordenado pela Prof. Dra. Maria Cristina Vicentin, do Programa de Psicologia Social da PUC-SP. O tema da pesquisa insere-se na problematização das estratégias de psiquiatrização e judicialização da infância e juventude pobres como dispositivo de gestão, pela via da segregação, de conflitos sociais (Vicentin e Rosa, 2010). Tendo em vista que pesquisadores têm observado o crescente aumento da internação psiquiátrica de crianças e adolescentes como principal resposta diante das turbulências apresentadas por essa população (Cunda, 2011; Scisleski, 2006; Bentes, 1999; Blikstein, 2012), faz-se importante a investigação e a visibilização de tais práticas, desde uma perspectiva critica. As ações em torno do recolhimento de pessoas em situação de rua, justificadas pelo cuidado em saúde, o que ficou conhecido pelo mote “internação compulsória”, adquiriu grande visibilidade nacional nos últimos dois anos. Por um lado, as intervenções urbanas que foram realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo apontavam para uma composição de forças policiais, jurídicas e de agentes da assistência social e da saúde, tendo como estratégia meta a internação. Por outro, o Plano Nacional de Enfrentamento do Crack suscitou um extenso debate, por prever a inclusão das Comunidades Terapêuticas no rol de equipamentos de internação com destinação de verba do SUS. O trabalho, portanto, visa analisar como essas estratégias vem ocorrendo no município de São Paulo, e seus efeitos nos circuitos que as crianças e adolescentes percorrem pelos serviços de cuidado em saúde mental, desde a perspectiva da Análise Institucional (Lourau, 1993). Dois eixos de analise foram construídos: o primeiro versa sobre as intervenções urbanas junto à população em situação de rua no Rio (2011) e em São Paulo (2012), tendo as análises sido feitas com base em notícias de jornal, Projetos de Lei sobre o tema e ações civis públicas movidas pelo Ministério Público; o segundo, busca traçar circuitos de transito das crianças e adolescentes pelos equipamentos de saúde mental, em especial as internações psiquiátricas no município de SP. Para isso, elegeu um serviço municipal de internação, onde foram consultados prontuários dos usuários. Os resultados apontam que a internação psiquiátrica vem ganhando preponderância no cuidado de

usuários de substancias psicoativas, em uma renovação das lógicas manicomiais. A associação entre uso de substancias psicoativas e periculosidade social tem justificado a utilização da internação psiquiátrica como forma de segregação, ressaltando a sua indiscernível função punição-tratamento. A figura do dependente químico atualiza a figura do anormal (Foucault, 2010), cuja ameaça é justificada pela imprevisibilidade e incompreensibilidade de seus comportamentos. Dessa forma, as internações psiquiátricas de crianças e adolescentes em situação de rua adquirem algumas características relevantes: a entrada no serviço se dá por justificativas, muitas vezes, alheias à indicações clínicas por questões de saúde mental, como por exemplo, a falta de continência familiar/comunitária; a internação psiquiátrica opera como um continuum da internação como medida socioeducativa; a judicialização das internações promove a preponderância dos argumentos jurídicos em relação às lógicas próprias ao cuidado em saúde mental.

O trabalho relaciona-se com o Eixo Temático Saúde, por problematizar ações em saúde desde uma perspectiva comprometida com os direitos humanos e com os paradigmas da Reforma Psiquiátrica. Vincula-se ao GT Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil por compreender a internação de crianças e adolescentes usuários de substancias psicoativas como estratégias de gestão e controle da população pautadas no dispositivo de segurança (Foucault, 2008). Dessa forma, problematiza as articulações entre as práticas psi e jurídicas que vem produzindo novos modos de captura e normatização das condutas disruptivas da juventude brasileira.

Música e políticas socioculturais: uma experiência de inclusão social voltada à infância e adolescência

Daniela Lucia Cavalcante Machado, Leônia Cavalcante Teixeira

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões : ideológica, sociocultural, política e econômica. Este trabalho foi articulado no intuito de apresentar e discutir o papel social do coral infanto - juvenil como uma eficaz ferramenta de inclusão social, partindo do viés de uma inclusão cultural. Ilustrar tal função por meio da apresentação da experiência do “Coral Canta Curumim”, vivenciada no Município de Pedra Branca, estado do Ceará, região do nordeste brasileiro e voltado para crianças de sete a quatorze anos de idade, com pouco ou nenhum contato com instituições oficiais de cultura, consistirá no objeto principal do nosso estudo. O projeto consistiu na discussão e implementação de dispositivos de cuidado psicossocial. Os participantes estavam envolvidos com aulas de canto, instrumentos

musicais, pinturas, oficinas, palestras, recreação, teatro, passeios, além de atendimento terapêutico individual, em horário alternativo à escola. O trabalho, pautado na liberdade de escolha das atividades, no constante dialogo, na valorização dos envolvidos, apresenta conceitos e reflexões do educador Paulo Freire, criador do método de alfabetização de adultos, defensor da inclusão social como forma de desenvolvimento do pensamento critico do sujeito, onde poderá estabelecer uma releitura dos conceitos postos pelo social, permitindo-lhe questionar a estética imposta pelos meios de comunicação. Ou seja, reforça a importância do pensamento questionador. Também analisa sociologicamente as potencialidades de coros para a inclusão sociocultural de comunidades carentes – apresentando conceitos e reflexões dos sociólogos, o francês Pierre Bourdieu, que versa sobre a inclusão social por meio da arte e Joffre Dumazedier, que defende o lazer como importante instrumento na formação do indivíduo. Os participantes do processo foram acompanhados através de entrevistas semi-estruturadas e de círculos de reflexão, onde utilizamos como tema desencadeador dos debates as letras das músicas escolhidas no repertório do coral infanto-juvenil e vivências trazidas pelos participantes em relação ao cotidiano da convivência no coral canta curumim. Tendo objetivos de prevenção e inclusão social, o projeto atuava no combate ao trabalho infantil, a exploração sexual, a violência, ao uso de drogas, ao preconceito e as desigualdades, afastando as crianças da marginalidade, oferecendo apoio, orientação e cidadania. Provenientes de famílias de baixa renda, matriculadas em escola pública do município, alguns eram filhos de dependentes químicos, de reclusos da penitenciária estadual ou com familiares com dependência alcoólica e/ou mental e, portanto, as oficinas também eram estendidas aos familiares das crianças. O projeto foi renovado, de forma a oportunizar a participação de outras crianças, enquanto as que participavam deste projeto foram realinhadas em outras ações. Ao final, a proposta foi submetida ao crivo do UNICEF (Fundo das nações unidas para a infância), através do projeto do Selo UNICEF- Município aprovado, que tem como objetivo a certificação e o monitoramento dos impactos reais das políticas públicas no âmbito municipal, como uma das ações de sucesso na promoção dos direitos da criança e do adolescente no estado do Ceará. Desta feita, iremos apresentar a temática proposta com o intuito de enriquecer os grupos de trabalho que versam sobre a produção subjetiva e práticas de assistência à infância e a juventude no Brasil, tendo como eixo temático a educação.

Notas sobre as práticas discursivas acerca do morrer na contemporaneidade

Anelise Lusser Teixeira

Este trabalho pretende apresentar a pesquisa que está sendo desenvolvida no formato de tese de doutorado, na Universidade Federal Fluminense (Uff), sob orientação da Professora Titular Cristina Rauter. Ele se insere nas discussões dos grupos acima indicados por problematizar a relação entre os jovens e a violência urbana. O tema da morte é a principal inquietação desta pesquisa, que é composta por dois movimentos. O primeiro é voltado para os discursos que se produzem hoje sobre a mortalidade humana, com o objetivo de pensar nos efeitos políticos do atravessamento destes nos modos de subjetivação. A morte aqui não é tomada como acontecimento natural, mas como prática discursiva, social e historicamente construída, que adquire consistência e operacionalidade dentro do sistema capitalista contemporâneo. Um segundo movimento, esse mais local, propõe compor uma cartografia da circulação desses discursos naquela parcela da população marcada pela convivência cotidiana com a violência urbana, característica das áreas populares na cidade do Rio de Janeiro. Serão escutados os adolescentes que frequentam os grupos terapêuticos criados no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) da Universidade Federal Fluminense (UFF) a partir da pesquisa "Cartografia da construção de práticas transdisciplinares no campo da violência e da criminalidade contemporâneas: montagem de um grupo de adolescentes e de oficinas de profissionais". Essa população foi escolhida por estar mais exposta ao risco de morte por violência. Segundo Waiselfisz, no período de 1980 a 2010, o crescimento da mortalidade entre os jovens foi bem mais intenso que no resto da população. Se para todas as idades os números cresceram 346,5% ao longo do período, entre os jovens esse crescimento foi de 414,0%. Pesquisa realizada pela Unicef e publicada amplamente na mídia acredita que 37 mil adolescentes serão mortos no Brasil até 2016. Destaca-se que a população entre 12 e 18 anos tem nove vezes mais risco de ser assassinada que a população comum (45% contra 5,1%) e que a maioria desses jovens são indivíduos negros e do sexo masculino. Através do conceito de biopolítica, Michel Foucault passa a designar a entrada do corpo e da vida nos cálculos explícitos do poder. Ao poder de "deixar viver e fazer morrer" do soberano, sobrevém um outro direito, inverso e ao mesmo tempo complementar: "o de fazer viver e deixar morrer". Nesse ponto nos indagamos: quem são os "deixados para morrer" na nossa sociedade? Como circulam esses discursos nessa população tão exposta à morte por violência? Que práticas discursivas estão em jogo contemporaneamente compondo o "fazer viver e deixar morrer" nessas comunidades? Como isso se traduz na micropolítica do cotidiano? Que modos de subjetivação ganham consistência e quais são sufocadas nesses planos de força? Nessa realidade biopolítica não podemos mais tomar a morte somente como o momento do óbito, mas como um acontecimento político que é

parte de um arranjo de forças onde saberes e poderes constroem diversas práticas discursivas que circulam e se naturalizam na sociedade. Os discursos sobre o morrer universalizam o medo da morte e se apoiam na angústia que esse medo gera para difundir uma moral de proteção, ou seja, um conjunto hábitos normatizados, que são associadas à vida e a morte. Nessa lógica, por exemplo, esporte passa a estar ligado à ideia de vida, enquanto drogas são associadas à morte. Difunde-se a ideia dualista de morte como luta entre o bem e o mal: um processo associado à degeneração e envelhecimento que pode e deve ser evitado por diferentes práticas, construindo uma moral de bons e maus hábitos que sempre trazem consigo estratégias de consumo. Configura-se um embate entre a degradação natural e o investimento individual em prolongar a existência, sempre alicerçado num projeto de consumo de uma nova prática corporal, uma pílula milagrosa, uma técnica cirúrgica inovadora ou uma moderna dieta. Esses discursos, apoiados na evitação da morte através do consumo e fomentadores da lógica da responsabilidade individual, naturalizam o próprio sistema capitalista. Entender a maneira como se dá a experiência e o contato com a morte passa a ser então, entender como esses discursos políticos operam, ou seja, quais as estratégias de poder criadas para intervir na vida e na morte.

Os efeitos da construção de "vínculo afetivo" na rede de acolhimento institucional e familiar de Vitória

Valeska Campos Tristão, Gilead Marchezi Tavares, Vivianni Barcellos de Araujo, Ramon Pinto Valim, Júlia Flávia Gomes Pereira

As práticas de assistência, que por muito tempo foram marcadas por seu caráter filantrópico e caritativo, encontram-se hoje vinculadas à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), instaurada em 2004. Por meio da PNAS os serviços socioassistenciais foram organizados em níveis de proteção básica e especial. A Proteção Social Básica tem como primado a prevenção de riscos, buscando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já a Proteção Social Especial, subdividida em média e alta complexidade, é destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em "situação de risco pessoal e social" por ocorrência das diversas violações de direitos. Enquanto Proteção Social Especial de média complexidade, trabalha-se com atendimento a famílias e indivíduos que tiveram seus direitos violados, mas não tiveram rompidos os vínculos familiares; a Proteção Social Especial de alta complexidade, por sua vez, tem como pressuposto a garantia da proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram em situação de ameaça e, por isso, necessitam ser retirados de seu núcleo familiar e,

ou, comunitário. Tendo em vista os serviços que atendem demandas de alta complexidade no campo da infância e da adolescência, entendidas como aquelas nas quais os vínculos afetivos já foram rompidos por fatores diversos, tais como negligência, abuso, abandono, maus tratos, precariedade etc., e a construção de novas estratégias, como por exemplo o Programa Família Acolhedora, acreditamos ser fundamental colocar no panorama analítico a construção de um discurso acerca da ideia de vínculo e as práticas profissionais relativas a tal ideia. Sabemos que a temática da vinculação foi e é muito usada e apropriada pelo saber "psi", principalmente pelas teorias de desenvolvimento infantil, e que a utilização de certa vinculação "psicologizada" é muitas vezes incorporada pelos diversos saberes, inclusive pela assistência social. Vemos também que a rede de proteção social especial de alta complexidade da Prefeitura Municipal de Vitória possui hoje como mote (e também como maior questão em relação à sua operacionalização) os vínculos afetivos que envolvem as crianças, os familiares e os próprios técnicos. Dessa forma, este trabalho busca investigar os discursos e as práticas em torno da ideia de vínculo afetivo nos serviços de alta complexidade para criança e adolescente da Prefeitura de Vitória (acolhimento institucional e acolhimento familiar), evidenciando seus efeitos no cotidiano das famílias e das crianças atendidas. Usamos como procedimento metodológico a observação participante nos serviços de acolhimento e o diário de campo como principal instrumento de composição do corpo de análise. Apesar de todo o discurso da importância da constituição e fortalecimento de vínculos que permeiam a proteção social - por meio da PNAS e do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária - nossa inserção no campo tem evidenciado receios dessa rede no que se refere às vinculações produzidas nos espaços de acolhimento. Temos percebido tentativas de controle dos afetos por temor do excesso de vinculação dos educadores sociais e famílias acolhedoras com as crianças, tendo por ensejo o sofrimento posterior à separação e/ou a possibilidade de pedido futuro de adoção justificado pelo estabelecimento do vínculo. Outro fator relevante trata-se da desqualificação das relações/vinculações que são construídas nos acolhimentos institucionais em detrimento da falta de vinculação familiar, questão que tem servido para sustentar "patologias" e "fracassos" de crianças abrigadas. Apesar dessas constatações, existe a preocupação nessa rede de atendimento de que a criança não queira se desvincular dos espaços institucionais ao ser adotada. Dessa maneira, percebemos que a não vinculação-afetação parece ser uma questão que tem sido produzida nos acolhimentos e concluímos a necessidade de investigar e intervir no sentido atribuído à vinculação e ao próprio trabalho pelos técnicos dos serviços de assistência social de alta complexidade para a infância já que são as vinculações que permitem os

deslocamentos na rede, possibilitando aos atores mobilizarem novas proposições e produzir novos cenários nos espaços de acolhimento.

Política pública: tecendo infância(s) na experiência com a cidade

Paula Marques da Silva, Júlia Dutra de Carvalho, Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto, Margarete Axt

Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca da produção da infância na experiência com a cidade. Cidade que é designada como território fixo e que demarca geograficamente centros e periferias, zonas de risco e de proteção. Cidade matematizável que toma forma nos saberes estatísticos, aqueles que possibilitam intervenções as quais definem "quem", "onde" e "como" os sujeitos devem viver. Urbanidade capitalística com forte acento nas lógicas privatistas e identitárias. Neste modo-cidade a infância também recai nas tramas das designações normativas e homogeneizantes. Aqui podemos destacar a noção hegemônica da infância que se constitui na linearidade cronológica das fases do desenvolvimento infantil, as quais se apóiam em previsibilidades, instrumentalizando nexos causais. Movimento totalizante que conforma a ideia da "criança lenta", aquela "criança que não aprende no tempo certo", a "criança violenta", a "criança potencialmente de risco".Pode-se dizer que, muitas vezes, estas noções de infância e cidade organizam e ordenam as linhas de atuação das políticas públicas que envolvem a infância. Estamos nos referindo a políticas de "Estado" que tomam a cidade como dispositivo populacional de uma infância, operando o controle e definindo aquilo que é político e público. Tal problematização se insere nas linhas de ação do projeto de extensão ESTAÇÃO PSI - "Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar" em articulação com o grupo de pesquisa do LELIC- Laboratório de Estudos da Linguagem, Interação e Cognição, ambos vinculados a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nosso percurso de pesquisa-extensão diz de nossa prática, como pesquisadoras numa universidade, marcada por indagações quanto aos modos de fazer-pensar educação em interface com psicologia social no âmbito das políticas da infância e juventude. O contexto de pesquisa envolve o cotidiano de educadores/as e crianças em uma oficina de aprendizagem que segue a perspectiva da pedagogia libertária/anarquista localizada no bairro Restinga, no município de Porto Alegre-RS. Esta oficina agrega estratégias ligadas à arte, à imagem, ao rádio, ao teatro, objetivando, compor junto às crianças da comunidade um espaço de reflexão e criação que abarca as temáticas da autonomia e da coletividade associadas aos modos de viver na cidade. Todas as crianças que integram este espaço frequentam escolas municipais e estaduais da região. A

maioria delas realiza também algum tipo de atividade, geralmente esportiva, em ONGs distribuídas pela comunidade. No encontro com estas crianças, na oficina de aprendizagem, educadores/as e pesquisadores/as habitam um nó. Em muitos momentos estes meninos e meninas chegam pedindo ajuda nas tarefas escolares. Alguns/as afirmam que "não sabem ler direito", "não conseguem escrever" e ordenar os números no universo matemático. Mencionam que estão "atrasados/as", que "repetem", que "ficam para trás" na escola. Marcas de um modelo educacional que estabelece equivalência entre o aprender, a idade e o ano/série. Já a experiência nas ONGs é entendida por muitas crianças e também por seus responsáveis como um lugar que "afasta"aquilo que é enunciado como a "rua e seus riscos".Ao acolhermos o que estas crianças dizem, muitas questões passam a ser formuladas: tomando a criança na experiência com a cidade,o que elas enunciam, quais os atravessamentos e quais as variações possíveis nesta rede de enunciações? Quando afirmam que "não sabem ler direito", a que "direito" se referem?Como está sendo produzido o sentido da infância nesta experiência do aprender e do habitar a cidade?No movimento destas indagações buscamos o diálogo com Michel Foucault, tomando os conceitos de experiência e de biopoder como operadores conceituais no percurso deste estudo. Metodologicamente a pesquisa é orientada pela pesquisa-intervenção ancorada nos pressupostos da análise institucional. Este modo de pesquisar nos convoca a afirmar uma posição importante: não nos interessa aqui formular o problema indagando qual tipo de política pública tem maior ou menor responsabilidade para com as crianças que, a um só tempo, falam de uma impossibilidade e de uma vontade de aprender. Tampouco, nos colocamos em uma posição de exterioridade em relação às designações homogeneizantes que instauram um modo de pensar a experiência da infância na cidade. Estamos, sim, em meio à política pública, percorrendo zonas de interferência, naquilo que se passa no "entre" e que se constitui no encontro e na escuta com o que as crianças enunciam. É ai que podemos produzir tramas e elos os quais apontam para um modo de pensar-fazer o Estado,o político e o público como movimento vivo e em ato. Criam-se, assim, condições de possibilidade para fazer tensionar e fissurar as lógicas que normatizam e codificam, abrindo passagem para um certo modo de experienciar a si com abertura para a multiplicidade e que acolhe a função ético-estético-política da infância na cidade.

Políticas de socioeducar e subjetivar: rachar palavras e direitos juvenis

Gislei Domingas Romanzini Lazzarotto, Júlia Dutra de Carvalho, Paula Marques da Silva

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos que produzem o termo "socioeducativo", designação que orienta as linhas de ação das políticas públicas que atendem adolescentes em conflito com a lei. Problematizar as definições que constam nas diretrizes e leis existentes no nosso país é um modo de analisarmos os impasses vividos ao buscarmos efetivar a política pública, bem como desnaturalizarmos o que se coloca como inequívoco em nosso trabalho – que se deve e se pode na prática da psicologia "socioeducar". Nossa discussão aborda as problematizações elaboradas no contexto de ação do Grupo de extensão e pesquisa ESTAÇÃO PSI, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Neste estudo, temos como foco a experiência com adolescentes em medidas "socioeducativas" no contexto da política pública da assistência social e na consequente relação com as demais políticas para assegurar a garantia de direitos. As medidas "socioeducativas" estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) e são aplicáveis na situação de ato infracional cometido por adolescente, que em termos da lei é considerada a pessoa na faixa etária dos doze até os dezoitos anos incompletos. O ECA passa a ser o documento norteador da política pública da criança e do adolescente, orientado pela Doutrina de Proteção Integral. Esta doutrina afirma os direitos infanto-juvenis com respeito a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devendo ser assegurada a proteção por parte da família, da sociedade e do Estado, bem como uma concepção de intervenção "socioeducativa" que se alia a responsabilização pelo ato com o caráter pedagógico. Assim, a ação do Estado em relação aos atos infracionais passa a ter um caráter educativo, o qual é enunciado no termo "socioeducativo". Ao pensarmos os discursos que sustentam este enunciado, no decorrer da implantação desta política, evidenciamos a junção do discurso social ao educativo. Um deslocamento e ampliação dos processos educativos da escola, para compor ações educativas diferenciadas para quem não cumpre o desempenho esperado da forma planejada. Paralelamente, a atuação da Assistência Social, conforme Política Nacional de Assistência Social de 2004, é direcionada para as situações de risco pessoal e social por violação de direitos que envolvem a iminência ou ocorrência de eventos como a violência intrafamiliar física e psicológica, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, ato infracional, trabalho infantil, afastamento do convívio familiar e comunitário, entre outros. Portanto, o que implica ser "socioeducado"? Quais as tensões encontradas ao percorrermos o modo como a medida "socioeducativa" produz a garantia de direitos? Que lugar de "sujeito de direito" a política de assitência social enuncia, na interface com as demais políticas, no atual estado brasileiro? As forças que asseguraram a luta para a criação de uma lei como o ECA passam a ser esquadrinhadas pelas linhas capitalísticas, num Estado que reconhece

os direitos do cidadão, mas é organizado por um sistema econômico excludente. Além das diretrizes do ECA e do SUAS, a Lei n.º 12.594/2012 institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Esse documento trata de um conjunto de princípios, regras e critérios de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, envolvendo o processo de apuração do ato infracional, a execução da medida socioeducativa, e os modos de gestão, avaliação e controle social. A atribuição da medida vem acompanhada de um conjunto de solicitações que demarcam exatamente o quanto a medida "socioeducativa" está associada a um modo de garantir os direitos que não foram cumpridos nas políticas que rodeavam a vida deste sujeito. Portanto, encontramos um modo de garantir direitos associado ao aprisionamento do adolescente na medida. Nesta perspectiva, situamos uma escuta ampliada dos enunciados que fazem de nossas práticas um modo de institucionalizar, à medida que não estamos atentos as enunciações que nossas posições produzem ao compormos um lugar nesta forma de "socieducar". O operador deste "socioeducar" vai tramando a individualização do social, ao propor um Plano Individual de Atendimento (PIA), que enuncia as violações de direitos vividas pelo indivíduo como ações das quais ele se torna, agora, responsável pela garantia de fazê-las acontecer. Efeito de um lugar de saber que ali nos posicionou. Para pensarmos as relações que produzem essa prática no percurso da política pública brasileira buscamos a interlocução com Michel Foucault. Este trabalho analítico implica em discutirmos nossa experiência na correlação entre os campos de saber e as relações de poder que regulam uma prática, produzindo as formas nas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa experiência. Entre as vidas adolescentes, com suas desventuras embrenhadas na produção de nossos saberes, vamos indagando a função que a "socieducação" ocupa nas relações de poder que fazem funcionar a sociedade. Ao racharmos a palavra "socioeducação" optamos por movimentar discursos e a produção de sentido, interrogando um regime de práticas que afirma garantir direitos judicializando a vida do outro.

Por uma problematização do fazer do educador social nas políticas da Assistência Social

Leila Ribeiro Rubini

O presente trabalho consistiu na problematização de alguns conceitos que perpassam as práticas do educador social. Com nomenclaturas variadas como agente socioeducadivo, socioeducador, orientador social, educador social, dentre outras, o profissional que trabalha com grande parcela do público-alvo da assistência social se relaciona diretamente com os efeitos da complexa relação entre as condições sociais produzidas pela lógica econômica em que vivemos e os ditos

direitos humanos universais. É neste hiato formado pelos efeitos resultantes da lógica econômica (re)produtora de desigualdades sociais e os direitos supostamente assegurados a todos pela constituição cidadã que este profissional intervém. Ele é parte da engrenagem que funciona visando garantir direitos, prevenir situações de risco social e, quando em caso de risco, restabelecer vínculos familiares e comunitários. Possui, assim, um trabalho no entremeio, entre o sofrimento derivado da condição de exclusão da clientela assistida e a reinserção – ou manutenção, no caso da prevenção – na lógica que (re)produz a exclusão. Partindo dessa configuração, o presente trabalho teve como objetivo dar visibilidade a algumas das forças presentes na emergência do trabalho do educador social conforme se configura na atualidade nas políticas da assistência social. Partindo da perspectiva da análise institucional e do conceito de acontecimentalização de Michel Foucault, foram problematizados os conceitos social e infância em situação de risco, como conceitos diretamente relacionados ao educador social e suas práticas. Como conclusões – parciais e não definitivas – destaca-se a emergência de uma nova configuração dos ditos problemas sociais – com o aumento do pauperismo, fruto da engrenagem que faz funcionar o próprio social na forma como está estabelecido –, e o deslocamento dos mecanismos focados na gestão da vida em uma sociedade disciplinar para novas modalidades de biopoderes, como estratégias de gestão do risco na sociedade de controle. De uma concepção centrada no tratamento de patologias e correção de desajustes passa-se à ideia de prevenção de riscos virtuais, configurados pela correlação de dados estatísticos construídos através do método científico. Formando parte da equipe multiprofissional da Assistência Social, o educador social participa da construção e execução dos serviços. Numa perspectiva interdisciplinar, seu trabalho se tece atravessado pelos saberes de diferentes áreas. A psicologia constitui uma delas. A partir do atravessamento desta área, uma das questões que se coloca é a problematização das práticas do educador social. Problematizá-las não significa prescrevê-las, não significa se propor a acalmar as angústias dos profissionais com cartilhas ou ditados do que se deve ou pode fazer, não significa abafar suas críticas quanto ao trabalho e ao que vivenciam. Seguindo em outra direção, problematizar as práticas do educador constitui um exercício de luta e resistência conjunta em relação ao estado de coisas, compreensão da crítica como instrumento de mudança frente ao que é evidente e estabelecido como necessário. É neste sentido que esta pesquisa se enquadra no eixo temático Assistência Social e no grupo de trabalho Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e juventude no Brasil. Ao problematizar conceitos relacionados às práticas do educador social na assistência social, realiza-se um exercício de desnaturalização dos saberes e práticas da área como um todo. Uma

vez que saberes, poderes e regimes de verdades encontram-se intrinsecamente constituídos, o questionamento a tais saberes significa a desestabilização de universalidades e a possibilidade de emergência de novas práticas e modos de viver.

Práticas de governamentalidade no âmbito das políticas sociais e medidas socioeducativas

Livia Pignaton Caser, Ana Paula Figueiredo Louzada

Ao se aventurar a adentrar no campo de problematização da Liberdade Assistida (medida sócio-educativa em meio aberto) no Brasil, abarca-se um universo complexo, no qual inúmeras questões estão colocadas. Dentre essas, focaliza-se as artes de governar que se atualizam no atendimento de Adolescentes "em conflito com a lei" localizado no equipamento governamental Centro de Referência Especializada em Assistência Social, no Município de Vitória (Creas), ES. Nesse campo, se encontram estratégias de governo configuradas em textos de orientação e prescrição de "políticas" do campo sócio-histórico da Assistência Social e do arcabouço Sistema de Garantias de Direitos das Crianças e Adolescentes, nos quais modos de se pensar e executar serviços e práticas se entrelaçam e configuram atendimentos sócio-educativos dos adolescentes e suas famílias no Creas. Aliado a isso, trata-se de forma urgente, pensar sobre essas configurações, dada ao caráter de novidade do qual se reveste (como se trata-se de uma nova e recente política), assim como a premência de produção acadêmica nesse campo de intervenção. Com as contribuições do pensamento de Foucault (2008), há interesse em questionar-se como a utilização do conceito família opera historicamente em uma lógica de controle populacional; e como as estratégias de poder governamental dirigem-se na perpetuação de práticas que atuam diretamente sobre a vida desses adolescentes e seus familiares. Diferentemente do modelo de gestão familiar predominante da idade média (no qual o bom governante é aquele quem sabe gerir bem sua família) vai sendo consolidando, com o desenvolvimento da ciência de Estado, a Estatística, assim como a racionalidade política tal modelo sofre uma torção. Outras estratégias insurgem, e a questão passa a envolver o governo das populações em crescimento, o desenvolvimento das cidades, a abundancia monetária e o desenvolvimento agrícola, que tomam mais força, principalmente a partir do sec. XVIII. A família então desaparece como modelo de gestão, para se contorcer e surgir como instrumento, no interior da população. Segmento por meio do qual as ações governamentais se introduzirão para a efetivação de diversos objetivos, dentre os quais se destacam: controle da saúde (por exemplo, na prevenção de epidemias), segurança (como na gestão da criminalidade) e economia

(administração da produtividade, dos produtos, serviços). Tais estratégias, presentificadas com grande veêmencia nos atendimentos diversos presentes no Creas, em destaque o referenciamento das equipes psicossociais, atendimentos grupais e ocupacionais de Liberdade Assistida, estão entrelaçadas funcionam prevendo lógicas de mercado, nas quais, o que se prioriza é o funcionamento econômico. Para tanto, é previsto, em tais lógicas, que dada parcela da população seja mantida em certa condição de margem, de marginalidade, de borda. Como salienta Agamben (2010), há um contingente daqueles que são deixados para morrer, que se configuram como homo sacers. Nos textos governamentais das políticas de Assistência Social esses contingentes delineiam-se como "vulneráveis", como ditos necessitados dos "mínimos sociais" para a garantia de uma sobrevida. Tal pesquisa intenciona, a partir de encontros e discussões com os adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida do Creas do Município de Vitória/ES, assim como observações do cotidiano dos serviços desse equipamento (sob uma perspectiva cartográfica) investigar que questões se presentificam nessa lógica e que torções são possíveis nesses contextos de encontro de dada população "vulnerável" e os técnicos e práticas que os atendem.

Primeiras impressões acerca das falas dos operadores das medidas socioeducativas em meio aberto: entre práticas discursivas de não adesão e de reincidência

Luara da Costa França, Luciana Lobo Miranda

O resumo trata-se de algumas pistas decorrentes de entrevistas realizadas com as equipes técnicas que acompanham adolescentes que cumprem a medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) no Município de Fortaleza. Essas primeiras entrevistas (não formais e descritas no diário de campo) com supervisoras, psicólogas, assistentes sociais, pedagogas, etc – realizadas durante as visitas aos equipamentos que operacionalizam as medidas socioeducativas em meio aberto (LA e PSC) constitui parte de pesquisa de mestrado em andamento, referente à investigação acerca da subjetivação do socioeducando articulado a aplicabilidade biopolítica das medidas socioeducativas em meio aberto no município de Fortaleza. Trata-se de uma pesquisa-intervenção, com referencial teórico-metodológido orientado por Foucault, sobretudo os conceitos de biopolítica e poder disciplinar. Entendemos que, apesar da heterogeneidade discursiva onde se dispersam os diversos enunciados acerca da adolescência infratora, inferimos que a população jovem pobre tem sido, cada vez mais, maquinada como um problema/questão social, a partir de uma norma de vulnerabilidade, risco e periculosidade, produzindo contornos de formações discursivas que

subjetivam um tipo específico de população jovem: a pobre, que normalmente é emparelhada a noção de risco social, de uma situação de infração (assalto/roubo/tráfico). Dessa maneira, nos interrogamos: que estratégias biopolíticas se incidem nessa população e a partir de que vontades de verdade? Em que medida não se tem produzido, inclusive, uma relação irrefutável entre a violência, a insegurança, a criminalidade e a situação da pobreza? Atentos aos jogos de poder que se tecem e manufaturam as medidas em meio aberto, refletindo sobre a relevância desse tema, sistematizamos nossa pesquisa em três frases: 1) Visitaremos as unidades de aplicabilidade das medidas em meio aberto (que somam cinco unidades de LA e uma de PSC) ligadas a SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. 2) Participaremos dos "grupos de acolhida" (admissão e readmissão da medida) propostos pelo citado serviço. 3) Entrevistaremos, pelo menos, um adolescente de cada unidade/CREAS, respaldados com os devidos documentos éticos de autorização. Esse resumo pontua a primeira etapa que consiste no mapeamento dos espaços que operacionalizam as medidas em meio aberto, cartografando práticas discursivas e não-discursivas da rede de acompanhamento. De acordo com a proposta de municipalização referendada pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2006) e pela recente Lei 12.594, bem como o direcionamento da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o acompanhamento das medidas em meio aberto é colocado como um dos serviços dos CREAS – Centro de Referência de Assistência Social. O município de Fortaleza está se adequando a "nova tipificação" – os antigos núcleos de aplicação da Liberdade Assistida (núcleo I, II, III, V, VI), organizados por regionais, se encontram migrando para os respectivos CREAS, também organizados por regionais. De tal forma, na pesquisa, estamos descrevendo o processo de transição em que esses espaços se encontram, atrelado também a transição da gestão municipal e suas implicações. Percebemos, a partir das falas dos técnicos, algumas categorias centrais, como a dificuldade de adesão dos adolescentes, as altas taxas de reincidência de atos infracionais dos socioeducandos, bem como a dificuldade de outras políticas públicas que possam dar suporte (segurança, educação, saúde – principalmente quanto à questão do uso abusivo de substâncias psicoativas). Dessa forma, colocaremos em visibilidade as práticas discursivas e não-discursivas que engendram esses enunciados, problematizando seus contornos.

Produção de subjetividade, tessituras das pesquisas com escola básica e formação inventiva de professores

Rosimeri de Oliveira Dias

Entre análises e intervenções habitamos os territórios escolares para cartografar como ganha consistência uma formação sem representação. Uma formação que aposta na mistura de conceitos e nas pequenas invenções que ganham corpo nas subjetivações contemporâneas, que chamamos de formação inventiva de professores. Pensada por uma perspectiva ética-estética-política, busca problematizar práticas e discursos hegemônicos para forjar uma posição afirmativa que toma a formação como uma produção de subjetividade. Um movimento de colocar atenção no presente para tornar visível e fazer falar às políticas que se compõem no entrelugar da universidade e da escola básica. Neste trabalho, o desafio é expressar os encontros e conversas que temos feito com a escola básica e com a formação de professores que ganha consistência no Subprojeto de Pedagogia da Faculdade de Formação de Professores do Projeto Saber Escolar e formação docente na educação básica PIBID/CAPES/UERJ. Neste sentido cartográfico, o intuito é dar visibilidade ao que temos feito entre alunos e professores da universidade e da escola básica no âmbito da formação inicial e continuada de professores, polemizando o dito lugar comum do pedagogo como aquele que assume seu caráter de transmissão e tem por função dotar o sujeito de atitudes, capacidades e saberes. Contrários a esta posição, pensamos a formação pela possibilidade de se deslocar dos lugares acostumados à dimensão especialista do pedagogo. A saber, aquela que diz o que o outro deve seguir e fazer. Ao que explica e possui um fim, antecipadamente dado, para ser alcançado. Colocamos em análise as políticas que atravessam este modo de habitar a universidade e a escola básica. Por isto, no Subprojeto de Pedagogia da FFP habitamos os territórios de formação e acompanhamos processos. O que temos cartografado entre? Quais os sentidos que forjamos quando propomos uma cartografia com a escola básica? Como fazer uma cartografia entre escola básica e universidade que acompanha os traçados dos movimentos formativos? Que composições e decomposições se operam quando se tocam modos de existir, arte e processos formativos? Como tornar visíveis expressões que, no início, não possuem formas? Como aprender a lidar com as imprevisibilidades emergentes no campo da formação e da escola básica? Como fazer conhecer e viver ressoarem em um campo que há uma série de certezas apriorísticas que condicionam sentires, gestos e pensares? Estas são apenas algumas das muitas questões que ressoam em nossos trabalhos entre formação e escola básica. Encontramos na cartografia e na formação inventiva de professores uma série de dispositivos que nos forçam a pensar e a sair do dito lugar naturalizado da formação de professores, para expressar, aqui neste trabalho, algumas das linhas que tecemos neste entrelugar – universidade e escola básica. O que temos feito regularmente com a escola básica é colocar nossa atenção no presente vivo e intenso,

fazendo falar e ver o que nos passa e nos acontece. Uma relação de habitar o território escolar, se encontrar, estudar e conversar. Ensaiamos práticas estéticas de estar e se fazer nos espaços formativos. Mas como? Foucault estava ciente da força desse modo de fazer análise e de intervir, que polemiza a realidade social e a de praticar uma política a partir de seu cotidiano. Para ele, o ensaio é uma experiência modificadora de si e, para ser experienciado como tal é necessário procurar as questões ali onde elas acontecem, em nosso caso na relação entre formação e escola básica. O que dizem os alunos e professores? O que é a vida numa escola, numa universidade? Qual é o trabalho de um formador inventivo? Que questões o fazem agir e reagir? Neste sentido, damos voz à formandos e professores, que ao experienciarem e ensaiarem se envolvem em uma rotina de trabalho, de estudo, de formação, de escrita e nas suas relações de poder que ocorrem onde atuamos. Como profissionais e alunos dos territórios escolares, acreditamos que podemos falar sobre e com seus problemas e o que deve ser modificado. Na aposta de uma formação inventiva de professores, não há como acreditar, como antes, em projetos gerais, capacitadores de professores. O tema da invenção no campo da formação de professores, e o da palavra invenção, passa a ser coletivo, o que implica, para a maioria, muitos riscos. Mas é bom destacar que a palavra invenção e as políticas que as atravessam trazem perigo e riscos. O risco, como Michel Foucault acentua, temos que ter esse fato sempre diante de nós, é signo da liberdade. Coisa rara em tempos e espaços tão dogmáticos como os da universidade e da escola básica.

Projeto piloto no colégio Mário Quintana: problematizando a lógica penal e a judicialização nas práticas pedagógicas

Luan Sávio de Castro Oliveira, Estela Scheinvar

Este trabalho emerge no contexto do projeto de pesquisa "Estatuto da criança e do adolescente: Dispositivo de intervenção na área da infância e da adolescência", desenvolvido na Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo (UERJ), que neste momento teve como objetivo principal problematizar com estudantes a lógica penal pela qual se estabelecem as relações pedagógicas. Para tal realizamos encontros com três turmas do colégio municipal Mário Quintana em São Gonçalo-RJ. Intervimos nas classes como restituição daquilo que foi produzido no grupo de pesquisa. Ou seja, trabalhamos de maneira enérgica e pacífica, como nos indica René Lourau, com aqueles que habitam a escola, trazendo questões que aparentemente não importavam ou não eram vistas, porém, pulsam mesmo que passando despercebidas, em fim, estão à sombra. Utilizamos nossas ferramentas de análise para pensar,

na intercessão com Michel Foucault, nas formas de assujeitamento, de disciplina, do controle dos corpos e até a supressão dos desejos em nome de uma dita proteção e da garantia de direitos. As práticas em análise, nesse sentido, são produtos e produtoras do que Jaques Donzelot chamou de complexo tutelar. Significa dizer que educadores, psicólogos, pedagogos e conselheiros tutelares, por exemplo, agem com técnicas eficazes no combate contra o que é chamado delinquência e rebeldia. O modo pelo qual tais profissionais operam é por meio da ameaça, penalização e da culpabilização, instaurando práticas judiciárias como julgamentos e inquéritos que tendem a classificar e punir aqueles que não se adéquam, no nosso caso, às normas escolares. Foi possível perceber que as tensões presentes no cotidiano escolar e os problemas de aprendizagem se relacionam ao ponto dos estudantes terem seus "fracassos" quanto aos conteúdos creditados à bagunça, ao comportamento. O que engendra constantemente as categorizações, rotulações e condenações dos meninos e meninas como forma de gestão da vida no ambiente escolar. Por esta razão a saída para conflitos é a punição, e o enquadramento emerge pela coação em um exercício de poder vivido como verdade cristalizada e absoluta, que não é posta em questão. Os encontros aconteceram por meio da leitura e discussão de um texto didático elaborado pelo grupo de pesquisa que tinha em seu conteúdo um exemplo de uma situação entendida como de violência escolar, que nos permitiu a discussão de conceitos potentes em nosso trabalho, tais como norma, castigo, subjetividade penal... Por que punir e castigar? Eram perguntas que sempre fazíamos para disparar as discussões. As falas, os gestos, o modo como discordavam e concordavam com nossa história davam pistas de como cada um reproduzia, afirmava e resistia às subjetividades penais que constituem o modo como percebemos e vivemos as relações tanto na escola quanto na vida. Em seguida os estudantes tinham materiais de artes plásticas como argila, tintas e lápis de cor para produzirem a partir da história. A potência da arte, parafraseando Rosimeri Dias, está na possibilidade de criar deslocamentos sugerindo outros modos de lidar com o cotidiano e as relações da vida. As criações dos estudantes deram cor ao que era preto, branco, opaco e rígido nas relações, e ajudou a mostrar em alguns momentos o quanto eles desnaturalizaram a ideia de que tinham que ser punidos.

Psicologia e saúde: reflexões sobre infância e tecnologias de cuidado

Juliana Boldrine Abrita, Camilla Fernandes Marques, Anita Guazzelli Bernardes

Este trabalho tem o objetivo de problematizar práticas que buscam normatizar o cuidado na infância. O intuito é questionar práticas da ciência moderna, que buscam definir, categorizar e

padronizar seus objetos de estudo, excluindo e patologizando tudo aquilo que está fora da norma. Está inserido no Grupo de trabalho sobre produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil, cuja proposta é colocar em discussão práticas profissionais, estratégias biopolíticas de governo e a produção de subjetividades sobre a infância e a juventude. Assim serão colocadas em análise, a partir de uma perspectiva foucaultiana, formas de investimento e de cuidado na infância, refletindo sobre as estratégias de poder, campos de saber e regimes de verdade que produzem a infância como um tempo de investimento e preparação para a vida adulta. A criança tem sido estimulada para a excelência, com o objetivo de produzir pessoas felizes, bem-sucedidas e produtivas. Através de estratégias de investimento no humano e no capital humano, se produz um adulto melhor, empreendedor de si e mais rentável para a sociedade. Para a reflexão, trazemos um folder que divulga cursos de matemática, português, inglês e japonês, que traz o enunciado: "Futuro promissor e feliz!", ao lado de todas as competências estimuladas pelos cursos, dentre as quais citamos a concentração, autoconfiança, independência, postura ativa, entre outras. O folder desperta a necessidade de investimento na infância, sugere sucesso e felicidade para o futuro do aluno. Apresenta ainda a história de uma criança que tem excelente desempenho nas suas atividades por fazer o curso. Isso pode vir em resposta às inseguranças dos pais ou responsáveis em relação ao futuro dos filhos, que podem sentir tranquilidade em saber que o filho terá um futuro promissor se fizer o curso, se estudar em determinada escola, souber inglês, fazer esporte, enfim, se tiver uma agenda preenchida de investimentos para o futuro. Porém, as tecnologias de cuidado na infância não surgem apenas para atender estas demandas, mas para a produção de capital humano para a própria sociedade, que tem como um problema pessoas não produtivas. O campo da saúde teve seu início marcado por demandas especialmente sanitárias, que provocaram atitudes do governo para proteger a população, com o objetivo de fortalecer o Estado, evitando insatisfação da população. Assim ocorre também com as estratégias e políticas públicas que envolvem a infância, compõem estratégias de fortalecimento de Estado. A infância e os cuidados com as crianças passaram por avanços significativos, com a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Porém nos interrogamos sobre qual infância o ECA protege? Qual infância está sendo criminalizada e precisa ser disciplinada e punida? Qual é por ele abandonada? Qual é por ele protegida e investida? Que tipo de proteção é essa? Em contrapartida, aqueles que possuem uma situação financeira mais confortável, investem cada vez mais na infância, novas tecnologias são desenvolvidas para aprimorar capacidades e

extinguir limitações, tecnologias estas que suscitam, a cada momento, a competição e a necessidade de excelência em tudo o que se faz, com o objetivo de ter um futuro brilhante. Assim, nos perguntamos o que fazer com as pessoas que não ingressam nesta dinâmica de competição? O que fazer com aqueles que não entram nesta busca cada vez mais acirrada por segurança política e econômica? Que não são empreendedores de si? O que fazer com aqueles que não tem possibilidades de participar destes investimentos? Por vezes, são excluídos, marginalizados, já que não há espaços para a diferença. Observamos em situações cotidianas, que se espera das crianças este ou aquele comportamento, e aquelas que não correspondem à tais expectativas, são punidas, advertidas e/ou diagnosticadas como apresentando algum desvio de conduta ou outra patologia. Nas escolas, por exemplo, as crianças se dispõem fisicamente em fileiras, para manter a disciplina, controle, dificultar o contato com os colegas e permanecer atentas e passivas, enquanto o sujeito adulto, que detém o conhecimento, o transmite. A criança, por sua vez, precisa tirar uma determinada nota e ter comportamentos condizentes à norma, para provar que aprendeu. Toda situação diferente deste padrão é patologizada e a criança é encaminhada para tratamento médico, psicológico ou de outras áreas, afim de "corrigir" a criança para que possa se adequar e contribuir com o "bom" funcionamento da sociedade. É necessário refletir sobre as práticas da psicologia para que não façamos parte também nós, respondendo à pseudo-demandas por tratamentos psicológicos e para que a nossa prática não se dê para fins de "normatizar pessoas", ou treiná-las para o sucesso como observamos no cotidiano.

Subjetividade penal no cotidiano da escola

Estela Scheinvar

O liberalismo estremece as formas senhoriais instaurando o conceito de liberdade, afirmado por meio da constituição do sujeito e institucionalizado por meio de mecanismos jurídicos. A lei torna-se um elemento central à organização social e, com ela o cidadão, cuja liberdade é garantida por meio de mecanismos penais. Disciplina e segurança, de acordo com Foucault, são dispositivos para a construção da cidadania e a escola mantém-se como uma instituição privilegiada para lapidar o novo Homem, que aprende a necessidade de punir em caso de desvio da norma. Assim, o ser livre do liberalismo, o ser da lei, da norma, o cidadão enfim, é condição para a construção do sujeito penal. A normalização tem a sua sustentação na naturalização não só da norma (em qualquer de suas formas, seja lei, regimento, regulamento, etc), mas sobretudo nos mecanismos punitivos em que se sustenta. Estes, por sua vez, têm na lógica hierárquica um

de seus fundamentos. São estas, também, as bases das políticas de assistência, que requerem obediência para inserir aqueles que são alvo de sua ação. Nesse sentido, a abordagem a crianças e jovens, seja na escola, seja na rede de assistência, funciona sob a lógica penal que constitui a cidadania. Um argumento central à defesa da cidadania é a produção subjetiva do ser livre, da liberdade, que constitui as relações de poder e requer da segurança como um dispositivo sem o qual ela inexiste: liberdade e controle são noções articuladas na construção da cidadania e esta o objeto central à escola. A positividade da cidadania está dada pela ideia de liberdade e da lei, sustentadas ambas na possibilidade de punir. Um campo que funciona pelo mecanismo da culpa, da relação mecânica de causa-efeito. Ante estes procedimentos problematizar a lógica penal, pautada na culpa-castigo, é um movimento difícil por ser esta a que organiza a racionalidade cientificista. Criar outras perspectivas para pensar a vida e sobretudo outros instrumentos dotados de novas lógicas para conduzir a vida cotidiana quando circunscrita à relação cidadã, revelou-se, na intervenção realizada em uma escola de ensino fundamental, um exercício novo e desafiador das referências que tecem o nosso mundo. Pensar diferente, quando organizados por meio da lógica penal, é uma questão de desobediência, em particular na escola, por ser o lugar em que a obediência disciplinar é a premissa para existir. Interessa, desta perspectiva, pensar as estratégias de controle em nome da formação cidadã e, nela, da liberdade, entendo-as como produções subjetivas que têm redundado no controle biopolítico, exercido com práticas que vão da sedução à militarização. O pedido por punição é construído como premissa para a existência do coletivo, sem importar os meios utilizados e o grau com que é aplicado o castigo. Pesquisas em escolas mostram como a lógica penal articula as relações cotidianas, condicionando as possibilidades pedagógicas à soberania da norma, em nome da formação cidadã, para a qual toda forma de coação se justifica. Nesse movimento conceitos como o de segurança orientam tanto a noção de cidadania quanto de liberdade, acoplando e capturando ambos em uma lógica que demanda coação em qualquer de suas manifestações. As práticas da escola fazem parte de uma arte de governar que, de acordo com Foucault, referindo-se ao poder do Estado, estabelece suas regras e racionaliza as maneiras de fazer "propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser". Desta perspectiva podemos pensar o que se produz como tema, como questão, como problema dentro da escola. Abordar as aflições da escola por meio de outras compreensões, com outras ferramentas, é um movimento estranho cuja lógica ou racionalidade tem que ser apresentada para produzir interesse: uma questão de produção subjetiva.

Transversalizando proteção, lei e ordem no campo da infância e da adolescência

Maria Livia do Nascimento

As chamadas leis de proteção à infância e à adolescência estão se ampliando a cada momento, estendendo-se a diferentes espaços, sendo tomadas como verdades absolutas, estáticas e fechadas. A fim de pensar o que está se produzindo nos encontros entre proteção, lei e ordem buscarei questionar o território isolado das verdades que as práticas de proteção ocupam no contemporâneo. Lanço a proposta que esses domínios se tranversalizam e participam dos processos de judicialização que invadem a vida contemporânea. Quando a sociedade define que tendo uma lei, a questão se resolve, e os debates em torno de tal questão esmorecem, já que ficam instituídas subjetividades identitárias, cria-se a polaridade sujeito agressor/sujeito vítima, são estabelecidas verdades, rompendo-se as poucas possibilidades para uma convivência mais solidária, que privilegie acordos e encontros. Com a presença da lei, o hegemônico é a política criminal, de encarceramento, fundada no princípio da punição, considerada justa por ser legal. No contexto da chamada proteção à infância vemos a presença frequente da punição, que se dá pela judicialização das práticas de atendimento a essa população. Amplia-se o poder judiciário dirigido à criança e ao adolescente, uma estratégia ao mesmo tempo de proteção e de maximização de controle biopolítico pelo dispositivo da segurança. As análises sobre o tema presentes no texto "Segurança território e população", um dos cursos de Michel Foucault no Collège de France, autorizam colocar a proteção como um problema, implicando retirá-la do lugar no qual é compreendida como naturalmente boa, quando vista em sua forma imediata e aparente obviedade, cujo plano de organização se sustenta na fixação, em estados definidos e estruturados. Constituir a proteção como um problema abarca acontecimentos políticos, econômicos, sociais, subjetivos que emergem quando diferentes forças entram em ação, produzindo efeitos que não podem ser antecipados. Divergir de sua versão naturalizada envolve discutir as práticas ditas de proteção a partir de diferentes referenciais: a ideia de prevenção, o controle da vida, a despotencialização do cotidiano, o questionamento das chamadas políticas públicas, os investimentos econômicos feitos em seu nome, e a produção de saberes e de especialistas nesse campo. Tomar a proteção como um problema é incluir todas essas dimensões em sua análise, privilegiando os exercícios capilares de saber-poder que geram realidades vistas e ditas sobre ela. Tal proposta vem sustentando as pesquisas feitas pelo PIVETES (Programa de Intervenção Voltado às Engrenagens e Territórios de Exclusão Social), que em suas pesquisas toma a proteção como uma construção histórica, ou seja, como uma concepção

associada a determinadas práticas/discursos, com uma emergência em um dado período histórico, inserida em um determinado jogo de forças. Dessa maneira, não procura determinar um significado intrínseco de proteção, o que é ou o que deveria ser a proteção de crianças e adolescentes, mas interrogar o modelo de proteção que vem sendo instituído a partir de práticas e discursos contemporâneos. Seguindo esse pensamento, o Pivetes tem analisado documentos oficiais relacionados à proteção da infância e da adolescência. Entre os textos selecionados, podem ser citados o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, a Lei da Adoção e o Plano Mater. A partir dessas fontes de dados, tem realizado uma cartografia das práticas e discursos de proteção, buscando perceber os territórios desenhados, quais as rotas e estradas principais indicadas, quais os percursos que as práticas cotidianas percorrem, que trilhas e atalhos clandestinos são possíveis. Para tanto são utilizados alguns referenciais teórico-epistemológicos: as contribuições da análise institucional francesa propostas por René Lourau; o pensamento de Michel Foucault sobre produção de verdades e relações de saber-poder; a noção de risco discutida por Robert Castel; as contribuições de Félix Guattari ao discutir a produção de subjetividade e as tendências que compõem a judicialização da vida também analisadas por Foucault. Desse modo, a proposta de pesquisa do PIVETES aponta problematizações de algumas instituições (assistência, infância, família, abandono) que atravessam os documentos analisados, visando pensar as relações que se estabelecem entre, proteção, lei e ordem.

Um percurso entre instituições

Anita da Costa Pereira Machado

O objetivo da presente comunicação é de apresentar um relato de experiência que envolve três contextos institucionais, com articulações produtoras de complementações, oposições e tensões. Delimita-se o início deste percurso com a atuação como coordenação de projeto social cujo objetivo é oferecer cursos de qualificação profissional básica a adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Foram três anos de trabalho, e dentre as diversas atividades relacionadas com a coordenação a que mais demandou atenção foi a do acompanhamento dos educadores. A base, portanto, para uma pesquisa em um contexto acadêmico foi a própria reflexão sobre o trabalho desses educadores; representantes de uma Organização Civil de Interesse Público, em atuação em um outro contexto institucional, com a característica de privação de liberdade, os Centros de Internação Socioeducativo ao

Adolescente. O referido projeto aumentou sua abrangência, atingindo 360 cursos em 2012, em 44 Centros. Os cursos são caracterizados pela carga horária reduzida (50 horas/aula distribuídos em 20 encontros) com a oferta de 74 opções, divididos em 9 arcos ocupacionais. O conteúdo programático dos cursos é constituído dos: específicos e os denominados básicos. Estes se referem aos assuntos identificados como de base para o entendimento da cidadania. Destaca-se que o modo de organizar o fazer qualificação profissional é operado dentro do campo da educação, portanto é permeada pela própria concepção de educação da Organização. Esta inclui não exclusivamente uma iniciação para o mercado de trabalho, mas para além deste objetivo tem a intenção de estimular os adolescentes a pensarem sobre o mundo do trabalho e a participação deles nesse mundo e na própria sociedade. Percebeu-se que esse objetivo foi perseguido na tensão de demandas institucionais, por vezes, antagônicas a interesses e necessidades dos que se propõem educar; como também na diferença de olhar, pensar e praticar a educação. Em termos de resultados quantitativos desde 2008 foram certificados 28.985 adolescentes através da participação em um ou mais dos 2.794 cursos realizados. A necessidade de pensar sobre os limites e possibilidades dentro dos regimes de verdades em circulação no campo da educação e da privação de liberdade foi o que levou a trabalhadora passar a pesquisadora. Trânsito que traz um deslocamento penoso por operar na mudança de relação com o campo de pesquisa, mais do que isto uma mudança subjetiva a qual não se preserva um olhar fixo em nome de uma idéia hegemônica de identidade e de instituição. Os efeitos deste movimento foi abrir espaço para se pensar, como também, deparar-se com outros limites produzidos; não pela instituição que se pesquisa, mas pela qual se pesquisa. O jogo de tensão entre saber, poder e ser ganhou contornos mais complexos. Iniciado em 2012, o mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento trouxe como principal resultado a força da imaginação como dispositivo para pensar alternativas frente as exigências acadêmicas redutoras desta experiência a um produto e não uma produção. Sendo que as exigências das referidas práticas engendram reflexões para se pensar nas produções de subjetividades em jogo seja dos adolescentes como alvos das ações de uma organização não governamental, seja como alvos da ação de pesquisa realizada por meio de uma instituição universitária. Tendo como objetivo o relato de experiência, sem ainda ter se chegado a etapa da pesquisa de campo, voltar-se para as relações institucionais de saber/poder e os efeitos nas subjetividades dos adolescentes, penso que o Grupo de Trabalho Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil é o que mais pode acolher tal proposta. Já que o que se propõe não são resultados, mas espaços de interlocução que permita outros modos de pensar as relações institucionais.

"Não deu tempo de viver honestamente": sentidos de futuro para adolescentes privados de liberdade

Isadora Dias Gomes, Veriana de Fátima Rodrigues Colaço

Este trabalho tem como base as análises do estudo piloto de um projeto de mestrado que está em desenvolvimento, cujo interesse decorreu da experiência da autora principal como integrante do setor psicológico de um centro socioeducativo na cidade de Fortaleza, onde adolescentes cumprem medida socioeducativa (MSE) de privação de liberdade por ordem judicial. A elaboração do projeto surgiu diante da dificuldade de construir projetos de vida com os adolescentes atendidos e sendo esta uma exigência jurídica para avaliação de progressão ou supressão da MSE. Este estudo busca, a partir de uma compreensão histórico-cultural do desenvolvimento humano, compreender os sentidos e significados de futuro produzidos por socioeducandos. Tal recorte tem possibilitado uma maior compreensão das percepções do tempo, pelos adolescentes internos, bem como da sua prática prospectiva e da maneira como constroem planos para o futuro. Para este fim, está em curso uma pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-intervenção, onde trazemos uma discussão a respeito da violência urbana, da criminalidade como meio de vida, vulnerabilidade social e risco social. Além de uma inserção de cunho etnográfico, foi realizado um estudo piloto, a fim de obter alguns dados preliminares e testar a metodologia escolhida. Para tanto, foi realizada, num centro socioeducativo de internação provisória, uma oficina temática para o desenvolvimento do tema. Para realizar a análise dos dados, utilizamos a compreensão histórico-cultural do desenvolvimento humano, com inspiração na metalinguística bakhtiniana, e temos como recorte a categoria de fatalismo trazida por Martin-Baró, e a compreensão da adolescência e juventude como construções culturais. Como resultados preliminares encontrados no estudo piloto, queremos destacar a maneira como os adolescentes fazem planos para o futuro, baseados na baixa perspectiva de vida. Percebemos que o fazem de modo contrário ao esperado por quem busca manter a preservação e continuidade do viver; entregam à divindade ou ao destino os cuidados com suas vidas, não se responsabilizando tanto pela manutenção da mesma; e apresentam sonhos de viver uma vida honesta, mas não esperam concretizar por considerarem não ter tempo de vida para isso. Esta investigação é investida de uma implicação ética que se baseia no cuidado. A mesma se constitui como um posicionamento pessoal e profissional amplo, de quem se vê como parte constituinte da sociedade e deve, portanto, ter suas interações impregnadas da sua visão de mundo. É uma busca por auxiliar os jovens em conflito com a lei e uma maneira de aprofundar

o pensamento e a reflexão sobre a prática profissional do psicólogo, a fim de encontrar soluções alternativas para angústias que, muitas vezes, não encontram diálogo e ressonância institucional. Este trabalho visa contribuir para a solução para impasses profissionais, numa relação de parceria com as diversas instâncias: estado, família, adolescentes, profissionais. O fio condutor desta pesquisa-intervenção é a busca de estratégias para fazer cumprir os direitos humanos fundamentais, diante a complexidade de visões que este tema particular faz surgir. Os apontamentos percebidos nos levam a focar na necessidade de maior compreensão da dinâmica da vida do jovem que se utiliza do ato violento como meio de vida, de maneira que as intervenções possam ser mais efetivas, baseadas nos significados concretos construídos a respeito do futuro. Esperamos que as oficinas propriamente ditas possam fornecer subsídios para a composição futura de tais intervenções.

GT 26. PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

"Do ventre escuro de um porão vou baixar no seu terreiro": Candomblé e resistência

Veridiana Silva Machado, José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Envolver a psicologia no debate sobre as relações étnico-raciais significa exigir um posicionamento teórico e político, a respeito da promoção da igualdade racial e do combate ao racismo. A par de pesquisas e discussões sobre a compreensão do sofrimento psicológico e consequências do racismo faz-se necessária uma discussão epistemológica sobre teorias, práticas e métodos que atendam as questões psicossociais dos grupos sociais por ele atingidos. Neste sentido, propõe-se aqui uma reflexão sobre como uma religiosidade de matriz africana - o Candomblé - pode contribuir para a promoção da igualdade racial discute-se como a psicologia poderia contribuir para o enfrentamento do desconhecimento, desrespeito, e rejeição ainda muito sofridos pelas religiões de matrizes africanas. No caso do Brasil, deve-se considerar as consequências da diáspora negra, pois durante mais de trezentos e cinquenta anos os navios negreiros trouxeram, além de seres humanos com a imposta condição de escravos, identidades e tradições que foram e são fundamentais na constituição de parte significativa da cultura brasileira. A sobrevivência e preservação dessas expressões religiosas por si só já representam um movimento de resistência cultural e social, materializado em práticas tais como: a reelaboração dos cultos aos inquisses, voduns, orixás; a reconstrução de espaços rituais sagrados em que são preservadas famílias (de santo) e relações comunitárias, assim como heranças linguísticas, cosmologias, hábitos e costumes africanos reagrupados em nações de

Candomblé. Também foram estabelecidas alianças e "sincretismos" com outras expressões religiosas - catolicismo e espiritismo - além da inclusão de práticas alusivas ao elemento ameríndio presente na memória social e constituinte da sociedade brasileira. Sobre a temática da identidade pessoal e social, destaca-se que o pertencimento à religiosidade afrobrasileira e/ou a uma "instituição" religiosa de matriz africana é de extrema relevância na afirmação de uma identidade negra, em resposta à "morte social" e psicológica vivenciadas pelos africanos escravizados e suas consequências. É imprescindível sublinhar que o terreiro de Candomblé, enquanto comunidade religiosa, proporciona um avanço na reflexão sobre identidade e relações raciais, pois nesse espaço ocorre o resgate de histórias ancestrais e a sua transmissão aos mais novos, possibilitando aos sujeitos a vivência de tradições que os referenciam psicológica e socialmente. O terreiro também é um espaço democrático de convivência entre negros, brancos e estrangeiros. Deste modo, por meio da religiosidade de matriz africana foram preservadas ideologias, pensamentos e um ethos africano, alicerces revelantes para o enfrentamento político e combate ao racismo. A psicologia pode contribuir e participar deste embate mediante a explicitação de como se constrói e como se expressa o sujeito dentro de determinado contexto social, para tanto sendo fundamental compreender como cada sistema cultural desenvolve concepções de mundo, modos de ser e valores específicos. Esta perspectiva, igualmente previne que inadvertidamente se reproduzam hierarquias e relações de poder racistas dentro do campo dos saberes psicológicos, fortalecendo a psicologia social brasileira no atinente ao enfrentamento da ideologia do sistema racista no Brasil.

A Memória Social Indígena: a Psicologia em questão

Juliana Dal Ponte Tiveron, José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Recentemente, foi reencontrado o Relatório Figueiredo produzido pelo procurador Jader de Figueiredo Correia. Nele, há denuncias de violências cometidas contra várias etnias indígenas, referentes à presença de trabalho escravo e tortura, na época da ditadura militar, tendo o aval do Governo Federal. Considerando a problemática explicitada neste documento como violações aos direitos humanos, este estudo tem como objetivo específico articular e ampliar a problemática das relações étnico-raciais propondo uma reflexão, por meio do conceito de memória social e de pesquisas sobre povos tradicionais, a respeito da ressurgência e manutenção de preconceitos que afetam as estruturas sociais indígenas e as dimensões psicossociais constituintes de suas subjetividades. A concepção de que é possível a memória ser construída socialmente, ser transmitida em rituais e os conflitos históricos-morais serem

ressignificados ultrapassa a visão individualista de memória, identidade e história, e pode contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos psicológicos sociais. Considera-se que as pessoas se lembram de um acontecimento público a partir da interpretação da ideologia dominante, sendo que há sempre uma narrativa coletiva privilegiada no interior de um mito ou ideologia que serve ao poder que a difunde. Sendo assim, quando um grupo de pessoas trabalha conjuntamente elas criam esquemas de narração e interpretação dos fatos vividos que permitem a construção de uma versão coletiva dos acontecimentos. Em contrapartida, quando não há a elaboração grupal de certos acontecimentos, estes são esquecidos e desconsiderados nas narrativas, o que impossibilita a construção social da memória. Em alguns documentos na época colonial, os jesuítas registraram as dificuldades que encontraram na conversão dos Tupinambás ao cristianismo, por estes serem indiferentes ao dogma e se recusarem em escolher. Além disso, muitas vezes, os índios foram definidos como não tendo história e de esquecerem com facilidade os acontecimentos. Estas declarações podem ter sido baseadas, principalmente, pelo despojamento indígena de rememorar as figuras de seus fundadores, e de não estabelecerem uma cronologia de seus relatos de acordo com uma ordem de sucessões das pessoas; bem como por não realizarem registro escrito e por serem nômades. Estes foram alguns dos motivos pelo qual o Estado, em conjunto com a Igreja, propôs a realização de aldeamentos e estabelecimentos de regras e horários no intuito de coagi-los à exploração da sua mão de obra e ao sedentarismo. O não reconhecimento da diferença na organização do saber do passado nas culturas indígenas pode ter potencializado a concepção de que os índios não são agentes de sua própria história, e, portanto, precisariam ser tutelados, e até proibidos de realizar suas práticas culturais. Em relação aos índios de São Paulo, há estudos que indicam que, no princípio da colonização, foram divididos entre aqueles que aceitavam a presença dos colonos e jesuítas – tupi-guaranis – e aqueles que se mantinham hostis ao contato – "Coroados" ou tapuias. Com isso, parece haver uma mitografia paulista construída na concepção de que os índios Guaianá, de Piratininga, eram descendentes dos Tupi. Porém, desde a última década do século XIX, há estudiosos que afirmam que os Guaianá eram descendentes diretos dos Tapuias, possivelmente, Kaingang. A suposta mitografia pode fazer referência à ambivalência da percepção do índio pelo colonizador, como sendo, ora inocente e feliz, ora bárbaro e maldoso. Também, pode fazer referência à própria política indigenista dos colonizadores, que, ao mesmo tempo em que empregava posturas favoráveis a alianças e assimilação do indígena, também era constituída por práticas de extermínio étnico deliberado.

A noção de pessoa na Psicologia Crítica africana: contribuições para a descolonização da Psicologia

Simone Gibran Nogueira

Este trabalho é parte integrante do doutorado em Psicologia Social defendido na PUC-SP intitulado "Psicologia Crítica Africana e Descolonização na Prática da Capoeira Angola". A atual comunicação oral tem por objetivo: 1) apresentar uma análise crítica dos processos de colonização do pensamento e prática em Psicologia com base no eurocentrismo e na ideologia da supremacia racial branca; 2) ressaltar a importância de descolonizar a lógica do conhecimento por meio da produção de epistemologias não hegemônicas oriundas da história, cultura e experiência vivida de povos oprimidos; 3) indicar os estudos críticos africanos como uma possibilidade de produção de epistemologias inovadoras, descrevendo brevemente sua produção histórica em Psicologia; e, por fim, 4) expor dimensões psicossociais da noção de pessoa dentro da perspectiva africana, apontado desafios para a produção de conhecimentos e práticas libertadoras em Psicologia. Esta comunicação oral tem muitas afinidades tanto com o eixo temático "Políticas de igualdade racial e étnica no Brasil: histórico e desafios contemporâneos" quanto com o grupo de trabalho "Psicologia e Relações Raciais no Brasil: aspectos históricos, teóricos e metodológicos". Estas afinidades podem ser observadas nas propostas de reflexão crítica do trabalho, ao analisar processos de colonialidade do saber, que favoreceram a constituição das estruturas sociais opressoras e racistas que fundam a sociedade brasileira; bem como ao anunciar possibilidades de descolonização e libertação do pensamento e prática em Psicologia que poderão contribuir para a promoção da igualdade racial e étnica no Brasil. Este trabalho traz ainda uma contribuição inovadora para o debate sobre a descolonização da Psicologia enquanto ciência e profissão, na medida em que busca explicitar e valorizar a perspectiva de ser humano ou pessoa na matriz cultural africana. Esta perspectiva traz consigo desafios filosóficos, epistemológicos e metodológicos para a produção de conhecimentos e práticas em Psicologia. O presente trabalho está circunscrito dentro de perspectivas teóricas e epistemológicas não hegemônicas. Para a análise crítica dos processos de colonialidade do saber utilizo referências de pensadores latino-americanos da libertação e pensadores do movimento de produção de epistemologias do Sul, entre eles: Henrique Dussel, Anibal Quijano, Ignácio Martín-Baró, Boaventura de Santos Souza, Paulin Hountoundji, entre outros. Para fundamentar a apresentação da perspectiva africana de produção de conhecimentos em Psicologia utilizo referências como: Cheik Anta Diop, Abdias do Nascimento, Elisa Larkin

do Nascimento, Pertronilha Beatriz G. e Silva, Maulana Karenga, Na´im Akbar, Wade Nobles, Sobonfú Somé, John Mbiti, e outros. Para produzir esta análise crítica, realizei estudo sistemático de referências fundamentais do pensamento crítico latino-americano da libertação, das epistemologias do sul e da Psicologia crítica africana. Este esforço foi complementado por um estágio de doutorado nos Estados Unidos, onde pude conhecer pesquisadores mais experientes e aprofundar estudos na perspectiva africana em Educação e Psicologia. Este intercâmbio foi importante, já que a Psicologia crítica africana ainda não se desenvolveu no Brasil, com exceção dos trabalhos de Ronilda I. Ribeiro. Esta pesquisa traz não só uma crítica aos processos de colonização do pensamento e prática em Psicologia, mas, principalmente, compartilha um campo de conhecimento que vem se consolidando em outros países há mais de 50 anos. Apesar dessa tradição, aqui no Brasil a Psicologia crítica africana ainda é uma novidade. A investigação buscou mostrar que esse campo de conhecimento tem em nosso país um solo fértil, já que mais da metade da população é afrodescendente. Dentro da perspectiva de matriz africana, a pessoa é compreendida a partir de uma existência trina, ou seja, ela é composta pelos planos físico, mental e espiritual. Esta existência trina é orientada pelo princípio filosófico da sobrevivência da tribo; isto significa que a pessoa só existe enquanto um membro da comunidade ou coletivo a que pertence. A comunidade em que a pessoa está inserida é estendida, é ampla, ela é composta pelos que já morreram (mortos-vivos), os viventes e os que ainda não nasceram. Todos que pertencem ao coletivo têm relações uns com os outros por meio do sistema de parentesco entre si, no qual uma pessoa tem muitas mães e pais, tios e tias, avós e avô, irmão e irmãos, e esse parentesco não é determinado somente pelas relações consanguíneas, mas pela socialização comunal. Dentro da experiência vivida neste contexto social, a dimensão psicossocial da pessoa é compreendida como NÓS, e não como EU (Nobles, 2009 e 2006; Somé, 2007; Akbar, 2004; Mbiti, 1970). Interessante é refletir como todas estas dimensões estão interligadas e se auto influenciam na composição da vida individual e coletiva. Essa perspectiva anuncia um desafio para futuras investigações neste campo, como produzi conhecimento e práticas em Psicologia que abordem a noção africana de pessoa?

A socialização do racismo aversivo em crianças

Khalil da Costa Silva

O presente trabalho teve como objetivo geral analisar novas formas de expressão do racismo em crianças. Compreendemos o racismo como uma ideologia pseudo-científica, desenvolvida ao final do século XIX, baseada na crença de que determinados atributos físicos, tais como a

cor da pele ou traços faciais implicam em qualidades psicológicas ou tendências comportamentais. Embora seja condenado nos âmbitos legal e moral nas sociedades democráticas, os estudos realizados no campo da Psicologia Social das relações intergrupais têm sinalizado a manutenção do racismo, ainda que expresso de formas mais indiretas e sutis em consonância com as normas anti-preconceito vigentes na sociedade atual. Dentre estes "novos racismos", a literatura revisada destaca a teoria do racismo aversivo, a qual propõe que, uma vez que atitudes e comportamentos de conotação racial têm sido alvo de censura, as pessoas brancas esforçam-se para preservar uma imagem igualitária e recusam-se a expressar discriminação racial de forma flagrante, contudo emitirão comportamentos discriminatórios caso não existam pressões normativas que venham a coibir tal manifestação. Com base nestas considerações, procuramos verificar formas implícitas da expressão do racismo entre crianças, considerando que estas desenvolvem atitudes intergrupais ao longo do processo de socialização. Para tanto, foi elaborado um procedimento de verificação de comportamento discriminatório através da distribuição de recompensas, na qual a criança entrevistada era solicitada a distribuir recursos entre duas crianças, sendo uma de cor negra e outra branca, ambas representadas por meio de fotografias, pré-testadas em um estudo realizado no ano de 2004. Tendo em vista o objetivo específico de verificar padrões de discriminação entre as crianças diante de diferentes contextos normativos, foi criado um delineamento independente de duas condições. Em uma condição, havia a saliência da norma anti-racista, através da presença de uma entrevistadora negra, já em uma outra condição, esta norma não era saliente (ausência da entrevistadora). Participaram do estudo 90 crianças, entrevistadas individualmente em escolas da cidade de Aracaju-SE, obtendo-se anteriormente, o consentimento livre e esclarecido dos responsáveis pelas instituições de ensino. O grupo analisado é composto por crianças brancas, de ambos os sexos, sendo que a idade dos sujeitos variava dos 6 aos 12 anos. Por meio da realização de análises de variância, observamos que o comportamento discriminatório da criança varia não só em função do contexto normativo, mas também sofre variação ao longo do desenvolvimento cognitivo. As crianças com idade entre os 6 e 7 anos, não apresentaram distinção significativa entre as duas condições analisadas, posto que em ambas exibiram favoritismo pelo alvo branco. O grupo de crianças com idades entre 8 e 12 anos, por sua vez, apresentou maior sensibilidade às pressões normativas, tendendo a exibir favoritismo pelo alvo branco apenas na ausência da entrevistadora negra. Com base nos resultados encontrados, concluímos que as crianças têm internalizado a norma anti-racismo e, tal qual os adultos, exibem formas implícitas de racismo, expressando-o diante da ausência da referida norma. Não obstante, as diferenças encontradas

nos grupos etários evidenciam a necessidade de que as pesquisas e subsequentes intervenções de combate ao racismo entre crianças devem considerar os diferentes estágios de desenvolvimento cognitivo das mesmas.

Aniela Ginsberg e o estudo das relações étnico/raciais no Brasil

Renata Rocha Tsuji da Cunha, Alessandro de Oliveira dos Santos

Esta pesquisa teve como foco a produção da psicóloga e pesquisadora Aniela Meyer Ginsberg (1902-1986) sobre relações étnico/raciais e interculturais, entre 1947 e 1978. Conhecer a contribuição da psicologia ao longo de sua história sobre estes temas pode auxiliar no debate atual sobre as relações étnico/raciais brasileiras – como pretende o GT Psicologia e Relações Raciais no Brasil: Aspectos Históricos, Teóricos e Metodológicos – para o desenvolvimento de uma práxis psicológica comprometida com a superação do racismo e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A pesquisa consistiu no levantamento bibliográfico e documental, na leitura e análise de conteúdo, e na elaboração de resenhas e quadros demonstrativos da produção de Aniela sobre relações étnico/raciais e interculturais, contendo: título, ano, local de publicação, co-autores, referenciais teóricos, método, forma de classificação étnico/racial dos sujeitos pesquisados e principais resultados. O levantamento bibliográfico foi realizado nos acervos das bibliotecas: Dante Moreira Leite do IPUSP, Nadir Kfouri da PUC/SP e no acervo da Fundação Aniela e Tadeuz Ginsberg (FATG), em São Paulo. Aniela Ginsberg é uma das principais autoras de psicologia nas décadas de 1940 a 1970 no Brasil. Filha de poloneses, chega ao Brasil em 1936 e aqui encontra a diversidade étnico/racial da população em ampla convivência – ainda que edificada dentro de uma estrutura de desigualdades e discriminação. Assim, o Brasil se torna um "laboratório social" perfeito para suas pesquisas interculturais. Seus estudos de raça/etnia configuram-se como estudos intraculturais da sociedade brasileira e de suas amplas diversidades. Aniela realizou estudos comparativos sob diversos aspectos (idade, sexo, meio social, origem nacional, influências culturais e fator étnico/racial) para investigar a natureza e a manifestação das diferenças individuais e entre grupos. Os processos migratórios, as relações étnico/raciais e os processos inter e intraculturais estavam no centro de suas investigações. Influenciada pela agenda antirracista do pós-guerra e pela difusão dos estudos das relações étnico/raciais a partir de 1930 no Brasil, Aniela tinha a preocupação de detectar as especificidades (raciais, culturais e nacionais), questionando a universalidade do saber psicológico. Nesse contexto, a psicologia intercultural era o método que permitia o estabelecimento de diferenças e de leis gerais do comportamento humano. Para

Aniela, as diferenças entre os grupos étnico/raciais – assim como as diferenças de inteligência, de idade, entre população urbana e rural, entre os sexos – são devidas mais às variáveis do ambiente, como o ambiente social e as condições educacionais, que às variáveis internas do indivíduo, como suas características físicas e psicológicas. Sendo assim, raça/etnia aparece como fator importante na compreensão das diferenças e desigualdades, devido ao meio social brasileiro, marcado pela segregação étnico/racial e pelo papel social inferior atribuído ao negro. Em seus estudos, a autora preocupa-se em abordar as desigualdades étnico/raciais como categoria de análise, para além das desigualdades puramente sociais. A principal contribuição de Aniela para o estudo das relações étnico/raciais e interculturais diz respeito à riqueza de métodos utilizados em seus estudos. Os diferentes testes que ela utiliza em seus estudos – Rorschach, Mira y López, Escala de Cantrill, T.A.T, Teste de Borrões de W. Holtzman (HIT), Questionário de Filosofia de Vida, Medida da Distância Social e o método Sociométrico – aparecem como ferramentas que permitem a comparação criteriosa e estruturada das semelhanças e diferenças entre indivíduos de raças/etnias distintas. Aniela utilizava os testes psicodiagnósticos para comparar aspectos de personalidade e de comportamento de diferentes indivíduos dentro de uma mesma etnia (viés intracultural) e de etnias diferentes (viés intercultural), confrontando dados de grupos étnicos distintos para "separar os aspectos gerais da personalidade humana das características induzidas culturalmente" (Ginsberg, 1973, p.101) . Pode-se concluir que para Aniela a metodologia aparece como resposta às questões de pesquisa: é a partir dos diferentes métodos que a pesquisadora pretende cercar todas as variáveis possíveis para tentar compreender as diferenças e as semelhanças encontradas entre indivíduos em seus inúmeros estudos inter e intraculturais. Apesar de utilizar amplamente os testes em seus estudos, a crítica a suas características sempre foi uma preocupação de Aniela: as diferenças entre os resultados de indivíduos de meios sociais e/ou de grupos étnico/raciais distintos podem ser causadas, muitas vezes, por características intrínsecas aos próprios testes utilizados, em geral, elaborados especialmente com base em indivíduos de meios sociais mais abastados (com frequência, brancos), solicitando mais seus interesses e seu o universo simbólico. Aniela procurou desconstruir, ao longo das décadas de 1930 a 1970, a visão determinista biológica das raças que prevalecia na Psicologia até então e mostrar que é na interação dos indivíduos com os grupos e com a sociedade que as diferenças podem transformar-se em desigualdades, ou seja, que as diferenças são mais construções socioculturais, do que fruto da hereditariedade.

As Comunidades Quilombolas no Município de Santarém-Pará e a vulnerabilidade programática ao HIV/Aids

Willivane Ferreira de Melo

O presente estudo tem como tema as comunidades quilombolas no município de Santarém-Pará e a vulnerabilidade programática ao HIV/aids. O uso do termo vulnerabilidade na área da saúde serve para indicar a desigualdade social, visando qualificar a suscetibilidade aos gravos à saúde. Pesquisas nacionais apontam a vulnerabilidade programática ao HIV/aids, que compreende a qualidade dos programas de prevenção e de cuidado, no contexto da saúde da população negra, inclusive quilombola. Ao tratar de comunidades quilombolas, não estamos tratando de um passado, mas de um presente vivo na história brasileira, onde a identidade quilombola é uma identidade política, de reivindicação de direitos. Os objetivos deste estudo são: investigar se há vulnerabilidade programática para o HIV/aids em comunidades quilombolas do município de Santarém, estado do Pará; identificar e analisar como se organizam os serviços para atender as comunidades a partir de informações do sistema formal de saúde e seus representantes; identificar e analisar quais e como são as ações de prevenção e de cuidado ao HIV/aids voltadas às comunidades quilombolas no município de Santarém-Pará, oferecidas pelo serviço público de saúde, a partir dos sujeitos locais das comunidades e profissionais de saúde do município. O estudo é do tipo qualitativo, e está sendo realizado em quatro comunidades quilombolas. Os procedimentos englobaram, no primeiro momento, o levantamento bibliográfico para o aprofundamento do referencial teórico, cujo percurso teve como base os estudos sobre a saúde da população negra, inclusive das comunidades quilombolas; estudos sobre o HIV/aids e o contexto das vulnerabilidades; e as articulações com o conhecimento das Ciências Sociais e a História, já que estas últimas têm percorrido um caminho de vasta produção acadêmica sobre as comunidades quilombolas e relações raciais no Brasil. O segundo momento envolverá a pesquisa de campo com as comunidades quilombolas, sendo a coleta dos dados feita por meio de entrevistas semi-estruturadas com os moradores e agentes de saúde das comunidades, conselheiros do Conselho Municipal de Saúde (CMS), gestores e profissionais de saúde do município. Além de suas lideranças, os informantes das comunidades quilombolas estão sendo indicados pelas mesmas, constituindo uma rede de sujeitos relevantes no processo de investigação. A perspectiva conceitual adotada na pesquisa é histórica e o conceito de raça quando utilizado foi a partir de uma perspectiva sociológica e dos estudos de psicologia. Os resultados preliminares indicam que houve avanços na área da saúde, no que diz respeito às

comunidades quilombolas no município, como a inserção de uma representante da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém no Conselho Municipal de Saúde, ampliação do acesso aos serviços públicos de saúde, com a implantação de uma Unidade Municipal na Comunidade Quilombola do Tiningú, dentre outros. No entanto, no que diz respeito ao HIV/aids, ainda há uma invisibilidade sobre a temática, sendo as atividades de prevenção, quando realizadas, na maioria das vezes ocorrem por meio de palestras breves de instituições de ensino superior e escolas. Neste sentido, há necessidade de maior investimento em prevenção nas comunidades quilombolas, por meio dos serviços públicos de saúde, apresentando, preliminarmente, uma vulnerabilidade programática das mesmas ao HIV/aids.

Discriminação racial e estresse: apresentação da versão brasileira da race-related stress

Claudia Mara de Oliveira Bezerra, André Faro

A literatura internacional tem apontado a cor da pele como fator determinante das iniquidades raciais saúde e inúmeros estudos relacionam as consequências da discriminação como fenômeno que altera o perfil de saúde da população preta. Ao relacionar estudos estrangeiros com o Brasil, observa-se, que um menor número de pesquisas sobre as desigualdades raciais voltam a atenção para a relação entre as disparidades segundo cor da pele. Há algum tempo as desigualdades relacionadas a saúde tornando-se tornaram foco importante de investigações em diversas áreas de estudos tais como: epidemiologia, ciências sociais e humanas. No entanto, os estudos no Brasil não têm abordado instrumentos de medidas, ou seja, escalas para analisar os efeitos da discriminação racial e as consequências sobre a saúde. A ocorrência do racismo e os efeitos da discriminação potencializam o surgimento de iniquidades na saúde, produzindo, de forma direta ou indireta, a alteração do perfil de saúde dos grupos sociais, especialmente das minorias. O estresse está relacionado à capacidade de adaptação interna e externa dos indivíduos as condições ambientais, sendo considerado um dos fatores que, em virtude de sua distribuição social desigual, incidem com maior impacto sobre minorias, dentre elas, as raciais. Esse fenômeno é resultante de contínuas avaliações de estímulos percebidos através das pressões do ambiente, psicológica e de desajustes biológicos que necessitam de recursos para adaptação diante da situação estressora. É observado na literatura que os negros vivenciam com maior frequência situações estressoras por causa do racismo e da discriminação quando comparado com outros grupos minoritários. Assim, o racismo fornece o contexto favorável para a criação e manutenção dos eventos estressores muitas vezes embasados por um contexto histórico de injustiça e desigualdade, que interfere significativamente na capacidade de

adaptação e o bem-estar dos indivíduos. Além disso, as experiências de racismo estão embutidas no contexto interpessoal, coletivo e institucional e os estudos sobre estresse e discriminação salientam que o efeito do racismo é notável entre membros dos grupos minoritários, isto por estarem mais expostos a estressores específicos, tais como: pobreza, condições precárias de moradia, ambiente social com elevado conflito tornando o indivíduo mais vulnerável e falta de segurança, que exercem ameaça direta ao ajustamento psicológico e social desse grupo. A exemplo disso, as pesquisas que relacionam o racismo associado ao estresse têm demonstrado os danos na saúde, tais como a maior prevalência de diabetes e doenças cardiovasculares. Ao realizar um levantamento em base de dados eletrônicos no Scielo, Google acadêmico, Portal de Periódicos da Capes, mencionando escala de discriminação racial em saúde. Observou-se que nos bancos de dados, ainda não há registro de escala de discriminação racial no Brasil sobre como os determinantes sociais em saúde acarretam o estresse. Devido a ausência de uma escala medidas de discriminação racial e estresse, esta pesquisa teve como objetivo realizar a descrição do processo de tradução e validação, para o contexto brasileiro, da versão reduzida da Race-Related Stress (IRRS) – Escala de Estresse Racial (EER), que mensura os estressores sociais relacionados às experiências dos negros, motivado pelo racismo. A versão reduzida da escala foi escolhida, por apresentar boas propriedades psicométricas acerca do construto medido. A escala reduzida original compreende três fatores relacionados ao Racismo Cultural (dez itens), Racismo Institucional (seis itens) e Racismo Individual (seis itens) analisados através da escala tipo Likert com cinco pontos, com os seguintes extremos: 0= Isto nunca aconteceu comigo e 4= Isto aconteceu e eu fiquei bastante chateado que versam sobre as declarações acerca da experiência dos sujeitos sobre o racismo. Os fatores são descritos da seguinte forma: Racismo Cultural corresponde às expressões individuais e institucionais de crenças, dado que a sua cultura é superior a outras; Racismo Institucional é manifestado nas políticas e práticas das instituições restringindo os direitos, a mobilidade, o acesso ou privilégios de membros de grupo racial; Racismo Individual são crença e comportamento correspondente que o próprio grupo é superior ao outro. A etapa inicial de validação foi o processo de tradução, tradução reversa e analise semântica, atestado por 5 juízes. Inicialmente foi realizado o pré-teste com 15 estudantes de graduação, averiguando-se a compreensão e clareza dos itens. Em seguida, realizaram-se procedimentos de análise fatorial exploratória e análises de confiabilidade. Compuseram a amostra final do estudo 100 estudantes universitários que se autodenominaram negros oriundos de cursos de graduação de universidades públicas e privadas do Estado de Sergipe, de ambos os sexos e idade variando

entre 17 e 35 anos. Ao final, encontrou-se que a versão final da IRRS traduzida para o português é considerada adequada ao contexto das futuras pesquisas brasileiras.

Eu sou todas elas: a luta cotidiana das mulheres negras

Márcia Figueiredo Tokita

O presente trabalho faz parte da monografia de especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira do NEAA/UEL. Esta é complementada com um vídeo documentário que retrata estórias de mulheres negras e suas trajetórias em relação ao enfrentamento do racismo no cotidiano e os atravessamentos que envolvem ser mulher e negra na atualidade. A proposta é poder se aprofundar num aporte teórico que me subisidie enquanto psicóloga social, que permita me situar melhor na complexidade das relações raciais no Brasil. Isso, para fortalecer as intervenções propostas no campo de trabalho específico da psicologia no contexto da proteção básica da assistência social, espeço em que atuo. Assim, poder compreender qual o papel da psicologia num processo de intervenção mais potente e próximo da desconstrução do racismo, da percepção do sofrimento psíquico causado por este e na construção de uma psicologia mais atuante na desconstrução de formas normativas de vida. Para esta discussão são apresentadas algumas reflexões acerca da situação da mulher negra brasileira no contexto do período de pós-escravidão. Logo após a assinatura da Lei Áurea, uma série de desdobramentos foram sendo processando e acabam por materializar alguns contextos para a situação da mulher negra, como a designação de papéis e estigmas sociais, historicamente vinculados à elas. São corpos marcados para o trabalho (neste sentido, o trabalho informal e mal remunerado), ou para satisfação sexual (a "mulata"). São, também, apresentadas duas estratégias de enfrentamento ao racismo vivido cotidianamente, que foram levantadas durante a elaboração do vídeo documentário: a construção das relações familiares e a inserção em movimentos sociais, em especial, no movimento feminista negro. Também é apresentada uma breve discussão sobre o porquê de um vídeo documentário, este foi elaborado a partir de entrevistas livres, sem um roteiro previamente estabelecido, a partir de uma inserção mais cotidiana possível. Assim, o documentário foi composto por estas falas, livres, já que na medida em que falamos, não estamos necessariamente preocupados com a coerência de nosso discurso, e aí consiste a riqueza de todo este trabalho. A fala escapa, o inconsciente escapa. A fala perpassa por uma série de espaços e, por vezes, devaneios. Também se discute a maneira como as mulheres negras são apresentadas na mídia brasileira e a constatação que, esta pode ser uma via de possibilitar uma nova e mais bela forma de construção de uma identidade negra positiva. A metodologia

trabalhada se embasa na psicologia social comunitária, usando como norteador a pesquisa no cotidiano e a noção de campo-tema. Situo-me em um lugar de pesquisadora que permite se afetar pelas inúmeras histórias da vida e de tomar posicionamento juntas e a partir das reflexões que podemos nos provocar mutuamente. Seguimos também pelo caminho da psicologia social comunitária, focada na pesquisa do cotidiano. Usando as palavras de Peter Spink (2008) o cotidiano é tudo o que temos. Todos estamos mergulhados em atividades que parecem banais e com pouco sentido, mas que na realidade são estas pequenas ações, estes fragmentos de realidade, que nos compõem enquanto pessoas no mundo. As conversas cotidianas, por mais banais e simples que pareçam, as relações que vamos construindo e permitindo que aconteçam nos inserem na noção de campo-tema. Esta noção diz do campo não como o espaço em que a pesquisa acontece, mas sim, como o espaço subjetivo, a inserção neste universo que envolve as questões relacionadas ao tema. Ou seja, ao escolher um tema de pesquisa estamos automaticamente nos inserindo no universo deste campo, nosso olhar, nossa escuta, nosso corpo todo é convocado a ele. Foi partindo deste lugar que esta pesquisa e o vídeo documentário foram elaborados. As falas apresentadas no documentário foram divididas em três momentos, a saber: as falas que traduzem os preconceitos vividos e relatados por elas, como as situações que passaram em lojas; o atravessamento da questão racial ao procurar um emprego e muitas vezes não ser selecionada; e a questão do cabelo crespo, parte marcante na construção da identidade negra. Em seguida, as formas encontradas para elaboração de tais questões, as estratégias encontradas para construir suas estórias de uma forma diferente, como a construção das relações familiares; o estudo como forma de afirmação social, da busca por um novo e diferente lugar social; a entrada na universidade, seu impacto e desdobramentos; e a inserção em movimentos sociais, que para as entrevistadas, atravessou a questão do estudo. Por fim, um fechamento deste momento, com o relato do processo de construção de uma identidade negra positiva. Para finalizar o documentário, foi apresentada, a partir de seus olhares, a construção de uma visão mais bela sobre si mesmas, com a beleza de falas que sintetizam, de algum modo, o processo delas e do documentário.

Identidade étnica e preconceito racial: um estudo com jovens de escolas públicas de Fortaleza

Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Isadora Dias Gomes, José Eleonardo Tomé Braga Júnior

O racismo no Brasil assume incontestáveis contradições, que contribuem para deixá-lo na invisibilidade e escamoteia os problemas sociais e individuais que acarreta. Por um lado, advoga-se a democracia racial num país cuja formação étnica atribui-se à mistura de raças, por outro, os dados censitários e as estatísticas econômicas atestam a desigualdade e exclusão social dos negros e pardos em relação aos brancos. Tal exclusão traz repercussões marcantes também para a constituição subjetiva das pessoas, tanto daqueles que sofrem o preconceito e a discriminação, que concreta e simbolicamente estão submetidos a uma ideologia de desqualificação e subordinação, quanto dos que se colocam na posição do branco, que se apropriam da ideia de referência sobre os demais grupos étnicos e legitimam a sua superioridade política e social, fortalecida pelo próprio poder econômico que produz essas desigualdades e as perpetuam. Trata-se de um processo perverso, que dificulta o seu enfrentamento e reforça o silenciamento acerca da discriminação racial brasileira. A recente divulgação da pesquisa "Características Étnico-Raciais da População Brasileira" (IBGE, 2011) traz importantes informações sobre a percepção da influência da cor em diferentes instâncias de convívio social, e ressalta logo na introdução a necessidade do aprofundamento de estudos que explicitem as especificidades dessa influência. O estudo revela que 63,7% dos entrevistados disseram que a cor ou raça tem repercussão sobre a vida das pessoas, e que isto se dá principalmente no âmbito do trabalho, seguido da "relação com a justiça/polícia", depois vêm o "convívio social", a escola e "repartições públicas". Portanto, as implicações presentes nas discussões sobre preconceito étnico-racial envolvem dimensões sociais, econômicas e também psicológicas. Compreendemos que as bases que fundam as relações discriminatórias entre as pessoas têm origem em desigualdades econômico-sociais, marcadas pela colonização que impõe a dominação de uns sobre outros. Entretanto, não se esgota no plano social, se enraíza também na constituição subjetiva das pessoas e é pela conjugação dessas dimensões que o preconceito se perpetua. Isso implica, ainda, que a percepção de preconceito racial é vivida, enfrentada e elaborada diferentemente, é um processo marcado pelo entrelaçamento de fatores histórico-culturais e experiências singulares e cotidianas. Com essa compreensão, abordamos a discriminação e o preconceito como práticas de violência contra pessoas que, por alguma condição de diferença, são tratadas como desiguais e submetidas ao aviltamento de seus direitos fundamentais. Neste trabalho, pretendemos colocar em discussão uma investigação qualitativa de tipo pesquisa-intervenção, que se propõe a analisar como operam fatores de risco e proteção em situações de discriminação e preconceito racial no contexto escolar. As bases teórico-metodológicas do estudo se assentam na Teoria Histórico Cultural e nos aportes conceituais

relativos às temáticas da identidade étnico-racial e dos processos de discriminação e preconceito. A realização da pesquisa envolve duas fases subsequentes, no primeiro ano em uma escola estadual e no segundo ano uma escola municipal na cidade de Fortaleza. Os procedimentos metodológicos incluem uma etapa de inserção etnográfica em cada escola e outra com a realização de oficinas com adolescentes e com professores sobre a problemática em pauta. A pesquisa está em andamento, porém já foi concluído o estudo na primeira escola. Os resultados na escola estadual em vários aspectos reforça o que temos levantado em pesquisas nacionais sobre o tema do racismo, isto é, estão ainda enraizados o preconceito e a discriminação étnico-racial, fortalecidos pela invisibilidade do problema no Brasil e o mascaramento sob outras formas de violência e situações de vulnerabilidade, que contribuem para o não reconhecimento e enfrentamento do racismo em nossa sociedade. No contexto escolar, apesar da obrigatoriedade de implantação de políticas afirmativas como a lei 10.639, a adoção do sistema de cotas e outras iniciativas originárias das lutas do Movimento Negro, nossos resultados não são reveladores de uma mudança na direção do efetivo combate ao racismo e da implantação de práticas que promovam a igualdade étnico-racial. Portanto, no que diz respeito aos nossos objetivos e questão de pesquisa, as análises dessa etapa inicial referentes a um dos lócus do estudo, nos encaminham para a conclusão de que na escola, tanto quanto em outros contextos sociais, o preconceito racial opera de forma excludente nas interações dos estudantes e de professores, e a tentativa de sua negação e encobrimento fortalece mecanismos de resistência e não enfrentamento de situações concretas de racismo que surgem no cotidiano escolar. Neste sentido, as práticas racistas se constituem como risco pessoal e social. Verificamos, entretanto, que a autoafirmação identitária, mesmo em um contexto discriminatório, pode funcionar como fator de proteção, na medida em que tal postura afirmativa favorece a compreensão dos fatores históricos e sociais envolvidos no preconceito, que fortalece a autoestima e cria condições para um posicionamento social positivo.

Interseccionalidade Gênero, Raça e Etnia e a Lei Maria da Penha

Raquel da Silva Silveira, Henrique Caetano Nardi

A violência de gênero contra as mulheres é um fenômeno mundial que tem sido abordado exaustivamente. A maioria dos estudos aponta que se trata de um problema universal, sem distinção de qualquer marcador social. O objetivo geral desta pesquisa foi evidenciar a forma como a interseccionalidade gênero, raça e etnia emerge no discurso jurídico sobre as mulheres que acessam a justiça e como esta articulação caracteriza as relações de poder nas quais estão

imersas. Desta forma, este trabalho pretende contribuir com as discussões propostas pelo eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções", uma vez que esta pesquisa aborda a interseccionalidade gênero, raça e etnia. A partir de um olhar da Psicologia Social, compreende-se que a produção de subjetividade é afetada pelas práticas judiciárias, podendo a interdisciplinaridade com o campo jurídico potencializar análises sobre as políticas públicas. O referencial teórico-metodológico foi composto pela análise das práticas discursivas e não discursivas de Michel Foucault; pelo conceito de interseccionalidade; pelo conceito de gênero e pelos marcadores sociais de raça e etnia. Buscou-se realizar uma comparação entre a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) com a legislação espanhola de Proteção Integral à Violência de Gênero (LO 1/2004), bem como das práticas jurídicas nas cidades de Porto Alegre e Sevilha. A pesquisa de campo em Porto Alegre foi realizada em três locais: Delegacia da Mulher, Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e ONG Maria Mulher. A metodologia de trabalho integrou uma ação de extensão universitária de atendimentos interdisciplinares a mulheres que buscaram os dois órgãos públicos citados. O período de trabalho de campo foi de 14 meses entre agosto de 2010 e outubro de 2012. Foram utilizados recursos da pesquisa quanti-qualitativa, em três amostras de conveniência. No JVDFM foram analisados 70 processos judiciais. Na Delegacia da Mulher foram analisados 55 boletins de ocorrência (BOs). Além disso, foram realizadas entrevistas com 290 mulheres que acessaram a Lei Maria da Penha, tanto através da Delegacia da Mulher quanto do JVDFM. Também foram realizadas entrevistas com quatro os/as juízes/as do JVDFM de Porto Alegre e dois juízes na cidade de Sevilha, bem como foram pesquisados documentos oficiais sobre o andamento dos processos judiciais e desempenho das atividades dos magistrados/as. Os resultados apontam que as mulheres negras que procuraram a Delegacia da Mulher e o JVDFM, em comparação com as mulheres brancas, apresentaram menor escolaridade nos níveis fundamental e superior, e, consequentemente, reflexos dessa desvantagem nos rendimentos inferiores e postos de trabalho menos qualificados. Foi identificada uma diferença de percentuais na representatividade das mulheres negras que acessaram a Lei Maria da Penha, sendo que na amostra com maior número de mulheres, houve uma sobrerrepresentação das mulheres negras, assim como nos boletins de ocorrência investigados. Assim sendo, na questão do acesso a justiça, em seus níveis iniciais dos trâmites burocráticos, as mulheres negras parecem buscar de forma mais intensa esses recursos. Nas falas dos/as juízes/as entrevistados/as, a interseccionalidade gênero-raça e etnia não é reconhecida como elemento que interfira no acesso à justiça, tanto em Porto Alegre como em Sevilha. Prevalece uma concepção do sujeito

de direitos universal, em que não só a raça é deixada de lado, como também outros marcadores sociais importantes, como a classe e a idade, também não são abordados.

Nem Tupi nem Tapuia: resistência, multiplicidade e organização sociopolítica: a dinâmica identitária dos indígenas brasileiros

Bruno Simões Gonçalves

O objetivo da comunicação é explicitar dinâmica identitária dos indígenas brasileiros na contemporaneidade a partir das política indigenista promovidas desde a metrópole até o atual conformação do Estado brasileiro. Tema pouco trabalhado pela psicologia, a identidade indígena em seus diferentes desdobramentos e dimensões é atravessada diretamente pela questão racial brasileira. Nesse sentido, a reflexão coletiva buscando compreender as aproximações e distanciamentos entre a formação identitária do indígena e de demais povos se apresenta enquanto um importante espaço para compreensão da dimensão subjetivas das relações étnico raciais no Brasil. A política indigenista no Brasil se adaptou, desde o período colonial, aos ciclos de expansão mercantil e territorialização de um modo de produção baseado na dominação e controle das populações indígenas. Baseado na dupla identidade atribuída aos índios de bravios (tapuias) e mansos (tupis), tais políticas nunca se preocuparam com a multiplicidade cultural dos povos originários e suas diferentes formas de resistência e adaptação ao crivo da dominação. Pelo contrário, a ação do Estado sempre foi de reforçar e legitimar a Colonialidade do Poder através de práticas sociais com base no racialismo para controle do trabalho indígena. A partir de diversas estratégias ações como alianças políticas, revoltas e inúmeras formas de mestiçagem entre diversas populações os povos indígenas chegam na atualidade protagonizando um movimento intenso de afirmação de sua indianeidade onde se mesclam traços - tido como tradicionais como "indio guerreiro" e índio como detentor de "saberes tradicionais" – com desdobramentos contemporâneos dessa identidade como índios urbanos, índios resistentes e índios protagonistas de ações políticas que abranjam toda sociedade e não só as populações indígenas. A sociedade brasileira se depara hoje com o desafio de desvendar o imbricamento entre a formação identitária e nossa secular estrutura de opressão e dominação dos povos que se formaram historicamente não só no Brasil mas em toda América Latina. Pela teoria do reflexo, somos um continente pleno de fantasmas. Fantasmas criados pelo olhar e práticas raciológicas e pela exploração de diferentes povos do mundo que aqui habitam secularmente. Destituir a Colonialidade do Poder e seu espartilho intelectual passa a ser então o horizonte de uma outra modernidade, menos anômala, menos fantasmática. A formação

histórica da identidade indigena brasileira desvela esse processo de invisibilização. Através de suas identidades atribuídas e da resistência históricas desses povos, capturamos a lógica perversa da Colonialidade do Poder em seu centro de gravidade etnocêntrico que não reconhece a importância desses povos para o processo histórico de nosso continente. Nesse jogo de espelhos, as populações indígenas buscam fortalecer sua etnicidade na correlação de forças com o Estado e com as diferentes formas de organização da sociedade civil. Buscando afinidades e diferenças, os indígenas passam direcionar seus caminhos políticos se desvencilhando assim do herança tutelar. No campo das afinidades, tem se sobressaído novas relações com outros grupos subalternizados tanto do meio rural, movimentos organizados do campo - como urbano - movimentos de saúde e moradia. Outras afinidades se estabelecem no plano da visão de mundo e em matrizes fundamentais para reprodução de seu modo de vida, como a religiosidade e o saberes tradicionais. Nas diferenças, tem realizado ações de caráter contestatório à concentração fundiária, grandes estruturas construídas em seu território sem consulta prévia e denúncia das mais variadas formas de violência simbólica no campo religioso e racial. Ou seja, os índios têm buscado, o apoderamento de sua identidade de povos em luta e donos de um saber próprio que estão em relação direta e atuante com as demais forças da sociedade. Nesse caminho, têm se sobressaído ações contestatórias que articulem sua condição étnica à sua posição de subalternizados. Nem tupi nem tapuia, os índios brasileiros atravessam o séc XXI como detentores de saberes e caminhos que estão em movimento constante não só na busca de sua própria emancipação mas atuando diretamente na complexa correlação de forças que conformam a sociedade brasileira em seu mais diversos âmbitos. O presente trabalho é resultado de pesquisa bibliográfica e de campo na Bolívia, Peru, Colômbia e Equador, além de trabalho realizado no Brasil na área de etnodesenvolvimento e intervenção psicossocial junto ao movimento indígena brasileiro

O fenômeno da despersonalização e suas relações com a infra-humanização e o racismo

Floricelia Santana Teixeira

O principal objetivo deste estudo foi investigar a despersonalização e a relação com a infra-humanização, o preconceito implícito e o preconceito explícito por meio de tarefas de formação de impressões com auxílio do programa IAT(Inquist Association Test). Abordamos três pressupostos teóricos: a infra-humanização, a despersonalização e o racismo. A infra-humanização é um fenômeno que se diferencia da despersonalização, pois a primeira consiste em perceber o indivíduo como não portador de traços fundamentais para o pertencimento ao

grupo humano. Enquanto, o segundo sequer concebe o indivíduo como um ser dotado de individualidades, não havendo a concepção de que o outro deve ser visto como ser humano. Numa relação de conflito entre grupos, pode ocorrer a despersonalização dos membros do exogrupo, como também a infra-humanização e consequentemente o racismo. Este estudo partiu do princípio de que quando o sujeito investe mais tempo para formar uma impressão, ele estará mais atencioso e motivado, havendo a personalização do alvo. Ou seja, quanto maior a latência de resposta durante o processo de formação, mais personalizado será o alvo, no entanto uma baixa latência de resposta servirá como indicador de despersonalização do alvo. Foram 49 estudantes com idades entre 17 e 36 anos (M = 20.8, DP = 4.3), dos quais 34 declararam-se como negros, seguindo os pressupostos do IBGE, e 15 participantes como brancos. Os resultados apresentaram que os estudantes, independente da sua cor de pele, demoraram mais tempo em formar impressões sobre os alvos brancos do que sobre os alvos negros, personalizando os brancos e despersonalizando os negros. Com relação ao efeito da infra-humanização também demoraram mais tempo para atribuir afetos (sentimentos e emoções) ao alvo branco do que ao alvo negro, frisando que mais uma vez houve uma maior dedicação de tempo por parte dos estudantes em personalizar os alvos brancos. Encontramos correlações significativas entre a despersonalização e a infra-humanização [r(49) = .46, p= .000]. No entanto, não houve correlações com o preconceito implícito [r(49) = .-12, p= .40], nem com o preconceito explicito [r(49) = .07, p= .65]. A consequência mais imediata da despersonalização é constituir uma representação pouco complexa e pouco diferenciada sobre o indivíduo, fortalecendo apenas os atributos de sua pertença categorial. Assim, o sujeito arca com todos os estereótipos atribuídos a seu grupo de pertencimento. A análise dos resultados deste estudo elucida que pesquisas como estas são relevantes para a identificação de possíveis comportamentos preconceituosos que têm como consequência a exclusão do indivíduo. Apesar de ser um fenômeno comum na história da sociedade, a despersonalização ainda recebe pouca atenção na literatura psicossocial.

Pensar o racismo no Brasil através do diálogo entre a antropologia e a psicologia

Ana Lúcia de Lima Pazos Vasquez

O trabalho busca recuperar de forma breve algumas informações de caráter histórico sobre a constituição de um pensamento sobre as relações raciais no Brasil, a partir da adesão de nossos intelectuais do século XIX às teorias raciais em voga na Europa de então, passando pelas formulações teóricas engendradas em território nacional por médicos e antropólogos do início

do século XX para chegar ao desenvolvimento das políticas públicas de inclusão étnico-racial colocadas em prática pelo estado brasileiro nos últimos anos. O objetivo dessa recuperação é possibilitar a compreensão do racismo praticado no Brasil como o resultado de algo que se inscreveu na cultura brasileira a partir da vivência da escravidão. Associando perversamente a cor da pele à posição ocupada pelo sujeito na sociedade a escravidão, entendida pela elite aristocrática brasileira como um "mal necessário", marcou indelevelmente a população negra com o estigma de não-cidadãos, ou cidadãos de segunda categoria, a quem era negada até mesmo a posse de seus próprios corpos, que pertenciam aos seus senhores. Pensando a escravidão como uma instituição capaz de definir e construir o escravo, mas também de construir o senhor, este trabalho pretende mostrar o quanto as práticas concretizadas através da vivência da escravidão ainda se apresentam entre nós, no cotidiano de brancos e negros, penetrando na construção da identidade (e por que não dizer, da subjetividade) de uns e de outros. Dessa forma, recuperar a produção teórica que tentou dar conta da escravidão e da miscigenação, tanto do ponto de vista evolucionista e (ou) contaminado pelos pressupostos da eugenia, como de um ponto de vista culturalista, leva à percepção de que a mudança teórica de ponto de vista não redundou em transformações práticas e efetivas na vida concreta das pessoas, na medida em que nossa sociedade permanece elitista e incapaz de vivenciar a igualdade racial como um fato. Assim, essa desigualdade (residual, até certo ponto, já que as teorias se atualizaram) permanece presente na construção da identidade e da subjetividade de brancos e de negros, perpetuando-se, assim, nas práticas cotidianas de nossa sociedade. A relação com o Grupo de Trabalho, se estabelece na medida em que o trabalho permite pensar as relações raciais no Brasil a partir de um ponto de vista teórico construído através do diálogo possível entre a antropologia (disciplina que ministro há quinze anos) e a psicologia (graduação que frequento atualmente); este diálogo se constituiu de forma efetiva e prática na vivência em sala de aula ao ministrar, desde 2012, a disciplina "História e cultura afro-brasileira e africana", em decorrência da implementação da Lei nº 10.639/2003 na Instituição de Ensino Superior (EMBAP/UNESPAR) em que leciono. Assim, além da pesquisa bibliográfica sobre o tema, realizei entrevistas com dez estudantes universitários matriculados na IES em que trabalho, sendo cinco negros (considerando aqui a categorização utilizada pelo IBGE, que considera negros os pretos e pardos e também, que a cor em questão tenha sido obviamente auto-declarada) e cinco brancos, para identificar a percepção que os dois grupos têm das práticas racistas presentes em nossa sociedade. Evidentemente, como a pesquisa bibliográfica já nos permitia perceber, entre os estudantes negros a percepção do racismo é muito mais acentuada,

havendo relatos do sofrimento causado pela discriminação sentida na própria pele. O trabalho, portanto, apresenta conclusões que não podem ser generalizadas, visto que se trata de um estudo de caso, cuja amostra não pode ser considerada estatisticamente significativa; ainda assim, as percepções sobre o racismo identificadas na fala dos estudantes podem, sim, nos ajudar a compreender e sobretudo a combater as práticas racistas presentes ainda hoje em nossa sociedade.

Políticas de Ação Afirmativa: análise do desempenho e permanência dos cotistas raciais na UFPR

Rosa Amalia Espejo Trigo, Whellen Francis de Oliveira, Juliana Sara dos Santos Domiciano

O reconhecimento do racismo no Brasil e seu compromisso com medidas que superassem as consequências da discriminação e desigualdade racial promoveu a adoção de Ações Afirmativas no país, traduzidas em políticas de cotas para alunos negros em algumas universidades brasileiras, sendo também medida assumida, a partir de 2005 pela UFPR. Estas políticas passaram a se consolidar com a nova lei Federal 12.711/2012 sancionada em agosto de 2012 que institui cotas raciais para as 59 universidades federais e 38 institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. São disposições não livres de antagonismos e debates que evidenciam o desafio que as políticas de cotas trazem para todas as instancias universitárias e para a sociedade. A proposta desta pesquisa adere aos estudos realizados junto ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros/NEAB da UFPR e constitui-se a partir da necessidade de avaliar e analisar o impacto das Políticas de Ação Afirmativa voltadas para cotas raciais na Educação Superior. Nesse contexto o objetivo desta pesquisa é analisar processos de desempenho e permanência de alunos cotistas raciais na UFPR. Encontramos alguns estudos que se referem ao desempenho e permanência de alunos cotistas, estudos que relatam políticas de acompanhamento e apoio, como programação de incentivos culturais, distribuição de bolsas, aulas complementares em algumas disciplinas, como matemáticas e idiomas. Esses estudos mostram-se importantes para a consolidação das Políticas de Ação Afirmativa e avançam na contribuição de dados bastante favoráveis à implementação das cotas raciais. Porém eles não focalizam as relações raciais no processo no qual estão inseridas. Ou seja, a dimensão histórica e política da condição racial que se traduz em relações raciais hierárquicas discriminatórias (Hasenbalg (1988, 1990, Hanchard, 2001), permeando e repercutindo nas interações sociais. Tendo como referencia teórica uma perspectiva crítica e sócio-histórica do indivíduo e da sociedade postulamos, nesta pesquisa a hipótese de que o processo de inclusão de alunos negros

pelas cotas raciais se configura relacionado ao próprio processo histórico que justifica ditas cotas. Ou seja, são processos que provém e se arrastam de práticas de discriminação, racismo e preconceito como relações que assumem diversas manifestações simbólicas e matérias, traduzidas em práticas sociais, políticas e econômicas, impactando o cotidiano destes alunos e seu processo de inserção nas universidades públicas. Como esse contexto repercute no desempenho acadêmico e na permanência dos alunos cotistas raciais na UFPR? Busca-se estudar em que medida fatores importantes para a inclusão dos alunos cotistas raciais como interações acadêmicas, formas de avaliação, expectativas de êxito e fracasso, entre outros, estão relacionados com expressões sutis ou manifestas de discriminação racial, racismo e/ou preconceito, repercutindo nos propósitos e na consolidação das Políticas de Ação Afirmativa. O plano metodológico foi demarcado considerando as diversas instâncias do âmbito universitário, alunos cotistas e não cotistas, professores e funcionários da UFPR. Inicialmente se realizou uma pesquisa bibliográfica visando o estudo e aprofundamento dos conceitos e formulações teóricas que nos possibilitara avançar na compreensão conceitual e histórica do racismo, preconceito e discriminação como fenômenos que estão em constante redefinição, renovando suas expressões e repercussões. Nesse sentido nossa apropriação teórica buscou subsídios em autores que tratam os fenômenos constituídos em torno das relações raciais a partir de suas raízes. Nesse propósito foram importantes autores como Foé (2013), Fanon (1980), Du Bois (1999), Moore (2012). Procurou-se também compreender os processos estudados a partir de autores que consideram a perspectiva psicossocial tal como Allport (1962), Jahoda e Ackerman (1969), Adorno et ali (1965) e buscamos subsídios em autores contemporâneos que buscam acompanhar as mudanças dos próprios processos raciais em suas expressões manifestas, sutis, cordiais e/ou escamoteadas (Guimarães (1999), Lima e Vala (2004). Num segundo momento nossa pesquisa bibliográfica foi se estendendo para o âmbito das Ações Afirmativas e Políticas Públicas em Educação Superior (Feres Junior, 2004; Santos et ali, 2008, Santos, 2012). Metodologicamente foi considerada a realização de entrevistas e grupos de discussão com alunos cotistas raciais, entrevistas com professores e funcionários da UFPR, aplicação de questionários em alunos não cotistas raciais e professores. Na atualidade estamos na etapa inicial das entrevistas e grupos de discussão com os alunos cotistas raciais. Resultados preliminares das entrevistas e grupos de discussão realizadas com alunos cotistas raciais indicam a extrema preponderância do contexto das relações raciais para o processo de permanência e desempenho destes alunos. Considera-se predominantemente pelos alunos entrevistados o desempenho acadêmico e a permanência na universidade como “ações de

resistência e luta contra a discriminação", constituídas como experiências dolorosas mas enriquecedoras na produção de saberes, de espaços compartilhados, na apropriação de espaços na arte, a política, a cultura e o conhecimento. Por outro lado, concomitantemente apresentam-se diversificações da expressão do racismo, preconceito e discriminação decorrente dos perfis dos diferentes cursos, sustentados em condições históricas que se traduzem em valores, costumes e tradições dos diferentes cursos da UFPR.

Preconceito racial: nomeação e enfrentamentos: um estudo psicossocial a partir da trajetória de jovens negros

Luciana Maria de Souza

O racismo no Brasil se constitui de forma ambígua e seu reconhecimento assim como suas nuances sempre foram um tema polêmico no país desde a configuração do projeto de modernidade brasileiro. Atualmente, mesmo diante de conquistas no âmbito das políticas públicas de enfrentamento às desigualdades raciais, os dissensos sobre a questão racial no Brasil ainda são marcantes. Nesse trabalho entendemos que as dificuldades em nomear o racismo se relacionam a mecanismos que incidem no campo das relações sociais, invisibilizando a hierarquia racial e seu caráter contingente e histórico. Discutimos a invisibilização do racismo a partir das dinâmicas do preconceito racial, partindo de uma concepção psicossocial desse fenômeno, ancorada na perspectiva de uma psicologia social crítica e engajada nos aspectos contingente da realidade brasileira. Esse estudo buscou localizar as dinâmicas do preconceito racial no momento atual do debate racial brasileiro questionando as sofisticações de suas dinâmicas como fruto da visibilidade pública e práticas de enfrentamento ao racismo. Exploramos por meio de entrevistas abertas essa articulação a partir da trajetória de seis jovens negros que participaram no Programa Conexões de Saberes na Universidade Federal de Minas Gerais, entre os anos e 2007 a 2009, e por isso estiveram envolvidos com discussões acadêmicas e políticas da temática racial. O programa Conexões de Saberes foi um programa de ação afirmativa com caráter de permanência que teve como foco o fortalecimento acadêmico e político de estudantes negro de origem popular. Ao nos aproximar dessas experiências percebemos que os entrevistados têm suas relações marcadas pela inferiorização e negação da legitimidade das origens, trajetórias e histórias e que persiste a estética branca como a beleza universalmente aceita e desejada. O caráter de sutileza que prevalece nos relatos surge em meio a violências marcantes do racismo e as formas de identificação do preconceito se estabelece pela racialização das relações seja por meio de uma experiência coletiva de partilha de

experiências, seja pela adoção atribuição de legitimidade às experiências de subordinação propiciadas pelo discurso científico. As formas em que se dão os enfrentamentos revelaram que explicitar um posicionamento sobre a dinâmica das relações impõe riscos subjetivos importantes aos sujeitos negros que são pouco partilhados socialmente. Esse estudo sugere, portanto que o preconceito racial tem exercido mecanismos de naturalização do racismo sob o discurso de que o consenso social tem transformado as práticas e concepções racistas em menos opressoras e tal dinâmica parece invisibilizar a atualidade das violências do racismo. Dessa forma percebemos que a luta contra o racismo é uma tarefa em andamento e que suas propostas precisam ser incorporadas no registro que compreenda as articulações entre as dinâmicas micro e macrossociais que ao longo das transformações da sociedade constituem novas formas de expressão e naturalização das desigualdades. Compreendemos dessa maneira que a psicologia social tem o constante compromisso de visibilizar não só a história do racismo brasileiro, reconhecendo sua ausência histórica nesse debate, mas discutir também a atualização de suas dinâmicas psicossociais no intuito de fazer constante a reivindicação da luta de movimentos e sujeitos sociais pela igualdade em sua dimensão radicalizada.

Reconhecimento e ressignificação: identidade positiva e juventude negra

Natália de Oliveira Tavares, Sônia Regina Corrêa Lages

O presente trabalho trata de uma pesquisa de mestrado em andamento que procura compreender como jovens afro-brasileiros vêm trabalhando o processo de construção de suas identidades raciais, cerceadas por diferentes experiências pessoais e conflitos sociais, em meio a processos socioculturais e institucionais de uma sociedade que valora hierarquicamente as pertenças étnicas e raciais, de forma que o branco ocupe uma posição privilegiada. Desde o início da escravidão, até os dias atuais, a população negra vem sendo vítima das mais cruéis e perversas formas de desumanização, dominação e alienação. Mesmo com a abolição da escravatura os negros não puderam recuperar completamente suas raízes e sua autoestima. Libertos, continuaram sendo discriminados e não receberam apoio do Estado para se tornarem cidadãos de direito. A questão racial ou a condição política, econômica e social da "população afro" não foi verdadeiramente discutida e trabalhada. Assim sendo, em nosso país, a fim de escapar de crenças que o definiam como inferior, o negro tomou o branco como modelo ideal, marcando, dessa forma, uma trajetória de negação identitária em busca de uma ascensão tanto no âmbito político, quanto no econômico e social, que possibilitasse uma visão mais positiva de si. A brancura se tornou um ideal a ser alcançado. Não apenas pigmentação da pele ou traço

biológico, a cor passou a significar também status e possibilidade de trânsito social. Quanto mais clara a pele, mais chance de mobilidade. Mesmo num contexto como o apresentado, percebemos que, dialeticamente, em meio a essa alienação, a riqueza afro-brasileira resiste, e pode ser observada em inúmeros elementos culturais brasileiros como danças, festas, religiosidade, penteados, vestimentas, história oral, visões de mundo e etc., elementos estes que fazem parte do dia a dia e da história de crianças e jovens de nosso país, mostrando assim que, cotidianamente, mesmo com certa resistência e negação, o corpo e a cultura afro-brasileira podem, e são, vistos como símbolos de estima e beleza. Assim sendo, nossa pesquisa busca identificar, a partir da realização de entrevistas semi estruturadas com jovens que se autodeclaram negros/as/afro-brasileiros/as, quais os elementos socioculturais e subjetivos (presentes em seus discursos), influenciaram e favoreceram essa percepção, identificação e afirmação identitária positivas. Identidade positiva esta, que supere as ideias de superioridade branca apregoadas pela discriminação e o racismo velado de nosso país, e promova o reconhecimento e a valorização do negro e sua cultura em nossa sociedade (KOPITTKE & MACHADO, 2002). Nossa pesquisa busca também, compreender o que seria cultura afro-brasileira para esses jovens, como estes caracterizam essa cultura e qual a influência desta nesses percursos de descoberta e afirmação identitária. Tal estudo é motivado pela necessidade de se pensar nessa construção de identidade positiva em jovens negros/as, que supera os preconceitos e mitos transmitidos em praticamente todas as esferas de nossa sociedade. Com o diferencial de se pesquisar essa construção identitária a partir de um evento específico desencadeador de percepção, reflexão e aceitação racial e suas possíveis repercussões na vida desses sujeitos. Além de ampliar o material teórico referente a esse assunto na área da psicologia, visamos contribuir para melhoria de vida da população negra funcionando como aporte teórico na criação e implementação de políticas públicas e ações sociais, que busquem auxiliar na promoção dos direitos humanos, no fortalecimento da identidade negra e no reconhecimento social dessa população. Para tal, nosso trabalho utiliza a análise de conteúdo como metodologia e tem como orientação a teoria do reconhecimento social, proposta por Axel Honneth. Segundo Honneth, vivências de desrespeito originariam reações emocionais negativas, que por sua vez, motivariam uma luta por reconhecimento social. Assim, do desrespeito moral nasceria a resistência política e a luta social. E através desta, seria possível o surgimento de novas identidades (tanto individuais quanto coletivas) e de mudanças sociais concretas. Acreditamos que a participação em congressos e encontros acadêmicos promove a troca de conhecimento e experiências que podem promover importantes reflexões,

complementar e enriquecer não apenas os trabalhos em andamento, mas também construções de futuras pesquisas e publicações cientificas. Optamos pela escolha do presente eixo temático e GT por nosso interesse em investigar temas relacionados à construção identitária, relações raciais e juventude, e por acreditarmos ser este, um espaço favorável ao debate de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, na área da psicologia social. Nosso trabalho se justifica, pois, busca soluções para as injustiças sociais e visa contribuir para a redução da segregação e exclusão racial, racismo e preconceito de cor, tão presentes em nosso país. Além de promover uma visão diferenciada do jovem (apresentando constantemente como problema social e individuo em construção), mostrando-o como sujeito ativo tanto em sua própria história quanto em seu contexto sócio histórico. Sujeito esse, capaz de se afirmar, possibilitando assim, a igualdade racial, visibilizando, debatendo e combatendo o racismo e seus efeitos devastadores na vida da população afrodescendente/negra brasileira.

Trazendo Exu para a Roda: ou a produção de novas epistemologias em direção a uma Psicologia Anti-Racista

Edelu Kawahala

Este trabalho tem como proposta, refletir sobre a categoria raça como essencial a compreensão das relações sociais e dos processos identitários nas sociedades pós-coloniais. Pensar as relações raciais na perspectiva da Psicologia Social no Brasil implica em perceber as marcas deixadas pela colonização e, sobretudo pela escravidão. No entanto, não basta visibilizarmos os negros e as negras ou mesmo incluirmos à categoria raça em nossas pesquisas e práticas, mais de que isso é essencial que haja uma revisão epistemológica em todos os campos da Psicologia. Diante do racismo e da opressão, os negros e negras, tiveram que produzir estratégias de sobrevivência que engendraram resistências e práticas sociais que muitas vezes subverteram a cultura hegemônica vigente. Este processo de resistência psicossocial deve, portanto tornar-se o mote para pensarmos as relações raciais no Brasil, não a partir da vitimização, mas a da potência gerada pela resistência da população negra. Potência de Exu como argumenta Muniz Sodré (1998). Para tanto é preciso subverter a própria Psicologia, questionar seus paradigmas, tradicionalmente eurocêntricos o que implica em abrir mão do privilégio como aponta Spivak, da confortável neutralidade científica. É preciso reinventar, novas teorias e novas práticas, uma nova episteme, buscando como propõe Santos (2010), uma prática de tradução cultural. O trabalho de tradução deve ser guiado a partir da sensação de carência e incompletude, o que gera a motivação para a busca de cruzamentos e convergências

com diversas culturas. Este cruzamento pode se dar entre diferentes saberes e práticas, promovendo um intensa interlocução entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos ou ainda entre saberes não-hegemônicos na direção de saberes contra-hegemônicos. A multiplicidade de saberes possibilita a superação do paradigma universalista, tradicionalmente eurocêntrico e colonialista, pensar, portanto a produção de conhecimento a partir da tradução cultural implica, sobretudo, num trabalho político de descolonização do saber. Cabe, portanto, trazer a cultura negra para esta interlocução, é preciso beber na capoeira, no samba, no jongo, no candomblé...é preciso colocar a Psicologia em movimento, pensar uma epistemologia de Exu. Ao questionar os lugares e gerar incertezas, Exu rompe a colonialidade do poder/saber ao modo de Quijano (2005), articulada por ele como resultado do eurocentrismo, ao inverter as posições, ao subverter as convenções estabelecidas. Logo Exu configura-se como uma opção epistêmica descolonial, um signo produtivo produzido a partir de outra racionalidade que não a razão imperial/colonial, conforme aspira com Mignolo (2007). Exu aparece então como um signo de extrema importância para um projeto de descolonização. Se o pensamento eurocêntrico muitas vezes recorreu aos mitos greco-romanos para fundar seu pensamento, trazer Exu para o centro e pensá-lo como signo da desobediência epistêmica, proposta por Mignolo (2008), significa propor um outro padrão cognoscente, não linear, não único, não heterogêneo. Portanto, pensar o conhecimento a partir de Exu implica em des-hierarquizar as culturas, pensar a cosmovisão produzida a partir do sul, como uma possibilidade cognoscente, negada pelo olhar folclorizado, pensado a partir de uma colonialidade do poder/saber, seria, portanto um exímio exercício descolonial Portanto, trazer, Exu para o centro da discussão implica em deslocar o pensamento do centro para o movimento, o que somente será possível a partir de um processo de descolonização do saber, como apontam os autores Curiel (2007), Quijano (2005) e Jordan (1985).

GT 27. PSICOLOGIA SOCIAL DO TRABALHO: OLHARES CRÍTICOS SOBRE O TRABALHO E OS PROCESSOS ORGANIZATIVOS

A constituição de um coletivo de trabalho autogestionário na articulação Saúde Mental e Economia Solidária

Márcia Campos Andrade

O presente trabalho tem como objetivo socializar o conhecimento construído a partir do trabalho de campo realizado junto ao processo de constituição de um coletivo de trabalho autogestionário em um Centro de Atenção Psicossocial. Está inserido no campo da

intersetorialidade entre as políticas de Saúde Mental e Economia Solidária. A relação com o GT Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos existe por se inscrever no campo das alternativas ao capitalismo como modelo hegemônico de desenvolvimento econômico por se tratar de outro modo de organização do trabalho pautado pela solidariedade, autogestão e cooperação. A relação com o eixo temático Trabalho existe por ser um estudo que discute a relação entre loucura e trabalho e os modos de subjetivação por ela produzidos. Tem como foco os processos de inclusão social no trabalho produtivo com o intuito de promover, também, a geração de trabalho e renda. As ferramentas conceituais e metodológicas utilizadas são da psicologia social crítica, fundamentadas no Materialismo Histórico em dialogia com outras correntes. Para construir o referencial teórico-metodológico para o trabalho de campo e a produção de conhecimento sobre a relação entre loucura e trabalho na economia solidária busquei a contribuição do Dispositivo Intercessor (COSTA-ROSA, 2008) que tem como fundamentação teórica o Materialismo Histórico, com a noção de práxis; a Psicanálise Lacaniana, com os conceitos de saber em intensão e saber em extensão em Julien (2002 apud COSTA-ROSA, 2008); a Análise Institucional, com os conceitos de analisador e implicação em Lourau (2004); a Filosofia da Diferença com os conceitos de dispositivo e de intercessor em Deleuze (1990; 1992); a Teoria da Complexidade em Morin (1996; 2000) e as Epistemologias do Sul em Santos (2010). Para compreender e operar junto ao processo de constituição de coletivos de trabalho autogestionário busquei a contribuição de Freud em Psicologia de grupo e análise do ego (1996), da teoria do Processo Grupal em Pichon-Rivière (2005) e da concepção de Coletivo em Oury (2009). As concepções da Empresa Social (Psiquiatria Democrática Italiana) e da Economia Solidária sobre trabalho, cooperativismo social, mercado, formação para o trabalho, relação com o Estado, acesso ao crédito, território e desenvolvimento local são referências para compreender e atuar no cenário brasileiro de construção do intercâmbio entre Saúde Mental e Economia Solidária. A construção de um território no interior de um dispositivo da Saúde Mental suscitou a busca de referenciais que caracterizam o trabalho de campo e a produção de conhecimento como uma dialogia entre sujeitos. Por isso, a escolha pelo Dispositivo Intercessor (COSTA-ROSA, 2008) como metodologia em suas duas inscrições: práxis de intercessão (DI) do intercessor encarnado no campo de intercessão e como Meio de produção de conhecimento (DIMPC) do intercessor-pesquisador como práxis universitária, utilizando ferramentas como o diário de campo e a análise de implicação. Na práxis de intercessão, além das ferramentas citadas, trabalhei com a Oficina de Geração de Trabalho e Renda (OGTR) proposta pela Política Nacional de Saúde

Mental como recurso metodológico em projetos de inclusão social no trabalho produtivo. Foram realizadas 31 OGTRs com elaboração de diários de campo no período de 24/09/2010 a 16/12/2011 com a participação dos sujeitos interessados pela questão do trabalho e profissionais do CAPS. No processo, quatro sujeitos trabalhadores se organizaram coletivamente e constituíram o Arte em Oficina – um projeto em ação coletiva que produz ganchos para lona de caminhão. Atualmente este é acompanhado por um projeto de extensão constituído por mim e uma docente do curso de Administração da FAFIPA/PR. Na práxis universitária, através da análise de implicação, foi possível produzir conhecimento sobre minha própria ação no campo de intercessão como intercessora encarnada. O que resultou na produção de uma metodologia de pré-incubagem de coletivos de trabalho autogestionário no campo do intercâmbio entre as políticas de Saúde Mental e Economia Solidária através da escuta das histórias singulares de vida de trabalho dos sujeitos sobre: interesses e ideias de atividades produtivas; matéria-prima e equipamentos necessários; condição do grupo em desenvolver a atividade; quais seriam seus potenciais "fregueses"; o como fazer o trabalho cotidiano de planejamento, consumo, produção, comercialização e autogestão do projeto constituído por eles. Além de dialogarmos sobre a relação destes com as políticas públicas do Estado, principalmente no tocante aos Benefícios de Prestação Continuada e à aposentadoria por incapacidade para o trabalho. Assim como sobre suas relações consigo mesmos e com quem trabalham, suas famílias, trabalhadores do CAPS e comunidade. Essas dimensões que caracterizam o processo de pré-incubagem de um coletivo de trabalho autogestionário são marcadas pela dialogia e negociação de projetos singulares que podem vir a se entrelaçar pela elucidação de problemáticas e desejos comuns que apontam para a construção coletiva. Produzindo contratualidade e mudança social através do trabalho cooperado como um direito de existência que compõe com as práticas clínicas e sociais da política de Saúde Mental.

A práxis da Psicologia Social do Trabalho: reflexões sobre as possibilidades de atuação

Heidy Johanna Garrido Pinzon, Heloísa Aparecida de Souza, Caroline Cristiane de Sousa, Márcia Hespanhol Bernardo

Na atualidade, existem pelo menos duas distintas vertentes da Psicologia em relação ao trabalho. A primeira delas trata-se da que se convencionou chamar de Psicologia Organizacional, essa possui uma longa e hegemônica história, encontrando-se orientada pelos interesses gerenciais e buscando em sua prática contribuir com o aumento da produtividade. Por outro lado, há a Psicologia Social do Trabalho, que busca dirigir seus olhares para o impacto

que as precárias e conflituosas condições do trabalho, existentes nos ambientes organizacionais públicos e privados, exercem sobre a vida das pessoas e a sociedade, priorizando sempre os interesses dos trabalhadores. As diferenças entre esses enfoques se dão desde a sua história, passando por teorias, metodologias, objetos e repercutindo em suas práticas. A Psicologia Organizacional iniciou sua trajetória há mais de um século, com a denominação de "Psicologia Industrial", fundamentando-se nas visões positivistas e empiristas que dominavam naquela época. Esta vertente da Psicologia compreende o trabalho de modo instrumental, focalizando a avaliação e a adaptação dos indivíduos, aliando-se às áreas da administração e engenharia de produção. Tradicionalmente essa Psicologia desenvolveu sua pratica relacionada ao mundo do trabalho, por meio de atuações instrumentais, como: seleção, recrutamento, adaptação, treinamento, motivação de pessoal, dentre outras, se alinhando aos interesses gerenciais e apresentando um discurso que defende a neutralidade em relação ao mundo do trabalho, argumentando que adota uma postura que concilia os interesses gerenciais aos interesses dos trabalhadores. Enquanto a Psicologia Social do Trabalho desde sua origem busca compreender de forma ampla os múltiplos aspectos sociais e subjetivos que compõem o mundo do trabalho. Apesar de no Brasil existirem pesquisas críticas em relação ao trabalho alocadas na Psicologia Social desde a década de 1970, somente no final da década de 1980, após a chamada crise da psicologia social, das intensas críticas à psicologia organizacional e da consolidação do campo da saúde do trabalhador no Brasil, que psicólogas (os) sociais que tinham o trabalho como objeto de estudo passaram a construir o enfoque que atualmente denominamos de Psicologia Social do Trabalho. Assim, por meio de uma reflexão teórica, buscamos com este trabalho, apresentar algumas possibilidades de prática profissional a partir do enfoque da Psicologia Social do Trabalho. Para isso, não podemos perder de vista que essa vertente propõe uma atuação voltada para a promoção da consciência, da autonomia e da saúde física e mental dos trabalhadores, a partir de uma postura crítica que compreende o trabalho como um fenômeno psicossocial. Dessa forma, para pensar a atuação a partir da perspectiva da Psicologia Social do Trabalho, acreditamos que é necessário que a (o) psicóloga (o) compreenda os aspectos mais amplos do contexto atual. Quando esses profissionais passam a conceber os fenômenos sociais a partir de uma perspectiva histórica e crítica, se tornam capazes de refletir sobre essa estrutura e transformar sua prática. Compreendemos que locais que ofereçam possibilidade efetiva de atuação para a (o) psicóloga (o) social do trabalho ainda são escassos, pois, a participação dos profissionais na organização do trabalho não é uma prática compatível ao modelo de produtividade imposto pela ordem dominante. Entretanto, os espaços de trabalho que não têm

por finalidade a busca do lucro – como o setor público, órgãos de representação dos trabalhadores (sindicatos), cooperativas (ou outros empreendimentos autogestionários), organizações não governamentais (ONGs) e associações diversas – oferecem mais possibilidades de atuação compatível com os pressupostos da Psicologia Social do Trabalho do que as empresas privadas. Nesses contextos, os profissionais podem encontrar melhores condições para manter uma postura crítica, pois eles não constituem (ou não deveriam constituir) o foco direto de tensão da contradição capital-trabalho, como é o caso de empresas privadas. Assim, apesar de considerarmos o espaço das empresas desfavorável para a (o) psicóloga (o) social do trabalho, acreditamos que esse enfoque pode orientar a busca por uma atuação mais ética, ainda sabendo que é difícil uma atuação que privilegie completamente os interesses dos trabalhadores, visto que o que prevalece nesse contexto são os interesses do capital. Entendemos que as intervenções das (os) psicólogas (os) nas empresas podem ter repercussões mínimas e meramente paliativas para a transformação das relações de trabalho. Em resumo, o convite é para aceitar a existência do conflito capital-trabalho em suas múltiplas configurações e afrontá-lo com diversas estratégias e nos mais diversos locais de atuação da (os) profissionais da psicologia para, assim, conseguir um efeito transformador. Ainda que possa ser um processo extremamente lento, acreditamos que o caminho já começou a ser trilhado e que a Psicologia no futuro poderá ter sua história marcada por ações que contribuíram para a emancipação e a saúde integral dos trabalhadores. No entanto, para isso é essencial que a formação em Psicologia privilegie a reflexão crítica dos fatores que envolvem o mundo do trabalho contemporâneo e não simplesmente a reprodução de técnicas instrumentais.

Conectando saberes no setor mineral: a análise de acidentes e o direito de recusa do ponto de vista da atividade

Luiz Paulo de Castro Guimarães, Laís Di Bella Castro Rabelo, Marcelle La Guardia Lara de Castro

O Projeto Conexões de Saberes sobre Trabalho – Saúde e Segurança na Mineração possibilita uma produção de saberes sobre o trabalho, associando trabalhadores, gestores, técnicos e movimento sindical do setor mineral brasileiro a pesquisadores de várias áreas disciplinares da Universidade Federal de Minas Gerais e universidades parceiras. O eixo central do Projeto é a criação de uma troca que favoreça a aprendizagem recíproca entre todos os envolvidos, inspirada na proposta de Comunidade Científica Ampliada onde se possa desenvolver um trabalho cooperativo, sem hierarquias pressupostas que separem conhecimento e experiência

prática. A metodologia, composta na perspectiva ergológica, constitui-se em um Dispositivo Dinâmico a Três Polos no qual, através de um diálogo pluridisciplinar e dialético busca registrar e (re)conhecer saberes, traços do trabalho e margens de ação mais efetivas para o desenvolvimento das soluções necessárias na saúde e segurança no setor mineral. Este dispositivo propõe uma gestão social das relações de trabalho e a especificidade dessa proposta se localiza nas condições que os trabalhadores têm para expressarem suas experiências, um caminho possível para fazer avançar o conhecimento e encontrar soluções para problemas que eles próprios vivenciam no cotidiano da produção, invertendo a relação usual entre ciência e prática. O dispositivo se concretiza através de encontros bimestrais (módulos de formação) entre os trabalhadores e pesquisadores, durante finais de semana, na Escola Sindical 7 de Outubro, em Belo Horizonte/MG, Brasil. As atividades realizadas consistem em discussões acerca da temática através de aulas dialogadas, apresentações sistematizadas a partir dos saberes acadêmicos e práticos e oficinas de produção de saber. Nesses encontros, os assuntos são definidos em tempo real por todos os envolvidos durante os módulos e são objetos de constante replanejamento e negociação. Convocando e questionando conhecimentos acadêmicos e técnicos, buscasse elaborar diagnósticos mais aprofundados e ações mais eficazes acerca dos problemas de saúde e segurança no setor mineral. Os temas discutidos nos encontros partem do diálogo entre os participantes e são resultado de um desconforto intelectual tanto por parte dos pesquisadores quanto por parte dos trabalhadores, criando assim possibilidades de intervenção para lograr melhorias em diversas facetas do trabalho. O nosso objetivo neste Grupo de Trabalho é apresentar as principais temáticas desenvolvidas neste Projeto que surgem a partir das discussões entre o saber acadêmico e o saber da prática e levantar possíveis discussões que enriqueçam o nosso conhecimento acerca do assunto. Sabe-se que as relações de poder no ambiente laboral exercem forte influência sobre as condições em que a atividade se concretiza. A Psicologia Social, portanto, contribui para a análise dessas relações interpessoais e organizacionais que afetam e mobilizam o sujeito, podendo promover a saúde ou, ao contrário, o adoecimento psíquico, social e físico. Desse modo, buscaremos descrever dois temas que foram desenvolvidos no Projeto: o Direito de Recusa e a Análise de Acidentes. Por meio dos relatos, da troca de experiências entre os atores envolvidos bem como na produção de saberes buscamos compreender a realidade dos trabalhadores e a forma como eles vivenciam os esses dois temas e algumas questões se colocam:O Direito de Recusa é de fato uma ferramenta possível nos contextos organizacionais? As Analises de Acidente possuem outro caminho possível que não a culpabilização dos trabalhadores? A partir de uma produção de novos saberes

e da formação de todos os envolvidos , o objetivo do Conexões é possibilitar um dispositivo em que as concepções de saúde e segurança, decorrentes da troca de saberes que partem do ponto de vista da atividade, possam se tornar mais coerentes com a realidade laboral. Dessa forma, vão se tecendo as conexões de saberes sobre o trabalho.

Desqualificação para o trabalho: a qualificação profissional como ideologia

Mario de Souza Costa

O processo de reestruturação produtiva em curso no Brasil desde os anos de 1990 provocou profundas transformações no mundo do trabalho, que resultou em um grave quadro de desemprego sob as políticas neoliberais, quando o país ocupou a terceira posição entre os países com maior número de desempregados no mundo. Neste período, o esforço para a qualificação dos trabalhadores foi realizado pelos mais diferentes setores da sociedade, particularmente por meio de políticas de Governo. Os anos de 2000 viram os empregos retornarem sob as políticas desenvolvimentistas e de geração de emprego governamentais implementadas ao longo de 12 anos consecutivos, que resultaram em uma ampliação massiva da classe trabalhadora. Em ambos os momentos da ocupação da força de trabalho indicados, a qualificação profissional foi apontada como um problema que atinge a classe trabalhadora: no país faltam trabalhadores qualificados – no quadro de alta do desemprego, responde pelos seus elevados índices e pela manutenção do trabalhador fora do mercado de trabalho; no quadro de alta do emprego, responde pelas dificuldades de contratação dos trabalhadores pelas empresas. Aparece em ambos os casos como déficit dos trabalhadores, que não possuem a qualidade necessária aos postos de trabalho disponíveis e é reputada como freio ao desenvolvimento econômico no país. Responsabiliza o trabalhador pelo seu desemprego e ao mesmo tempo pela sua baixa remuneração: a qualificação aparece como o divisor de águas entre empregados, desempregados e subempregados, entre aqueles que recebem baixa remuneração e aqueles que recebem salários medianos e superiores. Aparece como critério de permanência no trabalho e de possível ascensão no emprego, pairando como uma espada de Dâmocles sobre a cabeça do trabalhador. Assim, se faz presente como Ideologia da Qualificação: remete ao trabalhador a responsabilidade pela sua inclusão no mundo do trabalho e pela qualidade dessa inclusão, ocultando as relações materiais e a divisão da sociedade em classes sociais distintas e antagônicas, conforme bem aponta Marilena Chauí em seus escritos sobre Ideologia. Discurso ideológico, a Qualificação se apresenta socialmente como três atributos que deve o trabalhador possuir, tomando-os indistintamente e produzindo a mescla entre eles em sua aparição social, a

saber: qualificação profissional, competências e escolaridade, com os quais o trabalhador terá de se haver para que alcance um posto de trabalho e nele permaneça. Nos termos de Martin-Baró, a Ideologia cumpre fornecer os esquemas práticos de ação dentro dos quais, e por meio deles, os trabalhadores poderão agir, uma interpretação da realidade que legitima e valida a ordem social existente para todos. Assim, a Ideologia da Qualificação é elemento chave para a adesão dos trabalhadores ao processo de intensificação do trabalho em curso e pela responsabilização individual dos desempregados pelo desemprego ou subemprego, além de operar na direção da movimentação econômica de um mercado educacional/formativo profissionalizante crescente no país. Neste trabalho, procuramos aprofundar pela via da crítica marxista o entendimento da ideologia da qualificação e identificar no processo de divisão do trabalho sob o capital o processo de desqualificação do trabalho que institui a qualificação profissional de molde capitalista. Nos termos de H. Braverman, recuperamos a crítica à divisão capitalista do trabalho em suas dimensões manual e intelectual, a pormenorização do trabalho, a partir da aplicação contemporânea das transformações da revolução micro-digital. Buscamos identificar nas metamorfoses do trabalho produzidas pela reestruturação do capital nesta passagem do século XX para o XXI, os elementos de desqualificação-qualificação do trabalho e sua apropriação pela ideologia da qualificação e seus impactos na constituição da subjetividade do trabalhador no país.

Dinâmicas profissionais contemporâneas: uma análise a partir da sociologia de Richard Sennett

Carolina Salomão Corrêa, Solange Jobim e Souza

Ainda que não se defina como um sociólogo do trabalho, Richard Sennett é um interlocutor fundamental para quem deseja falar sobre o tema. Como analista social, Sennett sempre contemplou em suas investigações as influências das transformações socioeconômicas no âmbito das dinâmicas de trabalho. Embora "A corrosão do caráter" seja um marco da produção do autor sobre o assunto, seu trabalho inaugural sobre as implicações da nova economia na esfera do trabalho remete a 1972, quando em co-autoria com Jonathan Cobb, Sennett escreveu "The hidden injuries of class", um ensaio sobre a realidade de operários norte-americanos. A hipótese dos autores é de que a própria dignidade humana é ameaçada quando se adota uma divisão arbitrária de valores e talentos representada pela estrutura de classes. Nesse livro, os autores focam nos impactos emocionais, mais do que econômicos da organização por hierarquia na sociedade norte-americana. Esse tipo de abordagem é distintiva da sociologia de Richard

Sennett. Para desenvolver suas reflexões, o autor utiliza dados econômicos e teorias sociais, mas recorre com muita frequência a narrativas pessoais e à vida diária dos sujeitos. Em "Respeito" o autor lida com questões como autoestima e compaixão em um universo de desigualdades; em "A cultura do novo capitalismo", Sennett destaca os mal-estares causados pelas incertezas de um universo profissional cambiante. Em "A corrosão do caráter" é ameaça aos conceitos de lealdade, confiança e comprometimento que preocupa o autor. Essa ênfase nas implicações subjetivas das mudanças faz da bibliografia de Richard Sennett uma rica contribuição para os estudos da produção da subjetividade no universo profissional contemporâneo. Portanto, esta apresentação relaciona-se com o eixo temático "trabalho", no grupo de trabalho "Psicologia social do trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos". Este trabalho percorre a bibliografia de Sennett buscando identificar consonâncias e divergências das argumentações do autor com realidades profissionais específicas. Para tanto, as reflexões bibliográficas são postas em diálogo com depoimentos de jovens profissionais de diferentes esferas produtivas. Ao longo de dois meses, a pesquisa se propôs a conversar com alguns jovens sobre os seus trabalhos. De modo mais específico, o objetivo foi conhecer suas práticas profissionais, cotidiano e percepções sobre o ambiente onde, a maioria deles, passa de 8 a 10h do dia. Para tanto, foram formuladas algumas questões que permitissem iniciar uma narrativa a respeito do tema. Não houve, a priori, nenhum traço distintivo que organizasse a seleção. As conversas foram quase sempre ocasionais, favorecidas pela proximidade e convivência estreita com as pessoas. No entanto, após reunidos os depoimentos, é possível afirmar que eles pertencem a faixa etária entre 26 e 33 anos, todos têm ensino superior e estão inseridos no mercado de trabalho há, pelo menos, 5 anos. Os depoimentos ouvidos nessas conversas ampararam uma reflexão a partir da produção intelectual de Richard Sennett. As noções de flexibilidade, maestria, competição e colaboração, discutidas pelo autor, foram confrontadas com os depoimentos dos entrevistados, percebendo o que se mostra pertinente e o que destoa. Os depoimentos trouxeram à tona questões amplamente discutidas por Sennett ao longo de quatro décadas de produção intelectual. Os conceitos de flexibilidade, perícia e colaboração foram privilegiados nessa discussão. Na fala dos entrevistados, o conceito flexibilidade apareceu intimamente ligado à noção de autonomia e liberdade, e desejado em oposição a estruturas rígidas de trabalho. No entanto, assim como ressalta o autor, houve falas em que flexibilidade foi associada à ideia de desamparo e precarização. Do mesmo modo, a relação com o tempo do novo capitalismo e as consequências para a formação especializada foram problematizadas nos depoimentos. Sennett argumenta que

a cultura a curto prazo das modernas estruturas de trabalho estão enfraquecendo a noção de carreira, levando a uma desvalorização da perícia na formação e nas práticas profissionais. Embora algumas experienciais corroborem a hipótese do autor, o aspecto do tempo e a diversidade das capacitações apareceram como um aspecto paradigmático do nosso tempo, nesse sentido, houve discursos que destacavam vantagens de capacitações híbridas e funções polivalentes. Os depoimentos evidenciaram também a centralidade do conceito de colaboração nas dinâmicas de trabalho. Todos os jovens entrevistados, em menor ou maior grau, disseram depender ou desejar a ajuda de outros na realização dos seus trabalhos. A cooperação pode ocorrer de forma espontânea, pode ser solicitada ou até mesmo imposta, dependendo da estrutura da empresa. Nesse aspecto, o clima organizacional, o nível de afeto entre os pares e divisões hierárquicas são determinantes para a efetuação de uma prática colaborativa. Os depoimentos trouxeram duas grandes contribuições para a reflexão sobre o tema: evidenciaram como a estrutura da empresa molda práticas profissionais individuais e demonstraram as diferentes compreensões dos conceitos em contextos laborais distintos. Nesse sentido, esses conceitos não podem ser interpretados a priori, uma vez que seus significados e valores são construídos no ambiente das organizações.

Do trabalho doméstico não remunerado ao trabalho remunerado: trabalho feminino em cooperativas rurais descentralizadas ou virtuais

Giovana Ilka Jacinto Salvaro, Dimas de Oliveira Estevam

Com ênfase na possibilidade de “transformar” o trabalho doméstico não remunerado em trabalho remunerado, o presente texto apresenta apontamentos acerca da visibilidade e reconhecimento do trabalho feminino em contextos de cooperativismo rural descentralizado ou virtual na Região Sul do Estado de Santa Catarina. A temática integra estudos realizados pelo Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC/UNESC/CNPq). Neste artigo, foram revisitados e discutidos os conceitos de agricultura familiar, cooperativismo rural descentralizado ou virtual, trabalho doméstico não remunerado, gênero e divisão sexual do trabalho, constituição de sujeitos e subjetividades. Em termos de discussões acerca da relevância da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do país, inúmeras foram às conquistas oriundas de mobilizações sociais de grupos organizados que lutaram para a demarcação e a definição de uma base social, por meio da unificação dos movimentos sociais em torno de uma categoria da noção de agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003). Conforme observa Wanderley (2001), na agricultura

familiar, a família é proprietária dos meios de produção e assume todo o trabalho na unidade produtiva. Em tal contexto de produção e reprodução, é fundamental considerar, de acordo com Carneiro (2008, p.35), o rural como "um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas." As cooperativas rurais descentralizadas ou virtuais estudadas reúnem agricultores/as familiares, recebem esta denominação por não possuírem sedes fixas e nem patrimônio, funcionam como se fosse um "guarda-chuva" jurídico protetor, em que os/as cooperados/as têm a possibilidade de saírem da informalidade de forma conjunta. No que compreende o trabalho feminino rural, ressalta-se que atividades desenvolvidas por mulheres em contextos rurais começaram a ser reconhecidas como trabalho passível de direitos trabalhistas e previdenciários (salário-maternidade, auxílio doença, aposentadoria por idade, entre outros), na década de 1990, como resultado da intensa mobilização nacional de movimentos sociais rurais de mulheres (BRUMER, 2002; DEERE, 2004; PAULILO, 2003; SALVARO, 2010). Os dados analisados foram obtidos pela pesquisa documental e abrangeram estatutos, relatórios, entre outros registros, que permitem conhecer as trajetórias e organização de cooperativas da Região do Sul de Santa Catarina, no período de 2004-2012 (atualmente, já somam na Região mais de vinte organizações cooperativas virtuais). Estas cooperativas foram criadas a partir do ano de 2004 num trabalho desenvolvido pelos extensionistas da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), junto as/os agricultoras/es familiares da Região. A primeira cooperativa organizada na região em estudo data de julho de 2004 e, desde então, de acordo com pesquisa realizada por Estevam, Lanzarini e Kulkamp (2011), observa-se a crescente participação de mulheres como cooperadas. Em linhas gerais, as informações obtidas sugerem que a participação das mulheres em cooperativas rurais descentralizadas ou virtuais possibilitou a legalização da produção, condição fundamental para a comercialização. Além disso, compreendendo o gênero como uma construção social que constituiu e regula diferentes dimensões da vida de mulheres e homens, entre outras questões centrais que possibilitam identificar determinado reconhecimento profissional feminino, observa-se que o trabalho doméstico realizado por mulheres, envolvendo o cultivo de hortaliças e frutas, a produção de pães, bolachas, bolos, licores, geleias, queijos, ovos, salames, entre outras, socialmente desvalorizado, informal e não remunerado, pela mediação da cooperativa, é valorado e assume posição social de destaque em empreendimentos cooperativos.

Etnografia em Psicologia Social do Trabalho: caminhos e possibilidades

Sandra Büll, Rosana Antoniacci Platero, Eduardo Alessandro Kawamura

O presente texto busca, a partir da apresentação e discussão de pesquisas concluídas e em andamento, problematizar a utilização da etnografia como uma metodologia rica em possibilidades para o estudo dos fenômenos ligados ao mundo do trabalho. Seja em sua vertente clássica, tal qual apresentada e utilizada pela antropologia, ou em modalidades mais recentes de apropriação, desenvolvidas aqui a partir do conceito de Campo-Tema, que discute e questiona a concepção de campo de pesquisa como um lugar específico e fisicamente circunscrito, afirmando o caráter processual de temas delineados, situados. Assim, o campo engloba todas as formas e manifestações, inclusive as discursivas, sobre um tema, e é o resultante dos diversos embates e negociações que se dá em uma rede de relações e interações sociais pertinentes ao tema em questão, logo, se não há um delineamento específico de campo, não raramente há a concomitância de um ou mais campos em um único estudo, dessa forma, se não há um "dentro e fora" tão claro, o fio condutor, o que de fato constrói e delimita o tema estudado, é o argumento desenvolvido. A etnografia tradicional constitui-se como um método de pesquisa que pressupõe grande imersão do pesquisador no campo de pesquisa proposto, será aqui também discutida a chamada etnografia virtual, que parte do pressuposto de que todas as formas de interação são etnograficamente válidas e não apenas aqueles que envolvem uma relação face a face, ou seja, amplia a concepção de imersão em campo abrindo espaço a inúmeras outras formas de apropriação e utilização dos pressupostos etnográficos. Nesta modalidade será apresentada uma pesquisa de mestrado em andamento que busca estudar a inserção de advogadas negras no mundo do trabalho no direito e os problemas atrelados a este processo, para tanto, valeu-se de modalidades diversas de imersão virtual, inclusive a utilização de redes sociais e comunidades virtuais de discussão. Para viabilizar a utilização de tais ferramentas, o delineamento de um objeto etnográfico deve considerar as tecnologias disponíveis, incluindo os meios virtuais, podendo se configurar como "etnografia no virtual, do virtual, e através do virtual." Será ainda apresentada uma pesquisa de mestrado já concluída que estudou como a categoria trabalho se apresenta a uma categoria específica de pessoas de situação de rua, os trecheiros, em que a pesquisadora permaneceu ao longo de seis meses, três dias por semana, durante quatro horas, nas ruas e logradouros públicos de uma cidade do interior paulista. Serão especificamente discutidos as apropriações e usos dos pressupostos etnográficos e as adaptações feitas ao método para adequar-se às características do objeto de

estudo, uma população flutuante, que circula constantemente de cidade em cidade. Finalmente, será apresentada uma pesquisa em andamento que estuda o adoecimento de professoras da rede de um município do interior paulista. Para tanto será utilizado como aporte teórico os pressuposto da Psicologia Social do Trabalho e a análise dos dados será desenvolvida por meio de descrição densa. Como resultados pode-se dizer que a utilização da etnografia possibilita a consideração de inúmeros atravessamentos, sejam estes culturais, econômicos, institucionais ou políticos, no estudo de temas tão diversos quanto os acima mencionados, atravessamentos estes tão próprios ao contexto dos fenômenos ligados ao trabalho, o que possibilita que os fenômenos sejam estudados em profundidade e levando-se em conta a complexidade de fatores que a eles se atrelam e neles se intercruzam, levando-se em conta as especificidades dos inúmeros contextos de aplicação possíveis.

Gestão Pública Municipal no Sul de Santa Catarina e significados do trabalho: dados qualitativos preliminares

Indianara de Bem Sousa

Apresentamos dados preliminares de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) em parceria com a Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), cujo objetivo geral consiste em investigar o significado do trabalho na concepção de trabalhadores que atuam no setor público municipal. Concebemos que o grupo "Psicologia Social do Trabalho: Olhares Críticos sobre o Trabalho e os Processo Organizativos", que, trata sobre a reestruturação produtiva, e os processos de subjetivação engrendados por esses acontecimentos, pode acolher a proposta que apresentamos. O construto significado do trabalho pode ser concebido a partir de três eixos principais (MOW, 1986). O primeiro eixo inclui a centralidade do trabalho, um indicador geral da importância pessoal que é dada ao trabalho, bem como do papel vital a ele atribuído. O segundo eixo configura as normas sociais sobre o trabalho, relativas aos direitos e deveres, percebidos como associados ao exercício da função laboral. Essas normas sintetizam as valorações que as pessoas atribuem ao trabalho, sendo que as principais giram em torno do direito e do dever que o envolvem. A primeira norma refere-se ao que a pessoa "pode" e "merece" exigir da sociedade e da organização, enquanto trabalhadora, e a segunda envolve as obrigações de cada trabalhador com relação à organização para a qual labora e à sociedade em geral. As metas e os resultados configuram o terceiro eixo semântico. As metas tratam das características pertinentes à atividade de trabalho desenvolvida (autonomia, tarefa, interesse, tempo, ambiente social, níveis

salariais, oportunidades de aprendizagem ou promoção etc.), e os resultados por sua vez, incluem o que as pessoas buscam no trabalho (remuneração, auto-expressão, reconhecimento social, contatos etc.). Partimos do pressuposto que a "Nova Administração Pública", cujos pressupostos, de modo geral, se centram na transposição da lógica comercial de gestão, para instituições sem fins lucrativos, implicam numa metamorfose cultural nessas organizações, com desdobramentos nos significados e valores atribuídos ao trabalho. Nesta lógica prevalece a busca pela eficácia, com rígido controle sobre o desempenho e resultados (BLANCH, 2011), típica dos modos de gestão empregados em empresas comerciais. O campo de investigação se situa em um município do Sul de Santa Catarina, com uma população aproximada de 22.800 habitantes. Especificamente são apresentadas informações de trabalhadores que atuam na administração de uma Prefeitura Municipal, com um quadro de aproximadamente 80 técnicos. Entrevistamos 64 pessoas, sendo 53% representado por mulheres e 42% por homens, com idade que varia entre 60 e 20 anos. O método utilizado foi de vertente qualitativa, com aplicação de um instrumento intitulado Estudo Internacional sobre Qualidade de Vida no Trabalho em Organizações Públicas de Serviços Humanos (EQVT), considerando, nesta fase da investigação, as perguntas abertas do mesmo. Realizamos a análise de conteúdos com suporte de software SPHINX. Dos resultados, em caráter preliminar, observamos que o significado do trabalho adquire um valor central para os participantes, e tem sido atrelado a realização pessoal, o que converge com estudos clássicos em Psicologia do Trabalho. Observamos que os servidores tecem um discurso atrelado à eficiência, eficácia e competitividade, enquanto as relações interpessoais são percebidas como fator chave para o bem-estar e mal estar no ambiente laboral. A sobrecarga laboral é considerada como parte do processo, uma condição "natural" do posto de trabalho, embora resulte em desgaste emocional e físico. Dos resultados preliminares e considerando o campo especifico de investigação, concluímos que as condições de trabalho, no âmbito objetivo se mostram favoráveis, enquanto os ritmos e organização de trabalho, tem se intensificado, com alterações nos modos de vivenciar e significar o próprio trabalho.

Impasses gerados pelo trabalho imaterial na vida privada: um estudo sobre os profissionais do esporte

Talita Machado Vieira, Sonia Regina Vargas Mansano

Considerando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho ao longo da segunda metade do século XX e o consequente surgimento de novas configurações nas relações laborais, o presente

trabalho buscou compreender as relações existentes entre o chamado trabalho imaterial afetivo e a vida privada, abordando o caso específico dos profissionais do esporte. Para tanto, a pesquisa foi dividida em três momentos: Primeiramente, discorreu-se sobre o conceito de trabalho afetivo e como este está diretamente relacionado à produção de subjetividade. Nessa discussão, buscou-se compreender as novas características da organização e dos processos de trabalho, analisando a configuração social contemporânea, na perspectiva da denominada Sociedade de Controle (Deleuze, 1992). Em seguida, investigou-se a profissão do atleta profissional, buscando compreender como os afetos e as exigências corporais que recaem sobre essa atividade laboral estão diretamente relacionados com a vida privada deste trabalhador (Sennett, 1988). No terceiro momento, foram selecionados depoimentos de alguns atletas profissionais e/ou reportagens feitas sobre eles em documentos de domínio público, tais como páginas eletrônicas de jornais e revistas. Nestes depoimentos, priorizaram-se os relatos envolvendo as dificuldades dos atletas em separar o tempo de trabalho da vida pessoal e as eventuais consequências disso, tanto para a vida pessoal quanto profissional. Como resultado, pode-se constatar que tais atletas estão constantemente sujeitos a diversos julgamentos morais, que podem ganhar contornos críticos e preconceituosos. Tais julgamentos advêm de diferentes agentes como os demais atletas, os técnicos e também a população. Além disso, constatou-se que estes atletas estão submetidos a uma série de normas legais que, por vezes, transformam seu corpo em um "objeto", um "bem" a ser "administrado" por clubes, patrocinadores e/ou empresários, caracterizando assim uma forma de exploração nesta categoria profissional. Notou-se ainda, que determinadas condutas dos atletas em relação a suas vidas pessoais (ligadas à alimentação, uso de substâncias químicas, às formas de locomoção e ao lazer) podem configurar "quebra contratual", o que mostra o quanto os contratos de trabalho regulam não apenas a conduta profissional deste trabalhador, mas também sua maneira de gerir a vida privada. Com isso, foi possível confrontar a imagem glamourizada dos atletas profissionais, constantemente veiculada por diversos meios de comunicação e presente no imaginário coletivo da população, com outras dimensões de sua vida, ligadas à privação, ao limite, às dores e aos esforços físicos, que estão presentes no seu cotidiano. Em decorrência desse processo de regulação e controle sobre a vida dos atletas, notou-se certo distanciamento das experimentações do corpo, característica tão presente nos esportes, em favor da busca por um "estado ótimo de funcionamento", pela performance e, principalmente, por um corpo centrado na obtenção do rendimento e da produtividade. Como conclusão parcial, foi possível perceber que além dos efeitos produzidos na vida privada pelas relações de trabalho que são altamente

regulamentadas, existe, por parte dos atletas trabalhadores, diferentes ensaios de resistência a este processo de sujeição que serão discutidos na apresentação. Assim, esta pesquisa relaciona-se ao eixo temático "Trabalho" e ao GT "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos", precisamente por vislumbrar uma abordagem diferenciada e crítica que preza pela análise da categoria trabalho em sua dimensão mutante e política. Acreditamos que tanto o GT quanto a presente pesquisa aqui parcialmente relatada se propõem a discutir os impasses e os efeitos subjetivos gerados pelo sistema produtivo capitalista e pelas novas formas de organização do trabalho.

Implicações da reestruturação da carreira pelo "Choque de Gestão" na subjetividade do docente da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais

Matusalém de Brito Duarte

A crise econômica e fiscal da década de 1980, bem como a transição política para governos democraticamente eleitos abriram o debate sobre a necessidade de ajustes na administração pública nos países latino-americanos. No Brasil, as orientações da cartilha do Consenso de Washington embasaram as decisões administrativas que se efetivaram através de ajustes neoliberais impostos pelo FMI – Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, como condição para a concessão de empréstimos. Além disso, a crítica ao estatuto burocrático do Estado weberiano e a defesa da sua minimização, em detrimento do fortalecimento do mercado, foram incorporadas pelos governos pós-ditadura, desconsiderando as peculiaridades políticas e das desigualdades sociais do Brasil e demais países latino-americanos. Associada à imposição dos ajustes fiscais, disseminou-se também a vinculação entre desenvolvimento econômico e universalização e democratização do ensino como ingredientes essenciais para a saída do estágio de subdesenvolvimento, na qual se encontravam tais países. Como forma de associar corte de gastos e universalização da educação, num contexto em que os investimentos neste setor já eram baixos se comparados aos países desenvolvidos, as políticas públicas de educação foram delineadas de modo a "democratizar" o acesso a todos aqueles segregados anteriormente, sem "onerar" os cofres públicos. Essa lógica de diluição dos baixos investimentos associadas à pressão pela universalização da educação básica, reversão dos dados de evasão e erradicação da reprovação, redefiniram as políticas públicas e os modos de gestão, que impactaram diretamente nas relações políticas e pedagógicas no território-escola. Em Minas Gerais, essas mudanças nos modos de se fazer política pública, iniciaram na década de 1990, com o programa "Minas aponta o caminho". Apesar das alterações estruturais na gestão pública mineira ter se

iniciado nesse período, foi somente a partir de 2003, com a implantação do grande programa de reestruturação da administração pública intitulado "Choque de Gestão", que foram efetuadas as maiores reformas em todos os setores de serviços públicos, trazendo como lema principal: "gastar menos com o Estado para gastar mais com o cidadão". Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar a produção das tecnologias da subjetivação docente na Rede Estadual de Minas Gerais, a partir da implantação das políticas do "Choque de Gestão" e do "Estado para Resultados", focando na questão da mudança na carreira docente e na implantação da gestão pactuada. Ao deslocar a educação e a docência, de um setor relacionado a processos e tempos específicos, vinculados à formação intelectual e humana dos indivíduos em sua singularidade e multiplicidade para uma lógica orientada pela avaliação por resultados previamente definidos e "pactuados", verificamos inúmeros impactos no trabalho, na carreira docente, nas microrrelações interescolares e no fazer pedagógico que precisam ser compreendidos e problematizados. A partir da crítica dos teóricos da administração pública latino-americana, dos pesquisadores das políticas em educação do Brasil e Minas Gerais como Dalila Oliveira, Raquel Barreto, Maria Helena Augusto, entre outros e do aporte teórico conceitual de Michel Foucault, Maurízio Lazzarato e Nikolas Rose, pretende-se analisar criticamente os impactos das mudanças na carreira docente com a implantação do "Choque de Gestão", considerando as especificidades da realidade brasileira e mineira. Para essa análise são utilizados dados de entrevistas e diário de campo de uma pesquisa com docentes de duas escolas estaduais, bem como a legislação da nova carreira dos docentes e textos de consultores governamentais que avaliam do ponto de vista do governo, as políticas implantadas. A relação com o Grupo de Trabalho "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos" se deve ao seu objetivo em refletir sobre os processos de subjetivação advindas das mudanças recentes no capitalismo e suas implicações no trabalho e da tentativa em abordar temáticas referente aos discursos e práticas utilizados como estratégias de gestão e de controle dos/as trabalhadores/as. A análise dos dados mostrou uma minimização da autonomia docente e um controle maior do trabalho com a implantação do organograma administrativo implementado com o "Choque de Gestão" e o "Estado para Resultados". Além disso, as mudanças na carreira com a implantação do subsídio, bem como a excessiva regulamentação do trabalho, têm ampliado a ocorrência de fenômenos de resistência, resistência-desistência e resistência-permanência docente na escola, impactando negativamente no trabalho pedagógico.

Influência de gênero nas construções identitárias no trabalho de trabalhadores e trabalhadoras de São Paulo

Marcelo Afonso Ribeiro

Introdução: Estudos atuais sobre identidade no trabalho têm apontado uma crise identitária gerada pela flexibilização sociolaboral. Entretanto, se há a constatação de uma crise, e a fragmentação das referências para a identidade, simultaneamente há também a possibilidade de um campo de oportunidades, pois as pessoas teriam agora, potencialmente, uma margem de manobra para a mudança no trabalho de construção identitária, ou seja, teriam mais autonomia e menos referências seguras, ao mesmo tempo, tendo que ser mais ativos neste processo como um todo para lidar com a fragmentação e gerar continuidade e coerência, tão importantes para as identidades. Assim, a identidade tem deixado de ser apenas uma estrutura mais homogênea e produto de uma adaptação a uma ordem social predefinida, embora ainda seja isto também, para se transformar, parcialmente, em construções identitárias, mais heterogêneas, complexas e flexíveis, tornando-se um processo de construção contínua. Objetivos: Com base na definição de identidade acima proposta, a presente pesquisa visou compreender quais seriam as principais construções identitárias no trabalho desenvolvidas pelas pessoas na contemporaneidade e quais seriam as principais influências do gênero neste processo através do estudo de um grupo de trabalhadores(as) urbanos(as). Relação com o GT "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos" e o eixo temático escolhido do "Trabalho": A presente pesquisa está relacionada ao GT especificado e ao eixo temático escolhido, pois se insere no interior do quadro de estudos contemporâneos que tem discutido a relação entre trabalho e modos de subjetivação engendrados no atual contexto produtivo a fim de compreender a complexidade do mundo do trabalho contemporâneo e dos processos de subjetivação em curso em seus diferentes contextos através do fenômeno específico das construções identitárias no campo laboral. Orientação teórica: com base no Construcionismo Social, as construções identitárias foram tomadas como narrativas psicossociais construídas nas relações com os discursos sociais prevalentes em dado contexto acerca dos processos de subjetivação e das práticas sociais de trabalho, esta últimas definidas como possibilidade da construção de si na relação com a materialidade do mundo social. Método: O método contou com três etapas: (1) Levantamento dos principais discursos sociais propostos na literatura recente acerca desta temática e articulação dos discursos sociais descritos numa proposta genérica de organização num quadro com quatro discursos sociais atuais acerca das construções

identitárias no trabalho; (2) Realização de uma pesquisa de campo através de entrevistas em profundidade com 40 trabalhadores(as) urbanos(as) da cidade de São Paulo, maiores de 35 anos, com uma história de vida no trabalho de pelo menos 20 anos, e com formação superior, em sua grande maioria. As narrativas dos(as) participantes foram transcritas e buscou-se identificar as principais construções identitárias no trabalho na contemporaneidade, realizando uma análise de conteúdo dos relatos do grupo de participantes, que foram contrastadas com categorias descritas pela sistematização da literatura especializada; e (3) Análise das diferenças de gênero neste grupo específico de participantes. Resultados: O primeiro resultado, oriundo da pesquisa bibliográfica, foi, a partir da sistematização da literatura recente da área, a organização das alternativas possíveis de processos de construção identitária em quatro discursos sociais, sendo duas delas marcadas pelos modelos tradicionais da identidade organizacional (categoria nostalgia) e da identidade profissional/ocupacional (categoria fechamento); e duas delas pelas atuais construções de rede (categoria possibilidade) e desidentidade (categoria instrumentalidade). E, a partir da utilização destas categorias na pesquisa de campo, o segundo conjunto de resultados apontou que, no grupo estudado, havia um predomínio de dois movimentos antagônicos de busca nas construções identitárias: estabilidade (nostalgia) e flexibilidade (possibilidade), com enfraquecimento das dimensões profissionais/ocupacionais (fechamento), e a emergência frequente da desidentidade como situação de crise (instrumentalidade), sendo que um terço dos participantes tinham construções identitárias híbridas ou mistas, sendo mais uma posição identitária que uma identidade estável, embora, em algumas situações de vida sejam mais estáveis e permitam a permanência por largos períodos de tempo de uma mesma construção identitária. Por último, o terceiro conjunto de resultados apontou que, quando é realizado um corte de gênero, os resultados acerca das construções identitárias no trabalho se mantém semelhante aos resultados obtidos no grupo estudado como um todo no movimento de estabilidade (nostalgia), no enfraquecimento das dimensões profissionais/ocupacionais (fechamento) e na emergência frequente da desidentidade como situação de crise (instrumentalidade), entretanto apresenta uma diferença significativa nos movimentos de flexibilidade (possibilidade) e de construções identitárias híbridas, sendo os homens mais propensos a construir identidades híbridas e as mulheres a construir identidades flexíveis, sendo movimentos distintos para lidar com contextos que demandam mudanças constantes. Conclusão: Conclui-se que a heterogeneidade e a complexidade do mundo do trabalho atual demandam conceitos que consigam compreender este quadro, ao mesmo tempo

em que, proponham categorias de análise dos fenômenos psicossociais deste mundo do trabalho.

Juventudes: tramas da vida cotidiana de jovens universitários que trabalham

Regina Celia Paulineli Borges

Os estudos voltados à tríade juventude, escola e trabalho recebem espaço significativo entre os pesquisadores a partir dos anos 1990. Os estudos interligam temáticas como qualificação e inserção profissional, refletindo sobre as articulações entre os sistemas educativos e produtivos do cenário juvenil. A realidade brasileira aponta que a cada dez jovens, sete já iniciaram uma atividade profissional e assim oferecem elevados índices na combinação estudo/trabalho em suas vidas. Diante do atual contexto histórico-social, cultural e econômico fundamentado pelo sistema capitalista, esta tese de doutoramento, busca compreender a vida cotidiana de jovens universitários que conciliam estudo e trabalho, campos estes em constantes transformações. No chamado "mundo do trabalho" nota-se mutações de ordem objetiva, mas também subjetiva, para todos os trabalhadores. No cenário educacional, as universidades, também apontam para uma globalização neoliberal e mercadorização. É nesta configuração que aspiro utilizar visões da Psicologia, tendo como concepção de juventude um sujeito sócio-histórico, capaz de "inventar-se" constantemente, olhando criticamente as conceituações naturalizantes. Toma-se o conceito de juventude como polissêmico, no entanto, considera-se ímpar a necessidade de pluralizá-lo, ou seja, fala-se de juventudes. Outros campos interdisciplinares, também abarcam esta investigação, seja na Filosofia e/ou nos estudos da Sociologia da vida cotidiana. As pesquisas do cotidiano surgem entre as tensões da modernidade e da pós-modernidade, através da sociologia da vida cotidiana, que passa a observar as ações individuais e rotineiras como fatores sociais. Desta forma o cotidiano deixa de ser somente vivido e torna-se um objeto de investigação, mediante sua aceleração, por meio da mercantilização temporal, da fragmentação de acontecimentos, da rápida circulação de processos, imagens e informações. O lócus aqui apresentado refere-se à pesquisa exploratória realizada em uma instituição pública estadual do sul do país, na qual as participantes foram duas jovens universitárias de graduação, que conciliam estudo e trabalho. Ressalta-se que o trabalho foi aqui compreendido de forma ampla, ou seja, como qualquer atividade laboral remunerada, com ou sem vínculo empregatício oficial (estagiários, bolsistas, prestadores de serviços, entre outros). Assim sendo, buscou-se compreender como se dão as possíveis articulações/movimentos entre a condução vida cotidiana, não cotidiana e/ou da sua cristalização a partir das lentes conceituais da categoria

cotidiano proposta por Agnes Heller. Esta investigação teve uma abordagem qualitativa, entendendo ser este caminho conexo a uma leitura dialética. A entrevista foi o principal instrumento de coleta de dados, articulado com o preenchimento da técnica da agenda colorida e de fotografias produzidas e significadas pelo sujeito acerca da sua vida cotidiana, em quatro encontros. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise através dos Núcleos de Significação, que resultaram em três núcleos: 1) Curso superior: "o pessoal quer crescer, quer seguir uma carreira, é só um curso superior não é mais suficiente", 2) Sentidos do Trabalho: "uma forma de adquirir experiência" e 3) Vida Cotidiana: tensão dialética entre vida uniforme e vida flexível. Destarte são diversos os motivos que levam as juventudes a buscarem um curso superior. No caso aqui estudado nota-se que o mesmo tem como ponto convergente o fato de objetivarem um diploma universitário como um instrumento de acesso e/ou avanço profissional. Consequentemente, a "antecipação" na conciliação entre estudo e trabalho exercida pelas pesquisadas, que se deu através dos estágios e/atividades free-lancer, significavam as perspectivas de adquirir prévia experiência ainda enquanto estudante, visando ampliar as chances de inserção profissional após a graduação, assentindo e reiterando ao "sedutor" discurso da qualificação, dentro da lógica predominante do capitalismo. Deste modo, os sentidos da vida cotidiana das jovens universitárias e trabalhadoras foram marcados por tensões dialéticas ao significarem suas ações cotidianas entre situações uniformes, bem como também tendo a possibilidade de flexiblizar seus horários e ações. Assim, denotam que a cotidianidade marcada pela dimensão espaço-tempo atual contemporânea descrito numa sociedade que tem se organizado em objetivos de curto prazo, "instala" nos sujeitos essas contradições, ou seja, a vida cotidiana é refletida tanto ao nível psicológico e heterogêneo de cada sujeito, como também para o seu social, pois é neste "âmbito" que o homem se reproduz como sujeito histórico. Compreendem que o cotidiano é composto de micro-lugares/ações e narraram de modo bem enfático que o mesmo, por vezes, se constitui em rotinas. Na concepção das entrevistadas a rotina é significada de modo dicionariozado, ou seja, como mesmice e é bastante repudiada dento da vida cotidiana. Portanto, pode-se concluir que as jovens entrevistadas ainda não perceberam que a vida cotidiana "passeia" suas interseções entre a rotina e a ruptura, entre o micro e o macro social, ou seja, que condução da vida na composição particularidade x humano-genérico, embora dentro de uma estrutura da cotidianidade nos permite condições e possibilidades de resistência, de mudanças em nossas rotas, apropriando-se e marcando nossa ação como sujeito social e de uma visão de educação e trabalho para além do capital.

Mulheres vigilantes: profissionalização e reconfigurações identitárias

Maria Fernanda Diogo, Maria Chalfin Coutinho

A pesquisa que originou essa proposta de comunicação oral teve como objetivo compreender os movimentos de inserção de mulheres na área de vigilância patrimonial privada na Região Metropolitana de Florianópolis. Esse segmento é maciçamente masculino, contudo mudanças tecnológicas e organizacionais abriram alguns espaços para a entrada de mulheres. O estudo baseou-se no pressuposto da centralidade do trabalho para a construção do ser social, utilizando gênero como escopo analítico. Empregando metodologia qualitativa, o recorte aqui apresentado utilizou como fonte de informação entrevistas realizadas com doze mulheres que desejavam atuar no segmento de vigilância patrimonial e as produções das Trajetórias Sócio Profissionais (TSP) efetivadas por elas. Para que fique caracterizada a condição de vigilante é imprescindível a qualificação específica, conquistada em um curso de formação ministrado em escola legalizada junto ao Departamento de Polícia Federal. Para esse conjunto de sujeitos, foi idealizada uma pesquisa longitudinal. A primeira entrevista individual com as mulheres foi realizada no ato de sua apresentação à escola, antes do início das aulas, e objetivou conhecer as participantes, compreender o movimento que as levou a escolher a formação em vigilância, quais suas concepções sobre a área e seus projetos futuros. A segunda entrevista foi realizada doze meses após a primeira e teve como objetivo verificar os sentidos atribuídos ao curso de formação, suas táticas de inserção na área de vigilância, os resultados obtidos, como estes foram significados e seus projetos futuros, bem como a produção das TSP. A análise das informações colhidas no percurso entre os dois encontros revelou que as entrevistadas investiram na profissionalmente na vigilância objetivando numa mudança laboral e de vida, na maioria das vezes evadindo de trabalhos precários, subalternos, mal remunerados, fisicamente desgastantes – considerados “sofridos” – e socialmente relacionados ao feminino. O salário da vigilância foi considerado atrativo pelas entrevistadas, bem como a possibilidade de estabelecer vínculos empregatícios. Por quebrar estereótipos de gênero, o movimento em direção ao segmento recebeu sentido “desafiante” e transgrediu, de modo consciente ou não, os padrões sociais. Além de romper padrões culturais estereotipados, elas almejavam conquistar o status social auferido à identidade profissional da categoria, simbolizados na postura de poder do/a vigilante. A maioria das entrevistadas, contudo, ignorava as transformações ocorridas na área nos últimos anos, o aumento das exigências nas contratações por parte das empresas prestadoras de serviços e descreveram a recente feminização da vigilância patrimonial com base em visões

naturalizadas e estereotipadas. Essas mulheres desejavam obter um trabalho melhor remunerado e socialmente prestigiado, angariando "respeito" pela mediação do ato laboral e, principalmente, almejavam uma atuação que envolvesse menor fadiga física, conquistando um trabalho cujo desempenho fosse "mental". No movimento entre as duas entrevistas foram narradas, principalmente, duas táticas de inserção em empresas prestadoras de serviços: por meio da entrega de currículos ou utilizando as redes de relações que, no caso das entrevistadas, caracterizava-se por amigos e parentes envolvidos direta ou indiretamente na área de vigilância. No segundo encontro pode-se observar que sete entrevistadas conquistaram empregos na vigilância; uma não havia conseguido um emprego formal, mas atuava de modo autônomo como segurança em eventos; duas haviam atuado pontualmente na vigilância; e somente três não tinham conseguido nenhum trabalho na área. Isso demonstra que, apesar dos percalços, é efetiva a abertura do segmento à força de trabalho feminina, pois a maioria das mulheres entrevistadas tinha conseguido alguma forma de inserção. Quanto ao perfil profissional, a maior parte das mulheres que conquistaram postos fixos na vigilância atendia ao perfil delineado pelo segmento: detinham estabilidade nos empregos anteriores, expressavam-se com fluidez e tinha estatura mediana ou acima da média. Em relação aos projetos profissionais futuros, buscar melhorar o nível de escolarização ou a qualificação profissional fez parte dos planos das entrevistadas, objetivando ascender nessa ou em outra profissão. Aquelas que tinham conseguido vaga na vigilância desejavam permanecer na área, pois essa identidade profissional havia adquirido sentidos amplamente positivos. Um dos pressupostos no qual esta pesquisa se ancorou é que o trabalho participa na/da constituição dos sujeitos, assim exercer uma profissão atua na constituição da identidade profissional. Trabalho e profissão, portanto, são constitutivos e identitários. As mulheres que tiveram a oportunidade de vivenciar a vigilância foram se identificando com seus símbolos e significados, relacionalmente construídos. Algumas narraram que a nova profissão lhes trouxe sentidos de "respeito" e "valorização" não vivenciados em suas experiências laborais anteriores. Desta forma, pela mediação do ato laboral, elas foram adquirindo uma identidade profissional positivamente significada, incorporando-as subjetivamente.

Poder de agir, saúde mental e trabalho: estudo de caso de um agente de segurança penitenciária

Julia Nogueira Dorigo

O presente trabalho traz um estudo de caso que busca investigar a importância da preservação do poder de agir para a manutenção da saúde mental em um contexto adoecedor de trabalho. Apresentamos um estudo de caso de um agente de segurança pública do estado de Minas Gerais que, diante de condições patogênicas de trabalho. Os agentes de segurança penitenciária lidam em seu contexto laboral com um ambiente adoecedor, prisões superlotadas, desrespeito aos direitos humanos dos agentes e dos apenados, condições precárias de trabalho (falta preparação oferecida pelo estado, falta de material, ameaças constantes de morte, vínculos empregatícios frágeis, entre outros). As ameaças de morte, por exemplo, fazem parte do cotidiano de trabalho destes profissionais, mas, ainda assim, eles conseguem identificar as mais graves e com maior possibilidade de execução. Trazemos, então, um caso de um agente, que, depois de dois anos de profissão, se viu obrigado a se afastar de suas atividades após uma ameaça que julgou diferente das anteriores e que lhe colocou em um quadro de transtorno de estresse pos-traumatico (CID-10 F43.1). E, ainda que diante de um quadro de adoecimento mental, conseguiu preservar sua capacidade normativa (CANGUILHEM) e seu poder de agir (YVES CLOT) tomando decisões que lhe ajudaram a preservar sua saúde, o que nos aponta que saúde não é ausência de doenças e sim a preservação da capacidade de ser normativo em seu meio. Este trabalho propõe esta discussão.

Políticas públicas para a juventude e o lugar do jovem no mundo rural

Rosemeire Aparecida Scopinho

O artigo deriva de uma pesquisa que procurou compreender as tensões existentes entre a concepção de trabalho familiar presente nos projetos de assentamentos de reforma agrária recentemente implantados no Brasil e as possibilidades de inserção profissional dos jovens, tomando dois aspectos: o modo como os trabalhadores organizam o trabalho familiar sob os princípios da cooperação e da agroecologia e o modo como os jovens participam dessas relações e constroem representações sociais sobre os seus lugares nesta realidade, especialmente no que se refere ao trabalho. Para tanto, analisamos as políticas públicas de inserção no trabalho voltadas para a juventude implantadas no Brasil a partir dos anos noventa e as propostas dos movimentos sociais do campo para a inserção dos jovens nos assentamentos rurais, particularmente no trabalho familiar. Identificamos as características socioculturais e econômicas das famílias e dos jovens assentados e as suas representações e expectativas sobre a vida e o trabalho no campo. A pesquisa foi realizada em dois assentamentos rurais situados no interior do estado de São Paulo-Brasil, próximos de uma grande região metropolitana onde

a reforma agrária acontece por força da ação dos movimentos sociais e em meio ao desenvolvimento de uma agricultura empresarial que integra capitais industrial e financeiro, utiliza base técnica mecanizada e informatizada para produzir comodities voltadas para exportação. Os assentamentos foram, intencionalmente, selecionados em razão da proximidade com a capital metropolitana regional e a estratégia metodológica combinou diferentes procedimentos de busca de informações: observações diretas, entrevistas individuais e coletivas, análise documental e bibliográfica. As informações oriundas das diferentes fontes foram confrontadas de modo a identificar consensos e dissensos nos conteúdos. Os jovens assentados identificavam-se mais com o trabalho urbano do que com o trabalho rural, apesar das condições precárias do primeiro. O trabalho rural era tido como ajuda aos familiares, uma estratégia provisória de subsistência econômica e de sociabilidade, mantida até que aparecesse uma oportunidade urbana. Com poucas exceções, as suas representações sociais sobre trabalho e vida no campo desconsideravam o assentamento como lugar para trabalhar, estudar e se divertir e o valorizavam como lugar tranquilo para a família morar e para que eles próprios pudessem descansar ao passar finais de semana e férias. Expressando o que está no imaginário social brasileiro sobre o campo, as representações estavam ancoradas nos preconceitos que o urbano tem sobre o rural como lugar do atraso econômico e da ignorância cultural e, assim sendo, ao campo resta ser apenas lugar para passeio e descanso; ancoravam-se também na ideia de que a cidade é o lugar da modernidade e da tecnologia e, portanto, onde se encontram as melhores oportunidades econômicas e culturais. Porém, essas representações não se ancoravam apenas nas preconceituosas ideias sobre a relação campo-cidade, mas também na concreta constatação cotidiana da falta de infraestrutura no campo para acolher e inserir profissionalmente os jovens que necessitam de educação de qualidade que os prepare para viver no campo, que necessitam de trabalho para ajudar no sustento da família de origem e planejar o futuro da própria e de condições para o lazer que os insiram em uma rede de sociabilidade que os permitam reproduzir a vida. Se, no plano discursivo, houve avanços no processo de institucionalização do debate sobre a questão social do jovem brasileiro, na realidade analisada, as políticas públicas implantadas não têm logrado alcançá-los. A concepção de juventude e de jovem nelas subjacentes é predominantemente urbana e a ideia de inclusão aparece associada à oferta de programas emergenciais aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, o que deixa implícito o caráter focal e paliativo das medidas.

Apoio FAPESP

Precarização do trabalho: ensaio sobre as políticas públicas voltadas a saúde do trabalhador

Pamella Beserra de Melo, Ruth Maria de Paula Gonçalves, Yasmin Zalazan Santos Conceição, Jamille Maria Rodrigues Carvalho

A relação do ensaio ora apresentado com o Grupo de Trabalho 27: através do eixo temático "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos" pode ser percebida ao longo do texto ao encetarmos como objeto a "produção de sofrimentos ou adoecimentos dos trabalhadores" no contexto da sociabilidade contemporânea, perpassada pela crise estrutural do capital. Situando-se na contramão de estudos e práticas produzidos atualmente, busca romper com as teorias hegemônicas oriundas do sistema vigente, particularmente a lógica de exploração, sob a qual estamos submetidos. Os dados per si indicam a relevância da investigação e a relação com a temática sugerida, uma vez que o sistema capitalista, diante de sua atual crise, provoca transformações diversas no mundo do trabalho, acarretando, para além da esfera laboral, mudanças em todos os níveis da sociedade, agravando a relação entre trabalho-saúde/adoecimento. Este ensaio é fruto da pesquisa realizada durante a monografia para obtenção do título de Psicólogo, na qual se pretendeu investigar as doenças relacionadas ao trabalho e o sofrimento psíquico decorrente destas. Vale ressaltar que as elaborações aqui presentes tem como ponto de partida as pesquisas, leituras e trabalhos realizados como ex-bolsista de Iniciação Cientifica e como membro-colaboradora do Núcleo de Psicologia Social e Trabalho (NUSOL) da Universidade Estadual do Ceará. A pesquisa se deu através do exame do documento oficial intitulado "Doenças relacionadas ao trabalho – manual de procedimentos para os serviços de saúde" produzido pelo Ministério da Saúde em parceria com o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, o qual nos serviu de base para examinarmos o objeto. A fundamentação teórica é ancorada na ontologia de Marx, cujos estudos foram recuperados por Lukacs em sua ontologia do ser social. Os estudos de Mészáros sobre a crise do capital, e, em particular, as formulações de Vigotski e Leontiev sobre a constituição do psiquismo humano, perspectivados na Psicologia Histórico-cultural de base marxista, complementam o suporte teórico de nosso estudo, bem como as contribuições de autores brasileiros: Antunes, Lessa, Tonet, Moraes, os quais seguem essa perspectiva de rompimento com as teorias hegemônicas. O cenário atual de crise estrutural do capital tem provocado uma degradação crescente na relação metabólica entre homem e natureza, cujos principais exemplos deste processo são a desproletarização do trabalho industrial percebida com a diminuição da classe operária, com ampliação do setor de serviços, a incorporação do

contingente feminino na produção, além da intensificação de modos flexíveis dos vínculos trabalhistas. Com efeito, o resultado mais grave desse processo é o desemprego estrutural que atinge todas as esferas do mundo laboral em escala global, além de uma maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora. Processo esse que tem provocado uma intensificação das doenças relacionadas ao trabalho, principalmente aquelas de caráter psíquico/comportamental, diante do antagonismo entre sentido e significado, como podemos comprovar através da análise documental realizada. Os resultados do exame ora realizado reflete a materialidade, nos mostrando que as políticas públicas destinadas a classe trabalhadora primam por remediar as condições de vida e trabalho no mundo dos homens, ao invés de alçá-los a patamares de desenvolvimento rumo à formação humana integral. Assim, os novos modos de produção do capital tem agudizado o sofrimento psíquico dos trabalhadores submetidos as suas artimanhas. Desse modo, esta forma de sociabilidade segue contribuindo para a reprodução do capital, a opressão e alienação da classe trabalhadora, afastando-se das vias que possibilitam a reprodução do gênero humano.

Saúde do servidor público federal: política, discursos e as práticas prescritas

Jardel Pelissari Machado

Em 2009 o governo federal instituiu, pelo Decreto 6.833 (29/04/2009), o Subsistema de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS). Trata-se de uma política pública que "tem por objetivo coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, perícia oficial, promoção, prevenção e acompanhamento da saúde dos servidores da administração federal direta, autárquica e fundacional, de acordo com a política de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal, estabelecida pelo Governo" (BRASIL, 2009). Essa política está vinculada ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e está sendo implantada em todo o país, em diversas unidades, por meio da constituição de acordos de cooperação técnica entre diferentes instituições do executivo federal. Tendo em vista a implementação dessa política e as transformações que tem produzido nas instituições do executivo federal, nas práticas de equipes de saúde (nas quais está o psicólogo) e na vida de seus servidores, este estudo teve como objetivo investigar quais são as perspectivas e discursos que embasam as diretrizes que orientam as práticas voltadas à saúde do servidor público federal. Dessa forma, realizou-se um estudo documental o qual teve como objetos os seguintes textos legais: portarias; decretos; leis; e orientações normativas que regulamentam a institucionalização e a operacionalização do

SIASS. Esses documentos foram organizados de modo a tecer uma teia de diálogos entre eles e suas bases discursivas, buscando compreender, com base na filosofia bakhtiniana da linguagem e na análise do discurso, que discursos embasam e constituem a organização desse subsistema e que efeitos de sentido as orientações estabelecidas pelos documentos produzem para o cotidiano das equipes de saúde do trabalhador e para os servidores públicos federais. Esse trabalho se insere na perspectiva da Saúde do Trabalhador, embora não focalize as práticas e vivências cotidianas dos trabalhadores, mas sim documentos, discursos e perspectivas que embasam as práticas de saúde voltadas aos servidores públicos federais. Insere-se, portanto, na perspectiva que compreende que documentos legais, por ocuparem posição privilegiada na organização da vida das pessoas, constituem a centralidade e a marginalidade de discursos e práticas que produzem efeitos nos modos de subjetivação em uma sociedade. Com base na análise dos documentos, discute-se a respeito: a) das perspectivas e discursos que fundamentam esses textos, quais são as formas de compreensão de saúde, tratamento, prevenção e promoção que apresentam; b) dos efeitos desses discursos para as práticas profissionais na área de saúde, para as expectativas e possibilidades de atuação da psicologia, para a interação entre diferentes áreas profissionais da saúde, e para os servidores atendidos pelo sistema implantado; c) das ligações dos discursos que sustentam os documentos com ideais de gerenciamento, administração e produtividade. Após a abordagem dessas temáticas, conclui-se: sobre as perspectivas que embasam os documentos e que práticas prescrevem, regulamentando quais são e como devem ser conduzidas as práticas de diversos profissionais da área de saúde (dentre os quais estão os psicólogos), e seus efeitos ao público atendido, nesse caso os trabalhadores. Discorre-se ainda sobre a importância da realização de estudos documentais para as ciências humanas como forma de compreender discursos e seus efeitos para a condução de diversos âmbitos da vida cotidiana, assim como para as possibilidades de subjetivação.

Terras, trabalho e panelas coletivas: a produção da vida como política no cotidiano de um assentamento rural do MST em Rondônia

Juliana da Silva Nóbrega

Em 2003 foi criado o "Coletivo 14 de Agosto", um grupo autogestionário composto por 10 famílias de agricultores-militantes do MST e do MPA que reivindicavam, junto com outras famílias acampadas, as terras da Fazenda Shangrilá, em Rondônia, já há mais de dez anos. Este resumo abordará as práticas coletivas de organização do trabalho e da vida empreendidas por esse grupo. Trata-se de um estudo etnográfico que foi realizado no período de 2010 a 2013 e

envolveu diversas imersões em campo bem como algumas entrevistas com os membros do grupo. Teve como objetivo principal compreender as vicissitudes do processo cotidiano de coletivização e os sentidos de trabalho que vem sendo construídos desde então. Ao contrário dos outros moradores da agrovila do futuro assentamento, essas famílias coletivizaram suas terras e seu trabalho. Para dar concretude a essa proposta, sentiram necessidade de coletivizar também suas panelas, passando a ter apenas uma cozinha de uso comunitário. No dia-a-dia do grupo vigora uma importante orientação de matriz camponesa e agroecológica nos trabalhos, tanto na agricultura como na cozinha. Foram criadas instâncias organizativas coletivas que permitem que planejem e executem coletivamente suas atividades na horta, na farinheira, na roça, na cozinha e na criação de animais. Ainda que haja essa organização oficial, pôde-se perceber que é, sobretudo, no cotidiano do trabalho que as decisões são tomadas. A partir do enfoque da Psicologia Social do Trabalho compreende-se o processo organizativo autogestionário como uma dinâmica em que socialidades e materialidades são produzidas num intenso processo de negociação cotidiana, dando novos sentidos ao trabalho e a vida das pessoas. Terras trabalho e panelas coletivas constituem um importante tripé de sustentação da experiência de autogestão deste grupo. Passados os 21 anos do acampamento inicial naquelas terras, as pequenas práticas de cooperação deram origem a esse conjunto de ações organizadas que garantem a continuidade da vida dos mais velhos, dos jovens e das crianças. Numa constante tentativa de desconstruir a ideia do homo economicus vigente na sociedade capitalista, esses agricultores-militantes empreendem uma vida não apenas pautada pela necessidade de sobreviver enquanto camponeses, como também pela vontade de criar um canal de argumentação. Ser um grupo de pequenos agricultores deixa de ser pejorativo para se tornar uma escolha pela não-exploração dos outros e pela soberania alimentar. Nesse sentido, economia não diz respeito a geração de riquezas materiais, mas a reprodução ampliada da vida.

Trajetórias, cotidiano e sentidos do trabalho de diaristas

Maria Chalfin Coutinho, Laila Priscila Graf, Regina Celia Paulineli Borges, Aline Suave da Silva

No contexto de trabalho atual, as informalidades ainda persistem como um traço marcante do mercado de trabalho brasileiro, apesar de indicadores oficiais apontarem o aumento do trabalho com registro formal. O trabalho informal abarca diferentes modalidades de relações trabalhistas: trabalhadores informais tradicionais, que atuam na prestação de serviços ocasionais ou em “bicos”; trabalhadores assalariados sem registro formal; trabalhadores por

conta própria ou autônomos, entre outros. Entre as ocupações informais tradicionais, pode-se citar o caso de trabalhadoras domésticas diaristas, também conhecidas como faxineiras, atividade geralmente exercida por mulheres prestadoras de serviços de limpeza, conservação e higiene em residências. A desvalorização histórica e cultural, característica desse tipo de ocupação, e o desempenho de atividades culturalmente associadas ao feminino contribuem para que, na maioria das vezes, sejam mulheres quem atua nesse tipo de ocupação. A partir deste contexto histórico e cultural, foi efetivada uma pesquisa com diaristas – trabalhadoras domésticas sem vínculo formal – com o propósito de compreender os sentidos produzidos por essas mulheres em seus cotidianos laborais. Foi efetuada uma investigação qualitativa, realizada por meio de entrevistas com oito trabalhadoras, gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. A análise do material transcrito, realizada por meio do procedimento de Núcleos de Significação, resultou em três núcleos: Trajetórias Ocupacionais, Práticas Cotidianas e Sentidos do Trabalho na Faxina. A análise das trajetórias das diaristas revelou o quanto as suas origens em camadas populares, a história familiar e o fato de serem mulheres contribuíram para as opções ou escolhas possíveis no decorrer da vida. Assim, as trajetórias escolares irregulares, geralmente associadas ao baixo nível de escolaridade, bem como à necessidade de conciliação entre o trabalho doméstico familiar e o remunerado se constituem nos principais fatores determinantes da opção pelo trabalho como diarista. A análise das práticas cotidianas das diaristas revelou a singularidade com que cada uma organiza sua vida pessoal e laboral, podendo regular seus dias e horários de trabalho, os modos de exercer as atividades e escolher locais de trabalho e contratantes. Esses modos singulares de serem diaristas possibilitam às entrevistadas conciliar suas atividades como trabalhadoras domésticas remuneradas com outras tarefas de suas vidas cotidianas, tais como: cuidado dos filhos, atividades domésticas em suas residências e o exercício de outros trabalhos remunerados. Entre os sentidos atribuídos à faxina, destaca-se a remuneração, considerada como principal fator positivo, por prover o sustento e remunerar melhor do que outras ocupações disponíveis para elas no mercado de trabalho, particularmente o emprego doméstico formal. O trabalho como diarista também é associado à ideia de liberdade nos modos de trabalhar e, principalmente, na relação com o contratante. Em contrapartida, atuar como diarista implica em exercer uma ocupação desvalorizada socialmente, exercida em um ritmo intenso e, consequentemente, desgastante. Assim, os resultados deste trabalho revelaram as contradições presentes no cotidiano dessas mulheres. De um lado, é possível identificar o exercício de uma ocupação desgastante, sem proteção social e desvalorizada socialmente; cuja opção resulta de trajetórias singulares, mas também pode ser

associada às condições de precariedade e subalternidade características de mulheres de camadas pobres. Em contrapartida, atuar como faxineira lhes traz vantagens, ao permitir remuneração considerada por elas como satisfatória, relativa liberdade e autonomia na execução de suas tarefas e conciliação com tarefas suas próprias domésticas. De modo astucioso e criativo as diaristas equilibram, cotidianamente, as exigências das esferas privada e pública.

Um mar de sentidos: histórias de uma associação de mulheres pescadoras

Debora Cristina Mira, Allan Henrique Gomes

Esta apresentação compartilha a experiência de assessoria psicossocial realizada pelos estudantes do segundo e terceiro ano do curso de Psicologia (com orientação do professor que subscreve este trabalho) da Associação Catarinense de Ensino - ACE à uma Associação de Mulheres Pescadoras do município de São Francisco do Sul – SC. A realização deste projeto de assessoria foi possível mediante solicitação de uma organização que há três anos fomentava o empreendimento associativo das mulheres pescadoras. Na ocasião, tínhamos a informação de que a associação havia iniciado as suas atividades em 2009 com a confecção de artesanatos, mas mediante apoio externo as mulheres enxergaram na pesca e venda de pescados uma nova oportunidade para a geração de renda. A associação contava com nove empreendedoras que se dividiam na comercialização e na manipulação de produtos como filé de peixe, casquinha de siri e camarão, além de atenderem pedidos para fornecimento de almoços em eventos. No tempo em que o projeto de assessoria estava acontecendo, as mulheres estabeleceram parceria com a prefeitura local, para fornecer 1.200 quilos de bolinhos de peixe por mês para as escolas públicas do município. O objetivo deste projeto foi a promoção de encontros de assessoria psicossocial na perspectiva da Economia Solidária, uma forma de economia que no Brasil vem se consolidando como uma política pública de geração de trabalho e renda, especialmente depois de 2003, quando foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Sabe-se que a Economia Solidária é ao mesmo tempo uma teoria de geração de trabalho e renda e ainda um movimento social que considera ser possível a existência de "outra economia" em oposição ao modelo capitalista de produção. As temáticas abordadas no decorrer dos encontros foram estabelecidas a partir das observações e registros de uma visita inicial ao grupo e ainda, pelas questões apontadas organização que já fomentava o empreendimento. Os encontros com as mulheres pescadoras aconteceram semanalmente, em um período de aproximadamente dois meses. No desenvolvimento do projeto o olhar dos estudantes foi sendo dirigido para a forma como estas trabalhadoras estabeleciam sentido por meio de suas atividades de trabalho e,

também por isto, as atividades de assessoria e intervenção não deixaram de pensar na contribuição com a dimensão psicossocial destas mulheres nas relações de grupo e na convivência na associação. Permitiu-se, assim, desenvolver uma aproximação com as integrantes da associação através da recuperação de suas trajetórias no empreendimento, bem como da própria história da associação. Foi problematizada a questão do trabalho em equipe (processos de decisão, liderança e também os significados das relações construídas na associação). Para cada um dos cinco encontros foram organizadas atividades que contavam com vivências, recursos audiovisuais, atividades com fotografias, recorte e colagem, entre outras estratégias que permitiam a mobilização/participação das mulheres. O aporte teórico e metodológico que subsidiou o trabalho de assessoria foi a Psicologia Sócio-Histórica. Nesta perspectiva elegeu-se a dimensão afetiva constitutiva destas relações de trabalho e convivência, justamente porque, no campo da Economia Solidária não se pode atuar com os conceitos que regem as políticas da afetividade das organizações corporativas, pois elas segmentam as relações e tendem a individualizar as emoções e sentimentos. Nesta escolha de assessorar desde o lugar de trabalho destas mulheres e com os "recursos" (sentidos, afetos, memória, relações de trabalho) por elas fornecidos, foi sendo possível identificar que suas atividades de trabalho eram significativas não somente pela possibilidade da renda, mas também pela potencialidade do encontro, da criação, do afeto (ainda que também pelos conflitos) e pela própria possibilidade de ser sujeito de uma história/empreendimento. Contar suas histórias possibilitou a estas mulheres reconhecer a riqueza de suas trajetórias pessoais e a forma como a associação permitiu novidades em suas vidas. Utilizando-se de um saber transmitido culturalmente, a pesca artesanal, estas mulheres encontraram no trabalho cooperativado a possibilidade de novas experiências, novas relações, novos desafios. O trabalho cooperado vai desvelando, à medida que se debruça em sua compreensão, um sentido implícito, que se dá no seio de seus desdobramentos. Sem que se anule sua capacidade de gerar emancipação e autonomia frente às condições econômicas de dada realidade, ele acontece na "alma" do sujeito, no 'fazer-se' e 'refazer-se' do empreendimento. Trabalha-se distante da alienação, mobiliza-se por uma causa que lhe é própria e que permite sentidos.

GT 28. PSICOLOGIA SOCIAL, ARTE E IMAGEM NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: INTERVENÇÕES, INVENÇÕES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL

A pesquisa com imagem na Psicologia: fenomenologia e engajamento

Danilo Sergio Ide, Arley Andriolo

A partir de um trabalho de revisão de literatura, procuramos avaliar os lugares das imagens nos estudos de psicologia, para situarmos nossa reflexão no contexto da pesquisa em psicologia social do fenômeno imagético. Nosso trabalho partilha da mesma preocupação do GT – Psicologia Social, Arte e Imagem no contemporâneo ao levantar uma discussão sobre o "significado das imagens no mundo contemporâneo e na produção do conhecimento em psicologia social". O Laboratório de Estudos em Psicologia da Arte (LAPA, IP/USP) tem desenvolvido estudos e atividades que contribuem para a compreensão dos fenômenos das imagens com base no contexto psicossocial. Nesse sentido, tomou como objeto de pesquisa a articulação das imagens nas redes discursivas da psicopatologia, nas imagens do inconsciente e da arte bruta, nas trocas entre imagens artísticas e imagens turísticas, na percepção da paisagem, enfim, no processo social das imagens. Os estudos da imagem na Psicologia Social dedicam-se aos processos sociais nos quais a imagem não é apenas uma coisa física, mas um movimento de mediações entre os objetos icônicos, as imagens corporais e as imagens mentais dos observadores. Nesta concepção, tem-se trabalhado segundo uma orientação fenomenológica, sobretudo aquela voltada para a corporeidade na vida social (Merleau-Ponty, 1999). Donald Lowe reafirma que o campo perceptivo constitui-se pelo percebedor, o ato de perceber e o conteúdo do percebido. Assim, circunscreve as transformações temporais e espaciais do campo perceptivo a partir de três fatores: 1) os meios de comunicação; 2) a hierarquia dos sentidos que estruturam o sujeito como percebedor encarnando; 3) os pressupostos epistemológicos que ordenam o mundo do conhecimento (a epistême de Michel Foucault). Nas palavras de Lowe (1986, p. 31): "Em cada período a cultura dos meios de comunicação forja um ato de perceber; o sujeito fica delimitado por uma diferente organização hierárquica dos sentidos e o conteúdo do percebido oferece a ele um conjunto distinto de regras epistêmicas. Por conseguinte, o campo perceptivo constituído é uma formação histórica, que difere entre um período e o seguinte". Os movimentos de transformação da imagem são compreendidos enquanto fenômeno imagético no processo social, na vida intersubjetiva, como um campo de significação estética, política, econômica e cultural (Andriolo, 2011). Diferente de outros campos, como a antropologia e a sociologia, que desenvolveram uma rica tradição visual de pesquisa, a psicologia ainda não concedeu um lugar central para a imagem em suas investigações. Mas já é possível entrever três sentidos da imagem em nosso campo: (1) a

imagem tornada pública como material de pesquisa; (2) a imagem proposta aos atores sociais como procedimento de pesquisa; (3) a imagem como ilustração da pesquisa em psicologia. Nos três casos, é necessário interpretação da imagem. Uma revisão histórica da relação entre psicologia e imagem começa por considerar os diálogos entre a psicologia e a estética, até a recente incursão a campo de pesquisadores munidos com câmeras fotográficas ou de vídeo. Tradicionalmente, no Brasil, autores como Arthur Ramos, Nise da Silveira, Osório Cesar, Mário Pedrosa, dedicaram estudos sobre "imagens manuais", ou seja, pinturas, desenhos, esculturas. Mais recentemente, notadamente no campo da fotografia, surgiram importantes estudos centrados na problemática das imagens (Zanella & Tittoni, 2011). No campo do vídeo, identificamos três modos, que dialogam com a organização proposta na fotografia por Neiva-Silva e Koller (2002): registro do comportamento e da interação social; videodiários ou auto-vídeos; videofeedback. Identificamos ainda uma quarta possibilidade: os vídeos peripatéticos, registros de diálogos feitos em condições de mobilidade, por exemplo, passeio por museus (Lachapelle, 1999), pelas ruas de um bairro (Kohatsu, 2005), por trilhas em parques (Mausner, 2006). Nessas diversas abordagens, as imagens pictóricas, fotográficas ou de vídeo, cada qual a seu modo, implicam uma relação corporal e ambiental, cuja compreensão pode ser desenvolvida pelo conceito de engajamento. Esta concepção surgiu no século XIX, identificando a figura do intelectual dedicado ao pensamento crítico da política, inscrita, desde então, no campo artístico na relação entre as artes e as questões sociais. Ao longo do século XX, outras correspondências estabeleceram-se em torno do engajamento, entre elas a abordagem fenomenológica de Arnold Berleant na qual o engajamento remete à estrutura do campo estético; o objeto ou o processo artístico é esteticamente significante na transação que engaja o espectador. Nesse sentido, o engajamento, além de social e político, fundamenta-se de modo corporal e ambiental, possibilitando uma compreensão mais ampla do processo das imagens. Paralelamente, as pesquisas de Tim Ingold têm deslocado o foco da imagem do campo estritamente visual para uma compreensão mais corporal, por exemplo, afirmando uma reflexão sobre os pés e o chão no processo da percepção e da produção do conhecimento, notável em pesquisas de percepção do ambiente e da paisagem, em situação de mobilidade com o recurso do vídeo (cf. Ide, no prelo).

À propícia penumbra: constelações do álbum sistemático da infância

Eder Amaral e Silva

O estudo do livro Co-Ire: album systématique de l'enfance, de René Schérer e Guy Hocquenghem (1976) procede de uma inflexão no encontro entre literatura, filosofia e fotografia para pensar a infância, não na perspectiva de um objeto ou categoria de análise, mas na confabulação de outras imagens do infantil. Partindo do que a literatura diz sobre a criança – sem pretender explicá-la ou guiá-la, a tentativa aí é tão somente "mostrá-la" em suas imagens literárias, favorecendo constelações outras ao pensamento da infância. Decorre que a criança seja então constelada em imagens não parentais, fornecidas por novelistas, pelas histórias infantis, mostrando-se assim "contemporânea" dos adultos, e não como seu estado anterior ou pré-desenvolvido. Segundo esta perspectiva, são as potências imprevisíveis da criança (e não seu suposto "inacabamento") que nos interpelam a pensar de outro modo a infância. O que "lampeja" desta ideia? Em primeiro lugar, a lembrança de que uma constelação não é algo dado no olhar. Ela advém do gesto – estético, criador – de riscar o céu, produzir sentido entre elementos de brilho distinto, por vezes distantes. Uma constelação não é tanto aquilo que fixa a memória fixando-se na memória, mas sim um bloco de pensamento que provoca sinestesicamente um ruído, que corrompe uma verdade-firmamento; as mesmas imagens podem constelar-se diversamente, o que implica sempre um problema de composição, de coordenada entre posições, de situação e argúcia: por onde passar a linha que constela? Como arranjar as imagens? Como não lhes retirar o brilho próprio? Em segundo lugar, a atitude ética que consiste em não falar em nome dos outros, tão presente nestes pensadores como também em Michel Foucault e Gilles Deleuze. Numa palavra, não é o adulto que explica a/à criança, mas a literatura que compõe, que constela a infância. Trata-se de uma vontade de pesquisa que não pretende catalogar e classificar objetos, mas de "considerar" (observar e pôr em relação novos sentidos), fazendo diferir o acervo de imagens do problema da infância. Dessa conjunção ético-estética, o Album systématique de l'enfance extrai seu procedimento, cuja execução não pretende mais do que "deslizar imagens" sobre a tela do pensar. O gesto constelador de Schérer e Hocquenguem instaura o problema que envolve um "mostrar outro", que não se ocupa de totalizar o que mostra, mas de explorar a potência de pensamento que as imagens da infância, sendo consteladas, passam a contrair e ressoar. É assim que o heteróclito se combina e produz um pensamento que não se exaure nas imagens, mas se fortalece na relação entre elas. Entretanto, o procedimento constelador do Album systématique de l'enfance teria se esgotado naquele pequeno e curioso livro? Desde sua primeira página, o Album... se oferece como um primeiro esforço, na expectativa de "encontrar cúmplices" nesta tarefa impertinente de mostrar outras imagens da infância, de pensá-la de outra maneira, para além do círculo familiar e do

sistema pedagógico. Schérer e Hocquenguem montam sua constelação da infância como um convite e um desafio que ultrapassa a tarefa do livro em questão, convocando-nos à seguinte problematização: o que seria uma imagem propriamente "contemporânea" da infância?

Análise da atividade de coleta de lixo por meio de imagens produzidas coletivamente

Claudia Osório da Silva

Este trabalho apresenta uma experiência de pesquisa-intervenção, na orientação teórico-metodológica da clínica da atividade, em uma empresa pública de coleta de lixo, em Niterói, cidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Devido a uma reformulação do Setor de Saúde e Segurança no Trabalho da empresa coletora de lixo domiciliar e comercial da cidade de Niterói, com o propósito de reduzir os índices de afastamento por lesões musculares, foi contratado pela empresa uma consultoria em qualidade de vida no trabalho, à qual foi demandado um Programa de Ginástica Laboral. Em seguida ao início do programa de ginástica laboral foi proposta uma intervenção destinada a ampliar a capacidade dos coletores de enfrentar coletivamente as dificuldades de seu trabalho, levando-os a valorizar estratégias criativas que já tem, ampliar sua capacidade de ampliar essas estratégias, bem como de discutir suas condições de trabalho com os diversos setores da empresa. Nesse segundo momento foi proposto como método a Oficina de Fotos, fundamentado na clínica da atividade (Clot, 1999; 2008). Essa intervenção veio, a partir de 2011, a ser objeto de um estudo de mestrado em psicologia, na Universidade Federal Fluminense. Na oficina de fotos, os trabalhadores produzem fotografias de situações do seu trabalho a serem analisadas pelo próprio trabalhador e pelo grupo participante da oficina (Osorio, 2010). Foram realizados cinco encontros semanais, com uma equipe do turno diurno. Nestes encontros foram postas em discussão algumas situações de trabalho. Cada trabalhador foi convidado a tirar fotos que representassem para eles o sentido que atribuem ao seu trabalho, escolhendo a seguir, dentre as fotos que produziu, aquelas a serem apresentadas e discutidas com sua pequena equipe. A seguir foi confeccionado um mural para ser exposto na SIPAT (Semana Interna de Prevenção de Acidentes). Resultados: A coleta diurna é dividida em duas rotas, ou seja, uma equipe realiza a coleta 3 vezes na semana em certos bairros pré-definidos e as outras 3 vezes na semana em outros. A coleta diurna ocorre nos bairros mais afastados do centro urbano e muitas das vezes em regiões mais pobres, as "comunidades" ou favelas. Na Oficina foram feitas fotos mostrando a sequência central da tarefa, já apontando, nos comentários feitos durante a tomada das fotos, características da atividade. Muitas ruas de Niterói são íngremes e escorregadias, e eles precisam correr para poder encerrar mais cedo o

turno de trabalho. Ao menos um eles deve subir a ladeira coletar o lixo que está em seu cume e descer até o descarte no cocho do caminhão. Um deles diz: – decidimos tirar essa foto pra mostrar a dificuldade que a gente tem às vezes no dia a dia da coleta. Quando tá chovendo aquilo vira um sabão tem que ter cautela se não se acidenta. Apontam, com fotos de antes e depois de sua passagem, a diferença que faz seu trabalho quando feito com qualidade: O antes e o depois, a rua estava cheia de lixo e agora já limpinha coletada. Outras fotos mostram acontecimentos diários: a moradora que sempre lhes oferece lanche, os cachorros que destroem os sacos de lixo e podem ser ferozes, a catadora de materiais recicláveis que reduz a quantidade de lixo a recolher, mas deixa tudo espalhado em sua passagem. Surgem nas fotos instrumentos de trabalho inventados por eles, como uma prancha de madeira para auxiliar na coleta de lixo espalhado, fora de sacos plásticos e outros. Do mesmo modo as fotos mostram formas de colaboração entre eles, nem sempre seguindo a organização oficial do trabalho. Considerações finais: O programa de qualidade de vida rapidamente descrito neste trabalho iniciou-se há 7 anos. O contato diário, na postura clinica adotada, deixa evidente a potência, existente nesse grupo, o conhecimento único das artimanhas do trabalho, sua capacidade de invenção de ferramentas para ação. A intervenção tem apostado, com sucesso, na possibilidade de ampliar o poder de agir, individual e coletivamente, desses trabalhadores. E os métodos da clínica da atividade vem sendo adequados para desenvolver essas equipes, mas também os recursos para a ação dos psicólogos do trabalho, em uma linha que adota posturas ético políticas e referenciais teóricos fortemente ancorados nas discussões da psicologia social.

Anos 70: Arte e políticas de resistência

Ana Lúcia Mandelli de Marsillac

Este trabalho tem seu foco nos anos 70, período marcado pelo regime ditatorial no Brasil. Busca sublinhar intervenções artísticas nesse período e movimentos sociais que visavam o fortalecimento da cidadania e da liberdade. Artistas como Lygia Clark, Lygia Pape, Paulo Bruscky, Cildo Meireles e Artur Barrio realizavam obras eminentemente políticas, que idealizavam resgatar os sujeitos de sua condição de passividade frente ao regime opressor. Revelavam que a arte relaciona-se intrinsecamente ao seu contexto e seus meios são importantes ferramentas para manifestação de resistência aquilo que assujeita. Em paralelo, analiso movimentos sociais que lançaram as bases do que veio a constituir-se como o Sistema Único de Saúde no Brasil. Cabe destacar seus ideais e bases conceituais para refletirmos as proximidades entre essas manifestações e o que elas nos revelam da cultura de um tempo.

Pensar nessas interfaces auxilia-nos na compreensão de uma época, mas em especial fortalece a interdisciplinariedade e a criação de novas metodologias.

Arte, imagem e Reforma Psiquiátrica: relato de experiência em Psicologia Social Comunitária num CAPS III

Lucélia de Almeida Andrade, Thelma Maria Grisi Velôso

O processo de Reforma Psiquiátrica brasileiro, política pública de saúde mental, tem propiciado a implantação de novos modelos de assistência e novas estratégias de cuidado para os portadores de sofrimento psíquico. Propõe a desinstitucionalização por meio da transformação de saberes, discursos e práticas instituídos sobre a loucura, objetivando a construção de um novo olhar no campo da saúde mental. Estimulando a autonomia, o protagonismo social e o poder de contratualidade social dos usuários, amplia as habilidades, desenvolve o seu potencial criativo e promove cidadania. Objetiva-se relatar uma experiência de estágio em Psicologia Social Comunitária, que se desenvolveu no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III "Reviver"), na cidade de Campina Grande/PB, no período compreendido entre os meses de agosto de 2011 e julho de 2012. Nessa experiência, recorremos à Psicologia Social Comunitária, à Educação Popular e aos princípios que orientam a proposta de Reforma Psiquiátrica. Dentre as atividades de estágio, destacamos a participação como facilitadoras de oficinas no grupo operativo "Arco-íris", formado, desde 2010, por usuários dos sexos feminino e masculino. O diálogo entre a Psicologia Social e diversas formas de arte, com ênfase nos recursos audiovisuais, que caracteriza a experiência em questão, fundamenta a articulação entre o eixo temático "Mídia, Cultura e Arte", o grupo de trabalho "Psicologia Social, Arte e Imagem no contemporâneo: intervenções, invenções e produção de conhecimento em Psicologia Social" e este trabalho, uma vez que o referido grupo se propõe a refletir sobre pesquisas e intervenções que priorizem a discussão entre Arte, Psicologia Social e imagem nos diversos campos das políticas públicas e da promoção dos Direitos Humanos. No que se refere às oficinas, os encontros ocorriam semanalmente e tiveram como objetivo principal estimular a autonomia, o protagonismo social e o senso crítico dos usuários, fomentando espaços de escuta e de problematização da realidade cotidiana dos participantes. Seguindo nessa direção, entre agosto e fevereiro de 2011, foi se delineando a proposta de realização de uma produção audiovisual, da qual os usuários foram atores e autores em todas as etapas do processo. O vídeo teve como argumento a história de vida de cada usuário, com enfoque nos locais e nos tipos de tratamento a que foram submetidos, bem como sobre os projetos de futuro desses sujeitos. Assim, entre

março e julho de 2012, as oficinas facilitadas no grupo operativo "Arco-íris" foram desenvolvidas a partir dessa proposta. Cabe ressaltar que o argumento do vídeo foi escolhido pelos usuários do grupo por meio de discussões e reflexões realizadas nas oficinas. Nessas oficinas, recorremos ao Teatro do Oprimido e à utilização de diversas linguagens plásticas, incluindo os recursos audiovisuais como estratégias metodológicas. A imagem em movimento ocupa, na sociedade atual, um espaço importante na produção do conhecimento que, através da adoção de recursos tecnológicos, permite dirimir as distâncias, as desigualdades de acesso e pode ser uma forma de expressão e de criação. Portanto, a produção audiovisual, juntamente com os usuários participantes do grupo operativo "Arco-íris", estimulou o protagonismo social, uma vez que os usuários assumiram um lugar de investigação e participação, sendo produtores, realizadores e criadores de conteúdos. Assim, na construção de novas interpretações para lugares, histórias e objetos, situações representativas das próprias experiências articulam-se com o processo de produção, na medida em que esse recurso, por sua intensidade e potência criativo-expressiva, possibilita aproximações diversificadas com a produção cultural, tanto no sentido técnico quanto no criativo. Vale salientar que, no decorrer desse estágio, a palavra "arte" não foi utilizada no sentido "mundializado", mas, na perspectiva de estabelecer outras conexões, escapando daquelas culturais e mercadológicas vigentes. Essa experiência, além de se constituir como um imenso desafio, foi marcada, também, por uma vivência transformadora das concepções sobre a loucura, pela potência de vida presente nesse grupo, pelo sentimento de pertencimento, pelo envolvimento e pelo diálogo estabelecido com a loucura em meio a tanto silêncio. Desenvolvida a partir das potencialidades de cada um dos usuários do grupo operativo "Arco-íris" e respeitando o seu poder criador e criativo, essa intervenção contribuiu para que, cada vez mais, esses sujeitos assumam o papel de atores e autores de histórias, de suas próprias histórias e da história da sociedade.

Corpo, imagem e feminilidade no cinema: estratégias de resistência

Amadeu de Oliveira Weinmann, Patrícia Abel Balestrin

Em Prazer visual e cinema narrativo, de 1975, Laura Mulvey lança as bases para os estudos feministas do cinema. Para a autora, o fascínio do cinema hollywoodiano clássico decorre de sua sintonia com o inconsciente falocêntrico de nossas culturas. Nesse sentido, Mulvey postula que a feminilidade é capturada na imagem fílmica como um objeto do olhar masculino. E isso de dois modos: mediante um controle visual sádico ou por meio da fetichização do corpo feminino. Em contrapartida, tal filmografia concede ao protagonista a prerrogativa da narrativa.

Para essa teórica feminista, a fábrica de ilusões, que é Hollywood, incita a identificação da espectadora com uma protagonista, cuja única possibilidade de gozo é masoquista. Em A mulher e o cinema, de 1983, Ann Kaplan adota as construções conceituais de Mulvey, ampliando seu corpus de análise. Ademais, essa autora problematiza a afirmação de Mulvey de que o olhar é masculino, abrindo a possibilidade de outros olhares para o cinema hollywoodiano clássico. Sobretudo, Kaplan aposta em que, ao vislumbrar a posição de objeto de gozo, conferida à protagonista nessa filmografia, a espectadora pode revoltar-se com tal situação de assujeitamento, deslocando-se dela. Em The women who knew too much (As mulheres que sabiam demais), de 1988, a teórica feminista Tania Modleski retoma as formulações de Mulvey e Kaplan e avança na construção de um método de análise que realça as fissuras na narrativa fílmica e as estratégias de resistência feminina. É na esteira dessa tradição de pesquisas, mas não se restringindo à produção hollywoodiana, que este trabalho propõe-se a analisar três filmes: A Vênus loira (1932), de Josef von Sternberg, Nathalie Granger (1972), de Marguerite Duras, e Tudo sobre minha mãe (1999), de Pedro Almodóvar. Em A Vênus loira, Helen (Marlene Dietrich) é uma atriz de teatro, que toma banho nua com as amigas em um lago na Floresta Negra. No início do filme, a câmera as foca de cima, como se as tivesse oferecendo a um olhar onisciente, mas logo ela desliza para o lugar onde em breve estará Edward "Ned" Faraday (Herbert Marshall), com quem Helen casará. Essa oscilação da protagonista entre um olhar masculino público e anônimo e outro íntimo e privado marca sua trajetória. A doença de Ned precipita sua volta aos palcos e Helen torna-se a Vênus loira ao cantar e dançar o vodu. Nessa cena, ela ocupa a totalidade da tela, seu corpo é fragmentado por meio de closes, o apelo ao olhar do espectador é direto (ela olha sorrindo para a câmera) e a narrativa suspende-se, momentaneamente. Se, por um lado, o corpo de Helen é fixado como um objeto do olhar masculino, por outro, suas sucessivas retiradas dessa posição indicam sua resistência a conformar-se com essa condição. Em Nathalie Granger, Isabelle Granger (Lucia Bosé) e sua companheira não nomeada (Jeanne Moreau) constroem um espaço de resistência feminina tecido com silêncio, o qual só é rompido pelo ruído do rádio, pela tagarelice do vendedor de máquinas de lavar roupa (Gérard Depardieu) e pelas palavras duras da diretora da escola de Nathalie. Trata-se de enfrentar o falocentrismo linguístico – simbolizado no Le Monde rasgado – por meio da recusa a uma narrativa linear e à atribuição de significados. Os movimentos de câmera são suaves e os planos são longos, exprimindo a ascese das protagonistas no sentido da construção de outra feminilidade. E a música constitui-se como paradigmática de uma linguagem outra, por meio da qual uma mulher pode resistir a sua alienação. A filmografia de

Pedro Almodóvar é reconhecida por transgredir códigos de gênero e de sexualidade supostamente garantidos pela heteronormatividade das sociedades ocidentais contemporâneas. Na tela almodovariana, as feminilidades ganham centralidade e Tudo sobre minha mãe é mais um de seus filmes emblemáticos nesse sentido. Não por acaso, a questão da maternidade está presente no título da obra: essa é enfatizada desde o início, quando Manuela (Cecilia Roth) perde seu filho em um acidente trágico no dia em que ele completa 17 anos. De que modo Tudo sobre minha mãe apresenta as construções em torno da feminilidade e da maternidade? Quais são as estratégias narrativas e performáticas que apontam para movimentos de resistência às normas de gênero? Os itinerários das personagens transgêneros Agrado (Antonia San Juan) e Lola (Toni Cantó) nos provocam a pensar na construção dos corpos que escapam à normatividade e que ousam habitar as fronteiras do gênero. A fabricação do corpo e do gênero é demonstrada especialmente pela personagem Agrado, em uma cena emblemática, na qual a atriz descreve os investimentos que realizou em seu corpo para se tornar uma verdadeira mulher.

Encontros com a pesquisa: uma experiência sobre trabalho em saúde, tempo e fotografia

Jéssica Prudente, Jaqueline Tittoni

O presente estudo está inscrito na temática das políticas públicas em saúde e foi realizado a partir do acompanhamento de trabalhadores da atenção básica em saúde que trabalham em um Ambulatório Básico, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Constitui um processo de pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizado entre os anos de 2010 e 2012. O objetivo desta pesquisa foi visibilizar a produção de sujeitos a partir da provocação de práticas reflexivas sobre os modos de trabalhar e sobre si mesmos, entendendo a pesquisa como processo, tensionando visibilidades e dizibilidades no trabalho. A relação possível com o Grupo de Trabalho "Psicologia Social, Arte e Imagem no contemporâneo: intervenções, invenções e produção de conhecimento em psicologia social" (GT 28) acontece na medida em que o estudo se situa no âmbito da Psicologia Social e a metodologia desenvolvida na pesquisa foi a intervenção fotográfica, inserida na pesquisa intervenção, como um modo de acompanhar o grupo de trabalhadores e tensionar dizibilidades e vizibilidades no trabalho em saúde. A produção de imagens foi um modo de tensionar/provocar as reflexões sobre o trabalho, e dos trabalhadores sobre si mesmos, durante o curso da pesquisa, tomando a imagem como produção e potencializando a discussão da ética como prática. Problematizando a política pública de

saúde, organizada e formalizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como uma biopolítica que regula e controla a vida da população, pôde-se entender os trabalhadores e a pesquisadora como sujeitos produzidos nas relações de poder e também nas condições de possibilidade deste campo, as quais reforçam um modelo biomédico, ambulatorial e higienista, diferente do modelo de saúde preconizado pelo SUS. A discussão teórica está fundamentada nas noções de sujeito, ética, prática e biopolítica na obra de Michel Foucault e a metodologia está embasada na pesquisa intervenção e na intervenção fotográfica. O grupo de trabalhadores foi acompanhado por um período de aproximadamente um ano, a partir de registros no diário de campo, participações em reuniões e diferentes atividades da equipe de saúde, oficinas de fotografia (encontros que envolveram sensibilização, produção e discussão sobre o processo e sobre as imagens, com as equipes dos turnos da manhã e da tarde em momentos diferentes). Este processo culminou com uma exposição fotográfica realizada, discutida e produzida pelos trabalhadores e pela pesquisadora, no espaço físico do Ambulatório. Destaca-se que o estudo em questão problematiza a pesquisa como um exercício ético e a constituição do pesquisador como contemporâneo. Como resultados, pode-se dizer que a produção de imagens constituiu uma intervenção nas linhas de visibilidade e nos modos de ver, convocando um exercício de suportar um tempo de reflexão e de pensar sobre o trabalho a partir de uma implicação com a produção de fotografias sobre o trabalho. Estas produções evidenciaram uma ênfase no ambiente de trabalho precário, nos equipamentos, na prescrição, na higienização e na lógica individualista das relações, reforçada por reclamações e queixas constantes sobre as condições de trabalho, em um contexto de reforma, greve e mudanças institucionais. Ainda, um analisador que se relacionou teórica, metodológica e analiticamente com todo o percurso da pesquisa foi o "tempo" e seus desdobramentos, tensionando suas possíveis relações com o espaço, o trabalho e o pesquisar.

Eu no Facebook: imagens, espaço (auto)biográfico e produção subjetiva

Idilva Maria Pires Germano, Livia Maria de Andrade Pontes, Camila Brasil Uchoa de Albuquerque, Pâmela Bezerra da Silva

As transformações atuais nas práticas de si parecem indicar uma fragilização da configuração subjetiva propriamente moderna- do homem psicológico dotado de profundidade, capaz de vasculhar seu passado e sua intimidade em busca de sua "alma" e de projetar-se num futuro distante. Práticas no Facebook, especialmente entre adolescentes e jovens, sugerem processos de subjetivação em mutação amparados pela produção e compartilhamento de fotografias,

vídeos e outros recursos visuais. Em que medida o conhecimento de si, a própria construção autobiográfica é moldada pelas "tecnologias do olhar" que se multiplicam? Que nos dizem as imagens autorreferentes publicadas nas redes sociais sobre a produção do self hoje? A proposta tem relação direta com o GT, pois explora os modos de vida e subjetividades engendrados pelos equipamentos de produção de imagens. A problemática deste trabalho situa-se na interface entre a sociologia da cultura contemporânea, psicologia social crítica e comunicação social. O vertiginoso atravessamento tecnológico da vida vem modificando substancialmente a experiência de si, levando a refletir sobre as novas formas de subjetivação na sociedade contemporânea. O gênero autobiográfico vem sofrendo alterações à medida que se torna cada dia mais visual, ocupando as telas, visores e os múltiplos espaços da hegemônica cultura da imagem (Arfuch, 2010). A velocidade na troca de informações exercem impacto profundo na experiência atual do espaço e do tempo e na negociação de identidades (Harvey, 1992; Leccardi, 2005). Além disso, os diferentes formatos das mídias sociais refletem o declínio progressivo da expressão da experiência passada em favor dos códigos audiovisuais e informáticos. (Sibilia, 2008). Lida-se primariamente com o "tempo curto", isto é, com relações interpessoais diretas e simultâneas cuja base é a interatividade. O Facebook operaria, portanto, como uma vitrine provisória, exigindo a inserção e o descarte rápido de dados e imagens, em que o usuário parece valer-se menos da narração, construindo-se de forma fragmentada e dispersa: fotos, frases e vídeos sem a articulação de um enredo e baseada, predominantemente, em momentos isolados do cotidiano. Também se relacionam as atuais práticas de si com as demandas da economia de acumulação flexível marcadas por consumo acelerado, volatilidade e descartabilidade de produtos (Harvey, 1992). Tais características estendem-se também à esfera psicológica, atingindo não somente produtos, mas também estilos de vida, valores, pessoas (Harvey, 1992). Nessa direção, os novos sujeitos são tributários do "novo espírito do capitalismo" (Boltanski & Chiapello, 2009)- uma ideologia que valoriza certo tipo de pessoa e trabalhador: bem adaptado á globalização, flexibilização, precarização laboral e fim do Estado-Providência. Método: A equipe de pesquisadores convidou usuários do Facebook, entre os contatos que têm nesta rede social, e lhes solicitou que escolhessem uma fotografia pessoal, entre aquelas disponíveis no seu próprio site, que melhor exprimisse quem "ele/ela eram"; em seguida, que contassem a história dessa fotografia (onde, quando, quem, como a fotografia foi produzida) e como essa fotografia contava a sua própria história e ajudava os seus amigos na rede a conhecer a sua biografia. Por fim, perguntou-se a razão para partilhar essa fotografia, quais as respostas dos amigos da rede a essa postagem e se tais repostas lhe estimulavam à produção e partilha de

novas fotografias, parecidas na forma e/ou conteúdo. As narrativas dos usuários foram analisadas à luz da literatura sobre a espetacularização da intimidade (Sibilia, 2008), a transformação do "espaço biográfico" (Arfuch, 2010), o horizonte espaço-temporal comprimido (Harvey, 1992; Leccardi, 2005) e os novos sujeitos do capitalismo pós-industrial (Boltanski & Chiapello, 2009). A análise das narrativas dos participantes destaca algumas categorias associadas ao uso do Facebook no que tange à autobiografia, nas quais a partilha de conteúdos visuais desempenha papel importante: auto-representação, performance, pertença e sociabilidade. A comunicação em si, a facilidade e velocidade na troca de conteúdos são motivos realçados para usar a rede. O Facebook opera autobiograficamente mediante certa percepção e uso interativo dos recursos visuais, que envolve escolhas éticas (o que se deve ou não mostrar para outros) e estéticas (os tipos de fotografias pessoais e outras imagens que merecem ser compartilhadas), e elementos de intertextualidade (por exemplo, o diálogo com imagens publicitárias), fatores interpessoais e performáticos (ex. indicadores de apreciação, popularidade, persuasão, incitação à ação), entre outros elementos. De um lado, o Facebook como espaço aubiográfico pode fortalecer certo tipo de subjetividade adequado ao novo espírito do capitalismo (por exemplo, o sujeito conectado, desenraizado e flexível). Por outro lado, oferece campo para que o usuário estabeleça conexão com outros estilos de viver e formas de pertença e exercite formas menos padronizadas de invenção de si. Concluímos que a autobiografia hoje, tal como se dá num site como Facebook, se apresenta como artefato em mutação, cuja expressão textual é fragmentada, fugindo à narração tradicional, privilegiando a desconstrução e a intertextualidade e sinalizando novos modos de ser, representar e agir, isto é, novas formas de subjetivação em curso.

Exacerbação da ambiguidade em "Jogo de Cena"

Renato Cury Tardivo

Esta comunicação insere-se em minha pesquisa de doutoramento em Psicologia Social (IPUSP), na qual trabalhamos a comunicação entre cinema e literatura no âmbito da Psicologia da Arte, atentando para a poética-crítica contida nessa área de atuação. Uma das obras eleitas como corpus é o documentário "Jogo de Cena" (2007), de Eduardo Coutinho. Por meio de referenciais da estética, filosofia e psicanálise - e a partir da proposta de Coutinho, que problematiza no âmbito do audiovisual a divisão estrita entre ficção e realidade -, abordaremos as perspectivas críticas contidas no filme, considerando sobretudo o trânsito banalizado do artifício ao real que a contemporaneidade, em sua profusão de informações e imagens, propicia.

Fotografias do cotidiano: modos de trabalhar e a saúde do trabalhador de saúde mental

Lucila Lima da Silva, Tatiana Ramminger

Nesta comunicação pretendemos apresentar o resultado de uma pesquisa realizada no Instituto Municipal de Assistência à Saúde Juliano Moreira, em Jacarepaguá / Rio de Janeiro, como parte da conclusão da Residência Multiprofissional em Saúde Mental da Escola de Saúde Mental do Rio de Janeiro (ESAM). O campo da saúde mental é repleto de potencialidades, mas lidamos também com situações extremas e complexas cotidianamente, peculiares do trabalho em saúde mental, que produzem efeitos despotencializadores. Que exigências são essas, às quais o trabalho na Saúde Mental convoca? Que instrumentos e estratégias encontramos para lidar com essas exigências que nos impomos? Como cuidar do outro e não esquecermos de exercitar o cuidar de si? A partir destas questões, faz-se necessário estarmos atentos à Saúde do Trabalhador de Saúde Mental. Destacamos a importância de olhar para este coletivo de trabalhadores como atores principais neste novo cenário aspirado, pois é no encontro entre o trabalhador e o usuário que se opera a produção de novas concepções e práticas de vida e saúde. Assim, para pensar este tema, realizamos uma pesquisa que promoveu grupos de discussões com cuidadores de pacientes de longa institucionalização. Na direção de problematizar a saúde do trabalhador, pensamos ser imprescindível utilizar discussões em grupo como instrumento principal de abordagem da pesquisa, de forma a não reproduzir a individualização das questões do trabalhar, que consideramos uma dimensão coletiva. Optamos por trabalhar com Oficina de Fotos como disparador das discussões, de forma a afirmar o protagonismo do trabalhador no processo de análise de sua atividade de trabalho. Assim, a proposta foi que os trabalhadores fotografassem cenas do seu cotidiano que estivessem relacionadas com o que eles entendiam como saúde ou adoecimento no trabalho, e, ao levarmos para o grupo, essas fotos pudessem suscitar discussões acerca do tema. Buscamos, com a utilização da oficina de fotos, dar visibilidade a conflitos inerentes ao processo de trabalho, para que pudéssemos refletir sobre como interferem na saúde do trabalhador e que ações são possíveis para problematizar o cotidiano e coletivizar as questões. Como resultado da pesquisa, estruturamos as discussões em quatro eixos temáticos: 1) A atividade do cuidador; 2) O lugar híbrido da instituição: casa ou hospital?; 3) O prazer e o sofrimento no trabalho: das relações entre o cuidador e o paciente; 4) Espaços / Modos de Cuidado do Trabalhador: conclusão – ou início de uma próxima conversa. Desta maneira pudemos pensar nas relações que os cuidadores estabelecem com os usuários, com a equipe, com a instituição e com o trabalhar, de modo a tornar visíveis algumas pistas em

relação ao que produzia saúde e adoecimento para eles. Percebemos que apesar dos cuidadores em um primeiro momento terem estranhado a proposta da pesquisa de tirar fotografias e discuti-las (trazendo muitas dúvidas sobre por que e o que fotografar), a fotografia está muito presente em seu cotidiano de trabalho. Sempre que acompanham um paciente ao território – para fora do ambiente hospitalar – registram cada momento. Estas fotografias tornam-se signos de um trabalho sendo realizado. De retorno ao ambiente hospitalar, apresentam as fotografias a profissionais de outras categorias que também compõem a equipe, com diversas intenções: mostrar o desenrolar dos casos que acompanham, convocar a equipe a participar também desses momentos, desconstruir preconceitos quanto ao trabalho do cuidador, mostrar resultados para fazer reconhecer seu trabalho como importante e pertinente àqueles pacientes e àquela instituição. No momento em que fizemos a devolutiva, quatro meses após realizar os grupos de discussão com os cuidadores, tivemos a notícia que estava sendo realizada uma exposição com essas fotos dos cuidadores, de modo que institucionalmente percebeu-se a importância da fotografia para construir junto à equipe o lugar deste trabalhador – tornando visível e valorizando seu trabalho. Isto é extremamente significativo à medida que as conclusões da pesquisa vão na direção de afirmar que este trabalho pode, muitas vezes, ser/parecer solitário, entretanto, na medida em que faz parte de uma estratégia construída coletivamente, isso diminui o sentimento de solidão. Percebemos, assim, que o trabalho em equipe se constitui como o espaço primordial de cuidado do trabalhador, pela importância de poder partilhar o trabalho, dividir as decisões e a produção de condições para que o trabalho se torne possível. Cuidar deste trabalhador é, assim, prover não apenas o meio e as condições necessárias à realização da atividade, mas fortalecer o coletivo de trabalho, permitindo que os trabalhadores arrisquem-se na invenção e na desnaturalização do lugar social da loucura, imprescindíveis para que a reforma psiquiátrica brasileira produza outros modos de vida para usuários, familiares e trabalhadores.

Imagens, cenas, experimentações - estratégias de intervenção institucional na formação estética de educadores de arte

Angela Maria Dias Fernandes, Aline Cristine da Silva Lima

Apresentação e objetivo do trabalho: O trabalho aqui proposto se insere na busca de construção de estratégias de intervenção institucional, que estejam aliadas a necessidade de promover um olhar sobre o cotidiano de uma organização educativa assumindo a perspectiva de um coletivo que se constitui de/no embate de trajetórias. O foco está posto sobre o Projeto de Formação de

Educadores de Arte, desenvolvido junto aos profissionais do Centro Cultural Piollin, em João Pessoa, desde 2005, que reúne uma experiência com estratégias de intervenção institucional. O objetivo deste trabalho é analisar um conjunto de dez oficinas realizadas no último período da intervenção (2012/2013) onde a imagem de cenas/improvisos, instalações com argila, painéis e composição de textos, compreendidos como elementos dialógicos e utilizados como disparadores de processos de pensamento, afetividade e produção coletiva, reverberaram no grupo como elementos expostos à observação/reflexão coletiva. O registro, através de filmagem e fotografia, fornece os elementos para a composição das estratégias de intervenção, interferindo, a cada oficina, na experimentação das formas de enfrentamento de conflitos, fixando e expandindo significados. A relação com o GT e o eixo temático escolhido: A apresentação do GT nos convida ao diálogo sobre perspectivas de intervenção institucional na busca de formulação de estratégias que possam sustentar a força da perspectiva teórica da Análise Institucional (LOURAU, 1993, 2003) e suas ferramentas como elementos do campo da psicologia social. O encontro com a arte não se dá somente pelo espaço no qual o trabalho se desenvolve, ou seja, uma escola de arte e cultura popular, mas pelo interesse no tema da criação e inventividade, elementos na formação estética dos educadores, inspirada em indicativos da psicologia histórico-cultural. Como nos informam Zanella e Maheirie (2010) trata-se da assumir a arte como possibilidade de criar/recriar existências singulares e coletivas, capazes de estranhar o instituído na composição de relações estéticas necessárias para o compromisso com a própria vida, com a riqueza e multiplicidade da existência e da realidade humana (p.35). Orientação teórica e método: Trata-se de oficinas de três horas de duração, com realização mensal, coordenadas pela autora desta exposição, registradas em vídeo e fotografia, sendo o material capturado percebido no processo de tensão entre o instantâneo da imagem, focalizando cenas e intensidades do vivido, e o processo de sua produção, ampliando a visão da imagem propriamente dita. No esforço de montagem das oficinas estão presentes conceitos-chave da Análise Institucional: instituição; analisadores; implicação, transversalidade, istituinte, instituído e processo de institucionalização. René Lourau (1993) rechaça a noção de neutralidade científica, indicando que se trata de afirmação de um poder político, que faz da ciência seu instrumento. A perspectiva da historicidade dos objetos e dos sujeitos e da sua mutabilidade, como condição de existência, coloca para a pesquisa/intervenção o desafio de se organizar para flagrar o processo a ser observado na prática investigativa, no momento de sua constituição. Para Lourau (1993) os dispositivos (analisadores) fazem agitar o campo de investigação, revelando o "invisível" e as forças que promovem essa invisibilidade. O encontro

com Augusto Boal, importante teatrólogo brasileiro, tem promovido um avanço no sentido de construção desses dispositivos. Na obra de Boal ressalta-se o trabalho com imagens, a concepção de espaço estético, a relevância dada às dimensões oníricas e afetivas, como sinalizada em Arco-íris do Desejo (1996). O arco-íris do desejo é o nome para as técnicas usadas no método Boal de teatro e terapia que, segundo seu idealizador, "tentam ajudar e analisar as cores para recombiná-las noutras proporções, noutras formas, noutros quadros que se desejam" (BOAL, 1996, p.29). O estudo do material recolhido nas dez oficinas será analisado a partir de uma sistematização das estratégias de trabalho grupal, das imagens capturadas, do processo de restituição/produção e dos efeitos nas experimentações flagradas no campo da pesquisa/intervenção, produtora, por sua vez, de novos registros. Resultados e conclusões: O que permite valorizar esta análise é o fato de identificar, em todos os anos deste projeto, importantes avanços no sentido de proposições de estratégias capazes de dar corpo aos enunciados da Análise Institucional, em especial, à orientação de constituição de um campo teórico que se faça em articulação com outros saberes e com interrogações que a vivência institucional nos possibilita. A percepção da potência da imagem como elemento que promove a reflexão e a intervenção na lógica de funcionamento institucional ressoa sobre todo o trabalho. A apresentação no congresso contará com a projeção do vídeo/síntese das oficinas utilizado como dispositivo no processo de restituição ao final desse período da intervenção institucional.

Mostra fotográfica: "A história de cada um"

Fabiana Schneider

As hepatites virais são doenças que provocam inflamação no fígado, e constituem-se como um grave problema de saúde publica no Brasil e no mundo. Descobrir-se portador do vírus que causa hepatites e precisar de tratamento provoca uma série de emoções e sentimentos. Muitas são as perguntas: Por que eu? Como contrai este vírus? Quais as consequências do tratamento? Será que eu vou conseguir melhorar? O tratamento da doença envolve o uso de medicações que provocam uma série de efeitos colaterais que afetam principalmente os aspectos psicológicos do individuo. Para garantir melhores resultados no tratamento e na qualidade de vida do portador, torna-se fundamental o acompanhamento por equipe multidisciplinar, onde o psicólogo tem papel relevante na construção de um projeto terapêutico individualizado. A mostra de fotografias " A história de cada um" foi idealizada pela equipe para registrar o trabalho desenvolvido pelo Ambulatório de Hepatites Virais da Secretaria Municipal de Saúde de Marau/RS. Tem com objetivo, promover debate sobre o tema e orientar a população sobre a

importância da prevenção deste agravo. Aborda as estratégias que os portadores encontram frente ao processo de diagnóstico e tratamento da doença, produzindo reflexões através do processo de fotografar. Segundo Maurente e Tittoni (2002) a fotografia pode falar por si mesma e constitui-se como estratégia importante de produção de conhecimento, motivada pelo desejo de buscar outras visibilidades que possam evidenciar jogos de poder e processos de subjetivação. Este resumo relaciona-se ao grupo de trabalho (28) Psicologia Social, Arte e Imagem no contemporâneo: intervenções, invenções e produção de conhecimento em psicologia social, pois aborda um tema relevante para a saúde pública e pouco debatido no espaço acadêmico. Traz a tona através da Mostra de Fotografias, o cenário das hepatites virais e as estratégias encontradas pelo Ambulatório para ofertar atendimento humanizado aos portadores do vírus. A fotografia neste contexto, torna-se importante ferramenta que provoca um olhar sobre o processo de trabalho da equipe e traduz sentimentos e afetos expressados pelos portadores em uma espécie de depoimento vivo. A mostra conta com a produção de 15 (quinze) fotografias impressas em tamanho 70X70, orientadas por um roteiro, o qual demonstra o processo de trabalho da equipe e as histórias dos portadores ao enfrentar suas dores e encarar a vida. O roteiro das fotos mostra que o vírus da hepatite não tem rosto, cor, raça e pode estar presente na vida de qualquer pessoa. Na imagem do casal tomando chimarrão (hábito gaúcho que promove a integração entre as pessoas) o expectador é levado a pensar no preconceito, que está associado à falta de informação, e provoca sofrimento ao portador. As fotos que expressam os sintomas (queda de cabelo, emagrecimento, febre, cansaço, depressão, perda da memória...) são retratadas através da imagem da mulher refletida no espelho, os cuidados com a auto-estima que é afetada durante o tratamento. Junto a cada foto consta uma reflexão sobre a situação vivenciada, frases relatadas pelos próprios portadores e poesias com referência ao que está sendo expresso e explicação sobre os procedimentos registrados. Foi possível observar, durante a realização deste trabalho,que ocorreu aproximação entre a equipe do ambulatório e os portadores, pois as famílias a sentiram-se valorizadas por terem suas histórias registradas e apresentadas na Mostra. A fotografa profissional, convidada para realizar o trabalho, foi se envolvendo e se emocionando a cada história. Sua lente serviu como um olhar estrangeiro para a equipe, ao registrar momentos de dor, sofrimento, cura e integração social houve a oportunidade de aprendizagem para todos os envolvidos. A cada situação fotografada, ocorria um reviver da história de cada um, onde ficava evidente os que cada portador encontrou para enfrentar esta situação na sua vida. Portanto, o uso da fotografia configurou-se como recurso para ampliar a visibilidade do trabalho do Ambulatório de Hepatites Virais, possibilitando

aproximar a realidade vivenciada pelos portadores de hepatites da comunidade, o que acreditamos venha impactar na diminuição do preconceito e na conscientização quanto a necessidade de prevenção.

Narrativas da escuta: imagens de uma Estética do Sensível no Cuidado em Saúde

Lizia Pacheco Porciuncula, Jaqueline Tittoni

O presente trabalho discute alguns efeitos de uma pesquisa de mestrado no campo da psicologia social e institucional em interface com a arte, através da problematização da produção de imagens no contemporâneo. Em se tratando de uma pesquisa-intervenção, na perspectiva da intervenção fotográfica, no âmbito das políticas públicas, a proposta desta discussão encontra na pesquisa com imagens, sobretudo na produção de fotografias, um plano possível de encontro operado pela proposta do grupo de trabalho em questão. A pesquisa foi realizada junto com trabalhadores de uma equipe de estratégia de saúde da família, no âmbito da atenção básica, na região sul de Porto Alegre/RS. O campo de pesquisa se inscreve no Sistema Único de Saúde (SUS), circunscrito por relações entre os setores público e privado. Iniciamos o campo de pesquisa com a pergunta sobre como a escuta poderia se colocar como uma experiência ético-estética e finalizamos experienciando junto com os trabalhadores as narrativas possíveis de uma escuta, que se dá no plano do coletivo e do comum. Logo, de objeto, a escuta se fez método. O processo da pesquisa-intervenção se produziu em encontros no âmbito de reuniões de equipe, ações de saúde no território e oficinas de fotografia. As oficinas de fotografia aconteceram ao longo de seis encontros, marcados por momentos de reflexão sobre a relação da imagem com os modos de viver e trabalhar, de produção de fotografias e de discussão do processo de fotografar. As narrativas se colocam como desdobramentos possíveis de fragmentos de diário de campo da pesquisadora e de fotografias produzidas nas oficinas e ao longo da pesquisa. São importantes operadores conceituais deste estudo: a ética do cuidado de si, narrativas da escuta e a estética do sensível. A ética do cuidado de si é problematizada na perspectiva ético-estética foucaultiana. O termo “narrativas da escuta” foi cunhado como efeito da própria experiência da pesquisa e serve para dar a ver a transformação do problema de pesquisa ao longo do processo. Da mesma forma, a estética do sensível se oferece como um desenho conceitual, ainda em construção, proveniente da experiência da pesquisa com imagens, na perspectiva da intervenção fotográfica. Esta é uma pesquisa de visibilidades, pois o escutar tem a ver com o enunciar. Os resultados deste estudo apontam para a importância da problematização do cuidado em saúde no contemporâneo, em tempos em que a política pública de saúde tem se mostrado hibridizada

pela relação entre os setores público e privado. O lugar do perguntar pode ser deslocado e recolocado como potência na medida em que acessa ao outro, mas também a si próprio, enquanto objeto de si e de transformação. Parece que o perguntar foi condição de possibilidade para um exercício ético num campo de escolhas possíveis sobre os modos de trabalhar e de se relacionar com o outro. A potência da escuta diz da relação com o outro e consigo mesmo que fomenta muito mais a produção de si pela alteridade, sendo que o exercício de estranhamento se faz necessário ao cuidado em saúde. Consideramos que o tornar público diz da capacidade do compartilhamento da experiência, da garantia da heterogeneidade e da possibilidade de diferir.

O desenho, fotografia e vídeo na investigação e intervenção psicológica

Lívia Teixeira Canuto, Adélia Augusta Souto de Oliveira, Paulo Sérgio dos Santos Júnior, Danillo Roberto Teodozio Costa Pinto

Apresentar a metassíntese sobre o método de análise qualitativa com o uso de imagens – desenho, fotografia e vídeo - na investigação e intervenção de processos psicossociais em teses e dissertações da pós-graduação em psicologia no Brasil. Utiliza o referencial histórico-cultural de Vigotski na reflexão teórica e metodológica da produção científica. Nesse sentido, pretende se inserir na proposta do Grupo de Trabalho com a discussão do significado das imagens no mundo contemporâneo e na produção do conhecimento em psicologia social. Considera, que o uso de imagens como método na investigação-intervenção é uma forma de objetivação da subjetividade, o que auxilia na compreensão de processos psicossociais e no modo de expressão de um campo de conhecimento. Para tanto, foi realizado um levantamento no Portal de Teses da Capes de Teses e Dissertações, publicadas entre os anos de 2001 e 2010, utilizando os seguintes descritores: desenho, fotografia, vídeo, investigação, intervenção e Psicologia, associando-os na sequência: instrumento de imagem, método e área (Psicologia). Após a confecção do banco de dados, foram identificadas as teses e dissertações que possuíam os descritores desenho, fotografia e vídeo como instrumento metodológico de investigação ou intervenção. Identificou-se ainda a área de conhecimento da produção, prevalecendo a área de Psicologia como critério de escolha. Com base nessa amostra foram realizadas três etapas de análise: Catalogação dos dados das Teses e Dissertações disponíveis no Portal de Teses da Capes; Análise dos resumos; Análise dos capítulos referentes à metodologia e a conclusão dos trabalhos completos. Na primeira etapa, os dados disponíveis no Portal de Teses da Capes sobre as Teses e Dissertações selecionadas, foram catalogados em: data de publicação do documento,

título, nome do autor, nome do orientador e área de conhecimento, identificando-os por amostra de descritores. Posteriormente, na segunda etapa, foram analisados os resumos das teses e dissertações, decompondo-os entre título, teoria, metodologia e resultados/conclusão. A terceira etapa se caracterizou pela leitura aprofundada dos capítulos referentes à metodologia e a conclusão dos trabalhos completos disponíveis em meio eletrônico, focalizando a metodologia e resultados/conclusões referentes ao uso dos instrumentos (desenho, fotografia e vídeo) na investigação e intervenção psicológica. Os resultados indicam que o desenho é mais utilizado que o vídeo e a fotografia, respectivamente, em Teses e Dissertações; todos instrumentos são mais utilizados como método de investigação que de intervenção, porém o uso de fotografia na investigação e intervenção é mais utilizado em Dissertações. A análise de conteúdo dos resumos indica que: o desenho é mais utilizado como um instrumento projetivo, em especial como técnica projetiva do Desenho-Estória nas dissertações, a partir dos pressupostos da psicanálise, apoiado principalmente no referencial teórico de Winnicott; enquanto o vídeo é predominantemente utilizado como forma de registro das atividades que subsidia a análise dos resultados da pesquisa na Psicologia Sociocultural Construtivista nas Teses, e nas dissertações com o referencial teórico de Vigotski; o uso da fotografia na investigação caracterizou-se pelo referencial de Vigotski com a teoria sócio-histórico-cultural, enquanto o uso da fotografia como instrumento de intervenção prevalece a perspectiva foucaultiana na pesquisa-ação; e por fim, pôde-se observar uma dificuldade no conteúdo expresso nos resumos, onde a maioria não apresenta a abordagem teórica utilizada, nem descrição da metodologia, resultados ou conclusões referentes ao uso desenho. No entanto quando estão disponíveis eles são bastante claros e demonstram a efetividade do uso de imagem na pesquisa psicológica. A análise dos capítulos metodológicos e conclusivos das teses e dissertações evidencia uma preocupação maior na reflexão da técnica em si, do que na relação entre a técnica utilizada e o resultado encontrado. Conclui-se que a utilização de imagens na investigação e intervenção, entre os anos de 2001 e 2010, em Teses e Dissertações, demonstram a efetividade dos instrumentos na pesquisa psicológica, no que se refere ao desenho enquanto instrumento de técnicas projetivas, que o uso de fotografia esta associado ao referencial teórico de Vigotski, enquanto o vídeo é mais utilizado para fins de registro de atividades. Além disso, a maioria dos resumos não descreve a metodologia, nem indica os resultados e conclusões referentes ao uso do instrumento (desenho, fotografia e vídeo). Se, por um lado, podemos considerar esse um fator limitante na pesquisa que utiliza a metassíntese, por outro, essa contribui com as discussões e reflexões teóricas e metodológicas acerca do uso de instrumentos de imagem na ciência psicológica ao

longo dos anos. Esse retrato permite uma análise reflexiva de produções cientificas qualitativas, a partir da busca de generalização que são essenciais aos esforços de síntese de pesquisas qualitativas. Desse modo, convivem na produção de conhecimento científico sobre imagens, no mundo contemporâneo, os esforços da síntese e do amálgama de suas possibilidades expressivas.

Perspectivas do uso da fotografia numa pesquisa em Psicologia

Raquel Redondo Rotta, José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Neste trabalho, foram produzidas imagens fotográficas em rituais umbandistas e estabelecidos diálogos livres a respeito das fotos, do seu processo de captação e da experiência na umbanda como um todo. A utilização da fotografia foi pensada a partir da reação de uma colaboradora que, ao ver as fotos captadas em seu local de moradia, explicitou um novo olhar para seu modo de viver. Sabe-se da importância do impacto das imagens nos modos de construções de sentidos nas tradições bantas e no contexto umbandista. Sabe-se também da importância da contribuição da cultura africana na composição do ethos da população brasileira. As tradições de origem africana, formadas por diversas etnias, tiveram algumas delas tradicionalmente mais estudadas do que outras. São recentes as pesquisas que se debrucem sobre a tradição banta. Elas também estão presentes de modo significativo na formação da cultura brasileira, sustentando estruturas existenciais de parte de sua população. Muito desse patrimônio cultural pode ser encontrado no contexto umbandista contemporâneo, largamente difundido, e muitas vezes reelaborado, para além dos rituais mais estruturados, atingindo grande parcela dos brasileiros. É reconhecido o valor de se ter ciência das raízes de um povo, pois estas constituem material simbólico com o qual se recuperam e se reconstroem identidades, direito fundamental de cada cidadão. Tendo isso em vista, objetivou-se apreender, em comunidades umbandistas, nuances dos modos de construção, transmissão e apreensão de significados relativos ao mundo, ao eu e ao outro por meio de perspectivas de articulação visual do sentido. Foram consideradas repetições e intersecções entre as fotografias e os dizeres sobre elas, que proporcionaram a revelação de implícitos deste universo. Não se priorizou sistematizar, a princípio, a forma como as fotografias seriam utilizadas. O trabalho de dar voz à enunciação do sujeito umbandista inclui ouvir como eles lidaram com a produção de fotografias em campo. Assim, não houve decisão a priori do que seria foco de análise, se o conteúdo das fotografias, os seus observadores, quem fotografa ou o resultado que as fotos provocam. O que foi relevante foi decidido pelos colaboradores, a partir da escuta fina dos sentidos enunciados construídos durante a pesquisa.

O impacto sensorial e estético das imagens pôde, em alguma medida, ser visto com mais atenção e posto em palavras, no caso de algumas das fotografias produzidas e discutidas durante o trabalho. Mas os sentidos se deram não apenas no que foi associado através da observação do conteúdo das fotos. Encontrou-se outras formas de significação, produzidas de forma dinâmica, que fazem-se e se refazem continuamente, contando uma história ao compor palavra (diário de campo e conversas posteriores) e imagem (fotografias e imagens outras, mentais, oníricas, em movimento, etc). A intenção inicial, de fixar o movimento da umbanda nas fotografias, foi o mote que disparou outra forma de estar em campo. Elementos significativos apareceram em outros tipos de imagem, compostas também por outros sentidos, como pelo tato, cheiro, sons e gosto, e inclusive visualmente. Aparecem tanto em algumas fotografias quanto nas paisagens que não foram retratadas, porque se mostraram em sonhos, imaginadas ou procuradas por indicação dos colaboradores. Assim, a busca pelo impacto visual através da fotografia configurou-se o meio para que, ao pesquisar a umbanda, a pesquisadora (como consulente, interpretada por esta forma de significação do mundo, do eu e do outro) fosse olhada por ela (ao focar a umbanda, a umbanda focou-a) e assim pode olhá-la e entender parte de sua dinâmica. Assim, houve, nesse trabalho, um encontro com a umbanda através do olhar.

Política na rua: a construção de estéticas de ocupação

Lúcia Karam Tietboehl, Pedro Augusto Papini

A partir da lógica que busca a desnaturalização das práticas com imagens, o presente trabalho irá debruçar-se sobre as manifestações populares que, no primeiro semestre de 2013, levaram multidões às ruas em diversas cidades do país. Ao analisar o que percebo como uma diferente disposição - e uma diferente forma - de estar na rua, alguns questionamentos iniciais impulsionam meus desejos de pesquisar: como se constituem tais formas insurgentes de ocupação do espaço público? Como as pessoas passam a ocupar-se das decisões sobre tais espaços? De que maneira as ruas começam a se configurar como locais de encontros que até então aconteciam majoritariamente em âmbitos privados? Como as vias e praças da cidade passam a ser percebidas como lugares onde é possível manifestar coletivamente insatisfações que dizem respeito à forma de organização que se vive na própria cidade? Quais discursos e jogos de verdade envolvem estas novas maneiras de ocupação e aqueles que defendem a construção de uma nova ordem urbana? A análise do desenrolar do processo que tomou as ruas em diferentes locais leva à importância adquirida pelas redes sociais e às produções fotográficas e audiovisuais nelas disseminadas. Mais do que a função de registrar os acontecimentos, pode-

se considerar que estas produções relacionam-se diretamente à produção de subjetividade, não só para aqueles que saem às ruas, mas também para aqueles que se envolvem de inúmeras e diferentes formas com esta nova modalidade de ocupação, ainda que se posicionem contrários a ela. Rompendo com o paradigma da representação, que pode situar as imagens como decalques da própria experiência, tal trabalho opera através da idéia de invenção. Sob este olhar, entende-se que a construção de imagens também é o que produz o próprio campo em questão, especialmente neste contexto de relação estreita entre o acontecimento, a imagem e as redes sociais. Volto a atenção para as produções anônimas disponíveis na rede. Esta atenção se dá a partir de uma disposição cartográfica que experimento também quando vou às ruas como pesquisadora que busca o encontro com o campo, como pessoa envolvida com movimentos sociais que questionam a organização da cidade (bem como a forma de gestão a que ela está submetida) e, por fim, como sujeito que habita a cidade, envolta em afetos e agenciamentos de diferentes ordens. Ao debruçar-me sobre as imagens produzidas nos processos de ocupar, percebo que a intervenção fotográfica, a velocidade com que ela pode ser veiculada e a apreciação coletiva que ela pode atingir são, ao mesmo tempo: o que sensibiliza com relação ao processo, agregando novos manifestantes ou possibilitando posições contrárias; o que pode servir como analisador dos discursos que envolvem as manifestações e as novas formas de ocupação, bem como os jogos de verdade anteriores a elas, e que tais práticas vêm justamente problematizar; o que pode conferir um sentido a este novo exercício ético a partir da construção da imagem como um comum. Cada vez mais a produção de imagem torna-se um fazer cotidiano. Ao tornar-se comum e entranhada na vida contemporânea, tal prática passa por dois processos, aparentemente paradoxais: quando adquire o caráter de algo imprescindível, aumenta a sua importância, ao mesmo tempo em que ocorre uma naturalização deste tipo de fazer, o que por vezes invisibiliza-o. Ao transcender a concepção do fazer fotográfico como mera produção de registro e apreensão de um suposto real, desnaturalizando-o, podem surgir novas linhas de análise. Com relação às manifestações populares, estas novas visibilidades imprimem sentido à prática parresiástica que faz ecoar vozes uníssonas e coletivas em locais onde até então sobrepunham-se outros sons. Neste contexto, a produção de imagens é também um fator que vem imprimir na ocupação das vias, praças e prédios públicos uma conotação ética, política e estética, marcando no ato de ocupar, um caráter de insurgência. Neste sentido, cabe uma maior atenção sobre como articulam-se, internamente e entre si, os diferentes discursos dos que se pretendem "agentes de mudança" e quais são as mudanças a que se referem. Os novos gritos ouvidos nas ruas (ou mais precisamente o ato de gritar pública e

coletivamente) e o surgimento de novas visibilidades relacionam-se com práticas que envolvem o que Foucault denomina como ética do cuidado de si. Tal fato coloca em questão a importância das formas como ocupam-se de si as pessoas que ocupam as ruas e o que pode se produzir, a partir desta nova disposição, em termos de uma estética da existência.

Sueños de consumo: El imaginario social del consumismo y su colonización de la subjetividad

Marlon Xavier

En este articulo describo a grandes rasgos mi tesis doctoral en Psicología Social, que investigó el imaginario social del consumismo, y el sujeto psicológico que el mismo produce, a través del sueño - como leitmotiv o lente temática y como objeto de investigación empírica. Para eso desarrolla un abordaje exploratorio interdisciplinar, cuyo marco teórico se divide en dos bloques, basados en la discusión comparativa de dos formas distintas de imaginario y dos conceptos de sueño: primero discute los imaginarios simbólicos (G. Durand) y sus relaciones con la psique inconsciente, los sueños y la imaginación, y como configuran la subjetividad (C. G. Jung), para entonces explorar sus interrelaciones con el imaginario semiótico de consumo (Baudrillard, Bauman), explorando sus típicas lógicas de mercantilización y colonización, ideología y formas de fabricación de subjetividad del consumidor por medio de un foco en los conceptos de sueños de consumo y mundos de sueño del consumo (W. Benjamin). Así, el trabajo compara y confronta el rol de la imagen en dos sitios distintos de la contemporaneidad: en el imaginario social (por medio de "sueños de consumo" producidos y circulados según la lógica de la publicidad) y en la propia psique inconsciente de las personas (por medio de sueños de personas en los cuales aparecen iconos del consumo como McDonald's, Disney, y shopping centers). El objetivo principal fue explorar de qué maneras los sueños representan la colonización de la subjetividad por el imaginario de consumo. El método consiste en un estudio de múltiples casos en el cual cada sueño fue tomado como un caso e interpretado a través de la hermenéutica junguiana. Los hallazgos subrayan que los sueños pueden revelar una crítica objetiva y profunda de la realidad sociocultural. Los hallazgos demuestran que los sueños pueden revelar una crítica objetiva y profunda de la realidad sociocultural. Tal crítica se centró en la idea de que el imaginario del consumo engendra una colonización masiva de imaginarios simbólicos, en un proceso de absorción y sustitución de las imágenes simbólicas por signos y simulacros fabricados. Sus imágenes y narrativas semióticas aparecen como una ideología totalizante - el régimen del consumismo - que funciona como représentations collectives

arcaicas (en el concepto de Durkheim) y simula un imaginario religioso o mítico. Tal imaginario aparece en los sueños produciendo diversas formas de producción y colonización de la subjetividad, las cuales pueden ser resumidas en una forma general: la mercantilización de diferentes factores psicológicos que son definidores de la identidad subjetiva, pero particularmente de factores irracionales como deseos, emociones, imaginación e instintos. Ese proceso de colonización fue comprendido a través del concepto de participation mystique (Lévy-Bruhl), como una identidad inconsciente arcaica con el imaginario en la cual el sujeto lo replica, volviéndose idéntico a las imágenes del imaginario en alguna medida. Algunos sueños desvelaron tal identidad arcaica cómo la base para la colonización de la función simbólica y de la psique inconsciente de los sujetos. Finalmente, en las conclusiones se enfatiza que la mutación cultural de imaginarios – el pasaje de un régimen del símbolo hacia un régimen del signo, hasta llegar al régimen de la imagen como simulacro - genera una mutación antropológica: la progresiva mercantilización y deshumanización del sujeto.

Tensionando olhares na Marcha das Vadias: análise de implicação na intervenção fotográfica

Rossana Bogorny Heinze Schmidt, Jaqueline Tittoni

O presente trabalho tem como objetivo propor pensarmos a análise de implicação a partir da intervenção fotográfica, tendo em vista que ao fotografar estamos implicados com o processo de criação de imagens e narrativas, que de alguma forma falam daquilo que nos atravessa, e dos nossos modos de subjetivação. Acreditamos que ao tensionar o olhar do fotógrafo, estamos também tensionando os lugares que este ocupa na trama dos jogos de poderes, podendo, portanto, esta ser uma ferramenta potente para confrontar o lugar que o pesquisador ocupa, as relações que este estabelece e quais são os efeitos dessas relações. Ao entrarmos em campo cientes de que pesquisador e pesquisado não são dois polos opostos, mas sim parte de uma relação, a partir da qual o pesquisar acontece, nos permitimos analisar os impactos deste encontro, fugindo de uma via onde a neutralidade seria possível, considerando os fluxos que atravessam o pesquisador, que ao analisar sua implicação, analisa muito de si, da sua história e daquilo que está sendo possível realizar quando do encontro com o outro. A imagem então funciona como uma narrativa, que conta um percurso, mostra um trajeto percorrido pelo olhar, denunciando aquilo que se fez questão. Dessa forma, ao se ver com a produção fotográfica de um dia de trabalho, este está também a se deparar com uma parte da produção de sua história de vida, que se interligam formando aquilo que foi possível ver quando implicado em campo.

A análise de implicação, a partir da intervenção fotográfica contribui para o processo de disparar no pesquisador a inquietação referente a ocupar o espaço de pesquisa, pois possibilita a desnaturalização do instituído, quando da confrontação entre visível e o dizível. Campo de diferentes percursos de pesquisadores envolvendo a pesquisa intervenção e a intervenção fotográfica, criou-se no G8-Generalizando, grupo do Serviço de Assistência Jurídica da UFRGS que trabalha com Direitos Sexuais e de Gênero, uma forma diferenciada de problematizar a prática, tendo a fotografia sido parte dos mais diferentes processos de trabalho do grupo. Ao realizar análise posterior das diferentes fotografias feitas no evento da Marcha das Vadias, acontecido em Porto Alegre em 26 de maio 2013, houve estranhamento, as que circulavam pelas redes sociais retratavam frases, cartazes, e não corpos como nas fotografias produzidas pela pesquisadora. Estranhar o que foi visto pelos outros, para depois debruçar-se sobre o produzido no evento, possibilitou tensionar o olhar, que ao fazer uma escolha da cena fotográfica entre tantas outras possíveis, denunciava também a imagem que se fazia questão. Ao retratar fotografias que brincavam com o masculino e o feminino, com o binarismo de gênero, mostrando mais corpos do que palavras, a pesquisadora-fotógrafa também narrava uma parte da sua história dentro do grupo, ao recentemente em virtude de um projeto de Retificação de Registro Civil para transexuais e travestis, ter sido invadida pelos mais diferentes contos sobre as (trans)formações do humano, sobre a possibilidade de marcar nos corpos os seus desejos, e a partir deles contar suas vidas. Ao buscar nos integrantes do grupo G8-G, na marcha das vadias, as mesmas marcas dessa confrontação entre o instituído e o instituinte, denuncia-se um percurso, um lugar, que fala de uma caminhada que foi sendo feita, e também de uma que se deseja fazer: a desconstrução de práticas que se colocam como única possibilidade. O resultado dessa ferramenta fotográfica enquanto disparadora da análise de implicação, é tensionar por outras vias a prática do pesquisador, permitindo que as fotografias narrem um pouco desse estar no campo, estabelecendo relações, afetando e sendo afetada e assim contribuindo para uma pesquisa ética.

Tu és a metodologia: o caminhar como recurso metodológico, entre limites e possibilidade da imagem e do discurso

Maria Luisa M. Nogueira

Toda metodologia é produzida na triangulação pesquisador-caminho-mundo. Esta conexão é da ordem das redundâncias, como bem ensina Gonçalo Tavares: “Tu não usas uma metodologia. Tu és a metodologia que usas.” A metodologia é a própria travessia, o caminho.

O pesquisador é parte do mundo e o caminho é a procura do pesquisador, que se estende na transposição de limites que possibilitem o olhar de surpresa perante o mundo a sua volta. A metodologia, uma travessia que precisa possibilitar o deslocamento, deve nos possibilitar ver os vários mundos presentes no recorte de mundo que desejamos. Como estudar a relação cidade e subjetividade? É preciso um movimento capaz de desembrulhar tempos e usos que moram na cidade para que sejamos capazes de recolher imagens e vozes que se misturam ao ruído urbano, partes integrantes de seu corpo. Se, por um lado, há diversas imagens disponíveis, por outro, não é possível assistir à cidade, ela convoca, nos engole, nos invade: a cidade é porosa, aberta a novas rasuras. Além disso, como sugere Didi-Huberman, as imagens são lampejos, não horizontes. Por isso, trabalhar com imagem, no contexto urbano, é admitir o inesgotável, bem como reconhecer a necessidade de outros possíveis – admitir, justamente, que toda metodologia carrega em si um convite à invenção. Do mesmo modo, trabalhar com o discurso, como tantas vezes procede a Psicologia, implica em outros desafios e limites, às vezes não admitidos. O presente trabalho apresenta reflexões metodológicas a partir da tomada do espaço urbano como objeto importante para a psicologia. Além de pontuar a necessidade de ampliação das estratégias metodológicas convencionalmente usadas, discutem-se as tentativas, características das pesquisas no campo da Psicologia, de evitar o problema de "falar pelo outro", pois talvez ainda seja preciso reconhecer que sempre se fala pelo outro, como sugere a etnografia de Beatriz Sarlo, em Buenos Aires. Para tanto, tomam-se a literatura de Gonçalo Tavares, as propostas dos Situacionistas, em diálogo com a obra de Henri Lefebvre, e as experiências artísticas de Francis Alÿs. A literatura tanto coloca em evidência a relação entre imaginário e cidade, não apenas no âmbito do planejamento das cidades (todas as cidades são cidades imaginadas), quanto indica a necessária dimensão inventiva da prática metodológica, que não pode se resumir, portanto, à repetição das receitas contidas nos manuais de metodologia. Neste sentido, lançar mão das propostas Situacionistas pode servir (e serviu) como inspiração para a prática de pesquisa urbana. Cabe sublinhar que não se trata da deriva como forma de simplesmente se perder, sem rumo; trata-se, antes, de um andar que intervém, experimenta e registra, que procura ver; não se trata, portanto, de reproduzir a deriva situacionista, mas tomar a inspiração revolucionária, artística, política, sensível e cotidiana para a prática de pesquisa em Psicologia Social. Por isso, parece ser importante reconhecer que o corpo – inclusive o corpo sob os ciclos do capital – pode ser o ponto de partida para a produção de compreensões sobre as subjetividades contemporâneas. É assim que a Ritmanálise de Henri Lefebvre oferece condições para a abordagem da cidade sensível, feita, portanto, por meio de seus ritmos, como exploração e

vivência do urbano, adicionando absorção sensorial, sensitiva e subjetiva à análise objetiva. Do mesmo modo, o trabalho artístico de Alÿs favorece a captura dos sentidos urbanos, a dimensão afetiva das espacialidades cotidianas e ensina como é desejável que as práticas científicas não se pensem desvinculadas das práticas artísticas. Assim, o objetivo é discutir como o caminhar pela cidade favorece a compreensão dos processos urbanos contemporâneos, pois andar é pensar a cidade, ler e reescrever seus textos, adentrar em seu imaginário. Enfim, toma-se essa tríade de provocações (Situacionistas e Lefebvre; a literatura de Gonçalo Tavares e a prática artística de Alÿs) que atualiza reflexões caras à Psicologia Social, favorecendo a experiência de mergulho nas relações indissociáveis interior-exterior; subjetividade-materialidade; eu-outro.

Uma proposta irrecusável: visões do poder e liderança política em "O Poderoso Chefão"

Felipe Antonio Honorato, Paulo Cesar de Abreu Paiva Junior

A presente proposta de exposição oral tem como objetivo a exposição e a discussão das visões do poder e da liderança política contidas na obra "O Poderoso Chefão" (The Godfather, 1972), filme dirigido por Francis Ford Coppola e baseado no livro homônimo de Mário Puzo. Tal estudo pretende delinear as experiências teóricas acerca do poder e da liderança em Psicologia Política. Para isto, duas obras são utilizadas como referencial: com relação aos significados e debates sobre liderança política, é utilizado o texto de Lopes et al., "Liderança Política, conjuntura e representações"; para contextualizar o poder e os assuntos relacionados a esta temática, utiliza-se o livro de Alexandre Dorna "A Psicologia Política, o líder carismático e a personalidade democrática". Os autores exporão, aos presentes, Don Corleone, o famoso padrinho e personagem principal de "O Poderoso Chefão", como um líder político carismático e que, dentro do contexto criado pela ficção, tem mais legitimidade em seu grupo social do que as autoridades legalmente estabelecidas. A apresentação será subdividida em 3 partes: inicialmente, os autores falarão sobre o nome e a proposta do artigo, bem como sobre as motivações que os levaram a escreverem tal estudo. Depois, será realizada uma breve contextualização sobre o filme de Coppola, o livro de Mario Puzo e a imigração italiana aos Estados Unidos à época retratada nestas obras – situações política, econômica e social da Itália, Europa e Estados Unidos da América. Finalizando a exposição, será feita a discussão das visões do poder e da liderança política contidas em "O Poderoso Chefão", mais especificamente na figura de Don Corleone, interpretado no filme por Marlon Brando. A apresentação respeitará os 15 minutos estabelecidos como prazo máximo pela organização do evento e utilizará, além da tecnologia do power point, trechos do filme, citações do livro e, eventualmente, pedaços de

canções relacionadas ao tema. Nós, autores, indicaremos três grupos de trabalho (gt´s) para participação de nosso projeto: Como primeira opção, o gt "28) PSICOLOGIA SOCIAL, ARTE E IMAGEM NO CONTEMPORÂNEO: INTERVENÇÕES, INVENÇÕES E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA SOCIAL", pois o cinema é uma arte que combina imagem e som e "O Poderoso Chefão" é uma obra que consideramos essencial, apesar de ainda possuir pouca penetração na academia, para a compreensão tanto da psicologia política, quanto da psicologia social. Aqui, vale lembrar também que uma de nossas grandes inspirações para a realização deste trabalho fora acreditar no uso – sempre que possível – das Artes e ferramentas artísticas no processo pedagógico, e no debate junto à sociedade; como segunda opção, indicamos o gt "17) MÍDIA E PSICOPOLÍTICA", por ser o cinema e a literatura formas de mídia e "O Poderoso Chefão" também uma obra que se enquadra dentro da psicologia política; como terceira opção, indicamos o gt "5) COMUNIDADE, POLÍTICA E PSICOLOGIA", uma vez que, ao tratar sobre imigração e sobre a vida de imigrantes italianos em Nova Iorque, por versar sobre os jogos de poder na sociedade estadunidense e retratar a vida de um líder altamente carismático, "O Poderoso Chefão" configura-se como uma obra que se aproxima aos três assuntos postos à discussão neste grupo de trabalho.

GT 29. PSICOLOGIA SOCIAL, POLÍTICA E SEXUALIDADES

A fofoca e sua relação com as práticas afetivos sexuais

Anna Karina Gonçalves Xavier

Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado que buscou debater as interfaces entre sexualidade e reprodução na vida de mulheres jovens de uma comunidade popular da cidade do Recife - Pernambuco. O objetivo da dissertação foi compreender como mulheres jovens de 16 a 24 anos vinham lidando com os métodos contraceptivos nas relações com suas carreiras sexuais; e se estas relações evidenciavam comportamentos de dupla proteção. Por esta entende-se a proteção contra gravidez não planejada e (Infecções Sexualmente Transmissíveis) IST/Aids, sendo uma forma de sexo seguro para casais com relacionamentos heterossexuais (BERER, 2006). Fez parte de uma pesquisa mais ampla denominada "Mulheres jovens e dupla proteção em diferentes circuitos de socialidade: um estudo comparativo entre Recife e Caruaru – PE, 2008-2010, teve apoio do CNPq e FACEPE. Na dissertação também procuramos debater sobre as normas regulatórias que regem os comportamentos das mulheres, principalmente sobre seu comportamento sexual e como essa ordem acontece e é reforçada através do discurso das

próprias mulheres. O objetivo deste trabalho é demonstrar a partir dos dados que surgiram na pesquisa de campo, o que as interlocutoras estão chamando de práticas afetivo-sexuais inadequadas para as mulheres e como essas noções interferem na relação entre as mulheres da comunidade, através do fenômeno regulador da fofoca. Como referencial teórico-epistemológico foi utilizado uma abordagem feminista pós-estruturalista (BUTLER, 2003 e HARAWAY, 1998). A metodologia utilizou um viés qualitativo, tendo a etnografia, com o diário de campo e entrevistas em profundidade como métodos. Percebemos que as mulheres jovens discursam sobre prática afetivo-sexual de outras jovens entre si com um teor conservador compartilhando ideias já pré-existentes sobre qual seria o bom comportamento para uma jovem. Nos discursos estão engendrados as relações de gênero e poder que vão influenciar toda sua relação com outras jovens, com os rapazes e com a comunidade de um modo geral. As relações das jovens no tocante às amizades estão intrinsecamente ligadas a esse contexto em que vivem e ao modo como elas refletem sobre o lugar e as pessoas. Quando referem sobre as outras mulheres jovens as interlocutoras as dividem entre "certinhas" e "fogosas", apontando para uma divisão que moraliza as ações, e dicotomiza as vivências sexuais das jovens. Refletimos que as mulheres jovens sujeitos da pesquisa não percebem a opressão e as desigualdades de gênero que sofrem, acabam por reproduzir os mesmos discursos de desigualdades muito em função das respostas que tem que dar à família e à comunidade. Donna Haraway (2009), quando trata dos circuitos integrados conclui que apesar de haver a circulação das mulheres, nos diversos circuitos comunitários (casa, igreja, escola, praça, posto de saúde, etc) não há verdadeiramente um lugar para elas, onde possam trocar informações, discutir ideias e expor suas experiências sem que sejam conferidos valores morais que tem como uma de suas funções o controle da sua sexualidade e seus corpos. A importância de trazer à baila esses fatos se torna relevante para pensar enquanto política pública a questão da educação sexual. Consideramos importante, realizar uma reflexão sobre a construção das normas reguladoras que levam ao preconceito e, como podemos reverter esse quadro possibilitando o direito das mulheres jovens a terem uma vida sexual plena, respeitando as diferenças.

A formação em Psicologia e o olhar para a diversidade sexual - Intervenções do Coletivo Transex em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul

Izaque Machado Ribeiro

Esse relato fundamenta-se na atual discussão a respeito das relações de gênero e da diversidade sexual, a qual considera a reflexão teórica como ligada intimamente à prática e a um modo de

ser e estar no mundo eminentemente político. Como desestabilizar o que é tido como "natural" e coerente? Que outros entendimentos a respeito de gênero e sexualidade são possíveis em nossa sociedade? De acordo com Judith Butler, antes mesmo de nascermos, somos subjetivados por uma "matriz heterossexual", a qual supõe uma coerência entre sexo, gênero, desejo e corpo. Nessa perspectiva, o que for considerado masculino pela sociedade, deve obrigatoriamente expressar atributos masculinos, ocorrendo relação similar com o que for tido como feminino. A autora recém referida afirma que somos constituídos num regime de "heterossexualidade compulsória" e, qualquer forma de expressão não correspondente com esta prática é considerada um desvio, algo que não deve existir, não "natural". Tendo como base estas inquietações teóricas, este trabalho objetiva fomentar e ampliar as discussões a respeito da diversidade sexual na formação em Psicologia, em especial na graduação, lugar do qual falo enquanto docente. Ressaltamos que não se trata da comunicação de uma pesquisa e sim, de uma série de reflexões/ações coletivas e voltadas para a temática da diversidade sexual que foram tomando corpo em um curso de Psicologia há aproximadamente dois anos. Estas experiências foram inspiradas pela abordagem da pesquisa intervenção, a qual se utiliza de conceitos importantes como "implicação, autogestão, autoanálise e analisador", oriundos do movimento instituinte e que ajudam a fazer a leitura do contemporâneo, buscando a "interferência coletiva na produção de micropolíticas de transformação social". Esta comunicação será dividida em dois eixos: no primeiro, abordaremos o contexto atual de inserção curricular da temática Diversidade Sexual no curso de Psicologia. Para isso, faremos uso da leitura de alguns trabalhos acadêmicos que abordam o assunto - sem a pretensão de um "estado da arte". O segundo eixo - o qual entendemos estar ligado intimamente ao primeiro, constatada a pouca inserção da temática diversidade sexual nos currículos/práticas de Psicologia - tratará da constituição de um grupo formado por professores e estudantes, o Coletivo TRANSEX - Transvalorando Sexualidade(s). O Coletivo nasceu com a proposta de intervir na formação em Psicologia (e em outros cursos da Saúde e Humanas) embasando-se em perspectivas teóricas críticas que visam mudanças nos paradigmas da formação de uma universidade do interior do estado. Por fim, sem o intuito de concluir a discussão, trataremos de apontar algumas "aberturas" no debate sobre a diversidade sexual na formação acadêmica, tais como a realização de uma sessão de filmes e debates sobre diversidade sexual organizado pelo Coletivo. A ideia é poder "contar histórias através de analisadores". Nesse sentido, também destacaremos o relato de uma intervenção fotográfica do Coletivo TRANSEX, em um local público, onde evidenciou-se através do posicionamento de um senhor idoso o "lugar" onde devem estar as práticas sexuais não

heterossexuais. Entendemos que as atividades realizadas até agora pelo Coletivo TRANSEX foram importantes para reconhecer algumas "formas de instituição das desigualdades sociais" e com isso propormos estratégias de intervenção no campo da diversidade sexual. Acreditamos também que as experiências aqui relatadas poderão ajudar a refletir sobre as lacunas dos processos de formação em uma àrea tão importante como a Psicologia, assim como, evidenciar a importância de uma formação para a diversidade que transborde os muros da universidade.

Estudo comparativo dos eventos: Parada do orgulho LGBTT e Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de 2013

Luciana Helena Mussi, Mariana de Oliveira Farias, Angela da Cruz Santos, Ernesto Pacheco Richter, Eliete Edwiges Barbosa

O trabalho tem por objetivo analisar comparativamente dois eventos importantes dos Movimentos LGBTT de São Paulo: Parada do orgulho LGBTT e Caminhada de Lésbicas e Bissexuais realizados em junho de 2013. Trata-se de um estudo que se fundamenta na comparação dos seguintes pontos: a "chamada" ou publicidade que antecede e envolve o evento; os temas mais apontados por entrevistados nas suas reflexões sobre as semelhanças e diferenças entre os dois eventos; o desenvolvimento das manifestações como eventos coletivos; e o efeito sobre o público, isto é, como a população percebe e opina sobre os movimentos. Por 17 anos a Parada do Orgulho LGBTT vem se realizando na cidade de São Paulo tornando-se, com o passar dos anos, um evento de destaque internacional promovendo a manifestação social em prol da garantia dos direitos civis da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Neste ano de 2013, o tema foi "Para o armário, nunca mais! – União e conscientização na luta contra a homofobia". Os temas que regem o slogan são a liberdade de ser e estar no mundo e um basta aos preconceitos. Segundo a organização "a frase escolhida é uma resposta à perseguição dos conservadores e, ao mesmo tempo, convoca a comunidade a se manter firme e esclarecida no combate à discriminação". Outro evento que por 11 anos precede a Parada é a Caminhada de Lésbicas e Bissexuais, também realizada na cidade de São Paulo. Em 2013 a caminhada teve como foco a luta contra a violência, o preconceito, a invisibilidade de lésbicas e bissexuais e contra a discriminação sexista. O tema foi "O Estado é laico! Construindo direitos, desconstruindo preconceitos: basta de lesbofobia!". Segundo os organizadores, "a ideia é abordar as diversas formas de negação de direitos que as mulheres lésbicas e bissexuais e, também, toda a população LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) de forma mais geral, estão enfrentando no contexto politico desse momento". Os

eventos em estudo chamam a atenção do público em geral, convocam a população para os temas discutidos, ocupam um espaço significativo na mídia nacional e internacional e ainda contam, (com uma sofisticada infraestrutura, principalmente a Parada), com a participação de ativistas, simpatizantes e pessoas que circulam e/ou estão interessadas nos movimentos. É importante frisar que a principal reivindicação dos dois eventos tem sido o combate à homofobia (tema recorrente na Parada desde 2006). Em vista da realização de dois eventos separados, a proposta da pesquisa reportada neste trabalho é analisar como a Parada, como manifestação de protesto politico, é visto pelos participantes da Caminhada e os participantes da Parada. Enquanto na Caminhada o acento observado são os cartazes como instrumento de protesto, na Parada, a festividade, os trios elétricos, a exposição do corpo e a liberdade de expressão passam a ser o foco, a forma encontrada de dar a vez e voz à palavra, ao gesto, aos corpos e mentes calados e silenciados há anos. Considerando a clara diferença entre os dois eventos o presente trabalho propõe analisar ambos os eventos como formas distintas de "fazer protesto" dentro de um novo movimento social como é o caso do GLBTT. Os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa foram a observação participante com a realização de entrevistas semi-estruturadas durante os dois eventos. O estudo contribui à uma maior compreensão do Movimento GLBTT na medida que explora os significados atribuídos a dois eventos de protesto distintos em seu formato e composição e por meio de entrevistas seus significados para os que fazem parte dessas ações coletivas. Finalizamos, concluindo que apesar de muitos temas (como por exemplo, a luta contra a homofobia) estarem presentes nos dois eventos, observamos que os pesos de cada um não aparecem com a mesma intensidade.

Gênero como produção biotecnológica

Flávia Fernandes de Carvalhaes, Maria Juracy Filgueiras Toneli

Diferentes tecnologias sociais, tais como internet, rádio, televisão, cinema ou jornais, contribuem na articulação de modelos de inteligibilidade de gênero. Notícias sobre homens e mulheres, por exemplo, estão geralmente relacionadas a noções estereotipadas de masculinidade e feminilidade. Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de refletir sobre as implicações de tecnologias audiovisuais na (re)produção de performances de gênero. A escolha por localizar este trabalho no eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções", tem relação ao referencial teórico adotado, que se pauta em autores que situam as sexualidades e o gênero como construções sócio-históricas, políticas e culturais, articuladas a contextos disciplinares e reguladores. Logo, consideramos que esta proposta está em consonância aos objetivos do grupo

de trabalho "Psicologia Social, Política e Sexualidades", principalmente no que se refere ao debate sobre a dimensão política da sexualidade na sua relação com o Estado. Perspectivas de sexualidade e de gênero estão imbricadas a representações que circulam em discursos, enunciados, imagens e tecnologias, e que interpelam os sujeitos diariamente, sendo subjetivadas como auto-representações: sou mulher, sou homem, sou heterossexual, sou homossexual. Dizer que homens e mulheres são produzidos não equivale a afirmar que eles são determinados, mas analisa o fato de que determinadas performances estão, necessariamente, relacionadas a prerrogativas políticas que, de diferentes formas, localizam algumas composições como normais, enquanto outras são demarcadas como desviantes. Pautadas na premissa da heterossexualidade como modo "normal" de subjetivação, as performances de gênero são estabelecidas em consonância a um sistema de sexo-gênero, que se articula na afirmação de uma linearidade causal entre sexo anatômico (genitais femininos ou masculinos), gênero (aparência, status e performance) e sexualidade (heterossexual ou perversa). A articulação entre esses elementos se materializa nas correlações entre vagina/feminilidade/heterossexualidade e pênis/masculinidade/heterossexualidade, sendo assim, fazer visível e inteligível um corpo implica em marcá-lo como masculino ou feminino, e situar qualquer composição que escape a essa racionalidade como anormalidade. A associação virtual entre gênero e diferença sexual (fêmea/macho) implica em uma perspectiva reducionista, senão tendenciosa, de análise das múltiplas formas como homens e mulheres experimentam a vida. Teresa de Lauretis situou a sexualidade e os gêneros como produtos e processos da articulação de aparatos políticos, culturais e científicos, que se estruturam em torno da matriz heterossexual. Pautada nesta premissa, a pesquisadora assinalou a existência de "tecnologias de gênero" (ex:cinema) e discursos institucionais, que, principalmente a partir do século XX, influenciam na produção de determinadas noções hegemônicas de masculinidade e feminilidade. A pesquisadora ressaltou, ainda, que os termos para esta organização também resultam em performances marginais aos modelos heteronormativos, sendo estas posicionadas como desviantes. Na atualidade, as tecnologias audiovisuais estão cada vez mais presentes no dia a dia da população, interferindo nos processos de regulação e controle da vida. Situadas por Beatriz Preciado como biotecnologias, estas operam sobre a população e estrutura social, dificultando a delimitação entre produções corporais naturais e produções corporais artificiais. As injeções de hormônio, as modificações por meio de implantes e transplantes de órgãos, as experimentações de sensações e percepções que se estabelecem mediadas pelos contatos com recursos audiovisuais, são exemplos de relações que se estabelecem entre corpos e tecnologias, e que interferem

sobremaneira nos modos como performances de gênero são subjetivadas. Todos os dias, recebemos informações por meio do contato com televisores, celulares, rádios, jornais, revistas e internet. A maioria dessas informações está posicionada em consonância a matrizes de inteligibilidade cultural e implicam em vigilância social. Na sociedade atual, a disseminação rápida e pulverizada desses operadores de vigilância implica que estes sejam, muitas vezes, incorporados no dia a dia da população como elementos naturais. Códigos e enunciados que se atualizam nas maneiras como homens e mulheres são retratados em tecnologias audiovisuais, por exemplo, contribuem na tecedura de noções de masculinidade e feminilidade. Estas performances são estabelecidas em consonância ao sistema de sexo-gênero, que institucionaliza a feminilidade associada a atributos sociais como passividade, sensibilidade e reprodução, e a masculinidade a virilidade, agressividade e racionalidade. Portanto, as tecnologias audiovisuais e seus modos específicos de significação da realidade se articulam como "tecnologias de gênero", atuando na produção do masculino e do feminino. Contudo, um olhar mais atento à multiplicidade com que a vida se compõe, percebe que as pessoas subjetivam de diferentes modos às experimentações e informações que as interpelam. Embora a referência à diferença sexual se apresente como um elemento que intervém de forma contundente na articulação de limites reguladores de gênero, um sujeito "engendrado" não se produz apenas a partir deste pressuposto. Masculinidades e feminilidades são estabelecidas em um campo social heterogêneo, que se organiza na intersecção e intercruzamento entre modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais, resultando em impactos diferentes na população. Ao situarmos o gênero como produção biotecnológica, tentamos escapar de vieses científicos normalizadores, que se estruturam na premissa de que o corpo é uma estrutura natural e que carrega "verdades" ocultas. Assim sendo, situamos gênero como um "artifício flutuante", permeável à intrusão de elementos complexos e variados, que resultam em possibilidades múltiplas de experimentação. Ainda que de maneira parcial e localizada, esperamos que este trabalho possa se somar a outras forças que transitam em nosso dia e que buscam reiventar a vida em prol da diversidade.

Levando igualdade do centro à periferia? Políticas públicas e possibilidades de discutir igualdade à/sem distância

Eliana Teresinha Quartiero, Henrique Caetano Nardi

Seguindo um movimento internacional, o MEC tem feito um grande investimento estatal em cursos oferecidos à distância, como estratégia na formação continuada de professores que atuam

nas redes públicas de ensino, onde se priorizam como destino as cidades que são geograficamente longe de grandes centros. Em 2008, o projeto Gênero e Diversidade na Escola, curso a distância para a formação de professores/as nas temáticas de gênero, sexualidade, raça e etnia, foi incorporado à Universidade Aberta do Brasil (UAB). O GDE passa a ser descentralizado e pode ser reproduzido por instituições de ensino superior em todo o Brasil por meio de seleção pública. Estas IES passam a constituir a Rede de Formação para a Diversidade. O material e o ambiente virtual de aprendizagem de referencia é o formulado por uma equipe do CLAM, mas as instituições locais executoras da política têm a possibilidade de alterar a estrutura do curso e de seu conteúdo, desde que respeitando certos critérios. Hoje, alguns milhares de professores da rede pública de todo o Brasil fizeram ou fazem esta formação, cujo trabalho de conclusão é definido como a elaboração de um projeto de intervenção, relacionado a uma das temáticas discutidas, a ser implementado no ambiente escolar. Em Santa Catarina o GDE foi oferecido pela UFSC em 2009 e novamente em 2012-13, formações que estão sendo tomadas como objeto de pesquisa de um projeto de doutorado, e neste trabalho apresentamos uma discussão de problemáticas ali percebidas. Ao realizar a pesquisa de campo se percebeu enunciados que apresentam uma lógica do binômio: centro/periferia: as cidades, onde acontecem as formações são colocadas como: distantes, menores, conservadoras. Percebidos pela professora: "Como a gente mora no interior eles acham que a gente mora no mato, se vive fora do mundo". Nesta discussão localizaremos que a subjetividade se produz na relação das forças que atravessam o sujeito, no ponto de encontro das práticas de objetivação pelo saber/poder com os modos de subjetivação: formas com as quais o sujeito se reconhece. (Foucault), Ao expor esta experiência nos deparamos com as condições de possibilidade deste acontecimento e as dinâmicas de veridificação ali envolvidas. Fomos interpelados a discutir os conceitos de Centro e Periferia, buscando uma leitura/tradução dos mesmos, percebendo que os indivíduos são localizados em diferentes níveis de classificação com base nas interações que ocorrem entre a posição de classe, raça, gênero, orientação sexual, cultura e conhecimento. As hierarquias e suas dinâmicas de igualdade/diferença, se instalam na constituição de nossas subjetividades e vão balizar o significado que damos às nossas vivências e experiências. Podemos pensar que se estabelece uma relação específica de poder/saber que dá forma às práticas que se constituem nos movimentos de implementação e de institucionalização das ações de formações no âmbito das políticas públicas, aqui pensadas como do âmbito de biopolíticas. Estas ações surgiram com um propósito e se institucionalizam de formas únicas em cada contexto. Aqui vamos explorar as regularidades e o inesperado resultantes desta rede

complexa de ações. Em um primeiro momento, até 2006, as ONGs foram consideradas as principais parceiras por serem identificadas como os agentes com maior experiência sobre diversidade sexual e na luta por direitos sexuais e igualdade de gênero. A partir de 2007, a licitação passou a ser restrita às instituições públicas de ensino superior e instituições federais de educação profissional e tecnológica (IES), uma mudança que causou transformações na política de formação. As universidades e seus pesquisadores foram legitimados como portadores de um saber adequado aos propósitos das mudanças desejadas para o ambiente escolar. Utilizando como suporte um olhar descolonial (Santiago Castro), podemos perceber um modelo eurocêntrico associado a um saber da academia, que se manifesta em um modelo de feminista como aquele de uma mulher independente, culta, urbana, no mercado de trabalho, fora das amarras do casamento. Entrando em conflito com outras vivências: "...eu queria muito fazer um mestrado, mas eu gosto muito de estar perto da família, sou muito apegada ao meu marido e meus filhos, tu fez mestrado, né? Tu não é casada, né? A professora "do interior" interpela acerca da necessidade de repensar, desconstruir nossas práticas, como pesquisadoras/res, tendo presente que fabricamos o objeto de que falamos e temos trazido a estes locais enunciados como: eles são de longe, tem dificuldade com a tecnologia, não sabem escrever. Utilizando como referência de desempenho e aprendizagem um perfil acadêmico, com um desempenho textual e teórico específico. Um olhar descolonial vai nos colocar a discussão do lugar que o intelectual ocupa, que se apresenta naturalizado.

Lo contingente de la política: análisis de las expresiones colectivas del movimiento LGBT montevideano

Laura Barro Núñez

El presente trabajo, tiene por objeto analizar los colectivos LGBT montevideanos y algunas de sus prácticas de manifestación como colectivos y prácticas políticas. Para ello se tomará como fenómeno a considerar la llamada "Marcha por la diversidad" acontecida anualmente en el mes de setiembre, intentando desplegar líneas de análisis sobre los discursos sociales asociados a la misma. En tal sentido este trabajo lejos de asumir el carácter político de tales manifestaciones parte de la pregunta sobre ¿en que medida y bajo que supuestos o definiciones, es posible considerar la marcha por la diversidad como acto político? Para ello se analizaran discursos y proclamas que rodean tal manifestación confrontando los mismos a definiciones teóricas sobre política y movimientos políticos de diversos autores; a saber, los aportes de Axel Honneth en su texto "La lucha por el reconocimiento" y de Alain Badiou a partir de su texto "Movimiento

social y representación política". Se pretende explorar alcances y límites hermenéuticos de tales referentes teóricos, su capacidad de analizar prácticas sociales concretas y la variedad de dimensiones políticas implicadas en las manifestaciones LGBT consideradas. Entendemos que la articulación de reclamos en torno a cuerpos, sexualidades e identidades heterodisconformes se viabiliza como proyección política por la disrupción colectiva sobre un orden. Así, si para Badiou la política es inseparable del movimiento porque "si no hay movimiento, lo único que existe es el orden, y toda política exige que haya movimiento." (Badiou, 2000); en tanto que para Honneth la política (estatal) será una de las tantas superficies de acción de Lucha por Reconocimiento que mas aquí y mas allí permite la politización de la vida al mismo tiempo individual y colectivamente considerada. La misma se materializara en la disputa por transformaciones generales de la eticidad comunitaria sobre la que se sostienen las relaciones sociales. Al decir del sociólogo alemán "El surgimiento de movimientos sociales depende de la existencia de una semántica colectiva que permite interpretar las experiencias personales de decepción como algo por qué, no solo el yo individual sino un círculo de otros sujetos es concernido". Queremos indagar a través de los discursos de diferentes actores en que medida las manifestaciones publicas colectivas LGBT configuran al mismo tiempo lucha por reconocimiento y transformaciones de la eticidad dominante y movimiento social encarnado en las sexualidades y cuerpos heterodiscidentes. La mirada a estos autores supone la mirada a perspectivas diferentes de pensar lo social y lo político incluso en clave de paradigmas y temporalidades distintas. El debate sobre la eficacia del Estado entre estos autores permite observar el fenómeno de transición histórica y contradicciones que tal mediación social está viviendo en la contemporaneidad, así como su capacidad de respuesta e interacción ante nuevas modalidades y contenidos de demanda social. De allí que el análisis de las transformaciones de los discursos asociados a la marcha configuren uno de los ejes centrales de este trabajo. Finalmente podemos adelantar que son diveras las formas en que se puede comprender la manifestación anual de la "Marcha por la diversidad" como manifestación política según las definiciones citadas en su doble relación (a) de disputa y demanda al estado como organizador colectivo de la vida pública y (b) como procesos de consolidación de colectividad. Esta doble perspectiva supone, según entendemos, la elaboración de desafíos e implicaciones particulares para la agenda LGBT con el Estado y más allá del mismo en la elaboración de comunidades movimentarias.

O futebol como estratégia de enfrentamento à violência homofóbica intrafamiliar contra jovens lésbicas

Juliana Perucchi

O trabalho apresenta o relato de atividades de pesquisa-extensão que integram um conjunto de investigações e intervenções acerca do tema da homofobia e seus desdobramentos nos âmbitos educacional, familiar e da saúde. Tais atividades estão articuladas à pesquisa intitulada "O preconceito como dispositivo de legitimação da violência: juventude LGBT, família e saúde", que tem confirmado a hipótese de que o preconceito articula-se no contexto familiar como dispositivo de legitimação da violência e, consequentemente, da ruptura do vínculo entre jovens e seus familiares, ocasionando a saída/expulsão da casa dos pais. Isso tem se processado também com jovens lésbicas apresentando, contudo, especificidades relacionadas às experiências de violência intrafamiliar vividas por essas jovens. Isso justificou a proposição e consequente realização de outra pesquisa já em fase de conclusão. Tal pesquisa buscou problematizar os aspectos psicossociais que constituem as histórias de vida de jovens lésbicas, analisando os vetores de força da heteronormatividade no âmbito das relações familiares e os impactos das situações de violência na saúde delas. O contato com as informantes ocorreu por meio da imersão etnográfica em uma organização não governamental que representa movimento gay em Juiz de Fora. Porém, não se conseguiu desenvolver nenhuma atividade junto ao público lésbico, pois constatou-se que a ONG atua exclusivamente com atividades voltadas ao público gay. Como a pesquisa tinha uma interface de intervenção feminista comunitária junto a jovens lésbicas em contextos de vulnerabilidade, contemplando jovens de camadas populares do município, não foi possível estabelecer parceria com o movimento social local para a realização dos trabalhos. Então, realizou-se um trabalho de imersão aos espaços de sociabilidade das jovens lésbicas e identificou-se um elemento de agregação dentre muitas jovens: a prática do futebol. O futebol foi um tema identificado pelo grupo como um elemento de comum interesse entre grande parte das jovens, sendo uma importante ferramenta na criação de redes de apoio e espaços de sociabilidade. A pesquisa-intervenção junto a essas jovens deu-se, principalmente, através de amistosos de futebol e outras atividades culturais nas quais eram inseridas rodas de conversa e distribuição de materiais informativos com temas voltados à saúde das mulheres, cuidados com o corpo, direitos, contatos com órgãos de proteção à mulher. A pesquisa constatou que o conflito com a família de origem – devido à identificação com uma orientação sexual desviante à norma heterossexual – é algo que se repete nas histórias de vida

de muitas jovens lésbicas. O sexismo e a homofobia aparecem como as principais discriminações. Neste sentido, a pesquisa constatou que as situações de homofobia no âmbito familiar dessas jovens constituem-se a partir de diversos dispositivos com efeitos psicossociais como os mecanismos subjetivos e objetivos que sustentam o silenciamento da violência sexista e homofóbica, não apenas fisicamente perpetrada contra mulheres lésbicas, mas, sobretudo, a violência simbólica. Neste jogo de forças, a negação do desejo por mulheres se coloca como única saída possível. Assim, a condição heterossexual se estabelece como norma que submete essas jovens, seus corpos, seus desejos, suas performances a estratégias biopolíticas de controle e aos efeitos dessas em sua saúde.

Oficinas de sexualidade na escola: pensando o corpo e a diversidade para além dos saberes da religião, da biologia e da pornografia

Amana Rocha Mattos, Carolina Esmanhoto Bertol

Neste trabalho discutimos como a sexualidade e as identidades de gênero estão presentes no contexto escolar e imbricadas no processo educativo. Através da discussão de oficinas sobre sexualidade realizadas com alunos de uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro, buscamos analisar como as práticas e discursos pedagógicos estão pautados pela heteronormatividade, embora o discurso promovendo a aceitação da diversidade sexual esteja supostamente presente na escola via seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Além disso, discutimos como a construção de um espaço que possibilite a reflexão sobre a diversidade sexual é fundamental nesse contexto. Nesse sentido, as teorias feministas contribuem para questionarmos quem é o sujeito a ser alcançado pelo projeto de educação colocado em prática pelas escolas. Ainda, possibilitam entendermos que o projeto moderno de socialização pressupõe a aquisição de autonomia e uma vivência heteronormativa da sexualidade, adequada aos discursos religiosos, jurídicos e biologizantes que entram em jogo nas expectativas sociais. A função da escola, no que diz respeito ao manejo da sexualidade de seus alunos, permanece ambígua, pois ao mesmo tempo em que busca produzir sujeitos em acordo com a heteronormatividade, busca também preservar a inocência de crianças e adolescentes, controlando e até reprimindo as manifestações de sua sexualidade e as experiências que possam ter na escola, o que na maioria das vezes implica em não possibilitar uma reflexão sobre o tema, já que com essa ação teme-se estimular ainda mais a sexualidade infantil. Embora os PCNs proponham a sexualidade como um tema transversal a ser trabalhado pela escola desde os primeiros anos das crianças, geralmente essse assunto somente é discutido abertamente em

disciplinas nas quais o corpo está em questão na sua dimensão biológica, ou seja, nas aulas de ciências e educação física. Entendemos que, como um espaço de convívio entre sujeitos, a escola não consegue deixar a sexualidade fora de seus muros. O sexo se faz presente, mesmo que silenciosamente, nas práticas curriculares, nas relações entre alunos, entre estes e professoras/es e mesmo em situações do dia-a-dia escolar. Na construção dos discursos e práticas há um obscurecimento da produção da norma, e esta passa a ser vista como natural, sem a necessidade de ser falada. Assim, os discursos religiosos, biológicos, e até mesmo pornográficos incidem e pautam as relações no contexto escolar, de forma muitas vezes a reforçar estereótipos de gênero, que não levam em conta a diversidade sexual. Quando tratamos de identidade de gênero, tratamos de lugares sociais estabelecidos e de relações de poder, as quais estão atravessadas concomitantemente por questões como classe, raça, e etnia. Ao realizarmos semanalmente oficinas de sexualidade com um grupo de adolescentes da escola, durante as quais foram realizadas dinâmicas de grupo e discussões sobre o tema da diversidade sexual, foi possível perceber, através de suas falas, como os discursos religiosos, morais, biológicos e consequentemente heteronormativos incidem na constituição de sua sexualidade e nas relações estabelecidas com os seus corpos e com os demais colegas, reforçando estereótipos relativos às identidades de gênero tidas como adequadas e excluindo identidades vistas como fora da norma. Com as atividades propostas, percebemos que o trabalho de reflexão e de questionamento sobre estes estereótipos e sobre a diversidade sexual proporciona uma resignificação de sua própria sexualidade, das relações estabelecidas e de suas experiências. As oficinas podem se constituir como um recurso que permite a reflexão sobre as marcas das identidades de gênero, problematizando os discursos heteronormativos e o poder envolvido nas relações, permitindo refletir sobre a liberdade de exercício da sexualidade. Além disso, possibilita-nos ocupar um espaço que a princípio tem sido pautado por discursos moralizantes, religiosos, biologizantes ou então “pornográficos”, uma vez que crianças e adolescentes dessa escola têm grande acesso à pornografia nas mídias digitais. Entendemos ainda que pensar as marcações de gênero e a heteronormatividade nas práticas e relações escolares cotidianas permite aos atores da escola questionar estas normas e lançar um novo olhar sobre a diversidade sexual, sobre as relações e mesmo sobre suas práticas pedagógicas. As oficinas constituem também uma forma de trabalhar com a violência que aparece na escola, visto que essa é direcionada, muitas vezes, àqueles que não estão adequados a uma norma que é dada como única. As oficinas de sexualidade podem se configurar como uma alternativa de ação no campo

da educação para combater a violência associada à diversidade sexual, e poder apresentar e colocar em debate estas alternativas é fundamental para o enriquecimento das mesmas.

Política sexual: entre o universal e o particular, os direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa

Andréa Moreira Lima

Esta pesquisa de doutorado utilizou como objeto de estudo e análise a política sexual, enfocando a relação entre o universal e o particular na construção dos direitos humanos LGBT em Belo Horizonte e Lisboa. Essa discussão foi materializada nas relações não lineares entre as demandas dos movimentos sociais LGBT e as respostas construídas pela política governamental. Buscou-se assim discutir alguns efeitos produzidos no conteúdo dos discursos universalistas e particularistas sobre a construção da política de direitos humanos LGBT na realidade dessas duas cidades. Assim, a questão que perpassou o estudo foi investigar na relação de tradução das demandas particulares do movimento social para as respostas universais construídas pelas políticas de governo, na construção da política de cidadania e identidades LGBT, com foco nas cidades de Belo Horizonte e Lisboa, quais são os efeitos produzidos na tensão entre a universalidade dos direitos humanos e a especificidade dos direitos LGBT, reconhecendo que esse é um campo político de disputas muitas vezes antagônicas e de difícil consenso com as próprias lutas dos grupos LGBT. Para isso, foram construídas algumas categorias de análise a partir do roteiro de pesquisa, dos dados coletados e do referencial teórico. Assim, foram organizados temas mais objetivos, como: trajetórias ativistas, governamentais e mistas; marcos internacionais, nacionais e municipais; conquistas no poder executivo, legislativo e judiciário e impactos no movimento social, no poder público e na sociedade civil. Bem como temas mais analíticos: concepções de direitos humanos naturalista-cristã, legislativa-constitucional e sócio-histórica crítica; interface direitos humanos e direitos LGBT via regulação, emancipação, universalidade-igualdade-geral, particularidade-diferença-especificidade; relação entre demandas do movimento social e respostas do poder público via diálogos e consensos, conflitos e tensões, resistência x parceria e cooptação x parceria. Os temas foram correlacionados com categorias teóricas, tais como: tradução, historicidade, identidade coletiva, ator social, universalismo e particularismo, direitos humanos, direitos sexuais, direitos LGBT, entre outros. A prioridade foi investigar as dinâmicas relacionais concretas que se desenvolviam entre as perspectivas universalistas e particularistas dos diferentes atores sociais envolvidos na construção da política de direitos humanos LGBT. Nesse sentido, utilizou-se de

autores de tradições de pensamento distintas e que foram nesse estudo articulados na tentativa de construir um arcabouço conceitual que conseguisse abarcar a complexidade dos fatores relacionados ao tema pesquisado. Foram utilizados como métodos qualitativos para coleta dos dados: entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e observação de campo. Foram analisadas entrevistas com ativistas e agentes públicos que ocupam cargos nos governos locais das cidades de Belo Horizonte e Lisboa. Como método de análise privilegiamos a Análise de Conteúdo e as contribuições do referencial teórico-metodológico de Tradução. Para delimitar um campo de investigação, demarcamos este estudo às políticas e atores do campo LGBT de Belo Horizonte e Lisboa, bem como as experiências de ativismos da autora, em cargos políticos e na realização dessa pesquisa. Como resultados gerais constatou-se que as tensões produzidas na relação entre as perspectivas universalistas e particularista na construção da política de direitos humanos LGBT são analisadores psicopolíticos estratégicos no sentido de perceber os possíveis efeitos de alargamento, deslocamento e reconfiguração das noções universais de direitos humanos frente as particularidades das lutas por direitos LGBT. Ou seja, o universal só consegue consistência na prática quando as particularidades são universalizadas. Entretanto, numa sociedade desigual reconhecemos que as particularidades que se universalizam na maioria das vezes são do modelo imposto pela elite dominante. Assim, se por um lado, o enfoque numa especificidade absoluta também traz problemas como fragmentação e enfraquecimento das lutas sociais, já que existe uma lógica de opressão que perpassa todas as minorias sociais; por outro lado, o tensionamento sobre os direitos específicos amplia, desloca e torna mais crítica a noção de universalidade dos direitos humanos. Daí a relevância da manutenção constante dos conflitos e demandas dos grupos LGBT para o alargamento das possibilidades dos direitos humanos serem universalizados garantindo um caráter mais pluralista e democrático. Esta pesquisa foi orientada pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Máximo Prado.

Práticas educativas relacionadas a sexualidades na rede de educação básica do município de Florianópolis/SC

Marivete Gesser, Gelson Panisson, Leandro Castro Oltramari, Luiz Henrique Fernandes dos Reis

A partir da década de 90 surgiram importantes políticas governamentais relacionadas à abordagem da sexualidade na escola com um foco na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Esses emergem principalmente a partir do fortalecimento dos movimentos sociais

e propõe a abordagem da sexualidade com base em uma perspectiva política, voltada à garantia do direito à diversidade. No entanto, embora o nosso estado seja formalmente laico, diversos estudos tem mostrado o predomínio de concepções morais e religiosas norteando a implementação das políticas educacionais no campo das questões de gênero e sexualidade (Costa & Ribeiro, 2011; Ávila, Toneli e Andaló, 2011; Nardi & Quartiero, 2012; Gesser; Oltramari; Cord & Nuernberg; 2012). Observa-se também, trabalhos ancorados em uma concepção de cunho preventivista, os quais reduzem a dimensão da sexualidade à reprodução e prevenção de doenças. Essas perspectivas tendem a corroboram a manutenção de processos de pedagogização dos corpos e das sexualidades com base na heteronormatividade (Alós, 2011), contribuindo para a manutenção do sexismo e da homofobia (Costa, 2012; Gesser, et al. 2012). Considerando esse cenário, o objetivo da presente pesquisa foi o de compreender como as/os professoras/es de escolas de ensino fundamental vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC têm incorporado as questões de gênero e sexualidades em suas práticas pedagógicas. Para tanto, buscou-se identificar as concepções de sexualidade adotadas pelas/os professoras/es, os conhecimentos que estas/es possuem acerca dos documentos oficiais e as necessidades de formação profissional nesse âmbito. A pesquisa foi solicitada pela Secretaria da Educação da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Participaram 20 professoras/es de 10 diferentes escolas vinculadas à rede municipal de ensino. Essas/es possuíam formação superior e atuavam nas disciplinas de História, Geografia, Ciências e Língua Portuguesa. A definição por essas quatro áreas se deu decorrente da recente promulgação a lei municipal n. 8.679, de 14 de setembro de 2011 que instituiu a inclusão dos estudos de gênero e emancipação feminina nos planos de ensino das disciplinas acima citadas com objetivo de conscientizar jovens e crianças sobre direitos humanos para torná-los mais críticos e conscientes sobre estas discussões. Os dados foram obtidos por meio de entrevista semiestruturada e analisados por meio da estratégia de análise de conteúdo temático do tipo categorial pautado em Bardin (2000). A sexualidade foi compreendida a partir de Bozon (2004) como uma construção social que é traduzida por determinadas práticas dentro de um determinado tempo e espaço que faz com que as pessoas construam determinados roteiros sexuais a partir destas construções. Os resultados obtidos evidenciaram que as/os professoras/es, de modo geral, desconhecem os documentos oficiais relacionados à sexualidade na escola. Além disso, a temática tem sido trabalhada na escola quase que exclusivamente pelas/os professoras/es de ciências e com base nos conteúdos do livro didático dessa área. Somente algumas/uns entrevistadas/os realizaram cursos de formação continuada sobre o tema,

mas esses afirmaram que, pelo fato de os cursos assistidos se restringirem a aulas expositivas e não possibilitarem a problematização das questões que eles vivenciam no cotidiano da escola, esses não os instrumentalizaram para realizar ações relacionadas a esse tema junto aos alunos e, muitas vezes, nem mesmo para lidar com as expressões das diferentes sexualidades na sala de aula. Quanto à concepção de sexualidade predominante, observou-se divergências entre os professores de ciências e das demais áreas. No que se refere aos professores que ministram a disciplina de ciências, houve o predomínio da concepção preventivista de sexualidade articulada, por vezes, a um viés moral e religioso. Suas falas expressaram uma excessiva preocupação com a prevenção de DSTs/HIV e gravidez na adolescência. Percebeu-se também um julgamento do comportamento sexual das/os jovens, sendo que esse foi maior no que se refere às vestimentas e ao comportamento das mulheres. No que se refere aos professores das demais áreas, observou-se que esses tendem a apresentar uma concepção de sexualidade mais próxima a das ciências sociais, como uma construção histórica e cultural que deve ser compreendida na intersecção com as dimensões de gênero, raça e classe social, embora em alguns momentos apresentaram análises moralizantes sobre os comportamentos dos/as jovens na escola. Percebeu-se também, em algumas falas, uma preocupação com a reprodução do sexismo, do racismo e da homofobia, embora quando foram questionadas/os sobre o entendimento que tinham acerca desses termos, não apresentaram elementos conceituais para ampliar a discussão sobre essas questões. Além disso, afirmaram que tinham muitas dificuldades para introduzir essas questões nas suas disciplinas de forma transversal. Com base nas informações obtidas nesta pesquisa, pôde-se concluir que, para que a escola seja um espaço voltado à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos a todas e todos que dela fazem parte, é necessário que se busque estratégias de formação inicial e continuada de professoras/es que abranjam as sexualidades a partir de uma perspectiva política.

Repertórios sobre política em notícias sobre a Parada da Diversidade de Pernambuco

Fernanda Isabelly Souza Ximenes

Contextualização: As Paradas da Diversidade são manifestações públicas de caráter político-cultural promovidas pelo Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) em diferentes países como estratégia de visibilidade pública com vistas ao reconhecimento cidadão e luta por direitos. Sua estética festiva peculiar tem levantado discussões controversas sobre o evento na medida em que é questionado o seu conteúdo político. Objetivos: o presente trabalho tem por objetivo analisar os repertórios sobre o político

em relação à Parada da Diversidade na mídia impressa em Pernambuco. De modo mais específico, visa entender: 1) como são organizadas as matérias jornalísticas relativas à 10ª Parada da Diversidade de Pernambuco e quais as funções e variações dessa estrutur(ação); 2) identificar nomeações e repertórios possíveis sobre o político nessas produções jornalísticas. Relação com o Eixo Temático e GT escolhido: Nesta pesquisa, a articulação entre produções acadêmicas e movimentos sociais se dá desde a formulação do problema, passando pelo desenho metodológico e certamente terá repercussões na apresentação e divulgação dos resultados e análises realizadas, posto que é atravessado tanto pelas minhas vivências no Movimento Social LGBT, como pelas discussões teóricas acadêmicas relativas aos direitos sexuais e estudos de gênero realizadas pelo Gema-UFPE (Núcleo de Estudos em Gênero e Masculinidades). Além disso, este trabalho focaliza uma das expressões máximas do ativismo LGBT em nosso país. As Paradas da Diversidade em Pernambuco consistem, assim, num evento estético-político de grande repercussão cultural, devido à sua estética peculiar, às vezes controversa, de fazer manifestação política, a qual enaltece as formas criativas de resistência às opressões e de reivindicação de direitos frente ao Estado. Fundamentação Teórica: Como eixo teórico-metodológico para a realização da pesquisa, partimos de: 1) Princípios construcionistas em psicologia social que abordam a natureza constitutiva da linguagem, questionam as verdades instituídas e nos levam ao estudo de Repertórios Discursivos como ferramenta de análise; 2) Noções de saber-poder em Foucault, em que o conhecimento é tomado como estratégia de poder que produz efeitos de verdade; 3) A epistemologia Feminista que denuncia as relações de poder instrinsecas ao saber científico e propõe a noção de "conhecimento situado". Metodologia: Foram analisadas as matérias publicadas no dia da realização da 10ª Parada da Diversidade de Pernambuco e nos quatro dias que circundam, publicadas pelos quatro jornais de maior circulação na capital pernambucana: o Diário de Pernambuco, Jornal do Comercio, a Folha de Pernambuco e o Aqui PE. Resultados e Análises: Em linhas gerais, procuramos entender como "o político" é localizado na estruturação do material jornalístico, o que inclui as sessões e espaços destinados às matérias, presença/ausência de imagens e repertórios discursivos em circulação. Percebemos que estes repertórios centrais podem ser agrupados em quatro grupos: 1) Reivindicação de direitos formais; 2) o caráter festivo do evento; 3) Movimentos coletivos organizados; e 4) Solidariedade Coletiva. O jogo de posicionamentos das matérias e imagens em cada jornal parece (des)legitimar a ação realizada no evento como algo que cabe na sessão de política, ao passo que amplia nossas possibilidade do fazer político em prol do reconhecimento de uma cidadania LGBT . Considerações Finais: Trabalhar com material

jornalístico foi sem dúvida um grande desafio à realização desse estudo, na medida em que buscamos desestabilizar verdades, as quais são comumente arraigadas na noção de "fato puro" produzidos pela mídia. Ao atentar para a polissemia daquilo que pode ser dito como político na Parada da Diversidade iluminamos possibilidades múltiplas de ação política, certos de que que necessitamos promover (além de exigir) uma cultura dos Direitos Humanos de forma criativa e emancipatória.

Segundas Trans-tornadas: uma proposta de intervenção em Direitos Humanos

Alexandre de Souza Amorim, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Gabriela Andrea Díaz, Renata Christiane Araújo de Lima, Kelly Vieira Meira (Diego Viera Meira), Fabrízia de Souza Felipe (José Fabrício Felipe), Lirous Fonseca Ávila (Vinicius Fonseca Ávila), Rafael Kim Bocca Czarnobai

O objetivo desta comunicação oral é apresentar a experiência de construção coletiva de um espaço de discussão intitulado "Segundas Transtornadas" que, como roda de conversa, teve seu inicio em 2011. 'Segundas Transtornadas' é um projeto desenvolvido pelo Núcleo Margens (Modos de vida, família e relações de gênero), do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina em parceria com a Organização não-governamental ADEH (Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade). Esta ONG, atua fundamentalmente na promoção da saúde e na discussão dos Direitos Humanos com orientação principal para as políticas TLGB (Travestis, Transexuais, Lésbicas, Gays e Bissexuais). Os encontros acontecem todas as segundas-feiras às 19 horas, com duração de duas horas, na sede da ONG em Florianópolis/SC. O grupo é aberto e as temáticas abordadas são escolhidas pelos participantes de uma semana para outra, contemplando questões que envolvem: gênero, sexualidades, direitos humanos, ação política, dentre outros assuntos. A roda de conversa 'Segundas Transtornadas' nasceu da necessidade de criar um espaço de discussão permanente, no qual fosse permitido tensionar as normas que nos cercam e oprimem, por adotarem características hegemônicas que sustentam uma hierarquia social excludente. O método de Roda de Conversa consiste em uma ressonância coletiva que incide na criação de espaços de diálogo, em que os participantes podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmos. O intuito é auxiliar na promoção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da troca de informações e da reflexão para a ação. Enfrentamos perante a normatividade vigente nas sociedades ocidentais, uma ditadura que sinaliza quais corpos e estilos de vida são legitimamente "reconhecidos", "aprovados" e "apoiados" pela sociedade que

os instituí como "normais" e "de valor". Esse processo condena à margem algumas corporalidades, práticas sexuais, formas de construir relacionamentos e modos de vida, tornando-as altamente vulneráveis a uma série de discriminações e violências. Trata-se, efetivamente, da produção de algumas vidas inteligíveis e de outras vidas não inteligíveis, de corpos que importam e de corpos que não importam, vidas e corpos que não são entendidos (no sentido ontológico) como vidas e corpos humanos, ainda que sejam de pessoas. Em uma sociedade na qual a "cultura dos direitos" é uma realidade distante que convive com altos índices de violência letal – em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero – sem que isso produza clamores públicos por medidas para a sua solução. Nos encontros semanais das "Segundas Transtornadas" criou-se um importante espaço que permite problematizar esse sistema de opressão que se instala e reitera cotidianamente. Ao logo de dois anos de participação no grupo constatamos alguns efeitos em seus participantes, como também essa iniciativa possibilitou a criação de um ambiente aberto ao publico para se pensar e questionar temáticas que interpelam a vida de todxs. Dentre os efeitos podemos sinalizar o aprimoramento da escuta dxs participantes – cada qual a seu tempo – no sentido de escutar e respeitar as falas daquelxs que compõem a roda. Nota-se que o acolhimento desenvolvido pelos componentes tem permitido que estes se posicionem frente às temáticas abordadas. Outro efeito significativo foi perceber que a roda de conversa foi aos poucos incorporando-se às atividades da associação. O numero de participantes difere de uma semana para outra, mas desde sua criação acompanha-se um crescimento relativo ao inicio do projeto.

'E na hora do banho?': uma análise sobre a presença dos homens na educação infantil

Francisco Ullissis Paixão e Vasconcelos, Fernando Altair Pocahy

Este trabalho analisa discursos e representações acerca da presença de homens no trabalho da Educação Infantil. Problematizamos os desdobramentos políticos e culturais da inserção de homens em sala de aula, bem como as tensões, os limites e os desafios desta inserção na formação de professores (e em face das políticas públicas). O trabalho de pesquisa encontra-se orientado teórico-metodologicamente desde as contribuições dos estudos culturais e de gênero, particularmente a partir de abordagens pós-estruturalistas e em diálogo com os estudos foucaultianos na educação e psicologia social. Ocupamo-nos de um trabalho em perspectiva genealógica sobre as formações discursivas que amalgamam o trabalho docente e a prática educativa aos dispositivos de gênero e da sexualidade, a partir de conjuntos de códigos morais acionados em documentos e regulamentações na formulação de políticas públicas e na formação

docente na Educação Infantil, sobretudo ao sugerirem uma suposta essência presente nas mulheres, que lhes dá certas competências (reguladas e fixadas) para ocuparem este espaço, acionando performatividades de gênero e prescrições para as experimentações da sexualidade. Nossas apostas investigativas partem do seguintes pressupostos: se considerarmos que a educação na perspectiva funcionalista (berço da educação formal, encontrando eco de seu discurso nos dias de hoje) deveria atingir a todos (famoso princípio da educação para todos) e que a educação de crianças seria, ao mesmo tempo, caminho seguro para a "unidade nacional" e possibilidade de "cuidado" das crianças para que suas mães pudessem ocupar o chão de fábrica, poderemos facilmente entender o porquê de esse espaço, a educação das infâncias, ter sido atribuído às mulheres, já que a partir da convocação capitalista as mulheres trabalhadoras necessitariam de alguém que lhes substituíssem a altura. Se era da mãe a responsabilidade primordial da educação da "pequena infância" então agora teríamos um segunda mãe na escola: a professora. Nasce ai a ideias de que as escolas de crianças deveriam ser "maternidades espirituais". A proposta de abordar a feminização da educação, sobretudo na educação das infâncias, surge como um desafio diante do cenário atual criado por políticas públicas de acesso à carreira docente, bem como da legislação que regulamenta a Educação Básica que aponta como condição para a docência na Educação Infantil a formação em Pedagogia e não a pertença a um suposto gênero. A presença do homem na Educação Infantil, local tradicionalmente construído para mulheres, se apresenta como um fenômeno da contemporaneidade que pode e deve ser analisado a partir de vieses talvez pouco ortodóxicos, e que salta aos olhos à medida que se apresenta como fissura e/ou resistência. As mulheres ocupam os espaços da educação infantil legitimadas por discursos que apresentam estas como sendo seres sensíveis, capazes de cuidar e confiáveis, defensoras da ingenuidade e pureza das crianças. Os homens, por sua vez, seriam dotados de uma essência tal que teriam de ser mantidos distante da educação formal de crianças. Fundamentados em articulações teórico-empíricas com autores como Foucault (2010), Louro (2008), Silva (2007), Veiga-Neto (2003) e Kuhlmann Jr. (1998) e nossos achados de pesquisa as discussões preliminares sobre documentos oficiais da educação apontam a presença de ideais regulatórios heteronormativos na definição das competências para o trabalho na educação infantil. A análise de documentos oficiais, como os Referencias Curriculares Nacionais (RCN's), revelam a indissociabilidade entre educar e cuidar como trabalho fundamental na Educação Infantil. As repercussões e os efeitos desta política podem ser explicitadas em discursos heteronormativos, tais quais aqueles que promovem representações de que as mulheres são sensíveis e confiáveis - o que melhor garante a segurança do corpo e da

alma dos “pequenos anjinhos” -, portanto as "essencialmente" destinadas ao cuidado de crianças; ao passo que as representações de que os homens não são confiáveis ou cuidadores repercutem no seu distanciamento da Educação Infantil, especialmente no trato direto com as crianças. Tais discursos territorializam a figura da mulher-professora, destinada naturalmente a este lugar, sugerindo nada sutilmente que os homens são uma sorte de “alienígena em sala de aula”, um perigo a ser afastados e banidos da Educação Infantil. Por serem considerados “impróprios” para o cuidado, uma espécie de violadores da ingenuidade infantil evidencia-se um discurso permeado por códigos morais sobre a sexualidade e normas de gênero.

“Deus rechaça o pecado, mas acolhe o pecador”. Religiosidade e HIV/AIDS – um estudo de caso sobre a resposta evangélica à epidemia em Recife

Cinthia de Oliveira Silva

Este trabalho é resultado da pesquisa que fundamentou a minha dissertação de mestrado que buscou compreender como as metáforas acerca da AIDS se atualizam no cenário do segmento evangélico em Recife. A dissertação se constituiu como parte das atividades realizadas em um projeto de pesquisa multicêntrico intitulado “Resposta Religiosa ao HIV/AIDS no Brasil” coordenado pela Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. A partir do conjunto de atividades de coleta e análise de dados e produção de artigos, desenvolvidos no campo Recife, buscamos entender como o surgimento da AIDS tem sido discutido pelo segmento evangélico, bem como qual tem sido suas ações na resposta a epidemia. Nessa linha, apresentamos seu trabalho de acolhimento aos soropositivos. Entretanto, vale salientar que é, em especial, na perspectiva de matrizes religiosas cristãs que a AIDS é significada como castigo divino contra os pecados sexuais, pedindo por arrependimento pessoal e, muitas vezes, abandono dos cuidados médicos em prol de cura espiritual. A emergência da temática da Prostituição entre os adeptos quando entrevistados, foi uma categoria utilizada pelos sujeitos para nomear todos os tipos de “pecado sexuais”. Por essa razão o temário foi também discutido, bem como acompanhamos a parceria entre Organização Governamental, Organização Não governamental e denominações evangélicas para a formação do serviço de Capelania em um hospital público de referencia para o tratamento de doenças infectocontagiosas. À semelhança de outros clérigos cristãos, o capelão atua através do aconselhamento pastoral, recolocando ovelhas no caminho para Deus e aderentes ao tratamento medicamentoso. Para isso, oferece novos sentidos espirituais para o HIV. Atuação que, para ser eficaz, pode envolver não só o paciente, mas o pastor, ou outras figura de referência, da igreja onde está engajado. Por fim a prática do

pastorado, reloca os pecadores para que não pequem mais e seguindo o chamado de Deus, o discurso legitimado entre os entrevistados é de que Deus rechaça o pecado, mas acolhe o pecador.

GT 30. PSICOLOGIA, TRAVESTILIDADES E TRANSEXUALIDADES

A bio-legitimidade e os usos políticos dos corpos nos tribunais brasileiros: a retificação de registro civil de indíviduos transexuais na jurisprudência brasileira

Letícia Mariano Zenevich, Paula Sandrine Machado

O corpo é a última fronteira material entre o público e o privado. Com efeito, sua história é também a história não-linear da maior ou menor incidência do Estado sobre si. Constitui-se, portanto, como uma arena de batalha entre autonomia privada e regularização estatal. É sobre ele, sobre a sua disponibilidade, que hoje residem algumas das mais prementes questões do cenário de reconstrução democrática brasileira, as quais têm batido com força e insistência às portas do Judiciário, pleiteando, de maneira geral, maior autonomia. No caso dos cidadãos e das cidadãs transexuais, essa autonomia coaduna-se com a auto-identificação no tocante à identidade de gênero, expressa no pleito judicial de retificação de registro civil de prenome civil e/ou sexo. Nesse sentido, desde os anos 80, demandas judiciais de retificação de registro civil têm sido ajuizadas por sujeitos transexuais no Brasil. Com isso, há uma base de mais de uma centena de acórdãos sobre a questão nos Tribunais de Justiça, no STJ e no STF. O presente trabalho objetiva analisar o acervo jurisprudencial brasileiro no tocante à retificação registral de transexuais, com vistas a identificar, na forma como aparece nesses documentos, o(s) discurso(s) empregados tanto pelos demandantes quanto pelo Judiciário para justificar ou impedir a troca de sexo e/ou prenome civil ao longo do tempo. Pautado pela metodologia empírica (EPSTEIN: 2002), tem então como corpus empírico a jurisprudência brasileira relativa às demandas judiciais de retificação de registro civil propostos por homens e mulheres transexuais. A partir desse levantamento jurisprudencial, proceder-se-á a um traçado histórico das decisões judiciais averiguadas para, a partir dos conceitos de usos políticos do corpo e de bio-legitimidade, utilizados por Didier Fassin, analisar os argumentos e as narrativas empregadas nos acórdãos, com vistas a perscrutar os elementos apresentados tanto nos casos de procedência do pleito jurídico formulado, bem como naqueles em que a ação é julgada improcedente. Para isso, são utilizados como marco teórico as obras de Ceres Victora, Didier Fassin, Gerard Coll-Planas, Mauro Cabral, Miquel Missé e Miriam Ventura. No levantamento

realizado até o momento, identifica-se, nos acórdãos, a partir de um deslocamento histórico, a passagem, existente no começo e no desenrolar dos anos 80, de um impedimento jurídico formal para a consecução da troca de nome e/ou sexo. Nesse período, tais decisões negavam a troca de nome e/ou sexo à luz de uma interpretação exegética da Lei dos Registros Cíveis. Durante os anos 90, a concepção utilizada começa a ser modificada, pautando-se tais demandas mais e mais a partir de uma acepção constitucional que solapa a mera aplicação da letra da lei para que essa seja modulada aos princípios jurídicos regentes. Nesse sentido, a jurisprudência formada adentra os anos 2000 já com a dignidade da pessoa humana como princípio motriz utilizado para a procedência dessas ações. Ao se utilizar desse princípio como o grande permissivo para a alteração registral, no entanto, constrói-se uma lógica em que se torna imperativo demonstrar o sofrimento, mormente se contido em determinada doença, e/ou se verificado por um laudo técnico, que está abalando a dignidade da pessoa humana, para então justificar a reparação a essa situação por meio da modificação registral. Assim, aciona-se o discurso do sofrimento, da doença, para assegurar a procedência da ação sob o prisma da violação à dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, desprivilegia-se demais princípios constitucionais, tal qual o direito à intimidade, que aparecem em poucos acórdãos. A questão da nomenclatura civil e/ou sexo registral passa então a extrapolar a lide jurídica para firmar-se a partir do atravessamento da questão da bio-legitimidade e dos usos políticos dos corpos (Fassin: 2003), em que é a dor, subjetiva e/ou sentida no corpo que permite ao corpo o acesso a direitos sociais. Assim, invertem-se os fatores – em vez de a cidadania garantir acesso aos direitos sociais, o sofrimento passa a ser o marcador que os assegura, e que se torna, então, uma espécie de passaporte para a cidadania. (Ventura: 2010).

A Estratégia de Saúde da Família e a experiência das travestis

Anne Rafaele Telmira Santos

O objetivo deste trabalho é apresentar primeiras reflexões acerca da atenção básica do Sistema Único de Saúde (SUS), pautando-se a partir da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e o acesso das transexuais e travestis a este serviço. Esta reflexão, parte de dados obtidos: da literatura existente no Brasil, onde a atenção primária é relegada quando se trata das pessoas trans; através da monografia etnográfica do Instituto de Ciências Sociais/Universidade Federal de Alagoas (UFAL), realizada na cidade de Maceió/AL e da pesquisa intitulada “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população” da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O

conceito de gênero é tomado, neste trabalho, como constructo social, no qual os comportamentos são reiterados, tomando a identidade como performatividade (BUTLER, 2003) e a identidade trans é trazida aqui, enquanto experiência. Ao longo da construção da identidade travesti, elas são colocadas em várias situações de violências físicas e subjetivas (TONELLI, 2010), como a inserção delas nas políticas públicas de saúde, especificando bastante a noção de acesso ao SUS. Coloca-se assim, a questão da ideia de cidadania, a qual estas pessoas são excluídas ou repelidas a uma hipocidadania, esbarrando atualmente na noção da saúde atrelada a esse público como patologias, relegadas ao âmbito das anormalidades, como forma de controle sobre os seus corpos. Hoje, os serviços existentes são concomitantemente excludentes e includentes às travestis. Pois, pautam-se a partir da normativa de gênero e não como um trânsito de gênero, colocando a norma, como quem rege a inteligibilidade social. Então, ao incluir como uma transição de um gênero para o outro, a ideia de antiessencialismo é deixado de lado, culminando em uma inclusão perversa. A inclusão das experiências trans numa agenda de saúde pública brasileira foi iniciada a partir da consolidação dos movimentos sociais e a emergência de frentes governamentais para enfrentar a epidemia da AIDS nos anos 80, logo é iniciado um processo de diferenciação em relação ao público LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Hoje, pautando-se em campanhas direcionadas, o Estado toma à frente com políticas públicas de saúde voltadas às travestis, partindo de dois princípios: A prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (HIV-AIDS, como o norte principal) e em relação às transformações corporais, ou seja, a identidade de gênero colocada como determinante nos processos saúde-doença. Tais procedimentos não são menos importantes do que em relação à atenção básica de saúde, tida como entrada aos serviços do SUS, através da ESF, dando ensejo a desospitalização e humanização nos serviços da equipe médica de saúde, à priori para atender minorias, desassistidas, sem o acesso aos serviços públicos de saúde. Ao ser considerada "porta de entrada" (BORGES & CARDOSO, 2005), a ESF é composta por uma equipe multidisciplinar, que visa fazer um trabalho de acompanhamento e vigilância em relação à saúde da comunidade. A equipe trabalha construindo laços, a fim de que os usuários não abandonem o acompanhamento. Mas, o que tendem a fazer é um distanciamento (ou ocultação) de outras demandas que as pessoas trans necessitam, como em relação à atenção primária, não correspondendo à outras questões que as travestis emergem, como o pertencimento territorial e cotidiano relacionado ao trabalho da maioria delas (BENEDETTI, 2005; KULICK, 2008; ROMANO; 2008; PELÚCIO, 2009). Portanto, é necessário uma consolidação do debate em torno dos serviços da atenção básica da agenda do SUS em relação às experiências e o corpo

trans, para que essas pessoas tenham acesso digno à saúde e respeitando os princípios norteadores do SUS. Assim como a discussão dos conceitos de identidade e cidadania, esta última dependendo do contexto e sociedade da qual nós desejamos (CHANTAL, 1996), integrando as travestis do âmbito das discussões.

As travestis sob a ótica das representações sociais no Jornal da Paraíba: entrelaçando direitos, violência e gênero

Stallone Pereira Abrantes, Anderson Scardua

As travestis são indivíduos que moldam seus corpos com características constantemente associadas ao feminino, situando-se entre masculino e feminino e rompendo com o binarismo existente em nossa sociedade no que tange as identidades sexuais. Os jornais têm sido um dos instrumentos de apresentação das travestis e dos cenários que elas têm ocupado no cotidiano, seja de forma positiva e/ou negativa, auxiliando na produção e circulação de representações sociais sobre este grupo. Neste processo, o sistema de comunicação denominado de difusão é utilizado pelos jornais de grande circulação para abordar vários assuntos. Este sistema é responsável pela vulgarização do conhecimento, a importância nesse sistema é falar sobre, transmitindo-se os mais variados conteúdos e o objetivo é garantir a circulação das informações entre as pessoas, mesmo que seja de forma contraditória. Assim, Objetivou-se pesquisar as representações sociais da versão on line do Jornal da Paraíba ao abordar a temática das travestis. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde foram analisadas um total de 45 reportagens (7 delas só foram possíveis a análise dos títulos), selecionadas através de busca pelo descritor travesti(s) e publicadas entre julho de 2008 e agosto de 2012. Utilizou-se da Análise de Conteúdo temática para a apreciação das reportagens. As reportagens se encontravam em dois principais cenários: A violência e o Crime (27) e a Conquista e Reivindicação de Direitos (7), além de outros temas (4). As seções que mais se destacaram foram: Policial (23), Brasil (7), Cidades (4), Justiça (2), Vida e Arte (2), Não informada (7). A partir da análise das reportagens foi possível a criação de algumas categorias, a saber: Apresentação das travestis no cenário da violência; Apresentação das travestis pelo jornal utilizando-se do Masculino; Relação das travestis com a conquista de direitos (principalmente o Nome Social); e Sentimentos e Percepções acerca do cenário da violência e do direito. O cenário da violência se apresenta como o de maior constância no jornal, os crimes são realizados nos próprios bairros das vítimas, ou ainda nos pontos de prostituição. Os instrumentos mais utilizados para realização de crimes são armas de fogo e facas, prevalecendo este último. Algumas figuras são bastante visíveis neste cenário:

Delegados(as), familiares (pai, mãe, tio, irmãos, companheiros) e Suspeitos. Neste cenário, é comum o jornal representar as travestis a partir de duas representações: elas são colocadas como vítimas dos crimes (onde muitas vezes são culpabilizadas pelos mesmos, principalmente sendo associadas às drogas), ou como criminosas (são responsáveis por alguns crimes, principalmente os roubos e assaltos). No que tange às questões de gênero, o jornal apresenta o termo travesti ancorado no masculino, muitas vezes usando-se de substantivos como homem, garoto ou travestidos. Há ainda o frequente uso do artigo definido o e os, ou ainda, o indefinido um e uns. A dificuldade em perceber as travestis enquanto sujeitos com uma feminilidade é justificada pelos discursos heteronormativos de base biológica que se colocam contrários às construções que vão além do macho e fêmea; a travesti surge então abrindo espaços para novas identidades de gênero gerando resistência no âmbito social. Por outro lado, o meio de comunicação já citado nos coloca frente a uma diferente questão: o nome social tem sido uma temática de bastante enfoque do jornal, as notícias trazem a importância da utilização do nome social pelas travestis enquanto possibilidade de autoafirmação indentitária. O nome social é colocado como um fator ímpar nos modos de subjetivações destes sujeitos, visto que a ausência do mesmo indica uma interferência em seu processo de socialização devido ao estigma e preconceito enfrentado cotidianamente. Existe nas reportagens menções de sentimentos das vítimas, dos agressores, dos profissionais (principalmente da segurança pública) acerca dos crimes cometidos. Quando a percepção e a expressão de algum tipo de sentimento se referem ao Nome Social as reportagens revelam sensações de felicidade e alegria, todavia no tocante ao Nome de Batismo nota-se um desconforto ou um sofrimento. Desta forma, a versão on line do Jornal da Paraíba nos permite refletir sobre diversas representações em torno das travestis, pois aborda a travestilidade no cenário da violência e do direito, além das questões de gênero. Esta última pode nos indicar um processo de mudança de representações através de uma contradição, pois se reconhece o nome social e a feminilidade das travestis, indicando uma ancoragem em noções relativas ao reconhecimento de diretos de minorias, ao mesmo tempo em que há preferência pelo uso na escrita do gênero masculino, apontando ao mesmo tempo para uma ancoragem num sistema mais tradicional de gênero. Assim, as representações sociais produzidas e comunicadas pelo jornal se dão pelo sistema da difusão, que não apresenta uma forma única e homogeneizada de concepção sobre o grupo apresentado.

Contributos da Psicologia (Social) Crítica e dos Direitos Humanos para a leitura das transexualidades

Liliana Graciete Fonseca Rodrigues

A história das abordagens teóricas e científicas das transexualidades não é recente, foi caracterizada por tentativas de classificar as pessoas transexuais. A transexualidade está incluída no Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais (DSM-5) da Associação Americana de Psiquiatria (APA) como "disforia de género" (APA, 2013) e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10) da Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma perturbação da identidade sexual, mais especificamente como transexualismo (WHO, 2010). Em Portugal, a avaliação psicológica para a confirmação do diagnóstico de transexualidade passou a ser, com a lei nº 7/2011 de 15 de março que cria o procedimento para a alteração do nome e do sexo no registo civil, um requisito obrigatório para a alteração de nome e de sexo no registo civil, para o tratamento hormonal e para a realização da cirurgia de mudança de sexo (Carvalho, 2010). Se por um lado se verifica na lei a possibilidade de se ter reconhecida a identidade enquanto direito, por outro exige-se que se tenha uma patologia "cientificamente atestada" para se ser reconhecido/a (Hammarberg, 2010). Esta comunicação terá como objetivo discutir a "evolução" histórica do conceito de transexualidade, reportando-nos às abordagens positivistas e do modelo médico dominante, por forma a perceber o poder que o modelo médico e de doença mental têm tido para a leitura das transexualidades. Pretende-se discutir também as transexualidades segundo os contributos da Psicologia (Social) Crítica. A partir desta perspetiva apresenta-se as críticas à ciência objetiva e positivista e discute-se as perspetivas de patologização e despatologização das transexualidades. Também se analisará as transexualidades segundo as recomendações internacionais dos direitos humanos. Este posicionamento é um dos possíveis modos de enquadramento das transexualidades, quer porque outros trabalhos recorrem a esta perspetiva com frutos relevantes neste domínio (e.g., Ramos, 2011), quer porque alguns sectores de luta e do reconhecimento internacional usam estrategicamente o discurso dos direitos humanos para ter uma plataforma de ação, de reivindicação e de mudança. No entanto, é necessário também ter uma postura crítica face a esta perspetiva, reconhecendo que nem todas as pessoas se revêem nesta abordagem e que a perspetiva dos direitos humanos tende a colidir com as discussões patentes na teoria política e nas abordagens da cidadania, no sentido de que se corre o risco de "homogeneizar" os direitos, em violação das subjetividades e das histórias coletivas das posições socialmente

discriminadas. Para concluir, apresentar-se-á algumas reflexões para as intervenções médicas, psicológicas, legais e sociais com as transexualidades, atendendo igualmente aos contributos da psicologia (social) crítica e de direitos humanos. É fundamental reconhecer às pessoas transexuais o direito à autodeterminação da sua identidade de género, dando a estas informação e acompanhamento sobre as consequências das suas escolhas. Também é importante formar os/as profissionais sobre as variedades de trajetos de vida transexuais, consciencializando para o respeito e para a igualdade das identidades transexuais, bem como para práticas consistentes com esta consciencialização. Historicamente tem sido importante identificar e reconhecer diferentes identidades com o intuito de construir grupos e movimentos, oferecer outros referenciais, opor-se às ideias preconceituosas sobre o grupo estigmatizado, questionar os sistemas ideológicos em que as sexualidades se inscrevem e aceder ao reconhecimento simbólico de que se é aceite na diferença. No entanto, é necessário contrariar a suposta homogeneidade que dão às categorias existentes e afirmar a diferença dentro delas, principalmente na leitura das identidades e sexualidades. Atualmente, existe uma oportunidade histórica de se intervir criticamente nos discursos médicos que regulam as vidas dos/as transexuais. Continua a ser um paradoxo que aquelas pessoas que procuram ajuda e que desejam iniciar processos de mudança de sexo devam submeter-se a um diagnóstico, sendo que o diagnóstico patologiza a pessoa e tem como objetivo implícito ou explicito a normalização. Não é possível separar a prática e os termos do diagnóstico do contexto ético. Pode-se mudar a linguagem para alterar os termos do diagnóstico, mas é necessário que a modificação dessa linguagem seja feita com uma exigência ética, com o intuito de mudar a avaliação e a assistência de forma a que as entidades médicas não ditem "a verdade" dos desejos de alguém (Butler, 2010). Ambiciona-se que esta comunicação contribua para um conhecimento mais amplo e crítico sobre as transexualidades, promovendo a discussão sobre os trajetos de vida transexuais e seus significados. Também se espera que permita alargar a discussão sobre as implicações que os rótulos de doença mental e de estigma têm para os/as transexuais, dificultando o acesso efetivo aos cuidados de saúde, o reconhecimento legal das suas identidades e a não discriminação das suas vivências.

Desafios e perspectivas para as transexuais mulheres no mercado de trabalho

Heloísa Aparecida de Souza, Márcia Hespanhol Bernardo

O presente trabalho refere-se aos resultados de uma pesquisa que teve como objetivo debater a inserção das transexuais femininas no mercado de trabalho, procurando identificar os principais

desafios enfrentados por elas e os impactos subjetivos da atividade laboral (ou ausência dela) sobre sua vida cotidiana. Por meio do enfoque da Psicologia Social, busca-se compreender as transexualidades a partir de uma visão crítica, procurando afastar as concepções patologizantes e preconceituosas. Já o tema "trabalho" é concebido como um elemento fundamental na constituição do sujeito, porém, repleto de contradições. Partimos do pressuposto de que as pessoas transexuais têm a percepção de não corresponderem psicologicamente ao seu sexo anatômico e identificam-se com os elementos tidos como do sexo oposto, todavia é a não aceitação dessa realidade pelas rígidas normas culturais vigentes em nossa sociedade que pode ser considerada a principal fonte de sofrimentos para essas pessoas. Dessa forma, as transexuais enfrentam grandes desafios nos mais diversos contextos. Geralmente, a não aceitação da identidade de gênero inicia-se no ambiente familiar, continuam nas escolas, que se mostram despreparadas para lidar com o assunto, e no mercado de trabalho, que é bastante restritivo para elas. A pesquisa, de inspiração etnográfica, utilizou como método a concepção de campo-tema, que visa a acessar o assunto estudado nos mais diversos contextos. Assim, os inúmeros contatos com as transexuais, que ocorreram pessoalmente e virtualmente, a leitura de reportagens, blogs e a análise de documentários e noticiários possibilitaram a compreensão de que a inserção profissional representa um grande desafio para elas e que essa realidade tem um reflexo direto em sua identidade e colocação social. Porém, elas não assumem uma postura de vítimas passivas dos preconceitos, ao contrário, o estudo apontou que as transexuais realizam constantes negociações com as normas sociais para conseguirem ingressar nas diversas áreas do mercado de trabalho. Foi possível verificar que elas têm atingido colocação em diversas profissões: professoras, profissionais de moda e beleza, atendentes, enfermeiras, secretárias, entre outras. Entretanto com o intuito de realizar uma análise mais detalhada das vivências relacionadas ao trabalho, optamos por um maior detalhamento do cotidiano das transexuais que atuam como tele-atendentes, cabeleireiras e prostitutas. No setor de tele-atendimento, mesmo com pouca escolaridade e sem experiência profissional, elas têm a oportunidade de obter uma vaga no mercado formal. Isso acontece, provavelmente, por haver uma grande quantidade de vagas nesse setor que oferecem baixos salário e poucos benefícios e pelo atendimento ao cliente acontecer à distância, porém, apesar de toda a precariedade que cercam o setor, algumas consideram esse lugar como um dos poucos que as aceitariam e por isso sentem-se satisfeitas e algumas vezes chegam a nutrir gratidão pela empresa. Como cabeleireiras elas possuem uma maior valorização, reconhecimento social de sua mão de obra e maior identificação com o trabalho realizado, porém, a maioria não possui vínculo formal de trabalho. Enquanto que a

atuação como profissionais do sexo é encarada como algo transitório e necessário para a sua sobrevivência, vivendo um cotidiano marcado pelo paradoxo entre a vulnerabilidade e a possibilidade de vivenciar com maior intensidade sua feminilidade e sexualidade. O estudo possibilitou ainda a compreensão de que a discriminação existente na escola apresenta-se como um grande limitador, visto que a evasão escolar dessa população é alta e a baixa escolaridade é um empecilho para a ascensão profissional. Além disso, os processos seletivos para as vagas de emprego, não raramente, são bastante discriminatórios e a lentidão e descaso do poder público para alteração do nome nos documento é um grande complicador para o ingresso no mercado formal. Desta forma, a inserção profissional representa um grande desafio para as mulheres transexuais, que muitas vezes se sentem demasiadamente expostas e, frequentemente, acabam sendo obrigadas a se submeter a postos de trabalho precários. Entretanto, mesmo diante de tantas dificuldades, em sua maioria, elas permanecem firmes, reivindicando seus direitos e não se deixando paralisar perante os desafios encontrados em sua trajetória de vida.

Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte

Nicole Gonçalves da Costa, Anne Rafaele Telmira Santos, Júlia Carneiro, Karina Dias Géa

Este trabalho tem como objetivo compreender a realidade de Travestis e Transexuais que exercem trabalhos sexuais em áreas de prostituição de Belo Horizonte e Contagem, com foco sobre sexualidade, violência, identidade de gênero e corpo. É resultado da pesquisa realizada no Projeto de Pesquisa Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG. A sua contribuição ao GT Psicologia, travestilidades e transexualidades se deve por propor uma compreensão das variadas formas de exclusão e preconceito que tem legitimado práticas de violência contra a identidade de gênero e a sexualidade das travestis e transexuais femininas. O presente estudo parte do pressuposto que o gênero é construído e desconstruído socialmente, por atos repetitivos e reiterados. Ou seja, o ato de ser mulher ou homem é performático, não existe a essência do gênero, isso se dá a partir de uma construção (BUTLER, 2003) portanto, não há o verdadeiro homem ou mulher. O que o fenômeno da travestilidade nos permite perceber é o quanto que a identidade travesti e transexual é reiterada (KULICK, 2008; SILVA, 1993; PELÚCIO, 2009; BENEDETTI, 2005). Ao partir destes pressupostos, pode-se perceber o quanto a gramática normativa binária de gênero, que nos divide em corpos femininos e corpos masculinos, deixam as travestis e transexuais sem legitimidade social (BENTO, 2006), pois a norma produz o campo inteligível

dos sujeitos, os colocando num padrão binarista e heterosexista (BUTLER, 2006). Ao analisar essas questões com a realidade em campo constatamos que não apenas a violência física impera nas vidas dessas pessoas que subvertem a norma heterossexual, como também a violência subjetiva (TONELLI & BECKER, 2010). A pesquisa em questão realiza o levantamento de dados por meio de um questionário estruturado que visa acessar informações gerais sobre a população de travestis e transexuais: escolaridade, família, religião, trabalho sexual, trabalho formal, transformação do corpo, saúde, violência, políticas públicas e lazer. Posteriormente serão feitas entrevistas em profundidade a partir dos dados obtidos com o questionário. Para o trabalho de campo adotamos a inserção etnográfica, a observação participante e a pesquisa-intervenção: uma vez por semana visitamos três áreas de prostituição de travestis e transexuais em Belo Horizonte (Av. Santos Dumont, Av. Dom Pedro II e na região da Pampulha: Bairro Santa Branca) e em Contagem na Praça dos Trabalhadores. A partir das reflexões possibilitadas pela pesquisa e da concepção de que o corpo travesti rompe com a gramática normativa do gênero, percebemos o quanto a transformação corporal pode ser dolorosa e cara, em vários aspectos. A relação com a construção do corpo do masculino para o feminino está intrinsecamente relacionada ao trabalho com a prostituição na capital belorizontina. As travestis e transexuais mais jovens, geralmente, começam a trabalhar muito cedo nas ruas a fim de juntar dinheiro para pôr silicone e próteses. O corpo "feminino" é o objeto de desejo para se chegar na identidade trans, e a partir desta busca, elas acabam subvertendo a norma binária do gênero e sua lógica de relação intrínseca entre sexo, gênero e orientação sexual. Com isso, as travestis tornam questionável o essencialismo do gênero pautado no sexo biológico e tornam explícito o conceito de gênero como performatividade, proposto por Butler. Ao subverter as normas de gênero se tornam corpos inteligivéis, abjetos, pois a normatividade é quem cria inteligibilidade cultural aos corpos (PRADO, MACHADO, 2008). Por serem corpos inteligíveis, sem reconhecimento humano, as violências praticadas contra elas são legitimadas socialmente. Desta forma, devido a falta de reconhecimento, vê-se que as transexuais e travestis estão expostas em seu cotidiano a vários tipos de violências: física, psicológica, sexual e institucional. No âmbito familiar e escolar, a violência leva a evasão escolar e expulsão de casa. No mercado de trabalho formal não conseguem emprego devido à discriminação. Pela população em geral são constrangidas a não circular pelos espaços públicos por meio de olhares e comentários preconceituosos. Na pista não é diferente, elas enfrentam os riscos de violência física e sexual por parte de clientes, cafetinas e outras travestis. Em suas relações de conjugalidade são agredidas por seus maridos que, como observou Kulick (2008), tem sua importância residida

no fato de que eles materializam sua condição de mulher, condição que acreditamos reproduzir uma relação assimétrica entre ela e o companheiro. Estas violências se relacionam a um contexto social e político de vulnerabilidade e exclusão em que as travestis e transexuais se encontram. Contexto este, que perpassa também a falta de acesso aos direitos básicos e aos serviços específicos de que necessitam; situação em que o poder público, ausente, se torna conivente.

Homem com T maiúsculo. Reflexões sobre a experiência de transhomens

Rafaela Vasconcelos Freitas

Ao se desvencilharem de abordagens normatizadoras e patologizantes, as transexualidades e travestilidades nos levam a redimensionar os conceitos de gênero e sexualidade forçando-nos a pensá-las não apenas no campo da experiência individual, mas também como experiência social e política. Alguns debates feministas contemporâneos e a Teoria Queer nos re-apresentam noções de gênero atreladas à ideia de tecnologia e performatividade, associando-as a um aparato de práticas e discursos capaz de produzir "natureza", ampliando a ideia de bio-determinação e corpo. Tais proposições evidenciam como conhecimentos e práticas coerentes com as normativas de gênero, sexualizam corpos, desejos e identidades, construindo sujeitos e subjetividades. Este trabalho objetiva compartilhar reflexões de um projeto em âmbito de mestrado, no qual um dos enfoques é o percurso de identificação e construção do corpo e identidade na experiência de homens transexuais e os contextos sociais e políticos em que esta discussão está inserida. Entendemos aqui transhomens (também chamados FtMs e/ou homens trans) como indivíduos nascidos com vaginas e designados como mulheres, que se reconhecem como homens e reivindicam socialmente uma identidade masculina, modificando seus corpos, condutas e documentação. Tais apontamentos são fruto de revisão bibliográfica e uma série de interações com transhomens brasileiros, por meio de entrevistas, participação conjunta em eventos acadêmicos e militantes sobre a temática e do contato via web (grupos de discussão no Facebook, email e conversas informais). Na tentativa de compreender essa experiência, considerar-se-á as produções acadêmicas de transexuais, como forma de reconhecimento e legitimidade destes sujeitos sobre a própria experiência. A importância de se lançar mão desse referencial teórico reside não apenas no contexto de visibilização dessas produções, mas por se entender que a implicação em uma pesquisa acadêmica e militante com grupos LGBT traz consigo a discussão de que outras metodologias e debates sobre a relação pesquisador e grupo pesquisado são necessários. Uma discussão aliada à investigação de caminhos metodológicos

e interações mais pertinentes a realidade vivida por estas pessoas. No desenvolvimento da pesquisa, alguns pontos se destacam: o incipiente reconhecimento público e acadêmico-científico desta experiência no Brasil; as especificidades do processo de recusa da designação feminina e identificação com a masculinidade; diferentes possibilidades de identificação com a transexualidade; e a percepção de que as concepções correntes sobre o masculino, como qualquer forma de representação, parecem transitar entre aquilo que produzem o que pretendem descrever. São relevantes também os impedimentos institucionais e as violências físicas e simbólicas no acesso às políticas públicas, principalmente no que se refere à saúde. Situação agravada pelo efeito desempoderador da patologização das identidades trans, questão que envolve muitas polêmicas no contexto de lutas de travestis e transexuais no país. Observou-se ainda que no Brasil somente entre 2011/2012 se tem registro de uma significativa articulação política e pública de transhomens, que culminou no lançamento da Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) em 2012 e em encontros regionais ao longo de 2013. Avalia-se que a emergência deste segmento como ator político no contexto brasileiro de participação civil organizada, vem tencionando relações e buscando construir outros caminhos de formalização de reivindicações e de articulações políticas trans no país.

Impactos das regulações sociomédicas nas trajetórias afetivo-sexuais de intersexuais

Janaina Freitas, Paula Sandrine Machado

As práticas envolvidas no manejo sociomédico contemporâneo da intersexualidade incluem, entre outros elementos, intervenções cirúrgicas e/ou hormonais que visam a adequar o corpo sexuado a um padrão dicotômico de sexo - masculino ou feminino. As discussões em torno destas intervenções médicas circundam uma série de debates e embates entre diferentes campos do saber, tais como a medicina, a bioética, a militância política e os direitos humanos. Utilizaremos neste trabalho o termo "intersex", a partir da perspectiva utilizada por Cabral (2005), segundo a qual a intersexualidade remete à ideia de variação no que se refere a um padrão corporal binário do corpo sexuado. Partindo dessa perspectiva, as intersexualidades não são entendidas como “condições” a serem corrigidas, como compreendido pela lógica biomédica. Nesse contexto de discussões, o presente trabalho analisa os impactos dos diagnósticos e intervenções médicas e psicológicas nas trajetórias afetivo-sexuais de pessoas intersexuais. Ele está inserido em um projeto mais amplo, que trata de investigar os impactos dos diagnósticos e intervenções médicas nas trajetórias de vida de intersexuais e transexuais, bem como as aproximações e distanciamentos entre intersexualidade e transexualidade. O

conceito de trajetória afetivo-sexual é entendido aqui como uma série de episódios, delimitados por uma gama de variantes sociais, que caracterizam esta esfera da vida, a qual abriga cenários e atores específicos envolvidos em cada evento e as relação que, portanto, alude à sexualidade e as relações afetivas. A definição aqui utilizada contrapõe-se, portanto, à noção tão arraigada tanto no senso comum, como na tradição científica (biologia e psicanálise, por exemplo) de instinto ou pulsão, ou seja, àquela que entende a sexualidade como algo natural ou inato (Heilborn, 2006). Ademais, o presente trabalho entende que, no que tange à contemporaneidade, o exercício da sexualidade é regulado pelo modelo heteronormativo, o qual visa a coerência entre sexo-gênero-desejo e prática sexual (Butler, 2003). Este padrão cria hierarquias entre os corpos e entre as práticas a eles relacionadas. Nesse sentido, corpos bem como expressões do gênero e da sexualidade que escapam deste modelo são tidos como desviantes e, consequentemente, tornam-se alvo de distintas formas de discriminação, violação e violência. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, situada nos referenciais teóricos e metodológicos da Antropologia Social e da Psicologia Social e, mais especificamente, no campo dos estudos de gênero e sexualidade desde uma perspectiva pós-estruturalista. A técnica de investigação que tem sido utilizada é a entrevista etnográfica (Beaud e Weber, 2007). A pesquisa ainda está em andamento e, até o momento, foram entrevistadas quatro mulheres, na faixa de 20-25 anos de idade, que sofreram as intervenções cirúrgicas e/ou medicamentosas iniciais nos seus primeiros anos de vida. Os resultados até então obtidos apontam que as intervenções médicas aplicadas sobre os corpos de intersexuais incidem de maneira diferenciada nas trajetórias afetivo-sexuais das pessoas a elas submetidas, criando experiências distintas de vivenciarem o seu corpo e a sua sexualidade. O discurso das entrevistadas, bem como a forma como narram suas trajetórias afetivo-sexuais, também demonstram que existem questionamentos em relação ao sexo escolhido e à própria necessidade das cirurgias, assinalando para pontos de ruptura em relação às regulações sociomédicas e ao discurso patologizante nelas inserido.

Livre arbítrio para a Cinderela do gueto: a performatividade de gênero na obra de uma cantora "transex"

Jane Gabryelle Badaró de Oliveira

O objetivo deste trabalho é analisar a performatividade de gênero na obra de uma cantora travesti/"transex" de Juiz de Fora. Compreendemos que a música é uma via de mão dupla que não apenas apresenta uma certa construção de verdade, mas em seu jogo também tem efeitos

de produção de verdades. O corpus deste estudo de caso foi composto por todos os vídeos-clipes e letras de músicas de autoria (com e sem coautoria) da mesma disponíveis na internet. Também foram utilizados diários de campo e conversas em rede social com a informante para elucidar alguns pontos das análises. A informante "transex" (termo êmico), de 24 anos, é moradora de um bairro de periferia, começou em 2008 cantando rap e em meados de 2012 passou a privilegiar o funk, tem feito shows em diversas cidades de Minas Gerais e também em outros estados, como Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás. Os shows aos quais a informante dá preferencia são os que em pode cantar suas músicas, entretanto, também se apresenta dançando e dublando, mas não nos estilos drag queen e transformista. Para se proceder à análise foi utilizada a metodologia de análise do discurso de orientação foucauldiana, em diálogo com as teorias feministas, os estudos de gênero e as teorias queer. Os resultados apontam para uma variedade de performances de gênero no escopo analisado, em algumas músicas a demarcação da posição identitária de travesti ou “transex”, em outras utilizando o gênero feminino sem demarcar identidade de gênero de travesti ou de mulher. Os conteúdos também apresentaram variabilidade, ora apontando para questões de militância e lutas por direitos para LGBTs em especial para travestis, ora apresentando situações cotidianas como relacionamentos, festas e trabalho, nas quais a temática LGBT aparece como pano de fundo ou ainda não podendo ser identificada. A denúncia do preconceito aparece na confluência dos marcadores de identidade de gênero e territorialidade, sendo abordada a temática do gueto e da periferia. As imagens dos videos-clipes ilustram a performatividade e as mudanças corporais da cantora travesti/"transex", que com o passar do tempo se aproxima cada vez mais de um suposto ideal de feminilidade. Sua performance, envolta em glamour se mostra em confluência tanto com uma certa construção de travestilidade quanto com construções recorrentes em torno das/os cantoras/es de funk, estilo mais explorado pela informante. As músicas e vídeo-clipes trazem à público o vislumbre de uma subjetividade travesti, que ainda que localizada, dialoga com outras construções de travestilidade no Brasil e encontra reconhecimento principalmente de um público LGBT e de periferia. Este trabalho se alinha com o grupo de trabalho “Psicologia e Sexualidade”, no eixo de trabalho “Gênero, Sexualidades e Interseções”, uma vez que um dos objetivos deste é trazer para o diálogo com a academia, a voz de travestis e transexuais demandantes de seus Direitos Humanos; contra a patologização de suas identidades de gênero; em defesa da multiplicação de práticas sociais legítimas, dentre as quais localizo as performances de gênero.

Nas pistas do desejo... As experiências de se assumir "marido de travesti"

Marília dos Santos Amaral, Maria Juracy Filgueiras Toneli

Esta comunicação é parte da pesquisa de doutorado que estou desenvolvendo na psicologia sobre pessoas que desejam e assumem relacionamentos com travestis. Meu objetivo é trazer ao debate minhas iniciais problematizações acerca da experiência de importantes personagens na vida das travestis – seus maridos. Contextualizo o tema esclarecendo que entre as travestis dizer bofes, ocós, homens, machos ou maridos – como também são conhecidos – é muito mais uma gíria do que a expressão de um laço conjugal, além de estar distante dos moldes de relacionamentos com contornos heterossexuais prescritos nos roteiros heteronormativos: monogamia, procriação e relações sociais. São os maridos que confirmam às travestis se o investimento material e simbólico em seus corpos foi suficiente para se sentirem desejadas como mulher. Sendo assim, para compreender a travestilidade torna-se imprescindível que se conheçam as relações que elas mantêm com estes homens. E quem são esses homens? Os maridos apenas despertam curiosidade quando em algum momento já adentramos o espaço doméstico das travestis, quando as histórias contadas do lado de dentro dos seus lares nos convidam a imaginar: Quem as deseja? Como as desejam? Que formas tomam estes desejos? O público que "as consome" não só sexualmente como costureiras, médicos, farmacêuticos, depiladores, donos de hotéis, boates e moto táxis. Mas, principalmente, o público que também consome seus serviços sexuais como os cônjuges e clientes que, por vezes, passam a fazer parte de suas redes de sociabilidades e assim legitimam suas existências. Nas vidas íntimas das travestis os maridos se apresentam como personagens que escorregam na mesma fluidez com que são transeuntes nas histórias delas, nas quais são raras as conversas informais em que a participação de companheiros e amantes, de alguma forma, não seja mencionada pelas travestis. Estes sujeitos alojam-se por entre as histórias, tornando-se referentes apenas quando alocados em espacialidades específicas (da rua para dentro de casa), alterando sua identificação (de cliente à marido) conforme mudam ou se movem. Ora, situando-se na territorialidade dos laços conjugais, podendo ser alocados rapidamente entre uma conversa e outra como agentes da manutenção de seus corpos (de maridos a patrocinadores). Ora, aparecendo não apenas no custeio financeiro da engenharia do tornar-se/manter-se travesti, mas a partir da negociação com seus desejos. Para esta discussão teóricos pós-estruturalistas como Michel Foucault, teóricas queer como Judith Butler, do mesmo modo que problematizações no campo dos estudos feministas me acompanharão nesta empreitada no qual pretendo acompanhar os fluxos

e as linhas de subjetivação que envolve a busca pelo desejo. Para tanto são lançadas algumas pistas: como estes sujeitos deslizam pelo universo das travestilidades posicionando-se entre a clandestinidade e o desejo de assumir publicamente seus relacionamentos? Por quais caminhos circulam os desejos e qual sua centralidade na produção das categorias "maridos" e "companheiras"? Que armários são acionados para que vivam suas relações amorosas? Tendo como foco as pegadas e frestas produzidas a partir do desejo a discussão transita pela experiência de pessoas que deslizam pelo universo trans em sua clandestinidade/virtualidade, bem como pelas políticas de existência e resistência que envolvem assumir socialmente um o relacionamento afetivo com uma companheira travesti.

O (não)acesso das mulheres trans à saúde integral: uma análise a partir do quadro dos direitos humanos e da vulnerabilidade

Grazielle Tagliamento

As mulheres trans encontram-se à margem das identificações possíveis a partir das normas regulatórias de gênero, que regulam e ditam o que é normal e o que não é, quais identificações são possíveis e quais não são. Ou seja, seus corpos são abjetos, numa noção butleriana, visto que são corpos que, para a sociedade, não possuem vida, não possuem existência, não há a possibilidade de existirem, mas existem, possuem vida. As mulheres trans, ao se encontrarem enquanto seres abjetos por não parecerem apropriadamente "generificadas", têm a sua própria humanidade questionada, sendo, portanto, discriminadas e estigmatizadas socialmente, por não se enquadrarem nos atributos e, consequentemente, nas categorias que a sociedade reconhece como "normais". Diante desse cenário, buscou-se descrever e compreender como se dá o acesso das mulheres trans aos serviços de saúde e à saúde integral no município de Curitiba, à luz das práticas sociais, individuais e programáticas envolvidas em tal processo. Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com a utilização do recurso das cenas, com sete mulheres trans residentes em Curitiba. O exame desse material possibilitou observar que as mulheres trans têm uma trajetória na área da saúde marcada pela violação de seus direitos humanos e à saúde, demonstrando que, por mais que existam documentos que garantam esses direitos, a efetividade destes na vida cotidiana das mulheres trans esbarra em barreiras individuais, sociais e programáticas (que são permeadas e produzidas primordialmente pelas normas regulatórias de gênero), que aumentam a sua vulnerabilidade ao adoecimento.

O processo de transexualização: uma análise psicossocial de significados e sentidos em histórias de vida

Alexsander Lima da Silva, Adélia Augusta Souto de Oliveira

O trabalho em questão está vinculado à temática da transexualidade e aos eixostemáticos "Psicologia, travestilidades e transexualidade" e "Gênero, sexualidades e intersecções." Apresenta como objetivo geral compreender o processo de transexualização, identificando a produção histórica de seus significados e a experiência vivida de seus sentidos. Os objetivos específicos consistem na investigação dos significados e sentidos produzidos no processo de transexualização, identificação de permanências e rupturas nesse processo e produção de histórias de vida de transexuais. Constitui-se de uma pesquisa qualitativa e se utiliza de uma leitura interdisciplinar a partir dos referenciais teóricos da Psicologia Sócio-Histórica e dos Estudos de Gênero e Sexualidade. Para tanto, foi realizado um percurso histórico sobre os termos utilizados para descrever o fenômeno, buscando sua significação e manutenção histórica; uma produção de seis histórias de vida geracionais, a partir de entrevistas narrativas presenciais e on-line a fim de identificar os sentidos e rupturas experienciados neste processo de significação. Participaram da pesquisa seis sujeitos representativos - três transexuais masculinos e três transexuais femininos, sendo dois representantes de cada geração – intitulados de mais nova, do meio e mais velha. Apresenta uma análise de conteúdo – descritiva e interpretativa - das informações, do tipo inter e intrageracional. As entrevistas narrativas permitiram contar as histórias de vida de Bridget, Joana, Gisele (representantes femininas das gerações mais velha, do meio e mais nova, respectivamente), Sansão, Zé e Artur (representantes masculinos das gerações mais velha, do meio e mais nova, respectivamente). A partir destas narrativas, foram identificadas as seguintes categorias temáticas: brincadeiras de criança, aparência de menino e de menina, autoidentificação, transformações corporais, mudança de prenome, definição de papéis do outro na relação, família e participação política. Os resultados evidenciam que há aspectos fossilizados no processo de significação: as lembranças de brincadeiras de crianças foram marcadas como o momento de início do período de questionamentos sobre si mesmos/as; as estratégias de disfarce nas brincadeiras com os colegas e na aparência de menino/menina também indicaram elementos de permanência; autoidentificação com denominações de homossexual seguida de transexual; mudança do prenome como importante fator de afirmação autoidentitária e a repressão familiar. A transformação corporal, a aparência e a definição do papel do outro na relação parece atender

aos padrões heteronormativos, sendo um elemento importante no processo de significação, embora convivam dois importantes sentidos que indicam ruptura nesse processo: a transexualidade como reivindicação identitária sem a necessidade de transgenitalização e de comportamentos padronizados e a multiplicidade de experiências sexuais. Outros indícios de ruptura nesse processo são os sentidos experienciados e narrados: aceitação por parte dos familiares na representante da geração mais nova e vivência sexual de múltiplas formas no representante da geração mais nova; aceitação de si mesma da representante da geração mais nova como mulher, desde sempre. Esta é considerada e se considera mulher com "erro na genitália". E a aceitação de si mesmo do representante da geração mais nova como transexual bissexual, que pode experimentar uma diversidade de relações sexuais. A participação política se apresenta como uma importante atividade desenvolvida por três dos representantes, dois transexuais - geração do meio e mais nova - e, uma transexual - geração do meio - indicando ser necessária na defesa de direitos, ao mesmo tempo em que evidencia o conflito entre "dar visibilidade e exigir direitos" e "ter anonimato e fugir do preconceito". Preconceito que se sedimenta com os aspectos fossilizados de termos e padrões de comportamento e de corpo para transexuais, pautados em corpos naturalizados de homem e mulher, e concepções psiquiátricas - como Transtorno de Identidade de Gênero - mantidas historicamente. Estudos psicossociais, no entanto, evidenciam a identidade como algo em movimento, coproduzida no contexto sócio-histórico. O processo de transexualização se apresenta de forma unânime nas narrativas: transformar-se para ser aceita/o socialmente, para não ser vítima de agressões, preconceito e evitar o sofrimento gerado por um corpo que não se habita.

O processo transexualizador do SUS: obrigatoriedade da heteronorma como política pública?

Gabriela Andrea Díaz, Kelly Vieira Meira, Maria Juracy Filgueiras Toneli

No seguinte texto pretende-se problematizar a relação entre experiência travesti/trans, o processo transexualizador realizado atualmente no âmbito do SUS, o uso do nome social e sua possibilidade de sua legalização por meio da alteração da identidade civil. Trabalhamos a partir de relatos de sujeitas Ts. que nos aproximam sua experiência, bem como de aportes teóricos feministas e queer. Essas sujeitas performatizam, nas anamneses direcionadas pelos/as implementadores/as da política pública nos hospitais de referência, discursos organizados como clichês, revestidos de práticas normativas. Jogam aqui com os dispositivos apresentados - corporais, psicológicos, sociais e jurídicos – uma vez que as políticas públicas pressupõem que

sua "libertação" será conquistada pela adequação à integralidade da norma, numa tentativa de eliminação da pluralidade subjetiva. Garante-se, assim, por meio do Estado, a mutilação genital como caminho para a transformação/aceitação social. Entendemos que existe uma relação direta entre a necessidade do uso do nome auto atribuído e a obrigatoriedade do processo transexualizador, com sua patologização implicada, e o desejo ou não de transformações corporais mutiladoras e eliminadoras de toda e quaisquer ambiguidade. Aproximamos aqui a referência da experiência Argentina, pais no qual o processo transexualizador não se relaciona diretamente com a obtenção do nome social, já que, pela lei de identidade de gênero, a mudança do nome pode ser obtida sem a obrigatoriedade de operações ou mudanças corporais. No entanto, ainda se mantêm a invisibilidade das Ts na medida em que na carteira de identidade somente existem dois espaços possíveis para referenciar o sexo auto-atribuído: homem ou mulher. A generificação binária barra, portanto, outras possibilidades. Se a exigência de adequação do gênero ao corpo numa naturalização e incorporação do biológico como único caminho possível - destino inevitável -, no caso argentino parece prescindir do procedimento cirúrgico, continua atuando, no entanto, a partir da perpetuação da violência heteronormativa uma vez que mantem a exigência da opção binária na carteira de identidade. Atua, então, ainda na direção da erradicação daquilo que seja ambíguo, ininteligível para os padrões normativos. Ao analisarmos a mimese retórica de sujeitas que vivenciam a transsexualidade e que, impregnadas de discursos produzidos pela heteronorma, direcionam-se para o processo transexualizador do SUS, identificamos uma outra realidade que nos interpela: a possibilidade de obtenção da mudança de nome e seus direitos correlatos, parece que seria suficiente em alguns casos nos quais a busca pelo processo transexualizador é sinônimo de busca de cidadania. Entendemos que este processo poderia e deveria poder tornar-se uma escolha e não uma obrigação iniludível para a obtenção de cidadania e direitos plenos. A necessidade de adequação corporal torna-se, no Brasil, uma obrigação nesse cenário e, a eliminação das ambiguidades, uma sina ao desconsiderar o desejo desses corpos. A esterilização converte-se, portanto, em mais um dos itens de mutilação e de eliminação de ambiguidades. A norma deve ser obedecida por completo. Entendemos que algumas pessoas são submetidas à imposição de mutilação (assim como a patologização) como forma de autorização para a plena manifestação de si. Os relatos de sujeitas Ts permitem identificar, entretanto, que, a despeito da generalização intrínseca a esses procedimentos, formas de resistência escapam à ilusão daquelas que na mutilação pretendem se encontrar.

Pessoas transgêneras e a escola: reflexões acerca da história de Coy Mathis

Armando Januário dos Santos

O presente estudo se apoia nas vivências da criança Coy Mathis, amplamente divulgadas pela mídia internacional, para problematizar determinadas práticas ocorridas em espaços educativos quanto a discentes transgêneras. Natural do Colorado, Estados Unidos, Mathis nasceu com o sexo masculino, porém, já com dezoito meses, agia como menina, e em dezembro do último ano, teve o acesso negado ao banheiro feminino da escola onde estudava, a Eagleside Elementary School. Seus pais, então, representaram contra o centro educacional na agência de direitos civis norte-americana e aguardaram o posicionamento da justiça, que foi favorável, dando ganho de causa a família da criança. Vale ressaltar que o centro educacional ainda pode recorrer da decisão. Outro dado importante é que enquanto a referida decisão não saía, Mathis ficou por mais de seis meses sem ir à escola, tendo aulas particulares em casa. Esta pesquisa acompanha os principais postulados freudianos acerca da sexualidade feminina, além do olhar da Teoria do Papel em relação às desigualdades nas relações de gênero, e as análises da historiadora Joan Scott acerca do olhar social sobre homens e mulheres, bem como do filósofo Michel Foucault sobre as instituições sociais – entre elas, a escola – como produtoras de corpos disciplinados para a manutenção do status quo. Partindo deste arcabouço teórico, este estudo tem por principal meta contestar o binarismo pênis-masculino, vagina-feminino, uma vez que experiências como a de Coy Mathis questionam a construção da subjetividade humana enquanto forma padronizada, resultante de visões sociais alicerçadas em estereótipos. Ao mesmo tempo, pretende apontar para o fenômeno da transgeneridade tal qual uma via de construção da subjetividade, indo adiante do horizonte patológico e devendo ser reconhecido tanto na sociedade quanto nas escolas, da mesma forma que a heterossexualidade. Ainda que tenha ocorrido em outro país, os fatos envolvendo a polêmica com Mathis ilustram o atual estado de coisas em instituições de ensino no Brasil quando o assunto é como as pessoas transgêneras devem ser tratadas no interior de suas dependências. Com efeito, o cenário da educação brasileira é marcado por práticas discriminatórias que contribuem de maneira decisiva na evasão escolar, seguida, na maioria das oportunidades, de adesão à profissão do sexo por parte desse grupo social. Nesse ínterim, o último fica cada vez mais impedido de galgar espaços com maior expressão no seio da sociedade, vendo-se relegado a exercer papeis que são alvo de discriminação ainda mais intensa. Neste cenário, o desfecho é de hostilidade e ódio: pessoas transgêneras estampam seus rostos em veículos midiáticos que exploram a violência e as

exclusões praticadas contra elas. Assim, é comum ler nas páginas policiais de um jornal ou assistir em diversos canais de televisão, tal grupo sendo alvo de assassinatos, ou mesmo tendo sua imagem associada a assaltos e outros delitos graves. Não é por acaso que o Brasil possua apenas uma doutora transgênera, enquanto ostente mais de cem casos de assassinatos contra tais pessoas. Os resultados das discussões feitas neste estudo encontram os grupos sociais contrários as transgeneridades estabelecendo uma relação de interdependência com a escola, enquanto esta última em uma relação cíclica com os referidos apropria-se dos seus preconceitos, a fim de exercer novas práticas discriminatórias contra as pessoas transgêneras.

Problematizando gênero, sexualidade e envelhecimento nos modos de vida de travestis em contextos cearenses

Francisco Francinete Leite Junior, Fernando Altair Pocahy

Este trabalho apresenta os delineamentos iniciais de uma pesquisa que busca compreender as formas de regulação e modulagem das performances de gênero e das experimentações da sexualidade na intersecção das travestilidades e envelhecimento, junto a outros marcadores sociais de identidade e diferença. A pesquisa de mestrado em curso vem sendo desenvolvida junto ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Multiversos – Corpo, Gênero e Sexualidade nos Processos de Subjetivação, vinculado ao PPG em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Os pressupostos teórico-metodológicos que sustentam esta pesquisa situam-se em perspectiva discursivo-desconstrucionista, recorrendo aos estudos pós-estruturalistas de base foucaultiana, além da relação com as teorizações queer. Neste momento inicial da pesquisa os procedimentos adotados na composição do campo de análise privilegiaram a pesquisa bibliográfica articulada a elementos de uma análise cultural de mídias digitais de domínio público, como sites especializados (tomando este últimos elementos empíricos como artefatos culturais), que nos ofereceram elementos produtivos no que informam e produzem representações sobre as travestilidades e envelhecimento. Neste aspecto, entendemos que nosso trabalho encontra-se vinculado à proposta do GT – Travestilidades e Transexualidades, ao oferecer elementos de problematização sobre a interseccionalidade geracional nos processos de subjetivação trans. A perspectiva de aproximação com elementos trans/geracionais na experiência do envelhecimento nos oferecem condições de contribuir para o conjunto de estudos amplos sobre gênero e sexualidade em sua relação com as políticas públicas. Estas reflexões são baseadas nos pressupostos de que a sexualidade é entendida como um “dispositivo histórico” e é através de suas formas de objetivação por onde buscamos analisar os discursos que regulam, normatizam,

instauram prazeres e produzem "verdades" na experiência política e cultural das subjetividades. A compreensão de dispositivo sugere assim a direção e a abrangência dos meios de "vigia" e "coerção" social como formas de produção de abjeção. Os achados do estudo até o momento indicam a articulação da intersecção de marcadores sociais consubstanciando e realocando os sujeitos das travestilidades no interior das zonas de exclusão. Depreende-se destas evidências que as relações sociais estabelecidas a partir dos sujeitos que, de forma particular, evidenciam na experiência e no trânsito de gênero as marcas da abjeção no contexto da biopolítica heteronormativa, reposicionando tais sujeitos nas margens da sociedade, dada a condição de violência social imposta a estes sujeitos. Concluímos de forma provisória destacando a articulação de interseccionalidade étnico-gênero como elementos produtivos para a compreensão das formas de experimentação da sexualidade, performatividades de gênero e, mais amplamente, dos modos de vida transcontemporâneos.

Promoção de saúde e Direitos Humanos como organizadores do trabalho com as travestis

Laís Castro, Emerson Fernando Rasera, Ericka Daniela González Santana

A organização das travestis como movimento social, segundo a literatura, é recente e deu-se em um momento em que a questão da prevenção das DST/Aids estava sendo amplamente pautada. Nesse contexto, eclodiu-se a busca dos direitos básicos nos sistemas de saúde, ensino e trabalho relacionados a esse grupo. Contudo, ainda se constata dificuldades para essa busca, devido ao restrito número de políticas públicas e direitos específicos, bem como a efetivação dos mesmos. O objetivo do trabalho é relatar e refletir uma prática realizada com um grupo de travestis de uma cidade mineira. Esta prática refere-se a um estágio em Psicologia, o qual pretende contribuir para que as travestis possam ampliar o controle sobre suas vidas, visando transformações da realidade social e política. Promovem-se situações de aprendizagem em que as mesmas são compreendidas como sujeitos do cuidado em saúde e da luta por direitos. Para isso, rompe-se com o binômio saúde-doença, desconstruindo a ênfase na doença e ampliando a compreensão de saúde no sentido da promoção de saúde. Este olhar visa o fortalecimento da saúde e, através dele, o cuidado é pautado de forma plural. Metodologicamente, realizou-se a observação participante junto a este grupo a partir das atividades realizadas, desde o início do ano de 2013. Neste estágio, as travestis são convidadas a planejar o que querem fazer e discutir ao longo dos encontros. Nesse sentido, o estágio é dividido em três eixos, são eles: 'Oficinas/palestras', 'Circulação pela Cidade' e 'Mobilização Social'. São realizadas diversas

atividades, sendo algumas delas relacionadas diretamente à discussão e à luta pelos direitos humanos, por exemplo, palestras com advogados para maiores informações sobre nome social, violência policial, adoção, e esclarecimentos sobre direitos ligados à prostituição, realidade que está bastante presente na população travesti. Além disso, no que diz respeito à luta concreta pela conquista de direitos relacionados diretamente a esta população, realiza-se ainda ações junto a ONG de representação regional das travestis, apoiando sua inserção nas diferentes instâncias de controle social, bem como se organiza a participação em manifestações públicas, como a Marcha Nacional Contra Homofobia. Tais ações buscam articular o campo da saúde ao dos direitos, reconhecendo a dimensão política do cuidado. As diferentes atividades realizadas estão permeadas pela idéia da promoção de saúde, visando, além de entrelaçar saúde, direitos humanos e cidadania, proporcionar novas práticas e vivências à comunidade travesti da cidade, a fim de contribuir para a sua emancipação. Logo, entende-se como essencial impulsionar movimentos voltados para a promoção da saúde ampla, integrando, portanto, participação social, engajamento ativo na luta por direitos e construção de autonomia, tanto individual quanto coletiva, proporcionando relações que se movimentam em direção à produção da vida. Por fim, no trabalho com as travestis encontra-se dificuldades e desafios que perpassam pelas questões do preconceito e da vulnerabilidade social e que desvelam um universo complexo e, ao mesmo tempo, peculiar. Exige-se um fazer e pensar constante por parte dos profissionais que trabalham com este público e que lidam muitas vezes com o imprevisto, sendo convidados a reinventar suas práticas e ações sempre em construção conjunta com as travestis.

Travestilidades, transexualidades e o SUS: trajetórias de encontros e desencontros

Camila Guaranha, Henrique Caetano Nardi

O presente trabalho surge a partir da nossa experiência enquanto trabalhadores/as e pesquisadores/as do campo das políticas públicas e das relações de gênero e da sexualidade. Os trabalhos que viemos realizando têm evidenciado que muitas travestis e mulheres transexuais vivenciam trajetórias marcadas por situações de constrangimento, vulnerabilidade e violação de direitos. Além disso, as experiências travesti/transexual, ao evidenciarem os limites do discurso normalizador e heteronormativo reificado no/pelo campo das políticas públicas, representam desafios para o planejamento e também para a efetivação das políticas públicas na ponta. Nesse cenário, o acesso aos serviços de saúde – que foi garantido, a partir da constituição Federal de 1988, como um direito fundamental de todos os cidadãos e cidadãs brasileiros/as – é uma política ainda pouco efetivado na prática quando se trata de travestis e transexuais, o que

configura um quadro de iniquidades no acesso ao sistema único de saúde (SUS). Diante desse contexto, o presente trabalho se propõe a realizar uma discussão que articule as relações entre travestilidades, transexualidades e a política pública de saúde no Brasil. Utilizaremos conceitos e referências teóricas produzidas por autores/as que transitam pelo campo do gênero e da sexualidade e cuja perspectiva é pós-estruturalista, tais como Michel Foucault e Judith Butler, aliando tais produções às propostas e formulações da saúde coletiva brasileira. Para tanto, apresentaremos as análises preliminares de entrevistas baseadas na perspectiva das trajetórias de vida que estão sendo realizadas com travestis e mulheres transexuais, cuja execução está vinculada ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "Equidade, relações de gênero e sexualidade: trajetórias de travestis e transexuais no acesso ao SUS". Como resultados, evidenciamos de que forma as ações, programas e políticas de saúde incidem sobre as experiências das travestilidades e das transexualidades e como esses corpos que não condizem com as normas são tratados pelas políticas de saúde, evidenciando ainda quais outros marcadores sociais, além do gênero e da sexualidade, podem estar relacionados nas dificuldades/possibilidades de acesso ao sistema único de saúde.

Um discurso reflexivo: transexuais, travestis e (des)igualdade familiar

Nayara Paula de Oliveira, Karoline Silva Gomes, Noilma Alves Martins, Isabela Bianco Rodrigues, Pablo Henrique Alves Guerra, Ethyene Andrade Costa

A Psicologia que se apresentava majoritariamente individualista, há algum tempo tem ampliado seus âmbitos de reflexão, atenção e atendimento, visualizando grupos e famílias, como um campo de intervenção profícuo. Sendo entendida deste modo, a referida área foi tomada como base essencial para o desenvolvimento do presente estudo, cujo objetivo fundamental reside em compreender a dinâmica da constituição de famílias por transexuais e travestis e quais espaços e formas esses sujeitos vão ocupando na sociedade atual. Tendo em vista pensar na vasta gama de possibilidades de reelaboração de significados e sentidos, na tentativa de alcançar relações e lugares condizentes com os desejos dessas pessoas, realizou-se uma extensa revisão bibliográfica de cunho qualitativo, em bases de dados, incluindo artigos científicos, monografias e revistas científicas que abarcassem aspectos direcionados aos transexuais e travestis, com maior enfoque nas relações que estes tecem enquanto sujeitos e suas implicações na constituição ou não de uma nova família. No que tange à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com uma professora transexual da rede pública de ensino, e com uma antropóloga que atua principalmente em ambulatórios, lidando diretamente com travestis e

transexuais. O contato complementar com obras de arte, filmes, vídeos e diversos materiais à esse respeito, também se mostraram de extrema importância na configuração de uma reflexão aprofundada. O referido percurso permitiu a escrita deste relato de experiência abordando temas como a constituição desses sujeitos, seus meios de sobrevivência, o desejo de constituir família, bem como o posicionamento do direito constitucional, e de vários outros setores sociais perante a situação apresentada. Pôde-se concluir que, muitas vezes, sob a égide da cultura e dos conceitos padronizados e previamente impostos, há uma grande resistência desde as famílias de origem dessas pessoas, causando conflitos, internos ou não, num contexto de desvio, erro e pecado, até o todo social em que estão inseridos, incluindo o Estado. Nessas condições, poucas são as pessoas que conseguem respaldo da sociedade, e da própria lei para realizar-se e legalizar-se como pessoa, profissional e constituir família. Percebe-se também que há movimentações para que isso se modifique, profissionais de diversas áreas, como a médica, legal, psicológica, entre outras, vêm pensando de maneira mais aberta a este respeito, porém ainda é insuficiente, visto que, quando se refere às construções e tabus sociais que impõem padrões ´´tradicionais´´ da maioria, esta margem social tem sofrido duras consequências de ocuparem um lugar de repressão e preconceito. No âmbito das leis, a constituição da república garante o direito ao planejamento familiar, bem como o direito à autonomia reprodutiva. Mesmo declarando-os direito de todo cidadão e não havendo nada explícito que exclua o direito de exercer a autonomia e planejar família por parte de transexuais, estes preferem a adoção informal justamente por não ser assegurado legalmente, visto que na prática essa constituição não vem sendo exercida, ainda esbarrando em profissionais conservadores e de lógica ultrapassada que se respaldam na noção de papéis familiares, pai e mãe, ao invés das funções paterna e materna, que podem ser exercidas por qualquer sujeito. Todos esses preconceitos aliados à falta de informação e de reformulação de leis dificultam o processo de adoção, ou mesmo a possibilidade da reprodução assistida e fazem com que, para essas pessoas, frequentemente, seja vetado o direito de constituir uma família protegida pela lei do próprio país. É neste movimento que se entende a necessidade de criticidade, dada a percepção de que os constructos sociais sob os quais a normatividade padrão foi construída possuem pré-noções e pré-conceitos negativos, colocando à margem as pessoas (transexuais), o que acaba por dificultar e até impedir que as mesmas constituam famílias e sejam reconhecidas socialmente. Sendo assim, conclui-se que é necessário que se produza mais espaços e ações reflexivas que, de forma crítica, questionem e reformulem alguns dogmas sociais os quais não vêm acompanhando as situações e questões contemporâneas, dando maior visualização e espaço

para as novas configurações sociais, assim como a da instituição familiar, em toda sua diversidade e possibilidade de existência e permanência.

Uma clínica cartográfica do trabalho das travestis prostitutas na rua pela retomada de outras pesquisas

Jésio Zamboni

Um estranho psicólogo do trabalho, que também é uma bicha, se dispõe a realizar uma mais estranha ainda clínica do trabalho de prostituição das travestis na rua. Experimentando e inventando essa clínica numa perspectiva cartográfica, de acompanhamento dos processos antes que pela demarcação de estados de coisas, tal clínica coloca-se como dispositivo aberto a construir no percurso. Essa clínica estranha-se tanto assim porque aquela bicha, sem nem mesmo ir às ruas encontrá-las, retoma diversos estudos e pesquisas – sobretudo etnografias brasileiras – produzidos sobre as travestis, não para reconhecê-las ou acumulá-las como propriedades de saber mas, para forjar um meio indireto de encontro. Pelas singularidades que se inscrevem nos textos abordados, traça-se a multiplicidade de um meio de vida bicha. Usa-se tal procedimento como via de comunicação com as bichas prostituintes que são as travestis. Bichas prostituintes, a bicha psicóloga assim designa as travestis que comercializam sexo na rua, por se perguntar nesse encontro como elas se produzem. A designação inventa-se na própria experimentação comunicativa pelos textos que lhes grafam a experiência. Nem constituinte, nem instituinte, apenas, haveria também uma dimensão própria da produção desse meio de vida e trabalho que é a prostituição das travestis na rua, uma dimensão prostituinte. Esta seria marcada, no cruzamento entre subjetividade e produtividade, não apenas por um conjunto de regras, normas e valores que se constitui coletivamente, nem tão somente pelos modos como as sujeitas lidam com essas regras, normas e valores, mas também por um conjunto de técnicas de construção de si que lhes servem imediatamente como instrumento (signo e ferramenta) de trabalho. O corpo configura-se na experiência prostituinte como foco de desvio e criação de uma via produtiva de existência. A clínica aqui se faz já pelos processos de produção coletiva de modos de vida, por essas linhas de fuga das rotas estabelecidas social e culturalmente na história, que inventam territórios existenciais no corpo social. No trajeto, o cartógrafo do trabalho assinala uma primeira construção nas análises junto com as travestis documentadas: o gênero travesti se inscreve em um gênero maior que se pode denominar como bicha. Dentre os vários modos de constituir-se bicha, encontra-se a travestilidade. A bichice, como um conjunto de práticas variantes e situadas, é uma máquina de guerra a afrontar as categorias estabelecidas

de existência como gênero humano nas formações estatais, afirmando em si uma multiplicidade de gêneros para além dos binarismos com sua referência unívoca ao homem. Aliás, nesse ponto vertiginoso, o psicólogo do trabalho e as travestis descritas se encontram por suas diferenciações em um devir-bicha, ou seja, numa desterritorialização das demarcações genéricas de ambos, para questionar-se em torno de seus arranjos produtivos e inventar uma zona comum de interferências. Uma segunda construção clínica refere-se à crucialidade do trabalho de prostituição na invenção das travestis. Numa determinada conjuntura social e histórica, de criminalização dos atentados ao pudor e de patologização da sexualidade, as travestis irrompem carnaval afora e inventam um meio de trabalho que conjuga desejo e produção, modo de vida e meio de trabalho. É por isto que o clínico cartógrafo do trabalho bicha pode designar a travesti prostituta como um gênero profissional, ou seja, um legado transpessoal que é a história viva de um meio produtivo funcionando como conjunto de variantes normativas e instrumentais para a atividade das bichas prostituintes que nele se inscrevem. Nesse gênero profissional e vital, as estilizações das travestis são a própria vitalidade do gênero pela contínua (re)invenção do seu meio produtivo. Como terceira construção clínica, e conclusão deste trabalho a partir das construções anteriores, propõe-se que a relação entre travestilidade e política é uma relação direta, que não depende fundamentalmente das aparelhagens políticas estatais e representativas, mas que não as dispensa necessariamente. Isto implica considerar a prostituição das travestis como um movimento social organizado, uma coletivo político cujo poder de agir está no exercício dos prazeres no seio da sociedade capitalista, que elas podem questionar inserindo-se na história dos gêneros humanos pela experiência do trabalho. Portanto, seria preciso não menosprezar o movimento prostituinte das travestis, seja pela vontade de diversificar-lhes os meios de vida e trabalho, seja por arranjar-lhes outros aparelhos de luta política, em geral, melhor reconhecidos pelo Estado. A prostituição das travestis nas ruas é uma fonte crucial de incômodos e perturbações nos funcionamentos hegemônicos das cidades, ainda que cada vez mais se desenvolvam as técnicas para administrá-la e controlá-la. Por isto, é indispensável que também seja fonte de luta política das bichas no campo do que se institui politicamente como diversidade sexual.

Uma voz transgênera em *Grande Sertão: Veredas*

Armando Januário dos Santos, Marco Antonio Matos Martins

O presente estudo investiga a transgeneridade enquanto subversão dos papeis de gênero preestabelecidos de acordo com o sexo morfológico. Para isso, recorreu à trama entre os jagunços Riobaldo e Reinaldo, na saga *Grande Sertão: Veredas*, do escritor João Guimarães Rosa. Através de uma análise qualitativa, foram encontrados subsídios que apontam para a sociedade como veículo repressor dos relacionamentos não heterossexuais. Na verdade, essa é uma tônica expressa durante toda a obra. Riobaldo e Reinaldo – mais tarde Diadorim – se conhecem, o sentimento romântico surge entre eles, mas é sufocado continuamente, em nome de uma convivência equilibrada com os ditames do meio social ao qual pertencem. Com efeito, eles estabelecem uma relação de intensa amizade, na qual algo mais que o sentimento fraterno está presente, porém, submerge entre preconceitos e estereótipos, não podendo emergir por pelo menos dois fatores: Diadorim exerce um papel de gênero distinto daquele que lhe seria imposto caso fosse descoberto seu órgão genital. Como era considerado homem – o seu nome de batismo só vem a ser revelado ao final da trama – uma relação homossexual não seria aceita em um grupo que, no âmbito do patriarcado rural, reafirma sua virilidade a todo instante. Seu papel de gênero está na contramão do que lhe é imposto pela sociedade. Aqui, o discurso das normas, impositor da congruência entre sexo, corpo, gênero e papéis sociais, levaria a referida para viver de acordo com aquilo que foi naturalizado pela sociedade do seu tempo: à mulher cabe o papel de mãe e esposa. Neste cenário, o papel de gênero é visto como circunscrito na esfera do binarismo pênis-masculino, vagina-feminino. A sexualidade é, assim, pensada como mecanismo de poder e controle social, tornando os corpos subalternos às normas, ao mesmo tempo em que são empoderadas, seja através da ideologia religiosa cristã ou de qualquer outro instrumento, as diretrizes acerca das identidades de gênero. Dadas estas impressões, levou-se em consideração nesta pesquisa a reflexão foucaultiana acerca da manipulação dos conceitos sobre o corpo de acordo com o pensamento vigente em uma sociedade cristã e burguesa, além dos conceitos de categorização social, identidade social e comparação social, presentes na Teoria da Identidade Social. Percebeu-se que no sentido de formar corpos dóceis e disciplinados, as diversas instituições formadoras do Estado, criam e definem o lugar do indivíduo na sociedade. Àqueles que aceitam tal lógica, é resguardado o êxito em sobreviver, carregando consigo o status de normalidade, sem sofrer represálias sociais. Aos demais, que ousarem se insurgir contra os padrões sexuais preestabelecidos, a resposta é exemplar: a marginalização, via estigmas de aberração e anormalidade. Não é sem propósito que Riobaldo, ao desistir do amor por Diadorim, termina a saga como próspero fazendeiro, casado com Otacília, formando ao lado dela o perfeito modelo do casal patriarcal, que se encaixa no

estereótipo positivo vigente. Também não se deve desperceber o desfecho brutal dado a Diadorim: ela morre em um confronto sangrento com Hermógenes. Encontra-se, aí, a ideologia heteronormativa veiculada através da literatura: às aberrações cabe o lugar da negação, da margem, da morte. Ao normal, adiciona-se a prosperidade e as consecuções. Partindo da investigação deste clássico da Literatura Brasileira escrito em 1956, esta pesquisa pretende chegar até a atualidade compreendendo as possíveis razões das práticas discriminatórias contra pessoas transgêneras. Os resultados apontaram para a sociedade brasileira constituída pelo preconceito e discriminação no âmbito de grupos sociais, em sua maioria, transfóbicos, os quais praticam ações contra um grupo social vulnerável, mas que como qualquer grupo social, luta para ter a sua subjetividade respeitada.

GT 31. TRABALHO NA PERSPECTIVA CRÍTICA

A construção social do conhecimento nas práticas dos trabalhadores metalúrgicos do Grande ABC: um estudo psicossocial em empresas de inovação tecnológica

Antonio Fernando Gomes Alves

A pesquisa enfatiza a construção do conhecimento do trabalhador pelas práticas no trabalho no contexto da empresa, num revisitar ao trabalho em empresas inovativas tecnológicas e nos arranjos produtivos locais como sistemas pesquisados e as mudanças ocorridas no trabalhador. Esta tese se justifica pelo cenário de contínua competitividade inovativa advinda da tecnologia na estruturação e na transformação dos arranjos produtivos no âmbito local. A tese objetivou descrever, articular e compreender as diferentes concepções e configurações das práticas dos trabalhadores na criação do conhecimento dentro do contexto social onde esta inserida a empresa e o trabalhador. A maioria das empresas constitui uma forma de organizar as relações de trabalho em um arranjo produtivo na busca pela competitividade em aglomerações de trabalhadores. A pesquisa científica procura entender as modificações ocorridas nos ambientes produtivos dos trabalhadores metalúrgicos, significado da prática inovativa nas relações de trabalho, a construção da consciência política e identidade do trabalhador. A partir do entendimento dos trabalhadores sobre o trabalho, como esses sujeitos envolvidos constroem o conhecimento social sobre a prática, o conhecimento de si - self - numa busca pela identidade social dos trabalhadores envolvidos nas empresas metalúrgicas e no APL – Arranjo Produtivo Local. Como metodologia optou-se por uma abordagem de multimétodo, sendo:

survey(quantitativa) para validação das questões e dimensões com utilização do SPSS(Análise Fatorial) e grupos focais(qualitativa) para validação dos resultados.

A inclusão social pelo trabalho de pessoas com sofrimento psíquico: outra lógica

Ramiz Candeloro Pedroso de Moraes

O modo de produção capitalista tem uma lógica que exclui as pessoas consideradas "pouco produtivas" pelos donos do capital. Neste contexto, surgem as dificuldades de inclusão social pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, já que as empresas e indústrias regidas por este modo de produção, não contratam estas pessoas e, se contratam, não as mantém. As políticas públicas de saúde mental e o cotidiano dos seus serviços tem se aliado ao campo da economia solidária como forma de superar estas questões de exclusão econômica e social. Esta "outra economia" como coloca o professor Paul Singer, tem características e valores ligadas à autogestão, democracia, horizontalidade das decisões, construção conjunta e, sobretudo, respeito e solidariedade. Acreditamos que nestes locais que se faz economia solidária no campo da saúde mental, haja bons encontros potencializadores de ação, possibilitando a constante superação deste mecanismo massacrador e excludente que é o capitalismo. Assim, o trabalho solidário é, do princípio ao fim, crítico, pois enfrenta o capitalismo e tenta produzir algo que vai além do lucro, a solidariedade. Esta apresentação é parte da dissertação de mestrado - Saúde Mental e Economia Solidária: os processos psicossociais de inclusão social pelo trabalho que está em andamento. O objetivo neste recorte é propor uma reflexão sobre os limites e os desafios que esta intersecção entre saúde mental e economia solidária nos causa, com pano de fundo o sujeito que sofre psíquica, ética e politicamente no contexto do capitalismo. A orientação teórica se baseia na Psicologia Socio-Histórica, compreendendo sempre o sujeito como alguém complexo que se constitui biopsicossocialmente e está vivendo em um contexto histórico, social, político e econômico que compõe sua subjetividade. Esta visão de mundo viabiliza pensar no sujeito que sofre, não o culpabilizando como historicamente a psicologia o fez, mas pensando nestas multideterminações que se interligam. A metodologia utilizada nesta pesquisa de mestrado foi uma pesquisa qualitativa em sua epistemologia e teoria. É uma pesquisa social e etnográfica, que, por meio de observações participantes e entrevistas, convocou a subjetividade e a afetividade como temas centrais de análise. Utilizamos ainda a Hermenêutica de Profundidade de Thompson como metodologia de análise que se divide em três patamares: a análise sócio-histórica, a análise discursiva – aqui propomos os núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos – e a reinterpretação, a qual se unem

os dois níveis anteriores dando novo sentido para a informação qualitativa. A pesquisa foi realizada na Cooperativa Mista Paratodos – Projeto Lixo Limpo, na cidade de Santos, SP, sendo os sujeitos, as pessoas em sofrimento psíquico. Este projeto de separação de material reciclado é o "carro chefe" da cooperativa (que tem outros projetos como cantina e manutenção de jardins das praças públicas) e reúne cerca de 30 trabalhadores usuários dos serviços de saúde mental da cidade e 50 usuários da assistência social. Construído em 1990, após a intervenção histórica no Hospital Psiquiátrico Anchieta, ele reuniu os usuários da saúde mental que estavam enclausurados naquele manicômio, por meio da iniciativa de técnicos. Nosso trabalho de campo nesta pesquisa durou aproximadamente 5 meses e construímos indicadores ricos para compreender sociohistoricamente o projeto e a subjetividade dos participantes. Alguns resultados referentes a este recorte compõe uma análise inicial, expostos aqui em duas categorias – a autonomia produzida e a estrutura organizacional do Projeto Lixo Limpo. A primeira categoria consiste nesta produção de autonomia dos trabalhadores (usuários da saúde mental) que apareceu em todos os oito entrevistados, sendo as questões mais evidentes, a de poder comprar suas próprias coisas, poder ajudar em casa e conseguir pagar um quarto para morar. A emoção atribuída a questão da autonomia é algo surpreendente e que é possível ser gerada na economia solidária. A segunda categoria é a estrutura organizacional que foi se consolidando ao longo dos anos neste projeto. Atualmente, ela está vinculada a três secretarias municipais – saúde, assistência social e meio ambiente e a uma empresa terceirizada de coleta de lixo. Sua sustentabilidade econômica se pauta principalmente nos acordos que tem com as grandes empresas da região do porto, como a Petrobrás. Assim, com este aparato institucional tem-se uma solidez desta ação da economia solidária na saúde mental que se reflete diretamente no indivíduo, tanto que este é um projeto que vem crescendo há aproximadamente 25 anos, o que nos indica alguns caminhos em nossa discussão. Um deles é, sem dúvida, a importância do poder público neste tipo de ações, isto porque as experiências de cooperativas e empreendimentos solidários na área da saúde mental se esbarram em burocracias que facilmente dissolvem este ímpeto de desafio que estas pessoas têm. Contudo, as experiências como a do Cândido Ferreira em Campinas-SP e o Projeto Lixo Limpo em Santos-SP, mostram que as parcerias entre poder público, trabalhadores e também outras empresas, podem ser potencializadoras na sustentabilidade destes empreendimentos. Portanto, pensar um modo de produção que funcione dentro do capitalismo, é brigar o tempo todo de maneira crítica com este sistema, mas ao mesmo tempo, tentar sobreviver, produzir e negociar dentro dele. Mas é dentro desta crítica que a Psicologia Sócio-Histórica tem ajudado a pensar estas formas de inclusão

social pelo trabalho, que não sejam perversas e redutoras de trabalhadores alienados. Assim chegamos a estes trabalhadores que, emocionados, nos contam sobre o dinheiro que possibilita ele morar em um quarto e não na rua, ou a alegria de poder ser arrimo de família aos 25 anos. É produzindo, reinventando, autogerindo e solidarizando que podemos pensar o cotidiano do trabalho e do trabalhador, em uma outra lógica que, considerando este sofrimento sendo ético-político, seja sem massacres e com mais produção de vida. Esta outra lógica é a economia solidária.

A instrução ao sósia e sua contribuição para a restauração dos coletivos de trabalho

Ana Paula de Castro Almeida

Esse estudo pretende analisar como as formas atuais de gestão têm contribuído para o enfraquecimento dos coletivos de trabalho e a possibilidade de restauração desses coletivos a partir do método de instrução ao sósia proposto pela clínica da atividade, um dos campos das clínicas do trabalho. As clínicas do trabalho, apesar de suas diversidades epistemológicas, teóricas e metodológicas, podem ser definidas como um conjunto de teorias que focam seus estudos na relação entre trabalho e subjetividade. A articulação dos termos "clínica" e "trabalho" estão pautados em uma reconhecida relação do mundo psíquico com o mundo social. Dessa maneira, essas clínicas buscam se posicionar como "clínicas" sociais do trabalho, por se equilibrarem no tênue limite entre o psíquico e o social, percebendo entre eles jogos complexos de reciprocidade e tensão. Para compreender as situações de trabalho e seus impactos nos trabalhadores, o psicólogo francês Yves Clot desenvolveu, a partir dos anos 90, a clínica da atividade. Sua ênfase está na busca de instrumentos que viabilizem a compreensão da situação de trabalho real para aumentar o raio de ação dos trabalhadores sobre o mundo e sobre si mesmos, coletivamente e individualmente. Contudo, os modelos de gestão atuais têm colocado diante desses trabalhadores intensas mudanças que se processam nas relações de trabalho e na construção de suas subjetividades, dentre elas, a precariedade dos coletivos de trabalho. Este conceito deve ser compreendido como a história coletiva do pensar e agir sobre o trabalho, recurso imprescindível para o desenvolvimento da subjetividade individual. Há, portanto, uma individualização dos percursos profissionais, devido às novas modalidades de gestão de pessoas, tais como remuneração individualizada a partir de metas individuais, desenvolvimento individual de carreira, avaliação de desempenho individual, entre outros. Com a fragilização desses coletivos de trabalho, o sujeito perde a possibilidade de participar de discussões sobre os critérios de realização e execução de seu trabalho, encontrando-se em um vazio de

referências, bem como grandes dificuldades para desempenhar sua própria atividade, além de sentir-se privado do reconhecimento pelo outro. Para que haja mudança nesta situação, é necessário que os coletivos adquiram um estatuto de suporte primordial à ação do sujeito, já que os coletivos de trabalho são portadores de uma história comum, ao longo da qual são desenvolvidos recursos, estratégias e ferramentas que subsidiam seus membros na realização de seu trabalho. Por conseguinte, bloquear a capacidade de ação dos trabalhadores consiste, em última instância, em um empecilho do poder dos coletivos em articular estratégias compartilhadas de ação. Em busca do aumento do poder de ação do trabalhador e do fortalecimento de seu coletivo, a clínica da atividade privilegia as metodologias qualitativas baseadas em dispositivos interpretativos que permitam o aumento da reflexividade dos sujeitos sobre suas atividades, a compreensão de suas angústias e sofrimentos, assim como a apropriação de estratégias de enfrentamento do real do trabalho. Para tanto, é necessário provocar o desenvolvimento para estudá-lo, sendo acessível principalmente por métodos indiretos de observação. Uma das formas indiretas para conseguir relançar a discussão no coletivo consiste no método de instrução ao sósia, que propõe uma atividade de reflexão sobre o cotidiano do trabalho. Esse método possibilita que o coletivo de trabalho confronte, no sentido positivo, as maneiras como o trabalhador transmitiu ao sósia (o pesquisador) os fazeres, os gestos, as emoções e as dificuldades de sua atividade. Nesse sentido, proporciona a desconstrução da versão do sujeito sobre sua atividade, ao provocar uma ruptura no encadeamento habitual das ações, levando-o, junto ao coletivo, a descobrir e considerar novas possibilidades de ação e ainda, abandonar outras com as quais mantinha uma aderência e que poderiam ser geradoras de sofrimento e adoecimento. Apesar de ser um eixo teórico-metodológico ainda em construção, constatam-se resultados positivos de sua aplicação, comprovando o caminho promissor desse campo e do método de instrução ao sósia na restauração desses coletivos e na ampliação do poder de ação dos trabalhadores.

Autogestão e “Gestão de pessoas”: possibilidades e desafios para o desenvolvimento de um sistema a partir dos princípios da economia solidária à luz da psicologia sócio-histórica

Maria das Graças de Lima

Este trabalho apresentará o projeto de pesquisa de doutorado, que está em desenvolvimento no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social da PUC/SP. O projeto caracteriza-se como uma pesquisa-intervenção em empreendimentos autogestionários integrantes do

movimento da Economia Solidária. O objetivo desta pesquisa-intervenção é desenvolver um sistema de "gestão de pessoas" autogestionário, a partir dos princípios, conceitos e práticas da economia solidária. Os Empreendimentos da Economia Solidária (EES) nascem inspirados por princípios socialistas, mas estão inseridos e submetidos às leis do mercado capitalista e enfrentam desafios de toda ordem para se desenvolver e se manter em seus princípios e objetivos sem se degenerar como aconteceu com o movimento cooperativista. Diante da urgência de se estabelecer e gerar renda adequada, os EES acabam recorrendo às tecnologias de produção, metodologias de organização do trabalho e gestão que são característicos das empresas capitalistas que evidentemente tem sua eficiência e eficácia comprovadas em termos de produtividade, porém estas formas de produção se dão em detrimento do trabalhador, a partir de relações hierárquicas, verticalizadas e da divisão do trabalho em manual e intelectual. A questão é que ao reproduzir estas práticas, reproduzem também princípios e valores capitalistas como o individualismo e a desigualdade. Um dos grandes desafios para os empreendimentos da economia solidária, que tem como princípio a autogestão, é o que é chamado nas empresas capitalistas de "gestão de pessoas". A começar pela terminologia inadequada quando se trata de autogestão, pois são conceitos antagônicos, uma vez que a "gestão de pessoas" nas empresas capitalistas está delegada a um determinado grupo de "especialistas", dentro de um departamento específico da empresa (RH), que domina habilidades específicas, quase mágicas, e certo número de métodos, técnicas e práticas com o objetivo de "administrar comportamentos" dos trabalhadores a fim de potencializar o que chamam de "capital humano" alinhadas às políticas organizacionais e metas de produtividade. Ao assumir a autogestão como princípio e como prática, a economia solidária se propõe a estabelecer outras formas de relação dos trabalhadores com seu trabalho e nesta medida, forja novas condições de trabalho e relações sociais para as quais os trabalhadores não têm referenciais. A prática da autogestão é muito complexa, e envolve tanto condições objetivas quanto subjetivas, e estas últimas não são condições que brotam espontaneamente como se já fizessem parte da natureza humana. No caso das empresas de autogestão onde os trabalhadores são igualmente sócios, que compartilham direitos, deveres, responsabilidades e resultados, como lidar com as questões que dizem respeito ao "comportamento" destes sócio-trabalhadores? Quais são os problemas que surgem à partir da "política organizacional" dos empreendimentos autogestionários? Como se estabelecem as relações hierárquicas na divisão e organização das atividades uma vez que todos os trabalhadores são igualmente sócios? E os conflitos entre os interesses individuais e coletivos? E os problemas das relações interpessoais, o desenvolvimento humano, o cuidado com a saúde

dos trabalhadores? Como incluir e "qualificar" novos integrantes? Como lidar com todas estas questões sem, contudo perder, ou ainda, melhorar a produtividade dos empreendimentos? Como resolver estas questões a partir dos princípios da economia solidária, a partir de novos conceitos, técnicas e práticas próprias que não reproduzam as práticas e as ideologias excludentes das empresas capitalistas? Ou ainda práticas que busquem apenas a "adaptação" dos trabalhadores às condições impostas pela necessidade de ampliar a produtividade? Enfim, como superar esta forma de organização do trabalho visando a emancipação dos trabalhadores em meio a realidade alienada e alienante que resulta das formas de produção capitalista, a fim de superar o individualismo, a competitividade e promover a solidariedade de classe, onde os trabalhadores tomem consciência de que esta forma de organização do trabalho é também uma ação política e de transformação social? Ao assumir a autogestão como princípio e prática, os EES se constituem como elemento híbrido, que combina características e objetivos dos movimentos sociais e políticos às de empreendimentos econômicos. E nesta medida entendemos que se faz necessário o desenvolvimento de metodologias e sistemas organizacionais do trabalho coerentes com estas características, de forma que ao mesmo tempo em que promovam o desenvolvimento econômico dos empreendimentos possam também proporcionar a emancipação social e política dos trabalhadores. Enfim, o desafio que está posto e que nos propomos a enfrentar nesta pesquisa, é o desenvolvimento de um sistema organizacional diferente dos que existem atualmente que estão impregnados pelas concepções da chamada "administração científica" e burocrática do sistema Taylorista/Fordista e pela racionalidade do sistema Toyotista. O que estamos propondo enquanto novidade é o desenvolvimento e um sistema de "gestão de pessoas autogestionário a partir de conceitos, instrumentos, práticas e técnicas condizentes com estas características e com a proposta da economia solidária que busca a emancipação e não a adaptação dos trabalhadores. E neste momento queremos apresentar os desafios e possibilidades que se apresentam para esta proposta de pesquisa-intervenção.

Coisificação e Simulacro: uma análise socioeconômica das relações modernas produtoras de mutação

Diego Solci Toloy

O presente trabalho tem como objetivo problematizar as relações sociais, acopladas na modernidade aos imperativos econômicos capitalistas, entendendo a conjuntura resultante como produtora de uma realidade aqui tomada como simulacro, ou seja, como algo vivido em

substituição ao real, mas concebido como este a partir da operação, nos sujeitos, de fenômenos como a alienação e fetichismo. Neste sentido, o homem que ganha visibilidade é resultado de uma construção histórica que ora se vê imerso em ilusões, ora se vê aprisionado pelas mesmas, ou seja, um sujeito adormecido ou anestesiado pelo efeito da alienação, habitante de um mundo de ilusões consumíveis e sob o imperativo do gozo, da felicidade compulsória, responsável pelo êxito ou fracasso de sua existência, ao passo que se encontra refém das mesmas relações, desamparado pela impossibilidade de efetivar-se neste gozo propagandeado pelos discursos dominantes, pela deficiência econômica que delimita sua atuação social ou pela constatação de que a realização deste gozo é impossível, dado que é ilusória. De qualquer forma falamos de um homem cujas dimensões da alienação lhe limitam o entendimento sobre a própria existência, permitindo sua captura pelos discursos do capital que justificam sua condição, o codificam e sobrecodificam (trabalhador-bem-sucedido, desempregado-vagabundo, cidadão-marginal, drogatido, louco, etc.), enfim, produzem mutações que nos remeteria a situações kafkanianas. Cooptado pelo discurso do capital, ao sujeito da modernidade só existe uma opção para se efetivar socialmente aos olhos vigilantes da sociedade, e isso se dará mediante o trabalho. Apenas sob a condição de trabalhador este será reconhecido, poderá habitar socialmente os espaços privativamente constituídos, obterá os elementos necessários a manutenção de sua existência, se constituirá identitariamente e se revestirá do senso de dignidade constituída historicamente dentro da moral do trabalho capitalista, o que leva autores como Viviane Forreter a questionar a legalidade deste sistema, visto que exige-se o que não existe como condição para sobrevivência, ou seja, trabalho pleno. Considerado a partir deste prisma, o trabalho moderno efetiva-se pela necessidade de consumo, ao passo que na modernidade consumimos tudo: comida, habitação, deslocamento (carros e outras máquinas constituídas para aniquilar as distâncias), afetos, desejos, saúde, felicidade, etc. Adentramos assim em uma questão limite que versa sobre o que fazer com um contingente populacional impossibilitado de trabalhar, não por adoecimento, invalidez ou qualquer questão que se justifique, mas simplesmente por ser supérfluo, excedente, vidas desperdiçadas como diria Zigmunt Bauman, trazendo à tona outra questão levantada por Forrester, a de que pior do que ser explorado, é não servir nem para ser explorado. Tal questão traz à tona as sobrecodificações e as instituições pensadas para toda sorte de improdutivos como idosos, drogaditos, loucos, entre outros tantos situados a margem da sociedade de consumo. Para lançar luz a estas interrogações partimos de um levantamento bibliográfico que extrapola os limites da Psicologia, permitindo que este saber dialogue com demais ramificações das ciências humanas. Espera-se com isso driblar resquícios

de olhares reducionistas frutos de uma ciência positivista que apesar de atravessada infinitamente por questionamentos, ainda exerce grande influência nos estudos sobre o homem em sociedade, particularmente reduzindo-o a unidades de comportamento. Para tanto, construiu-se um olhar ancorado no materialismo dialético que nos permitisse perfurar as aparências da sociedade, deflagrar suas contradições e incongruências, ao passo que se privilegiou o sujeito imerso nas relações sociais levando em consideração as demandas a ele lançadas na modernidade e o sofrimento contido nestes novos regimes de subjetividade. Dessa forma, na impossibilidade de concluir, nos resta compor os diversos debates que buscam produzir sentido para a conjuntura moderna, rompendo as resistências dos discursos hegemônicos na expectativa de criar novos caminhos discursivos em que o sujeito, seu cotidiano, as demandas impostas por uma sociedade de consumo e os sofrimentos decorrentes adquiram lugar de importância nas reflexões produzidas, abrindo caminho para sua dimensão humana e contingente de singularidades sempre ameaçadas em favor de adequações pertinentes ao sistema de produção.

Configurações contemporâneas do trabalho militar: uma classe-que-vive-do-trabalho

Camila Fernandes Bravo

Este trabalho é parte da tese de doutorado em andamento que visa analisar a formação e atuação das elites dirigentes militares nas questões relacionadas à Defesa Nacional no que tange percepção militar sobre a Defesa, políticas públicas de Defesa, relação Forças Armadas e Sociedade e poder militar no Brasil. Como parte fundamental da burocracia do Estado, as Forças Armadas assumem o monopólio sobre o exercício legítimo da violência. Esta situação implica no Estado especializar uma parte de sua burocracia para se ocupar das coisas das armas e retira o militar, assim como suas habilidades e conhecimentos específicos, do universo das trocas de mercadorias no espaço da sociedade nacional, descategorizando-o, na concepção marxista clássica, como trabalho produtivo. Contrariando a concepção acima e por acreditar na concepção ontocriativa e subjetiva do trabalho em diferentes esferas, propomos, nessa comunicação, refletirmos sobre os militares do Exército brasileiro através da concepção do sociólogo brasileiro Ricardo Antunes, como sendo uma "classe-que-vive-do-trabalho". Essa expressão resgata a concepção do trabalho nos tempos atuais, dando amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreendendo sua efetividade, sua processualidade e concretude (Antunes, 2003, pg 101). Sendo assim, propomos pensar quem são, o que produzem e quais são os efeitos do trabalho militar no tempo presente. Estudar os militares e a forma

como se engendram na concepção do trabalho torna-se fundamental. Poucos são os autores que lançam um olhar sobre a forma e organização militar indo além da descrição da rotina da caserna, retratada exoticamente e desligada do contexto e atuação nacional e internacional. Estudar a profissionalização dos militares, principalmente a formação ideológica nas doutrinas e políticas de segurança e desenvolvimento nacionais das elites militares é extremamente importante. Historicamente vimos que a fragilidade dos sistemas políticos, sociais e econômicos do país e a ausência de um sentimento de Estado forte criou um Leviathan militar, consumado e coroado no golpe civil-militar de 1964 e na implementação do regime ditatorial pelos vinte anos seguintes (Dreifuss,1987, pg. 105). Atualmente vivenciamos o contínuo processo de fortalecimento da democracia e, consequentemente, diminuição da participação dos militares nas questões políticas. É legítimo postular que as relações civis e militares estão em franco processo de construção: mais estáveis que em outros tempos e sem ameaças militares de golpe às instituições, como fizeram no passado. A passagem do século XX para o XXI, fez ressurgir, com particular intensidade, a questão do controle civil sobre os militares como um dos requisitos fundamentais para a consolidação democrática mundial. Um bom exemplo disso, no Brasil, foi a criação do Ministério da Defesa em 1999, chefiado por civis, que passou a regular os mecanismos de definição, preparação e acionamento do aparelho militar. No entanto, o novo quadro comporta uma situação em que os militares seguem empenhados em manter algum grau significativo de influência dentro das condições do novo regime e preocupados em proteger seus valores e bem-estar institucional, principalmente a série de privilégios adquiridos ao longo das intensas participações políticas no país. Sendo assim, entendemos que tanto pelo aspecto da subjetividade social, quanto pelas implicações sociais no cotidiano do país, como a intervenção militar nas comunidades carentes do Rio de Janeiro, por exemplo, cabe-nos apontar e tornar constante a problematização dos processos atuais de formação, organização e atuação dos militares brasileiros. Os resultados apresentados são parciais. Apresentaremos os dados dos anuários da Academia Militar das Agulhas Negras dos últimos 10 anos, incluindo os dados sobre origem social, profissão dos pais e localização regional dos futuros oficiais do Exército brasileiro. Esses dados nos permitem problematizar a questão do recrutamento endógeno da profissão e o perfil social da instituição comparado historicamente. Diante do contexto descrito acima, apresentaremos também uma breve análise dos novos processos de subjetivação identificados na pesquisa. Entre eles: as novas configurações estruturais do Exército (entrada das mulheres na Academia Militar das Agulhas Negras), as novas demandas situacionais (combate ao narcotráfico) e participação política dos militares (criação do Ministério da Defesa

e aumento do controle civil nas questões militares). A relação dessa proposta com o GT Trabalho na perspectiva crítica está diretamente vinculado às proposições de análises de caracterização do e no trabalho militar. Espera-se contribuir para a aproximação do meio acadêmico na compreensão do ethos e do devir militar, enfatizando a importância de estudos sobre os militares como um dos processos primordiais para o entendimento das configurações políticas e sociais brasileiras.

Cursos Técnicos: reflexos na trajetória ocupacional de estudantes

Cláudia Montibeller, Tânia Regina Raitz

Este estudo teve como objetivo caracterizar os reflexos de cursos técnicos na trajetória ocupacional de estudantes com idade igual ou superior a 40 anos, a partir de suas percepções. Os objetivos desta pesquisa se encaixam no Grupo de Trabalho "trabalho na perspectiva crítica" no eixo temático "trabalho" por abordar o trabalho como elemento central na vida dos pesquisados, trazendo alguns elementos pertinentes ao tema. A pesquisa foi realizada numa instituição de Educação Profissional de Blumenau sob abordagem qualitativa. A coleta de dados ocorreu em dois momentos. No primeiro, traçou-se um perfil geral dos estudantes em que foi aplicado um questionário com 40 (quarenta) estudantes, com idade igual ou superior a 40 anos, que frequentam os Cursos Técnicos em Suporte para Informática; Segurança do Trabalho; Enfermagem; Mecânica; Contabilidade; Eletrotécnica e; Edificações. A partir do perfil foi elaborado o roteiro de entrevista, aplicado com quatro estudantes escolhidos de acordo com a disponibilidade dos respondentes do questionário. Levou-se em consideração, também, algumas características de seus perfis: o estudante maior idade entre os que responderam o questionário e ainda cursando o Ensino Médio; um que estava prestes a se aposentar; uma aluna que nunca havia trabalhado fora de casa; um com maior faixa salarial estipulada na pesquisa – todos os entrevistados cursavam o primeiro módulo. As entrevistas foram transcritas e o tratamento de dados foi realizado por meio da análise de conteúdo. Albornoz (1998), Antunes (2004, 2007), Arruda (2002), Ciavatta & Trein (2007), Coutinho (2006, 2009), Dejours (1992, 2004), Elias (1994), Frigotto (1984, 2002), Ferretti (2002), Kuenzer (2000), Raitz (2003), Siqueira (2010) e, Tolfo & Coutinho (2007), são alguns dos autores utilizados para fundamentar o trabalho. Os dados foram analisados por eixos, estipulados de acordo com os objetivos específicos. Os eixos definidos foram quatro: 1) sentidos do trabalho; 2) razão da busca pelo curso técnico; 3) implicações da idade na relação educação e trabalho; 4) o curso técnico e a trajetória ocupacional. Os resultados mostram que no eixo sentidos do trabalho, a subsistência

– sob diferentes perspectivas: alimentação básica e, melhoria das condições de vida. A hombridade e o orgulho demonstraram a valorização. E, uma nova experiência para a entrevistada que nunca havia trabalhado fora de casa. No eixo razão da busca pelo curso técnico, surgiram o retorno financeiro; inserção profissional e; busca por conhecimento – porém sob diferentes perspectivas: conhecimento para se profissionalizar e, agregar conhecimento para profissão. O eixo implicações da idade na relação educação e trabalho foi dividido em duas categorias: imaginário dos estudantes e; percepção da aposentadoria. A primeira categoria se referia à imagem que os pesquisados acreditavam que seus colegas de trabalho e estudo tinham a seu respeito e os elementos encontrados foram: igualdade; ser uma referência para os colegas; e a crença dos colegas estarem o olhando com "outros olhos" que traz um sentimento que o faz sentir-se incluído. Na categoria percepção da aposentadoria, apesar de um deles estar prestes a se aposentar, nenhum dos estudantes a veem como sinônimo de parar de trabalhar, mas como melhoria das condições de vida e, tranquilidade advinda da possibilidade de um ganho extra. O eixo curso técnico e trajetória ocupacional foi dividido em duas categorias: reflexo do curso técnico e; expectativas para o trabalho e estudo. Na primeira categoria o aumento da remuneração, a valorização, o sentimento de estar incluído e a relação teoria e prática foram os elementos mais mencionados. Entretanto, os reflexos formam além do esperado pelos estudantes. Um deles relata ter melhorado a convivência e a relação com as pessoas e visto que o mundo é mais além do que ele imaginava. Na categoria expectativas para o trabalho e estudo vários elementos foram mencionados: a inserção no mercado de trabalho; a mudança de setor de trabalho; abrir o negócio próprio e; a ascensão profissional que leva à uma melhora nas condições vida. Além desses, a continuidade dos estudos foi citado pela maioria dos entrevistados. A pesquisa mostra que o trabalho foi o motivo pelo qual alguns estudantes deixaram os estudos e também a razão do seu retorno. Os sentidos atribuídos à aposentadoria e ao trabalho não são estáticos, sendo que vários fatores interferem – remuneração, valorização, reconhecimento, relacionamento interpessoal, conhecimento etc. Os entrevistados relatam a falta de tempo para além do trabalho e dos estudos. Não veem a idade como empecilho para o trabalho e estudos e mostram-se otimistas quanto ao futuro. Apesar de nenhum dos estudantes estarem desempregado, esta é uma situação que causa sofrimento. Enfim, os cursos técnicos refletiram positivamente na trajetória ocupacional dos entrevistados e, em alguns casos, superaram as expectativas iniciais dos estudantes, mesmo ainda estando no primeiro módulo.

Economia Solidária e saúde mental: experiência de formação para CECCOS no município de São Paulo

Elisa Wajskop Marcondes Machado, Júlia Marabesi Moreira Freire, Elisa Zaneratto Rosa

Há alguns anos, os estágios do núcleo de trabalho do curso de Psicologia da PUC-SP acompanham grupos de trabalho e geração de renda ligados a serviços da rede substitutiva de saúde mental. Ao longo dessa experiência, uma das necessidades observadas foi a ampliação da articulação de tais ações com a participação desses grupos na Rede de Saúde Mental e Economia Solidária, que reúne diversos projetos de geração de trabalho e renda no Estado de SP ligados aos serviços públicos de saúde mental. As necessidades de formação apontadas pela Rede e observadas no cotidiano dos empreendimentos levou à elaboração, pelos estagiários da graduação de psicologia e alunos do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da PUC/SP, em conjunto com a Rede Ecosol, de um Projeto de Curso de Economia Solidária e Saúde Mental. O objetivo do referido curso é promover a formação de multiplicadores sobre os princípios e práticas da economia solidária, buscando contribuir para o avanço desses empreendimentos, para o fortalecimento das redes locais e para a sistematização das necessidades no campo das políticas públicas de saúde mental e economia solidária. A intervenção aqui apresentada, caracterizada por uma atuação regional (envolvendo os CECCOS da Região Sudeste de São Paulo), funcionou com uma experiência piloto do curso previamente planejado para ser oferecido para toda a Rede Ecosol. O Curso, oferecido a usuários, trabalhadores e técnicos dos projetos de geração de trabalho dos CECCOS Mooca, Nóbrega, Ibirapuera, Vila Guilherme, Vila Prudente, aconteceu em 9 encontros com duração de três horas, totalizando uma carga horária de 27h. Orientado por referências críticas do campo da Psicologia Social do Trabalho e da Reforma Psiquiátrica, teve como objetivo a capacitação de agentes multiplicadores sobre os princípios e práticas da economia solidária, visando oferecer subsídios norteadores para as ações dos CECCOS nos projetos de geração de trabalho no campo da saúde mental. A metodologia combinou conteúdos teóricos com atividades práticas e procurou responder às demandas dos participantes, sendo que ao longo do processo, os conteúdos e atividades foram reformulados de acordo com estas demandas. Como estratégia o grupo foi motivado à prática da autogestão durante todo o curso, de modo a compartilhar algumas tarefas importantes para o bom andamento do processo. Tais tarefas foram definidas pelo próprio grupo e a cada encontro os participantes foram motivados a se revezarem na execução destas atividades. Para desenvolver os conteúdos foram utilizados textos, aulas

expositivas, atividades práticas, dinâmicas e apresentação de vídeos como motivadores dos processos coletivos de reflexão. Os conteúdos procuraram abranger conceitos fundamentais da economia solidária bem como discussões sobre saúde mental e trabalho, formação de redes, organização e gestão dos grupos de geração de trabalho e renda. Alguns convidados participaram das conversas em temas específicos para compartilharem experiências consolidadas em saúde mental e economia solidária. A intervenção proporcionou diversos resultados, que contribuem para que usuários e técnicos possam executar e organizar projetos de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária, enfrentando questões cruciais da organização do trabalho própria do modo capitalista de produção, que tem implicações significativas na direção proposta pela Reforma Psiquiátrica. Alguns processos proporcionados pelo curso foram: resgate das histórias particulares dos grupos de geração de renda e, a partir disso, reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano; ampliação da discussão sobre Economia Solidária e maior apropriação de seus princípios básicos; discussão sobre a Rede Ecosol e o que ela apresenta como movimento social; problematização dos papéis exercidos por usuários e técnicos e possibilidades de trabalhar a autonomia em cada grupo; qualificação em relação à definição, apresentação e precificação dos produtos; criação de uma rede local que permita um ambiente de trocas contínuas entre CECCOS. O movimento da luta antimanicomial no Brasil, que redesenhou a perspectiva e o modelo de atenção à saúde mental no país, traz como desafio a instauração de uma política de saúde mental que assegure a condição de cidadania daqueles que historicamente foram silenciados e tomados como sujeitos inválidos para a participação social. Neste contexto, um desafio se coloca para as políticas públicas: o trabalho se apresenta como fundamental para a produção de novos sentidos na trajetória dos usuários e para a construção de cidadania. Tendo em vista esse desafio, a criação de projetos de geração de trabalho aos usuários da rede de saúde mental e o exercício contínuo das potencialidades da economia solidária se mostram essenciais para a efetivação de uma atenção comprometida com a perspectiva da Reforma Psiquiátrica brasileira. Os empreendimentos dessa rede substitutiva se sustentam nos recursos próprios da saúde mental, sendo necessário o fomento de políticas para sua qualificação e seus avanços. A possibilidade de formação e ressignificação em relação ao trabalho, à economia solidária e seus princípios e às diretrizes para a gestão dos empreendimentos se apresentaram como fundamentais para o avanço dessas experiências na direção a ser conquistada.

Eles não usam black-tie: o protagonismo do trabalhador operário

José Estevam Salgueiro

Uma abordagem crítica da obra de arte como de manifestação ético-estética da condição da existência humana; da obra de arte como metáfora da realidade social; a obra de arte como expressão e entendimento das dimensões objetiva e subjetiva do ser humano, o que propicia fecundo campo de análise e de experiência formativa na área da psicologia social. Análise do texto teatral Eles não usam black-tie, de Gianfrancesco Guarnieri, de 1958 e sua versão cinematográfica, de 1981, com direção de Leon Hirszman, obras tomadas na relação forma-conteúdo, segundo o método objetivo analítico proposto por Vigotski, neste caso, considerado principalmente o enredo das obras, isto é, conjunto e sequência de acontecimentos, personagens e suas ações ("a trama dos fatos", pois o teatro, e por extensão o cinema, pode ser tomado como "não é a imitação de homens, mas de ações e de vida"). As obras de arte escolhidas para este estudo propiciam perceptivas de análise do trabalho tomado em suas características e situações de tensão e conflito; a leitura do mundo feita pelas obras de arte escolhidas efetiva o trabalho como atividade prototípica do ser social, com suas relações de poder, exploração e alternativas para a superação dessas tensões e conflitos e, dessa forma, possibilita articulações com os campos de produção e atuação da psicologia, como ciência e como prática. O texto, tanto em sua versão teatral quanto na cinematográfica, evidencia a mediação ideológica nas relações e na constituição dos sentidos e significados das experiências e da realidade; evidencia o trabalho como o compor privilegiado no qual das dimensões objtica e subjetiva da realidade se enredam e se realizam. Guarnieri coloca, pela primeira vez no teatro brasileiro, o operariado como protagonista, com suas contradições, necessidades e perspectivas pouco depois de Nelson Rodrigues ter feito o mesmo com a classe média urbana carioca, em Vestido de Noiva (1943): a nacionalização e atualização do protagonismo irá permitir que o público brasileiro possa se reconhecer em cena, com a possiblidade de uma apreensão e reflexão críticas sobre suas identidades.

Estereótipos e preconceito em relação às pessoas com deficiência: a perspectiva dos gestores

Victor Dinalli Ornellas Iglesias, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas

O presente trabalho teve como objetivo, por meio da de análise qualitativa de entrevistas com 114 gestores acerca da avaliação que eles fazem sobre o desempenho de funcionários com deficiência, investigar os motivos que levaram aqueles a avaliarem o desempenho destes seus

funcionários de acordo com o tipo de deficiência. O trabalho relaciona-se com o GT "Trabalho na perspectiva crítica" uma vez que trata dos processos de inclusão das pessoas com deficiência no âmbito laboral considerando os fatores da exclusão, adotando uma perspectiva teórico crítica. Visando investigar a problemática abordada, o presente trabalho utilizou, como referencial teórico, as obras de autores que abordam a questão entre trabalho e exclusão, o vínculo entre o trabalho e o excluído, o marginalizado. Além disso, buscou-se também relacionar o trabalho à questão da exclusão, do excluído, com a ideologia capitalista. A exclusão, de acordo com Castel (1995) caracteriza-se pelo isolamento social, conjugando o trabalho, ou sua falta, como aspecto determinante para exclusão, ou não, do sujeito. Este processo não pode ser entendido dissociado de uma perspectiva da normalidade que, de acordo com Foucault (2002) e Scott (1999), categoriza as pessoas e marginaliza e exclui aqueles que são identificados como pertencentes ao estereótipo da anormalidade. Além disso, Crochik (1995) e Foucault (2002) afirmam que a cultura produz os estereótipos visando manter a ordem social, pois os excluídos, por não se encaixarem no padrão da normalidade, acabam por trazerem à luz as incongruências e mazelas da sociedade, sendo uma ameaça à manutenção da ordem social, necessitando, por isso serem excluídos. Subjacente ao processo de exclusão, sofrido pelas pessoas com deficiência (PcDs), está o preconceito. Freud em "O estranho" (1919/2006), afirma que aquilo que nos é estranho, repulsivo [que pode ser entendido como o objeto do preconceito] o é, pois evoca aquilo que em nós está recalcado, aquilo que não queremos reconhecer em nós mesmos – sendo por isso, angustiante. Deste modo, evidencia-se que tanto em nível micro, quanto macro [social], o contato com a deficiência desvela as fissuras individuais e sociais.Apesar deste cenário de exclusão e preconceito, ações têm sido tomadas visando à inclusão daqueles excluídos. Não obstante, essas ações apesar de visarem à inclusão, ao focarem na exclusão tem se mostrado excludentes, como mostra o baixo percentual de vínculos empregatícios ocupados por PcDs no Brasil (MTE, 2010). Como metodologia realizou-se análise qualitativa de 114 entrevistas com gestores que trabalham diretamente com PcDs. A partir da análise de conteúdo foram identificados quatro principais temas relacionados aos motivos da avaliação diferenciada por tipo de deficiência: avaliação do desempenho das PcDs comparativamente às pessoas sem deficiência; facilidade/dificuldade para trabalhar com tipo de deficiência; estereótipos que os gestores atribuem às PcDs; e adequação da deficiência ao cargo. Posteriormente, ao final destas analises chegou-se aos seguintes resultados: sobre a avaliação do trabalho das pessoas com deficiência, 71,2% dos gestores avaliaram como igual, ou melhor, em relação aos funcionários sem deficiência. Destes, 47,2% relataram que esses

funcionários são pessoas com deficiência física.Acerca da facilidade/dificuldade de se trabalhar com PcDs, a deficiência física teve maior porcentagem de facilidade e menor de dificuldade – 59,3% e 9,3% respectivamente – números justificados pelos gestores pela facilidade de adaptações para tal deficiência e pelo fato de a deficiência nem ser notada. PcDs Visuais e Intelectuais foram caracterizadas pela dificuldade de se trabalhar – 35,6% e 30.9% - explicado por estas deficiências não se adequarem aos cargos. Dos gestores, 71% relataram adequar a deficiência ao cargo, visando maior produção. Foi verificado nas entrevistas que os gestores avaliam o desempenho das PcDs comparando com as pessoas sem deficiência. Quando existe uma adequação entre o perfil da PcD e a função, o desempenho é bem avaliado, por exemplo, tem as habilidades cognitivas necessárias, o déficit auditivo não prejudica a comunicação etc. No entanto, quando existe um problema no desempenho a explicação é atribuída à deficiência ("não consegue raciocinar"), ao fato da pessoa não aceitar a deficiência etc. A associação feita entre desempenho e deficiência "economiza" o tempo e as angústias geradas pela busca de entendimento da complexidade das questões relacionadas à inclusão. Confirma-se, também, a existência de uma categorização diferenciada para as pessoas com deficiência, associando problemas de comportamento e desempenho à deficiência (estereótipos). Além disso, a deficiência física é a que possui menor estereótipo negativo. O relato dos gestores sobre a deficiência física, no sentido de que não se nota a deficiência, revela que esta lhes é menos angustiante. Questão também evidenciada pelo fato de que alguns gestores justificarem o bom rendimento de algumas pessoas com deficiência auditiva devido ao uso, por estas, de aparelhos auditivos – encobrindo a deficiência. Em suma, esses resultados demonstram que a entrada das PcDs no mercado de trabalho ainda se mostra excludente e segregadora com relação aos tipos de deficiência, o que pode ser explicado pelo preconceito e pela lógica capitalista dominante.

O Trabalhador nos serviços substitutivos de saúde mental: recursos humanos ou sujeito de direitos?

Maria Aparecida de Moraes Burali

Este trabalho trata de aspectos abordados na pesquisa em nível de doutorado desenvolvida junto ao Núcleo de Trabalho e Ação Social (NUTAS) no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP, e tem por objetivo apresentar uma análise crítica do processo de construir trabalho num Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), tendo como foco os trabalhadores dentro deste contexto de Reforma Psiquiátrica. Se houve avanços inegáveis no processo de Reforma Psiquiátrica brasileira, dentre a redução de leitos em hospitais psiquiátricos e a estruturação de

uma rede de serviços substitutivos e dentre eles o CAPS, que é considerado a principal alternativa ao modelo do manicômio, contando atualmente, conforme dados do Ministério da Saúde, com 1.981 Caps em todo o território nacional. O que podemos falar sobre os trabalhadores em saúde mental como sujeito de direitos, em todo esse processo? Se apostamos nos CAPS, não como um lugar estático, mas como um dispositivo estratégico e principal articulador para as ações desinstitucionalizantes no território, devemos convir que para além da habilitação desses serviços, a tarefa é enorme no sentido de produzir modos de funcionamento que sejam disparadoras de ações confluentes e condizentes com a proposta de que o CAPS é este "lugar" que se propõe não só a fazer a crítica ao mundo manicomial, mas, junto com outros dispositivos da Rede em Saúde Mental, oferecer possibilidades concretas à sociedade em direção a um novo modo de operar com a loucura no território. A tese aqui defendida é de que para que o CAPS caminhe neste compasso, a figura central são os trabalhadores de saúde mental, que são os principais construtores deste processo. Portanto, faz-se necessário incluir nas pautas da reforma psiquiátrica e nas políticas públicas que tratam com a gestão para o trabalho e a educação em saúde, esses trabalhadores como sujeitos de direitos, e direito a um trabalho humanizado. Pois estamos nos referindo a um trabalho de alta complexidade, múltiplo, interdisciplinar, interprofissional, transdisciplinar e intersetorial, que só poderá se efetivar num espaço participativo, solidário, com amplas trocas e articulações, que vão na contra mão dos modelos de gestão altamente verticalizados e centralizadores, que inviabilizam na prática tanto a construção de processos de trabalho, quanto a constituição de trabalhadores aliados aos ideários da reforma psiquiátrica. É nesta direção de tecer uma análise crítica do trabalho neste contexto que seguiu esta pesquisa, referenciada pelos pressupostos teóricos e metodológicos da Psicologia Sócio-histórica; que tem suas bases na Psicologia Histórico-cultural de Vigotski (1896-1934) e nos pressupostos do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels. A pesquisa no campo foi realizada em um CAPS, tipo II, no município de Maringá/PR, inspirada nos princípios da pesquisa participante, no período de fevereiro a dezembro de 2012. O caminho metodológico possibilitou identificar neste contexto de trabalho algumas dimensões subjetivas que se interconectam e produzem modos próprios de funcionamento que tendem a se reproduzir no plano do discurso e se cristalizar em práticas, que desqualificam os trabalhadores em saúde mental, produzindo uma despotencialização dos mesmos enquanto sujeitos ativos neste processo de construção do trabalho. Resultado, principalmente, de uma política local de gestão que produz desvalorização e desqualificação do trabalhador em saúde mental, reduzindo-os de fato, a meros recursos humanos. De igual modo, este é um trabalho em que o trabalhador conta

com sua própria subjetividade como matéria prima para realização do seu fazer, o que gera intenso sofrimento psíquico, agravado principalmente por um contexto, que para além da precarização total das condições de trabalho, apresenta incoerências enormes com as diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental. De modo que o sofrimento vivido no trabalho também está intimamente relacionado com a falta de formação e capacitação para o trabalho neste novo formato solicitado nos serviços substitutivos. A pesquisa ainda evidenciou que tais aspectos precisam ser analisados à luz do contexto sócio-histórico. Neste caso, a concepção do louco e da loucura, no município de Maringá-PR está intrinsecamente articulada com a estruturação dos serviços substitutivos no município e ao modelo de gestão instituído, que recriam o "não lugar" para o louco e a loucura na sociedade, em prol da ideologia dominante e governante, que contamina saberes e fazeres nas práticas de trabalho. Esta análise fornece indícios para compreender como uma Política Pública, especificamente a Política Nacional de Saúde Mental, na sua implementação, ao passar pelo crivo dos estados e municípios, tomam contornos diversos, aparências que conformam ou deformam aquilo que foi prenunciado na lei, neste caso, a Lei 10216/2001, tendendo a partir do inscrito no tecido social (re) produzir o lugar ou o não lugar para os sujeitos em sofrimento psíquico e despotencializar os trabalhadores como sujeitos centrais nesta árdua e paradoxal tarefa de construir sujeitos de direitos e cidadania.

O trabalho docente feminino na Educação à Distância numa perspectiva crítica: esboçando uma análise

Ana Cláudia Uchôa Araújo, Patricia Holanda

O XVII Encontro Nacional da ABRAPSO tem por objetivo criar espaços de potência dialógica e acadêmica, nos quais serão discutidos as práticas sociais, as políticas públicas e os direitos humanos, temas caros à Psicologia Social. Em consonância com esta ideia, apresentamos a investigação sobre o trabalho docente na Educação a distância, executado pela professora tutora a distância, a ser discutida no GT Trabalho na Perspectiva Crítica, em virtude das reflexões que vem a suscitar sobre o papel da mulher na contemporaneidade e os seus desdobramentos para o hoje, o que não pode ser compreendido dissociado do lugar ocupado pelo ser feminino no atual modo de produção capitalista, na sociedade brasileira. É sabido que a presença feminina no magistério brasileiro nas décadas de 1930 e 1940 coincidiu com o período em que passamos pela Revolução Industrial no Brasil e o ingresso dos homens no chão de fábrica. Eis a gênese deste ingresso. Na atualidade, a mulher, novamente, tem assumido os postos docentes, no contexto da educação virtual. Desta maneira, a relevância da investigação reside no fato de que,

ao se estudar o percurso feminino na docência, divulgam-se os achados acerca da história da mulher brasileira no mundo do trabalho, bem como os processos de construção de subjetividades, inclusão e exclusão que o permeiam, sobretudo, num período em que a crescente utilização das TIC's na educação "empurra" a mulher para o mundo além e, muitas vezes, dentro de sua casa, obrigando-a a assumir uma jornada dupla ou tripla, em nossa sociedade de informação. Este estudo integra uma pesquisa em desenvolvimento na Linha de Pesquisa de História da Educação Comparada, no âmbito do eixo temático de Educação Comparada, do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da UFC, a qual tem por objetivo investigar como vem se estabelecendo a feminização do magistério brasileiro, a partir da Segunda República, marco histórico de mudanças econômicas e sociais em nosso país, ao mesmo tempo em que se empreende um estudo comparativo com os dias atuais, notadamente, com o trabalho virtual e real desempenhado pela mulher na Educação à Distância. Para o referencial teórico, conta-se com estudiosos que tratam da feminização do magistério e da história da educação, como Chamon (2005), Romanelli (2005), Demo (2012), bem como de autores que discutem o trabalho feminino no contexto da informatização, reestruturação produtiva e reestruturação capitalista, como Segnini (1998), entre outros, além do arcabouço legal do período investigado. Quanto aos procedimentos metodológicos, a fase inicial da pesquisa se enquadra como bibliográfica, amparada em Flick (2009), Lüdke e André (1986) e Lakatos e Marconi (2005), uma vez que vem sendo empreendida em livros, artigos e documentos que contemplam a temática estudada. A leitura e a pesquisa, embora em fase de andamento, permitiram algumas inferências sobre o trabalho docente feminino no magistério nas décadas de 1930 e 1940 e na atualidade. Em primeiro lugar, esta participação, apesar de ser vista como a única oportunidade de emancipação proporcionada às mulheres daquela época, não pode deixar de ser encarada como vigiada, pois o exercício do magistério era uma das poucas profissões que poderiam ser desempenhadas pelas mulheres, com plena aceitação social. Em segundo lugar, olhando para o contexto do hoje, o magistério feminino na EaD se reveste de sincronismo e parcelarização, uma vez que, seu trabalho mobiliza diversos e novos saberes, que vão desde os didático-pedagógicos, relacionados à docência propriamente dita, até aqueles tecnológicos, que envolvem o conhecimento acerca do ambiente virtual de aprendizagem e as ferramentas tecnológicas utilizadas para a mediação entre o conhecimento e o aluno, estando integrado ao trabalho dos demais componentes de um núcleo de EaD, com os quais divide a responsabilidade pelo ensino e aprendizagem.

Psicologia e formação dos/as trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários

Maria Luisa Carvalho, Marilene Zazula Beatriz

O presente trabalho é um relato de uma experiência de formação de trabalhadores/as de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), participantes de Feiras Universitárias de Economia Solidária de uma universidade privada, no Estado do Paraná. Para além da geração de trabalho e renda, da diminuição da exclusão e desigualdades sociais, a Economia Solidária (Ecosol) visa à superação do capitalismo, através da promoção de uma nova forma de produção e consumo, pautada autogestão e na solidariedade (Solidária, 2007; Singer, 2009). Entre o projeto e a realidade, a Ecosol enfrenta diversas dificuldades, como alcançar níveis de eficiência na produção e comercialização comparáveis aos da economia capitalista (Singer, 2002; Tomé, 2005) e os baixos níveis de escolaridade e de qualificação de seus/suas integrantes (Melo, 2006). Outro desafio é a incorporação dos valores da Ecosol, uma vez que, ao ingressarem nos EES, os/as trabalhadores/as trazem arraigados os valores liberais (Melo, 2006; Miranda, 2013). Destaca-se que não há um consenso em relação à Ecosol, e que a mesma também é alvo de críticas. Assim, ao mesmo tempo que ressalta a importância de ações de enfrentamento ao capitalismo, Farias (2013) sustenta que a Ecosol não constitui nem uma nova economia e nem uma economia solidária, mas um conjunto diferenciado e heterogêneo de organizações, com características autogestionárias, que implicam, ao mesmo tempo, em rupturas e complementaridades à forma de produção capitalista. O presente relato de experiência aborda a temática do trabalho e considera que o mesmo ocupa um lugar central na constituição da subjetividade, uma vez que a maneira como é organizado conforma modos de agir, pensar, sentir, enfim de ser. Adota uma perspectiva crítica sobre a questão, seja devido a seu objeto de estudo - a Economia Solidária – que, conforme já comentado, apresenta-se como uma proposta crítica e alternativa ao capitalismo – seja por sua abordagem teórica – a Psicologia Sócio-Histórica – que considera o mundo psicológico e a realidade social como indissociáveis, e que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, deve colaborar para a emancipação e transformação social que favoreçam melhores condições de vida necessárias à saúde psicológica (Bock, 2001). A experiência relatada surgiu a partir de demandas identificadas nas Feiras de Ecosol realizadas anteriormente, que indicaram a necessidade de promover oficinas de formação com os/as trabalhadores/as dos EES e que estas abordassem as dimensões técnica (gestão), política (princípios da Ecosol) e relacional (relações interpessoais). Organizou-se então, um Projeto de

Extensão, realizado durante o período de 2009 a 2012, coordenado pelo curso de Psicologia, com a colaboração de alunos/as de graduação, num total de 8 oficinas, com média de participação de 15 EES e 20 trabalhadores/as. Para participar das feiras e também das oficinas, os empreendimentos deveriam ser integrantes ativos do Fórum Municipal e/ou Estadual de Ecosol. As oficinas de formação aconteceram concomitantes as semanas das feiras solidárias, sempre no período da tarde. Além da área de Psicologia, o projeto envolveu outras áreas de conhecimento como: design de moda, informática, administração, publicidade e propaganda, fotografia, estética e educação física. Baseada na Educação Popular de Paulo Freire (1979), e através de metodologias diversas (dinâmicas de grupo, vídeos, discussões), as oficinas contribuíram para a construção coletiva de saberes; maior coesão grupal e reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos EES (falta de apoio governamental, disputas internas de poder). Durante a experiência das oficinas de formação, ficou evidente o quanto os/as trabalhadores/as ainda estão fortemente orientado por valores da sociedade capitalista, imperando o individualismo, o que dificulta sobremaneira a coesão e a autogestão. Esse é um desafio constante, ao EES, haja vista que, ao mesmo tempo, que a organização do trabalho na Ecosol favorece a produção de uma subjetividade pautada na cooperação, na solidariedade, seus/suas trabalhadores/as inserem-se em uma sociedade capitalista, e, portanto, não estão alheios aos seus valores e modos de subjetivação. Tal situação requer a formação e a auto-crítica constantes. Os/as trabalhadores/as também demonstraram total desconhecimento sobre a formação de preços de seus produtos, fato extremamente impactante na geração de renda e viabilidade do EES. Ao final do processo, consoante com Singer (2002) e Tomé (2005), identificou-se a necessidade de que as oficinas fossem continuadas para que se promovessem um maior fortalecimento dos EES. Destaca-se que o projeto, propiciou aos psicólogos/as e alunos/as que dele participaram, formação e experiência em uma nova forma de organização do trabalho (Ecosol), distinta e questionadora dos modelos hegemônicos capitalistas, e que, consoante Coutinho et al. (2005), amplia a atuação dos/as psicólogos/as sociais e do trabalho no que se refere às vivências de prazer e sofrimento dos/as trabalhadores/as; promoção da consciência crítica e da autonomia; re-significação da identidade do/a trabalhador/a e fortalecimento do vínculo grupal.

Psicologia Sócio-histórica: o cortador de cana frente ao atual cenário socioeconômico do Brasil

Luciano Ferreira Rodrigues Filho

A cana de açúcar faz parte da história do Brasil, nestas terras encontrou lugar propício para o desenvolvimento desta cultura. A sociedade, entre senzalas e a casa grande, aprendeu a aprimorar o "fazer" açúcar. A cana de açúcar fez parte e influenciou modos de vida. A cana de açúcar acompanhou 500 anos de história, interferindo e mudando jeitos e hábitos dos que estavam envolvidos direta ou indiretamente. Criou estilos de vida e de como atuar com a plantação e produção do açúcar e também do etanol. As tecnologias se desenvolveram, em partes, o caboclo, o trabalho dos escravos de tempos atrás não se alterou, no máximo possui registro com direitos estabelecidos pela CLT. O trabalho não mudou: limpeza, corte, enleiramento e desponte, ou seja, cortar. Uma única ação. Estes sujeitos envolvidos com o trabalho do corte de cana seguem os mesmos rituais, são sujeitos reificados. Não apresentam seus nomes, histórias, filhos, caminhos, são apresentados apenas seus números: média de produção e dias efetivos de trabalho. Talvez pensando sobre estes trabalhadores e sua saúde, está sendo implementado a Resolução nº 076, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recurso Hídricos - SEMA, do Estado do Paraná, do dia 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a eliminação gradativa da despalha da cana de açúcar através da queima controlada e dá outras providências. No artigo 4º expõem que nas áreas não mecanizáveis, a utilização da queima controlada deverá ser eliminada até a data de 31 de dezembro de 2030, desde que exista tecnologia viável. Com isto, o trabalhador do corte de cana tem data do fim de sua atividade. É com esta realidade que surge o objetivo desta pesquisa: o que será do trabalhador do corte de cana na região do Norte Pioneiro do Paraná? Região fortemente dependente do trabalho do corte da cana. Quais são suas saídas possíveis? Procurando outros trabalhos, estes ainda serão penosos? Com o propósito de realizar uma análise utilizando como referencial teórico a Sócio-Histórica, tendo como categoria o trabalho penoso e como o trabalhador se sujeita a estas formas de trabalho. Analisar o fenômeno do trabalho penoso nesta região, consiste nesta visão de totalidade e da unidade para que se possa compreender o real núcleo motor do fenômeno. Por outro lado, a atual situação do Brasil, este trabalhador está aproveitando o boom da demanda por trabalhadores, partindo para outras atividade: pequenas empresas, comércio e, principalmente, construção civil . Assim, não está sendo a mecanização culpada pelo fim da atividade do corte de cana, e sim as outras possibilidades. E neste ponto que a pesquisa se instaura, como aponta Gomes (2010) a penosidade existente no trabalho dentro dos canaviais, na qual o autor já dissertou sobre, nos resta aprofunda em outro nível: a perpetuação do trabalho penoso fora dos canaviais. Conforme a questão de Mészáros (2004, p. 327), "[...] os indivíduos,

equipados com a ideologia da classe a que pertencem, ficarão do lado da causa da emancipação, que se desdobra na história, ou se alinharão contra ela?".

Saúde mental e trabalho no Brasil: configurando uma área do conhecimento

Juliano Almeida Bastos, Adélia Augusta Souto de Oliveira

A relação entre saúde mental e trabalho tem se mostrado um interesse crescente de pesquisadores que ao longo das últimas três décadas apresentam uma produção acadêmica diversificada em suas concepções teóricas e metodológicas, consolidando uma abordagem crítica do trabalho no Brasil. Nessa perspectiva, a pesquisa a ser debatida no GT "Trabalho na perspectiva crítica" deve problematizar a categoria trabalho na interlocução com a saúde mental, o que contribuiria com nossa reflexão, visto que a categoria trabalho será colocada em debate. Pretende-se investigar como a área da Saúde mental e trabalho tem se desenvolvido realizando uma metassíntese da produção apresentada pela Pós-Graduação brasileira. Nessa proposta apresenta-se parte da dissertação de mestrado que utiliza pressupostos teóricos da Psicologia Social Crítica, tomando o trabalho como categoria central nos processos de constituição de sujeito. Tem-se como base de dados o banco de teses e dissertações da CAPES e a BVS-PSI, estes escolhidos por abrigarem relevante produção acadêmica no contexto da Pós-Graduação do Brasil. Os documentos foram coletados a partir de 30 descritores de busca que foram definidos com base na literatura existente na área. A análise apresentada se configura a partir de 4 etapas: Exploração, Refinamento Cruzamento e Descrição. Parte-se de 1425 documentos coletados na fase de Exploração e após os procedimentos realizados nas fases de Refinamento e Cruzamento, chega-se a 219 documentos que representam a produção da área da Saúde mental e trabalho na Pós-Graduação brasileira. Os primeiros resultados mostram que: 70% das teses e dissertações são provenientes do banco da CAPES enquanto que 30% advêm da BVS-PSI; o descritor saúde mental e (no e do) trabalho é o mais eficiente na captura dos documentos na área de Saúde mental e trabalho, respondendo por 70% do total de documentos encontrados. Na fase de Descrição, são apresentadas informações imprescindíveis para compreender-se como a área da Saúde mental e trabalho está constituída no Brasil. Nessa fase são descritas informações como: tipo de trabalho desenvolvido no âmbito da Pós-Graduação, série histórica ano a ano dessa produção, áreas de conhecimento vinculadas, mapeamento geográfico por estado brasileiro e filiação institucional da teses e dissertações produzidas. Com os resultados alcançados na fase de Descrição, tem-se uma visão abrangente acerca do desenvolvimento dessa área do conhecimento. Um primeiro aspecto diz respeito ao tipo de

documento, sobre este aspecto verifica-se que: 84% dos documentos são dissertações e apenas 16% são teses; o primeiro trabalho encontrado data de 1989 e até o ano de 1999 foram produzidos 12% do total de documentos, sendo a maior parte da produção, 88% das teses e dissertações, produzidas entre os anos de 2000 a 2012. A Psicologia mostra-se hegemônica no conjunto da produção em nível de Pós-Graduação da área da Saúde mental e trabalho, pois, dentre as 20 áreas do conhecimento identificadas, 57% do total de documentos são identificados com a área da Psicologia. É São Paulo o estado em que mais se encontra produção na área, 27% das teses e dissertações encontradas são provenientes desse estado, o Rio Grande do Sul com 16% e o Rio de Janeiro com 14%, são mais dois estados que apresentam maior produção, seguidos do Distrito Federal, com 9% e de Minas Gerais, com 8% do total de documentos. Dezenove estados da federação, distribuídos nas cinco regiões do país apresentam produção na área. São 50 as instituições das quais as teses e dissertações são provenientes, destacando-se a USP que apresenta sozinha 10% da produção, a UFRJ com 7%, a UFRS e a UNB com 6%, e a PUC-RS e a UFMG com 5% do total de documentos. Desse modo, as repercussões da presente investigação, aprimora o método da metassíntese, que se propõe transpor a síntese e ir além da condensação dos dados buscando um conhecimento que se apresenta no cruzamento das informações, no confronto e nas relações estabelecidas entre as informações. A reflexão aqui proposta está na direção de um trabalho de análise crítica da produção da Pós-Graduação brasileira.

GT 32. "ECOLOGIAS OUTRAS": TRAÇADOS POÉTICOS, ESTÉTICOS E POLÍTICOS

A (in)sustentabilidade da imagem

Leandro Belinaso Guimarães

O ensaio foi escrito para ser apresentado e discutido no Grupo de Trabalho (GT 32) "Ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos", no XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), sediado em Florianópolis, no segundo semestre de 2013. Ele deriva-se de uma pesquisa de pós-doutorado focada em pensar, a partir da crítica pós-estruturalista dos estudos culturais, as imagens da sustentabilidade circulantes no tempo presente, sobretudo, em jornais impressos e digitais brasileiros. Para este artigo, o foco está em uma imagem veiculada em um Caderno jornalístico sobre meio ambiente e sustentabilidade do jornal "O Estado de São Paulo". Trata-se da capa que inaugurou uma série de Cadernos mensais sobre tais temáticas ao longo do ano de 2009. A imagem – o conjunto de palavras, símbolos,

fotografia e espaços em branco de uma página de jornal – abriga uma reconhecível e "naturalizada" foto sobre a poluição ambiental. Desde os movimentos contestatórios ecologistas dos anos 1960 e 1970, fumaça saindo de fábricas vem sendo algo muito visível nas sociedades quando se trata de mostrar didaticamente a poluição. Mais recentemente, contudo, o foco nos automóveis parece se acentuar e substituir o cenário das distantes, agonizantes e, cada vez mais, cotidianamente "invisíveis" fábricas. Na fotografia da imagem em questão no artigo há uma escolha pelo super-close no escapamento esfumaçante de um caminhão (que poderia ser em um automóvel de passeio). Tal seleção focal talvez se configure para que a fotografia nos afete mais taxativamente. Possa, inclusive, "falar" dos nossos comportamentos, dos nossos desejos de consumo, dos nossos modos insustentáveis de viver (diz, literalmente, a capa inaugural do Caderno jornalístico). Ela foi escolhida para ser pensada neste ensaio não apenas por inaugurar uma série, mas por seu caráter escolar. Ela parece exigir ser reconhecida sem equívocos, sem hesitações, como se fosse tecida tal como um desenho esquemático ofertado aos alunos para que compreendam, absorvam, quase sem o exercício criativo do pensamento, de modo claro, límpido, transparente, a mensagem que está sendo ensinada. Há certa produção, na composição da imagem, de uma certeza inapelável. É o modo de disposição da fotografia e das palavras, que a escolarizam e a fazem anunciar, didaticamente, qual é a narrativa a ser lida ao folhearmos o Caderno. O presente texto esforça-se por desconsertar tal caráter escolar da imagem, fazendo-o cambalear. Atua, para isso, criando perguntas sobre a relação, na imagem de capa, entre a fotografia e sua legenda. Inspirando-se, sobretudo, em Michel Foucault, o exercício do pensamento operado na pesquisa processa-se através da articulação da imagem jornalística com outras advindas do campo da arte, como, por exemplo, as pinturas surrealistas de Renné de Magritte, em um primeiro movimento, e as produzidas pela arte urbana de Slinkachu, em um segundo. Conversando com Magritte, a partir de Foucault, a pesquisa opera um desconserto na legenda da imagem. Já com a arte urbana de Slinkachu busca-se outra composição para a fotografia. Em sua seção final, o artigo discute brevemente a própria escrita ensaística, defendendo ser esta uma produção textual comprometida com o sonho. Um texto tecido em viagem, atento aos movimentos incessantes da cultura e da vida cotidiana. Conclui-se enfatizando que a sustentabilidade não é apenas um tema, mas um dispositivo atuante nos processos de produção de saber-poder (e de subjetivação) no tempo presente. E mais, articular a arte às imagens midiáticas do "dispositivo da sustentabilidade" permite-nos criar outras perguntas, abrindo outras possibilidades de nos vermos no mundo e/ou de vermos mundos em nós.

Águas do Rio Cuiabá: ecologias políticas para repensar os recursos hídricos em Mato Grosso

Leonardo Santos Sousa, Dolores Cristina Gomes Galindo

Este artigo tem como objetivo relacionar a Ecologia Política com as políticas públicas sobre os recursos hídricos no Estado de Mato Grosso, para haja a compreensão, no sentido de estabelecer a convocação de um parlamento das coisas onde humanos e não-humanos possam discutir, simetricamente, sobre a qualidade das águas do rio Cuiabá. No Parlamento das Coisas, o coletivo de humanos e não-humanos permite reunir um maior número de actantes no mesmo mundo, sejam eles de que tipo for, ou como diz Latour (2004), o jogo está aberto. A lista dos não-humanos que tomam parte da ação se amplia e a lista dos humanos que tomam parte na recepção também. Agora, "as coisas não ameaçam mais os sujeitos. A construção social não enfraquece mais os objetos." (LATOUR, 2004, p.149). Assim, os participantes das controvérsias neste parlamento conformariam um "processo de heterogênese", no qual não seria solicitado a nenhum dos seus membros a renúncia das características e particularidades que os conformam em nome de algum "mito" de neutralidade ou distanciamento. Conforme Latour, citado por Stengers (2002), cada um poderia se "pronunciar sobre um quase-objeto que todos criaram, mas que só é representado de maneira legítima pela associação heterogênea das práticas através das quais eles o criaram e que os conecta" (STENGERS, 2002, p.196). Em Cuiabá, deparamo-nos com comissões locais de água acerca da poluição nos rios; aí só encontramos os humanos «clássicos» se assim possa dizer, mas o que fazer para saber se o que é dito do rio é exagerado, urgente, superficial ou alarmista? Ora é preciso que para além dos humanos, se faça «falar» o rio. Existem pequenos crustáceos que servem aos cientistas de sentinelas para avaliarem sobre o estado do rio na condição de os mantermos e torná-los capazes de se exprimirem. Bruno Latour utiliza a expressão "Ecologia Política" para designar não uma disciplina, e sim um trabalho: o de coletar, agrupar em Coletivos elementos heterogêneos, humanos e não-humanos. Em suas próprias palavras: "não há mais dois elementos que atraem, um que faria a unidade sob a forma de natureza, e outro que guardaria a multiplicidade sob a forma de sociedade. O Coletivo significa: tudo, e não dois separados" (LATOUR, 2004, p.117). Latour propõe para a Ecologia Política o papel de unificador de todos os seres, pois a ela é dado atuar tanto sobre a política quanto sobre a natureza, mas desde que deslocados dessa "dupla arena" para a única arena possível, a do Coletivo. É neste Coletivo com essa conformação que finalmente a ciência e a política podem trabalhar conjuntamente, porém, sem esquecer que não

deverá ser mais permitido atribuir aos cientistas a fala dos objetos e aos políticos a fala dos sujeitos. Contrapondo-se a isso, Latour (2004) propõe que tomemos como evidência que o Coletivo passe a ser definido como "composto de entidades, dividindo traços essenciais, para participar de uma Ecologia Política que não os obrigará nunca mais a se tornarem, sem debate, quer objetos da natureza, quer sujeitos da sociedade." (LATOUR, 2004, p.162). Para entender este processo, conduzirmo-nos pelas obras Jamais fomos modernos e Políticas da Natureza de Bruno Latour e também a obra A invenção das Ciências Modernas de Isabelle Stengers, e estendermos as reflexões aí traçadas as discussões sobre os recursos hídricos em Mato Grosso.

Eco-narrativas e escritas de si no/do cotidiano escolar: a contribuição de Milton Hatoum

Marcos Antonio dos Santos Reigota

A obra de Milton Hatoum tem sido amplamente estudada no campo da teoria literária, no Brasil e no exterior. Seus romances têm sido utilizados para ampliar os estudos sobre ecologia e cotidiano escolar (Reigota, 2002, no prelo). A escrita de Milton Hatoum é caracterizada pela memória e pelos fatos históricos e suas implicações na vida cotidiana dos anônimos e anônimas. As suas crônicas publicadas no O Estado de São Paulo podem ser lidas como "escritas de si" conforme a definição de Michel Foucault em " O que é um autor?". O seu enfoque do cotidiano, sua sensibilidade, crítica e posicionamento político sobre os fatos, inclusive os relacionados com a vida que se esvai, aproxima Milton Hatoum do pensamento ecológico de Félix Guattari esboçado em "As três ecologias" e aprofundado por Ana Godoy em " A menor das ecologias". Nesse sentido suas crônicas podem também ser lidas como "eco-narrativas". Por enfatizar aspectos do cotidiano escolar e da importância da educação na consolidação de uma sociedade democrática, as crônicas de Milton Hatoum nos permitem discutir esses temas com outros referenciais que não os habitualmente utilizados pelo campo educacional. Com esses pressupostos realizamos uma pesquisa, apoiada pelo Cnpq, utilizando as crônicas de Milton Hatoum no processo de capacitação em educação ambiental de professores e professoras de escolas públicas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Após a leitura das crônicas, os professores e professoras foram convidados a escrever o que quisessem tendo como referência o que haviam lido. Os textos dos professores e das professoras revelam e trazem ao espaço público a "escrita de si", assim como narrativas sobre as formas de viver, da ecologia e do cotidiano escolar em que vivem e atuam. Esses textos (e não mais as crônicas de Milton Hatoum) passam a ser, num segundo momento, o tema das conversações no curso de capacitação em educação ambiental, entre e com os professores e professoras, procurando

priorizar as singiularidades e os pontos comuns dos diferentes cotidianos e práticas sociais e pedagógicas . Nesse trabalho são colocados em evidência os textos dos professores e as suas relações com as crônicas lidas de Milton Hatoum. Objetivo do trabalho: Trazer ao espaço público e acadêmico a contribuição política e pedagógica dos professores e professoras das escolas públicas para os estudos sobre o cotidiano escolar e educação ambiental. Relação com o Gt 32- "Ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos" e o eixo temático: O trabalho está pautado em longa interlocução com o GT "Cotidiano e Práticas Sociais "da Anpepp, assim como com os/as colegas da educação ambiental presentes na obra " Ecologias inventivas; Conversas sobre educação" (Edunisc, 2012). Em relação ao eixo temático da ABRAPSO/2013, o trabalho se identifica com o que o grupo de pesquisa de Mary Jane Paris Spink define como práticas sociais. Colabora com a perspectiva critica que considera que as políticas públicas qe não levam em consideração a participação dos sujeitos podem ser exitosas como biopolíticas mas não como processos de consolidação e ampliação da cidadania. Contribui com o posicionamento radical em relação à educação ambiental como direito dos cidadãos e cidadãs. Orientação teórica: Estudos Culturais. Método: Etnografia. Resultado: Conjunto de "escritas de si" e "eco-narrativas" que explicitam os desafios e alternativas de práticas sociais e pedagógicas ecológicas em que professores e professoras de escolas públicas se reconhecem como sujeitos e autores. Conclusões: Propostas pedagógicas e sociais com a participação dos professores e professoras e à partir de suas experiências conectadas com o que se faz e pensa em outros contextos (como as observadas por Milton Hatoum) têm amplas possibilidade de serem consideradas como produtoras de sentidos e de significados do e no cotidiano escolar e o reconhecimento desse espaço público como espaço de elaboração de alternativas sociais, culturais, políticas e ecológicas.

Educação Preventiva - possibilidades pedagógicas para o Ensino Fundamental I

Ana Clara da Rocha

Educação preventiva estruturou-se através da metodologia da pesquisa ação para identificar se a socialização de informações técnicas e extracurriculares sobre desastres de forma transversalizada no espaço escolar pode ser uma ação provocadora da implantação de uma cultura de prevenção na sociedade. Para tanto, a proposta embasada em experiência pretérita da pesquisadora, que buscou através da interação entre a instituição de ensino - Centro Educacional Municipal Interativo Floresta e a Unidade Militar 10ª Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, ambos da cidade de São José - SC, desenvolver um trabalho pautado na

prevenção de sinistro. especificadamente, ofertar ao público-alvo, alunos do 5ª ano do Ensino Fundamental, através de aulas especiais (aula temática e aula de discussão) em conjunto com as aulas curriculares, aprender sobre a história do fogo, sua contribuição para o desenvolvimento da humanidade, oque é fogo como se constitui, se mantém, se controla e se extingue, assim como, as forma s de prevenção normatizadas a fim de minimizar os danos decorrentes de um sinistro, entre as quais a rota de fuga. Os alunos também aprenderam sobre a estrutura organizacional dos agrupamentos de socorro, desde os vigiles até as atuais corporações militares ou voluntárias dos bombeiros. As atividades foram planejadas e embasadas pelas perspectivas teórica, histórica e relacional dos sujeitos com os processos educacionais e culturais através de pensadores da Psicologia, Educação, Filosofia, Gestão de Riscos e Desastres e similarmente das proposições políticas existentes (leis, regulamentações e diretrizes). O resultado da pesquisa, analisado a partir da apreensão dos alunos através das atividades desenvolvidas por meio da reprodução dos conteúdos, sendo complementado pelo discurso dos profissionais envolvidos na ação (professores, bombeiros, coordenadores pedagógicos), que desvelaram a importância das vivências preventivas, qualificadas pelo repasse de informações precisas repassadas por profissionais de referência. Os resultados igualmente apontaram para a qualificação das percepções do homem com o ambiente em que se encontra, superando os conflitos emergentes dos desastres, assim como, no fortalecimento da percepção dos riscos e desenvolvimento de comportamentos minimizadores de danos e prejuízos advindos dos desastres (seja natural ou não). E por fim, a divulgação desta prática, atendendo a orientação da banca avaliativa para a obtenção do titulo de Especialista em Gestão de Riscos e Desastres para o desenvolvimento socioambiental, evidencia-se para a necessidade da realização de mais estudos a fim de fortalecer e regulamentar a educação preventiva, constituindo um arcabouço teórico para a ação preventiva da Psicologia, da Educação e da Gestão de Riscos e Desastres. A proposta de ação igualmente desvelou a importância de qualificar e ampliar o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem por meio de trabalhos interdisciplinares, visando empoderar os sujeitos sociais.

Narrativas e modos de viver e pensar um ambiente

Heloísa da Silva Karam, Leandro Belinaso Guimarães

Este trabalho deriva-se de uma pesquisa de mestrado cujo intuito foi pensar os modos que pessoas vivem, aprendem-ensinam sobre o ambiente, em um município litorâneo de Santa Catarina. A inscrição deste texto no Grupo de Trabalho 32 da ABRAPSO deve-se não apenas

pelo campo teórico que ela aciona, derivado, sobretudo, dos estudos culturais e das chamadas ecologias inventivas da educação ambiental, mas pela sua temática investigativa. Seu foco reside em dotar de "importâncias" os modos como pessoas narram e enunciam suas próprias histórias. Nesse processo cultural inventivo, subjetividades são criadas, modos de viver e de se relacionar com o ambiente se constroem. O presente texto percorre histórias de infância narradas por pessoas as quais nomeamos como "contadoras de histórias" e, ao mesmo tempo, "educadoras ambientais". No caso desta investigação, o que permitiu nomeá-las destas formas foram seus modos inventivos de narrar a vida e o ambiente e seus intensos modos afetivos de se relacionarem com o lugar onde vivem. A pesquisa aciona alguns autores que se debruçaram no estudo sobre a noção de narrativa, como Ecléa Bosi, Carlos Rodrigues Brandão, Walter Benjamin, Marcos Reigota, Nilda Alves, Richard Kearney, tendo sido tomados como importantes inspirações à pesquisa por trazerem ferramentas para se pensar os modos como construímos nossas histórias de vida. Os trabalhos dos autores citados salientam, de modos diversos, a singularidade de cada momento de construção da narrativa, e a importância da troca que ocorre entre o entrevistador e o entrevistado, como co-autores das memórias de vida. E neste caso são esses espaçotempos, quando narrados, que nos ensinam e nos ajudam a pensar sobre nossos modos de viver e de se relacionar com o ambiente. Neste trabalho, o narrador é encarado como aquele que dá conselhos ao ouvinte, em uma acepção inspirada em Walter Benjamim. Conselhos estes que, por estarem entremeados nos fios das memórias da vida vivida são, para o pensador alemão, sabedoria. Por este motivo, muitas das histórias contadas entraram na pesquisa não apenas como objeto de estudo, mas também como referência, pois são fruto das culturas, das multiplicidades que constroem estes sujeitos. Com o intuito de instigar os sujeitos-objetos da pesquisa a acessar suas memórias de infância, os entrevistados foram incentivados a falar sobre algum "objeto" que os remetessem às suas lembranças de infância, atuando, portanto, como disparadores de sensações. E ao aproximar o olhar sobre estes artefatos pode-se identificar objetos – como bonecas – que ganham vida nas memórias e brincadeiras, tornando-se, inclusive, sujeitos das histórias; seres vivos – como árvores – e que em suas lembranças viravam "balões mágicos; ou ainda imagens presentes somente no imaginário – como "barcos que inventamos" – e que são descritos com toda a riqueza de detalhes. E este torna-se um dos principais pontos que o trabalho toca, o desconcerto sobre a concepção do que seria um objeto. Pois, neste caso, os contadores os apresentam com a perda de suas funções iniciais. São objetos, portanto, que se lançam a outras necessidades e se relacionam diretamente com as emoções dos sujeitos. Estes chamados "objetos afetivos" podem ser entendidos,

utilizando-se Jean Baudrillard, como constituintes de um sistema marginal, chamado pelo autor de coleção. Para finalizar, o artigo apresenta uma questão que surge como potência desta pesquisa por proporcionar necessários questionamentos sobre a educação ambiental. São as invenções que esses narradores nos apresentam, levando-nos a outros mundos experienciados por eles. Algo que possivelmente lhes oferecem condições para seguir, aprender e habitar o lugar. Essas falas revigoram a importância da imaginação e da ficção na produção das imagens que construímos de futuro. Para o pesquisador Kieran Egan, a imaginação promove articulações dos sujeitos com o mundo, com o outro e com seus valores e ideias. E aqui estaria então a possibilidade de produzirmos no campo da ficção noções que, no decorrer do caminho, possam penetrar mais profundamente no poroso cotidiano. E há como separar modos de sentir e produzir um espaço dos modos de vivê-lo? Neste sentido, esta pesquisa pensa as suas narrativas e produções como aberturas para a construção daquilo que desejamos viver como espaço-tempo, espaço-sonho, espaço-desejo. Principalmente por entender que, através da ficção, pode-se repensar a vida para além daquilo que é dado pronto. E por que não pensar num mundo outro?

O educar em direção a novas práticas sociais: a formação do pensamento ecológico na Escola VILA

Lívia Lopes Moreira

Este trabalho pretende pensar sobre a função social da escola e as possíveis perspectivas de uma sociedade sobre a formação de novos cidadãos. De que projeto de sociedade falamos? Daquela que visa o alcance da sustentabilidade, da garantia de direitos, do desenvolvimento de tecnologias que suportem a civilização e sua necessidade de recursos naturais para a sobrevivência. Como a escola pode vir a contribuir para a formação desse cidadão? O que a escola oferece para a sociedade? E o que uma sociedade que visa a sustentabilidade pediria desta instituição formadora? “Vale dizer que todas as mudanças mais fundamentais da sociedade e da economia só podem ser feitas de maneira mais efetiva com base na intensividade do conhecimento. (DEMO, 2000, p. 51). É preciso que a escola desenvolva conexão direta entre o conhecimento gerado e a relação ser humano-natureza, compreendendo a necessidade de se investir em um conhecimento integral e ecológico, em que a ideia de vida social plena e os diversos aspectos de saúde estejam intrinsecamente envolvidas com os saberes socialmente praticados e valorizados. Interessa-nos tratar do conhecimento que procura acompanhar o surgimento de uma nova escola, que compreende o educar como prática social constituída pela

visão de práticas criativas, como sugere Rodrigues (2003): "O que aqui indicamos como criativo compreende o compromisso com os rumos da história: criativo enquanto capaz de produzir um novo homem, uma nova sociedade, uma nova realidade história, uma nova visão de mundo que, incorporada ao educando, o impulsione a ser um cidadão" (RODRIGUES, 2003, p. 21). Como ponte de conexão de ideias e reflexões, será posto, como estudo de caso, alguns exemplos da prática pedagógica da Escola VILA, situada em Fortaleza, Ceará, que tem como proposta primordial exercer um papel social de educar sujeitos aptos a se dedicarem às transformações necessárias para a construção de uma nova relação entre sociedade e natureza. Seguiremos algumas de suas ações pedagógicas que apóiam a construção de um pensamento ecológico. No decorrer da discussão, poderemos perceber que, ao tratar de ecologia, a escola se aproxima de conceitos da ecologia social. Por meio de unidades de estudo, projetos e laboratórios, a Escola VILA segue uma "teia curricular" que orienta um fazer sustentado por trocas colaborativas e pesquisas cotidianas, construindo caminhos para a aquisição de um conhecimento capaz de promover mudanças. A Escola VILA, desde o seu surgimento em 1981, trouxe luz para diferentes questões que eram tabus em escolas tradicionais (NASCIMENTO, 2008). Segundo Maciel e Ritter (2005) a temática ambiental só passou a ser discutida por volta dos anos 70. O problema do lixo e do excessivo uso de material com longo processo de decomposição, sempre foi debatido na VILA e, junto com esse debate, questionamentos sobre o modo de vida e os padrões consumistas. A Escola VILA procura assumir uma tarefa de conscientizar e formar cidadãos com um entendimento ecológico necessário para mobilizações sociais, a fim de ultrapassar uma questão que não será facilmente resolvida com pequenas ações, mas sim numa coletividade que discute e se compromete com a sustentabilidade da vida. Para formar um cidadão íntegro e ciente de valores ecológicos, é preciso que o ser humano se desenvolva integralmente e não só o seu intelecto. Portanto, os trabalhos se dirigem sempre para um processo de ação e de reflexão, contextualizados na questão ecológica: "O trabalho envolve o currículo obrigatório aliado às questões sociais, tecnológicas, ecológicas, políticas e econômicas do planeta, além de todas as atividades que achamos interessantes para o desenvolvimento do SER na sua totalidade" (LIMAVERDE, 1999, p. 35). A escola parte da visão de que tudo está interligado, ser humano, natureza e sociedade, e que somos seres co-responsáveis pela construção da realidade em que vivemos. Moraes (1997) aponta para o necessário surgimento de uma educação que favoreça a formação de seres conscientes de sua cidadania planetária, com princípios colaborativos e com valores mais humanitários. "Tudo no universo está interligado, nada é independente. Somos integrantes do meio e este é reflexo das

nossas ações. Sendo co-responsáveis pela construção da própria realidade, atuamos no cuidado do indivíduo, da sociedade e da natureza" (Caderno do professor VILA, p. 3). A educação tem uma valiosa oportunidade em recuperar a experiência participativa. Ao promover o aperfeiçoamento de relações colaborativas, tendem a eliminar tipos de tensões provenientes de relações hierarquizadas e autoritárias. Faz nascer um impulso por transformações nas relações sociais, que procura novos meios de socialização, de compartilhar e de desfrutar uma vida coletiva. Assumindo uma metodologia pedagógica direcionada para a transformação social por meio de novas relações sociais, considerando-se as questões ambientais como questões relativas à vida como um todo, a Escola VILA aposta em uma sociedade que se comprometa com as consequências de suas escolhas. Uma sociedade ecológica pressupõe um ato reflexivo e comprometido com a vida e com processos sociais mais igualitários de direito à vida.

Parques naturais como ambiente para o desenvolvimento psicossocial

Josiane de Souza Medeiros, Dayse da Silva Albuquerque, Maria Inês Gasparetto Higuchi, Adria de Lima Sousa

Estudos têm indicado um distanciamento da sociedade em relação à natureza nas suas vivências cotidianas. Apesar de existir um reconhecimento da paisagem e das propriedades psicossociais proporcionadas pelo ambiente natural, estar nele parece ser cada vez mais difícil. Compreender aspectos psicoafetivos presentes na relação pessoa-ambiente pode nos indicar caminhos para propor estratégias de estímulo ao uso social de parques naturais. Foram realizadas pesquisas em um Parque Zoobotânico de Manaus/AM visando identificar aspectos psicossociais presentes na percepção dos visitantes desse lugar. A articulação com o Grupo de Trabalho se dá a partir de discussões da Psicologia Social do Ambiente, através de um diálogo que contemple os aspectos socioafetivos presentes na relação das pessoas com ambientes naturais. Busca-se evidenciar a sensação de bem estar proporcionada por esses espaços e a capacidade de contribuir no desenvolvimento psicossocial através da atribuição de sentidos e significados ligados ao cuidado, à ética e a sustentabilidade. Propõe-se discutir os afetos que permeiam e mediam o encontro socioambiental e geram novas aprendizagens nesse campo. Dessa forma faz-se necessária o investimento em políticas públicas que ressaltem a importância da construção de espaços verdes nas grandes cidades, de maneira a promover bem estar aos seus moradores e propiciar um envolvimento maior da comunidade em ações de mobilização voltadas para o cuidado e sustentabilidade ambiental. O estudo é composto por dois momentos diferenciados: primeiro a verificação do motivo da visita e, posteriormente os afetos que são

suscitados nessa visita. Participaram da entrevista sobre as motivações para visitação do parque 88 pessoas (52F, 36M) com idade entre 18 e 77 anos. Os resultados obtidos através de análise de conteúdo (Bardin, 1977) demonstraram que os principais motivos para visitação são: (1) a possibilidade de obter conhecimentos científicos (36%); (2) a sensação de bem estar proporcionado pelo lugar (25%); (3) o contato maior com a natureza (12%); (4) a prática do turismo (12%); (5) a prática de atividades de lazer (10%) e, (5) para se conhecer o peixe-boi (5%), que é considerado a principal atração do local. Esses aspectos mostram que as pessoas procuram parques não só para conhecer e apreciar a natureza e sua biodiversidade, mas também porque se caracterizam como um espaço social, destinado ao bem estar psicológico, ao lazer e turismo. Associadas a essas possibilidades, se constituem como cenário para novas aprendizagens, transmissão de conhecimentos e apreensão de valores ligados à ética e ao cuidado ambiental. Para identificação dos afetos foram entrevistadas 52 pessoas (29F, 23M), por meio da técnica do ambiente fotografado. Reafirmou-se a sensação de bem estar proporcionada pelo ambiente como motivação para visitação de ambientes naturais. Entre os participantes, 53% afirmaram que o espaço do parque revela um afeto estético restaurativo, pois há uma sensação de bem estar próprio do contato com a natureza e a tranquilidade emanada nessa relação os faz recompor o equilíbrio emocional atribulado do cotidiano citadino. Identificou-se ainda o afeto estético de agradabilidade (30%) que envolve sentimentos de felicidade e liberdade proporcionados pelo lugar, além do afeto ético do cuidado (17%) referente a sentimentos de apreensão e pesar quando ocorrem reflexões sobre a devastação de lugares similares ao parque. Considerando o expressivo afeto restaurativo e de agradabilidade, o parque tem grande possibilidade de servir como espaço de aprendizagem científica, por pertencer ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, confirmando o principal motivo apresentado para a visitação do parque. O fato do parque servir como espaço aberto à sociedade o torna um lugar ideal para o desenvolvimento de programas de educação ambiental, bem como espaço de promoção da saúde integral. Observa-se que os espaços naturais demarcados como parques verdes podem trazer aos indivíduos uma possibilidade de restabelecimento tanto da cidadania ambiental quanto da responsabilidade social a partir de percepções que envolvem sentimentos diferenciados articulados com as características restaurativas do ambiente e relacionam-se com memórias, identidades e aspectos subjetivos e sociais, além de reflexões que pressupõem o cuidado ambiental. A inserção de crianças, adolescentes, jovens e adultos em parques naturais pressupõe um envolvimento maior em atividades de cunho socioambiental e um desenvolvimento psicossocial mais sadio, em decorrência dos afetos despertados pelo

ambiente e pelo contato constante com estímulos que despertam sensações de bem estar. Esse panorama condiz com o afeto ético do cuidado, presente no discurso de visitantes de ambientes naturais. Admite-se que a transformação de parques naturais em espaços de aprendizagem e envolvimento social constitui-se enquanto proposta de construção de novos modos de sentir, pensar e agir as/nas relações pessoa-ambiente. Investir em espaços verdes no cenário urbano garante a ampliação destes fatores relevantes à sociedade e seu entorno.

Pequeno A, B, C de encontros sonoros: entre cotidianos da educação ambiental

Marta Bastos Catunda

Este texto tem como base uma tese de doutorado em educação e cotidiano escolar e se expressa numa narrativa de encontros sonoros. A partir de audições de campo das ambiências sonoras de vários ambientes, inserindo a escola. A pesquisa só encontrou apoio acadêmico após 20 anos de insistência no tema. Justamente por ser uma pesquisa com um recorte cultural/ecológico, preocupada com a sensibilização artística, um ouvir/escutar mais sensível da ambiência sonora. A metodologia começou na observação, captura sonora, seleção, edição sonora, composição sonora até à narrativa da pesquisa. Assim chega à escuta (e suas formas possíveis) de tudo que foi vivenciado/ouvido no durante da pesquisa. Do intersubjetivo se abre à criação. O quadro teórico teve como base os autores das disciplinas do curso de doutorado. Surgiu dos diálogos vivos da linha de pesquisa e o tema da ambiência sonora.

Pessoas e peixes na arte, ciências e no cotidiano: outras ecologias das relações multiespécie

Leihge Roselle Rondon Pereira, Dolores Cristina Gomes Galindo

Buscamos através da teoria ator rede (LATOUR, 1994, 1997, 2004, 2012) e do campo dos estudos dos animais (HARAWAY, 1995, 2008; INGOLD, 1994, MACIEL, 2011) em interface com a Psicologia Social pós-construcionista (IÑIGUEZ, 2008, GALINDO, MILIOLI, MELLO, 2013) dispensar as posições antropocêntricas. Objetiva-se estudar como os peixes ordenam e reordenam relações no âmbito cotidiano da região do Porto de Cuiabá, na iconografia da arte mato-grossense e nos meios científicos entre pesquisadores de ictologia de Mato Grosso. Os objetivos específicos são: identificar o modo como os peixes são inscritos nos discursos dos comerciantes de peixes, frequentadores do Mercado do Porto, artistas, cientistas, e também como se encontram inscritos nas materialidades; analisar as relações na prática para desenhar as diferentes formas que as relações e refletir sobre como peixes modificam e se modificam nas

relações entre arte, técnica e verdade. Coletamos nos fluxos heterogêneos do nosso campo-tema (SPINK, 1993) redes compostas pela internet, textos acadêmicos, porta-vozes, registro fotográfico, observações de tipo etnográfico, levantamento documental das telas artísticas que possuem peixes e entrevistas com artistas, cientistas e frequentadores do mercado do porto. Procuramos identificar o modo como os peixes são posicionados e performados (MOL, 2007). Analisamos as relações entre pessoas e peixes desenhando as diferentes formas que são configuradas para refletir sobre como peixes modificam e se modificam nas relações entre arte, técnica e verdade. Propomos pensar em uma "ecologia no seco", ecologia fora dos regimes aquosos que são os locais geralmente destinados a pensar sobre os peixes, que apesar de menos fluidos devido a sua dinâmica não-aquosa participam também de regimes complexos (LAW; LIEN, 2012, RIBEIRO, 2011). Misturamos e conectamos a arte, a ciência e o cotidiano que possibilitam encontros entre diferentes espécies nas "zonas de contato" nos quais as linhas que separam a natureza da cultura estão sendo discriminadas. São encontros entre humanos e não/humanos que geram outras ecologias, já que as zonas de contato são locais em que os seres protagonistas das relações encontram-se fora das suas zonas de conforto, podendo durante um encontro perceber, olhar e encorporar a outra espécie. Telas artísticas, expositores refrigerados e tanques para melhoramento dos pescados são exemplos de materialidades que fazem parte das relações contemporâneas com espécie subjulgada, os peixes, que atuam ordenando e reordenando vidas. Ao conectar os três ambitos percebemos processos de subjetivação que potencializam atualizações referente a como nos relacionamos e somos compostos por e com outras espécies, nós nos formamos em encontros situados que problematizam as objetificações cientificas à respeito dos movimentos de verdade (HARAWAY, 1995, 2008). Pensamos a Psicologia Social em expansão para um movimento já explorado na antropologia etnográfica (KIRKSEY; HELMREICH, 2010), onde criaturas que permaneciam na margem da antropologia - animais, plantas, peixes, fungos e micróbios - como parte da paisagem, como alimento para os seres humanos, como símbolos ou como matavéis; são empurradas para o principal plano de visibilidade aparecendo ao lado dos humanos. Um olhar multiespécie exige uma sensibilidade não antropocêntrica. Nosso estudo buscou locais artísticos, o cotidiano e os laboratórios científicos como espaços para entender as relações entre pessoas e peixes. A análise dos resultados junto aos artistas permitem relações performáticas que produzem hibridações, telas como experimentações da vida, mediadores de outras relações, legitimidade cuiabana, políticas de projetos e recursos. Junto aos frequentadores do mercado do porto em processos cotidianos a análise permite relações performáticas que produzem ambiências, memórias,

conhecimentos ecológicos, tecnologias de pesca, políticas estéticas de venda e mudanças no valor de uso da pesca e do comercio. A análise do âmbito científico permite relações performáticas que produzem conhecimento ecológico, hibridações, tecnologia alimentícia e políticas de projetos e recursos. Pensar em uma Psicologia Social que encorpore as multiespécies resulta em desfocar do antropoceno para olhar as relações não-hierarquicas entre as espécies, ou seja, a formação de arranjos onde as fronteiras de poder e ação entre humanos e não/humanos não estão pré-definidas.

Pina Bausch adentra o cotidiano escolar - Inspiração, conteúdo e leveza

Carmem Silva Machado

Este artigo enfoca o trabalho da dança-teatro nas aulas de arte com alunos do ensino fundamental da escola Prof. Benedicto Leme Vieira Neto, situada na cidade de Salto de Pirapora, SP. O estudo abordaa dança-teatro como forma de conhecimento, experiência-estética eexpressão humana no cotidiano escolar. Nesse experimento utilizeia dança-teatro, termo quefoi utilizadopor Rudolf von Laban para descrever essa linguagem como forma de arteindependente de qualquer outra. Ele também desenvolveu o sistema de movimento a partir das improvisações, baseadas em correspondências harmoniosas entre qualidades dinâmicas de movimentos e percursos no espaço.A coreógrafa alemã Pina Bausch utilizavaa dança-teatro como linguagem, onde os gestos técnico e cotidiano estão presentesna criação das cenas. Assim como a artista, utilizei de outros espaços oferecidos pela escola para a construção da dramaticidade cênica e incorporava o uso de materiais reais e orgânicos como água, folhas secas, árvores,o meio ambiente natural e urbano. Como ampliação de repertório, trouxe aos alunos vídeos e imagens da artista que contribuiu no entendimento corporal e de como essas informações foram seorganizando no fluxo com o ambiente.Mas além da movimentação dos corpos dos alunos na sala de aula, ocupamos outros espaços, uma vez que todos esses códigos e referências estavam inseridos na Proposta Curricular do Estado de São Paulo. A busca por espaços não convencionaisfoi o “mote” para criação das cenas.Os alunos e alunas utilizaram das próprias brincadeiras e movimentos do cotidiano para criar a sua própria dramaturgia corporal e espacial. Para conceituar essa experiência, recorro a Jacques Rancière que coloca em questão as práticas estéticas e artísticas como forma de visibilidade do lugar que ocupam e fazem arte, onde são identificados o professor/artista que relaciona o fazer, o ser, o ver e o dizer trazendo a arte como transformação do pensamento em experiência sensível da comunidade em

que atua. A base teórica relacionada com o cotidiano escolar se apoia nas propostas de Nilda Alves, Regina Leite Garcia, Inês Barbosa de Oliveira, Silvio Gallo e Marcos Reigota.

Subjetivações selvagens: devires insetos para dançar nas fendas imperceptíveis e atravessar fronteiras

Danielle Milioli, Dolores Cristina Gomes Galindo

Controvérsias, lutas, territórios moventes. Assim narramos/imaginamos o processo de criação do espetáculo de Dança Entomo, de Elías Aguirre e Álvaro Esteban, onde os artistas dançam, segundo entrevista concedida para esta pesquisa, inspirados no movimento, comportamento e formas de relacionar dos insetos. Tomamos esta dança como uma relação que mobiliza subjetivações selvagens, ou seja, subjetivações que rompem com concepções que as aprisionariam em homogeneizações. Um primeiro pressuposto norteador desta pesquisa é o de que relações são planos de coconstituição entre humanos e não/humanos (GALINDO, MILIOLI, MELLO, 2013). Um segundo é o de que subjetivações são processos singulares e possíveis apenas dentro das relações (LATOUR, 2004; SIMONDON, 2007; GUATTARI, 1992). Um terceiro é o de que quaisquer análises destas subjetivações só podem ser desenvolvidas a partir destas relações, o que as transformam em análises incorporadas e situadas. (HARAWAY, 1995). Os dançarinos buscaram, para criar, referências em documentários sobre insetos e realizaram ainda improvisações no intuito de entrar em contato com afecções corporais que os movessem para o mundo dos insetos. Nas improvisações, mesclaram técnicas de dança contemporânea com técnicas de dança urbana num interesse em conectar-se ao natural que habita o humano, mas também ao humano que modifica o natural. Em Entomo, trânsitos entre movimentos animais e movimentos humanos nos fizeram pensar não formas pré-definidas, mas devires onde humanos são contagiados pelos animais sem tornarem-se um animal ou mesmo sem fixarem-se em características animais que habitariam interioridades (DELEUZE E GUATTARI, 1997). Nos corpos em dança capturando intensidades ao experimentarem devires insetos, visualizamos subjetivações comprometidas com a zoe que permitem a produção de uma zona de indiferenciação entre humanos e animais que conduz a um nomadismo que nos faz resistir a transitar entre lugares fixos, ou mesmo, a permanecer em uma única forma de representar a si mesmo e aos outros (BRAIDOTTI, 2005; AGAMBEN, 2007; GIL, 2001). Uma tentativa de produzir o disruptivo para viver as diferentes subjetivações sem delinear oposições que as enquadrariam como boas ou más, mas como variáveis e intempestivas; como possibilidades de mudança. Nos devires insetos, os artistas

dançam nas fendas imperceptíveis e atravessam fronteiras, desterritorializando os territórios. Ao buscarem contornos alternativos para o corpo nas relações com naturezas, apontam que novas éticas para os usos das naturezas podem ser imaginadas e efetivadas. Em Entomo cria-se uma coreografia ontológica onde práticas ajudam a pulverizar os contornos da suposta unidade imutável chamada sujeito e fazem insurgir uma série de linhas constitutivas e atributos que o compõem e o transformam em singularidade relacional (HARAWAY, 2008; MOL, 2005). O ínfimo e o molecular dos insetos chamando atenção para os agenciamentos que nos tornam multiespécies, que nos atentam a indissociabilidade do si mesmo com o mundo (HARAWAY, 2003; 2008). Uma imersão nas redes de relações não/humanas que são imanentes ao sujeito a partir de uma interface com a Dança importa para uma Psicologia que não quer reduzir naturezas a dicotomias, que reconhece os parceiros não/humanos e que introduz a heterogeneidade na organização de suas práticas. Para fazer a passagem para o plano das coconstituições onde emergem subjetivações desautorizadas, que ainda não foram capturadas, que ainda não conhecem seus territórios. Chegar enfim a uma ecologia transformadora dos modos de existência pois capaz de bifurcar estratificações ao tornar-se habitável por projetos humanos (GUATTARI, 1990).

Sustentabilidade afetiva: por uma política de resistência

Paulo Roberto de Carvalho, Sonia Regina Vargas Mansano

A preocupação com o meio ambiente e com um planeta sustentável, cujos recursos naturais sejam acessíveis às próximas gerações, atravessa diferentes áreas de conhecimento, esferas governamentais e, em alguma medida, a população em geral. Políticas públicas e movimentos sociais colocam a questão da sustentabilidade em evidência e procuram, valendo-se das mais variadas estratégias, colocar em foco uma problemática urgente: a preservação da vida em nosso planeta. A noção de sustentabilidade comporta, então, uma abordagem voltada para a relação do homem com o meio ambiente tendo em vista a preservação do mesmo. Tal posicionamento contrasta com a relação predatória e destrutiva historicamente vigente entre o humano e o ambiente natural. Dentre muitos autores, Félix Guattari (1997) assinalou a possibilidade do esgotamento catastrófico das condições mínimas para manutenção da vida em escala planetária. A partir daí, a noção de sustentabilidade se coloca em evidência, podendo ser aplicada também a outros domínios, tais como o das relações sociais, que é largamente marcada pelo caráter destrutivo e exploratório em contextos tais como o das relações de trabalho. O problema da constituição dos modos sustentáveis de existir também se inscreve na vida cotidiana pela via

das relações afetivas que aí se estabelecem. Cristopher Lasch na obra "O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis" (1987) faz uma análise do cotidiano atual, marcado por um empobrecimento relacional e afetivo cujo caráter insustentável se evidencia. O autor considera que diante de uma vida em sociedade atravessada por impasses e conflitos de naturezas diversas, os sujeitos se contraem "num núcleo defensivo em guarda diante da adversidade" (Lasch, 1987, p. 9), restringindo assim os encontros, as trocas relacionais e afetivas. Se considerarmos, tal como propõe a Psicologia Social, que o sujeito constitui-se de modo continuado nas relações sociais que estabelece, a insustentabilidade destes modos de subjetivação evidenciam-se. Nas relações de trabalho inscritas em uma economia (cada vez mais voltada para a prestação de serviços) o insustentável revela-se na expectativa de uma regularidade afetiva que se faz presente, por exemplo, no atendimento aos clientes, assim como nos relacionamentos corporativos e profissionais. Tal regularidade implica a exclusão de afetos considerados inoportunos e mesmo da própria variação afetiva imanente à condição humana. Guattari (1997) também propõe uma análise conjunta das questões do meio ambiente com a temática da subjetividade, colocando em evidência, ao mesmo tempo em que critica, a produção de uma subjetividade capitalística cujos efeitos se fazem sentir em diferentes direções: uma indiferença generalizada para com os destinos da vida, uma naturalização da opressão e da miséria, além do próprio empobrecimento afetivo e relacional já assinalado na obra de Lasch. A mesma subjetividade capitalística prescreve, sob o nome de bom atendimento, posturas como satisfação, cordialidade e simpatia. De modo geral, a subjetividade capitalística veicula um modo insustentável de relação nos processos de constituição dos sujeitos, naturalizando-o. Este estudo procura romper com a segmentação dominante dos saberes especializados, buscando delinear um conceito que está sendo preliminarmente denominado como "sustentabilidade afetiva". Este conceito busca compreender o contexto das relações afetivas assim como a problematização das relações do homem com a natureza. Ao propor o conceito "sustentabilidade afetiva" como constituinte de novos modos de relações social e afetiva, não pretende-se aqui qualquer tipo de normatização prescritiva sobre os afetos. Trata-se, ao contrário, de abrir-se a complexidade que este campo solicita, acolhendo e analisando a sua variação permanente, de modo a oferecer uma linha de resistência aos modos de subjetivação insustentáveis e dominantes na formação social capitalista. O grupo de trabalho escolhido para esta apresentação foi: "Ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos". Tal escolha aconteceu em função de uma ênfase na análise política das questões do meio ambiente, bem como as implicações deste campo em relação à produção da subjetividade contemporânea. Da

mesma forma, o eixo temático escolhido foi "Cidade e meio ambiente" que se inscreve no mesmo campo político. Para além de um movimento político organizado, a análise da "sustentabilidade afetiva" passa necessariamente pelo corpo e por seus movimentos de variação afetiva, com aberturas e fechamentos para os encontros. Cabe questionar: Como pensar a preservação do planeta e da natureza se o cuidado para com a própria existência tende a acontecer em nossos dias de maneira defensiva e privada? A sustentabilidade como resistência política implicará outros caminhos a serem inventados e talvez um dos passos nessa direção inventiva seja precisamente acionar o corpo e sua força afetiva para os encontros. Portanto, sustentar a diferença, a variação afetiva e o acaso dos encontros configuram-se como um desafio, à medida que seus caminhos não são evidentes e muito menos passíveis de prescrição.

Uma análise cartográfica de um encontro amoroso

Margaret Maria Chillemi

A proposta deste trabalho é fazer uma análise cartográfica do filme Antes da Meia-Noite, do diretor Richard Linklater (EUA, 2013). O filme é uma sequência de Antes do Amanhecer (1995) e Antes do Pôr-do-Sol (2004). E trata de mostrar um dia na vida dos personagens Jesse e Celine, os quais já estão casados e tem duas filhas e um filho do primeiro casamento de Jesse. Eles estão de férias numa pequena ilha grega, entre as ruínas de um passado da Filosofia. O objetivo deste estudo se mescla aos propósitos do Eixo Temático Mídia Cultura e Arte e do Grupo de Trabalho Ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos. Pois a análise mostra a produção de uma ambiência subjetiva expressiva da desterritorialização de algumas importantes referências do modo romântico de compreender os encontros amorosos e a conjugalidade no contemporâneo e, ao mesmo tempo, anuncia a constituição de outra ecologia dos encontros. As fronteiras que delimitam os traçados dicotômicos da subjetividade são desmanchadas para dar lugar às singularidades que escapam dos modos dominantes de sentir, pensar, amar, enfim, viver. A cartografia é o método escolhido para desenvolver a análise do filme Antes da Meia-Noite, porque permite expor as conexões e os movimentos de códigos de naturezas diversas que compõem a linguagem cinematográfica e o campo de afecções dos encontros. E, como diz Félix Guattari, o cinema é uma linguagem viva. Assim, podemos ouvir os movimentos das mutações sociais e, também, as afecções produzidas na trama do filme e no próprio cartógrafo. O cinema é irredutível aos modelos edipianos e sociais, mesmo quando se põe a serviço deles. Um filme pode, assim, ser expressivo dos múltiplos elementos que se compõem e se decompõem na engrenagem subjetiva. E a conjugalidade mostrada no filme

escolhido revela que os encontros amorosos podem ser um terreno fértil para observar a produção de modos de amar cristalizados, bem como o desmanchar dessas expressões e o anúncio da possibilidade de criar outros jeitos de ser e de estar juntos. Delineando os tensionamento produzidos entre os diferentes aspectos do encontro amoroso e, especificamente, da modalidade conjugal – amor, sexo, trabalho, dinheiro, filhos, internet, casamentos anteriores, tempo, masculino, feminino, etc., se dá visibilidade a noção de crise, aos seus efeitos e suas possibilidades. Os gêneros masculino e feminino que delimitam o campo subjetivo de um encontro amoroso são problematizados. Na zona limite, onde ocorre à exacerbação das crenças sentimentais, é possível desenvolver uma escuta mais próxima do que acontece nos encontros. O domínio da lógica masculina heterossexual e certas aspirações do mundo feminino entram em choque e trazem a tona os limites e as possiblidades de um encontro. Os autores que acompanham essa leitura são, principalmente, Guilles Deleuze e Félix Guattari para pensar sobre a subjetividade contemporânea; e, Spinoza para demonstrar a produção e a expansão dos afectos no encontro amoroso. A ênfase é dada na questão de um encontro imerso e produzido numa zona de cruzamento e de tensionamento de elementos de ordem empírica e subjetiva, no caldo de uma subjetividade ressentida e, também, desejosa de outro modo de amar. Um campo de afecções onde podemos ver tanto a domesticação dos afectos pela conjugalidade, como a vitalidade existente nos encontros vivos, a qual luta por legitimar suas próprias experiências na medida em que estas são vivenciadas. Dessa forma, por um lado, evidenciam-se os movimentos de captura e de serialização do amor e do desejo. Mas, por outro, podemos problematizar de um modo mais honesto os modos de sentir e amar dos encontros atuais. Os protagonistas do encontro amoroso e o próprio cartógrafo ficam retidos, por determinado tempo, no lugar de passagem. São, assim, tocados pelo excesso de rigidez dos modos de ser e pela luta por transgredir os limites da compreensão mútua. Neste campo de forças transparece a fragilidade amorosa diante da constatação de que o outro é sempre irremediavelmente diferente. Os elementos da modalidade amorosa que vão além das empirias masculinas e femininas abrem espaço. Emergem afeições por si mesmo e pelo outro. Os amantes se rendem ao amor. Mas não sem conflitos.

Vida poética de Roberto Piva: ecologia do delírio

Ricardo Mendes Mattos

No final da década de 1970, o poeta Roberto Piva dá uma grande virada em sua criação: "abandona" a civilização e se lança à deriva no rio da existência. Tem início aí sua pegada

ecológica, que repudia o antropocentrismo por devires selvagens nas matas e nas cidades. A partir da Psicologia Social da Arte pretendo fazer uma leitura de seu "Manifesto utópico-ecológico em defesa da poesia & do delírio" – publicado em março de 1983, no "Boletim Arte e Pensamento Ecológico". Vê-se escorrer aí uma ecologia inventiva que extravasa uma experimentação ecológica e poética, erótica e política.

GT 33. GÊNERO E CORPO

'O pessoal é político'? – conexões entre amor, gênero e sexualidades no contemporâneo

Patrícia Abel Balestrin, Rosangela Soares

É inegável que as mulheres, por meio de lutas sociais, têm modificado as relações de gênero no mundo do trabalho, na vida doméstica, nas relações sexuais e em outros espaços sociais. Com todas essas mudanças, no entanto, parece que ainda persiste a divisão clássica de gênero quando o assunto é assentado nas relações de amor. Serão estas um reduto clássico de distinções de gênero, apesar de todas as mudanças? Será esse o espaço da intimidade onde (ainda) não cabe uma discussão política? Com essas questões inserimos o nosso trabalho na discussão de uma política das sexualidades onde as relações afetivas e amorosas tornam-se centrais para problematizarmos as conexões entre amor e gênero no contemporâneo. Acreditamos que discutir tais conexões é uma forma também de desconstruir a heterossexualidade compulsória. Vale notar que gênero é entendido aqui como uma construção que se dá através de um conjunto de práticas reguladoras que impõem uma determinada ordem e coerência para os corpos e desejos. Essa construção do gênero fabrica uma aparência de fixidez do corpo e de seu 'sexo biológico'. A aparência de 'natural' e 'estável' do corpo só é obtida a partir de inúmeras operações repetidas, disseminadas, impostas, desejadas e esperadas. Se, na esfera da sexualidade, somos levadas a crer que estamos experimentando deslocamentos e inovações, na esfera afetiva diríamos que o desejo de amar, de se sentir amada, de viver uma grande paixão ainda persiste como um sonho romântico de muitas. Essa questão mais ligada à afetividade esteve tradicionalmente associada às mulheres. Frases que intitulam livros e perpassam debates – tais como "Por que homens fazem sexo e mulheres fazem amor?", "Homens são de Marte, mulheres são de Vênus" – apontam para diferenças no modo como homens e mulheres encaram suas relações afetivas e sexuais. As mulheres permanecem do lado do amor, e os homens, do lado do sexo. As relações de poder mobilizadas nesses discursos, por serem tão naturalizadas, tornam-se difíceis de serem problematizadas. Em nome do amor, perpetuam-se desigualdades

e violências de todos os tipos. O objetivo deste trabalho é apresentar uma discussão teórica-estética-ética-política sobre o amor e as relações de gênero na contemporaneidade. Para tanto, tomamos como ponto de partida o filme O Céu de Suely (2006), dirigido por Karim Aïnouz, que narra a história de Hermila, uma jovem que volta de São Paulo para sua cidade natal, no interior do Ceará, com seu filho pequeno. Ela aguarda a chegada de seu amor. Logo ela se dá conta de que Mateus não cumprirá com a promessa de encontrá-la. Diante disso, Hermila cria estratégias de sobrevivência enquanto sonha: sair daquele lugar custe o que custar. Este trabalho lança um olhar possível sobre alguns itinerários de gênero e sexualidade experimentados por Hermila em articulação com o discurso amoroso que perpassa sua trajetória. A análise aqui empreendida é regida tanto pelo aporte teórico que sustenta este trabalho (especialmente a teorização desenvolvida por Judith Butler em composição com os estudos foucaultianos em torno da sexualidade e do poder) como pelo recurso metodológico escolhido ("etnografia de tela"). No contexto do filme em análise, o amor está associado a uma relação heterossexual estável de entrega, e a relação romântica remete a estar junto nas dificuldades, inclusive financeiras. É possível situar aqui o primeiro movimento da personagem: a busca por uma realização por meio do afeto numa relação romântica, de sexo com amor e compromisso a dois regado com um filho. Isso nos leva a crer também na desilusão, no lugar comum de muitas relações amorosas: mulher ingênua e romântica e homens aproveitadores, mentirosos, enganadores e irresponsáveis. Nem tudo é verdade; talvez nem tudo seja mentira – não sabemos de Mateus. Sabemos que, ao longo da trama, a imagem do sujeito enamorado não é fixada na protagonista, tampouco fica restrita às mulheres do filme, ou mesmo a relações heterossexuais. Diferentes manifestações desses amores são colocadas em cena. Ao final do filme, é a mulher quem parte. O homem é quem fica. Esse fim contraria o que é reiterado como norma de gênero. Se hoje é possível um filme terminar assim, certamente não o fora sempre. As outras mulheres do filme não partem, mas certamente também não permanecem as mesmas. Se, por um lado, perspectivas como a que assumimos neste trabalho buscam desnaturalizar e problematizar form(ul)as essencialistas e simplificadoras, por outro, é preciso reconhecer que existe uma força naqueles discursos amorosos que operam em diferentes meios, produzindo verdades, fabricando sujeitos, reiterando normas para homens e mulheres. Poderíamos afirmar que há momentos no filme que indicam uma produção de rupturas desses lugares-comuns ou clichês do amor. Ao mesmo tempo, vemos a reiteração de sua referência, em citações daquilo que é tido como a expressão maior do amor.

A sexualidade da mulher negra

Cristina Lucia Silva dos Santos Moraes

Escrever sobre a sexualidade da mulher negra é um momento de reflexão e avaliação da historia de vida de nossas antepassadas mulheres negras mal ou bem amadas, que com seus corpos escreveram lindas historias de amor, dor e sofrimento. É, sobretudo, um momento de aprendizado, revendo a história a partir da condição de herdeira de um legado construído por muitas mulheres negras Yabás. Nessa discussão acerca da situação da mulher negra hoje e, principalmente, entender a formação da sua representação social, é preciso remontar aspectos de nossa história que marcaram profundamente o ser mulher negra, suas vicissitudes e dramas. Esta representação social está, até os dias atuais, impregnadas pelos estereótipos racistas forjados no passado. Destacamos de nossa história aspectos considerados para a escrita desse trabalho, buscando evidenciar a situação atual da mulher negra. Discutimos seus efeitos no campo sócio-político e econômico, como a questão sexista e racista, mostrando como essa situação afeta drasticamente as novas gerações. Nessa parte, o destaque é a ação política engendrada pelas mulheres negras para romper com a opressão e a exploração a que estão submetidas em nossa sociedade. Por fim, marcando questões já definidas pelo Movimento de Mulheres Negras, abordamos suas bandeiras de luta.

Adoção: uma nova possibilidade da mulher contemporânea experienciar a maternidade

Flavia Elso Leão, Aline Cardoso Siqueira

A Nova Lei Nacional da Adoção, lei 12.010, afirma que crianças e adolescentes não podem permanecer por mais de dois anos em instituições de acolhimento, com isso, a lei determina que os mesmos tem o direito à convivência na sua família ampliada ou em outra família através da prática da adoção. Atualmente, tem-se diferentes configurações familiares, uma delas é a família chefiada por mulheres, que segundo o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) representam 35% das famílias brasileiras. Além disso, cada dia é mais comum encontrar mulheres solteiras que adotaram uma criança ou um adolescente. Sabe-se que o papel da mulher tem passado por inúmeras transformações no decorrer da história e tem alcançado espaços e direitos antes não conquistados, como o direito à educação, o direito ao voto, direito ao trabalho e direito ao uso de métodos contraceptivos, por exemplo. A mulher também conquistou a direito em optar ter filhos ou não e isso tem sido cada vez mais comum. O presente estudo tem como objetivo discutir sobre a mulher contemporânea, a maternidade como lugar de realização para essas mulheres e a adoção como forma de concretizar do desejo de ser mãe. A partir de uma

análise não sistemática da literatura, constatou-se que estudos mostram que a mulher contemporânea, engajada em sua carreira profissional, muitas vezes, não quer interrompê-la em prol da maternidade, pois a carreira, assim como os cuidados envolvidos na criação de um filho, especialmente, em seus primeiros anos de vida, exige uma dedicação quase que integral. A maternidade, desta forma, acaba por ser postergada. Este adiamento da maternidade se estende, em alguns casos, por tanto tempo que as condições apropriadas para a maternidade nunca chegam, ou somente advêm quando a gravidez passa a ser de risco, e, então, o projeto de ser mãe através do método biológico pode tornar-se praticamente inviável para elas. No entanto, a literatura e pesquisas nacionais apontam que, apesar das novas possibilidades terem se aberto para as mulheres, antigas visões, como aquela na qual a realização de uma mulher passa obrigatoriamente pela maternidade, ainda prevalecem no discurso social e estudos mostram que a mulher encontra a sua plenitude através da maternidade. E mesmo quando não possuem uma relação conjugal, ou quando não conseguem engravidar, algumas delas buscam realizar o papel materno através da adoção de uma criança. Assim, adoção é uma experiência humana complexa, igualmente como toda paternidade/maternidade, porque envolve a construção de um ser, e mais do que isso, envolve a construção de um ser-filho. Novos e complexos desafios se colocam a esta mulher. Assim, conclui-se com essa pesquisa teórica que estas mulheres precisam ser apoiadas para o enfrentamento dos desafios de cuidar de um filho sem um parceiro, como também lidar com os pré-conceitos sociais que estão presentes na monoparentalidade. Torna-se necessário, ainda, desenvolver estudos que possam compreender como se deu esta decisão de adotar um filho e como tem sido vivenciada a maternidade. Nesse sentido, o estudo vem a contribuir com o Grupo de Trabalho "Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil" na perspectiva de refletir sobre a mulher solteira que experiencia o "ser mãe" através da adoção de uma criança ou adolescente.

Análise da vivência de mulheres aracajuanas vítimas de violência doméstica por seus parceiros

Vanessa Araujo Souza Cortes, Joilson Pereira da Silva

A violência é um fenômeno construído essencialmente no social, é complexo, controverso e multifacetado, que abrange todas as culturas, em suas diferentes parcelas sociais, seja nos níveis públicos ou privados. Uma violência que atinge, prioritariamente, os níveis privados é a violência doméstica, em especial, contra a mulher. Essa pode ser definida como um ato de violência (ação ou omissão), que tem por base a questão do gênero e, que pode ter

consequências biopsicossociais. Este tipo de violência é reconhecido pela Organização Mundial da Saúde como uma questão de saúde e uma questão social, principalmente, por ser caracterizada como uma manifestação da relação de poder histórica e culturamente desiguais, que favorecem a dominação dos homens sobre as mulheres. Nos últimos anos, entretanto, com a divulgação da Lei Maria da Penha (L. 11340), houve um aumento do número de casos denunciados e noticiados na imprensa de mulheres que sofrem violência ou que foram mortas em decorrência desta. Todavia esses índices, ainda, não condizem com a grave realidade, pois, por diversos motivos, muitas mulheres permanecem caladas e submissas, configurando-se como um problema crônico. Este trabalho teve como objetivo analisar o discurso das mulheres vítimas acerca da vivência e incidência de violência sofrida, quais as consequências desta e qual a percepção acerca do agressor. Para isso, foi realizada pesquisa qualitativa, com entrevista semiestruturada. A amostra foi composta por 12 mulheres aracajuanas vítimas de violência doméstica; que acessaram a Delegacia da Mulher e os Centros de Referência da Assistência Social; os resultados foram submetidos a análise de conteúdo. De acordo com os resultados apresentados, todas se identificaram como heterossexuais; apresentando média de idade de 34 anos, variando de 20 a 55 anos; a maior parte definiu-se como parda (66,7%); tendo estudado até a quinta série do Ensino Fundamental (33,3%); 41,7% são casadas e 41,7% solteiras; a maior parte tem quatro ou mais filhos (33,3%) e; trabalham (66,7%), com renda mensal média de até um salário mínimo. Os resultados apontam, ainda que, para as mulheres entrevistadas, a violência doméstica contra a mulher é definida em torno da agressão física (33,3%) ou moral (xingamento, difamação) (41,7%). Quando questionadas "Para você o que é violência doméstica contra a mulher?" o sujeito 3, por exemplo, respondeu "Para mim a violência é contra a pessoa, desde o espancamento até as palavras, que é a difamação". Foi questionado, ainda, quais as consequências da violência para as mulheres vítimas, as resposta giraram em torno de tristeza, baixa autoestima, medo (41,7%), marcas físicas (33,3%) e sensação de impotência (33,3%). Por exemplo, o sujeito 10 respondeu que as consequências são "sentimento de impotência, fragilização e insegurança". Posteriormente foi investigado como cada uma reagiu frente à situação de violência, a grande maioria afirmou que reagiu denunciando (58,3%) enquanto 33,3% reagiram com violência. O sujeito 4 disse "quando ele veio me bater eu fui em cima dele, eu revidei. E depois eu vim prestar queixa". Ademais, informam que sofreram concomitantemente mais de um tipo de violência, sendo que a principal foi a violência física (66,7%), seguida da violência psicológica (41,7%). Justificam que as mulheres em geral são vítimas de violência, principalmente, por medo (25%) e em decorrência do ciúme do

companheiro (25%), mas também por dependência financeira e/ou emocional (16,7%). Por fim, em sua maioria definem o agressor como doente ou digno de pena (41,7%) e apenas 25% definem-no como ignorante, estúpido, fracassado. Com base nos resultados concluímos que toda a vivência deste fenômeno é obviamente uma experiência negativa, completamente desprezada pelas vítimas, com graves consequências, em especial, psicológica. No entanto, contraditoriamente, encaram o agressor como doente ou digno de pena, acabando por, direta ou indiretamente, desculpabilizá-lo.

Casa Lar: o trabalho de mãe social e a construção de vínculo e desenvolvimento infantil

Débora Nogueira Tomás

Apesar dos avanços no que se refere às políticas públicas para a infância, há ainda um grande número de crianças vivendo em situações de extrema pobreza, sendo este o principal fator de institucionalização infantil no país. A instituição abrigo é uma modalidade de apoio psicossocial, de acolhimento e proteção às crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e por este motivo precisam sair da convivência familiar. O abrigo muitas vezes, nega o direito da criança a convivência familiar e comunitária, no entanto é preciso compreender este contexto como importante para o desenvolvimento infantil e, contudo é necessário buscar melhorias na qualidade de seus serviços. Com o intuito de refletir e contribuir para esta problemática, este trabalho traz recortes de uma pesquisa maior sobre o desenvolvimento infantil em instituição abrigo, a partir das interações entre as mães sociais e as crianças. Este estudo foi realizado a partir de entrevistas semi-estruturadas com quatro mães sociais, responsáveis por crianças de zero a seis anos de idade de um abrigo, em uma cidade do interior do Estado de Minas Gerais. A instituição segue o modelo de Casa Lar, a pesquisa se desenvolveu em duas Casas Lares, sendo que cada casa contava com a presença de duas mães sociais podendo acolher no máximo dez crianças. Cabe destacar que estas profissionais possuem um regime de trabalho diferenciado, pois trabalham seis dias por semana, vinte quatro horas por dia. As entrevistas tiveram o objetivo de conhecer estas mães sociais, obter informações sobre a história pessoal e profissional, tais como infância, família, escolaridade e experiência profissional, rotina da instituição, formação para exercer a profissão, concepções sobre desenvolvimento infantil e as vantagens e dificuldades profissionais. As entrevistas forma transcritas, sendo realizada uma análise minuciosas do conteúdo das falas das mães sociais e as respostas foram transcritas em categorias. Em relação ao conceito de infância, todas as mães sociais relacionaram o seu significado com a própria experiência que tiveram quando criança,

e apenas uma relatou que teve uma infância boa, outra entrevistada contou que também passou por instituições de acolhimento quando pequena. Foi constatado que nenhuma passou por capacitação profissional, e apenas uma entrevistada diz ter feito um curso de culinária, a necessidade de um trabalho de capacitação profissional se evidencia quando elas falam sobre as dificuldades e que ocorrem situações em que não sabem como lidar, como por exemplo situações relacionadas ao desenvolvimento infantil e também questões relacionadas a adoção e reintegração familiar. Ainda ao relatarem sobre as vantagens e dificuldades do trabalho, a relação de apego e o vínculo com as crianças aparece como um misto de sentimentos que muitas vezes, trazem sofrimentos, já que estes vínculos podem ser rompidos a qualquer instante e nada é feito para atender as profissionais. Diante do exposto fica evidente a necessidade da instituição promover espaços para que as mães sociais reflitam sobre seu trabalho, articulando a identidade profissional com sua história de vida para que compreendam a especificidade do seu trabalho, lidando com situações rotineiras que envolvam tanto o fortalecimento de vínculo, como mediações efetivas para o desenvolvimento infantil.

Corpo feminino: análise das capas da revista "Corpo a Corpo"

Fernanda Sousa Silva, Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Bruna Trevizoli Ferraz Lobo

Este trabalho teve como objetivo analisar o conceito de corpo feminino retratado pelas revistas. O uso da imagem do corpo feminino pela mídia como objeto de consumo é recorrente. Historicamente, os significados atribuídos ao corpo foram sendo alterados. Na contemporaneidade, a prática do culto ao corpo é entendida como espécie de consumo cultural que atinge todas as classes sociais e faixas etárias, se apoiando num falso e contraditório discurso sobre saúde e beleza. O processo de conquista do corpo ideal tornou-se, então, forma de capital: o corpo tem valor de troca e/ou é considerado bem material. A mulher tem assumido o papel de consumidora de seu próprio corpo. Diante do exposto pode-se perceber que a indústria cultural criou um ideal de corpo feminino, produzindo subjetividades e tornando os sujeitos objetos consumidores do padrão socialmente imposto. A observação do cotidiano revela a exacerbada preocupação das mulheres com a imagem corporal, explicitada na compra de produtos de beleza, tratamentos estéticos e cirurgias plásticas, bem como o aumento do número de revistas que abordam o tema. Buscando compreender a relação entre corpo feminino e relações de consumo, desenvolveu-se análise qualitativa das capas da revista Corpo a Corpo, com recorte temporal entre janeiro a dezembro de 2012. A análise envolveu os conteúdos divulgados tanto pelos textos, quanto pelas imagens veiculadas por essa mídia. A escolha da

revista deu-se pela comercialização: apresentava periodicidade mensal, preço acessível, divulgava personalidades evidenciadas por outras mídias e reportagens de conteúdo relacionado à busca pelo corpo ideal. Foi realizada análise de conteúdo. A leitura e interpretação dos dados obtidos remeteram à formação de nove categorias: (a) alcance de resultados corporais rápidos, fáceis e com poucos gastos; (b) estética corporal; (c) padrões de beleza; (d) corpo e práticas de dietas; (e) corpo e consumo de produtos; (f) corpo e ambientes de banho; (g) beleza independente da idade; (h) corpo e datas comemorativas /estações do ano; (i) corpo e práticas de esporte. O discurso da revista incita o padrão de beleza ligado à "perfeição". Essa ideia perpassa a existência do corpo feminino magro, simultaneamente, com músculos definidos, sem celulite e estrias. Ao definir e apresentar um único modelo de beleza, a revista desconsidera a diversidade de formas físicas e as diversas possibilidades que o corpo pode assumir no decorrer da história de vida dos sujeitos. Ainda, as imagens e textos provocam a concepção de que a mulher deve lutar contra a passagem do tempo, levando ao entendimento de que o processo de envelhecimento corporal feminino é algo inaceitável e, portanto, deve ser combatido, mascarado, camuflado a partir de ações da mulher. Verificou-se que a mídia instiga o leitor a vivenciar privações alimentares para alcançar o corpo perfeito, apelando para a prática de dietas que se constituem como forma de adestramento e domesticação do corpo feminino. Observou-se o convite à busca do prazer, o qual se fundamenta em valores ligados à autorrealização e à felicidade, encontrados no ato de consumir. Percebeu-se a influência do contexto social na definição da imagem corporal, nesse caso, as datas, festas comemorativas e estações do ano são mediadoras para a construção da imagem corporal. De modo geral, a análise das capas é reveladora do papel da mídia como instituição da sociedade pós-moderna que contribui na produção de formas corporais e modos de ser. O sistema capitalista utiliza-se desse mercado editorial para evidenciar e promover o consumismo, reforçando assim, seus ditames. Ressalta-se que apesar das mulheres se libertarem de algumas "algemas sociais" que, do ponto de vista histórico, lhes privaram do contato com o mercado de trabalho, com o poder e com outras esferas sociais, na atualidade, elas estão aprisionadas à obrigação de estarem sempre bonitas. Nesse contexto, beleza tornou-se significado de magreza e juventude. Para tanto, é necessário que se embrenhem em cuidados excessivos com a estética, aumentando as chances de distúrbios alimentares e outras malignidades. É percebido, entretanto, que ainda há distorções quanto à apreensão do significado do corpo feminino. As conquistas das últimas décadas não emanciparam as mulheres, visto que novas amarras são criadas pelo capital.

Fotografias: possibilidades de resistências por meio do registro histórico

Claudineia Alexandrina Moreira, Cláudia Viana Gomes, Camila Assis Freitas, Barbara Beatriz Costa Araujo, Lucas Furiati de Oliveira, Tays Natalia Gomes, Jessica Luiza Moreira Barbosa, Luiz Eduardo Gouvea Fernande, Bruna Martins Andrade

Este artigo apresenta a experiência do concurso de fotografia realizado em maio de 2013, denominado Nossa História e Nossa Memória: Não Tire Nada Além de Fotos. As fotografias participantes poderiam ser inscritas em três categorias, a saber: histórica, livre e paisagens. O tema do concurso foi o cotidiano e a realidade percebida sobre as vilas, favelas e quilombos urbanos da região metropolitana de Belo Horizonte. Os participantes inscritos eram moradores da cidade, em especial os habitantes das localidades relacionadas ao tema, onde a divulgação foi mais intensa. O concurso contou com a participação de aproximadamente cem pessoas que, inscreveram cerca de três mil fotografias, contemplando doze comunidades distintas. Essa ação foi executada pelo Programa Polos de Cidadania, MUQUIFU (Museu de Quilombos e Favelas Urbanos) e moradores da cidade de Belo Horizonte em especial do Aglomerado Santa Lúcia, uma das favelas mais antigas da cidade. A iniciativa surgiu devido ao intenso processo de urbanização de vilas e favelas denominado Vila Viva, executado pela Prefeitura de Belo Horizonte. Esse programa é financiado pelo governo federal, com verba proveniente do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), repassado ao município por meio do Ministério das Cidades. Atualmente, o Vila Viva está presente em mais de dez favelas da capital mineira. No Aglomerado Santa Lúcia, o anúncio da Política Pública em questão gerou uma série de discussões, reuniões, debates, audiências públicas e intervenções foram realizadas. Assuntos diversos tais como: garantia do direito a moradia, sugestões e críticas, critérios para remoção e indenização, qualidade e funcionalidade das obras arquitetônicas, necessidades específicas dos moradores, direito à cidade, gentrificação, exclusão, adequação real das novas unidades habitacionais propostas, entre outras, foram debatidos pelos moradores. Frente às acaloradas discussões dentro do Aglomerado e o iminente início das remoções que pretendem retirar um quarto das residências desta favela, ou seja, mais de mil famílias, iniciou-se uma pesquisa que se sustenta nas referências teóricas e metodológicas feministas. Essa pesquisa visa contribuir para historicizar e apreender as experiências, vivências, sentimentos, opressões e violências que as mulheres em via de serem retiradas de suas casas relatam e percebem estes acontecimentos. Sendo assim, esta reflexão se propõe a trabalhar com as fotografias produzidas por moradoras do Aglomerado Santa Lúcia, participantes do concurso de fotografia apresentado. O material selecionado é entendido como um meio de expressão e manifestação das participantes. Vários

elementos subjetivos destas mulheres e por consequência desta comunidade estão impressos nestes registros por meio do olhar fotográfico, mesmo que este ato tenha sido executado de maneira intuitiva. Consideramos que a fotografia e o gesto de fotografar explicita a subjetividade do fotógrafo e revela seu olhar sobre uma determinada realidade. Um ponto importante das análises são os elementos expressos pelas mulheres participantes, que por meio da fotografia, registram sua vida, seu cotidiano e a realidade de seu grupo. Segundo, Spivak em seus estudos sobre subalternidade, grupos dominados, subjugados, excluídos possuem dificuldades no registro de suas histórias e por isso estão fadados a posição subalterna, logo que não possuem direito ao passado e, por consequência, suas raizes culturais são sobrepostas por modelos dominantes de interpretação e leitura de mundo. Por fim, este trabalho está inserido em uma pesquisa mais ampla, porém, possui uma relevância a partir do momento em que possibilita complexificar por meio das fotografias e de suas análises as questões relativas ao contexto social e simbólico no qual as mulheres e a comunidade participam, dividem e estão inseridas. Este exercício pode potencializar qualitativamente a tentativa de historicizar questões permitindo alguma forma de resistência à subalternidade imposta as mulheres do Aglomerado Santa Lúcia.

Mulheres, prisão e tráfico de drogas: uma perspectiva de genêro

Naiara Cristiane da Silva

O tráfico de drogas é uma prática em ampla ascensão na realidade mundial e revela-se como um grande fenômeno que alicia trabalhadores, incluindo-se crianças, adolescentes e mulheres. Este negócio constitui-se como o segundo mais rentável do mundo e apresenta características de permanência e consolidação à vida paralela ao mercado formal de trabalho. O tráfico de drogas ilícitas no Brasil constitui-se como atividade que mais propicia o ingresso de mulheres no sistema prisional brasileiro, a participação das mulheres nessa atividade aumenta progressivamente. Objetivou-se por meio desse estudo, investigar o crescimento do encarceramento feminino por participação no tráfico de drogas. Realizamos pesquisa de campo, bibliográfica e documental, de cunho qualitativo. Como procedimentos de coleta de dados no campo, realizaremos três entrevistas semi-estruturadas e um grupo focal. O lócus da pesquisa é o Centro de Referência à Gestante em Privação de Liberdade, localizado no município de Vespasiano, região metropolitana de Belo Horizonte. As mulheres são oriundas de várias cidades do Estado, e os delitos praticados são também diversificados, tendo uma alta prevalência de mulheres presas por envolvimento no tráfico de drogas. Aborda-se as leis penais,

em que os pressupostos predominantemente masculinos, encaminham a violações dos direitos das mulheres também no âmbito da execução penal, cujos reflexos se esbarram fortemente no aprisionamento feminino. Desse modo, os problemas decorrentes da condição gênero são fortemente agravados pelas condições precárias do sistema prisional brasileiro, o que somado a outros aspectos, fomenta novas configurações nas relações intramuros, através da formação de redes de apoio externas. A nossa realidade empírica, evidenciou que a maior motivação das mulheres para se encaminharem ao tráfico de drogas está estritamente relacionada ao fato de o tráfico possibilitar-lhes acesso a renda, ou seja, o tráfico se apresenta como possibilidade de trabalho, ainda que de maneira marginal. A realidade cotidiana de nossas entrevistadas aponta que a entrada no comércio da droga fora influenciada pela possibilidade de superarem as más condições financeiras a qual estavam submetidas e se tornou uma opção perante à pouca ou nenhuma formação profissional e escolar. Evidenciamos também através de nossas entrevistas que apesar do tráfico se apresentar como possibilidade de auferir renda e representar uma forma de subsistência, outras motivações permeiam a entrada no tráfico. Dentre elas, destacamos o envolvimento com um parceiro traficante, o desejo de experimentarem status, poder e reconhecimento advindos da atividade tanto como traficante quanto como "mulher de bandido", além de se inscreverem no mundo do consumo devido à grande quantidade de dinheiro que podem acessar através do tráfico.

O processo de construção de si na narrativa de homens autores de agressões nos contextos da violência de gênero

Ricardo Bortoli

O objeto de estudo que apresentamos é parte de nossa dissertação de mestrado já defendida e desenvolve uma olhar analítico sobre a problemática da violência desde a narrativa dos homens sobre si em situação de agressores. Trata das interfaces entre violência de gênero e masculinidades. Tem como objetivo compreender a narrativa de homens que se constituem e são constituídos em contextos em que eles se assumem como agressores. As fontes para tal compreensão são os registros dos boletins de ocorrência, os históricos de atendimento e as próprias narrativas em situação de entrevistas. Da estrutura analítica do trabalho apresenta-se como estes homens são constituídos enquanto agressores, como são vistos e como são narrados nos serviços de atendimento. Os motivos de suas agressões ditos por eles mesmos. Abordamos seus sentimentos, sua posicionalidade de sujeito, sua percepção de si frente a abordagem policial, ou na delegacia e/ou no fórum, ou ainda, nos serviços de atendimento, junto aos amigos

e familiares. O presente trabalho pode lançar luz a novos desafios em compreender como estão instituídas as masculinidades presentes na violência de gênero.

Ocupação popular e auto-gestão: a violência de gênero em foco

Livia Espíndola Monte, Alex Simon Lodetti

Este trabalho visa apresentar as análises de entrevistas e diários de campo realizados em uma ocupação popular de um terreno da Imobiliária Suvec na Grande Florianópolis. Nas eleições de 2012, um candidato a reeleição ao cargo da prefeitura de São José incentivou pessoas de baixa renda a ocuparem um terreno no bairro Serraria, sob a promessa de legalização do terreno para usufruto das mesmas. O resultado das eleições não reelegeu o candidato e uma ordem de despejo foi emitida contra as famílias da localidade. Após o despejo as famílias ocuparam outro terreno nas imediações e fundaram a Ocupação do Contestado. Esta mudança geográfica provocou novas configurações de vizinhança, com a adesão de outras famílias em situação vulnerável da região, assim como o envolvimento de uma organização política que auxilia na configuração da ocupação atual. Foi verificado que a Ocupação do Contestado existe como um limbo político, por se tratar de uma ocupação ilegal de um território sem reconhecimento pelo Estado, o que implica, por sua vez, o seu não reconhecimento para a saúde, educação, assistência ou policiamento. Neste novo ambiente e nestas novas relações foi detectado um aumento da visibilidade da violência na comunidade, que se mostrou um campo profícuo para a coleta de informações acerca do assunto. Foram analisadas diversas formas de produção e reprodução da violência e as respostas produzidas pela auto-gestão em implementação na ocupação. A mesma conta atualmente com cerca de 100 famílias, divididas em nove núcleos definidos geograficamente por proximidade, cada um possuindo um ou dois representantes escolhidos por voto aberto que funcionam como responsáveis pela resolução de problemas que porventura se apresentem ao núcleo. Acima dos núcleos se encontra apenas a Assembléia Geral, na qual é permitida a participação de todas/os as/os moradoradoras/es da ocupação e funciona como instância máxima da sua política interna. Uma característica importante desta localidade é a forte presença das mulheres dentro da vida política, estas ocupam cerca de 70% de todos os cargos de coordenação. Outra característica é que na escolha de porta-vozes dentro da ocupação são preferidas mulheres, sendo estas as que fazem articulações, manifestações ou reuniões com a mídia ou atuam na relação com a política municipal. Em assembléias gerais a questão da violência foi debatida por causa de diversos casos que ocorreram ao longo dos meses iniciais da ocupação e a própria comunidade desenvolveu formas dialogadas e normativas de lidar com

a violência. Entre estas violências se destaca a violência doméstica, que é perpassada pela violência de gênero. As respostas da comunidade envolveram a atuação na política auto-gestionária da ocupação, que sofreu mudanças em seu regimento interno a fim de abarcar o tema, tendo como resultado a criação de uma normatização própria que implica na expulsão dos sujeitos que se envolvem em violências dentro da comunidade. A ida das mulheres ao centro da vida política na comunidade parece ter afetado suas maneiras de lidar com a vivência da violência doméstica, entretanto a inclusão da mesma no regimento interno da ocupação, por pressão das mesmas, não implica necessariamente que tenha existido mudança na vida privada destas mulheres. Portanto a vida pública que estas mulheres tem desenvolvido não parece diretamente alterar as relações no âmbito privado. A sustentação teórica desta pesquisa se encontra nas teorias feministas pós-estruturalistas em diálogo com a psicanálise, no tocante à violência contra as mulheres, que nos embasam para responder às seguintes questões: que motivos levam a esse panorama? Como alterá-lo através de ações políticas que passem pela auto-gestão? Como a psicologia social pode ser utilizada para alterar esse arranjo?

Os efeitos sobre a produção de Boletins de Ocorrência em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher: antes e depois da Lei Maria da Penha

Alex Simon Lodetti, Camila Aparecida Dantas Pereira, Mateus Acacio da Silva

Na década de 1980 se dá uma mudança significativa na morbi-mortalidade brasileira, caracterizada pela saída da violência do quarto lugar em mortalidade no país para o segundo, tendo como única causa maior de óbitos os problemas cardiovasculares. Essa drástica mudança ocorreu principalmente pelo aumento de mortes no trânsito e de homícidios e femicídios. A partir dessa mudança no perfil brasileiro de mortes, a saúde pública tem destacado cada vez mais a importância de se tratar a violência como problema que afeta a saúde da população e que, portanto, necessita de políticas públicas em saúde que dêem conta da multiplicidade de suas facetas e das diversas caracteriologias regionais. Mesmo com esta mudança alarmante nos números da violência no Brasil, sabe-se que há uma parcela significativa – ou possivelmente corresponda à maior parte – dos dados sobre a violência que nunca é contabilizada nas estatísticas, constituindo uma cifra invisível sobre a qual não há informações. Esse fato se dá por uma série de fatores, incluindo a falta de denúncias, falta de pessoal qualificado para a categorização dos crimes, sistemas de dados que não comportam os dados básicos ou mesmo que aceitem informes incompletos, entre outras. Isso contribui para a maneira distorcida e desconectada da realidade que se apresenta em dados oficiais colhidos diretamente das

Secretarias de Segurança Pública e de Saúde. Portanto, a suposição de que na verdade a taxa de violência doméstica, estupros e de atentados violentos ao pudor é muito mais alta do que aquela apresentada nos dados não é de todo sem base. A proposta deste trabalho concerne a investigação, identificação e interpretação dos padrões de violência encontrados nos relatos de boletins de ocorrência da 6ª Delegacia de Polícia de Florianópolis – Delegacia da Mulher. Os dados apresentados neste trabalho são inéditos e compreendem a análise de 1005 boletins de ocorrência, subdivididos em 1323 crimes, compreendendo seis meses do ano de 2006 – apresentando três meses anteriores (Janeiro a Março) e três posteriores (Outubro a Dezembro) à Lei Maria da Penha – com o intuito de estabelecer um perfil sócio-demográfico do autor de agressão contra a mulher. Ademais, estabelecemos a localização dos bairros que reportam a maior incidência de violência contra a mulher, dados importantes para focar esforços de prevenção e intervenção. Atentamos também para a comparação entre a literatura especializada e as relações entre as mulheres e os homens autores de agressão como se apresentam na Grande Florianópolis. O foco do trabalho reside nos autores de violência doméstica e violência sexual, moradores da cidade de Florianópolis e cidades circundantes. O intuito deste trabalho foi identificar os efeitos da Lei Maria da Penha imediatamente após sua entrada em ação, uma lei brasileira que alterou as penas e as possibilidades para os homens autores de violência doméstica e outras violências contra a mulher. Entender seus efeitos sobre a sociedade, sua efetividade no combate à violência doméstica e sua utilização por parte das delegacias da mulher é de suma importância para os estudos de gênero e da psicologia social e este trabalho ambiciona uma exploração das informações contidas nestes relatórios produzidos pelas delegacias de polícia, assim como fornecer bases para a produção de informações comparativas e atualizadas, o que ainda não ocorre na Grande Florianópolis.

Políticas públicas de enfretamento da violência contra a mulher: a casa-abrigo como espaço de acolhimento

Scheila Krenkel, Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré

A violência contra a mulher é um dos principais problemas de violação dos direitos humanos, uma vez que atinge o direito à integridade física, à saúde e à vida. Este tipo de violência é compreendida como ameaças, coerções, privação da liberdade, que resultará em prejuízos no desenvolvimento vital da mulher. Neste estudo, a violência contra a mulher ancora-se na Epistemologia da Complexidade, a qual possui uma visão integradora e articulada do fenômeno com os vários elementos envolvidos no sistema a que pertence, remetendo à sua

multidimensionalidade. Dessa maneira, a violência configura-se como um fenômeno complexo e multideterminado demandando, cada vez mais, a implementação de políticas públicas que visam à proteção das mulheres e à garantia de seus direitos. Quando a violência se torna uma ameaça à vida das mulheres, uma das estratégias propostas pelas políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres é o encaminhamento para uma casa-abrigo. A casa-abrigo é serviço especializado, sigiloso e temporário, que visa garantir a integridade física e psicológica de mulheres em situação de violência e que correm risco de morte. O objetivo deste trabalho é caracterizar o perfil das mulheres acolhidas em uma casa-abrigo da região sul do Brasil, no ano de 2011. Trata-se de um estudo documental, descritivo e exploratório. Para o levantamento dos dados, tomou-se como base o Relatório Geral da Casa-abrigo, o qual apresenta informações sócio-demográficas e econômicas das mulheres acolhidas no local desde sua fundação, disponíveis no sistema interno da Secretaria de Desenvolvimento Social do município em que se realizou a presente pesquisa. Optou-se pelo ano de 2011, por ser o mais recente em que se deu o preenchimento completo das informações das usuárias no Relatório Geral. Após a verificação de todos os dados, foram selecionados aqueles que atendiam ao objetivo deste estudo, os quais foram agrupados e transformados em gráficos para melhor leitura e interpretação. Os resultados evidenciaram o acolhimento de 46 mulheres, com predomínio da faixa etária de 30 a 39 anos (n = 17), ensino fundamental incompleto (n = 22) e de cor branca (n = 32). As mulheres possuíam moradia própria (n = 20) e pouco mais da metade estava em um relacionamento estável (n = 26). Quanto à ocupação, a maior parte das mulheres estava desempregada ou eram do lar (n = 17) e das que trabalhavam, as atividades predominantes eram de diarista ou serviços gerais (n = 10). Os principais motivos relacionados ao abrigamento foram agressão física e ameaça de morte (n = 33), perpetradas principalmente pelo marido/companheiro. As mulheres foram encaminhadas para a casa-abrigo por meio da Secretaria de Assistência Social do município e da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (n = 14 para cada local). As mulheres permaneceram na casa-abrigo em média 17 dias, sendo o tempo mínimo um dia e máximo 79 dias. Ao sair do local, a maior parte das mulheres (n = 19) foi morar com familiares. Ancorados na perspectiva de gênero, os dados evidenciam que a violência foi perpetrada principalmente pelo marido/companheiro. Com base nisso, pode-se se identificar, ainda, características como o estado civil das mulheres em que grande parte estava em um relacionamento estável; e a ocupação, sendo que a maioria estava desempregada ou era dona de casa, ou seja, não recebiam remuneração e eram dependentes financeiramente do marido/companheiro. Importante salientar que a dependência financeira, muitas vezes, está

atrelada à dificuldade de romper o ciclo da violência. Ao conseguirem romper o ciclo da violência e terem passado por uma casa-abrigo, as mulheres deste estudo, ao saírem do local, foram acolhidas principalmente por familiares, evidenciando a participação da rede social familiar como fonte de apoio emocional e ajuda material. Diante da complexidade do fenômeno da violência contra a mulher e da casa-abrigo como um fator de proteção a elas, em termos de políticas públicas deveria ser revisto a construção de mais casas-abrigo como espaços de acolhimento, em uma abrangência territorial maior diante da densidade populacional em que se apresenta e da dimensão da ocorrência da violência contra a mulher. Nesse sentido, este trabalho vai ao encontro da proposta do grupo de trabalho do presente Congresso, uma vez que as políticas públicas para o enfrentamento da violência contra a mulher, como a criação de casas-abrigo, articulam-se na proteção aos direitos humanos dessas mulheres; além de contribuir para a discussão das práticas sociais e políticas públicas relacionadas a esta temática em nosso país.

Psicologia e lesbianidade: enunciados heteronormativos e seus efeitos na clínica psicológica

Daiane Maus Marques, Henrique Caetano Nardi

O objetivo deste trabalho é pensar sobre a lesbianidade e a forma que esta é abordada na clínica psicológica. Como material de análise utilizamos um relato reconstruído na perspectiva da trajetória de vida, realizando uma análise arque-genealógica (a partir de Michel Foucault). O uso desta metodologia busca analisar um determinado recorte no contexto sócio-histórico e entender o funcionamento e a forma que ele emerge em um determinado contexto sociocultural a partir de mecanismos, lógicas e processos que o constituem. A partir da análise foi possível evidenciar que a Psicologia, apesar de um código profissional que estabelece que o/a profissional não pode contribuir para a estigmatização da homossexualidade, continua repetindo os pressupostos de uma cultura heternormativa na qual ela foi criada e é também mantenedora; perceber-se lésbica é estar no avesso de uma norma e para existir nessa cultura, muitas vezes, torna-se necessário ocupar o espaço da "anormal". As famílias encaminham as suas filhas para serem adequadas ao sistema hegemônico (o heteronormativo) e alguns/algumas profissionais absorvem esse pedido, entendendo a lesbianidade como um problema a ser superado. Em muitos casos há um apelo à moral cristã, na qual a paciente é vitimizada ou culpada pela sua orientação sexual. O/A psicólogo/psicóloga passa a ser um/uma detentor/detendora do saber sobre o sexo. A partir daí surge um questionamento: como a diversidade sexual está presente nos currículos das graduações? E será que o fato de estar

presente de alguma forma teria efeitos desestruturantes na cultura heteronormativa? Nossa intenção não foi de afirmar que a clínica psicológica esteja fadada ao insucesso quando confrontada com um desejo que não se acomoda positivamente no interior da norma sexual, tal como ela é sancionada no interior do dispositivo da sexualidade; mas que a Psicologia foi, ao mesmo tempo, fruto e discurso reafirmador de uma verdade hierarquizante, classificatória e desvalorizadora no interior deste mesmo dispositivo. A idéia deste recorte de pesquisa, por sua vez, foi tomar relatos de uma mulher que experimentou a clínica para visualizar de que forma ela esteve presente na sua vida, em relação à orientação sexual. O que foi questionado ao longo do trabalho foram os efeitos de verdade na inauguração da clínica psicológica, uma delas, pensando na direção da psicanálise, a noção do complexo de Édipo. Propusemos, apoiandos em Judith Butler e Gay Rubin, pensar que existe um interdito anterior, do qual não se fala, que é o interdito da homossexualidade como estruturante das possibilidades mesmas de configuração da triangulação do édipo. Outra noção questionada foi o caráter adaptacionista das psicologias e a sustentação de uma rede enunciativa que esquadrinha o normal/anormal, herança de seu surgimento junto ao saber médico/psiquiátrico, sem que uma reflexão ética sobre os efeitos deste esquadrinhamento seja colocado em questão, uma vez que muitas vezes assume a configuração de um dogma-verdade inquestionável. Apesar de considerarmos intolerável o que é produzido em muitos consultórios, pensamos que é possível produzir outras Psicologias e por esta razão buscamos entender os efeitos de diferentes abordagens clínicas. Temos claro que este trabalho não tem pretensões generalizantes, ele é um ensaio construído a partir de um relato, cuja produção deriva do uso de enunciados presentes na cultura e que atravessam tanto a fala da entrevistada como de seus/suas terapeutas. Acreditamos que seja possível, e por isso são importantes mais estudos nessa área, uma Psicologia que produza outros efeitos no campo da sexualidade, que entenda a lesbianidade como um desejo legítimo manifesto e não julgue como algo inferior ou falho, como é entendido pela rede enunciativa que associa a ciência à moral e que estabelece uma hierarquia heterossexista das vidas possíveis. Buscando articular o exposto com autores como Nietzsche e Deleuze, talvez seja possível pensar uma clínica outra, sem o imperativo da lógica heteronormativa baseada em uma forma única e estruturalista de entendimento do sujeito a partir do falocentrismo.

Repensando a concepção de violência e exploração na esfera da sexualidade a partir da objetificação e da hierarquia de relacionamentos nas camadas socialmente vulneráveis

Luana Almeida de Carvalho Fernandes, Diego da Silva Santos

A violência sexual é algo que pode impactar de forma nociva a personalidade. O programa ViraVida pretende recuperar a autoestima de jovens que passaram por situação de abuso e exploração sexual comercial, com idades entre 16 e 22 anos, para que através de uma inserção socioprodutiva no mercado do trabalho, seja possível serem efetivamente sujeitos de diretos e cidadãos atuantes. O objetivo principal é promover a elevação da autoestima e da escolaridade e, por conseguinte, a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens participantes, para que desvendem o próprio potencial e assim conquistem autonomia. O Programa ViraVida foi gerido pelo Conselho Nacional do SESI, e está presente em vinte Estados brasileiros, sendo no Rio de Janeiro coordenado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Sistema FIRJAN), através da Assessoria de Responsabilidade Social e realizado em parceria com instituições do Sistema S e da FECOMER. Como o publico alvo tem como recorte principal da vulnerabilidade a questão da exploração sexual, repensar o entendimento do que é a violência sexual a partir da compreensão que os jovens têm do que é a exploração e o abuso sexual se faz necessário, pois é com o reconhecimento da situação como uma questão a ser observada e modificada que as intervenções para a reconstrução do sujeito são possíveis. No que tange a discussão do GT de Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana, objetivamos debater a noção de violência e exploração sexual a partir da naturalização em meio a vulnerabilidade destas situações. Não só a violência e repressão policial se fazem presente e forte nas favelas cariocas, como a cultura da permissividade naturaliza comportamentos socialmente reprováveis, como o consumo de substâncias ilícitas e as relações de sexualidade, lidas também como micro-representações das relações de poder, congruente ao eixo temático do gênero, sexualidade e intersecções. A partir da crítica a concepção etimológica da palavra abuso, procuramos entender a defesa do termo “ofensa Sexual” como releitura da pratica da violência, articulando às concepções e valores pessoais e morais dos jovens, para a construção de um novo entendimento da noção de violência no que tange à sexualidade. Sob a reflexão crítica do dia-a-dia da equipe técnica do Programa ViraVida e das metodologias utilizadas no projeto, construímos uma rede de diálogo e vínculo, a partir da qual é possível debater e ressignificar a noção de exploração e violência sexual. Este trabalho objetiva então lançar o olhar para formas de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) ainda veladas e a naturalização em meio ao contexto de vulnerabilidades presentes nas Favelas Cariocas. A partir dos processos seletivos para ingresso dos jovens no Programa ViraVida nas comunidades da Rocinha, Jacarezinho, Cidade de Deus e Complexo da Maré observou-se como frequente a relação de adolescentes do gênero feminino estarem em situação de Exploração

Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) através de relações estáveis, com homens mais velhos da própria comunidade ou rapazes que trabalham para o tráfico de drogas, no qual é presente a manutenção financeira da vida por parte dos parceiros. Dentre as referências teóricas utilizadasestão a Pedagogia da Presença e da Pesquisa-ação, inter-relacionadas com o entendimento da violência e delinquência de Winnicott e nas leituras críticas da exclusão e das políticas públicas, sob a égide da psicologia social comunitária. O programa utiliza como principal metodologia a Roda de Terapia Comunitária integrativa e Vivências de Resgate de Autoestima, ambos idealizados pelo psiquiatra Adalberto Barreto. Os referencias teóricos e as metodologias utilizadas no projeto se articulam no fomento de uma postura técnica acolhedora, que valoriza as realidades culturais, e que parte de um diálogo horizontal, onde técnico e aluno entrelaçam seus saberes e constroem novas possibilidades de ação, respeitando as identidades e realidades culturais. Durante o processo de seleção dos jovens foram realizadas entrevistas semiestruturadas em profundidade com cerca de 200 jovens das comunidades acima mencionadas, com duração média de quarenta minutos. Como também processo de dinâmica de grupo e redação. A partir dos relatos colhidos durante as entrevistas, observou-se que a base desse tipo de relacionamento é a questão comercial, em que se dá frequentemente por meio de um local de moradia, alimentação e como fonte de recurso para custear gastos com higiene (comprar o desodorante, creme para o cabelo, etc) e beleza (fazer a raiz do cabelo, ‘’botar cabelo, fazer as unhas, comprar roupa para ir ao baile”) que dentro deste contexto tem forte relação com a percepção de status e autoestima das jovens. Algumas interpretam esses relacionamentos como sinônimo de ‘’esperteza’’, pois não estariam se relacionando ‘gratuitamente’, e o recebimento de dinheiro e presentes seria uma maneira de obter vantagem através do comércio de seu corpo. Entretanto ressalta-se que juntamente a estes relatos, frequentemente as jovens verbalizam que sofrem violência doméstica, incluindo agressões físicas, situações de constrangimento e cárcere privado. E que quando perguntadas sobre o que planejam para o futuro, as mesmas apontam que visam ações que culmine na autonomia. Este tipo de ESCCA é velado e mais socialmente aceito no contexto local das jovens. Os relacionamentos pautados em ESCCA surgem geralmente de situações de vulnerabilidades das jovens e que estas relações acabam por gerar novas vulnerabilidades. A proposta do Programa ViraVida é poder contribuir com o empoderamento e autonomia.

Romances como produtores e reprodutores de gênero

Bárbara Albuquerque Pereira

Durante muitos anos as mulheres foram “excluídas da história”, “marginalizadas” como quem não tem o que contar. Porém, em meados do século XX uma história das mulheres começa a ser construída, e já no final do século XX começaram a aparecer preocupações teóricas que traziam a questão do gênero como uma categoria de análise, salientado-se esta categoria como sendo historicamente produzida. Considerando-se o papel representado pela literatura diante da formação de novas subjetividades, esta pesquisa visa investigar os discursos presentes nos romances ingleses de autoria feminina do final do século XVIII início do século XIX, concentrando-se nos romances Orgulho e Preconceito, Persuasão e Emma, de autoria de Jane Austen. Utilizando-se os personagens femininos desses romances e como eles se posicionam diante das relações afetivas, busca-se estabelecer um paralelo entre a literatura e a história das mulheres. Sendo aclamada como uma das responsáveis pela consolidação do gênero romanesco inglês, Jane Austen insere em seus romances a questão do gênero como categoria historicamente produzida, além de ser também um exemplo da desconstrução dos papéis femininos, já que escreveu num tempo no qual a vida literária não era um espaço que as mulheres poderiam ocupar. No entanto, muitas vezes, tanto a discussão do gênero como a própria representatividade da autora para o campo de atuação das mulheres inglesas são negligenciados devido à uma leitura superficial de suas obras. Assim, inserindo-se no Eixo temático Gênero, Sexualidades e Intersecções, este trabalho busca dialogar com as questões de gênero, enriquecendo este campo de estudo, trazendo novos dados e formas de pensar as relações das mulheres na sociedade, através da literatura e da Análise do Discurso. Trata-se de um terreno pouco explorado, uma forma de pensar as relações e o papel da mulher na sociedade que não através da mãe/esposa ou trabalhadora, mas pelo viés de um feminino enamorado, envolto em romance. Não é intenção fazer uma análise literária das obras, mas uma análise dos papéis femininos nos romances escritos por Jane Austen, enquanto possível espelho da visão social da feminilidade, levando-se em consideração o contexto sócio-histórico em que foram escritas em paralelo com a história das mulheres. Para isso, utiliza-se a Análise do Discurso e partindo-se do conceito proposto por Dominique Maingueneau de Discurso Constituinte, formula-se a hipótese de que os romances escritos por Jane Austen tornaram-se discursos de Origem, abrindo e organizando um novo campo de produção sobre o feminino. Ao conferir sentido aos atos da coletividade, os discursos constituintes se tornam responsáveis por uma nova forma de pensar determinado tema, contribuindo na normatividade ou na falta dela. Com isso, esta pesquisa investiga esses romances como formadores de um novo campo, tanto de subjetividade quanto de produção, analisando-se, para além do conteúdo, o discurso e suas

tramas. Sendo a estética um questão importante para o romance enquanto gênero literário e tratando-se aqui a literatura como formadora de ideologia, de acordo com o proposto por Maingueneau, este trabalho tangencia o Grupo de Trabalho 8 (Estética, afetividade e política) na medida em que discute a questão do gênero enquanto categoria de análise e historicamente produzida, portanto, política.

Traficante, puérpera e dependente: representações sociais do envolvimento de mulheres com crack na imprensa

Luiz Thiago Almeida Araújo, Daniel Henrique Pereira Espindula, José Vicente de Deus Neto, Bruno Klecius Andrade Teles, Larissa dos Santos Alves, Vinícius Barbosa de Oliveira, Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz, Lauriston de Araujo Carvalho

Na contemporaneidade o consumo de substâncias consideradas ilícitas marcadas pelo seu uso/abuso, sobretudo o crack é considerado um problema social, sendo combatido pelo estado na esfera preventiva seja pelas áreas jurídicas, sanitárias e educativas. Diversos estudos apontam que o uso contínuo do crack pode levar à dependência química da substância, acarretando danos e agravos à saúde física, mental e social do usuário. Dentre os danos gerados podem-se elencar alterações psíquicas, perda de peso, perda dos laços sociais e associação com outras doenças, como as Infecções Sexualmente Transmissíveis – ISTs, por exemplo. Ao analisar a produção nacional sobre a temática do crack, verifica-se que a maioria dos estudos está no campo da saúde, sobretudo, no campo epidemiológico. Poucos são estudos que enfocam a questão do ponto de vista psicossociológico e/ou que associem a temática a questões de gênero. Sendo assim, o presente estudo parte do objetivo de investigar as representações presentes na mídia impressa nacional a respeito do envolvimento das mulheres com as drogas, em especial o crack. Como fonte de coleta de dados utilizou-se reportagens, cartas, artigos e editoriais publicados no jornal Folha de São Paulo, em sua versão impressa e on line, durante os anos de 2008 a 2012, perfazendo um total de 232 reportagens. O material foi classificado segundo o ano, versão, impressa/on line e caderno de publicação. As matérias que foram publicadas em duas versões foram contabilizadas apenas em sua primeira entrada. Após a classificação dos dados, os mesmos foram analisados pelo software Alceste, que elencou o material analisado em cinco classes de ideias, agrupadas em torno de dois grandes grupos. O primeiro grande grupo, composto pelas classes 01 – Mulher presa traficando e; classe 03 – Apreensão de armas e drogas e o segundo grande grupo, formado pelas classes 02 – Puerpério e drogas; classe 04 – Mulheres na cracolândia e; classe 05 – Políticas Públicas. O primeiro grande eixo pode ser entendido como um dos elementos da representação da mulher x drogas.

Aqui ela é objetivada na figura da mulher traficante e não da usuária. Juntamente com a classe da traficante a imprensa noticia em associação o que foi apreendido e com ela estava no momento da apreensão. Geralmente essa mulher está em companhia de outros homens e são apreendidos além de drogas, armas e grande quantidade de dinheiro, o que demonstra que essas mulheres não agem só ou em grupos formados apenas por mulheres. O segundo eixo apresenta a outra face do envolvimento das mulheres com as drogas, o da dependência. Surgem aqui elementos de representação com ideias ancoradas em lógicas institucionalizadas de gênero, tais como a maternidade, por exemplo. O espaço de consumo e o modo como os gestores pensam as políticas públicas de combate à droga também são apresentados. Infelizmente várias outras políticas são pensadas e discutidas, deixando as relativas à questão das drogas em último plano e quase sem investimentos. Sugerem-se mais estudos que enfoquem a temática do uso/abuso de substâncias líticas e ilícitas a partir do olhar da Psicologia Social e que enfoquem tanto a Teoria das Representações Sociais, quanto a outras teorias psicossociológicas.

"A cura para a violência é o respeito": representações sociais de violência para adolescentes

Daniel Henrique Pereira Espindula, Larissa dos Santos Alves, Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz, Lauriston de Araujo Carvalho

A violência como fenômeno polissêmico e multifacetado é comumente significada por diversos grupos sociais sob o aspecto criminal. Embora, a possibilidade de infligir leis jurídicas represente uma maneira de entendimento, a apreensão desse objeto social fluido e sócio-histórico que se constitui nas mais diversas interações sociais, que desembocam em relações de poder assimétricas, parece, também, ser uma maneira sagaz e interessante na compreensão do fenômeno. Nesse sentido, o presente trabalho visa expor os resultados de uma pesquisa de campo que teve como objetivo entender as representações sociais de adolescentes do ensino médio de escolas públicas sertanejas sobre violência. A amostra foi composta por 56 estudantes de ensino médio de três escolas públicas do semiárido nordestino, localizadas no município de Petrolina - PE, com uma média de idade de16 anos. Para a coleta de dados foram realizados sete grupos focais, contendo pelo menos oito alunos em cada grupo realizado. Como instrumentos de coleta foram utilizados um questionário sócio demográfico e um roteiro de entrevista semiestruturado abordando o tema da violência em seus diferentes aspectos, como: conceito e tipos de violência, principais vítimas e agressores, bem como as práticas protetivas/preventivas. Os grupos focais foram realizados na própria escola no horário de aula

mediante a pactuação com a coordenação e assinatura do TCLE (Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento) pelos pais/responsáveis. Após a realização dos grupos focais, as falas foram transcritas na íntegra e analisadas segundo a análise de conteúdo temática de Bardin. Os resultados da pesquisa mostram a televisão e a internet como os principais veículos de informação sobre a violência. A partir dessas informações, os adolescentes representam a violência como uma agressão física e também verbal, podendo ser ela ser de ordem moral ou psicológica. Segundo os mesmos, o desrespeito e a intolerância principalmente em relação às questões de gênero são os principais desencadeadores de atos violentos. Contudo, quando questionados sobre os agentes da violência, estes identificam e objetivam o seu próprio grupo, dos adolescentes/jovens, além dos homens como os mais potencialmente violentos. Outro elemento da representação da violência são as lesões corporais e danos psicológicos à pessoa. Aqui novamente, o adolescente e o homem jovem são objetivados como os agentes agressores de violência. Nesta direção, os relatos dos adolescentes aludem a violência para uma clara intencionalidade às iniquidades de gênero. Os jovens ancoram as idéias de masculinidade a partir de vieses machistas, refletido nas práticas de intolerância e desrespeito ligadas fundamentalmente aos homossexuais, como mecanismos mais exemplares de violência. Vale dizer que a temática da não aceitação da homoafetividade como condição de violência nos discursos desse público jovem aparece como um dado de pesquisa novo. Mais ainda, pensando na violência como fenômeno histórico e contextualmente localizado, releva o caráter polissêmico da violência, que ao passar dos anos agrega significados diversos, a exemplo da não aceitação da homoafetividade como dispositivos de violência por representação desses adolescentes. No entanto, como possibilidade de ter contribuído para que esta temática específica tenha aparecido nos grupos focais, observamos neste ultimo ano a mídia nacional polemizar e disseminar assuntos sobre as resoluções legais da união estável e civil de pessoas do mesmo sexo. Por outro lado, ao analisar essa mesma temática podemos vislumbrar sobre esses novos ambientes, no qual, esses adolescentes constantemente interagem, opinam e discordam, sobre o mundo que o cercam. Nesse sentido, pode-se supor que a internet e as redes sociais são veículos importantes de construção de sentidos que geram espaços de reconstrução de significados que imprescindivelmente devem ser melhor entendidos sob uma matriz psicossociológica.

GT 34. TRABALHO E SUBJETIVIDADE

A corporeidade afetada pela "desvantagem" física adquirida pelo trabalho: análise de dados de sistemas do Estado e de um caso de uma trabalhadora de frigoríficos

Andréa Luiza da Silveira

Procuramos problematizar a condição do trabalhador do setor de abate e beneficiamento de carnes que adquire uma "desvantagem" física pelo trabalho, por um lado, a partir da análise do Cadastro Central de Empresas (Cempre) de 2010, do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2010 e do censo de 2000 do IBGE e, por outro lado, analisamos o acaso de uma pessoa com sérios prejuízos decorrendo em amputação de um braço. Chagamos a este problema por entendemos juntamente com Le Breton (2003) e Ortega (2008) que a corporeidade é um aspecto central de uma cultura. Ortega (2011), ao tratar das deficiências, conecta suas análises da corporeidade às transformações históricas das sociedades ocidentais fazendo contrapontos com culturas orientais. Destaca a associação entre dependência e deficiência relativo ao sentimento de vergonha, e reitera que a "[...] aversão à dependência é característica de sociedades despolitizadas como a nossa. Em sociedades com intensa vida pública, o senso de mútua dependência está na base da ligação social." (Ortega, 2008, p.35) Acirra-se a experiência de indivíduos autônomos que sustentam um Estado desobrigado da assistência, e que lida com indivíduos dependentes como "parasitas sociais", isto é, aqueles que se encontram impossibilitados de realizar a prática do cuidar de si. No centro disto, ampliando-se nas mais diversas dimensões, observa-se que as "Ideologias da saúde e do corpo perfeito nos levam a contemplar as doenças que retorcem a figura humana como sendo sinônimos de fracasso pessoal". Nosso campo de análise é o setor de abate e beneficiamento de carnes que é marcado, principalmente, por uma gestão do trabalho que regula os processos de trabalho tornando-os extremamente penosos, ou seja, com um ritmo acelerado determinado pelas metas de produção, com uma jornada do trabalho organizada de acordo com os interesses econômicos e em um ambiente confinado, húmido e frio ocasionando sérios impactos para a saúde dos trabalhadores, presumindo, inclusive, a deficiência física adquirida pelo trabalho. Os dados referentes ao Cempre (2010) nos revelam que, no Brasil, havia 5,1 milhões de empresas e outras organizações abrigando 49,7 milhões de pessoas com ocupação formal, sendo que, entre elas, 43 milhões (86,4%) eram assalariados e 6,7 milhões (13,6%) sócios ou proprietários. (Brasil.gov.br) Destes 43 milhões de trabalhadores, 8 milhões ocupavam os postos em frigoríficos, ou seja, 18,6% dos trabalhadores com ocupação formal. Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, também em 2010, ocorreram 701.496 acidentes de trabalho. Foram encaminhados para

reabilitação profissional 58.543 trabalhadores, entre os quais 17.647 foram considerados reabilitados. Especificamente na região sul o mesmo anuário aponta um total de 156.853 acidentes de trabalho, sendo que desse total, 110.409 foram notificados pela Comunicação de Acidentes de Trabalho – CAT – que, por sua vez, foram subdivididos em categorias de: a) acidentes típicos com 88.480; b) acidentes de trajeto com 18.170; e c) doença ocupacional com 2.852. O documento mostra que ocorreram 5.099 acidentes de trabalho em frigoríficos, classificados de acordo com a Classificação Nacional de Atividade Econômica sob a rubrica de CNAE 10.1, Abate e fabricação de produtos de carnes. O censo de 2000 do IBGE revelou que 24.600.256 pessoas se declararam com alguma deficiência, mas se desconhece muitas das suas magnitudes. (Brasil, 2007, p.19). Observamos que, apesar da análise nos indicar a ocorrência de desvantagens físicas adquiridas pelo trabalho não é possível saber, se a deficiência está relacionada ao trabalho, qual é essa deficiência, qual sua relação com o trabalho por tipo de atividade e assim por diante. Entretanto, temos casos concretos e conhecidos, embora, ainda sem registro, a exemplo do caso aqui analisado. Desta forma, observamos que ao não se ter estudos epidemiológicos que caracterizem a aquisição da desvantagem física e trabalho mascara-se o problema e inviabiliza-se a construção de políticas públicas. O trabalho aqui exposto nos indica a necessidade de continuar-se a pesquisas a relação entre desvantagens físicas e trabalho, sobretudo, por tal desvantagem, provavelmente, trazer prejuízos à vida cotidiana do trabalho tanto nas suas relações pessoas quanto nas atividades mais corriqueiras, como ilustra o caso aqui analisado.

A gestão do risco e da saúde na atividade dos inspetores ferroviários da logística no setor mineral da região metropolitana de Belo Horizonte

Laís Di Bella Castro Rabelo, Marcelle La Guardia Lara de Castro

A pesquisa de mestrado em tela se propõe a compreender como os inspetores ferroviários, que se dedicam à logística da mineração na região metropolitana de Belo Horizonte, de uma empresa privada de médio porte, gerem o risco e a saúde em sua atividade habitual de trabalho. Parte-se da formulação marxiana da centralidade ontológica do trabalho, considerando seu lugar primeiro na autorealização do homem e na constituição do ser social, para assim propor uma discussão dentro da psicologia social do trabalho de base materialista-histórica. A partir da compreensão que trabalhar é lidar com os imprevistos da realidade laboriosa complexa considera-se que trabalhar é também evitar constantemente que o risco se sobreponha à segurança através de uma autogestão do risco. Esta autogestão está intrinsicamente relacionada

à produção de saúde, entendida como a possibilidade de instituir novas normas e tolerar infrações à norma habitual através da recriação. Neste sentido, o excesso de normas de segurança, fiscalização e controle no contexto laboral, como é o caso dos inspetores ferroviários, pode gerar impedimentos da gestão do risco. Essa atividade impedida configurada na escassez de possibilidades de renormalizar pode afetar a produção saúde no trabalho. A metodologia utilizada é qualitativa, composta por observações do trabalho in loco inspiradas na ergonomia francesa e entrevistas abertas, semiestruturadas inspiradas na ergologia, na clínica da atividade e na psicossociologia. A análise dos dados abrangerá a complexidade da realidade laboriosa, buscando não negligenciar nenhuma de suas dimensões, sejam elas organizacionais, prescritivas, concretas e subjetivas. A pesquisa encontra-se em fase inicial sem possibilidade de indicação de afirmações conclusivas. Entretanto, a partir da revisão bibliográfica e das primeiras incursões no campo, verifica-se a relevância de incluir o ponto de vista da atividade para a produção de concepções de segurança mais eficazes e coerentes com a saúde dos trabalhadores. O objetivo neste grupo de trabalho é realizar uma reflexão em conjunto com demais pesquisadores que investiguem as relações entre os processos organizativos e as produções de subjetividade a partir das relações de trabalho.

A saúde do trabalhador, a economia solidária e o cotidiano de trabalho

Patrícia Aymberé Bello, Daniel Barboza Salvador, Matheus Fernandes de Castro, Matheus José Cuzato Mancuso

Este trabalho pretende relacionar três temas fundamentais dentro da Psicologia Social e do Trabalho: Saúde do Trabalhador, Economia Solidária e o Cotidiano. Assim, buscamos compreender as ações ordinárias que promovem a saúde dos trabalhadores das cooperativas de empreendimentos solidários de quatro cidades da região de Assis (SP), a partir de suas compreensões acerca de sua própria saúde, das relações que estabelecem entre si, dos sentidos atribuídos ao trabalho cooperado e solidário e dos cuidados adotados em suas rotinas laborais. Portanto, acreditamos estar de acordo o objetivo do grupo de trabalho 20 (GT 20), intitulado "O cuidado em saúde e a construção da participação", que visa promover o debate sobre a relação que o sujeito estabelece com a sua saúde e com os serviços de saúde pública e coletiva. Como referencial teórico adotamos Michel de Certeau, Peter Spink e Leny Sato que muito têm contribuído para estudos sobre o cotidiano, organizações de trabalho e sobre a saúde do trabalhador. Tal referencial nos leva a buscar na etnografia o nosso método de pesquisa, através de uma convivência prolongada, que se estabelece desde a metade do ano passado em grupos

de conversa, reuniões, promoções de eventos, entre outros. Além disso, cada acadêmico produz um diário de campo que é partilhado e discutido nas supervisões semanais, do estágio e do projeto de extensão. Nos encontros dos grupos, nossa principal forma de contato com os trabalhadores, são levantadas questões relativas à saúde no trabalho dentro das cooperativas. Como instrumento disparador das discussões, propusemos a fotografia. Os cooperados fotografam, durante o cotidiano de trabalho, ações, situações, locais ou o que julgam ser relevante para ser discutido no grupo, além dos relatos verbais. Durante este processo, será montado, junto aos cooperados, um acervo virtual das fotografias, que deve ser sitiado em uma rede social na internet, permitindo uma reflexão ampliada sobre as questões relacionadas à saúde de cada grupo, bem como, esperamos que outros grupos de trabalhadores vinculados à ECOSOL, possam se beneficiar com o resultado destes esforços. Desde o início, todos os grupos relataram algum tipo de acidente nas cooperativas: contusões, cortes, dores devido à postura e forma de execução das tarefas; picadas e mordidas de animais e até mesmo quedas que causaram fraturas. Os trabalhadores destacaram que poucas pessoas utilizavam os EPI's, alegando o incômodo que estes equipamentos causam, além de questões ergonômicas e redução da eficiência no trabalho, por exemplo. A vacinação também foi um tema de destaque nas conversas: diversos trabalhadores não estão em dia com as vacinas como a do tétano e/ou não realizaram exames, como o Papanicolau. Alguns, lembraram da importância de exames admissionais como a audiometria, exames de sangue, entre outros. A limpeza e a organização do espaço também apareceram como temas relevantes para a manutenção da saúde, segundo os cooperados. Dentre os grupos, outro forte indicativo de acidentes relatado e discutido é o manuseio incorreto de máquinas e ferramentas, principalmente das prensas utilizadas para enfardar o papelão e as PET's. Acreditam que precisam de mais treinamento periódicos para operá-las, principalmente, devido ao alto número de rotatividade de trabalhadores dentro destes empreendimentos. Questões sobre a saúde mental dos cooperados, também são debatidas. Relatos de humilhações, indiferença e invisibilidade social por parte da população e, até mesmo, por parte de companheiros de trabalho apareceram nos grupos. Contudo há relatos de cooperados que afirmam terem conseguido se livrar do uso constante de medicamentos psiquiátricos depois que começaram a participar deste tipo de organização de trabalho. Por fim, destacamos os problemas de relacionamento e gestão dentro das próprias cooperativas que não pudem ser desconsiderados, uma vez que estão relacionados com a (in)satisfação com o trabalho. Este trabalho encontra-se em andamento, mas esperamos que, a partir das problematizações feitas junto aos grupos, possamos contribuir para aumentar a consciência

acerca da importância de se pensar saúde, criando equipes de cooperados responsáveis pela manutenção das ações que busquem proporcionar, manter e aprimorar uma construção coletiva do significado da saúde no trabalho, partindo dos conhecimentos e ações cotidianas das pessoas que lá trabalham. E, acima de tudo, fortalecer este tipo de iniciativa auto-gestionária e cooperativa, bem como, um tipo de ciência que reconhece a importância de dialogar com outros saberes. Através deste trabalho com os empreendimentos populares esperamos poder, um dia, cooperar com a construção de políticas públicas sobre saúde do trabalhador que não ignorem os próprios trabalhadores e seu conhecimento, mas saiba valorizá-los em suas especificidades e diferenças.

Análise foucaultiana do cotidiano de um programa de inclusão social pelo trabalho e aprendizagem do ofício de artesãos

Frederico Azevedo Alvim Assis, Marilia Novais da Mata Machado

Com o objetivo de apresentar uma alternativa para adolescentes ingressarem no mercado de trabalho, a Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), enquanto organização civil, sem fins lucrativos, voltada para objetivos beneficentes, contando com Estatuto próprio e sediada no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, desenvolveu o programa Casa da Menina Artesã, implantado em 28 de junho de 2000, treze anos atrás. Um dos objetivos do programa é orientar a formação humana de adolescentes – na fixa etária dos 14 a 24 anos – através da produção de artesanatos, incluindo a possibilidade de encaminhamento ao mercado formal de trabalho. Embora seja possível a entrada por iniciativa própria, a maioria das adolescentes que ingressam é encaminhada por Conselhos Tutelares, Vara da Infância e Juventude, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e outros serviços oferecidos pela própria AMAC. Os cursos de Formação Artesanal e as oficinas de produção de artesanatos (confecção de bijuterias, broches, chaveiros, artigos de decoração, jogos americanos, toalhas para bandejas e outros) são oferecidas no contraturno da escola, pois um pré-requisito de participação é a comprovação de frequência mínima a 75% das aulas escolares. Comprovado o cumprimento a esse critério, cada participante das oficinas recebe cesta básica e uma remuneração correspondente a 70% do preço de venda de cada item produzido pela mesma, o que, estima-se, promove a valorização de seu trabalho autônomo e/ou comercial. Como o programa destina-se a adolescentes em condições de vulnerabilidade social e/ou pessoal, é possível se identificar a pobreza enquanto um dos aspectos que caracterizam tais condições, além da convivência com potenciais circunstâncias

de marginalização e violência. Assim, surgiu o interesse de se investigar a contribuição da Psicologia Social, partindo de análises voltadas ao objetivo de conhecer como se constituem as relações de poder entre os públicos envolvidos no cotidiano do programa de inclusão social pelo trabalho (coordenadora, educadoras sociais, assistentes administrativos e adolescentes), os resultados do programa do ponto de vista da inclusão social e as maneiras como as adolescentes atendidas se apropriam das competências aprendidas. O referencial se concentrou em proposições de Foucault quanto às noções de poder capilar, poder pastoral e poder disciplinar. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa é um estudo de caso de um programa de inclusão social que propõe alternativas de trabalho e de geração de renda ensinando ofícios no campo das artes. O conhecimento dos processos psicossociais do contexto investigado, as operacionalizações do programa, cumprimento de seus propósitos, promoção de benefícios sociais e pessoais, suas formas de gestão e de implementação de ideais foram identificados ao longo da pesquisa, por meio de observação participante e entrevistas livres. Conduzindo para a discussão e análise das informações levantadas em discursos apresentados pelos sujeitos participantes, ao serem entrevistados e questionados sobre aspectos do trabalho cotidiano, foi possível identificar como as proposições teóricas se revelam no campo investigado. Constatou-se que orientações disciplinares acerca de como se comportar no ambiente de trabalho, revelam-se como o principal enfoque adotado pelas educadoras sociais, assistentes administrativos e coordenadora do programa, em suas práticas, ao acreditarem nesse motivo como condicionante para a formação sócio-educativa das adolescentes que se apresentam em condições de vulnerabilidade social, visando modificar suas posturas e condutas para, um dia, ingressarem em contextos formais de trabalho.

Entre a produção de cuidado e a produção de loucura: experiências na assistência em saúde mental na cidade de São Paulo

Allan Saffiotti

Este é um trabalho reflexivo sobre uma experiência profissional de um dos autores em um Centro de Atenção Psicossocial da cidade de São Paulo, e tem como objetivo discutir a atenção em saúde mental e suas interfaces com a organização do trabalho. É fundamentado teoricamente na da Psicodinâmica do Trabalho e na Psicologia Social de Pichón-Riviere. Relaciona-se com o Grupo de Trabalho “Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos” por compartilhar a perspectiva da Psicologia Social do Trabalho voltada para os problemas humanos no trabalho, e também pelo compromisso com a melhoria

das condições de trabalho e com a ampliação da possibilidade de interferência dos trabalhadores sobre suas próprias atividades. Dentre os vários aspectos que podem influenciar a assistência em Saúde Mental, pretendeu-se ressaltar o papel da organização do trabalho através da apresentação das vivências no cotidiano de trabalhadores de um CAPS, enfatizando que esta pode favorecer o aparecimento e/ou sustentação de práticas que visem o cuidado, em suas muitas formas desenvolvidas desde o início da Reforma Psiquiátrica Brasileira, ou dificultar/impedir a realização destas práticas. A Reforma Psiquiátrica ou a Luta Antimanicomial buscou não apenas uma humanização das relações entre os sujeitos, a sociedade e as instituições, mas uma ruptura com o paradigma da tradição científica que sustentava a prática psiquiátrica e com o modelo tradicional que tinha como centro o manicômio. É inegável o avanço na construção de novos modelos assistenciais, reorientados a partir desse processo que teve início no final da década de 70. Temos, desde então, diversas propostas de serviços substitutivos, como os CAPS, NAPS, CECCOs e Residências Terapêuticas. A instituição em questão surgiu no bojo dessas transformações da assistência em Saúde Mental na década de 80 do século passado, como uma experiência singular, influenciada tanto pelas experiências da desintitucionalização em Trieste quanto da Clínica de La Borde, e propunha o cuidado ao sujeito psicótico levando em consideração seu desejo e visando a produção de movimento e de autonomia. Desde então, atravessou vários momentos de crises, em função de cortes orçamentários e da instabilidade permanente de recursos para o setor da saúde, levando à descaracterização do trabalho que estava sendo feito para a construção consequente de um outro modo possível de atuar, o que provocava interferências no cuidado ao usuário e na dinâmica do trabalho. Passou a ser gerido por uma Organização Social em Saúde (OSS) em 2007, após outro período de sucateamento. Essas instituições, entidades do setor privado, seguem a lógica do lucro na organização do trabalho, o que traz graves consequências para a atenção em saúde. Quando as instituições públicas passam a ser empresariadas, deixam de ter como alvo o bem-estar, visam ao lucro, distinguindo quem paga e quanto, a partir do critério do acúmulo, acréscimo e reposição do Capital. O tipo de gestão do trabalho adotado por esta OSS, que seguiu uma lógica neoliberal e conservadora, vem gerando diversas críticas tanto dos trabalhadores e usuários deste CAPS quanto de outras instituições (de ensino e pesquisa, de saúde, órgãos governamentais, conselhos de classe e fóruns de militantes da luta antimanicomial). Como a lógica é a manutenção da gestão pela empresa, a necessidade torna-se a apresentação de “números”, submetendo o trabalho a esta lógica: os profissionais precisam cumprir metas quanto ao número de atendimentos, qualidade e satisfação de clientela. A pressão

por produtividade nos atendimentos leva a criação de relações frias e "mercadológicas", e a "saúde" passa a ser tratada como se fosse um produto, além de o trabalhador ser culpabilizado quando algum "erro" acontece. Havia também a ambiguidade da instituição se declarar aberta à contribuição dos trabalhadores, quando as decisões eram tomadas de forma centralizada, vertical e autoritária. Aqueles que denunciavam o engodo, ou questionavam a gestão eram punidos com advertências disciplinares, atacados publicamente e sofriam pressão para se demitirem, situação que provocava sofrimento em toda a equipe. A partir da gestão pelo medo, como descreve Dejours, assistiu-se o adoecimento da equipe de trabalho e o desenvolvimento de estratégias defensivas pelos trabalhadores: intensificação do trabalho e aumento do sofrimento subjetivo dos trabalhadores; neutralização da mobilização coletiva, dominação e alienação; desenvolvimento, por parte dos trabalhadores, de estratégias defensivas do silencio; individualismo. Ao discutirmos os processos intersubjetivos que atravessam esta instituição, queremos também ressaltar as formas encontradas, nesta instituição, para dar campo para a inteligência prática e consequente engajamento, foi o superinvestimento nas miniequipes de trabalho, e nas parcerias com colegas mais próximos: conseguia-se manter o engajamento através do apoio encontrado na cooperação mútua e pelo reconhecimento. Outra forma encontrada foi a desaceleração do ritmo de trabalho, à revelia das regras da instituição. Pretende-se que, ao fim deste trabalho, esta reflexão provoque questões sobre os processos de trabalho em saúde mental, problematizando as propostas de gestão, tanto direta (pelos governos) quanto indireta (pelas OSS ou outras empresas), e fortalecendo os espaços institucionais de reflexão e o papel de protagonistas dos trabalhadores, ampliando a possibilidade de interferência destes sobre suas próprias atividades.

Formação e subjetividade de trabalhadores de Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil

Camila Junqueira Muylaert, Patricia Santos de Souza Delfini, Alberto Olavo Advincula Reis, Isabella Teixeira Bastos

O atual modelo de saúde mental infantojuvenil tem como um dos seus pilares a transformação da postura dos profissionais da área. Espera-se que eles se coloquem de corpo inteiro e se impliquem subjetivamente no trabalho, para tanto a formação dos trabalhadores (que são historicamente desvalorizados e pouco estudados) é fundamental. Objetivo: Descrever e analisar a subjetividade e as experiências de formação de trabalhadores de Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis (CAPSi) e suas relações com o processo de inserção e prática nesse

campo. Relação com o GT: Esse trabalho se relaciona ao GT: "Educação superior, formação em Psicologia e modos de subjetivação: leituras psicossociais dos conflitos e impasses contemporâneos", pois discute a formação de profissionais para atuar nos CAPSis, onde o trabalho se dá sob o paradigma da Reforma Psiquiátrica – modelo de atenção psicossocial à saúde mental. Entretanto, discutimos não apenas a formação de psicólogos, como de outros trabalhadores, tendo em vista que o trabalho nessas instituições é multiprofissional e interdisciplinar. Método: Foi realizado um questionário com perguntas semi abertas e entrevistas narrativas com 8 trabalhadores de diferentes categorias profissionais (médicos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, e enfermeiros e auxiliares de enfermagem) lotados em 2 CAPSis do Município de São Paulo, um deles gerenciado diretamente pela Prefeitura e outro por Organização Social de Saúde (OSS). Para análise das entrevistas narrativas foi utilizada a proposta de Shutze. O Referencial Teórico foi construído a partir de diferentes autores que dialogam entre si, dentre eles Dejours e Schwartz. Resultados: No que se refere ao tipo de formação que os profissionais buscam constamos importantes diferenças entre os trabalhadores do CAPSi gerenciado por OSS e pela Prefeitura, sendo que os profissionais da OSS participam de uma perspectiva mais clínico-individual inspirada num modelo bionaturalista de compreensão do transtorno mental ao passo que os profissionais da Prefeitura parecem estar mais direcionados a um entendimento psicosociológico do sofrimento psíquico e a uma atuação de caráter mais coletivo. Provavelmente, ambos estão alinhados ou desalinhados, respectivamente, com os direcionamentos oriundos do espírito das políticas públicas da Reforma Psiquiátrica. No entanto, todos os trabalhadores valorizam a formação constante, revelam sentirem-se carentes de capacitação oferecida pelos serviços e escassez de recursos humanos na área, além de se queixarem da grande distância entre as necessidades reais do serviço e os treinamentos oferecidos. A vida pessoal e a profissional formam uma via de mão dupla, portanto, a formação transcende o espaço técnico no qual ela se delimita inicialmente e se espraia para diversos setores da vida do indivíduo contribuindo, dessa forma, para a qualificação de seu estilo de vida, postura na sociedade e de sua identidade, instâncias da existência do sujeito que não estão necessariamente conectadas com o exercício do trabalho. Por outro lado, esse ofício traz constantemente o desafio de separar a vida pessoal da vida profissional. Conclusão: As experiências pessoais e profissionais dialogam e podem contribuir uma com a outra, de forma que a história pessoal e profissional e as experiências de vida integram a formação da pessoa. Verificamos que o aprendizado e as preferências pessoais constituem importantes sentidos do trabalho e apenas unindo-se a necessidade de trabalhar aos

desejos pessoais é possível realizar determinado ofício, sem demasiado sofrimento. A complexidade das propostas de tratamento nos CAPSis e a falta de espaços de discussão e potencialização do trabalho, que deviam ser oferecidos pelas instituições, faz com que os profissionais sintam-se perdidos e sozinhos. Os trabalhadores se arrependem de não terem estudado mais, atribuindo a si a responsabilidade por suas dificuldades cotidianas.

Modalidades e práticas de inserção via o trabalho em saúde mental no território de Bolonha

Hernani Luis Chevreux Oliveira Coelho Dias, Maria Stella Brandão Goulart, Marina Passos Pereira Campos, Áquila Bruno Miranda, Angelo Fioritti, Bruna Zani

A partir da experiência de estágio no período de agosto a julho de 2013 em alguns dos serviços de saúde mental oferecidos pelo Departamento de Saúde Mental de Bolonha buscou-se levantar evidências empíricas da (re)inserção das pessoas seguidas pela saúde mental. Observa-se mudanças positivas na dinâmica da vida das pessoas quando essas adquirem a possibilidade de receber capital social e econômico. Além disso, esses indivíduos aumentam o nível de contratualidade social e excercem um direito fundamental que é aquele do trabalho. Esse percurso de inserção através do trabalho compreende uma das facetas do projeto personalizado de reabilitaçao psicossocial de um usúario do modelo de atenção Bolonhês. Após a reforma psiquiátrica italiana, o desenvolvimento da psiquiatria comunitária e novos conceitos de reabilitação, iniciou-se a promoção da integração social através da inserção via o trabalho, praticado de várias formas: criação de cooperativas denominadas tipo B; percurso de formação para o trabalho; a inserção em contextos protegidos tanto em empresas públicas como em empresas privadas; utilização de legislação especial de tutela de pessoa “inválida, desabilitada e desativada” com reservas de vagas em empresas; modelo do Individual Placement and Support (Suporte e apoio à colocação individual); e o microcrédito. A construção do projeto terapêutico se dá a partir das necessidades e problemas correlatos ao usúario e será nesse ponto o momento em que se individualiza a tipologia de “desabilidade” e funcionamento do indivíduo para uma escolha de alguns dos contextos sopracitados e irão variar quanto a maior e a menor proteção. Assim, deve-se fornecer, para cada finalidade do projeto de trabalho, um quadro de referências clínicas-funcionais que contenha as características do usuário e que provavelmente poderiam contribuir para encontrar uma resposta melhor para cada uma das atividades existentes, e fornecer um esquema de avaliação empírica do êxito (objetivo e subjetivo) e dos custos. Aproximar as diversas áreas de intervenção com a necessidade ou especificidade do

usuário favorece um maior respeito ao usuário e torna mais claro os objetivos a serem perseguidos por cada projeto. Um desses objetivos é o de não ver os usuários somente como cidadãos frágeis e "vulneráveis", mas como cidadãos conscientes e capazes. Os usuários, portanto, não são considerados uma massa indistinta, mas sim pessoas com necessidades e problemas diversos. Todas as áreas de percursos devem ser escolhidas pelos usuários e serem fortemente compartilhadas, seguramente guiados, mas sem ser predefinido, pre-ordenado ou imposto pelos operadores do serviço. Deve-se, ainda, reconhecer que o usuário seja capaz e tenha o poder de fazer, e possivelmente, a autonomia (empowerment). As investigações se nortearam pela metodologia qualitativa, valendo-se da observação participante e de entrevistas semi-estruturadas e consultas aos programas, referências bibliográficas e documentos. O presente trabalho integra um produto parcial da pesquisa intitulada "Modelos de Reabilitação Psicossocial para os usuários de psiquiatria: Um confronto das experiências de Minas Gerais e Emilia Romagna". Ademais, tem apoio e financiamento do Cnpq e do programa Ciencias sem Fronteiras com colaboração da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Bologna (UNIBO).

O sentido que professores atribuem ao seu trabalho a partir do uso de laptops educacionais

Ester Konig da Silva, Mariléia Maria da Silva

Na história da existência humana, é notório que a introdução de uma nova ferramenta ou técnica no processo de trabalho traz implicações das mais variadas para o trabalhador. Nos últimos anos, tem se observado o incremento da inserção e utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) em diversos contextos da vida social e cultural. No âmbito da educação brasileira, as políticas educacionais das últimas duas décadas têm promovido a inserção de artefatos tecnológicos nos contextos escolares e a formação de professores para a utilização das TIC nos processos educativos. Dentre estas políticas, o Programa Um Computador por Aluno (UCA), do Ministério de Educação, é uma das mais recentes iniciativas em vigência, em que foram inseridos, no ano de 2010, cerca de 150 mil laptops em 300 escolas públicas brasileiras. A inserção destas tecnologias nos contextos escolares traz implicações para a atuação profissional dos professores dessas escolas, assim como a inserção de uma nova tecnologia nos processos produtivos trazem implicações para os trabalhadores. Neste sentido, nossa proposta de investigação foi sobre as implicações que as inserções tecnológicas decorrentes de políticas educacionais do Programa UCA trazem para o sentido do trabalho docente, em especial para

professores que atuam em escolas públicas participantes deste Programa. Essa investigação diz respeito a uma pesquisa que se encontra em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da FAED/UDESC. Para fundamentar essa investigação, nos utilizamos das compreensões de Harvey (1986), Antunes (2003), Alves (2011), entre outros autores, parar compreendermos como as novas formas de organização do trabalho advindas da reestruturação do sistema capitalista trazem implicações para a subjetividade dos trabalhadores, considerando as mudanças a partir de seu processo histórico e dialético. Também nos utilizamos de Vygotsky (2008), Molon (2003), Batista e Codo (1999), Kuenzer e Caldas (2009) e outros a fim de compreender a que se refere a construção de sentidos e quais os sentidos construídos pelos docentes a partir dos significados que se fazem presentes na realidade imposta a estes trabalhadores. Neste sentido, este estudo se propõe a contribuir com o conjunto das pesquisas decorrentes do Programa UCA em Santa Catarina e aprofundar as reflexões a respeito do trabalho docente, uma vez que possibilita aprofundar conhecimentos e práticas dos mesmos. Para alcançarmos este objetivo, entrevistamos seis professores de uma escola da Grande Florianópolis que possui os laptops educacionais há cerca de dois anos, com a pretensão de entrevistarmos 10 sujeitos até o final deste estudo. Através de entrevistas com os professores, buscamos aprofundar a trajetória profissional dos professores participantes do estudo; analisar a relação dos laptops educacionais presentes na escola com o trabalho dos professores; analisar os sentidos atribuídos às novas tecnologias e as respectivas políticas que visam sua inserção, especialmente as relacionadas ao programa UCA. Até o presente momento, foi possível perceber que o uso do laptop pelos professores é relativamente pequeno, devido a pouca familiaridade dos docentes com a máquina e pelas dificuldades técnicas enfrentadas com o instrumento, como a fraca conexão com a internet. Das práticas relatadas, poucas parecem ser inovadoras, prevalecendo o uso do computador em práticas consolidadas, como para realização de pesquisa ou permitindo o uso livre da máquina pelos alunos. A falta de controle sobre como os alunos utilizam o laptop se apresenta como a principal barreira na relação do professor com o laptop em aula, principalmente nas turmas avançadas, fazendo-os desmotivar quanto ao uso da máquina e optando pelo uso da sala de tecnologias educacionais. Apesar de todos relatarem fazer uso pessoal do computador, o laptop educacional não parece ser visto, de modo geral, como uma contribuição a sua prática profissional, ainda que seja destacado como benefício aos alunos pelo contato com a tecnologia. O laptop educacional ao mesmo tempo em que é descrito com uma ferramenta pedagógica que coloca aluno e professor em uma relação mútua, onde ambos aprendem juntos ao fazer uso da ferramenta, em outros momentos é descrito como

ineficiente quanto à forma pedagógica que não estava suficientemente clara. Considerando que o uso do laptop é relativamente pequeno, poucas são as mudanças relatadas pelos docentes em seu trabalho quanto à organização e gestão. A relação dos professores com o seu trabalho parece ser de satisfação com a atividade exercida, e o uso dos laptops não parece modificar suas formas de trabalho, que parecem consolidadas ao tradicional, na maior parte do tempo.

O trabalho imaterial e o corpo do ator: desafios e limites

Gabriela Pereira Sanches, Sonia Regina Vargas Mansano

O presente estudo teve por objetivo investigar as maneiras como atores profissionais realizam suas atividades laborais tendo em vista as exigências físicas e afetivas que lhe são diariamente colocadas na execução dos papéis que representam. Para isso, utilizou-se o conceito de "trabalho imaterial", uma vez que as atividades realizadas pelos atores não culminam na produção de um bem palpável e quantificável, mas têm como resultado a produção de sensações, problematizações, prazeres, debates e entretenimento, tal qual discutido por Antonio Negri e Michael Hardt (2001). Trata-se de uma atividade laboral complexa que tem no corpo do artista e nas sensações que ele é capaz tanto de experimentar quanto de transmitir sua principal fonte. Nesse sentido, o corpo do ator é permanentemente convocado em sua potência de afetar e de ser afetado pelo público a cada nova apresentação e/ou trabalho realizado, o que leva a considerar que neste tipo de atividade profissional há uma permanente produção subjetiva de si e do outro. Precisamente esta produção é o que torna o trabalho do ator caracteristicamente imaterial e afetivo, marcado por desafios e limites, os quais foram objetos desta investigação. O eixo (Trabalho) e o GT (Psicologia Social e do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos) foram escolhidos em função da temática da pesquisa realizada pelas proponentes, mas também pela dimensão política que ambos se propõem debater durante as atividades deste evento. No que se refere à pesquisa aqui apresentada, adotou-se a metodologia qualitativa como norteadora, sendo que a investigação foi dividida em dois momentos. Primeiramente, foi realizado um estudo bibliográfico sobre a noção de trabalho imaterial, uma investigação sobre as atividades executadas por atores bem como sobre as mudanças corporais e afetivas que lhes são exigidas a cada novo contrato de trabalho. No segundo momento, investigaram-se, em documentos de domínio público, depoimentos de atores que relatavam as atividades que lhe foram designadas, os efeitos subjetivos gerados pelas mesmas e as repercussões que tais atividades produziram em sua vida privada. Na coleta de dados, foram selecionados e analisados três depoimentos que envolveram mudanças corporais, sociais e

relacionais. Como resultado parcial, foi possível constatar que o corpo do ator vem ocupando espaço de destaque na mídia e nas artes cênicas, sendo perceptível a crescente preocupação com a estética e com a performance nesta classe profissional que, vale ressaltar, está cada vez mais competitiva. Em muitos casos, é notável a necessidade de adaptação do corpo desse profissional aos ditames do mercado midiático, uma vez que a imagem configura-se como seu principal instrumento de trabalho. Como conclusão parcial, pode-se dizer que a atividade profissional dos atores é amplamente marcada por desafios de diferentes tipos e intensidades, mas também por aflições, conflitos e dificuldades que se manifestam na relação deste profissional com o seu corpo, com o público e com os afetos que emergem desse encontro. Por fim, pode-se dizer que nesta pesquisa ficou evidenciada a emergência de processos de dissociação (entre o corpo real e o ideal) que são experimentados nesta profissão e que tendem a levar ao desgaste e à exaustão desses trabalhadores.

Os indesejáveis na Praça da Sé: uma aproximação etnográfica

Beatriz Ferraz Diniz

Numa pesquisa no acervo de um importante jornal do estado de São Paulo verificou-se que nas primeiras décadas do século XX havia uma forte associação entre espaço público, pobreza e vadiagem. Neste contexto, a vadiagem era enquadrada como contravenção penal e caracterizada pelo ato de estar vagando nas ruas, sem trabalho e sem residência, sendo não só condenada pela prática da ociosidade, mas também por ser vista como o ponto de partida para o crime. O trabalho aparecia como principal elemento "regenerador" para os ditos "vadios incorrigíveis" que eram presos e encaminhados para instituições correcionais. A "ideologia da vadiagem" consolidada no Brasil na passagem do século XIX para o XX está relacionada com a "ideologia da mobilidade social através do trabalho" (MARTINS, 1998), no sentido de serem importantes catalisadores de pressão política contra o "deixar-se ficar" na rua e a sociabilidade ali implícita (FREHSE, 2011). Enquanto no período escravista a vadiagem é associada aquele que realiza trabalho braçal na rua, no mundo pós-escravista a associação não é necessariamente com o trabalhador braçal, mas com quem não trabalha. Com isso, este estudo tem por objetivo verificar se tal discurso da vadiagem aparece na atualidade entre os diversos grupos que frequentam uma importante praça da cidade de São Paulo em relação aos não transeuntes da mesma, pedestres que tendem a permanecer fisicamente e regularmente nas ruas e praças públicas dos centros históricos das grandes cidades ocidentais contemporâneas nos períodos do dia mais marcados pelas pressões do trânsito e dos transeuntes (FREHSE, 2011). A escolha do eixo temático e do

grupo de trabalho está relacionada com o interesse deste estudo em compreender os processos intersubjetivos que atravessam o mundo do trabalho, em especial, em relação àqueles que estão marginalizados ou inseridos precariamente, através do duplo olhar macro e micro evidenciando práticas contínuas de exclusão, de preconceito, mas também de mecanismos de resistência frente à miséria e a opressão. Partimos de uma orientação teórico-metodológica que se apoia na observação e na vivência prolongada "da vida diária nos locais e contextos em que ela naturalmente acontece" (SATO & SOUZA, 2001). A utilização da abordagem etnográfica em pesquisas de Psicologia Social do Trabalho tem se mostrado fértil na medida em que o estudo da subjetividade não se restringe ao que as pessoas pensam ou conhecem, mas ao que faz sentido para elas, e porque é importante para o estudo desses processos conhecer o contexto material no qual as interações se dinamizam (SATO & SOUZA, 2001). Até o momento foram realizadas vinte (20) conversas com diferentes grupos que frequentam a praça em horários comercias dos dias úteis, registrado na forma de diários (ROCKWELL, 2009). Num primeiro momento observou-se a dinâmica do local, suas regras de apropriação, os grupos que a frequentam, e depois, foram realizadas "conversas espontâneas em encontros situados" (SPINK, 2008) em que procurávamos iniciar a conversa perguntando sobre a praça e a relação da pessoa com a mesma. Quanto aos resultados e conclusões (parciais) observou-se a presença de uma estigmatização em relação a certo grupo que se concentra em determinada região da praça. Este grupo composto por "pessoas de rua" (moradores de rua, "sem- teto") e "pessoas da rua" (desempregados, aposentados, vendedores ambulantes etc.) (FREHSE, 2011) que ali permanecem para fins de sociabilidade e de atividades de comércio informal. A presença destes é vista como fator de degradação do local para os transeuntes e trabalhadores formais da praça e do entorno. No entanto, há uma diferença entre aqueles que estão na praça porque supostamente não tiveram oportunidade de emprego, por vício na bebida e na droga ou ainda por problemas psicológicos- vistos com compaixão-, daqueles que se "acomodaram" na praça porque não têm o "espírito de trabalhar" ou porque não "querem saber de trabalhar", vistos com preconceito e desprezo. Assim, observa-se que há uma categorização claramente estigmatizada em relação àqueles que permanecem fisicamente nas ruas e praças públicas ("vagabundos", "desocupados", "maloqueiros", "nóias" etc.) e que se encontram em uma situação de marginalidade social, muito ancorada numa concepção de criação da riqueza através do trabalho concebido como uma "virtude socializada, sem distinção de classes, que abre acesso ao capital e ao capitalismo a todo homem que trabalha" (MARTINS, 1998, p.133),por outro lado, a

questão da drogadição e da (in)segurança aparecem como novidades relevantes a serem consideradas.

Processos organizativos e as políticas educacionais de formação para o trabalho no Brasil

Crizieli Silveira Ostrvski, Tânia Regina Raitz

Este estudo que se caracteriza como bibliográfico parte de uma discussão que pretende analisar por meio das transformações que vêm ocorrendo na sociedade brasileira como se dá a relação da educação no que tange a formação para o trabalho. Para isso, delimitaram-se os anos de 1930, do século XX, até os dias atuais perpassando pelas políticas educacionais de formação para o trabalho do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Neste sentido, é possível perceber o papel atribuído à educação na sociedade do trabalho em todo o período analisado, bem como as políticas para a educação vão se desenhando de acordo com a hegemonia política do período. Isto fica evidenciado no governo Militar com o objetivo da industrialização. No governo de Fernando Henrique Cardoso a marca do projeto neoliberal, de descentralização da educação, redimensionando a atuação do Estado no financiamento e promoção da educação, respaldado legalmente com a LDB de 1996. Na sequência, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva apresenta a proposta de expansão do ensino superior com políticas educacionais de ampliação de vagas e a expansão da Educação a distância, assim como a educação profissional e tecnológica, que se torna um ponto estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Brasil para o governo federal, pautando-se nas transformações das últimas décadas. Para desenvolver este trabalho utilizaram-se como orientação teórica pesquisadores como Kuenzer, Frigotto, Cruz, Mello, Aguiar e outros. Apresenta-se como denominador algumas críticas ao atual contexto produtivo, articulando-se a dimensão política e econômica que transforma a educação em uma mercadoria, contribuindo assim para a reflexão teórica sobre a temática e, consequentemente, às práticas de formação para o trabalho. Neste texto considera-se o trabalho como categoria central para compreender os diferentes contextos históricos, em que se percebe o caráter contraditório entre capital e o trabalho. Concebe-se trabalho como condição do homem, como intrínseco a constituição deste. O trabalho para o homem é considerado como elemento central e para a sociedade humana pode ser compreendido como categoria vital, no sentido de entender as múltiplas relações estabelecidas entre os seres humanos no conjunto da sociedade. Nesta perspectiva, o trabalho evidentemente não resume ao ato laboral, sendo mais largamente "concebido como atividade por meio da qual o ser humano se forma enquanto ser social e que

possibilita aos indivíduos transformarem a natureza externa e, ao mesmo alterarem-se a si próprios, num processo de transformação recíproca" (BRITO; FRANÇA, 2010, p.40). Este estudo vem de encontro ao grupo de trabalho Psicologia Social do trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos, especificamente quando tratamos do eixo temático: reflexões e práticas articuladas com a geração de trabalho e renda e as políticas públicas do setor. Para tanto, este se constitui em uma pesquisa bibliográfica tendo como resultado a teorização da relação entre políticas educacionais, economia e a formação para o trabalho em diferentes contextos históricos. Evidencia-se a organização do sistema educacional na formação para o trabalho e a complexidade das relações das políticas governamentais que objetivam um desenvolvimento econômico e social da sociedade. As propostas para a educação profissional no conjunto do processo educativo e da lógica do processo de mercantilização dos espaços políticos e econômicos é a própria lógica do mercado que cada vez mais conduz a busca para o aperfeiçoamento no desenvolvimento das atividades profissionais. Para que a educação contribua com a qualidade de ensino e a formação para o trabalho com o desenvolvimento econômico do país torna-se necessário uma boa organização e articulação do processo educativo. Kuezer (2006) resgata esse pensamento ao demonstrar a necessidade da articulação entre o conhecimento básico e o específico e a organização do trabalho, contemplando os conteúdos científicos, tecnológicos, sócio históricos, articulando também as políticas da Educação Básica ao Ensino Superior. No período de 1964 a 1985 instala-se a ditadura militar caracterizada por um regime autoritário e antidemocrático com políticas desenvolvimentistas articuladas a um processo de reorganização do Estado. E em 1978 outras mudanças acontecem como a Lei n. 6.545 a transformação de três escolas técnicas, dos Estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológicas – CEFTs. A partir de 1980 outras mudanças políticas e econômicas com a Nova Constituição e a concepção neoliberal presente no contexto brasileiro. A política educacional da LDB de 1996 vem com esse cunho neoliberal de organização e fundamentação, realizadas no período do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). Conclui-se que há necessidade de acompanhamento das políticas educacionais principalmente, as políticas de regulamentação e avaliação, referentes ao ensino superior marca do programa do governo Lula e também os princípios da educação profissional e tecnológica, que está em desenvolvimento, por isso, merecem um acompanhamento para perceber os caminhos a serem desenhados enquanto política educacional e para contribuir nas discussões do desenvolvimento dessa formação para o trabalho, pois,

acontece a mudança de governo, passada do Governo Luiz Inácio Lula da Silva para o governo de Dilma Rousseff.

Produção de subjetividades e o universo circense

Manoela Maria Valerio, Tiago Cassoli

A arte circense veste o figurino de seu tempo. Diferentes momentos de sua história lhe conferem questões que criam modos de vida diversos. Assim, esta pesquisa, fruto do mestrado e que tem atualmente desdobramentos no doutorado e que percorre a produção de subjetividades circenses a partir de acontecimentos diversos discute, aliada a uma psicologia que entra em diferentes campos de atuação, especificamente, produção de subjetividades. Tal pesquisa nos parece pertinente em ser discutido no Eixo de Trabalho escolhido por se tratar da relação entre as artes e a Psicologia. Os primeiros recortes de análise da pesquisa são passagens: da história do circo, memórias dos novos e velhos circenses, da formação de um grupo artístico produziu trabalhos por cerca dez anos circulando por pequenas cidades do interior de São Paulo, e dos encontros do grupo com moradores desses lugares. Uma narrativa existencial por entre o circo, eis a principal intenção desta pesquisa. Trata-se, pois, de um material que reúne as muitas vozes do diário de bordo, importante ferramenta de trabalho, que provocou inúmeras indagações: como o circo, hoje, fala de nosso tempo? Que encontros são possíveis num solo do contemporâneo? Que modos de vida, que subjetividades são inventadas no universo circense? Que dizem à psicologia? A cartografia, pois, método proposto pelos pensadores Gilles Deleuze e Felix Guattari, apresentou-se como percurso fundamental para o presente trabalho por tratar-se de metodologia utilizada em trabalhos que estudam as produções de subjetividade, a partir de linhas diversas e de um trabalho de campo, ou, do encontro dos pesquisadores com seus "objetos" de estudo. A proposta de seguir uma cartografia parece pertinente deste modo a acompanhar o que não se encerra na possibilidade de um caminho, mas de algo que é dinâmico e processual. A cartografia exige, desta maneira, uma análise constante dos saberes criados neste processo. E é nesta linha de concepção metodológica que foi apropriado o entendimento de uma pesquisa intervenção. Pesquisa que foi se fazendo a partir dos encontros produzidos, em grupo. A cartografia, enquanto modo de pesquisa acompanha os movimentos da intervenção e do poder que transborda e circula nas relações institucionais, grupais, sociais. Então forçosamente esbarra-se na hipótese de que o poder, como aponta Michel Foucault em seu texto; O Sujeito e o Poder, não surge simplesmente da relação entre parceiros individuais ou coletivos, mas que ele; só existe em ato, mesmo que, se inscreva num campo de possibilidade

esparso que se apóia sobre estruturas permanentes. O desenrolar da pesquisa se desenvolveu a partir de três capítulos assim divididos: O primeiro, "algumas histórias da arte circense" apresentou as faces do circo em diferentes momentos históricos, sem, contudo apontar-lhe uma origem, seguindo a perspectiva genealógica de Michel Foucault. Segue o segundo capítulo que tratou da formação do citado grupo, seu trabalho e sua trajetória na experimentação e em formação através das artes circenses. A pretensão do terceiro capítulo foi lançar, com as aparições do circo que se deram ao longo da pesquisa e a passagem por diferentes lugares, e outros tempos, um pouco de uma perspectiva deste "nosso tempo" apresentando questões e análises das subjetivações contemporâneas que acabaram surgindo por ligarem-se, de algum modo, ao circo no mundo. Enquanto resultado de pesquisa, apontamos alguns aspectos que relacionam o circo atual às intensas correlações de um mundo que produz subjetividades homogeneizadas. Enquanto produções de estilos de vidas diversos ficam abertas as possibilidades, mas, as linhas apontadas como; dificuldades econômicas, tentativas de adequar o estilo, a estética circense ao mundo sedentário, a homogeneização das produções, as leis em relação a animais, a crianças no trabalho circense, dentre outras são fortemente instauradoras de crises. Os encontros, pois, do circo e da cidade, entra, numa lógica que o faz, a todo momento se questionar: o que permanece? O que se encerra? Discussões, intrigas, desacordos, competições e afinidades no circo, nos grupos, vão surgindo e continuam sendo discutidas, fomentadas, transformadas. Entretanto, a pretensão desta pesquisa é pensar: o quê deste universo circense pode passar também ao largo destas questões? Passagens do circo, aleatórias mas conectadas ao presente podem provocar ou criar singularidades, dizem de subjetividades que são produzidas a todo momento. O que há de potente que irrompe o tempo e se transforma se recria e inventa outros modos de expressão? Que se passa? Destes afetos que não se fixam, não possuem forma única, não são de ninguém, mas que no bojo de uma espécie de nomadismo, de encontros e desencontros, passam, sem cessar, passam. E junto, em alguma sintonia com o contemporâneo e com alguns pedaços de mundo a historia não linear conta, fabrica mas não pretende se encerrar: E, nestes mundos, as questões continuam repetidamente colocadas: o que se passa neste universos circenses?

Psicologia Social do Trabalho e Educação: uma discussão a partir da literatura espanhola recente

Moacir Fernando Viegas

Nosso estudo parte do interesse em buscar fundamentos para a compreensão das práticas educativas nas relações de produção. O objetivo é apresentar as contribuições recentes da psicologia social do trabalho produzidas pela literatura espanhola. Realizamos a discussão a partir de uma perspectiva crítica, considerando o contexto de reestruturação e crise da sociedade européia. Entre outros, nos dedicamos aos estudos de Alcover De La Hera, Josep Blanch e Maria Salanova. Diante das intenções e do conteúdo dessa apresentação, o trabalho pretende contribuir com o debate do eixo Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos, GT Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas. Organizamos essa breve exposição em quatro tópicos: a) A psicologia do trabalho na Espanha; b) O contrato psicológico; c) A psicologia positiva e d) Conclusões: psicologia social do trabalho e educação. A Psicologia do Trabalho na Espanha: Até a década de 1970 a então psicologia do trabalho, dominada pelo funcionalismo, deixa de lado aspectos como as relações de poder, as greves, o absenteísmo, entendidos como disfuncionais. Atualmente, apesar dos avanços de uma psicologia social crítica, segue predominando, na investigação empírica, a metodologia quantitativa. Na última década é dada maior atenção aos processos fluidos, mutantes e flexíveis. A economia informacional aliada à crise econômica resulta numa mudança do tipo de pacto social, dado o emprego precário e a insegurança. Muda o sentido e o significado do trabalho, as responsabilidades são individualizadas e os trabalhadores são levados a gerir os riscos de sua atividade. Uma das principais contradições apontadas é a existente entre a necessidade de uma maior cumplicidade e disponibilidade do trabalhador expressos na ideia de um sujeito ativo, de um lado, e a legitimação da precariedade e insegurança, num contexto de controle heterônomo, de outro. Para a perspectiva crítica, o prevalecimento dos conceitos da psicologia clínica, mais individualizantes, leva à psicologização dos fenômenos e a uma consequente despolitização. Vários autores consideram a psicologia organizacional uma tecnologia de poder aplicada na produção de determinado tipo de trabalhadores, “adaptáveis”, contribuindo para alinhar seus comportamentos com os objetivos empresariais. Disseminam-se pela União Européia os “engenheiros da subjetividade”. O contrato psicológico: Um dos conceitos mais importantes, apontado como linha de investigação de grande amplitude, é o contrato psicológico. A compreensão do conceito tem se modificado, dada a incerteza e a ausência de longo prazo. Se, por um lado, ele é fragilizado, é apontada também, paradoxalmente, sua crescente capacidade explicativa, na medida em que aumenta a necessidade de acordos tácitos para que se configure o compromisso, a identificação e o sentido de pertencimento dos trabalhadores. O curto prazo tem levado os autores a falar em violação,

ruptura e até desativação do contrato psicológico. Outros destacam a mudança no seu marco temporal, que, de fechado e específico passa a ser aberto e indefinido. Por fim, existem aqueles que destacam a existência de diferentes tipos de contrato psicológico. A Psicologia Positiva: Nasce como contraponto à predominância das abordagens de fenômenos ligados ao mal estar laboral, objetivando destacar, principalmente, os aspectos positivos da saúde do trabalhador. Pretende-se como o estudo do funcionamento ótimo das pessoas e grupos nas organizações, valorizando o "capital psicológico", e estaria, para alguns autores, no seu auge. Nesse campo teórico destaca-se o engagement, uma forma de análise que se pretende oposta aos processos negativos centrados no burnout. Uma perspectiva crítica ressalta que tal modo de enfocar o trabalhador, ao valorizar suas "fortalezas" e reconhecê-las como marcas do engajamento, pretende, no fundo, exercer o controle de subjetividades. Essa análise está em consonância com a crítica dos que veem a psicologia do trabalho como uma tecnologia orientada à produção de subjetividades por meio da qual os problemas sociais têm sido individualizados. Conclusões: psicologia social do trabalho e educação. Concluímos que a literatura pesquisada confirma a possibilidade da psicologia social do trabalho prestar significativa contribuição aos estudos sobre educação e trabalho. Para De La Hera, o ambiente de trabalho implica o desempenho de atividades que supõem a aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades, valores, significados e símbolos, configurando diversificadas situações de aprendizagem. Na economia informacional o trabalho implica tornar visível o conhecimento tácito dos trabalhadores para que seja compartilhado, sistematizado e aplicado, e assim os processos de aprendizagem são cada vez menos deixados ao acaso. A emergência do paradigma da cognição compartida e do campo da psicologia dos grupos reafirmam essa tendência e a importância da psicologia social do trabalho para a educação. A formação que ocorre nos locais de produção apresenta-se contraditória, pois é impossível separar o aumento da produtividade dos aspectos emancipatórios que ela pode trazer para os trabalhadores. Isso inclui a psicologia positiva. Pensamos que o estudo do engagement pode, contraditoriamente, contribuir para pensar formas dos trabalhadores resistirem à crescente intensificação do trabalho, na medida em que o nunca apenas cumprem com o prescrito.

Todo dia é dia de festa: os sentidos e os significados do trabalho no contexto circense

José Eleonardo Tomé Braga Júnior, Karlinne de Oliveira Souza

O presente trabalho é fruto da disciplina Psicologia Social do Trabalho e das Organizações I, ofertada no curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, de Fortaleza, componente

da grade curricular obrigatória do sexto período. Em nossa pesquisa, tivemos como objetivo principal analisar o sentido e o lugar ocupado pelo trabalho para os trabalhadores circenses, observando as possíveis significações e percepções a partir da compreensão dos processos de precarização e flexibilização laboral. A investigação teve caráter qualitativo, delineada em forma de estudo de caso. Esta não é apenas uma modalidade de coleta de dados, mas uma estratégia de pesquisa e possui características e um delineamento específico. Para a construção dos dados, foram utilizadas as seguintes metodologias: observação participante e entrevistas. No período de observação participante, a equipe visitou a reunião da Associação dos Circenses do Ceará que acontece mensalmente em um casarão no Centro da cidade de Fortaleza. O objetivo desse fórum mensal é promover discussões que contemplem os diferentes aspectos relacionados às atividades desses trabalhadores, bem como servir de espaço de reencontro de amigos, que, muitas vezes, passam longos períodos afastados devido às longas viagens promovidas pelas rotinas de trabalho. O estudo de caso foi realizado com um artista que, naquela época, trabalhava como palhaço no Circo do Motoca. Ele representava o palhaço Perna Longa, mas já realizara atividades como atirador de facas, trapezista, bilheteiro, entre outras. Grande parte de sua família pertence ao contexto circense, sendo esta a primeira a instalar circo no Ceará, vinda de Minas Gerais. Ele estudou regularmente até os 13 anos e quando foi visitar o circo da família nas férias e resolveu ficar. Ele entende como grande ajuda, para o fato de ter uma formação, ter morado até os 13 anos com sua avó numa residência fixa. Porém, mesmo após seu inicio no circo, ele conseguiu terminar seus estudos básicos. Quanto a sua formação para a atuação profissional, afirmou que aprendeu tudo sozinho, observando os colegas e treinando nos tempos livre. Além de artista, é gerente do circo em que trabalha atualmente e ainda faz alguns trabalhos extras escrevendo projetos para financiamento públicos de outros circos. Pudemos perceber que existe um forte sentimento de coletividade e que as relações pessoais determinam significativamente a qualidade e o bom funcionamento do circo. Dois aspectos importantes que devem ser ressaltados contemplam a falta de acesso de muitos a serviços básicos como saúde e educação e os débeis e fracos vínculos laborais. Tais aspectos apontam para uma precarização do trabalho, na medida em que não há por parte desses trabalhadores direitos e proteção social. Entendemos que, além dos vínculos pessoais, é importante que se tenha alguns direitos garantidos, como férias e licenças para cuidados com a saúde, sendo estes aspectos importantes que, no entanto, não foram foco desta pesquisa. Talvez se existissem incentivos públicos no sentido de tornar a categoria regulamentada, pudéssemos contemplar a garantia de tais direitos. Por fim, percebemos que o amor à atividade artística do

circo é bastante visível em nosso entrevistado e que isso o torna um profissional bastante interessado em continuar a desenvolver-se e levar seu trabalho para muitos públicos. Este trabalho aproxima-se com a proposta esboçada pelo grupo de trabalho intitulado "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos", uma vez que contribui para as discussões sobre as relações de trabalho e a constituição de subjetividades, tendo como base alguns teóricos, tais como Antunes, Crespo e Garrido.

Trabalho e atenção primária à saúde: significados de integralidade apresentados por profissionais de Unidades Básicas

Lilian Magda de Macedo, Sueli Terezinha Ferreira Martins

O conteúdo da comunicação oral que se pretende discorrer refere-se ao resultado da pesquisa de doutoramento realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina de Botucatu (UNESP) entre os anos 2009-2013. O local da coleta de dados deu-se em um município de médio porte, localizado no interior do estado de São Paulo, a partir da estruturação de sua rede de Atenção Básica. A produção de Tese em Saúde Coletiva tinha por objetivo: identificar e analisar os significados de Integralidade apresentados por trabalhadores da Atenção Primária à Saúde (APS) e suas correlações com as condições de trabalho e gestão nos modelos tecnológicos em que se encontram inseridos: Unidade de Atenção Básica sem Saúde da Família e Unidade Saúde da Família (USF). O princípio doutrinário da Integralidade, conforme construído na Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e impresso no Sistema Único de Saúde (SUS), abarca dimensões relativas à interdependência entre os âmbitos primário, secundário e terciário de cuidado; a articulação de ações preventivas e promocionais em saúde em todas as esferas de atenção e o olhar ampliado aos determinantes socioeconômicos do processo saúde-doença. A Política Nacional de Atenção Básica, desde 1994 pautada na Estratégia Saúde da Família (ESF), pressupõe a efetivação dos princípios do SUS com a reorganização do trabalho das USF, mediante adscrição da clientela, territorialização, presença de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e de profissionais com formação generalista. Esse modelo assistencial coexiste, na realidade do município pesquisado, com tecnologias anteriores, estruturadas a partir das proposições das Ações Programáticas em Saúde. As condições de trabalho e gestão da APS apresentam especificidades relativas ao vinculo com a administração direta ou com fundações estatais de direito privado. No contexto de Reforma do Aparelho Estado, com prerrogativas neoliberais de um Estado Mínimo e políticas sociais seletivas/focalizadas, identifica-se a reprodução, nos serviços públicos, do

enxugamento do número de profissionais lotados em instituições públicas, além de terceirização das gestões de saúde para o chamado terceiro setor. A metodologia da pesquisa contou com aplicação de questionário aos trabalhadores de 16 unidades, entrevistas com dois gestores municipais e dois gestores de unidades de Atenção Primária e a realização de cinco grupos focais com as categorias profissionais ligadas diretamente à assistência. Os dados revelam uma intensificação do trabalho nas Unidades Básicas; além de mecanismos de gestão pautados no controle e na pressão pelo cumprimento de metas, desencadeando maior desgaste físico e mental aos trabalhadores. A análise dos resultados fundamenta-se nas perspectivas teórico-conceituais e práticas do Processo de Trabalho em Saúde e da Psicologia Histórico-Cultural, fundamentadas no Materialismo Histórico e Dialético. A partir das categorias Trabalho/Atividade, Consciência e Alienação, foi possível identificar diferenças entre a organização de trabalho nos modelos de Atenção Primária, sem, no entanto, apontar-se relevantes distinções entre as concepções de Integralidade apresentadas por seus trabalhadores. Na prática do cotidiano profissional, a efetivação do princípio da Integralidade se vê tolhida por impedimentos estruturais, econômicos e políticos, a partir da baixa integração entre os níveis de atenção no SUS e com políticas intersetoriais, conforme as discussões grupais nos revelam. Constatou-se ainda relevante divisão entre a classe trabalhadora que atua nos modelos de Atenção Primária. A presença de diferentes gestores na administração do trabalho em Atenção Primária representa a expressão institucionalizada desta fragmentação. Esta constatação apresenta-se como característica da Reforma do Aparelho de Estado, deixando como legado maiores empecilhos para a organização de lutas dos trabalhadores por resistência e transformação nas condições de trabalho e da assistência à saúde.

Trabalho e dependência química: a dimensão subjetiva da exclusão social

Scheila Girelli, Briana Hédina Picolotto

Este resumo é resultado da experiência do Estágio Acompanhado em Psicologia no Contexto Organizacional e do Trabalho, Curso de Psicologia, desenvolvido em um Centro Terapêutico que presta serviços de atenção a pessoas em situações de uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas. Ao refletir acerca das (im) possibilidades de (re)inserção no mercado de trabalho (formal ou informal) dos residentes de um Centro Terapêutico, o texto apresenta as possíveis contribuições da Psicologia Social do Trabalho, em sua interface com a saúde, buscando tecer novas possibilidades para a atuação do psicólogo, comprometidas com a superação da exclusão social e as desigualdades históricas que perpetuam as relações de

trabalho nesse âmbito. A definição dos objetivos do estágio deu-se por meio da análise dos prontuários dos residentes, conversas individuais com os mesmos, participação em reuniões de equipe de profissionais e leituras de diversas publicações relacionadas ao tema. A análise das informações indicou que, ao ingressar no Centro Terapêutico, poucos tinham experiências recentes e de longa permanência no mercado de trabalho. Os que tinham, ocupavam postos em organizações familiares, os quais exigiam baixa escolaridade e pouca qualificação profissional. Todos os residentes associavam a descontinuidade no trabalho ao uso de substâncias psicoativas, internação pelo abuso e/ou dependência das mesmas. Contudo, muitos apresentaram o desejo de voltar a trabalhar, vislumbrando, a partir disso, uma possibilidade de "cura", de tornar-se "confiável", o que implicaria, novamente, na proximidade com seus familiares. Considerando tal contexto, delineou-se como objetivos principais da intervenção, junto à equipe e residentes do Centro Terapêutico, compreender as dimensões subjetivas implicadas na relação entre trabalho e dependência química, discutindo acerca das (im)possibilidades de (re)inserção no mercado de trabalho. O desenvolvimento das atividades foi orientado pela perspectiva da Psicologia Social e do Trabalho. As obras consultadas reiteram a centralidade do trabalho para a sociabilidade humana, podendo este ser tanto uma oportunidade de crescimento, desenvolvimento psíquico e potencializador de saúde, como promovedor de sofrimento e adoecimento. Trabalho, emprego/desemprego, orientação profissional, dependência química, inclusão/exclusão, suas possíveis articulações, desdobramentos, e a atuação do psicólogo, foram os principais temas discutidos. As intervenções foram realizadas por meio de oficinas, as quais foram embasadas nos fundamentos teórico/metodológicos de Afonso (2006). Participaram quatorze residentes, divididos em dois subgrupos, totalizando dez oficinas. Para a maioria dos residentes, o trabalho remete a algo penoso, sofrido, não associado ao prazer. Tais aspectos decorrem, notavelmente, das ocupações anteriores, as quais não apresentavam prestígio social e econômico, remetendo à desvalorização do trabalho. Relatos apontaram que a identificação como "dependente químico" causa grande sofrimento, pois remete a posturas preconceituosas e excludentes vivenciadas em suas relações sociais e familiares, especialmente evidenciadas nas dificuldades encontradas para inserir-se no mercado de trabalho. Grande parte dos residentes teve dificuldades em reconhecer suas habilidades, ou quando conseguiam descrevê-las, o faziam relacionando-as a ocupações já exercidas, limitando a identificação de novas possibilidades. Muitas vezes, o foco das oficinas foi direcionado pelos residentes ao processo terapêutico, projetando a recuperação e saída do Centro, mas sem, necessariamente, avançar para a construção de um planejamento para

(re)inserção profissional. Um dos fatores está ligado às constantes recaídas e, em consequência, o recorrente rompimento com o tratamento. Além disso, muitos residentes apresentavam comprometimento mental decorrente do abuso e dependência de substâncias psicoativas, dificultando a apropriação dos objetivos das oficinas, bem como, sua implicação no processo. Apesar das limitações, acredita-se que alguns residentes puderam construir novos sentidos ao trabalho, o reconhecendo não somente como uma atividade remunerada. Ao compreender a centralidade do trabalho como atividade essencial para a vida do ser humano, passaram a reconhecer suas capacidades, descobrindo novas habilidades, reativando velhos desejos e sonhos, passíveis de serem concretizados, mesmo estando ainda em tratamento. Entende-se que as intervenções desenvolvidas constituem-se, apenas, como um passo inicial para os objetivos que se propôs. Uma das sugestões à equipe do Centro Terapêutico foi à continuidade do trabalho, incluindo a participação dos residentes em cursos profissionalizantes que viessem ao encontro de suas habilidades e interesses profissionais. Sugeriu-se, ainda, a criação de parcerias com organizações de trabalho para a (re)inserção profissional dos residentes. Para tanto, é imprescindível também instrumentalizar os locais, visando à garantia da realização pessoal e social dos trabalhadores, sem prejuízo à sua saúde, integridade física e mental, conforme preconiza a Política Nacional de Saúde do Trabalhador (2012). Espera-se, minimamente, que o fruto da intervenção seja o passo inicial para o delineamento de novos projetos, enquanto sujeito que vive do trabalho, bem como, o (re)conhecimento de si como sujeito ativo na construção de sua história, sem perder de vista as questões macrossociais que perpassam suas escolhas.

Trajetória do Ensino Técnico Profissional Brasileiro

Danilo José Ferreira, Tânia Regina Raitz

Este trabalho busca fazer um relato histórico das políticas de criação das escolas técnicas profissionais desde o Brasil colonial, no início do século XIX, atravessando por toda a revolução industrial até chegar nos dias de hoje com a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A expansão industrial ocorrida no Brasil provocou transformações econômicas, sociais, políticas e por último, educacionais. O ensino técnico no Brasil, como responsabilidade do Estado, ocorreu a partir de 1909, evidenciando uma trajetória educacional e social, conforme as funções que cada um desempenhava na sociedade a partir do desenvolvimento das forças produtivas que a industria demandava, mostrando de forma muito clara, a divisão entre o capital e trabalho, através da separação entre as funções: quem planeja e supervisiona de quem executa as tarefas. Neste período a formação profissional não estava

diretamente relacionada a demanda, mas sim as transformações sociais e econômicas da época. Ao se aproximar da metade do século XX, as ofertas de formação já eram mais amplas através dos cursos de nível ginasial: normal, Técnico comercial, Técnico agrícola, em contrapartida o dualismo entre o ensino propedêutico e o de formação profissional, ficava cada vez mais evidente. A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases começa a ocorrer uma tentativa de equalização da oportunidade de cursar o ensino superior aos que cursavam o ensino técnico, porém o conteúdo trabalhado nestes cursos não os preparava para os temas abordados no vestibular. Na tentativa de eliminar esta lacuna a lei no 5.692/1971 tentou instituir a profissionalização compulsória no ensino médio, porém foi mudada antes mesmo de ser implantada pelas escolas, dada a inviabilidade de tentar unificar trabalho manual e trabalho intelectual em uma sociedade com características justamente marcadas pela valorização da concepção e desqualificação da execução. Ao perpassar pelas mudanças ocorridas até a chegada deste novo modelo de educação tecnológica, fica evidente a distância existente historicamente entre o ensino médio e o ensino técnico, onde as políticas propostas objetivavam a quebra da barreira encontrada no sistema educacional brasileiro mas que na prática ocorria a demonstração de quanto é difícil a articulação entre a formação acadêmica e formação técnica.

"A gente é ser humano": as vicissitudes da atividade de agente de segurança socioeducativo

Vitor Luiz Sales Junior

Esta pesquisa de mestrado se propõe a discutir as vicissitudes da profissão de agente de segurança socioeducativo nos centros de internação para adolescentes em conflito com a lei, no Estado de Minas Gerais. Trata-se de um estudo com base em (i) levantamento documental acerca da execução de medida socioeducativa de internação e (ii) entrevistas com representantes da categoria de agente socioeducativo de segurança. Tendo em vista uma abordagem metodológica qualitativa, com análise narrativa, a pesquisa tem como aporte teórico os trabalhos de Foucault, Goffman e Gibbs. A escolha de apresentação da pesquisa nesse eixo temático se deu pelo fato de, ao abordar as vicissitudes da atividade de agente socioeducativo, serem tratadas questões relativas às variadas construções identitárias desse profissional, bem como de fenômenos que promovem o adoecimento desses trabalhadores tais como a perda de traços da personalidade, prisionização, familiarização com a violência e as "dores do aprisionamento". Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre as várias medidas a serem aplicadas ao adolescente em conflito com a lei está a internação em

estabelecimento educacional, que consiste na privação da liberdade. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) utiliza o termo 'socioeducador' ao se referir ao profissional que deve garantir a preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e demais funcionários nos centros socioeducativos. Em Minas Gerais, para a realização dessa função do socioeducador, foi criada a figura do Agente de Segurança Socioeducativo. Esse profissional ingressa no sistema através de concurso público ou contratação, sendo exigido como escolaridade mínima o certificado de conclusão do ensino médio. Uma das atribuições do agente de segurança socioeducativo é a escolta nos espaços intramuros (nos atendimentos com a equipe técnica, na escola e durante as visitas familiares) e extramuros das unidades socioeducativas (nos cursos profissionalizantes e atividades de lazer e reinserção social). Assim, o adolescente vivencia e compartilha, ao longo do cumprimento da MSE de internação, momentos importantes de sua vida com o agente de segurança socioeducativo. Nesse sentido, faz-se relevante entender, a partir do olhar desse profissional, que tipo de relação pode ser estabelecida entre agente e adolescente, considerando as vivências compartilhadas. São objetivos desta pesquisa (i) analisar documentos que dizem respeito à MSE de internação e orientam o trabalho a ser desenvolvido pelos agentes socioeducativos com os adolescentes, bem como (ii) compreender e discutir a atividade do agente de segurança socioeducativo a partir de sua auto-percepção, dando voz aos atores que a constroem cotidianamente. Trata-se de uma pesquisa de ordem qualitativa cujo objetivo é realizar um estudo crítico e analítico de documentos e de entrevistas de agentes de segurança socioeducativos. Considerando-se a natureza jurídica do assunto foram pesquisadas leis, ordenamentos, decretos, portarias, dentre outros, que tratam da questão da privação de liberdade em adolescentes, ou a ela relacionados. Entendendo que a complexidade da atividade profissional vai além da mera execução de tarefas prescritas, e que por vezes, o que seria uma “simples escolta” exige do agente socioeducativo uma série de outras habilidades faz-se relevante entender, a partir do olhar desse profissional, que tipo de relação pode ser estabelecida entre agente e adolescente, considerando as vivências compartilhadas. Outra fonte de coleta de dados foram entrevistas individuais semi-estruturadas com profissionais que trabalham nos centros de internação de Minas Gerais. De acordo com Minayo, para se obter uma amostragem que seja representativa do problema, é preciso que esse recorte abranja a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. Assim, foram convidados para participar desta pesquisa profissionais com tempos variados de experiência, de ambos os sexos, de diferentes centros de internação e de regimes trabalhistas distintos (contratado ou concursado). Ao todo foram entrevistados seis agentes socioeducativos.

As entrevistas são estudadas a partir de análise narrativa. Segundo Gibbs, a narrativa é uma das maneiras fundamentais com que as pessoas organizam sua compreensão do mundo, dando sentido a suas experiências e compartilhando-as com os outros. Assim, realizadas as entrevistas, foram identificados a estrutura e o conteúdo da narrativa, analisando-se a forma linguística e retórica de contar os eventos a partir da interação com o pesquisador, a sequência temporal da narração bem como o uso e a escolha do vocabulário, além de outros fenômenos como metáforas e epifanias. Como resultado da pesquisa obteve-se uma análise sobre os documentos que orientam o trabalho do agente de segurança socioeducativo além de uma melhor compreensão, a partir da percepção desse funcionário, das vicissitudes da sua atividade, incluindo o modo como esses profissionais são afetados subjetivamente no exercício de suas funções.

GT 35. ARTE E MÍDIA

A paisagem viva da Liberdade

Danilo Sergio Ide

Este trabalho busca a compreensão da relação entre a paisagem e os moradores do bairro da Liberdade em São Paulo a partir de um estudo baseado em passeios filmados. Nosso vínculo ao GT Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social se estabelece a partir da exploração de novas possibilidades metodológicas dentro do quadro vivo da cidade. Temos como referência teórica a Fenomenologia, especialmente a desenvolvida pelo arqueólogo britânico Christopher Tilley. Trabalhamos dentro da linha dos métodos visuais e dos métodos móveis, recorrendo ao vídeo e à caminhada, na tradição aberta por estudos que envolvem percepção e mobilidade. Destacamos três trabalhos: o de Lineu Kohatsu, que se valeu dos vídeos registrados em passeios com moradores da periferia de São Paulo; o de Claudia Mausner, que recorreu a vídeos feitos por excursionistas durante o percurso de trilhas num parque em Nova York; e o de Richard Lachapelle, baseado em vídeos registrados pelo público durante a visita de museus. Essa metodologia forma um par curioso com o gênero found footage, estabelecido por filmes como A bruxa de Blair (1999) e Cloverfield (2008). Não está em questão destacar apenas o espaço que cabe dentro do quadro (a floresta em Blair, a cidade de Nova York em Cloverfield ou as ruas do bairro da Liberdade nos vídeos resultantes de nossos passeios filmados), mas sondar também o espaço fora de quadro, ao realçar a figura do cinegrafista (personagens-cinegrafistas em Blair e Cloverfield ou moradores do bairro da

Liberdade e o próprio pesquisador em nosso caso). Além disso, há a questão da instabilidade, do tremor da câmera, que causa certa vertigem enquanto assistimos aos filmes e aos vídeos de nossos passeios filmados. Realizamos sete passeios, dos quais um foi feito sem o recurso da câmera, três foram filmados pelos próprios participantes e os outros três, pelo pesquisador. De imediato ficou claro que lidávamos com um material incomum. Se comparado ao conteúdo de entrevistas que trabalham com a história de vida, a história oral, o teor das conversas com os moradores não possuía demasiada profundidade. Nossos passeios filmados percorriam mais o terreno da trivialidade. A partir deles poderíamos estabelecer uma lista de estabelecimentos composta por diferentes restaurantes, mercearias, jornais, lojas de presentes situados no bairro da Liberdade. E o que se falava desses lugares se mantinha em termos banais: já conhece ou nunca foi; serve comida gostosa, saborosa ou ruim, sem gosto; o preço é barato ou caro; tem dono japonês, chinês, coreano ou brasileiro; é novo ou velho. Passada a surpresa inicial, começamos a distinguir as recorrências no material e pudemos dar um novo sentido aos resultados obtidos. Os passeios filmados não nos apresentaram à visualidade do bairro da Liberdade, já que os participantes não destacavam o seu apelo visual. Era mais comum uma apreciação do sabor das comidas servidas nos diferentes restaurantes do que uma consideração sobre a aparência das fachadas. A vida do bairro girava mais em torno do comer do que do ver. Estávamos então diante do traço saboroso do bairro. Não se discutia se as suas feições eram vistosas ou não. Além da alimentação, aos poucos passamos a vislumbrar também os fluxos do bairro da Liberdade. A partir dos passeios filmados podíamos descrever não apenas a circulação dos moradores, mas também os ciclos dos próprios estabelecimentos: os dias da semana em que abrem ou fecham, se formam fila ou têm pouco movimento, até o tipo de clientela, de acordo com classe social e nacionalidade. São esses fluxos que desenham as feições do bairro: onde há pouco movimento, vem o fechamento das portas e então um novo estabelecimento é aberto em seu lugar; onde há bastante movimento, tudo se mantém como sempre ou então o estabelecimento ganha uma reforma na fachada. Nesse ponto tivemos um feliz encontro com as contribuições de Tilley, que descreve a formação da paisagem a partir dos movimentos de gerações e gerações de tribos que repisaram e mantiveram o solo ancestral sobre o qual os antepassados se moveram durante o tempo dos sonhos, segundo a mitologia aborígene australiana. O autor apresenta uma paisagem que não vale apenas como algo a ser visto, mas se revela como forma viva, transformada de acordo com os movimentos do homem. Embora o trabalho de Tilley nos remeta ao tempo longo da arqueologia, podemos pensar num intervalo bem mais curto. Mesmo em nosso caso, encontramos movimentos que marcaram a paisagem:

os afluxos da escravidão são lembrados pela Capela dos Aflitos e a Igreja dos Enforcados; os afluxos italianos e portugueses, pela Liga Itálica e Casa de Portugal; os afluxos japoneses, chineses e coreanos, pela decoração e variados comércios orientais. Cada um desses movimentos transformou as feições locais. A paisagem da Liberdade se conformou aos passos dos diferentes grupos que por lá andaram e desandaram.

Análise de uma propaganda da Marisa e sua relação com a construção de subjetividade do sujeito

Nislândia Santos Evangelista

As mulheres possuem uma história marcada pela violência. Não possuíam direito ao voto, ao trabalho, à livre expressão. Não obstante, surgiram lutas reivindicatórias para a conquista desses direitos. Com essas mudanças sociais, um novo paradigma foi instalado, inicialmente quase imperceptível, mas que nas últimas décadas se manifestou com maior evidência: a ditadura da beleza se instalou na contemporaneidade, e podemos constatar o sofrimento que esta causa às mulheres. Ora, pode-se percebe que mudanças foram necessárias, que o avanço foi significativo, porém os ataques antifeministas golpearam o movimento feminista de forma brutal, no qual nada adianta levantar cartazes ou ir às urnas, é necessário que haja conscientização da população acerca desse novo paradigma que aprisiona as mulheres numa realidade cruel; se as mulheres de cinco décadas atrás não tinham direito ao voto ou valorização no trabalho, as mulheres da atualidade não têm o direito de abrir mão da beleza, ou da depilação, ou de pontas duplas, unhas por fazer, não podem ter celulite, estrias ou peso considerado acima da média. Eis mais um problema: o caráter que é dado a esta realidade estonteante é, ironicamente saudável, uma vez que as mulheres precisam emagrecer, pois caso contrário, ficarão doentes. Esta cultura fitness eugênica desperta a preocupação de pesquisadores de diversas áreas, incluindo a psicologia social, devido à natureza de seu problema. Logo, compreender os processos de subjetividade em meio a essa violência é essencial, principalmente no campo de atuação do psicólogo; a subjetivação surge com a crítica à sociedade, é necessário compreender e adaptar-se ao meio em que se vive, porém, também é necessário individualizar-se em tal processo; a pessoa adquire concepções contrárias àquelas impostas pela sociedade, questionamentos e críticas são necessários num contexto onde a mídia e a publicidade, de certa forma, contribuem no processo de subjetividade, símbolos cheios de significado que incitam uma falsa necessidade de ter para ser tipificado em alguma categoria social que a valorize; a publicidade transforma a realidade no sentido que as coisas existem ou

não se estão sendo midiadas, uma forma de relação nova onde, através da linguagem, não há reciprocidade de informações, apenas um lado se comunica. No entanto, é necessário, também, compreender as indústrias voltadas para a beleza, que oprimem as mulheres numa promessa de que "Vale a Pena Caprichar" para que obtenham maiores números de olhares e pretendentes, mascaram discursos conservadores antifeministas em prol de maiores lucros. Para título de conhecimento, no Brasil as pessoas passam, em média, 6 horas em frente à televisão, as crianças passam 9h, então a sociedade em geral e, no caso, especificamente a psicologia deve perguntar-se as consequências deste hábito alienante a responsabilidade da mídia para com a população e compreender como a subjetividade é afetada ao receber, diariamente, promessas de felicidade em propagandas travestidas de falsas necessidades para realização pessoal e social. O presente trabalho tem por objetivo compreender como o processo de subjetivação se dá no contexto de uma propagada audiovisual das empresas Marisa, voltada para o público adulto feminino; para tal, será utilizada como método a análise de conteúdo, cujo procedimento é pautado na criação de categorias e subcategorias de análise, mediadas pela teoria da psicologia social e sócio-histórica. Na propaganda das empresas Marisa direcionada para a coleção de verão 2012-2013, lançada em outubro de 2012, fica claro no texto utilizado no vídeo da campanha da empresa Marisa, que além de defender uma causa baseada em estética apenas, também demonstra de forma tendenciosa que seu segmento de consumidores é limitado às mulheres que seguem o padrão físico mais aceito pela sociedade, diminuindo indiretamente os receptores dessa mensagem que não se enquadram no perfil. Também afirma visualmente que o verão e a coleção de roupas comercializadas pela empresa é destinada ao padrão físico comentado. Utilizando o verão, como uma estação do ano esperada para exibição de corpos, e finalizando sutilmente com uma deixa sexual entre homem e mulher. O presente trabalho é adequado para o Grupo de Trabalho "Mídia e Psicopolítica", considerando que o tema abordado diz respeito à mídia e o papel do psicólogo nesse novo tipo de relação. Utilizará, como eixo temático, "Mídia, Cultura e Arte".

Cartografia e Literatura: o expressivo em Lima Barreto

Regina Maria Santos Dias

Interessado em intervir nas representações e metodologias usuais, este trabalho transversaliza arte, história e filosofia, forjando novos caminhos em Psicologia Social. Nesse sentido, esta comunicação apresenta os resultados de uma pesquisa, iniciada no doutorado e intensificada no pós-doc, cujo objetivo é pensar os processos que tomam parte na construção da subjetividade.

Para tal, vale-se, prioritariamente, de dois romances de Lima Barreto, a saber: Recordações do Escrivão Isaías Caminha, escrito entre 1905 e 1907 e Triste Fim de Policarpo Quaresma, escrito entre 1910 e 1911. Essa decisão ampara-se na convicção de que a escrita militante desse autor, ao acatar as forças que atravessam a formação social, coloca em análise os processos de construção da subjetividade na primeira década do século XX. Lima Barreto, até os dias atuais, inspira publicações em diferentes áreas, ativando o surgimento de inumeráveis fontes de consulta que se tornaram referências obrigatórias sobre a paisagem literária e o panorama regional e nacional da Primeira República. No entanto, a presença do povo nos textos do escritor é frequentemente compreendida como decorrência natural do lugar de classe, da cor e do cotidiano adverso em que se teceu a vida do romancista. Essas construções, alinhavadas a partir da seleção de certos elementos, resultam por engessar uma identidade barretiana no drama individual ou na dor intimista, fortalecendo, igualmente, enquadramentos literários que cristalizam tal produção ora como ressentida, ora como missionária frente às instituições dominantes do período. Pensar a literatura barretiana como máquina de guerra implica em considerar a estética militante engendrada entre as intensidades da massa e o desejo de escrever e viver diferentemente, em outras palavras, uma linha de fuga criadora diante das forças conservadoras que cimentavam a estética da Belle Époque carioca. Ao acolher essa singularidade literária na perspectiva genealógico-cartográfica, importa perguntar: que provocações às práticas de normalização o romancista fazia transitar da literatura à vida e vice-versa? Quais relações entre a escrita e as caminhadas sinuosas pelas ruas do Rio? De que maneira Lima Barreto instiga o pensamento da produção de subjetividade? Nessa direção, a pesquisa aproxima o conceito de massa de Elias Canetti da noção de multiplicidade de Gilles Deleuze, decisão que convoca a construção de um plano de análise interessado em captar os movimentos da massa como multiplicidades intensivas, capazes de fazer emergir uma arte singular nos anos iniciais da Primeira República na cidade do Rio de Janeiro. Assim, acolher as multiplicidades diferenciadas que fluem do corpo da massa para o corpo da escrita por força de um incorporal militante a se desdobrar em uma literatura menor é a afirmação desses dez anos de pesquisa Tal entendimento embaralha as habituadas divisões entre individualidades e coletividades, possibilitando considerar os processos de afetação entre produção social e produção do desejo. Em extrema afinidade com o grupo de trabalho Corpo, Arte e Clínica, este estudo explora o que escapa aos enunciados disciplinares naturalizados, intensifica as linhas de fuga do acontecimento literário Lima Barreto e atualiza novos planos de análise em Psicologia

Social, iniciativa relevante no panorama contemporâneo em que proliferam tecnologias e práticas discursivas voltadas a envernizar e aplainar a complexidade da vida coletiva.

Corpos interditados: representações sociais da mídia impressa sobre a relação entre drogas x maternidade

José Vicente de Deus Neto, Daniel Henrique Pereira Espindula, Larissa dos Santos Alves, Luiz Thiago Almeida Araújo, Bruno Klecius Andrade Teles, Vinícius Barbosa de Oliveira, Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz, Lauriston de Araujo Carvalho

A maternidade tem sido muitas vezes encarada à luz do amor romântico, vista como dádiva, benção ou experiência que a mulher deve vivenciar e se identificar, tomando para si as construções sociais do ser mãe. Em vários grupos sociais, essa é uma experiência social estabelecida como um período de restrições, de extrema atenção e privações em detrimento do cuidado que deve se ter em relação ao ser que está se desenvolvendo no seu corpo. Neste sentido a maternidade passa a ser vista não apenas a partir de aspectos biológicos, mas como uma construção sócio-histórica. A mulher que opta ou adentra ao uso/abuso das drogas, vivencia uma relação conflitante, passando a ser mal vista, como se esta não tivesse o direito de ser mãe ou não fosse justa em relação ao período que vivencia. No entanto, o uso/abuso das drogas relaciona-se intimamente a fatores cotidianos das mulheres em condições de vulnerabilidade social: pobreza, risco social, negligências diversas, abandono, violência doméstica, por exemplo. O consumo de substâncias consideradas ilícitas pelas gestantes constitui uma situação real que se impõe à proteção do bebê, além da própria grávida, que requerem uma série de cuidados. A mídia enquanto um espaço informativo, de mediação de conflitos, debates e poder tem a capacidade de selecionar e hierarquizar temas, cristalizar e representar saberes e significados a respeito da relação entre a maternidade e o uso de drogas. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo analisar como a mídia impressa brasileira representa a relação entre maternidade e droga. O procedimento de coleta deu-se a partir da busca sistemática nas publicações impressas e on-line do Jornal Folha de São Paulo em todos os dias a partir de 01/01/2008 a 31/12/2012 a partir dos descritores: maternidade droga; maternidade drogas. Ao todo foram encontradas 37 reportagens. Os dados foram analisados pelo software Alceste, que apontou uma distribuição do material analisado em torno de cinco classes agrupadas em três grandes eixos: a. preocupações com procedimentos e cuidados que devem ser realizados tanto com a mãe quanto com o bebê; b. discussões acerca dos aspectos jurídicos e criminalísticos; e c. formas diferentes de exercer a maternidade e a paternidade. A classe a. fala de alguns procedimentos que são realizados nas mulheres, sendo que quando usuárias de drogas e em

situações de vulnerabilidade social há uma discussão acerca de procedimentos para prevenir a gravidez. A laqueadura é apontada como o principal procedimento. A gestação da mulher usuária de crack é representada pela imprensa como algo que põe em risco a vida da criança e dela própria, sendo necessária a intervenção de um terceiro, o Estado, sobre o seu corpo. Na classe b., apresenta a preocupação da com as mães usuárias de crack e os cuidados que estas devem ter com o filho. Aqui também são apontados o sentimento de despreparo das mesmas, aliada às práticas de proteção e cuidados ancorados em representações de maternidade. Na classe c., levanta a discussão dos problemas que substâncias psicoativas podem trazer para o desenvolvimento da gestação e do feto, provocando muitas vezes um aborto. Além de tais substâncias, alguns medicamentos são apresentados como responsáveis por modificações negativas no desenvolvimento da criança. A classe d. por sua vez, apresenta discussões acerca de aspectos jurídicos e criminalísticos do uso/abuso das drogas, muitas vezes ligados a modificações nas leis criminais. Por fim, na classe e. há uma discussão a respeito das diferentes formas de exercer a maternidade e a paternidade, o que mostra uma representação de maternidade/paternidade o caráter transformador das representações com o passar das gerações. Para imprensa, a mulher usuária de drogas é objetivada na figura de uma pessoa vulnerável e que não é capaz de responder por si, devendo ser então interditada. Essa ideia é ainda agravada quando a mesma está grávida ou mãe, em que são cobrados dessa mulher comportamentos e ações sociais baseadas em papeis sociais de maternagem.

Homens sem qualidades à espera de Godot: reflexões sobre a tendência ao vazio tautológico na modernidade

Robson José Feitosa de Oliveira

O presente texto pretende ser um esboço de uma reflexão sobre três tempos do desenvolvimento de uma forma-sujeito coadunada com a sociedade mercantil em obras de três autores da literatura: Molière, Musil e Beckett. Nosso objeto central é problematizar a ideia de que os três tempos dessa subjetividade apontam para uma tendência histórica ao esvaziamento do mundo pelo fato de aquilo que paulatinamente foi ocupando o nexo social ser uma forma sem conteúdo, pura mônada de dinheiro, a mercadoria. Tentaremos desenvolver a ideia de que a forma-sujeito burguesa, que se desenvolveu com os mercadores medievais, nunca pôde existir em estado puro, mas sempre no entrecruzamento de uma subjetividade presente e futura: primeiro, no entrecruzamento tendo entre a subjetividade calculista e fria dos mercadores e a subjetividade calcada na moral tradicional religiosa, monárquica e nobre – que as peças de Molière

testemunham; segundo, no entrecruzamento dos restos de subjetividade nobres deslocadas no tempo, os restos do antigo regime e a sacramentação da vitória da revolução burguesa e dessa nova subjetividade votada ao dinheiro como fim em si mesmo – do qual o Homem sem qualidades de Musil constitui um amplo quadro; e terceiro, no entrecruzamento entre os restos de subjetividade, de individualidade, de ética dos sujeitos contemporâneos e o esvaziamento que busca se realizar pela entronização sempre maior da mercadoria e de sua lógica em todos os recantos da vida social. Essa falta de conteúdo e tautologia do vazio da vida, Beckett trouxe à cena em algumas peças. Não vemos como levar adiante tamanha empreitada sem trazer minimamente à tona uma reflexão sobre aquilo que foi o fio condutor desses três tempos de subjetividade: o dinheiro. O poder destrutivo do dinheiro ao se tornar meio e fim de uma sociedade é o que salta aos olhos nas três paisagens literárias, que, no caso de Beckett, é uma paisagem de destruição objetiva e subjetiva.

Michel Foucault tragediólogo: a literatura trágica como dramatização da história do presente

Jameson Thiago Farias Silva, Carmem Emanuela Santos Silva

Michel Foucault abordou dois modos de regulamentação dos litígios presentes na Grécia antiga: o primeiro (presente em Homero) se caracteriza como uma disputa regulamentada à maneira de um desafio, um duelo, no qual não há um juiz que normatize os procedimentos da querela nem testemunho para atestar quem, dos dois termos da disputa, está com a verdade; a razão, e não a verdade, estará com aquele que, correndo o risco da luta, levou a bom termo esta luta. O segundo (presente em Sófocles, em especial no Édipo-Rei) leva em consideração a figura do homem-sem-importância, mas que traz em seu discurso um saber, isto é, o testemunho do que presenciou, do que viu, e que pode combater assim o seu senhor. As peças de Sófocles, para além de cânones da literatura trágica, são a dramatização da própria história do direito grego. Édipo-Rei conta a história de um processo pelo qual o povo (e não mais o rei, o tirano, o aristocrata) se apossa do direito de falar, de julgar, de dizer a verdade e opô-la àqueles que o governa. Essa conquista do direito de testemunhar, de opor ao poder a verdade, é que instaura, através dum longo processo, a democracia ateniense, essa grande forma cultural típica da sociedade helênica na qual se pode marcar diversas formas, como o desenvolvimento de sistemas racionais de prova e demonstração, a elaboração duma arte de persuadir e convencer as pessoas da verdade e, principalmente, a instalação dum novo tipo de conhecimento, produzido por testemunho e inquérito. A Grécia, ao que parece, devido a uma série histórica de

lutas políticas, revoluciona ao elaborar uma nova forma de jurisdição, de descoberta da verdade, que servirá de modelo para tantos outros saberes (como a física, a botânica, a geografia) que poderão, agora, surgir e caracterizar o mundo grego e seu pensamento; mas se na Grécia o projeto apofântico de construção dum conhecimento racional não se desenvolveu por inteiro, na modernidade o inquérito ganhará proporção e coincidirá, ponto a ponto, com a própria cultura ocidental Em paralelo a esta leitura do Édipo-Rei realizada por Foucault, apresentamos a leitura da tragédia Íon, de Eurípides, realizada por Foucault em seus últimos cursos, marcando tanto a diferença entre uma e outra peça, uma e outra abordagem do direito, quanto a mudança de abordagem adotada pelo próprio Foucault em relação ao modo de ler e utilizar cada uma destas tragédias em sua atividade de pensamento.

O corpo que dança na Escola do Teatro Bolshoi do Brasil: conformidades, resistências, variações

Rogério Machado Rosa, Emerson Martins

Este texto apresenta as proposições de um projeto de pesquisa sobre o processo de constituição da corporeidade de meninos e jovens alunos da Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, em Joinville/SC. Trata-se de uma imersão no cenário desta escola de formação de dançarinos/as, que visa delinear os sentidos que afetam e inspiram meninos e jovens a buscarem para si um corpo-que-dança e de como essa busca produz deslocamentos que atuam na variação das formas e contornos dos seus corpos em seu processo constitutivo. Amparamo-nos na concepção de corpo como multiplicidade de relações de forças: expressão do perpétuo vir-a-ser do mundo; um movimento de de/composição permanente. Isso implica em pensar a arte da dança como linguagem do sensível e que o corpo do bailarino é forjado no encontro com as significações culturais de mundo e de como estas são subjetivadas. O corpo como construção no mundo, na cultura: "lugar fluido, móvel, mutante, não mais um objeto duro, mas composta por diferenças, contrastes, tendências, comparações, impermanências" (OLIVEIRA, 2008, p. 63); conjuga emoções, sensibilidades, sentido ético-estético, potencialmente político, resultante das relações e das significações históricas e sociais. Se a dança está conectada com um determinado mundo/cultura, os corpos-que-dançam e se fazem dançarinos expressam o mundo o qual habitam. O corpo que dança o mundo e se faz mundo: cria sentidos e (des)territorializa outros corpos-mundos (GIL, 2004). Nietzsche (1986) concebe o corpo como relações de forças, como expressão do perpétuo vir-a-ser do mundo; para Deleuze e Guattari (1997), o corpo é multiplicidade, pois em cada corpo há uma infinidade de relações que se (de)compõem em suas

velocidades e lentidões. Nesses filósofos, o corpo é desde sempre mundo. Portanto, jamais se fixa e se estabiliza, pois muda conforme o impulso ou grupo de impulsos que, num instante efêmero, impõem sua vontade à comunidade orgânica. O corpo "não é um lugar onde os eventos acontecem e vão embora. Os acontecimentos estão no/são o próprio corpo. Eles ocorrem com pensamento, dores, pulsações... Somos corpo e não pessoas que possuem ou habitam um corpo" (RENGEL, 2007, p. 27). O ato de dançar coloca mais efetivamente o corpo em conexão com os fluxos e forças incessantes do mundo, pois assimila o dinamismo do devir, produz dobra, borra as fronteiras da norma e do previsível. Cada movimento e/ou expressão do corpo do bailarino representa o estabelecimento de contato com novos sentidos e situações, o que quer dizer que dançar equivale a ir além do puro movimento físico: um imbricado entrelaçamento entre biologia e cultura. Tenho aprendido com Deleuze e Guattari (1997) que ao deslizar entre velocidades e lentidões, movimento próprio da vida, ao corpo-que-dança impõe-se a expressão artística que altera suas dimensões e amplia suas possibilidades da fazer experimentações. "O artista nos mostra afectos em relação com os perceptos que nos dá. Mas não é somente em sua obra que ele os cria, ele os dá para nós e nos faz transformados com ele, ele nos apanha no composto" (p. 227). Dançar artiticamente implica, portanto, em alterar ritmos, fissurar sentidos, em criar mundos e o próprio jeito de perceber-ser (n) a vida. Dançar é fluir na imanência (Gil, 2004). É conectar-se com a multiplicidade da vida e tornar-se corpo-dança-mundo. Em termos metodológicos, elegemos a pesquisa cartográfica como parâmetro para a construção deste trabalho (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010; ROLNIK, 1989), pois entendemos que ela nos possibilita a intensificação da aproximação com as dimensões subjetivas e com a produção de práticas culturais dos jovens dançarinos na Escola Bolshoi. A cartografia é um termo que faz referência à ideia de "mapa", contrapondo-se à topologia quantitativa, que categoriza o terreno de forma estática e extensa. O método cartográfico procura capturar intensidades disponíveis ao registro do acompanhamento das transformações decorridas no terreno e à implicação do sujeito percebedor no mundo e do mundo cartografado (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010). Assim, como a etnografia, a pesquisa cartográfica também se acerca da descrição densa e da compreensão que um acontecimento é uma "multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas" (GEERTZ, 1989, p. 07), e que, ao exemplo do etnógrafo, o cartógrafo precisa primeiro apreender para depois apresentar. Ainda, analogamente à etnografia, a cartografia possibilita que os "investigados" possam instaurar, no pesquisador, um estado de alteridade, que consiste em torná-lo estrangeiro de si mesmo,

possibilitando-lhe experimentar-se em novos espaços e modos de existência. O cartógrafo se sabe integrante da investigação, testemunha de seu próprio movimento de conhecer. Então, há que se contar com as descobertas e as estratégias de investigação a cada encontro com o campo e, nesse sentido, o cartógrafo não se pretende neutro, quer-se justamente desimpedido pelo encontro com o mundo por meio da pesquisa. Neste sentido, cartógrafo e cartografados nascem juntos e percorrem a vida de modo inseparável na criação de problemas, na experimentação das perdas que o conhecimento impõe (ROLNIK, 1989), envolvendo seus corpos nas fronteiras de suas possibilidades de pesquisar, agregando-se naqueles contextos. A cartografia se configura como um método de pesquisa-intervenção, pois reconhece a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação, tanto da realidade quanto do pesquisador. O cartógrafo possui gestos peculiares: ele rastreia, toca, pousa e reconhece com atenção. Diferentemente, dos métodos tradicionais que focam na representação dos objetos de pesquisa, a cartografia centra-se nos processos, derivando daí a noção de plano coletivo de forças que produzem o que é denominado de formas, objetos ou sujeitos. Cabe ao cartógrafo a prática de desenhar este plano. Todavia, não se deve imaginar que neste método se propõe o subjetivismo do pesquisador e tampouco o objetivismo positivista; destacamos aqui a imersão nos territórios e em seus signos como movimento para dirimir este dilema, na dobra. Não obstante, o projeto metodológico da cartografia exige também uma transformação nas práticas narrativas, desconstruindo noção de estados fixos, de interpretação, de naturalização, de centralização de uma perspectiva identitária ou pessoal; pois, a cartografia acompanha processos, propõe intervenção na realidade, dissolve o ponto de vista do observador (PASSOS, KASTRUP e ESCÓSSIA, 2010). Nesta pesquisa, estamos vislumbrando um mosaico de impressões, cujas metas, objetivos e intensidade dos formatos e cores, serão alcançados por meio do que continuaremos a observar, vivenciar, apreender ao longo do nosso estar, literalmente, no campo. Nossa “observação participante” tem contado com registros em “diário de campo” (FONSECA, 1999, p. 66), os quais compõe o método cartográfico, juntamente com entrevistas, conversas informais, participação de eventos públicos e privados, imersão nas comunidades/territórios e encontros com os jovens homossexuais que vivem no campo ou regiões não-urbanas; e compartilham conosco este mapeamento/viagem, destacando seus processos de subjetivação e práticas culturais por meio de suas narrativas/histórias de vida.

O pensamento visível nos Écrits de René Magritte: uma análise inspirada pela psicanálise implicada

Alan Ricardo Floriano Bigeli, Gustavo Henrique Dionisio

Dentre os acontecimentos que marcaram o início do século XX, destaca-se a crise na modernidade causada pela Primeira Guerra Mundial (1914 - 1918). Esse conturbado período contribuiu para o aparecimento de uma concepção de arte que rompesse com antigos preceitos relacionados ao valor estético agregado a ela, passando pela inovação nos instrumentos utilizados na produção dessa nova arte ou até mesmo no resgate em busca da reinvenção de obras consagradas tanto pelos movimentos de arte do Quattrocento como das contemporâneas ao Ottocento (ARGAN, 2006). Frente a essa crise, nascem o Dadaísmo e o Surrealismo. Esses dois movimentos foram "como duas ondas quebrando uma na outra", assim afirma o "papa do Surrealismo", André Breton (apud BRADLEY, 2001), em seu Primeiro Manifesto de 1924, no qual declara a efetiva criação do movimento artístico surrealista. Pela ótica de Adorno (2003), a vanguarda surrealista funda um novo tipo de subjetividade com a liberação daquilo que era tido como proibido no universo artístico. Já na visão de Nadeau (2008), esse movimento é um meio de conhecimento acerca dos continentes metafísicos ainda inexplorados na época, sendo esses: o inconsciente; o sonho; a loucura; o maravilhoso; os estados alucinatórios; em suma, todo o avesso do cenário lógico-realista (NADEAU, 2008). No âmbito da pintura surrealista, desenvolveram-se vários métodos que buscavam os resquícios do inconsciente – certificando assim o possível maior flerte dos surrealistas: a psicanálise -, como o frottage e o grattage, que consistiam em esfregar e raspar a tela a qual a pintura se realizaria para produzir figuras cruas, inconscientes e, a partir desse ponto, moldá-las conscientemente. Outro método, esse aplicável também à escrita, era o cadavre exquis. Tratava-se de um desenho feito a muitas mãos, dessa forma, negava-se o molde, a forma ou a influência de uma só pessoa sobre essa produção (ARGAN, 2006). Com a vanguarda já amadurecida, desenvolveu-se a pintura onírica surrealista. Nesse ramo destacaram-se Salvador Dali e René Magritte, entre outros. Esse tipo de pintura era característico por retratar o mundo dos sonhos, seja por lembrança de seu representante ou por mera intencionalidade de representação. Magritte propõe, em sua pintura, uma inversão do cotidiano, sem se debruçar, no entanto, sobre o bizarro; busca também "sabotar nossos hábitos", passando assim a "colocar o mundo real à prova" (GABLIK, 1985, p. 9). Desse modo, qualquer representação reconhecível torna-se passível de tomar um sentido amplamente inverso ao habitual. Sua obra apoia-se em uma dialética visual, onde uma simples combinação

ou uma específica disposição dos objetos torna-se capaz de "evocar um algo a mais" (GABLIK, 1985, p. 14). Em suas "justaposições de cores", Magritte deixa transparecer sua recorrente aclamação ao contraditório: a realidade não só se nega, mas também se transforma e, assim, sua pintura se torna "uma revolta permanente contra os lugares-comuns da existência" (GABLIK, 1985, p. 9). Entretanto, o pintor não deixou somente seu pensamento visível em telas, como também o representou em vários textos que englobam pensamentos transcritos, entrevistas e suas pretensões acerca de seus quadros, bem como suas ideias sobre a poética dos títulos dessas respectivas telas e, até mesmo, suas impressões acerca da pintura geral. Muitas são as análises, comentários e críticas que se debruçam sobre a obra plástica do artista. Contudo, o que acaba tendo papel coadjuvante em várias dessas pesquisas é esse material escrito. Nessa instância, o presente trabalho tem como objetivo central produzir uma leitura crítica do pensamento escrito e visível [como também invisível] de René Magritte inspirada pelos procedimentos metodológicos da psicanálise implicada, colocando seus escritos lado a lado com suas pinturas, podendo assim produzir uma contribuição para a fortuna crítica acerca da história da arte surrealista margeada por implicações psicanalíticas. Para tanto, a nosso ver, um método de aplicação da psicanálise não seria o mais recomendável, já que esse possivelmente tornaria simplistas as impressões obtidas, por um lado, ou por outro, carregadas de muitas teorizações (GREEN, 1996). Assim, o método a ser utilizado tem inspiração na implicação da psicanálise que pode estar presente na produção escrita de Magritte, através de uma análise crítica desses escritos, fundamentada em comentadores das obras do pintor belga. Vale ressaltar que o método da psicanálise implicada, proposto pelo psicanalista João Augusto Frayze-Pereira (2005), baseia-se na provocação que arte tem na subjetividade do espectador. Alguns resultados desse trabalho mostram que Magritte possuía certa tensão em relação à teoria psicanalítica, como no ponto em que diz que "a psicanálise represente, ela própria, o melhor caso para a psicanálise." (MAGRITTE, 1979, p. 558). Contudo, seus quadros, dentro da poética surrealista, e seus escritos se mostram suscetíveis a apresentar relações psicanalíticas implicadas.

Oficinas de Literatura Infantil na Casa dos Cata-Ventos: a contação de histórias como dispositivo clínico no trabalho com a infância

Marina da Rocha Rodrigues

A Casa dos Cata-Ventos é um projeto cuja proposta de trabalho é relacionada com a infância, com ênfase no brincar e na literatura infantil, que se situa na interface dos direitos humanos, da educação, da saúde coletiva e da assistência social. Tendo como bússola a ética psicanalítica,

procura inscrever-se na intersecção destes diferentes campos e no contexto de uma comunidade em Porto Alegre/RS. A Casa vem para firmar a necessidade de solidificação e perpetuação de intervenções com a infância e sua rede de cuidado e proteção, que ofereça uma escuta para além da situação da pobreza e miserabilidade, e sustente a potência de cada sujeito. As oficinas de Contação de História compõe uma das atividades oferecidas pela Casa dos Cata-Ventos. A história e a oficina são entendidas como uma ferramenta de intervenção e apostando que toda criação pode ganhar um contorno narrativo. As oficinas são propostas como possibilidade de inclusão narrativa e escuta do vivido produzido nessas condições. Estas se constituem em dois momentos que não são necessariamente sequenciais, podendo ocorrer de forma que se cruzem e se misturem: um de narração de uma história infantil e o outro de atividades lúdicas relacionadas à história contada. Através desse projeto, visa-se à exploração de novas possibilidades clínicas e a troca de experiências com a comunidade na qual o mesmo se insere. Utilizando-se da literatura infantil, por meio da narração de histórias, busca-se promover um espaço para ouvir as histórias dos sujeitos, com a possibilidade de criação e/ou enriquecimento destas. De tal modo, que seja proporcionado um espaço de florescimento de saberes, que culmina na apropriação de um conhecimento que seja próprio da localidade e de seus atores. As oficinas de Contação de História se colocam como um espaço de expressão, de acolhida e de escuta para as crianças frequentadoras da Casa dos Cata-Ventos. Através das brincadeiras com a literatura infantil, no qual a história serve de contorno narrativo ao lúdico, impulsiona-se a criança a emergir num devir criador e impulsiona a subjetividade em múltiplas direções. Buscando construir uma clínica que acolha a complexidade, um espaço-entre, no qual a história funciona como mediador entre o singular e o coletivo. Atenta-se para a pluralidade que deve estar presente na escuta, sustentando a potência da fantasia e da invenção da criança, em que a partir de uma história se possibilite a produção de novos sentidos, uma vez que o sujeito quando brinca se apropria do mundo de forma ativa, implicando-se na construção do seu próprio conhecimento. Assim, ao possibilitar o agenciamento do desejo através do contar histórias, se cria processos de produção de novos modos e formas de vida. Já que pelo dispositivo das oficinas, apostamos que outras possibilidades sejam legitimadas para as crianças. Ao se incluir a violência no contorno narrativo das histórias infantis, se dá outras derivas, em que as crianças podem se reinventar nessa relação com o outro e a agressividade ganha outros destinos e passa a ter outros sentidos. Considerando o dispositivo clínico das oficinas como um modo de singularização dos sujeitos implicados nesse fazer, partindo da narração de histórias, permite-se a abertura para outras possibilidades. Ao oferecer esse espaço para que as crianças vivenciem

as narrativas, torna-se possível a criação de novas posições e escolhas, abrindo o repertório para outros olhares diante da experiência do contar e do brincar. Deste modo, o dispositivo clínico reconhece e afirma o desejo daqueles que frequentam a casa a partir do papel atribuído às narrativas. Apresenta-se, assim, também como dispositivo de subjetivação, já que a partir da narração de histórias permite-se a produção de outras subjetividades. Pretende-se ali sustentar a produção de infância e a emersão de um devir-criança, uma vez que a brincadeira surge como promotora da liberdade subjetiva onde se configura o momento de constituição do sujeito. Criam-se novos modos de continuar produzindo desejo, dando vazão às tensões que se criam entre a realidade interna e externa da criança. Busca-se, com o espaço das oficinas, um diálogo entre as vivências cotidianas e um texto inesperado, transpondo os limites das histórias pessoais na busca por novas significações a partir das descobertas de outras narrativas. As oficinas de Contação de História configuram-se, assim, como um dispositivo clínico que, para além do potencial de cura, apresenta possibilidades de promoção à saúde e incide nos processos de subjetivação. As oficinas tornam-se estratégias coletivas, que através da potência artística e da narrativa cultural, possibilitam a produção de gestos de reelaboração do vivido e apresentam outras possibilidades relacionais às crianças.

Os desafios do envelhecimento no olhar do cinema de cinco continentes

Luciana Helena Mussi

Este estudo tem como objetivo analisar os desafios e oportunidades implicados no processo de envelhecimento assim como representados em filmes de longa-metragem do cinema americano, europeu, asiático e latino-americano – perspectiva contemporânea (2000 – 2012) – cujos enredos versam sobre questões ligadas ao envelhecimento, tendo como referência a Teoria das Representações Sociais. O prolongamento da vida exige redefinição das relações sociais, como lugares de expressão dos discursos assim como lugares possíveis de se exercer a cultura da longevidade. Refletindo sobre esta substância simbólica, na matéria prima que origina uma obra de arte e, ao mesmo tempo, trazendo o cinema como um veículo para a manifestação de tais representações, encontramos intersecções, múltiplos saberes sociais. as funções das representações sociais implicam na constituição de um saber comum e prático, orientação das condutas e dos comportamentos, constituição e fortalecimento das identidades e das teorias do senso comum. Experiências produzidas na grande tela onde os protagonistas e/ou coadjuvantes das histórias, são, na realidade, pessoas comuns em constante interação com o outro, com ele mesmo e com a sociedade. Personagens fictícios, mas que na vida se tornam reais, seres que

expressam saberes ligados à vida cotidiana, ao senso comum. Um bombardeio de estímulos que nos permite oscilar entre conteúdos que nos parecem ciência, com sua aura de austeridade e as coisas simples da vida, do dia a dia, que estão à mão e são úteis quando precisamos. Cultura e mistério, ingredientes básicos, usados na construção da indústria do cinema, uma arte expressa pela diversidade cultural e consequente complexidade de linguagem somadas as impactantes imagens que tocam. A palavra registra, marca e se faz presente no constante movimento das representações sociais compreendidas como um processo dinâmico, no qual indivíduo e sociedade se mesclam, numa relação simbiótica e social. Refletindo sobre os conceitos trazidos pela autora, "Representações Sociais, Realidade e Linguagem", percebemos que nestas últimas décadas o impacto da constatação das velhices e envelhecimentos, como uma realidade com todas suas implicações e em todas as suas dimensões, vêm ocupando cada vez mais as telas do cinema, da televisão, as páginas dos jornais, as ruas. Um envelhecimento que até então ocupava um lugar muito reservado nos lares brasileiros passou a ser público, aproximando-nos do estranhamento do envelhecer, "aliado do inexorável e inelutável fim". O pressuposto central da pesquisa sintetiza-se na concepção de que filmes constituem-se recursos audiovisuais que viabilizam a percepção crítica sobre a realidade do envelhecimento, possibilitando a contraposição a ideias preconceituosas e vigência de estigmas sobre a velhice e a pessoa idosa. Os procedimentos metodológicos adotados se apoiam na seleção de oito filmes – dois por continente – com abordagens diferenciadas sobre a temática em foco: Antes de partir, O curioso caso de Benjamin Button, A partida, Uma vida simples, E se vivêssemos todos juntos?, Amor, Copacabana e Elsa e Fred. As análises efetuadas consideram como categorias: o enredo, os diálogos e demais representações utilizadas na construção dos filmes que subsidiam a visão representada na tela, questões que envolvem o campo intercultural, a representação social, a gerontologia e o cinema. Acredita-se que esta pesquisa tem relevância teórica, prática e social, contribuindo com subsídios para as práticas interculturais. A ideia de se utilizar filmes como material de entendimento das transformações sociais, num mundo em constante mudança, é uma prática existente e que pode ser otimizada junto a diversos segmentos. Trata-se de uma estratégia para repensar o "percurso" do envelhecer e cenários da velhice por meio de filmes, recurso este que possibilita um romper de paradigmas, até então estabelecidos, de que velhice equivale à fragilidade e "fim de linha".

Projeto de Pesquisa: Construção do corpo feminino na contemporaneidade: análise das propagandas de Natura Chronos 70+

Monique de Moraes Quadros, Daniela Saldanha

À partir das construções históricas acerca do corpo, emergem-se questões referentes a este, como sendo um depositário de saúde ou de doença. Conforme Chammé (2002) o corpo reduz-se em depositário falível de males, fruto tanto do insucesso da força do coletivo, quanto do poder individual. Uma visão da construção do corpo, principalmente o feminino, com o passar dos séculos. Sendo que o aperfeiçoamento de novas tecnologias vem se desenvolvendo cada vez mais para comercialização de produtos que auxiliem no cuidado com o corpo feminino. Sant'Anna (2000) afirma que na mídia o corpo vem ganhando grande destaque e vem sendo um assunto cada vez mais discutido. Isso pode ser percebido tendo em vista o crescimento de revistas, reportagens sobre saúde e beleza e boa forma. Sendo assim, este trabalho visa analisar questões que atravessam o conceito de corpo no contemporâneo, e sua relação com o envelhecimento, identificando como os corpos circulam na divulgação dos cosméticos antienvelhecimento Natura Chronus 70+; quais as formas de ser mulher propostas nos produtos e quais argumentos são expostos pela propaganda para promover o produto. Optamos em escolher este tema, pois é algo que nos inquieta e nos move a pensar sobre nossas práticas enquanto mulheres, e como vem sendo construindo o corpo feminino, as cobranças que nos atravessam e nos constituem. Como consumidoras de cosméticos, nos questionamos até que ponto somos atravessadas por estes discursos, os quais nós mesmas reproduzimos em torno destas questões. De que forma isso vem se refletindo na construção do corpo feminino e nos constituindo. Partimos das noções de corpo referenciados por Sant'Anna (2000), o qual entende que as descobertas do corpo, possuem uma história secular que se modifica com os avanços e limites do conhecimento humano. Esse corpo não cessa por ser descoberto e devemos nos atentar para a provisoriedade dos conhecimentos produzidos a cerca dele, pois está sendo, constantemente, redescoberto, nunca completamente revelado. Para Chammé (2002) logo após o início da Revolução Industrial, os países começaram a criar ações políticas que suprissem a demanda dos índices de saúde. No Brasil, nos anos 30 e 40, no governo Vargas, exerceu grande influência para construir distintos modelos de saúde e de corpo, considerados ideais em diferentes décadas daqueles século. Priore (1998) destaca, ainda, que na idade moderna a sexualidade estava profundamente inscrita nos corpos, mas o corpo, especificamente, da mulher era considerado decaído, sua condição genital, sexual e biológica, definia sua condição no

mundo: ser menor e infecto. Conforme Novaes & Vilhena (2003) a preocupação com o corpo e sua aparência começam a ganhar importância. É também preciso ressaltar que o controle exercido por meio da fiscalização de um olhar minucioso sobre a aparência, e com o aval da ciência, contribui para regulamentar diferenças e determinar padrões estéticos em termos daquilo que é próprio e impróprio, adequado ou inadequado, normal ou anormal. Para Russo (2005) a indústria corporal através dos meios de comunicação encarregam-se de criar desejos e reforçar imagens, padronizando corpos. Corpos que se vêem fora de medidas, sentem-se cobrados e insatisfeitos. O reforço da mídia nesse sentido, faz com que uma parte de nossa sociedade se lance a procurar um aparência física idealizada. O método de pesquisa a ser utilizado, é a análise do discurso. Utilizaremos os vídeos de divulgação do creme facial natura chronus 70+ como documento, para perceber quais discursos circulam em torno dessa proposta de velhice. Este trabalho, por se tratar de um projeto de pesquisa, não possui resultados ou conclusões até o momento.

Publicidade do crédito: o brilho da aquisição, o opaco das (condições das) dívidas

Gabrielle Lippert Bonazza, Inês Hennigen, Andrea Costa de Carvalho

O consumo, que está colocado como parte inerente da existência moderna, se encontra primordialmente ancorado na publicidade, a qual opera como um veículo de enunciação de suas práticas e, tal com o a mídia de uma forma geral, está composta enquanto um campo de embate entre discursos. Tais formações discursivas interpelam os sujeitos, colocando-os em determinadas posições, fazendo da publicidade um dos componentes dos processos de subjetivação. A expansão da oferta de crédito contribui para que esse seja um mediador majoritário das relações estabelecidas pelo consumo, o que o torna um fator central no cenário recentemente agravado de endividamento. Assim, se faz pertinente atentar a publicidade do crédito – a qual consideramos como todo anúncio que divulga alguma modalidade de crédito – uma vez que essa pode produzir sujeitos consumidores e endividados. Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa Publicidade do crédito: que práticas de consumo e endividamento são incitadas?, cujo corpus de análise consiste em materiais impressos – folder e jornais – e comerciais televisivos. Essa tem como objetivo mapear os enunciados oferecidos por essa publicidade, questionando a respeito de seus efeitos nos sujeitos. Nesse estudo, nos debruçamos sob a publicidade impressa, que soma 51 folders de instituições financeiras e 83 anúncios de jornal coletados no município de Porto Alegre, RS. A análise foi feita a partir de dois eixos: o primeiro procurou investigar a adequação dos materiais ao que preconiza o Código de Defesa

do Consumidor (dever de informação, publicidade enganosa e/ou abusiva); o segundo buscou investigar os enunciados identificados por meio do método da análise de discurso de perspectiva foucaultiana, a fim de compreender seus efeitos nos modos de subjetivação. Enquanto os folders são especificamente publicidade voltada à venda de modalidades de crédito, os anúncios de jornais ofertam diversos produtos com opção de parcelamento ou financiamento. Embora haja tal distinção, verificamos na análise que, em ambos, o crédito ocupa um lugar central – vendido diretamente ou como viabilizador da compra. No entanto, as estratégias de apresentação, também essas similares entre eles, colocam o crédito em posição secundária, dando maior visibilidade à potência imaginária conferida àquele que adquire determinados bens e serviços. Essa ênfase na mercadoria final está ainda conjugada ao apagamento das condições mínimas necessárias para o contrato do crédito ou do financiamento – função que é delegada à publicidade conforme o previsto pelo CDC – incitando à não reflexão a respeito das implicações dessa contração. Não só a compra do dinheiro é marginalizada no discurso dos anúncios, como também é propagada uma pressão temporal imperativa, uma noção de facilidade e uma ideia de operação livre de encargos. Todos esses elementos configuram uma impulsão ao consumo respaldada pela cada vez menos criteriosa concessão de crédito, aumentando o poder aquisitivo na mesma medida em que eleva os custos do próprio consumo e a quantidade de operações envolvidas, dificultando o ressarcimento das dívidas. Afastados do entendimento a respeito dos trâmites financeiros das operações de empréstimo, os consumidores facilmente recaem ao endividamento e à inadimplência. Essa última, por gerar uma série de limitações, é contornada por novas contratações de crédito, já que há tempos essas deixaram de ser negadas aos negativados. A possibilidade de "pagar" dívidas contraindo outras está no cerne do superendividamento, no qual o devedor já não consegue mais pagar todo o montante do saldo acumulado. A posição de superendividado, que resulta no pagamento de juros indefinidamente, é tão rentável ao sistema financeiro quanto nociva aos próprios sujeitos, sobre os quais recai a responsabilidade e o sofrimento por não quitar suas dívidas. As observações constantes na publicidade mais direta do crédito para que se "contrate com responsabilidade" nos leva à discussão sobre a moral implicada na subjetivação para o endividamento, bem como nos efeitos dela provenientes. O devedor é constituído como aquele que está atravessado pelo comprometimento com sua responsabilidade e culpa e, portanto, pode ter suas ações induzidas por esse credor a quem deve. Em escala social, temos a produção de assujeitamento dessas populações, o que acaba por tornar-se uma estratégia política. Diante de tais resultados e da discussão a partir desses desencadeada, reafirmamos a importância de a regulamentação já em

vigor do CDC ser de fato aplicada, elucidando as condições do contrato da operação que é divulgada na publicidade. Além disso, propomos que a publicidade do crédito ofertada para pessoas já endividadas deva ser incluída na categoria de abusiva, enquanto entendemos que suas implicações podem afetar a saúde psíquica de seu público-alvo. Dessa forma, a proteção ao consumidor poderia ser realizada de forma mais eficiente, prevenindo maior incidência de superendividamento.

Redes sociais e experimentação política da amizade: uma análise a partir da teoria dos afetos em Espinosa

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo, Gicelma Barreto Nascimento, Reniton de Santana Souza, Marcelo de Almeida Ferreri

Vários autores acreditam que a articulação comprometida de pessoas em uma comunidade virtual pode compor um espaço solidário no qual se compartilha conhecimentos e é possível experimentar modos singulares de resistência política. A valorização das novas formas de sociabilidade na internet articula-se à possibilidade da revitalização de práticas condizentes ao exercício da cidadania e ao favorecimento de relações de abertura e reconhecimento do outro. A mobilização de grupos e entidades pode ser significativamente potencializada pela internet. A concepção do corpo em Espinosa, sustentada pela unificação corpo-alma e capacidade de afeto constitui um elemento precioso para a compreensão da presença do interlocutor e das intensidades afetivas em jogo nas relações de amizades na internet que prescindem do contato físico. No que concerne às relações de amizades mediadas pela internet, trata-se de uma especificidade na qualidade da presença do corpo do interlocutor que se presentifica, por assim, dizer, através de seus valores, idéias e pensamentos. Os corpos são sensibilizados pelas idéias, pensamentos e perspectivas de como o outro se põe na vida. Trata-se, portanto, de uma condição de intercoporeidade psíquica. O presente trabalho faz parte de uma pesquisa Prodoc/DCR que visa investigar a experimentação política da amizade em comunidades da internet a partir da teoria dos afetos em Espinosa. Este trabalho tem como objetivo discutir a possibilidade de experimentação política da amizade na internet a partir da teoria dos afetos em Espinosa. Poratanto, este trabalho analisa temas muito atuais e extremamente desafiadores para o campo dos estudos da Psicologia Social .Adultos foram entrevistados sobre suas relações de amizades mediadas pela internet. Além das trocas de conhecimentos, textos, experiências, favoráveis ao exercício político de considerar a opinião do outro, as relações de amizades travadas na internet também compõem um espaço de acolhimento e de gestos solidários comprometidos com o

querer bem ao amigo, contribuindo com o aumento de sua potência de ação. Essa solidariedade implicada em afetar o amigo com alegria – e, portanto, comprometida com o aumento da sua capacidade de ação, engendra a mobilização dos corpos a buscar novas referências literárias, artísticas e musicais, a se empenhar em suas atividades de interesse, a organizar encontros presenciais. As narrativas demonstram que os vínculos de amizades mediados pela internet podem compor encontros alegres na medida em que se expressam como gestos solidários onde os amigos favorecem o aumento da potência de refletir e de ação dos corpos. Esta pesquisa é realizada com o apoio financeiro do CNPq/FAPITEC.

Representações Sociais da relação entre drogas e prostituição na imprensa brasileira

Bruno Klecius Andrade Teles, Daniel Henrique Pereira Espindula, Larissa dos Santos Alves, José Vicente de Deus Neto, Vinícius Barbosa de Oliveira, Luiz Thiago Almeida Araújo, Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz, Lauriston de Araujo Carvalho

O uso de drogas e a prostituição têm sido mostrados em diversos estudos como estando sempre em relação. Geralmente são representados como acontecimentos sociais que podem levar a condições de vulnerabilidade psíquica e social, o que torna esses dois fenômenos, encarados por muitos como problemas sociais, objetos de representações sociais. Sabe-se ainda que os meios de comunicação exercem um papel importante na na difusão e popularização das informações e saberes. No caso das representações sociais, estas surgem como veículo (in)formador e porta voz do universo reificado. Desse modo, a comunicação midiática é portadora e formadora de representações e, como tal, interfere nas práticas cotidianas dos diversos atores sociais. Conhecer as representações sociais veiculadas pela mídia é importante por possibilitar o acesso a um conjunto de significados que servem de referência para grupos no seu processo de apreensão e leitura da realidade, bem como em suas práticas. Diante disso, o presente estudo teve por objetivo observar como a imprensa escrita brasileira representa a relação entre dois objetivos polêmicos e estigmatizados, a prostituição e as drogas. O delineamento metodológico utilizado na busca das reportagens debruçou-se a partir de uma busca sistemática nos bancos de dados das publicações impressas e on-line do Jornal Folha de São Paulo em todos os dias a partir de janeiro/2008 a dezembro/2012 com os descritores: prostituição droga e prostituição drogas. Ao todo foram encontradas 235 matérias, distribuídas entre reportagens, cartas dos leitores e editoriais. Após a coleta, os dados foram classificados segundo o ano, caderno e fonte. Todo o material encontrado foi tratato segundo a análise temática de conteúdo de Bardin. Os resultados encontrados apontaram que, quando relacionados, os temas pesquisados giram em torno de cinco categorias principais, sendo que

os elementos da representação da prostituição e drogas perpassam pelos temas: 1. Locais de uso de drogas e prostituição – corresponderiam aos espaços compartilhados entre os dois aspectos, denotando uma associação direta entre ambos; 2. Combate ao uso de drogas e à prostituição via investigações policiais/intervenções governamentais para fechar tais espaços, o que apontando para uma ação e percepção criminalizante, judicial e punitiva sobre os fenômenos; 3. Relatos de vida, novelas/filmes – fazem referência ao efeito negativo que as drogas e a prostituição causam na vida das pessoas, focando na questão do tráfico humano; 4. Investigação de políticos envolvidos com a rede de drogas e prostituição – verifica-se aqui o combate às redes de drogas e prostituição, destacando-se os representantes do poder público, representados como participantes dos dois lados dessa relação, pelo viés do combate/prevenção ou como investigados e condenados pelo uso e comercialização. Por fim, a última categoria, apresenta um 5. Elo entre o tráfico de crianças/adolescentes com as drogas e prostituição. Aqui há destaque para a exploração sexual infantil, bem como a prostituição de adolescentes do sexo masculino e feminino associada à comercialização e consumo de drogas entre esses menores que são prostituídos. Ao final do estudo foi possível perceber que os elementos da representação da relação entre o uso/abuso de drogas e prostituição está centrado em torno de alguns elementos, que estão ancorados em uma lógica jurídica e de criminalidade, sendo essas representações marcadas por um caráter negativista e objetivadas na imagem do traficante. Observa-se ainda nas reportagens uma forte tendência higienista, com veiculações de matérias que sugerem a punição e tratamento a partir da perspectiva judicial e criminal, ao invés da perspectiva clínica e de agravos à saúde. Essas representações negativizadas podem estar influenciando em representações negativas para a população que tem acesso a este meio de comunicação, o que reforça a ideia da mídia enquanto formador de representações. Reforça-se assim a importância de maiores discussões acerca de como os temas estudados estão sendo difundidos em diversos meios midiáticos, ampliando as áreas de conhecimento da Psicologia Social.

Studium, punctum, descrição e detalhe: uma aproximação entre fotografia e literatura

Cristiano Ordovás Baldi

Já é um clichê atacar Roland Barthes por excesso de subjetivismo. A despeito de seu rigor formalizante em algumas áreas do conhecimento, seu pensamento foi muitas vezes acusado de exageradamente flexível e fluido. Ele mesmo acolheu o atributo em A Aula, texto apresentado em 1977 na aula inaugural da disciplina de Semiologia Literária do Collège de France.

Julgamentos à parte, essa característica peculiar é particularmente visível em seus escritos sobre fotografia. Já no primeiro parágrafo de A Câmara Clara, Barthes afirma: "Em relação à Fotografia, eu era tomado de um desejo 'ontológico': eu queria saber a qualquer preço o que ela era 'em si', por que traço essencial ela se distinguia da comunidade das imagens. [...] Eu não estava certo de que a Fotografia existisse, de que ela dispusesse de um 'gênio' próprio" (BARTHES, 2012, p. 13). Em seus esforços ontológicos direcionados à fotografia, Barthes, entre outras proposições teóricas, descreve os conceitos de punctum e studium. Irmãos, cada qual condição para a definição do outro, punctum e studium são tratados, neste trabalho, na medida em que servem de ponte entre a fotografia e alguns conceitos da literatura. Em linhas gerais, studium diz respeito ao discurso culturalmente referido de uma fotografia. É a configuração dos elementos que pode ter alta qualidade estética mas que já vem estabilizada como discurso. Uma fotografia de guerra, por exemplo, por mais violenta e aterradora que seja, na maioria das vezes é uma imagem estabelecida, semelhante a milhares de outras fotografias de guerra. Já o punctum é uma espécie de quebra dessa pasteurização dos elementos. O cenário cultural é atravessado por um elemento desestabilizador, que salta da imagem por conta própria, que não necessita ser trazido pela consciência. É algo de descontínuo na cena tradicional da guerra, para usar o exemplo anterior. É um detalhe que atrai a atenção por perturbar a simples referência cultural – por perturbar o studium. Definidos esses dois conceitos fotográficos, o trabalho se propõe então a buscar um paralelo entre fotografia e literatura, com a ajuda de três conceitos literários: a descrição, o detalhe e a estidade, como concebida pelo crítico James Wood. A descrição não se limita apenas ao espaço na ficção. Ele se estende a qualquer exposição sensível, seja de personagens, ambientes ou movimentos: tudo que possa ser decomposto em unidades menores, tudo a que se possa acrescentar uma informação concreta. O detalhe, unidade formadora das descrições, é um recurso amplamente usado desde Flaubert para criar uma impressão de realidade. O acúmulo de detalhes expressivos e de detalhes inexpressivos (inexpressivo no sentido de que por ser aleatório não tem função narrativa, está lá apenas para simular a aleatoriedade do mundo), é uma das bases da tradição do Romance Realista Moderno. A descrição literária de uma cena convencional de guerra pode ter um efeito semelhante ao de uma foto da mesma guerra. Vemos os horrores, vemos os combatentes, vemos até mesmo um cadáver. Mas tudo já existe de antemão como imagem cultural. E é aí que a descrição e os detalhes podem ser comparados ao studium fotográfico de Barthes. Há detalhes na ficção, todavia, que adquirem status diferente, que subvertem a ordem do todo. Não constituem o pano de fundo, mas rasgam o tecido. James Wood chama esses detalhes de

estidade. “Por estidade entendo qualquer detalhe que atrai para si a abstração e parece matá-la com um sopro de tangibilidade; qualquer detalhe que concentra nossa atenção por sua concretude” (WOOD, 2012). A esse respeito, exemplifica: “Marlow, em Coração das Trevas, relembra um homem agonizando a seus pés, com uma lança no estômago, e como ‘a sensação de calor e umidade nos meus pés era tamanha que precisei olhar para baixo. [...] meus sapatos estavam encharcados; havia uma poça de sangue muito parada, cintilando num tom escuro de vermelho bem debaixo do timão’” (WOOD, 2012 p. 65). As botas encharcadas de sangue, detalhe visual, e a sensação de calor e umidade, detalhe sensível, furam a imagem, abalam o que seria uma cena violenta – terrível, está bem – mas tão convencional quanto seriam outras cenas violentas. Aí está a estidade em ação, animando o quadro estático com um sopro de vida. E é aí que o presente trabalho compara estidade e punctum, relacionando mais uma vez fotografia e literatura. Ambos – estidade e punctun – desempenham um papel desestabilizador, trazendo algo de inesperado e pungente para a peça de que fazem parte. Tudo o que há de genérico, de referido ao senso comum em uma cena – em outras palavras, tudo que é studium e descrição convencional – é por eles atravessado.

Temporalidade kairológica do Dasein e Plantão Psicológico – Reflexões a partir de fotografias de Alexandre Orion

Paulo Eduardo Rodrigues Alves Evangelista, Henriette Tognetti Penha Morato

O plantão psicológico enquanto modalidade de prática psicológica rompe com o modelo tradicional de prestar cuidado psicológico ao disponibilizá-lo no momento em que quem precisa a busca. Trata-se, pois, de um acontecimento que depende da prontidão do psicólogo para o momento propício do cuidado, que é quando aquele que busca atenção psicológica o faz. O presente trabalho discute uma questão central para a compreensão do sentido do plantão psicológico numa perspectiva fenomenológica existencial, tal como tem sido realizado no Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia (LEFE), a saber, a temporalidade do Dasein. Com o conceito de Dasein Heidegger supera o individualismo cartesiano, pois Dasein é sempre co-existente, compartilhado. Ademais, o plantão psicológico rompe com o modelo intervencionista cronológico no qual o psicólogo realiza o diagnóstico, o planejamento e a intervenção. No plantão psicológico, esses momentos são contemporâneos e não se diferenciam. Com isso, aproximam-se do modo de ser do existente que procura o psicólogo, isto é, coaduna-se sutil e delicadamente de seu ‘objeto’. Esta comunicação inicia com uma apresentação das fotografias da série Metabiótica, de Alexandre Orion. Esta série de

fotografias discute a prontidão do fotógrafo para o momento propício da foto, pois Orion cria uma cena utilizando grafitti e aguarda com a máquina fotográfica um momento em que um transeunte e o grafitti interajam, registrando (ou criando?) essa situação. Esse momento – a foto – pode surgir rapidamente, assim como pode ter que esperar. Esta experiência fotográfica pode ser articulada com a temporalidade humana descrita por Heidegger em Ser e Tempo (1927/1998). Na descrição fenomenológica da existência humana realizada por esse filósofo, o tempo do existir é tempo finito. O tempo da existência é "tempo para", momento propício para (kairos).O modo autêntico de assumir a existência é chamado de decisão antecipadora (Augenblick), que rompe com a ilusão de eternidade e continuidade do tempo cronológico (kronos), revelando que cada momento da existência (individual e coletiva) é único. No momento seguinte, a discussão da temporalidade humana disparada pelas fotografias de Orion é aproximada do plantão psicológico tal como tem sido realizado como serviço à comunidade e estágio na formação de psicólogos pelo LEFE, considerando se o plantão psicológico não seria a modalidade de prática psicológica mais correspondente à temporalidade existencial, isto é, que respeita e corresponde ao momento propício da ajuda psicológica? No LEFE o plantão psicológico tem disponibilizado para a comunidade atenção psicológica no momento em que o cliente – pessoa ou instituição – a busca. O serviço é oferecido por pós-graduandos e graduandos; para estes é parte da formação em psicologia. A mesma disponibilidade para cuidar é oferecida aos estudantes em formação, pois contam com uma equipe de supervisores no momento em que sentem necessidade de supervisão. Esse modus operandi foi se fazendo e refazendo a partir da prática. A presente discussão busca apontar um ponto de convergência entre essa prática e a fenomenologia existencial, sugerindo que esta pode ser uma fundamentação adequada desta modalidade de prática psicológica e de formação do psicólogo, explicando como o plantão psicológico corresponde à temporalidade kairológica. A fenomenologia existencial é um esforço metodológico de correspondência à singularidade do ser humano, rompendo com determinações gerais do ser do homem. Como fundamento de prática psicológica, aparece como postura de aproximação do outro a partir de seu mundo, reconhecendo a singularidade de quem procura o psicólogo. Isso rompe com a lógica tradicional, que busca modelos psicológicos gerais explicativos sobre o ser humano e as possibilidades de intervenção na vida comunitária. Nesta comunicação a fotografia entra como disparadora desta reflexão, pois, recorrendo a outra linguagem que a explicativo-causal, apresenta a temporalidade humana e a disponibilidade que caracteriza a atitude clínica do

psicólogo plantonista. Assim, articula-se com as questões propostas pelo GT 6: Corpo, Arte e Clínica: experimentações metodológicas.

Uma Psicologia Social da Crítica Cultural: contribuições de Siegfried Kracauer

Rodolfo Rodrigues de Souza

A presente comunicação tem por base a pesquisa que desenvolvo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), qual seja a recepção pela crítica cultural carioca de 1945 a 1955 das obras do filósofo, romancista e dramaturgo francês Jean-Paul Sartre. Por críticas culturais considerarei aqui os textos jornalísticos acerca de produtos culturais, tais como cinema, teatro e literatura. Parto de uma percepção que tive no ano de 2012, durante período de levantamento bibliográfico na França. Chamou-me a atenção a descoberta de um volume maior de filmes inspirados na obra de Sartre do que aqueles comentados no Brasil ainda nos dias atuais. De volta ao Rio de Janeiro, verifiquei em "Jornal do Brasil", "O Dia" e "Última Hora" que os filmes inspirados na obra sartriana e produzidos entre os anos de 1945/55 raramente chegaram às telas cariocas ou receberam atenção da crítica cultural da então capital nacional. Reconhecido como um pensador afinado com movimentos de esquerda, pareceu-me haver alguma intencionalidade no fato dos filmes não terem sido exibidos no Rio de Janeiro da época, desconfiança reforçada pela descoberta de um contraponto. Obras sartrianas que se utilizavam de outro suporte que não a tela do cinema, como os livros e o teatro, ao contrário dos filmes, chegavam ao Rio de Janeiro do período e eram comentadas nos jornais de grande circulação com certa frequência. Desta forma, minha proposta tem sido refletir acerca da possibilidade de utilizar as críticas culturais para fazer Psicologia Social. Neste movimento, a defesa que do jornalista e ensaísta alemão Siegfried Kracauer faz quanto ao papel do crítico de cinema nos textos "La tarea del crítico cinematográfico" (2006) e "Cinema, 1928" (2009) me parece primordial para dar conta das interpenetrações entre a crítica cultural e o social. Em meados da década de 1920, este autor abre um novo campo no debate acerca do cinema e sua relação com o social. Ao definir a sétima arte como uma das muitas mercadorias da sociedade capitalista, defende que as produções cinematográficas médias não deveriam ser julgadas apenas com base no gosto do crítico. Caberia a este perceber e apontar que "as produções exercem de maneira imediata funções sociais de extrema importância [...]", principalmente considerando que estes produtos são criados para as massas (KRACAUER, 2006, 2009). Neste sentido, Kracauer é considerado por alguns, como Pierre Sorlin (1977), um sociólogo do cinema, preocupado que estava com as

relações entre a produção e exibição de um filme e o horizonte histórico e social. A apropriação que faço da visada de Kracauer sobre a crítica de cinema diz respeito a considerá-la como escrita de um ator social que coloca em diálogo – mesmo que o ignore – os produtos culturais sobre os quais versa e o meio ao qual se destinam. Por outro lado, afasto-me dele naquilo que delimita de tópicos para o crítico comentar (2006, 2009). Meu objetivo é atentar tanto para o que é comentado quanto para o que é deixado de lado, de modo a possibilitar que a crítica emerja como via de acesso ao modo de construção de sentidos que este ou aquele jornalista colocava em cena. Assim, podemos pensar o que as críticas revelam e escondem – ao modo de fragmentos circunstanciados do Rio de Janeiro de então (EWALD, 2007) – sobre os modos de se pensar as diferentes pessoas que acessavam certos produtos culturais. A crítica como documento de um tempo que viabiliza a construção de uma psicologia dos grupos humanos daquele espaço-tempo. Acredito que esta comunicação se atrele às discussões do eixo "Mídia, Cultura e Arte", pela possibilidade que este abre de pensar os processos de subjetivação postos em cena pelos produtos culturais. Ainda, o Grupo de Trabalho "Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social" parece o mais adequado ao nosso trabalho. Primeiramente, pelo entrecruzamento que propõem entre arte e cidade, caro a uma pesquisa que se preocupa em pensar especificamente o cenário carioca. Ademais, refletir sobre o delineamento de políticas públicas no campo da cultura, tema abordado pelo referido GT, parece um desdobramento possível de minha pesquisa, que poderá se beneficiar, assim, deste espaço de discussão.

GT 36. JUDICIALIZAÇÃO DA VIDA

''O amor incondicional, sobrevivendo ao sistema prisional''

Thaís Souza Santos, Thaís Mendes de Almeida, Tainá Fernandes Vieira, Aline Pacheco Silva

O programa CULTHIS é um Espaço de Atenção Psicossocial ao Preso, Egresso do Sistema Prisional, Familiares e Amigos. Ele é fruto de inúmeras pesquisas realizadas no sistema prisional pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Psicologia do Trabalho, LabTrab da Universidade Federal de Minas Gerais. A partir deste ,deu se origem ao projeto do documentário "O amor incondicional, sobrevivendo ao sistema prisional". O documentário está sendo montado tendo como base avida de três mães de presos. A montagem se dará através da filmagem de acontecimentos reais; as mães serão escolhidas nas filas do Centro de Remanejamento do Sistema Prisional da Gameleira, em Belo Horizonte (CERESP Gameleira).

Durante um mês ,elas serão acompanhadas em suas rotinas a partir do momento em que são informadas sobre a apreensão dos filhos. O objetivo deste projeto se dá pelo compromisso de explorar a realidade , apresentando as dificuldades que estão presentes na vivencia das mães com relação ao sistema prisional. A partir das pesquisas anteriores feitas no Labtrab, algumas vivências experimentadas pelas mães dos presos já são conhecidas. O olho da câmera será o mais fiel ao olho humano, em questão ,aos olhos das mães ,aos seus sofrimentos , aos constrangimentos que são expostas durante o processo burocrático de visita, a ausência de informação sobre as medidas judicias cabíveis que devem ser tomadas. Além das filmagens das rotinas das mães, serão feitas entrevistas com perguntas direcionadas , a respeito de como elas se sentem diante o fato de ter um filho preso, como foi receber a noticia, qual foi o primeiro apoio recebido . Será realizado também acompanhamento nas filas de pertences, de visita , entre outras situações que passam ser frequentes na vida dessas mães , quando tem seus filhos apreendidos. "O amor incondicional sobrevivendo ao sistema prisional " é um projeto de documentário que ainda esta em andamento , no qual a partir dos contatos frequentes com as mães entrevistadas nas filas do CERESP Gameleira, percebeu- se que a exibição de tais experiências vivenciadas são extremamente enriquecedoras para sociedade ,por possuir de certa forma um conteúdo informativo ,de como enfrentar as dificuldades existentes , a vulnerabilidade que os familiares são expostos pelo sistema prisional, e como os programas governamentais de assistência aos familiares não atentem as reais demandas .Desta forma o projeto visa expor a realidade a partir da visão de mães que vivenciam o sistema prisional “de fora”, afinal é importante que se tenha uma noção deste sistema como todo. A justificativa para tal,esta relacionada ao fato que, são escassos a divulgação de como é o cotidiano de pessoas que zelam pelos seus familiares que estão presos. A relação deste projeto com o Grupo de Trabalho : Comunidade, Politica e Psicologia (GT 5) se dá a partir da intenção do grupo de reunir trabalhos que dizem a respeito da Psicologia Comunitária e da Psicologia Politica, que enfatizam possibilidade de intervenção e atuação nos diversos contextos e dinâmicas comunitárias . O documentário em questão corresponde a esta intenção, por ser um projeto que visa apresentar a realidade da comunidade de familiares, amigos , que se forma ao redor do sistema prisional. Além de obter uma intenção de divulgação ,e exploração das praticas psicológicas de intervenção neste contexto.

A Educação Agrícola em regime de internato no Brasil: produção de subjetividade, impasses e possibilidades

Alessandra Xavier de Morais

Atuando como psicóloga, temos desenvolvido uma investigação e produzido uma dissertação de mestrado sobre o Instituto Federal de Pernambuco-Campus Vitória de Santo Antão e seus alunos buscando responder a algumas inquietações geradas a partir da nossa atuação profissional. No entanto, muitos outros questionamentos vieram à tona a partir desta investigação preliminar, necessitando de respostas e então nos propomos a realizar esse trabalho de doutorado, já iniciado. Este trabalho consiste em desenvolver investigações mais profundas com os adolescentes moradores-estudantes, sujeitos inseridos neste contexto de regime de internato.A construção do arcabouço teórico que dá sustentação a pesquisa fundamenta-se na Psicologia Sócio-Histórica que concebe a subjetividade como algo que se constitui na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe através da atividade humana.Procuramos problematizar o tema da Educação Agrícola em regime de internato no Brasil a partir da Psicologia Sócio-Histórica e do seu conceito de subjetividade. Ainda, teremos como desmembramento, estudar os efeitos da Educação Agrícola em termos de produção de subjetividade, mapeando seus impasses institucionais e também verificando suas possibilidades na atualidade;Detectar quais são as perspectivas ideológicas, sociológicas, pedagógicas e psicológicas que predominam na Educação Agrícola;Compreender o tema da adolescência de modo crítico e sócio-histórico no contexto institucional do internato;Avaliar como o sistema de internação está organizado na Educação Agrícola e se atende satisfatoriamente o público ao qual se destina; E por fim, entender como e se o internato agrícola contribui efetivamente para o processo de inclusão social dos filhos dos trabalhadores rurais; Entendemos que essa investigação é altamente relevante do ponto de vista acadêmico, já que constatamos a ausência de uma sistematização de informações sobre o tema. Tampouco encontramos trabalhos que utilizem o enfoque teórico e metodológico que nos propomos nessa investigação. Do ponto de vista social, sabemos que uma vez formados, esses jovens pertencentes às classes populares, poderão vir a contribuir com suas unidades familiares e territoriais na transformação das suas condições sociais de vida, a partir de melhorias na produção agrícola que poderão ser implementadas com base nos conhecimentos técnicos e científicos obtidos. A Educação Agrícola se pretende alinhada com a proposta de inclusão social dos membros das classes populares por meio da educação e da qualificação profissional no nível técnico e pretendemos

averiguar qual é sua estrutura, modos de funcionamento e quais são seus impasses, possibilidades e sua efetividade. Acreditamos que esta investigação possibilitará subsidiar diferentes profissionais dos estabelecimentos de Educação Agrícola que funcionam em regime de internato. Desejamos finalmente contribuir com a formulação de propostas para o equacionamento das questões problemáticas que viermos a encontrar nessa pesquisa.

A Redução de Danos no contexto das Penas Alternativas

Amanda da Costa Mattos, Rafael Vinícius Lopes Ito

O presente estudo buscou caracterizar, a questão dos apenados pelo art. 28 da Lei de Drogas, participantes do Programa SAIBA do Patronato Penitenciário de Londrina, a utilização da estratégia de redução de danos no contexto de uma pena alternativa. Trata-se de um projeto de pesquisa, caracterizada como pesquisa participante, pois acompanhou toda a realização de um grupo. Em um primeiro momento foi realizado um recorte teórico sobre o percurso das drogas, para historicizar os saberes da psi frente às práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos, afim de produzir um conhecimento inicial acerca da temática. Posteriormente foi realizado um projeto que foi aplicado no decorrer de sete encontros, e por fim foi realizada uma síntese semiestruturada, com intuito de levantar a compreensão do grupo sobre a utilização da estratégia de redução de danos para o cumprimento de uma determinação judicial. No decorrer do trabalho, abordou-se o papel social das drogas, a imagem do usuário, o desenvolvimento das leis que normatizam a questão até os dias atuais, e a estratégia de redução de danos; também foi levantado o perfil dos participantes do grupo. Em análise a seguinte produção corrobora com os autores citados, contemplando o objetivo de compreender outras possibilidades de intervenções sobre sob o enfoque da Psicologia Social. A síntese final aponta para a importância da implementação de ações diferenciadas para com os usuários de drogas, que atendam as reais demandas da contemporaneidade. Demonstra ainda que a redução de danos apesar do contexto penal se mostra eficiente diante de seus objetivos, que é o de incitar a reflexão do usuário sobre sua relação com a droga.

Arquivo Cezar Rodrigues Campos: registros militantes

Marcela Alves de Abreu, Hernani Luis Chevreux Oliveira Coelho Dias, Maria Stella Brandão Goulart, Áquila Bruno Miranda

O tema da pesquisa concluída a ser apresentada é o processo de construção da história da Reforma Psiquiátrica nas décadas de 60, 70, 80 e 90 do século XX em Minas Gerais. Trata-se

de uma investigação que contou com o financiamento da FAPEMIG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. Seu objetivo geral foi o de resgatar esta história através do estudo da trajetória profissional do psiquiatra, gestor público e militante da luta antimanicomial, Cezar Rodrigues Campos. O estudo desenvolvido se insere no domínio da história das instituições de saúde mental e na dimensão da História Social. Identificamos e analisamos a trajetória institucional e as iniciativas técnicas, políticas e sociais de Campos, a partir de pesquisa documental, tomando como fontes primárias o conjunto de documentos que integram acervo doado pela família e instalado na Universidade Federal de Minas Gerais. Este acervo foi organizado, recuperado e analisado. Configuraram-se um conjunto de 1216 documentos, que sustentam a construção de uma cronologia do psiquiatra em questão. São certificados, currículos, atas de reuniões, anais de congressos, prospectos de eventos, reportagens, fotografias familiares e de eventos, cartas, contratos, memorandos, anteprojetos, anúncios, artigos, aulas, bilhetes, contratos, cronogramas, declarações, demonstrativos, despachos, dissertações, emenda de projetos, ensaios, entrevistas, faturas, fichas de leitura, informativos, listas de diversas naturezas, notas fiscal, notícias, ofícios, orçamentos, organogramas, panfletos, planilhas de avaliação, programas, programações, projetos, recibos, relatórios, requerimentos, resenhas, teses, dentre outros. O exame da cronologia remete à necessidade de estudo dos acontecimentos entre os anos de 1968 e 1972; a realização dos três primeiros congressos mineiros de psiquiatria e a fim da FEAP e consolidação da FHEMIG, como sequências que podem elucidar as rupturas e contradições da história mineira que viabilizaram os diálogos interdisciplinares e as cisões no campo da psiquiatria. Identificamos, no acervo, texto de F. Basaglia e outros artigos de grande relevância e novas associações do mundo psi a serem investigadas. A principal discussão a ser compartilhada neste momento é, no entanto, a riqueza da conquista metodológica que se consolidou no traquejo com os documentos, em busca de sua natureza e contribuições. Em nosso cotidiano de trabalho estávamos imersos nas técnicas da arquivística, mas no um a um dos documentos vimos que esse trabalho ia além de instrumentos de classificação. Desenhou-se em meio às folhas e papéis o gestor, médico, docente, militante, a figura desse importante homem que costurava os pontos da história, delineando a Reforma Psiquiátrica brasileira, cujos frutos são os serviços que compõem a rede de serviços destinados à Saúde Mental, de Belo Horizonte. A subjetividade de cada documento nós permitiu encontrar um trabalho singular de construção de vida, vivencias e historia, permitindo a reconstrução do passado. E agora temos para nós que a grande

proporção desse acervo, contribuiu para reconstruir a história desse sujeito que, de fato, vai além do papel e da poeira.

Avaliação do grau de independência nas atividades básicas e instrumentais da vida diária de idosos institucionalizados

Nilmair Ignácio Gomes, Bárbara Santana da Silva, Priscila Stocco, Vanusa Barbosa Rodrigues, Janis do Prado

O presente trabalho trata de uma pesquisa realizada recentemente em uma instituição de longa permanência para idosos, em uma cidade de grande porte do interior do Estado de Mato Grosso, que atualmente atende à 67 idosos. Tal pesquisa foi requisitada ao curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) pelo Ministério Público (MP) da referida cidade afim de avaliar quantos idosos com capacidade de serem atendidos em instituições na modalidade 'não-asilar' (conforme previsto no Decreto 1.948 de 1996), continuam sendo assistidos pelos asilos de velhos. Conforme a literatura especializada a institucionalização desencadeia diversas perdas ao indivíduo, decorrentes do estilo de vida nos asilos, permeado pela padronização; desterritorialização; reclusão; disciplina; ostracismo; passividade, etc. Mudanças radicais de hábitos de uma vida civil comum; o afastamento dos espaços indiferenciados do mundo e da convivência familiar, social e comunitária, aliados ao excesso de tutela e cuidados torna o velho institucionalizado cada vez mais dependente e fragilizado em todos os aspectos da vida. As perguntas foram dirigidas diretamente aos asilados (salvo em casos de impossibilidade de comunicação, quando foi solicitado o auxílio de enfermeiros e cuidadores) e foram aplicadas duas escalas, amplamente utilizadas pela literatura nacional e internacional. A primeira delas, o 'Índex de Independência nas Atividades Básicas de Vida Diária' (ABVDs), desenvolvido por Sidney Katz, utilizado para mensurar a capacidade para realização de atividades cotidianas e comezinhas que exigem autonomia física. A segunda, o 'Índex de Atividades Instrumentais de Vida Diária' (AIVDs), de Lowton&Brody, que focaliza mais nas habilidades sociais dos longevos, avaliando assim sua capacidade de viver em sociedade. Enquanto originalmente as escalas citadas categorizam os idosos em graus de dependência e independência, a presente pesquisa busca assinalar em quais aspectos a dependência é mais acentuada (fisicamente ou socialmente) por meio da ligação entre as duas escalas. Assim chegamos ao que denominamos de 'Índex Geral', com as seguintes categorias: 'totalmente independente' (A), para aqueles que obtiveram a classificação de independente nas duas escalas; 'dependente social' (B), para os idosos que tiveram classificação de

moderadamente dependente ou dependente nas AIVDs; 'dependente físico' (C) que incluiu os residentes com pontuação de moderadamente dependente ou dependente nas ABVDs; e 'totalmente dependente' (D) com a parcela considerada dependente nas duas escalas. Com a correlação entre os resultados das escalas de Katz e Lowton&Brody, pode-se concluir que 21% dos entrevistados são independentes para realizar ABVD e AIVD, sendo predominante o sexo masculino. Os dependentes totais, aqueles sem condições de realizar as atividades básicas diariamente, somaram 54%, de forma que 22 são idosos do sexo masculino e 14 do sexo feminino. Ainda obteve-se, conforme a classificação admitida, 24% dos longevos como dependentes sociais, aqueles que necessitam de auxílio apenas para efetuar atividades sociais, sendo 11 do sexo masculino, e somente 1% classificado como dependente físico. A análise dos dados confirma a existência de asilares independentes para diversas atividades e ainda traz a tona o fato que, quase metade dos idosos residentes na instituição analisada poderiam ser atendidos em residências assistidas, em república para idosos ou ainda serem contemplados com programas habitacionais conforme prevê a legislação do idoso.

Grupo focal como técnica de intervenção comunitária em abrigo para menores

Felipe Moretti, Janaina Santana dos Santos

O trabalho que iremos apresentar consiste em um relato de experiência sobre a atividade de estágio desenvolvida para a comunidade de um abrigo feminino de adolescentes da cidade de Dourados – MS. Promovemos reuniões de grupo focal semanalmente, com duas horas de duração cada, com o objetivo de proporcionar uma intervenção dentro do contexto em que as abrigadas estão inseridas, bem como promover uma interação saudável entre os membros, priorizando a autoconscientização individual e grupal, através das externalizações dos conflitos. Tendo em vista os objetivos do estágio, de aprimoramento da escuta e interpretação dos discursos e atitudes, focamos nossa atenção para a prática da pesquisa qualitativa, como meio de intervenção, cujo intuito pautou-se no conhecimento acerca dos acontecimentos, e assuntos que envolvem a vida das meninas do abrigo. A instituição consiste em uma casa que comporta em torno de oito meninas, entre 12 a 17 anos. No entanto, é importante esclarecermos que há meninas que permaneceram no abrigo durante todo o tempo que estivemos lá, enquanto outras estiveram somente de passagem. Esse fluxo nos fez questionar sobre a qualidade dos vínculos existentes dentro deste contexto, e de que forma essas relações marcam a identidade do grupo. É de se considerar o estado de abrigamento como uma situação que por si só já fere um direito primordial do ser humano, o de ter uma família e conviver em seu seio, porém é uma medida

necessária para a garantia de outros direitos igualmente imprescindíveis, a fim de que este jovem se desenvolva da melhor forma. Pela situação de abrigamento demandar certo cuidado com seus abrigados, e por estas estarem vivenciando a adolescência - com toda a demanda que cerca este período - se julgou relevante o desenvolvimento de tal trabalho. Para nossa orientação teórica realizamos o trabalho a luz da psicologia social, utilizando como método de pesquisa qualitativa, o grupo focal, que consiste em proporcionar momentos de escuta sobre discussões e reflexões acerca dos temas sugeridos e daqueles surgidos no decorrer das conversas. A pesquisa qualitativa tem como objetivo obter informações subentendidas, verificáveis somente por meio da pesquisa profunda acerca dos fenômenos, justamente por proporcionar um conhecimento mais aprofundado e subjetivo dos sujeitos a serem trabalhados. Pode-se obter a pesquisa qualitativa por meio da observação, registro e análise dos dados verificados. Já a técnica do Grupo Focal consiste em pequenos grupos de pessoas reunidos com um objetivo especifico a ser problematizado e resolvido. Constando que o cerne da dinâmica grupal vem a ser identificar percepções, afetos, comportamentos e pensamentos das pessoas envolvidas a respeito de um assunto específico. Acredita-se que o grupo focal, sendo uma psicoterapia breve, conseguiu atingir objetivos básicos, cuja principal finalidade foi estabelecer um contato maior e diferente entre as adolescentes, em que elas pudessem se conhecer em um nível mais amplo, aprendendo umas com as outras, refletindo sobre assuntos reprimidos assim como desabafando sentimentos e emoções difíceis, trabalhando no sentido de, ressignificar estes sentimentos de dor e sofrimento, e principalmente melhorar o convívio entre elas. Além disto, buscamos aprimorar nossa escuta, treinando a capacidade de refletir sobre os discursos, aprendendo a lidar com novos assuntos e demandas e construindo nosso caminho de aprendizagem como futuros psicólogos. Diante de tudo que vivenciamos no convívio com as internas, diante da apreensão se a dinâmica “daria certo”, da insegurança se estaríamos realmente representando o papel de psicólogos, se saberíamos reagir de forma adequada diante de um tema difícil, o que de fato ocorreu, já que abandono, perda, violência doméstica e sexual, raiva, sentimento de inferioridade, rancor, solidão, permearam muitas e muitas vezes as sessões. Da preocupação de como lidar com as possíveis transferências, com as prováveis “sabotagens” dentro do grupo, aprender a lidar com as expectativas e frustrações. Praticar e praticar a Epoché, que parece tão simples, mas que no contado direto com os outros descobrimos que não; que é um desafio árduo, provavelmente uns dos mais difíceis e constantes nessa empreitada de se fazer psicólogo. Perante o receio de não conseguir resolver os problemas emergentes - como se coubesse a nós, e não ao grupo resolvê-los talvez, o maior aprendizado foi descobrir, aos pouco, que nossa

função é proporcionar o espaço para que os conflitos, medos, angústias sejam explicitados e possibilitar espaços para que os indizíveis sejam ditos.

Mulheres no cárcere: clínica, corpo e devir arte

Gabriela Pinheiro Soares, Antonio Vladimir Félix-Silva, Martha Emanuela Soares da Silva Figueiró

Este trabalho parte de uma experiência de estágio e pesquisa intervenção, em um presídio feminino na Cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte - Brasil, e objetiva compreender os modos de viver e reinventar-se das mulheres presas. Trata-se de um trabalho cartográfico, no qual se articula corpo, arte e clínica. O poema "prisão" de Cecília Meireles nos apresenta uma cidade onde quatro, quarenta, quatrocentas, quatro mil, quiçá quatro milhões de mulheres, estão presas: presas em celas de fogo, em celas de ferro, em celas sem fogo e sem ferro, só dor e silêncio, presas por amor, por ódio, por orgulho, por desprezo... Tal qual a imagem das mulheres retratadas no poema, nas cidades dos cinco continentes, tanto as mulheres que vivem em "liberdade" como as presas, cada uma a sua maneira, luta cotidianamente para reinventar-se em um corpo e produzir diferentes modos de viver. Presas não somente pelas grades dos presídios, duros ferros e altos muros, tampouco pela disciplina no controle dos corpos, nem pelo conta-gotas dos dias, pelo arrastar-se das horas e o encolher-se no espaço; nada aprisiona mais as mulheres que a prisão do passado, a prisão do presente e a prisão do futuro: histórias, sonhos e dores descartados e desmanchados no ar, líquidas, pelo também líquido capitalismo planetário integrado. Sem futuro, passado ou presente, essas mulheres flutuam em prisões giratórias, presas em delírios, na sombra, presas por outros e por si mesmas, tão presas que quase chegamos a crer que jamais se soltarão. Entretanto, mesmo com todo aprisionamento, com todas as capturas e prisões, as mulheres conseguem devir. Através de oficinas com filmes, teatro, poesia, rodas de conversa e círculo de cultura, construímos com as mulheres presas narrativas sobre suas vidas; estas muitas vezes se repetiam – narrativas de sofrimento, de relações de dominação – porém também narrativas de diferença, expressas no devir sensibilidade, devir criança, devir artista, devir amante. Através dessas narrativas desviantes, percebemos que, mesmo diante da captura dos corpos das mulheres nas duras malhas dos valores e dos modos de vida capitalistas, furinhos microscópicos, moleculares, vão se produzindo nessa dura malha, na desatenção dos guardiões capitalistas que logo (e outra, outra, outra vez) capturam com antigos – na roupagem de novos – modos de subjetivação assujeitados, capitalizados. O trabalho se articula com o eixo gênero, sexualidades e intersecções, na medida

em que aborda o território de existência das mulheres presas, território este que se constrói através da cartografia de seus corpos marcados por estas relações de poder desiguais e, paradoxalmente, por um território existencial metaforicamente movediço, capaz de reconfigurar-se, construindo outros espaços, traçados e afetos. Os resultados deste trabalho são expressos através do devir sensibilidade das mulheres presas no cuidado com as outras, na troca de palavras de afeto, na experimentação de outras formas de relação com o corpo e com a sexualidade. São expressas, sobretudo, quando conseguem devir artistas na vida, produzindo relação de beleza com o mundo e com os outros, quando conseguem pensar outros modos de vida que rompam, mesmo minimamente, molecularmente, com os duros modos de vida capitalistas. Devir criança no lúdico, no riso – mesmo quando a regra na prisão é calar-se, entristecer-se, resignar-se – devir amante como quem ama desejantemente, afetivamente, não o amor aprisionante, explorador, parasitário dos românticos modos de produção vigentes. Essas narrativas desviantes, eram devires, eram acasos, eram imprevistos – que se produziam no e pelo território existencial potencialmente movediço – eram alegrias, que, tal como nos lembra Roberto Freire (1990), não se produzem a toda hora, não se dão sempre da mesma forma, com a mesma intensidade. Freire nos chama atenção para o fato de que a alegria não é um estado, porém uma sensação, e, como tal, é por natureza instável, furtiva, fluída, como acontecem com as coisas que não existem por si mesmas, mas que dependem da relação imanente com o outro, com o outro lado da mesma coisa. Pensando com Freire, essas rupturas alegres, essas contravenções desejantes, só aconteciam porque se davam ao acaso, no imprevisto, na relação de afeto com o outro. Os nossos encontros com as mulheres, mais do que encontros de corpos, eram encontros de potência desejantes, potência desejante dessas narrativas desviantes, desses devires, da produção de acontecimento. Acontecimento que, para Deleuze (2012), é uma vibração, tal como uma onda sonora, uma onda luminosa, que se propaga, que se estende convergindo para limites. Acontecimentos que são intensões, intensidades que podem ser produzidas no encontro com uma história, com um personagem, com uma música, com uma palavra, com uma cor, com um toque. É o que o presente trabalho propõe apresentar, pensando como nós, Psicólogos, podemos contribuir para construir essa clínica dos acontecimentos, rompendo com os especialismos e lutando dar voz e – por não, liberdade – a essas mulheres presas nas celas de ferro, nas celas de fogo, nas celas esquecidas nos porões da história.

Mulheres presas: experiências de gênero, opressão e liberdade

Daniela Tiffany Prado de Carvalho

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise, a partir da revisão teórica que compõe a minha pesquisa de mestrado em Psicologia Social, das concepções que nortearam a terapêutica penal a qual foram submetidas as mulheres consideradas como desviantes e criminosas desde o século XIX, bem como a influência da escola positivista e de congregações religiosas na formulação e implantação da política penal que foi adotada para as presas neste país. A escola positivista criminológica que teve como expoente Cesare Lombroso (1893), influenciou importantes penitenciaristas brasileiros, que a partir das explicações biológicas e psiquiátricas, definiram um modelo de tratamento penal com ênfase na disciplina e higienização dos corpos para as mulheres consideradas como desencaminhadas do padrão sexual normal, de modo que se comportassem como mulheres honestas e castas. Sob a administração de religiosas, os primeiros estabelecimentos prisionais femininos no Brasil também preconizavam a recuperação moral das presas a partir do trabalho, amor à família, discrição, oração e caridade. A psicologia também contribuiu substancialmente para o projeto de recuperação destas mulheres, ao classificá-las a partir de critérios nosológicos e/ou criminológicos, prescrevendo tratamentos padronizados que desconsideravam a existência de uma seletividade penal que historicamente elege determinados estereótipos femininos como mais propensos à prática de condutas criminosas. Entretanto, por representar menos de 10% da população prisional do país, o aprisionamento de mulheres e a participação destas na criminalidade é recorrentemente analisada pelo viés do exotismo, como se esta vinculação fosse 'antinatural', carecendo de explicações que vão do economicismo à moralidade, onde a miséria, a dependência química, a parceria amorosa, a sexualidade exacerbada, a falta de caráter e/ou a perversidade aparecem como as justificativas possíveis para a carreira criminosa feminina. Estudos realizados nas áreas do Direito, Sociologia, Serviço Social, Saúde Pública e Psicologia, tais como: Lemgruber (1983), Constantino (2001), Barbara Musumeci e Iara Igelfritz (2002) Lima (2006), Faria (2007), Abramovay & Cunha (2010), e Pandovani (2010), dentre outros, apresentam as suas perspectivas sobre a participação das mulheres brasileiras como autoras de violências e atos criminosos, enfocando, sobretudo, o que há de peculiar no universo prisional feminino, como a gestação e o nascimento dos filhos enquanto as mães cumprem a pena. As características sócio-demográficas que geralmente caracterizam a população prisional feminina brasileira (mulheres, jovens, não-brancas, com ensino fundamental incompleto e baixo status social e/ou econômico) são apresentadas como mais uma forma de classificar estas mulheres, criando um perfil naturalizado da criminosa. Ao mesmo tempo em que a participação no crime e o encarceramento são tidos como fatores atípicos para A Mulher, o espaço da prisão parece ser

concebido como um espaço propício para abrigar habitualmente determinados tipos de mulheres. E para estas, de acordo com Angiotti (2012), será prescrito uma terapêutica penal que operará em consonância com um "Dever Ser" que buscará a recomposição moral das presas, a fim de que elas possam abandonar posturas consideradas como impróprias para o feminino e adquiram um temperamento próprio que seria mais apropriado para a mulher/mãe/esposa/cuidadora. O modelo prescrito pauta-se em uma suposta natureza feminina que seria essencialmente passiva e emocional. Entretanto, as Teorias Feministas questionam este essencialismo biológico que caracterizaria a fêmea em contraposição ao macho da espécie humana e explicitam que o gênero é uma construção social, resultante de complexos processos culturais e políticos, que constituem homens e mulheres. Tais proposições, além de denunciar as opressões sexistas, reivindicam o reconhecimento de hierarquizações entre grupos de mulheres sustentadas por parâmetros universalizantes, normativos e prescritivos sobre este "Dever Ser" mulher. Consequentemente, para muitas daquelas que ficaram às margens dos padrões estabelecidos, a prisão emergiu como o último recurso de controle e correção. De acordo com a criminologia critica feminista, o controle penal é, portanto, uma instância suprema para a correção de condutas que não foram devidamente reguladas pela família, escola e pelos os outros mecanismos informais que operam socialmente reproduzindo as diferenças de gênero e reforçando as estruturas sociais discriminatórias contra a mulher. Entretanto, a partir da minha inserção em um estabelecimento prisional feminino em decorrência de minha prática profissional e posteriormente para a realização desta pesquisa, pude observar experiências de liberdade que são expressam quando elas dançam funk, transam entre si, falam com orgulho de seus feitos, choram, brigam, tatuam seus amores no corpo com carga de caneta e se expressam através de afeto, revoltas e poesia. Em uma instituição prisional, privadas do direito de ir e vir, para além de toda opressão, controle e prescrições, as mulheres presas recriam a si mesmas e reconfiguram o sentido da liberdade. A realização desta pesquisa é uma possibilidade de adentrar em um espaço restrito em que mulheres cumprem suas penas, compreendendo o que é vivido e produzido neste contexto, com o intuito de contribuir para a produção de conhecimento sobre o tema e refletir sobre a atuação do profissional da psicologia como no âmbito da política de segurança pública

Oficinas Temáticas com adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: alcances e limites

Dayane Silva Rodrigues

Trata-se de um relato crítico de experiência acerca do projeto "Oficinas Temáticas com Adolescentes", desenvolvido pela Unidade Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Recanto das Emas, vinculada à Secretaria de Estado da Criança do Governo do Distrito Federal. O objetivo do relato é levantar questões sobre os alcances e limites de metodologias de trabalho grupais como ferramentas de atuação psicossocial, junto a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. A proposta das Oficinas Temáticas ancora-se teórico-epistemologicamente na Psicologia Histórico-Cultural, criada por Vygotsky, e na Filosofia da Linguagem, defendida por Bakhtin. A partir de tais bases, destacamos a importância das situações de interação social entre adolescentes que cumprem medidas em meio aberto e os mais diversos atores e instituições no processo pedagógico a que estão submetidos. Tais interações são concebidas como um espaço simbólico gerador de conhecimentos, de apropriação de significados e de construção de subjetividades; por conseguinte, como promotoras de aprendizagens que impulsionam o desenvolvimento. De acordo com Bakhtin (1992), "o território de cada um de nós não é soberano, ser significa ser para o outro e, por meio do outro, para si próprio. É com o olhar do outro que comunico com meu interior" (p.39). Já em Vygotsky (1991), vemos a defesa da tese de que o desenvolvimento é um fenômeno interpsicológico, que ocorre somente por meio da interação, gerando construções intrapsicológicas. Dessa forma, todo conhecimento só pode ser produzido pela interação, sendo assim uma prática fundamentalmente social, mediada pelo outro e pela palavra. Tais filiações teórico-epistemológicas trazem algumas implicações importantes para o trabalho socioeducativo. Uma delas é que o processo de responsabilização do adolescente está intimamente relacionado com a construção de ressignificações, revalorações e com a produção do conhecimento em um sentido mais amplo. A visão de mundo do adolescente emerge, portanto, das mais variadas interações sociais, as quais propiciam as trocas de significados e sentidos em transformação, ambos produzidos culturalmente, fruto de suas relações com diferentes atores, sejam esses, a mídia, a comunidade, a família, os amigos. Desta feita, a desmontagem de uma cultura de infração e violência passa, necessariamente, pelo fomento de trocas simbólicas geradoras de processos de reflexão. Por esse motivo, nas Oficinas Temáticas, apostamos na utilização de metodologias grupais participativas, que privilegiem processos de construção compartilhada do conhecimento, nos quais o adolescente, facilitado por outro adolescente ou pelo profissional, possa expor suas ideias e construir sentidos, de forma lúdica, repensando suas crenças e posturas e redimensionando suas possibilidades de atuação. Face ao exposto, a equipe da UAMA Recanto das Emas, tem utilizado as oficinas como estratégia,

principalmente, para a emergência de saídas construídas coletivamente para questões e desafios que atravessam a adolescência, por meio de debates, proposição de tarefas executadas em grupo, exposições dialogadas, passeios, participação de convidados, jogos cooperativos, discussão de vídeos, entre outras estratégias. Como elementos positivos do trabalho nas oficinas, destacamos seu potencial de estimular os adolescentes a refletirem sobre a sociedade, a sua estrutura, as situações cotidianas, desenvolvendo o senso crítico, além de instiga-los a pensar sobre como suas ações podem transformar as realidades e contextos. Por outro lado, diante das peculiaridades desse público e do desafio histórico da Psicologia em propor metodologias coletivas de trabalho, rompendo com a lógica de atendimento exclusivamente individual, algumas problemáticas são encontradas. Dentre essas, destacamos as seguintes: o risco do encontro entre adolescentes rivais, que constantemente estão em "guerra" pela disputa de territórios; a imposição e obrigatoriedade da presença nas atividades propostas pela equipe, que gera sentimento de insatisfação e boicote ao sucesso da ação; a dificuldade em criar e inovar constantemente as estratégias empregadas nas oficinas, de modo que despertem o interesse de participação dos adolescentes. No campo ideológico e teórico, há ainda o entendimento pré-concebido e bastante disseminado no senso comum da "má influência", em que o contato entre esses adolescentes ensejaria a prática de novos atos infracionais, já que um contaminaria o outro com ideias de transgressão. Tais ideias encontram respaldo científico nas teorias que enfatizam a negatividade exercida pelos pares, na coação do adolescente para agir em conformidade com as regras e valores transgressores do seu grupo. Diante de tais impasses, surgem importantes questões: o contato entre adolescentes que cumprem medidas teria alguma potencialidade ou produziria apenas consequências negativas em seu comportamento? A interação grupal desses adolescentes pode agenciar o rompimento com a trajetória infracional? Como trabalhar com adolescentes que cumprem medida de Liberdade Assistida de modo grupal? Dentre as discussões teóricas importantes, que são desencadeadas por esse relato estão: as dificuldades metodológicas do trabalho socioeducativo em meio aberto; a incorporação da Lei nº 12.594/2012, que regulamentou o Sistema Nacional Socioeducativo; a importância dos trabalhos grupais com adolescentes, os modos de produção de interações e significações com esse público e as estratégias de mediação que podem construir subjetividade. Relaciona-se com o eixo temático Assistência Social.

Os Direitos Humanos no Brasil: casos de violação de direitos junto à Anistia Internacional

Cássia Maria Rosato

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que analisou os casos brasileiros da Anistia Internacional que integraram suas "ações urgentes". Trata-se de um dos principais instrumentos da ONG para dar visibilidade a graves violações de direitos em todo o mundo. As ações urgentes da Anistia Internacional se referem à casos reais de pessoas que estão passando por sérias violações de direitos e que exigem proteção imediata. Tornando-se uma ação urgente, todos os ativistas em nível mundial tomam conhecimento do caso e solicitam providências às autoridades responsáveis, através de cartas, e-mails ou fax. O estudo realizou um levantamento de todos os casos brasileiros junto à Anistia Internacional, no período de 2009 a 2010. Posteriormente, buscou-se informações junto às instituições responsáveis para efetivar uma análise dos casos, quais foram as principais dificuldades encontradas e os desdobramentos a partir da denúncia feita pela Anistia Internacional. No total, foram identificados 14 casos, de diferentes Estados brasileiros e em distintas temáticas. De um modo geral, as violações decorrem de conflitos indígenas, disputa territorial na cidade e no campo, desocupações forçadas em decorrência dos megaeventos, violência policial e atuação de milícias. A partir desse mapeamento, estabeleceu-se contato com instituições governamentais e não-governamentais responsáveis pelos casos para colher mais informações. Foi possível obter dados de 5 dentre os 14 casos inicialmente identificados. Do ponto de vista metodológico, foram adotadas duas técnicas de coleta, a depender da disponibilidade da instituição e/ou de seus responsáveis. Uma opção foi o envio de um questionário semiestruturado para ser respondido e encaminhado por e-mail ou uma entrevista telefônica realizada com algum representante da instituição. Os casos têm origem no Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo, evidenciando uma diversidade regional no que diz respeito às violações. O caso do Mato Grosso do Sul apresenta um conflito indígena que, na realidade, é vivenciado por muitas comunidades que ainda não têm suas terras demarcadas. Muitos líderes que passam a reivindicar seus direitos passam a ser perseguidos. O mesmo ocorreu também com o caso oriundo da Paraíba; uma das lideranças dos trabalhadores sem terra teve sua casa invadida por dez homens fortemente armados que praticaram diversos crimes com o líder e sua família. Já o Rio de Janeiro teve dois casos analisados pela presente pesquisa. O primeiro deles se refere ao então deputado estadual Marcelo Freixo que, após presidir uma comissão

parlamentária de inquérito sobre a atuação das milícias no Estado, passou a sofrer graves ameaças de morte. O segundo caso carioca diz respeito ao presidente de uma associação de pescadores que, ao questionar a construção de um oleoduto numa cidade do Estado do Rio de Janeiro, também passou a sofrer represálias. Por fim, o caso de São Paulo tratou do desalojamento forçado de 400 famílias de um antigo prédio no centro da capital paulista. As principais conclusões da pesquisa estão relacionadas a existência de um processo de criminalização de pessoas e grupos que defendem e reivindicam direitos humanos, à omissão estatal no que se refere à garantia de direitos e à importância da sociedade civil organizada para visibilizar e exercer pressão política para mudar tais condições. São casos complexos que podem operar como analisadores de uma certa lógica de funcionamento, exigindo, portanto, distintos níveis de análise. A Psicologia Social contribui na compreensão de como determinadas subjetividades se constituem nesse complexo cenário de violência e disputas de poder. Entende-se que o presente trabalho situa-se no eixo temático "Estado, Democracia e Movimentos Sociais", pois propõe um debate sobre o lugar do Estado no campo dos Direitos Humanos, ao mesmo tempo em que questiona nossa atual democracia a partir dos graves casos de violação investigados. Os movimentos sociais, nesse estudo representado pela Anistia Internacional, inovam na medida em que exercem pressão política para que uma certa conjuntura seja alterada. Avalia-se que tal proposta pode dialogar com diferentes GTs. Uma primeira opção seria o GT "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", na medida em que os casos denunciados pela Anistia Internacional expressam uma certa lógica de funcionamento político e institucional no Brasil e descrevem como um país viola sistematicamente os direitos de seus cidadãos. Ao mesmo tempo, também é possível reconhecer como essas violações constituem a subjetividade dos diferentes grupos vulneráveis. Os casos investigados revelam como o Estado não é neutro e está a serviço de determinados grupos da sociedade, violando e criminalizando segmentos populacionais vulnerabilizados. Uma segunda opção de GT seria "Movimentos sociais e Estado brasileiro", tendo em vista a relação Estado – sociedade civil que permeia todo o campo de luta por direitos.

Os sentidos atribuídos à juventude, violência e justiça por jovens em Liberdade Assistida em São Paulo/SP

Larissa Nóbrega Delgado

Esse trabalho consiste no resultado de uma pesquisa de Mestrado em Psicologia Social. A proposta foi questionar o nível de percepção de jovens em cumprimento de Medida

Socioeducativa de Liberdade Assistida quanto às relações sociais que implicam em sua condição. Também procurou analisar se as relações de não reconhecimento e não redistribuição de bens materiais perpassam essa percepção. A discussão dessas relações se fundamentou nas teorias de Axel Honneth e Nancy Fraser. Para responder a essas questões, o objetivo da pesquisa consistiu em compreender os sentidos atribuídos à juventude, à violência e à justiça por jovens na referida condição. A metodologia utilizada foi entrevistas semiestruturadas, grupos de produção de fanzines e observações em diário de campo. Participaram 14 jovens, de 15 a 18 anos, moradores de distritos da periferia de São Paulo/SP. A questão de pesquisa foi motivada pela experiência da pesquisadora como técnica em um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE/MA), complementada pelas discussões em torno da temática do jovem na condição de "conflito com a lei". Essas discussões buscaram seguir orientações teóricas críticas, que desnaturalizassem a associação entre a juventude, a pobreza e a violência. Para tanto, se procurou compreender o que motiva essa associação, tendo como pressuposto o fato de que apesar de a maioria apreendida ser de jovens de bairros das periferias da cidade, não é exclusivamente a pobreza que leva esses garotos a serem inseridos em medidas socioeducativas como resultado dos seus atos infracionais. Mas que residir em bairros em que as desigualdades sociais e a omissão do Estado definem o cotidiano, implica em uma situação de vulnerabilidade social, o que facilita a criminalização desse grupo social. Vários setores da sociedade contribuem para esse quadro: a Justiça, o Estado e a polícia, além da mídia, que transforma os atos públicos em mercadoria, dramatizando as situações de violência e criando representações no imaginário social. Esse cenário criado leva a uma reação de temor e insegurança por parte da sociedade, o que termina por justificar a violência policial para determinados grupos sociais. Para a análise dos dados, foram identificadas três categorias de análise: juventude, violência e justiça. O desejo de consumo, associado a uma "vida de patrão" (sic) foi referência para a vivência da juventude. Interpretamos esse desejo como uma busca por respeito e estima dentro dos seus grupos de convivência. Os sentidos sobre violência foram bastante diversificados e implicaram na autopercepção deles como agentes de violência. Para alguns, violência significou diretamente uma agressão física. O ato infracional apareceu nas falas desses como não sendo uma violência por não ter havido agressão física; sendo violência por ter havido agressão física e, por fim, não significando incialmente como violência, passando a afirmá-lo enquanto tal por concluir que para haver violência não precisa haver agressão física. Também houve jovens para quem um ato para ser uma violência, não precisa haver agressão. A autopercepção deles em um contexto de violência foi, majoritariamente, a de agressores. Em relação à violência sofrida, a

causada pela ação policial foi a mais expressiva nas falas, embora, na maioria das vezes, não fazendo referência a uma situação de violência. Os jovens mostraram saber da violação de seus direitos, mas as falas apresentam um sentimento de impotência. Não houve referência à percepção do motivo pelo qual os direitos são violados. Na análise da categoria Justiça, consideramos que não há uma menção à percepção em termos cognitivos das condições de injustiça, seja nas relações jurídicas às quais estão submetidos, seja nas vivências do cotidiano. Entretanto, a presença do sentimento de indignação mostra que não há uma total naturalização por parte desses jovens em relação às situações de desrespeito. Esse sentimento marca as relações de não reconhecimento. No caso das relações de não redistribuição, essas se mostraram mais notáveis nas conversas informais durante as produções de fanzines. Essas falas não parecem possuir o sentimento de indignação, mas de naturalização das diferenças de renda e possibilidades de planejamento de futuro. Considera-se, por fim, que as relações de não redistribuição apareceram nas falas dos jovens de forma mais naturalizada do que as de não reconhecimento. A discussão que esse trabalho traz se enquadra no eixo "Estado, democracia e movimentos sociais", pois considerar que a atuação do psicólogo nas medidas socioeducativas deve contribuir no desenvolvimento de uma reflexão crítica por parte dos jovens, visando a garantia de seus direitos. Essa pesquisa conclui que esse processo pode ser desenvolvido através de uma associação entre a atuação nas medidas socioeducativas e movimentos sociais da região abrangente. Ainda por essa questão, o GT 9, "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", se relaciona com a pesquisa apresentada, como também por pretender tratar de temas que essa aborda, como a criminalização de determinados grupos juvenis, a atuação policial e as formas como a violência é percebida por setores da sociedade.

Reflexões sobre geradores do conflito com a lei a partir da Gestalt-terapia e sua epistemologia

Lusmar Roosevelt Passos Ibiapina

O presente trabalho surgiu a partir da inserção na comunidade do Lagamar, onde foram realizadas atividades de extensão do projeto "LagamARTE: Consciência através da arte" do Laboratório de Estudos sobre a Consciência (LESC-Psi), vinculado à Universidade Federal do Ceará. O trabalho pretende levar uma reflexão, a partir do contexto do Lagamar, acerca de possíveis geradores do conflito com a lei entre as crianças. Visualizamos uma grande importância social para o trabalho, pois objetivamos o fortalecimento da discussão sobre os aspectos (superficiais e estruturais) relacionados à infância e o conflito com a lei, buscando

assim propor futuramente modelos de trabalho com este público visando a inserção social consciente e a promoção de cidadania, ou seja, a emancipação humana. Para tanto nos utilizaremos fundamentos da Gestalt-Terapia embasados epistemologicamente principalmente pela fenomenologia gestaltificativa proposta por Afonso Fonseca e conceitos nietzschiano de dionisíaco e apolíneo. Fonseca traz sua noção de antropologia filosófica baseada em modos naturais e organísmicos atualizantes e não atualizantes. Esta parte da teoria fonsequiana é bastante baseada em conceitos nietzschianos, conceitos de apolíneo o dionisíaco. Estes conceitos que fazem parte do nascimento da tragédia, denotam também dois modos de viver, das quais modo apolíneo seria o modo da forma, ou seja, o modo da unicidade, do perfeito, do padronizado. Enquanto o modo de viver dionisíaco denotaria o modo múltiplo, o modo do complexo, o modo do imperfeito. Já tomando destes conceitos epistemológicos que embasam a prática e reflexão em Gestat-Terapia formaremos a visão acerca da problemática do conflito com a lei levando em conta principalmente a questão do contato, da vivência. Através da observação participante, foram observadas cerca de trinta (30) crianças do Ponto de Cultura, projeto realizado na Fundação Marcos de Bruin no Lagamar, que consistia em grupos onde as crianças praticavam teatro, percussão e violão. As observações foram feitas de forma direta, nos grupos, e também de forma indireta, através de relatos dos facilitadores dos grupos, durante o ano de 2012. Foi então observado que os estigmas surgem como opressor e supressor das crianças do Lagamar. A arte age como uma ferramenta de expressão, ou seja, de sujeit-ação, de desdobramento da possibilidade. Desdobramento este dionisíaco, múltiplo, complexo, como superação das formas empostas (estigmas). Quanto mais se valoriza e explora os espaços de expressão, mais as crianças tendem a se desenvolver e explorar seu potencial ao invés de carregar o forte significado de ser criança-problema. Apesar do modo apolíneo ser parte estruturante do ser humano, ele (enquanto sujeito, podendo-se nos referir à dicotomia positiva de sujeito e objeto) deve ser formado a partir das vivências. Ou seja, os significados devem estar, para um movimento saudável do ser humano, atrelados ao movimento trágico da vivência e significação da vivência, não cabendo nesta visão a estigmatização, processo que advém de um significado não trágico, por não advir de uma vivência. Esta sujeit-ação e desdobramento de possibilidades significam necessariamente um desenvolvimento de consciência, isso nos trouxe indícios de que a opressão de potencialidades das crianças também pode fazer parte das ferramentas de controle social. Além disso, também observamos que a forma "criança-problema" (apolínea), se mostra como fechada e opressora das potencialidades das crianças.

Esta opressão, esta ceifa de possibilidades, de acordo com aquilo que pudemos observar, faz com que a busca pela sujeit-ação em muitos casos se dê a partir do conflito com a lei.

Relações afetivas e processos identitários de crianças e adolescentes em programas de acolhimento institucional: uma pesquisa com Oficinas de Grupo

Sabrina Simões Castilho, Marilia Novais da Mata Machado, Marcos Vieira Silva

Este estudo, realizado no Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (PPGPSI-UFSJ/MG), objetivou descrever e analisar os processos identitários e as relações afetivas de crianças e adolescentes inseridos em serviços de acolhimento institucional. A partir do estudo da estruturação e funcionamento de dois programas de acolhimento institucional, procurou-se comparar as suas representações e práticas com as diretrizes previstas pela legislação vigente, em especial, pela Lei n. 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), pelas Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (Brasil, 2009a), pela Lei 12.010/2009 e pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009b); e, ainda, analisar como a organização do acolhimento institucional participa do processo de produção da identidade de crianças e adolescentes acolhidos. Por meio do recurso Oficinas de Grupo (Afonso, 2006), contemplando a dimensão terapêutica, reflexiva e socioeducativa, pretendeu-se criar um espaço de interlocução e de interação social, visando refletir junto às crianças e adolescentes as maneiras pelas quais eles vivenciam afetivamente a experiência da institucionalização e quais as implicações dessa afetividade na produção da identidade individual e coletiva. Na conceituação dos processos identitários e das relações de afetividade, procurou-se problematizar os aportes teóricos de Pagès (1982), Henri Tafjel (1983), Lane (1989), Martín-Baró (1989), Pichón-Rivière (1989), Ciampa (1994) e Vieira-Silva (2000), além da análise de pesquisas concernentes ao tema da institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil, visando-se problematizar a articulação entre as categorias temáticas com nosso objeto de pesquisa. Foram utilizados procedimentos da pesquisa qualitativa como entrevistas, observações, diários de campo e análise de documentos. As oficinas foram fotografadas, filmadas, gravadas e transcritas. Para o tratamento das informações coletadas optou-se por utilizar os pressupostos da Análise de Discurso (AD). A análise buscou articular o discurso produzido nas oficinas com o contexto grupal e institucional no qual os sujeitos pesquisados estavam inseridos. As intervenções apontaram que, na construção de suas identidades, as crianças e adolescentes criam estratégias de proteção de suas individualidades e estabelecem processos de identificação com a família, associados a

sentimentos de angústia, saudade, carinho e admiração. Na análise do contexto socioinstitucional, verificaram-se predicações atribuídas às crianças e adolescentes que reforçam uma identidade socialmente estigmatizada. Os gestores apontam o acolhimento institucional como um recurso de proteção devido às condições de vulnerabilidade das famílias. As crianças e adolescentes vivenciam a situação de acolhimento com sentimentos de ambivalência. A longa permanência nas instituições associa-se a conflitos, principalmente relativos ao projeto de vida que envolve voltar logo para casa, rever a família e amigos, trabalhar e namorar. A articulação dos resultados das oficinas com as informações de contexto mostrou uma disparidade entre os sentimentos e expectativas das crianças e as preocupações dos gestores. Enquanto as crianças colocam questões identitárias e afetivas, os representantes legais veem como desafiante o cumprimento do Estatuto e atribuem as dificuldades encontradas à falta de apoio do poder público local e à infraestrutura inoperante. Diante de uma declarada omissão e/ou negligência do poder executivo para garantir às crianças e adolescentes a proteção que a legislação lhes assegura, o poder judiciário centralizou as decisões, com implicações na vida dos acolhidos.

"Para você, o que é Pena Alternativa?": resultados preliminares de uma pesquisa em representações sociais

Jana Gabriela Barros da Silva

As penas alternativas (PAs), juridicamente denominadas restritivas de direitos, substitutivas à prisão, somam-se às restritivas de liberdade na composição do sistema penal brasileiro. Introduzidas na legislação brasileira a partir da Constituição de 88, trazem uma nova forma de tratamento penal a infratores, que antes tinham como única opção a pena de prisão, independente do crime praticado. Na prestação de serviços à comunidade (PSC) e prestação pecuniária (PP), dentre outras, não há necessariamente perda dos vínculos sociocomunitários, familiares e de trabalho, já que o cumprimento das penas se dá sem restrição da liberdade. Segundo a Política de Alternativas Penais (Ministério da Justiça, 2012), a execução das PAs deve buscar a reparação dos danos das vítimas ou comunidade envolvida, promover a responsabilização do autor da infração penal com liberdade e manutenção do vínculo com a comunidade, com respeito à dignidade humana e às garantias individuais, bem como incentivar maior participação da comunidade na administração do sistema de justiça criminal, para fortalecer os vínculos entre os cumpridores das medidas não privativas de liberdade e suas famílias e a sociedade. Desse feito, é de fundamental importância para a execução de PAs a

composição de redes sociais. Segundo o Manual de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas (MJ, 2002) a relação com a rede está prevista em diferentes textos legais, entre eles a Constituição Federal, o Código Penal, a Lei de Execução Penal (7.210/84) e a Lei Nº 9.714/98, que detalha especificamente a participação destas entidades e qual espécie de organização será beneficiária com os serviços prestados gratuitamente ou ainda com algum tipo de prestação pecuniária, que se não for revertido à vítima ou a seus dependentes, será também destinada a estas organizações, públicas ou privadas, que tenham finalidade social. Para Flores (2009), tem havido grande esforço para a construção dessas amplas redes sociais para inserção dos dispositivos de recepção de prestadores de serviços. Assim, estende-se e delega-se o poder de vigilância-punição à sociedade civil, em vínculo estreito com o Judiciário. Especificamente no Estado de Pernambuco, diferentes órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário monitoram do cumprimento de PAs na rede social parceira: escolas públicas, hospitais, unidades de saúde, creches, associações de moradores, ONGs, que têm como referência no mínimo um orientador, geralmente o gestor da instituição, responsável por acompanhar o cumprimento da pena in loco. Considerando esse contexto, o presente trabalho propõe-se a apresentar resultados preliminares da primeira etapa de produção de dados da pesquisa de mestrado intitulada: "Penas Alternativas: um estudo em representações sociais", desenvolvida pela autora junto ao Programa de Mestrado em Psicologia da UFPE. Foram aplicados 60 questionários de associação livre aos orientadores de PSC, em junho do corrente ano, com os seguintes termos indutores: pena, pena alternativa e cumpridor de pena alternativa. As questões norteadoras da pesquisa emergiram a partir de diferentes inquietações da prática profissional da autora, psicóloga da Vara de Execução de Penas Alternativas: que sentidos compartilhados são produzidos pelos orientadores da rede social e técnicos na cidade do Recife, acerca das penas alternativas? Qual a relação entre tais concepções e as práticas sociais junto aos cumpridores na rotina de acompanhamento do cumprimento da pena de prestação de serviços à comunidade? Os orientadores são atores sociais convidados a pensarem a partir de uma nova lógica para lidar com a questão penal, em uma sociedade marcada fortemente pela segregação dos infratores, conforme já discutido. Além disso, são convocados a atuarem como agentes fiscalizadores do cumprimento da pena. Configura-se assim um campo no qual coexistem concepções de ser humano, sociedade, criminalidade e Justiça, influenciadas pela dimensão social, econômica e política. Considera-se que as penas alternativas são objeto de debate desde sua apresentação enquanto opção viável, econômica e socialmente, diante da falência do sistema penitenciário. Questiona-se se a mesma cumpre a função punitiva, constituindo-se como solução efetiva para

a prevenção da criminalidade. Parece-nos que especialmente para os atores diretamente envolvidos (dentre os quais os orientadores), as penas alternativas constituem-se em objeto polimorfo, sujeito a debate e passível de ser estudado com base na Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009). Segundo Almeida (2005), as RS são teorias do senso comum, que permitem aos indivíduos compreenderem e explicarem a realidade, construindo novos conhecimentos. Possuem funções, dentre as quais a de orientação de comportamentos e práticas, uma vez que "intervêm na definição da finalidade da situação, produzem um sistema de antecipação e expectativas e são prescritivas de comportamentos ou de práticas obrigatórias" (p. 123) e a de justificação de comportamentos e tomadas de decisão. Espera-se que os resultados da pesquisa auxiliem o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos profissionais dos diferentes órgãos executores de penas alternativas junto às entidades parceiras. Acredita-se que a identificação das concepções que podem nortear a prática desse grupo de orientadores poderá abrir caminhos para uma leitura crítica do acompanhamento da PSC, no sentido de fortalecimento da relação Poder Judiciário-Rede Social.

GT 37. PROBLEMÁTICAS PSICOSSOCIAIS EM CONTEXTOS DO SUAS

A atuação da Psicologia no campo da Assistência Social

Marcos Cabral Borges, Natalia Merino Neff, Mateus Freitas Cunda, Luísa Canfield de Castro

Porto Alegre vive nos últimos anos uma tentativa de implementação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - e, neste processo, o trabalho da psicologia é tido como fundamental para a efetivação da política. Nosso ponto de observação deste processo é um Centro de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS - que funciona há menos de três anos na zona sul da cidade. A função da psicologia no espaço sempre foi objeto de reflexão, uma vez que não estava atribuído um papel pelos gestores, tampouco estava claro qual o vínculo possível no campo, tendo em vista o histórico do assistencialismo e dos ranços já constituídos. A reflexão feita ao longo desse tempo, tem como produto este trabalho que traz uma breve história do período, bem como uma problematização sobre a questão. Como principal indagação, nos deparamos com a temporalidade burocrática de muitos acompanhamentos, nos quais a escuta da psicologia ficava submetida aos fluxos do Estado, muitas vezes sufocada e distante de seu referencial teórico. Nesse sufoco, chegamos a supor que não havia sentido no trabalho. Adiante, todavia, encontramos respiro em abordagens que fossem menos judicializadas, tais quais as feitas à população em situação de rua. Nesse sentido, nos apoiamos em estratégias de

acompanhamento terapêutico e de redução de danos, buscando saberes no cotidiano da cidade e das comunidades. Então são nos "bretes", nas brechas que encontramos alguns sentidos para psicologia no campo da assistência social, permanecendo atentos às rotinas impostas e repensando cada dia os rumos das nossas intervenções.

Crianças e adolescentes em Situação de Rua: um olhar aproximado de uma realidade excluída

Jakeline Márcia dos Santos, Dayane Vieira de Moraes, Jeferson Teixeira Lisboa, Maria Lúcia de Fátima Gurgel Do Amaral, Luana Luzia Siqueira Pontes, Elizabeth Antal de Morais, Claudia Aparecida Saragoça

A presença de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil não é uma problemática exclusiva da conjuntura atual e se faz cada vez mais comum no cenário social. Atentando para esta realidade é que se desenvolveu a seguinte pesquisa de caráter qualitativa com o intuito de compreender a realidade vivenciada por esta população e suas vulnerabilidades. Guiada pela proposta de ação da pesquisa exploratória; buscamos nos aproximar deste fenômeno através de estudos teóricos, de contatos estabelecidos com os profissionais que trabalham com esta população em Londrina-PR, do acompanhamento do serviço e escuta de relatos dos sujeitos inseridos nesta realidade. Os dados foram obtidos através do acesso a 20 prontuários de crianças e adolescentes atendidas pelo CREAS 3, 2 entrevistas realizadas com as profissionais do serviço, 10 acompanhamentos de abordagens efetivadas pela equipe do Sinal Verde e 25 discussões de casos atendidos pelo serviço. A partir da análise destes materiais evidenciamos que são múltiplos os fatores que permitem e/ou que contribuem para a manutenção desta realidade, destes podemos elencar a desigualdade social, vulnerabilidades do contexto familiar e o papel que o serviço ocupa, a compreensão da rua como uma alternativa ou uma estratégia de enfrentamento e a questão da institucionalização. Este estudo possibilita uma melhor aproximação e compreensão da realidade existencial vivenciada pelas crianças e adolescentes em situação de rua e do significado do contexto de rua para esta população.

Gestão participativa? Experiências de profissionais da saúde e assistência social de Uberaba

Rafael de Tilio

Essa intervenção (fruto de projeto de extensão da UFTM) objetivou compreender a dinâmica de funcionamento das atividades laborais e de gestão do trabalho de profissionais da equipe multidisciplinar de serviços públicos de saúde e assistência/proteção social de Uberaba

responsáveis por referir, atender e acompanhar populações em situações de risco e vulnerabilidade psicossocial. A intenção era estimular a reflexão desses profissionais acerca das suas representações e ações junto aos usuários e gestores desses serviços visando efetivar maior qualidade do atendimento, numa tentativa de assegurar a prestação desses serviços como práticas participativas. Neste sentido, práticas de cuidados em saúde e construção da cultura da participação envolvem a capacidade de protagonismo coletivo dos agentes, incluindo, portanto, seus fazeres e saberes cotidianos. As intervenções realizadas fundamentaram-se em abordagens teórico-metodológicas participativas (Psicologia Social Latino-americana e Sócio-Comunitária) que postulam o sujeito a partir da sua inserção social e histórica com capacidade de transformação social que ocorre em determinadas condições: em espaços coletivos (grupos) de discussões, reflexões e participações ativas possibilitadoras de reformulação de representações e práticas. Foram convidados 19 profissionais da saúde e assistência social das equipes multidisciplinares do Centro de Assistência à Mulher Vítima de Violência, Projeto Consultório de Rua e Conselhos Tutelares I e II de Uberaba para participarem voluntariamente de 10 sessões de grupos operativos com duração de 2 horas cada encontro, ocorridos entre janeiro e abril de 2013 na Casa dos Conselhos de Políticas Públicas. Para assegurar o interesse, participação ativa e protagonismo neste processo, os temas e atividades dos encontros foram definidos juntamente com os participantes no primeiro encontro. Em cada encontro houve um comparecimento médio de oito participantes. Nos grupos operativos foram debatidas temáticas concernentes às condições de trabalho na rede pública de saúde e assistência social, em destaque: (1) papel do profissional diante das demandas e necessidades da população versus pressões dos gestores por desempenho e resultados; (2) exigência de capacitação profissional contínua; (3) estratégias para horizontalização das relações com os gestores. Em suma, as demandas estiveram concentradas nas dificuldades de relacionamento entre profissionais e gestores imediatos, dificultando a consolidação da gestão participativa e colaborativa preconizadas nas atuais políticas públicas em saúde e assistência social. Ficou evidente que os profissionais sentem-se continuamente pressionados pelos gestores tanto para aumentar o número de atendimentos/procedimentos quanto para participarem de ações de capacitação profissional continuada sem que lhe sejam ofertadas condições suficientes. Isso é refletido: no aumento da carga de trabalho sem investimentos em novas contratações ou infraestrutura; na não disponibilização de espaços e canais de diálogo e negociação quando os gestores estabelecem metas e objetivos; na não participação na formulação da agenda de ações e nos processos decisórios; no aumento da insatisfação dos profissionais diante das atividades e

ambiente laboral; na alta rotatividade nos postos de trabalho e aumento de adoecimentos físicos e mentais que geram pedidos de licenças e afastamentos. Evidentemente, todos estes elementos comprometem a qualidade dos atendimentos e das relações de trabalho. A hierarquização acentuada é a principal queixa e motivo de insatisfação e descrença na oferta dos serviços, visto que esses profissionais sentem-se meros executores e não participantes ativos das ações em saúde e assistência social. Diante desse quadro, e para revertê-lo, o grupo optou por algumas estratégias de mediação das relações de trabalho com os gestores, que podem ser entendidas como resultados em curto prazo: (1) produção de relatórios das atividades a fim de melhor visualizar a já excessiva carga e jornada de trabalho; (2) solicitação de reuniões periódicas com os gestores nas próprias unidades de saúde (e não nas secretarias) pretendendo maior proximidade e sensibilização entre gestores, profissionais e usuários dos serviços diante das condições de trabalho dos profissionais – que, contudo, ainda não surtiu efeitos significativos; (3) visibilidade das ações dos profissionais junto à população (campanhas de divulgação, produção de textos e folders etc.) com avaliação destes últimos sobre o serviço para melhor readequar as práticas diante das necessidades e demandas específicas. Além disso, conclui-se que outros resultados só poderão ser plenamente visualizados em longo prazo, pois se trata da construção de uma nova cultura de participação e gestão, pois intervenções como essa estão em construção e desenvolvimento constante e necessitam da participação dos gestores juntamente aos profissionais nos grupos operativos – mas que infelizmente, na experiência relatada, apesar de convidados eles não se disponibilizaram participar.

O cuidado em Saúde Mental na Atenção Básica

Caroline Foletto Bevilaqua

O presente trabalho apresentará um relato de experiência, através da Residência Integrada em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Refere-se a uma prática desenvolvida em uma Unidade Básica de Saúde da Rede de Atenção à Saúde do município de Porto Alegre/RS. Nesse momento, será focado o Apoio Matricial em interface com a Atenção Básica. A atividade de Apoio Matricial é mensal e compõe a inserção na Oficina de Geração de Trabalho e Renda – Geração Poa. O trabalho tem como objetivo fomentar uma discussão crítica reflexiva acerca da prática de Apoio Matricial na Atenção Básica. A observação e a pesquisa participante caracterizam-se como referências metodológicas para este trabalho. A análise foi sistematizada a partir de informações e percepções registradas nos Diários de Campo (VÍCTORA; KNAUTH; HASSEN, 2000). Neste sentido, vislumbra-se vincular esta discussão

ao Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação" (Encontro Nacional ABRAPSO, 2013), entendendo-se que o Apoio Matricial na Atenção Básica deve se propor a pensar o cuidado com o sujeito. A reflexão proposta neste trabalho vai ao encontro do objetivo deste GT, na medida em que defende-se a participação de usuários e profissionais na construção do cuidado no processo saúde-doença na vida cotidiana e serviços de saúde. A Atenção Básica apresenta potencial para o cuidado em saúde, na medida em que os profissionais conhecem a história de vida do sujeito e sua família, tendo a possibilidade de construir vínculos com os usuários, estando mais próximos de seu cotidiano. O engajamento na construção de projetos de vida, valorização e estímulo à autonomia do sujeito e a promoção da saúde são fundamentais para a produção de modos de vida mais saudáveis. Muitas vezes os profissionais da Atenção Básica deparam-se com situações complexas de sofrimento psíquico e sentem a necessidade de discutir o caso com profissionais especializados, como ocorre no Apoio Matricial, entendendo-se este como "modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada, criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica" (BRASIL, 2011). A atividade de Apoio Matricial propõe um trabalho conjunto entre equipe de referência e equipe de matriciamento. Esta é composta, neste caso, por duas psicólogas, uma terapeuta ocupacional, duas assistentes sociais e dois psiquiatras. Para Campos e Domitti (2007) o Apoio Matricial e Equipe de Referência "são, ao mesmo tempo, arranjos organizacionais e uma metodologia para a gestão do trabalho em saúde, objetivando ampliar as possibilidades de realizar-se clínica ampliada e integração dialógica entre distintas especialidades e profissões" (p.400). Diante dessa conjuntura percebe-se que as equipes de referência possuem dificuldades para acolher as demandas de Saúde Mental. Os casos chegam até a equipe de Apoio Matricial através dos médicos clínicos da Unidade Básica de Saúde, os quais colhem poucas informações sobre o caso, dificultando a discussão do mesmo. Nesta Unidade existe a queixa de que as agendas mantidas estão sempre lotadas de atendimentos, justificativa dada para a escuta superficial de cada sujeito. Além disso, a formação profissional também interfere na escuta e acolhimento realizados, na medida em que os médicos sentem-se despreparados para acolher o sofrimento e a subjetividade de cada caso. Outro problema enfrentado são os diagnósticos imprecisos e a alta quantidade de medicamentos receitados por outros psiquiatras da rede. O Transtorno Afetivo Bipolar e as Depressões são recorrentes nos prontuários, fato que denuncia a dificuldade de escuta e de compreensão da subjetividade humana, bem como a fragilidade do vínculo e transferência estabelecidos entre médicos e pacientes. Em contrapartida, quando as informações possibilitam o desenho de uma estratégia bem amarrada e as ferramentas do Apoio

Matricial são colocadas em prática obtém-se êxito. Os atendimentos conjuntos, o diálogo com serviços/profissionais da rede e as visitas domiciliarias são alguns instrumentos importantes que possibilitam a construção de um Projeto Terapêutico Singular (PTS) implicado com o cuidado em saúde. Portanto, é fundamental investir no empoderamento do usuário, sua participação nos processos decisórios, na formulação conjunta de projetos de vida e potencialização de espaços de convivência produtores de saúde na Atenção Básica a fim de mobilizar o sujeito e torna-lo protagonista de sua história. O estímulo à capacitação profissional, a gestão compartilhada, ao diálogo e as mudanças nas graduações da saúde facilitam o compromisso de cada profissional com seu fazer, tornando o Apoio Matricial ferramenta potencializadora para o diálogo entre Saúde Mental e Atenção Básica.

O grupo como dispositivo nas tramas do processo de envelhecimento

Maida Viviane Mazoy Carricio, Fernanda dos Santos Contessa

O referido trabalho busca relatar a experiência de estágio em uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (Instituição Asilar), na cidade de Santiago, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O objetivo deste relato é refletir e problematizar, o processo de envelhecimento, considerando este em um campo complexo de atravessamentos históricos, sociais e culturais. Para isto, consideraremos a dimensão da heterogeneidade e multidimensionalidade, pois entendemos que há uma diversidade de fatores que incidem no processo de envelhecimento, abrangendo múltiplas dimensões e desafios, que concernem a níveis e campos variados, inseridos e atualizados no contexto contemporâneo da nossa sociedade, diante do grande índice de longevidade. O mundo assiste a uma redução da população jovem e a um aumento crescente da população idosa, concomitante a este fenômeno, surgem questões em termos de políticas públicas, desigualdade social, economia, saúde, efetivação do Estatuto do Idoso, discursos ideológicos sobre o processo de envelhecimento e dificuldades para quem envelhece e espera ter seus direitos humanos e sociais garantidos. Desta forma, organiza-se este trabalho em dois movimentos dinâmicos: uma centrada nas questões teórico-metodológica, sobre o processo de envelhecimento e outra, ligada ao relato de algumas vivências de estágio em uma Instituição Asilar. Frente a isto, convidamos os autores, Baremblitt, Deleuze, Guattari ligados a um "saber" denominado Esquizoanálise, que propõe processos autogestivos e autoanalíticos nos coletivos envolvidos, buscando a rupturas nas práticas/discursos cristalizadas, interessados na problematização do sujeito ou nas formas de constituição destes. Freitas discute as formas de inserção do profissional da psicologia na comunidade, norteados pela orientação de "fazer com"

ao invés de “fazer por”, dissolvendo o assistencialismo e a relação de submissão do outro. Alguns autores nos fazem refletir sobre como vemos e vivemos o processo de envelhecimento na sociedade contemporânea, que lugar é disponibilizado para o “velho”. Estudiosos afirmam que estamos no “século do envelhecimento”, considerando-o como o resultado do sucesso dos investimentos das políticas públicas na vida dos cidadãos, mas que traz grandes desafios para as políticas sociais, pois, espera-se que as políticas públicas garantam aos cidadãos idosos a dignidade humana e a defesa de seus direitos. A partir da organização de um grupo dispositivo, onde os idosos inseriam-se ou não, norteados pelo seu desejo de estar presente, os diálogos foram se inscrevendo na trama institucional das subjetividades. Articulado com diversos discursos, um mundo surge no “entre” das relações estabelecidas, emergindo um outro lugar para o grupo, como fuga de lugares que produzem o assujeitamento dentro de uma lógica e engrenagem da Instituição Asilar e da sociedade. O rompimento de amarras constitui uma expansão rizomática, em que sujeitos de desejos, Psicologia Social, grupo, se tornam ativos, políticos, migrando para outros espaços e intervindo no micro e macro das relações. De acordo com os discursos apresentados nos grupos, pode-se observar a separação entre equipe-técnica e idoso, impossibilitando a humanização, além disso, a busca por instituir espaços desteritorializados e singulares visando por mudança no contexto e os desafios de efetivar os direitos aos idosos, diante das demandas destes. Ao lado, uma sociedade que tem dificuldade de acolher o processo de envelhecimento, pois não realiza a escuta deste idoso, logo ficando fora do seu próprio processo e decisões que lhe subjetivam. O movimento dinâmico do grupo, entrelaça e implica a todos, sinalizando uma possível saída, exemplificada na orientação para agirmos coletivamente, desta forma o grupo atua em multiespaços, aderindo novos atores de mudança social. Obervamos a importância de discutir sobre o processo de envelhecimento, pois, estamos todos, neste processo. É imprescindível pensarmos como este ocorre em uma sociedade que coloca o idoso à margem, próprio de uma sociedade competidora, capitalista, onde já se perdeu o gosto pela singularidade de cada pessoa?, se com relação a criança e o jovem se “investe para o futuro”, mas com o “velho” se criam estratégias ilusórias de inclusão que excluem, com discurso/ práticas de “melhor idade”?, quem sabe, manejar o idoso com cuidado, para imunizá-los para o “seu próprio bem” privando de sua própria autonomia e liberdade?, tornando-os dependentes, administrando seu desejo, calando a sua voz, pois, a priori é estabelecido o conceito de que “o idoso não sabe o que fala, não tem mais memória, não sabe o que faz, logo é um incapaz”?. A busca por reflexão crítica, em um processo de auto análise, auto implicação e auto gestão, pode ser a possibilidade de grupos dispositivos como rupturas e

fenômenos de pororocas nos contextos micro e macros. Espera-se que com este recorte tenhamos contribuído com a discussão e reflexão sobre o processo de envelhecimento em sua dimensão de heterogeneidade e multidimensionalidade, ressaltamos o desejo de seguirmos pesquisando este tema, e migrando para outros territórios que estão por vir, embuídos pelo afetamento que nossos contatos geram em nossos teóricos/teoria, na Psicologia Social e no compromisso de cidadãos.

Um estudo psicossocial sobre violência e desenvolvimento humano no município de Dourados-MS

Aline Carvalho Ferreira, Leticia da Costa Nunes

Este trabalho propõe-se a apresentar, em linhas gerais, o projeto de pesquisa elaborado pelo Professor Doutor Cristiano da Silveira Longo, na Universidade Federal da Grande Dourados da cidade de Dourados – MS, sob o título de "Estudos Sociopsicogenéticos da Violência em Dourados e Microrregião: Diagnósticos, Prognósticos e Subsídios Psicossocias às Políticas de Promoção da Saúde e Desenvolvimento Humano". O estudo busca demonstrar o fenômeno da violência, em suas diversas manifestações, do ponto de vista sociopsicogenético e seus impactos nos diferentes entornos sociais. A temática é facilmente encontrada nas pesquisas acadêmicas sob diversas perspectivas e métodos investigativos sendo amplamente explorada tanto na literatura nacional quanto internacional. A perspectiva sociopsicogenética proporciona melhor compreensão dos atos de violência, pois busca aclarar processos sociogenéticos que perpassam as relações sociais humanas. A Psicologia Sócio-Histórica de Vygotsky é utilizada como base para tais investigações epistemológicas e a Psicologia topológica lewiniana por abarcar o ponto de vista teórico-epistemológico para cartografar a ocorrência da violência em determinada região. Essa investigação pode ser considerada social qualitativa, uma vez que inclui o mapeamento da violência como questão de saúde e desenvolvimento humano no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul e microrregiões. O objetivo geral do projeto é promover estratégias de mediação de conflitos capazes de subsidiar políticas voltadas à qualidade de vida daquela população, tendo como mote, a utilização de redes de parcerias. Seu objetivo específico concentra-se na realização de um Serviço Psicossocial de Mediação de Conflitos e Promoção do Desenvolvimento Humano que sirva como um centro de apoio social e institucional que, futuramente, possibilite a realização de atividades de extensão universitária e atendimento psicossocial comunitário quanto à capacitação profissional e promoção de intervenções voltadas ao gerenciamento e à solução de conflitos nos diferentes contextos

sociais. A metodologia empregada nesta pesquisa envolve, num primeiro momento, a busca e a análise criteriosa de documentos encontrados na literatura, em arquivos de jornais e revistas locais, delegacia da mulher e do idoso, entidades de proteção aos direitos da criança e do adolescente, direitos do consumidor e órgãos judiciários. Num segundo momento, serão levantadas as causas sociopsicogenéticas dos conflitos observados mediante investigações sociais qualitativas desenvolvidas por entrevistas semi-estruturadas, observação naturalística e observação participante.

GT 38. SAÚDE E CLÍNICA

A abordagem da violência contra idosos por profissionais da atenção primária

Ana Claudia N. S. Wanderbroocke

A presente pesquisa tem como objetivo descrever a abordagem profissional da violência familiar contra idosos em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Gradativamente, os estudos sobre violência têm se voltado para os idosos, devido ao aumento do contingente dessa população e o crescente número de denúncias envolvendo pessoas nessa faixa etária. Na última década foram implementadas Políticas Públicas de combate à violência contra as pessoas idosas com a promulgação do Estatuto do Idoso e do Plano de Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa. Se por um lado caracterizam um avanço no sentido de buscar garantir a cidadania e os direitos humanos desse grupo etário, por outro, gerou novas demandas aos profissionais que atuam na atenção primária, que precisam detectar e acompanhar os casos. A pesquisa insere-se no eixo temático Psicologia Social e Saúde e aproxima-se da discussão proposta no GT 20, "O cuidado em saúde e a construção da participação", uma vez que se discute a importância da relação entre profissional da saúde e usuários idosos como atores do processo saúde-doença, influenciados por uma rede complexa de fatores e em um contexto marcado pela hegemonia das práticas e saberes biomédicos, que muitas vezes os impedem de assumirem o protagonismo em suas práticas profissionais e suas vidas. A pesquisa baseia-se na perspectiva construcionista social, identificando os significados em torno da violência contra o idoso e as implicações desses para a prática profissional. Trata-se de pesquisa qualitativa, com dados coletados por meio de observação participante com registro em diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Participaram das entrevistas dez profissionais da UBS. Os dados foram analisados segundo o referencial da Grounded Theory e duas categorias são discutidas: manejo profissional de situações de violência familiar contra o idoso e condições da UBS para atender

situações de violência familiar contra o idoso. Os resultados indicam dificuldades no manejo de casos de violência contra o idoso, desde estratégias de rastreamento, passando pela identificação e acompanhamento subsequente dos casos. A dinâmica da UBS, por estar organizada principalmente em torno de rotinas que tem foco na saúde física, desfavorece a abordagem de casos que possam envolver violência, uma vez que dá menor ênfase às práticas interdisciplinares. Os casos conhecidos costumam ser os mais extremos, quando envolvem agressões físicas ou denúncias formalizadas pelo Ministério Público, o que reforça as crenças profissionais quanto a dificuldade de manejo dessas situações e favorece que outros casos mais sutis permaneçam obscurecidos. A partir dos dados discute-se que oferecer cuidado ao outro é uma tarefa complexa que vai muito além do estabelecimento de protocolos e condutas técnicas. Exige o encontro entre seres humanos, que só pode ser viabilizado a partir da disposição e condição do profissional para acolher o usuário oferecendo espaço para a escuta do sofrimento humano. A disposição para a escuta precisa permear todos os momentos e contatos do profissional com o usuário, possibilitando o desenvolvimento de sensibilidade para os múltiplos sinalizadores de sofrimento. Porém, antes de responsabilizar somente o profissional pela condução dos casos, cabe ressaltar que a violência é um fenômeno interacional e complexo. Para sua compreensão há a necessidade de um olhar ampliado a fim de considerar a interdependência entre os determinantes individuais, relacionais e culturais que a sustentam. Além disso, há que se considerar que a prática profissional é permeada por esses múltiplos fatores, sendo geradora e reprodutora de significados em torno do que é violência e das possibilidades de agir diante de situações em que é percebida. Considera-se que os dados desta pesquisa apontam para a necessidade de sensibilização dos profissionais da saúde, com o oferecimento de espaço para reflexão e discussão sobre os significados da violência, para que possam reconhecer que se trata de um fenômeno impreciso, mutante e subjetivo. Precisa-se investir nesse reconhecimento para que os profissionais sejam capazes de dialogar com os usuários e mostrar que há possibilidades de enfrentamento, mas que trabalhar com situações de violência envolve incerteza. É necessário que tentem encontrar, com o auxílio dos envolvidos, alguma resposta que, embora não definitiva, permita o diálogo sobre a questão e possibilite retirá-los do isolamento. Dialogar sobre situações de violência não beneficia apenas o idoso e o agressor, como também o profissional que sabe da existência dessas situações e se sente incapacitado de atuar, pois essa insatisfação repercute na sua saúde e bem-estar. Além disso, perceber os sinais de violência e não oferecer ajuda se configura como uma revitimização do idoso, proporcionada pelas condições de atendimento no sistema de saúde.

A arte como disparadora de sentidos para profissionais que lidam com o processo saúde-doenças crônicas-cuidado

Paula Francieli Bamberg Schneider, Cintia Bragheto Ferreira

Objetivo: Este trabalho configura-se como um dos produtos do projeto "Processo Saúde-Doenças Crônicas-Cuidado", que buscou compreender os sentidos que profissionais cuidadores de doentes crônicos, possuem sobre saúde, doença e cuidado, dando ênfase à experiência metodológica a partir da arte plástica, pois, de acordo com Campos (2007), o profissional de saúde vive cotidianamente situações de grande tensão e angústia, uma vez que está sempre em contato com a dor e o sofrimento do outro, tendo que se superar na tentativa constante de amenizar o sofrimento alheio. Relação com o GT: A escolha desse GT, em particular, se deu a partir da possibilidade de mostrar um trabalho que inclui em sua metodologia uma experiência com a arte, ou seja, de poder discutir essa experiência a partir de um ponto de vista mais aberto a ideia de arte como uma linguagem possível dentro de um trabalho acadêmico. Orientação teórica: Esta pesquisa procurou dialogar com autores, como SPINK (2007) e BIRMAN (2005), que pensam o processo saúde-doença de maneira mais ampla, ou seja, se aproximam de um conceito de saúde-doença que está ligado à ideia do modelo biopsicossocial em saúde, o qual se alinha enormemente da linha teórico-metodológica do construcionismo social. Esta, por sua vez, é entendida com um recurso para a compreensão do processo saúde-doenças crônicas-cuidado, pois, tem interesse no sentido e na compreensão que as pessoas têm sobre o que experienciam no cotidiano, ou seja, um olhar sobre as dificuldades e potencialidades que elas próprias lançam sobre si mesmas, não deixando de lado suas histórias, culturas e contextos sociais e econômicos. Método: O presente estudo é do tipo qualitativo-interpretativo e se deu em um município da região Centro Oeste. Foram feitas três entrevistas semiestruturadas, gravadas em mp3, com profissionais que atuam em uma instituição, sem fins lucrativos, que acolhe pessoas com câncer daquele município, sendo esses, dois homens e uma mulher, com faixa etária entre 48 e 59 anos. Partindo da perspectiva de que os indivíduos fazem parte de uma sociedade e considerando a arte como uma forma de linguagem que essa mesma sociedade utiliza para expressar emoções, sentimentos e modos de ver o mundo, a arte participou desta pesquisa como um dispositivo de fala no momento das entrevistas, atuando como um disparador de sentidos que pôde ampliar nossa compreensão sobre os entrevistados. Para tanto, optou-se, por três telas da pintora mexicana Frida Kahlo. A escolha pelas telas de Frida se deu porque esta pintora retratou em muitos de seus quadros a dor e o sofrimento físico e emocional pelos

quais passou boa parte de sua vida. Frida vivenciou muitos problemas de saúde ao longo da vida, teve poliomielite anterior aguda e depois de sofrer um grave acidente de trânsito ficou manca e nunca conseguiu engravidar, além de sofrer terríveis dores na coluna e pernas até o dia de sua morte (KAHLO, 2012). As telas escolhidas foram: "A coluna partida" (1944); "Árvore da Esperança, Mantem-te Firme" (1946) e "As duas Fridas" (1939), em todas elas Frida se auto-retrata dando ênfase ao sofrimento pelo qual passava em função de suas dores crônicas. As telas foram apresentadas no acontecer das entrevistas, a cada participante, momento no qual foi solicitado que comentassem um pouco sobre cada uma delas, relatando sobre o que sentiam e/ou lembravam olhando para as mesmas e, depois também foi pedido que atribuíssem um nome para cada uma delas. Todas as entrevistas foram transcritas e lidas de forma exaustiva, o que possibilitou a construção de grandes temáticas, com o intuito de dar sentido às falas dos entrevistados. Resultados: A partir do registro das falas observamos que os temas: doença, cuidado e ser cuidador, apareceram em todos os relatos. As falas mostraram que esses cuidadores constroem os sentidos de doença e cuidado como sinônimos de sofrimento, amizade, companheirismo, conforto e alegria. Além disso, demonstraram o quanto ser cuidador é revestido de grande responsabilidade, pois significa a tentativa de ser e fazer o melhor para os pacientes e principalmente de não deixar transparecer a sua humanidade, ou seja, as suas dores, enfermidades e sofrimentos. Ser cuidador também emergiu associado à moralidade de que o ato de cuidar é um dever a ser cumprido, assim como uma visão do doente marcada pela ideia de merecimento pela sua enfermidade. Conclusão: A experiência com a arte de Frida Kahlo, no momento das entrevistas, foi algo de excepcional riqueza. Essas pinturas, intensas e viscerais, marcaram todos os envolvidos nesta pesquisa e nos levaram a lugares até então pouco explorados na literatura sobre saúde e doença, mostrando que a arte possibilita a construção de uma linguagem múltipla e plural, potencializando afeto e possibilidades de junção à pesquisa científica.

A atividade no Programa Saúde da Família: entre normas contraditórias e práticas controversas

Rafael da Silveira Gomes

O Programa Saúde da Família (PSF) foi implantado no Brasil em 1994, sendo creditada a ele a possibilidade de transformar o modelo assistencial, substituindo a prática do modelo tradicional, hospitalocêntrico, dirigido para a cura das doenças, reorientando para outro que propõe a mudança do foco, de intervenção do individuo doente para a família baseado-se nos

paradigmas da Promoção e Vigilância em Saúde. Esse desafio complexo é marcado pela influência da racionalidade biomédica nas práticas, valores e saberes dos trabalhadores, e os limites que ela impõe à proposta de transformação dos serviços. A incongruência existente entre a realidade para a qual os profissionais de saúde são formados e o modelo assistencial que se pretende construir é um importante aspecto destacado. O objetivo deste estudo foi co-analisar, a partir do arcabouço conceitual da ergonomia da atividade, ergologia e clínica da atividade, a atividade desenvolvida por trabalhadores do PSF, buscando compreender as condições e as formas de organização de trabalho em que a mesma acontece, bem como a produção de normas, saberes e valores na atividade. Para isso, optamos por utilizar, inspirados pela Clínica da Atividade, uma adaptação de duas propostas metodológicas: a instrução ao sósia e a autoconfrontação cruzada. A pesquisa foi realizada junto a médicos enfermeiros e agentes comunitários de saúde de uma unidade básica de saúde no município de Vitória, ES. Percebemos que os trabalhadores de saúde do PSF têm que lidar todo o tempo com o debate de normas e valores entre o modelo tradicional biomédico e o modelo proposto pelo SUS, pautado na promoção e vigilância à saúde. Essa dimensão dramática dos usos de si no trabalho é potencializada diante das contradições e inconsistências desse período de transição modelar. Esse conjunto de normas é marcado tanto pela incipiência de normas relativas ao PSF e às práticas condizentes com suas proposições, quanto pela predominância das normas relativas ao modelo biomédico. Quando olhamos de forma mais atenta para estas normas que permeiam o trabalho no PSF percebemos a existência de normas contraditórias e muitas vezes incompatíveis com as práticas que foram propostas e almejadas quando da criação da estratégia. Há uma situação de disputa entre as normas e valores disponíveis, relativas ao modelo que se pretende superar e ao que se busca instituir. Percebemos que essa disputa é desigual e assimétrica, uma vez que estão em jogo normas e valores sedimentados, difundidos e poderosos, em oposição a normas e valores em construção. Destacar essa dimensão da atividade nos auxilia na compreensão da permeabilidade das práticas desses trabalhadores às proposições do modelo biomédico. O olhar sobre a dimensão gestionária da atividade, que inclui o plano das negociações, das arbitragens, e das escolhas contribuiu para entendermos a infiltração das normas e valores do modelo biomédico nos modos de trabalhar na Estratégia Saúde da Família. Percebemos que quando lidam com situações delimitadas, em que há protocolos e procedimentos definidos e compatíveis com o novo modelo assistencial, as ações dos trabalhadores também são congruentes com ele. No entanto, quando se encontram diante de situações que fogem a esses limites, eles se valem de práticas relativas ao modelo biomédico.

A existência de um patrimônio normativo concorrente, marcado pela hegemonia de normas e valores vinculados a racionalidade biomédica faz com que os trabalhadores das equipes de saúde da família nas diferentes situações de trabalho, diante da ausência ou fragilidades de normas congruentes com o PSF, recorram a ele para subsidiar suas ações, mesmo que se conformem em modos de trabalhar incompatíveis com as práticas definidas como concernentes ao PSF. Desse modo, consideramos que a fragilidade dos instrumentos e do patrimônio dos trabalhadores para agir em congruência com o novo modelo produz inconstâncias e as práticas dos profissionais são capturadas pelo modelo biomédico. Por outro lado, constatamos também a produção incessante de saberes pelos trabalhadores para lidarem com essas novas situações de trabalho e a potencialidade das mesmas para produzir rupturas e inflexões nos serviços e assim contribuir com a construção de novas estratégias de formação dos trabalhadores do PSF. Este trabalho se vincula ao eixo temático Saúde e ao GT "O cuidado em saúde e a construção da participação" por analisar os desafios da produção do cuidado no Programa Saúde da Família, no que tange aos desafios da mudança de modelo assistencial proposta pelo PSF.

A configuração do SUS através do corporativismo: uma análise da influência das Classes Profissionais

Rael Monteiro Xavier, Matheus dos Santos Corrêa, Sueli Souza dos Santos

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o atual sistema de saúde brasileiro e se propõe a suprir todas as necessidades de saúde da população, atendendo-as através de um processo técnico de prestação. Neste trabalho analisei as premissas desta prestação em observância ao efeito da presença dos especialistas da cura, atentando para a conformação da estrutura dos serviços de saúde e para interferência dessa estrutura, ultrapassando a observação dos objetivos indicados pelo próprio sistema o que está compreendido como corporativismo. A análise se balizou em parte pelo conteúdo substantivo do conceito de saúde, em parte pela legitimidade das proposições. Após ter feito algumas considerações a cerca da validade, dos atributos necessários e dos limites das proposições, realizei uma pesquisa bibliográfica de caráter longitudinal. O método de abordagem de pesquisa que utilizei foi a Fenomenologia sob orientação de Jean-Paul Sartre, (2009). O método de consideração e validação das proposições foi o Racionalismo Crítico, epistemologia desenvolvida por Karl Popper, (1975) e (1978). Com o desenvolvimento da pesquisa foi possível descobrir que o privilégio das corporações em relação aos demais sujeitos sociais se dá sobre a lei e os estágios de desenvolvimento do sistema de saúde foram todos baseados no controle profissional. O Estado, a Academia e o SUS se

utilizam para convalidação mútua tornando-se homogêneos, ainda assim apresentam-se em separado perante o imaginário coletivo. A Constituição de 1988 dispunha sobre a participação da comunidade como diretriz do SUS, mas na sua instrumentalização pela Lei 8142, a participação comunitária foi substituída por uma instituição colegiada com caráter paritário, os Conselhos de Saúde, que além da possibilidade de representação dos profissionais de saúde e dos prestadores, ainda vincula a participação cidadã a organizações sociais formais. Na esfera federal a participação comunitária está restrita a organizações sociais de grande abrangência nacional, o que estimula ainda que os profissionais de saúde emirjam como representantes nas cadeiras dos cidadãos. O corpo de especialistas baseia suas proposições em seu estatuto científico, mas sua condição não está mediada por uma disposição científica e sim política, pois a saúde não possui substância objetiva sobre a qual uma premissa científica possa se erigir. Não é possível encontrar saúde isolada, não há manifestação de saúde externa, a saúde só pode ser, sentida. A saúde é um sentir, só poderia ser na aparição. Sartre denominou essa forma de existência ser para si. Diferentemente do ser em si que consiste numa existência própria além da consciência, o ser para si só existe como aparição de si, é um ser próprio, mas seu ser é a própria aparição de ser. Nele o ser da aparição e o do fenômeno se equivalem. Ele é na sua aparição e apenas nela. Contudo, a partir de que gozem de reconhecimento, as afirmações acerca da natureza do ser humano acabam resultando em condutas a elas correspondentes, pois a diferença fundamental entre as ciências exatas e as humanas está na interferência objetiva, enquanto nas exatas o objeto de pesquisa pode ser isolado para ser estudada, nas humanas a própria pesquisa influencia o comportamento de seu objeto. Portanto para manter o controle sobre o campo da saúde a corporação de especialistas deve manter a saúde em uma forma estandardizada e imune a vontade dos usuários, apresentando um falso preceito de validade científica inexpugnável. A saúde no Brasil foi, portanto transmutada por uma série de encadeamentos resultante de relações entre forças estranhas a ela, e assim se esvazia e se transforma em produto de uma indústria especializada que inventa seus próprios critérios de legitimação. Para isso deve se separar de seu caráter subjetivo, a repetição da forma e a mútua referencia entre diferentes instituições iludem o senso comum fazendo dele um refém cativo.

Ações da Psicologia na Estratégia de Saúde da Família: resultados preliminares de um projeto de intervenção

Elisa Pinto Pessoa França, Marcelo Dalla Vecchia, Cecylia Moreira da Silva, Tainah Izabel Tavares, Marcos Vinícius Thomaz

O trabalho aqui descrito parte de um conjunto de atividades desenvolvidas pelo Programa de Extensão "Sistema de Saúde e Educação: estreitamento dos laços e ações conjuntas (Laços e Ações)", vinculado ao Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS), da Universidade Federal de São João del-Rei. Ao propor o desenvolvimento de atividades vinculadas a ações e serviços de saúde do SUS, o programa cria possibilidades para qualificar a formação do futuro psicólogo por meio da inserção supervisionada em contextos reais da prática profissional. Pretende-se com essas atividades fazer uma aproximação entre Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e os serviços de saúde do município, a fim de realizar ações conjuntas, por meio do planejamento, desenvolvimento e avaliação de estratégias de intervenção em saúde com as equipes da Estratégia de Saúde da Família (ESF). Com isso, almeja-se a realização de um trabalho de caráter intersetorial, a fim de colaborar na solução de questões de saúde no âmbito coletivo. Para tanto, faz-se uso de recursos de Psicologia Social/Comunitária a fim de fazer a territorialização em saúde da área de abrangência, conhecendo os bairros, as famílias e as relações cotidianas, para ajudar na compreensão da forma como a saúde se dá e se consolida na comunidade. Busca-se, dessa forma, a elaboração de intervenções que contemplem diversos setores públicos, como: o da educação, do saneamento básico, da segurança pública, do lazer, entre outras. Busca-se também a investigação sobre o uso, excessivo ou não, de psicofármacos nas áreas atendidas pelas equipes das ESF, tendo como foco o desenvolvimento de estratégias de conscientização sobre o uso dos mesmos, assim como ações que busquem diminuir este uso quando se mostrar indevido. E ainda o estabelecimento de meios que permitam a educação permanente em saúde das equipes da ESF, o que indiretamente proporciona a melhoria da qualidade da assistência prestada à população. Com o desenvolvimento destas atividades, espera-se contribuir para a formação acadêmica do aluno, permitindo que as práticas envolvidas, juntamente com as orientações propostas pelos membros integrantes do NEPIS, ampliem o reconhecimento da atuação do profissional de psicologia na Atenção Primária à Saúde. Com esta proposta, até o momento, podemos dizer que nós, estagiários, já fazemos parte das equipes às quais fomos integrados. A receptividade dos membros e a confiança depositada em nós e em nosso trabalho têm sido muito gratificantes. No que se refere aos objetivos esperados, alcançamos os seguintes resultados preliminares: finalização da territorialização das áreas de abrangência, conhecendo as fragilidades e potencialidades de cada bairro, assim como a sua população, o que proporcionou conhecer as primeiras demandas com a qual iremos lidar no trabalho; participamos de grupos de combate e prevenção ao tabagismo, diabetes e hipertensão;

desenvolvemos oficinas de grupo voltadas para a equipe da ESF, a fim de trabalhar questões internas relacionadas ao trabalho na unidade; realizamos, juntamente com a equipe, a atualização dos cadastros dos usuários para posterior análise do uso de psicofármacos; e avaliamos uma demanda de intervenção que partiu de uma escola localizada na área de abrangência de uma das ESF. Os objetivos do presente trabalho vão ao encontro da proposta do Grupo Temático "O cuidado em saúde e a construção da participação", no qual se percebe um envolvimento e uma preocupação no que diz respeito não só à reabilitação, mas também à promoção da saúde, em uma perspectiva abrangente e integral. O caráter social e comunitário da psicologia permite que este trabalho se enquadre no Eixo Temático da Saúde, uma vez que busca a articulação entre diferentes instituições e serviços, visando potencializar os serviços prestados à comunidade. (Apoio: Fapemig).

Ando e penso com mais de um: a 'autonomia' na saúde mental via estratégia GAM

Marciana Zambillo, Analice de Lima Palombini

O grupo de pesquisa multicêntrico Gestão Autônoma da Medicação (GAM) é desenvolvido em parceria entre o Brasil (Unicamp, UFRGS, UFF, UFRJ) e Canadá (Universidade de Montreal). Além de associação de usuários de serviços de saúde mental de ambos os países, no Brasil estão presentes trabalhadores e usuários de CAPS de Campinas (SP), Rio de Janeiro e São Pedro da Aldeia (RJ), Novo Hamburgo (RS), São Leopoldo (RS) e Porto Alegre (RS). O projeto é financiado pela (ARUCI-SMC) Aliança de Pesquisas Universidades-Comunidades Internacional – Saúde Mental e Cidadania e tem como propósito aliar universidades e comunidades na produção de dados referentes à medicação, saúde mental, cidadania, autonomia. Os pressupostos GAM se aproximam dos movimentos da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) e antimanicomial, que mantêm como característica própria e peculiar a garantia à cidadania aos portadores de transtorno mental. Junto a este direito emaranham-se questões fundamentais imbricadas nas condições de possibilidade do mesmo, tais como o respeito à autonomia, a ética do cuidado, os limites da tutela, os perigos do diagnóstico e do estigma social. O desenvolvimento da pesquisa GAM coloca em discussão, via seu método de pesquisa participativa - em que todos os envolvidos tornam-se pesquisadores num processo conjunto e não de sobreposição -, os lugares dicotômicos e tradicionalmente instituídos de pesquisador-pesquisado, normal-anormal, médico-paciente, equipe profissional-usuário. Neste sentido, os desdobramentos GAM impõem questões à saúde mental vivenciada em território da RPB, fazendo questionar se conseguimos, de fato, desinstitucionalizar a loucura, enfraquecer o

sofrimento e a exclusão social e que autonomia é possível. Tendo a GAM como dispositivo disparador, procuramos tensionar o modo de conceituar e operar a 'autonomia' no campo da saúde mental. O conceito de autonomia, com longa história filosófica, desdobra-se e assume conceituações e modos de exercícios diferentes ao longo da história ocidental. Na Grécia clássica, o termo está associado à independência da polis, sem referências aos indivíduos em particular. No cristianismo, associa-se aos indivíduos com a ideia de livre-arbítrio e pecados individuais. Na modernidade, é aliada ao conceito de dignidade humana e moral de Kant e predominância da razão consciente; Nietzsche critica a moral, mas vê na liberdade, na criatividade e na autonomia da vontade a possibilidade de afirmação da vida. Na psicanálise, os pressupostos da razão autônoma entram em crise em face da teoria do inconsciente. Na ética principialista, é autônomo o agente com capacidade de fazer julgamentos e deliberações racionais. O conceito de autonomia segue com caráter de importância dentro das políticas de saúde pública e mental. Contudo, cabe perguntar: a que concepção de autonomia nos atemos? Por qual autonomia luta a RPB? A GAM pressupõe um sentido de autonomia em concordância com o contexto da RPB, fazendo referência à possibilidade de gerar vínculos e redes sociais. A autonomia não está centrada na autossuficiência do indivíduo, mas pautada numa perspectiva de codependência coletiva de compartilhamento e negociação entre diferentes pontos de vista. As discussões acerca da autonomia, nestes moldes, transfiguram a contraposição excludente e dicotômica entre autodeterminação e determinação exterior, deslocando-se para a possibilidade de autocriação da vida, inventada em relações plurais e cogestadas nas relações estabelecidas. Respalda-se, assim, a gestão compartilhada, o protagonismo, a corresponsabilidade, o estabelecimento de vínculos solidários, a participação coletiva no processo de gestão e produção da saúde. O conceito de autonomia na pesquisa GAM se articula em diferentes frentes, como o agenciamento do comitê cidadão formado unicamente por usuários; o processo de pesquisar com usuários de saúde mental e não sobre eles, ou para eles; a compreensão da cogestão e corresponsabilidade no cuidado em saúde; a autonomia enquanto potencia em formar redes; a participação do usuário de psicofármacos na decisão e gestão de seu tratamento; a problematização da racionalidade manicomial que transpassou os muros hospitalares, entre outras. Pretende-se discutir o conceito de autonomia e sua atuação na saúde mental, considerando seus discursos, as contradições de suas práticas, os restos insistentes da lógica manicomial que nos esforçamos para exterminar, lutando para diminuir os estigmas, os preconceitos e as violências. O conceito de autonomia é inseparável das discussões sobre liberdades éticas e políticas e, neste sentido, não se confunde com a noção de autossuficiência,

mas como potência geradora de encontros e formação de redes. ‘Andar e pensar sempre com mais de um’ expressa a autonomia.

Apoio institucional enquanto uma estratégia de potencialização da rede de saúde

Camila Cristina de Oliveira Rodrigues

Pretendemos neste trabalho construir uma narrativa cartográfica sobre a experiência do Apoiador Institucional e seu fazer na rede de saúde da cidade de Campinas. Partimos da constatação de que o Apoiador ocupa um lugar estratégico na rede, apesar de estar em uma função alinhada a gestão, seu trabalho junto às equipes dos diversos serviços permite tecer uma circulação no ENTRE das relações mais instituídas e das concepções mais duais que atravessam o campo da saúde. Deste modo, acreditamos que o trabalho do Apoiador Institucional pode subsidiar um retrato privilegiado do atual funcionamento da rede de saúde. Trataremos neste trabalho mais especificamente da Rede de Atenção Psicossocial e de estratégias como o Matriciamento, Atendimentos Conjuntos, Visitas Domiciliares, Encontros Temáticos, entre outros dispositivos que são tomados como Caixa de Ferramentas conforme proposto por Merhy. A dinâmica das relações de cuidado, a afetividade imanente nos encontros, as complexas nuances do trabalho em saúde em ATO, os modos de subjetivação dos usuários da rede, entre outros elementos serão apresentados através da condução coletiva de gestores e equipes de saúde de um caso de uma usuária da rede. Entendemos que as instituições de cuidado no âmbito da Saúde Pública Brasileira são atravessadas por uma infinidade de dimensões que vão desde as necessidades sociais, à constituição e modos de circulação dos sujeitos na cidade (subjetividade), aos conhecimentos e procedimentos científicos aplicados à saúde até as relações de poder e governamentalidade. Segundo Foucault, a governamentalidade trata do contato entre as tecnologias de dominação e as tecnologias do cuidado de si. Assim, se habitualmente temos pensado sobre a produção de saúde através de linhas dicotômicas que se articulam entre as políticas e as práticas de saúde, a gestão e a assistência, o cuidador e o usuário, na prática o que encontramos no cotidiano de cada serviço de saúde que nos aproximamos enquanto Apoiadores é o acontecimento de uma síntese singular dos efeitos destes múltiplos fatores em processo. Portanto, tomando como referencial teórico o paradigma ético-estético-político e intercessores como Campos, Merhy, Foucault, Deleuze e Guatarri, acreditamos que este trabalho se conecta com a proposta de pensar em outras ecologias que potencializem a atuação do psicólogo junto ao campo da saúde pública. Palavras-Chave: Gestão em Saúde, Apoio Institucional, Rede de Atenção Psicossocial.

Apoio Institucional: dispositivo para a produção de um usuário cuidador

Aurea Maria Pires Rodrigues

O SUS criado a partir de uma orientação ético-política, pautada em um modo de fazer cuidado mediante as necessidades dos usuários e seu contexto sócio/econômico/cultural, rompendo com uma lógica de cuidado biomédica e hospitalocêntrica, se pauta em um processo permanente de construção de práticas. De maneira que algumas estratégias foram criadas como a Política Nacional de Humanização, formando um arcabouço ético/teórico/metodológico para as práticas cotidianas nas diferentes instâncias que o compõe e, tendo como aposta ética a "Tarefa de tornar homens e mulheres mais capazes de lidar com a heterogeneidade do vivo, de reinventar a vida, criando as condições para a emergência do bem comum" (PASCHES & PASSOS, 2010, p. 428). Outras estratégicas e/ou métodos de/para gestão, também, foram formulados como o Apoio Institucional que possui como objetivo ampliar a capacidade de análise e de intervenção dos agrupamentos humanos, produzindo coletivos, estes entendidos "como espaço-tempo entre o individual e o social, espaço dos interstícios, plano anterior a todo sujeito e objeto, origem de toda mudança individual e social." (ESCÓSSIA, 2008, p. 16), tensionando práticas a partir de protagonismo e co-responsabilidade, mediante a inserção de todos os atores, bem como a produção de redes, efetivando o princípio de Integralidade do SUS. Com o objetivo de cartografar a construção de práticas, analisando como o Apoio Institucional pode acionar ou não práticas coletivas entre os usuários e equipes no fazer cuidado diariamente, bem como a efetivação das redes de atenção à saúde, a pesquisa se deu na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, entre 2012 e 2013, referência em parto de alto risco, equipamento da rede de Urgência e Emergência do Estado de Sergipe. De maneira que a pesquisa se configura numa cartografia, ou seja, acompanhando a processualidade, busca-se mapear as relações de poder, os fluxos que compõe as práticas, acionando, concomitantemente, movimentos instituintes (a Análise Institucional e seus conceitos foram utilizados como base teórico-metodológica). Vale ressaltar que para esta perspectiva metodológica a teoria e a prática são dimensões indissociáveis se fazendo no processo de pesquisa. Enquanto escrita, inicialmente discutiu-se a relação de co-engendramento e co-produção entre sujeitos e mundo, bem como a relação entre pesquisa e produção de mundo, já que "Toda reflexão faz surgir um mundo. Assim, a reflexão é um fazer humano, realizado por alguém em particular num determinado lugar." (MATURANA & VARELA, 2010, p. 32). Posteriormente, principalmente, com Michel Foucault (1979) buscou-se desnaturalizar o conceito saúde e, as rupturas que configuraram a saúde enquanto a boa

saúde, vinculada ao corpo saudável, assim como a doença passa a ser identificada no corpo, espaço de saber/poder médico e, o hospital torna-se o espaço do tratamento em saúde, problematizando como se compôs a saúde hospitalocêntrica, médico centrado e, sujeitos enquanto pacientes passivos das intervenções biomédicas. Contudo, com Georges Canguilhem (1990), Regina Benevides e Eduardo Passos (http://www.slab.uff.br/textos/texto3.pdf), entre outros, através da problematização política, pensando a clínica enquanto dimensão de produção de perfis de subjetividade, ressignificando o conceito saúde enquanto invenção de si, concomitante a invenção do mundo passando a ser tomada como dispositivo para romper com a lógica acima descrita. Problematizando o modelo de saúde brasileira, com uma discussão histórica dos modelos socioeconômicos – neoliberalismo, que atravessam a construção das políticas públicas, discutiu-se com o modelo de Gestão Pública Gerencial e a Atenção Gerenciada, uma certa lógica de mercado que tenciona a saúde a um status de mercadoria, ao passo em que o parto é medicalizado em um fazer cirúrgico, sendo o Brasil um dos campeões mundiais em cesarianas, contudo, através da busca da democratização da saúde, por meio de estratégias como o Controle Social, o SUS torna-se um tensor para a Reforma do Estado. É com a discussão através do modo de gerir, que Emerson Elias Merhy (2002) pensa a saúde como um trabalho vivo em ato, de modo que as práticas cotidianas possam ser pactuadas entre todos os atores – trabalhadores e usuários – de modo que estes possam ser também gestores do cuidado. Já a discussão em torno do conceito de apoio ocorreu por meio de três analisadores: de onde – por quem – com quem, com os quais se percebeu que o apoio pode ser pensado enquanto um dispositivo (este definido como efêmero e aquilo que faz transitar, tendo como função o disparo, apontando a sua dissolução como recurso de método), que além de função gerencial, com os usuários abre a possibilidade da construção de um lugar – o lugar do saber/do poder do usuário e, da própria irrupção da dinâmica do cotidiano, inflamado e abafado pelos processos cristalizados da instituição. Assim sendo, esta pesquisa desenvolvida na interface da Psicologia Social e Políticas de Saúde busca problematizar o Apoio Institucional enquanto um dispositivo na produção de sujeitos afinados com as práticas cotidianas de cuidado, tendo a saúde enquanto um bem público.

Da História à Estória: vetores para uma Clínica da Singularização

Denis Axelrud Saffer

Objetivo do Trabalho: Este trabalho propõe-se a explorar plano da clínica (PASSOS & BARROS, 2000). Já desde o começo é importante ressaltar de que clínica aqui se tratará. Ela

pretende ser aberta, cruzam-na os ruídos dos carros, os encontros das multidões, as imagens estroboscópicas da televisão. Forma um plano onde é impossível dissociar claramente sujeito-objeto, arte-ciência e teoria-prática; se produzindo mais do que atravessado, mas formado pelo mundo onde vivemos, nomadizando as fronteiras estabelecidas para que a diferença seja produzida. Busca-se um trajeto-experiência que nos ofereça algumas respostas (das milhares possíveis) à pergunta: como a clínica pode operar como dispositivo de singularização? A singularização é entendida como o momento em que acontece uma dissimilação das forças para que se curvem em uma direção diferente ao encontro de "nosso querer artista irredutível às dimensões de saber e poder" (DELEUZE, 2010, p.116). Relação com o eixo Corpo, Arte e Clínica: A pesquisa relaciona-se em diversos níveis com o eixo escolhido. A escolha da estética como multiplicadora no ato clínico - apostando na capacidade de torcer o viver até que ele exprima seu avesso potente - é uma feliz afinidade com os debates propostos pela mesa. A perspectiva política em intervenções que permitam a expressão criativa de sujeitos silenciados e o trajeto que parte do encontro genealógico de um nó para produzir outras histórias também são pontos de encontro importantes. Outros devem aparecer pelos meandros seguintes desse resumo. Orientação Teórica: Os conceitos provindos da filosofia da diferença são tomados como ponto de partida teórico, entendidos como ferramentas em uma relação de agonismo, continuidade e mútua criação com campos práticos e estéticos. Nesse sentido, as obras de Deleuze, Guattari, Nietzsche e Foucault foram escolhidas como nossas guias pelo percurso clínico - como guias de viagem: ditando os roteiros amplos onde se inserem diversos imprevistos, nos mostrando recantos desconhecidos, propiciando encontros e atalhos de outra forma impossíveis. Metodologia: O trabalho é fruto da intercessão entre arte, clínica e conceitos provindos da filosofia da diferença. As experiências de práticas clínicas se apresentam em suas diversas facetas – institucional, grupal e atendimentos individuais. Principal atenção se dará a uma intervenção clínico-institucional realizada junto a um albergue na região metropolitana de Porto Alegre, de população majoritariamente composta por egressos de um manicômio judiciário. Esses relatos de experiência multiplicam-se e traçam linhas de fuga a partir do encontro com a obra de escritores como Walt Whitman e Guimarães Rosa e com a metodologia de composição musical fuguística. Os casos clínicos e artísticos aparecem como intercessores que se articulam com o campo teórico de forma que seja impossível distinguir uma hierarquia (PASSOS & BARROS 2000). Arte, clínica e teoria forjam uma relação de perturbação, onde os campos conversam e turvam-se, aproveitando da diferença do outro para cunhar uma nova potência de diferir. Resultados e Conclusões: A pesquisa tem como resultado um itinerário

clínico, oferecido a leitor como possibilidade de guia estético para uma atuação pautada pela singularização. Desdobra-se em dois vetores. Ao primeiro chamamos de Histórias: Instruções para Desmontar, onde se discutem as formas de intervir sobre as narrativas enunciadas pelo sujeito/coletivo a que escutamos, formadoras de sua concepção de passado, moldando um viver no presente. Propomos instruções para desmontá-las quando formam um gargalo muito fechado frente à experiência, filtrando demais as entradas e saídas e impedindo uma concepção mais plural do viver. Por essa via, apresentamos usos da história na clínica que ajam em prol dos processos de singularização. O segundo vetor a ser exposto foi chamado de Traçando Estórias ou A Arte da Fuga. É perscrutado o engendrar da invenção na clínica, onde a diferença mostra-se por si mesma, em um irromper a-histórico. Nesse sentido, buscaremos apoio na literatura e na música, primeiro partindo do termo Estória, como usado por Guimarães Rosa (2001). Seguiremos buscando como se traçam linhas de fuga no viver, em uma espreita aguçada para tudo que escapa da subjetivação dominante em interlocução com a Fuga, forma de improvisação e composição musical barroca. Os dois vetores operam, de tal modo que é desmontada a longa trajetória institucionalizante do dispositivo clínico, levando à sua singularização. A clínica então arrebatada pelo insólito acontecimento é forçada a, ela mesma, traçar a sua linha de fuga, gera novas formas de intervir, como em um livro em que as letras tipografadas se revoltam contra sua fixidez se dissolvendo e se fundindo.

Devires da clínica ou uma clínica do devir

Ana Claudia de Araujo Franco Damasio, Ana Teresa Almada Gurgel Rodrigues, Mateus Thomaz Bayer, Helena Werneck Brandão, Natália Vasques Faria Drummond Ribeiro, Renata Rodrigues Carbonel, Alexander Motta de Lima Ruas, Karla Soares Pereira Valviesse

No exercício clínico contemporâneo, vemos que comumente o plano da realidade e da própria subjetividade é tido como estável e invariante. A variação, nesta ótica, assumiria um caráter negativo. Neste sentido, o presente trabalho objetiva aliar-se e co-costruir a concepção de clínica que, na contramão dos sensos mais comuns, encontra conexão com Bergson para desconstruir a ideia de uma realidade estabelecida aprioristicamente, afirmando assim a não existência um real único, verdadeiro e imutável a ser apreendido, ou mesmo uma realidade já dada e previsível a ser desvelada. Para este modo de se pensar/fazer clínica – que recusa-se a afirmar-se como técnica, linha ou abordagem, mas que se faz como prática a partir de um paradigma ético-estético-político (Fonseca e Farina, 2010) – o real é composto fundamentalmente pelas forças que, ao se encontrarem, produzem sentidos. Por isso pode-se falar em intervenção criadora na clínica, uma vez que, numa permanente indeterminação, a

novidade de cada momento não comporta a ideia de uma realidade que poderia ser precedida por um possível, mas se cria a cada instante. Segundo Bergson (1959), o curso dos acontecimentos é indeterminado, pois o real é ao mesmo tempo atual e virtual. Deleuze (1988), afirma que a noção de possível se opõe ao real, não tendo uma realidade em si mesma – ou seja, o possível pode ou não se realizar, pode limitar outro possível, impedindo-o de vir a ser, pois opera a partir de uma retroação, implicando a duplicação de um semelhante. Mas em contrapartida ao possível temos o virtual, que não se opõe ao real por ser possuidor de sua própria realidade. É próprio ao virtual atualizar-se, criando linhas divergentes, variâncias, diferenças, e isto sem fazer apelo a algo já dado. O virtual pode fazer existir, criar o novo: ele se atualiza e ao se atualizar, diverge. Temos, então, que no lugar do possível – categoria atrelada ao real – Bergson propõe o virtual, que se opõe ao atual. Para Bergson o ser vivo dura – e durar é inaugurar novidades, geradas no tempo em um processo onde não cabem saltos, surgimentos abruptos, mas sim produções incessantes e incessantemente indeterminadas. Para o autor, o possível nasce no e do real, retirando daí sua possibilidade. Pleno de movimento, novidade, de mudança. É neste sentido que o virtual se vincula ao tempo bergsoniano, à duração. Sua atualização, desde que não referida a ecos do passado, a determinações anteriores, é criadora, gerando novas configurações, formações dinâmicas de forças, que não tem semelhança com as virtualidades que atualizam. O virtual é pura tendência, puro vir-a-ser. Aceitar que não haja predeterminações no real permite que se possa instaurar novidades, apostar na criação de sentidos e de linhas de fuga. Para Eirado e Passos (2004) há uma dimensão do real que não é atual, tendo em si mesma um tanto de inatualidade, uma dimensão virtual que, se intensificada, pode atualizar-se, sendo essa operação em si o que se definiria como ato criador. Desse modo, é o ato criador que cria a si mesmo, no instante em que se exerce, ou seja, no momento mesmo em que cria. Em sua face virtual, todos os aspectos de uma existência – subjetiva ou objetiva - seriam indeterminados, sem a prioris que pudessem garantir sua invariância. É a vida, em todos os seus aspectos, que se configura como criação e diferenciação, vida criada "na 'proporção' do ato que as percorre" (DELEUZE; 1999:86). Um fazer clínico, então, firma-se no acompanhamento de linhas divergentes que não se confundem ao que elas mesmas atualizam e que não configuram um todo, mas mantém-se como totalidade aberta (Deleuze, 1994), nas quais o ser se encontra em posição de efetivar produções de si diferenciadas de suas formas mais cristalizadas e reconduzir o ser à sua melhor expressão: o devir (Jankélévitch, 1959). Cabe ainda dizer: estas formas são histórica e socialmente produzidas, e assimiladas como verdades naturalizadas. Por isso afirmamos uma prática clínica comprometida com as potências virtuais,

com as forças de transformação que permeiam toda forma de existência (Fonseca e Kirst, 2004), sustentando movimentos de variação. Para Bergson, o ser é duração, e é próprio à duração o diferir. Neste movimento de diferenciação nela se opera uma divisão. Ela atualiza o que de virtual a constitui, sem atender a predisposições ou compromissos identitários: o todo aberto pertence ao devir e não está estabelecido, daí que o acontecimento é gerado no próprio movimento que o cria (DELEUZE, 1988), estabelecendo um real no tempo. A duração é o que difere, dividindo-se e atualizando os virtuais que a constituem, num fluir contínuo, prenhe de instabilidades. É neste sentindo de uma clínica outra, com um sentido criador, que nos afiliamos ao GT 6, no qual a arte, criação e promoção de um novo são proposta como uma nova possibilidade de articulação clínica.

Educação Permanente em Saúde e os Estágios de Vivência no SUS: construindo modos de subjetivação

Gisele Santin, Betina Hillesheim

Este trabalho é oriundo da dissertação "Educação Permanente em Saúde e os Estágios de Vivência no SUS: traçando linha de subjetivação", a qual apresenta a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como um dispositivo de subjetivação dos trabalhadores da saúde, sendo a subjetivação entendida como processo pelo qual se obtém a constituição dos sujeitos (FOUCAULT, 2004). A referida política se constitui como uma proposta do Ministério da Saúde para a reorientação da formação em saúde, de acordo com os princípios do Sistema Único de Saúde. Buscando romper com a lógica das capacitações fragmentadas e com o modelo biologicista de formação em saúde, ao mesmo tempo em que procura inserir a educação permanente no processo de trabalho e gestão dos serviços de saúde, sendo que o trabalhador adquire papel central para a efetivação de tal proposta. A pesquisa utilizou-se da cartografia para acompanhar o processo de produção de subjetividade no campo de pesquisa. Tal método não é entendido de maneira linear, como algo rigoroso e fechado que pretende chegar a resultados finais que dirão a verdade sobre o objeto de estudo; a proposta cartográfica visa romper com as linearidades e com a pretensa neutralidade do pesquisador, tratando-se sempre do acompanhamento dos processos. A produção de dados se deu através da participação no Projeto Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS Brasil CIES 13), bem como com a participação em encontros regionais e estaduais sobre educação permanente em saúde. O Projeto VER-SUS se constitui em uma vivência no Sistema de Saúde, na qual os estudantes conhecem os serviços do SUS, próprios e conveniados, instâncias do

controle social, instituições e organizações sociais, com o objetivo de aproximar os conhecimentos acadêmicos da realidade do Sistema, bem como de fortalecer a autonomia e o protagonismo estudantil na busca por mudanças na formação em saúde. Dessa forma, o presente trabalho relaciona-se com o Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação". Para o registro dos dados foi utilizado o Diário de Campo. Utilizou-se como ferramentas de análise conceitos do chamado segundo e terceiro domínio de Michel Foucault, bem como de Gilles Deleuze. Buscou-se colocar em evidência as rupturas nos modos de poder sobre a vida, e entendê-lo como algo que produz e permite a resistência, sendo que, dessa relação, emergem outros modos de subjetivação. Assinala-se que as políticas públicas, além de serem respostas do Estado aos problemas sociais, também são estratégias de regulação das relações sociais e, assim, funcionam como dispositivos de gerência da vida (DIMENSTEIN, 2010), bem como que o surgimento da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde só foi em função das rupturas nos modos de poder sobre a vida, onde todo corpo social é passível de se tornar objeto de governamento. Ao decorrer do trabalho, dois grandes modos de subjetivação se descortinaram: um relacionado aos modos de subjetivação de uma racionalidade de governo biopolítico, e outro, relacionado aos modos de subjetivação que produzem resistência e práticas de liberdade, lembrando que estes movimentos são contínuos e simultâneos e que a potência da produção subjetiva não está nem em um, nem em outro, mas na fronteira entre ambos, e é nessa fronteira que os sujeitos criam para si novas estéticas da existência. Esta experiência mostrou que podemos inventar novas estéticas da existência, não restritas aos controles das condutas e às subjetividades do modelo biologicista e positivista de educação e trabalho em saúde, ou seja, que existem possibilidades de minoração, de devir. O VER-SUS surgiu de devires minoritários, da potência micropolítica de estudantes que poderiam simplesmente se deixar capturar pelo modelo hegemônico de educação e trabalho em saúde, sendo que o devir minoritário destes atores foram a força propulsora para subverter o que estava estabelecido como padrão no campo da formação profissional em saúde.

Ensaios sobre uma clínica da experiência

Priscilla da Silva Faria, Sonia Regina Vargas Mansano

Nunca foi tão intensa a relação do capital com a vida. Nessa relação, ambos desenham suas formas numa espécie de labirinto, com passagens entrelaçadas e confusas, onde não se sabe ao certo quem investe o quê, tendo em vista que a vida é alvo de exploração do capital e, ela mesma, tornou-se um capital. Porém, desta tensão emergem possibilidades de desvios e de

aberturas para novas experimentações subjetivas que neste estudo chamamos "clínica da experiência". A presente pesquisa foi dividida em dois momentos. Primeiramente, buscamos compreender o modo de produção econômico vigente, bem como seus efeitos na vida das pessoas. As transformações do século XX acarretaram em grandes mudanças no sistema de produção e, na mesma medida, mudaram a relação das pessoas com o trabalho e com a vida cotidiana. A inserção de tecnologia à produção e a expansão das redes integradas de comunicação, como a internet, demandaram outros conhecimentos dos trabalhadores. Isto tem gerado um novo modo de se relacionar com as máquinas, não mais simplesmente operando-as, mas integrando-se a ela, como que forjando nelas uma extensão de si. Nota-se a emergência de uma outra percepção do tempo e espaço, que estabelece um novo ritmo para as relações sociais e laborais, cada vez mais virtuais e velozes. Agora, são requisitadas do trabalhador habilidades mais sofisticadas como conhecimento, comunicação e cooperação. Cada uma delas advém de forças subjetivas que são amplamente capturadas e incorporadas à complexidade do processo e organização da produção. Com efeito, novas angústias se fazem presentes no cotidiano da população. Hoje, podemos escutar com alguma frequência pessoas alegando estar deprimidas ou descreverem uma espécie de desinteresse geral para com a vida e os encontros sociais. Tal conjuntura nos fez questionar sobre como a psicologia clínica estaria recebendo o trabalhador em sofrimento psíquico e é aí que entra a análise sobre a prática clínica contemporânea com a qual esta pesquisa se ocupou no segundo momento. A partir da perspectiva teórica de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari, esta segunda parte do estudo buscou discutir e compreender aspectos epistemológicos e conceituais da clínica, bem como analisar os novos desafios que se configuram nesse campo profissional. Historicamente, a psicologia clínica debruçou-se sobre um plano de intervenção mais individualizante e patologizante que, em parte, pode ser explicado pela própria demanda histórica que a consolidou ciência e profissão. Com isso, desde a sua origem, ela adotou como parâmetro o modelo médico, facilmente percebido quando pensamos nos objetivos de cura e na noção de psicopatologia que atravessam suas práticas até hoje. Mesmo atualmente, quando discussões sobre as práticas clínicas ganham mais espaço nos currículos dos cursos de graduação e entre profissionais da área, ainda é comum a reprodução de posturas que positivam práticas pautadas em binarismos hegemônicos como interior/exterior, normal/anormal. Porém, os psicólogos clínicos recebem cotidianamente sujeitos afetados por problemas ligados à realidade social veloz e mutante que ora vivemos. Assim, uma série de expressões de sofrimento e dor emerge de forma a tornar imprescindível a discussão, revisão e criação das práticas "Psi" em seus aspectos

epistemológicos e práticos. Distante da pretensão de dar respostas, buscamos problematizar as práticas "psi", cavando pistas para pensar outras possibilidades do fazer clínico, numa prática regida pela política da experimentação que só é possível pelo e nos encontros. Como resultado parcial, entendemos que analisar a prática clínica implica pensá-la também enquanto uma prática de variação e experimentação, pois o encontro clínico não é outra coisa senão a análise sobre as composições de si e dos modos de viver. Trata-se de uma clínica que acolhe e sustenta a experiência cotidiana como algo que não está dado, fixado, mas está em vias de fazer-se, atualizando variações e invenções. Talvez o grande desafio da clínica hoje seja acionar o corpo de quem a ela recorre para acolher pequenas brechas de experimentação, uma conexão mais viva e intensa para com as experiências, por mais duras e difíceis que elas sejam. Foi por isso que optamos pelo GT "Corpo, arte e clínica: experimentações metodológicas". Encontramos nele uma ressonância política para problematizar a prática clínica e os desafios que ela enfrenta na contemporaneidade. Nessa vertente política, acreditamos que o sujeito, tomado pelos afetos, por vezes difíceis e dolorosos, teria na prática clínica uma aliada das conexões entre seu corpo e as experiências que lhe advêm. Tal prática só acontece por estar posicionada politicamente para acolher também a criação de novos corpos e modos de vida que possam dar acolhida às experiências afetivas e seus efeitos. Assim, a clínica busca "dar corpo" exatamente àquilo que chamamos de experiência, que não tem forma e nem contornos definitivos, mas que, a todo o momento, atravessa a vida e convoca para a experiência de criação.

Ética, política e arte - a clínica transdisciplinar como cigana e diversa

Alexander Motta de Lima Ruas, Helena Werneck Brandão, Natália Vasques Faria Drummond Ribeiro, Karla Soares Pereira Valviesse, Thiago Colmenero Cunha, Ana Claudia de Araujo Franco Damasio, Ana Teresa Almada Gurgel Rodrigues

Eduardo Passos em sua investigação sobre o que pode a clínica nos indica que o plano da clínica é um plano híbrido (Passos, 2006) onde ela necessita operar em seu próprio limite para apresentar-se como uma experiência singular entre as partes envolvidas, onde os domínios do particular e do coletivo, do clínico e não-clínico se transversalizam. Cristina Rauter (1993) complementa essa ideia nos indicando que a clínica é um plano de dispersão por se opor a um saber que seja universal e ordenado, como a racionalidade científica deseja. Como ela diz "Me utilizo de fragmentos de teorias, faço empréstimos e estabeleço parentescos não autorizados entre diferentes campos de saber" (Rauter, 1993, p.1). A partir de tais noções da clínica como possibilidade de intervenção clínico-política (Passos, 2006), percebemos a transdisciplinaridade como uma ética no sentido de uma atitude clínica, uma postura, que se

estabelece através de uma rede de saberes inventivos não hierarquizados e atos plurais de forma a lançar propostas, fazer encontros com coletivos -ainda que no espaço individual do consultório- e tentar produzir nestes coletivos outros processos de subjetivação. Propor uma clínica ou uma abordagem transdisciplinar, é habitar um território, valorizando um olhar curioso, estrangeiro, que não pretende projetar naquele território um saber já instituído; assim, tal saber é algo fluido que necessita ficar suspenso, para que a experimentação e o inesperado possam ter chance de acontecer. Essa forma de atuar que se constrói a posteriori é o que nos interessa, e isso se constitui como uma ética viva, como uma prática que atravessa o campo da clinica e da vida. Assim, falar de ética, é necessariamente falar de uma postura no mundo, uma construção de mundo que se faz por meio dela. A ética se introduz, portanto, em um campo de dispersão, pois não se organiza, não deve ser capturada e não se articula de forma harmônica com as instituições rígidas. Entendemos na clínica que não há um modo de fazer a priori, uma questão a priori: a questão, o que fazer com ela são frutos de uma habitação daquele território. Não há intervenções prontas, uma teoria ou norma geral que se abateria sobre o campo clínico. O campo da intervenção, portanto, precisa ser o campo da experimentação e não da receita a ser seguida. Assim, neste trabalho, para além de trazer a discussão acerca do campo da ética e política para a clínica, trazemos uma aposta, que chamamos de atitude artística –entendendo a arte aqui como uma experiência estética- como forma de intervir. Assim o fizemos, pois entendemos que, por um lado, a intervenção que se dá por meio do artístico vem na contramão das linhas duras que na história da clínica interiorizam o sujeito, bem como por outro abre a possibilidade para a emergência da tal experiência estética, que seria um momento de suspensão da vida ordinária, proporcionada por uma intervenção clínica experimental notadamente artista que considere a reinvenção do sujeito como fundamental para devir-outros. Assim, tal experiência se operaria escavando a subjetividade, fazendo com que outros eus ainda não mapeados apareçam e sejam produzidos a partir do encontro artístico que se agencia com a vida comum fazendo com que um ganhe voz através da outro. Sabemos, assim, que esta ideia, assim como qualquer outra no campo das intervenções, deva servir não para embasar um modo de fazer já dado, mas para ser traída, para que se façam outras coisas com ela. Assim ela se torna uma aposta ética-política possível, mas que seja usada caso a caso, e não meramente reproduzida sem crítica. Apostamos, também na necessidade de, “A Clínica” enquanto instituição sair de cena, e entrar na roda o encontro clínico, que se abre como possível a partir de uma intervenção-artista. Trata-se de uma aposta ética. E temos apostado nessa forma mais cigana de fazer clínica, que definimos aqui como uma atitude clínica que inclua a dança, a

música, a literatura, a surpresa, a habitação e passagem por territórios desconhecidos, a ida a lugares que ainda não fomos,por exemplo. Apostamos numa política onde uma experiência mais fluida no mundo venha de encontro ao tradicional racional que tende a cristalizar, onde a ciência, o mito, as artes, a filosofia e a política se misturam e dançam ao som da sensibilidade e da ética, sem qualquer hierarquia.

O modelo psicossocial de atenção e a interlocução usuário x família x profissionais

Isabella Teixeira Bastos, Patricia Santos de Souza Delfini, Camila Junqueira Muylaert, Alberto Olavo Advincula Reis, Claudia Valença Fontenele

As políticas de saúde mental para a infância e adolescência tiveram origem em diferentes cenários institucionais, socioeconômicos e operativo-políticos. Principalmente no que tange ao cuidado de problemas relacionados ao uso abusivo de álcool, as políticas para essa faixa etária são permeadas por contradições, lutas e conquistas – fator fundamental para que não houvesse mera reprodução do modelo de atendimento adulto - em prol da constituição de uma rede de saúde mental representativa dessa faixa etária. Nesse contexto, destacam-se as influências dos seguintes momentos históricos: a proposição do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); os movimentos de redemocratização da sociedade da década de 1980 (as reformas: sanitária e psiquiátrica); a constituição de uma política governamental de atenção à usuários de álcool e drogas (2004); o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool e outras Drogas (2009); o Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas dos tipos infantojuvenil e infantojuvenil III (funcionamento 24 horas) que coloca em voga a questão do acolhimento noturno, medidas protetivas e, por último, a proposição da Rede de Atenção Psicossocial que sugere um novo arranjo para a atenção em saúde mental, incluindo novos espaços de atendimento, como a unidade de acolhimento transitório. A partir dos desafios postos, esse trabalho teve como objetivo apresentar e discutir a construção do cuidado situado em um caso emblemático atendido no Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil para Álcool e Drogas do tipo III em São Bernardo do Campo – SP. O cuidado é, aqui, considerado uma produção social coletiva e negociada no cotidiano de trabalho. O estudo congregou quatro focos de análise: 1) a observação do cotidiano de trabalho e das práticas in loco, 2) a caracterização dos profissionais que trabalhavam no estabelecimento – experiências, implicações, questões institucionais relevantes descritas sobre a prática, 3) os grupos focais com profissionais para discutir o caso estudado e, 4) a entrevista com a usuária do caso emblemático que explicitou o discurso dela acerca do cuidado recebido. O caso discutido foi

escolhido pelos profissionais, considerando o emblema proposto, o de um caso "difícil que teve um desfecho satisfatório". A escolha de um caso difícil apoiou-se em referência que discute que esta seria um facilitador para que os profissionais trouxessem, em maior amplitude, as principais dificuldades e desafios implicados ao atendimento. No caso estudado, a análise foi circunstanciada em quatro dimensões: 1) o reconhecimento da usuária e sua história de vida, 2) as ideias relacionadas ao cuidado, 3) os processos de trabalho implicados, 4) os processos reflexivos e de subjetivação dos trabalhadores. A partir da análise dos dados, constatou-se que os principais conflitos, assim como outras questões ressaltadas pelo grupo no que diz respeito ao cuidado, estiveram relacionados ao discurso de que a mãe não sabia lidar com a adolescente, suas demandas e as questões comuns relacionadas ao consumo de álcool e drogas. Nesse contexto, a caracterização do cuidado oferecido é descrita como a atitude de valorização da vinculação e o afeto. Estes seriam concretizados na atitude de "estar junto" à usuária, ou seja, no que os profissionais denominaram trabalho "corpo a corpo", enquanto suporte as atitudes de fragilidade e solicitação de cuidado por parte da adolescente e a tentativa de revinculá-la a sua mãe. O manejo da adolescente ficou pautado na presença de um cardápio de ofertas que se baseava na composição de respostas dadas a inúmeras situações cotidianas emergentes, mais do que a questões prospectivas de médio prazo. A República Terapêutica (unidade de acolhimento transitório) é descrita como um "braço" importante do atendimento, na medida em que nesse caso propiciou a construção de espaços plurais e abertos diferenciados no atendimento em consonância ao modelo psicossocial. Ademais, existe o discurso da equipe que se opõe ao modelo de internação-abrigamento, descrito por eles como "demanda cultural por internação", representado no encaminhamento da adolescente para a comunidade terapêutica. Finalmente, destaca-se a diferença entre o que a adolescente e a equipe mencionam como projeto terapêutico e os elementos significativos do atendimento que vão ser ressignificados nas frustrações compartilhadas pela equipe. Para eles, o caso foi permeado pela negociação constante dos tipos e intensidade do investimento e o coletivo foi, então, enfatizado como o dispositivo de suporte e reflexão sobre as recaídas e reações da usuária, bem como as da equipe. Os pressupostos teóricos implicados na Reforma psiquiátrica descritos por Amarante (2008), Rotelli (1990), Saraceno (2001), bem como a ideia de cuidado enquanto produção micropolítica do cotidiano de trabalho, trabalhadas por Merhy (2004), Feuerwerker (2009), Franco (2003) apoiam a problematização das questões contraditórias descritas pela equipe do seu fazer cotidiano – questão da tutela, assistencialismo, concepções e negociações na construção do projeto terapêutico. Discutem-se, ainda, quais as produções e o papel desempenhado pelo

referido CAPS no contexto do cuidado o a saúde mental infanto-juvenil frente ao uso abusivo de drogas.

O que pode a Educação Permanente em Saúde? Experimentações metodológicas em uma pesquisa viva

Pedro Gomes de Lima Brasileiro

Intenciona-se com esta comunicação a coletivização das (an)danças produzidas até aqui em uma pesquisa de mestrado em curso, a qual se coloca o objetivo de acompanhar e analisar os efeitos que a Educação Permanente em Saúde (EPS) pode produzir na organização e execução do trabalho no SUS. Temos percorrido e habitado territórios de experimentação e formulação da EPS – textos acadêmicos, experimentações no trabalho em saúde, documentos oficiais, falas dispersas e ecoadas desde diferentes posições de agenciamento com o tema – numa tentativa de esboçar os jogos de força que conformam os campos de possibilidades de a EPS se fazer potência instituinte, dispositivo de problematização e transformação das práticas constitutivas do trabalho no SUS. Para tanto, temos nos inspirado em duas propostas ético-metodológicas aqui confluentes e complementares: a Cartografia e a Pesquisa-Intervenção. Com a Cartografia temos experienciado um modo de fazer, um aprendizado acerca do estar sensível, se deixar afetar, sempre no momento mesmo em que a pesquisa acontece, ao campo de forças com o qual se entra em contato. A pesquisa, assim, assume uma dimensão estética, uma vez que é criação, invenção, ficção de mundos possíveis naquilo que está disposto enquanto realidade. É, enfim, a radicalização da experiência da problematização enquanto princípio ético e estético do pesquisar. Com a Pesquisa-Intervenção, encontramos reafirmada a perspectiva implicada de produção do conhecimento, onde o pesquisar é tomado como uma produção coletiva que se dá em ato, no encontro do pesquisador com o 'campo de pesquisa', isto é, os desejos, intenções, histórias, resistências, (inter)ditos, do próprio pesquisador e daqueles que tomam forma durante o percurso de pesquisa – pessoas, objetos, enfim, ornamentos de variadas naturezas e composições. Temos encontrado parceiros da proposta colocada por esta pesquisa em uma Coordenadoria Regional de Saúde do estado do Rio Grande do Sul (CRS-RS), onde um grupo de trabalhadores têm se arriscado a problematizar os modos como a organização e execução do próprio trabalho se instituíram ao longo do tempo naquele espaço, abrindo espaço para a construção coletiva de outros modos de se organizar e trabalhar. Implícita e explicitamente, recorrem à Educação Permanente em Saúde 1) como princípio organizativo e reconfigurativo do trabalho em saúde, inventando diariamente, a partir das conformações que os desafios

inerentes a esse processo vão tomando, outros modos de existir/trabalhar, assim como 2) enquanto tecnologia (leve e leve-dura) de operacionalização e sustentação dessas mudanças. Alguns resultados desse processo são: 1) a retirada das paredes de compensado que repartiam o espaço de trabalho em pequenos cubículos/salas individuais, propiciando um rearranjo do espaço (físico e afetivo) de trabalho; 2) a institucionalização de uma reunião semanal de toda a equipe, organizando-se a partir daí atividades conjuntas envolvendo parte ou todo o grupo de trabalhadores; 3) a realização de atividades de discussão e formação específicas direcionadas a todos, organizadas a partir do que se identifica e se manifesta como necessidade compartilhada pelo grupo acerca do próprio processo de trabalho; 4) a experimentação de metodologias singulares de organização e planejamento do trabalho de assessoria aos municípios, como, por exemplo, a construção coletiva de um 'mapa-diagnóstico' da situação sanitária dos municípios adscritos à CRS-RS, com dados e indicadores de todas as políticas de saúde do SUS, a partir do que são planejadas atividades de assessoria aos municípios levando em consideração não mais políticas de saúde isoladas, mas todas conjuntamente; dentre outros. Todas essas (transform)ações têm confluído para uma reinvenção dos processos de subjetivação e objetivação dos modos trabalhadores-gestores da saúde daquele serviço, co-produzindo-se com e a partir da EPS, aí entendida enquanto 1) tecnologia de produção de conhecimento sobre o próprio trabalho, individual e coletivo; 2) tecnologia de cuidado à gestão do trabalho em saúde; 3) tecnologia relacional-afetiva de vinculação e co-responsabilização do trabalhar, tornando-o, mesmo quando individual, coletivo. Acreditamos se fazer importante o registro e a publicização de experiências como a que temos vivenciado nesta CRS-RS, contribuindo, assim, para a disseminação e o fortalecimento de movimentos de resistência às formas de dominação inerentes aos modos contemporâneos de subjetivação e objetivação das pessoas nas sociedades capitalísticas, sendo aquele que tem sido chamado "Nós fazemos o SUS que dá certo!" um deles, e a experiência aqui relatada, uma de suas representantes.

Processos de estigmatização da Aids e sua relação com o cuidado territorial na ESF

Gustavo Zambenedetti, Rosane Azevedo Neves da Silva

Introdução: Em 2011, a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre desencadeou um processo de descentralização da atenção em HIV-Aids para as unidades de atenção básica. Tal processo resultou na inserção de ações de testagem anti-HIV e aconselhamento, além do acompanhamento das pessoas diagnosticadas com HIV assintomáticas na atenção básica. A Estratégia Saúde da Família-ESF, em especial, é considerada um dispositivo estratégico para a

ampliação do acesso à atenção em HIV-Aids, em função de sua capilaridade e abrangência, além de suas diretrizes de funcionamento, baseadas na adscrição de território e formação de vínculo com a população. Neste contexto, é necessário considerar alguns aspectos que conferem características particulares ao cuidado em HIV-Aids, entre os quais destacamos os processos de estigmatização. Documentos produzidos por agências internacionais (como OMS e OPAS) ressaltam que o estigma tem importante impacto na atenção em HIV-Aids, entre os quais citamos: a postergação da realização do teste; a dificuldade na revelação do diagnóstico para parceiros sexuais ou para amigos e familiares, dificultando a obtenção de rede de apoio social e afetiva; dificuldade na adesão ao tratamento; e, em alguns casos, leva os sujeitos a procurarem ajuda em serviços distantes de onde residem, com receio de que o diagnóstico ou suas identidades de "pessoas que vivem com HIV-Aids" sejam reveladas. Objetivo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar os processos de estigmatização da Aids e sua relação com o cuidado territorial na ESF . O trabalho relaciona-se com GT proposto por considerar a dimensão do cuidado envolvido na relação entre sujeitos e serviços. Método: A abordagem teórico-metodológica que orienta a pesquisa é o da pesquisa-intervenção, sob o viés da análise institucional, agregando as contribuições teóricas de Erving Goffman e Michel Foucault. Através do viés institucionalista, compreendemos que a realidade social é constituída por uma trama de instituições, as quais se concretizam em nosso cotidiano através dos estabelecimentos – como os serviços de saúde - operados por sujeitos, os quais são nomeados, no campo da saúde, como trabalhadores, gestores e usuários. Considerando-se que as demandas sociais mudam ao longo do tempo, as instituições tendem a sofrer também processos de transformação, oscilando entre momentos de estabilidade e de instabilidade/ transformação. O movimento institucionalista busca criar ferramentas para a análise destes processos, considerando os pontos de ruptura, permanência e tensão entre diferentes atores e perspectivas. A pesquisa vem sendo desenvolvida em uma unidade de ESF no município de Porto Alegre, abordando a perspectiva de trabalhadores, usuários, gestores e controle social. A operacionalização foi proposta em duas etapas. Na primeira, desenvolvida entre os meses de dezembro/2012 e maio/2013, foram realizadas dezenove entrevistas com usuários que participaram da testagem anti-HIV na ESF e duas com usuários que foram diagnosticados com HIV-Aids na ESF; três grupos focais (com médicos e enfermeiros; com técnicos de enfermagem; com Agentes Comunitários de Saúde); entrevista com representante do controle social local, com representante da equipe de matriciamento e com representante da política de HIV-Aids no município de Porto Alegre-RS. A segunda etapa caracteriza-se pela restituição da pesquisa, realizada em dois encontros com a

equipe de ESF, previstos para ocorrer em julho e agosto de 2013. Nesta apresentação, enfocaremos os resultados referentes a abordagem dos usuários, na primeira etapa da pesquisa. Resultados: A maioria dos participantes relatou que a proximidade com a unidade de saúde facilita o acesso à testagem anti-HIV. A equipe relatou uma expectativa, no início do processo, de que a população não procuraria a unidade para realizar o teste, em decorrência de fatores como o estigma. No entanto, na medida em que o teste foi ofertado, a equipe se surpreendeu com a procura, que foi progressivamente aumentando, a ponto de se tornar necessária a criação de dois turnos semanais para a realização da testagem. Apesar disso, também houve a menção de situações onde usuários sentiram-se constrangidos com aspectos relacionados a testagem. Em algumas circunstâncias, observou-se a estigmatização do teste – ou seja, ser identificado como alguém que está fazendo o teste significava ser identificado como alguém que "fez algo errado" e poderia estar com HIV em decorrência disso. Em relação ao acompanhamento de pessoas com HIV-Aids pela unidade de ESF, chama a atenção o fato de que, das 13 pessoas diagnosticadas na unidade desde o início do processo de descentralização, apenas três conseguiram ser contatadas pela equipe para realização da pesquisa, o que nos leva a pensar que nem sempre a proximidade com o território garante o acompanhamento em saúde. Considerações finais: Estes dados serão discutidos com a equipe na segunda etapa da pesquisa, visando interrogar e colocar em análise as práticas constituídas na atenção em HIV-Aids. Espera-se que a pesquisa possa produzir conhecimento sobre a temática, assim como impactar no contexto local, com a construção de saber e práticas de cuidado em HIV-Aids.

Promoção da Saúde e práticas corporais: refletindo sobre estratégias de cuidado na atenção primária à saúde

Francisco Gilmário Rebouças Júnior, Ana Karina de Sousa Gadelha, Samara Vasconcelos Alves

O conceito de promoção da saúde propõe um olhar complexo para o processo de saúde-doença-cuidado, no qual traça ações intersertoriais como estratégia para construção de saúde, em um diálogo entre as noções de saúde e doença. Os grupos são uma das principais estratégias utilizadas pelos profissionais no cuidado em saúde. Este trabalho resulta de uma pesquisa avaliativa de serviço de saúde na qual, através de entrevistas com os usuários e observação-participante, busca compreender mudanças pessoais e sociais na sua saúde dos participantes de dois grupos de práticas corporais realizados nos serviços públicos de atenção primária à saúde. Estes grupos tinham como facilitadores, um psicólogo, um educador físico, uma nutricionista,

uma fisioterapeuta e uma agente comunitária de saúde, caracterizando-se como um espaço de construção de saberes e práticas interdisciplinares. No grupo eram realizadas vivencias de biodança, danças populares, jogos cooperativos, atividade física, relaxamento, dentre outras, com a perspectiva de trabalhar a identidade do sujeito a partir da corporeidade. Além da participação no grupo, os usuários também eram cuidados em outros espaços como atendimentos individuais, ou acompanhamento em outros espaços, ou níveis de atenção em saúde de acordo com a necessidade de cada um. Com o enfoque fenomelógico-hermenêutico, na análise, foram construídas três categorias: o grupo como prática de cuidado; o processo de saúde-doença-cuidado; e corporeidade. Como referencial teórico, utiliza-se das idéias de Merleau-Ponty em suas considerações sobre corporeidade e existência, numa reflexão sobre as práticas de promoção da saúde e produção de cuidado. Como resultado, destaca-se a postura dos facilitadores e o acolhimento no grupo como pontos importantes para o estabelecimento do cuidado em saúde nos grupos. De acordo com o relato dos participantes a maneira como eram tratados pelos facilitadores, a forma como estes lhe escutavam, acolhiam suas demandas contribuíram bastante para adesão ao grupo. Outro dado importante levantado no estudo é a proposta de uma abordagem significativa nos grupos a partir do que os facilitadores escutavam dos usuários, contribuindo que para que estes se sentissem mais acolhidos. A sociabilidade apareceu como um dos motivos da participação dos usuários nos grupos, a partir da convivência com outras pessoas, para além da prática de atividade física apenas. Destacamos também relatos na melhoria de sintomas ansiosos e depressivos por parte dos usuários, bem como mudança de seus comportamentos diante do cotidiano onde vivem. Ênfase é dada num novo olhar sobre o processo de saúde-doença-cuidado a partir do cuidado focado nos potenciais de saúde individuais e grupais. A abordagem corporal destaca-se como estratégia importante ferramenta para promover novas percepções do corpo e da saúde. O cuidado em saúde, nesse caso, ressalta-se como uma prática de saúde não medicamentosa, estando para além do modelo biomédico, de queixa-conduta. Traz o aspecto humano, voltado para os interesses do sujeito, e as suas expectativas em relação a sua vida, não só a sua saúde. Dá importância ao seu projeto de felicidade na construção da saúde. A abertura para o risco, o contato com a vulnerabilidade, foi evidenciada aos participantes durante a facilitação do grupo. O trabalho de promoção da saúde tomando a corporeidade como referência foi um ponto de destaque nas práticas analisadas, pois ainda existe muita repressão nesse quesito, onde as ações realizadas são apenas procedimentos ligados à biologia, ao aspecto fisiológico. O desafio de ressignificar a existência de cada um a

partir da corporeidade foi um ponto crítico. Outros movimentos em corpos reprimidos, por suas histórias de vida, permitiu outro olhar diante do mundo, diante da realidade.

Psicologia e atendimento às equipes da Estratégia Saúde da Família em espaços grupais

Neftali Beatriz Centurion, Joana Borges Ferreira, Carolina Martins Pereira Alves, Roberta Rodrigues de Almeida, Laura Vilela e Souza

Este trabalho refere-se ao relato de intervenção desenvolvida em estágio no curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Objetivamos a apresentação e análise da proposta de intervenção grupal com profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), desenvolvida nesse estágio. Tal proposta articula-se com o Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação" e com o eixo temático "Saúde", uma vez que é um trabalho de interface entre Psicologia Social e Políticas de Saúde e aborda o cuidado em saúde como processo relacional, que envolve a negociação da participação dos diferentes atores, incluindo os profissionais, na sua construção. Além disso, tal GT, assim como nosso estudo, desenvolve-se a partir das perspectivas construcionistas sociais em ciência. A proposta de intervenção aqui discutida surgiu com a solicitação de que assumíssemos a coordenação do espaço institucionalizado em uma UBS como grupo de integração da equipe. Uma equipe de trabalho de cinco estagiárias foi composta, com duas na função de coordenadoras e três na equipe reflexiva. A equipe reflexiva propõe uma escuta diferenciada sobre o processo de conversa e colabora com múltiplas compreensões possíveis de realidades co-construídas. Os profissionais de três equipes da ESF foram convidados a participar dos encontros grupais, tendo adesão de cerca de 15 pessoas por encontro ao longo de um processo que durou sete encontros. Orientados pelas perspectivas construcionistas sociais, assumimos a prática grupal como uma prática discursiva negociada com a implicação e co-responsabilização dos participantes e coordenadores em seu delineamento. Portanto, propusemos uma negociação inicial com os participantes sobre o propósito e formato do grupo, abrindo uma conversa na qual era possível se falar sobre de que forma os participantes sentiam-se confortáveis nesses encontros, quais atividades valorizavam, quais expectativas tinham e quais conquistas almejavam com sua participação. Aquilo que tomamos como uma abertura para a co-construção de um trabalho que respondesse às demandas específicas desses profissionais e que os implicassem no êxito da intervenção proposta teve como efeito um estranhamento por parte dos profissionais. Esse estranhamento foi expresso em um levantamento feito pelos participantes, fora do espaço do grupo, e entregue às estagiárias sobre quais foram os incômodos sentidos no primeiro encontro

dessa prática grupal. Os participantes mencionaram que nunca antes tinham visto uma equipe reflexiva em funcionamento e que, mesmo com a explicitação de seu propósito, acharam que as estagiárias dessa equipe tinham a intenção de avaliar os profissionais durante o encontro. Além disso, eles partilharam como tal espaço vinha sendo utilizado anteriormente, com a proposta de atividades lúdicas, com a comemoração de aniversários, preparação de eventos, projeção de filmes, entre outras. Esse formato anterior do grupo foi colocado em contraponto com a proposta das estagiárias de, em círculo e cada um falando de uma vez, conversarem sobre como gostariam que o espaço fosse utilizado a partir de sua entrada na coordenação. Alguns entenderam que esse formato deixou o grupo muito sério e as estagiárias autoritárias. Para a equipe de trabalho, negociar o objetivo do espaço grupal não era sinônimo de mudar a forma como ele vinha acontecendo, mas permitir que algumas pessoas da equipe falassem de suas insatisfações com relação à forma como ele estava funcionando, além de evitar a recorrente baixa adesão, o desestímulo das coordenações anteriores e favorecer uma definição conjunta e negociada, ainda que múltipla, dos objetivos do grupo. Entendemos a iniciativa dos participantes em colocarem no papel suas críticas como um voto de confiança em nosso trabalho e em nossa capacidade de melhor responder as suas necessidades. Assim, propomos no segundo encontro uma conversa entre estagiárias e participantes sobre os incômodos apontados. Com relação ao incômodo causado pela postura das estagiárias e o uso da equipe reflexiva, entendemos que essa postura foi inadequadamente incomum naquele contexto conversacional, precisando que as coordenadoras recuperassem com os participantes seu modo confortável de funcionar. Foi possível entender, também, que muitos profissionais não haviam participado da decisão de inclusão das estagiárias nesse trabalho, o que se considerou importante de ser renegociado. Para a equipe que aceitou o convite de coordenação desse grupo a possibilidade de construção conjunta do contexto conversacional seria a forma mais compartilhada e menos impositiva de iniciar sua atuação. Todavia, como apontam as perspectivas construcionistas sociais, é apenas na suplementação do outro em conversa que vai se delineamento a possibilidade de diálogo. Participa dessa suplementação a consideração das tradições das práticas em saúde pública que, muitas vezes, não envolvem a ativa participação dos profissionais nas decisões sobre quais espaços participarem e sobre o porquê dessas participações, com decisões unilaterais e hierarquizadas. A partir de nossa experiência, entendemos que o incentivo a essa participação deve ser buscada sem se desconsiderar as práticas sociais institucionalizadas, cuidando para que a diferença apresentada possa até ser

causadora de incômodos, mas que seja também oportunidade para a transformação e questionamento do status quo.

Saúde, trabalho e integralidade no âmbito do SUS: cartografias e apoio institucional

Fabio Hebert da Silva, Patrícia Henrique de Souza Durans, Betânia Belan da Silva, Renata Silva Alves, Ruani de Oliveira Machado, Jessyka Custódio da Silva Nobre, Matheus Neto Peixoto, Aline Monteiro de Almeida, Tairine Corrêa de Mendonça

Esta pesquisa está articulada ao projeto de cooperação técnico-científica entre o DAPES/MS e o LAPPIS/IMS/UERJ: "Áreas Programáticas e direito à saúde: construção da integralidade no contexto do apoio institucional". E visa a sistematização de estudos sobre a atuação do apoiador institucional no desenvolvimento de políticas específicas no SUS, tendo em vista os desafios que a construção da integralidade do cuidado e do direito à saúde colocam à gestão das políticas de saúde. Conta com a participação de pesquisadores de várias outras instituições, entre elas: UFF, Hospital Sofia Feldmann, UFES, UNB, a realizar-se no período de outubro de 2012 a julho de 2014. Objetiva-se, nessa direção, compreender: os diversos contextos e especificidades locais e regionais do território nacional; os desafios concernentes aos objetos específicos da programação e das estratégias das políticas de saúde; a materialização da integralidade do cuidado como condição de efetivação do direito humano à saúde; a relação entre integralidade e apoio como eixo orientador das ações, que permite aproximar as diferentes áreas programáticas e a gestão das políticas de saúde. Tomamos como principal referência para nos ajudar na discussão sobre as noções de apoio institucional, os princípios, diretrizes, métodos e dispositivos da Política Nacional de Humanização e as contribuições do professor Gastão Wagner Campos. Tais referências contribuem para reflexão sobre os desafios referentes à produção de democracia institucional nas organizações de saúde. Desse modo, afirmamos a produção de subjetividade como uma dimensão inerente ao trabalho em saúde, aspecto que os gestores, trabalhadores e usuários devem observar nas relações que estabelecem entre si, com outras equipes e unidades, e também nas relações estabelecidas na construção de uma política pública. A consideração dessa questão é passo primordial para que se deem de modo democrático o reconhecimento de necessidades sociais, a negociação e disputa entre os interesses e desejos envolvidos e a definição de estratégias. A pesquisa se constitui em torno de duas estratégias metodológicas: um questionário online para o mapeamento de algumas questões referentes ao apoio e uma convocatória para relato de experiências de apoio institucional, a partir da qual foram selecionadas 11 experiências, em quatro regiões do Brasil. O questionário tem nos permitido ter algumas referencias em relação ao tamanho e à

distribuição dos apoiadores no território brasileiro. O questionário tem nos ajudado a qualificar algumas questões em relação às estratégias de apoio. Nas discussões sobre a importância desse mapeamento surgiram algumas questões que utilizamos para orientar sua construção: Quem são os apoiadores? Quais são os itinerários formativos? Quais são as principais ferramentas utilizadas pelos apoiadores? Podemos pensar o apoio hoje como dispositivo de produção de solidariedade, democracia institucional e garantia do direito à saúde? A ideia é que o questionário sirva como dispositivo. Somente quantificar seria esvaziar de historia e complexidade o apoio em meio aos desafios do SUS. Até o momento foram respondidos cerca de 700 questionários, que ficará online até dezembro de 2013. A outra estratégia, a convocatória, visa mobilizar experiências de apoio institucional voltadas para melhoria dos processos de gestão, trabalho e formação. Esta estratégia tem o objetivo de produzir um entendimento mais ampliado das trajetórias e materialidade das experiências de apoio, incluindo aqui, usuários, gestores e trabalhadores e suas práticas, na interface com o direito à saúde, integralidade, formação, gestão dos processos de trabalho, redes sociais de cuidado, redes de atenção à saúde e ampliação da democracia institucional. O acompanhamento das experiências tem permitido pensarmos junto aos apoiadores institucionais e junto ao DAPES/MS, como esse apoio tem acontecido no cotidiano das instituições e seus principais efeitos e repercussões. A etapa de campo, com o acompanhamento intensivo das 11 experiências de apoio, será realizada de agosto a outubro de 2013. É importante ressaltar que, desde outubro de 2012, temos realizado uma série de eventos de discussão e corresponsabilização pela construção da pesquisa, dentre eles: oficinas temático-metodológicas, encontros de validação dos instrumentos e ferramentas com apoiadores de todas as regiões do país, encontros macrorregionais para discussão do tema do apoio e áreas técnicas, simpósio nacional para lançamento da convocatória e da estratégia de mapeamento, seminário nacional de integralidade abordando o tema do apoio, etc.. Através dessas estratégias, reafirmarmos os princípios éticos que sustentam esta pesquisa, entendendo que há nesses princípios, uma dimensão do cuidado e uma perspectiva de avaliação dos efeitos de nossas práticas enquanto praticamos. Cuidado esse, que implica uma atenção aos modos como temos estabelecido relações dentro do SUS e como temos surgido nesse SUS como trabalhadores, usuários e gestores. Assim, como aspectos centrais nesse estudo, estão os efeitos da produção de subjetividade relacionados à prática do apoio institucional, considerando: a construção de processos transversais às diferentes políticas específicas do Ministério da Saúde, as singularidades dos coletivos, o cuidado em saúde e a construção da participação. Reafirmamos

assim, uma aposta e um compromisso ético que diz dessas dimensões: patrimônios coletivos, modos de se fazer pesquisa; e ao mesmo tempo, a singularidade e o caráter processual do nosso objeto. Tais elementos justificam, em nosso entendimento, a relação dessa pesquisa com o GT "O CUIDADO EM SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO" e o eixo temático da Saúde.

GT 39. SAÚDE MENTAL

Adolescência e uso de crack sob a perspectiva do conceito vulnerabilidade

Shana Rohmann

O presente trabalho tem por escopo levantar questões acerca do conceito vulnerabilidade no que concerne o uso da substância psicoativa conhecida como crack, envolvendo a população adolescente. A temática apresentada se mostra relevante, uma vez que, o fenômeno de uso de crack demonstra ser um crescente problema de saúde coletiva na sociedade contemporânea. A pesquisa foi precedida do levantamento bibliográfico e revisão não sistemática da literatura cientifica, bem como de pesquisas da base de dados Scielo e outros artigos publicados e disponíveis entre 2008 e 2013, a partir dos seguintes descritores: adolescência, vulnerabilidade, crack, comportamento de risco e fator de risco. A revisão bibliográfica buscou analisar, comparar e avaliar integralmente o conteúdo encontrado referenciado pela psicologia sócio-histórica, somado a experiência clinica e atuação na área da adolescência. Através do estudo empreendido e dos dados epidemiológicos encontrados nos Levantamentos realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), foi possível obter resultados contraditórios, uma vez que as pesquisas com estudantes brasileiros apontam para uma diminuição do uso da maioria das drogas, o que difere dos apontamentos da literatura científica, a qual sugere um aumento deste uso. No tocante a vulnerabilidade, verificou-se a relação do individuo com o meio social, seu acesso à informação, aos serviços de saúde e educação, bem como aspectos sociopolíticos e culturais estão relacionados a determinados segmentos populacionais, tais como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, populações indígenas, entre outros, porém, vulnerabilidade não se restringe à condição econômica, pois se encontra atravessado por questões de orientação sexual, gênero e etnia. Foi possível constatar que caracteriza-se como adolescentes em vulnerabilidade social para uso do crack, jovens do sexo masculino e de baixa renda. A adolescência de um modo geral enquanto categoria de análise poderia ser equivocadamente classificada como grupo de risco para o abuso do crack,

assim como outrora eram considerados os chamados quatro Hs (homossexuals, hemophiliacs, haitians e heroin adicts), quanto ao fenômeno do HIV/AIDS. Foi possível inferir que a progressão da conceituação grupo de risco para comportamento de risco, no que diz respeito ao uso de drogas, poderia minimizar possíveis estigmas; porém também pode se verificar limitações neste segundo conceito quando trata da constituição de programas de prevenção para o uso e abuso de drogas ou políticas públicas voltadas a essa demanda. Considerando que comportamento de risco também poderia estar relacionado a uma conduta moral do individuo, logo recairia na culpabilização deste pela sociedade. No tocante ao conceito vulnerabilidade e comportamento de risco, bem como dos dados epidemiológicos, estudantes e, portanto adolescentes de um modo geral podem não se configurar população de risco quanto ao uso de crack, embora seja imprescindível politicas de prevenção desta e outras drogas nas escolas e em toda comunidade. Não obstante, os levantamentos do CEBRID se referem a jovens pertencentes a escolas públicas e privadas, e, portanto, a inclusão num sistema de ensino, pode ser fator de proteção para o uso de substâncias psicoativas. Esta constatação poderia desmistificar, portanto, adolescência de um modo geral como grupo de risco, porém um dos autores pesquisados salienta que as consequências advindas do uso do crack não são compatíveis com a permanência em ambiente escolar. Sendo assim, as pesquisas realizadas neste âmbito podem estar subestimadas, o que sugere existir um possível aumento do uso do crack, porém em populações específicas, como, meninos de rua ou outras expostas a fatores de riscos ou em condição de extrema vulnerabilidade social. Portanto é razoável pensar que a condição de vulnerabilidade pode ser determinante ou fator considerável para uso de substâncias psicoativas. Contudo com o emergir do conceito vulnerabilidade nas últimas décadas, este se avulta e vem ganhando repercussão e legitimidade na comunidade cientifica, porém se faz mister atentar quanto a tendência a generalizações e sua utilização enquanto rótulo ou estigma, dada a condição de vulnerabilidade atribuída a um segmento ou comportamento social. Desta forma, entende-se que, identificar os fatores de risco e comportamentos de risco, no que tange à intervenção à população adolescente não basta. No entanto, a compreensão do conceito de vulnerabilidade auxilia e pode ser considerado no estudo do fenômeno do crack, bem como na construção de políticas públicas voltadas a ações de prevenção a populações especificas.

Apoio matricial no cuidado em saúde: formação interdisciplinar para estudantes e profissionais

Gisele Dhein, Suzana Feldens Schwertner

A Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES) é um serviço-escola do Centro Universitário UNIVATES que envolve docentes e estudantes dos cursos da área da saúde, constituindo equipes multiprofissionais e visando formação e práticas interdisciplinares. O serviço-escola conta com a parceria e desenvolve ações compartilhadas com as equipes de saúde e outras políticas públicas de quatro municípios. A CURES, ao mesmo tempo em que atende a determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais de alguns dos cursos, como a Fisioterapia e a Psicologia, sobre a exigência do serviço-escola como espaço de formação, desenvolve ações de apoio junto aos profissionais das equipes de referência da rede de cuidado dos municípios parceiros. Dessa forma, estre trabalho tem como objetivo relatar e discutir ações que já vem sendo desenvolvidas pela CURES com os municípios no que diz respeito ao apoio matricial, entendendo este como uma ferramenta importante na consolidação das políticas públicas de saúde mental e atenção básica. A aproximação da universidade, gestão, comunidade e serviços de saúde é que permitirá a efetivação das práticas e cuidados em saúde propostos pelas políticas brasileiras. Considerando que o apoio matricial (e equipe de referência) são, conforme Campos e Domitti (2007) "arranjos organizacionais e uma metodologia para a gestão do trabalho em saúde" (p. 399) que podem oportunizar a realização da clínica ampliada e o diálogo integrado entre distintas especialidades e profissões, a equipe passou a desenvolver ações de apoio matricial a partir das demandas e necessidades apresentadas pelas equipes dos municípios. Estas ações são desenvolvidas por equipes multiprofissionais da CURES, constituídas por docentes e estagiários, organizadas de acordo com os temas e necessidades recebidas. Os encontros ocorrem periodicamente, alguns são quinzenais outros mensais, de acordo com o andamento das atividades e a avaliação do processo. Entre as demandas por apoio matricial já realizadas estão: as discussões clínicas e de compartilhamento na construção de Projeto Terapêutico Singular de alguns usuários; intervenções conjuntas em grupos de promoção à saúde; reuniões periódicas para a realização de grupos com adolescentes e grupos com adultos; e assistência ao atendimento de casos que necessitam de ações especializadas, na maioria das vezes em saúde mental. As atividades de apoio matricial junto às equipes, que em sua maioria são de Unidades Básicas de Saúde ou Estratégias de Saúde da Família, são antecipadas por estudos e debates entre docentes e estudantes da CURES responsáveis pela

intervenção. Estas ações têm produzido impactos importantes no processo de formação tanto na equipe da CURES, pois tem a oportunidade de vivenciar o trabalho em equipe, por meio de diferentes ações que ultrapassam o campo disciplinar, como dos profissionais da rede locorregional, que podem repensar os processos de gestão do trabalho em saúde, os dispositivos de cuidado e implementar ações em rede, considerando a participação de vários profissionais, de diferentes áreas de formação e do próprio usuário. A implementação do apoio matricial também tem mobilizado os docentes que atuam como supervisores do serviço-escola para aprender e criar estratégias para acompanhar e implementar estas que ainda são 'novas' práticas no cotidiano da saúde.

Cartas: um olhar para si mesmo

Janaina Carrijo de Souza Alves, Graciela Neves da Costa Duarte, Edna Alves de Oliveira, Natália de Freitas Pereira, Marilda de Oliveira, Gabriela Teixeira de Rezende

Este trabalho apresenta a prática de um projeto de extensão, o qual teve o objetivo de oferecer a produção de cartas aos pacientes da enfermaria de psiquiatria do Hospital de Clínicas de Uberlândia (HCU-UFU), durante seu período de hospitalização, visando inserir a escrita como recurso terapêutico e dispositivo de resgate da comunicação e interação social. O projeto foi realizado no ano de 2012, fugindo do atendimento meramente assistencialista e tendo como foco o sentido de promoção de saúde que, nas últimas décadas, vem sendo recuperado com a compreensão de que é preciso resgatar a autonomia dos sujeitos e dos grupos sociais. A ideia de promoção é concebida, então, como um meio de se dar impulso, de fomentar, diferentemente do conceito de prevenção, calcado no entendimento de medidas que tentam evitar e diminuir o surgimento de doenças, controlar transmissão de doenças infecciosas e reduzir as doenças degenerativas e outros agravos. Dessa forma, para se promover saúde, o profissional que atua na atenção básica, média complexidade ou alta complexidade, precisa pensar na importância da rede social para o processo de atendimento do usuário, assim como a intersetorialidade. Para tanto, é necessário um pacto maior do que só conhecer a história do sujeito. Diante desta perspectiva de cuidado e atenção ao usuário do serviço de saúde pública como um meio de promoção de saúde e como estratégia de articulação transversal, o projeto convidou os pacientes da enfermaria de psiquiatria para participarem de narrativas terapêuticas, visando mecanismos de redução das situações de vulnerabilidade e dos efeitos do adoecer. Para pensar e executar o projeto, a equipe foi formada, inicialmente, por uma psicóloga, uma terapeuta ocupacional (ambas, funcionárias do HCU-UFU) e duas graduandas do curso de psicologia. A proposta da

escrita de cartas, como um meio de expressão, teve o intuito de promover uma oportunidade dos pacientes narrarem o seu conhecimento sobre o processo de adoecimento e internação; relatarem suas histórias de vida; ressignificar a forma como entendiam sua situação frente ao adoecimento; além de oferecer outro modo para que falassem de suas dores, angústias, dificuldades, anseios e seus modos de enfrentar a hospitalização, bem como buscar uma conexão entre paciente, família de origem e vínculos sociais no processo de reabilitação e tratamento. Os pacientes foram convidados a ditar ou escrever cartas de livre produção. As oficinas aconteceram no período de abril a novembro de 2012, sendo realizadas uma vez por semana e com duração de 50 minutos. A produção realizada pelos participantes foi encaminhada por correio aos familiares e/ou destinatários quando solicitado pelo paciente ou entregue pessoalmente, inclusive no local de produção. O recurso das cartas se apresentou como um meio de suporte para a retomada da condição de saúde mental, bem como uma forma de resgate do vínculo social que, geralmente, se encontra fragilizado devido à internação, ressignificando, deste modo, a vivência da hospitalização/internação tanto para o sujeito que escreve quanto para aquele que recebe a carta. O uso das cartas possibilitou que os pacientes se utilizassem de uma forma diferente de expor seus sentimentos, buscando superar a dificuldade que muitos encontram ao se expressar através do diálogo. Também é uma forma do terapeuta resgatar seu encontro com paciente, analisando de forma minuciosa o que é externalizado pelo interno. Dispor deste recurso acessa o sofrimento psíquico, dando significado a este e amenizando o quadro de crise em que o paciente se encontra e, propicia também, o resgate com sua rede social. As cartas não são diagnósticas, apenas apresentam situações e possibilidades de se explicar um momento, um estado e até mesmo um sentimento. É uma forma de registro da história, dos avanços e das possibilidades futuras que se descobriu em cada um dos sujeitos. Este recurso possibilitou refletir sobre as experiências dos pacientes em uma dimensão temporal. Isto porque, as palavras sobrevivem à conversação e a escrita, imortalizada neste trabalho terapêutico, possibilita consultas e reflexões além do tempo de atendimento. Desta forma, observa-se que, o uso da narrativa propiciou, por meio da linguagem, entender o sentido que o paciente dá à suas angústias, livrando-se dos rótulos trazidos pelos diagnósticos. Sendo assim, a utilização das cartas, escritas ou ditadas, se transformou em um instrumento capaz de dar voz aos sentimentos, promovendo saúde, proporcionando qualidade de vida e reduzindo a vulnerabilidade e riscos à saúde.

Dispositivos de liberdade? Relações entre medicalização, saúde mental e atenção básica no Brasil

Carlos Alberto Severo Garcia Junior, Felipe Augusto Leques Tonial

O presente debate trata-se de uma reflexão a partir de textos foucaultianos discutidos coletivamente na disciplina intitulada "Michel Foucault, biopolítica e governamentalidade", ministrada pela Profa. Dra. Sandra Caponi durante o segundo semestre do ano de 2012, ampliada pelo interesse em aprofundar a discussão dos desafios envolvidos na medicalização da vida. Trata-se de um percurso permeado de inserções profissionais e acadêmicas em tempos diferentes, frestas e pontos que foram subsidiadas pelo cotidiano de serviços de saúde e questões disparadas por trabalhadores e usuários de saúde. Assim, a abordagem cartográfica configura-se como principal aproximação metodológica, trazendo a experiência e as afecções dos profissionais aqui envolvidos à análise. De maneira geral, esse ensaio busca discutir os possíveis espaços de exercício de liberdade que existe na relação de alguns dos elementos que compõem o dispositivo de medicalização no contexto brasileiro, a saber, na relação entre indústria farmacêutica, medicalização da vida e Atenção Básica, como política pública na ordenação das redes de atenção à saúde. Para entender a reflexão, definimos brevemente nesse resumo os principais conceitos que serão operados: governamentalidade, biopolítica, biopoder e dispositivo. Foucault cunha o termo "governamentalidade" para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar. Biopolítica seria uma maneira pela qual se buscava racionalizar os problemas colocados para a prática governamental dos fenômenos próprios de uma população, tais como: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça. A forma de poder que se organiza em torno da gestão de vida é nomeada de biopoder. A vida, portanto, é tomada pelo poder e isso acontece a partir dos corpos dos sujeitos. Dispositivo é a relação que existe entre diferentes elementos heterogêneos em um contexto de saber-poder específico, no nosso caso, no contexto da medicalização. Assim, denominamos de "dispositivo de medicalização" nosso principal campo e objeto de análise. Entendemos aqui que o dispositivo da medicalização faz parte da biopolítica de Estado e age conformando e disciplinando os sujeitos para instaurar uma determinada normalidade e uma normatividade específicas e úteis ao Estado. Logo, este dispositivo faz parte de uma governamentalidade específica, expressando-se, dentre outros lugares, em uma política pública de saúde. No contexto do SUS, temos a medicalização como uma das principais, se não a principal, terapêutica no tratamento dos usuários. Esta é, então, entendida como a forma primeira de encontro do biopoder com corpo, objetivando o sujeito.

No entanto, o ato de medicalizar é a ponta deste dispositivo e é onde este encontra o corpo dos sujeitos e, para fazer uma análise minimamente coerente, quiça discutir os espaços de liberdade que pode existir para o sujeito nesse contexto, temos que conseguir analisar, problematizar, a tensão que existe na relação com outros elementos deste dispositivo. Para isso, nesta reflexão, elegemos os seguintes elementos de problematização: indústria farmacêutica, atenção básica e medicalização da depressão. Para esta discussão, então, após definir melhor a articulação que existe entre os principais conceitos trabalhados, introduziremos a indústria farmacêutica como parte importante deste dispositivo, suas entradas e relações com os outros elementos do dispositivo. Num segundo momento, discutiremos a Atenção Básica como o lugar por excelência de encontro deste dispositivo no corpo da população, já que se configura porta de entrada da política de saúde do Estado, além de ser coordenadora do cuidado, fornecendo atenção sobre a pessoa no decorrer do tempo. Logo, devemos entender a medicalização como parte de uma biopolítica de Estado que produz determinadas práticas de si e, respectivamente, determinados modos de vida considerados normais. Tratar os comportamentos humanos como doenças e simplifica-los pode ser uma armadilha para ignorar as individualidades e propor um apagamento das singularidades. O Estado pode operar na saúde de várias maneiras, com diferentes equipamentos e providências, logo, pela Atenção Básica tem-se um trabalho da vida pública esquadrinhado nos microterritórios, incorporando a vida privada. O Estado, através da força de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), entra no território de vida dos sujeitos a partir da Estratégia da Saúde da Família (ESF), isto é, sob a prerrogativa de "preservar a vida" permeia a vida dos sujeitos. Por isso, num terceiro e último momento, tendo feito esta análise primeira, propomos discutir quais espaços de liberdade são possíveis no contexto analisado, norteados pelos seguintes questionamentos: Qual a margem de exercício de liberdade nesse contexto? Como essa liberdade pode ser exercida no contexto da saúde pública brasileira? Podemos pensar liberdade de escolha quando há numerosas e diversificadas técnicas para obter a sujeição dos corpos e controle da população? Seria, portanto, uma liberdade de controle de gestão da vida ou um controle de liberdade pela gestão da vida? Tem-se plena consciência do caráter parcial desse ensaio, não se trata aqui de solucionar os problemas colocados, e sim de tentar, simplesmente, fornecer elementos para reflexão.

Do manicômio à associação: uma etnografia de uma associação de usuários e usuárias de serviços de Saúde Mental de Florianópolis, Santa Catarina

Fernando Augusto Groh de Castro Moura

Esta pesquisa teve por objetivo analisar etnograficamente as atribuições de sentido concernentes às práticas e discursos dos integrantes de uma associação de "usuários" e "usuárias" de serviços de saúde mental de Florianópolis, Santa Catarina. Na pesquisa de campo, realizada entre os meses de agosto e novembro de 2012, foram utilizados procedimentos qualitativos, próprios ao método de natureza etnográfica, a partir de observação participante nas reuniões da associação e de entrevistas e diálogos com os sujeitos de pesquisa. A análise realizada contemplou algumas discussões de cunho antropológico acerca das tensões, ambiguidades e paradoxos que emergem nos interstícios das associações de "usuários" e "usuárias". Se, por um lado, os princípios da reforma psiquiátrica brasileira assentam-se na ideia de "desinstitucionalização", por outro lado, uma nova forma institucional é engendrada na busca da autonomia dos "usuários" e "usuárias" e os sujeitos cujas vozes eram, outrora, silenciadas ou apenas objeto de interpretação terapêutica, ocupam agora os cargos de Presidente, Vice-presidente e Secretário. No interior do "movimento" de "usuários" e "usuárias", os "movimentos" não param. O fato de "usuários" e "usuárias" se organizarem na busca por direitos específicos trouxe interessantes elementos para a discussão sobre diferença e igualdade. Se a afirmação de uma diferença pode reafirmar a estigmatização da "loucura" e o preconceito com o "louco", enfraquecendo a luta pela igualdade, de que forma tal afirmação e reivindicação por direitos pode agir em prol de fortalecer a busca pela igualdade? Além disso, foi possível notar nas narrativas tanto dos "técnicos" quanto nas de alguns "usuários" e "usuárias", que as atividades praticadas nos espaços da referida associação adquirem significados que transitam entre a dimensão do político e do terapêutico. Por vezes, aquele espaço é visto como (mais) um espaço de cura, bem como os "usuários" e "usuárias" ali presentes vistos como pacientes também no momento de militância. Entre estigmas e protestos, foi possível perceber que o movimento que vai "do manicômio à associação" ora avança e ora retrocede, cujos significados transitam entre os ranços manicomiais e a conquista de direitos, no qual a hegemonia da biomedicina tem um preponderante papel. Levando em consideração tanto a Antropologia quanto a Psicologia como sistemas de conhecimento construídos socioculturalmente, penso que a aproximação entre ambos os campos é de grande relevância tanto para a área da Psicologia, ao ajudar a pensar de que forma a Antropologia pode fornecer bases que contribuam para sua práxis, quanto para a Antropologia Social, em que a emergência de novas reflexões permite esboçar possíveis ressignificações no interior da disciplina. Consonante com o escopo do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO, esta pesquisa procura trazer contribuições antropológicas sobre a articulação entre as práticas sociais, as políticas

públicas e os Direitos Humanos. Neste sentido, um olhar antropológico sobre a participação dos "usuários" e "usuárias", os desafios do trabalho em equipe por eles enfrentados, os processos de produção de sentido ali engendrados, as relações dos integrantes com os profissionais da área da Saúde Mental nesses espaços, bem como a forma com que eles avaliam as políticas públicas em Saúde, trazem uma perspectiva interessante e fecunda sobre as possibilidades emancipatórias e a construção da cidadania.

Família e idoso: repercussões psicossociais do cuidado a idosos com dependência que frequentam centro de convivência

Charles José Roque, Sueli Terezinha Ferreira Martins

Nas últimas décadas tivemos avanços na saúde que contribuíram significativamente para o aumento da expectativa de vida. O envelhecer é um processo natural, individual, universal e irreversível da vida humana, que se expressa em mudanças físicas, psicológicas e sociais. Espera-se que todos vivenciem o processo de envelhecimento com autonomia e independência, porém, parte da população vive em condição de fragilidade, com limitações físicas e/ou cognitivas. O presente estudo ocorre num Centro de Convivência para idosos localizado no interior do Estado de São Paulo. Trata-se de uma organização não governamental que atende pessoas, principalmente a partir de 60 anos com dependência, visando à preservação da capacidade funcional, oferecendo atividades de estimulação física, cognitiva e social. Também desenvolve reuniões e grupos de apoio para familiares/cuidadores, com suporte e orientações necessárias no processo de cuidado. Estes idosos necessitam de auxílios nas atividades básicas e/ou instrumentais da vida diária, ficando esta responsabilidade na maioria dos casos com apenas uma pessoa da família. Tal situação tem repercussões profundas na dinâmica familiar e normalmente é vivenciada sem acompanhamento adequado na rede de atenção da saúde pública. A maioria dos idosos atendidos tornaram-se dependentes devido a ocorrências de Acidente Vascular Encefálico, Doença de Alzheimer, outras demências senis não diagnosticadas e comorbidades de saúde. Através de observações na rotina de trabalho do Centro, é notável situações adversas e distintas formas de relações interpessoais entre idosos e seus familiares/cuidadores. A compreensão ampliada acerca dessas expressões e seus fatores determinantes, se faz necessária, aos profissionais da esfera pública e do terceiro setor, no intuito de possibilitar aos idosos e as famílias, melhores estratégias de enfrentamento das problemáticas vivenciadas cotidianamente. Pretendeu-se conhecer e compreender a partir de relatos de familiares cuidadores de idosos com dependência, usuários de um Centro de

Convivência, elementos e aspectos que influenciam, predominam e determinam as expressões de possíveis problemáticas na dinâmica familiar. O crescimento da faixa etária idosa traz desafios e questões emergentes que no campo da saúde mental se encontram ainda incipientes, especialmente no que se refere ao apoio às famílias de idosos com dependência. É possível observar que as interações sociais vivenciadas nos lares muitas vezes são marcadas por negligência, exclusões e outras violências, sendo na maior parte velada e circunscrita ao campo da subjetividade do sujeito. Os serviços de saúde recebem sub-financiamentos, possuindo limitados recursos para suprir todas as demandas. Consequentemente, inviabiliza-se a promoção de saúde e, muitos serviços ficam impossibilitados de realizar tratamento/acompanhamento contínuo e efetivo. Assim, faz-se necessário discutir tal temática, aprimorar seu desenvolvimento como também buscar possibilidades que apontem novos caminhos. No levantamento de dados foram realizadas fundamentalmente entrevistas semiestruturadas com os familiares de idosos com dependência, usuários do Centro. A análise estruturou-se via "núcleos de significação" (AGUIAR, OZELLA, 2006), a partir dos conteúdos das entrevistas, amparada nas categorias da Psicologia Sócio-Histórica, que compreende o homem como ser social e histórico, que se encontra numa constante dinâmica de relações, seja com objetos, com a natureza ou outros seres humanos. Por serem historicamente constituídos devem ser pensados em movimento - que se desenvolvem, se transformam junto e simultaneamente com a própria transformação que realizam - por meio de suas atividades, nas condições histórico-sociais circunscritas que é repleta de adversidades, exigindo do(a) pesquisador(a) desvelar as aparências imediatas, captando seu movimento, as contradições e a totalidade do fenômeno (VIGOTSKI, 1934). Considerando os dados da literatura e a análise das entrevistas, podemos constatar algumas repercussões: 1) alto nível de estresse à exposição do(a) familiar na atividade de cuidados contínuos; 2) isolamento social da pessoa cuidada e familiar cuidador(a); 3) negligência no autocuidado do(a) cuidador(a); 4) aumento nos custos de vida decorrente da condição de ter uma pessoa com dependência na família; 5) envelhecimento, sofrimento ou adoecimento do(a) cuidador(a); 6) dificuldades em conciliar as atividades de cuidado com o trabalho formal; 7) risco de precarização e negligência nos cuidados prestados ao idoso podendo incorrer em maus tratos, abandono, institucionalização ou outras formas de violência (BRASIL, 2013). A dinâmica familiar predominante no contexto atual não é propicia para atender as demandas de cuidados dos idosos dependentes e de seus familiares. Ainda tem sido predominantemente incumbência da mulher a atividade de cuidar. As redes de apoio familiar e comunitárias são insuficientes e os mecanismos institucionais

continuam precários (LEBRÃO, 2006). Observamos que o familiar se depara com tarefas para as quais não está preparado, como o progressivo declínio da saúde do idoso, podendo gerar sofrimento físico e psíquico. Tal configuração pode repercutir negativamente na saúde do idoso, do cuidador e na dinâmica familiar. Compreende-se que o Estado ignora a população de idosos, inclusive suas histórias e o processo condicionante a situação de exclusão social e exposição a diversas mazelas. Portanto, é imprescindível que profissionais e sociedade busquem formas de empoderamento e instrumentalização para reivindicar seus direitos e criar novas estratégias de enfrentamento das problemáticas veladas e/ou explícitas.

Medicalização da vida: estudo sobre o uso de psicofármacos no Espaço de Cuidado em Saúde

Lauriane Martins Santana, Andrea Venezuela Campos

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as questões centrais que motivam o uso de psicofármacos em usuários atendidos no Espaço de Cuidado em Saúde (ECS), tendo como base argumentações sobre o tema Medicalização da Vida. Com a sua implementação no ano de 2011, o ECS tornou-se unidade de referência em atendimento a usuários que sofrem com questões emocionais/psiquiátricas de baixa e média complexidade no âmbito do SUS no município de Volta Redonda. Localizada na região do Médio Paraíba, Volta Redonda é uma cidade de médio porte e possui cerca de 260 mil habitantes. A pesquisa realizada está relacionada ao GT Cuidado em saúde e a construção da participação e o Eixo Saúde, por propor reflexões sobre a lógica de cuidado preconizada pela Reforma Psiquiátrica que vem de encontro com as práticas cuidadoras de acolhimento, uma das mais importantes diretrizes da Política Nacional de Humanização do SUS. O movimento de busca que se pode fomentar no trabalho com usuários dos serviços de saúde é desafiador, pois a todo o momento faz-se necessário um reflexão sobre a práxis de todos os profissionais envolvidos para amenizar os riscos de uso indiscriminado de psicofármacos, situação que gera uma grande despesa aos cofres públicos e produz uma demanda que geralmente não tem uma assistência adequada. Para CAPONI e MARTÍNEZ HERNÁEZ (2011) o fetichismo em relação às doenças resulta em um aumento relevante de diagnósticos de depressão, ansiedade e outros transtornos, dificultando a delimitação das “fronteiras” entre o sofrimento normal e o patológico. Além desta questão, outra de grande relevância é a de automedicação e desinformação dos usuários a respeito dos medicamentos que utilizam. A desinformação ocorre também com a classe médica e as informações disponibilizadas pelas indústrias farmacêuticas são disseminadas através de uma publicidade que enfatiza os objetivos

comerciais, deixando em segundo plano os sanitários (BARROS, 2000). Através de um estudo em 65 prontuários de usuários que ingressaram no ECS entre os meses de agosto e dezembro de 2011 e mantiveram acompanhamento até o mês de Junho de 2012, foi realizada pesquisa quantitativa de dados sobre faixa etária, sexo, escolaridade e estado civil. Na qualitativa foi realizada análise de conteúdo do primeiro acolhimento ao usuário registrado pelos profissionais a fim de identificar o "conteúdo manifesto", ou seja, o que ele percebe como a causa de seu sofrimento. Sendo assim, a partir da análise destas amostras foram construídas cinco grandes categorias: Relações Familiares, Estado de Saúde, Eventos Traumáticos, Sociabilidade e Sexualidade e Trabalho. O estudo apontou que grande parcela de usuários atendidos no serviço é do sexo feminino (85%). Foi verificado que o número de atendimentos na faixa etária de 42 a 52 anos é maior (46%). A predominância no uso de psicofármacos foi entre pessoas casadas (36%). Quanto à escolaridade o uso se apresentou maior entre usuários com ensino médio completo (46%). Em relação às narrativas dos usuários no primeiro acolhimento, os assuntos mais abordados na categoria Relacionamentos Familiares foram: o uso abusivo de álcool e drogas em cônjuges/companheiros do sexo masculino e pelo pai; dificuldades de relacionamento com a família de origem ou com formação de uma nova família, violência intrafamiliar e luto em relação ao falecimento de ente querido. Sobre Estado de saúde, um fator recorrente nas narrativas foi a aparição de "doenças localizadas no corpo", tais como hipertensão, diabetes, insônia, cefaléia, gastrite, etc). Na maioria dos relatos, a medicação foi citada durante o discurso: desejo de não fazer uso de medicação, não conseguir ficar sem a medicação, menção sobre os efeitos, substituição e tempo de uso do medicamento que associavam ao início dos sintomas. Tentativa de suicídio e o isolamento social tiveram poucos relatos nas categorias Eventos traumáticos e Socialibilidade e Sexualidade, respectivamente. A categoria Trabalho também trouxe poucos relatos, geralmente associados ao estresse com a execução da tarefa e dificuldades com os colegas. Com a sistematização das informações relatadas, revelaram-se quais são as questões que podem contribuir para o sofrimento psíquico/emocional, assim como permitiu a identificação de áreas mais fragilizadas e que comprometem o bem estar físico e mental dessas pessoas. A prática de prescrição de medicamentos se reproduz de forma banal porque atende aos interesses da indústria farmacêutica que se beneficia de um funcionamento deficitário e burocrático dos serviços de saúde pública que não estão preparados para receber a grande demanda de pessoas que procuram por atendimento. Assim, não se dispõe de tempo hábil para escutar a história de vida do usuário, compreender suas queixas e problematizar sua solicitação por medicamento, o que

repercute em uma prática generalizada de diagnosticar, por exemplo, questões sócio-culturais, como averiguado em casos de uso de álcool/drogas e violência intrafamiliar. Nesse sentido, um maior investimento em políticas públicas contribuiria para uma melhora na qualidade de vida das pessoas, promovendo cidadãos mais críticos.

O Acompanhamento Terapêutico como dispositivo clínico-político de atenção à adolescência na saúde mental

Lorenna Pinheiro Rocha, Analice de Lima Palombini

Após mais de vintes anos desde a implantação da reforma psiquiátrica no Brasil, os avanços observados nas propostas assistenciais dos serviços públicos de saúde mental no que diz respeito às suas experiências no atendimento a adultos se mostram indiscutíveis. Em relação ao público infanto-juvenil, no entanto, o mesmo não parece acontecer; o que se presencia, é que, apesar dos esforços na implementação e consolidação de redes de atenção à infância e à adolescência, como se observa, por exemplo, na IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, ocorrida em 2010, ainda há muito o que avançar. Durante muito tempo, a representação de crianças e adolescentes no cenário das diretrizes políticas públicas de saúde mental apresentou-se vinculada aos comportamentos tomados como desviantes dos ideais apontados pela sociedade, fossem eles médicos, pedagógicos ou sociais, e não havia uma preocupação em se propor um planejamento assistencial específico para esse público. Foi somente com a Portaria MS 336/02, que destaca orientações políticas destinadas, especificamente, à assistência em saúde mental infanto-juvenil, que essa configuração veio a se modificar. O documento define, dentre outros, as atribuições dos Centros de Atenção Psicossocial Infantis – CAPSi II, responsabilizando-os por disponibilizar, não apenas atendimentos individuais ou em contextos grupais, mas novas modalidades terapêuticas para atender a esse público específico, tais como: visitas ou atendimentos domiciliares, acompanhamento à família da criança ou jovem, bem como atividades que visam à inserção social dos sujeitos atendidos. Percebe-se, desse modo, uma iniciativa em promover uma clínica ampliada na rede pública de saúde mental, no sentido de incentivar uma maior abrangência dos serviços oferecidos a essa clientela e o consequente diálogo entre os campos disciplinares envolvidos. Nesse contexto, se demanda o surgimento de novas modalidades de intervenção que exigem uma abertura à interdisciplinaridade e, até mesmo, uma modificação do setting clássico, ampliando, assim, o campo das novas políticas públicas voltadas à saúde mental. Em se falando mais especificamente da adolescência, as experiências no campo do

Acompanhamento Terapêutico (AT) parecem construir modos de ir nessa direção, à medida que possibilitam a construção de novas maneiras de encontro entre a instituição de saúde mental e os adolescentes que buscam seus serviços, mas que, por algum motivo, se mostram inacessíveis ou pouco receptivos às formas tradicionais de intervenção. Além disso, essa modalidade de clínica oferece uma circulação pela cidade, e, assim, um deslocamento físico e subjetivo, que poderia funcionar como uma metáfora da própria operação adolescente: deslocar-se do laço familiar em direção ao social; deslocamento esse que pode vir a funcionar como um meio pelo qual o adolescente consiga construir e se apropriar de um lugar para si, inserindo-se, desse modo, no âmbito da cultura. Nesse sentido, ressalta-se a dimensão clínica do AT. No entanto, essas experiências do AT na rede pública de saúde somente foram possíveis por inserirem-se no contexto de uma política de saúde mental que colocou em prática a construção de uma rede de serviços substitutivos ao manicômio. O acompanhar o adolescente em seus percursos pelos ambientes institucionais, mas também fora deles, na experimentação de uma sociabilidade que pode ser exercida nos espaços abertos da cidade, lugar primordial para a constituição do laço social, colocando em análise o funcionamento da rede, bem como o modo como as comunidades respondem à desinstitucionalização da loucura, dizem respeito ao próprio processo de implementação da reforma psiquiátrica no Brasil. A dimensão que entra em questão, aqui, por sua vez, é a política. É importante ressaltar, entretanto, que, com isso, não se pretende propor uma partição entre o que diz respeito à clínica e aquilo que faz referência à política, mas apenas apresentar uma espécie de breve sistematização, com fins didáticos, para facilitar a compreensão do que se quer dizer ao falar em dispositivo clínico-político. Não há, portanto, como se desarticular essas duas dimensões, pois a clínica do AT, com seus movimentos de ocupação da cidade, já apresenta, em si, uma dimensão inegavelmente política, enquanto que o ato de acompanhar um sujeito em sua apropriação dos espaços públicos da cidade, testemunhando esse processo de inserção social traz efeitos subjetivos importantes para aquele que se faz acompanhar. Desse modo, o presente trabalho objetiva investigar, a partir do referencial psicanalítico e por meio de uma revisão bibliográfica acerca da temática em análise, o modo como a clínica do AT se insere nas políticas públicas de saúde mental, reatualizando, nesse contexto, as propostas de desinstitucionalização da reforma psiquiátrica, inserindo-se, assim, no eixo temático da Saúde. Pretende-se, a partir desse estudo, pensar a pertinência em se tomar esse dispositivo como um produtor de subjetividades que, enquanto tal, possa vir a trazer contribuições à clínica da adolescência no âmbito da saúde mental. Assim sendo, o GT

no qual ele melhor se encaixaria, seria o de número 25: Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil.

O espaço residencial como um instrumento para a construção da autonomia: um estudo nos Grupos Apartamentos no território de Bolonha

Áquila Bruno Miranda, Hernani Luis Chevreux Oliveira Coelho Dias, Maria Stella Brandão Goulart

A partir da experiência de pesquisa realizada no período de setembro de 2012 a julho de 2013 nos serviços residenciais do Departamento de Saúde mental de Bologna(DSM) busca-se apresentar os modelos e práticas reabilitativas desenvolvidas pelos serviços destinado a habitação de pacientes psiquiátricos, que são denominados Grupos Apartamentos. Se trata de um dispositivo de transição que visa a reaquisição da autonomia e o poder contratual de sujeitos que já são acompanhados pelo DSM, mas que viveram durante um longo período em estruturas comunitárias (publica ou privada), que possuem conflitos com a família de origem e/ou que vivem em situação de abandono. Para tanto, esse dispositivo propõe três pré-condições fundamentais para um programa terapêutico reabilitativo: a adesão voluntaria ao projeto, a convivência em pequenos grupos e o apoio de profissionais qualificados. O presente trabalho se inscreve no âmbito da saúde, tendo em vista a VIII Conferencia de Saúde que afirma a necessidade de compreender a busca pela "saúde" como um movimento em direção aos diversos direitos sociais, tal como o "direito a moradia" e/ou "direito a habitar". A pesquisa foi orientada pela metodologia qualitativa, valendo-se da observação participante e de entrevistas semiestruturada com trabalhadores dos serviços e pesquisa bibliográfica. O presente resumo é um produto parcial da pesquisa intitulada "Modelos de Reabilitação Psicossocial para os usuários de psiquiatria: Um confronto das experiências de Minas Gerais e Emilia Romagna". Mas já aponta para a necessidade de repensar as práticas realizadas nos serviços residenciais terapêuticos brasileiros. A luta pelo fim dos manicômios deve ser acompanhada de alternativas praticas que deem respostas elásticas e ricas para as diversas demandas e exigências apontadas pela realidade externa ao hospital psiquiátrico. É preciso um olhar atento para o percurso de cada sujeito durante a aquisição da cidadania e a construção de um espaço "vivido". Também evidencia a importância da estruturação de modelos que visem à construção de redes de suporte com a comunidade ao entorno dos serviços residenciais. A intervenção tem apoio e financiamento do Cnpq e do programa Ciências sem Fronteiras e colaboração da Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Bologna (UNIBO) e o Departamento de Saúde mental e Dependência Patológica de Bologna.

O sentido da maternidade para mulheres portadoras de sofrimento psíquico

Gessica do Carmo de Aquino

Esse estudo é uma das linhas da pesquisa que busca analisar A Experiência da Maternidade em Mulheres Portadoras de Sofrimento Psíquico. Buscou-se compreender o sentido da maternidade para essas mulheres, observando os impactos na experiência de ser mãe, considerando o processo de adoecimento e as tentativas de superação. As mudanças no modelo de cuidado a pessoas com transtorno mental promovidas pela reforma psiquiátrica impõem desafios diários, tendo em vista que a reinserção na sociedade dos antigos pacientes de um modelo hospitalocêntrico faz emergir questões antes ignoradas, como o exercício da parentalidade. Oferecer assistência adequada para mulheres em sofrimento psíquico, objetivando a retomada ou construção do papel de mãe, é uma das tarefas dos serviços de saúde e esse estudo pretende fornecer subsídio para a construção de um cuidado mais integral, que considere as questões de gênero e parentalidade em seu cruzamento com a saúde mental. Moreira e Rasera (2013) ressaltam que os significados atribuídos à maternidade e os sentidos que cada mulher confere a seu respeito são contingenciados por discursos sócio-históricos, que constroem significados específicos sobre o que é ou deveria ser a maternidade. Escolher ter filhos ou não, a vivência do processo gestacional e a relação mãe-filho são elementos decorrentes do cruzamento de fatores culturais, sociais e psíquicos (CHATEL, 1995; SEJER; STERWART, 1997). A maternidade não é, portanto, um fato puramente biológico tal como observada em outros animais. O discurso da maternidade como característica inata à mulher foi fortemente difundido pelo meio científico através do saber médico e ainda hoje constrói popularmente os sentidos, embora rebatido por autoras que se debruçam ao estudo do fenômeno. No decorrer dessa construção sócio-histórica segue-se uma série de recomendações acerca dos cuidados ideais com a criança desde o momento que se tem consciência da concepção; portanto o exercício da maternidade demanda aprendizado, que perpassa por orientações intergeracionais e de profissionais de saúde. Para a realização da pesquisa foi adotada a metodologia da história de vida com delineamento de estudo de casos múltiplos e realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com mulheres portadoras de sofrimento psíquico grave a) que tiveram sua história marcada pelo estigma da loucura, b) com filhos adultos e c) em acompanhamento psicossocial. A análise dos dados produzidos gerou seis categorias: Significado da maternidade;

Ter filhos com sofrimento psíquico; Impossibilidade de exercer a maternidade; Maternidade como desorganizadora; Maternidade como fonte de saúde mental; O maternal é político. Os resultados obtidos até o momento refletem os modos encontrados por mulheres marcadas por histórias de sofrimento e estigmatização para conseguirem vivenciar a maternidade, assim como as dificuldades por elas enfrentadas. Essas mulheres compreendem o ser mãe como uma normatividade feminina, naturalmente preparadas para o cuidado dos filhos com amor incondicional. O atravessar da loucura sobre esse sentido é refletido no temor vivenciado por elas de que seus filhos desenvolvessem um transtorno mental, justificado tanto biologicamente quanto pela falta de estrutura familiar. A impossibilidade de exercer a maternidade abarca os níveis social e individual; para o primeiro, a compreensão dos sujeitos em sofrimento psíquico como incapazes atravessa o sentido dado à maternidade das mulheres com essa característica: o de não poder ser mãe por não possuir condições de garantir o cuidado necessário ao desenvolvimento saudável de um bebê. No plano individual, as grandes exigências do papel de mãe fazem com que essas mulheres se percebam como não suficientemente adequadas para ele, frente à ausência de um suporte apropriado que as auxiliem a desempenhá-lo. Dessa maneira, o deparar-se com a maternidade foi gerador de desorganização psíquica, em alguns casos com desencadeamento de crises. Por outra perspectiva, a criação de um laço com os filhos assim como a realização do desejo de tornar-se mãe e exercer cuidado ofereceu para essas mulheres uma ancoragem, tendo em vista que compreenderam a importância de cuidar do seu bem-estar psicossocial para se manterem estabilizadas e assim garantirem o bom desenvolvimento dos seus filhos. As narrativas das histórias de vida dessas mulheres nos revelam seu enfrentamento aos discursos sociais, tendo principalmente a família, profissionais de saúde e do sistema judiciário como porta-vozes, que as rotulam como inaptas a exercer o papel de maternidade. Para elas que resistiram aos obstáculos impostos, a maternidade surge como um lugar de luta e empoderamento. As mulheres que contribuíram com o estudo enfrentaram dificuldades no exercício da maternidade ou mesmo afastadas dos seus filhos, devido à sua psicopatologia ou insuficiência na assistência à sua saúde. Um ambiente saudável perpassa por mudanças estruturais na sociedade, pela reconstrução de um modelo de maternidade que não sobrecarregue e culpabilize as mulheres. Os sentidos da maternidade é um foco necessário nas estratégias de qualificação das profissionais do Sistema Único de Saúde e de intervenções nas comunidades, possibilitadas pelas estratégias de educação em saúde da atenção básica.

PET-Saúde e Rede Mãe Paranaense: panorama da saúde mental das gestantes da Unidade Básica de Saúde do Novo Bandeirantes - Cambé/PR

Priscilla da Silva Faria, Renato Staevie Baduy, Ana Lúcia Biagio

Este relato apresenta a experiência de um grupo PET-Saúde (Programa de Educação pelo Trabalho – Saúde da Família) da Universidade Estadual de Londrina (UEL), no Paraná, Brasil, em Unidades Básicas de Saúde (UBS), em uma perspectiva crítico-reflexiva da saúde mental da Unidade Básica de Saúde do Novo Bandeirantes/Cambé. Participaram do projeto acadêmicos do curso de Psicologia. O estudo contou com um ano de atuação na UBS que abrangeu reuniões de acompanhamento com os agentes de saúde, com os profissionais da UBS, bem como estudo dos prontuários das gestantes que fazem pré-natal na UBS. O PET-Saúde articulado ao programa Rede Mãe Paranaense é um projeto do Estado do Paraná que busca reduzir a mortalidade materna e infantil por meio de uma captação preventiva das gestantes, com acompanhamento dos pré-natais, com no mínimo 7 consultas; a estratificação do risco das gestantes e das crianças; o atendimento em ambulatório especializado (Atenção Básica e Especializada) vinculando o parto ao hospital conforme o risco gestacional, além de acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças, principalmente no primeiro ano de vida. Nesta direção, buscamos articular os objetivos do programa Mão Paranaense com os cuidados em saúde mental, de modo a promover uma atenção integral a estas gestantes. Pelo trabalho estar inserido na atenção básica, na estratégia de saúde da família, e priorizar o cuidado em saúde mental buscando promover articulação e comunicação da rede de saúde, UBS e CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é que se estreita a relação e pertinência deste estudo com o Grupo de Trabalho Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica. A atuação consistiu em três etapas: primeiramente, junto ao SISPRENATAL, onde os dados das gestantes e suas consultas são registrados, e ao prontuário, onde buscamos os dados para fazer a estratificação do risco de cada gestante que iríamos acompanhar. A estratificação de risco é primordial para que o cuidado em rede possa se dar de maneira integral e efetiva, tendo em vista que é o risco da gestante que definirá o tipo de atenção que ela demanda bem como sua vinculação ao pré-natal e ao hospital para o atendimento das suas intercorrências na gestação e no momento do parto. Existem três classificações de riscos, são elas: o risco habitual é aquele em que a mulher não apresenta risco individual, sociodemográfico, de história reprodutiva anterior, de doença ou agravo; o risco intermediário são as gestantes que possuem riscos relacionados a características individuais (negras, indígenas, menores de 20 e maiores que 40 anos),

sociodemográfico (analfabetas ou com menos de 3 anos de estudo) e de história reprodutiva anterior em que já perderam um filho durante a gestação ou que já possuem pelo menos 3 filhos; e o alto risco são as gestantes que possuem condições clinicas pré-existentes e intercorrentes à gestação que coloquem a vida da mãe e da criança em risco. Estudando o contexto da UBS e as gestantes que coletamos os dados optamos por realizar nossa intervenção com as gestantes que estavam com menos de oito meses de gestação e que estavam registradas no SISPRENATAL até aquele momento. Como resultado levantamos os dados de vinte e nove gestantes na unidade, sendo vinte e quatro de risco habitual, duas de risco intermediário e três de alto risco. A partir disso entramos na segunda etapa, que consistia em investigar quais dessas gestantes utilizavam os serviços do CAPS. Embora nenhuma delas estava sendo acompanhada pelo CAPS, reunimo-nos com os agentes comunitários (ACs) da equipe de Saúde da Família para discutir caso por caso e problematizar quais das gestantes poderiam ser articuladas a rede dos serviços de saúde mental. Levantamos três casos em que os serviços de saúde mental seriam importantes e que era necessário maior atenção por parte dos profissionais da UBS. Assim, chegamos a nossa terceira etapa, onde nos reunimos com a equipe de saúde da família da UBS, mostrando a eles o trabalho que fizemos e levantando discussões sobre a importância do cuidado psicossocial para um atendimento integral às gestantes. Pode-se concluir que experiência do grupo caracterizou-se como uma vivência inovadora, desafiadora e complexa, uma vez que exigiu articulação entre instituição de ensino, serviços de saúde, profissionais e comunidade. Destacamos que nossas ações na UBS com a equipe de Saúde da Família, junto aos ACs fortaleceram vínculos e comunicação entre a rede, ampliou subsídios para melhor compreensão e planejamento das ações com as gestantes na UBS, ampliou os conhecimentos da importância dos cuidados em saúde mental para a atenção integral as gestantes, bem como promoveu reflexão e debates críticos das políticas públicas na UBS e da primazia do trabalho em rede.

Política Nacional de Humanização e trabalho em saúde: alguns apontamentos

Natália Aparecida Barzaghi

O presente trabalho constitui-se como um recorte da dissertação de mestrado intitulada: Humanização na saúde: compreensão a partir das vivências de trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família, desenvolvida na Universidade Estadual de Maringá. O estudo teve como objetivo compreender em que medida a Política Nacional de Humanização afeta o trabalho/trabalhador da Saúde, para tanto se efetivou revisão de literatura acerca da Humanização enquanto um conceito e como iniciativas no âmbito do Sistema Único de Saúde

brasileiro, bem como das peculiaridades do trabalho em saúde. Posteriormente foram realizadas entrevistas de cunho qualitativo com trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família de uma UBS do munícipio de Maringá-PR, as entrevistas foram analisadas a partir do método fenomenológico e tiveram como norte a indicação de que o trabalhador falasse livremente sobre seu trabalho. Da análise realizada surgiram quatro unidades de significado: Condições Materiais de trabalho; Frustração, desânimo e outros sentimentos advindos do trabalho; A Humanização; A experiência do GTH e o elemento gestão. O recorte aqui apresentado trata-se das unidades: A Humanização e a experiência do GTH e o elemento gestão, tendo em vista a proposta de discussão do Grupo de Trabalho bem como o enfoque do evento. A Política Nacional de Humanização da Atenção e gestão do SUS, conhecida também como Humanizasus é lançada em 2003 e carrega a noção de que humanizar é valorizar usuários, gestores e trabalhadores implicados no processo de produção de saúde e sujeitos, fomentando autonomia e protagonismo tanto dos sujeitos individuais quanto dos coletivos organizados, aumentando respectivamente o grau de co-responsabilidade . Humanizar é também estabelecer, por meio da participação coletiva nos processos de gestão, vínculos solidários em prol da construção da mudança nos modelos de atenção e gestão, tendo por base a indissociabilidade desses processos. Melhoria nas condições de trabalho e atendimento, reconhecimento das diversidades e compromisso com a formação dos trabalhadores também fazem parte do projeto de humanização proposto pela PNH (Brasil, 2008). A PNH pressupõe três princípios norteadores, a transversalidade, a indissociabilidade entre atenção e gestão e o protagonismo, autonomia e corresponsabilidade dos sujeitos envolvidos, prevê ainda diretrizes gerais e dispositivos. Dentre os dispositivos, destaca-se o GTH (Grupos de Trabalho e Humanização) que se refere aos coletivos de pessoas que tem por objetivo a intervenção na melhoria dos processos de trabalho e na qualidade da produção de saúde, tais grupos podem ser instituídos em qualquer aparelho do SUS, desde as instituições que prestam serviços a população até as instancias gestoras do sistema. (Brasil, 2006). Dentre as análises realizadas, foi possível identificar algumas nuances da compreensão do sentido da Humanização por parte das trabalhadoras, ainda como algo bastante voltado apenas à perspectiva do usuário do serviço de saúde, neste sentido, é possível apontarmos uma distância entre a concepção preconizada pelo Ministério da Saúde e a apreensão destas trabalhadoras. De acordo com Reis et al (2004) se analisarmos o histórico das iniciativas de humanização no campo da saúde há a predominância por ações que levam em maior consideração as necessidades urgentes dos usuários do serviço, imprimindo características de uma tradição paternalista, assimétrica e autoritária. A vivência por parte das

trabalhadoras entrevistadas de uma experiência com um GTH mostra-se frustrante. O término do GTH naquele serviço, vincula-se basicamente a três pontos, o descompromisso da gestão, a condição de excesso de trabalho/falta de tempo dos sujeitos e a falta de comprometimento com as decisões acordadas. Sobre a gestão, foi recorrente nos depoimentos a insatisfação para com a direção da unidade, neste contexto surgem pontos interessantes para a reflexão. Em vários momentos há a crítica por parte das trabalhadoras dos famigerados cargos de confiança e de sua relação nefasta para o serviço. Pensar o trabalho em saúde na atualidade é tarefa delicada, na medida em que o trabalhador lida com problemas sociais encarnados em sujeitos que sofrem, e deve lidar ainda com o próprio sofrimento, com as lacunas de sua formação profissional, com a falta de valorização de seu trabalho e o desamparo proporcionado por este cenário. Mas, como tudo que é vivo, o trabalho se reveste de potência e pode, inclusive, funcionar como apoio ao sujeito, ou melhor, ao sujeito coletivo. Este talvez seja o principal elemento trazido pela Política Nacional de Humanização: humaniza-se à medida que se busca a potência do humano, ou seja, sua autonomia e seu protagonismo, sua capacidade de ser.

Políticas públicas de saúde e nomadismo: problematizações a partir da análise de documentos

Alexsander Witt Rodrigues, Caroline Couto, Letícia Aline Back, Betina Hillesheim

Este trabalho foi desenvolvido a partir de alguns resultados da pesquisa A saúde e a lógica de inclusão: entre o território e os nômades, que busca investigar as maneiras através das quais são construídas as noções de território e de inclusão na saúde a partir da experiência de uma parcela da população que possui uma baixa visibilidade nas estatísticas e propostas de ações no campo da saúde: os nômades. O nomadismo é entendido aqui tanto como o fenômeno migratório de determinados grupos sociais como uma forma de sobrevivência e resistência, como é o caso de trabalhadores temporários e safristas, que buscam territórios nos quais haja uma maior possibilidade de renda, quanto de sujeitos provenientes de grupos que tem nesse deslocamento uma forma de vida (como no caso dos ciganos). Essa pesquisa adota a perspectiva dos estudos pós-estruturalistas, utilizando-se de autores como Foucault, Deleuze e Guattari. A primeira fase da pesquisa, cujas problematizações são apresentadas neste trabalho, foi marcada pela realização de uma análise dos principais documentos voltados para o tema. São eles: Constituição Federal de 1988 (artigos 196 a 200); Lei 8.080 (1990); Programa Saúde da Família (1994); Guia Prático do Programa Saúde da Família (2002); Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas (2002); Política Nacional de Humanização (2003); Pacto pela Saúde 2006

(resolução 399, de 22/2/2006); Mais Saúde: direito de todos (2007). A análise destes foi feita através da busca pelos marcadores território, inclusão e nomadismo e da posterior criação de mapas de cada um dos documentos. A partir disso, foi possível perceber duas concepções de território: a primeira coloca este conceito sob uma perspectiva rígida, fixa (bairros, microáreas). A segunda difere na medida em que traz uma ideia de movimento, na qual esse território não é limitado somente por demarcações geográficas. Além disso, também se tornou possível perceber um frequente uso de ideias como territorialização e regionalização como possíveis formas de incluir os diferentes sujeitos tanto no sentido de permitir a estes um melhor acesso aos serviços de saúde, quanto de possibilitar a sua participação na gestão desses. Nessa perspectiva, o nomadismo é relacionado à noção de risco, pois não se encaixa na lógica proposta pelos documentos que, ao buscar a continuidade do atendimento prestado e uma crescente responsabilização e participação dos diferentes atores presentes no processo de promoção de saúde, as quais podemos entender também como diferentes formas de controle, exige uma grande e permanente vinculação dos sujeitos com os serviços e com o território entre eles compartilhado. Entretanto, fica claro que na prática algumas dificuldades são encontradas, na medida em que nem sempre os sujeitos, como é o caso dos nômades, vão ter essa relação com o território, isto é, de fixação ou de permanência, demonstrando a necessidade de maiores estudos sobre as Políticas Públicas da área. O presente trabalho é colocado como pertencente ao Eixo Temático da Saúde na medida em que busca problematizar as formas através das quais vem se dando a relação dos serviços com os diferentes sujeitos por estes atendidos, dentre os quais optamos por destacar os nômades, visto que as Políticas Públicas da área raramente se mostram adequadas de forma a garantir o acesso ao atendimento desta população.

Políticas sobre Drogas e Acolhimento

Moises Romanini, Pedrinho Arcides Guareschi, Adriane Roso

Diante do encolhimento, do silenciamento das pessoas que sofrem com o uso de drogas e das implicações dos diferentes discursos públicos sobre esses sujeitos, julgamos ser fundamental o debate em torno da questão do acolhimento em saúde pública. Tendo como base a Psicologia Social Crítica em articulação com a Teoria das Representações Sociais, este trabalho tem como objetivo problematizar a noção de acolhimento, caracterizando e articulando duas matrizes políticas e de pensamento que circunscrevem esse campo, o proibicionismo e a patologização, colocando em cena os discursos e práticas que levam ao recolhimento e encolhimento desses sujeitos. Entendemos que a medicalização e a criminalização do uso “leigo” de determinadas

substâncias foram os principais meios pelos quais as sociedades modernas construíram o "problema das drogas". Para controlar o usuário e combater a droga, a regulação política e o controle social do uso de drogas têm atuado, principalmente, através da medicalização, da segurança sanitária e do controle do espaço público – pautados nos discursos e práticas do proibicionismo e da patologização. Esses diferentes saberes acabam por "esquadrinhar" o sujeito, tomando-o como objeto, não apenas do conhecimento, mas de disputas políticas e ideológicas. Acontece que o sujeito (usuário da droga), que deveria ser a principal preocupação, acaba sendo deslocado para as margens. Há, portanto, um encolhimento do sujeito, definido única e exclusivamente em função da droga que usa ou da relação que estabeleceu com aquela substância. O problema, ora definido como social, de saúde, recai no indivíduo. Percebemos nos estudos realizados sobre Representações Sociais e Drogas, que o uso/usuário de drogas é atravessado por uma forte representação social: o individualismo. Ou seja, tanto no crime quanto na doença, é o indivíduo que deve ser responsabilizado por seus atos. Trata-se de um colhimento, como nos diz um conhecido ditado popular: "Colhemos aquilo que plantamos". Se o sujeito está "viciado" e está sofrendo com isso, ele está "pagando" por suas escolhas. Do mesmo modo se ele cometeu um crime para comprar a droga, ele está preso porque merece a punição. Por um lado vê-se, então, o jogo político e ideológico no campo das drogas, com pouca abertura para outros saberes e para o debate crítico, principalmente nos meios de comunicação. Por outro lado, as dificuldades encontradas pelos profissionais da saúde e pelos serviços, que buscam superar os desafios políticos da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Mesmo nesse contexto turbulento, profissionais, usuários e familiares se encontram cotidianamente nos serviços de saúde. Aos profissionais da saúde mental cabe à tarefa de acolher. A palavra "acolher", em seus vários sentidos, significa dar acolhida, admitir, aceitar, agasalhar, receber, atender. Nessa direção, o acolhimento como ato ou efeito de acolher expressa uma ação de aproximação, um "estar com" e "perto de", ou seja, uma atitude de inclusão, de estar em relação com algo ou alguém (Brasil, 2009). O acolhimento é uma diretriz política porque implica o compromisso coletivo de envolver-se neste "estar com", potencializando protagonismos e vida nos diferentes encontros. É ética porque implica no reconhecimento do outro, na atitude de acolhê-lo em suas diferenças. E é estética porque diz respeito à invenção de estratégias, nas relações e encontros cotidianos, que contribuem para a dignificação da vida e do viver (Brasil, 2009). Temos observado, entretanto, que a prática do acolhimento é compromisso das equipes de cada serviço particular. As equipes discutem e formulam como o acolhimento de novos usuários, seja por demanda espontânea, seja por encaminhamentos, será realizado naquele serviço específico.

Mas para que o triplo pressuposto político-ético-estético do Acolhimento se efetive isso é suficiente ou apenas necessário? Como acolher e "estar com" o outro em meio a tantos discursos de colhimento e recolhimento? Como acolher sem encolher o sujeito à esfera individual? Parece-nos, portanto, um sério e fundamental problema pensar e analisar a noção de acolhimento nas políticas e práticas referentes ao uso e abuso de drogas. Mais do que isso, consideramos urgente a reflexão crítica sobre os aspectos políticos, éticos e estéticos do acolhimento enquanto uma prática psicossocial, em rede, e não apenas na solidão de um serviço específico. Com a Teoria das Representações Sociais (TRS), arriscamos, ao mesmo tempo, analisar a constituição de uma rede de significados sobre acolhimento e drogas e como uma "rede" de ferramentas conceituais pode contribuir nessa reflexão. Para tal, buscamos articular os pressupostos político, ético e estético do Acolhimento com ferramentas conceituais da TRS, como a Alteridade, Dialogicidade, Comunicação, Polifasia Cognitiva, Ancoragem, Objetivação, Encontros Dialógicos, dentre outros. Apostamos, portanto, em espaços sustentados no democrático reconhecimento do outro. Por isso justificamos a inserção de nossa pauta teórico-reflexiva no Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação", na tentativa de aprofundar nossas reflexões em busca da superação de uma visão individualista e culpabilizante sobre os usuários e profissionais no processo de co-construção do cuidado e do acolhimento.

Reabilitação Psicossocial no CERSAM: uma história de vida

Júlia Coutinho Nunes Castilho, Maria Stella Brandão Goulart

Com o início do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira, no final da década de 70, a visão sobre a loucura e o modelo de atenção e assistência começou a se reestruturar. Ao surgirem novos serviços de saúde substitutivos aos hospitais psiquiátricos, como os Centros de Referência em Saúde Mental (CERSAMs ou CAPS III) em Belo Horizonte, a proposta passou a ser acompanhar os usuários em crise em seus contextos sem romper com suas relações cotidianas. Esta dissertação pretende contribuir à prática de atenção e à reabilitação psicossocial em saúde mental aliando reflexões teóricas à prática empírica em desenvolvimento, consolidando experiências e aproximando os conhecimentos da Universidade aos da prática clínica no âmbito público. Buscar-se-á, nesta dissertação, compreender especificamente o processo de reabilitação psicossocial no CERSAM através dos conceitos e teorias sobre cotidiano assistencial e pessoal, afetado e afetável como instrumento de construção social e de cidadania, analisando um caso clínico grave, considerado bem-sucedido do ponto de vista da

equipe que o acolheu. Trata-se de entender a complexidade do processo, abrindo pauta e reflexões sobre a reabilitação psicossocial e o cotidiano dos usuários e serviços municipais. Os objetivos específicos da pesquisa foram investigar como o processo de reabilitação psicossocial oferecido pelo CERSAM transforma o cotidiano da pessoa em sofrimento mental em situação de crise psiquiátrica; qualificar de modo sistemático como o tratamento oferecido no CERSAM oferece benefícios ao usuário e ao serviço, em função dos desafios do primeiro objetivo. Fez-se necessária a reflexão sobre o cotidiano assistencial que sustenta a prática reabilitativa; analisando os aportes teóricos da prática do processo de reabilitação psicossocial em diálogo com a realidade dos serviços substitutivos da rede de saúde de Belo Horizonte; e refletir sobre uma trajetória de tratamento de uma usuária acompanhada no CERSAM. Optou-se pela pesquisa qualitativa e foi feito um estudo de caso utilizando o método história de vida. O trabalho de campo combinou os instrumentos de observação, comunicação e levantamento de dados. Estudar e discutir esse caso significa produzir cultura antimanicomial. Ele ilustra, como conclusão, a afirmação de que o CERSAM não é local apenas de acolhimento à crise, mas de acolhimento de casos complexos e graves. Aponta as saídas escolhidas pela usuária em seu percurso nos serviços de saúde mental mineiros, principalmente no CERSAM, e levanta novos indicadores pessoais de seu processo de reabilitação psicossocial, mostrando o seu cotidiano possível. Entende-se também que podemos organizar os diversos conceitos sobre reabilitação em duas linhas de entendimento: uma mais adaptacionista e outra mais politizada. Integrando alguns desses conceitos chega-se a uma leitura mais ampla de reabilitação psicossocial, compreendida enquanto uma postura ética e não somente um procedimento técnico. O projeto de reabilitação deve ser feito com o usuário que dele necessita, no caso a caso, enfrentando seus riscos e possibilidades concretos.

Reabilitação: análise comparativa Brasil/Itália

Maria Stella Brandão Goulart

Na perspectiva de desenvolver estudos que cotejem o do processo de reforma da política de saúde mental brasileiro e italiano, a pesquisa que ora apresentamos pretende colocar em evidência e confrontar os recursos de reabilitação psicossocial destinados a usuários dos serviços de saúde mental. Trata-se de uma pesquisa de cooperação internacional estabelecida com a Università degli Studi di Bologna, que conta com colaboração, anuente, dos serviços de saúde mental das cidades de Bologna e Belo Horizonte. O objetivo principal da pesquisa é explorar os atuais modelos, conceitos e as características da reabilitação psicossocial,

envolvendo usuários, familiares, trabalhadores da saúde mental e voluntários (quando houver). Os objetivos específicos são: 1. Colher depoimentos que dêem visibilidade ao processo psicossocial de estruturação da reorientação da atenção e assistência em saúde mental (em direção a uma perspectiva comunitária, territorial e geradora de autonomia para os usuários); 2. Aprofundar os aspectos teóricos da reabilitação psicossocial; 3. Analisar as práticas de reabilitação psicossocial realizadas nos Centros de Convivência de Belo Horizontes (Brasil) e as dos Centri Diurni e demais projetos de trabalho, residência, arte e cultura realizados em Bolonha e Cesena (Itália); 4. Descrever práticas e concepções de reabilitação psicossocial, de modo a confrontar os cenários italiano e brasileiro; 5. Sugerir indicadores para a realização de avaliações qualitativas das práticas reabilitativas; 6. Identificar e descrever outros acervos documentais que permitam o acesso e diálogo para o desenvolvimento de pautas de reflexão e pesquisa sobre reabilitação psicossocial; 7. Ampliar e consolidar pauta de pesquisa sobre história e atualidade da política de saúde mental no Brasil e na Itália, enfocando suas diversas regiões, singularidades e especificidades. Como perspectiva metodológica, apoiamo-nos na interface da atitude investigativa da Psicologia Comunitária e da Análise Instituicional francesa e, mais particularmente, em relação à atualidade das práticas de reabilitação psicossocial, trabalharemos na perspectiva da pesquisa participante. Serão compartilhadas informações sobre a estrutura e dinâmica institucionais das duas cidades enfocadas, com apoio em observações, entrevistas e estudos já realizados ao longo do ano de 2013, com ênfase no primeiro encontro internacional das equipes de trabalho, ocorrido em maio de 2013, por ocasião das comemorações do dia de luta antimanicomial. Tais informações ilustram diferentes formatos reabilitativos que colocam em relevo o tema da aderência à rede de atenção e contratualidade desejável em ambos cenários, que tem já uma prática amadurecida e consolidada. Destaca-se também a especificidade na composição das equipes de trabalho e objetivos a serem alcançados pelo usuários. Em Belo Horizonte, estão sendo focalizados os 9 Centros de Convivência que compõem a rede de serviços de saúde mental, que se desdobram no evento de celebração do Dia de Luta Antimanicomial e nas Mostras de Arte Insensata. Nestes locais, interessa explorar as perspectivas de reabilitação através da arte, cultura e participação. Em Bolonha, a pesquisa enfoca as frentes de arte, cultura, trabalho e moradia que compõem a rede assistencial de saúde mental. A pesquisa na Itália tem sido conduzida com o apoio do Programa Ciência Sem fronteiras e da Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Minas Gerais DRI/UFMG.

Trabalho em saúde: uma perspectiva do Cuidado de Si nas práticas de desinstitucionalização

Williana Nunes de Moraes Louzada, Lívia Cretton Pereira

Esta pesquisa é disparada a partir do encontro das pesquisadoras com as chamadas "moradias" dentro de um hospital psiquiátrico público na cidade do Rio de Janeiro, mas que, poderia ser experimentado em muitas outras cidades, tendo em vista que por todo o território nacional espalham-se tentativas de invenção de espaços provisórios dentro do hospício que se diferenciem da lógica manicomial. No seio da reforma psiquiátrica e da instalação de uma rede de assistência substitutiva ao hospital psiquiátrico, vivenciamos as transformações também no interior do mesmo, no qual se humanizam as práticas, retirando de cena o eletrochoque, a lobotomia, a camisa-de-força, colocando roupas naqueles corpos que vivam nus, fazendo documentos como CPF e RG, etc. Contudo, a edificação do hospício ainda permanece de pé com os seus grandes pavilhões, alguns agora travestidos em moradias/pensões, cujo objetivo é funcionar como passagem de dentro para fora dos muros do hospital, com a expansão dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs). Entretanto, essas "moradias" estão funcionando como abrigo também para pacientes de longa-internação egressos das clínicas privadas em processo de fechamento. Somado a isso encontra-se certa lentidão na abertura de novos SRTs, gerando "inchaço" de pacientes crônicos naquele hospital, o que tem inviabilizado que tenha início, de fato, um trabalho de inserção dos usuários na vida cotidiana extra-muros, reproduzindo um modus operandis muito similar ao velho modelo de psiquiatria, no qual era comum a padronização dos procedimentos, como hora dos banhos, das refeições, das medicações, etc. Deste modo, passagem torna-se permanência, sendo eventualmente a própria morte a porta de saída do território hospitalar. Diante desse cenário, nos questionamos sobre o modo como as equipes de trabalho vêm sendo criadas para enfrentar esse complexo processo de desinstitucionalização. E também nos interessa relacionar a criação dessas equipes, que inclui vínculos de trabalho precários, com os processos de cuidado em saúde mental, no que diz respeito aos pacientes de longa permanência. Qual o impacto do processo de trabalho na operação de cuidado? Tomando como referência o conceito foucaultiano do Cuidado de Si, pensamos o cuidado não como algo a ser recebido, mas um processo de uma vida inteira, que forja liberdades conquistadas dia-a-dia junto a forças ativas da vida que operam nos corpos e geram a possibilidade da criação de novos modos de subjetivação. Assim, esta pesquisa se insere no GT "O cuidado em saúde e a construção da participação" porque aborda o cuidado

sob uma perspectiva ética, incluindo diferentes atores – usuários, trabalhadores, serviços, processos de trabalho. O presente trabalho enseja visibilizar o plano de forças através do qual é possível traçar linhas de fuga que ativem os processos de singularização, levando em conta que os agentes envolvidos nesses processos (inclusive as pesquisadoras) não podem descuidar-se do plano da subjetivação caso se proponham a práticas desinstitucionalizantes. Para tanto, realizamos uma investigação in locu, que tem como princípio norteador reverter os rigores centrados no método, entendido aqui como produtor de metas pré-estabelecidas e afirmar uma metodologia que se pretende construir no processo. Pesquisar sem metas pré-estabelecidas não diz de uma derivação total, mas de uma pesquisa que não abre mão do seu percurso, levando em consideração os efeitos dos processos do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados. Tendo em vista a metodologia que orienta esta pesquisa e o nosso engajamento na sua dimensão processual, não apresentamos resultados ou conclusões, mas algumas análises ainda incipientes, sobre os efeitos dos processos de trabalhos nos modos como o cuidado se opera. Entendemos que, neste momento da Reforma Psiquiátrica, as práticas de desinstitucionalização vêm operando um cuidado ainda demasiadamente polarizado entre o cuidador e o sujeito a ser cuidado, impedindo um processo de singularização e invenção de vidas mais potentes. Faz-se necessária a criação de dispositivos que fomentem o exercício do Cuidado de Si tendo como horizonte uma liberdade comum que incita a transformação dos agentes envolvidos no cuidado.

CATEGORIA: PÔSTER

EIXO TEMÁTICO 1. EDUCAÇÃO

A apropriação crítica da realidade como pressuposto para a transformação social

Micaele Daline Apolonio da Fonseca, Daniela Bezerra Rodrigues, Tatiana Minchoni, Gesna Raianne Rezende Soares

O trabalho foi realizado no Núcleo de Amparo ao Menor (NAM) localizado no bairro de Felipe Camarão, Natal/RN, uma instituição do terceiro setor que trabalha com crianças e jovens, realizando atividades pedagógicas, esportivas e culturais. O objetivo do mesmo foi elaborar um projeto de intervenção para a instituição, considerando as discussões a respeito do papel do psicólogo enquanto agente de transformação social, levando em consideração o contexto que os moradores vivem, que é de constante violação de direitos, ao que se refere o direito ao lazer,

à saúde, à educação, à segurança pública, à cultura, à consciência ambiental, à autonomia econômica e política. Consequentemente, isso influencia diretamente na interação das crianças e adolescente com a família, a sociedade e os órgãos institucionais, incluindo o NAM, já que essas violações são absorvidas e incorporadas no cotidiano dessas pessoas interferindo na organização e dinâmica da instituição.Considerando as visitas ao campo, asentrevistas realizadas com os alunos do NAM e com os moradores de Felipe Camarão, foi identificada uma visão tradicionalista quanto ao papel da educação, caracterizando-a como instrumento somente de qualificação, de ascensão e prestígio social. Não se diferenciando da realidade nacional, a escola é colocada como redentora da ignorância e da opressão, desconsiderando a finalidade sociopolítica da educação, como propõe Paulo Freire na pedagogia progressista libertadora. Ainda, de acordo com o que pode ser observado no discurso dos adolescentes, frequentadores ou não do NAM, nem as escolas do bairro, tampouco os projetos pedagógicos do núcleo, lidam com a realidade apreendida como "temas geradores", ou seja, não trazem as experiências pessoais como conteúdo de aprendizagem. Porém, para que se tenha aprendizado é necessário que os conteúdos se aproximem da realidade vivida. Para a realização de tais reflexões, este trabalho fundamentou-se nos pressupostos da Psicologia Comunitária, ao considerar que o pesquisador não se insere no campo de forma neutra ele deve ser conduzido por princípios éticos que levem a uma reflexão crítica acerca do cotidiano e do contexto social da comunidade, juntamente com ela, fundamentando a necessidade de se fazer pesquisa de acordo com os princípios da Investigação-Ação-Participante (IAP), em que o conhecimento popular é considerado como fonte relevante. Assim sendo, a Psicologia Comunitária visa à transformação social, por meio do fortalecimento psicossocial, potencializando nos membros da comunidade no sentido da apropriação da realidade de forma consciente e crítica, modificando a si mesmos e à comunidade. Por meio de pesquisas documentais a respeito do bairro, cinco visitas a campo, elaboração de diários de campo e realização de vinte e nove entrevistas com os moradores, percebeu-se que esta população vive em um contexto de violação de direitos. Assim sendo, uma instituição que atue nesse contexto deve gerar problematização, desideologização e conscientização dos alunos, transformando-os em auto gestores, porém o núcleo oferece um serviço assistencialista, desenvolvendo atividades que retiram as crianças e adolescentes da ociosidade, mas não os faz refletir sobre o contexto em que vivem, estabelecendo uma relação desigual com a comunidade. Diante disso, foram propostas atividades como a exibição de filmes e músicas, a realização de oficinas para crianças, jovens e adultos, objetivando explorar os pensamentos, sentimentos e proporcionar olhares críticosaos cenários vivenciados

cotidianamente pela comunidade de Felipe Camarão, que potencializem cada um enquanto ser de transformação, como também, faça-os perceberem o poder maior que existe no coletivo, visto que, o NAM é o local ideal para que ocorram sólidas reflexões para a formação de uma ação crítica e transformadora.Enfim, este trabalho proporcionou reflexões no que diz respeito a teorias e práticas, o contato com o campo fez perceber a importância de ouvir a comunidade e contextualizar essas falas para se pensar em questões que muitas das vezes a rotina faz esquecer. Foi percebido que por melhores que sejam as intenções das instituições, quando não se questiona continuamente as atuações, ou reavalia as necessidades, o serviço oferecido se distancia da demanda real, transformando o que seria uma ação de empoderamento em uma oferta de serviço assistencialista.

A atuação em Psicologia Escolar e sua interface com a Saúde Mental

Gabriela Martins Silva

A inserção da psicologia na escola tem em sua história uma atuação profissional voltada a culpabilização e a patologização do aluno, tendo surgido como uma ciência que buscava justificar, no âmbito individual, as dificuldades geradas por múltiplas causas, incluindo as sociais e econômicas. A então chamada Psicologia da Educação dedicava-se a manter a tradição escolar e social vigentes, sem questioná-las e transformá-las, sendo descomprometida com a promoção do direito à educação de qualidade para todos. A partir da década de 80, estas críticas começaram a ser produzidas, impulsionando a realização de várias pesquisas e a delimitação teórico-prática para a atuação destes profissionais na escola, criticando, mais veementemente, o modelo clínico de atuação na escola. As críticas às ideologias subjacentes às práticas da psicologia na escola propiciaram a definição de formas de atuação que promovam a humanização, a autonomia e o pensamento crítico das pessoas, propiciando que elas sejam autoras de suas próprias histórias. Configura-se assim, a Psicologia Escolar crítica, cuja atuação abarca intervenções com o corpo docente, com vistas à educação permanente; apoio à gestão com vistas a uma gestão democrática; assessoria na construção dos currículos e projetos político-pedagógicos; atuação crítica na queixa escolar, considerando os diversos aspectos envolvidos na relação de ensino-aprendizagem; atuação com responsáveis e familiares, para a promoção de parcerias família-escola e para reflexão sobre questões que perpassam o cotidiano de familiares, alunos e escola; e intervenções junto aos alunos, em sala de aula ou fora dela, para promoção de processos de ensino-aprendizagem promissores. Essas definições foram referendadas pelo documento: “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas (os) na

Educação Básica", publicado em 2013, pelo Conselho Federal de Psicologia, que prevê ainda que a elaboração de novas formas de atuação que respondam às demandas do contexto a partir de referenciais teóricos críticos e contextualizados, deve ser buscada. A partir dessas colocações, o objetivo geral deste trabalho é discutir pontos de relação entre a atuação em psicologia escolar e a atuação em saúde mental, a partir do viés da psicologia social crítica, mais especificamente, tendo a perspectiva construcionista social como orientadora. Deste modo, o presente trabalho delineia mais uma forma de atuação no campo da psicologia escolar, incluindo atendimentos para questões psicológicas que perpassam o contexto escolar. Este é um ponto polêmico, sob certo ponto de vista, que tende a entendê-lo como um retorno à prática clínica na escola. Entretanto, entendemos que a diferenciação entre a atuação em psicologia escolar e a atuação clínica tradicional se pauta na crítica à individualização e à patologização do ser humano, presente na clínica tradicional, substituindo-os pela contextualização das questões abordadas no âmbito interpessoal, cultural e social. Assim, a prática em psicologia escolar, diferenciado-se da clínica tradicional, mantém sua relação com a prática em saúde mental. Este vínculo fica proeminente com as demandas recebidas nas instituições escolares por avaliações educacionais e clínicas, apoio emocional ao corpo docente, acolhimento aos alunos e a seus familiares. Estas demandas, muitas vezes encaminhadas ao psicólogo com um viés individualizante e patologizante, não devem ser tomadas pelo psicólogo escolar como tal, mas também não devem ser desconsideradas como extrapolando o âmbito de atuação da psicologia escolar. Acreditamos que o psicólogo é, por excelência, um profissional a serviço da promoção da saúde mental. Nesse sentido, propomos uma atuação em psicologia escolar que atenda as demandas de saúde mental surgidas, com a proposição de espaços de escuta e de produção de sentidos individuais e/ou grupais, que possam ser resolutivos para as questões apresentadas. Além disso, a partir da perspectiva construcionista social, a definição sobre o que é ou não terapêutico está relacionada à significação dada pelos sujeitos, não estando vinculada ou delimitada por um setting ou teoria específicos, nem mesmo estando sob controle do psicólogo. Assim, apostamos numa atuação da Psicologia Escolar que abarque as questões manifestadas no ambiente escolar, sejam elas de qual âmbito for: familiar, escolar, interpessoal, individual, etc., pois em qualquer dessas situações o psicólogo pode contribuir com sua escuta, acolhimento e facilitação na construção de novos sentidos sobre a vida, desde que esteja comprometido com referenciais teóricos críticos e contextualizados.

A construção de um dispositivo grupal em esquizoanálise: psicologia e arte

Aline Nunes de Santana Lima, Lícia Soares Pereira de Arruda, Dolores Cristina Gomes Galindo, Thaís Cristina Borges Piovezan

Através de um dispositivo grupal construído como resultado da disciplina Teorias e Técnicas Grupais do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, intentou-se explorar formas de compreender os afetos, baseados em um referencial esquizoanalítico, de Deleuze e Gatarri, fazendo uma reflexão sobre a necessidade ou não de encaixá-los em estruturas. Tal exercício se deu a partir da construção, dentro da disciplina, de um documentário realizado em uma galeria de arte de um artista local, a Galeria do Pádua, e posterior intervenção a partir do mesmo com a turma do sexto semestre do curso. A relação com o eixo temático da educação se deu por meio de um trabalho que proporcionou uma reflexão crítica acerca da formação profissional em Psicologia. Buscamos trazer como intervenção a proposta de reflexão acerca de uma psicologia não normalizadora, não estruturalista, em interface com a arte. O trabalho baseou-se em um referencial teórico esquizoanalítico, segundo o qual a subjetividade é constituída de uma articulação de múltiplas e diferentes forças em um sistema aberto. Distanciando-se de uma compreensão de sujeito com contornos bem delimitados e estruturados, os múltiplos componentes de subjetivação se conectam e desconectam influenciando a constituição da subjetividade. A ligação de aspectos psíquicos com os equipamentos coletivos de subjetivação ocorre de maneira rizomática (Parpinelli e Souza apud Lobo, 2004). A partir deste referencial, a obra de arte é pensada através do abandono do polo identitário, sedentário e molar do sujeito, "ocorrendo somente quando o corpo entrega-se às dispersões moleculares dos fluxos que o penetram. Criação como devir que envolveria a emigração de certos territórios, que de sedentários se fazem nômades em movimentos constantes de desterritorialização e reterritorialização" (Thomazoni e Fonseca, 2011). O resultado da produção do documentário e as reflexões a partir do mesmo foram transformados em um dispositivo grupal que se dividiu em três etapas. No primeiro momento, a sala de aula foi transformada em uma construção, com jornais, pincéis e réplicas de blocos de concreto espalhados, assemelhando-se ao ambiente de criação de Pádua. Logo que os participantes entravam na ambiência eram convidadas a circular pela sala, enquanto escutavam a música "Oração ao tempo" de Caetano Veloso. No segundo momento, a turma foi dividida em três grupos e propostos a ler casos clínicos apresentados (um caso de análise do comportamento, um caso de psicanálise e um caso de psicopatologia nosográfica), discutirem os casos entre si e colocá-los em uma das três caixas espalhadas pela sala, as quais representavam as teorias correspondentes aos casos. Por fim, o vídeo referente à

Galeria do Pádua foi projetado na sala e, e em seguida, pretendeu-se refletir junto à turma sobre os modos de subjetivação e construção dos afetos, bem como o modo como a Psicologia, enquanto campo de atuação, posiciona-se frente a isso. O dispositivo grupal funcionou em todas as suas etapas, segundo a fala dos participantes na última etapa da intervenção. Ao entrarem na sala os participantes interagiram com o espaço. No decorrer da intervenção foram mexendo nas caixas que simbolizavam os tijolos, olhando os jornais, sentando e deitando sobre estes. O dispositivo afetou os participantes de diversas formas. Alguns relataram que se sentiram incomodados pela desconstrução da sala, outros se sentiram confortáveis e aconchegados. A etapa de encaixar os casos clínicos em caixas gerou grande incômodo, se colocar no papel de determinador, de quem diz o que o outro é e o que serve para ele foi descrito como algo que os participantes não concordavam. Levantou-se a seguinte reflexão pelos participantes: se colocassem o Pádua em uma "caixa", sua potencialidade seria perdida. Assim, vê-se que a arte também não deve estar presa a determinismos, a arte de Pádua circulou entre os discursos dos alunos como sua vida, seu propósito. A intervenção foi finalizada com a reflexão acerca da psicologia como criação: será que os alunos de psicologia se sentem participantes de sua formação? Até que ponto não escolhemos uma "caixinha", e com ela uma visão de mundo, e o processo de criação é abandonado em detrimento de determinismos? A discussão foi além de abordagens teóricas, mas quanto à construção de uma psicologia ampliada à criação e criatividade. Ao fazer o documentário pudemos entrar em contato com a dinâmica criador-criação. Quando Deleuze aborda o ato de criação afirma que o criador "só faz aquilo que tem absoluta necessidade. Essa necessidade [...] faz com que um filósofo se proponha a inventar, a criar conceitos, e não a ocupar-se em refletir". (Deleuze apud Macedo, 1987. P. 3). Não temos aqui uma arte representacional, mas uma arte que é frequentada pelo artista, o mesmo sendo estendido à psicologia vista como prática de criação.

A identidade do professor do primeiro ano do Ensino Fundamental de nove anos

Marina Xavier Carpena, Susana Inês Molon, Larissa Minozzo

Este trabalho é um segmento do projeto de pesquisa "As crianças de seis anos no ensino fundamental de nove anos: atividades, diálogos, brincadeiras, imaginação e interações sociais no contexto de ensinar e aprender" desenvolvido no Laboratório de Pesquisa e Estudos em Psicologia Social – LAPEPSO, na Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Nesta etapa, busca-se compreender o processo de construção da identidade do professor do primeiro ano do ensino fundamental de nove anos na perspectiva da Psicologia Social. No momento em que a

lei nº 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos (BRASIL, 2007), foi firmada, surgiu a necessidade não apenas da inserção de mais um ano no ensino fundamental, mas também a emergência de uma discussão sobre a identidade do professor nesta nova prática pedagógica. Nesse sentido, é relevante destacar a importância do papel do professor, pois um dos desafios do primeiro ano refere-se à prática docente como possibilidade de articulação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. A investigação fundamentou-se na pesquisa qualitativa orientada pela Abordagem Sócio-histórica (MOLON, 2008; ZANELLA, et al., 2007). Foi realiza a análise de conteúdo dos dados obtidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas com professoras de três turmas de primeiro ano do ensino fundamental, de 2012, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande, vinculada ao Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC/FURG. As entrevistas semiestruturadas foram analisadas na abordagem da análise de conteúdo, inspirada pela proposta de Franco (2007). De acordo com os sujeitos entrevistados na pesquisa, coube aos professores a tarefa de repensar e reestruturar o primeiro ano para o recebimento das crianças de seis anos e o cumprimento do direito à educação de qualidade para todos. Nas falas das três professoras está presente que o processo de construção da identidade docente contempla questões da formação inicial e continuada, da experiência profissional, da prática docente, das expectativas que cercam os envolvidos na transição da educação infantil para o ensino fundamental. A identidade dos professores deste primeiro ano foi sendo construída a partir da adaptação que a escola foi fazendo para a escolarização das crianças de seis anos, a fim de causar menor prejuízo à infância Desse modo, compreende-se que "a identidade é síntese de múltiplas 'identificações em curso' e, portanto, não um conjunto de atributos permanentes" (SAWAIA, 2006, p. 122). Assim, as professoras ressaltam que o processo de identificação acontece também por meio das práticas docentes, as quais se baseiam em atividades que valorizam o lúdico e a imaginação infantil. Para tanto, o cotidiano da sala de aula inclui projeto de interesse dos alunos, rodas de conversa, pinturas, desenhos e a inserção das crianças na leitura e escrita. Porém, observam que precisam ponderar as expectativas dos pais, dos professores dos anos seguintes e das ferramentas de avaliação do ensino brasileiro, o que provoca inquietações sobre o papel do professor, gerando dúvidas sobre o que fazer e o que priorizar na prática. Concorda-se com Dantas & Maciel (2010) quando apontam o quanto é preciso repensar e reorganizar a escola para proporcionar boas condições no contexto de ensinar e aprender. As professoras investigadas salientam a importância da formação continuada para a consolidação desse processo, pois relatam que foram nesses encontros semanais que

aconteceram as discussões da proposta pedagógica, por meio da reafirmação da identidade do professor do primeiro ano; bem como, de um momento de adaptação das crianças, das professoras, dos pais e da escola, objetivando promover o desenvolvimento e o aprendizado das crianças e compreender os novos desafios vivenciados pelos professores nessas mudanças experimentadas com a reorganização do ensino fundamental nas relações e práticas educacionais. A partir do estudo, pode-se considerar a importância do processo de construção da identidade do professor nessa reestruturação do ensino fundamental, bem como a necessidade de mais tempo para a compreensão dessa mudança e das identificações em curso no docente com a transição estrutural. Não basta inserir mais um ano na vida escolar dos discentes, há que existir uma reorganização do tempo e do espaço escolar e uma revisão minuciosa das práticas docentes, as quais devem contemplar reflexões sobre as concepções de infância(s) que orientam essa nova etapa do ciclo educacional, já que foi instituído o ciclo da alfabetização, que provocou mudanças nos três primeiros anos do ensino fundamental. Portanto, cabe aos professores a tarefa de (re)constituir sua identidade neste contexto de reorganização do ensino fundamental, a fim de consolidar essa transição escolar, qualificando o ensino para as crianças brasileiras a partir desta inter-relação do professor com a comunidade escolar e com a sociedade na qual esta inserido. Também é de suma importância destacar a relevância da formação continuada na construção da identidade do professor, como um espaço e um tempo formativo e constitutivo dos sujeitos em e nas relações e nas práticas sociais, nos contextos de ensinar e aprender.

A importância da Educação de Jovens e Adultos na vida de seus alunos: um estudo de Representações Sociais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Raphael Ferreira de Ávila

O alunado jovem e adulto possui características próprias e necessidades diferenciadas. Eles partilham vivências e produzem um pensamento social sobre seu cotidiano. Nossas reações frente a outras pessoas e objetos sociais estão em grande parte mediadas pela percepção e pelas representações sociais que fazemos dela. Buscou-se identificar as representações sociais que 600 alunos do EJA da baixada fluminense fazem da proposta e importância do EJA em suas vidas, utilizando instrumento semiestruturado de questões abertas e fechadas, optando por um quantificação em números absolutos e porcentagens do material coletado. Os resultados apontam para alunos que relatam sentirem-se estudantes, mas consideram a escola regular como muito diferente da escola de jovens e adultos. Este tipo de dado nos permite inferir que a

qualidade do ensino e o método de trabalho na educação de Jovens e Adultos são de dimensões diferentes, apesar de conferirem mesmo diploma e grau, tornando a educação diferente em amplos aspectos A maioria dos estudantes parou entre 1 e 2 vezes de estudar, consideram a família como a coisas mais importante seguida do trabalho e da escola, e pelo menos no discurso se sentem estudantes. A diferença fundamental encontrada é que eles se veem e são vistos como trabalhadores que estudam e não como estudantes que trabalham. Isso muda toda a representação social e consequentemente a identidade que norteará suas escolhas e prioridades. O aluno do EJA de fato possuem características marcantes que os diferenciam em todos os aspectos do estudante do ensino regular, e suas necessidades são diferenciadas. A escola, por sua vez, encontra dificuldades para compreender as particularidades desse público. Deixá-las escapar leva à inadequação do serviço oferecido e a um processo de exclusão que, infelizmente, não será o primeiro na vida de muitos desses alunos.

A leitura como elemento subjetivador no contexto escolar

Thamisa Mara Vasconcelos Nogueira, Tuanne Freire Monteiro

O presente trabalho, vinculado ao eixo educacional, objetiva expor a experiência de extensão desenvolvida na Escola Municipal de Educação Fundamental São Rafael localizada em Fortaleza. A atividade educativa se configurou como uma proposta de leitura de histórias de diversos gêneros literários para um grupo de dez jovens, com faixa de nove a doze anos. Tal proposta surgiu por acreditar-se que a leitura é um veículo subjetivador, pois proporciona uma experiência enriquecedora para o psiquismo humano, além de possibilitar o exercício da cognição. Atribui-se esse efeito subjetivador às observações feitas a partir das identificações dos participantes com as personagens das histórias ficcionais, as quais possibilitaram um desprendimento da realidade concreta, incentivando a capacidade imaginativa e criativa. Estudiosos, como Freire (2008) e Larrosa (2002), têm considerado esta experiência como um elemento de subjetivação importante e enfatizam a relevância da leitura de textos literários podem contribuir para a saúde psicológica e a qualidade de vida em geral. Participaram como facilitadoras da atividade, a qual se caracteriza como projeto de extensão do Programa de Educação Tutorial (PET- MEC/Sesu), três estudantes do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará- UFC, as quais cursam diferentes semestres, o que favoreceu a troca de saberes entre essas. O espaço utilizado para a realização da extensão foi a própria biblioteca da escola, a qual disponibilizava muitos recursos didáticos, assim como uma considerável quantidade de livros infanto-juvenis. A extensão teve como metodologia

encontros semanais com duração de uma hora para a leitura de histórias infanto-juvenis previamente selecionadas (poemas do Mário Quintana, crônicas de Luís Fernando Veríssimo entre outros) e, posteriormente, discussões acerca dessas. Em seguida, foram propostas atividades lúdicas, como: pintura, desenho, modelagem, confecção de histórias entre outras. Foram entregues aos participantes no primeiro encontro diários feitos manualmente pelas facilitadoras, os quais estavam em branco, pretendendo-se que cada um preenchesse o seu próprio diário. Com isso, permitiu-se que os sujeitos revelassem as suas particularidades e idiossincrasias, uma vez que nenhum diário ao final da prática da extensão mostrou-se similar a outro. O grupo formado foi de caráter fixo, tendo sido os participantes escolhidos previamente pela professora, a qual utilizou como critério a dificuldade desses no ato da leitura durante as aulas. Apesar de serem da mesma sala, observou-se que eles estavam em níveis diferentes de desenvolvimento e de faixa etária, o que proporcionou um processo de aprendizagem por meio da interação entre os sujeitos. Foram realizados sete encontros, estabelecendo uma inter-relação que perpassasse as temáticas que eram abordadas pelas histórias e o recurso do trabalho coletivo. Como forma de preparação para a prática da atividade, as facilitadoras tiveram a orientação de um psicólogo cursando Mestrado com experiência na área escolar/educacional. Além de discutir as situações vivenciadas pelas extensionistas decorrentes das ações na escola, foram lidos textos relacionados à área educacional que orientaram nessa experiência, levantando também reflexões acerca da atuação do profissional de psicologia nesse contexto. Ao final do exercício do trabalho, verificou-se que o grupo dos jovens mostrou-se mais coeso, havendo maior interação entre seus participantes, que, a cada encontro, atuavam de forma mais crescente, dispondo-se mais a participar das atividades coletivas, o que de início, era dispendioso e de difícil adesão. Percebeu-se que ao final de cada exercício de leitura, os alunos relatavam situações que relacionavam o cotidiano vivenciado por cada um deles com a realidade metafórica dos textos ficcionais. Eles passaram a manifestar um interesse maior pelos livros da biblioteca. A extensão teve como resultado, sobretudo, não apenas a leitura passiva dos textos, mas as possíveis repercussões que essas trouxeram para os psiquismos em desenvolvimento. Segundo Freud (1974), a identificação seria o mecanismo em que o Eu engloba traços de um objeto, incorporando-os ao seu ego de forma enriquecedora. Nesse sentido, notou-se esse mecanismo presente nos alunos no que se refere à identificação desses com as personagens e com as situações expostas. Além dessas percepções, foi relatado pelos próprios estudantes o aspecto positivo de se discutir a dinâmica das ações do grupo, onde se consideravam as opiniões deles. Outro fator relevante percebido foi o estímulo à criticidade

desses em relação às leituras, bem como nas situações vivenciadas no cotidiano escolar, reconhecendo-se como cidadãos de direitos, não apenas de deveres. No que concerne ao aprendizado tido pelas facilitadoras, verifica-se o aperfeiçoamento da capacidade de administrar conflitos e de condução das atividades coletivas. Possibilitou também a compreensão de situações corriqueiras do contexto escolar como possível campo de atuação profissional a partir da vivência prática e da orientação da extensão. Todos os envolvidos no projeto manifestaram-se satisfeitos com os resultados obtidos, como o estímulo ao hábito de ler e o enriquecimento subjetivo, bem como o desenvolvimento afetivo-cognitivo e da capacidade crítica.

A leitura como potencializador do desenvolvimento pela Perspectiva Histórico-cultural

Tuanne Freire Monteiro, Thamisa Mara Vasconcelos Nogueira

Pretende-se com esse estudo estabelecer relações entre a perspectiva de desenvolvimento da Teoria Histórico-Cultural, que tem como principal proponente Vygotsky (2001), e a experiência educacional de facilitação de um grupo de leitura de histórias infanto-juvenis. Para isso, enfatizar-se-á o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP). Acerca dessa teoria, o autor entende que os sujeitos apresentam dois níveis de desenvolvimento: o real ou atual, que considera o desenvolvimento das funções mentais que já se formaram devido a ciclos já concluídos de formação psíquica, isto é, define-se como aquilo que o sujeito já consegue realizar sozinho, com autonomia, pois já adquiriu tal habilidade para isso; e o potencial, que seria uma habilidade não adquirida ainda, mas que se encontra em processo, ou seja, aquilo que a criança não consegue fazer sozinha, mas que realiza com auxílio, sob orientação. No que concerne à ZDP, essa se configura, segundo Vygotsky (2001), como a distância compreendida entre esses dois níveis, consistindo numa perspectiva de desenvolvimento que considera a possibilidade futura, não se restringindo apenas ao aprendizado já atingido, mas também no que está por amadurecer. Assim, toda aprendizagem funciona como meio de estímulo da constituição das funções psicológicas superiores. Teve-se como estratégia de viabilização da atividade de leitura, a formação de um grupo composto por dez estudantes da Escola Pública Municipal de Fortaleza São Rafael, com faixa etária de nove a doze anos, provenientes do quinto ano. Contou-se com a participação três estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Ceará- UFC, como facilitadoras da ação, caracterizada como projeto de extensão do Programa de Educação Tutorial (PET- MEC/Sesu). Foram realizados sete encontros, uma vez por semana, com duração de uma hora, utilizando-se do espaço da biblioteca da escola para as

atividades pretendidas. O projeto caracteriza-se como uma atividade de leitura de histórias infanto-juvenis de gêneros literários diversos, seguida de discussão sobre as temáticas exploradas nos textos e a promoção de exercícios lúdicos. O critério para formação do grupo consistiu na composição de um conjunto heterogêneo de crianças, com sujeitos em processos diferenciados de desenvolvimento. Por meio das ações coletivas propostas pelas facilitadoras, buscavam-se promover a ZDP dos participantes, partindo do pressuposto que toda função psíquica superior no desenvolvimento humano aparece em dois momentos: enquanto atividade coletiva, social, isto é, interpsíquica; e enquanto atividade individual, como pensamento interiorizado, ou seja, função intrapsíquica (VYGOTSKY, 2001). Dessa forma, o desenvolvimento ocorre do coletivo para o individual, do exterior para o interior. Ao propor práticas de interação entre crianças de diferentes níveis de desenvolvimento, possibilita-se a realização de ações que, para algumas delas, só podem ser efetuadas no campo das inter-relações e por meio da colaboração com os colegas. Foram observadas várias situações em que as crianças se ajudavam nas atividades para conseguir concluí-las. Isso foi mais notório nos últimos encontros, pois, no início da extensão, os estudantes mostraram-se resistentes em trabalhar com colegas de quem não tinham muita proximidade, manifestando até dificuldades em dividir materiais escolares. Ao perceber essa dificuldade, investiu-se em tarefas que necessitassem da colaboração grupal para efetuar o que lhes era solicitado. Notou-se pelas discussões que cada um dos participantes exprimia suas experiências cotidianas para explicitar aquilo que havia sido tratado em algumas histórias, o que possibilitou um enriquecimento das discussões e a troca de saberes por meio das interpretações dos textos. Um aspecto interessante foram as situações em que alguns alunos concluíram de forma precipitada acerca de algumas situações e, por meio de questionamentos por parte das facilitadoras, repensaram suas ideias. Outro fator relevante foi a percepção por parte dos estudantes que uma mesma situação pode ser vivenciada de diversas formas, cada indivíduo tendo sua vivência perpassada por suas singularidades e história de vida. Dessa forma, pode-se ao final da atividade perceber um crescimento da coesão grupal, em que cada aluno, mesmo com suas idiossincrasias, passara a visualizar-se como pertencente a um grupo. Um aspecto importante foi o desenvolvimento tanto no âmbito da cognição quanto da afetividade por meio da interação entre os participantes. Tal fator fora observado pelo maior entrosamento do grupo, maior interesse pela leitura (alguns alunos passaram a recorrer mais às estantes de livros), participação nas atividades realizadas e a apresentação de uma visão mais crítica acerca de sua própria realidade.

A materialidade que incomoda: uma revisão de literatura dos estudos de gênero na educação

Gelson Panisson, Leandro Castro Oltramari, Marivete Gesser

O presente estudo investigou os métodos e conceitos de gênero nas publicações em educação no Brasil entre os anos de 2001 e 2011. O objetivo deste trabalho foi identificar como tem sido orientada tanto metodologicamente quanto teoricamente os estudos em gênero e educação no Brasil. Este trabalho se articula com o Eixo temático educação, pois busca compreender como a categoria gênero tem sido discutida nas publicações sobre educação no Brasil. Para tanto foram investigadas bases de dados como Redalyc, ANPED e Google Acadêmico. Nestes foram utilizados descritores associados como educação-gênero e sexualidade-educação. Foram encontrados em textos completos nestes sites 73 trabalhos em língua portuguesa sendo 72 publicados no Brasil e 1 em Portugal sendo que este último para fins de pesquisa foi descartado. A análise foi realizada a partir de análise de conteúdo do tipo categorial (Bardin, 2000), realizada a partir de uma matriz onde foram selecionados os autores; periódico de publicação, ano tipo de pesquisa, qual a perspectiva teórica da mesma e qual procedimento metodológico adotado. Dos resultados identificou-se que dos trabalhos pesquisados houve uma diversidade grande de autores sobre a temática ao todo 94 autoras e autores listados. As publicações foram principalmente encontradas em 17 periódicos diferentes sendo que destes apenas 6 tiveram mais de um artigo publicado no mencionado período foram eles com seus respectivos números: Anais da ANPED; (42); Salto para o futuro [Programa da TV Escola] (6); Revista Estudos Feministas (5); Educação & Sociedade (3); Educar em Revista; (3); Revista do Centro de Educação (2). O principal período de publicação dos trabalhos ocorreu entre 2008, com 14 publicações e respectivamente os anos de 2009 e 2011 com 10 publicações cada ano. A principal base de dados onde estes foram encontrados respectivamente foram os sites da ANPED (7) e do Google acadêmico (6). Sobre os procedimentos metodológicos os trabalhos demonstraram bastante heterogeneidade sendo que as principais foram pesquisa de campo (41) e pesquisa teórica (22). Sobre a apresentação ou não do conceito de gênero, nos trabalhos analisados, 40 não apresentaram um conceito de gênero com precisão e 32 trabalhos apresentaram. Com relação a perspectiva teórica utilizada, de maneira geral nos trabalhos não ficou presente ou foi declarada em 26 dos trabalhos analisados. Daqueles que apresentaram conceito, 23 se posicionaram entre os estudos feministas, e estudos culturais baseados no pós-estruturalismo. A perspectiva feminista foi citada em 7 trabalhos, assim como 7 também se

posicionaram a partir do pensamento de Foucault. Ainda 3 se posicionaram a partir do pensamento de Bourdieu e 2 deles se posicionaram a partir dos Estudos de gênero. Depois houve apenas uma citação de outras referências das mais diversas desde a teoria das representações sociais até Paulo Freire. Das estratégias metodológicas de coleta de dados, a entrevista foi a mais citada com 23 trabalhos. Chamou atenção que em 12 trabalhos não foram apresentados nenhum procedimento metodológico definido. Dos trabalhos, 15 apresentados se remeteram ao estudo de documentos ou referenciais teóricos. Ainda apareceu 6 trabalhos que se apresentaram como etnográficos e ainda 6 foram apresentados como questionário. Os resultados da pesquisa demonstraram que existe um significativo número de publicações sobre a temática nas bases de dados pesquisadas ainda que elas estão mais presentes nas redes abertas como Google acadêmico e em sites como da Associação nacional de pesquisas em educação (ANPED) e muito menores em bases de dados especificas como a Redalyc. Outra característica interessante foi que as publicações tiveram um número maior em 2008 e depois houve uma pequena queda, sendo que respectivamente ficaram com 10 publicações nos anos de 2009 e 2011. Isto pode demonstrar uma não homogeneização nas publicações sobre a temática. Este trabalho identificou que existe certa generalização de conceitos de gênero pautados a partir dos estudos culturais e pós-estruturalismo, assim como fundamentações a partir da perspectiva Foucaultiana. Com isto pode se identificar uma hegemonia de uma única perspectiva teórica quando se aponta as discussões de gênero. Ao mesmo tempo existe um número considerável de trabalhos que não apresentam nenhum conceito definido teoricamente o que pode demonstrar fragilidade do ponto de vista da sua argumentação. Isto pode representar que ao mesmo tempo existe um viés nas publicações com pouco diálogo com outras perspectivas teóricas, existe um número considerável de trabalhos que se intitulam feministas ou de gênero, mas não o identificam ou conceituam no corpo do mesmo. Estes resultados podem identificar ou um conjunto de trabalhos que não se estruturaram teoricamente ou ainda uma ausência de clareza de perspectivas outras, que não aquelas já estruturadas e hegemônicas como dos estudos culturais e pós-estruturalistas.

A motivação na aprendizagem no contexto acadêmico de Universidade Federal

Thais Brasil de Oliveira, Catia Batista Tavares dos Santos

Introdução: Atualmente o país vem se modificando e por sua vez, incentivando o ingresso da população no meio acadêmico. A realização de um curso superior tem sido cada vez mais valorizada no mercado de trabalho, devido as constantes mudanças e reestruturações do mesmo.

Existem vários fatores que contribuem para a busca de uma formação acadêmica, como a satisfação pessoal, qualificação profissional e mudança sociocultural. Devido a determinadas dificuldades encontradas nesse contexto universitário o sujeito necessita se sentir motivado, para que sua graduação seja concluída com eficácia e significativo aprendizado. A motivação é identificada como um conjunto de determinantes ambientais, de forças internas e de incentivos que movem o indivíduo a realizar determinada tarefa. As motivações intrínsecas e extrínsecas são de fundamental importância em todos os aspectos da vida. Alguns autores apontam a dificuldade de avaliar os efeitos da educação superior, devido ao fato de que a identificação do impacto da universidade é dependente do perfil do estudante e de suas características e, por outro lado, da diversidade das instituições, cursos e experiências de formação. A integração à vida acadêmica é um processo multifacetado, construído nas relações estabelecidas entre o estudante e a instituição de ensino, porém este processo é vivenciado e percebido de forma particular. A importância da motivação no processo educativo é amplamente reconhecida. Torna-se então pertinente a compreensão das necessidades dos alunos, pois a falta de motivação pode resultar em fatores negativos como tensão emocional, aborrecimento, evasão, fadiga e aprendizagem deficitária. Dificuldades no contexto educacional podem estar relacionadas aos problemas de motivação, dentre essas, a motivação do aprender, que é direcionada por um fator interno, que dinamiza como uma condição prévia para a aprendizagem. Os obstáculos encontrados no contexto universitário são de diversas ordens, dentre eles estão: questões pessoais dos alunos, as exigências acadêmicas, fatores socioeconômicos, e a adaptação a um novo ambiente. Fatores esses que influenciam tanto o desempenho acadêmico como o desenvolvimento psicossocial dos estudantes. O presente estudo teve como objetivo identificar e conhecer a respeito da motivação intrínseca e extrínseca dos alunos de diversos cursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Com base no método quantitativo, utilizamos a Escala de Motivação Acadêmica (EMA). Esta foi idealizada por Vallerand e Cols (1992; 1993) e adaptada por Sobral (2003), tem mostrado propriedades psicométricas robustas em vários estudos, em termos de consistência interna, estabilidade temporal e validade de construto. Esta escala é composta por 28 itens subdivididos em sete subescalas. Foram aplicados 48 questionários com perguntas fechadas e abertas em alunos do Departamento de Educação da UFRRJ. Com a finalidade de facilitar às análises dos resultados utilizamos o programa SPSS Statistics. O resultado quase que unânime revela que 91% dos universitários participantes da pesquisa não apresentam nenhuma correspondência no que se refere à desmotivação. Ao que tudo indica estão muitos motivados, se comprovando com os altos índices de correspondência

nos diferentes tipos de motivação. Alguns atributos podem estar associados a esses resultados,como, por exemplo, o fato de que a maior parte dos entrevistados estão no curso que escolheram. Como percebemos, com os resultados do presente estudo apresentados acima, a motivação extrínseca teve uma pequena predominância entre os estudantes. Corroborando com Bzuneck e Guimarães, (2007) quando afirmam que esse é fenômeno mais comum no contexto escolar. Entretanto, condizente a motivação intrínseca encontramos um número bem significante, se aproximando do resultado da motivação extrínseca. Podemos afirmar que, os estudantes da Universidade Federal Rural do Rio Janeiro estão motivados, tanto extrinsecamente quanto intrinsecamente. Consequentemente a esse resultado, espera-se que o nível de desmotivação seja irrelevante. Conclusão: Em síntese, com base nas análises dos dados levantados neste estudo, podemos considerar como satisfatórias os níveis de motivação pertinentes nos resultados encontrados. Vários itens proporcionaram com carga fatorial minimamente aceitável para concluímos que a maioria dos alunos pesquisados estão motivados academicamente.

A prática em orientação profissional como efetivação do compromisso social da Psicologia

Michela da Rocha Iop

O presente trabalho visa expor um relato de experiência da execução de um projeto de orientação profissional realizado no estado de Santa Catarina, cujo público alvo foram alunos que cursavam o ensino médio ou já concluintes deste período. Partindo do que Silvia Lane apresentou como bases para a edificação de uma psicologia comprometida, a orientação profissional pode ser entendida como uma importante intervenção na concretização deste compromisso social (LISBOA, 1995). A prática em questão colabora com a formação de cidadãos conscientes da realidade em que estão inseridos, fator importante para pensarem e vivenciarem a relação com o contexto laboral de maneira convergente e atrelada aos atravessamentos sociais, políticos e econômicos. Destes futuros trabalhadores, espera-se maior comprometimento com o coletivo, culminando com modificações a níveis macrossociais. A psicologia social, na perspectiva pretendida por Silvia Lane, tem a incumbência de transformar a realidade em prol de dignas condições de vida para todos, igualmente. Esta proposta busca contribuir com a ampliação da consciência do homem, entendido como um ser social e histórico, ator e autor de sua vida, distanciando-o, assim, da alienação perante sua realidade (LANE, 2011). Tais premissas são encontradas nas práticas em orientação profissional, as quais

podem contemplar os vários momentos da vida dos sujeitos na interface com o trabalho: primeira escolha da profissão, re-escolha, planejamento e orientação de carreira, bem como a preparação para aposentadoria (SOARES, 2000). O relato aqui apresentado diz respeito à atuação junto à primeira escolha, cenário em que a orientação profissional oportuniza aos jovens a conscientização dos diversos fatores determinantes na opção por uma profissão, desde aspectos subjetivos e familiares, até os mais amplos, de ordens econômica, social e política. A experiência em questão ocorreu na modalidade grupal, a qual se propôs a atender alunos do 2.° e 3.° anos nos ensino médio ou já concluintes desta etapa. O público atendido pertencia a escolas públicas de uma cidade do Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina, tendo sido o trabalho realizado em uma fundação de assistência social daquela localidade. Os encontros eram semanais, com duração média de duas horas, desenvolvidos ao longo de treze semanas e estruturados em atividades que buscavam alcançar o tripé da orientação profissional: autoconhecimento, conhecimento das profissões, do mercado e mundo do trabalho e a escolha propriamente dita. Para tanto, utilizaram-se técnicas de dinâmicas de grupo, jogos, vídeos, confecção de cartazes, dramatizações, atividades de frases para completar, entre outras. Além disso, houve visitas de profissionais ao grupo e, também, dos jovens a locais de trabalho de outros profissionais, momentos em que os participantes tinham a oportunidade de esclarecer suas dúvidas e conhecer os materiais e instrumentos utilizados no dia a dia de algumas profissões. A partir dos comentários feitos pelos participantes ao longo das treze semanas e ao término do processo de orientação profissional, constatou-se jovens mais conscientes de seus interesses e gostos, bem como dos aspectos familiares e sociais que interpelavam suas escolhas. As avaliações orais e escritas feitas acerca do projeto, efetuadas no último encontro, apontaram para um maior esclarecimento acerca das diversas profissões, sejam elas de nível médio ou superior, oportunizando desmistificar e distorcer concepções acerca das profissões. A importância da orientação profissional é nítida tendo em vista o quanto esta intervenção oportuniza a conscientização de jovens no que tange à sua relação com o espaço laboral. Considerando as diversas possibilidades de escolhas profissionais, torna-se necessário prepará-los, oportunizando-lhes a tomada de consciência e a clareza sobre as várias profissões, bem como a realidade e os desafios do mercado e mundo do trabalho. Ao assumir esta proposta, a orientação profissional adquire uma função profilática quanto a possíveis deserções acadêmicas, considerando os elevados índices de desistências nos cursos superiores, os quais interferem, direta ou indiretamente, nos processos sociais e econômicos do país. Além disso, os esclarecimentos proporcionados aos jovens contribuem significativamente para a diminuição

da alienação no trabalho, aspecto amplamente defendido pela Psicologia Social. Em suma, as práticas em orientação profissional caracterizam-se como propostas interventivas que vão ao encontro do que a Psicologia Social, defendida por Silvia Lane, nos propõe, promovendo conscientização e, por conseguinte transformação social.

A queixa escolar no contexto universitário: um estudo de caso

Taline de Lima e Costa

Este trabalho objetivou contextualizar, por meio de estudo de caso, aspectos subjacentes à queixa escolar produzida no âmbito universitário e as abordagens propostas para a atenção a estas queixas, analisando o caso de uma universidade pública da região metropolitana de São Paulo. Deve-se considerar primeiramente o panorama de que o psicólogo tem sido bastante requisitado para atuação em instituições do ensino superior. De acordo com pesquisa feita por Serpa e Santos (2001), de 61 Instituições de Ensino Superior (IES) pesquisadas no Brasil, 80,3% possuem algum tipo de Serviço de Atendimento ao Universitário (SAU). Destas instituições, 85% relataram disponibilizar atendimento psicológico (especificamente). Embora o artigo destas autoras seja intitulado "Atuação no ensino superior: um novo campo para o psicólogo escolar", elas demonstram que a maior parte dos psicólogos atuantes nessas instituições praticam orientação, psicoterapia ou acompanhamento individuais e apenas 18% dos pesquisados relatou a realização de atendimento à família. Não foram demonstrados aspectos das queixas que levam os universitários ao serviço psicológico. A instituição pública de ensino superior em questão está situada na região metropolitana de São Paulo, tem menos de dez anos de existência, sendo fruto da expansão propiciada pelo REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). É uma instituição que conta com cursos de ciências humanas aplicadas, sendo composta por um público com renda familiar considerada alta na realidade socioeconômica brasileira - em 66% dos estudantes ingressantes em 2011, a renda familiar era superior a cinco salários mínimos (CRUZ e CESPEDES, 2013). Os atendimentos em psicologia existem na instituição, no âmbito de uma divisão de apoio ao estudante, desde fevereiro de 2012. Foram utilizados os relatórios de atendimentos do ano de 2012 como referência para este estudo. No levantamento efetuado a estes documentos, tendo por base os fatores que motivaram a procura do atendimento psicológico pelos estudantes (comumente chamado de queixa), observou-se que 08 dos 23 relatórios (34,78%) apontam como um dos principais motivos para buscar atendimento psicológico a "Dificuldade de concentração", expressa na dificuldade de leitura dos textos/livros recomendados. Este foi o motivo mais citado

(mais frequente) para a procura do atendimento psicológico. O segundo motivo mais citado (por 05 estudantes, ou 21,74%) foi a insegurança ou vergonha de falar em público. Costuma-se considerar o atendimento psicológico disponibilizado no ensino superior (área que vem sendo crescente) como sendo de base clínica, desconsiderando-se, portanto, as condições universitárias complexas que geram esta demanda. Entretanto, abordagens subjetivistas mostram-se limitadas no entendimento das queixas que são trazidas no âmbito da universidade e que, portanto, devem ser compreendidas também neste âmbito. Considerando as duas principais queixas que chegaram ao profissional psicólogo na instituição de ensino superior pesquisada, tem-se que ambas relacionam-se diretamente com a dinâmica universitária enquanto dinâmica de formação (só que especificamente acadêmica e não escolar). Enquanto a maioria dos estudantes de ensino médio estudam por meio de sistemas apostilados ou de livros-texto, o contato com autores da área de humanas em suas próprias obras, em páginas cheias de textos, pode, por si só, constituir em estranhamento e período de adaptação e reflexão frente às novas demandas escolares. Quando consideramos que as obras lidas apresentam, em linguagem formal e muitas vezes mais antiquada, ideias que divergem entre si e que, portanto, exigem atenção, reflexão, críticas, pesquisas e interlocuções com outras obras, podemos conceber o panorama de novidades que se apresentam ao estudante universitário. Aliado a isto, deve-se considerar a competitividade que se acentua na busca por orientadores para iniciação científica, bolsas e auxílios, colocações em estágios e empregos. Tudo isso em meio à pressão para que o estudante se posicione política e teoricamente, tenha bons rendimentos nas provas, apresente diversos seminários. Há ainda o primeiro confronto mais concreto com a vida adulta para muitos, com a residência em repúblicas ou sozinhos e a necessidade de se responsabilizar por contas, higiene da casa, horários, refeições. Diante de panorama explicitamente complexo e multideterminado, pode-se estimar que o atendimento psicológico no e para estudantes de ensino superior realizado com metodologias estritamente individualistas consiste em uma perspectiva alienada e alienante de psicologia, uma perspectiva imbricadamente ideológica e limitada. Propõe-se como desafio a busca pela inserção da Psicologia Escolar crítica no contexto do ensino superior, como alternativa crítica ao entendimento do estudante em sua relação com o contexto universitário.

A supervisão docente como componente da formação em psicologia: a experiência do Curso de Psicologia da PUC Minas/Betim

Luiz Carlos Castello Branco Rena, Paula Angela de Figueiredo e Paula

A supervisão docente é componente fundamental na formação profissional e exigência das diretrizes curriculares para as instituições de ensino superior brasileiras. Neste trabalho descrevemos nossas experiências de supervisão vivenciadas no âmbito de estágios curriculares e projetos de extensão e pesquisa no âmbito da PUC Minas problematizando nossas metodologias a fim de contribuir para a revisão de nossas posturas pedagógicas no exercício da supervisão. Articulando diferentes perspectivas teóricas, apresentamos elementos para uma discussão crítica sobre lugar do supervisor nesta relação com o estudante e com as instituições parceiras. Neste esforço de sistematização da experiência docente reafirmamos a supervisão como lugar privilegiado de construção do conhecimento e reconhecemos as instituições que se abrem como campos de prática como aliadas indispensáveis na tarefa de formação do profissional para uma inserção em múltiplos contextos institucionais e comunitários. Entendemos que este trabalho se insere GT Educação superior, formação em psicologia e modos de subjetivação na medida em que problematiza um dos componentes fundamentais da formação que se concretiza na supervisão.

Ações afirmativas, alteridade e cotidiano: elementos psicossociais na vivência do aluno de medicina da UFMG

Marina de Araújo Ferreira Ladeira, Maria Luisa M. Nogueira

As ações afirmativas surgiram como uma proposta de minimizar os problemas históricos da desigualdade socioeconômica em diversos países do mundo como Estados Unidos, Índia, Malásia, Canadá, Nigéria, África do Sul, Argentina, entre outros. O público alvo é, geralmente, minorias étnicas e sociais que buscam maior representatividade na sociedade, como por exemplo, os negros. Para atingir essa maior representatividade e igualdade social, a criação de oportunidades iguais nos diversos campos sociais se faz uma medida essencial e, para tal, foram criadas no Brasil diversas leis. No âmbito escolar, por exemplo, foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, tanto particulares quanto públicas. Nas universidades também há medidas inclusivas. Além de financiamentos para universidades particulares como o FIES, a Universidade Federal de Minas Gerais, em 2008, instaurou a medida de bônus que permitia ao estudante proveniente de escola pública um adicional de 10% na nota adquirida no vestibular. Além disso, aqueles que se autodeclaravam negros recebiam um adicional de 5%. Ou seja, estudantes negros que estudaram sete anos em escolas públicas recebiam na nota final um adicional de 15%. Em 2012,

a Presidenta Dilma Rousseff sancionou a lei Nº 12.711 que decreta que as instituições de ensino superior vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar por curso e por turno 50% de suas vagas para alunos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Destas vagas, 50% deverão ser destinadas a estudantes com renda familiar igual ou inferior a um e meio salário mínimo per capita. Apesar de tais medidas buscarem a ruptura com processos sóciohistóricos de exclusão, as relações que se estabelecem no meio acadêmico são muito mais complexas: muitos usuários do sistema de cotas ainda se sentem presos a tais processos e não se sentem reconhecidos pelos pares, sendo alvos de preconceito, como apontam estudos (Weller, Ferreira e Meira, 2009). Esse preconceito nem sempre é explícito. É pensando acerca das questões levantadas acima que o presente estudo busca realizar uma análise panorâmica das opiniões sobre o sistema de cotas entre contistas e não cotistas do curso de Medicina da UFMG. A opção pelo recorte metodológico no curso de Medicina se justifica pelo caráter elitista dessa graduação. Considerando que as mensalidades nas universidades particulares são altas (em torno de três mil reais) e a concorrência nas universidades públicas possui grau elevado, os estudantes com boas condições financeiras e que estudaram em escolas com alta qualidade de ensino, bem como em cursinhos preparatórios, possuem certa vantagem no sentido de que estão mais bem preparados para a prova do vestibular. Assim, os estudantes que não podem pagar por tais escolas e tais cursos preparatórios sentem maior dificuldade de enfrentar a concorrência do vestibular, de modo que entendemos que esse cenário extremo poderá gerar maior visibilidade das questões psicossociais relativas à inserção universitária, via ação afirmativa, para o jovem cotista. Assim, esse estudo, ainda em fase preliminar, busca compreender quais os elementos psicossociais presentes na vivência cotidiana do aluno de medicina, pois entendemos que é importante o desenvolvimento de estudos que forneçam dados qualitativos para o avanço desse tipo de política. Deste modo, se faz necessário ouvir também a opinião dos não cotistas para que a discussão sobre as ações afirmativas se aprofunde no âmbito das relações sociais estabelecidas na universidade. Evidenciar o preconceito que muitas vezes ocorre disfarçadamente pode contribuir para a problematização dos mecanismos de exclusão existentes, principalmente em um curso elitista como o de Medicina. Para tal, será aplicado o Critério Brasil como questionário socioeconômico e será realizada uma entrevista semi-estruturada sobre as opiniões dos entrevistados, a saber: dez jovens cotistas (de diferentes períodos) e cinco jovens não cotistas. Entendemos que é importante promover essa escuta ampliada, pois parece ser interessante que outras intervenções devam ser conduzidas, não tendo como foco apenas o jovem cotista. Isto é, a vivência desse jovem inclui elementos referentes às

relações raciais no Brasil, o que indica a necessidade de uma discussão mais aprofundada sobre alteridade. Assim, é preciso conhecer a perspectiva dos outros estudantes, de modo que a pesquisa, aqui também compreendida como intervenção, busca conhecer as várias faces do preconceito e da discriminação, de modo a gerar ferramentas para a sensibilização desses estudantes, mesmo porque as questões relativas a esse cenário dizem respeito à formação desses futuros profissionais da saúde.

Adaptação acadêmica em alunos cotistas e não cotistas

Sabrina Mendonça Schlemmer, Clarissa Tochetto de Oliveira, Ana Cristina Garcia Dias

A adaptação acadêmica refere-se ao ajustamento dos calouros à realidade do ensino superior. O grau de adaptação do estudante à universidade pode ser compreendido através das atitudes em relação ao curso, da capacidade de estabelecer novas relações de amizade e de tolerar frustrações, além da presença ou ausência de estresse e ansiedade frente às demandas acadêmicas. Estudos sobre o ajustamento à universidade estão se tornando cada vez mais relevantes no contexto brasileiro atual, em decorrência do incentivo do governo para o ingresso de pessoas desfavorecidas financeiramente, que frequentaram o ensino básico em escola pública, negros, índios e deficientes físicos no ensino superior através da política de ações afirmativas. É possível que os discentes provenientes do sistema universal reajam negativamente frente a essa política, por considerarem os beneficiários cotistas como seus adversários na busca de uma vaga na universidade, o que pode dificultar a adaptação interpessoal dos cotistas no ensino superior. A partir disso, infere-se que os alunos não cotistas podem apresentar níveis de adaptação acadêmica mais elevados que os cotistas. Se isso se confirmar, é importante que os profissionais que prestam serviços de apoio aos estudantes conheçam as peculiaridades dos discentes cotistas no que diz respeito ao ajustamento à universidade para propor ações que possam facilitar a transição dos mesmos para o ensino superior, uma vez que dificuldades de adaptação podem resultar em abandono do curso de graduação. O objetivo deste estudo consiste em verificar se existe diferença nos níveis de adaptação acadêmica de estudantes que ingressaram no ensino superior através das ações afirmativas e dos que entraram na universidade através do sistema universal. Participaram da pesquisa 497 estudantes universitários de 12 cursos de duas universidades públicas do Rio Grande do Sul. Dos participantes, 313 são mulheres e 184 homens, com idade de 16 a 68 anos (média de 23,5 anos e desvio-padrão 5,76). Os participantes foram organizados em dois grupos: universitários que ingressaram no ensino superior pelo sistema de ações afirmativas, referidos

como cotistas (134 sujeitos) e universitários que ingressaram no ensino superior pelo sistema universal, referidos como não cotistas (363 sujeitos). Para a realização da pesquisa, buscou-se contato com a coordenação e com os professores dos cursos a fim de obter permissão para coletar os dados em sala de aula. Após, os alunos foram convidados a participar da pesquisa, tendo sido os objetivos e os procedimentos do estudo esclarecidos. Os discentes que consentiram participar responderam ao Questionário de Vivências Acadêmicas – Versão Reduzida (QVA-r) após assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria. Os dados foram analisados através de medidas descritivas e do teste U de Mann-Whitney. Os resultados provenientes da análise dos dados não confirmaram a hipótese do estudo. Isso significa que não existe diferença nos níveis de adaptação acadêmica de estudantes cotistas e não cotistas. Os testes realizados com os domínios específicos do QVA-r (pessoal, interpessoal, carreira, estudo e institucional) também não indicaram diferenças significativas entre os dois grupos. Então, pode-se afirmar que cotistas e não cotistas são semelhantes no que se refere ao bem-estar físico e psicológico, às relações estabelecidas com os pares, à satisfação com o curso frequentado, às perspectivas de carreira, aos hábitos de estudo e aos sentimentos relacionados à instituição, como o conhecimento e apreciação das infraestruturas. Assim, a suposição de que os alunos cotistas tenham dificuldades para se adaptar ao ensino superior parece ser resultado de um preconceito histórico, político e cultural, indicando a necessidade de desestigmatizar a imagem desses discentes como vulneráveis ou incapazes. Conclui-se que as supostas diferenças entre alunos cotistas e não cotistas não se mantém após a entrada na universidade, pelo menos no que se refere à adaptação acadêmica, e, ainda, que as ações afirmativas parecem estar cumprindo sua função de inserir e capacitar igualmente estudantes de realidades distintas.

Adolescentes em situação de vulnerabilidade social: cidadania e identidade social

Camila Mendes Gonçalves, Willian de Oliveira Alves, Rosely Silva Gomes, Mylena Thayse Miliorini, Jéssica de Lima Souza, Silvia Mara Pagliuzo Muraki

A adolescência é o período de desenvolvimento natural, caracterizado como etapa turbulenta, sendo que, nessa fase o adolescente se vê em meio a dois mundos: o infantil e o adulto. Estão atrelados a um estágio de socialização e de construção da identidade pessoal, rico em possibilidades de descobertas, mudanças, autonomia, novas experiências, condutas e situações sociais no qual iniciará sua inserção de maneira autônoma na sociedade cada vez mais

desafiadora. A fase representa um amadurecimento psíquico do ser humano para que possa assumir o papel de adulto, levando-se em consideração que nesta trajetória o indivíduo sofre muitas influências, principalmente de grupos que podem levá-lo a um redirecionamento na formação de sua identidade social e certa vulnerabilidade social que remete à ideia de fragilidade que se vincula à situação de crianças e adolescentes. Objetivo: Assistir os adolescentes em situação de vulnerabilidade social proporcionando um espaço de reflexão acerca de temas relacionados ao desenvolvimento e formação de identidade social. Eixo temático: Educação: Buscou-se a interface da Psicologia Social com a Educação no sentido de promover a reflexão sobre formação nas esferas da vida pessoal e social. Orientação Teórica: Concentrou-se no enfoque da Psicologia Social, no que tange a formação e mudança de atitudes, com ênfase nas interações sociais pontuadas por Aroldo Rodrigues (2010). Método: Foi desenvolvido um projeto de intervenção com abordagem em Psicologia Social, com adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 17 anos, advindos da periferia da cidade de Dourados-MS. Os encontros foram realizados semanalmente com carga horária de quatro horas, no período de fevereiro a junho do ano de 2012, totalizando 128 atendimentos. Utilizou-se da técnica de oficinas em dinâmicas de grupos, método de intervenção psicossocial, por meio de recursos, como a construção de desenhos, desenhos estórias, explanação de figuras e rodas de conversa com foco reflexivo. Resultados e Conclusões: Por meio desta intervenção foi possível conhecer as diversas necessidades e realidades de adolescentes de Dourados-MS, que estão em situação de vulnerabilidade social, a fim de promover junto ao grupo a escolha dos temas a serem trabalhados nas oficinas. Dentre os temas abordados, destacaram-se: identidade, comunicação, percepção social, relacionamentos interpessoais, agressões, dentre outros relacionados ao exercício da cidadania. Foi preciso fomentar a expressão dos sentimentos, contemplar a comunicação não verbal, interação social e o senso crítico tão importante para a formação da identidade social. Ao término das oficinas foi realizada uma avaliação que oportunizou ao grupo constatar as contribuições e as diferenças individuais. Desenvolveu-se um processo de autopercepção, onde foi possível a cada um se perceber como único; ampliar a autoconsciência, e passar a identificar a existência e a importância do outro. Desenvolveram habilidades em manifestar suas dificuldades e conflitos, bem como, demonstraram cooperação intergrupal e desejo de mudança. Embora a busca de uma melhor compreensão social não tenha sido necessariamente percebida de maneira clara e plena por estes adolescentes por apresentarem comportamento de retraimento social, o trabalho em grupo viabilizou a elaboração dos conteúdos abordados, direcionou-os em algumas de suas dificuldades de ordens

cognitivas e psíquicas. Facilitou o exercício da cidadania e a elaboração de novos projetos de vida que tendem a favorecer ainda mais o desenvolvimento da identidade social de cada participante. O processo grupal enquanto método de intervenção e pesquisa promoveu a possibilidade de subsidiar o desenvolvimento da cidadania entre esses adolescentes, despertando-os para o protagonismo junto às comunidades as quais fazem parte.

Apoio Psicológico na Assistência Estudantil: uma experiência de trabalho

Graziele Aline Zonta

O presente relato apresenta uma experiência de trabalho da equipe de psicologia da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), realizada entre os anos de 2008 e 2012. Esperamos que este trabalho possa contribuir para o debate sobre as possibilidades de atuação do psicólogo no contexto educacional do Ensino Superior e para a construção de ações e políticas de assistência estudantil. Estudos realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) indicam que a diversidade social, econômica e cultural cada vez mais presente nas instituições Federais de Ensino Superior (IFES) tem demandado um olhar atento para as necessidades da comunidade discente ao longo das últimas décadas. Tal situação deixa em evidência a necessidade de expandir e democratizar o acesso ao ensino superior público, bem como de ampliar a assistência estudantil. Com o objetivo de atender a tais necessidades, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi aprovado pela presidência da república em julho de 2010 visando democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Em meio à construção destas políticas públicas, no ano de 2008, o Conselho Universitário da UFPR criou a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e sua Unidade de Apoio Psicossocial (UAPS), visando oferecer um espaço de acolhimento psicológico, pedagógico e social ao aluno, fornecendo subsídios para o seu desenvolvimento, para a adaptação acadêmica e sua integração ao contexto universitário. Quatro psicólogas foram integradas à UAPS entre os anos de 2008 e 2011. Até este período, o serviço assistencial da psicologia manteve-se nos moldes do aconselhamento individual, voltado ao trabalho com as vivências pessoais e interpessoais do aluno. Durante estes anos iniciais da assessoria, a demanda por atendimento psicológico foi crescente e as motivações e necessidades apresentadas pelos alunos sempre variadas. Tal situação trouxe à tona questões que demandavam um olhar mais

atento para aspectos além daqueles de ordem emocional e relacional de cada aluno, exigindo-se considerar a dimensão mais ampla do cotidiano educacional na atuação da assessoria estudantil. Mostrava-se imprescindível, portanto abordar outras dimensões da relação do estudante com a instituição universidade, exigindo um direcionamento do serviço de psicologia para novas práticas de investigação e intervenção. Diante deste quadro, em fevereiro de 2011, a PRAE estabeleceu uma parceria com o Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação (CEAPPE), do curso de Psicologia. Por meio desta parceria, foi providenciada a ampliação das possibilidades estruturais do serviço e da atuação das psicólogas da PRAE, que passaram a contar com a assistência ao estudante oferecida por projetos já estabelecidos neste curso. A aproximação do serviço de psicologia da PRAE aos projetos do CEAPPE abriu acesso à abordagem conjunta de diferentes demandas apresentadas pelos estudantes, proporcionando um atendimento mais completo e ampliando as possibilidades de acolhimento e intervenção. Assim, no ano de 2012 foi criado o projeto Compartilhando Experiências na Universidade. Realizado semanalmente com a mediação de uma psicóloga, este projeto promovia, por meio de rodas de conversa entre os alunos, o compartilhar de necessidades e dificuldades, a construção coletiva de alternativas de ação, a afirmação dos estudantes no contexto universitário. A divulgação do serviço de assistência psicológica realizada oficialmente pela PRAE e cotidianamente pelos estudantes usuários do serviço repercutiu de maneira positiva entre os departamentos da Universidade, de modo que a equipe passou a receber solicitações de auxílio para a mediação entre estudantes, coordenadores, professores e funcionários de diferentes setores, departamentos e unidades da UFPR. Nestes casos, a equipe realizou o acolhimento das demandas apresentadas e a discussão junto ao profissional solicitante sobre as possibilidades de atuação no curso ou departamento de origem dos estudantes. Observamos que desde a criação da Unidade de Apoio Psicossocial em 2008 até o ano de 2012, a ampliação do número de psicólogas na equipe acompanhou o aumento da procura por atendimento por parte dos alunos e de demandas por parte de professores, coordenadores e funcionários da universidade. Neste período, a equipe atendeu a 453 alunos. O projeto Compartilhando Experiências realizou três grupos no ano de 2012 e mais uma intervenção foi realizada na biblioteca de Ciências Humanas com um grupo de estudantes estagiários. Até 2012, o serviço de psicologia acolheu demandas de intervenção entre estudantes e professores, coordenadores e funcionários dos cursos de Letras, Agronomia, Medicina e Direito. Para a continuidade do trabalho, a PRAE está ampliando a parceria com projetos de pesquisa e extensão do curso de

psicologia visando aprimorar as possibilidades de acolhimento e intervenção junto à comunidade estudantil, bem como de avaliação dos serviços prestados.

CINE PSI

Itana Kaléia Araújo Carneiro dos Santos, Rariza Mozine Cardoso, Martina Indira Jesus da Silva

Introdução: O Cine Psi é um projeto de extensão de caráter interdisciplinar e consiste em promover a articulação entre o cinema e a Psicologia por meio de exibições de filmes/documentários e debates. O projeto vigora desde o primeiro semestre de 2011 (dois mil e onze) e tem promovido o cinema como suporte ilustrativo para as diversas expressões e entendimentos psicológicos, além da abertura de discussões das Psicologias fora do contexto de sala de aula. Objetivos: Entre os objetivos do Cine Psi destacam-se: Tornar os temas da psicologia mais próximos da aplicação prática; tirar da abstração os conceitos da Psicologia, trazendo-os à realidade do interessado; discutir os temas da Psicologia com uma abordagem alternativa; incentivar o potencial crítico-reflexivo do aluno. Metodologia: O Cine Psi divide-se em quatro coordenações (Logística; Financeiro; Extensão e Divulgação), cada uma responsável por parte do evento (convite ao docente, reserva de sala, cronograma, solicitação e entrega de certificados, entre outros). A metodologia utilizada baseia-se na exibição mensal de filmes/documentários de diversas temáticas com a finalidade de fazer cumprir os objetivos citados anteriormente.As discussões são mediadas por docentes, convidados pela equipe da organização do evento, e são eles responsáveis pela relação entre a temática e o filme a ser trabalhado. As exibições acontecem no campus Farolândia da Universidade Tiradentes (Unit) –, em salas e horários pré-definidos pela organização do evento. Resultados: O Cine Psi vem ganhando credibilidade no curso de Psicologia e tem gerado discussões ricas no processo crítico-reflexivo dos alunos. Tem-se conseguido público diversificado, desde graduandos e egressos de Psicologia até estudantes de outros cursos, como: Direito, Nutrição e Serviço Social. O evento também teve participação no Dia da Inciativa da Consciência Negra e na XIV Semana de Psicologia, organizados pela Unit, contribuindo assim para potencializar as discussões no âmbito acadêmico. Conclusão: Acredita-se que o projeto tem cumprido os objetivos estabelecidos e os ganhos advindos vinculam-se à inserção e discussão de conteúdos diversificados que circulam as Psicologias no cotidiano estudantil. Sabe-se que o cinema faz-se instrumento de importância na mediação de inúmeras discussões e, atrelada à Psicologia,

pode servir de ponte na compreensão e enriquecimento crítico-reflexivo das expressões e entendimentos psicológicos.

Colaboração e conflito no campo educacional: análise do filme Escritores da Liberdade

Lorena Ladico Trindade, Emerson Fernando Rasera

Este trabalho busca analisar as diferentes formas de construção da colaboração em contextos educacionais marcados pela violência. Visando esse objetivo, serão utilizadas algumas contribuições do Construcionismo social a área educacional, no diálogo com o filme "Escritores da Liberdade" (2007), de Richard LaGravenese. Entendemos que a cinematografia constitui um meio significativo de circulação do conhecimento, de difusão de novas experiências e valores culturais, por ser um artefato simbólico criado por determinadas culturas, que as reflete e, dialeticamente é refletido por elas. Nessa perspectiva, os filmes, assim como outros elementos sociais são construídos, nomeados e significados culturalmente, esse processo pode nos ajudar a compreender e a problematizar questões referentes ao âmbito social. Dessa forma, aproximaremos alguns conceitos utilizados no Construcionismo tais como, a postura de não-saber, conversa dialógica, postura de colaboração e relacionamentos colaborativos, a um ambiente de grupo educacional e social. O Construcionismo Social pode se aproximar do contexto educacional, através da análise das relações sociais, principalmente focando nas relações entre professor-aluno presentes na prática escolar. De maneira que o foco, nessa abordagem, deixa de ser o aluno, dito "aluno-problema", e passa a ser as relações entre o professor e o aluno, tendo como base o jogo de linguagem e os processos conversacionais. Escritores da Liberdade (2007) é uma produção que propicia essa problematização no meio educacional. O filme é baseado em fatos reais marcado por um enredo cheio de conflitos sociais e raciais que ocorrem por volta da década de 1990, na cidade de Los Angeles, onde ocorre várias batalhas causadas por gangues rivais. O longa apresenta a história da professora Erin Gruwell que busca, na escola periférica onde leciona, combater o sistema educacional tradicional reduzido a transmitir conteúdos sem a promoção de reflexões, transformações e de diálogos. Mediante uma postura de colaboração que permite criar condições para o surgimento de conversas que gerem novos sentidos e significados, em direção à co-construção, a professora utiliza-se de conversas colaborativas, em que se privilegia o que o aluno traz, valorizando o contexto em que se está inserido, tirando o professor da posição de especialista e o trazendo para um papel mais colaborativo, de troca. A professora começa a desempenhar o papel colaborativo quando traz elementos significativos, como por exemplo, músicas, dinâmicas e

livros que trabalham com temas atraentes para os alunos como preconceitos, gangues e violência. Dessa maneira, ela promove a oportunidade dialógica, estabelecendo um compromisso relacional. No decorrer do filme, percebemos o movimento de constituição do grupo que ocorre em detrimento das construções realizadas em conjunto, como o engajamento de reflexões, a abertura ao diálogo, a valorização e compreensão das relações e do meio social em que cada um está inserido. O grupo somente se percebe como tal quando promove ampliação de sentido, mediante a utilização e compreensão de uma linguagem relacional em que há negociação de sentidos e narrativas. Esta análise convida a refletirmos sobre as relações sociais no âmbito escolar, e propõe a mudança de paradigmas dominantes no contexto educacional utilizando como ferramenta para a construção de uma educação mais reflexiva, a valorização dos vínculos relacionais, das narrativas e de pensamentos críticos que promovam rupturas e transformações por meio da problematização e questionamento das práticas dominantes no contexto educacional e das ações praticadas em sala de aula.

Da Rua ao Trabalho: a reconstrução do projeto de vida de adolescentes em situação de ex-moradia de rua em Recife/PE

Karla Kely da Silva Cabral

Local: O trabalho desenvolveu-se em uma ONG que trabalha com crianças e adolescentes com histórico de situação de moradia de rua em Recife/PE. Perfil do público atendido: 50 adolescentes e jovens, faixa etária: 14 à 24 anos, a maior parte afro-descendentes, ex-moradores de rua e que estavam em situação de acolhimento institucional ou reinseridos nas famílias. Oriundos de comunidades com os piores IDH do estado de PE, em alguns casos, sofreram violência doméstica ou sexual, praticaram mendicância ou foram explorados como trabalhadores infantis. O objetivo do trabalho foi proporcionar a reconstrução do projeto de vida destes, a partir da possibilidade dos mesmos se sentirem mais seguros e autônomos sobre seu papel na sociedade, enquanto sujeito de direitos e deveres, resgatando seus sonhos e uma nova construção identitária. Além disso, visou incentivar os adolescentes a terem uma atitude mais protagonista, se reconhecendo enquanto autores da sua própria história. A prática demonstrou a importância da atuação do psicólogo no processo de desenvolvimento do senso crítico, autonomia e conscientização dos sujeitos sociais enquanto agente de transformação de sua realidade social. O fazer psicológico, foca o social, porém faz diálogo no campo da educação, profissional, da formação pessoal e profissional dos adolescentes e jovens, por meio de cursos profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho, através de programas como:

Jovem aprendiz, Primeiro emprego, Estágio. O psicólogo neste espaço atua nas diversas instâncias que envolvem o adolescente/jovem: família, escola, curso e empresa. Na família, através de visitas de reintegração, buscando acompanhar o processo de readaptação ao ambiente familiar e comunitário, realizando escutas e intervenções quando necessárias. Na escola, realizando acompanhamentos para obtenção de dados sobre o desenvolvimento da aprendizagem, processo de adaptação e construção de relações sociais. No curso, utilizando instrumentos tais como: oficinas terapêuticas, trabalhos em grupos e atuando como facilitador em módulos de Ética, Trabalho e Cidadania, entre outros temas transversais pertinentes ao público-alvo. Na empresa, sendo mediador no encaminhamento do adolescente para entrevista de emprego, contratação, orientação, supervisão e acompanhamento do processo de adaptação ao ambiente de trabalho, desenvolvimento e aprendizagem da função exercida, como também o relacionamento com a equipe de trabalho e o supervisor imediato. O aporte teórico para o desenvolvimento do trabalho teve como metodologia os 4 pilares da educação para o século XXI, que são: aprender a Fazer, Conhecer, Conviver e Ser, que foi colocado por Jacques Delors, no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Além disso, utilizamos o método Paulo Freire com seu conceito de educação libertadora. Resultados/Impactos: O projeto teve início em meados de 2010, no entanto, após 3 anos é possível evidenciar alguns frutos. Através de relatos e verificação prática, identifica-se uma mudança gradativa na perspectiva de vida e futuro dos adolescentes e jovens que foram atendidos, tornando-se seres mais autônomos e conscientes sobre seu papel na sociedade. Além disso, tivemos um quantitativo de 27 inserções no mercado de trabalho e 5 contratações definitivas após período de estágio ou aprendizagem. É importante mencionar que, a possibilidade desta reconstrução do projeto de vida, trouxe um impacto direto para vida destes, de seus familiares e consequentemente das comunidades onde vivem. A partir da percepção da mudança significativa que houve na vida do público atendido e na maneira com estes se percebem após formação e inserção no mercado de trabalho, suscitou na autora o desejo de realizar uma pesquisa científica como maneira de evidenciar empiricamente os resultados que já se emergiam na prática, desta forma, atualmente, a temática bem sendo trabalhada através da pesquisa de mestrado da autora.

Determinantes da violência na juventude segundo os jovens participantes de um Projovem Urbano em Natal/RN

Arthemis Nuamma Nunes de Almeida, Luana Isabelle Cabral dos Santos

A pauta da juventude é um assunto dos mais importantes dentre os diversos problemas e questões cruciais que são desafios às políticas de desenvolvimento social na América Latina. O expressivo contingente de jovens existentes somado ao aumento da violência, da pobreza e a diminuição das oportunidades de emprego estão deixando a juventude latino-americana sem perspectivas para o futuro, especialmente a juventude que enfrenta situações sociais adversas, dificultando uma participação ativa no processo de conquista da cidadania. Some-se a isso que as múltiplas vulnerabilidades, que atingem de forma diferenciada a juventude, devem ser entendidas como constantes violações dos direitos dos jovens, que mesmo legalmente considerados como sujeitos de direitos, na prática há ainda um largo caminho a percorrer. Assim, em contextos de vulnerabilidades, os jovens, especialmente aqueles de camadas populares, tem sido cada vez mais alvo privilegiado de ações violentas. Vale ressaltar que a violência é complexa e multideterminada sendo sua definição um desafio que não se restringe a simples descrição, nem ao entendimento imediato. Por tudo isso, pensar os contextos de vulnerabilidade social em que os jovens estão inseridos e suas relações com as diversas formas de violência, expressa a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas específicas para esse segmento. É o caso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem – criado em 2005, sendo em 2007 avaliado e reformulado, assim, a partir de 2008, tem-se a união de alguns programas já existentes e a articulação deles no chamado Projovem Integrado, que passa a ser executado a partir de quatro modalidades: Projovem Adolescente – serviço socioeducativo, Projovem Urbano, Projovem Campo – saberes da terra, e Projovem Trabalhador. A presente pesquisa aconteceu no Projovem Urbano (PJU) o qual atende a um público de jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos, que não tenham concluído o ensino fundamental, mas que saibam ler e escrever e que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. O programa integra três eixos de formação: educação, qualificação profissional e participação comunitária, articulando diferentes esferas da vida dos jovens. O referido trabalho objetiva analisar as falas dos jovens participantes de um Projovem Urbano, da cidade do Natal/RN, no que diz respeito a sua percepção sobre quais seriam os determinantes da violência na juventude. Para tanto, parte-se da ideia de que para se entender a violência é preciso não somente o conhecimento dos fatos, mas das representações que se tem dela, ou seja, deve-se considerar como os sujeitos a percebem em sua realidade, no caso, os jovens participantes do PJU. No que tange o eixo temático, o trabalho se insere na categoria educação ao propor articulação da psicologia social com a política pública do Projovem Urbano no sentido de possibilitar a juventude do programa lançar um olhar sobre suas condições sociais. Foram

realizadas onze entrevistas semiestruturadas com os jovens participantes de um PJU da cidade de Natal/RN, compondo uma amostra por saturação. Para a análise do corpus da pesquisa utilizou-se o Método Comparativo Constante (MCC), baseado na Teoria Fundamentada (Grounded Theory), que possibilita a criação de categorias, após a coleta dos dados. Em tal teoria, que serve de referencial teórico para a pesquisa, a preocupação central é descobrir a informação que é relevante para o problema estudado, por meio da explicação da realidade a partir da interpretação das falas dos entrevistados. Utilizou-se o software de análise de dados qualitativos QDA MINER versão 4 para a organização dos dados e elaboração das categorias de análise. Os resultados obtidos, segundo os jovens, seriam seis determinantes da violência na juventude, ou seja, seis seriam os elementos que possibilitam a ocorrência do fenômeno social violência ou que a ele se associam. Assim sendo, foram elencados pelos jovens os seguintes determinantes: o preconceito, o consumo e tráfico de drogas (lícitas e ilícitas), os contextos socioeconômicos (pobreza, amizades, moradia, falta de educação e de respeito, a falta de ocupação e problemas familiares), o ciclo de reprodução da violência (em que o jovem pratica porque sofreu antes), determinantes internos (impulso) e a criminalidade. Conclui-se que a pesquisa corrobora os achados na literatura em que a violência é um fenômeno multideterminado, por isso mesmo, não há de se considerar cada um desses fatores elencados pelos jovens isoladamente, mas, que a associação de diversos fatores, como por exemplo socioeconômicos, políticos e culturais, tem deixado os jovens em contexto de vulnerabilidade social, o que leva, muitas vezes, a uma situação de rupturas da participação e da coesão social. Além do mais, as políticas públicas destinadas a esse segmento social devem sempre ser reavaliadas, no sentido de se evidenciar se elas tem cumprido o seu papel na garantia dos direitos sócias dos jovens, para tanto, faz-se imprescindível considerar a fala e percepção dos jovens, usuários da política, sobre suas próprias condições de vida e a efetividade das políticas públicas a eles destinados.

Diferentes formas de violência escolar na percepção de alunos da Educação Básica

Thaís Resende Araújo Borges Bonfim, Fernanda Telles Márques

Realizado no âmbito de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida entre 2011 e 2013, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar percepções de crianças da educação básica a respeito das principais manifestações de violência entre pares ocorridas na escola. Trata-se de uma pesquisa de tipo etnográfico conforme o entendimento de Lüdke e André (1986), envolvendo, portanto, além de levantamento e estudos bibliográficos, imersão em campo e coleta de dados

em fonte primária. Os estudos bibliográficos, que alinham produções das Ciências Sociais e dos saberes Psi, foram distribuídos em leituras e discussões que se deram no interior do Grupo de Estudos da Violência Escolar da Universidade de Uberaba (GEVE-UNIUBE). O trabalho de campo teve como locus uma escola pública do ensino fundamental e envolveu visitas semanais a duas turmas escolares – uma de oito e outra de dez anos – realizadas continuamente ao longo de um semestre letivo. Nestas visitas foram feitas a observação sistematizada da sala de aula como ambiente de sociabilidade e do cotidiano escolar como um todo, o registro em cadernos de campo e a coleta de dados junto aos alunos por meio de um instrumento misto de produção de desenhos. No instrumento, que teve como fundamentação metodológica os estudos de Gusmão (1995; 1999) e Gusmão & Márques (1996) sobre o desenho infantil, era solicitado aos alunos que primeiramente produzissem desenhos abordando o que mais gostam e o que menos gostam na escola. Em seguida, pedia-se que criassem diálogos para duas cenas que lhes eram apresentadas: uma tendo como protagonistas uma mulher adulta e uma criança, e a outra protagonizada por quatro meninas, estando uma delas afastada das demais. Depois de coletados, os desenhos foram organizados em categorias e analisados. Ao final, fez-se a triangulação dos dados obtidos por meio dos desenhos, com os registros do caderno de campo e o referencial teórico. Enquanto a pesquisa bibliográfica favoreceu a compreensão dos fenômenos bullying e mobbing naquilo que os aproxima e no que os distancia, os dados coletados em campo demonstraram que as ações caracterizadas como bullying são mais facilmente reconhecidas pelas outras crianças como expressões de violência do que o mobbing. Em outras palavras, ainda que o mobbing seja mais frequente no locus da pesquisa, quando intimidações, apelidos constrangedores, propagação de boatos difamatórios sobre a criança ou seus familiares, vem de colegas que não carregam o estigma de bullies (“valentões”), a violência da conduta é menos percebida do que nos casos em que o perfil da criança agressora aponta para dificuldades de relacionamento interpessoal, baixa autoestima e acentuada necessidade de autoafirmação. Constatou-se ainda que a agressão física e verbal direta, que tem como principais autores estudantes do sexo masculino, tem mais visibilidade na escola, enquanto a agressão indireta, aquela em que o autor atua constrangendo e/ou difamando a vítima, é mais praticada por meninas e goza de menos visibilidade, o que torna seu enfrentamento mais difícil. O trabalho com os desenhos foi, neste sentido, revelador. A maioria das meninas apresentaram em seus desenhos a aparência física como motivação tanto para a aceitação pelo grupo quanto para a violência entre pares. Peso corporal, textura e cor dos cabelos, cor da pele, foram referências aos motivos pelos quais uma menina ficaria isolada das demais – o que nem sempre foi

apresentado nos desenhos como sendo uma conduta reprovável. Entre os meninos, os principais elementos foram as brigas ocorridas durante aulas de Educação Física e recreio, e não resolvidas na ocasião, bem como a presença de alunos maiores (mais velhos) exigindo dos menores que lhes entreguem o lanche. Em comum, meninos e meninas apontaram a presença de agressão verbal e constrangimento na relação professor-aluno e a percepção da violência quando ocorrida nas relações de poder mais marcadas pela assimetria.

Educação Inclusiva nas escolas especiais: uma integração da equipe e família

Priscila Fernandes Eduardo, Maurício Campos

Este trabalho partiu através de uma atividade voluntária com o objetivo de vivenciar a rotina escolar, ajudar com trabalhos estruturais, organizacionais, acompanhar a integração da equipe com a família. As visitas ocorreram nas tardes de quarta-feira, do mês de Maio a Outubro de 2012, presenciando a dinâmica pedagógica e multiprofissional de uma escola de educação especial da cidade de Catalão-GO, sendo uma entidade filantrópica que funciona em sede própria e fundada em 1984, oferecendo Ensino Especial para pessoas com deficiência desta cidade e região. A escola atualmente contém 250 alunos matriculados, com deficiência mental e transtorno de desenvolvimento global. Além de atender a demanda educacional a Instituição consta com Fisioterapeuta, Dentista, Fonoaudiólogo e Assistente Social, porém no momento não há Psicólogo. A orientação teórica estabelece na construção da Política de Educação e Direitos Humanos, considerando uma reflexão sócio – histórica das Instituições e Sociedade, que acolhe e auxilia no desenvolvimento humano. Estabelecendo como eixo, a Escola de Qualidade para Todos, que abrange a inclusão de pessoas com deficiência (PCD) às escolas regulares, garantindo, a diversidade ao ensino educacional para Todos, e também mantendo as escolas especiais. Percebe-se que as limitações de um corpo com deficiência, incapacidade e desvantagem circundam em um conjunto de cuidados educacionais com a família e a escola, o acolhimento de ambos para a aceitação da pessoa com deficiência como ser humano, com várias características peculiares de sujeito que vai construindo ao longo na adaptação social, deve ser gradual e digna de solidariedade. Considerando não so a responsabilidade da escola para atender este exercício da cidadania e sua qualificação para os mecanismos de trabalho e social, mas também a família como protagonista desta travessia educacional nas capacitações de desenvolvimento dos alunos. Ao longo desta vivência acompanhei o trabalho da Assistente Social, que recentemente foi admitida a esta escola de “reforço inclusivo”, e foi feito uma triagem com 80 famílias. Foi aplicando um questionário elaborado pela mesma, nesta a

assistente me apresentou um levantamento de respostas recorrentes dentre quatro perguntas gerais, sendo: a primeira; Qual a frequência que a família vai à escola? Somente em dias festivos, ou quase nunca. A segunda; Quais os problemas enfrentados no convívio familiar? Vários, precisa de uma pessoa da família para ficar integral com a pessoa com deficiência, financeiramente, alimentação, cuidados extras. A terceira; Como e quem fazia a higiene em casa da PCD? A mãe é a responsável, em outros casos eles próprios. Quarto; Qual a relevância da escola para o aluno? Muito importante, pois naquele momento ele sentia em grupo, voltava feliz, animado para casa. Outras questões também abrangiam a realidade financeira da família, endereço e quadro estatístico de quantos moradores havia na residência, quais os cuidadores diretos da PCD e se estes acompanhavam o desenvolvimento educacional do sujeito. Esta triagem foi significativa para salientar as condições objetivas e subjetivas que a família vivência, aproximar o diálogo da equipe multiprofissional, os professores e os pais. Possibilitando assim, um ensino educacional mais voltado as dificuldades que estes indivíduos perpassam. De tal modo, percebe-se que nas respostas, como é significativa a importância da família para construção da identidade destes e a relação família e escola, considerando a realidade sócio – histórica destes indivíduos, que chegam a instituição segregados aos valores pré - conceituosos de uma sociedade excludente, desclassificatória e estigmatizada. Contudo provemos meios para criar resistências a estes rótulos, considerando o indivíduo com suas diferenças de gênero, classe social, subjetividade e corpo físico, como sendo um integrante deste Ser Humano que faz parte de um grupo, de uma comunidade, de uma sociedade diversificada e multifacetada. Enxergando a deficiência com suas capacidades e limitações de um corpo opressor que necessita de ajuda para superar seus próprios obstáculos e angústias. Os pais aceitarem a condição da inclusão como direito e não como graça do Estado, culmina em enfrentar seus próprios estigmas. Fazendo com que a presença e os cuidados sejam importantes no processo de formação da personalidade, de autonomia e identidade da pessoa com deficiência. A equipe multiprofissional é relevante para estrutura desta Instituição, possibilitando um desenvolvimento abrangente em suas limitações, porém esta interlocução acontece com lacunas e caminha com uma dinâmica segregada de valores. Percebemos a importância do profissional em psicologia social na esfera educacional, como mediador e atuante na construção de mudanças institucionais, uma vez que esta está atrelada aos profissionais que as seguem. As modificações deverão ser concomitantes a equipe multiprofissional, troca de experiência, orientação às dificuldades enfrentadas ao convívio, um olhar clínico e social as psicopatologias geradas no ambiente de trabalho. Considerando esta

escola, portadora de um quadro educacional especial, vemos a relevância dos familiares para o processo inclusivo, para que o aluno possa receber todo acompanhamento no seu desenvolvimento. É uma trepide a escola - pais - aluno, que tem que caminhar juntos.

Escola: relações de poder, hierarquia e formação

Marina Barbosa do Rego Silva, Patrick Coutinho da Silva, Estela Scheinvar

Este trabalho tem o propósito de apresentar um panorama de uma etapa da pesquisa "Estado de direito e judicialização da vida – atravessamentos entre as práticas do conselho tutelar e da escola" realizada a partir do segundo semestre de 2012. O projeto tem como objetivo principal o estudo das lógicas que pautam as práticas punitivas cotidianas, a judicialização das relações no contexto do Estado de Direito e, em particular, das práticas de defesa dos direitos da criança e do adolescente, tendo como foco os atravessamentos entre escola e conselho tutelar. O eixo temático escolhido que relaciona o tema da pesquisa com o que propõe o GT 25 da ABRAPSO é a Educação, uma vez que o objeto de análise da pesquisa é a escola. A escola é o espaço que procuramos para analisar as relações de poder e os atravessamentos que constituem as lógicas de uma instituição que ocupa (ou propõe-se a ocupar), poderíamos dizer, praticamente todos os anos da infância e da juventude, objetivando a formação. É um espaço de relações de poder, hierarquização, de socialização, ensino e formação. São essas lógicas que atravessam a escola que colocamos em análise na pesquisa, utilizando principalmente como orientação teórica as obras de Michel Foucault, em particular, Vigiar e Punir (2001), Microfísica do poder (1982) e o curso Nascimento da biopolítica (2008). Por meio da disciplinarização a escola produz a "docilização dos corpos" – como diz Foucault –, desde os primeiros anos da infância e ao longo da juventude, no sentido de construir uma massa de trabalhadores que afirmem normas e regras, como máquinas. A educação, uma das formas de aplicar a disciplina, logo uma forma de exercer poder, torna o corpo disciplinado a base de um gesto eficiente, ou seja, útil para determinado fim, ensinado durante o "treinamento". A manipulação do corpo é fundamental para fazer funcionar uma sociedade sustentada na disciplina. A hierarquia na escola também é objeto de nossos estudos, pois é um mecanismo de poder estabelecido de forma rígida, pouco fluída. Ela permeia todas as relações e funciona em cadeia, manifestando-se inclusive entre os alunos, seja em relação ao comportamento, à classe social ou às relações espontâneas entre os colegas. Para a análise de conceitos e relações centrais à pesquisa como a docilização, lógica penal, o Estado de Direito, a judicialização das relações cotidianas, foram propostas intervenções em uma escola pública do município de São Gonçalo no Rio de Janeiro, mesmo município onde está

localizada a Faculdade de Formação de Professores, unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro na que se desenvolve o projeto ora apresentado. O trabalho de campo permitiu uma análise ilustrada das lógicas que operam a escola. As falas e o comportamento dos alunos afirmam a docilização e o exercício do poder disciplinar de forma naturalizada. As intervenções feitas por nós, bem como as análises do trabalho de campo, produzem reflexões para o desenvolvimento de novas etapas da pesquisa. A partir das intervenções produzimos diários de campo, como proposto por Lourau, não em uma perspectiva factual, mas em um exercício que compreende o espaço no que o pesquisador irá expor livremente a sua experiência e desenvolver suas análises, que conduzem a problematizações, as quais originam outras questões e nunca uma resposta dogmática. Propomos, com base no desenvolvimento da pesquisa e das análises produzidas, um pôster contendo os principais conceitos e problematizações, além de fotos das intervenções na escola para que o nosso trabalho seja ilustrado.

Escritor e leitor: uma ressignificação criativa

Henrique Melo Alves do Amaral, Laila Lilargem Rocha, Raul Marcel Filgueiras Atallah, Matheus Neto Peixoto, Lucas Guilherme Fernandes, Ivy França Carvalho

A atual apresentação se dá como desdobramento do projeto de pesquisa Espaços políticos abertos pela literatura, desenvolvido pelo curso de psicologia da Universidade Federal Fluminense. Na presente discussão, abordaremos especificamente a relação de leitor e escritor enquanto participantes de uma trama de construção e reconstrução de suas realidades a partir do significado dado às múltiplas expressões literárias. Para elaboração de tal material, recorremos à pesquisa bibliográfica como fonte de material, dando enfoque a autores que discutem crítica literária, linguagem, comunicação e filosofia, tais como Barthes, Blanchot e Schopenhauer. O objetivo de nosso trabalho é articular a criação literária e a leitura da mesma com mecanismos de produções de subjetividade a partir de novos vieses lançados pelo indivíduo; a partir disso, contornamos nossa proposta inicial que a partir da literatura, os sujeitos se encontram imersos em novas possibilidades de expressão, em que sua relação com a linguagem sofrerá constante transformações. Levando em conta a temática proposta pelo trabalho, que aborda especificamente as práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos, podemos destacar que nossa discussão toca no referido tema ao propor uma ênfase no estado de alteração e transformação da realidade. Nesse sentido, a noção base do projeto está pautada na esfera de contato e transformação do objeto enquanto uma possibilidade de intervenção dos sujeitos e grupos sociais ao deparar-se com sua realidade apresentada. A proposta, portanto, é

indicadora de alguns desses mecanismos de transformação e ressignificação da realidade, em nosso caso específico pela proposta de criação e interpretação das obras. No desenvolver da temática, fica evidente as forças que convergem à interpretação dos objetos no tempo e no espaço, e a forte tendência ao congelamento em estruturas que segmentam a possibilidade de abertura do significado. Entendemos que a proposta base de uma visão não estratificadora deve considerar as especificidades das apresentações, deixando espaço para emergência de um proprium constituidor dos sujeitos sociais, em que se formula uma demanda verdadeira a partir de suas necessidades. Nesse ponto, compreendemos que a expressão dos sujeitos, e mesmo do grupo social, está diretamente ligado as significações dadas por esses e das formas de apreensão do mundo. Temos em a Ordem do discurso, de Foucault, por exemplo, como as relações sociais tentam dar conta da linguagem, aprisionando-as em estruturas fechadas, como um nome de amarração do discurso que remete a uma complexa rede de poder que sustentará as relações na qual se intenta manter em moldes seguros as práticas sancionadas e mesmo os lugares ocupados. A compreensão da temática das práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos deve, em nosso ver, considerar a emergência dessas necessidades próprias na tentativa de desconstruir os moldes normatizadores da sociedade. Construir políticas públicas efetivas é atender o além evidente, em que se faz transparecer as necessidades próprias dos sujeitos e grupos sociais e elaborar em meio a esse material elementos que deem conta dessa demanda, o que podemos dizer ser um trabalho louvável que contem em si mesmo um grande desafio. Em conclusão, entendemos que a literatura é um espaço de liberdade pela constante transformação que essa propicia a maneira pela qual os sujeitos se relacionam com a linguagem sendo, portanto, contrária à noção de congelamento em estruturas. A literatura, assim, mostra seu caráter de fluidez e movimento que serve à função de remeter a linguagem a outros parâmetros, diferentes dos ligados somente a captura e controle, tais como os desenvolvidos pelo escritor e leitor em sua relação com a literatura, produzindo novas perspectivas linguageiras.

Formação e atuação profissional: o que os psicólogos escolares/educacionais têm a dizer sobre isso?

Thiago Santos Souza, Joilson Pereira da Silva

Nas últimas décadas os profissionais, teóricos e pesquisadores da área da Psicologia Escolar/Educacional, têm buscado desenvolver estudos e práticas cada vez mais comprometidas em contribuir com a qualidade da educação em nosso país. Atualmente, observa-se que o campo da educação tem se constituído como uma área de mercado que tem crescido para o psicólogo,

havendo um aumento da inserção desse profissional nas escolas, do qual se espera efetivas contribuições à resolução dos diversos problemas educacionais. Dessa forma, acredita-se que a qualidade da atuação do psicólogo em uma escola pode ser decisiva para que este conquiste seu espaço e consolide sua importância dentro do contexto educacional. Logo, para uma atuação efetiva e que atenda as reais demandas existentes no campo educativo é necessário uma formação adequada, que possibilite os recém-formados em psicologia conhecer sua identidade profissional, sua função específica e as diferentes possibilidades de ação dentro de uma escola. Entretanto, pesquisas têm indicado um possível déficit na formação do psicólogo, apresentando como provável causa a existência dos diversificados campos de atuação dentro da psicologia, somado ao fato de que, no Brasil, a formação acadêmica acaba não conseguindo abranger todas as áreas, dando ênfase na maioria das universidades para a área clínica e em segundo lugar a organizacional. Assim, áreas como a escolar/educacional acabam sendo negligenciadas nos cursos, na ausência da oferta de estágios curriculares nesta área e na oferta de uma ou duas disciplinas neste âmbito, não sendo suficientes à formação necessária para atuar nesses contextos. Devido a isso, o presente trabalho teve por objetivo investigar, junto a psicólogos que trabalham em contextos escolares/educacionais, como eles avaliam sua formação acadêmica em relação a esta tê-los preparado ou não para uma atuação nestas instituições; além de conhecer como eles avaliam as disciplinas referentes ao âmbito escolar/educacional; evidenciar a existência e importância do estágio curricular para aquisição de conhecimento na área; e identificar a importância da psicologia social para uma atuação nas escolas. Esta pesquisa teve caráter exploratório-descritivo e uma abordagem qualitativa, a qual foi realizada com 15 psicólogos que trabalham em escolas ou Secretárias de Educação do estado de Sergipe. Para a coleta dos dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, cujos dados recolhidos foram tratados e analisados segundo a análise de conteúdo de Bardin, com o devido respeito às normas éticas de pesquisa. A partir das análises das entrevistas, foi possível identificar a insatisfação com sua formação acadêmica no sentido de não terem sido instrumentalizados para uma prática real; o distanciamento da teoria e da prática nas disciplinas dos cursos de graduação; a importância dos conhecimentos práticos aprendidos nos estágios; e a importância dos conhecimentos da psicologia social para uma atuação mais abrangente que vá além das questões pedagógicas e que atendam as reais necessidades das demandas escolares. Por fim, o presente estudo propõe uma pertinente contribuição para as discussões fomentadas pelo eixo temático da Educação, no referido congresso, buscando apresentar dados que evidencie a relação direta entre formação acadêmica e atuação profissional e o quanto estas, quando

realizadas de forma adequada e com qualidade, podem resultar em práticas efetivas de melhoria no campo educativo, espaço este tão importante para toda e qualquer transformação social.

Identidade psicossocial dos adolescentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (campus Vitória de Santo Antão) em regime de internato

Alessandra Xavier de Morais

Como psicóloga atuante no Setor de Orientação Educacional (SOE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Vitória de Santo Antão, desenvolvemos (eu, em conjunto com uma outra psicóloga) diversos trabalhos de orientação, acompanhamento e assistência ao público adolescente, em especial aos alunos que deixam os seus lares para estudarem numa escola que adota o regime de internato, como é o caso do campo de estudo desta pesquisa. Essa prática provocou-me algumas inquietações para as quais busquei respostas. Foi a partir daí que nasceu a idéia de desenvolver o presente trabalho de Mestrado. Tamanha foram as descobertas desta pesquisa que atualmente está se desdobrando em Doutorado. No referido Campus atuamos com as políticas de acolhimento e permanência desses adolescentes no Instituto e essa convivência, praticamente diária, permite-nos uma aproximação com as inquietudes e instabilidades decorrentes do ingresso naquele regime, observando, sobretudo, o seu campo psíquico e social. Relevantes questões foram consideradas neste trabalho, como a mudança de vida ocasionada pelo regime de internato, afinal esses alunos internos permanecem no Campus durante toda a semana, enfrentam uma separação familiar abrupta ocasionada por esse regime, pois para muitos alunos trata-se da primeira experiência longe do convívio familiar cotidiano, além de novas construções das relações interpessoais, as redes de vínculo, laços sociais com o outro e a constituição da autonomia, sendo que estes últimos elementos dão suporte a toda essa inolvidável experiência que o regime de internato escolar provoca. Nessa pesquisa afloraram dados substanciais, permitindo-nos compreender o universo social e psíquico em torno do aluno e do seu universo no internato. Os temas propostos nos grupos focais como ‘mudança de vida’ e ‘separação familiar’ foram retratados como um sacrifício necessário, pois os alunos acreditam que o futuro promissor só pode ser alcançado por meio de uma formação técnica o que, consequentemente, favorece o acesso ao mercado de trabalho e a esperança de ofertarem uma perspectiva de vida mais favorável a si e as suas famílias. Ao abordamos as políticas públicas em torno da oferta do regime de internato, percebemos que é imperiosa a necessidade da existência desse regime junto às escolas de cunho agrícolas, pois sem esse instrumento facilitador dificilmente o aluno originário do campo

viabilizaria seu estudo que vem contemplado com um saber específico, permitindo-o aplicar em sua comunidade. É interessante observar como transita o conceito de internato em suas diferentes épocas, diferindo como sinônimo de punição e castigo em séculos passados para se tornar sinônimo de 'privilégio' já que os contemplados com o mesmo dispõem de vários serviços, como refeições, moradia e, sobretudo, um acompanhamento psicopedagógico humanizado por parte de todos os profissionais que compõem o Campus. Acreditamos que o trabalho tenha contribuído para a compreensão do aluno em regime de internato, subsidiando diferentes profissionais de instituições de ensino que também adotam o regime de internato como opção de permanência.

O papel do psicólogo na escola na visão de professores da rede de ensino fundamental de Florianópolis/SC

Luísa Evangelista Vieira Prudêncio, Marivete Gesser, Leandro Castro Oltramari

O objetivo da pesquisa é identificar as necessidades de intervenção profissional em Psicologia Escolar na rede pública de ensino do município de Florianópolis/SC. A pesquisa foi solicitada pela Gerência de Formação Permanente, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, ao LAPEE – Laboratório de Psicologia Escolar e Educacional – com a finalidade de melhor direcionar a inserção de estagiários nas escolas da rede. Para a obtenção das informações, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com pelo menos três profissionais de 13 escolas, creches e núcleos de Educação infantil vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis/SC. Os dados foram analisados com base na metodologia de análise de discurso. Os resultados apontam que os profissionais da educação divergem quanto as expectativas relacionadas ao trabalho do psicólogo, pode-se destacar dois vieses principais: aquele em que as necessidades de atuação dos profissionais das escolas da rede pública municipal de ensino de Florianópolis são voltadas à medicalização dos alunos com dificuldades de aprendizagem, já por outro viés, o discurso está voltado para a compreensão do papel do psicólogo sob a ótica da prevenção e promoção de saúde. Conclui-se que os profissionais da educação têm como necessidade de intervenção em psicologia a criação de espaços de formação para lidarem com a complexidade de variedade de situações presentes no cotidiano escolar.

Pensando a escola e o "ser professora": hierarquias, silêncios e incômodos por estudantes normalistas

Daiane de Souza Mello, Amana Rocha Mattos, Marceli de Souza Rosa Pereira

Este pôster tem como objetivo apresentar resultados das atividades de pesquisa realizadas no âmbito do subprojeto de Psicologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UERJ – PIBID/UERJ. Este trabalho se relaciona com o eixo temático da Educação, não apenas no que se refere a nossa atuação na iniciação à docência, mas também pelas discussões e reflexões acerca das experiências da escola e da formação oferecida. As atividades que realizamos ocorreram em uma escola de formação de professores na cidade do Rio de Janeiro, enfocando questões trazidas pelas(os) participantes referentes à sua preparação para o exercício da profissão de professora(o), suas dúvidas e questionamentos. O trabalho de nossa equipe se desenvolveu no formato de oficinas de reflexão, realizadas na escola, com participação voluntária dos jovens, que eram em sua maioria jovens mulheres tendo em vista o curso oferecido. As oficinas, a princípio, tinham o seu tema voltado para a discussão do que as(os) jovens entendiam por liberdade. Entretanto, ao longo dos encontros, algumas questões foram se delineando em relação à preparação que estariam recebendo para exercer a profissão de professora(o): quanto mais se aproximavam do momento da formatura, menos as(os) participantes pareciam sentir-se preparadas(os) para ocuparem esse lugar. As oficinas foram realizadas buscando oferecer um espaço de fala para as(os) participantes, tendo em vista que os encontros, conduzidos por estagiárias licenciandas em psicologia, evidenciaram a importância do exercício da escuta daquelas(es) que estão em processo de formação numa instituição educacional marcada – como toda escola tradicional – pela normatividade e pela hierarquia. A entrada na escola, as oficinas e principalmente esta escuta foram pautadas por um olhar etnográfico que buscou uma aproximação que evidenciasse a forma como as(os) próprias(os) alunas(os), que vivenciam o contexto pesquisado, enxergam as experiências da escola. Neste sentido, o foco de nossa atuação esteve na fala, nas crenças, nas expressões e até mesmo no vocabulário de cada jovem. O fato de ser uma atividade vinculada à disciplina de Psicologia da Educação do currículo de formação foi tomado pelas(os) participantes como uma abertura para que pudessem se colocar a respeito de questões do cotidiano escolar, de suas vidas e de sua formação, sem se sentirem sob avaliação ou vigilância. Como resultado do trabalho realizado, demarcamos a discussão de falas emergentes nas oficinas que tencionam a maneira como o processo educacional é conduzido, principalmente no que se refere à formação de professores

nesta escola. Com frequência, o que se evidenciou nas falas foi uma contradição entre o discurso presente e a prática realizada. É possível notar a existência de um discurso institucional pela formação crítica de professoras e professores e, no entanto, uma prática que ocasiona uma série de distanciamentos – promovidos pela estrutura hierárquica escolar - que causam ruídos na comunicação entre alunos e educadores, gerando conflitos e desentendimentos na escola. Este cenário destoante dentro da formação de professores também nos convoca a refletir sobre a nossa atuação neste âmbito, de modo que, considerando ser uma discussão pertinente, avaliamos ainda o contexto político e educacional atual da Licenciatura em Psicologia, à luz desta experiência. Atualmente, a Licenciatura em Psicologia vem perdendo espaço nas universidades, bem como as disciplinas relacionadas à Psicologia nos cursos técnicos e de formação de professores vêm sendo lecionadas cada vez mais por professores que não são licenciados em Psicologia, o que se expressa na forma como a disciplina vem sendo ministrada nas escolas. Defende-se, pois, a importância de se ter professores licenciados na área ocupando essas cadeiras nas escolas, uma vez que estes possuem uma formação voltada para temas relacionados às questões subjetivas, culturais e sociais, necessários para a discussão dos conteúdos do currículo mínimo em Psicologia no Ensino Médio e cursos técnicos. A nosso ver, é fundamental que se tenha um novo olhar sobre o curso de Licenciatura em Psicologia, por ser uma formação dotada de conhecimentos específicos, que considera tanto os fatores psicológicos e sociais quanto a realidade dos processos educativos, pensando-os em relação na escola contemporânea.

Percepção do clima social em ambiente escolar

Lorena Macêdo Andrade Neves de Oliveira, Gleice Virginia Medeiros de Azambuja Elali

Buscando compreender as inter-ações que ocorrem em meio ao ambiente escolar, bem como a percepção de seus usuários, a bibliografia nos apresenta o conceito de clima escolar que envolve a compreensão sobre como as pessoas que ocupam a escola se sentem, atitudes, comportamentos e normas de grupo, além da percepção particular sobre o clima, e de que maneira as características pessoais podem influenciar. Mais explicitamente, são influenciadores do clima as dimensões físicas do ambiente; disponibilidade de recursos para a manutenção da escola; dimensões sociais (relações entre os grupos); dimensões acadêmicas (qualidade do ensino, expectativa dos professores pela realização dos alunos), acompanhamento e comunicação do progresso dos estudantes aos próprios estudantes e aos respectivos responsáveis. Assim, uma definição possível diz sobre os sentimentos e atitudes despertados

pelo ambiente escolar (Como citado por LOUKAS, 2007). Para Tamayo (1999), uma das especificidades do conceito é que este não possui definição universal. Neste sentido, desvenda-se a importância das características específicas de cada organização e, consequentemente, os instrumentos para medi-lo devem ser precedidos de um mapeamento sobre as características de cada espaço.O presente estudo abrange os impasses a inter-ação entre os diversos usuários do ambiente escolar (professores,funcionários, alunos) e escola,no intuito de a partir da avaliação das escolas públicas visitadas no município de Natal, seja possível promover melhorias em aspectos que afetem negativamente as inter-ações que ocorrem em contexto escolar.Neste caso, trata-se sobre o ponto de vista dos docentes e funcionários, pessoas que passam muitos anos em contato com o local.Foram realizadas atividades em duas escolas da rede pública de ensino localizadas no município de Natal/RN, ambas como estudos-piloto. Um modelo de entrevista semi-estruturada foi elaborado para a compreensão da percepção do ambiente das escolas entre professores e demais funcionários. O roteiro da entrevista semi-estruturada foi respondido por 17 funcionários, entre professores, coordenadoras, auxiliar de secretaria e porteiro; sendo 12 participantes do sexo feminino e 5 do sexo masculino; com idade entre 29 e 58 anos; com tempo de trabalho na escola entre 6 meses e 18 anos.Estabeleceu-se 6 dimensões para análise, e com isso evocar, a maneira como os professores e funcionários percebiam ou descreviam as interações entre os grupos existentes na escola,quais sejam Sentimento de Grupo,Individual, Sistema Social/Institucional, Ambiente físico, Visão de futuro, e Pessoal.É possível destacar a busca por compreensão acerca dos efeitos do ambiente (seja em seus aspectos físicos e sociais) das instituições visitadas,e além do cuidado, busca-se compreender a ocupação e as condições apresentadas pelo espaço físico escolar.Foi buscada também a compreensão sobre o reconhecimento acerca do significado do estabelecimento de ensino visitado para os profissionais.Dentre outros, foram contemplados ainda os processos de inserção particular de cada entrevistado, e a compreensão do pressuposto sistema de normas da escola. De modo geral, os participantes apresentam relatos favoráveis ao convívio entre professores e grupo de alunos, bem como alunos de uma mesma turma entre si. No entanto, apontam para antagonismos entre turmas distintas, destacando aspectos pouco favoráveis à interações de cooperação ou estabelecimento de vínculos que proporcionem inclusão em outros grupos. Características pessoais, disponibilidade de recursos e planejamento são apontados como um fator influente no convivío entre professores e alunos.Nota-se a pouca sistematização de regras dirigidas aos profissionais, marcadamente pela afirmação de ausência de um regimento atualizado; disposição por parte da chamada equipe técnica escola (composta por coordenadoras

pedagógicas entre outros) em considerar a opinião de professores na aquisição de material básico de infra-estrutura.Sobre o cuidado com o ambiente físico da escola, foram citados a frequente depredação do patrimônio, pela danificação do ambiente, como também aponta-se para as pichações como um modo de depredação.As respostas elaboradas para nomear sensações apresentam dificuldades em sua expressão; o que ocorreu em menor proporção no caso o sentimento de pertença no geral associando o pertencimento à função que lhes cabem na escola. No caso do modelo da entrevista semi-estruturada para professores e funcionários, os dados obtidos a partir deste procedimento, abrangem aspectos abordados por instrumento adotado para os alunos, o que permitirá o confronto entre os resultados obtidos a partir das respostas tanto de alunos quanto dos profissionais que trabalham nas escolas visitadas. A partir do confronto entre os dados obtidos entre os diversos grupos, prevê-se que uma compreensão mais coerente e próxima da realidade do contexto escolar, com atenção para conflitos e tensões, e assim possíveis focos de intervenções possam ser contemplados de maneira contextualizada, de modo a contribuir com a realidade das escolas públicas visitadas.

Preconceito: Educação como proposta para Emancipação

Leonardo Souza de Souza, Mauricio Rodrigues de Souza, Renan Batista Alencar

Cura gay, Marcha das Vadias e Dia do orgulho Negro são acontecimentos sociais que são atravessados por um fenômeno mais geral e, por vezes, menos explícito: o preconceito. Compreendido aqui como a aversão a uma pessoa por simplesmente pertencer a um grupo, o preconceito se espalha pelas relações travadas entre indivíduos ao longo da história da humanidade. Velado em algumas situações e, em outras, sob norma social ou "imposição divina", o que importa é a presença e a influência (geralmente negativa, violenta e opressora) que este fenômeno tem na forma de concepções que regem uma determinada sociedade, grupo ou indivíduo em um determinado momento histórico. Algo que geralmente está em conjunto com o exercício do preconceito é uma alienação acerca de como esta atitude foi instituída. Quando uma criança prefere escolher uma boneca branca para brincar, já é possível identificar esta alienação. O acesso a informações acerca de como grupos que sofreram com o preconceito ao longo da nossa história está aberto e por vezes os movimentos que ainda clamam nas ruas em defesa de seus direitos de igualdade e equidade literalmente gritam suas causas, Isto nos leva a refletir sobre a manutenção deste fenômeno, mas também um pouco sobre suas raízes históricas e, ainda, sobre meios para mudar as formas violentas que ele apresenta. Buscar as raízes históricas do preconceito não é nosso objetivo. Nossa proposta é pensar nos caminhos do

preconceito no sentido do esclarecimento do fenômeno. Não propor uma solução para erradicá-lo, mas, apontando para os auxílios que a História nos dá, as contribuições que a Sociologia apresenta e como a Psicologia se coloca frente às questões do ser humano, indivíduo e ser social, sugerir como a Educação pode servir para trazer às luzes aquilo que se encontra nas sombras acerca da instituição, da manutenção e da prática do preconceito. Pela busca de artigos sobre o tema com as palavras-chave preconceito, educação, emancipação e teoria crítica e por meio de consulta a obras de Adorno e Horkheimer, fazendo referência direta à obra Educação e Emancipação, de Adorno, traçamos reflexões acerca de como seria elaborar o passado do preconceito de forma genérica, utilizando exemplos concretos da história, como o nazismo, a escravidão, o sufrágio feminino e as questões da homossexualidade, baseando-nos nas colocações destes autores. Outros nomes que tocam o tema, como Goffman, Allport e Puig, também são utilizados no presente trabalho. Tratando dos contextos que permitiram a instalação do fenômeno tratado, analisando quais poderiam ser os elementos da manutenção do preconceito e compreendendo a Educação como forma de instruir, informar e formar, propomos que ela esteja alheia à qualquer dominação ideológica, apresente temas que toquem na história do preconceito e, dirigindo-nos individualmente, sugerimos a busca por uma emancipação. Emancipação aqui vista como forma de fugir da alienação imposta pelo poder hegemônico, liberdade de amarras metodológicas, consciência da vida em sociedade e compreensão de que não basta apenas ir contra um poder opressor, mas que se deve entender seus mecanismos e, a partir disto, mover-se para evitar a violência inerente à essa opressão ou até modificar esses mecanismos. O tema do pôster se encontra em diálogo com o eixo temático Educação por colocar em destaque como um processo educacional crítico, tanto no ambiente escolar como nos demais espaços sociais, pode servir para a promoção de cidadania e para um real exercício da democracia.

Problematizando a expansão numérica dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil e em Goiás

Maurício Campos

No Brasil a regulamentação da profissão de psicólogo ocorreu em 1962, através da lei 4119, ano em que também foi homologado o currículo mínimo em psicologia. A proposta de formação em psicologia oferecida nas décadas de 60 e 70 foi criticada por apresentar uma desconexão entre os saberes aprendidos e o contexto brasileiro. Tais críticas levaram a uma longa discussão sobre a formação nesta área. Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases, foi homologada e indicou a

extinção dos currículos mínimos no Brasil. Com a LDB os currículos mínimos foram extintos e em substituição aos mesmos foram criadas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs). É necessário considerar que as DCNs foram elaboradas em um cenário de transformação das políticas para o ensino superior no Brasil durante os governos FHC e Lula. Neste cenário viveu-se uma ampla expansão do ensino superior no Brasil. Porém, o que se viu foi uma ampliação das vagas nas instituições privadas de ensino superior, associada à redução do investimento federal neste nível educacional. Para problematizar este processo na área de psicologia fez-se uma revisão teórica sobre a formação em psicologia no Brasil e mais especificamente no estado de Goiás, os dados encontrados foram comparados às estatísticas do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais (INEP). Foi possível verificar que no caso da psicologia somente em 2004 foram homologadas as DCNs, ainda que o processo de elaboração destas tenha se iniciado em 1997. Em 2011 foi homologada uma nova versão das DCNs para a formação em psicologia, nesta foi incluída a obrigatoriedade dos cursos de graduação oferecem além do bacharelado a licenciatura na área. Referente à expansão numérica dos cursos de graduação no Brasil, esta também ocorreu na área de Psicologia, pois, entre os anos de 1991 e 2000 foram autorizados pelo Ministério da Educação Cultura 59 novos cursos de psicologia no Brasil, na década seguinte, de 2001 a 2010, foram autorizados 263 novos cursos, um aumento de mais de 400%. Em Goiás ocorreu, na última década do século XX e primeira do XXI, também uma significativa expansão do número de cursos e instituições de ensino superior e prioritariamente em instituições de caráter privado. A formação em psicologia no estado de Goiás é um bom exemplo para ilustrar o que ocorreu no estado. Segundo o site do INEP existem atualmente dezesseis cursos/habilitações em psicologia no estado de Goiás, sendo que destes dez possuem suas portarias de autorização posteriores ao ano de 2000 e apenas três são oferecidos em instituições de caráter público. É fundamental investigar esta expansão numérica dos cursos de graduação em psicologia no Brasil e em Goiás. É preciso conhecer que proposta formativa tem sido oferecida e realizada neste cursos de graduação em psicologia.

Problematizando o fazer do Psicólogo na escola: investigação por meio de intervenção com estudantes

Sabrina Fleck, Rosângela Schuster, Denise Fabiane Polonio, Juliana Roveda, Suzana Feldens Schwertner

Segundo Maluf (1994), a formação inicial do psicólogo na educação conduzia-o a uma atuação "curativa", buscando "resolver" problemas de aprendizado e de rendimento escolar, utilizando

testes de inteligência, e quando necessário, encaminhando alunos para diferentes tipos de tratamento. Ainda para a autora, mesmo quando o trabalho passou a ter um caráter preventivo, ele não conseguiu se afastar do modelo clínico e continuou a tratar o indivíduo problema. No entanto, a atuação da Psicologia na educação tem sofrido inúmeras transformações. Os sujeitos passaram a ganhar voz, ganharam forma, assim se tornaram responsáveis pela sua busca de saúde, não sendo apenas um coadjuvante nesse processo. E para isso as novas formações buscam habilitar os profissionais para atuarem em uma sociedade em transformação, deixando de centrar o atendimento individual para atuar como promotor de saúde nestes espaços. A partir da proposta das disciplinas de Psicologia e Instituições Escolares I e II, do Centro Universitário Univates, foi realizado, em uma escola pública do interior do Rio Grande do Sul, um trabalho que propôs, por meio de intervenção com alunos, a problematização do papel do psicólogo nas escolas, além de buscar questionar esses alunos sobre a importância da escola para eles. Utilizamos, para tanto, autores como Guzzo (2008) e Kupfer (2008), que abordam o papel do psicólogo na instituição escolar como um agente capaz de abrir espaço para a circulação de discursos favorecendo a valorização das relações humanas e oportunizando a promoção de saúde no espaço educacional. Dessa forma, pretendemos promover um debate acerca das questões teóricas e metodológicas de nosso trabalho em consonância com a pesquisa etnográfica no campo da psicologia da educação. Através de cinco encontros semanais, com duração de uma hora, com atividades pré-estruturadas, oferecendo possibilidade de questionamento das relações institucionais, especialmente, referente à relação dos alunos de oitava série com sua escola, seus vínculos e seus sonhos. Como pesquisadoras, nos envolvemos em atividades e ações, buscando inicialmente, a possibilidade de criação de um vínculo, capaz de fortalecer nosso contato com os alunos. Para com isso interagir com os mesmos. Utilizando rodas de conversas, produções escritas e vídeos produzidos por eles, foi possível exercitar o pensamento sobre o ambiente escolar em suas vidas. Através dessas produções, percebemos que os alunos estavam criando vínculos tanto com a escola quanto com o nosso grupo de acadêmicas em formação, além de repensar o papel da escola em suas vidas. Com a concepção de saúde ampliada e sua íntima relação com a educação, a escola se torna também um espaço de promoção de saúde: portanto, lugar privilegiado para o trabalho do psicólogo. Esse trabalho, em sua conclusão, entende que os vínculos entre os jovens, seus conhecimentos, seus professores e a escola foram fortalecidos e os alunos se mostraram confiantes de suas potencialidades, o que, provavelmente, contribuiu também para a qualidade de sua aprendizagem. Para nós, adentrar no espaço escolar possibilitou conhecer e participar do

universo que cerca os alunos, compartilhar seus sonhos e fortalecer suas potencialidades, aprendendo ainda mais sobre as possibilidades de atuação do psicólogo na escola.

Professoras e pais falam sobre as experiências das crianças no primeiro ano do ensino fundamental

Susana Inês Molon, Marina Xavier Carpena, Larissa Minozzo

Neste trabalho são analisados e discutidos assuntos relacionados à implantação do novo Ensino Fundamental, destinando atenção especial às experiências das crianças de seis anos no Ensino Fundamental de nove anos a partir das falas das professoras e dos pais. Tendo em vista que a obrigatoriedade da matrícula das crianças de seis anos no novo Ensino Fundamental de nove anos causou preocupações para as professoras e para os pais, buscou-se, por meio da realização do projeto de pesquisa "As crianças de seis anos no ensino fundamental de nove anos: atividades, diálogos, brincadeiras, imaginação e interações sociais no contexto de ensinar e aprender", compreender como as professoras e os pais estão percebendo as experiências das crianças. De acordo com Rapoport et al. (2008), não somente as crianças experimentam outras vivências que surgem com essas novas situações, os pais e professores também passam por elas. À medida que a criança vai se desenvolvendo, as ansiedades em torno do desenvolvimento vão mudando. Assim, procurou-se analisar as percepções das professoras e dos pais acerca das vivências e das experiências das crianças do primeiro ano em termos dos processos de desenvolvimento e de aprendizado, da ludicidade e dos espaços e tempos da infância, dos sentimentos e expectativas. A pesquisa está sendo desenvolvida no Laboratório de Pesquisa e Estudos em Psicologia Social – LAPEPSO, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, fundamenta-se teórica e metodologicamente na abordagem sócio-histórica, nas orientações de Freitas (2002) e Molon (2003), além de Brito e Motta (2010), Rapoport et al. (2008) e Chagas et al.(2012). Os sujeitos da pesquisa foram professoras das três turmas de primeiro ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande, CAIC/FURG, além dos pais dos alunos. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente com as três professoras e com 22 pais (pai, mãe ou responsável) dos alunos das turmas de primeiro ano. As entrevistas, depois de realizadas, foram transcritas e submetidas à leitura. Assim, após a leitura sistemática das falas dos entrevistados, foi elaborado um quadro mural, relacionando os sujeitos e questões para que fosse possível analisá-las por unidade, sintetizando e identificando seu conteúdo principal. As entrevistas semiestruturadas foram analisadas na abordagem da análise de conteúdo, orientada pela proposta de Franco (2007). As

principais questões analisadas permitiram a discussão sobre o posicionamento das professoras e dos pais sobre as experiências das crianças de seis anos inseridas no primeiro ano do ensino fundamental de nove anos. No que diz respeito à percepção sobre as vivências dos filhos, os pais destacaram aspectos positivos no desenvolvimento e no aprendizado. Alguns entrevistados expressaram avanços significativos no aprendizado de conteúdos escolares, observaram que os filhos estão dominando mais os aspectos de leitura e escrita, enquanto outros se manifestaram sobre mudanças favoráveis referentes à socialização e habilidades de comunicação social, percebendo que os filhos estão mais comunicativos e interagem mais com as outras crianças. As professoras observaram que as experiências dos alunos manifestam diversos níveis de desenvolvimento e de aprendizado, expressam tempos e ritmos diferentes, considerando a maturidade de cada criança. Nesse sentido, salientaram a diversidade cultural, bem como os diferentes níveis cognitivos e de interação social de cada criança. Para as professoras, algumas crianças precisaram de um semestre para ser inseridas na rotina de escolarização, pois no início do ano não possuíam noções de cumprimento de regras e de realização de tarefas, com isso comportavam-se como se estivessem na educação infantil, queriam brincar, dormir, solicitavam constantemente auxílio na execução das atividades, enquanto outras experienciavam a descoberta e o encantamento do mundo da leitura e da escrita, sabiam compartilhar os materiais, conviver e brincar com outras crianças. Nesse sentido, Chagas et al. (2012) deve-se considerar a construção de saberes a partir da contextualização e problematização da realidade dos diferentes sujeitos que compõem o âmbito escolar, bem como as relações dentro da escola. Para finalizar, concorda-se com Brito & Mota (2010) no sentido de que a inclusão obrigatória das crianças de seis anos está sendo uma oportunidade para refletir e vigorar uma práxis pedagógica que considere a infância, em suas diversas dimensões: artísticas, filosófica e científica. Essas questões estão presentes no olhar das professoras e dos pais, ao compreenderem que as vivências das crianças são múltiplas e heterogêneas, que manifestam singularidades e diferentes níveis de desenvolvimento e de aprendizado que ocorrem na diversidade cultural e nos vários ritmos e tempos de cada criança.

Projeto Cadê Você? Extensão em Psicologia Social Comunitária

Silvia Campos Brunetti Spagnol

O Projeto Cadê Você é um projeto de extensão em Psicologia Social Comunitária, desenvolvido por acadêmicas de Psicologia das Faculdades Integradas São Pedro, em Vitória-ES. Visa reconhecer a construção e a reconstrução da identidade profissional do psicólogo egresso da

Faesa, examinando seu percurso e área de atuação. Tem como objetivo estimular a capacitação para a prática da Psicologia Social Comunitária, por meio do planejamento de métodos e técnicas voltados à atualização de informações relacionadas aos psicólogos egressos da FAESA, para a análise da identidade deste grupo e para a construção de uma rede de relacionamentos que permita a troca de informações, experiências e oportunidades voltadas ao exercício profissional e cidadania em Psicologia. Acredita-se que o profissional de Psicologia egresso da FAESA tem uma identidade própria enquanto grupo, voltada para o trabalho social e para a promoção da cidadania. Este projeto tem relação com o eixo temático Educação, pois desenvolve a temática da formação em Psicologia voltada aos desafios e demandas contemporâneas e a inserção no mercado de trabalho do psicólogo egresso da graduação, buscando discutir a relação entre trabalho, identidade profissional e formação acadêmica, tendo em vista que o curso de psicologia da FAESA está sedimentado no compromisso social, em preceitos técnicos e em valores éticos. Este projeto é relevante pela possibilidade de atualização de informações profissionais e criação de uma rede de compartilhamento de experiências e exercício da cidadania, importante para a comunidade de psicólogos capixabas e para a sociedade. Será útil para que os atuais estudantes conheçam a prática e o percurso de psicólogos formados na mesma agência formadora na qual agora participam na condição de estudantes. Servirá ainda para pesquisas futuras quanto ao exercício profissional, para a faculdade, como promotora de uma ação de inclusão de seus egressos e fomento de novas atividades e para a sociedade em geral, que poderá se beneficiar deste trabalho. O projeto se orienta pelos pressupostos teóricos da revisão de literatura do Código de Ética do profissional de Psicologia, referencial do CREPOP, das Resoluções do CFP e do CRP 16/ES e pelas diretrizes que regem a formação e o exercício profissional do psicólogo, as diversas áreas de atuação em Psicologia, o compromisso social do psicólogo, especialmente na literatura da autora Ana Mercês Bahia Bock, além de outros autores. Ainda, será feita a revisão da literatura referente ao trabalho via redes sociais, novas mídias, internet, redes de apoio e voluntariado. Para execução deste projeto, a metodologia empregada utilizará a pesquisa documental bibliográfica, a aplicação de questionário semiestruturado, entrevistas através de redes sociais e e-mails, grupos de estudo, visitas técnicas, produção de material on-line, entre outros métodos auxiliares na produção e análise dos dados necessários para testarmos a hipótese. Espera-se, como resultado, a atualização de informações profissionais do banco de dados dos psicólogos egressos da FAESA e a criação de uma rede de compartilhamento de experiências e oportunidades, que favoreça o exercício da cidadania e seja útil para a comunidade acadêmica e para a sociedade local, além

da criação do perfil da identidade deste profissional egresso do curso de Psicologia. O projeto está em execução e tem previsão de conclusão em dezembro/2013. Já foi feita a busca de contatos com egressos através das redes sociais e atualmente encontra-se em fase de elaboração do questionário semiestruturado para aprovação do comitê de ética e posterior aplicação aos egressos, através de documento via internet. Ainda não há conclusões quanto ao perfil do profissional egresso da FAESA, o que será alcançado a partir da análise dos questionários.

Reeducar para incluir: uma alternativa viável para a segunda chance

Rariza Mozine Cardoso

Introdução: Como indivíduos que nunca foram realmente incluídos na sociedade conseguirão tal feito carregando um estigma de ter passado por uma pena privativa? Partindo da ideia de que as práticas inclusivas é tão pouco discutida no meio jurídico referente a egressos, esse trabalho se propôs a refletir sobre esse fenômeno bem como mostrar as possibilidades na melhoria e efetividade das práticas inclusivas nesse meio em torno da educação e dos direitos humanos. A necessária inclusão do egresso exige a superação de determinadas dificuldades do mesmo, como por exemplo, a baixa escolaridade que consecutivamente compromete em sua recolocação no mercado de trabalho, como também, ter preparo psicológico para encarar e saber lidar com os mais diversos conflitos advindos de sua vivência na reclusão. A não superação destas dificuldades é um dos fatores mais propensos a gerar uma reincidência criminal. Objetivo: Este trabalho tem como objetivo levar uma reflexão para a aplicação das práticas inclusivas no âmbito penitenciário voltado para a educação. Buscou-se com isto, entender o funcionamento do sistema prisional, o qual se discute por alguns autores como falido. Bem como, compreender a aplicação da inclusão social através de práticas educativas em um ambiente que até então se tem a teórica intenção de ressocializar. Método: A metodologia utilizada pela presente pesquisa, classificada como revisão de literatura, se deu através da busca em livros, artigos e sites com dados oficiais a cerca do tema. Resultado: Essa reflexão tem como resultado a contribuição não somente para o aumento de bases teóricas de conhecimento de práticas inclusivas em um âmbito jurídico, educativo, social e psicológico, como também mostra a melhoria e efetividade das práticas educativas no meio da inclusão social em prol da socialização e redução de estigmas de sujeitos que buscam uma segunda chance. Conclusão: Foi possível concluir que a população esta preocupada com sua segurança, reivindicando-a ao Estado por meio da comercialização dos noticiários a respeito de fugas e rebeliões. Situação essa que leva a priorização do afastamento das instituições carcerárias do meio social. Só

conseguiremos efetivamente um avanço na inclusão social de ex-presidiários a partir de medidas públicas efetivas e consequente conscientização da sociedade civil, com práticas educativas que privilegie realmente a inclusão social por meio da educação. Educação essa que beneficie o desenvolvimento de competências e potencialidades humanas, bem como favorecer a tomada de consciência de sua condição privativa e novas perspectivas futuras.

Reflexões sobre violência e produção social da identidade e da diferença na escola

Ettore Fonseca Scalon, Fernanda Telles Márques

Inserido em um projeto mais amplo, desenvolvido junto ao Programa Observatório da Educação (OBEDUC-CAPES), o presente trabalho tem por objetivo central problematizar a violência manifestada em processos escolares que envolvem a produção social da identidade e da diferença. O trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica, realizada em abordagem qualitativa, conforme enunciam Chizzotti (2010) e Lüdke e André (1986). Assim, a metodologia adotada inclui uma fase preparatória, em que se delimitam a questão norteadora e os objetivos, seguida de levantamento bibliográfico, leituras e discussões, sistematização do material investigado e interlocução crítica. As leituras e discussões foram realizadas no âmbito do Grupo de Estudos da Violência Escolar da Universidade de Uberaba (GEVE-UNIUBE), que, por consistir em um ambiente de acolhida multiprofissional, favoreceu a interdisciplinaridade pretendida na abordagem. Em uma sociedade marcada pela diversidade e orientada politicamente para a Democracia, espera-se que a educação escolar enfrente a discussão da legitimidade da pluralidade de modos de ser e de estar no mundo, e que o faça demonstrando a importância do respeito às diferenças socioculturais e comportamentais enquanto dispositivo de cidadania. A partir de pesquisas realizadas em diferentes níveis de ensino por Abramovay (2002, 2006), Márques (1997, 2012) e Zaluar & Leal (2001), observa-se, entretanto, que a mesma escola que discursivamente se coloca como promotora de direitos sociais pode revelar-se usuária de discursos e práticas normalizadores, a partir dos quais se produz a patologização de saberes, crenças e condutas que não encontram representação na cultura hegemônica. Adotando a perspectiva de Bourdieu (2010) e do mesmo autor em obra conjunta com Passeron (2002), referida contradição pode ser compreendida como manifestação de violência simbólica, uma vez que envolve tanto a invisibilização do poder simbólico exercido no decorrer do processo social de produção do diferente (o Outro), quanto a naturalização daquilo que, na escola, será considerado como condição de normalidade. Silva (2000) chama a atenção para o fato de que, assim como ocorre com as ideias de normalidade e

anormalidade, as categorias identidade e diferença são elaboradas a partir de um processo assimétrico de produção simbólica e discursiva, razão pela qual dependem fortemente das relações de poder que se estabelecem entre os grupos. Neste sentido, Márques (2012) pondera que, em tempos de enaltecimento da diversidade, há que se atentar à forma como a diferença é abordada no cotidiano escolar, pois, ao invés de contribuir para o reconhecimento da alteridade, a adesão unívoca ao discurso "sobre" o Outro tende a fortalecer ainda mais o etnocentrismo e a exclusão. De maneira distinta do que ocorre no discurso "do" Outro, a autoria do discurso "sobre" não é de um representante da identidade colocada em discussão. E assim, ao mesmo tempo em que ressalta as diferenças e valoriza sua existência, este discurso, que identifica mas não dá voz ao Outro para que ele apresente e coloque em discussão seus atributos identitários, acaba por reforçar a subalternidade atribuída em meio às relações de poder geradoras da identidade e da diferença. Ao final, a dimensão cultural da violência, que, para Kodato (1999), pode ser apresentada socialmente e interiorizada pelos sujeitos como algo não tão prejudicial ou até mesmo aceitável, é verificada tanto nos processos escolares que envolvem a produção social da identidade e da diferença quanto em suas consequências nas relações interpessoais e grupais que se desenrolam na e a partir da escola.

Representações sociais das equipes técnicas acerca do cuidado à criança nas creches da USP

Vicente Sarubbi Jr., Paulo Rogério Gallo

Objetivo: O objetivo do estudo foi caracterizar a confluência entre associações de sentidos atribuídos por profissionais das equipes técnicas que atuam nas creches da USP acerca do cuidado à criança. Educação como Eixo-Temático: O espaço de educação infnatil desafia o profissional das equipes técnicas a serem interlocutores nas relações entre familiares e educadores que apresentam convergências e divergências em meio a interesses comuns sobre o cuidar da criança. O cuidado se apresenta como um importante elo dentro de um universo ampliado de situações de aprendizado que a criança vivencia na instituição de forma a possibilitar um ganho de repertório acerca de si, no entanto, o cuidado também aparece intrínseco a uma proposta de educação que visa responder às diferentes necessidades que demandam um ambiente que zela pelo coletivo. O referencial adotado da Teoria das Representações Sociais permitiu a análise e discussão dos processos de intersubjetividade em que os saberes do constituído e do constituinte interagem e geram representações acerca do cuidar em um ambiente de educação infantil. Método: O estudo abrangeu as cinco unidades das

creches da USP - três unidades em São Paulo, uma unidade em São Carlos e uma unidade em Ribeirão Preto. Foram entrevistados trinta e dois profissionais, sendo identificadas e estabelecidas a critério da pesquisa seis categorias profissionais que constituem as equipes técnicas descritas no estudo - diretores, coordenadores pedagógicos, coordenadores de módulo, profissionais de psicologia, profissionais de enfermagem e de nutrição. As entrevistas foram gravadas e o conteúdo das falas foi transcrito na íntegra e seu conteúdo submetido à análise temático-categorial. As categorias foram transformadas em variáveis e processadas pelo software Classification Hiérarchique Classificatoire et Cohésitive (CHIC®), que gerou árvores hierárquicas de similaridade e vetores de força associativa entre as variáveis analisadas. Resultados: Foram constituídas trinta e quatro unidades de significação, sendo dezoito compartilhadas por pelo menos metade do total das categorias entrevistadas. Foi possível identificar cinco unidades de significação consensualmente partilhadas pelo total das categorias: (a) ações de cuidado promovendo o desenvolvimento da autonomia da criança; (b) o binômio cuidar-educar; (c) o reconhecimento das necessidades ou demandas individuais de cada criança; (d) cuidar do espaço onde o profissional está zelando pelo bem-estar e segurança da criança; e (e) o reconhecimento do valor da equipe de profissionais que busca satisfazer as diferentes necessidades da criança. O reposicionamento dinâmico das unidades de significação nas sessenta e uma relações hierarquizadas sugere que cada categoria contribui de forma heterogênea enquanto forma de salientar particularidades acerca de suas concepções nos diferentes cuidados que a criança demanda. Conclusão: Foi possível encontrar unidades de significação presentes na interface de saberes ligados à saúde e à educação no total de profissionais entrevistados, o que indicou que as representações do cuidar de crianças nas creches da USP para os profissionais das equipes técnicas advêm tanto da apropriação que os profissionais relatam sobre as ações de cuidado ancoradas no saber disciplinar e significação das vivências com a criança, como pelo que é consensualmente compartilhado na instituição em que a representação do cuidado é objetivada pelo campo epistêmico da Educação.

Sentidos e significados atribuídos à atividade docente: constituição de caminhos para a produção de conhecimentos

Elvira Maria Godinho Aranha, Virgínia Campos Machado, Karin Gerlach Dietz, Wedja Maria Oliveira Leal

Essa pesquisa realizada pelo grupo “Atividade Docente e Subjetividade”, pertencente ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação da Pontifícia

Universidade Católica de SP (PUC-SP), faz parte de um projeto de cooperação acadêmica, financiado pela CAPES, realizado entre três instituições de ensino superior: Universidade Estácio de Sá-RJ, Universidade Federal de Alagoas e PUC-SP, no qual se estuda cada uma com suas especificidades, a atividade docente. O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma parte dos resultados da pesquisa relacionados aos sentidos e significados atribuídos à atividade docente, procurando, por meio dos dados produzidos, subsidiar as reflexões sobre formação de professores. Será enfocada, portanto, a experiência obtida pelo grupo de pesquisa da PUC-SP. O trabalho foi elaborado a partir de pressupostos teórico metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético, da Psicologia Sócio-Histórica e das contribuições de Yves Clot. A teoria sócio-histórica permite que o pesquisador se oriente e oriente sua pesquisa pelo processo de transformação, uma vez que compreende o sujeito como alguém que se constitui historicamente na relação com o outro, sendo transformado pelo mundo ao passo que também o transforma. Este estudo, particularmente, foi realizado em uma instituição confessional particular de ensino, situada na região central da cidade de São Paulo. Duas professoras de 3º ano do Ensino Fundamental I participaram do estudo: uma delas, Sonia, 40 anos, dois filhos, casada, tem formação inicial no magistério e superior em comunicação. Sua primeira experiência profissional foi na educação infantil, afastando-se da docência por 14 anos, dedicando-se a maternidade. Na época da pesquisa trabalhava na escola há três meses, marcando seu retorno à sala de aula. A segunda professora que participou é Regina, 33 anos, dois filhos, separada. Trabalha na escola há 15 anos, lecionando também no ensino médio. Tem formação inicial no magistério e superior em pedagogia. Os dados da pesquisa foram produzidos por meio de entrevistas (sobre a história de vida das docentes e sobre suas atividades) e a realização de autoconfrontações simples (ACS) e cruzadas (ACC) (Clot, 2006). A autoconfrontação ocorreu a partir da observação da prática pedagógica das professoras, com o intuito do pesquisador familiarizar-se com a situação de sala de aula e o docente se sentir confortável com sua presença. Posteriormente, as aulas foram filmadas e editadas, sendo selecionadas as situações tidas como críticas, por parte do pesquisador e docente, e que pudessem vir a responder o objetivo da pesquisa. Em seguida, iniciaram-se as sessões de ACS. Nelas, cada uma das professoras, separadamente, observou, por meio do vídeo, sua própria atuação em sala e analisaram, juntamente com o pesquisador, sua atividade. Na ACC, a análise ocorreu na presença do pesquisador, a professora filmada e um par (outra professora cuja atividade e perfil assemelharam-se ao do sujeito filmado). Dessa forma, realizou-se uma ACC considerando a atividade de Sonia, participando o pesquisador, Sonia e, como seu par, Regina,

auxiliando na análise; e outra ACC considerando a atividade de Regina, participando o pesquisador, Regina e Sonia como auxiliar na análise. O material produzido foi transcrito, sistematizado e analisado por meio da proposta metodológica de análise e interpretação denominados "Núcleos de Significação" (Aguiar, Ozella, 2006), no intuito de conseguir, paulatinamente, uma maior aproximação das zonas de sentido. Por meio da análise dos dados, foram observadas questões relacionadas à naturalização do processo de escolha profissional, em que não se considera a constituição do sujeito, sua história, seu meio físico e social; a desvalorização profissional e um processo de esvaziamento do conhecimento científico; o excessivo enaltecimento da prática, em demérito da teoria, mostrando uma visão dicotômica da relação que deve ser estabelecida entre ambas; e um demasiado diretivismo no modo de ensinar, no qual estudantes são submetidos a uma relação de dependência diante da professora. Tais reflexões fortalecem a posição da importância de discutir a formação inicial e continuada de professores e a possibilidade de serem meios para a superação de concepções socialmente constituídas e, assim, permitirem a emancipação da atividade docente. O procedimento de autoconfrontação possibilitou a avaliação da ação docente cotidiana, que envolve o reconhecimento de aspectos dessa atividade, seu desenvolvimento e impedimentos. Entretanto, não permitiu a confirmação de possíveis mudanças da prática, fazendo-nos reconsiderar e reformular a proposta metodológica do estudo a fim de aprimorar futuras pesquisas e intervenções.

Um ensaio sobre a construção da identidade em PcD's mediante prática esportiva

Luana Neves Damasceno, Fabíola Mendes Ferreira, Andrea Carmen Guimaraes

Introdução: O Basquete é um esporte coletivo bastante completo quanto às exigências físicas e cognitivas de seus praticantes, requerendo força, exploração muscular, técnicas e táticas de jogo que envolvem consciência corporal, atenção, concentração, coordenação motora, tomadas de decisão, cooperativada, comunicação, dentre outras demandas. Muito embora à primeira vista, estas competências sugiram a exclusão dos indivíduos tidos como menos habilitados, sabe-se que adaptações podem ocorrer para que a prática deste esporte seja acessível a todos principalmente para as pessoas com deficiência (PcD's), que necessitam de reformulação do mesmo afim de se amenizar as carências geradas pela deficiência como forma de não impedimento a sua prática. Em modificações realizadas de forma acertada pelo professor, percebe-se um maior aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades das PcD's juntamente com o respeito as sua limitações; além da manutenção das características de um

jogo de Basquete, o prazer em pratica-lo e até mesmo uma competitividade saudável. Ao se refletir sobre o papel do Basquete e sua ressignificação para o processo de inclusão de PcD's, ressalta-se a sua importância não somente como uma prática da cultura corporal do movimento repleto de expressões corporais, mas também sua relevância na construção e reconstrução da identidade das mesmas, facultando ao sujeito, segundo Rangel, Torman. Focesi (2012); Gomes (2008), eleger valores, sonhos, opção sexual, ideais, possuir representações e concepções de si mesmo para uma definição naquilo que verdadeiramente quer ser, já que a identidade é uma resultante do desenvolvimento do indivíduo. Assim toda a prática se realizou considerando o processo psicológico de identificação como uma ação constante e livre de determinismos impostos pela deficiência, corroborando com Meurer (2007) que considera o indivíduo para além de um produto social, apresentando capacidades de remodelar práticas e valores sociais, mudando a si e o cenário em que habita. Foi pensando na possibilidade de modificações deste cenário que este trabalho visa contribuir para a inclusão das PcD's, uma vez que assume a exclusão social das mesmas como uma barreira atitudinal gerada muitas vezes pela ideia de que estes indivíduos são alguém sem vontade própria, sujeitos passivos na sociedade, com pouca ou nenhuma participação na comunidade em que vivem, não apresentando identidade própria. Objetivo: Relatar as contribuições do Basquete na construção da identidade de PcD's como meio de inclusão das mesmas na sociedade. Metodologia: Este é um relato de experiências das práticas de Basquete ocorridas em um programa de extensão do Departamento das Ciências da Educação Física e Saúde da Universidade Federal de São João del-Rei/ MG; intitulado: Programa de Educação Física e práticas esportivas adaptadas destinado a alunos atendidos pelas APAE's dos municípios de São João del-Rei, Lagoa Dourada e Resende Costa. Seu público alvo foi de alunos 11, de ambos os sexos, com faixa etária entre 14 a 37 anos e com deficiências heterogêneas. A prática de ensino perdurou por cinco meses todas as segundas-feiras no período matutino. Resultados e conclusões: No decorrer da pesquisa, notou-se que a prática do Basquete gerou além de benefícios físicos, benefícios psicológicos, tais como a melhora do autoconceito, desenvolvimento pessoal, independência, espontaneidade, capacidade de escolha, livre expressão de si mesmo, percepção corporal, autoconfiança e da autoestima, na realização das atividades de seu cotidiano, conforme nossas observações e relatos dos professores nas APAE's. Conclui-se que mediante a prática do Basquete foi possível o auxilio na constituição da identidade das PcD's. tornando-as mais autônomas e conscientes sobre si mesmas e sobres suas variadas as possibilidades de movimentação corporal, proporcionando aos alunos um parecer mais ativo na comunidade onde vivem.

Velhos consumidores (novos) endividados: perspectivas de educação para o consumo na contemporaneidade

Caroline Stumpf Buaes

O objetivo deste trabalho é contextualizar a relevância de produzirmos práticas de educação para o consumo com idosos a partir da análise de uma experiência realizada em Porto Alegre/RS. Vivemos em uma sociedade marcada pelo aumento das práticas de consumo e consequentemente do crescente endividamento da população de diferentes estratos sociais e segmentos etários (BAUMAN, 2007, 2009). Consumir é um imperativo que interpela, com cada vez mais intensidade, os sujeitos a buscarem a satisfação de desejos, movimentando a economia contemporânea. Percebe-se em diversos países, especialmente a partir do fim do século XX, a emergência de recomendações de governos nacionais para educar os consumidores. De modo geral essas as práticas são implementadas como resposta aos interesses dos Estados e das empresas em expandir os mercados de produtos financeiros, tendo como objeto tanto o consumo de produtos quanto de créditos, seguros e serviços bancários em geral. Partindo de outra posição, no presente trabalho propõe-se a concepção de práticas educativas como dispositivos que oportunizem o empoderamento do consumidor. Ou seja, para além do desenvolvimento de habilidades financeiras e da redução de obstáculos à participação no mercado, é preciso oportunizar a acessibilidade das informações e a leitura crítica dos mecanismos que impulsionam o sujeito a consumir. Diante do exposto, justifica-se a inclusão deste trabalho no Eixo Temático Educação, uma vez que o mesmo situa-se na interface da Psicologia Social com as Políticas de Educação. No contexto brasileiro, observam-se, atualmente, dois fenômenos associados à "descoberta" de novos consumidores: a ascensão das classes populares para a camada média e o aumento do poder de consumo de idosos. Essa transformação anima a economia e desperta o interesse para o surgimento de negócios voltados a atender as demandas desses segmentos, ganhando destaque a oferta de empréstimo, especialmente a modalidade do crédito consignado. Pensões e aposentadorias tornam-se especialmente importante em um mercado de trabalho precário e instável, marcado pela dificuldade de acesso, pelo trabalho informal e pelas altas taxas de desemprego das gerações mais jovens (DOLL, 2009). Assim, observa-se por meio de dados demográficos o aumento de famílias chefiadas por idosos com filhos e netos residindo no mesmo espaço. O aumento de auxilio a pessoas que convivem com o idoso, torna-se muitas vezes um fator que contribui para o crescimento de dívidas. Nesse cenário, é possível que a contratação de empréstimos seja realizada como tentativa de

manutenção tanto das necessidades básicas de sobrevivência como de liquidar dívidas podendo gerar situação de dependência e exploração financeira do idoso no contexto familiar (IPEA, 2012). Outra questão problemática ocorre devido à complexidade dos mecanismos de crédito, pois muitos idosos não compreendem as regras aplicadas aos empréstimos e tem dificuldade de planejar-se para o impacto dos descontos na aposentadoria e pensões no orçamento mensal, cortando gastos com saúde, alimentação, plano de saúde e medicação (DOLL; BUAES, 2008). Portanto, o lugar ocupado nas configurações familiares, o consumo excessivo, a facilidade de obtenção de crédito e o endividamento atingem diretamente os idosos de classes populares. Produzindo, assim, demandas de intervenções educativas destinadas a esta fatia da população potencialmente mais vulnerável por suas condições de idade e de classe social. Nesse cenário realizou-se uma pesquisa-intervenção com oito mulheres idosas e pouco escolarizadas em um contexto popular da cidade de Porto Alegre (RS). Realizaram-se 13 encontros, fundamentados em princípios da educação popular e da abordagem histórico-cultural, que aconteceram duas vezes por semana com duração média de uma hora e meia a duas horas. Para compreender os processos de construção de conhecimentos sobre o uso do dinheiro e do crédito consignado foram analisadas 65 interações do curso. Partindo das experiências de consumo vividas pelas mulheres procurou-se criar espaços de trocas de saberes, de forma que novos sentidos acerca de suas realidades pudessem ser produzidos em uma (re) leitura crítica do seu mundo a partir do seu sistema de significações. Os resultados do estudo sinalizam que a construção coletiva de significados potencializa conexões conceituais que possibilitam a ampliação da leitura de mundo das pessoas. Apropriado de informações, de conceitos e de sentidos negociados coletivamente, o sujeito apodera-se de si, engendrando posturas mais reflexivas. Por fim, propõem-se alguns princípios que podem fundamentar práticas considerando os grupos como dispositivos de afirmação de diferentes modos de subjetivação e de criação de espaços para o protagonismo do consumidor: 1) construir abordagens de trabalho considerando os aspectos culturais, regionais e existenciais dos consumidores; 2) criar estratégias metodológicas que possibilitem compreender as formas de raciocínio e as atitudes dos idosos no mercado de consumo possibilitando a reflexão sobre relações com o dinheiro; 3) ler e analisar materiais que circulam na sociedade tais como tabelas de simulação de empréstimos e propagandas em geral, problematizando as estratégias de marketing e a qualidade das informações dos produtos financeiros na sociedade contemporânea.

EIXO TEMÁTICO 2. SAÚDE

"Assédio Moral: é conhecendo que se combate"

Cláudia Rosana Firmino Macêdo Moura

Introdução: O presente trabalho objetiva oferecer um panorama sobre os dois anos de trabalho discutindo o tema Assédio Moral nas Relações de Trabalho, onde se observa que os trabalhadores ainda desconhecem suas características e seus sintomas para que possam combatê-lo, objetiva ainda servir como alerta à elaboração de políticas públicas voltadas à minimização de suas consequências na saúde do trabalhador e na sociedade. A Relação com o eixo temático escolhido: O Assédio Moral está diretamente ligado ao Eixo Saúde quando a Saúde dos trabalhadores é afetada tanto no seu aspecto físico, mas principalmente no seu aspecto psíquico/emocional, levando-o ao estresse, depressão, ansiedade ocasionado afastamento e até desligamento do trabalho. Orientação Teórica: Embasamos nosso trabalho nas teorias de Hirigoyen que diz "o assédio no local de trabalho está ligado a qualquer conduta abusiva, em relação a uma pessoa, que possa ocasionar um dano à sua personalidade, à sua dignidade ou mesmo à sua integridade física ou psíquica, e acarretar degradação do ambiente de trabalho ou perda de emprego"; e no Brasil temos como referências a pesquisadora Margarida Barreto, sergundo ela, assédio moral ou violência moral no trabalho, é a repetitiva exposição de trabalhadores a situações vexatórias por parte de um ou mais superiores; e Roberto Heloani que nos apresenta cientificamente o quanto nossos trabalhadores estão adoecidos daquilo que denomina de "Violência Invisível". Método: O presente trabalho foi elaborado com base em atendimentos individuais e grupais através de consultas, palestras e workshops, ministrados em empresas, públicas e privadas, e sindicatos de diversas categorias profissionais, no período de 2011 a 2013, no município de Macapá, no Amapá. Resultados: As consultas, as palestras e os workshops repercutiram satisfatoriamente nas empresas e nos sindicatos assessorados, conforme evidenciado nos debates, nas propostas apresentadas pelos grupos de trabalho e na formação de grupos de discussão e de apoio relacionados ao Assédio Moral nas Relações de Trabalho, além da mudança de comportamento nas relações no espaço laboral, narrados na devolutiva à equipe do Núcleo de Saúde Mental e Trabalho do CEREST. Discussão: Estudos realizados sobre o Assédio Moral no Brasil e em outros países indicam elevada incidência de trabalhadores de diferentes categorias profissionais adoecidos por conta do sofrimento e da solidão decorrentes do Assédio Moral nas relações de trabalho, bem como o desconhecimento do trabalhador que é vítima de atitudes agressivas constantes e repetitivamente, sem dar-se conta que na maioria das vezes pode estar sendo vítima do assédio

moral, fato que aponta para a necessidade de que sejam adotadas medidas que visem ao combate desse mal, geralmente silencioso. Entre elas, destacam-se o esclarecimento dos profissionais sujeitos ao seu desenvolvimento, e mudanças no perfil organizacional das empresas em que estes estejam desempenhando suas atividades. Conclusão: Assessorar as empresas públicas e privadas e os sindicatos, reunindo funcionários, chefias e gestores no próprio espaço laboral mostrou-se eficaz para desenvolver, a partir de palestras e workshops, dinâmicas e discussões sobre os elementos e os mecanismos que compõem e reforçam o assédio moral, e sobre as orientações acerca dos recursos legais, clínicos e sociais destinados à prevenção, ao combate e à extinção dessa prática. Dessa forma os funcionários sentem-se mais à vontade para se expressarem colocando suas dúvidas por meio de "casos" ocorridos no ambiente de trabalho, e elaborarem estratégias de combate ao assédio moral, junto às suas chefias imediatas, visando a garantia de maior segurança e melhor convivência no desenvolvimento das relações de trabalho.

(Des) Informação de pacientes em cuidados paliativos internados em clínica cirúrgica: aspectos psicológicos relacionados

Gicelma Barreto Nascimento

A comunicação em saúde é de fundamental importância, visto que uma comunicação eficiente, ou seja, de boa qualidade, pode interferir no sucesso do tratamento. Devemos levar em conta que é obrigação do médico, informar ao paciente sobre seu diagnóstico e prognóstico, além de outras informações importantes com relação a sua saúde. O presente trabalho é um relato de experiência profissional no ambulatório de clínica cirúrgica do Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Objetivou-se refletir sobre a importância de o paciente ser devidamente informado acerca de seu processo de adoecimento e de como a falta de informação nesse sentido produz efeitos danosos. Para tato, relatam-se dois casos clínicos atendidos por uma equipe da Residência Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso do HU/UFS. Os pacientes estudados permaneceram no referido ambulatório do hospital por aproximadamente um mês e ambos se encontravam em cuidados paliativos. Durante o início dos atendimentos com a psicologia, constatou-se que ambos não haviam sido previamente esclarecidos pela equipe médica acerca dos seus quadros clínicos e sequer sabiam do que padeciam: não conheciam os próprios diagnósticos já estabelecidos nem os correlatos prognósticos, tampouco os tratamentos que vinham recebendo. Verificou-se que as informações médicas foram passadas primeiramente aos familiares, ficando a critério destes decidir por repassá-las ou não aos pacientes. Destaca-se a crença dos profissionais da saúde e dos familiares

de que "saber é sofrer", ou seja, de que o repasse da informação sombria ao paciente acerca da gravidade de seu caso seja iatrogênico, acelerando seu processo de morte já em curso. Contrapõe-se a tal crença, um dos casos clínicos estudados, cujo desfecho mostrou-se favorável à comunicação aberta entre equipe de saúde e paciente. Dessa maneira, este trabalho está dentro do eixo temático Saúde, visto que o tema sobre a importância do paciente ser informado acerca do seu processo de adoecimento consegue se inserir no atual debate sobre direitos humanos e condição de cidadania. Além disso, abrange a dimensão coletiva e cultural dos processos implicados, ou seja, discute o porquê ainda encontramos pacientes desinformados e quais as consequências disto.

(Re)vendo a internação compulsória: discussão acerca do cuidado de pessoas que fazem uso de crack

Maitê Grassel, Adriane Roso, Michele Pivetta de Lara, Fernanda dos Santos de Macedo

O presente trabalho visa apresentar um relato de experiência referente à disciplina curricular de co-orientação de iniciação científica. A disciplina está vinculada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. Participam da disciplina, hoje, seis mestrandos. Cada mestrando co-orienta de um até cinco co-orientandos, sempre supervisionados pelo professor da disciplina. O mestrando é responsável por elaborar um projeto de co-orientação que verse sobre o objeto de estudo de sua dissertação. Para o presente relato, apresentaremos a Atividade de Co-orientação (AtiCo) que versa sobre drogas, internação compulsória e mídia. A proposta da AtiCo pressupõe o desenvolvimento de um momento de reflexão teórica e metodológica acerca das temáticas citadas, tendo como base os pressupostos da Psicologia Social Crítica. Os encontros ocorrem uma vez por semana, com a duração aproximada de 1 hora e apoiam-se em leituras prévias ou in locus de artigos, capítulos de livros, etc. Assim, enfocaremos alguns pontos discutidos durante os encontros da AtiCo no primeiro semestre de 2013. Presencia-se, no atual cenário brasileiro, um período de emergências de uma série de políticas e discursos midiáticos que reforçam a internação compulsória como medida única de tratamento. Diante dessa conjuntura, os esforços depreendidos são justamente na contramão da atenção a saúde do sujeito. Dessa forma, esse trabalho tem como objetivo expor as discussões acerca do cuidado às pessoas que fazem uso de drogas, mais precisamente, que fazem uso da droga "crack". Para aprofundar este debate, visamos participar do Grupo de Trabalho: "O cuidado em saúde e a construção da participação" (Encontro Nacional ABRAPSO, 2013), pois o mesmo propõe-se a discutir os processos de cuidado em saúde,

analisando as práticas e políticas públicas que contribuem para a garantia da saúde como um direito. Esse GT, ainda, vai ao encontro do objetivo desse trabalho, que parte do pressuposto de que é imprescindível olhar para o cuidado dessas pessoas que fazem uso de drogas de modo singular, permitindo que emerja a autonomia do sujeito no seu tratamento, sendo um avanço em termos de promoção de saúde. A internação compulsória caracteriza-se por ser realizada através de mandados da Justiça e só é indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes (Art. 4º, Lei 10.216/2001) (BRASIL, 2001). Atualmente, parece que a exceção vem tornando-se regra; isto é muitas vezes, a internação compulsória está sendo usada como um recurso inicial, senão único, e consiste numa situação cada vez mais recorrente nos serviços de saúde. Deste modo, percebe-se que poderá haver um retrocesso na luta antimanicomial, se a questão das drogas for resolvida com medidas emergentes e excludentes. Oliveira (2012) destaca que os hospitais psiquiátricos brasileiros se reanimam com a anunciada cruzada que intenciona "resolver" o problema de drogas, lançando mão das medidas de força das "internações compulsórias" ou "involuntárias". Na AtiCo, foi debatido que o tratamento e o cuidado dessas pessoas que fazem uso de drogas deveriam ocorrer preferencialmente em serviços comunitários de saúde, para que possa ser incentivada a reflexão desses sujeitos quanto seu tratamento, articulando seus desejos e promovendo sua autonomia. Por essas razões, pensa-se ser importante expandir os recursos para além do médico/medicamento; potencializar estratégias de assistência e inserção social, a fim de proporcionar a produção significativa de vida para o sujeito no seu território, o que inclui seu contexto cultural e socioeconômico. Principalmente, é imprescindível incluir o saber e o desejo do próprio sujeito acerca de sua saúde e tratamento, considerando suas preferências e características. Fortalecendo estratégias como a Redução de Danos, o PTS (Projeto Terapêutico Singular), os consultórios de rua, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outras, esses sujeitos serão tratados com dignidade, de acordo com os pressupostos do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos direitos humanos, no qual o sujeito é o foco e não a droga. Sendo respeitado em relação ao seu desejo, ele poderá ser ouvido e não ser assujeitado ao sistema de normas e repressões da sociedade. É preciso buscar uma educação para autonomia (no sentido Freireano), tornar o sujeito capaz de reflexão e ação protetora de si e da sua comunidade. Enfim, a AtiCo tem se configurado um espaço enriquecedor devido às trocas entre os participantes e um momento onde se aguça percepções e reflete-se em grupo, o que certamente favorece a aprendizagem no processo de co-orientação de iniciação científica.

30 anos de psicologia no Tribunal de Justiça: subjetividade e garantia de direitos

Maristela Colombo, Mara Cristina Lourenço Lara Leite Pavanello

Este trabalho visa mostrar os 30 anos da inserção de psicólogos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que se iniciou na década de 1980 a partir de trabalhos voluntários e parcerias para participação nas audiências interdisciplinares na Justiça de Menores. A princípio, o psicólogo no Tribunal de Justiça foi chamado para avaliar e apresentar relatórios para a pronta decisão dos magistrados nos casos referentes aos menores em situação irregular. Em 1985, foi realizado o primeiro concurso público para psicólogos no TJSP, na capital, para preenchimento de vagas, criado por Projeto de Lei de 1994, aprovado pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Governador em exercício. Em 1990, com a homologação do Estatuto da Criança e do Adolescente, e em cumprimento aos seus artigos 150 e 151, o Tribunal de Justiça do Estado realizou concurso público para contratação imediata de profissionais para atuarem nas Varas da Infância e Juventude do interior e da capital ou nos Juizados onde ainda não havia vara especializada. As equipes de Psicologia foram formadas para atender os casos que envolviam crianças, adolescentes e familiares em processos de diversas naturezas, tais como: pedido ou modificação de guarda, tutela, adoção, regulamentação de visitas, violação do direito de proteção integral, maus-tratos, violências em suas diversas formas, adolescentes em conflito com a Lei, etc. O Psicólogo Judiciário atende as Vara da Infância e Juventude, Família e Sucessões desenvolvendo atividades de atendimento, orientação, acompanhamento e encaminhamento e atuação em laudos periciais. Fornece pareceres técnicos, descrevendo dados psicológicos, tais como o perfil da personalidade, estado emocional e intelectual dos indivíduos examinados, os conflitos internos existentes, o modelo da dinâmica familiar, conclusões psicodiagnósticas, indicações prognósticas, sugestões técnicas, que são anexados nos processos. O Psicólogo Judiciário trouxe à tona elementos novos aos processos judiciais, dando amplitude ao olhar do Juiz, do Ministério Público e demais operadores do direito. A mudança de paradigma do Estatuto da Criança e do Adolescente, que passou a considerar criança e adolescente como prioridade absoluta, colaborou intensamente para a entrada do psicólogo no Tribunal de Justiça. A interface dos conhecimentos de psicologia, direito e serviço social vieram contribuir para a mudança de valores e crenças que perpassam a atuação judiciária. Ao exercer atividades no campo da psicologia jurídica, numa abordagem clínica, por meio de entrevistas psicológicas e aplicação de técnicas psicométricas, projetivas e de observação lúdica de crianças, assim como de crianças e pais, ampliou-se a compreensão e análise das problemáticas

apresentadas. O resultado dos 30 anos da psicologia no Tribunal de Justiça é um avanço para a sociedade contemporânea, que passou a contar com a presença de psicólogos, o que até então era restrito a consultórios particulares. Os procedimentos propostos pela área da psicologia geraram um grande impacto institucional, principalmente na qualidade dos serviços prestados à população. As representações sociais sobre família, infância e sociedade puderam ser fortalecidas e/ou modificadas pelo conteúdo transmitido nos laudos e relatórios psicológicos, os quais dão suporte à ação profissional dentro dos processos judiciais e são peças de registro da história dos sujeitos, que podem ter acesso aos documentos em diferentes momentos de sua vida.

A (re)descoberta da cidade como proposta de oficina terapêutica em saúde mental

Marianna de Francisco Amorim

O presente trabalho consiste em um relato de experiência de uma oficina terapêutica realizada em um Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II, de uma cidade do interior do estado de São Paulo. As oficinas terapêuticas são dispositivos centrais no cuidado oferecido pelos CAPS, viabilizando a mudança na atenção em saúde mental, do paradigma psiquiátrico para o paradigma psicossocial, pautada na reabilitação psicossocial. Esse estudo está inserido no eixo temático Saúde, considerando a reabilitação psicossocial como uma ferramenta possível para a efetivação de políticas públicas em saúde mental dentro do território, possibilitando aos atores desse processo o acesso aos direitos e exercício pleno de sua cidadania. Essa oficina foi desenvolvida por profissionais residentes da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental da Faculdade de Medicina de Marília. A partir da vivência no CAPS como uma dos campos de estágios dos residentes, observou-se que os vínculos sociais de muitos usuários se restringiam aos serviços de saúde, com pouca circulação em outros espaços da cidade. Nesse sentido, a oficina teve como finalidade desenvolver a autonomia, possibilitar a (re)ssocialização e proporcionar um novo olhar dos usuários sobre os diversos contextos socioculturais existentes no território. O objetivo do presente estudo é descrever a oficina realizada, bem como discutir de que maneira essa experiência está inserida dentro da proposta atual da atenção psicossocial em saúde mental. A oficina, intitulada pelos participantes de “Bandeirantes: descobrindo minha cidade”, ocorreu com frequência semanal, durante três meses, no total de doze encontros, com a participação de dez usuários. A partir da indicação dos participantes pelos profissionais de referência, foi realizado um contato para propor a oficina e verificar interesse e disponibilidade dos mesmos, em consonância com o Projeto Terapêutico Singular. Para o presente estudo foram

utilizados os relatos de campo das residentes e a literatura disponível sobre o assunto. Os encontros ocorreram tanto no serviço como em outros lugares da cidade, a fim de incentivar que os usuários (re)descobrissem e frequentassem outros espaços que não apenas os serviços de saúde mental. Com esse objetivo, foram realizadas visitas em biblioteca, museu, cinema, centro cultural, bem como grupos operativos e confecções de painéis informativos sobre a cidade e os lugares visitados. Também, o grupo discutiu sobre os bairros de cada participante, buscando identificar lugares e atividades oferecidas à comunidade, possibilitando a troca de experiência. Ao final da oficina, os participantes fizeram uma apresentação sobre a experiência de (re)descobrir a cidade para outros usuários do serviço, a fim de incentivá-los também a ocuparem novos espaços sociais. A partir da realização da oficina, pode-se pensar de que forma o território tem sido habitado e percebido pelos usuários do CAPS e quais as possibilidades oferecidas pela cidade. Pode-se considerar a experiência desse grupo como uma dentre as múltiplas possibilidades de atuação do CAPS no território, buscando uma ampliação do trabalho para além do espaço do próprio serviço. Assim, considera-se que o trabalho em saúde mental deve estar pautado na intersetorialidade e territorialidade, dialogando não apenas com serviços da rede de saúde, mas também com outras políticas públicas e sociais como da educação, justiça, lazer e cultura, para possibilitar uma real reabilitação psicossocial. Cabe ressaltar que trabalhos desenvolvidos nessa direção contribuem também para transformação das concepções sociais de loucura, na medida em que possibilita a sociedade a conviver com as diferentes formas de manifestação da subjetividade.

A arte de escutar: relato de experiência da implantação do Plantão Psicológico no HU/UFS

Catiele dos Reis Santos, Juliana Santos Oliveira, Aline Alves Menezes

A Psicologia da Saúde é uma área relativamente nova, surgindo por volta da década de 50. Esta, por muitas vezes, encontra-se diante de um modelo que, na maioria das vezes é biomédico. Além disso, surge o desafio de se consolidar o saber e a prática da Psicologia no Sistema Único de Saúde, de forma a prestar o atendimento equitativo e integral ao paciente. Isso ocorre, pois ainda são poucos os profissionais de psicologia que trabalham no SUS, principalmente no setor primário da saúde, o que acaba sobrecarregando o serviço. Sendo assim, este presente trabalho corresponde ao relato de experiência da implantação do serviço de plantão psicológico no Hospital Universitário da Universidade Federal de Sergipe (HU/UFS). A proposta foi estabelecer o plantão psicológico como atividade da psicologia no segundo ano da Residência

Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso do HU/UFS. O plantão psicológico corresponde a um serviço que presta suporte em um ou mais atendimentos, sem tempo pré-determinado de consulta e sem necessidade de agendamento prévio, escutando as urgências psicológicas e encaminhando, caso haja demanda, para atendimento clínico no ambulatório do hospital ou para a rede de saúde pública. No momento em que ocorre uma demanda emocional urgente, sabe-se que ter um atendimento psicológico disponível possibilita uma escuta qualificada para o sujeito, permitindo realizar encaminhamentos resolutivos. Por vezes, algumas demandas e a urgência psicológica em si são solucionadas com apenas um ou dois atendimentos. Outra evidencia é que o plantão gera uma economia para o sistema institucional que o disponibiliza, promovendo encaminhamentos internos e externos bem melhor direcionados, pois são decididos conjuntamente entre plantonista e cliente (CURY, 1999). A idealização desse projeto se justificou pela grande procura para acompanhamento psicoterápico, assim como a necessidade de atendimento à urgência psicológica. O serviço do plantão visou beneficiar: acompanhantes dos pacientes internados no hospital; funcionários da instituição e pacientes do ambulatório. Para o início das atividades do plantão psicológico seguiu-se um roteiro prévio que consistiu em acordos com a gestão da instituição; diálogo com profissionais e equipes das residências médica e multiprofissional; solicitação de sala para o atendimento; assim como, elaboração de material para divulgação do serviço. O plantão psicológico passou a ocorrer em todas as manhãs das quartas e sextas-feiras na sala de psicologia localizada no ambulatório do HU/UFS. O número de atendimentos realizados foi em média de 5 a 10 atendimentos por dia. Em dois meses da implantação do plantão psicológico, percebeu-se que as longas filas de espera para atendimento psicológico foram reduzidas, pois a dinâmica do plantão permite muitas vezes ao paciente colocar suas questões em uma nova perspectiva, não necessitando de acompanhamento clínico propriamente dito. Notou-se que por vezes, o atendimento realizado serve para a pessoa que procura um momento de catarse para seus sentimentos, os quais não são expressos em outros lugares. Como o plantão foi destinado também para os funcionários, estes aproveitaram o espaço para aliviar o stress ocasionado pelo ambiente de trabalho hospitalar. Além disso - como o serviço foi idealizado e, atualmente, gerido pela equipe de psicologia da Residência Multiprofissional - possibilitou ao residente ter um amplo conhecimento do Acolhimento, proposta preconizada pelo SUS, assim como dos vários níveis de atendimento em saúde (primário, secundário e terciário) e em assistência social. Isso ocorre, porque em alguns casos o hospital não absorve toda a demanda atendida e os pacientes são encaminhados para a rede pública de saúde, estabelecendo parcerias e passando

a ver o paciente de um modo integral. Outros profissionais da instituição também passaram a perceber a importância da psicologia no contexto de saúde a partir do plantão psicológico. Entretanto, mesmo com tantas vantagens assinaladas tal serviço ainda está em constante adaptação e transformação, enfrentando alguns problemas como a falta de infra-estrutura do hospital para se adequar ao serviço. Portanto, a experiência do plantão psicológico tornou-se uma forma eficaz da psicologia se fazer presente no SUS ao consolidar as práticas de produção de saúde de modo integral e resolutivo.

A humanização na Assistência ao Parto: dos procedimentos catalogados ao cuidado

Rebeca de Cassia Daneluci

Pretendemos com esta comunicação, apresentar nossa proposta de pesquisa de doutorado já em andamento e as primeiras considerações acerca do levantamento bibliográfico. No referido trabalho, por meio da pesquisa qualitativa, estamos investigando as possibilidades de escolha e decisão de mulheres em relação aos procedimentos realizados desde o início de sua gestação até os cuidados posteriores, a partir do estudo de instituições públicas de saúde voltadas a esse fim. Pretendemos saber se a instituição possibilita à mulher participar como sujeito de decisão durante a assistência à saúde e de que forma a equipe, representante da instituição, trabalha, caso a mulher não acorde com o procedimento determinado. Para tanto, intencionamos um estudo exploratório por meio de observação participante, conversas informais, grupos, entrevistas, conhecimento do espaço físico, seu funcionamento, regras e documentos. Trabalharemos a partir da perspectiva pichoniana, a qual fundamenta esse tipo de observação e contempla três dimensões de investigação, a saber: psicossocial, sociodinâmica e institucional. Manteremos um diálogo teórico com a psicanálise e a psicologia social. Acerca da temática trabalhada, muitas pesquisas se debruçam na discussão referente ao parto humanizado. Encontramos na grande maioria, posicionamentos de que o parto, para ser considerado humanizado, deve necessariamente ser feito com o mínimo de intervenções, respeitando-se a fisiologia de cada mulher. No entanto, verificamos também relatos de mulheres as quais, sentiram seus direitos violados, quando, ao solicitarem uma anestesia, por exemplo, tiveram seu pedido negado ou tiveram de ser levadas a outras salas, pois esse procedimento não constava no protocolo de humanização. Tal ilustração, nos levar a pensar na possibilidade de uma burocratização da "humanização". Outra queixa das mulheres, encontrada na literatura, dirige-se a troca de médicos durante um processo de parto dito humanizado, justificado pela "troca de plantões". Diante dessas situações exemplificadas, colocamos como um dos questionamos para

nossa pesquisa, se o parto normal, contraponto da medicalização, quando posto como diretriz a ser seguida majoritariamente e a partir de regras fechadas, pode demonstrar um episódio no qual a mulher é vista estritamente pelo corpo biológico e com pouco poder de escolha. Deste modo, temos como hipótese, que a humanização ou a medicalização não se determina pelo procedimento em si, mas pela forma como este ocorre, direcionando nosso estudo para um maior aprofundamento destes conceitos. Tais situações nos fizeram refletir, ainda, sobre nosso papel enquanto pesquisadoras. Não entraremos no mérito de discutir sobre qual procedimento é o mais adequado, mas sim, discutir sobre as situações que ocorrem em torno destes. Ou seja, problematizar o contexto para entender o sentido em que tais conceitos têm sido utilizados, considerando os atravessamentos institucionais que permeiam a relação profissional-população. Dito trabalho mantém relação com o eixo temático "Saúde", estando na interface entre a psicologia social e as políticas públicas, visando à compreensão sobre os "efeitos das políticas públicas sobre as pessoas", e com o GT "O cuidado em saúde e a construção da participação", pois tem como foco discutir as proximidades entre profissionais, usuários e serviços, considerando que, a depender do modo como se dão as participações desses atores, os resultados poderão ser situações diversas, desde as criativas às cristalizadas.

A institucionalização do parto como ato médico: sobre o processo de medicalização do corpo feminino

Alice Sicuro de Moraes Valle, Ana Maria Szapiro

Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de medicalização e instrumentalização do parto. Assim como também as consequências destas transformações nas subjetividades e nas sociabilidades numa concepção da naturalização do ato de parir como um processo medicalizado, levando em conta as novas tecnologias médicas no conjuntura atual da medicina. O presente trabalho, ainda em andamento, tem se realizado a partir de levantamento bibliográfico a respeito da institucionalização do parto no Brasil, delineando o contexto, a época e a lógica sob a qual a medicalização do corpo feminino ocorre, acompanhamos, a princípio, o desenvolvimento através da ciência de um processo de naturalização do corpo feminino, tomando este como objeto de estudo. Neste ambito, a partir do marco da medicina moderna, o discurso médico começa a representar de forma incisiva verdades sobre os corpos, se apoderando de determinados temas e os reduzindo a questões meramente biológicas, e consequentemente, criando padrões de normalidade científica. O eixo temático no qual o presente trabalho se enquadra é o eixo da saúde, por ter como foco a preocupação com a saúde

da mulher no contexto do nascimento hospitalar. O Grupo de Trabalho: "O cuidado em saúde e a construção da participação" se relaciona com a temática do trabalho na medida em que este GT propõe um debate através de uma análise crítica a organização das práticas de saúde nos serviços de saúde. Este trabalho, neste sentido, se aproxima da temática pois visa investigar o aumento de intervenções no parto, como por exemplo, a taxa de cesárea que atinge no Brasil, níveis muito mais elevados do que os recomendados pela Organização Mundial de Saúde. A constituição do corpo feminino como objeto da medicina em conjunto com a criação da obstetrícia, potencializou o discurso médico frente ao processo do nascimento transformando radicalmente a forma com que as mulheres vivenciam e tomam decisões a respeito do parto que desejam ter. Para Foucault, os objetos e as verdades gerados a partir das ciências humanas tem efeitos constitutivos sobre os sujeitos. À medida que se inventam novos objetos, classificações e categorias, a ciência produz certos tipos de sujeitos, ações e sensações. Assim nascem novas categorias, novos processos subjetivos.A saída do parto do domicílio para o hospital e a tomada do parto como um ato médico, através da criação da obstetrícia, foi um processo longo e cheio de embates. Podemos citar dois acontecimentos de fundamental importância para esta mudança: o primeiro deles foi a entrada dos homens na profissão, ocupando o lugar das parteiras, e o segundo ocorreu após a Segunda Guerra, através de uma transformação qualitativa no modo de controle social sobre a mulher, a gravidez e o parto. Assim vamos explorar a idéia de que o parto institucionalizado e medicalizado, tão comuns em nossa época, tem relação com uma construção sociocultural específica, à medida que observamos na cultura contemporânea uma crescente preocupação com a evitação da dor. Observamos que a hospitalização vem dando ao nascimento um lugar de patologia que deve deste modo requerer intervenção. As dores e processos longos, antes vistos como naturais, agora passam a ser indesejáveis e "tratáveis" a partir das novas tecnologias desenvolvidas pela medicina,o parto deixando de ser um evento fisiológico para ganhar status de ato cirúrgico. Esta questão é analisada pelas autoras à luz do conceito de biopolítica tal como formulado por Foucault (1999) e igualmente analisado por Agamben através da sua análise sobre a biopolítica contemporânea que se traduz pela regulação médica da vida e de seus ciclos.

A Judicialização da Saúde Mental e suas interfaces com a Rede de Atenção Psicossocial

Tacianna Bandim Pedrosa

Objetivo Geral: Conhecer e analisar a RAPS de usuários de um CAPS III. Objetivos específicos: Identificar o perfil dos sujeitos que são atendidos pelo CAPS III; Conhecer o

conteúdo da demanda dos pareceres emitidos pelo Ministério Público e Poder Judiciário acerca dos sujeitos encaminhados à unidade; Analisar os prontuários dos sujeitos; Mapear as Redes: de Atenção Psicossocial, afetiva, e de apoio dos usuários em tela. Relação com o GT e eixo temático: Esta pesquisa pretende revelar a Rede de Atenção Psicossocial de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial, da modalidade III. Entendemos que o eixo temático é a saúde, e não qualquer saúde, mas àquela compreendida como um direito. A opção de revelar a Rede de Atenção Psicossocial a partir do olhar dos usuários com indicativo de judicialização deu-se devido à curiosidade instalada de como foi constituída a rede de cada um destes sujeitos antes de chegar numa denúncia no Ministério Público, ou virar um ofício judicial, e investigar se houve continuidade ou não na efetivação desta rede. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) atendem pessoas com transtorno mental severo e persistente, privilegiam as ações em rede, devem ser o regulador da mesma no seu território e são um dos equipamentos que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para o público mencionado. A Rede de Atenção Psicossocial preconiza ainda os seguintes equipamentos: Serviços Residenciais Terapêuticos, Centros de convivência, Programas de geração de renda e transferência de renda (Como o Programa de Volta prá Casa), Estratégia Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), entre outros, são alguns dos exemplos de instituições e programas voltados ao acolhimento/reabilitação das pessoas em intenso sofrimento psíquico. O CAPS III possui até 5 leitos para Hospitalidade Integral (H.I.) aos usuários em situação de crise. Devido ao indicativo de aumento de casos recebidos via Ministério Público (MP) e Poder Judiciário (PJ), referido por gerentes dos CAPS III do Estado de SP, nasceu o desejo de realizar uma pesquisa sobre o tema. Justifica-se desta forma a inserção deste trabalho em GT que privilegie como temáticas: Saúde Mental, Desinstitucionalização, Reforma psiquiátrica, Produção de cuidado em saúde e Direitos Humanos. Orientação teórica: Minayo, Basaglia, Foucault. Método: Pesquisa qualitativa. Etapas: Caracterização do serviço; Identificação dos sujeitos atendidos pelo CAPS III em regime de H.I. e que foram citados pelo MP/PJ: construção de tabela com as categorias iniciais: idade, sexo, escolaridade, tempo de tratamento, código internacional de doenças (CID); levantamento do número de usuários que passaram pelo regime de H.I. durante o biênio 2011/2012, obtenção da porcentagem de usuários em processo de judicialização; Realização de entrevistas semiestruturadas com os usuários, buscando evidenciar sua rede apoiadora, para tanto, foram construídos mapeamentos da RAPS dos usuários citados pelo MP/PJ; Foram entrevistados usuários do CAPS III com indicativo de processo de judicialização por meio do MP e PJ, que passaram pelo regime de Hospitalidade

Integral no biênio 2011/2012 e construídas narrativas, segundo critérios pré-estabelecidos de inclusão. Resultados: Mapeamento da Rede de Atenção Psicossocial com a qual os usuários podem contar; Obtenção do perfil dos usuários citados pelo MP e PJ e a resposta da RAPS aos casos mais complexos. 191 usuários atendidos em H.I. entre 2011/2012, dentre estes, 12 foram citados pelo MP ou PJ, 6 destes, permanecem no CAPS III, ou na RAPS do município; Conclusão: Os resultados indicam que 6,2% dos sujeitos da pesquisa, foram citados pelo MP, ou PJ e apontam para fragilidades na RAPS como falta de equipamentos e articulações. Estas fragilidades apontam para as questões clínicas que, dada à complexidade dos casos, escapam do campo da saúde e avançam para o campo jurídico. O projeto terapêutico individual dos casos, não têm dado conta sozinho desta questão, além de faltarem dispositivos de acolhimento à urgência e emergência na Rede de Atenção Psicossocial, gerando um conflito entre o campo do direito à saúde e ao atendimento e as peculiaridades subjetivas de cada caso.

A perspectiva da redução de danos no cuidado em álcool e outras drogas: a experiência do Consultório na Rua em Campinas

Sander Cavalcante de Albuquerque

Enquanto trabalhador e pesquisador da rede psicossocial de álcool e drogas do município de Campinas tenho acompanhando junto aos profissionais de saúde as práticas de cuidado em álcool e drogas e identificado as perspectivas de redução de danos dessas práticas. A redução de danos (RD) vem sendo utilizada, em diversos países, como estratégia de cuidado junto às populações com vulnerabilidades relacionadas ao uso de substância psicoativa (SPA) e aos riscos de contaminações DST/AIDS. No Brasil a RD se tornou diretriz das Políticas de Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas em 2003, e vem direcionando ações e linhas de cuidado em saúde (Brasil, 2003). O objetivo desse trabalho é apresentar algumas práticas de cuidado na perspectiva da RD de Campinas, por meio das ações do Consultório na Rua (CnaR), que agenciam ação de atenção básica e de saúde mental. Pretendemos com esta discussão contribuir para o debate sobre as práticas e lógicas de cuidado em álcool e drogas e como as redes de atenção psicossocial vêm operando. Consideramos importante nesse momento, mostrar ações de saúde alternativas às políticas proibicionistas, conhecidas também com "guerra às drogas", tendo efeito no aumento da estigmatizacão do usuário de SPAs e na criação de barreiras no acesso à saúde dessa população. Nesse sentido consideramos esse debate importante para possibilitar reflexões de quais práticas de cuidado queremos e qual ética norteia nosso trabalho. Como perspectiva de redução de danos, vamos utilizar o que Marllat (1999)

chamou de princípios básicos de RD, como: superação do binômio moral/criminal que a maior parte dos serviços que ofertam cuidado em álcool e drogas dirige suas práticas; aceitar tratamentos alternativos que visem à minimização dos eventuais malefícios causados pelo consumo de drogas ao invés da meta abstinência; abordagem baseada em defesa do usuário de SPA ao invés de ser uma política elaborada de cima para baixo; serviços com baixa exigência em aceitar o usuário em tratamento; possibilitar a construção de vínculos com o usuário ao invés de uma postura idealista e moralista. O CnaR é um equipamento de saúde que tem como diretriz de cuidado a saúde a perspectiva da RD. Vinculado à rede da Atenção Básica e Saúde Mental, conta com uma equipe multiprofissional que atua de forma itinerante na oferta de cuidado as populações de rua e junto aos usuários de álcool e drogas desenvolvendo ações compartilhadas e integradas a rede. Para metodologia desse trabalho vamos utilizar o estudo de caso de um morador de rua, usuário crônico de SPA com questões clínicas importantes, acompanhado pela equipe do CnaR. A partir do caso queremos trazer o debate de como tem sido possível a construção de novas pactuações em rede que escapam aos protocolos dos serviços que acabam operando mais como barreira do que possibilidades de acesso a essa população e também como o agir da redução de danos pode trazer outro entendimento e manejo do caso em questão, como: partir das necessidades atuais do usuário visando à integralidade do cuidado e autonomia; quebra dos estigmas e preconceitos; aposta na construção de vinculo; diminuição do consumo excessivo de SPA, contemplando suas singularidades e possibilidades. Como efeito dessas ações percebemos uma melhora na qualidade de vida do usuário e sua inserção no trabalho através de programas de geração de renda. Acompanhando o CnaR, posso dizer que esse serviço vem problematizando suas práticas na perspectiva da RD e também vem sendo um analisador da rede de atenção psicossocial de álcool e drogas, umas vez que ele vem operando, através dos casos acessados pactuações em rede que fogem as regras protocolares. Os resultados vem nos mostrando que essas ações, vêm facilitando o acesso à rede de saúde aos usuários de SPA. Essas ações vêm fazendo o contraponto as políticas de saúde que vem direcionando financiamentos e ações de saúde as internações involuntárias e compulsórias, tratamentos involuntários e as comunidades terapêuticas. Abordagens de tratamento que apostam somente no confinamento dos usuários e na previsão de liberdades como cuidado de saúde. Práticas essas que vêm reafirmando o modo de cuidado asilar e as práticas manicomiais. Podemos concluir que trabalhar com as perspectivas da redução de danos amplia as ações de saúde e possibilita a construção de vinculação para o tratamento aos usuários que podem

apresentar problemas com o consumo de SPA e vem na perspectiva de superação da lógica manicomial.

A prevenção ao uso abusivo de drogas: perspectivas epistemológicas contemporâneas e desafios para políticas públicas

João Fillipe Horr, Daniela Ribeiro Schneider

Estudos mostram que as atividades de prevenção devam ser prioritárias nas políticas públicas sobre drogas, pois almejam intervir no contexto social para evitar que o consumo abusivo de drogas se converta em um problema social de grande magnitude. No Brasil, vem sendo questionado a predominância, tanto na esfera federal quanto nas estaduais e municipais, de políticas públicas marcadas pela descontinuidade e pelo casuísmo em seus programas de prevenção, assim como o predomínio do modelo, já bastante questionado em sua efetividade, da "guerra às drogas" que, sob a hegemonia da orientação norte-americana, priorizava sua atuação junto ao polo das drogas em si e sua repressão, desconsiderando outras dimensões psicossociais fundamentais na constituição desta problemática. Atualmente e política de drogas brasileiras está sustentada no plano "Crack é possível Vencer", organizado em três eixos: prevenção, cuidado e autoridade. Contudo, para que esta política se viabilize de forma consistente, considera-se a necessidade de fomentar programas e projetos sustentados em evidências científicas de efetividade, adaptados às especificidades da realidade brasileira e em constante processo de avaliação e aprimoramento. A presente pesquisa baseia-se em análise de literatura científica, utilizando da metodologia de análise de conteúdo, baseada na Teoria Fundamentada nos Dados. Segundo estudos de meta-análise de programas preventivos de drogas de âmbito escolar, baseados em pesquisas do NIDA (National Institute on Drug Abuse), há uma série de indicadores de maior efetividade deste tipo de programa: 1) Programas interativos, com intervenções centradas na participação grupal, cujo objetivo é facilitar o desenvolvimento intra e interpessoal, voltado para processos de grupo dinâmicos e de discussão, no qual os líderes tem o papel de facilitadores, sendo que diferentes membros do grupo assumem responsabilidades e direção de atividades, formando grupos com uma certa estruturação, mas com flexibilidade para atividades abertas, foram os modelos que mais efetividade apresentaram; 2) Os programas centrados em modelos de influências sociais (reforço de aspectos do contexto social no consumo de drogas, técnicas de rechaço da oferta de drogas), e, mais fortemente, no desenvolvimento de habilidades de vida (comunicação, afirmação, solução/decisão de problemas, enfrentamento, compromisso social, estabelecimento

de objetivos), apresentaram maior efetividade do que programas centrados somente em conhecimento sobre drogas ou em afetividade (sentimentos, autoestima, autoconhecimento, crenças, valores). 3) Os desenhos metodológicos de avaliação de programas preventivos baseados nos modelos experimentais e, portanto, aleatorizados, ofereceram maior eficácia do que os modelos quase-experimentais, que trazem o risco de certa distorção na seleção dos participantes e do grupo controle. Por outro lado pesquisas nacionais mostram que este fenômeno do uso de drogas tem sido abordado, em geral, a partir de processos de intervenção e prevenção baseados em concepções teóricas dicotômicas, fragmentadas, ahistóricas, deterministas e de cunho acentuadamente reducionistas. Tais concepções, em geral, enfatizam apenas um dos aspectos envolvidos na drogadição, seja ela a dimensão psicológica do usuário ou seu contexto socioeconômico, ou a influência do meio familiar, ou os efeitos bioquímicos das drogas, ou ainda os fatores genéticos, enfim, concepções que, embora intimamente relacionada com o uso de drogas, isoladas não dão conta de explicá-la, nem de propor-lhe soluções adequadas. Essa questão das concepções reducionistas se reflete nos modelos de atenção e de prevenção utilizados na área, que ontologiam as drogas ou culpabilizam os usuários, sustentando-se na lógica da chamada "pedagogias do terror" ou "guerra às drogas". Daí a necessidade de produzir um corte epistemológico e introduzir uma visão muldimensional e integral para se compreender o uso de drogas e sustentar programas preventivos que se dirijam à promoção da saúde. O conceito de promoção de saúde introduz a necessidade da análise dos chamados determinantes da saúde, estabelecendo as bases para uma nova forma de pensar saúde, que supere as limitações do modelo biomédico, ao considerar a interlocução entre os aspectos da biologia humana, do ambiente, dos estilos de vida individuais e coletivos, além da proposta da organização dos diferentes níveis da atenção em saúde como princípios norteadores da intervenção na área. Uma abordagem preventiva do uso abusivo de drogas deve buscar uma visão integral desse fenômeno, tendo com objetivo desvelar o sentido deste uso, tanto para os sujeitos quanto para a sociedade. Caracterizado por ser essencialmente um fenômeno constituído nas inúmeras interfaces e articulações entre diversas variáveis o uso e abuso de drogas se configura com uma complexidade que inviabiliza qualquer tentativa de explicação reducionista, que desconsidere suas múltiplas determinações. Este corte epistemológico produzido com modelos reducionistas em prevenção deveria ser a base de sustentação das políticas públicas na área baseadas no princípio da integralidade, construídas de acordo com os princípios do SUS e do SUAS. Sendo assim, consideramos que este trabalho pode ser apresentado no GT - Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica.

A Psicologia e a Saúde da Mulher: uma visão biopsicossocial

Emmylle de Oliveira e Silva, Tatiane Concolato Costa, Cíntia Garbin

A Psicologia, enquanto ciência do comportamento busca compreender o indivíduo através de diversas áreas e abordagens, olhando para o ser humano no seu âmbito biopsicossocial. Assim sendo, a psicologia da saúde provém de políticas de promoção de saúde, na qual agem na prevenção, tratamento e diagnóstico da doença. Uma concepção de saúde quando restrita apenas a ausência de doença pode levar a ações pontuais e individuais, desse modo quando o conceito de saúde não se restringe ao limite biomédico, outras práticas compartilham o espaço voltando-se para uma saúde coletiva. Tais práticas propiciam que as pessoas tornem-se capazes de lidar com suas próprias dificuldades, limites e sofrimentos, além de levar informação e orientação a respeito de diversos temas para a sociedade. Nos últimos anos, tem-se observado uma preocupação com os métodos preventivos à saúde, no caso da população feminina, o Ministério da Saúde tem estabelecido programas e políticas preventivas especificamente à saúde da mulher. O grande número de mulheres que procuram atendimento ginecológico, mesmo com a falta deste atendimento nos ESF (Estratégia de Saúde da Família) do município, traz a necessidade de informações sobre a saúde preventiva de doenças da mulher. Neste contexto, o projeto de intervenção aqui descrito aborda a experiência comunitária com um grupo de mulheres que são assistidas pelo ESF que promove acesso a várias políticas públicas relacionadas à saúde. Objetivo: Promover momentos de informação e orientação coletiva a respeito da saúde da mulher em uma unidade de atendimento básica do município de Deodápolis - MS. Eixo Temático: Saúde, por entender a necessidade de se trabalhar com uma visão biopsicossocial do indivíduo, já que a promoção de saúde é um requisito importante para o desenvolvimento de uma saúde de qualidade. Orientação Teórica: Apesar da Psicologia da Saúde estar inserida na intervenção, concentrou-se também na Psicologia Social, tendo em vista a formação e mudança de atitude social. Método: Foi desenvolvido uma intervenção com mulheres de todas as faixas etárias que esperavam o atendimento do exame preventivo no ESF-Centro do município de Deodápolis no dia 8 de junho de 2013. Utilizou-se como técnicas uma reunião informal, na qual foram entregues folders informativos com o Tema “Prevenção a Saúde da Mulher”, a partir disso foi realizada uma roda de conversa explicando o conteúdo do fôlder entregado e sanando as dúvidas e questionamentos apresentados. Resultados e Conclusões: Considerando as necessidades levantadas através da prática desenvolvida, obteve-se como resultado a falta de informação a respeito da saúde da mulher e sobre outros assuntos

relacionados. No entanto, a intervenção promoveu momentos de informações e orientações coletivas a respeito da saúde da mulher. Vale ressaltar a importância da quebra de limites biomédicos que provém de um atendimento individualizado, vindo estruturar um espaço multiprofissional em beneficio ao atendimento do cidadão, não o vendo apenas como um sujeito em suas particularidades, mas sim propiciando também uma visão global do individuo garantindo relações mais humanas e autênticas. Portanto, a partir da intervenção realizada foi possível identificar a importância do psicólogo inserido em estratégias de saúde junto à comunidade, para assim promover uma visão holística do cliente. Proposta de Layout: Para a apresentação do seguinte trabalho será utilizado figuras e fotos relacionadas à temática proposta, favorecendo a harmonia do conteúdo apresentado, e propiciando ao leitor e ouvinte maior entendimento sobre o tema.

A Psicologia no contexto hospitalar: o cuidado em saúde e suas repercussões no psicólogo

Jamille Maria Rodrigues Carvalho, Mariana Menezes Amaral, Bárbara Xavier de Andrade, Yasmin Zalazan Santos Conceição

Um dos espaços de inserção da Psicologia na área da saúde é o hospital, onde o psicólogo realiza diversos tipos de atividades, como grupos, atendimentos individuais, serviço ambulatorial e avaliação psicológica. O presente estudo é de natureza qualitativa e visa investigar as repercussões da prática em um ambiente hospitalar na subjetividade do psicólogo. Esse estudo faz parte de uma pesquisa maior e consiste em um levantamento bibliográfico, com objetivo de construir um panorama geral da atuação do psicólogo em instituições hospitalares do sistema público de saúde, situando seu desenvolvimento histórico no Brasil, as atividades desenvolvidas e suas particularidades; os possíveis impactos das experiências do cotidiano profissional no psicólogo ao lidar com o sofrimento e a morte do outro, além de discutir sobre sua inserção e adversidades presentes no SUS. Utilizou-se também a técnica de Grupo Focal para aprofundar a temática principal, realizando o estudo com psicólogos hospitalares de uma instituição terciária pública. Após análise dos dados coletados, os resultados obtidos estão apresentados em categorias temáticas, com o intuito de compreender e analisar esses impactos e como é possível lidar com essa dinâmica. A pertinência desse estudo dentro do GT "O cuidado em saúde e a construção da participação" se justifica porque valida a coparticipação e humanização do processo de produção social da saúde em detrimento ao modelo biomédico. Além disso, referenda a necessidade de se discutir as formas de construção, cotidianamente,

dessas práticas em saúde, relacionadas às pessoas e serviços, nos remetendo às mais diversas facetas do cuidar, levando em consideração a esfera do cuidar do agente cuidador e a subjetivação da prática hospitalar por parte do psicólogo. Partiu-se do entendimento que as vivências cotidianas de doença e hospitalização podem ser fatores desencadeadores de estresse e sofrimento psíquico e reações emocionais diversas para todos os envolvidos nesta situação. E, entendendo a importância da saúde do cuidador dentro dessa dinâmica, já que, Figueiredo (2009) afirma que, por parte do cuidador, tem de haver um oferecimento de um espaço vital desobstruído, onde o sujeito a ser cuidado exerce a sua autonomia, criando um novo universo segundo suas possibilidades. Além disso, o mesmo autor traz que uma das metas do cuidar é facilitar o desenvolvimento de práticas cuidadoras, que não podem se efetivar caso o agente cuidador não esteja, de fato, cuidado, posto que estas são introjetadas.

A psicologia no NASF: ampliando a clínica e reorientando o cuidado no SUS

Luana Maria Rotolo

Esse trabalho tem como objetivo contribuir com elementos na reflexão do cuidado em saúde, especificamente no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), analisando a contribuição da psicologia para a efetivação de um cuidado humanizado e integral. Essas reflexões vêm a partir das práticas das autoras enquanto psicólogas residentes na Estratégia de Saúde da Família (ESF), mais especificamente nos Núcleos de Apoio a Saúde da Família (NASF), na cidade do Recife, entre março de 2012 à julho de 2013. O eixo temático em que situamos esse trabalho é o da saúde e o grupo de trabalho escolhido para submissão foi "o cuidado em saúde e a construção da participação". Em consonância com esse GT, nossa reflexão parte da análise que o processo de cuidado realizado hegemonicamente é ainda doença-centrado, ou seja, sobretudo curativo, em que não é destacado o desenvolvimento da autonomia e a construção da participação e emancipação dos sujeitos. As práticas de saúde, ainda em grande parte tecnicistas e reducionistas, raras vezes conseguem efetivar o conceito ampliado de saúde que dá base ao SUS. O desafio atual se centra em como ampliar a compreensão do processo saúde-doença e a noção de cuidado das práticas ofertadas nos serviços de saúde. Através desse trabalho, elaborado a partir da nossa experiência e reflexão na Residência Multiprofissional em Saúde da Família, queremos destacar a contribuição da psicologia para esse processo. No atual contexto, pensar sobre o SUS e seus dispositivos de cuidado é extremamente relevante, uma vez que a reorientação de modelo se faz a cada dia uma tarefa mais urgente. Um desses dispositivos é justamente o NASF, que surge a partir do diagnóstico da necessidade de ampliação da clínica

na ESF. Seu principal objetivo é dar apoio às equipes de Saúde da Família, não apenas oferecendo novas especialidades na Atenção Básica, mas, sobretudo, complexificando o entendimento dos processos de adoecimento e cuidado, contribuindo para a efetivação do princípio da integralidade no interior dos serviços de saúde. Observamos que a psicologia no NASF é muitas vezes chamada e valorizada pelas equipes de Saúde da Família apenas para dar conta de uma demanda individualizada numa das áreas de maior relevância epidemiológica dos territórios e, ao mesmo tempo, de grande dificuldade para a maioria dos profissionais de saúde: o sofrimento psíquico em toda sua diversidade e complexidade. Entendemos que, para além dessa atuação específica, a psicologia no NASF pode contribuir com uma reflexão central para o desafio da humanização. O psicólogo, ainda que muitas vezes formado sob uma perspectiva particularista da clínica individual privada, é um profissional que pode desconstruir a visão reducionista de um sujeito da razão e restrito ao aspecto orgânico, ampliando o olhar para outros aspectos da subjetividade que raramente são enxergados pelos demais profissionais de saúde. Se esse profissional de psicologia entende que a subjetivação acontece no encontro com o outro, sendo um outro social,da natureza, acontecimentos do corpo e maneiras de viver, o cuidado praticado ganha outros contornos, potencializando ainda mais o processo de humanização da atenção e a reorientação do modelo de saúde. Essa ampliação da clínica se faz principalmente através do apoio matricial, quando os profissionais do NASF ao invés de assumir a demanda da ESF, se propõe a construir uma prática compartilhada, integrando saberes e fazeres com os profissionais da ESF. Os momentos de discussão de caso e de atendimento compartilhado são instrumentos fundamentais nessa construção, mas principalmente a convivência cotidiana e a construção de vínculos solidários entre NASF-ESF são a base para que qualquer mudança possa começar a nascer. Para isso, porém é preciso que algumas transformações estruturais comecem a ser engendradas, como a urgente reorientação da formação para o SUS e a própria condição dos NASF estarem mais próximos do dia-a-dia das equipes de Saúde da Família.

A territorialização como prática psicológica no Saúde da Família

Bruno Pinto Freire

Objetivo: Este estudo apresenta a experiência na Residência Multiprofissional em Saúde da Família – RSMF no município de Sobral-CE, a partir do processo de territorialização realizada em dois bairros dessa cidade. Tal práxis profissional, atravessada pelo olhar e fazer da Psicologia, visa subsidiar a organização e o funcionamento dos Centros de Saúde Família – CSF de acordo com as características comunitárias, sejam essas estruturais, subjetivas e/ou

sociais. Relação com o Eixo Temático escolhido: A ampliação do olhar a partir da territorialização permite à captação das singularidades dos territórios que, por vezes, dificultam a superação do limite físico do CSF e das práticas do modelo convencional de se trabalhar saúde. Nesse sentido, emaranhar os conhecimento e práticas da Psicologia Social e da Saúde num processo multiprofissional que pauta e concretiza as Políticas Nacionais de Saúde, principalmente a Política Nacional de Humanização – PNH e a própria consolidação do Sistema Único de Saúde – SUS, demonstra a tentativa de facilitar a comunicação entre população e serviço público, promovendo atuações que sejam condizentes com as necessidade e potencialidades em saúde da comunidade. Orientação Teórica: A territorialização nos permite o reconhecimento da dinâmica social, dos hábitos e costumes e a sua importância para a determinação de vulnerabilidades para a saúde, originadas nas interações de grupos sociais em determinados espaços geográficos. O uso pleno do território como estratégia de análise sobre condições de saúde e intervenção nestas, pressupõe a identificação de equipamentos sociais, sua utilização pela população e sua importância para os fluxos das pessoas e materiais (MONKEN e BARCELLOS, 2005). Para tanto, o olhar e a escuta, além da prática de facilitar as multirrelações estabelecidas nesse processo, são papéis fundamentais que se apresentaram para os psicólogos envolvidos nesse. Adotando-se a perspectiva de que a territorialização permite a elaboração de análises territoriais das características de vida e condição de saúde da população, podemos observar o impacto dos serviços sobre os níveis de saúde dessa população, numa perspectiva de integralidade do sujeito em seu contexto de desenvolvimento. Método: A territorialização permite ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de uma determinada situação, consistindo em efetuar uma aproximação com a complexidade, criando maior familiaridade com os fenômenos comunitários. A partir do roteiro norteador de territorialização proposto pela coordenação da RMSF, realizamos no período de abril a junho de 2013 uma observação participante através de visitas aos principais equipamentos sociais dos territórios referenciados, além de adentrar os dois CSF. A observação à comunidade se deu também a partir dos dados produzidos pelas equipes de saúde e sistematizados no Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB. Para tanto, utilizamos recursos como máquina fotográfica, filmadora, depoimentos, apresentação de seminários, leituras complementares, discussões durante reuniões de equipe e diário de campo. A pesquisa foi realizada em dois Centros de Saúde da Família no município de Sobral-CE. Resultados e Conclusões: O entendimento de território por parte dos grupos de profissionais e usuários do sistema de saúde influencia a forma que se dará as ações do CSF. Com isso, algumas questões mostraram-se pertinentes na atuação

dos profissionais, entre eles o psicólogo, na promoção da saúde na atenção primária. Atores de destaque social participativo foram identificados como referência para o desenvolvimento de práticas colaborativas. Um exemplo claro disto é a participação das rezadeiras nos cuidados à crianças, orientando as mães quanto aos cuidados, alinhando crença popular com saber científico em prol do cuidado e promoção à saúde, respeitando e empoderando a comunidade. Percebeu-se também a importância dos líderes comunitários como referência para o estabelecimento dos vínculos comunitários, possibilitando o cuidado e aproximando dialogicamente os profissionais de saúde e a comunidade. A participação comunitária apresentou-se deficiente em moldes institucionalizados, denunciado principalmente pela inatividade de um dos Conselhos Locais de Saúde e pela dificuldade de estabelecimento do outro nos bairros referenciados. Porém, espaços já estabelecidos afetivamente, como grupos de atividades corporais e de convivência demonstraram-se pertinentes e apoiadores em diversos tratamentos e na melhoria da qualidade de vida. A territorialização é um potente caminho para planejar ações de promoção e de atenção integral à saúde, pois os projetos de saúde devem nascer das necessidades de saúde da comunidade, e não de programas verticais que vêm do 'nível central' para a 'ponta'. O convite é para darmos passos nesse sentido, testando e aperfeiçoando esse esboço de proposta. Muito precisa ser mudado na prática, sendo extremamente necessário a participação de todos nesse caminho para que possamos afirmar a realização da promoção e cuidado à saúde de forma ética e condizente com as necessidades e características subjetivas e comunitárias.

A vida após HIV/AIDS: uma nova perspectiva de constituição do sujeito

Ana Caroline Dias da Silva, Thais de Sousa Rodrigues, Mariana Mendonça Braga, Anamaria Silva Neves, Marília Camargo Tuma, Samantha Sousa Nascimento Cunha, Jéssica Pagliarini Machado, Pedro Arthur Vieira

O presente trabalho busca compreender sobre as dinâmicas familiares de pacientes soropositivos dentro da realidade nacional. Metodologicamente, o presente estudo – relato de experiência – envolveu as seguintes etapas: realização de pesquisa bibliográfica, visita a uma instituição que abriga pessoas com AIDS juntamente com suas famílias, pesquisa temática em vídeos e documentários que nos permitiram refletir sobre a atual política pública brasileira em relação às pessoas com AIDS e o direito à constituição familiar das mesmas. HIV/AIDS é uma doença nova e os primeiros casos são datados da década de 1970, em grupos de riscos determinados. Porém, com o avançar dos anos, a idéia de um grupo de risco foi superada e percebeu-se que toda a população estava ameaçada pelo contágio, passando de uma concepção

de grupo de risco para comportamento de risco. A preocupação da ciência com as formas de contágio e o risco epidêmico resultou na evolução dos meios de se tratar a doença e na desmistificação da mesma. Surgiram, então, novos tratamentos, permitindo, atualmente, melhor qualidade de vida para os pacientes soropositivos. A doença deixou de ser uma sentença de morte e passou a ser controlada. Diante dessa nova perspectiva, os pacientes acometidos pelo vírus lutam pelo direito de amar, ter relacionamentos amorosos com seus parceiros e constituir família, com filhos (adotivos e/ou consanguíneos) ou não. Com o avanço dos estudos multidisciplinares, e ênfase na prevenção da doença, é possível que pessoas com HIV/AIDS constituam famílias e tenham filhos, o que demanda um novo posicionamento do serviço de saúde do país. Somado às políticas de prevenção e possibilidade de tratamento, se faz necessário um processo de inclusão e reflexão no sentido de que constituir família é um direito de todos, conscientizando-nos sobre as possibilidades e desafios decorrentes dessa escolha. É inserida nessa realidade que a Psicologia Social deve buscar seu espaço junto aos diferentes grupos de pessoas soropositivas e iniciar seu trabalho não somente para acolher os novos desejos, mas também para garantir o acesso ao tratamento e informações relacionadas às novas possibilidades de se constituir família, incluindo aspectos relacionados à gestação e criação de filhos por casais em que um dos parceiros possui HIV/AIDS ou até mesmo os dois. Por fim, compreendemos que após a AIDS existe vida, existe o desejo de constituir família; contudo, as políticas públicas ainda não abarcam tais possibilidades, havendo uma lacuna significativa no atendimento aos pacientes soropositivos sob uma perspectiva interdisciplinar.

Acompanhamento Terapêutico e a clínica das drogas: construindo outra forma de cuidado em saúde

Amanda Biasi Callegari, Ricardo Wagner Machado da Silveira

Esse trabalho tem como objetivo fazer o debate sobre Acompanhamento Terapêutico (AT), trazendo aspectos de um caso atendido na rede pública de saúde em Uberlândia-MG como forma de exemplificação e problematização. Trata-se de um paciente do Centro de Atenção Psicossocial de álcool e outras drogas, que faz uso de múltiplas drogas, porém não conseguia se vincular ao serviço. O referencial teórico que utilizamos para nortear a nossa prática é a esquizoanálise, embora haja a contribuição de várias outras teorias. O AT é uma estratégia de cuidado em saúde, que surge como alternativa ao modelo médico de saúde e saúde mental. Corrobora com a compreensão de que, ao se tratar de saúde, não se pode restringir à saúde física ou psicológica, mas deve-se levar em consideração o meio social, as condições de vida das

pessoas, grupos, famílias e comunidades, na medida em que tais aspectos interferem de forma decisiva na saúde e saúde mental das pessoas. Nesse sentido, criam-se várias formas de se pensar a saúde coletiva no território e propõe-se a clínica ampliada como resposta aos casos em que o atendimento individualizado da clínica tradicional já não é suficiente. O acompanhante terapêutico (at) é um profissional, não necessariamente psicólogo, capacitado para fazer a aproximação do paciente e criar vínculo com ele e a família que têm problemas de saúde graves e geralmente fazem um tratamento restrito às medicações. O trabalho do at, porém, não pode cumprir-se de forma isolada, sendo imprescindível a participação de uma rede de cuidados em saúde e uma equipe de profissionais implicada com o caso e suas demandas. Falamos aqui da importância da equipe interdisciplinar e multiprofissional, que se valha dos vários tipos de saberes, das várias estratégias e técnicas – principalmente contando com os saberes que a própria pessoa, família e comunidade têm sobre sua saúde e doença, que é o que se denomina "controle social", garantido pelo próprio SUS. O trabalho é firmado com o paciente e com a família, em que o aspecto central, embora muitas vezes seja muito difícil, é a construção do vínculo para que seja possível o desenvolvimento de outro tipo de cuidado. O cuidado na prática do AT desenvolve-se em um contexto que diz respeito à ação do sujeito perante seu mundo, seja seu quarto, sua casa, seu bairro. A ideia é estar com o paciente onde ele vive e mediar as situações difíceis e conflituosas. O at, nesse sentido, deve estar junto nesse caminhar pelas fronteiras do território, nesse compasso, fazendo com que possa surgir a possibilidade de algo acontecer, de um acontecimento. O setting, então, passa a ser a rua. E o andar pela rua, com seus diferentes ritmos e velocidades, vai tornando possível a incorporação dos também diferentes ritmos e compassos do funcionamento psíquico do paciente. Não se trata aqui de mudar ou analisar a estrutura psíquica, mas de fazer com que ela se torne mais tolerável para a pessoa que sofre. Trata-se de um cuidado que libera o acompanhado do estigma da loucura, ou, no nosso caso, da drogadicção, e desse discurso psiquiátrico que segrega, isola e interna. O trabalho na clínica das drogas é feito com pessoas que fazem uso prejudicial e comumente não se vinculam a nenhum serviço da rede pública de saúde. O at realiza a busca ativa, que é ir até o paciente, e também cumpre o papel de levar informações mais detalhadas sobre o caso para a equipe de saúde, no nosso caso, o CAPS ad. Ademais, tem-se também a compreensão da dimensão política da saúde, na medida em que entendemos que como cidadãos todos têm direitos, e se esses direitos são negligenciados, ou seja, não são assegurados e garantidos, constitui-se uma situação de vulnerabilidade social, o que afeta diretamente a saúde. No caso acompanhado, percebemos avanços principalmente no que diz respeito à construção do vínculo

e aproximação da família do paciente, que em certa medida já reconhece a at como referência e potencial ajuda em tempos de crise. Esse vínculo se mostra, por exemplo, quando a família sente confiança para recorrer à at nos momentos de maior necessidade, como no caso de acompanhar numa consulta médica; ou na forma de contar suas histórias de vida, seu passado, suas memórias, de modo a envolver a at em sua realidade, num esforço de aproximação e cumplicidade. No que tange ao acompanhado, um novo projeto terapêutico foi construído pela at em diálogo com sua parceira de trabalho e a terapeuta de referência vinculada ao CAPSad. Mais do que nunca, a rua, a praça, a mercearia, e a realidade pulsante da cidade se mostram como importantes recursos para um transitar rico em descobertas e afetações, distanciamentos e aproximações, intensidades e continências, que vão, dia após dia, estrelaçando acompanhante e acompanhado e criando, consequentemente, possibilidades para um cuidado mais potente e criativo.

Adolescência e maternidade: um desafio vivido por adolescentes grávidas do CRAS Cachoeirinha de Dourados-MS

Tatiane Concolato Costa, Emmylle de Oliveira e Silva

A Psicologia Social estuda o indivíduo e suas relações sociais, e está sempre em processo de novas descobertas que contribuam para uma melhor convivência (RODRIGUES, 2010). A adolescência é um período de várias mudanças físicas, psicológicas, emocionais e sociais, na qual mudam quase que constantemente para se adaptar a sistemas e grupos. Entretanto, é o momento que ora quer voltar a ser criança, ora quer crescer e se tornar adulto o mais rápido possível. Surgem novos desejos, curiosidades, descobertas, e a vontade de viver o diferente e o novo. Nessa fase os adolescentes costumam buscar grupos de referências, nos quais se identificam de vários modos como na afetividade, na interação e no apoio mútuo entre eles, construindo a partir daí sua identidade e visão de mundo. Consequentemente vem a descoberta dos prazeres sexuais compartilhado nos romances típicos desta fase, podendo resultar em uma gravidez não planejada. No entanto, vale destacar que o processo gestacional em si é um período delicado que requer atenção e, semelhante à adolescência, possui particularidades próprias. Quando se juntam estes dois momentos de conflitos, adolescência e gravidez obtêm-se um leque de transformações que levam as adolescentes á um turbilhão de emoções e acontecimentos. Neste contexto, o projeto de intervenção aqui descrito aborda a experiência comunitária com um grupo de adolescentes gestantes que são assistidas pelo CRAS - Centro de Referência de Assistência Social que promove acesso há várias políticas públicas. Objetivo: Promover

momentos de reflexão e compartilhamento do processo gestacional vivido pelas adolescentes gestantes do CRAS Cachoeirinha de Dourados-MS, bem como, identificar as implicações e as novas ressignificações em seus relacionamentos intra e interpessoais. Eixo temático: Saúde, por entender a necessidade de trabalhar dentro da visão sistêmica os aspectos biopsicossociais, já que a gravidez na adolescência pode ser considerada em muitos casos um fator de risco, face às mudanças no âmbito físico, psíquico e social. Orientação Teórica: Concentrou-se no enfoque da Psicologia Social, no que se refere ao conceito, formação e mudança de atitude social, detalhado, principalmente, por Aroldo Rodrigues (2010). Método: Foi desenvolvido um projeto de intervenção na abordagem da psicologia social com adolescentes grávidas com faixa etária entre 16 a 18 anos adolescentes gestantes do CRAS Cachoeirinha de Dourados-MS. Os encontros foram realizados semanalmente no período de fevereiro a junho de 2012. Utilizou-se como técnicas reuniões informais e oficinas temáticas realizadas em forma de rodas de conversa, palestras, vídeos informativos, técnicas de dinâmicas de grupo, atividades recreativas, que favoreceram um espaço para reflexão, construção de conhecimentos, interação social e interpessoal entre as adolescentes, que partilharam de suas experiências durante os encontros. Resultados e Conclusões: Levantou-se as reais necessidades a respeito da sexualidade na adolescência, o processo gestacional e cuidados maternos, desse modo, foram realizadas oficinas, de acordo com os temas propostos pelas adolescentes, dentre os quais podemos destacar: atitudes e mudanças de atitudes; adolescência e sexualidade; cuidados na fases de gestação; direitos sociais da gestante; depressão pós-parto; cidadania e projeto de vida. Por meio de técnicas de dinâmicas de grupo, palestras, vídeos informativos e dentre outras atividades, foi possível trabalhar as dúvidas das adolescentes e também a integração social no grupo. Constatou-se que a intervenção, atingiu os objetivos estabelecidos e que a Psicologia Social aplicada ao trabalho com o grupo de adolescentes gestantes, colaborou para a formação da consciência crítica; construção do papel social de mãe, bem como, para o repensar da identidade social e individual orientadas por preceitos éticos vinculados as relações interpessoais. Observou-se um processo de identificação social das participantes que caracterizam o grupo como unidade, ampliou-se a compreensão do processo gestacional e suas e implicações, no âmbito social. Bem como, possibilitou a participação da população adolescente gestante do CRAS – Cachoeirinha de Dourados MS, e promoveu a interação social das futuras mães que participaram, e assim conseguiram ampliar a autoconsciência e experiências partilhadas em cada encontro. Proposta de Layout: Para a apresentação do seguinte

trabalho será utilizado figuras e fotos relacionadas à temática proposta, favorecendo a harmonia do conteúdo apresentado, e propiciando ao leitor e ouvinte maior entendimento sobre o tema.

Adolescência e Promoção da Saúde: algumas considerações sobre a trajetória histórica do Projeto Menarca

Sara Scheidt Soriano, José Augusto Leandro

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a adolescência, entendendo-a como constructo histórico. No caso que aqui nos interessa, verifica-se que a partir da redemocratização brasileira e a partir dos direitos garantidos pela Constituição de 1988 os adolescentes, a partir de demandas específicas, têm se expressado como cidadãos capazes de se comprometerem com sua realidade social e com a transformação desta. Porém, como é possível adolescentes assumirem um papel ativo na comunidade, de maneira a perceberem-se como possíveis agentes de mudança da realidade social? Estes questionamentos surgiram a partir dos estudos para realização da dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), ainda em andamento, na qual se propõe verificar como adolescentes podem se favorecer de uma determinada conjuntura para expressar sua participação ativa na sociedade. Para refletir sobre isso, tomamos algumas questões sobre a trajetória histórica do Projeto Menarca de Promoção à Saúde da Menina, surgido no ano de 2002 na cidade de Ponta Grossa/PR. Desenvolvido por adolescentes do sexo feminino, com idade entre 11 a 15 anos, atuantes na prevenção da gravidez precoce e DST/AIDS, no estímulo ao uso da camisinha entre jovens e na valorização da adolescente. O público-alvo são meninas do sexo feminino, de 11 a 15 anos de idade, alunas do Ensino Fundamental e Médio. Assim, uma das principais características do projeto é a adoção da metodologia da educação entre pares. Faz-se necessário ressaltar que a gravidez e as DST/AIDS estão entre os fenômenos sociais que comprometem de forma grave o desenvolvimento dos adolescentes brasileiros, conforme relatório publicado pelo UNICEF em 2011. Segundo este, as adolescentes gestantes se colocam entre os casos de gravidez de risco, com elevadas taxas de mortalidade e, desde 1998, uma particularidade na adolescência é o fato de o sexo feminino representar mais casos de incidência de HIV/AIDS do que o sexo masculino. Este fenômeno social de grande impacto negativo está presente em qualquer classe econômica, porém autores diversos apontam uma maior vulnerabilidade para a população mais pobre. O Projeto Menarca tem como proposta a promoção da saúde da menina adolescente incentivando a responsabilidade de parcela da população organizada com interesse em saúde, sendo as adolescentes atuantes no projeto atores

importantes no contexto da escola particular SEPAM. Apesar de poder ser considerada uma instituição de classe média alta, o projeto extravasou os muros da própria escola e atingiu outros locais de educação da cidade que abrangem população de renda inferior. Esta proposta está em consonância com o conceito de promoção de saúde que propõe uma ampliação da visão do cuidado da saúde, com o envolvimento da própria comunidade, ultrapassando a ação convencional dos serviços de saúde. Proporcionar a responsabilidade social aos adolescentes, o reconhecimento da sua capacidade de atuação no campo dos cuidados à saúde, possibilita a construção de práticas sociais mais abrangentes nas quais não só o sujeito técnico e especialista é capaz de lidar com os obstáculos de sua saúde, mas também os próprios sujeitos sociais afetados, neste caso os próprios adolescentes. A prática social desenvolvida por este projeto favorece a participação de adolescentes nos espaços públicos e fortalece o diálogo entre os pares. Alguns aspectos da trajetória histórica do Projeto Menarca nos 11 anos de sua existência demonstram que determinados projetos sociais elaborados a partir do interior da escola, se executados de forma constante e aprimorada ao longo do tempo, resultam, em consequência, para os adolescentes, em efetivo exercício de seus direitos sociais e desenvolvimento da cidadania. Portanto, conclui-se que determinados projetos sociais com participação de adolescentes podem promover a saúde de seus pares, uma vez que tal promoção não é uma questão apenas ligada à clínica e aos aspectos biomédicos, mas, sobretudo, ligada à participação social do sujeito em sua dimensão política.

Adolescentes e desenho da figura humana

Maria Eduarda Freitas Moraes, Adriane Roso

Diante dos desafios face o viver com HIV na adolescência, o grupo de pesquisa Saúde, Minorias Sociais e Comunicação desenvolve o projeto de pesquisa “Corpos Positivos: um estudo sobre identidade e representações de adolescentes em tempos de Aids” (Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM - CAAE: 0139.0.243.000-10). O projeto em questão tem o compromisso ético de, para além da coleta de informações – que acontece mediante a realização do Desenho da Figura Humana e Entrevistas – proporcionar aos participantes um momento de compartilhamento de informações e sentimentos sem que sejam julgados. Acreditamos que conhecer as experiências e relações estabelecidas entre os adolescentes podem apontar para novas estratégias no trabalho dos profissionais de saúde com esse público. Neste trabalho, nos centraremos em analisar, de acordo com Van Kolck (1984), as informações provenientes do Desenho da Figura Humana (DFH), e posterior inquérito. Buscamos, de forma especial,

identificar suas projeções acerca das relações com os familiares e amigos. O teste do Desenho da Figura Humana (TDFH), criado por Machover (1967), consiste basicamente em pedir ao sujeito que desenhe uma pessoa como quiser, desde que inteira e não um desenho pedagógico; pede-se depois que desenhe uma pessoa de sexo diferente da primeira e então responda a um inquérito sobre a figura que representa o próprio sexo. Entende-se que a partir do desenho, e durante o inquérito, a pessoa pode projetar imagens idealizadas, emoções momentâneas, atitudes frente aos outros, à vida, à sociedade. Neste estudo, participam adolescentes que conhecem seu diagnóstico positivo para o HIV – transmissão vertical –, idade entre 11 e 14 anos, e que realizam seu tratamento em um hospital do sul do Brasil. A interpretação foi feita segundo critérios de Van Kolck (1984), junto a outras inferências sustentadas numa epistemologia crítica (Guareschi, 2012). A partir do material produzido por seis adolescentes - três do sexo masculino e três do sexo feminino - foi possível observar manifestações de/sobre figuras humanas com idade e características bem próximas das suas. Então, após a leitura e análise dos inquéritos, foram estabelecidos alguns temas de observação e detalhamento das falas. Durante o inquérito, os adolescentes foram questionados sobre como eles entendiam a relação da personagem projetada no desenho no círculo familiar e entre amigos. Em suas respostas, as meninas trouxeram poucas informações, limitando-se a respostas simples, tais como "sim" e "gosta muito". Os meninos se mostraram mais espontâneos e à vontade para trazer questões sobre suas relações com a família: "É de boa, ele interage, fala..., ele fala o que ele sente, ele... gosta de jogá vídeo-game com o irmão, ajuda o irmão dele a fazer coisas e ajuda os pais dele a fazer as coisas" (Davi, 12 anos) e "[Ele] Sente bem..., sente acolhido" (Luís, 13 anos). Sentimentos ambivalentes também foram evidenciados na fala de um menino: "[Pesquisadora: Como que é a relação dele [da figura projetada] com o pai dele?] É boa..., ele não gosta muito" (Max, 14 anos). O contato com amigos foi descrito positivamente, ainda que com reservas: "[Pesquisadora: Ela tem muitos amigos?] Mais íntimos assim, muitos não. Mas, assim, de conversar bastante, de saírem, sim" (Bela, 13 anos). [P: E ela sai muito com as amigas, os amigos?] Só no final de semana (Rosa, 13 anos). Acima de tudo expressam que o que deixa a personagem projetada feliz é "Ter amigos...(...). Ter toda família" (Lara, 11 anos). Diante dessas enunciações, percebemos que nas suas relações, o grupo familiar foi o assunto mais presente nas falas. O que não nos surpreende, pois conforme aponta Braidotti (2009) é na família se qualificam os vínculos construídos histórica e socialmente entre os sujeitos, possibilitando múltiplas produções de sentido e determinando impactos positivos ou negativos deles decorrentes. Ao que parece os impactos produzidos nas relações projetadas são positivas.

Logo, uma estratégia possível para promover a saúde dos adolescentes pode estar em envolver o círculo familiar e amigos em seu tratamento. A análise do material produzido confirma, ainda, o DFH como um instrumento importante na construção do rapport em contextos de pesquisa, pois os entrevistados projetam muito de si ao contar a história do desenho, sendo este uma forma de comunicação dos adolescentes sobre sentimentos e problemáticas do cotidiano.

Ajustamento e percepção da saúde em adolescentes em situação de rua em três capitais brasileiras

Steffane Cavalcanti Rodrigues, Nara Jesus Brito, Dhara Santana Teixeira

A compreensão das implicações da vida na rua sobre a saúde física em adolescentes significa perceber a rua não só como um fator de risco, mas também como um fator de proteção, o que implica em perceber a concepção que essa população tem sobre saúde e doença. Estudos mostram que não é a vida na rua em si que traz uma situação de vulnerabilidade física e psicológica, mas a situação de pobreza e que os adolescentes em situação de rua relacionam a saúde e doença à ausência ou à presença de patologias e às necessidades biopsicosócioafetivas. O presente trabalho buscou compreender tanto o ajustamento físico em adolescentes em situação de rua como a avaliação que estes sujeitos fazem da sua própria saúde. Esse estudo faz parte de uma pesquisa longitudinal sobre crianças e adolescentes em situação de rua e a presente análise têm como objeto de investigação o ajustamento e percepção da saúde por parte dos adolescentes em três capitais brasileiras: Fortaleza, Salvador e Porto Alegre. Participaram da pesquisa 95 crianças e adolescentes, de ambos os sexos (Masculino: n=76; 80% e Feminino: n=19; 20%), com idades entre 09 e 17 anos (Média=14,19 anos; DP=2,39), sendo que todos possuem experiência de rua. Dentre os participantes, 45 foram entrevistados em Fortaleza (47,4%), 29 em Salvador (30,5%) e 21 em Porto Alegre (22,1%), não havendo diferenças significativas entre os grupos no que se refere ao sexo e à idade . O ajustamento e percepção da saúde física dos adolescentes foram analisados a partir de três momentos da coleta de dados da pesquisa. O primeiro momento em um checklist de eventos de vida em que dentre as 36 afirmativas, duas diziam respeitos a questões de saúde: “Problemas crônicos de saúde ou incapacidade” e “Hospitalizado devido a ferimento ou acidente”. O segundo momento em uma Entrevista de Status de Vida Corrente, em que os adolescentes avaliaram em um escala de 1 a 4 (ruim, média, boa ou excelente) como estava sua saúde de um modo geral e o terceiro momento com outro checklist de 12 sintomas físicos em que era perguntado se havia tido algum sintoma dos descritos no último mês. A partir da análise destes dados, verifica-se que 86 entre

os 95 dos adolescentes entrevistados possuem os eventos adversos relacionados à saúde. Obtivemos como resultado da soma dos sintomas físicos que 9 adolescentes apresentaram 1 sintoma (10,3%), 12 adolescentes apresentaram 2 sintomas (13,8%), 12 adolescentes apresentaram 3 sintomas (13,8%), 10 adolescentes apresentaram 4 sintomas (11,5%), 14 adolescentes apresentaram 5 sintomas (16,1%), 9 adolescentes apresentaram 6 sintomas (10,3%), 7 adolescentes apresentaram 7 sintomas (8%), 6 adolescentes apresentaram 8 sintomas (6,9%), 3 adolescentes apresentaram 9 sintomas(3,4%), 2 adolescentes apresentaram 11 sintomas (2,3%) , 2 adolescentes apresentaram 12 sintomas (2,3%) e nenhum adolescente apresentou 10 sintomas (M = 4,63; ST = 2,71), não houve diferença significativa entre as três cidades. Apesar dos estudos na área apontarem que há na situação de rua riscos associados à diminuição da saúde, como uso de drogas, comportamento sexual de risco, maior contato com situações de violência e piores condições de alimentação, sono e higiene, a percepção dos adolescentes em relação a sua saúde foi positiva e parece não estar associada apenas a ausência de doenças ou outros fatores de risco, mas ao bem estar biopsiosocioafetivo, uma vez que 98,9% apresentaram algum tipo de sintoma descrito no segundo checklist. Viver na rua traz diversas consequências e essas não tardam a aparecer na saúde física. A relevância de se estudar a percepção da saúde e o seu ajustamento na população de rua, principalmente diante das condições de vida das crianças e adolescentes nessa situação, é o entendimento das formas particulares de conceber e acessar serviços e das consequências disso para o desenvolvimento saudável dessa população. Esse estudo parte do pressuposto que a psicologia tem um papel essencial na fomentação e embasamento das políticas de saúde, facilitando o entendimento destas como minimamente necessárias para o exercício dos direitos humanos. É necessário que ações de saúde específicas sejam planejadas e colocadas em prática tendo em vista a melhoria do acesso do grupo social em estudo.

Algumas reflexões sobre a construção do fazer psicológico no campo da saúde mental

Katiusci Lehnhard Machado, Carmem Lucia Beck Colomé, Claúdia Maria Perrone, Amanda Almeida

Este trabalho tem como objetivo instigar reflexões acerca de como a psicologia tem construído suas ferramentas teórico-práticas para atuar no campo da saúde mental. Relações com o eixo temático: É com a re-significação do conceito de saúde que a psicologia passa a se consolidar no campo da saúde. Com isso, pressupõem-se a necessidade de novos saberes e intervenções, bem como de explicações de ordem psicológicas para os aspectos de saúde e doença. Com a

reestruração da política de saúde mental brasileira, principalmente, a partir Reforma Psiquiátrica, fortalece-se a atuação de uma psicologia preocupada com a autonomia, a cidadania das pessoas com algum grau de sofrimento psíquico. Orientação Teórica: Tem-se a perspectiva sócio-histórica. Método: Trata-se de um estudo descritivo de abordagem qualitativa, baseado em revisão de literatura. A obtenção dos dados realizou-se por meio da pesquisa em artigos científicos na base de dados PePSIC, tendo como critério de inclusão aqueles que contemplassem os descritores saúde mental e psicologia. O período de publicação analisado foi de 1982 até 2012. Resultados: A regulamentação da psicologia acontece no final da década de 1960, dois anos antes do período ditatorial no país. É neste contexto de supressão de direitos, que a psicologia, enquanto campo de atuação e formação busca se desenvolver (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010). Segundo Bock, a psicologia está fortemente vinculada à atuação elitista e clínica, de consultório particular, distante de considerar as demandas sociais. (BOCK, 1998). Neste cenário, cabe destacar que com as transformações vividas pelo modelo de saúde brasileiro, que resultou, em 1990, na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) como política social, propõe-se como um sistema resolutivo, igualitário, com ações integradas e interdisciplinares (BRASIL, 1990). Estas mudanças aproximam a psicologia do campo da saúde pública. No entanto, sua inserção no SUS acontece em espaços de atuação distantes do que se tem discutido na formação (SPINK, 2010). Com isso, pressupõe aos psicólogos reformulações em seus modelos teóricos, consonantes com as políticas de saúde (FRANCO; MOTA, 2003). Estudos apontam que a psicologia passou por importantes crises em sua consolidação enquanto profissão, uma delas se relaciona com questionamentos sobre o lugar ocupado pela clínica tradicional oriunda de concepções do modelo biomédico. Outra diz respeito à maneira com que as instituições psiquiátricas trabalham com a loucura e com o louco (CANTELE, et al. 2012). Neste sentido, a partir do final dos anos de 1970 o Brasil vive no campo da saúde mental uma mudança de modelo na atenção. Institui-se a Reforma Psiquiátrica, que propõe novas condições de tratamento para a pessoa em sofrimento psíquico grave, ao promover a cidadania e protagonismo social, por meio da reinserção social e da desinstitucionalização. Este movimento orienta a criação de serviços substitutivos as instituições manicomiais, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que estabelecem a participação de profissionais psicólogos em sua equipe mínima. Salienta-se que foi na saúde mental que intensamente os psicólogos se inserem no setor público (DIMENSTEIN; MACEDO, 2012). Com a desinstitucionalização, apresentam-se condições para a realização de uma clínica psicossocial e interdisciplinar (CÔRTES, et. al, 2011). Com isso, entende-se que a psicologia é convocada a fazer parte de um movimento de

transformação em que o produto do trabalho é a produção de cuidado, a produção de sujeitos autônomos, em acordo com ações de enfrentamento as necessidades sociais. Segundo Figueiredo e Rodrigues (2004), a Reforma Psiquiátrica demanda de seus trabalhadores o potencial criativo, o compromisso de inovar, de fazer diferente. Cabe destacar, que não há nenhum manual que aponte como os trabalhadores, em especial os psicólogos devem trabalhar dentro dos CAPS. Isso permite que cada lugar construa seu modo de funcionar. Diante disto, é importante que a psicologia consiga realizar movimentos de reflexão importantes para desestabilizar o que está cristalizado, que implica colocar em análise e produzir rupturas com intervenções dominantes e re-significar as escolhas conceituais, metodológicas. Percebe-se que as práticas no campo da saúde coletiva têm direcionado a psicologia para novos desafios, que se encontram em dispor-se a experimentação, a inventar práticas a partir das condições de trabalho existentes; também em afastar-se de referenciais inflexíveis (DIMENSTEIN; MACEDO, 2012). Impõe-se à participação da psicologia na formulação de políticas de saúde, na organização e gestão dos processos de cuidado. Considerações: Ainda percebe-se na psicologia, especialmente no campo da saúde mental, a influencia do modelo biomédico, visto nas praticas profissionais verticalizadas e fragmentadas, na inclinação pela clínica individual, e, também nas poucas considerações sobre o contexto histórico e social do qual o sujeito advém. As mudanças que têm sido realizadas no campo da saúde mental e coletiva, na direção de maior autonomia e envolvimento dos sujeitos em seus processos de saúde e doença, no protagonismo social colocam a psicologia num lugar privilegiado e legítimo. Assim, impõem-se escolhas teóricas-metodológicas-práticas em consonância, sobretudo com a produção de vida e com a interdisciplinaridade do fazer em equipe.

Análise crítica das práticas de um Residencial Terapêutico privado sob a égide da Luta Antimanicomial

Clarisse Pamplona Garcia

O presente trabalho pretendeu analisar de forma crítica o funcionamento de um Residencial Terapêutico de iniciativa privada, na cidade de Porto Alegre, orientado sobretudo pelas idéias da Reforma Psiquiátrica, com o relatório "Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas" (BRASIL, 2005).. Além deste, tomou-se como referências a lei federal 10.216/2001 (BRASIL, 2001), que dispõem sobre a proteção e os direitos de pessoas acometidas por transtornos mentais, bem como estabelece diretrizes para o modelo de assitência à saúde mental; a portaria 106/2000 (BRASIL, 2000) e a cartilha

"Residenciais Terapêuticos – o que são, para que servem" (BRASIL, 2004), que estabelecem e normatizam os serviços de residenciais terapêuticos. O trabalho insere-se no eixo temático Saúde, ao levantar questões acerca da Luta Antimanicomial e reconhecer a importância de refleti-la mesmo após 26 anos do marco que foi estopim dos avanços no tratamento dispensado a doentes mentais, não só no âmbito da saúde, mas também social e humano. Embora não seja o objetivo do trabalho, por ter como objeto de investigação uma instituição privada, é possível problematizar ainda a elevada demanda de egressos de internações psiquiátricas com que deparam-se os residenciais terapêuticos do Sistema Único de Saúde. Para chegar ao objetivo proposto, foram feitas observações e participações em reuniões de equipe e de pacientes, colhidos relatos de ambas as partes sobre a dinâmica da moradia e sua história. Durante cerca de 2 meses, foi possível observar aspectos significativamente positivos e consoantes à Luta Antimanicomial por parte do Residencial. Desde seu surgimento, tem como propósito o acolhimento, a ressocialização e a promoção de qualidade de vida a indivíduos egressos de hospitais psiquiátricos cuja autonomia não se da plenamente, e sem que possam contar com cuidador de tempo integral em seus lares. A casa conta com acompanhamento permanente, com equipe multidisciplinar composta por medicos, enfermeiros, psicologos, terapeuta ocupacional e educador físico. A rotina na moradia tem a finalidade de reinserir o paciente em um ambiente semelhante a um lar tanto quanto for possível. A divisão das tarefas domésticas cumpre tal função, implicando o paciente no bom funcionamento da casa ao responsabilizá-lo por atividades como limpeza da louça, cuidados com o cachorro, manutenção do quintal, atendimento da porta e outras. É neste ponto que pode ser observado o trabalho transdisciplinar: funcionários responsáveis pela lavanderia, por exemplo, muitas vezes agem no sentido de auxiliar o paciente a desenvolver hábitos de asseio com sua própria roupa. No que tange aspectos de coletividade versus individualidade, a moradia estrutura-se de forma particular, tendo suas decisões cotidianas tomadas em assembléia, em votação, a partir de reuniões semanais onde os pacientes são estimulados a opinar e a levantar novas questões que considerem pertinentes, e aquelas com as quais estejam insatisfeitos. Se por um lado, tal funcionamento inibe uma rotina completamente individual, por outro, funciona como exercício constante de convivência. Atividades grupais extras, como passeios e festividades, tem a possibilidade de participação flexibilizada, não havendo regra que impeça um morador de desenvolver atividade diferente da proposta pelo grupo. Contudo, é comum os profissionais incentivarem a integração e o engajamento da maioria, entendendo que algumas resistências, por vezes, constituem formas de manifestação da doença, sendo sua superação desejada e

muitas vezes possível. A interação com a comunidade também é fortemente estimulada, propondo exercitar a conduta em sociedade, a autonomia e a responsabilidade. Oposto aos aspectos positivos, observou-se alguns momentos de comodidade de profissionais, quando não trazem propostas claras para as oficinas, ou não as variam. Trata-se de uma relação em parte institucionalizada entre pacientes e profissionais, integrantes da Moradia as vezes ha décadas. Observa-se então a importância do estagiário de psicologia, que ao renovarem-se os grupos semestralmente, assumem o papel implícito de trazer novidades e resgatar ações positivas que deixaram de acontecer; assim como chegam com uma nova escuta, no sentido de ouvir demandas e queixas dos pacientes sem o estigma inerente ao convívio muito prolongado. Disto surgem variadas possibilidades: pacientes que voltam a andar de skate, jogar basquete, fazer rodas de música e etc, ações que não só são acolhidas pelos profissionais, mas também incentivadas, fazendo de tal dinâmica algo, por fim, natural e saudável. Concluiu-se então a existência de três principais pontos de revisão no funcionamento do Residencial analisado. O primeiro é a já citada desinstitucionalização de profissionais em algumas de suas atribuições, objetivando reacender possibilidades de futuro dos pacientes, revisando e trabalhando suas potencialidades, sem acomodar-se e acomodá-los em estereótipos. O segundo ponto trata dos obstáculos na comunicação da equipe do Residencial com outros profissionais da rede privada que fazem parte do tratamento dos pacientes. Observou-se a busca de interação com estes, porém nem sempre acontece de forma tão facilitada. Aqui apresenta-se uma das maiores dicotomias entre os sistemas privados e públicos de saúde, um impasse a ser superado em prol da assistência plena ao paciente. Ainda assim, observou-se a preocupação em respeitar as individualidades de tratamento de cada paciente, respeitando prescrições de seus médicos, nutricionistas, ou outros profissionais particulares, a despeito do convívio coletivo no Residencial. O terceiro ponto diz respeito ao lugar que ocupam os familiares – frequentemente responsáveis pela decisão de deixar o paciente na nova casa. Caberia uma investigação mais profunda sobre as relações entre família, Instituição e paciente, e os interesses individuais e partilhados. Propõe-se o questionamento sobre a possibilidade das famílias ocuparem um espaço de conforto, relegando cuidados.

Aprendizagem significativa na formação de psicólogo a partir de atividade prática da disciplina de Psicopatologia Geral

Alessany Teixeira Barbosa, Ricardo Wagner Machado da Silveira, Hugo Fernandes Lemos Pessoa

No Brasil, a reforma psiquiátrica dá-se por volta dos anos de 1960 e ao final de 1970, com base no modelo iniciado na Itália intitulado Rede de Alternativas à Psiquiatria, em que começa a estruturação de uma nova perspectiva de atenção à saúde mental, com um movimento de desinstitucionalização. Surgem nesse contexto os CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, buscando garantir a universalidade de acesso à assistência, a descentralização do modelo de atendimento e a configuração de redes capazes de atender as necessidades dos usuários, em contraponto ao modelo dos ideais da medicina moderna, da internação e medicalização, rompendo com o ideal da doença como foco principal da atenção. Desenvolve-se uma clínica ampliada, com o foco no sujeito em suas diversas faces: cultural, social, familiar psiquiátrica. Os CAPS se configuram como instituições abertas, regionalizadas, com equipes multidisciplinares e intersetoriais, inseridos numa rede ampliada de serviços de saúde. Os CAPS-ad tornaram-se específicos às pessoas com dependência ou uso prejudicial de álcool e outras drogas. Nesse serviço deve-se visar a necessidade da humanização dos locais de acolhimento, onde os profissionais estejam conscientes e dispostos a romper com a exclusão, envolvendo a sociedade e visando uma reflexão sobre o uso de drogas, buscando o usuário como protagonista de seu próprio cuidado. Neste sentido, o trabalho teve por objetivo geral a integração teoria-prática referente aos transtornos mentais investigados pela psicopatologia, corroborada por visitas de observação ao CAPS-ad O estudo teve ainda como objetivos específicos a produção de um relatório contendo as impressões pessoais dos autores acerca do funcionamento do CAPS-ad e a elaboração de hipótese diagnóstica de uma usuária do serviço, para fins didáticos e avaliativos da disciplina na qual foi disponibilizada a realização desta prática. A metodologia contou com 4 observações que ocorreram ao longo do primeiro trimestre de 2013, no período da tarde, com duração média de 5 horas e registros de campo após cada dia de visita. As observações foram feitas por uma dupla de graduandos em Psicologia que, juntos, acompanharam o desenvolvimento dos grupos e oficinas terapêuticas no espaço do CAPS-ad, realizaram também uma entrevista semi-estruturada para anamnese psicológica de uma usuária do serviço e propuseram uma hipótese diagnóstica, desta forma investigaram questões quanto à: identificação do usuário, forma de chegada ao serviço, queixa principal do paciente, história da doença atual, história pessoal, breve história médica, história sócio-familiar e exame do paciente (avaliação do nível de consciência, atenção, orientação; observação da presença de atividade delirante-alucinatória). Os resultados demonstraram que a população atendida pelo CAPS-ad é predominantemente do sexo masculino e de baixa condição socioeconômica, sendo a instituição uma conquista da comunidade, pois só foi possível a utilização daquele espaço

físico por meio da mobilização popular para restaurar um antigo prédio público, antes abandonado e usado para uso de drogas. Com relação à administração do local, a coordenadora relatou grandes dificuldades e embates políticos, também informou ser delicada a contratação e manutenção de bons profissionais, devido aos baixos salários oferecidos; afirmou que a atual territorialização do sistema é insuficiente para a demanda que o CAPS-ad deve atender, comprometendo o atendimento equitativo a população. A respeito dos grupos e oficinas terapêuticas, observou-se que partem de um saber compartilhado pelos membros do grupo, construído de forma mais horizontalizada, em que a(s) psicóloga(s) atua como mediadora daquilo que o grupo demanda. As intervenções desta profissional pareceram oportunas e adequadas, procurando trazer elementos de grande significância no processo de degradação do vício, estimulando a ajuda mútua e a partilha das experiências de vida dos usuários, tanto na perda quanto no ganho diário de cada um. Em comum, os usuários do CAPS-ad relataram a importância da família, dos companheiros amorosos, do emprego e da religião como suportes nas intercorrências do vício e as dificuldades quando se sente ou são, de fato, abandonados por esses recursos. O caso clínico estudado apresentou dentro dos transtornos psicopatológicos, a classificação de dependência de substância psicoativa - álcool, pois a usuária em questão desenvolveu um comprometimento hepático crônico em decorrência do abuso de álcool, além de quadros de abstinência, marcados por alucinações e crises convulsivas que acarretaram em seu encaminhamento ao CAPS-ad, há ainda a agravante combinação de álcool e tabaco. Concluímos a partir do contato com a realidade do CAPS-ad e das problematizações teóricas acerca da saúde mental que a proposta de clínica ampliada dos CAPS se faz com esforços, na tentativa de alargar o modelo médico tradicional individualizante e hegemônico. Tal experiência foi significativa em nosso processo de formação profissional, pois contribuiu para considerarmos ser possível um novo paradigma de intervenção junto ao campo da saúde mental, desde que existam investimentos e planejamentos das esferas de poder, ampliação da formação dos profissionais atuantes e envolvimento da comunidade. Deste modo, pensamos que os quadros descritivos psicopatológicos podem tornar-se menos estigmatizantes, ao considerar, por exemplo, o saber popular e o contexto social, aquilo que o indivíduo e sua família entendem como doença, para então avaliar a validade de um diagnóstico e da intervenção medicamentosa.

As representações sociais e a atuação dos profissionais na área da Saúde em Chapecó (SC)

Daniela Fernanda Schott

Considerando a importância de refletirmos sobre o processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS), pensamos em compreender como os profissionais que atuam no nível de atenção básica da área da saúde, em Chapecó (SC), concebem os processos de saúde e de doença e, a partir disto, que ações realizam, para que consigamos compreender e refletir sobre as representações sociais dos profissionais e as práticas executadas por eles. A partir disto, buscamos, ao longo da pesquisa, identificar ações que caracterizavam as representações sociais dos profissionais sobre diferentes assuntos: condições de saúde e/ou de doença, trabalho em equipe, funções de cada um dos profissionais da equipe e em relação as atividades que os profissionais realizam enquanto equipe multidisciplinar de saúde, afim de conhecer e demonstrar as relações e as correlações entre estas temáticas, bem como, a partir disto, pontuar alguns dos aspectos que interferem na construção dos discursos e das práticas dos profissionais atuantes na atenção básica, com a intenção de refletirmos sobre estratégias que poderiam fortalecer as ações do SUS e a garantia do direito à saúde a todos os cidadãos. A produção das informações ocorreu durante os meses de junho a agosto de 2012 em duas Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Município de Chapecó (SC), envolvendo a participação de duas equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF). A definição dos participantes da pesquisa ocorreu com base no método de saturação teórica, quando ao longo da produção das informações é que o número de participantes da pesquisa foi definido, pelo fato de que, através deste método, identifica-se e determina-se o momento em que não se faz necessário incluir outros participantes no estudo, devido o fato de que os dados fornecidos por estes profissionais, possíveis participantes da pesquisa, poderiam apontar informações que já teriam sido coletadas durante a realização das entrevistas com os demais profissionais, causando repetição ou redundância de dados. Assim, envolvemos, ao total, na pesquisa dez profissionais, entre eles: médicos, odontólogo, enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, agentes comunitários de saúde e coordenadores das Unidades Básicas de Saúde. Deste modo, faz-se a leitura das informações produzidas durante a entrevista após a realização dela com cada profissional, a fim de verificar e organizar os dados mencionados por eles e averiguar a proximidade e/ou o distanciamento das informações em relação às demais entrevistas, oportunizando a identificação de que outras entrevistas não seriam necessárias. Em relação as informações que produzimos ao longo da pesquisa, lançamos mão de diferentes perspectivas teóricas para potencializar as reflexões sobre a correlação intrínseca, identificada nessa pesquisa, entre as representações sociais (individuais e coletivas) e as ações executadas pelos profissionais, o que caracteriza a atuação deles junto ao nível de atenção básica na área da saúde em Chapecó (SC).

Neste sentido, é essencial que estejamos atentos aos diversos aspectos que influenciam a correlação ininterrupta entre os discursos e as práticas dos profissionais atuantes no SUS, no nível da atenção básica, para refletirmos acerca do processo de efetivação deste Sistema. Por fim, para exemplificar um dos apontamentos da pesquisa, citamos: ao compreendermos a correlação entre as representações sociais e as ações vivenciadas pelos profissionais, produzidas e realizadas por eles, é essencial que reflitamos sobre o foco das intervenções e das ações executadas no nível de atenção básica na área da saúde, pelo fato de que é necessário que exista a circularidade e a complementaridade entre práticas preventivas, propositivas e curativas, devido visualizarmos a necessidade dos profissionais realizarem as diversas intervenções, ou seja, é satisfatório que eles evitem a prevalência de somente uma destas perspectivas de atuação, fazendo com que, por ora, seja pertinente efetuar uma intervenção de cunho preventivo, por vezes a demanda exige algo a ser proposto, orientado e prevenido, mas em outros momentos, ainda, será necessário curar algo e prevenir algum agravo além daquele que já existe. Pensamos que a pesquisa que realizamos tem relação com o Grupo de Trabalho sobre o cuidado em saúde e a construção da participação, pelo fato de que discutimos/refletimos sobre as representações sociais dos profissionais e as ações realizadas por eles, enquanto correlação, o que tende a determinar o cuidado em saúde praticado por estes profissionais e a participação de cada um deles na construção do Sistema Único de Saúde idealizado pela perspectiva da saúde coletiva.

As Representações Sociais e o envelhecimento populacional: uma reflexão sobre a saúde pública contemporânea

Lilian Cristina Soares, Leonel Cardoso dos Santos

Este trabalho possui o objetivo de apresentar uma reflexão teórica acerca das políticas públicas de saúde por meio da Teoria das Representações Sociais, de modo a explorar como discursos e concepções sobre a velhice e o processo do envelhecer ocupam espaço central no modo como as políticas públicas com foco no envelhecimento são planejadas e executadas. Como problemática social e política, parte-se do fato de que o envelhecimento populacional é um dos maiores desafios da saúde pública. De acordo com o Instituto Nacional de Geografia e Estatística, Para o ano de 2020 é estimulado que tenha um contingente populacional de pessoas idosas de aproximadamente 25 milhões, e é esperado que as taxas continuem a aumentar devido ao chamado momentum demográfico. Estes crescimentos trazem importantes questões psicossociais a serem discutidas, dentre essas questões o presente trabalho ressalta os cuidados que garantem um envelhecimento bem sucedido no interior do campo da saúde pública.

Programas criados pelo governo voltados para os idosos promovem medidas que buscam analisar e criar soluções para os problemas que os atingem. Assim foram criados diversos programas, entre eles se destacam a Academia da Saúde, que tem como objetivo principal contribuir para uma promoção da saúde para a população a partir da implantação de pólos com infra-estruturas, equipamentos e quadro de profissionais qualificados para a orientação de práticas corporais e atividades físicas de lazer, e modos de vida saudável. Outro programa muito importante para os idosos é o Melhor em Casa, que tem o objetivo de atender pessoas com necessidade de reabilitação motora, idosos pacientes crônicos sem agravamento ou situação de cirurgia, eles terão assistências multiprofissionais gratuitos em seus lares, com cuidados mais próximos da família. Estes são programas que fazem parte do avanço social, promovendo melhor qualidade de vida para a população idosa. Do ponto de vista da Gerontologia Social tais fatores são apontados como positivos, pois significa que a população idosa teve acesso a estes serviços e bens, possibilitando uma vida mais longa e uma qualidade de vida melhor, na medida em que a população participa destes projetos. Com base nessas considerações o presente trabalho busca vincular os temas "saúde pública" e "velhice" às representações sociais, de modo a compreender como a Teoria das Representações Sociais pode ajudar as transformações do envelhecimento junto a saúde pública. Com base em Serge Moscovisci e Denise Jodelet, as representações sociais podem ser pensadas como saberes coletivos complexos em que há a representação de sujeitos e objetos articulados a um campo social. Possuem um caráter de simbolização e interpretação da realidade, apresentando-se como uma forma de saber que qualifica e orienta os sujeitos na produção de suas experiências. Destaca-se aqui o caráter político das representações sociais como fenômeno que convencionam e prescrevem a realidade, construindo-a. O trabalho foi construído com base em uma pesquisa bibliográfica e busca discutir as concepções presentes no âmbito das políticas públicas voltadas para o envelhecimento no Brasil. Articula-se a proposta do GT por colocar em relevo as dinâmicas políticas e sociais da linguagem e dos saberes presentes na construção de práticas de saúde. Como principais apontamentos podem ser destacados: a compreensão dos idosos como sinônimo de "processo de adoecimento"; a presença ou ausência da construção de práticas autônomas nos sujeitos centro das políticas voltadas para o envelhecimento; bem como a lógica presente nas perspectivas geriátricas e gerontológicas e como precisam ser repensadas como espaços de produção de concepções que passam a definir modelos de velhice esperados/desejados.

Atenção ao cuidador: quebrando as barreiras da comunicação em um hospital da Rede Pública

Jéssica Camile Felipe Tivirolli, Leticia da Costa Nunes, Jéssica de Souza Hossotani

O trabalho desenvolvido no Hospital Universitário da cidade de Dourados – MS é uma proposta do Estágio Supervisionado de Núcleo Comum II- Cotidiano, Práticas Sociais e Processos de Subjetivação em Contextos de Atuação do Psicólogo; que teve como objetivo dar suporte terapêutico aos acompanhantes de pacientes internalizados e com isto propôs também a interação entre as pessoas que compartilhavam da mesma situação no ambiente hospitalar, ou seja, os Cuidadores. O trabalho foi realizada devido à solicitação dos profissionais que já atuavam no H.U., os psicólogos residentes informaram a respeito da demanda de Cuidadores que necessitavam de atenção tanto quanto os enfermos em estado de internação. Contudo o número reduzido de profissionais não favorecia o atendimento a todos. Houve também uma preocupação quanto à falta de comunicação entre os médicos ou enfermeiros e os Cuidadores. Estes, frequentemente reclamavam da falta de informação a respeito do estado de saúde do ente enfermo. As reclamações dos acompanhantes também giravam em torno do abandono, da reclusão e da preocupação com o trabalho e filhos pequenos que muitas vezes ficaram solitários em suas casas. Muitos comparavam o hospital a uma unidade de detenção, ressaltando a apatia que o local proporcionava, e o sentimento de estarem presos. Muitas vezes o acompanhante tornava-se também paciente, adoecendo dentro do ambiente hospitalar devido às condições em que se encontrava. Nosso objetivo era acolher, ouvir e criar um ambiente confortável e confiável, em um primeiro momento foram feitos atendimentos nos leitos para nos familiarizarmos com as demandas e a rotina do hospital, e posteriormente realizamos atendimentos em grupo (Grupos Focais) dentro da pequena sala multifuncional do Hospital. Baseamos-nos na orientação teórica da abordagem humanista de Rogers para nortear nossos estudos, além de algumas leituras de textos disponibilizados pelo supervisor do estágio relacionados ao tema Cuidadores. De início houve resistência por parte dos Cuidadores, mas a nossa persistência dentro do hospital, permitiu que acontecesse a primeira sessão. A cada sessão do grupo focal apareciam novos Cuidadores, raras às vezes alguém da outra sessão surgia na próxima. A rotatividade de pacientes dentro do hospital é muito comum, fato que atrapalha de certa forma o trabalho terapêutico do profissional de Psicologia. Utilizamos imagens para intermediar as representações de cada um, incitou-se a fala aberta, espontânea, para que todos pudessem se expressar e desabafar o que afligia, o que adoecia, o que incomodava e o que

libertava a mente. Algumas pessoas chegaram a chorar ante a própria fala, tanto por verbalizar algo pela primeira vez, como por dividir com o outro as experiências e ouvir o outro de forma mútua. O filme como ferramenta, permitiu criar uma ponte com assuntos perdidos dentro do hospital, a infância, a família e os laços. As pessoas sentiam necessidade de voltar à rotina anterior, mas não conseguiam muitas vezes falar dela sem fazer referencia ao rancor acumulado dentro do ambiente de internação e regras.
A cada sessão era possível notar melhor os emergentes manifestos, sendo a maioria deles referente à ambiguidade entre o incômodo de estar inserido naquela rotina limitadora e sufocante do hospital, como também o sentimento de estar cuidando, de estar fazendo a boa ação de acompanhar seu familiar no contexto da enfermidade. Sendo assim, pudemos supor que há uma relação de satisfação e insatisfação ao mesmo tempo, sendo esta última muitas vezes seguida de culpa. Outro grande emergente era referente à rotina e aos familiares fora do hospital, que deveriam ser abandonados, criando a necessidade de ir embora o quanto antes possível, mas permanecer pela realidade do outro, em que a presença do Cuidador era indispensável. Apesar de nem todos participarem de todas as sessões, vimos efetividade no acolhimento feito pela escuta, mesmo que breve, pois muitos relatavam sair melhores de lá. A experiência nos ajudou a entender como as pessoas significam e interpretam o ambiente em que vivem e tudo ao seu redor, tivemos a chance de observar melhor as representações sociais quanto à interação Paciente-Cuidador e refletir sobre a área da saúde mais profundidade.

Atenção Psicossocial: as oficinas de música como espaço de transformação da qualidade de vida

Daniel Barboza Salvador, Silvio Yasui

Este trabalho teve início a partir de uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pela FAPESP, que teve como objetivo descrever, através de um levantamento de informações coletadas a partir de um questionário, as oficinas de música dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) das regiões de saúde do estado de São Paulo. Desta forma, a pesquisa dividiu-se em duas etapas, sendo que a primeira consistiu em um levantamento bibliográfico, com o objetivo de formar um referencial teórico para esta, e a segunda etapa, a pesquisa de campo. Os temas abordados eram sobre o SUS, a Reforma Psiquiátrica, os CAPS, a PNH, as Oficinas Terapêuticas e a relação dos usuários com os serviços de saúde. Para isso, alguns autores como Silvio Yasui, Paulo Amarante, Elisabeth Araujo Lima e Gustavo Nunes de Oliveira, algumas Portarias, Projetos de Leis e cartilhas do Ministério da Saúde contribuíram

para o entendimento e discussões sobre estes temas. Portanto, entende-se que este trabalho está de acordo com o objetivo do Grupo de Trabalho 20 (GT 20), intitulado "O cuidado em saúde e a construção da participação", o qual promoverá o debate sobre as possibilidades de participação de usuários e profissionais na construção do cuidado no processo saúde-doença no contexto da vida cotidiana e dos serviços de saúde pública. Desta forma, este resumo propõe discutir a oficina de música como um instrumento de articulação entre usuários, serviços de saúde e território. Uma das principais formas de cuidado oferecido nos CAPS são as oficinas terapêuticas. Seus objetivos são: uma maior integração social e familiar; a manifestação de sentimentos e problemas; o desenvolvimento de habilidades corporais; a realização de atividades produtivas; o exercício coletivo da cidadania. Ainda, são espaços que possibilitam e necessitam da criação e do inventar, ou seja, possibilitar atos que criem demandas de participação ativa no outro; significa se colocar numa posição de coautoria em relação ao vivido. É criar novas técnicas e teorias, questioná-las e reinventá-las, e não se limitar no criar oficinas para sanar doenças, mas garantir um poder cada vez maior de contratualidade aos sujeitos da Atenção Psicossocial e proporcionar maior abertura e condições para construírem novos valores. Nesta perspectiva, as oficinas de música possibilitam uma atividade envolvendo diversas emoções, podendo melhorar a auto-estima, desenvolver a responsabilidade, expressar e lidar com os afetos em grupo, desenvolver a criatividade e a expressão como forma de arte, sempre com a possibilidade de participação de pessoas da família e do território, pois são nestes espaços que se engendram, se experimentam e se criam novas formas para se relacionar, para se existir e ser. As oficinas de música são espaços para acolher o sofrimento psíquico, para a construção de sentidos existenciais, de transformação da qualidade de vida, de circulação e reconquistas de espaços sociais, possibilitam a re-significação e estimulam a criatividade e a sensibilidade. Por isso essas oficinas são fundamentais para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, pois permitem encontros em um local adaptado e que atende as necessidades dos participantes, fortalecendo laços sociais. Ainda, elas possibilitam a criação de uma atividade que pode ser praticada fora do CAPS, ampliando a integração entre a sociedade e estas pessoas. A segunda etapa da pesquisa consiste na coleta de dados sobre as oficinas de música, e ainda não foi concluída. No entanto, serão apresentados os resultados parciais. Utilizado como instrumento um questionário fechado respondido pelo responsável da oficina, foram levantadas informações para identificar os CAPS que estavam de acordo com os interesses desta pesquisa. Assim, dentre os 16 CAPS pesquisados, 10 ofereciam a oficina de música. Estas não tinham como objetivo principal o desenvolvimento técnico musical dos

participantes, embora seja notável o progresso, motivado por um treino espontâneo ao cantar em grupo, mas tinham como objetivo o trabalho terapêutico. Outro dado analisado e que se afirmou, foi a maior aproximação entre usuários e equipe, devido a uma relação horizontalizada. As apresentações também fazem parte dos objetivos de algumas oficinas, aproximando a comunidade e outras equipes dos serviços de saúde com a realidade destas pessoas. Por fim, estas oficinas representam um lugar de transformação onde se rompe a relação marcada pela alienação. Pensar em crise não é apenas administrar medicamentos e atividades, mas é pensar nas transformações da vida do sujeito. Portanto, a arte é um dispositivo de transformação, pois também é através dela que se insere o homem no mundo da cultura. A música representa cultura, arte, expressão e aprendizado. Promover essa atividade é incentivar a formação humana da população, visto que ela pode envolver a população como um todo.

Atuação do psicólogo no NASF: um relato de experiência

Vanessa Alves de Souza, Érika de Sousa Mendonça

A presente explanação versa acerca da experiência vivida durante o estágio curricular obrigatório realizado no último período da graduação em Psicologia na cidade de Garanhuns – PE, no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), localizado na mesma cidade. Entende-se que a Psicologia vem caminhando em direções alternativas às tradicionalmente apresentadas e conhecidas pela população em geral. Em consonância a essas mudamos, identificamos o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) como parceiro de tais transformações, haja vista sua atuação em equipe multidisciplinar se efetivando com o objetivo de apoiar equipes de Saúde da Família (ESF), promovendo uma forma de intervenção mais próxima à população que assiste. A atuação do psicólogo no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) configura-se através da promoção e prevenção na saúde, buscando atender as demandas que emanam da própria comunidade e dos sujeitos que a habitam. Logo, os psicólogos e comunitários carecem estabelecer vínculos de corresponsabilidade na identificação e no atendimento de demandas existentes. Assim, objetivamos com este estágio atuar junto às Equipes de Saúde da Família (ESF), através do apoio matricial. Durante o ano em que o estágio foi vivenciado, desenvolvemos atividades como visitas domiciliares e facilitação de atividades de grupo. Consideramos as visitas domiciliares como um pilar deveras importante à atuação do psicólogo junto ao sujeito, ficando clara a importância da Psicologia Comunitária no campo da Psicologia Social, com uma abertura a trocas entre os moradores das comunidades e os profissionais. As visitas propiciavam maior proximidade, tratando-se de um momento rico em que se procurava

compreender o sujeito em seu contexto, conhecendo-se a sua casa e o seu modo de viver. Com a facilitação de grupos – com membros de contextos sociais distintos – pudemos nos sentir atuantes no âmbito da Psicologia Social, pois a partir da observação da demanda em seu contexto, da visão multi e interdisciplinar que o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) enseja, conseguimos vislumbrar modos de intervenção em Psicologia, visando abranger o sujeito em suas necessidades diversas, com as demandas e inquietações que apresentavam. Vemos os grupos como espaços de fala e escuta onde se promove saúde, visto que há uma estreita correlação entre saúde, condições de vida e estratégias de enfrentamento, que podiam ser partilhadas neste contexto, tendo em vista que "é no contexto grupal que nos identificamos com o outro e é nele que nos diferenciamos deste, e assim construímos nossa identidade." (LANE, 2010, p. 32). Sendo assim, este estágio constituiu-se como um espaço de aquisição de experiência, ao mesmo tempo, de modo autônomo e assistido, proporcionando a inserção em um campo de atuação significativamente importante para a formação em Psicologia. O estágio proporcionou um encontro com as necessidades dos sujeitos com quem dialogávamos, que são afetados pelo seu contexto, que vivem em uma rede de inter-relações sociais, que têm um modo singular de estar no mundo. Assim sendo, compreende-se que realizar o estágio no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), com o enfoque na Psicologia Social, representou mais do que articular conhecimentos teóricos com a prática do psicólogo neste espaço, constituindo-se como uma busca de atualização e realização profissional e pessoal.

Autocuidado e Apoio Social de mulheres inseridas em um projeto de saúde de rastreamento mamográfico

Júlia Schneider Hermel, Adolfo Pizzinato, Maira Caleffi

O câncer de mama ocupa um importante espaço na saúde devido a sua alta prevalência entre as mulheres. Pensando em causas, sabe-se dos múltiplos fatores, passando do campo biológico ao psicossocial. No Rio Grande do Sul e em Porto Alegre as taxas de incidência e mortalidade por câncer de mama estão entre as maiores do país. Diante desse cenário, em 2004 foi criado um Serviço de Atenção à Saúde da Mama - Projeto Núcleo Mama Porto Alegre (NMPOA) que cadastrou 9218 mulheres para serem acompanhadas por dez anos e dessa forma, realizar um rastreamento organizado em saúde da mama. A área escolhida para construção deste serviço foi a região sul da cidade de Porto Alegre, na qual era observada vulnerabilidade social e baixa cobertura de serviços de saúde. O projeto NMPOA tem como objetivo principal a detecção precoce de câncer de mama, por meio da disponibilidade de exames mamográficos e a

conscientização da necessidade da realização anual destes a partir dos 40 anos de idade. A busca ativa dessas mulheres está articulada com as unidades de saúde do território adscrito ao NMPOA. Na população cadastrada, desde início do projeto, cerca de 80 mulheres já foram diagnosticas e estão sendo tratadas por câncer de mama. Insere-se nesse projeto, um trabalho de atuação sobre os fatores de risco da doença com intervenções no campo psicossocial. A psicologia, no tocante ao último item citado, contribui no sentido de pluralizar as compreensões acerca da doença, agregando para além do já consolidado saber biomédico, isto é, o pensamento da doença não como uma experiência individual, mas também um fenômeno coletivo permeado por questões da sociedade e por isso, a importância do estudo de fatores como o autocuidado e o apoio social. Após apresentação deste contexto, emerge como problema de pesquisa da , dois pontos: identificar as práticas preventivas de autocuidado dessas mulheres; e analisar as configurações da rede de apoio que as circundam. Dessa forma, o projeto se utiliza de ferramentas mistas de pesquisa, integrando a abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira etapa corresponde a um estudo quantitativo e utiliza instrumentos para avaliar a capacidade de autocuidado e para analisar o apoio social por meio de um questionário de Avaliação do Apoio Social Percebido e Comunitário. Para responder esses instrumentos foram escolhidas 108 mulheres participantes do NMPOA, dentre elas, um grupo de 36 mulheres que tiveram câncer de mama e 72 mulheres que fazem mamografia anual e que nunca tiveram diagnóstico de câncer de mama. Após essa etapa quantitativa, iniciou-se a segunda parte do estudo, de entrevistas biográficas de caráter narrativo. Foram convidadas a participar dessa segunda etapa mulheres que apresentaram escores extremos de autocuidado e apoio social, ou seja, as entrevistadas foram as que tiveram os maiores e os menores níveis de autocuidado e apoio social na etapa quantitativa. O conjunto de informações dos estudos subsidiam uma avaliação dos níveis de autocuidado nos diferentes grupos de mulheres, com e sem câncer de mama, assim como mapeamento e comparação do apoio social das mulheres do NMPOA e das relações comunitárias que se configuram nesses grupos. A partir dos resultados gerais, identifica-se a existência da relação entre autocuidado e apoio social. Ainda, é possível compreender as diferentes formas que as relações de apoio social afetam a percepção do autocuidado, considerando as experiências no contexto da saúde, principalmente entre as mulheres que tiveram câncer de mama. Além disso as participantes avaliam os serviços e políticas de saúde e assistência, evidenciando atravessamentos geográficos, de renda e de gênero na configuração de suas redes formais e informais de apoio.

Avaliação da política do teste rápido de HIV na Atenção Primária através da percepção de profissionais e usuários

Ana Carolina Tittoni da Silveira, Jean Ícaro Pujol Vezzosi, Isadora Nogueira Freire, Jaqueline Conz, Kátia Bones Rocha

A incidência Brasileira de AIDS é de 20,2 casos em cada 100.000 habitantes. Porém, no estado do Rio Grande do Sul este índice é o dobro, atingindo 40,2 casos em cada 100.000 habitantes, tendo em sua capital, a cidade de Porto Alegre, a maior incidência, chegando a 95,3 casos da doença em cada 100.000 habitantes. O início tardio do tratamento ocorre devido principalmente ao desconhecimento da condição sorológica, relacionada à dificuldade de acesso à testagem e ao diagnóstico pelo atendimento nos serviços de saúde e à percepção da população que, devido ao estigma social trazido pelo vírus, opta por desconhecer a sua condição sorológica, temendo sofrer discriminação pela doença. Nas últimas décadas se observa uma mudança no perfil epidemiológico das pessoas infectadas pelo HIV, resultando em uma heterossexualização, feminilização, pauperização e interiorização da epidemia. Assim, a testagem na atenção primária pode tornar-se uma ferramenta importante para a prevenção e para o acesso ao diagnóstico. Com isso, desde o ano de 2000 a testagem e a atenção às pessoas com HIV/AIDS é realizada não apenas em hospitais, Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) e no Serviço de Aconselhamento Especializado (SAE), mas também, passa a ser implantada na atenção primária. A estratégia de territorialização da testagem pode facilitar o acesso, mas também, pode se configurar como uma barreira em função do estigma associado ao HIV/AIDS. O aconselhamento é reconhecido como importante forma de cuidado, pois, independente da condição sorológica do usuário, ele o faz refletir sobre a sua atual situação de saúde, mostrando-lhe a importância da adesão ao tratamento e buscando concientizá-lo sobre os cuidados que devem ser tomados para evitar o contágio do vírus ou sobre atitudes que o colocam em risco de contrair uma doença sexualmente transmissível. O aconselhamento permite um cuidado mais humanizado dentro do SUS. Por outro lado, estudos mostram que na prática, nem sempre o aconselhamento é realizado na Atenção Primária e, muitas vezes é realizado de forma mais breve e superficial do que deveria. O presente estudo apresentará o delineamento da pesquisa "Avaliação do processo de implantação da política de descentralização do teste rápido de HIV na atenção primária, a partir da percepção de matriciadores, profissionais da atenção primária à saúde e usuários", do grupo de pesquisa Psicologia, Saúde e Comunidades, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orientado pela profª drª Kátia Bones Rocha e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS),

através do edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica. O projeto se enquadra no grupo de trabalho 20 (O cuidado em saúde e a construção de participação) e no eixo temático da saúde, pois trata de uma análise de políticas dentro do Sistema Único de Saúde através do ponto de vista dos profissionais e pacientes que as vivenciam cotidianamente. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo qualitativo exploratório que está sendo realizado nas oito gerências distritais de saúde de Porto Alegre onde há 123 serviços que realizam o teste rápido de HIV. Para realização da pesquisa, foram sorteados um serviço de atenção primária de cada gerência distrital. O estudo prevê a realização de entrevistas individuais e grupos focais. Os participantes entrevistados serão profissionais da saúde matriciadores, profissionais da equipe da atenção primária e usuários. Contendo ainda uma etapa de entrevistas com informantes chave, para elaboração do questionário que será aplicado através de entrevistas nas oito equipes selecionadas. O método de análise das entrevistas e dos grupos focais será, na primeira etapa, a análise de categorias e, na segunda etapa, a análise de discurso. No momento, está sendo realizado o contato com os informantes chaves, sendo eles, um representante de cada categoria que será entrevistada. A partir das informações parciais adquiridas com estes instrumentos pode-se identificar os temas chaves que configuram a relação dos usuários e profissionais com o teste rápido de HIV, onde destaca-se o período de adaptação com o teste pelo qual estão passando as equipes neste momento inicial do processo.

Câncer infantil: a dinâmica familiar e os entrelaces sociais

Janaína Gaia Ribeiro Dias, Ana Carla Miranda Gameleira

Ao deparar-se no ambiente hospitalar com o diagnóstico de câncer, a criança enfrenta um processo adaptativo a um evento potencialmente estressante. Essa experiência pode resultar em dificuldades para expressar sentimentos conflituosos, pois nesta fase, está no momento de construção lógica da linguagem. Diante desta realidade, é no âmbito familiar significativo que a criança busca apoio, orientação e referência de tempo, para o desconhecido e para o sofrimento. O câncer apresenta suas causas em contínua especulação na área da Psicologia e, representa um objeto de análise relevante, visto que integra as emoções contidas, conforme as pesquisa desenvolvidas nesse campo. Pelo fato de ser uma doença crônica, o processo de recuperação e a fatalidade se entrelaçam nas vivências do pequeno paciente, sendo a família, o suporte necessário diante do processo de sobrevivência. A relação com o eixo temático faz-se através da situação em que, a partir do nascimento, a criança se orienta prioritariamente para o outro, representado geralmente por adultos de seu vínculo familiar, pois lhe garantem condições

básicas de sobrevivência. Ao expressar estados de bem ou mal-estar, os mesmos são percebidos e interpretados por seus cuidadores, conforme aprenderam em suas experiências, na cultura à qual pertencem. Das interações ocorridas durante essas experiências, se estabelecem os vínculos afetivos e sentimentos contraditórios. É importante definir as pessoas que o paciente considera como sua família, representada pelos que mantêm vínculos afetivos com o sujeito e não se restringem ao âmbito biológico. Geralmente, as doenças crônicas afetam os sentimentos dos membros desse grupo envolvidos no processo do tratamento, no qual as alterações ocorridas em seus cotidianos serão significativas. Na busca pelo equilíbrio familiar, ocorrem definições de papéis, padrões de comportamento e comunicação, refletidos como estratégias particulares para encarar a doença (FRANCO, 2008). O câncer é uma doença ainda muito associada ao sofrimento e ao estigma de morte inevitável. Autores diversos destacam o fato comum no qual somente os familiares tinham informações quanto aos resultados do diagnóstico. Esta situação resultava na ausência de esclarecimentos por parte do paciente quanto ao próprio quadro clínico. Outro fator negativo era a submissão plena desse sujeito ao que médicos e familiares decidissem, situação que comprometia um contato amplo com o doente, além do mesmo ficar em uma condição isolada e infantil. A literatura científica costuma ressaltar o quanto este processo de descoberta do câncer, para a família, torna-se ainda mais doloroso ao se tratar de um paciente menor de idade. Ainda que existam esclarecimentos da equipe médica, estes não se mostram suficientes para amenizar ansiedades e medos surgidos em decorrência da doença crônica (VEIT; CARVALHO, 2008). Em resultados de pesquisas americanas, a figura materna é a participante ativa nos cuidados com a criança em todas as fases que envolvem o tratamento necessário para combater a doença. A saúde mental dessas mulheres também gera preocupação, diante da ocorrência estressante. Independente do resultado final obtido no tratamento, as sequelas psíquicas que permanecerem precisam ser levadas em consideração, pois isto dependerá dos recursos internos e/ou externos elaborados por cada cuidadora (ORTIZ, 2003). O filho doente definirá seus movimentos de entrada e saída no hospital, o que acarreta ausência no lar e uma atenção reduzida para, se for o caso, os outros filhos e marido. Do mesmo modo, o sentimento de maternidade se altera quando a mãe depara-se com o filho portador de câncer, sendo a possibilidade da perda um medo imutável. A etapa do tratamento pode ser vivenciada, pelos familiares, por períodos oscilantes de otimismo e desestruturação. A criança que obteve a queda acentuada dos cabelos em decorrência da quimioterapia, pode aprender que, apesar de estar com a aparência modificada, é aceita pelo grupo social e pode enfrentar esta situação. Com o apoio dos familiares, este fato torna-se uma experiência de amadurecimento. O sujeito

reflete melhoras, no momento em que seus cuidadores o ajudam a compreender quais são suas opções, bem como as possíveis consequências de suas próprias escolhas (MATTHEWS-SIMONTON, 1990). A pesquisa qualitativa, realizou-se mediante revisão teórica e entrevistas com psicólogos, especificamente na ala pediátrica de um hospital e uma casa de apoio para crianças leucêmicas em Maceió. O hospital pesquisado não permitia a presença da figura masculina parental nas alas. Essa situação requeria das mães, maiores responsabilidades. Em realidades desse nível, o suporte emocional é um apoio de extrema importância, diante da incerteza de sobrevivência do filho. A família tem o cotidiano e papéis modificados diante do diagnóstico e exerce um papel importante no enfrentamento das situações adversas da doença. O apoio social pode influir diretamente sobre as condições de vida da criança enferma, fortalecer a auto-estima, reduzir a incidência de ansiedade e depressão e colaborar na recuperação. A psico-oncologia no Brasil tem gerado estudos desde a década de 80 e o psicólogo, em trabalhos interdisciplinares com profissionais da área da Saúde, possibilitam avanços para a saúde pública no país.

CAPS em Belém do Pará: obstáculos e possibilidades de uma atenção Humanizada

Drilene de Nazaré Cunha Vieira, Flávia Cristina Silveira Lemos

Há três décadas, o Brasil se encontra num processo de maior atenção à saúde mental, resultado de lutas, a partir das diversas críticas ao modelo hospitalar de cuidado, de crítica à medicalização do social e dos indivíduos, que tem no movimento de luta antimanicomial, na reforma sanitária e na reforma psiquiátrica, espaços para discussão e promoção de políticas, concretizadas em conferências nacionais, em movimentos sociais de trabalhadores, de familiares e de saúde uma força de resistência. A capital do Pará, Belém, está inserida nessa nova e recente realidade que de acordo com a lei sancionada em 2001, na última III Conferência Nacional de Saúde Mental, e os efeitos dessas lutas implicam na proposição e execução da garantia de uma atenção humanizada às pessoas que sofrem muitas vezes classificadas com rótulos variados que marcam suas existências pelo negativo. Uma nova rede substitutiva àquela que mantinha os hospitais psiquiátricos foi consolidada: o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), como nova forma de assistência em saúde mental. Regulamentados a partir da Portaria nº336/GM de 19 de fevereiro de 2002, são estratégias de serviços comunitários que atuam como dispositivos de organização da atenção em saúde mental com ênfase para a Atenção Psicossocial, objetivando assim, a produção de saúde mental e coletiva. Entrevistas foram realizadas e visitas a equipamentos de saúde mental com a organização de uma exposição

de uma matéria, produzida ao final das atividades propostas pela matéria Psicologia, Justiça e Direitos Humanos, no curso de Psicologia da UFPA. A matéria escrita e divulgada em um jornal feito por estudantes e publicizado no mural das salas de aula do curso de Psicologia era intitulada "O funcionamento atual dos CAPS's em Belém do Pará", Foi elaborada cuidadosa revisão da literatura histórica e temática. Por fim, entrevistamos uma profissional militante na área e, constatou-se que o funcionamento dos CAPS's nessa capital ainda não conseguiu atingir as metas legalmente estabelecidas pela lei 10.216 de 06 de abril de 2004, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que regulamenta a existência desses Centros. A literatura indica que há falta de recursos - inclusive básicos, de maior número de unidades, de uma rede assistencial que possa evitar o que ela chamou de "capscentrismo"- ou seja, a falta de articulação com outros serviços que juntos possam compor uma rede de suporte para um cuidado cada vez mais integral, carência de profissionais que compreendam o novo panorama da assistência em saúde mental, refletindo o descaso com o tratamento humanizado que difere do modelo hospitalocêntrico. Outros materiais que possam nos ajudar a compor analisadores se tornam importantes, também, nesse cenário por serem os CAPS's implantados consoantes ao número de habitantes, por exemplo, entre outros analisadores como condições de trabalho, formação dos profissionais e história da implantação dessa política no Brasil e no Pará com todos os atravessamentos que ela tem e com os efeitos dos mesmos. Assim, evidencia-se um problema estrutural, pois em Belém o número de CAPS's não é quantitativamente proporcional à população. Faz-se necessária uma formação mais crítica dos profissionais, usuários e familiares acerca dessa temática a partir do relato da entrevistada e que as lutas não parem, pelo contrário, que elas se intensifiquem e sejam articuladas transversalmente. Dessa forma, configura-se a demanda de refletir sobre os processos de constituição de uma política de Saúde Mental e problematizar, em especial, acerca o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na cidade de Belém – Pará; proposta desse trabalho. História e conjecturas dos movimentos implicados nessa questão, as concepções de multi, inter e transdiciplinaridade servirão para viabilizar reflexões com a pretensão de serem potencialmente transformadoras, tendo em vista as diretrizes de um modelo mais humanizador de atenção ao sofrimento. O proposto pôster tem sua questão dialogando com o eixo temático Saúde.

Cartografia de relatos de experiências de apoio institucional no Brasil: um olhar intensivo

Ruani de Oliveira Machado, Betânia Belan da Silva, Renata Silva Alves, Matheus Neto Peixoto, Aline Monteiro de Almeida, Camila Pereira Porto Dos Santos, Ádrivan Machado Henrique, Tairine Corrêa de Mendonça, Fabio Hebert da Silva

Esta pesquisa intitulada "Áreas Programáticas e direito à saúde: construção da integralidade no contexto do apoio institucional" trata de um projeto de cooperação técnico-científica entre o DAPES/MS e o LAPPIS/IMS/UERJ, no período de outubro de 2012 a julho de 2014, com a participação de pesquisadores de várias outras instituições, entre elas: UFF, Hospital Sofia Feldmann, UFES, UNB. E visa a sistematização de estudos sobre a atuação do apoiador institucional no desenvolvimento de políticas específicas no SUS, tendo em vista os desafios que a construção da integralidade do cuidado e do direito à saúde colocam à gestão das políticas de saúde. Tomamos como principal referência para nos ajudar na discussão sobre as noções de apoio institucional, os princípios, diretrizes, métodos e dispositivos da Política Nacional de Humanização e as contribuições do professor Gastão Wagner Campos. Tais referências contribuem para reflexão sobre os desafios referentes à produção de democracia institucional nas organizações de saúde. Desse modo, está sinalizado que a produção de subjetividade é uma dimensão inerente ao trabalho em saúde, aspecto que as equipes devem observar nas relações que estabelecem entre si, com outras equipes e unidades, e também nas relações estabelecidas com os usuários. A consideração dessa questão é passo primordial para que se deem de modo democrático o reconhecimento de necessidades sociais, a negociação e disputa entre os interesses e desejos envolvidos e a definição de estratégias. Nessa direção, a inserção de apoiadores institucionais é uma experiência recente no contexto de implementação de políticas de saúde e necessita ser mais bem pesquisada e debatida para que sejam avaliados seus alcances e efeitos. Portanto, torna-se fundamental "olhar" as relações estabelecidas no cotidiano dos espaços institucionais, identificando os desafios e as estratégias inventadas na atuação dos apoiadores, bem como suas contribuições para a integralidade das ações desenvolvidas. A estratégia metodológica de trabalho foi uma convocatória, que visa mobilizar experiências de apoio institucional voltadas para melhoria dos processos de gestão, trabalho e formação. Esta estratégia tem o objetivo de produzir um entendimento mais ampliado das trajetórias e materialidade das experiências de apoio, incluindo aqui, usuários, gestores e trabalhadores e suas práticas, na interface com o direito à saúde, integralidade, formação, gestão dos processos de trabalho, redes sociais de cuidado, redes de atenção à saúde e ampliação da democracia

institucional. O acompanhamento das experiências tem permitido pensarmos junto aos apoiadores institucionais e junto ao DAPES/MS, como esse apoio tem acontecido no cotidiano das instituições e seus principais efeitos e repercussões. A etapa de campo, com o acompanhamento intensivo das 11 experiências de apoio, será realizada de agosto a outubro de 2013. É importante ressaltar que, desde outubro de 2012, temos realizado uma série de eventos de discussão e corresponsabilização pela construção da pesquisa, dentre eles: oficinas temático-metodológicas, encontros de validação dos instrumentos e ferramentas com apoiadores de todas as regiões do país, encontros macrorregionais para discussão do tema do apoio e áreas técnicas, simpósio nacional para lançamento da convocatória e da estratégia de mapeamento, seminário nacional de integralidade abordando o tema do apoio, etc.. Todo material produzido será sistematizado na forma de publicações científicas e mídias audiovisuais. Através dessas estratégias, reafirmarmos os princípios éticos que sustentam esta pesquisa, entendendo que há nesses princípios, uma dimensão do cuidado e uma perspectiva de avaliação dos efeitos de nossas práticas enquanto praticamos. Cuidado esse, que implica uma atenção aos modos como temos estabelecido relações dentro do SUS e como temos surgido nesse SUS como trabalhadores, usuários e gestores. Assim, como aspectos centrais nesse estudo, está os efeitos da produção de subjetividade relacionados à prática do apoio institucional, considerando: a construção de processos transversais às diferentes políticas específicas do Ministério da Saúde, as singularidades dos coletivos, o cuidado em saúde e a construção da participação. Reafirmamos assim, uma aposta e um compromisso ético que diz dessas dimensões: patrimônios coletivos, modos de se fazer pesquisa; e ao mesmo tempo, a singularidade e o caráter processual do nosso objeto. Tais elementos justificam, em nosso entendimento, a relação dessa pesquisa com o eixo temático da Saúde.

Clínica intercultural: apresentação de um atendimento especializado a estrangeiros

Júlia de Freitas Girardi, Allyne Fernandes Oliveira Barros, Lucienne Martins Borges, Suellen Sato de Andrade

Das diversas funções que a cultura possui sobre o psiquismo dos indivíduos, uma delas é possibilitar os recursos de negociação com a realidade, colocando a disposição do sujeito formas de defesa e significações que protegem o indivíduo e o grupo em que ele está inserido. O processo migratório não implica somente em um deslocamento geográfico, mas também na experiência de passar a conviver com diferentes culturas e formas de compreender o mundo diferentes das de seu país de origem. Desse modo, esse processo, em si, faz o sujeito colocar

em dúvida sua forma de perceber e lidar com a realidade, o que pode gerar um estado de vulnerabilidade psíquica, devido a uma perda das referências culturais fundadoras e de laços afetivos. A partir dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o modelo de atendimento psicológico especializado a estrangeiros utilizado na Clínica Intercultural. Esta clínica realiza suas atividades no Serviço de Atenção Psicológica (SAPSI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde fevereiro de 2012, e tem como base uma perspectiva intercultural, inspirada no modelo de Martins-Borges e Pocreau. Para isso, utilizou-se um levantamento bibliográfico nacional e internacional acerca da temática, bem como dados oriundos da própria Clínica Intercultural, referentes ao número de atendimentos, países de origem, duração dos atendimentos, motivos da imigração e da procura por atendimento psicológico. Os indivíduos que estiveram/estão em tratamento na Clinica são originários de diferentes países, como: Argentina, Guiné Bissau, Colômbia, Cabo Verde, Espanha, Uruguai, Guatemala e Portugal. A maioria desses pacientes migraram por razões de estudo, ou seja, migraram voluntariamente. A procura por atendimento psicológico foi motivada por diversas razões, sendo a principal delas a dificuldade de adaptação. A partir disso, pode-se concluir que vivemos em um mundo no qual o contato entre pessoas de diferentes culturas é cada vez maior, o que torna relevante pensar a interculturalidade em geral e também no que se refere a saúde. Dentro disso, a Clínica Intercultural se apresenta como uma possibilidade de intervenção inovadora, voltada para esse público específico. O trabalho terapêutico a partir de conteúdos culturais permite ao paciente retomar contato e recriar vínculos consigo mesmo e com sua origem, buscando tornar coerentes as experiências passadas com as atuais. A mediação do atendimento psicológico intercultural ocorre por meio de um “grupo de terapeutas” – ou seja, em co-terapia, com dois ou mais terapeutas. Esse modelo permite o contato entre diferentes culturas, uma vez que, preferencialmente, os terapeutas possuem diferentes origens culturais. Essa troca cultural é essencial, já que a partir dela pode-se pensar diferentes concepções de saúde e de doença. Percebe-se que há uma crescente demanda por serviços, inclusive de saúde, por parte dos imigrantes. Por caracterizar-se como um serviço de Clínica-Escola, a Clínica Intercultural não consegue atender toda a demanda. Assim, faz-se necessário ampliar o diálogo sobre as práticas na saúde pública no que se refere ao acolhimento e atendimento de imigrantes, a fim de reconhecer e problematizar o impacto da cultura na expressão do sintoma, assim como em sua etiologia e seu tratamento.

Compondo com o singular: recortes de experiências de estágio através do Projeto Terapêutico Singular (PTS)

Érica Franceschini, Natália dos Santos Eckhardt, Gisele Dhein, Suzana Feldens Schwertner

Este trabalho tem como objetivo relatar algumas ações realizadas durante estágio curricular do curso de Psicologia na Clínica Universitária Regional de Educação e Saúde (CURES), do Centro Universitário Univates, localizada no município de Lajeado, Rio Grande do Sul. Tratamos aqui da construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), que se constituem como um dispositivo que procura traçar estratégias de intervenção e cuidado para os usuários, levando-se em conta os recursos da equipe, do território, da família e do próprio sujeito (ONOCKO E GAMA, 2008). Essas estratégias sempre consideram as singularidades do usuário assim como o contexto em que este está inserido. Além disso, o Projeto Terapêutico Singular vem contribuindo para nossa formação profissional, pois amplia nosso olhar acerca dos serviços disponibilizados pelos municípios e amplia-se o olhar para a complexidade do trabalho em rede. Nesse caso, ressaltamos que tal construção é direcionada aos usuários referenciados pelos municípios que tem convênio com a CURES. Dessa forma, passamos a pensar o sujeito enquanto ser integral, levando em conta sua autonomia. Tornamo-nos co-responsáveis pelo seu processo de cuidado e entendemos o próprio sujeito também como co-responsável pelo seu processo de cuidado em saúde. Dentre outras coisas, o PTS também aproxima conhecimentos teóricos das práticas realizadas, levando em consideração todo o contexto em que equipe de cuidado e usuários estão inseridos e todos os fatores que estão envolvidos quando se fala em atenção integral à saúde. As experiências na CURES ocorrem desde 2011, quando a Clínica iniciou suas atividades, enfatizando a importância dessas ações no que tange os cuidados de saúde ao sujeito. Entre as primeiras ações realizadas estão as visitas aos municípios de origem de alguns usuários, bem como reuniões ampliadas com as equipes dos municípios, criando parcerias com escolas e unidades básicas de saúde desses locais. A rede de cuidado, por sua vez, é outro dispositivo importante nesse âmbito, pois pode se articular com nossos serviços. Por conseguinte, conforme a demanda criada, estas reuniões ganharam ainda mais ênfase, abrindo-se também para os profissionais dos municípios conveniados. Alguns serviços especializados, que também compunham a rede de serviços que o usuário acessa, foram visitados, a fim de articular os cuidados para esse sujeito. A partir de tais ações, foi possível fazer um levantamento das necessidades de saúde dos usuários, desencadeando outras estratégias de cuidado, como encaminhamento para atendimentos individuais ou

multiprofissionais na CURES. As discussões e ações realizadas mobilizaram usuários, suas família, a equipe da CURES e a rede envolvida, possibilitando realizar práticas em saúde coerentes com todos os envolvidos.

Consumo de álcool em assentamentos rurais: uma realidade em estudo

Jaqueline Torquato de Lima, Janine Conceição de Araújo e Silva, Sharline Dionízio da Silva, Brenda Albuquerque Adriano da Silva, Josiane Ramalho da Silva, Jáder Ferreira Leite, Michaela Bitarello do Amaral Sabadini, Eliane Lucas da Silva, Magda Dimenstein

Introdução: Os ambientes rurais revelam uma carência expressiva de estudos e políticas destinadas a este tipo de população, realidade que também se aplica à temática do consumo de álcool nessas áreas. O álcool é hoje considerado mundialmente a terceira causa mais importante de morte prematura, especialmente entre homens em idade produtiva, estando à frente, inclusive, do tabaco (sexto no ranking). De uma maneira geral, as pesquisas existentes apontam que fatores como suporte social, acesso ao lazer e políticas públicas equitativas estão inversamente relacionados ao uso abusivo de álcool em áreas rurais, porém é necessário aprofundar o entendimento sobre os problemas relacionados a esse uso e sua relação com outros elementos próprios dessas comunidades e assentamentos de reforma agrária. Objetivos: Caracterizar os modos de funcionamento, acolhimento e tratamento produzidos na rede sócio sanitária referente às demandas de saúde mental e uso de álcool em 5 assentamentos rurais do estado do Rio Grande do Norte, localizados nas macrorregiões Leste Potiguar e Agreste Potiguar. Investigou-se especificamente os padrões de consumo de álcool dessa população, verificando-se a frequência do uso e quantidade ingerida, se a bebida afeta atividades diárias, bem como se a mesma causa algum tipo de prejuízo físico-mental ao usuário ou as pessoas de sua convivência. Metodologia: Aplicação do instrumento AUDIT (Teste de Identificação de Desordens Devido ao Uso de Álcool), seguido de um roteiro de entrevista semiestruturado (aplicado por estudantes previamente treinados a indivíduos com pontuação superior a 8 no AUDIT, indicativa de uso de risco de álcool). A entrevista abordava aspectos relacionados aos modos de acolhimento às demandas em saúde mental, bem como acessibilidade e resolutividade da rede de atenção primária. Os instrumentos foram aplicados em todas as pessoas dos assentamentos, acima de 18 anos, que concordaram em participar da pesquisa; de modo que todas as casas dos assentamentos foram visitadas. Resultados: De um total de 197 famílias residentes nos 5 assentamentos visitados, 540 pessoas preencheram o critério de inclusão na pesquisa e 71% delas aceitou participar, sendo 33% homens (n=179) e 38% mulheres (n=210). Vinte e um homens (11,7%) obtiveram pontuação igual ou superior a 8 no AUDIT e

responderam à entrevista semiestruturada. No que concerne às mulheres, 9 delas foram entrevistadas, correspondendo a 4,2% do total de mulheres, e indicando um consumo de álcool mais baixo entre o sexo feminino. A análise inicial das entrevistas aponta que as mulheres assim como os homens começaram a ingerir álcool ainda na adolescência por influência de amigos, sendo que muitos deles enxerga seu consumo como um problema. A maioria nunca procurou ajuda médica, apesar de relatar prejuízos relacionados ao seu cotidiano, como a incapacidade de exercer seu trabalho seja na agricultura ou em outros setores, indicando que o uso abusivo de álcool pode estar interferindo de forma negativa nas atividades diárias desses indivíduos assentados. Conclusão: Os resultados preliminares deste trabalho revelaram diferenças no consumo de risco de álcool entre homens e mulheres nos assentamentos rurais, diferença também encontrada em serviços de atenção primária e na população em geral. Entretanto, no que tange à proporção de usuários de risco, observou-se que alguns participantes minimizam seu consumo de álcool ao responder o AUDIT, o que pode ter influenciado na proporção de usuários com este padrão na pesquisa. Aqueles indivíduos que, pela pontuação do AUDIT, poderiam se beneficiar de algum tipo de intervenção nos serviços de saúde relataram não procurar ajuda de médicos, por não julgarem necessário ou por avaliarem como precário o atendimento nos serviços de saúde, concernente a esta problemática. Salienta-se a relevância desses achados para pensar a melhoria da prática dos serviços de saúde, as políticas públicas para o setor, possibilitando compreender com mais profundidade a realidade das comunidades rurais na região.

Conta Sonhos: uma proposta de grupo com crianças abrigadas

Miguel Angel Liello, Jeson André Theisen, Amanda Anute Vitor Fernandes, Fabiane Silva Azambuja, Luciana Maurin Borges

O presente trabalho se propõe a fazer um relato de experiência ocorrida no Grupo Conta Sonhos que acontece dentro dos limites da instituição COPAME de Santa Cruz do Sul. A COPAME é uma instituição que abriga menores destituídos permanente ou temporariamente de suas famílias. O grupo Conta Sonhos está inserido em um projeto maior que ocorre na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC denominado Projeto COPAME. O mesmo trata-se de um projeto interdisciplinar que conta com diferentes áreas do conhecimento, tais como odontologia, psicologia, ciências contábeis, educação física e pedagogia. Assim o Grupo Conta Sonhos é parte da atuação da psicologia, que está ocorrendo desde o segundo semestre do ano de 2012. O objetivo deste trabalho é proporcionar às crianças um espaço onde possam expressar suas

angústias, medos e fantasias utilizando a criatividade e imaginação através da contagem dos seus sonhos. A metodologia utilizada é de encontros semanais de uma hora. Por ser uma instituição de abrigo, onde frequentemente entram e saem crianças, o grupo constitui-se aproximadamente por sete crianças na faixa etária que abrange dos 3 aos 7 anos. Como aporte teórico para o grupo Conta Sonhos, utiliza-se a metodologia fenomenológica existencial da Gestalt Terapia, trabalhando com o que emerge no aqui e agora do grupo e, desta forma, visa proporcionar às crianças e ao grupo a possibilidade de trabalhar com a situação no momento presente do encontro, sempre respeitando o que as crianças trazem sem cortar o fluxo da imaginação. A escolha por trabalhar com os sonhos se deu por acreditar que através deles as crianças conseguem trazer materiais que lhes são significativos e que possuem importância em suas vivências. Através dos sonhos as crianças conseguem trazer para o grupo questões de sua personalidade e possíveis traumas inconscientes ainda não elaborados. Tudo o que emerge no momento presente do encontro e as situações são compartilhadas em grupo, para que surjam resoluções coletivas para os conflitos. Nas reuniões trabalhamos tanto com a fala (relato dos sonhos) como com expressões criativas por meio de desenhos, recortes, histórias, brincadeiras diversas que tem a finalidade da expressão dos sentimentos. Com esse trabalho, ao longo do tempo foi-se percebendo que as crianças tornaram-se mais receptivas e espontâneas. Nas falas das crianças, frequentemente, aparecem figuras de monstros, relatos da vida em família, momentos com os demais abrigados e trabalhadores da instituição onde residem atualmente, entre outros aspectos de suas vidas que no momento do encontro se tornam figuras e assumem uma significação para as crianças. Respeitando a individualidade e a maneira de se expressar de cada um, procura-se trazer as vivências individuas para o grupo, a fim de que todos possam compartilhar das histórias e ajudar na elaboração das mesmas. Através do contato que temos com as cuidadoras das crianças, recebemos a devolução de que houve uma melhora significativa no relacionamento dentro da casa entre as crianças, após a inserção das mesmas no grupo. Como conclusão, acreditamos na importância de um trabalho continuado que proporcione às crianças esse espaço para falarem de suas questões, visto que através da contação de seus sonhos muitos traumas são expressos e soluções surgem, dando uma nova oportunidade às crianças de reexperienciar e ressignificar seus conflitos internos.

Controvérsia em torno do armazenamento das células-tronco umbilicais: questões à Psicologia Social

Renata Vilela Rodrigues, Dolores Cristina Gomes Galindo, Anny Caroliny de Lima Rodrigues

As células-tronco retiradas do sangue do cordão umbilical, coletado e armazenado em bancos públicos e privados, constituem uma nova faceta da biopolítica contemporânea que consiste na biocapitalização da vida, ou seja, valoração econômica desta parte do corpo que se traduz num investimento em terapêuticas existentes ou vindouras. Na biopolítica contemporânea, a saúde torna-se um sistema aberto, dinâmico e complexo, combinando elementos heterogêneos para modular futuros estados vitais e para possibilitar intervenções na direção de reformatação dos corpos. A coleta e o armazenamento de células-tronco figuram uma vitalidade como fonte potencial de biovalor, na qual emergem novos tipos de grupos de pacientes e indivíduos que cada vez mais definem a sua cidadania em termos de seus direitos (e obrigações) à vida, saúde e cura. Nas homepages dos bancos públicos e privados de células umbilicais, observa-se o surgimento de novos atores em busca de soluções de uma vida cada vez mais saudável e afetiva. No Brasil, a criação dos bancos privados e sua expansão precedem a criação da rede pública, a principal diferença entre ambos é que enquanto os bancos privados restringem o acesso aos contratantes do serviço, os bancos públicos disponibilizam as células-tronco para usos não aparentados. A controvérsia sobre as finalidades públicas e privadas dos dois tipos de bancos é proeminente no Brasil, assumindo vigor em 2003 quando do lançamento da rede pública (BrasilCord), que gerencia a criação e a movimentação do armazenamento de células dos bancos públicos, e em 2013 quando da divulgação de um cartilha pela Agência de Vigilância Sanitária orientando os pais sobre a importância da doação do sangue do cordão umbilical. Apoiando-se nos insumos teórico-metodológicos para o estudo de controvérsias em Teoria Ator-rede, esta pesquisa focaliza as discussões em torno da finalidade de uso das células-tronco em 2003 e em 2013. A cartografia de controvérsias consiste na elaboração de dispositivos para observar e descrever os debates sociais em torno de questões tecnocientíficas, em outras palavras, é um conjunto de técnicas para investigar conflitos de interesses públicos mobilizados por atores envolvidos que, em incessantes disputas, empenham-se em amarrar e desamarrar redes de relações (LATOUR, 2008; VENTURINI, 2009, 2010). As informações na análise das controvérsias permitiram visualizar os principais actantes, sendo eles a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), usuários e potenciais usuários, bancos privados, bancos públicos, Conselho Federal de Medicina e a Rede BrasilCord. Os actantes concordam quanto à importância das células-tronco do cordão umbilical e as discordâncias se distribuem em polarizações, sendo elas: à caracterização pública/privada; doação/lucro; presente/futuro; quantidade suficiente de células/quantidade mínima de células para armazenagem. Extensão/especificidade limitante dos usos. Os debates em torno da finalidade terapêutica das

células-tronco configuram uma rede heterogênea de materialidades que reforçam a capitalização da vida e fomentam a ascensão da Medicina Regenerativa. Os bancos incorporam os conhecimentos moleculares da vida e da saúde que estão sendo mapeados, desenvolvidos e explorados por uma variedade de empresas comerciais que produzem conexões constitutivas entre vida, progresso científico e valor. Ao longo da controvérsia, partes do corpo tornam-se capital vivo às quais se ligam a uma rede heterogênea de aparatos biotecnológicos que mobilizam socialidades articuladas à afetividade, esperanças e precauções. Ao depositarem o sangue d nos bancos privados e públicos de células-tronco, os pais não só se estão se precavendo contra possíveis doenças futurológicas e apostando nos novos avanços biotecnologias da biomedicina, como também enredam um espaço de troca de informações, criando um espaço onde socialidades e afetividades agregam-se à produção de subjetivações precaucionarias e temerosas, cuja cartografia emerge como plano a ser pensado a partir do estudo das controvérsias em questão.

Crianças com câncer: um estudo sobre a vivência familiar

Nilton Cesar Barbosa, Bruna Trevizoli Ferraz Lobo

A literatura tem apontado para a necessidade de políticas de saúde pública voltadas para o cuidado em relação ao sofrimento psíquico e social não só de pacientes, mas também dos cuidadores e da família. Neste contexto, o câncer se destaca como uma das doenças que mais influenciam as relações familiares. O câncer inclui um número com mais de duzentos tipos de neoplasias malignas de etiologia multifatorial e, pode ser caracterizado por alterações no processo de divisão e multiplicação desordenada das células. Estas alterações podem ser desencadeadas por diversos fatores, tais como radiações, infecções virais, substâncias químicas e a predisposição genética individual. O câncer está entre as principais doenças de causas desconhecidas em crianças de 1 a 5 anos e, a partir do diagnóstico, pode provocar várias alterações relacionais dentro do contexto familiar. O presente estudo teve por objetivo investigar a vivência de pais cuidadores de crianças portadoras de câncer desde o diagnóstico até o momento atual do tratamento. A amostra de participantes foi composta por 21 pais, sendo que a maioria eram mães (81,0%), casados (61,9%), com idade entre 23 e 34 anos (38,1%) e ensino médio completo (33,3%). Utilizou-se como instrumentos para a coleta de dados: um gravador para o registro das falas e um roteiro de entrevista contendo 17 perguntas relativas à vivência familiar dos pais de crianças com câncer. As entrevistas foram realizadas em um hospital especializado da cidade de Brasília – DF. Após a coleta de dados, as entrevistas foram

transcritas, catalogadas e organizadas em categorias para responderem aos objetivos da pesquisa. Os resultados encontrados foram agrupados em dois tópicos principais: Diagnóstico/Tratamento e Vivência Atual e Vivência Anterior dos cuidadores em relação ao câncer. Sobre o processo de diagnóstico e tratamento, verificou-se que o diagnóstico foi realizado a partir da manifestação de algum tipo de sintoma (64, 3%); a maioria dos pacientes tinha entre 1 e 3 anos de idade, eram do sexo masculino (61,9%) e, no momento da entrevista, estavam em tratamento quimioterápico (62,5%). Os resultados em relação à Vivência atual e Vivência anterior dos cuidadores foram os seguintes: 1) Cuidados com a própria saúde: as respostas dadas pelos pais cuidadores demonstraram que, após a descoberta da doença, eles continuaram sedentários e passaram a apresentar uma ausência de cuidados consigo mesmo em prol do paciente com câncer (42,1%), o que ficou mais evidente em comportamentos como deixar de procurar ajuda médica para si mesmo e no desregramento com o sono e a própria alimentação; 2) Rotina familiar: a maioria dos cuidadores (95,4%) relatou que ocorreram modificações na rotina familiar em detrimento do adoecimento do paciente. Dentre as modificações destacam-se maior apego a religião, alterações na rotina de trabalho ou mesmo o pedido de demissão do emprego a fim de cuidar do paciente e o abandono das atividades de lazer; 3) Relação familiar: as respostas dos cuidadores apontaram um estreitamento da relação dos pais, fortalecendo o casamento após o diagnóstico. Além disso, verificou-se uma redução no cuidado e na atenção dada aos demais filhos por conta do tempo dedicado ao paciente; 4) Estado emocional e sentimentos iniciais: após o diagnóstico, os cuidadores relataram experimentar sentimentos de tristeza, solidão, reações como choro, raiva e episódios de nervosismo; 5) Formas de enfrentamento: as formas de enfrentamento encontradas pelos cuidadores se referiam a um esforço para aceitar a doença pelo fato da mesma estar vinculada a "vontade de Deus". Concluiu-se que o diagnóstico de câncer infantil e o processo de tratamento afetam diferentes aspectos da vida do paciente, do seu cuidador e de sua família e, por isso, se constitui em uma fase da vida que requer políticas públicas mais amplas a fim de dar suporte e atender as necessidades de todos os envolvidos.

Cuidado aos usuários de crack: possibilidades e desafios da interface entre Atenção Básica e CAPS-ad

Mariana Pompílio Gomes Cabral, José Pereira Maia Neto

Esse resumo, ao inserir-se no eixo temático de saúde, do determinado congresso, tem por objetivo fomentar reflexões acerca da integralidade do cuidado à saúde dos usuários de crack,

das possibilidades de avanços e dos desafios que estão presentes na práxis atual.Pretende-se também fomentar reflexões sobre a atenção psicossocial de álcool e drogas, o papel do psicólogo e dos outros profissionais de saúde como dispositivos políticos e potencializadores do sujeito, fazendo destes sujeitos ativos e participantes em se desenvolvimento enquanto ser individual e social.A relação intensa, contínua e desmedida com o crack vem corroborando em altos índices de risco à saúde individual e coletiva e ao corpo social, tornando-se, assim uma questão a ser enfrentada no âmbito da saúde pública. Espinheira (2009) defende que não são as drogas os problemas a serem enfrentados, mas as disposições para usá-las, seus determinantes sociais e a intensidade dos usos levadas por essas disposições internalizadas. Para entender melhor a complexa psicodinâmica da relação da dependência do uso do crack, ateou-se o interesse em desenvolver uma pesquisa para entender que fatores psicossociais estão implicados nesse fenômeno e como estes usuários estão percorrendo a rede de assistência à saúde. O presente trabalho faz parte de uma pesquisa ampla denominada "A atenção clínica na produção do cuidado aos usuários de crack – assistência à saúde e redes sociais de apoio". O recorte que será explanado trata-se de um estudo qualitativo, crítico e reflexivo, realizado tanto com Trabalhadores dos CAPS AD ((Médico, Enfermeiro, Psicólogo, TO, Arte-educador, Assistente Social, Educador Físico),assim como com Trabalhadores da Estratégia Saúde da Família (Profissionais do NASF, Médico, Enfermeiro e agentes comunitários de Saúde). Para coleta de dados utilizou-se entrevistas semi-estruturadas. A discussão e análise dos conteúdos foram feitas sob à ótica da teoria dialética marxista, com considerações mais específicas de Jaime Breilh(1991) que afirma que toda construção do saber na saúde é social e crítica por que se constrói sobre a crítica do modelo atual de sociedade e suas repercussões sobre o campo sanitário. A partir desses referenciais teóricos pode-se estabelecer convergências, divergências e complementaridades acerca da rede de assistência aos usuários de crack. Os resultados demonstraram que os serviços do CAPS-ad oferecem aos usuários de crack acesso ao tratamento/acompanhamento por demanda espontânea. É fato que alguns usuários advêm de encaminhamentos da atenção básica, que tem a possibilidade de adentrar-se no território regional e social de comunidades específicas e perceber mais de perto a realidade de usuários de crack que demandam uma assistência à sua saúde. O encaminhamento é um aspecto importante realizado pela ESF, pois mostra que tais profissionais estão identificando usuários de substâncias psicoativas nos territórios e estão reconhecendo o CAPS-ad como uma possibilidade de cuidado a estes sujeitos. Contudo, tal achado não mostrou evidências de que haja articulação entre as redes de cuidado, visto que não há trabalhos conjuntos entre as equipes.

A partir das entrevistas, identificou-se que as equipe de saúde da família realizam encaminhamentos para o CAPS-ad como tentativa de desafogamento de seus serviços, ou sentimento de incapacidade de seus trabalhadores em relação ao cuidado com o usuário de droga, o que leva à busca de outra instituição que se responsabilize por esse usuário, quando, no entanto, o que deveria existir era um coresponsabilização pelo cuidado em saúde do mesmo, possibilitando intervenções de promoção, prevenção e de reabilitação. Como conclusão diante do exposto, percebe-se que o acesso dos usuários de drogas aos cuidados em saúde no Brasil é pautado pelas dificuldades dos trabalhadores de saúde em acolher esta demanda, por vez que há uma centralização do tratamento desses usuários no CAPS-ad. Logo, a dinâmica, o diálogo e a dialética de práticas e de saberes entre atenção primária e secundária estão precárias. Os demais serviços não se reconhecem responsáveis pela atenção a esse usuário, e a liberdade de acesso aos serviços de saúde acaba limitada, quando direcionada a um serviço específico, por mais que este sujeito possua outras necessidades de saúde, as quais poderiam ser acolhidas em outros locais de cuidado, com o intuito de possibilitar uma produção de cuidado integral pautado na realidade e nas necessidades singulares psicossociais dos usuários de crack. Conclui-se que para que haja a melhoria na práxis de modelo biopsicossocial no âmbito da saúde mental, assim bem como na atenção básica, preconiza-se como desafio na saúde coletiva, uma maior implicação de profissionais da saúde para analisarem o processo saúde-doença da dependência química, assim como seu processo histórico-cultural, com o intuito de contribuir para a construção de serviços de saúde mais comprometidos socialmente e com abordagens clínicas – relacionais que ultrapassem as visões preconceituosas e criminalizadoras dos usuários de drogas. Sendo assim, propõem-se discussões que são pertinentes ao grupo de pesquisa em questão e com isso pretende-se fortalecer e aprofundar conhecimentos junto à temática.

Cuidado em saúde mental na atenção básica: relato de uma experiência

André Akio Macharelli, Mateus Felipe Otaviano Pedro

Objetivo: O objetivo do presente trabalho é apresentar o relato de uma experiência do cuidado em saúde mental na atenção básica por meio de oficinas expressivas. O trabalho é desenvolvido por alunos do curso de Psicologia da Unesp de Assis, como parte do Projeto de Extensão Universitária “Atenção Psicossocial na Saúde Coletiva”. A oficina é ofertada para os usuários da saúde mental de uma cidade de pequeno porte localizada na região oeste do estado de São Paulo, com o intuito de promover autonomia e independência destes sujeitos, para que possam circular em seu território sem ter consigo estigmas e preconceitos, gerados pela população,

pelas instituições e por si mesmos. Fazendo com que suas vidas não fiquem restritas somente as visitas ao CAPS de referência ou se limite a sua própria residência. Relacionar o GT e o Eixo Temático: O presente resumo tem relação direta com Grupo de Trabalho (POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO BÁSICA) e o Eixo Temático (Saúde), pois corresponde ao relato de uma prática inédita, descrevendo a relação entre o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e a atenção básica. Ou seja, a oficina aqui descrita, acolhe a demanda de usuário do CAPS da cidade de Tarumã-SP, que, no entanto, residem em Platina-SP, sem estar propriamente na instituição, caracterizando assim uma atividade realizada na própria cidade, tendo como suporte a equipe de atenção básica da Unidade Básica de Saúde (UBS) da mesma. Acreditamos que, envolver trabalhadores da atenção básica no contexto da saúde mental, contribui para a quebra de estigmas e colabora para o empoderamento dos usuários. Tal trabalho possibilita estabelecer, de fato, a atenção psicossocial. Orientação teórica: Temos como referencial teórico a atenção psicossocial na atenção básica. Segundo o Ministério da Saúde, as ações nos dispositivos de saúde mental se concentram no desenvolvimento de atividades de acolhimento/triagem, no estudo de caso em equipe para a elaboração do projeto terapêutico singular, na realização de visita domiciliar, na construção de ações de retaguarda com atividades de interconsulta para os casos de internação, bem como de suporte à família, na realização de trabalho com grupos e participação das oficinas terapêuticas, com foco na autonomia e no desenvolvimento de ações de suporte e ajuda mútua, na participação nas ações de matriciamento na atenção básica e também na realização de grupos de promoção de saúde mental na atenção primária à saúde e pactuação da continuidade do cuidado no território de forma corresponsabilizada. Método: A ação é dirigida a um grupo de 10 pessoas, moradores de uma cidade de pequeno porte, são usuários da saúde mental de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de uma outra cidade distante 45 km. O grupo é constituído pela sua maioria, de mulheres com mais de 40 anos. Os encontros são semanais, com duração de duas horas. São realizadas rodas de conversa, que se desenrolam a partir da demanda apresentada pelos usuários. Neste contexto, é possível notar o surgimento da potência de cada um dos membros do grupo, abrindo, deste modo, espaço para que eles expressem sua subjetividade, revelando suas alegrias, suas angústias, fatos de seu cotidiano e suas vontades. Por vezes são utilizados materiais diversos, como recursos de intervenção, tais como cartolina, pintura, música, e culinária, sempre buscando sentido na vida e na subjetividade de cada um dos participantes. Resultados e conclusões: Após dois anos da atividade, tivemos como resultados a grupalidade entre os usuários, visto que os mesmos sequer estabeleciam diálogos entre si, mesmo viajando

juntos para o CAPS. A grupalidade proporcionou estrutura suficiente para que os usuários se apropriassem daquele espaço expressando o que permeavam seus pensamentos. Tivemos então a descoberta de potencialidades em diferentes usuários como: habilidades para culinária, dança, música e artes. A partir disso, dois usuários deixaram de frequentar o grupo e passaram a frequentar outras atividades da cidade como os grupos de terceira idade e realizando diversas atividades, em outros lugares que antes havia estigmas em relação as pessoas deles. A atenção psicossocial no território, articulada a atenção básica, pode proporcionar uma oferta de outras ferramentas de produção de cuidado que um CAPS de referência, distante daquele território, não oferece. Como exemplo, a possibilidade de trabalhar em parceria com trabalhadores da UBS, proporcionando uma rede que vai se aquecendo. O grupo passa por um momento de transição já que boa parte de seus integrantes começam a se apropriar e a circular pelo seu território e não estabelecem uma relação de dependência com um único local. Pensar um sujeito psicossocial é considerá-lo como um todo, ao olhar para suas potencialidades e perceber que é possível o mesmo ser parte de vários ambientes de seu território.

Dependência química e o trabalho intersetorial em Saúde Mental no âmbito municipal: relato de experiência

Adriana Campos Meiado

Atualmente vivenciamos um momento de intensas mudanças no cenário da saúde pública e tais mudanças suscitam o repensar de novas estratégias para atender sua demanda. A saúde mental tem ocupado um espaço diferenciado no cenário atual da política nacional em saúde, pois com a Reforma Psiquiátrica e a nova política de Saúde Mental – estruturação de ambulatórios, criação de centros de atendimentos psicossociais mistos, álcool e drogas, infantil, etc – o trabalho vem requerendo uma forma mais articulada e integrada para sua efetivação. A complexidade dos problemas no contexto de atuação das políticas públicas nos diversos setores sociais é notória e a cada dia fica mais nítida a necessidade de um repensar a nossa prática, principalmente com o aumento crescente do número de usuários de crack e outras drogas. Baseado nisso, o presente estudo teve como objetivo apresentar um relato da experiência vivenciada em uma cidade de aproximadamente 43 mil habitantes no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS I com dependentes químicos. Por se tratar de uma experiência voltada para as novas modalidades em saúde mental articuladas com os diferentes setores de políticas públicas, o trabalho caracteriza-se mais plenamente no eixo temático da saúde. Tal estudo consiste em um relato de experiência vivenciado pela pesquisadora no período dos anos de 2011

a 2012. O município conta com uma rede de saúde composta por 9 unidades básicas de saúde e 01 PSF, além de um Hospital Geral e uma unidade de CAPS I. Diante da crescente demanda de cuidado aos dependentes de substâncias psicoativas pelo serviço de referência, surgiram as primeiras reflexões sobre a necessidade de um envolvimento maior dos demais setores das políticas públicas no município. Para dar conta dessas necessidades, iniciaram-se reuniões mensais com gestores da saúde (secretária e enfermeiras da atenção básica), bem estar e promoção social (secretária e representantes do CRAS e CREAS), educação (secretária, coordenadoras e supervisoras) e esportes (secretário). Com o desenvolvimento das primeiras discussões foram surgindo novas necessidades de envolvimento com demais atores sociais, como: conselho tutelar, ONGs do município e promotoria pública. Os encontros foram mediados pelos integrantes dos CAPS I e tinham como pressuposto o olhar intersetorial. Entende-se por intersetorialidade o processo de construção compartilhada, em que os diversos setores envolvidos são tocados por saberes, linguagens e modos de fazer que não lhes são usuais, pois pertencem ou se localizam no núcleo da atividade de seus parceiros, porem é uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas que pretende possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na saúde da população. Desta maneira então, iniciaram as estruturações dos protocolos de procedimento que possibilitaram o estabelecimento de uma primeira rede social de cuidados ao dependente químico. Por entender também que a intersetorialidade não deve ser pensada como uma estratégia única e/ou definitiva a ser aplicada sobre os diferentes territórios e populações, foi elaborado a estruturação de um fórum sobre dependência química no município. Como resultado, das reflexões dialogadas entre os diversos atores envolvidos nas políticas e o olhar intersetorial, surgiu o primeiro modelo de rede social de atendimento ao dependente químico no município de Pederneiras e ainda como fruto dessa experiência, o I Forum intersetorial sobre dependência química que possibilitou o dialogo com mais 68 municípios da região e suas práticas. A problemática da dificuldade em gerenciar os atendimentos dos dependentes químicos em saúde mental de maneira integralizada abre espaço para uma discussão que conduza a possibilidades de reflexão e a elaboração de outras formas de organização político-administrativa. Segundo estudos podemos constatar que em países onde há um avanço no processo democrático está em consolidação a intersetorialidade e naqueles onde existe uma profunda desigualdade social, essa construção tem surgido como um novo arranjo para intervenção, pois tem o potencial de se converter em uma estratégia democratizadora, que possibilita a abertura de novos espaços de participação, a constituição de

novos sujeitos, o empoderamento e a inclusão de novos atores sociais no processo de decisão política e de gestão dos espaços públicos. Diante de tal constatação e somado a necessidade premente desse repensar, conforme aponta a literatura, entendemos que apenas por meio da reflexão dialogada poderemos conceber a intersetorialidade como uma estratégia que implica a existência de algum grau de abertura em cada setor envolvido, estabelecendo vínculos de co-responsabilidade e co-gestão pela melhoria da qualidade de vida da população.

Discussão acerca do campo da Saúde Mental no contexto da Atenção Básica

Vitória Grídvia Bandeira, Rachel Xavier de Faria Vecchio

Objetivo: O presente estudo realizou uma discussão acerca do campo da saúde mental no contexto da atenção básica a partir de um apanhado histórico sobre o tratamento da doença mental e articulação com visita realizada a um Centro de Saúde da Família do município de Fortaleza-CE. Dessa forma, o estudo se insere no Eixo Temático Saúde, à medida que discute as propostas de cuidado em saúde mental na atenção básica, remetendo-se ao direito universal a saúde e as implicações deste cuidado nos processos coletivos e sociais. Orientação Teórica: Partiu-se das concepções da Reforma Psiquiátrica com Franco Basaglia, as quais marcam uma transformação na forma de cuidado em saúde mental e ressaltou-se, a partir de propostas da Psicologia Comunitária, o campo da atenção básica como um local privilegiado para promoção de cuidados, principalmente na comunidade, á medida que esta possibilita trocas, interações as quais têm importantes implicações no fortalecimento do laço social e consequente fortalecimento humano. Método: Foi realizado um apanhado histórico em relação a evolução do cuidado em saúde mental. Em seguida, foi feita uma articulação com o depoimento de um psicólogo de um Centro de Saúde da Família de Fortaleza-CE. Resultados: Para pensarmos as formas de cuidado em saúde mental atuais, é necessário que retomemos algumas idéias propostas pela Reforma Psiquiátrica, a qual ressaltou que a doença deveria estar entre parênteses, devendo ser o sujeito concreto e seu sofrimento a maior preocupação. O sujeito passou a ser visto em sua totalidade e não somente pelo seu diagnóstico. Dessa forma, surgiu a necessidade de conhecer o contexto em que este está inserido, visto que o indivíduo necessita de lazer, interação social, afeto, o que rompe em parte com a idéia de que o isolamento seria a melhor forma de tratá-lo. Novas formas de tratar estes usuários foram propostas, na tentativa de haver uma desinstitucionalização, isto é, não restringindo o tratamento apenas dentro de hospitais, mas buscando o apoio de atividades que poderiam ser terapêuticas localizadas até mesmo no bairro em que eles moravam. Dessa forma, a comunidade se apresenta como

possibilidade terapêutica, à medida que promove contato, trocas sociais, as quais fortalecem o indivíduo que não se sente isolado, estigmatizado, podendo estar inserido socialmente. A atenção básica, à medida que se apresenta como porta de entrada do sistema de saúde, tem grande importância também na atenção a saúde mental, a partir de uma proposta de gestão compartilhada, isto é, onde não diferentes profissionais compartilham um poder de modo a contemplar as demandas do sujeito. Foi apontada na visita ao Centro de Saúde da Família a dificuldade no tratamento ao paciente com transtorno mental, devido ao grande estigma a esse público, além dos comprometimentos em diferentes campos da vida do sujeito, o que requer um olhar integral, multiprofissional visando ao efetivo cuidado. A perspectiva de descentralização do cuidado no modelo hospitalocêntrico trouxe mudanças à medida que contestou a supremacia do poder médico, trazendo à tona a discussão sobre o papel multiprofissional, partindo de uma perspectiva de poder horizontal, a partir do modelo psicossocial. Nesse contexto, à Psicologia cabe o papel de promoção de práticas que incentivem que os diversos profissionais estejam atentos ao ser humano, descartando a concepção de que este funciona como uma mera máquina biológica a ser consertada, resgatando um olhar sistêmico ao indivíduo que sofre. Ainda nesse contexto, é importante considerar ainda o contexto em que o sujeito vive, isto é, quais as condições sociais, coletivas em que ele está inserido e qual o impacto destas nos processos singulares. Conclusões: A discussão do cuidado em saúde mental na atenção básica perpassa a idéia de que os processos sociais têm impacto na vida do sujeito, seja como promoção de saúde, como também a configuração de estigma, preconceito. Assim, cabe a discussão sobre as possibilidades terapêuticas oferecidas pela convivência em comunidade. É de grande importância ainda discutir quais as possibilidades multiprofissionais de cuidado em saúde mental na atenção básica, ressaltando em particular a atuação do psicólogo de modo a compreender processos singulares em relação ao enfrentamento do transtorno mental, os quais perpassam o universo social, que deve ser campo de investigação, a fim de compreender o sujeito como um ser biopsicossocial.

Documentário Estamira: uma análise sobre o abrigamento, a família e a psicose

Juliana Eugênia Vilela Ribeiro, Carolina Marques Barbosa

Este trabalho faz parte de um processo de aprendizagem sobre o tema do abrigamento, na disciplina denominada “Dinâmica da Família”, ministrada no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. A matéria é peculiar, no sentido de abordar os aspectos familiares não apenas por meio de casos clínicos, da teoria fundamental, e das discussões de

temas diversos, mas também por meio da arte. O objetivo deste trabalho foi então analisar e questionar o contexto do abrigamento retratado no documentário "Estamira", à luz da teoria sistêmica, a qual permite pensar num contexto de família em que as transformações nos indivíduos e na estrutura familiar de cada membro influenciam e são influenciadas pelos outros, enxergando, desse modo, a constituição familir como um todo. "Estamira" é um documentário brasileiro, dirigido por Marcos Prado, que relata a vida de Estamira, uma mulher de 63 anos e mãe de três filhos, a qual vivia no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, no Rio de Janeiro. O contexto social da protagonista e sua história de vida não favoreciam sua saúde mental, o que apresenta algumas justificativas para os devaneios de Estamira, que eram rotulados pelos profissionais da saúde como parte de um quadro psicótico, mas que em alguns momentos pareciam ser de grande lucidez. Maria Rita é a filha caçula, que foi "doada" para outra mulher com o pretexto de ter um "lar" verdadeiro, já que a sua família de origem foi considerada inapropriada, devido ao quadro da mãe e às suas condições de moradia, principalmente. A partir da análise detalhada de recortes do documentário percebe-se que os próprios irmãos de Maria Rita concordavam com o abrigamento da mesma. Ângela, a "nova" mãe, afirmava que a filha se apegara com facilidade ao ambiente, pois ali havia laços de um verdadeiro "lar", o que se comrapunha com algumas falas de Maria Rita. É notável a confusão afetiva da caçula referente aos conflitos causados pela dificuldade em lidar com a doença mental da mãe, as condições de pobreza na qual a família de origem se encontrava e os novos rumos com a chamada família adotiva. O abandono, na verdade, parte da sociedade em relação às famílias, através da ausência de políticas públicas. A retirada da filha do contexto familiar parte de um princípio de afastar os "saudáveis" dos "doentes", baseado em uma concepção de família "nuclear", "estruturada", composta por um pai provedor e mãe saudável e lúcida, o que limita e desempodera uma família já marcada pela falta. O trabalho de análise exibido no documentário incitou a criticidade das pesquisadoras, ampliando o olhar sobre o tema do abrigamento e problematizando-o, o que se faz muito importante na futura prática como psicólogas. É uma importante questão ressaltar que o abrigamento deve ser discutido como uma questão de saúde pública, e com isso buscar soluções amparadas em políticas públicas e nos direitos humanos. Conclui-se que o presente trabalho dá início a uma discussão aquecida pelo documentário Estamira, mas atualizada com os dados alarmantes sobre o abrigamento no Brasil, convidando os psicólogos para assumirem assento neste debate.

Educação Permanente em Saúde: estudo dos relatórios de uma Oficina de Formação – resultados preliminares

Analice Aparecida dos Santos, Marcelo Dalla Vecchia, Sueli Terezinha Ferreira Martins

Segundo o Ministério da Saúde (2012), a Educação Permanente é um Programa pertencente a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES). Essa Secretaria tem como objetivo "contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde" (p. 05). Portanto, a SGTES assume um papel de ampliação da formação e qualificação dos trabalhadores e profissionais da saúde, valorizando e democratizando as relações de trabalho do SUS. De acordo com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS (2009), esta estratégia de formação continuada propõe uma forma de aprendizado de acordo com a realidade da prática diária do trabalho do profissional. Propõe que os processos de formação dos trabalhadores da saúde se façam a partir da problematização do processo de trabalho, e considera que as necessidades formativas e de desenvolvimento dos trabalhadores sejam pautadas pelas necessidades de saúde dos usuários atendidos pelos serviços. Celeste (2004) aponta a importância dessa formação como forma de investir na transformação do modo de produzir cuidados na atenção primária à saúde (APS). Seria um elemento essencial para a superação dos limites da formação e das práticas tradicionais de saúde, propiciando a introdução de práticas atividades tais como: acolhimento, vínculo com os pacientes e com a equipe, desenvolvimento da autonomia para a resolução de problemas dentro da APS. Ao discorrer sobre a relevância da Educação Permanente em Saúde (EPS), Ceccim (2005) coloca em debate a questão da formação como fonte de mudança no sujeito profissional da saúde. Não se podem forjar profissionais que detenham um conhecimento teórico sem simultaneamente desenvolver capacidades para transpô-lo para a realidade cotidiana, mas sujeitos que se comprometam com o objeto de trabalho e com a sua transformação. O presente trabalho traz resultados preliminares de uma pesquisa desenvolvida em nível de iniciação científica que pretende identificar e caracterizar as práticas de Educação Permanente em Saúde, realizadas em uma Oficina de Formação em Saúde Mental. Será realizada análise dos encontros de uma Oficina de Saúde Mental, dirigidas aos profissionais de uma Unidade Básica de Saúde. Esses encontros aconteceram em 2006 como parte das atividades do Mestrado em Saúde Coletiva desenvolvidas pelo segundo autor, juntamente da terceira autora. Nestes encontros foram trabalhados temas relacionados à Saúde Mental que o grupo de profissionais demandou, porém, à medida que

foram acontecendo os encontros as questões trazidas se enviesaram para pontos que não necessariamente se referiam ao tema inicial. Cada encontro da Oficina foi precedido da confecção de um instrumento de planejamento, e seguido da elaboração de um relatório. O conjunto dos planejamentos dos encontros e dos relatórios compôs um volume, que está sendo submetido para análise na presente investigação. Após leitura preliminar do volume, percebeu-se que muitos pontos apresentados nos relatos condiziam com a proposta de EPS apresentada na literatura. Estabeleceu-se, portanto, categorias do que seriam pré-requisitos para que alguma prática se enquadrasse com a proposta da PNEPS. O trabalho, portanto, tem como função analisar os relatórios dos encontros da Oficina e através das falas dos sujeitos participantes, e das impressões do relator, observar quais dessas categorias se apresentam dentro desse relatório. Sucintamente, trata-se de categorias que abordagem os seguintes aspectos: aprendizagem através das práticas no trabalho e da realidade vivida no local; visão de trabalho em equipe que vise a interdisciplinaridade; e incorporação do ensino e da aprendizagem através dos conhecimentos e experiências dos profissionais e educação de acordo com a demandado grupo trabalhado. De acordo com o que foi observado na primeira leitura dos encontros da Oficina, é possível observar que estão descritos nos relatórios pontos considerados fundamentais da prática de EPS. Vê-se clara a questão de trabalhar com os integrantes das equipes de acordo com as demandas e realidades apresentadas por eles, ponto principal da proposta de uma EPS. Além disso, pode-se observar o caráter educativo que houve nos encontros, na tentativa de modificação de situações que criavam obstáculos à rotina do processo de trabalho da equipe. A continuidade do processo de análise possibilitará aprofundar estas impressões iniciais. (Apoio: Fapemig).

Encontros & contos no ambiente hospitalar: troca de histórias no cuidado em saúde

Suelen Beal Miglioransa, Denise Fabiane Polonio, Suzana Feldens Schwertner

O ambiente hospitalar é um espaço que habitualmente traz desconfortos físicos, emocionais e sociais, pois pressupõe a vivência ou convivência com doenças crônicas e/ou agudas. As internações hospitalares e as patologias trazem ao paciente e seus acompanhantes mudanças de rotina, cotidiano, hábitos e costumes. Segundo Angerami-Camon (2010), a hospitalização é um processo indesejado para a maioria das pessoas: nos processos de internação, os doentes acamados têm sua vontade aplacada, sua intimidade é invadida e seu mundo de relações acaba sendo interrompido, mesmo que por alguns dias. Por isso é importante que os profissionais envolvidos neste contexto insiram em seus processos de trabalho práticas mais humanizadas de

cuidado com estes pacientes. A humanização propõe um investimento na produção de um novo tipo de interação entre os sujeitos que constituem e usufruem os sistemas de saúde, acolhendo-os como atores e intensificando seu protagonismo (BRASIL, 2004). A contação de histórias destaca-se aqui como uma possível via para essa humanização da atenção à saúde, pois proporciona um contato diferenciado entre pacientes e profissionais, a partir do qual poderá se desenvolver a ludicidade e a criatividade, incentivando o bem-estar dos envolvidos e, em consequência, contribuindo com o processo de cuidado. Com isso, além de beneficiar os pacientes, a contação de histórias cria um espaço de aprendizagem para o contador, neste caso, acadêmicos e equipe de saúde, que assim vivenciam uma prática mais humanizada no ambiente hospitalar. Conforme Gutfreind (2003), qualquer pessoa que escuta uma história se encontra na companhia daquele que a conta, mesmo aquele que a lê participa dessa companhia. O presente trabalho consiste na apresentação de uma atividade de extensão de contação de histórias em ambiente hospitalar, realizada por quatro alunas e uma professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVATES (Lajeado-RS). A contação de histórias foi realizada em um grupo de apoio a pacientes e familiares do Centro de Oncologia de um hospital regional, com frequência mensal de uma hora. Os objetivos da atividade são assim destacados: proporcionar aos acadêmicos do Curso de Psicologia uma experiência sobre os processos de humanização e potencialidades nos cuidados em saúde; compreender os conceitos de integralidade e saúde no ambiente hospitalar e desenvolver a ludicidade, a capacidade imaginativa e criativa de pacientes, profissionais do serviço de saúde e estudantes. Ao longo dos encontros realizados junto ao grupo de apoio, realizou-se uma atividade interativa de apresentação dos pacientes a partir de uma história que eles se recordassem. Observamos que as possibilidades lúdicas e criativas proporcionadas pelas histórias auxiliam na vinculação do paciente, que conforme conta e escuta histórias deixa de apenas vivenciar o tratamento de sua patologia, mas também se encontra com novos significantes para o seu processo de cuidado. A humanização deve atravessar os processos de trabalho da saúde a fim de promover uma clínica ampliada, que busque ampliar o olhar dos profissionais para que sejam atores de novos modos de cuidado, que vão além da doença. Visando, com isso, a integralidade, comprometimento com a vida e "construindo permanentemente e solidariamente laços de cidadania" (PASSOS; BENEVIDES, 2005, p. 563) para a efetiva promoção de saúde do paciente. Deste modo, a atividade de contação de histórias viabiliza aos acadêmicos participantes a ampliação do olhar sobre os processos de saúde, promovendo a construção de uma prática mais humanizada de atenção à saúde e de sua própria formação, incentivando o bem-estar daqueles que necessitam de cuidado.

Entre vínculos, expectativas e cuidados: uma intervenção em grupo com mulheres grávidas

Bárbara Alves do Nascimento Silva, Vanessa Alves de Souza, Auriany Maria de Araujo Souza

Este relato versa acerca de algo que consideramos deveras relevante no que diz respeito à assistência à saúde da mulher, trata-se da realização de atividades de grupo com mulheres em período gestacional. Esta relevância perpassa pelo fato de compreendermos que o vínculo entre mãe-bebê inicia-se com a gênese da gestação, desde a vida intrauterina. Assim, faz-se relevante que a mulher grávida se aproprie de sua experiência de gestar e maternar e desenvolva com os cuidados que precisa ter consigo e com seu bebê, pois, segundo Winnicott (2006), é através dessa relação (mãe-bebê) que a mãe significa a existência da criança. Contudo, é sabido que durante o processo de formação desse vínculo pode-se apresentar aspectos, como a não consonância entre o real e a expectativa socialmente construída, podendo reverberar na fragilização sua formação adequada. Assim, tendo em vista que o período que corresponde à gestação de um filho é um momento carregado de expectativas sociais, físicas, culturais e psicológicas, propomos, por ocasião de nossa inserção como residentes – assistente social, enfermeira e psicóloga – na residência multiprofissional, a realização de atividades de grupo com mulheres grávidas assistidas por uma Unidade Básica de Saúde, na cidade de Garanhuns – PE, com o objetivo de proporcionar um espaço de troca de experiências entre as gestantes. Propusemos que os grupos fossem realizados na modalidade de oficina, que eram realizadas semanalmente – sete no total – versando sobre variadas temáticas. O primeiro encontro foi reservado para acolhimento e formação de vínculos entre o grupo e as facilitadoras. No encontro seguinte versou-se acerca da relação mãe-bebê e amamentação, onde se buscou dialogar com as mulheres grávidas sobre as suas experiências em relação à temática em questão. As mulheres que já haviam estado grávidas anteriormente partilharam sua experiência com as mulheres grávidas pela primeira vez, proporcionando-se um momento de compartilhamento das experiências em relação à amamentação e a consequente formação do vínculo mãe-bebê. No terceiro encontro tratou-se na alimentação durante o período gestacional, onde inicialmente procura-se saber o que elas já entendem por alimentação saudável durante o período gestacional, quais os tipos de alimentos que elas recomendam ou que já foi recomendado a elas, buscou-se ouvir sobre os questionamentos em relação à alimentação, procurando saná-los, tratamos sobre a temática maneira lúdica, contando com a participação de todas as mulheres grávidas presentes. Eis que chegamos ao quarto encontro, onde tratamos da sexualidade no

período gestacional, aqui procuramos dar voz às mulheres grávidas, visando elaborar uma compreensão acerca de como elas se sentem em relação à libido, a própria sensualidade. No quinto encontro discorremos sobre corpo, autoestima e gestação, lançando reflexões junto as gestante acerca as mudanças que seus corpos sofrem durante e gestação e de como estas mudanças reverberam em seu imaginário. No sexto encontro, foi conversado sobre dos direitos sociais das mulheres grávidas, visando o esclarecimento quanto aos direitos trabalhistas e assistenciais durante a gestação, parto e pós-parto. No último encontro a temática discutida foi parto, depressão pós-parto e tristeza materna, realizamos escuta da experiência das mulheres grávidas da gestação em diante, colhemos como foi vivenciar os dias logo em seguida ao parto. Entendemos que possibilitar uma gama maior de informações para as mulheres que estão vivenciando o período gestacional torna-se de suma importância, bem como facilitar um momento para que estas possam falar sobre suas experiências, partilhar conhecimentos, vivências, colabora para o desenvolvimento de uma gravidez mais tranquila e saudável tanto para a mãe quanto para o bebê.

Envelhecimento e memória: desafio para a área da Saúde

Willian Augusto dos Santos, Fabiane Silva Azambuja, Silvia Virginia Coutinho Areosa

Este trabalho é um relato de experiência referente ao Projeto Promoção do Envelhecimento Saudável: Oficina de Memória, que ocorre na Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC vinculado ao Programa Terceira Idade na UNISC. Tal projeto aconteceu em sua 5º edição no ano de 2013, realizado no período de 15 de abril a 24 de junho do referido ano. A Oficina de Memória tem o objetivo de incentivar os idosos a praticarem exercícios com a finalidade de estimular o cérebro e, consequentemente a memória, bem como a adoção de hábitos saudáveis de alimentação, sono, exercícios físicos, entre outros, que colaboram para um mais perfeito funcionamento cerebral e melhor qualidade de vida dos idosos. O projeto também proporciona ao idoso estar inserido em um espaço de convivência coletiva de modo a constituir um local de troca de experiências e identificação, contribuindo para a inserção social do idoso. A metodologia utilizada ao longo dos 11 encontros foi: encontros semanais de 2 horas que, inicialmente, tiveram a aplicação de instrumentos de testagem (Mini-Exame do Estado Mental – MEEM, Escala de Ansiedade Beck – BAI e Inventário de Sintomas de Stress – ISS – LIPP). Após, foram realizados encontros com exercícios de estimulação para a memória juntamente com dicas referentes a assuntos que influenciam diretamente o funcionamento da memória e contribuem para melhoria na qualidade de vida dos idosos. Por fim, ao final da oficina, foram

reaplicados os instrumentos MEEM e BAI. A Oficina iniciou com a participação de 20 idosos inscritos, no entanto, ao longo dos primeiros encontros, 3 idosos desistiram por motivos pessoais, ficando nossa turma ativa composta por 17 idosos. As idades dos participantes mantiveram-se entre 61 e 81 anos. Quanto ao sexo, confirmando o ocorrido em outras experiências com grupos de idosos e indo ao encontro da literatura da área, a predominância na Oficina de Memória foi do sexo feminino, mas, ao contrário de outras edições da mesma, onde contávamos com no máximo 2 participantes do sexo masculino, este ano houve um aumento significativo dos homens participantes que totalizaram 6 inscritos. Podemos constatar que as esposas estão trazendo seus maridos para os espaços de convivência, visto que dos 6 integrantes masculinos, 3 faziam parte de um casal. Durante os 11 encontros, foram apresentadas aos idosos técnicas de memorização juntamente com esclarecimentos sobre o modo como a memória funciona e seus processos de armazenamento e recuperação de informações. Após foi introduzida a prática de atividades diversas que buscaram incentivar as práticas de leitura, palavras-cruzadas e outros tipos de exercícios cerebrais que podem ser facialmente incorporados no dia-a-dia dos idosos. Tais exercícios foram aumentando gradativamente seu grau de dificuldade à medida que o grupo sentia necessidade de avançar. Nos encontros também foram trabalhadas técnicas de relaxamento, de higiene do sono, alimentação saudável e esclarecimentos sobre algumas doenças que podem surgir com o envelhecimento, como as demências. Dúvidas em relação a doença de Alzheimer foram constantes nos encontros como principal preocupação da maioria dos participantes. Em termos de resultados, nas avaliações com os instrumentos que verificaram a ansiedade (LIPP) e o funcionamento cognitivo (MEEM) dos idosos, pôde-se perceber que dos 20 idosos testados inicialmente, 6 apresentavam dificuldades de memorização e 3 possuíam índice de ansiedade considerado moderado. Ao final, 13 dos 17 idosos que participaram assiduamente da oficina comparecem às testagem. Deste modo, nenhum idoso apresentou dificuldades no MEEM e os níveis de ansiedade também diminuíram, visto que nenhum idoso atingiu um nível de ansiedade relevante nesta segunda testagem. Foi possível observar uma significativa evolução no que se refere as pontuações atingidas nos instrumentos, demonstrando que os exercícios e a convivência em um espaço direcionado para a pessoa idosa, de fato contribuíram para a redução das queixas iniciais apresentadas. Assim, no último encontro foi feita esta devolução aos idosos de modo que eles puderam visualizar seus progressos. Também recebemos por parte dos idosos devoluções no se refere a aderência dos mesmos às práticas ensinadas e a importância da troca em grupo.

Mediante esta experiência, concluímos que, os idosos estão cada mais se inserindo em espaços de convivência em busca de um envelhecimento saudável e com qualidade.

Espaço de Cuidado em Saúde: estudo sobre a implementação do Ambulatório Ampliado em Saúde Mental

Andrea Venezuela Campos, Lauriane Martins Santana

O presente trabalho tem como objetivo avaliar os impactos produzidos na rede de saúde do município de Volta Redonda a partir da implementação do Espaço de Cuidado em Saúde (ECS). Localizada no estado do Rio de Janeiro, região do médio Paraíba, Volta Redonda é uma cidade de médio porte e possui cerca de 260.180 mil habitantes. Com a criação do ECS, a população passa a contar com um novo serviço que atende usuários que sofrem questões emocionais/psiquiátricas de baixa e média complexidade. Este dispositivo atua também como "Observatório da Rede de Saúde", propondo discussões sobre o processo de trabalho em saúde e cuidado ampliado. O estudo realizado está relacionado ao GT Cuidado em saúde e a construção da participação e o Eixo Saúde, por fomentar reflexões acerca dos modelos de atendimento em saúde e a participação dos diferentes atores na concepção de novas formas de cuidado através do diálogo com os diferentes níveis de atenção à saúde. A criação de um novo serviço representa, de certa forma, a criação de uma demanda produzida, mas a oferta é anterior nesse processo (Baremblitt, 1992), o que implicará em uma participação coletiva na reestruturação de um processo de trabalho. Nessa linha de argumentação, Pêssoa (2011) propõe que os fluxos pelos quais se delineiam o trajeto do usuário em uma rede de serviços sejam pactuados entre gestores e trabalhadores possibilitando o acesso do usuário aos serviços mais facilmente. O trabalho foi realizado através de pesquisa quantitativa e qualitativa, junto às contribuições teóricas da Análise Institucional e Linha de Cuidado em Saúde. No período de implementação do ECS foi realizado um rastreamento no Serviço de Pronto Atendimento (SPA) Aterrado objetivando conhecer e identificar a clientela assistida no "ambulatório de psiquiatria" e redefinir o fluxo de atendimento em saúde mental uma vez que inexistia um serviço ambulatorial no município. Durante esse rastreamento observou-se uma predominância de usuários do sexo feminino (64%), com maior percentual na faixa etária de 41 a 60 anos (54%). Grande parte da clientela era oriunda dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) (53%) e do serviço de neurologia da rede (46%) que recorriam ao serviço para a prescrição medicamentosa. Durante o período de acolhimento realizado no ECS, percebeu-se um grande absenteísmo relacionado a uma resistência ao redirecionamento de seu tratamento para esta

nova unidade, principalmente em decorrência de uma necessidade restrita a obtenção de receita médica e/ou pelo vínculo de confiança que tinham estabelecido com os psiquiatras pelos quais eram atendidos há anos. Com a inauguração do ECS em junho de 2011 e o encerramento dos "atendimentos ambulatoriais" na unidade de emergência, foi discutido e pactuado que os usuários que buscassem pelo serviço para prescrição medicamentosa deveriam ser encaminhados ao CAPS de referência, sendo porta de entrada para o ECS. Essa reorganização provocou um grande impacto na rede de saúde do município: Houve uma redução expressiva dos atendimentos/mês no SPA Aterrado, passando de 1200 em janeiro de 2010 para (400 em novembro de 2011) e um crescimento exponencial dos atendimentos nos CAPS, sendo possível verificar que essas unidades não estavam preparadas para receber o aumento de demanda. Um aspecto facilitador quanto ao fluxo de usuários vem sendo a articulação com os médicos da Atenção Básica para o acompanhamento de casos estáveis no território do usuário e avaliação bimensal ou trimestral no ECS. A aproximação entre as equipes se fez necessária para a co-responsabilidade no cuidado aos usuários. Em 2011, A inserção das equipes de saúde mental nas oficinas de rede da Atenção Básica trouxe o hábito das discussões em equipe. Esse espaço também auxiliou a integração e incorporação do ECS aos demais serviços, uma vez que viabilizava encontros, conversas, troca de informações e planejamento de projetos. O estudo preliminar sobre a implantação do ECS enquanto analisador histórico possibilitou a compreensão sobre os movimentos, tensões e discursos relacionados às expectativas em relação a um novo serviço, principalmente na interpretação entre o que é ofertado e o que é esperado. Tendo em vista que o agir em saúde se faz em espaços relacionais, ressaltamos que é fundamental a participação coletiva na construção dos processos cuidadores, uma vez que isso repercutirá no trabalho com o usuário. Houve uma reestruturação do processo de trabalho em todos os dispositivos da rede de saúde mental, a redução dos atendimentos no "ambulatório" do SPA Aterrado e o aumento da demanda que chegava aos CAPS. Na Atenção Básica ocorreu a articulação para o acompanhamento dos casos em conjunto. Isso aponta para novas discussões sobre uma atuação mais próxima dos territórios, para além de uma clínica ambulatorial e medicalizante. Desse modo, acreditamos que a realização dessa análise inicial sobre o ECS é de grande relevância, pois poderá contribuir para novos estudos sobre as linhas de cuidado na rede de saúde do município.

Estratégia de Saúde da Família e Saúde Mental: processo de grupalização de Agentes Comunitários de Saúde

Patrícia Lopes da Silva, Eduardo Henrique de Oliveira Elias, Osvaldo Gradella Júnior, Nayane Liberato Milhoci

Os objetivos deste projeto foram: 1) a instrumentalização dos agentes comunitários de saúde na apreensão do processo saúde/doença, na articulação entre atenção básica e saúde mental e no processo de grupalização e 2) a formação dos alunos de Psicologia da universidade, proporcionando desenvolvimento do pensamento crítico quanto a realidade social e o entendimento acerca das políticas públicas de saúde mental. Relaciona-se com o GT e o Eixo Temático, pois a Estratégia Saúde da Família é entendida como reorientação do modelo assistencial na Atenção Primária, com equipes multiprofissionais responsáveis pelo acompanhamento de número definido de famílias de um território e atuando na promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e na manutenção da saúde. Nos últimos anos e incorporou a atenção em saúde mental e aumentou a complexidade da tarefa realizada sem a devida orientação e formação na área, além de impedimentos trazidos pela organização do trabalho. Apesar disso, a Estratégia Saúde na Família é uma proposta potencialmente importante para a saúde mental. Utilizamos como referencial teórico os pressupostos do materialismo histórico dialético, o processo grupal sob a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica e a compreensão da doença mental como uma produção social. A atividade que reunia os agentes comunitários teve como finalidade unificar o grupo, demonstrando a importância do seu trabalho enquanto agentes para a equipe da ESF e para os usuários, sendo o elo de ligação entre eles. Foi apresentada e discutida a Lei nº 1886/97 que estabelece as funções do agente comunitário da saúde. A partir do relato do papel dos agentes dentro da Unidade, uma segunda tarefa foi a discussão do que os incomodava, quais eram os seus limites dentro da unidade e possibilidades de reivindicar melhorias no trabalho. Eles esperam um maior reconhecimento pelo seu trabalho e defenderam a possibilidade de se unificarem em um sindicato para conquistarem mais direitos, porém avaliaram que ainda não tinham condições organizativas para isso. Durante os encontros, uma temática importante apresentada, foi a desmistificação do doente mental enquanto sujeitos percebidos somente como dependentes, na maioria depressivos, enfim com os preconceitos utilizados no senso comum. O objetivo foi de que os agentes reconheçam o usuário da Unidade como indivíduo que tem uma história, vive em um mesmo contexto social e econômico, pois os agentes são pessoas da própria comunidade. Foram discutidos termos propostos pelos agentes, como ansiedade e depressão, abordando sobre os

problemas do diagnóstico em relação a mudança na forma de atenção recebida, principalmente por causa do estigma e da rotulação de doente mental. Outra questão discutida foi sobre o surgimento da doença, pois o sujeito está em constante relação com o outro e se forma a partir desta. Tal discussão surgiu em continuidade à desconstrução da ideia naturalizada do estigma e do preconceito em relação ao doente mental. Para instrumentalizar a discussão, foram usados documentários sobre indivíduos que no decorrer da sua vida não tiveram oportunidade de vivenciar relações que contribuíssem em seu desenvolvimento e apresentavam comportamentos não aceitáveis pela sociedade. Outra temática abordada foi o processo grupal que, segundo Lane (1981), o homem dentro de um grupo é instrumento primordial para o conhecimento das determinações sociais e históricas humanas, já que é a partir destas relações, que a sociedade se transforma. Tivemos como objetivo a grupalização dos agentes, com dinâmicas elaboradas conjuntamente, buscando o desenvolvimento de um grupo independente, no qual há liderança distribuída, tarefas autogestadas e todos possuem conhecimentos práticos suficientes (LANE, 1981). Um segundo ponto discutido sobre o processo grupal é o papel do psicólogo, sua contribuição no desenvolvimento do grupo e o que acarreta sua presença. Conforme defende Lane (1981), tentou-se modificar a ideia de que o psicólogo dentro de um grupo é visto como dono do saber, que irá analisar aquele e ganhará uma posição de coordenador do grupo. Ou que possua um olhar externo a ele e interpreta cada indivíduo dentro do processo grupal, dispondo aos sujeitos uma terapia de autoconhecimento. Os objetivos foram realizados dentro dos limites possíveis e satisfatórios. Para atingi-los, houve supervisões semanais com alunos integrantes do projeto e professor coordenador, articulando ensino, pesquisa e extensão, através de estudos teóricos sobre a saúde na atenção primária, a concepção de grupo como processo e a concepção sobre saúde mental, preconizada pela Reforma Psiquiátrica. Esse aporte instrumental para lidar com as discussões supriu a demanda que os Agentes traziam como problemática, possibilitando instrumentalizá-los para as atividades realizadas e culminando em reflexões sobre como se via o usuário da Unidade em sofrimento psíquico.

Experiências na Atenção Básica: desvelando questionamentos acerca da formação em Psicologia

Pedro Vitor Barnabé Milanesi, Henriette Tognetti Penha Morato

O cenário atual da discussão, implantação e atuação nas políticas públicas de saúde revelam a complexidade de suas perspectivas, fortemente marcado pela grande discussão do cuidado à saúde ser cada vez mais concebido em sua dimensão multidirecional e polifônica, trazendo a

necessidade constante de superação da hegemonia do modelo biomédico. Assim a política e os programas da atenção básica desvelam possibilidades de atuações diferenciadas em saúde e, ao mesmo tempo, revelam grande desafio para a formação de profissionais comprometidos com a participação e a atuação direta e imbricada na vida comunitária. Neste cenário, como uma das formas de consolidação destas diretrizes, tem-se o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), cujo eixo fundamental é a atuação em saúde a partir de agentes que possuem vínculos comunitários e, assim, possam ajudar a fazer a ponte entre a complexidade da vida comunitária e a atuação dos equipamentos públicos de saúde, buscando ações conjuntas entre a população e os serviços de saúde. O presente trabalho tem como objetivo levantar questões sobre a construção do olhar para o público e para a participação comunitária na formação em psicologia, visando à atuação política em saúde na atenção básica, junto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Para tanto parte-se do contato com uma discente de psicologia, que mantém forte vínculo com as pessoas do bairro onde morou e que atualmente atua como ACS. Esta narrativa foi construída a partir de entrevistas, e-mails e contatos informais, nos quais Inácia revelava aos poucos sua realidade e a construção de seu olhar para as questões da saúde no que tange a participação comunitária. A análise de sua história de vida se guiou pela analítica do sentido em fenomenologia existencial, visando à elucidação dos modos de cuidado, entendendo que uma história narrada pode revelar um fio de sentido que costura os acontecimentos, permitindo a compreensão e a visualização tanto da singularidade quanto da pluralidade no real. Refletindo junto e a partir da história de Inácia, levanta-se a importância da imersão (mistura) na vida comunitária como experiência central na construção de uma compreensão acerca das possibilidades de atuação em saúde. Porém, Inácia revela essa mistura não como um método instrumental, mas como uma participação efetiva na vida comunitária, onde há também a construção de uma identidade regional do profissional a partir do pertencimento e da participação. Assim a narrativa de Inácia chama a atenção, pois a costura que une sua trajetória de vida, suas escolhas e o motivo que a trouxe para o curso de psicologia, tornou-se emblemática e reveladora de questões e desafios da formação. Esta trajetória permite enxergar questões e desafios para a implantação tanto da política de saúde, quanto para a formação e atuação do psicólogo em saúde. Fazendo-se assim, importante considerar a atenção integral e interdisciplinar à saúde, bem como os princípios do SUS, não mais como normativas a serem cumpridas, mas como uma necessidade e um desejo. Ainda, percebe-se a necessidade de pensar a questão inter na formação, não só inter disciplinas, mas também como uma abertura (e quem sabe uma mistura) para e na vida comunitária.

Família e deficiência: possibilidades e desafios na constituição da diversidade

Patricia Alves Dal Piccolo, Reilla Mendes Lemes, Bruna Souza Magalhães, Anamaria Silva Neves, Thaís Morais Lima, Victor Lawrence Bernardes Santana

Para compreendermos as estratégias e recursos afetivos das famílias frente à deficiência de um de seus membros, bem como ouvir psicólogos e outros profissionais que atuam no âmbito do cuidado às pessoas com deficiência na tentativa de entendermos como essas pessoas exercem sua cidadania e usufruem dos direitos que lhes são assegurados, usando, como forma de auxílio às nossas vivências, pesquisas referentes à história da deficiência. As primeiras informações produzidas sobre o assunto indicam que crianças nascidas com alguma anormalidade eram abandonadas à própria sorte, deixadas em locais afastados para esperarem que a morte as levasse. Conforme o Cristianismo foi se fortalecendo, o modo como a sociedade passou a encarar a deficiência foi se alterando; as pessoas com deficiências, assim como o restante da população, também passaram a ser consideradas "filhas de Deus", portadoras de uma alma. A partir de então, surgem as primeiras instituições de caridade, que acolhem e zelam por essas pessoas. Foi apenas em meados do século XIX que políticas públicas voltadas para a pessoa com deficiência foram elaboradas, dando início a uma preocupação com o respeito aos direitos e a à inclusão social, econômica e política. No Brasil, a Política Nacional de Saúde da Pessoa com deficiência, instituída pela Portaria MS/GM nº 1.060, de cinco de junho de 2002, define como propósitos gerais: proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e, prevenir agravos que determinem o aparecimento das deficiências. Com o início da busca pelo respeito à pessoa com deficiência e seus direitos, surge a possibilidade de uma "inclusão" em diversos âmbitos, o que possibilitaria, também, uma mudança na relação entre a pessoa com deficiência e seus familiares. Assim, o objetivo deste relato de experiência foi compreender as estratégias e recursos afetivos das famílias frente à deficiência de um de seus membros. Metodologicamente, utilizamos como estratégia entrevistas junto a profissionais trabalhadores de instituições que atendem crianças com deficiência, para que expusessem suas impressões e experiências com o sujeito com deficiência e seus familiares. Além disso, entrevistamos uma família que convivia com a deficiência de seus dois filhos menores (um caso raro de ananismo), experiência que nos possibilitou apreender aspectos da dinâmica familiar e o impacto da deficiência na organização da família. As descobertas deste trabalho apontam para uma ampla discussão. A literatura argumenta que, por vezes, a deficiência pode provocar "desarranjo" familiar, que não seria resultado direto da

deficiência, mas sim, da incapacidade da família de encontrar recursos para se adaptar. O contato com uma família deste trabalho nos possibilitou perceber que a deficiência nem sempre é vista como um empecilho, visto que as crianças, apesar de suas limitações, frequentavam uma escola regular e não eram vistos como incapazes pelos seus familiares. Nas entrevistas, psicólogos que atendem ao público com deficiência, esclareceram que os familiares do paciente necessitam de atendimento psicológico tanto quanto a pessoa com deficiência, mostrando que o papel do psicólogo não se restringe a uma intervenção junto ao paciente com deficiência, mas também junto aos seus familiares. Ao final de toda nossa pesquisa, pudemos concluir que a deficiência é uma condição a ser trabalhada pela família e, a depender de como é enfrentada, pode comprometer a dinâmica familiar ou, ainda, provocar novas e incessantes movimentações produtivas na esfera da família.

Familiar cuidador e o adoecimento mental

Nayara Gomes Braga, Nathália de Freitas Costa Fernandes

Introdução e objetivos: Os Centros de Atenção Psicossociais (CAPS), promulgada pela lei 10.216, Lei da Reforma Psiquiátrica ou Lei Paulo Delgado assumem expressiva importância no cenário das novas práticas em saúde mental, considerado como um dispositivo estratégico para reversão do modelo asilar. Os CAPS são serviços comunitários ambulatoriais e regionalizados onde os pacientes têm consultas médicas, terapêuticas, atividades lúdicas e recreativas voltadas para o tratamento e reabilitação psicossociais (Onocko-Campos & Furtado, 2001). O adoecer influencia sobremaneira na vida dos familiares com quem eles convivem. Os pais, ou algum outro membro da família são geralmente os responsáveis pelos cuidados do sujeito e são quem mais sofre com os encargos subjetivos relativos ao ato de cuidar. O envolvimento com os cuidados do familiar adoecido pode induzir uma redução do tempo hábil consigo mesmo, acarretando alterações em suas atividade sociais e pessoais. Esse familiar responsável acaba sendo prejudicado com todo esse contexto e muitas vezes pode levar ao adoecimento dele também (Zanetti & Galera, 2007). A desinstitucionalização tem consequências diretas na vida do responsável pelo cuidado direto do sujeito adoecido mentalmente, pois ao retirar o paciente do hospital psiquiátrico inevitavelmente receberá os encargos subjetivos relativos ao ato de cuidar. Ao familiar cuidador, muitas vezes, resta apenas os serviços substitutivos – como por exemplo os CAPS – como fonte de apoio. Diante dessa realidade o presente artigo objetivou conhecer a história do tratamento em saúde mental a partir do relato dos próprios usuários dos serviços e dos familiares responsáveis pelo cuidado, investigando ainda se a lida cotidiana do

familiar cuidador do adoecido mental é um preditor de sobrecarga. Os serviços públicos de saúde visam atender diferentes demandas, entre elas, o cuidado e tratamento de pessoas com transtornos mentais, entretanto, o cuidado para com o familiar cuidador é deficitário. Assim, o atendimento deve ser estendido a comunidade, abarcando o adoecido e o cuidador, para que, a reinserção social e a reintegração da saúde psíquica do sujeito seja feita de modo a não adoecer seu cuidador. Método: Para fins de coleta das informações foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com duração aproximada de 50 minutos cada, sendo seis entrevistas com o paciente e duas com a cuidadora. O estudo tem caráter qualitativo e exploratório e também utilizou o diário de campo construído pelas discentes a fim de obter maior numero de informações. Para a análise do presente estudo, tomou-se como base a teoria psicanalítica, que entende o sujeito adoecido atrelado ao seu meio social. O paciente entrevistado, José (nome fictício) aparentava ter por volta de seus 40 e poucos anos quando foi abordado por nós. Sua hipótese diagnóstica apontava para um quadro de esquizofrenia. A mãe do paciente entrevistado, Divina (nome fictício), uma senhora idosa que reside com seu filho adoecido e cuida do mesmo. Nos relatos dessa mãe, ela os diz que seu filho foi internado pela primeira vez com 20 anos de idade e, desde então tem um histórico assíduo de internações no Hospital Psiquiátrico, sendo que sua última internação data de aproximadamente 4 meses. Porém, atualmente faz acompanhamentos no CAPS. Resultados: Os dados colhidos mostraram que a posição da mãe é de cuidadora exclusiva, mostrando-se conformada com a situação. A sobrecarga faz-se presente devido ao acúmulo de tarefas domésticas, bem como à preocupações e cuidados com o doente, o que reflete desgastes que atinge níveis emocionais, físicos e inter-relacionais. O paciente e a cuidadora em seus discursos mostraram desconhecimento da verdadeira proposta tanto do hospital psiquiátrico como do CAPS além de valorizarem os serviços prestados sem mostrarem críticas ou questionamentos. Conclusões: Sugere-se que os serviços que oferecem suporte ao sujeito psicótico proporcione práticas de inclusão dos familiares cuidadores, esclarecendo quanto a informações sobre diagnóstico bem como estratégias de enfrentamento nas situações de crise. Pensando que a proposta do CAPS é o tratamento e reinserção do indivíduo adoecido mentalmente em sociedade, deve-se também incluir a família ligada a esse paciente fazendo a articulação conjunta entre serviço e familiares para que a internação em hospital psiquiátrico seja de fato o último recurso como previsto na própria lei 10.216 de 2001.

Formação de Agentes Promotores de Saúde no Sistema Penitenciário

Kelly Cristina Ramira Sousa, Neftali Beatriz Centurion, Rafael de Tilio, Cristiane Paulin Simon

A formação das pessoas privadas de liberdade (ppl) como agentes promotores de saúde (aps) é uma das ações previstas no plano nacional de saúde do sistema penitenciário (pnssp) cujo objetivo é a atenção integral à saúde das ppl. Visando essa ação foram realizadas várias visitas e intervenções na penitenciária que tinham como objetivo apresentar o conceito de promoção de saúde e o Sistema Único de Saúde (SUS), discutido junto as ppl durante o projeto de formação dos agentes promotores de saúde (pfaps) no sistema penitenciário. Nesse sentido, tal proposta articula-se com o Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção em participação", já que é um trabalho que permeia as políticas públicas ligadas a saúde e também a participação popular promovendo uma maior amplitude no que tange ao conceito de saúde presente no SUS e também na concepção de "ser" enquanto cidadão pleno de direitos e deveres. Além da apresentação desses temas, o nosso projeto visava essa formação como uma co-construção entre os organizadores para com os presos, assim como entre estes para com a penitenciária, estabelecendo um vinculo de forma dinâmica e dialética. Esse projeto é uma parceria entre a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, penitenciária e escola estadual, em Uberaba/MG, realizado em 2012 e 2013. Para a formação dos Agentes Promotores de Saúde, nove alunos de graduação foram capacitados. Participaram desta atividade, 30 ppl, divididos em dois grupos: masculino e feminino. Cada grupo foi coordenado por 2 a 3 alunos e 1 docente. Os encontros mensais tiveram duração de 4 horas. Foram utilizadas metodologias participativas através de oficinas (representação gráfica, apresentação, exposição dialogada e elaboração de textos) e filme para discussão sobre processo saúde-doença, promoção de saúde, SUS e Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional (PNSSP). Os grupos apresentaram dinâmicas diferentes de funcionamento e também de conhecimento. O conceito ampliado de saúde a partir dos determinantes sociais foi expresso pelos dois grupos. Identificaram situações cotidianas de alimentação, higiene, habitação, estigmatização e pouco espaço de participação social que impediam melhores condições de saúde das ppl. Quanto aos temas explorados nas visitas sobre promoção de saúde, o grupo masculino priorizou a responsabilidade individual pela saúde e o feminino, a institucional. As mulheres levantaram dúvidas sobre doenças específicas e acesso aos serviços de saúde dentro da penitenciária. Já o grupo masculino demonstrou maior interesse nas ações do aps. É importante salientar que os grupos desconheciam o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, pouco conheciam sobre o SUS e sobre o conceito de promoção de saúde. No entanto, mostraram-se muito envolvidos e motivados com o (pfaps) bem como com a execução das ações, mas preocupados com os limites institucionais. Nesse sentido visando uma melhoria da saúde das ppl, foi proposto a abertura de um conselho local de saúde na

penitenciária. Fazendo uma análise mais precisa quanto as metodologias participativas, é importante salientar que elas facilitaram o processo de reflexão sobre os temas trabalhados. Também notamos que as metodologias poderiam ser diferentes com relação a cada grupo uma vez que elas devem atender as demandas heterogêneas de cada um. A ampla discussão sobre promoção de saúde tem sido incipiente devido a dificuldades de compreensão da saúde como um direito das ppl no sistema prisional. Assim, é possível reconhecer que o Conselho Local de Saúde é de grande valia nesse âmbito uma vez que a participação social no sistema poderá ajudar a enunciar inúmeras questões presentes na instituição e também na relação dos ppl. Para os ppl, principalmente, é importante essa compreensão do exercício da cidadania em busca de direitos e melhorias fundamentais para que o próprio andamento do projeto que busca formar Agentes Promotores de Saúde que auxiliem tanto a equipe de saúde quanto aos próprios ppl. Visto que essa participação pode proporcionar uma relação mais dinâmica entre ppl e os funcionários da penitenciária. Assim, o conselho local de saúde, por ser uma porta aberta entre a instituição e os ppl, pode contribuir em possíveis melhorias no atendimento e na estrutura da saúde no sistema prisional, no que tange a demanda existente na penitenciária. A partir dessa experiência, concluímos que o módulo promoção de saúde no pfaps introduziu o conceito de saúde como direito das ppl que envolve corresponsabilidade e extrapola a condição de confinamento existente. Assim, com a implantação do Conselho Local de Saúde, é importante que a compreensão de cidadania paralela aos conceitos sobre promoção de saúde, bem como as doenças que foram utilizadas como temas apresentados durante o curso de capacitação de agentes promotores de saúde no sistema prisional, tenham profundas ligações para que haja o fortalecimento das discussões em prol de melhorias na saúde do Sistema Prisional. Além disso, sabe-se que o apoio institucional é condição fundamental para que os aps efetivem suas ações junto aos pares e familiares.

Formação em Saúde para o SUS: o PET-Saúde como dispositivo de aproximação com a comunidade

Tatiana Aline de Souza Carvalho, Cláudio Claudino da Silva Filho

Estudos apontam o preocupante distanciamento entre a formação dos profissionais de saúde, e a realidade do Sistema Único de Saúde (SUS), os quais se tornam cada vez mais alheios à co-participação dos usuários em seu processo saúde-doença-cuidado-qualidade de vida. O objetivo geral deste trabalho é descrever e refletir sobre vivências acadêmicas na comunidade e suas nuances para aproximação das(os) Graduandas(os) em cursos da área de saúde com as reais

necessidades das(os) usuárias(os) do SUS. A escolha do eixo temático "Saúde" e dos GTs 20, 5 e 7 neste evento, guardam relação direta com a urgente necessidade de reorientação da formação profissional em saúde, expressa em montantes de recursos e esforços governamentais mediante diversos dispositivos de formação (como o PET-SAÚDE), os quais devem ser melhor analisados e aperfeiçoados no contexto do SUS. Trata-se de um relato de experiência/estudo de caso, de uma linha/grupo do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PET-SAÚDE) na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), onde Graduandas(os) em Psicologia, Enfermagem, Medicina, e Ciências Farmacêuticas compartilham a missão de promover saúde junto à mulheres em situação de prostituição e diminuir os estigmas e preconceitos das(os) profissionais de saúde (preceptoras/es dos/as mesmos/as) na assistência à esse público. Ocorrem reuniões semanais de socialização das experiências de ensino-pesquisa-extensão (pilares da universidade que são articulados pelo PET), discussões de textos e temáticas correlatas, e planejamento das atividades na comunidade e com as equipes de saúde da família. A orientação teórica da proposta é amistosa à concepção problematizadora proposta Charles Marguerez, rumo à formação de profissionais de Saúde crítico-reflexivos mediante Metodologias Ativas no processo de ensinar-aprender, como também com as propostas de consciência e liberdade de Paulo Freire. Emergiram das vivências que as(os) Graduandas(os) reconhecem o distanciamento de seus Projetos Político-Pedagógicos, Planos de Ensino das disciplinas na estrutura curricular mínima, e a própria postura dos docentes em sala, com a realidade dos usuários do SUS, visando aprofundar na complexidade do adoecimento da comunidade e conhecimento "de perto" do perfil epidemiológico estudado em sala. Há consenso entre elas(es) que há pouca valorização por parte dos docentes e coordenação dos cursos quanto à experiências "fora" da grade curricular formal, culminando em marginalização dos relevantes saberes inerentes à iniciativas de extensão universitária. Outro elemento muito apresentado pelas graduandas(os) quando socializam suas experiências e vivências é o claro distanciamento do que se ensina na universidade e as habilidades e competências que a atuação no SUS demanda, com ênfase para Estratégia de Saúde da Família, a qual preconiza vínculo entre a equipe e população adscrita, o que põe em cheque a lacuna tradicionalmente existente na relação profissional-usuária/o. Esta dicotomia é também relatada pelas(os) profissionais/preceptoras(es) do grupo, mostrando incompatibilidade entre as pautas de prioridades para Educação Permanente em serviço e as reais demandas das equipes multiprofissionais. Por conseguinte, a formação das(os) profissionais de saúde deve atentar cada vez mais às tendências loco-regionais, aproximar os estudantes o quanto antes de sua

realidade, e permitir o aprendizado problematizador mesmo distante fisicamente das salas de aula. Descritores (DECS/BVS): Formação de Recursos Humanos; Integração à comunidade; Integração docente-assistencial; Assistência integral à Saúde.

Fundamentos teóricos da Psicossomática Psicanalítica

Maíra Bittar Galdi

Introdução: As doenças psicossomáticas vêm ocupando um significativo lugar na contemporaneidade, pois vem sendo um recurso bastante utilizado de expressão do sofrimento psíquico, e por isso mesmo, configura-se em uma demanda crescente no cenário clínico. Apesar disso, as tentativas de definições e de explicações teóricas sobre esse fenômeno continuam sendo problemáticas no campo da Psicanálise, que, embora tenha se constituindo tentando ultrapassar a dicotomia entre o somático e o psíquico, com o tempo deixou de se interessar pela expressão psicossomática do mal-estar humano. Além disso, a psicanálise, ao tentar reverter essa posição e adentrar no campo das doenças orgânicas, é acusada de tentar se inserir em questões pertencentes exclusivamente ao saber médico. Entretanto, muitos analistas consideram que esse fato pode oferecer uma ampliação aos horizontes psicanalíticos, na medida em que as relações entre o somático e o psíquico são cada vez mais estudadas e problematizadas, gerando intensas discussões para além dos sintomas neuróticos. Objetivos Gerais: Descrever as divergências e convergências existentes nos fundamentos teóricos da psicossomática psicanalítica, abordando como essa organização se configura atualmente. Específicos: Aprofundar as concepções teóricas sobre os mecanismos de defesa e estruturas de personalidade envolvidas na somatização. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa de caráter teórico-conceitual que busca compreender o campo atual de discussões sobre o fenômeno psicossomático na literatura psicanalítica. As fontes utilizadas foram de caráter bibliográfico, baseadas em um levantamento feito em livros e periódicos em bases de dados nacionais. Resultados e Discussão: As proposições teóricas tradicionais se baseiam em um estudo bastante controverso feito pelas duas grandes escolas de psicossomática: A Escola Psicossomática de Chicago e o Instituto de Psicossomática de Paris. A primeira fez um correlato de certos traços de personalidade com algumas doenças específicas. Essa escola tratava as doenças psicossomáticas, como desequilíbrios orgânicos que faziam parte do todo corporal, assim como a personalidade. O Instituto de Psicossomática de Paris (IPSO) também fez um correlato das doenças psicossomáticas com um certo tipo de personalidade denominado funcionamento operatório, que se caracteriza pela ausência de associações, de símbolos e fantasias. As doenças

viriam como uma descarga da energia psíquica que não pôde ser descarregada através das palavras. Joyce McDougall e Dejours consideram essas proposições mas ampliam o fenômeno, tirando a ideia de que ele está restrito apenas a um tipo de personalidade, já que todos possuem um certo limite na capacidade de simbolização, estando, portanto, todos propensos a somatizar. Conclusões: Conclui-se que apesar de todo acervo teórico que a psicanálise oferece, as dificuldades em articular os processos mentais com os orgânicos continuam, permanecendo pobres as discussões acerca da metapsicologia envolvida os processos de somatização. Também nota-se uma tendência crescente de flexibilidade das características de personalidade consideradas "neuróticas", "psicóticas", ou "perversas", que possibilita um olhar mais maduro e crítico concernente aos processos da personalidade, e, consequentemente, á teorização sobre a psicopatologia psicanalítica.

Hospital Psiquiátrico: superando paradigmas - olhares e percepções do seu dia a dia

Lícia Soares Pereira de Arruda, Fernanda Piotto Fontana, Aline Nunes de Santana Lima

Objetivos: Este trabalho consiste em um relato de experiência da disciplina de Estágio Básico IV do 6º semestre do curso de psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso. Essa experiência foi uma prática supervisionada de observação e interação em contextos de atuação em Psicologia Clínica e da Saúde, acompanhados de reflexões éticas sobre o campo de atuação e questões relacionadas à Reforma Psiquiátrica. Assim, ele consistiu em estudar a legislação que dispõe sobre o SUS e sua rede de atenção à saúde, possibilitando a leitura institucional dos processos de trabalho, contextualizando as práticas e tratamentos realizados nos serviços nos diferentes níveis e de atenção. Verificamos e acompanhamos experiências profissionais que viabilizaram a discussão da realidade efetiva, bem como reflexões sobre o processo saúde e doença. Realizamos a articulação entre teoria e prática, por meio da problematização da realidade observada. Por fim, conhecemos como está estruturado o trabalho das equipes discutindo sobre a atuação do psicólogo nas equipes interdisciplinares. Relação com o eixo temático: A relação com o eixo temático saúde se deu a partir de um estágio básico que proporcionou reflexões acerca da psicologia e do profissional psicólogo no campo de atuação da saúde e de sua prática. O estágio possibilitou as acadêmicas um olhar crítico acerca da questão de saúde mental, das políticas públicas de saúde, da relação dos profissionais tanto com a equipe de trabalho quanto com os usuários da saúde pública de um Hospital Psiquiátrico localizado na cidade de Cuiabá-MT. Orientação teórica: O trabalho baseou-se em um referencial teórico de abordagem humanista, cuja teoria caracteriza-se pela crença nas

potencialidades de desenvolvimento e crescimento psicológico em condições comunicativo-relacionais realistas, sensíveis, compreensivas e "atitudes terapêuticas baseadas na autenticidade, aceitação calorosa e compreensão empática" (Rogers, 1951/1974). Para Rogers (1983), todos temos a vivência de ter experimentado momentos em que conseguimos expressar-nos mais profundamente, em que compreendemos melhor o sentido das coisas, em que compartilhamos sentimentos, afetos, ternura. Esses momentos apontam para processos mais permanentes de realização, de integração pessoal e grupal, que são possíveis se alcançamos um determinado nível de equilíbrio, de maturidade, de liberdade. Método: Esta experiência se baseou em uma observação participante no contexto de um Hospital Psiquiátrico, no qual as estagiárias puderam estar inseridas no grupo observado, tornando-se parte dele, buscando partilhar de seu cotidiano para sentir o significado de estar naquela situação. Resultados: No decorrer das observações, pudemos estar mais próximas do que é estar em contexto de saúde pública, experienciando o que estava sendo discutido no curso de Psicologia na interface com a Saúde Pública. Neste sentido, afirmamos que leituras, discussões e reflexões realizadas em sala de aula foram imprescindíveis para o nosso olhar como futuros profissionais de psicologia. Em relação aos profissionais do Hospital Psiquiátrico percebemos que há uma grande interação dos mesmos com os pacientes. Vimos que a equipe age de maneira acolhedora com seus pacientes, ouvindo, se compromissando, se responsabilizando, conhecendo e se aproximando de cada um. Percebemos também a presença de uma equipe multiprofissional, trabalhando de forma a integrar as várias áreas de atuação, evidenciando a importância dessa relação interprofissional para que o trabalho com o paciente se dê de forma integral. O meio de trabalho acima citado remete-nos ao modo psicossocial onde a equipe é interprofissional, na qual ocorre um intercâmbio das visões teórico-técnicas e práticas, que seja capaz de superar o modelo da "linha de montagem", fundado na estratificação do saber dos especialismos (RONTELLI, 1990 apud COSTA-ROSA, 2000). Conclusões: A necessidade de por em prática de forma engajada um modelo de atenção em saúde mental que não segregue, não prive o cidadão de uma convivência em sociedade e não crie pessoas institucionalizadas se concretizou diante de nós. Junto à equipe, foram percebidas formas de trato aproximadas ao visado modo de atenção psicossocial, podendo-se perceber em momentos, movimentos instituintes que podem caminhar a um trato alternativo, mesmo que dentro do hospital. Acreditamos ter alcançado nossas expectativas quanto a estar com os pacientes, estar de um modo inteiro e tratá-los com igualdade, enxergá-los como pessoas que tem uma história de vida, tem uma família, tem uma profissão, tem uma vida extramuros dali, tem sonhos e desejos como nós. Estar com eles foi

um momento para compartilhar suas experiências, de poder ouví-los quanto aos seus sofrimentos. Estar com eles nos possibilitou ter um olhar e agir de maneira mais humana e, principalmente, nos propiciou uma grande lição acerca da realidade de quem possui um transtorno mental, sobre o que é a loucura e o papel e dever do psicólogo com as políticas públicas de saúde mental.

Humanização e Educação em Saúde: concepções de enfermeiros da pediatria de um hospital de Assis - SP

Mayara Aparecida Bonora Freire, Maria Rita Melo Barcelos

Considerando a humanização como a valorização dos diferentes sujeitos envolvidos no processo de produção de saúde, a Política Nacional de Humanização (PNH) tem como ideias norteadoras a autonomia, o protagonismo e a corresponsabilização dos sujeitos; o estabelecimento de vínculos solidários; a construção de redes e a gestão participativa. No que se refere aos trabalhadores, especificamente aos enfermeiros, a PNH propõe problematizar certas práticas e implementar mudanças diante do despreparo perante as demandas socais e subjetivas apresentadas pelos enfermeiros assim como a alienação de seu próprio trabalho causada pelos modelos de gestão autoritários e hierarquizados, tornam a relação entre equipe e usuário menos eficaz e afetiva. A Educação Permanente aparece, então, como um dos dispositivos da PNH e reivindica ações, entre elas, a formação, a organização do trabalho, as redes de gestão e serviços em saúde e o controle social. Esse projeto de iniciação científica objetiva investigar as concepções dos enfermeiros da ala pediátrica de um hospital no município de Assis/SP sobre a humanização e suas influências no trabalho cotidiano. Dessa maneira, a reflexão proposta pela pesquisa coincide com os objetivos do Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação", uma vez que ambos visam ao debate sobre o processo saúde-doença, bem como o envolvimento dos profissionais na construção cuidado. Além disso, há uma preocupação em relação à atenção das políticas em saúde, nesse caso, da PNH, direcionada aos usuários e aos trabalhadores desse campo de produção de afetos e de modos de afetar e ser afetado pelo outro na criação de novas subjetividades e sociabilidades A coleta de dados está em processo e é realizada por meio de observações participantes na pediatria e nos encontros de educação permanente, entrevistas semidirigidas a três enfermeiros e a um profissional responsável pela implantação da PNH na instituição, bem como pela análise de documentos relacionados ao tema em questão. Os resultados são parciais e baseados nos dados obtidos por meio das entrevistas, observações e análise documental, de modo que está sendo

realizada a interpretação e discussão dos dados apresentados de acordo com a teoria psicanalítica e a Política Nacional de Humanização – dispositivos, diretrizes e objetivos. Até o momento, observou-se que os profissionais notam uma influência efetiva da implantação da PNH principalmente no cuidado com o paciente, sobretudo no que se refere ao acolhimento dos mesmos, através de visitas abertas e da presença de familiares acompanhantes, bem como de banners informativos. Essas ações, conforme pôde ser observado na análise documental e confirmado por meio da entrevista com a profissional responsável pela atual Comissão de Humanização do Hospital, foram deliberadas por um Grupo de Ações Integradas de Acolhimento aos Usuários, constituído de profissionais de diversas áreas da instituição e operando segundo as demandas que chegavam até as reuniões. O grupo iniciou-se em 2003 e funcionou até o ano de 2008. Entretanto, as ações criadas por esse grupo priorizavam os usuários em detrimento dos profissionais, sobretudo no que se refere à qualificação da escuta. Atualmente, no hospital, ocorrem rodas de educação permanente para alguns profissionais, dentre eles, enfermeiros. Entretanto, a rotina de trabalho da equipe dificulta a participação em ações desse tipo e essas rodas operam com grupo semiaberto e limitado em número de participantes inscritos, denotando a necessidade de um trabalho mais apurado na instituição nesse aspecto. O que pôde se observar, mais uma vez, foi um espaço que, apesar de acolher angústias dos profissionais, foca essa escuta para a forma de lidar com os pacientes, deixando de lado a atenção para o profissional como sujeito. Vale lembrar que essa implantação da PNH ainda está em processo, com mudança da comissão responsável e redirecionamento das ações, que continuam centralizadas no atendimento ao usuário em detrimento do acolhimento e escuta do profissional, restritas às reuniões de equipe do núcleo materno infantil e às rodas de educação permanente. Nas entrevistas, parte dos enfermeiros destacou a importância da Humanização para com os profissionais, os quais, muitas vezes, são cobrados a cumprir uma postura de atenção e cuidado ao paciente e não percebem que são acolhidos. Dessa forma, o trabalho em equipe é valorizado e considerado um ponto de apoio, de modo que cada turno de trabalho desenvolve seus próprios espaços de discussão e acolhimento de angústias desses profissionais. Apesar disso, foi possível notar que os enfermeiros procuram orientar as famílias atendidas da melhor maneira e demonstram a importância de um cuidado e valorização do mesmo às crianças internadas no setor. É indiscutível que com relação ao atendimento ao público, ou seja, às crianças e suas respectivas famílias, a implantação da PNH surtiu em efeitos importantes no que diz respeito ao manejo e atendimento da demanda, como prevê tal Política.

Interferências nos modos de gestão e produção de subjetividade no Hospital Universitário (HU/UFS)

Aline Alves Menezes, Catiele dos Reis Santos, Juliana Santos Oliveira

A discussão referente à atenção e gestão no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS) tem se ampliado no setor público diante do entendimento de que os modos de produzir saúde e os modos de gerir os processos de trabalho são indissociáveis. A Política Nacional de Humanização do SUS (PNH), entendida como proposta do Ministério da Saúde que valoriza os diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde, tem por objetivo "provocar inovações nas práticas gerenciais e nas práticas de produção de saúde, propondo para os diferentes coletivos/equipes implicados em tais práticas o desafio de superar limites e experimentar novas formas de organização dos serviços e novos modos de produção e circulação de poder" (BRASIL, 2010). Nesse momento de ampliação desse debate, situam-se as questões deste trabalho, que disparam para uma análise do Hospital Universitário (HU) de Sergipe no que tange aos processos de trabalho instituídos no local, bem como as interferências propostas por uma equipe de profissionais da Residência Multiprofissional da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Tais questões seriam: Como estão organizados os processos de trabalho nas clínicas do HU? Como estão constituídas as relações entre profissionais, usuários e gestão? Quais os efeitos de subjetivação estão produzindo? Como criar propostas para as mudanças necessárias? A Residência Multiprofissional é um programa do governo federal, orientado pelos princípios e diretrizes do SUS, abrangendo profissões da área da saúde que atuam conjuntamente na atenção e na gestão, reafirmando a proposta da clínica ampliada - entendida como "ferramenta de articulação e inclusão dos diferentes enfoques (biomédico, social e psicológico) e disciplinas" (BRASIL, 2010) no cuidado do usuário e do serviço. A partir do entendimento de que a mudança nos modelos de atenção e gestão em sua indissociabilidade tem como foco a produção de saúde e do próprio processo de trabalho, constitui-se como cenário de práticas do programa, pensar o próprio local de atuação a partir da ideia de poder compreendê-lo nos seus objetivos, formas de organização e relações de poder para transformá-lo, afirmando a possibilidade ininterrupta de invenção de estratégias para a construção do SUS. Durante a inserção da equipe nesse cenário de práticas, após um ano de experiência no hospital, foi realizada inicialmente a observação participante de uma clínica específica, a saber, a clínica cirúrgica, pois nesse local os problemas levantados e discutidos no cotidiano do trabalho encontravam-se mais evidentes, urgindo a necessidade de mudanças. Era

preciso compreender como estavam instituídos os processos de trabalho e quais eram as principais fragilidades, potencialidades e contradições deste setor, que interferiam em um cuidado integral, resolutivo e humanizado aos usuários. Nesse período inicial foram elencados vários problemas, dentre eles: ausência de projeto terapêutico, fragmentação da atuação das diferentes profissões, dificuldade de comunicação entre os profissionais, desvalorização do trabalho interdisciplinar, usuário tratado como objeto de estudo e inexistência de um fluxo no serviço. Encontramos assim práticas cristalizadas anuladoras dos sujeitos, usuários e profissionais e dos processos. Esse primeiro momento se constituiu como ponto de partida para a nossa proposta de intervenção. Com o objetivo de analisar coletivamente os processos de trabalho da clínica, sob uma perspectiva da Análise Institucional, base para o entendimento da cogestão, tornou-se proposta a realização dos Grupos de Trabalho de Humanização (GTH) como segunda etapa da metodologia. Entendemos que a inexistência dos espaços coletivos de compartilhamento sobre o serviço, como o GTH, produz formas verticalizadas de gestão que além de inviabilizar os processos criativos dos atores envolvidos no serviço, dificulta a análise consistente dos processos de trabalhos. Acrescentamos ainda que os problemas do hospital mencionados estão diretamente relacionados à ausência desse espaço de troca que ocasiona a naturalização das ações desarticuladas com o sistema de saúde atual. Portanto, o modo de produção de subjetividade predominante é o da produção da repetição de tais ações. O conceito de subjetividade norteador desse trabalho entende que "a subjetividade não é um dado, um ponto fixo, uma origem", mas constituída em um "campo de produção de subjetividade", (Kastrup, 2007). Sendo assim, a subjetividade não pode ter sua constituição explicada sem que se leve em conta vetores diversos (instituições, saberes, família, tecnologias, etc.). Entendemos dessa forma que o campo de produção dos sujeitos e dos processos de trabalho instituídos no hospital contraria o SUS. O primeiro grupo foi realizado com a equipe da residência multiprofissional em atuação no setor, posteriormente foram realizados grupos com os acompanhantes, usuários e profissionais. Os efeitos observados indicam que os grupos refletiram principalmente sobre a prestação do serviço; o trabalho em equipe; as relações entre os usuários, profissionais e gestão, evidenciando os problemas já elencados no período observacional. Foram construídas pelos grupos propostas de ações para a melhoria do serviço, configurando no hospital um movimento de criação de um modelo de gestão co-participativa; dispositivo político de engendramento de fluxos intempestivos que desarticula o instituído.

Intervenções precoces na infância: vivências de um serviço em uma Unidade Básica de Saúde

Carolina Sarzi Ledur, Belinda Silva Pereira

Este trabalho tem a finalidade de apresentar a experiência vivenciada através do projeto de extensão "Intervenções precoces na infância: um projeto junto ao programa da criança de uma unidade básica de saúde" vinculado ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e desenvolvido junto ao Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança (PAISC) em uma Unidade Básica de Saúde deste município. O projeto visa observar a relação entre mães e seus bebês ou aquela/aquele que cumpra a função materna ou de cuidador, bem como acompanhar o desenvolvimento inicial de bebês, de modo a detectar de forma precoce possíveis riscos ao desenvolvimento infantil. Aspira-se colaborar no sentido da promoção de saúde, qualificando a relação mãe/bebê, bem como fazer desta experiência uma intervenção compartilhada entre profissionais da psicologia e da enfermagem, estimulando práticas de cuidado em saúde integrais e interdisciplinares. De acordo com Winnicott (1983), toda criança tem um potencial herdado no sentido do crescimento e do desenvolvimento. Contudo esse potencial não é suficiente, e não garante um desenvolvimento saudável, já que o bebê só se torna um bebê se estiver envolvido ao cuidado materno, visto que é totalmente dependente, e sem essa condição não pode começar a vir a ser. A criança começa a ser a partir de um cuidado satisfatório, proporcionado por uma mãe que provém um ambiente suficientemente bom, capaz de auxiliá-lo a alcançar as satisfações, ansiedades e conflitos inatos a cada etapa. Logo, quando a mãe é suficientemente boa, a linha da vida de uma criança é muito pouco perturbada por reações a intrusões, pois ela consegue uma adaptação sensível às necessidades do bebê, colocando-se no lugar deste, e assim assenta as bases para um desenvolvimento saudável. Dessa forma, "capacita o bebê a começar a existir, a ter experiências, a construir um ego pessoal, a dominar os instintos e a defrontar-se com todas as dificuldades inerentes à vida" (Winnicott, 2000, p. 404). No que se refere ao método, o recurso técnico utilizado pela equipe de psicologia é prioritariamente a observação participante, a qual se mostra importante quando se busca conhecer e compreender o desenvolvimento inicial, sobretudo os aspectos que envolvem a dinâmica relacional. As observações têm por base o instrumento proposto por Kupfer et al. (2009), chamado Indicadores Clínicos de Risco ao Desenvolvimento Infantil (IRDI), que podem ser observados em crianças de zero a dezoito meses. Além disso, quando necessário, são utilizados outros recursos técnicos, quais sejam: a) entrevistas com familiares; b)

orientações aos cuidadores da criança; e c) encaminhamentos para outros profissionais e serviços de saúde do município. As crianças geralmente comparecem acompanhadas de suas mães, entretanto, observou-se no primeiro semestre de 2013 a frequente presença do pai ou outro familiar no Programa, em relação aos semestres anteriores . As ações desenvolvidas pela equipe multidisciplinar incluem orientações sobre amamentação, cuidados com a higiene da criança, acompanhamento do desenvolvimento físico (peso e medidas) e, além disso, realiza-se acolhimento frente às angústias, medos e dúvidas que surgem do papel de mãe/pai. De acordo com Arpini e Santos (2007), a questão socioeconômica deve ser considerada, de modo que é muito importante que os profissionais do serviço conheçam, primeiramente, a realidade em que vive a família, a fim de que não se forneçam orientações difíceis de serem seguidas ou que possam constranger o cuidador. Evidenciou-se que a partir do momento em que o vínculo entre a equipe e a díade mãe-criança ou familiar/criança é estabelecida, tornam-se mais escassas as faltas ao horário agendado, o que pode ser entendido positivamente como a satisfação das mães quanto ao acompanhamento que têm recebido. Os resultados indicam que este projeto tem possibilitado um olhar ampliado sobre o desenvolvimento infantil, o qual certamente contribui para que as díades sintam-se bem atendidas, acolhidas e contidas pelo serviço. Por meio da ação interdisciplinar que integra enfermagem e psicologia tem-se ampliado as ações e contribuições da psicologia na área da saúde, sobretudo na promoção de saúde, aspecto certamente muito importante para a formação de novos profissionais, uma vez que estamos tratando de uma ação extensionista. Por fim, entendemos que este trabalho se insere no Eixo: Saúde e no Grupo de Trabalho (GT 20): O cuidado em saúde e a construção da participação, considerando que esta experiência está sustentada num olhar ampliado de saúde, em especial no cuidado a saúde da criança. Trata-se de uma ação com foco na promoção de saúde, de cunho interdisciplinar e que busca através da observação do desenvolvimento infantil inovar as práticas em saúde incluindo os aspectos relacionais de constituição do vínculo inicial no cenário da saúde, estando portanto em sintonia com os pressupostos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Itinerários terapêuticos, drogadição e serviços públicos: uma abordagem contemporênea

Natália dos Santos Eckhardt, Luciane Marques Raupp

O uso abusivo de substâncias psicoativas é hoje um importante problema de Saúde Pública, o qual tem desafiado os profissionais de saúde a repensarem as práticas voltadas a esse público, visando à integralidade na atenção. Considerando a baixa adesão dos usuários aos tratamentos

oferecidos na rede de saúde, principalmente no pós-internação, faz-se necessário conhecer suas trajetórias na busca por tratamento, considerando a diversidade de ofertas terapêuticas na atualidade e a complexidade da questão. Visando aprofundar essas questões, este trabalho se propõe a mapear os itinerários terapêuticos de usuários e ex-usuários de substâncias psicoativas, problematizando as redes de atenção a esse público a partir dos itinerários dos sujeitos em busca de tratamento, buscando ressaltar suas opiniões a respeito de suas experiências com a rede de atenção. A partir de uma abordagem qualitativa, os entrevistados foram recrutados com a parceria do serviço de redução de danos de um município do estado do Rio Grande do Sul e submetidos à entrevista semi-estruturada em profundidade. Dentre os objetivos do trabalho, destaca-se: identificar aspectos que levam os sujeitos a reconhecer o uso de álcool e outras drogas como um problema que requer tratamento especializado; descrever seus itinerários em busca de respostas e tratamento para seu problema; conhecer suas opiniões sobre as experiências de tratamento e cuidado acessadas; problematizar a rede de atenção aos sujeitos com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas da 16ª regional de saúde/RS.Os dados foram analisados por meio do método de análise de conteúdo. Os resultados preliminares do estudo mapearam a rede de atenção da região e as dificuldades da mesma no tocante à oferta de serviços adequados às necessidades desse público e à desarticulação entre os serviços, deixando os usuários com poucas opções de atenção adequadas às suas especificidades. A partir das percepções desses sujeitos entrevistados, alguns pontos positivos e negativos referentes a essa busca itinerante foram apontados e serão utilizados como disparadores para a discussão do conteúdo. O layout do pôster seguirá as normas estipuladas, sendo sua arte em tons neutros, dando ênfase ao escrito, acentuando alguns pontos que se sobressaem no texto.

Juventude e promoção de saúde: construindo espaços de diálogo

Aline Amaral Sicari, Eliane Regina Pereira, Beatriz Zocal da Silva, Larice Santos Silva

A intervenção aqui apresentada foi desenvolvida como uma prática de estágio e pesquisa em Psicologia Social e da Saúde da Universidade Federal de Uberlândia. As intervenções foram realizadas em uma Unidade Básica de Saúde estando situada em um bairro na zona oeste da cidade de Uberlândia. O objetivo principal da intervenção foi a formação de um grupo a fim de promover saúde por meio da construção coletiva, entre os jovens usuários do serviço e as estagiárias de psicologia, em que foi desenvolvido um espaço aberto ao diálogo e as reflexões a partir dos próprios participantes. Embora o viés norteador do SUS para as redes de atenção primária – UBS e UBSF – seja prioritariamente a construção de espaços de prevenção e

promoção de saúde, as práticas cotidianas naquela unidade, afirmam um lugar ocupado por doenças. Em decorrência dessas práticas de cuidado sustentadas em um modelo biologizante de saúde, nossa proposta de intervenção enfrentou obstáculos constantes durante o processo de formação e constituição do grupo. Primeiramente em relação a ineficiência do convite feito aos jovens do bairro por meio de busca ativa sendo necessário recorrer a fila de espera de atendimentos e ainda, em relação com a equipe de funcionários visto que a prática de roda de conversa em grupo não era uma proposta desenvolvida na Unidade. A proposta de clínica ampliada nos moldes dos grupos de discussão, muitas vezes não foi por muitos profissionais do serviço, entendida como um espaço de saúde, pois a Psicologia ainda conhecida tem um formato de clínica tradicional e individual. Ocupamos um lugar de resistência com o propósito de promover saúde de forma ampla e potencializadora, construindo um espaço que possibilitou o (re)pensar a juventude dos participantes do grupo e suas relações com a sociedade e a cidade.Tendo a perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural como pano de fundo do processo de intervenção, passamos a compreender sujeito e pesquisa, como um processo aberto, como produto e produtor de um tempo e contexto, em constante movimento e transformações, o que viabilizou construir e desconstruir saberes com os sujeitos participantes, oportunizando espaços de reflexões de uma juventude instituída e estereotipada, ampliando as possibilidade de existência e assim promovendo saúde. A construção de um espaço horizontal de reflexão foi acontecendo de forma gradual e, através da utilização de recursos estéticos como disparadores dos encontros, foi possível discutir e refletir sobre saúde no cotidiano desses jovens. Dessa forma, o cuidado com os participantes, que adotaram uma postura ativa, permitiu que o grupo exercesse a função de um espaço onde a escuta e a fala foram respeitadas ultrapassando uma moral vigente. Ao longo dos encontros, o grupo produziu sentidos sobre amores e desamores, sexo, família, adolescência e, sobre o próprio bairro. Nesta prática foi necessário desocupar o lugar que havia sido destinado a nós na Unidade de Saúde e (re) fazê-lo. Acreditando em saúde em seu sentido amplo, integrado, humanizado e que ultrapassa o imposto pelo saber biomédico, apontamos como necessário a discussão e a problematização das práticas em saúde pública, de forma a concretizar os princípios do SUS.

Levantamento sistemático de teses e dissertações sobre a paternidade adolescente e a relação pai-filho no primeiro ano de vida da criança

Danielle da Costa Souto, Ana Cristina Garcia Dias

O tema da paternidade, de maneira geral, ainda é menos estudado que o da maternidade. Em consequência disso, os estudos voltados para o pai adolescente acabam se tornando ainda mais escassos. É importante também destacar que quando são realizados estudos sobre a temática, esta é analisada, muitas vezes, através do discurso materno e/ou do olhar de outros familiares. Este trabalho tem como objetivo investigar o que foi produzido nos últimos 10 anos, em relação a teses e dissertações, sobre o tema da paternidade adolescente e a relação pai-filho no primeiro ano de vida da criança. Este estudo está vinculado ao eixo temático da Saúde, pois é importante entender o ser pai na adolescência quando a parentalidade nesta fase da vida é frequente em algumas classes sociais e precisa ser compreendida para a construção de estratégias de promoção de saúde no contexto das Políticas Públicas. Foi realizado um levantamento sistemático de teses e dissertações publicadas nos últimos 10 anos no Banco de Teses e Dissertações da Capes (http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses). A busca por descritores que contemplassem o objetivo do estudo foi realizada no DeCS – Descritores de Ciências da Saúde (http://decs.bvs.br/). Foram identificados os termos: “paternidade”, “adolescente”, “cuidado da criança” e “relações pai-filho”. Para identificar a relação dos estudos com o objetivo proposto foi realizada a leitura dos resumos das teses e dissertações. O resultado da busca através do cruzamento dos termos “paternidade”, “adolescente” e “relações pai-filho”, identificou 12 teses e dissertações. Destas, apenas duas estavam relacionadas à paternidade adolescente e a relação pai-filho no primeiro ano de vida. A partir do cruzamento dos termos “paternidade”, “adolescente” e “cuidado da criança”, foram identificadas 20 teses e dissertações. Destas, apenas uma dissertação estava relacionada com a paternidade adolescente e o cuidado com o filho no primeiro ano de vida. O cruzamento dos termos “paternidade” e “adolescente” identificou 217 teses e dissertações. Dentre elas, quatro investigaram os cuidados e o envolvimento do pai adolescente com seu filho durante o primeiro ano de vida. No total, foram identificados sete estudos que atendessem o objetivo proposto. Os estudos foram realizados nos anos de 2005, 2006, 2010 e 2011, sendo esses, seis dissertações de Mestrado e uma tese de Doutorado. Os objetivos dos estudos buscaram compreender o significado da paternidade adolescente, os sentidos atribuídos pelos pais à participação nas práticas de cuidados dos filhos, os projetos de vida destes em relação ao nascimento do primeiro filho e suas representações de paternidade. Os participantes dos estudos foram pais adolescentes e três casais de adolescentes com idades entre 16 e 19 anos e jovens do sexo masculino, também pais, com idades entre 15 e 24 anos. Os resultados dos estudos revelam que o envolvimento paterno de pais adolescentes com os cuidados dos filhos aconteceu de maneira eficaz, ocorrendo à

construção de vínculos afetivos significativos entre pais e filhos. Alguns estudos ressaltaram que os pais adolescentes identificaram o papel de provedor como sua principal função em relação aos cuidados dos filhos e delegaram as mães e a figura feminina, os cuidados diretos (alimentação, higiene, etc.) com o bebê. O pai adolescente surgiu como um coadjuvante, cabendo a ele o auxílio à companheira na realização de determinados cuidados com os filhos. Em relação aos projetos de vida dos pais, o cuidado e a relação pai-filho foi vista como um incentivo para buscarem novas oportunidades, como o estudo e a estabilidade financeira. O envolvimento paterno com o filho se fortaleceu ainda mais quando existia uma rede de apoio, como a família dele e da companheira. A paternidade adolescente, de modo geral, tem sido mais estudada no decorrer dos últimos 10 anos, mas poucos estudos apresentaram como objetivo investigar a relação pai-filho e o cuidado com a criança realizado por pais adolescentes no primeiro ano de vida. Assim como alguns estudos da paternidade na fase adulta, a participação do pai adolescente nos cuidados da criança acontece de maneira tímida, muitas vezes apenas como um expectador dos cuidados da companheira. É importante que as redes de apoio (família, serviços de saúde e escola) estejam presentes e consigam auxiliar estes pais quanto às dúvidas e medos frequentes frente aos cuidados infantis. Muitos pais, seja na fase adolescente ou adulta, não estabelecem uma relação satisfatória com seus filhos por falta de incentivo destas redes de apoio. Os pais adolescentes necessitam de auxílios que contribuam para a qualidade do exercício da paternidade. Isto pode trazer como benefícios, o fortalecimento de vínculos familiares, melhorando assim o processo de desenvolvimento humano dos pais, da criança e da família.

Mapeamento dos apoiadores institucionais no Brasil

Patrícia Henrique de Souza Durans, Betânia Belan da Silva, Renata Silva Alves, Grasiely Nunes Moço, Matheus Neto Peixoto, Marcia Borges Henrique, Aline Monteiro de Almeida, Ádrivan Machado Henrique, Tairine Corrêa de Mendonça, Fabio Hebert da Silva

Esta pesquisa está articulada ao projeto de cooperação técnico-científica entre o DAPES/MS e o LAPPIS/IMS/UERJ: "Áreas Programáticas e direito à saúde: construção da integralidade no contexto do apoio institucional". E visa a sistematização de estudos sobre a atuação do apoiador institucional no desenvolvimento de políticas específicas no SUS, tendo em vista os desafios que a construção da integralidade do cuidado e do direito à saúde colocam à gestão das políticas de saúde. Conta com a participação de pesquisadores de várias outras instituições, entre elas: UFF, Hospital Sofia Feldmann, UFES, UNB, a realizar-se no período de outubro de 2012 a julho de 2014. Objetiva-se, nessa direção, compreender: os diversos contextos e especificidades

locais e regionais do território nacional; os desafios concernentes aos objetos específicos da programação e das estratégias das políticas de saúde; a materialização da integralidade do cuidado como condição de efetivação do direito humano à saúde; a relação entre integralidade e apoio como eixo orientador das ações, que permite aproximar as diferentes áreas programáticas e a gestão das políticas de saúde. Como aspectos centrais nessa pesquisa, estão os efeitos da produção de subjetividade relacionados à prática do apoio institucional, considerando: a construção de processos transversais às diferentes políticas específicas do Ministério da Saúde, as singularidades dos coletivos, o cuidado em saúde e a construção da participação. Reafirmamos assim, uma aposta e um compromisso ético que diz dessas dimensões: patrimônios coletivos, modos de se fazer pesquisa; e ao mesmo tempo, a singularidade e o caráter processual do nosso objeto. Tais elementos justificam, em nosso entendimento, a relação dessa pesquisa com o eixo temático da Saúde. Tomamos como principal referência para nos ajudar na discussão sobre as noções de apoio institucional, os princípios, diretrizes, métodos e dispositivos da Política Nacional de Humanização e as contribuições do professor Gastão Wagner Campos. Tais referências contribuem para reflexão sobre os desafios referentes à produção de democracia institucional nas organizações de saúde. Desse modo, afirmamos que a produção de subjetividade é uma dimensão inerente ao trabalho em saúde, aspecto que as equipes devem observar nas relações que estabelecem entre si, com outras equipes e unidades, e também nas relações estabelecidas com os usuários. O apoio tem sido pensado com a finalidade de intervir na construção de espaços coletivos, organizados para definição de tarefas, análise e elaboração de projetos de intervenção. Assim, a construção de diferentes formas de mediação em redes sócio-técnico-políticas é uma dimensão central na atividade de apoio, pois seus objetivos requerem relações entre políticas públicas, trabalhadores, usuários e grupos sociais, setores institucionais, saberes, projetos e interesses políticos. Novas ações no âmbito do apoio implicam novos sentidos às práticas em saúde. A primeira ação metodológica trata do convite aos trabalhadores da saúde, que realizam atividades de apoio, mobilização, articulação, interlocução e mediação no âmbito do SUS para compartilhar algumas perspectivas acerca de sua experiência com outros trabalhadores e outras instituições, através de um questionário eletrônico. A população-alvo é constituída por trabalhadores que se reconhecem no exercício da função apoio e que atuam no SUS. A abordagem metodológica ancora-se nos referenciais teóricos-conceituais do campo da avaliação de práticas institucionais, visando o desenvolvimento de inovações tecnologias de gestão e cuidado. A coleta de dados buscou identificar os seguintes aspectos: características

sócio-demográficas, experiências, capacitação e o trabalho realizado pelo apoiador. Foi realizada uma descrição geral dos dados através de análises univariadas, onde foi examinada a distribuição de frequências para cada variável de estudo, seguida de análises bivariadas para as variáveis selecionadas. Será utilizado o programa Stata 9.0 para as análises estatísticas. Resultados Após o primeiro mês foram finalizados 194 cadastros. Dentre os cadastrados o sexo feminino se mostra mais prevalente com 86,6%, metade com até 40 anos de idade (48,45%), residente na região sudeste (42%) e possui ao menos o nível superior completo – sendo que 44% com especialização, 8% com residência, 25% com mestrado e 8% com doutorado. Sobre vínculos formais 26,8% possuem dois vínculos formais e 3,6% disseram ter três vínculos formais, sendo que 13,5% desses vínculos são com o Ministério da Saúde, 27% nas Secretarias Estaduais de Saúde, 45% nas Secretarias Municipais de saúde e 20% com universidades. Estes resultados preliminares são importantes para o início do mapeamento dos apoiadores nos serviços do SUS e de suas práticas, na interface com o direito à saúde, integralidade, formação, gestão dos processos de trabalho, redes sociais de cuidado e redes de atenção à saúde. Contudo, trata-se de uma experiência recente no contexto de implementação de políticas de saúde e necessita ser mais bem pesquisada e debatida para que sejam avaliados seus alcances e efeitos. Portanto, torna-¬se fundamental "olhar" as relações estabelecidas no cotidiano dos espaços institucionais, identificando os desafios e as estratégias inventadas na atuação dos apoiadores, bem como suas contribuições para a integralidade das ações desenvolvidas.

Mapeando condições de práticas e de circulação de representações sociais de HIV/AIDS

Nathyeli Cella, Ana Rafaela Pecora

Este estudo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida na cidade de Cuiabá, vinculada a um projeto multicêntrico nacional (Oliveira, 2010). O objetivo do presente recorte é mapear e analisar algumas das condições por meio do qual práticas de saúde e cuidado, à população com HIV/AIDS, são exercidas, assim como as condições por onde circulam, se constroem e se transformam as representações sociais. A investigação é fundamentada na Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, de 1961, aliada as contribuições de Denize Jodelet, que realiza uma articulação com uma perspectiva mais sociológica. O contexto, nesta teoria, ganha especial atenção, uma vez que as representações sociais são construídas e modificadas nas interações havidas entre as pessoas/grupos e as condições de produção e circulação destas. Esta consideração, aliás, levou Jodelet (2001) a descrever o espaço de estudo em representações sociais, considerando-o multidimensional. Interessando-nos, aqui, revelar as

condições de prática e de circulação das representações sociais tanto de HIV/AIDS, quanto de cuidado ao portador de HIV/AIDS, que se circunscrevem como dois outros objetivos da pesquisa guarda-chuva. A AIDS, de acordo com Jodelet, é a primeira doença cujas histórias médica e social tiveram desenvolvimento concomitante, possibilitando um campo fértil para o estudo das representações sociais. Foi no decorrer dos anos, simultaneamente ao aparecimento dos novos casos e das demandas, que o saber científico sobre HIV/AIDS avança. Nesse contexto, ganharam força às preocupações por parte do poder público, com a distribuição e o desenvolvimento de medicamentos, a divulgação de informações para a população e a adoção de estratégias para lidar com a doença, interessa-nos, assim, desvelar tal contexto e a sua condição na capital mato-grossense. Os dados foram coletados por meio de questionário, com questões abertas e fechadas, aplicados a 72 profissionais de saúde que atuam com pessoas portadoras de HIV/AIDS na cidade de Cuiabá. O processamento dos dados se deu pelo software Statistical Package for the Social Science (SPSS), com a finalidade de proceder a análises univariadas de caráter exploratório, para o recorte proposto. Apresentaremos os resultados provenientes de seis conjuntos de análise: (1) Categorias de profissionais; (2) Formação e acesso a informação; (3) Atuação profissional; (4) Ações realizadas com pacientes HIV/AIDS; (5) Característica da equipe de trabalho; (6) Vida privada e HIV/AIDS. O primeiro conjunto, o da categoria profissional, revela que cerca de um terço dos profissionais que atuam com HIV/AIDS em Cuiabá pertencem ao campo da enfermagem, seguido dos médicos (21%) e assistentes sociais (15%), embora contemplem, em menor grau, outras profissões como psicólogo, farmacêutico e nutricionista. Quanto à formação e acesso a informação, foi possível verificar que 67% dos profissionais buscaram se qualificar por meio de pós-graduação lato (50%) e estrito-senso (17%), sendo a formação técnica apenas representada por 8% dos profissionais; sobre as fontes de informação utilizadas, os maiores apontamentos recaíram, respectivamente, para os manuais técnicos, capacitações/palestras, sites da internet e conversas no cotidiano profissional; com relação à capacitação específica para atuar com os portadores de HIV/AIDS, 89,5% dos profissionais se encontram habilitados. Quanto à atuação profissional, cerca de 70% das pessoas declararam atuar somente em uma instituição de saúde; e cerca de 43% atuam há 20 anos, em média, com clientes portadores de HIV/AIDS. Dentre as ações realizadas com os pacientes HIV/AIDS, destaca-se: ações educativas individuais, oferta de exame anti-HIV, recepção e acolhimento de novos casos, aconselhamento individual pré e pós-teste, distribuição de preservativos e atendimento e suporte para a família – ressalta-se, enquanto resultado geral, que houve um predomínio das atividades individuais em detrimento

das grupais/coletivas. A atuação entre os profissionais de saúde, por sua vez, é reconhecida, entre os participantes, como equipe (75%), com funções compartilhadas e/ou específicas a cada profissional. Com relação à vida privada e HIV/AIDS, 72% dos profissionais indicaram nunca ter pensado sobre a possibilidade de estar contaminado, e dentre aqueles que suspeitaram, cerca de 85% submeteram-se ao teste anti-HIV a fim de sanar sua dúvida. Com a explicitação do cenário, mediante os resultados encontrados, é possível perceber que estamos diante de condições de construção, circulação e transformação de representações sociais, não somente possibilitadas pelo contexto(s) imediato – instituição de saúde e a diversidade de pessoas, e formações que ali circulam, conversam e trocam experiência –, mas também por influência midiática, com evidência para a internet. Destaca-se, ainda, o tempo elevado de experiência, de parte dos profissionais, que acabam por contribuir para uma compreensão e circulação do saber e de representações sociais de forma longitudinal, ao terem sido testemunhas da imbricação entre as histórias científicas e sociais da epidemia. O fato de boa parte dos profissionais de saúde não terem sequer pensado na possibilidade de serem portadores do vírus HIV, faz-nos supor que tenhamos adentrado na dimensão representacional que liga o objeto social HIV/AIDS ao medo e preconceito com a doença. (Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT).

Medicalização como mecanismo ideológico: a apropriação do espaço, da história, e da saúde das populações e indivíduos

Fernando Aparecido Figueira do Nascimento, Christiane Alves Abdala

O objetivo de nossa pesquisa é problematizar o processo histórico-social que envolve o cuidado em saúde dos indivíduos e coletividades a partir das reflexões e críticas sobre o modelo hegemônico biomédico e a medicalização da vida cotidiana, considerando como fundamental o entendimento do discurso capitalista e as redes simbólicas que permeiam o processo doença-medicalização-norma-saúde. Com esta perspectiva, e buscando ainda reflexão sobre a atuação da Psicologia na contínua construção do Sistema Único de Saúde, entendemos que nosso estudo permanece no eixo temático Saúde e aproxima-se do Grupo de Trabalho sobre O cuidado em saúde e a construção da participação, na medida que as reflexões em saúde nos conduzem a pensar sobre a autonomia dos atores, humanização dos serviços e perspectivas relativas à gestão. Nosso estudo é caracterizado como uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e de caráter analítico. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica refere-se ao levantamento, organização e análise dos principais trabalhos já realizados, revestidos de

importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema, o foco é colocar o pesquisador diante de um grande número de publicações já realizadas a respeito do tema de interesse, para que, a partir daí, ele possa organizar e analisar sistematicamente os dados levantados de acordo com o objetivo proposto. Sendo assim, inicialmente realizamos um levantamento bibliográfico preliminar, no qual tentávamos identificar as características gerais da medicalização, tendo como principais referências a contribuição de Illich, Foucault, Deleuze e Sibilia. A medicalização da vida, já na década de 1970 recebia críticas fundadas em argumentos técnicos e éticos sobre os efeitos de sua ação, pois a intervenção técnica no organismo, poderia retirar do paciente características comumente designadas pela palavra saúde (iatrogênia da medicina). Da mesma forma, a organização necessária para sustentar essa intervenção se transformaria em máscara sanitária de uma sociedade destrutiva, e o aparelho biomédico do sistema industrial, ao tomar a seu cargo o individuo, tira-lhe todo o poder de cidadão para controlar politicamente tal sistema (Illich, 1975 p. 6). Assim, se o medicamento e as intervenções sobre o corpo por um lado adquirem, em sua positividade, a qualidade de agentes portadores da saúde, do bem-estar e do bem moral, por outro marca como negatividade o mal, as enfermidades e comportamentos destoantes, que podem tomar o corpo e, além de esperança para a restituição da saúde, valorizam-se como suporte para os impasses da vida cotidiana e das ambiguidades que o indivíduo vivencia. De uma sociedade da disciplina, conforme os estudos de Foucault (1979, p.284), para uma sociedade do controle, há uma passagem que funda uma forma particular de organizar sobre os indivíduos o controle em que o próprio sentido de doença-saúde resume-se ao declínio da interioridade, à noção de funcionalidade e à adaptação dos corpos a racionalidade da empresa (Deleuze, 2010, p.225). Assim, a partir de nossas reflexões, como parte final de nossa discussão, a medicalização, entre outras maneiras, concretiza sob a forma de uma pílula, os ideais de uma sociedade permeada pelo consumismo e pela individualidade. No mesmo sentido, faz parte deste cenário, norteado pela lógica do capitalismo contemporâneo, a transformação da saúde dos indivíduos em uma mercadoria a ser consumida e comercializada (Sibilia, 2002, p. 170). Consome-se, aqueles que podem custear, procedimentos e técnicas cada vez mais sofisticados com a promessa de um mapeamento dos genes e a detecção de uma potencial enfermidade. A saúde enquanto bem de consumo está pautada nos procedimentos, nas prescrições e na ordem. Mesmo nos procedimentos que envolvem tecnologias leves, ou leves-duras, a lógica permanece na imposição de práticas sobre o corpo onde o indivíduo tem retirado de si a possibilidade de decidir. Ainda que, em um segundo momento, distante dos serviços de saúde, ele decida

abandonar as prescrições, pois nesta lógica, é o que lhe resta: o papel de rebelde e desleixado com sua saúde. As "máquinas 'capitalísticas' da era do controle", conforme escreveu Neves (1997, p. 89) transformam, forjam "indivíduos-metástases", que são constantemente divididos e modelados. Vivemos na sociedade dos corpos perfeitos, do fim das tristezas (Sawaia, 2010, p. 108) e da patologização dos fenômenos da vida. Portanto, a medicalização como mecanismo ideológico se presentifica em diferentes práticas que tem como objetivo apropriar-se do espaço, da história e da saúde das populações e indivíduos. Tece redes que em silêncio envolve as estratégias em saúde, como a sua promoção por exemplo, transformando novos olhares em velhas práticas.

Medicalização da escola: uma questão para a saúde

Noelle Castilho Caldeira Brant, Renata Gomes Zuma, Thaís Tanccini, Fabiana Chicralla

Uma das rotulações atuais mais famosas no contexto das práticas escolares e de saúde diz respeito à patologização do chamado 'fracasso escolar', que, de acordo com Souza e Guedes (2013), culpabiliza o indivíduo e despreza fatores imprescindíveis na construção do sujeito como fatores sociais, históricos, culturais, econômicos e políticos. A partir do alto número de encaminhamentos com tal queixas recebidos em um serviço de Atenção Primária na cidade do Rio de Janeiro, RJ, esse relato tem o objetivo de propor uma reflexão sobre o modo como as práticas de saúde podem oferecer subsídios para pensar, junto à comunidade, a ressignificação de diagnósticos como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e problematizar a demanda por medicalização de crianças em idade escolar. Nesta perspectiva, pretende-se apresentar a experiência de uma equipe de Residentes Multiprofissionais em Saúde da Família na realização de oficinas com educadores em três escolas no Bairro Brás de Pina, selecionadas com base nos encaminhamentos recebidos pelas equipes nas quais estão inseridas as residentes. Tal proposta está em fase de negociação com as instituições escolares e, portanto, ainda não foram realizadas. As oficinas objetivam esclarecer os profissionais acerca dos principais problemas demandados por eles como "queixas de saúde"; problematizar as relações familiares e escolares e a importância de cada um para a formação do sujeito-aluno; e problematizar o encaminhamento do aluno para a saúde, fato que corrobora para a lógica medicalocêntrica, de algo que necessita de cura. Os encontros serão realizados uma vez por semana e terão duração de uma hora e meia cada. Nesse sentido, a escolha do Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação" se deu por acreditarmos que o cuidado prestado na atenção básica só poderá alcançar sua integralidade se pensado a partir de sua

complexidade. Edgar Morin defende que o todo deve ser pensado a partir de suas partes, e que não poderemos compreender as partes se deixarmos de lado o todo. A partir dessa ideia da complexidade e da crença real de que não poderemos formar cidadãos e produzir sujeitos completos e complexos se continuarmos a separar educação da saúde, nos propomos a pensar as relações possíveis que podem ser estabelecidas no encontro saúde-educação, colaborando, assim, para o processo de construção de cidadania presente no nosso trabalho diário.

Medicamento: nova prisão do sujeito?

Francisco Diego Rabelo da Ponte, Camila de Sousa Ricarte, Aluísio Ferreira de Lima

O objetivo desse trabalho é problematizar o aumento das intervenções de natureza restritamente farmacológicas para a resolução do sofrimento subjetivo de sujeitos de diferentes seguimentos da sociedade, ou seja, o fenômeno que tem sido reconhecido como "medicalização". A medicalização é um processo que se fortalece de forma progressiva com o aumento do poder da medicina sobre os corpos, que controla os comportamentos dos sujeitos e coaduna com as atuais configurações sociais que exigem aptidão a responder de maneira imediata a todas as demandas, normatizando assim as condutas dos que insistem em sair dos padrões que lhe são impostos (LEFÈVRE, 1991; UHR, 2012). Como é possível perceber pelos estudos de diferentes autores (LIMA, 2010, DIMENSTEIN, 2009, SZASZ, 2009) no campo da medicina, a Psiquiatria tradicional têm seguido propósitos higienistas e no o intuito de manter a ordem social, tem colaborado de forma direta com a produção de diagnósticos patologizantes, que em geral justificam a exclusão do que se convenciona como não era digno de ser visto. Dentro da lógica da medicalização há uma compreensão de saúde na perspectiva de hipertrofia da dimensão orgânica em detrimento dos fatores psicossociais (LEFÈVRE, 1991), assim os fármacos se tornam agentes dessa prática reificada. Dessa maneira, há um marcante reducionismo do sujeito, compreendendo-o somente como uma máquina de reações físico-químicas sem nenhuma concepção da sua inserção na cultura, desenvolvendo teorias de cunho a-histórico ou até mesmo anti-histórico para inferir sobre esse indivíduo. Além disso, há muito investimento de capital financeiro da indústria farmacêutica sobre as produções psiquiátricas, legitimando ainda mais essas práticas discursivas tidas como um princípio dogmático (GUARIDO, 2007). Assim, o medicamento tem se transformado, contraditoriamente ao seu efeito concreto, em símbolo de felicidade imediata e em mercadoria que produz sentido na constituição do sujeito, no qual muitos assumem um papel identitário a partir do uso dos medicamentos e dos diagnósticos que possuem. Da mesma maneira que há um aniquilamento

da autonomia desses indivíduos sobre sua própria vida, desapropriando-os do que é legitimamente seu. Intencionamos ainda colocar como questão o lugar que o medicamento vem assumindo no discurso médico como solucionador de qualquer demanda, e consequentemente, questionar quais papeis a Psicologia assumirá caso esses processos ganhem mais espaço do que o obtido atualmente. Acreditamos que esse trabalho se enquadre nessa categoria por abordar temas referentes aos atuais moldes como a saúde está instituída e ainda trazer questões sociais como influentes nessa configuração. Vale salientar que as formas como os profissionais atuam nessa área hoje fortalecem a institucionalização da medicalização como prática solucionadora de problemas. Utilizamos como metodologia a revisão bibliográfica, apoiando-nos nos escritos de Caponi (2009); Dantas (2009); Guarido (2007); Lefèvre (1991); Lima (2010); Rodrigues (2003); Szasz (1994, 2009); Tesser (2006); Uhr (2012). Sendo que a partir da leitura e discussão dessas produções concluímos que é urgente ampliar os espaços para problematização da prática como vem sendo executada atualmente e ainda a necessidade de um posicionamento crítico-reflexivo dos profissionais atuantes na área de Saúde Mental, tornando-se cada vez mais necessário para que haja uma ruptura dessa hegemonia.

Motivações e percepções de pessoas que tentaram o suicídio no Extremo Oeste Catarinense

Angela Maria Bavaresco

O presente trabalho buscou averiguar as motivações e percepções de pessoas que tentaram o suicídio no extremo oeste catarinense. Objetivou-se levantar dados socioeconômicos dos participantes, como também identificar os fatores predisponentes para a tentativa de suicídio no ambiente de trabalho, familiar e social. Participaram do estudo 15 pessoas (dez mulheres e cinco homens), com idade entre 25 a 45 anos. Para a coleta de dados, aplicou-se um questionário, estruturado em duas partes: a primeira referente à obtenção de dados pessoais, identificação, idade, sexo, escolaridade, atividade ocupacional, renda; a segunda parte investigou a percepção dos indivíduos sobre o uso de substâncias químicas, relacionamentos no ambiente de trabalho, familiar e social, bem como a percepção acerca de si quando da tentativa de suicídio. Com relação aos resultados obtidos, a baixa escolaridade, as dificuldades financeiras, o desemprego, a alta incidência de consumo de álcool e drogas, relacionamentos precários, problemas familiares, falta de comunicação, ausência de intimidade, e a falta de recreação, a violência no ambiente doméstico, entre outros, são fatores predisponentes do suicídio. Outrossim, os resultados desta pesquisa mostram que 80% das mulheres apresentaram

depressão. A percepção de estados de ânimo depressivo foi maior entre as mulheres quando comparado com os homens, este é seguido, em geral, pela busca de isolamento. Assim, como a expressão de sentimentos por meio do choro foi maior entre pessoas do sexo feminino. Além disso, 70% das participantes evidenciaram alguma decepção amorosa, 10% indicou a perda da guarda da filha e as 20% restantes apresentaram transtorno bipolar. Com relação aos homens, 80% indicaram alguma forma de depressão, onde 60% oriunda do alcoolismo, 20% de dificuldades financeiras e 20% de decepção amorosa. Os resultados nos levaram a sugerir aspectos preventivos para a região do extremo oeste catarinense, visando a diminuir o alto índice de suicídios na região. Os subsídios para ações de prevenção no que se refere às tentativas de suicídio, devem buscar articular elementos para estabelecer relações de atuação profissional num contexto interdisciplinar, visando à promoção da saúde.

O corpo no trabalho e o adoecimento do trabalhador: um estudo bibliográfico

Alana Pires Dale

Nos últimos anos vem crescendo de forma acentuada o número de casos de doenças ocupacionais, principalmente aquelas relacionadas aos aspectos ergonômicos e da organização do trabalho, ocasionando a cada dia o crescente número de pedidos de afastamentos temporários ou definitivos. E isto acontece, pois o corpo que antes era muito valorizado e utilizado como ferramenta dentro do trabalho, perde sua essência dando lugar às tecnologias que ocupam espaço cada vez maior no processo ocupacional. Estas que ao invés de melhorarem as condições de trabalho, muitas vezes submetem o corpo do trabalhador a sua lógica, martirizando-o ao ponto de colocar as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) como uma das principais patologias ocupacionais atualmente. O objetivo desse estudo é discutir a partir da revisão de literaturas a relação entre corpo e trabalho, de como o trabalho afeta a saúde do trabalhador, ocasionando sofrimento e adoecimento que pode ser físico ou psíquico, tendo como exemplo as LER/DORT. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, onde foram abordados principalmente focada nos temas corpo no trabalho, textos sobre sentidos e significados, LER/DORT, organização capitalista do trabalho, e tendo como base teórico-metodológica a Psicologia sócio-histórica. corpo no trabalho, com base em orientações de Leontiev, dados do Ministério da Saúde do Brasil, Heloani, entre outros. A relação desse estudo com o eixo temático saúde se justifica por discutirmos sobre a saúde do trabalhador, que adoece por motivos ocupacionais, sendo este um problema social, que afeta vários indivíduos não só na vida profissional como

também vida cotidiana. Como resultado dessas leituras percebemos como quão elevado é o número de pedidos de afastamento do trabalho no Brasil, dados da Previdência Social de 2009 comprovam esse fato, quando registram 723.452 acidentes e doenças do trabalho. Vários estudos (Ministério da Saúde do Brasil, 2001; Rosa, 2008; Pessoa, Cardia e Santos, 2010, dentre outros) revelam que os problemas de saúde ocasionados pelo trabalho se intensificaram com a introdução de novas tecnologias e métodos de organização no ambiente profissional. As doenças físicas ocasionadas pela atividade ocupacional dos indivíduos mais comuns são as LER/DORT, estas são patologias que causam dor e perda de força nos músculos e articulações, consequentemente a queda do desempenho no trabalho, e que são ocasionadas por atividades que exigem força excessiva, postura inadequada, repetição do mesmo movimento durante longo período, compressão mecânica, jornada prolongada, ausência de pausas periódicas, exigência de produtividade, ritmo intenso de trabalho, ambiente estressante, utilização de ferramentas vibratórias, fatores da organização do trabalho, entre outros (Regis Filho, Michels e Seel, 2006; Brasil, 2006, Brasil, 2001). Dias (1995) coloca que além dos sofrimentos físicos já citados a LER traz também ao trabalhadores, necessidade de adaptação da vida cotidiana, necessidade de afastamento do trabalho, provável mudança de função, medo de demissão, discriminação nas relações sociais, ocasionando então uma vida cheia de incertezas. O modo de produção capitalista é um grande responsável pelo adoecimento dos trabalhadores, onde a propriedade privada, grande detentora dos meios de produção compra a força de trabalho dos operários, detentores de mão de obra, em troca de um salário, esta é a exploração do homem pelo homem. Seus modelos de organização do trabalho - Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, adotam estratégias para que a produção seja cada vez maior, num tempo menor, com ritmos de trabalho impostos externamente, obrigando os trabalhadores a fazerem movimentos repetitivos durante sua jornada, as especialização em um só segmento da produção, com tarefas pré definidas, ocasionando a alienação em relação ao produto final, há também longas jornadas de trabalho, pouco descanso. Para esses trabalhadores a ocorrência da alienação do corpo no trabalho é quase inevitável, pois há o distanciamento do sentido (individual) e do significado (social) de sua atividade, ou seja, a realidade subjetiva se distancia da objetiva. O desenvolvimento do indivíduo ocorre a partir de necessidades individuais, que são criadas em atividades, mas para atendê-las é necessário realizar atividades que colocam o homem em contato com a realidade, contribuindo com a formação da consciência, o trabalho individual só tem sentido dentro de um trabalho coletivo, no capitalismo isso não ocorre pois o sujeito não tem consciência do processo, mas apenas da parte que lhe cabe, nesse caso o salário (Leontiev, 1978a). A partir do que foi

colocado acima pode-se concluir que a cada dia mais indivíduos sofrem e adoecem por causa das más condições de trabalho a que são submetidos, onde o único interesse é o aumento da produção e consequentemente do lucro dos empregadores, sem se importar com a saúde de seus trabalhadores, ocasionando o afastamento temporário ou permanente destes.

O cuidado das pessoas com HIV/AIDS: Representações Sociais de Profissionais de Saúde de Cuiabá

Leana Gomes da Cunha, Ana Rafaela Pecora

Aqui será apresentado parte dos resultados de uma investigação, desenvolvida em Cuiabá, que se agasalha em uma pesquisa multicêntrica nacional denominada As Transformações do Cuidado de Saúde e Enfermagem em Tempos de Aids: Representações Sociais e Memórias de Enfermeiros e Profissionais de Saúde no Brasil. O recorte visa identificar, descrever o conteúdo, e analisar as representações sociais de cuidado, segundo profissionais de saúde inseridos nos serviços ligados ao Programa DST/AIDS, do Ministério da Saúde, na capital mato-grossense. As discussões sobre cuidado e saúde, se fazem importantes e necessárias, na medida em que as políticas de saúde, assim como as considerações teóricas sobre o tema, apontam para uma reflexão urgente das atividades laborais dos profissionais de saúde, com vistas a uma aproximação satisfatória entre as dimensões técnicas e afetivas do ato de cuidar. Sendo as representações sociais consideradas como guia para as ações, conforme salienta Jodelet (2001), conhecê-las, a partir do objeto cuidado da pessoa com HIV/AIDS, auxiliará na compreensão do universo representacional que serve de orientação para as práticas cotidianas dos profissionais de saúde da capital cuiabana. O referencial teórico adotado no presente estudo, assim, é a Teoria das Representações Sociais, proposta por Serge Moscovici em 1961 e sua Abordagem Estrutural, conforme proposição de Jean-Claude Abric. A amostra do estudo contou com a participação de 72 sujeitos, profissionais de oito instituições de saúde pública que trabalham com clientes portadores de HIV/AIDS em Cuiabá, sendo: um Centro de Referência em Média e Alta Complexidade, um Serviço de Assistência Especializada, um Ambulatório de Hospital Universitário, e cinco Centro de Testagem e aconselhamento, localizados em Policlínica do perímetro urbano de Cuiabá. A coleta de dados, para o recorte aqui apresentado, foi feita por meio de evocações de palavras a partir do termo indutor: cuidar da pessoa com HIV/AIDS. Os dados foram processados pelo software EVOC (versão 2003), e a preparação do corpus de análise e sua padronização, realizada pela coordenação nacional do Projeto. Os resultados foram analisados mediante a abordagem estrutural de Abric, que considera haver em toda

representação social uma estrutura, organizada em torno de um núcleo central e de seus sistemas periféricos. Segundo Abric (1994), o núcleo central comporta duas funções essenciais: a de gerador o significado da representação, e o de organizá-la, evidenciando-se como elemento unificador e estabilizador da representação. Os dados revelaram a seguinte estrutura da representação social investigada: (1) No núcleo central os termos amor e cuidado foram salientados; (2) Na Primeira periferia, considerada com a periferia mais importante, nenhuma palavra foi evidenciada; (3) Na zona de contraste, onde se pode encontrar a presença de subgrupos portadores de uma representação diferente, o destaque foi para os elementos: acolhimento, respeito, apoiar, atenção e educação-saúde; e (4) Na segunda periferia, aquela cujos elementos são menos frequentes e menos compartilhados pelo grupo, os seguintes termos se evidenciaram: adesão-tratamento, capacitação-profissional e tratamento. A partir da análise dos quadrantes, foi possível perceber que os profissionais de saúde de Cuiabá compartilham de uma representação positiva e afetiva em relação ao cuidado da pessoa com HIV/AIDS; no caso desses profissionais da saúde, além do saber técnico há também a explicitação do acolhimento afetivo. A inexistência de elementos na primeira periferia pode ser indicativa de certa estabilidade da representação, uma vez que os termos deste quadrante são aqueles que supostamente estariam mais próximos, pela elevada frequência com que são pronunciados pelo grupo, de se tornarem centrais. Na zona de contraste, onde poderíamos encontrar um subgrupo portador de uma representação diferente, encontramos elementos que, ao contrário disso, reforçam o núcleo central. A segunda periferia, por sua vez, sugere que o aperfeiçoamento técnico, a busca pela informação e capacitação, pode ser contributivo de uma prática mais eficiente no cuidado prestado aos pacientes. O cuidado prestado ao portador da síndrome, ao que tudo indica, vem recebendo atenção especial por parte dos profissionais de saúde. Este cuidado, aliás, é representado pelos profissionais de Cuiabá com forte componente afetivo positivo e não apenas como ato técnico. As “práticas de distanciamento”, assim, verificadas na década de 80, quando a AIDS passou a ser considerada como epidemia, são contemporaneamente alteradas para a consideração de uma prática acolhedora e afetiva, explicitando reconstruções e transformações havidas nas representações e práticas, neste terreno. (Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT).

O estresse relacionado ao cuidado permanente de um familiar portador da Doença de Alzheimer

Fabiane Silva Azambuja, Silvia Virginia Coutinho Areosa

Tendo em vista o aumento significativo da parcela da população que se encontra na fase vital da velhice e os consequentes problemas que surgem em decorrência da inevitável degeneração natural inerente a este processo de envelhecimento, o presente trabalho visou obter material bibliográfico sobre a doença de Alzheimer (DA). Sabe-se que, devido ao grande número da população idosa, o contingente de pessoas que enfrentam algum tipo de demência também é bastante significativo. Tais pessoas demandam um cuidado diuturno em função de suas dependências funcionais. Cuidado este que, em sua maioria é ofertado por familiares, normalmente esposas ou filhas do idoso dependente. Constatou-se que grande parte desde cuidadores familiares sofre com o estresse decorrente do cuidado contínuo de um idoso dependente. Assim, o objetivo deste trabalho é promover uma discussão sobre os fatores que contribuem para o desenvolvimento de estresse em cuidadores de idosos portadores da doença de Alzheimer e o quanto esse cuidado pode ser prejudicial a sua qualidade de vida e engajamento social. O método utilizado para embasar a discussão foi a pesquisa bibliográfica onde foram levantados materiais sobre a temática a ser discutida. Os textos foram extraídos do banco de dados Scielo e de livros publicados no período de 2006 a 2012, sendo que foram utilizados como descritores as palavras “cuidadores; doença de Alzheimer; rede de apoio social” para busca dos artigos e livros. A busca se deu no primeiro semestre de 2012 e foram encontrados 34 artigos no Scielo neste período e 14 livros na biblioteca da Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC, sendo este o material utilizado para o presente estudo. Em posse deste material verificou-se a presença quase contínua de falas sobre o estresse dos cuidadores. Assim, selecionou-se 16 artigos que falam mais especificamente sobre o tema aqui abordado. As publicações trazem que a maioria dos cuidadores de pessoas portadoras de DA são do sexo feminino (esposas ou filhas) e que moram com o idoso, fato este que por si só já é considerado um fator gerador de estresse devido ao fato do cuidado tornar-se contínuo. Não possuir ajuda de outros membros da família para ajudar nas tarefas diária e/ou revezar os cuidados apareceu como a principal fonte de estresse para os cuidadores principais que, além de estarem sozinhos nas tarefas de cuidado, acarretando em sobrecarga física e emocional devido ao acúmulo de funções, também acabam se isolando socialmente por não ter com quem deixar o idoso. As dificuldades financeiras que a família, ao assumir o cuidado de um idoso depende enfrenta é

outro fator estressante para o cuidador que tem, muitas vezes, seu orçamento diminuído pela impossibilidade de trabalhar fora de casa e, em contra partida, tem suas despesas aumentadas pelos gastos com medicamentos, adaptações no ambiente físico, alimentação e outros cuidados especiais que o idoso demanda. As mudanças pela qual a rotina do cuidador passa, ao assumir os cuidados de um idoso dependente, o fato de ver a degeneração do seu ente querido diante das mudanças neurológicas e comportamentais características da doença e, o medo que os cuidadores carregam em ser um futuro dependente, são fatores que contribuem para o abalo emocional dos cuidadores. Sabe-se que apesar dos inúmeros prejuízos que a prestação de cuidado contínuo a um idoso dependente pode causar, também se encontram aspectos positivos no ato de cuidar, como a satisfação por poder prestar assistência a quem se ama e a gratificação pessoal que isso acarreta. No entanto, mediante o exposto acreditamos ser de extrema importância trabalhos dirigidos a esses cuidadores que, na maioria dos casos estão desassistidos em sua tarefa, sem ter com quem dividir seus medos e angústias, pois se sabe que assim, como os prejuízos decorrentes da doença nos idosos afetam sobremaneira seus cuidadores, abalos na saúde dos cuidadores, igualmente afetam o cuidado que estes prestam ao idoso.

O Grupo Terapêutico-Educativo como forma de prevenção à violência doméstica

Alexandre Campos Butenco, Augusto Campos Butenco, Fernanda Luiz Ribeiro, Heitor Abadio Vicente, Fernando Cesar Paulino-Pereira

O homem não é naturalmente agressivo, o comportamento agressivo é aprendido em um contexto sócio histórico, onde este vive em um ambiente violento desde sua primeira infância, proporcionando assim uma formação de uma identidade agressiva. É necessário na atuação de psicólogos com pessoas em situação de violência doméstica ir além do cuidado com a mulher agredida e iniciar um trabalho de escuta, tratamento e prevenção junto aos atores envolvidos em uma situação de violência. Este projeto foi desenvolvido, inicialmente em uma parceria entre a Delegacia de Policia no município de Goiandira, Goiás e o Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Goiás, situada no município de Catalão, Goiás. Inicialmente o trabalho foi desenvolvido na própria delegacia com a formação de grupos de apoio com mulheres, crianças e homens em situação de violência doméstica. Posteriormente, foi realizada uma nova proposta para que fosse feito um trabalho de prevenção, com isso iniciamos nossos trabalhos com crianças de 5° ano do Ensino Fundamental até o 3° ano do Ensino Médio na cidade de Goiandira, já no outro ano, por questões logísticas, iniciamos um trabalho similar em Catalão. O trabalho desenvolvido baseou-se em formação de grupos terapêutico-educativos

com Meninos e Meninas, de forma separada, em vários encontros por semestre, com três turmas diferentes. Este trabalho teve como objetivo introduzir noções de equidade de gênero, igualdade e identidade, criando uma cultura de não violência em alunos, professores, pais e funcionários da escola na cidade de Catalão; desenvolver estudos sobre gênero tendo como foco a escuta e orientação dos sujeitos inseridos no trabalho; criar grupos com meninos e meninas discutindo noções de equidade de gênero e violência doméstica, debatendo melhores formas para cultivar uma cultura de não violência. Dentro de uma perspectiva psicossocial utilizamos da pesquisa-ação para execução das atividades, já que a partir deste método de pesquisa é possível organizar e reorganizar os processos terapêutico-educativos de acordo com a demanda do grupo. Para a análise de dados utilizamos dos diários de campo, que é um instrumento fundamental para a execução da pesquisa-ação. A violência, em especial a doméstica é uma questão de saúde pública e deve ser assistida pelo Estado, portanto justifica trabalharmos em um eixo temático relacionado à saúde. Para elaborar as atividades com Meninos tivemos que ter bem claro os diversos conceitos que envolvem desde a violência de gênero até a violência doméstica além da formação de identidade de um possível agressor. Para se falar em violência doméstica é necessário que tenhamos claros estudos sobre gênero e toda a subjetivação que é imposta a cada integrante deste até que se forme uma identidade, com isso há para além dos conflitos de gênero os intergeracionais. Houve um amplo estudo a cerca da formação da identidade através da literatura de Ciampa, com estes estudos foi possível verificar as diversas identidades humanas inseridas em um pequeno contexto, o de sala de aula com Meninos. Foi possível verificar que Meninos vítimas de violência doméstica tem um comportamento mais agressivo em sala de aula. Nos discursos é possível também verificar que a violência doméstica está relacionada a um contexto sócio-histórico, comumente vítimas de violência doméstica na infância, tornam-se agressoras quando adultas. Todos os Meninos que sofriam violência doméstica afirmaram que os pais sofreram esta também quando mais novos. Durante as vivências foi explicado os diversos tipos de violência e a forma como evolui provocando, em muitos casos, até a morte, muitos destes tipos de violência não eram considerados violência para os Meninos, percebemos então que há uma naturalização da violência. Neste trabalho tivemos resultados expressivos tendo em vista um caso no grupo das meninas, que depois das vivências e diversas conversas em casa, os pais cessaram as agressões. Esperamos que os grupos de discussão tenham internalizado um amplo repertório para a criação e manutenção de uma cultura de não-violência no contexto familiar e comunitário à cada um dos atores envolvidos nas vivências. O pôster a ser elaborado será feito em formato de jornal com algumas imagens e com um layout simples,

encontrado dentro do Pacote Office, no corpo do texto será elaborado uma pequena apresentação, os objetivos, metodologia e as considerações finais.

O obscurecimento da dor como dispositivo de controle da força de trabalho frente às LER/DORT

Márcia Luíza Pit Dal Magro

Introdução: A organização do trabalho nas indústrias de abate e processamento de carnes, conhecidas na região oeste do estado de Santa Catarina como agroindústrias, está pautada no modelo taylorista fordista, apresentando também alguns atributos do modelo japonês. A relação entre as atividades em linhas de produção e as LER/DORT já são amplamente reconhecidas e estudadas, assim como a manifestação dessas doenças nos trabalhadores das indústrias de abate e processamento de carnes, devido aos riscos laborais inerentes a esses contextos. De acordo com Lima (2010), o aparecimento das doenças ocupacionais como as LER/DORT implica em um processo silencioso que ocorre em uma escala de tempo diferenciada dos acidentes de trabalho, e que tendem a se agravar ao longo desta. Devido às características desses agravos, cuja dor é o principal preditor, é comum os trabalhadores acometidos pelos mesmos fazerem longas peregrinações pelos serviços de saúde públicos e privados, procurando auxílio para lidar com suas dificuldades. A assistência prestada na rede pública deve seguir os princípios e diretrizes do SUS o que implica em assumir a noção de integralidade como elemento fundamental e o protagonismo do trabalhador usuário na orientação do processo terapêutico. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir o cuidado realizado na atenção à saúde desses trabalhadores a fim de visibilizar qual o papel que os serviços de saúde vêm ocupando na produção da saúde e/ou do adoecimento dos mesmos. Objetivo e orientação teórica: Esse trabalho diz respeito à parte dos resultados de pesquisa de doutorado que teve como objetivo compreender como se produz a atenção à saúde dos trabalhadores das agroindústrias no oeste do Estado de Santa Catarina. Para subsidiar as discussões em torno do objetivo proposto partiu-se do entendimento da saúde como um fenômeno complexo e multifacetado, na direção do que aponta Morin (2011). Tendo essa perspectiva como pano de fundo, tomou-se como base a sobreposição entre nas noções de saúde e normalidade tendo como norte os constructos teóricos em torno da epistemologia da saúde de Canguihem (2002, 2005) e da Biopolítica de Foucault. Método: Esta pesquisa é de natureza qualitativa e por sua vez, um estudo descritivo exploratório. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram registro de diário de campo decorrente da observação participante, entrevistas semiestruturadas realizadas com os

trabalhadores e profissionais de saúde e pesquisa documental com os prontuários de saúde dos trabalhadores entrevistados. Resultados e conclusões: A forma como se organizam e funcionam as indústrias de abate e processamento de carnes, produzem grande demanda dos trabalhadores do setor, por assistência à saúde. Nesse sentido, os problemas oriundos do trabalho, que não têm espaços para serem discutidos e resolvidos neste, assumem a característica de problema individual do trabalhador usuário e se constituem em demandas para a clínica médica nos serviços públicos e privados de saúde. Os modos de expressar e lidar com as dificuldades em saúde dos trabalhadores usuários, em que se destaca a queixa de dor, podem ser compreendidos como efeito do domínio do modelo biomédico, o qual, de acordo com Batistella (2007) é orientado para a intervenção no corpo físico individual, supostamente capaz de retratar a doença de maneira objetiva. Nesse sentido, o sofrimento psíquico oriundo das condições de trabalho nessas indústrias de alimentos é menos valorizado por este modelo de atenção à saúde e, portanto, menos evidenciados nas queixas em saúde apresentadas pelos trabalhadores ao acessarem os serviços. Assim, a dor se configura como uma queixa considerada mais "legítima" para retratar os problemas de saúde oriundos do trabalho. Frente à queixa de dor, observa-se a centralidade dos fármacos na assistência realizada nos diferentes serviços de saúde, públicos e privados. Ao reduzir ou mascarar o mal-estar provocado pela dor, os fármacos atuam como um dispositivo biopolítico que favorece as indústrias na disciplinarização dos corpos dos trabalhadores que se mantêm úteis e disponíveis para o trabalho, ao reduzir ou mascarar o mal-estar provocado pela dor. Nesse sentido, o modelo biomédico que predomina nos serviços de saúde, faz com que a própria rede pública, atue como um dispositivo dessas indústrias no controle da força de trabalho, por meio da assistência prestada aos trabalhadores usuários. Essa assistência, por sua vez, favorece a que os trabalhadores usuários continuem expostos aos riscos laborais das linhas de produção, o que leva ao agravamento dos problemas de saúde ao longo do tempo. Observam-se práticas assistenciais esvaziadas da dimensão cuidadora e que conduzem ao obscurecimento da dor que geram o adoecimento. No horizonte de tais colocações, observa-se que as práticas assistenciais realizadas em torno das queixas apresentadas pelos trabalhadores usuários apresentam aos serviços de saúde têm relação com os longos percursos que os mesmos realizam pela rede de saúde e com a cronificação dos agravos à saúde destes trabalhadores. Assim, a falta de resolutividade das práticas assistenciais realimentam as demandas dos trabalhadores aos serviços em busca de cuidado.

O papel do CAPS na rede de saúde mental a partir da compreensão dos psicólogos de uma capital amazônica

Silvana Viana Andrade

Esta pesquisa teve como intuito compreender o papel dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na rede de saúde mental de Porto Velho-RO, a partir dos relatos dos profissionais de Psicologia inseridos nessas instituições. O CAPS é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema único de Saúde (SUS) e tornou-se referência para o tratamento de pessoas com transtornos mentais. Representa, na Reforma Psiquiátrica brasileira, um importante dispositivo no cuidado em saúde mental que se tornou estratégico e atuante como instituição terapêutica e organizadora da demanda no território, passando a ocupar um lugar primordial na organização da rede de atendimento psicossocial. Cabe destacar que no contexto das políticas de saúde, as redes representam uma forma de organização dos serviços de atenção à saúde, visando além da oferta de cada programa ou instituição, comunicação e complementaridade entre elas, buscando efetivar os atendimentos de forma integral distribuídas em um determinado território. Nesse sentido, levando em consideração que nas equipes multiprofissionais que compõem os CAPS se inserem os profissionais de Psicologia, optou-se por investigar de que maneira esses profissionais compreendem o papel do CAPS na rede de saúde mental, bem como as ações desenvolvidas por eles no sentido de efetivar o trabalho em rede. A pesquisa foi realizada na abordagem qualitativa, tendo como instrumentos metodológicos a entrevista semiestruturada e análise documental. As entrevistas foram realizadas com dez profissionais de Psicologia inseridos nos quatros CAPS existentes em Porto Velho. Foram destacadas as peculiaridades do funcionamento de cada CAPS e a atuação dos profissionais nesses dispositivos, discutindo a formação que receberam para a atuação nesse contexto. Na análise documental utilizaram-se os documentos produzidos no âmbito nacional, tais como a Lei 10.216/2001, marco referencial da Reforma Psiquiátrica, regulamentadora e normatizadora das ações da saúde mental, utilizaram-se, também, legislações concernentes a esta temática, como portarias e decretos direcionados às instituições e programas que compõem a rede de saúde mental, além dos documentos produzidos pelo Ministério da Saúde e Conselho Federal de Psicologia, direcionados à temática pesquisada. Destaca-se que o estado de Rondônia e sua capital não possuem legislações específicas para a saúde mental, por tal razão utilizou-se apenas legislações nacionais. Nesse sentido, buscaram-se contemplar os aspectos geográficos, socioculturais, políticos, entre outros de Porto Velho, a fim de contextualizar o funcionamento dessas instituições de acordo a lógica

territorial proposta pelas políticas públicas regulamentadas pelo Ministério da Saúde, nas quais se inserem os CAPS. Nessa perspectiva o território não é apenas uma área geográfica, mas um espaço constituído pelas pessoas que nele habitam com suas relações, conflitos, interesses, instituições que frequentam, entre outros. Para análise das informações obtidas utilizou-se os documentos e legislações mencionadas anteriormente, bem como publicações científicas que tratam da temática em questão, enfatizando o papel da Psicologia nesse âmbito. Conclui-se que em Porto Velho está iniciando esse processo do trabalho em rede de forma tímida e com ações pontuais que, na maioria das vezes, não são discutidas e pensadas como estratégias de cuidado em saúde a partir de uma política pública, visando a efetividade do cuidado ao usuário dessas instituições. Nessa perspectiva a atuação dos psicólogos, a partir das observações feitas nos relatos desses profissionais, tem sido pouco representativa e com alcance restrito, levando em consideração o âmbito psicossocial no qual se insere práticas de ações coletivas, visando a reinserção do usuário em seu território, contemplando o acesso ao lazer, trabalho, cultura, entre outros. Destaca-se que nesse contexto de atuação na rede, os psicólogos apontam que em muitos momentos essa perspectiva só se concretiza com o auxílio de determinados profissionais em outras instituições que possibilitam a comunicação para a efetivação desse trabalho, não havendo, portanto, protocolos institucionais. Um ponto que merece destaque é que entre os psicólogos entrevistados mais de 90% relatam não ter tido na formação acadêmica, disciplinas ou práticas que contemplassem o trabalho em instituições de saúde pública. Apenas alguns entrevistados demonstraram compreender, na prática, como ocorre um trabalho sistematizado das redes de saúde e intersetorialidade no território. A maioria cita a importância do trabalho nesse sentido, principalmente apontando a necessidade de descentralizar a demanda do CAPS, que tem crescido consideravelmente. A maioria dos entrevistados refere-se ao trabalho em rede como comunicação com outras instituições, a fim de ampliar o atendimento ao usuário, porém tratam dessa perspectiva como ações pontuais que devem ser desenvolvidas quando houver a necessidade de um usuário especificamente. Portanto, salienta-se que a realidade da atuação da Psicologia na rede de saúde mental no âmbito local pesquisado, não se difere de muitos relatos encontrados em pesquisas realizadas em outras regiões do Brasil, e a necessidade de reorientação da formação desses profissionais continua sendo uma discussão necessária.

O preconceito racial como determinante social da saúde

Julia Martins Damas, Natália de Oliveira Tavares, Marco Aurélio Saraiva Carvalho, Laura Félix Reis Maciel, Diego Patrick da Silva

O trabalho é decorrente de uma pesquisa de iniciação científica que vem sendo desenvolvida no campo da Saúde da População Negra e que vem apontando as desigualdades na atenção à saúde. A morbi-mortalidade no Brasil tem cor, como pontuam os estudiosos do tema analisando os dados quantitativos que demonstram que as formas de adoecer e morrer daqueles coletivos estão relacionadas às suas condições materiais e sociais. Alinha-se a esse fato a invisibilidade do racismo no país, presente na saúde desde o descaso no atendimento até a desinformação das equipes quanto ao conhecimento e tratamento específico que devem receber a população negra, devido a determinadas doenças que atinge de forma prevalecente aqueles grupos como é o caso da anemia falciforme. A partir disto, está sendo realizada num Centro de Saúde na cidade de Belo Horizonte, uma pesquisa cujo objetivo é levantar evidências da relação entre racismo e saúde. Os pressupostos teóricos que fundamentam a pesquisa partem da psicologia social e, através de uma perspectiva psicossocial, analisa as novas formas que o preconceito racial vem tomando na área saúde, considerando, ainda, as políticas e ideologias que promovem a invisibilidade do racismo no Brasil e de como essas estratégias afetam a saúde dos coletivos negros.. Desse modo, uma questão que surgiu recentemente nas pesquisas sobre o racismo é que existem novas formas para expressá-lo, de forma mais indireta e sutil, em contraste com as práticas racistas evidentes. Estas parecem estar sendo substituídas por ações menos manifestas, que expressam atitudes preconceituosas, mas sem confrontar as normas sociais da indesejabilidade do racismo. É dessa maneira que o racismo institucional está presente na saúde pública no Brasil e compromete os princípios de universalidade, igualdade e equidade do Sistema Único de Saúde (SUS), colocando em questão o processo de cuidado prestado à população negra e incidindo diretamente sobre suas condições de cidadãos de direito à saúde. Assim, esta pesquisa se adéqua ao eixo temático de saúde e visa contribuir com o grupo de trabalho indicado, analisando criticamente as práticas racistas presentes na saúde pública. A metodologia utilizada na pesquisa foi a entrevista semi-estruturada. Foram entrevistados cem usuários de um centro de saúde localizado na cidade de Belo Horizonte, MG. Os questionários buscaram abranger o perfil dos usuários do centro de saúde, o que eles pensam sobre o preconceito, se eles já foram vítimas de discriminação em algum serviço de saúde e por fim, se eles conheciam as doenças que mais atingem a população negra, com ênfase na anemia falciforme. Os questionários foram separados segundo a cor que o entrevistado se autodeclarou e analisado tanto separadamente quanto de forma geral. A análise parcial dos dados demonstra que, das cem pessoas que foram questionadas, a maioria se autodenominou parda. Além disso, a maioria respondeu “sim” à pergunta sobre existir preconceito racial na sociedade, e que ele

ocorre de várias formas. A maioria acredita que ele ocorra através do tratamento diferenciado. Foi perguntado sobre o conhecimento das pessoas quanto às doenças que atingem a população negra, e a maioria desconhece, e também não conhece a Anemia Falciforme. Observa-se certa dificuldade para as pessoas afrodescendentes se autodeclararem pretas, sendo que muitas dessas preferiram se enquadrar na cor parda. Uma pessoa que se declara preta não define somente sua cor, ela acaba por assumir todo o estigma e preconceito que recai sobre sua etnia, visto que a ocorrência de preconceito ainda é uma prática muito comum na sociedade, embora tenha se modificado passando de práticas explícitas para atos mais sutis. Uma das formas indiretas de descaso em relação à população negra e afrodescendente e a falta de informação com relação às doenças que mais atingem essa população. A maioria dos usuários de saúde não tinha noção dessas enfermidades, sendo que muitos pensam que as doenças não escolhem cor de pele e todos são susceptíveis aos mesmos males. No entanto, características genéticas e socioeconômicas fazem com que a população afrodescendente esteja mais vulnerável a certas morbidades. Essas, porém, não são conhecidas pela sociedade, sendo necessárias políticas de divulgação das informações sobre como o preconceito pode adoecer as pessoas, sobre as patologias que mais afetam esses coletivos, assim como treinamento dos profissionais a fim de que sejam atendidas as especificidades da população afrodescendente.

O processo de reabilitação psicossocial no CAPS: revisão integrativa da literatura

Marianna de Francisco Amorim

Dentro do atual contexto brasileiro da política nacional de saúde mental, destaca-se a criação de diversos serviços substitutivos, notadamente os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Tais serviços devem funcionar segundo a lógica do território, sendo responsáveis pela articulação da rede de saúde mental, com papel fundamental no processo de reabilitação psicossocial, tendo como foco principal do trabalho o desenvolvimento da autonomia e a ocupação de novos lugares sociais por seus usuários. A reabilitação psicossocial é essencial para o trabalho realizado nos CAPS e seu conceito está associado a um processo no qual se busca fornecer a oportunidade aos indivíduos limitados em função de um transtorno mental, de restaurar o exercício de suas funções atingindo um nível que favoreça suas atuações em comunidade. O presente estudo está inserido no eixo temático Saúde, considerando a reabilitação psicossocial como uma possibilidade para a efetivação de políticas públicas em saúde mental dentro do território, favorecendo aos seus atores o acesso aos direitos e ao exercício de sua cidadania. Dada a relevância do conceito de reabilitação psicossocial e sua

implicação no campo da saúde mental, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o que a literatura descreve sobre esse processo nos CAPS. Assim, buscou-se investigar de que maneira os CAPS têm desenvolvido a reabilitação psicossocial de seus usuários, bem como os fatores que dificultam essas ações. Como referencial metodológico, utilizou-se a revisão integrativa de literatura, elaborando uma síntese do conhecimento para a compreensão do fenômeno analisado. A revisão integrativa tem como objetivo gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas de saúde relevantes possibilitando a aplicabilidade dos resultados de estudos significativos na prática. Nesse sentido, foram analisados os artigos dedocumentos indexados nas bases de dados LILACS, Scielo, INDEX Psi e PePSIC, a partir dos descritores ((caps or (centro and atencao and psicossocial) or (servico$ and saude and mental))) AND ((reabilitacao or reinsercao) and psicossocial). Como critério de inclusão foram selecionados documentos na íntegra indexados nas referidas bases de dados, nos últimos cinco anos e que fizessem alguma referência ao processo de reabilitação psicossocial nos CAPS. Visando alcançar o objetivo do presente trabalho, para essa revisão integrativa foram selecionados e analisados quarenta artigos. Quanto aos resultados, pode-se constatar que a maioria das publicações foi elaborada por enfermeiros, seguidas de terapeutas ocupacionais e psicólogos, sendo que, quase a totalidade de seus autores é vinculada às instituições de Ensino Superior. No que se refere ao processo de reabilitação psicossocial, observa-se que os autores o caracterizam tanto pelas atividades diárias desenvolvidas pelos profissionais de saúde, como também pelas diversas ferramentas utilizadas na gestão do trabalho em saúde. Dentre as atividades desenvolvidas pelos profissionais de saúde destacam-se as oficinas terapêuticas, os grupos terapêuticos, os grupos de geração de renda, o acompanhamento terapêutico, a assistência às famílias e as ações intersetoriais. Algumas ferramentas utilizadas no trabalho em saúde mental, apontadas pelos autores como essenciais no processo de reabilitação, são a escuta e o acolhimento, a clínica ampliada, o estímulo à corresponsabilização e à autonomia dos usuários, e o cuidado singularizado. Como dificuldades deste processo, a literatura enfatiza a pouca articulação do CAPS com os demais serviços da rede de atenção em saúde e, em muitos casos, as ações se restringem ao interior do serviço, com pouco enfoque comunitário; poucas iniciativas para a inclusão social pelo trabalho e manutenção de vínculos afetivos restritos. Constata-se, portanto, que os autores descrevem experiências em que há grandes esforços para que se dê, de fato, a reabilitação psicossocial dos indivíduos em tratamento, mas enfatizam a necessidade de maior socialização em relação aos propósitos dos CAPS, para além dos muros do serviço. De maneira geral, observa-se que o

conceito de reabilitação psicossocial, embora muito presente nas publicações, encontra-se ainda sem uma definição unívoca e engloba múltiplos significados. Cabe ressaltar que, investigar o processo de reabilitação psicossocial como ferramenta central dos CAPS, pode auxiliar os profissionais desses serviços a repensarem as práticas desenvolvidas e proporem mudanças na atenção em saúde mental.

O Pronto Socorro e as Políticas Nacionais de Humanização

Cristine Gabrielle da Costa dos Reis

O presente trabalho tem como objetivo discorrer acerca da estrutura e funcionamento do pronto socorro e relacionar com as políticas públicas nacionais de humanização, destacando como se dá essa relação. O eixo temático escolhido foi o da saúde, uma vez que se entende que o trabalho em hospitais é compatível com tal. Isso se deve porque no transcorrer do trabalho serão discutidos temas que englobam Políticas de Saúde e Humanização, entendendo a saúde como um direito humano. Além disso, o trabalho encaixa-se no Grupo de Trabalho sobre o Cuidado em Saúde e a Construção da Participação. Essa relação se estabelece porque se busca dialogar sobre as práticas de Humanização e a relação com o serviço em saúde em Pronto Socorro. Escreve-se o trabalho a partir da Psicologia da Saúde, uma vez que são trazidas discussões acerca das relações que se estabelece no Pronto Socorro e quais são suas implicações. Para melhor adequação à proposta do trabalho, foi adaptado elementos das Políticas Públicas Nacionais de Humanização. O seguinte trabalho fez uso da pesquisa bibliográfica, ou seja, foi desenvolvida em cima de materiais já elaborados. As fontes foram publicações periódicas, sendo que se buscaram artigos que contemplassem o Pronto Socorro, Humanização e a Política Nacional de Humanização. O atendimento em pronto socorro é centrado na díade queixa e conduta, que preza dar uma resposta imediata a fim de atender o mais rápido possível levando em consideração a demanda, o que intensifica ainda mais o foco na doença. Porém, isto ocasiona uma baixa resolutividade, pois o paciente passa a retornar várias vezes ao serviço, aumentando ainda mais a demanda e formando um círculo vicioso que ocasiona à insatisfação tanto dos profissionais quanto dos pacientes. É inevitável pensar o quanto esse círculo vicioso acaba vindo à contramão do que é esperado com a implementação da Política Nacional de Humanização. Os resultados esperados na prática são de redução da fila de espera, atendimento acolhedor e resolutivo, garantia dos direitos dos usuários, entre outros, o que não se percebe nessa modalidade de atendimento do pronto socorro. Além disso, as situações corriqueiras do trabalho no setor de emergência geram sofrimento além de provocar sentimentos como:

cansaço, esgotamento, impotência e revolta. Dentro de um sistema onde há uma alta demanda, baixa resolutividade e profissionais que nutrem sentimentos como cansaço, esgotamento e revolta, e não é concedido espaço para reflexão ou da palavra, é difícil se pensar em cuidado humanizado em saúde. O propósito de humanizar implica em reconhecer carências nas condições exigidas no cuidado em saúde. Humanizar seria, entre outras coisas, conceder a palavra aos usuários e aos profissionais da saúde, ampliando o grau de comunicação entre as pessoas e grupos, tirando-os do isolamento e de situações hierarquizadas, assim como preconiza um dos princípios da Política Nacional de Humanização, que é o reconhecimento do papel de cada um e delegar o cuidado além da equipe de saúde, à rede sócio-familiar, assumindo, dessa forma, um papel protagonista e ativo no processo. Assim, é importante considerar os princípios da Política Nacional de Humanização, e quais são as possibilidades para que eles sejam efetivos dentro do Pronto Socorro. Entende-se que os princípios da Política Nacional de Humanização vêm para que se possa estabelecer uma igualdade e comunicação entre a equipe, profissionais e usuários, tornando todos ativos no processo. Contudo, para que isso aconteça, é importante que haja um maior tempo de reflexão, uma maior comunicação para minimizar, de certa forma, o sofrimento dos profissionais e consequentemente dos usuários.

O Psicólogo Hospitalar no atendimento a familiares de pacientes de UTI: um relato de caso

Vívian de Sá Vieira

O objetivo do presente trabalho é apresentar algumas das funções que o profissional de psicologia, inserido no contexto da saúde, tem frente à população atendida na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), focando a relação deste com os familiares do paciente e apresentando um breve relato de caso. Essa produção se adequa ao eixo temático da Saúde, na medida em que se trata da atuação em contexto hospitalar e aponta para as mudanças ocorridas ao longo do tempo no tratamento destes pacientes, revelando o aspecto fundamental de uma atuação mais ampla do psicólogo frente às demandas no âmbito da saúde, neste caso, abrangendo o exercício do trabalho dos psicólogos também aos familiares dos pacientes que estão internados na UTI. A orientação teórica que pautou a experiência e a escrita foi a abordagem psicanalítica. O método empregado foi a pesquisa bibliográfica e o relato de caso. Este trabalho é fruto da experiência em estágio profissionalizante realizado no Hospital das Clínicas de Uberlândia, vinculado à Universidade Federal de Uberlândia, no setor de UTI Adulto. A psicologia hospitalar, de maneira geral, visa a minimização do sofrimento decorrente da hospitalização. A

UTI caracteriza-se por ser um setor diferenciado do hospital, no qual atende pacientes graves (muitas vezes sedados ou comatosos), em um ambiente onde a impotência, o isolamento e a sensação de morte iminente causam grande ansiedade tanto no paciente quanto nos seus familiares. No início da psicologia hospitalar, as intervenções realizadas focavam-se estritamente no paciente e em suas reações frente à hospitalização. Com o desenvolvimento da área – que, a fim de ampliar sua terminologia, passou a receber o nome de psicologia da saúde –, a família passou, também, a ser foco das intervenções dos profissionais, especialmente do psicólogo. A atuação deste, portanto, engloba as diversas relações estabelecidas no contexto hospitalar (as relações paciente-família, paciente-equipe de saúde e família-equipe de saúde). Além dos papeis exercidos pelo psicólogo em relação ao paciente internado (como orientar sobre as rotinas típicas do funcionamento de uma UTI, avaliar a adaptação do mesmo frente à hospitalização e à receptividade do tratamento proposto pela equipe, realizar constantes avaliações do estado psíquico, estar atento às reações e estado emocional do paciente), é necessária, também, uma abordagem familiar. Nesse sentido, destacam-se algumas funções: informar sobre horários e procedimentos de visita, coletar dados da história do paciente, facilitar a comunicação entre familiares e a equipe, avaliar se há compreensão do quadro clínico e prognóstico do paciente, avaliar a necessidade de estender os horários de visita ou permitir que um acompanhante permaneça com o paciente no período da noite, avaliar se a realização de visita de crianças é apropriada ou conveniente em cada caso, minimizar a ansiedade da família promovendo acolhimento e escuta de seus medos e fantasias, entre outros. O relato de caso refere-se a uma paciente, do sexo feminino, com 31 anos e que foi admitida na UTI devido à suspeita de tuberculose. Ficou internada por 1 mês e 14 dias e sedada por mais de uma semana (mesmo com a retirada de sedação, continuou durante muito tempo com superficialização do nível de consciência). As intervenções junto aos familiares visaram, além dos outros objetivos já citados: incentivar visitas de familiares próximos (visto que principalmente a mãe, pessoa que mantinha relação mais próxima à paciente, estava evitando as visitas à UTI devido à ansiedade em relação ao quadro da filha); instruir sobre como informar a crianças o estado da paciente (pois a paciente tinha três filhos e já estava afastada de casa há mais de dois meses, internada em outro setor do hospital); minimizar a ansiedade em relação ao estado de delirium (esclarecendo que os quadros de agitação e comprometimento da consciência e percepção são relativamente comuns em casos de longa internação) e encaminhar o caso para a psicóloga do setor quando a paciente é transferida (a fim de manter o acompanhamento psicológico da paciente e dos familiares na melhora do quadro). Conclui-se, através do relato de caso a ser

apresentado, que a atuação do psicólogo hospitalar frente aos familiares é imprescindível, tanto no sentido de prover uma melhor recuperação do paciente frente ao suporte familiar oferecido quanto de acolher as demandas familiares que surgem relacionadas ao processo de internação e adoecimento do paciente.

O sentido revela-dor das mulheres sem mama: um mar de sentimento

Ana Maria Sá Barreto Maciel, Andréa Jean Silva Lins, Heloise Isabel de França Bezerra

O trabalho visa compreender os sentidos revela-dores das mulheres que perdem a mama. Colaborando com a política de atenção a saúde da mulher, que está circunscrita no contexto da saúde pública, representando propostas de atenção à prevenção do câncer de mama. Seus fundamentos norteiam esclarecimentos acerca da forma como a mulher se percebe com e sem a mama, que está implicada em seu modo de ser e estar no mundo, nas suas relaçõesintrapessoal e interpessoal, proporcionando uma aproximação que fomentou a análisedo sentido atribuído à mama, e do processo ser-mulher com câncer.Segundo o INCA (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER) o câncer de mama é um dos cânceres que mais mata mulheres, devido ao diagnóstico tardio a probabilidade de recorrência e morte é elevada.Por isso a política de assistência vem tentando minimizar as consequências, tanto no sentido de prevenção, como de tratamentos, devido a isso, o Ministério da Saúde anuncia que para 2013 o tratamento para o câncer será assegurado em 60 dias, visandoum atendimento mais rápido e eficaz. A mama é um órgão que tem grande significação para a vida da mulher,pois está implicado na concepção de ser mãe através da amamentação, que se traduz na forma de nutrir e cuidar, e também do ser mulher através da sexualidade, erotização e prazer. A criança encontra no seio a forma de estar no mundo tendo sua primeira relação com o outro, ou seja, com a mãe. É também nessa relação que a mãe começa apresentar o mundo para o recém-nascido, e a partir desse laço se constrói o ser-mulher-mãe, e o bebê como ser-no-mundo. Perder o seio implica se deparar com um corpo mutilado, e por isso con-viver com essa nova imagem é estar diante das questões relacionadas à autoestima e o rompimento com as formas e normas impostas pela historicidade. Ao perder a mama, a mulher se vê diante da finitude da vida, revisando seu modo de ser-no-mundo, ser mãe, mulher. Realizou-sepesquisa de campo, qualitativo-descritiva, numa perspectiva fenomenológica existencial. Usando o entendimento da narrativa de Walter Benjamim (1985), onde os sujeitos da pesquisa falaram de sentimentos próprios a eles, trazendo “a marca do narrador” e considerando o sentido dado e tomado pelas narradoras ao/no fenômeno. Foramentrevistadas 05 mulheres, entre 35 e 50 anos, que encontravam-se em tratamento pós-

amputação da mama em um Centro de Oncologia no Interior Pernambucano. Empregando-se como método de intervenção/investigação da pesquisa a pergunta disparadora: Como se revela os sentimentos de uma mulher quando perde a mama? Para coleta,utilizou-se gravadores de áudio para registrar os depoimentos. O procedimento técnico para compreensão de sentido da experiência foi a "Analítica do Sentido" de Critelli(2007), onde a partir do desvelamento ocorreu o desocultamento dos sentidos, sendo revelado e testemunhado pelo colaborador da pesquisa, realizandoa veracização e autenticação, que versa em dar consistência à vivência afetiva e singular do colaborador. Os sentidos que se revelam na desesperança, pois a condição do homem ser lançado ao mundo é denominada de factus, e tal condição existencial o expõe a situações não esperadas. Ao receber o diagnóstico de câncer, amulher mergulha em sua temporalidade existencial e visualiza a morte como algo próximo em sua vida. Essa situação aviva no âmago de seu ser sentimentos que, ao serem expressos, transmitem seu estado de derrota diante do mundo. As mulheres também se depararam com o sentimento de revolta, questionando o porquê acontecer em sua vida, pois estar no mundo com câncer é um fardo difícil de ser compreendido. O fato de ser mulher, mãe e portadora de câncer, contribui para expor a mulher a uma condição singular em suas vidas, vivenciando sofrimento pelas mudanças em seu cotidiano e a incerteza da vida perante sua família e principalmente seus filhos. Acarretando uma imensa preocupação com a família e com as condições de vida no lar,devido suas limitações em exercer o cuidado para com seus familiares. É por esta razão que, mesmo abalada, a mulher tenta elaborar a melhor maneira de contar o diagnóstico para família, mesmo inundada de emoções, tem consciência de seu papel de cuidadora ante seus familiares.Verificamos que apesar das dificuldades existentes ao descobrir-se como portadora de câncer, as reações apresentadas são diretamente influenciadas pelas experiências pregressas: se viveram ou conviveram com pessoas que tiveram experiências positivas, acreditam que o mesmo ocorrerá com elas, mas se não tiveram qualquer experiência ou esta foi negativa, costumam apresentar expectativas sombrias, pois ainda hoje, o senso comum correlaciona as neoplasias aos altos índices de morbimortalidade. Isso porque todo indivíduo carrega em si um duplo movimento de intencionalidades, ou seja, da pessoa para si mesma e da pessoa para o mundo, conforme suas experiências, vivências e interpretação do mundo-vida, uma vez que o ser humano não existe de modo abstrato, descontextualizado social e historicamente.

O trabalho do psicólogo na Comunidade Terapêutica Instituto Redenção

Cicera Ligonga Gavioli Meira dos Santos

Objetivo: temos como principal objetivo neste trabalho divulgar a contribuição do psicólogo na reabilitação de dependentes químicos (Álcool e Drogas) através do tratamento na Comunidade Terapêutica Instituto Redenção, que apresenta como missão a reabilitação e reinserção social em regime residencial (internação) para Adolescentes e Adultos, usuários ou não de substâncias químicas que provocam a dependência física e psíquica nas unidades de atendimentos ou abrigo, proporcionando o seguimento dos 12 passos dos Narcóticos Anônimos, acompanhamento psicológico, grupo de apoio, e toda a assistência necessária para que o objetivo seja alcançado, desta maneira prevenir e conscientizar os danos causados pela adicção, através de palestras e estudos sobre a dependência química, promovendo a espiritualidade, principalmente a promoção dos homens aos princípios fundamentais ao trabalho sem a utilização de quimioterapias. Assim promovendo melhor qualidade de vida. Método: o psicólogo trabalha com o acompanhamento terapêutico, uma vez por semana, objetivando a realização da conceituação cognitiva, coleta de dados da anamnese, histórico da relação com a droga, Fissura, motivação para o tratamento, suporte para o conhecimento e seguimento dos 12 passos, aspectos quotidianos, avaliação de déficits cognitivos e prevenção de recaídas. São realizados também grupo de apoio tanto para os residentes como para os familiares e responsáveis chamados de co-dependentes, realizando dinâmicas de autoconhecimento, motivação, integração de grupo, solução de problemas, família, autoestima, tratamento, dependência química e outros assuntos correlacionados com o objetivo da internação, discutindo as maneiras de prevenir recaídas, conscientização de que a dependência química é uma doença e que necessita de monitoramentos, trabalhando a prevenção de outras doenças. Resultados: Analisamos ao longo do processo de reabilitação além dos efeitos físicos e psicológicos causado pelo uso excessivo e prolongado das substâncias psicoativas, é possível perceber alguns efeitos reforçadores trazidos pelas comunidade em que vivem, também percebemos a relação existente entre as experiências de vida com o uso das drogas, a transformação da personalidade causado pelos defeitos de caráter do adicto, o resultado do processo de conscientização sobre a doença durante os meses de tratamento, os efeitos da Fissura, da abstinência vão sendo sanados, os indivíduos tornam-se mais conscientes de sua doença, buscam ajuda, percebem o prejuízo, e aos poucos vão se redescobrindo com um ser humano digno de conviver com regras, limites, leis, itens estes necessários para o convívio em sociedade. É de grande importância o psicólogo dar atenção ao sofrimento dos familiares e responsáveis, pois a dependência química carrega a dependência dos comportamentos e sofrimentos de quem convive com um dependente em substancias psicoativas, é comum

aparecer a depressão como comorbidade da co-dependencia dos familiares, pois os mesmo deixam de viver suas vedas e passam a viver na defensiva da vida do membro de sua família dependente químico. Concluímos nosso relato de experiência profissional, enfatizando a importância da conscientização sobre a doença dependência química, tanto para o doente, que aceita de maneira compreensiva seu tratamento, percebendo a forma que a droga age em seus pensamentos, sentimentos e comportamento; quanto a importância da conscientização da dependência química para os familiares e responsáveis, colaborando também para as mudanças necessários no momento da volta do residente para casa.

O uso dos Indicadores Clínicos de Riscos para o Desenvolvimento Infantil (IRDIs) na prevenção e promoção da saúde na clínica com bebês

Laila Silva Lisboa Fagundes, Adriana Lima Monteiro, Yuri Batalha Quaresma

A intervenção precoce é uma técnica relacionada à especificidade da clínica com bebês que viabiliza a detecção de sinais de riscos que antecipam o estabelecimento e/ou a cronificação de distúrbios psíquicos na infância (autismos, psicoses), possibilitando que os profissionais atuem no sentido da prevenção e promoção da saúde mental nos primeiros anos de vida (BARBOSA, 2007). A partir das teorias psicanalíticas e da experiência clínica, um grupo nacional de pesquisadores (GNP) formado por psicanalistas referências em intervenção precoce, no período entre 2000 e 2008, construiu e validou um protocolo com 31 indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil, denominado IRDI. Este instrumento é resultado de uma pesquisa multicêntrica, realizada em nove estados brasileiros com o apoio do Ministério da Saúde e da Fapesb visando capacitar os profissionais que atuam na atenção básica a detectarem precocemente nas consultas regulares os sinais clínicos de riscos psíquicos em crianças de 0 a 18 meses (JERUSALINSKY et. al, 2010; KUPFER, VOLTOLINI, 2008). Nosso trabalho busca investigar como a literatura científica aborda os Indicadores Clínicos de Riscos para o Desenvolvimento Infantil (IRDS) como dispositivo de prevenção e promoção da saúde na clínica com bebês. Para tal, consideramos, portanto: 1) A constituição do sujeito é atravessada e marcada pelas experiências vivenciadas na primeira etapa do ciclo vital; 2) A neuroplasticidade cerebral permite que quanto mais precoce uma intervenção, maior a evolução no tratamento das psicopatologias (CAMPANÁRIO; PINTO, 2006); 3) A intervenção precoce na clinica infantil previne transtornos e promove saúde; 4) A importância da validação de indicadores clínicos de riscos para auxiliar os profissionais da primeira infância em ampliarem a compreensão do bebê para além do registro biológico. Diante desse cenário, o protocolo IRDI

se destaca e se diferencia por: 1) levar em consideração os aspectos subjetivos que delineiam o desenvolvimento infantil. 2) A pesquisa dos Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil é caracterizada como uma política pública, preconizada pelo Ministério da Saúde como uma das estratégias visando a capacitação dos profissionais e a construção de um instrumento que possa ser utilizado nas consultas regulares durante o primeiro ano de vida. Esses fatores evidenciam a relevância de investigar os desdobramentos dessa pesquisa na prática clinica da prevenção e saúde mental. A metodologia de pesquisa utilizada é a revisão bibliográfica quali-quantitativa, descritiva a partir dos artigos científicos encontrados na Plataforma CAPES. E, ainda, de pesquisa bibliográfica secundária, que se caracteriza por ser elaborada através da análise de dados já publicados, constituídos principalmente de livros e artigos periódicos, permitindo a análise de determinado fenômeno ou problema, partindo-se de diferentes referenciais teóricos (GIL, 2002). A motivação em desenvolver uma leitura de aprofundamento bibliográfico nessa temática pela pesquisadora parte de estudos iniciados sobre a intervenção precoce na disciplina de Estágio Básico I. Assim como o entrosamento e leituras sobre a Psicanálise, que tem um entendimento pioneiro sobre a necessidade do olhar e cuidado ao infante, de modo precoce, em que se debruça sobre a relação mãe-bebê como constituintes da psique infantil. O entendimento do instrumento IRDIs permitiu descortinar mais um viés, que em juízo da pesquisadora garante um suporte em uma avaliação mais ampla da saúde e dos possíveis desenvolvimentos de psicopatologias e risco psíquico infantil. Ao analisar os resultados evidentes na revisão bibliográfica, constata-se que os IRDIs são abordados pelos pesquisadores como um dispositivo eficaz de detecção de riscos ao desenvolvimento infantil, contribuindo na técnica da intervenção precoce de forma interdisciplinar (abrangendo práticas nas áreas de saúde e educação). Vale ressaltar que a maioria dos estudos possuem co-autoria de autores em comum, demonstrando que há um pólo consolidado no Brasil que se debruça sobre o tema. Porém, percebe-se que apesar da relevância do instrumento destacada nos trabalhos, poucos estudos relataram o impacto na prática dos profissionais, e a utilização do mesmo na rotina dos atendimentos, isso indica a necessidade de novos estudos que possibilitem não só analisar o tema, bem como divulgar o instrumento para a comunidade que lida com os bebês possa utilizá-lo, promovendo mais saúde e prevenindo a instalação ou cronificação de psicopatologias na infância.

O viés social do envelhecimento populacional brasileiro: políticas públicas na promoção da saúde

Anamaria Araújo e Silva Barbosa, Bruna Ianara da Frota Lobato, Kamilla Tomé Júlio

Tendo em vista o incrível fenômeno de envelhecimento populacional brasileiro, que inclui considerável modificação na pirâmide etária, o presente trabalho objetivou, por meio de pesquisa documental a partir de estudos sobre as políticas públicas voltadas para a população idosa no Brasil nos últimos anos, trazer o modo como vem ocorrendo o desenvolvimento destas políticas, que atendam às necessidades emergentes desse grupo populacional, atentando para o compromisso social da Psicologia, que também deve estar inserida neste contexto. Sabemos que o envelhecimento, enquanto processo, é inerente a todos os seres humanos, sendo universal e irreversível. Além disso, é permeado por inúmeros aspectos: físico, social, psicológico, dentre outros. Este é, portanto, um assunto pertinente à Psicologia e às Políticas de Saúde, estando na interface dos dois temas. Por tratar-se de um fenômeno que vem ocorrendo de modo radical e acelerado no Brasil, o envelhecimento precisa ser acompanhado de um adequado amparo do sistema público de saúde, de modo a garantir ao idoso, como cidadão, o seu direito humano de envelhecer de modo saudável e bem assistido. Trata-se de um compromisso social do Estado, mais do que uma obrigação. Além de ser dever do Estado, cabe também à Psicologia Social não se eximir da promoção de um envelhecimento digno para a população, justamente por ter uma atuação que deve sempre debruçar-se sobre as urgências da sociedade brasileira e, principalmente, sobre a qualidade de vida e sobre o cuidado com a vida. Tomando por base esta concepção, o trabalho traz como orientação teórica, fundamentalmente, a Psicologia Social. Sendo o envelhecimento populacional uma realidade brasileira bastante atual, ele desencadeia modificações em outros segmentos, como o envelhecimento das próprias famílias brasileiras, na medida em que é cada vez maior o número de famílias nas quais há presença de, pelo menos, um idoso. Este envelhecimento é historicamente transpassado por um processo de redução da mortalidade infantil, além de considerável diminuição de taxas de fertilidade. O que teoricamente seria uma conquista pode incluir também um viés problemático: um amparo não suficiente no sistema público. Desde a Constituição de 1988, o Brasil vem demonstrando avanços no que condiz à atenção ao idoso: a partir daí foi aprovada a Política Nacional do Idoso, que criou condições para a promoção de sua autonomia, além de garantir seu papel como sujeito social e político; posteriormente foi criado o Estatuto do Idoso, em 2003, e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2004. No ano de 2006, foi criada a Política Nacional de Saúde

da Pessoa Idosa, que definiu que a atenção à saúde dessa população teria como porta de entrada a Atenção Básica/Saúde da Família, tendo como referência a rede de serviços especializada de média e alta complexidade. No entanto, apesar de uma preocupação evidente demonstrada por iniciativas governamentais e até mesmo da sociedade civil, estas ações ainda se mostram, em alguns pontos, frágeis com relação à promoção de um envelhecimento saudável para a população nacional. Observa-se que a inserção da Psicologia nas políticas públicas para a pessoa idosa é crescente, mas ainda é um desafio, na medida em que exige soluções rápidas e suficientes, que deem conta da complexidade das questões relativas a um envelhecimento populacional que, além de acelerado, é desigual e, muitas vezes, estigmatizado.

O vínculo no processo terapêutico de uma clínica ampliada: um relato de experiência

Danielle Machado Visentini, Marcos Adegas de Azambuja

O presente trabalho apresenta um relato de experiência de estágio em Psicologia Comunitária e da Saúde em um Centro de Atenção Psicossocial especializado em Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. O objetivo deste trabalho foi discutir o processo de vínculo no decorrer do tratamento dos usuários a partir das vivências da estagiária no serviço. O vínculo é um aspecto essencial na adesão do usuário ao tratamento, uma vez que o sujeito chega ao serviço em um momento de fragilidade e vulnerabilidade por consequência da dependência de álcool e/ou outras drogas. Percebe-se que o modo de se comunicar e compreender o sujeito no momento do acolhimento favorece o processo de vinculação, que acontece tanto por parte do novo usuário como do profissional, reforçando-se ao longo dos encontros. O acolhimento inicial é um instrumento essencial para a consagração do vínculo, processo que deve ser um movimento contínuo referente ao estabelecimento ou não de sentimentos de confiança na relação entre profissional e usuário (SOUZA et al, 2005). O comportamento do profissional é fundamental nesse procedimento, este precisa estar atento ao que é falado, disposto a escutar, ser ético, paciente e produtor de alteridade. Quando o usuário solicita o auxílio de um determinado profissional para uma simples conversa e este retribui de maneira acolhedora a essa chamada, ratifica a vinculação. Conforme Gastão (2002), a base do vínculo que se refere aos profissionais, é o comprometimento com a saúde daqueles que a solicitam ou são por ela solicitados. O vínculo inicia no encontro dessa dialética: uns desejando ajuda e outros na missão de atendê-los. Pequenas ações por parte do profissional, como por exemplo, dar respostas adequadas a cada demanda, marcação de consultas, recepção afetiva, entre outras, propicia a formação e a solidificação do vínculo. À medida que o sujeito é

valorizado e reconhecido não apenas pela sua doença, mas em sua integralidade o processo terapêutico se torna mais eficaz. Os investimentos de uma clínica ampliada estimulam a autonomia do sujeito, reforçando um vínculo entre trabalhador e usuário que não se faz por uma relação clínica de dependência, deslocando-se da lógica biomédica. A criação do vínculo possibilita a co-responsabilização do sujeito sobre sua atual situação. Esta relação se constitui mutuamente, o profissional auxilia o sujeito para o desenvolvimento do seu autocuidado (JORGE et al. 2011). No entanto, muitos dos usuários do CAPS-AD, romperam seus laços afetivos familiares em decorrência da dependência de substância química e,portanto, o único contato social que possuem se faz por meio do serviço. Assim, a figura do CAPS-AD é a principal rede de apoio entre as diversas redes sociais da vida do sujeito (SOUZA, KANTORSKI, MIELKE, 2006). Observa-se um forte vínculo do usuário em relação ao serviço, quando este deseja participar de todas as atividades ofertadas, sem necessidade, quando se reduz a sua frequência e até mesmo nos casos de alta, quando a desvinculação gera certo sofrimento. Tomando estes momentos de tensão como analisador, entende-se a necessária discussão com equipe e usuário sobre a capacidade da rede de saúde e do próprio CAPS de oferecer uma reabilitação psicossocial que contemple as políticas provenientes da Reforma Psiquiátrica. A Reforma Psiquiátrica pressupõe a mudança de olhar sob o sujeito, tirando o foco da doença e voltando-se para o sofrimento dos pacientes e sua relação com o contexto social (BASAGLIA, 2001). Diante disso, ressalta-se a importância do vínculo como um processo terapêutico em uma clínica ampliada, a fim de desenvolver e potencializar o sujeito em sua compreensão e gerenciamento da vida. O cuidado em saúde mental está intrinsecamente relacionado com o vínculo na rede que se estabelece entre trabalhador, usuário e serviço, ao passo que essa metodologia seja utilizada com fins terapêuticos e que o sujeito possa se beneficiar e crescer a partir das relações construídas, descobertas e ressignificadas.

Oficina Linguagens da Cidadania, Infância e Adolescência: Produção de Saúde na Atenção Básica

Rosemarie Gartner Tschiedel, Michel Lara de Oliveira, LeonardoWainstein, Rebeca Ferreira Andreolla

O Projeto de Pesquisa e Intervenção, desenvolvido em parceria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com uma Unidade de Saúde da Família - USF e uma Escola Estadual, em um Distrito Sanitário do município de Porto Alegre, oportuniza a vivência interdisciplinar de trabalho e a perspectiva em rede intersetorial. O Grupo de Planejamento Local (GPL), da

Prefeitura Municipal de Porto Alegre, citado no Resumo da Proposta, aponta que "Hoje este território é o maior aglomerado de loteamentos irregulares e clandestinos da cidade". Esta informação torna-se relevante pois remete à problemática social que afeta esta população, especialmente no que se refere à infância e adolescência. Neste sentido trabalhar-se-á no Projeto de Pesquisa com a construção de novas perspectivas para a produção de vínculos com o território, o direito à cidade, os projetos de vida, os espaços de participação e protagonismo, também previstos nas políticas de inclusão. Desenvolvem-se atividades que visam o aprendizado em um sentido criação-invenção e o exercício de autonomia e de cidadania, tanto dos estudantes de graduação e pós-graduação, como das crianças e adolescentes, principais participantes do estudo. Criar espaços voltados à infância e adolescência, junto à comunidade, são estratégias micropolíticas para a ampliação da inclusão social e dos direitos humanos para crianças e adolescentes. Ressalta-se a relevância do contato da universidade - profissional em formação - com os serviços e as políticas públicas. Considera-se o compartilhamento e articulação desta ação nas atividades de ensino e pesquisa como geradora de produção de conhecimentos que alia o currículo acadêmico ao cenário de práticas. Neste sentido, tornam-se necessárias intervenções que contemplem as premissas da cidadania, da promoção e prevenção em saúde e da proteção, previstos no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) nos Direitos Fundamentais e da Prevenção. Compreende-se que os processos de individualização dos grandes centros urbanos, tem gerado adoecimentos; o espaço da oficina é uma via política que visa construção de processos de desindividualização (Benevides, 2009) pois são trabalhados de forma a possibilitar a livre expressão, a autonomia e a criatividade, com o objetivo de incentivar processos de cognição inventiva (Kastrup, 1999). Este estudo visa intervir-analisar como se produzem o acolhimento, fortalecimento de vínculos, participação, autonomia, convivência e responsabilização, elementos fundamentais para a perspectiva da integralidade em saúde (SUS) e do exercício da cidadania. Tem-se como questão de pesquisa as produções possíveis em um espaço proposto para vivências de cidadania para crianças e adolescentes por meio do planejamento participativo e desenvolvimento de oficinas que também seu utilizam do uso de ferramentas tecnológicas (TIC) em conjunto com o Projeto Oficinando em Rede – UFRGS. Além destes propõe-se ainda: Acompanhar como as experiências das oficinas, que colocam os participantes em relação com a cidade e outros sujeitos da pólis, podem gerar processos de subjetivação em novas redes de conversação e de sociabilidade; Oportunizar espaços de problematização e criatividade para crianças, adolescentes e jovens; Trabalhar com a concepção de integralidade e de produção de saúde, no

contato com esta área, no curso de graduação; buscar o acesso e uso de tecnologias da informação e comunicação; articular o trabalho da Unidade de Saúde USF. As oficinas ocorrem em locais como: Associação de Moradores, Unidade, Escola. São sistemáticas e contratadas para desenvolverem-se semanalmente. Utiliza-se o método da pesquisa-intervenção com produção de cartografias em relação às oficinas, campo empírico do estudo. Profissionais do Serviço participam do acompanhamento das atividades para que possam tornar-se possíveis multiplicadores das atividades do projeto. A Política Nacional de Saúde, bem como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), dispõem acerca da importância dos grupos, para a atenção integral dos cidadãos tendo como pressupostos: acrescentar conhecimentos teórico-práticos para a atuação de profissionais da rede de saúde, potencializar a construção de tecnologias de si e processos de cognição inventiva a partir de dispositivos grupais com crianças e adolescentes, para os quais estas políticas deveriam ser priorizadas. Ao longo das oficinas vários resultados parciais foram obtidos, como; a observação de novos agenciamentos coletivos, movimentos de cognição inventiva, e o surgimento de uma grupalidade para além da temporalidade da própria oficina.

Oficinas como espaço de transformação: enlaçando saberes, sexualidades e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/HIV/ AIDS

Mariana Costa Oliveira

Este trabalho propõe avaliar os efeitos produzidos entre os intercessores das Oficinas após a experiência psicoeducativa para promoção de saúde em sexualidade; busca identificar as possibilidades de ação à prática de uma sexualidade segura entre os intercessores das Oficinas de Sexualidade e Prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), HIV e AIDS. Após 40 anos de convivência com o Human Imunodeficiency Vírus (HIV), mediante todos os avanços apontados no campo do conhecimento e da técnica, continua sendo uma realidade o número crescente de pessoas infectadas. As possibilidades de combate à propagação do HIV continuam sendo amplamente sustentadas no trabalho educativo de prevenção. É reconhecida a importância das práticas sociais de informação, educação e comunicação como formas de promover a saúde. Contudo, é necessário repensar a metodologia, visto que, o aumento da disseminação de informações sobre maneiras de transmissão e de prevenção ao vírus HIV não é acompanhado paralelamente de uma diminuição significativa do número de pessoas infectadas. Para que ocorram as necessárias mudanças de atitudes na vida sexual é fundamental que as pessoas sejam confrontadas com sua capacidade de reflexão e responsabilidade de

decisão, considerando as singularidades que atravessam cada grupo social, oferecendo a eles diferentes desafios, questionamentos e ferramentas. O desafio de dialogar a sexualidade a partir de um espaço que possibilite o intercâmbio entre saberes é o intuito do projeto Oficinas de Sexualidade e Prevenção DST, HIV, AIDS – um espaço de construção em meio a tantos barulhos que vibram nossa sociedade em torno dessa temática. As Oficinas buscam estimular o empoderamento e a participação de todos os envolvidos por meio de processo interativo de efeitos recíprocos. Bem como, colaborar com o ideário da prevenção, combate ao preconceito e consolidação da democracia. As Oficinas, portanto, têm como objetivo principal identificar possibilidades de ação nos planos individual, profissional e coletivo de todos os participantes, que promovam a prática de uma sexualidade segura. O trabalho das Oficinas é realizado ao longo de dez encontros semanais, dentro da Universidade Federal do Espírito Santo. Cada encontro tem duração de duas horas e não se organiza a partir de um público-alvo, embora, em sua maioria, seja composto por adolescentes e jovens adultos. Apesar das vagas serem limitadas por semestre, a divulgação é aberta e as inscrições podem ser realizadas por qualquer pessoa que se interesse pelo tema. A riqueza dos encontros faz os grupos apresentarem-se de várias formas, sendo um convite à diversidade para todos os que participam. Para verificar os desdobramentos desses encontros foram analisados 11 questionários que foram respondidos pelos intercessores ao final dos semestres referentes aos anos de 2009 a 2011. A forma como fora trabalhadas as Oficinas teria desmistificado o senso comum sobre “grupos de risco”, trazendo à tona a vulnerabilidade da sociedade como um todo. O ambiente fora propício para a integração dos saberes. O conteúdo trabalhado promoveu a reflexão, o debate e o posicionamento ativo sobre o problema-alvo. A metodologia direcionou a aquisição dos conhecimentos numa perspectiva crítica e buscou sensibilizar os participantes para um estranhamento de práticas naturalizadas. Propôs também estimular o protagonismo, colocando tanto intercessores quanto “oficinandos” no centro do desenvolvimento das estratégias preventivas diante da epidemia do HIV. Incitou a percepção do problema e a atuação sobre ele a partir de uma perspectiva reflexiva e atenta à comunidade onde estão inseridos socialmente os participantes. Foi visto que, na participação dos intercessores, as possíveis dificuldades no exercício da função do mediador encontraram apoio no próprio grupo para serem solucionadas. Houve uma troca de saberes constantes, um apoio social que contribuiu no comportamento pessoal e profissional com a perspectiva de um trabalho psicoeducativo bem sucedido. A escuta dos relatos de diferentes origens potencializou as relações estabelecidas entre os que participaram. Entre as dificuldades que apareceram é curioso perceber que não vieram da

metodologia usada, mas sim da maneira como o conteúdo fora trabalhada ao longo da vida daquele sujeito. Chegou a ser citado sobre a "criação dos pais" e a falta da abordagem sobre questões sexuais de maneira clara e desmistificada. A análise das respostas emitidas via o questionário evidenciou que o que é levado das Oficinas amplia a visão dos participantes nas suas vidas pessoais e profissionais. As Oficinas oferecem apoio para temas transversais na perspectiva do problema-alvo e questões de saúde e direitos humanos. Além de contribuir para a elaboração e manutenção de políticas pública como a facilitação do acesso a recursos para cuidados de saúde, retaguarda para aconselhamento, testagem e fornecimento de camisinha, bem como dos medicamentos necessários no tratamento do HIV. Sua metodologia incentiva o uso do poder e dignidade a quem desejar e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro.

Os enodamentos dos Serviços Residenciais Terapêuticos: o morar singular

Dafni de Melo

Este trabalho propõe-se a discutir os enodamentos referentes aos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), no que diz respeito a sua implantação e ao cuidado realizado nestes dispositivos, a partir de experiências neste campo. O trabalho é orientado pelos referenciais esquizoanalíticos de cartografia e rizoma, de forma que a experiência é tomada cartograficamente para subsidiar, conjuntamente com os aportes teóricos da Desinstitucionalização, Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, as discussões acerca deste serviço, constituindo linhas rizomáticas de reflexão. Os SRTs se constituem como um dispositivo chave para o desenvolvimento da reforma da atenção em saúde mental no país, sendo um momento essencial da desinstitucionalização do cuidado, uma vez que possibilita a reinserção de pessoas com sofrimento psíquico severo e persistente no espaço da cidade. A loucura retoma os territórios da cidade, deixando de ser domínio exclusivo da área da saúde mental, estendendo-se para os domínios da área da atenção básica em saúde, o que complexifica o cuidado ainda mais. Assim, os SRTs passam a serem dispositivos cobertos pelas Políticas Públicas de Saúde Mental e da Atenção Básica, justificando a presença deste trabalho no GT de Políticas Públicas de Saúde Mental e Atenção Básica. Dessa complexificação do cuidado emergem alguns nós problemáticos. Primeiramente, a própria dificuldade da implantação destes serviços que não tem acompanhado a criação de outros serviços substitutivos, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), assim como tem tido dificuldade de acompanhar o fechamento dos leitos em hospitais psiquiátricos, resultando assim em um grande número de

pessoas, no Brasil, que são potenciais usuárias deste serviço, gerando uma demanda reprimida. A clientela deste serviço está além dos antigos moradores dos hospitais psiquiátricos, usuários de CAPS cuja questão da moradia seja estratégica em seu plano terapêutico singular, moradores de rua com sofrimento psíquico severo e persistente e egressos de Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico estão entre as pessoas que podem se beneficiar deste serviço; igualmente, as novas configurações no cenário da saúde e da saúde mental, decorrentes da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica, tem produzido usuários com diferentes questões e situações de vida, ampliando o leque da demanda dos SRTs. Um outro nó pode ser considerado como uma das possibilidades para a existência do nó demanda, uma possibilidade para esta dificuldade em se avançar na implantação deste serviço no país A própria natureza deste dispositivo o forma, o nó casa-serviço, ele pode potencialmente dificultar o cuidado neste dispositivo. Busco, neste trabalho, debater este nó, como se produz um serviço que é uma casa e como se mora em uma casa que é um serviço. Para tanto, aposto em uma linha que pensa a casa, espaço de morar e habitar, que já foi considerada tanto como espaço privado da intimidade que personifica a personalidade de seu morador, quanto como um território e como rizoma, a casa pode se constituir como um espaço de potência dos encontros que ali se dão e das conexões deste espaço com outros, uma vez que a casa se situa no espaço da cidade, podendo, desta maneira, engendrar novos agenciamentos; a casa como produtora e produto de modos de existência. Destes nós e desta linha-casa, desdobra-se uma linha de fuga, a linha do morar singular. O cuidado nos SRTs pode se desenvolver como esta possibilidade de construir um morar singular daquele sujeito que ali habita, ao apropriar-se daquele espaço, daquele cotidiano, construindo uma nova experiência de si no mundo.

Os sentidos da saúde numa perspectiva de gênero: um estudo comparativo entre homens da cidade do Natal/RN

Jáder Ferreira Leite, Magda Dimenstein, Rafaele dos Anjos Paiva

O tema da saúde dos homens vem se tornando mais presente nas agendas dos organismos internacionais e de países da América Latina, fazendo com que essa referida população e suas questões de saúde ganhem visibilidade, fato até então muito presente nas políticas de saúde de mulheres, crianças e idosos. Desse modo, o presente trabalho objetivou investigar os sentidos que homens de um bairro de classe média e de um bairro de classe popular da cidade de Natal/RN dão para a saúde, conhecer os principais problemas de saúde desses homens e também suas experiências de uso dos serviços de saúde quando deles necessitaram. Para tanto,

realizamos entrevistas com 24 homens, com idades entre 25 a 59 anos, sendo 12 homens de cada unidade de saúde do bairro. Analisamos as entrevistas por meio das práticas discursivas geradas e também por meio dos estudos de gênero. Os resultados encontrados acompanham a tendência de estudos já realizados sobre o tema, principalmente por considerarem a saúde como sendo importante para se exercer sua condição de homem e de masculinidade enquanto provedor do lar e da família. Percebemos, ainda, como a busca pelos serviços de saúde em nível de atenção básica é limitada, fato que segue a ideia de que os homens buscam os serviços de saúde quando esta se encontra já necessitando cuidados especializados. Por outro lado, identificamos a participação dos homens no cuidado da saúde de seus filhos e esposa. No que se refere às experiências dos homens em relação ao serviço de saúde, concluímos que quando essas foram positivas, os homens tendem a ter uma melhor relação com os mesmos, construindo sentidos de saúde que valorizam a atuação dos profissionais. Vimos, ainda, que os homens de classe popular tendem a uma maior satisfação com os serviços de saúde em função de que o modelo adotado, a Estratégia Saúde da Família, parece ser mais eficaz no atendimento de suas necessidades. Destacamos que o acesso e o acolhimento humanizado são elementos essenciais para qualidade do serviço, pois contribuem para a sua procura e para satisfação do usuário com o atendimento. Concluímos que o estudo sobre os sentidos produzidos em torno da saúde permitiu contribuir em termos de situar criticamente como os sujeitos produzem sentidos sobre a saúde a partir de sua inserção socioeconômica e cultural, de modo a considerá-los a partir de uma realidade dinâmica e processual. As práticas discursivas inauguradas em torno do fenômeno da saúde pelos homens possibilitaram compreender a importância da linguagem como mediador fundamental na busca de inteligibilidade dos fenômenos. Por meio dela, podemos acessas os efeitos discursivos que ela gera nas relações interpessoais e sociais. Assim, a saúde deixa de ser um objeto em si para ser construída por meio das intercessões que povoam o campo social.

Pensando as práticas de cuidado com crianças: criando espaços do brincar na internação hospitalar

Marilise Ferreira, Vanessa Fontana da Costa, Ana Luiza Xavier Scremin, Camila dos Santos Gonçalves

Este trabalho busca provocar uma reflexão sobre a importância de proporcionar um espaço lúdico possibilitando expressões no contexto hospitalar durante o período de internação de crianças, observado durante a prática do Projeto de Extensão, “Ludicidade em ambiência

hospitalar: uma estratégia multidisciplinar no cuidado da criança", desenvolvido pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) em um Hospital Público em Santa Maria/RS. Este projeto já é realizado há três anos e teve por base a legislação de março de 2005, lei nº 11.104, que normatiza a instalação de Brinquedotecas hospitalares (BRASIL, 2005). No projeto participam acadêmicos e professores de diferentes áreas, buscando realizar um trabalho conjunto de mediação do lúdico com crianças e cuidadores durante a internação. A proposta principal é criar e manter a sala lúdica denominada Imaginoteca. A proposta do grupo temático visa promover o debate sobre as possibilidades de participação de usuários e profissionais na construção do cuidado no processo saúde-doença cotidianamente e nos serviços de saúde pública e coletiva. Neste sentido, acredita-se que este trabalho contribui para a discussão no sentido em que almeja, através da mediação lúdica, proporcionar um olhar integral à criança e cuidadores visando o fortalecimento do cuidado em saúde. Assim, busca estimular a participação dos mesmos na compreensão dos processos de saúde. Observamos durante as atividades realizadas na Imaginoteca as alterações de atitude das crianças frente ao ambiente oferecido. Como retratado na pesquisa de Lorenzi (2011), o lúdico em ambiente hospitalar altera as relações entre a equipe e da mesma com os pacientes, bem como a visão do paciente sobre seu estado de saúde. Torna-se um espaço onde o cuidador participa do processo de reabilitação das crianças, visando os benefícios da expressão do brincar ao desenvolvimento e, consequentemente, ao processo de tratamento. Diante do adoecer da criança muitos cuidadores expressam o sentimento de culpa ou fracasso pelos cuidados prestados. Com isso, quando esses cuidadores levam-nas a este espaço, isto é, ao se fazerem participativos nesse momento de estimulação do cuidado, de alguma maneira, essa culpa acaba por minimizar-se frente às decorrências do brincar. Conforme explicitado no GT, com este trabalho buscam-se formas de atuação em saúde que superem uma visão individualista e culpabilizante nesse processo. O ato do brincar está ligado ao desenvolvimento global de toda criança, tornando-se meio primário para a aprendizagem. O brincar é natural e inerente no processo de desenvolvimento infantil. Conectando a realidade interna e externa, "a criança traz para dentro dessa área da brincadeira objetos ou fenômenos oriundos da realidade externa, usando-os a serviço de alguma amostra derivada da realidade interna ou pessoal" (WINNICOTT, 1975, p.87). A condição hospitalar caracteriza-se como um momento especial e, muitas vezes, traumático, pois a criança possui recursos limitados para lidar com a "nova" situação, tanto pela mudança da rotina familiar, quanto por suas dificuldades apresentadas frente à estressante condição. O lúdico dentro dos hospitais se justifica por ser uma atividade prazerosa à criança, contrariando a dolorosa rotina hospitalar; sendo um espaço

de valorização das experiências individuais e possibilidades de escolhas, um lugar facilitador de interação. Assim, o brincar como mediador da relação entre pais e filhos proporciona um ambiente saudável entre eles. A hospitalização das crianças fragiliza a relação entre a criança e seus pais, tornando os benefícios do brincar não só para os pacientes, mas aos seus cuidadores (FERREIRA, 2005). Portanto, o estímulo que o brincar proporciona a criança é fundamental e insubstituível quando este está de acordo com a fase de desenvolvimento e isso foi observado nas práticas do projeto de extensão na Imaginoteca. Atividades como jogos coletivos, dramatização de procedimentos hospitalares e desenhos auxiliam na construção de sentido diante de uma vivência como o adoecer e a hospitalização. Além disso, a interação entre as crianças internadas e entre estas e seus cuidadores podem auxiliar no fortalecimento de vínculos e construção da noção de cuidado. Enfim, a prática neste projeto de extensão tem nos proporcionado maior contato com a experiência de internação infantil através da expressão simbólica das crianças no ambiente oferecido, exemplificando principalmente o modo como criança ou acompanhante lidam com essa situação, uma vez que o brincar nesta fase remete-se a uma maior interação entre ambos.

Percepção de Saúde dos participantes do grupo de tabagismo em uma Unidade de Saúde de Média Complexidade em Florianópolis

Luna Cassel Trott, Maria Flavianne Costa Souza, Alessandra Mafra Ribeiro

Este trabalho trata-se de um relato de experiência sobre uma pesquisa desenvolvida com um grupo de tabagismo oferecido em unidade de atenção de Média Complexidade em Florianópolis. O SUS traz mudanças significativas ao modo como o Estado trata a saúde brasileira, e, uma das mais importantes, é o próprio conceito de saúde. Isto porque, o SUS deixa pra trás a noção de saúde como ausência de doenças ou presença de medicamento e propõe um conceito ampliado, levando em conta também fatores sociais, econômicos, trabalhistas como: alimentação, moradia, renda, trabalho, lazer, transporte, saneamento básico, educação e acesso a serviços. Neste sentido, a saúde é vista como um direito universal e fundamental do ser humano, firmado na Declaração dos Direitos Humanos, e é dever do estado garantí-la por meio de políticas sociais e econômicas. O tabagismo é considerado atualmente um problema de saúde pública. Através da dependência pela nicotina, o cigarro faz com que seus consumidores se exponham a mais de 4.700 substâncias tóxicas, sendo considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) a principal causa de morte evitável em todo o mundo. O presente trabalho tem como objetivo identificar a percepção de saúde dos participantes do grupo de tabagismo da

Unidade de Saúde. Para tanto, utilizamos de pesquisa bibliográfica contextualizando o tema, principalmente os cadernos de saúde formulados pelo Ministério de Saúde. Foi elaborado também um questionário auto-aplicado formulado com questões a respeito dos sentidos da saúde divididos em quatro eixos: A percepção do usuário em relação ao conceito de Saúde; As ações do cotidiano relacionadas à saúde; O grupo de Tabagismo do qual participa eIdentificação. Este questionário foi aplicado em dois grupos de tabagismo presentes na Unidade de Saúde. No Grupo 1, foram aplicados o questionário em três pessoas, já no grupo 2 a participação foi de duas pessoas, o que não permite apresentar conclusões explicativas. Os resultados da aplicação de questionário acerca do conceito de saúde demonstram que as percepções possuem relação com o conceito ampliado do SUS, sendo que a alimentação e os exercícios físicos são tidos como os mais importantes e ainda os aplicados de maneira mais efetiva no dia a dia dos entrevistados. Apesar da proximidade das respostas obtidas com o conceito ampliado de saúde do SUS, ainda podemos pensar o quanto o comportamento dos usuários participantes da pesquisa ainda pode estar ligada à ideia de medicalização no acesso aos serviços de saúde, já que na questão sobre os locais relacionados à saúde, o posto de saúde é o primeiro lugar a ser escolhido, considerando o fato de que é através dele, estando presentes no grupo, é que recebem os adesivos de nicotina. Podemos considerar que esta percepção não é incomum, já que o conceito ampliado de saúde foi formalizado recentemente e ainda não é difundido na mídia e na sociedade. E, o uso de medicamentos ainda é muito presente no cotidiano e nos cuidados da saúde com a população.

Pesquisa e intervenção psicossocial no processo de construção da identidade coletiva do portador de diabetes

Juliana da Silva Guedes, Narjara Rhayssa Ferreira Duarte, Daniela Procópio de Rezende, Jéssica Maíres Severino Mota, Marcos Vieira Silva, Kênia de Cássia Abreu

O “DOCE VIDA” é um programa de extensão da área de Psicologia Social vinculado ao LAPIP/ UFSJ, iniciado em 2002. O projeto articula ações com profissionais voluntários da Associação de Portadores de Diabetes de São João Del-Rei (APD/SJDR) e profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem por objetivo alcançar a compreensão da importância da qualidade de vida por meio do auto-cuidado dos portadores de diabetes, bem como o trabalho dos fenômenos grupais, de forma a mediar à reflexão e elaboração das implicações afetivo-emocionais da doença. Desta forma, busca-se a maior adesão ao tratamento, o fortalecimento do grupo, a construção da identidade coletiva e do vínculo afetivo, e a implicação na

mobilização pela busca de melhorias no atendimento público à saúde. O método utilizado baseia-se nos pressupostos da Pesquisa-Ação e na Pesquisa Participante, e os procedimentos incluem realização de dinâmicas de grupo, grupos operativos e grupos de reflexão. As reuniões semanais são observadas e/ou coordenadas pela equipe de psicologia a fim de levantar as demandas quanto aos fenômenos grupais e aspectos afetivo-emocionais. Além disso, constituem momentos de reflexão, em que sujeitos expressam emoções, ansiedades, dúvidas e dificuldades em lidar com a doença, o que possibilita o desenvolvimento da afetividade grupal e da identidade coletiva de portador de diabetes. Os resultados revelam as dificuldades dos portadores de diabetes no acesso ao atendimento básico pelos sistemas públicos de saúde e a necessidade de reivindicação de melhorias. Entende-se que, apesar das adversidades e dificuldades enfrentadas, os membros do grupo demonstram uma maior apreensão e internalização das informações recebidas nas reuniões, além de estarem mais inseridos em uma construção de vínculos afetivos e da identidade individual. Além do desenvolvimento e crescimento do grupo, ressalta-se: participação no Dia Mundial do Diabetes, em que a APD ganhou um prêmio; destaque Na Semana de Extensão Universitária (SEMEX)/2011; finalização de um livro de receitas dietéticas. Organizou-se também junto aos associados, um painel de fotos e lembranças (RECORDAR) de campanhas anteriores, bem como de atividades ocorridas nas reuniões. No ano de 2013, como resultados do Programa Doce Vida a reestruturação de uma biblioteca já existente na Associação, que foi batizada de Bibliodia; criação de uma cartilha com informações básicas para os iniciantes da APD, com informações como: o que é diabetes, tipos de diabetes, sinais e sintomas, dicas, mitos e verdades, como é a vida com o diabetes. Foi confeccionada também uma história em quadrinhos com informativos sobre o diabetes, seus sinais e sintomas e os cuidados principais, criada pelo site da turma da Mônica -http://www.maquinadequadrinhos.com.br/Intro.aspx. A revista tem sido utilizada em campanhas em escolas públicas da cidade, como forma de orientação e prevenção ao diabetes. Também foi criado um blog (http://apdsaojoaodelrei.blogspot.com.br/) da Associação que semanalmente é atualizado com receitas, fotos, dicas e informes sobre os eventos. Desenvolvimento de uma pesquisa no período de março de 2013 a fevereiro de 2014, através do Programa Institucional de Iniciação Científica da UFSJ, cujo objetivo é compreender as relações entre categorias temáticas da Psicologia Social, quais sejam, identidade, afetividade, solidariedade, memória, vínculo, poder, participação social, processo grupal, e o envolvimento de grupos institucionais e comunitários atendidos pelo LAPIP com políticas públicas de saúde e desenvolvimento social. (“Processos Grupais e Articulações Identitárias: Implicações para a

Participação Social Em Políticas Públicas"). Além desta ação de pesquisa, alunos do Programa de Mestrado em Psicologia da UFSJ desenvolvem pesquisas para dissertações em atividades do Programa Doce Vida. Em dezembro de 2012 foi defendida a dissertação "Análise do Processo Grupal da Associação de Portadores de diabetes de São João del-Rei: Articulações entre Identidade e Participação Social" de autoria da aluna Carolina Neves de Oliveira, orientada pelo Professor Dr. Marcos Vieira Silva. Diante destas considerações percebe-se que os espaços dedicados à reflexão e elaboração têm proporcionado ao Grupo a troca de experiências e vivencias pessoais que se tornam, muitas vezes, comuns à maioria dos associados. Também as ansiedades, desejos e dificuldades são compartilhadas, o que colabora para uma maior afetividade e coesão grupal.

Pesquisa-Intervenção num CAPSad - problematizando a implicação do pesquisador-interventor no dispositivo roda de conversa

Ricardo Wagner Machado da Silveira

Nesta apresentação oral faremos um recorte de uma pesquisa-intervenção num CAPSad III – Centro de Apoio Psicossocial – Álcool e outras drogas da rede publica de saúde mental de uma cidade do Triangulo Mineiro que teve início em 2009 e continua em andamento. Este trabalho tem tido como referencias fundamentais a Análise Institucional, a Esquizoanálise e tecnologias psicodramáticas ao longo de sua execução. Um dos objetivos desta pesquisa-intervenção é investigar as dificuldades e possibilidades da equipe do CAPS para o desenvolvimento de uma gestão coletiva e corresponsável pelas ações e projetos de promoção da saúde, prevenção e tratamento do uso prejudicial de álcool e outras drogas, em consonância com as políticas e diretrizes preconizadas pelo SUS, entre elas, a clínica da Redução de Danos. Neste processo vale destacar a necessidade de manejo de impasses e problemas de gestão de processos técnicos, organizacionais e do trabalho em equipe que tem dificultado a realização da missão deste serviço de saúde mental na rede pública de saúde da cidade. Para tanto, optamos pelo uso da metodologia da cartografia, um método de pesquisa-intervenção que se baseia, sobretudo, no princípio de que toda a pesquisa é intervenção, buscando acompanhar processos ao invés de representar objetos, produzir dados ao invés de coletá-los. Nesse sentido, o coordenador da pesquisa, docente de um curso de graduação em Psicologia de uma universidade federal da cidade e as pesquisadoras colaboradoras, alunas deste curso de graduação (sendo uma delas bolsista do CNPq do Programa de Iniciação Científica), têm realizado observações cartográficas da rotina de trabalho ao longo da semana com o intuito de promover uma maior

aproximação da rotina do serviço, das práticas e relações interpessoais vividas no cotidiano da equipe e de suas relações com os usuários do referido serviço. Numa outra ação, enquanto coordenador da pesquisa realizamos rodas de conversa quinzenais com a equipe de profissionais que trabalha no CAPSad, onde visamos processos de autoanálise e autogestão deste coletivo. O dispositivo das rodas de conversa tem funcionado como analisador construído privilegiado e estratégia para alimentar os circuitos de trocas, mediar aprendizagens recíprocas e/ou associar competências. O intuito é que se sustente um espaço e um tempo disponível na rotina do serviço para que os profissionais da equipe do CAPSad possam refletir e avaliar criticamente seus saberes, visando um maior reconhecimento de sua história, de suas ações, de suas crenças e convicções, propiciando uma reflexão e construção de práticas de promoção da saúde, prevenção, tratamento e reabilitação psicossocial de pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas em consonância com os princípios e políticas preconizados pelo SUS. O recorte que faremos na apresentação oral deste trabalho, se dedicará à problematização de nossa implicação enquanto pesquisador-interventor nas rodas de conversa onde atuamos como facilitador deste dispositivo, numa tentativa de cartografar o complexo embate de forças instituintes e instituídas que atravessam e vão constituindo este difícil papel, com suas contradições, impasses, dificuldades e potencialidades que vão compondo um processo de aprendizagem significativa da função de analista institucional no decorrer das rodas de conversa.

Plantão Psicológico no Hospital Universitário USP: o cuidado na formação de profissionais de saúde

Ana Clara Hermogenes Costa, Henriette Tognetti Penha Morato

Em 2007, o Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU - USP) realizou um pedido por cuidado psicológico para equipe de saúde ao Instituto de Psicologia da USP (IPUSP). Tal solicitação foi encaminhada ao Laboratório de Estudos em Fenomenologia Existencial e Prática em Psicologia (LEFE) do Departamento de Psicologia da Aprendizagem do Desenvolvimento e da Personalidade IPUSP. Partindo da clínica fundamentada numa perspectiva fenomenológica existencial iniciou-se um período de visitas numa perspectiva "cartográfica" realizadas equipes de estagiários da graduação, supervisores de projeto e supervisores de campo, para conhecer e deixar-se conhecer, percorrendo as nuances institucionais. A cartografia clínica é um método de dupla função: o cartógrafo, ao mesmo tempo em que em que detecta a paisagem, com suas características espaciais singulares, seus

acidentes e mutações, cria vias de passagens pertinentes para transitar por tal espacialidade. Deste modo, a necessidade por atenção psicológica, tanto para usuários e familiares como para todo o corpo funcional do hospital, mostrou-se presente e urgente. Diante disso, nasceu a proposta de um Plantão Psicológico no HU. O Plantão configura-se como um espaço de cuidado a partir da disponibilidade do plantonista colocada a serviço daquele que necessita. É uma experiência clínica que se diferencia de outras modalidades pela peculiaridade de seu setting terapêutico ser a presença do plantonista como sede do próprio plantão, podendo acontecer, então, nos mais diversos espaços. Atualmente o Plantão Psicológico acontece em praticamente todos os espaços do hospital: Pronto Socorro, Pronto Atendimento infantil, Centro Obstétrico, Unidades de Terapia Intensiva, Semi-intensiva e Neonatal, Maternidade, Clínica Médica, Pediatria, salas de espera. O Plantão Psicológico no HU, enquanto projeto de extensão universitária preconiza, a assistência, o cuidado com formação dos alunos de graduação e pós-graduação e a produção de conhecimento neste campo. A Supervisão de Campo se mostrou como importante dispositivo de cuidado com a formação destes alunos. O supervisor de campo é um psicólogo graduado, com experiência como plantonista no HU e que está disponível para cuidar do aluno em formação no período do plantão. Servindo-lhes como referência dentro da instituição, cuidando para que este possa vivenciar a experiência de cuidar do outro percebendo-se também cuidado. Para além do acompanhamento no campo, há espaço da supervisão de projeto (horário diferente do plantão na instituição) constitui também espaço para cuidar, tematizando e articulando teoricamente o aprendizado proporcionado pela experiência no plantão. Este trabalho tem como objetivo: Refletir sobre a experiência de Plantão Psicológico no HU enquanto projeto de extensão universitária sobre os seguintes aspectos: Da assistência à comunidade HU/USP, em busca de uma atenção integral em saúde; do cuidado com a formação de psicólogos em ambiente hospitalar voltados também à uma atenção duplamente integral: cuidado com usuários e trabalhadores, e olhar voltado para os sujeitos em situação; da produção de conhecimento: reflexão sobre o modo como esta prática pode contribuir para melhor qualidade da assistência no SUS ao promover maior participação de profissionais e usuários nos cuidados em saúde. Ao longo de quase seis anos do projeto pudemos perceber uma maior abertura para a presença e a atuação da equipe de psicólogos plantonistas, concomitante a inauguração de uma tendência para outros modos de compreensão do sofrimento humano que rompam com o modelo epistemológico moderno calcado na dicotomia entre mente e corpo. Buscamos através da multidisciplinaridade meios e possibilidades da integração de saberes de disciplinas diversas. Nesse sentido, nossa intervenção tende a diminuir o peso excessivo da

responsabilidade e a solidão que os profissionais de saúde vivenciam no cotidiano hospitalar, além de compor ações de cuidado partindo da especificidade da Psicologia. Durante o período de existência do projeto acompanhamos a formação de plantonistas e supervisores de campo, inaugurando outros modos de psicólogos estarem presentes e contribuírem na construção de cuidados em saúde no contexto hospitalar. Para que haja uma radicalização dos princípios do SUS tornando-o efetivamente uma política pública de saúde para todos é necessário compromisso ético, político e de cidadania dos profissionais que o constituem. Com esta potência é possível transformar práticas que desqualificam, ou qualificam negativamente o SUS, abrindo caminhos para novas e criativas construções no sentido de viabilizar cada vez mais uma saúde integral e de qualidade para todos. Estratégias em saúde que preconizem o cuidado do sujeito em sua integralidade podem ser mais facilmente viabilizadas por profissionais que experienciam em sua formação esse tipo de olhar. Desta forma, apresentamos nossa experiência no projeto de Plantão Psicológico no HU/USP e o conhecimento que temos construído ao longo desses anos, a fim de refletir sobre o modo como plantão psicológico, enquanto modalidade clínica em instituição hospitalar, pode contribuir no tocante a outra concepção de cuidado e saúde. E assim, ampliando: buscamos alcançar novas reflexões sobre as possíveis contribuições desta prática para construção de um Sistema Único de Saúde universal, equitativo, e de atenção integral.

Política Nacional de Humanização- (PNH) e o dispositivo: Visita Aberta e Direito a Acompanhante

Gizana Clara de Lima Silva

Objetivo: Apresentar um relato de experiência com os dispositivos da Política Nacional de Humanização (PNH) no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) na cidade de Natal/RN. Ele se relaciona com o eixo temático da saúde por seu conteúdo e sua proposta. Orientação teórica: Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no final da década de 1980, foi possível vislumbrar mudanças no cenário da saúde pública do país. Mediante esse processo de mudanças no modelo de atenção à saúde, faz-se necessário também transformações no modelo de gestão. Para isso, foi criado no SUS a PNH da Atenção e Gestão no Sistema Único de Saúde – HumanizaSUS. Esta política preconiza como humanização a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de produção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores. Os valores norteadores dessa política são a autonomia e o protagonismo dos sujeitos, a co-responsabilidade entre eles, o estabelecimento de vínculos solidários, a construção de redes de

cooperação e a participação coletiva no processo de gestão, bem como busca à incorporação de novas tecnologias, saberes e práticas (PNH, 2006). Os dispositivos da política foram desenvolvidos para funcionar nas práticas de produção de saúde, envolvendo coletivos e visando promover mudanças nos modelos de atenção e de gestão. Dentre eles, este trabalho se deterá na Visita Aberta e Direito ao Acompanhante. A primeira, é uma proposta da PNH cujo objetivo é ampliar o acesso dos visitantes às unidades de internação, de forma a garantir o elo entre o paciente, sua rede social e os diversos serviços da rede de saúde, mantendo latente o projeto de vida do paciente. O segundo, seria um representante da rede social da pessoa internada que a acompanha durante toda sua permanência nos ambientes de assistência à saúde (PNH, 2006). Segundo a PNH, a garantia do direito à visita e de poder contar com um acompanhante no período de internação é fundamental na assistência à saúde mediante o que se entende por clínica ampliada operada na produção da prática do cuidado: um "trabalho clínico que visa ao sujeito e à doença, à família e ao contexto, tendo como objetivo produzir saúde e aumentar a autonomia do sujeito, da família e da comunidade" (p. 03), tendo em vista que ela proporciona aos envolvidos no contexto mais resolutividade nos processos de trabalho dos serviços de saúde que se embasam nos princípios da PNH no sentido de promover mais qualidade de vida ao paciente. Como também se remete ao objetivo de cuidar numa perspectiva mais abrangente, gerador de segurança e confiança, possibilitando que a pessoa reencontre e manifeste a sua vitalidade, favorecendo a eficácia dos tratamentos. O primeiro ponto que a PNH aborda diz respeito à importância da Visita Aberta e do acompanhante nas necessidades vitais do paciente, tendo em vista uma vez que "do ponto de vista fisiológico, o visitante e o acompanhante estimulam a produção hormonal no paciente, diminuindo o seu estado de alerta e a ansiedade frente ao desconhecido, trazendo mais serenidade, confiança e, em consequência, uma resposta mais positiva aos tratamentos" (p. 09). Além disso, os laços afetivos devolvem no usuário internado a confirmação de sua existência, contribuindo assim para o seu tratamento. Outro aspecto abordado na política refere-se aos desdobramentos da visita aberta e do acompanhante como manutenção do contexto, que consiste no fato da presença de uma pessoa próxima amenizar a distância promovida pelo internamento do seu contexto social e familiar, da sua vida cotidiana; além de que, considerar a pessoa em sua expressão subjetiva e sociocultural, colabora para a sua co-responsabilização pelas condutas terapêuticas. Método: Observações nas enfermarias, registro dos atendimentos realizados à família e ao paciente e diálogos com a equipe. Resultado: A Visita aberta no HUOL funciona diariamente das 10h às 20h30. O direito ao acompanhante segue exigência legislativa. Tem direito a acompanhante,

por lei, adolescentes (menores de 18 anos) e idosos (maiores de 60 anos). Há também casos excepcionais quando o direito ao acompanhante é avaliado por uma equipe multiprofissional analisando a necessidade do paciente. O hospital disponibiliza alimentação integral - desjejum, almoço e janta. Durante os atendimentos foi relatado pelos usuários significado nível de satisfação com os dispositivos implantados. Por parte da equipe observa-se ainda processo de adaptação à experiência. Conclusão: É de suma importância pensarmos a respeito da PNH e a ressignificação desses dispositivos, considerando que a presença do acompanhante, visitante, familiar do paciente no ambiente hospitalar provoca uma mudança do "locus hospitalar" como difusor do cuidado público da saúde, numa perspectiva de solidariedade e de responsabilidade coletiva, marcas da PNH. Tal fato é, indiscutivelmente, fundamental para mudar as relações de poder nas instituições de saúde, fazendo com que os usuários se apoderem mais dos seus direitos - e deveres. Um começo, na tentativa de transformar todos em agentes para a melhoria da saúde.

Políticas Públicas de Saúde: entre o território e o nomadismo

Caroline Couto, Letícia Aline Back, Alexsander Witt Rodrigues, Betina Hillesheim

As políticas públicas de saúde organizam-se a partir da noção de territorialidade, a qual inclui os sujeitos, suas condições, suas doenças, riscos e vivências na forma como se compõem determinadas populações na articulação com o espaço, assim definindo as estratégias e intervenções de saúde consideradas mais adequadas para cada território. Como parte integrante da pesquisa A saúde e a lógica de inclusão: entre o território e os nômades, o presente trabalho objetiva investigar as formas pelas quais se constroem as noções de território e inclusão no campo da saúde, a partir da experiência de uma parcela da população que, geralmente, é invisível nas estatísticas e estratégias da saúde: os nômades. Os nômades rasuram a lógica inclusiva da saúde e, ao burlarem as fronteiras que "normalizam" os lugares e os sujeitos, rompem com a ideia de vinculação que permite aos serviços, como as Estratégias de Saúde da Família, a corresponsabilização e o controle da população a que atende. Nessa pesquisa, nomadismo abarca tanto o fenômeno migratório de determinados grupos sociais, quanto sujeitos provenientes de grupos que tem no deslocamento uma forma de vida. Assim, valendo-nos das teorizações de autores pós-estruturalistas, tais como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, problematizamos as políticas públicas de saúde no que se refere às questões de territorialidade, inclusão e vinculação dos usuários. A produção de dados está sendo realizada mediante a observação participante em duas equipes de ESFs, do município de Santa Cruz do Sul – RS. Visto que as Estratégias de Saúde da Família são estruturadas a partir do território,

divididos em áreas e microáreas, está sendo possível acompanharmos como a transitoriedade de indivíduos e famílias se mostram como um problema, já que, ao não se fixarem ao serviço de saúde, esses sujeitos fogem ao controle de cuidados das ESFs. Destacamos que, nos serviços investigados, mais do que o nomadismo como modo de vida, como ocorre com ciganos ou grupos indígenas, percebemos que o nomadismo é provocado pela procura por trabalhos, assistência à saúde, brigas familiares ou violência, resultando no deslocamento contínuo de sujeitos que buscam melhores condições de vida. A proposta da ESF é embasada nas questões relativas ao território por este presumir a criação de vínculos, por isso a escolha das Agentes Comunitárias de Saúde é feita entre aquelas que residem nas próprias microáreas estabelecendo, assim, quem pertence a cada agente e à unidade de saúde. Nesse contexto, as relações se nominam através dos que pertencem ou não à ESF e são materializadas em cadastros e prontuários. O não cadastramento dos sujeitos implica em sua não existência para o serviço de saúde. Podemos pensar, assim, que, na medida em que o cuidado com aqueles que escapam das redes das políticas públicas de saúde é esquecido, o vínculo se torna estanque. Se, por um lado, as linhas geográficas de um território delimitado por um serviço podem ser à esquerda ou à direita, tornando os sujeitos ali incluídos como passíveis de um vínculo obrigatório (que acompanha, controla, responsabiliza); por outro, em meio às linhas do território, para aqueles que não estão nem lá, nem cá, há um vínculo bastante frágil ou mesmo inexistente. Entre os meus, os teus e os outros de cada Estratégia de Saúde da Família, ficam os nômades que, simplesmente, não pertencem a ninguém.

Práticas de cuidados e autocuidados “psi”: relato de experiência em hospital geral

Letícia Maísa Eichherr, Lilian Rodrigues da Cruz

O presente trabalho apresenta a experiência no Serviço Integrado de Atendimento Psicossocial (SIAP) em um Hospital Geral da região central do estado do Rio Grande do Sul através da realização do estágio Integrado em Psicologia – atividade curricular do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). O objetivo é refletir sobre a inserção da estagiária em diferentes unidades de cuidados em saúde a partir de diferentes práticas “psi”. Pensar a ação da psicologia em um hospital que busque a promoção de um processo de cuidado e autocuidado em saúde envolvendo diferentes autores deste processo – paciente, familiares, profissionais – e que esteja em consonância com a Política Nacional de Humanização (PNH), abre a possibilidade de um trabalho multiprofissional e interdisciplinar, na tentativa de superar o modelo biomédico (quase hegemônico). Neste mesmo sentido, o olhar da gestão acerca do lugar

do estagiário reflete na sua autonomia na organização, embora não a defina, pois o estágio ocorre independente disto e, nestas relações, há espaço para novas proposições, criação de alternativas e fortalecimento de papeis. A partir das diretrizes da Política Nacional de Humanização e, considerando o método da tríplice inclusão - inclusão dos diferentes sujeitos, inclusão dos analisadores e fenômenos sociais e inclusão do coletivo – a prática de estágio buscará ações que fomentem a construção de saberes, instigando a reflexão acerca dos cuidados dispensados e dos cuidados promovidos. Uma dessas refere-se à participação no Grupo de Trabalho de Humanização (GTH), em fase de (re) consolidação no referido hospital, que tem permitido a discussão das práticas dos diferentes profissionais e a forma como as relações tem se estabelecido para com o(s) outro(s). Outra ação é a análise e intervenção institucional, que vem ao encontro de uma atividade obrigatória do estágio, bem como da demanda do local. O referido projeto de análise problematiza a transversalidade dos instituídos e a Política Nacional de Humanização, buscando intervenções sistemáticas e cotidianas no hospital. Uma terceira atividade será o planejamento e a realização de dois grupos terapêuticos, como forma de envolver os diferentes sujeitos nas práticas de cuidado. Um dos grupos é destinado aos acompanhantes de pacientes adultos internados e o outro, aos pais de bebês internados na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Neopediátrica e na Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) Neonatal. Ambos os grupos permitem a troca de experiências, questionamentos, reflexões e construção de saberes acerca da internação, dos sentimentos vivenciados no cotidiano hospitalar, bem como das possibilidades de autonomia no que se refere aos cuidados para com os sujeitos, contando com diferentes profissionais: enfermeira, assistente social, psicóloga e estagiários. Neste sentido, pensar práticas “psi” para além dos atendimentos na beira do leito e de acompanhamentos psicológicos, neste momento da formação profissional, tem sido uma experiência enriquecedora na construção de saberes acerca das diferentes formas de cuidados, permitindo a compreensão da importância do outro, como ser participante, autônomo e responsável. Partilhar estas problematizações fomenta os coletivos e oportuniza repensar a atividade do psicólogo do campo hospitalar, que por si só, já é um local com inúmeros procedimentos invasivos e não nos cabe ser mais um deles. Ressalta-se que, na realização deste estágio curricular em um hospital, não se buscam conclusões, mas sim interrogações permanentes sobre as práticas que envolvem os processos de saúde-doença e a autonomia dos sujeitos no que se refere à inclusão destes nos cuidados consigo e com o outro.

Prevalência de Transtornos Mentais Comuns em contextos rurais: um estudo com assentados e assentadas da Reforma Agrária no Rio Grande do Norte

Janine Conceição de Araújo e Silva, Victor Hugo Belarmino Lima, Sharline Dionízio da Silva, Jaqueline Torquato de Lima, Brenda Albuquerque Adriano da Silva, Josiane Ramalho da Silva, Jáder Ferreira Leite, Eliane Lucas da Silva, Magda Dimenstein

Os ambientes rurais, mais especificamente os de assentamentos rurais, apresentam uma carência expressiva de estudos e políticas voltadas para a população residente nestes contextos. No que diz respeito à saúde mental a situação se acentua ainda mais, de modo que em termos de políticas nacionais vigore uma escassez de diretrizes estabelecidas para atenção e cuidado aos assentados, apesar de estes apresentarem demandas específicas associadas a condições de vida e trabalho, condições estas que podem gerar sintomas depressivos, de ansiedade e psicossomáticos proeminentes. Desse modo, o presente trabalho teve por objetivo investigar a prevalência dos transtornos mentais comuns em moradores de cinco assentamentos rurais das macrorregiões Leste Potiguar e Agreste Potiguar do estado Rio Grande do Norte, contemplando assentamentos rurais localizados nos seguintes municípios: Espírito Santo, Barcelona, Nova Cruz e João Câmara. Os procedimentos metodológicos corresponderam à aplicação de um questionário sociodemográfico junto a 197 famílias assentadas, a aplicação Self Reporting Questionnaire (SRQ-20) a qual foi feita em 389 indivíduos, abrangendo cerca de 179 homens e de 210 mulheres maiores de 18 anos, e a realização de uma entrevista semiestruturada para as pessoas que apresentaram índice de prevalência de transtorno mental comum (TMC) a partir do SRQ-20. Os resultados apontaram que das 389 pessoas, 10,2% dessas assinalaram índice importante de prevalência de transtorno mental comum em moradores de assentamentos rurais do RN; assim como, dos 179 homens que responderam o SRQ-20 e apresentaram índice de prevalência de TMC, 5% (n=9) desses responderam a entrevista semiestruturada; enquanto que das 210 mulheres cerca de 14,7% (n=31) responderam a referida entrevista. Apesar da estatística não apresentar valores considerados altos, ainda revela um índice significativo, e por isso importante, de incidência de problemas relativos ao bem-estar emocional. Verificamos ainda que a incidência de transtorno mental comum foi maior em mulheres, a qual se mostra pouco maior que o dobro da incidência verificada em homens, fato que segue tendências da literatura sobre o tema. Desse modo, os dados evidenciaram questões distintas em função do sexo, o que aponta para a necessidade de atendimentos diferenciados e uma compreensão do fenômeno em torno da perspectiva de gênero. Além disso, os resultados mostram que é preciso considerar as diferenças entre os grupos das populações estudadas, bem como aprofundar o

estudo sobre estas distinções para o melhor entender de que maneira influenciam de forma positiva ou negativa para a incidência de transtornos mentais comuns. Percebe-se que o cenário atual dos moradores de assentamentos rurais, no tocante à prevalência de transtornos mentais comuns, é problemático e carece de maior assistência e estudos voltados para esta categoria social no que diz respeito à saúde mental, bem como a necessidade de estruturação de políticas públicas voltadas para essa população, especialmente no âmbito da atenção psicossocial em saúde mental nestes contextos.

Princípios da Comunidade Terapêutica e o processo de trabalho em equipe na Saúde Mental

Sérgio Luiz Ribeiro

Este trabalho é parte da pesquisa de Doutorado do autor que analisa como se constitui e opera o entre disciplinas e profissões no dispositivo equipe no atendimento em saúde mental, especificamente na Atenção Básica à Saúde (ABS). Um dos objetivos da pesquisa é sistematizar o debate sobre o trabalho em equipe e interdisciplinaridade/transdisciplinaridade na Saúde Mental, nas experiências da Reforma Psiquiátrica que tiveram maior influência neste aspecto, na perspectiva de como emergiram historicamente estas práticas, como teorizaram seus modos de funcionamento e que práticas e efeitos produziram nesse campo. No presente trabalho analisamos os princípios da Comunidade Terapêutica, surgida na Inglaterra após a 2ª Guerra Mundial, de acordo com os objetivos acima e a partir do levantamento bibliográfico realizado e utilizando como referencial teórico a Análise Institucional. O movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil como processo de construção de um novo ordenamento institucional para o cuidado de pessoas com sofrimento psíquico, a partir do final da década de 1970, trouxe alterações profundas no entendimento dos transtornos mentais, nas formas de atenção às pessoas acometidas por eles, no papel social atribuído às profissões e ao processo de trabalho na área da Saúde Mental. Devido a estas influências iniciou-se a criação de uma rede de serviços e estratégias de atendimento aos portadores de sofrimento psíquico desde os serviços da ABS até os especializados como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), visando à substituição das formas de tratamentos hospitalocêntricos-medicalizadores. Para a consolidação deste processo, uma das principais necessidades é a criação e funcionamento do trabalho em equipe, articulando profissões e disciplinas diversas na direção da inter/transdisciplinaridade. A divisão do trabalho na área da Saúde teve como um de seus principais motivadores a especialização crescente dos vários saberes que a compunham, na tentativa de se ter maiores recursos teórico-

técnicos para abarcar a complexidade do campo. A partir do final da Segunda Guerra Mundial e suas consequências sociais e econômicas, acirrou-se o questionamento da hegemonia da Psiquiatria no cuidado ao sofrimento psíquico e da necessidade da constituição de equipes de atendimento em saúde mental. É neste contexto que surge a Comunidade Terapêutica na Inglaterra, um dos primeiros movimentos da Reforma Psiquiátrica que traz à tona a possibilidade de tratar o doente mental pela ressocialização e pela criação de um espaço terapêutico coletivo dentro do hospital psiquiátrico e a utilizar o trabalho em equipe como principal estratégia terapêutica. Estes pressupostos influenciaram em maior ou menor grau as experiências surgidas depois, principalmente a Psicoterapia Institucional, Antipsiquiatria, Psiquiatria Democrática Italiana e a Reforma Psiquiátrica brasileira. Estas influências de se deram principalmente em relação à reabilitação ativa, o comunalismo e o processo de trabalho em equipe. Ou seja, que a gestão da instituição de saúde devia ser autogerida, participativa e democrática, na qual as decisões deviam ser tomadas e implantadas por meio do coletivo de profissionais, usuários e toda comunidade. Estes pressupostos e práticas da Comunidade Terapêutica tiveram e tem grande influência para as ações de cuidado de Saúde Mental: no questionamento da organização do espaço institucional e do processo de trabalho nos serviços de saúde, na democratização das relações institucionais e na participação ativa do usuário em seu tratamento. Estes também são pressupostos que estão nas bases do processo de Reforma Psiquiátrica brasileiro, na perspectiva da Atenção Psicossocial, e na Atenção Básica à Saúde. Assim, é importante este resgate dos princípios da Comunidade Terapêutica, numa perspectiva crítica, para o aprofundamento da reflexão sobre o processo de trabalho em equipe em seu processo histórico. Pretende-se que isto possa contribuir para o entendimento das práticas e saberes e possibilitar a invenção e criação de outras formas de gestão e de cuidado nestes campos.

Prisões da saúde: problematizando propostas atuais de alteração na lei de drogas

Artur Nascimento Barbedo Couto, Mariane Batista Bitencourt

A Política Nacional sobre Drogas produziu, a partir de 2011, novos arranjos políticos-econômicos que reacenderam velhas discussões sobre a problemática das drogas. Questões referentes à liberdade, intimidade, igualdade, segurança, saúde, trabalho, violência, dentre outros, estão sendo problematizadas em propostas de alteração/inclusão de leis. É objetivo deste artigo produzir desconstruções e desnaturalizações das séries discursivas que atravessam a emergência dos documentos-monumentos 'Projetos de Leis' que instituem a prática da

internação compulsória como elemento central das Políticas sobre drogas. Considerando o volume de produção legislativa acerca da prática referida, selecionamos quatro Projetos de Lei que abordam a temática, todos datados do ano de 2012. Empregamos o método histórico-genealógico de Michel Foucault para efetuar desconstruções histórico-discursivas, valendo-se de ferramentas analíticas tais quais: biopolítica, disciplina, genealogia, poder, segurança, entre outras. Verificamos que a prática de internação compulsória têm sido proposta como prática alusiva ao encarceramento que têm como objetivo principal a punição e correção das condutas desviantes. Descortinou-se, assim, a lógica do recrudescimento penal a partir da produção do usuário de drogas como o inimigo da sociedade brasileira inserida no contexto político-econômico do capitalismo neoliberal. Verificamos, ainda, que as ciências humanas surgem como o bastião de defesa e de legitimação do Estado frente à problemática sobre drogas. Concluímos que os Projetos de Leis analisados não propõe alternativas para romper com o modelo proibicionista e criminalizante que, historicamente, têm sido primordialmente aplicado à problemática em questão. O mais do mesmo da Política sobre Drogas reinstitucionaliza novas violências para grupos sociais específicos.

Profissional da Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde Mental: percurso da inserção

Manuele Monttanari Araldi

O objetivo desta pesquisa foi o de problematizar a inserção do profissional de Psicologia nas Políticas Públicas de Saúde Mental a partir da Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira, pela sua inclusão nos documentos oficiais desta área que foram disponibilizados nos portais online oficiais do Governo Federal. Como orientação teórica, este trabalho pautou-se em Amarante, Benevides, Carvalho, Dimenstein, Mercadante, Paulin, Turato e Yamamoto. Para isto, optou-se por uma pesquisa documental com um delineamento qualitativo. Foram pesquisadas as bases de dados do Governo Federal brasileiro e pesquisados documentos oficiais federais publicados entre 06 de abril de 2001, data da homologação da Lei n° 10.216, marco oficial da Reforma Psiquiátrica brasileira, e 15 de Julho de 2012. Estes documentos foram catalogados em uma tabela descrevendo o conteúdo do documento, a data de publicação, o tipo de documento e sua procedência, o objetivo do documento, a referência ou não ao profissional da Psicologia, o tipo de informação sobre este profissional, a descrição da função exercida por esse profissional e se esta função é de coordenação/diretiva ou de básica e o link de acesso para o documento. Os documentos tabelados foram analisados a partir do referencial da análise de conteúdo de Laville e Dionne (1999), sendo que as categorias utilizadas foram “Apresenta o Profissional da

Psicologia", "Subentende a Presença do Profissional da Psicologia" e "Não Apresenta o Profissional da Psicologia". Foram encontrados 96 documentos oficiais, sendo 87 portarias, quatro decretos presidenciais, três leis e duas cartilhas do Humaniza SUS. Destes, 15 documentos foram categorizados como apresentam o profissional de psicologia, 10 documentos como subentendem a presença do profissional de psicologia e 74 documentos como não apresentam o profissional de psicologia. Este trabalho articula-se com este Grupo de Trabalho (GT), pois possibilita uma análise crítica da inserção do profissional de psicologia nas políticas publicas de saúde mental, a partir da lei da Reforma Psiquiatrica brasileira a partir dos documentos oficiais referentes a esta temática. Sendo este um ponto fundamental de análise, pois regem toda a operacionalização dos sistemas e serviços de atendimento em saúde mental, tanto nos serviços especializados, quanto na Atenção Básica do SUS. Considera-se que a inserção do profissional de Psicologia nas políticas públicas de saúde mental a partir da Reforma Psiquiátrica brasileira como uma inserção linear, pois este percurso de inserção inicia anteriormente a Lei n° 10.216, com a Constituição Federal de 1988 e com a implantação do SUS, maior política pública de saúde do país, em 1990. Como resultado, encontrou-se que sua nomeação efetiva nas políticas públicas de saúde mental se dá com a sua inclusão na Lei n°10.216, contudo esta inserção parece se limitar, em termos de descrição nos documentos oficiais, nas funções de psicoterapia individual, atendimento grupal e aplicação de testes psicológicos. Contudo, a atuação deste profissional não limita-se a estas funções, porem não está nomeada nos documentos oficiais ou está nomeada de forma subentendida, como é o caso da sua inclusão nas Equipes de Referência, lugar este que este profissional não ocupa prioritariamente como o descrito nos demais documentos oficiais, como aplicador de testes psicológicos, psicoterapeuta individual e coordenador de grupos. Desta forma, observa-se que a atuação do profissional da Psicologia no âmbito das políticas públicas divide-se em dois grupos de análise: o profissional da Psicologia da legislação e o profissional da Psicologia da atuação, pois os profissionais da Psicologia que atuam em serviços públicos não restringem-se as três atuações descritas nos documentos oficiais, como observado de forma indireta na análise das Cartilhas do Humaniza SUS. Desta foma, observa-se um problema na própria burocracia descritiva da operacionalização da saúde mental no SUS, que não demarca claramente a atuação deste profissional, assim, abrindo espaço para que cada profissional atue de forma distinta quando ocorre esta expansão da sua atuação, a atuação que não está demarcada nos documentos oficiais. Como também, este fato abre espaço para que nem todos os profissionais atuem na

mesma lógica de atenção, o que pode ocasionar um atendimento desconexo dentro da própria rede de atendimento do SUS.

Promoção de saúde e estratégias de cuidado em uma Unidade de Saúde da Família

Ricardo Naia Rother, Patrícia Aymberé Bello

Introdução: De acordo com a Constituição Federal brasileira, a saúde é um direito do cidadão e dever do Estado. Com a Lei Orgânica da Saúde, cabe ao Sistema Único de Saúde (SUS) a promoção, proteção e recuperação desta, sendo a atenção primária a porta de entrada dos usuários do SUS ao cuidado. A Estratégia Saúde da Família surge, assim, como modo de atenção primária, configurando-se como o primeiro contato da população com o serviço local de saúde. O presente trabalho pretende analisar e discutir práticas de promoção e produção de saúde desenvolvidas por um núcleo de estágio e projeto de extensão composto por alunos do curso de Psicologia da FCL de Assis (Unesp) junto à equipe de uma unidade de Estratégia Saúde da Família (ESF) da cidade de Assis/SP. O território da referida ESF compreende um bairro periférico de Assis, marcado principalmente pela baixa renda e pela presença do tráfico de drogas. Nossas práticas e observações levam a acrescentar a dificuldade de acesso à cultura e lazer; a falta de saneamento básico em alguns pontos; o número elevado da prostituição de mulheres e travestis e o alto índice de uso abusivo de álcool e drogas como pontos expressivos para nossas análises. Observa-se, a partir da escuta clínica, a solidão, sobretudo da parcela idosa da população do bairro e as frequentes queixas de violência doméstica, de gênero e conjugal, sofridas principalmente por mulheres. Além disso, há um elevado número de moradores do bairro que fazem uso de psicofármacos. Tendo em vista as especificidades deste bairro, buscamos intervir a partir de uma clínica ampliada, onde o diálogo com outros saberes possibilita-nos uma escuta clínica e institucional que vai além do recorte psicológico, compondo os processos psicossociais, políticos e culturais produtores de subjetivação. Nossas práticas vão para além do atendimento clínico, procurando diversificar as formas de promoção e produção de saúde junto à equipe da ESF, bem como desvincular o auto-cuidado do usuário do cuidado médico e o uso de medicamentos somente. Objetivos e relação com o Grupo de Trabalho 24: Analisar e discutir as ações de cunho terapêutico, promotoras de saúde e potencializadoras de direitos e auto-cuidado aos usuários da comunidade onde o estágio ocorre. A relação com o Grupo de Trabalho escolhido diz respeito às nossas práticas na própria ESF. Ainda que o estágio seja supervisionado por um professor, não há um(a) psicólogo(a) dentro da equipe, destinado exclusivamente às práticas em saúde mental no território. Assim sendo,

através deste trabalho buscamos expôr nossas ações dentro das políticas públicas de atenção básica à saúde. Metodologia: São realizados atendimentos psicoterapêuticos individuais e em grupo, domiciliares ou na próprias ESF, além de acompanhamentos terapêuticos (ATs), tendo como embasamento teórico a esquizoanálise, teoria queer e conceitos da saúde coletiva. Contudo, outras atividades são pensadas de encontro a formas por vezes indiretas de auto-cuidado. Assim, são elaboradas junto à equipe da unidade ESF oficinas temáticas e de expressão; eventos comunitários; rodas de conversas e grupos não perenes; cine clubes; reuniões do Conselho Gestor. Resultados e Discussão: Nesta proposta de uma clínica que fuja aos moldes das psicoterapias tradicionais baseadas no conceito de setting – mesmo em nossos atendimentos individuais –, vamos de encontro com a vida das pessoas que nos procuram, isto é, conhecemos como de fato é sua realidade. Assim, podemos observar e analisar as linhas de subjetivação que compõe este sujeito, de modo a compreender melhor suas necessidades e angústias, pensando já numa possibilidade de intervenção através de uma clínica crítica e ampliada. Todas as nossas ações visam à promoção e ampliação do conceito de saúde dentre os (as) usuários (as) para além da ação médico-centrada e medicamentosa, a saúde como ausência de doença. O cuidado passa além da centralização binária do corpo saudável-doente. Assim, temos nos apoiado no conceito de Gilles Deleuze de dispositivo: um feixe de linhas, um emaranhado de linhas que fazem parte do processo de subjetivação, juntamente com a cultura e a política. Essas múltiplas linhas tecem tanto o território geográfico – o bairro – quanto o território existencial que constitui a categorização dos sujeitos, suas práticas e seus prazeres. E, ao colocarmos em analise essa composição de linhas que nos são apresentadas, vamos produzindo uma cartografia existencial e territorial. Por fim, apesar da atuação do estágio de Psicologia na ESF há vários anos e centenas de atendimentos (individuais e grupais) já realizados, não há um(a) psicólogo(a) dentro da equipe. Desta maneira, apesar das ações do estágio serem supervisionadas por um professor, não há um profissional exclusivamente destinado à saúde mental na ESF, restando ao grupo de estágio (que muda a cada ano), junto à equipe, realizar a promoção de saúde. Conclusão: Ainda que a maioria das políticas públicas em saúde no Brasil não seja executada em excelência, são os próprios profissionais e usuários que as realizam a cada dia. A preocupação com a própria saúde é algo que demanda um cuidado constante; tais cuidados vão para além do médico e do remédio por ele prescrito, mas abrangem cuidados básicos na própria casa, no local onde se reside. Por isso, fica evidente a necessidade de desvincular o saber médico como modo único da solução para a doença, ampliando a visão

de saúde como um conjunto amplo de feixe de linhas que atravessa cada usuário que está no território, assim como, as nossas próprias relações.

Promoção de Saúde em grupo de sala de espera: relato de experiência do Estágio Básico

Adriany Miorini Vieira de Souza, Joice Soares Campos, Juliane de Oliveira Silva, Eliane Regina Pereira, Gustavo Cerchi Soares Ferreira

De acordo com a reforma curricular do Curso de graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Uberlândia, foi instituída a disciplina obrigatória de estágio supervisionado básico - psicologia clínica e social, que exigia em sua ementa a realização de atividades supervisionadas com o objetivo de apresentar práticas relacionadas à área da saúde para os alunos que cursam o quinto período da graduação em Psicologia. Tal disciplina permitia o posicionamento dos alunos em três possíveis locais de atuação: o Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia; a clínica escola de psicologia e a Unidade Básica de Saúde Centro de Saúde Escola (UBS-CSE) unidade Jaraguá. O objetivo deste relato de experiência é compartilhar as vivências que ocorreram durante o estágio básico na Unidade Básica de Saúde Jaraguá e informar as contribuições do mesmo para a formação acadêmica e promoção de saúde. Os conceitos de saúde e doença devem ser analisados e compreendidos dentro de um contexto histórico, cultural, social, econômico e político. Dessa forma, esses termos não representam um mesmo significado para todas as pessoas, há uma variação na forma de se pensar influenciada por concepções de ordem religiosa, científica e filosófica. De acordo com o conceito da OMS, saúde diz respeito a um estado de completo bem-estar físico, mental, social e não indica apenas uma falta de enfermidade. Apesar da concepção de saúde ser diferenciada entre os indivíduos, a Constituição Federal de 1988 afirma que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, sendo este um principio norteador do SUS, Sistema Único de Saúde. A promoção de saúde é um conceito visto dentro do nível de atenção primária. Promover traz como significado fomentar, gerar, originar, ou seja, não é uma ação voltada a uma determinada doença, mas é realizada com o objetivo de aumentar a saúde e o bem-estar em um sentido amplo, considerando aspectos físicos, sociais e psicológicos. A ideia de promoção faz com que haja uma forma de se lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde de modo individual, ou coletivo, indo além de um ensinamento técnico, pois há uma construção de uma singularidade e a opção de escolha. As estratégias de promoção de saúde são realizadas por profissionais de diversas áreas, sendo que ao psicólogo cabe o papel de ampliar a escuta dos usuários e funcionários do serviço de saúde, intervindo de diferentes formas. Uma possibilidade de atuação do psicólogo neste

processo é a participação deste em grupos de sala de espera. Para que pudéssemos trabalhar com o grupo de salas de espera, foram feitas três visitas, sendo duas envolvendo observações participantes e a seguinte uma entrevista com os funcionários e usuários do local, seguidas de uma última composta da intervenção. Intercaladas a estas visitas, foram realizadas supervisões com a orientadora, para que pudéssemos refletir e ressignificar o que foi apreendido daquele lugar. Para que fomentássemos uma discussão, fizemos uso de um recurso estético, sendo este definido como um material disparador de uma reflexão sobre a própria subjetividade, e, diante disso, discutidos os assuntos que recorressem ao cotidiano daqueles que participavam, sendo que o caminho do diálogo na roda de conversa era definido pelos participantes. É necessário que falemos que estes envolvidos eram usuários do serviço e estavam à espera de atendimento médico, cuja participação era livre a todos ali presentes. Durante nossa intervenção foi usado o poema "no meio do caminho" de Carlos Drummond de Andrade, e a discussão girou em torno das dificuldades inesperadas que surgiram na vida de cada um. Por fim, pudemos concluir que a promoção de saúde se faz em diversas formas e, como primeira exposição, vemos que o psicólogo não se encontra restrito apenas ao ambiente clinico individual, mas que fogem ao estereotipo do psicólogo clinico em ambiente controlado, devido à impossibilidade de previsão de caminhos, uma vez que vários sujeitos definem o caminho do diálogo, e é necessário flexibilidade para o tratamento dos diversos sujeitos ali presentes.

Promoção de saúde na terceira idade: atividade física e saúde mental

Pauliana Tamires Papel, Débora Nogueira Tomás

Este trabalho visa apresentar a experiência de Estágio Curricular em Saúde Coletiva realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de uma cidade do interior do Estado de São Paulo e que teve como objetivo o acompanhamento de um grupo de idosos em um programa de caminhada assistida. A caminhada acontece três vezes por semana, no período da manhã, com duração de uma hora, em uma praça nas localidades da Unidade de Saúde. Atualmente conta com a participação de quinze idosos sendo doze do sexo feminino e apenas três do sexo masculino. Eles são usuários da Unidade Básica de Saúde e que foram encaminhados para tal programa por apresentarem doenças crônicas como diabetes, cardiovasculares, hipertensão arterial e também sintomas de ansiedade generalizada e depressão. Este projeto já existe a mais de dez anos, sendo coordenado por uma enfermeira padrão e executado por técnicos de enfermagem do local, também conta com a participação de estagiários de educação física e psicologia. Os estagiários de educação física auxiliam na preparação dos idosos, orientam desde

o tênis e roupas adequadas até exercícios de alongamento. Já os estagiários de psicologia acompanham na caminhada proporcionando momentos de escuta e reflexão, em que o grupo possa relatar suas aflições, angustias, medos, trocar experiências e exemplos, a fim de combater o isolamento social. A caminhada assistida de insere dentro da atenção básica de saúde, e também como apoio psicossocial, com o propósito de oferecer mudanças na qualidade de vida destes idosos, bem como a manutenção de sua independência e autonomia, reabilitação física e mental. É possível observar que ocorreram grandes melhorias no processo de promoção de saúde, prevenção de doenças e assistência aos idosos ao longo dos anos, contudo ao falar sobre saúde social existem grandes caminhos a serem percorridos. Dentre estes desafios, torna-se necessário existir um trabalho em equipe multidisciplinar e que estes profissionais tenham sensibilidade e empatia para perceber que cada usuário trás consigo uma demanda diferenciada do processo saúde doença cuidado, arraigado em valores históricos, culturais, econômicos e socialmente construídos. Portanto este trabalho pretende trazer reflexões sobre a atuação de profissionais de saúde, dentre eles o psicólogo, destacando a necessidade de capacitação destes para o trabalho junto a esta clientela, já que há um aumento significativo da população idosa no Brasil. É importante destacar que é na atenção básica a saúde que o idoso estabelece seu vínculo com o sistema de saúde, tão necessário para a manutenção de qualidade de vida, uma vez que estes se encontram em uma situação de maior vulnerabilidade devido a sua saúde mais fragilizada, se comparada a outras faixas etárias. Deste modo, pode-se observar uma carência de programas que atendam a terceira idade, porém cabe destacar que dentro da política pública de saúde, as Unidades Básicas de Saúde e programas de saúde da família, podem ser um importante meio e suporte para a execução de ações tais como o programa acima citado, mudando a realidade do idosos e consequentemente buscando melhorias na sua relações sociais e familiares.

Promoção de Saúde, práticas comunitárias e Psicologia Clínica: o Projeto Semeando Saúde – Horta Comunitária

Maria Luiza Rovaris Cidade, Iclícia Viana, Lucienne Martins Borges

Este trabalho visa apresentar possibilidades de interlocuções entre Psicologia Clínica, Saúde e práticas comunitárias a partir do Projeto Semeando Saúde – Horta Comunitária, de um Centro de Saúde de um território do Sul do Brasil. Iniciado em outubro de 2012 e aberto à comunidade, o projeto surgiu da necessidade de resgatar as atividades comunitárias e ações diferenciadas no campo da Promoção de Saúde. Com isso, o projeto tem como objetivos a troca de saberes entre

profissionais e estagiários da Saúde e a comunidade, as possibilidades de produção de laços sociais a partir de ações coletivas, a adoção de hábitos saudáveis e o respeito à natureza. Atualmente, o projeto contempla a horta comunitária localizada aos fundos do Centro de Saúde, com manutenção semanal da comunidade, e atividades coletivas de troca de saberes e discussões a partir das temáticas relacionadas à Promoção de Saúde e ao cultivo de plantas medicinais. Portanto, neste trabalho, apresentaremos uma breve contextualização do projeto e suas principais atividades realizadas até o presente momento, no sentido de refletirmos sobre a importância das práticas comunitárias, dos aspectos culturais e das possibilidades criativas de intervenções no campo da Psicologia Clínica e da Saúde Pública.

Psicologia Comunitária e o "novo" paradigma da Atenção Psicossocial: aproximações teórico-metodológicas para intervenção em saúde

Naihana Rodrigues Messias Miranda, Renata Heller de Moura

Nos últimos anos, temos percebido uma inserção cada vez maior de psicólogos na área da saúde. A abertura de novos campos de atuação nessa área vem introduzindo transformações qualitativas na prática desses profissionais. Este trabalho, que é resultado de uma pesquisa de iniciação científica, buscou reconhecer possíveis aproximações teórico-metodológicas para intervenção em saúde por meio de uma análise bibliográfica dos pressupostos teórico-metodológicos de dois modelos de atuação: a Psicologia Comunitária e a Atenção Psicossocial. Esses dois modelos de atuação têm como desafio criar outras formas de cuidado que não sejam somente baseadas no diagnóstico e na descrição de sintomas, mas sim, nas diversas formas de cuidado que visem os mais variados modos de vida. A Psicologia Comunitária é um saber-fazer em construção que, por volta de 1960, iniciou discussões e atuações que buscavam favorecer o desenvolvimento da autonomia e da liberdade frente à diversidade e às contradições do fenômeno subjetivo que se nos apresenta. Ela se preocupa com as condições internas e externas do homem, visando, deste modo, proporcionar o seu bem estar. Na Psicologia Comunitária, os trabalhos em grupos são valorizados, pois este modelo de atuação considera fundamental a participação direta dos membros da comunidade na busca por solucionar seus problemas. A Atenção Psicossocial, por sua vez, é o atual modelo estratégico orientador para a construção de ações e serviços em saúde mental, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A Política Nacional de Saúde Mental, apoiada na lei 10.216/01, busca consolidar um modelo de atenção à saúde mental aberto e de base comunitária, modelo este que tem sido chamado de "psicossocial". Por meio dele, tem-se buscado garantir a livre circulação das pessoas com

transtornos mentais pelos serviços, comunidade e cidade, proporcionando cuidado com base nos recursos que a própria comunidade oferece. A Atenção Psicossocial, portanto, objetiva levar o conhecimento dos profissionais de saúde (e entre eles está o psicólogo) até os serviços de base comunitária, considerando o indivíduo como sujeito-social, e consequentemente levando em consideração sua história, cultura, ações terapêuticas, tendo como foco principal o estabelecimento e a promoção de saúde, visando o bem estar social de todas as camadas da população. Psicologia Comunitária e Atenção Psicossocial, portanto, parecem ter pontos teórico-metodológicos comuns. Este trabalho alicerçou-se metodologicamente em uma concepção histórica, buscando compreender o fenômeno a partir das relações objetivas que este estabelece com determinado contexto histórico. Consideramos, em nossa pesquisa, que os movimentos sociais, políticos e científicos fazem parte de um processo travado nas e pelas próprias relações humanas e suas interações. Assim, buscamos compreender os encaminhamentos e as propostas da Psicologia Comunitária e da Atenção Psicossocial como movimentos determinados pelo contexto histórico e social que o cercam. Como resultado de nossa análise, pudemos perceber que mesmo ainda distante de modificar a característica elitizada e essencialmente clínica da profissão, nos dias atuais, vislumbramos uma transição gradativa da psicologia para outras áreas de atuação, em especial para a saúde pública. A inserção dos psicólogos, em meados da década de oitenta, nos movimentos da saúde como, por exemplo, nas Conferências Nacionais de Saúde e na luta antimanicomial, demonstrou uma crescente preocupação da profissão com as camadas mais amplas da população, voltando-se para o bem estar social destas e contribuindo para a promoção da saúde de uma forma integral. Os diversos problemas sociais e sua importante relação com a saúde mental foram, aos poucos, gerando a substituição dos moldes individuais para uma intervenção baseada em um planejamento social. Dessa forma, o conceito de doença deixou de ser visto como fator exclusivamente pessoal, tornando-se um assunto de responsabilidade social. A Psicologia Comunitária, embora tenha surgido primeiramente como uma proposta higienista norte-americana, ganhou contornos e características eminentemente latino-americanos e contribuiu para essa mudança de concepção do processo saúde-doença ao ser desenvolvida no Brasil e em outros da América Latina. Questionando o status quo, a Psicologia Comunitária contribuiu para construir uma psicologia mais consciente das virtudes e forças das pessoas na busca da mudança, concebendo a produção da vida e consequentemente, da saúde ou da doença, como um processo histórico e coletivo. Corroborando com essa concepção do processo saúde-doença, temos hoje a Atenção Psicossocial, que se apresenta como modelo orientador da construção de

práticas no seio da comunidade que visam à produção coletiva da saúde mental, por meio da inserção de psicólogos em equipes multidisciplinares, nas quais este deve atuar de forma articulada, compartilhando saberes e práticas não só com os outros profissionais que compõe a equipe, mas principalmente com os sujeitos da comunidade na qual desenvolvem suas ações. Esses são alguns dos pontos de nossa análise que nos permitiram perceber um diálogo eminente entre a Psicologia Comunitária e Atenção Psicossocial para intervenção em saúde.

Psicologia e práticas integrativas em Saúde: uma experiência de extensão universitária na Atenção Básica

Maria Valquíria Nogueira do Nascimento, Wéryka Cristina da Silva Dantas

Mais recentemente, assiste-se a um crescimento gradativo das Práticas Integrativas e Complementares, tanto no âmbito do Sistema Único de Saúde, quanto por outras organizações da sociedade civil. A este respeito, vale a pena destacar a iniciativa do Ministério da Saúde que, em 2006, com vistas a estimular a co-responsabilidade na busca por novas alternativas para o enfrentamento dos problemas de saúde, publicou a Portaria nº GM no 971, da Política de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, cujo objetivo é garantir a integralidade da atenção, com ênfase na prevenção de agravos e a promoção e recuperação da saúde, na atenção básica. A ideia é instituir novas práticas de cuidado integral nos espaços públicos de saúde, com o intuito de estimular uma relação dialógica que tome como ponto de partida a globalidade dos sujeitos e das ações. Ao mesmo tempo, busca contribuir para a atuação de profissionais de Psicologia, comprometidos com as questões sociais, não somente pela mudança de atitudes e comportamentos, mas, principalmente, pelo engajamento e compromisso com posturas acolhedoras e de construção da autonomia das pessoas e dos grupos sociais. Nos tempos em que os psicólogos são convocados a reorientar as suas ações e articular diferentes concepções sobre o processo saúde-doença, as práticas integrativas e complementares apresentam-se como ferramentas que podem propiciar a recomposição da integralidade em saúde, por meio da qual as pessoas e grupos sociais protagonizam um maior controle sobre suas vidas. Do ponto de vista da necessidade de transformação da racionalidade do modelo biomédico, que deve ocorrer não apenas no cotidiano das práticas, mas, ainda, no campo da formação acadêmica, as práticas integrativas partem de relações pedagógicas que estimulam vivências e aprendizagens que dizem do mundo em que as pessoas estão circunscritas, e, portanto, de suas subjetividades individuais e coletivas. O presente trabalho objetiva discutir a proposta de implantação de Práticas Integrativas em Saúde, numa Unidade Básica. Trata-se de um relato de experiência, a

partir de um projeto de extensão universitária interdisciplinar, envolvendo estudantes de Psicologia e Medicina, cujas ações foram desenvolvidas com os usuários de uma Unidade Básica de Saúde da Família, em Campina Grande-PB, mediante as seguintes etapas: sensibilização da equipe de trabalho; diagnóstico comunitário participativo; oficina em ferramentas de Práticas Integrativas com discentes, docentes e profissionais de saúde; mobilização da comunidade para a participação nas atividades; e implantação dos grupos de apoio na Unidade Básica de Saúde da Família. No decorrer dos encontros, a partir dos grupos de Práticas Integrativas, os participantes produziram sentidos sobre alguns conflitos psicossociais vivenciados, manifestados a partir de temáticas relacionadas às adversidades do cotidiano, situações estas que determinaram expressões de sofrimento psicossocial e diversas formas de adoecimento. Concomitantemente, foram narrados problemas de saúde que compreendiam desde as queixas específicas, comprovadamente diagnosticadas como problemas de ordem orgânica, até as queixas inespecíficas, caracterizadas como sofrimento difuso. Face ao exposto, as Práticas Integrativas inseriram-se neste contexto como uma intervenção que possibilitou o diálogo dos profissionais com os saberes e a singularidade que o processo de adoecimento adquire para os usuários que demandam atenção em saúde. Desse modo, estimulou-se a participação e a co-responsabilidade dos participantes na busca por novas alternativas de cura e prevenção, com vistas ao acolhimento, a formação de vínculos e o empoderamento.

Psicologia, saúde e relações étnico-raciais: cartografia das pesquisas

Sônia Regina Corrêa Lages, Natália de Oliveira Tavares, Laura Félix Reis Maciel, Marco Aurélio Saraiva Carvalho, Julia Martins Damas, Diego Patrick da Silva

Apresenta-se o resultado parcial de uma pesquisa de iniciação científica que propõe uma revisão preliminar da bibliografia sobre as pesquisas da psicologia social sobre o campo Saúde da População Negra, considerando que no Brasil, estudos quantitativos documentam os impactos da iniquidade na saúde desses coletivos, decorrentes de vários fatores, seja de classe social, gênero ou etnia. A esses fatores se articulam a invisibilidade do preconceito racial, o que promove o racismo institucional na saúde. Esse restringe o acesso de pessoas ou de grupos raciais ou étnicos discriminados aos benefícios gerados pelo Estado. A pesquisa faz uso do método estado da arte que visa a constituição do campo teórico de uma área do conhecimento, identificando os aportes significativos da construção teórica, apontando as restrições do campo em que se move a pesquisa e suas lacunas, identificando as experiências inovadoras e as

alternativas para os problemas relacionados ao campo investigado. Das pesquisas e discussões encontradas, oito periódicos foram localizados no Portal Capes, sendo que três destes são de Revistas de Psicologia Social e cinco tratam de doenças (um faz referência à anemia falciforme, outro à hipertensão arterial e três falam sobre HIV/ AIDS). Dois livros também foram localizados no Portal Capes, sendo um jornalístico e um da medicina que tratam, respectivamente, sobre a forma de tratamento e nomenclatura utilizada por jornais paulistas ao descrever ou citar indivíduos afrodescendentes logo do fim da abolição da escravatura, e o segundo se propõe a discutir as políticas públicas na área da cultura e a forma como símbolos afro-brasileiros são resinificados pelas demandas sociais e políticas vigentes. Outros treze artigos estão nas revistas de psicologia na Rede Scielo. Na Revista Saúde e Sociedade foram encontrados sete artigos, sendo que quatro destes tratam de doenças (um deles faz referência a doenças mentais causadas pelo racismo e os outros três falam sobre HIV/ AIDS). Já na Revista Psicologia USP foi encontrado um artigo que trata de doenças psíquicas. Também foi localizado um artigo em cada uma das seguintes revistas: Estudos em Psicologia (Natal), que relaciona raça e saúde a partir do estresse; Factal: Revista de Psicologia, que mostra a situação dos negros na saúde e na educação; Cadernos de Saúde Pública, que trata do racismo como algo que vai além de dados estatísticos, se manifestando de forma explícita; Psicologia em Estudo, que trata dos cuidados familiares, não governamentais e do poder público para com as famílias localizadas no Carmo, interior de São Paulo, famílias estas de origem quilombola; Psicologia & Sociedade, que fala do sistema de saúde pública no Brasil e suas desigualdades. As análises preliminares dos resultados da pequisa apontam para as escassas pesquisas sobre a saúde da população negra e as considera como um sintoma da invisibilidade da questão também para a academia. A pesquisa em saúde da população negra se justifica, pelos achados teóricos e estatísticos comparativos entre a população branca e negra no quesito expectativa de vida, mortalidade, dentre outros que evidenciam a falta de acesso aos recursos básicos, e a falta de ações e políticas públicas efetivas no tratamento da anemia falciforme, doença genética que atinge com maior especificidade os coletivos negros. Ressalta-se a importância de um maior investimento da Psicologia Social nesse campo, e de se repensar as metodologias de pesquisa e a produção de intervenções adequadas (com certo grau de especificidade) para a saúde da população negra, uma vez que existe a necessidade de se ampliar o debate sobre os fenômenos relacionados ao racismo e outras particularidades que afetam de sobremaneira a morbi-mortalidade dessa população, a constituição de sua subjetividade e construção de sua identidade, fundamentais para as lutas de emancipação social. A escolha do presente eixo

temático se justifica pela necessidade de ampliar os espaços de luta em prol da equidade em saúde, contribuindo com o conhecimento que vimos adquirindo nesse campo e também como um momento de trocas de experiência e conhecimento, o que só fortalece a atuação da psicologia social nesse campo.

Rede Cegonha: do nascimento aos seus primeiros passos

Amanda Cappellari

Devido ao alto índice de mortalidade materna no Brasil, foi lançado em março de 2011 pelo Governo Federal, o programa Rede Cegonha. Além de complementar o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, esse programa visa assegurar uma melhor assistência ao planejamento familiar, descoberta da gravidez, parto, puerpério e ainda garantir o acompanhamento até os dois anos de vida do bebê. Juntamente com o atendimento direto à população, conta com recursos para a apresentação de palestras, capacitação dos profissionais e oficinas relacionadas ao tema. A partir disso, busca oferecer um serviço de qualidade, seguro e humanizado. Inicialmente sua implantação seguiu dados epidemiológicos (alta taxa de mortalidade materna e infantil) e priorizou as regiões onde se encontravam os maiores números de gestantes. Sendo um programa relativamente novo, o presente trabalho objetiva discutir sua efetividade e onde se encontram seus nós críticos, considerando que é de fundamental importância acompanhar o desenvolvimento de uma nova estratégia dentro das Políticas Públicas de Saúde. Tal discussão é subsidiada por pesquisas bibliográficas, análise das informações divulgadas pelo Ministério da Saúde e análises de alguns materiais da mídia a respeito do programa. Além disso, utiliza-se como fonte de dados sobre a implementação do programa, uma entrevista aberta com a enfermeira que trabalha na Unidade Básica de Saúde de uma cidade de pequeno porte no interior do Rio Grande do Sul. O resultado do primeiro ano do programa demonstrou, a nível nacional, queda de 21% dos óbitos ligados ao parto e puerpério, sendo esse um número bastante significativo. Uma questão muito discutida é a proposta da ambiência (que se encontra dentro da Política Nacional de Humanização) e se refere ao ambiente físico, profissional e das relações interpessoais das maternidades/hospitais, entendendo que está relacionada diretamente com a atenção acolhedora e oferece conforto e privacidade para a mãe e seu(sua) filho(a). Houve alto investimento em Centros de Partos Normais (CPN) que, entendendo o parto como uma experiência pessoal, cultural, sexual e familiar, assegura a mulher sua dignidade e autonomia em relação à gestação. Pode-se perceber que, no âmbito dos serviços de saúde, o crescente aumento de número de cesáreas é entendido

como de responsabilidade das mulheres, havendo pouca discussão de como as próprias práticas de saúde contribuem para essa questão. Entre as diretrizes da Rede Cegonha, encontra-se o direito de acompanhante durante o parto normal, entretanto, muitos hospitais não se mostram simpatizantes a essa diretriz alegando que a estrutura física não é adequada para tal "comodidade". Todavia, é preciso reconhecer que a possibilidade de ter alguém de confiança durante o processo de um parto normal garante a parturiente mais segurança e tranquilidade na hora de parir, pois, além de ser um meio que inibe a equipe de violentar verbalmente a mulher, também tornará menos provável que os mesmos realizem alguma intervenção invasiva sem necessidade. Através desse estudo compreende-se que a Rede Cegonha tem apresentado bons resultados, no entanto, existem pontos que precisam ser revistos. Faz-se necessário, ainda, refletir e analisar o que é realmente da ordem de cuidado da mulher daquilo que é uma prática de controle e poder sobre os corpos femininos.

Reflexões acerca das implicações do profissional no Centro de Atenção Psicossocial de Cuiabá (CAPSI)

Thaís Cristina Borges Piovezan

O presente trabalho foi elaborado como requisito curricular da disciplina de Estágio Básico IV: Contextos Clínicos e de Saúde, do curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso, o qual teve por objetivo inserir os alunos na área da saúde e fortalecer a formação nesse campo de atuação. Propõe-se aqui relatar as experiências vivenciadas no Centro de Atendimento Psicossocial Infanto-Juvenil de Cuiabá, cuja finalidade foi verificar como funciona o único CAPSI de Cuiabá com ênfase no que se refere à postura adotada pelos profissionais no estabelecimento das relações com as crianças e adolescentes que frequentam a referida unidade. Tendo o CAPSI o papel de ordenador da rede o mesmo é responsável pela intersetorialidade com os outros dispositivos da rede, sendo assim, a unidade tem um papel social a partir do momento em que ela atua nos diversos setores do território no qual está inserida. Tomando por base um referencial teórico que discute a atuação da Psicologia no contexto das políticas públicas de saúde viu-se que houve uma ressignificação do modo como a saúde mental é vista e tratada pelo sistema público de saúde. No Brasil, o Movimento de Reforma Psiquiátrica articulou-se em torno do lema "Por uma sociedade sem manicômios", sendo definido como um processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens e que incidem em territórios diversos: nos organismos públicos, nas universidades, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus

familiares, nos movimentos sociais e na opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, a Reforma Psiquiátrica instituiu-se no Brasil como Política de Estado, avançando no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios. A Lei 10.216, de 06 de dezembro de 2001, garante os direitos das pessoas com transtorno mental, incluindo dependentes do uso de álcool e outras drogas, e propõe no âmbito do SUS uma nova forma de cuidado a essas pessoas. De forma geral, esta lei assegura às pessoas que se beneficiam das ações e serviços do SUS, o direito a um tratamento humanizado, em serviços comunitários de base territorial. Após a promulgação da referida lei, houve um avanço considerável em relação à implantação da rede de serviços de saúde mental, principalmente com a instituição dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Segundo Dias (2009), o cenário da atenção às crianças e aos adolescentes no campo da saúde mental testemunha que ainda coexistem intactas, ao lado da Reforma Psiquiátrica, práticas manicomiais capazes de produzir efeitos tão devastadores quanto os produzidos pelos hospícios. Ainda é perceptível que o campo da saúde mental infantil está cercado de preconceito, até mesmo pelos familiares, além disso, existe a questão da falta de conhecimento e informação acerca do que é transtorno mental e de como isto pode afetar a criança e todos que a cercam. Dessa forma, faz-se necessário refletir sobre o lugar destinado à criança no campo da saúde mental, assim como a articulação entre os diversos setores sociais responsáveis pelos seus cuidados (judiciário, educação, saúde, assistência social), em um esforço coletivo para que algo se construa. Para tal, é preciso reconhecer que não há campo discursivo específico que agrega em si todas as respostas sobre um determinado problema (DIAS apud COUTO, 1996). Com base nisso, procurou-se conhecer, através do estágio realizado, as práticas do Psicólogo no CAPSI de Cuiabá, com o intuito de refletir sobre o papel da profissão no que diz respeito ao contexto da saúde mental, principalmente relacionado ao atendimento de crianças e adolescentes. Durante os três meses de estágio e no decorrer das atividades presenciadas, foi verificada a preocupação, por parte dos técnicos da unidade, com a construção de uma política voltada para o atendimento de crianças e adolescentes, a qual considera as suas peculiaridades e necessidades e que siga os princípios estabelecidos pelas políticas públicas. Promovendo um olhar mais crítico sobre a importância de separar, muitas vezes, o indivíduo da patologia em si, e direcionar a ele um olhar que o identifique como sendo um sujeito. Foi possível observar que a implicação dos profissionais do CAPSI de Cuiabá dispensadas às crianças e aos adolescentes se faz visível quando a equipe opta por ações que considerem o indivíduo como o principal foco de ação das intervenções.

Além disso, a equipe consegue atuar sobre questões familiares, escolares e sociais a partir dos grupos desenvolvidos na própria unidade, como o grupo de família e visitas: domiciliares e escolares ou de outros lugares nos quais o usuário esteja inserido e que tenha demanda para tais. Mostrando assim, uma preocupação em reestabelecer os campos sociais e individuais que estão sofrendo prejuízo na vida da criança ou do adolescente que é atendido pela equipe do CAPSI.

Reforma Psiquiátrica: mudanças nas Politicas Públicas da Saúde Mental

Raquel Jara Volpato Leite, Luciano Gomes Lopes, Diego Henrique Sabino Alves, Tatiane Teruel

Objetivo: Analisar todo o percurso histórico que se deu desde a Reforma Psiquiátrica até a implementação dos Centros de Assistência Psicossocial (CAPS) mediante o processo de Políticas Públicas Sociais, bem como o tratamento de Esquizofrênicos feitos pelos CAPS. Relação com o GT: Este trabalho apresenta relação com o GT 24 por se tratar de uma revisão bibliográfica que diz respeito a Políticas Públicas voltadas a Saúde Mental. Orientação Teórica: Desde os primórdios da existência humana discute-se o conceito de Saúde passando por várias definições. No que diz respeito à Saúde Mental, desde a idade antiga existem relatos de sinais e sintomas parecidos ao que hoje denominamos de Esquizofrenia, mas, é somente no século XVIII que se começa a valorizar os sintomas psíquicos e se inicia o interesse em classificá-los e conceituá-los (SADOCK, 2006). De acordo com Amarante (1995) & Tenório (2002), na época da descoberta desta patologia, os pacientes portadores de transtornos mentais graves eram isolados, devido à suposta periculosidade ou para atender a ordem moral e pública, como previa a legislação brasileira de 1934. No entanto, cria força na Itália, na década de 1960, um movimento denominado Reforma Psiquiátrica, propondo um novo dispositivo terapêutico que tinha como base o tratamento dentro da comunidade. Este movimento tinha como pressupostos a desospitalização, a desconstrução do paradigma da loucura com a valorização do sujeito com o seu sofrimento em detrimento do tratamento da "doença" como se essa fosse destacável do indivíduo (TORRE & AMARANTE, 2001). Segundo o Ministério da Saúde, no Brasil em 1978, teve início o movimento social pelos direitos dos pacientes psiquiátricos. Consequentemente, surge em 1987 o primeiro CAPS, na cidade de São Paulo, e o início de um processo de intervenção, em 1989, da Secretaria Municipal de Saúde de Santos (SP) em um hospital psiquiátrico e também são implantados Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS). Tais experiências passam a ser um marco na história da Reforma Psiquiátrica brasileira. De acordo

com Almeida (2009) em 1989, o então deputado Paulo Delgado, enviou o projeto de lei que após tramitar por anos no congresso foi finalmente sancionada em 2001 (Lei Federal 10216 de 2001). Tal lei previa o fechamento progressivo dos manicômios e a criação de serviços substitutivos com base no tratamento multidisciplinar, visando à reintegração social. Ainda neste processo histórico, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, discute-se um conceito ampliado de saúde, onde consequentemente surge na Constituição (1988) a Saúde como direito de todos e dever do Estado, mediante as políticas públicas sociais. Os CAPS, dentro da atual política de saúde mental do Ministério da Saúde, são considerados dispositivos estratégicos para a organização da rede de atenção em saúde mental. Devendo ser um serviço que resgate as potencialidades dos recursos comunitários a sua volta, pois todos estes recursos devem ser incluídos nos cuidados em saúde mental. Estimativas do Ministério da Saúde (Brasil, 2004) indicam que 3% da população brasileira, ou seja, cerca de 5 milhões de pessoas, necessitam de cuidados contínuos, enquanto 9% precisam de atendimento eventual. Além disso, o relatório da Organização Mundial da Saúde de 2001 destacou que 450 milhões de pessoas em todo o mundo têm algum tipo de transtorno mental ou neurobiológico. Estima-se ainda que esse número possa aumentar em 15% até 2020 e que 25% das pessoas em algum momento das suas vidas desenvolverão algum transtorno mental. De acordo com esses dados, é possível observar a alta prevalência e incidência desses transtornos em todo o mundo, além do impacto que eles têm para o indivíduo, sua família e sociedade. A Esquizofrenia, por se tratar de uma psicose crônica idiopática e a mais grave de todas as doenças mentais, necessita de todo um aparato como o que se propunha os CAPS, daí tal importância dada a estes centros. Método: Esboço sintetizado diante levantamento bibliográfico frente à necessidade de melhor compreender todo o processo que envolve o surgimento dos CAPS, bem como o acompanhamento feito com portadores de Doenças Mentais graves. Conclusão: Diante do exposto, concluir-se a importância da Reforma Psiquiátrica no âmbito das conquistas alcançadas à Saúde Mental, foi através deste movimento que surgiram os primeiros indícios de uma Saúde Pública que atendesse esses pacientes. Sabe-se que esquizofrenia é um transtorno mental grave e que afeta significativamente tanto seu portador, quanto àqueles que convivem com ele e toda a sociedade a sua volta. As dificuldades encontradas são inúmeras e necessitam de intervenção profissional a fim de que possam ser solucionadas ou amenizadas, aí entram os CAPS, como relata Faria & Schneider (2009), com uma estrutura mais regionalizada, com uma equipe multidisciplinar atendendo esta demanda, que, conforme dados estatísticos tem aumentado em escala

significante e com perspectiva de um grande aumento futuro, tendo como meta principal deste trabalho a reintegração social do indivíduo.

Relação de cuidado no parto e a contribuição da clínica psicológica: intervenção junto à equipe de saúde

Walkíria Pereira Torres Vasconcelos, Geycielly Mayara Rodrigues Araujo, Ana Maria Sá Barreto Maciel

O presente trabalho tem como finalidade narrar as possibilidades interventivas, através de grupos reflexivos, psicoeducativos e rodas de conversa, junto a equipe de saúde. Para poder desenvolver a proposta que segue, conhecimentos da área de Saúde do Trabalhador e Saúde Mental se fazem necessário, bem como conhecer os trabalhos de modalidades interventivas em grupos, na especificidade de buscar a vivência da Humanização nos serviços públicos de saúde. Esta última proposta preconiza a inserção, cada vez mais, do psicólogo na política de humanização dos serviços de assistência à população – SUS. O trabalhador, cuja missão compreende a multiplicação de princípios e práticas produtoras de saúde e bem-estar social, muitas vezes, encontra-se em conflito, por ter que produzir um discurso puramente teórico – e muitas vezes, fantasioso, visto que, ele mesmo e sua família representam a própria insalubridade e falta de condições dignas de vida e cuidado de si. (ALVES, 2005). Diante deste cenário, normalmente se culmina em fatores de estresse, esgotamento físico, mental e relacional aos profissionais de saúde. O lidar com o sofrimento do outro tem um caráter mobilizador. De acordo com Alves (2005) essas vivências de sofrimento podem apontar um caráter patológico, devido a sua intensidade e frequência, podendo provocar diversas reações, dentre eles, a literatura destaca uma série de manifestações comuns a trabalhadores de saúde frente ao sofrimento imposto pelas relações de trabalho, como tensão muscular, desânimo, insegurança, isolamento, distúrbios gástricos, irritabilidade, depressão, medo, ansiedade e até suicídio. Portanto é importante que o psicólogo possa fazer o grupo multiprofissional vivenciar psicologicamente a situação, ajudando na exteriorização dos sentimentos, percebendo as angústias e criando condições para a vivência e compreensão desses sentimentos. Esclarecido, o profissional terá melhores condições de trabalhar as suas relações com outros profissionais e com o paciente, de acordo com Campos (1995, p. 84). O interesse em relatar esta experiência interventiva, surgiu pela vontade de propagar as inquietudes, e os sofrimentos vivenciados pelos profissionais de saúde que atuam junto a condição do parto. Sendo importante esclarecer que essa prática só foi possível pela inserção das pesquisadoras no projeto de Extensão

Universitária: Relação de cuidado no parto e a contribuição da clínica psicológica. Durante a convivência com mulheres na hora do parto, em conjunto com as mobilizações ocorridas na equipe de saúde, constatamos o quanto aquela vivencia é promotora de estresse ocupacional, e em paralelo as condições de trabalho precárias, e adversidades relacionais que comprometem o bem estar do profissional de saúde. Essa situação acaba por comprometer a qualidade de vida e a sobrevida desses trabalhadores. Tendo ciência desta realidade, as atividades propostas por este projeto de intervenção foram oferecidas em comum acordo com as necessidades da instituição, acompanhadas pela psicóloga preceptora, e realizada pelos alunos que participam do projeto de extensão do parto humanizado. Os grupos de trabalho aconteciam de segunda a sexta-feira, onde cada grupo de alunos era responsável pelas atividades que foram oferecidas aos profissionais de saúde. Estes profissionais foram convidados a participar, e tiveram adesão àqueles que se interessarem pela temática, ou frequentavam de acordo com sua disponibilidade de tempo e desejo. Os alunos ofereceram as seguintes modalidades de atendimento aos profissionais: Grupos reflexivos; Grupos psicoeducativos e Rodas de conversa. Através dos grupos os profissionais tiveram a oportunidade de partilharem problemas em comuns, possibilitando em vários momentos uma compreensão deles, promovendo um espaço de escuta do outro e troca de informações. O espaço de grupo possibilitava o manejo de queixas existenciais vivenciados pelos participantes, destacando-se temáticas ligadas as dificuldades enfrentadas junto a condição de morte, solidão, processos de perda e luto, baixa auto-estima, desamparo, e ansiedade e depressão co-relacionados. Expressaram que nas rodas de conversa, dialogaram tão espontaneamente, que a liberdade de expressão minimizava as inquietudes vivenciadas nas atividades ocupacionais; além da melhorar a convivência com os colegas de trabalho. Na análise do material empírico dos registros das observações, para o melhor entendimento das questões deste estudo, tomou-se como base Minayo (2008), segundo a qual o objeto de análise é a práxis social. Como profissionais de saúde vivem situações de estresse, frustração, insatisfação com o seu trabalho e também passando por situações pessoais de sofrimento que precisam de cuidados, as modalidade de grupos escolhidas pelos profissionais de saúde, tiveram sempre a proposta de proporcionar o cuidado ao cuidador, sendo considerada uma medida fundamental a ser adotada nos hospitais. Afinal cuida bem quem se sente cuidado, respeitado e acolhido. De modo geral, os grupos possibilitaram o compartilhamento de experiências entre os participantes, propiciando escuta, orientação e construção de projetos terapêuticos condizentes com as necessidades dos sujeitos. Ao mesmo tempo, a vivência em grupo favoreceu maior capacidade resolutiva, por possuir vários olhares direcionados para um

problema em comum (Schrank, Olschowsky, 2008). Essas vivências ensejam a construção de novas visões e sentidos capazes de proporcionar mudanças significativas na percepção de vida de seus integrantes.

Relato de estágio em Atenção Básica: construindo uma experiência clínica

Andrea Costa de Carvalho, Ana Laura Baldini Reis, Daniela Rosa Cachapuz

Este resumo apresenta um recorte da inserção de duas estagiárias de psicologia na Atenção Básica. Abordaremos aqui as nuances da práxis clínica produzidas em tal cenário, uma vez que se trata de um estágio com enfoque nos processos clínicos e que estas questões estão sendo colocadas em relevo no decorrer desta vivência. O estágio está sendo desenvolvido na Unidade de Saúde Vila Floresta, do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) – instituição federal, com atuação no Rio Grande do Sul. Alguns aspectos do campo são pertinentes às discussões posteriores, por se tratar de um equipamento peculiar dentro da rede de Atenção Primária do município de Porto Alegre. As Unidades de Saúde do GHC agregam na sua composição diversos núcleos profissionais para além da equipe mínima proposta para as Equipes de Saúde da Família; destacando-se a inserção do psicólogo como membro da equipe e não somente como apoio matricial. A atuação direta no serviço lança luz aos questionamentos acerca do lugar ocupado pelo psicólogo na Atenção Básica – se enquanto matriciador, ou integrante da equipe multiprofissional. Uma crítica bastante acentuada com a entrada do psicólogo nas equipes refere-se à possível transposição do modelo clínico tradicional sem a necessária adequação das práticas, que o cenário requer (BÖING, CREPALDI, 2010). Nesse sentido, pensamos ser pertinente fomentar o diálogo sobre a prática clínica do psicólogo inserido nas equipes em AB, já que por muito tempo o fazer clínico – considerado tradicional – era aquele constituído por atendimentos individuais, configurando a chamada psicoterapia. A utilização desse modelo foi fortemente combatida, num movimento de romper com uma lógica privatista e que poderia transpor a prática do consultório para os ambulatórios sem considerar as diretrizes das políticas públicas e as demandas do trabalho em território, com a comunidade. Podemos dizer que tal movimento de ruptura está sendo superado, uma vez que a produção acerca deste tema ainda é incipiente. Nossa compreensão sobre este fazer está calcada nos pressupostos da Clínica Ampliada, que traz à baila uma nova concepção dos processos terapêuticos (CUNHA, 2005), e nas produções dentro do campo da psicanálise que propõem interlocuções com a saúde pública, apontando as barreiras e potências de tal composição (FIGUEIREDO, 1997; PALMA, 2010). A própria realização de um estágio com ênfase clínica em um equipamento da política de saúde

revela as aberturas inauguradas não só nos cotidianos dos serviços, mas também na formação, reafirmando o lugar dos psicólogos como profissionais da saúde. Desde nosso ingresso ao local de estágio, integramos e propusemos diferentes dispositivos que se constituem como facetas do trabalho clínico, numa tentativa de sustentar o campo da clínica (e sua especificidade) dentro da instituição. Com efeito, intentamos poder circular por espaços de modalidades diversas, como o acompanhamento terapêutico, atendimentos individuais, grupos interdisciplinares; enfim, arranjos que sejam pertinentes para tal cenário e pelos quais se garanta a escuta do sujeito, para além de seus sintomas e diagnósticos, respeitando as singularidades. Conforme mencionado, uma das questões que atravessa as tentativas de interlocução entre clínica e instituição se refere ao setting. Cabe apontar que para além dos espaços pelos quais a escuta é permitida, outra importante interrogação percorre o fazer clínico, em especial, nos atendimentos individuais – a temporalidade. Percebemos, em alguns momentos, imperativos institucionais fagocitarem o tempo dos processos clínicos. Se, por um lado, sustentamos o tempo lógico, tempo do sujeito, dos vínculos, das pausas e recuos, em contraposição ao imperioso tempo cronológico; confrontamo-nos cotidianamente com as demandas. Demandas da instituição, da equipe, dos usuários, da rede de saúde. É preciso problematizar e construir possibilidades para que as demandas transitem entre essa temporalidade binária, entre tempo (crono)lógico, tempo do sujeito, tempo da instituição. Entendemos que essas tentativas de aproximação entre clínica e instituição podem trazer como desdobramentos atuações dos profissionais psi que pensem e produzam práticas clínicas e políticas que aceitem as descontinuidades pertencentes ao processo subjetivo de cada sujeito. Tendo no horizonte a interdisciplinaridade, constituindo um fazer que se deixe afetar pelas relações, para ampliar os olhares e as intervenções por meio do diálogo com outros núcleos, de tal sorte que a função clínica não esteja atrelada ao setting dito tradicional, dos atendimentos individuais, mas sem renunciar esse dispositivo tão caro à saúde mental. Afinal, apesar das consultas individuais figurarem, por vezes, num lugar ideal, são também direito e parte importante da oferta de serviços em saúde no que tange à Atenção Básica e o cuidado em Saúde Mental.

Rememorar: encontro de cuidado e fortalecimento de vínculos da residência multiprofissional em saúde da família do município de Sobral-CE

Ana Karina de Sousa Gadelha, Maria da Gloria dos Santos Ribeiro, Samara Vasconcelos Alves, Francisco Gilmário Rebouças Júnior

O Rememorar - Encontro de cuidado e fortalecimento de vínculos foi realizado no mês junho de 2012 com a participação dos profissionais residentes e corpo docente da nona turma de Residência Multiprofissional em Saúde da Família (RMSF) da Escola de Formação em Saúde da Família Visconde de Sabóia (EFSFVS). de Sobral-CE. Teve como objetivo promover vivências de integração, cuidado, estreitamento de laços afetivos e reconhecimento de identidade de grupo entre as pessoas que compõem a nona turma de RMSF. O encontro surgiu a partir da percepção de fragilidades nas relações interpessoais nas equipes multiprofissionais. Em um momento de diálogo técnico-pedagógico entre as psicólogas residentes e o psicólogo preceptor, a roda de categoria, começamos a pensar em um momento onde pudéssemos promover cuidado e fomentar a vinculação entre pessoas da RMSF. Foram utilizadas metodologias qualitativas, com ênfase no método dialógico-vivencial. Afeto, cuidado e relação com o outro são necessários à condição humana, sendo estes fatores importantes para as diversas esferas sociais ocupadas pelas pessoas. Desta forma, as relações interpessoais foram trabalhadas através de um momento de cuidado, com os profissionais de saúde residentes e corpo docente. O encontro ocorreu durante um dia inteiro, iniciando com café da manhã e acolhida. Posteriormente aconteceu um momento vivencial com o objetivo de acessar as memórias do grupo, através da "caça ao tesouro" onde os tesouros eram objetos significativos para o grupo. Após a partilha dos sentimentos deflagrados na atividade anterior, partimos para o almoço e relaxamento com músicas. As atividades da tarde tiveram início com um alongamento promovido por uma das participantes do encontro. Em seguida foi proposto um momento de partilhar memórias pessoais, através da descrição de fotos de infância e objetos significativos para cada sujeito. Utilizamos um baú de madeira para colocar fotos de infância e objetos significativos solicitados aos participantes antes do encontro. Após o momento de intimidade verbal das experiências pessoais de cada um, tivemos um momento de abraço coletivo e roda de embalo musical, onde foi sugerido pelo grupo o nome do encontro. O penúltimo momento do grupo foi a construção coletiva da confraternização de São João da residência, com a confecção de decoração e outros materiais para a infraestrutura da festa. Encerramos o dia com a festa de São João, com comidas típicas, decoração junina, brincadeiras, música, quadrilha e muita alegria. Em avaliação tanto com o grupo, como em momento posterior de roda de categoria, constatamos que com a utilização de recursos artísticos, a troca de experiência, o diálogo e as relações intersubjetivas foram fortalecidas. Os objetivos do encontro foram alcançados, visto que foram estreitados laços de confiança e afeto, bem como fortalecida a identidade do grupo. A partir dessa proposta percebemos a importante contribuição

do momento de cuidado para os profissionais de saúde, como potencializador para a qualidade dos serviços de saúde. Com base nessa experiência, o grupo planeja realizar outros encontros com o objetivo de contribuir ainda mais com o processo de formação em serviço, pensando em metodologias e facilitadores diversificados e fomentando o cuidado e o fortalecimento de vínculos.

Representações Sociais de HIV/AIDS, segundo o olhar dos profissionais de saúde de Cuiabá

Pollyana Quinteiro Almeida, Ana Rafaela Pecora

O estudo é originado de uma pesquisa desenvolvida na cidade de Cuiabá-MT, vinculado a um Projeto multicêntrico nacional (Oliveira, 2010), cujo objetivo é analisar as representações sociais e as memórias das práticas de cuidado voltadas aos portadores do HIV/AIDS, desenvolvidas por profissionais de saúde, desde o início da epidemia até os dias atuais. O recorte apresentado tem como propósito identificar e analisar as representações sociais de HIV/AIDS, construídas e compartilhadas por profissionais de saúde que atuam em serviços ligados ao Programa DST/AIDS do Ministério da Saúde, na capital mato-grossense. Utilizou-se como referencial teórico norteador para o presente estudo, a teoria das representações sociais, de Serge Moscovici, e a Abordagem Estrutural, conforme proposição de Jean-Claude Abric. Ao todo foram contatados 72 profissionais de saúde, nos oito locais de atendimento aos portadores do HIV/AIDS da capital cuiabana: Centro Estadual de Referência em Média e Alta Complexidade (CERMAC-MT), Serviço de Assistência Especializada em HIV/AIDS (SAE Municipal de Cuiabá), Ambulatório de Infectologia do Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM), Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA)/Policlínica do Planalto, CTA/Policlínica do CPA I, CTA/Policlínica do Pascoal Ramos, CTA/Policlínica do Verdão, CTA/Policlínica do Coxipó. Os dados foram coletados mediante evocações de palavras ao termo indutor HIV/AIDS, e processados pelo software Ensemble de Programmes Permetettant l'Analyse des Évocations (EVOC, versão 2003), desenvolvido por Vergès. Como resultado do processamento o software gera um quadro, chamado de quatro casas, também conhecido como quadro de Vergès, que requer, para a análise dos resultados, a realização de uma leitura articulada à Teoria do Núcleo Central, de Abric. Segundo o teórico, toda representação social é estruturada em torno de um núcleo central – que comporta as funções de gerar o significado e organizar a representação –, e seus sistemas periféricos. Como resultado, encontramos os seguintes elementos e estrutura de representação social para o objeto social investigado: (1) No

Núcleo Central, os termos: medo e doença foram observados; (2) Na Primeira Periferia, preconceito, tratamento e prevenção, se destacaram; (3) Na Zona de contraste, as palavras: adesão-tratamento, sofrimento, morte, ajuda, transmissão, cuidado, compromisso, foram salientadas; e (4) Na Segunda Periferia, as palavras destacadas foram: medicamento, tristeza, esperança e isolamento-pessoal. Os resultados permitem considerar que a representação de HIV/AIDS é revestida de um caráter eminentemente negativo e o seu significado construído em torno do medo e ameaça que ela representa desde a sua descoberta na década de 1980, necessitando ser prevenida e/ou cuidada. Os termos: preconceito e tratamento, localizados na zona mais próxima ao núcleo, explicitam o quanto as histórias médica e social, no caso do HIV/AIDS, se desenvolveram juntas (Jodelet, 2001). O tratamento, de um lado, se manifesta como a conquista da ciência médica para lidar com a epidemia, e o preconceito, de outro, como atributo social. Este resultado, ainda, permite a consideração de que as representações dos profissionais são mediadas por preconceito, quer explicito ou velado. Na zona de contraste, onde, segundo Abric (2005), poderíamos nos deparar com um subgrupo portador de uma representação social díspar, encontramos elementos que, de alguma forma, reforçam o núcleo central. Estes, pelas suas características, puderam ser agrupados em duas categorias: prevenção e cuidado, e temor à doença. A segunda periferia, apesar de explicitar a opinião dos representantes do grupo, nem sempre compartilhada, manifesta elementos que também reforçam o núcleo, mas realça um elemento de antinomia, a saber: esperança, que parece se remeter ao desejo pela descoberta de cura da doença. (Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso – FAPEMAT).

Saúde da família: a relação da equipe e seu impacto na efetivação da atenção primária

Thais Dainez Souza, Mayara Aparecida Bonora Freire, Daniela Cristina Madeira, Liamar Aparecida dos Santos, Mayara da Silva Curcio

O presente trabalho consiste em um relato comparativo sobre duas experiências de estágio realizadas em unidades da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no município de Assis/SP. A proposta é problematizar a atuação das equipes dessas unidades tendo em vista a Política de Saúde da Família (1997). Considerando a família como ponto fundamental, a instauração da ESF visa, ao compreender os sujeitos dentro de seu próprio contexto social, político e cultural, detectar problemas, prevenir e promover saúde, além de procurar ampliar a compreensão dos processos de saúde/doença. O estabelecimento de vínculos afetivos entre a população e os profissionais do serviço de saúde torna possível a construção e planejamento de estratégias

singulares para as diferentes demandas que co-existem em uma determinada população, por meio da contextualização das especificidades de cada território. Assim, a partir da experiência em uma das unidades, foi possível observar a equipe fragmentada, abstendo-se de seu papel social e do cuidado integral com os usuários. Apresentaram pouca compreensão sobre as diretrizes de atuação na atenção primária, visto que as agentes de saúde despendiam grande parte do expediente com ações burocráticas, apropriando-se de maneira pífia do território em questão. Ademais, existia dificuldade em dispor do espaço da reunião para reflexões sobre os usuários, bem como das práticas profissionais da própria equipe. Sobre a segunda unidade, percebeu-se o vínculo dos profissionais com a população como um elemento facilitador do cuidado. A horizontalidade da equipe viabilizava a descentralização do atendimento médico, o comprometimento e co-responsabilização com a saúde. Tal aspecto foi notado durante as reuniões em equipe à medida que as discussões extrapolavam questões meramente burocráticas, dessa forma, eram discutidos os casos de maior complexidade do serviço e, também, a dinâmica interna da equipe, na qual enfatizava-se uma atuação unificada. Percebeu-se o quão primordial é a relação de trabalho em equipe para efetivação do que é proposto nas diretrizes norteadores da atenção primária, posto que seu modus operandis influencia diretamente a maneira pela qual a população irá se relacionar com o serviço. Como pudemos observar, uma equipe que não atua de maneira integrada cria na população demandas fragmentárias gerando, por sua vez, o aumento da procura por consultas médicas, fato este que consideramos uma consequência do modo de atuação da primeira equipe descrita no relato. Entretanto, a apropriação das diretrizes que norteiam o trabalho na atenção primária possibilitam, como observamos na segunda unidade, a efetivação de ações que aproximam sujeitos e serviços de saúde dos conceitos que se inserem na reforma do sistema brasileiro de saúde. Embora haja um grande esforço por parte de profissionais de diferentes áreas para que os trabalhos sejam norteados por práticas integralistas, observamos ainda grande dificuldade em romper com a dinâmica médico-centrada do modelo hegemônico atual. Para isso, julga-se necessário que a equipe em saúde também esteja envolvida com os desafios de tal mudança, questionando-se como tais práticas são produzidas e efetivadas na área da saúde. Desse modo, se faz fundamental o entendimento da concretização da Política Nacional da Atenção Básica (2012) como o mais alto grau de descentralização do cuidado à saúde. Para isso, o modus operandis da equipe na atenção primária deve ser orientado continuamente pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social. Dessa maneira, a

reflexão proposta pela pesquisa coincide com os objetivos do Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação", uma vez que ambos objetivam problematizar as práticas nos serviços de saúde, bem como o envolvimento dos profissionais na construção cuidado nesses espaços, uma vez que a atenção primária é considerada a porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde de um dado município.

Saúde Mental em crianças e adolescentes institucionalizados

Jordana Calcing

Este estudo teve como objetivo identificar as experiências de vida traumáticas e a prevalência de transtornos emocionais em crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. O grupo investigado foi constituído por 41 crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade de 7 a 18 anos, provenientes de cinco casas de acolhimento, tanto governamentais como não-governamentais, localizadas na região norte do estado do Rio Grande do Sul. Para a obtenção dos dados, utilizou-se os instrumentos: Inventário de Eventos Estressores na Infância e Adolescência (IEEIA), Inventário de Depressão Infantil (CDI), Child Behavior Checklist (CBCL) e a Ficha de Dados Sociodemográficos. Os dados apontaram para a presença de transtornos emocionais em um número significativo de crianças e adolescentes, considerando suas histórias de vida marcadas por eventos traumáticos. Considerando esses dados, destaca-se a importância de eleger políticas públicas que contemplem as necessidades de crianças e adolescentes institucionalizados, a fim de que seus direitos sejam garantidos.

Saúde mental na Estratégia de Saúde da Família: estudo em uma cidade de médio porte

Catia Batista Tavares dos Santos

Introdução: Influenciada pelo processo de Reforma Psiquiátrica, a política nacional de saúde mental preconiza que a atenção às demandas psicossociais seja organizada a partir de uma lógica territorial, envolvendo o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e demais recursos de cada município. Entretanto, estudos têm mostrado grande dificuldade de articulação entre os diferentes serviços e importantes dilemas no modo como a ESF enfrenta as questões de saúde mental. Envolvido com essa problemática, a presente comunicação tem como objetivo principal apresentar a organização do trabalho em saúde mental desenvolvido por equipes da ESF de uma cidade de médio porte situada na Baixada Fluminense-RJ. Método: Com base no método qualitativo e no paradigma construtivista, utilizaram-se como estratégia metodológica grupos focais com oito equipes de ESF. Os

resultados foram analisados à luz da produção de discussões clínicas e políticas ligadas à Reforma Psiquiátrica. Resultados: As equipes estudadas reconhecem como principal demanda dos pacientes de saúde mental o pedido por "atenção", o que, segundo agentes de saúde, exige tempo e compromete a agenda de trabalho. Frente a isso, a única estratégia assistencial minimamente sistematizada é a distribuição de medicações prescritas pelo CAPS. Os profissionais representam os pacientes como "pessoas perigosas" e, paradoxalmente, "tranquilas", desde que "medicadas", considerando-os indivíduos "sempre carentes", que "falam muito e às vezes choram". Outra questão recorrentemente abordada foi o medo dos profissionais de que os pacientes tenham vivências de crise, às vezes atribuídas a "forças espirituais". Com exceção do médico e da enfermeira, nenhum membro da equipe teve qualquer tipo capacitação para o trabalho em saúde mental, embora mostrem grande interesse em passar por um processo que lhes ajude a compreender melhor o sofrimento psíquico e, principalmente, a lidar com a angústia despertada pelo contato com pacientes. A capacitação dos profissionais com uma continua formação contribui para a expansão de uma rede de atenção e cuidados pautada nos princípios da integralidade. Discussão: A ausência de capacitação, a inexistência de práticas de promoção de saúde elaboradas junto dos usuários e a dificuldade em desenvolver parcerias com o CAPS e outros serviços, parecem contribuir para a manutenção das representações e do lugar social da loucura, diante da qual o apaziguamento do sujeito e a contenção do comportamento perturbador parecem ser o principal objetivo terapêutico. Pesquisas compravam que o processo de trabalho na ESF envolve a execução de diversas atividades através da divisão de tarefas, tornando-o um processo bastante complexo . No que se refere aos cuidados com pacientes da saúde mental, estudos revelam que as concepções dos profissionais que atuam na atenção básica ainda estão relacionadas a estereótipos acerca do comportamento considerado normal, misticismos e presença de sensações como medo e despreparo o que corrobora com o resultado da presente pesquisa. Tal como apontam outros estudos, cabe-nos ainda a árdua tarefa de destruição dos "manicômios mentais", o que não se faz sem intervenções diretas na cultura, aumento do acesso a bens sócio educacionais e, ao mesmo tempo, capacitação e apoio técnico, bem como organização de uma rotina de trabalho permeável a trocas interdisciplinares e intersubjetivas.

Saúde mental na Estratégia de Saúde da Família: trabalho em rede x fragmentação da atenção

Patricia Santos de Souza Delfini, Camila Junqueira Muylaert, Alberto Olavo Advincula Reis, Isabella Teixeira Bastos

Introdução: O desenvolvimento de ações de cuidado na Atenção Básica (AB) que incluem preocupação com questões relacionadas à saúde mental é fundamental para se garantir uma atenção que tanto contempla o sujeito em suas dimensões psíquicas, físicas e sociais, quanto se apoia na conjugação de diferentes áreas do saber. O movimento da Reforma Psiquiátrica, cujo foco principal é a "desinstitucionalização" da loucura em diferentes dimensões, tal como aponta Amarante (1999) enfatizam a importância do cuidado de pessoas em sofrimento psíquico em seus territórios de vida, incluindo, portanto, a família, a comunidade e todos os recursos que constituem a vida das pessoas de tal modo que se desenvolva um cuidado em rede e intersetorial. Desta forma, se torna imprescindível que equipes da AB componham essa rede de atenção. Contudo, profissionais de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Estratégia de Saúde da Família (ESF) que, frequentemente, se deparam com situações que envolvem saúde mental, tendem a se sentir pouco preparados para darem conta dessa problemática. Diversas iniciativas são desenvolvidas no sentido de incluir saúde mental na ESF, sendo que as atuais políticas públicas de saúde vigentes no país têm indicado que isso se dê por meio da inserção dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), compostos por profissionais de diversas áreas, dentre elas saúde mental, cujo modelo organizacional é o apoio matricial, proposto por Campos (1999; 2007). Entretanto, pouco se sabe sobre sua estruturação real, bem como sobre sua potencialidade e resolutividade no que se refere aos problemas de saúde mental. Objetivo: Descrever e analisar a configuração de diferentes equipes de NASF e as formas de apoio em saúde mental que realizam junto aos profissionais da ESF. Método: Pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevistadas semi-estruturadas com gerentes de treze UBS com equipes da ESF em cinco regiões da cidade de São Paulo. As falas dos sujeitos foram submetidas a técnicas da análise temática de conteúdo (MINAYO, 2004). Resultados: Foram obtidas informações sobre sete NASF que diferem tanto em relação ao número de equipes da ESF que são referência - variando de 9 e 17 - quanto aos profissionais que compõem cada NASF - 5 a 12 membros de distintas categorias. Todos eles possuem "profissionais de saúde mental" (terapeuta ocupacional, psiquiatra e psicólogo), tal como considerada a portaria dos NASF (154/08), porém esse número varia de um a três por Núcleo, havendo predominância de psicólogos em relação aos psiquiatras e terapeutas ocupacionais. Em relação às formas de apoio

que oferecem, destacaram-se reuniões para discussão de casos, atendimentos individuais e em grupos e visitas domiciliares. Conclusões: Um simples olhar para os resultados indica que quanto maior o número de profissionais de saúde mental, maior a possibilidade de integração entre eles e as equipes de ESF. Nesse mesmo sentido, quanto menor a área de abrangência e a dispersão das equipes em unidades diferentes, maior a proximidade dos NASF com as equipes de ESF. A despeito da obviedade dessa constatação, há ainda outras questões que se pesam na possibilidade dessa articulação, principalmente relacionado às práticas de cuidado, que variam desde um modelo restritivo de atuação especializada até um modelo interdisciplinar e em rede. Assim sendo, há de se ressaltar a consideração de que o modelo baseado nos encaminhamentos, no qual se envia usuários de um local para outro, se sobrepõe à lógica da corresponsabilização, proposta pelo modelo do matriciamento que orienta as práticas dos NASF, o que tende a levar a um cuidado fragmentado e descontínuo em detrimento a um cuidado longitudinal e integral.

Saúde Mental na Unidade de Saúde: a potência de ruptura e invenção dos espaços coletivos

Daniela Rosa Cachapuz, Renata Palmerim Schorn

Este trabalho constitui um relato de experiência e objetiva compartilhar as atividades coletivas em Saúde Mental (SM) coordenadas pela Psicologia, que são desenvolvidas na Unidade de Saúde Vila Floresta (USVF), uma das unidades do Serviço de Saúde Comunitária (SSC) do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), em Porto Alegre/RS. Considerando os princípios do SUS, o conceito ampliado de saúde da Organização Mundial de Saúde e, ainda, a Reforma Psiquiátrica, faz-se necessário que os campos da SM e da Atenção Primária à Saúde (APS) se entrelacem e se potencializem um ao outro (Diretrizes de Saúde Mental, 2008). A partir disso, a incorporação de ações de SM na APS, contribui para maior cobertura assistencial e potencial de reabilitação psicossocial. (Andrade & Botti, 2008). Nesse caminho, a psicologia na Unidade Básica de Saúde Vila Floresta vem apostando na promoção de espaços coletivos como uma estratégia de atenção aos usuários. Tais espaços têm como fio condutor teórico a noção de subjetividade, conforme (Benevides de Barros, 1996), tida para além do campo individual, produzida a partir de um dado momento da história, de acordo com determinadas conjugações de forças e composições de relações de saber-poder. Entram em cena subjetividades múltiplas, circulando nos conjuntos sociais, podendo ser singularizadas através da criação de outros modos de existência. O trabalho com grupos passa a não ser mais tido como um dado, mas sim como um dispositivo, uma construção permanente através de uma perspectiva processual, na

qual o desenho se configura a cada situação. Através do dispositivo grupal, é possível (re)descobrir potencialidades daqueles que estão com sofrimento psíquico, problematizando o estigma da loucura e estimulando o convívio social, o autocuidado e a autonomia. (Minozzo et al., 2012). Oferecemos quatro espaços coletivos em SM na USVF: Espaço Coletivo de Primeira Escuta em Saúde Mental, Grupo de Adultos, Grupo de Pais e Responsáveis e o Grupo de Crianças. Tais grupos buscam a prevenção e a promoção em saúde e têm o objetivo comum de proporcionar um espaço de escuta e de expressão aos usuários com algum sofrimento psíquico, permitindo que os profissionais estabeleçam acompanhamento regular e continuado do processo terapêutico de cada participante. Destaca-se que a coordenação dos espaços é livre de planejamentos prévios e construídos com base no conteúdo trazido pelos participantes, tecendo questionamentos e relações a partir disso. Isso visa reforçar a autonomia e o protagonismo dos participantes, o que é extremamente relevante no trabalho com Saúde Mental na Atenção Primária em Saúde. O Espaço Coletivo de Primeira Escuta em Saúde Mental não é configurado como de caráter terapêutico, mas sim, um dispositivo de acolhimento coletivo e de escuta, destinado à avaliação das situações e dos possíveis encaminhamentos de acordo com a singularidade de cada caso. Tem como principal objetivo organizar o acesso à Psicologia, avaliar a demanda, articular a rede de apoio, a rede de saúde mental e a intersetorialidade. No Grupo de Adultos, as principais questões trabalhadas, até então, têm sido as relações interpessoais e familiares, a dificuldade de lidar com a alteridade e com a diferença, a capacidade de autocuidado, entre outras. O Grupo de Pais e Responsáveis tem problematizado questões relativas à relação pais-filhos, ao desenvolvimento infantil, à dinâmica familiar e dificuldades escolares das crianças. O ingresso no Grupo de Crianças exige a participação de algum responsável pela criança no Grupo de Pais, com objetivo de que a família ou cuidadores estejam, de alguma forma, implicados no processo terapêutico da criança. No Grupo de Crianças, busca-se trabalhar questões relativas ao desenvolvimento psíquico da criança em direção à construção da sua autonomia. A escolha das atividades lúdicas é feita pelas crianças, bem como, as combinações, regras e limites, alternando o lúdico com a via da palavra. A participação em tais grupos requer inscrição prévia, na recepção da USVF, para o Espaço Coletivo de Primeira Escuta em Saúde Mental. Acreditamos que tais espaços têm possibilitado o atendimento integral e humanizado, além de uma promoção de saúde com responsabilização. Além disso, vem proporcionando aos participantes a troca de experiências, o encontro com a alteridade que nos avizinha, o estranhamento, a inquietação, a ruptura com o anterior e, conforme Benevides de Barros (1996), o deslizamento pela superfície daquilo que estamos em

vias de diferir e nos tornar. Os grupos são coordenados por profissionais não só da Psicologia, mas também, do Serviço Social e Odontologia, e estão abertos à inserção de outros trabalhadores. Nesse sentido, pensamos em promover um encontro entre os profissionais, a partir da construção de uma nova forma coletiva de trabalho, através da perspectiva da clínica ampliada e, também, como uma estratégia de educação permanente entre os profissionais.

Terapia comunitária para idosos: a atuação do psicólogo nos grupos terapêuticos

Zuleika Leonora Schmidt Costa, Suzi Carina Chaves

O presente trabalho de pesquisa visa demonstrar a importância de um grupo de pessoas idosas, que participam de uma proposta terapêutica comunitária. Os encontros são orientados por um psicólogo e tem por objetivo trabalhar junto ao grupo, a importância da promoção e prevenção de saúde na terceira idade. A metodologia utilizada para este estudo foi de observação e entrevistas aos participantes do grupo e equipe de profissionais envolvidas no projeto. Este grupo faz parte de um projeto maior chamado: O Grupo da Linhaça da unidade de saúde da família -Tiroleza na cidade de Tramandaí-RS cuja a equipe é responsável pela educação em saúde. Papaléo Netto (2002), diz que os diferentes aspectos que caracterizam o processo de envelhecimento forçam os profissionais bem como a sociedade em geral a buscar medidas que propiciem a abrangente atenção de que necessita o idoso, especialmente no campo da saúde, entendida aqui não apenas como o controle das doenças e sim como o bem-estar físico, psíquico e social, ou seja, a melhora da qualidade de vida. Segundo Freire e Resende (2008), o processo de envelhecimento, aumenta a vulnerabilidade dos idosos, gerando diferentes perspectivas para cada tipo de pessoa que pode encará-la de forma positiva ou negativa. A Psicologia vem estudando abordagens multidisciplinares como forma de intervenção, para que possam viver essa fase de suas vidas com o mínimo de sofrimento possível. O grande desafio a ser vencido pelos profissionais e pela sociedade é de criar condições para um envelhecimento satisfatório e acessíveis a toda a população.Para Rocha et al. (2009), a terapia comunitária vem surgindo como uma nova tecnologia de cuidados nos programas de inserção e apoio à saúde mental da população idosa. Os resultados demonstram que o problema mais apresentado pelos idosos é o estresse, e a terapia comunitária, como parte desta proposta maior, vem contribuindo para desenvolvimento da saúde mental dos idosos. É comum nos encontros de terapia comunitária, as pessoas relatarem momentos de sofrimento e de superação de vida, tendo em mente que a vivencia pessoal e o compartilhamento de sofrimentos são fontes de reflexões dos encontros de terapia comunitária, pois funcionam como propulsora para o processo de resiliência desses

idosos. A terapia comunitária é um instrumento poderoso para instalar, a prática onde todos se sintam iguais, usando das experiências de cada um dos participantes somada aos recursos e competências grupais, percebe-se um ótimo resultado na saúde desses idosos, por isso a importância da formação destes grupos de apoio para os mesmos, que estão em busca do fortalecimento da resiliência e da autonomia. Neri (2004), diz que o psicólogo pode trabalhar com os idosos para incentivar a manutenção de um estilo de vida saudável, o que reduz a chance de ocorrência de condições que o levam à patologias. Além disso, pode visar, em seu trabalho com idosos, o reforçamento dos recursos do próprio indivíduo para a preservação da saúde mental, estimular a sua participação em atividades educacionais e sociais, a criação de novos interesses e ocupações, assim como, estabelecimento de laços afetivos, que acabam acontecendo espontaneamente dentro dos grupos com geração de amizades dentro e que seguem fora dos encontros. Para isso a importância de um profissional da área de Psicologia que vise o bem-estar social é fundamental na área da saúde pública.Neste trabalho, aqui apresentado, considerou-se que a busca e a troca de experiências entre pessoas nessa fase da vida, objetiva conscientizar os idosos de suas limitações, e também estimula-los a aproveitarem o máximo possível suas possibilidades, conseguindo assim ter uma vida mais saudável.

Um olhar sobre a saúde mental dos cuidadores de crianças com câncer

Maria Juliana Vieira Lima, Cínthia Mendonça Cavalcante, Tainara Vasconcelos de Alcântara

O diagnóstico de câncer afeta o indivíduo e as pessoas significativas a este. No caso das crianças, o principal cuidador torna-se responsável por elas, assumindo legalmente as principais decisões do tratamento e realizando atividades de ajuda interrupta na vida diária da criança, acarretando excesso de atividades e de responsabilidades. O objetivo do presente trabalho foi fazer um levantamento bibliográfico acerca dos aspectos que norteiam a vivência dos cuidadores de crianças oncológicas, utilizando como metodologia uma revisão bibliográfica, através da base de dados SCIELO. A pesquisa foi baseada nos descritores: saúde mental, cuidadores e crianças oncológicas, não foi delimitado um período de tempo especifico, encontrando-se publicações no período de 1999 a 2012. Das publicações em português foram encontrados 22 artigos, categorizados nas seguintes temáticas: 1) O câncer e seu impacto na família. 2) Considerações sobre o cuidado. 3) Qualidade de vida do cuidador .4) Apoio social e estratégias de enfrentamento por parte dos cuidadores. 5) Assistência psicológica ao cuidador. A partir dos achados, conclui-se que o cuidado contínuo desencadeia uma série de consequências que afetam significativamente a saúde mental e a qualidade de vida do cuidador,

sendo crucial o acompanhamento psicológico sistemático para auxiliar os cuidadores a expressarem e elaborarem as emoções vivenciadas nas situações que permeiam o tratamento oncológico. Com a revisão bibliográfica, percebeu-se que há uma extensa literatura acerca do tema, mas há a necessidade de mais publicações sobre as ações de assistência psicológica ao cuidador.

Uma análise dos determinantes sociais no cuidado da saúde de usuários de drogas

Isadora Leite Lopes, Francisco Anderson Carvalho de Lima, Mariana Pompílio Gomes Cabral, Ananda Narcizo Soares

O presente estudo tem por objetivo dialogar sobre a relação entre os determinantes sociais da saúde e o consumo e dependência da droga. Configura-se como um relato reflexivo baseado em revisões bibliográficas e observações realizadas no Hospital de Saúde Mental Professor Frota Pinto, em Fortaleza, acerca da dinâmica existente entre esses determinantes, o uso de drogas e a abordagem marxista aplicada aos métodos de investigação em saúde. Inserido no eixo temático da Saúde, o presente trabalho vincula-se ao Grupo de Trabalho "O cuidado em saúde e a construção da participação" já que apresenta um tema que se aproxima dos objetivos e dos conceitos estabelecidos nele. O cuidado aos usuários de drogas na perspectiva marxista, ao contrário do que se pretende com o modelo biomédico atual, prevê uma perspectiva abrangente e integral à saúde, assim como proposta pelo GT. Considera-se determinantes sociais em saúde as condições, econômicas e sociais, que afetam a saúde, e englobam categorias tais como: gênero, escolaridade, renda, cultura, política, violência, dentre outras. É uma visão mais abrangente que considera os processos de saúde/doença como influenciado por diversos fatores, sobretudo a imersão histórico-cultural do sujeito, não ficando restrito a condições biológicas, como aponta Almeida (2011). O método marxista aplicado à saúde visa situar o homem em seu processo social, entendendo os fenômenos que daí surgem como um constante devir, apontando para o seu papel transformando e político. Tal método pretende compreender o caráter social dos fenômenos determinantes do processo de saúde/doença de forma mais ampla, junto à coletividade. Vigotski aponta para a característica da formação social da mente onde o processo se dá pela mediação, o que nos legitima para a abstração dos dispositivos que permeiam o uso e abuso das substâncias psicoativas nos sujeitos em relação aos seus determinantes sociais. Isso no sentido da mediação simbólica com as significações atribuídas a estes objetos corroborando na afirmação social e posição subjetiva e histórica desses indivíduos. Diante disto, podemos dizer que o enfrentamento do uso abusivo de tais substâncias perpassa uma construção histórica

e cultural, onde a intensificação do consumo de drogas que promovem efeitos de prazer imediato e fugaz coincide com a era hipermoderna que Bauman (2009) caracteriza com uma Era líquida, a era do efêmero. Ou seja, existe todo um enquadre social, do modelo capitalista econômico vigente, que, dialeticamente, se articula com modos de vida, de trabalho e de prazer que se dispõe a se adaptar e flexibilizar às novas demandas sociais, políticas, econômicas e culturais vigentes no cenário atual. Por assim dizer, mediante essas reflexões, percebe-se que a droga, em si, não é o problema, muito pelo contrário, assim afirma Xavier (2012) que o uso do crack se constitui como consequência do abandono social e seu uso é feito predominantemente por pessoas de classes pobres, devido ao baixo custo, apontando assim o crack como um indicador de fatores sociais. Ainda neste sentido, podemos apontar três fatores sociais que emergem predominantemente no processo da dependência: família, escolaridade e trabalho. São essas estruturas sociais que se encontram mais desorganizadas e com perda de sentido no enquadre da relação da dependência. Diante dessas questões, faz-se de fundamental importância a mediação de políticas de ações sociais no enfrentamento à desigualdade social, à situação de miséria e à pobreza biopsicossocial, com o intuito de resgatar a autonomia do sujeito e convocá-lo a viver, mantendo o compromisso ético-político com o estatuto marxista da emancipação humana. Sem culpabilizar o usuário e pretendendo a superação dos moldes individualistas, busca-se construir o cuidado de forma conjunta, através da emancipação dos usuários e de sua autonomia. Segundo Skalinsk e Praxedes (2003), citando Breilh (1991), o materialismo histórico e dialético contribui para a transformação da prática em saúde, por meio de uma cultura livre e não alienada, consolidando a criticidade e implementando a ação científica emancipadora. A adoção da metodologia marxista para o estudo dos fenômenos epidemiológicos permite uma visão mais crítica, um olhar mais amplo e totalizador, destacando não somente os fatores biológicos e até mesmo psíquicos que levam ao uso de drogas, mas atentar, inclusive, à singularidade do sujeito, as relações sociais que perpassam seu cotidiano e ao processo histórico-cultural sob o qual ele está inserido. Além disso, as práticas e o cuidado em saúde permitem identificar a multiplicidade dos indivíduos, podendo pertencer a vários grupos, sofrer diversas influências, intervindo justamente nas relações desse indivíduo.

Uma revisão de literatura acadêmica em Banco de Dados Virtuais sobre o papel da família no cuidado em saúde mental

Marcelo Jackson Santos Silva

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa realizada pelo proponente, como parte de uma monografia de pós-graduação lato sensu, no ano de 2012. Nesta ocasião, se objetivou avaliar a referência feita pelos autores de artigos acadêmicos, produzidos no Brasil a partir do ano de 2002, acerca da participação da família no cuidado de seu membro portador de transtorno mental. Para a coleta dos dados foram utilizados os descritores "doença mental e família" e "saúde mental e família", nas bases da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS-Brasil). Os dados encontrados foram agrupados seguindo o método da Análise temática de conteúdo (OLIVEIRA, 2008). E, também se criou subgrupos de termos que se destacaram na associação ao papel da família no cuidado em saúde mental. A família sempre teve papéis bem demarcados em sua relação com os fenômenos da saúde mental, tanto para ser culpada, ou como elemento importante a ser incluído na atenção ao portador de transtorno mental. As primeiras perspectivas de atenção à saúde mental costumavam delegar à família a origem do transtorno mental de seu membro, evidenciando a necessidade de afastamento da família no processo de tratamento, ou, simplesmente, não considerando essa participação. Entre estas se enquadram, como aponta Rosa (2003), o Alienismo, a Psiquiatria do início do século XX e a Psicanálise. É a partir do fim da segunda guerra mundial, com o surgimento dos diversos movimentos que passaram a questionar os saberes vigentes nessa área, que a família passa a ser reconhecida em sua importância no cuidado ao portador de transtorno mental. Os familiares começam a serem integrados a diversas propostas de tratamento, e o foco muda da culpa para a repercussão causada no ambiente familiar pela doença mental de seu ente familiar. (ROSA, 2003). No Brasil, a portaria GM nº336, do Ministério da Saúde, estabelece diretrizes para que haja no desenvolvimento dos projetos terapêuticos, dos portadores de transtorno, uma abordagem técnica articulada à participação da família. (BRASIL, 2004). Porém, segundo Melman (2002), essa responsabilização do cuidado tem sido apontada, pelos famíliares, como fator de dificuldades, decorrentes de diversos apectos sociais e afetivos. No total, foram computados vinte e sete textos, agrupados em quatro categorias, a saber: a percepção da família sobre o transtorno mental de seu ente e a relação com o cuidado exercido por esta; a percepção da família sobre a dinâmica familiar em relação ao cuidado do ente portador de transtorno mental; a percepção do ente portador de transtorno mental sobre seu quadro clínico, e a relação deste quadro com o cuidado que recebe por parte de sua família; a percepção de profissionais dos serviços de assistência na área de saúde mental sobre a participação dos familiares no cuidado de seu ente portador de transtorno mental. O maior foco se deu à categoria que diz respeito a: percepção da família em relação à dinâmica familiar no

cuidado ao portador de transtorno mental. Com relação a essa dinâmica, foi observado que o transtorno mental, mais do que um conjunto de sintomas, orienta no ambiente familiar uma nova ordem simbólica, que interfere em seus membros, gerando novas perpectivas psicologicas e novos arranjos das relações sociais de seus integrantes. Entre os termos destacaram-se, por maior incidência nos textos, os seguintes: "informação/orientação", "sobrecarga familiar" e "relação com o social". Romagnoli (2006) aponta que na maioria das vezes os familiares não têm informação necessária sobre o transtorno mental, sobre si mesmos e sobre o sujeito a ser cuidado; o que reduz suas autonomias. Desta forma, têm dificuldades na realização de novas experiências, necessárias a reconfiguração de suas dinâmicas de vida. Quanto à "sobrecarga familiar", Melman (2001) aponta dois tipos, as de ordem emocional, como acolhimento e isolamento social, e as de ordem mais objetivas, como aspectos físicos e financeiros. Quanto à "relação com o social", destacam-se aspectos em tarefas cotidianas, como ir a uma farmácia comprar remédio, ou ir à escola ou trabalho; passam a serem prejudicados pela dificuldade que os familiares encontram em se expor, muitas vezes por vergonha do transtorno de seu familiar. Outras atividades sociais, como a de lazer, ficam prejudicadas pela falta de tempo, devido às demandas advindas do cuidado continuado (CAVALHERI, 2008). Diante do observado, percebe-se, a necessidade de um trabalho contínuo de suporte aos familiares, e uma orientação que extrapole a simples explicação sobre sintomas ou medicamentos. Como aponta Melman (2002), esse suporte deve reconhecer as expectativas de vida dos familiares, em suas dimensões social e psicológica, frentes as exigências do cuidar. Portanto, é a partir desses aspectos subjetivos, que se deve propor alterações entre a família e o modelo de atenção, tendo como foco a promoção de saúde desses atores sociais.

Universidade e a inclusão do cidadão com sofrimento mental nas práticas de extensão

Julio César Alves dos Santos Gonçalves, Maria Stella Brandão Goulart, Marina Passos Pereira Campos

Este trabalho tem o objetivo de refletir sobre como as atividades e projetos de extensão universitária podem contribuir para a inclusão social de cidadãos em situação de sofrimento mental. A análise desse processo pretende se basear na experiência do PASME, o Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental da Universidade Federal de Minas Gerais formado por professores e alunos de graduação dos cursos de Psicologia, Medicina, Enfermagem e Terapia Ocupacional, além de membros da ASUSSAM, a Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais. O Objetivo principal do PASME é fomentar política de

formação voltada para a inclusão e para a reforma psiquiátrica, através da sensibilização da comunidade universitária e com a ampla pasticipação daqueles que são alvo de políticas sociais inclusivas e da comunidade. Nesta apresentação serão compatilhadas as atividades transdisciplinares desenvolvidas em 2013: disciplina integrada, semana de saúde mental e edição de vídeo. As discussões propostas por este estudo se relacionam com a temática das políticas públicas de saúde mental e atenção básica pelo fato de tratarem de assuntos vinculados a esse contexto, como a reabilitação psicossocial das pessoas com transtorno mental, o aumento de seu poder contratual no cenário sócio político contemporâneo e o fortalecimento de sua consciência crítica em relação à ideologia e às praticas presentes nos serviços pelos quais são atendidas. Partimos do reconhecimento da ausência destes assuntos, assim como das políticas de saúde mental na formação em Psicologia, deste modo, pautar a reforma psiquiátrica na UFMG é uma meta que orienta as ações do PASME. Destacamos que as ações extensionistas para a formação profissional dos estudantes e para as pessoas com sofrimento mental podem ser entendidas como um importante instrumento para a formação de um olhar mais esclarecido sobre o modo como a universidade pode atuar frente aos desafios encontrados no campo da saúde mental (Boarini e Borges, 2009) e para a construção de cultura inclusiva. Pelo fato da construção deste trabalho partir da visão de alunos e professores envolvidos em um programa de extensão na área da saúde mental, o recurso metodológico utilizado para sua realização remete ao esforço de reflexividade e compartilhamento de resultados. Pode-se observar que a participação de usuários organizados da ASUSSAM nas atividades empreendidas pelo PASME não só abriu espaço para que estes sujeitos se inserissem de maneira mais ativa no cenário sócio-político da Saúde Mental, mas também subsidiou a emergência de debates e encontros inusitados. Sendo assim, pode-se concluir que além de possibilitar o estabelecimento de um diálogo entre a universidade e os cidadãos em situação de sofrimento mental, a parceria entre o Programa de Extensão em Atenção à Saúde Mental da UFMG e a Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais viabilizou o acolhimento das demandas e perspectivas desse setor da população, contribuindo para que discursos e ações orientados pela lógica manicomial, ainda presentes no contexto de diversos locais e instituições que prestam atendimento psiquiátrico, ganhassem visibilidade na universidade conquistando parcerias e simpatias importantes.

Vivendo a realidade do SUS: um relato de experiência no projeto VER-SUS/MT

Teluira Borges Milhomem de Abreu

O Objetivo deste trabalho é realizar um relato de experiência da vivência no projeto VER-SUS (Vivências e Estágios na Realidade no Sistema Único de Saúde)/MT ocorrido na cidade de Sorriso, Mato Grosso, durante uma semana no mês de maio de 2013. O VER-SUS consiste na imersão total de um pequeno grupo de estudantes de diferentes cursos de graduação, das redes públicas e privadas, em municípios da sua região, diferentes daquele no qual o estudante faz sua graduação. O objetivo geral do projeto é possibilitar aos estudantes viver, conhecer, experimentar a realidade do SUS buscando pela heterogeneidade do grupo a riqueza e diversidade das vivências, dos debates e das discussões sobre o que está sendo experimentado e estimulando a contribuição do grupo para as práticas multi/inter-disciplinar preconizadas pelo SUS. Para acompanhar o grupo há a presença de um facilitador, alguém que já vivenciou o VER-SUS, ou que já tenha algum tipo de experiência em outros projetos ligados à área da saúde pública. O público alvo deste projeto é formado por estudantes de graduações em saúde, porém o convite se estende para todos os cursos, em função da perspectiva pública da saúde no Brasil. Estes estágios de vivência têm o objetivo de estimular trabalhadores para o SUS: "... comprometidos/as eticamente com seus princípios e diretrizes, e que se entendam como atores/atrizes sociais e agentes políticos/as capazes de promover transformações na sociedade" (FERLA, RAMOS, LEAL, 2013). A experiência aqui relatada, ocorrida na cidade de Sorriso, foi sistematizada por meio de diário de campo, com análise de conteúdo focando episódios vivenciados, recortes teóricos presentes na criação de núcleos de sentido e construção de análises que favoreçam a implementação de estratégias de intervenção. Os dados analisados permitem as seguintes considerações: a) existem servidores qualificados e disponíveis para realizar as diferentes atividades previstas nas diretrizes e resoluções do SUS, porém há uma grande variação entre a satisfação e também o desejo desses técnicos em estarem envolvidos com a dinâmica da saúde pública no município, no estado e também no país; b) a população atendida demonstra extrema paciência e valorização das atividades e atendimentos prestados, mantendo uma postura bastante passiva frente a fenômenos que envolvem a má condição estrutural dos locais em que são prestados os serviços, a ausência de equipamentos e condições técnicas para alguns exames e tratamentos e os excessivos encaminhamentos entre as especialidades; c) as atividades e demandas que envolvem as questões em saúde mental marcam, fortemente, o compromisso dos servidores em buscar atender às propostas do SUS, mesmo quando isso requer o enfrentamento de paradigmas estruturados na medicalização e no preconceito; d) a presença da psicologia ainda sustenta a diversidade das ações, que oscilam entre os atendimentos individualizados nos modelos de psicoterapias e as práticas sociais, que

incluem as vivências junto às comunidades atendidas e suas demandas em saúde e sofrimento psíquico. A experiência que a participação no VER-SUS proporciona ressalta a importância do conhecimento em gestão e projetos em saúde pública, a convivência entre os diversos setores e profissionais que compõem o atendimento à população, a necessária compreensão e execução das tarefas nos níveis diferenciados (preventivo/promotor; básico e urgência/emergência), além da evidente necessidade de esclarecimento e empoderamento da população quanto aos seus direitos e às suas necessidades no binômio saúde-doença e também na relação com outras instituições, como educação, justiça e assistência social.

"Nem tudo o que o médico fala pode ser verdade" – conhecimento científico e humanização

Claudia Valença Fontenele, Adriana Rodrigues Domingues

No campo da saúde encontramos dois discursos bastante evidenciados e que parecem paradoxais: um que privilegia a eficácia, a técnica e o investimento em novas tecnologias que prometem precisão nos diagnósticos. E outro, que defende a necessidade de transformar as práticas de cuidado em saúde, apostando na participação dos usuários no seu processo de cura e na relação deste com os profissionais e serviços de saúde, baseados em uma postura ética. O que ambos têm em comum é a pauta sobre o que pode trazer maior benefício ao ser humano – mas, de que humano falamos? A discussão em torno do atendimento humanizado constitui um alerta e, ao mesmo tempo, uma denúncia dos modos instituídos do trabalho em saúde que sempre marcaram os lugares de quem tem o conhecimento (profissional) e de quem é alvo deste (usuário). O alerta é voltado para a necessidade de uma postura dialógica que ultrapasse o conhecimento meramente técnico. Esta postura implica, sobretudo, na construção de uma relação ética entre usuários e profissionais de saúde que seja promotora de uma corresponsabilidade na definição de um diagnóstico e no acompanhamento do tratamento indicado. Na tentativa de entender de que forma o conhecimento técnico prevaleceu, durante séculos, sobre a postura ética, e de que forma a concepção de ser humano é colocada em debate, o objetivo deste trabalho foi analisar as implicações de um diagnóstico equivocado na trajetória de uma mulher que busca a realização do desejo de ser mãe. A pesquisa, qualitativa, utilizou como método o estudo de caso. Ana, 45 anos, casada, mãe de Lucas, 20 anos, aguarda há cinco anos, ser chamada para iniciar a FIV (fertilização in vitro) em um hospital público do município de São Paulo. Quando Lucas tinha 4 anos de idade, seu nariz começou a sangrar e manchas vermelhas surgiram em sua pele. Levado ao hospital foi submetido a muitos exames, cujo

resultado levantou a suspeita de hemofilia A ou Doença de Von Willebrand que, como ela mesma disse, nem sabia o que era e nem tem "certeza se é essa a palavra". Lembra-se apenas do veredito do médico: se tivesse mais bebês estes nasceriam com a doença ou poderiam transmiti-la à descendência. E mais: "nascer até pior, sem perna, sem braço". Desesperada com a possiblidade de ter outro filho com a "terrível" e misteriosa doença, no mesmo ano, fez laqueadura. Quando Lucas contava 15 anos voltou a fazer os exames e os resultados, desta vez, indicaram que ele não era doente. A partir daí, Ana iniciou sua trajetória, perto dos 40 anos de idade, pelos hospitais que ofereciam FIV, para que pudesse realizar o desejo de gestar novamente. Ana arrepende-se de ter acreditado no médico e não ter procurado outra opinião ou ter feito outros exames em seu filho para certificar-se do diagnóstico. Apesar de se julgar curiosa, agora ela é categórica: "nem tudo o que o médico fala pode ser verdade. Nem tudo, nem tudo". Por que Ana conferiu ao saber médico a verdade sobre a doença de seu filho e submeteu o desejo de ser mãe à reprodução humana assistida (RHA)? De que forma o discurso médico e científico produz relações de saber e poder que transformam o corpo em procedimentos experimentais? Essas e outras questões são problematizadas com o intuito de examinar a linha tênue que separa o conhecimento técnico e a postura ética nas práticas de cuidado em saúde. Para Foucault, as relações de saber e poder estão intrinsicamente ligadas e fixadas ao discurso científico. O conhecimento técnico, ao tomar o sujeito como alvo de seus procedimentos estabelece um jogo estratégico em que o saber legitima práticas de medição e classificação, que irão definir os gestos, os comportamentos e as vontades deste corpo. Na tentativa de responder às angústias e ao desejo de domínio dos mistérios da existência, a técnica busca submeter o "humano" a procedimentos que visarão a "um bem maior" ou ao "bem da humanidade". Os espaços de participação da subjetividade na construção e definição de modos de vida e, portanto, de desejos a serem realizados, são esvaziados em nome da eficiência da técnica que é considerada certa, controlável, verificável. No caso de Ana, a ciência se antecipa à história de seu filho, colocando-lhe um diagnóstico sem confirmar ou não o prognóstico da doença. Há exames, um único médico e instituição, portanto, uma única verdade que sela um corpo e que define toda história da vida de Ana e de Lucas. O discurso científico produz, também, um discurso verdadeiro, no qual as condições desta produção estão definidas a priori. Só o médico pode confirmar o diagnóstico e o prognóstico da doença que acomete o sujeito. Esse estudo de caso revela a pertinência da discussão acerca de uma postura ética a ser construída como imperativo nas relações entre usuários e profissionais de saúde.

"Pedagogia da implicação": contribuições do Estágio de Vivências no SUS para a formação em Psicologia

Felipe Guedes da Silva

O Estágio de Vivências no SUS-Bahia (EVSUS-BA) é uma modalidade de estágio promovido pela Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) que tem como objetivo proporcionar a imersão de estudantes, prioritariamente da área de saúde, na realidade do Sistema Único de Saúde de um município baiano. O estágio tem duração média de dez dias e reúne grupos de aproximadamente doze estudantes em cada cidade, sendo que dois deles são mediadores de aprendizagem (estudantes que já participaram do estágio anteriormente e foram submetidos a um curso de formação) e são responsáveis por facilitar as discussões em grupo e os contatos com o município da vivência. O objetivo deste trabalho é explorar as contribuições do EVSUS-BA para a formação em Psicologia, analisando como tal, enquanto espaço "extra-acadêmico", pode ser importante no incentivo do compromisso político dos estudantes para a efetivação dos princípios do SUS e no desenvolvimento de "competências e habilidades" que são relevantes para o exercício da profissão. Descrevendo mais o Estágio, nele os participantes visitam as diversas unidades de saúde de um município, desde a atenção primária até a atenção terciária, entrando em contato também com a gestão e com os movimentos sociais. Tal oportunidade contribui para que os discentes de Psicologia possam ter contato com as diversas instituições que demandam a atuação dos Psicólogos no âmbito do Sistema Único de Saúde. Nesse aspecto, o Estágio é importante para demonstrar que a atenção ao SUS não significa priorizar uma subárea da profissão, mas que a Psicologia pode contribuir com outras atividades, tais como os processos de gestão do trabalho nas instituições de saúde e o treinamento e desenvolvimento dos profissionais, atividades que a princípio são típicas da Psicologia Organizacional. Mais do que o conhecimento sobre o funcionamento dos serviços e dos processos de gestão, os estudantes são convocados a problematizar a realidade que observam, refletindo sobre os principais entraves que impedem o cumprimento efetivo das propostas do SUS em determinada localidade, sempre com a perspectiva de pensar soluções e incentivar a construção da participação dos estudantes como controle social, atuando através do movimento estudantil e enquanto cidadãos. A partir desses pontos, destaca-se o EVSUS-BA como uma importante modalidade para gestação de uma "pedagogia da implicação" entre os discentes, funcionando não apenas como um método de transmissão de conhecimentos sobre o SUS, mas também como um espaço de incentivo e disseminação de valores condizentes com o modelo de sociedade

subjacente às propostas do SUS; o EVSUS-BA pode ser visto como uma importante ferramenta de reorientação da formação em saúde, responsável por fomentar nos estudantes de graduação um compromisso com a consolidação do SUS, observando as suas limitações e potencialidades das suas propostas. Outro aspecto importante proporcionado pelo EVSUS-BA é que estagiários que provêm de diferentes universidades e de cidades distintas podem compartilhar conhecimentos e experiências, o que contribui para que, observando as diferenças, cada estudante possa olhar o seu processo formativo e a realidade que o cerca a partir de uma perspectiva diferente. Além disso, o encontro proporcionado com discentes de outros cursos incentiva os estudantes a conhecerem mais as outras categorias profissionais, superando os estereótipos e preconceitos que tanto dificultam a comunicação e o trabalho efetivamente multiprofissional na saúde. Nessa medida, pode-se dizer também da importância do EVSUS no sentido de incentivar o trabalho em equipe, contribuindo para que os estudantes de Psicologia percebam a importância da cooperação e da comunicação entre os núcleos profissionais para a conformação de processos de trabalhos alinhados com os pressupostos da Reforma Sanitária. Ademais dos aspectos já mencionados, é preciso ressaltar a importância do Estágio de Vivências no SUS como uma estratégia responsável por disparar elementos relacionados com a interiorização e descentralização do SUS, na medida em que estimula os estagiários a conhecerem a realidade de saúde dos municípios do interior do estado, percebendo os distanciamentos e as aproximações entre os locais onde vivem e os cenários onde os são realizados os estágios. Mais ainda, o contato com as cidades do interior do estado, muitas delas de pequeno porte, contribuem para problematizar as práticas da Psicologia, que muitas vezes são pensadas tendo como modelo o cidadão tipicamente urbano. Diante dos elementos apontados, destaca-se o EVSUS como uma importante ferramenta de transformação da formação nos cursos de saúde no contexto baiano, sobretudo na Psicologia, contribuindo para o desenvolvimento de futuros profissionais comprometidos com a efetivação do SUS em toda a sua potencialidade e para o empoderamento dos estudantes enquanto agentes críticos de transformação da realidade em que vivem e, portanto, responsáveis pela construção de um SUS realmente universal, equitativo e integral.

“Posso Ajudar?” - Um relato de experiência sobre Humanização em um Hospital Universitário

Joice Soares Campos, Juliane de Oliveira Silva, Adriany Miorini Vieira de Souza, Patrícia Barberá Gallego

O projeto "Posso ajudar?" se sustenta no respeito e na valorização da pessoa humana, construindo um processo que objetiva transformar a dinâmica cultural institucional através da construção coletiva de compromissos éticos e de métodos para as ações de atenção a saúde e de gestão dos serviços. Na relação do profissional com o paciente, a escuta não se resume a um ato generoso e de boa vontade, mas um necessário recurso técnico para o diagnóstico e a adesão terapêutica. O projeto existe desde 2009 com o propósito de humanizar a saúde, valorizando o respeito, o direito, a generosidade, a expressão subjetiva e os desejos da pessoa. O acolhimento aos usuários em todos os setores do HCU/UFU busca promover a valorização da dimensão humana, otimização do atendimento e dar suporte às expectativas dos gestores hospitalares e da comunidade, enriquecendo a o atendimento no HCU/UFU. Tal projeto tem o propósito de criar um espaço de acolhimento para atuação concomitante aos familiares e pacientes, orientando e apoiando os usuários do SUS, além de auxiliar a equipe de supervisores do hospital. Outro propósito seria o de viabilizar as diretrizes da Política Nacional de Humanização, existente desde 2003, que objetiva promover uma visão humanística do futuro profissional da saúde quanto ao doente, seus cuidadores, bem como a comunidade e o ambiente hospitalar. O objetivo deste relato de experiência é compartilhar as vivências ao longo do projeto de extensão e apresentar a importância das políticas de humanização na integralidade do atendimento aos usuários do SUS.Tal política visa por em ação os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, modificando as maneiras de gerir e cuidar no ambiente hospitalar. A PNH incentiva a interlocução entre os gestores, trabalhadores e usuários do SUS a fim de produzir enfrentamentos conjuntos no tocante a relações de poder, trabalho e afeto. Com a implementação dessa política, visa-se uma redução das filas e do tempo de espera nos atendimentos, um contato acolhedor e resolutivo com bases em classificação de risco, garantia do modelo de atenção com responsabilidade e vínculo, prioriza-se os direitos dos usuários e a valorização do trabalho na saúde além de proporcionar uma gestão mais participativa nos serviços. O humaniza SUS conta com três princípios básicos, tais como: universalidade, que garante uma atenção a saúde a todos os cidadãos, pois possuem o direito ao acesso a um serviço de saúde público, gratuito e de qualidade; a equidade, em que os usuários são atendidos conforme suas necessidades, e um terceiro princípio, o de integralidade, que considera o ser humano integralmente, devendo ser atendido através de um sistema integrado que procure promover, proteger e recuperar a saúde. O acolhimento deve reconhecer que o ser humano possui legitimidade e singularidade, principalmente necessitando de um atendimento em saúde, garantindo o estabelecimento de relações de confiança, compromisso e vínculo entre as

equipes/serviços e usuários/populações. Para uma realização desse acolhimento, tínhamos que possuir uma escuta qualificada com referência às necessidades do usuário para tentar possibilitar o acesso destes as tecnologias adequadas as suas necessidades, aumentando a efetividade das atividades de saúde. O ingresso no projeto foi realizado por meio de um processo seletivo composto de uma prova escrita com questões objetivas e discursivas. Depois que fomos aprovadas na seleção, participamos de uma capacitação para atuar junto aos usuários dos diferentes setores do hospital, tais como: Ambulatórios, Enfermarias, Pronto Socorro e Portaria Central, abordando usuários e seus familiares para que eles possam ser acolhidos e ao mesmo tempo acompanhados em suas necessidades psicossociais. No Ambulatório Central são realizadas as seguintes atividades: identificação com o recepcionista do local da consulta; entrega do cartão no guichê orientado pelo recepcionista; após entrega do cartão, há a espera pelo chamado médico no saguão; ao sair da consulta, retorno ao guichê para etiquetar exames e, por fim, passar no "Pós-consulta", ou seja, no "Posso ajudar" para instruções a respeito da continuidade do tratamento. Nas enfermarias podemos atuar como acompanhantes temporários, caso o paciente não tenha um acompanhante ou este tenha se ausentado. No Pronto Socorro acompanhamos o usuário desde a triagem para classificação de risco até o momento da pós-consulta. Na Portaria Central acolhemos os acompanhantes e visitantes dos pacientes e os levamos ao setor solicitado. Sendo assim,concluímos que, por meio da participação do projeto, foi possível observar uma maior valorização da dimensão subjetiva e social no transcorrer das práticas de atenção e gestão dentro do ambiente de atendimento, fortalecendo as relações interdisciplinares, proporcionando um contato com a área hospitalar e com acadêmicos e profissionais de diferentes áreas, como também a utilização da informação, comunicação, educação permanente e dos espaços da gestão na construção de autonomia e protagonismo e, principalmente, a promoção do cuidado (pessoal e institucional) ao paciente e ao cuidador.

EIXO TEMÁTICO 3. TRABALHO

"Gogodancers": mais que um prazer profissional? Perspectivas críticas sobre o trabalho e o corpo

Iury Cezar Pinheiro Cavalcanti, Jose Alves de Souza Filho, Livia Maria de Andrade Pontes, Francisco Diego Rabelo da Ponte, Luisa Carolina Holanda Pereira

À luz das teorias da psicologia social do trabalho e social crítica da Escola de Frankfurt, tem-se a intenção de buscar uma análise da atuação profissional de sujeitos que comercializam suas danças sensuais e seus corpos. Eles representam em si o próprio consumo fetichizado e

idealizado da sociedade de consumo, na qual o corpo tem espaço privilegiado. Nomearemos aqui com os termos "gogoboys", ou mesmo "gogodancers", os sujeitos que se utilizam do corpo como instrumento e mercadoria do seu trabalho. Considerando o ser humano como uno, além do que concerne a um ser em suas esferas biológicas, psicológicas e sociológicas, ele está intrinsecamente ligado à natureza e à cultura ao seu redor, sendo esta que o envolve e o transforma, de acordo com Chanlat (1992). O sujeito assimila a realidade e cria uma identidade, que não é cristalizada, mas sim assimilada pelas experiências. Sendo esta identidade construída com o sujeito em relação com o meio e com o meio sobre o sujeito. Este ao impor sua força no trabalho produz sua biografia, sua história, mas sendo uma que tenha e faça sentido a ele e aos outros. Portanto, o trabalho está intrinsecamente ligado à alteridade, é um trabalho para o outro e com o outro, numa relação não de oposição mas de resposta à atividade do outro, co-actividade, como descreve Santos (2006). Este trabalho é caracterizado pela informalidade, na qual o sujeito é o fornecedor e o próprio produto dessa atividade, sendo muitas vezes sem um vínculo empregatício assalariado. A profissão dos dançarinos está intimamente permeada pela busca de prazer e satisfação narcísica, o corpo se apresenta como produto que dá identidade àquele sujeito. Essas características estão extremamente relacionadas à Unidimensionalidade, caracterizada pelo imediatismo, e à Cultura do Narcisismo. Sendo muito comum na sociedade contemporânea a formação de características identitárias por meio do corpo, de maneira que se torna, cada vez mais necessário estar em forma para ser incluído em determinadas atividades. O conceito de bioascese, que se contrapõe ao de ascese, coloca que atualmente é necessário que haja os sacrifícios do corpo, como a realização de atividades físicas, dietas ou outras restrições alimentares, para que se alcance um corpo "sarado", desejado socialmente, pois um corpo fora dessas determinações não está apto, o que recai na estultícia da deformação explicitada por Costa (2004). Vale salientar que os moldes atuais de sacrifícios se distanciam dos que ocorriam na Idade Média, em que as práticas de mutilação do corpo estavam associadas à remissão de pecados e alcance da salvação. Portanto, o corpo toma fim em si mesmo, buscando o seu corpo ideal e se utilizando dele para alcançá-lo. Utilizamos como metodologia a entrevista com sujeitos praticantes desse trabalho, observação-participante e escuta dos discursos narrativos destes, na coleta de depoimentos com foco nos motivos que os levaram à escolha de tal profissão e as relações estabelecidas consigo e com essa prática, além das diversas consequências em sua vida. Fazendo assim ponte entre a prática e a teoria, podemos observar nos discursos uma parcela que busca a profissionalização formal, o reconhecimento e os direitos trabalhistas para essa atividade e outra que não matura esse trabalho como legítimo.

Atualmente, ainda é caracterizado pela independência, tendo pouco diálogo e vínculos entre eles. O corpo se apresenta como um objeto fetichizado, mas também, para os profissionais, como objeto instrumentalizado, sendo ele o meio para se alcançar a realização pessoal e profissional.

A ausculta da saúde do trabalhador

Keila Zampirom, Laura Maria Tecchio, Márcia Luíza Pit Dal Magro, Jucimara Regina Dutra Becker

Introdução: Este trabalho relata a experiência dos estágios em Psicologia Clínica e Psicologia no Contexto Organizacional e do Trabalho do curso de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó), realizados de forma integrada em um Serviço Municipal Especializado em Atenção à Saúde do Trabalhador. Esse visa promover a atenção integral aos trabalhadores acometidos e/ou com suspeita de doença ocupacional e vitimados por acidentes de trabalho. A integração dos estágios também ocorre com o Programa de Reorientação Profissional e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PRÓ-PET Saúde) a partir de ações realizadas em conjunto. A consolidação do campo da Saúde do Trabalhador no Brasil desponta a partir da década de 1970 com movimentos e lutas sociais, especialmente com a Reforma Sanitária que traz à cena das discussões o saber do próprio trabalhador (DIAS e HOEFEL, 2005). Atualmente a perspectiva da saúde do trabalhador se desenvolve no âmbito das políticas de saúde, sendo incorporada como noção norteadora do atual sistema de saúde em que se busca compreender as relações entre o trabalho e o processo saúde/doença, considerados como processos dinâmicos, estando relacionados ao desenvolvimento produtivo de um dado momento histórico. Nesse sentido, o profissional psicólogo precisa reconhecer e atual com a categoria trabalho, ultrapassando ações voltadas à gestão e os processos organizativos das instituições e às abordagens clínicas que não consideram essa dimensão. Objetivo: Desenvolver ações voltadas à saúde do trabalhador a partir da inserção no Serviço Especializado em Atenção Saúde do Trabalhador de Chapecó – SC. Método: Parte dos pressupostos da pesquisa ação participante que configura uma nova dinâmica entre estagiário e atores, em que a partilha dos conhecimentos entre os diferentes sujeitos é característica desse processo. Assim, essa abordagem possibilita a construção de uma proposta de pesquisa e intervenção de forma coletiva envolvendo a equipe de saúde, o que exige uma qualidade de vínculo, de confiança, capacidade de comunicação e negociação entre acadêmicos/pesquisadores e atores envolvidos (DIONNE, 2007). Sobre essa perspectiva, ao nos inserimos no espaço de estágio iniciamos pelo

conhecimento da realidade do serviço, através da observação participante em algumas das atividades desenvolvidas no serviço como (encontros de grupo e entrevistas de acolhimento dos usuários), conversas informais com a equipe multiprofissional, leitura de documentos do serviço e referenciais teóricos sobre saúde do trabalhador. Resultados: Uma das atividades que vem sendo realizadas é mapear o perfil dos trabalhadores usuários do SAST por meio das fichas de acolhimento, no sentido de reconhecer as principais características dessa população a fim de planejar estratégias de intervenção junto à rede de saúde e no próprio serviço. Nesse sentido, observa-se que o agravo predominantemente reconhecido nos encaminhamentos da atenção básica ao serviço de saúde do trabalhador, são as LER/DORT e que os agravos em saúde mental ou demais manifestações de sofrimento psíquico dos usuários estão invisibilizados. Essa demanda também é reconhecida por meio do atendimento psicoterapêutico que vem sendo realizado por meio do estágio. Ao reconhecer a grande demanda para o atendimento relacionado à saúde mental nos usuários que chegam, a equipe de saúde tem se questionado se deve ou não assumir as mesmas devido a dificuldade em estabelecer o nexo com o trabalho. Frente a essa questão será realizado em um segundo momento, debates com essa equipe em torno da relação entre saúde mental e trabalho. Outro aspecto que vem sendo trabalhado são temas relacionados à saúde mental dentro dos grupos realizados no serviço. Essa atividade tem proporcionado trocas de experiência entre os participantes e a identificação de dificuldades comuns. Através da escuta da demanda dos trabalhadores pretendemos facilitar o processo em que o usuário "[...] ao interrogar-se sobre si mesmo, interroga, também, o mundo em que vive [...]" (SATTO, SCHMITT, 2004, p. 366). Por meio dessa inserção também observou-se a necessidade de discutir metodologias do trabalho com grupo junto à equipe de saúde. Isso se dá no sentido de qualificar essas intervenções que atualmente se apresentam como uma grande demanda para os profissionais de saúde que atuam na saúde pública e como um desafio, tendo em vista que a formação em saúde muitas vezes ainda é centrada no atendimento clínico individual. Observa-se assim, que a proposta diferenciada desse serviço de saúde apresenta um grande potencial no sentido da realização do atendimento integral ao usuário trabalhador na direção apontada pelo SUS, para o que o estágio integrado de Psicologia articulado com o Pró-Pet pode contribuir.

A dimensão subjetiva do trabalho doméstico feminino em Belém do Pará

Anna Beatriz Alves Lopes, Manoella Canaan de Oliveira Carvalho, Gabriela Moreira de Faria

As questões relativas ao trabalho doméstico têm recebido especial atenção de algumas áreas das ciências humanas, da mídia e dos setores governamentais. Muitos direitos já foram

reconhecidos e, de fato, contemplam de modo geral as condições fundamentais para assegurar o desempenho deste tipo de trabalho com segurança. No Brasil, porém, o respeito a esses direitos ainda não é uma realidade total, com pouco reconhecimento destes trabalhadores, pois ainda encontram-se trabalhadoras domésticas em condições de exploração e submetidas aos mais diversos tipos de humilhações. Este trabalho, realizado antes da nova Lei das empregadas domésticas, pretende evidenciar os significados atribuídos pelas empregadas domésticas às situações que vivem, bem como investigar os aspectos da relação estabelecida com os patrões, principalmente com a patroa, em uma abordagem qualitativa. O estudo foi realizado por meio de pesquisa de campo, de delineamento transversal de curto prazo, com cinco empregadas domésticas em Belém do Pará que trabalham por pelo menos seis meses neste ramo, com idades que variaram de 28 a 47 anos e aceitaram participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O método utilizado foi o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS), que consiste em coletar os discursos em contextos naturais e informais e pelo cuidado especial na transcrição dos discursos. A análise de dados foi feita por meio dos relatos das participantes, que foram distribuídos em cinco categorias emergentes dos discursos e apresentados em tabelas, sendo estas 1) Relatos de Experiência; 2) Relação com os patrões;3) Como se sente como empregada doméstica; 4) Como se tornou empregada doméstica; 5) Adaptação à cidade e vinda do interior. Depois de realizadas, as entrevistas foram divididas e analisadas intra e inter-participantes. Na primeira fase, foram analisadas as entrevistas de cada participante individualmente, destacando seus aspectos principais. Já a análise inter-participantes, foi subdividida e criou-se uma tabela para cada subcategoria, em que foram selecionados os trechos mais importantes de cada entrevistada. Nos resultados e discussão são apresentadas as regularidades e particularidades encontradas nas entrevistas, bem como as comparações dentre os diferentes discursos, confirmando-os ou não com a literatura estudada acerca do tema. Concluiu-se que, para a amostra pesquisada, todas as participantes saíram do interior do estado para a capital e iniciaram no emprego por conta de dificuldades financeiras na família, observou-se também que a maior parte da amostra iniciou no emprego doméstico como babá, e que estabelece vínculos fortes com as crianças, podendo este ser um fator que as faça permanecer no emprego mesmo quando não têm uma boa relação com os patrões, por fim, de modo geral, todas as participantes tiveram experiências negativas na relação com os patrões, atuais ou anteriores, referentes a maus-tratos, humilhação, assim como direitos humanos e trabalhistas desrespeitados. Essa situação gera intenso sofrimento psíquico nas participantes, este trabalho, portanto, é uma forma de reforçar a necessidade do cumprimento

da nova Lei das empregadas domésticas, além de apontar que este fenômeno precisa ser observado pelos psicólogos, a fim de promoverem um espaço de escuta e saúde emocional para essa categoria de trabalho.

A Ética como tema transversal trabalhada com alunos do ensino médio por acadêmicos de Psicologia

Hayanna Alves Motta, Natani Chaves Nascimento, Natália Ramos Shiromoto, Flavia Salomoni Mansano

As aulas sobre Ética foram trabalhadas por acadêmicos de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, participantes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em três turmas do primeiro ano do ensino médio de uma escola estadual de Dourados-MS. Foram realizados quatro encontros com cada turma, sendo que o primeiro foi destinado a uma apresentação geral do que seria tratado seguido de um pré-teste para saber o quanto os alunos entendiam acerca do tema, e o último foi destinado a aplicação de um pós-teste, para avaliar o que foi aprendido. Foram incorporados os conceitos de moral, ética, diálogo e respeito mútuo. Foi estimulado nos alunos a busca pelo conhecimento, através da participação deles nas aulas, expressando aquilo que pensavam sobre o assunto e o que acreditavam ser relevante para a acomodação do conhecimento. As aulas tiveram como objetivo formar uma consciência crítica nos alunos em relação a sociedade e a realidade as quais vivenciam, buscando destacar a relevância que a expressão de seus pensamentos possuem para a construção de seu conhecimento. Através da definição e aplicação dos conceitos ao contexto dos alunos, objetivou-se levá-los a compreender o valor da justiça para a construção de uma sociedade justa, estimulá-los a adotar posturas respeitosas, através do respeito mútuo, diante de diferenças individuais, que são necessárias para vivenciar uma sociedade pluralista. Foi destacado também a estimulação à solidariedade, através de discussões realizadas por meio das dinâmicas trabalhadas em sala, em que os alunos poderiam expor sua opinião e como agiriam em determinadas situações. Buscou-se apontar a importância do diálogo para resolução de conflitos, além de sua relevância em trabalhos coletivos e, por fim, estimulá-los a utilizar seu juízo de valor para tomar decisões, respeitando opiniões diferentes que pudessem surgir. O eixo temático ao qual está inserido este trabalho é o da educação, visto que foi um projeto destinado a auxiliar a formação escolar, através de temas transversais que tendem a expandir o campo de conhecimento e de debates sobre assuntos que fazem parte da vida em sociedade, e ainda, exercer uma ação crítica e inovadora que possibilitasse um compromisso social. A proposta foi

trabalhar de maneira diferenciada a relação aluno – sala de aula, onde o aluno passa a ser construtor de seu conhecimento, de modo a considerar a bagagem cultural de cada sujeito e abandonar a ideia de tábula rasa. Em um contexto sócio histórico buscou-se formar junto aos alunos, a partir de situações concretas cotidianas, um novo conjunto de conhecimentos culturais. Ou seja, foi aberto um espaço para a construção da representação das vivências, assegurando o surgimento de novos significados. Partindo dessa premissa, acredita-se que o presente estudo se entrelaça com o grupo de trabalho de perspectiva crítica, pela ideia de que o homem é construtor da sociedade e construído por ela. Outrossim, foi estimulado nos alunos o pensamento crítico sobre a realidade, abandonando certas ideologias e alienações, para que pudessem expressar o que compreendiam gerando assim o verdadeiro aprendizado. A orientação teórica dos temas abordados durante o trabalho veio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, desenvolvido pela Secretaria de Educação Fundamental, que trata de temas transversais aplicados à sala de aula. Pretendeu-se explicar cada conceito primeiramente através de aulas teóricas expositivas, sempre estimulando a participação dos alunos. Junto a isso, em todas as aulas eram realizadas dinâmicas que simulassem situações cotidianas, com base nas vivências pessoais dos alunos, nas quais eles deveriam dizer como agiriam em cada situação, incorporando os conceitos que haviam sido trabalhados. Como resultado notou-se que, no início das atividades, os alunos tinham certa dificuldade em definir os conceitos, porém em alguns casos sabiam aplica-los na prática. No decorrer dos encontros, as dúvidas e opiniões dos alunos a respeito da ética emergiram, bem como grande interesse por parte deles em participar das discussões e das dinâmicas, relatando situações que já haviam vivenciado. Também chamou a atenção do grupo o fato de os alunos terem trazido para discussões assuntos polêmicos da atualidade como a questão do aborto, a legalização da maconha e das manifestações que ocorriam no país, expondo suas opiniões e defendendo seus pontos de vista de maneira bem argumentada, apontando os conceitos que foram trabalhados nas aulas nestas questões. Com isso, notou-se que a dificuldade de definir os conceitos no início das aulas foi suprida ao final das mesmas. Ao fim do trabalho, notou-se a assimilação que os alunos fizeram do conteúdo com situações polêmicas atuais, e a conscientização de que esses conceitos, quando aplicados cotiadianamente, ajudam na construção de uma sociedade justa e solidária.

A ideologia e a contraideologia do trabalho no Cinema

Larissa Aleluia Nunes

A Ideologia e a Contraideologia do Trabalho no Cinema consiste em um projeto extensionista que tem como objetivo investigar de que forma o trabalho é repassado através dos conteúdos audiovisuais a partir de suas ideologias e contraideologias na comunidade interna e externa da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Este trabalho se relaciona com o eixo temático Trabalho e apresenta a conclusão da primeira etapa do projeto de extensão que consistiu na pesquisa de textos e filmes que ilustram os conceitos a serem trabalhados: Trabalho; Ideologia; Contraideologia; Cinema e Tempo Livre. Define-se trabalho como tarefa, aplicação da atividade física ou intelectual, serviço, esforço, ocupação. O termo remete ao latim tripalium, nome do instrumento formado por três estacas utilizadas para manter presos bois e cavalos difíceis de ferrar. No latim vulgar, significa "perda ou servidão do homem à natureza". Percebe-se assim uma valoração negativa do termo, relacionada a sofrimento, exploração, o trabalho era visto como algo penoso. Ao longo do tempo, o capitalismo imprime uma nova roupagem ao termo, dignificando o trabalho através de sua apologia capitalista que assume posições ideológicas. O trabalho legitimou-se, portanto, através da ideologia burguesa. O campo da ideologia corresponde ao campo do imaginário, no sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações capazes de explicar e justificar a realidade concreta. A ideologia pode ser compreendida como representação do real, da qual os homens se servem para agir, ou um conjunto de ideias impostas para o exercício da dominação e formação de uma falsa consciência. Esta ideologia imposta pela classe dominante com suas imposições burocráticas, que assujeitam o trabalhador, faz do trabalho o dominador da natureza externa e da natureza interna do homem. Em contrapartida à ideologia do trabalho, disseminada pela classe dominante, tem-se a contraideologia, destoando do senso comum construído para legitimar os esquemas de dominação e submissão dos interesses coletivos aos privilégios privatistas. Este contradiscurso é critico e não se faz pelo contraponto de um segundo discurso, mas sim por dentro da própria ideologia, isto é, pela elaboração de um discurso negativo no interior do discurso ideológico. Assim, diante desta variedade de discursos, chega-se à questão do tempo livre. O cinema, uma das opções para o tempo livre, pode reforçar a ideologia do trabalho – mobilizando as massas para seguir normas e valores impostos pelo capital privado – ou apresentar a contraideologia, visando desalienar as massas. Os resultados obtidos na primeira etapa deste trabalho referem-se à escolha da filmografia e dos textos. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica para a identificação e seleção de textos a respeito da ideologia e contraideologia do trabalho. Foram selecionados filmes com base em filmografias que já relacionam cinema e trabalho. A partir da revisão filmográfica foram escolhidos dois filmes

para cada conceito trabalhado. No tema trabalho os filmes escolhidos foram: 2001 – Uma Odisseia no Espaço de Stanley Kubrick e O Homem que Virou Suco de João Batista de Andrade. O filme de Kubrick é uma ficção que reconstrói o surgimento e a evolução do trabalho da pré-história ao século XXI. Em contrapartida, o filme brasileiro de João Batista revela o que é considerado trabalho pela sociedade capitalista e pelo operariado sem identidade. No tema ideologia, os filmes selecionados foram Show de Truman de Peter Weir e Sociedade do Espetáculo de Guy Debord. Estes apresentam a sociedade da espetacularização na qual a classe dominante utiliza mecanismos ilusórios para a formação de uma falsa consciência nos cidadãos. Para contraideologia foram escolhidos os filmes Tempos Modernos de Charles Chaplin e Ou tudo Ou nada de Peter Cattaneo. Ambos retratam o mundo fabril, denunciando temas como desemprego, operários comparados a rebanhos de ovelhas e as implicações destas situações no psicológico dos trabalhadores. Em tempo livre e cinema, a filmografia que será utilizada é: O Quarto Poder de Costa-Gavras e Réquiem Para um Sonho de Darren Aronofsky. Estes revelam o poder de manipulação da mídia, capaz de redirecionar ou imprimir sentido à vida do sujeito, por meio da manipulação dos fatos, repassados à população buscando altos índices de audiência e reproduzindo a ideologia da classe dominante. Em uma etapa posterior, serão feitas mostras audiovisuais acompanhadas por rodas de diálogos em que os participantes podem reorganizar seus saberes na perspectiva de uma reflexão crítica. A fim de embasar o cine-debate do tema Trabalho utilizaremos o texto A ocupação de Corpo e Alma de Paulo Sérgio do Carmo; para os temas Ideologia e Contraideologia utilizaremos o texto Educação: Ideologia e Contraideologia de Antônio Joaquim Severino; e para o tema Tempo livre e cinema utilizaremos o texto Tempo livre de Adorno.

A Psicologia dentro das organizações: implicações de um estágio

Fernanda Nicaretta

O presente resumo diz de um escrito que nasce da junção de dois relatórios de estágio. O estágio curricular do curso de Psicologia lança a tarefa de uma produção escrita que deve ser feita em dois momentos, mas que se compõem. No primeiro relatório, a contextualização do espaço de estágio, uma breve análise institucional do local, além de uma inquietante problematização sobre a mudança de posição do estudante para estagiário. No segundo relatório, a construção, os desvios e perpasses de uma proposta de intervenção a ser aplicada na segundo semestre de estágio. O local de estágio constrói-se no encontro, no contato com aquele que entra, habita o espaço por um período pré-determinado por um Plano Pedagógico de curso de graduação, e sai

dele. O encontro entre estudante-estagiário com o local de estágio, permite uma singularidade de possibilidades, uma construção que é múltipla e única. No primeiro contato, a inserção. Conhecer o local, neste caso o setor de Recursos Humanos de uma Instituição de Ensino Superior (IES) do Vale do Taquari, estado do Rio Grande do Sul, seus movimentos e seus processos instituídos, conhecer quem o faz e o que ele faz. A tarefa de construir uma proposta de intervenção para ser aplicada no segundo semestre de estágio não permite acomodações. O que propor para e no local de estágio? Que intervenção (s) é (são) possíveis? A partir de um ensaio de diagnóstico institucional, surge a terceirização que hoje existe na IES como forma de execução de alguns serviços, como objeto de estudo, de pesquisa e de intervenção no estágio. O objetivo é trazer a terceirização e suas movimentações, principalmente nos trabalhadores envolvidos no processo de trabalho terceirizado, para o campo da problematização. Tomando-a como um dispositivo para pensar o trabalho nesse campo que se configura, muitas vezes, como um não espaço de trabalho ao passo que trabalhadores desenvolvem suas tarefas em um espaço que não é o seu, que não é da sua organização, mas sim de outra. Pensou-se que o mais necessário nesse momento é trabalhar, escutar, voltar-se para esses trabalhadores que estão todos os dias dentro da IES realizando as referidas tarefas. As pessoas vinculadas a ambas as empresas se mesclam no ambiente de trabalho, sendo diferenciadas apenas pelo uniforme e pelo crachá de identificação. Como problema de pesquisa, teríamos talvez a dúvida sobre o quanto de informações, de conhecimento que o trabalhador terceirizado tem sobre a organização que estão prestando serviço. Questiona-se de que forma o trabalho terceirizado é apresentado para os trabalhadores da empresa contratada? Da mesma forma, como é apresentado e entendido pelos trabalhadores da empresa que contratou a terceirização? Como os trabalhadores terceirizados constroem e entendem a sua posição dentro da IES? Como se colocam dentro dessa organização que é seu local de trabalho, mas que não é a sua? Como os trabalhadores da IES percebem esses colegas, que não são colegas? Como e o que pensam sobre existir uma "outra organização" dentro da sua? Dentre os objetivos desta pesquisa/proposta, poderíamos citar: Conhecer quais os entendimentos que os trabalhadores tanto da contratada quanto da organização contratante tem sobre a terceirização (sobre o trabalho terceirizado) e como se percebem, se veem nessa forma de trabalho e a sua presença dentro da IES. A linha teórica que será tomada como suporte metodológico e teórico para a pesquisa que será realizada é a aquela que se ocupa com a Subjetividade e sua relação com o trabalho. Segundo Nardi, Tittoni e Bernardes (1997), "a temática Subjetividade e Trabalho está inserida no campo de conhecimentos que busca analisar o sujeito trabalhador, definido através das vivências e

experiências adquiridas no mundo do trabalho" (p.240). A captação de informações necessárias para este estudo será feita através de grupos focais. Serão quatro grupos diferentes com oito participantes cada, com encontros em dias distintos, dois compostos por trabalhadores da contratada e outros dois por trabalhadores da contratante. Os grupos terão uma dinâmica de apresentação e algumas questões elencadas como norteadoras para despertar a discussão. A proposta da pesquisa/intervenção está, mesmo que organizada e posta no papel, aberta. Afirmo isso ao entender que um projeto está sujeito a mutações, transformações, desvios das rotas planejadas, ao passo em que é um projeto e não um escrito de definições. A pesquisa/intervenção será feita. Pessoas que ainda não conheço serão ouvidas, como saber o que virá pela frente? Como saber se os planos se efetivarão? E então vem, o que acredito ser o desafio maior: como manter a pesquisa aberta aos desvios, aos imprevistos, as contaminações sem deixar com que se perca o tema, o foco e os objetivos traçados?

A Psicologia dos desastres e das emergências: uma experiência junto ao Corpo de Bombeiros

Ana Paula Parise Malavolta, Maiara Castro de Freitas, Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira

Objetivo: O presente resumo pretende discutir e problematizar a vivência de Estágio Básico II do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI Campus de Santiago, realizado junto ao Corpo de Bombeiros de Santiago. Neste trabalho buscou-se salientar as ações que foram realizadas com estes agentes, a fim de proporcionar um espaço de circulação da palavra do bombeiro partindo da livre expressão de suas vivências individuais e coletivas, seu sofrimento, narrativas pessoais, emoções, percepções de mundo, reflexões pessoais, visando à promoção da saúde em seu trabalho. Os objetivos principais deste trabalho foram: - Conhecer a rotina do profissional bombeiro; - Abranger a Psicologia dos Desastres e das Emergências diante de suas vivências; - Potencializar novos espaços de práticas da Psicologia em Instituições como o Corpo de Bombeiros. Relação com o Eixo Temático escolhido: O eixo temático escolhido foi "Trabalho". Este eixo enfatiza a relação entre trabalho e modos de subjetivação, articulando os efeitos das transformações contemporâneas, bem como a diversidade de ferramentas conceituais e metodológicas desenvolvidas pela psicologia social na interface com outras disciplinas que se dedicam a este campo de pesquisa-intervenção, como a Psicologia dos Desastres e das Emergências diante do trabalho do bombeiro atualmente. Orientação Teórica: De acordo com Monteiro (et al., 2007, p. 560. 2007) "no imaginário social,

a palavra "bombeiro", na maioria das vezes, aparece carregada de um sentido de heroísmo e salvação. De fato, ao ser tarefa de um bombeiro todo e qualquer tipo de salvamento – entre eles, o combate e resgate de vítimas em incêndios, primeiros socorros e resgate em situações de acidente de trânsito, buscas e salvamentos terrestres e aquáticos, ajuda em situações de calamidade, como destelhamento e desabamento, salvamento em altura, captura de animais, corte de árvores, vistorias contra incêndios, palestras preventivas, e até mesmo partos de emergência a caminho do hospital – fica subjacente ao título um certo brilho de "super-herói", um "super-homem" invencível, a solução nas piores tragédias, quando tudo está perdido." Mediante os relatos destes profissionais, podemos pensar a teoria do trauma de Freud através de Fadiman e Frager (1986), "há uma causa para cada pensamento, para cada memória revivida, sentimento ou ação. Cada evento mental é causado pela intenção consciente ou inconsciente e é determinado pelos fatos que o precederam. Uma vez que alguns eventos mentais parecem ocorrer espontaneamente, procurando descrever os elos ocultos que levavam um evento consciente a outro." Diante das experiências da rotina de um bombeiro, Bachelard (1986) enfatiza: "o que dizer diante deste sentimento de desolação, de dor e sofrimento quando ocorrem ideias perigosas? Duas almas solitárias encontram-se no mundo. Uma dessas almas se lamenta e implora da estranha um consolo. E docemente a estranha se debruça sobre a outra e murmura: Para mim também é noite. Isso não é um consolo? Em caso de angústia rompa o lacre". Método: Para efetivação desta prática, utilizou-se a observação participante, discussões, e reflexões (GIL, 2008) na Instituição Corpo de Bombeiros de Santiago com intuito de conhecer as pessoas que fazem parte da mesma, bem como sua rotina de trabalho. Para que fosse possível embasar ações de forma a contemplar as demandas destes profissionais, construiu-se um instrumento de levantamento de dados/pesquisa de opinião que foi entregue a treze bombeiros. Esta pesquisa foi recolhida e analisada em seus aspectos quantitativos e qualitativos. Resultados e Conclusões: Este estágio proporcionou a visão de que todo trabalho com urgências e emergências é imprevisível, incomoda, desequilibra e silencia a onipotência de ser humano, mas, em relação aos profissionais em questão, nos ficou claro que prevalece a habilidade de lidar com as contingências do dia-a-dia. Ainda pode-se considerar que os resultados mostrados neste estudo, bem como as articulações entre os fenômenos das relações do cotidiano, dos bombeiros, não têm a pretensão de elaborar conclusões resolutas, inquestionáveis e acabadas e sim, fomentar uma contribuição para que exista a possibilidade de novas pesquisas e estudos complementares na área da Psicologia dos Desastres e das Emergências.

A relação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho no contexto laboral de trabalhadores offshore

Tielly Rosado Maders

A presente proposta de apresentação é fruto de minha pesquisa de mestrado que tem como campo de discussão e objeto de estudo a relação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho no contexto laboral de trabalhadores offshore e tem como objetivo buscar espaços de discussão que ajudem a pensar o objeto em questão e os caminhos desta pesquisa, comprometida com uma realidade de trabalho que têm se apresentado como adoecedora por demasiadamente explorada. A relevância do tema justifica-se pela ausência de estudos com o foco nesta temática, somado as influências do contexto socioeconômico no trabalho e nas formas de viver e dar sentido ao tempo de trabalho e de não trabalho, as condições peculiares do regime offshore e, ainda, a grande tendência de aumento dos contingentes de trabalhadores offshore no Brasil e no mundo. O termo offshore é utilizado para os trabalhadores que realizam suas atividades em alto mar, em situação de confinamento. No contexto petrolífero, são nas áreas de exploração e produção de petróleo que se concentram a maioria dos serviços offshore, responsáveis por 80% da economia petrolífera brasileira. Com o processo de reestruturação produtiva associado à transição do padrão de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível, as inovações organizacionais e tecnológicas adotadas pelas empresas com objetivo de se modular frente às demandas dos clientes e às flutuações do mercado, ocasionaram mudanças significativas no mundo do trabalho, modificando as relações de produção e as vivências cotidianas dos trabalhadores. Observa-se que dentre as principais mudanças ocasionadas por estas transformações, temos a terceirização dos serviços, as novas formas de emprego (contratos indiretos ou a terceiros, contratos temporários), como as principais características encontradas no setor offshore. Identifica-se, como apontam diversos autores, uma crescente precarização do trabalho. O regime de terceirização e a precarização ocasionada por essa prática incide diretamente na forma do exercício laboral em que estes trabalhadores são colocados, uma vez que, dentro de um escopo de exploração de mais valor e superexploração do trabalho, temos nos trabalhadores offshore uma configuração de tempo de trabalho distinta da maioria da população. Vê-se neste contexto duas principais configurações de regimes de trabalho: para os empregados da Petrobrás são 14 dias embarcados nas plataformas de petróleo marítimas e 21 dias em folga na terra e, para os trabalhadores terceirizados, 14 dias embarcados e 14 dias em folga. Em decorrência destas novas demarcações temporais/cronológicas para este contexto

laboral em específico, ocorre uma nítida separação entre tempo-espaço de trabalho (produção) e tempo espaço de não trabalho, enquanto tempo voltado para atividades de reposição física e mental. Pode-se dizer que esta realidade de trabalho provoca uma ruptura entre dois momentos distintos na vida dos trabalhadores e o regime de confinamento implica significativas privações no que diz respeito à sua vida social, familiar e ao tempo livre. Ao finalizarem seu expediente diário, estes trabalhadores continuam embarcados no local de trabalho em estado de sobreaviso e os locais de trabalho e lazer coexistem neste mesmo espaço. Imersos vinte e quatro horas por dia no seu ambiente de trabalho, com elevado nível de ruído e riscos diversos, os trabalhadores vivem em um estado de vigilância constante. Mesmo quando não se encontram em horário de trabalho, além do ambiente hostil, a convivência com os colegas durante um longo período de tempo em confinamento, assim como a privação da liberdade de ir e vir e a distância da família e da sociedade como um todo, geram condições potencialmente prejudiciais ao bem-estar físico e psicossocial destes trabalhadores, que refletem diretamente nas formas como eles vivenciam o tempo de não trabalho quando embarcados. Neste sentido, pode-se falar que os trabalhadores da indústria offshore tem suas vidas marcadas por essa peculiar jornada de trabalho, uma vez que todas as suas atividades, projetos e vivências são condicionadas por essa demarcação temporal específica, trazendo, em muitos casos, adoecimento e sofrimento psíquico. Por fim, saliento que a intensão desta pesquisa não é produzir algo de definitivo ou verdadeiro sobre a relação entre tempo de trabalho e não trabalho no contexto dos petroleiros offshore, mas ajudar com pedaços, relances ou perspectivas, no sentido de produzir algo que seja utilizável e possa servir de ferramenta a possíveis intervenções e análises, assim como ser útil a perspectivas que, comprometidas com a situação desses trabalhadores, possa mudar a realidade do regime e exploração a que estes são submetidos.

A saúde dos motoristas de ônibus: uma revisão sistemática da literatura nacional

Laís Rocha Ávila

Os motoristas de ônibus possuem uma enorme importância social ao transportar passageiros cotidianamente para os mais variados destinos. Pesquisas vêm sendo realizadas no Brasil, procurando compreender os efeitos das condições de trabalho, frequentemente perniciosas, nos trabalhadores. Esses estudos perpassam de diversas formas o tema saúde, mas não existem pesquisas consolidando seus resultados em análises sistemáticas. Contribuindo para suprir essa lacuna, esta pesquisa realizou uma revisão sistemática da literatura científica nacional a respeito da saúde dos motoristas de ônibus, em interface à dimensão do trabalho e sua relação com os

processos saúde-doença e de subjetivação. A busca eletrônica foi realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, do Scientific Electronic Library Online e dos Periódicos Eletrônicos em Psicologia, por meio dos descritores 'motorista de ônibus' e 'saúde', além de ter sido feita leitura de artigos citados nas referências bibliográficas e que não haviam sido acessados por meio da primeira consulta. Ao todo encontrou-se 49 artigos científicos publicados em periódicos indexados entre os anos de 2000 a 2012, lidos e analisados na íntegra. Antes da descrição das categorias foi feita uma caracterização geral dos artigos, a partir do qual se possibilitou classificá-los em categorias temáticas por meio da ênfase dos assuntos, sendo distinguidos primeiramente dois temas: os efeitos na saúde dos motoristas de ônibus (n=40) e o trabalho desses profissionais (n=9). Dentro desses temas elaborou-se categorias temáticas como morbimortalidade (n=38), acidentes (n=2), condições de trabalho (n=2), violência no trabalho (n=3) e atividade de trabalho (n=4). Quanto aos resultados, nota-se que as publicações têm sido mais frequentes na última metade do período investigado. São pesquisadores da região Sudeste que apresentam maior quantidade de publicações sobre o assunto (n=19), sendo seguidos por pesquisadores da região Sul (n=14) e Nordeste (n=10). A área de formação e/ou atuação dos primeiros autores dessas pesquisas refere-se às áreas de Medicina (n=12), Psicologia (n=10) e Fisioterapia (n=6), evidenciando que os estudos têm sido conduzidos principalmente por profissionais da saúde. Na leitura dos artigos observa-se, sobretudo, um foco nas relações entre trabalho e adoecimento. Os artigos são principalmente epidemiológicos (n=32) e, majoritariamente quantitativos (n=39). Em relação a esses artigos quantitativos predominam estudos descritivos e transversais (n=35). No que concerne à natureza das pesquisas são basicamente empíricas (n=46), sendo o restante estudos teóricos (n=2) e documentais (n=1). O conceito de saúde não é descrito expressamente em quase nenhum dos artigos. No entanto é possível observar um interesse predominantemente nos aspectos biológicos da saúde física dos motoristas de ônibus (n=31), destacando-se especialmente a hipertensão, perda auditiva induzida por ruídos e doença musculoesquelética, e os fatores de risco relacionados a elas, como idade, IMC, tabagismo. Os aspectos psíquicos estudados, em números reduzidos, referem-se principalmente ao estresse. Infere-se desta revisão um conceito de saúde pensado principalmente a partir da prevenção de doenças, cabendo, segundo alguns artigos, aos pesquisadores e profissionais da saúde a investigação dos fatores de risco das doenças. Alguns desses fatores entendidos como “individuais” sugerem a responsabilização dos sujeitos na “preservação” de sua saúde, realizada supostamente por meio da adoção de hábitos saudáveis. Os aspectos organizacionais também são bastante citados, porém de diversas

maneiras. Algumas pesquisas descrevem o trabalho dos motoristas de ônibus apenas como pano de fundo (n=15), contextualizando as condições de trabalho perniciosas vividas por esses trabalhadores, ou ainda, como um fator de risco como outro qualquer (n=7), não o considerando determinante dos adoecimentos. Outras pesquisas (n=16) consideram o trabalho também como um fator de risco só que determinante dos adoecimentos, sinalizando a necessidade de modificações concretas na vida dos motoristas de ônibus e convocando outros atores como empresas, Estados e sindicatos, além dos trabalhadores, a fim de se pensar em práticas de produção de saúde. O restante das pesquisas estabelece relações entre aspectos do trabalho e outras dimensões da vida social, possibilitando algumas vezes associações mais complexas entre o modo da organização do trabalho, o fazer/viver desses trabalhadores e os processos saúde-doença. Todavia, os aspectos econômicos, culturais e políticos são ainda pouco estudados por parte dos pesquisadores. De maneira geral, as propostas de intervenção sugeridas nos artigos não são muito precisas e detalhadas. Conclui-se que a dimensão do trabalho e a experiência do trabalhar, apesar de serem questões-chaves para se pensar a saúde, não são apreendidas como elementos centrais nas discussões dessas pesquisas e nas práticas dos profissionais da saúde, além de não serem apreendidas em sua positividade, estando, assim, reduzidas as margens de intervenção por meio de políticas públicas e sociais.

A trajetória ocupacional de Amora: administradora recém-formada e trabalhadora da cidade de Nova Iguaçu/RJ

Mylena Toti Silva, Geruza Tavares D Avila, Bruna de Souza Maciel, Márcio Bernardo de Oliveira Ramos

Em um contexto de aceleradas mudanças em diversas esferas da vida humana, seja na saúde, na educação e/ou no trabalho, dentre outras, e, considerando a ideia de que o ensino superior, em uma sociedade imediatista, pode ser uma forma de acelerar e garantir inserção no mercado de trabalho, muitos cursos de graduação no Brasil foram emergindo ao longo das duas últimas décadas. Com relação aos cursos de graduação, presenciais e à distância (Ead), o de Administração correspondeu ao maior número matrículas realizadas em 2009. Dessa forma, a inserção profissional, especialmente desses jovens egressos do ensino superior, deve ser entendida como um processo social engendrado nas e pelas relações sociais entre os sujeitos e as instituições em que estes fazem parte em distintos momentos de suas vidas. O lócus dessa inserção profissional dá-se na relação capital-trabalho, a qual vem passando por mudanças substanciais, em que se pode citar, sobretudo, o aumento do desemprego e da precarização do

trabalho, conforme apontam alguns sociólogos. Como curso que mais cresce em termos de números de cursos de graduação oferecidos, bem como de matrículas realizadas no Brasil, problematiza-se como os jovens trabalhadores da área da Administração, os profissionais responsáveis pela "gestão do capital" nas organizações, inserem-se no "mundo do trabalho" contemporâneo. Não obstante, questiona-se também de que forma as transformações sociais, incluindo-se aí as esferas político-econômica, educacional e cultural, afetam os modos de subjetivação desses jovens profissionais. Assim sendo, o objetivo desta investigação foi compreender a trajetória ocupacional de administradores recém formados no município de Nova Iguaçu, cidade localizada na periferia da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. É nesse sentido que a pesquisa de iniciação científica ora apresentada relaciona-se com o Eixo Temático "Trabalho". O caminho metodológico planejado para atingir o objetivo de pesquisa antes apresentado foi alterado ao longo do itinerário investigativo, uma vez que não se acessavam sujeitos que tivessem se formado em universidades presentes na cidade de Nova Iguaçu. Pretendia-se, inicialmente, realizar entrevistas semi-estruturadas com alguns deles, mas ao longo de quatro meses tentou-se acessar os sujeitos de pesquisa por meio de convites em correio eletrônico, redes sociais e, mesmo por telefone, no entanto, não houve êxito. Assim, em julho do ano corrente, a partir de contato pessoal dos pesquisadores, uma jovem recém egressa do curso de Administração numa universidade privada de Belford Roxo aceitou o convite para participar desta pesquisa e, assim, além de realizar uma entrevista em profundidade com a jovem administradora, utilizou-se, complementarmente, um desenho para auxiliar na compreensão da sua trajetória ocupacional, qual seja, a Trajetória sócio-profissional (TSP, Figura 1). Na entrevista, após a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a entrevistada atribui-se um nome fictício, Amora, 25 anos, para que sua identidade fosse preservada. A entrevista foi gravada em áudio e durou uma hora e quarenta e dois minutos; foi realizada em ambiente reservado e estiveram presentes além da interlocutora e da orientadora deste trabalho, que conduziu a entrevista, duas bolsistas de iniciação científica que observaram a realização da entrevista e a aplicação da TSP. Os principais resultados apontam as redes de relações sociais da entrevistada, em especial a sua família e seus professores universitários, auxiliaram tanto no acesso, ingresso, permanência e finalização de seus estudos superiores, quanto no seu processo de inserção profissional, o que corrobora o que alguns autores da Sociologia e da Educação mencionam quanto ao ingresso no mercado de trabalho: este não é só condicionado ao aumento da escolaridade, mas em grande parte às redes sociais de que os sujeitos fazem parte. Apesar do termo trajetória remeter a um movimento mais

ou menos constante, ocorreram algumas rupturas no caminho de Amora em relação a sua graduação e inserção laboral: a mesma iniciou sua graduação em uma universidade particular de Nova Iguaçu e, finalizou em outra instituição privada na cidade vizinha; iniciou sua vida laboral, por iniciativa familiar, e aí percebeu que necessitava de uma formação para "galgar" cargos mais altos na hierarquia organizacional, cargos de "administradores"e, assim, trocou de empregos/estágios algumas vezes. Apesar de ter concluído sua graduação e hoje trabalhar com vínculo empregatício o qual lhe garante alguns direitos trabalhistas, a sua função dentro da instituição não corresponde àquilo que está mencionado na carteira de trabalho, executando mais tarefas e tendo mais responsabilidades do que poderia desenvolver na referida função. Amora, neste momento, projeta a realização de cursos para que possa alcançar cargos mais "estratégicos" numa organização capitalista. Assim, percebe-se o quanto Amora é uma exceção que confirma a regra, "esforço" e "competências" como fórmula de sucesso para jovens que queiram se inserir no "mundo" laboral. Considera-se que tal discurso, o da empregabilidade, seja uma falácia do capital para a maioria dos jovens e, questiona-se, ainda, o quanto as universidades brasileiras estão mais à serviço da adaptação do que da autonomia/cidadania.

Ações educativas em Saúde Mental e Trabalho

Rafaelly Cristina Santos da Silva, Laura Soares Martins Nogueira

O mundo do trabalho tem sofrido modificações ao longo do tempo, tais como a introdução de novas tecnologias, novos processos de trabalho, alterações nos modos como o trabalho se organiza e as relações de trabalho se constituem. Nesse cenário, um dos impactos que se fazem sentir mais claramente ocorre no âmbito da segurança e saúde do trabalhador. Assim, o perfil de adoecimento da classe trabalhadora tem se modificado, aumentando o número de patologias como DORT/LER, problemas decorrentes da exposição a agentes tóxicos e cancerígenos, bem como, as doenças mentais relacionadas ao trabalho têm se tornado mais frequente. No Brasil, de acordo com dados do Anuário Estatístico da Previdência Social em 2011 foram concedidos 211, 1 mil auxílios-doença por transtornos mentais e até outubro de 2012 já tinham sido concedidos 182,1 afastamentos do trabalho pelo mesmo motivo. Dos transtornos mentais a depressão e os episódios depressivos recorrentes têm se destacado gerando em 2011, 82,7 mil afastamentos e até outubro de 2012, 69 mil afastamentos do trabalho. Vale salientar que as estatísticas brasileiras sobre adoecimento relacionado ao trabalho não abarcam a realidade, posto que os dados da Previdência Social não atingem trabalhadores como funcionários públicos, militares, trabalhadores do mercado informal de trabalho. Por outra via, o

estabelecimento da relação entre o adoecimento mental e trabalho torna-se mais difícil, pois envolve muito mais aspectos subjetivos o que é considerada uma dificuldade pelos profissionais responsáveis pelas atividades de perícia, resultando no não estabelecimento do nexo causal, gerando graves consequências aos trabalhadores que muitas vezes mantém-se no trabalho, adoecidos. Buscando refletir sobre esse quadro e mais particularmente a questão da saúde mental do trabalhador, assim como, almejando atender as demandas de diversos profissionais, estudantes desse campo, assim como, sindicalistas e trabalhadores, o Centro Estadual do Pará da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO (PA) promove o curso: Saúde Mental e Trabalho. De 2010 até 2013 já ocorreram 07 turmas, das quais participaram diversos sindicalistas, trabalhadores, profissionais e estudantes. O curso, com carga horária de 20h, tem por objetivo: Analisar as transformações no mundo do trabalho sob a perspectiva histórica, enfatizando os possíveis nexos causais entre processos de saúde/doença mental e a organização do trabalho na atualidade. O conteúdo é abordado através dos seguintes eixos temáticos: Transformações no Mundo do Trabalho com ênfase nas novas tecnologias, incluindo novos conhecimentos sobre gestão de pessoas; evolução paradigmática no campo da Segurança e Saúde do Trabalhador, a partir da identificação dos três modelos distintos de compreensão e práxis, a saber - Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional e Saúde do Trabalhador; conceitos trazidos da Teoria da Psicodinâmica do Trabalho para compreensão dos processos de trabalho e as Patologias Mentais relacionadas ao Trabalho. Vale ressaltar que o embasamento teórico da ação educativa em questão forja-se na perspectiva interdisciplinar, agregando saberes do campo da Sociologia do Trabalho, da Psicodinâmica do Trabalho, da Saúde do Trabalhador, entre outros. O conteúdo trabalhado é apresentado buscando favorecer a relação dialógica docente-discente, através de exposições dialogadas, filmes e atividades em grupo. Ao final de cada curso fichas de avaliação com perguntas fechadas e abertas são entregues aos alunos que assim podem avaliar a atividade. A maioria dos participantes avalia satisfatoriamente o conteúdo ministrado, afirmando que o curso atende as expectativas. Quanto a sugestões e críticas: a carga horária e o aprofundamento do tema têm sido citados como aspectos que podem ser melhor trabalhados. Observa-se que o curso tem sido bem aceito pelo público que se apresenta heterogêneo, constituído por profissionais e estudantes de diversas áreas como psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, engenheiros e técnicos de segurança, sindicalistas e trabalhadores de diversos ramos de atividade, proporcionando olhares e troca de experiências profissionais distintas, o que sinaliza a importância da continuidade do mesmo, bem como seu aprimoramento e atualização.

Adolescência e trabalho: o processo de orientação profissional para jovens inseridos em ONGs

Lívia Jussara Spoladore

Considerando que o trabalho é o elemento da esfera social que identifica o sujeito por desempenhar um papel determinante na vida dos sujeitos, e intermediá-los para com o meio social; torna-se relevante analisar as questões a ele implicadas. O trabalho na sociedade capitalista se apresenta de maneira desigual, sobretudo aos jovens, pois são eles que refletem essa realidade na qual se evidencia que neste sistema o trabalho não é oferecido de maneira democrática. Os jovens não têm as mesmas possibilidades ao acesso e também não possuem as mesmas condições de trabalho; dessa maneira, emerge a importância da Orientação Profissional, como um instrumento facilitador para uma escolha profissional coerente à identidade, desejos, demandas e possibilidades do mercado de trabalho; para que o sujeito se aproprie e transite entre desejo, possibilidades/realidade e escolha. Objetivo: Discutir a relevância da Orientação Profissional na sociedade contemporânea para jovens que se encontram em situações de vulnerabilide social e estão inseridos em Organização Não Governamentais, que visam a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. Relação com Eixo Temático: Discussão da relação trabalho e os modos de subjetivação contemporâneos e analise do processo do trabalho na constituição do homem: a relação entre homem, identidade e trabalho. Orientação Teórica: Psicologia Social e Psicossociologia para a análise de temáticas caras à Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia do Trabalho. Método: Estudo teórico efetivado por meio de pesquisa bibliográfica. Buscou-se encontrar na literatura as informações necessárias para o esclarecimento do tema, bem como a obtenção de seu objetivo, a partir da comparação, análise e interpretação dos assuntos obtidos pela pesquisa. Resultados e Conclusões: Um homem consciente tem mais condições de desenvolver suas próprias capacidades diante das possibilidades. A busca da autonomia sobre escolhas ocorre quando ao identificar-se com uma profissão, identifica a si mesmo. Dessa forma, a descoberta de sua identidade é um passo fundamental para o adolescente alcançar a sua autonomia; ao compreender a gama de possibilidades e as implicações das possíveis escolhas, o jovem passa a ter autonomia sobre essas escolhas, pois não será forçado por uma situação, não será levado imediatamente por uma simples necessidade, mas escolherá seu futuro com consciência. Apesar dos possíveis conflitos que estão presentes no cotidiano do adolescente, é possível passar por esse momento de maneira serena e consciente, desenvolvendo sua identidade e alcançando sua

autonomia. Quando se trata, principalmente, de jovens de baixa renda familiar ou até mesmo sem famílias, essa crise da adolescência vem acompanhada de uma necessidade maior de ingressar no mercado de trabalho mais cedo, por vezes, antes mesmo de ter qualquer identificação com a vida adulta. É neste cenário que se torna clara a importância da Orientação Profissional na vida do jovem. Com o surgimento de um novo ideal do trabalhador, que se entende como um potencial consumidor, e da transformação da lógica do capital, que para manter-se suprindo a necessidade de consumo que ele mesmo cria, passa a consumir a si mesmo. Neste novo mundo, o trabalhador precisa mais do que nunca, trabalhar: produzir para consumir como objetivo central; construindo uma forma de vida alienada, sem consciência sobre as ações, sem autonomia sobre suas escolhas. Neste contexto, a Orientação Profissional não se trata de uma busca pela vocação, trata-se das formas de orientar o homem a uma escolha profissional na qual ele se reconheça como um ser capaz de escolher seus caminhos e aprender a desenvolver-se profissionalmente a partir da escolha que mais lhe aprouver diante das exigências do mercado de trabalho. É preciso desenvolver uma orientação que prepare as pessoas para enfrentarem as permanentes transformações sociais e as situações da vida do indivíduo. Nessa linha de pensamento, podemos considerar que a função da Orientação Profissional é o processo de desalienação de um 'ideal de vida', é preciso potencializar as possibilidades disponíveis, para as quais não aparecem por estarem obscurecidas pela alienação. A consciência sobre si no mundo e seu papel na sociedade é essencial para que o homem estabeleça sua identidade neste mundo. Ao alienar-se de si, o homem perde sua autonomia e sua capacidade de tomar as próprias decisões. Então, o esclarecimento dos processos sociais e das suas relações com eles, forma uma consciência crítica no homem, o que lhe permitirá escolher o que mais lhe for adequado e melhor possa lhe satisfazer. No processo da Orientação Profissional é preciso superar a desinformação, conflitos, esteriótipos e preconceitos para uma reflexão construída juntamente com as relações sociais. Acreditamos que programas de Orientação Profissional gratuita, voltados para pessoas de baixa renda, seria uma alternativa para a aparente falta de opções para escolha, posto que o panorama da situação "impede" que o adolescente possa enxergar a totalidade dos fatos, tudo no que pode interferir ou implicar sua decisão.

Análise gráfica do discurso de um trabalhador

Lucas Tadayoshi Nakase de Oliveira, Rudiglei Ribeiro de Brito

A sociedade é o ambiente natural do ser humano, sem ela, poderia ser considerado selvagem. O homem é um ser social, diferente em cada período histórico e dependente da sociedade em que está inserido. É um exemplar da espécie e, assim, dadas as características fisiológicas que nasce com ele, está apto a se apropriar das características históricas e sociais e se tornar humano. De acordo com a teoria materialista histórico-dialético o indivíduo precisa se apropriar dos conteúdos tanto infra estruturais, quanto superestruturais. O indivíduo entra em contato com o mundo através do afeto, este lhe causará uma alteração, gerando um sentimento e, posteriormente, a emoção (socialmente elaborada). Este sentimento é o que proporciona a capacidade de entrar em atividade e também auxilia no processo de pensamento. As características da atividade também formam aquilo que determina o tipo de personalidade, ou seja, através da maneira com que o indivíduo interage com a sua realidade é que fornecerá a riqueza de sua personalidade. Segundo Leontiev (1978) a personalidade é criada em circunstâncias objetivas, através da atividade de suas relações com o mundo. Essa atividade realizada pelo indivíduo é derivada do sentido, que é agregado de afeto. O sentido, em suma, pode ser definido como a transformação do significado – fornecido socialmente – que se altera de acordo com a subjetividade, sendo consequentemente, dependente da atividade. Para investigar o indivíduo na teoria sócio cultural, Leão (2007) diz que Silvia Lane aponta que "é necessário apreender o objeto de estudo como resultante do processo das relações materiais e dos condicionamentos gerados pelas características do momento histórico em que se dão" (p. 67). A pesquisa é extremamente importante, uma vez que esses processos descritos são possíveis através da interação entre indivíduo e mundo, de maneira a formar sua subjetividade. Sendo esta, de extrema relevância dentro Ciência Psicológica. Deste modo, o nosso trabalho buscou explorar e ampliar a compreensão dos aspectos subjetivos e sociais envolvidos na constituição dos indivíduos partindo da perspectiva teórica do materialismo histórico e dialético, explicado, a partir da interação entre o indivíduo e sua atividade com o meio social ao qual se encontra. A técnica utilizada na obtenção dos dados desejados, foi a "Análise Gráfica do Discurso", desenvolvida pelas professoras Inara Barbosa Leão e Silvia Lane, que permitem identificar "graficamente os núcleos do pensamento, através das palavras que se repetem (ou dos sinônimos), mas seguindo a continuidade do discurso, utilizando a sequência dos números para cada unidade de significação (sujeito e predicado)" (1991, p. 8), além de vislumbrar os aspectos subjetivos derivados da consciência individual. Trata-se de um método de investigação dos processos da consciência, através da linguagem. É construída a partir dos princípios da teoria sociocultural, consistindo na aplicação de entrevista semiestruturada, com a intenção de

promover o indivíduo a entrar em atividade, para que elabore o seu sentido, por meio do pensamento e da linguagem. As questões atuam como afeto que afetam as manifestações da subjetividade do sujeito, evidenciando a representação do mundo apreendida pelo entrevistado. Portanto quando identificado o núcleo do pensamento na análise do discurso possibilita analisar aspectos subjetivos que norteiam a constituição psíquica do sujeito em um dado contexto. De modo direto esse instrumento faz parte de um processo de avaliação e descrição psicológica que tem como objetivo oferecer alguma forma de retorno. (CUNHA, 2006, p. 49). O método de pesquisa permitiu compreender e, observar, o processo subjetivo do pensamento e do sentido; pode-se apreender o que se aprendeu através da teoria, na prática. Assim a partir do discurso verbal do indivíduo, pode-se observar desde o afeto (da questão), até o movimento do pensamento e o principal núcleo de pensamento. A entrevista semiestruturada realizada com um trabalhador de uma determinada óptica da cidade de Campo Grande, MS, forneceu dados que foram utilizados na análise do discurso, que permitiram elencar alguns fatores importantes para identificar essa relação constituinte de subjetividade expressa na atividade, antes, durante e após sua execução. A discussão também procurou expor os aspectos alienantes do que implica essa interação nas organizações de trabalho e a concepção utópica do trabalhador ideal, permeado pelas muitas ideologias que explicam o processo do trabalho. A análise do discurso realizada como o trabalhador revelou traços da formação da sua subjetividade e como ela se constitui dialeticamente na sua atividade. Entretanto, o sentido que ele atribuía aos aspectos pertencentes a sua relação como o trabalho não foram totalmente explicitados na análise, mas sabe-se que a sua significação é afetada por características próprias do trabalho globalizado, pois ele está sujeito as variâncias do seu setor a nível global, influenciado indiretamente pelas mesmas. A consideração dos aspectos da palavra, nos levou a compreender a estrutura do pensamento e consequentemente pode contribuir para a compreensão da consciência do indivíduo.

Clandestinos: trabalho marginal e imigração em Belo Horizonte

Carolyne Reis Barros

Nesta pesquisa de doutorado, pretendemos compreender a relação entre trabalho e imigração. Os processos migratórios relacionam-se com o modo de vida construído pela sociedade. Na contemporaneidade, ao mesmo tempo que vivemos uma aparente maior mobilidade, há movimentos migratórios que parecem rigorosamente serem marcados pelas desigualdades gestadas no capitalismo. Assim, tais desigualdades são balizadas a partir de elementos próprios

deste modo de produção como: morar na cidade, ter um trabalho formal, e sobreviver na legalidade, e, que estão presentes na questão da migração na atualidade. As pessoas migram em busca de melhores condições de vida, sendo que tais condições seriam alcançadas via trabalho. Ainda assim, parece ser preciso compreender melhor a relação entre migração e trabalho, especialmente buscando considerar as especificidades do cenário latino-americano, pois além de gerar uma mobilidade geográfica, ao mesmo tempo, em função de questões socioespaciais, essa mobilidade é também cultural e apresenta impactos na construção da subjetividade. Outra categoria útil para compreendermos o cotidiano de imigrantes pobres é a condição de marginalidade a que são convocados, a partir de três perspectivas: estão à margem da cidade, por compartilharem silenciosamente de um espaço público de sociabilidades; à margem de direitos, por serem imigrantes ilegais distantes de proteções sociais; e à margem do trabalho digno e saudável, ao serem empregados em ocupações degradantes e desqualificadas. Devido às condições de trabalho, parece ser possível pensar que o trabalho disponível a esses imigrantes também seria classificável como um "trabalho sujo" na perspectiva moral e psicológica, ao não estabelecer condições de desenvolvimento pleno do sujeito. Sendo assim, propomos neste trabalho estudar a relação entre trabalho e imigração de latino-americanos em Belo Horizonte. A partir de técnicas e procedimentos etnográficos, observação participante e entrevista semi-estruturada, pretendemos fazer uma "etnografia do trabalho" norteadas por algumas indagações sobre o modo de vida destes trabalhadores imigrantes em condições de trabalho marginal: que tipo de desenvolvimento o trabalho possibilita para o sujeito? Como as relações sociais se mantêm e são criadas? Por outro lado, esta condição marginal constitui-se como a única alternativa possível face ao eminente retorno para a condição concreta de vida no país de origem? Diante do exposto, optamos pela inscrição no grupo e trabalho "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos" ao tentar compreender os processos de exclusão psicossocial notadamente históricos e políticos e suas articulações com o trabalho precarizado. Nossa orientação teórica é norteada por autores e autoras que possuam uma discussão do trabalho como produtor de sociabilidades e subjetividades e que compreendam tal atividade como alienada e potencialmente adoecedora no capitalismo: David Harvey, Geoge Canguilhem, Ricardo Antunes, Leny Sato, Dominique Lhulier, Peter Spink e Robert Cabanes. Também é necessário compreender este trabalho em relação aos deslocamentos socioespaciais e os impactos de tais deslocamentos na produção de subjetividades. Tal discussão é encontrada em alguns autores, como Henri Lefebvre, Robert Castel, Milton Santos e Beatriz Sarlo. Outra orientação teórico metodológica refere-se à autores

já citados que utilizaram a etnografia em pesquisas na Psicologia e, especificamente, na abordagem do trabalho e trabalhadores.

Conversas entre gestores escolares: estratégias de promoção de saúde nas escolas municipais de Porto Alegre

Lúcia Almeida da Silva, Daiane Maus Marques

O presente trabalho liga-se ao GT Psicologia Social: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos, pois está voltado para os problemas humanos no trabalho e toma como objeto o trabalho em suas diferentes dimensões. Este texto tem por objetivo analisar as práticas desenvolvidas pelo Setor de Desenvolvimento de Pessoas da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre junto ao grupo de gestores das escolas municipais. Ao analisar situações e elementos causadores de sofrimento no cotidiano de trabalho na Rede Municipal de Educação, desenvolvemos algumas estratégias com intuito de promover ambientes mais saudáveis, fortalecer a autonomia e a criatividade nos processos de trabalho. Para tanto, buscamos instigar o envolvimento dos gestores e trabalhadores na reflexão e construção coletivas de práticas de trabalho voltadas à promoção de saúde, à melhoria das relações de trabalho e à implementação de processos laborais saudáveis. Entendemos que o trabalho, enquanto um campo do social, é atravessado por relações de poder que estabelecem verdades sobre os modos de ser e trabalhar, que se modificam de acordo com as mudanças sócio-político-sociais de cada época. Segundo Dejours (2004), o trabalho é um espaço privilegiado de mediação entre a subjetividade e a esfera social, entre as relações privadas e as relações sociais, principalmente por meio dos valores e acordos que se criam nos ambientes em que ele acontece. Desse modo, ao mesmo tempo em que é lugar de restrição de parte do sujeito trabalhador, também propicia o processo de formação e modificação do sujeito, quando há espaço para a criação e reflexão sobre o fazer. O trabalho pode ser, assim, um grande facilitador ou provedor de possibilidades de realização pessoal e de promoção de sua saúde, mas, na ausência desses fatores salutares da convivência coletiva, pode ser também um grande causador de sofrimento e adoecimento. Trabalhar com educação, hoje, implica em ir além das velhas práticas disciplinares de monitorar, controlar, definir, estabelecer padrões de comportamento. Implica em abandonar algumas verdades e saberes acerca da produção de conhecimentos e em se confrontar diariamente com situações limites de alunos, famílias, questões sociais. Neste novo contexto, sentimentos de impotência e frustração por vezes superam os momentos de alegria em estar em sala de aula. As causas deste crescente sofrimento são múltiplas, refletindo dificuldades em diversos âmbitos do cenário educacional

contemporâneo: na gestão da escola, no estabelecimento de parcerias de trabalho entre as equipes e com os colegas, no estabelecimento de vínculos com os alunos. A condição de saúde ou de doença não é apenas resultado das condições físicas e psíquicas de cada indivíduo, mas reflete uma dimensão coletiva, social e política. Portanto, colocar a saúde em questão significa colocar o coletivo para pensar a saúde no trabalho, significa pensar coletivamente soluções e estratégias para os problemas. A partir deste referencial propusemos ao grupo de gestores (diretores e vice-diretores das escolas municipais) encontros trimestrais com o objetivo de construir propostas de gestão escolar baseadas na troca de experiências e práticas cotidianas. O desenvolvimento deste projeto assenta-se na necessidade de buscar alternativas na abordagem do sofrimento no trabalho no sentido de construir coletivamente estratégias de promoção de saúde. Propõe ainda, discutir e reavaliar o papel do gestor escolar no sentido de que estes possam proporcionar ambientes de trabalho qualificados e inovadores. Para ser possível operacionalizar tais objetivos, realizamos o convite aos gestores das 96 escolas municipais para cada encontro, os quais participaram conforme interesse e disponibilidade. Como metodologia utilizamos a pesquisa-intervenção, tendo como disparador algumas dinâmicas que introduziram o grupo à discussão temática. A partir das observações e do questionário de avaliação preenchido pelos participantes, foi possível identificar a intervenção como um espaço potencializador de trocas na qual os gestores puderam perceber que os problemas acabam sendo comuns, o que os diferencia são as intensidades e enfoques dados, além disso avaliaram que as trocas ajudaram a diminuir as angústias do dia a dia no cargo. As dinâmicas foram entendidas pelos gestores como oportunidades de aprendizagem e qualificação e como um espaço importante para discussão das equipes e retomada de ações, sendo adequado para suscitar reflexões sobre a gestão na prática. A partir do processo foi possível evidenciar, além do salutar espaço de trocas na saúde do próprio gestor, que em muitos casos a dinâmica de trabalho utilizada nos encontros foi aplicada pelos gestores nas suas escolas construindo in loco estratégias de enfrentamento das situações entendidas como adversas junto aos demais trabalhadores. Além disso, observou-se ao longo dos cinco anos de intervenção que os gestores que participaram dos grupos conseguiram ocupar um lugar de maior autonomia sendo agentes importantes na produção de saúde do grupo pelo qual são responsáveis o que favoreceu os trabalhadores das escolas em questão, os alunos e as comunidades escolares.

Dependência química, trabalho e cidadania: refletindo sobre os sentidos na atualidade

Bruna Rocha de Araujo, Edna Linhares Garcia

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões a partir de dados da pesquisa "A realidade do crack em Santa Cruz do Sul", que vem sendo realizada desde 2010 na Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O processo de coleta de dados da pesquisa foi realizado por meio de entrevista semiestruturada, que alcançou 100 usuários de crack e 100 familiares de sujeitos usuários de crack, os quais foram contatados por meio de seus vínculos em serviços de saúde (ESFs, CAPS, Hospitais, etc.). Após a coleta de dados realizou-se um primeiro momento de organização dos dados quantitativos os quais se referiam, principalmente, ao contexto social, econômico e familiar. Neste ano, vem sendo desenvolvida análise qualitativa através da metodologia de análise dos sentidos produzidos no discurso dos familiares sobre a problemática do crack e outras drogas. O contato com a realidade desses familiares durante o processo de análise tem demonstrado a impossibilidade da simplificação desta questão, bem como da fragmentação da vida destes sujeitos, pois, se mostraram indissociáveis as dimensões subjetivas, familiares e sociais no que se refere à relação de dependência que os usuários estabelecem com o crack. Impossível negar o singular de cada um dos sujeitos, ao mesmo tempo em que estes se delinearam como a expressão de muitas vidas – de um coletivo, de uma sociedade. Portanto, a vida de cada familiar e/ou usuário de crack vincula-se a outras tantas vidas, que em sua singularidade ganham expressão. Dentre as diversas inquietações que emergiram do encontro com a vida e os discursos dos familiares de usuários de crack, destacaremos algumas problematizações quanto ao contexto contemporâneo de esvaziamento de sentidos nas relações humanas, perpassadas pela precarização do trabalho e pela desigualdade na distribuição de renda. É importante assinalarmos a partir de qual realidade seguirão as reflexões: os familiares entrevistados pela referida pesquisa, em geral, eram pessoas de classe econômica média baixa, dentre as quais 82% eram mulheres, 50% tinham grau de escolaridade representado pelo ensino fundamental incompleto, 61% eram casados ou estavam em uma união estável, sendo que 56% do total de entrevistados responderam a pesquisa por terem filhos(as) usuários(as) de crack. As descrições da vida ocupacional feitas pelos familiares demonstraram que, em sua maioria, estes tem condição ocupacional marcada pelo desemprego e/ou subemprego, mantendo postos de trabalho precários, não só no que se refere aos direitos trabalhistas ou condições de trabalho, mas, sobretudo, pela dimensão do sentido do trabalho como fonte de formação, de realização pessoal e de exercício da cidadania. O que cabe questionar são as possíveis relações entre o sistema capitalista de organização da vida e do trabalho, como fonte de desigualdade e exclusão social, e a ascensão da noção de consumismo como forma de acesso a bens e serviços e garantia

do sentido de cidadania. Delineou-se daí inquietações sobre esta perspectiva do trabalho, da construção da noção de cidadania e a fragilidade das relações sociais e afetivas na atualidade. Nota-se um enfraquecimento do valor de gratificação e constituição de identidade que o trabalho assume, passando na realidade destes sujeitos a ser tratado como um meio que possibilita a satisfação de necessidades consumistas. Esta reflexão nos conduz a precariedade das relações mediadas pelo imperativo da modernidade consumista e descartável, na qual acesso à cidadania é intermediado pelo poder de compra, que manteria internamente no sujeito o sentimento de pertença e adequação à sociedade. As relações mediadas pelo consumo colocam em discussão a maneira de subjetivação atual, já que na medida em que a sociedade pós-moderna reforça a desigualdade, contribui para um funcionamento social conflituoso e competitivo e coloca em jogo a precariedade das relações, o distanciamento afetivo, que produz fragilidade e tornam os sujeitos mais suscetíveis às problemáticas da sociedade atual, como por exemplo, a dependência do crack. Cabe destacar, que durante as análises dos sentidos percebeu-se um intenso distanciamento afetivo e importante falta de comunicação entre os familiares e os usuários de crack, antes mesmo do uso da substância. Nessa realidade social e familiar se percebe o esvaziamento do afetivo e do pensamento crítico, na qual a dimensão do trabalho não possibilita o acesso à cidadania, a qual parece ser mediada pelo consumo e não está relacionada à garantia de direitos, a participação política e social. Trata-se de um contexto extremamente paradoxal, já que quem não consome é excluído socialmente e quem consome desenfreadamente está sujeito à alienação na relação de dependência estabelecida com os objetos de desejo. A droga que corresponderia à máxima da condição de consumo, presentificada no status socialmente assumido pelo crack, também pode ser uma condição alienante para alguns usuários, por impossibilitar o pensamento e exacerbar o valor das sensações corpóreas de satisfação.

Economia Solidária e estudantes universitários: ampliando o campo de análise

Alessandra Solonynka Mendes

Neste estudo nos propomos a conhecer os significados da Economia Solidária, na perspectiva de estudantes universitários. O estudo se justifica pelo predomínio da cultura empreguista de trabalho (individualista e competitiva) em detrimento do modo de produção cooperativo (grupal e cooperativo). Realizamos este estudo, na condição de Grupo de Pesquisa e Extensão, nominado Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas – CNPq UNESC, com apoio de Editais de Pesquisa PIBIC-UNESC e do Programa Ações em Economia Solidária –PAES-UNESC.

Dos objetivos: Conhecer a concepção dos estudantes universitários (as) acerca de Economia Solidária, identificar conceitos, situações ou eventos que os estudantes universitários (as) atribuem à Economia Solidária, delimitar as características de uma sociedade solidária conforme o entendimento dos estudantes universitários (as), analisar os significados atribuídos à Economia Solidária com base num marco referencial teórico de base. O método se ateve a um desenho qualitativo e quantitativo de pesquisa, com uso de questionário, com três perguntas abertas, e critérios de inclusão específicos. Pretendeu-se ter uma maior heterogeneidade de cursos, fases, turnos, idade e sexo. Dos procedimentos. Entrevistamos 624 (seiscentos e vinte e quatro) estudantes de 22 (vinte e dois) cursos vinculados a Ciências Humanas, da Saúde e Engenharias considerando as normas éticas de pesquisa. As informações foram organizadas através do sistema de categorização SPHINX, cuja análise se centra numa abordagem histórico crítica, com atenção aos estudos de Paul Singer, Euclides Mance e Alfredo Moffatt, dentre outros. Concebemos que esta pesquisa tem relação com o Grupo de Trabalho "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos", pois discute um modo de produção centrado na autogestão, sob a perspectiva da Psicologia Social Critica do trabalho. Vale ressaltar que no ano 2001, foi lançado em Porto Alegre – RS o Fórum Social Mundial, com o slogan "Outro mundo é possível". Partilharam desta premissa cerca de 16 mil pessoas vindas de 117 países. Neste evento foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, com base num modelo solidário de autogestão cuja bandeira se atém ao trabalho digno, e repúdio a vida como mercadoria. Dois anos mais tarde, no Governo Lula, a Secretaria Nacional de Economia Solidária –SENAES, atesta o compromisso do Estado, com o modelo de Economia Solidária. Desde então, fóruns estaduais e regionais tem ocorrido nos 27 estados do país, nos quais se disseminam valores e estratégias relacionadas a consumo consciente, comércio justo, redes e cadeias produtivas, com respectivo incentivo a agricultura artesanal e familiar.Dos achados destacamos uma visão preponderante de Economia Solidária atrelada a carência e assistencialismo, demonstrando uma distorção da parte dos estudantes, como também desconhecimento sobre o assunto. Respostas atreladas a consumo consciente, sustentabilidade e autogestão foram constatadas no Curso de Economia. As características de uma sociedade solidária se conectaram com princípios de coletividade e democracia. Das considerações. Observamos uma concepção utópica a respeito da Economia Solidária, que se contrapõe aos avanços no âmbito legal, econômico e social. Percebe-se a necessidade da Disseminação dos princípios da Economia Solidária de modo geral, bem como a revisão das

grades curriculares dos cursos de graduação e incentivo de práticas de Economia Solidária em estágios e programas de extensão.

Entre cuidar e vigiar: ambiguidades e contradições no discurso de uma Agente Penitenciária

Bibiana Altenbernd, Cristiane Regina Campani, Mariana Barcinski

O trabalho consiste em um estudo de caso que tem como objetivo verificar de que forma o discurso de uma agente penitenciária trabalhando com mulheres encarceradas reflete a contradição inerente à instituição prisão, a saber, sua dupla missão de punir e ressocializar criminosos. No centro de tal investigação estão questões de gênero que permeiam as experiências dessas profissionais, especialmente na realidade específica de cuidar e vigiar outras mulheres. Por isso inserimos este trabalho no eixo temático Gênero, Sexualidades e Intersecções. Com o objetivo de ampliar a discussão acerca dos processos de significação e construções identitárias no campo de trabalho dessas profissionais, bem como dos modos de vida destas mulheres e de sociabilidade no trabalho carcerário, entendemos ser possível relacionar este estudo de caso com o GT Psicologia social do trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos. Os dados coletados foram analisados através da Análise Crítica do Discurso, que busca compreender a forma como se dá a relação entre discurso e poder (Van Dijk, 2008). Por meio da referida ferramenta analítica, objetivamos entender as práticas discursivas como modos de ação historicamente situados. Nesta perspectiva, o discurso é moldado pela estrutura social e vice-versa (Resende & Ramalho, 2006). A entrevista foi realizada em uma penitenciária feminina do Rio Grande do Sul e contou com um protocolo de perguntas que versaram sobre a trajetória pessoal e profissional da agente, focando especificamente nos dilemas vivenciados em sua prática. A escolha do caso se deve por acreditarmos que o conteúdo da entrevista reflete, de formas diversas, os dilemas e os conflitos teorizados acerca de suas atribuições profissionais. Começamos a conjecturar que os dilemas refletidos no discurso da agente sobre as suas práticas e os seus sentimentos em relação às presas fosse, em parte, resultado da inserção em uma instituição igualmente contraditória em suas funções. Parecia-nos que os conflitos expressos pela agente em tantos níveis de sua atividade eram o reflexo de uma instituição – a prisão – que tem promulgado o duplo objetivo de vigiar/controlar/punir e ressocializar sujeitos à margem da sociedade. Sobre as funções desta profissão, os agentes executam serviços de vigilância e custódia, aplicam medidas restritivas de direitos e de privação de liberdade, bem como atuam (ou devem atuar) na execução de

programas e ações de apoio ao tratamento penal para socialização dos detentos. As atribuições prescritas, portanto, reforçam a confusão do papel do agente penitenciário, que provavelmente reflete a própria falta de clareza acerca da dupla função – punitiva e ressocializadora – da instituição penitenciária. Lourenço (2010), ao discutir a subjetividade dos agentes penitenciários, nos fala do duplo estigma vivenciado por estes profissionais. Para a sociedade o agente é desacreditável, ou seja, é visto como um sujeito potencialmente corruptível, dada a sua proximidade cotidiana com a delinquência, a marginalidade e a transgressão. Por outro lado, para o preso o agente é desacreditado e desvalorizado, por personificar os objetivos institucionais de vigilância e controle e com quem ele (o preso) tem que forçosamente conviver em uma relação de submissão. Sua prática profissional constrói a sua identidade e, diante do estigma a ela associada, não convém que seja compartilhada em outros contextos sociais. Segundo Goffman (2008), o encobrimento do estigma é utilizado por pessoas que despendem esforços para passarem despercebidas, por terem alguma posição que não é gratificada socialmente ou pelo fato de o estigma do indivíduo estar relacionado a fatores que não deveriam ser divulgadas a estranhos. A orientação teórica, portanto, reforça o entendimento de que a prática das agentes fundamenta-se simultaneamente em ideologias punitivas e ressocializadoras, expressas em sentimentos contraditórios de raiva e carinho em relação às detentas. Os dados corroboram esta compreensão, ao destacar o fato de as agentes serem mulheres, punindo, controlando, vigiando e educando outras mulheres, o que dota esta relação de um caráter peculiar. O fato de a agente entrevistada demonstrar, ao mesmo tempo, carinho e empatia pelas presas e uma atitude corretiva, educadora e punitiva, ilustra bem o conflito e o dilema vivenciados em seu cotidiano. Além disso, sabemos que as agentes que lidam diretamente com mulheres presas não são usualmente capacitadas para enfrentarem as complexidades da empreitada, especialmente no que se refere ao entendimento do processo singular de constituição da subjetividade feminina. Portanto, o trabalho aqui apresentado nos aponta para a necessidade de propormos ações e iniciativas de capacitação e sensibilização das instituições e dos profissionais do sistema prisional em contato direto com mulheres encarceradas.

Entrelaçando vidas e ressignificando histórias

Barbara de Oliveira Fontana, Clarisa Terezinha Guerra

O projeto voltado ao aproveitamento do pseudocaule da bananeira para produção de artesanato iniciou como atividade de extensão universitária em 2008, na UFMT, Campus de

Rondonópolis, por iniciativa do curso de Psicologia, com apoio do PROEXT / CULTURA 2007, promovendo o resgate de aspectos culturais, interações sociais, geração de renda e valorização de grupos de comunidades locais, que passaram a ser chamados de "PARCEIROS DE FIBRA". A princípio pretendia fundamentar-se na experiência de Garavello, mas se desenvolveu durante os anos seguintes articulando pesquisa, extensão e ensino, envolvendo outras áreas de conhecimentos, tornando-se uma ação interdisciplinar mais abrangente, com financiamento do CNPq, buscando difundir a importância de preservar o cultivo tradicional da banana na região, como fonte de alimento e de matéria prima para o artesanato, além de conhecer melhor a realidade das comunidades envolvidas. Atualmente o projeto "Entrelaçando Vidas e Ressignificando Histórias" continua realizando atividades em diversos locais, contextos urbanos (CAPS e associações comunitárias) e rurais (assentamento e instituição de atendimento a dependentes químicos), envolvendo processos educativos e de promoção de saúde. O projeto busca enfocar conhecimentos de diversas áreas, evidenciando o aproveitamento de matéria prima que respeita os princípios da sustentabilidade, valorizando os saberes constituídos nas histórias da vida cotidiana de grupos e comunidades (o trabalho artesanal como crochê, macramê, tranças, tramas...), e a importância da participação de todos nas decisões e direcionamentos. Dessa forma evidencia-se a importância do conhecimento e do trabalho que valoriza a capacidade criativa, que se desenvolve ao mesmo tempo pela colaboração do outro e com respeito à autonomia de cada um, conforme enfatizam autores como Paulo Freire e Vigotsky, dentre outros. Com tal perspectiva o trabalho resgata a qualidade de vida de pessoas e grupos que desenvolvem atividades mais solidárias e menos competitivas, como demonstram Certeau, Keller e Philippini. Em função do exposto, as ações do projeto ocorrem por meio de grupos operativos propostos por Pichon-Riviere, centrados na tarefa que consiste na realização de oficinas de artesanato, para aprender a extração das fibras do pseudocaule e a confecção de peças diversas de acordo com as competências pessoais, bem como os desejos e as necessidades dos participantes e grupos. O desenvolvimento da proposta ocorre a partir de encontros semanais, que possibilitam a troca de saberes e de experiências, respeitando-se a subjetividade e a cultura. Enquanto campo de investigação realiza-se uma pesquisa ação, conforme define Thiollent, pois permite a coleta de dados relevantes em função da participação efetiva nas atividades dos grupos, os quais são registrados por escrito e por meio de fotos e vídeos, para posteriormente serem discutidos e analisados, podendo fazer parte da história de vida do catálogo de peças dos participantes, divulgados de forma considerada apropriada (banco de tecnologia social, blog, rede social), ou ficar restrito para estudos entre os participantes.

Constata-se que as oficinas de artesanato permitem a expressão de ideias e sentimentos, a busca de solução de dificuldades e de conflitos. O reconhecimento das capacidades de cada participante e dos grupos demonstra a relevância dos processos de aprender e ensinar, de criar e produzir, buscando a melhoria das condições de vida. Por outro lado permite experimentar os resultados da paciência para a redução de ansiedade, promovendo melhor autoestima e autoconfiança. Os artesãos executam todas as fases da produção, tendo a satisfação de apreciar o processo e o produto final do seu trabalho (peças decorativas em cestaria, ou acessórios, como chinelos, bolsas, cintos...), obtendo também o reconhecimento de outras pessoas onde as peças são divulgadas, tais como feiras populares e eventos científicos. Os participantes desenvolvem novas técnicas de produção, testam possibilidades de utilização do material e desenvolvem produtos com qualidade no acabamento e resistência, obtendo uma renda significativa e muito necessária para suas demandas, o que enfatiza a importância do trabalho manual em suas vidas. Por outro lado, também se preocupam em ensinar, razão pela qual crianças, jovens e novos grupos de adultos e idosos surgem. Para estudantes e docentes o projeto é fonte de conhecimento, de experiência e de confronto das teorias com a prática, o que enriquece o processo de formação acadêmica.

Estágio Kinder Ovo: convivendo com as surpresas no processo de trabalho no CREAS

Carolina Rippel Costa

Este trabalho foi idealizado após o primeiro semestre de estágio no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) Glória-Cruzeiro-Cristal, ao perceber as diversas formas de adoecimento em decorrência do trabalho. O objetivo é discutir como a demanda excessiva, os jogos de poder e os conflitos entre a equipe influenciam a produção de trabalho e o adoecimento dos profissionais e propor uma política pública de humanização nos serviços de assistência social. A brincadeira parafraseando o slogan do chocolate kinder ovo sugerido no título surgiu a partir da percepção da dinamicidade do serviço. As relações de poder aliadas ao alto fluxo da demanda formam um contexto fértil para o surgimento de todo o tipo de "surpresa", sejam essas positivas ou não. A cada turno se descobre nova faceta do mesmo serviço e a equipe está em constante reorganização. A elaboração de um documento pela equipe técnica em que é denunciada a enorme demanda e o consequente desgaste das profissionais foi o disparador para uma crise das relações entre a equipe. A relotação de profissionais assim como as licenças-saúde demonstra que o ambiente de trabalho está causando danos à saúde dos trabalhadores. Segundo Ferreira (2010) os comportamentos adoecidos tendem a ser ocultados,

baseados em proposições perversas, a fim de "justificar os meios" voltando à busca sem limites de ganhos na produtividade o que pode afetar entre outras situações a saúde das pessoas. O Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) é voltado para atendimentos à população que está em vulnerabilidade social e riscos. Nesse espaço são realizados acompanhamentos sistemáticos de indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados e também de adolescentes que cometeram ato infracional. Os fluxos pelos quais chegam à demanda ao CREAS são variados, podendo chegar por demanda espontânea, serviços da rede pública ou via judiciário. Ainda que a equipe possua o número mínimo de profissionais apontados na NOB-RH/MDS (BRASIL, 2006), não há condições favoráveis para o acompanhamento adequado a todas as situações que se apresentam em função da demanda excessiva de encaminhamentos. Em razão do esgotamento da capacidade de trabalho e dos riscos de imperícia que tal condição implica, em março/2013 foi escrito e divulgado um documento no qual as técnicas do CREAS trouxeram à tona o excesso de trabalho e exigiam soluções por parte dos gestores para que tivessem condições de manter o trabalho sob critérios éticos e de qualidade necessários. O excesso de trabalho já estava interferindo no processo de trabalho da equipe e a construção do documento foi apenas a "ponta do iceberg" para o inicio de uma crise nas relações profissionais, revelando estresse crônico e sofrimento psíquico por parte dos trabalhadores. Ao contrário do esperado a resposta dada pelos gestores veio na contramão do desejado pelas profissionais. Por terem reivindicado condições mais favoráveis para o exercício do trabalho, as profissionais foram formalmente advertidas pela chefia direta e, desde então, tem acontecido um movimento de pressão da coordenação em direção à equipe técnica impondo normas sob uma lógica de trabalho em que não há espaço para a argumentação. A necessidade de controle, como a dificuldade em escutar a demanda dos trabalhadores, que pode ser observada no serviço repercute na vida dos profissionais transformando o processo de trabalho em um "tesouro de mágoas". Essa simbólica fala trazida pelas supervisoras demonstra o quão desumizante pode ser o trabalho quando não há espaço para sair da prescrição. Os problemas vivenciados no cotidiano deste CREAS vão além do papel centralizador da coordenação, ocorrendo também por uma lógica de gestão da assistência social, que ainda que estimule a escuta ao usuário, não suporta ouvir seus próprios trabalhadores. A proposta de sugerir uma política de humanização no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) veio a partir de experiências acadêmicas anteriores com a política do Humaniza SUS e a percepção da necessidade de um "olhar sensível" para as questões de sofrimento que estão surgindo no processo de trabalho do CREAS. Os conflitos entre a equipe vivenciados durante esse primeiro

semestre foram intensos. A precarização do processo de trabalho contribui tanto para o adoecimento dos profissionais como para a continuidade da crise de relações. A consequência dessa crise, além de afetar o atendimento aos usuários, é a desmotivação dos profissionais e as diversas patologias associadas a esse trabalho e/ou então a saída desses trabalhadores para outros serviços. A partir da Política de Humanização do SUS em que é proposta a valorização dos diferentes sujeitos no estabelecimento de vínculos solidários, mudança nos modelos de atenção e dos processos de trabalho tendo o compromisso com a melhoria das condições de trabalho e de atendimento, e entendendo-se que a política pública SUAS foi idealizada a partir da política do Sistema Único de Saúde, acredito que o Humaniza SUAS seria uma opção como modelo para trabalhar as necessidades emergentes dos profissionais da rede de assistência social.

Estigmatização, discriminação e direitos humanos: pessoas vivendo com HIV e aids no mercado de trabalho

Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento

As pessoas vivendo com HIV e aids (PVHA) têm atualmente a possibilidade de uma vida com mais qualidade em função dos avanços científicos e tecnológicos que as beneficia nos cuidados à saúde e, consequentemente, uma sobrevida cada vez maior. Com o caráter de cronicidade da aids observa-se uma reconfiguração no cenário da epidemia, por exemplo, as PVHA passaram a pensar a vida com projetos no âmbito pessoal, familiar e profissional. No contexto do trabalho, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indica que mais de 90% das pessoas que vivem atualmente com HIV no mundo são consideradas em idade produtiva. A presente pesquisa dialoga com a Psicologia Social, na relação com trabalho e saúde, ao propiciar reflexões sobre as vivências cotidianas dos/as trabalhadores/as, cuidados com a saúde e os processos de subjetivação. Teve por objetivo conhecer as práticas sociais acerca das situações de discriminação e as razões para o (não)encaminhamento de discriminações sofridas como processos judiciais. Foram entrevistadas PVHA que sofreram discriminações em função do HIV positivo e profissionais que atuam no atendimento a essa população. As informações obtidas foram analisadas com base no referencial teórico metodológico da vertente construcionista da Psicologia Discursiva, com foco nas práticas discursivas. As pessoas entrevistadas relataram situações de discriminação vividas no trabalho. Em decorrência dessas situações algumas PVHA: optam pelo trabalho informal, não revelam que têm HIV no contexto do trabalho, quando discriminadas entram com processo trabalhista em defesa dos seus direitos.

Concluímos que no trabalho as discriminações se dão com base em relações de força e de poder que, muitas vezes, incita a pessoa a se calar, e não denunciar, o que afeta os direitos fundamentais no trabalho e leva à banalização do preconceito, estigma e discriminação nesse contexto.

Exigências e os fatores de risco e proteção na atividade de pesca

Bia Borges Ferraro, Rafael Kim Bocca Czarnobai, Alessandra Vieira Schetz, Elina Paula Sartori Pereira, Mariana Nór do Nascimento

Os objetivos do presente trabalho, realizado por acadêmicos da quinta fase do curso de psicologia, da Universidade Federal de Santa Catarina, foram avaliar as exigências da atividade de pesca, bem como analisar os fatores, de risco e proteção, ligados a estas e associados ao trabalho de um pescador que realiza suas atividades em um contexto urbano, na cidade de Florianópolis. Localiza-se no eixo temático do trabalho, pois tem este como tema central, explorando os conceitos relativos a esta temática e dialogando com modos de vida, práticas do cotidiano, estabelecimento de vínculos entre o sujeito e seu trabalho, e identidade. Esta embasado teoricamente por estudos sobre diagnóstico do trabalho, utilizando-se especificamente dos conceitos de exigência, risco e proteção (Azevedo e Cruz, 2006; Ayres et al,2003) e saúde do trabalhador. Parte do pressuposto que o trabalho é um fenômeno multideterminado e por isso deve ser analisado, por meio de um recorte da realidade, em suas mais amplas facetas. Tem por método duas observações livres (com duração de três horas cada uma), do contexto de trabalho, de seus materiais e de seus modos de produção; uma entrevista semi-estruturada (com duração de duas horas) com o sujeito da pesquisa, um pescador, homem, 38 anos, profissional há doze anos e atual presidente de uma associação de pescadores; e análise qualitativa dos dados, por meio da identificação no discurso do sujeito, dos conceitos abordados pela literatura acadêmica sobre o tema. Como resultado obteve-se um mapeamento das exigências do trabalho do pescador, como por exemplo, o conhecimento sobre a natureza, habilidades motoras e cognitivas em relação ao manejo dos materiais, todas as formas de atender as essas exigências sendo aprendidas empiricamente pelo sujeito; também tomou-se ciência dos fatores de risco, bastante significativos, dado que seu trabalho exige um grande esforço físico e lida com as imprevisibilidades da natureza, e dos fatores de proteção, bastante baixos, pois constatou-se que ele não se utilizava de equipamentos materiais de proteção e de fatores de auto-cuidado nas práticas de seu oficio. Ao finalizar a pesquisa, após a análise dos resultados empíricos comparados ao referencial teórico utilizado, conclui-se que o investimento

afetivo que o sujeito aplica em sua atividade e o vinculo estabelecido entre estes eram tamanhos, e as necessidades do sujeito eram tão bem supridas que as altas exigências e os altos fatores de risco (utilizando poucos fatores de proteção), possuíam um impacto pequeno tanto na atividade da pesca quanto em sua subjetividade. Como consideração final o trabalho aponta para a necessidade de mais produções a respeito do tema, levando em consideração a produção de subjetividade e as condições de trabalho desses sujeitos, bem como indica como possiblidade de investigações futuras uma ligação entre a teoria da Virilidade de Dejours, como mecanismos de defesa, e o comportamento dos pescadores em relação aos fatores de proteção. O pôster, além de trabalhar com a linguagem escrita, dialoga com imagens da situação pesquisada, apresentando o sujeito em seu locus de trabalho, tanto realizando as atividades quanto demonstrando o produto de sua atuação, são apresentados também seus materiais e condições de trabalho, como rancho e redes.

Fenômenos cotidianos na formação da subjetividade de trabalhadores

Jéssica de Souza Hossotani, Janaina Santana dos Santos, Cristiano da Silveira Longo

O trabalho a ser apresentado é um recorte da proposta do Estágio de Núcleo Comum I-Cotidiano, Práticas Sociais e Processos de Subjetivação, oferecido no 5º Semestre do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, onde foram realizadas um total de dez observações com duração de pelo menos duas horas cada, todas pautadas nos fenômenos urbanos que constituem a realidade cotidiana dos trabalhadores. É importante ressaltar que as observações foram realizadas exclusivamente em lugares públicos, dentro de uma proposta de observação naturalística, para que a nossa presença enquanto observadoras não afetasse a naturalidade do ambiente, podendo captar assim manifestações naturais do cotidiano na formação da subjetividade dos observados. As observações tiveram ambientes diversificados, por onde foi possível ter acesso ao cotidiano de: Feirantes, trabalhadores do Shopping, garis e pessoas destinadas à limpeza de rodoviárias ou praças, vendedores informais, docentes, taxistas, garçons, enfermeiros, atendentes de hospitais públicos e privados e cotidiano de músicos noturnos. O objetivo das observações era compreender a influência do cotidiano na Subjetividade do trabalhador, para tanto utilizamos da teoria do Paradigma Indiciário apresentado por Ginzburg onde se entende que ao observar e estudar as minúcias chegar-se-ia a um todo. Neste caso, os fenômenos, gestos, relações com a ferramenta de trabalho, assim como a forma que se comportam diante das demandas que o trabalho executado lhes exige seriam um todo complexo que formaria a subjetividade dos trabalhadores. Durante o processo

de observações notamos algumas maneiras peculiares de como os trabalhadores se portam diante da demanda do ambiente. Foi constatado que uma mesma função exigia do trabalhador posturas diferentes, mesmo ambos trabalhando com igual produto; os trabalhadores tendem a introjetar elementos referentes ao tipo de ambiente em que trabalham, assim como se comportam de forma diferente de acordo com o perfil do consumidor. Também constatamos que alguns trabalhadores tendem a assumir posturas de liderança, sendo reconhecidos pelos demais, mesmo não ocupando posições hierarquicamente superiores. Este fenômeno foi notado em diversas situações como na relação entre os músicos, nos hospitais, feira livre e cachaçaria. Indagamos a necessidade de o trabalhador expor seus conflitos ao seu igual, já que desta forma estaria livre da angústia de uma possível retaliação. Em contrapartida o trabalhador que assume a posição de líder tem como forma de recompensa o reconhecimento por parte dos colegas e a possibilidade de ascensão dentro do local de trabalho. Percebemos que em trabalhos menos valorizados socialmente, os trabalhadores (observados) demonstram maior satisfação comparados aos que ocupavam cargos de maior prestígio. Esse fato nos levou a refletir sobre o significado pessoal do trabalho e dignidade. Podemos presumir que conceito de dignidade perpassa a classe social, onde muitos consideraram limpar a sujeira dos demais um trabalho indigno, para outros ter um trabalho com carteira assinada e ganhar o sustento com honestidade é viver de forma digna. O processo de observação da "coisa em si" nos proporciona um maior entendimento de como o trabalhador vivencia o contexto de trabalho. Entramos em contato com seus mecanismos de suportar a rotina laboral, como: as pausas para fumar, conversas paralelas sobre a vida familiar, evitar contato com colegas de trabalho ou em outros casos relações bastante afetivas entre os mesmos e dessensibilização com o sofrimento do outro, como no caso dos profissionais da saúde. Em outro sentido, notamos como o trabalhador suprime em parte aspectos de sua personalidade para se adaptar, se enquadrar ao perfil que lhe é projetado naquele contexto. Em diversos casos percebemos que a postura do trabalhador não era empática, porém essa atitude era uma exigência derivada da rigidez e formalidade do consumidor e do perfil do estabelecimento; essa situação entre o que se é, e o que o contexto do trabalho espera que o sujeito seja causa conflitos, gerando assim sofrimento ao trabalhador. Essa situação, de observar a realidade tal como ela é, nos permite compreender esse processo para buscar meios de intervir nesse contexto para minimizar os possíveis sofrimentos do trabalhador. Esta experiência nos proporcionou maior entendimento da subjetividade e da realidade cotidiana em que estes trabalhadores então inseridos; além do treinamento enriquecedor do nosso olhar enquanto observadores e de nossa escrita etnográfica através do diário de campo; de focar o objeto não

permitindo que nossas impressões pré-estabelecidas e julgamentos de valores pudessem influenciar no fenômeno. Tudo isto junto à percepção acurada e uma escuta atenta e qualificada à diversidade das interações humanas, influenciaram na qualidade do trabalho.

Formação em movimento: roda de conversa em empreendimento de Economia Solidária
Maria Rita Melo Barcelos, Ana Maria Rodrigues de Carvalho

O Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Campus de Assis oferece como opção, entre outras, a Ênfase Subjetividade, Trabalho e Administração do Social. No leque de disciplinas optativas e projetos de estágio encontra-se a Psicologia e Economia Solidária, área de conhecimento em construção e de formação e atuação do psicólogo social e do trabalho, distinta da perspectiva organizacional. A organização de trabalhadores em cooperativas e associações tem sido uma alternativa de geração de trabalho e renda encontrada por aqueles que se viram excluídos do acesso aos postos de trabalho formais. Essa nova vivência, em um cotidiano de relações de trabalho horizontais, "sem patrão", favorece novos processos de subjetivação. O presente trabalho tem por objetivo, a partir do relato de experiência, socializar conhecimentos, discutir e refletir sobre a assessoria prestada à Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis e Região – COOCASSIS, pelo Núcleo de Estágio "Psicologia, Economia Solidária e Cooperativismo Popular" e Projeto de Extensão "Assessoria à Formação e ao Desenvolvimento de Cooperativas e Grupos Populares". Por meio do acompanhamento do cotidiano de trabalho da COOCASSIS identificamos a demanda por construir espaços de discussão sobre a organização do trabalho coletivo, democrático e autogestionário. A roda de conversa foi a estratégia encontrada, envolvendo universitários e catadores em um processo de formação e produção de conhecimentos, a partir do cotidiano de trabalho, adotando a perspectiva freiriana de Educação Popular. Uma ferramenta de potencialização da autonomia e autogestão, ultrapassando os limites da organização do trabalho, afetando outras esferas da vida. Os dois grupos constituídos na Cooperativa decorreram tanto das manifestações espontâneas de interessados, quanto das indicações da Diretoria, conforme a disponibilidade do grupo de trabalho. Nos encontros semanais, com duração de uma hora, foram abordados temas variados, indicados pelos participantes, tais como: relações assimétricas de poder na cooperativa; carga horária de trabalho excessiva; precariedade das condições de trabalho e angústias pessoais e coletivas em relação à vida e ao trabalho, mais especificamente. O espaço propiciou também que fossem apresentadas ideias construtivas para a melhoria das condições de trabalho, maior apropriação

dos princípios de cooperação e economia solidária, assim como provocou certo movimento, pretendendo que a roda da COOCASSIS, de fato, girasse. O processo foi acompanhado por olhares atentos da Diretoria da Cooperativa que até então convivia com um grupo de trabalho fragilizado. As relações entre acadêmicos e catadores estabelecidas nas rodas de conversa afetaram de forma diferenciada as partes, ou seja, enquanto para os trabalhadores estava em foco sua formação para o exercício das atividades autogestionárias na cooperativa, para os estudantes, sua formação de profissional comprometido com as transformações da sociedade, a partir do contato direto com a realidade concreta. Todavia, para ambos, uma experiência de aprendizado para lidar com os desatinos e frustrações inerentes às rotinas de trabalho, bem como para construir alternativa visando à superação de obstáculos. Neste sentido, o envolvimento em projetos que pretendam repensar ideologias e construir novas práticas, possibilita uma formação de sujeitos capazes de se colocarem crítica e politicamente, tendo em vista um processo contínuo de aprendizagem e trocas, sejam elas solidárias ou conflitantes. São possibilidades de atuação diversas, assim como, os encontros foram únicos e transformadores.

Impactos psicossociais do encarceramento e reintegração pelo trabalho

Tainá Fernandes Vieira, Mariane de Sousa Carmo, Julia Martins Damas, Thaís Mendes de Almeida, Henrique Pereira de Castro Almeida, Thaís Souza Santos, Aline Pacheco Silva

A pesquisa em tela visa analisar os impactos psicossociais do encarceramento e suas repercussões na inserção do egresso do sistema prisional no mundo do trabalho, iniciada há um ano na região metropolitana de Belo Horizonte/MG. Insere-se no eixo Trabalho e GT 29 uma vez que buscamos compreender como os presos e egressos integram a experiência da prisão e da reintegração em seus cotidianos e o sentido que atribuem ao trabalho nesse processo. Por impactos psicossociais referimo-nos especialmente aos transtornos e sofrimentos impostos pela detenção aos presos e à seus familiares tanto durante o encarceramento quanto na condição de egresso do sistema prisional e por reintegração entendemos inserir novamente na sociedade aqueles que, por alguma razão, estavam desinseridos ou inseridos marginalmente. Refere-se às pessoas que estavam reclusas, isoladas, separadas, afastadas do convívio social à sua revelia. Teoricamente apoiamo-nos na Psicossociologia do trabalho e seu campo conceitual referente à trabalhos marginais, negativo psicossocial e trabalho sujo e que nos oferece um conjunto de recursos, essenciais no campo de investigação, constituído pela articulação entre campo social, condutas humanas e vida psíquica, conferindo um lugar central ao trabalho, às atividades do sujeito sobre o mundo e sobre si mesmo. Tal perspectiva estará em dialogo permanente com as

demais clinicas do trabalho, especialmente com a Ergologia, inspiração para nossa orientação metodológica. Neste caso, buscamos estar o mais perto possível dos sujeitos que participam de nossa investigação e de suas realidades, ou seja, dentro das prisões e junto aos egressos em seus contextos de vida, na perspectiva de horizontalidade de saberes, buscando compreender os 'debates de normas e valores,' que permeiam suas 'dramáticas de uso de sí' em suas existências singulares, tal qual nos ensina Yves Schwartz . Nosso propósito é aproximarmo-nos do real dessas existências para confrontá-las com os discursos/prescrições governamentais sobre as prisões e a reintegração social. Para tal, lançamos mão dos seguintes instrumentos metodológicos: observações empíricas das atividades realizadas no interior das prisões pelos detentos, entrevistas em profundidade com presos e egressos onde recolhemos relatos de experiências que evidenciam os sentidos atribuídos ao trabalho, entrevistas em grupo com presos e egressos onde trabalhamos com temáticas especificas identificadas nas entrevistas individuais; entrevistas individuais com profissionais que trabalham nas prisões e em programas governamentais de referência ao egresso prisional. O que temos conhecido até então são as dificuldades de toda ordem vividas pelos presos e egressos e a falta de recursos, materiais, sociais e psíquicos para enfrentar a pobreza material, o desemprego, a precariedade de condições de vida, de saúde e de trabalho, o analfabetismo, a falta de informações e de assistência por parte do Estado. São condições que colocam esses sujeitos em uma situação de vulnerabilidade quase sem saída. São os "sujeitos da falta", como diz Castel e neste sentido são 'marginais': por estarem à margem geográfica, nas periferias e favelas, à margem da sociedade de consumo por sua pobreza material e à margem da lei, agindo contra as normas sociais. Temos ouvido desses sujeitos que o trabalho constituiria a garantia de reintegração social e o rompimento com a posição de marginalidade. Tais discursos reproduzem a mesma positividade do trabalho encontrada nas políticas governamentais e de ONG's e pour cause sua utilização como um importante dispositivo da reintegração social. Tal perspectiva leva a crer que o trabalho poderia assim, reparar o que estaria inútil para o mundo (Castel), o que estaria em uma situação marginal, fora das normas sociais ou fora da lei. Mas que trabalho é esse? No interior das prisões as atividades oferecidas não configuram formação profissional, são repetitivas, não agregam valor. Extra muros, inseridos no mercado de trabalho, os egressos ocupam os bastidores da organização produtiva, realizando as atividades menos nobres, consideradas como restos da produção de primeira classe, sujas: bicos, pequenas ocupações e trabalhos ocasionais que não oferecem oportunidade de transformação das condições de vida que existia antes do encarceramento, levando muitas vezes à reincidência criminal. É preciso aprofundar as

investigações pois até onde foi possível compreender, as propostas governamentais são genéricas, abstratas, sem relação com a experiência do cárcere e desconhecendo o mundo real do trabalho o que contraria os discursos oficiais sobre sua função 'reintegradora'. Inspiradas, talvez, em C. Beccaria que dizia, já em 1764: "forçai os homens ao trabalho, torná-los-eis pessoas honestas."

Mercado de trabalho e tendências da Psicologia em Guanambi

Alfredo Ubirajara Baleeiro Santos, Valquiria de Jesus Nascimento, Ana Paula Belém dos Santos, Marlúcia Malheiros Souza

Objetivo – Verificar as áreas nas quais estão inseridos os psicólogos de Guanambi e os campos com pouca ou nenhuma atuação. E então discutir o modo de operação do serviço do psicólogo e as tendências da psicologia, na cidade de Guanambi, Considerando as razões da existência de campos pouco explorados ou inexistentes. Relação com o eixo temático – Kastrup (2009, apud BICALHO P.P.G et. al. 2012, p. 268) ressalta que a subjetividade é fundamental à existência do sujeito. Porém a subjetividade é extrapolada e a perspectiva individualizante ainda enraizada na psicologia configura-se como um paradigma de base nas relações de trabalho. A formação em psicologia dificilmente consegue desenvolver um profissional capaz de abranger as demandas sociais que se apresentam atualmente, e isto é reforçado pela dificuldade em romper com paradigmas do senso comum, mas também de profissionais atuantes que não reconhecem o papel do psicólogo como um agente de transformação social. Sendo assim, percebe-se a necessidade de apontar estas dificuldades buscando novos fazeres para a psicologia, que busquem dar conta das complexas demandas e conflitos sociais. orientação Teórica – O município de Guanambi localiza-se no sudoeste da Bahia, na região da serra geral, com uma população de aproximadamente 80 mil habitantes (IBGE/2010). Atualmente esta cidade é um polo comercial regional, com considerável desenvolvimento em instituições de ensino superior. Seu crescimento municipal nos últimos anos proporcionou uma estruturação para muitas profissões, dentre elas a psicologia, que também encontra-se em crescimento e demarcação de tendências, que desenvolveu-se especialmente na área da saúde. Entretanto a pesquisa demonstra as dificuldades e limitações deste desenvolvimento e da demarcação das áreas de trabalho do psicólogo em Guanambi. Isto está intimamente ligado à perspectiva individualizante da psicologia, que é sustentada especialmente, como afirma Bastos (1988 apud PRAÇA, K.B.D & NOVAES H.G.V. 2004, p. 33), pela ausência de questões políticas e sociais na formação e consequentemente, na atuação dos profissionais psicólogos. Ainda em relação

ao problema de formação em psicologia, Moura (1999, apud PRAÇA, K.B.D & NOVAES H.G.V. 2004, p.33) traz a problematização de que a psicologia ainda busca uma normatização do homem na sociedade, o que vem reforçar a ausência de uma dimensão social para a psicologia e seu objeto de estudo, bem como o desconhecimento acerca dos processos de produção de subjetividade. E é evidente que este processo afeta diretamente as relações de trabalho do psicólogo. Métodos - Foram realizados levantamentos de dados através de pesquisas de campo, entrevistas semi-estruturadas (o número de profissionais psicólogos nos serviços públicos e privados no município, bem como suas formas de atuação), acompanhado da produção de textos sobre os dados levantados. As demandas para a realização deste empreendimento, que teve suas pesquisas iniciadas em fevereiro do presente ano, são as seguintes: (a) verificar de que modo estão estruturados os serviços de psicologia na cidade; (b) apontar as tendências e necessidades de intervenção da psicologia; (c) estabelecer discussões e desenvolvimento crítico para a atuação do psicólogo. Resultados e Conclusões - No que tange às informações alcançadas percebe-se a atuação dos psicólogos, em grande número, na área da saúde, principalmente em clínicas, com pouca ou nenhuma participação nos demais campos de atuação. Além disso, percebeu-se modos de se fazer psicologia sob paradigmas que não correspondem aos seus papéis enquanto intervencionista na sociedade num aspecto social e político. Os principais resultados indicam a importância de se buscar a abertura de campos já existentes, mas velados pelas ideologias vigentes do senso comum. É constatado que há uma dissonância em relação ao campo de atuação de alguns profissionais e sua respectiva prática, especialização e abordagem.

Metrópole Digital: avaliação das ações em orientação e planejamento de carreira pelos alunos do projeto

Erlanne Claudino dos Santos

A presente proposta tem como objetivo apresentar a avaliação feita pelos alunos que concluíram o curso de Formação de Programadores, vinculado ao projeto Metrópole Digital, às ações em orientação e planejamento de carreira voltadas à preparação e a inclusão no mercado de trabalho, bem como investigar a inserção ou não desses alunos no mercado de trabalho na área de Tecnologia da Informação (TI). O Projeto Metrópole Digital, desenvolvido pelo Instituto Metrópole Digital e administrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tem como foco a captação de talentos em TI , a formação especializada e a preparação de adolescentes para a entrada no mercado de trabalho a partir do desenvolvimento de habilidades cognitivas e

interpessoais. A idealização e a concretização do projeto aconteceu em um contexto em que os inúmeros avanços ocorridos nas últimas décadas, notadamente no que se refere à revolução tecnológica, fizeram com que, para os jovens, a entrada no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo e exigente, implique em uma constante necessidade atualização, boa formação e treinamento que capacite-os a preencher as vagas existentes, melhor instrumentalizando-os para a prática profissional. Deste modo, tem-se uma relação direta com a questão do trabalho. A orientação teórica da proposta tem como base o conceito de Dutra (1996), onde a carreira se configura como a capacidade de o sujeito assumir atribuições e responsabilidades em níveis crescentes de complexidade. Como metodologia, de modo geral os procedimentos incluíram a aplicação de questionários, realização de entrevistas e observações. Inicialmente, foram disponibilizados para os estudantes questionários digitais para identificar a percepção e avaliação dos mesmos em relação às ações voltadas para o planejamento de carreira oferecido pelo instituto ao longo do curso de Formação, em seguida, foram realizadas entrevistas e observações com alguns participantes chave. Como resultados, no que se refere à inserção no mercado de trabalho e a carreira, o questionário mostrou que apenas 16% dos estudantes que responderam ao questionário estão fazendo curso superior na área de TI , apenas 2% dos estudantes está estagiando na área e somente 1% está trabalhando com isso. Além disso, 33% cursam graduações em outras áreas. No entanto, para os participantes os conteúdos aprendidos ao longo do curso oferecido pelo Instituto Metrópole Digital e as diversas atividades propostas com vistas à preparação para a entrada no mercado de trabalho, refletiram positivamente tanto na vida pessoal quanto na profissional e auxiliaram na melhor definição da trajetória futura profissional. Constatou-se também grande número de reprovações ao longo do curso. Como apresentado, esta investigação se propôs a verificar se as ações voltadas para o planejamento de carreira oferecidas pelo Instituto Metrópole Digital na preparação e inclusão no mercado de trabalho traziam impactos positivos na carreira dos estudantes partindo-se da própria avaliação deles. De modo geral, tomando como referência a avaliação dos egressos, o curso teve impacto positivo, ajudando na definição da trajetória profissional, mas se faz necessário uma atenção maior na forma de ingresso dos estudantes no curso, na didática em sala de aula, e, especialmente, na aplicação dos conceitos teóricos à prática, no sentido de os conteúdos estarem sempre atualizados, renovando-se em função das demandas do mercado de trabalho, o que ajuda a impulsionar a carreira e, de certo modo, propicia que os egressos possam competir por vagas cada vez mais disputadas de modo mais bem preparado.

O discurso neoliberal e as estratégias de poder nas relações de trabalho

Jonas Eduardo Tavares de Souza, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento

A presente pesquisa de iniciação científica se insere nas reflexões acerca dos modos de subjetivação do/a trabalhador/a proposto no eixo-temático trabalho. Partimos da compreensão de que o neoliberalismo rompe com o regime disciplinar e estabelece uma nova ordem paras formas organizadas das instituições, inserindo essa mudança também para o plano subjetivo e os saberes. O estudo teve por objetivos conhecer os elementos característicos das relações cotidianas no trabalho intermediadas pelo poder neoliberal e como as estratégias de poder atuam no cotidiano de profissionais do comércio. Foram entrevistadas nove pessoas trabalhadoras no meio organizacional-varejista na cidade de São Paulo, com uso de questões norteadoras e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aprovados em Comitê de Ética em Pesquisa. Para compreensão do fenômeno pesquisado contamos com as contribuições dos estudos foucaltianos sobre o neoliberalismo. A análise foi baseada no referencial teórico-metodológico das práticas discursivas que possibilita compreendermos a linguagem em ação, assim como os significados produzidos e os posicionamentos estabelecidos pelas pessoas nas relações sociais cotidianas. Foram adotados como passos de análise a transcrição sequencial, a transcrição integral, a identificação de temas e a construção de mapa dialógico. A análise dos resultados indicou que há conflito entre os dois modelos de exercício de poder presentes nas relações de trabalho: o disciplinar e o pós-disciplinar (neoliberal); a estratégia de controle fundamentadano conhecimento técnico e em um código moral baseado na produtividaderege as relações de poder e a subjetivação dos/as trabalhadores/as. Concluímos que o poder, e seu controle, são subsidiados pelo conhecimento técnico introjetado nas pessoas; a moral estabelecida pela produção é um dispositivo disciplinar; a sociedade de risco é um produto dessa condição e o Panóptico ainda é uma metáfora que expressa claramente os preceitos neoliberais.

O impacto da organização do trabalho sobre a atividade dos frentistas e a sua influência no aumento da exposição ao benzeno

Marcelle La Guardia Lara de Castro

A alta exposição a que os frentistas são submetidos diariamente ao benzeno provoca problemas de saúde como leucopenia, anemia, leucemia e outras alterações hematológicas já demonstradas na literatura. O risco químico nos postos de gasolina pode ser agravado pelas variabilidades ambientais e individuais, que potencializam ou agravam o efeito do benzeno no organismo dos trabalhadores. Devido aos graves problemas de saúde que essa exposição acarreta, este estudo

buscou analisar um dos possíveis fatores que influenciam no aumento do contato dos frentistas com o benzeno: a organização do trabalho. Procurou-se analisar a atividade dos frentistas e identificar as características da organização que podem influenciar negativamente na exposição ao tóxico, tendo a ergonomia da atividade como eixo teórico principal. Em trabalho de campo realizado na disciplina Ergonomia (Departamento de Engenharia de Produção/Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais), foi realizada uma Análise Ergonômica do Trabalho (AET) para alcançar a profundidade de análise desejada. O posto de gasolina estudado localiza-se na região metropolitana de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, Brasil. Os dois principais pressupostos da AET são: a participação voluntária dos sujeitos envolvidos na intervenção e a investigação do trabalho nas situações reais, ou seja, a análise da ação situada. Assim, foram realizadas observações sistemáticas, entrevistas e autoconfrontações simples com cinco funcionários, tendo os próprios trabalhadores como atores da pesquisa. Posteriormente, foram construídos gráficos com os dados obtidos nas observações para relacionar algumas variáveis ao derramamento de combustível, como tipo de automóvel, horário de pico e tempo de experiência no posto. Esse derramamento proporciona um contato cutâneo com o benzeno, aumentando a sua absorção pelo organismo e potencializando os efeitos negativos desse tóxico sobre o corpo. Os dados sugerem que a organização do trabalho pode influenciar nessa exposição, visto que ela intensifica a atividade e impede que os trabalhadores executem o modo operatório aprendido pela experiência e que possibilita a autogestão desse risco. Além disso, as longas jornadas e o excesso de horas extras aumentam o contato com o tóxico, pois as altas metas estabelecidas muitas vezes fazem com que os trabalhadores estendam a sua jornada de trabalho para alcançá-las. Foi encontrado também que uma relação de maior conflito com a gerência pode causar irritabilidade nos trabalhadores, fazendo com que estes diminuam a atenção requerida para realização de um modo operatório que os proteja do tóxico. Há uma lacuna na literatura sobre os efeitos do benzeno na ocupação dos frentistas, bem como dos impactos das outras variáveis do ambiente de trabalho nessa atividade. Apenas reconhecer a presença desse risco é insuficiente para uma análise aprofundada do real que permita compreender como a gestão do risco é realizada e quais são as variabilidades que os trabalhadores convivem diariamente. As medidas de prevenção se baseiam no trabalho prescrito e não no real, o que leva a uma análise da dose e tempo de exposição, mas não considera a maneira como o trabalhador cumpre os objetivos fixados pela organização. A exposição ao benzeno, na realidade, é múltipla e sempre moldada pelas condições de trabalho e pela organização deste. A Psicologia Social tem um importante papel

no estudo da organização do trabalho, buscando entender e analisar as relações interpessoais e a influência destas no trabalho. Sabe-se que as transformações ocorridas no final do século XX nos sistemas produtivos continuam impactando a saúde dos trabalhadores e a sua subjetividade. Desse modo, este estudo se insere no Grupo de Trabalho "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos" devido ao objetivo de analisar os limites e as possibilidades da promoção da saúde do trabalhador e o lugar da organização real na autogestão do risco. As escolhas técnico-organizacionais também modulam a exposição ao risco, ao realizar as mais diversas prescrições. Concluímos que a organização do trabalho pode aumentar o risco do benzeno ao propor metas inalcançáveis, baixo quadro de trabalhadores, realização de horas extras e intensificação do trabalho. Apenas uma análise da presença desse tóxico é insuficiente para identificar o risco na atividade dos frentistas, pois a organização do trabalho tem forte influência nessa exposição e merece, portanto, estudos aprofundados para propor melhores sistemas sócio-técnicos que amenizem esse risco.

O trabalho como agente central na reinserção social do paciente psiquiátrico

Alana de Almeida Ricarte, Tayrine Matias de Paula

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir da perspectiva da teoria de Vigotski e seus seguidores, além de autores como Marx, a unidade do trabalho como possibilidade (elemento) de ressocialização e reconfiguração subjetiva do sujeito portador de alguma psicopatologia, em específico a esquizofrenia. A relação do tema proposto com o grupo de trabalho escolhido, o GT 31 (Trabalho na perspectiva crítica) se dá pela proposta do mesmo em trazer a questão da intervenção do ser humano no mundo e a produção subjetiva resultante disto. O ser humano se constitui como sujeito a partir de suas intervenções e atividades concretas no mundo, se tornando o que chamamos de subjetividade quando este atribui a estas intervenções sentidos e significados pessoais. Assim sendo, o trabalho pode ser analisado como a forma central do ser humano atuar nesse mundo e, consequentemente, se constituir. A partir desta questão, se instaura outra, relacionada a pessoas com algum tipo de transtorno mental, em especial a esquizofrenia. Muitas vezes marginalizadas, ou por conta das dificuldades impostas pelo transtorno, estas pessoas acabam não desempenhando atividades profissionais e/ou educativas (educação básica e superior). Podemos, portanto, nos perguntar de qual forma o trabalho poderia ser agente central na reinserção social do paciente psiquiátrico, sendo meio de atividade e subjetivação. Para contextualizar o problema que está sendo focado neste estudo, precisamos, antes, nos remeter a construção social das noções de normal e patológico ao longo do

desenvolvimento das nossas sociedades. Entender que as concepções de loucura foram construídas dentro de processos culturais próprios nos dá aparato para compreender as produções de sentido que envolvem os processos psicopatológicos. Na perspectiva Histórico-cultural dos processos psicopatológicos, dá-se importância principalmente as determinações sociais no surgimento e manutenção destas, o que lhe confere historicidade. Vigotiski acreditava que, em indivíduos considerados doentes mentais, há diferença na hierarquia de funções psicológicas superiores (mudança na hierarquia de motivos e necessidades já formadas). As contribuições de Vigotski sobre a esquizofrenia também servem de base para este estudo. O autor entendia que o maior prejuízo observado na esquizofrenia se referia a função de formação de conceitos. As idéias e sentimentos nas pessoas com esquizofrenia perdem as funções antes estabelecidas, fazendo com que ocorra uma desintegração dos sistemas complexos estabelecidos ao longo da vida do sujeito. Não há, portanto, formação de novos conceitos, mas sim a utilização automática de conceitos estabelecidos anteriormente. O pensamento retorna ao estado complexo, ligado aos aspectos concretos, em detrimento dos processos de abstração. Tendo em mãos estes conceitos e as concepções que vão surgindo acerca da loucura e do cuidado em saúde mental, podemos discutir a possibilidade da inserção da atividade trabalho na vida destas pessoas como possibilidade de reconfiguração subjetiva e ressocialização. O método utilizado para este estudo é a pesquisa bibliográfica, focando em artigos e livros de Vigotski e Marx, come temáticas acerca do trabalho na perspectiva histórico-cultural como constituição ontológica da subjetividade. Os resultados reafirmam a centralidade da atividade trabalho na constituição subjetiva do ser humano. É por ele que se cria e se transforma o mundo, em um movimento dialético de formação de si mesmo. Tendo a formação de conceitos reduzida ou eliminada, pessoas com esquizofrenia podem se utilizar do trabalho como forma de ressignificação e reconfiguração subjetiva. Além disso, é pelo trabalho que os sujeitos da nossa sociedade atual se identificam e constroem sua base de vida. Um sujeito sem trabalho, sem agir no mundo, perde seu caráter de construtor autônomo dos seus processos de vida e de movimento. É através do trabalho (mas não só por ele) que este sujeito pode se ver novamente integrado a sua cultura e sociedade. Discutir estratégias para a possibilidade da atuação profissional de sujeitos portadores de alguma psicopatologia é uma tarefa necessária, visto que o panorama atual de cuidado em saúde mental gira em produção de novas técnicas de abordagem e terapêutica.

O trabalho do professor na Educação não formal

Bruna Luise Fernandes, Deivis Perez

Esta pesquisa voltou-se para o estudo do trabalho de um grupo de professores da educação não formal, que atua em um programa de formação inicial de pessoas para o mundo do trabalho (denominado Programa de Formação de Pessoas para o Mundo do Trabalho e Cidadania). Vale notar, que a educação não formal caracteriza-se pela intencionalidade de ensinar, pelos agentes educacionais (professores, monitores), e aprender, pelos participantes do processo educativo. Esta modalidade de educação ocorre fora do sistema escolar formal. Como aportes teórico-metodológicos adotaram-se o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) e a Clínica da Atividade, que são abordagens complementares. O ISD e a Clínica da Atividade têm como raízes epistemológicas o racionalismo-materialista de Spinoza, o materialismo dialético de Marx e, principalmente, a Psicologia histórico-cultural de Vigotski. Os objetivos da pesquisa foram identificar e analisar: 1) o contexto de trabalho de um grupo de professores da educação não formal; 2) as relações entre os diferentes elementos laborais destes professores (alunos, coletivo de trabalho, chefia); 3) os instrumentos concretos e semióticos de trabalho dos docentes; 4) os aspectos potencializadores e dificultadores do trabalho analisado. O ISD contribuiu com aportes sobre os tipos de trabalho (prescrito, real e interpretado). A Clínica da Atividade ofereceu aportes sobre o trabalho como fenômeno concreto e psicológico. No tocante à metodologia, optamos pelo uso de instrumento construído no âmbito da Clínica da Atividade, que é a autoconfrontação. Buscamos construir um conjunto de saberes sistematizados capazes de apoiar a compreensão profunda do trabalho de professores da educação não formal por meio dos relatos dos próprios educadores durante a aplicação deste instrumento. Como resultado podemos destacar: 1) que o trabalho dos professores pesquisados se desenvolvia em um contexto organizacional de parceria entre duas instituições públicas estatais; que eram uma universidade e um centro de referência em assistência social (CRAS) 2) no tocante às relações interativas e articulações entre os diferentes elementos constituintes da atividade laboral destes professores, a avaliação dos voluntários da pesquisa é que o relacionamento marcadamente afetivo com os alunos se constitui em elemento facilitador do trabalho. A dificuldade de manejo do coletivo de alunos, em particular no que diz respeito ao comportamento pouco comprometido ou atento à aula notado entre os alunos em alguns momentos é percebido pelos educadores como dificultador da atividade laboral, que demanda dos profissionais a mobilização de ferramentas ou instrumentos de trabalho voltados para garantir o aprendizado

dos alunos, e ainda, a relação colaborativa entre os professores é um dos aspectos mais positivos do trabalho; 3) os principais instrumentos concretos e subjetivos de trabalho são: os recursos didático-pedagógicos, as prescrições de trabalho, as estratégias de ensino, a dimensão interativa do trabalho dos professores, e, a fala, o ouvir e a observação do coletivo de alunos, visando identificar as demandas de aprendizagem e a orientação dos jovens aprendizes; 4) como aspectos potencializadores levantou-se: o trabalho em duplas de professores, o planejamento ou auto-prescrição do trabalho pelos professores, o fato de o trabalho ser realizada no campo da educação não formal, que oferece maior possibilidade de uma atuação flexível por parte dos docentes, no sentido de adaptar os conteúdos e saberes a serem ensinados às demandas e necessidades de aprendizagem dos jovens atendidos; 5) os elementos dificuldadores do trabalho destacados pelos professores foram: o comportamento dos alunos em alguns momentos das aulas, principalmente as ações discentes que dificultavam que o coletivo de participantes se concentrasse nas atividades de ensino, os momentos em que o trabalho em dupla de professores apresentava falhas (dificuldades no diálogo sobre o trabalho em andamento, elaboração do planejamento de aulas feito individualmente, etc.) e o baixo envolvimento dos profissionais de uma das instituições parceiras com o Programa. Ao final da pesquisa foi elaborado, conjuntamente com os voluntários participantes do estudo, um conjunto de registros e indicações que poderão ser implantadas pelo coletivo de professores visando a melhoria da atividade de trabalho docente.

O uso da categoria gênero em estudos sobre o tema trabalho feminino: uma pesquisa em periódicos brasileiros da psicologia (2000-2012)

Fabia Alberton da Silva Galvane, Giovana Ilka Jacinto Salvaro

Este estudo tem como objetivo realizar uma análise acerca do tema “gênero e trabalho” em artigos de psicologia, a partir da base de dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi), no período de 2000-2012. A pesquisa foi realizada por meio dos descritores “trabalho feminino” e os artigos foram selecionados de acordo com critérios de inclusão/exclusão, respectivamente: a) artigos relacionados diretamente à temática “trabalho feminino”, b) artigos publicados no período de 2000-2012, c) artigos publicados em periódicos da psicologia, d) artigos que disponibilizam o texto completo; a) estudos distantes da temática, b) estudos publicados antes de 2000 e depois de 2012, c) estudos não publicados em periódicos da psicologia, d) estudos que não disponibilizam o texto completo. Contribuições teóricas de Judith Butler, filósofa norte-americana, e de Joan Scott, historiadora norte-americana, assim

como outros(as) autores(as) importantes referências em estudos de gênero, norteiam as discussões realizadas. De modo geral, os trabalhos analisados mostram que a presença crescente de mulheres no mercado de trabalho e a busca por qualificação não garante às mesmas, igualdade em relação aos homens. Persistem desigualdades salariais, campos de atuação generificados e distribuição desigual das atividades domésticas. É possível observar nos trabalhos analisados, quanto ao uso do conceito de gênero, a reprodução de certo modelo binário masculino/feminino. A crença em uma essência feminina/masculina estabelecida a priori, desvinculada dos discursos reguladores e a-histórica, pode servir de entrave no reconhecimento de normas que regulam as relações de gênero. Segundo estudos feministas, tais normas, explicitas ou implícitas, podem ser utilizadas para justificar modelos que localizam e valorizam os sujeitos de forma diferente no mercado de trabalho. Segundo Butler (2010), em seu livro Problemas de Gênero, utilizar gênero como o significado cultural atribuído a corpos anatomicamente diferentes pode ser tão determinante quanto modelos baseados na biologia. Para a autora, é necessário considerar discursos que tornam inteligíveis, ou não, a forma de existir dos sujeitos. Butler (2010) Em seu artigo O enigma da igualdade, Scott (2005) descreve que, muitas vezes, os indivíduos lançam mão de certa "essencialidade" com o intuito de serem vistos e ouvidos no contexto em que vivem. Entre outros aspectos centrais, considera-se que estudar o trabalho feminino em diferentes contextos implica questionar discursos essencialistas e reprodutores de desigualdades sociais.

Oficinas de criação e música com trabalhadores em situação de afastamento do trabalho

Breno Ayres Chaves Rodrigues, Amanda Giron Galindo, Jaquelina Maria Imbrizi

Poucos são os artigos científicos publicados sobre a experiência com oficinas de criação e música no campo da Saúde do Trabalhador. O objetivo deste projeto de iniciação científica (bolsa institucional da Unifesp - 2012-2013) foi oferecer oficinas de criação e música como dispositivo para o acolhimento e o cuidado ao sofrimento dos trabalhadores em situação de afastamento. Trata-se de avançar nas discussões acerca da clínica ampliada em suas articulações com oficinas de criação. Partiu-se de duas hipóteses: a) os encontros com a arte, nas oficinas de criação e música, seriam dispositivos (Lima & Pelbart, 2007) para os usuários se sensibilizarem a movimentos de resistência frente à situação de adoecimento (Ramos et AL, 2008), fortalecendo suas singularidades; b) os encontros poderiam funcionar como intercessores (Galletti, 2004), extrapolando os limites dos estilos e conteúdos que atravessam as oficinas, para assim se recombinarem em novos movimentos clínicos. Com isso, a relação

com o Eixo Temático "Trabalho" e o GT "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos" ocorre por que este projeto visa produzir resistências no cotidiano dos trabalhadores em situação de afastamento. Resistências estas que travam lutas contra os resultados da acumulação capitalista e sua organização de trabalho. Foram utilizados vários instrumentos do método qualitativo de pesquisa em saúde, tais quais: a pesquisa bibliográfica em quatro dissertações, seis artigos científicos e um documento do ministério da saúde; a observação participante; a elaboração de diários de campo e a produção de oficinas. Este conjunto de instrumentos foi utilizado para acompanhar o percurso da pesquisa de maneira ativa, de modo a praticar o método da cartografia (Passos et al., 2009). As etapas da pesquisa foram assim distribuídas: 1) Pesquisa bibliográfica sobre temáticas envolvidas no projeto (oficinas de criação, de arte e de música e saúde; clínica ampliada; saúde do trabalhador; oficinas de criação e produção de subjetividade; oficinas de criação como dispositivo); 2) Intervenção por meio de oficinas de criação e música com um grupo de oito trabalhadores em situação de afastamento; 3) A análise dos dados produzidos foi realizada por meio tanto da leitura atenta do material elaborado nos diários de campo, quanto por meio da audição da gravação dos acontecimentos nas oficinas, levando-se em conta o que sobressaiu e o que se repetiu nas atividades desenvolvidas com os trabalhadores ; 4) Os pontos sobressalentes foram discutidos à luz das leituras realizadas na etapa da pesquisa bibliográfica com vistas à produção de analisadores. Como resultados da pesquisa bibliográfica, nossos achados foram: I - A expressão e criação artísticas nas oficinas de música buscam produzir, entre tantos efeitos, fatos de cultura (Lima & Pelbart , 2007; Galvanese , 2010); II - Seria no campo das diversas formas de linguagem (verbal e artística), do homem na cultura, que poderíamos pensar a criação de novos modos de existência e de produção de subjetividades (Castro & Silva, 2002; Lima, 2004; Galvanese 2010); III - É nesse campo que as dimensões da arte e da clínica se tensionam, mutam, recombinam, hibridizam e se reinventam (Rolnik, 1996); IV- Estes movimentos dizem respeito à clínica e podem produzir saúde, logo, enunciam uma prática de liberdade para a constituição de novos territórios existenciais (Lima, 2004). Como resultado surpresa da pesquisa, foi criado um grupo de estudos composto por outros estudantes interessados na temática Arte e Saúde, além do estudante e professora/orientadora proponentes desta pesquisa. Este grupo, por meio de reuniões quinzenais, discutiu textos, participou da pré-oficina e colaborou com ideias e sugestões. Deste modo, os dados desta pesquisa estão repercutindo em outros projetos e, assim, a divulgação científica da pesquisa está acontecendo de forma compartilhada e de modo a acompanhar processos. Sobre as oficinas, foram realizadas três e

uma Pré - Oficina, apenas uma com trabalhadores. Assim, a grande dificuldade do projeto foi o recrutamento e a consolidação de um grupo de trabalhadores para participarem das atividades propostas. Apesar destas dificuldades, todas as oficinas possibilitaram múltiplas análises do processo da pesquisa, chegando a considerações importantes: 1) Em todas as oficinas realizadas, seja ela com trabalhadores ou estudantes, ouvimos falas que destacavam a importância da criação artística e de trocas de experiências como formas de cuidado e saúde; 2)Iniciou-se articulação de estudantes atuantes na área de saúde do trabalhador; 3) Alguns equipamentos da rede de saúde do trabalhador de Santos puderam ser mapeados. Foi possível concluir que o projeto se constituiu como forma de resistência frente ao desinvestimento na questão da saúde dos trabalhadores, principalmente daqueles em situação de afastamento. Há a urgência de se potencializar ações que apostem em experiências nas quais o exercício da criatividade seja importante fator para a promoção de saúde.

Organização do Trabalho no âmbito do contexto de produção de bens erviços: o caso de uma empresa de alimentos

Karlinne de Oliveira Souza, Cássio Adriano Braz de Aquino

Este trabalho tem como objetivo principal conhecer e compreender o contexto de trabalho de uma tradicional empresa da cidade de Fortaleza no ramo de doces e salgados. Tal trabalho é resultado de reflexões decorrentes do estágio não curricular, a partir do qual podemos observar e vivenciar aspectos relativos ao ambiente de trabalho e ao modo como a empresa se estruturava – modo que divergia, notadamente, de outras organizações na cidade. Delineado em forma de estudo de caso, realizamos um estudo sobre esta empresa e sua estruturação. Para tal, utilizamos o referencial da Ergonomia, principalmente no que tange ao conceito de atividade, fazendo-se imprescindível situá-la em um determinado ambiente ou contexto de trabalho. Para compreender este ambiente, utilizamos o conceito de Contexto de Produção de Bens e Serviços (CPBS) desenvolvido por Ana Maria Magnólia Mendes e Mário César Ferreira (2003), que é uma tentativa de inter-relacionar algumas dimensões do trabalho que geralmente são vistas de forma desconexa e desintegrada. Três dimensões constituem o CPBS, a saber, Condições de Trabalho, Organização do Trabalho e Relações Sócioprofissionais. De acordo com estes autores, a primeira dimensão, Condições de Trabalho, expressa as condições que existem no ambiente de trabalho, tanto no que diz respeito à infra-estrutura, quanto a práticas administrativas. A categoria Relações Sócioprofissionais diz respeito aos elementos interacionais que se expressam nas relações entre os trabalhadores, de modo a caracterizar a sua

dimensão social. A Organização do Trabalho se relaciona com elementos prescritos que expressam as práticas de gestão de pessoas e de trabalho que norteiam o ambiente laboral, de modo a permitir o seu funcionamento. Destacamos a categoria Organização do Trabalho como eixo central de nossa análise. Nesta, questões referentes à produtividade, à divisão do trabalho, aos horários, aos ritmos de produção e ao controle – supervisão e fiscalização – também são abordados. Este estudo também objetiva situar as outras duas dimensões que constituem o CPBS, de modo a possibilitar um aprofundamento do objeto estudado. Para a construção dos dados, foram utilizadas as seguintes metodologias: observação participante e entrevistas. O procedimento de análise dos dados foi orientado por meio da técnica de análise de conteúdo construtivo-interpretativa proposto por Gonçalez Rey. A pesquisa apontou para uma marcante diferença entre esta empresa e outras empresas no mercado. A interrelação das três dimensões do CPBS possibilitou uma compreensão global e aprofundada do contexto de trabalho na organização. Os dados também apontaram para a existência de um ambiente bastante positivo promovido pela atual direção. Tal contexto é fundamental para o desenvolvimento das atividades dos funcionários e foi um elemento importante para compreender o contexto laboral dos trabalhadores. Algumas questões ainda ficam abertas para discussão, principalmente no que se referem às transformações que advêm com a implementação de tecnologias e à implicação das mudanças gerenciais para o contexto de trabalho da empresa e seus impactos para a subjetividade dos trabalhadores. É importante destacar que tais transformações só podem ocorrer a partir da implicação da gerência com este processo e será ainda mais profícuo se contarem com a participação dos trabalhadores. Este trabalho aproxima-se com a proposta esboçada pelo grupo de trabalho intitulado “Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos”, uma vez que contribui paras as discussões sobre as relações de trabalho e dos processos organizacionais sob a perspectiva da Ergonomia. Nesta há um esforço direcionado para a melhoria das condições laborais, considerando o saber dos trabalhadores sobre sua atividade um aspecto fundamental para a análise do trabalho.

Políticas Públicas na gestão pública: co-construindo novos sentidos em uma cotidianidade de construção de práticas sociais

Neiza Cristina Santos Batista

Propomos um diálogo sobre a cotidianidade de construção de práticas sociais em uma empresa pública federal, no que se refere ao desenvolvimento de Programas ligados à Políticas Públicas. Dentre estas, destacaremos a implementação de ações referentes ao Programa Pró-Equidade de

Gênero, Raça e Diversidade e a produção de sentidos decorrente destas. Nesta perspectiva, este trabalho relaciona-se de forma direta com o GT 27 - Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos - já que parte da perspectiva crítica da Psicologia Social, entendendo o trabalho enquanto "(..) um fenômeno psicossocial em suas dimensões simbólica, intersubjetiva, política etc", tratando do "Processos de exclusão e relações desiguais de gênero, raça/etnia; idade, entre outras, em suas articulações com as relações de trabalho". (Oliveira, Fábio de; Coutinho, Maria Chalfin; Stecher, Antonio, 2013). Sob o referencial de práticas discursivas, partimos do pressuposto de serem todas as relações permeadas por práticas de poder e resistência e constantes negociações. Sendo assim, supomos descontinuidades e constantes jogos de negociação a partir dos quais só é possível coconstruir práticas sociais efetivas se estas partilharem de uma visão de campo preocupada com a intersubjetividade. Entendendo o cotidiano como um espaço complexo de pesquisa e ação e não apenas como uma categoria residual, convêm mencionar que trabalhar Políticas Públicas Sociais em um espaço laboral onde seus participantes partilham de uma cotidianidade avessa à realidade da grande população brasileira se constitui em um desafio sobre vários aspectos. Como parte de uma sociedade que tem uma estrutura social e econômica permeada por relações de poder embasadas em questões Gênero, Raça e Idade e que, para tanto, tem todo um aparato ideológico que traduz para nosso cotidiano tal estrutura como algo natural, é preciso a todo tempo remar na contra maré. Quando trazemos esta provocação para dentro do espaço organizacional público não podemos esquecer que, embora esta realidade apareça neste micro espaço de formas diversas, os aparatos ideológicos mantêm-se os mesmos, de forma que se torna necessário assumir um posicionamento claro de luta por uma sociedade justa e nos preparamos para esta. Nesta perspectiva, no ano de 2012, a Embrapa propôs às suas Unidades o projeto "Oficinas - Reflexões sobre Diversidade na Prática Organizacional" com o Objetivo de instrumentalizar as Comissões locais, gestores e empregados em geral quanto à importância do Programa Pró-Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, de forma a construir espaços coletivos para reflexão e proposição de ações. Sendo assim, tivemos uma participação de 85% das Unidades (em números concretos, 41 Unidades) que promoveram um total de 398 horas de espaços de reflexão. Em especial, destacamos neste trabalho as oficinas realizadas em uma destas Unidades - a Embrapa Tabuleiros Costeiros – que tiveram como resultado a produção de novos sentidos, por parte do integrantes da Comissão, no que se refere ao fato de a desigualdade ser estrutural e institucional, de forma que seu escopo é muito mais amplo que as relações interpessoais e o próprio espaço da Embrapa. Sendo assim, a equipe idealizou um Plano de

Ações para o ano de 2013, que tem como objetivo trazer uma maior reflexão sobre a dimensão da desigualdade em nosso dia a dia de forma estratégica, de forma a preparar, o ambiente organizacional para futuras tensões decorrentes de Políticas de Ação Afirmativa.

Possíveis contribuições da Psicologia Social para a formação em Administração da UFRRJ – Campus Nova Iguaçu

Geruza Tavares D Avila

O objetivo deste trabalho foi identificar possíveis contribuições da Psicologia Social para a formação de estudantes do primeiro ano de graduação do curso de Administração da UFRRJ, no campus da cidade de Nova Iguaçu, localizada na região da Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro. A institucionalização do referido curso de graduação é relativamente "nova", uma vez que a UFRRJ vinha oferecendo, desde o final da década de 1990, a partir de convênios com as municipalidades, turmas fora de sua sede em diversos municípios do estado. Tal experiência foi breve, no entanto, possibilitou em 2005, com o desenvolvimento do Programa de Expansão do Governo Federal, a criação do campus de Nova Iguaçu em 2006, com seus primeiros seis cursos de graduação, inclusive o de Administração, à época ainda titulado Administração de Empresas. A inserção de vieses das áreas Humanas e Sociais junto a este curso ocorre por contribuições de vários componentes curriculares, mas especialmente a partir das disciplinas de "Psicologia aplicada à Administração", "Comportamento Organizacional", "Gestão de Pessoas I e II", além de algumas optativas, que compõe a área de Administração de Recursos Humanos, ou, como é conhecida mais recentemente, a "Gestão de Pessoas". Dessa forma, no segundo semestre do ano de 2012, justamente após uma greve das/nas universidades públicas brasileiras de duração superior a 3 meses na referida Universidade a qual reivindicava, entre outras coisas, melhores condições de trabalho, foi sugerido aos trinta estudantes matriculados disciplina de Comportamento Organizacional, a leitura de livros que se diferenciavam da noção de sujeito enquanto um recurso humano para as corporações, privilegiando publicações que o abordassem a partir de sua historicidade e materialidade. Essa orientação teórica configura-se também como ponto de partida para o desenvolvimento da prática científica e docente da pesquisadora, dialogando com autores oriundos da Psicologia, da Sociologia, da Economia e, de outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Questionar a lógica vigente, aquela em favor da produtividade organizacional, também vem sendo uma preocupação científica e política da pesquisadora, sobretudo em locais que enfrentam severas desigualdades sociais, tal como a cidade de Nova Iguaçu. Assim, o presente trabalho está em

consonância com a proposta do Grupo de Trabalho (GT) "Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos". Participaram do presente estudo 19 estudantes, sendo 13 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, com a média de idade de 23 anos, variando entre 18 e 42 anos. Como informações para análise, foram utilizadas as resenhas realizadas por tais estudantes as quais haviam sido entregues como avaliações parciais da referida disciplina. Ao término do semestre, os estudantes além de entregarem individualmente as resenhas, apresentaram as mesmas, socializando suas produções e criando ambiente profícuo para o desenvolvimento desta investigação. Todos os estudantes foram informados do objetivo desta pesquisa e assinaram em sala de aula um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando a pesquisadora a utilizar suas resenhas como material para análise, que foi desenvolvida pela técnica de Análise de Conteúdo. Os livros sugeridos para as resenhas bibliográficas abordaram a relação entre o trabalhador e a organização a partir de uma perspectiva crítica, são eles: "O poder das organizações" de Max Pàges et al, "Adeus ao trabalho?" de Ricardo Antunes, "Discurso Flexível, Trabalho Duro" de Márcia Bernardo, "A participação no trabalho" de Maria Coutinho, "Assédio Moral" de Marie-France Hirigoyen, "A banalização da Injustiça Social", de Christophe Dejours, "Fatos e fábulas da vida executiva" de Thomaz Wood Jr e, finalmente, "Responsabilidade social e diversidade nas organizações" de Melissa Bahia. Apesar de quase a totalidade dos estudantes terem realizado resumos dos livros, os resultados apontam uma reflexão sobre as temáticas violência, saúde e subjetividade, participação/dominação e identidade do trabalhador, ampliando-as inclusive para suas vidas pessoal e profissional. Três participantes realizaram um relato de situações difíceis de serem enfrentadas diariamente em seus ambientes de trabalho e, verificou-se ainda que outros três conseguiram vincular as temáticas abordadas nos livros com outras literaturas aprendidas em seu curso de graduação, apontando, inclusive, críticas relacionadas à própria Administração, bem como à situações vivenciadas na Universidade, especialmente no período da greve. Durante a socialização das produções textuais à turma, alguns sujeitos mencionaram que estão praticando mais a empatia em suas atividades laborativas e questionando a lógica do desempenho trazida do bojo de cada uma destas leituras. Considera-se como algumas das possíveis contribuições da área da Psicologia Social para a formação em Administração a reflexão sobre os conceitos de identidade e subjetividade, de participação no trabalho, do assédio moral nas organizações, bem como sobre o poder e o controle das mesmas em sua relação com os trabalhadores. É possível que este diálogo com os futuros administradores, os

"gestores do capital", possa questionar os jogos de poder dentro das organizações, bem como as desigualdades vivenciadas pelos trabalhadores em nosso país.

Profissionais da saúde de UTI: um olhar sobre a saúde mental dos trabalhadores

Denise Fabiane Polonio, Sabrina Fleck

Vivemos em uma sociedade onde o trabalho é extremamente valorizado, pois além de ser essencial para a sobrevivência, faz parte da construção da identidade dos sujeitos. No entanto, enquanto o trabalho pode ser uma fonte de satisfação para uns, pode gerar sofrimento para outros. Esse sofrimento pode ser resultado da pressão que esse trabalhador é submetido, levando-o ao adoecimento. Deve-se reconhecer que cada trabalhador tem sua própria subjetividade, que precisa ser respeitada, não considerando o corpo dos trabalhadores como uma máquina, que não sofre excitações (DEJOURS, 1994). Dessa forma, pensando no ambiente de trabalho e de como este interfere na saúde mental de cuidadores, realizamos um estudo envolvendo profissionais da saúde de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), de um hospital do interior do Rio Grande do Sul , com objetivo de problematizar a saúde mental destes profissionais. A metodologia utilizada foi de grupo focal, realizado com quatro enfermeiros e técnicos de enfermagem, em um encontro com duração de uma hora, a partir da proposta da disciplina de Psicologia, Trabalho e Organizações I, do Curso de Psicologia, do Centro Universitário Univates (Lajeado – RS). Percebemos que a humanização do trabalho e do trabalhador contribui para uma maior assertividade desses cuidadores. Segundo Camon (2010), a hospitalização é um processo indesejado para a maioria das pessoas. Nos processos de internação, os doentes acamados têm sua vontade aplacada, sua intimidade é invadida e seu mundo de relações acaba sendo rompido. Por isso é importante que os profissionais envolvidos neste contexto insiram em seus processos de trabalho práticas mais humanizadas de cuidado para com estes pacientes. Ao mesmo tempo, esses cuidadores estão em contato direto com o sofrimento, a dor e a morte. Como afirma Kovács (2010), os profissionais da saúde estão em contato com o sofrimento nas suas mais diversas formas. Precisam se posicionar quanto a dor, mas nem sempre conseguem aliviá-la. Esse convívio intenso com a dor e a morte faz o profissional ter que lidar constantemente com sua fragilidade, vulnerabilidade, medos e incertezas, mas nem sempre tem espaço para poder compartilhá-lo. A partir das discussões foi possível perceber que os cuidadores estão em sofrimento em decorrência da pressão no ambiente de trabalho. Afinal, seu objeto de trabalho é o corpo humano, e qualquer descuido pode trazer consequências sérias, o que aumenta a pressão. Para eles, essa pressão resulta em

dores musculares e dificuldade de se desligar do local. Entretanto, o grupo participante relatou conseguir encontrar apoio entre os colegas, já que não se sentem seguros o suficiente para buscar o Psicólogo da organização. Dessa forma, mesmo de maneira precária, estão conseguindo evitar o adoecimento e podendo desempenhar suas atividades de maneira satisfatória. Este trabalho teve em sua conclusão, a constatação de que é preciso estar atento à saúde do trabalhador, pois o trabalho é um fator de adoecimento. Mas nem tudo é sofrimento, e o trabalho pode ser um promotor de saúde quando os profissionais encontram meios propícios para trabalhar com as questões que os desacomodam. A inserção do profissional da Psicologia ainda está a passos lentos, pelo que se percebe, mas mesmo assim, é de fundamental importância o trabalho do profissional Psicólogo nos mais diversos contextos, já que na área da saúde, os cuidadores precisam lidar constantemente com suas limitações e frustrações.

Psicologia e Serviço Social: demandas e encaminhamentos possíveis

Marcelly Stefany de Araújo Lima de Oliveira, Bárbara Alves do Nascimento Silva, Camila Marques Beserra, Vanessa Alves de Souza

Vemos emergir em diversos espaços de discussão questionamentos e reflexões acerca do atendimento integral que, mesmo sendo considerado como ponto fundamental para uma efetiva construção da atenção à saúde, ainda é encarado como um desafio, tendo em vista que o modelo médico curativo e assistencialista ainda se mostra hegemônico, tendendo a centralizar as ações de saúde na clínica curativa e individual, demandando maior atenção à doença em si e não a pessoa doente. Entendemos que o atendimento integral acontece, no instante em que a pessoa humana é vista e compreendida como um todo, inserida em um contexto sócio-histórico-cultural e tangenciada por sua subjetividade. Para fins deste trabalho destacamos as categorias de profissionais psicólogos e assistentes sociais, que atuam conjuntamente com as Equipes de Referência da Estratégia de Saúde da Família (ESF) como apoio matricial. Este relato trata-se de uma intervenção realizada junto aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS's), sendo suscitada após os referidos profissionais – psicólogos e assistentes sociais – observarem que sua atuação também era encarada sob viés médico curativo e assistencialista acima circunscrito. Assim, a intervenção foi pensada com o objetivo de lançar reflexões acerca do fazer e das contribuições da inserção do psicólogo e do assistente social na Unidade Básica de Saúde (UBS), fomentando reflexões e discussões no que concerne a inserção de diferentes profissionais no projeto de prevenção e promoção da saúde da ESF. Intervimos através da realização de oficinas, que foram realizadas em quatro UBS's, em uma cidade do interior de

Pernambuco. A oficina foi realizada em quatro momentos. Primeiro momento: Quem é o outro? Neste momento, visamos à apresentação dos participantes da oficina. Como todos já se conheciam este momento serviu para descontração e entrosamento. Solicitamos que os participantes da oficina listassem três características que cada um considera inerente a si mesmo sem identificar-se. Em seguida, colocamos as características em uma caixa e pedimos que, após a leitura das mesmas, todos os participantes levantassem hipóteses acerca de quem se tratava. Assim, fomentamos o entrosamento e refletimos que cada um possui características singulares, que são importantes para a formação do coletivo. Visamos, ainda, iniciar nossa reflexão mostrando que cada profissão é igualmente importante em suas contribuições para o fanal, neste caso a prevenção, promoção e a preservação da saúde. Segundo momento: O que é cada profissão. Fizemos uso de algumas profissões para podermos refletir acerca de como o fazer de cada uma delas é importante. Iniciamos nossa reflexão com profissões incomuns e engraçadas. Através de placas com o nome de algumas profissões como: apontados de agulhas de crochê, especialista em odor, desinlinhador de novelo de lã. Demos uma placa a cada pessoa e em seguida cada um partilhou qual a formação e quais as habilidades eram necessárias para o bom desempenho de cada profissão. Desenvolvemos a intervenção através do resgate da fala dos participantes, evidenciado que todas as profissões carecem de formação – não necessariamente acadêmica ou técnica – para que possa ser exercida de modo eficaz. Com isso abrimos caminho para pensarmos as diferentes atuações ali presentes. O Agente Comunitário de Saúde (ACS) nos trouxe como se delineia o seu fazer e nós expusemos o nosso fazer e a demanda que podemos abarcar em cada profissão. Aqui destacamos a importância de construirmos o conhecimento conjuntamente, entendendo e adentrando no contexto em que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) está inserida. Terceiro momento: Cenas e cenários. Elaboramos duas situações – estudos de caso – visando lançar reflexões acerca de quais elementos vislumbrados nos estudos de caso destacam-se como demandas que devem ser encaminhadas ao assistente social e ao psicólogo. Dividimos os participantes em dois grupos, instruindo os mesmos que elencassem os elementos supracitados em uma folha de cartolina e em seguida, cada grupo expôs aos participantes da oficina. Assim, criticamos e discutimos acerca das demandas encontradas na comunidade e como se poderíamos atuar na assistência à saúde dos comunitários. Quarto momento: feedback e encerramento. Promovemos um momento onde os participantes da oficina compartilharam sua percepção acerca da mesma, como se sentem, se foi construtivo para o seu fazer profissional. Segue-se o encerramento, que se dará com o auxilio de uma música. Assim, consideramos que promovemos um ambiente de troca onde se observou

a promoção da interação entre os profissionais envolvidos, dando voz aos mesmos e lançando-se reflexões acerca dos diferentes fazeres profissionais envolvidos. Compreendemos que esta intervenção contribuiu positivamente para a construção de novas possibilidades de prática, visando à integralidade através da multidisciplinaridade.

Psicologia, Trabalho e Educação (re) pensando e refletindo a inclusão no mundo do trabalho

Clairton Bassin Pivoto, Ana Paula Parise Malavolta, Vilson Carlos Simborski Menezes

Objetivo: O presente resumo alvitra brevemente o entendimento sobre o Projeto de Extensão Universitário, intitulado "Desenvolvendo Potencialidades e Talentos para o Mundo do Trabalho", que propõe uma parceria entre APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), e URI Campus de Santiago através do curso de Psicologia, e tem por finalidade desenvolver e auxiliar no processo de conquistas e descobertas, reafirmando talentos e aptidões de pessoas adultas da Instituição APAE. Ao fazer uma compreensão do processo histórico das pessoas com necessidades especiais, é possível imaginar o difícil percurso e o grande sofrimento decorrente da rejeição, discriminação e preconceito. Esses fatores de desigualdades impulsionaram o surgimento de associações através de familiares, amigos, professores e médicos das pessoas com necessidades especiais, criando-se então a APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. De acordo com o estatuto da APAE de Santiago,1975, a mesma é caracterizada como uma associação civil, filantrópica, assistencial, educacional, de estudo e pesquisa entre outras práticas. Assim, alicerçados na história das APAES e em toda legislação vigente em nosso país, estaremos a partir deste momento expondo o projeto que está sendo desenvolvido na cidade de Santiago. Logo, o seguinte exposto que será reproduzido, tem um aparato legal e que acreditamos ser de vital importância para discussão do tema Educação Especial e Inclusão de pessoas no Mundo do Trabalho, visto que as APAES promovem o ensino e aprendizagem para pessoas com necessidades especiais, mas nem por isso devam ser isoladas das discussões sobre educação, e tampouco das discussões do mundo de trabalho, neste contexto em pauta. Para Zanelli, 2004, o trabalho nos permite vislumbrar diferentes conceitos, uma vez que as pessoas que estão diretamente implicadas no processo, irão reagir de acordo com suas singularidades, ou seja ele pode ter um sentido de algo prazeroso ou ser um ato que apenas é realizado por um viés de subsistência e que algumas vezes ocasiona sofrimento. Relação com o GT e o Eixo Temático escolhido: O eixo temático que escolhemos refere-se ao "trabalho", pois acreditamos que o assunto o qual propomos uma discussão, ou seja, a inclusão

de pessoas com necessidades especiais no mundo do trabalho, é um assunto que apesar da relevância social que possui ainda é pouco discutido e debatido. Desta forma, o GT que buscamos inserir nosso trabalho é o de número 31, pois acreditamos que ele comtemple nossa experiência acadêmica e possa contribuir para discussões e problematizações acerca da temática que levantamos anteriormente. Método: Através de entrevistas pretende-se produzir o conhecimento que for necessário para incentivar uma maior preparação, aproximação e inserção destas pessoas no mundo do trabalho. Para Gil (2008), a entrevista é definida como aquela que o entrevistador se apresenta diante do entrevistado com perguntas formuladas, com propósito de investigação de dados referente ao motivo que deseja investigar, é vista como uma forma de diálogo em que uma das partes visa coletar dados e a outra é definida como fonte de informação, é uma das técnicas mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Muitos autores consideram como uma técnica por excelência na investigação social e é dotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos ressaltando que parte importante das ciências sociais teve grande desenvolvimento devido às entrevistas. Logo, a entrevista também é vista como tendo grandes vantagens, pois possibilita investigações de diferentes aspectos sociais, bem como coleta de dados aprofundados referentes ao comportamento humano e estes são suscetíveis de classificação e quantificação. Além da entrevista, as seguintes ferramentas metodológicas também são de fundamental importância: - Pesquisas e publicações em revistas e eventos científicos da área, sobre questões relacionadas à POT na região de Santiago; - Desenvolver cursos de qualificação na Escola Especial Carlos Humberto Aquino Frota/APAE de Santiago, como tentativa de promover a inclusão de pessoas com necessidades especiais no mundo do trabalho. Resultados Alcançados: Como objetivos destacamos a criação da "I Amostra de Artesanato da APAE de Santiago", artesanatos estes, produzidos na referida Oficina por seus alunos, à qual ocorreu no dia 08 de julho de 2011 , obtendo grande participação da comunidade, destacamos também a apresentação do projeto citado anteriormente na 2° Mostra Nacional de práticas em psicologia, realizada entre os dias 20 e 22 de setembro de 2012 na cidade de São Paulo e recentemente apresentado no V Congresso Internacional de Educação realizado na cidade de Santa Maria.

Quem são essas mulheres? - A produção de conhecimento da Psicologia Social sobre prostituição

Mariana Luciano Afonso, Rosemeire Aparecida Scopinho

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão acerca da produção histórica de conhecimento da Psicologia Social sobre a temática da prostituição. A prostituição, conhecida popularmente como a "mais antiga profissão do mundo" sempre foi um tema polêmico. Na década de 1980, com o advento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), o debate a seu respeito veio à tona, trazendo temores e práticas sociais discriminatórias em relação à ela. No Brasil, e em países como a França, algumas prostitutas começaram a se organizar em defesa de seus direitos. Ao mesmo tempo, alguns agrupamentos sociais reivindicavam que a prostituição fosse regulamentada e reconhecida como um trabalho "como outro qualquer", enquanto outros consideravam-na uma forma de exploração e mercantilização do corpo feminino e de expressão de relações de poder desiguais entre homens e mulheres. Durante os últimos 30 anos o comércio sexual cresceu e diversificou-se rapidamente, configurando-se como uma indústria que faz circular bilhões de dólares. A maioria das prostitutas, no entanto, tem vivido em uma realidade de culpabilização, criminalização, exclusão social e invisibilidade, com sua atividade ocorrendo em um meio de risco devido à exposição à violência, álcool, drogas e doenças, deixando-as em uma situação de vulnerabilidade social, configurando-se, portanto, como um importante objeto de estudo e intervenção para a Psicologia Social. Para verificar a produção de conhecimento sobre o assunto, realizou-se um levantamento bibliográfico no Banco de Teses da Capes, da produção em Psicologia e Psicologia Social entre os anos de 1987 e 2012. Os estudos sobre prostituição mais antigos em Psicologia Social datam de 2001, tornando-se, aos poucos, mais numerosos ao longo dos anos 2000, possivelmente por influência da apresentação do Projeto de Lei que visava regulamentar a prostituição (PL n. 98/2003) por Fernando Gabeira à Câmara Federal em 2003 que impulsionou alguns debates sobre o assunto. Apesar de existirem muitos estudos na área de saúde sobre o tema, relacionados principalmente às doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), os estudos de Psicologia Social são escassos. No entanto, quando comparados à quantidade de estudos em Psicologia como um todo, representam um número significativo: de um total de 18, 11 são da área de Psicologia Social. Destes, um abordou as dificuldades de mulheres transexuais em três diferentes áreas no mercado de trabalho, sendo uma delas a prostituição, encarada por esses sujeitos que almejam uma profissão mais valorizada, como atividade transitória e necessária. Outro estudo investigou a prostituição masculina, analisando práticas e sentidos relacionados às categorias desejo, prazer e excitação na vivência da prostituição. Uma dissertação abordou a atividade sexual e a relação com a prostituição como formas de edificação da masculinidade de trabalhadores de usinas hidrelétricas. Cinco estudos

versavam sobre prostituição infanto-juvenil, o primeiro enfocando as concepções de infância e adolescência pobres no Brasil a partir do tratamento dado pela mídia à prostituição infanto-juvenil; o segundo era dividido em duas pesquisas, uma sobre uma menina de 14 anos em situação de exploração sexual, percebida pela garota como atividade laboral e outra sobre uma comparação entre características de jovens que trabalham e que não trabalham, ambas as pesquisas levantaram as consequências negativas do trabalho para jovens; o terceiro abordou a exploração sexual sob o ponto de vista de adolescentes prostituídas, enfatizando a exploração sexual como forma de violação de direitos básicos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); o quarto investigou fenômenos envolvidos na violência contra a criança, sendo a prostituição uma das consequências apontadas como prejudiciais para as vítimas; e o quinto teve como objetivo compreender os significados da prostituição infanto-juvenil nos discursos de depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que pretendia "apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil". Os três últimos estudos trataram da prostituição feminina como uma forma de trabalho, o primeiro investigou as condições de trabalho de prostitutas em Florianópolis, incluindo a consciência como uma dessas condições; o segundo analisou os planos de construção de carreira de duas prostitutas do centro de Salvador; e o terceiro pesquisou as particularidades da atividade de prostitutas do baixo meretrício de Belo Horizonte e os impactos da prostituição em seus cotidianos. A escassez de estudos sobre a temática na Psicologia como um todo e também na Psicologia Social, em contraposição à sua abundância na área da saúde, principalmente quando relacionados à DSTs, parece refletir a forma como socialmente a prostituição tem sido tratada: ela existe há cerca de cinco mil anos, na maior parte desse período foi invisibilizada, e seu debate veio à tona nos momentos em que surgiram e disseminaram-se doenças venéreas (a princípio a sífilis, e depois a AIDS), sendo as prostitutas culpabilizadas e ainda vistas mais como transmissoras em potencial, do que como sujeitos em sua integralidade. Tais estudos têm subsidiado uma investigação para compreender as representações sociais de prostitutas que trabalham em uma cidade do interior paulista sobre as propostas parlamentares de regulamentação do seu trabalho.

Relato de experiência prática em Orientação Profissional realizada com estudantes de Ensino Público: abordagem sócio-histórica

Emival Pedroso da Silva Filho, Fernando Cesar Paulino-Pereira, Ezio Alves da Silva Junior

Este artigo, fruto do projeto de extensão de Orientação Vocacional Profissional (OVP), vinculado ao curso de Psicologia do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás

(CAC/UFG), tem como objetivo relatar a experiência de trabalho realizada com estudantes do ensino público da cidade, a fim de ampliar o campo de compreensão do fenômeno da escolha profissional, e em especial, contribuir para o aprofundamento dos estudos deste fenômeno com populações oriundas da classe trabalhadora, frequentemente negligenciadas dos estudos críticos deste campo de atuação da psicologia do trabalho. A Orientação Profissional (OP) assim como boa parte dos campos de atuação do psicólogo, historicamente atendeu ou privilegiou principalmente as classes dominantes da sociedade, neste sentido, este trabalho é feito sobre a perspectiva de ciência que se compromete com a realidade social, pensado como intervenção preventiva e direta em fatores de desregulação da sociedade salarial, compartilhando ainda da idéia de Castel (1997), uma práxis orientada à intervenção no "coração mesmo dos processos de produção e da distribuição das riquezas sociais (p.52)". A abordagem Sócio-Histórica que fundamenta nossa concepção/práxis opõe-se a naturalização dos fenômenos, de forma que, o individuo é compreendido como manifestação da totalidade histórico-social, sendo assim é multideterminado, ator e autor de sua história, não havendo, portanto, determinação social absoluta. Esta abordagem aponta caminhos para concepção do individuo a partir de sua relação dialética com a sociedade. Em oposição aos modelos tradicionais de pesquisa, a pesquisa-ação, método de pesquisa deste trabalho, desconsidera a possibilidade de produção de conhecimento neutro - não se busca uma universalidade dos fatos, mas sim seu movimento, o processo de construção, onde pesquisador e pesquisando se definem por suas relações sociais, podendo reproduzir ou transformar suas condições. Verificou-se ao fim, a necessidade de aprofundamento da discussão, constatada pelo baixo número de pesquisas e práticas voltadas a realidade destes jovens. As relações de trabalho vêm se modificando, precarizando cada vez mais a condição de vida da população trabalhadora. Junto ao avanço da "democratização" do ensino superior, ou seja, a possibilidade maior de ingresso às universidades observa-se paralelamente o aumento das exigências para as ocupações. Porém a questão do trabalho não pode ser abandonada, pelo contrário, deve residir nela a possibilidade de mudança, o que justifica a importância da reflexão acerca da escolha profissional. A experiência no projeto nos evidencia alguns pontos como: alguns jovens trazem concepções naturalizantes a cerca das escolhas profissionais; há no ensino público carência da chamada cultura das profissões; os jovens possuem um baixo índice de informação e conhecimento sobre as novas políticas de democratização do ensino; além da desmotivação construída e alimentada pela realidade precária do ensino público, mídia, etc. Precisamos reafirmar o compromisso enquanto ciência engajada, que respeite e valorize as singularidades. O profissional deste campo deve ter em

mente o papel político de sua atuação e o reconhecimento da possibilidade de escolha destes jovens não pode ser meramente ideológico. A defesa de políticas públicas referentes à Orientação Profissional é diretamente a luta em defesa de uma sociedade mais justa.

Relato de prática em Orientação Profissional e para o trabalho: do contexto informativo ao formativo

Jose Tadeu Acuna, Nilma Renildes da Silva

O presente trabalho em Orientação Profissional teve como objetivo contribuir para a formação de consciência crítica e desenvolvimento do psiquismo, criando um espaço de reflexão e discussão para que os jovens dispusessem de informações sobre a ideologia presente nos dados sobre as profissões e contribuir para que suas opções possam ser mais conscientes. Os orientandos deste trabalho foram adolescentes de faixa etária entre 14 a 16 anos, integrantes de um Centro de Interação Social (CITE) inseridas no serviço Centro de Convivência e Formação de Vínculos para Adolescente e Jovens (PROJOVEM ADOLESCENTE), consistindo em um serviço socioeducativo, destinado a jovens de famílias em vulnerabilidade social, que tiveram seus direitos violados muitos sendo retirados de situação de trabalho infantil, ou inserção precoce no mercado de trabalho. Esta condição tem sido elemento importante na discussão sobre trabalho e mundo contemporâneo, no processo formativo desses jovens, além de outras determinações como condição degradante de trabalho, que retira do trabalhador sua dignidade e expõe a riscos sua saúde e segurança física e mental, a jornada exaustiva que o leva ao limite de suas forças, e a forma de cerceamento de liberdade, como a servidão por dívida, a retenção de documentos e o isolamento geográfico do local de trabalho. Assim, partimos da premissa que um grupo que tenha como objetivo a ampliação sobre a relação capital – trabalho – sociedade capitalista, ao buscar inserir-se no mercado de trabalho terá melhores condições de compreender os limites e possibilidades da escolha profissional, portanto, contribuindo para o desenvolvimento de metodologias que possam contribuir para a diminuição da alienação, que neste caso, a alienação do trabalho. A orientação teórico metodológica utilizada, foi a Psicologia Social Comunitária que tem como foco o compromisso com os setores desfavorecidos da sociedade, além da orientação para a mudança social, reconhecimento da capacidade de ação envolvendo as pessoas em seu próprio processo de mudança por meio de métodos participativos de intervenção. O método para realização da intervenção partiu da concepção que o individuo se desenvolve nas e pelas relações sociais, porém mediados por outro sujeito que propicia elementos para seu desenvolvimento em direção da generecidade humana. Para a realização da

Orientação Profissional nos embasamos em quatro eixos, Autoconhecimento, Sociedade e Profissões, Trabalho e Projeto de Vida, que respectivamente e especificamente objetivam: primeiro, possibilitar aos jovens a reflexão sobre si mesmos e o processo de sociabilidade familiar, escolar, institucional e de amizades que repassam os valores construídos socialmente; depará-los com a sua própria história e proporcionar um espaço para a reflexão a respeito do processo de formação da identidade como em constante transformação; o segundo tem como objetivo, refletir criticamente acerca das profissões, correlacionando-as à questão da ideologia dominante na sociedade capitalista e suas demandas para a reprodução, desenvolvimento e funcionamento da mesma; O terceiro almeja refletir sobre a função social do trabalho, na qual este se torna alienado visto que está a serviço apenas da reprodução de mercadorias e obtenção de lucros, correlacionando com a questão pessoal da escolha profissional de cada participante do grupo; O ultimo eixo, tem como objetivo construir um espaço no processo de grupalização com os jovens para que pudessem refletir sobre seus desejos, expectativas e responsabilidades a curto, médio e longo prazo, traçando planos práticos para que as metas tenham as possibilidades de concretização dentro das mais próximas e possíveis condições reais de existência dos jovens. Os resultados alcançados no eixo ‘’Autoconhecimento’’ foram: a categoria identidade nos desdobramentos, preferencias pessoais, sexualidade e a relação individuo – sociedade. No segundo eixo, “Sociedade e Profissões”, seus desdobramentos nas temáticas, processo de formação e participação grupal, funcionamento e desenvolvimento da sociedade capitalista suas profissões. No terceiro eixo, “Trabalho”, refletiu-se sobre sua função social e a influencia deste na vida de cada participante, tomando como exemplo a família e o grupo próximo de convívio. O ultimo eixo problematizou a questão “Projetos de Vida”, elaborou-se projetos de vida a curto, médio e longo prazo correlacionado ao projeto profissional a fim de organizar as expectativas e procedimentos necessários para se alcançar essas metas. A nossa pratica, proporcionou aos participantes uma discussão sobre o processo de desenvolvimento da identidade, compreendida como um devir. Também pode desvelar a ideologia dominante para que os participantes pudessem compreender as possibilidades e os limites de uma escolha profissional mais consciente dentro de uma dada forma de organização social, a capitalista. Concluímos, pois, que esta prática atingiu os objetivos propostos visto que consistiu em um trabalho informativo e educativo dentro do processo de orientação profissional. De acordo Heller (1985), por mais alienada que seja dada organização social, sempre haverá uma margem para a explicitação do indivíduo enquanto tal.

Trabalho e burocracia: uma investigação com trabalhadores de uma universidade pública do Estado de Goiás

Amom Rodrigues de Morais, Lucênio Miranda Parreira, Maurício Campos

O trabalho burocrático é definido e caracterizado pelo fenômeno da burocracia, e esta por sua vez se constitui na prática pelo esforço dos trabalhadores, no caso, os servidores públicos. A burocracia é um tema amplo que se insere num plano socioeconômico de produção capitalista e tem como função regulamentar, administrar e gerir as relações materiais de produção e sociais. Ela historicamente surge como processo complexo de gerência das relações da empresa privada e com o surgimento do Estado moderno republicano, surge a burocracia estatal como mecanismo de mediação da administração da coisa pública. Portanto, atualmente somos, de uma forma ou de outra, afetados pela burocracia estatal, uma vez, que nos relacionamos necessariamente com a coisa pública. Ademais, no atual contexto do que se tem chamado na literatura social de reestruturação produtiva do capital, inserido no cenário global do neoliberalismo, a reforma do Estado foi uma das consequências dessa nova exigência no plano da economia que exigiu do funcionamento público práticas gerencialistas no plano organizacional. Os meios administrativos junto com o servidor público deveriam se adaptar à lógica de uma racionalização eficiente descentralizadora, pragmática e voltada para os resultados e para o cidadão- cliente, que garantissem rapidez, boa qualidade, custos baixos. No que tange ao âmbito das repartições públicas ou departamentos houve uma aproximação das funções administrativas com a cultura e lógica de resultados das organizações privadas. Essas mudanças na dinâmica das organizações inclusive as de caráter público afetam o trabalho e suas relações, é nesse sentido que a Psicologia Social do Trabalho se presta numa perspectiva crítica a investigar os aspectos subjetivos, discursivos, práticos e ideológicos que servem como estratégias de gestão e controle dos trabalhadores e as implicações disso na saúde dos mesmos. Dito isso, o presente estudo, portanto, teve como objetivo investigar como se caracteriza e se constitui o trabalho, categoria fundante do ser social, na dinâmica da burocracia presente no funcionalismo público. Desse modo, pretendeu-se descrever e analisar os aspectos que perpassam a prática no serviço público a partir de uma perspectiva crítica e sócio-histórica. Na tentativa de problematizar a questão geral e ampla do trabalho na burocracia pública foi necessário escolher um lócus específico para ida a campo investigar essa atuação prática do trabalho burocrático. Escolhemos uma unidade de ensino de uma universidade pública no estado de Goiás. Realizou–se três entrevistas com trabalhadores de departamentos

administrativos, por serem considerados mais burocratizados. As entrevistas foram orientadas por um questionário de questões semi-abertas constituindo então uma entrevista de caráter semi-estruturada. Estas entrevistas combinaram perguntas abertas e fechadas, onde o informante teve a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Nesse sentido escolhemos três categorias de análise que mais apareceram com ênfase e veemência nas falas dos entrevistados que correspondem mais especificamente aos objetivos do presente estudo, quais sejam, as categorias Lei, Burocracia e Saúde. Através da análise dessas três categorias à luz das teorias referenciadas na fundamentação teórica, que se constituíram nos últimos anos como pesquisas do fenômeno da burocracia ao lado de uma orientação a partir de uma perspectiva crítica sócio-histórica, somado a noções filosófico metodológicas do materialismo dialético, apreendeu-se com mais notoriedade a presença da desmotivação do servidor público, bem como, as condições precarizadas do trabalho e também o surgimento de doenças conjuntamente com a não prevenção da saúde do trabalhador e toda uma gama de impasses que afetam a toda a sociedade que faz uso dos serviços prestados pela burocracia pública. Feita a discussão, o que aparece como um problema mais notório é a forma ou aparência do discurso convincente que apesar de se manifestar como ideológico e com uma roupagem de prática "eficiente", a burocracia na sua essência e nos seus efeitos reais apresenta antagonismos e contradições sérias que se manifestam nos problemas desencadeados pela lei, pela burocracia e pela saúde. Portanto, essas contradições e antagonismos que aparecem por trás da ideologia aparentemente coesa da burocracia, que indicam, uma certa, inconsistência do discurso burocrático, são relevantes e necessitam de serem aprofundadas, analisadas pormenorizadamente por mais estudos e investigações críticas do fenômeno.

Trajetórias de trabalho em pessoas em condição de trabalho informal

Martha Cecilia Garces Ascuntar

Esta pesquisa pretende olhar no mundo do trabalho contemporâneo o trabalho informal, considerando a vastidão de abordagens teóricas e práticas do que poderia ser informal que leva a uma diversidade de concepções e em cada ótica disciplinar em que ele é estudado existe uma multiplicidade de usos, relações, condições laborais e discussões como se organizam as pessoas no trabalho informal, ou seja, naquelas atividades econômico-produtivas que não estão regulamentados pelo Estado ou das quais não se recolhem impostos nem contam com fundos de proteção ou seguridade social. Os objetivos principais desta pesquisa são: identificar a configuração das trajetórias de pessoas em condição de trabalho informal nas cidades de Cali -

Colômbia e São Paulo – Brasil; descrever as marcas de identidade na trajetória de trabalho; relacionar as rupturas e as marcas de identidade nas trajetórias; explorar as mudanças na trajetória que têm facilitado ou dificultado ás pessoas estar no trabalho informal. As orientações teóricas frente ás trajetórias estão no caminho proposto por Godar (1996) como processo de história de vida marcado pela noção de temporalidade social, uma linha de percurso ou carreira ao longo da vida, que não é uma sequencia rígida nem predeterminada, assim ela pode variar e mudar de direção, grau e proporção. Em particular, as trajetórias laborais ou de trabalho são definidas como "o particular traço ou percurso que faz o individuo no espaço sociolaboral, que descreve as sucessivas posições que tem ocupado ao longo do tempo, desde sua inserção no mercado laboral" (Orejuela & Correa, 2007, p.64) assim nessas trajetórias é importante reconhecer elementos como as rupturas e as continuidades no movimento sociolaboral, os momentos de inflexão que podem originar mudanças na pessoa, os significados do trabalho das pessoas que dão sentido a sua vida laboral e o que significa trabalhar na informalidade ou se eles considerassem suas atividades de trabalho como informais, assim como os projetos que estejam planejados para continuar o caminho. Outra abordagem teórica refere-se ao conceito de identidade, que nesta pesquisa será usado como ferramenta de leitura e uma categoria de análise das trajetorias; a identidade é considerada como as concepções, construções ou visões que o sujeito possui de si mesmo, reconhecendo o papel importante da sociedade dentro desta construção, onde se elabora um conhecimento de si e para si e que está em constante mudança com algumas formas que permanecem, segundo, Ciampa (1987) a identidade é entendida como metamorfoses, com isto também se apresenta que a identidade não é um objeto fixo, ela está em contínua construção quando se nutre de experiências, "como um processo de construção e reconstrução de si mesmo com relação e pelo meio de multiple contextos, em que a autonomia individual dá lugar à interdependência sendo a identidade continuamente emergente" (Ribeiro & Piha, 2011, p. 58). A metodologia escolhida é a perspectiva qualitativa, através de entrevistas em que se incitava uma narrativa em primeira pessoa sobre os percursos dentro do trabalho informal; a análise da informação será a análise do discurso da perspectiva de Spink M.J. com a técnica de mapas de associação de ideias e linhas narrativas. Esta pesquisa se enquadra no eixo do Grupo de Trabalho Psicologia Social do Trabalho: olhares críticos sobre o trabalho e os processos organizativos, onde pode se encontrar discussões sobre o cotidiano de trabalho, suas trajetórias e construção das identidades, assim também se preocupa por uma pesquisa que abrange não só o contexto de trabalho isolado com outros elementos como a dimensão politica e social.

Transição universidade mundo do trabalho: projeto de vida e construção de carreira

Andréa Knabem

O término do curso superior e o início das experiências profissionais com a inserção no mundo do trabalho são vivenciados de diferentes formas pelos recém-formados. Os questionamentos e as dúvidas estão presentes neste momento de inicio da vida profissional, bem como as questões das possibilidades de inserção do trabalhador inerentes a realidade sócio-laboral da contemporaneidade. Considerando essa realidade a pesquisa proposta junto ao programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP, sob a orientação do professor Dr. Marcelo Afonso Ribeiro, consiste em investigar de que forma os egressos do ensino superior, com mais de cinco anos de formado, se inseriram no mundo de trabalho (se é que conseguiram?) e qual a trajetória profissional que estão construindo. O objetivo da pesquisa consiste em apreender e analisar o processo da trajetória profissional e do projeto de vida profissional e de vida do egresso do ensino superior no mundo do trabalho com mais de cinco anos de formação; ampliar o entendimento sobre a construção da carreira do recém-formado numa perspectiva psicossocial; descrever a forma de inserção do egresso no mundo do trabalho em relação as dificuldades/facilidades encontradas e a formação recebida a partir experiência educacional. Para a apresentação neste Grupo de Trabalho será sistematizada a análise de duas entrevistas realizadas de forma a subsidiar um estudo piloto. Realizadas em abril e maio de 2013, com dois profissionais, uma com área de atuação na Psicologia e outro na área de Direito, apresentam as experiências iniciais na profissão e os momentos iniciais da construção da carreira.

Transversalidades em aulas de Psicologia para Ensino Médio: relações de trabalho, consumo e orientação profissional

Flavia Salomoni Mansano, Natani Chaves Nascimento, Hayanna Alves Motta, Natália Ramos Shiromoto

As aulas fazem parte de um subprojeto de Psicologia, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), realizadas por acadêmicos bolsistas do curso. Os participantes envolvidos nesta temática foram alunos dos terceiros anos do ensino médio de uma escola pública de Dourados/MS. O conjunto de aulas se dividiram em tópicos dentro de um formato de módulo, totalizando sete encontros no decorrer de dois meses. As atividades desenvolvidas tiveram como objetivo principal levar ao conhecimento dos alunos as relações de trabalho e seu contexto histórico, social e cultural envolvidos, correlacionados às profissões

existentes. A importância de realizar um trabalho como este, partiu da queixa feita pela própria escola para o grupo de acadêmicos de Psicologia, alegando grande apatia por parte dos alunos sobre um futuro profissional. Os tópicos abordados com o grupo perpassaram pela diferença entre os conceitos de trabalho e emprego e suas relações com consumo. Quanto à orientação profissional tratou-se de questões como interesses, aptidões, análise do mercado de trabalho, salários, poder e posição social das profissões. Relacionando o trabalho realizado ao grupo de trabalho "Trabalho na Perspectiva Crítica" e ao eixo temático "Educação" é possível aplicar a perspectiva de Vygotsky, em que o indivíduo necessita de modelos e experiências com o outro para construir sua própria história. A mediação acontece de forma interativa e ao se apropriar do conhecimento histórico e cultural do meio em que vive, o indivíduo reelabora as informações e transforma sua realidade, desta forma acredita-se que a educação é a melhor forma de levar este conhecimento ao encontro dos jovens Ao adquirir novos elementos, o indivíduo torna-se capaz de tomar decisões significativas para sua vida. As atividades buscaram mostrar aos alunos o compromisso social envolvido dentro de cada profissão, ultrapassando a ideia do trabalho como forma de somente adquirir bens. Levar os alunos a uma reflexão crítica sobre o tema trabalho e as profissões, possibilita a mudança de postura destes jovens frente aos desafios encontrados cotidianamente em nossa sociedade. Como base de orientação teórica utilizou-se os Parâmetros Curriculares Nacionais que foram elaborados com a pretensão de criar condições nas escolas que permitam aos jovens o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente construídos e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. Muitos são os olhares e concepções que se entrecruzam no ambiente escolar frente às opiniões dos jovens estudantes, sentimentos de dúvidas e incertezas permeiam o cotidiano destes alunos, fomentando as angústias relacionadas às relações de trabalho e consumo, discriminação social e salarial, saúde mental do trabalhador, insatisfação profissional, desemprego, acesso à bens e serviços, precariedade nas condições de trabalho e padrões de qualidade de vida socialmente construídos etc. Diante desta demanda de questionamentos, coube ao grupo de acadêmicos vinculado ao PIBID a tarefa de escutar com atenção os jovens e estimular a participação destes em debates com reflexões e análises críticas a cerca dos pontos que emergiam no decorrer das discussões. Através de aulas expositivas e utilização de recursos de mídia foi possível explorar os temas, levar imagens e vídeos históricos que contribuíram significativamente para o processo de conceitualização dos termos. Por meio da execução de dinâmicas de grupo contextualizadas foi possível abordar os conceitos de forma clara e adaptada à linguagem da faixa etária, promovendo além de debates maior interação entre as turmas e os bolsistas. A dinâmica que foi

eleita pelos alunos como a mais interessante, foi realizada com o auxilio do Jogo das Profissões de Sandra Benevento Bertelli, técnica disponibilizada pela Casa do Psicólogo e fornecida para os bolsistas através do Laboratório de Psicologia da universidade. Resumidamente, a técnica possibilita um envolvimento mais motivador com a tarefa, por ter caráter lúdico reúne recursos para que os alunos possam de forma divertida conhecer mais sobre antigas e novas profissões. Para fins avaliativos realizou-se aplicação de pré-testes (para verificar o conhecimento inicial dos alunos) e uma redação ao final do módulo a cerca dos temas abordados. Constatou-se então uma necessidade por parte desta escola, trazer para a realidade local, temas transversais que promovam uma melhor formação intelectual e cidadã dos jovens. A proposta encontrada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, visa justamente esse encontro da transversalidade de temas no âmbito educacional, tanto para o ensino fundamental quanto para o ensino médio. Visto que não há esta prática na grade curricular atual da escola participante, coube aos bolsistas do PIBID apresentar de maneira dinâmica e interativa o quadro de perspectivas relacionadas ao trabalho fazendo interface com a orientação profissional, contribuindo assim para o desenvolvimento de pensamento crítico e uma escolha consciente da futura profissão

Um estudo sobre o discurso da psiquiatria moderna

Maurice Bouwary, Cláudio José Cobianchi

Pesquisa bibliográfica referente aos estudos que efetuam uma análise crítica do discurso da psiquiatria moderna. Os resultados obtidos visam todas aquelas pessoas que mostram algum tipo de interesse a respeito do atual discurso existente na psiquiatria moderna; bem como para indivíduos que estão diagnosticados, ou acreditam estar por algum tipo de transtorno mental. A pesquisa tem como eixo central o atual discurso da psiquiatria moderna e de seu distanciamento da psicanálise. O estudo passa por temas como a atual psiquiatria biológica; sobre o DSM(Manual de Diagnóstico e Estatísticas dos Transtornos Mentais) e seu uso como uma das principais ferramentas desses profissionais; a grande propagação de diagnósticos de transtornos mentais na população; o uso de psicotrópicos; a influencia das industrias farmacêuticas sobre a psiquiatria. O intuito do trabalho é trazer mais informações para população sobre o que a bibliografia sobre o assunto já tem a nos oferecer. A partir de tal estudo, é possível especular que, diante das condições atuais de como o olhar da psiquiatria biológica tem-se posto sobre o individuo, a tendencia é se chegar a um emudecimento do homem, que é percebido no gradual desinteresse pela subjetividade dos sujeitos. A pesquisa está fundamentada sobre os escritos de alguns autores como Joel Birman, Adriano Amaral de Aguiar, Marcio Peter de Souza Leite,

Raul Gorayeb, Márcia Angel, Orlando Coser, Luis Carlos Menezes, Manoel Dias Galvão, Irving Kirsch entre outros.O atual estudo tem se mostrado como uma critica sobre o afastamento da psiquiatria atual em relação ao olhar da psicanalise, relação que anteriormente foi muito forte. As pessoas que tiveram contato com a pesquisa se mostraram muitas vezes surpresas diante das constatações feita pelos autores, mostraram-se surpresas por entenderem que tais assuntos deveriam ser de conhecimento geral para a população. Muitos não sabiam que o Manual de Diagnóstico e Estatísticas dos Transtornos Mentais, que é uma das, se não a mais importante ferramenta de diagnósticos dos transtornos mentais na atualidade, é considerado um manual descritivo "a-teórico". Os autores verificaram que este trabalho investigativo tem servido para o esclarecimento de um assunto que está em pauta na sociedade, e que muitos de seus engendramentos são desconhecidos da população e, como as consequências de tais condições recaem sobre ela própria, esta investigação visa e tem se mostrado, para aqueles que tem tido contato com ela, como uma forma de conscientização necessária para a transformação da situação constatada na pesquisa.

EIXO TEMÁTICO 4. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A construção da situação de rua como campo de inteligibilidade para as Políticas Públicas no Brasil

Ariany da Silva Villar, Anita Guazzelli Bernardes, Camilla Fernandes Marques

O objetivo deste trabalho é levantar pontos de análise acerca do modo como se constituem Políticas Públicas instituídas e direcionadas aos socialmente entendidos como “moradores de rua”. A problemática que perpassa este estudo se encontra em compreender as formas de regulação social que constituem moradores de rua e que conduzem a construção dessas políticas – mais precisamente, nos modos mediante os quais as concepções de direito à saúde como direito à vida (que, desde 1988, se encontram em nossa Constituição, pela formulação do Sistema Único de Saúde) se articulam a partir da relação entre poder verdade e formas de subjetivação voltadas para esses grupos sociais em uma racionalidade neoliberal por meio do discurso biomédico, num sentido de pacto de segurança que hoje tem como uma das linhas de constituição os direitos humanos. Para tanto, foi usada como metodologia a análise crítica das Políticas Públicas, Leis e portarias a partir da Constituição Cidadã de 1988, utilizando como instrumentos teóricos os conceitos de Michel Foucault, no intuito de se construir uma história dos moradores de rua enquanto campo de inteligibilidade para as Políticas Públicas do e no

Brasil; neste sentido, trata-se, pois, de um ensaio do método genealógico. A priori, para a delimitação das Políticas a serem estudadas, foi instituído como ponto de partida a pesquisa dos termos "pessoas em situação de rua" e "moradores de rua" em dois veículos - os meios virtuais relacionados às políticas públicas de Saúde e/ou Assistência Social (o Portal da Saúde e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Como a situação de rua só aparece como campo de visibilidade para a aplicação de intervenções do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e como este, por sua vez, pertence à área de compreensão da Assistência Social, a investigação direcionou-se a construção de uma genealogia das Políticas em Assistência Social e direcionadas aos moradores de rua (e aqui há a proximidade com o Eixo Temático escolhido), num sentido de constituir uma história de como os moradores de rua se tornaram o que são hoje para as Políticas Públicas e como os discursos por elas emitidos, aqui entendidos como práticas produtoras de realidades, performam subjetividades pelo viés do cuidado e pela produção de anormais. Os resultados das análises demonstram que pessoas em situação de rua se tornaram alvo dos investimentos da Assistência Social apenas em 2005, onde alguns acontecimentos merecem destaque: o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em setembro de 2005, que objetivou, por meio de estratégias coletivas, constituir subsídios para a formulação de políticas que seriam articuladas nacionalmente; a Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua e a Inclusão da população em situação de Rua no Cadastro Único, como medida de construção do esquadrinhamento do grupo, ou seja, de seu perfil epidemiológico; a promulgação da Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que acrescenta ao artigo 23º da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993) a criação de programas de amparo às pessoas que vivem em situação de rua. Nesta pragmática construída a partir dos moradores de rua como acontecimento, perceberam-se estratégias de cuidado entrelaçadas com estratégias de governo, num jogo de forças que procuram integrar os sujeitos aos vínculos sociais, pela promoção de condições mínimas de vida (caráter de um Estado de Bem-Estar Social), mas também, na maioria das vezes, pelo viés da distribuição de renda e, principalmente, da inserção no mercado de trabalho (caráter de um Estado Neoliberal). Dentro da perspectiva levantada, as análises construídas estão dispostas como instrumentos para incitar discussões sobre as questões levantadas, no intuito de contribuir para a construção de outras possibilidades de atenção a esses grupos sociais, mediante ao que, em Saúde Coletiva, se entende como cuidado.

A educação social e a constituição de novas possibilidades de vida através do circo

Karin Gerlach Dietz

Este trabalho pretende ampliar os conhecimentos acerca da atividade realizada por educadores sociais. De maneira mais particular, o objetivo desta pesquisa é analisar os sentidos e significados que um educador social que trabalha no contraturno escolar atribui à atividade oferecida a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social. O local da pesquisa é uma fundação pública municipal, com diretrizes e missão focadas na garantia dos direitos da infância e da juventude, tendo sede em um município da Grande São Paulo. O programa dispõe de um espaço associativo cuja pretensão é proteger crianças e adolescentes, desenvolver suas possibilidades, autonomia e participação na sociedade. O trabalho oferecido no contraturno escolar é realizado pela fundação em sua sede e em quatro bairros periféricos do município. O educador entrevistado desenvolve seu trabalho na sede da instituição e em uma unidade que se localiza num bairro caracterizado por ter um núcleo constituído por uma das ocupações irregulares mais antigas da cidade e região. O educador social, aqui chamado de Bruno, tem 31 anos, formado em Educação Física em 2012. Trabalha na Fundação há oito anos e nove meses, sendo cinco anos e três meses na unidade foco da pesquisa. Ministra oficinas de circo. Os dados foram produzidos por meio de: a) questionário de nível socioeconômico e cultural; b) entrevista semi-dirigida sobre a atividade realizada pelo educador social; c) entrevista sobre a sua história de vida. Foi utilizada, nesta pesquisa, como referencial de análise, a constituição de Núcleos de Significação, tal como proposto por Aguiar e Ozella (2006). Neste trabalho será apresentado um dos núcleos de significação constituídos, especificadamente aquele que faz referência à atividade realizada pelo educador. Bruno utiliza, em sua atividade, o circo como recurso pedagógico. Aponta que ao trabalhar com atividades circenses, especificadamente as acrobacias desenvolvidas em grupo, pode proporcionar aos educandos uma reflexão acerca do papel deles, na instituição e na sociedade. Apresenta o circo como sendo um referencial positivo para se trabalhar, por exemplo, a colaboração e não competição. Com esta atividade, o educador relata que consegue trabalhar com o potencial de cada educando, sem excluir ninguém e, desta forma, criar uma situação na qual o grupo se potencializa e não só individualidades são privilegiadas. Bruno parece escolher a arte circense, pois, assim, conseguiria trabalhar um item pouco abordado na sociedade atual, possibilitando uma nova maneira de se comportar e se relacionar. Levanta-se a questão, no entanto, do quanto o trabalho cooperativo pode levar de fato a uma nova forma de pensamento e conduta. Pode-se pensar que

o circo, aliado à filantropia, é utilizado, na maioria das vezes, como um dispositivo disciplinar e não como meio de intervenção para a configuração de novas possibilidades de vida. Se a atividade é voltada, prioritariamente, a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, torna-se, em função disso, necessário pensar em formas de sobrepujar a situação na qual se encontram, e não mantê-la. Neste âmbito, o educador nos mostra que seu intuito, em sua atividade, é provocar transformação social. Diz que sua ação é respaldada por uma atitude: a do respeito. Esclarece que não se pode trabalhar objetivando uma transformação sem considerar o que já foi construído naquele meio social. Mostra também o quanto a postura adotada ao se trabalhar em uma comunidade tem de ser pensada e planejada, pois a imagem transmitida influenciará o desenvolvimento do trabalho. Em relação aos educandos, Bruno menciona que eles mostram, claramente, que a situação de exclusão por eles vivida prejudica a forma de se enxergarem e de se comprometerem com a atividade realizada. Pensa-se que, quando Bruno pontua a dificuldade dos educandos em se desenvolverem de maneira saudável por causa do meio físico e social em que vivem, exalta uma visão ambientalista, porém, quando relata que eles têm condições de modificarem a própria realidade, mostra uma compreensão de homem coerente com a proposta neste estudo, na qual se entende o sujeito como histórico, que transforma e é transformado nas e pelas relações sociais, na interação com seu meio físico e social. Pelo fato dos educandos não terem boas condições de vida, conforme aponta Bruno, o seu trabalho acaba se estendendo para além da atividade circense desenvolvida. Realiza, dessa forma, na unidade pesquisada, alguns trabalhos que visam, em alguma medida, atender a demanda da comunidade e suas características. Desta forma, o educador nos mostra a necessidade não só de realizar sua atividade dentro da instituição, mas também compreender e considerar a comunidade em que ela está inserida a fim de otimizar sua prática e conseguir de fato uma mudança significativa da sociedade.

A elaboração de instrumentos metodológicos ampliando a efetividade dos atendimentos prestados pelo Serviço PAEFI

Flavia Antunes da Silva, Kinberlyn Zluhan Ribeiro

Considerando nossa prática como psicóloga e estagiária de psicologia em um Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, compreendemos que a violação de direitos contra as crianças e adolescentes pode ocorrer em função da pouca ou nenhuma informação e da deslegitimação desses direitos, pelos autores das violências, entre outras causas. Sendo essas causas por vezes não identificadas em função de fazerem parte de

um contexto maior onde outras causas, como as desigualdades sociais, as relação de poder estabelecidas nas famílias, entre outras, destacam-se e necessitam de atenção emergente. Desta forma o presente trabalho vem apresentar o processo e o resultado final da elaboração de um Livro de Atividades para crianças entre 8 e 12 anos e discutir acerca da importância da construção de instrumentos metodológicos que sejam elaborados a partir da realidade local para auxiliarem no trabalho com crianças e suas famílias em situação de vulnerabilidade pessoal e social decorrente principalmente do abuso, abandono e negligência. Em suas atividades, esse instrumento pretende proporcionar a sensibilização, a informação e a conscientização das crianças e suas famílias no tocante aos direitos das crianças e dos adolescentes garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. O livro de atividades foi elaborado com o objetivo de ser preenchido junto com as crianças e genitores/responsáveis, visando assim propiciar um momento em que o conhecimento sobre os direitos das crianças e dos adolescentes desta família possa emergir. E desta forma, através da intervenção dos profissionais, possa ser ampliado e possa também haver a conscientização dos genitores/responsáveis para aqueles direitos que não são considerados legítimos. A faixa etária alvo foi selecionada através das informações trazidas pelo Censo SUAS (2010) o qual constata que é nesta faixa etária que se encontra o maior número de ocorrência de violação de direitos. Os atendimentos às crianças e suas famílias ocorrem através do Serviço PAEFI, serviço estatal vinculado ao Sistema Único de Assistência Social, local para onde as famílias com crianças e adolescente são encaminhadas através dos Conselhos Tutelares, caracterizando assim os atendimentos como um cumprimento de medida de proteção prevista no ECA. Como conclusão entendemos que o uso do Livro de Atividade como instrumento metodológico cumpriu com seu objetivo, ou seja, proporcionou um momento de sensibilização, de repasse de informações e de conscientização para as crianças e suas famílias no tocante aos direitos das crianças e dos adolescentes garantidos pelo ECA. Concluímos que a leitura e preenchimento do livro de atividades em conjunto com a criança e sua família também propiciou o início de um debate, além das informações e conscientização, com aqueles familiares que desrespeitam suas crianças em função de não concordarem que crianças e adolescentes devem ter os mesmos direitos que os adultos. Importante salientar que a produção desse instrumento metodológico também evidenciou que a elaboração de cartilhas, livros de atividades, folders informativos, materiais de divulgação também devem ser vistos como papel do profissional psicólogo inserido na política de assistência social, como mais uma possibilidade de atuação. O profissional psicólogo é também capacitado para produzir materiais nos quais a subjetividades das comunidades serão consideradas e estarão sendo representadas.

Destacamos que cada profissional deve estar atento a sua realidade e desenvolver materiais que encontrem eco na população atendida.

A escuta e participação de crianças em pesquisas

Michele da Rocha Cervo

O momento atual em que vivemos tem exigido o direcionamento do olhar para os direitos das crianças, questionando-os acerca das concepções de infância e sua relação com a sociedade atual. As Ciências Sociais e Humanas demoraram a incluir na agenda de pesquisas o tema da criança e infância. Demorou mais tempo ainda para que as pesquisas considerassem em suas análises as relações entre sociedade, infância e cidadania, entendendo a criança como sujeito histórico e de direitos, tendo como eixo de suas investigações o registro das "falas" das crianças. A análise da produção existente sobre a história da infância permite afirmar que a preocupação com a criança encontra-se presente somente a partir do século XIX, tanto no Brasil como em outros lugares do mundo. No entanto, mesmo a infância constituindo-se em um problema social desde o século XIX, ainda não foi suficiente para torná-la um problema de investigação científica. Diante do exposto, alguns autores discutem possibilidades metodológicas que vão ao encontro de um novo movimento na produção de conhecimento, o de dar voz às crianças na interpretação dos seus mundos sociais, culturais, valorizando o universo da experiência. Parte-se do pressuposto de que as crianças são atores sociais competentes para a interpretação da realidade social em que se inserem. As metodologias participativas com crianças atribuem aos mais jovens o estatuto de sujeitos de conhecimento, e não de simples objeto, instituindo formas colaborativas de construção do conhecimento nas ciências sociais, que se articulam com modos de produção do saber empenhadas na transformação social e na extensão dos direitos sociais. A infância é constituída de saberes, práticas e instituições, algo que nós, adultos, podemos explicar e nomear, e que estas constantemente fogem as tentativas de captura, questionando o poder dos saberes e práticas (LARROSA). Acompanhamos nas últimas décadas a influência da tradição positivista na compreensão e análise da infância, por vezes, considerando-as objetos de investigação. O estudo está localizado no campo da Psicologia Social e dos estudos Foucaultianos, onde se analisa a dimensão dos processos sociais como constituintes do processo de subjetivação dos sujeitos. Segundo Silva (2005) é o próprio social que deve explicar o surgimento da psicologia moderna, para isso é necessário desconsiderar o social como sinônimo de sociabilidade e considerá-lo como algo construído a partir de determinadas práticas humanas. Partindo dessa concepção, pretende-se apresentar os resultados parciais de uma

pesquisa em andamento, analisando as produções e as diferentes metodologias utilizadas em pesquisas com crianças. Essa pesquisa parte de uma revisão bibliográfica sistemática, como um instrumento para mapear trabalhos publicados no tema de pesquisa específico para que o pesquisador seja capaz de elaborar uma síntese do conhecimento existente sobre o assunto. Busca-se alcançar maior qualidade nas buscas e resultados da revisão bibliográfica, ou seja, compreender o "estado da arte" do assunto pesquisado. Nosso olhar busca identificar como esses processos produzem sentidos e são aproximados da dimensão da experiência, colocando a criança como narradora dos seus modos de viver, contribuindo para a produção de conhecimento e de novas formas de intervenção no campo da infância e da Psicologia Social no Brasil.

A experiência de extensão do OBIJUV na efetivação de direitos humanos do Sistema de Justiça Juvenil do RN

Daniela Bezerra Rodrigues, Fernanda Cavalcanti de Medeiros, Candida de Souza, Ilana Lemos de Paiva, Indianara Tereza da Costa Nunes, Jéssica de Morais Costa, Luana Isabelle Cabral dos Santos

O Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência (OBIJUV) foi implantado em agosto de 2009, no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, tendo como objetivo contribuir para a visibilidade e a fundamentação de ações de enfrentamento à violência contra a população infantojuvenil através do desenvolvimento de estudos, pesquisas e intervenções contextualizadas e focais. O Sistema de Justiça Juvenil, denominado Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, tem se configurado como um eixo temático, no que se refere à pesquisa - projetos de mestrados (02); doutorado (01); iniciação científica (03), assim como concretizando-se em ações de extensão que vão desde a formação dos trabalhadores do Sistema Socioeducativo do estado do Rio Grande Norte, em 2012, contribuindo com a construção de espaços de diálogos, compreensão sobre o processo sociopedagógico, além do contato com diversos contextos de violação de direitos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Tais contextos de violações desencadearam outra linha de ação, que consiste no projeto de extensão que tem como objetivo fomentar a discussão, a reflexão do papel sociopolítico das famílias e adolescentes para o processo de responsabilização do ato infracional, com a plena garantia de direitos humanos, refirmada nos marcos normativos nacionais e internacionais, em que o Brasil é signatário. Mais que um espaço de troca de vivências e angústias frente aos contextos de violações, é construído um espaço dialógico de reflexões acerca desde o que consiste o ato infracional, o papel de cada

ator do sistema de justiça, a importância da família no processo de construção do Plano Individual de Atendimento que será o norteador das relações pautadas no diálogo e construção de novas perspectivas de vidas. Além de incidir diretamente na participação de espaços políticos e de controle social do Sistema de Garantia de Direitos dos Adolescentes do Sistema Socioeducativo, sendo inclusive um dos articuladores junto às redes nacionais, como a Rede Nacional de Defesa dos Adolescentes em Conflito com a Lei – RENADE e auxiliando no processo político e formativo da Rede Estadual de Defesa de Direitos dos Adolescentes do Sistema Socioeducativo e enfrentamento a Letalidade Juvenil. Esse processo de fomentar a participação sociopolítica vem contribuindo com o próprio processo formativo dos discentes no que se refere ao princípio da indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, permitindo que a mediação da construção do conhecimento estejam bem articulada com os contextos reais e demandas da sociedade contemporânea. A riqueza observada pelo processo de autonomia se dá em ambos os polos, de um lado os contextos de adolescentes, famílias, profissionais e demais atores do sistema socioeducativo e do outro, alunos que vivenciam de forma real os contextos de violação e constroem nesse processo as competências técnicas, compromisso ético e politico de uma práxis fundamentada em princípios da justiça social, democracia e compromisso social. Essa pluralidade na construção de saberes é sedimentada por um espaço de trocas entre os participantes que compõem as ações das diversas áreas de conhecimento, permitindo aos discentes construírem espaços de atuação multidisciplinar e interdisciplinar, parâmetro fundamental para atuação nos diversos segmentos, em especifico nas politicas públicas.

A história de Molly, e a sua luta por emancipação frente às políticas de identidade no acolhimento institucional

Thalita Catarina Decome Poker

Estes são os apontamentos iniciais da dissertação de mestrado em psicologia social que contempla a história de vida de uma jovem com 21 anos, que durante a sua infância e adolescência foi assistida pelo programa de acolhimento institucional e com a chegada da maioridade, rompeu com os laços institucionais. No que se refere aos estudos sobre acolhimento institucional, há uma escassez de literatura sobre egressos, sendo que, a maior parte das pesquisas concentram-se na infância, adolescência e na equipe técnica. Ao considerar este hiato teórico, esta pesquisa tem como objetivo compreender a constituição identitária, diante do processo de socialização, mediado pelas políticas de identidade no que se refere ao acolhimento

institucional para crianças e adolescentes e discutir as possibilidades de superação do prognóstico de marginalidade. Para coleta dos dados foi utilizado como instrumento a narrativa de história de vida. A analise dos dados foi feita á luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação proposto por Ciampa (1987). As considerações preliminares do estudo de caso revelaram que: a presença de pessoas críticas como os educadores e padrinhos que predicaram a Molly a condição de "criança com direitos assegurados" pode contribuir para a superação do estigma de abandono, e superação da prescrição de marginalidade, por meio de uma identidade política que ao longo da sua trajetória está sendo delineada. Objetivo: Este estudo tem como principal objetivo o desvelamento das políticas de identidades no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes; e compreender como se constitui uma identidade política neste cenário, como forma de superação do estigma da criança abandonada, rumo a autonomia e fragmentos emancipatorios. Relação com o eixo temático: Historicamente a figura da criança assistida por instituições de acolhimento tem assumido um caráter diagnóstico e prescritivo de marginalidade, como decorrência da sua condição de precariedade e carência (Campos, 1984; Martinez, 2008 ; Altoé, 2009; Santos & Boucinha, 2011). Os poucos estudos com os egressos do sistema de acolhimento institucional tem considerado que: atendimento e o modo como as relações entre a equipe técnica e os abrigados são estabelecidas e significadas não contribuem para a aquisição da autonomia na vida adulta (Oliveira, 2001; Ribeiro,2008). Diante destas questões, no intuito de desconstruir o prognóstico de marginalidade de egressos do acolhimento institucional, a teoria de identidade Ciampa (1987/2010) foi eleita, por trabalhar com a possibilidade de metamorfose e busca por emancipação do individuo diante das determinações sociais, e também, por possibilitar uma articulação entre as políticas de identidades que se constituíram ao longo da história de crianças institucionalizadas, e pela proposta de identidade política como possibilidade de descolonização do estigma de abandono e marginalidade inculcado. Método: O método utilizado contempla a abordagem qualitativa, de forma a eleger a entrevista de história, por se mostrar um instrumento capaz de demonstrar a superação do individuo pelo movimento de luta por emancipação frente as determinações sociais. Procedimentos: Para a seleção dos narradores o único critério inicial era que fossem adultos com idade entre 20 a 35 anos que residiram em casas de acolhimento institucional á partir de 1990 (ano de vigência do Estatuto da criança e do adolescente) , e passaram a maior parte da sua infância e adolescência assistidos pelo programa. Diante deste critério, uma jovem de 21 anos e que viveu dos 7 aos 17 anos acolhida institucionalmente que chamaremos de Molly, é eleita pelo seu posicionamento crítico diante de alguns acontecimentos na sua trajetória, ao

ponto de construir uma história diferente da qual lhe prescreveram como decorrente do estigma do abandono, apontamento que aparece fortemente em seu relato. Conclusões Preliminares: Na trajetória de Molly, podemos perceber a sua luta iniciada na personagem "a- adolescente-revoltada" para não ser colonizada por uma política de identidade para crianças e adolescentes com sentido aniquilador, por conta da prescrição de marginalidade ao qual sempre a remetiam como forma de coerção das suas atitudes e questionamentos. Podemos também relacionar a sua luta por emancipação e busca pela superação do estigma de abandonada, fomentada pelos outros significativos, que foram apresentados em sua narrativa como as professoras da escola, ao predicar a Molly a condição de criança-sujeito com direitos e que este deveriam ser assegurados por meio das revindicações. E posteriormente, com o acolhimento dos padrinhos ao sair da instituição, houve uma significação do conceito de solidariedade, pelo seu novo núcleo familiar apresentar um universo simbólico de militância, o que contribuiu para a metamorfose da personagem " a-adolescente-revoltada" para a "mulher-militante" de causas sociais como a questão da habitação e infância. Diante do que foi apresentado, observa- se um salto qualitativo na identidade de Molly, resultado das personagens que foi assumindo, e que os seus outros significativos lhe predicaram, no intuito de não ser colonizada pelas políticas de identidade atribuídas a criança institucionalizada e metamorfoses decorrentes dos seus posicionamentos, o que resultou no acumulo de mudanças.

A inserção da Psicologia em um serviço de Assistência Jurídica

Carina Assmann, Lisandra Espíndula Moreira, Camila Martins Schmachtenberg

O principal objetivo deste trabalho é analisar alguns atravessamentos que estão se fazendo presentes no encontro da Psicologia com o Direito em um serviço de assistência jurídica gratuita. Buscamos compreender a produção da demanda e nossa implicação no processo de inserção, dando ênfase ao modo como o encontro do discurso da Psicologia com o discurso do Direito provoca estranhamentos e diferentes possibilidades. Esta análise retoma a inserção do estágio curricular da Psicologia no Serviço de Assistência Jurídica de uma instituição de ensino superior da região do Vale do Taquari/RS. O serviço de assistência funciona como o serviço-escola do curso de Direito da instituição mencionada, surgiu em 2005 com o propósito de possibilitar um espaço onde os acadêmicos do curso de Direito pudessem realizar estágios curriculares. É importante salientar que até o início de 2013 não havia estágios curriculares do curso de Psicologia no SAJUR, portanto a inserção vem sendo um desafio. Este trabalho insere-se no GT 25: "Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil",

na medida em que problematiza a atuação do psicólogo na interlocução com o sistema jurídico, dando especial ênfase à judicialização na busca da garantia de direitos. Buscamos interpelar o fazer da psicologia no espaço da assistência judiciária gratuita no que se propõe a pensar as forças políticas, formas de luta e lógicas de vida. Como base teórica para pensar a inserção no espaço da Assistência jurídica, a Análise Institucional, pois propõe romper com as verdades que se cristalizam por onde quer que dirijamos o nosso olhar, por isso, a importância de utilizá-la para pensar e analisar as nossas implicações, bem como as demandas que surgem diariamente. A Psicologia e o Direito são áreas que podem coexistir, apesar de aparentemente terem objetivos distintos, buscando atender a propósitos diferenciados, são, na verdade, complementares, interdisciplinares. A partir de certos conflitos e produções subjetivas, quais os parâmetros que definem o que cabe à Psicologia ou ao Direito? Sabe-se que historicamente a psicologia se insere no campo do direito com o intuito de avaliar, produzir laudos e pareceres, contudo, com o passar do tempo, o leque de atribuições do psicólogo na área jurídica tornou-se bastante diversificado. A Psicologia se insere no serviço a fim de uma relação multidisciplinar, as atividades psi se dão na observação e acompanhamento dos atendimentos jurídicos a fim de construir propostas de intervenção que contribuam com as ações do local em relação à população atendida. Inicialmente houve dificuldades de aproximação com os estagiários do curso de Direito, contudo, tivemos a compreensão que o SAJUR é um serviço que está organizado de forma instituída, assim como a Psicologia também carrega suas marcas nessa relação e algumas vezes, o que se espera dessa interação é que a prática da Psicologia se mantenha nas atividades avaliativas e de atendimentos individuais, como um saber que sabe e descreve a "verdade" de algum sujeito. Faz-se necessário criar estratégias, ampliar o olhar frente às questões instituídas e aos poucos ir traçando caminhos para propor movimentos instituintes. Tem-se a percepção de que é preciso estar disponível para abrir-se ao novo, permitir-se aos desafios, estranhar o serviço, refletir, deparar-se com o desconhecido, com o imprevisível. Nesse sentido, acreditamos que podemos movimentar o serviço de forma produtiva, problematizando as relações entre contextos e processos sociais, históricos, culturais que produzem práticas no campo Psi e do Direito. A psicologia se inseriu no SAJUR muito recentemente, estamos em processo de construção das propostas e atividades, além da interação com os estagiários e funcionários. Por meio das práticas e vivências no serviço, poderemos ir conhecendo os saberes e fazeres de cada área e construindo juntos, novas possibilidades na forma de olhar e intervir dos processos jurídicos.

A mediação de conflitos familiares como instrumento de intervenção no Conselho Tutelar

Bárbara Gregório Gouveia

A Mediação de Conflitos é um método pacífico de resolução ou administração de conflitos em que uma terceira pessoa- o mediador- encoraja e facilita a resolução de uma disputa, porém sem interferir na solução. O caráter interdisciplinar da mediação busca uma justiça restaurativa e reparadora, menos punitiva, mesclando princípios fundamentais do Direito, conhecimentos de Psicologia, de Comunicação, de Serviço Social, dentre outros saberes. Dessa forma, a Mediação de Conflitos, especialmente no âmbito familiar, objetiva empoderar famílias em conflitos a fim de responsabilizá-las nas tomadas de decisão, tanto com relação ao projeto pedagógico dos filhos como na promoção de equilíbrio entre deveres e direitos dos pais junto aos seus filhos, estabelecendo, assim, um clima de confiança e respeito entre os pais e filhos. Destaca-se, com essa técnica, a importância de restituir às partes (mediandos) o protagonismo e autonomia para resolver seus próprios conflitos. Restabelecer a consciência de Si e do Outro para que no entorno das diferenças, encontre-se o princípio da igualdade. Esse pode ser um instrumento poderoso de intervenção, que tem importância fundamental na mudança ética e cultural, na conscientização, para que as pessoas participantes, empoderadas e investidas na autogestão, possam resolver pacificamente seus próprios conflitos. Portanto, a partir de alguns princípios da Mediação, como voluntariedade, consentimento informado aos participantes, o reconhecimento do poder de autodeterminação das partes, imparcialidade do mediador e a confidencialidade do processo, essa técnica possa facilitar os mediandos a esclarecer suas questões e a retomarem o diálogo, podendo findar ou não o processo, com um acordo escrito. Tendo em vista que o papel do conselho tutelar é promover uma política de direitos e sensibilizar o Estado e a sociedade a atenderem a esses direitos, o órgão defende tais pessoas cujos direitos sejam violados ou ameaçados. Destarte, a Mediação atuando nessa instituição, torna-se parte do acesso aos direitos humanos pela comunidade, procurando desnaturalizar o papel do terceiro como alguém que detém o poder de tomar as decisões sobre suas vidas. Assim como o juiz, o mediador deve, manter-se equidistante das partes. Mas diferente do juíz que decide a solução do conflito, o mediador deve manter a imparcialidade não decidindo ou mesmo fazendo sugestões às partes. O Núcleo de Extensão e Pesquisa em Mediação de Conflitos (MEDIAC), atua na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) no Centro de Ciências Jurídicas, onde alunos do curso de Psicologia e Direito, realizam trabalhos de extensão com a

comunidade, assim como pesquisas relacionadas à área. O presente trabalho é fruto da prática de extensão universitária em duas unidades do Conselho Tutelar da cidade de João Pessoa – PB, e que vem trazendo resultados positivos. Esse projeto objetiva a aplicação prática das técnicas de Mediação, com a finalidade de empoderar a comunidade para a administração e resolução de seus conflitos, mostrando que aqueles que a compõe são sujeitos de direito, de desejo, que têm capacidade de fala, de escolha e de escuta também. Inicialmente, os alunos extensionistas passam por um curso de formação de mediadores, onde são ministradas as principais diretrizes técnicas, assim como psicossociais acerca do processo, enfatizando a subjetividade, as questões éticas e culturais que os mediadores irão enfrentar.Também são realizadas reuniões semanais pelo projeto, cuja coordenadora, juntamente com os alunos, problematizam os casos possíveis de mediação, discutem as que já foram realizadas, refletindo também sobre as angústias pessoais dos mediadores, com relação aos processos. Esse é um espaço onde os mediadores podem discutir, corrigir-se e pensar em novas possibilidades para melhorar a qualidade das mediações. Nas reuniões também são discutidos textos, utilizando a literatura que vai desde o acesso à justiça, Direito de Família e quem aborda aspectos psicossociais da família contemporânea. Com a realização das mediações com ex-cônjuges, percebeu-se que a maior demanda, tem como conflito aparente regulamentação de visitas, disputa de guarda e questões relacionadas à pensão. O projeto iniciou-se, estabelecendo o vínculo dos alunos com funcionários e conselheiros e a partir de tal a cooperação tem-se efetivado. De forma geral, pode-se compreender que as mediações foram bem sucedidas, por conseguir estabelecer algum contato entre os mediandos, algo que já não existia. Apesar de ainda encontrar dificuldades, principalmente estruturais para realizar as mediações, o grupo percebe que é de grande valia, visualizar na comunidade, a comunicação entre os ex-casais sendo reestabelecida, assim como a autonomia e a capacidade de gestão de seus conflitos. Por seu caráter democrático, a mediação contribui para a construção de um novo diálogo baseado na perspectiva sociocultural e histórica da experiência vivida.

A Mediação Familiar como uma prática do cenário da Assistência Social: relato de experiência

Cristiane Dameda, Renata Joana Kunzler, Claudiane Mariani

Este trabalho consiste em um relato de experiência acerca de uma mediação familiar realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com atuação no âmbito da proteção social básica do indivíduo e sua família. A mediação é reconhecida como método extrajudicial

e consensual para a solução ou condução de conflitos. De acordo com Breitmann e Porto (2001), Muszkat (2008) a mediação familiar tem como seu principal objetivo a busca de alternativas qualitativas e mais humanas para os entraves familiares, pois com a mediação solicita-se que as pessoas envolvidas explicitem seu posicionamento diante das suas necessidades e expectativas e por meio do diálogo, construam acordos, visando auto-valorização, reconhecimento do outro e uma qualidade de vida. As pessoas que demandam ajuda na área da família, adentram nos serviços quando, geralmente, esgotaram suas formas/tentativas de atuar e por isso com experiências já bastante complexas e sentimentos como raiva, ansiedade, cansaço, culpa, impedem uma boa comunicação e deste modo necessitam de um auxilio profissional. Segundo Muszat (2008), a análise da configuração do conflito se dá na integração das diferentes visões profissionais, fora da percepção de uma só especialidade, ou seja é por meio da interdisciplinaridade que novas possibilidades são engendradas. Dessa maneira, conduzidos por profissionais de Psicologia e Serviço Social, foram realizadas mediações com uma família no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Caibi, que merece destaque: pautados nos princípios éticos de cada profissão, foi proporcionada a comunicação entre os membros de tal família que emergiram com a queixa desentendimento e brigas com palavras de baixo calão entre os filhos, tendo como marco dessas o retorno de um filho - com quinze anos que fora criado pela avó materna desde os primeiros dias de vida - para o convívio com a mãe que já constituíra uma nova família composta por duas filhas, uma delas adolescente, e o companheiro. Ao compreender a história de vida e a atual dinâmica familiar, pode-se perceber que quando solicitados para conversarem entre si, as brigas eram relatadas com afago e risos, expressões essas que foram trazidos à tona e permitiu proporcioná-los reflexões acerca desse e outros comportamentos, bem como da fase do desenvolvimento em que viviam. Além disso, viu-se que o Adolescente adotava algumas atitudes para se sentir pertencente a aquela família que lhe foi negada desde bebê, pode-se perceber que as brigas eram uma das formas e ao mesmo tempo, a maneira de demonstrar o carinho que sentia por todos. Após quatro atendimentos, viu-se a necessidade de incluir o pai/padrasto nos momentos de diálogo, para que alguns acordos pudessem ser estabelecidos, ou mesmo para auxiliar em algumas tomadas de decisões, dividindo assim a tarefa de educação e cuidado dos filhos que estava incidindo apenas sobre a genitora. Essa se mostrou estreitamente resistente à solicitação e explicando novamente a necessidade, foi insistido no comparecimento, porém a família não mais apareceu nas mediações agendadas. Foi adotada como uma prática regular, após cada atendimento, a discussão do caso para refletir sobre os diálogos e sentidos produzidos por eles e orientações

profissionais realizadas, bem como para articular formas de intervenção para o próximo encontro e após isso era elaborado o relato do atendimento. Quando a família não mais compareceu as datas marcadas, avaliamos que, enquanto profissionais, talvez foi uma precipitação já que emergiram alguns relatos que envolviam medo do pai e certamente não tiveram coragem de expressar a necessidade dos atendimentos à ele, e pelo medo de serem "cobrados" pelos profissionais, desistiram dos atendimentos. Novas buscas foram feitas a família, porém sem sucesso. Embora, uma condução equivocada tivesse sido produzida, foi possível ver mudanças concretas na vida da família como, por exemplo, o Adolescente ganhou um quarto, antes dormia de forma improvisada na sala, resolveram um problema com guarda-roupas e demais assuntos de ordem material que deram outro sentido para a dinâmica familiar. Também enquanto equipe pode-se refletir que, se os atendimentos tivessem continuado, mesmo sem a figura paterna, outras questões poderiam ter sido resolvidas ou minimizadas. Talvez o "tempo" da família não tenha sido respeitado. Por meio desta experiência pode-se perceber que a mediação é uma prática regular e muito exitosa no CRAS e que, com bom embasamento e profissionais engajados é possível fortalecer vínculos, dar autonomia às pessoas que buscam o serviço para a resolução de seus problemas, tal como para que elas tenham a liberdade de tomar decisões de forma pacífica, tornando-se, conforme explicita Muszkat (2008), protagonistas de suas histórias.

A Psicologia Social Comunitária no contexto da Assistência Social: relato de uma atuação possível

Julia Sotto-Maior Bayer, Mariana Luciano Afonso, Rosemeire Aparecida Scopinho

Este trabalho tem como objetivo apresentar reflexões acerca de uma experiência de prática profissional em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de São Carlos, uma cidade do interior do estado de São Paulo. A prática aqui relatada fez parte de um estágio em Psicologia Social, em 2011, com estudantes do quarto e quinto ano do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) nos moldes da Psicologia Social Comunitária (Freitas, 1998). Os objetivos foram definidos a posteriori, a partir do conhecimento da comunidade, por meio do processo de inserção e contato com ela. Nossa atuação iniciou-se no espaço do CRAS e, a partir da identificação de casos de extrema vulnerabilidade social no território, passamos a fazer visitas domiciliares semanalmente a duas famílias. Estas foram selecionadas pela situação vulnerável em que se encontravam e pela necessidade de pareceres mais detalhados do CRAS para subsidiar processos judiciais relacionados a guarda de crianças.

A primeira família era constituída por S. e seu marido (ambos com 45 anos), quatro filhos de S. (três meninas e um rapaz, com idades entre 14 e 20 anos) e duas netas gêmeas, com três anos. S era catadora de papel e faxineira, seu marido estava acamado em decorência de cirrose e sua filha, mãe de suas netas, presa por tráfico. Entre os problemas identificados como centrais na família estavam o uso frequente da violência como resolução de conflitos e a luta pela guarda das netas. A segunda família era constituída por L. (30 anos) e seus oito filhos (com idades entre um ano e seis meses e 15 anos), cinco deles biológicos e outros três adotados. L. não exercia atividade remunerada e se dedicava integralmente ao cuidado dos filhos. Nossas visitas iniciaram a partir da intenção de L. de adotar um bebê de quatro meses com sérios problemas congênitos. Nossa intervenção se deu por meio de sete visitas domiciliares, nas quais nossos objetivos foram: Manter a referência das famílias no CRAS, qualificar o contato instituição-famílias e identificar demandas específicas que, quando atendidas, pudessem auxiliar na diminuição da vulnerabilidade e melhora na qualidade de vida por meio da articulação em rede de serviços ofertados à comunidade e auxílio em pareceres da instituição sobre as questões judiciais. Outro objetivo estabelecido foi a reflexão teórica sobre a prática, encarado como forma de qualificação desta prática e da formação dos estagiários como profissionais que pudessem acumular para a teoria a partir da prática e refletir teoricamente sobre a realidade. Os resultados alcançados foram: Obtenção de informações relevantes para identificar fontes de vulnerabilidade, a ampliação do contato CRAS-família e a articulação entre serviços públicos ofertados e a comunidade para resolução de problemas específicos que estão sob responsabilidade da rede pública. Os relatórios de estágio auxiliaram na construção de pareceres do CRAS sobre as questões judiciais e no detalhamento de informações sobre as famílias nos relatórios internos da instituição. Atuamos no sentido de contribuir para a promoção de mudanças nas condições de vida e no cotidiano dos sujeitos e na articulação de um cuidado mais integrado entre os mecanismos da assistência e da saúde. Acreditamos também que, em nosso contato com as famílias, por meio dos diálogos sobre suas histórias, relações, problemas e realidades foram criados espaços para que refletissem a respeito dessas questões e houvesse alteração na forma de interagir e se relacionar com o mundo. Pudemos identificar como efeitos deste acompanhamento: o melhor reconhecimento dos direitos que deveriam ser assegurados pelo poder público, como forma de empoderamento, e o estreitamento do vínculo de referência no CRAS. Por fim, achamos importante apontar também algumas dificuldades encontradas em nossa experiência: A primeira diz respeito à escassez de estudos sobre a autação prática de psicólogos sociais no contexto das políticas públicas de assistência social no Brasil, e a segunda,

à confusão, por parte das famílias atendidas, em alguns momentos, sobre a 'natureza' de nossas intervenções, confusão gerada pelo imaginário social que ainda identifica as atuações em psicologia como relacionadas à psicologia clínica. Dessa forma, acreditamos que o compartilhamento deste tipo de experiência pode contribuir para a construção de conhecimento sobre atuações concretas da psicologia social comunitária e auxiliar em realizações de futuras práticas profissionais.

A violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes: da proteção integral ao reestabelecimento das relações

Samira Mafioletti Macarini, Juliana Lima Medeiros

O abuso sexual contra crianças e adolescentes pode ser considerado um grave problema de saúde pública, já que apresenta altos índices de incidência e pode provocar sérias consequências para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social da vítima e sua família. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) adota a doutrina da proteção integral, concebendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos sociais, políticos e jurídicos. O ECA prevê, em seu artigo 5º, que "nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais". A partir disso, quando ocorre suspeita de abuso sexual contra crianças e adolescentes, é dever de todos a comunicação do fato às Autoridades Policiais que, por sua vez, se encarregarão de investigar o caso. O abuso sexual é definido como qualquer forma de interação (como toques, carícias, sexo oral, penetração digital, genital ou anal; bem como situações sem contato físico como voyerismo, assédio, exibicionismo, pornografia e exploração sexual) entre uma criança ou adolescente e alguém em estágio de desenvolvimento psicossexual mais avançado, na qual a vítima esteja sendo usada para a estimulação sexual do perpetrador. O presente estudo teve como objetivo caracterizar a ocorrência e revelação do abuso sexual por meio de quarenta e oito relatórios de atendimento psicológicos provenientes de Boletins de Ocorrência registrados em uma Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente do Sul do Brasil, destacando questões específicas do abuso sexual ocorrido em contexto intrafamiliar. Os resultados indicaram a predominância de vítimas entre oito e onze anos de idade (62,5%), do sexo feminino (68,8%) e agressores entre 12 e 65 anos, do sexo masculino. Foi verificada uma leve predominância do abuso sexual intrafamiliar (54,2%). Ainda quanto ao contexto, foi identificada uma associação significativa entre esta variável e o sexo da vítima ($\chi 2=10,25$; gl=1; $p<.001$), indicando que entre as meninas, houve

predominância de abuso sexual intrafamiliar, sendo o padrasto o principal autor (39%). Já entre os meninos, houve igual ocorrência de abuso sexual, intrafamiliar e extrafamiliar. A mãe biológica foi quem realizou as notificações na maioria dos casos (64,6%). Os dados foram discutidos à luz da Psicologia Relacional Sistêmica, apontando-se para a necessidade de considerar que a responsabilização do agressor é apenas um dos aspectos da resolutividade nos casos de violência sexual, sendo necessário, em um primeiro momento, pensar na proteção da criança e do adolescente envolvido nesse processo, evitando-se a revitimização decorrente de danos secundários após a revelação. Ressalta-se que a revelação do abuso é geradora de sofrimento para todos os envolvidos, especialmente nos casos em que foi perpetrado por um membro da família, ocasionando diferentes tipos de crises, sejam ela emocionais, interacionais, econômicas e também na organização familiar quando há o rompimento de relacionamentos afetivos ou mesmo a manutenção dos mesmos. O abuso sexual intrafamiliar tende a ser recorrente em famílias com mecanismos de funcionamento bastante característicos, uma vez que as relações entre os membros são comumente baseadas em segredos, o que não é diferente para a questão da violência vivenciada. O funcionamento familiar costuma ser regulado pela ocorrência do abuso sexual, neste sentido o rompimento com a situação de violência rompe também com o modo como tal família se organiza, necessitando que novos papeis sejam estabelecidos. As especificidades dos casos de abuso sexual intrafamiliar são justamente os fatores que mais dificultam a ocorrência da revelação, sendo esta ação altamente ansiogênica a crianças e adolescentes que, para isso, têm que assumir a responsabilidade com a quebra de um padrão relacional. Para garantir a efetiva proteção integral das vítimas, evidencia-se a necessidade de integração entre as partes envolvidas no processo, como os profissionais da segurança pública, os serviços de assistência social (CREAS), os membros do Ministério Público e da Justiça. Os resultados e apontamentos levantados no presente estudo podem subsidiar ações preventivas e terapêuticas para situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como subsidiar reflexões acerca dos procedimentos adotados durante e após a revelação pelas vítimas.

Abuso sexual de criança e seus efeitos nas relações afetivas: a experiência de profissionais

Joyce Lima de Souza

De janeiro de 2006 a setembro de 2012, o sistema de disque denúncia do Brasil recebeu um total de 87.526 denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes, destes casos 66%

ocorreram no ambiente intrafamiliar. Em relação ao vínculo de afetividade neste caso, foram constatados que em 35% dos casos tratava-se do pai biológico; em 10% do padrasto; em 5% do tio; em 2% do irmão e em 14% outros (avô, avó, tia, primo, namorado da mãe). Nesses ambientes, os limites impostos pela privacidade protegem a família dos olhares e ouvidos do domínio público, proporcionando aos agressores um local no qual a violência se torna o crime perfeito, já que pode ser encoberta pela cumplicidade do silêncio. A violência sexual intrafamiliar refere-se a uma forma incestuosa de abuso sexual e é um dos diversos tipos de violência doméstica. Esse tipo de violência ocorre não só entre pessoas que possuem laços de sangue, mas também entre pessoas que não necessariamente compartilham desses laços, mas que, por sua vez, possuem laços de afetividade, autoridade e/ou responsabilidade não sendo estranhas às vítimas. O presente trabalho teve por objetivo verificar quais as consequências do abuso sexual intrafamiliar no desenvolvimento das relações afetivas de vítimas como crianças e adolescentes do ponto de vista de psicólogos. Aprofundar esse conhecimento é de extrema importância para que o profissional identifique as mudanças no comportamento psicológico e afetivo das crianças abusadas com maior efetividade e rapidez possível, para que dessa forma sejam aprimorados seus tratamentos físico e psicológico, evitando assim consequências futuras ainda mais desastrosas, além de possibilitar uma maior garantia dos direitos destas vítimas. O método escolhido para realizar a coleta de dados deste estudo foi o de levantamento de opiniões de profissionais a partir de dados qualitativos já coletados por eles em suas práticas. Os participantes desta pesquisa foram profissionais de serviços especializados em atendimento a crianças vítimas de abuso sexual na cidade de São Paulo e de Campinas, de forma que suas experiências pudessem colaborar com o conhecimento da questão. Foram contatados oito serviços de atendimento a criança e adolescente vítima de abuso sexual destas cidades, no entanto, somente três profissionais se dispuseram a participar de uma entrevista semiestruturada individual. Com base nas entrevistas realizadas foi possível analisar os seguintes tópicos: 1) Dados dos profissionais; 2) Consequências do abuso intrafamiliar no desenvolvimento afetivo da criança/adolescente; 3) Perfil da criança/ adolescente vítima; 4) Características da família incestogênica; 5) Tratamentos propostos; 6) Prognóstico. A partir disso, pode-se verificar que o abuso sexual da criança, em um ambiente doméstico, ocorre como sintoma de uma disfunção familiar para além do abuso, sendo necessário não só tratamento e prevenção deste, mas também na reestruturação dos relacionamentos e papéis familiares. Conclui-se que o abuso sexual produz efeitos prejudiciais nas relações afetivas, como a dificuldade no estabelecimento de vínculos afetivos e relações de confianças. Foi possível perceber uma forte necessidade de

algumas crianças e adolescentes em estabelecer vínculos com pessoas de fora do circulo familiar, o que reflete a fragilidade destas relações. Tais problemas sofrem influência de outras variáveis, que devem ser consideradas pelos profissionais, a fim de que suas intervenções se tornem eficazes para reverter o sofrimento destas vítimas e de suas famílias. O abuso sexual intrafamiliar é cercado por uma barreira de silêncio e quebrar esta barreira envolve a alteração de uma dinâmica familiar em um ambiente que frequentemente não há preparo ou disposição à estas mudanças. Para isso, é importante que haja um maior preparo e envolvimento dos profissionais em relação à esta temática para que desta forma seja possível um tratamento efetivo proporcionando melhores prognósticos.

Abuso sexual intrafamiliar em um Centro de Referência Especializada de Assistência Social

Maria Luiza Leal Pacheco, Blanca Guevara Werlang

O abuso sexual é um tipo de violência intrafamiliar que envolve contato ou interação entre uma criança e outra pessoa em estágio psicossexual mais avançado do desenvolvimento, no qual a criança é usada para obter estimulação sexual. Esse ato abusivo implica em atividades sexuais que envolvem contato físico (atos penetrantes) ou atos como voyeurismo e exibicionismo. O abuso sexual pode provocar respostas desadaptativas no comportamento infantil, configurando um fenômeno complexo que precisa ser melhor compreendido como forma de conhecer e definir intervenções adequadas na clínica psicológica infantil com o objetivo de ações de prevenção. O objetivo deste trabalho foi mapear casos de abuso sexual infantil atendidos em um Centro de Referencia Especializada de Assistência Social (CREAS) em Santa Maria, RS no período de março a julho de 2011, paralelo a pesquisa de mestrado da autora proponente deste trabalho. Participaram deste estudo 32 crianças de 6 a 12 anos. Para obter dados que caracterizassem os participantes, foi utilizada uma Ficha de Dados Sociodemográficos e o Inventário de Comportamento da Infância e Adolescência (CBCL). Para excluir casos com suspeita de comprometimento intelectual, foi administrado o Teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven. Os dados obtidos na Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográficos, no Teste Raven e no CBCL foram analisados através de técnicas de estatística descritiva. Os problemas de comportamento identificados no CBCL mostraram que 17 crianças (53,1%) apresentavam um quadro depressivo. Os dados obtidos no Teste Raven apontaram que 10 crianças (31,3%) apresentaram resultados que indicam desempenho intelectual superior e apenas, uma criança (3,1%) está abaixo da média para sua faixa etária. Tratando-se da presença

de sintomas ou doença física do grupo com vivência de abuso sexual, pode-se observar, segundo a manifestação dos pais e/ou responsáveis, que 9 crianças (28,1%) apresentaram algum tipo de manifestação relacionado a doenças gastrointestinais, bronquite, asma, otite, infecção urinária ou doença sexualmente transmissível. Através da Ficha de Dados Pessoais e Sociodemográfica respondida pelos responsáveis pela criança no que se refere aos dados do ato abusivo pode-se apurar que, das 32 crianças que sofreram abuso sexual perpetrado por um familiar 23 (71,9%) são do sexo feminino e 9 (28,1%) do sexo masculino. O pai é o agressor em 14 casos (43,8%). Quanto ao tempo em que ocorreu a revelação do ato abusivo, aponta-se que: em 18 casos (56,3%) a declaração ocorreu a menos de um ano de estar acontecendo o abuso. A idade do agressor variou entre 18 e 70 anos. Quanto à atividade ocupacional do agressor, observa-se que na época do abuso, predominantemente, 18 (56,3%) dos sujeitos não exerciam atividades laborais formais ou informais. Ainda, sobre os abusadores 23 deles (71,9%) apresentam histórico de uso de algum tipo de substâncias psicoativas (álcool, crack, maconha, loló, cocaína). No momento da realização deste estudo, 26 abusadores (81,3%) encontravam-se presos, porém, nem sempre o motivo da prisão ligava-se ao abuso sexual perpetrado contra a criança. Especificamente sobre a caracterização do abuso sexual perpetrado por um familiar, 15 crianças (46,9%), o ato abusivo era de caráter genital. O abuso sexual infantil está ligado ao abuso das relações interpessoais marcadas pela hierarquia, pelo poder pressuposto do adulto sobre uma criança que se utiliza de sua posição para obter gratificação sexual. A experiência sexual precoce pode causar efeitos devastadores e irreversíveis na vida psíquica da criança e de sua família. A presença de violência intrafamiliar marca as relações familiares, pois instaura um jogo perverso onde fica instaurado um vazio em que a reorganização da ordem psíquica parece não conseguir ser refeita novamente. Por isso, ressalta que o trabalho tanto no CREAS quanto em outras instituições que integram a rede de proteção é prover recursos para representar e compartilhar a angústia dos conteúdos destrutivos, pois a intervenção frente à posição de escuta do sofrimento das crianças e de suas famílias é uma tentativa de recomposição simbólica, uma carta de crédito que provém da ação compartilhada que visa o fortalecimento dos vínculos e o resgate de relações saudáveis e protetivas. Evidencia-se que o abuso sexual também se reporta à ordem do coletivo e do social, pois compõe elementos multideterminados que precisam de destaque especial para efetivar um trabalho interdisciplinar direcionado a ressignificação da vivência proporcionado pela intervenção em rede.

Acompanhamento de egressos do sistema prisional e reabilitação psicossocial: limites e desafios

Juliana Marques Resende, Maria Stella Brandão Goulart

O trabalho tem por objetivo refletir sobre as práticas da justiça penal aplicadas aos portadores de sofrimento mental, enfocando os casos em que, não houve a instauração de Medida de Segurança. Dessa forma, em vez de uma medida de tratamento e acompanhamento, este vai cumprir sua pena em uma instituição prisional. A realidade de grande parte das instituições prisionais brasileiras é insuficiência de recursos que possam garantir a reabilitação dos apenados e violações dos direitos humanos. As consequências da privação de liberdade nestas prisões se agravam nos casos de portadores de sofrimento mental. No estado de Minas Gerais, após cumprir parte da pena em privação de liberdade e se beneficiar de cumprir o restante da pena fora do sistema, estas pessoas podem acessar o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp. O Programa faz parte da Coordenadoria de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais. O PrEsp tem como objetivo acolher pessoas recém liberadas do sistema prisional, oferecendo a elas assistência psicológica, social, encaminhamento para cursos, postos de trabalho e outras demandas apresentadas. Realiza, a partir da atuação de uma equipe multidisciplinar (psicólogos, assistentes sociais e advogados), o acompanhamento do usuário, ampliando as possibilidades de acesso aos direitos básicos e estendendo o atendimento aos familiares, visando à inclusão social dos egressos e a não reincidência. Considerando os egressos como pessoas que passaram por um processo de criminalização e aprisionamento, há por parte da sociedade a reprodução de que esse sujeito seja sempre percebido, ou acreditado, como portador de uma moral desviante. Os atos esperados dele serão sempre semelhantes àqueles que o levaram a tal aprisionamento. O fato de ser "ex-presidiário" denota ideia de que aquela sociedade que sempre esteve ali e que o "recebe de volta" após a saída da prisão o vê como o criminoso de antes, ou de sempre, fazendo com que a passagem pela prisão se torne a marca deste indivíduo, enaltecendo os fatores negativos (falta de caráter, vagabundagem, perversidade entre outras), e/ou desconsiderando possíveis ou reais potencialidades destes mesmos sujeitos, anteriores a experiência prisional e/ou adquiridas durante a passagem pela prisão, bem como o desprezo a qualquer possibilidade de mudança do ser humano. Para o egresso prisional as ocasiões de reincidência criminal também são vistas, em geral, como atributos do caráter do sujeito e não pelas dificuldades encontradas por ele no processo de inclusão social. O estigma pode

contribuir, então, para gerar um círculo vicioso: por ser egresso a pessoa tem dificuldade ao acesso pleno a direitos fundamentais básicos, o que acaba impelindo-o ao retorno a viver de forma precária e favorecendo os fatores que podem deixá-lo novamente vulnerável. Outra consideração importante acerca do estigma, para Goffman (1975), é que ele, quando adquirido ao longo da vida, como é o caso do público do PrEsp acarreta um esforço de ressignificação do passado do sujeito e o estabelecimento de novas relações que serão pautados pelo manejo da condição do estigmatizado. Aos poucos o sujeito portador da marca que o desacredita descobre formas de manejar as tensões geradas pela sua condição. Uma das formas encontradas para tanto é o acobertamento do estigma ou a negação de características que implicam no reforçamento de tal. Esse fato acarreta maior dificuldade em trabalhar os fatores afim de que haja uma ressignificação positiva e que estes atuem de forma a buscar de seus direitos de forma autônoma. Os egressos do sistema prisional e portadores de saúde mental, além de todas as consequências da institucionalização total, tem como agravante os desafios impostos pela falta de tratamento durante o período de prisão. Para uma analise crítica da situação apresentada, optou-se por fazer um estudo de caso da atuação do Programa junto a um usuário é portador de sofrimento mental. Através deste estudo de caso, é possível ilustrar o funcionamento da justiça criminal, a seletividade da justiça e a omissão de direitos a estas pessoas. Busca-se também refletir sobre o acompanhamento do PrEsp e as interfaces do trabalho junto à rede básica de saúde e de proteção social dos municípios em busca de proporcionar com efetividade uma reabilitação psicossocial.

Adolescência: as multiplicidades do ser em um grupo de conversação no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)-Abadia (Uberaba-MG)

Juliana de Oliveira, Amanda Suellen Costa Carrasco, Ailton de Souza Aragão

A experiência da extensão universitária no ano de 2011 teve como participantes alunos e docentes da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) em ações junto ao grupo do Projovem-Adolescente, em situação de vulnerabilidade social, que frequentavam o Centro de referência de Assistência Social (CRAS) do bairro Abadia, em Uberaba-MG. O grupo de conversação tinha como objetivo estimular o protagonismo juvenil por parte dos adolescentes e também dos jovens universitários, propondo reflexões sobre as formas de enfrentamento das vulnerabilidades cotidianas encontradas na família e no território. Desta forma, destaca-se como necessária a discussão da prática exercida, segundo o eixo “Assistência Social”, de forma a assegurar que os direitos dos adolescentes possam ser exercidos, conforme o Estatuto da

Criança e do Adolescente. O grupo de adolescentes era composto de 12 jovens, que tinham em média 14 anos, residentes do bairro onde está localizado o CRAS. O grupo extencionista foi integrado por alunos dos cursos de Psicologia, Terapia Organizacional, Serviço Social e Medicina, que participaram, num primeiro momento, de um curso de capacitação oferecido pelos docentes. Foram realizadas também, pesquisas em material teórico que pudessem trazer informações sobre as vulnerabilidades sociais das juventudes e suas possíveis consequências. Foram realizadas visitas técnicas à instituição a fim de conhecer o local, caracterizar as ações e os programas desenvolvidos, e assim, identificar os sujeitos adolescentes. A prática do projeto com os adolescentes foi feita a partir de encontros semanais nos quais eram desenvolvidas atividades como dinâmicas, debates, teatro, filmes que pudessem iniciar alguma reflexão/discussão. A troca de experiências e o compartilhar opiniões, respeitando as diferenças, pode fazer com que o grupo se sentisse seguro em poder falar, perguntar e dividir assuntos de interesse. Os temas discutidos eram sempre elencados pelos jovens e tinham como principais tópicos: sexualidade, relações interpessoais, mercado de trabalho, autoestima, substâncias psicoativas e expressões sobre saúde. Todas as atividades demonstraram os desafios que os jovens enfrentam no exercício do protagonismo juvenil e no fazer valer os direitos referidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os encontros proporcionaram aos jovens um espaço aberto e livre para discussões no qual foi palco para aparição da multiplicidade de formas de existir frente às dificuldades vividas em seus territórios. Na escuta e fala atenta sobre essas questões pode-se notar uma ressignificação de saberes coletivos que contribuíram para construção de expressões dos adolescentes como sujeitos ativos na sociedade, capazes de produzir mudanças em seu território, refletindo as formas e ser e estar no mundo. Além disso, foi possível discutir a concepção de saúde e totalidades de cuidados, tanto pessoais, como sociais, possibilitando a construção de ideias sobre essas questões. Os alunos extencionistas, por sua vez, também puderam refletir sobre essa aproximação com a realidade social, sobre as formas de transformação, de engajamento, e construção de políticas públicas no território urbano.

Análise das demandas sociais para a atuação do profissional psicólogo nos CRAS de Vitória-ES

Marina Pandolfi Miranda, Iasmin Libalde Nascimento, Paula Pignaton de Almeida, Alini Gusmão do Rosario, Gustavo Roberto da Silva

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) foi proposto como medida de proteção básica da Política Nacional de Assistência Social, com intenção de minimizar os efeitos da vulnerabilidade e risco social, além de fortalecer vínculos familiares e comunitários. O psicólogo é sugerido como ator preferencial, para compor a equipe de referência dos CRAS, possuindo como atribuições contribuir para transformação da realidade social e comunitária do usuário em direção a uma ética voltada a emancipação e autonomia dos sujeitos, bem como compreender os processos subjetivos que podem contribuir para situação de vulnerabilidade social dos usuários do serviço. Diante disto, o psicólogo se depara com novas exigências, sendo convocado a atuar fora das práticas consideradas tradicionais na psicologia, o que se torna um desafio. Dentre os desafios destacamos a necessidade de gerir as expectativas e demandas dos diferentes atores sobre como deve ser a atuação do psicólogo: demandas dos usuários do serviço, da equipe, da instituição e das leis, normas e orientações formalizadas. A presente pesquisa tem como objetivos: 1) identificar as expectativas e demandas sociais para a atuação do profissional psicólogo na assistência social, especificamente nos CRAS do município de Vitória, Espirito Santo; 2) conhecer os modos como estes trabalhadores lidam com tais exigências, que muitas vezes são difusas; e 3) entender como as características dos territórios nos quais os CRAS estão localizados condicionam as demandas ao serviço da proteção básica. Para realização da pesquisa foram feitas visitas aos CRAS de Vitória, registrada em diários de campo, que subsidiaram a construção de um roteiro semi-estruturado para nortear as entrevistas com os 16 psicólogos, dos 12 CRAS do município. A análise foi realizada a partir da transcrição integral das entrevistas. Para análise do material produzido nos fundamentamos na produção conceitual da Ergologia, em especial nos conceitos de normas antecedentes, renormatização e dramáticas dos usos de si, que nos ajudam a entender a dimensão gestionária e arbitral da atividade de trabalho. Destacando trânsito constante entre heterodeterminação e autonomia que configura toda atividade de trabalho. A partir da análise dos dados, destacamos as seguintes demandas e exigências sociais para o trabalho do psicólogo: 1) por serem comunidades carentes, a população usuária do serviço demanda, na maioria das vezes, benefícios financeiros (por exemplo, bolsa família) ou algum tipo de auxilio (cadastro no CADÚnico, cesta básica, etc.); 2) a equipe espera que o psicólogo faça parte de todas as atividades desenvolvidas nos CRAS, além de convocá-los a atuar sempre que surge uma situação que, pretensamente, seria própria do campo de "saber psi"; 3) soma-se a isso, a necessidade de obediência as orientações, leis e normas para o trabalho do psicólogo no CRAS que refletem parte das exigências político-institucionais. Estes documentos orientam o trabalho do psicólogo tanto no que diz respeito às

políticas de transferência de renda, como bolsa família, prestação continuada (BPC), benefícios eventuais; quanto na realização de atividades socioeducativo geracionais, intergeracionais e com as famílias, reabilitação na comunidade, intervenções grupais, programas e projetos de capacitação e promoção da inserção produtiva, de enfrentamento à pobreza, à fome, de geração de renda. Os psicólogos em atividade ao responderem tais demandas, deve fazê-las a partir de uma gestão que considere as características do território de atuação. As realidades relatadas foram de territórios marcados por vulnerabilidades e áreas de risco, insegurança alimentar, tráfico, violência, desemprego, falta de escolarização. Características que compõem e condicionam o fazer destes profissionais. Por outro lado os profissionais, em consonância com a literatura sobre o tema, afirmam que a formação acadêmica e a produção teórica da psicologia dá poucos subsídios e ferramentas para a atuação nos CRAS, situação que tem gerado insegurança e sofrimento para estes trabalhadores. Desta forma, constata-se que a atividade do psicólogo no CRAS encontra-se num paradoxo, uma vez que é marcada, de um lado, por uma complexa rede de demandas, exigências e expectativas provenientes dos usuários, equipe e instituições, que inflam o polo dos "uso de si pelos outros" e, por outro, por um patrimônio normativo frágil que dá poucos subsídios referentes aos modos de atuar nestes serviços, exigindo mobilização constante dos trabalhadores para lidar com os desafios que a realidade do CRAS apresenta. A fragilidade desse patrimônio faz com que os trabalhadores sintam-se "descobertos" e solitários diante das exigências do real, produzindo sofrimento. Assim, é fundamental a produção e compartilhamento de saberes relativos a atuação dos psicólogos no CRAS para a constituição de um patrimônio potente que dê suporte aos psicólogos diante dos desafios que se apresentarão nestes serviços. Consideramos que o trabalho em questão se adequa ao Eixo Temático "Assistência Social" inserindo-se no Grupo de Trabalho "Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil" por compreender e problematizar as demandas e expectativas para o trabalho do psicólogo no CRAS, visando entender a atividade e os efeitos da Psicologia no campo da assistência social.

Articulando a realidade das famílias com crianças e adolescentes em situação de abrigamento e as Políticas Públicas

Vinicius Furlan

Tendo como referência ética e política os direitos das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária, esta pesquisa visou: a) caracterizar as crianças e adolescentes abrigados em relação à sua história de abrigamento, buscando compreender a realidade familiar e os

motivos do abrigamento de crianças e adolescentes; e b) compreender as políticas públicas municipais dirigidas a estas famílias. Para isso realizamos: pesquisa documental; entrevistas com profissionais e membros das famílias; e observação participante. Identificou-se que: o principal motivador do abrigamento é o envolvimento dos pais com as drogas; os motivos do abrigamento perpassam pela situação de pobreza dessas famílias; o abrigamento revela a falta de investimento em políticas públicas e a negligência do Estado em relação a estas famílias. A realidade do abrigamento revela a pobreza e a desvalorização social presentes na sociedade e nas famílias.

As contribuições da Psicologia na prevenção de riscos e desastres junto à Defesa Civil

Diego Henrique Sabino Alves, Luciano Gomes Lopes, Raquel Jara Volpato Leite, Tatiane Teruel

Objetivo: Analisar a contribuição das práticas psicológicas na gestão de riscos e desastres junto ao sistema nacional da Defesa Civil bem como entender a importância participativa da psicologia na garantia dos diretos dos indivíduos afetadas. Orientação teórica: A defesa Civil é um Conjunto de Ações de prevenção e de socorro diz Lopes (2009). A participação da psicologia junto ao gerenciamento da defesa civil ainda se constrói na contemporaneidade. Segundo Brasil (2008), nessa perspectiva, a Psicologia tem um papel fundamental participativo de prevenção, preparação, resposta e reconstrução da dignidade dos indivíduos afetados. Com isso às contribuições psicológicas vão além da pratica psicológica más também fazem parte do mapeamento de riscos junto à Defesa Civil diz o PNPDEC (2013). À pratica da psicologia junto a Defesa Civil tanto na prevenção quanto pós desastre esta intimamente ligada, segundo Cunha (2010), à amenização do sofrimento ao individuo, bem como à organização de abrigos,visitas à famílias atingidas, conscientização das comunidades, acompanhamento clinico pós perdas bem como mobilização para a redução das varias vulnerabilidades. O CFP (2010) ressalta que o trabalho em rede é um dos aspectos que norteiam o trabalho do psicólogo junto ao Sistema Nacional de Defesa Civil uma vez que há estudos de diversas entidades afins, afim de proporcionar soluções para a melhoria da participação do psicólogo como a CFP, as CRP e ABEP. Sabe-se que os desastres implicam sempre em perdas materiais e sociais, e com frequência deixam impactos sobre as vidas dos seres humanos. Assim segundo Cunha (2010) o psicólogo pode ajudar a trabalhar as consequências desses desastres sobre as vidas das vitimas, das comunidades e dos profissionais que trabalham tanto na prevenção quanto na ação pós desastre. A ação do psicólogo respeito ao atendimento às vítimas que sofreram a emergência,

por meio da escuta atenta, entrevistas de apoio, ou mesmo para ser o portador de informações básicas e precisas que possam ajudar a pessoa a se situar e se orientar diante da situação de caos. Para Lopes (2009) nesta fase, a ajuda se refere à participação na formação e preparação psicológica dos agentes que atuam diretamente na resposta às diversas ocorrências. Contudo Brasil (2008) ressalta que os trabalhadores que atuam no atendimento aos desastres e às grandes emergências devem ter consciência dos impactos que esses desastres provocam em si mesmos e, para tanto, precisam se resguardar, estando atentos à dimensão e complexidade da tarefa e aprendendo a identificar suas próprias limitações, por meio de terapia de grupos. Tendo feito isso Cunha (2010) diz que a ajuda psicológica na fase assistencial abrange especificamente a ajuda humanitária que corresponde ao identificação das vitimas que precisam de suprimentos básicos de subsistência como água, alimentos, roupas, bem como o encaminhamento das famílias desalojadas à abrigos ou casa de parentes que possam auxiliar no retorno dos indivíduos a sua rotina normal resgatando a moral da população atendida. Com isso a PNPDEC (2013) revela que é papel da Defesa Civil a abertura de abrigos e alojamentos temporários. O psicólogo como conhecedor da fase do desenvolvimento humano, da importância do vinculo e da preservação dos laços afetivos como fator de prevenção do equilíbrio psíquico, pode colaborar na gestão de abrigos defendendo assim os diretos das pessoas afetadas pelos desastres.Assim nesse processo a psicologia inserida nesse contexto produz um eficácia no apoio ao trabalho realizado pela Defesa Civil assegurando aos indivíduos o acesso aos direitos que norteiam a sua dignidade. Método: O presente trabalho propôs a realização de uma pesquisa bibliográfica e em sites sobre as contribuições da psicologia na prevenção de riscos e desastres junto à Defesa Civil. Conclusão: Conclui-se que em seu processo a psicologia no Brasil estão continuamente integrada ao processo de gestão e gerenciamento da Defesa Civil. Nota-se também que a mesma possibilita uma maior acessibilidade e engendramento dos agentes da Defesa Civil dentro da comunidade facilitando assim a abordagem dos indivíduos que ali residem.

As expressões subjetivas de adolescentes sobre valores e situações cotidianas

Rafael Lopes Varela

A adolescência é uma fase da vida em que é considerada por uma parte da população como complexa, onde esses, os adolescentes, vivem para dá trabalho a seus pais e/ou responsáveis, onde alguns desses indivíduos não se tornam responsáveis pelos seus atos, segundo algumas pessoas. Com isso querendo saber sobre alguns valores humanos do dia a dia, essa pesquisa foi

buscar junto aos adolescentes, saber quais às suas subjetividades relacionadas aos valores que a vida tem, além de querer relacionar esses pensamentos, com as atitudes que estariam sendo executadas durante sua vida atual, englobando da parte família, à escola e os demais equipamentos onde eles pudessem terem acesso. Para realizar esse trabalho utilizamos seis palavras chaves como ferramentas para descobrir o que pensam, as palavras foram: Amizade, Família, Educação, Trabalho, Violência e Cultura. Por meio de uma dinâmica, eles descobriam às palavras através de dicas em que um repassava as informações aos outros, a partir daí eles se expressavam sobre essas palavras, no sentido de mostrarem o que entendem e o que sentem. Foram vistas várias diversidades de subjetividades expressas por esses jovens, em que se sentem prejudicados por fatores como, conflitos familiares, a falta oportunidades para expressar seus desejos, local apropriado para desenvolver suas habilidades, capacitação, entre outros meios que os pudessem auxiliar em seu desenvolvimento maturacional e até profissional. O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa, descritiva e de campo, envolvendo 14 adolescentes em uma instituição coordenada por uma igreja evangélica, na cidade Fortaleza, onde trabalha-se com esses jovens com o objetivo de darem melhores perspectivas de vida para todos, por meio de diversas atividades educacionais, lúdicas, espirituais, entre outras, que são desenvolvidas todos os dias da semana gratuitamente, por profissionais com formação pedagógica, e que é desenvolvida por doações voluntárias.

Assistência Social e as Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC) e de Liberdade Assistida (LA) em SC

Andréia Piana Titon

Este trabalho objetiva apresentar e discutir aspectos de uma experiência profissional como psicóloga na gestão estadual da política de assistência social. Essa inserção profissional está relacionada mais especificamente com a gestão dos serviços de proteção social especial de média complexidade. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) está organizado em dois níveis de proteção social: básica e especial – que se divide em media e alta complexidade. Os serviços de proteção social de média complexidade são desenvolvidos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e "tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos", conforme a Lei nº 12.435, de 2011, que dispõe sobre a organização da assistência social. Dentre as atividades desenvolvidas nessa experiência

profissional, destaca-se a participação em atividades como monitoramento dos serviços de proteção social especial nos municípios que possuem Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do Estado, organização de eventos de capacitação, realização de reuniões com municípios, participação em reuniões intersetoriais (com representantes do judiciário, do ministério público, da política de saúde, etc.), participação no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), participação em câmara técnica da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), entre outras. Em 2013, destacam-se as atividades relacionadas com a coordenação estadual do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Este é um dos serviços realizados no CREAS e possui como público alvo adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de meio aberto (LA e PSC). Dentre as atividades relacionadas com a coordenação estadual deste serviço está o monitoramento da execução do mesmo pelos municípios, a organização de capacitações, o processo de implantação do Sistema de Informação SIPIA SINASE Web em parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, entre outras. Considerando a temática do Grupo de Trabalho no qual esta comunicação se insere, serão problematizados alguns aspectos observados em relação ao acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa nos municípios do Estado. Inicialmente destaca-se que apenas 82 municípios possuem CREAS em SC. Nos demais municípios (SC possui 295 municípios), os adolescentes que recebem medida socioeducativa de meio aberto em geral são encaminhados para a gestão municipal da política de assistência social. Outro aspecto a ser destacado é que este serviço tem como objetivo contribuir para a construção, pelo adolescente em conjunto com sua família, de um projeto de vida que possibilite novas perspectivas de vida, através de intervenções que devem visar a responsabilização do adolescente pelo ato infracional praticado, assim como o acesso deste aos direitos até então não garantidos. Para isso, tanto as normativas do SUAS quanto do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei (SINASE), enfatizam que é necessário a articulação deste serviço com outras políticas públicas, como educação, saúde, esporte e lazer, trabalho, visando a garantida de direitos. No entanto, o que se observa na maioria dos municípios do Estado, é uma dificuldade de articulação com estas políticas públicas e da garantia dos seus direitos, por motivos como falta de serviços públicos, como de saúde mental, dificuldades da escola em possibilitar o acesso destes ao conhecimento escolar, falta de políticas públicas de esporte, lazer, entre outros. Uma outra dificuldade relatada pelos profissionais dos municípios é a estigmatização destes adolescentes, que possuem uma

trajetória de direitos violados e em geral não são vistos como sujeitos de direitos pela comunidade em geral. Ressalta-se também as condições de trabalho dos profissionais que trabalham com estes adolescentes, inseridos na assistência social, que está se constituindo enquanto política pública muito recentemente e que ao mesmo tempo que apresenta avanços, também possui muitos entraves a serem superados. Diante dessas questões será problematizado sobre as (im)possibilidades de contribuição da Psicologia Social neste contexto.

Brincando na Medida BrincAção: uma proposta de intervenção

Luciana Ferreira Silva

O presente trabalho surgiu através de um incomodo com o qual me deparei nos meus anos de prática em um Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, mas especificamente com a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade. No município de São Paulo, a medida socioeducativa de em questão é executada pelos Serviços de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, a partir de um convenio firmado entre uma Organização Não-governamental e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e fazem parte do quadro de serviços sócioassistenciais previstos pela Politica Nacional de Assistência Social (PNAS). De acordo com o ECA a medida de Prestação de Serviços a Comunidade consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos e as tarefas executadas devem ser atribuídas de acordo com a aptidão do adolescente. Além disso, a medida em questão é um recurso pedagógico importante no que se refere as questões relacionadas ao ato infracional, visto que objetiva o desenvolvimento da consciência social dos adolescentes no âmbito das relações. A Prestação de Serviços à Comunidade é uma medida que quando bem aplicada oportuniza ao adolescente a formação de valores e atitudes construtivas, através de sua participação solidária no trabalho das instituições. Trabalhar gratuitamente coloca o adolescente frente à possibilidade de adquirir valores sociais positivos, através da vivência de relações de solidariedade presentes na comunidade. Infelizmente na minha prática, não era isso que eu observava. Os adolescentes eram encaminhados para Unidades Acolhedoras para fazer serviços "burocráticos" que não possibilitavam a eles nenhuma reflexão e nem o desenvolvimento da consciência social dos adolescentes no âmbito das relações, pois muitas vezes ficavam fechados em arquivos de Unidades Básicas de Saúde organizando prontuários, ou em Bibliotecas organizando livros, sem estabelecer nenhum contato com a comunidade. Foi pensando em uma proposta na qual o objetivo da medida em questão fosse alcançado que surgiu o BrincAção, que

demonstrou ser uma estratégia efetiva no trabalho com esses adolescentes. A proposta do Projeto tem um caráter multiplicador, ou seja, esses adolescentes propagaram tudo aquilo que aprenderam, possibilitando que outras pessoas entrassem em contato com todos os aspectos envolvidos nesse espaço de ludicidade. Winnicot é o autor que mais dá ênfase a importância do "brincar". Segundo o autor (1975) o brincar além de ser um espaço onde flui, tanto na criança quanto no adulto, a sua liberdade de criação, é também um espaço de crescimento, de relacionamentos e de comunicação. Brincar possibilita a construção de uma identidade autônoma, cooperativa e criativa. Objetivo: O presente Projeto tem como objetivo geral realizar um resgate das brincadeiras de infância e tornar os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade "agentes multiplicadores do brincar". Metodologia: A oficina foi realizada através de encontros semanais, com duração de 3 horas, dos quais participavam de 2 a 12 adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços á Comunidade. Dentre as atividades propostas estavam: Oficinas do brincar, confecção de brinquedos, exibição de filmes, discussões grupais, visitas a parques, multiplicação das brincadeiras e jogos resgatados. O Projeto foi dividido em duas fases: a primeira mais longa, teve duração de 16 semanas e nada mais era do que uma preparação para a segunda fase. Nesse primeiro momento aconteciam os resgates das brincadeiras de infância que dariam subsídios para a segunda fase com duração e 4 semanas que consistia na preparação e multiplicação das brincadeiras. Resultados: O presente projeto aconteceu em dois momentos distintos. Primeiro como projeto piloto, ainda na organização na qual eu trabalhava como técnica social e teve duração de 3 meses, dois meses a menos do que a proposta inicial do projeto que era de 20 semanas, por motivo do meu desligamento da mesma. Mas o projeto foi adaptado para que todas as suas fases fossem respeitadas. Posteriormente a mesma organização me convidou para aplicar o Projeto em outro Serviço no qual fiquei por 1 ano. Nas duas experiências foi possível observar que o projeto conseguiu alcançar os seguintes resultados: - Promoção do crescimento pessoal e aumento da consciência social dos adolescentes; - Possibilitou e trabalhou a convivência em grupo; - Possibilitou um espaço de encontro com a comunidade. Conclusões: O BrincAÇão mostrou-se uma alternativa interessante para o Trabalho com adolescentes em cumprimento de Prestação de Serviços a Comunidade. Dentre os resultados elencados acima, a possibilidade de encontro é de longe o mais importante. Quando falamos de encontro, não é apenas o encontro com o adolescente com a sua comunidade e com o grupo em questão, mas principalmente um encontro do adolescente com a sua infância perdida, um encontro dele consigo mesmo.

Contribuições da Psicologia com crianças e adolescentes institucionalizadas devido à situação de abuso sexual

Luisa Carolina Holanda Pereira, Jose Alves de Souza Filho, Francisco Diego Rabelo da Ponte, Livia Maria de Andrade Pontes

A importância dos estudos que envolvem a inserção da Psicologia no trabalho com crianças em situação de risco se dá na medida em que a mesma pode atuar incentivando e se preocupando com os processos relacionados à educação e a práticas relacionadas à institucionalização dessas crianças e adolescentes que podem ser feitas fora da escola. Por esta razão, incentivados pela disciplina de Psicologia Escolar e pelo pensamento de Foucault (1926-1984) e Deleuze (1925-1995) e as interações pós-críticas da psicologia educacional que propõe uma visão ampliada da escola e das instituições, visitamos o Lar Santa Mônica, vinculado a Província de São Nicolau de Tolentino da Ordem dos Agostinianos Recoletos, que acolhe meninas em situação de risco por terem sofrido abusos sexuais ou estarem próximas de sofrerem. Através de entrevistas com os profissionais que atuam no local e, especialmente, com a psicóloga, como também através de pesquisas bibliográficas orientamos nosso trabalho. No que compete à instituição escolhida, tendo em vista a situação de vulnerabilidade social e familiar que as crianças atendidas encontram-se por ocasião de abusos e exploração sexual, oriunda principalmente de seus próprios familiares, as seguintes inquietações nos motivaram: perceber quais as contribuições teórico-práticas que podem se dar no campo educacional e que o psicólogo pode utilizar para o seu trabalho e como ocorre o serviço; quais são os modos de subjetivação que estão sendo estabelecidos para essas crianças e adolescentes que passam por essas situações, muitas vezes, feitas pela própria família; o crescimento de instituições religiosas que oferecem um espaço de reinserção social. Uma vez que, o citado fenômeno tem crescido bastante no Brasil nos últimos anos e questionamo-nos sobre a falência do Estado em oferecer apoio social para seus cidadãos, principalmente para crianças e adolescentes e consequentemente quais são os desdobramentos que essa ausência do Estado e da família. O Lar Santa Mônica atende meninas de 7 anos aos 17 anos. Conta com profissionais que permanecem 24 horas na instituição, no caso, a mãe social (cuidadora), a psicóloga e os educadores sociais. Além disso, há professoras para o reforço escolar e para artes. A instituição preza por manter o cotidiano das meninas “o mais normal possível”, segundo o depoimento da psicóloga que trabalha na instituição supracitada. Acrescenta, ainda, que a referida instituição desenvolve um trabalho voltado para proporcionar um ambiente que favoreça uma maior interação entre as meninas, na medida em que buscam “reproduzir uma família”. O que podemos perceber durante a entrevista com a Psicóloga foi

que a instituição possui uma formação educacional fortemente influenciada pelo funcionalismo, uma vez que um dos papéis do Lar Santa Mônica é que as crianças assumam os valores (cristãos) e as normas de sociabilidade a partir das compreensões ideológicas do abrigo, ou seja, "é considerada uma instituição voltada para a socialização dos imaturos" (PAHO, 1984) que foram vítimas de abuso sexual. Por esta razão, acreditamos que esse tipo de assistencialismo produz um tipo de subjetividade, além disso nos chama atenção a questão da normalidade e dos princípios familiares que são ensinados. Isto posto, nos interessa que haja interações sobre a temática e como o presente trabalho pode contribuir para a área da Psicologia Social no que concerne principalmente à produção de subjetividade, à educação e às formas que as práticas assistenciais interferem nas mesmas.

Contribuições da Psicologia na assessoria técnica aos trabalhadores da Política de Assistência Social: estabelecendo parcerias

Marilei Alves, Jaqueline Rocha, Léia Viviane Fontoura, Marcia Aparecida Miranda de Oliveira

A proposta de assessoria técnica teve inicio com a constatação da necessidade de fortalecimento da atuação dos profissionais da assistência social observados no acompanhamento dos acadêmicos do curso de Psicologia em campos de estágios nos CRAS e CREAS da Região do Vale do Itajaí/SC. O Núcleo de Assessoria Técnica aos Trabalhadores da Assistência Social (NATTPAS) integra as ações do Observatório de Políticas Públicas da Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI), constituindo um projeto de extensão. Esta assessoria tem como objetivo promover a capacitação dos gestores, trabalhadores e dirigentes da rede socioassistencial, viabilizando espaços de expressão, autonomia e protagonismo na oferta e execução dos serviços, programas e projetos que possibilitem a busca do enfrentamento e superação de situações de violação de direitos, identificando o campo de trabalho como lugar de expressão da realidade social, promovendo a cidadania e a garantia de direitos de seus usuários. A partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003) e das diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) aprovou-se a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (CREPOP, 2007). O SUAS regulamentado pela Lei No 12.435/2011 organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: A primeira é a Proteção Social Básica (PSB), destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social

Especial (PSE), destinada as famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. Pode também trabalhar com benefícios assistenciais, de forma articulada aos serviços contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade (BRASIL, 2011). A proposta do NATTPAS tem como referencia a Resolução No. 27 de 19 de setembro de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Nestes ambientes o comprometimento com o desenvolvimento das potencialidades, necessidades, objetivos e experiências aos trabalhadores da política de Assistência Social, estabelecendo uma parceria para o aprimorando das ações com a população atendida. As ações buscam promover a emancipação social das famílias e fortalecer seus vínculos, incluindo o exercício da cidadania junto a cada um de seus membros - contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva, a Psicologia Social Crítica em seu estofo teórico tem muito a contribuir. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), todo atendimento efetuado pelo SUAS deve estar alicerçado no processo de universalização, e nesse sentido, combater a seletividade considerando a matricialidade sociofamiliar (FREITAS, 2010). A assessoria técnica será realizada por meio do método de Paulo Freire (2005) primando pela construção da autonomia dos sujeitos envolvidos, tendo como estratégias: oficinas, encontros de estudo, orientações, discussão de casos, entre outras priorizando ações coletivas. O importante do processo de assessoramento é trabalhar na perspectiva da aquisição de competências e habilidades pessoais, sociais, políticas e técnicas para uma inserção positiva no trabalho com os usuários. Iniciamos com a apresentação da proposta do Núcleo no Conselho Municipal de Assistência Social e na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Com a aprovação de ambos, foi elaborado um instrumento para coleta de dados a fim de elencar temas de interesse para capacitação dos trabalhadores da assistência social. Foi aplicado no CREAS e nos quatro CRAS, assim como junto aos Conselheiros que indicaram temáticas relevantes a serem desenvolvidas. Após a coleta e analise das escolhas, obtivemos como resultados os seguintes temas: Trabalho em equipe multi e interdisciplinar; metodologia para trabalho em grupo; conflitos familiares; e, acolhimento ao indivíduo e a família. Tais temas geradores foram apresentados e debatidos no I Encontro de Políticas Publicas, bem como, serão os dispositivos da assessoria em cada serviço conforme agenda estabelecida com o NATTPAS, a se realizar no segundo semestre do ano de 2013.

É possível vislumbrar todas as possibilidades: um relato de experiência da adoção de um grupo de irmãos

Marli Terezinha da Silva, Aline Fagundes Silva

O presente trabalho tem como objetivo descrever um relato de experiência sobre um Grupo de irmãos cujo Poder Familiar havia sido destituído da genitora, realizado um Fórum de uma cidade do Litoral Norte de SC. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), em seu art. 4° estabelece que é dever da família, da comunidade e da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos concernentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar comunitária. Em seu art. 19 o ECA dispõe que toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. O caso do grupo de seis irmãos (idades e sexo: 2 anos masculino; 4, 6 e 8 anos feminino; 9 anos masculino e 11 anos feminino) foi acompanhado por aproximadamente 3 anos na Comarca, e tivera seu início com uma denúncia de abuso sexual das meninas por seu pai. Após a medida de afastamento do lar do genitor das crianças, novas denúncias foram realizadas devido a negligência da genitora, desse modo, o bebe de dois anos foi adotado, as crianças de 4, 6, 8 e 9 anos ficaram sob a guarda do avô materno e uma tia (irmã da ex mulher do avô), e a menina de 11 anos foi adotada por uma família de outra cidade. Porém, após desavenças familiares, a tia e o avô devolveram as crianças, sendo estas acolhidas. Dessa maneira, o menino de 9 anos participou do Programa Pai Legal e teve sua paternidade reconhecida, indo morar com seu pai biológico. Através do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA) foi encontrada uma família para adotar as três meninas de 4, 6 e 8 anos. Porém, após nove meses a família adotante devolveu as três crianças, alegando dificuldades de convivência. Sendo assim, as três meninas voltaram para a Instituição de Acolhimento. Em busca de outras famílias, foram encontrados um casal que aceitaria adotar as duas crianças menores, e outro casal que morava próximo adotou a menina de 9 anos. Entretanto, após aproximadamente 4 meses o casal devolveu a criança de nove anos na véspera do Natal, ao se recusar em voltar para o acolhimento, foi realizada a tentativa de uma aproximação com a tia novamente (irmã da ex mulher do avô), trazendo resultados positivos, pois, esta conseguiu a guarda da sobrinha. Como observado no caso exposto, muitos casos que chegam até o Sistema Judiciário é de extrema

complexidade, principalmente quando se trata de Grupo de irmãos, pois, o ECA em seu art. 28, § 4° dispõe que os grupos de irmãos deverão ser colocador sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou contra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais. Embora, seja um aspecto importante que os irmãos possam ficar reunidos, na prática é difícil se consolidar este princípio, porque são poucas as pessoas que aceitam adotar mais de uma criança, desse modo, o que de pode fazer é vislumbrar todas as possibilidades e avaliar juntamente com os envolvidos o melhor interesse para a criança. No caso apresentado, o trabalho do Psicólogo se fez presente desde o início, desde a investigação do possível abuso sexual, até o acompanhamento da família e das crianças, a destituição do Poder Familiar, a identificação de possíveis famílias adotivas, a preparação dos futuros pais e das crianças, o acompanhamento pós adoção, a ressignificação da devolução das crianças, além de propor outras formas de lidar com a situação.

Em busca de um espaço legítimo

Heidi Miriam Bertolucci Coelho

Introdução: A reflexão elaborada neste trabalho se dá a partir da vivência obtida no projeto de extensão “Usina de Sonhos com Realidade”, cujo objetivo é a integração entre a comunidade universitária e a população da Vila Prudenciana, bairro periférico e carente localizado em Assis - SP. O projeto abrange crianças e adolescentes através de oficinas, que envolvem brincadeiras e outras atividades de integração que valorizam o coletivo, a criatividade e o desenvolvimento cognitivo e motor. O projeto foi desenvolvido a partir de uma demanda da comunidade, onde existe um alto índice de violência - tanto física quanto psíquica - e desigualdade social. A partir desses fatores, nota-se uma gradual e precoce perda da infância e da importância do brincar, os quais os alunos-voluntários, através das atividades e oficinas, buscam resgatar. Objetivos: Através deste trabalho, mostra-se a importância de projetos como a “Usina de Sonhos com Realidade” para o resgate da infância, e da importância do brincar para o desenvolvimento emocional da criança como estratégia de trabalhar seus conflitos, criando dentro de um ambiente pouco propício, um espaço onde as crianças possam sentir-se livres para expressar suas ideias e sentimentos e elaborar seus conflitos, com o acompanhamento dos alunos-voluntários e profissionais. Método: Por meio de encontros quinzenais, aos sábados, são realizadas diversas atividades, como esportes, gincanas, leitura, pintura, jogos e oficinas de forma a estimular a criatividade e a imaginação das crianças. Esses encontros são planejados e

discutidos, pelos alunos-voluntários em uma reunião semanal e em uma reunião quinzenal. As reuniões são realizadas, tendo como base teórica, a psicanálise contemporânea e a psicologia social assim como também, as experiências e habilidades de cada estagiário, e pelo conhecimento adquirido no curso de psicologia. Resultados:O projeto, em vigor desde 2007, permite a troca de experiências e saberes entre os alunos e crianças, colaborando na vivência de uma infância mais saudável e proveitosa para a Vila Prudenciana, além de garantir, concomitantemente, a realização da extensão universitária aliada a uma formação ampla para os graduandos. Por meio do diálogo e o vínculo afetivo construído ao longo do tempo entre as crianças e alunos-voluntários, o projeto se dá como uma clínica a céu aberto, ajudando a semear entre as crianças o respeito entre si, com a prática da cidadania e, também, a possibilidade de preservar e zelar pelo coletivo.Conclusão: Em busca de práticas que ampliem e otimizem a atuação do psicólogo, bem como o proporcionar um ambiente estimulante para o desenvolvimento afetivo e cognitivo de crianças e adolescentes, o projeto reflete a importância da interação da comunidade científica com a população, com o objetivo de criar canais que promovam a manutenção e valorização da infância, da afetividade e do convívio. Ademais, a Usina de Sonhos com Realidade ilustra uma nova forma de praticar a psicologia em comunidades mais carentes, onde a atuação do psicólogo se faz amplamente necessária de acordo com as necessidades da comunidade.

Estratégias de sobrevivência adotadas por crianças e adolescentes em situação de rua em três capitais brasileiras

Dhara Santana Teixeira, Nara Jesus Brito, Steffane Cavalcanti Rodrigues

A compreensão das estratégias de sobrevivência de crianças e adolescentes em situação de rua diz respeito aos mecanismos e comportamentos adotados por essa população, que possibilitam uma adaptação a este contexto de desenvolvimento. Neste sentido, compreende-se o desenvolvimento dessas estratégias como tentativas de adaptação ao contexto da rua, que oferece constantemente altos níveis de stress e riscos, os quais podem ocasionar vulnerabilidade emocional, social, física e cognitiva dessa criança. Busca-se, portanto, valorizar as narrativas de estratégias de subsistência que esse público costuma utilizar como uma estratégia de saúde, e de ajustamento social, frente ao ambiente adverso vivido na rua. O estudo parte de uma pesquisa longitudinal que visa a investigar o impacto da rua na vida de crianças e adolescentes em situação de rua, e, assim sendo, o presente trabalho teve como finalidade a investigação sobre os padrões de Estratégias de Sobrevivência empregadas por essa população em três

capitais brasileiras: Fortaleza, Salvador e Porto Alegre. Foi utilizada como abordagem teórico-metodológica a perspectiva bioecológica de Urie Bronfenbrenner, e como estratégia de investigação a inserção ecológica em instituições e serviços destinados à população de crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. Participaram da pesquisa 95 crianças e adolescentes, de ambos os sexos (Masculino: n=76; 80% e Feminino: n=19; 20%), com idades entre 09 e 17 anos (Média=14,19 anos; DP=2,39), sendo que todos possuem experiência de rua. Dentre os participantes, 45 foram entrevistados em Fortaleza (47,4%), 29 em Salvador (30,5%) e 21 em Porto Alegre (22,1%), não havendo diferenças significativas entre os grupos no que se refere ao sexo e à idade. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados, uma entrevista de Status Corrente de Vida que buscava investigar, entre outros aspectos, o uso de estratégias de subsistência adotadas pelos adolescentes. Em uma escala de 1 a 5, verificou-se que a estratégias mais utilizadas foram: a busca pela instituição (M=3,29; DP=1,653), seguida de trabalho (M=2,71; DP=1,66) e pedir dinheiro na rua (M= 2,71; DP=1,785). Este dado demonstra a importância da rede de atenção e das instituições na sobrevivência destas crianças e adolescentes, sendo as instituições, educadores e profissionais parte importante da rede de apoio social e afetivo desta população. As estratégias menos utilizadas pelas crianças foram recebeu dinheiro da família (M=2,63 ; DP=1,525), vendeu drogas (M= 2,16; DP=1,602), teve relações sexuais (M= 2,08; DP= 1,392), roubou algo (M= 1,99; DP= 1,465), assaltou alguém (M= 1,84; DP= 1,381) e, por último, mexeu no lixo (M= 1,81; DP= 1,364). Além da descrição das estratégias de sobrevivência, buscou-se analisar a correlação entre a Escala de Sobrevivência e outras variáveis, observando-se a existência de uma correlação positiva entre a Soma de Sintomas Físicos, Contatos Satisfatórios de Todo o Mapa, Contatos Insatisfatórios de Todo o Mapa, Total de Tipos de Drogas Usadas no Último Ano, Idade da Primeira Vez que Transou e Idade Quando Foi Forçado a Fazer Sexo (primeira vez). Compreender as estratégias de sobrevivência utilizadas pelas crianças e adolescentes em situação de rua favorece o entendimento das especificidades das condições de vida destes sujeitos e subsidiam a formulação e implantação de políticas públicas que podem além de garantir a sobrevivência das crianças e adolescentes, promover uma superação da própria situação de rua enquanto um evento adverso para o desenvolvimento. A prática da Psicologia se torna muito mais efetiva e eficaz, a partir do reconhecimento e compreensão dos modos de vidas desses sujeitos socialmente excluídos.

Famílias ciganas: uma reflexão sobre suas dinâmicas e direitos

Rafael Venturini da Silva, Beatriz Zocal da Silva, Carlos José de Moura Ciribelli, Anna Carolina Terassi

A compreensão de família perpassa o olhar dos laços, dinâmicas e contextos históricos e socialmente construídos que a constitui. Tratando-se de famílias ciganas precisamos conhecer um grupo étnico cuja singularidade ultrapassa as concepções estabelecidas constituindo-se em aspectos próprios e construídos historicamente. O seguinte trabalho tem como objetivo o relato de uma experiência sobre a constituição familiar cigana em que através de visitas a duas comunidades de famílias que ocupavam bairros distintos da cidade de Uberlândia-MG além da busca na literatura de referencial teórico, procurou-se conhecer quais aspectos permeiam a dinâmica dos sujeitos pertencentes a esse grupo étnico bem como o olhar do psicólogo nesse processo. Conhecer a identidade cigana supõe conhecer o grupo e os condicionantes socioculturais dessa etnia. A literatura evidencia o nomadismo e dispersão, a língua romanê, o patriarcado, a divisão de papeis de gênero, os rituais de casamento bem como o respeito ao líder do grupo como os principais elementos na manutenção das tradições ciganas que são transmitidas pela oralidade com a noção de coletividade preservada pela presença na família e o pertencimento ao grupo. Há, no entanto, uma diversidade de grupos dentro da denominação cigano que se caracteriza, sobretudo, pelas atividades exercidas e pelo convívio com uma diversidade cultural, que precisa ser considerada na sua singularidade. Ao longo da histórica percebemos os preconceitos vivenciados pelos ciganos por um olhar estereotipado que os colocam em uma situação social de exclusão e marginalização em que a interação com a cultura majoritária ocasiona mudanças na tradição familiar e no processo de inclusão das crianças e adolescentes ciganos no ambiente escolar. Isso se deve ao fato de estarem sujeitos à mudanças repentinas de moradia, que acaba por dificultar a inclusão dos alunos na dinâmica escolar. Podemos problematizar a falta de conhecimento por parte dos agentes de educação, que muitas vezes desconhecem a realidade das famílias ciganas, não tendo nenhum planejamento para o acolhimento das mesmas no ambiente escolar. Também na adolescência devido à tradição de se trabalhar desde cedo nas atividades familiares, por parte dos meninos, e de se casar cedo, por parte das meninas, faz com que os adolescentes abandonem a escola para se dedicarem às atividades domésticas. Outra questão a ser considerada é a do acesso aos serviços públicos, como a confecção de documentos oficiais, acesso à atendimentos básicos de saúde, matrícula em serviços de assistência social e escolar, entre outros, já que alguns desses serviços necessitam a comprovação de residência fixa. Durante o trabalho de campo, que teve o objetivo

de ampliar o olhar sobre a dinâmica da família cigana, foram levantadas diversas questões quanto a cultura, trabalho, divisão das tarefas familiares, interação dos ciganos com não-ciganos, relação com o as políticas públicas, preconceito sofridos, dentre outros que apareciam espontaneamente durante as conversas. Notamos algumas congruências com a literatura científica, como o patriarcalismo e as comemorações da cultura cigana, porém observou-se divergências, tanto entre a literatura e as falas, como nos destoantes olhares apresentados pelos dois grupos principalmente nos pontos que tangem no manejo de questões cotidianas e no apego às tradições e costumes ciganos. A partir do levantamento realizado procuramos problematizar qual é o lugar e a função do psicólogo no contexto de famílias ciganas que, apesar de possuírem aspectos culturais próprios, estão inseridas e se constituindo nos contextos de desigualdade social no Brasil.A partir dessa reflexão, o psicólogo, passará a compreender o contexto histórico em que se constituíram as famílias ciganas e a partir disso, pensar em maneiras de atuação para essa população. A questão a ser considerada, dessa forma, é uma atuação pautada numa prática que pense todas as circunstâncias e contextos de um processo que engloba a população cigana enquanto um modelo de alienação de uma cultura pautada no patriarcado e submissão feminina e enquanto pertencentes a contextos de desigualdade social e exclusão e privação de direitos. A partir da compreensão da construção de estigmas e preconceitos sobre o povo cigano podemos começar a questionar as relações de gênero, a evasão escolar, a não adesão aos sistemas públicos de saúde, entre outras coisas, que circundam o contexto desse grupos, numa prática de garantia de direitos e cuidado.

Medidas socioeducativas em unidades de internação: análises das práticas no Centro Socioeducativo Masculino (CSEM) em Belém

Robert Damasceno Rodrigues

As medidas socioeducativas, em conformidade com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU foram estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal 8.069/90, em consonância com a doutrina da proteção integral das crianças e dos adolescentes considerados sujeitos de direitos, consagrada na Constituição Democrática brasileira, de 1988 (art.227 e art. 228), em substituição ao Código de Menores. Tais medidas são exclusivas de serem aplicadas ao adolescente – compreendido entre os 12 e 18 anos – verificada a prática do ato infracional, e pela autoridade competente, no caso um juiz da infância e da juventude. As unidades de internação com privação de liberdade são uma das medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente autor de ato infrator, obedecendo aos

princípios da brevidade, excepcionalidade e do adolescente em período peculiar do desenvolvimento.Todavia, o ideal é que as medidas de proteção previstas no ECA fossem implementadas efetivamente e que os adolescentes não fossem enviados para medidas de privação de liberdade. Ainda, ideal seria que as medidas socioeducativas, excepcionalmente fossem aplicadas apenas em meio aberto e nunca com privação de liberdade. Contudo, vivemos em uma sociedade de segurança, baseada em uma lógica que se sustenta na volúpia punitiva, acirrando o encarceramento em massa de adolescentes, no Brasil. Dessa forma, sabemos que o adolescente em medida socioeducativa é forjado como sujeito "transgressor", aquele que foi rechaçado pela sociedade ao ser rotulado como "anormal", como desviante das regras; dessa maneira, naturalizou-se de maneira acrítica que estes jovens sejam enviados para lugares fechados que operam uma ortopedia de seus corpos, um "adestramento" para algo estranho, chamado de ressocialização e, após um longo processo de assujeitamento, em que eles se tornam – ou espera-se que se tornem – úteis e dóceis, seja para o mercado de trabalho que os vê simplesmente como mão de obra em um exército de reserva, seja para o Estado e sociedades governamentalizados, que esperam deles uma apatia política e o estabelecimento da ordem social, ordem esta que surge como um produto das encomendas exigidas pela própria população, levando as medidas a serem reduzidas, em alguns casos, a uma limpeza étnica e de higienização das cidades. O presente trabalho foi resultado de produção de trabalho de conclusão da atividade Psicologia e Políticas Públicas e teve como objetivo proporcionar aos alunos visitar estabelecimentos de atuação da psicologia com análises e descrições históricas, baseadas em conversas, entrevistas, escrita de um diário de campo com o uso de documentos publicados pelo Conselho Federal de Psicologia e por docentes que estudam os temas em questão, escolhidos para realização do trabalho. Perguntamos-nos a respeito dos tipos de processos de assujeitamentos que ocorrem nas medidas socioeducativas durante as visitas, em especial, em termos das condições estruturais da unidade, dos processos medicalizantes, da judicialização da vida nesse local e nas práticas vizinhas a este, dos estigmas sofridos e de que potências de vida ainda poderiam efetuar-se nesses lugares etc. Levando isso em conta, escolhemos realizar as visitações ao Centro Socioeducativo Masculino (CSEM), na Região Metropolitana de Belém. Para a análise, utilizamos entrevistas abertas e semi-estruturadas, levantamento de documentos, conversas, escrita de diários de campo, produção de relatório e apresentação em aula com debate, análise de implicações e sobreimplicações, bem como devolutiva para o equipamento visitado. Como orientação teórica utilizamos os textos de referência do CREPOP/CFP para a atuação do psicólogo em medidas socioeducativas,

relatórios, inspeções às unidades de internação e o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como textos referentes à questão dos direitos humanos, subjetivação, medicalização, etc. sempre levando em conta as proposições de Foucault sobre saber-poder, biopoder, biopolítica, disciplinarização, vigilância e punição como norteadores de nosso trabalho. A produção do trabalho foi relevante para colocarmos em perspectiva histórica a atuação de psicólogos nas políticas públicas de socioeducação, seguridade de direitos, medicalização, dentre outros; bem como contribuiu para uma ruptura de naturalizações a respeito de nossos modos de pensar e de agir, no presente. Ao final, pudemos constatar como o estigma da menoridade ainda é forte e engendra efeitos no campo da vida dos adolescentes, fazendo-os morrer e/ou sobreviver no limite do deixar morrer.

Mulheres da Paz: uma ação de Segurança Pública

Israel Kujawa, Pedrinho Arcides Guareschi

Esta comunicação está centrada no relato de uma experiência, com apontamentos de análise, considerando envolvimento de autor e coautor com a gestão/execução do projeto. O Projeto Mulheres da Paz é uma iniciativa do Governo Federal, através do Ministério da Justiça em parceria com os municípios. Trata-se de um projeto vinculado ao PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) e tem o objetivo de promover à paz e viabilizar segurança pública, atuando a partir de raízes socioculturais. Outros projetos do PRONASCI executados em Passo Fundo foram o Justiça Comunitária, o Protejo (Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável) e o GGI-M / Videomonitoramento (Gabinete de Gestão Integrada-Municipal). O projeto Mulheres da Paz, abordado neste resumo, foi coordenado pela Secretaria de Segurança Pública e executado pela Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo. O desenvolvimento do projeto teve um marco inicial quando mais de 314 mulheres se inscreveram para participar. Após atendimento dos requisitos exigidos, como idade mínima, disponibilidade de tempo, leitura e escrita, foram pré-selecionadas e selecionadas 200 mulheres pela equipe multidisciplinar do Projeto para atuar em Passo Fundo, a partir de seus bairros, durante um ano de trabalho. A etapa seguinte foi a realização de uma capacitação com 175 horas de formação, que somadas ao trabalho realizado chegam a 483 horas de informação, conhecimento, crescimento pessoal e dedicação. No conteúdo das 175 horas de formação cidadã foram tratadas questões vinculadas à cidadania, aos direitos humanos, às formas de resolução de conflito e acesso à justiça. A formação complementar deu-se a partir de encontros que serviram para analisar e encaminhar situações de violação de direitos humanos e privação de

direitos constatados a partir visitas domiciliares realizadas pelas Mulheres da Paz. A seleção das situações para análise nos encontros de estudo se deu a partir das visitas que as mulheres fizeram e julgaram relevantes nos aspectos da resolução ou dificuldade de resolução, para que através da análise coletiva fosse sugerido o melhor encaminhamento para a situação impeditiva da cidadania. O Projeto Mulheres da Paz realizou o trabalho social em 20 bairros de Passo Fundo, levando a mensagem de uma cultura de paz e diretos humanos, distribuindo informações de cidadania e de segurança pública como antídoto para diminuir e enfrentar a violência. Após 12 meses de trabalho feito nos bairros, por 130 mulheres, acompanhados de uma equipe multidisciplinar com uma advogada, uma assistente social, uma psicóloga e uma educadora social, a sociedade de Passo Fundo tem entre seus sujeitos, pessoas capacitadas para tratar de temas como gênero e direitos da mulher e cidadania, violências, fatores de risco e prevenção a drogadição. O trabalho social de orientar a cidadania, defender e promover os direitos humanos, que não é realizado de forma satisfatória pelo Estado, permite construir redes sociais de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem jovens, adolescentes e mulheres. A efetividade do projeto está vinculada a uma mudança cultural, no aspecto da cidadania, dos conflitos e da justiça. Doze meses é um bom ponto de partida, mas insuficiente, sendo necessário uma continuidade do trabalho. Entre os méritos do Projeto Mulheres da Paz, que implicou ações positivas, está o protagonismo de ações realizadas por mulheres, em comunidades onde ocorre o ciclo da violência doméstica, potencializando a ação das vítimas para restaurar relações humanas. Ao refletirem sobre as causas da violência e ao se apropriarem dos seus direitos, as Mulheres da Paz tornaram-se mediadoras de conflitos e protagonistas de uma cultura de direitos humanos. Como saldo positivo se evidencia a potencia para pensar novas ações com incumbência de prevenir a violência juvenil e o envolvimento dos jovens com as drogas, bem como a violência. A efetividade do Projeto Mulheres da Paz depende, também, do funcionamento da rede de políticas sociais. As potencialidades e o resultado efetivo de um projeto como o Mulheres da Paz, depende da articulação com outros projetos dentro de um programa. Desta forma, o Projeto mulheres da Paz, articulado com outros projetos do PRONASCI como Justiça Comunitária, o Protejo e o Policiamento Comunitário, potencializem uma cultura de paz e viabilizam segurança pública.

O acolhimento institucional em Porto Velho: o verso e reverso da medida protetiva

Camila Cordeiro de Lucena, Danielle Gonçalves Correia, Izabelle Cristina Pereira Siqueira

O Estatuto da Criança e do Adolescente, dispositivo legal fruto da uma vasta abertura política e social, e sua atualização, através da Lei 12.010 de 03 de agosto de 2009, reafirmam e ampliam a garantia ao Direito Fundamental da Convivência Familiar e Comunitária, enfatizando juntamente com o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, o direito que toda criança e adolescente têm de crescer e desenvolver suas potencialidades no seio de uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pela Sociedade e Estado. O acolhimento institucional, medida protetiva destinada a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal ou social, deveria ser aplicada após uma criteriosa avaliação dos riscos e prejuízos psicoemocionais a que crianças e adolescentes serão submetidos, no entanto, vem sendo reiteradamente acionado, em muitos casos de forma precoce e indevida, pelos atores que compõem o Sistema de Garantia de Direitos, como apontam os dados de um levantamento realizado no ano de 2012 no Segundo Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho/RO. Este trabalho pretendeu analisar, qualitativamente e quantitativamente, os casos de acolhimento institucional ocorridos no ano de 2012, nas Unidades de Acolhimento da capital rondoniense, e verificar, por meio de um objetivo previamente descritivo as motivações destes acolhimentos. A coleta de dados deu-se por meio de análise documental, via processos judiciais de medidas protetivas de acolhimento institucional e análise das atividades da Segunda Vara de Infância e Juventude da referida localidade, mediante consentimento da autoridade judiciária e garantia de preservação dos dados sigilosos. Após a análise dos registros e dados apresentados, foi possível construir um panorama pontual de como a política de acolhimento institucional vem sendo empregada no contexto de garantia de direitos da cidade de Porto Velho e até que ponto destoa ou não dos princípios e diretrizes que norteiam o ECA, o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária e as Orientações Técnicas para os serviços de acolhimento de Crianças e Adolescentes. Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente afirme que o acolhimento institucional é uma medida temporária e excepcional, constatamos que continuamente crianças e adolescentes vem sendo privados do convívio familiar por meio de acolhimentos indevidos e arbitrários. Em 2012, 250 crianças/adolescentes foram encaminhados a uma das cinco instituições de acolhimento da cidade, sendo que destes apenas 37,20% (93 crianças/adolescentes) permaneceram na unidade acolhedora, mediante Guia de Acolhimento emitida após estudo da equipe técnica do Juizado da Infância e Juventude. Desse total, 25,60% foram apontados como indevidamente realizados por conselheiros tutelares. Dado preocupante, que denota despreparo e não conhecimento do caráter excepcional e protetivo da medida. Constatamos a necessidade de maior preparo, seriedade e cumprimento da Lei por parte do

Sistema de Garantia de Direitos, para que a medida protetiva de acolhimento seja, de fato, utilizada de forma a proteger os que realmente necessitem. Evidente, ainda, que a falta de estrutura do município para aplicação das medidas de proteção e, em especial, daquelas destinadas aos pais ou responsáveis, não podem servir como pretexto para a adoção da solução mais gravosa e danosa a essa parcela infanto-juvenil. Concluímos que o acolhimento institucional vem sendo utilizado, em muitas situações, de forma arbitrária e indevida por ser compreendido como o "caminho mais fácil" ou um atalho à diversas política públicas ou ainda "solução para situações de risco que crianças/adolescentes encontram-se. Porém, reflete o desamparo e ausência de adequadas políticas púbicas, bem como a carência de assistência e aplicação de medidas de orientação, apoio, tratamento especializado e promoção social que visem fortalecer e empoderar esses núcleos familiares na busca e manutenção da garantia dos direitos fundamentais. Assim, propomo-nos a integrar o Grupo de Trabalho que aborda a Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil para fomentar as discussões sobre a participação do psicólogo na atuação técnica no que se refere ao acolhimento institucional e como esse dispositivo deva ser acionado como medida protetiva, ampliando a discussão e possibilitando debate de como a psicologia no âmbito jurídico e social pode melhor atender e contribuir a nossa população infanto-juvenil.

O estágio em Psicologia no CRAS: reflexões sobre uma prática

Paola Cecato Pinto, Nayara Portilho Lima, Laís Castro, Larice Santos Silva, Eliane Regina Pereira

O presente trabalho propõe a reflexão acerca de uma prática de estágio realizada em um Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) numa cidade do interior de Minas Gerais e os desdobramentos decorrentes desta. O CRAS é a principal porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o serviço oferecido tem como função garantir ações que visam superar as condições de vulnerabilidade e a prevenção de situações de risco social, a partir da introdução das famílias de sua área de abrangência aos serviços de assistência social e demais políticas públicas sociais. Dentre os serviços oferecidos, o principal é o PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família, que consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da família e da comunidade. Quando chegamos ao CRAS fomos inseridos nas atividades do PAIF e logo iniciamos as atividades de "abordagem familiar" acompanhando as assistentes sociais e a

psicóloga do CRAS em visitas domiciliares. A participação das estagiárias, enquanto psicólogas em formação, tem como objetivo suscitar conversas e olhares sobre os sentidos produzidos nesse cotidiano, além dos modos de subjetivação implicados e, assim, problematizar as práticas realizadas. Logo nas primeiras visitas identificamos o quanto as práticas, desenvolvidas pelas políticas de assistência social, são significadas pelos próprios profissionais do serviço como dispositivos de controle sobre as famílias e os sujeitos e pela busca da regulação, da normalização, da adaptação e do equilíbrio social. A partir disso, nos convidamos a visitar novos sentidos que apontam para as potencialidades das famílias e dos usuários, bem como, dos próprios profissionais. O embasamento teórico que permeia nossos olhares e intervenções realizadas nesse contexto é a Teoria Histórico-Cultural e autores da Psicologia Social Crítica, buscando problematizar e ampliar as práticas institucionalizadas. Entendemos que esse referencial teórico nos permite compreender o sujeito como ser concreto, que se constitui e produz sentidos a partir de uma realidade social, histórica e cultural. Diante disso, entendemos que cabe ao serviço do CRAS e aos profissionais auxiliar e colaborar com a comunidade, buscando envolver e estimular a participação dos sujeitos no estabelecimento de ações que fortaleçam os vínculos e possibilitem a melhoria de seu bem estar psicossocial. Nesse sentido, novas propostas foram implementadas em nossa atividade de estágio com objetivo de promover saúde à comunidade em encontros semanais com grupos específicos, sendo a atividade estética mediadora destes. Foram realizados encontros semanais com um grupo de educadoras de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) vizinha ao CRAS, cujo objetivo é fomentar discussões sobre o cotidiano escolar em que trabalham as educadoras e promover reflexões a respeito da constituição de um sujeito histórico e cultural, ampliando suas possibilidades nos encontros com as crianças. Realizamos também encontros semanais com um grupo de adolescentes da comunidade buscando promover a autonomia e autoria desses jovens como cidadãos e sujeitos em formação, problematizando temas relacionados aos vínculos nos diversos espaços, tais como a escola e o centro de convivência que eles frequentam, bem como sobre as relações familiares e assuntos que abrangem o cotidiano dos jovens. Em ambos os grupos, procuramos construir um espaço aberto de diálogo e reflexão em que foi possível relatar e refletir sobre diversos temas que permeiam a vida destes sujeitos e das pessoas a sua volta. Procuramos construir uma prática e discussão sobre as possibilidades de atuação do psicólogo nesse espaço, tendo como princípio norteador a promoção de saúde e a desnaturalização dos processos sociais que está imbricado no cenário das políticas públicas de assistência social. Em todos os momentos questionamos: qual o papel do estagiário no CRAS? Realizar visitas

domiciliares? Organizar grupos de promoção de saúde? Sim. Mas não apenas isso. Nossa atividade diária nos permite responder afirmativamente que o principal papel do estagiário é promover olhares e, assim, questionar o serviço que esta sendo oferecido e seus efeitos concretos no cotidiano das famílias, de modo a efetivamente deslocar ações e conceitos cristalizados.

O papel da instituição sob o adolescente inserido no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente

Kaio Cesar Pereira da Silva, Alinne Isteice de Sousa Belo, Tatiana Minchoni

No início do século XX, as políticas públicas para infância e adolescência eram pautadas na Doutrina da Situação Irregular, com o Código de Menores de 1927 e 1979, em que o termo menor teve um forte teor discriminatório em que, aqueles enquadrados dentro deste termo eram os pobres, abandonados ou infratores. Em que difere do nosso dia-a-dia na contemporaneidade? A adolescência carrega do seu passado uma problemática no que diz respeito a relacionar a criminalidade a crianças e jovens pobres, o que anteriormente contribuiu para criação de mecanismos de controle social para os chamados desvalidos através das instituições para internação destes. O termo acima citado era usado dentro do âmbito jurídico e passou por modificações em que assistiam os menores de 18 anos que estavam em situação irregular até chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual reconhece-os como sujeitos de direitos, independente de condições socioeconômicas, culturais, raciais e religiosas. A forma de justificar e camuflar a exclusão dos jovens no passado é apresentada através do movimento higienista que teve seu apogeu em 1920, tendo como grande objetivo no que se refere a população infanto-juvenil, retirar o Pátrio Poder, justificados pelo fato dos pais de famílias pobres não saberem como educar, higienicamente e moralmente, seus filhos para que estes se tornassem cidadãos dignos e uma mão de obra barata e alienada para o mercado de trabalho capitalista. Assim, durante todo o século XX foram sendo construídos mecanismos de assistência a jovens pobres, que tinha caráter assistencialista e segregador. Iniciando sob forma de internação em que podemos citar o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, que considerava crianças e adolescentes pobres como potenciais marginais. A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964, não apresentava qualquer proposta pedagógica através do discurso assistencial em que deixava notório o despreparo dos técnicos, as arbitrariedades dos monitores e a violência. Estabelecimentos destinados ao regime educativo daqueles que foram excluídos por não estarem socialmente enquadrados nos moldes

sociais. Questiona-se, portanto, qual influência histórica as instituições podem exercer sob os adolescentes nela inseridos? O que eles esperam e como vêem tais instituições? Surge então o interesse em analisar os possíveis descréditos enraizados nas instituições de atendimento ao adolescente através da percepção dos adolescentes nela inseridos. A dificuldade estrutural e/ou ineficácia dos programas de apoio aos mesmos para superarem suas dificuldades e terem uma perspectiva no futuro como é sentida? Tendo tais questionamentos em vista, o presente trabalho visa investigar como o processo de institucionalização dos adolescentes que cometeram ato infracional contribui para a constituição da identidade destes adolescentes. Para o alcance do objetivo proposto, a presente pesquisa de caráter qualitativo fundamenta-se na abordagem sócio histórica, que traz a compreensão do homem como um ser ativo, social e histórico que se utiliza da linguagem, em suas mais variadas formas, para expressar o que se é e o que o constitui enquanto sujeito o que se relaciona com o eixo temático da Assistência Social, bem como com o Grupo de Trabalho Juventude, instituições e processos de inclusão e exclusão social. Os sujeitos do estudo são adolescentes do sexo masculino que aguardam decisão judicial no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAD), localizado em Natal/RN. Para o alcance dos objetivos serão realizadas três oficinas temáticas que irão conter rodas de conversa e produções artísticas. As oficinas serão sequencialmente nomeadas: “Quem sou e como me relaciono socialmente”, “Como sou visto pela sociedade” e “O dia em que eu cheguei aqui”. Para a primeira oficina em que deverão fazer um desenho em tamanho real representando um dia de suas vidas, estaremos fazendo perguntas para os mesmos sobre o dia representado e disponibilizaremos rolo de papel sulfite grande, retalhos, giz de cera, hidrocor, coleção de madeira, cola colorida, tesoura, cola, lápis grafite, tinta guache, pincéis e barbante. Para a segunda oficina os adolescentes assistirão o episódio: Uólace e João Victor da série Cidade dos Homens, logo após faremos uma roda de conversa relacionando o episódio com a vida dos adolescentes, procurando trabalhar com as estigmatizações vivenciadas pelos mesmos. Os matérias utilizados serão aparelho de TV e DVD. Já para a terceira oficina utilizaremos cenas do documentário Juízo de Maria Augusta Ramos e depois pediremos que os adolescentes façam um desenho no tecido único que represente a forma como cada adolescente se ver dentro da instituição, este tecido será utilizado como toalha de mesa para o refeitório do CIAD. Os materiais serão tecido, tintas guache e pincéis. Para analisar os dados coletados nas oficinas acima, utilizaremos a análise de conteúdo temática. Os resultados ainda estão em processo de análise e, portanto ainda não existem conclusões das análises.

O psicólogo na Assistência Social em pequena cidade da Alta Noroeste Paulista: primeiras aproximações

Daniele da Silva Franco, Francielli Canosso Codeco, Eni de Fátima Martins, Jéssica de Melo Aires

O objetivo do presente trabalho é apresentar dados de um estudo sobre o psicólogo na Assistência Social, cujo objetivo foi uma primeira aproximação com a atuação do psicólogo no CRAS (Centro de Referencia em Assistência Social) na região da alta noroeste paulista. Buscou-se conhecer o trabalho do psicólogo de um CRAS e embasadas perspectiva da psicologia social comunitária analisar os dados, confrontando com a proposta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e com a Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS do Conselho Federal de Psicologia (CREPOP). Assim, este trabalho articula-se com o eixo temático "Assistência Social". O estudo embasou-se nas contribuições de Montero e Lane, que defendem uma práxis libertadora no trabalho do psicólogo comunitário. Aponta-se a atuação com grupos como possibilidade de problematização das condições de vida e o desenvolvimento das potencialidades dos participantes da comunidade para compreender o mundo em que vivem e se organizarem coletivamente visando a transformação da realidade histórico social desumanizadora. Coletou-se os dados por meio de uma observação de duas horas e uma entrevista semi estruturada com a psicóloga do CRAS. Na observação buscou-se identificar as condições ambientais do local, as atividades desenvolvidas e as relações interpessoais. Os dados foram analisados a partir do referencial teórico mencionado anteriormente, confrontando com as diretrizes da PNAS e a Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. O estudo seguiu as diretrizes da pesquisa com seres humanos, solicitando-se autorização à responsável pelo CRAS para a observação e entrevista. Apresentou-se o termo de consentimento livre e esclarecido à entrevistada. O CRAS visitado está localizado em bairro periférico de uma cidade com 20 mil habitantes, cuja economia é baseada na cultura têxtil e com grande vulnerabilidade social. As instalações da unidade são grandes, porém mal distribuídas e insuficientes para atividades em grupo. Compõe a equipe profissional uma assistente social, uma psicóloga, uma auxiliar de serviços gerais, uma digitadora, e voluntários monitores dos cursos na área de geração de renda como: corte e costura, pintura em guardanapos, artesanato, cabeleireiro. O CRAS é responsável pelos programas bolsa-família e renda cidadã. A psicóloga conta que realiza as palestras de orientação educacional para a população que se utilizam dos serviços do CRAS e apenas a assistente social se responsabiliza pelas visitas domiciliares, indicando uma subdivisão de

atividades, o que dificulta o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar como propõe as diretrizes para a atuação do psicólogo no CRAS. Também não foram apontadas reuniões da equipe de funcionários. De acordo com PNAS, o CRAS, fazendo parte da política de Assistência Social, como uma unidade de atenção social básica, é responsável pela oferta de serviços às famílias, grupos e indivíduos, atuando na prevenção de riscos e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. A entrevistada apenas relatou atividades desenvolvidas, não relacionando-as com esse pressupostos do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Observamos a atividade de pintura em guardanapos, realizadas somente por mulheres e notamos pouca interação entre elas, já que o silêncio era quase absoluto. Talvez por desconfiança de que a visita seria para algum tipo de julgamento e/ou fiscalização. Também não encontramos ninguém na sala de espera e não foi relatada nenhuma outra atividade que indique a interação entre os usuários. As diretrizes para o trabalho do psicólogo (CREPOP) indicam a importância de articulação do CRAS com outras ações existentes nas comunidades, porém não houve menção da entrevistada sobre trabalhos conjuntos com outros serviços e nem de trabalho com grupos como propõe a psicologia social comunitária, mas ela enfatiza a intervenção clínica. Para ela, tal intervenção traria mais resultados para o indivíduo, indicando pouca compreensão dos pressupostos dessa área de conhecimento da psicologia e uma concepção voltada para a adaptação do indivíduo a realidade vivida, opondo-se também com as diretrizes do trabalho do psicólogo no CRAS. Uma prática transformadora e não adaptativa nesse campo requer considerar os limites da ciência psicológica e enfrentar os desafios de uma formação profissional que prepare os psicólogos para atuar na área das políticas públicas. A entrevistada menciona a ausência em sua formação de conteúdos relativos a assistência social “Muitas coisas que eu aprendi, foram aprendidas aqui dentro e não na faculdade". Concluindo ressalta-se a existência do olhar assistencialista sobre a política da Assistência Social em vez de considerar como direito dos cidadãos em situação de vulnerabilidade social, impossibilitando uma prática libertadora, despertar do sujeito histórico e participativo do processo de transformação de sua realidade. Entretanto, mais que apontar as falhas destacamos a necessidade de produzir conhecimentos sobre a inserção do psicólogo na Assistência Social, e dissemina-lo pelas graduações e outros cursos, contribuindo para um atuação do psicólogo comprometida com a comunidade. Destaca-se a limitação desse estudo por ser apenas uma aproximação da realidade da inserção do psicólogo no CRAS, e sugere-se outros Social na alta noroeste paulista.

O saber-fazer do psicólogo no Serviço PAEFI: alguns apontamentos e reflexões a partir de um relato de experiência

Vanessa Soares Borges, Francini Neto, Marcela de Andrade Gomes

As atuais discussões sobre a atuação do psicólogo no âmbito da Assistência Social vêm colocando algumas interrogações em relação ao saber-fazer deste profissional, tanto em relação aos paradigmas psicológicos existentes, bem como aos efeitos que os mesmos vêm provocando na prática profissional. Tendo em vista que a Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e sua implementação são fatos históricos recentes na trajetória da Psicologia, do Serviço Social e das políticas públicas direcionadas à proteção de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, ou que tenham seus direitos violados, pretendemos, a partir desta exposição, contribuir com as análises e avanços das reflexões teórico-práticas com intuito de aperfeiçoar a literatura científica em relação a esta temática e, fundamentalmente, qualificar o serviço prestado aos usuários, solidificando o compromisso ético e político da Psicologia com a sociedade. Dessa forma, a partir de uma experiência de estágio profissionalizante na ênfase em Psicologia e Processos Socioinstitucionais, ocorrida entre agosto de 2011 e junho de 2013, junto ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos - PAEFI, em um município do Estado de Santa Catarina, este trabalho tem como objetivo refletir sobre as possibilidades de atuação do psicólogo neste serviço, com intuito de problematizar e qualificar os saberes e fazeres deste profissional do âmbito socioinstitucional, em especial, no serviço PAEFI. Com base no referencial teórico da Psicologia Social Crítica e da Psicologia Institucional, bem como nos documentos elaborados pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), buscamos apresentar algumas intervenções e atividades realizadas especificamente pelo psicólogo que compõe a equipe de referência do serviço em questão. Outros documentos específicos do Sistema Único de Assistência Social também são tomados como referenciais, tais como a Lei que o regulamenta (Lei nº 12.435/11), a NOB-RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS) e a Tipificação do Serviços Socioassistenciais. Cabe pontuar que este campo de atuação - ainda em construção – traz inúmeras questões e desafios aos psicólogos por ser um locus de trabalho recente e apresentar uma infinidade de possibilidades e estratégias de intervenção. Além disso, problematizamos o modelo tradicional-clínico que ainda tem sido amplamente utilizado por alguns profissionais, denunciando as lacunas existentes no processo de formação acadêmica dos psicólogos, em que impera o modelo clínico nas grades curriculares. Não pretendemos

apresentar uma posição negativa frente a este método de trabalho, porém, ressaltamos que o trabalho no setor público, de caráter intersetorial e multidisciplinar vêm impondo novos desafios para atuação do psicólogo. Por isso, entendemos ser de fundamental importância a construção de espaços de reflexões, trocas de experiências e discussões para que seja possível a elaboração e/ou consolidação, de forma coletiva e crítica, das diretrizes para a atuação do psicólogo neste contexto institucional. Neste sentido, este trabalho se propõe, a partir das análises elaboradas por meio desta experiência de estágio, contribuir com o saber-fazer do psicólogo inserido no Serviço PAEFI, ampliando as discussões sobre as estratégias de intervenção utilizadas, sobre o modo como esse profissional está construindo sua prática e, ainda, fundamentando a relevância do seu trabalho nesse recente espaço de atuação. Com tudo isso torna-se possível repensarmos os modelos paradigmáticos da psicologia, seus alcances e limitações, bem como termos subsídios para avançarmos na elaboração e execução das políticas públicas voltadas para famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Ao partirmos do pressuposto que os saberes e fazeres da psicologia, bem como os discursos veiculados nas políticas públicas e outros documentos oficiais se objetivam no cotidiano institucional, instaurando modos de subjetivação, torna-se tarefa fundamental um olhar cuidadoso e crítico frente a este saber-fazer, que se revela como um ator institucional de suma importância para prevenir e combater situações de violência (negligência, física, sexual e psicológica) e outras formas de violação de direitos humanos.

Os desafios da atuação do Psicólogo com adolescentes assistidos por uma Instituição de Apoio

Joanna Fernandes Reblim

Este trabalho refere-se à atuação de estagiarias de Psicologia na formação de um grupo terapêutico e intervenção com adolescentes com idade entre 11 e 14 anos. Esta atuação foi uma proposta do estágio curricular da disciplina de Estágio com Ênfase em Educação, vinculado ao projeto Fala Sério da faculdade que as estagiarias estudaram. O objetivo do trabalho foi fazer um relato de experiência dos atendimentos psicológicos realizados em grupo com adolescentes que frequentam uma instituição de apoio às famílias em situação de risco social. Devido os participantes encontrarem-se em situação de risco social, a atuação do psicólogo nesse contexto representa a contribuição dessa categoria na assistência social da sociedade. O grupo teve a proposta de contribuir para o desenvolvimento dos participantes, trabalhando a sua capacidade de resiliência, autonomia e o fortalecimento dos fatores de proteção. No decorrer do relato

foram desenvolvidos os temas de resiliência como competência individual, a autonomia através da Teoria de Piaget, como a capacidade de propor novas regras levando em consideração o outro, fatores de proteção como recursos pessoais e sociais que amenizam o impacto do risco e também fatores de risco, como eventos negativos que prejudicam o desenvolvimento dos indivíduos. Esses temas estão diretamente ligados à situação de risco social. Os encontros aconteceram uma vez por semana na instituição, com duração de uma hora e meia, com adolescentes que frequentam a instituição no período vespertino, entre os meses de março a novembro de 2012. Foram utilizados métodos e técnicas psicológicas tais como: dinâmicas de grupo, jogos, dramatização e dinâmicas expressivas em papel – recorte, colagem, escrita e pintura. Durante os encontros, os adolescentes destacaram os temas que gostariam de trabalhar no grupo, que foram: esporte, profissões, relacionamento, família, drogas, violência, entre outros. Dentro das questões observadas no decorrer dos encontros, analisou-se as dificuldades encontradas para a realização do trabalho, a dificuldade dos adolescentes de falar de si mesmo, o contexto de violência em que estão inseridos e de como era o comportamento deles uns com os outros. Em quase todos os momentos eles se referiam uns aos outros por meio de xingamentos e apelidos, gerando um clima hostil dentro do grupo, dificultando a interação entre eles. Concluímos como é importante a presença do profissional de psicologia dentro das instituições de apoio, onde existem muitos desafios e onde o papel do psicólogo ainda é muito desconhecido. Na instituição em questão, não havia um profissional dessa área no seu quadro de funcionários. O Psicólogo deve conhecer a realidade dessas instituições e trabalhar de forma a contribuir positivamente para o desenvolvimento dos envolvidos. Um grande desafio foi trabalhar temas que fazem parte do cotidiano dos adolescentes, e que são trabalhados em outros contextos como escola e igreja, de forma diferenciada e que levasse a reflexão. O trabalho com grupo terapêutico se mostrou um método eficaz para o alcance dos objetivos desejados, pois serviu como um espaço para expressão e reflexão sobre o cotidiano e enfatizou a importância do caráter criativo do profissional de psicologia.

Os sentidos do trabalho social com crianças e adolescentes: a visão dos professores

Débora Cardoso de Campos, Débora Cristina Fonseca

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apresenta como princípio fundamental a proteção integral à criança e ao adolescente, foi aprovado em 1990 substituindo o Código de Menores. Em de 23 anos de vigência da lei, a nova forma de compreender o lugar social das crianças e dos adolescentes ainda não se efetivou, o que tem demandado da sociedade a

institucionalização de formas de sociabilidade, mudando a orientação da conduta social em face à criança e ao adolescente e no reconhecimento dos mesmos como sujeitos de direitos aos quais a sociedade deve proteger e promover em toda e qualquer situação. Estudos produzidos na área (Andrade, 2000; Frizzo, 2006; Nascimento, 2005; Nascimento 2007; Liberatti e Públio, 1993) demonstram que a organização e funcionamento dos serviços de atendimento à criança e ao adolescente no território brasileiro tem se dado paulatinamente, sendo muitos os desafios a serem enfrentados para que eles sejam, efetivamente, instituições promotoras de políticas públicas de proteção e promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Grande parte das dificuldades de transformação desta realidade, sem desconsiderar os aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos, são decorrentes do fato de que o interesse e compromisso dos profissionais não se fazem acompanhar por uma formação que oriente sua ação na defesa e promoção dos direitos do público infanto-juvenil (Nascimento, 2007). O reconhecimento desta realidade aponta para a necessidade de as instituições formadoras, principalmente as universidades públicas, envidarem esforços no sentido de contribuir para que ao interesse e compromisso desses profissionais se somem a competência técnica e humana (Freire, 1998). Nesta direção, Universidade desenvolveu um projeto de extensão denominado "Formação de agentes sociais e professores em políticas de atendimento a crianças e adolescentes". A proposta foi desenvolvida em encontros mensais de três horas, com um total de dez encontros. A metodologia de trabalho teve como base o processo grupal (Lane, 1984) e o entendimento de que as pessoas se constroem coletivamente, na relação com o outro de forma dialética (Vigotski, 2006). Os encontros foram planejados de forma a articular-se a abordagem teórico-conceitual e normativo-legal das temáticas propostas a uma abordagem mais dialógica e dinâmica por meio qual os participantes foram estimulados a expor e pôr em discussão os saberes, conhecimentos e concepções que subjazem sua prática, sendo confrontados entre si e com a produção teórica, de modo que todos tinham a oportunidade de construir formas mais elaboradas de compreender, esperando-se que se convertessem em renovadas formas de fazer. Ao final do processo formativo a pesquisa foi realizada e estes dados serão apresentados neste trabalho. Objetivo: Analisar os sentidos construídos pelos professores sobre o trabalho social com crianças e adolescentes durante a formação procurando apreender as possíveis mudanças na vida pessoal, profissional, de compreensão do ECA e de trabalho na rede de atendimento à criança e ao adolescente. Metodologia: os professores foram convidados a participar de uma pesquisa qualitativa, realizada em duas etapas: 1: Diário de Campo – durante as reuniões do Projeto de Extensão foram realizadas anotações das falas e atitudes dos participantes. 2:

Entrevista semi-estruturada – os participantes, individualmente, respondem de modo facultativo a perguntas acerca de seu trabalho e das bases que o sustentam, podendo avaliar também o próprio processo de formação. A análise desse material foi realizada através da busca de compreensão dos sentidos e significados contruídos (Vigotski,2006; Aguiar e Ozella, 2006), adentrando em seu histórico de vida pessoal e profissional, contextualizado com a realidade do município e do órgão onde trabalha. Resultados: De modo geral, os dados indicaram que para os profissionais ocorreram mudanças importantes nos significados e sentidos sobre a política de atendimento à criança e adolescente. Essas mudanças foram evidenciadas no modo como passaram a compreender o ECA e os sujeitos crianças e adolescentes, assim como uma visão mais ampla sobre a necessidade de políticas públicas para que os direitos se efetivassem. Também demonstraram significativa importância para o processo formativo, como foco no processo grupal, principalmente por possibilitar a ampliação na compreensão do ECA e sobre a Política de Atendimento. Evidenciou-se também, maior "esclarecimento" sobre os elementos a serem considerados no trabalho com crianças e adolescentes. Considerações finais: O processo de formação em análise e os sentidos construídos pelos professores sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente ilustram como os momentos de reflexão e de conhecimento do trabalho do outro são indispensáveis para o avanço no reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes, assim como para a efetiva mudança nas políticas públicas. Também ficou evidente a construção de um sentido diferenciado sobre o trabalho coletivo. Este último parece indicar que o conhecimento que é construído de modo participativo e reflexivo gera um maior comprometimento por parte desses profissionais, focando sempre na criança e no adolescente e trabalhando pela transformação de sua realidade.

PAEFI e ampliação da rede de apoio social: um estudo de caso

Anelise Hammann Volanski, Giana Carla Laikovski

CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVO: Este trabalho discorre sobre uma ação conjunta dos profissionais psicólogo e assistente social, realizada no PAEFI. O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI é ofertado pela Política de Assistência Social, e se configura num serviço de apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Em Gaspar/SC, este serviço atende, no momento, uma média de 240 famílias, que chegaram ao serviço por diferentes vias de encaminhamento ou por demanda espontânea, sendo os motivos principalmente relacionados à violência contra criança ou adolescente. Considerando que a

criança deve estar inserida em diversos âmbitos no serviço público como forma de garantir seus direitos fundamentais, buscar parcerias entre os serviços torna-se essencial para o efetivo acompanhamento à família. Além disso, entendemos que as relações sociais possuem um papel fundamental na construção e na organização da identidade, além de auxiliarem no fortalecimento da cidadania. A ampliação da rede de apoio social pode também se configurar num significativo fator psicossocial, favorecendo a qualidade de vida dos indivíduos (ANDRADE; VAITSMAN, 2002). Desta forma, este trabalho teve como objetivo refletir sobre os reflexos da ampliação da rede de apoio social, a partir da experiência de atendimento a uma família. MÉTODO: A referida família compõe-se de genitora, Sra. Joana*, seu companheiro e três filhos, sendo um com 12 anos, fruto de um primeiro relacionamento, e os outros, com 4 e 2 anos, fruto da atual relação. A Sra. Joana buscou espontaneamente o atendimento no PAEFI em função de uma situação onde o filho mais velho teria abusado sexualmente dos irmãos. A partir dos atendimentos evidenciou-se histórico de abusos anteriores na família, bem como situação de conflito conjugal. A família mostrava-se fragilizada, com uma rede de apoio social precária e sem conhecer seus direitos ou ter acesso a serviços públicos de apoio. Nos atendimentos realizados, buscou-se acolher a família e orientá-la acerca das demandas trazidas pela mesma, bem como aquelas evidenciadas durante o acompanhamento, encaminhando-os aos serviços de apoio necessários para garantir seus direitos e superar a situação de violência. Neste sentido, a partir do trabalho interdisciplinar, foram realizados vários encaminhamentos, como: atendimento médico e psicológico da genitora, atendimento médico e psicológico do filho mais velho, inserção dos filhos menores em CDI e do filho mais velho em atividades de esporte e lazer no contraturno escolar, acesso a benefícios socioassistenciais, e inserção da família no programa federal de habitação Minha Casa Minha Vida. Foi também incentivado a inserção da genitora e seu companheiro no mercado de trabalho formal, bem como incentivou-se o fortalecimento das relações com a família extensa. RESULTADOS: A partir destes encaminhamentos e orientações, percebeu-se uma nova conjuntura desta família, que hoje se mostra com uma rede de apoio social ampla e fortalecida. Vale ressaltar que a família aderiu a todos estes encaminhamentos, o que contribuiu também para que a situação de violação de direitos se amenizasse. A genitora e o filho continuam em acompanhamento médico e psicológico individual, em outros serviços do município, e a genitora vivencia uma fase de repensar sua relação conjugal e de construção da sua autonomia. O trabalho multiprofissional em conjunto com estes serviços, que aconteceu através de visita à escola, reunião com profissional do serviço de saúde mental, reunião com profissional do setor de habitação, e

contatos telefônicos com os demais equipamentos da rede de apoio, foram essenciais para a resolutividade das demandas apresentadas pela família. CONCLUSÃO: Percebemos que o trabalho multiprofissional no sentido da ampliação da rede de apoio social contribuiu significativamente para a qualidade de vida dos indivíduos desta família, bem como para o empoderamento da genitora e fortalecimento de sua cidadania.

Processo de formação continuada para profissionais e intervenção com população em situação de rua

Tatiane Tavares Menezes, Nilma Renildes da Silva, Amanda Mayumi Ferreira Matsuyama, Marília Monte Pinheiro

Introdução: O presente trabalho iniciou com uma pesquisa ação no ano de 2010 na disciplina de Psicologia Social II sendo concluída em 2011, culminando num projeto de extensão em 2012 no Centro de Referencia Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP (Secretaria do Estado do Bem Estar Social). No início do processo deste trabalho observou-se as seguintes demandas: falta de instrumentalização dos profissionais, a respeito do funcionamento do Centro Pop e da principal atividade de trabalho exercida por cada funcionário; e em relação aos usuários o desconhecimento dos seus direitos, a falta e a necessidade de organização para reivindicações de projetos e programas de políticas públicas voltadas para essa população. Objetivos: Promover as relações interpessoais entre funcionários, usuários e entre esses dois grupos, com o intuito de possibilitar que as relações sociais na instituição pudessem ser mais democráticas. Para ambos os grupos buscou-se contextualizar a situação de rua neste momento histórico como um produto do modo de produção capitalista que nas suas reestruturações está cada vez mais colocando pessoas em situação de vulnerabilidade social. Fomentar que esse conhecimento facilitasse a ampliação da consciência dos trabalhadores em relação a sua atividade, quanto dos usuários em relação aos seus direitos. Relação com Grupo de Trabalho e Eixo Temático: Optamos pelo Grupo de Trabalho: Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil, e o Eixo Temático: Assistência Social, por se tratar de um trabalho realizado dentro da SUAS (Sistema Único de Assistência Social) e ter como objetivo a discussão sobre os direitos humanos. Neste sentido, proporcionar a formação continuada dos profissionais e intervir junto às pessoas em situação de rua para compreensão da problemática a qual fazem parte, além de promover um espaço para organização dessas pessoas em direção à exigência de seus direitos. Orientação

Teórica: A Psicologia Histórico-Cultural entende que o homem é um ser ativo social e histórico que age sobre a realidade material por meio de sua atividade, trabalho. Segundo Martins (2008), a partir da leitura de Leontiev (1978), "É no processo ativo que vincula o homem à realidade objetiva que ele desenvolve suas potencialidades e capacidades, apropriado-se do patrimônio humano-genérico e objetivando-se nos seus atos, enfim, que ele conquista a condição de e para ser homem" (MARTINS, 2008, p.46). Para apreender o homem em seu desenvolvimento psíquico é necessário compreender as condições historicamente construídas que o permitem produzir sua existência. Nesta direção o presente trabalho busca nos materiais utilizados e nas intervenções no processo grupal um olhar para o complexo fenômeno de situação de rua em sua totalidade, contradição e movimento histórico-social. Métodos: Os participantes foram divididos em grupo de usuários e de funcionários. Inicialmente realizou-se um mapeamento da instituição para identificar a forma de funcionamento da mesma. Entrevistou-se individualmente usuários e funcionários a fim de coletar as demandas para elaboração do projeto de atuação. Foi desenvolvido dez encontros semanais, com a duração de 90 minutos cada. Na nona reunião foi organizado um seminário sobre População de Rua com a participação de um representante do Movimento Nacional da População de Rua – MNPR do Estado de São Paulo. Por meio de discussões das seguintes temáticas: Cartilha Nacional sobre População de Rua; Políticas Públicas da Assistência Social; Álcool e outras drogas; cargo/função dentro do Centro POP; Movimento Nacional de População de Rua foi possível a formação dos profissionais e usuários. Para discussão das temáticas foram utilizadas atividades tais como: dinâmicas de grupo, exposição de vivências, vídeos, desenhos, construção de cartazes, fotografias e exposições dialogadas que compreenderam o objetivo de estimular a reflexão e o resgate sobre suas histórias de vida e elementos determinantes de tais, em especifico com o grupo dos usuários. Resultados e Conclusões: O projeto de extensão resultou na promoção de discussões e reflexões sobre direitos humanos aos participantes dos grupos, assim como das extensionistas. Potencializou-se a vinculação entre os funcionários, que anteriormente ao inicio do grupo não se reuniam nem em equipe para discussões de suas ações. As temáticas de maior relevância na avaliação dos funcionários foram: cargo/função; uso e abuso de álcool e outras drogas, proporcionando a ampliação do conhecimento sobre o serviço. Com os usuários, o fato de ser um local de rotatividade nos mostrou o desafio de conseguir trabalhar com essa população. Apesar das dificuldades encontradas foi possível perceber um processo de construção coletiva das suas problemáticas, compreendendo que a ruptura social por eles enfrentada não tem fundamento apenas em suas vivências individuais. Embora essa explicação

ainda marque o discurso dessas pessoas e muitas vezes dos funcionários. Principalmente no encontro realizado com o MNPR foi possível que os usuários entendessem que são sujeitos de direito, possibilitando a construção de reivindicações a partir da organização coletiva.

Processos de subjetivação e perfil de jovens mulheres em cumprimento de medida de internação em uma Unidade do CESEF

Mariane Batista Bitencourt, Luzia da Poça Sousa

O Centro Socioeducativo Feminino (CESEF), unidade da Fundação da Criança e do Adolescente do Pará (FUNCAP), está localizado em Belém, capital do Pará, e atende jovens mulheres em cumprimento de medidas socioeducativas. Tendo em vista a adequação às orientações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado no ano de 1993, o órgão destinado ao atendimento ao adolescente no Pará foi reordenado com a criação de unidades específicas para a execução das medidas previstas no Estatuto, entre elas o CESEF, o único no Estado a atender jovens em internação provisória (45 dias), internação (de 01 a 03 anos) e semiliberdade, com capacidade total para 32 adolescentes meninas. Como parte do Projeto de Pesquisa "A Construção Social da Vitimização: uma análise comparada São Paulo e Pará", coordenado pelo Prof. Dr. Luis Antônio Francisco de Souza e pela Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos, o presente trabalho apresenta resultados referentes ao estudo desenvolvido nesta instituição com meninas em situação de privação de liberdade, durante o ano de 2012 e continuado no ano de 2013, que tem permitido pensar e descrever possibilidades de interrogar as práticas de encarceramento de jovens assistidas nas medidas socioeducativas. Nesse projeto de pesquisa, nos interessa estudar os processos de subjetivação engendrados nas práticas de assistência do referido Centro. Problematizando práticas de subjetivação, como neste caso as práticas de encarceramento encontradas no CESEF, relacionamos nossa produção ao GT 25 "Produção subjetiva e práticas de assistência à infância e à juventude no Brasil" por entender que são múltiplos os fatores que atravessam esta temática e que são multifacetados os dispositivos agenciadores que normalizam condutas, prescrevem relações e intervém de diversas maneiras neste cenário. Sendo a discussão destes aspectos uma das principais preocupações levantadas pelo GT, consideramos que possa ser de grande valor as contribuições advindas das trocas teórico-metodológicas entre as experiências relatadas no referido espaço. A pesquisa se justifica pela necessidade de investigação acerca das condições de privação de liberdade de mulheres no país, tendo como pressuposto que a violência de gênero se apresenta historicamente em variados âmbitos da sociedade e, como extensão desta discriminação, o

sistema de justiça também produz e reproduz em seus efeitos um processo de revitimização da mulher ao invés de encerrar um ciclo de violação de direitos, que é uma de suas atribuições. Metodologicamente foram adotados três procedimentos: 1) entrevistas com a equipe técnica e adolescentes internadas; 2) pesquisa documental dos prontuários de atendimento; e 3) observação de campo. Como conclusão parcial, podemos constatar que as jovens estaão na faixa dos 15 aos 17 anos, solteiras, com nível de escolaridade entre o 4º ano do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio, tendo interrompido os estudos antes de adentrarem na instituição, são residentes no interior do Estado, em sua maioria não cometeram atos infracionais, prostituição ou mantinham envolvimento com drogas ilícitas anteriormente, já foram alvos de alguma forma de violência, consideram manter uma relação satisfatória com a família e, em relação às expectativas, todas expressaram ter vontade de dar continuidade aos estudos e trabalhar quando acessar a liberdade.

Proposta da Psicologia Social para a prevenção/intervenção na violência intrafamiliar

Soraya Aparecida Dias Cholodovskis, Kaminsky Mello Cholodovskis

Desde os tempos remotos a humanidade preocupa-se com a violência, entretanto nas últimas décadas o fenômeno ocupa lugar na sociedade e ganha destaque no meio acadêmico, principalmente no que tange à violência intrafamiliar, buscando-se então, dentro desse contexto, compreender sua natureza, sua originalidade e suas motivações de ocorrência. O que se percebe é o significativo aumento em relação às necessidades de se entender e abordar a violência pelo âmbito preventivo. As definições do termo família têm como fundamentos os conceitos literários providos da Antropologia, da Sociologia, do Direito e também da Psicologia. Esta última ciência caracteriza a família como um sistema ou um grupo de relações entre pessoas que se relacionam entre si – quer sejam por parentesco ou por se considerarem pertencentes ao contexto em que se inserem. Assim, pode ser considerada como violência intrafamiliar aquela que ocorre entre pessoas com vínculos afetivos – de convivência ou consanguinidade. Ainda àquela que tem como ocorrência na relação entre os sujeitos e não apenas no espaço físico em que se origina. Estudiosos da área afirmam que a violência intrafamiliar, ocorre hoje, de várias formas e com diferentes graus de severidade. Consideram que para se evitar o agravamento da violência seja necessária a proposição de intervenções na tentativa de interromper tais atos gradativos; haja vista que esta não se dá de modo isolado e sim é consequência de episódios consecutivos e com expansão na gravidade das ações. Na visão da Psicologia Social a violência intrafamiliar é produto de qualquer ação que venha causar

danos – físicos e/ou psicológicos – a outrem. Para a mesma, tal fenômeno é passível de análise, compreensão e superação mediante prevenção ou intervenção. Repensando a conjuntura, objetivou-se, neste trabalho, conhecer mais sobre o fenômeno da violência intrafamiliar na tentativa da proposição de prevenção/intervenção por parte da Psicologia Social. As hipóteses norteadoras para análise do estudo foram que: a ocorrência da violência nas relações intrafamiliares é motivo dos sujeitos envolvidos buscarem por auxílio em serviços de saúde, de psicologia, em instituições jurídicas e policiais; o comportamento violento pode ser evitado mediante aprimoramento das práticas dos profissionais da Psicologia Social na tentativa de buscar melhores resultados no enfrentamento do problema. Através da metodologia de pesquisa bibliográfica – em obras da Psicologia Social, publicações do Ministério e da Secretaria da Saúde e doutrinas do Direito Familiar –, mediante uma revisão na literatura acerca do tema e sem a pretensão de esgotamento do assunto, porém na tentativa de uma leitura de alguns especialistas da área – tal como Minayo –, pode-se concluir que cabe à Psicologia Social um olhar amplo e competente na tentativa de identificação das demandas particulares dos sujeitos envolvidos no fenômeno da violência intrafamiliar; que o profissional da Psicologia Social pode intervir procurando promover a garantia dos direitos fundamentais de tais sujeitos, na busca da manutenção as saúde mental e social destes; e que a violência intrafamiliar necessita ser tratada e não ser punida.

Psicanálise e Assistência Social: orientação de mães no Centro de Referência de Assistência Social

Thayane Bastos Moura Dias, Laura Resende Moreira, Jane Mara dos Santos Barbosa, Wilson Camilo Chaves

O presente trabalho tem o intuito de fazer uma breve exposição sobre a prática realizada através do Projeto de Extensão realizado pela UFSJ e intitulado Psicanálise e Assistência Social: orientação de mães no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS sob enfoque teórico de Françoise Dolto, realizado no período de abril de 2011 a agosto de 2012. O objetivo do projeto, atrelado à proposta da Política Nacional de Assistência social, foi de fortalecer o vínculo familiar e comunitário das mães inseridas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do bairro Tijuco na cidade de São João del Rei/MG e que se encontram em situação de risco. A psicanalista Françoise Dolto contribui com orientações aos pais e educadores em suas dúvidas diante das dificuldades de seus filhos. O estudo da teoria de Françoise Dolto se faz pertinente nesse âmbito, pois a psicanalista apresenta experiência na

Assistência Social e participou ativamente de momentos importantes e determinantes para a política que temos hoje nessa área. A metodologia utilizada para este projeto foi o grupo informativo semanal de mães. A proposta de criação de um grupo surgiu das técnicas do CRAS ao constatarem as dificuldades de algumas famílias em cumprir as condicionalidades do Programa Bolsa Família. Além disso, as técnicas fizeram visitas e entrevistas domiciliares, e verificaram a dificuldade de algumas famílias em aderir aos programas oferecidos pelo CRAS. A partir da coleta de informações, a ideia de um grupo que abordasse essas dificuldades foi aceita por essas mulheres, que resistiam em participar de qualquer outra atividade desenvolvida no serviço. A realidade do público que frequenta o CRAS permite constatar um perfil de mulher que assume o sustento e a educação dos seus filhos e desempenham o papel de equilíbrio na relação da família e da comunidade. Muitas mulheres encontram dificuldades em protagonizar a busca pelos seus próprios direitos e de sua família, seja por dificuldades afetivo-emocionais, envolvimento com entorpecentes ou limitações socioeconômicas. Para a Psicanálise a função da família é constituir um sujeito, e a mulher, na condição de mãe tem a função de pivô das relações imaginárias, porque lhe é exigido um equilíbrio na distribuição da atenção e do afeto como par parental e com os filhos. O grupo de mães teve como proposta inicial discutir os assuntos relacionados às dificuldades encontradas pelas participantes em suas relações familiares, para que pudessem contribuir para uma maior qualidade de vida em seus contextos sociais, e que isso repercutisse no fortalecimento dos vínculos com a família e com a comunidade. É importante salientar que todos os temas trabalhados foram propostos pelas próprias mulheres ao final de cada encontro. Além do grupo informativo de mães, os estudantes do projeto identificaram as dificuldades que algumas mulheres tinham em resignificarem seus conflitos. Por isso, a partir da solicitação das mesmas, foi oferecido entrevistas e acompanhamentos individuais a essas mulheres. Os resultados do projeto foram alcançados, a princípio, pela adesão das mulheres às propostas de discussão no grupo. No CRAS do bairro Tijuco houve alta rotatividade de mães no grupo, embora as mulheres que participaram ao menos uma vez mantiveram-se vinculadas ao projeto e às estagiárias, seja através da busca por atendimento individual, pela procura de atendimento de seus filhos ou pela demanda de acolhimento em momentos extraordinários. Percebemos algumas mudanças elementares no que tange a autonomia de algumas participantes, ora no aspecto financeiro-profissional, ora no âmbito afetivo-emocional que trouxeram consequências positivas no âmbito familiar e comunitário. Obtivemos outros resultados no âmbito acadêmico e profissional. Além disso, foi possível um contato com o cotidiano das práticas no serviço público em questão, com o

acompanhamento da implantação das políticas públicas de assistência social. É importante assinalar ainda que as práticas em serviços públicos colocam desafios a serem superados pelos profissionais e estudantes. Esse trabalho encontrou algumas limitações, como: falta de espaço exclusivo para a realização dos grupos e para os atendimentos individuais, interrupção dos atendimentos, falta de adesão de algumas mulheres ao grupo e aos acompanhamentos e indisponibilidade de veículos públicos para a realização de visitas domiciliares.

Psicologia e gestão do trabalho no SUAS

Neuzi Barbarini

A psicologia tem buscado, cada vez mais, desenvolver uma prática profissional qualificada no campo da política pública de assistência social, em função disso, a produção acadêmica em direção à sistematização dessa prática tem sido incrementada nos últimos anos, entretanto, verifica-se que grande parte dos estudos busca problematizar e sistematizar a atuação nos CRAS e CREAS, enquanto técnicos diretamente responsáveis pela execução das políticas, e pouco se tem refletido sobre a atuação desses profissionais na área de Gestão, ou seja, no planejamento e organização desses serviços. A Gestão do trabalho é considerada pelo Ministério de Desenvolvimento social (MDS) como uma área estratégica para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). As ações de responsabilidade desta gestão são relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo institucional. São pautadas pela gestão da União, Estados e Distrito Federal pelos eixos previstos na Normal Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, 2006 e nas regulamentações específicas. Segundo os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS contidos na NOB-RH/SUAS, esta deve garantir a desprecarização dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização, garantir educação permanente dos trabalhadores, realizar planejamento estratégico, garantir a gestão participativa com o controle social, integrar e alimentar o sistema de informação. Caberia então à Psicologia, questionar como essa gestão tem sido feita e quais as condições de trabalho dos profissionais que atuam hoje nesse campo. Mediante a consulta ao CENSO SUAS 2012, que é um processo de monitoramento que coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas secretarias e conselhos de assistência social de estados e municípios, notou-se significativo número de trabalhadores não efetivos, ou seja, uma política pública de tal relevância social é mantida através de vínculos trabalhistas precários, formas flexíveis de trabalho, trabalho informal, parcial, temporário, terceirizado, contratação por meio de pregão eletrônico,

comprometendo a continuidade e a permanência dos serviços. A expressão "precarização do trabalho" tem sido utilizado para designar perdas nos direitos trabalhistas ocorridas no contexto das transformações do mundo do trabalho em conformidade com as ideias liberais de defesa do estado mínimo. Esse tipo de trabalho tem crescido, nos países capitalistas, a partir da terceira década do século passado e refere-se a um conjunto amplo e variado de mudanças em relação ao mercado de trabalho, condições de trabalho, qualificação dos trabalhadores e direitos trabalhistas, no contexto de emergência de novos padrões produtivos exigidos por uma economia de mercado cada vez mais competitiva em que se questionam os compromissos estabelecidos no Estado de Bem Estar Social, e assumem políticas que prejudicam as conquistas trabalhistas. Esse processo tem ocorrido com maior intensidade na produção industrial e nos setores de ponta da economia, mas tem afetado, de modo diferenciado, todos os setores da produção na sociedade. Não é estranho que uma política que pretende atuar na proteção social dos cidadãos, utilize o trabalho precarizado em tal escala? Entendemos que pensar e fazer políticas públicas exige a criação de espaços de reflexão sobre os diversos atores que compõem as redes de assistência, e este trabalho pretende problematizar essas questões e apresentar projeções estratégicas de como a Gestão do Trabalho pode contribuir para a melhoria dessa questão trabalhista do SUAS, pois entendemos que não basta formular, regular e controlar políticas, é preciso dispositivos para revelar e atuar sobre esses conflitos de interesses que emergem no interior desse campo.

Psicologia na Assistência Social: intervenções grupais com adolescentes em Liberdade Assistida

Ivan Duarte Brochado, Tatiana Machiavelli Carmo Souza

Os objetivos deste trabalho são apresentar as experiências de estágio supervisionado em Psicologia e Processos Psicossociais da Universidade Federal de Goiás, junto a adolescentes inseridos no Programa de Liberdade Assistida em município do interior de Goiás. A temática abordada justifica-se pela atuação de Psicólogos em serviços de assistência social na promoção dos direitos humanos. Sabe-se que a inserção da Psicologia nesse contexto teve significativo aumento nos últimos anos; tal cenário deve-se principalmente ao esforço da categoria na articulação, estudo e desenvolvimento de atividades no que tange a aspectos da realidade social brasileira. Nesse sentido, o trabalho com adolescentes em Programas de Liberdade Assistida destaca-se como intervenção a partir das políticas públicas. O Liberdade Assistida caracteriza-se por ser medida socioeducativa desenvolvida com adolescentes que praticaram ou reincidiram

em algum ato infracional. Embora seja prática desenvolvida há muitos anos, com o objetivo de garantir os direitos de proteção a menores, ainda hoje se mostra em assunto polemizado e discutido. As políticas de proteção a crianças e adolescentes evoluíram no decorrer dos anos. No Brasil, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) constituiu-se como o marco da garantia de direitos de proteção integral. Procurando atender as demandas estipuladas por essa lei, inúmeros municípios adotam programas de prevenção e proteção, sendo o Programa de Liberdade assistida um deles. Neste contexto, parcerias entre Ministério Público, Instituições de Assistência Social e Universidades podem ser estabelecidas, conforme a experiência aqui apresentada. A inserção dos estudantes e da docente no Programa de Liberdade Assistida ocorreu após o convite do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) do município, embasado na solicitação do Ministério Público. O objetivo do trabalho foi desenvolver atividades com adolescentes encaminhados ao Programa de Liberdade Assistida que estavam em descumprimento das medidas socioeducativas, de forma a reinseri-los no programa. As atividades ocorreram através do desenvolvimento de grupos com o objetivo de discutir aspectos relacionados às questões familiares, educacionais, laborais e pessoais. Primeiramente, foi feito contato com os jovens e seus familiares para a apresentação da proposta de trabalho dos estagiários de psicologia. Em dia pré-agendado, explicou-se a proposta dos sujeitos e realizou-se o levantamento dos temas a serem abordados nos encontros subsequentes. Os encontros desenvolvidos na instituição ocorreram na modalidade de grupos abertos, com frequência semanal, e os sujeitos participantes tinham idade entre 14 e 21 anos. Em cada encontro procurava-se alternar os recursos metodológicos utilizados para que o processo fosse dinâmico e atrativo aos participantes; foram empregados: músicas, filmes, colagens, desenhos, dinâmicas e discussões abertas sobre temas. No total foram realizados 12 encontros que perpassaram temáticas como drogas, inserção social, preconceito, família, vida pessoal, escola e identidade. Os primeiros encontros deram-se no sentido de acolher as demandas apresentadas e de estabelecer vínculo entre estudantes e participantes; buscou-se constituir espaço de diálogo e discussões. O desenvolvimento do vínculo mostrou-se de suma importância para o desenvolvimento dos grupos. Durante os encontros, questões relacionadas a angústias e vivências dos sujeitos mereceram destaque. As principais demandas apresentadas pelos participantes estavam relacionadas aos conflitos familiares, ao envolvimento com entorpecentes – especialmente no caráter de comercialização –, a dificuldades pessoais e principalmente ao preconceito e aos obstáculos na reinserção social. O posicionamento empático por parte dos estagiários possibilitou colocar-se no lugar dos

participantes, promovendo espaço favorável à elaboração e ressignificação das questões apresentadas. Durante as ações, pode-se visualizar que elementos usualmente generalizados pelo imaginário social, nem sempre são os agentes responsáveis pelo envolvimento destes jovens nos atos infracionais, tais como: omissão da família na promoção e prevenção do envolvimento dos filhos, laços familiares empobrecidos, desestruturação familiar, pobreza e falta de estudos. Ao contrário, parcela dos sujeitos eram de classe média, apresentavam rico conhecimento acerca de questões econômicas, sociais e culturais, tinham apoio dos familiares e dos membros da comunidade. Durante o desenvolvimento da intervenção no Programa de Liberdade Assistida, ocorreu o fechamento do Cento de Internação de Adolescentes e Jovens (CIAJ) da cidade. Esta ação proporcionou a inserção de ex-internos no programa e possibilitou aos estagiários a ampliação das discussões acerca da dinâmica de institucionalização de adolescentes infratores e, principalmente, contribuiu para o desenvolvimento de novo olhar a respeito de aspectos relacionados a redução da maioridade penal. Outro fator que pode ser observado foi que, em boa parte dos casos atendidos, o envolvimento em atos infracionais estava diretamente relacionado a necessidade de consumo dos adolescentes, questão preponderante na sociedade capitalista. Há de se considerar que, embora este tenha sido fator eminente neste atuação, não se faz suficientemente preponderante para ser determinado como causa única de motivação a incidência ou reincidência nos atos infracionais.

Psicologia, Funk e Políticas Públicas: uma construção possível

Carolina Tombini Ponzi

O presente trabalho surge a partir de minha experiência inicial de Estágio em Psicologia, e objetiva refletir criticamente acerca de uma das diversas questões que dela emergem: o não lugar de expressões culturais, mais especificamente o funk, nas políticas públicas voltadas para o público juvenil. Inicio o meu estágio no ESTAÇÃO PSI (Estudo e Ação em Políticas de Subjetivar e Inventar), programa de extensão do departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), inserindo-me em uma oficina que trabalha com funk, na companhia de duas residentes em saúde mental coletiva – uma terapeuta ocupacional e uma assistente social. Essa oficina acontece em uma Casa das Juventudes localizada em um bairro periférico de uma cidade da grande Porto Alegre. A criação da Casa se deve à implantação do programa Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo), iniciativa prevista pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) para os Territórios da Paz, no ano de 2010. O

PRONASCI busca a articulação entre as políticas de segurança e ações sociais, priorizando a prevenção da violência, e objetiva intervir nas causas tidas como produtoras desta. O Programa é alocado na secretária de segurança pública do município e, através do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, busca a articulação entre as três esferas de governo e as diferentes forças que compõem a segurança pública; tem como formação mínima: prefeito municipal, autoridades municipais responsáveis pela segurança pública, pela defesa social e por ações sociais preventivas, autoridades estaduais responsáveis pela segurança do município, autoridades federais que atuam no município e o ministério da justiça. No primeiro momento, acompanho o educador social da oficina, o qual não possui formação acadêmica e demonstra enorme conhecimento acerca da sua área de atuação profissional. Conhece a história do movimento funk, bem como seus principais expoentes e técnicas de dança. Assim, o educador faz emergir a tensão existente entre a educação formal, com suas organizações institucionalizadas, e o saber constituído na experiência – que não é apenas prática, mas também teórica. Meu trabalho com ele era pensar as ações que as residentes vinham propondo para a oficina, bem como construir com ele um lugar de reconhecimento do seu saber e da cultura funk, visando a uma apropriação dos espaços educativos e uma valorização desse modo diferente de educar que tem o funk como propulsor. A dificuldade de inserção/aceitação vivida pelo educador social nada tem de novo. Pelo contrário, é análoga à marginalização que o movimento sofre desde o seu descobrimento pelos meios de comunicação em massa e a sua consequente divulgação para estratos sociais financeiramente mais privilegiados e, por vezes, moralistas. O que, por sua vez, também não constitui novidade na maneira de lidar com expressões culturais protagonizadas por jovens da periferia. “É sempre assim: quando alguma manifestação cultural criada pela juventude pobre rompe as barreiras sociogeográficas e passa a aparecer com destaque em meios de comunicação, a primeira reação é de alarme, choque e desconfiança.” (Vianna, 2001). Mesmo que o movimento tenha sido considerado como sociologicamente válido, em uma publicação de jornal dos anos 2000, fez-se questão de fazer da precariedade a sua principal característica. Denúncias de apologia às drogas e ao narcotráfico, bem como à escrachada “promiscuidade” sexual foram feitas às composições. Porque o funk gera tanto desconforto e estranhamento nas políticas? Seria porque é atrelado a um estilo de vida que essas mesmas políticas buscam transformar? Ou, ainda, porque os operadores dessas políticas não conseguem trabalhar com o estranhamento e desconforto que esse estilo musical suscita a eles? O que presenciei durante esse início de estágio foi exatamente a dificuldade para entender a potência contida no som do “batidão”. O não lugar social do funk

é atualizado no campo das políticas públicas, ao não ser acolhido por elas. Vi o funk mobilizar afetivamente os jovens que participavam da oficina: no período em que os acompanhei percebi seu comprometimento com o grupo e seu funcionamento expresso através de regularidade nas presenças, atendimento aos ensaios e cuidado uns com os outros. Em outras palavras, o funk tem potência para ser uma ferramenta no desenvolvimento de um comprometimento do sujeito com a cidadania, no seu sentido político, a partir da tomada de conhecimento de direitos e de estratégias que possibilitem sua garantia. No entanto, resta o questionamento a respeito das estratégias possíveis para a garantia de legitimidade desta expressão cultural nas políticas públicas de juventude.

Resistência à ortopedia social: afirmação de uma vida no conselho tutelar

Ana Carolina Salvador Ormond Bergamini Lima, Lara Reis Olej, Amanda de Paula Pires, Marcionília Menezes Andrade, Eduarda Garcia de Lima Silva, Ákila Figueira Gomes de Oliveira, Gabriela Costa Silva

No contemporâneo há uma prática criminalizadora da pobreza que determina quem é o bom e o mau pobre. Os espaços de assistência variam de acordo com essa perspectiva: os "recuperáveis" e os "irrecuperáveis", sob a ideia que apenas um determinado grupo de pobres é passível de intervenção. A partir de um atendimento a uma adolescente em um conselho tutelar em Niterói (RJ) problematizamos uma experiência que resiste a esta lógica já que ela não se envergonha, não se arrepende, não se intimida, afastando-se da criminalização que lhe é imputada. A demanda da adolescente passa por uma questão familiar e não há encaminhamentos efetivos do conselho tutelar que satisfaça sua necessidade. As possibilidades de atuação ficaram muito restritas quando, aparentemente, o seu uso de drogas não configura a queixa principal da adolescente. Há um congelamento quanto à necessidade de se pensar alternativas outras que não a culpabilização da família e a falta de recursos para encaminhamentos desta jovem. A partir desse atendimento, iremos discutir como a adolescente se apropriou dos equipamentos de assistência à sua maneira, contrariando o que é entendido por bons costumes, educação e os limites que lhe são impostos. O objetivo do presente trabalho é refletir sobre as práticas de assistência, essa experiência em particular, como um analisador das limitações que temos para fazer frente à prática da ortopedia social. Utilizamos o referencial teórico da análise institucional (Lourau) como metodologia de intervenção, buscando uma nova maneira de entender a dinâmica daquele grupo, assim como as contribuições de Donzelot, Guattari e Foucault. Como instrumento de produção de análises, utilizamos a ferramenta do diário de campo, por acreditar que através dele poderíamos formular análises cotidianamente

no exercício de buscar caminhos para compreender a intervenção que junto com os conselheiros e a equipe técnica sustentávamos naquele conselho tutelar, bem como dos atendimentos que eram efetuados com a nossa participação. Também faziamo-nos presentes nas reuniões semanais, um espaço para discussão de experiências dos plantões e estudos de casos. Nessas reuniões tínhamos a oportunidade de refletir sobre as práticas cristalizadas e sobre as demandas que emergiam no coletivo citado. Nossas análises destacam as práticas de resistência à lógica que prevalece nos atendimentos que chegam à rede de assistência em nome da garantia dos direitos da criança e do adolescente. A falta de recursos físicos e de profissionais na área de cuidado de crianças e adolescentes em Niterói é evidente e atua diretamente no trabalho realizado no conselho tutelar. A prática policialesca tem a prepotência de controlar a vida, se pauta em uma concepção idealizada que desqualifica a existência, os modos de subjetivação, os territórios existenciais dos pobres, pautada na pretensão de estabelecer o que deveria existir, buscando que todos se enquadrem em uma determinada forma-subjetividade, tentando impor à vida um projeto homogeneizante. Essa prática impõe um modo de ver e viver, que se imagina dado, em um plano achatado de existência do senso comum, ao invés da construção da existência, como processo de singularizarão. A adolescente recusa a imposição, ela tem vontade de alegria, tem vontade de pertencimento, vontade de desejo. A equipe profissional se vê questionada, sofrendo rachaduras, tendo o plano homogeneizante ameaçado com a recusa desse modelo e com o devir que se impõe, instaurando o caos.

Rodas de conversas com revistas de temas de direitos humanos e meio ambiente com estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Pará

Gabriela Moreira de Faria

Projeto de Extensão, financiado pela PROEX, tem o objetivo de proporcionar rodas de conversa com estudantes de todos os semestres de Psicologia da UFPA para fomentar uma problematização de práticas cotidianas que articulem de modo transversal direitos humanos, ecologia política, mídia alternativa; em síntese, temas de violação de direitos, no Brasil, ligados às questões ambientais, à constituição das subjetividades contemporâneas e às questões de cidadania. O projeto se insere em uma preocupação que se ancora no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e nas Diretrizes Nacionais Curriculares para o curso de Psicologia, bem como na implicação com uma formação crítica em direitos humanos e meio ambiente, temas cruciais para a atuação qualificada de psicólogos na Amazônia que irão trabalhar com uma população que sofre com violações de direitos relacionadas à ecologia

política frequentemente. São apropriados os referenciais metodológicos e teóricos das correntes de análise institucional, tais como: os de Michel Foucault, os de Gilles Deleuze, os de Robert Castel e os de Zygmunt Bauman. Para estes pesquisadores, a intervenção é sempre propiciadora de posturas críticas frente ao presente e está ligada a um campo ético, estético e político, pois, teoria e prática estão articuladas e imbricadas. Um das contribuições mais relevantes destas perspectivas institucionalistas é o fato de que pensam as resistências e a formulação de campos de possíveis vinculados aos movimentos sociais, aos atos de questionamento do que vivemos e nos incitam a diferenciar com um cuidado de si e dos outros, cuidado de si com cuidado da política, simultaneamente. Assim, levando em consideração metodologias da psicologia institucional baseadas na problematização/intervenção, utilizou-se de revistas, tais como: Caros Amigos, Fórum, Piauí e Le Monde Diplomatique Brasil para disparar discussões a respeito de direitos humanos e meio ambiente, na Amazônia em formato de rodas de conversa com alunos do curso de graduação em Psicologia da UFPA. Foi feita a divulgação das rodas de conversa por meio de cartazes no intuito de convidar os estudantes e, posteriormente, foram realizados encontros semanais com número de participantes variando de 5 a 15 pessoas, promovidos os debates com matérias das revistas mencionadas e como resultado a movimentação dos saberes nos estudantes de Psicologia da UFPA, no sentido de problematizar a formação acadêmica e também atuação do profissional psicólogo nas temáticas de meio ambiente e direitos humanos, bem como sua inserção nas políticas públicas que envolvem saúde mental, educação ambiental, direitos humanos violados. Os grupos funcionaram no formato de rodas de conversa, em uma perspectiva analítica, buscando a auto-análise a auto-gestão, tanto na escolha das matérias como na forma do debate. Ao término de cada encontro, foi elaborado um relatório descritivo do que ocorreu e como se desenrolou o debate.

Transdisciplinariedade: potencializando práticas de acolhimento junto ao Sistema de Segurança Pública e de Assistência Social

Maiara Castro de Freitas, Ana Paula Parise Malavolta, Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira

Objetivo: O referido trabalho anseia apresentar o projeto de extensão realizado junto a Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento de Santiago (DPPA), Delegacia de Polícia (DP), Delegacia de Polícia Regional (DPR) e Delegacia de Delitos de Trânsito (DDT), o qual tem como finalidade, prestar apoio psicossocial aos policiais civis para o desempenho de suas funções, buscando promover o cuidado a estes profissionais, bem como construir um espaço de

reflexão acerca de sua prática e responsabilidades sobre o laço social instituído e instituinte no seu espaço de trabalho e participar junto aos policiais, de estudos de caso que demandem a compreensão psicodinâmica e social, desde o campo da psicologia; auxiliando no sentido da melhor condução das situações vivenciadas em seu dia a dia. Assim, procura-se através do curso de psicologia, desenvolver atividades junto a estas instituições em termos de psicologia social, institucional e clínica, desde os pressupostos da psicologia jurídica, área de interlocução da psicologia, do direito e das demais ciências humanas, da saúde e sociais aplicadas. Relação com o GT e o Eixo Temático escolhido: O eixo temático que escolhemos refere-se a "assistência social", por entender que se trata de uma experiência que pretende discutir e apresentar a atuação de um projeto de extensão voltado à assistência social junto ao sistema de segurança pública. Desta forma, o GT que buscamos inserir nosso trabalho é o de número 4, por acreditar que ele comtemple nossa experiência acadêmica e possa contribuir para discussões e problematizações acerca das práticas que vem se construindo nessa área. Orientação Teórica: Jorge Trindade (2004), afirma que a interlocução das ciências psicológicas e jurídicas referenda-se mais profundamente, a partir das atitudes de pessoas que acreditam que a Psicologia é indispensável à justiça do que àquelas que acreditam que a Psicologia pode ajudar o Direito e a Segurança Pública. O presente projeto de extensão busca, nos pressupostos teórico-práticos das ciências psicológicas, importantes instrumentos de apreensão das questões da subjetividade humana, das particularidades dos sujeitos e de suas inter-relações, relacionando-as com o contexto social, histórico, político e cultural que as definem. O comportamento humano, observável e a psique humana, sondável, colocam-nos a questão de que a complexidade do humano não é do domínio de algo ou de alguém, mas sim da interlocução de ideias, de ações refletidas e de ciências. Nesse sentido, percebe-se não uma psicologia aplicada cujo objetivo é contribuir para o melhor exercício do Direito, mas uma Psicologia que, além de buscar responder às perguntas e demandas do Direito possa transcendê-las, promover a interface dos saberes psicológico e jurídico, eliciando interação e diálogo. Buscar-se-á partir de estratégias para facilitar a construção de novos espaços, com a clareza da existência de desafios, às vezes, conflitivos e estabelecendo relações com sujeitos históricos capazes de promover as mudanças necessárias e principalmente, socialmente desejáveis. Por acreditar que a união de esforços pode promover o bem-estar de uma comunidade e da sociedade em geral é que se constituiu este Projeto de Extensão. Método: O projeto tem como metodologia as observações participantes, entrevistas, discussões e reflexões, escutas e instrumento de pesquisa qualitativa e quantitativa. Estas técnicas proporcionaram uma visão dos paradigmas que envolvem a rotina

dos profissionais da Polícia Civil. Resultados e Conclusões: Ao final de um ano de atividades (ano de 2012), o Projeto desenvolvido junto aos agentes policiais civis, pode construir pesquisa e extensão dentro da área da segurança pública e assistência social, intervenções relacionadas à saúde no trabalho e, especialmente, a integração das diferentes instituições que, em conjunto, vêm construindo suas práticas e qualificando suas intervenções, a partir dos estudos de caso. Já no ano seguinte, está se construindo "Rodas de Conversa" com os policiais, a fim de prestar-lhes apoio psicossocial para o desempenho de suas funções, buscando promover o cuidado a estes profissionais, bem como construir um espaço de reflexão acerca de sua prática. Outro objetivo que está se consolidando neste ano, refere-se ao acompanhamento dos casos que demandem reflexão, e, sobretudo o auxílio nas oitivas de crianças e adolescentes, principalmente nos casos de abuso sexual, no sentido de colaborar para que se promova a justiça, o bem-estar e o respeito às pessoas sem juízos de valor a não ser o do inarredável respeito às vicissitudes e fragilidades de sua humanidade.

Uma elucidação teórica do homicídio que se inscreve nas relações conjugais

Mariá Boeira Lodetti, Júlia de Freitas Girardi

O homicídio conjugal – também denominado crime passional – consiste no termo utilizado para nomear um ato violento que se inscreve no âmbito de uma relação conjugal – casamento, união estável, namoro –, em que os parceiros encontram-se juntos ou separados. A dificuldade de entender os motivos pelos quais levam alguém a tirar a vida do próprio parceiro, ou ex-parceiro, e o grande abalo que esse ato provoca desperta, há anos, o interesse pela temática por parte de pesquisadores de diversas áreas, como da Psicologia, da Criminologia, do Serviço Social, do Direito. Entre as categorias de homicídio, o conjugal desencadeia um importante impacto não só na família, mas também na sociedade, configurando-se como uma problemática mundial, que é responsável por 70% dos homicídios contra mulheres e 9% dos homicídios contra homens. No Brasil, o número de pesquisas acerca da temática é limitado, o que impossibilita a obtenção de dados quantitativos acerca dos homicídios que ocorrem em todo o país e das variáveis implicadas no gesto. No entanto, no âmbito internacional observa-se a existência de mais estudos acerca do tema, em que os autores destacam como fatores de risco para a ocorrência de homicídio conjugal: violência conjugal anterior ao homicídio; diferença de idade entre os cônjuges, com o agressor sendo mais velho; mulheres jovens; união estável versus casamento; separação; a presença de crianças que não eram filhos biológicos do agressor. Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo identificar as principais variáveis implicadas no

gesto homicida, por meio de uma pesquisa bibliográfica em bancos de dados tanto nacionais quanto internacionais. Os bancos de dados utilizados foram: Scielo, PePSIC, Lilacs, Periódicos Capes e PsycINFO. Encontrou-se um total de 29 estudos que contemplam uma discussão sobre o homicídio conjugal. À vista disso, constatou-se que as circunstâncias que conduzem ao homicídio conjugal variam segundo o sexo dos agressores, enquanto que os homicídios perpetrados por homens a motivação deriva-se dos afetos de abandono – geralmente representados pelo ciúme e pela separação –, os homicídios cometidos por mulheres são frequentemente motivados por autodefesa – seja para proteger a própria vida, seja para proteger a vida de seus filhos. Também pôde-se verificar que o papel da violência conjugal e de outros tipos de violência é frequentemente relacionado com o gesto homicida, o qual, por alguns autores, é compreendido como uma consequência da violência conjugal. Além disso, nota-se a prevalência do ato por agressores do sexo masculino. A partir dessas considerações, é possível atentar para a importância de se estudar a temática do homicídio conjugal no Brasil, na tentativa de identificar variáveis precursoras e motivações do gesto homicida, pois a dinâmica do sofrimento psíquico implicado no homicídio conjugal pode ser percebida por diferentes formas de expressões precursoras ao ato e, dessa forma, elaborar ações integrativas que visem à prevenção de futuros casos de homicídios conjugais. Ressalta-se ainda que a elaboração de práticas preventivas depende antes de maiores estudos que levantem dados sobre a temática do homicídio conjugal no Brasil, ou seja, que tracem um perfil do homicídio conjugal no país como um todo.

Violência sexual intrafamiliar: uma investigação acerca dos violentadores incestuosos

Ana Flávia Nascimento Manfrim, Anamaria Silva Neves

O presente trabalho se refere ao recorte de uma pesquisa de iniciação científica e tem como objetivo apresentar apontamentos da revisão bibliográfica referente à violência sexual e o sujeito violentador. Desde o estudo das sociedades totêmicas, Freud postulou sobre a universalidade do desejo do incesto, e da necessidade de sua proibição e da internalização da interdição para que a vida em sociedade seja possível. A civilização, para o autor, nasce, portanto, de um processo repressivo sobre um importante componente humano - a sexualidade. Desta maneira, o incesto é considerado um tabu e, além disso, caracterizado, atualmente, como violência doméstica intrafamiliar. Dados do World Report on Violence Against Children, de 2006, da Organização Mundial de Saúde, indicam que pelo menos 150 milhões de garotas e 73 milhões de garotos com menos de 18 anos no mundo já sofreram algum tipo de abuso sexual,

sendo que entre 14% e 56% do abuso sexual de meninas, e até 25% do abuso sexual de meninos, foi perpetrado por parentes ou padrastos, número ainda considerado subestimado. A violência sexual nasce de relações de afetividade, em que são encontradas dinâmicas familiares complexas, e que deixam marcas e sequelas não necessariamente físicas, mas dores psíquicas que desorganizam e marcam a vida das crianças violentadas. Sabe-se que devido à complexidade da violência intrafamiliar, não podemos lhe atribuir uma causa única, já que ela não distingue idade, classe social, etnia ou estrutura familiar. Os contextos de vulnerabilidade social, econômica e simbólica, influenciam, e até mesmo reforçam o estabelecimento de laços violentos, porém não podem ser tomados a partir de uma lógica causal reducionista. Os estudos apontam para a universalidade, gravidade e a extensão da violência sexual intrafamiliar. Entende-se que é necessário, para além do cuidado às vítimas e ênfase no processo de responsabilização e punição do agressor, atenção à família, procurando analisar os diferentes sujeitos que a compõe. Ainda existem muitos mitos, despreparo e falta de informações sobre a violência sexual intrafamiliar e os sujeitos envolvidos, o que dificulta a compreensão ampla do fenômeno. Dentre estes, é destacada a ausência de informações sobre atendimento aos violentadores sexuais, o desejo, a compulsão e a fantasia que os move, assim como a lógica e os laços que são estabelecidos diante da cena incestuosa. É fundamental identificar o lugar que os violentadores ocupam na organização da família, ampliando o olhar sobre a família em que tal violência é deflagrada. Essa compreensão é delineadora do desenvolvimento de políticas de enfrentamento e prevenção à violência. Buscando sistematizar as informações existentes na literatura acerca destes sujeitos violentadores, o trabalho se insere nesta ampliação da compreensão acerca do que se tem pensado e o que tem sido efetivamente feito em relação aos mesmos quando da descoberta da presença da violência, ressaltando se existem programas de atenção para estes indivíduos, e como são as diretrizes e ações que os regem.

Violência sexual: concepção dos professores acerca do enfrentamento e da proteção na dinâmica da escola

Ana Carla Vagliati, Giseli Monteiro Gagliotto

As pesquisas sobre violência tem ganhado destaque nos últimos dez anos no Brasil em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Cada ciência busca uma forma de interpretar e explicar a questão da violência que vem sendo avaliada como crescente em todo o país. Na década de 1990, a violência sexual contra crianças e adolescentes passou a ser tratada como uma violação de direitos, e a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi determinada por lei,

punição ao autor da violência bem como do sujeito que sabe, mas omite tal informação. Desde então se voltou o olhar para a proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes. Esta pesquisa se articula ao GT 4 "Assistência Social, Segurança Pública, Direitos Humanos e Juventude no Brasil", pois trata da violência sexual no campo educacional e tem como objetivo analisar o conhecimento dos professores sobre os direitos, as formas de proteção e de atendimento às crianças e aos adolescentes submetidos a esse tipo de violência. Para isso se aplicou um questionário aos professores que atuam em escolas públicas do município de Francisco Beltrão-PR. Na análise dos mesmos, significativa parcela dos professores demonstrou desconhecer a existência da lei que considera a violência sexual crime e assegura a proteção e os direitos às crianças e aos adolescentes. No campo da denúncia e proteção uma menor parcela de professores concorda em parte ou não sabe que o Conselho Tutelar, as Delegacias, o Ministério Público, os Juizados, o CRAS, o CREAS e o CAPS são os órgãos competentes da rede de proteção e atendimento aos casos de violência sexual. Estudos demonstram que as vítimas da violência sexual se sentem culpadas devido ao poder que o abusador exerce sobre elas, as cercando de medos. Também pelo fato do pacto de silêncio que envolve abusador, vítima e todos os que não querem enxergar a realidade que se constitui nessa forma de violência. Segundo dados contidos no Guia Escolar (2004): por dia, 165 crianças ou adolescentes sofrem violência sexual, o que representa 7 (sete) por hora. Segundo a bibliografia consultada pode-se constatar que crianças ou adolescentes vítimas de violência sexual, seja ela física ou psicológica, necessitam muito da ajuda dos pais, médicos, psicólogos, professores, juízes e da sociedade em geral para que possam se desprender do medo que os aterroriza. A denúncia nos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos é uma das formas de amenizar o sofrimento, pois quanto antes for identificado, melhor para a vítima. Muito embora exista na lei a obrigatoriedade dos professores protegerem as crianças e os adolescentes, os que responderam ao questionário desconhecem os órgãos competentes para fazer a denuncia, apontando para contradições existentes na sociedade contemporânea. A escola é o local em que crianças e adolescentes passam a maior parte do seu tempo, com suas histórias marcadas por violências de vários tipos e cabe aos profissionais estarem atentos, pois as crianças e os adolescentes sempre demonstram que algo está acontecendo. Se não por meio da fala, por outros meios, como mudanças de comportamento. Convém lembrar, que a violência sexual acarreta uma desestrutura na identidade da vítima causando sérias consequências relacionadas à sua integridade física e psicológica e que quando não identificada pode perdurar por toda a vida. Essas vítimas sentem medo e vergonha de si mesmas. Culpadas se isolam; têm medo de que as

pessoas olhem para elas e enxerguem o acontecido. Os professores devem buscar a inclusão dessas vítimas para que se sintam acolhidas e não discriminadas. Precisam, antes de tudo serem ouvidas. A escola como instituição educadora e formadora precisa elaborar uma proposta pedagógica inclusiva e respeitosa que assegure os direitos das crianças e dos adolescentes e isso só se torna possível com estudo, conhecimento, formação e informação científica sobre aspectos centrais presentes nas situações de violência.

Vulnerabilidade e risco social: análise de documentos

Daniele Roesch, Lilian Rodrigues da Cruz, Najara Lourenço dos Santos

O presente trabalho objetiva compreender as expressões ‘vulnerabilidade social’ e ‘risco social’ que emergem em vários documentos no campo da assistência social, bem como pensar como esses se articulam. Os documentos em análise são: (1) Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004); (2) Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; (3) Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS (2008). Na PNAS, as expressões vulnerabilidade e risco aparecem quase sempre juntas, como, por exemplo, ao mencionar que cabe Política de Assistência Social conhecer os processos de vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais em curso no Brasil. Também ao referir à exposição das famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade. Ou seja, não se denota discernimento entre as expressões, ao contrário, parece haver complementaridade. Já no documento Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, de 2012, evidencia-se a preocupação de explorar o conceito de vulnerabilidade, bem como as possíveis relações com o risco. Neste sentido, o documento se apoia em autores que reconhecem que o conceito é complexo e multifacetado e que a vulnerabilidade é uma condição das pessoas e famílias relacionada aos seguintes elementos: a inserção e estabilidade no mercado de trabalho, a debilidade de suas relações sociais e, por fim, o grau de regularidade e de qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras formas de proteção social. No final deste item constam algumas afirmações, como: a vulnerabilidade não é sinônimo de pobreza, embora esta condição agrave a vulnerabilidade; as situações de vulnerabilidade social não prevenidas ou enfrentadas tendem a tornar-se uma situação de risco. Embora na conste nos referidos documentos nenhuma definição conceitual de ‘situação de risco’ ou ‘risco social’, o documento Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (2012) coloca que as situações de vulnerabilidades sociais podem, se agravadas, transformarem-se em situação de risco e/ou violação de direitos. Ou seja, a situação de risco está atrelada à violação de direitos,

o que vai ao encontro da Política Nacional de Assistência Social organizada em dois níveis de atenção, sendo um deles a proteção social especial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social. A Política considera as violações de direitos como situações de risco. O documento "Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS" (2008) segue a mesma lógica, as atividades do psicólogo no CRAS devem estar voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco, objetivando atuar nas situações de vulnerabilidade por meio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições pessoais e coletivas. Este documento aponta que o psicólogo deve "provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia, na garantia dos direitos com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos". Embora a vulnerabilidade social não seja sinônimo de pobreza, esta condição pode agravá-la e, desta forma também potencializa o risco. Importante lembrar que na Política Nacional de Assistência Social a proteção social básica, com foco da prevenção, tem como destinatários as famílias consideradas em situação de vulnerabilidade social, ou seja, abre espaço para intervenção, mesmo que mitigadora, como a transferência de renda do Programa Bolsa Família. Se a pobreza diminui, em tese diminui a vulnerabilidade e, consequentemente, o risco. Seguindo Robert Castel, a transformação da gestão das populações passa a enfatizar o risco de determinados grupos se desviarem daquilo que foi traçado como norma para o cidadão médio. Logo, rastrear o risco é uma maneira de evitar comportamentos indesejáveis. Faz sentido, então, a ênfase dada na intervenção nas chamadas situações de vulnerabilidade social, pois, se agravadas, adentram a zona de risco; risco esse previsível e passível de controle, diferentemente do perigo, imponderável e aleatório.

EIXO TEMÁTICO 5. GÊNERO, SEXUALIDADES E INTERSECÇÕES

(In)visibilidade Trans: entre o dito e o não dito

Moisés Fernandes de Araújo Silva

Introdução: Diante da crescente visibilidade que os fenômenos da diversidade sexual e de gênero têm alcançado, a temática da transexualidade tem ganhado espaço dentro de discussões em torno da despatologização, fato amparado pelo advento de biotecnologias que possibilitaram a transgenitalização. A psicologia tem sido frequentemente recorrida a responder questões relacionadas à subjetividade humana, sendo, portanto, um campo de estudo que tem

fundamentado historicamente discursos em volta da transexualidade. Neste sentido, faz-se necessário não só pensar como a psicologia vem reforçando paradigmas biomédicos realizando diagnósticos descontextualizados da categoria "gênero", como também analisar como a mesma vem negligenciando cientificamente a realidade circunscrita das pessoas que experienciam a transexualidade. Objetivo: Deste modo, este trabalho objetiva conhecer a produção científica disponível na literatura, nos contextos nacional e internacional, acerca da visibilidade da questão "trans" nos estudos realizados no campo da psicologia. Metodologia: Para atender este objetivo, realizou-se um estudo de revisão sistemática das publicações (artigos, capítulos de livros, livros e teses) indexadas em bases de dados nacionais e internacionais. Procedeu-se uma leitura flutuante dos títulos achados, avaliando a aderência das referências ao objetivo deste estudo. Resultados: No contexto internacional, introduzindo-se o descritor "transexualism" no sítio de busca da American Psychological Association (APA PsycNETTM), em 14 de julho de 2013, foram encontrados 859 registros. No mesmo sítio de busca, utilizando-se o descritor "transgender", na mesma data referida, foram encontrados 62 registros. De maneira antagônica, no contexto nacional a perspectiva parece ser bem menos favorável. Realizando-se uma busca integrada em três bases de dados (PEPsic, Scielo e Index Psi) a partir da Biblioteca Virtual em Psicologia (BVSPsi), na data supracitada, com o termo correspondente em português (transexualismo), encontraram-se 43 registros. De maneira ainda menos favorável, realizando-se uma nova busca nas mesmas bases de dados, utilizando-se o descritor "transexualidade", foram encontrados apenas 17 registros. Conclusão: A partir da visível diferença entre os números, é possível afirmar que há uma defasagem de estudos da Psicologia no Brasil que tratem da experiência trans. Outro ponto que merece ser destacado é a notória ênfase dada pelos estudos em termos que, na sua própria carga semântica, carregam o teor patologizante. Deste modo, percebendo que o discurso científico está intrinsecamente envolvido com as práticas do profissional de psicologia, bem como com as políticas públicas e as representações sociais voltadas aos sujeitos que não experienciam uma condição cisgênera, pode-se afirmar que a psicologia tem se mostrado historicamente como um instrumento de reprodução de discursos e práticas marginalizantes, em que os psicólogos encaixam-se como cúmplices desta conjuntura sociopolítica. Cabe ainda salientar que a invisibilidade científica da experiência "trans" impede que se conheçam vários fenômenos psicossociais circunscritos a esta realidade, e que a promoção da saúde e políticas públicas sejam cada vez mais próximas e alinhadas com o empoderamento social. O que se aponta como perspectiva para psicologia, a partir do presente trabalho, é que a transexualidade ganhe não apenas visibilidade dentro do discurso científico,

mas que também seja abordada diante de um novo paradigma que contextualize historicamente o gênero, percebendo as relações de poderes que condicionaram o modo como é percebido atualmente.

A atuação do psicólogo no Centro de Referência em Direitos Humanos de Cuiabá-MT e as políticas públicas de combate à homofobia no Estado de Mato Grosso

Henrique Araujo Aragusuku, Moisés Alessandro de Souza Lopes

Este trabalho é resultado de minha pesquisa como Voluntário de Iniciação Científica (VIC), no Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Família da UFMT, e dos trabalhos de campo realizados durante a disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social Comunitária. Durante o desenvolvimento de minha pesquisa como VIC, me foquei na atuação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Cuiabá, junto à população LGBT, fazendo um recorte nas questões de gênero e sexualidade e nas ocorrências de casos de homofobia no Estado de Mato Grosso. No Estágio Básico, tive um contato mais aprofundado com a atuação do psicólogo na área de políticas públicas. O objetivo desse trabalho é analisar a atuação do psicólogo no Centro de Referência em Direitos Humanos em Cuiabá-MT, no atendimento a população LGBT vítima de homofobia, bem como, a própria instituição em sua totalidade. O Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH) tem como nome oficial: Centro de Referência de Políticas Públicas e Direitos Humanos dos Grupos Sociais Vulneráveis. O CRDH é vinculado a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso, e tem como missão a promoção, a garantia e a defesa dos Direitos Humanos de grupos ou pessoas em condições de vulnerabilidade social. A instituição surgiu com a proposta inicial de ser um centro de combate a homofobia, atuando nesse formato a partir de 2008, porém no início de 2012 houve a mudança do enfoque do atendimento de pessoas e grupos vítimas da homofobia para o atendimento a pessoas e grupos sociais vulneráveis que sofrem violações dos Direitos Humanos. Apesar dessa mudança, o CRDH atende ainda em sua maioria vítimas de violências homofóbicas, sendo levada em conta a referência que construiu durante os anos que atuou como centro de combate a homofobia. A instituição funciona com uma equipe interdisciplinar e atualmente com dois psicólogos e estagiários graduandos em psicologia. A equipe de trabalho é composta por advogados, assistentes sociais, psicólogos e técnicos administrativos, e atua no acolhimento a indivíduos socialmente vulneráveis vítimas de violações de Direitos Humanos, fazendo o acompanhamento, a assistência e o encaminhamento destes à outras instituições, como delegacias, hospitais, entre outros. Esse acompanhamento se faz necessário pelo fato de em

diversas vezes tais indivíduos voltarem a sofrer violações nas instituições em que deveriam ser acolhidos, sendo consequência da própria condição de vulnerabilidade social. A instituição também faz o papel de promover eventos relacionados a Direitos Humanos no Estado de Mato Grosso, além de atuar como um mediador entre o poder público e os grupos sociais vulneráveis, realizando também estudos e pesquisas estatísticas. O psicólogo atua em todas as áreas, sendo referência no acolhimento as vítimas e na questão do sofrimento psíquico desencadeado pelas violações. A pesquisa foi desenvolvida a partir da leitura das referências bibliográficas e da realização do trabalho de campo. Foram referenciados trabalhos desenvolvidos na questão de políticas públicas para a população LGBT (FROEMMING; IRINEU; NAVAS, 2010; MELLO, AVELAR, MAROJA, 2012), assim como a leitura de documentos governamentais relacionados a políticas de promoção de Direitos Humanos a tal população (SECRETARIA, 2012; CONSELHO, 2004). Na questão da atuação do psicólogo na área de políticas públicas, foram utilizados os documentos do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), como o "Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS" (CONSELHO, 2012). Na compreensão da atuação do psicólogo frente as questões LGBTs, a cartilha do CRP-SP, "Psicologia e Diversidade Sexual" (CONSELHO, 2011). O trabalho de campo foi realizado a partir dos pressupostos do fazer etnográfico, com a observação participante e o uso de entrevistas semiestruturadas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006). A pesquisa no VIC ainda está sendo realizada, estando o trabalho em constante atualização de dados e resultados.

A identidade masculina em crise: uma investigação

Mariana Paula Oliveira

Juliana e Pedro, um casal namorados, fazem o estilo "Eduardo e Mônica". Começam a namorar quando Juliana está se formando e Pedro entrando para a faculdade. Ela logo começa a trabalhar enquanto ele é sustentado financeiramente pelos pais durante toda a faculdade. Ambos têm a mesma idade. Diferentemente da história da música, com o passar do tempo o casal entra em crise, se separa, e cada um segue o seu caminho. É certo que não há um único motivo para a separação, mas ficou explícito que Pedro não conseguiu lidar com o fato de que, ainda estudante, namorava uma empresária com pós-graduação. Nas últimas décadas esse tipo de situação tem se tornado cada vez mais frequente. Há séculos a configuração de relação entre gêneros, de forma geral, trazia o homem em posição superior à da mulher: posição de poder, prestígio, autoridade, além de superioridade financeira: o homem era o provedor. Bastava

nascer homem e todos esses atributos vinham acoplados ao cromossomo Y, quase que naturalmente. Quanto à mulher, lhe restou uma árdua luta para ter o direito de trabalhar, votar, ser economicamente e afetivamente independente, não se casar, e até sentir prazer sexual. Na literatura científica sobre gêneros, foram priorizados estudos sobre o feminino, o que facilmente percebemos fazendo uma varredura de títulos de livros, artigos, dissertações e teses, nas últimas décadas. Em termos quantitativos, parece estar surgindo uma mudança nesse quadro; os estudos sobre o masculino têm aumentado. O presente estudo quer valorar o ponto de vista que deixa de tratar o homem como culpado, e a mulher como vítima, na história das relações entre os gêneros, percebendo ambos como co-autrores dessas relações. E ainda, trazendo o debate para a contemporaneidade, buscaremos pormenorizar o sofrimento do homem na relação com a mulher, diante de uma crise representacional do masculino. Acreditamos ser essa uma problemática que merece o debruçar de um estudo psicanalítico. Além disso, trata-se de um tema ainda inédito trabalhado pela ótica da Teoria dos Campos, uma teoria-pensamento criada por Fabio Herrmann, psicanalista brasileiro, e que tem grande importância no cenário nacional por lutar para que essa ciência avance para além do consultório padrão, recuperando-lhe o estatuto de "ciência geral da psique" (1999b, p. 150), característica que lhe é dada pelo método que faz uso: a interpretação. Acreditamos na ideia-hipótese de que o abalo identitário sofrido pelo homem o coloca em condição de vórtice, um estado de confusão representacional. É preciso minudenciar o conceito: Digamos que as representações afastadas do centro da identidade com tanto cuidado pelas regras do campo – regras que funcionam como mecanismos de defesa, embora não façam parte necessariamente da lista dos mecanismos tradicionalmente descritos pela Psicanálise –, essas representações que formavam uma espécie de círculo exterior ou periferia da superfície representacional são arrastadas à consciência. E por falta de um campo organizador, põem-se a girar dentro do sujeito. Daí o termo vórtice (...): quando se destapa uma pia, a água rodopia em torno do ralo, arrastando em seu movimento quaisquer resíduos que flutuavam nas bordas, como um redemoinho ou vórtice, palavras equivalentes (Herrmann, 2001, p. 55). Por conta das tensões que culturalmente o homem tem vivido nas representações do masculino, essas, antes no entorno, na periferia representacional, são trazidas agora ao centro, são passíveis de serem tomadas pela consciência. O antes natural – "Homem é homem!" – passa por uma ruptura em seu campo de sentidos e suas regras são denunciadas: é construção! A ausência de amparo identitário, esse estado de confusão, é vivido com sofrimento. Acreditamos que o estado de vórtice bem descreve esse homem e essa experiência. Essa

apresentação se refere à parte de uma pesquisa de doutorado sobre a hipótese de uma crise da identidade masculina e o sofrimento que dela advém.

A linguagem dos movimentos sociais e suas implicações sobre a identidade homoafetiva

Laís Sudré Campos

O presente estudo foi realizado como requisito final para a matéria de Processos Psicossociais I, integrada no programa de pós-graduação da Universidade Federal do Espírito Santo. O objetivo geral deste estudo foi identificar os termos utilizados para caracterizar os homossexuais nos recentes protestos ocorridos no Brasil contra o projeto de "cura gay". Este tema está relacionado principalmente com o Grupo de Trabalho (GT) Psicologia Social, Política e Sexualidade e, secundariamente, com o GT Identidade. A pesquisa teve como base teórica a unidade do Programa da disciplina intitulada Linguagem, Ideologia e Poder. Sendo assim, o método utilizado para a coleta de dados foi uma pesquisa realizada na rede social facebook tendo como buscadores os termos #curagay e #protestoes. Desta busca, foram selecionados 50 cartazes apresentados nas manifestações ocorridas no estado do Espírito Santo no mês de Junho de 2013. Os conteúdos dos cartazes foram posteriormente tratados através do software Alceste, onde emergiram então dois eixos principais: preconceito e afirmação identitária. É interessante ressaltar a presença de termos preconceituosos presentes nos cartazes que, em sua maioria, foram produzidos por sujeitos homoafetivos. Sendo assim, o presente estudo demonstra como a linguagem dos grupos homoafetivos é influenciada por diferentes parâmetros, como a mídia e o próprio preconceito vivido no dia a dia e como esta é transformada para a autodefinição do grupo através de um processo em busca de sua identidade.

A prostituição em Belo Horizonte: práticas, territórios, redes

Alessandra Prado Rezende, Karina Dias Géa, Letícia Cardoso Barreto

Objetivo: Conhecer as experiências de prostitutas a partir da realização de momentos de diálogo, conversas, entrevistas, relação e observação do seu cotidiano e contexto de trabalho, na zona boêmia de Belo Horizonte, na rua Guaicurus e na praça da Rodoviária. Neste trabalho, vinculado ao projeto "Mulheres Promotoras de Cidadania" da UFMG, queremos compreender as formas de trabalho e organização das prostitutas do ponto de vista delas, com especial atenção às suas experiências nas relações estabelecidas com clientes, famílias, funcionários dos hotéis e com o próprio corpo e a identidade. Relação com o tema: A estigmatização que envolve a mulher prostituta tem sido analisada a partir de distintos aspectos, entre eles, a partir dos

interesses socioeconômicos, do histórico dessa ocupação e da relação da sociedade com a sexualidade e com os parâmetros de definição de sexualidades sadias e doentes. As prostitutas têm estado presentes em vários momentos da história da humanidade e as posições sobre essa experiência social são marcadas por discursos relacionados ao saber científico, à moralidade, à criminalidade e à política. Diante do aparato histórico, é possível identificar que a "questão da prostituição" não se refere exclusivamente às mulheres prostitutas, mas às relações sociais de forma mais ampla, já que as formas como as prostitutas são desqualificadas e o empenho para legitimar essa desqualificação, revelam elementos de relações de poder importantes e que nos interessam neste trabalho. Ao analisar as relações de parentesco, o tabu do incesto, a troca de mulheres nas obras de Lévi-Strauss e Mauss e a divisão sexual do trabalho, Rubin busca demonstrar que a opressão sexual, dentre outros elementos, é a expressão de um sistema sofisticado de poder, que é produzido pela cultura, que toma as mulheres como objeto sendo tal fato visto como algo definido pela natureza. A imagem da prostituta como corpo público, as prostitutas como impuras com seus corpos passíveis de violação, acaba mantendo-as como inferiores na hierarquização proposta por Rubin (1984) e proporciona a idéia de que não merecem os mesmos direitos das mulheres "honestas" (solteiras virgens ou casadas) nem socialmente nem politicamente (Barreto, 2008). As relações de dominação e exploração que envolvem a prostituição, segundo Engel (1989), constituem redes que se articulam em um espaço demarcado econômica, social e emocionalmente, o que envolve o preconceito moral e a crença da própria prostituta de que não é merecedora dos direitos humanos, já que contraria o ideal de mulher "honesta" imposto social e politicamente. Orientação teórica: Para se entender a estigmatização das mulheres prostitutas, é necessário analisar o lugar das mulheres na sociedade, o que foi buscado no "sistema sexo/gênero" de Rubin (1993), o que se relaciona às relações de poder estabelecidas a partir de processos culturais, históricos e institucionais, descritos por Pateman (1988). A relação de poder com s sexualidade foi trabalhada segundo Foucault, o que também serve como panorama para se compreender a relação de a mulher prostituta estabelece com seu corpo. Quanto aos processos históricos e culturais relacionados à prostituição no Brasil, buscou-se Engel (1985). E Barreto (2008) e Mayorga (2009), quanto aos processos políticos, falam sobre os impactos da submissão da prostituição ao modelo político abolicionista, ainda que seja considerada uma ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). E para se compreender as relações de poder e a importância de nosso posicionamento na pesquisa, buscou-se referencia em Spivak (1985). Método e resultados: A maioria das entrevistas realizadas foi do tipo semi-estruturada e, salvo quando não autorizado

pela entrevistada ou quando não adequado ao contexto (pelo barulho, curta duração ou outros motivos), foram gravadas e transcritas. No total, foram entrevistadas 23 prostitutas mulheres, as quais abordaram os pontos positivos e negativos do trabalho, as relações estabelecidas com pessoas e com o próprio corpo, a identidade, a violência, as práticas, como as posições e aspectos envolvidos com a saúde nesse trabalho. Registramos, em diários de campo, as etapas do processo como meio de traduzir a vivência para o texto e de dialogar com o campo, trazendo questionamentos sobre expectativas, atuação da pesquisadora e inserindo a experiência num contexto mais amplo (CLIFFORD, 1998), além de permitir que o trabalho de campo se torne comunicável e que se perceba a forma como experiências e lições influenciam no processo de registro (MARCUS, 1986). Conclusão: Pode-se compreender a influência dos estigmas da prostituição e seu caráter político abolicionista sobre as práticas das prostitutas; as relações estabelecidas tanto entre elas como com os clientes, funcionários, famílias, afetos e com o próprio corpo; a identidade; o posicionamento delas diante da violência vivenciada; sobre a organização do serviço, como o estabelecimento de preços e condições de trabalho. Dentre as entrevistadas, notou-se que as influencias aqui referidas podem se apresentar de forma positiva ou negativa no exercício da prostituição, através de interpretações particulares que envolvem a singularidade da história e contexto de vida dessas mulheres.

A sexualidade feminina no cinema: a década de 60 e suas influências

Bruna Maciel Miura, Maria Aparecida Morgado

O presente estudo de Iniciação Científica está vinculado ao Projeto de Pesquisa Civilização e Pulsão: a vida civilizada e os destinos pulsionais, do Grupo de Pesquisa Psicologia e Civilização, da Universidade Federal de Mato Grosso. O projeto pretende analisar os destinos pulsionais nas mais altas realizações humanas, dentre as quais a arte enquanto uma importante esfera de realização da vida social. Pretendeu-se analisar por este estudo através de uma revisão da literatura sobre a década de 60 e de análises comparativas entre filmes da época anterior aos movimentos civis dessa década e posterior à ela, visto que por se tratar de uma época repleta de lutas sociais que visavam criticar a realidade política, econômica e social vigente, tornou-se uma década marcante na história mundial. Essas lutas tinham por objetivos o fim da discriminação de raças e gêneros, fim da segregação racial, a luta pelos direitos femininos, abalar os valores da sociedade conservadora e capitalista, entre outras razões. O foco do estudo recaiu sobre a arte do cinema, particularmente filmes que apresentam a temática da sexualidade e do erotismo da figura feminina. A análise da investigação bibliográfica, filmográfica e os

resultados interpretativos deste estudo consistem em disponibilizar informações para outras pesquisas e, também, de oferecer subsídios às conclusões do Projeto de Pesquisa, ao qual está relacionado. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico, com revisão de literatura sobre a década de 1960 e seus principais marcos históricos que influenciaram a vida social da época vigente. Os movimentos estudantis pelo mundo, o fortalecimento do feminismo, o tropicalismo brasileiro, movimento hippie e os movimentos civis a favor dos negros e homossexuais são alguns dos exemplos que podem ter surtido alguma influência. Por esse motivo realizou-se um levantamento filmográfico da época anterior e posterior à década de 1960. A imagem feminina e as abordagens realizadas sobre a sexualidade e erotismo de suas personagens mudam conforme o contexto da época. Através desse levantamento, pode-se comprovar que as mudanças sob o enfoque das representações da mulher no cinema surgiram da influência que esses movimentos trouxeram como contribuição para o cenário social. Os filmes escolhidos para cotejar esse estudo foram de renomados diretores, contendo temas de erotismo e sexualidade, com foco na análise da dualidade da representação feminina na época pré anos 60 e pós 60. Dentre esses filmes, duas atrizes fascinantes e símbolos de beleza das épocas e duas personagens cujas representações indicam claramente as épocas e os conceitos vividos: Brigitte Bardot em "... E Deus criou a mulher" de Roger Vadim, Catherine Deneuve em "A Bela da Tarde" de Luis Buñuel; a personagem Deanie representada pela atriz Natalie Wood em "Clamor do Sexo" de Elia Kazan, e Abe Sada, interpretada por Eiko Matsuda em "O Império dos Sentidos" do renomado diretor Nagisa Oshima, respectivamente. O eixo temático escolhido para apresentação deste pôster foi "Gênero, Sexualidades e Intersecções" justamente por abarcar o tema da pesquisa consistindo em posicionar o sujeito, no caso a figura feminina, a partir de marcadores sociais como sexo-gênero e idade-geração, pois ao realizar as comparações entre os filmes percebe-se a diferença presente na representação da mulher nos diferentes contextos sociais em diferentes épocas. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

A subalternização das prostitutas da zona de BH e as consequências da hierarquia dos corpos

Karina Dias Géa, Letícia Cardoso Barreto, Alessandra Prado Rezende

A prostituição no Brasil não é crime, mas é vista como uma forma de escravidão, uma vez que o país adota o regime abolicionista (BRASIL, 2002). As mulheres que a praticam são consideradas vítimas obrigadas a se prostituir (BARRETO, 2008) podendo intensificar o

estigma e marginalização das mesmas (MAYORGA, 2009). Muitos debates sobre a prostituição não consideram à voz das próprias prostitutas. Isso reforça que as mulheres são desqualificadas por sua sexualidade, que possui uma hierarquização dos corpos sexuados e dos discursos e práticas a eles relacionadas (RUBIN, 1993). Compreendemos a prostituição como um direito sobre o corpo, um direito sexual que devem ser respeitados, não eliminados. Esse trabalho é resultado da pesquisa realizada no Projeto de extensão Mulheres Promotoras de Cidadania – Eixo mulheres prostitutas, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre a Mulher (NEPEM) e Núcleo de Psicologia Política (NPP), todos da UFMG. O objetivo do trabalho é analisar as violências vivenciadas e as estratégias de resistência frente a estas a partir do olhar e relatos delas. O foco do trabalho é na prostituição em BH. Para controlar a atividade surgiram os hotéis de prostituição, demarcando-se a "zona" (BARRETO, 2008); hoje conhecida como o baixo meretrício da cidade, localizados principalmente nas ruas dos Guaicurus e São Paulo (JAYME et al., 2011). Onde se localiza-se a sede da Associação das prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig) e os 22 hotéis em funcionamento. O trabalho é fundamentado na perspectiva feminista de pesquisa que consiste em uma forma de observar e se posicionar criticamente. Integra preocupações intelectuais e políticas e visa construir um saber não sexista e plenamente humano, aliado ao engajamento político com o projeto de transformação radical das relações sociais (DAGENAIS, 1987). Para conhecer as experiências das prostitutas é necessária uma análise constante do nosso lugar como acadêmicas. Portanto tentaremos assumir uma postura de "transparência" que não representa total imparcialidade, mas diminui a análise reducionista acerca dos sujeitos oprimidos e opressores (SPIVAK, 1985). Já para compreender a subalternização da prostituta vamos utilizar o "sistema sexo/gênero" de Rubin (1993), que explica a hierarquização dos corpos sexuados e das práticas sociais. Analisaremos os discursos construídos relacionados ao saber científico, à moralidade, à criminalidade e às questões políticas descritas por Pateman (1988), Engel (1985) e Rago (1991), para construção do imaginário social e do estigma da prostituta. Para compreender a prostituição de Belo Horizonte, sua característica e especificidade utilizaremos Barreto (2008) e Jayme et al. (2011). Um método utilizado foi a observação participante, principalmente na Aprosmig e nas atividades em que esta participou e organizou. Considerando que este permite que a observadora se insira na situação social, se tornando parte do contexto e colhendo dados por meio da relação, a um só tempo modificando o contexto e sendo modificada por ele (CICOUREL, 1990). A realização de entrevistas semi-estruturadas, foi outro método utilizado que permite captar o indivíduo e também sua inserção social (MENDES, 2003), sendo

constituído por um roteiro com tópicos e questões, que asseguram que o mesmo tema seja abordado por diferentes entrevistadas. O roteiro deve se flexibilizar de acordo com os rumos que a entrevista segue, acompanhando a entrevistada em seu percurso (MENDES, 2003). As entrevistas, salvo quando não autorizado pela entrevistada ou quando não adequado ao contexto (barulho, curta duração, etc.), foram gravadas e transcritas, facilitando o manuseio e conservação do material (QUEIROZ, 1991) totalizando 23entrevistas. Outro método foi o registro em diários de campo como meio de traduzir a vivência para o texto e de dialogar com o campo, trazendo questionamentos sobre expectativas, atuação da pesquisadora e inserindo a experiência num contexto mais amplo (CLIFFORD, 1998), além de permitir que o trabalho de campo se torne comunicável e que se perceba a forma como experiências e lições influenciam no processo de registro (MARCUS, 1986). Observamos que as prostitutas possuem discursos atravessados por moralidade e religião que não são o estereótipo de "puta", já que há culturalmente a separação das mulheres em "putas" e "santas" (BARRETO, 2008) que determinam o comportamento, respectivamente, "desviante" e "normal" da sexualidade feminina. Ou seja, esses discursos possuem o intuito de justificar a necessidade, principalmente por ser uma boa fonte de renda e autonomia, de se prostituir. Devido ao estigma, muitas não revelam para familiares, cônjuges e/ou amigos sobre a atividade que exerce. Algumas não interpretam o que sofrem como violência, por reproduzir e/ou introjetar a hierarquia dos corpos (RUBIN,1993) e crer que possui menos direitos. Nos relatos de violência, analisamos que seus autores - na maioria homens adultos e heterossexuais (ARAÚJO, 2005)- naturalizaram a imagem da prostituta como corpo público, passível de violação, e que não possuem os diretos. Estes utilizam a violência como instrumento de controle eficaz para impor a dominação-exploração dos homens, que detêm a legitimidade de punir o que se lhes apresenta como desvio (SAFFIOTI, 2001).

A violência contra mulher, um histórico de submissão

Karina Fernanda Rodrigues Medeiros, Ana Luísa Alves, Rayanne Cardoso Dias

Qualquer ato ou conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada, é considerado violência." Definição predita na Convenção Interamericana de 1994. A violência contra as mulheres adquire muitas formas, sendo que pode acontecer por meio físico, sexual, psicológico e econômico. Todas estes se inter-relacionam e transcorrem durante toda a vida, deixando marcas, por vezes irreversíveis. Tal violência não se restringe a um limite geográfico, sendo que embora de diferentes formas,

ela acontece em quase todos os lugares do mundo e pelo simples fato do gênero ser visto como inferior, variando entre a desvalorização do emprego até, como em países Islâmicos, a submissão ao homem. Quando ocorre no ambiente doméstico é cercada por um pacto de silêncio, dor e medo, que a impede de se libertar do mal que a aflige. . O tema ainda é obscuro na sociedade, afinal o número de mulheres que são abusadas, em todos os sentidos do termo, ainda é superior ao quantitativo daquelas que sofrem deste mal e optam por não prestar queixa. A partir de algumas considerações feitas, o trabalho apresentado pretende mostrar o que é a violência no geral, e o enfoque principal dado pelos dias de hoje em relação a vivência da mulher na sociedade, sua interação com os outros indivíduos e o papel da lei Maria da penha, não deixando de citar que através de todos esses aspectos há um histórico dessas mulheres de submissão, onde se encontra o tema do artigo. A violência aqui tratada não se remete só a lesão corporal, sendo ela a mais abordada pela mídia e no senso comum, ela não deixa de ser importante em relação aos outros tipos, todavia suas consequências não se igualam aos de uma mulher que sofreu ofensas verbais ou morais, que podem superar a dor física. Embora os meios de comunicação retratem muito a violência de mulheres onde a classe social é inferior, ao longo de nossas pesquisas, constatamos que muitas mulheres de classe social alta também partilham dessa selvageria, e adquirem um agravante ainda maior que o medo: manter o status apresentado à sociedade, uma vez que seus maridos exercem cargos importantes no mundo capitalista. Para a realização deste artigo usamos como fonte de pesquisa, textos indicados pelo professor Maurício Campos, que ministrou a disciplina de psicologia social I no ano de 2011, juntamente com sites, materiais impressos sobre o assunto e uma entrevista feita com a delegada Juliana da DEAM de Catalão. Observamos ao final deste trabalho que é preciso ainda uma conscientização da grande maioria das mulheres sobre os seus direitos, pois elas ainda se submetem aos maridos por uma construção cultural, vendo em si o papel de mãe, dona de casa e esposa na qual deve em tudo satisfazer o marido, considerado o chefe da casa.

A ‘moral sexual civilizada’ e seus possíveis debates com a sociedade disciplinar

Marina Alonso de Rezende Gripp, Ivy França Carvalho, Raul Marcel Filgueiras Atallah, Bianca de Almeida Peres, Lucas Guilherme Fernandes

O presente trabalho busca propor a ideia de que a “Moral Sexual Civilizada”, apresentada por Freud em 1909, pode ser vista como um tipo de prática que predomina na sociedade disciplinar, descrita por Foucault em seu livro “Vigiar e Punir”. A sociedade disciplinar visaria submeter os sujeitos a diferentes técnicas de poder; essas técnicas atuariam, segundo Foucault, no corpo

dos indivíduos, que após diferentes mudanças sociais – como as revoluções burguesas e o início do sistema capitalista – teve que se tornar útil à sociedade. A disciplina também seria o centro sobre o qual se construiriam modos de subjetivação dos indivíduos, pois exerce constante poder sobre estes, realizando assim mudanças na sociedade. Ela atuaria nos corpos a partir de três maneiras: da vigilância, da sanção normalizadora e do exame. A vigilância se organiza como poder múltiplo, automático e autônomo; ela estaria sempre alerta entre os indivíduos, não deixando nenhuma parte às escuras, e fazendo deles próprios agentes do poder disciplinar. A sanção normalizadora seria o modelo geral a ser seguido pelo sujeito social; marcaria os desvios, hierarquizaria as qualidades, competências e aptidões e também castigaria e recompensaria. A sanção determina o que é bom e o que é ruim, o normal e o anormal. O exame, combinando as técnicas da hierarquia que vigia e as sanções que normalizam, colocaria o indivíduo num campo documentário, realizando grandes funções disciplinares de repartição, de classificação e de extração máxima de forças e do tempo - sendo uma modalidade de poder para qual a diferença individual é pertinente. Partindo de Freud, a moral sexual civilizada instigaria o homem a uma alta atividade cultural e uma limitada preservação de sua saúde; essa valorizaria o recalque da sexualidade em prol da sublimação, permitindo assim uma organização da civilização. Dessa forma, o sujeito sempre renunciaria a uma parte de seus desejos, seguindo influenciado tanto pelo sentimento familiar, quanto pela religião. A moral sexual presente na sociedade ocidental ainda tornaria a saúde do sujeito passível a prejuízos, pois esta renúncia dos desejos sexuais iria se tornando cada vez mais falha e exigindo cada vez mais esforço psíquico. Deste modo, surgiriam as neuroses. Mesmo sendo a sociedade disciplinar de Foucault postulada anos depois da moral sexual, sua descrição se encaixaria de maneira satisfatória a contemporaneidade de Freud, na medida em que ambas se desenvolveram em uma sociedade que tendia a disciplinarização e a austeridade. Entre as discussões feitas, está a de compreensão de como a sociedade disciplinar e a moral sexual podem influenciar na subjetivação dos indivíduos, além da proposta de diferenciá-las, já que Foucault postula uma disciplinarização mais geral e institucional, enquanto Freud tem como foco a supressão do sexual do sujeito. Por fim, incluir-se-ia o caso clínico de Dora, abordado por Freud, uma jovem tipicamente neurótica, com tendências histéricas, que tem sua doença nervosa baseada no recalque de seus desejos sexuais pelo melhor amigo de seu pai. Tudo isso ocorreu, pois, Dora fora criada de maneira fortemente disciplinada, como prevê a teoria de Foucault; ela mesma era agente de sua disciplina, ao se culpar por seus desejos e ao fugir de situações consideradas moralmente recriminadas pela sociedade, e assim, como prevê Freud, causava danos à sua própria saúde.

Adoção de filhos por casais homossexuais - a heteronormatividade em questão

Lindomar Expedito Silva Darós

O presente trabalho refere-se ao projeto de pesquisa de doutorado e objetiva debruçar-se sobre a possibilidade psicológica, social e jurídica de adoção de crianças ou adolescentes por casais que rompem com a perspectiva fundada na tríade heterossexualidade-casamento-filiação (Áran, 2005). Segundo Zambrano (2006), o termo homoparentalidade fora forjado em Paris, no ano de 1997, pela Associação de Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicas (APGL) para nomear o exercício parental de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais, independente da origem da filiação. Premente situar que o doutoramente tem relação com a prática profissional do autor enquanto psicológo em uma Vara da Infância, JUventude e Idoso (VIJI), situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ressalta a autora que o termo constitui-se problemático, uma vez que privilegia a orientação sexual (homossexuais e bissexuais masculinos e femininos) em detrimento à identidade de gênero (travestis e transexuais). Porém, à semelhança da autora, neste texto serão utilizados os termos homoparentalidade ou adoção por casais homossexuais, sem perder de vista as singularidades de cada modo de ser da existência. Assim, faz-se necessário colocar em análise as especificidades que atravessam os arranjos familiares dos diferentes modos de ser sexuado, requer um olhar atento e afirmativo do pesquisador. Faz-se necessário colocar em análise os possíveis efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) referente ao reconhecimento da constitucionalidade da união estável entre pessoas do mesmo sexo, o que se deu em 05 de maio de 2011 nas demandas por casias homossexuais por habilitações para adoção junto às VIJI. Ressalta-se que os casis homossexuais postulantes não tinham por hábito requererem as habilitações em conjunto, apenas um dos cônjuges postulavam. Isto se dava em decorrência de dificuldades, por vezes encontradas nos equipamentos em legitimares os casais. Assim, a pesquisa se encontra em curso, sendo que o presente trabalho pretende, para além de problematizar a pesquisa, compartilhar a trajetória profissional em adoções por homossexuais, enaunto casais ou adoções monoparentais. Parte-se da perspectiva de que o sujeito falante não seja um mero enunciador de frases desprovidas de sentido, mas de uma trama de frases justificáveis, em tempos sócio-históricos específicos, expressos, formalmente em textos, em discursos que afirmam e modelam modos de ser e estar no mundo. Foucault (2003).

AIDS na Terceira Idade: uma análise das Políticas Públicas em HIV direcionadas a esta população

Laíse Navarro Jardim

A epidemia de HIV e aids em pessoas idosas no Brasil tem se mostrado como um grande problema de saúde pública dos últimos anos, devido ao aumento significativo dos casos de pessoas infectadas pelo vírus a partir dos 60 anos de idade. Entendendo tal problemática de saúde pública, que necessita de políticas públicas eficientes no que se refere à prevenção e assistência à doença nesta faixa etária, e, ainda, pensando na importância das políticas públicas no âmbito da atuação dos profissionais de saúde; investigações científicas que se voltem a estas questões possuem grande relevância social. O presente estudo trata-se de um recorte de uma pesquisa de mestrado em psicologia, que teve por objetivo geral investigar as políticas públicas em HIV/aids destinadas a idosos/as, analisando os discursos e os dispositivos de saber/poder que as constituem, problematizando as concepções dos/as profissionais de saúde que atuam em um Serviço de Assistência Especializada e em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde, em um município da Zona da Mata Mineira, no que se refere à aids na terceira idade e sua atuação profissional diante destas políticas. O recorte apresentado aqui diz respeito às políticas públicas em HIV/Aids. Através de pesquisa documental em sites do Ministério da Saúde, contemplando a busca de políticas públicas em HIV/aids, voltadas ao público idoso, foram encontradas apenas duas campanhas que abarcassem esta população: A Campanha do Dia Mundial de Luta Contra a Aids de 2008, “Clube dos Enta”, que teve como foco principal os homens a partir de 50 anos e; a Campanha “Clube da Mulher Madura”, que foi lançada no Carnaval de 2009, tendo como público prioritário a população feminina a partir de 50 anos. É importante ressaltar, portanto, que tais campanhas intentam abarcar não somente o grupo considerado idoso, a partir de sessenta anos, mas também aquelas pessoas que se encontram na faixa etária da maturidade. A análise dos dados, amparada no referencial teórico de Michel Foucault, teve como recurso metodológico fundamental a análise do discurso, que procurou compreender os jogos de enunciação e as formações discursivas que atravessam e constituem as políticas públicas e seus possíveis desdobramentos. Desta forma, este trabalho analisou as campanhas educativas de prevenção ao HIV/Aids voltadas à população idosa, produzidas pelo Ministério da Saúde do Brasil e veiculadas em mídias nacionais entre os anos de 2008 e 2009. À luz da perspectiva foucauldiana de análise do discurso, foi possível constatar que apesar dessas estratégias midiáticas, produzidas pelo Estado brasileiro, significarem avanços para a visibilidade desta

problemática, trata-se de intervenções pontuais e sem continuidade ao longo dos anos. Além do que, são campanhas atravessadas por estereótipos e hierarquias de gênero. Foi possível encontrar trechos nas campanhas, que reforçam papéis e posições a serem ocupadas por homens e mulheres. O próprio slogan da campanha feminina "Sexo não tem idade pra acabar. Proteção também não", traz apenas duas palavras a mais do que o slogan masculino, "Sexo não tem idade. Proteção também não", mas que nesse contexto parece fazer todo sentido. Corroborando com as regras sexuais construídas historicamente e impostas às mulheres, estas não teriam idade para findar a atividade sexual, mas pra iniciar essa atividade, sim. Já para homens, como representado na expressão, o "Sexo não tem idade", podendo este ser iniciado no momento em que estes desejassem. É interessante também notar que ao contrário da frase apresentada na campanha masculina, "As mulheres nos apoiam e a coisa esquenta", na qual a palavra "mulher" aparece no plural, na publicação feminina, ao fazer referência ao homem, as palavras estão no singular, "Homem desprevenido mulher não atura", "Um homem que esteja à nossa altura", "Um cara consciente é tudo que a gente procura", como se corroborasse com a questão da multiplicidade de parceiras aceitas socialmente para os homens, e ao resguardo da mulher, devendo esta sempre manter relações monogâmicas e estáveis. O vídeo se encerra com uma mulher segurando uma camisinha masculina e dizendo "Use camisinha. É coisa de mulher segura". Neste sentido, insistimos na questão do poder masculino sobre o uso ou não do preservativo. Consideramos uma falha da campanha a ausência de ilustração da camisinha feminina, uma vez que esta pode ser a grande aliada da mulher em suas relações sexuais, tornando-a mais segura e aumentando seu poder no que se refere à prevenção. Neste sentido, a pesquisa constatou que a problemática do HIV/Aids entre idosos/as não tem recebido a devida atenção do Ministério da Saúde do Brasil tanto no que se refere à prevenção, quanto à assistência. Como consequência, o que se configura é um quadro de vulnerabilidade programática, nos quais os índices não apenas da aids, como também de outras DST´s, crescem nessa parcela da população, devido à falta de orientação voltada às pessoas idosas e também aos/às profissionais de saúde que atuam nesta área.

Amanda e Monick - uma ferramenta pedagógica

Othon Veloso Schenatto, Eric Seger de Camargo

O Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade, programa de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desenvolveu uma oficina, direcionada para alunos e professores de Ensino Médio de diferentes realidades sociais. Tal

oficina busca levantar questões críticas acerca da formação de gênero e sexualidade nos ambientes escolares a partir da apresentação e discussão do curta-metragem Amanda e Monick. Ele apresenta narrativas de duas travestis e de seus familiares acerca de suas identidades, e reações sociais a seus comportamentos e características. O pôster objetiva apresentar a metodologia utilizada na oficina, bem como a crítica das construções sociais dos discursos de gênero e sexualidade que surgiram. O referencial teórico utilizado no desenvolvimento dela parte dos trabalhos de Butler e Foucault. Citando Butler: "A instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino, realizando-se essa diferenciação por meio das práticas do desejo heterossexual" (Butler, 2003). Assim, buscamos apresentar uma metodologia que utiliza instrumentos educacionais como ferramenta para a problematização e desconstrução dos discursos de gênero e sexualidade vigentes. O curta-metragem escolhido mostra saídas possíveis da matriz heterossexual na medida em que a identidade de gênero das personagens escapa de uma simetria obrigatória com o sexo biológico, e também nas suas manifestações de desejo que não necessariamente fazem parte de uma categoria hegemônica heterossexual. Abaixo seguem as principais reflexões desenvolvidas no debate que seguiu a visualização do curta-metragem. Foram levantadas questões acerca da possibilidade de haver uma escolha entre ser homossexual ou heterossexual. As opiniões se dividiram, algumas diziam que a sexualidade era algo que nascia com a pessoa, e outras que era uma escolha. Foi perguntado aos participantes que se definiram como heterossexuais em que momento eles escolheram sua sexualidade, se era uma escolha, e observou-se uma dificuldade de resposta. Foi discutido que o campo do desejo não necessariamente passa por uma escolha consciente. Sobre o possível preconceito direcionado a homossexuais na escola, a princípio, foi relatado que ele era inexistente nas suas escolas. Alguns indicavam que até eram feitas brincadeiras com alunos homossexuais, mas que "eles não se importavam". Assim, foi questionado se esses alunos teriam coragem e se sentiriam seguros pra demonstrar que se sentiam afetados pelas brincadeiras, tentando mostrar como é difícil ir contra a norma e ainda ser aceito no grupo. Ainda assim a ideia de que não haveria preconceito em suas escolas permaneceu. Entretanto, quando foi questionada a constituição familiar atípica da família constituída por Monick e sua companheira, os participantes indicaram que esta formação familiar seria alvo de preconceito. Questionamos onde estaria a expressão deste preconceito, já que os relatos ali eram de situações confortáveis para pessoas que de certa forma fossem desviantes da norma nas escolas (gays, por exemplo). Foi então que o grupo passou a identificar

algumas situações de preconceito nas escolas. Muito do que foi discutido colocava em questão as normas de comportamento apropriadas aos gêneros. A maioria dos relatos era de que os meninos que tinham um comportamento diferente do padrão de masculinidade vigente sofriam bastante preconceito e rejeição. Meninas que apresentassem comportamentos masculinizados não eram tão discriminadas. Da mesma forma, os participantes indicaram que era muito mais complicado para um casal homossexual masculino se assumir na escola do que para um feminino, o que também foi associado a essa questão do que é aceito para cada gênero. Foi levantada a hipótese de que as meninas podem englobar no seu comportamento muito mais características do que os meninos, atualmente. Outro aspecto interessante levantado foi de que os alunos que possuem algum tipo de comportamento desviante sofrem muito mais preconceito (piadas, comentários) quando não eram homossexuais assumidos do que quando se assumiam. Uma reflexão importante sobre a necessidade de separação dos banheiros foi feita. Outras questões de distinções entre gêneros foram colocadas, como com relação a roupas, brinquedos, questionando-se a relação entre estas e a sexualidade. Ressaltou-se a diversidade de comportamentos e sentimentos relacionados à identidade de gênero e à sexualidade, e como um comportamento que desafia os limites de gênero não necessariamente está relacionado à orientação sexual (por exemplo: meninos mais efeminados e meninas mais masculinizadas poderem ser heterossexuais). De forma geral, o grupo fez uma reflexão que permitiu questionar os fundamentos que levam à criação de estereótipos de gênero tidos como normais. A conclusão coletiva foi de que existem muitos preconceitos que limitam a expressão de cada indivíduo, e que estes devem ser questionados diariamente para evitar esse tipo de limitação.

Amor/conflitos amorosos, gênero e sexualidade: um estudo da Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento

Bruna Viviane Sordi Silva, Beatriz de Oliveira Leme, Leonardo Lemos de Souza, Anelise Bárbara Zóia, Gisele Tieme de Assis Sagawara

O objetivo do projeto de pesquisa, aqui apresentado, é o de identificar as representações sobre as definições de Amor e de Conflitos Amorosos Vicários ou Vivenciados por Jovens Homens e Mulheres de Diferentes Orientações Afetivo-Sexuais. Ele se fundamenta numa perspectiva crítica dos estudos clássicos da psicologia da moralidade humana que se propõe a investigar o funcionamento psicológico diante de situações de conflito moral e interpessoal, assim como, do amor e das relações afetivo-sexuais que não tem representações fixas, mas se transformam ao longo da história e em função dos domínios simbólicos e culturais dos grupos humanos. A

pergunta que se faz é como o amor hoje tem sido significado pelos jovens brasileiros: homens, mulheres, heterossexuais, gays e lésbicas e de que modo ele (tal como significado pelos jovens) tem influências em conflitos interpessoais e erótico-amorosos. Assim, o caminho escolhido para contribuir no desenvolvimento desse estudo se fundamenta numa perspectiva de gênero e de tipos de relações afetivo-sexuais e, portanto, se relaciona ao eixo temático que engloba as questões de Gênero, Sexualidade e Intersecções. Os nortes teóricos metodológicos, de base construtivista, consideram tais representações mentais produzidas em narrativas sobre conflitos cotidianos, destacando-se o conceito de modelos organizadores como construção cognitiva, afetiva e cultural. Nesse sentido, um modelo organizador é elaborado na interação do sujeito com o meio, que atua como regulador da atividade cognitiva. São resultados das interpretações que o sujeito realiza dos fatos ou dos objetos. Esses dados são produtos de uma atividade interpretativa feito pelo próprio sujeito sobre a realidade, que tem sua origem: nas abstrações dos observáveis; nas inferências sobre a situação com as quais se depara ou ainda; de invenção de outros dados, em função da necessidade de compreensão da situação observada. O sujeito-ativo nesse processo, abstrai os dados de uma situação concreta e atribui significado e uma função a eles, elaborando um conjunto de representações que definem um modelo organizador para explicar a situação. Trabalhamos com um conjunto de questões mistas, questões fechadas e abertas, respondidas por escrito. As questões fechadas serviram para identificar características gerais da amostra. Nas questões abertas os participantes deviam narrar sobre o amor e conflitos amorosos vivenciados ou vicários. Foram 109 participantes, sendo 46 homens 64 e mulheres. Desses, 33 homens e 45 mulheres heterossexuais; 13 homens e 19 mulheres de sexualidades dissidentes. A partir da análise das respostas dadas às questões do questionário explicado, encontramos alguns elementos abstraídos e retidos como significativos. Nas questões que se referem à busca pela definição de amor, encontramos os seguintes elementos: 1) Intensidade, 2) Forma, 3) Temporalidade do amor, 4) Reciprocidade, 5) Cuidado e doação, 6) Fazer o outro feliz, 7) Respeito, 8) Valores e sentimentos implicados na relação e 9) Não sexualização. Estes elementos nortearam a organização das respostas dos participantes no sentido de desenharmos os possíveis modelos utilizados por cada sujeito. Nas questões que se referem, respectivamente à quais conflitos vivenciados numa relação amorosa, encontramos elementos que podem ser reunidos nos modelos 1, 2 e 3. No modelo 1 trata-se de causas externas a relação. No modelo 2 as respostas se organizaram na direção de se definir o papel de ambos, no relacionamento, como fator de conflitos. No modelo 3 trata das causas que se referem a sentimentos, valores, preconceitos e opiniões seja de um ou o outro no relacionamento, causando conflitos e

problemas na sua manutenção. Por fim, nas respostas que buscam encontrar as soluções aos conflitos mencionados, encontramos os modelos 1, 2 e 3 que se referem cada um a dimensão da solução, seja ela concentrada nas ações mútuas de negociação, seja ela concentrada em ações de não negociação, isto é, recusa nas soluções cuja iniciativa é de apenas um, ou na iniciativa de apenas uma das partes da relação. Observamos que na distribuição de modelos organizadores em relação ao amor, encontramos elementos que se referem ao sentimento em si, ao outro e o si mesmo, percebemos que há uma maior concentração dos elementos 3, 4, 5 e 8 que aparecem, respectivamente, 62, 59, 80 e 63 vezes do total das 360 respostas. Já em relação aos diferentes tipos de relações afetivo-sexuais sobre as causas dos conflitos amorosos, o modelo 3 foi o que mais apareceu: 56 vezes do total de 124 respostas, enquanto que em relação as soluções aos conflitos amorosos, o modelo 1 foi o que mais apareceu: 51 vezes do total de 100 respostas. Em síntese, concluímos que o jovens tem significado o amor como sentimento que se constrói com o tempo e que se define por valores como fidelidade e sentimentos como reciprocidade e cuidado, características do amor romântico. Os conflitos tem motivações diferenciadas e geralmente localizadas nos interesses e problemas nas expectativas em relação ao outro. Numa próxima etapa buscaremos mapear esses significados por tipo de orientações afetivo-sexuais e de gênero.

Aplicação de um teste piloto como forma de aprimoramento do instrumento de coleta de dados de uma pesquisa que pretende traçar o perfil psicossocial de profissionais do sexo da cidade de Chapecó

Fábio Augusto Lise

Poucas pesquisas voltadas para a temática da prostituição são encontradas na rede mundial de computadores, onde a sua maioria ainda é feita em capitais e cidades litorâneas. Especificamente para a cidade de Chapecó não fora encontrada nenhuma, com essa temática. Assim justificou-se a importância da presente pesquisa que objetiva traçar um perfil psicossocial para mulheres que utilizam a venda do corpo como alternativa de renda. Quando da construção metodológica da pesquisa e a estruturação das perguntas a serem utilizadas na pesquisa, notou-se a necessidade de adequar o texto a realidade do sujeito, a fim de verificar se as questões serão de fato compreendidas pelo sujeito pesquisado. Para tanto, organizou-se a aplicação de um projeto piloto, relacionado ao objeto de estudo da presente pesquisa, cuja ideia inicial foi de fazer a aplicação de uma entrevista com duas profissionais do sexo, utilizando-se das questões elaboradas. Inúmeros meios foram explorados para atingir este público-alvo, e

uma das alternativas encontradas foi o envio de mensagens para anúncios dispostos na internet, explicando dos objetivos da pesquisa e solicitando que quem tivesse interesse, em participar da pesquisa que se manifestasse. Obtiveram-se dois retornos um por meio de anuncio em site para acompanhantes e outro através de contato em comum com a pesquisadora. As participantes não serão identificadas a fim de preservar sua identidade. Nos dois questionários percebeu-se que ambas as pesquisadas, atuando como profissionais do sexo, tem uma remuneração superior a 06 salários mínimos. Mas o perfil psicossocial é diferente, o que gera reflexões, se será realmente possível traçar um perfil? Tal conclusão instiga a busca por um numero maior de participantes, para comparação de perfis, e permeia questionamentos internos enquanto pesquisadores, relacionados a preconceitos, conotações e tabus sociais a cerca delas. Mas ao se colocar enquanto sujeito sociocultural, percebendo os possíveis constructos ideológicos que se possuí, torna-se possível despir-se deles e não permitir que influenciem pesquisa. Diante da aplicação do questionário, como forma de testar o instrumento desenvolvido, as questões foram condizentes aos objetivos. Mas, como fora aplicado no formato de questionário, perdeu-se muito, pela falta do contato pessoal, permitindo ao respondente refletir mais a cerca das questões e expor o que mais lhe parece-se adequado. Além disso, em uma entrevista, o pesquisador poderá observará as reações das pesquisadas, sendo isso, também parte da análise qualitativa. Portanto, o que se pode inferir, é que é notável a importância, quando da realização de uma pesquisa, que o método seja condizente ao público que será pesquisado. E quando, demonstrar-se necessário, que haja uma forma de "testagem" do instrumento escolhido, como no caso deste presente relato da aplicação de um Projeto Piloto, que permeou instigações parte dos pesquisadores, além da comprovação que as perguntadas foram compreendidas e respondidas tal como se objetivavam.

As diversas formas de ser família: um relato de experiência

Luana dos Santos Dal Ross

Esse trabalho consiste de um relato de experiência decorrido da disciplina Análise social da Família, do curso de Psicologia, da Universidade Federal de Goiás. O objetivo foi propiciar tanto ao entrevistado quanto aos entrevistador a construção de um saber sobre a participação dos valores histórico-sociais e culturais nas diversas formas de ser família, e em específico as contraposições e intersecções da condição homem – mulher diante da diversidade do ser família. A relação com o eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções" dá-se por ter sido uma experiência focalizada em estudar, refletir e compreender como se deu a origem e o

processo histórico de transformação da família, bem como a relação entre família e sociedade e as relações de poder na vida doméstica, embutidos neste os encontros e desencontros de gênero, sexualidade e casamento. Partindo do pressuposto de que o conhecimento é socialmente construído, o trabalho foi realizado à luz do construcionismo social, esse vem nós orientar no sentido de que a investigação deve ser focalizada nas significações que o sujeito constrói, e que esse processo de significação é contínuo ao decorrer da vida, ressaltando ainda a transformação de uma relação para a outra. O investigador tem por papel estabelecer condições dialogais geradoras de novas significações no intuito de buscar a compreensão das questões trazidas pelo entrevistado, enfatizando assim a ideia de varias verdades e não uma única e verdadeira definição do real. Após a apresentação do conteúdo bibliográfico selecionado a cerca da temática família e diversidades ao entrevistado, realizou-se uma entrevista terapêutica semiestruturada, esta se configurou como um ambiente convidativo à reflexão sobre os padrões familiares que haviam se estabelecido na vida do entrevistado e a significação dada por ele às crises que enfrentava diante das relações estabelecidas, foi também um espaço aberto a questionamentos e argumentações para que o entrevistado pudesse expor sua visão sobre o conteúdo apresentado pelos entrevistadores. Por resultados obteve-se um enriquecimento nos conhecimentos de entrevistado/entrevistadores diante das diferentes formas de ser família, bem como uma identificação e auto-avaliação produtora de mudanças no comportamento do sujeito em relação à posição por ele ocupado no clã familiar, e como essa posição está relacionada com a sociedade de modo geral. Pode-se concluir que a utilização do construcionismo social em uma entrevista terapêutica mesmo que concisa, quando bem estabelecido o rapport é de grande valia ao entrevistado. Isso porque a mesma dá subsídios suficientes para que o individuo consiga explorar suas potencialidades e interagir de maneira saudável para com os limites dos demais sujeitos infiltrados em seu ambiente vivencial. Ficou evidenciado que o contexto histórico-social e cultural participa das construções de sentidos associados ao casamento e direciona as formas de vivenciá-lo. Proposta de layout: O pôster será impresso em papel glossy “plastificado” conforme as dimensões requisitadas (0,90 de largura x 1,10m de altura). As diferentes seções estarão separadas uma das outras. A fim de dá maior ênfase ao texto, uma figura de importância será incluída na diagramação. O tamanho da letra do título será maior que a do corpo do texto.

Atitude dos alunos de psicologia frente à divisão igualitária do trabalho doméstico e cuidado familiar

Juliana Rodrigues Ferreira

A aprovação da emenda constitucional nº 72 traz a discussão sobre a importância do trabalho doméstico e dos cuidados com a família para a manutenção da dinâmica familiar, além da necessidade de uma melhor divisão destes afazeres entre seus membros. Assim, as mulheres não ficariam sobrecarregadas com excesso de deveres em casa pela possível falta da empregada doméstica devido ao encarecimento de seu trabalho. Compartilhando, poderiam se manter no mercado de trabalho. Hoje, as mulheres fazem 2,5 vezes mais trabalho doméstico do que os homens, de acordo com o IBGE. Segundo Araújo, Picanço & Scalon (2007), os que se mostram a favor de uma divisão desigual, argumentam que os filhos sofrem mais quando as mães trabalham fora. Os que militam contra, lembram que, para conciliar família e trabalho pago, as mulheres são o grupo que mais se insere em situações trabalhistas precárias e mais ameaçado pelo desemprego. Para Badinter (1985), o século XVIII traz à mulher a naturalização do cuidado infantil. A institucionalização do trabalho também transforma a casa no local do cuidado e do trabalho reprodutivo, aprisionando a mulher nele. Para Magalhães (2008), a neurociência traz de volta ao século XIX as teorias biológicas que fundamentaram a divisão sexual do trabalho em séculos anteriores. O mesmo pode ser dito da psicologia evolutiva. Narvaz & Koller (2007) argumentam que, ao separar-se da filosofia a fim de adquirir o estatuto de ciência exigido pelo positivismo, a psicologia aproximou-se das ciências naturais, em especial da fisiologia e da biologia, para encontrar no homem o prolongamento das leis que regem os fenômenos naturais. Crenças sobre diferenças de gênero baseiam a investigação de comportamentos masculinos e femininos a partir de bases genéticas. Contudo, a qualidade do currículo das faculdades de psicologia, em relação aos estudos de gênero, pode ser ainda pior nas universidades particulares de massa. Orientadas por valores mercadológicos segundo Calderón (2000), as discussões de âmbito sócio-histórico nestas instituições podem ser menos presentes. Com mera transmissão de conhecimento sem reflexão e pesquisa, pode haver apego a teorias ultrapassadas e questionáveis. Neste contexto, o presente estudo pretendeu comparar as atitudes de alunos de universidades públicas e particulares frente à divisão sexual igualitária do trabalho doméstico e familiar, pois estes futuros profissionais atuarão diretamente em campo, fazendo intervenções e produzindo reflexões acerca das questões de gênero, necessitando portanto de boa formação neste assunto. Atitude, para Mauro & Neiva (2011), é um composto de afetos, cognições e

comportamentos de um indivíduo acerca de determinado objeto. Participaram dessa pesquisa uma amostra não probabilística composta por 100 alunos de ambos os sexos do curso de Psicologia da UFRJ, UERJ, UNESA e UVA, de todas as idades e períodos. Elaborou-se uma escala tipo Likert que em sua forma piloto foi composta por 40 afirmativas seguidas de cinco opções de resposta: concordo plenamente (CP), concordo (C), não tenho opinião (NTO), Discordo (D) e Discordo Plenamente (DP). Essas categorias foram graduadas respectivamente com os valores: 5 pontos, 4 pontos, 3 pontos, 2 pontos e 1 ponto para as afirmativas liberais. As afirmativas conservadoras foram graduadas no sentido inverso. A forma piloto da escala foi aplicada em uma amostra de 30 participantes, sendo 15 alunos de universidades públicas e 15 alunos de universidades particulares. Para verificar a unidimencionalidade da escala, foi calculada a correlação de Pearson entre cada afirmativa e a nota global no nível de significância de 0,05 (p), o que resultou na escolha de 20 afirmativas com maior (r) e (p) menor que 0,05, sendo 10 a favor da divisão sexual igualitária do trabalho doméstico e cuidado familiar e 10 contrárias a divisão sexual igualitária. Após aplicação da forma final da escala, foi feita a estatística descritiva no programa BioEstat 5.0, onde se obteve as médias aritméticas e as variâncias de cada grupo. A análise dos dados evidenciou uma diferença significativa quanto à atitude frente à divisão sexual igualitária, sendo que no grupo de alunos de universidades particulares (x= 58,3), a média aritmética foi mais baixa que no grupo de alunos de universidades públicas (x= 70,8), que se mostraram mais favoráveis à divisão sexual igualitária do que os alunos das universidades particulares. Posteriormente utilizou-se o teste Z de amostras independentes no nível de significância de 0,05, onde foi possível confirmar a hipótese de que há diferença de atitude frente ao tema entre alunos de universidades públicas e particulares, pois (p) bilateral foi menor do que 0,0001. As médias de cada grupo corroboram as teorias sobre a menor qualidade dos currículos das universidades particulares pois estas se pautariam por valores mercadológicos, com menos dedicação à pesquisa e reflexão. O resultado indica a necessidade de tornar mais presente na psicologia as reflexões sobre gênero. O pôster, com dimensão de 0,90 de largura x 1,10m de altura, conterá além de texto, tabelas e gráficos coloridos.

Casamento Civil Igualitário no Brasil: uma importante conquista LGBTTT

Maiana Busnelo, Larissa Goya Pierry, Jordana Rodrigues da Silva

Amparado pela proposta da Psicologia Social Crítica, este trabalho objetiva refletir acerca dos processos legais que resultaram em uma importante conquista para os movimentos LGBTTT

(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros): a resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de maio de 2013, que institui o Casamento Civil Igualitário. Trata-se de um recorte de um trabalho realizado para a disciplina de Ética e Psicologia, do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), o qual foi feito a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca dos Direitos LGBTTT e de uma leitura crítica sobre as leis vigentes e projetos de lei em tramitação para aprovação, que implicam tanto em avanços como em retrocessos para os movimentos LGBTTT. O cenário que se apresenta é de transformações, não apenas no âmbito dos valores éticos, que passam por uma reconfiguração – por vezes negativa – mas também por uma flexibilização da moral vigente, que abre espaço para se pensar sobre as necessidades e os direitos das minorias sociais. Dentre essas, os grupos LGBTTT, pois entende-se que esses são marginalizados socialmente e privados, muitas vezes, até mesmo de seus direitos legais básicos de cidadãos, isto é, de liberdade, justiça, igualdade e dignidade. Em um contexto onde se fazem presentes práticas que colocam a heteronormatividade como obrigação social, percebe-se que são cada vez mais necessárias políticas públicas que representem maior assistência legal aos grupos LGBTTT por parte do Governo Federal. Observando o panorama das principais políticas públicas no Brasil dos últimos anos, apesar de existirem diversos projetos lançados pelo governo, percebe-se uma maciça dificuldade no momento de executá-los, pois burocracias impedem que surtam efeitos na prática. Como é apontado por Sampaio e Araújo Jr. (2006, p. 341): “A política em si caracteriza-se como o diálogo entre sua formulação e sua implementação, ou seja, a interação entre o que se propõe executar e o que se realmente executa”. Para contrapor esta falta de efetividade das políticas públicas voltadas aos grupos LGBTTT no cenário atual, recentemente foi aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o direito a regulamentação legal da união civil entre pessoas do mesmo sexo, um dos principais avanços conquistados em nível nacional pelos movimentos. O primeiro projeto de lei a tratar sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo foi o PL 1151/95, apresentado ao Congresso Nacional Brasileiro em 1995, pela então deputada Marta Suplicy (PT-SP). Na época, causou polêmica, provocando debates na mídia, manifestações de diversos segmentos sociais e articulações políticas de forças conservadoras para evitar a sua aprovação, tendo sido criada uma comissão especial para discuti-lo. Das onze reuniões organizadas, nove foram destinadas a audiências públicas, com exposições de ativistas dos movimentos LGBTTT, representantes de comissões de direitos humanos, juristas, psiquiatras, psicólogos e líderes religiosos. A partir desses encontros, o projeto original foi alterado, dando origem a um substituto que teve como relator o deputado

Roberto Jefferson (PTB-RJ), mas nunca entrou em vigor. Foi apenas em 5 de maio de 2011 que o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a família homoafetiva, conferindo aos casais homossexuais o direito à união estável. O STF afastou a expressão "homem e mulher" da lei anterior e permitiu a interpretação extensiva aos casais de mesmo sexo. Apesar de o parágrafo terceiro do artigo 226º da Constituição Federal reconhecer a união estável e determinar que a lei deverá "facilitar sua conversão em casamento", havia discrepâncias entre os estados brasileiros, pois alguns, na prática, continuavam a perpetuar a discriminação, não aceitando a conversão de união estável à casamento aos casais homoafetivos, enquanto outros estados já aceitavam. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), então, editou a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013, publicada em 15 de maio de 2013, autorizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo, seja por habilitação direta, seja por conversão de união estável, vedando as autoridades a recusar a habilitação, celebração ou conversão de união civil em casamento em todos os estados do país. Nesse sentido, destacamos a importância que as políticas públicas vêm desempenhando na inclusão social e equidade de direitos para as minorias sociais, tais como os grupos LGBTTT. A aprovação do Casamento Civil Igualitário se constitui em um avanço na legislação brasileira, porém é apenas uma das conquistas pela quais esses movimentos lutam, pois sabemos que ainda há muitos desafios a serem enfrentados, tanto no âmbito jurídico, como na vida cotidiana.

Colcha de retalhos: tecendo o grupal em um grupo de empoderamento de mulheres

Mônica Angonese, Adriane Roso

É questão clássica, na Psicologia de Grupos, a definição lewiniana de grupo como um todo que é mais que a soma das partes. No entanto, na nossa sociedade, de cunho liberal-individualista, tudo tende para o indivíduo [para a parte] e assim, quando se fala em social nesse contexto, geralmente se refere a uma soma de indivíduos que formam grupos, mas sem se relacionar, sem se afetar (Guareschi, 2009). Barros (2009) explica o processo de individualização/desindividualização, compreendendo o grupo como forma de resistência aos modos individualizantes e defende que pôr o grupo em pauta pode colocar em relevo a urgência de serem construídas novas formas de solidariedade, de cidadania e de alianças. Com o desejo de pensar o grupo e o grupal, construímos a pesquisa “Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: O Grupo como Dispositivo” (CAEE nº 0019.0.243.000-11). Tal pesquisa descreve e analisa o dispositivo-grupo, com o intuito de apreender os modos de viver/sentir a saúde sexual e reprodutiva de mulheres que participam do projeto de extensão “Direitos Sexuais e

Reprodutivos: Conversando sobre Saúde". Da referida pesquisa nasce este trabalho, com o objetivo de apresentar a construção de uma colcha de retalhos produzida em grupos de empoderamento de mulheres como metáfora do grupal na sociedade contemporânea. Este trabalho tem relação com o eixo temático Gênero, Sexualidades e Intersecções porque o grupo de empoderamento de mulheres se volta principalmente para a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e as relações de poder subjacentes a isso, tendo como Orientação teórica a Psicologia Social Crítica, principalmente a partir de autores que enfatizam a sexualidade e a reprodução como construções sócio históricas atravessadas pela perspectiva de gênero e que trabalham com processos grupais. Método: A atividade de extensão acontece nas dependências da Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia da UFSM, semanalmente, durante o período letivo. Os grupos são formados por mulheres maiores de 18 anos e são mediados por uma psicóloga e estudantes de Psicologia. Para este trabalho, recorreu-se à colcha de retalhos confeccionada pelas mulheres participantes, inclusive as mediadoras, no encontro de encerramento anual dos dois grupos em funcionamento nos anos de 2011 e 2012. Às mulheres, foi sugerido que escrevessem no retalho sobre o significado que o grupo teve para cada uma, completando a frase "Estar em grupo com mulheres é...". A ideia é que a colcha continue a ser construída e que a cada fim de ano de trabalho mais retalhos sejam costurados. Resultados e conclusões: A colcha está constituída por 46 retalhos contendo palavras ou frases sobre o significado de estar em grupo com mulheres. Nos retalhos, destacam-se vários elementos, entre eles a dimensão de "compartilhar", "ouvir", "compreender" e "aprender", revelando o grupo como um momento de compartilhar vivências com outras mulheres (e "falar sem ser censurada"- sic), saber compreender e respeitar a outra e aprender com as experiências das outras: "Aprender e compartilhar com todas!". Também houve referência ao grupo como possibilidade de questionar-se, de refletir, de ter uma vida melhor, crescendo como pessoa e de se fortalecerem juntas, empoderando-se. Ainda, foi incluída a ideia do grupo como um espaço para aprender e socializar conhecimentos, mantendo-se "atualizada" (sic). A ideia de cuidado, de que estar em grupo significa cuidar, acolher, dedicar-se, cuidar de si, ter um espaço para si também estiveram presentes, mostrando o grupo como possibilidade de solidariedade. Em relação ao cuidado com a outra e o compartilhamento, foi ressaltado também o grupo como significativo para conhecer pessoas e fazer amizades, a importância de poder contar com o grupo e de cooperar. Nesse sentido, ficou explícito o sentimento de integração, construção de alianças e o gosto pelo grupo, como se evidencia: "É muito bom fazer parte!" e "Este grupo é muito importante. Gosto muito". Assim, a colcha representa vários elementos do processo grupal. Verifica-se que foi possível

criar no grupo um espaço de fala-escuta-compartilhamento, tendo-se a possibilidade de sentir como coletivo aquilo que antes era visto como sofrimento individual. Assim, a colcha representa o grupal, ao passo que, semelhante ao que ocorre com o grupo, ela se configura como mais do que a união de retalhos (soma das partes), mas como símbolo de um percurso, de um processo do grupo, em que foi preciso cada pedaço, cada retalho, cada sujeito (a singularidade!), sem o qual não haveria grupo, pois do mesmo modo que uma colcha de retalhos não se constituiria com um retalho "gigante", o grupo não se reduz aos indivíduos que o compõe.

Compartilhando experiências: reflexões sobre direitos humanos, relações de gênero, sexualidade e processos educacionais

Jamille Ovadia Moraes, Priscila Pavan Detoni

"Viado é um animal". "Meninas preferem rosa". "Nasci com pênis e quero usar saia". "Como devem se comportar socialmente o homem e a mulher na nossa cultura?" "Crianças exercem sua sexualidade". "Violências que vivemos?" "No banheiro o menino de onze anos trocava toques com o menino de nove". "Posso pegar HIV no sexo oral?" "Eu sinto nojo de gays". Estas afirmações e estes questionamentos se fazem insistentemente presentes nas vivências cotidianas das pessoas e com a sutileza de violações que vão posicionando os sujeitos para um modelo heteronormativo, seja qual for sua classe social, gênero, raça, sua forma de exercer sua sexualidade ou religião. Movimentos socais e instituições problematizam essas temáticas que ganham, cada vez mais, espaços de discussões nos campos da educação, psicologia, sociologia, ciências sociais e jurídicas. Buscando compor tal cenário político, o Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero (NUPSEX), vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenado pelo Prof. Henrique Caetano Nardi, desenvolveu em 2012, como projeto de extensão, o Centro de Referência em Direitos Humanos, Relações de Gênero e Sexualidade (CRDH). Este Centro, composto por bolsistas graduandos e profissionais da Psicologia e outras áreas, tem por objetivo agir em direção às necessidades das mulheres e a da população LGBT no que diz respeito à violência e qualquer outra forma de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. As atividades do CRDH são: acolhimento às pessoas que sofrem ou sofreram algum tipo de violência por orientação sexual ou identidade gênero, formulação de pareceres psicossociais nas transações jurídicas para troca de nome (parceria com a ONG Igualdade e Serviço de Acessória Jurídica/UFRGS), formação permanente nas redes de Educação, Assistência Social, Saúde e Segurança e elaboração de oficinas em espaços educacionais. Queremos destacar esta última ação para compartilhar nossas

experiências de 2012 e 2013, até o momento. Consideramos a inserção em escolas ou outras instituições que trabalhem na formação identitária e cuidado de crianças e adolescentes uma vivência na outra face do discurso no qual, geralmente, estamos colocados. Uma vez percorrendo os corredores que abrigam tantos sujeitos em partilha de suas singularidades, nos encontramos em lugares que nos possibilitam cooperar na formação de uma reflexão crítica sobre os temas dos direitos humanos, relações de gênero e sexualidade. Ocupamos a posição de quem compartilha um entendimento – com outros movimentos inseridos na luta social por direitos sexuais e de gênero – e, agora, fluimos em um espaço de acolhimento e orientação, vivenciando, até mesmo, uma hierarquia no sistema de informações. Através das fundamentações teóricas de Michel Focault, Judith Butler e Guacira Louro, realizamos atividades em espaços institucionais de ensino e aprendizagem, com professores/as, educadores/as e alunos/as, da esfera pública e privada, diferentes idades e classes sociais. Os encontros variam em tempo e frequência de acordo com a demanda do grupo de trabalho e são compostos por exercícios de discussão, dinâmicas de reflexão a partir de vídeos, entrevistas e relatos de experiências. Nas experiências vividas até o momento, deparamo-nos com um espaço de emaranhamento de dúvidas e interações. Apontamos, como problematizações iniciais, as diversidades e similaridades encontradas como marcadores de um pensamento crítico que ainda engatinha no que diz respeito às considerações sobre as temáticas aqui abordadas. A escala de empatia do que é menos ou mais diferente que o normal; o desconforto com a imposição sentida de aceitar o diferente, por aqueles/as que se percebem como adequados/as a sociedade.O pequeno entendimento sobre a legitimação e o valor da garantia de direitos humanos; a coragem dos relatos pessoais de experiências de violência ou aceitação como forma de exemplificar praticamente o discurso. Ainda existe a falta de espaço para discutir questões informativas essenciais para o exercício saudável da sexualidade; a noção do que é violação e violência e seu poder de causar sofrimento; bem como a dificuldade em estabelecer um diálogo produtivo entre escola-família; a excitação ao tratar sobre crianças e suas sexualidades e os questionamentos sobre o que é permitido a elas; o desejo de não ser uma pessoa que discrimina; as possibilidades de identidade de gênero e orientação sexual ainda são desconhecidas ou consideradas como subalternas. Essas são algumas colocações postas e sentidas nesses encontros. A partir disso, é nos exigido que busquemos aprimorar nossos conhecimentos teóricos desde questões biológicas, atravessando os sistemas pedagógicos e as relações familiares e movimentando-se, genealogicamente, pelos processos contemporâneos de subjetivação. É necessário que

desenvolvamos uma postura acolhedora e de mediação que facilite as discussões nos variados grupos e permita um esvaziamento das atitudes repressoras e coercivas.

Conscientização de futuros profissionais em saúde: reflexões sobre a homossexualidade

Carolina Martins Pereira Alves, Roberta Rodrigues de Almeida

O movimento de luta pelos direitos legais dos homossexuais tem sido repleto de conquistas graduais, o que oferece a esse grupo a percepção de um futuro em que eles sejam universalmente reconhecidos. No entanto, apesar das conquistas obtidas, esse ainda é um dos grupos minoritários, que sofre forte preconceito e discriminação. Sendo assim, torna-se importante promover atividades que possibilitem a reflexão em torno do preconceito e exclusão social dos homossexuais, uma vez que a Psicologia tem o papel social de contribuir para a não estigmatização de práticas homoafetivas. A partir disso, sob o referencial psicodinâmico, o objetivo deste trabalho consistiu em promover maior conscientização da população universitária sobre questões relativas à homossexualidade, por meio de debates, questionamentos e esclarecimentos de dúvidas, possibilitando assim a discussão sobre a inclusão social dos homossexuais. O projeto foi desenvolvido por seis graduandas e coordenado uma docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro com 144 discentes de cursos da área da saúde de duas universidades da cidade de Uberaba, Minas Gerais, que possuíam a disciplina de Psicologia ou de Pedagogia em suas grades horárias, sob o consentimento de três professores que ministravam estas disciplinas. O trabalho foi dividido em dois momentos, sendo o primeiro destinado a discutir os conceitos preconceito, discriminação e estigma, a história da homossexualidade, a inserção da Psicologia nesse contexto e o papel da mídia. Esse primeiro momento foi proposto a fim de levar informação aos universitários e promover um tempo de reflexão para o segundo momento. Neste, a proposta foi discutir questões homoafetivas, homofobia, aspectos da atualidade sobre o tema e como a educação está lidando com este, tendo como foco a maior participação dos universitários nas discussões. Em ambos os momentos, foram apresentados slides e realizadas dinâmicas, a fim de enriquecer as reflexões e garantir um espaço para a participação dos estudantes universitários, tornando as discussões mais interativas e possibilitando, assim, um aprendizado mútuo. Foram encontrados pensamentos e opiniões diferentes, uma vez que cada turma reagiu de maneira específica. Assim, foram observadas atitudes preconceituosas em razão da falta de informação, relatos de vivências, interesse em outras informações e constantes questionamentos sobre a origem da homossexualidade. Também observou-se que o material utilizado foi

adequado, uma vez que possibilitou momentos descontraídos e dinâmicos sem perder o foco, com seriedade e destaque para a importância do tema. Um dos apontamentos enfatizou o fato de que qualquer profissional da saúde deve ser orientado a compreender os estigmas sociais e evitar qualquer tipo de preconceito, dentre estes, a homofobia, uma vez que ao trabalhar com pessoas, o profissional se vê diante da diversidade e da multiplicidade que é o ser humano. Observou-se que ainda é possível encontrar muitos trabalhos querendo "curar" certas formas de viver, estabelecendo o padrão que a sociedade exige e considera "normal. Ao final da realização do projeto, foi possível perceber que houve maior conscientização a respeito do tema e das implicações deste junto à população à qual o projeto se dirigiu, reduzindo dúvidas e preconceitos. As discussões proporcionaram uma troca mútua de conhecimentos e foi responsabilidade das extensionistas proporcionar um ambiente em que estas trocas fossem possíveis. Embora profícuo, o tema não se esgotou e a experiência mostrou que a atividade tem o potencial de dialogar com diferentes indivíduos e reduzir significativamente o preconceito e as atitudes discriminatórias a respeito das questões que cercam a homossexualidade.

Construindo uma nova visão sobre família e a homoparentalidade

Anielle de Miranda Domingues, Arianna Alves Rodrigues, Carla Fonseca Reis

O objetivo desse trabalho é discutir teoricamente, sob a perspectiva interdisciplinar, unindo a Psicologia e o Direito, sobre a emergência das famílias constituídas por pais/mães homossexuais, travestis e transexuais na sociedade contemporânea. Em consonância com a discussão sobre a importância da aprovação da lei, a qual no dia 05/05/2011, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconheceram, por unanimidade, a união estável para casais do mesmo sexo no Brasil. Já no ano de 2013 nos deparamos com o projeto, que está sendo chamado de Projeto da Cura Gay, o qual propõe a suspensão da validade de dois artigos de uma resolução do Conselho Federal de Psicologia, em vigor desde 1999. De autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), o projeto quer suprimir um dos trechos da Resolução nº 1/99, que proíbe os profissionais de participar de terapia para alterar a orientação sexual e de atribuir caráter patológico (de doença) à homossexualidade. Os profissionais também não podem adotar ação coercitiva a fim de orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Procuramos definir o conceito de família no atual contexto e como a questão da sexualidade vem sofrendo mudanças na sociedade para a partir de então, definir os novos arranjos conjugais. O modelo familiar mais comum na cultura brasileira é o da 'família

nuclear', composto por pai, mãe e filhos. Como consequência, a família nuclear procriativa parece se impor como verdade incontestável, justamente por estar socialmente de acordo com o fator biológico. A aprovação da lei de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar reivindicou também que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis fossem estendidos aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo o que implica em um passo importante para minimizar um preconceito histórico que originou uma constante e perversa repressão aos homossexuais, travestis e transexuais. A concepção de maternidade e paternidade nos papéis de gênero, considerada algo historicamente produzido, vem se modificando e mostrando que um fator importante para o bom desenvolvimento da criança é a qualidade da relação que os pais conseguem estabelecer com os filhos e não a orientação sexual desses responsáveis. O resgate bibliográfico aponta que faz-se necessário por meio de estudos e pesquisas buscar compreender como essas famílias são vistas na sociedade, o preconceito que existe sobre elas, qual a concepção que essas pessoas fazem de família e até que ponto a opinião do senso comum, muito ligada aos dogmas religiosos, influenciam nessa visão. Dentro dessa perspectiva, podemos analisar os preconceitos também a partir do Projeto de "Cura Gay", esse que permitiria o tratamento por psicólogos de pacientes que quisessem "reverter" a homossexualidade. Alguns especialistas sustentam que a orientação sexual não seja uma escolha da pessoa, mas sim uma característica da sua própria identidade, desse modo alguns procuram por um auxílio devido a penosa adaptação a essa sociedade cheia de preconceitos. Analisando essa concepção, buscamos refletir o quanto o preconceito ainda está presente na atualidade e como essas 'novas famílias' sofrem com ele. Desde 1990 a Organização Mundial de Saúde, se posicionou contra a questão da homossexualidade ser considerada como uma doença, mas ainda assim, muitas pessoas veem os homossexuais nessa condição patológica.

Consumo e prostituição: narrativas de uma experiência

Juliana Ferreira Carvalho, Suelen Carlos de Oliveira, Mauro da Silva de Carvalho

Na sociedade contemporânea a palavra venda se adere a praticamente tudo, as coisas mais simples se tornam objeto de consumo. O sujeito contemporâneo ao não suportar suas angústias transfere sua falta para o desejo de comprar objetos e atenção. O distanciamento dos afetos mais singelos consome este sujeito do capitalismo. O óbvio está no financeiro. Recebe pelo desejo adquirido se puder pagar por ele. O sujeito virou-se contra sua própria existência. Vende, aluga, enfim, negocia corpos como se fossem objetos nas vitrines das lojas de um shopping center. Ao

tratar as atuais configurações da sociedade contemporânea, analisa-se a prostituição como uma experiência da sociedade de consumo, a partir das narrativas de garotas de programa de um prostíbulo na Baixada Fluminense, às margens da Via Dutra, principal rodovia de ligação entre a cidade mais populosa do Brasil (São Paulo) e a mais povoada e conhecida (Rio de Janeiro). Prostituta segundo os dicionários da língua portuguesa tem por significado "mulher que se prostitui que tem relações sexuais por dinheiro". A mais antiga profissão do mundo é percebida pelos olhares da sociedade como imprópria. Esta visão foge da realidade do que se trata a prostituição, uma relação que envolve dinheiro, consumo de corpos e satisfação sexual. A prostituição neste sentido é vista como sujeira. Para Zygmunt Bauman, as pessoas na modernidade estão presas à pureza. Esta está referida não como higiene, mas sim no que se refere a normas e regras produzidas pela sociedade (Bauman, 1998). Tudo que foge aos parâmetros pré-estabelecidos e condenado, reprimido e julgado como impuro (Bauman, 1998). Dessa forma, o objetivo deste trabalho é apresentar uma narrativa sobre a prostituição na contemporaneidade. Neste sentido, busca-se ressaltar e valorizar os aspectos essenciais da narrativa, que segundo Walter Benjamin propicia a faculdade de intercambiar experiências (Benjamin, 1985). Este trabalho utiliza em sua metodologia a observação participante a partir de entrevistas com garotas de programa e visita em seu lócus de trabalho. Os acontecimentos vivenciados e retratados por elas, a organização e funcionamento do prostíbulo são analisados a partir das discussões contemporâneas sobre o consumo, prazer, pureza e controle. O sujeito está o tempo todo sendo controlado, segundo Gilles Deleuze antes o poder de confinamento era o das sociedades disciplinares, hoje o poder é outro (Deleuze, 1992). Na verdade sempre haverá um sistema de controle. Assim podemos dizer que a atividade da prostituição está ligada de forma dinâmica com o capital, o controle que gera benefício que fará da garota de programa "alguém" por obter bens. O desejo para Deleuze está sempre fora, quanto mais se faz, mais se deve fazer. O sujeito endividando de desejos, esta sempre ao alcance do que não existe, parece que esta sempre devendo, não é possível o esgotamento nesta sociedade de controle (Deleuze, 1992). O fato é que a prostituição se dá na realidade, por um jogo de poder, o controle dos corpos que querem sentir prazer, consumir e serem consumidos. As entrevistas e a visita ao prostíbulo propiciaram importantes análises sobre a prostituição na contemporaneidade. Neste lugar, a chegada é marcante: luzes vermelhas e azuis. Toca-se de tudo. Um ambiente bem diversificado. As meninas ficam no salão soltas buscando o seu cliente, algumas são mais atiradas, ousadas. Também tem aquelas que possuem outra estratégia, ficam de pé dando voltas pela a casa, desfilando seus corpos exuberantes. Loiras, morenas, negras, ruivas. Não há filas,

quem chegar primeiro e conseguir convencer o cliente fará o programa. A única variável é quanto esse cliente possui para poder gastar com o programa, 30 minutos, 60 minutos e assim sucessivamente. A venda é simples objetiva. O produto sempre esta em uma vitrine, sempre atraente. Ele busca conquistar o consumidor para ser, consumido. Meninas bonitas cheias de si, e que estão em busca de muitos interesses. Na prática os interesses são muito discrepantes nesta relação de consumo. O produto, a garota interessada no dinheiro e o cliente no prazer, na satisfação mesmo que momentânea. No mundo controlado pelo consumo, o sexo é só um pedaço da prisão que nos submetemos. O esfriamento das relações pessoais é cada vez maior, a busca por prazeres líquidos que se derramam e se escapam pelos dedos sem saber qual será seu fim.

Dinâmica familiar homoparental: conquistas e desafios

Nicole Rosa Ferreira, Ana Laura Batista, Tatyanne Couto Flor

Este trabalho teve origem a partir da prática de uma disciplina intitulada “Dinâmica da Família” do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Ao longo do processo das aulas surgiu o interesse de compreender a dinâmica das famílias homoparentais e seus filhos. Intentou-se criar campos de reflexão em torno de mitos, preconceitos, amparo constitucional, elaboração da própria família como tal e possíveis formas de atuação do psicólogo frente ao tema. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica a fim de identificar publicações interdisciplinares sobre o assunto no campo da Psicologia e do Direito. Além disso, buscou-se relatos reais de famílias homoafetivas. Houve também contato com uma Organização Não-Governamental (ONG) que procura defender a qualidade de vida das pessoas que possuem diferentes expressões de gênero. Com a realização desse trabalho foi possível perceber que essa modalidade de família já conseguiu algumas conquistas legais e sociais, porém ainda sofre discriminação. Pensando que essa família pode ser constituída de diversas formas, como: um dos membros do casal trazer um filho de um relacionamento anterior heterossexual, um dos membros ter um filho com outra pessoa, inseminação artificial, adoção e entre outros. É necessário compreender as especificidades da família homoparental, como o caráter horizontal e a flexibilidade de posições e funções que seus membros adquirem. Essa modalidade de família rompe com o sistema patriarcal por destituir um princípio fundamental na constituição do grupo familiar: a diferença sexual. Esse é um dos motivos da falta de recursos legais específicos para seu amparo frente às situações que estão presentes em todas as formas de família, como divórcio, adoção e direito à guarda dos filhos. Esse desamparo social, também expresso pelo

preconceito, é vivido pelas próprias pessoas homossexuais que optam por criarem seus filhos sem falar sobre a existência do (a) parceiro (a) para que esses não sofram socialmente; assim, acabam cuidando dos seus filhos sob a chancela da vergonha, do silêncio ou da mentira. Dentre as descobertas deste trabalho, tem-se que algumas pessoas das famílias homoparentais vieram de relacionamentos heterossexuais, envolvendo casamentos e filhos, situação que exige enfrentamentos desafiadores ao novo grupo e ao anterior. Além disso, é importante ressaltar que o Conselho Federal de Psicologia reafirmou, em 1999, que a homossexualidade não é considerada desvio de conduta moral, perversão ou doença, dispensando tratamento que objetiva a cura. Nos casos de adoção, o psicólogo deve avaliar, por meio de laudo, a existência do vínculo e do afeto que permeiam o ambiente familiar e, caso tal avaliação seja positiva, deve ser assumida a defesa das crianças e dos adolescentes com base na Constituição Federal. O olhar ético permite compreender as novas famílias e seus distintos formatos como uma condição contemporânea, momento em que a alteridade e o respeito se fazem constituintes das relações dignificantes. Frente a isso, faz-se importante questionar e agir sobre os atuais movimentos que tentam retroceder ao pregarem a cura da homossexualidade. Por fim, acreditamos que o tema deve ser debatido, ampliado e pensado constantemente, tendo em vista o direito incondicional à liberdade e à felicidade.

Direitos sexuais e reprodutivos, música e Psicologia Social

Samanta Basso, Caroline Matos Romio, Larissa Goya Pierry, Adriane Roso, Mirela Frantz Cardinal

O presente trabalho consiste em um relato de experiência referente a uma disciplina curricular de co-orientação de iniciação científica, vinculada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria. No Grupo de Pesquisa Saúde, Minorias Sociais e Comunicação (SMIC), a atividade desenvolvida recebe o nome "Atividade de Co-orientação – AtiCo", onde cada mestrando participante co-orienta de um até cinco alunos de iniciação científica. O mestrando é responsável por elaborar um projeto de co-orientação que verse sobre o objeto de estudo de sua dissertação, que, no caso, refere-se ao abortamento, ao feminismo, às relações de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos. A proposta da AtiCo tem como base os pressupostos da Psicologia Social Crítica. Os encontros ocorrem semanalmente e apoiam-se em leituras prévias ou in locus sobre o tema. Apresentaremos, aqui, uma das ações que fizeram parte dessa atividade, onde se buscou usar como dispositivo a música "Mulheres de Atenas" de Boal e Buarque (1976) que, carregada de ironia e metáfora, constitui-se em uma crítica à

sociedade patriarcal e às opressões oriundas do machismo. Como metodologia foi pedido às participantes do grupo que partilhassem suas ideias, pensamentos e sensações em relação à música. A partir desse dispositivo, foi proposta a pergunta "O que essa música faz vocês pensarem?" dando ínicio às discussões, considerando os estudos prévios sobre direitos sexuais e reprodutivos, feminismo e estudos de gênero. Através desta questão, foi possível explorar a metáfora de uma sociedade usada por Boal e Buarque (1976) para, através da música, tecer diversas críticas, entre elas à condição de inequidade de gênero e os efeitos à saúde das mulheres. A partir da atividade proposta e da metodologia empregada quando a música foi entendida como uma crítica foi possível entrar em contato com o processo de desnaturalização de questões que tangem a temática da mulher. Pode-se, também, questionar alguns estereótipos que circulam em nossa sociedade acerca do "ser mulher". As discussões foram engendradas com base nos adjetivos empregados às mulheres, e em seu lugar em relação a seus maridos, em trechos da música, como estes: "Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas", "Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas" (BOAL, BUARQUE, 1976). Através da letra da música pode-se pensar que o corpo da mulher parece não pertencer a ela, sendo dominado por outros, seja cônjuge, família ou sociedade. Imposições históricas, econômicas e culturais, de um modo geral, regulam a vida da mulher e lhe atribuem um lugar no social, que é sempre oposto ao do homem: "Elas não têm gosto ou vontade, nem defeito, nem qualidade, têm medo apenas" o que nos faz pensar que a mulher não existe por si mesma, "a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele" (BEAUVOIR, 1970, p. 10). Essa dicotomia entre os gêneros, supondo que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante e outro dominado impede que haja um diálogo que questione a esfera das relações de dominação (LOURO, 1997). Nesse contexto, entende-se que a proibição e a condenação moral em relação à prática do abortamento reflete a condição geral da mulher perante uma sociedade patriarcal, onde fica claro que às mulheres cabe o papel de gerar para os homens, tendo como espaço restrito o privado, onde elas: "Geram pros seus maridos, os novos filhos de Atenas", e "E as gestantes abandonadas, não fazem cenas" (BOAL, BUARQUE, 1976). Além disso, a sexualidade da mulher é entendida como ligada à reprodução, ocupando um lugar passivo diante do desejo do homem, onde o prazer só cabe ao segundo: "E quando eles voltam, sedentos, querem arrancar, violentos, carícias plenas, obscenas". Percebe-se que a metáfora presente na música remete ao papel esperado às "mulheres de atenas", mas que esse papel ainda faz-se presente na contemporaneidade, aquele culturalmente vinculado à maternidade. Observa-se que o acesso aos Direitos Sexuais e Reprodutivos e a autonomia

corporal muitas vezes é negado às mulheres, o que é observado na ausência de questionamento acerca da descriminalização do abortamento.

Discurso feminista na blogosfera: uma revisão sistemática sobre o aborto

Caroline Matos Romio, Adriane Roso, Mirela Frantz Cardinal, Samanta Basso, Larissa Goya Pierry

O movimento feminista possibilitou uma série de conquistas referentes aos direitos de equidade entre homens e mulheres, entre elas a compreensão dos Direitos Sexuais e Reprodutivos como parte dos Direitos Humanos, e com isso a possibilidade da mulher fazer escolhas integrais acerca de sua sexualidade e também de sua contracepção e concepção (Montero, 2006). Nesse sentido, a prática do aborto induzido pode ser compreendida como uma escolha da mulher. Sabe-se que, na atualidade, o feminismo é um movimento plural e que a difusão de suas ideias e de sua filosofia conta com o recurso dos espaços virtuais e redes sociais para se comunicar com pessoas que o apóiem. Assim, a internet é catalisadora e difusora das causas e movimentações feministas. A presente pesquisa toma o campo virtual como objeto de estudo. Pretende levantar o que está sendo tratado sobre a temática do abortamento em sites feministas. Apreender o conteúdo desses sites parece importante, pois dará indicativos do que é pauta no campo feminista e de como as pautas são pensadas. Consiste em um estudo descritivo através de uma revisão sistemática exploratória acerca da produção textual de blogs feministas brasileiros sobre a temática do abortamento nos últimos seis meses. Foi feita uma busca no mês de julho de 2013 no buscador do Google®, utilizando os descritores, feminismo e blog, e como ferramenta de pesquisa "na última semana". Então, foram selecionados os 2 sites mais acessados, e portanto, os primeiros a aparecer na busca, que fossem produzidos no Brasil, a saber: blogueirasfeministas.com e escrevalolaescreva.blogspot.com. Em sequência, foi realizada uma busca interna nas páginas pelo descritor aborto. Foram excluídos aqueles que tivessem mais de meio ano de publicação e aqueles que um dos temas centrais não fosse aborto. O que revelou a existência, na ocasião da coleta de dados da pesquisa, de um total de 12 artigos no site Blogueirasfeministas, e de 7 artigos no blog Escrevalolaescreva. Quanto aos resultados, como era de se esperar, por se tratarem de sites feministas, a temática do abortamento está frequentemente presente, sendo pensada, articulada e discutida sob diversos aspectos. Destaca-se que dos 19 textos encontrados, 10 focavam na temática do Estatuto do Nascituro, questionando os aspectos políticos e religiosos do projeto, como Aronoviche (2013), que lembra da importância do engajamento das mulheres para a manutenção do direito ao aborto

seguro nas condições legais já garantidas. Observou-se que diversos artigos retomam o fato de que o feminismo, por ser um movimento de luta pela autonomia das mulheres sobre seus corpos, tem como dever reivindicar a descriminalização do aborto, além de problematizar os aspectos religiosos, sociais, culturais e morais que historicamente têm permeado a temática da saúde da mulher no Brasil. Também questionar as desigualdades sociais e de gênero que refletem no acesso das mulheres a seus direitos sexuais e reprodutivos. Ainda, alguns artigos enfocam a importância da maternidade ser uma escolha e problematizam a criminalização do aborto (Pizarro, 2013; Oliveira, 2013). E, por fim, são espaços para a convocação de leitoras e leitores para manifestações e mobilizações que busquem questionar a criminalidade do abortamento no Brasil, indicando que o espaço virtual se conecta (ou pelo menos tenta) com os espaços de rua. Conclui-se que tal revisão possibilitou uma maior compreensão acerca do que está sendo pensado nos espaços virtuais sobre a temática do abortamento e de que modo esses espaços, de amplo acesso, possibilitam a disseminação das temáticas do feminismo, tal como o direito ao abortamento. Os artigos indicam essencialmente para o fato de que uma das causas centrais do feminismo é a autonomia da mulher, o direito dela decidir sobre seu corpo, e poder tomar decisões e fazer escolhas acerca de sua sexualidade e reprodução. O estudo exploratório aqui feito compreende os passos iniciais de um projeto de dissertação de mestrado. Na continuidade, investigaremos novos sites e aprofundaremos a análise de conteúdo dos mesmos.

Do Monte Caburaí ao Chuí: as Representações Sociais de pessoas de diferentes regiões do Brasil acerca da bissexualidade

Cayo Louran Zahlouth Pedroso

As sexualidades humanas são vividas de diferentes formas dentro de contextos históricos e sociedades diferentes, tendo hoje peculiaridades específicas para a sociedade que está sendo construída na atualidade. As formas de expressão da sexualidade nos dias de hoje repercutem sobre a sociedade de modo a refletir-se sobre a mídia, sobre as políticas e direitos de expressão das diferentes formas de sexualidade. Quanto a identidade de pessoas que se relacionam com ambos os sexos, esta se constitui também e principalmente através do processo de construção social das sexualidades. Se utilizando de autores como Cavalcanti (2010), Seffner (2003), Almeida (2008), entre outros, buscou-se compreender como vem se constituindo e sendo definida a identidade bissexual na atualidade. A partir destas definições, tem se percebido que a aceitação da flexibilidade sexual de uma pessoa que se identifique como bissexual tem se apresentado como um desafio para os sujeitos, marcada pela rejeição e discriminação. Ao se

propor coletar dados de pessoas de diferentes regiões do país, essa pesquisa usa como referência o que as autoras Figueiredo e Noronha (2005) conceituam como identidade nacional, onde explicam que se trata de uma identificação de cada povo, o que permitiria diferenciá-los. A compreensão sobre representações sociais, de Moscovici (1961) também estrutura este estudo. Portanto, considerando a importância que a regionalidade tem sobre o desenvolvimento de atitudes, pensamentos e motivações das pessoas, ou seja, considerando a influência que a regionalidade exerce sobre as Representações Sociais do indivíduo e todo as discussões levantadas até então, esta pesquisa teve por objetivo comparar as representações sociais sobre a bissexualidade de estudantes universitários do Norte/Nordeste com as representações sociais de alunos de universidades do Sul/Sudeste. Esta pesquisa caracterizou-se como quantitativa, descritiva e de corte transversal, sendo classificada como um levantamento de dados. A fim de alcançar este objetivo, um questionário fechado foi produzido e aplicado via Google Docs em alunos de graduação, com idade entre 18 e 30 anos, de universidades públicas e privadas. O instrumento utilizado era composto por questões que abordam as características sócio-demográficas e questões que visavam acessar as representações sociais dos participantes. Participaram da pesquisa 1.996 estudantes de Universidades Públicas e Privadas do Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. O contato do pesquisador com os sujeitos ocorreu virtualmente, através de grupos organizados dentro da Rede Social intitulada Facebook. Como técnica para tratamento dos dados foram utilizados recursos de estatística descritiva e testes comparativos utilizando teste t para amostras independentes. Como principal resultado, fica o registro de que existe diferença estatisticamente significativa na maior parte das representações sociais encontradas em estudantes do Norte/Nordeste e Sul/Sudeste. Também se evidencia que a percepção dos estudantes do Norte e Nordeste sobre a bissexualidade é diferente da percepção dos estudantes da região Sul e Sudeste, sendo os estudantes do Norte e Nordeste que apresentam maior resistência em relação a reconhecer a bissexualidade enquanto identidade possível e menos discriminada socialmente. Compreende-se que este estudo contribui para aprofundar o universo acerca dos discursos sobre sexualidades, gênero, orientação e diversidade sexual. Pensando que as duas macro regiões apresentam diferenças significativas de ordem cultural, fica registrado que essas diferenças refletem na forma de perceber a bissexualidade e, muito provavelmente, refletiriam em outros fatores relacionados às sexualidades, necessitando de novos aprofundamentos no tema.

Etnografia sobre a juventude frequentadora do Fiteiro da Praia/Fortaleza-CE

Rodrigo Augusto Lacerda de Oliveira

Este trabalho tem como objetivo identificar as relações de gênero e as relações estéticas entre jovens frequentadores de uma casa de apresentações noturnas em Fortaleza. A metodologia adotada no trabalho foi a pesquisa etnográfica que insere o pesquisador no ambiente pesquisado. Para esta metodologia utilizamos as técnicas de pesquisa etnográficas de Bronislaw Malinowski e E. E. Evans-Pritchard: a observação-participante. Primeiramente, fizemos uma descrição detalhada do local estudado ainda afastado das relações sociais que ele produz e que o produz. Essa investigação prévia nos ajudou a ver claramente as relações que os frequentadores têm com aquele espaço e entender as significações por ele produzidas. Posteriormente, fomos ao local já com os frequentadores presentes e começamos a buscar entender a lógica de organização social daquele espaço. Lá, identificamos que este espaço é organizado segundo grupos e estes são formados ao redor de uma mesa do bar. É aí que ocorrem algumas interações sociais mais duradouras e o diálogo para a formação de vínculos menos frágeis é possível. Há, também, na pista de dança, o espaço onde não se pretende criar vínculos fortes, mas relações frágeis e passageiras. Aí entram as relações estéticas que regem aqueles frequentadores. Estas relações são de dois tipos: as que visam o esbanjamento financeiro e as relações entre gêneros. Concentramo-nos mais nas relações de gênero que moldam aquele espaço. Neste momento, usamos os trabalhos de psicólogos sociais formuladores do Interacionismo Simbólico George Herbert Mead e Erving Goffman como orientação teórica. Assim, nos atentamos como as interações moldam o comportamento individual. Ou seja, como a coletividade faz com que apenas os "eus" mais aceitos naquele ambiente sejam mostrados e valorizados. A definição do que deve ser valorizado ou desvalorizado é feita através dos discursos e das práticas discursivas dos atores sociais deste meio. É através da imposição do que é aceito ou do que deve ser real para esta coletividade que estas relações sociais definem quem pode ou não ser aceito, quem pertence ou não pertence a esse grupo e o que pode ou não ser feito. Para esta análise nos utilizamos dos trabalhos do filósofo francês Michel Foucault. Utilizamos, também, uma técnica metodológica de pesquisa formulada por Max Weber, o tipo ideal. O tipo ideal utilizado em nossa pesquisa foi o "playboy" e as suas relações no imaginário dos frequentadores da casa noturna. Analisamos, como sugestão metodológica de Pierre Bourdieu, as lutas simbólicas pelam definição da realidade do que é ser playboy. Consequentemente, também, do que é não ser playboy. A conclusão que chegamos foi que o ambiente estudado e as relações sociais que

se dão nele são muito mais complexas do que foi previamente imaginado. A psicologia social nos foi bastante útil na tentativa de entendermos como o individual constrói socialmente a sua personalidade e como a sociedade influencia este das mais diversas formas. Assim, fica claro que este trabalho de cunho primariamente antropológico se utilizou e somente se concluiu com o auxílio de instrumentos teóricos de outras áreas como a psicologia social, arquitetura ambiental e sociologia urbana.

Exploração sexual de crianças e adolescentes: uma análise a partir da perspectiva de gênero

Monise Gomes Serpa

O presente trabalho faz parte da minha tese de doutorado e pretende discutir o conceito de exploração sexual a partir dos estudos de gênero e sexualidade realizados pelo GEERGE-Grupo de Estudo de Educação e Relação de Gênero da UFRGS. A exploração sexual tem sido apontada como uma das maiores violações aos direitos da criança e do adolescente, considerada uma forma moderna de escravidão (FALEIROS, 2004). Como mostram as pesquisas sobre o tema, as maiores vítimas dessa violência são as meninas, grande parte, negras e pobres (FALEIROS, 2004; DOS SANTOS, 2004). Dessa forma, as lógicas que permeiam a sua prática são multifacetadas, como questões de raça, gênero, sexualidade, classe, o que torna a sua análise complexa. Apesar de se levar em consideração todos esses marcadores sociais, grande parte dos estudos pontuam a pobreza e a exclusão como os fatores determinantes para a entrada de crianças e adolescentes na prática do sexo comercial (FALEIROS, 2004). Além desses aspectos, os fatores intra-famliares, como a violência doméstica, são fortemente considerados na explanação desse tema. Porém, alguns estudos já mostram o aumento da presença de adolescentes e jovens da classe média nas práticas sexuais comerciais (DOS SANTOS, 2004). Para o autor, as meninas mais pobres buscariam nessa prática a sua subsistência, diferente das de classe média que almejariam o consumo, principalmente dos produtos que envolvem o embelezamento. Porém estudos e trabalhos sobre essa temática têm mostrado que mesmo nas classes sociais mais baixas, a inserção no mercado do sexo tem se dado também pela necessidade de acesso a bens que até então não poderia ser adquiridos, como roupas, acessórios e cosméticos (TRINDADE, 2007; SERPA, 2009). Dessa forma, faz-se necessário levar em consideração outros marcadores como o consumo e a forte valorização sexual nos espaços midiáticos do corpo infanto-juvenil. Nesse sentido, a autora Jane Felipe (2006) utiliza o termo "pedofilização" da sociedade contemporânea e com isso amplia a reflexão sobre o conceito de

pedofilia, pois para ela não se refere apenas à figura do pedófilo, já enquadrada nas patologias sexuais. Mas, com o conceito de pedofilização sinaliza as práticas contraditórias na nossa sociedade que ao mesmo tempo em que cria leis e políticas de proteção à criança e à\ao adolescente, promove uma erotização dos corpos infanto-juvenis nos contextos midiáticos. Tais questões não aparecem nas discussões trazidas pelo conceito estabelecido no I Congresso Mundial contra a Exploração sexual de crianças e adolescentes realizado em Estocolmo em 1996, no qual a exploração sexual é entendida como toda ação que envolve o corpo de crianças e adolescentes, seja do sexo feminino ou masculino, para a obtenção de vantagem ou proveito sexual, baseada numa relação de poder e de exploração comercial (LEAL, 1999). Na concepção anterior, a situação das crianças e dos\as adolescentes envolvidos\as nessa realidade era equiparada à realidade da prostituição adulta. Com o novo conceito a criança e o\a adolescente, ao estarem nessa situação, não estariam se prostituindo autonomamente, mas sendo vítimas pela prática criminosa de outros\as. Mesmo considerando tais avanços, o termo exploração sexual ainda não dá conta da complexidade do fenômeno pois, segundo Aparecida Fonseca Moraes(2011), nessa expressão a dicotomia estabelecida na relação vítima\explorador não deixa claro a diversidades de aspectos que envolve essa questão tais como: “quem são os exploradores?”, “são mulheres, homens, família, amigos\as, pessoas conhecidas, uma rede criminosa? “As meninas, ao estarem na condição de vítimas, devem ser vistas como figuras frágeis?” “Como é possível considerar a sua autonomia e o seu desejo nesse processo” ? A autora, numa outra pesquisa, já discutia a dificuldade das adolescentes entenderem o conceito de exploração na relação que estabeleciam com os clientes, pois não se sentiam exploradas devido aos ganhos obtidos com essa prática e por isso não se encontravam numa situação de violência. No caminho dessa discussão, Tatiana Savoia Landine (2011) aponta que a expressão exploração sexual acaba por ocultar “o outro lado da questão” que é a diversidade das formas que crianças e adolescentes se envolvem com a atividade do sexo por dinheiro. No estudo realizado por Monise Serpa(2010) com meninas em situação de exploração sexual, as adolescentes não eram passivas nesse processo pois utilizavam estratégias específicas para realizar o programa como lógicas sedução, negociação de valores do “programa” e como gastar esse dinheiro. Assim, o presente estudo espera contribuir na discussão desse tema tensionado tal conceito ao problematizar não só as relações estabelecidas entre as adolescentes e os clientes, como também o processo de erotização dos corpos infanto-juvenis nos espaços midiáticos, analisando quais os efeitos disso nas crianças e adolescentes envolvidas como a exploração sexual.

Gênero e violência: uma perspectiva sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes

Heitor Abadio Vicente, Fernanda Luiz Ribeiro, Alexandre Campos Butenco, Augusto Campos Butenco, Fernando Cesar Paulino-Pereira

Enquanto vitimas de violência doméstica, as crianças e adolescentes assumem o papel de subalternas, individuo este que segundo Spivak (2010) é dentre outras privado de participar da categoria dominadora. Os discursos das crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, muitas vezes são silenciados na dinâmica de autoridade e poder do ambiente familiar, "categorizando-as" como subalternas por "retira-lhes a voz", e por não participarem da categoria "dominadora". Este ambiente que em tantas vezes é "ordenado" pela figura do pai em grande parte dos casos conhecidos é também o agressor, faz com que o medo seja o regulador das relações justamente por vincular a autoridade aquele que agride. Tomando como base a expressão da autoridade no núcleo familiar e observando-a sobre a perspectiva de gênero é evidente que os moldes familiares delimitam aquilo que deve ser praticado por homens e mulheres. Acentuam a desigualdade promovendo os "direitos" de um em detrimento do outro. Mesmo que ambos sejam vítimas no que diz respeito aos padrões estabelecidos, a mulher ainda é subjugada à condição de passiva e subalterna. Compreender a violência doméstica passa anteriormente pelas posições esperadas ao homem e a mulher dentro deste contexto. Mas fixa-se diretamente nas relações que homens e mulheres estabelecem dentro da família, estas "desreguladas" e hierarquizadas, pautadas na subordinação e desigualdade segundo Koller, citado por Di Antonni (2000). O meio intrafamiliar construído nesse molde hierárquico possibilita que o medo permeie estas relações e este por sua vez é reafirmado nos casos de violência doméstica. Para Chauí (1985), a violência ultrapassa os termos utilizados para caracterizá-la popularmente, é mais que transgredir normas, fugir as regras ou as leis. Violência é entendida no distanciamento da concepção de sujeito, onde esse torna-se coisa, e sua existência enquanto atividade ou discurso é silenciada, anulada. Mesmo com caráter de silenciadora do individuo, a violência é diversa, e manifesta-se de formas diferentes. Essas diferenças ficam evidentes quando ao conceituar a violência doméstica, a mesma assuma definições específicas em relação ao direcionamento, quanto à criança ou a mulher. Para Azevedo, a violência contra criança é: "Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis, contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar à vítima dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da Infância, isto é, numa

negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento." Tendo em vista que as relações de autoridade e poder da família perpassam anteriormente as questões de gênero, e a violência esta diretamente ligada a estes, o eixo que melhor compreende este trabalho é "Gênero, Sexualidade e Intersecções". O trabalho tem como objetivo refletir acerca dessa construção de autoridade no ambiente familiar e como esta se da na dinâmica da violência doméstica contra crianças e adolescentes. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a partir do método de Pesquisa-Ação que utiliza o Diário de campo como instrumento de coleta de dados e os Grupos Terapêutico-Educativos enquanto intervenção. Segundo Neto (2003), na Pesquisa-Ação o participante/pesquisador é guiado a produzir o próprio conhecimento, tornando-se sujeito no processo de construção quem para Brow (2001), é também educativo, pois possibilita transformações nas práticas do participante/pesquisador. Os Grupos Terapêutico-Educativos foram realizados com crianças e adolescentes entre onze e quinze anos de idade, que cursavam o sexto e sétimo ano do Ensino Fundamental em uma escola pública da cidade de Catalão, Goiás. Focava-se a construção de soluções não violentas para expressão de sentimentos e resolução de conflitos visando contribuir para que atitudes e valores de cuidado substituíssem as ações violentas. As vivências tiveram como foco a promoção da equidade de gênero e alternativas pacifistas para resolução de conflitos que foram relatados pelos participantes ou que levávamos para as vivências. O Diário de campo foi utilizado para coleta de dados, pois este direciona "[...] o que se olha, como se olha e o que faz (ou poderá fazer) com o que esta olhando." (PELISSARI, 1998, p1). O Diário de Campo foi instrumento importante no registro das vivências, por conter as informações feitas sobre os grupos a partir das práticas do pesquisador, pois cabe a ele segundo Pelissari (1998), coletar as informações das vivências a partir de sua perspectiva, porém distanciando-se do papel central e dando voz aos demais participantes do grupo que são os personagens centrais, no caso as crianças e adolescentes inseridas no projeto. Esta pesquisa foi de grande importância por inserir no ambiente escolar temas que não eram trabalhados e produzir nas crianças e adolescentes reflexões sobre estes. Além disso, promoveu alternativas de transformações sociais substituindo uma cultura de violência por práticas de cuidado, agindo como forma de prevenção da violência e construindo uma cultura pacifista e de equidade de gênero.

Grupo psicoeducativo com mulheres de meia-idade: troca de experiências e saberes sobre envelhecimento na contemporaneidade

Jéssica Soares da Silva

O envelhecimento da mulher contemporânea é perpassado por questões que outrora estavam muito distantes do cotidiano destas, de modo geral. A inserção da mulher no mercado de trabalho e sua consolidação no posto de "chefe de família", por exemplo, trazem consigo questões que implicam diretamente na maneira desta lidar com seu processo de envelhecimento, tal qual, como o culto excessivo aos padrões de beleza e a super valorização da manutenção do corpo eternamente jovem. Dessa forma, o referido grupo, desenvolvido como atividade de Estágio Básico, nos meses de maio a março de 2012, teve como objetivo abordar, de forma clara e dinâmica, questões que permeiem o cotidiano de mulheres que se encontram na faixa etária denominada "meia-idade". Compreende-se que este relato está relacionado ao eixo temático Gênero, Sexualidade e Intersecções, uma vez que, além do desencadeamento de mudanças neurobiológicas, o envelhecimento envolve questões psicossociais, podendo conduzir a mulher em meia-idade a reavaliar suas práticas e a história que já vivenciou e, ao mesmo tempo, sentir-se inquieta quanto ao seu futuro e seus possíveis desdobramentos. A partir desse movimento, alguns sentimentos podem ser desencadeados, como: a nostalgia do passado, a frustração pelos projetos não realizados, a premência do tempo que parece correr cada vez mais rápido, a dura realidade das perdas, a consciência da morte, a solidão e o questionamento acerca do que é esperado socialmente dela nesta etapa da vida. Os encontros do referido grupo ocorreram no Serviço de Psicologia, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, tendo como público-alvo mulheres em meia-idade, previamente triadas pelo Serviço. Foram realizados encontros semanais, com temas específicos e duração de aproximadamente 1 hora, contando com a participação de cinco pessoas. Utilizou-se como metodologia a lógica da Psicoeducação, que tem o propósito de ser um instrumento de empoderamento de seus participantes, de reflexão de comportamentos, hábitos e atitudes, de fortalecimento dos recursos pessoais e sociais de enfrentamento e de promoção do protagonismo social. No decorrer da realização dos sete encontros temáticos, foi possível notar uma grande motivação das participantes que, influenciava diretamente o modo como estas se implicavam nas discussões e atividades propostas. Ademais, era notório que as questões levantadas proporcionavam um sentimento de identificação na maioria delas, conduzindo a uma troca de saberes e experiências. Logo, pode-se inferir que a participação em grupo psicoeducativos cresce em importância na

medida em que permite à mulher, por meio do compartilhamento de experiências, a ressignificação dessa etapa da vida. Apesar de haver uma identificação, de forma geral, das participantes com os temas abordados, cada uma teve um movimento próprio dentro do grupo, fato este que enriqueceu ainda mais as discussões realizadas e dinamizou os encontros. De modo que, um encontro sempre tinha a dinâmica diferente do outro. Por fim, é possível concluir que a participação em um grupo psicoeducativo pode ser muito eficaz, na medida em que a escuta de outra pessoa inserida num mesmo contexto, vivenciando as mesmas questões e com demandas semelhantes podem proporcionar uma experiência muito enriquecedora e contribuir para uma melhor reflexão e possíveis mudanças, nesta etapa da vida. A vista do exposto, nota-se que a realização de grupos psicoeducativos com mulheres de meia idade podem proporcionar a estas a ampliação da compreensão sobre esta fase da vida e os aspectos que se iniciam/modificam nesta etapa, contribuindo para que a passagem pela meia idade seja vivenciada de modo a produzir crescimento pessoal, reflexão e empoderamento. O pôster de apresentação aqui proposto seguirá layout simplificado, largura de 90 cm e altura de 110 cm, contendo as principais informações. Para melhor entendimento do referido trabalho serão destacados os seguintes pontos: título, autores e Instituição de Ensino a que são vinculados, no caso, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, o período de realização da intervenção, objetivos desta, procedimento metodológico utilizado, resultados alcançados e conclusões.

Identidade lésbica: constituição e cidadania negadas pela homofobia

Erika Leite dos Santos

No atual contexto social, notadamente no brasileiro, tem-se percebido uma acentuada difusão do discurso que aponta para o/a adolescente como o futuro da humanidade. Refletindo-se sobre isso, em alguns contextos, onde este adolescente encontra-se inserido, observa-se que a sociedade reproduz valores machistas, racistas e homofóbicos, por meio dos quais o preconceito e a discriminação evidenciam-se no cotidiano dos sujeitos. Baseando-se nesse contexto, a educação, que tem culminância na escola – lugar, por excelência, de reprodução de valores tradicionais de uma sociedade –, constitui um espaço disciplinante dos valores e das normas que escapam ao modelo a ser seguido pela sociedade. Nesse caso, o "outro", que foge à norma vigente, apresenta-se como "estranho", como "inferior", tão somente por não ser heterossexual, branco ou homem. Também por isso, a preocupação que recai sobre o tema da identidade e da cidadania homossexual repousa no fato de existir certo receio, afastamento e, até mesmo, medo do que difere de um padrão social. Essa fobia ocorre, também, entre os próprios homossexuais

(homofobia internalizada). Algumas indagações têm surgido com debates sobre essas questões e, dentre elas, destaca-se o problema desta pesquisa: qual o tratamento dado às jovens homossexuais em espaços de socialização, considerada uma pressuposta cidadania lésbica? Com o propósito de analisar, por meio do aparato teórico-metodológico da Teoria Queer (principalmente com Judith Butler [2010], Michel Foucault [1984, 1985, 1988] e Guacira Lopes Louro [2004]) e dos estudos do Interacionismo Simbólico (enfocando Erving Goffman [2011]), como a homofobia interfere na socialização de adolescentes homossexuais de escolas da rede pública de ensino, buscou-se não só estudar como as relações de poder (Foucault) interferem na relação entre as pessoas, proporcionando uma fuga das identidades desviantes (Butler – identidades fluidas) para uma norma heterossexual (Guacira Louro), mas também denunciar uma realidade presente no Brasil, de maneira geral, e em Maceió, de maneira mais específica. Essa realidade acusa parte de uma dinâmica social oculta, em que a "minoria" da população sofre as principais retaliações, uma vez que, na cidade de Maceió, embora haja uma lei municipal de combate à homofobia nos espaços públicos (Lei nº 4667/97), o número de homicídios contra a população LGBT ainda é muito grande, colocando o Estado de Alagoas em terceiro lugar no ranking do GGB (Grupo Gay da Bahia). Nesse âmbito, a pesquisa se propôs a uma observação de campo dentro de algumas escolas da Rede Estadual de Ensino de Alagoas e, dentro delas, procurou-se trabalhar com adolescentes que se afirmavam homossexuais e, a partir daí, perceber a dinâmica oculta das relações de poder reproduzidas dentro do ambiente escolar. Para tal, analisou-se, além do próprio discurso das adolescentes, o discurso de professores e da equipe pedagógica em relação às alunas homossexuais, bem como se procurou uma análise de como os amigos e colegas de classe tratavam essas pessoas assumidas. Através de uma análise respaldada no aparato teórico-metodológico, observou-se que a maioria das entrevistadas forjava algumas identidades como forma de serem aceitas no grupo, assumindo, nesse âmbito, diversos papéis sociais (Goffman) que lhes permitiriam transitar de maneira mais livre entre os grupos desejados. Com esse enfoque, chegou-se a conclusão que a sociedade, em suas mais diversas formas de poder, acaba por reprimir manifestações identidárias e de afeto de uma parte de sua população, pelo simples fato de ainda firmar seus valores em questões heteronormativas e fundamentalistas. Considera-se, com isso, que a escola necessita de profissionais capacitados, psicólogos, assistentes sociais e sociólogos que possam dedicar-se, dentro do âmbito escolar, a ações de combate, reversão e prevenção de situações de preconceito, discriminação e violência no que tange ao/a aluno (a) homossexual, uma vez que esses

profissionais precisam atuar, na medida do possível, como facilitadores de uma escola plural e diversificada.

Indicadores de violência de gênero na cidade de Santo Ângelo

Larissa Dalcin, Lizete Dieguez Piber

A violência de gênero é um tema que deve ser debatido cada vez mais, visto que ainda há muito a ser feito no que se refere a esta temática. Pensando nisso, verificou-se a importância de pesquisar sobre o tema na cidade de Santo Ângelo/RS, através de uma pesquisa, na modalidade Iniciação Científica, vinculada ao grupo de Pesquisa Psicologia, Desenvolvimento Humano e Laços Sociais, na linha Psicologia Social, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, campus de Santo Ângelo. O projeto possibilitou identificar a incidência de casos de violência contra a mulher no município. A pesquisa se configurou como sendo de abordagem quantitativa, com delineamento de levantamento de dados. O trabalho sustentou-se nos estudos contemporâneos sobre violência e violência de gênero numa perspectiva sócio histórica. Os objetivos englobaram levantar as características dos agressores, vítimas e formas de violências praticadas. O estudo foi desenvolvido no Posto Policial da Mulher de Santo Ângelo/RS, onde se obteve acesso a 327 boletins de ocorrência dos meses de agosto a dezembro de 2011. A violência contra a mulher é um problema de saúde pública e mundial, geralmente ligado ao poder masculino e que não privilegia cor, raça, idade, classe social, religião, ou opção sexual. O efeito, sobretudo na vida destas mulheres vítimas, é também social, tendo forte influencias no desenvolvimento e bem-estar destas mulheres. Através da análise dos dados, pode-se perceber que 136 das vítimas têm entre 18 e 30 anos, idade também da maioria dos agressores (99). As vítimas, em 101 dos 327 casos são agredidas pelo próprio companheiro, sendo que 256 das ocorrências são na sua residência, e estas em 50, são localizadas geralmente no centro da cidade. Grande parte das vítimas, ou seja, 164 e dos agressores, 168, possui escolaridade de nível fundamental. 67 mulheres são domésticas ou donas de casa, o que pode indicar dependência econômica destes companheiros. O maior índice de registros foi encontrado no mês de dezembro, onde foram registrados 87 boletins de ocorrência e entre os dias 11 a 15 e 26 a 31 de cada mês, sendo denunciados nestes dias 68 e 63 da totalidade das ocorrências. A modalidade de agressão que mais tem destaque é a ameaça, aparecendo em 163 dos casos. Este mapeamento permitiu identificar que as práticas de violência contra a mulher são recorrentes no município e, devem ser cada vez mais, fonte de investigação e discussão, contribuindo para estruturar políticas públicas de atenção e apoio a estas mulheres, tendo-se assim uma maior

humanização no atendimento a estas vítimas, com centros de referência e casas de acolhimento. Acredita-se que as mulheres merecem e necessitam se sentir acolhidas, seguras e competentes para a ruptura da relação violenta e organização de um novo modo de ser mulher no mundo, independente, autônomo e respeitado. O eixo temático escolhido é Gênero, Sexualidades e Intersecções, pois o trabalho realizado abordou a temática do sexo-gênero e como se dão as relações de poder e as posições dos sujeitos homens e mulheres.

Jovens e sexualidades: sites de aconselhamento e troca de experiências utilizado pelos jovens

Yasmin Carla Victório Chacur, Bruna Maciel Miura, Maria Aparecida Morgado

Apesar da sexualidade não ser mais um assunto tão incômodo dentro da sociedade contemporânea, como foi no passado – a escola ainda possui dificuldades em trabalhar à sexualidade, tema este que merece atenção, uma vez que orientação sobre "sexo seguro" não é a única questão deste campo complexo e cheio de dúvidas, principalmente para os jovens. Desta forma, a presente pesquisa pretendeu conhecer qual a influência da internet na vida dos jovens em relação à sexualidade e a utilização desta para a aprendizagem – uma vez que as informações que são obtidas nas escolas e dentro de casa na maioria das vezes são limitadas. O presente estudo teve como foco a análise de sites/blogs destinados ao aconselhamento sobre sexualidade juvenil e em sites/blogs destinados a troca de experiências sobre a sexualidade. Através disso foi possível encontrar recursos na internet, utilizado tanto pelos jovens, como também por adultos ou profissionais, que tem como objetivo transmitir informações abordando temáticas relacionadas à sexualidade, em forma de aconselhamentos e troca de experiências, sendo a primeira forma mais encontrada. Os recursos encontrados consistem em redes sociais, sites, blogs – sendo selecionados e analisados um site e quatro blogs. Acredita-se que um estudo focalizado na pesquisa da existências destes mecanismos virtuais de aprendizado referente à sexualidade, é importante para a compreensão de que a sociedade ainda possui muita dificuldade em abordar e tratar de assuntos como este, além de demostrar que a internet vêm sendo um meio importante de aprendizagem e troca de saberes utilizados pelos jovens.

Na corda-bamba da norma

Yara de Paula Picchetti

Recentes investidas das políticas públicas e do movimento social no combate à homofobia e à promoção dos direitos humanos das diversidades sexuais e de gênero têm alcançado algumas

conquistas nos últimos anos, porém ainda temos a heteronoramtividade enraizada em nossa cultura e nas práticas escolares. Em paralelo aos esforços que vêm sendo dispendidos na atualidade abrangendo a visibilidade e a garantia de direitos das diversidades sexuais, este trabalho tem como objetivo a problematização das normas sexuais e de gênero no ambiente escolar e suas implicações na constituição dos sujeitos. Este trabalho apresenta relações com o eixo-temático Gênero, Sexualidades e Intersecções na medida em que considera-se que tais normas, imersas em relações de poder, atuam no disciplinamento e regulação de corpos e nos processos de objetivação e subjetivação dos sujeitos de gênero e sexualidade. A partir do referencial teórico pós-estruturalista, esta pesquisa se vale de intensa etnografia em uma escola pública de ensino fundamental em Porto Alegre para ali fazer falar a norma instaurada em sutis procedimentos, pequenos detalhes, regras não escritas, modos de ser e de fazer já canonizados. A escola desempenha um papel fundamental no reconhecimento e produção da norma, e como uma das mais legitimadas instituições de saber e promotora de formação para cidadania de nossa época vem sendo convocada a discutir sobre sexualidade e relações de gênero, o que gera possibilidades de tensionamentos da temática no campo da educação. Foi possível perceber que os discursos em torno das diversidades na escola, seja condenando-as ou valorizando-as, são mais flagrantes do que a produção de normas. As normas, que geralmente operam de modo silencioso, quando nomeadas por vezes adquirem caráter de obviedade tal é sua naturalização. O enfoque na compreensão das normas sexuais e de gênero inscritas em práticas e relações escolares evidencia a lógica heteronormativa a qual estão articuladas na contemporaneidade. Metáfora: Brincar na corda-bamba requer equilíbrio, sendo necessário muito treino e controle do próprio corpo, com movimentos precisos e atenção permanente para se manter nela. A corda é tênue e sofre abalos com os movimentos mais bruscos, mas dificilmente se rompe. Vendo como o outro se manteve lá também é possível ensaiar seu próprio caminhar sobre a corda. Mas, com tamanha habilidade necessária, poucos são os que conseguem sucesso ao brincar na corda-bamba. Essa brincadeira tem um critério muito claro: separa os que na corda estão, dos que nela não estão. Conseguir se manter na corda é gostoso, é uma conquista, e quem realiza a proeza sempre é admirado e aplaudido. Diferentemente da brincadeira de corda-bamba em que o objetivo é chegar ao ponto oposto do qual se partiu, na vida o objetivo é manter-se nela a maior quantidade de tempo possível. Ou seja, manter-se na norma, normalizado. E não há um ponto a que se chegar pois nunca se está acabado em termos de performances sexuais e de gênero. Na vida, a norma nem sempre é tão visível quanto a corda da brincadeira, mas as performances necessárias em geral já são bem conhecidas ou rapidamente apreendidas em

ambos os casos. E não se escolhe brincar ou não na corda-bamba da norma, mas é uma brincadeira pela qual todos passam: equilibrando-se, caindo, subindo novamente, mantendo-se e caindo de novo. Da mesma forma que na brincadeira da corda-bamba, para se manter afinado com as normas sexuais e de gênero é necessário muito empenho: disciplinamento dos gestos e posturas corporais, atenção ao que se diz e preparo para reações imediatas a situações que possam colocar a masculinidade (principalmente) ou a feminilidade em risco.

Namoro gay: significados atribuídos ao namoro estável em jovens homossexuais

Geysa Cristina Marcelino Nascimento

O objetivo deste estudo foi compreender os significados atribuídos ao namoro estável em jovens homossexuais do sexo masculino. Durante séculos, a relação íntima entre duas pessoas do mesmo sexo era vista como pecado, perversão, desvio e também como crime. Na contemporaneidade, há pluralização cada vez maior nas formas de expressão das relações, tanto nas afetivas, quanto nas de intimidade sexual. O eixo temático "Gênero, Sexualidade e Intersecções" abarca as vivências amorosas dos homossexuais em um paradigma que destaca a importância das relações de gênero e sua interlocução com as sexualidades e conjugalidades contemporâneas. Nesse sentido, investigar o namoro estável é uma forma de compreender como se constituem os arranjos amorosos em meio a um cenário de mudanças em relação à família e aos relacionamentos interpessoais. Adotam-se como orientação teórica os estudos sobre os relacionamentos amorosos entre homossexuais, com destaque para as questões de gênero e sexualidade. Entre esses teóricos podemos mencionar Anna Paula Uziel, Miriam Grossi e Luiz Mello, expoentes nacionais nesses temas. Acerca do percurso metodológico, trata-se de um estudo descritivo, exploratório e de corte transversal, embasado na abordagem qualitativa de pesquisa. O estudo apresenta um recorte de um projeto mais amplo, que teve como objetivo investigar as motivações de casais homossexuais do sexo masculino por manterem relacionamentos estáveis, além de contribuir para o entendimento do que tais participantes consideram como necessário a um relacionamento afetivo. Nesse recorte, serão analisadas todas as entrevistas, visando a identificar como eles definem os relacionamentos estáveis. Foram entrevistados 17 homens que se declararam homossexuais, que mantinham um relacionamento estável do tipo namoro/casamento havia pelo menos dois anos, tendo idade média de 25,5 anos e tempo médio de namoro de 3,6 anos. Foram utilizados dois instrumentos: Técnica de História de Vida e Entrevista semiestruturada. As entrevistas foram audiogravadas mediante o consentimento do participante e foram transcritas na íntegra e literalmente, bem como feita as

análises vertical e horizontal dos dados, além da análise de conteúdo temático, conforme procedimentos definidos por Turato. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM. Em termos dos resultados, no que tange à conceituação da palavra "namoro", todos os entrevistados a definem como sendo um compromisso onde é essencial a cumplicidade, companheirismo, respeito, amor e dedicação. Eles fazem distinção entre namoro e casamento, sendo o namoro considerado "uma prévia do que vai ser no casamento", e o casamento como uma "relação para sempre", onde as pessoas "dividem tudo", fazem parte da vida uma da outra de forma mais intensa que no namoro. Desse modo, a noção de namoro como algo provisório e que se dá antes do casamento parece não se diferir do que é observado nos estudos sobre os relacionamentos entre heterossexuais. Alguns participantes afirmaram que vivem uma experiência conjugal principalmente pelo fato de residirem juntos e dividirem responsabilidades. Assim, o critério coabitação parece acompanhar a descrição do casamento, não do namoro. Embora a coleta tenha sido realizada após a aprovação da união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil (2011), nenhum dos voluntários mencionou essa condição. Questões relacionadas à fidelidade são fortemente citadas, sendo a confiança um dos fatores primordiais para a estabilidade do relacionamento. Os entrevistados afirmam que há características que estão mais presentes em relacionamentos gays, principalmente entre dois homens, como a questão da fidelidade e da sexualidade. Segundo eles, o namoro gay se diferencia de um arranjo heterossexual, pois "namoro gay sem sexo não existe". Por esse motivo, são frequentes os relatos de traição nessas relações. Para outros entrevistados, a questão da sexualidade aparece de modo não prioritário, havendo o destaque para elementos como companheirismo e a dedicação ao outro. A família de origem se faz presente nas relações. Em sua maioria, as famílias apoiam seus filhos e almejam que os relacionamentos sejam duradouros. Os entrevistados demonstraram preocupação com seus companheiros, visando não somente a satisfação pessoal, mas principalmente a satisfação do parceiro e contam que os namorados agem da mesma forma. A partir desta investigação, obteve-se um melhor entendimento acerca da dinâmica do relacionamento amoroso entre dois homens. Foram observadas diversas situações cotidianas que demonstram afeto por parte dos entrevistados para com seus respectivos companheiros, uma vez que se preocupam não apenas com o próprio bem-estar mas, principalmente, com a satisfação do outro. Pode-se concluir que o namoro é percebido como uma fase de transição para um relacionamento conjugal, embora o desejo de se casar não tenha sido destacado pelos participantes. Assim, o namoro aparece como uma categoria que define o atual relacionamento, abarcando significados como companheirismo,

afetividade, fidelidade e sexualidade. Faz-se necessário o aprofundamento nas questões ligadas ao cotidiano das relações amorosas dos homossexuais, visando ao auxílio na quebra de preconceitos e, com isso, permitir que tais questões ganhem mais espaço na sociedade e nos meios científicos (CNPq). Layout do pôster será de forma tradicional.

O bullying na percepção de meninos e meninas do ensino fundamental e do ensino médio
Michelly do Rocio Dellecave

A manifestação do fenômeno bullying pode ser de diferentes formas: através de agressões físicas, verbais e/ou relacionais. Meninos e meninas se envolvem de forma diferente nesse fenômeno, bem como crianças e adolescentes praticam o bullying de forma diferenciada. A literatura aponta que os meninos envolvem-se mais com bullying do tipo direto, empregando mais agressão física ou verbal, e as meninas denotam maior propensão a assumir atitudes de bullying indireto, utilizando formas como difamação, insulto, calúnia, fofoca e por meio da manipulação das relações de amizade (Bandeira e Hutz, 2010). As pesquisas apontam também que esse fenômeno tende a aumentar um pouco durante a infância, possui um pico no início da adolescência (aproximadamente aos 12 anos e 13 anos) e começa a diminuir durante a adolescência (Del Barrio et al., 2008; Guerra et al., 2011). O objetivo desse estudo é investigar as diferenças nas percepções de alunos sobre o bullying, identificando semelhanças e diferenças entre as percepções de meninos e meninas e de alunos do sexto ano do ensino fundamental e do primeiro ano do ensino médio sobre o bullying. Dessa forma, a relação dessa pesquisa com o eixo temático "Gênero, Sexualidade e Intersecções" é que o presente estudo focaliza nas relações de poder (sexo e idade) que configuram práticas violentas, como o bullying. O referencial teórico adotado nessa pesquisa foi a perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner. Essa teoria permite investigar a influência do ambiente no desenvolvimento humano, sendo este um referencial teórico apropriado para pesquisas que entendam o ser humano inserido em um contexto. A pesquisa foi realizada com 100 alunos de escolas públicas de um município de médio porte situado na região do Vale do Itajaí em Santa Catarina, sendo que cinquenta alunos eram do sexo masculino e cinquenta do sexo feminino. Dos 100 alunos que participaram da pesquisa, metade estava regularmente matriculada no sexto ano do ensino fundamental e a outra metade no primeiro ano do ensino médio. Foi utilizado o instrumento SCAN-Bullying 2005, versão 2012, que consiste em uma narrativa gráfica que aborda a representação dos alunos sobre o bullying. O instrumento é composto de quinze vinhetas com desenhos que contam uma história em quadrinhos sobre situações de bullying no

contexto escolar e um questionário. Cada vinheta representa um tipo de bullying diferente, verbal, físico e relacional, realizado por um grupo de alunos (Almeida, Caurcel & Machado, 2006; Caurcel Cara, 2009). Primeiramente são apresentadas uma série de dez vinhetas, para que em seguida os participantes respondam o questionário com base na história apresentada. As vinhetas são colocadas de forma contínua, expressando sua natureza recorrente, ou seja, mostrando que não se tratam de agressões ocasionais. Ao término do questionário são apresentadas mais cinco vinhetas que representam diferentes finais para a história apresentada e cada participante indica qual ele acredita que seja o final mais provável (Caurcel Cara, 2009).Os dados quantitativos foram analisados através de estatísticas descritivas (frequência) e de associação (qui-quadrado de Pearson), e os dados qualitativos foram analisados através de análise de conteúdo. Os resultados apontaram que existem diferenças de percepção entre os gêneros e entre os diferentes anos escolares, no entanto, existem mais semelhanças do que diferenças. Os resultados apontaram ainda que as diferenças de idade interferem mais do que o gênero na forma de perceber o bullying.

O CTA itinerante nas repúblicas de estudantes em São João del-Rei

Lívia Resende de Miranda, José Maurício Ferronato Filho, Narjara Rhayssa Ferreira Duarte

Este estágio está sendo desenvolvido como atividade vinculada ao Programa de Extensão Universitária Sistema de Saúde e Educação: estreitamento de laços e ações conjuntas (Laços e Ações), que pertence ao Núcleo de Estudo Pesquisa e Intervenção em Saúde – NEPIS-LAPIP. A prática do estágio consiste em uma atividade específica dentro do programa, referindo-se ao trabalho de parceria entre o Laços e Ações e o Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA de São João del-Rei. O CTA visa oferecer medidas de prevenção, diagnósticos de doenças sexualmente transmissíveis, tratamento e acompanhamento. Atualmente, é oferecido de forma sigilosa testagem para HIV, sífilis e hepatites virais (B e C) gratuitamente. O serviço dispõe de uma equipe multidisciplinar, estruturada por: Psicólogo, Assistente Social, Médico Infectologista, Enfermeira, Bioquímica, Auxiliar Administrativo, técnico em patologia e Auxiliar de Serviços Gerais. O estágio conta com a participação de três estagiários estudantes do curso de psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ, sob orientação acadêmica dos professores Walter Melo, Marcelo Dalla Vecchia, mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSJ Danilo Matos e Filippe de Mello Lopes, com a supervisão em campo do psicólogo do serviço Mário Lúcio dos Passos. Para a realização dos exames de HIV, sífilis e hepatite B e C, o usuário é acolhido e submetido aos aconselhamentos

pré e pós-teste. O estágio teve inicio em 2010 onde foram desenvolvidas atividades por dois estagiários que compreendiam: aconselhamentos pré e pós-teste; palestras em escolas, presídio, casas noturnas (com profissionais do sexo), associação de idosos; campanha do dia 1º de dezembro, de combate à AIDS; e atuação no CTA itinerante, que se caracteriza pelo acolhimento, aconselhamentos pré e pós-teste fora do espaço físico do CTA. Em 2011, o trabalho teve continuidade com três estagiários, que além das atividades já desenvolvidas buscaram realizar uma análise institucional do serviço, bem como a implantação da modalidade do CTA itinerante no Campus Dom Bosco da UFSJ, onde foram realizados 74 atendimentos com distribuição de preservativos e folhetos informativos. Os resultados apontaram que a maioria dos atendidos não faziam uso de preservativo, entretanto foi constatado que a totalidade das pessoas atendidas não possuem HIV nem hepatite C. Já em 2012, o trabalho evolui com o estabelecimento de novas metas para dar andamento ao estágio. Foram realizados: reformulação de palestras já existentes adequando-as ao público atendido; informe das ações desenvolvidas estendido a igrejas da cidade de São João del-Rei; análise institucional incluindo participações em reuniões de equipe; grupo de gestantes soropositivas; palestras em escolas, grupos de idosos, na empresa Ferrovia Centro Atlântica e em outras instituições; CTA itinerante em casas noturnas, presídio e unidades de saúde. Houve também a participação em: seminários de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de acidentes ocupacionais, organizados pelo CTA, contando com a presença de profissionais da saúde da região do Campo das Vertentes; campanha do dia 1º de dezembro, dia de Luta contra a AIDS e, também, confraternização com a equipe de trabalho do CTA. Entre estas atividades destaca-se a realização do CTA itinerante no Campus Dom Bosco da UFSJ, onde foram reservadas seis salas do Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) para que os aconselhamentos pré e pós-teste fossem realizados com sigilo e, também, a enfermaria da Universidade para que as enfermeiras do CTA pudessem trabalhar em lugar adequado. Foram realizados 85 atendimentos e foi criada uma sala de espera para recepcionar os participantes com vídeos informativos. Neste evento, foram realizados 85 atendimentos, contemplando 61 pessoas do sexo feminino e 24 do sexo masculino. Destas, 40 pessoas declararam manter relações sexuais com parceiro fixo, 39 possuíam parceiros eventuais e uma relatou não ter vida sexual ativa e cinco pessoas não forneceram esta informação. Das pessoas atendidas, constatou-se que 18 fazem uso de preservativo e 45 não o fazem, com 22 não-informantes. Quanto aos resultados do teste rápido, não foi constatado nenhum caso de HIV, conforme apontado anteriormente. Em 2013, o trabalho se desenvolve dando continuidade as atividades já realizadas pelo CTA. Busca-se

também efetuar um trabalho junto às repúblicas de estudantes em São João del-Rei, com o intuito de mobilizar ainda mais a população acadêmica para o trabalho de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, visando, ainda, o treinamento dos estudantes mais mobilizados para atuarem como multiplicadores de informações. Esforços neste sentido têm sido realizados para a consolidação de parceria com a Repúblicas Universitárias Associadas (RUA), uma entidade que congrega 112 repúblicas de São João del-Rei. Para esta atividade foram elaborados kits feitos pelos estagiários compostos por folhetos informativos, preservativos tanto masculino quanto feminino de acordo com o sexo dos moradores das repúblicas, canetas, chaveiros e uma carta informativa que fala sobre o serviço, doenças sexualmente transmissíveis e principalmente sobre a importância da prevenção. (Apoio: Fapemig).

O processo de empoderamento em um dispositivo grupal

Letícia Dalla Costa, Adriane Roso

Este trabalho visa assinalar elementos que indiquem o processo de fortalecimento de mulheres que participam em grupos de empoderamento da comunidade de Santa Maria-RS. Relaciona-se com o eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções" visto que problematiza as experiências que tais grupos proporcionam às mulheres. Os grupos têm como meta o fortalecimento das mulheres de modo que elas possam desconstruir relações de poder que giram em torno do coletivo mulheres, bem como a conscientização (no sentido Freireano) dos direitos sexuais e reprodutivos. Partimos de pressupostos da Teoria Crítica e do Feminismo Crítico. A teoria crítica passa a reconstruir a pluralidade dos movimentos por emancipação em torno da reivindicação de direitos legítimos. Esses movimentos tem necessidades como: direitos políticos, sociais e culturais, bem como maior participação nos processos de formação da opinião e da vontade. Nesse sentido, precisamos agregar outros elementos para compor esse processo emancipatório, como o questionamento político e cultural, e não apenas centrado na distribuição de poder. O poder pode ser visto como um aspecto inerente a todas as relações. As relações de poder se mantém porque atores – tanto os dominadores como os dominados – "aceitam" as versões da realidade social que negam a existência de desigualdades, que afirmam ser resultantes de desgraça pessoal. Esta aceitação é construída através dos mecanismos de socialização, da força da ideologia, das crenças religiosas, etc . As relações de gênero também são relações de poder, pois as relações existentes entre masculino e feminino são assimétricas e mantém a mulher subjugada ao homem. O empoderamento das mulheres nos faz pensar em uma mudança nesse paradigma, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos

seus corpos, sexualidade, e rechaço ao abuso físico e à violação sem castigo, por exemplo. Um Feminismo Crítico incorpora a categoria gênero em suas análises como um recurso importante, dentre outros, para explicar a subordinação e opressão das mulheres. Nessa posição epistemológica, elaboramos o projeto de extensão intitulado Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres: Conversando Sobre Saúde cujo objetivo é utilizar do dispositivo grupal como alternativa de fortalecimento para as mulheres da comunidade, e analisar seus engendramentos na vida das participantes. Convida-se mulheres a participarem de grupos realizados por uma psicóloga e duas estudantes de psicologia. São encontros semanais que duram 60 minutos, e os temas discutidos emergem a partir do interesse das participantes, balizados pelos eixos norteadores do projeto. Neste trabalho, utilizamos os discursos produzidos em dois grupos para assinalar elementos que indiquem o processo de fortalecimento das mulheres (empoderamento). Observamos que o compartilhar o sentimento em relação aos papeis das mulheres na sociedade, e a cobrança a elas relacionada, é o primeiro passo para as participantes iniciarem seu processo de empoderamento. Convocadas a pensar sobre o seu próprio saber no que tange às representações do que é "ser mulher", verbalizam o sofrimento que essas representações provocam. Assim, o dispositivo que potencializa compartilhar saberes pode ser percebido como um espaço possível de deixar emergir angústias e, quando expostas, avaliadas criticamente com o saber da Outra. A possibilidade de deixar emergir assuntos silenciados nos permite compartilhar experiências frustrantes com estereótipos naturalizados., por exemplo, a questão da amamentação. Amamentar é um momento vivenciado de maneira particular. Para algumas é de muita alegria, mas para outras é enfrentado com sentimentos que não são acolhidos socialmente. Mulheres que passam pelo período da amamentação com sofrimento muitas vezes não são entendidas em uma sociedade que preza este momento como um marco glorioso. Criar espaços onde as vivências negativas possam existir e onde não exista um padrão normatizador é fundamental. Em nossa sociedade de cunho individualista-liberal, o respeito perante as singularidades não é estimulado. É através do exercício da convivência em grupo que se torna possível experienciar o aprendizado para além das diferenças. O dispositivo possibilita o laço entre as participantes. Se dá porque o grupo dispara o sentido de pertença, potencializa o compartilhar saberes e convoca à crítica dialógica. É justamente esse enlaçamento que movimenta o dispositivo grupal, propiciando o processo de empoderamento.

O trabalho da Psicologia na atenção a mulheres em situação de violência sexual

Francisco Jose Machado Viana

O presente trabalho pretende apresentar e colocar em discussão o trabalho do psicólogo numa equipe de atenção a mulheres em situação de violência sexual. Nosso trabalho acontece numa Maternidade Pública vinculada a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais FHEMIG que é referencia para o SUS de cuidados de alto Risco e também é para o atendimento a mulheres em situação de violência sexual a partir dos 12 anos de idade tanto de Belo Horizonte quanto do interior do estado. Esse trabalho procura apresentar como se desenvolveu o trabalho do psicólogo numa equipe multidisciplinar composta de médicos, enfermeiros, assistentes sociais e equipe de patologistas e técnicos do laboratório. O trabalho descrito iniciou seu desenvolvimento a partir de 2003 quando da chegada do psicólogo para trabalhar na equipe. Pretende-se apresentar como o trabalho se desenvolveu considerando três estratégias de implantação, a saber: a organização do serviço e fortalecimento da equipe, a formação e qualificação profissional e o atendimento às mulheres. Parte-se do pressuposto que o reconhecimento da dificuldade de qualquer sujeito humano em trabalhar com outros sujeitos submetidos a crime bárbaro como a violência sexual, em especial as mulheres, que nas unidades de saúde são maioria na composição das equipes tanto como médicas, enfermeiras e técnicas de enfermagem, assistentes sociais, patologistas e inclusive psicólogas. Esse pressuposto é importante ser considerado para que toda e qualquer resistência não seja de antemão considerado preconceito, e possa ser incorporado como elemento no treinamento e capacitação dos trabalhadores da área. A estratégia desenvolvida parte do reconhecimento que para um atendimento integral é necessário uma equipe coesa, preparada, conhecedora dos procedimentos técnicos e dos aspectos legais que envolvem a violência sexual. O acompanhamento e discussão de cada caso é condição para um trabalho efetivo. O segundo aspecto a ser considerado, é a formação profissional. Os profissionais de saúde não são preparados para tratar desse tema, tanto do ponto de vista pessoal quanto técnico. A maioria das escolas de medicina, enfermagem, psicologia etc. não tem em seus currículos conteúdos que tratem das questões da mulher, do ponto de vista de suas relações sociais. É necessário um espaço de formação onde se possa discutir o que é ser mulher numa sociedade voltada para os interesses dos homens, conversar sobre a violência, tão banalizada e escamoteada em nossa sociedade. É preciso conhecer e reconhecer os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres para que se possa entender e atender sem preconceitos, sem provocar mais violência. Há que se lembrar que o que aprendemos ao longo de nossas vidas de preconceitos, não se abandona da noite para o dia, é preciso um trabalho intenso e extenso de reflexividade contínua, de forma que estejamos sempre atentos aos nossos deslizes enquanto trabalhadores da saúde. Em terceiro

lugar temos o aspecto da atenção oferecida a mulher que viveu uma situação de violência. Atenção essa que precisa começar na sua chegada ao serviço de saúde. O cuidado deve estar presente em toda a cadeia de atenção que vai da primeira palavra pronunciada pela mulher na portaria até ao atendimento especializado no acompanhamento ambulatorial a ser realizado pelo médico, pelo psicólogo e pelo assistente social. A abordagem a essa mulher não escolhe um eixo epistemológico, mas apresenta alguns elementos que são fundamentais tanto no acolhimento quanto no seguimento da atenção. Trata-se do reconhecimento que este será um atendimento com prazo mais curto, sendo um mínimo de seis meses, mas que também não pode se estender indefinidamente. Há uma preocupação que a mulher possa nesse tempo compreender o que aconteceu e re-significar esse fato reconstruindo sua possibilidade de continuar sua vida, seu trabalho, estudos e relacionamento. Tal trabalho explicita desafios éticos e políticos para a psicologia diante de temas e problemas do campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Paradoxos da subalternidade: desqualificação e resistência de mulheres prostitutas

André Geraldo Ribeiro Diniz

O estudo sob o qual pretendemos sustentar nossa participação no GT "Psicologia Social, Política e Sexualidades", buscou identificar e analisar posições de agenciamento na experiência de mulheres prostitutas em Belo Horizonte/Minas Gerais/Brasil. Objetivou-se analisar as condições de subalternidade que circunscrevem o cotidiano dessas mulheres, com vistas a identificar experiências de resistência e afirmação de autonomia. Ele foi realizado entre 2011 e 2013 na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH) da Universidade Federal de Minas Gerais/Brasil (UFMG). O campo de pesquisa se situa no centro da capital mineira: os hotéis de prostituição da zona boêmia de Belo Horizonte. As estratégias metodológicas envolveram observações participantes e a realização de entrevistas semiestruturadas com seis prostitutas. O horizonte teórico do estudo buscou convergir algumas contribuições da teoria política de gênero de Gayle Rubin, das teorias feministas da interseccionalidade, da microfísica do Poder de Foucault, da antropologia filosófica de Charles Taylor, da teoria do habitus de Bourdieu e da sociologia política de Jessé Souza. Buscou-se construir uma interlocução com esses autores a partir de pressupostos de uma epistemologia feminista, a partir da "análise da experiência" (Scott, 1992/2001) e com um horizonte de objetividade enquanto "pesquisa situada" (Haraway, 1995). Os resultados da pesquisa apontam para uma experiência marcada por profundas contradições e ambiguidades. Alguns elementos permitem afirmar a existência

de lutas simbólicas em torno dos parâmetros de reconhecimento diferencial das prostitutas. Há inúmeras forças de desqualificação que recaem sobre elas, ao mesmo tempo em que a disparidade de verdades sobre suas condições lhes permite construir estratégias individuais e coletivas de enfrentamento. As desqualificações da puta pobre, assim como as dinâmicas de enfrentamento e resistência, parecem mobilizar hierarquias morais (trabalho útil e produtivo x "boa vida"; autonomia x heteronomia), hierarquias sexuais e de gênero (dicotomia puta/santa), hierarquias estéticas, etc. O que permite se afirmar que uma constante articulação entre marcadores dos diversos sistemas de poder são pano de fundo das dinâmicas de subalternização das prostitutas. A dicotomia puta/santa, a posse de uma economia emocional precarizada, o dispositivo da masculinidade, as hierarquias sexuais, o não reconhecimento jurídico da prostituição no Brasil e as dificuldades de estabelecer uma positividade identitária que contribua para a coletivização e politização de suas experiências, são alguns dos elementos que nos permitem identificar os mecanismos de subalternização dessas mulheres. Contudo, esses dispositivos de poder são constantemente interpelados por elas, a partir da resignificação de suas vivências, da atribuição de novos sentidos à desqualificação, das lutas para o estabelecimento de solidariedade entre si, dos contradiscursos produzidos em seu cotidiano e da constante afirmação de suas autonomias.

Percepções de adolescentes institucionalizadas: relações sexuais e seus desdobramentos

Janaina Santana dos Santos, Gláucia Cristina Bertotto

O trabalho a ser apresentado consiste em uma experiência parcial do Estágio Básico do Núcleo Comum II: Cotidiano, Práticas Sociais e Processos de Subjetivação em Contextos de Atuação do Psicólogo, estágio realizado junto ao curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD. Tal trabalho foi desenvolvido em uma instituição que abriga adolescentes do sexo feminino de 12 a 17 anos, no município de Dourados, MS. Utilizamos a técnica do grupo focal, que consiste em proporcionar momentos de escuta, discussões e reflexões acerca dos temas sugeridos e daqueles surgidos no decorrer das conversas. Nos baseamos na orientação teórica da abordagem humanista de Rogers para nortear nossos estudos acerca do tema. No total foram realizadas dez sessões com duração de cerca de 1he30m. A seguir apresentaremos o relato de uma das sessões que buscou retratar as percepções das internas no que tange ao tema das relações sexuais e seus desdobramentos. Nesta sessão propomos uma atividade para sondar e discutir demandas das internas. Foi escolhida a "dinâmica imã", com o objetivo de discutir um tema que emergisse no grupo. Para a realização da atividade foi dado uma tira de papel para

cada garota e explicado que ali elas deveriam escrever um assunto do seu interesse, sendo que o tema que surgisse mais vezes seria o escolhido para a discussão. Os assuntos que emergiram foram: briga, futuro, curso, namorado e sexo. O tema que liderou, sendo o escolhido para compor a dinâmica, foi sexo. As integrantes deveriam escrever ao redor da palavra chave seus pensamentos em relação ao assunto. As palavras que surgiram foram: camisinha, proteção, doença, ginecologista, amor, saúde, prazer, filhos, "eu to no cio", filhos deficientes, acaba em tragédia e impróprio pra quem não quer. Constatamos que a palavra sexo fez menção a um número maior de aspectos positivos comparados aos negativos, embora os negativos tenham sido bastante significativos, gerando maior discussão. Questionamos como funcionaria o acesso ao ginecologista. As adolescentes afirmaram que vão ao ginecologista principalmente as que já iniciaram a vida sexual, por meio de consultas agendadas pela própria coordenação do abrigo; umas afirmaram que evitam ir às consultas. Enfatizamos a importância de ir ao médico como forma de prevenção, tirar dúvidas e/ou tratamento. Outro ponto que foi discutido foi à questão dos filhos; este assunto apareceu no discurso das garotas em conotação negativa. Filhos para elas estão relacionados a um "acidente de percurso" que é resultado da falta de proteção durante a relação sexual. É notória a consciência que todas possuem em relação ao uso do preservativo como forma de evitar doenças e gravidez. Ainda em relação ao tema filhos surge a questão do aborto. Este assunto, considerado como tabu, foi visto como necessário caso fosse ocasionado por abuso sexual ou má formação; outro motivo para tal ato seria o da falta de recursos materiais e psíquicos para responsabilizar-se por uma criança. Uma terceira opinião expressa foi a de que o aborto seria contra as leis de Deus. Outro assunto que emergiu foi a relação entre sexo versus amor. Para a maioria das garotas, sexo não necessariamente precisa estar acompanhado de amor, seria antes um meio de obter prazer. Em contrapartida, uma adolescente (que não havia tido relações sexuais) afirmou que sexo deve ser feito com amor, depois do casamento. Constatamos através das falas das adolescentes que muitas vezes elas não têm outro espaço para falar sobre estas temáticas, e quando este espaço é cedido é cercado de conservadorismo, que inibe a falas das mesmas. Outro episódio que corrobora a ideia do tema exposto como sendo um tabu foi o fato de três garotas terem se retirado da sessão no decorrer da dinâmica, evidenciando resistências quanto ao assunto discutido. Estas resistências podem advir de diversas razões. Levantamos como hipótese: (1) as adolescentes tenham passado por eventos traumáticos, como abusos ou experiências amorosas mal resolvidas, e por tal motivo preferiram evitar o assunto; (2) podem não ter tido qualquer contato sexual, e por isso pensar que não contribuiriam com a discussão; (3) conflitos religiosos, evitar se sujeitar a pensamentos e

comportamentos contrários as suas crenças religiosas; (4) falta de confiança e segurança nas demais colegas a ponto de se expor. Pelo vivenciado verificamos a importância de propiciar um espaço de discussão onde as opiniões possam circular de forma livre, em que a diversidade de ideias ocorra e seja recebida de forma natural, contribuindo assim para o processo de formação social dos envolvidos.

Percepções de mulheres sobre si e sobre os homens na esfera doméstica

Ana Cristina Garcia Dias, Clarissa Tochetto de Oliveira

Transformações nos papéis de gênero levam a mudanças no cotidiano das famílias, a coexistência de papéis de homem/mulher e de trabalhador/a, de pai/mãe. É possível que essa coexistência de papéis gere conflitos sobre os mesmos. Questiona-se, então, de que forma os indivíduos estão vivendo e como percebem a necessidade de conciliar os diversos papéis presentes em suas vidas, especialmente no que se refere às questões de gênero. O objetivo do presente trabalho é compreender as percepções de mulheres com e sem experiência de maternidade sobre os papéis e atividades atribuídos às mulheres e aos homens na família e na sociedade atualmente. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com sete mulheres de 30 a 35 anos, classe média, trabalhadoras, que vivenciaram ou não a situação de maternidade. O instrumento para coleta das informações foi uma entrevista semiestruturada individual. As entrevistas foram todas realizadas no ambiente de trabalho das respondentes em sala fechada. A constituição da amostra seguiu o procedimento conhecido como bola de neve. As informações obtidas nas entrevistas foram submetidas à análise de conteúdo temática. Observa-se que as sete mulheres entrevistadas viviam realidades diferentes em relação à estrutura familiar, carreira, salário e cotidiano. Suas histórias de vida as diferenciam, já que três possuem filhos e as demais não. Além disso, a carreira profissional de cada uma apresenta suas peculiaridades, mesmo entre aquelas que possuem uma mesma profissão, as características do trabalho não são as mesmas. Os relatos das entrevistadas foram agrupados em duas categorias conforme as semelhanças e particularidades identificadas considerando-se os objetivos do estudo. Na categoria “percepções das mulheres sobre si” verificou-se que as representações que as mulheres entrevistadas sobre si envolvem, principalmente, as atividades que desempenham e a forma como se sentem diante das mesmas. A rotina das mulheres entrevistadas é composta de diversas atividades. Assim, essas percebem a necessidade de conciliar as tarefas do lar com aquelas provenientes do trabalho externo, uma vez que, cada vez mais, assumem diferentes responsabilidades nesses contextos. Verificou-se que uma das principais diferenças na rotina

das mulheres mães e não mães é o tempo dedicado ao filho, que pode ser utilizado para descanso e lazer por aquelas que não vivenciaram a maternidade. Essa diferença pode influenciar as mulheres que ainda não são mães na decisão de ter filhos ou não. A categoria "Percepções sobre homem" apresenta as percepções das entrevistadas sobre o papel masculino no lar. Percebe-se que as entrevistadas consideram que os homens assumem diferentes papéis e atividades, não possuindo papéis tão definidos como os femininos na atualidade. Enquanto algumas mulheres relatam a participação dos maridos nas tarefas domésticas e no cuidado com os filhos, outras descrevem a ausência desse auxílio por parte dos maridos, explicando que as atividades do lar e a responsabilidade pelos filhos são, principalmente, da mulheres. Algumas entrevistadas perceberam os maridos como ajudantes nas tarefas do lar e na educação dos filhos. A participação masculina nas atividades domésticas como cozinhar, organizar a casa, lavar roupa, brincar com os filhos e auxiliá-los nas tarefas escolares, parece trazer satisfação para as participantes, já que essa divisão de tarefas facilita o dia a dia no lar. Contudo, nem sempre as mulheres encaram a ajuda prestada pelo homem no lar como algo natural, e acreditam que não é do perfil do homem ajudar. Constata-se que os papéis masculinos e femininos ainda estão associados ao modelo tradicional de família, no qual a mulher é a principal responsável pelas atividades do lar. O homem aparece como um ajudante da esposa dentro de casa. Porém, observou-se que, apesar das queixas em relação à sobrecarga de trabalho, a mulher toma as responsabilidades de diferentes esferas (filhos, lar, carreira) para si, tendo dificuldade de delegar as mesmas para o companheiro. Isso parece ocorrer devido ao fato de as entrevistadas acreditarem que desempenham melhor as atividades da casa e de cuidados com os filhos que o marido.

Perspectivas de integrantes de movimentos LGBT sobre o acesso ao teste rápido e aconselhamento

Gustavo Affonso Gomes, Rodrigo de Oliveira Machado, Adolfo Pizzinato, Kátia Bones Rocha, João Pedro Cé

O presente estudo é um recorte do projeto "Testes rápidos para HIV, sífilis e hepatites virais: análise do impacto dessa tecnologia de cuidado no acesso a populações em situação de maior vulnerabilidade em um Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA) de Porto Alegre/RS", financiado pelo Ministério da Saúde (Edital para seleção de subprojetos de pesquisa em DST, HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS –Nº 01/2013). O projeto está em andamento no grupo de pesquisa "Psicologia, Saúde e Comunidades", sediado na PUCRS e coordenado pela profª Drª

Katia Bones Rocha. O objetivo deste estudo é analisar o impacto do teste rápido e aconselhamento para DST e HIV/Aids em comunidades LGBT do RS a partir de dados coletados em entrevistas com informantes-chave de movimentos LGBT. Destaca-se que a compreensão do aconselhamento passa pelo caráter informativo, a estimulação do tratamento, o auto-cuidado e o auxílio com a possível ansiedade gerada pelos diagnósticos, isto é, esta ferramenta, acima de tudo, caracteriza-se por propiciar momentos de reflexão sobre a condição de saúde do usuário. Assim, este trabalho vinculado ao eixo temático da saúde visa debater junto ao GT "Psicologia Social, Política e Sexualidades" como o grupo LGBT, com as idiossincrasias que lhe são pertinentes, compreende o atendimento em saúde vinculado aos testes rápidos em HIV, doença a qual ainda demarca fortes traços de estigma social assim como o grupo em questão. Salientamos que o critério de seleção dos participantes da pesquisa, informantes chaves de movimentos LGBT, ocorre pela situação de vulnerabilidade referente ao acesso aos serviços de saúde. Estes grupos são entendidos como sujeitos que, tanto a nível individual quanto em social e/ou institucional, tornam-se mais suscetíveis ao vírus em função da sua dificuldade. Conforme Cerqueira Santos et. al, (2010) essa dificuldade, devido ao estigma e também à homofobia, pode prejudicar o acesso em diferentes aspectos, como orientação, acolhimento, espaço físico, diagnóstico e tratamento. Cabe também problematizar quais são os sujeitos produzidos discursivamente através das políticas públicas de saúde, material que tende a gerar impacto sobre as práticas dos profissionais que se encontram no cotidiano com o usuário, assim, subjetivando usuários e profissionais. Para tanto se faz necessário questionar verdades legitimadas pelos discursos de poder que permeiam projetos governamentais, refletindo assim suas propostas para que se aproximem das necessidades dos sujeitos. A partir desta compreensão do fenômeno a pesquisa adotou o delineamento qualitativo, exploratório e descritivo. A ferramenta de coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas com 5 representantes de movimentos LGBT em Porto Alegre. Os critérios para definir os informantes chave levaram em consideração os representantes de entidades, reconhecidas pelo seu trabalho com a população em questão, assim como pelo contato entre os membros da equipe de pesquisa e funcionárias do CTA com membros de tais grupos. As perguntas da entrevista foram dirigidas a aprofundar a temática de acesso do público LGBT nos serviços de saúde com testagem rápida e aconselhamento. A análise de dados obtidos nas entrevistas realizou-se a partir da Análise de Conteúdo. Os resultados do estudo foram agrupados nas seguintes categorias: Jovens, prevenção e diferenças transgeracionais; Estigmas relacionados ao teste rápido de HIV/Aids; (In)diferenças entre as comunidades LGBT e as

comunidades heteronormativas no acesso ao teste rápido; Políticas públicas do teste rápido para que e para quem?; Repensando estratégias no âmbito de testagem. Alguns fatores encontrados divergem entre informantes-chave, o que mostra pluralidade nas representações do teste rápido e aconselhamento. Porém, alguns fatores são mais enfatizados, como a falta de intervenções preventivas da transmissão de HIV/Aids para jovens gays e jovens travestis, além de limitações nas intervenções já existentes. Outro aspecto destacado pelos entrevistados é a priorização de números epidemiológicos por organizações de saúde, que segundo estes dificultam a humanização do teste e a inclusão das comunidades LGBT. A estratégia de utilizar eventos organizados pelo público LGBT como catalisador de pessoas dessa população para realizarem o teste surge como crítica na fala dos entrevistados, sendo analisada como recurso que pode auxiliar no estigma de "grupo de risco". Além disso, verifica-se a desvalia do aconselhamento no processo de cuidado em saúde e a priorização do diagnóstico. Com base nas entrevistas conclui-se que as comunidades LGBT devem ser entendidas a partir da singularidade de cada sujeito, com equidade e respeito. As necessidades para acesso à saúde são específicas e dependem de vários elementos como gênero e sexualidade, mas é preciso estar atento para que outras especificidades não sejam subestimadas, dando margem para estereótipos e, consequentemente, estigmas que dificultam este acesso.

Plantão Psicológico na Delegacia da Mulher: experiência de acolhimento sócio-clínico no município de Jataí/GO

Tatiana Machiavelli Carmo Souza, Marciana Gonçalves Farinha

Atualmente é sabido do crescente número de situações de violência física, sexual, psicológica, doméstica e no ambiente de trabalho contra mulher e crianças (CREPOP, 2011). Esse fenômeno ressoa no aumento da população que procura a Delegacia da Mulher (DEAM) do Município de Jataí/GO com o objetivo de buscar ajuda jurídica para lidar com a violência. Ressalta-se que a referida cidade encontra-se em segundo lugar, no estado, no número de queixas e denúncias (SINAM, 2013). Nesse sentido, o curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás – Câmpus Jataí, por meio do Projeto de Extensão Universitária denominado "Delegacia da Mulher: acolhimento sócio-clínico a sujeitos em situação de violência", criou um serviço com o intuito de acolher os sujeitos que procuram a DEAM local. Esse serviço é efetivado por meio de plantão psicológico, cujo objetivo permeia o acolhimento e orientação e quando necessário, faz-se a realização de encaminhamentos para outros espaços de atendimento psicológico, social e jurídico. Os atendimentos são realizados por duplas de estudantes-extensionistas, cursando

Psicologia a partir do sétimo período. Há, ainda, supervisão acadêmica realizada nas dependências da universidade sob responsabilidade de duas docentes do curso. Foram realizados 16 atendimentos no segundo semestre de 2012, sendo 94% sujeitos do sexo feminino e 6% do sexo masculino. Com relação à caracterização da idade e da queixa apresentada, 62,5% tratavam-se de adultos em situação de violência física e psicológica e 32,5% foram crianças e adolescentes em situação de violência sexual. Apesar da posição do município de Jataí no ranking de queixas e denúncias de violência contra a mulher, percebeu-se que a efetivação das queixas ainda é muito baixa. Isso pode dar-se pela falta de acesso desses sujeitos à DEAM, bem como a impossibilidades para efetivação dos seus direitos sociais. Observou-se que há dificuldade, especialmente das mulheres que recorrem à delegacia, de reconhecerem-se como sujeitos em contexto de violência. Os relatos obtidos revelaram que a dinâmica da violência faz parte do cotidiano das mulheres e é elemento que perpassa a intergeracionalidade. Notou-se que havia dificuldade por parte das mulheres em sustentar a queixa em virtude de sentirem medo de repressões e retaliações dos parceiros, bem como de suas famílias e da sociedade. Quanto às crianças e adolescentes atendidas pelo serviço, verificou-se que a violência sexual foi praticada, em totalidade, por pais/responsáveis e parentes de segundo grau. Esses dados coadunam com as informações encontradas na literatura científica, revelando a situação de vulnerabilidade que essa população enfrenta em seu cotidiano. É importante destacar que houveram dificuldades vivenciadas no atendimento de crianças, notadamente, no que tangencia a transmissão de informações para a compreensão do contexto de violência. Percebeu-se que essa dificuldade estava relacionada à pouca idade das crianças, expondo a escassez de instrumentos e recursos metodológicos por parte da Psicologia para trabalhar com esse público. Outro elemento dificultador encontrado foi a proximidade afetiva que havia entre a criança/adolescente e o agressor, fator que impedia a denúncia de forma mais clara e coesiva. De modo geral, o serviço de plantão psicológico na DEAM tem-se efetivado como espaço privilegiado de ressignificação e instrumentalização da mulher para lidar com a violência e contexto que resguarda os direitos da criança/adolescente. O trabalho desenvolvido pela psicologia tem buscado assegurar, especialmente, os direitos sociais da mulher e da criança, que mesmo no século XXI, são populações que estão em situação de vulnerabilidade social.

Políticas Públicas e travestilidades

Mariana Amaral de Queiroz

O Núcleo Margens, do Departamento de Psicologia da UFSC, nos últimos anos vem se dedicando ao trabalho com a população travesti e transexual. Nesse momento desenvolve o projeto "Direitos e violências na experiência de travestis e transexuais em Santa Catarina: construção de perfil psicossocial e mapeamento de vulnerabilidades". Para o mapeamento de vulnerabilidades, levando em consideração o seu eixo programático, como propõe Ayres (2003), procede – se um mapeamento e discussão de políticas públicas para esta população. A proposta é fundamentar uma problematização a cerca da presença/ carência destas políticas. Para tal, faz –se uma análise de documentos dos quatro setores de políticas públicas a nível federal: Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança.

Psicologia e Cidadania

Janaina Mazzer Salinet, Amanda da Costa Mattos, Patrícia Marcelino de Sá, Sirlene Xavier da Silva Armelim

"Psicologia e Cidadania" é um projeto do curso de Psicologia da Universidade do Norte do Paraná que, de Agosto de 2011 a Junho de 2012, em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e de Políticas de Saúde para as Mulheres do Município de Londrina, que desenvolveu ações de pesquisa e extensão em três bairros de periferia da Região Leste de Londrina. O objetivo do projeto consistiu em mapear as condições psicossociais e econômicas da população que reside neste território, intervir com grupos de moradoras da região e propiciar aos alunos dos primeiro e segundo anos do curso, o contato com a perspectiva teórica e prática da Psicologia Social Comunitária (Lane, 1996). Durante o desenvolvimento do projeto, o conceito de vulnerabilidade (Ayres,1999) foi uma ferramenta conceitual importante para subsidiar as análises e intervenções, pois possibilitou a problematização de contextos individuais, sociais e programáticos que implicam em diferentes riscos as pessoas no cotidiano. Partimos do pressuposto teórico que a subjetividade é um fenômeno que se produz em meio a uma série de elementos (discursos, tecnologias, práticas e contextos) históricos e políticos. Numa primeira etapa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 25 mulheres que residem na Região Leste do município, com o objetivo de conhecer a realidade local e as implicações na vida dos moradores. As entrevistas foram realizadas a partir de um mesmo roteiro, cujas questões iniciais referiam-se a idade, raça, condição socioeconômica, as quais eram seguidas de uma série de perguntas sobre o cotidiano delas. Apesar de seguir o mesmo itinerário, as peculiaridades da trajetória de cada mulher entrevistada acabaram, por vezes, influenciando o percurso das perguntas. A escolha pela entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, se

articulou à intenção dos alunos de interagir com a população acessada e de criar um espaço de interlocução e construção de novos significados (Josso, 1999). Nesse sentido, entendemos que o fato dessas mulheres relatarem trechos de suas vidas, possibilitou a elas (bem como aos alunos-pesquisadores) a problematização de experiências que se costuram no dia a dia das classes populares. Na análise das entrevistas, procuramos verificar caminhos possíveis para interpretar a complexidade de questões que envolvem a trajetória das mulheres acessadas, bem como estabelecer prioridades de intervenção dali em diante. A análise indicou uma série de dificuldades vivenciadas por elas (e/ou seus familiares e/ou cônjuges), tais como violência doméstica, envolvimento (de algum membro da família) na criminalidade, dificuldades financeiras, desemprego, gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis. Frente a essas demandas, a equipe decidiu atuar especificamente com questões relacionadas a gênero, sexualidade e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis, por meio de intervenções em grupo com cerca de 40 moradoras da região. Para tanto, foram estabelecidas parcerias com as Secretarias Municipais de Políticas para as Mulheres e Secretaria Municipal de Saúde, no intuito de articular intervenções em rede. A escolha pelas estratégias de intervenção em grupos (dinâmicas de grupo) teve o intuito de facilitar o debate sobre as crenças, práticas e contextos vivenciados por essas mulheres. Através de encontros quinzenais foram problematizadas com elas noções relacionadas às questões de gênero, sexualidade, vulnerabilidades e prevenção, sendo estas concebidas e interpretadas a partir do quadro de referências culturais de cada grupo. Durante as atividades, notamos uma série de Representações Sociais (Strey, 2007) e Ideologias (Guareschi, 2007), que são singularizadas pelas mulheres em discursos e práticas, principalmente no que se refere a noções estereotipadas de masculino e feminino. Tais atribuições atravessam o cotidiano dessas mulheres e produzem vulnerabilidades a doenças sexualmente transmissíveis, gravidezes não planejadas e/ou violências domésticas. Por serem mulheres moradoras de regiões periféricas, consideramos importante refletir sobre significados que circulam nas classes populares (Fonseca, 2000). Apesar da complexidade e heterogeneidade da realidade brasileira, os segmentos populares encontram-se intensamente atravessados por sistemas culturais hegemônico, pautados, por exemplo, em normativas da maternidade e do casamento. Nesse sentido, Ferreira (2006) analisa as dificuldades de segmentos das classes populares na incorporação de uma série de valores que transitam nas últimas décadas, como, por exemplo, os direitos igualitários entre homens e mulheres e a negociação de métodos contraceptivos em relações sexuais. Os relatos das mulheres apontaram, muitas vezes, para a legitimação de perspectivas tradicionais de vida. Valores como a família e

o reconhecimento próprio através da maternidade e de relações de conjugalidade se revelaram como elementos privilegiados e idealizados nos discursos delas, o que evidencia a interpenetração de lógicas culturais e ideários políticos das sociedades modernas (Donzelot, 1986). Para a maioria das mulheres, a família (grupo doméstico) desempenha um papel central e se organiza (simbolicamente) por meio de uma divisão engendrada de trabalho, sendo o masculino relacionado ao mundo público (emprego) e o feminino restrito ao espaço privado e à maternidade. Entretanto, percebemos que, paradoxalmente, grande parte dos relatos indicava que eram essas mulheres (ou suas mães) que, na prática, sustentavam financeiramente a casa. Em relação à organização familiar, observamos alguns articuladores geracionais e de gênero rígidos, onde ser o filho mais velho, por exemplo, se configura geralmente como símbolo de poder. Outro exemplo é o lugar subalterno que as crianças ocupam na família, pois, ao contrário da racionalidade das classes médias, são os adultos (e principalmente os homens) que ocupam lugar de centralidade (Heilborn; Gouveia, 1999). Nas concepções sobre as relações afetivo-conjugais, os relatos evidenciaram referências do universo cultural do mundo ocidental, que se apresentam de forma mais rígida nas classes populares brasileiras. Aspectos atribuídos aos homens (Almeida, 1995), como a possibilidade de traição, desejo sexual exacerbado, dificuldade no uso da camisinha e a violência são compreendidos como masculinidades "naturais" e quase inquestionáveis. Em contrapartida, houve alguns poucos exemplos de escolhas delas pelo próprio prazer sexual e enfrentamento verbal de agressões, como a mulher que relatou que cantava enquanto o marido brigava com ela, "só para irritá-lo". Outra questão que se destacou foi o fato delas situarem a maternidade como uma regra (norma) em suas vidas (Badinter, 1985). O desejo de ter um filho não pode ser dissociado da sua função social, pois, em nossa cultura, a maternidade está diretamente relacionada à noção de família e garante o lugar de muitas mulheres na esfera social como respeitáveis. Notamos, portanto, que os relatos das mulheres afirmam o sentido de suas vidas agenciado ao cuidado com os filhos e a manutenção do casamento, como se estes fossem "destinos naturais". Tais perspectivas tem se configurado como indicadores que produzem diversas vulnerabilidades a mulheres (e, inclusive, a homens). Nesse sentido, torna-se importante refletirmos cuidadosamente sobre atribuições de gênero que cristalizam possibilidades de ação e escolha entre as pessoas e que contribuem para a legitimação de contextos hierárquicos e violentos.

Relato de uma Pesquisa de Iniciação Científica - desenvolvimento da sexualidade e gênero na adolescência

Fábio Augusto Lise

A adolescência é marcada por ser um período de mudanças físicas, psíquicas e comportamentais. Esta fase é vista como um período de transição entre a infância e a idade adulta onde ocorre o desenvolvimento da sexualidade, se iniciam relacionamentos afetivos e os adolescentes acabam vivenciando suas primeiras experiências sexuais (SILVIA e TONETE, 2006). Desta forma, o presente estudo buscou através do método questionário, conhecer como estas questões relacionadas à sexualidade estão sendo vivenciadas pelos adolescentes. A aplicação do instrumento deu-se com alunos da 9ª série de uma Escola Municipal da cidade de Chapecó, Santa Catarina. No estudo, participaram treze adolescentes, sendo nove do sexo feminino e quatro, do sexo masculino, com idades entre de 12 e 14 anos. O instrumento utilizado para a obtenção de dados foi um questionário pré-formulado e fechado, com vinte e uma questões. Através deste, pretendeu-se conhecer aspectos relacionados a relacionamentos afetivos, práticas e experiências sexuais, uso de métodos contraceptivos, gravidez e paternidade. Para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário à aprovação da mesma pelo Comitê de Ética da Universidade, sendo que para a coleta de dados usou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a fim de garantir e preservar a participação dos adolescentes. A análise dos dados obtidos ocorreu de forma quantitativa e qualitativamente. Inicialmente os dados foram dispostos em gráficos de forma quantitativa e posteriormente, fez-se a discussão qualitativa dos mesmos (GOMES e ARAÚJO, 2005). A execução deste trabalho contribuiu para dimensionar o nível de conhecimento dos adolescentes em questões que envolvem a sexualidade, relacionamentos afetivos, gravidez e paternidade para posteriormente, realizar estudos e levantamento de dados em relação ao grau de conhecimento dos adolescentes sobre estes assuntos citados. A partir da interpretação dos resultados obtidos percebeu-se que alguns assuntos como métodos contraceptivos e auxílio nas dúvidas relacionadas à sexualidade pareceram ser pouco entendidos pelos adolescentes participantes, o que demonstra a importância da continuidade de pesquisa sobre este assunto.

Sexualidade e adolescência: reflexões acerca de um relato de experiência

Carolina Marques Barbosa, Rafael Venturini da Silva, Carlos José de Moura Ciribelli, Anna Carolina Terassi

O presente trabalho busca discutir sobre a sexualidade na adolescência, tema que surge de uma prática do curso de graduação de Psicologia. Nesta, foram realizadas com adolescentes, com o objetivo de investigar a noção de adolescência para os mesmos, promovendo diálogos mais especificamente sobre sexualidade e identificado as questões mais relevantes. Foram realizadas duas entrevistas: uma com dois rapazes de dezenove anos que faziam um curso no exército e outra com três meninas de doze e uma de onze anos. As entrevistas tinham um caráter semi-estruturado e empregavam uma metodologia qualitativa, por entender que é necessário considerar os diversos âmbitos dos sujeitos e suas produções de significados ao entrar em contato com o fenômeno de estudo; além disso, tentou-se fazer com que as entrevistas dessem liberdade para que temáticas como sexo, sexualidade, drogas e família fossem abordadas com tranquilidade, e garantindo o sigilo dos participantes. A partir desse olhar ampliado para os sujeitos pode-se perceber o quanto a adolescência é um período mistificado e e conflituoso, o que foi possível perceber na fala dos jovens, por exemplo, quando os mesmos dividiam essa fase em duas etapas com características distintas, ou se sentiam incomodados ao serem entitulados de adultos, por serem jovens demais, e também de adolescentes, por não serem imaturos e terem bastantes responsabilidades (características que atribuíam a estes períodos); o que se contrapõe à segunda entrevista, na qual as meninas se consideravam adolescentes por se imaginarem maduras o suficiente para tanto, mostrando uma das diversas dúvidas que se perpassam aos jovens sobre o que é esta etapa. Também ficou explicitado o quanto a questão da sexualidade é marcante para os jovens, visto que se manifesta em vários contextos e gera diversos conflitos e vivências importantes. Em relação à prostituição, por exemplo, na primeira entrevista um deles disse que tem “fobia disso”, que jamais transaria com uma prostituta, mas que já tinha ido a um prostíbulo com um grupo de amigos. Ao se abordar a temática da homossexualidade, o que surge é uma visão, por um lado biológica, genética, tratanto a homossexualidade masculina como doença irreversível, e por outro, no caso das mulheres lésbicas, como construção mas que não se configura como orientação, já que consideram apenas como fase, diversão; com exceção de mulheres com características atribuídas ao gênero masculino. Em relação segunda entrevista, falou-se sobre relacionamentos, sobre o que seria um “rolo” e um “ficante”, sobre compromissos e sobre sexo. Todas disseram que nunca tiveram relações sexuais e uma delas disse que, mesmo se já tivesse tido, não diria, dando um indício do quanto a virgindade ainda é mistificada no contexto atual, constituindo uma característica valiosa para a mulher, e indesejável para o homem. Ao abordar a homossexualidade, colocaram que consideram uma relação entre homens normal, mas entre mulheres mais estranha, trazendo

ideias tais como “conheço uma menina que é lésbica, mas é legal”, ou ainda “eu conheço também, mas só conheço ela não é minha amiga”. Ainda assim afirmaram que não tem preconceito contra homossexuais, que apenas exigiriam respeito caso uma de suas amigas fosse lésbica. Ao analisar o conteúdo das entrevistas partindo de um olhar histórico-cultural, pode-se perceber a importância de se estudar a adolescência como construção histórica, marcada por um tempo e contexto específicos. Pode-se perceber que as noções do que é adolescência para estes jovens estão estritamente ligadas a responsabilidade, a maturidade, a possibilidade de relacionamentos diferentes, a busca por liberdade e ruptura com os pais. Além disso, percebe-se que é preciso dar enfoque as questões de gênero, para que sejam melhor compreendidas e alguns preconceitos sejam desmistificadas, buscando um olhar mais amplo para o outro, e para as questões que perpassam a própria vida, mostrando a necessidade de se ampliarem as práticas relacionadas à sexualidade na adolescência.

Sistemas de crenças e violência de gênero: um estudo entre jovens universitários

Rebeca Orselli Monteiro, Julia Regina Berro, Emanuelly Mota Ferracciu, Marcelo Barreto da Fonseca, Veronica Oliveira dos Santos, Camila Maria Chiquetto, Isabela Ramos, Gabriela de Oliveira Pinto, Mariana Bueno Pinheiro, Tania Aldrighi Flake

O presente estudo é resultante da atividade de pesquisa desenvolvida por grupo de alunos do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Teve por objetivo conhecer o sistema de crenças de jovens universitários que sustentam a justificativa para a permanência em relacionamentos afetivos em que a violência esteja presente, especialmente quando consideradas as perspectivas de homens e mulheres. Justifica-se a proposta com base nas altas taxas apontadas na literatura internacional, da escassez de estudos no Brasil para esta parcela da população, além do fato desta etapa do desenvolvimento humano ser crucial para a constituição e consolidação de padrão relacional que será levado para a formação de futuras famílias. Para tanto, utilizou-se dos fundamentos da teoria de gênero, bem como da compreensão das relações de intimidade de uma perspectiva relacional. Portanto, de acordo com a natureza da proposta vincula-se ao eixo temático gênero, sexualidade e interseções. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza quantitativa, cuja amostra foi composta por jovens universitários maiores de 18 anos de idade. O instrumento utilizado resultou da adaptação do International Dating Violence Study questionnaire, composto por um conjunto de afirmativas referentes às concepções sobre relacionamento do tipo afetivo-sexual, das estratégias utilizadas na resolução de conflitos e dos comportamentos presentes no processo de constituição e consolidação das relações de intimidade. Para o conjunto de afirmações

solicitava-se a manifestação do nível de concordância do sujeito. Para análise estatística dos dados utilizou-se do software SPSS 20.0, com o cálculo de frequência e proporções simples com vistas a identificar a prevalência das variáveis estudadas. A amostra foi composta por um total de 70 participantes, sendo 26 homens e 44 mulheres, com idade entre de 18 a 25 anos, solteiros, sem filhos e nem coabitação. Os resultados apontam o ciúme (61,4%) como traço mais predominante no sistema de crenças dos participantes do grupo feminino como forma de demonstrar o amor e cuidado com o parceiro, sendo este um dos fatores apontados como justificativa da violência entre parceiros íntimos. O uso abusivo de álcool é o segundo fator apontado como presente nos conflitos de relacionamento, com 42,3% para os homens e 47,7% para as mulheres. Tal resultado evidencia uma preocupação, pois de acordo com a literatura, o álcool está relacionado com o aumento da incidência de violência entre parceiros, uma vez que o efeito do álcool pode causar uma diminuição do controle de impulsos agressivos. A idealização romântica dos relacionamentos foi outro fator que se apresentou de forma expressiva, refletindo a manifestação do ideário predominante de relacionamentos recentes, as quais compõem a maior parte da amostra. A busca pela satisfação pessoal no outro se faz presente no contexto idealizado na escolha do parceiro, fator esse também apresentado na literatura como componente que pode conduzir à frustração e elevar as zonas de tensão no relacionamento. Pode-se inferir a possibilidade de o sujeito se envolver em vários relacionamentos à procura deste ideal, podendo conduzir à frustrações, o que por sua vez potencializa intolerância e o aumento de incidência de atos violentos entre os parceiros. Com base nos resultados colhidos, pode-se inferir que há certa relativização do que é considerado como ato violento, de forma a refletir a socialização da violência como expressão de afeto. A idealização romântica dos relacionamentos apresenta-se como outro fator que aponta um grau mínimo de reflexão sobre a relação afetiva, sobre a identificação de conflitos, e consequentemente, de formas alternativas de resolução de conflitos no lugar de atos de violência. Avalia-se que tais achados apontam diretrizes que podem subsidiar a construção de ações de prevenção e intervenção em programas direcionados, principalmente, aos jovens tanto na perspectiva de educação sexual, da saúde e da assistência social, quer nos ambientes comunitários quer nos espaços escolares.

Trilhando caminhos: a diversidade sexual na luta pela saúde

Drean Falcão da Costa, Izaque Machado Ribeiro

Este resumo é resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia, que está sendo construído através do método Cartográfico, analisando as Políticas Públicas de Saúde para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) presentes na trajetória do SUS, no intuito discutir os diferentes conceitos de saúde, desde as primeiras iniciativas construídas em função da epidemia da AIDS na década de 80 a Política Nacional de Saúde Integral lançada em 2010 pelo Ministério da Saúde, observando os modelos presentes nas construções, começando com o primeiro e mais antigo estruturado, fundamentado no combate e prevenção às DST/HIV/AIDS e segundo, mais recente e ainda muito incipiente, construído num referencial de assistência integral à saúde. Entendo que conceito de saúde é algo dinâmico e complexo relacionado com as várias dimensões que fazem parte do ser humano: físicas, emocionais, mentais, sociais e espirituais. Para trilhar esta versão desta história, deve-se mencionar a vital participação dos Movimentos Sociais na construção deste caminho, visto que a mobilização da sociedade civil pela reivindicação de direitos igualitários para LGBT vem ascendendo fortemente no Brasil. Essa ampla mobilização social é consequência da crescente organização do movimento LGBT no Brasil, bem como da abertura de espaços governamentais para a discussão de estratégias de enfrentamento dos processos discriminatórios contra grupos sociais que seriam alvo de estigmas e preconceitos excludentes. A implementação do modelo de saúde integral, enfrenta e enfrentará diversos desafios e sua superação depende de uma série de fatores, que só poderão ser atingidos através de diálogos entre todas as esferas de governo, gestão, trabalhadores, controle social, usuários e movimentos sociais. O objetivo da pesquisa é sinalizar e construir o desenho de como está à relação e as ações da Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no município de Santiago, problematizando como se configuram as relações e acesso desta população aos serviços do SUS. Para tal pesquisa estão sendo utilizados os debates vinculados a Teoria Queer, aos estudos de Gênero Sexualidade (s) e as discussões dos paradigmas da Saúde Pública e Saúde Coletiva e para criar este desenho serão utilizadas ferramentas como as observações participantes, conversas informais, talvez entrevistas ou trabalhos em grupos enfim encontros e (des) encontros, procurando sempre acompanhar os movimentos nos relatos das experiências. . O caminho a percorrer não depende de um plano pré-estabelecido a ser implementado, não prevê passos a serem dados, pois cartografar vai se fazendo no processo, nos movimentos realizados no campo e pelo campo. Nesse sentido, o método cartográfico desencadeia um processo de desterritorialização no campo da ciência, para inaugurar uma nova forma de produzir o conhecimento, um modo que envolve a criação, a arte, a implicação do autor, artista,

pesquisador, cartógrafo. Utilizando de um dos princípios fundamentais expressos no Código de Ética dos profissionais da Psicologia (2005), onde se expressa o compromisso destes profissionais na criação de condições que visem eliminar a opressão e marginalização do ser humano, ratifica-se aqui o importante papel dos trabalhadores da saúde em pensar estratégias para que as ofertas dos serviços estejam atentas às possibilidades plurais de constituições humanas. Diante disso justifica-se a importância de pensar o diálogo entre os Movimentos de Luta pela Saúde e os Movimentos de Luta pelos direitos da população LGBT, para que se possa problematizar e incluir as discussões de identidade de gênero e orientação sexual nas variadas políticas e ações estratégicas em saúde, desenvolvendo a consolidação de uma cultura democrática pelo direito à saúde, logo convida-se aos usuários, gestores e trabalhadores de saúde movimentarem-se diante da emblemáticas questões: Os serviços de Saúde Pública, estão preparados para atender integralmente a População LGBT? Quais estratégias possíveis para implementação da Política Nacional de Atenção Integral à População LGBT?

Um olhar da Psicologia sobre a divisão dos papéis de gênero na escola

Barbara Maria Turci, Carolina Marques Barbosa, Juliana Felício da Fonseca, Adriana Rosa Borborema, Juliana Eugênia Vilela Ribeiro

O presente trabalho busca abordar o sexismo enquanto prática constante nos contextos em que estamos inseridos, sendo que, para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre como os papeis de gênero e como eles são construídos e vistos dentro da escola, com o objetivo de orientar um grupo de discussão em sala de aula, durante uma disciplina obrigatória da grade curricular do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. O conceito de gênero foi escolhido por possibilitar uma oposição a determinismos biológicos e a reflexão sobre pré-conceitos que envolvem o “ser homem” e “ser mulher”, e o ambiente escolar, por sua vez, pelo fato de os papeis de gênero serem apontados e reforçados desde a educação infantil. Obteve-se a problematização de questões de gênero dentro da educação, tanto de modo mais abrangente quanto especificamente nos níveis de ensino, centrando a discussão nos possíveis espaços que o psicólogo escolar poderia atuar. As reflexões resultantes enfatizaram a importância de uma formação crítica e comprometida em abordar gênero e sexualidade com os alunos, postura que não é exclusiva do educador. O psicólogo pode participar do desenvolvimento e aplicação de políticas públicas e projetos que atendam a tal demanda; da formação – continuada – de professores e pedagogos; do próprio cotidiano educacional, ao se deparar com dificuldades que aparecem encobertas detalhada e minimamente nas relações entre os atores escolares. De modo

a respeitar as diversas concepções e influências sociais que permeiam o funcionamento e prática da escola, é fundamental estabelecer vínculo e parcerias com todos os sujeitos que dela fazem parte, visando os recursos disponíveis para mediar transformações e melhorias que abranjam todas as instâncias que permeiam a educação: os funcionários, os professores, a equipe administrativa, os alunos e, inclusive, as famílias destes. Ficou evidente a opinião dos alunos que participaram do grupo de discussão, de que a própria formação profissional em psicologia é escassa e superficial em relação ao assunto, carecendo de disponibilidade de estudos aprofundados e reflexões sobre as possibilidades de acesso ao contexto educacional quando se fala sobre a questão dos papeis de gênero, o que poderia propiciar uma melhor preparação para atuar no mesmo. Este trabalho também fomentou discussões importantes em sala de aula, sobre como e o quanto as práticas educacionais que são conhecidas como sendo não sexistas são atuantes no Brasil e sobre maneiras de o psicólogo atuar em situações de pré-conceito com relação a gênero, desde práticas que poderiam ser realizadas no ensino infantil, até atuações no contexto da universidade. Assim, pôde-se concluir que no Brasil as práticas atuais que tentam fazer com que o sexismo seja desconstruído, quando ocorrem, são através de projetos isolados, não dentro do projeto pedagógico da escola, o que pode ser o começo, mas ainda é um pouco distante do que se espera em termos de uma educação não sexista. Nesse sentido, cabe também ao psicólogo promover discussões e fazer intervenções que sejam modificadoras junto aos pais, professores e alunos, para que, através de uma posição crítica, haja transformações com relação à questão do feminino e do masculino no cotidiano escolar.

Um trabalho com adolescentes do programa PROJOVEM em uma perspectiva social

Ana Paula Dias de Souza da Silva, Caroline Elvira Maciel, Fernanda Gabriela Anajosa

Nosso grupo de estágio do quarto ano de psicologia é na instituição Lar Escola de Maringá, onde trabalhamos com aproximadamente 24 adolescentes de 15 anos. A ideia do grupo de estagiárias com o programa do Projovem é seguir um caminho sem um roteiro e trabalhar com temas e discussões de acordo com a demanda dos adolescentes, conhecendo melhor o grupo, fazendo uma análise dos discursos para talvez chegar no encargo (real motivo dos temas trazidos em sala) e buscar mobilizar mudanças, removendo pensamentos engessados que o grupo tem sobre determinados assuntos, ou seja, de certa forma busca-se a transversalidade dentro do grupo, levando-os a uma reflexão crítica deixando de lado pensamentos instituídos. Entre os temas que levamos para discussão foi trabalhado com o grupo de adolescentes o fato de o individualismo desencadear conflitos e resultar em desigualdade social, talvez esse seja

um dos pontos que mais nos adeque na escolha desse grupo de trabalho, já que geralmente focamos nas questões do papel político do indivíduo na sociedade e sua parcela de responsabilidade na busca do desenvolvimento, levamos em voga também a importância de ter um pensamento crítico e dialético em relação aos discursos ideológicos veiculados por mídias que muitas vezes levam o sujeito a uma busca de um objeto de desejo inalcançável ou a exclusão social. Em discussão focamos no fato de que as ideias de liberdade "endeusaram" o indivíduo, que ao buscar sua independência tornou-se egoísta. Em um dos encontros apresentamos aos adolescentes o Vídeo "A Ilha das Flores" que retrata a desigualdade social e o fato de seres humanos terem menos preferência que os porcos, isso acontece "por não terem dinheiro ou um dono", essa frase citada no filme deixa claro como tudo tem girado em torno do comércio e o como o ser humano perdeu o valor. Ao incitar os adolescentes à discussão sobre os fatos apresentados no vídeo chegamos ao ponto onde alguns adolescentes apontaram questões como o "egoísmo" e que "temos que nos proteger e correr atrás do nosso, caso contrário ninguém mais faz". Isso só reforçou o ponto tratado por Pedrinho Guareschi que o Liberalismo individualista leva à competição e resulta na exclusão de alguns sujeitos. Temos trabalhado também o tema sexualidade, que surgiu em uma dinâmica para recolher demanda. Discutimos o fato de a sociedade banalizar o corpo e as relações e depois punir as pessoas que se comportam de acordo com essa regra, principalmente as mulheres que são taxadas como promíscuas ao se portar da maneira que esta sendo passada pra ela como o comportamento comum, veiculado por músicas e marketing. Esse tema também levou a uma questão principal: métodos anticoncepcionais que deram à mulher essa independência e o controle sobre o próprio corpo, podendo, se quiser, negar a concepção. De qualquer forma passamos aos adolescentes o máximo de informação possível em relação a anticoncepção e métodos para proteção de DSTs já que segundo Eliane Reis Brandão (2004) "tal qual a iniciação sexual, o aprendizado e o domínio da contracepção na adolescência possuem um caráter processual no qual o conhecimento dos métodos não exclui a possibilidade de ocorrência da gravidez". Sendo importante deixar claro que um de nossos objetivos no grupo (inclusive é também o objetivo da própria instituição) é o fortalecimento de vínculos, assim, tentamos passar aos adolescentes a ideia de se posicionar e não esquecer que são todos seres humanos lidando com seres humanos. Tentamos partir também da ideia de que é importante se diferenciar e se destacar, que não devem entender-se como uma única parte de um todo, afinal são diferentes, cada um com sua subjetividade, mas que devem respeitar a opinião do outro e, sempre que possível, se colocar para ajudar para que todos alcancem o desenvolvimento. Nossa prática é embasada na

psicologia social, que é o estudo científico de manifestações comportamentais geradas pela interação entre as pessoas, ou a própria expectativa dessa interação e os resultados suscitados por esse processo social. Pelo fato de sabermos que os sujeitos não são previsíveis, ou que não é passível de se generalizar o comportamento humano, nem sempre a aplicação no grupo sai exatamente como o planejado, sendo assim a teoria serve para nortear e não determinar a prática, que ainda é vista como inacabada já que a mudança trata-se de um processo, o qual ainda estamos dando andamento.

Uma análise Queer da homonormatividade e da diversidade nas escolas

Rodrigo Oliva Peroni

Esse trabalho é parte de um projeto de pesquisa de observação etnográfica, iniciado em 2011 e ainda em curso, que vem acompanhando escolas que tenham alguma ação ou projeto de introdução da temática da diversidade sexual e/ou de combate à homofobia. A partir da observação participante em três escolas públicas estaduais de Porto Alegre e da construção de diários de campo, foi escolhida a última escola para focalizar a análise cujo fruto é o presente estudo. Ela se situa em região central e conta com mais de 3600 estudantes, tendo aulas nos três turnos e uma história de lutas políticas importante. Foi encontrado um ambiente mais aberto a expressões de sexualidade e de gênero não heteronormativas nessa escola, a qual conta com um grêmio estudantil presente e engajado na causa LGBT, sendo responsável por discussões acerca da temática. A presença de performances de gênero não hegemônicas e a possibilidade de identidades mais fluidas, além da visibilidade de pessoas que fogem aos padrões heterossexuais, configuram um ambiente de respeito e aceitação da diferença. Entretanto, existe um preconceito tolerado, ainda naturalizado, provavelmente pelo fato do respeito à diversidade não ser abordado institucionalmente. O método etnográfico proporcionou ao pesquisador vivenciar uma relação mais direta e recíproca com os "sujeitos de pesquisa" assim como certa angústia de campo. No momento em que se apresentava, foi apontado ao pesquisador alguns casos que deveriam ser estudados e que mereciam tratamento/terapia. Logo, foi encontrado que a Psicologia que prevalece no imaginário das/os estudantes é um estereótipo senso-comum de uma Psicologia normalizadora que individualiza os problemas, se confundindo com a clínica num sentido estrito. Partindo de uma análise sustentada nos estudos Queer, entre os objetivos do estudo está: avaliar a maneira como a homonormatividade captura as experiências de pessoas consideradas como a "diversidade" na escola, questionando quais indivíduos têm legitimidade de assim serem reconhecidos. A observação indica que o espaço institucional escolar é marcado

pelo "politicamente correto"; assim, pergunta-se: qual lugar existe para performances perturbadoras que desafiem a hegemonia heterossexual? Entre a experimentação pessoal e o acesso aos direitos de um grupo social, entre a "descoberta de si" e o engajamento político, como se constroem as performances destoantes das normas de gênero? Foram utilizadas a obra da filósofa estadunidense Judith Butler, especialmente o entendimento de gênero como performatividade; o conceito institucionalista de análise de implicação para pensar a inserção no campo; assim como uma análise das relações de poder por um viés foucaultiano. Contrariamente ao que foi encontrado em estudos sobre discriminação no ambiente escolar (REPROLATINA, 2011; FIPE, 2009), essa escola aparece no relato das/os entrevistadas/os como local seguro para comportamentos que confrontem a norma heterossexista, se sentindo confortáveis em se candidatar à concursos de popularidade na escola. Já a rua e a família se colocam como contraponto à escola, que foi descrita às/aos pesquisadoras/os como "o paraíso" para a população LGBT. Baseado em alguns casos que são reconhecidos pelas/os alunas/os e funcionárias/os por perturbar as normas de gênero, notou-se que, embora não busquem uma identidade sexual ou de gênero, as explicações dadas a esses comportamentos são de cunho individualizado, com argumentos de experimentação e auto-descoberta. Nesse sentido, os indivíduos mais discordantes das normas de gênero não são engajados politicamente, relatando nenhuma filiação com ONGs nem participação em passeatas, paradas e vigílias. Quanto à relação do estudo com o eixo-temático, foram analisados os jogos de poder e a hierarquização das identidades: por exemplo, a maior aceitação/tolerância da lesbianidade, e a consequente grande visibilidade de casais lésbicos, é algo que diz de como se configuram as relações de poder no espaço em questão. O pôster contextualiza a pesquisa, apresenta as bases teórico-conceituais e discute os achados, com imagens que ilustram a contraposição do gender-fuck, prática de zombar/ridicularizar a linearidade sexo-gênero-sexualidade, com a homonormatividade, no sentido de regulação e captura das experiências não-heterossexuais.

Violência contra a mulher: as mulheres como sujeitos transformadores desta realidade

Mariana Martines Tozzi Moreira, Sabrina Estefânia Silva Dettmer

O trabalho a ser apresentado consiste em uma problematização sobre a violência contra a mulher através da pesquisa desenvolvida pelas autoras no Centro de Atendimento à Mulher (CAM) de Dourados – MS, que se insere no âmbito do Estágio Básico com ênfase em Psicologia Social Comunitária do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados. O objetivo do trabalho é, em um primeiro momento, mostrar as condições atuais e o

panorama geral de violência contra a mulher no município de Dourados; em um segundo momento, problematizar o sentido de pertencimento das mulheres usuárias dos serviços de atendimento à mulher do CAM à Comunidade (BAUMAN, 2003) de "Mulheres em situação de Violência de Gênero", e ainda, propor a reflexão de as mulheres em situação de violência serem elas próprias, transformadoras da realidade que presenciam. O eixo temático com o qual o trabalho está vinculado é o de "Gênero, Sexualidades e Intersecções", pois compreende que a violência contra a mulher ocorre fundamentalmente por meio das desigualdades de gênero, pela cultura patriarcal que constitui nossa sociedade, e por consequência, dos poderes desiguais entre os gêneros e as representações que estes apresentam na sociedade. Nesse sentido, o trabalho vincula-se com o tema de relações de gênero, na medida em que pretende atuar buscando a reflexão e a ressignificação das representações sociais de gênero entre as mulheres em situação de violência. O método do trabalho consiste na Observação Participante dos grupos de discussão das mulheres em situação de violência e em entrevistas semi-estruturadas destas mulheres. Dessa forma, o método é qualitativo, haja vista que possibilita o entendimento dos indivíduos e de suas concepções sob uma perspectiva mais abrangente e humanista, atentando dessa forma, de uma maneira geral, para as condições psicossociais que envolvem este indivíduo. A esse sentido, a idéia de comunidade de Bauman (2003) expõe a relevância deste tipo de atuação ao citar as ações comunitárias, postulando dessa forma, que analisar as variedades de comunidade e de identidades é fundamental para a atuação do psicólogo social comunitário, tendo em vista que, essa prática necessariamente precisa ser acompanhada da observação dos grupos sociais, da cultura, e das vivências a que a mulher em situação de violência pertence. Nesta perspectiva, com a pesquisa em andamento pode-se concluir que o município de Dourados – MS, bem como o estado de Mato Grosso do Sul, apresentam níveis significativos de violência contra a mulher; que os métodos de trabalhos escolhidos bem como a linha teórica seguida foram bastante pertinentes ao tema, pois a perspectiva da Psicologia Social-Comunitária permite que a observação se atente a questões sociais, tais como as relações de gênero, que são extremamente fundamentais para entender a dinâmica da violência contra a mulher. Além disso, pode-se concluir que a criação da identidade da mulher em situação de violência, isto é, o sentimento de pertencimento ao grupo de mulheres violentadas, é essencial para que as próprias mulheres reflitam sobre suas atitudes diante dessas condições. Não obstante, de maneira geral, pode-se concluir que urge a mudança nas concepções em relação á mulher em situação de violência, pois, frequentemente esta é tratada apenas como vítima do processo, mas raramente como sujeito transformador deste. Assim, é preciso que a mulher nesta

situação seja entendida como uma possibilidade de ressignificação da realidade e das relações de gênero existentes. O layout do pôster será no modelo tradicional.

Violência de gênero: dando voz às mulheres agredidas

Lizete Dieguez Piber, Larissa Dalcin

A violência contra as mulheres está presente nos contextros das relações estruturadas por homens e mulheres como uma produção intrínseca dos sistemas patriarcal e capitalista. Destina-se ao controle da vida, do corpo e da sexualidade das mulheres por homens, grupos de homens, instituições e estados. As representações são construções que organizam ideias, crenças e comportamentos diante de algum fenômeno e/ou conceito. Acredita-se que a violência contra a mulher produz e contém representações que podem se relacionar com a cultura, aspectos emocionais, psicossociais, econômicos, psicológicos e que tendem a perpetuar as práticas violentas. Desse modo, analisar o discurso das mulheres vítimas de violência permite inferir sobre as concepções de gênero organizadas no contexto social ao qual se vinculam. A pesquisa teve como objetivos levantar as características das mulheres/vítimas e formas de violências a que foram submetidas, investigar histórico familiar e vivências anteriores ao ato violento que gerou a denúncia do agressor e relacionar a formalização da denúncia com a legislação de proteção à mulher. Vincula-se ao Eixo Temático Gênero, Sexualidades e Intersecções por se propor a compreender as representações referentes à violência de gênero organizadas nos discursos de mulheres vítimas de violência. O trabalho sustentou-se nos estudos contemporâneos sobre violência e violência de gênero numa perspectiva sócio histórica. O desenho metodológico adotado foi de cunho qualitativo-descritivo, sendo que foram sujeitos mulheres vítimas de violência que registraram Boletins de Ocorrência contra seus agressores, em Posto Policial da Mulher de cidade de médio porte na região noroeste do Rio Grande do Sul. Foram selecionadas e contatadas 60 mulheres, porém apenas 10 aceitaram participar. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cada uma das mulheres, onde se buscou aprofundar sobre suas histórias de vida e suas representações sobre violência contra a mulher. As mulheres abordadas têm idades que variam de 22 a 49 anos, com vivências de relacionamentos abusivos/violentos que duraram de 05 a 21 anos, sendo que todas atualmente estão separadas e sem novo relacionamento. A maioria delas (oito) tem o ensino fundamental, e a predominância é de mulheres donas de casa, portanto dependentes economicamente dos seus maridos/companheiros, o que pode, por sua vez, gerar a crença de que precisam ou devem se submeter, inclusive à violência. Sete mulheres relataram ter sofrido violência física, embora

também tenham vivido situações de violência psicológica. Na história pessoal das mulheres, sete delas relataram ter sofrido ou presenciado algum tipo de violência na infância. De acordo com os sujeitos da pesquisa, a principal causa da violência contra a mulher é a ingestão de bebidas alcoólicas, o uso de drogas, além do ciúme e a presença de filhos de outras relações como dispositivos do acionar a violência. Segundo estas mulheres, o marido/companheiro sente estar ligado a elas por uma relação de poder, onde pensam poder mandar nelas e que elas só podem fazer o que eles quiserem, porém, de acordo com as mesmas, as mulheres estão mudando e buscando sua valorização no mundo. Sobre a Legislação de proteção percebe-se que o conhecimento que as mulheres, sujeitos da pesquisa, têm da mesma ainda é precário, pois revelaram desconhecer as consequências da denúncia. Como conclusão, a primeira reflexão possível diz respeito à resistência encontrada na adesão a participação na pesquisa. Percebe-se o desconforto para as mulheres abordarem e pensarem sobre suas condições de vulnerabilidade, sobre a violência a que foram submetidas e as humilhações decorrentes da mesma. Por outro lado, evidencia-se uma atualização das relações vividas na infância, onde a violência era a prática utilizada pelos familiares/cuidadores, notadamente os do gênero masculino, o que sugere a presença de representações de gênero, que são assumidas e reproduzidas, inclusive pelas mulheres. Ao mesmo tempo, é possível perceber a busca por um novo formato de relacionamentos, onde a mulher encontre um lugar de protagonismo, de direitos e desejos, em que as relações a serem constituídas não sejam de aprisionamento e de submissão, pois como disse uma das mulheres ouvidas na pesquisa “eu acho que ninguém é dono de ninguém”.

Vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack

Cibele Maria Duarte de Aguiar

Esse projeto de dissertação é parte das atividades para obtenção do título de mestre em Psicologia. O objetivo do presente estudo, de caráter qualitativo, é Analisar as vivências sexuais de mulheres jovens usuárias de crack, bem como as repercussões de tais práticas sexuais em suas vidas. A amostra será composta por 05 mulheres jovens, de idades entre 18 e 29 anos, que estejam em tratamento intensivo no Albergue Terapêutico Jandira Masur, situado na cidade de Recife. Inicialmente será realizado um momento de observação participante e, em um segundo momento, realizaremos entrevista semiestruturada com as participantes. A pesquisa será pautada nos conceitos do construcionismo social e analisada a partir da análise do discurso proposta por Conceição Nogueira. Entendemos que o estudo se mostra importante para a discussão da sexualidade vivenciada pelas mulheres no contexto do uso de crack, se

configurando como um espaço de reflexão, onde as jovens participantes possam expressar suas vivências, suas necessidades, sua relação e opiniões quanto as unidades de tratamento, dando visibilidade a essas. Observamos o potencial da pesquisa para a contribuição na criação e melhoria das políticas públicas de prevenção e tratamento para mulheres usuárias de crack.

"Bombadeira, dor da beleza": análise de aspectos relacionados à imagem e inserção social do travesti

Mateus Vieira Soares

A travestilidade é um fenômeno complexo cujas tentativas de descrição e interpretação das transformações de gênero, estão presentes desde a metade do século XX, sendo que as discussões sobre o conceito de gênero provocaram grandes transformações tanto no nível político como no social. A questão da aceitação social dos travestis se dá num campo bastante problemático e complexo, onde os padrões de feminilidade travesti estão ancorados nas próprias concepções de gênero existentes no Brasil. O documentário "Bombadeiras - A dor da beleza" foi dirigido por Luis Carlos Alencar, no ano de 2007, e transmite o dia-a-dia de travestis da cidade de Salvador que transformam o corpo aplicando silicone industrial por outras travestis, denominadas bombadeiras. No entanto têm como objetivo trazer questões que vão além da transformação corporal, como a relação com a família, religiosidade, dificuldades e desejos. Compreende-se que esta análise de conteúdo está relacionada ao eixo temático Gênero, Sexualidade e Intersecções, onde a partir da ótica do travesti, este demonstra questões relacionadas à transformação corporal e o seu lugar na sociedade como sujeito de desejo e direitos. O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso de travestis no documentário, através da utilização das seguintes categorias: Aspectos relacionados à imagem, cujas subcategorias são "como ela se vê e "como ela é vista", sendo respectivamente a percepção do travesti e a do outro sobre ela; juntamente aos Aspectos relacionados à inserção social, tendo como subcategoria a "Pessoal" e "Profissional". Foi utilizamos como ferramenta principal a Análise de Conteúdo, onde os resultados foram dispostos através do software Mindmenager (Mapas Mentais). A partir da análise destas, foi possível perceber uma maior quantidade de Unidades de Contexto presentes na categoria "Aspectos relacionados à Imagem", logo se pode concluir, que dentro deste universo, questões como intolerância religiosa, preconceito, discriminação e aplicação de silicone clandestino, ainda são questões que atravessam às épocas e provocam exclusão e estigma. A partir da fala de alguns travestis, foi possível compreender que a escolha pela prostituição, acabava sendo uma realidade para muitos

devido à discriminação no mundo do trabalho, pela orientação sexual destes. O presente estudo contribuiu para que o entendimento sobre o lugar do travesti, enquanto sujeito, no contexto social vivido contemporaneamente, fosse mais aprofundado. Apesar de todos os riscos atrelados ao uso de silicone industrial pelas travestis, percebe-se que este procedimento é um ato simbólico que ultrapassa o significado de uma alteração corporal, tornando-se uma forma de satisfação pessoal e de inserção na sociedade. Uma vez que, o silicone industrial, material líquido sem forma, que através do processo de "bombar" o corpo, se transforma em seios, quadris, nádegas, uma corporização do abstrato que é o silicone, sem forma, materializando-se em um corpo feminino. Sendo assim, para que a compreensão do fenômeno ocorra de forma fidedigna é necessário estabelecer uma relação de escuta e ter a sensibilidade para compreender o que está por trás do ato de se bombar. O pôster a ser apresentado será nas seguintes medidas: largura de 90 cm e altura de 110 cm. Contendo as seguintes informações: Título do trabalho (idêntico ao título do resumo submetido à Comissão); Autores; Descrição dos aspectos essenciais da pesquisa relatada; População envolvida; Resultados alcançados; Instituição e estado/cidade.

EIXO TEMÁTICO 6. MÍDIA, CULTURA E ARTE

A Arte como prática sensível e movimento de desconstrução dos estigmas relacionados à Loucura

Priscila Dias Batista Vieira

A pesquisa diz respeito a importância de buscar trabalhar junto a cidade estratégias de intervenções relacionadas a Arte, que possam ser colaboradoras para a desconstrução dos estigmas associados a Loucura, atuando diretamente nos valores culturais e sociais atribuídos aos portadores de transtornos mentais. Pretende-se apresentar o projeto Movimentando Sensações Guardadas, realizado com apoio da Fundação Cultural de Curitiba, que visou fazer face a complexidade das demandas de inclusão de pessoas secularmente estigmatizadas. O valor estratégico e a vocação deste projeto residiu no fato de ter sido um equipamentos concebidos fundamentalmente no campo da Cultura, e não exclusivamente no campo da Saúde. Abrindo possibilidades para que outros parceiros construam outros mapas, gerando cartografias libertárias, possibilitando Artistas e Filósofos também serem autores na história da Reforma Psiquiátrica do Brasil. Não concebendo a Arte como separada da vida, mas sim enquanto abertura de horizontes para o profissional que atua no campo da Saúde Mental ter a

humanização e o afeto como ferramenta de trabalho, permitindo o portador de transtornos mentais reinventar o olhar, o ouvir, o sentir e o próprio corpo. É preciso sair do verbal e experimentar a vida, trazer para a superfície pensamentos capazes de provocar transformações em um conjunto de práticas, que se apresentam não somente como necessárias, mas sobretudo como urgentes. Chegamos ao ponto em que é preciso uma equipe técnica para acolher essas pessoas, o que denuncia a fragilidade da relação do ser humano com o mundo social em que ele vive. O projeto ainda aponta para uma crítica ao discurso científico como único que se pretende detentor da verdade, onde a ideia de atender melhor as manifestações da insanidade tem sido, nas ultimas décadas, uma preocupação de especialistas somente preocupados em estabelecer diagnósticos mais precisos. A banalização dos diagnósticos contribui para o uso abusivo da medicalização, dinâmica que denuncia o super faturamento das industrias farmacêuticas, um das industrias mais bem sucedidas que existem na atualidade. O projeto de pesquisa ainda faz face com questões que envolvem os Direitos Humanos, compreendendo o portado de transtornos mentais como um ser Social e Político, convocando-o a ocupar o lugar de cidadão de direitos. A Arte apresenta-se como instrumento relevante de resistência para a área da Saúde Metal, a partir da criação e reinvenção da própria vida, onde viver implica resistir às múltiplas forças que tentam impedir a vida em sua manifestação mais sutil.

A arte na clínica histórico-cultural: um estudo de caso baseado na teoria vigotskiana

Artur Bruno Fonseca de Oliveira, Ana Ignez Belém Lima Nunes, Aline Guilherme de Melo, Erika Silva Rocha

O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de atendimento clínico, bem como mostrar o lugar que a arte ocupa nessa prática, usando a perspectiva histórico-cultural como aporte teórico. Essa teoria foi desenvolvida por L.S. Vigotski, autor que se dedicou aos estudos da gênese social dos processos psíquicos humanos, estimulado pelo contexto histórico da União Soviética no início do século XX e pelos pressupostos marxistas. Para Vigotski a arte se constitui numa forma de apropriação da realidade e técnica social das emoções. Por conseguinte, tem como base a criação, a transformação e, consequentemente, a consciência de si e do mundo que está a sua volta. Essa transformação, inicialmente realizada interpsiquicamente, passa a agir intrapsiquicamente, ganhando um caráter de transformação social. Sob esse prisma, a arte é primordial para o processo terapêutico, o qual vai lidar também com dimensões de afetividade e de política. A temática da clínica psicológica esteve presente nas produções científicas de Vigotski, através, por exemplo, do estudo do desenvolvimento

humano, da conceituação de consciência, da explicitação de sua visão sobre psicoterapia e do trabalho realizado com sujeitos portadores de esquizofrenia. Entretanto, esses aspectos de sua obra não tiveram tão fácil acesso e disseminação como outros temas ligados a outras áreas tais como a educação e a comunidade, por exemplo. Inclusive, apenas recentemente fala-se em publicar os cadernos clínicos que Vigotski escreveu sobre sua experiência clínica. A partir de suas obras, de seus colaboradores como Luria, Leontiev, Rubstein e de outros teóricos e comentadores atuais dessa perspectiva teórica, temos desenvolvido atendimentos em psicoterapia histórico-cultural no Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Trabalhamos com a visão de desenvolvimento trazida por Vigotski e Wallon, considerando a fundamentação social dos processos humanos. A visão de homem é, portanto, a sujeito que se desenvolve através de suas interações sociais e constrói sua subjetividade pela internalização dos elementos da cultura, constituindo significados e sentidos próprios. A psique é um todo constituído por várias funções psicológicas, tais como a consciência, a memória mediada e as emoções. Vigotski fala também de inconsciente, se distanciando de Freud na forma como a relação entre consciência e inconsciência é percebida. A consciência tem função central e integradora das demais funções. A terapia é um espaço de intersubjetividades, onde terapeuta e cliente estabelecem uma relação dialógica, em que o terapeuta intervém de modo a atuar nas zonas de desenvolvimento proximal do sujeito e favorecer o desenvolvimento intersubjetivo e a construção de novos sentidos. A linguagem tem papel fundamental nessa relação, e a arte também é utilizada como instrumento mediador da expressão simbólica do psiquismo. Compreendemos o sofrimento psíquico através do conceito de núcleos de sentido cristalizados e da fragmentação das funções psicológicas superiores. Na relação, o foco não será o sofrimento em si, mas o sujeito em terapia. Assim, compreendemos que ele é um sujeito vivendo um sofrimento psíquico, mas que esse sofrimento não o define e nem coloca em prejuízo toda a sua configuração subjetiva. Ilustraremos tais concepções com um estudo de um caso atendido no SPA. M., sexo feminino, 17 anos, foi abusada sexualmente quando tinha onze anos de idade e, a partir desse acontecimento, sua configuração subjetiva e forma de se relacionar consigo e com os outros, mudou substancialmente. Os sentidos que M. desenvolveu sobre sua vida entram constantemente em conflito com os sentidos que atribuiu ao abuso sexual e isso tem lhe causado sofrimento. Em relação às funções psicológicas, percebemos potencialidades para o trabalho nas funções de inteligência e criatividade, nas quais buscamos atuar para integrar outras funções, como a emoção e a consciência, que parecem estar fragmentadas. O trabalho na psicoterapia envolveu o acolhimento inicial de suas emoções e

posteriores intervenções para colocá-la em contato com suas vulnerabilidades e possibilitar que crie novos sentidos e reconfigure seus núcleos cristalizados. Utilizamos a teoria e técnicas da abordagem histórico-cultural para compreender a realidade de M. e atuar com ela, avançando em seu desenvolvimento. A utilização da arte como técnica, no setting terapêutico, assume uma importância muito grande, pois temos visto que, através dela, a cliente presentifica seu contexto de vida, o que ratifica o que Vigotski afirma: a arte é o social em nós.

A identidade do poeta contemporâneo à luz do sintagma identidade-metamorfose-emancipação

Pricila Gunutzmann

O objetivo da pesquisa de mestrado foi investigar as metamorfoses da identidade do poeta contemporâneo e o sentido que estes atribuem a sua arte bem como os posicionamentos políticos percebidos em seu papel. Para isto, partimos da Psicologia Social, tendo como categoria central a identidade, vista a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação, propondo entender o fenômeno não apenas no seu aspecto instrumental, mas em todo o contexto no qual o poeta contemporâneo está inserido. Por meio da análise da história de vida de dois poetas da atualidade, foi possível compreender os processos de transformação e emancipação da identidade humana nas sociedades contemporâneas, que se dá em contextos permeados pela dialética regulação/emancipação. O estudo em questão analisou o poeta enquanto sujeito contemporâneo, capaz de interpolar tempos e abrir rupturas para que seu leitor as preencha com as próprias vivências, proporcionando metamorfoses. Percorremos a construção do papel do poeta em nossa sociedade e suas diferentes personagens históricas: artista, político e guardião de metamorfoses, verificando suas relações com a atualidade. Deste modo, este trabalho tece reflexões acerca das diferentes possibilidades de emancipação na contemporaneidade bem como oferecer subsídios para discutir os sentidos da metamorfose e as identidades pós-convencionais.

A importância da morte de Deus para a emergência da Literatura

Ivy França Carvalho, Matheus Neto Peixoto, Raul Marcel Filgueiras Atallah, Marina Alonso de Rezende Gripp, Henrique Melo Alves do Amaral, Laila Lilargem Rocha, Bianca de Almeida Peres, Lucas Guilherme Fernandes

O presente trabalho tem por objetivo esclarecer a morte de Deus, importante conceito de Nietzsche, para melhor compreendermos a emergência da literatura. Para tal utilizamos uma pesquisa bibliográfica, tendo por base o texto “Ditos e Escritos” de Michel Foucault e o livro

"Escrita e Leitura – Produção de Subjetividade na Experiência Literária" de Leonardo Pinto de Almeida. O fenômeno em questão está associado ao abandono; se antes os escritos tinham suas diretrizes traçadas pela palavra Divina ou pela tradição, a partir dos séculos XVII e XVIII percebemos que esta lógica é alterada. A morte de Deus suscita a experiência da vivência radical da finitude. Os homens se deparam com um mar aberto, livres das amarras de Deus - este fenômeno aponta para uma pluralidade de possibilidades. Blanchot defende que esta morte foi um fenômeno capaz de modificar as relações do homem com as verdades eternas da religião. Esta cisão é importante para as produções literárias que sucedem este acontecimento, entretanto, as sombras de Deus continuam presentes. Entende-se por essas sombras as formas com que os homens encontram para negar sua finitude. Sendo assim, podemos afirmar que há uma substituição de Deus e da Religião por outros ídolos como a Ciência, o Estado, enfim, algo que seja responsável por suas atitudes. Desta forma, este fenômeno cria um vazio que faz com que o homem defina as diretrizes de sua existência, criando-a, e, assim, criando a si mesmo. Através da presente exposição e concordando com Blanchot, percebemos que a morte de Deus não trouxe um apaziguamento, pelo contrário, ela formou um enigma que se sustenta através de suas sombras. Há uma associação entre a produção de linguagem e a morte de Deus. Foucault defende que é sobre este vazio iminente que se constrói a repetição do ser da linguagem; a literatura, segundo o presente autor, se caracterizaria como sendo uma das formas de manifestação do ser da linguagem. O filósofo Michel Foucault postula a existência de dois reinos onde podemos localizar a separação entre a obra de linguagem e a literatura. Caberia ao reino do limite do Ilimitado, anterior à modernidade, as obras de linguagem. Estas estavam aprisionadas ao Divino, à religião, à característica infindável do ser. Já a literatura estaria no reino ilimitado do Limite, seria uma característica da modernidade e fruto do esvaziamento da palavra divina; não podendo, assim, dizer que as obras anteriores a este evento sejam literatura. Todavia, esta afirmação não tira a importância e beleza de obras como as de Shakespeare, apenas posiciona a literatura como fruto de um momento específico. É através da experiência moderna que emerge a experiência do fora. É pelo esvaziamento da palavra divina que a escrita encontra o vazio da morte, sendo assim, é capturada por este abismo do fora dando origem a literatura. Por meio desta experiência com o fora, emerge a necessidade de escrever com, contrariando o escrever sobre que seria uma escrita determinada por significações ou representações de coisas. Este escrever com seria fruto da experiência total do escrever onde o escritor estaria em íntima relação com este, indo em direção ao desconhecido, experienciando os seus próprios caminhos. Deleuze e Guattari mostram como a dinâmica do uso social da

linguagem está diretamente ligada ao uso de palavras de ordem, não necessariamente ao fato de ordenar alguém a fazer algo, mas também a todos os enunciados por uma "obrigação social". Partindo desta análise, a política da linguagem aponta para o uso majoritário e minoritário da língua. Desta forma, a palavra de ordem estaria do lado majoritário da língua, onde tem espaço os estereótipos e o fascismo da língua. Barthes defende que é trapaceando com está rigidez que a literatura nasce. Partindo das reflexões dos autores apresentados acerca da linguagem concluímos que no momento da criação da obra não existe sujeito, apenas o escritor que no ato da confecção desta é capturado pelo fora. Contudo, é a partir da experiência total do escrever que a literatura se presentifica.

A influência que as grandes corporações exercem na subjetividade do sujeito

Jaciara Carneiro Rios Almeida, Suany Lima Carneiro Alves, Diego Solci Toloy

Introdução: O Presente trabalho tem como objetivo iluminar, de forma não distorcida, as artimanhas utilizadas pelo marketing capazes de levar cada vez mais sujeitos ao consumo. Para tanto, buscamos nas marcas, mais precisamente na identidade a elas conferida para destacar a mudança de paradigmas que houve no final do século XX quando as fábricas passaram a representar um papel secundário na importância dada pelas Grandes Corporações. Desde então as marcas engoliram os produtos, tornando-se o alvo do Marketing e da publicidade. À serviço das Grandes Corporações, os marketeiros se firmaram como os filósofos contemporâneos, sendo que sua tarefa essencial se configura na produção de significado, alma e identidade para as marcas. Procuramos dar visibilidade no que está por trás das imagens e símbolos, bem como de que maneira elas/eles nos afetam. As Grandes Corporações, junto ao Marketing, possuem papel fundamental na produção dessas marcas, por conseguinte, o objetivo das Grandes Corporações é gerar fantasias e sonhos que culminam numa satisfação ilusória para o sujeito. Este, por sua vez, se vê "induzido" a buscar no consumo dessas marcas uma suposta felicidade a qual dará sentido à sua existência. Entretanto, a ação do Marketing e da Publicidade tem como objetivo adiar tal realização sempre ao próximo produto a ser comprado. Objetivo: Compreender o papel que as Grandes Corporações, junto ao Marketing, exercem na produção da subjetividade do sujeito do consumo, assim como o reflexo dessa ação nesse sujeito. Metodologia: Nosso trabalho se desenvolveu como resultado da Disciplina Estágio Básico II, em Psicologia Social Comunitária, que tem como foco a entrevista. O Estágio se constituiu de dois momentos: a parte teórica, com a criação do Projeto de Pesquisa e a parte prática, na qual efetivamos a ida a campo com a realização de entrevistas ancoradas em marcos teóricos que

extrapolam o campo de saber da Psicologia, levando-a a dialogar com outras áreas como Filosofia, Sociologia, Literatura e nas Artes Plásticas. Entretanto, buscamos ir além dos recursos metodológicos dados, produzindo um pequeno material áudio visual que exprimisse aspectos do olhar investigativo cuja intensidade não poderiam se materializar nas laudas de um artigo ou na produção de um relatório sem prejuízo de perder intensidades disparadas pela ida a campo. Fizemos observações assistemáticas, entrevistas não estruturadas e o uso de recursos áudio visuais. Nas entrevistas utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com base na Resolução CNS n.º 196/96, sendo consideradas questões exigidas pelo Conselho de Ética em Pesquisa Qualitativa. Considerações Finais: Dessa forma, assim como nós, o sujeito moderno encontra-se imerso nas falsas promessas de uma felicidade plena, concebida através do consumo das marcas. A princípio parece que não há como sair dessa condição, pois ela afeta todos os sujeitos do cenário contemporâneo, dependentes do ato de compra e venda de produtos, até mesmo daquilo essencial a sua sobrevivência. Entrementes, o que se apresentou com maior ênfase, durante o percurso teórico e prático traçado por nós, foi a expressiva importância que os sujeitos dão a marca, a maneira como agem em função de adquirir tudo o que está, supostamente, contido nas letras e imagens fascinantes. Vale explanar que, muitas vezes, essa importância não se mostra tão aparente, visto que em diversos entrevistados constatamos deslizes, atos falhos e contradições nas justificativas e explicações a respeito de como se dá sua relação com as marcas. Essa contradição só vem fundamentar uma das primordiais características da sociedade moderna que orbita ao redor da esfera corporativa. Todavia, existem resistências, lampejos de possibilidades e linhas de fuga, movimentos sociais que fazem com que o sujeito "se dê conta" da sua subjetividade. Mesmo que sejamos recapturados pelos ideais consumistas, tão visíveis no meio midiático, ainda haverá modos de escape. E são estes que fazem com que o nosso propósito enquanto pesquisadores não se torne uma mera perda de tempo, eles sustentam a busca que nos move em direção a respostas e esclarecimentos cada vez mais contundentes, ainda que as dúvidas não deixem de manifestar sua incisiva presença.

Análise psicossocial da idealização de viagens durante aposentadoria no filme "O exótico Hotel Marigold"

Flávio José Fernandes do Nascimento Costa, Renata Lira dos Santos Aléssio

OBJETIVO DO TRABALHO: Analisar, a partir das falas de personagens do filme "O exótico Hotel Marigold" (2012, Inglaterra, direção de John Madden), a idealização de viagens a serem

realizadas durante a aposentadoria. Considerando o meio utilizado para a exposição das presentes ideias (filme), justifica-se a escolha do eixo temático. O GT "Psicologia Social, Arte e Imagem no contemporâneo: intervenções, invenções e produção de conhecimento em psicologia social" parece abrigar propostas que contemplem na discussão, a reflexão sobre futuras ações de práticas psi a partir de formações artísticas. Há um crescimento do uso de filmes em produções científicas recentes, o que justifica a escolha da presente abordagem para tratar da temática apresentada. ORIENTAÇÃO TEÓRICA: Psicologia Social (Teoria das Representações Sociais). MÉTODO: Análise fílmica. RESULTADOS: Observa-se, no filme, que os diferentes personagens ilustram contextos distintos diante da aposentadoria. Sobre o desejo de viajar, há um momento de idealização inicial percebido de diferentes formas, a partir do contexto do afastamento do trabalho e motivações pessoais. Observa-se, em alguns personagens que a aposentadoria é objetivada em termos de perdas e ganhos financeiros. O que contradiz possibilidades reais de viagens frequentes, ao mesmo tempo em que torna imperativo a realização de investimentos futuros. Entre a desidealização e novos investimentos, os personagens se veem obrigados a se confrontar com o fato de que "Este é um mundo novo e diferente. O desafio é lidar com ele. Não só lidar, mas se sair bem nele.", conforme fala de uma personagem que pode ser descrita como porta voz do grupo. Vale ressaltar que o uso de diferentes estratégias frente ao novo passa pela familiarização com nova fase e negociações com o ambiente para ser e estar no mundo como aposentado/a. Neste sentido, podemos entender a idealização das viagens para lugares exóticos que o filme procura ilustrar, como uma metáfora sobre a (des) construção de identidades e representações pelas quais se pode passar ao se aposentar. O encontro entre o mundo dos "jovens" e dos "velhos; "ocidentais" e "orientais", "ricos" e "pobres" que o filme apresenta, expõe cada personagem à confrontação com a alteridade. Uma questão condutora é: "quem eu sou, quem eu fui e quem eu serei?" Por outro lado, a oferta de um produto que contemple as demandas idealizadas não é uma coincidência: segundo o (jovem) administrador do Hotel, a oferta se dá porque "os países não gostam de velhos". Se no começo do filme, os hóspedes aposentados sentiam-se distantes da realidade do Hotel Marigold, ao tornar o insólito e exótico familiar, passam a administrar o estabelecimento incorporando assim uma nova forma de ser/estar no mundo.CONCLUSÕES: Faz-se necessário promover espaços de escuta da população prestes a aposentar-se, sob o risco de criação de intervenções iatrogênicas e pouco uteis às necessidades efetivas do grupo em discussão. Consideramos que o contexto social pode oferecer diferentes perspectivas acerca da aposentadoria bem como, diferentes possibilidades de vivenciar este período da vida do sujeito

trabalhador/a. Defende-se que escuta dos saberes das pessoas envolvidas melhor fundamenta o planejamento e desenvolvimento de intervenções futuras. Consideramos o aumento de intervenções como o Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA) como um alerta ao aumento da longevidade humana e como uma oferta de intervenção no campo da promoção à saúde. No entanto, cabe um questionamento (suscitado pelo filme): as intervenções propostas atualmente levam em conta as expectativas e idealizações dos pré-aposentados? Para responder esta questão, a Teoria das Representações Sociais apresenta-se como uma alternativa válida para fundamentar estudos e pesquisas futuras, visto que a mesma parte do chamado 'senso comum'. No âmbito desta teoria, os saberes de senso comum servem como guia de conduta ou ainda como sistemas de antecipação de situações. Neste sentido, ao dar a palavra a/o futuro/a aposentado/a centrando-se nos saberes que o sujeito produz sobre a aposentadoria, o PPA vê o servidor como alguém capaz de construir, forjar e reconhecer que elementos são essenciais para manutenção e promoção da sua saúde e bem-estar.

Atividades expressivas para o desenvolvimento de valores de convívio social

Dulcineia Beatriz Barreira, Denise de Camargo

Em nossa sociedade, repleta de problemas sociais, a escola pode cumprir um importante papel na formação humana integral das crianças e dos jovens. Compreende-se a formação integral como forma de proporcionar condições de acesso a cultura humana que podem causar reflexos positivos na vida desses futuros adultos, promovendo a ampliação da participação social, consciente e autônoma. A orientação desse trabalho é a de um ser humano como produtor das condições de sua vida e de sua organização social. Assim, a educação deve ser norteada pelos princípios da solidariedade, reconhecimento da singularidade dos sujeitos, respeito às diferenças e defesa da liberdade de todos os homens. Para isso é preciso ampliar sua atenção para outras dimensões da formação humana como, o desenvolvimento social, moral e emocional dos alunos. Isto passa necessariamente em pensar a educação e a aprendizagem na relação com outras áreas da atividade humana como a literatura e as artes, enfim, o campo da estética. Com os pressupostos acima delineados, compreende-se que a arte educação pode ser uma aliada para a formação de uma sociedade mais humanizada. Este projeto trata-se de um programa de atividades expressivas que tem como fundamento o desenvolvimento, dentro da escola, de valores morais básicos como: respeito, tolerância, generosidade, solidariedade, entre outros. Em um ambiente plural, como é o escolar, é fácil perceber as diferenças existentes entre os alunos; cada um traz formas diversas de ver o mundo e o outro. Além disto, é fala corrente

entre os professores, a falta de noções mínimas de respeito, de solidariedade, de limites impostos pelos pais, de valores morais mínimos para a convivência social. Isto justifica a necessidade e a importância dos temas sugeridos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), especificamente os relacionados à ética e à pluralidade cultural. A escola precisa trabalhar valores de tolerância e respeito à diferença entre as diversas culturas. Os valores universais como igualdade, solidariedade, liberdade, tolerância e diálogo são os mínimos morais que precisam ser incentivados, pois "son principios, valores, actitudes y hábitos a los que no podemos renunciar sin renunciar a la vez a la propria humanidade" (Cortina, 1986, p. 17). Acreditamos que a educação estética pode ser uma aliada para este delicado trabalho de humanização das sociedades contemporâneas. Através da arte, de sua criação e fruição, podemos compreender os sentimentos do ser humano; é a arte que pode fornecer o conhecimento daquilo é impossível ser transmitido pela linguagem, a emoção, uma vez que "a obra de arte é um ser de sensações e nada mais: ela existe em si" (Deleuze e Guattari, 1992, p. 213). Metodologia: O projeto está sendo desenvolvido com um grupo de 15 professores, em uma instituição particular de ensino na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná. Foram ministradas 10 oficinas de 04 horas mensais, num total de 40 horas/aulas. Após a realização das atividades com grupo, esta sendo desenvolvido um trabalho similar com os alunos, que deverão produzir um material concreto para uma exposição e apresentação aos pais. Instrumentos de coleta de dados: a) Observação sistemática com anotações em diário de campo sobre a participação dos professores, os progressos do grupo, as reflexões e os sentimentos expressos, as falas durante o desenvolvimento das oficinas e análise do produto das atividades criativas. b) Duas entrevistas: uma inicial e outra no final do programa. Oficinas de Artes: espaço de desenvolvimento de atividades expressivas, privilegiando o aprender fazendo, tendo como foco a temática revelada nas entrevistas com os professores. Procedimentos: 1. Realização das entrevistas iniciais; 2. Oficinas "Atividades Expressivas Através da Arte"; 2a) 1ª Oficina: Sensibilização dos participantes para o tema "Valores Humanos e Arte" com a projeção do documentário "Lixo Extraordinário". 2b) 2ª Oficina: Conceitos fundamentais de educação e arte. Recursos da Arte como estímulo ao desenvolvimento de um olhar sensível sobre problemas morais e sociais. 2c) 3ª Oficina: Sensibilização estética através de reproduções visuais de obras do artista plástico Vik Muniz. 2d) 4ª Oficina: Sensibilização estética através de reproduções visuais de obras da pintora Tarsila do Amaral. 2e) 5ª Oficina: Sensibilização estética através de reproduções visuais de obras do pintor René Magritte. 2f) 6ª Oficina: Sensibilização estética através de reproduções visuais de

obras do artista plástico Franz Krajcberg. 2g) 7ª Oficina: A sensibilização através da crônica literária "Lixo" de Luis Fernando Veríssimo. Leitura coletiva texto e dramatização.
2h) 8ª Oficina: Reflexão e percepção de sentimentos através da obra musical de Tchaikovsky, Chico Buarque e Caetano Veloso. 2i) 9ª Oficina: Percepção visual através do visor da máquina de fotográfica de Sebastião Salgado e Renata Castello Branco. 2j) 10ª Oficina: Reunião de todos os trabalhos realizados durante os encontros, montagem de uma exposição e análise dos resultados.

Conto: Arte da palavra como recurso de intervenção com grupos

Aline Pacheco de Andrade

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre possibilidades de utilização do conto, como recurso técnico de intervenção psicossocial por possibilitar a circulação da palavra e o compartilhamento de sentimentos, vivências e emoções através de experiências grupais. Contos e metáforas marcam a história da humanidade. O contador de histórias exercia um papel de terapeuta e educador, antes da existência destes termos, sendo respeitado e valorizado nas sociedades de tradição oral. Os recursos "estéticos e expressivos da língua" presentes no conto são o que atrai cada ser. As pessoas são atraídas pela beleza e se elevam através deste imã do coração e da alma. A arte, independente da sua forma de expressão, tem como base este princípio. A área da Psicologia Social tem cada vez mais se ampliado e ganhado corpo através das práticas de intervenção psicossocial, possibilitando uma análise crítica da complexidade envolvida na relação entre o sujeito e a sociedade. O ponto de partida que suscitou esta pesquisa sobre o conto foi uma experiência do Projeto Rondon em que um conto de Guimarães Rosa foi utilizado como recurso com um grupo de famílias de pessoas portadoras de sofrimento mental. Essa vivência produziu indagações sobre os efeitos terapêuticos do conto e sobre as possibilidades de utilização do conto na intervenção com grupos. Foi articulada a esta experiência uma pesquisa bibliográfica sobre estudos de referência na área, utilizando da definição de conto enquanto gênero literário. Assim, o texto parte de uma definição literária ampliada para uma visão antropológica. O conhecimento sobre o conto enquanto linguagem e recurso de intervenção psicossocial se expande através das contribuições de pensadores como Mikail Bakhtin (2000) e Nossrat Peseschkian (1992). Para maior entendimento da intervenção psicossocial alguns autores do campo foram incluídos, tais como: Pichon Riviere (2009), Lúcia Afonso (2010) e Marília da Mata Machado (2004). O intuito de trazer teóricos de origens diversas é a busca de um diálogo interdisciplinar e da troca de saberes, permitindo o

reconhecimento de alguns pontos de aproximação e distanciamento entre eles, o que possibilita enriquecer a análise e intervenção sobre o tema pesquisado. O artigo dialoga as funções das histórias e a utilização de contos e metáforas como instrumentos que contribuem para a intervenção psicossocial no âmbito grupal. Tal proposta prioriza o trabalho interdisciplinar, em seus aspectos intersubjetivos e intrasubjetivos. Além da reflexão sobre questões psicossociais para compreensão das relações entre os posicionamentos dos sujeitos diante dos seus diferentes contextos sociais. Considerando que o sujeito constrói e ao mesmo tempo é construído pela sociedade. Neste estudo o conto, enquanto "arte da palavra", permite perceber os efeitos da arte que mobiliza o discurso, criando movimentos e reflexões que se abrem para o diálogo. Quando um espaço dialógico e polifônico é criado, existe material para o trabalho de aspectos internos e externos como as relações que se estabelecem dentro e fora do grupo. Este processo possibilita a troca de experiências, vivências e opiniões, sem tanta resistência, permitindo a diminuição dos entraves no grupo. O conto tem algo de particular e de universal. Nesta relação dialética entre aspectos psicossociais, o conto pode ser um recurso que contribui para a circulação da palavra e elaboração de vivências. Enfim, é necessário conhecer bem o grupo, entender o contexto no qual aqueles participantes estão inseridos e saber também o momento mais propício para a utilização de um conto que seja pertinente a cada situação, construindo com o grupo as possibilidades de transformação que ampliam e desenvolvem a sua autonomia subjetiva e social.

Direitos da criança e do adolescente em cena

Nátalye Wagner de Souza, Priscila Stocco, Carmem Lúcia Sussel Mariano, Laís Tosta Mendes de Freitas, Luiza Lograd Monteiro de Barros, Lorena Cândida Magalhães, Gabriela Palomo Felizardo

Objetivo: trata-se de um relato de experiência de um projeto de extensão universitária, intitulado "Direitos da criança e do adolescente em cena", vinculado ao curso de Psicologia da UFMT cujo propósito é o de contribuir para uma visibilidade dos direitos de provisão (direitos sociais e econômicos) e de participação (direito ao respeito, à liberdade, à dignidade) de crianças e adolescentes. Metodologia: para atingir os objetivos propostos, recorremos ao uso da linguagem teatral como uma estratégia de sensibilização. Nosso intuito foi o de montar esquetes teatrais que enfocam os temas pouco divulgados dos direitos da criança e do adolescente. Após cada esquete encenada, a equipe realiza uma Roda de Conversa com os espectadores a fim de apreender se a narrativa assistida instiga a adoção de novos olhares sobre as questões apresentadas. Foram montadas e encenadas duas esquetes teatrais: uma sobre o direito da

criança à educação infantil (creche) e outra sobre o direito da criança ao respeito. Entendemos que a arte teatral facilita o questionamento dos hábitos e dos lugares comuns da linguagem e, para a ação deste projeto, são justamente os convencionalismos dos adultos e gestores em relação aos direitos de crianças e adolescentes que são colocados em cena e submetidos a questionamentos. Neste projeto, nos apoiamos nos aportes teóricos da Psicologia Social Crítica, em particular, nas problematizações desenvolvidas pela pesquisadora Fúlvia Rosemberg no sentido de que os direitos da criança e do adolescente têm tido uma visibilidade fragmentada na sociedade brasileira. Em especial a mídia e o movimento social têm priorizado a publicização e a mobilização em torno de questões relacionadas à violência e à situação de risco, tais como a prostituição infanto-juvenil, "meninos de rua", trabalho infanto-juvenil, etc. Em que pese a relevância de combatermos tais problemáticas, os direitos da criança e do adolescente assegurados na Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (da qual o Brasil é signatário) e no Estatuto da Criança e do Adolescente garantem uma ampla gama de direitos que, além dos direitos de proteção, asseguram também direitos sociais e econômicos, bem como direitos de participação e liberdade e respeito para crianças e adolescentes. Desta forma, a efetiva consideração da criança e do adolescente como cidadãos depende da garantia, em seu conjunto, dos direitos de Proteção, Provisão e Participação posto que podem contribuir para a implementação de políticas universalistas para a infância (tais como educação, saúde) e não somente reter o foco nas políticas de proteção de especial. Também nos apoiamos nos campos de estudos da Sociologia da Infância e do teatro-educação. As atividades desenvolvidas oportunizaram às extensionistas vivenciarem um processo de desconstrução de crenças e representações distorcidas e naturalizações que mantinham tanto acerca da creche como sobre o direito da criança ser tratada com respeito e foram justamente tais crenças e representações que nortearam a montagem do roteiro das esquetes teatrais. As esquetes teatrais foram bem recebidas quando de suas encenações e suscitaram intenso debate e reflexões do público nas Rodas de Conversa realizadas. A linguagem teatral constituiu um instrumento eficaz para a nossa proposta de contribuir para um novo olhar acerca do tema dos direitos da criança e do adolescente. Por meio das Rodas de Conversa foi possível apreender que as esquetes atingiram o objetivo de suscitar indagações e provocar o público a refletir sobre as temáticas abordadas. De modo mais objetivo, pôde-se observar que as esquetes contribuíram para: a) desconstruir a ideia de que a creche é um direito somente da mãe trabalhadora e afirmar que é um direito da criança; b) desconstruir a ideia da creche como um 'depósito de crianças' e um lugar de desamor e afirmar sua dimensão educativa; c) desconstruir estereótipos de gênero em relação ao cuidado

e educação da criança pequena; d) desconstruir naturalizações acerca do direito da criança ser tratada com respeito nos diferentes âmbitos da sociedade.

DroneArt: arte como resistência nas tramas biopolíticas dos conflitos nas sociedades mundiais de controle

Anna Carolina Natale Rodrigues, Dolores Cristina Gomes Galindo

Drone é o nome mais utilizado pela mídia nacional e internacional para falar sobre UAV (Unmanned Aerial Vehicles – Veículos Aéreos não tripulados) ou RPA (Remotely Piloted Aircrafts – Aeronaves Pilotadas Remotamente). Estas naves, melhor conhecidas como Drones por conta da divulgação midiática, trata-se de aeronaves que podem ser enviadas a qualquer lugar de qualquer lugar no globo. Outros países estão começando a adotar este tipo de dispositivo de vigilância e defesa, um deles países é o Brasil que de acordo com o press release lançado no dia 5 (cinco) de Fevereiro de 2013 a Embraer vai começar a produzir drones em solo brasileiro. Num estado de guerra permanente, a arte se torna uma potência crítica, sob a forma do que Costa e Kavita Philip (2008), nomeiam como biopolítica tática chamando as intervenções artísticas ao centro do debate acerca das ações políticas de resistência às tramas biopolíticas que produzem cenários assimétricos e de violação aos direitos humanos. A sociedade mundial de controle não privilegia divisões binárias das fronteiras modernas, isto é, a utopia e o não lugar (HARDT, 2004). Não há sociedade de controle sem o mercado mundial e este controle é possível, mantido e reciclado com o uso das mais recentes tecnologias de vigilância e defesa. É neste mercado que as grandes corporações responsáveis pela produção de armamentos bélicos são expandidas e capilarizadas em contextos militares e civis chegando quando se tornam acessíveis à criação artística, emergindo o que vem a ser gradativamente nomeado como DroneART cujo escopo de ações, matérias e técnicas ainda encontra-se em cartografias dado o seu caráter recente, o que não a torna menos importante dado o papel crítico que esta arte representa, seja aos usos bélicos, seja aos usos civis de aeronaves remotamente tripuladas. Alguns artistas podem ser elencados como a paquistanesa Mahwish Chishty, o inglês James Bridle, o canadense Omer Fast, o americano Trevor Paglen, entre outros. Através de pinturas, pôsteres espalhados pela cidade, instalações, intervenções urbanas e aplicativos online que podem ser utilizados tanto nos computadores como nos celulares, estes artistas questionam ou tornam ambíguas as tecnologias cuja avaliação oscila entre o enaltecimento atribuído à eficácia técnica e o horror diante dos efeitos perversos sobre populações que se tornam alvo sem reação possível diante da imprevisibilidade ou mesmo impossibilidade de mudança do

curso de rota destas armas, esse horror também é apresentado através de intervenções artísticas em que mostram drones circulando nas metrópoles ocidentais. O artista Trevor Paglen vem se destacando ao exibir séries do que seriam "fotografias de drones", algumas delas tão somente remetem a um espaço aéreo quase vazio ou a um céu num entardecer qualquer: os drones quase não podem ser vistos apesar de estarem ali, uma reprodução, talvez, do próprio cotidiano civil de países outros ou mesmo dos próprios Estados Unidos. Num contexto no qual as grandes guerras foram substituídas por inúmeros e pequenos conflitos armados a DroneArt que pode parecer irrisória por não deter o curso das mortes torna-se um trabalho poético-político de resistência que não escapa das ambiguidades e ambivalências que caracterizam a tecnologia que tomam como matéria de criação.

Estética para a morte: certidão de óbito e suas implicações no cotidiano de populações rurais

Rebeca Ramany Santos Nascimento, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa "biopoder, gênero e pobreza em contextos rurais: a regulamentação da morte e as práticas de resistência no Sertão de Pernambuco", e compõe o projeto de mestrado, em andamento, 'Documentos da morte': a certidão de óbito e a regulamentação da morte em contextos rurais. O presente estudo tem por objetivos identificar as dificuldades e/ou obstáculos enfrentados por familiares de pessoas que morreram e seu registro de óbito não foi realizado dentro do prazo legal dos cartórios de registro civil, 15 dias úteis; e, analisar as implicações de erros contidos em certidões de óbito. O município locus da pesquisa se localiza no Sertão pernambucano. Assim, os interlocutores da pesquisa são mulheres e homens moradores de áreas rurais. A discussão aqui exposta se insere no eixo temático "Estado, democracia e movimentos sociais." Baseadas em Michel Foucault, analisamos a morte como um dispositivo inscrito numa rede de práticas discursivas e não discursivas, que podem ser presentificadas em instituições, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, práticas judiciárias etc. O registro de óbito, como uma das linhas do dispositivo morte, funciona estrategicamente como um instrumento que permite o Estado conhecer detalhadamente as regularidades da população. Uma de suas funcionalidades é conter as ameaças do anonimato que apresentam perigo eminente aos mecanismos de vigilância governamental. Delimitamos como objeto de estudo os processos judiciais para assentamento e retificação de registro de óbito. Como estratégia metodológica, utilizamos a pesquisa em documentos de domínio público. As fontes foram 25 processos judiciais para assentamento da

certidão de óbito: quando uma pessoa entra em óbito e sua família não realiza o registro no prazo legal dos cartórios; e, os processos cíveis para retificação no assento da certidão de óbito: quando é necessária a correção de alguma informação no referido documento. As análises dos processos judiciais para assentamento e retificação do registro de óbito evidenciam que a ausência desse documento restringe o acesso dos familiares de pessoas falecidos a direitos e garantias sociais. A impossibilidade de requerer o benefício de pensão por morte é uma das maiores restrições frente a ausência ou erro dessa certidão. No caso de natimortos não registrados civilmente, o benefício previdenciário de salário-maternidade é indeferido às mulheres trabalhadoras rurais que a ele têm direito na condição de seguradas especiais. É possível identificar nos processos que as famílias enfrentam inúmeras dificuldades no decorrer da ação judicial. A ausência ou erro da certidão de óbito, também, incide em dificuldades aos filhos herdeiros da pessoa falecida, no que diz respeito aos bens a partilhar. Os resultados indicam que para retificar uma informação ou suprir a certidão de óbito os requerentes se munem de provas testemunhais e documentais. Em geral, as testemunhas são parentes ou vizinhos que, por intimação da promotoria, devem comparecer ao fórum para audiência. Os documentos (civis, pessoais, institucionais) que compõem os processos são os mais diversos, a exemplo, certidão de casamento, procuração, declaração de pobreza, certidão de nascimento, declaração de óbito, identidade, CPF, título de eleitor, carteira de trabalho, carteira de filiação ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Os processos mostram que o maior número de provas evidencia uma maior probabilidade da questão em juízo ser sentenciada favoravelmente. Uma certidão de óbito só será retificada ou lavrada se existirem provas concretas que convençam os operadores da lei que tal documento deva ser averbado ou suprido. No que diz respeito às ações de retificação, alguns requerentes alegam, nos autos dos processos, sentimentos de 'humilhação', 'mágoa', 'discriminação', 'exclusão' e 'esquecimento', relacionados a ausência eu erro de seus nomes na certidão de óbito do parente falecido. Podemos observar como parte dos obstáculos enfrentados pelos autores desses processos o tempo de duração das ações e seus custos. Há processos com duração de quatro anos. Nesse período, é necessário gastos com transportes, xérox de documentos, autentificação de documentos em cartório, entre outros. É importante considerar que, em geral, os requerentes residem em sítios distantes da sede municipal, onde encontra-se o fórum, e no decorrer das ações se deparam com dificuldades financeiras. Concluímos que, enquanto prática judiciária, o assento tardio da certidão de óbito parece uma das formas pelas quais a sociedade define processos de subjetividade e formas de poder. Se o óbito não for realizado dentro do prazo legal dos cartórios ou o documento esteja

com alguma informação errada, é necessário que a família entre na justiça com uma petição para que esse registro seja suprido ou retificado. Contudo, dentro da lógica da governamentalidade é possível considerar a existência de práticas cotidianas que questionam os ordenamentos de controle e verdade. O próprio Foucault afirmava que onde havia poder, havia resistência. Dessa forma, o jogo de poder-saber possibilita resistências e estratégias diferenciadas para driblar as exigências documentais.

Etnografia narrativa e Psicologia Social: produção e análise de narrativas em pesquisas qualitativas

Maria Eugênia da Costa Machado, Patrícia Chaves do Nascimento, João Henrique de Sousa Santos, Vanessa Souza Eletherio de Oliveira, Nayene Gonçalves Vieira, Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Luciana Kind

O presente trabalho tem como objetivo discutir a produção e análise de narrativas em pesquisas qualitativas vinculadas à perspectiva da Psicologia Social, abordando questões éticas ligadas à esse tipo de pesquisa. O mesmo também compõe as atividades de pesquisa, financiada pelo CNPq, com foco em narrativas sobre a morte. Parte-se do pressuposto que a produção de narrativas implica em mapear recursos teórico-metodológicos que permitam investigar modos de subjetivação. Nesse sentido, aposta-se em perspectivas teórico-metodológicas com foco na produção de narrativas para evitar a polarização sujeito/sociedade, sujeito/natureza, sujeito/cultura, aprimorando-se a mirada investigativa nesse campo. Portanto, para abranger a complexidade dos discursos narrativos coletados e superar tais polarizações, fazem-se necessários pontos de vista que englobem as dimensões literárias, históricas e sociais dos textos/ entrevistas, sendo que na entrevista narrativa o pesquisador precisa mergulhar nas experiências dos atores sociais. É preciso que pesquisador e interlocutor atuem sobre suas capacidades de afetar e serem afetados e fundem, no momento já da entrevista, novas maneiras de sentir e contar histórias. Observa-se um interesse crescente no uso das entrevistas narrativas em pesquisas de Psicologia Social, embora se observe carência de discussões aprofundadas acerca da produção e análise de narrativas em pesquisas qualitativas com grande alcance nos veículos científicos nacionais. Nessa perspectiva, as discussões propostas nesse trabalho se orientaram por meio da pesquisa bibliográfica. Com o intuito de mapear as investigações da produção de narrativas no campo da Psicologia Social, foi realizado um levantamento bibliográfico da produção publicada nos Periódicos CAPES nos últimos 10 anos (2002-2012). Os textos apontados como referência no campo das narrativas foram considerados para o aprofundamento das análises. A leitura exploratória do material encontrado permitiu-nos diferenciar abordagens

específicas e possíveis combinações entre elas. De modo aprofundado, enfatiza-se, neste trabalho, a etnografia narrativa e alguns estudos em história oral, situando perspectivas específicas sobre as estratégias de "entrada, permanência e saída" do campo. O estudo também focaliza ferramentas de análise relacionadas a diferentes formas de produção de dados inspirados em métodos narrativos. Como resultado dessa revisão teórico-metodológica, pode-se observar que a discussão internacional apresenta consistência no campo das narrativas, com um número considerável de produções. Dos trabalhos encontrados, verifica-se que no campo da Psicologia Social, há um uso, ainda, reduzido, apesar do aumento, de tal recurso teórico-metodológico. Notou-se que as narrativas viabilizam a compreensão do modo como as experiências humanas subjetivas são compartilhadas. Para tanto, o significado é enfatizado, pois, além de ser produzido por histórias e influenciado pelas relações entre o narrador e os demais sujeitos, gera processos de conhecimento e multiplicidade de formas para se captar experiências vivenciadas socialmente. Conclui-se que a descrição e a análise de narrativas em pesquisas qualitativas vinculadas à perspectiva da Psicologia Social favorece a investigação dos modos de subjetivação, tendo em vista que proporciona relevância à voz daqueles que narram e, portanto, compartilham a experiência de vivenciar, explicar e interpretar os fenômenos. Assim, a narrativa não pode ser considerada como um texto fixo, mas sim um evento social, múltiplo e polissêmico pelo qual é possível evitar a polarização sujeito/sociedade, sujeito/natureza, sujeito/cultura. No entanto, enfatiza-se, ao final do presente estudo, que faz-se necessária a ampliação de estudos nacionais acerca da temática aqui proposta para a devida discussão e consistência da produção e análise de narrativas em pesquisas qualitativas, em especial no campo da Psicologia Social.

Facebook, autobiografia em rede e produção subjetiva contemporânea

Pâmela Bezerra da Silva, Idilva Maria Pires Germano, Camila Brasil Uchoa de Albuquerque, Livia Maria de Andrade Pontes

O gênero autobiográfico tem se transformado intensamente, refratando as mudanças socioculturais da sociedade contemporânea. Hoje a expressão de si é impulsionada pelo desenvolvimento das novas tecnologias, tornando-se cada vez mais audiovisual, rápida e orientada para a “câmera”, como se pode observar nas redes sociais e outros espaços virtuais. Aproximando-se da linguagem publicitária dos clipes, esse “eu” distancia-se da configuração subjetiva propriamente moderna, cujo protótipo é o romance – que tem como cerne a articulação temporal e consequencial de eventos no tempo (com seus personagens, motivos, metas,

paisagens e desfechos condensados numa trama) – construindo-se, aparentemente, de forma fragmentada e dispersa: fotos, frases e vídeos sem a articulação de um enredo e baseada, predominantemente, em momentos isolados do cotidiano; sinalizando que outros modos de subjetivação são forjados ao usarmos esses novos suportes tecnológicos. Este estudo filia-se a uma Psicologia Social e Sociologia criticamente orientadas, focalizando a interface entre mídia, produção de subjetividade e crítica cultural. A partir de estudos teóricos sobre o gênero autobiográfico (Lejeune, Arfuch, Delory-Momberger, Larossa, Harvey, entre outros) e da literatura crítica sobre a 1ª e 2ª modernidade é que buscamos problematizar possíveis transformações nas práticas autobiográficas contemporaneamente (textuais, tecnológicas, interacionais etc.) articulando-as a mudanças estruturais mais amplas da sociedade contemporânea (socioeconômicas, politicas e culturais). Discutimos neste trabalho dois pontos: a) a mudança acentuada na experiência do espaço-tempo na sociedade contemporânea ("presente estendido", fragmentação do tempo, "crise do futuro" e declínio da noção de projeto de vida) e b) o papel das novas práticas autobiográficas na produção de uma subjetividade particular, que seguiria os moldes do "novo espírito do capitalismo" (conectada, flexível, nômade, desenraizada do passado e do futuro distante). Assim, a proposta tem relação direta com o eixo temático no que toca as "contribuições que envolvem as produções discursivas [...] em contextos midiáticos" e "os processos de subjetivação mediados pela comunicação globalizada na sociedade contemporânea". Como resultados, assinala-se uma mudança acentuada na relação espaço-tempo decorrente do acelerado impulso nos transportes e nos meios de comunicação, especialmente, a difusão de novas ferramentas tecnológicas. Questiona-se se a experiência de profundidade e interioridade do sujeito moderno, subentendida na noção tradicional de autobiografia – alguém que vasculha sua vida, dotando-a de sentido e coesão mediante a narração dos eventos e experiências vividos – estaria em declínio, dando lugar a uma subjetividade instantânea, presa ao presente e distante do passado. O Facebook, ao focalizar o intercâmbio de informações de forma vertiginosa não estimula o escrutínio do passado e do futuro, mas, as relações interpessoais simultâneas e a interatividade, na esfera do tempo curto. Funciona como os artefatos da publicidade, com a exibição e descarte rápido de imagens e informações pessoais. Tal configuração pode estar relacionada à efemeridade e aceleração do consumo, características da economia de acumulação flexível. Essa volatilidade abrange também os processos de trabalho, ideologias e sensibilidades, de modo a atingir a massa consumidora não só corporalmente (por meio da moda), mas principalmente psicologicamente. Nessa economia-subjetividades, a tendência à instantaneidade e

efemeridade, atinge não somente produtos, mas também estilos de vida, valores, pessoas (Harvey, 1992). Seguindo essa linha, também podemos relacionar as novas práticas de si às demandas da ordem econômica contemporânea, com base nas formulações sobre o "novo espírito do capitalismo" (Boltanski & Chiapello, 2009), uma configuração ideológica que valoriza certo tipo de sujeito e, portanto, certo tipo de trabalhador: aquele que se adapta bem às transformações do novo trabalho no capitalismo pós-industrial e suas consequências em termos de flexibilização, precarização laboral, desemprego, redução dos benefícios do Estado de Bem Estar Social, entre outras. De modo geral, concluímos que a autobiografia parece ser vista hoje como um gênero em transformação, impelido pela expansão de novas tecnologias (entre essas, os populares sites de redes sociais como o Facebook). As práticas de si em rede ganham novos contornos de fragmentação, centralidade na imagem e declínio de formas narrativas (ao menos o tipo de narração autobiográfica consagrado no diário íntimo) que sugerem novos modos de subjetivação em curso. As atuais práticas de si, ilustradas no caso do Facebook, apresentam-se simultaneamente como produtos e produtoras da nova ordem social e associam-se à reconfiguração econômica e à flexibilização do trabalho, à medida que emergem das novas demandas do capitalismo, mas também ajudam a produzi-lo e legitimá-lo. Por fim, consideramos importante que mais investigações sejam conduzidas questionando que sujeito está em construção no Facebook e de que forma essas novas práticas de si podem legitimar relações e práticas sociais dominantes no atual momento do capitalismo.

Gingáfrica: identidade e empoderamento na Comunidade da África

Anna Carolyna Sousa Arnaud do Nascimento, Mirella Laino Fulco Cordeiro, Claudia Gibson, Sandy Giulian Silva de Souza, Othon Narbal Rabelo de Oliveira, Tatiana Minchoni, Daniela Bezerra Rodrigues

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo realizada na comunidade da África, a qual faz parte do bairro da Redinha, localizada no município do Natal/RN, visando à criação de um projeto de intervenção nesta comunidade. O foco central para nosso projeto de intervenção foi o Centro Cultural Gingáfrica, que está localizado no bairro da Redinha, mas que atende a Comunidade da África, que possui uma história e contexto sociais bastante peculiares. A origem do nome é atribuída a duas famílias de pescadores de etnia africana que lá se instalaram há algum tempo atrás. Como muitos dos novos moradores eram também da mesma etnia, convencionou-se chamar o lugar onde residiam de África. Naquele tempo, assim como nos dias de hoje, a Comunidade da África ainda é cercada de dunas, rios e praias que, por seus imensos atrativos, tem despertado grandes interesses comerciais pela região, especialmente, relativos ao

turismo. Apesar disso, nenhum investimento é feito em benefício da população, que em boa parte ainda vive em péssimas condições de vida. A fim de minorar os efeitos de tal injustiça social, o Gingáfrica atua como uma instituição filantrópica que conta com o apoio e ajuda de diversos colaboradores e possui como objetivo o resgate dos valores sociais e culturais da Comunidade da África, de maneira a possibilitar o fortalecimento da identidade e da autoestima dos moradores daquela comunidade. O Gingáfrica oferece diversas atividades sem custo adicional para a comunidade, exceto aos praticantes das aulas de dança e capoeira, cujos alunos contribuem com o que podem para ajudar no pagamento das despesas do local. Algumas das atividades oferecidas na instituição: Capoeira, Hip-Hop, Tae-Kwon-Do, Dança de Salão, Percussão entre outras. Este trabalho foi construído tendo como base metodológica a Investigação Ação Participante (IAP), a qual pode ser definida como processo investigativo que busca solucionar problemas sociais concretos tendo por base o saber coletivo já existente. Em outras palavras, os saberes produzidos pela comunidade em seu cotidiano são investigados e tem um papel primordial na IAP, tendo em vista que a problemática emerge da própria comunidade. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes do Gingráfica, com agentes internos da comunidade da África, como por exemplo, psicóloga, nutricionista e assistente social do CRAS, com moradores da comunidade, bem como foram produzidos diários de campo, os quais permitem a reflexão sobre o campo, chegamos assim à conclusão que o problema mais fortemente apontado é a forma como os moradores da África lidam com a drogadição ali existente. E isto acarreta para a comunidade além de exclusão e estigmatização por parte da sociedade, um quadro de violência e conflitos familiares. Assim, propomos um projeto de intervenção que vise à prevenção e o combate ao aumento significativo do número de usuários de drogas na Comunidade da África, por meio do Centro Cultural Gingáfrica, uma instituição de intervenção comunitária, visando assim ampliar sua participação e ação na Comunidade da África, por meio de novas parcerias e novos multiplicadores dessa ação conscientizadora, pois é através da junção entre as atividades oferecidas na instituição e o diálogo conscientizador empregado pelo coordenador da instituição que há uma mudança na realidade social da comunidade; é através dessa soma de ações que há um empoderamento dos envolvidos direta e indiretamente com as ações da instituição. Com a implementação de uma ação mais abrangente na comunidade dessa conscientização por meio do diálogo, o coordenador e seus multiplicadores podem fortalecer e encorajar os membros das atividades a não se acomodarem mediantes a realidade da drogadição a qual estão expostos, mostrando maneiras de reinventar o contexto social da comunidade, agindo localmente, mas praticando ação com

abrangência global. Como resultado final desse trabalho foi produzido um conhecimento crítico que fez com que houvesse uma reflexão sobre a realidade social vivida por estes cidadãos na presente comunidade e, por conseguinte, almejar a obtenção de mudanças daquele quadro existencial, ou seja, a amenização da problemática das drogas.

Juventude, multiplicidade, devir: experimentações inusitadas

Felipe Augusto Hadade Telles, Soraia Georgina Ferreira de Paiva Cruz

Esse trabalho é desenvolvido num estabelecimento de atendimento a infância e adolescência considerados em situação de risco pessoal e social, no interior do Estado de São Paulo. Instituímos práticas interventoras interrogando a invenção histórica desses sujeitos, criando espaços de exercícios de cidadania e de rompimento com posturas assujeitadas dos jovens. Afirmamos a vitalidade e a irrupção da novidade como possibilidade de construção de novos modos de experimentação da juventude em cada encontro. Tomamos como base o exercício de pensamento denominado Genealogia Cartográfica. Neste sentido é perceber-se em movimento lado a lado com os sujeitos estabelecendo um encontro virtualmente intensivo, e que possibilite uma composição e um agenciamento de forças que disparem múltiplas vias em que multiplicidades se tocam. Ou seja, iremos acompanhar os rastros de uma Biopolítica naturalizante, uníssona e hegemônica, bem como retomar o corpo como um lugar de imanência. A Cartografia visa mapear as rupturas, as brechas históricas e as linhas que sustentam os conceitos de modo a se pensar que vida vale a pena ser vivida e em quais são os processos que a tornam possíveis. Assim, a problemática a ser investigada não será feita por ódio à mesma. Ao contrário: da relação é de intercessor, dando passagens aos devires surge uma alegria (não a alegria de odiar), mas a alegria de querer destruir aquilo que mutila a vida. Nesse sentido cartografar é perceber-se de corpo na intervenção numa relação intensiva que busca as linhas de fuga de uma subjetivação produzida historicamente. Nossa estratégia de atuação baseia-se em realizar intervenções nômades em consonância com o pensamento de Hakim Bey, autores anarquistas e de Análise Institucional levando-nos a implementar a crueldade (“fazer um corpo se mexer” para se transformar, no sentido dado por Artaud) em vários espaços. Apostando que as intervenções tinham que ser efêmeras e radicalmente efetivas em mudanças no cotidiano de estabelecimentos e da cidade. As atividades instituintes foram: O corpo como tela; O Jongo e a cultura negra; O dia do trocado; Oficina de pipa; Pau e Lata; Arte e cantos ancestrais; Devir animal; Contos fantásticos. Intervenções: O Corpo como tela. Através do uso da tinta neon e da luz negra, buscou-se uma abertura para o novo, o inédito, o corpo diante de novas possibilidades

e sensibilidades. A oficina também busca uma desconstrução das subjetividades massificadas, além de servir como fator de afetivação que aciona nosso corpo vibrátil. A valorização do coletivo como Potência que afirma as diferenças. Coletivo esse que propiciam novos devires, novas intensidades e novos agenciamentos. As crianças foram vendadas e pintadas com tinta neon e logo após adentraram uma sala totalmente escura e com música ao fundo quando retiraram a venda e não se via nada, após esse momento, acendeu-se a luz negra. O Jongo e a cultura negra: O Jongo – tido como pai do samba – e a capoeira angola foram tomados como dispositivos, nessa experimentação trouxemos elementos do candomblé e da cultura negra para um estabelecimento religioso (católico) instaurando a vivência dessa cultura com seus cantos, suas artes, descristalizando preconceitos e instituindo a crueldade. Dia do Trocado: Visando a desnormatização/desnaturalização dos gêneros, propusemos que as crianças "invertessem a personagem". Nessa proposição fomos tomados pelo disruptivo, onde as próprias crianças saíram pelo estabelecimento travestidos e passaram de sala em sala se apresentando. Pau e Lata: oficina de percussão com instrumentos construídos com qualquer tipo de material. Dessa forma, procurou-se discutir a sociedade de consumo, bem como os modos de subjetivação hegemônicos que produzem determinadas verdades onde a música (e a vida) somente podem ser produzidas através de instrumentos e lugares específicos e com tempo de estudo. Esses processos possibilitam a criação de novas sensibilidades e de novos modos de subjetivação que podem ser postos em circulação. Essa articulação entre Psicologia, Arte e Educação passa a funcionar como uma rede transdisciplinar produtora de sentidos fecundos e poéticos a corpos que antes se submetiam a expressões rígidas desencarnadas de afetos.

Localismo e nacionalismo nos rastros das torcidas: os casos de Rio de Janeiro e Buenos Aires

Leonardo Perdigão Leite, Pedro Jorge Lo Duca Vasconcellos, Julio Cesar de Lima Bizarria

É com pouco apreço que as ciências sociais observaram (e ainda observam, a despeito das várias vozes dissonantes) o fenômeno esportivo; particularmente a psicologia social, no magistério de Gustave Le Bon que, com seu trabalho acerca das várias formas de agrupamentos contingentes, entenderia que um indivíduo racional em meio às multidões exsurgidas nas grandes metrópoles após a Segunda Revolução Industrial. Nesse cenário é que o futebol, por meio de relações mercantis com a Inglaterra, fundadora do esporte na sua faceta moderna, desembarca, transmuta-se e torna-se uma das mais emblemáticas manifestações culturais do século XX nas cidades de Rio de Janeiro e Buenos Aires. Dessa forma, o futebol de associação tem, para essas

metrópoles, a força das grandes representações metonímicas. Embora ubíquo nas duas cidades, o esporte se manifesta de modo bastante distinto em cada uma delas, e permite articulações igualmente díspares com outros domínios do social. O grafite, que décadas mais tarde reproduz a trajetória do esporte britânico nos meios acadêmicos, permite, como manifestação simbólica capaz de materializar no espaço as particularidades de cada cidade, vislumbrar relevantes aspectos da formação histórica e identitária do esporte nas duas cidades latino-americanas: enquanto a capital argentina privilegia elementos localistas, ao ponto de cada clube representar especificamente seu bairro, a urbe fluminense, sob o signo da neutralidade hiperbólica do Estádio Jornalista Mário Filho, vulgo Maracanã, é palco dos amplos projetos de (re)construção de uma identidade nacional. A exploração do tema, como dos elementos iconográficos recolhidos, vale-se das digressões do pensamento pós-moderno de Michel Maffesoli sobre a natureza e o funcionamento do imaginário social, de um lado, e as correntes que, com o desdém intelectualista e elitista pelo esporte que seus pressupostos filosóficos implicavam, concentraram-se ao redor da sombra de Theodor Adorno. Enquanto os últimos pontificam acerca da alienação, da falsa consciência e da relação entre superexploração e "tempo livre", o primeiro, seguindo de perto uma tradição fenomenológica que procura se aproximar de aspectos mais concretos da vida cotidiana, afirma que a imagem é produto do imaginário, e não elemento constitutivo deste. Os grafites com motivos futebolísticos, destarte, produzem, em concorrência ou confluência com outros discursos, as disposições psicológicas sob as quais atuam as comunidades de torcedores em cada local. Portanto, se, no caso da capital argentina, é possível identificar nos grafites com motivos futebolísticos um caráter fragmentário, nos quais o fator prevalecente é a demarcação e apropriação simbólica de um determinado território entendido como particular, em consonância com a formação arquitetônica da cidade, com seus aspectos racional e retilíneo que refletem as construções urbanas sob a égide das colônias espanholas, em que a emergência do futebol serviu para propósitos de diferenciação local numa cidade homogênea; no caso carioca, ao contrário, o aspecto fundamental dessas manifestações imagéticas e discursivas é o de unificação, sobretudo nas representações referentes à seleção nacional. As características distintas do esporte nas duas cidades permitem, igualmente, a identificação de modelos nos quais o futebol de associação seria, por um lado, elemento expressivo das comunidades e, por outro, veículo de discursos unificadores propostos de cima. Dessa forma, as implicações sobre os usos do espaço, os deslocamentos populacionais, as formas de vida associativa e a coesão social em sentido mais amplo estão profundamente ligadas às noções de memória coletiva, identidade e território.

Movimento da música brega no Recife: reflexões sobre distinção e grupos sociais

Larissa dos Anjos Leão

O brega surgiu na década de 60 como um movimento das classes baixas frente aos preconceitos sofridos pela segregação racial e social, sendo então chamado pejorativamente de "Cafona" pela classe média do Rio de Janeiro, já que essa palavra, oriunda do italiano "cafóne", significa "humilde", "vilão" e "tolo" (Aldo, 2010). Nomes artísticos como Agnaldo Timóteo (que era engraxate), Valdick Soriano (faxineiro e servente de pedreiro) e Wando (feirante e vendedor de jornal), marcavam esse ritmo que sofreu tanto pela população que ridicularizava o modo como esses compositores construíam suas músicas quanto pelo período difícil em que vivia o Brasil, ápice da ditadura militar. A partir da década de 80, esse estilo passou a ser chamado de "brega" e se disseminou mais fortemente pelo Brasil, principalmente na região nordeste do país, onde ainda é frequentemente associado às classes baixas. No início do século XXI, ele foi marcado pela transformação do romantismo exacerbado em sexualidade crua, mudando a base dos instrumentos e, radicalmente, a maneira de dançar, reforçando ainda mais a segregação. No entanto, de dois anos para cá, podemos perceber uma mudança em relação ao público e ao discurso da mídia. Essa mudança refere-se ao fato de que pessoas das classes altas vêm escutando e consumindo o brega a partir do momento em que algumas bandas têm aparecido com o intuito de atender exclusivamente à demanda desse novo público. Contudo, essa ampliação do público que escuta brega mantém os processos de segregação social e de distinção que separam o "brega bom" do brega identificado à periferia, pois, mesmo com ritmo e letras semelhantes, há uma distinção clara em relação aos locais onde tocam e o figurino usado em cada contexto. Este trabalho parte, então, do desejo de se entender esse movimento a partir da percepção do surgimento desse novo público e de um novo mercado, especificamente na região metropolitana de Recife, em Pernambuco. O objetivo é entender como esses ouvintes diferenciam esse novo brega, tanto nas características das músicas, como no que se refere a uma performance comportamental típica do brega de "periferia", no sentido de descrever os elementos que permitem que o que antes era negligenciado, hoje seja aceito por uma classe dominante em termos culturais. Para isso, realizou-se uma entrevista semi-estruturada com duas bandas de brega, em momentos separados (uma sendo considerada uma banda clássica de periferia e outra voltada para classe alta), e um questionário, aplicado em 30 jovens de diversas condições socioeconômicas, contemplando informações sobre gosto musical, identificação, grupos e classes sociais. Percebeu-se que a identificação e o figurino são as peças-chave que

segregam o conjunto do gosto musical dos dois grupos, pois os resultados apontam que as classes apresentam diferentes discursos em relação à influência que sofrem desse ritmo no seu dia a dia. Como exemplo, um dos entrevistados, que se caracterizou como classe baixa, argumentou que realmente se identifica com as letras: "Na verdade, são as letras das músicas que me fazem ouvi-la por retratar coisas que me parecem mais próximas" (jovem entre 19 e 25 anos). Por outro lado, a outra parcela dos entrevistados apenas acham engraçados os termos e gostam de dar algumas risadas: "pode ter um trecho muito engraçado, seja pela forma de falar, uma gíria que nosso grupo se certifique de que seja tão desconhecida que cause um estranhamento e faça graça." (Jovem, entre 19 e 25 anos), isto é, as letras se apresentam como alheias às suas realidades. Quanto ao figurino, a entrevista com a recém-chegada "Brega à la Carte" deixou clara sua opinião ao dizer "a gente se veste pro show e depois troca de roupa, os Mc's são como tocam... A gente se veste de forma bem... não é carnavalesca, mas é alegórica. Não chega a ser um 'Falcão da vida', mas é quase. É um 'Falcão chique' o que a gente usa". Em relação às performances durante shows de bandas direcionadas ao público das classes média e alta, pudemos observar um comportamento que indica elementos para uma distinção social. Nessa ocasião, um jovem dita um afazer doméstico, como "lavando os pratos", e todos do grupo acompanham a mímica enquanto dançam ao ritmo das batidas. Dessa maneira, esses grupos se diferenciam do padrão da periferia, pois zombam com o fato de elas, as empregadas domésticas, se identificarem e ouvirem essas músicas durante o trabalho, enquanto eles podem dançar, desde que exibindo uma marca distintiva de sua posição. Dessa forma, a inserção desse ritmo nas elites parece não agredir o status quo das relações entre as classes e a cultura. Assim, a mídia tira proveito desse contexto e colabora com esse movimento, abrindo espaço para vários outros bregas - tidos como "pobres" - começarem a ser ouvidos pelas classes média e alta, consolidando bandas que há muito tempo existem, mas que só agora ganham visibilidade.

O conto clínico: o relato de caso como obra de ficção

Carla Fonseca Reis, Cristiane Rodrigues da Silva Grillo

Desde seus primórdios, Psicanálise e Literatura andaram de mãos dadas. O pai da Psicanálise admitia que os escritores exploravam dimensões da alma humana pelas quais a psicanálise ainda engatinhava. Obras literárias foram usadas enquanto inspiração e comprovação das descobertas teóricas freudianas. Podemos citar como exemplos o uso de textos como Édipo Rei de Sófocles, Macbeth de Shakespeare, O homem de areia de Hoffmann, Gradiva de Jensen e Memórias de um doente dos nervos de Schreber. Apesar de todos os acréscimos que a literatura permitiu à

Psicanálise, essa relação causava grande receio à Freud, pois esse temia que sua nova teoria fosse desacreditada e considerada mera ficção literária, afastando-a do status de ciência que tanto desejava. Vários são os autores que apontam para o fato de Freud ter uma forma extremamente romanceada de apresentar as narrativas de seus casos clínicos. Herrmann nos apresenta o fato de que o pai da psicanálise "pensava por escrito", em uma espécie de compulsão literária. Assim como grandes literatos que afirmam uma necessidade de escrever como forma de elaborar questões que os tomam, Freud encontrou na escrita uma ferramenta para pensar sobre as histórias vividas na prática analítica e transformá-las em teoria. Assim, Psicanálise e Literatura se constroem enquanto espaços que permitem a constituição da subjetividade. As construções de relatos clínicos, enquanto modo de elaboração, passaram a ser conduta costumeira na prática da Psicanálise. Freud nos diz que estas construções devem conter um ponto fixo em torno do qual se fará uma teorização sobre o caso; é ferramenta tanto para que o analista pense sobre seu paciente, quanto para que ele desenvolva uma construção teórica. A escrita de uma sessão clínica em Psicanálise não pode ser chamada apenas de relato, ela envolve uma elaboração intensa por parte do analista. O que é escrito está para além das falas ditas entre analista e analisando ou dos acontecimentos que se dão desde a hora da chegada do paciente ao momento em que ele sai. Aquilo que o analista registra no papel fala não apenas de si ou do paciente, mas do campo que se instaura na relação entre os dois, campo este da ordem do ficcional e do imaginativo. Baseados na teorização de Herrmann, devemos considerar que "ficcional" não significa falso, nem mesmo cientificamente menor, mas uma verdade peculiar à literatura; é uma hipótese que se deixou frutificar até as ultimas consequências. Da mesma maneira que um escritor cria uma narrativa literária através da suspensão da realidade, o analista constrói várias narrativas com seu paciente. Poderíamos apreender essas narrativas como "prototeorias", ou narrativas literárias de caráter científico. Apesar do grande desenvolvimento da teoria psicanalítica, ainda podemos pensar a Literatura uma grande referência para a Psicanálise em vários sentidos. Ela torna-se um grande reservatório de material clínico a partir de sua matéria-prima, como: simbolizações, palavras, formas imaginárias, figuras de linguagem e escansões. Os próprios personagens que habitam a obra literária podem nos oferecer inteligibilidade sobre as matrizes de subjetividade. Com frequência podemos reconhecer nessas personagens angústias e ansiedades que também encontramos na clínica. Pensar a história desta personagem pode trazer novos olhares para a história contada por nossos pacientes, nos levando à possíveis novas elaborações. A relação da escrita literária com a escrita psicanalítica não tem apenas a função de torná-la mais "agradável", "atraente" ou "mais fácil". Mas a literatura,

muitas vezes, é a única forma de linguagem que tem a capacidade de acessar os processos psíquicos que nem sempre se fazem disponíveis pelo relato científico. Ainda segundo os mesmos autores, registrar a cena analítica à moda da construção literária de um personagem, permite dar vida a este personagem real fazendo-o reviver cada vez que o relato é retomado, possibilitando novas inteligibilidades sobre as nuances do subjetivo. Isso pode ser feito, como o é por escritores criativos, a partir da escuta de nossas próprias impressões que ficaram gravadas em nós pelo discurso do paciente. Nos aproximarmos da Literatura, portanto, pode introduzir novos elementos ao nosso modo de construir a narrativa clínica. É necessário compreender que a ficção surgida a partir desta narrativa não diz de algo que esteja fora da realidade, mas que está embasada na realidade inconsciente construída na relação analista-analisando. Assim nos é possível um novo modo de criar e recriar os acontecimentos da sessão sendo sempre fiéis ao roteiro da relação transferencial.

Paisagem e Psicologia Analítica

Denise Lisboa de Almeida

A psicologia analítica de Carl Gustav Jung possui tradição clínica, com tentativas recentes de abrir-se a novos campos. Este trabalho é resultado de uma incursão na filosofia da paisagem, na figura de Augustin Berque, em busca de subsídios para a construção de um pensamento consistente da ecologia na psicologia analítica. Espera-se que a partir de uma base teórica sólida possa ser possível construir novas práticas da psicologia analítica também no âmbito da psicologia social e ambiental, indo além da clínica tradicional. Portanto, a proposta vai de encontro a temática do GT Ecologias outras: traçados poéticos, estéticos e políticos, pois visa a interdisciplinaridade e inserção da psicologia analítica na proposição de formas inventivas de compreender a ecologia e a unidade entre indivíduo e meio. Jung encontrou grande campo de estudo entre os chamados "povos primitivos" em sua época, pois, segundo ele, a psique destes possuía um funcionamento exteriorizado: entre o meio ao seu redor e eles, não havia distinções e limites claros. Uma inseparabilidade do ser humano do seu meio, de sua psique do mundo material. Esta ligação foi compreendida como uma projeção dos conteúdos psíquicos lançada no meio, em uma concepção de dois mundos distintos: o eu e o outro. Na tentativa de compreensão e ampliação sobre a interação e integração entre psique e meio, busca-se na filosofia da paisagem de Berque alternativas para ampliação da compreensão desta relação. Berque utiliza-se do conceito de paisagem, seu nascimento e seu devir, para falar sobre este tema. A paisagem se encontra no local fronteiriço entre o homem e a natureza, que tem uma

existência física que em si não necessita do humano, e ao mesmo tempo possui a presença do espírito humano que compõe a paisagem, que a nomeia, situando-a numa história e cultura (BERQUE, 2009, p. 84). A partir desta concepção, o autor faz uma crítica ao paradigma ocidental moderno clássico (POMC), que perdura até hoje e que é o responsável pela transformação do universo em dual e objetal - descomicizado. Tal paradigma acaba transformando-se no âmbito do espaço como um mata-paisagens, por promover o desmembramento desta de sua integração inicial. A relação entre humano e meio passa ser somente sobre o shang, isto é, o gosto pessoal em contrapartida ao coletivo (BERQUE, 2009, p. 89). O caminho indicado por Berque é a superação da modernidade, com a construção de um novo paradigma – o paradigma ecumenal. A palavra grega ecúmena nominava a parte da terra habitada pelo ser humano. Ela possui a ideia de habitar um local e da relação profunda do ser humano na terra, pois referencia a humanidade ao planeta e o planeta à humanidade. Em resumo, a paisagem é este elemento que resgata esta unidade orgânica que é o ser humano e o meio. A partir desta reflexão sobre a paisagem, é possível complementar a fala de Jung sobre os "povos primitivos". Também o homem moderno parece ter o seu funcionamento psíquico exteriorizado. Ao tratar o mundo externo como objeto, sem uma relação entre seres que possam trocar e compartilhar, o próprio ser humano começa a se adentrar em uma crise (também ambiental) que coloca a si próprio em risco. Afinal, como homo, seres da terra, não podemos habitar, ser, individuar-nos, se não for neste mundo e em unidade com ele. Neste sentido, a psicologia analítica aborda a necessidade de considerar-se uma medida que não considere somente o shang, para individuar-se. A individuação, longe de se aproximar do conceito de individualização (centrada no indivíduo é ir em busca da sua totalidade para tornar-se a si mesmo, que somente é possível neste mundo e em relação direta com ele. Portanto, enquanto o nosso atual paradigma moderno vai de encontro a individualização, a individuação encontraria um melhor diálogo com o paradigma ecumenal, pois é necessário estar em relação com o mundo para trilhar este caminho. No diálogo com a psicologia analítica, esta nos parece apontar, assim como a filosofia da paisagem de Berque, para a transformação do paradigma atual. Uma transformação que resgate o mundo imaginário e as experiências primordiais da relação do ser humano neste mundo, que é ele próprio.

Percepções sobre os usuários da Assistência Social sobre o Programa Bolsa Família: uma investigação

Christian Svoboda

A apresentação traz informações sobre a pesquisa de Mestrado em Diversidade e Inclusão (Universidade FEEVALE) sobre as percepções dos usuários da assistência social acerca do programa de transferência de renda Bolsa Família, notavelmente aqueles que utilizam o dispositivo público do Centro de Referência de Assistência Social. O debate relaciona proteção social, programas de transferência de renda e a percepção que os usuários da assistência social utilizando-se para isso a Sociologia Compreensiva de Michel Maffesoli.

Pesquisar com imagens: revisitando as práticas e os cotidianos de trabalho em saúde

Bruna Caroline Comel, Lizia Pacheco Porciuncula, Jaqueline Tittoni, Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira

Esta exposição trata de uma prática junto a equipe de saúde da família, situado no bairro Belém Velho em Porto Alegre, que iniciou em setembro de 2010. Através de monitoria pelo Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde, Pet-Sáude II, se apresentou um espaço acadêmico com perspectiva de pensar a relação entre academia e prática em saúde, relacionando os campos de saberes da psicologia com os demais cursos da área. Durante Mais de um ano, criamos vinculo com a comunidade e com os trabalhadores dessa equipe e fomos pautando e propondo ações interdisciplinares. No início de 2011, vinculei o estágio obrigatório à monitoria, e logo em seguida o projeto Pet-Saúde II teve seu fim, o que me fez repensar minha prática nesse local. Para tanto, passei a participar da pesquisa "O trabalho como uma arte: as práticas e os saberes produzidos nos cotidianos de trabalho", que é a principal referência desse estudo. Através do projeto direcionei meu olhar e também minha prática a outras maneiras de atuação. Se antes a ideia era propor atividades interdisciplinares pensando o papel de várias áreas que poderiam compor a saúde, a partir de então, direcionei meu olhar a pensar o trabalho e as relações com as Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) nesse território. A pesquisa trouxe novos elementos e questionamentos. A imagem, em especial a fotografia, surge como forma de visibilizar o trabalho e dar voz ao olhar que se produz no território para poder repensá-los e recriá-los. Em razão da pesquisa, as ACS são convidadas a participar de oficinas de fotografia na unidade de saúde. Seria feita primeiro uma oficina de sensibilização e depois mais dois ou três encontros para a produção de imagens pelas ACS. No entanto, os encontros foram se reorganizando em caminhadas para fotografar. Essas caminhadas eram feitas com uma ou duas agentes por vez, visto que houve uma dificuldade para reuni-las. Nessas caminhadas, vários questionamentos foram tomando corpo e inquietações foram se criando em relação aos papéis estabelecidos entre a equipe saúde e as ACS e entre as ACS e a comunidade. Foram feitas fotografias dentro e fora

da unidade, e o conteúdo dessas imagens foi muito diferente. Foram produzidas dentro da unidade imagens que refletem o cotidiano de prescrições, prontuários, fichas e verdades quase fixas sobre saúde. No caminhar as fotos surgem de maneiras muito diferentes: fotos de casas, de pessoas, de lugares; são imagens que dizem de um trabalho que se relaciona com o cotidiano de uma comunidade e seus fluxos de acontecimentos. Como o território de trabalho das ACS é onde elas residem, elas tem contato direto com este lugar e esses fluxos. Seu papel aparece como ponte de ligações entre os outros trabalhadores da equipe e da comunidade. O mesmo ocorre com relação ao conhecimento em saúde, que situa-se no entre: entre o saber em saúde e o saber em saúde construído com a comunidade. Acompanhar o cotidiano das ACS mostrou que para além dos encaminhamentos, seu trabalho dá visibilidade às dificuldades dessa comunidade. Assim como as dificuldades dessa comunidade são invisibilizadas, muitas vezes o trabalho dessas agentes também não é visto para além dos registros quantitativos do seu trabalho. A caminhada pelo território mostra esse trabalho diferenciado, através do qual são produzidos os cuidados em saúde com essa comunidade. Pode-se afirmar que existe uma dicotomia entre a ideia de trabalho que é exigida das ACS - através de números de visitas por exemplo - e o trabalho que elas exercem desde a saída da unidade. Este trabalho se relaciona com o olhar para questões invisibilizadas da comunidade: ouvidos que escutam os ruídos, falas e pedidos de cuidado, que se diferenciam dos atendimentos, e a voz que conversa e compõe a saúde. Ao longo deste processo, pude pensar também o meu lugar dentro dessa equipe e o quanto me sentia convocada para exercer também o papel prescritivo e delimitado dentro da ideia tradicional da psicologia. Permaneci no território quase dois anos e meio, e ao entrar na pesquisa e pensar o trabalho e a imagem, pude olhar de outra maneira para esse lugar, para os papeis que vão sendo criados e pude des-cobrir outro território, outros fazeres e outras maneiras de pensar o trabalho. E por fim, me vi re-visitanto um lugar que eu frequentava cotidianamente.

Programa de Extensão Casa das Mil Casas: vivenciando o patrimônio através da arte

Maria Vittoria de Carvalho Pardal, Alessandra Daflon dos Santos, Danielle Rosa Paul, Thaís Magalhães, Amanda Amaro da Silva, Amanda Caroline Alves Prado, Adriana Russi Tavares de Mello, Lino Sicupira Júnior

Relação com o eixo temático: um dos principais elementos da gênese do Programa de Extensão Casa das Mil Casas: vivenciando o patrimônio através da arte é a coleção de Paulo Pardal e Lully de Carvalho, instalada em Barra de São João, município de Casimiro de Abreu/RJ. Composta por objetos de arte e mobílias das fazendas da Região dos Lagos/RJ, tais bens culturais mantêm latente informação, sentidos e valores que justificam sua categorização como

patrimônio histórico e/ou artístico. Analisada e organizada para se tornar a principal ferramenta para ações educativas na área de preservação do patrimônio cultural, essa coleção é o ponto de partida de atividades de extensão que visam dar função social a essa coleção privada. Considera-se que conhecer o passado não é um fim em si mesmo, mas um meio para se pensar a trans¬formação social e contribuir na formação de sujeitos históricos capazes de inventar seu próprio fu-turo. O Programa originou-se da integração de dois Projetos de Extensão: "Educação Patrimonial em Barra de São João", e "Viajantes do Tempo: passado de cada um, futuro de todos nós" e vem desde 2010 se dedicando à criação de uma proposta de Educação Patrimonial através da elaboração de portfólios educacionais para serem utilizados em oficinas. Objetivo: centra-se na elaboração de uma proposta metodológica que contemple um conjunto de ações processuais e contínu¬as, de caráter educativo, transdisciplinar, social e cultural, permitindo uma multiplicidade de recortes e abordagens. O projeto pretende aproximar a comunidade dos objetos que constituem a coleção de Paulo Pardal e Lully de Carvalho para que esses bens culturais sejam re-significados e assim permitam a compreensão e reelaboração de seus sentidos. Método: através do dispositivo de oficinas, nossa proposta metodológica consiste na observação direta, na manipulação e questionamento dos objetos, analisando suas dimensões e pesquisando sobre o contexto histórico e social onde estava inserido. A interação com o objeto histórico promove um certo deslocamento em relação ao seu próprio tempo e contexto social, fazendo emergir novas formas de perceber o mundo. O que diferencia as oficinas são a temática, os objetos e os recursos escolhidos. As diferentes oficinas, contudo, seguem um roteiro que as estrutura – recepção, proposição, vivências e encerramento. A partir dos objetos da coleção, organizados em coleções e temáticas, foram elaboradas inicialmente cinco oficinas: 1) O uso social dos objetos, trabalho doméstico e transformação do feminino; 2) Arte popular e Sexualidade: O erotismo mágico; 3) Carrancas, máscaras e o medo (já realizada); 4) Quanto tempo dura o tempo ao longo do tempo (em fase de elaboração); 5) Poder e dominação: as diferentes formas de subjugar o outro ao longo da história (já realizada). Orientação teórica: A partir de 2012, foi implementado o Seminário Permanente de Educação, Patrimônio e Subjetividade que tem como objetivo aprofundar as bases teórico-conceituais do Programa, através da Oficina de Estudos e Reflexão em Educação, Patrimônio e Subjetividade e também da realização de palestras. A oficina é aberta a toda comunidade acadêmica e nesse espaço são estudados conceitos-ferramentas que operacionalizam nossas ações, tais como: subjetividade, tempo, educação patrimonial, autonomia, memória, a partir de autores como Félix Guattari, David Harvey, entre outros. Resultados e conclusões: de um modo geral, o Programa busca

sempre discutir novas formas de ações educativas que promovam reflexões sobre o que nos constitui como sujeitos históricos. Através das oficinas, instaura um espaço de interlocução entre a comunidade acadêmica e local, promovendo novos olhares sobre o mundo que nos cerca. A discussão dos conceitos-ferramentas tem propiciado um deslocamento teórico dentro do próprio grupo, reorientando algumas ideias e forjando outras novas. Proposta de layout do pôster: utilizaremos o logotipo do Programa criado pelos alunos bolsistas, a imagem da casa colonial onde as atividades são desenvolvidas e as cores amarelo e azul.

Rádio Comunitária: a democratização da mídia por meio da participação popular

Veronica Oliveira dos Santos, Thais Augusto Roma, Beatriz Parasmo Sánchez, Julia Regina Berro, Emanuelly Mota Ferracciu, Geisa Fernandes Rocha, Barbara Negri Cruz, Nathalya Cristina Simões de Andrade, Bianca Souza Maricá, Alicia Maelan Reichardt Barraycoa

O presente estudo é resultante de uma atividade de pesquisa, desenvolvida por um grupo de alunas do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Teve por objetivo analisar o processo de constituição histórica da Rádio Comunitária Cantareira, localizada no bairro da Brasilândia, na região norte da cidade de São Paulo. A proposta justifica-se pela relevância das rádios comunitárias para o processo de democratização das mídias no Brasil e pela escassez de literatura que abarque os objetivos desse meio de comunicação, a dimensão política de suas propostas, a importância da comunidade e a expansão da comunicação para além dos monopólios midiáticos. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, cuja amostra foi composta por sete comunicadores da rádio comunitária e doze moradores do bairro Brasilândia. Utilizou-se como instrumento metodológico a entrevista semi-estruturada que contou com a elaboração de dois roteiros distintos: um destinado aos moradores do território onde a rádio está situada e outro aos comunicadores. A partir do conjunto de questões, exploraram-se a história da rádio, sua forma de organização, suas implicações e impactos na comunidade, sua dimensão política e a participação comunitária. A análise dos dados aponta para a necessidade de um marco regulatório que poria limite aos abusos da grande imprensa e concederia maior liberdade àqueles que dela são desprovidos e, sem o qual, não é possível falar em democratização midiática. Indica também diferenciações entre a comunicação comunitária e a grande imprensa: enquanto as grandes mídias agem para atender os interesses econômicos de um dono e, por esse motivo, acabam censurando as informações e padronizando ideologias, numa produção centralizada e vertical da comunicação; a rádio comunitária não possui um proprietário, visa garantir o poder de comunicação à população regional e não utiliza de censura em relação à produção de conteúdo e manifestação de ideias. Outro ponto que se

destacou na análise dos dados foi a limitação causada pela proibição de veiculação de propaganda e publicidade. Devido à carência de recursos econômicos, a exploração dos acontecimentos locais bem como a produção de novas pautas são limitadas. Esta realidade favorece às grandes mídias, já que representa um empecilho ao crescimento e desenvolvimento pleno da comunicação comunitária. Além disso, acentua a dificuldade da rádio em estabelecer um vínculo com a comunidade, pois, para isso, é necessária uma identificação dos moradores com o veículo de comunicação. Essa dificuldade já existe porque criar um vínculo entre a rádio, a comunidade e os comunicadores é um processo histórico que necessita de tempo e engajamento. Como o trabalho na rádio é voluntário, os comunicadores, em sua maioria, têm outros trabalhos que garantem uma remuneração e, por isso, não têm tempo disponível para investigar as especificidades e interesses da comunidade e dos seus moradores. Sem essa tarefa, o sentimento de pertencimento, que possibilitaria a visibilidade da rádio como bem público, é enfraquecido. Avalia-se que tais achados apontam diretrizes para o trabalho do psicólogo, em específico do psicólogo comunitário, que poderá auxiliar tanto os meios de comunicação quanto a população, no estabelecimento deste vínculo e no reconhecimento do potencial de comunicador presente em cada um. Além de ajudar a população na diferenciação existente entre liberdade de expressão e liberdade de empresa, possibilitando, dessa forma, a identificação do poder de comunicar como um direito e uma responsabilidade intrínseca a cada cidadão. Somente através do trabalho de conscientização e de explicitação do poder político presente na comunicação comunitária, é possível pensar em uma efetiva democratização da mídia.

Retratos da infância

Rafaele dos Anjos Paiva

A arte é um elemento fundamental da cultura, sendo produto da imaginação e da criação do homem. Toda obra de arte constitui-se como invenção de sua época e como processo de reelaboração do antigo com o novo (KRAMER & LEITE, 1998). Destarte, as ideias e as representações sociais das crianças e suas condições de existência são representadas na arte, revelando modos de ser criança. Este trabalho foi fruto do encerramento de um dos semestres letivos do curso de Psicologia em que a infância foi o tema principal. Foram escolhidas cinco diferentes expressões artísticas - descritas abaixo - com o objetivo de exibir “retratos” da infância e os contextos de desenvolvimento presentes em tais obras. A escultura escolhida consistiu na obra Cirandinha da artista plástica Sandra Guinle - escultora autoditada, nascida em Monte Mór, interior de São Paulo - que teve como referências o Modernismo Brasileiro e

artistas como Cândido Portinari. Sua inspiração vem das cenas infantis e brincadeiras de sua própria infância. No ano de 2005, sua série Cenas Infantis, em que consta a obra Cirandinha, foi exposta no Museu de Arte Contemporânea do Ibirapuera. Nesta obra, assim como em boa parte de suas produções, podemos perceber o retrato do lúdico, no qual as crianças brincam de ciranda, compartilhando a possibilidade e liberdade de brincar própria da identidade infantil. Em se tratando de pintura, Meninos na Gangorra é uma obra de Candido Portinari: artista que dedicou sua vida a fatos da cultura de seu país. Brasileiro, nascido no interior de São Paulo em 1903, possui obras de arte que apresentam diferentes temas: cangaceiros; o homem do campo; músicos; e principalmente crianças. Portinari gostava de pintar crianças brincando. Na pintura dos Meninos na gangorra, percebemos a infância despreocupada e livre na qual se encontram as crianças, com elementos que refletem ligação com a cultura rural, típicas de paisagens do interior, bem como representa o universo infantil repleto de aspectos lúdicos. Na categoria Literatura, optou-se por Infância, escrita por Graciliano Ramos - nascido em 1892, no estado de Alagoas, onde viveu sua infância sob o regime opressor das secas do sertão, da pobreza e rigidez familiar. Tal livro trata-se de uma obra autobiográfica, publicada em 1945. O ambiente é bastante hostil e violento – dentre os quais se percebe a figura dos pais em sua austeridade e rispidez que não somente refletem a estrutura familiar de seu tempo, mas também modos de ser constituídos em meio à escassez e sofrimento. A música Brejo da Cruz é composição do músico, dramaturgo e escritor Francisco Buarque de Hollanda. Como outras composições suas, faz crítica à realidade social brasileira, em especial, à situação de muitas crianças em situação de pobreza extrema, abandono e trabalho infantil. A canção também faz referência à migração de nordestinos em busca de melhores condições de vida, que disfarçados nas grandes cidades ou metrópoles, constituem-se como “jardineiros”, “guardas-noturnos” ou “babás”. Isso evoca uma infância de escolaridade precária, resultando em adultos com ocupações que exigem pouca qualificação e de baixa remuneração. Por fim, o filme Pixote – A Lei do Mais Fraco, de 1981, retrata a realidade das crianças de ruas de São Paulo. Os personagens revelam características de uma infância afetada por um ambiente onde o crime e a violência são constantes. As violações sofridas coagem-lhes a buscar meios ilícitos de sobrevivência. Desde os abusos sofridos no reformatório – FEBEM – até os assassinatos cometidos por Pixote, o personagem principal, percebe-se que a infância deste torna-se defraudada. As obras de Sandra Guinle e Cândido Portinari apontam para o que a Sociologia da Infância denomina de “Culturas da Infância”, conceito fundado na modernidade para pensar as possibilidades de se viver este momento. A saber, a Sociologia da Infância, segundo Patiño (2010), tem como base a discussão

acerca desta fase própria do desenvolvimento humano. Considera-a como um conceito construído em um meio sócio-cultural transformador e não mais como uma categoria universalizada, bem como considera-se a infância como categoria social e grupo geracional distinto. No que se concerne às crianças do filme, da música e do livro, retrata-se as mesmas em situação de risco - embora algumas obras citadas sejam de produção não muito recentes, elas ainda retratam a condição de muitas crianças em tempos atuais - que o vai de encontro à Doutrina da Proteção Integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, quando coloca a criança e o adolescente como prioridade absoluta, em condição peculiar de desenvolvimento e sujeitos de direitos. O ECA, portanto, ainda é bastante negligenciado, encontrando certa resistência numa sociedade ainda presa às amarras de uma cultura da punição. Conclui-se que por meio da arte percebe-se uma heterogeneidade da infância enquanto categoria social.

Risco-aventura na modernidade tardia: Parkour e os significados do risco positivado

Carlos Dato Bonilla, Jonas Eduardo Tavares de Souza, Vanda Lúcia Vitoriano do Nascimento, Claudinei Alves de Souza

O assunto discutido refere-se ao Parkour como uma prática de risco-aventura. Partimos da premissa de que esse esporte apresenta um conjunto de características que parecem ser específicas da época em que vivemos: a modernidade tardia. A temática estudada dialoga com a proposta do Grupo de Trabalho que discute "Arte, cidade e experimentações metodológicas", no eixo "mídia, cultura e arte". A pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso em Psicologia (UNIP-SP) visou compreender quais são as estratégias de gestão de risco adotadas pelas pessoas praticantes desse esporte, os motivos para o crescimento de práticas desse tipo de modalidade nos espaços urbanos, conhecer as práticas discursivas sobre o Le Pakour e a produção de sentido ligada às práticas esportivas dessas pessoas. Foram realizadas sete entrevistas com homens com idade entre 19 e 30 anos, residentes na cidade de São Paulo, que praticam o esporte há pelo menos dois anos e no máximo há oito anos. Procedeu-se a entrevista semiestruturada, a partir da questão principal "O que é risco para você?". Como referencial teórico-metodológico foi usada a Psicologia Social Discursiva, mais especificamente as práticas discursivas. Alguns dos entrevistados, além de falar sobre a prática, também fizeram demonstração do esporte, em relação dialógica-interativa com o(s) entrevistador(es). A análise dos resultados apontou que para este grupo o Parkour apresenta-se como um meio de obtenção de recursos tornando-se mais fortes fisicamente e psicologicamente. Os entrevistados denotaram na sua fala que o

conceito risco para o praticante do Parkour é diferente em comparação ao leigo da vida esportiva. De maneira geral disseram que o risco pode ser controlado e suplantado pelo treino e a repetição. Todos os entrevistados falaram do uso de estratégias para lidar com o risco no treino e na pratica do Parkour. Uma dessas estratégias é a racionalização da situação que envolve o risco. Os movimentos foram racionalizados e exaustivamente repetidos para o corpo desenvolvê-los como uma resposta rápida e assertiva para a situação. Alguns dos participantes falaram ter conhecido o esporte pela mídia e também da relação de sua prática com o espaço urbano, entre o uso e a ação, que pode ser entendida como política. Concluímos que, dentro das novas estratégias de gestão do risco na modernidade tardia, o Parkour é um dos representantes dos esportes de risco-aventura que incorpora uma dimensão positivada do risco.

Sons do Horizonte, um processo psicoterápico

Pautília Paula de Oliveira Campos

A música tem sido objeto de vários estudos e muito se tem falado sobre os seus benefícios no meio social, no intelecto e no desenvolvimento do indivíduo. Desenvolvimento, segundo o dicionário Houaiss, é um termo que apresenta muitas acepções, entre elas “aumento de qualidades morais, psicológicas, intelectuais etc”, “crescimento, progresso, adiantamento”. Em pesquisa realizada na Universidade de Toronto, Sandra Trehub comprovou algo que muitos pais e educadores já imaginavam: crianças tendem a permanecerem mais calmas quando expostas a uma melodia serena e, dependendo da aceleração do andamento da música, ficam mais alerta. Segundo o site do Brasil escola, a música possibilita o desenvolvimento intelectual e a interação do indivíduo no ambiente social, se for usada de uma forma planejada. A música é um dos principais meios de persuasão existente na sociedade, pois através dela é possível transmitir não somente palavras, mas também sentimentos, ideias e ideais que podem ganhar grandes repercussões didáticas se bem direcionadas. O presente trabalho vem mostrar as realizações da Escola de Música, a forma que se envolve com a comunidade local e quais são os impactos positivos e a adesão dos alunos.A produção de música pode ser apontada como uma saída para diversos problemas sociais. Ainda no início do processo de aprendizagem a música desempenha um papel singular, pois ganha espaço na mente e devoção dos sentimentos do aprendiz além de evitar o excesso de tempo ocioso prevenindo problemas sociais graves e oferecendo a possibilidade de um futuro melhor. Assim, a música se torna uma forte aliada para se intervir com sucesso em determinadas realidades. O município de Lassance localizado na porção norte de Minas Gerais, a 280 quilômetros de Belo Horizonte e com área territorial de

3.214 Km² conta com uma população de 6.490 habitantes. Como densidade populacional, a cidade apresenta 2,02 hab/km², divise-se entre a área rural (40,13%) e urbana (59,87%). Esta é dividida em sete bairros, sendo dois deles localizados na região central e cinco localizados na área periférica da cidade. Conta ainda com 14 comunidades rurais. O projeto deu base á criação da Escola Municipal de Música Wantuyl Pereira da Costa que foi fundada no município de Lassance em 24 de Março de 2012 com o objetivo de despertar o interesse musical nos jovens da comunidade local e sensibilizar a mesma da importância da música para o desenvolvimento humano em segmentos variados. No ano de 2012, a Escola em parceria com Prefeitura municipal de Lassance através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura alcançou a adesão esperada e continua superando as expectativas no quesito permanência. As aulas iniciaram com 300 alunos por ocasião da fundação e desses, 270 concluíram o currículo proposto. Com a boa aceitação da comunidade, surgiram muitos interessados á ingressarem na Escola. No ano de 2013, a Escola possui 210 alunos frequentes, com 45 em estágio avançado no aprendizado, 15 já aptos para comporem uma planejada banda musical. O Projeto já se encontra em andamento, dando acesso ao aprendizado teórico e á prática dos instrumentos, além de apresentações, tudo oferecido á população inteiramente gratuito, tanto para os alunos, bem como ao público presente às apresentações. No ano de 2012 os alunos fizeram apresentações de grande importância, entre elas, uma apresentação especial para o dias das mães, a execução do Hino Nacional Brasileiro no desfile de 7 de Setembro e a apresentação do centenário de Luíz Gonzaga no dia 27 de Outubro.

Teatro do Oprimido como um instrumento de educação sócio-ambiental

Angélica Rodrigues Braga

Este trabalho apresenta a experiência desenvolvida num projeto de Extensão realizado por alunos e professores de Psicologia e Educação no Centro Universitário UNA. O objetivo do projeto é estimular a reflexão sobre política, sobre as tramas sociais contemporâneas e a mudança de práticas de consumo (redução, reutilização e descarte adequado dos materiais reaproveitáveis), por meio de ações sócio-educativas. Entende-se a educação sócio-ambiental como educação política, que considera prioritariamente a análise das relações políticas, econômicas sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática (REIGOTA, 2009). Dessa forma, a educação sócio-ambiental está comprometida com a ampliação da cidadania, dos direitos humanos, da

liberdade, da autonomia e da intervenção direta dos cidadãos na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum. A principal metodologia utilizada neste projeto é o Teatro do Oprimido (BOAL, 2008), mais precisamente, o teatro fórum. Trata-se de um método estético que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais cujos objetivos são a democratização dos meios de produção teatral, e a transformação da realidade através do diálogo, no sentido de Paulo Freire (2005). O teatro do oprimido é construído a partir de um problema social e político real, do qual se cria/evidencia uma situação-conflito que explicita a opressão de um sujeito. Na busca de solução, sempre através do teatro, os espectadores se transformam em atores, e expressam suas posições por meio da ação cênica. Desta forma, o debate se estabelece, de forma estética, mediado pela figura de um "curinga". Segundo (BOAL, 1996), o teatro "permite que o sujeito se observe a si mesmo, em ação, em atividade; permite-lhe imaginar variantes ao seu agir, estudar alternativas". Entre as peças teatrais que foram desenvolvidas pelo projeto, uma aborda o conflito entre cidadãos-consumidores e trabalhadores da limpeza; outra, adaptada de Bertold Brecht, evidencia a alienação social frente às convenções sociais que atuam a favor da opressão e a terceira, ainda em desenvolvimento, tem como recorte os impasses sociais e ambientais de uma trama vivida por moradores de rua. Como resultados desta experiência, destacam-se a participação dos espectadores nas intervenções, e o envolvimento nas discussões dos temas propostos, que, conforme pode-se perceber, se estende para além do momento da apresentação e reafirma o entrelace da arte e da política como uma forma de resistência às formas de opressões contemporâneas. Observou-se que a estética, especificamente o teatro, facilita a expressão, debate e a apropriação da realidade humana entre aqueles que participam, contribuindo para o desenvolvimento da capacidade crítica e o fortalecimento de vínculos sociais, a partir da valoração da capacidade de criação artística individual e coletiva. O projeto de extensão a que nos referimos, no contexto acadêmico em que ocorre, possibilita aos alunos participantes uma experiência educacional que transcende as salas de aula permitindo uma relação entre a teoria e a prática através do aprimorar de competências e habilidades ligadas à psicologia social.

Teatro e desenvolvimento psicológico infantil

Andreia Anna Amaral Porto, Roberta Kafrouni

Este artigo tem o objetivo de investigar qual o papel do teatro no processo de desenvolvimento psicológico infantil, buscando identificar quais aspectos deste estão presentes no fazer teatral. Foram realizadas seis observações diretas entre o período de abril a setembro do ano de 2012

das atividades de um grupo de teatro com crianças entre sete e doze anos, que nunca haviam participado de aulas de teatro anteriormente. Os participantes eram alunos em um Projeto Social chamado "Nossas Raízes – Bororo Vive" oferecido por uma escola de teatro da Cidade de Curitiba. O referido projeto visa desenvolver o reconhecimento e a valorização das raízes culturais brasileiras por meio das atividades artísticas com foco na cultura dos índios Bororo e no aprendizado da Arte Teatral. Integrando teatro, arte-educação, ciência e comunidade, o projeto pretendia atender alunos da rede pública de ensino com aulas semanais e encontros criativos bimestrais com a comunidade. As atividades do projeto ocorreram durante o período de seis meses, com início em março e término em setembro. As aulas aconteciam duas vezes por semana no turno da manhã. Os procedimentos adotados foram: identificar as categorias de análise propostas e selecionar episódios nos quais se verificou a presença dos seguintes aspectos do desenvolvimento infantil: linguagem verbal e não verbal, mediação feita por meio de signos, imitação, afetividade expressa através das emoções, signos, produção de sentido, controle de comportamento através da linguagem, apropriação de elementos culturais. A descrição dos episódios foi organizada conforme as categorias de análise para facilitar a apresentação e discussão dos resultados. Estes encontros foram registrados em vídeo e posteriormente transcritos. Além disso, utilizou-se o diário de campo no qual foram feitos os registros sistemáticos dos dados obtidos durante a observação. Aspectos éticos necessários para a realização da pesquisa foram respeitados: apresentação do projeto de pesquisa aos educadores e diretores da Escola de Teatro e assinatura do Termo de Concordância da instituição para a realização do estudo; além da assinatura do Termo Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais e/ou responsáveis pelas crianças. Tendo em vista a inserção das crianças no âmbito teatral, pôde-se perceber esse espaço como um local que promove e estimula a interação social, aspecto primordial no desenvolvimento humano, envolvendo tanto comunicação entre os participantes de mesma faixa etária, quanto com professores dispostos a lhe inserirem em um novo espaço cultural com o qual eles até então não haviam tido contato: a Arte do Teatro. Sendo assim, a partir do momento em que esta atividade se propõe a estimular aspectos como: produção de sentido, aquisição de novos signos e significados, interação social, uso da linguagem, mediação, acesso a cultura, entre outros construídos sócio-historicamente; podemos afirmar que esse espaço pode auxiliar no processo de constituição da subjetividade. O fato dos alunos apresentarem mudanças significativas frente às categorias de análise propostas nesse estudo nos leva à confirmação de que o teatro pode exercer um papel transformador na realidade dessas crianças. Considerando que o teatro envolve e estimula não só a linguagem verbal e corporal,

mas também a memorização, atenção, concentração, organização espacial, interação social que implica na mobilização de aspectos cognitivos, sociais e motores dos indivíduos. Dessa forma, o presente trabalho tem o intuito de contribuir para que possam ser pensadas novas formas de inserção do teatro em nossa sociedade. Tendo em vista outros segmentos que estejam atrelados ao desenvolvimento humano (escola, hospitais, etc.) além de estimular que mais pessoas entrem em contato o mesmo, sabendo de sua importância não só para no desenvolvimento infantil, mas para qualquer outro que tenha acesso a essa forma de arte. Neste sentido, o teatro, em sua particularidade, propicia estimulação de aspectos presentes no desenvolvimento humano e pode auxiliar positivamente nos processos de aprendizagem. Desse modo, pesquisas como esta possibilitam um olhar diferenciado acerca do tema para que, futuramente, o fazer teatral tenha maior reconhecimento dentro da sociedade como um todo, assim como em processos educacionais que visam estimular o desenvolvimento na infância. Ao final do projeto foi observado que as categorias citadas anteriormente estão presentes nas atividades teatrais oferecendo assim, subsídios que possibilitam e estimulam desenvolvimento psicológico do sujeito podendo ser entendido como mediador no processo de constituição do ser humano.

EIXO TEMÁTICO 7. CIDADE E MEIO AMBIENTE

A espera do encancerado: caracterização dos visitantes de um presídio

Ana Paula de Melo Juiz, Lidiane Ferreira da Silva, Tatiana Machiavelli Carmo Souza

O trabalho aqui apresentado trata-se da primeira parte de experiência de estágio supervisionado em Psicologia e Processos Psicossociais, onde foram feitas triagens com os visitantes de um Centro de Reinserção Social, sendo estes familiares dos reeducandos. O estágio foi realizado num presídio, numa cidade do interior de Goiás, no primeiro semestre de 2013. Acredita-se que o psicólogo social pode atuar no âmbito prisional buscando contribuir com o processo de reeducação dos reeducandos. Nessa direção, Buoro(1998) chama atenção para o papel da família enquanto elemento importante na reorganização e ressocialização do presidiário. Pinto e Hirdes(2006) apresentam a família como elo do detento com o mundo exterior, a visita familiar é sentida como momento de grande importância para os apenados. Neste complexo contexto a inserção do psicólogo pode se dar como instrumento para a construção de transformações de âmbito individual, social e política(FALEIROS, 2004). O presídio, lócus do estágio, no momento da triagem contava com 236 detentos, sendo 228 sujeitos do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Quanto aos agentes penitenciários, 18 são do sexo masculino

e 4 do sexo feminino. A equipe multidisciplinar que o presídio dispõe é formada por uma psicóloga, dois enfermeiros (sendo um do sexo masculino e outra do sexo feminino), uma assistente social e uma dentista. Evidencia-se que o número de trabalhadores no presídio é insuficiente para atender a demanda de reeducandos que se encontram na instituição, constatando a superlotação, já que o presídio prevê espaço para 100 pessoas. O objetivo inicial do estágio era realizar triagens com os visitantes/familiares dos presidiários para caracterizar e levantar as possíveis demandas desta camada populacional, entendendo que a família é fonte de significativa importância para auxiliar no processo de reinserção social do detento. O desenvolvimento metodológico deu-se pela aplicação de questionário que contava com cinco questões: nome do visitante; grau de parentesco com o detento; nome do detento; investigação sobre interesse em participar de grupos de apoio à família; e sugestão de temas para serem trabalhado nos grupos futuros. Após breve apresentação da estagiária do 9º período de Psicologia aos visitantes/familiares, solicitava-se que esses respondessem ao questionário enquanto estavam na fila de espera aguardando para adentrar ao presídio e visitar o detento. As entrevistas de triagem na fila de espera tiveram duração de um mês. A grande maioria dos visitantes/familiares abordados teve aderência ao questionário, respondendo-o mesmo que não tivessem interesse na participação da intervenção psicossocial que ocorreria após a triagem. Foram entrevistadas 106 pessoas, sendo que 57%apresentaram interesse em participar da etapa seguinte e 43% demonstraram recusa. A caracterização dos visitantes/familiares revelou que a maioria, composta por 87% era do sexo feminino, sendo estas mães, esposas ou irmãs dos detentos. Apesar de o presídio ter composição mista, os homens foram visitados com maior frequência do que as mulheres, sendo que houve algumas presas que não chegaram a receber nenhuma visita no período em que as triagens ocorreram. Conhecer os sujeitos que frequentam o presídio no dia da visita é forma de entender o cotidiano do detento antes de sua prisão, conseguindo assim ampliar a compreensão de seu modo de ser e se relacionar com o mundo. O atendimento aos familiares por meio de grupos psicossociais pode trazer novas percepções e contribuições para o campo da Psicologia, especialmente quanto às intervenções com os encarcerados. Sabendo que a família é forte elemento das relações sociais dos detentos, conhecê-la e auxiliá-la em suas demandas pode ser fator que contribua para a transformação social.

A orientação ambiental dos jovens do município de Tubarão - SC

Yasmin Sauer Machado

Tubarão é um município do sul do Brasil com 300,34 Km2 e 97.281 habitantes, que cresceu junto a Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão. A região é identificada como sendo a "14ª Área Crítica Nacional para fins de Controle de Poluição" devido a sua significativa degradação ambiental, ocasionada principalmente pelas atividades ligadas a extração e beneficiamento de carvão mineral. Na região, próxima ao município, localiza-se o maior complexo termelétrico da América do Sul: a Usina Jorge Lacerda. Esta usina lança diariamente na atmosfera cerca de 60 toneladas de cinzas oriundas da combustão do carvão. Além da contaminação do ar, a central termelétrica contribui para a acidificação de rios e lagoas. Tubarão, atualmente, também sofre com os problemas ambientais ocasionados pelo avanço do processo de urbanização do município. As questões que envolvem a preservação do meio ambiente dizem respeito à manutenção da vida e à sobrevivência de todos os seres do planeta e estão relacionadas com o desenvolvimento e formação de cidadãos éticos e comprometidos com os problemas ambientais. O diagnóstico das concepções, ideias e atitudes ambientais (orientação ambiental) dos jovens de um determinado contexto podem servir como ferramenta para o planejamento de práticas de educação ambiental eficazes na formação de um sujeito ecológico. A inter-relação pessoa-ambiente é o foco de estudo da Psicologia Ambiental. Numa compreensão ampla dentre os estudos da relação pessoa-ambiente, a Psicologia Ambiental busca identificar os modos pelos quais os aspectos sociais e físicos do ambiente se inter-relacionam com o comportamento das pessoas. Considera que, de um lado, há um ambiente objetivo, feito de elementos físicos que afetam as sensações, percepções e ações e, de outro lado, há seres humanos como sujeitos sociais, os quais criam e também estão expostos a um ambiente de artefatos culturais, símbolos e convenções. Tradicionalmente a Psicologia Ambiental identifica como principais fatores preditivos do comportamento pró-ambiental, as crenças, os valores, as ideologias políticas, a identificação com o lugar, as normas pessoais e a competência pró-ambiental, dentre outros, operacionalizáveis através de variáveis sociodemográficas (idade, sexo, gênero, escolaridade, etc). Fatores preditivos, como o contexto de comunicação e o conhecimento em relação ao meio ambiente, assim como as atitudes, servem como referências para os indivíduos decidirem suas ações. Baseando-se nestas constatações esta investigação objetivou, identificar a orientação ambiental de jovens entre 10 e 19 anos de idade do município de Tubarão – SC. Para tal, responderam a um questionário 442 estudantes cursando do sétimo ano do ensino fundamental à terceira série do ensino médio, de escolas públicas e privadas. Utilizou-se como instrumento um questionário auto-aplicado, em situação coletiva, composto por 10 questões. Para análise dos dados, utilizou-se estatísticas descritiva e relacional, com o auxílio do Pacote Estatístico

SPSS 17.0 e análise de conteúdo temático categorial, conforme proposto por Bardin (2009), com o auxílio do pacote estatístico Microsoft Excel 2002. Os resultados indicaram uma orientação positiva dos jovens para com o meio ambiente em duas das dimensões atitudinais investigadas (afinidade e cognição). Dentre os problemas ambientais percebidos, os mais frequentemente citados relacionaram-se à poluição em geral e a problemas com o lixo. Da mesma forma, ações de cuidado com o lixo estiveram entre as mais praticadas. Com relação ao que aprenderam na escola sobre o meio ambiente, os elementos que mais apareceram foram os relacionados com a preocupação ambiental e o manejo com o lixo. A maioria dos participantes respondeu não ter o hábito de conversar sobre questões ambientais e quando o fazem são em maior frequência com os amigos e familiares. Houve diferenças estatisticamente significativas com o componente afetivo da atitude (eco-afinidade) e as variáveis sexo e local de moradia. Também verificou-se associação significativa, entre o componente comportamental e a variável sexo. Discutiu-se que apesar dos resultados mostrarem uma posição positiva dos participantes em relação as dimensões de afinidade e cognição, os resultados obtidos com a percepção dos problemas ambientais locais e das estratégias comportamentais adotadas demonstram a ausência de uma demanda contextual nos indivíduos para que estes possam de fato se engajar em ações pró-ambientais efetivas no seu lugar de moradia. Conclui-se que os jovens pesquisados são potenciais defensores ambientais que, no entanto, demonstram conhecer apenas poucas estratégias para preservar o meio ambiente. Além disso, a ausência da percepção nos tubaronenses de outros problemas ambientais, para além do lixo, representa um desafio à educação ambiental formal e informal no sentido de transformar a orientação ambiental dos jovens em ações efetivas e coerentes. Como indicadores do estudo para as ações em educação ambiental ressalta-se que os programas devem considerar as diferenças entre os sexos e o contexto de moradia, assim como, buscar formas criativas de se trabalhar interdisciplinarmente a questão ambiental, fazendo desta uma temática contínua no contexto escolar e nos meios de comunicação para que os problemas ambientais não caiam no esquecimento.

Atuação de psicólogos/as na política para a população em situação de rua em Santa Catarina

Juliana Ried

Em 2012, o CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - realizou a pesquisa nacional sobre a atuação de psicólogas/os na Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esta, por sua vez, viabilizou-se por meio das 20 unidades

regionais do Sistema Conselhos de Psicologia. Para este trabalho o objetivo é apresentar o mapeamento realizado pelo Crepop do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina acerca dos serviços onde atuam psicólogos/as, bem como suas possibilidades de intervenção no atendimento à população em situação rua. O proposto relaciona-se diretamente ao eixo temático da assistência social e com o grupo de trabalho que aborda práticas e pesquisas vinculadas com o contexto das Políticas Públicas e direitos humanos. Para o desenvolvimento da pesquisa, com base nos marcos lógicos e legais da política em questão realizou-se um levantamento quantitativo de serviços e psicólogos/as que atendem a demanda da população em situação de rua em municípios com mais de cem mil habitantes em Santa Catarina. Através dos dados coletados viabilizou-se uma análise temática qualitativa sobre a caracterização dos serviços e atuação dos profissionais mapeados. Dentre os resultados obtidos, a pesquisa em Santa Catarina, implicou na investigação de serviços na área da assistência social (Centros Pop, CREAS e serviços de acolhimento), na área da saúde (CAPS ad e unidades básicas de saúde) e entidades do terceiro setor. Através do mapeamento e contato com os profissionais foram mapeados 53 serviços, em 18 municípios do estado e 53 psicólogos/as atuando na política para a população em situação de rua nas áreas da assistência social e saúde. Em Santa Catarina, principalmente os serviços ligados à assistência social se mostraram "porta de entrada" no atendimento à população em situação de rua. E na articulação com a rede de atenção fazem encaminhamentos aos serviços da área da saúde, CAPS ad / CAPS II (casos de transtornos psiquiátricos), unidades básicas de saúde, hospitais gerais e hospitais psiquiátricos. No entanto, esta articulação entre os serviços da rede em alguns municípios se mostrou fragmentada. De modo geral, concluiu-se que a política para a população em situação de rua ainda está em implementação no estado de Santa Catarina e precisa do direcionamento de recursos financeiros aos respectivos serviços para a execução desta política pública, bem como para a contratação de profissionais que venham a compor a equipe multiprofissional destes serviços.

Atuação do psicólogo com moradores em área de risco: um enfoque psicossocial

Sandra Luzia Assis da Silva

Introdução: O tema desse trabalho é a Psicologia das Emergências e dos Desastres. Trata-se de um campo da ciência e profissão psicológicas que apenas recentemente tem recebido maior atenção em nosso país e, em decorrência disso, entre nós, ainda são escassas as publicações científicas que têm esse campo como objeto, seja de modo geral, seja em relação às suas especificidades, bem como ainda são poucos os profissionais que nele atuam. Objetivo: Em

contraposição à postura individualizante e clínica, que tem sido mais usual, o objetivo desse trabalho foi coletar subsídios para propor uma atuação preventiva e com enfoque coletivo no momento do pré-desastre, enfatizando, nos termos da psicologia social sócio-histórica, a condição de sujeito dos destinatários da ação do profissional da psicologia. Pressupõe-se que essa atuação será preferencialmente em equipes multidisciplinares e, em larga medida, junto a agentes comunitários da área de saúde. Relação com o Eixo Temático: Este trabalho relaciona-se com o eixo temático "Cidade e Meio Ambiente" por discutir a atuação do psicólogo com moradores em área de risco por meio de ações que possibilite a percepção de risco que estão expostos ao meio ambiente em que vivem. Orientação Teórica: Psicologia Social Sócio-histórica. Metodologia: Este trabalho buscou alcançar seu objetivo, por meio de levantamento e análise bibliográfica. Resultados: Os resultados deste trabalho confirmaram a importância da atuação do profissional psicólogo nas emergências e nos desastres, tanto quanto indicaram que nos casos em que a vulnerabilidade de grupos sociais é historicamente produzida, como é o caso com moradores em área de risco, portanto, os eventos são previsíveis e, portanto, cabem medidas preventivas que minimizem o sofrimento humano decorrentes dessas ocorrências. Conclusões: Este trabalho, ao propor como objetivo, a coleta de subsídios para propor uma atuação preventiva e com enfoque coletivo no momento do pré-desastre, conseguiu alcançar o seu objetivo, por meio de ações que possibilite a percepção de risco que estão expostos, contribuindo para a redução da vulnerabilidade, enfatizando a condição de sujeitos dos destinatários da ação. É fato que, sendo a psicologia uma área do conhecimento voltada a estudar o comportamento e sofrimento humanos, e mais especificamente, nos termos da psicologia social sócio-histórica, estudar o comportamento do indivíduo no que ele é influenciado socialmente, pois ao se comunicarem transformam-se e podem ser transformados pelo outro, sendo fundamental a consciência de si mesmo e da consciência social, verifica-se possíveis contribuições da psicologia na área das emergências e dos desastres, sendo amplas e relevantes tanto em termos social quanto acadêmico, embora ainda haja muito a ser pesquisado em relação à atuação do profissional psicólogo nesse contexto.

Capacidade restaurativa de ambientes naturais em Manaus

Adria de Lima Sousa, Maria Inês Gasparetto Higuchi

De acordo com a Teoria da Restauração da Atenção, ambientes restauradores proporcionam experiências de renovação e bem-estar. Pesquisas têm revelado que ambientes naturais se destacam como ambientes restauradores. O objetivo do trabalho consiste no levantamento de

significados e sentimentos atrelados à visitação de um parque zoobotânico da cidade de Manaus, destacando-se a percepção dos visitantes em relação a esse espaço. A articulação com o eixo temático Cidade e Meio Ambiente revela-se a partir do relato de experiências da relação pessoa-ambiente no cenário urbano, considerando a visitação a parques naturais nesse contexto. Buscou-se identificar como ambientes naturais propiciam restauro psicológico (cognitivo e afetivo) a despeito do estresse vivenciado nas grandes metrópoles. A capacidade restaurativa refere-se à possibilidade de diminuição do uso da atenção concentrada dada aos estímulos fascinantes, diminuindo assim a fadiga e o cansaço mental causado pelo excesso do uso de uma atenção direcionada em suas atividades rotineiras. Para ser considerado um ambiente restaurador, algumas características são consideradas: escape, escopo, fascinação e compatibilidade. (ALVEZ, 2011). Escape refere-se tanto a distancia física quanto a conceitual. Escopo diz respeito não só ao aspecto físico, mas ao senso de pertença ou sensação de estar em contato ou se dar conta do mundo ao redor; Fascinação consiste no processo de sentir-se ligado ao lugar propiciando um estado de despreocupação que permite o funcionamento humano sem o uso da atenção concentrada; Compatibilidade remete ao nível de congruência e incongruência existente entre o que o ambiente tem a oferecer e o que a pessoa deseja realizar naquele ambiente. Para levantamento dos dados deste estudo foi feita uma entrevista associada com a técnica do ambiente fotografado. Participaram do estudo 52 visitantes (29F, 23M) maiores de 18 anos. A técnica do ambiente fotografado (Higuchi & Kuhnen, 2002) consiste na solicitação aos participantes de comentários acerca de uma imagem visualizada a partir de um roteiro de questões e preferências referentes a imagens previamente escolhidas. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo (Bardin, 2004) além de estatística descritiva. Com relação aos sentimentos vivenciados foi possível identificar o Afeto Estético/Restaurativo que envolve sentimentos que foram expressos associados às características restaurativas do ambiente como fuga da rotina, alivio relaxamento, escopo, contemplação, tranquilidade e calma, em oposição ao estresse do dia-a-dia; Afeto Estético/Agradável que está relacionado a sentimentos positivos, agradáveis de modo geral, como amor, felicidade, que incluem boas lembranças, harmonia e liberdade. Os dois tipos de afeto estético rementem a emoções e sentimentos devido caracterização do lugar, entretanto o Restaurativo diferencia-se por referir-se a questão da fuga da realidade, alivio e tranquilidade em oposição ao stress. Sentimentos agradáveis que expressam uma ideia de bem-estar remetem a saúde diferenciando-se ao bem-estar geral e sensação agradável inclusa no afeto estético agradável e, Afeto Ético/Cuidado refere-se aos sentimentos relacionados com a reflexão, preocupação, tristeza e pesar ao pensar em perder um

ambiente natural e o cuidado em relação ao meio ambiente propiciado pelo contato com o parque. A maioria (53%) dos participantes revela um sentimento na esfera do Afeto Estético restaurativo, seguido do afeto estético agradável (30%) e afeto ético cuidado (17%). Ao investigar as possíveis associações ou distinções entre a paisagem de um ambiente natural e paisagens urbanas, os fatores destacados a paisagem do parque zoobotânico estudado aparece quase sempre atrelada a uma afetividade positiva, e com pontos positivos em relação à cidade. Muitos estudos apontam a preferência por ambientes com predomínio de natureza aos ambientes urbanos com predomínio de construções. Os diversos pontos levantados na pesquisa corroboram com estudos realizados acerca das características restaurativas dos ambientes naturais que promovem bem-estar e uma percepção que engloba uma acepção estética positiva desses ambientes, capazes não só de promover o bem-estar, como sentimentos topofílicos (de apego ao lugar), e também reflexões a respeito do cuidado e da necessidade da manutenção de ambientes como esses. De modo geral, pode-se afirmar que a pesquisa contribui no entendimento do comportamento psicossocial do ambiente. Ressalta-se ainda a importância de paisagens com elementos naturais e os benefícios que estas trazem para a saúde e bem-estar a partir da capacidade restaurativa desses ambientes bem como as reflexões que suscitam para comportamentos ecológicos e manutenção de lugares assim em meio a centro urbanos.

Representação Social do lixo: do comportamento à cognição social

Suélen Razzia, Felipe Biasus

O padrão de consumo capitalista sustentado no pressuposto do descartável e do excesso, reforçado pelo estímulo da mídia e aliado ao crescimento populacional em ritmo acelerado geram um aumento na quantidade de lixo produzido. Consequentemente, ações e práticas em prol do meio ambiente surgem como preocupação frequente na agenda social, passando então a se falar em sustentabilidade e educação ambiental. Compreender as representações sociais do lixo subsidia uma análise da influência que essas cognições sociais podem exercer na construção e reconstrução da realidade ambiental, principalmente no que diz respeito à geração e destino dos resíduos. Neste sentido, este estudo se estabelece no âmbito da Psicologia Social com interface de estudos da Psicologia Ambiental, enquanto uma pesquisa de campo, exploratória e descritiva que teve por objetivo compreender a representação social do lixo para moradores do centro da cidade de Erechim - RS. Trata-se de recorte de uma pesquisa de iniciação científica em desenvolvimento desde agosto de 2012 pelo Curso de Psicologia da URI Campus Erechim, que objetiva estudar comparativamente as representações sociais do lixo para

moradores do centro e de bairros periféricos. Além disso, buscou verificar como é proposto o gerenciamento do lixo produzido na cidade e levantar o conhecimento dos participantes frente à rota, horários e destino do lixo gerado no município. Fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais (TRS), a partir da qual é possível conhecer o saber do senso comum, socialmente constituído e partilhado a respeito do fenômeno lixo. Ao contrário da maioria dos estudos realizados sobre este objeto de representação, a presente pesquisa buscou compreender as teorias leigas de pessoas que não trabalham diretamente com o lixo, como catadores, garis ou recicladores, mas que têm de lidar com ele diariamente em seu ambiente domiciliar, correspondentes a maior parte da população. A obtenção dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas desenvolvidas com 30 participantes, dos quais dez são do sexo masculino e vinte do sexo feminino, distribuídos em três grupos etários, sendo oito entrevistados possuem entre 20 a 41 anos, treze entre 41 e 60 anos e nove possuem mais de 61 anos. Para delimitação da área de abrangência da coleta contou-se com auxílio de mapa do centro do município, constituído por 160 (cento e sessenta) quadras, as quais foram numeradas para sorteio de 30 (trinta) que constituíram a amostra. Áreas verdes, órgãos públicos, indústria e comércio não foram considerados na numeração das quadras por corresponderem a regiões sem moradias. Em cada quadra, a escolha da residência para a entrevista ficou a critério do entrevistador no momento da coleta de dados, estabelecendo-se por conveniência (presença de morador na residência). O material obtido a partir das trinta entrevistas foi dividido em três corpus, lixo, gerenciamento e problemas, cuja análise foi realizada com auxílio do software ALCESTE (Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte). A classificação hierárquica descendente realizada pelo programa com cada um dos corpus permitiu identificar classes em que as ideias dos participantes foram organizadas e que apontam para uma representação social relativa ao comportamento em relação ao lixo, diferente de estudos que relacionam lixo à sujeira, doença, imundice e poluição. Uma representação torna-se social na medida em que corrobora para os processos de formação de condutas e orientação das comunicações sociais. Sendo assim, a funcionalidade das representações sociais se estabelece enquanto orientação dos comportamentos em relação a um determinado fenômeno. Porém em algumas situações o contrário também é verdadeiro, ou seja, a partir de uma ação estabelecida por exigências externas é eliciada uma representação social para justificar o comportamento deliberado. Dessa forma, o comportamento precede a representação, na medida em que esta surge como explicação à ação, atribuindo-lhe sentido. Este pressuposto da Teoria das Representações Sociais foi percebido neste estudo, uma vez que comportamentos em

relação ao lixo sejam eles de produção, separação ou destino, aparecem diretamente vinculados às ideias representacionais deste objeto cotidianamente presente no contexto das cidades. Sugere-se que políticas pró-ambientais como as ações sociais em prol da sustentabilidade e educação ambiental podem estar repercutindo nos pensamentos e hábitos da população em suas interações com o lixo, colaborando para um processo de mudança da representação social estudada. Além disso, uma segunda hipótese levantada pressupõe que os resultados encontrados são reflexos de uma realidade local, já que há pouco tempo o município no qual o estudo foi realizado passou por alterações no gerenciamento do lixo, às quais a população precisou se adequar. Percebe-se então a importância do incentivo às práticas sociais que buscam reconstruir a realidade ambiental marcada por intensas degradações provocadas, dentre outros motivos, pela inadequada geração, separação e destino do lixo, já que com este estudo pode-se constatar que possivelmente as ações pró-ambientais, sejam a nível federal, estadual ou municipal já estão contribuindo para mudanças comportamentais, cognitivas e representacionais na relação pessoa-ambiente.

Representações Sociais de meio ambiente para estudantes de Administração de Petrolina-PE

Victor Mendes Gomes, Liliane Caraciolo Ferreira, Suzyelaine Tamarindo Marques da Cruz

No contexto contemporâneo, diversas discussões têm sido travadas acerca da relação entre a vida urbana moderna e o meio ambiente, envolvendo aspectos sociais, econômicos, políticos, éticos, morais e educacionais. Pensar o que o que fez dessa relação uma importante área de discussão da Psicologia Social. Desenvolvimento social/econômico e preservação ambiental devem ser entendidos de forma complementar, a fim de que as necessidades de sobrevivência das futuras gerações não sejam prejudicadas e a garantia do bem estar e qualidade de vida da população estejam atrelados a um desenvolvimento econômico sustentável e responsável. Em se tratando do Nordeste, mais especificamente do sertão pernambucano, observa-se a necessidade de pensar o desenvolvimento social, que muitas vezes tem se dado a partir da agropecuária e sua fruticultura irrigada, buscando sempre estratégias de convivência com as difíceis condições ambientais do semiárido. Apesar dos vastos estudos e discussões acerca da relação do homem com o meio ambiente, poucos são os trabalhos realizados em universidades públicas localizadas em regiões distantes das capitais e grandes centros, como o sertão pernambucano. Na formação em Administração, a questão ambiental tem sido destacada consideravelmente nos últimos anos, observando-se que as pesquisas na área congregam

estudos de diferentes formatos organizacionais e, nas últimas décadas, vêm buscando refletir sobre as práticas destas organizações em relação ao ambiente. Debates acerca do contexto natural local que atrelem desenvolvimento e "sustentabilidade" com futuros administradores e até gestores de empresas destinadas à fruticultura ou agropecuária são relevantes por estabelecer um caminho potencializador na busca de soluções para os problemas sócio-ambientais enfrentados hoje na região. Nesse sentido, o presente trabalho teve como objetivo analisar como estudantes de graduação do curso de Administração de uma Universidade pública de Petrolina-PE representam o meio ambiente, tomando como base a Teoria das Representações Sociais de Moscovici. Para tal, utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário semiestruturado com questões de associação livre, utilizando como indutor o termo meio ambiente. Participaram da amostra 40 estudantes de graduação de ambos os sexos, sendo 8 do primeiro semestre, 12 do quarto semestre e 20 do nono semestre, devidamente matriculados no curso de Administração de uma universidade pública de Petrolina-PE. Os participantes foram escolhidos por conveniência, sendo a pesquisa realizada na própria Universidade após o consentimento dos mesmos. Os dados foram analisados através do software EVOC. Os resultados apontam que o núcleo central da Representação Social do meio-ambiente gira em torno de: natureza; que deve ser preservada para a manutenção da saúde populacional; sustentabilidade; e meio-ambiente enquanto ancorado na concepção de qualidade de vida. O meio-ambiente foi objetivado na figura da natureza, do verde, que é algo ainda bastante presente na região em que os participantes estão inseridos. Nos núcleos periféricos foram apontados aspectos negativos relacionados à poluição; à necessidade de respeito e preservação do meio-ambiente; e o meio ambiente enquanto crucial para a sobrevivência, sendo que a água foi apontada como principal produto. Percebe-se assim que a concepção do meio-ambiente está dividida em dois polos opostos, mas complementares, a saber: a percepção dele enquanto meio importante à sobrevivência humana e, por isso, devendo ser preservado; e, por outro lado, como algo que está sendo degradado pelo homem em consequência do crescimento social. Estes resultados podem estar apontando para uma relação entre os conteúdos formativos e as novas demandas da contemporaneidade na formação profissional voltadas a discutir desenvolvimento e preservação ambiental, associação relevante em uma área que tem se desenvolvido através do trabalho direto com a fruticultura, trabalho direto com a transformação do meio ambiente. Percebe-se assim que os estudantes de administração da instituição em estudo apresentam uma ideia relacionada com a importância da preservação e cuidado com o ambiente, articulando pressupostos de forma multidisciplinar entre cuidados ambientais e responsabilidade social, o

que pode estar apontando que debates acerca de educação ambiental estão ocorrendo no processo formativo dos mesmos. Novos estudos podem ser realizados para a ampliação das discussões do tema na região e ampliar os saberes e a efetividade da Psicologia Social.

Um parque no asfalto: estudo sobre ocupação, memória e significações atribuídas ao "Minhocão"

Jéssica dos Reis Leite Bitencourt Cardoso, Camila Maria Chiquetto, Isabela Ramos, Fernanda Bolzan Carneiro, Rebeca Orselli Monteiro, Ligia Alberto, Danielle Rosa Nascimento

O presente estudo é resultante da atividade de pesquisa desenvolvida por um grupo de alunas do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Ele tem por objetivo levantar as formas de ocupação e possíveis significações atribuídas ao "Elevado Costa e Silva" na cidade de São Paulo por aqueles que o utilizam como pedestres durante os horários disponíveis. Este estudo considera o Elevado, conhecido também como "Minhocão", um fenômeno social urbano de demanda econômica e histórica, cuja construção visava facilitar o tráfego urbano, mas trouxe consequência aos moradores do centro de São Paulo como poluição ambiental, sonora, visual e auditiva. Objeto de críticas, ele é considerado um erro de planejamento arquitetônico e é tido por muitos como uma "cicatriz urbana". Trata-se ainda de uma construção que cria uma zona de sombra permanente ao longo dos seus 2.730 metros de extensão, e encobre pessoas socialmente marginalizadas, já que debaixo do viaduto se concentram moradores de rua, travestis e prostitutas. Por conta de todos os impactos causados aos moradores da região próxima ao Elevado, ele é fechado aos domingos e feriados; e em dias de semana das 21h30 às 6h30. Hoje, o Elevado possui duas funções: além do seu uso voltado para o trânsito em dias semanais, ele é um "parque urbano elevado" aos fins de semana, onde se pode encontrar uma ocupação sobre o asfalto completamente diversa da ocupação dos automóveis. Para estudar esse fenômeno se fez uso de teorias da psicologia social e psicologia ambiental, para a análise das formas de ocupação e memória; e da fenomenologia para o âmbito da significação deste espaço. Portanto, a proposta deste trabalho vincula-se ao eixo temático: Cidade e Meio Ambiente, uma vez que versa sobre a lógica que conduz as políticas urbanas de trânsito da cidade de São Paulo rumo à produção e ao consumo, em detrimento das relações humanas. Questão esta de extrema importância para a constituição da subjetividade do cidadão moderno. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório no modelo qualitativo de pesquisa, tendo como técnica a análise de categorias a partir de transcrições das entrevistas semiestruturadas feitas com 15 usuários do Minhocão nos domingos. As entrevistas gravadas foram transcritas e posteriormente indicadas

três categorias principais para análise do discurso, que são: memória, ocupação e significado. Sobre a análise da categoria "ocupação", evidencia-se que apesar de ser um espaço público aos domingos, o "Elevado" não é, na maioria das vezes, um espaço onde se observa uma ocupação que incluí e que privilegia a convivência do eu e do outro. As falas dos entrevistados refletem o individualismo próprio do cotidiano na modernidade, e do lazer solitário e anônimo como produto das relações interpessoais solúveis. Entre as respostas obtidas nessa categoria, o Minhocão foi tido como espaço permeado pela lógica da passagem, muito presente no cotidiano da capital paulista. No que se refere à categoria "memória", a quase unanimidade dos entrevistados sobre o histórico sabiam apenas, que se tratava de uma obra construída pelo ex-prefeito da cidade, Paulo Maluf. É a memória pública permeando as memórias dos sujeitos sociais. Com respeito à categoria "significado" as respostas obtidas são diversas: desvalorização, cicatriz, escoamento de trânsito, potencial para São Paulo, lazer, lugar onde se é um intruso, entre outras. Para além dos significados manifestados por essas palavras há também aqueles que puderam apreendidos ao observar a ação dos usuários neste espaço. Atividades que poderiam ser consideradas exóticas, se realizadas no asfalto, ganham novas dimensões pelos usuários do elevado. Essas significações atribuídas revelam sujeitos que buscam sentido no que fazem, buscam de alguma forma envolverem-se nos espaços onde estão. Assim, pôde-se observar que os movimentos coletivos não ocorrem com muita frequência. A passagem é o traço característico do tipo de ocupação que ocorre no Elevado Costa e Silva. Também, ao analisar o discurso desta amostra e presenciar a ação dos sujeitos, foi notado que a relação interpessoal é rara. Ainda que o fato deste espaço ser ocupado por humanos e não por carros, durante algumas horas da semana, já revele uma tentativa dos sujeitos de consertar a "cicatriz urbana", que não deixa de ser uma "cicatriz humana" e fazer deste espaço, um espaço mais próximo do que seria um espaço público. Desse modo, o "Minhocão", como toda atividade humana, reflete a dinâmica de seu contexto social e localização urbana. No caso particular, a movimentação frenética da cidade de São Paulo.

EIXO TEMÁTICO 8. ESTADO, DEMOCRACIA E MOVIMENTOS SOCIAIS

A construção do fato político midiático na visão dos políticos: uma interdependência aparente

Maria Isabel Nunes Lopes

Os meios de comunicação – a grande mídia - são centrais na construção de um capital cultural simbólico para aqueles que chegaram ou pretendem chegar ao poder nas sociedades democráticas modernas. A visibilidade que constrói a credibilidade e alavanca agentes políticos é a mesma que os destrona, no momento em que corrói a credibilidade desses aspirantes como é no caso específico dos escândalos políticos. A credibilidade é um dos componentes necessários ao capital simbólico político posto ancorado na confiança pública decorrente da dignidade de crédito. Numa era de visibilidades o ambiente de informação é menos controlável face proliferação das formas mediadas e das redes de comunicação, tornando-se difícil para os atores políticos o encobrimento de suas atividades e impossibilitando a previsibilidade das consequências dessas divulgações. O campo de investigação e análise compõe-se de quatorze entrevistas levadas a efeito com Políticos das Casas Legislativas de âmbito Federal (08), Estadual (4) e Municipal (2), todos pertencentes à cena política, alguns em plena atividade, outros licenciados ou, ainda, afastados da atividade de representação. A técnica empregada foi a entrevista semi-dirigida episódica, conversando com os entrevistados sobre sua experiência e vivência política, dando ênfase, evidentemente, a fatos, ou episódios, onde a mídia, de uma maneira ou outra, esteve presente na construção da credibilidade pessoal. Esta técnica da entrevista episódica foi estudada e desenvolvida por Flick (2002). Segundo Bauer e Gaskell (2002, p.498), "um episódio é um pequeno evento, com uma estrutura narrativa que pode ser parte de uma narrativa maior, ou de uma história maior". O interesse em orientar a coleta na direção da narração de episódios tem como objetivo procurar uma concretude maior do fenômeno da influência midiática. O método de análise e interpretação dos dados, em andamento, realiza-se através da contextualização Sócio-Histórica das Instituições Sociais em apreço – Agentes Políticos (vinculados aos Partidos Políticos) e a Mídia (Meios de Comunicação), na Análise Discursiva das narrativas e argumentos presentes nas entrevistas, bem como a Interpretação e Reinterpretação dos dados visando uma síntese, uma visão de conjunto, colocando uma nova compreensão do fato gerador de novos conhecimentos. Tais análises decorrem das três fases da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2011), e se fundamentam como um roteiro de investigação abrangente e útil nas pesquisas de fatos comunicacionais, proporcionando uma compreensão mais global e profunda do fenômeno

analisado. Na problemática da relação entre mídia e política e, especificamente, na forma como os políticos demonstraram entender as estratégias de criação do fato político midiatizado, encontramos narrativas comuns ao grupo que demonstram a não compreensão da real importancia de seu agir politico e de seus discursos possibilitando estudos acerca da inadequação e desconhecimento das práticas midiaticas de influenciar nas agendas públicas e governamentais, posto intermedia relações de diferentes grupos sociais, sendo o politico apenas um destes grupos. No ponto: A mídia possui, nos tempos atuais, um poder imensurável sobre as transformações que ocorrem nos mais variados setores. Ela tornou-se um instrumento de manipulação dos interesses hegemônicos e forte propulsora dessa metamorfose global. (GUARESCHI; BIZ: 2005). A pesquisa decorre do projeto de dissertação de mestrado que está em fase de análise, portanto inconcluso, mas já demonstra o descompasso e o medo decorrente da interdependência da política e da mídia, demonstra a importância do estudo dos fatos políticos para a construção de credibilidade das Instituições Políticas nas Democracias Representativas, onde a visibilidade modela as escolhas, a participação e a opinião pública das massas de eleitores.

A pesquisa-ação e os princípios da Educação Popular em Saúde: compreendendo a participação no Conselho Local de Saúde

Alice Moreira da Costa

Este trabalho trata de uma pesquisa de caráter qualitativo, que buscou compreender e analisar a participação popular no espaço de Controle Social da Unidade de Saúde Vila Floresta, de Porto Alegre - RS. E contribuir para a mobilização desse espaço para o fortalecimento da participação no controle social. Para isso realizaram-se cinco encontros de grupos focais com trabalhadores da saúde, usuários do serviço e conselheiros do Conselho Local de Saúde (CLS). O método utilizado foi da pesquisa-ação e levantou-se as razões da pouca participação, problematizadas com todos os envolvidos no estudo, utilizando os princípios da educação popular em saúde. Dessa reflexão resultaram como as maiores problemáticas a serem enfrentadas o conhecimento sobre o CLS e o reconhecimento deste pela comunidade. Após a análise do conteúdo dos encontros emergiram duas categorias-síntese. São elas: engajamento político e resolutividade do CLS. Será realizada a análise da categoria engajamento político. Entre as razões da pouca participação estão a desinformação sobre a existência e o papel do CLS, assim como falta de retorno das conquistas deste espaço para a comunidade. Constata-se

que a simples existência do Conselho Local não garante a ampla participação popular e o controle social em saúde.

Adolescência, inclusão, contexto escolar: realidade x possibilidades

Ana Luiza de Mendonça Oliveira, Ana Caroline Dias da Silva, Isis Graziele da Silva, Bárbara Aparecida Leal dos Santos

É através da Educação, direito humano que deveria ser inviolável, que se dá a transmissão de uma geração à outra e a perpetuação dos modos culturais de ser, estar e agir necessários à convivência social. Nas últimas décadas, os saberes e os fazeres sobre educação inclusiva têm se tornado alvo de inúmeras discussões e problematizações. A inclusão social é um fenômeno complexo e multifacetado que demanda criticidade por parte de todos os cidadãos e respeito às diferenças humanas. A partir deste pressuposto e com base na teoria histórico-cultural, se faz necessário ampliar o olhar para além daqueles que são deficientes, ou seja, se faz necessário contemplar todo o contexto social do qual os deficientes fazem parte e o qual os deficientes ajudam a constituir. Com relação ao ambiente escolar, é de fundamental importância considerar a relação dos alunos deficientes com os outros alunos, com os professores e demais profissionais. A fim de conhecer as práticas da Psicologia em instituições educacionais em que estão inseridos adolescentes com deficiência e as ações desenvolvidas para este público, desenvolveu-se um trabalho dentro da disciplina Psicologia do Desenvolvimento II oferecida no 4º período do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Foram entrevistadas duas profissionais da área de Psicologia que trabalham em média há 12 anos em instituições educacionais. Uma das entrevistas trabalha com adolescentes com deficiência visual e a outra em uma escola de ensino regular que possui alunos com várias deficiências, contando com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) - política pública especializada no atendimento de alunos com deficiência, em que profissionais específicos apoiam e conduzem estes alunos. Por meio de entrevistas semiestruturadas, visamos compreender como se dá a participação das psicólogas nestes ambientes. Com as visitas às instituições, com as entrevistas e com a realização de uma revisão bibliográfica sobre políticas públicas voltadas para deficientes, percebeu-se que ainda há muito a ser feito para que a inclusão aconteça de fato. As entrevistas esclareceram que as políticas públicas existentes não estão asseguradas e que isto se apresenta como um grande desafio para a inclusão escolar. Por exemplo, não são todas as escolas regulares com alunos deficientes que oferecem o AEE, seja por falta de especialização, estrutura física ou capacitação de profissionais. O governo brasileiro oferece

programas para que esta capacitação aconteça, mas nem todos os estados se envolvem no projeto por questões políticas. Além disso, várias instâncias governamentais fornecem equipamentos e instrumentos facilitadores para a estimulação e aprendizagem de alunos com deficiência, mas há uma intensa burocracia para que o fornecimento seja efetivo. Por fim, através deste estudo foi possível compreender que a atuação das psicólogas nestes espaços é essencial para que os adolescentes e as pessoas que se relacionam com eles percebam a deficiência como somente mais um fator que lhes constitui. É fundamental admitirmos a existência das diferenças, a fim de desconstruir visões que menosprezam a diversidade, a qual no faz tão interessantes e fundamentalmente humanos. Neste sentido, a Psicologia é responsável por impedir o reducionismo destes sujeitos à deficiência que possuem, despertando estranhamento quanto aos modelos habituais de pensamento e de indiferença diante do sofrimento alheio.

Adolescência, Psicologia Social e exploração sexual comercial

Pâmela Barbosa Costa, Artur Bruno Fonseca de Oliveira, Marina Barbosa de Azevedo

O presente trabalho tem como objetivo, através do olhar da Psicologia Social e da Psicologia da Adolescência, refletir sobre as repercussões da exploração sexual na produção da subjetividade dos adolescentes, bem como evidenciar a existência das políticas públicas de enfrentamento acerca dessa problemática. Ele se encontra inserido no Grupo de Trabalho "Juventude, instituições e processos de inclusão e exclusão social", visto que a exploração sexual é fruto de uma sociedade que muitas vezes não cuida dos adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social. Por isso, discutimos a necessidade da implementação de políticas públicas voltadas ao segmento juvenil e a garantia de direitos fundamentais. Para a realização desse trabalho, foram utilizados referenciais teóricos acerca da Adolescência, Psicologia Social e Exploração Sexual articulados com uma visita à DECECA (Delegacia de Combate a Exploração de Crianças e Adolescentes do Ceará) e uma entrevista com uma profissional da instituição abordando temas como o perfil das vítimas da exploração sexual no Ceará, meios de prevenção da exploração, meios de proteção às vítimas e a participação familiar nesse contexto. A partir da perspectiva de Aberastury (1981), a adolescência é vista como um período de transição no ciclo de vida marcada por diversas mudanças biopsicossociais: o corpo muda, as ideias se "(re)formam", os comportamentos vão procurando se adequar ou se ajustar conforme a cultura e a sociedade vigente. Porém, conforme aponta a Psicologia Sócio-Histórica, todas essas transformações encontram-se inseridas dentro de um contexto mais

amplo, numa constituição mútua entre sujeito e sociedade. Assim, o processo de desenvolvimento do adolescente envolve vários aspectos, dentre os quais a identidade, a sexualidade, a autonomia e, especialmente, a construção de relações sociais e de espaços apropriados para desenvolver a autoestima, a criatividade e o projeto de vida desses adolescentes. Nesse sentido, considera-se que a exploração sexual vai na contramão desse processo vital dos adolescentes. Tem-se observado que o alvo das práticas relacionadas à exploração sexual acaba sendo principalmente crianças e adolescentes, visto que são considerados indivíduos mais vulneráveis. As modalidades encontradas de exploração são a prostituição, turismo sexual, pornografia e tráfico para fins sexuais (Leal, 1999). Partindo dessas considerações iniciais, em entrevista com profissional que trabalha voltada para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes foi afirmado que, para haver um enfrentamento mais efetivo acerca dessa questão, é importante que sejam passadas informações para os adolescentes acerca de seus direitos, encontrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e sobre o sistema de garantia dos mesmos. Os pais ou responsáveis também precisam estar cientes dos direitos dos menores para que tomem uma atitude de colaboração na proteção e prevenção destes com relação à exploração sexual, com o intuito de promover o desenvolvimento da consciência de cidadania e da identificação, pelos próprios adolescentes, dos casos de violação de que são vítimas, passo indispensável para a defesa dos seus direitos. Com relação às políticas públicas, ainda hoje se encontram grandes dificuldades para lidar com essa problemática, embora seja um fenômeno internacional que mobiliza órgãos governamentais e não-governamentais. A exploração sexual é considerada hoje como um problema de saúde pública, visto que se tem percebido um aumento no número de casos. É importante observar ainda que, ao mesmo tempo em que setores da sociedade criticam e buscam formas de enfrentamento desse fenômeno, existem outros que o mantêm e estimulam. Pode-se pensar, por exemplo, no papel da mídia e dos meios de comunicação, cada vez mais acessíveis às crianças e adolescentes de todas as classes sociais, principalmente através das redes sociais, os quais tem apresentado conteúdo, muitas vezes inadequado aos menores. É neste sentido que a Psicologia Social pode contribuir para se compreender como a sociedade se posiciona frente a essa situação, investigando e analisando os fatores que influenciam a exploração sexual. Além disso, faz-se necessário trabalhar na perspectiva de reintegrar à sociedade a criança ou o adolescente vítima desse tipo de violência, os quais sofrem um processo de desamparo social, afetivo e material, que, progressivamente, pode se configurar como uma situação de risco social. A exposição aos diversos fatores de risco pode provocar o processo de vulnerabilização,

impedindo que o menor responda satisfatoriamente às adversidades da vida. (Libório, 2005). Assim, percebe-se que a baixa autoestima, aliada aos sentimentos de rejeição e discriminação sentidos pelos adolescentes podem ser, muitas vezes, resultantes da exclusão social e da violência social e interpessoal vividas, que, acumulados e introjetados da identidade da criança ou do adolescente, podem facilitar o envolvimento em atividades que tenham um caráter exploratório e violento.

As práticas profissionais dos psicólogos nas Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social

Mariana de Moraes Duarte Oliveira, Maria Auxiliadora Teixeira Ribeiro, Alisson Tiago Goncalves Vieira

Propõe-se discutir as práticas dos profissionais entrevistados numa pesquisa, cujo objetivo foi configurar o espaço da Psicologia nas Políticas Públicas de um Estado do nordeste, no âmbito da Saúde, Assistência Social, Educação e Meio Ambiente. Trata-se de um recorte da pesquisa, focando a atuação dos psicólogos a partir de suas narrativas. Fundamenta-se para tal, no referencial teórico e metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos, que possibilita identificar, a partir das falas, como as pessoas descrevem, explicam e se posicionam nas situações cotidianas. Os temas investigados durante a pesquisa foram: a caracterização do trabalho, os modos de trabalho e os princípios da atuação profissional. Esses temas foram abordados no roteiro de entrevista semiestruturada, adaptado do questionário Atuação profissional de psicólogos (as) em Políticas Públicas de Educação Básica disponibilizado no site do CREPOP. Os modos de trabalho é o eixo temático em discussão nesta apresentação, o qual aborda questões referentes ao conhecimento dos profissionais acerca das diretrizes da Política na qual ele está inserido; a existência ou não da articulação da psicologia com outras áreas de conhecimento; a forma que se dá o desempenho das atividades em conjunto dos psicólogos com outras categorias profissionais e a própria relação entre a Psicologia e as Políticas Públicas. A pesquisa foi realizada por um grupo de estudantes e tutora do Programa de Educação Tutorial, que tem por objetivo desenvolver uma formação de excelência acadêmica. A articulação deste trabalho é com o GT Comunidade, Politica e Psicologia, visto que este acolhe trabalhos sobre formulação, implementação, análise e controle social de políticas públicas, estudos e intervenções direcionados a diferentes práticas comunitárias, organizativas, grupos/movimentos sociais formais ou informais, comunidades rurais, experiências de interação em espaços urbanos ou rurais, bem como junto a povos e

comunidades tradicionais, e ainda, trabalhos na perspectiva da psicologia intercultural. Como resultados são destacados os seguintes aspectos: a) as ações desenvolvidas pelos psicólogos têm sido articuladas com outras categorias profissionais das instituições e, também, com outras áreas das Políticas Públicas; b) as práticas desenvolvidas pelos psicólogos, de forma geral, são norteadas pelas diretrizes das Políticas de Saúde e Assistência Social e articuladas com outros profissionais e, também, com programas de outras áreas; c) os desafios relatados pelos psicólogos referem-se à escassez de materiais para realizar as atividades planejadas e à dificuldade de entendimento da população sobre o papel desses profissionais nas Políticas Públicas em que atuam; d) não há diferenças nas ações desenvolvidas pelos psicólogos nos diversos municípios do Estado, visto que seguem praticamente as diretrizes da política, na qual estão inseridos; e) foi constatado que nas áreas de Educação e Meio ambiente, em nenhum dos municípios mapeados, há psicólogos atuantes. As descrições dos profissionais sobre suas práticas e a discussão trazida na literatura sugerem que haja uma constante avaliação da articulação do psicólogo com as políticas públicas, inclusive sobre a carência desse profissional nos contextos de Educação e Meio Ambiente. Dessa forma, promete-se trazer durante a apresentação uma discussão com a literatura, visto que hoje há um grande acervo literário sobre o tema.

Atribuindo significado a si: o adolescente inserido no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente

Alinne Isteice de Sousa Belo, Tatiana Minchoni, Kaio Cesar Pereira da Silva

A adolescência é conhecida como uma fase que se caracteriza por uma faixa etária específica, que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vai dos doze aos dezoito anos de idade, e, portanto está em condição peculiar de desenvolvimento de seus direitos que devem ser protegidos e garantidos de forma integral. Partimos da perspectiva que o homem é participante ativo na construção da sociedade, em especial das características de sua cultura, desse modo compreendemos a adolescência como uma construção social, na medida em que , tem-se construído socialmente o perfil do adolescente em conflito com lei, sendo ele, pobre, negro, originado de contextos de intensa vulnerabilidade social e responsável pelo aumento da violência no país. O adolescente em conflito com lei, na atual Doutrina da Proteção Integral, é assim denominado por ter cometido algum ato infracional e a ele compete a responsabilização de seus atos através do cumprimento de medidas que se dividem em: advertência, prestação de serviços a comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação. Pensando na complexa

realidade que vivem os adolescentes que cometem o ato infracional e cumprem uma medida socioeducativa, surge o interesse em identificar o significado que o adolescente que cometeu ato infracional atribui a si, e partir disso, vislumbrar informações para a construção de políticas públicas para os adolescentes pobres do nosso país, relacionado assim, esta pesquisa com o eixo temático da assistência social e com o grupo de trabalho: Juventude, instituições e processos de inclusão e exclusão social. A presente pesquisa teve por objetivo geral identificar o significado que o adolescente que cometeu ato infracional atribui a si, estando à espera de decisão judicial, para cumprimento de medida socioeducativa, no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente – CIAD/ RN, e por objetivos específicos: analisar os estigmas que perpassam o significado que o adolescente constrói de si, verificar o papel que a instituição exerce na construção do significado de si e compreender como a interação com os outros adolescentes da instituição contribui para a construção do olhar de si. Tendo isso em vista, o trabalho se ampara no referencial teórico da Psicologia Sócio- Histórica de Lev Semenovich Vygotski, na qual o homem é um ser que ao mesmo tempo em que transforma o mundo é transformado por ele, fazendo com que situações, pessoas e objetos tenham sentido para sua existência, a partir de significados que lhes são atribuídos através da linguagem. A relação que se estabelece entre homem e mundo acontece de forma mediada, através do uso de signos, como a linguagem e o pensamento, que funcionam como instrumentos, dos quais fazemos uso, para desenvolver alguma atividade e significá-la, e partir disso nos constituirmos enquanto sujeitos. Para o alcance dos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica, com a realização de oficinas temáticas, nas quais foram disponibilizadas rodas de conversa e produções artísticas, que possuíam os seguintes temas: relações interpessoais, identidade, estigma, preconceito, sentimentos, inclusão e exclusão social. Foram utilizados os seguintes materiais na primeira oficina: gravador, câmera fotográfica, rolo de papel sulfite grande (produzir um desenho de si em tamanho real), retalhos, giz de cera, hidrocor, cola colorida, tinta guache, pincéis e barbante. Na segunda: gravador, televisão, DVD, episódio da série Cidade de Homens: Úolace e João Victor (roda de conversa sobre estigma). E na terceira oficina: gravador, câmera fotográfica, cenas do documentário Juízo de Maria Augusta Ramos, tecido para pintura (produzir uma toalha para mesa do refeitório do CIAD com desenhos que representassem a forma como cada um se vê dentro da instituição), tintas guache e pincéis. O estudo teve por público-alvo adolescentes do sexo masculino e encontra-se em fase de análise de dados, sendo assim, ainda não possuímos resultados e conclusões sobre a mesma.

Caso Dexter: adicção ao assassinato por vingança e justiça como saída à violência urbana contemporânea?

Nathália Baptista Guerardt, Areana Pereira da Silva

A pesquisa surgiu como resposta à demanda de avaliação da disciplina do Curso de Graduação em Psicologia da UFRJ "Tópicos Especiais em Psicometria E", ministrada pelo professor Victor Eduardo Silva Bento no semestre 2012.1, abordando o tema: "Semiologia Psicanalítica das Paixões Tóxicas". O problema de pesquisa foi: Seria a cena traumática da infância de Dexter, protagonista do seriado de TV de mesmo nome, a causa de sua adicção ao crime de assassinato por vingança e justiça como saída para a violência urbana da contemporaneidade? O método de pesquisa foi o estudo de caso de Dexter. O objetivo foi discutir os fatores subjetivos de Dexter que concorreram para a escolha do assassinato por vingança e justiça como saída para a redução da criminalidade através do extermínio desses criminosos considerados sociopatas incuráveis, lixos sociais que a polícia não consegue trazer à justiça. A justificativa foi o crescente aumento no interesse popular pelos crimes por vingança, pela justiça com as próprias mãos diante da omissão do Estado, como solução para o aumento da violência urbana. Os resultados foram os dados da infância traumática e da vida de Dexter. Este foi adotado pelo policial Harry Morgan aos 3 anos de idade. Harry o encontrou em uma cena de crime dentro de um contêiner banhado no sangue da própria mãe, brutalmente assassinada e fatiada por uma serra elétrica. Dexter cresceu sentindo uma vontade incontrolável de matar, sendo suas primeiras vítimas os cachorros da vizinhança, quando estes o incomodavam. Ao descobrir a obsessão do filho pelo crime de assassinato, Harry o introduziu na prática da caça para, assim, aliviar seu instinto assassino de uma forma socialmente aceita. Com o passar dos anos o policial inventou o "Código Harry" que consistia em regras para controlar o impulso homicida de Dexter pautadas na ética da permissão do assassinato apenas de assassinos. Por mais de 30 anos Dexter ignorou as lembranças do assassinato da mãe, não conseguiu entender sua necessidade de matar, demonstrou sentimentos apenas por fingimento, não sentiu prazer sexual na relação amorosa, nem se apegou as pessoas em geral. Começou a sentir alguma curiosidade sexual natural apenas quando conheceu Rita, uma mulher que prestara queixa contra seu ex-marido viciado em heroína. Dexter e Rita iniciaram um relacionamento e, para que ela não descobrisse a verdade sobre sua compulsão ao crime de assassinato por vingança, Dexter fingiu ser usuário de drogas, sendo convencido por ela a participar de um grupo de mútua-ajuda. No grupo, Dexter conheceu Lila, uma cleptomaníaca e ex-viciada em drogas, que o apadrinhou e dele se

aproximou como nenhuma outra pessoa fizera antes. O grupo modificou Dexter, despertando-o para seus conflitos internos e dele retirando os teatros de fingimentos afetivos. Devido aos custos psíquicos dos conflitos, Dexter acabou por abandonar o grupo, continuando a viver e a conviver com sua adicção ao assassinato por vingança. Na discussão foram debatidas duas questões com base nos dados da infância e da vida de Dexter e com o apoio da teoria psicanalítica: 1ª- Qual seria a cena traumática da infância de Dexter que funcionara como possível causa de sua adicção ao crime de assassinato por vingança e justiça?; e 2ª- De que forma a adicção ao assassinato por vingança e justiça de Dexter se diferenciou da adicção às drogas? Concluiu-se que Dexter fora estruturado por duas leis psíquicas: 1ª- Uma lei feminina que o impulsionava ao crime de assassinato para vingar e fazer justiça a sua mãe assassinada, originada da cena traumática de ver sua mãe assassinada, do desamparo infantil diante deste crime e da identificação com a mãe desamparada; e 2ª- Uma lei masculina que o diferenciava de um simples criminoso que mata por matar não importa quem, originada da identificação com o padrasto que o ensinou a canalizar seu impulso assassino para matar apenas os assassinos e lixos sociais. Concluiu-se ainda que no grupo de mútua-ajuda Dexter acedeu ao contato com seus verdadeiros sofrimentos infantis, elaborando porque, entre as diversas formas de adicção, escolhera a adicção ao crime de assassinato por vingança e justiça. Após aceder a esta elaboração, Dexter pôde deixar o grupo, pois sua adicção passou a ser doravante mantida em sua vida enquanto livre escolha subjetiva.

Da Rua ao Trabalho: reconstruindo o projeto de vida de jovens com histórico de moradia de rua

Karla Kely da Silva Cabral

Local: O trabalho desenvolveu-se em uma ONG que trabalha com crianças e adolescentes com histórico de situação de moradia de rua em Recife/PE. Perfil do público atendido: 50 adolescentes e jovens, faixa etária: 14 à 24 anos, a maior parte afro-descendentes, ex-moradores de rua e que estavam em situação de acolhimento institucional ou reinseridos nas famílias. Oriundos de comunidades com os piores IDH do estado de PE, em alguns casos, sofreram violência doméstica ou sexual, praticaram mendicância ou foram explorados como trabalhadores infantis. O objetivo do trabalho foi proporcionar a reconstrução do projeto de vida destes, a partir da possibilidade dos mesmos se sentirem mais seguros e autônomos sobre seu papel na sociedade, enquanto sujeito de direitos e deveres, resgatando seus sonhos e uma nova construção identitária. Além disso, visou incentivar os adolescentes a terem uma atitude

mais protagonista, se reconhecendo enquanto autores da sua própria história. A prática demonstrou a importância da atuação do psicólogo no processo de desenvolvimento do senso crítico, autonomia e conscientização dos sujeitos sociais enquanto agente de transformação de sua realidade social. O fazer psicológico, foca o social, porém faz diálogo no campo da educação, profissional, da formação pessoal e profissional dos adolescentes e jovens, por meio de cursos profissionalizantes e inserção no mercado de trabalho, através de programas como: Jovem aprendiz, Primeiro emprego, Estágio. O psicólogo neste espaço atua nas diversas instâncias que envolvem o adolescente/jovem: família, escola, curso e empresa. Na família, através de visitas de reintegração, buscando acompanhar o processo de readaptação ao ambiente familiar e comunitário, realizando escutas e intervenções quando necessárias. Na escola, realizando acompanhamentos para obtenção de dados sobre o desenvolvimento da aprendizagem, processo de adaptação e construção de relações sociais. No curso, utilizando instrumentos tais como: oficinas terapêuticas, trabalhos em grupos e atuando como facilitador em módulos de Ética, Trabalho e Cidadania, entre outros temas transversais pertinentes ao público-alvo. Na empresa, sendo mediador no encaminhamento do adolescente para entrevista de emprego, contratação, orientação, supervisão e acompanhamento do processo de adaptação ao ambiente de trabalho, desenvolvimento e aprendizagem da função exercida, como também o relacionamento com a equipe de trabalho e o supervisor imediato. O aporte teórico para o desenvolvimento do trabalho teve como metodologia os 4 pilares da educação para o século XXI, que são: aprender a Fazer, Conhecer, Conviver e Ser, que foi colocado por Jacques Delors, no relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Além disso, utilizamos o método Paulo Freire com seu conceito de educação libertadora. Resultados/Impactos: O projeto teve início em meados de 2010, no entanto, após 3 anos é possível evidenciar alguns frutos. Através de relatos e verificação prática, identifica-se uma mudança gradativa na perspectiva de vida e futuro dos adolescentes e jovens que foram atendidos, tornando-se seres mais autônomos e conscientes sobre seu papel na sociedade. Além disso, tivemos um quantitativo de 27 inserções no mercado de trabalho e 5 contratações definitivas após período de estágio ou aprendizagem. É importante mencionar que, a possibilidade desta reconstrução do projeto de vida, trouxe um impacto direto para vida destes, de seus familiares e consequentemente das comunidades onde vivem. A partir da percepção da mudança significativa que houve na vida do público atendido e na maneira com estes se percebem após formação e inserção no mercado de trabalho, suscitou na autora o desejo de realizar uma pesquisa científica como maneira de evidenciar empiricamente os resultados que

já se emergiam na prática, desta forma, atualmente, a temática bem sendo trabalhada através da pesquisa de mestrado da autora.

Fórum de Morador de Rua de Campinas: uma expressão de controle social

Maria Carolina Roratto, Priscila Moura Guimarães

O presente trabalho pretende apresentar através do relato de uma das reuniões realizadas pelo Fórum de Moradores de Rua – FMR, a importância da implementação desse espaço democrático de participação por ser uma intervenção social que atribui experiências de interação no espaço urbano da cidade de Campinas/SP junto à população em situação de rua. Para a composição deste trabalho foi utilizado pesquisa bibliográfica acerca do tema e a experiência da participação de técnicas-sociais (Psicólogas) nas reuniões realizadas no Fórum. Esse momento também possibilita a aproximação da população em situação de rua dos profissionais envolvidos/as em ações de execução da Política Nacional de Assistência Social. De forma dinâmica e inclusiva, o FMR acolhe os moradores de rua. As reuniões realizam-se uma vez por mês, contando com a participação da população em situação de rua, profissionais (técnicos e educadores sociais) da área, coordenadores e gestores de Organização Governamental e Não Governamental (OG e ONG) que vem promovendo o debate público levantando as demandas sobre a população em situação de rua. A proposta do Fórum é de discutir, subsidiar e cobrar a definição e implementação de uma política de defesa, investimento e atendimento à população de rua existente no município e região, e dessa forma garantir o exercício da cidadania. Segundo Rachel Raichelis (2007), a participação cidadã é um elemento que possibilita uma ampliação da base democrática de controle social sobre as ações do Estado e esse é um exemplo de prática participativa capaz de alterar a relação entre ambos os segmentos. As pautas levantadas nos encontros são trazidas por todas as esferas presentes e se desenvolvem dialeticamente. Quando oportuno o mediador das reuniões tenta confrontar os direitos e deveres dos envolvidos sendo que em alguns temas a sociedade civil (ONG e OG) se articula do mesmo lado. Para Paulo Freire (1997) uma das faces da autonomia é justamente conseguir ocupar seu lugar no mundo, reconhecendo-se como tal e o confronto público viabiliza esse processo. É importante compreender que essa prática tem sua origem a partir da ideia de que a cidadania é um predicativo da democracia e que qualquer intervenção pedagógica deve fomentar a participação em instituições e ou instância da sociedade civil, a fim de controle social e resolução de conflitos. É fundamental pensar em espaços que suscitem a necessidade de pensar nas possibilidades de educação popular em todos os espaços sociais, como por

exemplo, a rua. Na reunião, que aconteceu no dia 21/05/2013, o Fórum começou com a preparação do espaço através da montagem das cadeiras em um grande círculo no centro da cidade de campinas em uma Praça. Trata-se de um grande espaço a céu aberto que é passagem de várias pessoas. O transporte de um equipamento que atua com abordagem na rua leva as cadeiras para o local da reunião e no final também leva as marmitas para serem distribuídas, pois alguns usuários não recebem a refeição que é distribuída por outro equipamento, por estarem na reunião. Dessa forma, eles não se prejudicam por comparecerem ao Fórum e podem participar até o final. Nessa reunião surgiram as seguintes pautas: necessidade de banheiro público com 24 horas de funcionamento; truculência da Guarda Municipal na abordagem aos moradores de rua; ação do "Cata-Treco" que desrespeita seus pertences, levando-os, inclusive, os documentos e por fim, a lavagem das ruas no período noturno. Essas pautas foram levantadas pelos moradores de rua e pelos profissionais presentes, e ambos relataram ocorrências que ilustravam os apontamentos realizados. Tendo em vista as pautas da reunião, foi solicitada uma comissão (representantes componentes da sociedade civil, usuários, técnicos e coordenadores de ONG's e OG) para elaborar um documento a ser protocolado na Prefeitura para tratativas. As solicitações são, conforme previsto na Constituição Federal e na Declaração Universal dos Direitos Humanos: políticas que assegurem a esse segmento o acesso aos direitos pautados no respeito à dignidade da pessoa humana; a implantação de banheiro público com vigilância 24 horas no centro; capacitação para Guarda Municipal referente abordagem às pessoas em situação de rua atendendo as diretrizes quanto ao respeito à dignidade humana; rever as ações do "Cata-Treco", para que a "sacola" ou "mochila" com documentos pessoais não sejam retirados e que as ações de lavagem de rua sejam realizadas em horário oportuno aos moradores de rua, considerando as intempéries do inverno. Foi concluído, através da comissão responsável, protocolado na prefeitura e direcionado à Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social. As pautas veem sendo tratadas em diversas reuniões da Gestão e da Coordenadoria da População em Situação de Rua e inclusive como discussão nas metas desse semestre.

Garantia de direitos: a inserção de adolescentes em contexto institucional

Gláucia Cristina Bertotto, Janaina Santana dos Santos

O trabalho a ser apresentado consiste em uma experiência do Estágio Básico do Núcleo Comum II: Cotidiano, Práticas Sociais e Processos de Subjetivação em Contextos de Atuação do Psicólogo. Tal trabalho foi desenvolvido em uma instituição que abriga adolescentes do sexo

feminino de 12 a 17 anos. Utilizamos como método de trabalho o grupo focal, que consiste em proporcionar momentos de escuta, discussões e reflexões acerca dos temas sugeridos e daqueles surgidos no decorrer das conversas. No total foram realizadas dez sessões com duração de cerca 1he30min. Sabe-se que a adolescência é uma fase de construção da personalidade, onde os jovens buscam apoio na família e em grupos de identificação. Devido a situação de abrigamento não suprir adequadamente essa necessidade, considerou-se relevante a realização deste trabalho tendo como público-alvo adolescentes em estado de abrigamento. Pretendeu-se com o trabalho proporcionar a interação saudável entre os membros, priorizando a conscientização individual e grupal, através das externalizações dos conflitos. Focamos nossa atenção para a prática da pesquisa qualitativa, como meio de intervenção, cujo intuito pautou-se no conhecimento acerca dos acontecimentos, e assuntos que envolvem a vida das adolescentes do abrigo. Em cada sessão trabalhamos um tema. Para tanto utilizamos como principal instrumento dinâmicas com a finalidade de direcionar as discussões e estimular reflexões concernentes a situações vivenciadas. No decorrer do processo utilizamos como recursos: filmes, história e desenhos coletivos, diários, recortes de figuras, amigo oculto e tarefas de casa. Trabalhamos no sentido de proporcionar um ambiente em que elas pudessem trocar experiências, "desabafar", contar histórias, sensações, sentimentos, emoções, acontecimentos, visões de mundo, percepções sobre o passado, presente e perspectivas sobre o futuro. Constatamos que a principal queixa, que circulava em todas as sessões, era a questão dos conflitos existentes dentro da casa: falta de confiança umas nas outras, desavenças a ponto de ocorrer com frequência violências físicas, competição por atenção, falta de respeito e empatia e dificuldade de apego. Nos chamou atenção o alto grau de violência verbal e física existente dentro da instituição; a maioria das internas possuem uma trajetória pregressa de violência física, moral e sexual, que acaba por interferir na forma de se relacionar com os demais. Deste modo as adolescentes tendem reproduzir o modelo de violência que vivenciaram; esse fato poderia explicar os inúmeros conflitos que permeiam as relações no interior da instituição. A própria situação de abandono acaba por ser uma violência que interfere de forma negativa como elas lidam com as situações e consigo mesma, enfim sua visão de mundo. Muitas vezes essas adolescentes são retiradas do um ambiente familiar que não é adequado e inseridas em uma instituição que geralmente acaba por reproduzir o modelo vivenciado naquele ambiente. Percebemos que a instituição busca acolher as adolescentes em níveis de garantir direitos à saúde e moradia, entretanto nota-se que outros direitos como: acesso a cultura, lazer, estrutura física, alimentação balanceada, orientação e acolhimento afetivo são feridos. O contato das internas com lazer e cultura são precários pois a

instituição não tem incentivo financeiro para ofertar e a própria coordenação parece não ver a importância de contato com essas atividades. Em relação a estrutura física, observamos que o espaço é limitado em razão ao número de abrigadas. A alimentação aparece dentro do grupo focal como uma das queixas das próprias internas. Outro aspecto que falha diz respeito à orientação das supervisoras, sendo a falta de uma formação adequada para atuar com jovens em situação de vulnerabilidade. Há uma carência de diálogos que possam nortear as adolescentes na constituição da personalidade e relações sociais saudáveis. É notória a falta de orientação para falar de assuntos que beiram a adolescência, como: sexualidade, drogas, gravidez, fases do desenvolvimento como as mudanças corporais. Essas adolescentes são desvinculadas do convívio com a família, ou seja, o direito de pertencer a um ambiente familiar é lesado. Em contrapartida são incluídas no contexto institucional, que deve prover os mesmos direitos que deveriam ser garantidos no contexto familiar. Percebe-se, assim, que para que esta não promova uma inclusão excludente é primordial que dentro da própria instituição sejam desenvolvidas politicas que garantam o cumprimento desses direitos.

Governo Geisel e concepções de Saúde Mental no Brasil

Marina Fernandes Guedes, Helena Beatriz Kochenborger Scarparo, Francisco José Carlesso

Esta pesquisa propõe-se a estudar os processos de descrição, explicação e compreensão do conceito de saúde mental, tendo em vista formas compartilhadas de entendimento dessa noção no período de distensão das políticas ditatoriais do Brasil ocorrido no Governo Geisel (1974-1978). Na década de 70, sob a égide da ditadura, os processos políticos e sociais relativos às transformações no campo da saúde mental no Brasil foram peculiares. No governo Geisel, foco de interesse desta investigação, o contexto de distensão das prerrogativas da ditadura civil militar de 1964, associado aos cenários globais de crises econômicas, clima reformista nas políticas de saúde e reivindicações por direitos humanos favoreceram a emergência de debates, propostas e organizações coletivas até então inexequíveis na realidade política brasileira (Fausto, 2009; Moreira Alves, 2005). Nacionalmente os anos setenta são marcados no campo da saúde pelo Movimento da Reforma Sanitária que pleiteava transformar modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, tendo em vista a equidade na disponibilização dos serviços e a participação dos profissionais e usuários na gestão. A partir de então, no que se refere à saúde mental se constitui a Reforma Psiquiátrica e o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental. Cabe perguntar, então, acerca das noções de saúde mental produzidos nesse período tão significativo para a construção das políticas públicas brasileiras. O conhecimento de tais

sentidos, através de diferentes fontes, possibilitará melhor compreensão dos processos de instituição das práticas em diferentes esferas: senso comum, planejamento, gestão e formulação de políticas, formação profissional e intervenção em saúde mental. Para subsidiar as reflexões e análises necessárias à elaboração desta pesquisa buscamos apoio no Construcionismo Social. A partir de perspectivas sócio históricas, essa vertente ressalta o cunho performático e relacional da linguagem, assim como seu efeito na construção da realidade. Essa não é considerada na ótica da objetividade, mas como construída através de interações sociais, inclinações culturais e circunstancias históricas. Com isso, nossa pesquisa preocupa-se em estudar os processos que levam as pessoas a descrever, explicar e compreender saúde mental, tendo em vista as formas compartilhadas de entendimento no contexto de investigação. Esta pesquisa é do tipo exploratório e se insere na abordagem qualitativa. Tal escolha se deve à identificação desse modo de investigação com a perspectiva epistemológica descrita acima. Nela se afirma a construção social do fato científico e não se considera a meta ter acesso a uma verdade universal. Buscando atingir o objetivo proposto neste projeto, foram realizados dois estudos específicos: Os sentidos de saúde mental presentes em jornais brasileiros de 1974 a 1978 e nos periódicos da área neste mesmo período. A análise dos materiais foi estruturada através de impressos regionais e nacionais. Para a escolha dos jornais, além do critério de expressiva circulação entre o público ao qual se destina, também valorizamos a regularidade das edições. Em função disso, foram analisados os jornais Folha de São Paulo e Correio do Povo de Porto Alegre. A opção por periódicos seguirá os mesmos critérios, o que nos levou a eleger A revista "Psico", da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e o periódico "Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada", da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pois, ambos os periódicos tem edições disponíveis referentes ao período 1974-1978. Até aqui, as análises se restringem aos Jornais do ano de 1974 e as revistas da ABPA e da PSICO. Dentre os resultados preliminares destacamos iniciativas de associação das perspectivas da Psiquiatria Comunitária às noções de saúde mental, traduzida nos jornais examinados com notícias acerca da ampliação de acompanhamentos ambulatoriais e da necessidade de considerar a comunidade como foco das ações de saúde. Percebe-se também que menções relativas à saúde mental são associadas aos comportamentos e manejos considerados adequados para crianças, adolescentes, idosos e principalmente às relações familiares. A concepção de saúde mental é construída na contraposição à doença mental. Essa aparece associada às tensões da vida moderna e ao ritmo acelerado que a industrialização impõe ao cotidiano, o que tem como decorrência o estresse e modificações constantes nas maneiras tradicionais de viver. Essas análises iniciais apontam a

necessidade de compreender a formulação das concepções no cenário das transformações exigidas da nação brasileira em seu projeto de consolidar-se como país desenvolvido.

Juventude e drogas: uma experiência de intervenção sob a perspetiva da Psicologia Social

Maira Ribeiro de Souza, Cássia Ribeiro de Souza, Lara Brum de Calais

Atualmente o uso de drogas constitui-se como um grave problema de saúde pública, que acarreta significativas consequências pessoais e sociais. As primeiras experiências com as drogas ocorrem, frequentemente, na juventude, devido a uma maior vulnerabilidade individual e social que podem atravessar este período [1]. É importante ressaltar que a vulnerabilidade não está restrita a algumas pessoas e grupos, mas diz respeito a determinadas condições e circunstâncias, que podem ser minimizadas ou revertidas. Como categoria sócio-histórica, a juventude apresenta multiplicidades na sua forma de existir, o que a coloca em diferentes graus de vulnerabilidade em relação às drogas [2]. É importante frisar que a vulnerabilidade que pode afetar os jovens não se deve a concepção naturalizante de que a juventude é um período problemático, mas está relacionada ao fato de que por muito tempo os jovens estiveram à margem da sociedade, vivenciando diversos problemas por falta de políticas públicas que amparassem suas necessidades [3]. Pode-se perceber que somente a partir de 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude que os jovens passam de fato a fazer parte da agenda política, mostrando assim que os programas e ações a eles dirigidas são muito recentes. Nesse sentido, é relevante abordar a temática das drogas com os jovens priorizando discussões que apostem na capacidade destes de intervirem concretamente e modificarem os espaços sociais nos quais estão inseridos, como também que fomentem sua participação na criação de políticas públicas, considerando-os não como problemas sociais, mas sim, como sujeitos capazes de formular questões significativas, de propor ações relevantes, de sustentar uma relação dialógica com outros autores, de contribuir para solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignora-los [3; 4]. Inserido neste contexto, o presente trabalho aborda a experiência de um Projeto de Extensão vinculado à FAMINAS, cujo objetivo foi trabalhar a prevenção primária, contribuindo para uma possível diminuição da probabilidade dos adolescentes iniciarem o uso de drogas, enfatizando a redução dos fatores de risco e ampliação dos fatores de proteção, o que se relaciona com a temática sugerida pelo GT 16, que porpõe a discussão de questões relacionadas à juventude brasileira em interface com as políticas públicas. Para a efetivação do projeto, de

fevereiro a julho de 2013, foram realizadas atividades no formato de oficinas, com alunos de idade entre 13 e 15 anos de uma escola pública da cidade de Muriaé-MG, tendo como recurso metodológico a pesquisa-intervenção. No total foram realizados 15 encontros, com duração de 50 minutos, onde se trabalhou o tema álcool e outras drogas. A estratégia de redução de danos foi adotada, considerando que para se enfrentar o uso de drogas, torna-se necessário minimizar suas consequências prejudiciais e considerar como sucesso, não apenas a abstinência do uso, mas os passos dados em direção à diminuição de seus prejuízos [5]. O projeto constituiu-se como um espaço aberto à discussão, sem juízo valorativo e moralista, permitindo aos jovens participação ativa e dinâmica nos encontros. Foram abordados temas como sexualidade; a problematização do uso de drogas e as suas consequências no organismo e na vida social; o papel da mídia na construção de informações preventivas e seu poder de influência; os diversos tipos de preconceitos e o respeito às diversidades, entre outras temáticas. Todas as atividades buscaram levar os jovens a uma reflexão crítica, auxiliando-os na tomada de decisão segura, sadia e informada; e a preparação dos mesmos como multiplicadores de informações sobre prevenção de drogas na escola e na comunidade. Pôde-se perceber que os jovens, quando estimulados por meio de atividades que considerem suas experiências, se posicionam ativamente diante das discussões propostas e têm opiniões relevantes sobre assuntos pertinentes à sua realidade. No entanto, apesar dos benefícios que o trabalho de prevenção pode trazer, a abordagem desta temática no contexto escolar ainda não é considerada como obrigatória para a formação dos estudantes. Assim, a escola se torna um dispositivo de poder importante no que diz respeito à (in)visibilidade de temas de relevância para a promoção da cidadania e construção de uma consciência crítica dos jovens, deixando, muitas vezes, de problematizar temáticas envolvidas por um discurso moral em nossa sociedade. Neste sentido, torna-se fundamental fomentar iniciativas que promovam a capacidade crítica e de realizar escolhas mais saudáveis e conscientes, assim como o desenvolvimento de ações nos diversos contextos, entre eles, o educacional que abordem a promoção da saúde, principalmente envolvendo temáticas relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, viabilizando a criação de espaços de troca que proporcionem aos jovens a possibilidade de se tornarem protagonistas de suas histórias e co-responsáveis pela transformação de suas realidades.

Mapeando as trajetórias da Educãção Inclusiva no Estado de Rio Grande do Sul

Sueli Souza dos Santos, Aline Reis Calvo Hernandez, Rodolfo Ludwig, Victor Manuel Coronel Flores, Rael Monteiro Xavier

A presente pesquisa, concluída em 2012, se adequa ao eixo: Juventude, Instituições e Processos de Inclusão e Exclusão, pois através de seu desenvolvimento, mapeamos as trajetórias das práticas docentes que favorecem a inclusão social e a promoção dos direitos humanos na rede de escolas públicas de Porto Alegre/RS/Brasil. Com base nos resultados, apresentamos uma série de indicadores da Educação Inclusiva no estado do RS, além de discussões e problematizações. Investigamos as condições de trabalho docente, voltadas para a educação inclusiva levantando os seguintes indicadores: os percentuais de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) ou com dificuldades de aprendizagem (DA); as queixas docentes; a carência de recursos e materiais pedagógicos adequados; os investimentos na formação continuada de docentes. Fundamentamos a pesquisa, a partir do mapeamento do cenário e da situação da educação inclusiva, junto à rede de escolas estaduais do município de Porto Alegre. A fim de desenvolver estratégias de intervenção voltadas à Educação para a Diversidade, pensando em instrumentos e metodologias que sirvam de apoio às práticas docentes, escolares e educacionais. Para Skliar (2001, p. 16): "Incluir a educação das crianças especiais dentro da discussão educativa global não significa, incluí-las fisicamente nas escolas comuns, mas hierarquizar os objetivos filosóficos, ideológicos e pedagógicos da Educação Especial". A pesquisa adotou metodologia mista e triangulada, de tipo exploratório, descritivo e interpretativo. Para tal, foi desenvolvido um instrumento de coleta de dados, questionário, contendo perguntas objetivas, considerando algumas variáveis: levantamento do número total de professores da escola; avaliação no último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); nível de formação dos professores; número total de alunos com deficiência ou dificuldade de aprendizagem; situação arquitetônica e condições de acessibilidade; disponibilidade e uso de Tecnologias Assistivas; levantamento das ações de formação de professores ofertadas pelo próprio Governo do Estado do RGS; existência de sala de recursos e formação continuada dos professores. Os dados oriundos dos questionários foram analisados através de cálculos de porcentagens totais e parciais, comparativos, além de análises interpretativas acerca do total de respostas oriundas das 26 escolas estaduais pesquisadas. Quanto aos principais resultados encontrados: o perfil dos profissionais entrevistados corresponde a 62% supervisoras escolares, 23% diretoras e vice-diretoras e 14% professoras. Pode-se afirmar que a informação obtida é relevante considerando a formação pedagógica dos participantes/respondentes e suas atribuições na escola. Quanto à formação continuada de docentes, oferecida pelo governo do Estado, 69% das escolas pesquisadas afirmam ter participado. Considerando a obrigatoriedade do Estado em realizar ciclos de formação e

qualificação dos docentes, nos surpreende que 31% das escolas tenham manifestado a ausência deste investimento. Este dado se agrava quando consideramos o perfil de formação dos professores das escolas: 680 professores que completaram estudos de graduação; 165 com estudos de pós-graduação distribuídos em: 155 com especialização; 8 com mestrado e 2 com doutorado e 58 professores apenas com formação em nível de ensino médio. O que chama atenção nestes dados é que apenas 24% do total de professores continuaram seus estudos e realizaram estudos de pós-graduação. Do total das escolas, quase 90% afirmou possuir alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Quanto aos tipos de deficiências identificadas pelas escolas, as mais citadas foram: deficiência física, deficiências cognitivas seguido de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e as doenças de ordem psicológico-afetiva. O atendimento aos alunos com NEE exige, além da formação do corpo docente, investimento em infraestrutura e tecnologias assistivas. Do total de escolas pesquisadas, 73% manifestam não dispor de uma oferta adequada de recursos e tecnologias assistivas específicas ao atendimento dos alunos com deficiência. Somente 27% das escolas contam com sala de recursos ou móveis adaptados. Conclui-se que as escolas têm um longo caminho a percorrer na aprendizagem do trabalho pedagógico (SANTOS, 2007) e nenhuma proposta pedagógica garante que o processo será um modelo aplicável a toda e qualquer comunidade escolar. Pensar sobre o tema da educação inclusiva supõem analisar as dificuldades que se impõem em sua implementação, considerando que o percurso da formação de docentes apresenta lacunas com relação a espaços de discussão que oportunizem a construção de instrumentos e metodologias de apoio no cotidiano da prática. Os dados evidenciam que a situação da educação inclusiva no Estado carece de muito debate, aprofundamento conceitual, além de investimentos governamentais e sociais na formação dos docentes e adequação dos espaços educativos em tecnologias assistivas e condições de acessibilidade. Como proposta de seguimento, vimos a necessidade e urgência de aprofundar em interpretações qualitativas que nos permitam entender as falhas e carências escolares e docentes no que tange à formação profissional, além de subsidiar propostas de extensão universitária, criando espaços de formação, integrando a Universidade à comunidade escolar com um único propósito: educar para a diversidade.

Maternidade e vulnerabilidade: concepção de um filho com um homem preso

Helena Salgueiro Lermen, Mariana Barcinski, Bibiana Altenbernd

Este estudo teórico sobre a maternidade em situação de vulnerabilidade social surgiu da experiência da primeira autora como psicóloga no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA),

onde observava a grande quantidade de mulheres que registravam seus filhos recém-nascidos naquela instituição, visando o reconhecimento de paternidade. Dados da administração do PCPA revelam que cerca de 200 crianças são registradas por ano somente nesta prisão do Rio Grande do Sul. Apesar deste número considerável, não foram encontrados nos periódicos online materiais específicos acerca da maternidade em contexto prisional masculino, apenas artigos sobre o relacionamento afetivo com homens presos e sobre a concepção de filhos no cárcere feminino. O objetivo deste trabalho é realizar uma revisão crítica da literatura, relacionando as questões de gênero à realidade da maternidade no cárcere, em que mulheres engravidam ao visitarem seus companheiros na prisão. O trabalho está relacionado ao eixo temático "Gênero, Sexualidades e Intersecções", por discutir justamente questões de gênero afins à concepção de um filho em contexto de vulnerabilidade. O estudo também se vincula ao Grupo de Trabalho "Juventude, instituições e processos de inclusão e exclusão social", ao tratar de famílias constituídas por pais jovens em situação de vulnerabilidade e exclusão social em uma instituição prisional. A visita é um direito primordial dos presos, centrado na importância da manutenção dos vínculos familiares para a ressocialização dos egressos do sistema prisional (Lei de Execuções Penais, 1984). Para as pessoas presas, as visitas representam o suporte emocional, a fonte de insumos básicos, e a "ponte" entre os muros da prisão e o mundo externo. Esta mediação realizada pelas visitas revela a dificuldade de acesso que a população prisional enfrenta em garantir a efetivação de seus direitos constitucionais e coloca o familiar do preso como agente de ações que deveriam ser de responsabilidade do Estado (Foltran, 2010). As mulheres configuram cerca de 90% das visitas realizadas no PCPA. Este dado expõe a condição do gênero feminino no contexto carcerário, pois reflete as expectativas sociais atribuídas às mulheres, especialmente a de que estas sejam mantenedoras das relações afetivas e familiares. No cenário prisional, a violência e a subjugação das mulheres são nítidas, considerando que muitas são presas por transportar armas, drogas e celulares dentro de seus corpos. Outros tipos de violência são produzidos por normas institucionais, tais como a realização da revista íntima. Além disso, os familiares vivenciam estigmas sociais e exclusão moral (Buoro, 1998). Os estigmas oriundos de julgamentos morais da sociedade não ficam restritos às pessoas presas, mas são estendidos aos seus familiares, por meio de processos de exclusão social, caracterizando, então, outro tipo de violência experienciado pelos familiares (Santos, 2002). Diante das violações sofridas, surpreende o número de mulheres que mantêm relações com homens presos e concebem filhos no cárcere. A literatura mostra que o significado dessas relações somente pode ser compreendido a partir de uma perspectiva de gênero, uma vez que

os papéis relacionais são marcadores da identidade do gênero feminino, tanto nas representações sociais, quanto na construção da auto-imagem e da subjetividade das próprias mulheres. Dentre estes marcadores, destaca-se a maternidade, entendida como principal missão da vida das mulheres, que enfatiza este ideal feminino de cuidado e proteção. Lewis (2002) afirma que as expectativas sobre a mulher-mãe envolvem o auto-sacrifício e o amor incondicional aos filhos. Narvaz e Koller (2006) apontam que a sociedade costuma desconsiderar os determinantes sociais e tende a atribuir somente às mães a culpa pelo não exercício da "maternidade normativa". Contrapondo tal concepção de maternidade, Glenn (1994) propõe que esta é socialmente construída, pois depende dos contextos materiais, familiares, históricos, ideológicos e culturais em que os indivíduos estão inseridos. Segundo a autora, quando se universaliza o modelo idealizado de mãe - mulher branca de classe média – não se permite olhar os diversos cenários em que se concebe e se cria um filho. Deste modo, conceber um filho no cárcere traz à tona um tipo distinto de maternidade que deve ser analisado dentro do contexto social que lhe concede significado. Scott (1990) aponta que as questões de gênero são inseparáveis dos aspectos de classe e raça/etnia. Estes três eixos são determinantes dos significados presentes no exercício de ser mãe. As mulheres que engravidam de homens presos são, em sua maioria, pobres e oriundas de camadas populares marcadas pela vulnerabilidade, o que corrobora a indissociabilidade, em nossas análises, de gênero e outros eixos estruturantes da subjetividade. É neste cenário que o fenômeno ora analisado se constitui. Como conclusão, este estudo busca preencher lacunas da literatura acerca da maternidade no contexto prisional masculino. Por fim, entende-se a importância de enfocar a realidade da concepção de filhos no cárcere masculino, considerando as vulnerabilidades sociais discutidas. Esta discussão teórica pretende fomentar um estudo empírico, bem como promover intervenções de apoio psicossocial às mulheres que engravidam de homens encarcerados.

Movimentos de indignação ocorridos no ocidente em 2011, seus panoramas políticos e modos de instrumentalização

Gustavo Roberto da Silva, Thalita Calmon Capelini, Gilead Marchezi Tavares

Os Direitos Humanos foram historicamente produzidos como naturais e inalienáveis ao ser humano, compondo a própria essência do homem. Esses direitos emergem dentro da lógica capitalista, por meio de esforços da classe burguesa, e apontam, portanto, quem é esse humano e quais direitos devem ser protegidos. Na discussão acerca dos Direitos Humanos, é imprescindível pensar a respeito dos movimentos sociais. O movimento das massas no século

XIX já ensejava a força desses agrupamentos e a tentativa de subjugá-los à guisa de uma suposta periculosidade. Diversas produções intelectuais da época colocavam em análise o caráter subversivo e descontrolado das massas, como nos mostra Barros (2007). Dentre as conceituações existentes sobre movimentos sociais, é notável a relevância dada à racionalidade e à consciência para que um movimento seja considerado realmente político, em oposição a uma mera rebeldia. A questão principal para que um movimento se insurgisse seria primordialmente financeira, mas também são apontadas as diversas mazelas trazidas pelo capitalismo, perpassadas pelo sentimento de injustiça (AGUIAR, 2005). No ano de 2011, diversas manifestações sociais se distribuíram pelo mundo, não exatamente vinculadas a uma instituição e, aparentemente, sem uma "racionalidade" definida. De ocupações a marchas, elas disseminarem-se globalmente, numa forma de "contágio", desenhando movimentos que poderiam ser pensados como questionadores dos modos de subjetivação contemporâneos, direcionados pelo capital e suas contradições inerentes. Tais movimentações provocam-nos a respeito da suposta essência do humano, seus direitos e sua relação com o Estado e tornam urgente a discussão sobre os espaços contemporâneos de luta política e sua relação com a máquina estatal. Por tudo isso, o Grupo de Trabalho 19 cabe como ótimo espaço de discussão tendo em vista que na relação travada entre Estado e movimentos sociais, vê-se fortalecer a criminalização desses movimentos – uma relação que é, em grande parte, desqualificadora e engessante. Muitos são os vetores que atuam na produção de "movimentos sociais criminosos". Dentre tantos, ressaltamos o papel das grandes mídias jornalísticas na formação de "opinião" acerca desses acontecimentos, entendendo que elas tem funcionado como mais um braço do Estado visando salvaguardar interesses privados e contrários à propriedade comum, entendida por Negri (2005) como "[...] aquela que possibilita fazer atuar dentro do caráter público a construção de espaços comuns reais, que são estruturas comuns, e fazer atuar nesses espaços de vontade a decisão, o desejo e a capacidade de transformação das singularidades" (p. 02). Isso posto, este trabalho visou investigar as manifestações sociais ocorridas no ocidente em 2011, buscando verificar os panoramas políticos nos quais eles se fundam e se instrumentalizam. Os movimentos sociais investigados foram: Occupy Wall Street, Occupy London, Primavera Árabe e Marcha da Liberdade. A escolha pelos movimentos de "indignação" acima citados se deu de modo a abranger as diferentes localidades mundiais em que eles se fizeram presentes. A metodologia usada foi a pesquisa documental como principal fonte de construção do corpus de análise. Para tanto, foram investigadas matérias de mídias jornalísticas disponibilizadas em acervo digital dos seguintes jornais: Caros Amigos, Carta Capital, Le Monde Diplomatique

English Edition, Le Monde Diplomatique Brasil e The New York Times. Foram levantadas um total de 200 reportagens que proporcionou caracterizar tais movimentos. As manifestações emergiram em 2011, após os reflexos da crise econômica e financeira mundial, desencadeada com a crise imobiliária dos EUA em 2008, que gerou falência de várias instituições bancárias, sendo necessário um aporte financeiro estatal global para salvar tais instituições, o que incidiu em reajuste fiscal no ano de 2011 em diversos países, arrochando por fim a classe trabalhadora. Os movimentos foram compostos por diversos seguimentos da sociedade civil, em sua maioria jovens, atingidos pela crise. Os modos de organização foram articulados pelas redes sociais, de forma rápida e contagiosa, não era uma luta polarizada de esquerda versus direita, mas sim movimentos horizontalizados e autônomos. A liderança, pensada a partir de um modelo endurecido em que um único líder responde por todos e os guia, está ausente nesses protestos. Nota-se uma tentativa de fortalecer movimentos autogestionários. As principais reivindicações denotavam revolta contra a opressão estatal, corrupção, pobreza e clamavam por transparências nas movimentações financeiras. Não tinham propostas muito claras de mudanças, mas sim posições de descontentamento com a forma vigente de governar. Sob esse aspecto, Žižek (2012) nos fala que "[...] devemos resistir precisamente a uma tradução assim apressada da energia das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas "concretas". Sim, os protestos realmente criaram um vazio – um vazio no campo da ideologia hegemônica –, e será necessário algum tempo para preenchê-lo de maneira apropriada posto que se trata de um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo" (p. 18). As ocupações ocorreram, majoritariamente, com manifestações pacificas. Houve revolta armada em países da Primavera Árabe, porém ambos os movimentos foram duramente reprimidos.

Orientação Profissional baseada na teoria Histórico-Cultural: contribuições para a inserção social de egressos do Sistema Penitenciário

Aline Guilherme de Melo, Ana Ignez Belém Lima Nunes, Artur Bruno Fonseca de Oliveira

O presente trabalho coloca em tela a problemática da subjetividade dos sujeitos egressos das penitenciárias cearenses, a partir do projeto Fábrica Escola, desenvolvido na parceria de órgãos públicos e empresas privadas em Fortaleza. O objetivo do projeto é atuar na ressocialização dos referidos egressos, envolvendo a eles e a seus familiares em atividades educacionais, espirituais, acompanhamento psicossocial, assistência médica e jurídica e ações voltadas ao mercado de trabalho e ao empreendedorismo. A Fábrica Escola pretende se constituir como promotora na diminuição da violência urbana, contribuindo com a inserção social de egressos do Sistema

Penitenciário. Isto favorece a diminuição de reincidência criminal e o encarceramento em massa. Por esse motivo, escolhemos o Grupo de Trabalho "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" para apresentar o tema aqui proposto. Como recorte para essa comunicação, traremos uma intervenção em Orientação Profissional a ser realizada com os sujeitos egressos, a partir da parceria do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará com a Fábrica Escola. Tomamos como referencial teórico a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. Nessa perspectiva, compreendemos as pessoas em sua condição de sujeitos ativos, em íntima relação com ambiente social e a cultura, em um processo de permanente desenvolvimento. A subjetividade é entendida como um processo contínuo de formação, através da apropriação de significados culturais e produção de novos sentidos. Assim, conhecer o contexto social vivido pelo sujeito é fundamental para a compreensão de seus processos subjetivos. Ao voltarmos nosso olhar para esses sujeitos, precisamos considerar aspectos como a profunda desigualdade social brasileira, a grande influência de questões econômicas e políticas na autonomia da justiça, a falta de políticas públicas eficientes e as falhas do Estado em garantir qualidade de vida para a população. Os egressos, em sua maioria, vivenciaram a violência da falta de perspectiva ainda antes da prisão, aspecto que é aprofundado de maneira bastante significativa depois da passagem pelo sistema penal. Não falamos de determinismo social, nem relacionamos pobreza à violência, mas concordamos com autores que colocam essas questões em discussão partindo, por exemplo, do dado efetivo de que a maioria dos presos brasileiros vem de uma determinada classe social. O que evidencia, por um lado, a produção da violência relacionada à incapacidade do Estado e, por outro, a influência que o poder financeiro e político exercem sobre o cumprimento das leis em nosso país. (BARRETO, 2006; MARCHEZI, 2004; TAVARES, 2008; SEQUEIRA, 2006). As vivências nos presídios deixam marcas também na subjetividade, em consequência do contexto de vida e das relações estabelecidas durante o cumprimento da pena. Ao sair, o sujeito leva consigo uma marca social que dificultará suas relações fora da prisão. A sociedade, muitas vezes, está despreparada para receber essas pessoas, acaba por marginalizá-las e diminuir, ainda mais, as suas perspectivas de vida; o que pode culminar na reincidência dos crimes. Percebemos que o sistema prisional brasileiro, cujo objetivo oficial é a ressocialização dos sujeitos que cometeram crimes, na realidade não cumpre essa função. Ao contrário, os presídios têm cumprido o objetivo de punir criminosos e de excluir da sociedade aqueles que não são aceitos pela maioria. Lá se encontram os 'estrangeiros', com quem os outros cidadãos não se identificam e não se importam, desejando apenas que eles estejam controlados e impedidos do convívio com os demais (SEQUEIRA,

2006). Assim, a tarefa de socialização tem chamado atenção e estimulado diferentes grupos sociais a abordar essa questão. O trabalho sempre perpassa o assunto da ressocialização, pois a atividade laboral é uma das mais significativas formas de relação do homem com o meio social. Para Vigotski, o trabalho é a base da própria ontologia do ser humano. Assim se justifica a importância de um projeto que discuta a orientação profissional no contexto da saída do sistema penal. O objetivo do trabalho é atuar junto aos sujeitos para a compreensão e constituição de novos sentidos em relação ao planejamento de um projeto de vida pessoal e profissional, após o cárcere. Propomos um trabalho contextualizado na realidade vivida pelos sujeitos, com metodologia dialética, em encontros grupais onde serão discutidos temas relativos à sociedade, ao trabalho, à subjetividade, ao autoconhecimento, à condição de ex-presidiário e à inserção no mercado de trabalho. Através do diálogo crítico e de atividades práticas, atuaremos junto aos sujeitos em seus processos de subjetivação e em suas zonas de desenvolvimento, mediando a constituição de projetos de vida contextualizados para cada um. É importante refletir sobre o lugar da violência em suas vidas e cenários, avançando para novas possibilidades de ressignificação de si e de colaboração na transformação da sociedade, para que ela seja mais justa, mais humana e, por conseguinte, se oponha a ética da exclusão e da violência, seja ela física ou simbólica.

Os sentidos de 'comunidades' atribuídos pelos grupos identitários de adolescentes, idosos, mulheres e movimento LGBT da Região da Grande Dourados

Sabrina Estefânia Silva Dettmer, Mariana Martines Tozzi Moreira, Luan Fernando Schwinn Santos

Esta pesquisa se insere-se no âmbito do Estágio de núcleo Básico em Psicologia Social Comunitária e do Projeto de Pesquisa “Os Sentidos de “ Comunidades” e as “Metodologias de Trabalho Psicossocial Comunitário” do curso de psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O delineamento metodológico da pesquisa será pautado por princípios do método qualitativo, orientado pela abordagem teórico-metodológica de Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano, conforme a proposta de Spink, M. (2004a), que se alinha a nos pressupostos do construcionismo social nos processos de produção de conhecimento e à prática em pesquisa. Em síntese, a pesquisa abordará o campo das organizações comunitárias utilizando uma perspectiva da Psicologia Social Discursiva, em que se postula que a produção de sentidos assume uma força poderosa, real e inevitável da vida em sociedade, buscando entender como se dão sentidos aos eventos do cotidiano abrindo novos horizontes, buscando

novos conceitos, métodos, reflexões metodológicas, teorias e categorias, que expressam diferentes compreensões e sentidos de mundo. Antes de estabelecer um conceito definitivo de comunidade, devemos primeiramente nos perguntar, o que é comunidade? A que comunidade estamos nos referindo? O que é comunidade na contemporaneidade? Entemos "Comunidade" como um conceito polissêmico, que tem se caracterizado por fornecer ampla e diversificada possibilidades de problematizações. O termo comunidade, assim como outros conceitos são passiveis de resignificações. A noção de comunidade de Bauman (2003) aponta para os usos deste termo nos modos de vida contemporâneos ao demonstrar o descompasso entre a lógica predominante nas sociedades globalizadas e liquidas com a dos projetos norteados pelas relações comunitárias. Sendo no cotidiano das comunidades que as práticas psicossociais são desenvolvidas e considerando ser no contexto histórico onde se dá ação social, analisar os sentidos de 'comunidade' para gupos identitários das organizações comunitárias da região da Grande Dourados é imprescindível para orientar a prática do psicólogo social comunitário, já que o interesse central é perceber as intersecções entre as estruturas sociais, os grupos sociais, a cultura, a historia e as relações que as pessoas constroem e passam a ser construídas por elas no seu cotidiano e meio social. A pesquisa em andamento esta sendo realizada por meio de observação participante, entrevista e grupos focais (modalidade oficinas) com o número máximo de 12 participantes cada, perfazendo 120 participantes das comunidades identitárias dos beneficiários dos programas sociais que frequentam atividades do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Os distintos 'sentidos' sobre comunidade atribuídos pelas comunidades de adolescentes, idosos, mulheres em situação de violência e LGBT, e o mapeamento das metodologias de trabalho social podem ter diferentes endereçamentos como para as próprias organizações pesquisadas, as demais organizações e movimentos sociais, a pesquisadores e profissionais da área social, a gestores de projetos comunitários e entre outros. Somente entendendo a produção de sentidos de pertencimento a essas comunidades identitárias poderemos propor práticas qualificadas que possam assim levar a reflexões criticas de nossas metodologias de trabalho social, garantindo um fazer ético, político e profissional que busque a autonomia, solidariedade e transformação social. Em relação ao layout do pôster, este será no modelo tradicional.

Participação das mulheres no Movimento Estudantil: esboço de uma análise de arquivo histórico

Bruna Osório, Adriane Roso, Gabriela Quartiero

Esse trabalho deriva de uma Dissertação de Mestrado intitulada “Mulheres em movimento: trajetória de participação do movimento estudantil”, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A Dissertação tem como objetivo primário conhecer a trajetória de participação de mulheres no movimento estudantil de Santa Maria/RS. Portanto, insere-se no GT “Movimentos Sociais e Estado brasileiro”. O Movimento dos Estudantes sempre esteve presente em momentos cruciais da história política do país. Este trabalho se enquadra a partir do terceiro ciclo de protestos e mobilizações do Movimento Estudantil (ME), pois tem por objetivo reconstruir a trajetória de participação das mulheres no movimento estudantil de Santa Maria/RS, a partir das reportagens de um jornal com circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre do ano de 1980. Utilizamos como perspectiva epistemológica e teórica a Psicologia Social Crítica, a qual, de acordo com Guareschi (2012), se centra na relação entre o ser humano e a sociedade, mostrando que não há um sem o outro. Para compreensão e interpretação do objeto de estudo, utilizamos também os estudos de gênero. Como referencial metodológico foi utilizado a Hermenêutica de Profundidade (HP), proposta por Thompson (1995). As reportagens foram utilizadas como recurso para compreender e interpretar as relações que se constituíram através do tempo. Pretendemos, então, identificar as assimetrias, as diferenças e a divisão entre homens e mulheres, focando na (in)visibilidade das mulheres nestas reportagens. Sendo assim, analisamos todos os jornais do primeiro semestre (janeiro a junho) do ano de 1980, de um jornal com grande circulação na região centro-oeste do estado do Rio Grande do Sul. No processo de coleta de dados, no arquivo histórico do jornal, escolhemos todas as reportagens que perpassavam questões do ME, do referido período, a partir da chamada da reportagem e da leitura do conteúdo da mesma. Esta pesquisa só foi possível, pois o jornal, permitiu livre acesso à sala de arquivo histórico da instituição. Dentro desta primeira etapa, separamos os livros dos seis primeiros meses do ano de 1980, totalizando três livros, pois em cada um estava arquivado jornais de dois meses. Este material não pode ser retirado do local, então, tiramos fotos das reportagens e fizemos a análise a posteriori. Desconsiderando as reportagens e/ou chamadas na capa., tiramos setenta e duas (72) fotos (reportagens internas), que constituem nosso corpus empírico. Numa leitura mais criteriosa, obtivemos vinte e quatro (24) reportagens, ou seja, essas vinte e quatro falam especificamente do ME. Na releitura dessas, procuramos identificar a trajetória da mulher no ME, colocando como requisito a reportagem conter informações sobre o ME de Santa Maria/RS e a presença da palavra mulher e/ou mulheres, bem como o nome de alguma/algumas dela/delas no decorrer do texto, ou sobre elas. Desconsideramos as imagens das reportagens. Resultou em quatro (04)

reportagens, que constituem nosso corpus de análise nesse trabalho. Percebemos que mesmo as mulheres ocupando um lugar na política, nos movimentos sociais e especificamente no ME, fica claro a invisibilidade delas no decorrer da história. A trajetória delas parte de um processo de luta, na qual consideramos muito importante o empoderamento das mesmas. Escolhemos ter o foco nas mulheres, porque, ao longo da história, apesar de terem conquistado direitos e posições sociais antes inimagináveis, esse acesso ainda é para poucas mulheres. As relações de gênero continuam injustas, gerando sofrimento em muitas mulheres. Esse sofrimento psíquico, no mundo atual, é um fenômeno crescente que assume várias faces. As reportagens analisadas mostram como as mulheres sempre estavam em um lugar secundário perante os homens. Percebemos que a invisibilidade perpassou todas as reportagens, seja pelo pouco espaço de voz, pela interrupção na fala, pela representatividade de algo que diz respeito a uma conquista das mulheres, ou pela forma como é colada esta conquista, no caso da "invasão das moradias masculinas pelas mulheres". Sendo assim, podemos considerar que a mulher está numa posição de invisibilidade perante os homens, dentro do ME e na mídia pela forma que propaga essa as relações de gênero. Podemos pensar também que a invisibilidade pode ser considerada como uma invasão ao mundo que é construído pelos homens e para os homens, sem ter o espaço para os direitos das mulheres. Por este motivo, quando falamos das "conquistas" das mulheres, já descrevemos: luta pelos direitos, ao ponto que o direito já deveria ser instituído previamente. Concluímos que, um dos elementos que falta para as mulheres é o empoderamento, porque dessa maneira elas podem abdicar do estado de subordinação aos outros, da sensação de ser impotente e começar a serem as atrizes principais em suas vidas, mulheres com autonomia, que lutam com determinação (Herriger, 2006a, apud Kleba e Wendausen, 2009). Tentar entender as trajetórias de agenciamentos que as mulheres traçam em busca de seus direitos ou em busca dos direitos para um "coletivo mulheres", através da reconstrução de suas trajetórias, poderá possibilitar criarmos estratégias para potencializar a ação dessas mulheres na conquista de seus desejos, de suas utopias. Mais que isso, nos instrumentalizará a propor intervenções em saúde e políticas públicas em saúde que viabilizem não apenas o empoderamento de mulheres, mas a conscientização, ou a busca para uma boa vida ao coletivo-mulher.

Práticas de resistência da mulher: um estudo sobre as visibilidades produzidas na Marcha das Vadias

Gisah Christine Salloum, Thaysa Zubek Valente, Georgia Grube Marcinik

Ao longo dos séculos podemos observar que a mulher sempre esteve em uma posição inferior na sociedade, principalmente em relação aos homens, não possuindo direitos políticos e um papel atuante nas relações de saber-poder. No entanto, a partir do século XVIII, lutas feministas são iniciadas a fim de conquistar a garantia de direitos igualitários, tendo, no sufragismo (direito de votar em eleições públicas) um dos marcos de suas conquistas. Desde então, este movimento social denominado movimento feminista, vem evoluindo em sua constituição e visibilidade. As histórias da luta da mulher pelos direitos igualitários, direito de participar ativamente da vida pública, no campo do trabalho, da educação e da representatividade política e civil perfazem práticas de resistência que perduram até os dias atuais e que estão em constante evidência e deslocamento, reconfiguração. A partir da ótica de respeito à heterogeneidade da composição social do feminismo, vê-se a necessidade da busca da preservação da ideia de que, independente dos fatores biológicos, culturais, religiosos e normativos, devemos respeitar a diversidades e entender que somos todos(as) iguais nas e pelas diferenças. A mobilização da "Marcha das Vadias" é uma prática atual que derivou do movimento "Slutwalk" originado em Toronto, no Canadá, em 2011. Tal marcha propunha - e propõe - ações coordenadas com o objetivo de protestar contra a crença de que as mulheres vítimas de estupro provocam os atos de violência sexual em decorrência de suas vestimentas; sendo comum, nos protestos, as mulheres usarem roupas convencionalmente consideradas "provocantes". A partir deste episódio, mulheres de todo o mundo se mobilizaram, marchando e manifestando-se frente à reprovação da desigualdade de gênero e das violências (e violações de direitos) de gênero, explícitas e silenciosas – que ainda ocorrem, crescentemente nos dias de hoje. No Brasil, a primeira mobilização ocorreu em 4 de junho de 2011, no Estado de São Paulo, expandindo-se para outras cidades do país. Devido à visibilidade que a manifestação teve nas principais cidades brasileiras, em 2012, no município de Ponta Grossa – PR, um pequeno grupo de militantes, durante um período médio de três meses, se organizou para mobilizar a população da cidade para a manifestação. A "Marcha das Vadias" desta cidade ocorreu no dia 11 de agosto de 2012 e foi registradapor meio de uma gravação (filmagem) de todo o momento da passeata, sendo esta editada, e convertida em um documentário de aproximadamente 28 minutos de duração. Este documentário apresenta-se como uma fonte importante para o estudo sobre os processos de subjetivação e as práticas de resistência da mulher. Entender o modo como se constituem os sujeitos (neste caso, as mulheres) e como, ao longo do tempo, as práticas sociais e as lutas se renovam, faz perceber que os movimentos sociais e as mudanças das relações de gênero provêm de contextos histórico-culturais que, por sua vez, se transformam constantemente. Esta pesquisa

pretende problematizar a produção subjetiva da mulher, dos modos de ser mulher, característicos de uma sociedade organizada pela heteronormatividade e capturados pelos mecanismos de disciplinarização da sexualidade. Assim sendo, busca analisar a relação entre a mobilização "Marcha das Vadias", realizada na cidade de Ponta Grossa-PR, no ano de 2012, e as visibilidades produzidas sobre as práticas de resistência da mulher. Para percorrer tal análise, será tomada, como referência, as elaborações de Michel Foucault, e as suas derivações, referentes às problematizações da sexualidade e de gênero, particularmente do feminino. As identidades de gênero estão continuadamente se transformando, e é necessário perceber que, ao discursarmos sobre elas, estamos contribuindo para a sua construção, presenciando o surgimento de novas possibilidades de ser sujeito e da produção de novas modalidades de subjetivação. Deste modo, o objetivo geral deste estudo será o de contextualizar, historicamente, os processos de subjetivação da mulher, considerando as práticas de disciplinarização e normalização do feminino. Bem como, a partir deste olhar histórico-político sobre a produção da(s) subjetividade(s) feminina, objetiva-se compreender as práticas contemporâneas de resistência da mulher. Esta pesquisa justifica-se pela crescente problematização, presente nos meios acadêmicos e extra-acadêmicos, sobre os modos de subjetivação das mulheres que vêm sendo produzidos mediante as relações de saber-poder que têm como foco a (hetero)sexualidade. Desta forma, trata-se de abordar a questão do gênero numa perspectiva histórico-política, na qual as subjetividades são produzidas e da qual emergem práticas de liberdade, como as de resistência, que resultam em novas possibilidades de ser mulher, contribuindo assim com a discussão que envolve novas formas de sociabilidade. Na medida em que estas últimas podem trazer mudanças significativas no modo de vida dos sujeitos, transformações nos padrões culturais referentes às relações de gênero e nos valores relativos ao lugar social da mulher, produzindo, desta forma, diversos e novos significados a respeito da subjetividade da mulher e do que é ser mulher hoje.

Processos psicossociais e socioeducativos no Conselho Municipal de Saúde de São João del Rei

Marcela Ferreira Ramos, Danilo Rodrigues de Matos, Filippe de Mello Lopes, Fabrício Aparecido Bueno, Débora Tolentino Grossi, Débora Akerman, Walter Melo Júnior

Este trabalho é fruto da parceria do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Intervenção em Saúde (NEPIS) da UFSJ com o Conselho Municipal de Saúde (CMS) de São João del Rei, representando uma das atividades do Programa de Extensão “Sistema de Saúde e Educação:

estreitamento de laços e ações conjuntas" (Laços e Ações), criado em 2007. Tem como objetivo fortalecer a rede de saúde pública na cidade a partir de processos educativos e, assim, estreitar os vínculos entre educação permanente e saúde pública. Além disso, também pretende investigar o processo de organização política realizada pelos Conselhos, derivado da democratização do Estado a partir da Constituição de 1988, de acordo com o artigo 198 e das legislações 8080/90 e 8.142/90, no que se refere ao controle social e participação popular nas políticas públicas de saúde, bem como os limites e possibilidades que os Conselhos representam na construção democrática brasileira. Inicialmente, os estagiários de psicologia realizaram observações nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias do CMS/SJDR ao longo do ano de 2008. No mesmo ano, foram feitas entrevistas com 12 conselheiros e, em 2009, o conteúdo das entrevistas foi analisado. Os estagiários verificaram alguns aspectos divergentes daquilo que se espera de uma ação efetiva dos CMS, conforme os princípios expressos nas legislações que tratam sobre a participação da comunidade na gestão do SUS, principalmente na questão sobre a principal função do conselheiro de saúde, em que poucos consideraram a deliberação como principal função. Essas constatações foram apresentadas e discutidas com os conselheiros, que perceberam a importância de realizarem um processo de educação permanente. Iniciou-se, então, a organização de um processo de capacitação entre o NEPIS/UFSJ, o CMS e a Secretaria de Saúde da cidade, contando com um círculo de palestras com pessoas renomadas nacionalmente da área de Saúde Pública. No final do ano de 2010, elaborou-se, em conjunto com o NEPIS e o CMS/SJDR, a possibilidade de continuidade do trabalho dessa parceria em um processo educativo mais próximo, por meio de práticas pedagógicas mais dialógicas e participativas. Foi proposta pelos estudantes a metodologia das Rodas de Conversa aos conselheiros de saúde, que a aceitaram, firmando-se o início da construção das Rodas de Conversa, orientando-se pela metodologia de Lúcia Afonso. Nessa metodologia, a demanda parte da vivência dos membros e de sua reflexão sobre a prática cotidiana de suas experiências para entender a legislação referente ao SUS e ao Controle Social, com oportunidade para cada membro falar e expressar o que pensa, possibilitando a singularidade de cada sujeito no processo de construção democrática das políticas, numa horizontalidade de conhecimento, facilitando a comunicação e associação entre aprendizagem e experiência, em um movimento em que ambas as partes, por meio das trocas de experiência, aprendem e ensinam. E, nessa via de mão dupla, também se reflete sobre valores, atitudes e práticas presentes em nossa vida cotidiana. Sendo o tema central: Trocas de experiências em Políticas Públicas de Saúde, as Rodas de Conversa aconteceram uma vez por mês, de setembro de 2011 a dezembro do mesmo

ano. Para cada dia do encontro discutia-se um tema específico, promovendo-se espaços de debates orientados por metodologias articuladas à intervenção psicossocial e ao processo grupal. No ano de 2012, optou-se por uma observação dos efeitos desses processos educativos na organização das plenárias do CMS, bem como no conhecimento dos conselheiros acerca de seu papel como conselheiros de saúde. Constatou-se um posicionamento mais seguro e confiante dos membros diante da plenária nas decisões e reflexões acerca das políticas públicas de saúde, como o desenvolvimento de deliberações na plenária, a leitura e debate da legislação e regimento, além de um fortalecimento dos vínculos entre eles. Cada vez mais os conselheiros se questionam sobre seu papel no CMS e sobre sua aproximação com o Estado. Apesar de terem interesses distintos, têm pressupostos e objetivos comuns quanto à construção política e social de um sistema de saúde democrático, universal, capaz de atendimento integral, entre outros princípios contidos na Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o trabalho vincula-se ao eixo temático "Estado, Cidadania e Democracia" e no grupo de trabalho "Movimentos Sociais e Estado brasileiro", por se tratar de um processo sócio-educativo no âmbito da construção e reflexão das políticas públicas de saúde. Visto que o contexto político brasileiro propõe a participação e o controle social sobre as ações do Estado a partir de um arcabouço teórico-técnico-operativo de nova natureza, enfatizando a importância da educação permanente na discussão e na definição das políticas públicas, possibilitando uma atitude pró-ativa dos usuários e conselheiros, no que se refere ao fortalecimento das práticas e espaços de debate com qualidade e conhecimento; deliberação e controle da política na direção da autonomia; e protagonismo dos conselheiros.

Projeto ético-político da Psicologia da Libertação: perspectiva histórica

Thiago Sant Anna Pereira

Esta pesquisa enquadra-se no grupo de trabalho: "Comunidade, Política e Psicologia"; e o eixo temático mais coeso, entretanto não é um dos três sugeridos por este grupo.Acreditamos que – Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas - seja o mais adequado. O objetivo geral deste trabalho [dissertação de mestrado] foi - por meio de pesquisa histórica - apreender o processo de construção do projeto ético-político da Psicologia da Libertação na obra textual de Ignacio Martín-Baró. Para tanto, utilizamos o materialismo histórico-dialético como referencial teórico. Do objetivo geral desdobraram-se os seguintes objetivos específicos: a) apreensão das raízes históricas do pensamento de Martín-Baró; b) identificação dos principais conceitos da Psicologia da Libertação - por ele formulados. O eixo de ensino nas formações universitárias

de Psicologia no Brasil é predominantemente composto por teorias e práticas psicológicas oriundas dos Estados Unidos e Europa. Historicamente é possível compreender o motivo dessa grande influência: a Psicologia, em especial a Psicologia Social, começou a se desenvolver na Europa e posteriormente teve seu núcleo gravitacional deslocado para os Estados Unidos; é incoerente, entretanto a aplicação irreflexiva dessas teorias e práticas em regiões que possuem realidade histórica e social diferentes. A crítica ao colonialismo intelectual feita por algumas vertentes da Psicologia Social Latino-Americana não significa negar o conhecimento produzido no chamado primeiro mundo, mas, antes de tudo; que sua apropriação deve ter ponto de partida nas nossas condições histórico-sociais. Realizamos uma pesquisa histórica, pois, como cientifica o historiador catalão Josep Fontana, apesar das dificuldades encontradas em investigar o passado, um estudo histórico pode - sem cair num extremo relativismo – ensinar-nos a apreender criticamente o marco de nossas relações sociais e a livrar-nos de tópicos e de preconceitos que, eventualmente, impeçam as mudanças sociais favoráveis às classes exploradas. A formação acadêmica de Martín-Baró possibilitou uma versatilidade teórica incomum na história recente das teorias psicossociais latino-americanas. Seu projeto ético-político foi influenciado diretamente pelo horizonte de quefazer denominado, por ele mesmo, de Libertação. O conceito foi cunhado – sem dúvida- da Teologia [latino-americana] da Libertação; entretanto sua teoria dá conotação concreta a ele – não se trata de libertação metafísica; mas sim das condições de opressão sociopolítico e econômicas. Além da Teologia da Libertação, ele sofre influência: do existencialismo e da psicanálise [num primeiro momento de sua obra], posteriormente [de forma mais nítida] das teorias marxiana e marxista. Seu projeto teórico caracteriza-se como revisionista-crítico; e sua ética baseia-se na defesa dos interesses concretos das classes exploradas. Os principais conceitos/categorias estudados foram: conscientização, atividade-conduta-atitude-ação-comportamento, identidade-socialização, ideologia-desideologização, opinião pública, fatalismo, processos grupais, poder, violência, guerra-especificidades da guerra, religião, educação-universidade e libertação. Expomos também os fundamentos ontológicos em que ele sustenta seu edifício teórico. Martín-Baró conclui que a Psicologia pode não ser convidada a intervir nos mecanismos socioeconômicos que promovem desigualdade social, porém é incitada a intervir nos processos subjetivos de legitimação científica que os sustentam. Este trabalho dá continuidade e integra pesquisas feitas pelo NEHPSI (Núcleo de História da Psicologia da PUC-SP); que mantêm um grupo de pesquisadores voltados para o estudo da Psicologia na América Latina.

Psicologia Comunitária – construindo caminhos em comunidades rurais do Ceará

Filipe Augusto Barbosa Alencar, Jéssica Silva Rodrigues, Lorena Brito da Silva, Verônica Morais Ximenes

O presente trabalho objetiva relatar a experiência de estudantes em um projeto de extensão do Núcleo de Psicologia Comunitária (NUCOM) da Universidade Federal do Ceará (UFC). O referido projeto visa à atuação em contexto rural, na comunidade de Canafístula (Município de Apuiarés/Ceará) e propõe o desenvolvimento de atividades de fortalecimento do sujeito comunitário (GÓIS, 2005), compreendendo a importância das formas participativas no processo de desenvolvimento comunitário e de enfrentamento de condições opressoras presentes nesse contexto. No primeiro semestre de 2013, a atuação do projeto passou por um processo de reestruturação, estando empenhado na (re)inserção comunitária, haja vista as mudanças na equipe de trabalho e a importância daquela para a criação de vínculo com a população e reconhecimento mútuo. Valendo-se do método Dialógico-vivencial (GÓIS, 2005), dedicamos à sistematização de um mapeamento psicossocial da região, visando à consolidação de laços entre os participantes do projeto e os moradores da comunidade, bem como a compreensão dos modos de vida da mesma, com o intuito de se apropriar das reais demandas da população. Partimos do pressuposto de que se deve trabalhar a fim de perceber e facilitar o desenvolvimento do potencial de organização da própria comunidade, dando espaço para que os moradores atuem de maneira ativa no processo de transformação da realidade. Buscamos, também, a reaproximação junto a antigos parceiros, como a Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), ONG que se dedica ao trabalho de desenvolvimento econômico e social no interior do Ceará através de metodologias cooperativas e emancipatórias, e a União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC), rede que agrega onze associações de agricultores cujo objetivo é criar espaços de troca de informações e experiências entre as comunidades da região e elaborar projetos que atendam as necessidades das mesmas. Foram realizadas visitas quinzenais ao campo, durante os fins de semana. O foco do trabalho nesse período foi o estabelecimento de vínculos e reconhecimento do território através de visitas domiciliares, nas quais pudemos saber mais sobre as pessoas e suas demandas, os costumes locais, assim como elas sobre a equipe em coversas informais; caminhadas comunitárias, nas quais se pôde compreender a disposição dos espaços físicos do local com o acompanhamento de alguns moradores que guiavam ou indicavam lugares a serem percorridos pela equipe; e participação em eventos que envolvessem a atividade comunitária na comunidade, como os festejos de São João, nos quais os membros da equipe puderam estreitar os laços com a

comunidade de maneira lúdica ao participar de um concurso de dança, por exemplo. Utilizamos como norteadores de nossa prática os princípios da Psicologia Comunitária desenvolvida pelo NUCOM, a qual assume como compromisso ético-político a facilitação de processos de transformação social em contextos de pobreza, sendo esta entendida a partir do conceito de pobreza multidimensional (SEN, 2010). Esta Psicologia se ancora em 5 marcos teórico-metodológicos (XIMENES; GÓIS, 2010): Psicologia Histórico-cultural (Vygotsky), Psicologia da Libertação (Martín-Baró), Pedagogia da Libertação (Freire), Teoria Rogeriana (Rogers) e Biodança (Toro), que aportam conceitos e metodologias utilizados nos trabalhos comunitários. Vivenciamos intensamente a prática de um dos processos principais e fundamentais dentro da Psicologia Comunitária, a inserção comunitária, a qual possibilita a verdadeira familiarização (MONTERO, 2006) da equipe com a realidade local, onde foram planejadas ações, como: o acompanhamento/facilitação do planejamento anual da União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC), onde foi trabalhado o diálogo entre os participantes para a inclusão de suas demandas com a proposição de criação de grupos de trabalho para otimizar a organização e execução de tarefas durante o ano, e a facilitação de um grupo de mulheres e outro de crianças, previstos para realização no segundo semestre de 2013, ambos com o objetivo de trabalhar demandas trazidas pelas mesmas e nos quais serão utilizadas metodologias como Círculos de Cultura (FREIRE, 2004), Roda de História de Vida (GÓIS, 2008) e outras metodologias vivenciais. A escolha do Eixo Temático Estado, Democracia e Movimentos Sociais baseou-se no entendimento de que a Psicologia Comunitária possa contribuir para os processos de transformação de formas opressoras de relação entre Estado e cidadãos, buscando espaços democráticas e de autonomia, como também, a aproximação com práticas comunitárias em contextos rurais. Conclui-se, que tais processos tornam-se possíveis a partir da tomada de consciência da população oprimida (FREIRE, 2004), que passa a adotar práticas que visem à garantia de seus direitos, sua autonomia e o fortalecimento das suas potencialidades de desenvolvimento. As experiências vivenciadas nesse projeto têm se mostrado bastante enriquecedoras para a formação dos estudantes, enquanto futuros psicólogos, assim como para o desenvolvimento da comunidade de Canafístula, através das trocas e articulações de saberes populares e acadêmicos.

Psicologia e a questão da terra: possibilidades na Amazônia Paraense

Luzia da Poça Sousa

O Estado do Pará, infelizmente, ainda vive uma intensa realidade de violação de direitos. Essas violações, que nessa região ocorrem principalmente devido a conflitos agrários e ambientais, permanecem com o silenciamento e mantém uma relação desigual entre madeireiros, pecuaristas, grileiros, mineradores, exploradores sexuais de crianças e adolescentes, empresários hidrelétricos, em um paradoxo frente à garantia de direitos fundamentais sistematicamente violados. É nesse cenário que sindicalistas, religiosos, líderes camponeses, integrantes de movimentos sociais, lideranças trabalhistas, indígenas, quilombolas e, principalmente os pequenos agricultores atuam como Defensores de Direitos Humanos (DDH's), segundo definição da Resolução 53/144 da ONU, que discorre sobre os Direitos e Responsabilidades dos Indivíduos, Grupos e Órgãos da Sociedade para Promover e Proteger os Direitos Humanos e Liberdades Individuais. Tendo em vista os índices preocupantes de casos de morte de lideranças, o constante ataque e ameaças que os DDHs vivenciam, a intervenção ora apresentada como relato de experiência, na graduação em Psicologia, sub-área Psicologia Social, objetivou fornecer acolhimento com a problematização dos modos de vida e dos processos de subjetivação que operam atualmente no campo da violação de direitos e violência, no Pará. A proposta se embasou no trabalho realizado com grupos, com a adoção das contribuições da Análise Institucional Francesa. Nos espaços de discussão foi possível o compartilhamento de experiências, por meio da formação de grupos de luta de autogestão e autoanálise. Trata-se de um projeto sem bolsa vinculado à Universidade Federal do Pará, realizado no segundo semestre de 2012 no município de Marabá-Pa, como prática de extensão universitária.

Psicologia e Pobreza: uma experiência de estágio em psicologia social comunitária

Silas Carlos Rocha da Silva, Sidney Carlos Rocha da Silva

Este trabalho parte do pressuposto de que, a despeito da complexidade e riqueza que compõe o micro-universo das periferias, há uma espécie de naturalização em torno da pobreza que se materializa através de um discurso unidimensional que associa a pobreza ao peso da negatividade, vulnerabilidade, sofrimento, piedade, caos e ao que falta. Nesta perspectiva, os chamados "pobres" são muitas vezes, estudados e compreendidos a partir daquilo que não têm. O objetivo deste trabalho consiste em repensar e ampliar o escopo de visão da própria psicologia na sua relação com a pobreza, com os sujeitos e práticas periféricas para além da naturalização e do peso das representações negativas. Para isto será priorizada uma reflexão crítica em torno da moral que tem norteado o saber/fazer em psicologia através de um relato de experiência do

estágio curricular em "Psicologia social comunitária com ênfase em clínica ampliada pautada na abordagem transpessoal" que ocorreu no Núcleo Educacional Irmãos Menores de Francisco de Assis (NEIMFA), localizada na comunidade do Coque, Recife-PE, entre Setembro de 2011 a Junho de 2012 como requisito de avaliação para a conclusão do curso de graduação em psicologia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). No que se refere à produção de conhecimento científico no tocante à pobreza, nota-se que apesar de ter avançado, desde a década de 80, evidenciando o movimento de expansão dos psicólogos para as classes subalternas, a psicologia parece não ter conseguido desvencilhar-se das amarras dos modelos e técnicas tradicionalmente consagrados quando confrontada com as questões que emergem na paisagem complexa e difusa das comunidades periféricas. Em decorrência da ausência de um referencial teórico-técnico que não adéque, mas transforme o saber/fazer em psicologia, suas atuações não têm conseguido ultrapassar os estreitos limites do assistencialismo (YAMAMOTO, 2003; DANTAS, OLIVEIRA, YAMAMOTO, 2010). O que termina veiculando representações da periferia como um espaço de produção do negativo, de produção da pobreza entendida como aquilo capaz de gerar/provocar piedade. Na prática, isso tem se materializado na forma de um processo de inclusão excludente, muito sutil e perverso, onde "aceita-se o diferente, mas na sua condição de 'naturalmente' precarizado, e quase sempre pouco se exige dele como se não pudesse 'dar mais'". A relevância deste relato de experiência justifica-se na perspectiva atual de ampliação e divulgação de diferentes formas de atuação do psicólogo com compromisso social, em contextos diversos dos tradicionais (FREITAS, 2010). Em conclusão, a análise crítica deste relato de experiência pretende evidenciar que aquilo que falta, a ausência ou a privação não deve nem pode ser o único caminho para compreensão dos chamados pobres; pois, a periferia, além de emergir como território onde as limitações materiais e a violência coexistem com uma grande diversidade cultural, possibilitando que diferentes modos de vida traduzam o universo social para além das necessidades e estruturas mais impositivas (CERQUEIRA, 2010), emerge como um território de trans-FORMAÇÃO profissional e, mais que tudo, humana. Este relato configura uma resposta contra a naturalização dos pobres e da pobreza; contra toda e qualquer forma de "sensibilidade benemerente" criando um lugar, para não dizer uma ética, que procura escutar os chamados pobres a partir dos espaços em que estes emergem - e não a partir da reprodução de um pensamento social hegemônico. Por acreditarmos, como propõe os psicólogos e teóricos de formação crítica da psicologia, que a tarefa fundamental da Psicologia e dos psicólogos consiste em dedicar-se à subjetividade em suas mais variadas formas de ser e manifestar-se, este relato de experiência espera contribuir às

reflexões do grupo de trabalho "Pobreza e Políticas Sociais" do XVII Encontro Nacional da ABRAPSO.

Qualificação Profissional na trajetória de vida de jovens que passaram pela Funase

Jose Estacio de Lucena

O objetivo do presente estudo foi analisar o programa de qualificação profissional oferecido a adolescentes em conflito com a lei, durante o tempo que eles cumpriam medidas socioeducativas na FUNASE – Fundação de atendimento socioeducativo, do Governo de Pernambuco para adolescentes infratores. Em adição, foi observado como os conteúdos da qualificação profissional oferecida pela FUNASE, ajudam a este grupo a se inserir no mercado de trabalho quando retornam a sua comunidade. A realização da pesquisa ancorou-se numa metodologia qualitativa, tendo a coleta de dados se realizado através de entrevista semiestruturada com um grupo de adolescentes, do sexo masculino, que estiveram na FUNASE e participaram do programa de qualificação profissional do programa emprego social, e, profissionais e funcionários ligados à temática. Válido referir que os sujeitos selecionados estavam ligados a duas Instituições que auxiliam jovens que deixam a FUNASE: Retome e ACV - Associação Cristo é vida, e o programa Recomeçar. A entrevista foi gravada e após transcrita, analisada usando a Técnica de análise de conteúdo de Laurance Bardin. O projeto recebeu aprovação do comitê de ética e os participantes foram convidados a assinar um TCLE. A fundamentação da pesquisa tomou como marco teórico a teoria do vínculo, que articula alguns referenciais psicanalíticos, norteados a partir das teorias com foco nas vivências dos jovens dentro da instituição, na trajetória da sua formação e nas relações que vão estabelecendo em suas vidas e também se apropriou de conceitos e teorias de outros autores que trabalham em torno da temática e com essas teorias. Os resultados da pesquisa demonstraram que os referenciais psicanalíticos, tanto os referente à teoria do vínculo como as teorias complementares, permitiram analisar pontos importantes sobre o contexto em que vivem os jovens envolvidos na pesquisa e suas famílias, dentre os quais, as relações familiares, o processo de delinquência, a passagem pela Instituição, à construção da sua escolaridade e, sua formação profissional. Dos dados emergidos no campo de pesquisa foi evidenciado que os participantes têm uma boa percepção do programa de qualificação profissional desenvolvido pela FUNASE, o que deixou claro que o mesmo concentrou sonhos e esperanças nos adolescentes. O estudo também trouxe a evidência do papel essencial da família, no processo de ressocialização destes jovens em suas comunidades após o fim das medidas sócio educativas na FUNASE. Foi

observado ainda, que o programa de qualificação profissional precisa superar alguns obstáculos como o aperfeiçoamento do projeto político pedagógico, adequar-se ao mercado de trabalho local e o baixo nível de escolarização dos adolescentes infratores. Diante dos relatos sobre o tema da qualificação profissional percebemos que é preciso uma aproximação da sociedade com a realidade vivida por esses jovens dentro da FUNASE, pois como constatado, não basta somente buscar parcerias com outras instituições, mas fazer com que a sociedade participe do acompanhamento do que está sendo realizado através das medidas socioeducativas, para que assim abram a possibilidade de inserção deste jovem no mercado de trabalho. A pesquisa propiciou a reflexão da realidade em que vivem os jovens infratores que cumpriram medidas socioeducativas na FUNASE, e constatou que para os participantes o trabalho se constitui no elemento fundamental para as mudanças em suas vidas. Conclui-se assim que é preciso realizar um esforço envolvendo organizações governamentais e não governamentais em busca de modelos e práticas à altura do problema envolvido, particularmente na definição e execução de um projeto pedagógico concebido e executado com foco na efetividade da ressocialização desses jovens, um projeto de cidadania que permita aliar os elementos necessários para torná-los conscientes dos seus direitos enquanto cidadãos, protagonistas das mudanças que concretizam suas perspectivas de vida futura.

Revolução Dialógica: um olhar crítico sobre a reconfiguração do movimento estudantil em Alagoas

Pablo Cristiano Rodrigues da Silva

O referido trabalho tem como objetivo tecer uma reflexão acerca da "sectarização" presente nos movimentos sociais contemporâneos, a partir de um relato de experiência do autor nas recentes mobilizações ocorridas no cenário nacional, bem como no movimento estudantil. Para isso, o trabalho faz um breve resgate da história do movimento estudantil no Brasil, desde a década de 60 até os dias atuais, destacando os protestos que ocorreram no país recentemente. Somando-se a isso, o autor relata sua experiência de participação no movimento estudantil do curso de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, a qual serviu de base para este artigo. A metodologia utilizada para este estudo baseou-se na "observação participante", por entendermos que a mesma adequa-se melhor aos objetivos do trabalho, pois permite ao pesquisador vivenciar as atividades, afetos e experiências de um determinado grupo, integrando-se a ele de forma ativa. A partir disso, foi possível uma imersão no movimento estudantil, possibilitando identificar de um lado, a fragmentação presente nos movimentos

sociais, a qual deriva em grande parte do extremo "partidarismo" de alguns grupos específicos. Por outro lado, constatou-se a grande insatisfação referente a esta forma clássica de fazer política, insatisfação esta presente não apenas na maioria das pessoas que foram às ruas durante os últimos protestos nacionais, como também no esfriamento da participação dos estudantes nas entidades representativas dos mesmos no curso de Psicologia de Alagoas. Diante destes elementos, pudemos enxergar a sectarização do modelo tradicional, ou seja, partidário, do movimento estudantil, bem como a presença de uma alienação que ainda perdura em alguns estudantes, os quais ainda não se reconhecem enquanto protagonistas das transformações da nossa sociedade, quando o fazem, acomodam-se. Porém, ao mesmo tempo, estando presenciando uma verdadeira revolução na forma de fazer política por parte da nova geração estudantil em nosso país, a qual tenta criar um movimento "apartidário" e unificado, indo de encontro à forma tradicional. Este cenário nos faz questionar os modelos tradicionais de política de nosso país, a democracia e os próprios movimentos sociais. Portanto, diante deste contexto de contradições e revoltas, partimos de uma perspectiva sócio-histórica, e resgatamos a proposta de Paulo Freire sobre a utilização da "dialogia" como ferramenta de superação desta sectarização presente na sociedade, já que esta propõe ações "dialéticas" e "radicais" no que tange à transformação social. Por esta razão, a considerarmos uma proposta coerente com a nova configuração apresentada pelos movimentos sociais. Desta forma, o presente artigo relaciona-se principalmente com o eixo intitulado "Estado, Democracia e Moimentos Sociais", bem como com o GT 19, por se tratar de um estudo sobre um dos mais populares e fortes movimentos sociais do país, a saber, o movimento estudantil, além de ser uma reflexão sobre a política e o político no Brasil. Além disso, analisa os processos de democratização da sociedade brasileira na atualidade. Assim, consideramos que o estudo em questão pode contribuir para o enriquecimento do debate acerca dos movimentos sociais e a democracia brasileira, já que estamos presenciamos, no presente ano, uma das maiores mobilizações sociais da história do Brasil.

Sobre memória social e coletiva: pontos de aproximação entre reflexões teóricas e práticas

Deborah Mandelblatt de Lima Figueiredo, Lis Ribeiro Pires de Amorim, Solange Jobim e Souza

O Núcleo Interdisciplinar de Memória, Subjetividade e Cultura, com base em abordagens multidisciplinares, busca articular estudos e pesquisas em memória social e coletiva, se

constituindo como um espaço para apoiar a formação de recursos humanos para projetos sociais e culturais em comunidades que demonstrem interesse em desenvolver estratégias de ação para valorização da expressiva diversidade cultural das histórias de vida de seus habitantes. O NIMESC, núcleo de estudos, pesquisa e extensão, que integra os Departamentos de Psicologia e Artes & Design da PUC-Rio, vem desenvolvendo uma parceria com o Museu de Favela - MUF, uma organização não governamental privada de caráter comunitário, fundada em 2008 por lideranças culturais moradoras das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo. A proposta do MUF é valorizar a memória social e coletiva destas comunidades, a partir do cidadão, de suas origens, histórias e valores. Nesta pesquisa, o NIMESC busca alcançar os seguintes objetivos gerais: a) oferecer subsídios teóricos e práticos para políticas locais que contribuam para superar os problemas da violência urbana, gerados em sua grande maioria por processos de exclusão e marginalização social e cultural, em parceria com o Museu de Favela; b) contribuir para a produção de um olhar diferenciado e integrador para os habitantes das comunidades pobres submetidas historicamente a altos índices de violência, na cidade do Rio de Janeiro; c) promover o reconhecimento e valorização da memória coletiva das favelas como parte de uma identidade mais ampla de todos os habitantes da cidade do Rio de Janeiro. Em meados de 2012, a parceria entre MUF e NIMESC se deu através do apoio ao Prêmio Mulheres Guerreiras, realizado anualmente pelo MUF. Este prêmio tem como objetivo homenagear mulheres que possuem um valor social para a favela, cujas histórias apresentem luta e superação, mulheres que são compreendidas como guardiãs da memória da família. Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo específico acompanhar o processo de produção do prêmio e propor ações em parceria visando fortalecer o próprio museu no trabalho de escavação de memória dos moradores da favela. O NIMESC/PUC-Rio tem buscado garantir, através da pesquisa, não só um espaço de produção de conhecimento teórico e metodológico, mas, também, de intervenção nas práticas sociais, criando oportunidades para que os sujeitos envolvidos possam redimensionar de modo crítico a experiência cotidiana. Nesta pesquisa as intervenções no campo acontecem a partir de estratégias construídas com a colaboração dos integrantes do MUF, incluindo o uso de mediações técnicas, fotografia e vídeo, como formas de produção de narrativas audiovisuais. Portanto, através de questões específicas no interior de um projeto mais amplo de reflexão, buscamos encaminhar propostas de intervenção que levem em consideração a dimensão social, ética, política e cultural no campo da psicologia social, do desenvolvimento humano e da educação. Acompanhando o Prêmio Mulheres Guerreiras em 2012, foi possível perceber algumas dificuldades que o MUF encontrava para alcançar seus objetivos de

escavação de memória da favela. Sendo uma dessas dificuldades a existência de apenas uma pesquisadora que realizava entrevistas com os moradores, o que limitava não só a realização do Prêmio, como toda a atuação do museu. Dessa forma, o grupo organizou uma formação intitulada Núcleo de Formação para Escutadoras de Memória. O objetivo do grupo, que é formado por integrantes da PUC, equipe do MUF e mulheres moradoras da favela, é discutir estratégias de escuta das memórias da favela. Foram realizados 16 encontros quinzenais, nos quais discutimos o processo do prêmio de 2012, modos de escuta, discussão e construção de estratégias de trabalho para o prêmio 2013 e práticas de entrevista. A primeira parte da formação terminou com entrevistas itinerantes feitas pelas escutadoras no território da favela que serão utilizadas para selecionar as vencedoras do prêmio. A partir do discurso das escutadoras foi possível traçar alguns paralelos com elementos abordados pelos autores cujas obras articulam conceitos no campo da memória social e coletiva, como Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Jean Marie Gagnebin. Os principais pontos de aproximação entre as reflexões teóricas e práticas são: (i) diferença entre memória pessoal e memória social e coletiva; (ii) memória como constituidora da identidade e (iii) memória como instrumento político: a importância de se lembrar para que uma história traumática não se repita. Este trabalho relaciona-se com o eixo temático "Estado, Democracia e Movimentos Sociais" por inscrever a psicologia como dispositivo de luta pela garantia dos direitos de cidadania, que focaliza os processos de democratização da sociedade brasileira. Além disso, se caracteriza como estudo e intervenção direcionados à prática comunitária e à experiência de integração em espaços urbanos.

Sublimação e consumismo: uma pesquisa exploratória dos artigos publicados entre 2003 e 2013

Thaís Becker de Campos, Regina Perez Christofolli Abeche

Este trabalho tem como objetivo o levantamento bibliográfico dos artigos científicos publicados nos últimos dez anos que relacionem a sublimação com o contexto da sociedade do consumo. Para realizar este levantamento utilizamos como metodologia a pesquisa bibliográfica qualitativa de caráter exploratória, também conhecida como "estado da arte". Este trabalho se relaciona com o GT9 "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana" e o eixo temático "Psicanálise e Indústria Cultural" na medida em que procura estudar um fenômeno psíquico relacionado com um dado aspecto da cultura. Tomamos o conceito psicanalítico de sublimação como ponto para articulação com um recorte da cultura que é o consumismo. A orientação teórica dessa pesquisa é a psicanálise freudiana. Os escritos de Sigmund Freud

(1856-1939) são fontes essenciais para pensarmos a respeito da relação do homem com a cultura e das implicações subjetivas desta relação, ao longo de sua obra, Freud soube situar muito bem a infelicidade humana e sua relação com a civilização, bem como o conflito entre desejo e cultura numa dimensão histórico e cultural. A tese freudiana é de que para o desenvolvimento da civilização os indivíduos devem renunciar uma parcela do seu sentimento de onipotência, do instinto sexual e suas inclinações agressivas, sendo que "dessas contribuições resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais" (Freud, 1908/2006, pág. 173). Para a construção da sociedade o homem pode adoecer, pois reprime seus instintos mais primitivos: sexualidade e agressividade. Porém, uma das saídas contra o adoecimento, apontada pelo autor, é o domínio deste instinto pela sublimação, retirando os instintos sexuais do seu objetivo sexual para fins culturais mais elevados. Este mecanismo é considerado por Freud (1930/2006) como um dos caminhos para felicidade, pois é uma maneira de deslocar esta libido reprimida de maneira mais satisfatória. Sem a sublimação pulsional não teríamos civilização e nem cultura. Levando em consideração o exposto acima elegemos, mais especificamente, o conceito de sublimação para refletirmos acerca das condições psíquicas do sujeito inserido na cultura contemporânea, e assim interrogamos: Que conhecimento vem sendo produzido no Brasil a esse respeito? Quais as perspectivas apontadas por tais estudos? Na busca destas respostas, foi desenvolvido esse estudo, que será relatado a seguir. Método: Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica das produções, mais especificamente dos artigos científicos, que articulam o conceito psicanalítico de sublimação com a cultura do consumo. A pesquisa foi realizada por meio de três bibliotecas eletrônicas: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e índice da literatura científica e técnica da América Latina e Caribe (Lilacs-BVS). A pesquisa foi orientada através de duas etapas. Inicialmente, na busca pelos descritores "sublimação e psicanálise", para em um segundo momento refirnarmos com os descritores "sublimação e consumismo/consumo". Foram selecionados todos os artigos publicados nos últimos dez anos, ou seja a partir de junho de 2003 até junho de 2013 e desconsiderado os repetidos de uma base de pesquisa para outra. Resultados e Discussão: Com o levantamento realizado por meio dos descritores "Sublimação" e "Psicanálise" foram encontrados 35 diferentes artigos científicos. Porém, ao reafirmarmos a busca para os descritores "Sublimação" e "Consumo/consumismo" apenas dois artigos, nos requisitos delimitados, foram encontrados, um no portal Scielo e o outro no Lilacs. Ambos os artigos foram desenvolvidos pelo mesmo autor, sendo um deles como co-autor. Os anos de publicação são 2003 e 2006. Esses dados nos mostram a escassez de pesquisas científicas,

publicadas em formato de artigo, relacionando esses dois temas. De modo geral, em ambos os trabalhos o autor caminha por uma linha de raciocínio parecida. Sua análise é de que a cultura, por meio da produção do comportamento do consumo, incentivado pelo imperialismo da imagem, recodifica o recalcamento originário, e direciona as monções sexuais perversas – pulsões pré-genitais – para o prazer de consumir, caminho este que na proposta de Freud (1905) deveria ser a repressão e a sublimação para fins mais elevados, a produção cultural. Desta forma, tanto a repressão – necessária para a constituição do eu -, quanto a sublimação ficam prejudicadas. Conclui-se que as pesquisas encontradas apontam para reflexões de extrema importância que nos auxiliam a compreender a cultura contemporânea e as suas implicações para o psiquismo, e que possuem um grande campo para exploração, pela escassez de artigos encontrados.

Título provisório do projeto de pesquisa de mestrado: As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e políticas: as experiências no Estado de Minas Gerais

João Paulo Bernardes Gonçalves

Esta comunicação oral se insere no GT "Expressões da violência na subjetividade da realidade urbana", pois parte da experiência profissional de seu autor em uma ONG de Belo Horizonte – MG, o Instituto ALBAM, no Programa Andros: "Homens gestando alternativas para o fim da violência". Esta entidade é executora do trabalho no âmbito da Lei 11.340/06 e da Lei 9.099/95, da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade e à Violência de MG – conhecida como política de Segurança Cidadã, desenvolvida pelo Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e do Tribunal de Justiça (TJMG). Esta intervenção com homens autores de violência está inserida na resposta Estatal de perspectiva do Direito Penal Mínimo e no contexto das Alternativas Penais. Ela escreve uma possibilidade de intervenção e controle social não penal, percebendo, por outro lado, a expansão de um Estado Penal que faz uso abusivo de seu aparato coercitivo em detrimento de outras políticas públicas que permitem a convivência familiar e comunitária. Abordando sujeitos que vivem processos de criminalização, a Política de Prevenção focaliza suas ações para a reversão de fatores de risco – neste caso, associados à violência dos homens contra as mulheres, abarcando também as vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos atores sociais, assentando a intervenção na perspectiva da integração de redes de proteção social. O fenômeno da violência doméstica contra a mulher é pauta presente na

agenda do movimento feminista e é reconhecido internacionalmente como um problema de dimensões epidêmicas e um entrave na promoção dos direitos humanos da mulher. A violência perpetrada por homens contra mulheres que vivem ou viveram em situação de intimidade e/ou conjugalidade tem sido focada, tanto a partir da dificuldade percebida em diagnosticar a sua magnitude, quanto por meio dos desafios e possibilidades para enfrentá-la. Dentre as possibilidades de enfrentamento, identifica-se a intervenção com os homens que cometeram a violência como uma das iniciativas empreendidas. De acordo com pesquisa realizada no ano de 2007, a América Latina expressou um número reduzido de programas, com metodologias e perfis diversificados. Quanto ao contexto brasileiro, essa pesquisa apontou apenas dois grupos, sendo que não há registros de intervenções realizadas em Minas Gerais. Tomando como base este panorama de intervenção, ou seja, as intervenções com homens que exercem violência contra as mulheres, busca-se realizar o levantamento das possíveis iniciativas desenvolvidas no estado de Minas Gerais, considerando em quais bases teóricas e políticas se assentam estes programas para articularem suas intervenções. Busca-se conhecer também como os profissionais que atuam nestas intervenções concebem os homens que exercem violência contra as mulheres e a relação conflituosa de conjugalidade e intimidade estabelecida por eles. Discutir estes aspectos do trabalho com homens é relevante, pois o posicionamento político e as linhas teórico-argumentativas destas intervenções podem afetar a manutenção da violência, ao passo que valores da masculinidade tradicional ou aqueles relacionados com a equidade de gênero são transmitidos. A discussão sobre as intervenções com homens insere questionamentos sobre a concepção dos homens como enfermos/ doentes, como aqueles que buscam a aprendizagem de algo novo ou a restauração de algo perdido e também busca articular o desafio da intervenção baseada em um paradigma reflexivo-responsabilizante. Nesta pesquisa a metodologia a ser utilizada será a qualitativa e os sujeitos de pesquisa serão os profissionais e os gestores institucionais que tenham ou que tiveram trabalhos de intervenção com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. Estes profissionais e gestores geralmente são da área da segurança pública, assistência social, saúde, Psicologia, Medicina, Serviço Social, dentre outras. A coleta de dados se dará por meio da combinação de dois procedimentos, as entrevistas semi-estruturadas e a observação das intervenções com os homens no campo. O roteiro no qual se baseará a entrevista investigará 1) a trajetória profissional dos principais envolvidos no trabalho; 2) a concepção sobre os homens atendidos, 3) a concepção sobre a violência e a relação dos homens no contexto de intimidade e conjugalidade. Como procedimento, as entrevistas serão gravadas, transcritas e posteriormente analisadas. Será anexada uma ficha

contendo os dados pessoais do entrevistado juntamente com a descrição do recorte teórico e metodológico destes projetos/ ações/ programas e, caso existam, os dados sobre seus resultados e sobre o seu sistema de avaliação e monitoramento. Os dados coletados serão analisados a partir da análise qualitativa de conteúdo, buscando identificar a frequência de temas no contexto, possibilitando a constituição de agrupamentos de elementos de significados mais próximos e viabilizando a formação de categorias mais gerais de conteúdo. Posteriormente os resultados serão articulados com a discussão teórica.

Trajetórias de vida e adolescentes em situação de rua, uma análise de casos múltiplos na cidade de Salvador

Nara Jesus Brito, Steffane Cavalcanti Rodrigues, Dhara Santana Teixeira

O presente estudo consiste na análise de três casos de trajetórias de vida de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de Salvador, com o enfoque nos relatos destes sobre suas relações nos âmbitos da família, vivência da rua e da instituição. Os casos foram construídos a partir de um ano de inserção ecológica em instituições destinadas ao abrigo e à assistência desse público, o que possibilitou uma maior aproximação da realidade e com as trajetórias de vida traçadas por esses sujeitos. A perspectiva bioecológica de desenvolvimento humano proposta por Urie Bronfenbrenner foi o arcabouço teórico-metodológico da investigação e fundamentou a seleção dos microssistemas analisados. Os casos foram selecionados a partir de uma amostra de 29 crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de Salvador, de ambos os sexos com idades entre 11 e 17 anos. Na análise em questão, privilegiou-se a abordagem qualitativa, valorizando os relatos de experiências dos participantes, através de entrevistas, conversas informais e contato frequente entre pesquisadores e participantes, a partir da inserção nas instituições e atividades complementares as quais os adolescentes participam. Na descrição das trajetórias de vida dos adolescentes foram investigados a experiência de rua dos mesmos (atividades realizadas, tempo de permanência, envolvimento com estratégias desviantes de sobrevivência), o histórico de institucionalização (o conhecimento e a utilização dos serviços e instituições que compõem a rede de atenção psicossocial) e o relacionamento com a família (questões de abandono e abuso, eventos adversos de vida), buscando evidenciar através dos discursos dos adolescentes que significados atribuem às suas trajetórias. Faz-se relevante destacar que os sujeitos, aos quais se traçou uma análise, encontram-se em contextos de instituições distintas entre si, sendo abrigos e projetos com o atendimento voltado a um público com características diferentes, iniciativas distintas e

propostas de intervenção dessemelhantes, apesar de serem englobados em contexto maior de risco, vulnerabilidade e experiência de rua. É importante, portanto, ressaltar que os relatos desses três casos específicos não visam uma generalização da realidade desses sujeitos como um todo, e procura apenas evidenciar fatores percebidos como importantes e características de trajetórias de vida relevantes para o entendimento da condição de vida dessa população. A importância de traçar essa compreensão levando em consideração os âmbitos da família, rua e instituição, se faz por se tratarem dos contextos principais de circulação dessas crianças. Dessa maneira, esta análise possibilita uma compreensão mais apurada das formas de vida e realidades desses sujeitos, motivos pelos quais partiram para a rua, as estratégias que desenvolveram para lidar com os fatores de risco e, o seu desenvolvimento neste contexto. Os três casos mostram que mesmo com trajetórias distintas e histórias de vida diferentes entre si, todos estiveram frente a situações de grande vulnerabilidade configuradas a partir de processos de exclusão e marginalização social. O estudo traz colaborações importantes para a reflexão sobre a prática psicológica no âmbito da juventude em situação de vulnerabilidade social, Direitos Humanos e violação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. A análise traz também uma possibilidade de embasamento para a atuação em Psicologia assertiva, na área de Assistência Social, e de atenção às populações em situação de exclusão social.

Um olhar que acredita e transforma a sociedade

Zuleika Leonora Schmidt Costa, Cristiane da Costa Santos

O presente estudo visa observar e descrever e sobre o espaço de atuação do psicólogo na ONG Catavento no município de Osório- RS e refletir a respeito do trabalho desenvolvido no local. A área da Psicologia Social, acreditamos ser um grande potencial de atuação do psicólogo, pois a problemática da sociedade atual se dá, em parte, pela falta de assistência a famílias em situações de vulnerabilidade social. Acredita-se que somente se pudermos proporcionar melhores perspectivas sociais é que poderemos resgatar estes indivíduos esquecidos pela sociedade. A Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e Ambiental - ONG Catavento, situa-se na cidade de Osório, que fica localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, Brasil, cidade com aproximadamente 40 mil habitantes e é conhecida popularmente como a Cidade dos Bons Ventos, devido a sua produção de energia eólica. A Associação Comunitária de Ação Social, Cultural e Ambiental "CATAVENTO" foi criada oficialmente em 06 de maio de 2003, por influência COMEN (Conselho Municipal de Entorpecentes), onde seu objetivo inicial através do Programa Recriar era a prevenção do uso indevido de drogas, visando à promoção

da vida. Ao longo dos anos o objetivo principal foi se adaptando às necessidades do município de Osório, passando a realizar acompanhamento terapêutico e social aos adolescentes e seus familiares em situação de risco e vulnerabilidade social, encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude da Comarca municipal. São atendidos na ONG menores adolescentes de 12 a 18 anos com algum problema com a justiça, ou seja estes menores devem pagar algum serviço comunitário então são encaminhados pelo Fórum para a ONG. Adolescentes que estão na FASE também recebem atendimentos uma vez na semana com os psicólogos da ONG.Crianças e adolescentes como medida de proteção;famílias em situação de vulnerabilidade, como por exemplo, alienação parental, situação de guarda, pai/mãe que estão presos. De acordo com depoimentos das psicólogas que atendem na ONG Catavento, o trabalho da psicologia é buscar, através das abordagens terapêuticas, uma reinserção deste adolescente na sociedade, para isso, utiliza-se desde a compreensão psicanalítica do desenvolvimento emocional do indivíduo até uma abordagem cognitiva- comportamental. Além da utilização dessas abordagens na Psicologia Clinica, o psicólogo também realiza intervenções de diversos temas relacionados a Psicologia Social tais como: grupos com as mães, oficinas de geração de renda, artesanato, grupos de esportes (capoeira) entre outros. Gonçalves (2010) diz que a Psicologia se encontra intervindo no campo social, em instituições sociais, de modo a criar espaços de atuação que promovam maneiras diferentes de expressão questionadora e inovadora dos indivíduos, possibilitando assim a superação das condições que impedem o desenvolvimento pleno destes indivíduos. De Paiva (2004) enfatiza que na atualidade, existem diferentes instrumentos empregados pelo poder público na busca pela consolidação e efetivação das políticas públicas e no enfrentamento da pobreza e da exclusão social. Destaca-se neste texto a formação de parcerias com as instituições do “terceiro setor”. Este setor representa o conjunto de iniciativas originárias da sociedade, voltadas para a produção de bens públicos, como ações de conscientização de cidadania, assistência social, educação sexual, atividades de esporte, cultura e lazer, profissionalização, entre outras. Segundo, Gomide (2009), após 18 anos de existência do ECA ainda são poucas, as instituições, que apresentam programas e estruturas adequadas para a reintegração do jovem à sociedade. O Psicólogo que trabalha nestes tipos de instituições também se fundamentam no Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8059/90 de 13/07/90 que formou-se a partir da junção entre a Constituição Federal e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Atribui às crianças e adolescentes o direito de prioridade como cidadão brasileiro, obrigando o Estado a garantir as necessidades básicas das pessoas em desenvolvimento, como a saúde, a educação, o lazer, a profissionalização. Neste sentido

consideramos que atuação do psicólogo hoje é também marcado por uma nova fase da Psicologia que deve buscar a promoção da saúde e cidadania e uma melhor qualidade de vida para as pessoas, minimizando a exclusão social. Assim o profissional da Psicologia, deve procurar a versatilidade em sua atuação dentro das ONGs, para melhor se adequar e contribuir para o desenvolvimento da sociedade e construir formas de intervenção mais adequadas à realidade de cada lugar. A Atuação do psicólogo em ONGs é um desafio cotidiano para os psicólogos, entendendo que esta intervenção exige uma diversidade de atividades realizadas por estes profissionais nestas instituições. A atuação do psicólogo em ONGs é ampla, ocorrendo desde atendimento psicoterápico individual, coordenação de diferentes tipos de práticas grupais à organização da estrutura da ONG e suas questões políticas na comunidade. Ainda entendeu-se que o desafio também é a atuação do psicólogo, que esse contexto, necessita uma integração entre prática profissional e o seu compromisso social.

Violência doméstica e responsabilização do agressor. Do conflito à violência

Érika Moraes Sousa

O presente trabalho tem como objetivo levantar questões sobre conflitos de gênero e mostrar a busca do desenvolvimento de atividades relacionadas à responsabilização e reeducação de homens autores de violência contra a mulher, durante o acompanhamento do grupo no Núcleo de Atendimento a Homens Autores de Violência Contra a Mulher (NUAH) e, também, questionar como é o processo do ciclo que se inicia com um conflito gerando a violência doméstica. A relação deste trabalho com o GT "Expressões da Violência na Subjetividade da Realidade Urbana" é a reverberação do ato de violência e seu impacto na sociedade e neste sentido, com bases em relatos e estudos, podemos observar que a violência é praticada contra a mulher por diversos fatores como o estigma e sociedade patriarcal, onde a atividade do homem se sobrepõe à passividade da mulher, caracterizando a cultura senhor/subordinado. A partir desta compreensão, verifica-se a importância do cuidado voltado para o agressor no sentido de que essas relações doentes e desgastadas, devem ser tratadas com o apoio de uma equipe multidisciplinar, facilitando a compreensão desses homens acerca de um convívio familiar sem violência e com respeito aos direitos da mulher. O eixo temático " Gênero, Sexualidades e Intersecções" complementa o estudo sendo que a violência doméstica apresenta relações de poder que configuram práticas e posições do sujeito no contexto sexo-gênero. A orientação teórica do presente trabalho foi baseada na Lei 11.340/06 chamada Maria da Penha, artigos e livros abordando violência doméstica e Direitos Humanos, enfatizando o fruto da sociedade

patriarcal. O método de estudo foi realizado através de levantamento teórico e observação de relatos e experiências do grupo NUAH. Como resultado observei uma reflexão grupal sobre a questão de gênero e deste modo ocorreram mudanças na forma de tomar consciência de seus atos e dos tipos de relações que eles participam, analisando o componente afetivo, histórico e cultural, desconstruindo a imagem de exposição da diferença sexual no âmbito das relações entre homens e mulheres. Concluindo, o estudo teve seu objetivo alcançado no sentido de que há uma conscientização da maioria dos participantes sobre o verdadeiro funcionamento da relação conjugal e responsabilização da construção de suas histórias e relacionamentos afetivos, sem deixar de lado suas subjetividades, onde a cultura que deve permanecer é a de paz, diálogo e mudança.

Violência entre as meninas adolescentes: um projeto de intervenção em Psicologia Social Comunitária

Flavia Neves Ferreira, Lorena Fiuza Ferreira

A violência é um fenômeno complexo e difícil de ponderar. Na sociedade contemporânea ela é marcada pela sua banalização, adotando-a muitas vezes como um padrão de comportamento. O envolvimento dos jovens com a violência deve-se a diversos fatores, tais como os aspectos sociais, físicos e psicológicos. A adolescência é o período da vida que mais é influenciado pela dinâmica social e diante da constante busca de identidade, de ideais e de figuras ideais para identificar-se, o indivíduo pode deparar-se com a violência e o poder. Diante da complexa transição, o adolescente vai procurando seu espaço, através da autoafirmação, da busca de sua identidade adulta, da luta pelo poder do grupo a qual pertence e muitas vezes, utiliza o ato violento como mecanismo de defesa, não encontrando outro meio de externalizar todo emaranhado de sentimentos que o assola. Um dos grandes desafios da escola é como trabalhar e compreender os comportamentos agressivos dos alunos, sem estigmatizá-los por seus atos. O grande envolvimento de adolescentes do sexo feminino em situação de violência e comportamentos agressivos em um colégio estadual de um município do interior do Paraná nos levou a buscar estratégias de intervenção que possibilitasse contribuir para a prevenção da violência entre as adolescentes e também sensibilizar as jovens a participarem de maneira ativa na melhoria da qualidade de vida do meio a que pertencem. Tal intervenção foi desenvolvida a partir da psicologia social comunitária com um grupo de onze meninas entre 13 e 14 anos. Foram realizados 10 encontros, uma vez por semana, dentro do colégio, sendo utilizados dinâmicas, vídeos, arte terapia, jogos, escuta empática e elaboração de materiais de divulgação

sobre a violência na adolescência. Foi observado durante as vivências que as meninas tinham uma percepção da violência ligada às microrrelações de poder, aos conflitos interpessoais e a escola era considerada palco dos confrontos interpessoais e intergrupais. As meninas relataram que se sentiam diferentes dos colegas, pois eram classificadas por eles e pela escola como "bagunceiras" e "briguentas". Nos primeiros encontros percebemos a falta de respeito que apresentavam uma com a outra e com o espaço, sendo observado também no decorrer do projeto, a falta de confiança, falta de auto valorização, baixa autoestima e a agressividade das meninas. Muito desses comportamentos estavam relacionados com a carência de escuta e de espaço no meio em que vivem, porém com a iniciativa do projeto e a contribuição da escola em nos fornecer um espaço, foi possível conquistar a confiança da maioria das adolescentes. Elas puderam compreender melhor o seu papel na sociedade, reconhecendo as consequências da violência, despertando a autonomia de cada uma, fazendo-as assumir o papel de sujeito de sua própria história consciente dos determinantes sociais e tornando-as mais comprometidas e com maior responsabilidade social. Diante disso, continuamos com o projeto mesmo terminado o nosso cronograma e estamos organizando mais um grupo de adolescente na escola, devido a novas demandas que foram surgindo. Portanto, este projeto contribui para a prevenção da violência entre as adolescentes, auxiliando as meninas a encontrar uma nova maneira de se expressar e de estabelecer outro modo de se comunicar em sua relação com o outro.

"Saindo do armário": o ativismo político de militantes dos movimentos sociais LGBTTT

Daniela Dalbosco Dell'Aglio

Objetivo do trabalho: No Brasil, o movimento atualmente conhecido como LGBTTT ganhou força e organização na final da década de 70, início dos anos 80. Nos anos 90 é que essa população passou a ganhar espaço nas ruas, nos bares, nas festas, sendo também nessa década que a AIDS contribuiu para a expansão dos estudos sobre homossexualidades. Com o aumento do debate, os movimentos sociais também ganharam maior visibilidade. Este trabalho teve por objetivo analisar de que forma se dá a construção do ativismo político de militantes do movimento social LGBTTT identificando o sentido que é atribuído as suas participações. Relação com o Eixo Temático escolhido: A identificação como "homossexual" surgiu no final do século XIX e no início do século XX com o discurso médico-científico preocupado com o estudo das patologias, que via a homossexualidade como algo criminal ou imoral. Antes disso, as mulheres ou homens poderiam se relacionar sexualmente com parceiros do mesmo sexo, o que poderia ser alvo de reprovação ou punição, mas comportamento sexual não constituía um

marcador da identidade. Nos anos 1960 e 1970 a identidade sexual teve um novo princípio organizador do universo sexual, quando foi possível substituir conceitos como "desvio" para quando se tratasse da homossexualidade. Esta identidade sexual abriu possibilidades de homens e mulheres construírem e vivenciarem sua sexualidade, aqui não se referindo apenas à orientação sexual, mas sim à forma de expressão da sexualidade. Os movimentos de resistência política gay foram imprescindíveis para esta mudança. Orientação teórica: Psicologia Social e Psicologia Política. Método: Esta pesquisa se caracteriza como um estudo transversal de cunho exploratório qualitativo. Foram realizadas entrevistas individuais com cinco representantes dos movimentos sociais LGBTTT da cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As categorias foram criadas a posteriori. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para a análise. O método da análise de dados foi a Análise de Conteúdo modalidade qualitativa. Resultados: A análise das entrevistas permitiu a identificação de três categorias que contribuem para a formação do ativismo político dos militantes entrevistados: a articulação do eu com o outro, identidade política e identidade sexual. Neste trabalho, será enfocada a categoria "identidade sexual". Nos relatos apresentados pelos participantes da pesquisa, foi possível observar a identificação com o grupo com a mesma expressão de sexualidade, contribuindo para desconstrução das formas de opressão social institucionalizadas, uma vez que são criados laços de solidariedade com pessoas que compartilham a mesma identidade, como é possível observar na fala de Mário: "Claro que tem a individual porque eu sei que as bichas são discriminadas e eu sou discriminado também, sempre tive essa consciência desde a eternidade". É possível compreender a afirmação da identidade sexual como um ato político, pois apresenta um rito de passagem e são identificadas consequências sociais que esse fato pode trazer (Taques, 2007). Na fala de Cristiano, esse tópico fica evidenciado, uma vez que ele cita esse processo de "sair do armário" como uma "afirmação do eu": "Eu sempre fui muito incentivado (...), mas ainda não tinha uma construção da minha orientação sexual que eu me sentisse a vontade (...). Porque eu sabia que em algum momento no coletivo LGBTTT, tu vai ter que pegar o microfone, tu vai ter que falar, vai ter que se confrontar com algumas pessoas, tu vai ser uma figura pública do movimento LGBTTT, então até ter esse processo de afirmação do meu eu, demorou.". Para MacRae (1997) a noção de identidade sexual "estanque" está associada à identidade militante e está apropriada a sociedades mais democráticas, uma vez que os militantes tendem a se associar com os seus iguais para lutar pelos seus direitos, o que é visto como uma tática bem-sucedida. Sívori (2009) aponta que ter a orientação sexual bem esclarecida é condição para operar nos movimentos, mas, também é efeito da mobilização, ou

seja, o próprio movimento contribui para essa identificação ser mais reforçada e facilitar as formas de lidar com a sociedade em si, como observado na fala de Cristiano: “Então é ali que eu estou admirado, (...) mas isso respalda pra enfrentar todo o resto. Porque é ali que te dá confiança, é ali que te dá vontade que traz novas pessoas pra te ajudar nessa luta pra, pra fazer com que, esse espaço se torne o todo. (...) Esse espaço serve como impulso pra construir uma sociedade dentro desses moldes”. Conclusões: A partir dos dados apresentados pode-se compreender, que reconhecer-se como LGBTTT e ter a sua identidade sexual definida contribuem para a construção do ativismo político, bem como o sentimento de pertencer a um grupo. Ou seja, o espaço da militância LGBTTT contribui para a afirmação da identidade sexual, assim como a identidade sexual pode contribuir para a inserção do indivíduo na militância.

EIXO TEMÁTICO 9. PSICOLOGIA SOCIAL: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

"Não trabalho pela necessidade; trabalho para ter luxo!": um estudo sobre as acompanhantes de luxo da cidade de Fortaleza-CE

Diva Rodrigues Daltro Barreto, Aluísio Ferreira de Lima

O presente trabalho é fruto de minha pesquisa de mestrado que ora desenvolvo no Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa versa sobre a temática da prostituição, ou mais especificamente, sobre o universo das prostitutas de alto luxo, de modo que realizo um estudo acerca da (re) construção da identidade dessas profissionais do sexo residentes na cidade de Fortaleza - CE. Meu objetivo principal é investigar como acontece o conflituoso processo de (re) construção da identidade dessas mulheres prostituidas, procurando identificar as metamorfoses que sofreram até tornarem-se quem são, e por qual forma de reconhecimento social elas estão submetidas. Importante salientar que tomo como acompanhantes de luxo mulheres que cobram a partir de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por programa, que possuem alto padrão de beleza, que dedicam cuidados especiais aos seus corpos e que, por vezes, são ou foram estudantes universitárias, falam no mínimo dois idiomas, e são dotadas de um grau de instrução relativamente elevado. Dessa maneira, utilizo como método para investigação e análise dos dados o uso da narrativa de história de vida, por entender que essa metodologia me fornece subsídios ricos e consistentes para conhecer, investigar e analisar o meu objeto de estudo. Na medida em que as garotas de programa contam suas histórias, narram, relatam os eventos que aconteceram em suas vidas elas se constroem, se (re)

constroem, se descontroem e se metamorfoseiam. Concomitante a esse processo, elas ainda fornecem ao pesquisador um grande arsenal de informações que são necessárias para o entendimento do mesmo sobre as nuanças ocorridas em suas vidas, colaborando assim, vividamente, para o desenrolar construtivo da pesquisa. O pesquisador ao estar de frente com essas mulheres, ao ouvir suas histórias, assume inevitavelmente o papel de testemunha frente ao sofrimento do outro, e dessa maneira, se coloca como peça importante na trama narrativa contada pelo sujeito. O que é contado, o que não é contado, os brancos, os buracos, os solavancos, tudo tem singular importância quando se vai analisar a história de vida de uma pessoa. Pretendo, com esse trabalho, contudo, não apenas entender e analisar a história de vida das acompanhantes de luxo, mas também trazer a tona um discurso por vezes fetichizado, excluído, estereotipado e estigmatizado socialmente. Dessa forma, já foram colhidas e analisadas duas histórias de vida, que serão devidamente apresentadas e discutidas durante a apresentação desse trabalho. O referencial utilizado para dar embasamento teórico a presente pesquisa consiste na teoria do reconhecimento tal como proposto por Axel Honneth (2006), nos estudos acerca da teoria da identidade formulada por Antônio da Costa Ciampa (1983), e que vem sendo desenvolvida e resignificada por Aluísio Ferreira de Lima (2010) desde sua tese de doutorado; bem como nos estudos de Beckher (2008) acerca das identidades desviantes, ou outsiders, como o mesmo as nomeou. Por fim, concluo esse resumo ressaltando que pretendo nesse XVII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO - apresentar os resultados obtidos com minha pesquisa de mestrado até o presente momento, bem como compartilhar com os colegas presentes os percalços vivenciados no decorrer desse processo.

(Re) Construção da identidade adolescente e grupo de iguais

Katiele Simionatto

A presente pesquisa teve como objetivo inserir-se no contexto da adolescência, um dos períodos mais turbulentos de nossas vidas,onde a infância não terminou de acabar e a maturidade não terminou de nascer.Após autorização da SMED(Secretaria Municipal de Educação) entrou-se em contato com a escola que demandou trabalho com adolescentes, sendo que estes viabilizaram a pesquisa através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por seus responsáveis. Participaram desse estudo um grupo de dez adolescentes entre 13 e 16 anos, sendo oito meninas e dois meninos, estudantes de uma escola de ensino fundamental do município de Santo Ângelo. Foram realizadas quatro sessões de Grupo Focal, em situação de

interação livre, com duração de uma hora e meia cada sessão. Os encontros foram filmados e posteriormente transcritos. O principal objetivo foi analisar a função do grupo na construção da subjetividade adolescente, assim como a assunção dos papéis sexuais, as ações, elaborações, falas e comportamentos presentes nas discussões. Utilizou-se recursos audiovisuais como vídeos para abordar temas como sexualidade, escola, namoro e drogas. Durante as sessões, os adolescentes foram bastante comunicativos, sendo que em nenhum momento houvesse intercorrências. Após a coleta de dados correlacionou-se os dados relevantes com a teoria psicanalítica. O sujeito adolescente encontra-se vulnerável a mudanças, tanto físicas, quanto psíquicas, nesse período ele faz a passagem do meio familiar ao meio social, ou seja, o grupo de amigos torna-se seu principal meio de manifestações. Nesse estudo apresentam-se apenas dados parciais, tendo em vista que durante esse semestre sejam realizadas sessões com outros participantes para analise de possíveis semelhanças e diferenças entre os dois grupos.

A ascensão individual através do esporte coletivo: o reconhecimento de jogadores de futebol profissional

Carlos Eduardo Senareli Teixeira, Daniele Mariano Seda, Rafael Nuernberg Lauer

Esta pesquisa tem o objetivo de analisar o discurso de jogadores de futebol profissional que enfatizam em suas falas a ascensão social, econômica, cultural e individual que esse esporte os proporcionou. Para se chegar ao objetivo proposto, fez-se necessário uma discussão sobre o processo de construção do ser humano, bem como, sobre a relação entre indivíduo/sociedade e identidade/cultura. Para tanto, utilizamos as contribuições de Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann, entre outros autores. Buscaram-se, também, contribuições de Edgar Morin, que apresenta o conceito de cultura de massa dentro do qual se inserem os chamados heróis modernos. Helal e Murad afirmam que o herói é aquele que, a partir do mundo cotidiano, enfrenta obstáculos considerados intransponíveis, vencendo-os. Quando falamos de ascensão social através do futebol, não podemos deixar de citar a obra de Mário Rodrigues Filho "O negro no futebol brasileiro", que é uma importante base para nossa pesquisa, pois apresenta a ascensão do negro e do pobre no futebol brasileiro, esporte que em seu início era de origem branca e elitista, mas que se tornou, ao longo de um século, um dos mais importantes meios de democratização e integração social da realidade brasileira. O esporte é estudado sob uma perspectiva sociocultural e psicossocial com importante influência no Brasil e no mundo, sobretudo por meio do futebol. Para se chegar ao objetivo, a pesquisa utilizou, do ponto de vista metodológico, a técnica de análise documental de conteúdo, interpretando reportagens da fonte

primária revista Placar. Trata-se de uma técnica voltada para produção de inferências a partir de um texto focal. Os materiais da análise de conteúdo são textos escritos com outros propósitos, mas que podem ser manipulados com o objetivo de fornecer respostas às perguntas do pesquisador. A seleção das edições da revista Placar foi realizada através do acervo digital disponível no site da editora Abril http://placar.abril.com.br/revista. Como recorte, foram escolhidas as edições lançadas entre janeiro de 2009 e dezembro de 2011, configurando um total de trinta edições em três anos. A partir do levantamento das revistas citadas, foram selecionadas, ao final de toda a análise, entrevistas de jogadores de futebol profissional divididas nas seguintes categorias: (i) ascensão social; (ii) questão financeira. A análise de dados foi realizada à luz do referencial teórico apresentado no trabalho, relacionando a fala dos jogadores com os pensamentos dos autores. Ao final da análise dos dados, notam-se as seguintes características na fala dos jogadores: discurso sobre o sonho de ser jogador de futebol que tinham quando criança; ênfase na ascensão individual, no qual, aqueles nascidos em uma realidade de pobreza apontam isso constantemente em seus discursos; ausência da especificação do valor recebido em transferências ou salários quando falam sobre questões financeiras. Entendemos que pesquisas voltadas para o estudo da ascensão social de jogadores de futebol devem ser contínuas. Sua abordagem deve-se dar não apenas sob a ótica sociológica, mas também psicológica e antropológica. A importância de uma investigação interdisciplinar nesse tema tem por objetivo buscar uma melhor compreensão do universo desse grupo de profissionais que possuem grande influência social, tidos muitas vezes, como heróis modernos.

A criança e as representações sociais de si

Viviane de Bona, Lícia de Souza Leão Maia

O objetivo deste trabalho foi identificar as representações sociais de criança compartilhadas por alunos da escola pública e analisar as suas relações com a presença das tecnologias digitais da informação na sociedade atual. Partimos da suposição de que, muito além do fator biológico que aponta para características anatômicas e fisiológicas específicas das crianças, cada contexto cultural é capaz de criar uma maneira particular de concebê-la. Nesse sentido, as formas de se relacionar com a criança e o próprio papel dela na sociedade resultam de uma complexa rede de valores e regras predominantes neste meio. Sendo o contexto atual marcado pelo constante desenvolvimento tecnológico, a utilização desses aparatos poderia estar provocando modificações na forma como a criança é representada. Segundo Ariès (2006), a infância é uma construção da Modernidade, a qual possui consequências constitutivas sobre estes sujeitos em

formação. A criança, até então figura secundária saiu da obscuridade e tem adquirido, notadamente na contemporaneidade, cada vez mais visibilidade social. Tomamos como referências teórico-metodológicas a teoria das representações sociais proposta por Serge Moscovici (1961), esta teoria busca entender as estruturas de conhecimento cognitivas e afetivas, oriundas da relação de reciprocidade entre o indivíduo e a sociedade. Nosso intuito foi o de privilegiar uma perspectiva infantil, no qual as crianças sejam protagonistas na produção de cultura e de conhecimento, apresentando-se por elas mesmas. Participaram da pesquisa 52 alunos com idade entre 7 e 13 anos, de três escolas públicas da cidade do Recife – PE. Seguindo as orientações da teoria das representações sociais, utilizamos no levantamento dos dados questionário de caracterização dos participantes, teste de associação livre de palavras com as expressões indutoras: criança; tecnologia e criança, e entrevistas semi estruturadas, onde foram questionados como é ser criança e de que forma utilizam as tecnologias. Para a análise, buscamos auxílio do software estatístico Trideux e da análise de conteúdo. Os resultados apontam elementos que parecem se perpetuar em relação à definição de criança: o brincar, ir para a escola e bons sentimentos, referindo-se a aspectos de diversão, sócioeducativos e afetivos. Portanto, os alunos compartilham a representação de criança em que está presente a escola, as brincadeiras e os momentos de lazer. Descrevem a infância como um tempo predominantemente feliz, sem preocupações. Consideramos que existe uma influência dos adultos, em especial familiares e professores, nas formações das representações sociais de criança compartilhadas pelos alunos. Essa referência demonstra que as representações sociais de criança não são representações autônomas, isoladas das outras etapas da vida, pois os sistemas de representações que as crianças adquirem, sua visão de mundo que se forma progressivamente e sua representação de si resultam de interações com o seu ambiente (CHOMBART DE LAUWE; FEUERHAHN, 2001). Compreendemos que as crianças definem o ser criança em função de um outro que se opõe a ele, neste caso o adulto. Essa representação de um e de outro se influenciam mutuamente e possuem repercussões na identidade de ambos. Segundo Jodelet (2001) a relação entre o mesmo e o outro e a reflexão acerca da alteridade podem ser consideradas condição de emergência e definição identitária. O que as crianças fazem, sentem, pensam sobre sua vida e o mundo, ou seja, as culturas infantis, não tem sentido absoluto e autônomo ou independente em relação as configurações estruturais e simbólicas do mundo adulto e tampouco são mera reprodução. As crianças não só reproduzem, mas produzem significações acerca de sua própria vida e das possibilidades de construção de sua existência. Essas definições são codificadas em normas e valores, se materializando em formas particulares

de práticas sociais e institucionais, que por sua vez ajudam a produzir formas de comportamento, vistas como tipicamente infantis. Em relação à tecnologia é ratificada a sua dimensão lúdica e formativa. Nas associações evidenciam os aparelhos presentes no cotidiano e a forma como os utilizam. Para as crianças as tecnologias fazem parte de sua vida, de sua casa, da escola e de seu mundo. Elas se apropriam das tecnologias em suas brincadeiras e em seus jogos. É importante salientar que permanecem e sobrevivem as brincadeiras mais tradicionais. A tecnologia aparece como mais uma forma de lazer, uma nova maneira de comunicação entre colegas, sendo natural e totalmente integrada no seu dia-a-dia. Um aspecto relevante encontrado na pesquisa é a dimensão formativa atribuída às tecnologias pelos alunos que a utilizam na escola com finalidade do desenvolvimento de sua aprendizagem. Alertamos para a importância dos trabalhos que integram as tecnologias e a sua utilização no espaço escolar. As tecnologias sempre desempenharam um papel importante na sociedade, e os atores sociais ao usarem-nas, tecem redes comuns de significados em torno delas. Elas não têm o mesmo significado para todos: é o uso que se faz delas que lhes dá sentido, o que torna necessário pensá-las a partir daqueles que com elas se relacionam mais diretamente.

A escola e seus protagonistas: (re)configurações contemporâneas

Samanta Cristina Wessel

O presente trabalho está sendo desenvolvido no âmbito do Observatório de Educação da Universidade de Caxias do Sul, como um desdobramento do projeto “Observar a escola e suas margens: perspectivas plurais em diálogo”, financiado pelo CNPq. A pesquisa tem como objetivo estabelecer interlocuções entre os diversos protagonistas da ação educativa - escola, professores, família e jovens - a fim de identificar e de analisar as (re)configurações que se tecem nas relações socioculturais da escola contemporânea. O delineamento metodológico envolve entrevistas em profundidade com professores da Educação Básica na rede pública de Caxias do Sul, além da análise textual discursiva do material empírico construído em pesquisas realizadas anteriormente pelas pesquisadoras. Outro procedimento metodológico é a revisão da literatura sobre a relação: escola, professores, jovens e família, em conjunto com a construção de um diálogo teórico entre as produções de Norbert Elias (em o Processo Civilizador)e Michel de Certeau (em A Invenção do cotidiano e Cultura no Plural). A pesquisa encontra-se em processo de unitarização e categorização das entrevistas, além de aprofundamento teórico. A sistematização dos resultados parciais propõe que na escola, assim como nas diversas instituições de socialização, há um processo civilizador, que instituiu estratégias de

comunicação, as quais desafiam a gestão das relações do indivíduo com o meio social, constituindo-se em táticas. A reflexão sobre suas práticas possibilita ao indivíduo a criação e execução de táticas de enfrentamento às situações do cotidiano. Dessa forma, construir uma reflexão a partir da voz dos protagonistas da cena escolar, sobre o que mais inquieta atualmente no cotidiano da escola, constitui-se uma possibilidade de identificar alternativas para superar/enfrentar os desafios da educação contemporânea. Soma-se a isso, a evidencia encontrada no trabalho de campo que mostra um discurso – principalmente na voz dos professores – pautado nos mitos fundantes da instituição escolar tradicional, caracterizada por uma diferenciação clara entre o papel da escola e o papel da família na educação das crianças. Isso parece estar gerando uma sensação de sobrecarga, para os profissionais e fracasso para as propostas de educação escolar tradicional, uma vez que no contexto atual, muitas famílias tem delegado à escola funções que antes exerciam. Talvez seja possível afirmar que a escola esteja passando por uma crise de sentidos, sendo que parece não haver clareza sobre os patamares que fundamentam sua atuação hoje. Justifica-se com isso a escolha do eixo temático "Infância e juventude: a produção de conceitos, as políticas públicas e os direitos humanos", uma vez que a vida escolar - como um direito e uma obrigação da infância e da juventude – é transversalizada por um constante processo de construção de sentidos. Para estudar a construção de sentidos é necessário atentar o olhar sobre a tríade: das políticas públicas existentes, de cada contexto histórico/cultural e da forma como os conceitos que tecem os significados de cada vivência, são interpretados pelos indivíduos e concebidos pela cultura. Com base nisto, pensamos que a relevância das pesquisas que abordam as implicações atuais da instituição escolar está na possibilidade de auxiliar os profissionais ligados a escola na construção de novas táticas para pautar suas intervenções, de forma a otimizar as vivências oportunizadas por este contexto e contribuir na (re)construção de significados para o cotidiano escolar.

A função do nome civil

Luana Torres da Costa Santos

A relevância que o nome tem nas relações é inquestionável. O nome civil é um atributo inerente a cada pessoa. Na sociedade e na família, é o que caracteriza o indivíduo e o diferencia dos demais membros do grupo. Ao nome são articulados outros elementos de individualização, tais como a idade, o estado civil, o sexo, as impressões digitais e o próprio corpo. Desde a Antiguidade, atribuir nomes já se configurava como algo que atendia tanto aos interesses da sociedade, que podia identificar seus cidadãos, como aos interesses do indivíduo, que se via

singularizado e representado pelo nome que lhe era atribuído. Assim, este trabalho tem como proposta discutir sobre o processo de nomeação nos campos do Direito e da Psicanálise. A proposta se assenta na consideração de não ser o nome civil um simples termo conferido a cada pessoa no ato de registro do seu nascimento. É uma marca que as personaliza, que sempre irá acompanhá-las. O estudo consiste em pesquisa bibliográfica, por meio de levantamento e análise de textos do âmbito do Direito Civil e da Psicanálise. Para tanto, são abordados o histórico de formação do nome civil na sociedade ocidental, elementos e características jurídicas a ele concernentes, possíveis casos de alteração do nome; questões essas do campo do Direito que foram articuladas à Psicanálise no processo de análise das informações. Falar do seu próprio nome é algo que intriga o homem, pois ele se vê representado por essa designação que sempre estará com ele e que, em alguns casos, pode ser passível de mudanças de acordo com os efeitos que lhe traga, como de ridicularização. No campo do Direito, a história do nome civil da pessoa percorreu um longo caminho de constituição até chegar à forma conhecida hoje, constituindo-se sua função a de ser um sinal que distingue e uma marca que personaliza o homem. O nome é, portanto, um direito de todo cidadão. Na modernidade, faz-se uso do nome complexo. No sistema brasileiro, o nome é formado pela designação individual, o prenome, e pelo nome característico da família, o sobrenome ou patronímico. Os outros elementos que foram a ele acrescentados permitem ainda ao indivíduo não apenas se diferenciar dos demais; pode através dele destacar-se, como com o cognome ou o pseudônimo. Para a Psicanálise, o prenome e o sobrenome não se constituem apenas como um direito de cada cidadão. O prenome confere um lugar na família. O patronímico confere um lugar na ordem social. Logo, é preciso interrogar como cada um se posiciona diante de histórias anteriores a seu próprio nascimento, como responde ao nome que lhe é conferido. A proposta do presente trabalho apresenta relações com o Grupo de Trabalho Identidade, que pertence ao eixo temático “Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas” também tem como objetivo, conforme a descrição do GT em questão, o intercâmbio entre pesquisadores de modo a estabelecer bases para o desenvolvimento de futuros trabalhos conjuntos. A primeira noção de identidade que o sujeito vivencia é a partir do nome que lhe é dado. Éatravés dele que se posiciona no meio social, que luta por seus direitos e cumpre seus deveres. Os processos de socialização e individuação ocorrem porque existe um nome, que denota e coloca em interlocução as histórias familiar e social de cada um.

A importância da noção de corporeidade para o estudo das teorias da personalidade – um recorte psicanalítico

Felipe Mathias Castello-Branco

O artigo pergunta como é possível realizar-se uma leitura enriquecida do conceito de personalidade, no mundo pós moderno, tomando-se elementos da psicanálise e considerando o conceito de corporeidade neste processo dialético. Para isso, revisita brevemente ideias consagradas e amplamente discutidas de estudiosos seminais da ciência da Psicologia, em seu recorte psicanalítico, como Freud, Jung e Lacan. A emergência do contexto pós moderno e a convocação da responsabilização do indivíduo para a sua adequação corporal neste contexto, são apresentados. Uma discussão final tenta dar conta de ligar os diferentes fios teóricos convocados ao longo da apresentação do tema pesquisado, explicitando, desta forma, o posicionamento ao qual o autor consegue chegar à data do ensaio. O método empregado foi o de consulta bibliográfica, sem atribuição de distinção preferencial entre fontes primárias e secundárias. Adotou-se a perspectiva de ecletismo crítico, postura epistemológica que pressupõe a combinação e valorização das contribuições de diferentes teorias, em prol de um acesso mais amplo ao conhecimento.

A infância ou as infâncias? O devir-criança através do brincar

Suelen Beal Miglioransa

Foi a partir da modernidade e com a invenção da infância (ÁRIES, 1978) que esta vem sendo discutida e estudada por diferentes áreas de saber, há exemplo de autores estruturalistas, que prevêem teorias de desenvolvimento infantil pautadas em uma estrutura cronológica ligada a um desenvolvimento que supere as deficiências (em relação ao adulto). Na tentativa de ampliar o olhar sobre a infância e poder pensá-la no espaço-tempo contemporâneo é interessante ir além deste desenvolvimento cronológico e discutir os seus movimentos. Discutir aquilo que não se finda no ser criança. Kastrup (2000) nos faz pensar sobre uma coexistência de tempos onde a evolução não aconteceria mais de um modo unidirecional, mas sim assegurando a abertura da cognição a qual persistiria de um modo rizomático. A fim de problematizar os movimentos que acontecem na Brinquedoteca do Centro Universitário UNIVATES (Lajeado-RS) e relacioná-los com o conceito de infância levantou-se o seguinte questionamento: Quais movimentos existem no processo de brincar que se desenvolve no espaço de uma Brinquedoteca universitária, tanto para crianças como para adultos? Ao experimentar-me em um processo de aprendiz-cartógrafo (ALVAREZ; PASSOS, 2009) no acompanhamento de visitas ao espaço da

Brinquedoteca, foi possível cartografar os movimentos da infância através do brincar e considerá-los como uma possibilidade para o devir-criança (KOHAN, 2004). A Brinquedoteca, como espaço alternativo de lazer e aprendizagem é um laboratório de ensino para os alunos da instituição que também recebe escolas da rede de ensino para visitas exploratórias. Ao considerar-se o brincar nesse espaço, ele deve ser visto como um processo (MOYLES, 2002), que como tal gera possibilidades, que não se findam. Um brincar que não traça objetivos ou resultados específicos, mas que os aceita conforme for o desejo de quem está a brincar. Considerando adultos e crianças nesse processo, é necessário considerar também a possibilidade de múltiplas infâncias. Deste modo, Kohan (2004) nos fala sobre uma infância majoritária e outra minoritária, as quais habitariam, respectivamente, um tempo cronológico e uma coexistência de tempos. Ao adulto e à criança é necessário coabitar essas infâncias. À criança porque, ao passar necessariamente por um desenvolvimento cronológico, também vai além e mantém-se em constante movimento. Possibilitando, assim, encontrar potência a partir de sua diferença, potência criadora e inventiva. Ao adulto porque, mesmo passado seu desenvolvimento cronológico, existe nele uma infância minoritária que perdura, como condição de experiência, mas que só transparece ao permitir-se. O brincar, então, desperta o adulto. Movimenta as infâncias que existem em nós. Desperta um jogo de força entre a infância que se foi, que foi superada, e a infância virtual que coexiste e que cria, reinventa. A partir do que transpareceu nas observações realizadas, ao adulto cabe permitir-se habitar essa infância minoritária. Existem possibilidades de movimentos, existem encontros, existem potências, existe devir-criança no processo do brincar na Brinquedoteca. Nem crianças, nem adultos, saem do espaço os mesmos que entraram, pois ali eles foram afetados por múltiplos encontros. Movimentaram-se potências criativas, exalaram-se afecções e sensações. Aconteceram encontros com o outro e principalmente encontros com o outro em si. Infâncias, movimentos, devires em um espaço de criação, invenção e experimentação que transborda.

A literatura e os mecanismos de poder

Laila Lilargem Rocha, Henrique Melo Alves do Amaral, Raul Marcel Filgueiras Atallah, Matheus Neto Peixoto, Lucas Guilherme Fernandes, Ivy França Carvalho

Em nosso projeto de pesquisa, discutimos a questão da literatura e os elementos participantes da experiência literária: o autor, o escritor, o crítico e o leitor; procurando compreender as dinâmicas inter-relacionais destes elementos. Estes podem ser compreendidos a partir de uma dimensão imanente à literatura, da qual se encontram a figura do leitor e do escritor. É possível

identificar também a dimensão transcendente à literatura, da qual participam o autor e o crítico, o primeiro, se vincula a literatura enquanto possuidor da obra literária, e índice de recepção da obra; já o crítico atua de forma a produzir uma verdade sobre obra, baseada em um suposto saber sobre a literatura ou sobre determinado autor. O presente resumo tem por objetivo abordar acerca desses elementos participantes da experiência literária, enfatizando, sobretudo suas consequências com as relações de poder que estabelecem. Para tal o método utilizado baseia-se na análise bibliográfica dos seguintes autores: Maurice Blanchot, Rolland Barthes, Roger Chartier, Michel Foucault, e Gilles Deleuze. A partir de um recorte baseado na leitura foulcaultiana, pode-se compreender a captura da experiência literária a partir da noção de poder, no qual a figura do autor pode ser usada como um nome que ordena e limita o discurso acerca desta experiência. O autor é representado como o detentor da obra, o que remete a uma apropriação de uma ideia, que pertence ao mesmo. Esse poder legal que o autor detém sobre sua ideia, porém pode ser usado como um mecanismo de poder contra o próprio autor de modo que podemos identifica-lo e culpabilizá-lo por concepções consideradas transgressivas. Assim também, a figura do crítico, nessa relação poder-saber, marca um posicionamento de captura, de encerramento acerca da experiência literária. Tal fato é evidenciado, por exemplo, quando o crítico afirma que determinada obra refere-se à vida do autor. Esta ideia pressupõe uma continuidade sobre a literatura, e a vida daquele que escreve, fundamentando a mitologia autoral. Até mesmo a figura do leitor, pode ser incluída nessa dinâmica de poder, a partir o momento que este sujeito se reapropria de um discurso social em que impera a vontade de verdade. É nessa reprodução dos mecanismos de poder, que o leitor, por exemplo, pode tentar veicular um sentido único para uma obra literária, o que acaba por romper toda uma possibilidade de um caráter transgressivo e libertador que a experiência literária pode apresentar. Também a linguagem, que permite que a literatura seja veiculada, pode se configurar enquanto mecanismo de poder, já que delimita toda uma série de regras, que exigem a coesão, o sentido e uma correção gramatical adequada, que se não for cumprida da forma como é estabelecida socialmente (estabelecimento este que é arbitrário), há um retraimento da veiculação da literatura. Outro ponto não mencionado anteriormente e que participa como elemento para a veiculação da literatura, é a figura do editor, que participa da configuração da obra literária. Desse modo pode-se compreender a literatura a partir de um atravessamento de forças onde se encontram um movimento de proliferação, libertação, por parte de algumas figuras, sobretudo o leitor e o escritor que tendem a estarem inteiros no acontecimento relativo a experiência literária. Porém há também mecanismos de poder atuando, que por meio de um

saber sobre a obra ou sobre determinado autor, impõe uma verdade acerca da experiência literária, que pode ser veiculado pelos elementos participantes da experiência, mesmo que de forma implícita.

A Música e suas articulações identitárias no fazer musical das vertentes: religiosidade e gênero

Kênia de Cássia Abreu, Bruna Cristina do Carmo Tavares, Daniela Procópio de Rezende, Claudiane Silva Costa, Marcos Vieira Silva

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa intitulada "A música e suas articulações identitárias nas corporações musicais de São João del-Rei e região: tradição e transformação no contexto histórico e sócio-cultural", que vem sendo desenvolvida desde 2004 pelo LAPIP - Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial da Universidade Federal de São João del-Rei. Em São João del-Rei e região, as corporações musicais são presença marcante na vida de adultos e jovens, e a música tem papel significativo na formação da identidade cultural dos cidadãos e na história de vários municípios dos Campos das Vertentes, estando implicada com as mais significativas tradições musicais do barroco mineiro. Nesta região também há bandas e orquestras bicentenárias que representam diversos grupos sócio-culturais. Nessa pesquisa, têm sido investigados os fenômenos subjacentes aos grupos, além da história da música e das corporações musicais na cidade de São João del-Rei e região das Vertentes. Algumas temáticas foram investigadas ao longo dos nove anos de pesquisa, tais como: Identidade, Afetividade, Poder, Performance Musical, Representações Sociais, Tradição, Projeto de Vida, Status Social, Gênero e Religiosidade (Caetano e Vieira-Silva, 2012). No ano de 2011, através de uma etapa de iniciação científica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca do fazer musical são-joanense, quando reafirmou-se a importância que a religiosidade desempenha neste âmbito. A religião, conforme ressalta Emile Durkheim (1978), é um aspecto essencial e permanente na humanidade, estando na base da constituição do homem enquanto ser histórico. Em seu livro As formas elementares da vida religiosa (1978) ele nos diz que as festas religiosas são manifestações de realidades coletivas. Neste momento o indivíduo desaparece no grupo e passa a ser coletivo, havendo a reafirmação das crenças grupais e as regras que tornam possível a vida em sociedade. A tradição musical, em São João d el-Rei e região, foi moldando-se no decorrer dos anos com grande influência da religiosidade em um processo de manutenção e transformação de tal tradição, mesmo considerando-se que as bandas não apresentam um repertório totalmente voltado para a música religiosa. Neste sentido, fica claro que os aspectos

religiosos presentes no fazer musical das orquestras e bandas são-joanenses exercem considerável influência na construção da identidade de músico, tanto individual quanto grupal. Pretendemos, assim, aprofundar as análises nessa categoria temática, pois, segundo Caetano e Vieira-Silva (2012), há a necessidade de se estudá-la mais profundamente, já que ela é pano de fundo para as atividades de algumas das corporações musicais e faz parte do cotidiano grupal. Também tem sido investigada a questão do gênero. Sabemos que o desenvolvimento da musicalidade, em São João del-Rei, deu-se a partir da vida religiosa da região, o que ocasionava uma quase exclusividade masculina no fazer musical, devido à proibição de que mulheres participassem dos rituais litúrgicos nos séculos XVIII e XIX. A participação feminina em corporações musicais na região se apresenta como uma tradição que vem sendo alterada ao longo dos anos. E embora este acesso ainda se mostre um tanto quanto limitado, lentamente se faz presente tanto nas orquestras centenárias, quanto nas bandas da região. Hoje as musicistas dessas corporações já não sofrem as imposições culturais de outrora (COELHO, VIEIRA-SILVA e MACHADO, 2010), o que possibilita uma maior diversidade de papéis sociais que a mulher pode assumir. Assim, ser mulher e musicista é uma realidade que vem se tornando cada vez mais possível e fica evidenciada na diversidade encontrada nos relatos dessas jovens. Atualmente a possibilidade de se dedicar à música como atividade secundária convive com o desejo de ser musicista profissional. Desta forma, os objetivos deste projeto são: aprofundar questões referentes às diferenças de gênero e em suas relações com o fazer musical, assim como levantar questões referentes à identidade e produção musical feminina de jovens frente a tais contextos. Tentamos compreender como o fazer musical permeado pelas questões relativas à religiosidade atua na produção de identidades coletivas, com a transmissão de valores e crenças, na manutenção das tradições ou propostas de novas formas de produção. A fim de abordarmos estes processos, na coleta de dados utiliza-se de entrevistas, registros em vídeo, fotografias e observações. Para a análise crítica do material coletado temos utilizado os pressupostos da pesquisa participante e da pesquisa-intervenção psicossocial. Portanto, esta pesquisa tem se apresentado como uma possibilidade de contemplar estas duas categorias (identidade e gênero) ao investigar as diferenças de gênero a partir de um pano de fundo, que é o fazer musical, num contexto permeado pela religiosidade.

Adoção: vínculo afetivo entre pais e filhos/criação de laços

Aline Lunkes

O tema do projeto é a adoção e sua delimitação é sobre a descoberta da adoção e o vinculo afetivo entre pais e filhos, dando maior importância para como os filhos reagiram após a descoberta da adoção e como eles se sentem em saber que são filhos adotivos, sendo como objetivos: analisar como foi para o filho adotivo saber sobre a adoção. Os dados foram obtidos através de uma entrevista semi-estruturada e a aplicação do teste H.T.P que visa analisar a personalidade da pessoa. Os seis sujeitos têm a idade de 20 a 30 anos, e são de Santo Ângelo e da região das Missões. Depois de colhidos e analisados os resultados, formamos quatro categorias, que melhor descrevem o objetivo da pesquisa. A primeira categoria é ""O filho adotivo e o vinculo com a sua família", que tem como objetivo averiguar como os filhos adotivos sentem o vinculo afetivo com seus familiares". Segundo Ducatti (2004) um filho adotivo ocupará cada grau de parentesco, uma posição diferenciada. O mesmo se dá com o filho biológico. A segunda categoria é "O filho adotivo e a descoberta da adoção"' essa categoria tem por finalidade demonstrar como os filhos se sentiram ao saber sobre a adoção. "A questão da adoção terá diferentes compreensões e desdobramentos na vida do filho adotado, na medida em que se modifica sua compreensão até mesmo cognitiva sobre este tema. O processo de comunicação sobre a adoção possui algumas semelhanças com o processo de comunicação sobre a sexualidade e os fatos da vida, pois também nessas questões buscamos entender um pouco mais a origem da vida, de onde viemos e para onde vamos. Na verdade, não é preciso marcar ou esperar um momento especial para iniciar uma conversa sobre a adoção ou sexualidade. Observamos que na prática esses assuntos surgem em momentos inesperados, não programados: normalmente as crianças fazem perguntas ou comentários à queima roupa, deixando os pais surpresos e sem saber o que falar"(Maldonado, 1999). A terceira categoria é "O vinculo afetivo antes e após a descoberta da adoção" que visa analisar como se estabeleceu o vínculo após está descoberta e como era antes da descoberta. Adotar é fazer com que a história se torne mais forte que a hereditariedade, e assim o amor é mais forte do que o destino. Segundo Schettini (2012) o filho biológico você vai amar porque é seu e o filho adotivo é seu porque você o ama. E a quarta categoria é " Mãe biológica versus filho adotivo" tem por objetivo saber se os sujeitos adotados sentem interesse em conhecer a mãe biológica. A adoção é uma realidade biológica e, também, uma realidade social, que está marcada pelo sobrenome, esse que é a indicação e o reconhecimento social de que pertencemos a uma família. O nome é dado, mas o sobrenome é transmitido. Da mesma forma, a adoção está inserida numa realidade psicológica e afetiva. A filiação denota uma história, a um passado, ligar-se por raízes a uma criança. Para os pais, a adoção significa ter um filho. Segundo Azambuja (2009, p.9): "A adoção de uma

criança ou adolescente é mais uma do que uma questão jurídica constitui-se em uma postura diante da vida, em uma opção, uma escolha, um ato de amor, que em raiz do desejo, na vontade, envolvendo não só uma pessoa, mas no mínimo, um grupo de pessoas ou de grupos familiares. Sentimentos variados afloram em seus protagonistas. Sentimentos de rejeição, de perda, de dor, de alegria, de expectativas, de vida de esperança". A pesquisa encaixa-se no eixo temático Assistência Social, onde é retratado uma parte do processo da adoção, passando pelo sistema jurídico, a psicologia social e os direitos humanos.

Análise de uma experiência em formação: Metodologia Camará

Amanda Giron Galindo

O projeto político pedagógico da UNIFESP campus Baixada Santista permite ao aluno vivenciar diferentes experiências acadêmicas, principalmente através da estrutura curricular, conteúdos e estratégias de ensino-aprendizagem que têm a prática como eixo estruturante (UNIFESP, 2006). Sendo assim, ganha destaque neste trabalho a experiência prática em um estágio supervisionado básico no Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência durante o ano de 2012. O objetivo geral do estágio é desenvolver atividades de recepção, planejamento, acompanhamento e construção de redes sociais junto à população em situação de risco pessoal e social e realização de atividades práticas que integrem a produção do conhecimento e as ações construídas. O Camará é uma organização não-governamental fundada em 1997, com sede no município de São Vicente, litoral sul de São Paulo. Tem por missão promover a inclusão e a participação de crianças e jovens na rede social ampliada, enquanto sujeitos desejantes e de direitos, priorizando o atendimento de adolescentes e jovens em situação de risco pessoal e social. Nestes 16 anos de existência o Camará agiu em prol da efetivação dos princípios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em suas diversas interfaces com as famílias, as culturas e as comunidades, principalmente a comunidade vicentina. Além das atividades produzidas neste sentido, o Camará está representado por seus integrantes nos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, indicando a participação política questionadora da efetivaçao das políticas públicas, não se limitando apenas a uma entidade de Terceiro Setor preenchendo as lacunas do Estado. Destacamos a metodologia própria utilizada pelo Camará – a Metodologia Camará. Ela está alicerçada em diversas metodologias, em variados apoios científicos e artísticos, mas se dá na vida, no presente, na experiência, aproximando-se do método cartográfico à medida que na cartografia "a intervenção sempre se realiza por um

mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o que podemos designar como plano da experiência." (PASSOS & BARROS, 2009, p.17). O Camará aposta na arte como dispositivo, que pode ser terapêutico, e que está atrelado a um comprometimento com os processos de criação e com a produção de subjetividades, que assim como coloca Lima: "...(atividades) que possam enriquecer e enriquecer-se permanentemente em seu contato com o mundo" (2004, p.3). As atividades passam por expressões artísticas, como a dança, o artesanato, a música, o teatro, mas extrapolam a arte, investindo também no protagonismo dos sujeitos, no questionamento da participação política e social no mundo, no lúdico e na composição coletiva criativa. Dessa forma, o brincar também é considerado um importante elemento de processos de subjetivação. A metodologia Camará, ao investir neste lugar, o qual Winnicott chamou de espaço potencial, está abrindo espaço para a experiência criativa das crianças e adolescentes e oferece sustentação à essas experiências que se desenvolvem dentro de certa continuidade do espaço-tempo e que fundam uma nova forma de viver como brincar (FRANCO, 2003). O constante processo de participação nas atividades, no pensar junto com as crianças e os adolescentes, no repensar as propostas, faz com que a metodologia trace no percurso as suas metas. Considerando a inseparabilidade entre o conhecer e o fazer, entre o pesquisar e o intervir, a metodologia Camará é cartográfica (PASSOS & BARROS, 2009). Sendo assim, a análise desta nova metodologia é parte da própria experiência do estagiário com esta metodologia, que não se suporia saber de antemão o que viria acontecer, mas que a experiência fora entendida como um saber-fazer, um saber que emerge do fazer para um sujeito exposto à experiências. Experiências tantas de sentir os cheiros, os estranhamentos com o novo, as sensações dos encontros, ver as delicadezas e os detalhes, sentir medo, sentir paixão, estar sensível ao mundo. Os resultados são muitos, a Metodologia Camará transborda para além das metodologias científicas e inventa mundos metodológicos, mundos de experimentações, criações, invenções políticas e sociais, novas formas de estar no mundo, abrindo possibilidades de criação de novos territórios existenciais. Neste sentido, este trabalho dialoga com a proposta do GT "Arte, Cidade e Experimentações Metodológicas em Psicologia Social" quando este assume a pretensão de potencializar experimentações ilimitada de metodologias que utilizem "à poética enquanto uma política de abertura de possíveis em nossos cotidianos.", uma vez que a Metodologia Camará utiliza não só a arte, mas também o brincar, as potências dos encontros, a participação política e social, a cartografia como dispositivos para a abertura de possíveis em nossos cotidianos.

Aproximando ganhos ou evitando custos? A autorregulação como determinante dos custos sociais da confrontação do preconceito

Luciana Budal de Oliveira

A confrontação direta do perpetrador da discriminação é estudada por pesquisadores contemporâneos da psicologia social como um eficiente meio para redução do preconceito. Recentes investigações confirmam que o confronto tem consequências positivas tanto para o alvo, bem-estar psicológico (Sechrist & Swim, 2008) como para os grupos, fortalecimento da identidade positiva do grupo (Kaiser et al., 2009) e redução do preconceito (Czopp & Monteith, 2006). Entretanto, o confronto direto além de benefícios também traz custos ao alvo da discriminação. O objetivo deste estudo é analisar como os estados motivacionais de aproximação de ganhos e de evitamento de custos determinam a avaliação das mulheres que observam uma mulher a confrontar o sexismo. Sob o foco de aproximação de ganhos a avaliação do alvo será positiva e apreciarão o confronto mais como um benefício do que um custo. Sob o foco de evitamento de custos a avaliação do alvo será negativa e apreciarão o não confronto mais como um benefício do que um custo. Discutimos estes resultados no contexto da literatura sobre a autorregulação (Higgins, 1997) e a sua influência no comportamento de confrontação ao preconceito. O preconceito definido em sua forma mais abrangente como um conjunto de reações afetivas (positivas ou negativas) que as pessoas têm para com outras com base na sua pertença a um grupo social (Schneider, 2004), são fenômenos complexos que se processam na dimensão subjetiva e nas relações exo e endogrupais. A historicidade de tal fenômeno na sociedade naturaliza-se e reproduz-se nos processos sociais, concretizando a barreira da dúvida e da negação de sua real existência. Estudar as nuances da dimensão subjetiva desta desigualdade e discriminação é discutir as alternativas teóricas e metodológicas presentes na psicologia social que possam contribuir para entender um dos fenômenos que constituem a desigualdade social, objetivo deste grupo de trabalho. O eixo temático sugerido é “Gênero, sexualidade e intersecções” por integrar o viés do qual este trabalho se propôs a investigar: o sexismo. Considera-se sexismo, a atitude em relação às mulheres que se baseia em estereótipos de gênero, caracterizados pela crença de que a mulher é um ser sociável e doméstico, mas pouco competente (Glick & Fiske, 1996). A fundamentação teórica deste estudo baseou-se na teoria da auto-regulação, uma teoria desenvolvida por Higgins (1997) que explica o comportamento humano por meio de dois sistemas distintos de motivação denominados de promoção (aproximação dos ganhos) e prevenção (evitamento de custos). O foco de aproximação de

ganhos implica atingir objetivos maximizando ganhos. Está relacionado com a presença agradável de resultados positivos (ganhos) e ausência dolorosa de resultados positivos (não ganhos). O foco de evitamento de custos está relacionado com a segurança, implica o cumprimento de responsabilidades e deveres na tentativa de minimizar falhas. Diz respeito à ausência agradável de resultados negativos (não perda) e da presença dolorosa de resultados negativos (perdas).

Método: O estudo seguiu um desenho experimental entre participantes de 2 (alvo confronta sexismo: sim vs. não) X 2 (foco de auto-regulação do participante: aproximação de ganhos vs. evitamento de custos). Os participantes foram distribuídos aleatoriamente entre as condições experimentais. Hipóteses: H1 – Antecipamos que as participantes estimassem mais benefícios (e menos custos) da confrontação quando estão sob o foco de aproximação de ganhos do que quando estão sob o foco de evitamento de custos. Pelo seu lado, antecipamos que as participantes estimassem mais benefícios da não confrontação quando estão sob o foco de evitamento de custos do que quando estão sob o foco de aproximação de ganhos.

H2 – Antecipamos maior empatia para com o alvo que confronta quando as participantes estão sob o foco de aproximação de ganhos do que quando estão sob o foco de evitamento de custos. Por outro lado, esperamos maior empatia para com o alvo que não confronta quando as participantes estão sob o foco de evitamento de custos do que quando estão sob o foco de aproximação de ganhos. H3 – Esperamos que a confrontação fosse mais positivamente avaliada quando as participantes estão sob o foco de aproximação de ganhos, sendo a não confrontação mais positivamente avaliada quando as participantes estão sob o foco de evitamento de custos. H4 – Esperamos que as participantes formassem uma impressão mais positiva do alvo que confronta quando estão sob o foco de aproximação de ganhos do que quando estão sob o foco de evitamento de custos. Pelo seu lado, esperamos que as participantes formassem uma impressão mais positiva do alvo que não confronta quando estão sob um foco de evitamento de custos do que quando estão sob um foco de aproximação de ganhos. Procedimento: As participantes receberam um pacote de papéis com 4 partes. A primeira parte consistiu num pré-teste que incluiu a medida de identificação de gênero. A segunda, continha a manipulação de auto-regulação elaborada por Friedman e Foerster (2001) que consiste em assinalar como deve um rato encontrar o seu num labirinto. A terceira, correspondeu ao cenário que incluiu um comentário sexista que foi ou não confrontado pelo alvo. E a quarta, continha o questionário com as variáveis dependentes. Medidas: As participantes responderam às questões em escalas de respostas do tipo Likert de 7 pontos (de 1=discordo totalmente a 7=concordo totalmente;

exceções a este tipo de escala serão indicadas à frente). As variáveis dependentes foram compostas por: • Variáveis de controle para assegurar que o cenário construído tinha sido entendido como pretendido. • Estimativa de custos e benefícios (individuais e coletivos), com resposta do tipo Likert de 7 pontos (1=mais custos a 7=mais benefícios). • Empatia para com o alvo, para avaliar o grau de empatia que as participantes sentiram com o alvo. • Avaliação direta da confrontação, avaliando a concordância com a atitude do alvo. • Impressão do alvo com resposta do tipo Likert de 7 pontos (de 1=muito negativa a 7=muito positiva). Resultados: O objetivo do estudo foi analisar como reagem as mulheres quando observam uma outra mulher confrontar (ou não) um perpetrador de sexismo. Previmos que esta reação seria afetada pelo estado motivacional de quem observa a confrontação: um estado de aproximação de ganhos ou um estado de evitamento de custos. Isto porque esperávamos que as participantes sob o foco de aproximação de ganhos vissem acima de tudo os benefícios da confrontação e por consequência tivessem uma atitude mais positiva em relação ao alvo que confronta do que ao alvo que não confronta e do que as participantes sob o foco de evitamento de custos. Os dados fornecem algum apoio para esta previsão, porém não confirmaram totalmente. Em grande parte das variáveis o estado motivacional de aproximação de ganhos e a confrontação afetaram as mulheres ao avaliarem mais positivamente o alvo, não ocorrendo o mesmo com o estado motivacional de evitamento de custos e da não confrontação. A medida direta de avaliação da confrontação foi analisada com uma ANCOVA. Esta análise revelou um efeito significativo da confrontação, $F(1, 125) = 83.08$, $p < .001$, $\eta 2 = .40$, bem como uma interação marginal entre os dois fatores, $F(1, 125) = 2.51$, $p = .11$, $\eta 2 = .02$. Testes t-Student de amostras independentes mostram que as participantes concordam mais com a confrontação do que com a não confrontação tanto quando estão sob o foco de aproximação dos ganhos ($M = 5.94$, $DP = 1.09$ vs. $M = 3.02$, $DP = 1.80$), $t (60) = 8.28$, $p < .001$, como quando se encontram sob o foco de evitamento de custos ($M = 5.47$, $DP = 1.48$ vs. $M = 3.43$, $DP = 1.62$), $t (58) = 5.09$, $p < .001$. A interação marginal revela uma tendência para que a confrontação seja avaliada mais positivamente quando as participantes estão sob foco de aproximação de ganhos ($M = 5.94$, $DP = 1.09$) do que quando estão sob foco de evitamento de custos ($M = 5.47$, $DP = 1.48$), $t (63) = 1.46$, $p = .15$. A avaliação da não confrontação não foi afetada pelo foco de auto-regulação. Este padrão de resultados é apenas parcialmente consistente com a nossa hipótese (H3) já que revela uma tendência para uma maior apreciação da confrontação quando o foco é sob a aproximação de ganhos, mas não revela qualquer efeito do foco da auto-regulação na apreciação da não confrontação. Ao estimar os custos e benefícios individuais do alvo, as análises a nível

univariado, revelaram um efeito principal da confrontação, $F(1, 125) = 7.16$, $p = .008$, $\eta 2 = .05$, bem como uma tendência para uma interação entre os dois fatores, $F(1, 125) = 1.61$, $p = .21$, $\eta 2 = .01$. Testes t-Student de amostras independentes revelam que as participantes estimaram que o alvo que confrontou ($M = 4.27$, $DP = 1.23$) desfrutaria de mais benefícios (relativamente aos custos) do que o alvo que não confrontou ($M = 3.38$, $DP = 1.21$) mas apenas quando as participantes focaram a aproximação aos ganhos, $t (68) = 3.06$, $p = .003$, e não quando focaram o evitamento de custos, $t (58) = .93$, ns. Em contrapartida, as participantes não estimaram os custos e benefícios da confrontação e da não confrontação para às mulheres em geral porque não ocorreu interação significativa entre a auto-regulação e a confrontação. A nível multivariado, esta análise revelou que o fator da confrontação afetou as variáveis de estima de custos e benefícios coletivos, $F(3, 123) = 32.34$, $p < .001$, $\eta 2 = .44$. A nível multivariado não se revelaram efeitos significativos do foco da auto-regulação, $F(3, 123) = .24$, $p = .87$, $\eta 2 = .00$, nem da interação entre os fatores, $F(3, 123) = .21$, $p = .88$, $\eta 2 = .00$. Podemos concluir assim, pelas dimensões da variável estimativa de custos e benefícios que a nossa hipótese (H1) foi parcialmente confirmada. No que diz respeito a empatia, as mulheres criaram mais empatia para com o alvo tanto sob o foco da aproximação de ganhos na confrontação como sob o foco de evitamento de custos na não confrontação, conforme nossa hipótese (H2). A análise univariada revelou uma interação marginalmente significativa entre os dois factores, $F(1, 125) = 3.15$, $p = .08$, $\eta 2 = .02$. Testes t-Student de amostras independentes mostram que a não confrontação é avaliada marginalmente mais positivamente quando as participantes estavam com um foco de evitamento de custos ($M = 5.66$, $SD = 1.12$) do que quando focaram a aproximação de ganhos ($M = 5.09$, $DP = 1.49$), $t (63) = 1.68$, $p = .09$. Embora não seja significativa, observa-se ainda uma tendência para a não confrontação ($M = 5.09$, $DP = 1.49$) ser avaliada menos positivamente do que a confrontação ($M = 5.56$, $DP = 1.01$) quando as participantes focaram a aproximação de ganhos, $t (63) = 1.54$, $p = .13$, do que quando focaram o evitamento de custos, $t (58)=1.14$, $p = .26$. E por fim, a percepção do alvo como competente, sociável, moral e problemática foi submetida a uma MANCOVA. A nível multivariado, esta análise revelou um efeito principal da confrontação, $F(4, 122) = 46.15$, $p < .001$, $\eta 2 = .60$, e um efeito marginal da interacção entre os flores, $F(4, 122) = 2.18$, $p = .07$, $\eta 2 = .07$. No entanto não se confirmou nenhum efeito da auto-regulação, $F(4, 122) = .73$, $p = .57$, $\eta 2 = .02$. A análise a nível univariado da competência do alvo foi afetada por um efeito principal da confrontação, $F(1, 125) = 10.06$, $p = .002$, $\eta 2 = .07$, e por uma interação marginal entre os dois fatores, $F(1, 125) = 3.65$, $p = .06$, $\eta 2 = .03$. O padrão desta interação foi explorado com teste de diferenças de médias t-Student para amostras

independentes. Os resultados mostram que o alvo que não confrontou foi visto como menos competente (M = 4.53, DP = 1.12) do que o alvo que confrontou (M = 5.55, DP = 1.06) quando as participantes estavam sob o foco de aproximação de ganhos, t (68) = 3.91, p < .001, mas não quando estavam sob o foco de evitamento de custos, t (58) = .84, ns. Já a análise a nível univariada da percepção da moralidade do alvo foi afetada por um efeito marginal da auto-regulação, F(1, 125) = 2.19, p = .14, η2 = .01, um efeito principal da confrontação, F(1, 125) = 144.51, p < .001, η2 = .54, e por uma interação significativa entre os dois fatores, F(1, 125) = 7.69, p = .006, η2 = .06. A análise estatística por meio do teste t-Student de amostras independentes evidenciou que o alvo que confrontou foi visto como mais moral do que o alvo que não confrontou e que a interação evidencia o fato de que esta diferença é maior para as participantes sob o foco de aproximação de ganhos (M = 6.21, DP = .58 vs. M = 3.67, DP = 1.24), t (53) = 11.09, p < .001, do que para as participantes sob o foco de evitamento de custos (M = 5.99, DP = .62 vs. M = 4.40, DP = 1.20). Assim sendo, a impressão geral do alvo foi confirmada apenas pela atribuição das características positivas de moralidade e competência tanto da confrontação sob o foco de aproximação de ganhos como da não confrontação sob o foco de evitamento de custos. Não ocorrendo interação entre a auto-regulação e a confrontação nas demais dimensões da variável impressão do alvo. Confirmando parcialmente nossa hipótese (H4). Conclusões: As consequências da análise de custos e benefícios têm importantes implicações para as relações intergrupais e para a redução do sexismo. O não reconhecimento do sexismo pode causar uma falsa impressão de que não existe preconceito para com as mulheres, individualizando e maximizando os danos causados pelo sexismo. Além disso, o não apoio por parte das mulheres, às mulheres que enfrentam o sexismo gera um obstáculo para a coesão do grupo e a busca de uma efetiva forma de enfrentamento do preconceito e consequente mudança social. O foco da auto-regulação pode influenciar a forma como uma pessoa avalia uma situação de confronto. Este estudo nos deu indícios que mulheres sob o foco de aproximação de ganhos tendem a avaliar mais positivamente um alvo de sexismo que confronta a discriminação do que um alvo que não confronta. Os resultados apontam ainda, apesar de forma mais fraca, para a tendência das mulheres sob o foco de evitamento de custos a reduzir o apoio que dão à confrontação. Este estudo demonstra ainda que em geral as mulheres apoiam o confronto como uma forma de reduzir o sexismo.

As relações sociais na escola na perspectiva de crianças com diabetes

Daniela Procópio de Rezende, Marcos Vieira Silva

Este resumo é referente a uma pesquisa de iniciação científica intitulada "As relações sociais na escola na perspectiva de crianças com diabetes", realizada no período de agosto/2011 a julho/2012, na Universidade Federal de São João del Rei. Sabe-se que o diabetes é um importante problema de saúde pública, cuja frequência tem aumentado, inclusive entre crianças. A vida de crianças com doenças crônicas é influenciada por condições sociais que se constroem em torno da doença, como por meio de relações sociais entre os familiares, os amigos, os atores do ambiente escolar, entre outros. As doenças crônicas, dentre elas, o diabetes, podem ser vistas de forma estereotipada pelo senso comum, levando a ações que possibilitam a estigmatização de seus portadores. Com o objetivo de analisar o modo como se constroem essas relações, desenvolveu-se esta pesquisa, em que buscou-se conhecer aspectos vivenciados por crianças com diabetes em sua própria perspectiva; como as relações mantidas entre os colegas e os professores, bem como o cotidiano escolar. O objetivo principal do estudo foi investigar os modos pelos quais crianças com diabetes percebem, elaboram e experimentam sua própria realidade na escola e suas relações com os outros no contexto escolar. Além disso, refletiu-se sobre o papel da escola na promoção da qualidade de vida da criança com diabetes, tanto quanto aos cuidados físicos, quanto uma educação que contempla a diversidade do grupo. Para cumprir os objetivos, realizou-se um trabalho de campo na escola, com observações das interações das crianças com diabetes na escola com professores e outros alunos, entrevistas com os sujeitos e com os familiares, além de observações no projeto Doce Vida, na UFSJ. Este projeto de extensão é voltado ao trabalho em grupo de crianças com diabetes, além de parceria com a Associação de Portadores de Diabetes (APD) de São João del Rei, nos quais estagiários de Psicologia desenvolvem atividades sócio-educacionais com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos associados, bem como trabalhar aspectos grupais. O método do estudo aqui tratado baseou-se nos pressupostos do Interacionismo Simbólico. Os resultados indicam que as crianças mantêm vínculos de amizade com seus pares, sendo que as amizades mostram-se muito importantes para a vivência destes na escola. Verificou-se, por meio das entrevistas e das observações na escola, que a postura dos adultos frente ao diabetes pode influenciar na maneira como as crianças lidam com a doença. Percebeu-se que a escola não toma medidas inclusivas quanto à alimentação dos alunos, e sobre isso é importante refletir acerca das políticas voltadas ao atendimento das necessidades específicas de crianças com diabetes. Para tanto, é necessário que se estabeleça um diálogo entre saúde e educação; além da criação e manutenção de políticas públicas que permitam o desenvolvimento de ações voltadas à promoção da saúde na escola, buscando-se estreitar os laços entre escola e família. Em relação

ao acima exposto, pode-se refletir sobre o Programa Saúde na Escola, política proposta pelo Ministério da Saúde, e que tem como objetivo ajudar na formação dos alunos da maneira mais completa. Conclui-se então, que é de grande importância pensar e elaborar em ações que contemplem prevenção, promoção e atenção à saúde do escolar, de forma a combater fatores que podem comprometer o desenvolvimento de crianças e adolescentes de escolas públicas.

Autopercepção de idosos institucionalizados em relação ao processo de envelhecimento

Laura Domingos Alves Machado, Nadir Bianchini da Rosa, Adriano Antonio da Levedove, Ana Claudia N. S. Wanderbroocke

Mesmo com o contínuo aumento da população idosa, envelhecer em uma sociedade capitalista e hedonista ainda pode ser considerado sinônimo de decadência, associada à degradação do corpo que sucumbe ao declínio físico e mental. Desta forma, o envelhecimento populacional permeia transformações no cenário social, pressionando famílias e políticas públicas pela busca de soluções para as dificuldades desta etapa da vida. Além do impacto financeiro, emocional e social que o idoso pode trazer para a dinâmica familiar, há doenças crônicas que limitam e comprometem a capacidade cognitiva ou física deste indivíduo. Em muitos casos, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) acabam sendo a alternativa mais viável para oferecer cuidados aos mais velhos. A experiência do envelhecimento em uma instituição de longa permanência pode acarretar em sofrimento e vivências de abandono, refletindo na condição geral de saúde do idoso caso não encontre sentido para a nova situação de vida. Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo avaliar a autopercepção de idosos institucionalizados em relação ao processo de envelhecimento. A pesquisa se insere no eixo temático Psicologia Social e Assistência Social, uma vez que apresenta dados para reflexão em torno da questão dos direitos humanos de idosos institucionalizados e de políticas públicas de amparo a essa população. Participaram 40 idosos residentes em quatro ILPI, localizadas na cidade de Curitiba (PR). Desses, 92,5% eram do sexo feminino e 7,5% do sexo masculino, com idades entre 60 e 95 anos. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi à entrevista estruturada. Os resultados foram discutidos a partir da perspectiva do construcionismo social sendo que duas categorias emergiram dos discursos dos participantes: aspectos positivos e negativos do envelhecer em uma ILPI. Os resultados apontam que para a maioria dos idosos institucionalizados, esta é uma fase que perpassa a solidão, na qual se deparam com a morte de pessoas próximas, com o descaso familiar, com a exclusão social, com as doenças físicas e psíquicas que denunciam a própria finitude. Tal visão negativa associada a esta etapa da vida

em uma instituição, é reforçada pela falta dos vínculos familiares. A família representa uma rede de apoio afetiva e emocional, especialmente nas adversidades impostas pelo envelhecimento. Entretanto, compreende-se que na maioria dos casos, a família opta pela ILPI por falta de tempo, estrutura ou recurso, agravando os sentimentos de rejeição e abandono. Por outro lado, os discursos também indicaram a possibilidade de uma autopercepção positiva, relacionando esta fase a uma etapa ótima na qual se sentem independentes, recebem cuidados médicos, de alimentação e de higiene, entre outros aspectos ligados a estrutura da instituição. Porém notou-se que as desvantagens foram sempre mais facilmente relatadas pelos idosos do que as vantagens de se encontrarem em uma ILPI. Diante da crescente demanda pelos serviços oferecidos pelas instituições de longa permanência, cabe a reflexão de que as funções dessas instituições devem ir além dos cuidados a um corpo que envelhece e buscar continuamente olhar para a subjetividade do ser que envelhece. A experiência de envelhecer em uma ILPI precisa ser entendida como um processo pessoal e social, resultado do curso de vida de cada indivíduo e de suas características peculiares, em conjunto com o contexto histórico e cultural da sociedade na qual se está inserido. Quando a institucionalização é imprescindível, há que se pensar em medidas para se tentar manter a continuidade dos laços familiares ou em novas alternativas para essas relações. Por fim, vê se a necessidade de novos estudos que possibilitem dar voz aos idosos, pois, a oportunidade de falar sobre sua história contribui para a ressignificação de suas experiências de vida, fortalece sua autoestima e possibilita o resgate de sua identidade enquanto sujeito social.

Caminhos para a construção de redes e a garantia de direitos

Priscila Velloso Nogueira, Marina Perencin Martirani, Silvio José Benelli, Igo Gabriel dos Santos Ribeiro

Este projeto de extensão tem como objetivo fazer uma interface entre a Psicologia e a Assistência Social buscando, por meio da formação de uma rede de atenção à criança e ao adolescente, articular os diferentes estabelecimentos que atendem à população pobre e atuando especificamente na garantia de direitos. A legislação constitucional e suas normativas complementares estabelecem que crianças e adolescentes são cidadãos, são sujeitos de direitos e de deveres e determinam a organização de políticas públicas de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal. Tais políticas públicas devem se articular sob os princípios da descentralização e da participação dos diversos membros da sociedade. Essa questão indica a

emergência do tema da articulação em rede desse trabalho. Entendemos rede como uma tecnologia social, sua lógica não se limita a uma questão técnica, burocrática, pragmática e operacional, assepsiada de qualquer traço de força política transformadora. Ela se funda em uma concepção de cidadania integral e na defesa da implementação radical de direitos civis, políticos e sociais para todos. Dessa maneira, se opõe à fragmentação e à focalização na administração do "problema social", versão contemporânea do "campo das ilegalidades" descrito por Foucault. O "campo das ilegalidades" pode ser administrado e gerenciado por meio da fragmentação e da focalização, recortando figuras sociais enquanto objetos de saber e de intervenção técnica por meio da Assistência Social, da Psicologia e da Pedagogia. Inclusive esses atores sociais considerados "problemáticos" podem ser objeto de exploração de mais-valia pelo sistema econômico, pois o chamado "terceiro setor" movimenta volumosos recursos financeiros na atualidade. A contraproposta que buscamos atingir caracteriza-se pela responsabilização pública dos principais atores sociais pelos problemas sociais constituídos historicamente e administrados por um Estado alinhado com o pensamento neoliberal. Dado a complexidade do campo social, atravessado por diversas questões e pela insuficiência em se fazer rede no município de Assis (dado a experiência com a Rede Ciranda em 2012) oferecemos então um curso de formação para educadores sociais alinhado com a perspectiva histórico-crítica que norteia eticamente nossa prática. Nossa proposta é criar um espaço de estudo, discussão e formação profissional e de rede acerca das políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente na cidade de Assis. Todos os temas abordados serão apresentados num espaço de discussão, problematização e construção coletiva de possíveis posturas éticas e alternativas às práticas estabelecidas. Esse espaço permite a troca de experiências e de problemas e ainda a invenção de novas maneiras de olhar e intervir sobre eles. A dinâmica que fora acordada pelo grupo divide-se em dois momentos: o primeiro momento caracteriza-se como um espaço de discussão que uma leitura prévia instaura e um segundo momento fica a cargo de uma discussão que o grupo proponente trás, ao final sugere-se uma leitura para o próximo encontro. Dentro dos temas propostos para a problematização estão: uma breve contextualização histórica da desigualdade social e da exclusão no Brasil, das lutas e dos movimentos sociais que culminaram com as conquistas do SUS e do SUAS, apresentação e discussão crítica sobre a literatura oficial (LOAS, SUAS, ECA, etc), leitura e discussão de textos introdutórios sobre a Análise Institucional (A. I.) e autogestão, uma breve noção quanto ao tema e possibilidades da Educação Popular, discutir os desafios de se fazer políticas públicas e promoção de cidadania em tempos neoliberais. Além disso, caberá elucidar sobre a idéia da Assistência Social como dever do

Estado, para que se possa, de acordo, cobrar serviços a serem prestados. Promover uma problematização sobre a lei de internação compulsória em vigor em alguns Estados brasileiros. Atualmente o curso encontra-se em andamento e tem ocupado um espaço lacunar, mostrando-se promissor como estratégia de garantia de direitos.

Cartografias de experimentações esquizodramáticas no território organizacional

Flávia Resende Guimarães, Sabrina Batista Andrade

Este trabalho objetiva cartografar algumas experimentações esquizodramáticas que aconteceram em uma empresa. Por cartografia entende-se uma metodologia que os autores da esquizoanálise recomendam e praticam como recurso de pesquisa-intervenção-experimentação. Segundo Kastrup (2007), consiste em um método proposto por Deleuze e Guattari (1995) que vem sendo utilizado em pesquisas interessadas pelo estudo da subjetividade. Trata-se de investigar um processo de produção, de acompanhar um certo traçado insólito, um certo tempo que dura. Assim, a cartografia ocupa-se de um plano movente, interessando-lhe as metamorfoses e anamorfoses tomadas como processos de diferenciação. A definição de passos a priori é posta sob suspeita, seu fazer se faz por des(fazimento), por uma espécie de disposição de (des)aprontar-se, de modo a sintonizar com os percursos processuais que se constituem em seu objeto. A cartografia, como proposta por Deleuze e Guattari (1995), é um método para aproximação da subjetividade entendida em sua dimensão processual que é, sempre, nesta concepção diferenciada da noção de sujeito, produto e também processo de produção. “Encontramos aí a primeira pista para a prática do método da cartografia: cartografar é acompanhar um processo, e não representar um objeto.”, afirma Kastrup (2008, p. 469). Como um dos princípios de funcionamento do rizoma, para Deleuze e Guattari (1995), a cartografia é um mapa aberto que se vai desenhando pelas conexões que o campo de pesquisa ofertar, não se esquecendo jamais que nele se incluem as implicações do próprio pesquisador, ou seja, seus desejos, perguntas, curiosidades, verdades... Uma das autoras dessa cartografia, propositora dessas experimentações, trabalha há sete anos como gerente de RH em um grupo de concessionárias de motocicletas. Antes disso, apenas experiências em projetos de extensão ou projetos sociais com adolescentes. Meio ao território organizacional, deparando com diversos desafios, muitas limitações institucionais e territoriais, novos atravessadores até então desconhecidos e muitas vezes difíceis e angustiantes. Num encontro, a esquizoanálise e a análise institucional parecem ser boas ferramentas para tentar reinventar esse lugar. Essa cartógrafa, então, faz o curso de pós graduação em Esquizoanálise, Esquizodrama e Análise

Institucional. Pensando em como, no ambiente de trabalho, lidar com os afetos e desejos de forma a potencializar e inventar novas formas de vida, um novo encontro com a outra autora dessa cartografia. Curiosa, pesquisadora e inventora de Klinicas esquizodramáticas, também pós graduada em Esquizoanálise, Esquizodrama e Análise Institucional. Duas estudantes, descobridoras e devindo esquizodramatistas resolvem experimentar propor e convidar os trabalhadores de uma concessionária de motocicletas para fazerem esquizodramas. O Esquizodrama é um dispositivo klínico criado pelo Psiquiatra e Analista Institucional Gregorio Franklin Baremblitt. Trata-se de um dispositivo livre inspirado na Esquizoanálise de Gilles Deleuze e Félix Guattari e em suas proposições éticas, estéticas e políticas. Baremblitt também propõe que cada pessoa que devenha esquizodramatista crie suas próprias klínicas, de acordo com suas caixas de ferramentas (experiências de vida, saberes, preferências) e suas pertinências para o momento e recorte proposto. Esta nova noção klínica, escrita assim, com K, porque Gregório Baremblitt toma o sentido grego da palavra klinamen - desvio dos átomos que caem no vazio -, sugerindo uma clínica que busca intensificar a produção desejante de cada participante, é extensa em sua teoria e rica em complexidades; diferenças e singularidades. Assim como todo contexto histórico que acompanha o surgimento da Esquizoanálise ou Filosofia da Diferença, no qual este dispositivo, o Esquizodrama, com suas klínicas, se inspira. O esquizodrama propõe um trabalho de auto-pesquisa pessoal e grupal, que permite aos envolvidos a experienciação de suas potências, como novas formas de funcionamento no mundo. Convida-nos a uma raspagem de certos padrões que, nos impossibilitam ir ao encontro de soluções novas e criadoras do nosso cotidiano. E a intensificar as potências singulares para a invenção de novas modalidades de existência. Os dispositivos são múltiplos, a metodologia é bricoleur, onde cada Esquizodramatista ou grupo de Esquizodramatistas trabalha com a sua caixa de ferramentas. O trabalho ainda não está concluído e, embora haverá um final empírico real institucionalizado, não se concluirá por o esquizodrama se processar continuadamente na realteridade. Pode-se dizer dos emergentes dessas experimentações e suas potências.

Comunidade em Cena: o teatro como forma de intervenção da psicologia comunitária

Rafaela Maria Ferençz, Felipe Rosa

O eixo inspirador deste trabalho é a aproximação entre a psicologia e o teatro, visando, dessa forma, fomentar o debate do uso da arte como estratégia metodológica, pensando nas peculiaridades de um trabalho social e comunitário da psicologia, utilizando-se das artes teatrais para cartografar as linhas de fuga de cada grupo comunitário, criar espaço para experimentar o

dissenso, os vazios de sentido criando novas formas de sociabilidade, novas maneiras de partilhar o comum. Existem muitos grupos de teatro que nascem nas próprias comunidades e cuja produção está intimamente relacionada ao seu cotidiano. Estes têm sido denominados de teatro comunitário. O seu objetivo é promover uma mobilização dupla, tanto de quem faz quanto de quem assiste, proporcionando um aprendizado mútuo, uma partilha de pensamentos e desejos através da ultrapassagem dos limites estéticos da arte (ROCHA e KASTRUP, 2008). A dramatização de cenas cotidianas pode, em muito, auxiliar grupos a perceberem representações, preconceitos, dificuldades, potencialidades que muitas vezes não são expressas no cotidiano de trabalho ou de convivência (PRATES, 2007). Além disso, através da dramatização, a criança e o adolescente e mesmo o adulto, adquirem diversas habilidades: melhoram a capacidade de comunicação com o outro, habituam-se a ver e a serem vistos, aprendem a exercitar a memória e a concentração, conseguem expressar suas vontades e desejos, suas opiniões, entre outras. Desse modo, como proposta de intervenção do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), a equipe técnica vem, ao longo do ano de 2013, desenvolvendo um grupo de teatro comunitário de caráter intergeracional e, decorridos os primeiros seis meses, já foram desenvolvidas algumas ações. Inicialmente foram trabalhadas técnicas de preparação teatral, incluindo trabalhos corporais, interpretação de textos, técnicas vocais, história do teatro e pesquisa sobre alguns autores. Tendo em vista a aproximação do dia 18 de maio, Dia de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizou-se um evento no CRAS com o intuito de alertar a todos da comunidade, principalmente as crianças e adolescentes, sobre os atos violentos cometidos contra essa população. Nesta ação, o grupo teve importante função, pois trabalharam na criação e execução de uma apresentação que objetivou refletir sobre o tema da violência e seus desdobramentos. A intervenção realizada se caracteriza como um flash mob - uma mobilização rápida que consiste em uma aglomeração instantânea de pessoas em certo lugar para realizar uma ação inusitada previamente combinada, se dispersando tão rapidamente como se reuniu. É uma forma de mudar a rotina ou modificar o meio urbano. Nesta, o grupo dançou a música “Oração”, da Banda Mais Bonita da Cidade. A mobilização tem início com dois adolescentes brigando por algum motivo, rapidamente eles percebem que é uma discussão infundada e pedem perdão um para o outro. Em seguida, começam a dançar e outros adolescentes vão se juntando a eles. Logo, começam a chamar os expectadores para dançar também, até conseguirem mobilizar o maior número possível de pessoas. Através desta ação pode-se perceber nas falas dos jovens artistas (os participantes são todos adolescentes) a compreensão que estes tiveram da proposta de nossa apresentação,

mostrando estarem preocupados com a causa da violência e com a necessidade de se falar sobre o tema, para prevenir que atitudes infundadas contra crianças e adolescentes continuem a acontecer. Assim, observa-se o quão significativo este trabalho tem sido dentro da comunidade, pois são visíveis as alterações no modo de agir e pensar que vem acontecendo. Portanto, faz-se necessário ressaltar que apesar do grupo ter iniciado há pouco tempo, este já vem mostrando resultados efetivos. O teatro está se tornando um aliado no trabalho da psicologia, pois permite elaborar diferentes questões demandadas pelas comunidades, provocando mobilizações diversas.

Concepção de institucionalização de idosos moradores em ILPI

Nadir Bianchini da Rosa, Ana Claudia N. S. Wanderbroocke, Laura Domingos Alves Machado, Adriano Antonio da Levedove

Este estudo apresenta resultados obtidos em uma pesquisa com o objetivo de avaliar a concepção de institucionalização de idosos residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). Esse tema foi escolhido a partir de dados que apontam para o aumento significativo da população idosa no Brasil, despertando importantes reflexões sobre os desafios no atendimento a uma população que envelhece rapidamente. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a perspectiva é que no ano 2025, seremos a 6ª população de idosos em termos absolutos no mundo. Nesse sentido, a questão da institucionalização de idosos tem assumido uma discussão pertinente, pois diante das fragilidades orgânicas do idoso somadas as mudança no perfil social da família contemporânea, torna-se muitas vezes o único caminho viável. Embora essa opção se apresente como um processo complexo e doloroso em decorrência da adaptação a um conjunto de novas regras e ao afastamento familiar e social ao quais os idosos ficam submetidos. A ideia de institucionalização é acompanhada de uma visão negativa relacionada à solidão, desprezo e abandono construídos socialmente ao longo da história, uma vez que os asilos foram criados para atender a uma população desamparada, excluída e sem vínculos familiares. Entretanto, na atualidade, surgem novas contingências e alguns movimentos de mudança desse olhar podem ser sentidos no discurso das instituições que por sua vez, reconhecem essa imagem histórica que as acompanha. A pesquisa se insere no eixo temático Psicologia Social e Assistência Social, uma vez que apresenta dados para reflexão em torno da questão dos direitos humanos de idosos institucionalizados e de políticas públicas de amparo a essa população. Os dados foram coletados entre os meses de março e novembro de 2012. Participaram 40 idosos residentes em quatro ILPI na cidade de Curitiba-PR, sendo 37

mulheres e 3 homens, com idades entre 60 e 95 anos. Os dados foram coletados por meio de entrevista estruturada e foram submetidos à análise de conteúdo. As categorias emergentes foram discutidas a partir da perspectiva do construcionismo social. Serão apresentadas três categorias emergentes no discurso dos idosos: a) Papel dos filhos cuidarem dos pais; b) Visão negativa sobre a institucionalização e c) Importância da estrutura de atendimento da Instituição. Os resultados apontaram que a maioria dos entrevistados verbalizou que a responsabilidade em cuidar do idoso deve ser da família e ressaltaram o fato de viverem numa instituição como uma falta de reconhecimento pela dedicação dispensada aos familiares em outras fases da vida. Esse discurso retrata a família como principal fonte de ajuda e apoio e como a entrada numa instituição acarreta rompimento de vínculos familiares e sociais. Essa sensação de perda muitas vezes ocasiona sentimentos de ressentimento por parte dos idosos, embora, cada situação pode apresentar uma complexidade singular de fatores a partir da história de vida de cada um, dos vínculos estabelecidos e da força dessas relações, pois nem sempre viver com a família é garantia de segurança e afeto. Contudo, a visão negativa sobre a institucionalização trazida nas falas dos entrevistados está diretamente relacionada à ideia de abandono e solidão por estarem afastados de seus contextos familiares. Parece que mesmo quando o ambiente familiar se apresenta pouco favorável, assim mesmo pode proporcionar mais satisfação do que viver numa instituição, a qual representa um afastamento total da vida conhecida até então. Apontam as dificuldades de adaptação às normas da instituição, da convivência com pessoas desconhecidas e da falta que sentem da família. Entretanto, a importância da estrutura da instituição, entendida como uma equipe em tempo integral, atendendo com qualidade às necessidades básicas de alimentação, cuidados médicos, higiene e lazer, foi citada como um benefício, pois é percebida como uma forma de receber os cuidados necessários quando a família não pode ou mesmo não quer dar, possibilitando a convivência com pessoas da mesma idade e atividades pertinentes a esse momento da vida. O grupo nesse caso, pode se apresentar como uma possibilidade de ressignificação desse processo, um novo vínculo familiar, aumentando o bem estar psicológico dos idosos e apresentando alternativas de melhoria na saúde mental. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de dar voz a esse sujeito que circula nesse contexto sobre sua percepção da institucionalização e a partir disso pensar na promoção de estratégias de intervenções que possam possibilitar a minimização do impacto psíquico desse processo da vida do idoso, buscando o favorecimento de vínculos solidários e mais significativos das famílias, para que mesmo diante da necessidade da institucionalização esses vínculos não sejam esquecidos e/ou

deteriorados e que a vida na instituição não se torne necessariamente o fim para a vida em sociedade.

Desengajamento: uma característica do sujeito médio contemporâneo

Wallace da Costa Brito

O resumo está inserido no Projeto de Pesquisa Iniciação Científica em curso na UNIABEU, Belford Roxo/RJ, cujo tema é "Tempo e Mal-Estar na Contemporaneidade: Tédio, Monotonia e Reificação". Vinculado à Graduação em Psicologia e ao Grupo de Estudos "Teoria Crítica & Subjetividade"; e ligado também ao Grupo de Pesquisa "Subjetividade, Narrativas, Imagens" (CNPq). Um dos objetivos do projeto é realizar estudo teórico do referencial conceitual da Teoria Crítica da Sociedade. Claudine Haroche, ao analisar o homem e sociedade atuais, emprega o termo desengajamento, como um traço marcante do homem hipermoderno. Partindo daí, o objetivo aqui proposto é promover brevíssima reflexão acerca dessa característica do sujeito médio contemporâneo que, suponho ligada às noções de apatia, descompromisso, indiferença, não-participação, passividade, resignação, submissão e transitoriedade. Articulo o pensamento da socióloga a teóricos como Theodor Adorno & Max Horkheimer; Herbert Marcuse; István Mészáros; Zygmunt Bauman; também a brasileiros: Luiz Bicca; Ariane P. Ewald; Jorge C. Soares, Silvia Lane. Assim, Luiz Bicca observa que "[...] a realidade, o que está aí dado à percepção é exprimível por nivelamento, uniformidade, padronização". E adverte que "As relações humanas tornam-se automáticas, cada indivíduo baseando sua segurança em identificação direta ou um mimetismo, um alinhamento com a maioria ou o que for opinião pública, senso comum". Jorge C. Soares & Ariane P. Ewald apontam, neste estado de coisas, a cultura do consumo entrelaçada ao vazio existencial e ao sofrimento psíquico. O consumismo liga-se, pois, diretamente, ao modo de vida desengajado, no qual as pessoas se reconhecem como participantes da vida social, bem como portadores de valor e dignidade, na medida da sua capacidade de adquirir e usufruir de objetos, mercadorias. O ter, neste caso, impõe-se ao ser. Com isso, acredita-se que só é quem tem. Quanto mais se tem, melhor se é. Ainda, Jorge C. Soares e Ariane P. Ewald dizem que, deste modo, "As pessoas passam a valer, cada vez mais, pelo seu valor econômico bem como pelo seu potencial erótico canalizado, não como força emancipadora a serviço da liberdade, mas como mercadoria a serviço do capital". Marcuse acusa uma irracionalidade nesta sociedade, destacando que, "O fato de a grande maioria da população aceitar e ser levada a aceitar essa sociedade não a torna menos irracional e menos irrepreensível". De modo semelhante, Adorno & Horkheimer asseveram que "A vida no

capitalismo tardio é um contínuo rito de iniciação. Todos têm que mostrar que se identificam integralmente com o poder de quem não cessam de receber pancadas". Como discurso, o capitalismo fabrica ausência de reflexão em série, tendo como um dos seus efeitos, o desengajamento. Ele gera a sociedade da desigualdade, dos abismos, da falta e dos excessos. O que, segundo Jorge C. Soares e Ariane P. Ewald, provoca patologias: ansiedade, medo, tédio, depressão etc. De modo similar, Marcuse sinaliza que "As técnicas de industrialização são técnicas políticas, como tal, prejulgam as possibilidades da Razão e da Liberdade". E Claudine Haroche se refere aos contemporâneos como aqueles que constantemente se esquivam, que possuem uma precaução com a qual evitam o envolvimento, caracterizando-os como "Prudentes, mais descompromissados do que calculistas, a inconsistência de seu eu se faz acompanhar da falta de continuidade e engajamento nos vínculos, e mesmo de uma inaptidão para os vínculos, laços e sentimentos". Ao examinar a condição contemporânea, a socióloga expõe as "maneiras de ser e sentir do indivíduo hipermoderno", designadas como "fluidez" e "desengajamento". Sem participação, sem interesse e sem a capacidade de reflexão e crítica estimulados, o sujeito médio contemporâneo encontra-se em uma espécie de rua sem saída, tomando por natural o modo de vida da sociedade hipermoderna. Pois, como István Mészaros explica: "as potencialidades da humanidade podem se desenvolver apenas por meio das atividades dos indivíduos em sua inseparabilidade com relação aos grupos sociais aos quais pertencem". Em decorrência disso, qualquer esperança que potencialize algo em direção contrária só é possível mediante a presença, a participação, o envolvimento e junção de forças em coletividades, em grupos, como espaços propícios à convivência e à reflexão. Um grupo, neste sentido, pode ser um eficaz dispositivo de resistência através do qual se coloque em pauta o pensar, o sentir, o criar e o agir alternativos. Pode ser espaço que se propõe negar a validade do quadro sombrio dentro do qual nos encontramos, impulsionando novas formas de viver, reinventando a existência. É pertinente, portanto, a observação da psicóloga Silvia Lane, segundo a qual "toda ação transformadora da sociedade só pode ocorrer quando indivíduos se agrupam".

Direitos Humanos: afinal, para quem?

Suelem Amorim Rocha

A declaração universal dos direitos humanos é um instrumento moral homologado em 1948 que visa assegurar uma vida digna a população dos países signatários a partir do amplo exercício político-social do estado. Esta declaração que completará 65 anos em vigor, ainda

passa por dificuldades para entendimento e viabilização. Nesta vigência da declaração podemos afirmar que a psicologia esteve por muitos momentos à margem dessa discussão, pois iniciou uma atuação promotora de direitos na década de 70 com a associação a movimentos populares promovendo uma ação diferente da tradicional curativa e elitista entrando nos centros de saúde visando promoção e prevenção, prática conhecida como psicologia da comunidade. (Freitas, 2007, p. 64). Com isso hipotetizou-se que na ciência psicológica o conceito de direitos humanos ainda está em construção devido sua prática incipiente. Neste sentido, uma dúvida levou a organizar um levantamento de dados. Como o acadêmico de psicologia, concebe os direitos humanos? Para responder tal questão foi escolhido aplicar a metodologia de representações sociais para entender as expressões cognitivas e afetivas cristalizadas em um grupo de acadêmicos (Spink, 1993, p.11). Foi escolhido o grupo de alunos do 5º semestre por estarem cursando a disciplina de psicologia e comunidade que traz um debate crítico sobre a atuação do psicólogo frente às problemáticas sociais. Usando a metodologia já citada, almejou não só levantar a representação dos direitos humanos como também um aprofundamento de tal imagem com um pensar mais sistematizado e crítico. O processo de levantamento englobou 56 alunos, onde a principio cada um fez uma colagem com figuras sobre a sua concepção dos direitos humanos e após a colagem explicaram suas representações. Ao total foram 134 evocações com bases nas figuras coladas. As evocações foram divididas em 06 categorias, ao qual foram analisadas em número crescente de associações sendo a ordem: direito à saúde (23,88%), direito à educação (23,13%), direito à família (17,91%), direito à moradia (12,68%), direito à liberdade (12,68%) e direito ao esporte e lazer (9,7%). Dentro de cada categoria foram incluídas argumentações pertinentes relatadas a seguir. Após as explicitações das evocações iniciou um debate critico com base nas argumentações de cada categoria. Ao que concerne o direito a saúde, as figuras e as argumentações remetiam a falta de médicos e dentistas, hospitais sucateados e mortes na fila de espera de exame. Concluindo assim que a saúde está na centralidade no poder médico, ao físico e associando que a população pobre seria a única sem direito a hospitais e médicos. Com o debate conseguimos mudar o conceito de saúde para um bem estar bio-psico-social (OMS, 1948) e todos passam pela violação deste direito, já que os planos de saúde indicam uma falha do estado nessa garantia. As figuras referentes ao direito à educação eram de escolas públicas sem estruturas, sobre a inclusão de deficientes e de crianças sem escolas. O debate levou os alunos a pensar que o direito a educação não é somente para os pobres e que a escola privada só existe por acontecer um desrespeito a declaração. A terceira representação trouxe uma polêmica velada; o direito a família trouxe figuras de casais

heterossexuais felizes ou crianças abandonadas, quando indagados sobre o direito do casamento gay, da adoção de criança por homossexuais houve justificativas que as revistas possuíam limitações de imagens, mesmo assim, poucos posicionaram a favor da união homossexual. Foi visível a dificuldade que alguns ainda têm para conceber os homossexuais como possuidores de direito à família. Ainda dentro desta categoria outro ponto tornou-se polêmico, o direito a vida. Este tópico trouxe a intolerância ao aborto e um debate sobre o estatuto do nascituro, muitos se colocaram a favor deste dispositivo por proteger a vida de um indefeso. Apareceram também evocações sobre moradias sem condições de salubridade, crianças sem lazer, vida sem preconceitos e direito à segurança. Este levantamento de dados concluiu que o conceito de direitos humanos é invadido pela impessoalidade. É difícil a alguns alunos conceber a declaração como universal e ver que seus próprios direitos são violados, evocando o outro como o sofredor de violações. O interessante é que este outro é o ser pobre, sem condições financeiras para "comprar saúde ou educação". Inevitavelmente associa-se: direitos humanos são somente para os pobres? Embora saibamos que os direitos perpassam a todo humanos sem distinção talvez o que esteja objetivado nesta associação deste pequeno grupo é a associação que a psicologia social comunitária é uma área de atuação para população carente, já que seu nascimento se deu com pesquisas e clínica pública a população menos favorecidas (Campos, 1992, p. 52). Assim, vislumbrou levar os acadêmicos a uma visão crítica sobre a declaração e o papel do estado por acreditar que isto é um disparate a uma atuação mais compromissada com os problemas sociais, transformando a profissão, emancipando o ser humano o tornando protagonista de sua história.

Discursos sobre direitos da criança e do adolescente na mídia: o caso da "Coluna Criança"

Paula Maria Pereira da Costa, Tomaz Lindorfer Pivetta, Carmem Lúcia Sussel Mariano

Esta pesquisa tem como tema geral de investigação a participação da mídia na construção das representações sobre a infância e adolescência e seus direitos na sociedade brasileira. Ante o processo de valorização do agendamento de temáticas dos direitos da infância na mídia, disparado, sobretudo, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, este estudo volta-se para a análise de uma iniciativa precursora desse fenômeno, a Coluna Criança, veiculada no jornal Folha de S. Paulo no período de janeiro de 1992 a outubro de 2004. Na esteira de outros estudos, buscamos problematizar como o tema dos direitos da criança foi sendo introduzido no debate público brasileiro. Esta pesquisa indaga sobre quais repertórios,

quais recursos retóricos são utilizados quando a infância e adolescência ganham visibilidade na mídia. Partimos da perspectiva de que a "pauta da infância e adolescência" não é unívoca e que abriga contradições e tensões. Discursos sobre a infância e/ou sobre os direitos da criança e do adolescente costumam arregimentar unanimidades e é, justamente, o caráter unânime ou a não problematização social de certos fenômenos que demandam uma investigação. Portanto, percorremos uma perspectiva de análise em que se busca desconstruir discursos não problematizados e, neste sentido, o nosso objetivo é o de propor uma interpretação dos discursos sobre a infância, a adolescência e seus direitos veiculados na Coluna Criança. Para tal análise, recorremos ao referencial metodológico proposto por John B. Thompson para a análise das formas simbólicas no contexto da comunicação: a Hermenêutica de Profundidade (HP). O enfoque da HP compreende três fases: análise sócio-histórica, análise formal ou discursiva, e interpretação-reinterpretação. Para a análise formal, recorremos à técnica da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin. Apreendemos que a publicação da Coluna Criança foi resultante da parceria entre o jornal Folha de S. Paulo e a Fundação Abrinq para os Direitos da Criança, esta fundada em 1990, por empresários da indústria de brinquedos ligados à ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), cujo principal objetivo era o de mobilizar empresários, educadores, políticos e jornalistas para a "causa da infância". A referida coluna teve um caráter fixo e duradouro e foi publicada em um jornal que vem mantendo, desde a década de 1980, o posto de jornal de maior circulação no país, e informa a seus leitores e anunciantes que é o jornal mais influente no país. A Folha possui um objetivo institucional de se credibilizar e influir na formação da opinião pública e se propõe a oferecer/vender seu produto: uma "informação qualificada e plural" sobre as diversas questões da sociedade brasileira, com destaque para as questões da infância e adolescência. A análise preliminar das 375 peças que compõem a Coluna Criança indica que houve uma incisiva visibilidade de projetos sociais ou campanhas de iniciativa empresarial, bem como de pessoas ligadas ao mundo empresarial. Identificamos, também, uma grande visibilidade para os prêmios concedidos pela Fundação Abrinq. Os temas abordados tiveram um foco mais da ótica assistencial do que de direitos. Apreendemos, também, significativa ênfase em questões e temáticas associadas ao risco, ao desvio, à violência. Houve pouca ênfase nas políticas universalistas e nas crianças pequenas. As categorias de criança e adolescente mais frequentemente retratada foi a pobre, fazendo-se uso, com frequência, da expressão "carente". Deste modo, os dados até o momento coletados sugerem que a duradoura parceria entre a Fundação Abrinq e a Folha de S. Paulo na veiculação da Coluna Criança, que envolveu um

tema valorizado e altamente consensual, configurou uma troca de credibilidades: a Folha "abraça" a causa da infância ao ceder espaço a uma fonte "especializada" na área – ostentando, assim, o papel que assume de representante (e mobilizador) da opinião pública; a Fundação Abrinq, ao ter tido espaço na Folha, um jornal de prestígio, também angariou grande visibilidade e credibilidade. Essa estratégia, que envolve trocas de credibilidades, Thompson denomina de "valorização cruzada". Não é possível afirmar que crianças e adolescentes brasileiros, enquanto categoria social, foram beneficiários dos discursos veiculados na referida Coluna, não obstante tais discursos fossem proferidos em seus nomes. Retratar crianças/adolescentes/menores "carentes" possibilitou a visibilidade de empresas, empresários, instituições e fundações beneméritas na "causa da infância". Identificamos, assim, um uso instrumental da infância. Por fim, a Coluna Criança, ao dar ênfase aos temas dos direitos da criança associados ao risco e à violência, contribui para a fragmentação de análises e soluções sobre as questões que atingem a infância e adolescência brasileiras.

Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil

Ricardo Schers de Góes

Os direitos humanos não se ensinam na sala de aula como pode ser feito com a matemática, literatura, ciências, etc. Porém, a educação em direitos humanos deve ser pensada em todos os momentos da vida, logo, na escola, mais precisamente na Educação Infantil, a educação em direitos humanos pode ser vivida nas experiências criadas a partir da alteridade e dignidade para com todos e todas. A educação em direitos humanos exige de todas e todos os conhecimentos das causas e dos processos que determinam as injustiças pessoais e sociais, além da buscar alternativas democráticas na sociedade para superar o preconceito e as desigualdades. E assim, a educação em direitos humanos pode se dar por meio da criação de uma cultura cujo embasamento seja o homem e a mulher com dignidade, direitos e responsabilidades, logo, esta educação pode permitir uma ação que leve à reflexão, a crítica e a convivência com a diversidade. E este trabalho teve como objetivo refletir sobre como a educação em direitos humanos a partir da educação infantil pode contribuir no combate ao preconceito para com as pessoas com deficiências. Para atender este objetivo foi realizado um levantamento bibliográfico para apresentar um panorama da educação infantil e da educação especial no Brasil e identificar algumas barreiras que dificultam a eliminação do preconceito. Posteriormente foi feita uma análise e cotejamento dos textos pesquisados a partir do referencial teórico da Teoria Crítica da Sociedade, mais precisamente das contribuições de Adorno e

Horkheimer, para discutir como a educação em direitos humanos a partir da educação infantil pode contribuir para eliminação do preconceito e combate das desigualdades. O material utilizado nesta pesquisa e as fontes consultadas neste trabalho são de natureza bibliográfica e eletrônica. E o método utilizado para lidar com este material foi o de análise e cotejamento dos textos a partir do referencial teórico adotado que foi o da Teoria Crítica da Sociedade. Os principais autores e autoras pesquisados foram Kramer (2001; 2004; 2005A; 2005B) e Kuhlmann (1999; 2001) sobre educação infantil; Bueno (1997; 2004) e Bueno et. al. (2008) sobre educação especial; Adorno (1993), Horkheimer (1990), Horkheimer & Adorno (1973; 1985), Crochíck (2002; 2006) sobre preconceito, e, Silvia & Tavares (2010) e Bazílio & Kramer (2003) sobre educação e direitos humanos. Além destes autores e autoras citados, também foram consultados documentos oficias do governo brasileiro e da Organização das Nações Unidas, além de outros autores que apresentam contribuições pertinentes para a discussão. À guisa de conclusão, a educação infantil é o primeiro momento do processo de escolarização de um indivíduo, portanto, na educação infantil pode ser criado um espaço privilegiado para tratar das diferenças, sejam estas culturais, sociais, econômicas, ou de qualquer tipo, e assim, contribuir para o combate das desigualdades e do preconceito. E uma vez que o preconceito vem de uma distorção da realidade, o contato entre o sujeito preconceituoso e seu alvo pode reduzir o preconceito existente, assim sendo, a hipótese de contato parte do pressuposto que, por meio da aproximação do sujeito preconceituoso e de sua vítima, haveria uma percepção de semelhanças em diversos setores, tais como em valores, ideias e emoções. O preconceito não se relaciona imediatamente com o seu alvo, pois é mediado por necessidades psíquicas e sociais, assim, o contato do preconceituoso com o objeto, real ou potencial, de seu preconceito, não pode ser plenamente satisfatório, ainda que sejam seguidas as condições favoráveis a ele, destaco ainda que o simples contato não é suficiente para a redução do preconceito, mas destaca que alguns estudos mostram que em condições adequadas a hipótese de contato pode reduzir o preconceito. Assim sendo, a hipótese de que o contato entre a vítima do preconceito e o algoz auxilia na redução do preconceito e dos estereótipos depende do clima institucional favorável à inclusão escolar, porém, o sistema social também deve ser modificado em sua estrutura. Portanto, se a inclusão escolar ocorrer desde a educação infantil com foco na educação em direitos humanos isso pode contribuir para a formação de uma personalidade bem estruturada e uma consciência moral bem estabelecida. Mas para que todos e todas tenham uma educação de qualidade, é necessário que aconteça uma reforma educacional que deve também passar pela formação dos professores e das professoras, pois o professor e a professora críticos trabalham

em sala a valorização da diversidade e a proximidade física entre alunos com deficiência e sem deficiência, colaborando na identificação das diferenças e no combate ao preconceito.

Entradas terapêuticas em Saúde Mental: por uma Clínica-política no acompanhamento terapêutico

Vilson Carlos Simborski Menezes, Pedro José Pacheco

A presente pesquisa tem por objetivo transpor os caminhos de enunciação da clínica clássica (re)pensando a "clínica" em seu contexto social ao buscar evidenciar de que forma o acompanhamento terapêutico (AT) faz, desfaz, e inventa novas formas de fazer em saúde mental. Com isso iremos debater e propor formas de perceber a saúde mental por um viés que entenda a "loucura" enquanto constituição subjetiva. Logo, propomos enquanto discussão clínica-política as interlocuções e possibilidades relacionadas à "loucura", com o movimento das cidades através da prática do acompanhamento terapêutico. Já conhecido na rede de atendimento em saúde mental, o AT elucida uma prática psicossociológica, onde um e outro se modificam, modificam a cidade e a cidade os modifica enquanto às andanças ocorrem. Discutiremos a potência do AT evidenciando caminhos de ação de experiências e perspectivas de atuação do profissional psicólogo. Relação com GT e Eixo Temático: Propusemos discussão em torno do GT "Arte, cidade e experimentações metodológicas em Psicologia Social", por entendermos que a arte de acompanhar terapeuticamente usuários de serviços de saúde mental expõe diversos modos, sócio historicamente construídos, de entendimentos da loucura nas comunidades. Ao acompanhar evidenciamos, presenciamos e discutimos os "manicômios" que ainda hoje estão presentes, por exemplo, no momento em que se acompanhando um usuário lhe é pedido que saia de tal lugar, ou algo do gênero. Ao modificar esse entendimento comunitário e acompanhando usuário nas suas atividades cotidianos transformamos a comunidade, atuando politicamente em prol das questões que usuário demande nos encontros. Orientação teórica: Logo, "a cidade dos nossos dias, como as do passado, são territórios de fecundos conflitos, experimentações, lugar onde se produz a face do diverso, do estranho, do familiar, do estrangeiro. Local ao mesmo tempo de fabricação de práticas para acolhê-los, dar corpo às suas faces ou dissipá-los" (Baptista, 1999, p. 123), e então utilizar a cidade enquanto dispositivo terapêutico num devir que não possibilita controle algum do que virá no "a seguir" se coloca como prática de criação e invenção a todo instante. Esses conflitos, experimentações, desejos e contradições das cidades que serão vivenciadas por acompanhante e acompanhado nos servem para (re) pensar muitas outras práticas psi. "Escutado em suas diferenças, afetado pelo outro

que – amigo, mas não igual – o acompanhava, ... experimentava de um jeito novo a cidade e suas andanças" (Palombini, 2009, p. 302), então, amigo, mas não igual e portanto diferente na constituição e forma de ser, se expressa no – Acompanhante e acompanhado – a possibilidade de experiência da amizade enquanto dispositivo terapêutico: "Acompanhar como uma partilhar vital, um eixo de deslocamento pelo qual vamos criando vias de acesso aos afetos, criando modos de existir no mundo. O saber tem potência quando produz um campo de sustentação que não é teórico, mas vital" (Muylaert, 2006, p.4). Logo, essa potência política nessa forma de ação profissional evidência que nosso "setting" vai além de uma sala fechada, no estilo clássico e que, atualmente, muito se tem a pensar em relação aos atendimentos de rua enquanto (re) discussão das formas de existir no mundo. Método: O método utilizado fora o Acompanhamento terapêutico com usuários de um CAPS I de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, e através de discussões e entendimentos psicossociológicos que foram surgindo buscamos formas de entender as questões destes usuários, seus familiares e da comunidade e do ambiente em que vivem. Resultados e Conclusões: Através dessa prática "clínica", nos defrontamos com limites e possibilidades de criar novas formas de intervenção através de uma prática inventiva, despojada, liberta e libertadora. "Uma vez afetado por sua potência, o Corpo vai criando modos de constituir passagens, expressões. Sempre como atravessamento de forças do coletivo, por isto sempre Alteridade, aquilo que se diferencia no corpo a partir da experimentação do mundo, uma Vida Experimental" (Muylaert, 2006, p. 5). Essa vida experimental também pode dizer de uma relação social no AT que se constitui para acompanhado enquanto forma de se expressar, de viver o coletivo e a amizade terapêutica. Muito antes que discutir sintomas e descrições nosológicos nosso trabalho se realiza no sentido de propor novas relações de e com o mundo. Entendemos como resultado mais objetivamente percebido a relação do AT com a questão do estabelecimento dos vínculos sociais na comunidade. Através dos encontros muito são os momentos em que usuários se defrontam com outras pessoas, e vivenciam trocas sociais. Logo, percebemos que esta atuação em saúde mental se mostra efetiva por, primeiramente vivenciar a clínica enquanto política. Em segundo por facilitar e auxiliar os usuários a estabelecerem vínculos na comunidade. Em terceiro, mas não menos importante, no auxílio da discussão com usuários sobre a referência do CAPS para ele, e estabelecimento de formas de vivenciar este espaço.

Ética, Direitos Humanos e Psicologia: reflexões sobre a construção da identidade na sociedade contemporânea

Cibele Maria Gouveia de Vasconcelos, Aluísio Ferreira de Lima

Este trabalho tem por intuito fazer uma revisão bibliográfica de alguns autores, bem como, uma reflexão crítica acerca do uso da Ética, sua pluralidade atual e relação com os Direitos Humanos, mais especificamente no papel da Psicologia na construção da identidade do sujeito contemporâneo. Além disso, objetiva mostrar o tipo de identidade estereotipada, acrítica, despolitizada e antiética que se produz a partir de uma sociedade alienante que estipula, impõe e manipula de forma camuflada sob a bandeira de uma sociedade livre, democrática e preocupada com os Direitos Humanos, produzindo assim, sofrimento psíquico nos sujeitos por ela produzidos. Seguindo como orientação a produção de autores como Sigmund Freud, Maria de Fátima Severiano, Leôncio Camino, Leila Machado e Aluisio Lima, pretende-se uma interlocução com os diversos conceitos acerca da sociedade contemporânea, expondo assim, as mudanças no contexto ético-social que afeta a construção da identidade e formam sujeitos cada vez mais homogêneos. Com esses autores é possível entender que a sociedade, enquanto fomentadora das Leis a serem introjetadas no inconsciente, para assim, compor o Supereu, como escreve Freud, tem suprema importância na composição desse sujeito, assim como na composição do Eu Ideal, o qual o sujeito se destinará a tentar cumprir as expectativas, sendo assim, a sociedade ao ser altamente punitiva e exigente, bem como, controladora e consumista, trás ao sujeito uma cobrança extrema e torna o seu investimento na sociedade alienante e autopunitivo. Desse modo, a formação da identidade se permeia por essas cobranças sociais impostas sobre um viés camuflado do livre arbítrio, sendo assim, o presente trabalho retrata questões primárias e essenciais para se pensar a identidade, combinando assim, com a temática do grupo já citado. Através dessa pesquisa bibliográfica acerca do tema, ficou evidente a forma como a sociedade vai se construindo e se (re)formulando interferem na construção do sujeito e como a Ética permeia isso, pois o percebido foi que na evolução da sociedade atual, até a presente constituição (Pós-moderna), a medida em que a sociedade se tornava mais limitante e castradora em relação ao que se espera do sujeito e a sua identidade, mas princípios que deveriam nortear tal sociedade, como a Ética e o zelo pelos Direitos Humanos, tornam-se mais esquecidos e ultrapassados, ignorando-os a ponto de os recriar como atuais e verídicos quando em suma possuem constituição ao avesso do que realmente são e do que realmente contribuem à sociedade. Estabelece-se assim, uma espécie de pluralidade em relação à Ética, aos Direitos

Humanos e Identidade, o que interfere intrinsecamente à prática do Psicólogo, pois interfere não só na postura social que o mesmo tem, como na práxis social da profissão. O resultado obtido ao final dessa revisão literária é que não se pode e não se devem separar preceitos éticos, sociais e psicológicos como categorias diferentes e com funcionalidades distintas, pois elas se complementam e contribuem para o verdadeiro exercício social crítico e não fascinado e alienado. Não se deve também deixar se instaurar uma acomodação, enquanto Psicólogo e enquanto ser social, com a distorção e com a imposição social, nem com a contradição e o afastamento de conceitos e práticas importantes à construção da identidade. Por fim, tal trabalho visa somar conhecimento na busca pela reflexão do tipo de sociedade atual, bem como, a forma como afeta a todos e como ela deve ser pensada nas demais instâncias que a influenciam.Falar e repensar a Ética que (não) se vê na sociedade, assim como, o seu diálogo com os Direitos Humanos e com a implicação da mesma na construção do sujeito está estritamente imbricado com o pensar a própria Psicologia e seu exercício como profissão. Nesse sentido, acredita-se que o presente trabalho se enquadre ao eixo temático Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas, pois trás uma pesquisa bibliográfica acerca dos métodos e das questões que envolvem não só a Psicologia Social, como toda e qualquer prática do Psicológico, enquanto agente social. O que justifica também a escolha pelo Grupo Temático Identidade, que tem por intuito pesquisar, debater e promover o tema Identidade, de forma que permeia todos os pré-âmbitos que perpassam a formação dessa identidade pós-moderna.

Falando, aparecendo, filmando, vivendo - dispositivos imagéticos do CAPS AD Centra-Rio

Virgínia Lima dos Santos Levy

O presente trabalho tem por objetivo trazer à baila as experiências vivenciadas no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool/Outras Drogas CAPS AD Centra-Rio, unidade estadual situada no município do Rio de Janeiro (RJ). Após 3 anos de Oficina de "cinema" (oficina de criação de filmes) e 1 ano de Oficina de Fotografia (oficina de produção fotográfica), faz-se necessário pensar sobre os efeitos de tais "intervenções" no tratamento e, principalmente, na vida dos sujeitos envolvidos. Observou-se que abrir espaço para convivência, arte descoberta de interesses e talentos tem possibilitado um emergir de questões que poderiam não surgir na clínica psicoterápica, conforme o que apregoa a literatura ao frisar sobre a importância das oficinas terapêuticas - tanto para os usuários, como para os profissionais, que tem sua prática e compreensão do campo melhorada com a participação em tais atividades.

Função social/acolhimento das instituições para idosos

Adriano Antonio da Levedove, Nadir Bianchini da Rosa, Laura Domingos Alves Machado, Ana Claudia N. S. Wanderbroocke

O presente estudo permite analisar os resultados obtidos em uma pesquisa cujo objetivo é avaliar a função social/acolhimento das instituições para idosos. O tema foi escolhido a partir de dados que apontam para um significativo aumento da população idosa no Brasil, despertando importantes reflexões sobre os desafios no atendimento a uma população que envelhece rapidamente. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sugerem que no ano 2025, o Brasil será a 6ª maior população de idosos em termos absolutos no mundo. Esta estatística é um convite a assumir com mais atenção a discussão sobre o cumprimento da função social/acolhimento das instituições, pois o envelhecimento populacional está ocorrendo em um contexto de grandes mudanças sociais, econômicas e institucionais, onde se observa uma nova configuração dos arranjos familiares. O crescimento desse segmento populacional está sendo acompanhado pela incerteza das condições de cuidados que experimentarão os longevos, pois não basta criar meios que permitam o aumento da expectativa de vida da população, se essa for privada de uma boa qualidade de vida. Neste contexto as instituições têm assumido um papel importante, pois serão elas que acolherão uma considerável parcela dessa população, pois outrora os familiares percebiam a necessidade de cuidar dos idosos, e o reajuste de funções no âmbito familiar, apesar de gerar algumas dificuldades, permitia dar conta da demanda que era percebida como parte da existência humana. A literatura permite compreender que o processo da institucionalização é uma realidade muito atual, visto que na história se percebe o envelhecer como uma fase da sabedoria humana, sobretudo no mundo grego e romano. Mesmo que a institucionalização represente uma ação complexa e dolorosa, devido as dificuldades da adaptação a um novo universo de regras e convivências, e que a mesma é percebida por muitos como um abandono familiar, existem movimentos significativos que têm ajudado a perceber de forma diferente as ILPI, mesmo que ainda permeie a visão de lugares para pessoas que não têm família e/ou estão numa condição física muito debilitada. A pesquisa se insere no eixo temático Psicologia Social e Assistência Social, uma vez que apresenta dados para reflexão em torno da questão dos direitos humanos de idosos institucionalizados e de políticas públicas de amparo a essa população. Os dados foram coletados entre os meses de março e novembro de 2012. Participaram 40 idosos residentes em quatro ILPI na cidade de Curitiba-PR, sendo 37 mulheres e 3 homens, com idades entre 60 e 95 anos. Os dados foram coletados por meio de entrevista estruturada e foram submetidos à análise de conteúdo. As categorias emergentes foram

discutidas a partir da perspectiva do construcionismo social e serão apresentadas em quatro categorizações que emergiram do discurso dos idosos, e que permitem avaliar quando as ILPI cumprem sua função social/acolhimento: a) Quando os familiares não têm condições de cuidar dos idosos; b) Quando os idosos não podem continuar morando sozinhos; c) Por serem locais adequados para essa fase da vida; d) Por serem locais que permitem a espontaneidade. Dessas categorizações resultaram 43% dos entrevistados afirmando que as ILPI cumprem a função social/acolhimento quando os familiares não conseguem se organizar para acompanhar o idoso nessa fase da vida, segundo os idosos isso acontece pela dificuldade das novas tipologias familiares, nas quais encontram situações difíceis nas quais se adaptarem. Frente a essas dificuldades 37% dos idosos, sobretudo quando o cônjuge morre, preferem continuar morando sozinhos, mas ao perceber em dado momento que não conseguem fazer atividades, que antes faziam sozinhos, afirmam ser melhor buscar refugio numa instituição. De acordo com 10% dos idosos, as ILPI são locais adequados, pois as estruturas permitem uma melhor qualidade de vida, quando bem adaptadas as necessidades que surgem nessa fase. Para esses idosos, frente às dificuldades que os familiares encontram para acompanha-los as, ILPI disponibilizam pessoas que assumem a responsabilidade de estar junto a eles em momentos que julgam ser essencial, como as refeições, as locomoções, o horário das medicações, etc. Na quarta categorização, 10% dos idosos, afirmam que as ILPI são lugares onde podem viver de forma espontânea, podendo expressar com muita tranquilidade suas opiniões e comportamentos, sem ser rotulados por determinados estereótipos. Contudo, os idosos não isentam a responsabilidade da família com aqueles que atingem essa fase do ciclo vital, ou seja, as ILPI são lugares que permitem aos idosos vivenciar melhor essa fase da vida, mas não substituem o afeto e carinho que são oriundos do núcleo familiar. Neste sentido percebe-se a importância da valorização das ILPI, mas abre a reflexão sobre os inúmeros familiares que se afastam dos idosos institucionalizados. Daí surge a necessidade para as ILPI buscarem desenvolver meios para aproximar os familiares dos idosos institucionalizados, afim de que os mesmos não se sintam abandonados.

Identidadade e trabalho na perspectiva sócio histórica: sua construção e relação com a afetividade

Luis Henrique da Siva Souza

Neste trabalho temos por objetivo, a partir da reconstrução histórica e teórica feita, concluir que ao longo da história do desenvolvimento do capitalismo as formas de trabalho se modificaram,

modificando também o próprio sujeito e seus aspectos psicológicos. Para contextualizar o trabalho e o momento histórico que o sujeito se encontra, foi feita uma breve análise sobre o capitalismo globalizado, como este se configura e quais as condições históricas que favoreceram o estabelecimento do sistema capitalista até chegar à sua fase mais avançada, a globalização. O fenômeno da globalização tem seu marco inicial no período de predomínio do mercantilismo, sendo fortemente difundido pelo advento da revolução tecnológica, que possibilitou uma evolução nos meios de transportes e telecomunicações. Buscamos neste trabalho, apresentar as fases pelas quais o capitalismo passou e como a sua atual configuração possibilita novas formas de trabalho, de entender o trabalho e o sujeito que trabalha. As características oriundas do capitalismo globalizado constituem o psiquismo do sujeito moderno. Entendendo que trabalho é constituinte do sujeito e da consciência deste, logo o homem se constitui a partir de suas interações sociais. Este sujeito é ativo e para atender às suas necessidades transforma o mundo e como essa é uma relação dialética, transforma a si próprio, logo, com a mudança das formas de trabalho e do contexto histórico, a cada momento histórico temos um homem com características diferentes. Com base na psicologia do trabalho, no materialismo histórico e dialético entendemos que o sujeito que está inserido no capitalismo globalizado e a consciência deste só podem ser compreendidos considerando estes aspectos. Observamos que a falta da afetividade no ambiente do trabalho, decorrente da revolução industrial, do taylorismo e do fordismo é bastante significativa, tendo em vista que a relação quase que exclusiva entre o trabalhador e as maquinas é de um trabalho absolutamente mecânico e imediato. No contexto trabalhista é forçada a retirada das emoções já que esta influencia no modo de trabalho, o afeto quando reaparece não é mais de forma produtiva. O trabalhador não cria relações e não se vincula com os outros trabalhadores, nem com seu próprio trabalho. O trabalho necessita da afetividade para constituir e construir a identidade do trabalhador, porém, esta acaba sendo negada e o trabalho então, não se caracteriza mais como formador da identidade. A emoção medeia a maneira pela qual o sujeito dá sentido aos significados sociais que lhe são apresentados na sua vivência e no trabalho, através da interiorização, que não se trata de uma mera cópia dos conteúdos apresentados previamente. O sentido nunca será o mesmo para dois sujeitos, pois ele foi constituído pela atividade de cada um. A identidade então é formada a partir de sua relação com o mundo e consigo mesmo. Assim como seu psiquismo e o mundo em que vive, a identidade é dinâmica e está em constante transformação. Nas relações intrapsicológicas e interpsicológicas temos a construção da identidade, onde não se deve deixar de considerar a história social e a história individual. Isto

nos leva a concluir que o imediatismo do trabalho se dá pela falta de mediação da afetividade que implica na constituição de uma identidade, personalidade e subjetividade limitada.

Identidade e Cultura: estudo sobre envelhecimento no Centro Cultural Cartola no município do Rio de Janeiro

Márcia Fraga Sampaio, Edna de Assunção Melo Chernicharo, Rosangela Brandão Nunes

Este trabalho apresenta a pesquisa desenvolvida no Centro Cultural Cartola - CCC, organização não governamental situada na Mangueira, favela da cidade do Rio de Janeiro, a partir do convênio estabelecido com o programa de pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), através da pesquisa "Construções de Identidade Cultural e Autoestima de Jovens e Crianças no Centro Cultural", sob a coordenação de professora Regina Glória Andrade. Se até no século XX tínhamos uma sociedade moderna sólida por conta das paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, ao final do mesmo período estas começaram a se fragmentar e a sofrer modificações, transformando também as identidades pessoais e abalando a ideia de sujeitos integrados. A essa perda de "sentido de si mesmo" estável, Stuart Hall (2000) denomina deslocamento ou descentração do sujeito, constituindo uma crise de identidade para o indivíduo. O processo de transformação da própria modernidade nos aponta para um sujeito cuja identidade torna-se uma celebração móvel transformação contínua, respondendo as demandas dos sistemas culturais que nos rodeiam. O declínio da sociedade tradicional abre espaço para o argumento de novas identidades, libertando o indivíduo de apoios estáveis, com aquisição de uma força mais coletiva e social. Antes movidos por uma cultura essencialista, na pós-modernidade o homem depara-se com a fragmentação de códigos culturais, com multiplicidade de estilos, uma ênfase no efêmero, no flutuante, no impermanente, na diferença e no pluralismo cultural. Acreditamos que as práticas sociais/artísticas no território CCC, contribuem através da participação social, cultural e do retorno às raízes, ao fortalecimento de uma identidade cultural vinculada ao território e suas raízes culturais. Em seus projetos socioculturais, os moradores desta comunidade podem se beneficiar de oficinas de arte e atividades esportivas, que possibilitam o resgate da dignidade e identidade cultural, através da preservação da memória do compositor Cartola, patrono do Centro Cultural, corroborando na promoção da cidadania de crianças, jovens e adultos. Entendemos que o processo de envelhecer para além dos aspectos nobres da maturidade, apresenta também outros difíceis e constrangedores. Tendo como referência a antropóloga Debert(2002) cujos estudos apontam para o fato de que, ao nomear a fase da vida como "melhor

idade" e esperar que o idoso faça escolhas sempre na direção da alegria e do entretenimento, pode trazer preocupantes consequências: "impondo o dever da liberdade sem os recursos que permitem uma escolha verdadeiramente livre é, numa sociedade altamente hierarquizada como a brasileira, uma receita uma vida sem dignidade, repleta de humilhação e auto depreciação (DEBERT, 2002, p.4)". Envelhecer é um processo que se inicia muito antes de suas representações simbólicas. A construção do envelhecimento começa na infância, se desenvolve na adolescência e na vida adulta. Portanto, falar de envelhecimento não é somente falar de velhos ou idosos. Envelhecer é verbo que se conjuga a cada dia, em todas as idades, através dos tempos. Dentro da metodologia da pesquisa participativa, o trabalho vem se desenvolvendo através de entrevistas com os alunos da dança de salão do CCC. Entendendo estas como um "dispositivo de produção de textos a partir de uma ótica discursiva - produção situada sócia historicamente (Rocha, Daher, Sant'ana, 2004)", uma prática que singulariza o discurso numa configuração enunciativa. O CCC é um território onde recursos são oferecidos para a construção de uma experiência de envelhecimento com dignidade, através do resgate das raízes, vivências e autonomia. Neste território de cultura tem início o processo de amadurecimento das crianças da orquestra de violinos, dos adolescentes do jazz e capoeira, em projetos psicopedagógicos e se materializa nas aulas de dança de salão, onde adultos e idosos tem um reencontro com o corpo e seu movimento. Entende-se que recursos sociais e principalmente culturais oferecidos ao longo destas etapas, contribuem de modo relevante para a construção de um envelhecimento com reconhecimento social e dignidade.

Identidade e trabalho na perspectiva sócio-história: análise da função de um fotocopiador

Yoná Souza Furtado

O presente trabalho teve por objetivo fazer a análise da função de um fotocopiador proprietário de uma empresa de Xerox, sob o viés da teoria sócio-histórica, desenvolvida por Vygostky e colaboradores. Tal teoria tem como base metodológica e princípio epistemológico, o materialismo histórico e o materialismo dialético, cuja concepção de homem é de sujeito ativo que atua no meio, o transforma e ao transformar, se transforma. E nessa relação dialética, constrói sentido e significado para a realidade objetiva. É importante ressaltar que a atividade do sujeito é polimotivada e coloca o individuo em relação com o ambiente, assim, criando instrumentos, ele consegue transformar essa natureza e se transformar, e também atende as necessidades que lhe afetam. É por meio da linguagem que entramos em contato com os outros,

foi o trabalho que fez com que surgisse a necessidade de interagir com os outros para assim atendermos as nossas necessidades. Para compreendermos o sujeito, analisamos como o trabalho desenvolve, amplia e integra a consciência e é responsável por estabelecer a interação desse sujeito com a realidade. Nesta interação, determinações sociais serão responsáveis por constituir algumas características do psiquismo do sujeito trabalhador, bem como a sua identidade. A Identidade se constitui a partir da relação do sujeito com o mundo e consigo, nas relações intrapsicológicas e interpsicológicas, temos a construção da identidade, trata-se de um processo dialético, onde não se deve deixar de considerar a história social e a história individual. Trabalho para a teoria sócio-histórica é atividade, é ação do homem sobre a natureza, e é ao trabalhar que o sujeito se objetiva, dá significado ao mundo, sendo que tal significação representa a expressão da sua subjetividade. Esse movimento entre objetivação e subjetivação, aponta as questões de prazer e desprazer, de identificação e não identificação, e constrói a nossa personalidade. Para além disso, o trabalho cria certas características em nós, influencia na nossa forma de pensar, nos comportar e compreender o mundo que nos cerca. Foram realizadas observações, entrevista e análise do discurso do sujeito da pesquisa, com o intuito de compreender como se dá a relação trabalho-identidade no caso deste trabalhador, como este constitui e se relaciona com o seu trabalho, considerando ainda que o seu trabalho está sob a lógica do sistema capitalista. No momento histórico que vivemos, sob o sistema capitalista, o trabalho é dividido, e impossibilita, assim, a existência de sujeitos práxicos, ou seja, ou o trabalhador é prático ou intelectua, isso faz com que o sujeito e sua consciência seja cindida, sua atuação e conhecimento também se tornam parcializados, já que este não tem domínio sobre os instrumentos. Quanto às conclusões e resultados, pudemos observar que o trabalho do sujeito analisado, o fotocopiador, trata-se de uma função onde a afetividade não se estabelece, trata-se de um trabalho alienante e mecânico, sendo que, tais aspectos, exercem influência na constituição da subjetividade e identidade, bem como na forma como esse trabalhador compreende o mundo e a si mesmo.

Identidade e trabalho: o desemprego como mediador da identidade do trabalhador desempregado no período do Governo Militar

Juberto Antonio Massud de Souza

Com a ascensão de uma presidente que esteve ligada a luta armada contra a ditadura e a criação de uma comissão especial para investigar os crimes cometidos durante esta época, o passado recente do país passa por um novo período de reconstrução da sua história. Levando em

consideração este atual momento de transformações, a pesquisa pretendeu analisar a forma como a identidade dos trabalhadores desempregados, que entraram no mercado de trabalho no conturbado período que vai dos anos de 1964 à 1989, estava sendo constituída. Para isso, foram utilizadas as categorias de significado social e de sentido individual para que as análises pudessem ser elaboradas. Os dados empíricos foram retirados de entrevistas do banco de dados da pesquisa "Implicações Psicossociais do Desemprego para a Consciência Individual: Manifestações no Pensamento e Emoção" e, a partir desses dados, se tornou viável a possibilidade de reconstrução e entendimento do movimento em que as diferentes políticas econômicas daquele momento histórico se tornaram parte do processo de desenvolvimento e constituição da identidade daqueles trabalhadores; dando, assim, base para a compreensão de como a relação dialética existente entre o atual trabalhador desempregado e a sociedade em que ele está inserido aparecem, apenas, como momentos diferentes, mas indissociáveis de um longo e complexo processo. Esse trabalho partiu dos pressupostos teóricos e metodológicos do Materialismo Histórico-Dialético e da teoria psicológica Sócio-Histórica, que, estendendo a concepção da dialética materialista de mundo para a psicologia, tem como princípio o trabalho como categoria ontológica fundamental do homem; e que sua principal forma de organização, a partir do século XIX, aparece materializada na forma do emprego. Assim, com o devir daquela crise que acentuou os problemas do desemprego estrutural, desenvolveu-se indivíduos, necessariamente, com novas formas de pensar, de sentir e de agir por sobre a sua realidade objetiva. A técnica utilizada para fazer a análise dos dados empíricos foi a Análise Gráfica do Discurso, que permitiu desdobrar os núcleos de sentido e apreender os conteúdos responsáveis pelo processo de desenvolvimento da identidade deste grupo de trabalhadores desempregados, tornando possível o entendimento do movimento das contradições existentes entre o indivíduo e a sua realidade. O objetivo principal do trabalho era tentar descobrir como estes trabalhadores construíram suas explicações para a sua atual situação de desemprego, levando em consideração a sua entrada no mercado de trabalho e as respectivas políticas econômicas que guiaram cada um desses períodos. Ao final da pesquisa foi possível identificar que existem elementos constituintes de sua identidade que refletem uma alternância das causas de sua atual situação de desemprego: uma condição onde as respectivas causas desse atual estado são explicadas, algumas vezes, a partir de uma gênese extrínseca ao próprio indivíduo; e, outras, a partir da culpabilização e responsabilização de si próprios. Dessa forma, percebemos que aparecem, gradativamente, a naturalização da situação de desemprego e a culpabilização individual, por parte dos desempregados, como características cada vez mais presentes e marcantes no processo

dialético que existe na constituição da identidade entre o individuo e a relação que tem com o seu meio, ou seja, entre o trabalhador brasileiro e seu contexto histórico. Nesse sentido, o neoliberalismo, enquanto forma de ideologia dominante, tem papel essencial no mascaramento das reais contradições existentes nas relações entre as causas do desemprego; assim como no processo de desenvolvimento da identidade desses trabalhadores desempregados e seus discursos produzidos.

Identidade(s) de violência em oficinas terapêutico-educativas

Augusto Campos Butenco, Alexandre Campos Butenco, Fernanda Luiz Ribeiro, Heitor Abadio Vicente, Fernando Cesar Paulino-Pereira

A pesquisa em questão, fruto de um trabalho de prevenção à violência doméstica através de oficinas terapêutico-educativas na cidade de Catalão no estado de Goiás, visa fazer levantamentos a respeito do conceito de identidade dentro da psicologia social. Para tanto, buscou-se entender como a mesma se manifesta tanto macroscopicamente, pensando na identidade de uma cidade e de uma instituição, quanto microscopicamente, pensando na identidade de um micro-grupo e de um individuo, sendo estas identidades intimamente ligadas a uma realidade de violência entendida como macro e micro, simultaneamente. Partiu-se, para a elaboração deste, de uma experiência onde se discutiu com crianças e adolescentes, cujas idades variavam entre 8 a 18 anos, a respeito da violência doméstica na realidade destes, assim como de temas que são transversais à mesma em sete oficinas terapêutico-educativas realizadas em 3 salas de aula diferentes, tais experiências ocorreram após uma história de 2 anos trabalhando a prevenção da violência doméstica com diferentes turmas nas cidades de Catalão e de Goiandira. Durante o tempo em que as oficinas se desenvolveram, foram utilizados diários de campo como instrumento de coleta e registro de dados, e pesquisa bibliográfica, como forma de entender melhor as realidades surgidas nestas experiências, assim como levantar quais eram as concepções já desenvolvidas que poderiam nos auxiliar em nossas atuações. Na experiência terapêutico-educativa entramos em contato com a história de um menino, que sofria violência numa medida maior que à violência sofrida pelos demais membros do grupo. Chamou a atenção a forma com que ele era identificado e se identificava como “o menino que apanha muito”, ou seja, a violência se manifestava, neste menino, como parte de sua identidade, a violência é, na realidade dele, um elemento que se apropria do menino e ao mesmo tempo é apropriada por este. A violência, entendida como algo socialmente aprendido, se insere na identidade individual a partir de uma realidade de violência, que pode ser observada no cotidiano, na mídia,

nas relações afetivas, familiares e no cotidiano, em geral, ao vivenciar esta, a pessoa pode, muitas vezes, introduzi-la e usá-la como maneira de ser e estar no mundo, como maneira de estar sendo, formando assim sua identidade. Identidade é entendida aqui como maneira de ser que é dinâmica, nunca estática, uma pessoa é algo a partir do momento em que ela age como tal, deixando de sê-lo ao deixar de agir de tal maneira. Identidade, portanto, é metamorfose, a crença nisto fundamenta os objetivos da nossa prática. Uma prática em psicologia só pode ser efetiva considerando a natureza dialética e, portanto, mutável da identidade, já que tais práticas visam o rompimento com o status quo de forma a melhorar a realidade sobre a qual se atua e, no caso de uma realidade cujos problemas estão relacionados a uma identidade de violência, apenas crendo que a identidade não é algo estabelecido é que se torna válida a atuação sobre esta realidade. Para uma atuação transformadora funcionar bem nesta realidade visando tais mudanças identitárias se faz importante entender de forma profunda o que é identidade, e tal compreensão se desenvolve tanto nas leituras de textos como no contato com a realidade. O presente trabalho não é conclusivo, ele levanta questões e as problematiza, ele vêm como uma soma ao que já foi discutido sobre a identidade e termina sendo problematizado por ele mesmo, já que não fecha nenhuma questão, podendo ser, portanto, contestado e repensado. Baseado no fato de que o trabalho é sobre identidade, entendemos que ele deveria ser apresentado juntamente ao Grupo de Trabalho “Identidade”.

Identidade, juventude e torcidas organizadas: problematizando a constituição da identidade para elaboração de políticas públicas

Erika Silva Rocha, Elívia Camurça Cidade

O presente trabalho tem como objetivo problematizar como se dá a constituição da identidade dos jovens participantes de torcidas organizadas, para isso achamos importante uma vinculação da pesquisa com o grupo de trabalho em questão, tendo vista que o trabalho pode fomentar discussões com o intuito de aprofundar e desenvolver a temática. Para isso nos utilizaremos de pesquisa bibliográfica, onde traremos o conceito de identidade metamorfose criado por Ciampa(1987) e buscaremos ver o jovem sob uma ótica materialista dialética, sendo um sujeito que se constitui na sociedade. Segundo dados divulgados no Mapa da Violência (UNESCO, 2012), entre 1980 e 2010 a taxa de homicídios envolvendo crianças e adolescentes aumentou 346%, sendo o Brasil o quarto país do mundo a ter mais homicídios entre jovens. A violência foi reconfigurada e atos que antes não eram considerados como violentos, passaram a ser, sendo um desses a violência física e simbólico a grupos. A causa da morte dos jovens não está

necessariamente arraigada à situação de pobreza, mas sim às desigualdades sociais, à negação do direito ao acesso a formas de lazer, esporte, cultura, que desencadeiam comportamentos violentos (UNESCO, 2003). Este trabalho surge da necessidade de discussões atuais sobre a temática da identidade, tendo como fundamento a relevância de uma atualização desse conceito, que tenha como base a concepção da identidade metamorfose e o fenômeno das torcidas organizadas. Segundo Ariés (1981), a diferenciação da infância e da adolescência como etapas singulares da vida diferenciadas da idade adulta somente ocorreu com o advento da sociedade moderna. O uso do termo juventude como ampliação da noção de adolescência, que para Waiselfisz (2004) conduz a um aspecto mais relacionado ao plano individual e demarcado cronologicamente, permite a denominação dos sujeitos jovens como aqueles compõem um segmento populacional inserido em uma determinada sociedade. A juventude é uma construção social que vai se modificando a partir dos contextos históricos sociais onde sujeitos estão inseridos (Bock, 2002). Segundo Pimenta (2000), tendo como maioria os jovens, as torcidas organizadas se configuram como um segmento da sociedade que se apresenta de forma concisa, com ideias de união e fidelidade. Para o autor, a existência das torcidas pode ser justificada pelo surgimento do jovem como novo sujeito social. Este estaria sendo forjado no seio de uma sociedade caracterizada pelo esvaziamento da consciência social e coletiva, pela fomenta à individualidade, ao banal e ao vazio, bem como devido à influencia que mídia faz a violência e o excitamento e prazer gerado pelos confrontos agressivos. Nesse sentido, entende-se que a violência das torcidas organizadas está vinculada aos aspectos sociais, econômicos e socioculturais (PIMENTA, 2000). Portanto, o conflito sócio-econômico de uma sociedade capitalista e neoliberal, pode ter influenciado na construção da identidade social de jovens que são cada vez mais individualizados e vazios de consciência coletiva. A construção da identidade para Ciampa (1987) é ativa e constituída por uma infraestrutura histórica e social, podendo-se falar de uma identidade metamorfose que pode ser dividida em identidade social e individual, sendo a social os papéis e praticas sociais cristalizadas que atribuem significados específicos ao individuo dependendo da posição da cultura. A identidade é união entre a consciência e a atividade. Essa união se dá através dos papéis sociais, de personagens, da forma que somos vistos, da objetividade, subjetividade e da realidade social e sua construção. A pessoa se transforma conforme muda o seu modo de agir e o papel social que desempenha, ela se constitui através de uma articulação entre a igualdade a diferença e a objetividade e a subjetividade, ocorrendo como um processo desde o nascimento até a morte. Para Vigotski (1991), o homem é formado a partir de suas interações com outros seres humanos e é a partir desta que se forma

o psiquismo, é junto com o outro que nos tornamos humanos. Os membros de torcidas organizadas apresentam assim, uma identidade própria, configurando-se muitas vezes como influenciadores nos contextos sociais onde são vistos como líderes. É comum que a violência ocorrida em confrontos entre torcidas seja atribuída às classes sociais, fazendo com que a busca de soluções para essa violência seja pautada na exclusão desses jovens torcedores dos estádios. Solução essa que não tem se mostrado efetiva evidenciando a fragilidade governo diante das medidas ineficazes que tem tomado para evitar os conflitos. (PIMENTA, 2000) Como conclusão, trazemos a importância da realização de pesquisas onde jovens possam ser ouvidos e questionados sobre quais os sentidos que atribuem à participação em torcidas organizadas, o que favoreceria uma melhor percepção de quem é o jovem participante de torcidas organizadas. É preciso que seja problematizado como ocorrem os processos de socialização e individualização dos indivíduos e a corroboração disto para a constituição da identidade, podendo-se haver com isso, a criação e construção de políticas públicas com o intuito de melhorar a qualidade e perspectiva de vida desses jovens.

Imperativos de felicidade em tempos de aceleração

Juliane Garcia de Alencar, Maria de Fátima Vieira Severiano

A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, datada de 4 de julho de 1776, considera como direito inalienável de todo cidadão, assim como a vida e a liberdade, a busca pela felicidade (EUA, 1776). No Brasil, desde 2010, tramita no Congresso uma Proposta de Ementa Constitucional, a chamada "PEC da felicidade", de autoria do Senador Cristovam Buarque. A proposta visa alterar o artigo 6º da Constituição Federal, incluindo à procura pela felicidade como direito de todo cidadão e de toda a sociedade, "mediante a dotação pelo Estado e pela própria sociedade das adequadas condições de exercício desse direito"; tornando explícito o direito à busca da felicidade. Vale ressaltar, como bem nos bem atenta Lima (2010), que "a PEC da Felicidade enfatiza a importância dos direitos sociais como forma de promover a busca da felicidade." Dessa forma, percebemos que os direitos sociais funcionam como meios primordiais para se alcançar o fim último de todo indivíduo, a felicidade. Mas o que é a felicidade? Será que só existe uma maneira de alcançar a felicidade? Segundo o dicionário Aurélio (2004), felicidade é um estado de perfeita satisfação íntima, de euforia e de bom êxito. A música popular brasileira nos diz que a felicidade "tem a vida breve" e até que ela é "um bem natural". Mas será isso mesmo? Atualmente, o que é ser feliz? Como tornar-se feliz? Clarice Lispector, em seu livro "Perto do Coração Selvagem" nos pergunta "depois que se é feliz o que

acontece? O que vem depois?" (LISPECTOR, 1998, p.18). A presente pesquisa busca instaurar um olhar crítico aos ideais e utopias de felicidade que permeiam a contemporaneidade, cada vez mais atrelados ao discurso hedonista, perpassados pela mídia e aliados às demandas por aceleração e performance no contexto da sociedade de consumo fetichizado. Tendo como base teórica uma concepção freudiana, podemos conceber a busca pela felicidade como algo inerente ao ser humano, uma exigência pulsional regida pelo princípio de prazer. No entanto, a concepção de Freud mostra-se bastante diferente da atual, para ele, a felicidade só é possível como acontecimento episódico, como afirma: "Aquilo a que chamamos felicidade, no sentido mais estrito, vem da satisfação repentina de necessidades altamente represadas, e por sua natureza é possível apenas como fenômeno episódico" (FREUD, 1930, p.30-31). Por volta da segunda metade do século XX, de acordo com Bruckner (2002), os ideais de felicidade passaram a ser prescritos pela sociedade, e os indivíduos a buscá-los incessantemente. Vale ressaltar que essa mudança de ideais não afetou apenas as essas concepções. Nessa mesma época os filósofos frankfurtianos, principalmente Adorno, Horkheimer e Marcuse, escreviam sobre as transformações em toda a sociedade contemporânea. Segundo muitos autores a contemporaneidade é caracterizada por uma sociedade de consumo. Adorno e Horkheimer, em 1944, escreveram o livro "A Dialética do Esclarecimento", onde elaboraram o conceito de Indústria Cultural – que nos acompanhará durante todo este trabalho e nos ajudará a compreender a concepção de felicidade na contemporaneidade. O termo Indústria Cultural surgiu visando à substituição da denominação "Cultura de Massa", isso porque os frankfurtianos acreditam que a cultura não é uma produção que insurge de forma espontânea das massas, não diz respeito a uma "democratização da cultura" (SEVERIANO, 2006), como nos faz acreditar a expressão. Adorno e Horkheimer negam essa "Cultura de Massa" e trazem um conceito que não mais idealize uma noção de um consumo voltado para atender as demandas das massas, e sim seu oposto. A Indústria Cultural refere-se a uma adaptação das massas ao consumo, trazendo a tona o caráter compulsório do sistema. Esse consumo não leva em conta a individualidade dos sujeitos, ele parte de uma estandardização da sociedade, apelando ao fascínio e à sedução dos indivíduos para corroborar com sua tendência homogeneizante e com seus fins primordialmente lucrativos. Torna-se bastante razoável perceber que "o indivíduo não é o sujeito dessa indústria, mas seu objeto" (ADORNO, 1978, p.288). Como Severiano bem explica, a individuação criada pela indústria cultural é, na verdade, uma "pseudo-individuação, na medida em que não visaria à diferenciação entre indivíduo e sociedade, mas sim à mimese, à homogeneização das consciências."

(SEVERIANO, 2006, p.4). A Indústria Cultural tem uma enorme capacidade de disseminação massiva, seja pelos meios de comunicação ou através do consumo indiscriminado, e é capaz de conferir uma "falsa identidade do universal com o particular" (ADORNO, 2009, p.5), em caráter de mimese, como dito acima. Uma das formas que permite essa disseminação massiva é a produção de entretenimento e distração, a fim de atingir a todos igualmente, buscando uma recepção de forma passiva, e até mesmo acrítica, como maneira de disfarçar seu controle social, diminuindo a resistência dos indivíduos. Nossa felicidade passa a ser buscada incessantemente em produtos, os indivíduos passam a acreditar que a posse de mercadorias acarretará em uma consequente felicidade perpétua (FERRER, 2010; BRUCKNER, 2002) e, assim, se esvai a canção de Tom e Vinícius citada no início deste escrito, a felicidade não pode ser breve, ela não deve ter fim. "A felicidade não é mais um acaso que nos acontece, um momento favorável em relação a monotonia dos dias, ela passa a ser a nossa condição, nosso destino" (BRUCKNER, 2002, p.61), a felicidade passa a ser nossa condenação, como bem nos diz Pascal Bruckner (2002). As respostas para as perguntas no início deste escrito parecem estar cada vez mais intrinsecamente ligadas a uma ordem social, de modo que a infelicidade e o sofrimento passam a ser motivo de vergonha, são agora considerados imorais (BRUCKNER, 2002). Como consequência da expansão da Indústria Cultural, tendo por base a espetacularização, o que vemos hoje é a chamada Sociedade do Espetáculo, postulada e comentada por Guy Debord (KEHL, 2009). De acordo com Debord (2003), a realidade vivida é invadida pela fascinação do espetáculo, ou, mais explicitamente, "a realidade surge no espetáculo" (p.10). Esse espetáculo aqui descrito deve ser entendido como um fenômeno que seduz, fascina e manipula os indivíduos, sendo capaz de determinar comportamentos – com modelos a seguir e imitar, considerado pelos indivíduos como verdadeiras soluções de conflitos. As revistas estampam em suas capas e páginas o que consideramos imperativos categóricos de felicidade, funcionando numa lógica de "faça o que eu digo que talvez você se aproxime desses seres sublimes" (BRUCKNER, 2002, p.75); exibindo imagens de celebridades que expõem seus melhores momentos e seus mais-que-perfeitos sorrisos, receitando ingredientes que trarão a felicidade tão almejada. Assim, toda essa busca pela felicidade perpétua passa a ser transpassada por uma "ética do parecer estar bem consigo mesmo" (BRUCKNER, 2002, p.62), sustentada pela publicidade e por suas ofertas. Não há como negar, portanto, que o entretenimento gerado pela Indústria Cultural torna-se também um produto de consumo de visibilidade. Não podemos esquecer, como Severiano nos atenta, que em tempos de busca incessante pela felicidade eterna "o tempo é do 'aqui e agora', um tempo sincrônico que condensa em uma só temporalidade o

passado, o presente e o futuro; em que se devem esquecer reminiscências e fantasias: os restos do passado e as sobras do futuro" (SEVERIANO, ano?, p.15). Essa realidade fragmentada em uma série de presentes perpétuos remete-nos ao que nos diz Marcuse (1982), ao considerar a chamada Sociedade Unidimensional, afirmando que esta tem a capacidade de "reduzir a dimensão da utopia à dimensão presente" (SEVERIANO, 2010, p.8) através do consumo como mecanismo capaz de saciar as necessidades humanas.

Milgram revisitado: estimação de desempenho no estudo sobre obediência à autoridade entre estudantes universitários

Bruna de Oliveira Borges Boaron, Rogério Silva de Mesquita, Luiz do Nascimento Carvalho

O Estudo sobre a obediência tem sido um tema importante para a psicologia social, e um dos pioneiros deste estudo foi o psicólogo norte-americano Stanley Milgran (1933-1984), que por meio de seus estudos buscou elucidar a condição que denominou estado de agente, na qual o indivíduo, sob o comando de uma autoridade, transfere a ela as responsabilidades por suas próprias ações, e na qual fica suspenso seu próprio senso de moralidade na implicação de suas ações. Segundo este autor a obediência é necessária para o funcionamento de uma sociedade ou grupo e é o que liga os homens ao sistema de autoridade. O presente estudo tem como base utilizar a experiência do mesmo, sobre a obediência à autoridade que buscou avaliar a disposição dos participantes a obedecerem às ordens de uma autoridade conflitando com seus princípios morais. Buscou-se, mais especificamente, nesse estudo, analisar o problema da estimação de resultados com relação ao delineamento estabelecido no estudo clássico de Milgram (1973), dado que a estimativa de resultados deste estudo foram surpreendentes e dissonantes com relação à maioria dos que buscaram prevê-los. Visto que, o comportamento esperado pelas pessoas que foram entrevistadas em comparação ao estudo, foi justificado por uma falha moral, em que os participantes não obedeceriam ao comando, diferente do que realmente aconteceu no contexto da experiência, e as pessoas que obedeceram ao comando não se consideravam agindo de acordo com seus princípios, mas sim, executava os desejos da autoridade. Milgram salienta que os valores não são as únicas forças que atuam em uma situação concreta "podendo mesmo ser deixados de lado com relativa facilidade, através de uma reestruturação calculada no campo social e informativo". (FREIRE; NETO, 1988, p. 01). No presente estudo buscou-se replicar o ítem específico acerca da estimação dos resultados, após descrição do delineamento da pesquisa, vale resaltar que o estudo de Milgram foi realizado nos Estados Unidos na década de 60 do século passado, ou seja, um contexto sócio-histórico-

cultural diferente do realizado nesta pesquisa. Neste âmbito buscou avaliar semelhanças e dessemelhanças com relação ao estudo de base, para tanto, foram aplicados questionários que continham questões sócio-demográficas, uma descrição do estudo e pedido de respostas a um esquema do gerador de choques, em duas condições básicas. Na primeira, solicitou-se que o sujeito da pesquisa fizesse a estimativa tendo a si mesmo como referência, e na segunda, tendo como referência um brasileiro com certas características, e logo após pediu-se que justificasse sua resposta. Participaram do estudo estudantes universitários da UFG de ambos os sexos, vinculados a cursos localizados nas grandes áreas do conhecimento, conforme a classificação feita pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Os resultados foram organizados com base no Pacote Estatístico Para Ciências Sociais (SPSS 8.0). As questões abertas, por meio do método de análise lexical de segmento textual (Alceste, 2010). Os resultados revelam, em linhas gerais, as mudanças sócio-histórico-culturais relativas às quatro décadas que separam o estudo original de Milgram em relação ao presente estudo. Serão também realizadas neste trabalho as implicações ético-políticas subjacentes ao tema e aos resultados.

Muquifu: resgate e memória das favelas e quilombos urbanos em Belo Horizonte

Cláudia Viana Gomes, Barbara Beatriz Costa Araujo, Tays Natalia Gomes, Luiz Eduardo Gouvea Fernandes, Camila Assis Freitas, Jessica Luiza Moreira Barbosa, Bruna Martins Andrade, Claudineia Alexandrina Moreira, Lucas de Oliveira Furiatti, Lucas Nasser

O Programa Polos de Cidadania é um projeto de extensão da Faculdade de Direito da UFMG. Desde 1995 o programa atua em comunidades em vulnerabilidade social na cidade de Belo Horizonte, e é vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais. De forma interinstitucional e interdisciplinar, trabalha pela construção da cidadania e da efetivação dos direitos humanos nas comunidades onde está presente. Dentre os diversos locais da cidade de Belo Horizonte onde atua, o Pólos tem uma sede no Aglomerado Santa Lúcia, um dos maiores e mais antigos da capital mineira. A ocupação teve início na primeira metade do século XX, com os primeiros trabalhadores que vieram trabalhar na construção da capital e, atualmente, tem uma população de aproximadamente 15 mil pessoas, divididas em cinco vilas. Recentemente, os moradores do aglomerado convivem com a implantação de um programa de urbanização de vilas e favelas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, denominado Vila Viva. Esse programa é executado pela Prefeitura em parceria com o Governo Federal, que financia sua implementação por meio de recursos provenientes do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. O programa, por ter representado mudanças estruturais profundas

nas comunidades onde já foi implementado, gera um clima de insegurança e incertezas nos moradores do Aglomerado Santa Lúcia. Isso porque, para a execução das obras muitos moradores são removidos de suas casas, e, grande parte deles, não são reassentados no aglomerado nem em suas proximidades, sendo "obrigados" a se mudarem para outros bairros distantes ou até mesmo para outras cidades. Diante desse cenário, moradores e lideranças do aglomerado, com o apoio do Programa Polos de Cidadania, realizaram um antigo sonho, o de criar o Museu de Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), para resgatar a história desse lugar e preservar as atividades culturais ali existentes, frente às intervenções urbanísticas que o aglomerado começa a sofrer. Entre os dias 13 a 19 de maio de 2013, o Muquifu foi inaugurado durante o I Fórum de Vilas a Favelas, sob o tema "Museus (Memória + Criatividade) = Mudança Social". Durante o evento foram discutidas experiências museológicas em favelas, memórias de comunidades faveladas, arquitetura, espaço urbano, racismo, exclusão urbana, violência. O Muquifu foi inspirado nos museus comunitários da Maré e do Cantagalo/Pavão Pavãozinho, do Rio de Janeiro. Pretende ser um museu a céu aberto, etnográfico, histórico e artístico. Seu surgimento está ligado à necessidade se se criar um espaço para guardar tudo que é produzido pelos moradores e por pessoas "de fora", como teses de mestrado, doutorado e fotos do espaço. O objetivo maior que se preserve a memória e identidade, não só do Aglomerado Santa Lúcia, mas das favelas como um todo, tendo em vista que esse processo de urbanização não é um caso isolado. Em todo Brasil as vilas e favelas estão passando por intervenções urbanísticas e sociais, e faz-se fundamental a criação de um espaço que se paute pela preservação da memória e identidade desses lugares. A gestão do Muquifu está sob a responsabilidade da comissão do Quilombo do Papagaio, importante evento que ocorre no aglomerado. Esse evento organiza as três semanas de "Paz e Cidadania", que acontece anualmente no Morro do Papagaio, como é conhecido o aglomerado Santa Lúcia. Em dezembro de 2012 foi inaugurado isoladamente o Memorial do Quilombo, primeiro núcleo do Muquifu. Ali é catalogado e arquivado o material recebido para o museu. Apesar de inaugurada outras partes, o museu ainda encontra-se em construção, num processo participativo com a comunidade.

O Abismo Prateado: movimentos transdisciplinares de reinvenção a partir do sofrimento

Ana Claudia de Araujo Franco Damasio, Ana Teresa Almada Gurgel Rodrigues, Renata Rodrigues Carbonel, Helena Werneck Brandão, Miguel Pestana Bentes Lopes, Natália

Vasques Faria Drummond Ribeiro, Alexander Motta de Lima Ruas, Karla Soares Pereira Valviesse

Por vezes, vislumbramos a emergência de formas diferenciadas de padecimento ou sofrimento psíquico. Tais manifestações muitas vezes são efeitos de um determinado modo de produção de subjetividade, que aprisiona o sujeito através da produção e controle do campo de possibilidades existenciais: nos olhos de Violeta, a dor e o abandono revelam o esfacelamento de seu território. Ela quer morrer de ciúmes, enlouquecer. Mas depois, como é seu costume, trata de obedecer. Vem para a clínica em busca de "chão", e convoca o clínico a retomar a importância de estabelecer a clínica como um espaço de resistência, um dispositivo que permita a criação de novas maneiras de viver. Instaura-se, portanto, uma problematização sobre o desafio de exercer uma prática clínica que possa acompanhar os movimentos constantes de transformação da contemporaneidade e, ao mesmo tempo, problematizar o sentido da experiência clínica, deslocando-a do lugar interior e íntimo de um sujeito único, para fazê-la valer como uma experiência da alteridade do si. O objetivo desse trabalho é fazer falar do cruzamento da clínica com a arte como potência, possibilitadora de mudanças.A clínica que acolhe Violeta olhos nos olhos se constitui a partir de três pressupostos básicos: transdisciplinaridade, transversalidade e produção de subjetividade. Aposta na subjetividade como processo incessante de vir a ser, em sua potência de criação de mundo e de realidade. Afirma ainda esta variação para o próprio mundo, embora reconheça que as formatações sociais são históricas e datadas, construídas, instituídas. Assim a Violeta só cabe enlouquecer quando abandonada. Não pode ser feliz, nem passar bem. Aliás, Violeta não passa. Está presa a uma forma-esposa-mulher que gora (Rolnik, 2006). Vê seu mundo, aquilo que chama realidade, dissolver-se diante do abandono do marido, e encontra-se tão presa a esta forma-esposa-mulher que não encontra outra razão para viver. Neste sentido, podemos afirmar que o trabalho clínico incide sobre os processos de subjetivação, os quais exercem sua processualidade num plano histórico-político, a partir do qual as formas sujeito emergem como efeito e as formações sintomáticas, como paradas ou estagnações do movimento. Mas para além deste plano visível no qual Violeta e seu entorno se apresentam, está outro invisível, traçado a partir dos fluxos que compõe sua constituição atual. Esta composição está em permanente conexão com outros fluxos, humanos e não humanos, com produções estéticas, políticas, sociais. Aos poucos, Violeta retoma algumas dessas conexões ativamente. E é assim que chega um dia ao consultório para dizer que viu um filme: "O Abismo Prateado". Rapidamente conta a história e faz conexões múltiplas, não só com a história assistida, mas com todo o seu entorno, pois atravessa um certo

limiar e vai ao cinema, mas atravessa o limiar do cinema e chega à clínica. Depara-se com a música que martela no filme uma outra existência possível. Faz também correr o clínico ao cinema, para ter contato com esta matéria, pois quer acompanhar o processo pelo qual passa Violeta. Ao fazê-lo, convoca sua equipe de supervisão a percorrer este tracejado: e já outros tantos vão encontrar-se com a Violeta das telas, com o martelo do Chico, e dali sairão outros. Violeta não sabe, mas faz clínica. Gera estados inéditos. Não há lugar para um suposto saber do clínico neste clinicar. Traçados estranhos seguem em composição, atravessando uma figura atual. Algo se rompeu em Violeta, mas também no clínico e no grupo de supervisão do clínico. Alguns contornos tremem como a lua prateada refletida nas águas. Esta é a verdadeira potência da clínica, e cada vez que ela acontece, nos violenta a forma, desestabiliza territórios, põe em cheque modos e existências, exigindo a criação de novos traçados, uma nova figuração provisória. Olhos nos olhos. O que quer uma clínica que busca efetivar-se também como processo que prima pela variação e mutação permanentes e assim, modificam contornos? Violeta experimentou o abismo. Diante deste processo, buscou um acompanhamento, de modo a configurar novos caminhos, assumir novos contornos. A subjetividade, tomada como processo ininterrupto de produção do si, é atravessada por diversos vetores de subjetivação, por acontecimentos que rompem o frágil tecido de sua existência provisória. Violeta já não é uma forma-esposa. Também já não é uma forma-mulher-abandonada. Já se pega cantando, sem mais nem por que. Já percebe que muitas águas rolaram. Violeta passa, e a vida com ela. Ao passar Violeta convocou passagens. Produziu em si e em outros a exigência de criar novos modos de ser, sentir e habitar o mundo, capazes de dar conta das novas fulgurações que se fazem, produzindo desvio das formas mais consolidadas que traziam sofrimento.

O construcionismo social no Brasil: algumas tendências no Banco de Teses da CAPES

Manoela Eulálio Musa, Ederglenn Nobre Vieira Júnior, Emerson Fernando Rasera, Carla Guanaes Lorenzi

O construcionismo social é um movimento intelectual no campo da Psicologia que ganhou relevância a partir da década de 1990, sustentando uma perspectiva social dos processos de produção de conhecimento. Pautado em críticas sociais, ideológicas e retórico-literárias sobre os modos tradicionais do fazer científico, o construcionismo propõe uma ênfase sócio-histórica para a análise dos processos de produção do conhecimento e afirma o caráter performático e a natureza relacional da linguagem em seu impacto na construção da realidade. Em uma perspectiva construcionista, o conhecimento é resultado de processos relacionais, ou seja, a

validade do conhecimento científico não é resultado da observação da realidade, a partir de uma mente perspicaz e métodos eficientes, mas decorrente de processos sociais de comunicação, negociação e conflito na comunidade científica. Esses processos marcam o caminho da produção de teorias, sua legitimação, difusão e declínio. Enquanto prática social, o fazer científico é influenciado pelo conjunto de relações estabelecidas na comunidade científica, suas regras de reconhecimento, financiamento e publicação, sendo marcado por um conjunto de processos sociais e políticos. Dessa forma, é necessário compreender os processos de constituição e transformação dessas comunidades no entendimento da produção e difusão do conhecimento. A própria definição de uma comunidade se pauta por processos discursivos, num jogo permanente de identificação e distanciamento de pesquisadores, e criação e tensão entre subgrupos de diferentes tendências. Ao contrário de uma visão estática e bem definida, assumimos o caráter inerente de transformação dos pesquisadores, da comunidade científica e das formas de produzir conhecimento. Esse olhar para o movimento construcionista aponta para um contexto dinâmico e complexo que explicita a construção do próprio construcionismo social e a importância das relações sociais em sua produção, definição e transformação. Buscando contribuir para a construção de um panorama do movimento construcionista no Brasil, a presente pesquisa investigou a difusão do construcionismo tal como presente no Banco de Teses da CAPES. Assim, utilizando a expressão "construcionismo social", foram identificados 122 trabalhos, sendo 98 dissertações e 24 teses A análise do corpus compreendeu duas etapas: a) uma descrição quantitativa acerca do ano de publicação, instituição de origem, especialidade do conhecimento, tema principal e outros aspectos relevantes das teses e dissertações encontradas na busca e, b) uma análise qualitativa no intuito de compreender as principais características desse movimento, os temas que ele tem privilegiado, as críticas que tem sido feitas, e a forma como a sua dispersão tem ocorrido. Os resultados da análise apontam: i) as dissertações foram realizadas a partir de 1997, tendo uma concentração maior no perído de 2009; ii) entre as instituições de origem das teses, destacam-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto, Universidade Federal de Pernambuco e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; iii) e os temas explorados são muito variados, desde a construção da identidade dos indivíduos em diferentes contextos até a proposta de novas possibilidades de atuações para os psicólogos pautadas em metodologia construcionistas, porém, predominando aspectos relacionados a análise de práticas discursivas. Em uma análise dos usos do construcionismo social, investigamos duas tendências: por um lado, uma apropriação epistemológica e metodológica que busca definir o objeto de

pesquisa a partir de sua dimensão discursiva e sua inserção socio-histórica; por outro, uma apropriação técnica marcada pela utilização de certos modos de análise inspirados pelo construcionismo, com pouca reverberação para a definição do objeto de pesquisa.

O desencantamento de um potente sistema mal gerido

Nathalia de Avila Neves, Mariana Silva Passos, Valéria de Araujo Medeiros Forti

Neste pôster, pretendemos apresentar e discutir resultados preliminares das atividades que vêm sendo desenvolvidas no subprojeto de Psicologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UERJ – PIBID/UERJ. As atividades aqui analisadas ocorreram em uma escola de formação de professores na cidade do Rio de Janeiro. Nas oficinas realizadas com alunos normalistas, discutimos questões importantes sobre o cotidiano escolar, suas dificuldades e mesmo a cristalização das formas como a escola contemporânea lida com as questões trazidas por seus estudantes. Uma das questões levantadas pelas jovens professoras e professores em formação, é a defasagem entre o que se aprende na teoria e as exigências da prática profissional. Na instituição em que trabalhamos essa incoerência aparece em destaque, pois na situação em questão ao findar o ano, os alunos se tornariam professores. Falas dos participantes ao longo dos encontros mostram a insegurança dos mesmos que em um primeiro momento criticam a postura dos professores mas que por falta de uma critica e problematização aprimoradas sobre as questões, ao serem questionados enquanto professores acabam muitas vezes tomando posturas semelhantes ao que haviam criticado, onde privilegiavam a manutenção das relações hierárquicas já muito conhecidas pelos estudantes. Por não haver na grade escolar, um espaço para discussões de cunho interpessoal, muitas questões, como as apresentadas, acabam passando despercebidas e vão acumulando insatisfações por parte de alunos, professores, diretores e familiares, culminando numa precarização da instituição escolar como um todo, que perde boa parte da sua função de educar para se restringir à função de transmitir informações. O resultado disso se faz ver na produção de imagens distorcidas, tanto do professor em relação ao aluno (visto sempre como desinteressado, desrespeitoso, desordeiro, etc) quanto do aluno em relação ao professor (visto como negligente, autoritário, individualista, etc). Como consequência, foi muito frequente ouvirmos dos próprios alunos que a maioria dos que ali estudavam não tinham pretensão de virem a ser professores, ali estavam pela qualidade do ensino que é superior às demais instituições públicas. A escola de hoje ainda se constitui segundo uma realidade conservadora, mesmo que a sociedade que a compõe tenha sofrido sensíveis mudanças ocorridas ao longo de anos. Qual é o papel do professor e do aluno dentro

da escola hoje em dia? Qual a sua importância? Parece que não, mas esses papéis foram se modificando sensivelmente ao longo das décadas. E é pra acabar com essa defasagem do sistema que procuramos dar voz aos problemas vivenciados pelos estudantes. É perceptível que a desqualificação dessa profissão se faz presente mesmo dentro de uma instituição como essa, onde, obviamente, espera-se encontrar pessoas que realmente almejem segui-la. Porém, a partir das falas, fica nítido o "desencantamento" dos alunos ao longo do curso. Com essa análise, buscamos evidenciar os nós que podem estar contribuindo para a desmotivação desses futuros profissionais da educação a partir das falas dos maiores interessados: os alunos em formação.

O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino

Carine Capra Ramos, Mariana Barcinski, João Luís Almeida Weber, Tamires Dartora

O presente trabalho está situado no eixo temático “Gênero, Sexualidades e Intersecções” e no Grupo de Trabalho (GT) “Identidade”. O estudo discute questões de gênero, especificamente as formas de exercício de poder apropriadas pelas mulheres na contemporaneidade. Além disso, serão abordados elementos do processo de constituição da identidade das participantes, focando no aspecto discursivo da construção subjetiva. O Marianismo fundamenta-se no ideal de mulher caracterizado pelo sofrimento, sacrifício e abnegação. A constituição da mulher à imagem da Virgem Maria corrobora o papel tradicional feminino como responsável pela esfera doméstica do cuidado com a casa e com a família. Neste trabalho discutimos a forma como o Marianismo pode ser apropriado simultaneamente para reproduzir a tradicional subjugação feminina e para afirmar formas de exercício de poder. Torrão Filho (2005) descreve como a história das mulheres passou a ser entendida como a história dos aspectos privados da casa. No entanto, Neuhouser (1989), entende que o espaço doméstico não é desprovido de poder. Em sua opinião, o âmbito da casa possui recursos distintos daqueles presentes no espaço público, recursos estes que são usados para a aquisição e reprodução do poder feminino. O objetivo do presente trabalho é entender de que maneira o sacrifício e a abnegação sustentam a posição feminina vitimizada, mas igualmente empoderam as mulheres de forma peculiar. Para tanto, foram utilizadas 3 entrevistas de um total de 13 realizadas. Estas foram conduzidas de uma forma aberta e em profundidade com mulheres encarceradas devido ao envolvimento com o tráfico de drogas em uma Penitenciária Feminina localizada no município de Porto Alegre (RS). Os dados foram analisados a partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), que tem como objetivo compreender a forma como se dá a relação entre discurso e poder (Van Dijk, 2008). Nesta

perspectiva os discursos são entendidos como modos de ação historicamente situados. Segundo Fairclough (2008), o discurso deve ser compreendido como forma de prática social, e não como uma produção meramente individual, evidenciando a relação dialética entre discurso e estrutura social. A análise dos dados coletados evidencia as diversas formas de vitimização que marcam suas trajetórias de vida, em uma corroboração da literatura. Soares e Ilgenfritz (2002), por exemplo, em levantamento realizado com a população carcerária feminina no estado do Rio de Janeiro, mostram que mais de 95% das mulheres presas foram vítimas de alguma forma de violência em suas vidas, perpetrada pelos pais/responsáveis, maridos/companheiros ou agentes da segurança pública. Feministas contemporâneas têm argumentado que a experiência de opressão das mulheres não pode ser compreendida somente a partir da lente das relações de gênero, mas consideradas como simultaneamente constituídas pelo posicionamento de mulheres em termos de sua cor, classe social e orientação sexual, somente para citarmos alguns eixos constituintes das identidades (Acker, 1997; Collins, 1990). A trajetória de vida das entrevistadas ilustra tanto a forma como suas identidades são construídas através do sofrimento e do sacrifício, quanto as maneiras pelas quais elas experimentam o poder através destes mesmos elementos que sustentam a construção de suas identidades. As violências sofridas em diversas esferas da vida servem, portanto, como ingredientes para a construção de identidades únicas. Reconhecer que o exercício do poder se dá, muitas vezes, através do posicionamento vitimizado das mulheres nos faz pensar nas formas limitadas de protagonismo feminino socialmente legitimadas. O poder exercido no espaço privado da casa, a partir da formação e manutenção de vínculos afetivos, é um poder invisível e desvalorizado socialmente. Neste sentido, a mulher permanece invisível em suas possibilidades de constituição como indivíduo autônomo, desejante e atuante em suas trajetórias de vida.

Oficina de Estudos e Reflexão sobre Educação, Patrimônio e Subjetividade

Lino Sicupira Júnior, Alessandra Daflon dos Santos, Maria Vittoria de Carvalho Pardal, Danielle Rosa Paul, Thaís Magalhães, Amanda Amaro da Silva, Adriana Russi Tavares de Mello

Relação com o eixo temático: a Oficina de Estudos e Reflexão sobre Educação, Patrimônio e Subjetividade é uma atividade do Seminário Permanente de Educação, Patrimônio e Subjetividade, atividade de extensão vinculada ao Programa de Extensão Casa das Mil Casas: vivenciando o patrimônio através da arte. O Programa vem desde 2010 se dedicando à criação de uma proposta de Educação Patrimonial através da elaboração de portfólios educacionais para serem utilizados em oficinas, que têm como principal dispositivo os objetos de arte,

componentes da coleção de Paulo Pardal e Lully de Carvalho. Tal coleção, composta por objetos e mobílias das fazendas da Região dos Lagos/RJ, moedas, instrumentos de trabalho, ex-votos, carran¬cas, indumentárias, armas, objetos de arte e outros tantos mantêm latente informação, sentidos e valores que justificam sua categorização como patrimônio histórico e/ou artístico. Analisada e organizada para se tornar a principal ferramenta para ações educativas na área de preservação do patrimônio cultural, essa coleção é o ponto de partida de atividades de extensão que visam dar função social a essa coleção privada. Considera-se que conhecer o passado não é um fim em si mesmo, mas um meio para se pensar a trans¬formação social e contribuir na formação de sujeitos históricos capazes de inventar seu próprio fu-turo. Objetivo: a Oficina de Estudos e Reflexão sobre Educação, Patrimônio e Subjetividade tem como objetivo principal aprofundar as bases teórico-conceituais da proposta de educação para o patrimônio presente no Programa Casa das Mil Casas. Visa proporcionar um amplo debate a respeito das questões relacionadas ao patrimônio entre alunos e pesquisadores da área, internos e externos à universidade. Método: com o estudo e debate de textos sobre temas como patrimônio, memória, autonomia, subjetividade, tempo, a oficina é aberta a todos, com periodicidade quinzenal. Durante o ano de 2012 foram eleitas para estudo as temáticas subjetividade e pós-modernidade e no ano corrente nos debruçamos sobre os estudos sobre o tempo. Orientação teórica: a fim de nos aproximarmos dos temas escolhidos para o estudo, elegemos alguns autores que nos incitam a olhar de outro modo para o mundo e as coisas que nos cercam, tais como, David Harvey, Félix Guattari, Boaventura Santos, Henry Bergson entre outros. Os encontros promovidos pela oficina têm provocado deslocamentos teóricos importantes em seus componentes, destituindo alguns conceitos antes cristalizados e fazendo emergir novos olhares sobre as questões e temas que atravessam o universo do Casa das Mil Casas. Resultados e conclusões: em função de sua característica “aberta” a oficina tem promovido a aproximação entre alunos de diferentes cursos, como Psicologia e Produção Cultural. Em 2012 realizamos um ciclo de palestras com representantes dos órgãos de cultura regionais, nacionais (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional - IPHAN) e professores-pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e universidades parceiras como a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiros (UNIRIO), que integrou a II Semana Fluminense do Patrimônio. A discussão de alguns conceitos-ferramentas – subjetividade, educação patrimonial, autonomia, tempo, memória – fundamenta a criação das oficinas desenvolvidas no âmbito do Programa Casa das Mil casas e tem propiciado um deslocamento teórico dentro do próprio grupo, reorientando algumas ideias e forjando outras novas.

Oficinas do projeto Arteurbe para alunos em processo de correção de fluxo escolar

João Gabriel Neves de Sousa, Fernanda Lima Fonseca

O projeto Arteurbe desenvolve atividades de pesquisa e extensão sobre os modos como os jovens se relacionam com espaço urbano através de linguagens artísticas. O objetivo é problematizar essas relações no contexto de oficinas estéticas realizadas junto com os jovens participantes do projeto. Assim, a arte urbana é a linguagem mediadora para tensionar os significados historicamente cristalizados e desenvolver um olhar estético sobre o espaço público. Até o momento, as oficinas foram realizadas em diversas instituições na cidade Florianópolis, sendo desenvolvidas em diferentes formatos. Contudo, o conteúdo aqui apresentado refere-se a experiências decorrentes das oficinas com alunos de escola pública, em defasagem escolar e no processo de correção do fluxo. O processo se concretizou através de uma parceria entre o projeto Arteurbe (NUPRA/UFSC); o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), e a escola pública em questão. Apesar de se tratar de um projeto para-escolar, as oficinas foram constantemente atravessadas por questões que dizem respeito ao processo de subjetivação dos sujeitos participantes na instituição escolar. Esses participaram do projeto vivenciando uma situação composta por aspectos decorrentes de um histórico marcado pelo atraso escolar. A esses sujeitos, que não atendem às expectativas do lugar de aluno, são direcionados olhares específicos de depreciação e culpabilização. Os sentidos imputados a esses jovens como "alunos problema" se apresentam muitas vezes naturalizados, sendo que os jovens podem passar a ocupar esse lugar de fracasso inclusive fora do contexto escolar. Durante as oficinas as linguagens artísticas: "graffiti", "lambe-lambe" e "stêncil", foram adotadas como possibilidades do fazer que são diferentes das exigências escolares. Essas linguagens possibilitam a criação de produtos artísticos tal como a criação de novos olhares dos sujeitos participantes para si mesmos. A experiência do projeto culminou na produção de uma obra coletiva com a linguagem do graffiti, a qual foi realizada em frente à escola em questão. Tal acontecimento trouxe visibilidade para a obra e também para os seus autores. Posteriormente, através das entrevistas realizadas com os alunos e com a coordenadora de ensino, foi evidenciado que a experiência do projeto provocou rupturas no cotidiano da escola, permitindo que os jovens se apresentassem de outro modo diante desse contexto. Pois, a produção coletiva da obra possibilitou aos participantes um novo olhar sobre si, que foi mediado pelo reconhecimento do público local sobre processo de autoria coletiva. Desse modo, os jovens

participantes puderam perceber a si mesmos em situação de sucesso, negando o lugar historicamente constituído de "aluno fracasso".

Os Direitos Humanos e o processo de Avaliação Psicológica no Brasil: intervenções e reflexões

Joalisson de Almeida Gomes, Valéria Nicolau de Sousa

A psicologia como área científica e profissional tem demonstrado um compromisso com a sociedade viabilizando práticas que contribuem para o bem-estar, e discutindo acontecimentos sociais e suas repercussões no cotidiano das pessoas. A avaliação psicológica é um saber psi de relevante importância social, e faz parte da historia da psicologia no Brasil. Tal prática suscita uma série de controvérsias e críticas. Quando bem empregado, o saber proporcionado pela avaliação psicológica permite aos profissionais dar um retorno à sociedade mediante a sua inserção e prestação de serviços, identificando dificuldades que podem ser precocemente assistidas. Partindo disso, neste estudo objetiva-se perpassar pelas práticas da avaliação psicológica e as discussões que são feitas acerca da relação com os direitos humanos. O método usado foi uma revisão bibliográfica sobre o tema da avaliação psicológica e direitos humanos nos últimos dez anos. A avaliação psicológica é utilizada desde 2300 a.C. e com o passar dos anos foi sendo aperfeiçoada. A partir do séc. XIX foi posta em evidência pelos trabalhos de Galton. Por volta de 1890 a utilização da expressão, "teste mental", passou a ser utilizada por Cattel. O desenvolvimento de escalas complexas que mensuram vários construtos vem contribuindo para a incrementação do psicodiagnóstico, de modo que ele auxilia o psicólogo nas afirmações e questionamentos acerca do comportamento humano. A avaliação psicológica consiste no uso de instrumentos e técnicas que possibilitam o conhecimento de fenômenos e processos psicológicos. No Brasil, a os processos de avaliação na psicologia emergem no século XIX, na área de diagnostico indo logo após para a área educacional, e dedicaram-se a avaliar por meio da testagem, as diferenças entre aptos e não aptos. A partir disso surgiram diversas críticas, acerca do processo de avaliação estar contribuindo para um processo de classificação que poderia gerar a discriminação social. Assim muitas críticas ao processo de testagem se devem ao fato do mesmo lidar diretamente com o ser humano, logo tais críticas pautavam-se acerca da possibilidade da testagem ferir os direitos do homem, repercutindo assim em uma ação contra o princípio da dignidade humana. Uma das críticas e também uma sugestão, está em que a avaliação, sendo de uso exclusivo da psicologia, poderia por meio da consideração de diferentes aspectos que circundam na realidade de determinados grupos sociais, ajudar na

diminuição das desigualdades sociais. A ética profissional do psicólogo, diante da realidade do paciente é de fundamental importância, visto que muitas vezes a avaliação pode facilitar processos de exclusão nas relações sociais, bem como na rotulação do indivíduo. A legislação brasileira garante os diretos dos examinandos, sendo terminantemente proibido qualquer tipo de taxatividade do indivíduo submetido à avaliação psicológica. Existem ainda, convenções, e tratados internacionais como também a legislação pátria, os quais garantem os direitos do avaliando, sendo vedada qualquer subjugação ou rotulação deste, sob a pena de condenação do Estado brasileiro em comitês de ética internacional. O código de ética profissional do psicólogo tem diversos pontos que contemplam a prática da avaliação psicológica. O Conselho Federal de Psicologia, mediante as diferentes e inúmeras discussões que são levantadas pelo tema decidiram, no ano de 2011, estabelecer o Ano temático da avaliação psicológica no Brasil, o qual mediaria espaços, proporcionando encontros com a finalidade de um debate da classe acerca do tema, pois a Avaliação Psicológica é uma prática, da qual a psicologia não pode abrir mão e há, no Brasil, uma necessidade de qualificação de um maior número de psicólogos nessa área. Alguns autores levantam a questão acerca da formação e competência de psicólogos no uso dos manuais, e da necessidade mediante o uso do mesmo, de haver uma especificação dos contextos nos quais os testes serão aplicados, sem, no entanto, tirar do profissional a responsabilidade da decisão acerca de que instrumentos devam utilizar, baseando-se apenas na técnica. Compartilha-se da idéia de que quando operacionalizada de forma contextualizada, ética e competente, a avaliação psicológica pode identificar dificuldades precocemente e, a partir de intervenções, deve favorecer o desenvolvimento global do indivíduo. A partir do material colhido pode-se concluir que atualmente a avaliação psicológica tem parâmetros éticos e legais que embasam a aplicação de testes resguardando os direitos dos indivíduos. Apesar de ser uma prática viável, que trás uma importante contribuição social, há questões relativas a ela que estão em processo de discussão, tanto acerca da formação acadêmica, quanto das consequências sociais envolvidas na testagem. Ressalta ainda a importância de ampla discussão sobre como a psicologia lidará com essa prática em meio à nova dinâmica social que está se formando na atualidade, as consequências da mesma, e como poderá se colocar para contribuir socialmente.

Política de identidade e identidade política: o espaço político como arena de questionamente e tematização de questões individuais e coletivas na construção de novas identidades

Joanna Baptistella, Letícia Rezende Pacheco

A identidade enquanto categoria psico-sócio-histórica surge, desenvolve-se e se transforma na realidade da vida cotidiana. De acordo com Berger e Luckmann (1966/2000), o mundo da vida cotidiana se origina no pensamento e nas ações de homens e mulheres comuns e se apresenta como uma realidade interpretada subjetivamente e dotada de sentido para os mesmos de uma maneira que vai se tornando coerente. Esta realidade já surge constituída e objetivada na linguagem como intersubjetividade a qual marca o rumo da vida das pessoas dando sentido aos objetos e acontecimentos deste mundo. As identidades em conjunto constituem a sociedade ao mesmo tempo em que são por ela constituídas. Pode-se entender, portanto, que a identidade é formada, mantida ou modificada pelas relações sociais (processos sociais que ocorrem desde o início da vida da pessoa) na primeira infância, momento em que começa a participar de um mundo social já estabelecido, no início através da interiorização, e, depois da internalização de valores morais e éticos, obtidos das relações ocorridas em ambientes mais restritos e carregados de fortes emoções, propiciando a absorção de papéis e atitudes dos outros significativos que geralmente são o pai e a mãe tornando-os seus. Para entender "como se constrói a identidade" precisamos nos lembrar que ao longo de várias épocas que caracterizam a história da humanidade, diversas mudanças foram acontecendo principalmente no que diz respeito à concepção do mundo e da vida, alterando a cada dia a forma como se encara o indivíduo e, consequentemente, a sua identidade. Assim sendo, as constituições da identidade variaram ao longo do tempo e da história. Para Ciampa (2002b), o estudo sobre as políticas de identidade nos permite discutir as lutas pela emancipação de diferentes grupos sociais, pois o caráter emancipatório das ações coletivas se determina de acordo com o processo da constituição da identidade coletiva. Nas ações coletivas, evidencia-se a busca pela equidade de direitos sociais bem como a uma busca pela liberdade de diferenciação. Concluímos então que é através da razão comunicativa que a autodeterminação e a autorealização, se mantêm na esfera do intersubjetivo. O agir estratégico, ao contrário, não é um agir autônomo (e sim arbitrário), pois encontra-se fora da esfera da intersubjetividade, ou seja, fora do mundo da vida (HABERMAS, 1988/2002). Podemos entender como processo de individuação (emancipatório) o que o autor

chama de autonomia que se transforma em individuação do sujeito socializado no isolamento de um sujeito libertado, que se possui a si mesmo (p.227).

Políticas de identidade: Facebook, negociação identitária e produção subjetiva

Gabriel Artur Marra e Rosa

Este trabalho busca, por meio de revisão de literatura e de pesquisa empírica, novas formas de reposicionar o debate sobre identidades na Psicologia, adotando uma abordagem interdisciplinar, particularmente expressa no diálogo com as Ciências Sociais. O estudo empírico na modalidade de pesquisa qualitativa, baseado em entrevistas em profundidade com usuários do facebook, foi conduzido no período entre 2010 e 2011. A conclusão a que se chegou é que as formas em que os usuários do site facebook se apresentam na rede conformam políticas identitárias e são resultados de processos de negociação de traços identificadores, numa composição identificacional customizada pelo perfil de usuário e pela seleção de preferências. Conceber a performance identitária dos usuários do facebook como um "processo de negociação" certamente possibilitara oferecer um caráter mais dialético e dinâmico à categoria identidade, com o intuito de analisar a produção subjetiva decorrente da apresentação/representação em ambientes reais e virtuais.

Promoção de saúde de bebês atendidos em uma unidade básica

Carolina Sarzi Ledur, Suane Pastoriza Faraj, Edinara Zanatta

Os transtornos mentais se destacam como problemas relevantes para o desenvolvimento infantil. No entanto, a atenção ofertada pelas políticas públicas ainda não é o suficiente, deixando muitas crianças desassistidas. Diante disso, a partir da perspectiva teórica da psicanálise, desenvolveu-se um instrumento composto por 31 indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil (IRDI), direcionado a observação nos primeiros 18 meses de vida da criança, a fim de detectar problemas referentes ao desenvolvimento infantil ainda na primeira infância (Kupfer et al., 2009). É importante considerar que na construção dos indicadores da pesquisa IRDI os aspectos ligados ao sujeito psíquico foram privilegiados, e a presença dos indicadores na criança indica que ela está em desenvolvimento saudável, e a ausência dos IRDIs indica riscos ao desenvolvimento. Dessa forma, os indicadores foram concebidos de maneira positiva, de modo que quando incluídos em um protocolo de consultas regulares de pediatras, estes verão a saúde da criança, desfocando o olhar sobre a doença, focando o âmbito geral da saúde e da prevenção. Assim, o pediatra pode suspeitar que algo não vai bem com a criança

caso haja a ausência de algum IRDI, no entanto, um diagnóstico definitivo não será fechado, pois este pode ser desastroso, e selar um destino quando ainda há possibilidades de modificações, já que conforme Kupfer et al. (2009), seguindo os pressupostos de Winnicott há plasticidade na construção singular do sujeito, e as intercorrências que ocorrem não deixam que se estabeleça um diagnóstico definitivo. Considerando tais aspectos, o presente estudo teve como objetivo compreender o processo de constituição do vínculo inicial e dos cuidados desenvolvidos por mães atendidas pelo Programa da Criança em uma Unidade Básica de Atenção à Saúde de um município do Rio Grande do Sul, com o intuito de detectar possíveis riscos ao desenvolvimento infantil de modo precoce. Para tanto, o estudo teve por base o instrumento proposto por Kupfer et. al. (2009), chamado de indicadores clínicos de risco ao desenvolvimento infantil (IRDI). Participaram do estudo onze díades formadas por bebês na faixa etária de zero a oito meses incompletos e suas respectivas mães, que levam seus filhos e os acompanham durante o atendimento realizado pela equipe do Programa da Criança, composta por alunos e professores das áreas da Enfermagem e da Psicologia. Foram realizadas três observações da relação entre a díade no momento em que o bebê estava sendo atendido no Programa da Criança, com intervalo de um mês entre cada observação, período em que a díade retorna ao programa para a consulta de rotina, e uma entrevista individual com as mães, após a terceira observação. Os resultados foram obtidos através da análise de conteúdo e indicam que houve por parte das mães um reconhecimento das necessidades dos seus bebês, evidenciando um saber sobre eles. Este saber pode ser apreendido nos momentos de interação da díade e, nos momentos de amamentação, troca de olhares e reações ao choro do bebê. Além disso, a relação estabelecida entre as díades foi vista como gratificante pelas mães, as quais se demonstravam felizes com seus bebês e seguras no seu papel de mãe. Por fim, destaca-se a importância da relação mãe-bebê saindo de uma perspectiva de naturalização da maternidade, para um olhar que busca no investimento e nos cuidados maternos a matriz para a constituição psíquica da criança. Assim, sugere-se a inclusão dos indicadores clínicos de risco ao desenvolvimento infantil em serviços de atenção primária em saúde, visto o mesmo engloba elementos subjetivos e constitutivos da vida psíquica, os quais podem passar desapercebidos pelos profissionais de saúde, que de maneira geral, estariam mais atentos aos aspectos nutritivos, crescimento e desenvolvimento físico, os quais, geralmente são o foco dos serviços na área materno-infantil. Tendo em vista esta perspectiva, entendemos que este estudo se insere na proposta do Grupo de Trabalho: Infância e juventude: a produção de conceitos, as políticas públicas e os direitos humanos, considerando os objetivos propostos pelo grupo e os resultados deste estudo. Espera-

se que a interlocução com outros trabalhos e propostas que venham a integrar este GT possam contribuir para a construção e troca de conhecimentos e práticas que tenham a saúde da criança como foco, destacando, a importância que esta ocupa no cenário atual.

Psicologia Jurídica: análise da produção científica entre 2007 e 2012

Nilton Cesar Barbosa, Raquel Bezerra Dias

A Psicologia Jurídica pode ser compreendida como campo multidisciplinar, envolvendo o Direito, a Psicologia, o Serviço Social, a Medicina, dentre outros. Nesse contexto, a prática profissional do psicólogo, no sistema judiciário, vem se afastando de perspectivas clínicas ou individualizantes em prol de um compromisso social, voltado para a promoção da saúde mental e dos direitos humanos. A prevenção da judicialização das relações tem se configurado como uma tendência atual em Psicologia Jurídica. O trabalho do psicólogo nessa direção pressupõe a superação de uma visão fragmentada sobre a realidade cultural, social e familiar e se volta a práticas de mediação das relações familiares e sociais, bem como a conciliação de conflitos, a reflexão e o exercício da cidadania. Tendo em vista a importância da área na atualidade, o objetivo deste estudo foi analisar a produção científica envolvendo a Psicologia Jurídica no período entre 2007 e 2012. As bases de dados utilizadas foram: LILACS, BVS-PSI, SciELO e PePSIC. Para compor a amostra, os critérios de inclusão adotados exigiam que o trabalho fosse completo, com resumo e publicado nos 6 (seis) anos anteriores à composição da amostra (2007-2012). Desta maneira, a amostra de pesquisa foi composta por 85 artigos. Em seguida, os artigos foram analisados a partir dos seguintes critérios: ano da publicação, base de dados, revista, natureza do trabalho, categoria dos instrumentos de avaliação, amostras, origem geográfica e gênero dos autores. Os resultados encontrados revelaram que o número de publicações foi maior no ano de 2010 (n=26; 30,6%). A base de dados LILACS veiculou mais artigos científicos ligados à temática (n=64; 75,3%). Dentre os periódicos nacionais, a revistas brasileiras Psicologia Ciência e Profissão (n=6; 10,0%), Estudos e Pesquisa em Psicologia (n=5; 8,5%) e Psicologia: Teoria e Pesquisa (n= 4; 6,8%) se destacaram em número de publicações. As revistas Anuário de Investigaciones (n= 8; 32,0%) e Diversitas Perspectivas em Psicologia (n=7; 28,0%) se destacaram no âmbito internacional. Quanto à natureza do trabalho constatou-se que o número de trabalhos teóricos (n=45; 52,9%) foi superior aos estudos empíricos (n=38; 44,7%) e construção de instrumentos (n=2; 2,4%). No que diz respeito aos instrumentos utilizados, as entrevistas abertas e semiestruturadas (n=22; 38,5%) foram os mais empregados pelos pesquisadores, seguidos do estudo documental (n=20; 35,1%) e, posteriormente, dos

questionários (n=7; 12,3). Quanto à composição das amostras encontradas nos periódicos, as de maior relevância foram referentes a processos judiciais (n=8; 21,0%), seguidas por famílias (n=6; 15,8%), e em terceiro por transtornos psicológicos (n=5; 13,2%). Verificou-se que as regiões que mais se destacaram em número de publicações foram a Sudeste (n=26; 30,6%) e a Sul (n=14; 16,5%). Constatou-se que o número de autores do sexo feminino (n=121;63,7%) foi superior ao do sexo masculino (n=69; 36,3%), o que caracteriza uma tendência muito comum em relação a produção científica nas diferentes áreas da Psicologia. Os autores de origem internacional são das Américas Central e do Sul (n=25; 29,4%) e da Europa (n=5; 5,9%) (Portugal e Espanha). A partir da amostra estudada, concluiu-se a produção científica em relação à Psicologia Jurídica aumentou nos últimos anos e que, o foco principal das atividades do psicólogo, está mais vinculado às áreas prisionais e criminais, bem como aos processos judiciais das varas de família. Ademais, a produção brasileira não permitiu a distinção aguda entre "Psicologia Jurídica" e "Psicologia Forense". Em diversos trabalhos, as terminologias eram utilizadas como sinônimos. Os desdobramentos dessa questão tangenciam, especialmente, dificuldades acerca dos limites de trabalho e impedimentos éticos do psicólogo.

Psicologia Social: Para quê? Para quem?Análise dos trabalhos do XI Encontro Regional da ABRAPSO SP

Maria Dionísia do Amaral Dias, Sueli Terezinha Ferreira Martins, Juliana Peixoto Pizano, Jéssica Rodrigues Rosa

O pôster visa apresentar uma análise de temáticas dos trabalhos apresentados no XI Encontro Regional da ABRAPSO São Paulo, realizado em março de 2013 em Botucatu-SP, dando um panorama de produções recentes no campo da Psicologia Social. Com o tema central A Práxis da Psicologia Social: para quê? para quem? o evento objetivou provocar a discussão crítica de desafios, contradições e necessidades que o contexto histórico e social impõe para a atuação profissional em seus diversos espaços. As reflexões fundamentadas em conhecimentos epistemológicos, teóricos, metodológicos e técnicos da Psicologia Social, assim como suas articulações com outros saberes e práticas, possibilitaram pensar sobre como a atuação profissional pode contribuir para a transformação social. Diante da proposta do evento, considerou-se relevante compreender qual a práxis levada ao Encontro. A metodologia utilizada para este trabalho foi a análise documental dos Anais do Encontro e da Ata da Assembléia Geral da Regional São Paulo realizada durante o evento. Foram apresentados 149 trabalhos, distribuídos entre 88 comunicações orais (CO), 57 pôsteres (P) e 4 na modalidade CineAbrapso

(C). Também ocorreram seis mesas redondas organizadas por Núcleos da Abrapso – Regional SP. Dentre os trabalhos apresentados nas sessões de CO e de P, os resultados mostraram uma concentração de apresentações no eixo temático "Saúde", com 31 trabalhos (sendo 14 na modalidade CO e 17 na modalidade P), e em seguida no eixo "Reflexões teóricas, epistemológicas, metodológicas e práticas", com 22 apresentações (16 CO, 4 P e 2 C) e no "Educação", 22 trabalhos (11 CO e 11 P). O eixo "História da Psicologia" destaca-se por não apresentar trabalhos, apesar de constar como temática proposta na organização do evento. Nos demais eixos temáticos se encontra: "Psicologia Social Comunitária e outras formas de organização comunitária", 16 trabalhos (8 CO e 8 P); Violência e Direitos Humanos", 14 apresentações (10 CO, 3 P e 1 C); "Trabalho", 13 apresentações (8 CO, 4 P e 1 C); "Políticas Públicas", 12 trabalhos (8 CO e 4 P); "Cultura", 9 trabalhos (4 CO e 5 P); "Formação Profissional", 5 apresentações em comunicação oral; "Movimentos Sociais", 5 trabalhos (4 CO e 1 P). Esses dois últimos eixos também foram objeto de reflexões e debates nas Rodas de Conversa de Estudantes e Professores, quando seus participantes indicaram a necessidade de que a ABRAPSO se aproxime mais desses segmentos e que também retome sua articulação com os movimentos sociais. Quanto às mesas redondas foram categorizadas conforme os eixos temáticos como sendo: duas em "Formação Profissional", duas em "Saúde", uma em "Reflexões teóricas, epistemológicas, metodológicas e práticas" e uma no eixo Políticas Públicas. Percebe-se articulação e entrelaçamento entre eixos temáticos em diversos dos trabalhos apresentados, indicando uma complexidade do campo de reflexão e ação da Psicologia Social e uma artificialidade organizativa na categorização em eixos temáticos. Como exemplo, questões de Políticas Públicas destacam-se entre os trabalhos aparecendo não somente naqueles classificados no eixo temático específico, bem como reflexões importantes sobre esse tema estiveram presentes na Roda de Conversa dos Profissionais que contou com a participação de trabalhadores do campo da Psicologia, Educação e Serviço Social. Essa tendência pode estar relacionada à crescente inserção do psicólogo em serviços públicos de diversas áreas - como saúde, assistência social, judiciário, dentre outras – o que tem trazido novas demandas e reflexões específicas à Psicologia, tendo a Psicologia Social valiosas contribuições para estas práticas. Considera-se importante a realização de pesquisas semelhantes que analisem trabalhos numa série histórica de Encontros, o que poderá mostrar um panorama mais completo, indicando mudanças e tendências em contextos sócio-históricos diversos.

Qual o seu NIS? – (des)construindo identidades a partir de experiências num CRAS

Carla Cristina Borges Santos, Debora Linhares da Silva, Álvaro Pinto Palha Júnior

A experiência de mais de um ano de atuação junto à Política Nacional de Assistência Social - PNAS, num Centro de Referência da Assistência Social – CRAS situado em Fortaleza/CE, é que fomenta este trabalho. O foco aqui é discutir de que maneira a inserção num serviço específico do CRAS, com parâmetros e metas a serem cumpridas, reverbera nos modos de subjetivação de um indivíduo, ou ainda, incidem sobre aquilo que aqui trataremos por identidade. O serviço em questão é o Grupo de Famílias, vinculado ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS "é um trabalho de caráter continuado que visa a fortalecer a função de proteção das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida.". Na prática, quem representa essa família são as mulheres, detentoras do Bolsa-Família, responsáveis diretas pela observância do cumprimento das condicionalidades que dizem respeito ao benefício. O Grupo de Famílias, com ocorrência quinzenal, trabalha por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. No nosso caso, era frequentado por 30 mulheres, com idades que variavam entre 20 e 60 anos. A maioria arrimo de família chegou ali por conta do benefício, mas a partir dos espaços de discussão realizados a cada encontro, começavam, uma a uma, a aparecer enquanto aquilo que eram: além de "cumpridoras das condicionalidades", que era o que tentavam enfatizar no início, mulheres, com diferentes histórias. E, apesar do MDS deixar claro que "As ações do Paif não devem possuir caráter terapêutico" como delimitar o que é ou não terapêutico a um indivíduo? O que é de caráter transformador, não é, de algum modo, terapêutico? Falamos aqui de mulheres que vivem no bairro do Genibaú, território conhecido pela pobreza e violência. Neste grupo, quase todas as mulheres já havia, em algum momento, passado por um Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS ou, mesmo sem essa passagem, feito uso de medicamentos psicotrópicos. A maioria veio do interior do estado com a família, em busca de melhores condições de vida, mas, inversamente a isto, possuíam baixa escolaridade, estavam desempregadas ou fazendo "bicos" e diziam claramente estar "depressivas". Assim, fomos encontrando outros dados em comum naquelas mulheres e, a partir disso, somando estratégias para um possível processo de autonomia. O primeiro passo foi, então, trazer à cena as outras mulheres que elas eram sem ser, as mulheres não do Grupo de Famílias, ou as do Cadastro Único, que eram chamadas pelo seu Número de Identificação Social

– NIS, num forte aparato de despersonificação do sujeito. Assim começaram a (res)surgir as Marias, as Adrianas, as Franciscas, as Márcias, as Lúcias e, com elas, as cantoras, as cabelereiras, as costureiras, as donas de casa, as filhas, as mães, as irmãs e, singularmente, nossa personagem destaque: a catadora. Intentamos aqui um diálogo com o eixo temático Psicologia Social: questões teóricas e metodológicas no que diz respeito à problematização das práticas das políticas sociais vigentes em nosso país e, também, problematizando a reprodução de uma visão cristalizada do que vem a ser identidade como campo de análise da subjetividade. Por esse mesmo motivo, nos identificamos com o GT Identidade especialmente quando este se propõe "à análise de processos de construção e mudança de identidades pessoais e coletivas, d) aos aspectos regulatórios e emancipatórios presentes na realidade social e suas interconexões com políticas de identidade". Para tanto, traremos como aparato teórico a Psicologia Social Crítica, fundamentados nos escritos de Antônio da Costa Ciampa quando de suas discussões acerca das nuances metamórficas da(s) identidade(s), de sujeitos histórico-materiais, portanto, em constante movimento, um sujeito devir, onde existem campos de possíveis. Ainda trazendo discussões sobre as identidades metamorfoses e adentrando conceitos como o do reconhecimento perverso, abrimos espaço para o diálogo com os trabalhos de Aluísio Ferreira de Lima, para pensar as lutas por emancipação que são também atravessadas pela necessidade de reconhecimento onde o discurso social tem papel determinante na construção da identidade dos indivíduos. Este trabalho caracteriza-se como de enfoque qualitativo, e utilizou como método a Observação Participante enquanto técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo ou de uma comunidade, complementado pelo recurso do Diário de Campo. Mais que as análises teóricas que possam ser feitas de todo o processo vivenciado com o grupo, ficou-nos a percepção destes seres que são-estão em cada uma daquelas mulheres e, dependendo do olhar, das práticas e de como se intervém na atuação como Psicólogo dentro de uma política pública, talvez seja terapêutico sem ser, talvez seja transformador onde não se propunha, tirando a catadora do silêncio medicamentoso aos passos de trabalhadora assalariada.

Resignificação da periferia por meio da arte: contribuições de uma metodologia Construcionista Social

Ederglenn Nobre Vieira Júnior, Nayara Portilho Lima, Lorena Ladico Trindade, Nathalia dos Reis Montesino, Paula Cristina Medeiros Rezende

No presente trabalho se propõe a reflexão sobre novas possibilidades metodológicas para as práticas em Psicologia tendo como importante interlocutor o movimento Contrucionista Social, visando fortalecer a participação da psicologia nos contextos sociais e a pensar a relação entre a arte, educação, desenvolvimento humano, cultura e infância. Tendo em vista a importância do comprometimento da Psicologia quanto aos aspectos sociais e políticos do país, será abordado um trabalho realizado por alunos extensionistas e uma supervisora do curso de Psicologia que, inspirados pelos trabalhos do artista Hélio Oiticica denominado Parangolé, atuam e acompanham atividades realizadas em uma associação do terceiro setor em uma cidade do Triângulo Mineiro. Tem sido observado um tímido avanço no que diz respeito à interlocução entre o Construcionismo Social e a formação e atuação do psicólogo no campo da educação no Brasil. Para fomentar esse diálogo, busca-se colocar em discussão experiências vividas no contexto educacional onde a arte é entendida como uma ferramenta potente para a aprendizagem e o desenvolvimento humano. Ao pensar as ferramentas da Psicologia Social para práticas e pesquisas, a formação de psicólogos está sendo diretamente implicada pelas transformações da cidade e a organização da sociedade para além da academia. O Projeto tem como uma de suas propostas educacionais a formação continuada por meio da realização de oficinas que possibilitam a vivência artística e a educação socioambiental, envolvendo artistas-educadores, crianças e jovens de escolas públicas e organizações não-governamentais da comunidade. As oficinas têm a arte como fio condutor de todas as atividades, sendo organizadas por temas como: oficinas de percussão, teatro, canto, literatura, mídia e comunicação, entre outros. Nesse sentido as crianças e adolescentes são convidados a participar ativamente na produção cultural, experimentando papeis como o de escritores, coristas, músicos e atores, e não apenas sendo espectadores passivos dos acontecimentos, acionando o sentimento de autoria. A participação dos extensionistas, enquanto psicólogos em formação, tem como objetivo suscitar conversas entre a psicologia acadêmica e os sentidos produzidos nesse cotidiano. Metodologicamente, a inserção dos estudantes nesse campo buscou se aproximar da ideia de um pesquisador que se torna parte ordinária do próprio cotidiano, um pesquisador conversador que compõe ativamente as oficinas. Por meio da transposição do uso das Cartas Terapêuticas, que no contexto clinico funciona como uma terapia de reautoria na qual o cliente tem a oportunidade de revisitar suas narrativas e dar novos sentidos às suas experiências, propomos o uso das Cartas Reflexivas no contexto apresentado, objetivando provocar mudanças qualitativas no processo de formação dos educadores de infância, que são os artistas-educadores, coordenadores das oficinas. Apoiados na compreensão construcionista da

linguagem como base sustentadora das relações sociais e das descrições de mundo, o emprego das cartas busca possibilitar espaços de reflexão e o exercício de uma prática voltada para a formação de educadores e crianças autônomas e autoras de suas próprias experiências. A periferia, geralmente significada como um espaço à margem dos centros urbanos, tanto geograficamente quanto estruturalmente, começa então a nos convidar a visitar novos sentidos que apontam para potencialidades das crianças e adolescentes, dos artistas-educadores e dos próprios psicólogos enquanto atores da emancipação social.

Rugby e seus impactos sociais

Breno Augusto da Costa

O rugby é hoje o segundo esporte mais praticado no mundo, e atualmente ganha cada vez mais projeção no Brasil, já que será jogado nas olimpiadas de 2016 em diante. Jogado por duas equipes de 15 jogadores, o rugby é considerado por alguns como um esporte violento, porém, baseando-se no manual da International Rugby Board (IRB), instituição que organiza as competições e governa todas as questões envolvendo o rugby, há toda uma filosofia de valores que rege o esporte, fazendo com que aqueles que o pratiquem tenham a integridade física mantida. O rugby, além de ser um esporte promotor de saúde fomenta interações sociais, estas, por sua vez, são fundamentais no processo de formação da identidade. A psicologia comunitária tem muito a contribuir com as políticas públicas de saúde. O Sistema Único de Saúde, tem diretrizes que estimulam a prevenção de doenças, promoção à saúde e a prática de atividades físicas, considerando isso, os esportes são meios eficientes para atingir tais diretrizes. Esse trabalho foi um estudo piloto requerido numa disciplina do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, seus objetivos foram: identificar quais valores o rugby promove em jogadores de um time em Uberaba, avaliar a possibilidade do uso desses valores para o bem social e compreender a repercussão desses valores na vida dos jogadores. Para coleta de dados foi utilizada uma sessão de grupo focal com oito jogadores do time Taurus Rugby, de Uberaba, e através da análise de conteúdo temática e da teoria das representações sociais realizou-se o tratamento dos dados coletados. Além dos valores estimulados pelo manual da IRB, os jogadores destacam que o rugby promove igualdade, união e inclusão. Esses valores permitem que o esporte seja jogado sem desviar-se para a violência (e ainda, os jogadores ressaltam que é necessário fazer uma definição operacional de violência), além disso, nenhum jogador participante do grupo focal considera o esporte violento. Os jogadores afirmam que o esporte repercute positivamente na sociedade, ensina a respeitar as diferenças, que existe

lugar para todos e promove maior controle emocional diante de várias situações da vida. Segundo os jogadores sua família e amigos notaram mudanças na personalidade deles após o início da prática do esporte, especialmente no que tange ao maior respeito que os jogadores tinham com seus professores, pessoas mais velhas e/ou com mais autoridade. Como conclusão, o rugby, assim como todos os esportes, tem muitos valores a ensinar. Por que não estimular esse esporte nas escolas, junto com o ensino básico, além do usual futebol ou artes musicais? A diferença do rugby para os outros e sua característica distintiva é que ele ensina valores explicitamente. Sendo assim, entende-se que o rugby promove um aprendizado de maneira formal e informal, e por isso, mais eficiente. Mas também, como apresentado no grupo focal, os resultados estendem-se para além da prática do esporte. Ao ensinar a respeitar as diferenças e ensinar que existe lugar pra todos o rugby promove não apenas uma integração entre os próprios jogadores, mas uma integração entre toda a sociedade; seria admirável uma sociedade na qual todos os valores do rugby fossem ensinados e praticados.

Teoria crítica e indústria cultural: a política na (re)significação dos processos de identidade

Francisco Anderson Carvalho de Lima, Erika Silva Rocha, Mariana Pompílio Gomes Cabral, Isadora Leite Lopes

Este trabalho tem por objetivo traçar uma reflexão sobre o processo de (re)estruturação da sociedade por meio da atividade midiática, por conseguinte, da vida psíquica dos sujeitos, admitindo esse "quarto poder" dentro das instâncias sociais além das habituais, reverberando nos processos de emancipação humana. Utiliza-se para tal as considerações sobre a dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer, trabalhando-se com o conceito de Indústria Cultural e as elaborações sobre a teoria crítica e indústria cultural de Rodrigo Duarte, uma vez que o estatuto de tal teoria é o compromisso ético-político com a emancipação humana, além de contribuições com os chamados "textos sociológicos" de Freud em relação com as considerações da Psicologia Social Crítica e os Processos Grupais e de Identidade, bem como as elaborações sobre os destinos das pulsões na estrutura social, sendo abordados os conceitos de narcisismo, ideologia, civilização, cultura de massa, psicologia das massas, identidade e indústria cultural, focando nos processos de autonomia e não-autonomia dos sujeitos em uma sociedade do consumo. Em uma sociedade pensada democrática, com o advento da revolução francesa e a consolidação de novos sistemas sociais que culminaram no capitalismo contemporâneo, há três instâncias reguladoras: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Entretanto, com o advento das novas tecnologias e a possibilidade da transmissão de informações em massa vê-se que, cada vez mais, desde meados do século XX, a organização social tem mudado seguindo essa espécie de "quarto poder", como nomeia o filósofo Rodrigo Duarte (2003), representado pela cultura de massa ocidental o que leva a pensar sobre até onde vai a autonomia dos sujeitos na atividade e sociedade de consumo. Dessa maneira faz-se sentir a necessidade de se focar a atenção nesse processo de (re)organização através do quarto poder, uma vez que tal processo mostra-se nocivo tornando a autonomia dos sujeitos subjacente ao consumo envolvendo até os que trabalham nessa indústria, fazendo com que a sociedade fique a mercê da atividade midiática abrindo mão da capacidade de fazer escolhas de maneira adequada, isto é através do raciocínio crítico por meio da abstração, a qual Marx (2004) considera como o exercício reflexivo onde se depreende uma parte do todo com a atividade de estabelecer o criticismo na relação com esse todo implicado nessa parte, o que se faz necessário devido a uma maior clarividência das relações que se estabelece com determinado objeto. A Identidade, como apontam Ciampa (1987) e Lima (2010) se dá através dos mecanismos de atividade e consciência, onde por meio da metamorfose dessas instâncias emerge o sujeito em relação à história e cultura de sua sociedade o que ocorre advindo da dialética entre identidade social e individual. Tais processos seguem fluxos não apenas de consciência e atividade, mas também a dinâmica psíquica dos sujeitos está contemplada, como já aponta Freud (1996) que toda psicologia individual é uma psicologia social, já que o sujeito é concebido na cultura em relação constante com os mecanismos pulsionais e do inconsciente realizados através da ética do Desejo e da falta constitutiva, sendo o homem então considerado como um ser biopsicossocial, mas, sobretudo atravessado pelas nuances da cultura e os processos subjetivos inconscientes de narcisismo e reverberando em uma construção ideológica em grupamentos sociais, o que mostra a impossibilidade da separação da clínica, política e dos fatores sociais. Adorno e Horkheimer (1988) estabelecem a crítica da sociedade inserindo a indústria cultural como um processo de constituição social do sujeito, onde através do capitalismo, e a partir da emergência do capitalismo industrial, o homem passa a manter uma relação com o mundo em aspectos de produção onde as elaborações subjetivas são convertidas na mercadoria e os modos de subjetivação são então perpassados pela ideologia do capitalismo e do consumo, o que arraiga o sujeito em uma posição em que é eminentemente convocado à emancipação e atividade através da conscientização, estando à mercê de um sufocamento social e assassinato subjetivo, por assim dizer. Percebe-se a relação intrínseca entre os postulados aqui expostos e que todos mantém um compromisso com a convocação do sujeito para seu papel transformador,

isto é político, o que corrobora nas políticas públicas e na cidadania reverberando nas relações entre indivíduo e sociedade e Estado e comunidade. Como conclusão, trazemos a importância de pesquisas onde os sujeitos possam ser ouvidos e questionados através das suas relações subjetivas e coletivas com o exercício da criticidade, uma vez que o capitalismo e o modo de vida contemporâneos arraigam os sujeitos em um modo de se relacionar cada vez mais individualista, irracional e sufocante, onde quanto mais se pode fazer melhor aceita é a posição subjetiva de alguém perante o mundo, o que reflete no que Bauman (2003) e Bauman (2001) trazem, uma vez que a cristalização do século XXI é o polimorfismo exacerbado, assim podendo manter o compromisso ético e político com a emancipação humana.

Um caso de autismo: a importância da experiência clínica na academia

Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira, Ana Paula Parise Malavolta

Objetivo: O presente artigo enfatiza a prática de Estágio Ênfase BI do VII semestre do Curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santiago. Esta escrita tem por objetivo refletir a vivência de clínica com uma paciente autista, com intuito de abordar as possibilidades, teorias, inovações e criações da experiência de constituir-se terapeuta diante dos desafios da clínica na academia. Relação com o GT e o Eixo Temático escolhido: O eixo temático selecionado é “Saúde”, por entender que se trata de uma experiência que pretende discutir e apresentar novas formas de atenção à saúde, inserindo-se no atual debate sobre saúde como direito humano e condição de cidadania para as pessoas com sofrimento psíquico. Desta forma, o GT escolhido é o de número 6 ”Corpo, Arte e Clínica: experimentações metodológicas”, por acreditar que ele contempla a presente prática, pois o trabalho de clínica com pacientes autistas exige o despertar de um processo criativo e ético/estético, envolvendo corpo, arte e metodologia. Orientação Teórica: Na atual configuração social, marcada pelos valores da liberdade e da autonomia na presença de uma fragilização da lei simbólica, parece prevalecer uma determinada organização subjetiva não mais pautada nos parâmetros fornecidos pela sexualidade edípica e tampouco norteada pelo recalque (Ehrenberg, 2000; Figueiredo, 2008; Garcia, 2011). Sendo assim, na cena analítica contemporânea, presenciamos um número crescente de pacientes nos quais os aspectos narcísicos são centrais (o queatesta o caráter primário de seus transtornos) e evidenciam uma pungente precariedade de seus limites psíquicos, como o caso do autismo. De acordo com Winnicott (1980) o autismo apresenta-se como resultado de falhas ambientais na fase de extrema dependência do bebê em relação a seus cuidadores. Em defesa às falhas, a criança

utiliza o isolamento: limita-se na interação com o outro que se mostra nocivo, impedindo a participação na realidade compartilhada e a constituição de um "si mesmo". Assim, a dificuldade de comunicação com o outro se apresenta como característica do autismo, o que torna o trabalho do psicólogo envolto nesta problemática ainda mais desafiador: é necessário criar alternativas de comunicação com este paciente, para que, através destas, ele possa expressar suas angústias. Safra (2005) apresenta a tese de que na experiência do processo psicoterápico há dois movimentos distintos, um deles seria proporcionado pelo trabalho, a cada sessão, com as angústias, defesas e com a transferência, e as transformações e insights conseguidos somam-se durante longos períodos de trabalho. Este movimento foi chamado de "períodos mutativos". O outro movimento distinguido seria quando há certa confiança já estabelecida no processo, e o paciente consegue expor uma busca na relação terapêutica de uma necessidade psíquica que não pôde ser satisfeita ao longo de seu desenvolvimento emocional. Método: A presente prática teve como metodologia a escuta clínica, o acompanhamento terapêutico e o uso da fotografia. Mediante Palombini (2006) "o acompanhamento terapêutico torna-se uma função emblemática da mistura e contágio das disciplinas psi com o espaço e tempo da cidade. E seu exercício – que se dá entre lugares, entre o serviço e a rua, entre o quarto e a sala, fora de lugar, a céu aberto – presentifica uma exigência que a reforma psiquiátrica vem colocar aos seus profissionais, seja qual for o dispositivo em causa: o fato de que uma clínica a serviço dos processos de desinstitucionalização coloca em jogo a desinstitucionalização da clínica mesma". A fotografia possibilitou para à paciente o "olhar a si mesmo", já que a mesma não consegue olhar para si refletida no espelho e nem olhar nos olhos das pessoas, inclusive as de sua família, o que é característica da pessoa autista. Deste modo, de acordo com Kaês (1979), a "imagem de sua unidade perdida e a ancoragem necessária para superar o desamparo, podem ser refletidas pela fotografia. Buscar fora o que lhe falta dentro: a não-divisão, a permanência". Resultados e Conclusões: Esta vivência está proporcionando uma grande experiência de clínica, a qual pode mostrar-se de várias formas, pois o percurso terapêutico é feito de acordo com a singularidade da paciente. Trata-se de um trabalho de longo prazo, com muitos obstáculos a transpor, avanços e recuos, exigindo do terapeuta a construção de um tempo/espaço analítico lento, porém sólido. Enfim, percebeu-se a importância de introduzir novas intervenções e recursos na clínica com autista. O uso da arte, os movimentos, as formas, a linguagem e o meio social mostraram-se como dispositivos de mudança neste caso.

Um estudo de identidades de gênero em idosos com suspeitas de Alzheimer

Marina Nogueira Gouvêa

O envelhecimento é um tema abordado com frequência desde as civilizações antigas até a atualidade. Tendo em vista o aumento da população idosa no Brasil, foram implementadas políticas públicas voltadas a esta população, como a Política Nacional de Saúde da pessoa Idosa, aprovada em 2006. A comunidade científica voltou-se a esta população com o objetivo de contribuir para o aumento da expectativa de vida, ao movimento em defesa da vida, ao ritmo saudável de se chegar à velhice. Não se espera morrer, apenas prolongar ao máximo os anos de existência de cada um, pois a vida precisa ser permanecida, continuada, exercitada. Em contrapartida a essa política, o que se encontra são cada vez mais processos degenerativos surgirem neste envelhecimento saudável, idosos com queixas depressivas e a busca exacerbada de medicamentos, e vagas em casas de repouso. Nessa instância, levando em consideração certas contribuições teóricas de Michel Foucault, o presente trabalho propõe outra abordagem para a velhice, contrária ao papel social do idoso na sociedade pós-moderna, podendo também analisar os possíveis papéis de gênero estabelecidos socialmente nos idosos, a partir do conceito de Identidade de Gênero para Judith Butler (2003), e verificar se há relação com queixas de estados depressivos e demenciais encontradas em grande parte destes sujeitos, dentre os quais as políticas públicas de saúde buscam minimizar em favor do envelhecimento sadio e ativo. De acordo com este conceito, se analisarmos construções de gênero, podemos destacar identidades generalizantes, e em alguns casos destrutivas, de modo que exista uma relação entre sexualidade, gênero, sexo e desejo. Isso faria do sujeito uma pessoa completa. Dessa forma, é como se houvessem constituições de identidades de gênero previamente formuladas e socialmente estabelecidas, de acordo com o modelo binário vigente, antes mesmo do nascimento sujeito menina heterossexual, menino heterossexual (BUTLER, 2003). Esta identidade macho/fêmea, com o modelo heterocentrado, modularia não somente a representação de uma identidade masculina/feminina, mas também as práticas sexuais, o desejo, e o sexo, criando-se uma coerência entre estes aspectos. Fixando os sujeitos na norma: homem macho potente; mulher fêmea submissa, limita-se qualquer tipo de prática sexual, ou qualquer outra manifestação de comportamento que não seja a estabelecida a partir da definição de papéis de gênero. Ao discorrer sobre a identidade mulher-mãe, pensamos ser culturalmente estabelecido que ser mãe é ser completa, e se existe dificuldade, ou até mesmo impossibilidade de ser outra coisa, esta identidade torna-se cristalizada. Quando essa função é, por algum

motivo, destruída, como exemplo a morte ou a ruptura deixada por um filho ao sair do lar, para ganhar independência, observamos não só a perda do papel social e familiar dessa mulher, mas em muitos casos o não reconhecimento de si mesma. Essa perda do reconhecimento de si pode ser relacionada à sintomatologia da doença de Alzheimer, em que o sujeito aos poucos perde a capacidade de recordação de fatos vividos, como também os vínculos familiares e sociais criados. Assim, esta pesquisa conta também com o intuito de analisar possíveis identidades de gênero cristalizadas, e sua relação com o aparecimento de demências, como a de Alzheimer, quando estas identidades fracassam. Pretende-se também, tendo por base os conceitos de bio-poder e bio-política para Foucault (1979), a produção de uma análise dos modos de estigmatização vivenciados por sujeitos diagnosticados pelo modelo psiquiátrico, como as demências. Propostos os objetivos dessa pesquisa, com o uso do método da cartografia, caracterizado como pesquisa-intervenção, espera-se vivenciar experimentações nos campos a serem explorados, sendo estes, asilos e unidades de saúde, sendo possível estabelecer o resgate de histórias de vida destes sujeitos e relacioná-las com suas constituições subjetivas. Assim, esta pesquisa pode contribuir com a ampliação dos estudos de gênero em idosos com queixas de estados depressivos e demenciais, como na doença de Alzheimer, e os reflexos das identidades subjetivas criadas no processo de envelhecimento, de modo a contribuir para outros olhares sobre estas pessoas, que não seja recluso ao modelo psiquiátrico. Bem como produzir reflexões que possam ir contra a exclusiva denominação do termo “esquecimento de si” para se classificar estes sujeitos, e principalmente, um estudo contrário ao esquecimento desta população, quando estigmatizada com fantasmas da degeneração neuronal e da irreversibilidade.

Uso de drogas e prática de esportes: construção identitária de esportistas sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica

Lucas Bayde Ribeiro, Aluísio Ferreira de Lima

O presente trabalho visa discutir, sob a perspectiva da Psicologia Social Crítica, articulações entre o uso de substâncias psicoativas e a prática de esportes, e como essas ditas articulações influenciam a construção da identidade de esportistas. Há relatos documentados que mostram o uso de substâncias psicoativas desde períodos iniciais da atividade humana na terra, mostrando que o uso de drogas perpassa o desenvolvimento humano desde seus mais antigos ancestrais. O uso de drogas, desde os primórdios, sempre esteve presente nas diversas civilizações de nossa espécie, relacionado com temáticas religiosas, sociais, culturais, dentre

outras. Na contramão disso, a sociedade contemporânea, em um movimento de articulação entre estado, direito e medicina, elabora e aplica políticas públicas de combate ao uso de drogas, elaborando ensaios que enfatizam apenas os danos causados pelo uso excessivo dessas substâncias e associando o uso de drogas à violência, fato que promove ações estigmatizadoras contra os usuários. Em um movimento que nada tem a ver com uma relação real entre psicoativos e desportos, interpela os dois através de valorações a partir de uma naturalização moral das funções atribuídas pela linguagem aos conceitos de droga e esporte, nela esporte e drogas seriam duas coisas que não poderiam ser experienciadas pelos mesmos sujeitos. Na contramão desse tipo de produção, buscamos nesse trabalho explicitar o papel histórico do uso de drogas no desenvolvimento de diversas sociedades, e a importância dada à prática esportiva nesses contextos, comparando com a contemporaneidade, mais ainda, procuramos assinalar como o mesmo sujeito que é visto como herói pela prática esportiva e símbolo de saúde muitas vezes é o mesmo sujeito visto como vilão por conta do uso que faz de substâncias psicoativas. Como referencial teórico, utilizaremos a perspectiva da Psicologia Social Crítica, como desenvolvido desde a década de 1970 por Sílvia Lane, dando enfoque, mais precisamente, às contribuições de Antonio da Costa Ciampa acerca das pesquisas sobre identidade metamorfose. Isso significa que tomamos o conceito de identidade como central na análise das ligações feitas entre os dois construtos nesse caminho histórico, e como perspectiva base para a análise de narrativas das entrevistas de história de vida feitas com praticantes de esporte que usam ou usaram drogas. A partir das narrativas de diferentes sujeitos que praticam atividades esportivas, buscaremos identificar de que forma o consumo de substâncias psicoativas influenciou as metamorfoses identitárias, salientando as personagens que surgiram nesse percurso. Entendemos identidade, nessa pesquisa, como uma ininterrupta construção e reconstrução do ser de acordo com suas vivências, visão antagônica à ideia de se pensar categorias “naturais” e estáticas, invariavelmente associadas a indivíduos por interesses sociais e econômicos. Identidade seria, então, a representação de si mesmo em diferentes personagens, em uma constante e repetida metamorfose, onde essas diferentes personagens se sobrepõem umas às outras, e se constituem nesse processo dual. A partir dessas constituições, pretendemos assinalar o problema das políticas de identidade direcionadas aos usuários de droga na construção identitária dos esportistas entrevistados. A pesquisa de identidade, nesse sentido, assume-se, além de como um posicionamento científico, também como uma discussão política.

Vínculo pais-criança e constituição do sujeito psíquico no segundo e terceiro ano de vida

Ana Carolina Gonsiorkiewcz

O presente projeto visa abordar as etapas do desenvolvimento de bebê que vivem seu segundo e terceiro ano de vida. Durante o tempo de pesquisa foram realizadas entrevistas e observações com famílias, as quais, pertencem os bebês participantes. Dois dos bebês nasceram antes do tempo gestacional dito padrão que é de 37 semanas, sendo assim, prematuros e os outros dois chamados de a termos nascidos dentro do tempo padrão já mencionado.Estas famílias já eram participantes de um projeto anterior, e após concordarem e assinarem o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE), contribuíram com suas vivencias e suas experiências. Com os dados coletados nota-se a importância, da interação entre pais/cuidadores e bebê, pois os bebês têm apenas contato com o que os pais mostram do mundo assim esse envolvimento mobiliza as representações das crianças desta idade, do brincar atividade esta que é a principal ponte entre as representações dos pais e os seus bebês e também das novas aquisições físicas, como andar, pegar. Os bebês estão, neste momento desenvolvimental, ampliando seu mundo através do brincar e das interações já mencionadas, seu vínculo com os pais, habituando-se com o afastamento da mãe e também com a convivência com as pessoas responsáveis, como avós, irmãos, babás,que vem suprir a ausência dos pais para que os mesmos possam trabalhar. Em suma o vínculo estabelecido desde a gestação e como foi constituído é o que agora move as diferenças de uma família para a outra, e não o tempo que durou a gestação ou quando aconteceu o parto.

Violência e Educação: construção de relações de igualdade-equidade e identidade cultural de não-violência

Fernanda Luiz Ribeiro, Heitor Abadio Vicente, Alexandre Campos Butenco, Augusto Campos Butenco, Fernando Cesar Paulino-Pereira

A violência tem profundas raízes culturais e sociais. Existem várias formas de violência contra a mulher, desde a violência direta até as formas de violência indireta, atingindo-as moralmente ou reproduzindo (pre)conceitos sobre a condição da mulher; a violência doméstica é uma questão de saúde pública. Este trabalho é desenvolvido através de um projeto de Pesquisa e Intervenção na qual se visa prevenir e coibir, por meio dos processos educativos, os papéis estereotipados que legitimam ou acentuam a violência de gênero e a violência doméstica. Este projeto inclui na escola pública a discussão sobre o papel da mulher, buscando superar a desigualdade que é construída historicamente.

É possível perceber que a violência física é uma das formas de violência que mais atinge a mulher e, na maioria dos casos, sendo praticada por alguém muito próximo. Isto revela a discriminação da sociedade com relação à mulher, principalmente quando esta se encontra na posição de esposa. Sinclair (1985) afirma que "o indivíduo aprende a violência pela cultura". Essa visão possibilita novas formas de intervenção e o questionamento de pensamentos direcionados ao relacionamento homem-mulher. Os homens não são naturalmente agressivos, aprendem-no ao longo do processo de socialização. Olhar para o comportamento agressivo como algo aprendido permite a elaboração de um programa de intervenção para conter o comportamento violento (PANDOVANI e WILLIAMS, 2005). O problema é da cultura masculina, patriarcal, machista, que propiciam e toleram a violência. Por isso não se pode excluir os homens das estratégias de erradicação da violência (MENDEZ, 1999). Os estudos e programas voltados à violência doméstica e de gênero no Brasil são poucos e é de extrema importância um trabalho educativo que possibilite a promoção de alternativas às posições ocupadas pelos homens "agressores". É necessário que o psicólogo trabalhe junto às Escolas com projetos baseados em princípios que o orientam: a promoção de uma cultura de paz e a equidade de gênero. Observa-se, então, a necessidade de se fazer desde cedo um trabalho de prevenção com crianças e adolescentes. Reconhece-se a necessidade de posicionar os homens além do papel de "agressores", situando-os no contexto de uma socialização masculina baseada na ausência de diálogo, ausência de equidade de gênero e na violência. A identidade é formada, mantida ou modificada pelas relações sociais, no início através da interiorização e, depois, da internalização de valores morais e éticos, propiciando a absorção de papéis e atitudes. Com isso, o objetivo geral deste trabalho é estudar a relação identidade e violência doméstica, no campo escolar, identificando valores e processos de identidade nas circunstâncias e dinâmicas cotidianas dos atores envolvidos, através da criação de espaços relacionais que facilitem a interiorização de valores e posturas. Como objetivos específicos temos a criação de grupos terapêutico-educativos com alunas em escolas públicas de Catalão/GO que possibilitem a discussão sobre a situação de violência, e a criação de grupos terapêutico-educativos com alunos em escolas públicas da cidade de Catalão/GO, visando a prevenção e diminuição dos casos de violência doméstica no município. Consideramos que esta pesquisa há forte relação com o Grupo de Trabalho "Identidade", pois esta busca relacionar a Identidade com a questão da Violência de Gênero e Doméstica, acrescentando-se também a questão dos processos de socialização abordados no trabalho. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa e, dentro desta perspectiva, utilizamos a pesquisa-ação. Tripp (2005) define a pesquisa-ação como

"forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisas consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática". A pesquisa-ação foi escolhida por se tratar de uma pesquisa que não busca somente compreender ou descrever algo, mas que se visa à transformação. Como método de intervenção utilizamos os Grupos Terapêutico-Educativos e como instrumento de coleta de dados o Diário de Campo. As oficinas (Grupos Terapêutico-Educativos) são realizadas por meio de atividades com alunas e alunos, separados. O trabalho em grupo recorre à metodologia das oficinas participativas de modo a estimular a expressão afetiva e verbal por parte dos alunos e alunas participantes, tendo como foco: Violência, Identidade e Gênero. O Diário de Campo é um instrumento importante na realização da pesquisa-ação, é através dele que o investigador desenvolve seu projeto. Utiliza-se o diário como uma ferramenta de coleta de dados e de reflexão da prática de pesquisa. O diário de campo, individual e pessoal "retrata o que se olha, como se olha e o que faz (ou poderá fazer) como o que está olhando" (PELISSARI, 1998). Essa pesquisa tem grande importância pela inserção desta temática no contexto da escola pública, tema este que é pouco trabalhado, e através dos processos educativos foi possível promover reflexões e alternativas de transformação social, no que diz respeito à prevenção da violência, à construção de uma cultura pacifista e de equidade de gênero, desconstruindo papéis estereotipados da mulher e do homem.

"Você já fez um amigo hoje?" - Experimentações juvenis em uma praça pública municipal

Larissa Silva Cabral, Ana Clara Pignaton Moro, Roberta Scaramussa da Silva, Poliana Sfalsin Zatta

O presente trabalho objetivou cartografar encontros de jovens em momento de lazer em uma praça pública do município de Linhares/ES. A partir da década de 1990 o Brasil vem discutindo a construção de um plano integrado e articulado que vise garantir políticas direcionadas a singularidade e pluralidade da juventude. Isso reflete profundas mudanças ocorridas no que se refere ao entendimento do conceito de juventude. Esta deixa de ser reduzida apenas uma etapa do ciclo de vida, pois cada ciclo comporta em si uma multiplicidade de possibilidades de vivencias e experimentações. A juventude pode ser entendida então, como um percurso para a emancipação social que se dá num tempo próprio que é histórico, social e biológico. Pode então, ser pensada como um grupo plural e diverso que precisa ser visto como sujeito de direitos e agente estratégico de desenvolvimento com potencial criativo e não somente como uma faixa etária. Enquanto debate-se a efetivação das políticas públicas para os jovens brasileiros, os

mesmos estão ocupando os espaços sociais e construindo estratégias alternativas para suas relações com o trabalho, educação, saúde e lazer. Deste modo deu-se o encontro entre jovens-alunos-cartógrafos e jovens-sujeitos-participantes numa praça pública do município de Linhares interior do Estado do Espirito Santo. Cartografar é acompanhar processos colocando pesquisador e participante com sujeitos ativos na construção do conhecimento e na produção de subjetividades. O grupo de jovens-alunos-cartógrafos foi composto por seis pesquisadoras do sexo feminino que cursam o sétimo período de Psicologia da Faculdade Pitágoras – Campus Linhares. Para a realização da pesquisa-intervenção o grupo foi subdividido em três duplas que iam à Praça 22 de Agosto. Durante a semana, cada dupla visitava a praça por aproximadamente uma hora, no período noturno. O método de pesquisa-intervenção convida as pesquisadoras a experimentar um estranhamento, pois ao ir a campo dispomos apenas do nosso próprio corpo e sentidos, priorizando o encontro e não a formulação antecipada de questões a serem respondidas. Desse modo, a implicação do pesquisador no processo variará de observação participante à participação observante. Cada dupla de pesquisadoras vivenciou a Cartografia de modo muito particular. Duas delas vivenciaram a imprevisibilidade do encontro, do abrir-se às diferenças, que produziu desassossegos, inquietações, angústias, questionamentos e transformações. No decorrer do encontro com os jovens algumas instituições emergiram. Algumas delas se afirmaram fortemente no discurso, tais como a masculinidade, o trabalho, a família e o sexo. Em contrapartida, foi pontuado que existe uma parcela populacional que não mantém relação sexual, sendo denominados de assexuados. Por sua vez, uma das duplas experienciou o não-encontro. Ante toda a frustração, as pesquisadoras mobilizaram-se para criar um meio que possibilitasse um novo encontro. Assim, encontraram numa rede social o movimento denominado “Diga não à inércia” que, por sua vez, propõe sair do estado de inércia através de micropolíticas que geram um impacto social no cotidiano das pessoas. Para tanto, o movimento configurou-se numa grande avenida localizada na cidade de São Paulo com apenas uma toalha vermelha, uma almofada, um banquinho, algumas balas, bolachas, um caderninho e uma placa que dizia “Você já fez um amigo hoje? Sente-se”. Assim, resolveram realizar a mesma ação na Praça 22 de Agosto que produziu os mais variados encontros, com pessoas que jamais esperariam. Outro quesito observado é que a juventude linharense relata possuir poucos espaços de encontro e lazer. A Praça 22 de Agosto apresenta-se então como alternativa possível de entretenimento (baralho), prática de esporte (futebol, handebol, tênis, slackline, entre outros) e encontros afetivos. Nesse contexto, em que os jovens vão à praça no contra turno do período em que trabalham, verifica-se que há uma distância considerável entre lazer e trabalho. Um não

habita o outro. O trabalho é tido como um espaço de tortura e aflição, do desprazer e do cansaço. Ao contrário, o lazer é resultado do querer singular que impulsiona a retirada de um tempo para a própria satisfação. No entanto, o espaço de lazer é cada vez mais localizado em ambientes restritos, efeito de uma sociedade capitalista que prioriza a produção excessiva. Por fim, vale ressaltar que a praça é utilizada também como um espaço/tempo para a manutenção da imagem corporal, enquanto valorização e preservação da beleza, visto que as expressões corporais se configuram também na prática de exercícios físicos – corrida, caminhada, prática de esportes – estimulado pela adequação aos padrões estabelecidos socialmente.

EIXO TEMÁTICO 10. POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL E ÉTNICA NO BRASIL: HISTÓRICO E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Beya Mekea- preservando a tradição. Cerimônias Indígenas e intercâmbio de cultura

Camila Silva Ribeiro, José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Tem sido uma das prioridades na atualidade para a Psicologia Brasileira sua interface com os povos indígenas, guardiões nativos de nosso território, e fonte das raízes profundas do "ser" brasileiro. O laboratório de Etnopsicologia da FFCLRP-USP tem realizado pesquisas compromissadas com as questões de igualdade racial e étnica no Brasil, realizando estudos sobre manifestações culturais e espirituais envolvendo a população negra e indígena. A pesquisa "Mergulho no Ser" tem estudado as manifestações corporais dentro de cerimônias espirituais indígenas do tronco linguístico Pano, seu papel na memória biográfica e cultural de seus participantes, na preservação e propagação de memória coletiva, como também realizou uma documentação das técnicas corporais utilizadas nas cerimônias, percebendo-se a importância do estudo de culturas indígenas para o entendimento de etnopsicologias populares. Seus objetivos principais consistem na compreensão etnopsicológica e reconstituição da etnopsicologia de povos Pano; registro e documentação de saberes tradicionais acerca do papel das cerimônias espirituais com Huni (Ayahuasca) na preservação e resgate cultural de etnias Pano e das técnicas corporais utilizadas durante tais cerimônias; compreender níveis não verbais de experiências nas cerimônias, resgatando o papel da corporalidade no acesso a memórias biográficas ou culturais e na preservação e propagação de memória coletiva. Foi realizado trabalho de campo em cerimônias com Huni conduzidas por indígenas das etnias Yawanawá e Huni Kuin em centros urbanos (em cidades dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará). Foram descritos aspectos da organização das cerimônias; descrição dos espaços cerimoniais; condução

das cerimônias; descrição das técnicas corporais utilizadas nas cerimônias (cantos, danças e rodas, defumação, sopros e rezas), além de relatos de entrevistas e do trabalho de campo. A análise e interpretação dos dados têm se dado ao longo de todo o percurso da pesquisa, sendo utilizada o método de pesquisa participante, e algumas interpretações embasadas no referencial etnopsicológico e psicanalítico, contudo, sempre priorizando as contribuições e concepções indígenas nativas acerca da temática. O consumo da beberagem Huni possui um papel fundamental na constituição da identidade social e cultural das tribos dos grupos de língua Pano, sendo importante na sua cosmologia, mitologia e práticas celebrativas e de cura. Para além das singularidades de cada etnia, percebe-se uma grande homogeneidade e semelhanças de práticas dentre os povos Pano. Entre as que interessam a esta pesquisa, podemos observar as semelhanças da cosmologia, de mitos, de ritos espirituais e de cura; semelhanças em práticas culturais e corporais. A história Pano também é marcada por conflitos com os "brancos" e também intertribais. No livro "Índios no Acre- história e organização, 2002" organizado pela Comissão Pró Índio do Acre (CPI), são descritos cinco tempos diferentes na história dos índios no Acre (o que comumente se ouve dos indígenas também): O tempo das malocas (onde essas etnias viviam de forma comunitária em malocas- casas tradicionais- compostas por inúmeras famílias); o tempo das correrias (simultâneo ao contato com os brancos); o tempo do cativeiro (onde foram submetidos a regimes de trabalho exploratório, próximo do trabalho escravo); o tempo dos direitos (onde destaca-se a luta pela demarcação de terras e garantia de seus direitos); e o tempo da história presente. O missionário Parrisier (1898), um dos padres a participar de "missões" nos rios amazônicos, descreve as correrias como massacres onde os "brancos" encontravam as malocas, e assassinavam os indígenas que tentavam fugir, e as mulheres e crianças capturados eram vendidos em feiras como "animais". Após todo esse passado traumático de contato com a cultura branca/ocidental, que suscitou uma luta pela sobrevivência, atualmente percebe-se uma luta pacífica pela expansão e preservação cultural, onde as cerimônias espirituais com Huni têm mediado um intercâmbio com os habitantes de centros urbanos de diferentes procedências raciais e étnicas, e a valorização da cultura nativa dos indígenas Pano. Por fim, deve-se ter em vista a urgência do fomento de discussões sobre as políticas de ação afirmativa envolvendo povos indígenas no país, pois segundo Coelho (2006), as políticas públicas acabam reduzindo diferentes povos a uma mesma categoria - a despeito da retórica de respeito à diversidade- e continuam a ser elaboradas com base em uma concepção genérica de índio, sendo que a possibilidade de pensar políticas afirmativas para povos indígenas implica enfrentar a questão da interculturalidade, e a valorização da identidade e

peculiaridades inerentes às diversas etnias que encontram-se lutando pela preservação de suas tradições.

Docência em Psicologia: o ensino das relações étnico-raciais

Bianca Barbosa Suleiman

Este trabalho relata a experiência realizada em 2011 no Estágio Supervisionado em Docência em Psicologia referente ao Curso de Licenciatura em Psicolgia da Universidade Federal de Santa Catarina e vem cobrir uma lacuna sobre a formação de professores quanto ao Ensino das Relações Étnico-raciais. Em 2003, a Lei 10.369, fruto de uma conquista histórica do movimento negro brasileiro, alterou a LDB obrigando escolas públicas e privadas do Brasil à ministrarem a História e Cultura Africana e Afro-brasileira, trazendo à tona "tensões sociais" que desvelam o racismo brasileiro. Porém, dez anos depois, segue-se insuficiente a formação da maior parte dos profissionais de educação frente à temática e, neste sentido, a Psicologia pode contribuir evidenciando como se dá a constituição do sujeito na relação com a cultura, desnaturalizando preconceitos e estereótipos sobre as relações étnico-raciais e sociais do país.

Imagens Afro-brasileiras do Cigano

Lívia Alves dos Santos Macedo, José Francisco Miguel Henriques Bairrão

O longo percurso de exclusão social e de discriminação que o povo cigano tem sofrido, juntamente com o fascínio e admiração provocados pelo modo de ser cigano, contribuíram para que eles permanecessem praticamente desconhecidos, ofuscados pelos esterótipos e forte simbolismo que se lhes associam. Esse desconhecimento favorece o depósito de mais preconceitos, ignorância e os tornam estigmatizados. No entanto, o povo cigano resiste como uma nação, com cultura, costumes e língua própria. O objetivo deste estudo é buscar no imaginário umbandista representações do povo cigano; tendo em vista que a umbanda funciona como uma caixa de ressonância do imaginário social, que historicamente tendeu a incluir no panteão grupos oprimidos, que sofrem ou sofreram exclusão social. Através do imaginário umbandista a respeito do povo cigano, é possível rastrear no seio da sociedade brasileira a presença de fascínio, tensões, contradições e conflitos, preconceitos positivos ou negativos, relativamente à etnia cigana. Esse tipo de levantamento é relevante, pois contribui para a formulação de políticas públicas contra o racismo, que levem em conta o imaginário coletivo associado à etnia. O estudo "Imagens Afro-brasileiras do Cigano" insere-se numa perspectiva que valoriza a importância de compreender as relações étnicas para evitar preconceitos e

sofrimentos psicossociais, bem como a importância de uma inclusão sem a perda identitária das minorias. O reconhecimento das necessidades e especificidades deste povo, para aquém das suas representações imaginárias que em larga medida se autonomizaram contribuindo para a invisibilidade das pessoas reais, pode contribuir para a elaboração de políticas públicas que possibilitem a construção de novos olhares e outras formas da sociedade e do poder público relacionar-se com a minoria em questão, ao mesmo tempo em que se combate o olhar estigmatizante. Nos cultos umbandistas, as cantigas, conhecidas como pontos cantados, além de primordiais exercem diversos papeis, como abertura da gira, defumação, bater cabeça, louvação, chamada, descarrego, despedida e encerramento. Através da análise de pontos cantados em rituais umbandistas relativo ao povo “espiritual” cigano e da revisão da literatura científica, cujos descritores foram "umbanda" e “cigano”, pôde-se identificar que o cigano não é visto nem como “bom” nem como “mau” e que o seu culto está integrado à umbanda, porém é realizado à parte. Embora a “cigana” também possa aparecer como uma subclasse das pombagiras, em geral os ciganos, sublinhando a sua representação como povo insubmisso a coações, se apresentam como um “povo espiritual” fora dos esquemas habituais de categorização umbandistas, que se agregam a uma “corrente” de espíritos vagamente definida como "linha do Oriente”. Aparecem associados a “sorte”, “adivinhação”, “riqueza”, assuntos amorosos e insubordinação a regras. “Dominam” a magia e preservam a liberdade. São vistos como um povo alegre e seus rituais são fartos de cores e comidas. Desta forma, a umbanda oferece um mapa da construção social de representações do povo cigano que se por um lado os inclui, por outro revela preconceitos e idealizações. O mapeamento destas representações é uma forma de aceder a preconceitos e de contornar a resistência ao seu desvendamento, podendo contribuir para subsidiar o enfrentamento da discriminação contra esta etnia.

Mulheres negras rurais: expressões culturais no processo de constituição identitária

Flávia Regina Guedes Ribeiro, Andressa Santos de Goes, Jôsy Alves Rocha

Este trabalho aborda uma experiência de projeto de extensão, ainda em andamento, que propõe, a partir da perspectiva da Psicologia Social Comunitária de base Construcionista, realizar grupos educativos no formato de Oficinas Vivenciais, com mulheres negras moradoras de uma comunidade rural, no município de Santana do Ipanema-AL. O projeto tem o objetivo de facilitar o processo de ressemantização da identidade negra quilombola buscando conhecer os modos pelos quais a subjetividade da mulher negra rural expressa elementos identitários de resistência ao racismo e à discriminação. A intervenção na comunidade visa desenvolver

possibilidades de vivencias reflexivas e educativas que propiciem a essas mulheres o fortalecimento do processo de construção de suas identidades como mulheres negras, podendo ser autônomas nas decisões referentes ao cuidado e a assistência recebida através das políticas sociais. As estratégias metodológicas de formação de grupos são conduzidas por quatro acadêmicas do curso de Psicologia e supervisionada pela professora que coordenada o projeto. Para fins de relato, organizamos algumas temáticas abordadas nas Oficinas: a) Conhecendo as histórias de vida: esses encontros tiveram como objetivo conhecer as histórias de vida das participantes e resgatar a memória narrativa sobre a comunidade e, ao mesmo tempo, favorecer a criação de vínculos e a interação entre as participantes e as facilitadoras do grupo. Nessas Oficinas foi possível esclarecer o "que fazer psicológico", ainda estranho para as participantes do grupo, e compartilhar as histórias de vida de cada uma delas. Sobre a memória narrativa da comunidade, foi possível conhecer as diferentes versões sobre a origem e ancestralidade do território onde habitam os/as moradores/as dessa comunidade. Enquanto algumas narrativas sinalizavam que "a terra é tudo de herança, eu herdei da minha mãe e mãe herdou do pai (...) é tudo de uma família só" (sic), outras consideravam que a origem da terra não é conhecida: "na comunidade há terras que foram herdadas e outras que foram invadidas". Durante os encontros foram exploradas as atividades de sobrevivência relacionadas aos usos da terra e as práticas culturais relacionadas ao cultivo da macaxeira, arroz e feijão, e à confecção artesanal de balaios feitos de cipó. O trabalho rural é um elemento importante na constituição identitária dessas mulheres, especialmente as mais velhas: "Comecei a trabalhar com dez anos até cinquenta e cinco, me criei na enxada e criei meus filhos na enxada. A vida da gente é na roça" (sic). Adotamos a concepção construcionista de identidade, que a considera um conceito contingente com nossa própria maneira de ver as coisas, isto é, uma prática cultural e, por isso linguística. Ainda sobre as materialidades que compõem as identidades dessas mulheres foi possível observar que o Rio Ipanema, outrora com águas abundantes, também faz parte dessa composição identitária: "Quando eu era criança ia tomar banho lá antes de ir para a escola". Depois dos relatos, foi proposta a confecção de uma linha do tempo que representasse as versões sobre a memória da comunidade, foram distribuídas revistas e solicitado que as participantes recortassem figuras e imagens que retratassem a história da comunidade. b) Cantigas de trabalho como expressões identitárias: nos encontros onde foram abordados aspectos relacionados ao trabalho com a terra surgiram narrativas de memórias de cantigas de trabalho e canções populares. Nesses momentos as participantes cantaram e rememoraram as canções e danças realizadas durante as atividades rurais e no cotidiano de um modo geral. A partir disso,

foi possível trabalhar o fortalecimento identitário do grupo e recordar aspectos culturais da comunidade por meio do registro dessas cantigas. Após os registros das canções em uma cartilha manual, elaborada pelas participantes com a ajuda das facilitadoras, foi proposta uma reflexão a respeito das letras das cantigas, de modo que todas lessem e comentassem sobre a forma como cada uma interpretava e produzia sentidos sobre as canções. Vale destacar, em especial, as polissemias relacionadas aos sentidos de negritude expressa em algumas canções que exaltavam a "cor morena": "A cor da gente, não sei hoje minha fia, mas antigamente a cor morena era desprezada, não andava mais com nós" (sic). "Eu mesmo valorizo a minha cor, o povo diz quando uma morena passa na rua: eita pedaço de morena! (sic)". "Eu tenho orgulho da minha cor, eu acho bonito todas as cor, mas Deus me perdoe, mas eu não acho a cor branca bonita não"(sic). Nas canções há a expressão dos repertórios "morena" e "cor morena" para falar da raça/etnia negra, podemos interpretar o uso desses repertórios como efeito do processo cultural de embranquecimento das culturas negras vivenciado pelas participantes como reconhecimento da descriminação/preconceito e como valorização da beleza negra, ainda que associada ao erotismo ou sexualidade: "eita, que pedaço de morena!". Durante o desenvolvimento deste projeto foi possível estabelecer encontros dialógicos que visavam levar em consideração a perspectiva das mulheres da comunidade estudada e legitimá-las por meio dos processos de fortalecimento da identidade negra rural.

CATEGORIA: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS

A arte como transgressão, a transgressão como resistência

Daniela Dalbosco Dell'Aglio, Jamille Ovadia Moraes

Através da arte, há resistência. Com o objetivo de questionar aquilo que é posto como natural, movimenta-se o corpo pela arte e o feminismo e busca-se uma (re)invenção de sentidos e formas de existências. Essa é a pretensão deste projeto fotográfico, no qual são capturados distintos arranjos de interação de corpos nus de mulheres atravessados por projeções obras do artista Escher. Escher, compreendido a partir do paradigma ético-estético, apresenta o paradoxo em imagem. Em suas obras, são criadas estratégias em que coexistem espaço e tempo. O olhar não encontra certeza onde começam ou terminam os detalhes e assim possibilita uma ilusão na qual o observador depara-se com uma multiplicidade de possíveis interpretações. É essa potência de possibilidades e de rompimentos interage com o desejo de transgredir as limitações vivenciadas pelos corpos e que convida a esse experimento estético de atravessamento entre corpos e imagens. A partir de Foucault, reflete-se, genealogicamente, sobre as maneiras de como o modo disciplinar é internalizado pelo corpo do sujeito, produz e potencializa a individualidade em busca da normatização. Dentre tais processos normativos, investiga-se o assujeitamento das mulheres nas relações de poder contemporâneas e a luta política para a transformação desses agenciamentos. Nesse campo de mobilização, a luta feminista e determinados marcos histórico-sociais contribuíram para o desenvolvimento da autonomia das mulheres: a invenção da pílula anticoncepcional, a entrada da mulher na universidade e no mercado de trabalho, o voto feminino, entre outros fatores que foram se igualando com as atividades já costumeiras e reconhecidas como masculinas. Para Foucault, existem instâncias culturais que afirmam como os corpos são e devem ser, decidindo sobre a sexualidade, sobre a vida, sobre o prazer. Nos últimos séculos se produziu um “saber sobre o prazer” e, simultaneamente, o “prazer de saber”, sendo o sexo colocado em discurso. Esse saber é expresso pelas diversas instituições de influência social utilizando táticas, estratégias e técnicas. A resistência política se dá quando se resolve e se pretende decidir sobre os exercícios do prazer, contrariando o aprendido e o esperado. Assim, abrem-se múltiplas decisões sobre a sexualidade, as possibilidades de gênero e possibilidades de transformar e viver o corpo. Deleuze aponta que a potência do

corpo se mede pela ação em contínuo desenvolvimento e, para definir o que pode um corpo, torna-se necessário definir quais são os seus limites, seu contorno. Entende-se que para o ser humano esse contorno não é fixo, logo, seus limites tornam-se múltiplas possibilidades que aumentam a potência que reforça o ser, um movimento que serve à ampliação da vida. Pode-se pensar então, o que pode um corpo feminino. Enquanto esse limite-contorno genealogicamente desenhou uma sociedade masculina, é possível uma ética que tome o desenvolvimento dos corpos concebendo o limite como algo dinâmico e abra-se à constante transformação das possibilidades femininas e feministas. A partir dessas compreensões, pensar o corpo da mulher como uma continuidade de uma obra de arte é fazer desse corpo a própria tela. Possibilita à mulher outras formas de ser, além do limite-contorno das normativas. Faz-se analogia a um muro: um espaço cru, que socialmente tem a função de proteção e (de)limitação, ao corromper a lógica esperada passa a ser um local de possibilidades de arte. A mulher tem um papel e funções esperadas em um contexto do patriarcado, a partir da arte corrompe-se o que é esperado e torna-se uma maneira de resistência política. Então, através da leitura das múltiplas possibilidades de compreensão da obra, de ser mulher e viver o seu corpo é possível chegar ao prazer da descoberta. Leia-se aqui, descobrir-se como libertar-se.

A Gestalt que me toma

Aline Fagundes Silva

Sinto “aquilo” que vem dentro de mim. “Aquilo” que não tem nome.
Não tem organização dentro dos meus sentimentos. Mas ainda assim se faz presente e, toma sua forma em minhas palavras. Sinto que a partir da sua compreensão,
posso tentar me ligar a “aquilo”, que um dia me foi possível.
“Aquilo” que um dia me foi vivido. “Aquilo” que um dia me foi sofrido. Sinto que uma oportunidade se apresenta, De lidar com meus medos, frustrações e fantasias.
E é nessa teoria que visualizo uma ferramenta. De encontrar nas minhas potencialidades, uma forma de reconhecer em mim um possível desfecho.
E de valorizar a minha força de vontade em sua adversidade.

A leveza do concreto

Aline Nunes de Santana Lima, Dolores Cristina Gomes Galindo, Thaís Cristina Borges Piovezan, Lícia Soares Pereira de Arruda

O documentário "A leveza do Concreto", com 29 minutos de duração, foi produzido como parte das atividades da disciplina de Teorias Técnicas Grupais, ministrada na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá. Em contato com textos de Suely Rolnik (2005, 2006), que trazia questões relacionadas à arte como expressão dos afetos na perspectiva da esquizoanálise, de Deleuze e Gatarri, acerca da subjetividade, surgiu a proposta de realizarmos um documentário com um artista local, o Pádua, em sua Galeria de Arte, localizada na cidade de Cuiabá. Para a esquizoanálise, a subjetividade é constituída de uma articulação de múltiplas e diferentes forças em um sistema aberto. Distanciando-se de uma compreensão de sujeito com contornos bem delimitados e estruturados, a esquizoanálise pensa em múltiplos componentes de subjetivação que se conectam e desconectam influenciando a constituição da subjetividade. A ligação de aspectos psíquicos com os equipamentos coletivos de subjetivação ocorre de maneira rizomática. O rizoma é um conceito que entende a realidade - e dentro dela a própria subjetividade - como uma rede constituída de inúmeras ramificações que se conectam e reconectam continuamente com outras ramificações (Parpinelli & Souza, 2004). Pensar a arte desta forma não é pensa-la como algo a ser atingido ou um alvo, mas como um "atrator caótico, um ponto tendencial, sem possibilitar falar em regimes estáveis ou em resultados previsíveis" (Deleuze apud Dalarosa, 2011, p.22). A fala de Pádua é permeada de sons: britadeiras, marteladas, buzinas e barulhos de automóveis: a vida que "não o atrapalha em nada". O artista nos diz que gosta de trabalhar em meio a este "caos" e que o que o atrapalha, na verdade, é o silêncio. Em meio a essa ambiência nos conta sua história como artista, do trabalho com a nudez e com as formas. Formas estas que por vezes se assemelham às humanas, por outras são abstratas, algumas são deuses que o usaram como operário para a construção de um novo Império, outras são mais íntimas, como a mãe que se encontra em argila chumbada em uma parede, são "obras dele". Revela também como se dá a produção artística em relação ao mercado. "Não existe nada que se faz por si só: tudo é fruto de imaginação, de utopia." Nos diz ao se referir a uma grande estátua de uma deusa com um jacaré na cabeça, onde se instaurará um novo império. Ao fazer o documentário pudemos entrar em contato com a dinâmica criador-criação. Quando Deleuze aborda o ato de criação afirma que o criador "só faz aquilo que tem absoluta necessidade. Essa necessidade (...) faz com que um filósofo se proponha a inventar, a criar conceitos, e não a ocupar-se em refletir". Não temos aqui uma arte representacional, mas uma arte que é frequentada pelo artista. (Deleuze apud Macedo,

1987. P. 3). As divindades presentes na galeria tomam forma através do artista, sendo ele um operário em função das mesmas. A obra de arte é pensada aqui a partir do abandono do polo identitário, sedentário e molar do sujeito, "ocorrendo somente quando o corpo entrega-se às dispersões moleculares dos fluxos que o penetram. Criação como devir que envolveria a emigração de certos territórios, que de sedentários se fazem nômades em movimentos constantes de desterritorialização e reterritorialização" (Thomazoni, Fonseca, 2011). Através do documentário pudemos produzir junto aos estudantes a reflexão de como a arte possibilita trabalhar uma psicologia não estruturalista. Procurando instigar a reflexão sobre os afetos - aquilo que não se vê - e que nem por isso deixa de ser real. O vídeo foi projetado como parte de um dispositivo clínico que comportou a produção de ambiências sonoras e cenográficas de maneira a produzir uma imersão no aparente paradoxo que se refere à leveza do concreto, que deu título ao vídeo, havendo partido da observação do modo como o artista Pádua se relaciona com sua obra, na qual convive com as esculturas como entes dotados de movimento que, inclusive, o surpreendem derivando em afetos que potencializam a criação.

A vida e o viver na urbe: ocupar-se de si ao ocupar a cidade

Jaqueline Tittoni, Rossana Bogorny Heinze Schmidt, Bruna Caroline Comel, Lizia Pacheco Porciuncula, Pedro Augusto Papini, Luis Carlos Nunes Vieira de Vieira, Gabriel de Freitas Gimenes, Lúcia Karam Tietboehl

Esta exposição mostra uma seleção de fotografias do grupo de pesquisa "Trabalho, Ética e Estética" em um exercício sobre a produção de imagens a partir da expressão foucaultiana "a ética do cuidado do si como inquietação de si para consigo mesmo, com a vida e com o viver" sugerida pelo autor, no livro "A Hermenêutica do Sujeito". Esta oficina foi desenvolvida com diferentes equipamentos fotográficos, a saber, câmeras analógicas e digitais e de diferentes resoluções, tendo uma variação de dois a dezesseis pixels de definição, assim como estratégias de produção de fotografias artesanais, como pinlux e "foto na lata". As fotografias foram reveladas e trabalhadas com tinta e outros matérias gráficos, a partir do conceito de fotografia expandida. Para a realização das fotografias, o grupo realizou caminhadas pelo centro histórico da cidade de Porto Alegre, que foi palco de manifestações populares nos meses de junho e julho de 2013. Nestas caminhadas, foram produzidas imagens sobre as formas de ocupação da cidade que podem indicar diferentes estratégias, tais como, a ocupação dos lugares públicos com intencionalidade política e reflexiva, bem como formas de ocupação da cidade que

apontam para a re-invenção dos espaços a partir da ocupação pública. As imagens mostram diferentes contextos onde a ocupação e a inquietação criam nexos e produzem relações de associação que indicam sobre os modos de viver a cidade contemporâneos. As fotografias foram produzidas coletivamente, sendo que cada fotógrafo poderia utilizar os diferentes equipamentos em parceria, ou não, com os demais colegas do grupo de pesquisa. A produção fotográfica foi realizada com base nos pressupostos da metodologia da intervenção fotográfica. O processo de produção das imagens, as imagens e a discussão provocada a partir deste processo foram problematizadas a partir da noção de fotográfico, como momento de produção de imagens que implica equipamentos, fotógrafos e observadores, para além da produção de imagens propriamente dita. Neste caso, produzir imagens, olhar e refletir são passos de um mesmo processo que resulta na definição de algumas imagens como expressão deste fotográfico. As imagens e as discussões que a desdobram, colocam em cena jogos de visibilidade e dizibilidade que, irredutíveis, provocam linhas de conexão, articulando palavras e imagens que indicam sobre a intencionalidade do fotografar. As imagens produzidas neste caminhar pela cidade foram analisadas e selecionadas aquelas que expressaram a proposta fotográfica, sendo que a problematização dos jogos de visibilidade que tensionam os sentidos de "ocupar e inquietar-se" mostram, também, uma certa concepção de ciência e de produção acadêmica. Na medida em que o olhar produz-se buscando os vestígios da ocupação dos espaços públicos e da cidade, as formas de inquietação podem mostrar diferentes pontos de vista sobre as problematizações sobre a cidade, o sujeito e as formas de ocupação. As fotografias nos mostram que dependendo do ângulo que se vê, produzem-se diferentes objetos, assim como na pesquisa, onde haverá modificação do objeto dependendo do ponto de vista de pesquisadores e pesquisadoras e dos demais sujeitos neste processo. A produção coletiva também foi outro ponto importante, dando relevância para o processo de produção das fotografias e para a utilização coletiva dos equipamentos. Este processo foi transformado em vídeo a partir das fotografias realizadas na oficina e será exposto na abertura da exposição. As reflexões sobre os as diferentes formas de ocupação e seus vestígios na cidade, mostram, também diferentes formas de inquietação e do viver a cidade.

Amassa o barro: um passado presente

Leila Reis Leal

Lajes dos Negros é uma comunidade rural com uma população majoritariamente negra, localizada na zona rural do município de Campo Formoso-Ba. Sua história é marcada por conflitos políticos, étnicos, culturais e sociais que marcaram a vida dos seus habitantes ao longo dos últimos cinco séculos. Certificada como comunidade quilombola em 2005, possui vegetação da caatinga arbórea, sua agricultura, medicina, religião, técnicas de arquitetura, construção, fabricação de utensílios de palha, musicalidade e danças foram trazidos provavelmente por antepassados africanos e envolvidos pela cultura sertaneja. O antropólogo Fredrik Barth (2000, p. 27) enfatiza que "grupos étnicos são categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores; consequentemente, têm como característica organizar as interações entre as pessoas". O "Amassa o Barro" é uma manifestação cultural centenária em Lajes. Um grande clã constituído por homens mulheres e crianças reúne-se em prol do levante de uma casa de barro; as mulheres preparam a refeição e jogam água na terra para emulsificar o barro. Os homens, abraçados e em circulo, amassam o barro com os pés entoando canções da tradição - elevando a alegria e a comunhão. Assim, conforme os ensinamentos dos seus antepassados, a casa vai tomando forma a medida que a grande festa chega ao seu ápice. Esta e outras manifestações locais fazem do povoado uma região cultural (BEZZI, 2002), com um conjunto de relacionamentos culturais entre as pessoas e o seu lugar. Engendra uma identidade regional apropriada por seus habitantes, que os diferencia das demais principalmente pela identidade que lhe confere o grupo social. Nesta linha, Sawaia (2001, p. 120) arremata a "incumbência de se resguardar a multiplicidade das individualidades para contemplar a alteridade". As canções partilhadas no Amassa o Barro fazem parte da experiência cotidiana e surgem a partir da relação dos moradores com o meio físico, com a comunidade e com o mundo. Estas manifestações, cada uma a seu modo e dentro do contexto a qual é exercitada, "apresenta uma concepção de mundo, uma forma de organização da relação dos membros da comunidade com o seu sítio simbólico de pertencimento e com sua ancestralidade" (Santana, 2012, p. 35). O projeto "Amassa o Barro: um passado presente" favoreceu o encontro de gerações em torno de uma tradição, perfazendo um vídeo documentário com versões de 20 e 5 minutos, funcionando como uma via de subjetivação sobre passado, presente e futuro. Giddens (1991, p. 95) é emblemático ao resumir que "a tradição, em suma, contribui de maneira básica para a segurança ontológica na medida em que mantém a confiança na continuidade do passado, presente e futuro". Segurança esta que prediz o 'enraizamento' dos itens simbólicos

partilhados na comunidade (manifestações culturais remanescentes, o Amassa o Barro, festas de santo, etc) estruturantes da "participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro" (Weill, 2001, p. 411). Nesta perspectiva as expressões culturais são uma válvula da resiliência destes quilombolas diante da exclusão concreta aos programas efetivos de saúde e educação, direitos humanos, mobilidade, desequilíbrio ambiental e de documentação da sua história. Assim, vemos o simbólico como lastro psíquico e cultural desta identidade regional num processo em construção; diante da objetividade da pobreza e das dificuldades concretas na garantia de direitos, as identidades culturais 'não são rígidas nem, muito menos, imutáveis', são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação, em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso (SOUZA SANTOS, 2001, p. 135). Desta forma, Barth (2000) esclarece, que é errônea e persistente a visão simplista de que o isolamento social e geográfico é o que mantém a cultura de uma tribo. "As distinções étnicas não dependem da ausência de interação e aceitação sociais mas, ao contrário, são frequentemente a própria base sobre a qual sistemas sociais abrangentes são construídos". O presente vídeo expõe o modo de viver do sertanejo, "imbricado numa teia onde o material e o simbólico e as necessidades orgânicas e ético morais são indivisíveis" (Santana, 2012, p .36). Neste contexto, funcionou no ano de 2012 como um recurso utilizado durante os encontros no grupo "Contando a minha história" com a psicóloga no CRAS Quilombola de Lages dos Negros. Teve a intenção de espelhar a identidade do negro sertanejo e quilombola, provocando narrativas sobre história de vida e, por conseguinte, da própria comunidade. O trabalho buscou "lugares onde a identidade deixa de ser destino e consciência 'em si', para se tornar consciência 'para si' e para o outro, sem perder o sentimento de ser único e, assim, poder dispor de si para si" (SAWAIA, 2001, p. 126). Assim, o processo grupal tornou-se uma via de subjetivação sobre quem são, quem foram e quem podem ser, diante de tanta aridez e tantos elementos culturais latentes.

Aquário sem ar: problematizando a redução da maioridade penal e o sistema socioeducativo do RN

Tatiana Minchoni, Daniela Bezerra Rodrigues

O objetivo do presente trabalho é problematizar a temática da redução da maioridade penal, articulando com a precariedade que se encontra o sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte, visando a propagação da informação sobre esta discussão de forma crítica e reflexiva. A questão da redução da maioridade penal, dos dezoito para dezesseis anos de idade, tem sido colocada em pauta, recorrentemente, na contemporaneidade, tendo em vista os avanços do conservadorismo na política brasileira, bem como nas práticas cotidianas. A mídia se coloca como uma das principais colaboradoras da criação e manutenção do desejo de aprisionar adolescentes, desde a mais tenra idade e por longos períodos de tempo. Isto porque veicula, a todo o momento, notícias sobre os acontecimentos relacionados à violência no país, destacando o envolvimento de adolescentes em atos infracionais de forma sensacionalista, tomando-os como possíveis causadores da sensação de insegurança e medo que perpassa a vida dos brasileiros, a qual é produzida pela própria indústria midiática. Tais notícias desvinculam os acontecimentos da realidade de desigualdade social em que está submerso o Brasil, fruto de um sistema capitalista opressor, sob a égide neoliberal, que produz compulsoriamente a pobreza e todas as mazelas atreladas a tal, forçando a maioria da população a sobreviver às margens deste sistema socioeconômico. Além disso, a defesa pela redução da maioridade penal desconsidera que a juventude brasileira, especificamente a pobre, raramente vivencia os direitos sociais básicos que são garantidos constitucionalmente a todos, tendo, ao contrário, o direito à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, à moradia etc., negados. Os dados divulgados no Mapa da Violência de 2013, reafirmam a crescente letalidade juvenil de uma população que tem cor e classe social, que são os negros e pobres, reafirmando a vulnerabilidade que se encontram os jovens, os quais necessitam, prioritariamente, de acesso às políticas públicas, visando à efetivação de seus direitos, e não a reafirmação da exclusão social, criminalizando os mesmos e encarcerando-os. Ainda, considerar a redução da maioridade penal como uma forma de o adolescente "pagar pelo crime que cometeu", pode ser considerado fruto do desconhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual responsabiliza os adolescentes que cometem algum ato infracional, de acordo com a gravidade do mesmo, por meio de medidas socioeducativas que visem, justamente, o caráter educativo, de forma que possa potencializar no adolescente outras possibilidades de existência. Entretanto, soma-se a problemática da redução da maioridade penal, ao enfraquecido e caótico sistema socioeducativo do Rio Grande do Norte como argumentos de que a restrição de liberdade destes jovens não é a

melhor opção. No Rio Grande do Norte, o sistema socioeducativo é administrado pela Fundação da Criança e do Adolescente (FUNDAC), uma autarquia ligada ao poder estadual, a qual executa as medidas de privação de liberdade, realizadas em oito unidades, sendo quatro na capital, Natal (internação masculina, internação feminina, semiliberdade e internação provisória), uma em Caicó (internação masculina) e três em Mossoró (internação masculina, semiliberdade e internação provisória). As medidas socioeducativas em meio aberto, Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), são executadas nos âmbitos municipais, geralmente pelos profissionais dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS). Atualmente, a internação masculina (desde agosto de 2012) e a semiliberdade da capital estão interditadas por problemas de infraestrutura e, sendo assim, os adolescentes em privação de liberdade são enviados para Mossoró e Caicó para o cumprimento da medida, violando o direito à convivência familiar e comunitária; há relatos de abusos por parte dos policiais militares com os adolescentes, como verdadeiros atos de tortura; os locais são insalubres; altos índices de medicalização dos adolescentes; os adolescentes foram e são assassinados em cumprimento de medida socioeducativa, ou seja, sob a tutela do Estado. Tais instituições não possuem uma proposta político-pedagógica, descaracterizando a medida socioeducativa, além de a permanência dos adolescentes nestas unidades ter apenas um caráter punitivo. A partir do vislumbre de tais problemáticas e para o alcance do objetivo proposto, foi produzido um documentário, pelo Núcleo de Psicologia Social Comunitária e o curso de Cinema da Universidade Potiguar, entre os meses de abril de maio do ano de 2013, que reúne entrevistas com diversos atores sociais, tais como familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; professores; estudantes; profissionais e militantes de movimentos sociais pelos direitos de crianças, adolescentes e juventude; profissionais do judiciário etc. Os resultados de tal produção permitem concluir que a redução da maioridade penal incidirá, basicamente, sobre a população pobre, reforçando as violações de direitos que sofrem, sem possibilitar a transformação de suas vidas; os adolescentes vivenciarão a lógica do sistema prisional, ou seja, a punição, o castigo, sem ter uma possibilidade de "reeducação", colocando-os em um lugar social específico, o dos criminosos que devem ser excluídos da sociedade.

As pessoas da sala de jantar

Jaciara Carneiro Rios Almeida, Suany Lima Carneiro Alves, Diego Solci Toloy

O documentário "As Pessoas da Sala de Jantar" é um documentário proveniente da disciplina Estágio Básico II em Psicologia Social Comunitária. O foco do estágio foi a entrevista, na qual utilizamos a entrevista não estruturada. Antes de as executarmos empregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com base na Resolução CNS n.º 196/96, sendo consideradas questões exigidas pelo Conselho de Ética em Pesquisa Qualitativa. Nosso propósito foi o de aproveitar ao máximo àquilo que estivesse sendo dito da maneira mais natural possível, sem grandes preocupações com o seguimento das perguntas previamente escritas. Fizemos entrevistas com seis pessoas entre 19 e 31 anos de idade. Para a realização deste documentário tivemos que nos ater a elaboração do projeto de pesquisa intitulado: "A Influência que as Grandes Corporações Exercem na Subjetividade do Sujeito". A partir das análises e interpretações que fizemos com o auxílio de todo o campo teórico, nos enveredamos para construir um material áudio visual que pudesse dialogar com o tema em questão. Uma das preocupações com a construção deste vídeo foi a de trazer à tona aspectos eclipsados pela indústria capitalista, que dificilmente atentamos em nossa contemporaneidade. Para tal, fomos buscar textos, poemas, quadros, imagens e trechos das entrevistas que transmitissem para o espectador o que de mais íntimo existe nas relações entre a marca/símbolo e a subjetividade produzida para o consumo. Grande parte do material exposto no vídeo foi oriundo das referências bibliográficas utilizadas no projeto de pesquisa. Trata-se de um vídeo que não privilegia a fala, tendo como uma marca gritante o som da trilha sonora minimalista das músicas, em sua maioria instrumental, do compositor francês Yan Tiersen. O título "As Pessoas da Sala de Jantar" equivale a música dos Mutantes: "Panis et Circense" de 1968. Esta canção é o que dá seguimento, o que serve de continuidade aos conteúdos expostos, que serve de linha condutora para o entendimento dos espectadores. O tempo de duração do documentário é de aproximadamente 16 minutos e se encontra em preto e branco. Isto porque não foi nossa intenção mostrar as marcas coloridas, mostrar as pessoas com suas cores e sorrindo para as imagens/símbolos, pensamos que seria mais interessante trazer todo esse "mundo encantado" sem as cores da fascinação. O minimalismo faz parte tanto das músicas quanto do próprio manifestar do documentário, também buscamos na arte surrealista o que encontramos nas ilusões que são propagadas para o sujeito do consumo.

A grande felicidade, a felicidade suprema transmitida pela mídia em suas mais engenhosas propagandas atrai o imaginário do sujeito construindo uma subjetividade alheia ao seu próprio dono. É exatamente nessa subjetividade que o vídeo pretende tocar em suas variações artísticas, palavras repetitivas, músicas de certo modo melancólicas, quadros surrealistas e expressionistas, poesias e marcas desfocadas. Não pretendemos criticar vigorosamente os modos de sustentação que essas Grandes Corporações usam, mas, sim, elucidar o que está por trás dos jogos falaciosos concebidos pelo Marketing e disseminados nos meios midiáticos.

Bordas imagéticas da loucura: um ensaio audiovisual

Alessandra Matzenauer, Raquel Gonsalves Ritter, Márcia dos Santos Silva, Charline Pereira dos Santos

Porta, janela, limiar, separando, trinca, chave, fechadura. Fechar, sufocar, isolar, setorizar, entrar, sair, trancar. Pintada uma, duas vezes, descascada. Sobreposição, camadas, memórias. Quadrado central, buraco de olhar, controlar, sem íntimo, privado. É na interferência do instante que um grupo vibrátil procura fazer delirar imagens e palavras, criando através da fotografia e da escrita uma produção audiovisual. Sons, objetos e sensações se virtualizam em um espaço atravessado por vozes enclausuradas que se expressam em cantos de paredes, mofos incrustados nos azulejos, vigas impregnadas de histórias e de memórias que resistem e insistem em se fazer presente. Ficção e realidade se misturam em um espaço histórico de Porto Alegre e são nas ferrugens mapeantes do tempo que as clausuras do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) falam. Com câmeras nas mãos, inspirados por Dziga Vertov, ziguezagueamos as paredes do manicômio interpelados pela loucura. Nos perdemos entre portas e janelas e não por acaso nos encontramos com a fita de Moebius, onde os limites entre fora e dentro se embaçam numa diluição de contornos. É a partir do curso Método e Criação: encontros entre arte, ciência e filosofia, coordenado pelo Profs. Dr. Luis Artur da Costa e Profs. Dnd. Leonardo Garavelo, que o vídeo “Bordas imagéticas da loucura” foi produzido. Durante o segundo semestre de 2012, impulsionados pelo desejo, nos encontramos- grupo composto por pessoas de diferentes profissões- para experimentar e criar outros modos de produção de conhecimento. Nesse percurso, fomos acompanhados por Gilles Deleuze, Felix Guattari, Roland Barthes, Antonin Artaud, Maurice Blanchot e George Melière, que nos serviram de intercessores. Nesta produção, arte, filosofia e ciência não estão uma a

serviço da outra, o que existe é uma hibridização de diferentes planos apostando na potência dos encontros e na criação de aberturas possíveis. O Plano de Coordenação da ciência (DELEUZE; GUATTARI, 1992) nos indica a localização daquele prédio como uma instituição total psiquiátrica que participa da construção da medicina estatal e que hoje se vê passando por reformas em meio a movimentos sociais e um estado mínimo. O Plano de Composição (DELEUZE; GUATTARI, 1992) nos apresenta texturas degradadas, linhas simétricas articuladas em uma estética neoclássica e tecnocrata, aberturas fracionadas entre pesadas paredes maciças, o amontoado dos escombros de vidas e ideais. O Plano de Imanência (DELEUZE; GUATTARI, 1992) nos permite, por sua vez, articular ambos os planos anteriores na busca de erigir um conceito que produza em nós uma paisagem, um olhar. Brincando com a plasticidade, procuramos reinventar modos de produção de conhecimento e de intervenção em Psicologia. Assim, ao invés de pensar sob a lógica de síntese e análise, apostamos na inventividade e na criação como método. Um dos encontros, realizado no e com o Hospital Psiquiátrico São Pedro, nos pavilhões onde hoje funciona a Oficina de Criatividade, nos afetou especialmente, provocando a abertura para o estranho em nós, a partir da experimentação de outrar-se. Assim, essa criação coletiva fala de como fomos invadidos pelas forças que lá habitam, tateando as intensidades das vidas que não podem se deixar esquecer. O HPSP foi construído no final do século XIX, quando foi apresentado como um monumento da civilidade, cientificidade e cristandade do povo de Porto Alegre. Construído para além dos arrabaldes, longe das fronteiras citadinas, logo quando de sua inauguração construiu-se uma linha de bonde para prover acesso à magnífica obra. Os notáveis lá estavam, os resquícios da realeza e aristocracia do país também. Teve um princípio mais cristão do que médico, até a metade dos anos 1920 quando passa a instrumentar-se com uma diversidade de técnicas e profissionais que transformam o palácio de isolamento em máquina de normalização. As décadas se passam e o projeto grandiloquente da instituição e sua infraestrutura se tornam degradadas pelo peso da complexidade do mundo. Os planos modernos de uma civilidade racional, central e simétrica foram contagiado pelas miudezas que não se adéquam ao adequado. Envolto pela loucura que pretendia conter, o gigante implodiu sob o peso da própria razão. Nesta implosão as vozes de muitas vidas infames ganharam os ventos que cruzam o território urbano. Mas muitas outras estão adormecidas até nossos dias em cada pequena singularidade que compõe aquele espaço. É para expressar essa nuvem virtual de vozes esquecidas e escrever novas histórias

possíveis que este vídeo se faz. É com o intuito de permitir que as vidas que lá existiram possam contagiar nossos contemporâneos com sua experiência, outrando-se em um alerta sobre o risco perverso dos humanismos plenos de boas intenções e seu bom senso.

Cachorro bonzinho não vai para o céu

Antonio Vladimir Félix-Silva, Gabriela Pinheiro Soares

Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento. Institucionalmente: estabelecimento destinado a acolher pacientes inimputáveis e semi-imputáveis em cumprimento de medida de segurança. Na prática, depósito de loucos. Espaço que não se situa na justiça, tampouco na saúde; algo que não queremos nos ocupar, falar, nominar, denominar. Espaço para além da lei, no qual a "prisão perpétua" pode ser decretada em caso de abandono familiar e ou da persistência nos diagnósticos da periculosidade de pacientes; Espaço em que a política de saúde mental está distante de acontecer; Espaço em que as grandes também são tratamento e os medicamentos auxiliares no enlouquecimento. Os pacientes – ou seriam presos? – contudo, resistem. Seus gritos, que são quase um relógio, anunciam as horas, anunciam o passar dos dias, anunciam desejos, desejos que nem mesmo as grades podem aprisionar. Gritos de um novo amanhecer com a certeza inquietante da prisão, que se segue pelos gritos engolidos em administradas doses químicas, que se segue pelo meio-dia com seus gritos mastigados na raiva do feijão frio e da mistura azeda, que se segue por mais um grito controlado em tarja preta, que se segue pelo grito da escuridão, que segue e que se segue e que se segue. Gritos! O presente documentário é um recorte de um trabalho de pesquisa com arte e produção de subjetividade em uma Unidade Psiquiátrica de Custódia e Tratamento, e tem como objetivo investigar os modos de viver e a arte de reinventar-se dos pacientes custodiados, diante de um contexto de saúde mental aprisionada. O documentário foi produzido a partir d cartografia em arte e oficinas com filmes, desenho, teatro do oprimido e esquizodrama realizados durante a pesquisa. As imagens que veremos nesse documentário são imagens de homens que resistem gritando, resistem mesmo com seu corpo fraco, frágil, com sua fraca saúde, pensando com Deleuze quando ele propõe a noção "de gorda saúde dominante" para pensar nesse corpo moldado, adaptado, homogeneizado, que tenta excluir as potências da diferença e dos desvios. Fazemos aqui um paralelo com um texto de Kafka "um artista da fome" quando o autor nos apresenta a figura do artista da fome, assim denominado aqueles que participavam de espetáculos públicos usando seu próprio

corpo esquálido pelo jejum prolongado como objeto de espetáculo e apreciação pública. Trancados em jaulas, como animais, os artistas da fome expunham-se à apreciação dos curiosos e de um público sedento pelo abjeto, pelo sobre-humano, pela aberração. O que nos chama atenção no texto de Kafka é que o artista da fome não jejua pelo espetáculo, tampouco pela falta de comida, todavia jejua porque não encontrou o alimento que agrada, pois, segundo ele, caso tivesse encontrado tal alimento, não teria feito nenhum alarde e se empanturrado como todo mundo. Os "artistas da fome", fazendo alusão ao texto de Kafka, que aparecem no documentário, também não encontraram o alimento que os agrada; não se sentem satisfeitos em se empanturrar com os alimentos recomendados pela "gorda saúde dominante" e resistem fazendo da sua própria fraca saúde, um movimento singular. O resultado do vídeo mostra que, mesmo diante de um contexto de saúde mental aprisionada, mesmo quando a assistência jurídica não acontece e a saúde se restringe a medicalização do confinamento, os pacientes – os loucos homens – resistem devindo artistas em sua própria vida, resistem compondo, resistente escrevendo, resistem, fundamentalmente, pensando, pois, como nos alerta Toni Negri, "é possível ser livre tanto dentro quanto fora da prisão. A prisão não é uma falta de liberdade, assim como a vida não é liberdade". Pensando, como fazem alguns de nossos "artistas da fome" eles conseguem viver a liberdade, mesmo estando entre os muros da prisão, entre as grades da prisão.

Ciranda, cirandinha, vamos todos generizar: visibilidades de direitos de gênero tensionando as heteronormatividades

Lúcia Regina Ruduit Dias

A apresentação cultural proposta constitui-se de uma exposição fotográfica de quinze imagens produzidas pelo grupo G8-Generalizando (G8-G) do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (SAJU-UFRGS), no contexto da realização do estudo "A assessoria jurídica universitária em direitos de gênero como uma estética da amizade", realizado durante o mestrado em psicologia social e institucional da UFRGS. O G8-G tem por objetivo principal o acesso efetivo à justiça e a garantia dos direitos humanos, através de práticas que fomentem o debate acerca das questões de gênero. A estratégia metodológica utilizada foi a intervenção fotográfica, que tem por objetivo provocar as linhas de visibilidades e os modos de ver instituídos em tensão com as linhas de dizibilidades. A temática escolhida pelo grupo para ser

fotografada foi "o processo do grupo" e as imagens evidenciam, a partir das ideias da filósofa estadunidense Judith Butler, a "performatividade" de gênero em que estamos imersos desde a infância e que ficam visibilizadas na fotografia do próprio quarto de uma das trabalhadoras onde se vê um porta-retratos em que ela aparece, ainda criança, vestida de prenda; vários cosméticos; uma cartela de pílulas anticoncepcionais e um enorme espelho que visibiliza uma boneca e um pôster de seus quinze anos. Na própria fala da trabalhadora, tanto o vestido quanto o mundo dos cosméticos, o cuidado com a anticoncepção, a boneca e a valorização dos quinze anos como símbolo de tornar-se uma mulher, não são coisas naturais, mas lhe foram sendo oferecidas desde pequena. Outra imagem mostra livros para adolescentes que trazem nos títulos as prescrições de como deve ser e se relacionar uma garota ao falar sobre "todas as coisas que uma garota deve saber", "as delícias da troca", "corações partidos" e "juntos para sempre", performando relacionamentos heterossexuais. Um processo de constituição de identidade de gênero que continua, ao longo da vida, através de vários mecanismos sociais como as revistas femininas, visibilizadas por outras duas fotografias, com matérias sobre o retorno da mulher à cozinha; a "mulher maravilha" que largou tudo para viver um grande amor; mulheres muito magras e o uso de vários cosméticos e adereços. Já outra imagem mostra as prescrições que cabem ao universo masculino envolto em trabalho, armas e violência como afirmação de masculinidade. Processo este que redunda em casamentos monogâmicos, heterossexuais, como visibiliza a imagem de uma boneca e um boneco, vestidos de noivos, bem como na violência de gênero visibilizada nas imagens de banheiros masculinos que mostram os diálogos: - "A diferença entre cagar e dar o cu é meramente vetorial". – "Então vai dar seu viado". Ou ainda: - "Viado filho da puta, vamos te pegar e te empalar. Depois te enforcar". Estas últimas imagens mostram a violência de gênero como consequência deste longo processo que consolida o imperativo heterossexual e produz, como nos diz Butler, uma esfera de "seres abjetos", "não sujeitos", "corpos que não importam" e que, portanto, podem ser violentados e exterminados. Os movimentos de defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros (LGBT), têm sido importantíssimos na defesa de direitos e na luta contra a violência. A teoria Queer, originada na década de 80, trouxe importante mudança na visão da categoria gênero advinda do movimento feminista, se deslocando da discussão de gênero marcada pelo heterossexismo de oposição homem-mulher e permitindo uma reflexão pós-identitária que demonstra que a dominação das mulheres

está inter-relacionada à rejeição das relações amorosas entre os homens, ou seja, à homofobia. Mas a imagem de uma placa de pare visibilizou outras forças, que fazem oposição ao ciclo heteronormatividade-violência de gênero e que aparecem, também, nas fotografias de uma entidade de defesa de direitos LGBT, com seus diversos cartazes e imagens que visibilizam possibilidades de identidade de gênero que não as prescritas pela heteronormatividade. O mesmo ocorre com as imagens de bonecas Barbies, sendo uma delas de três bonecas vestidas com lingeries, deitadas uma ao lado da outra sobre lençol de cetim roxo e, duas outras de duas bonecas em posição de aproximação física que insinuam um beijo. Nestas duas fotografias uma das bonecas é negra, o que evidencia as questões raciais e étnicas transversalizadas nas questões de gênero. A imagem, de um casal heterossexual, diante de um cesto de legumes e o homem com um bloco de notas e um lápis nas mãos, com um letreiro dizendo: "Se Deus pretendia que eu cozinhasse, porque Ele inventou restaurantes?", traz ainda a discussão sobre a questão religiosa como outro fator transversal importante. Acredita-se que as imagens da placa, da entidade, das Barbies e sobre o restaurante funcionem como flechas que se interpõem na linha heteronormatividade-violência, tensionando-a e ocasionando fraturas neste ciclo que tem por resultado a violência de gênero.

EmCenaDor: por um teatro-menor

Luis Gabriel de Morais Lima, Antonio Vladimir Félix-Silva

"E quanto a você? Que são suas 'máquinas' desejantes?" E quanto a cada um de nós? Como podemos devir grupo sujeito, corpo sem órgãos, encenador, ator e autor de uma história que mostre em que nos diferimos na sociedade e em que nos diferenciamos dos contextos de produção de subjetividades fragmentadas, de territorialização e desterritorialização dos modos de existência? Nos contextos de transnacionalização do rural e do urbano e de uma sociedade – como a sociedade brasileira – em que se fortalecem as instituições democráticas ao mesmo tempo em que fracassa o Estado-nação, as políticas de igualdade racial e étnica – com foco nas ações afirmativas e nas políticas públicas relacionadas às minorias e à promoção da cidadania – não são suficientes para a produção de uma ruptura com o analfabetismo estético, ou seja, o analfabetismo relacionado à estética da existência, a falta de alteridade radical e a ausência de reconhecimento do Outro. Tomam-se como exemplo a questão da ideologia da diferença cultural que atravessa a noção nazista de raça inferior atribuída aos judeus e os jogos de

poder promovidos por Hitler ao utilizar um suposto saber médico para justificar biologicamente a diferença entre os alemães e as outras nações. A problemática do extermínio do outro por questões étnico-raciais na história está sempre relacionada à complexidade de ordem econômica, cultual e política que envolve à estética da existência e às questões éticas que lhe atravessam. Este sofrimento ético-político que diminui a potência de ação do corpo foi vivenciado por Aleksander Henryk Laks em suas constantes desventuras no campo de concentração de Auschwitz. Corpo-artistagem em cena é um movimento por um teatro menor que surge a partir da provocação de Deleuze e de um estudo acerca da "Sociedade e Educação das Relações Étnico-Raciais" no curso de psicologia da Universidade Potiguar - UnP, no qual se problematiza o lugar do psicólogo na sociedade e a função da psicologia nos contextos de lutas sociais e políticas públicas relacionadas à educação da diferença desde uma perspectiva ético-estético-política. A produção desse teatro menor se dá em ato por meio da experimentação de momentos vividos por Aleksander Henryk Laks, sobrevivente da perseguição feita pelos nazistas aos judeus durante a Segunda Guerra Mundial, considerando-se a reconstrução do relato Aleksander: O desafio de manter-se vivo, publicado no livro Sou feliz, Acredite, organizado por Mônica de Sá Bernardes e Mauro Tertuliano (Rio de Janeiro: Betseller, 2010, pp. 13 – 40). Trata-se de uma cartografia em teatro do oprimido, metodologia que se utiliza visando à experimentação de uma obra em movimento – artes plásticas/teatro – com o objetivo de fazer do esquecimento do nazismo uma força ativa em defesa da afirmação das políticas de igualdade racial e étnica e contra as repercussões dos microfascismos na contemporaneidade.

Eu sou todas elas: a luta cotidiana das mulheres negras

Márcia Figueiredo Tokita

O presente trabalho faz parte da monografia de especialização em História e Cultura Africana e Afro-brasileira do NEAA/UEL. Esta é complementada com um vídeo documentário que retrata estórias de mulheres negras e suas trajetórias em relação ao enfrentamento do racismo no cotidiano e os atravessamentos que envolvem ser mulher e negra na atualidade. A proposta é poder se aprofundar num aporte teórico que me subisidie enquanto psicóloga social, que permita me situar melhor na complexidade das relações raciais no Brasil. Isso, para fortalecer as intervenções propostas no campo de trabalho específico da psicologia no contexto da proteção básica da assistência social,

espeço em que atuo. Assim, poder compreender qual o papel da psicologia num processo de intervenção mais potente e próximo da desconstrução do racismo, da percepção do sofrimento psíquico causado por este e na construção de uma psicologia mais atuante na desconstrução de formas normativas de vida. Para esta discussão são apresentadas algumas reflexões acerca da situação da mulher negra brasileira no contexto do período de pós-escravidão. Logo após a assinatura da Lei Áurea, uma série de desdobramentos foram sendo processando e acabam por materializar alguns contextos para a situação da mulher negra, como a designação de papéis e estigmas sociais, historicamente vinculados à elas. São corpos marcados para o trabalho (neste sentido, o trabalho informal e mal remunerado), ou para satisfação sexual (a "mulata"). São, também, apresentadas duas estratégias de enfrentamento ao racismo vivido cotidianamente, que foram levantadas durante a elaboração do vídeo documentário: a construção das relações familiares e a inserção em movimentos sociais, em especial, no movimento feminista negro. Também é apresentada uma breve discussão sobre o porquê de um vídeo documentário, este foi elaborado a partir de entrevistas livres, sem um roteiro previamente estabelecido, a partir de uma inserção mais cotidiana possível. Assim, o documentário foi composto por estas falas, livres, já que na medida em que falamos, não estamos necessariamente preocupados com a coerência de nosso discurso, e aí consiste a riqueza de todo este trabalho. A fala escapa, o inconsciente escapa. A fala perpassa por uma série de espaços e, por vezes, devaneios. Também se discute a maneira como as mulheres negras são apresentadas na mídia brasileira e a constatação que, esta pode ser uma via de possibilitar uma nova e mais bela forma de construção de uma identidade negra positiva. A metodologia trabalhada se embasa na psicologia social comunitária, usando como norteador a pesquisa no cotidiano e a noção de campo-tema. Situo-me em um lugar de pesquisadora que permite se afetar pelas inúmeras histórias da vida e de tomar posicionamento juntas e a partir das reflexões que podemos nos provocar mutuamente. Seguimos também pelo caminho da psicologia social comunitária, focada na pesquisa do cotidiano. Usando as palavras de Peter Spink (2008) o cotidiano é tudo o que temos. Todos estamos mergulhados em atividades que parecem banais e com pouco sentido, mas que na realidade são estas pequenas ações, estes fragmentos de realidade, que nos compõem enquanto pessoas no mundo. As conversas cotidianas, por mais banais e simples que pareçam, as relações que vamos construindo e permitindo que aconteçam nos inserem na noção de campo-tema. Esta noção diz do campo não como o espaço em que a pesquisa

acontece, mas sim, como o espaço subjetivo, a inserção neste universo que envolve as questões relacionadas ao tema. Ou seja, ao escolher um tema de pesquisa estamos automaticamente nos inserindo no universo deste campo, nosso olhar, nossa escuta, nosso corpo todo é convocado a ele. Foi partindo deste lugar que esta pesquisa e o vídeo documentário foram elaborados. As falas apresentadas no documentário foram divididas em três momentos, a saber: as falas que traduzem os preconceitos vividos e relatados por elas, como as situações que passaram em lojas; o atravessamento da questão racial ao procurar um emprego e muitas vezes não ser selecionada; e a questão do cabelo crespo, parte marcante na construção da identidade negra. Em seguida, as formas encontradas para elaboração de tais questões, as estratégias encontradas para construir suas estórias de uma forma diferente, como a construção das relações familiares; o estudo como forma de afirmação social, da busca por um novo e diferente lugar social; a entrada na universidade, seu impacto e desdobramentos; e a inserção em movimentos sociais, que para as entrevistadas, atravessou a questão do estudo. Por fim, um fechamento deste momento, com o relato do processo de construção de uma identidade negra positiva. Para finalizar o documentário, foi apresentada, a partir de seus olhares, a construção de uma visão mais bela sobre si mesmas, com a beleza de falas que sintetizam, de algum modo, o processo delas e do documentário.

Experiências de letramento entre sujeitos com baixo nível de escolarização: a contribuição da literatura de cordel

Daniela Lucia Cavalcante Machado, Leônia Cavalcante Teixeira

O letramento e a alfabetização de sujeitos, na perspectiva de uma educação crítica, notadamente devem conduzir a uma transformação social que satisfaça os anseios de se garantir a plena cidadania de todo povo brasileiro. Com essa visão, a presente pesquisa, conclusa, teve como objetivo discutir quais as especificidades que a relação entre sujeitos vinculados, em sua origem, a uma cultura em que a oralidade é predominante, estabelecem com a cultura escrita, buscando analisar o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, do nível de leitura e escrita dos participantes, e principalmente, dos sentimentos imbricados nesse processo. Para tanto, fazendo uso de importante manifestação cultural como mediadora da realidade dos alunos entre si e com o facilitador do processo: a literatura de cordel. Poesia popular, originalmente oral, mas que depois, passou a ser impressa em folhetos rústicos, a literatura de cordel é escrita de forma rimada,

sendo as estrofes mais comuns formadas por seis, oito ou dez versos. Produção típica da região nordeste do Brasil, habitualmente vendida em feiras, penduradas por pequenas cordas ou cordões, daí a origem do nome "cordel", hoje já se faz presente em outras regiões do Brasil e pode ser encontrada, em sua forma comercial, em feiras culturais, casas de cultura, livrarias, reproduzidas em trabalhos acadêmicos e nas apresentações dos cordelistas. Seus temas são os mais variados e versam sobre o cotidiano do povo, acontecimentos, fatos históricos, religião, mitos, problemas sociais e outros. Qualquer tema ou assunto pode ser transformado em versos da literatura de cordel. E baseada na riqueza da cultura popular do nordeste, utilizando a literatura de cordel, foi possível desenvolver essa pesquisa, unindo a língua portuguesa às práticas sociais e políticas públicas na área da psicologia social. Durante o processo, foram entrevistados doze sujeitos que, na época, eram moradores da zona urbana do município de Pedra Branca, região central do estado do Ceará, localizado no nordeste brasileiro. Destes, quatro se declararam analfabetos, quatro com experiências de escolarização informal de até um ano, e quatro que freqüentaram a escola entre três e cinco anos. A proposta de prática social baseou-se na concepção sócio – interacionista e na abordagem de Paulo Freire, tornando-se parte integrante das políticas públicas do município na área de educação. Na experiência de vida de todos os entrevistados, a literatura de cordel constituiu um objeto de leitura permanente e/ou auditivo, e por isso utilizamos obras do autor Klevisson Viana, conceituado autor da literatura popular escrita, trabalhando com diferentes propostas de texto. Durante a pesquisa, foram utilizados como principais fontes: entrevistas com experiência de sujeitos alfabetizados através do cordel, autobiografias, os próprios folhetos e outros documentos, como anuários estatísticos, e jornais. Pode-se considerar, com base nas entrevistas e discussões realizadas, que vários fatores contribuíam para que as relações entre analfabetos e semi-alfabetizados e a leitura dos folhetos de cordel fossem marcadas pelo prazer e tranqüilidade, – e não pela tensão, pela insegurança, pela incerteza – o que parecia ocorrer em outras situações em que a presença do escrito era predominante e como é comum ocorrer entre os "novos leitores". O fator preponderante para o relato do prazer na leitura está no fato do cordel ser lido em voz alta e coletivamente; a diversão causada pelos contadores de história e a falta de hierarquia entre os ouvintes. Realizamos a culminância da pesquisa com exposição de obras do escritor popular Klevisson Viana, diversos folhetos lidos por alguns participantes durante experiências particulares de letramento, bem como produções dos próprios participantes, alguns utilizando, inclusive,

as técnicas da xilogravura, importante manifestação cultural das artes plásticas, usuais nas capas dos folhetos, mostrando a possibilidade que os sujeitos pesquisados tiveram de desenvolver habilidades como, a observação. E foi enquanto observadores do mundo, do meio social em que vivem, que expuseram seus trabalhos em forma de versos e rimas. Concluímos a pesquisa certos de que práticas sociais bem direcionadas, fruto do desejo de promover a transformação social, podem atingir um objetivo bem determinado, seja nos mais longínquos rincões do nordeste brasileiro ou por onde o desejo de mudança se fizer presente e, assim, vislumbrar os novos tempos em que todo sujeito viva, com mais dignidade, ao ideal de estar no mundo.

Lixo é luxo

Carolina Corrêa Lima, Jonas Rodrigues de Paiva Fernandes, Sharisy Siqueira Santos

Para alguns, a imagem do lixo é diretamente associada ao descarte, àquilo que não pode ser reaproveitado e também por isso, muitas vezes, o destino desse material é ignorado. Entretanto, as consequências de tal desinteresse já são amplamente observadas em níveis locais e globais. Para combater esse malefício, diversos indivíduos e instituições se articulam. A produção "LIXO É LUXO" busca trazer à tona diferentes olhares frente às condições que os catadores de materiais recicláveis do município de Itajubá- MG encontram enquanto agentes ambientais.

Nietzsche Theatrum – jogos cênicos in genealogia da moral

Édio Raniere, Valmir Dorn Vasconcelos, Jamille Ovadia Moraes, Gabriel de Freitas Gimenes, Alessandra Matzenauer, Lorenzo Ganzo Galarça, Nina Becker Lewkowicz, Cleci Maraschin, Ana Carolina Brondani, Gabrielle Lippert Bonazza, Cecília Suñé Novossat, Isadora Batistella Machado, Bruna Caroline Comel, Nathanael Milani Bellini Cabrera, Pablo Potrich Corazza

O Coletivo Profanações inicia suas atividades em julho de 2012 como disciplina eletiva na graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Devido ao interesse de vários estudantes da pós-graduação em Psicologia Social, bem como estudantes de outros cursos e de outras Universidades, a disciplina passa a ser oferecida, também, como projeto de extensão. Nesse primeiro momento o grupo transita por várias linguagens, desde o teatro experimental, passando pelo psicodrama e pelo clown. Experimenta-se uma série de exercícios cênicos agenciados pela filosofia da diferença.

Agenciamento que abre caminho para exploração de um método. Numa estrutura mais tradicional de oficina poderíamos entregar aos participantes exercícios contendo regras previamente elaboradas e bem definidas solicitando que as seguissem. Teríamos aí de forma clara e distinta o nosso método – uma dinâmica elaborada previamente – a nossa teoria – conceitos que nos dizem ser possível lidar com a realidade destes sujeitos através de uma tecnologia fixa – e nosso instrumento técnico – a aplicação do exercício. Mas se tratando de um referencial da filosofia da diferença as coisas mudam consideravelmente. À medida em que mergulha nas intensidades da relação, o corpo do artista/filosofo torna-se seu instrumento técnico, pois se utiliza de alguns conceitos – teoria – afim de operacionalizá-los neste ambiente. Dessa forma, o método necessariamente precisa estar aberto aos devires do grupo. Ao mesmo tempo, e essa nos parece ser a tarefa do mediador, faz-se necessária à produção de um território habitável. Um espaço comum que forneça – de forma política, ética e estética – boas conexões ao grupo. Nesse sentido, foi que experimentamos, intensamente, sequencias de exercícios cênicos inspirados pelo teatro de Jerzy Grotowski, Antonin Artaud, Moreno, entre outros. Durante estes exercícios nossos corpos foram alimentados com conceitos da Filosofia da Diferença. A partir desta antropofagia teatral e filosófica abriu-se espaço à criação cênica. Os trabalhos desenvolvidos em 2012 pelo Coletivo Profanações tiveram como referencia três grandes textos: Deleuze e o Possível, de François Zourabichvili; O Esgotado - sobre o teatro de Samuel Beckett, de Gilles Deleuze; O Elogio da Profanação, de Giorgio Agamben. Deste encontro entre Teatro e Psicologia, emergiu uma potente ferramenta. Trata-se do conceito de profanação, tal qual desenvolvido por Giorgio Agamben. Este autor sustenta que a etimologia de religio está ligada a relegere – formulas que devem ser respeitadas ao separar o sagrado do profano – e não a religari – aquilo que une o humano ao divino. Nesse sentido, profanar seria restituir algo religioso, que fora separado a uma esfera sagrada ao uso comum. Partindo da tese de Benjamin de que o contemporâneo tem por religião o capitalismo, que este seria para além de uma continuação direta do cristianismo, sua mais plena realização, Agamben problematiza algumas das garantias dadas aos cidadãos pelo Estado de Direito, a exemplo da propriedade privada, como impossibilitadoras do uso comum. Ou seja, a religião do capital, através da posse, estaria separando, sacralizando, colocando toda e qualquer relação com o mundo num altar inviolável. Contudo, “profanar não significa simplesmente abolir e cancelar as separações, mas aprender a fazer delas um uso novo, a brincar com elas. A sociedade sem

classes não é uma sociedade que aboliu e perdeu toda memória das diferenças de classe, mas uma sociedade que soube desativar seus dispositivos, a fim de tornar possível um novo uso, para transformá-las em meios puros" (Agamben, 2007, p.75. grifo nosso). Nesse sentido, o Coletivo Profanações tenciona restituir ao uso comum territórios sacralizados, brincando num entre teatro e psicologia, descriando o já posto, valorizando a experiência e a linguagem, levando-as aos seus limites e desestabilizando num corpo-a-corpo alguns dispositivos de poder. Alguns trabalhos já realizados pelo coletivo podem ser acessados em: http://profanacoesempsicologiaeteatro.wordpress.com/. *Work in progress*: encerramos 2012 com onze performances individuais. Excitados com as possibilidades de criação e com a força destas obras resolvemos dar seguimento às atividades. Despimo-nos do caráter de disciplina, abraçamos novos profanadores e mantivemos o projeto de extensão ligado a UFRGS. Nesse contexto emerge uma nova configuração. Se 2012 ficou marcado pelas performances individuas, a 2013 caberia, dado momento que o grupo atinge, uma nova alegria. Na tentativa de dar emergência a esses devires, encontra-se em Friedrich Nietzsche um poderoso intercessor. A intenção, portanto, do Coletivo Profanação é a de levar ao XVII Encontro Nacional da Abrapso um conjunto de exercício cênicos disparados pela Genealogia da Moral. Exercícios realizados ao longo de 2013, mas que não se pretendem encerrar numa unidade de espetáculo. Cabe ressaltar que o Coletivo Profanações não é um grupo de teatro, mas sim um coletivo que se utiliza do teatro para dar lugar ao que pede passagem. Pretende-se que esta apresentação aconteça em espaço aberto, numa rua, bosque, pátio da UFSC. Seu formato lembra uma deriva urbana. O coletivo caminha, cantando e tocando vários instrumentos musicais, convidando, assim, todos os transeuntes à profanação.

O abuso sexual nas histórias em quadrinhos de crianças e adolescentes

Camila Scheffer Hein

As histórias em quadrinhos são uma linguagem de fácil acesso as crianças e adolescentes e podem conter um caráter educativo promovendo a compreensão, discussão e divulgação sobre os temas abordados nos mesmos. O 1º Concurso de Histórias em Quadrinhos, com o tema abuso e violência sexual, realizado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social do município de Capão do Leão, como uma das intervenções alusivas ao 18 de maio – dia Nacional de Enfrentamento ao Abusos Sexual de Crianças e Adolescentes_ teve como objetivo incentivar a realização de histórias em quadrinhos em

que o tema fosse abordado não só na realização das histórias bem como durante toda a realização do projeto. Este projeto partiu das interlocuções entre as áreas de Psicologia Social e Artes Visuais, nos trabalhos realizados diariamente nos serviços oferecidos pelo CREAS e está sendo (visto que o projeto segue acontecendo) uma iniciativa que procura difundir informação de maneira significativa para que os adolescentes e crianças em idades de 8 a 12 anos, alunos da rede pública de ensino, participem de maneira ativa deste importante processo de conhecer, agir e propagar informações relativas ao abuso e violência sexual de crianças e adolescentes. A metodologia empregada constituiu-se de vários passos; em um primeiro momento houve uma divulgação o concurso entre as escolas do município, com base nisto as escolas que aderiram a proposta trabalharam o tema com seus respectivos alunos visando inclusive abranger o contexto familiar; após a seleção dos quadrinhos e a entrega dos prêmios e certificados para os participantes o melhores quadrinhos passaram a fazer parte de uma mostra itinerante nas escolas que fazem parte da rede de ensino municipal e estadual (esta mostra irá acontecer durante todo o ano de 2013 e parte do 2014, permanecendo 20 dias em cada uma das 12 escolas existentes no município). Este trabalho, então, é a apresentação da exposição tal como está sendo realizada nas escolas, ou seja, é a apresentação dos melhores quadrinhos impressos em duas grandes lonas. Como resultado obtido já tem-se a mobilização das escolas que realizaram toda uma abordagem sobre o tema de abuso sexual de crianças e adolescentes dentro da sala de aula bem como a distribuição de materiais e informação a família sobre o tema contendo informações como: o que é abuso sexual, tipos de abuso sexual, onde denunciar, etc; A valorização da criança e adolescente na criação de uma história sobre um tema tão complexo e difícil de ser abordado compreendendo não só uma questão estética mas ética tem como interesse estimulá-las a desenvolverem a percepção sobre as violações de direitos das crianças e dos adolescentes e a influência destes fatos sobre suas vidas, e, neste sentido, as histórias em quadrinhos realizadas a partir deste concurso e as exposições das mesmas irão produzir a diferença em cada um dos participantes assim como, também, na comunidade como um todo. Tipo de manifestação artística: artes plásticas (exposição de histórias em quadrinhos em lona). Espaço necessário: são duas lonas medindo 0,90X 4,00 metros, necessário duas paredes para prendê-las.

Ocupa nise: Educação Popular, Arte e Ciência no Hotel da Loucura

Rafaela Palmeira Nogueira Belo, Raquel Ferreira Barbalho, Ana Kariny Sampaio Maciel de Oliveira Porto

O III Congresso da Universidade Popular de Arte e Ciência – UPAC aconteceu, em 2013, como na edição anterior, no Hotel e Spa da Loucura, localizado no Instituto de Saúde Mental Nise da Silveira, no Engenho de Dentro, zona norte do Rio de Janeiro, no período de 01 a 07 de julho. Neste hotel, que foi criado no congresso anterior da UPAC, em uma enfermaria psiquiátrica desativada, as paredes coloridas, os devaneios poéticos, as expressões criativas, as cortinas floridas, as bem querenças anunciadas e as tiradas filosóficas tomam o lugar da frieza e desamor que as paredes e a história do lugar carregam. Foi lá que reunimo-nos médicos, psicólogos, agentes culturais, atores e atrizes, pajés, educadores populares, artistas de rua, reikianos, freiras, poetas, circenses, estudantes e clientes, e fomos todos cuidadores, atores, artistas. Por vários dias ocupamos o hospital psiquiátrico, pautando na convivência amorosa, no afeto catalisador, na expressão criativa, dionisíaca, nas paixões alegres, na arte, na fé, na poesia e no cuidado um movimento de cura e resistência coletiva. Fomos também às ruas, ocupamos as praças, a feira. Na Cinelândia, centro do Rio de Janeiro, realizamos um grande espetáculo cenopoético público, e cantamos a arte, a loucura e a cura pra romper a surdez da cidade. Foi percebido e sentido por nós, nesse congresso vivencial, quão forte é a força da afetividade nessa relação dialógica, como potente é a troca, e como é possível o processo de volta ao saudável nesse lugar do criar e recriar esse ser saudável, não que o sofrer e nem tanto as dificuldades tenham desaparecido da vida das pessoas, mas que o sofrimento pode ser substituído pela alegria de viver nas relações, nas ações de criatividade do desdobramento do ser como afetividade, com o toque, com a troca. Entendemos, a nível do sentir, antes de mais nada, a potência de cura que existe no encontro com o amor e neste, a sua potência revolucionária. Desse modo estamos lançando um olhar de homem que é sujeito em modo de ser do ator, interpretação é o modo de ser da experimentação, no desdobramento da possibilidade, é uma experimentação eu-tu, no aqui-agora, vivências de possibilidades, modo presente de ser. Na UPAC, uma Universidade sem paredes, onde todos são educadores e educandos, acreditamos na vivência e na experiência como pontos de partida do processo de aprendizagem, e temos a amorosidade, o afeto catalisador e as paixões alegres como alguns dos princípios fundantes de nosso caminho pedagógico, nossas idéias-força, tendo a vida como referência profunda do

viver, numa perspectiva Biocêntrica pautando nosso caminhar. Valorizamos as práticas tradicionais, o saber popular e a ancestralidade, propondo uma ciência intuitiva, onde a poesia e a cultura revelam a beleza do conhecer, do ensinar e aprender. Assim, dialogamos arte e ciência, conjugando o verbo esperançar caminhando rumo ao inédito viável, sem medo da felicidade, da alegria ou da loucura. Diante disso, na presente proposta, pretendemos compartilhar essas vivências através de uma exposição de fotografias do Ocupa Nise 2013, além de uma grande roda cenopoética que, com música, teatro, poesia e amorosidade, expressa o modo como vivenciamos os dias no hotel da loucura, e como acreditamos no processo de convivência e cura para além deles também. A cenopoesia, como diria seu próprio mestre Ray Lima, através de suas diversas expressões, forma o exercício da comunicabilidade aberta, libertária e espontânea, pelas interfaces solidárias e amorosas das linguagens artísticas. E é nesse dialogar artístico amoroso e libertário que buscaremos cultuar Dionísio e Nise da Silveira, por um vivenciar da saúde inseparável do afeto e da cultura.

Oficina de escrita: as manifestações em preto e branco

Rafael Dotto Scremin, Pamela Kenne

A presente oficina de escrita não pretende levar consigo qualquer prática que vise ensinar o ofício da escrita, acadêmica ou literária, a seus participantes. Pretendemos, sim, levar aos participantes desta oficina dispositivos que possibilitem a criação de uma reflexão crítica sobre as últimas manifestações, ocorridas em junho de 2013, no Brasil. Através de papel e caneta, escuta e fala, ofereceremos a possibilidade de cada indivíduo fazer um recorte, um traço, que diga algo da sua subjetividade, quando posto de frente a fotografias divulgadas pela mídia, que registraram alguns momentos das manifestações ocorridas pelo Brasil. Mais do que isso, propomos que, a partir do que os participantes escreverem, ocorram discussões críticas visando compreender as representações sociais formadas em relação aos movimentos sociais e à grande massa. Para que haja um ambiente de discussão harmônico para a troca de experiências, propomos o limite máximo de vinte (20) participantes. Estes encontrar-se-ão em círculo, sendo que em suas classes haverá uma fotografia impressa em folha A4 com o verso para cima, para que elas não sejam escolhidas, posto que haverá quatro (4) diferentes tipos delas. Nos primeiros trinta (30) minutos de atividade, será proposta a escrita de suas impressões, o que vê, e o que sente ao se confrontar com uma fotografia que tenha registrado as manifestações no Brasil em

junho deste ano - sem que os participantes saibam que o seu registro fotográfico está sob o olhar de outro participante. Nos trinta (30) minutos seguintes, o grupo será divido em quatro subgrupos, dentro dos quais o ponto em comum será a fotografia sobre a qual discorreram. O subgrupo "a", portanto, irá discutir entre si através da leitura das impressões daqueles que escreveram sobre a fotografia "a", e assim por diante nos subgrupos "b", "c", e "d". Aos trinta (30) minutos finais, a discussão voltar-se-á para o grande grupo, e os participantes discorrerão sobre os traços escritos e observados que fizeram das suas fotografias. Essa discussão final pretende observar os traços em comum, ou não, recortados pelos participantes das diferentes imagens oferecidas como dispositivo para a escrita e o recorte da subjetividade de cada indivíduo. Com o papel de coordenar a oficina, estabeleceremos uma intervenção com o fim de proporcionar um momento de "alienação de si" durante a escrita, e objetivação de uma ideia que passa a ser comunitária no momento de discussão entre os grupos. A busca pelo sentido das palavras do outro e a afirmação de si enquanto sujeito, enquanto indivíduo, se entrelaçam e formam um diálogo repleto de incertezas, construções e desconstruções. Caneta e papel são instrumentos que auxiliam nas representações de afetos, para posterior transmutação dos mesmos, posto que a escrita possui a barreira do papel, isto é, o encontro com o real se dá de forma indireta, ao contrário da fala. Dessa forma, o diferencial de uma oficina de escrita é proporcionar um primeiro movimento de expulsão, de movimento para fora, de representações que não encontram a fala, mas a escrita. Nesse sentido, a presente oficina pode vir a ser uma forma de produzir olhares que transcendam a fala. Ora, se somos um atravessamento de todos os acontecimentos e relacionamentos com outras pessoas, e que somos um constante devir, portanto, o registro de um instante, através do branco do papel manchado do negro da tinta de caneta, possibilita que o leitor já não seja mais o mesmo que escreveu. Isso significa dizer, que, devido a uma dimensão de tempo, real e psíquico, proporcionada pelo ato de escrever e pelo ato de ler, é possível haver um encontro com o estranho que há em cada um, evidenciados pela surpresa que temos ao reler algo escrito por nós mesmos: "como/por que eu escrevi isto?". Tendo isso em vista, compreendemos a presente oficina de escrita como um meio de proporcionar uma reflexão crítica não apenas de um grupo, mas também de cada indivíduo sobre qual olhar lançamos sobre as manifestações ocorridas no Brasil nos últimos meses, bem como a atuação de movimentos sociais dentro da grande massa. Esse trabalho pode trazer, portanto, contribuições para uma análise sobre as marcas das atuais manifestações brasileiras

quanto às suas representações sociais, a partir da criação de um ambiente no qual se possa desencadear nos indivíduos presentes um momento de elaboração, através da escrita livre, e discussão sobre os movimentos sociais e de grande massa. Sabendo que, em nossa cultura, muitos de nossos conhecimentos sobre o que ocorre no país provêm da mídia, já com significações atribuídas, buscamos compreender como se deram os processos de subjetivação provenientes dos aspectos simbólicos da comunicação de massa quanto aos movimentos contemporâneos, e de como as imagens divulgadas pelos meios midiáticos podem influenciar o olhar dos indivíduos sobre determinado assunto. Em suma, a escrita pode ser uma forma de apropriação da realidade e de elaboração de afetos, em que, no papel, vê-se registrado um determinado instante que capta a afetividade do sujeito, desencadeada pelo tema proposto, no caso, as manifestações sociais. Na escrita, o indivíduo tem a oportunidade de criar e manifestar a si próprio, e aos outros do grupo presentes na oficina, as suas impressões e emoções sobre o contexto sociocultural atual. Além disso, ao entrar em contato com o que foi elaborado e escrito pelo outro tanto sobre a imagem diferente da sua, quanto sobre a sua mesma imagem, e perceber os aspectos ideológicos comuns e dissonantes nas perspectivas de cada um, o indivíduo encontrará um ambiente de troca, em que os outros olhares podem entrar em confronto, perpassar ou ir ao encontro do olhar dele próprio. Encontros como esse, propostos nessa oficina, contribuem para a objetivação de processos coletivos e impressões de acontecimentos que podem discorrer em uma memória social. Revelam-se, assim, traços de representações sociais e perspectivas compartilhadas.

Vídeo – Intervenção: a experiência estética do Grupo de Estudos Arte, Saúde e Sociedade na e para além da UNIFESP

Breno Ayres Chaves Rodrigues, Amanda Giron Galindo, Isabela Sgavioli Massucato

O presente trabalho compreende a exibição de um vídeo em que será utilizado as tecnologias de edição para construirmos uma manifestação cultural pertinente às produções do grupo de estudos “Arte, saúde e sociedade”. Para tanto, utilizaremos trechos de filmagens das atividades das pesquisas e trabalhos resultantes (Iniciações Científicas, Relato de experiências, pôsteres) desse grupo, bem como trechos de filmes, imagens e músicas que conectam-se aos conteúdos teóricos e formatos estilísticos exercitados e tratados nas produções deste grupo. Os trabalhos resultantes do Grupo de Estudos que buscaremos filmar alguns trechos são três projetos de Iniciação Científica que estão

concorrendo a bolsa do edital PIBIC CNPQ/Unifesp 2013-2014, intitulados respectivamente: “Desconstruindo o Cinza: a Arte nos Muros Exibida nas Narrativas de Histórias de Vida com Grafiteiros na Cidade de São Paulo”, “Experimentações e Intervenções Teatrais com Adolescentes em Situação de Abrigamento na Cidade de Santos”, “Uma Beleza Possível: a Influência do Trabalho e do Uso do Tempo na Percepção de Si da Mulher na Sociedade Contemporânea”. Um trabalho que já temos material para o vídeo tem como título “Oficinas de criação e música com trabalhadores em situação de afastamento do trabalho”, projeto já com um ano de realização pelo PIBIC 2012-2013 e que concorre para sua continuidade no PIBIC 2013-2014. Além dos trabalhos resultantes deste grupo de estudos, buscaremos contar a sua história, levantar questionamentos e reflexões que desenvolvemos ao longo destes encontros, dando lugar às experiências, às impressões, às delicadezas e às sensibilidades das singularidades deste coletivo. Um recurso artístico que busque abarcar o caráter ético, estético e político deste grupo, bem como sua organização acadêmica que vai além das paredes universitárias, transbordando reflexões e interferências na cidade, nas políticas públicas, na sociedade. Essa iniciativa de vídeo ganha relevância por estar agenciada à temática central do evento “Psicologia Social, Políticas Públicas e Direitos Humanos”, pois todos os trabalhos desenvolvidos por esse grupo vêm ao encontro do exercício de psicologias que fortaleçam a garantia dos Direitos Humanos, entendendo que as políticas públicas que os defendem devem possuir um caráter de discussão permanente. Assim, além da defesa dessas políticas, nosso trabalho se insere na constante “reinvenção” de práticas que potencializem a garantia desses Direitos, encontrando linhas de fuga através de dispositivos artísticos-políticos. O vídeo, além de divulgar os trabalhos produzidos, buscará sensibilizar o público para um estilo próprio que se dá pelo engendramento dos encontros desse grupo de estudos. Portanto, o vídeo terá uma natureza de documentação do que estamos fazendo, mas também conterá nele uma estética que se constitui na arte dos nossos encontros quinzenais. Ou seja, esse processo será como criar uma obra de arte que caminhe para uma obra-intervenção, produzindo, na prática, o que estamos discutindo sobre arte, psicologia e suas interfaces (trabalho, saúde, assistência social, cidade, psicanálise, beleza, etc). Uma exibição artística da experiência de um grupo, da partilha daquilo que é comum, a fim de sensibilizar e apresentar a proposta que estamos trazendo do nosso trabalho de uma forma artística como o próprio grupo propõe. Um relato do vivido através do jogo de imagens, uma forma de narrar a história para além das palavras.

"Com palmos medidos (...): é a parte que te cabe neste latifúndio (...)"

Andressa Aparecida Garces Gamarra Salem

João Cabral de Melo Neto entre 1954 e 1955 escreve a obra Morte e Vida Severina, Auto de Natal Pernambucano. Esta retrata a vida sofrida do sertanejo, representada, principalmente, pela personagem de Severino, que vive uma realidade árdua de um contexto político-social do Nordeste, no Brasil. No ano de 1966 o auto foi musicado por Chico Buarque de Hollanda.

No transcurso entre a vida e a morte, a segunda vence:

Funeral de um lavrador
Essa cova em que estás
Com palmos medidos
É a conta menor que tiraste em vida
É de bom tamanho
Nem largo nem fundo
É a parte que te cabe deste latifúndio
Não é cova grande
É cova medida
É a terra que querias
Ver dividida
É uma cova grande
Pra teu pouco defunto
Mas estarás mais ancho
Que estavas no mundo
É uma cova grande
Pra teu defunto parco
Porém mais que no mundo
Te sentirás largo
É uma cova grande
Pra tua carne pouca
Mas à terra dada
Não se abre a boca
É a conta menor

Que tiraste em vida
É a parte que te cabe
Deste latifúndio
É a terra que querias
Ver dividida
Mas estarás mais ancho
Que estavas no mundo
Mas à terra dada
Não se abre a boca.

A música retrata um recorte histórico, um fragmento atravessado por determinado contexto político, econômico, social e cultural e pode representar o ser humano tanto no coletivo, assim como, as angústias singulares de cada um. Quando tratamos de desigualdade social e subjetividade entende-se o sujeito enquanto produto, processo e produtor que integra e re-significa essas condições na relação com o contexto social o qual está inserido, em um processo histórico. Funeral de um Lavrador (1976) nos dá subsídios para pensar o sistema social que compomos. Apesar de sermos sujeitos ativos para a nossa transformação social, também estamos presos e amarrados a um sistema que muitas vezes contribui para a manutenção de uma sociedade desigual. Entendendo a arte como uma forma nobre da expressão que envolve o ser humano, consideram-se as diferentes manifestações que esta pode assumir, como a música, o teatro, a pintura e a dança. O diálogo entre as diferentes formas de expressão complementam-se. A manifestação cultural aqui proposta compreende a dança como principal linguagem. A coreografia intitulada “Com palmos medidos ...: é a parte que te cabe neste latifúndio”, com base na música Funeral de um Lavrador visa à sensibilização acerca da desigualdade social. A música nos dá subsídios para refletir acerca da exploração e as condições precárias do trabalhador, lutas pelas terras, assim como, após tanto esforço e sofrimento o que resta ao corpo do trabalhador (sujeito) não é nada mais que “uma cova grande pra tua pouca carne”. Cova esta que, mesmo tendo sido feito com “com palmos medidos” é um espaço que ironicamente lhe foi dado. E apesar de todas as condições em que aquele corpo simbólico morto está, o sujeito ainda tem que “agradecer”, pois, “é a terra que querias ver dividida ... é a parte que te cabe deste latifúndio ... pois, à terra dada não se abre a boca”. Os movimentos que compõe essa proposta representam a trajetória do sujeito até que se transforme em defunto parco. Atribuindo ao corpo, gestos, movimentos

e cadências e intencionalidade, tomando a dança enquanto expressão, buscamos representar sentimentos como sofrimento, desigualdade, impotência do próprio sujeito que vive o contexto atravessado pelas "desigualdades" cotidianas. Em uma entrevista dada a Revista 365 (1976) Chico Buarque de Hollanda, quando perguntado se o artista, através de sua arte, pode modificar o ser humano, responde: "Eu acho que o homem vai ter que se modificar, pelo próprio instinto de sobrevivência. Não acredito que isso vá acontecer por influência de um indivíduo, muito menos por ordens superiores. A sociedade é que deve se aperfeiçoar por uma dinâmica própria, de baixo pra cima, com a participação da grande massa de indivíduos, certo? Quer dizer, o homem modificando a sociedade para a sociedade modificar o homem" (Revista 365,1976). Uma arte que "testemunha" o seu tempo e que pensa em possibilidades de "tempos melhores".

CATEGORIA: MINICURSO

A violência incestuosa e as políticas de saúde e assistência: reflexões sobre o lugar do psicólogo na REDE

Anamaria Silva Neves

O sentimento de horror e repugnância frente a um caso de relação incestuosa demonstra a existência de um tabu social estruturante do homem gregário. A análise intrínseca do vínculo incestuoso conduz o dilema à revisão do sentido de trauma, perversão, desejo, sedução, enfim, à revisão de aspectos subjetivos implícitos. De outra forma, a implicância do tema, sob a perspectiva social, analisa a dinâmica do processo civilizatório e os tabus que acompanham o devir da sociedade, em especial o tabu do incesto na cultura. Este mini-curso pretende abordar as relações incestuosas com ênfase para ambos os aspectos, numa investida intra e intersubjetiva, alinhavando assim, questões inerentes à organização das famílias incestuosas. Segundo dados do Ministério da Saúde apud Santos et al. (2007) estima-se que cerca de 12 milhões de pessoas são vítimas de violência sexual a cada ano no mundo e que possivelmente 10% da população tenha tido uma experiência de abuso na infância e/ou adolescência. O abuso sexual, comprovadamente, deixa uma série de consequências orgânicas e psicológicas e, infelizmente, o trabalho de prevenção é restrito em proporção aos casos registrados. Um estudo realizado por Brezo (2008), a respeito da

correlação entre tentativas de suicídio e abuso sexual na infância, apontou que em um terço dos casos de abuso sexual o agressor era um membro da família, e em cerca de dois terços o abuso ocorreu em múltiplas ocasiões. Diante de tal realidade, consideramos que a reformulação das políticas públicas é imprescindível para auxiliar as famílias a lidar com essa problemática. Entretanto, a criação, viabilização e execução de tais políticas de enfrentamento dessa forma de violação de direitos depende da investigação do funcionamento sobre a articulação dos diversos níveis dos sistemas familiar, comunitário e social onde se inscreve o fenômeno do incesto, para que possam ser identificadas estratégias de proteção e resistência. O incesto é um assunto de família. É assim que Cohen (2003) adverte para a especificidade da temática. Elementos históricos apontam que o incesto é um tabu que perpassa diferentes épocas, sendo respeitado ou transgredido. No antigo Egito, laços incestuosos entre irmãos eram impostos aos faraós para homenagear os deuses Íris e Osíris. Na época pré-colombiana, os reis peruanos se casavam com suas irmãs em homenagem ao Sol e à Lua, perpetuando a santidade da dinastia. Durante o Império Persa era permitido o matrimônio da filha com o pai e do filho com a mãe entre os fenícios. O Antigo Testamento também apresenta vários casos de incesto como o casamento de Abraão com Sara, sua meia-irmã e o relacionamento de Amom e Tamar, sua irmã. Na mitologia grega, há o caso clássico em que Zeus se disfarçou de serpente para manter um vínculo incestuoso com Réia, sua mãe. Para Levi-Strauss (1966), o pai do Estruturalismo, a vida familiar é um fenômeno universal, presente em todas as sociedades, mesmo naquelas com costumes educacionais e sexuais muito distintos dos nossos. Segundo o autor, uma família não existiria se não houvesse a sociedade, ou seja, uma diversidade de famílias que reconhecessem outros laços que não aqueles consanguíneos. Nesta perspectiva, não existem leis naturais que tornem a família universal, mas elementos comuns que a caracterizem, mesmo na diversidade. O autor aborda ainda o lado sexual da vida familiar e afirma que todas as sociedades, presentes e passadas, estabelecem relações sexuais concebíveis e proibitivas entre os membros de uma mesma família. A sociedade se organiza a partir de princípios culturais e a família é a origem da organização social. Levi-Strauss, no texto Estruturas elementares de parentesco (1947) propõe a desbiologização do fenômeno incesto e a análise da transgressão da lei máxima da sociedade humana. Cromberg (2001) se apropria dos postulados de Levi-Strauss para afirmar que ...a proibição do incesto exprime a passagem do fato natural da consanguinidade ao fato cultural da aliança (p. 201) e que, antes de ser

moralmente culpável, o incesto é socialmente absurdo (p. 206). Neste sentido, a proibição do incesto não é apenas uma interdição, mas é uma ordenação necessária à constituição familiar. A contribuição freudiana ao assunto revela a ambivalência afetiva que o tabu do incesto representa ao sujeito socializado. Em Totem e tabu (1912-1913), Freud (1976) explica que as restrições do tabu não se assemelham às proibições morais ou religiosas e cita Wundt que presume que o tabu é o mais antigo código de leis não escrito. Freud recorre a alguns trechos da Encyclopaedia Britannica (1910-1911), do antropólogo Northcote W. Thomas, que evoca noções como sagrado, misterioso, perigoso e proibido para definir o tabu, de forma que a violação do tabu pode transformar o violador em tabu. Freud reconstitui a história do tabu argumentando que são proibições que foram impostas a uma certa geração, tendo sido assimiladas pelas gerações seguintes. Contudo, o autor deduz que a origem da persistência do tabu é o desejo original, que faz a "coisa" proibida persistir. O autor fala então de uma "atitude ambivalente" pois, inconscientemente, há o desejo de realizar a fantasia e ceder às restrições do tabu, mas tal desejo se mantém reprimido pois há o temor de realizá-lo e assim, sofrer uma punição, já que agora é um transgressor. Freud categoriza as mais antigas e importantes proibições-tabus que são as duas leis básicas do totemismo: não matar o pai totêmico e não manter relações sexuais com as pessoas do sexo oposto no clã totêmico. Ainda segundo o autor, a violação das proibições-tabus é um perigo social e, em geral, é punido ou expiado por todos da comunidade. A herança familiar sobre a qual Freud nos fala, perpassa as gerações e, sob o formato de herança cultural, é perpetuada entre os diferentes sujeitos sociais dos diferentes segmentos (classe, etnia, nacionalidade) ao longo do processo civilizatório. A quebra ou violação do tabu do incesto provoca intenso mal estar social porque denuncia a possibilidade de atuá-lo, com a perda dos limites necessários à constituição da civilização. Em contrapartida, o processo civilizatório encarregou-se, historicamente, de criar, sustentar e reproduzir dispositivos institucionais de repressão, expressos em códigos, leis e diretrizes sociais que cumpram a função de repudiar os vínculos incestuosos. Os códigos sociais, regulamentados e sustentados pela manifestação popular, ou restritos ao domínio de especialistas no assunto, expressam a oportunidade de coibir o desejo incestuoso. Contudo, conforme pontua Cohen (2003), algumas questões sobre a violação do incesto ainda pedem respostas e dentre elas, destaco: se as penalidades impostas não impedem que o tabu seja violado, quais são as estratégias sociais que o garantem? O incesto ou abuso sexual intrafamiliar é um fenômeno endêmico, presente

nas diferentes sociedades e em contextos sociais diversos. O incesto aponta falhas fundamentais na organização das funções familiares e provoca repercussões na constituição da organização psíquica dos sujeitos. Na organização familiar, a interdição do incesto representa uma interposição entre o desejo e a sua satisfação, diferenciando a ordem do caos (FAIMAN, 2004). A relação incestuosa reativa os impulsos ao rompimento do pacto edípico, atuando como uma força tão disruptiva, tanto para a vítima, quanto para os outros membros dessa família. Se o agressor é da família, o tema desperta um incremento radical de ambivalência que permeia todas as relações familiares, marcadas pelo amor e pelo ódio (FRANÇA, RODRIGUES e MENDES, 2009). Entretanto, existe uma enorme variabilidade de formas de organização psicológicas entre pessoas que experienciam um relacionamento incestuoso, sendo necessário evitar articulações reducionistas. É preciso ter claro que a situação da consumação do incesto tem significados e desdobramentos diferentes para cada experiência pessoal (FAIMAN, 2004). Entretanto, é preciso admitir que o termo ruptura se instaura na vida da vítima: interrompe-se o ciclo da sexualidade, limita-se a sociabilidade, tende atrapalhar o processo de aprendizagem, e a vítimas pode, inclusive, se sentir inadequadas e diferentes em relação às companheiras da mesma idade (AZEVEDO e GUERRA et.al., 2005). Em seu estudo sobre a correlação entre tentativas de suicídio e ocorrência de abuso sexual na infância, Brezo (2008) demonstra que o abuso sexual cometido por um membro da família imediata - pai, padrasto ou irmão, por exemplo - levou ao maior risco de tentativas de suicídio. Buscando compreender esse dado, o autor aponta que o abuso por um pai ou padrasto é considerado especialmente traumático, considerando ainda que tal abuso tem maior probabilidade de ocorrer em famílias com múltiplos problemas e que muitas vezes não podem proporcionar condições de proteção e tratamento após a divulgação do ato. Além disso, ele considera que o abuso por parte de familiares próximos, que deveriam ser a principal fonte de apoio ao longo da vida das crianças, podem ter consequências, a longo prazo, sobre o desenvolvimento de padrões de apego saudável necessários para a saúde mental. No Brasil, as duas últimas décadas apresentaram importantes iniciativas de atenção e cuidado à infância e à adolescência em situação de vulnerabilidade social. Indubitavelmente, é notório o avanço da organização da Rede de Atenção na tentativa de enfrentamento e combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil, mas as investidas específicas sobre as famílias incestuosas são tímidas. Indiscutivelmente, a violência doméstica/intrafamiliar demanda políticas preventivas e iniciativas que

legitimem a formação de uma Rede Psicossocial Integral de proteção à criança, ao adolescente e à família. A construção de uma política de atenção à família corrobora para a construção de um modelo preventivo de atuação que evidencia a necessidade de cuidar, antes da família, e não de nomear vítimas e culpados oriundos do cenário da violência doméstica/intrafamiliar. A atenção à família prioriza os vínculos, as funções e as organizações afetivas que perpassam as gerações familiares e não apenas enfoca a violência momentânea. Desta forma, pensar a família e a violência doméstica/intrafamiliar exige a desconstrução da denúncia e da punição como percursos únicos. Propomos abordar as famílias incestuosas e os dilemas éticos, conceituais e de intervenção defrontados na prática clínica, e institucional do psicólogo inserido na REDE. Segundo Castells (1999), a concepção de Rede implica na priorização da reorganização das relações de poder estabelecidas entre as instituições/sujeitos envolvidos. Nesta perspectiva, compor uma Rede implica em um estado de atenção não substituível, ou seja, cada sujeito profissional tem como princípio a ocupação de um lugar único, visível e acessível, com o compromisso de linguagem clara, aberta aos diferentes canais, sem perder de vista os aspectos éticos de sigilo que envolvem cada c Justificamos a relevância deste estudo por considerar que a estruturação da Rede de Atenção à Infância, Adolescência e à Família é um passo decisivo e fundamental na prevenção e intervenção responsável junto às famílias abusadoras/incestuosas. Capacitar os profissionais implica em promover o questionamento de velhos modelos, mas não doutriná-los no cumprimento de falsos-novos padrões milagrosos de atenção. A constituição de uma nova práxis, amparada na capacitação profissional como foco principal, precisa incluir ainda: a construção de elementos simultâneos como a informatização da Rede; a adoção de terminologia compreensível e dinâmica para a efetivação de encaminhamento ágil; a revisão dos diferentes prontuários com a padronização dos itens de preenchimento, facilitando a pesquisa e divulgação de dados; desenvolvimento de uma cultura da tolerância, da mediação e da horizontalização de forças já que a Rede não carece de tutor, mas de gestão autônoma, autogestiva.

Adolescentes em conflito com a lei e psicologia: pressupostos teórico-metodológicos para atuação no CREAS

Tatiana Machiavelli Carmo Souza

No contexto da assistência social, o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) é lócus privilegiado para o desenvolvimento de serviços destinados às famílias e aos indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos humanos. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (Brasil, 2011), o CREAS deve propiciar ambiente de acolhida e escuta especializados a indivíduos em situação de violência. A equipe mínima deve ser formada por profissionais com nível superior e médio, sendo eles: um coordenador, um assistente social, um psicólogo, um advogado, dois profissionais de nível superior ou médio para realizarem abordagem com usuários e um auxiliar administrativo. Dentre as demandas da instituição encontra-se o trabalho com adolescentes em conflito com a lei que participam do Programa de Liberdade Assistida (L.A.), cuja finalidade é oferecer atenção socioassistencial e acompanhamento a esses jovens. Partindo dos pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990), crianças e adolescentes passaram a integrar a doutrina de proteção integral, isto é, a partir dessa legislação, tornaram-se sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento. Nessa perspectiva, entende-se que é dever da família, da sociedade e do Estado possibilitar condições adequadas às crianças e adolescentes, bem como assegurar a efetivação de direitos. O direito à vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, a liberdade, e à convivência familiar e comunitária são garantias previstas no ECA que devem ser oferecidas a todas crianças e adolescentes brasileiros. Sabe-se que o descumprimento desses direitos somados às relações sociais precárias e desiguais, fomentam o aumento de adolescentes em conflito com a lei. São adolescentes em conflito com a lei os sujeitos que cometeram algum ato infracional, ou seja, conduta descrita como crime ou contravenção penal pela legislação brasileira. Os adolescentes que cometeram algum tipo de ato infracional são julgados pelo Juiz da Infância e da Juventude, podendo ser encaminhados ao cumprimento de medidas socioeducativas que variam de acordo com a gravidade de sua conduta. Dentre vários elementos, o ECA instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). O Sinase (Brasil, 2012) é um conjunto sistemático de princípios, regras e critérios que estão ligados ao cumprimento das medidas socioeducativas; inclui os sistemas estaduais, distritais e municipais, assim como os planos, políticas e programas característicos de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei. O Liberdade Assistida trata-se de programa contido no Sinase e previsto pelo ECA; é destinado a adolescentes autores de atos infracionais. Na atual realidade

brasileira, o cumprimento das medidas está para além de punição, deve ter caráter mediador, auxiliando os jovens a se reorganizar perante a sociedade. Nesse caso, o programa de Liberdade Assistida configura-se como medida judicialmente imposta, cujo objetivo é a reinserção social do adolescente do ponto de vista familiar, educativo e do trabalho. Nesse programa, o adolescente não tem sua liberdade privada, mas espera-se que os atendimentos ofertados pela equipe do CREAS auxilie no processo de ressignificação de experiências, conduzindo o jovem a realizar escolhas corentes com os valores democráticos. Nesse sentido, Martins (2000) aponta "[...] a aplicação da medida de liberdade assistida requer uma mudança de concepção, abandonando posturas excludentes e estigmatizantes, adotando posturas e práticas construtivas que incluam o adolescente autor de ato infracional à vida em sociedade" (p.7). Na contemporaneidade, os adolescentes em conflito com a lei têm sido marginalizados, estigmatizados e discriminados pela sociedade. De acordo com Espíndula & Santos (2004), as representação sociais presentes na sociedade são de que os adolescentes que cometem atos infracionais são "delinquentes", aumentando o preconceito com essa população. A experiência profissional tem demonstrado que, em algumas circunstâncias, as ações dos profissionais tendem a práticas moralizantes e de controle social. Busca-se aqui apresentar possibilidades de atuação do psicólogo, enquanto membro da equipe do CREAS e inserido no Programa de Liberdade Assistida, que visem ao desenvolvimento da autonomia, bem como a (re)construção da cidadania dos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias. O CREAS, enquanto instituição pública, tem o papel de representar o Estado e assistir o adolescente em seu desenvolvimento enquanto sujeito de direitos. A ação do psicólogo na instituição perpassa o auxílio aos adolescentes de modo que eles construam novos projetos de vida, a partir do respeito aos seus limites, do fortalecimento dos laços familiares e das relações comunitárias. O trabalho do psicólogo junto a jovens infratores deve voltar-se à busca pela reinserção social, de modo que o profissional desenvolva práticas que privilegiem a convivência social. Essas práticas podem se caracterizar por ações de educação (im)formal, de lazer, culturais, profissionais e esportivas. O trabalho em grupos mostra-se como alternativa importante ao desenvolvimento de valores como cidadania, respeito e cooperação. Dentre as metodologias na atuação com jovens infratores destacam-se a organização de grupos. A nossa experiência, atuações com grupos abertos que privilegiam o diálogo tem-se revelado escolha assertiva, pois contribui para que o adolescente se coloque como sujeito

ativo e responsável perante suas escolhas e seus atos. No grupo o jovem encontra espaço para troca de experiências e para e elaboração das vivências passadas. A eficácia do grupo está intimamente ligada ao desenvolvimento de vínculos entre os integrantes (pares de jovens e profissionais). As discussões acerca das condições materiais de vida também são igualmente importantes para o processo de conscientização e para a busca pela emancipação. Somadas à essas práticas, tem-se também encontros de promoção de expressões artísticas, onde as habilidades dos adolescentes podem ser expressas, conduzindo ao sentimento de aceitação e pertencimento. Nesse sentido, destacam-se as metodologias que promovam a utilização da música, das artes gráficas, dos jogos e filmes. Por fim, entende-se que a psicologia é chamada a desenvolver atuações éticas e de excelência com adolescentes em conflito com a lei, de modo que compromisso social da profissão se materialize em práticas democráticas. Dessa maneira, esse minicurso tem o propósito de discutir as políticas contemporâneas e as possibilidades metodológicas que perpassam intervenções da Psicologia junto a adolescentes em conflito com a lei.

Afetividade e participação social: dos gregos a Vygotsky

Israel Rocha Brandão

Este curso discute as contribuições de grandes pensadores para a construção de uma sociedade emancipada, ao resgatar o conceito de afeto na história do pensamento ocidental e situá-lo no campo ético- político. Para tanto, fundamenta-se numa visão vygostkyano-espinosana, capaz de considerar ação e afeto como unidades indissolúveis da subjetividade. Tal enfoque se associa aos estudos mais recentes realizados sobre afetividade e participação e considera também a contribuição da crítica à sociedade industrial feita por Theodor Adorno.

Avaliação escolar sob a perspectiva vigotskiana

Joao Batista Martins

Este minicurso tem como perspectiva apresentar uma proposta de avaliação escolar subsidiada na teoria de Lev S. Vigotski. A teoria de Vigotski vem sendo muitas vezes apropriada pela comunidade científica sem levar em consideração o enraizamento epistemológico e metodológico de sua teoria, qual seja, o das proposições que se articulam com o materialismo dialético e materialismo histórico. Trazer essa questão para discussão se torna necessária uma vez que, como afirmam Mainardes e Pino em sua

análise sobre a produção bibliográfica brasileira vinculada a obra de Vigotski no período de 1986 a 1998, que "As poucas obras de Vigotski disponíveis em português, todas elas traduções de textos americanos soltos, alguns deles incompletos, somado ao fato de serem essas obras de leitura aparentemente fácil e de o leitor frequentemente não atentar à fundamentação marxista que marca o pensamento de Vigotski, explicam a diversidade de leituras que revelam os trabalhos ditos de orientação vigotskiana. A rápida difusão das ideias de Vigotski no Brasil nem sempre vai de par a uma compreensão mais profunda do seu pensamento. (MAINARDES; PINO, 2000, p. 256). Tal processo, por sua vez descaracteriza as proposições do autor levando-nos, em certas situações, a uma interpretação errônea de sua teoria. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo estabelecer uma articulação entre a teoria vigotskiana com o campo educacional, especialmente no que tange as questões relativas à avaliação escolar. Cabe salientar, que a perspectiva pedagógica que subsidia este trabalho é aquela que se propõe contribuir para o fortalecimento das lutas populares com o objetivo de resgatar a especificidade da educação, tendo como parâmetros os limites de uma sociedade onde as relações sociais de produção obedecem a uma lógica capitalista. Tal perspectiva, na medida em que leva em consideração as lutas sociais desenvolvidas pela classe trabalhadora (por terras, por salários dignos, por habitação etc.), inscreve-se num projeto social de superação dos limites impostos pela ordem econômica vigente, afirmando as possibilidades históricas dos homens. Dentro deste contexto, a questão do conhecimento explicativo da realidade passa a ser central e direcionador da potencialidade da escola, pois é nesse espaço social que se engendrarão as possibilidades de superação das atuais condições de sobrevivência proporcionando as condições para as devidas mudanças sociais na perspectiva de uma sociedade melhor. Estas considerações, por sua vez, nos remetem para uma reflexão sobre vários aspectos implicados no processo ensino-aprendizagem, tais como: a relação professor x estudante, a interdisciplinaridade, a interserialidade etc. No entanto, consideramos a questão da avaliação escolar como um problema central neste processo, pois é através dela que se efetivará a implementação de uma proposta pedagógica mais justa, mais democrática, mais igualitária. Do ponto de vista de uma pedagogia tradicional, o processo de avaliação que se estabelece nas escolas se assenta na manutenção das relações de poder que se estruturam no universo social da escola, no qual o estudante é considerado como um depositário de conhecimento, e o professor, na medida em que detém o saber (e consequentemente, o poder), é aquele de determina as formas de acesso

ao conhecimento formal e o espaço social onde deve ocorrer a aprendizagem: a expectativa que se estrutura sobre o estudante é a de que ele repita aquilo que o professor lhe passou através de teste e ou provas. Esta forma de avaliação vem, desde muito tempo, sendo criticada uma vez que se afirma em pressupostos discriminadores e que marcam processos de exclusão implícitos neste tipo de prática avaliativa. Com objetivo de superar esta prática, várias propostas têm sido apresentadas, as quais apontam novas possibilidades para o processo de avaliação. De uma maneira geral essas propostas sugerem que o que deve ser avaliado não é exclusivamente o aprendiz, mas a relação que se estabelece no processo ensino-aprendizagem, na medida em que se considera tanto o estudante como sujeitos históricos e produtores de conhecimento; entende-se, neste contexto, que o professor estabelece "pontes" entre o conhecimento acumulado historicamente e o estudante; e se pressupõe que o conhecimento não é estático, mas dinâmico e condicionado pelas relações sociais que o engendram. Sob essas dimensões o processo de avaliação assume novas características, já que se estabelece uma proposta de avaliação escolar em que o estudante deve ser avaliado cotidianamente, cumulativamente e diagnosticamente, tendo-se como pano de fundo para tal avaliação as relações que ele estabelece - com professores, com estudantes, enfim, com sua realidade social. As questões que se colocam dizem respeito ao como podemos operacionalizar esta ideia de avaliação nas práticas pedagógicas? Como avaliar cotidianamente? O que é uma avaliação cumulativa? Como fazer o diagnóstico do processo de aprendizagem? Com a perspectiva de contribuir para o esclarecimento de algumas destas questões, apresentamos uma proposta de avaliação escolar tendo como suporte teórico as ideias desenvolvidas por Lev S. Vigotski. Assim, num primeiro momento, apresentaremos algumas informações acerca do momento histórico vivenciado por Vigotski, localizando sua proposição para a psicologia no contexto das mudanças sociais decorrentes da Revolução de 1917. Em seguida, será apresentado um conjunto de conceitos que foram elaborados por Vigotski ao longo se sua produção teórica, a saber: a relação entre aprendizagem e desenvolvimento, a noção de zona de desenvolvimento proximal, a questão da situação social de desenvolvimento, sistema psicológico, dentre outros. Estes conceitos foram apresentados por Vigotski em momentos diferentes e que, ao se articularem, nos permite vislumbrar o caráter dialético de suas proposições. A partir desta articulação, apresentar-se-á uma proposta de avaliação tomando como referência a relação dialética que se estabelece entre conceitos cotidianos e conceitos científicos, as práticas pedagógicas que

se circunscrevem a relação entre professor e estudante, e a historicidade de tal processo, que se coloca em devir. As considerações a serem discutidas ao longo do minicurso nos permitem organizar uma estratégia de instrução e avaliação que assegure seu caráter diagnóstico e prognóstico do processo desenvolvimento da criança; uma prática cotidiana que aborde o processo de aprendizagem cumulativamente, uma vez que, o processo de aprendizagem é avaliado sob uma dimensão histórica, pois tal avaliação nos revela as mudanças cognitivas do estudante ao longo do tempo, em função do contato que ele estabelece com os conteúdos escolares, mudanças que ocorrem á medida que ele exercita os conceitos aprendidos nas mais variadas situações (perspectiva cotidiana). Além disso, neste processo considera-se que tais mudanças se expressam através da reorganização constante dos conceitos numa dada estrutura conceitual, onde convivem tanto conceitos cotidianos como científicos. Sendo assim podemos avaliar passo a passo o processo de aprendizagem, analisando as ampliações conceituais, os sentidos atribuídos pelos estudantes aos conceitos aprendidos, etc. (perspectiva cumulativa). Considerando-se que os processos de desenvolvimento e aprendizagem não são uniforme, eles são dialéticos, e que eles se caracterizam por avanços e retrocessos, nos permite considerar as possibilidades dos estudantes para o futuro (o nível de desenvolvimento proximal). Assim, a avaliação escolar adquire um sentido diagnóstico e prognóstico, pois, o professor terá condições, a partir de sua análise, proporcionar situações em que os estudantes consolidem suas potencialidades (estabelecidas pela ZDP). Em suma, a perspectiva que ora se apresenta, assegura uma análise do processo de ensino x aprendizagem em sua historicidade e numa perspectiva dialética.

Claves para el trabajo con la violencia en relaciones afectivas de pareja

Leonor M. Cantera

La violencia normalizada, naturalizada y en continua presencia en nuestra vidas, hace que quienes trabajan con ella no estén exentos de ser afectados por la misma e incluso vivir la contradicción de vivir aquello que trata de erradicar. La presencia y aparente universalidad de la violencia hace que la simplifiquemos a la hora de contestarnos preguntas como por ejemplo: ¿por qué sucede?, ¿qué debemos hacer para detenerla?, ¿es posible trabajar a nivel comunitario con ella?, ¿se puede prevenir?, ¿hacia dónde nos conduce tanta violencia?, ¿qué tiene que decir la psicología social sobre ella?, ¿qué aspectos son prioritarios de tener en cuenta a la hora de enseñar en la academia sobre

ella?, ¿A cuáles ámbitos afecta el trabajo con la violencia?, ¿cómo podemos preservar el bienestar de quienes trabajan con la violencia?, etc. La violencia en sus diferentes manifestaciones es una problemática social que requiere no sólo de una respuesta inmediata; sino del compromiso académico enfocado en la reflexión, problematización, análisis y evaluación del qué hacer comunitario, relacional, social e individual. Guarda una estrecha relación con el tema del XVII Encuentro Nacional de Abrapso: Prácticas Sociales, Políticas Públicas y Derechos Humanos porque contempla el derecho a vivir una vida digna y libre de sumisión. Reclama la necesidad de políticas públicas comprometidas con la erradicación de la problemática; que contemplen partidas presupuestarias para la atención y respuesta de las más diversas gamas posibles. La justificación reside en el llamado urgente de Organismos reconocidos a nivel mundial como las Naciones Unidas, OMS, Amnistía Internacional, etc.; así como a las altas tasas de muerte por motivo de la violencia en el día a día cotidiano. Además, la agenda vigente de reaccionar y dar respuesta ante la urgencia de lograr competencias que capaciten a diversos niveles: laboral, académico, asistencial, salud, etc. Desde una psicología posicionada, crítica y reflexiva; proponemos un minicurso sobre la prevención y la atención de la violencia. Tiene el propósito de poner es escena una problemática social que hoy por hoy se cobra miles de vidas en todo el mundo. Pretende facilitar herramientas que ayuden a romper con los obstáculos epistemológicos y culturales que nos privan de dar pasos firmes en dirección al reconocimiento, entendimiento, prevención y solución de la violencia en la pareja. El mismo lleva por título: Claves para el trabajo con la violencia en relaciones afectivas de pareja. El objetivo Central es brindar un espacio para a partir de la exposición teórica y trabajo práctico, reflexionar y avanzar conjuntamente tejiendo saberes sobre cómo prevenir y/o actuar ante la violencia.

A continuación se detallan los objetivos específicos del curso:

• Brindar un espacio de confianza para la reflexión conjunta de la violencia que tiene lugar en las relaciones afectivas de pareja.

• Comprender la complejidad de la violencia, especialmente aquella que tiene lugar en las relaciones afectivas de pareja.

• Facilitar la comprensión de la dinámica de una relación donde exista violencia.

• Reconocer la aplicabilidad de técnicas y herramientas de trabajo luego del análisis de la situación particular con la que se ha de intervenir.

• Conocer las dificultades, limitaciones, posibles acciones y alcances del trabajo con la violencia.

• Formular estrategias de autocuidado como persona profesional que cuida.

La metodología a seguir para lograr los objetivos presentados será participativa. La misma contempla que las personas participantes, durante dos horas, tengan el reto de, a través de ejercicios guiados: reflexionar, analizar, re-conocer e intentar adueñarse de estrategias para afrontar el día a día en el trabajo con la violencia. Ello se hará desde una mirada de perspectiva de género, crítica y ecológica. Por perspectiva de género se entiende, en palabras de Botello (2012) "un punto de vista y un procedimiento en el que esta categoría analítica nos sitúa en determinados ángulos de observación, de contraste y de valoraciones, conducentes al diagnóstico de cada realidad dentro de unas coordenadas que no prescinden de las características que aportan las dinámicas de relación entre hombres y mujeres" (p.27). Nos ubicamos en una postura crítica porque entendemos que el cuestionamiento sistemático de la psicología dominante, así como la elaboración y aplicación de formas alternativas de teoría y práctica psicológica nos ayudarán a contribuir con la construcción de una psicología que busca respuesta y el dar alternativas de acción e intervención afín con las necesidades emergentes y los problemas latentes. Además, sin perder de foco a la persona profesional que interviene y estudia. Esto último responde a la convicción de que la persona profesional o para-profesional (entiéndase principalmente, voluntariado), que atiende la situación de violencia se encuentra inmersa en un constante proceso de construcción del significado de la misma, en el cual converge tanto su dimensión histórica individual, como una dimensión social instituida sujeta a reglas, valores, prejuicios, preconceptos y normas de relacionamiento tal y como menciona Cantera (2002). Subrayamos la importancia de la perspectiva construccionista por su importancia y relevancia, y nos hacemos eco de las palabras de Iñiguez cuando dice que; "Podríamos decir que los elementos que definen una posición construccionista son: antiesencialismo (las personas y el mundo social somos el resultado, el producto, de procesos sociales específicos); relativismo (la "Realidad" no existe con independencia del conocimiento que producimos sobre ella o con independencia de cualquier descripción que hagamos de ella); el cuestionamiento de las verdades generalmente aceptadas (el continuo cuestionamiento de la "verdad", poniendo en duda sistemáticamente el modo cómo hemos aprendido a mirar el mundo y a mirarnos a nosotros mismos); determinación cultural e histórica del conocimiento, y el papel

conferido al lenguaje en la construcción social (La realidad se construye socialmente y los instrumentos con los que se construye son discursivos)" (2005, p. 2).
Todo ello teniendo en cuenta el contexto donde se ubica; desde el modelo abierto propuesto por Cantera (1999) y la mirada ecológica. Los ejes temáticos a discutir son: sistema patriarcal, estructura social, tipología de la violencia, vínculos afectivos y dificultades en el trabajo con la violencia.

Entre desejos, a "bola de neve" e cidadania: por uma educação quanto ao consumo
Inês Hennigen

Consumir é inerente à própria vida. Contudo, mormente a partir da segunda metade do século XX, tal ato sofreu uma transformação considerável, adquirindo feições de prática a serviço da diferenciação e pertencimento social. Assim, passou a ter importância significativa para a nossa constituição subjetiva. Baudrillard (1970/2010), no alvorecer dos anos 70, enunciava o estabelecimento de uma sociedade de consumo; já Zygmunt Bauman (2008) tem mostrado que hoje constituímos uma sociedade de consumidores, o que vem traçando novas formas de inserção e exclusões. Em suma, contemporaneamente, o consumo de bens e serviços permeia nosso cotidiano e pauta, em grande medida, a produção subjetiva face aos signos que coloca a circular e que nos convocam a partir da articulação ter-experienciar/ser. Alguns autores usam a expressão consumismo para falar de uma característica entendida como genérica no contemporâneo, enquanto outros a adotam para referir o que seria algo da ordem de uma exacerbação mais "patológica" que acometeria certas pessoas, tachadas então de consumistas. Evidente que, no segundo caso, o viés individualizante e moralizante se mostra bem mais pronunciado. Porém, esse duplo viés atravessa, muito frequentemente, posicionamentos e compreensões acerca da temática, o que é fundamental problematizar. O consumo diz respeito a todos nós – quem não trabalha para consumir, no sentido amplo destes dois termos, e, muitas vezes, também para fazer consumir o que produz ou o que se produz? Além disso, ele é estimulado, mundo afora, por políticas governamentais, sendo apontado como a alavanca do tão decantado e almejado crescimento e desenvolvimento dos países. Ainda, o consumo é incitado a todo instante nos mais variados espaços midiáticos e publicitários, que operam incansavelmente para criar novos desejos e vestes para contemplá-los – mas apenas parcialmente, de sorte a manter/promover uma insatisfação (residual, renovável, constante) que alimenta o ciclo desejo-aquisição-descarte. Portanto, pertinente pensar,

tratar-se-ia de uma esfera prosaica da vida social. Entretanto, amiúde, verifica-se que a questão do consumo recobre-se de uma aura moralizante, o que se pode constatar nas mais pueris justificações que circundam tal prática: não é "só" um querer, é uma necessidade eu ter...; afinal, eu trabalho tanto, eu mereço...; comprando isto eu vou fazer uma economia; é para eu (minha família, meus filhos, etc.) ter mais segurança (saúde, instrução, comunicabilidade, cultura, etc.) que vou adquirir isto; é Natal (Páscoa, Dia das mães, dos namorados, etc.), eu preciso comprar um presente (presentinho, lembrancinha, etc.) para quem eu gosto. Claro, a moralização se maximiza nas críticas mais diretas relativas àqueles que ostentariam luxos à desmedida, ou que não teriam consciência social ou ecológica tendo em vista suas práticas de consumo. Ao apontar a moralização, não intento fazer a apologia da isenção dos modos de consumir, ao contrário, busco interrogar o quanto, talvez, ao moralizar, escapamos justamente do questionamento ético, fundamental para a vida social. Enfim, o consumo constitui uma esfera paradoxal: ao lado de ser prática não só respaldada, mas fomentada socialmente, parece requerer justificação. Principalmente para se escapar do – ou validar o – que é dito ("acusado" de ser?) relacionada ao desejo, tomado como avizinhado do supérfluo, em contraponto às "justas" e prioritárias necessidades. Bem diferente do que acontece, por exemplo, na esfera do trabalho; pode-se dizer que não é bom, ou mesmo saudável, uma pessoa trabalhar muito, mais do que o "necessário", porém isto não é alvo de reprovação moral se partir de sua vontade, não de uma imposição de outrem. Assim, se tem a promoção (social, econômica, política, cultural, midiática) do consumo e, ao mesmo tempo, uma série de enunciações (uma vez recorrentes, necessárias por/para que?) que funcionam como autorização e/ou legitimação – e que, não só incidentalmente, são recursos discursivos que a publicidade utiliza para alavancá-lo mais ainda. Redentor e destruidor, solução e problema. A polarização ronda a questão do consumo – e também do crédito. Desde a invenção da tecnologia financeira do chamado crédito ao consumidor, que remonta ao pós-II Guerra nos Estados Unidos e atualmente está disseminada globalmente, a possiblidade de consumir se descolou da posse de recursos. No início, o crédito era utilizado em situações pontuais e/ou para aquisições de maior monta, mas, com o tempo e face às constantes perdas salariais (verificadas em muitos países), esse passou a ser usado para fazer frente ao consumo trivial. Hoje, dentre outras modalidades, o cartão de crédito, que registrou vertiginosa expansão no Brasil, viabiliza a aquisição de praticamente tudo, até mesmo o "pseudo-pagamento" de dívidas como luz e telefone, até os limites (elásticos)

disponibilizados pelas administradoras e instituições financeiras – o que é tido como muito bem-vindo. O lado "avesso" é que isso acarreta sempre algum patamar de endividamento. Esse é crescente e bem mais problemático no caso daqueles que, por escassez de recursos advindos de salários, pensões ou rendimentos, acabam financiando, de um mês para o outro, aquilo que esses deveriam suprir. Além disso, a falta de esclarecimentos sobre as efetivas condições das operações de crédito (cifradas para muitos face ao parco domínio da matemática) faz com que um número grande de pessoas surpreenda-se com os valores de suas dívidas em função da incidência de juros e encargos. E, o que não é raro, sejam estimuladas a tomar empréstimos para "quitá-las". A dívida, em sua dupla e indissociável acepção financeira e moral é tão arcaica quanto a organização social (NIETZSCHE, 2009). Contudo, cada vez mais, estar muito endividado é a condição corriqueira de parcela expressiva de nossa população. Neste sentido, a elocução "bola de neve" é usada para ilustrar o endividamento que pode começar pequeno, mas que, com o tempo, se avoluma a ponto de "soterrar". No Brasil, como em muitos outros países, verifica-se já há um bom tempo o chamado fenômeno do superendividamento do consumidor: "impossibilidade global de o devedor pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo..." (MARQUES, 2006, p. 256). Esse marca dificuldades de toda ordem e vem mobilizando principalmente os profissionais do campo do Direito, que trabalham para a alteração do Código Brasileiro do Consumidor de modo a incluir dispositivos para a prevenção do fenômeno e para seu tratamento. Se consumir é, em certas circunstâncias, remetido ao descontrole e/ou à irresponsabilidade individual, ter dívidas em função do consumo e não reunir meios para pagá-las (em partes, continuamente, mantendo, por exemplo, o pagamento mínimo do cartão de crédito, o que se afigura bem lucrativo para quem financia, face à incidência de juros e encargos) potencializa tais atribuições. Assim, a despeito de todos os interesses e atravessamentos que confluem para fomentar a equação consumo + crédito = dívidas, se processa uma individualização e se estabelece um estigma moral sobre quem está endividado e inadimplente. Que pesa sobre o sujeito – ou não, revelando mais uma faceta que escapa a generalizações. Se muitos se ressentem por estarem endividados, há também aqueles que não reconhecem nisso uma situação problemática, seria meramente a nova lógica da economia. Quanto a esta questão, Lazzarato (2012) aponta a perversidade do que nomeia economia do endividamento, que cada vez mais avança sobre os direitos sociais, buscando suprimi-los. Na lógica neoliberal

que subjaz a tal configuração socioeconômica, cada um deveria arcar diretamente com os custos das vicissitudes da vida e do trabalho (saúde, educação, desemprego, etc.). No contexto brasileiro, uma forma de violência silenciosa, que atinge quem está endividado/inadimplente, é a negação do direito ao trabalho, que acaba acontecendo face à consulta que muitos empregadores fazem a cadastros como SPC e SERASA, acarretando a exclusão de processos seletivos justamente aqueles que mais precisariam de uma vaga para buscar um reequilíbrio financeiro. Frente ao cenário que tracei até aqui, penso que fica claro o quanto a questão do consumo toca e merece atenção por parte da psicologia social e requer o desenvolvimento de políticas públicas, principalmente no que tange à educação e também à prevenção e tratamento das situações de superendividamento. Longe de ser âmbito afeito a consensos, o consumo abre mais questionamentos do que os encerra. Neste sentido, nos últimos anos tenho desenvolvido pesquisas e intervenções que objetivam a produção de conhecimentos e o enfrentamento de certos efeitos que se processam no entorno do consumo e que se mostram adversos. Assim, desenvolvi uma pesquisa que buscou conhecer as implicações subjetivas e o papel da mídia no superendividamento dos consumidores, e, atualmente, finalizo outra que analisa a publicidade do crédito a fim de conhecer as práticas de consumo e endividamento que estão sendo incitadas. Ao mesmo tempo, coordeno um projeto de extensão na Central Judicial de Conciliação do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (CJC/TJRS) que visa promover saúde, educação e cidadania junto a consumidores em situação de superendividamento que procuram o órgão com o intuito de lograr uma conciliação com seus credores. Além do acolhimento destes sujeitos, são realizadas rodas de conversa sobre consumo, crédito e endividamento, que trilham no sentido de uma educação quanto ao consumo. A proposta deste minicurso é enfocar, a partir de um diálogo teórico interdisciplinar e da discussão dos conhecimentos que venho desenvolvendo, algumas questões elencadas neste resumo, que se afiguram importantes quanto ao consumo no contemporâneo e podem ser sumarizadas nos seguintes tópicos: diferenciação, consumo e (possibilidades de) singularização; a falácia da polarização necessidade/desejo e da sua associação a básico/supérfluo; individualização e moralização; mídia/publicidade e constituição subjetiva; modalidades de crédito e endividamento; o mal-estar ligado ao consumo e ao superendividamento; o questionamento ético no âmbito do consumo; cidadania e educação quanto ao consumo. Defendo que essa, diferente da denominada educação financeira, que, em geral, naturaliza

contextos, individualiza situações e ganha formatos instrumentais (planilhas para fazer orçamento doméstico, opções de investimento, etc.), deveria acontecer a partir de formatos como rodas de conversa e congregar alguns dos aspectos aqui referidos e que abordamos no trabalho na CJC/TJRS – sendo dirigida tanto para adultos quanto para jovens. Entendo que assim seria possível oferecer subsídios para o desenvolvimento de reflexões mais amplas e complexas, de sorte a produzir posições críticas por parte dos sujeitos sociais. Cabe assinalar ainda que, em função de ser temática ainda pouco explorada, mas de relevância indubitável, penso que a interlocução com colegas propiciada neste minicurso pode ser bastante fértil para a formação e atualização em psicologia social, e para disparar novos estudos e ações. Como ensina a perspectiva foucaultiana, não se pode resistir às formas de sujeição a não ser travando embates no seu próprio campo. Neste sentido, é pertinente lembrar as ideias de Canclini (2008, p.29), que buscou "entender como as maneiras de consumir alteraram as possiblidades e formas de exercer a cidadania". Este autor mostrou que a esfera do consumo pode se prestar para a luta política, que esse pode servir para demandar e conquistar novos direitos. Assim, dada a atual sociedade de consumo ou de consumidores, cabe uma maior apropriação dos seus meandros. Penso que a educação quanto ao consumo – desenvolvida em espaços escolares, de afiliação de trabalhadores e outros – poderia contribuir para criar novos modos de consumir e existir que venham ao encontro – e não de encontro, como hoje observamos – a uma vida eticamente comprometida com o coletivo.

Gênero e análise de discurso

Cláudia Natividade

A atividade em grupo demanda a exposição de sentidos e significados às proposições temáticas, assim a organização artística tem a seu modo a busca de significados que não estão presentes na obra-coisa, em sua funcionalidade estética e na sua condição conceitual. Há ainda na percepção da arte a definição a partir da posição do sujeito relacional. Esse condicional é inerente à subsunção do sujeito frente às objetivações que se fazem culturais no universo individualizado. O sentido reflexivo, crítico do real, perpassa por sua concretude histórica relacionada à situação social-grupal do sujeito, à presença ideológica dominante. Nesse sentido, a possibilidade de que a vivência grupal possa oferecer salto qualitativo em relação ao contínuo androcêntrico homogênico traz consigo a quebra da percepção sexista e a visibilidade da arte e sua expressividade como

sentido humano global, e não mais determinado por posições sexistas. A definição do sujeito totalizado no humano contradiz a percepção ideológica de posições de gênero. A metodologia que se pretende ao desenvolvimento do jogo comunitário trata em primeiro momento de integração e organização do grupo, demonstrando os meios através dos quais se oferecerá caminhos e aportes técnicos para a sua realização. O processo será definido como dinâmica de grupo com referências em Moreno (2000), Levin (1989), Dias e Silva Neto (2012) e teóricos que se aprofundam na temática da diversidade sexual e de gênero. A orientação dos trabalhos percorrerá o jogo propriamente através de materiais e da troca de papéis frente a temas propostos. Dentro da definição da dinâmica propriamente se estabelecerá o processo coordenativo. Nesse caso ter-se-á três dinamizadores com papéis definidos no processo de formação grupal e focagem temática. Primeiro momento: Integrativo. Segundo momento: Desenvolvimento temático. Terceiro momento: Utilização de materiais e composição de circuitos que representem o tema e a troca de papéis sociais. Quarto momento: Avaliação do processo dinâmico. Conformação do tema com estudos de teóricos do conhecimento da diversidade sexual e de gênero. Aportes da psicologia social comunitária no desenvolvimento de novos saberes.

Trabalho e gênero: perspectivas teóricas e análises de pesquisas

Maria Fernanda Diogo

Tendo como base a concepção de que o sujeito se constitui de maneira histórico-dialética, este mini curso propõe discutir as categorias trabalho e gênero. Essa proposta se justifica em um encontro que tem como tema “Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos”, pois para alcançar práticas sociais mais igualitárias entre homens e mulheres faz-se necessário, primeiramente, destrinchar as complexas tramas intrínsecas à segmentação dos mercados por meio de análises econômicas, políticas, culturais, psicológicas e, sobretudo, de gênero. O atual contexto social é favorável a transformações, contudo, para essas não seguirem direções historicamente coordenadas, faz-se necessário rever as bases que sustentam e perpetuam a hierarquia do masculino sobre o feminino. O setor produtivo contemporâneo tem sofrido intensas transformações. Desde a década de 1970 vem sendo difundido um novo paradigma técnico-produtivo, com grande acirramento na competição econômica e internacionalização da economia. Novas tecnologias e técnicas de gestão suprimiram a mão-de-obra humana de forma jamais vista; a ideologia neoliberal, refletida nas políticas de livre-mercado, nas

privatizações e na redução do papel do Estado, mudou sobremaneira o paradigma político-econômico vigente; o processo de globalização integrou mercados distantes. Essas transformações resultaram em franca e acirrada concorrência entre indivíduos, empresas e Estados. Em decorrência da chamada 'crise estrutural' foi possível observar uma série de transformações objetivando a retomada de níveis anteriores de expansão do capital. A busca pela redução nos custos da produção teve como uma de suas de suas consequências a dispensa de inúmeros/as trabalhadores/as de seus postos de trabalho e grandes alterações nas relações laborais até então vivenciadas. Iniciou-se um movimento caracterizado pela contração do trabalho estável e regulado, pela substituição crescente de trabalhadores/as por maquinário tecnocientífico, pela ampliação das formas desregulamentadas de trabalho precarizado, flexibilizado, atípico (terceirizados, quarteirizados, subcontratados, part time) e pela ampliação da exploração da dimensão subjetiva do/a trabalhador/a. Todas estas transformações, associadas às mudanças de base técnica e à emergência e difusão, em escala global, de novos paradigmas de gestão e organização da produção e do trabalho, ficaram conhecidas no Brasil com o nome de 'reestruturação produtiva'. Trabalhadores e trabalhadoras foram atingidos pelos processos de reestruturação produtiva acima descritos, contudo se observa que as mulheres os têm sofrido mais intensamente, pois, ao contrário da propalada igualdade entre os sexos, antigas defasagens se somaram aos novos mecanismos de desigualdade, de discriminação e de segmentação ocupacional. Assim, utilizar análises de gênero amalgamadas às análises do trabalho catalisa a compreensão de como as relações de produção tensionam e significam as relações entre os âmbitos produtivo e reprodutivo e possibilita reformular o conceito força de trabalho noutras bases, refutando concepções biologizantes e naturalizantes. As mulheres têm ocupado o mercado de trabalho desde a Revolução Industrial, mas em pleno século XXI ainda persistem assimetrias e hierarquias de gênero. A nova ordem econômica não propiciou igualdade de condições entre homens e mulheres, ao contrário, reforçou assimetrias. Elas geralmente encontram maiores dificuldades de inserção laboral que seus colegas homens; sua força de trabalho é social e culturalmente desvalorizada; verifica-se desigualdade de rendimentos em relação aos homens, desde as ocupações de menor qualificação até aquelas com maior prestígio social; elas são maioria nos setores de trabalho intensivo, nos quais predomina a exploração do trabalho manual e repetitivo; sofrem processos de segregação ocupacional; frequentemente são obrigadas a pautar suas possibilidades de inserção laboral nas suas

responsabilidades domésticas e familiares, acumulando trabalhos dentro e fora de casa. Analisar os mecanismos de dominação de gênero que perpassam as várias esferas da atividade social é o objetivo desse mini curso, desnaturalizando fenômenos sociais forjados na história e nas condições materiais e simbólicas da ordem social. Pretende-se, também, enveredar pela discussão da inserção multifacetada das mulheres no setor produtivo contemporâneo: enquanto algumas se aventuram em profissões consideradas "masculinas" amplo contingente de trabalhadoras ainda procura e se insere em ocupações tipicamente femininas, dentre as quais se encontram o magistério, a enfermagem e a psicologia. Pesquisas que articulam trabalho e gênero apontam que o capital utiliza discriminadamente a força de trabalho feminina e masculina, sexualizando as ocupações. Autoras que pesquisam a temática destacam que a divisão sexual do trabalho se apóia em dois princípios organizadores: o princípio de separação (há trabalhos de homens e outros de mulheres) e o princípio hierárquico (trabalho masculino vale mais que o feminino), constituindo subjetividades. O processo de naturalização das diferenças entre homens e mulheres acaba por reforçar as posições femininas no mercado de trabalho com acentuada segmentação, subalternas e com menores salários. Além disso, as oportunidades disponíveis não são análogas para ambos os sexos, apesar da aparência democrática e igualitária dos mercados. As mulheres se concentram nos segmentos menos valorizados do mercado: prestação de serviços, educação, saúde, serviços sociais, domésticos e outros trabalhos coletivos, enquanto os homens se distribuem mais equitativamente entre as ocupações; há aumento de mulheres em atividades empreendedoras, frequentemente em condições de precariedade; elas, ainda, são majoritárias no setor informal, seja no emprego doméstico não-registrado ou na atividade por conta própria e domiciliar. Ao se analisar as ocupações e os trabalhos com acentuada concentração feminina deve-se colocar foco nas produções de sentidos aí emergentes porque estas explicam os atributos culturais impostos ao masculino e ao feminino, construídos como uma relação de poder. Por outro lado, lentamente algumas desbravam segmentos maciçamente masculinos por meio do processo de feminização de algumas profissões e ocupações. O termo feminização faz referência ao aumento numérico e, também, às mudanças das relações sociais de gênero que perpassam estes espaços. Atualmente se observa a feminização de diversas profissões: executivas, petroleiras, empreendedoras, motoristas de ônibus, aviadoras, taxistas, frentistas, vigilantes, policiais, astronautas e, recentemente, os/as brasileiros/as elegeram uma mulher para o cargo de Presidente da República. Como toda

abertura tem seu preço, pesquisas sobre a feminização de profissões e ocupações apontam que as desbravadoras destes espaços tendem a enfrentar discriminações com base em estereótipos de gênero. Estes são extremante resistentes a revisões e mudanças, pois derivam de naturalizações que ocultam a produção social das diferenças entre homens e mulheres, inocentando-as por intermédio do discurso biologizante. Em suma, esse mini curso propõe lançar luzes sobre os mecanismos sociais e históricos que enredam as trabalhadoras, produzindo e reproduzindo a dominação de gênero nas várias instâncias sociais. Desnaturalizar estas tramas pode possibilitar às mulheres conquistar poder de ação e representação para questionarem o lugar social que ocupam. Como alinhavado no primeiro parágrafo dessa proposta, por meio da desconstrução de estereótipos e biologicismos homens e mulheres poderão alcançar práticas sociais mais igualitárias. Em outras palavras, buscar-se-á nesse mini curso fazer gênero (doing gender), revelando o modo como as práticas sociais, organizacionais e discursivas participam do processo de constituição de mulheres e homens, produzindo e reproduzindo assimetrias.

"Déficit ou diferença: (re)tratando a medicalização da vida a partir de uma releitura das patologias da cognição"

Adriana Carrijo

Nossa proposta de minicurso parte da constatação da recorrente patologização de comportamentos humanos e, por consequência, da medicalização de processos subjetivos. De modo mais específico, interessam-nos as patologias da cognição. Destarte, alçamos um salto da concepção deficitária que abarca o ideal de performance das funções cognitivas para as possíveis diferenças que se expressam na contemporaneidade. Nesse sentido, situamos a prática da medicalização como produção de subjetividade calcada no paradigma da cognição abstrata e invariante.

CATEGORIA: OFICINA

Psicologia na saúde: o que é possível promover em uma sala de espera?

Eliane Regina Pereira, Tayná Portilho do Prado, Aline Amaral Sicari, Paola Cecato Pinto, Larice Santos Silva

A Política Nacional de Humanização (PNH) tem como um de seus objetivos a valorização e o respeito à diversidade dentro do Sistema Único de Saúde. Enquanto política, busca a

implicação de gestores, trabalhadores e usuários em processos mútuos de troca que possibilitem não só a produção de saúde, mas também a produção de sujeitos. Dentre suas diretrizes, a PNH destaca o acolhimento, entendido como obrigação de "reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde", exigindo assim de todo trabalhador da saúde uma escuta qualificada e o respeito à diferença. Complementar a esta política, o Ministério da Saúde propõe a Política Nacional de Promoção da Saúde, definida não como aplicação de técnicas e métodos estabelecidos à priori para a resolução de dificuldades e carências da comunidade, mas fundamentalmente como ação transversal que visa potencializar sujeitos e coletivos. Promover saúde é construir práticas que se pautem pela humanização e pelo cuidado integral, entendendo saúde como um movimento contínuo e incessante que atravessa diferentes dimensões da condição humana. Em fevereiro de 2012, baseados nestas duas políticas, iniciamos em uma cidade do triangulo mineiro, uma roda de conversa semanal, na sala de espera de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), como uma das atividades de estagio supervisionado, com o intuito de construir um cuidado humanizado que efetive a aproximação entre a comunidade e os serviços de saúde, constituindo um espaço de trocas e cuidados. O trabalho visa repensar a sala de espera, de um lugar instituído para o silêncio e a passividade para um espaço de possibilidades e potencialidades. Assim, fazendo uso do diálogo, todos os participantes podem produzir outras compreensões de saúde e novas narrativas de suas vivências, buscando repertórios existenciais pautados na responsabilidade relacional. Essa ação exige uma postura sensível cujas práticas profissionais devem ser politicamente éticas, estéticas e afetivas. Assim, nosso intuito é adentrar um território público, propondo um tempo-espaço coletivizado, comprometido com a integralidade, a singularidade, a produção de cidadania e a promoção de saúde de cada usuário deste serviço. Nossa proposta abandona o antigo modelo verticalizado de prática das equipes de saúde e constrói saberes a partir dos encontros entre estagiários e usuários do serviço. Nossa prática é permeada por intervenções interessadas em instigar os sujeitos a refletirem seu modo de estar no mundo e ampliarem suas possibilidades em busca da responsabilidade relacional para lidar com suas questões cotidianas. Um trabalho, portanto, cujo deleite é tecer novos territórios de saúde, descobrindo e inventando possibilidades de acolhimento grupal para os usuários da rede em questão. Propomos rodas de conversas em grupos abertos e heterogêneos com duração aproximada de uma hora. A participação é livre e oferecida a todos aqueles que estão em espera na

Unidade. A partir do uso de dispositivos estéticos – músicas, poesias, filmes, fotografias, outros – nascem discussões com temas do cotidiano, como família, lazer, dor, doença, trabalho, violência, drogas, etc e tudo surgia do encontro estagiários-usuários-recurso estético. A sala de espera é uma ferramenta importante para a formação em psicologia, uma vez que seu caráter inusitado proporciona a cada nova roda de conversa uma intrigante sensação de novidade aos olhos dos usuários da UBS e aos próprios estagiários de psicologia. Soa como um incômodo, mas também uma possibilidade de abrir-se, escutar e trocar. As histórias são sempre emocionantes, envolventes e muitas vezes carregam um sofrimento imenso que nos impacta e até dificulta a interlocução, mas, promover saúde em uma sala de espera nos permite exercitar um fazer em psicologia que é criativo e dinâmico, uma vez que as falas precisam ser acolhidas, pontuadas e significadas no ato, para evitar que as pessoas saiam e suas falas fiquem soltas e perdidas. Estar na sala de espera é lidar com barulho de entradas e saídas, além das interrupções de ordens diversas. É escutar temas difíceis, muitas vezes carregados de preconceitos e moralismos, que precisam ser por nós revisitados, problematizados e, quem sabe, ressignificados. Portanto, buscamos ofertar a todos novas possibilidades de pensar o tema em questão, porém, mantendo uma delicadeza na fala de modo que ninguém se sinta constrangido ou desprestigiado em nossa fala. Nossa ação se sustenta no tripé: ética, estética e afetividade, na medida em que nosso objetivo principal é fazer da roda de conversa, na sala de espera de uma UBS, um espaço de encontro e diálogo, favorecendo um novo olhar, ouvir e compreender a si mesmo e ao outro. É um espaço de afetividade, neste caso, como potencia criadora, como composição, como lugar de calor para que relações éticas e estéticas nasçam. É um espaço de ética porque sem ela não é possível imaginar e desejar um sujeito verdadeiramente livre das lógicas que instituem os "certos e errados" dos modos de vida. É estética porque acreditamos que cada encontro passa, toca e marca a vida dos sujeitos ali presentes e possibilita um novo olhar sobre si mesmo e sobre a vida. Nossa experiência objetiva possibilitar que os sujeitos (re) pensem o seu cotidiano, as suas relações consigo mesmos e com o mundo, ao mesmo tempo em que, construir um "novo" olhar para as práticas do psicólogo na saúde pública fundamentalmente na UBS. Esta experiência tem possibilitado aos sujeitos o compartilhamento de ideias, crenças, histórias e angústias, criando um espaço onde podem conviver com pessoas que em geral viviam no mesmo bairro há anos, que por vezes não se conheciam e que naquele momento partilharam suas histórias pessoais as

entrelaçando. Durante os grupos estas histórias mostram-se comuns entre os sujeitos, deixando de ser particulares para serem objetivadas e abrem espaço para conversas e trocas a respeito de estratégias de enfrentamento ao sofrimento e às dificuldades. Deste modo os sujeitos têm a oportunidade de formular um conceito a respeito de sua experiência, ouvir a si e aos outros e reformular, recriar seus modos de pensar e de estar no mundo, confrontando concepções por vezes enrijecidas e adoecedoras. Com a oferta deste espaço tem sido possível descobrir um "novo" olhar para as práticas do psicólogo na saúde pública fundamentalmente na UBS, ao mesmo tempo em que as pessoas tem a possibilidade de (re) pensarem o seu cotidiano, as suas relações consigo mesmos e com o mundo. O que pretendemos na oficina oferecida neste evento é realizar uma roda de conversa, utilizando os mesmos recursos metodológicos da UBS e, na sequencia "escutar" os participantes da oficina quanto aos afetos mobilizados e com isto introduzirmos a compreensão teórica que sustenta a prática, uma compreensão que defende a Política Nacional de Humanização e a Politica Nacional de Promoção de Saúde.